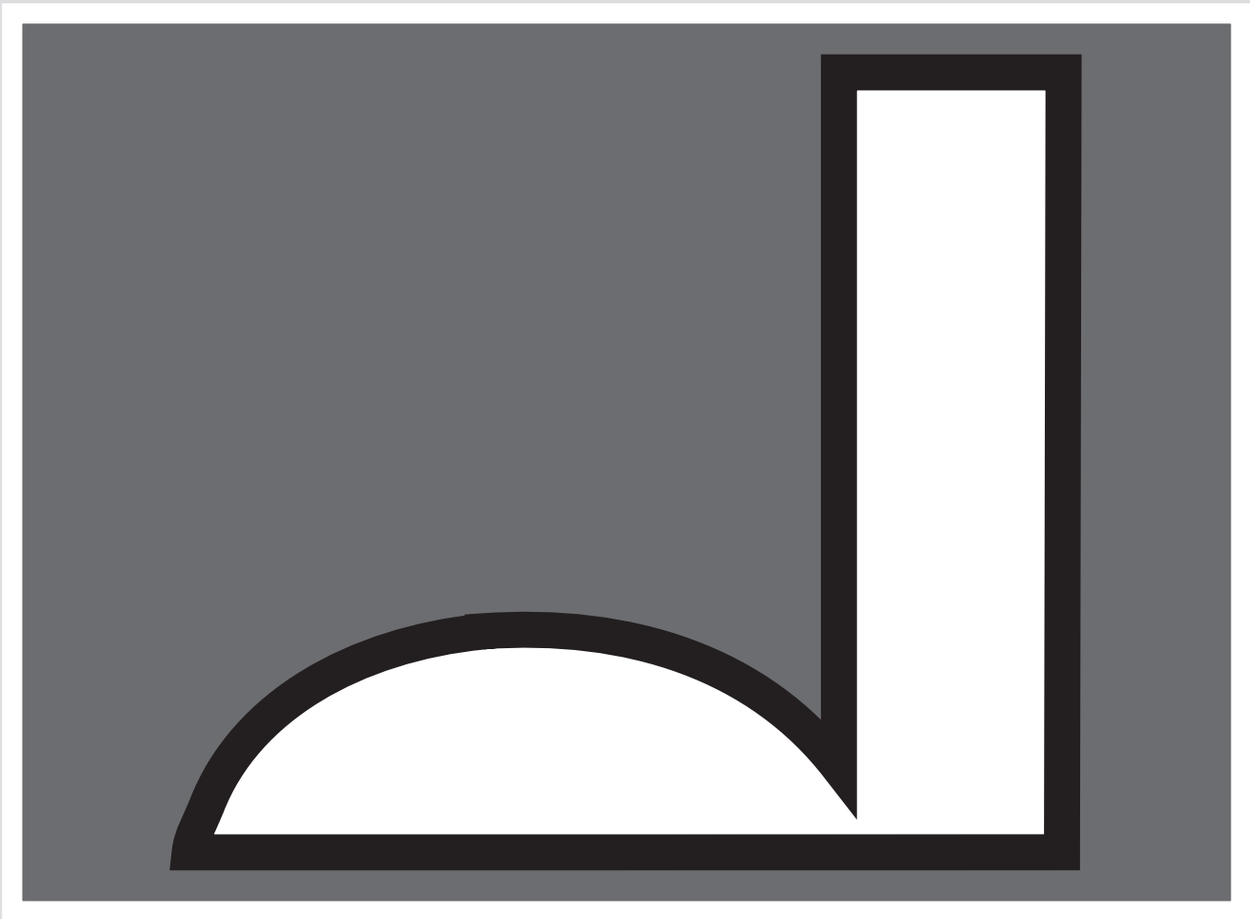
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)

(período de 1º a 30 de junho de 2011)

Atas de Comissões Permanentes no Senado Federal

Atas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional

ANO LXVI – SUP. AO DSF Nº 109 – SÁBADO, 2 DE JULHO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado para correção da capa.

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29

Líder
Humberto Costa - PT

.....

Líder do PT - 14
Humberto Costa

Vice-Líderes do PT
Gleisi Hoffmann (11)
João Pedro
Lindbergh Farias
Walter Pinheiro
Wellington Dias

Líder do PR - 5
Magno Malta

Vice-Líder do PR
Clésio Andrade

Líder do PDT - 4
Acir Gurgacz

Vice-Líder do PDT
Cristovam Buarque

Líder do PSB - 3
Antonio Carlos Valadares

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 20
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Gilvam Borges (10)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim

Líder do PMN - 1
Sérgio Petecão

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Mário Couto - PSDB (8)

Vice-Líderes
Jayme Campos (5)
Ataídes Oliveira
Maria do Carmo Alves
Cyro Miranda

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (9)
Paulo Bauer (7)
Flexa Ribeiro (6)

Líder do DEM - 5
Demóstenes Torres (3,4)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (5)

PTB - 6

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

PSOL - 2

Líder
Marinor Brito - PSOL

PPS - 1

Líder
Itamar Franco - PPS

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
João Pedro
Lídice da Mata
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 30 de junho de 2011)..... 5

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 19ª Reunião, Conjunta, realizada em 31 de maio de 2011..... 180

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de maio de 2011..... 196

Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de junho de 2011..... 211

Ata da 22ª Reunião, Conjunta, realizada em 7 de junho de 2011..... 261

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de junho de 2011..... 287

Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de junho de 2011..... 312

Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de junho de 2011..... 331

1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2011..... 368

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2011 384

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de junho de 2011 412

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011..... 430

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011..... 452

Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de junho de 2011..... 455

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2011..... 471

Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de junho de 2011..... 491

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de junho de 2011..... 528

1.2.4 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2011..... 546

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2011..... 571

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2011..... 589

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2011..... 619

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011..... 652

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2011..... 691

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2011..... 732

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2011..... 750

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2011..... 770

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2011..... 800

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2011..... 822

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2011..... 850

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de junho de 2011..... 871

1.2.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2011..... 895

Ata da 23ª Reunião, Conjunta, realizada em 31 de maio de 2011..... 924

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de junho de 2011..... 940

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2011..... 961

Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de junho de 2011..... 986

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2011..... 993

1.2.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2011 1014

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de junho de 2011 1037

Ata da 18ª Reunião, Conjunta, realizada em 7 de junho de 2011 1043

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2011 1069

Ata da 20ª Reunião, Conjunta, realizada em 15 de junho de 2011 1097

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2011 1116

1.2.7 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 7 de junho 2011 1120

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de junho de 2011 1146

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2011 1149

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2011 1160

1.2.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011 1161

1.2.9 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011 1163

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011 1184

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2011 1189

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 16 de junho de 2011 1203

1.2.10 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de maio de 2011 1240

Ata da 2ª Reunião, Conjunta de Audiência Pública, realizada em 5 de maio de 2011 1258

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de maio de 2011. 1289

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2011. 1290

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - 2011

Resenha Mensal*
(269, II, do RISF)
Junho/2011

* Republicada para fazer constar as atividades parlamentares nas comissões.

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 30/06/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	13
Especial	3
Não Deliberativa	7
Para Premiações E Condecorações	1
Total de sessões realizadas	**24**
Reunião	1

Quadro Geral de Matérias
01 a 30/06/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Retirada pelo autor	Rejeitada pelo Plenário	Total
PEC	0	-	-	1	0	0	1
PLC	5	18	2	0	0	0	25
PLS	1	21	2	1	6	0	31
SCD	3	0	0	0	0	0	3
PDS	10	67	0	0	0	0	77
PRS	4	0	0	0	0	0	4
MSF	9	-	-	0	0	0	9
OFS	13	-	-	0	0	1	14
Total	45	106	4	2	6	1	164

Quadro Geral de Medidas Provisórias
01 a 30/06/2011

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Total
MPV	1	-	0	1
PLV	-	2	2	4

Quadro de Requerimentos
01 a 30/06/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	9
Congratulações, pesar e assemelhados	54
Inclusão em Coleções do Senado Federal	2
Informações	64
Missão (em representação do Senado Federal)	16
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	3
Retirada de matéria	6
Tramitação conjunta	13
Urgência para matéria	10
Voto de aplauso ou semelhante	1
Voto de censura	1
Total Geral	**179**

*** No período de 01 a 30/06/2011 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 30/06/2011

	PRES REP	SF	CD	CN	TST	TJDFT	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	3	-	18	-	1	1	23
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	22	0	-	-	-	22
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	3	-	-	-	3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	0	74	3	-	-	77
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	4	-	-	-	-	4
Total	3	26	95	3	1	1	129

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

01 a 30/06/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 13 (1)	54
Art. 40 (2)	1
Art. 43, I (3)	8
Art. 43, II (4)	3
Retirada de Requerimento	3
Total Geral	**69**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de assuntos particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

01 a 30/06/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	16

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 30/06/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	56
Especial	12
Extraordinária	1
Não Deliberativa	41
Para Premiações E Condecorações	1
Total de sessões realizadas	**111**
Reunião	2
Reunião Preparatória	3
Total de Reuniões	**5**

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 30/06/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5° do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada pelo Plenário	Total
PEC	0	-	-	2	1	1	0	**4**
PLC	23	33	3	1	1	0	0	**61**
PLS	3	61	6	2	3	8	0	**83**
SCD	3	0	0	0	0	0	0	**3**
PDS	32	173	0	0	1	0	0	**206**
PRS	7	0	0	0	0	1	0	**8**
MSF	49	-	-	0	0	0	0	**49**
OFS	15	-	-	0	0	0	1	**16**
Total	132	267	9	5	6	10	1	**430**

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 30/06/2011

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	4	0	-	-	1	5
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	2	12	3	-	17

Quadro de Requerimentos
02/02 a 30/06/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	46
Auditoria	6
Congratulações, pesar e assemelhados	185
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	2
Criação ou alteração de comissão temporária	11
Desapensamento de matérias	5
Desarquivamento de matéria	61
Dispensa de parecer	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	13
Inclusão em Coleções do Senado Federal	2
Informações	164
Levantamento de Sessão	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	2
Missão (em representação do Senado Federal)	34
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	41
Reexame de matéria por Comissão	1
Retirada de matéria	24
Tramitação conjunta	31
Urgência para matéria	17
Voto de aplauso ou semelhante	8
Voto de censura	3
Total Geral	**663**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa*
02/02 a 30/06/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	CN	MPU	TJDFT	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	6	-	40	8	-	1	1	56
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	64	-	-	-	-	-	64
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	3	-	-	-	-	3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	4	193	-	8	-	-	205
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	7	-	--	0	-	-	7
Total	6	75	236	8	8	1	1	335

*** Compatibilizados os valores numéricos do quadro de acordo com a iniciativa das matérias aprovadas.**

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

02/02 a 30/06/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 13 (1)	209
Art. 40 (2)	8
Art. 43, I (3)	24
Art. 43, II (4)	29
Retirada de Requerimento	5
Total Geral	**275**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratamento de assuntos particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

02/02 a 30/06/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	34

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 30/06/2011

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 1

1. Ao arquivo. Total: 1

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 41/2011	Altera o art. 14 da Constituição Federal para dispensar da exigência de filiação partidária os candidatos nas eleições municipais.	José Sarney	10/06/2011

Matéria: Medida Provisória. Total: 1

1. À promulgação. Total: 1

Aprovada na íntegra. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 525/2011	Altera a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores.	Presidente da República	14/06/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

1. Ao arquivo. Total: 2

Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 11/2011	Altera as Leis nºs 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente, e 10.480, de 2 de julho de 2002; e prorroga o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.	Câmara dos Deputados	01/06/2011
PLV 14/2011	Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH; altera a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	01/06/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

2. À sanção. Total: 2

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 13/2011	Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nºs 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR; dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM; dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	01/06/2011
PLV 16/2011	Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009; 12.409, de 25 de maio de 2011, 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; revoga dispositivo da Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	29/06/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 25

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 2

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 184/2008	Dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.	Bernardo Ariston	29/06/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 270/2009	Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.	Rebecca Garcia	30/06/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 25

2. Ao arquivo. Total: 2

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 328/2009	Altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. (garante a substituição, restituição ou redução do preço quando o reparo comprometer o produto)	Celso Russomanno	03/06/2011
PLC 151/2010	Acrescenta § 2º ao art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Vinicius Carvalho	03/06/2011

3. À sanção. Total: 21

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 189/2010	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	Presidente da República	08/06/2011
PLC 29/2011	Altera a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecida pela Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008.	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	08/06/2011
PLC 26/2011	Cria Cargos em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e dá outras providências.	Tribunal Superior do Trabalho	15/06/2011
PLC 18/2011	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que Institui o Código Civil.	Marcos Montes	16/06/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 17

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 179/2010	Autoriza o Poder Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo á Força Terrestre Equatoriana.	Presidente da República	20/06/2011
PLC 248/2009	Altera a denominação do Porto de Aratu, no Estado da Bahia, para Porto de Aratu-Candeias.	Tonha Magalhães	24/06/2011
PLC 252/2009	Declara o Ator Paulo Autran Patrono do Teatro Brasileiro.	Pompeo de Mattos	24/06/2011
PLC 260/2009	Denomina a BR-363, localizada em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, Estrada Miguel Arraes de Alencar.	Gonzaga Patriota	24/06/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 25

3. À sanção. Total: 21

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 17

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 288/2009	Denomina Ferrovia Transnordestina - Governador Miguel Arraes de Alencar a ligação ferroviária entre as cidades de Araguaína, no Estado do Tocantins, e a cidade de Moreno, no Estado de Pernambuco.	Gonzaga Patriota	24/06/2011
PLC 68/2010	Denomina Viaduto Engenheiro Ernesto de Souza Diniz o viaduto localizado na BR-230, no cruzamento com a Avenida Tancredo Neves, na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.	Armando Abílio	24/06/2011
PLC 118/2010	Denomina Viaduto Arnaldo Borges Pereira o viaduto localizado no cruzamento entre as Rodovias BR-050/365/452 e a Rodovia Municipal 030, no anel viário norte da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.	Gilmar Machado	24/06/2011
PLC 143/2010	Inscreve o nome de Júlio Cezar Ribeiro de Souza no Livro dos Heróis da Pátria.	Paulo Rocha	24/06/2011
PLC 185/2010	Inscreve o nome do grupo Seringueiros Soldados da Borracha no Livro dos Heróis da Pátria.	Perpétua Almeida	24/06/2011
PLC 9/2011	Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do FNDE - FCFNDE; cria, no âmbito do Poder Executivo Federal, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, a serem alocados no Ministério da Educação, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; altera o Anexo II da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.	Presidente da República	24/06/2011
PLC 105/2010	Denomina Viaduto Major Ciraulo o viaduto localizado no Km 82,7 da BR-101, Rodovia Translitorânea, no Município de Bayeux, Estado da Paraíba.	Manoel Junior	27/06/2011
PLC 163/2009	Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.	Celso Russomanno	30/06/2011
PLC 298/2009	Altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos)	Sebastião Bala Rocha	30/06/2011
PLC 101/2010	Denomina Rodovia Chiquilito Erse o trecho da rodovia BR-364 entre a cidade de Candeias do Jamari até o Campus da Universidade Federal de Rondônia, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.	Moreira Mendes	30/06/2011
PLC 128/2010	Inscreve o nome de Heitor Villa-Lobos no Livro dos Heróis da Pátria.	Dr. Talmir	30/06/2011
PLC 132/2010	Denomina Rodovia Abel Dal Pont o trecho rodoviário da BR-285, entre as cidades de Timbé do Sul, no Estado de Santa Catarina, e São José dos Ausentes, no Estado do Rio Grande do Sul.	Edinho Bez	30/06/2011
PLC 142/2010	Confere ao Município de Ilhabela, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Vela.	Marcelo Ortiz	30/06/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 31

1. À Câmara dos Deputados. Total: 22

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 168/2011	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	Comissão de Legislação Participativa	15/06/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 21

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 190/2010	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico.	Heráclito Fortes	02/06/2011
PLS 407/2008	Proíbe a utilização ou exibição de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica em circos.	Ada Mello	03/06/2011
PLS 189/2009	Altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente.	Gim Argello	03/06/2011
PLS 88/2008	Acrescenta parágrafos ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade nos procedimentos judiciais trabalhistas aos trabalhadores desempregados, com mais de cinqüenta anos, e dá outras providências.	Lúcia Vânia	08/06/2011
PLS 42/2011	Regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências.	Eunício Oliveira	08/06/2011
PLS 467/2009	Dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros.	Marcelo Crivella	15/06/2011
PLS 314/2007	Altera a Lei nº 9.029, de 1995, para vedar a fixação de limite etário máximo e outras práticas discriminatórias, na admissão ou permanência da relação jurídica de trabalho do idoso e dá outras providências.	Lúcia Vânia	16/06/2011
PLS 660/2007	Dispõe sobre o exercício da profissão técnico em sistema de segurança e disciplina os cursos de treinamento e habilitação, bem como e a revenda de instrumentos e ferramentas utilizadas na profissão.	Alvaro Dias	16/06/2011
PLS 34/2010	Acrescenta art. 51-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o cômputo especial do tempo de contribuição dos garimpeiros empregados e contribuintes individuais para fins de aposentadoria por idade e dá outras providências.	Gilberto Goellner	16/06/2011
PLS 81/2011	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o período de carência para a concessão do benefício da aposentadoria por idade para as donas de casa de baixa renda previsto no § 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Gleisi Hoffmann	16/06/2011
PLS 76/2010	Autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja - PROAP Laranja.	Antonio Carlos Valadares	20/06/2011
PLS 39/2011	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fazer incidir sobre a receita bruta proveniente do faturamento a contribuição patronal destinada à Seguridade Social e a contribuição para custeio do seguro de acidente do trabalho e aposentadorias especiais devidas pelas empresas do setor de transporte público urbano e metropolitano de passageiros.	Clésio Andrade	20/06/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 31

1. À Câmara dos Deputados. Total: 22

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 21

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 43/2011	Estabelece intervalos de descanso para trabalhadores em transporte público urbano e metropolitano. Acrescenta § 5º ao art. 71 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).	Clésio Andrade	20/06/2011
PLS 466/2003	Altera o artigo 74 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado.	Paulo Paim	24/06/2011
PLS 109/2010	Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, a qual determina que os Municípios notifiquem em até dois dias úteis o recebimento de recursos.	Raimundo Colombo	24/06/2011
PLS 91/2011	Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.	Pedro Taques	24/06/2011
PLS 265/2011	Altera o art. 91 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a transferência de domicílio eleitoral por Prefeitos e Vice-Prefeitos durante o exercício do mandato.	José Sarney	24/06/2011
PLS 275/2007	Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior.	Valdir Raupp	28/06/2011
PLS 105/2008	Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo.	Paulo Paim	30/06/2011
PLS 228/2010	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.	Gim Argello	30/06/2011
PLS 88/2011	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.	Kátia Abreu	30/06/2011

2. Ao arquivo. Total: 9

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 192/2009	Altera o art. 3º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, e acrescenta § 4º ao art. 3º da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, para definir que o Serviço Militar ou o Serviço Alternativo de Médicos, Farmacêuticos ou Dentistas diplomados por Instituição de Ensino Superior regular seja realizado na Amazônia Legal, preferencialmente nos municípios com menos de duzentos mil habitantes, e dá outras providências.	Gilvam Borges	16/06/2011
PLS 193/2010	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para aumentar em 30% (trinta por cento) o montante dedutível, na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, das despesas com seguros e planos de saúde, e dispõe sobre a concessão às pessoas jurídicas de selo e certificado de excelência no cuidado com a saúde do empregado.	Jorge Yanai	24/06/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 31

2. Ao arquivo. Total: 9

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 642/2007 Complementar	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão ao Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte fabricantes de bebidas não-alcoólicas.	Renato Casagrande	29/06/2011

Retirada pelo autor. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 258/2011	Regulamenta a profissão de quiropraxista, e dá outras providências.	Paulo Paim	02/06/2011
PLS 47/2006	Autoriza a criação, pelo Poder Executivo, da Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior (SEABE), e dá outras providências.	Valdir Raupp	07/06/2011
PLS 336/2009	Concede isenção do Imposto de Importação ás células solares fotovoltaicas, suas partes e acessórios.	João Vicente Claudino	14/06/2011
PLS 207/2011	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.	Vital do Rêgo	21/06/2011
PLS 208/2011	Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Vital do Rêgo	21/06/2011
PLS 333/2011	Dá nova redação ao inciso II do art. 3º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 e ao inciso III do art. 2º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001.	Eduardo Braga	29/06/2011

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 3

1. À sanção. Total: 3

Aprovada pelo Plenário. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 265/2006	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.	Câmara dos Deputados	08/06/2011
SCD 77/2002	Acrescenta o Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Câmara dos Deputados	15/06/2011

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 3

1. À sanção. Total: 3

Aprovada pelo Plenário. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 168/1999	Altera os arts. 140, 143, 144 e 147 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de modo a disciplinar a habilitação de condutores de veículos automotores.	Câmara dos Deputados	29/06/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 77

1. À promulgação. Total: 77

Aprovada pelo Plenário. Total: 10

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 632/2010	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, no dia 10 de julho de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	07/06/2011
PDS 635/2010	Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3, que protocoliza o Acordo de Constituição do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, da República da Bolívia e da República do Chile, em Montevidéu, em 8 de agosto de 2006.	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	07/06/2011
PDS 72/2011	Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do Mercosul com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.	Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul	07/06/2011
PDS 77/2011	Aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	07/06/2011
PDS 629/2010	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL em Matéria de Cooperação e Assistência frente a Emergências Ambientais, adotado pela Decisão nº 14/04 do Conselho do Mercado Comum, em 7 de julho de 2004.	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	09/06/2011
PDS 125/2011	Aprova o texto do Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado em Haia, no dia 23 de janeiro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	09/06/2011
PDS 644/2010	Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Latino-americano de Co-Produção Cinematográfica", o qual passa a chamar-se "Acordo Ibero-americano de Co-Produção Cinematográfica", por Resolução adotada pela Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas de Ibero-América - CAACI, em 16 de julho de 2008, no âmbito da XVII Reunião Ordinária, realizada em Quito, República do Equador.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	28/06/2011
PDS 76/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	28/06/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 77

1. À promulgação. Total: 77

Aprovada pelo Plenário. Total: 10

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 116/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	28/06/2011
PDS 123/2011	Aprova o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	28/06/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 67

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 48/2008	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE LITORÂNEA DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 321/2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BELA VISTA - ACBV para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 1020/2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO TERCEIRO DISTRITO DE ALIANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aliança, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 320/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CAPITAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 376/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE COMUNICAÇÃO DE TIMÓTEO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 377/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS CARENTES DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João das Missões, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 449/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TERRA FM DE GOIÂNIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 497/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL, EDUCATIVA E DESPORTIVA "MONSENHOR JADIR BRANDÃO COSTA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 77

1. À promulgação. Total: 77

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 67

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 520/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO NOVO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 523/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE NOVO BRASIL - ASCON para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Brasil, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 525/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO DE IPANEMA (RVS FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 603/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Sergipe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 605/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV RIO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 694/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SISTEMA HÉLIO DE COMUNICAÇÕES - ACSHC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 8/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO RAÍZES DA BARRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 23/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CARAÇA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 24/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ARCOP - ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSORA COMUNITÁRIA DE PARAUAPEBAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parauapebas, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 44/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE QUIXABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixaba, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 45/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 58/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO VALE APRAZÍVEL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaguaquara, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 77

1. À promulgação. Total: 77

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 67

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 61/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE VERDE DE TERESINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 118/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA SÃO JOAQUIM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	06/06/2011
PDS 194/2003	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO "JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA" para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 488/2007	Aprova o ato que renova a concessão outorgada a RÁDIO CIDADE DE SUMÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumé, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 48/2009	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO SOTERO - FUNDACARU para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 219/2009	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO FÊNIX DE EDUCAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 371/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COROACIENSE DE DESPORTOS (ACCORD) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coroaci, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 527/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MORRO AGUDO DE GOIÁS - ADESCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Agudo de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 529/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 530/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - AGECOM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 542/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E INTELECTUAL DE LUZIÂNIA (ASCOCIL) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luziânia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 606/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MONTE ALEGRE DE MINAS - RÁDIO MONTE ALEGRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 77

1. À promulgação. Total: 77

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 67

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 621/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMISSORA CONTINENTAL DE CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 685/2010	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 692/2010	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GRAMADO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 7/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DA CIDADE DE SERITINGA - MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seritinga, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 9/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE LAGO VERDE MARANHÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago Verde, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 25/2011	Aprova o ato que outorga autorização à MISSÃO CAMINHANDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 60/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SISAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 65/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Estância, Estado de Sergipe.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 85/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DENOMINADA ALFA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Marcos Parente, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 89/2011	Aprova o ato que outorga concessão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 96/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - ACRACGEO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Capitão Gervásio Oliveira, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 99/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 77

1. À promulgação. Total: 77

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 67

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 103/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO AURIFLAMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	15/06/2011
PDS 545/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL DE CALDAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 546/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GENTIL COLOCA DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE GAMELEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleira de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 560/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO DOM JOAQUIM para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 592/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE DOM CORRÊA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 599/2010	Aprova o ato que outorga concessão a SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 686/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Novo Destino, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 687/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALON DE ARAGUAPAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguapaz, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 688/2010	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE TEREZÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terezópolis de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 693/2010	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GUAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 697/2010	Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguel Alves, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 3/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ALCÂNTARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântara, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 77

1. À promulgação. Total: 77

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 67

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 48/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à NASSAU EDITORA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 53/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO TAMBAÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 66/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 86/2011	Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulistana, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 94/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RIO SÃO FRANCISO RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 97/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 98/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITAMONTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamonte, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 111/2011	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 112/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA BELAQUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belágua, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 119/2011	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PONTAL DE ITABIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011
PDS 120/2011	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TEMPERADA ESPORTE CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	30/06/2011

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 4

1. À promulgação. Total: 4

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 21/2011	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até EUR 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros), com um Consórcio formado pelos bancos BNP Paribas S.A. e HAPOALIM B.M..	Comissão de Assuntos Econômicos	07/06/2011
PRS 22/2011	Autoriza o Município de Curitiba (PR) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor total de até EUR 36.150.000,00 (trinta e seis milhões e cento e cinquenta mil euros).	Comissão de Assuntos Econômicos	07/06/2011
PRS 23/2011	Autoriza o Município de São Bernardo do Campo (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US$ 21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	07/06/2011
PRS 26/2011	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) - BERJ.	Francisco Dornelles	21/06/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 9

Aprovada pelo Plenário. Total: 9

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 65/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Nelson Narciso Filho.	Presidente da República	07/06/2011
MSF 66/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em vaga decorrente do término do mandato de Victor de Souza Martins.	Presidente da República	07/06/2011
MSF 67/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Letônia, cumulativamente ao cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.	Presidente da República	07/06/2011
MSF 68/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.	Presidente da República	07/06/2011
MSF 70/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil à República do Zimbábue.	Presidente da República	15/06/2011
MSF 71/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano, e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.	Presidente da República	15/06/2011
MSF 72/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAUL CAMPOS E CASTRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto Antigua e Barbuda.	Presidente da República	28/06/2011
MSF 74/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor MARCELO PACHECO DOS GUARANYS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Solange Paiva Vieira.	Presidente da República	28/06/2011
MSF 76/2011	Submete a apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana.	Presidente da República	28/06/2011

Matéria: Oficio (sf). Total: 14

Aprovada pelo Plenário. Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 16/2011	Encaminha, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, a indicação do advogado JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA, incrito na OAB/Ceará sob o nº 7.563, para composição do Conselho Nacional de Justiça.	Ordem dos Advogados do Brasil - Oab	28/06/2011
OFS 17/2011	Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o currículo do magistrado SILVIO ROCHA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.	Superior Tribunal de Justiça	28/06/2011

Matéria: Oficio (sf). Total: 14

Aprovada pelo Plenário. Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 19/2011	Encaminha, nos termos do inciso VIII do artigo 103-B, da Consituição Federal, a indicação do Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, NEY JOSÉ DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça.	Tribunal Superior do Trabalho	28/06/2011
OFS 22/2011	Encaminha, nos termos do inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, o nome do Senhor BRUNO DANTAS NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal.	Liderança Partidária	28/06/2011
OFS 23/2011	Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, a indicação do advogado ALMINO AFONSO FERNANDES, incrito na OAB/Mato Grosso sob o nº 3.498-B, para composição do Conselho Nacional do Ministério Público.	Ordem dos Advogados do Brasil - Oab	28/06/2011
OFS 25/2011	Encaminha, nos termos do art. 130-A, II, da Constituição Federal, a indicação do nome do Subprocurador-Geral do Trabalho, JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Procurador-Geral da República	28/06/2011
OFS 26/2011	Encaminha, nos termos do inciso II do artigo 130-A, da Constituição Federal, o nome da Senhora Procuradora da Justiça Militar MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Procurador-Geral da República	28/06/2011
OFS 28/2011	Encaminha, nos termos do art. 130-A, III, da Constituição Federal, a indicação do nome do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, JARBAS SOARES JÚNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Procurador-Geral da República	28/06/2011
OFS 29/2011	Encaminha, nos termos dos incisos III do artigo 130-A, da Consituição Federal, a indicação do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.	Procurador-Geral da República	28/06/2011
OFS 31/2011	Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome do magistrado TOURINHO NETO, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.	Superior Tribunal de Justiça	28/06/2011
OFS 33/2011	Submete a indicação do Juiz JOSÉ GUILHERME VASI WERNER para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.	Supremo Tribunal Federal	28/06/2011
OFS 34/2011	Submete, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução da Juiza TAÍS SCHILLING FERRAZ, da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul - Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público - Biênio 2011/2013.	Supremo Tribunal Federal	28/06/2011
OFS 37/2011	Encaminha, nos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, documentação do promotor de Justiça GILBERTO VALENTE MARTINS, do Ministério Público do Estado do Pará, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.	Conselho Nacional de Justiça	28/06/2011

Rejeitada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 21/2011	Encaminha, nos termos do art. 103-B, XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELO DA COSTA PINTO NEVES para compor o Conselho Nacional de Justiça.	Liderança Partidária	28/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Aprovada pela Mesa. Total: 75

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 308/2011	Requer, com base no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações atualizadas sobre os valores das receitas e do número de empresas, por faixas de enquadramento e por Estados, inclusive o Distrito Federal, dos optantes do Simples Nacional.	Armando Monteiro	09/06/2011
RQS 349/2011	Requerem, nos termos regimentais e da Resolução nº 84 do Senado Federal, de 1996, seja submetida à Mesa Diretora proposta de inserção da biografia e obra do ex-Senador por Minas Gerais e ex-Vice-Presidente da República JOSÉ ALENCAR na coleção "GRANDES VULTOS QUE HONRARAM O SENADO".	Itamar Franco	09/06/2011
RQS 350/2011	Requerem, nos termos regimentais e da Resolução nº 84 do Senado Federal, de 1996, seja submetida à Mesa Diretora proposta de inserção da biografia e obra do ex-Senador por Minas Gerais Eliseu Resende na coleção "GRANDES VULTOS QUE HONRARAM O SENADO".	Itamar Franco	09/06/2011
RQS 352/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informações relativas a nomeações de concursados no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 353/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Esporte, informações relativas a nomeações de concursados no âmbito daquele ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 354/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pela Senhora Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 355/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Educação, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 356/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 357/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 358/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Turismo, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 359/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 360/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 361/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 362/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro dos Transportes, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 363/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Aprovada pela Mesa. Total: 75

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 364/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Integração Nacional informações sobre a realização de concurso público nos últimos quatro anos e no ano de 2011; e, ainda, sobre o preenchimento de cargos e outras informações correlatas.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 365/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 366/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pela Senhora Ministra da Cultura, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 367/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Cidades, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 368/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 369/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Comunicações, informações acerca de concurso público, quantitativo de cargos e aposentadoria de servidores no âmbito daquele Ministério.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 370/2011	Requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pela Ministra do Meio Ambiente informações sobre a realização de concurso público nos últimos quatro anos e no ano de 2011; e, ainda, sobre o preenchimento de cargos e outras informações correlatas.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 371/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Previdência Social informações sobre a realização de concurso público nos últimos quatro anos e no ano de 2011; e, ainda, sobre o preenchimento de cargos e outras informações correlatas.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 372/2011	Requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pela Ministra da Pesca e Aquicultura informações sobre a realização de concurso público nos últimos quatro anos e no ano de 2011; e, ainda, sobre o preenchimento de cargos e outras informações correlatas.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 373/2011	Requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pela Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a realização de concurso público nos últimos quatro anos e no ano de 2011; e, ainda, sobre o preenchimento de cargos e outras informações correlatas.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 374/2011	Requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Defesa informações sobre a realização de concurso público nos últimos quatro anos e no ano de 2011; e, ainda, sobre o preenchimento de cargos e outras informações correlatas.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 375/2011	Requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre a realização de concurso público nos últimos quatro anos e no ano de 2011; e, ainda, sobre o preenchimento de cargos e outras informações correlatas.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 380/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre os critérios utilizados para a elaboração da tarifa elétrica praticada pelo Sistema Eletrobras para a Região Norte, com ênfase para o Estado do Acre, e a respectiva incidência tributária em relação aos demais estados da região.	Sérgio Petecão	09/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Aprovada pela Mesa. Total: 75

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 395/2011	Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República referentes ao Adido de Inteligência.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	09/06/2011
RQS 396/2011	Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro da Justiça referentes ao Adido Policial.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	09/06/2011
RQS 397/2011	Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento referentes ao Adido Agrícola.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	09/06/2011
RQS 398/2011	Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações referentes ao Adido Tributário.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	09/06/2011
RQS 399/2011	Requer, nos termos do art. 49, inciso X, e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Defesa referentes ao Adido Militar.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	09/06/2011
RQS 413/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, c/c os arts. 8º, II, 90, III e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário relacionadas a assentamentos rurais implementados pelo Governo Federal, em face da reportagem exibida em 13 de fevereiro de 2011 pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.	Comissão de Fiscalização e Controle	09/06/2011
RQS 420/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requeridas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre o site http://www.ed.conpet.gov.br/br/converse.php, que trata de um "programa do Ministério de Minas e Energia coordenado e gerido com recursos técnicos, administrativos e financeiros da Petrobras S.A".	Flexa Ribeiro	09/06/2011
RQS 421/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia relativas a Fichas técnicas de Usinas Eólicas e Formulários para Solicitação de Registro de Estudo de Viabilidade de UHE, protocolados na ANEEL entre o ano de 1998 e março de 2011, indicando os projetos que foram concedidos.	Flexa Ribeiro	09/06/2011
RQS 422/2011	Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, informações à Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, acerca das taxas de ocupação dos imóveis demarcados como "terrenos de marinha ou acrescidos" pela União situados nos municípios de Conceição da Barra, São Mateus, Linhares, Aracruz, Vitória, Vila Velha, Cariacica, Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kenedy e outros Municípios em cujos territórios sejam abrangidos.	Ricardo Ferraço	09/06/2011
RQS 424/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Defesa, no âmbito da ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil, que embasaram a Portaria nº 310/2011.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 431/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores informações sobre o brasileiro Alexandre de Souza Silva, condenado no Reino Unido à pena de 10 anos pelo crime de conspiração.	Lídice da Mata	09/06/2011
RQS 448/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social acerca das denúncias constantes da matéria jornalística intitulada "O Roubo na Previdência só Mudou de Mãos", publicada pela revista ISTOÉ em sua edição nº 2162, de 15 de abril de 2011.	Alvaro Dias	09/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Aprovada pela Mesa. Total: 75

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 454/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o montante de recursos do Tesouro Nacional repassados aos bancos privados no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI.	Alvaro Dias	09/06/2011
RQS 465/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 189 e 203, de 2010.	Eduardo Suplicy	09/06/2011
RQS 469/2011	Requer, nos termos do inciso V do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes destinadas a sanar as dúvidas existentes sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 655, de 2007, e 50, de 2010, que alteram a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, tendo em vista a aprovação do novo Sistema Nacional de Viação - SNV, e, nos termos do inciso II do art. 335 do referido Regimento, seja sobrestada a tramitação das citadas proposições.	Blairo Maggi	09/06/2011
RQS 491/2011	Requer sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, relativas à atuação da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.	Itamar Franco	09/06/2011
RQS 497/2011	Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre as razões e os critérios que determinam o engajamento do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro - DEC na execução de obras públicas de infraestrutura realizadas em cooperação com outros órgãos de governo mediante celebração de convênios e outras parcerias, o detalhamento das obras de cooperação e a capacidade do DEC em ampliar o seu ACERVO DE OBRAS DO SISTEMA DE OBRAS DE COOPERAÇÃO que permita celebrar novos convênios ou parcerias para realizar as obras públicas para as quais seja requisitado em função de sua condição de órgão especializado.	Ricardo Ferraço	09/06/2011
RQS 503/2011	Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2010, com o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2010.	Vital do Rêgo	09/06/2011
RQS 511/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 311, de 2010; e 163, de 2011.	Ana Amélia	09/06/2011
RQS 520/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra do Meio Ambiente acerca da existência de estudo que tenha identificado a prática de biopirataria na Região Amazônica.	Vanessa Grazziotin	09/06/2011
RQS 527/2011	Solicita tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 31, de 2011; 9 e 12, de 2009.	Gleisi Hoffmann	09/06/2011
RQS 578/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 99 e 177, de 2011.	Marisa Serrano	09/06/2011
RQS 582/2011	Solicita a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 2 e 5, de 2011.	Inácio Arruda	09/06/2011
RQS 720/2010	Requer, nos termos regimentais, à CCT sejam solicitados esclarecimentos do Sr. Ministro de Estado das Comunicações acerca da decisão adotada pelo Conselho Diretor da Anatel em sua 564º reunião, com relação à outorga de serviço de TV a cabo.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	09/06/2011
RQS 761/2010	Requer que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado das Comunicações, acerca do que foi veiculado pela imprensa, de crise operacional e de gestão verificada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	09/06/2011
RQS 875/2010	Requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação sobre as providências tomadas por aquele Ministério diante dos problemas enfrentados pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).	Comissão de Educação	09/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Aprovada pela Mesa. Total: 75

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 887/2007	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado das Comunicações a remessa do inteiro teor dos votos dos membros do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações na decisão que concedeu anuência prévia à operação de reestruturação societária e transferência de controle e de outorgas de empresas do Grupo Abril e da empresa Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP/Telefônica (Processo nº 53500.031770/2006).	Renan Calheiros	09/06/2011
RQS 403/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, informações a respeito do andamento das obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Macapá.	Randolfe Rodrigues	17/06/2011
RQS 452/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa, no âmbito da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, acerca das receitas arrecadadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária ano a ano, desde 2006 até a presente data, especificada por aeroporto administrado pela Infraero, incluídos os terminais de carga, bem como as despesas realizadas e o volume de investimento nos respectivos aeroportos, discriminadas por natureza de despesa, ainda que em termos percentuais.	Vanessa Grazziotin	17/06/2011
RQS 453/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, X, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wagner Bittencourt, sobre o quadro da oferta de serviços aeroportuários no Brasil, com vistas à realização, em nosso País, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.	Eduardo Braga	17/06/2011
RQS 466/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, pertinentes ao aeroporto de Feira de Santana, Bahia, que se encontra sob a responsabilidade do Governo Federal.	João Durval	17/06/2011
RQS 470/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça informações relativas ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.	Vital do Rêgo	17/06/2011
RQS 478/2011	Requer, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, sobre o andamento e o envio de projeto de lei referente à criação de novos cargos da carreira de Defensor Público Federal.	Antonio Carlos Valadares	17/06/2011
RQS 495/2011	Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro da Fazenda sobre os valores dispendidos pela União com a adoção e a prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento.	Ricardo Ferraço	17/06/2011
RQS 498/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações relativas às empresas de TV de sinal aberto, no Estado do Piauí, em razão de denúncias veiculadas na imprensa a propósito de concessão de TV para "laranjas".	Ciro Nogueira	17/06/2011
RQS 519/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Minas e Energia, no âmbito da Eletrobras Amazonas Energia, relativas à construção da Hidrelétrica de Balbina.	Vanessa Grazziotin	17/06/2011
RQS 529/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro das Comunicações sobre previsão de investimento para aumentar e melhorar os sinais, de péssima qualidade, de TV paga, a cabo ou via satélite, no estado do Amazonas e em estados que enfrentam essa realidade.	Vanessa Grazziotin	17/06/2011
RQS 530/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Defesa, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, acerca do fechamento do aeródromo do município de Itacoatiara, estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	17/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Aprovada pela Mesa. Total: 75

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 542/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX, X e XI, e o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pelo Ministério da Educação, a respeito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.	Comissão de Educação	17/06/2011
RQS 543/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos IX, X e XI, e do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pela Controladoria Geral da União, a respeito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.	Comissão de Educação	17/06/2011
RQS 550/2011	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, acerca da distribuição e do acesso de material didático nas redes escolares.	Paulo Bauer	17/06/2011
RQS 572/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, referentes à infraestrutura e à segurança dos aeroportos do estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	17/06/2011
RQS 602/2011	Solicita a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 45, de 2011.	Randolfe Rodrigues	17/06/2011
RQS 605/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 268, de 2011, e 373, de 2008.	Alvaro Dias	17/06/2011
RQS 606/2011	Solicita a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 23 e 43, de 2011.	Eduardo Suplicy	17/06/2011
RQS 607/2011	Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 267 e 29, de 2011.	Alvaro Dias	17/06/2011
RQS 717/2011	Tramitação conjunta - Projetos de Lei do Senado nºs 391, de 2008; e 87, de 2009.	Mozarildo Cavalcanti	17/06/2011

Aprovada pelo Plenário. Total: 43

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 532/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial, no dia 27 de junho de 2011, destinada a comemorar o Dia do Orgulho Autista: " O Brasil precisa conhecer o Autismo".	Paulo Paim	02/06/2011
RQS 612/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no período de 08 a 12 de junho de 2011, do 6º Fórum Mundial da Água, em Estrasburgo - França, e, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, comunica que estará ausente dos trabalhos da Casa no citado período.	João Pedro	02/06/2011
RQS 613/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no período de 08 a 12 de junho de 2011, da Reunião Preparatória para o Fórum Mundial da Água, em Estrasburgo -França, e, nos termos do art. 39 do referido Regimento, comunica que estará ausente do país no citado período.	Paulo Davim	02/06/2011
RQS 676/2011	Requer, nos termos do artigo 40, § 1º , inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 1º a 2 de junho de 2011, para participar, como representante do Senado Federal em missão parlamentar, da IV Conferência de Prefeitos da C40, que se realizará na cidade de São Paulo.	Inácio Arruda	02/06/2011
RQS 677/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 2 e 3 de junho de 2011, quando estará, com ônus para a Casa, procedendo diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para analisar e propor alterações ao Sistema Nacional de Defesa Civil.	Inácio Arruda	02/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Aprovada pelo Plenário. Total: 43

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 678/2011	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 3 de junho de 2011, a fim de participar do evento "Rumo a Rio +20", na cidade do Rio de Janeiro, como Membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, com o objetivo de acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.	Rodrigo Rollemberg	02/06/2011
RQS 548/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2011.	Antonio Carlos Valadares	07/06/2011
RQS 549/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2011.	Antonio Carlos Valadares	07/06/2011
RQS 569/2011	Solicita tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 276, 565 e 641, de 2007.	Alvaro Dias	07/06/2011
RQS 579/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010.	Marisa Serrano	07/06/2011
RQS 580/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011.	Marisa Serrano	07/06/2011
RQS 581/2011	Solicita oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2007.	Delcídio do Amaral	07/06/2011
RQS 586/2011	Solicita oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2006.	Humberto Costa	07/06/2011
RQS 603/2011	Solicita a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2006.	Valdir Raupp	07/06/2011
RQS 699/2011	Urgência para matéria	Comissão de Assuntos Econômicos	07/06/2011
RQS 700/2011	Urgência para matéria	Comissão de Assuntos Econômicos	07/06/2011
RQS 701/2011	Urgência para matéria	Comissão de Assuntos Econômicos	07/06/2011
RQS 708/2011	Urgência para matéria.	Rodrigo Rollemberg	08/06/2011
RQS 709/2011	Urgência para matéria.	Antonio Carlos Valadares	08/06/2011
RQS 711/2011	Urgência para matéria.	Lúcia Vânia	08/06/2011
RQS 573/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado VOTO DE SOLIDARIEDADE ao governo brasileiro em razão da declaração de 1º de abril de 2011 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, a qual solicita às autoridades brasileiras que "se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas".	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	09/06/2011
RQS 574/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme o art. 3º do Ato nº 2, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente a situação extraordinária, seja consignado VOTO DE CENSURA à declaração assinada pelo Secretário-Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, Santiago Canton, no dia 1º de abril de 2011, em que é solicitado às autoridades brasileiras que "se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas".	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	09/06/2011
RQS 713/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 09 e 10 de junho de 2011, em virtude da realização de diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil no Auditório Nelson Carneiro da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para analisar e propor alterações ao Sistema Nacional de Defesa Civil.	Inácio Arruda	09/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Aprovada pelo Plenário. Total: 43

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 714/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 10 de junho de 2011, em virtude da realização de diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil no Auditório Nelson Carneiro da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para analisar e propor alterações ao Sistema Nacional de Defesa Civil.	Jorge Viana	09/06/2011
RQS 715/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 10 de junho de 2011, em virtude da realização de diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil no Auditório Nelson Carneiro da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, para analisar e propor alterações ao Sistema Nacional de Defesa Civil.	Casildo Maldaner	09/06/2011
RQS 601/2011	Solicita a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008.	Acir Gurgacz	15/06/2011
RQS 611/2011	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2007, e do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008.	Ana Amélia	15/06/2011
RQS 683/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011.	Acir Gurgacz	15/06/2011
RQS 684/2011	Audiência de comissão na tramitação de matéria - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011.	Acir Gurgacz	15/06/2011
RQS 735/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 17 de junho de 2011, quando estará, com ônus para a Casa, procedendo diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil, no Auditório Senador João Braga, da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, para analisar e propor alterações ao Sistema Nacional de Defesa Civil.	Jorge Viana	15/06/2011
RQS 736/2011	Requer, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 17 de junho de 2011, com ônus para a Casa, para proceder diligência da Comissão Temporária de Defesa Civil, no Auditório Senador João Braga, da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, para analisar e propor alterações ao Sistema Nacional de Defesa Civil.	Casildo Maldaner	15/06/2011
RQS 737/2011	Urgência para apreciação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2002.	Demóstenes Torres	15/06/2011
RQS 746/2011	Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2011 (nº 4.605/2009, na Casa de origem), do Deputado Marcos Montes, que ¿altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil¿.	Humberto Costa	16/06/2011
RQS 761/2011	Requerem, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o período do expediente da sessão do dia 23 de agosto de 2011 destinado a reverenciar a memória do cineasta, ator e escritor Glauber Rocha pela passagem dos 30 anos de seu falecimento, ocorrido em 22 de agosto de 1981.	Lídice da Mata	21/06/2011
RQS 762/2011	Requer, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 5 a 8 de julho de 2011, para participar, por indicação da Presidência, do 1º Congresso Internacional de Segurança Pública e Privada (1º Cisegur), a realizar-se em Lisboa, Portugal.	Pedro Taques	21/06/2011
RQS 764/2011	Urgência para matéria - PRS 26, de 2011.	Comissão de Assuntos Econômicos	21/06/2011
RQS 718/2011	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País no período de 03 a 07 de julho de 2011, para visitar Israel, a convite da Embaixada daquele país, para participar do "Seminário Internacional para Parlamentares Latinoamericanos", que ocorrerá em Jerusalém.	Flexa Ribeiro	28/06/2011
RQS 739/2011	Autorização para ausentar-me do País.	Flexa Ribeiro	28/06/2011
RQS 782/2011	Requerem, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o tempo destinado aos oradores do período do expediente da sessão do dia 19 de setembro de 2011 dedicado a comemorar a passagem do 21º (vigésimo primeiro) aniversário de criação do Sistema Único de Saúde - SUS.	Paulo Davim	28/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Aprovada pelo Plenário. Total: 43

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 786/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no dia 1º de julho de 2011 a fim de participar de Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, a realizar-se em Manaus - AM.	Marinor Brito	28/06/2011
RQS 797/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 2 a 6 de julho de 2011, com o fim de representar o Senado Federal, por indicação da Presidência, nas atividades comemorativas pela passagem do Bicentenário do Congresso Nacional do Chile, a realizar-se nos dias 3 a 5 de julho de 2011, no Chile.	Roberto Requião	29/06/2011
RQS 781/2011	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no dia 5 de julho de 2011, para participar de Sessão Extraordinária do Parlamento Amazônico - PARLAMAZ, no período de 3 a 5 de julho de 2011, na cidade de Lima, no Peru, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, sua ausência do país nesse período.	João Pedro	30/06/2011
RQS 801/2011	Solicita tramitação em regime de urgência para o PLC nº 116/2010.	Romero Jucá	30/06/2011

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 682/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2011.	Paulo Paim	02/06/2011
RQS 719/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2009.	João Vicente Claudino	14/06/2011
RQS 765/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2011.	Vital do Rêgo	21/06/2011
RQS 766/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2011.	Vital do Rêgo	21/06/2011
RQS 794/2011	Solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2011.	Eduardo Braga	29/06/2011

Encaminhada pela Presidência. Total: 53

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 623A/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pelos 129 anos do município de São Paulo de Olivença, no Amazonas, que ocorre no dia 31 de maio.	Vanessa Grazziotin	01/06/2011
RQS 623B/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações aos prefeitos e secretários de educação dos municípios cearenses de GRAÇA, POTENGI e CRATEÚS bem como aos diretores, membros do corpo funcional e estudantes de escolas desses municípios pelos excelentes resultados obtidos no Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC.	Inácio Arruda	01/06/2011
RQS 680/2011	Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de voto de louvor à empresa Tramontina pelo transcurso de seus cem anos de existência.	Pedro Simon	02/06/2011
RQS 685/2011	Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO FLORESTAL FM DE PLANALTO, pelo transcurso dos 11 anos de sua fundação, que ocorreu em 25 de maio de 2011.	Ana Amélia	06/06/2011
RQS 686/2011	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações ao SESCOOP/RS - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO do Estado do Rio Grande do Sul, pelo transcurso do Dia Internacional do Cooperativismo 2011, que ocorrerá em 02 de julho de 2011.	Ana Amélia	06/06/2011
RQS 687/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Educadora AM, pelo transcurso dos 16 anos de sua fundação, que ocorreu no dia 29 de maio 2011.	Ana Amélia	06/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Encaminhada pela Presidência. Total: 53

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 688/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Gazeta 101.7 FM, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação, que ocorreu no dia 28 de maio de 2011.	Ana Amélia	06/06/2011
RQS 689/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Gazeta 1.180 AM, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação, que ocorreu no dia 28 de maio de 2011.	Ana Amélia	06/06/2011
RQS 690/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Sananduva AM, pelo transcurso dos 32 anos de sua fundação, que ocorreu no dia 26 de maio de 2011.	Ana Amélia	06/06/2011
RQS 691/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Liberdade FM, pelo transcurso dos 28 anos de sua fundação, que ocorreu no dia 28 de maio de 2011.	Ana Amélia	06/06/2011
RQS 692/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio RBS TV Passo Fundo, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação, que ocorreu no dia 28 de maio de 2011.	Ana Amélia	06/06/2011
RQS 693/2011	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO ATLÂNTIDA FM, pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação, que ocorreu em 28 de maio 2011.	Ana Amélia	06/06/2011
RQS 694/2011	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Cacique AM, pelo transcurso dos 4 anos de sua fundação, que ocorreu no dia 26 de maio de 2011.	Ana Amélia	06/06/2011
RQS 695/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Pitangueira AM, pelo transcurso dos 4 anos de sua fundação, que ocorreu no dia 25 de maio de 2011.	Ana Amélia	06/06/2011
RQS 696/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Rádio Solaris AM, pelo transcurso dos 23 anos de sua fundação, que ocorreu no dia 26 de maio de 2011.	Ana Amélia	06/06/2011
RQS 698/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação de Voto de Aplauso ao Colégio São José, fundado em 1927 na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, por ser um dos educandários que têm desempenhado importante papel na formação da juventude petropolitana.	Marcelo Crivella	07/06/2011
RQS 702/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APALAUSO e AGRADECIMENTO a RONALDO LUÍS NAZÁRIO DE LIMA, o Ronaldo Fenômeno, que, no dia 7 de junho de 2011, se despede da Seleção Brasileira de Futebol.	Aníbal Diniz	07/06/2011
RQS 704/2011	Requer, nos termos regimentais, voto de aplauso ao Instituto Palmas, criado em 2003 pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE), que dirige o Banco Popular Palmas, instituição de microcrédito, que realizou, entre 2007 a 2009, 3.139 operações de financiamento a microempreendedores, gerando 2.000 postos de trabalho.	Eunício Oliveira	07/06/2011
RQS 706/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à DRA. SELMA MARIA BEZERRA JERÔNIMO, professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela homenagem que recebeu da Sociedade Americana de Medicina Tropical, passando a membro honorário da referida Instituição.	Paulo Davim	08/06/2011
RQS 716/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de São Mateus (ES) Amocim Leite, ocorrido no dia 24 de maio de 2011.	Magno Malta	09/06/2011
RQS 724/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO ENCRUZILHADENSE AM pelo transcurso dos 27 anos de sua fundação.	Ana Amélia	14/06/2011
RQS 725/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO CULTURA DE ARVOREZINHA FM pelo transcurso dos 19 anos de sua fundação.	Ana Amélia	14/06/2011
RQS 726/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO POP ROCK SERRA 95,3 FM pelo transcurso dos 22 anos de sua fundação.	Ana Amélia	14/06/2011
RQS 727/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO COTRISEL AM pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação.	Ana Amélia	14/06/2011
RQS 728/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO PELOTENSE AM pelo transcurso dos 86 anos de sua fundação.	Ana Amélia	14/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Encaminhada pela Presidência. Total: 53

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 729/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO CAIÇARA AM pelo transcurso dos 45 anos de sua fundação.	Ana Amélia	14/06/2011
RQS 730/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO CLUBE AM pelo transcurso dos 61 anos de sua fundação.	Ana Amélia	14/06/2011
RQS 734/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de pesar pelo falecimento da senhora GECI PRATES, ex-presidente do Sindicato dos Gráficos de Caxias do Sul.	Paulo Paim	15/06/2011
RQS 745/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Assembléia de Deus do Brasil que completa, no próximo dia 18 de junho de 2011, 100 anos de existência.	Flexa Ribeiro	15/06/2011
RQS 747/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à Rádio Minuano FM, pelo transcurso dos 25 anos de sua fundação.	Ana Amélia	16/06/2011
RQS 748/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à Rádio Real 540 AM, pelo transcurso dos 51 anos de sua fundação.	Ana Amélia	16/06/2011
RQS 749/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à Rádio Liberdade AM, pelo transcurso dos 4 anos de sua fundação.	Ana Amélia	16/06/2011
RQS 750/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à Rádio América AM, pelo transcurso dos 61 anos de sua fundação.	Ana Amélia	16/06/2011
RQS 751/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à Rádio Upacaraí AM, pelo transcurso dos 59 anos de sua fundação.	Ana Amélia	16/06/2011
RQS 752/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à Rádio Aratiba AM, pelo transcurso dos 52 anos de sua fundação.	Ana Amélia	16/06/2011
RQS 757/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a consignação de VOTO DE APLAUSO ao Sr. Antônio Cardoso do Amaral, professor de matemática do ensino fundamental e médio no município de Cocal dos Alves, Estado do Piauí, e aos seus alunos pelo excelente desempenho na Olimpíada Brasileira de Matemática.	João Vicente Claudino	16/06/2011
RQS 758/2011	Requerem, nos termos do art. 218, combinado com o art. 220, do Regimento Interno do Senado Federal, em virtude do falecimento do Deputado Luciano Moreira (PMDB-MA), a inserção em ata de voto de pesar, apresentação de condolências à família e ao Estado do Maranhão.	José Sarney	17/06/2011
RQS 763/2011	Requer, nos termos dos artigos 218, inciso VII, e 221, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 13 de junho de 2011, de ANTONIO BERTOLUCCI, presidente do Conselho de Administração do Grupo Lorenzetti.	Eduardo Suplicy	21/06/2011
RQS 767/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a emissão de VOTO DE APLAUSO ao superintendente da revista "Olhar Amazônico", Sr. RAIMUNDO COSTA DE SOUZA, pelo lançamento da revista que tem circulação na Região Norte, com notícias da Região Amazônica.	Geovani Borges	21/06/2011
RQS 768/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO à ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL OLHARES, pelo trabalho de difundir as artes visuais, destacando seus aspectos pedagógicos, sociais, econômicos e ambientais.	Paulo Davim	21/06/2011
RQS 774/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Município de Santarém pelo transcurso, no dia 22 de junho de 2011, dos seus 350 anos de existência.	Flexa Ribeiro	21/06/2011
RQS 776/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso à Universidade Estadual do Amazonas - UEA pelos seus 10 anos de criação, comemorados no dia 11 de janeiro de 2011.	Vanessa Grazziotin	22/06/2011
RQS 779/2011	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-ministro da Educação PAULO RENATO SOUZA, ocorrido no dia 25 de junho de 2011, na cidade de São Roque, São Paulo.	Alvaro Dias	27/06/2011

Matéria: Requerimento. Total: 179

Encaminhada pela Presidência. Total: 53

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 780/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza, ocorrido no dia 25 de junho de 2011.	Cícero Lucena	27/06/2011
RQS 783/2011	Requerem, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-ministro PAULO RENATO SOUZA, ocorrido no dia 25 de junho de 2011, na cidade de São Roque - SP.	Eduardo Suplicy	28/06/2011
RQS 788/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações ao COLÉGIO ESTADUAL HENRIQUE EMÍLIO MEYER pelo transcurso dos 80 anos de sua fundação.	Ana Amélia	28/06/2011
RQS 789/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações á TV Bandeirantes pelo transcurso dos 31 anos de sua fundação.	Ana Amélia	28/06/2011
RQS 790/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao Tribunal Regional do Trabalho - TRT da 11ª Região, agraciado com o Prêmio Excelência, entregue pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Tribunal Superior do Trabalho.	Vanessa Grazziotin	29/06/2011
RQS 791/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza.	Vanessa Grazziotin	29/06/2011
RQS 795/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do cineasta, crítico e gestor público Gustavo Dahl, ocorrido no dia 27 de junho de 2011, em Trancoso - BA.	Comissão de Educação	29/06/2011
RQS 796/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de PAULO RENATO SOUZA, ex-deputado federal e ex-ministro de Estado da Educação, ocorrido no dia 25 de junho de 2011, em São Roque - SP, aos 65 anos.	Comissão de Educação	29/06/2011
RQS 798/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao magistrado Jorge Manuel Lins, eleito no dia 28 de junho de 2011 para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	29/06/2011
RQS 800/2011	Requer, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, homenagens de pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual, ex-presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão e ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão Albérico de França Ferreira, ocorrido no dia 28 de junho de 2011, em São Luís - MA.	Geovani Borges	30/06/2011

Prejudicada. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1372/2009	Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro da Justiça sobre as ações e medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação aos fatos mencionados na revista Veja, edição nº 2133, e no jornal Folha de Boa Vista, de 06.10.09, acerca do sequestro do empresário e cidadão brasileiro VICENTE AGUIAR VIEIRA, em território venezuelano.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	09/06/2011
RQS 1373/2009	Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre as ações e medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação aos fatos mencionados na revista Veja, edição nº 2133, e no jornal Folha de Boa Vista, de 06.10.09, acerca do sequestro do empresário e cidadão brasileiro VICENTE AGUIAR VIEIRA, em território venezuelano.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	09/06/2011

Publicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 787/2011	Requerem, nos termos dos arts. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Senhor NORBERTO FRANCISCO RAUCH, ocorrido no dia 27 de junho de 2011.	Pedro Simon	28/06/2011

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 69

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
207-M	Marisa Serrano	13	01 e 02.06	Atividade Parlamentar
208-M	Eduardo Amorim	-	-	Retirada dos Requerimentos nº 179-M e 205-M
209-M	Eduardo Suplicy	-	-	Retirada do Requerimento nº 173/2011-M
210-M	João Durval	43, I	05 a 19.06	Licença Saúde
211-M	Cícero Lucena	13	02.06	Atividade Parlamentar
212-M	Kátia Abreu	43, I	01 a 03.06	Licença Saúde
213-M	Ana Amélia	13	21 e 22.06	Atividade Parlamentar
214-M	Vanessa Grazziotin	40, sem ônus	06.06	Atividade Parlamentar
215-M	Eduardo Amorim	13	08 e 09.06	Atividade Parlamentar
216-M	Blairo Maggi	43, II	20 a 24.06	Licença Particular
217-M	Ciro Nogueira	13	17 a 22.06	Atividade Parlamentar
218-M	Benedito de Lira	13	09.06	Atividade Parlamentar
219-M	Cícero Lucena	13	08.06	Atividade Parlamentar
220-M	Angela Portela	13	09.06	Atividade Parlamentar
221-M	Paulo Bauer	13	09.06	Atividade Parlamentar
222-M	Wellington Dias	13	09.06	Atividade Parlamentar
223-M	Sérgio Petecão	13	09.06	Atividade Parlamentar
224-M	Marisa Serrano	13	09.06	Atividade Parlamentar
225-M	Romero Jucá	13	09.06	Atividade Parlamentar
226-M	Luiz Henrique	13	09.06	Atividade Parlamentar
227-M	Marinor Brito	43, I	07 e 08.06	Licença Saúde
228-M	Lídice da Mata	13	15 e 16.06	Atividade Parlamentar
229-M	Cristovam Buarque	13	14 a 21.06	Atividade Parlamentar
230-M	Renan Calheiros	13	09.06	Atividade Parlamentar
231-M	Garibaldi Alves	13	14 a 16.06	Atividade Parlamentar
232-M	Humberto Costa	13	21.06	Atividade Parlamentar
233-M	Marisa Serrano	13	14 a 16.06	Atividade Parlamentar
234-M	Jorge Viana	13	21 e 22.06	Atividade Parlamentar
235-M	Wellington Dias	13	16.06	Atividade Parlamentar - Retira do pelo Requerimento nº 243-M
236-M	Wellington Dias	13	21.06	Atividade Parlamentar
237-M	Vicentinho Alves	13	26.06 a 03.07	Atividade Parlamentar
238-M	Ricardo Ferraço	13	15 e 16.06	Atividade Parlamentar
239-M	Marta Suplicy	13	21.06	Atividade Parlamentar
240-M	Marta Suplicy	43, II	22.06	Licença Particular
241-M	Ana Rita	13	16.06	Atividade Parlamentar
242-M	Rodrigo Rollemberg	13	18 a 23.06	Atividade Parlamentar
243-M	Wellington Dias	-	-	Retirada do Requerimento nº 235/2011 – M
244-M	Aloysio Nunes Ferreira	13	22 e 23.06	Atividade Parlamentar
245-M	Ataídes Oliveira	13	16.06	Atividade Parlamentar
246-M	Paulo Davim	13	03 a 08.07	Atividade Parlamentar
247-M	Kátia Abreu	43, I	10 a 17.06	Licença Saúde
248-M	Sérgio Petecão	13	21 e 22.06	Atividade Parlamentar
249-M	Armando Monteiro	43, I	21 e 22.06	Licença Saúde
250-M	João Durval	13	21 e 22.06	Atividade Parlamentar
251-M	Garibaldi Alves	13	21 e 22.06	Atividade Parlamentar
252-M	José Agripino	13	21, 22, 28, 29 e 30.06	Atividade Parlamentar
253-M	Itamar Franco	43, I	22.06 a 21.07	Licença Saúde
254-M	Maria do Carmo Alves	13	21.06	Atividade Parlamentar
255-M	Paulo Bauer	13	22.06	Atividade Parlamentar
256-M	Fernando Collor	13	21.06	Atividade Parlamentar
257-M	Jayme Campos	13	21.06	Atividade Parlamentar
258-M	Epitácio Cafeteira	43, I	16.06	Licença Saúde
259-M	Maria do Carmo Alves	13	22.06	Atividade Parlamentar
260-M	Jayme Campos	13	22.06	Atividade Parlamentar
261-M	Kátia Abreu	43, II	22.06	Licença Particular
262-M	Fernando Collor	13	22.06	Atividade Parlamentar
263-M	Kátia Abreu	13	27.06 a 02.07	Atividade Parlamentar
264-M	Marinor Brito	13	14 e 15.06	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
265-M	Marinor Brito	13	16.06	Atividade Parlamentar
266-M	Eduardo Braga	13	21 e 22.06	Atividade Parlamentar
267-M	Eduardo Braga	13	30.06	Atividade Parlamentar
268-M	Marcelo Crivella	43, I	28.06 a 18.07	Licença Saúde
269-M	João Vicente Claudino	13	30.06 Atividade	Parlamentar
270-M	Paulo Davim	13	30.06	Atividade Parlamentar
271-M	Wellington Dias	13	30.06	Atividade Parlamentar
272-M	Benedito de Lira	13	30.06	Atividade Parlamentar
273-M	Francisco Dornelles	13	30.06	Atividade Parlamentar
274-M	Maria do Carmo Alves	13	30.06	Atividade Parlamentar
275-M	Cícero Lucena	13	30.06	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha
01 a 30/06/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	-
Conjunta Solene	02
Total	**02**

Resenha Consolidada
02/02 a 30/06/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	02
Conjunta Solene	05
Total	**07**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PRN (aprovado)	01
Total	**01**

Sessões Realizadas
01 a 30/06/2011

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	07/06/2011, às 10 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.
Conjunta Solene	09/06/2011, às 10 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada a comemorar o 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha.

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 30/06/2011

Nº	Assunto
22/2011 (public. no DOU de 07/06/2011)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 521, de 31 de dezembro de 2010, que "Altera a Lei no 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e prorroga o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho do corrente ano.
23/2011 (public. no DOU de 07/06/2011)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 520, de 31 de dezembro de 2010, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSERH e dá outras providências" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho do corrente ano.
24/2011 (public. no DOU de 15/06/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 530, de 25 de abril de 2011, que "Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres".
25/2011 (public. no DOU de 15/06/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 531, de 25 de abril de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R$ 74.000.000,00, para os fins que especifica".
26/2011 (public. no DOU de 21/06/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 532, de 28 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2011, que "Acresce e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997,e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 30/06/2011

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
302/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 47, de 2011-CN (nº 203/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2011 (oriundo da Medida Provisória nº 514, de 2010), que "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
301/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica a manifestação do Senador Inácio Arruda e do Deputado Chico Lopes, consultando sobre a viabilidade da realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, no dia 5 de julho do corrente, terça-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o centenário de emancipação do município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
300/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 48, de 2011-CN (nº 208, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 8, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 21/06/2011 vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
299/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 50, de 2011-CN (nº 210, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 10, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 38.062.926,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 21/06/2011 vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
298/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 49, de 2011-CN (nº 209, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 9, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito especial no valor global de R$ 48.993.402,00, para os fins que especifica, e dá outras providências". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 21/06/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
297/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 18, de 2011-CN (nº 160/MF/2011, na origem), do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, que "Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2011". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 17/06/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
296/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 535, de 2011, que "Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências".
295/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Conselho da Justiça Federal o Ofício nº 34, de 2011-CN (OFÍCIO/PR N. 2011012515, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referente ao 1º quadrimestre de 2011. A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 16/06/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
292/2011 CN	Senador Eunício Oliveira – Presidente da CCJ	Comunica que em atenção ao Ofício Pres. n. 417/2010/CMO, do Presidente da CMO em 2010, o encaminhamento do exemplar do avulso do Parecer nº 9, de 2011-CN, apresentado ao Aviso nº 26, de 2006-SF, recomendando a prioridade na apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de autoria da CPMI dos Correios, e que atualmente tramita nesse Colegiado.
291/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 43, de 2011-CN (nº 188/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2011 (oriundo da Medida Provisória nº 518, de 2010), que "Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
290/2011 CN	Senhor Enrique Lewandowski – Presidente do TSE	Comunica a promulgação conforme autógrafo junto, da Resolução nº 1, de 2011-CN, aprovada pelo Congresso Nacional, em sessão realizada no dia 25 de maio do corrente ano, que "Dispõe sobre a representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências".
289/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do TCU o Aviso nº 731-GP/TCU, de 2011, na origem, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave na obra que menciona. A matéria está publicada no DSF de 11/06/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
288/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 17, de 2011-CN (nº 136-Seses-TCU-Plenário, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que "encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)". A matéria, publicada no DSF de 14/06/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
287/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 46, de 2011-CN (nº 196, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 7, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 19.285.346,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 14/06/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
286/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 45, de 2011-CN (nº 195, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 6, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor global de R$ 88.331.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 14/06/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
285/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 44, de 2011-CN (nº 194, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 5, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de R$ 24.376.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 14/06/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
284/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 16, de 2011-CN (nº 703-Seses-TCU-Plenário, na origem), do Presidente do TCU, que "Encaminha ao Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, o Relatório e sua síntese, sobre as Contas do Presidente da República, acompanhados de Votos e do Parecer Prévio Conclusivo, referentes ao exercício de 2010", recebido dentro do prazo constitucional, acompanhado das Contas do Governo Federal (Mensagem nº 24/2011-CN – nº 86, de 2011, na origem), e as dos seguintes Órgãos: - STF (Mensagem nº 25/2011-CN – nº 16/2011, na origem); - TST (Ofício nº 15/2011-CN – nº SECOI.TST.GP.Nº 4/2011, na origem); - STM (Ofício nº 16/2011-CN – nº 55/PRES-009/SEPLA-GS/2011, na origem); - MPU (Ofício nº 17/2011-CN – nº PGR/GAB/Nº 337/2011, na origem); - Conselho Nacional da Justiça (Ofício nº 18/2011-CN – nº 187/2011, na origem); - TJDF e dos Territórios (Ofício nº 19/2011-CN – nº 10.336/GPR/2011, na origem); - STJ (Ofício nº 20/2011-CN – nº 336/GP/2011, na origem); - Conselho Nacional do Ministério Público (Ofício nº 21/2011-CN – nº 034/2011/PRESI-CNMP, na origem); - TSE (Ofício nº 22/2011-CN – Ofício nº 1.291/2011 GMRL, na origem); - Conselho da Justiça Federal e Justiça Federal de Primeiro e Segundo graus (Ofício nº 23/2011-CN – Ofício/PR N. 2011011160/2011, na origem); e - Senado Federal (Ofício nº 24, de 2011-CN). O Parecer prévio está publicado em suplemento ao DSF de 11/06/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
283/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 42, de 2011-CN (nº 172, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 4, de 2011-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor global de R$ 205.600.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 07/06/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
282/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 41, de 2011-CN (nº 171, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 3, de 2011-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 999.119.180,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". A matéria, publicada em avulsos e no DSF de 07/06/2011, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
281/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu os Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 1º quadrimestre de 2011, dos seguintes Órgãos: - Governo Federal (Mensagem nº 37/2011-CN; nº 161, de 2011, na origem); - STF (Mensagem nº 38/2011-CN; nº 21/2011, na origem); - Câmara dos Deputados (Ofício nº 26/2011; nº 1.496GP-O/2011, na origem); - MPU (incluídas no relatório as despesas com pessoal concernentes ao Conselho Nacional do Ministério Público) e Ministério Público do DF e Territórios (Ofício nº 27/2011-CN; nº PGR/GAB/671/2011, na origem); - Conselho Nacional de Justiça (Ofício nº 28/2011-CN; nº 268/GP-COFI/2011, na origem); - TST (Ofício nº 29/2011-CN; OF.TST.GDGSET.GP nº 170/2011, na origem); - STM (Ofício nº 30/2011-CN; Ofício nº 137/PRES-013/SEPLA-GS/2011, na origem); - TCU (Aviso nº 13, de 2011-CN; Aviso nº 696-GP/TCU/2011, na origem); - TSE (Ofício nº 31/2011-CN; Ofício nº 2.146 SOF/GP, na origem); - STJ (Ofício nº 32/2011-CN; nº 518/GP, na origem); e - Senado Federal (Ofício nº 33, de 2011-CN; Ato do Presidente nº 116, de 2011, na origem). As matérias, publicadas no DSF de 03/06/2011, vão ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
280/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 534, de 2011, que "Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital **Tablet PC** produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo".
279/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 2 de junho de 2011, a Medida Provisória nº 535, de 2011, que "Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 06/06/2011.
278/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do TCU o Aviso nº 708-GP/TCU, de 2011, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional o Acórdão nº 3059/2011-TCU-2ª Câmara, daquela Corte de Contas, sobre licença sem remuneração de servidores públicos, tendo sido a matéria enviada À 1ª Secretaria do Senado Federal.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
277/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 7 de junho do corrente, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.
276/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi lida, na sessão do Senado Federal realizada em 1º/06/2011, a Mensagem nº 39, de 2011-CN (nº 167, de 2011, na origem), da Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação do Cumprimento da Meta de Superávit Primário, referente ao primeiro quadrimestre de 2011, tendo sido a matéria despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e publicada no DSF de 02/06/2011.
275/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil o Aviso nº 15, de 2011-CN (nº 57/2011-BCB, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, as Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 1º trimestre de 2011. A matéria está publicada no DSF de 02/06/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
274/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Presidente do TCU o Aviso nº 14, de 2011-CN (nº 700-GP/TCU/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do TCU referente ao 1º trimestre do exercício de 2011. A matéria está publicada no DSF de 02/06/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
271/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminhando o autógrafo da Resolução nº 01, de 2011- CN, aprovada pelo Congresso Nacional, em sessão realizada em 25 de maio do corrente ano, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências".
267/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 (CN), expirou, no dia 1º de junho do corrente ano, o prazo integral de vigência da Medida Provisória nº 520, de 31 de dezembro de 2010, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. – EBSERH e dá outras providências".
265/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 (CN), expirou, no dia 1º de junho do corrente ano, o prazo integral de vigência da Medida Provisória nº 521, de 31 de dezembro de 2010, que "Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e prorroga o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União".
263/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 36, de 2011-CN (nº 151/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2011 (oriundo da Medida Provisória nº 513, de 2010), que "Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH; oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH; autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados; altera o Anexo do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.887, de 24 de dezembro de 2008, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 11.314, de 3 de julho de 2006; revoga a Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
262/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica a publicação em avulsos e no DSF de 1º de junho do corrente ano, os Pareceres nºs 7, de 2011-CN, da Mesa do Senado Federal, e nº 8, de 2011-CN, da Mesa da Câmara dos Deputados, sobre o Projeto de Resolução nº 2, de 2008-CN, que "Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação". Informa, ainda, que o Parecer nº 7, de 2011-CN, também foi publicado sob o nº 1.354, de 2008, no DSF de 19/12/2008.
258/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica o encaminhamento da cópia do Ofício Pres. nº 182/2011/CMO, de 31 de maio do corrente, de alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 2, de 2011-CN que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução de Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências".

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha
01 a 30/06/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Ordinárias (ROR)	04
Extraordinárias (REX)	01
Audiências Públicas (RAP)	02
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Total	**07**

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	01	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	01	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	01	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	04	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
TOTAL	**07**	-

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	13					
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original						
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
- Errata						
- Redação Final						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	2					
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						1
Avisos CN (AVN)	6					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU						
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal	1					
- Outras Matérias	5					
Mensagens CN (MCN e MSG)	5					
- Prestação de Contas	2					
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	3					
Ofícios CN (OFN)	10					
- Prestação de Contas	1					
- Outras Matérias	9					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF	1					
Requerimentos CMO (RCMO)	3	1				
Emendas (período de 2/2 a 30/06/2011)	3335		10			
TOTAL	3375	1	10			1

Resenha Consolidada
29/03 a 30/06/2011

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	01
Ordinárias (ROR)	11
Extraordinárias (REX)	03
Audiências Públicas (RAP)	02
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	02
Total	**19**

Comitês Permanentes, Colegiados e Grupo de Trabalho

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	01	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	01	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	01	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	11	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento	-	-
TOTAL	**14**	**-**

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	**15**	**1**				
- Crédito Suplementar e Especial						
• Texto Original	1					
• Substitutivo						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
- Errata		1				
- Redação Final						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**5**					**4**
• Texto Original						
• Projeto de Lei de Conversão						
• Perda de Vigência (Decreto Legislativo)						1
Avisos CN (AVN)	**57**					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	3					
• Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2011						
• Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2011						
• Arquivamento						
- Prestação de Contas	3					
- Parecer Prévio do Governo Federal	3					
- Outras Matérias	48					
Mensagens CN (MCN e MSG)	**47**					
- Prestação de Contas	7					
- Relatório de Avaliação do PPA	5					
- Outras Matérias	35					
Ofícios CN (OFN)	**109**					
- Prestação de Contas	29					
- Outras Matérias	80					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	**2**					
Proposições SF	**4**					
Requerimentos CMO (RCMO)	**18**	**10**	**3**			
Emendas (período de 2/2 a 30/06/2011)	**3437**	**22**	**10**			
TOTAL	**3694**	**34**	**13**			**4**

Resultados de Reunião
01 a 30/06/2011

Reunião realizada em 1º de junho de 2011 (Ordinária)

Continuação da 7ª Reunião Ordinária (iniciada em 31/05/2011), convocada para 1º/06/2011, às 14 horas (Reiniciada às 14h49min e encerrada às 14h56min)

Pautas nºs 5, 6 e 7/2011

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

ORDEM DO DIA

PAUTA 5

1 - Apreciação do **Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências ".

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foram apresentadas 48 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com aprovação parcial das emendas nºs 5, 8, 11, 13, 16, 19, 26 e 44, e pela rejeição das demais.

Resultado: **Aprovado** por unanimidade na 7ª Reunião Ordinária, realizada **em 31/05/2011**.

2 - Apreciação do Relatório apresentado aos **Aviso nº 17/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514 , de 13 de agosto 2007, c/c o art . 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso 05/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamenteo da matéria.

Resultado: apreciação **adiada,** em virtude da ausência do Relator.

PAUTA 6

1 - Apreciação do Relatório apresentado à **Mensagem nº 24/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007", bem como o **Ofício nº 06/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 12/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007"; **Ofício nº 03/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 04/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 05/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 71, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007 "; **Ofício nº 07/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007" ; **Ofício nº 08/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 49 e no inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007"; **Ofício nº 09/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas ao Aviso nº 08/2007-TCU, de 04 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2007"; **Ofício nº 11/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007- TCU"; **Ofício nº 10/2008-CN** que " Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007.

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

Resultado: apreciação **adiada,** em virtude da ausência do Relator.

2 – Apreciação do Relatório a presentado ao **Aviso nº 09/2008-CN,** que "Encaminha ao Co ngresso Nacional, nos termos do a rt. 56, caput da Lei Co mplementar nº 1 01, de 2000 (Lei de Responsabili dade Fiscal), a prestação de co ntas dos gestore s do Tribunal de Contas da União - exercício 2007".

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéri a, concluindo p or um Projet o de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007.

Resultado: apreciação **adiada,** em virtude da ausência do Relator.

3 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)"; **Aviso nº 09/2009-CN**, que "Enca minha ao Congr esso Nacional cópi a do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundame ntaram, acerca de processo de acompanhame nto para verificar a conformidad e dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre d e 2008 com a Lei de Respo nsabilidade Fisc al, demais normativos, análise da dívida púb lica, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0.", **Aviso nº 19/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 - TCU - Plená rio, bem como do R elatório e do Vo to que o fundam entaram, relativo aos autos de acompanhament o constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada,** em virtude da ausência do Relator.

4 - Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de ag osto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubr o de 2000, o Relatório d e Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, refe rente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010", **Aviso nº 32/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 12 2 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.0 28, de 19 de outubro de 2000, o R elatório de Gestão Fi scal do Tribunal de Contas da União, referente a o 2º quad rimestre do e xercício de 2010", **Aviso 02/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.02 8, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Trib unal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: apreciação **adiada,** em virtude da ausência do Relator.

5 – Apreciação do **Requerimento nº 12/2011-CMO**, que "Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antonio P alocci Filho, para e xplicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no perí odo de quat ro anos – objeto de denú ncia veiculada p elo jornal Folha de São Paulo".

Autor: Deputado Efraim Filho.

Resultado: apreciação **adiada**, em virtude da falta de acordo.

6 – Apreciação do **Requerimento nº 13/2011-CMO**, que "Solicita seja convidado o Sr. Luiz An tonio Pagot, Diretor-Geral do Dnit, a fim de prestar informações sobre os gargalos à celeridade na execução das obras do Dnit".

Autor: Deputado Danilo Forte.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

Pauta nº 7 - Alterada

1 - Relatório a presentado ao **Aviso nº 09/2011-CN**, qu e "En caminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 - TCU - Plenári o, acompanhado d o Relatório e do Voto que o fun damentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização d a malha viária d o Distrito Industrial de Manaus - AM (TC 009.008/2009-3)".

Relator: Senador Vital do Rêgo.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela EX CLUSÃO do A nexo VI da Lei nº 12. 381/2011 (L OA 2011) das P rogramações de Trabalho 22.661.0392.5086.0101 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101/2010 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Resultado: apreciação **adiada**, por solicitação do Relator.

2 - **Requerimento nº 14/2011-CMO,** que "Requer a constituição de Gr upo de Trabalho para, em caráter p reventivo, acompanhar e fiscalizar o plan ejamento, a exe cução e o cumprimento d os comp romissos financeiros assumidos pel os órgã os e entida des da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mu ndo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016".

Autor: Deputado Wellington Roberto.

Resultado: apreciação **adiada**, em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal.

3 - Requerimento nº 15/2011-CMO, que "Requer do Senhor Secretário de Obras do Governo do Distrito Federal, dos Presidentes da Companhia U rbanizadora da N ova Capital do Brasil – NO VACAP, da Com panhia Imobiliária de Brasília- TERRACAP e dos representantes legais do Consó rcio Brasília 2014, formad os p elas Empresas Construtor as An drade Gutierrez S.A e pela Via Engenharia S.A informações sobr e o Convênio NUTRA/PROJU nº 323/2009 e sob re o Contrato de Empreitada nº 523/2010 para, em audiência pública, esclarecer, junto a esta Comissão, assuntos relacionados ao referido Contrato".

Autor: Deputado Giroto.

Resultado: **retirado** pelo autor, na 7ª Reunião Ordinária realizada **em 31/05/2011**.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal, de acordo com o disposto no *art. 107, Inciso III, § único do Regimento Interno do Senado Federal, e art. 46, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou reunião ordinária para o dia **7 de junho, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Reunião realizada em 1º de junho de 2011 (Audiência Pública)

1ª Reunião de Audiência Pública, convocada para 1º/06/2011, às 15 horas (Iniciada às 15h01 e encerrada às 16h40)

ABERTURA

Os trabalhos foram conduzidos pelo Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), Presidente da CMO.

Convidado: Sr. Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal, acompanhado pelo Superintendente Nacional de Repasses, da mesma instituição financeira, Sr. José Carlos Medaglia Filho.

Tema: esclarecimentos acerca do Requerimento nº 11/2011- CMO, de autoria do Senador Vital do Rêgo, aprovado na 4ª Reunião Ordinária realizada em 4/5/2011, que solicita a realização de audiência pública para debater sobre a operacionalização do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, com a presença do Presidente da Caixa Econômica Federal".

ENCERRAMENTO

Realizada a reunião, o Presidente da CMO, Senador Vital do Rêgo, agradeceu o comparecimento do Presidente da Caixa Econômica Federal e de sua equipe técnica.

Reunião realizada em 07 de junho de 2011 (Ordinária)

8ª Reunião Ordinária convocada para 07/06/2011, às 14h30min (Iniciada às 15 horas e encerrada às 15h03min)

Pauta nº 8/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25/5/2011;
. Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 31/5 e 1º/6/2011; e
. Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 1º/6/2011.

Pauta nº 8/2011

1 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 24/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007", bem como o **Ofício nº 06/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 12/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007"; **Ofício nº 03/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007 "; **Ofício nº 04/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem

como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 05/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 71, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 07/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007"; **Ofício nº 08/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 49 e no inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007"; **Ofício nº 09/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas ao Aviso nº 08/2007-TCU, de 04 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2007"; **Ofício nº 11/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007-TCU"; **Ofício nº 10/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007.

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

2 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007".

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, concluindo por um Projeto de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007.

3 - Relatório apresentado aos **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)"; **Aviso nº 09/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0.", **Aviso nº 19/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União e Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

4 – Relatório apresentado aos **Aviso nº 17/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso 05/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamenteo da matéria.

5 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 32/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso 02/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

6 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 06/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: no sentido de que o Congresso Nacional:

a) tome ciência do feito;

b)solicite ao TCU informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas, enumeradas no item 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas;

c) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação de sistema de acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea "f" do item 1.2.5.;

d) solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração Nacional informações sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas ações de prevenção e combate à desastres e ao apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea "b" do item 1.2.5.;

e) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação do sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea "d" do item 1.2.5;

f) solicite ao Ministério da Saúde informações sobre as providências adotadas em resposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde e ao sistema de

atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A, conforme descrito na alínea "a" e "c" do item 1.2.5 ; e encaminhe o processado ao arquivo.

7 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2011-CN**, que encaminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus - AM (TC 009.008/2009-3)".

Relator: Senador Vital do Rêgo.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela EXCLUSÃO do Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011) das Programações de Trabalho 22.661.0392.5086.0101 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101/2010 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

8 - **Requerimento nº 12/2011-CMO,** que "Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antônio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo".

Autor: Deputado Efraim Filho.

9 - **Requerimento nº 14/2011-CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016".

Autor: Deputado Wellington Roberto.

10 – **Requerimento nº 16/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou reunião ordinária para o dia **14 de junho, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Reunião realizada em 14 de junho de 2011 (Ordinária)

9ª Reunião Ordinária convocada para 14/06/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h59min e encerrada às 15 horas)

Pautas nºs 8 e 9/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo 2º Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda (PSDB/GO), no exercício da Presidência conforme dispõe o *caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.*

AVISO

O Presidente em exercício informou que no **dia 15 de junho, quarta-feira, às 15 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, será realizada reunião de audiência pública, com finalidade de ouvir o **Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sr. Arno Hugo Augustin Filho**, que prestará esclarecimentos acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao 1º quadrimestre de 2011, *conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF);* e sobre a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a pagar, em atendimento ao Requerimento nº 7/2011-CMO, de autoria do Deputado José Priante (PMDB/PA), aprovado na **4ª** Reunião Ordinária realizada no último dia 4 de maio.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente em exercício anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25/5/2011;
. Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 31/5 e 1º/6/2011;
. Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 1º/6/2011; e
. Ata da 8ª Reunião Ordinária, realizada no dia 7/6/2011.

Pauta nº 8/2011

1 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 24/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007", bem como o **Ofício nº 06/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 12/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007"; **Ofício nº 03/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007 "; **Ofício nº 04/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007 "; **Ofício nº 05/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 71, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 07/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007" ; **Ofício nº 08/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 49 e no inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007"; **Ofício nº 09/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas ao Aviso nº 08/2007-TCU, de 04 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2007"; **Ofício nº 11/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007-TCU"; **Ofício nº 10/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007.

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

2 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007".

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, concluindo por um Projeto de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007.

3 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)"; **Aviso nº 09/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 0 26.703/2008-0.", **Aviso nº 19/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União e Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

4 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso 05/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

5 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 32/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso 02/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

6 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 06/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: no sentido de que o Congresso Nacional:

a) tome ciência do feito;

b)solicite ao TCU informações sobre o and amento das repr esentações formalizadas pelo Mini stério Público de Contas, enumeradas no item 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas;

c) solicite ao Ministério do P lanejamento, Or çamento e Gestão informações sobre a impla ntação de siste ma d e acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea "f" do item 1.2.5.;

d) solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da In tegração Nacional informações sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e os ó rgãos est aduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas açõe s de prevenção e combate à desastres e ao apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea "b" do item 1.2.5.;

e) solicite ao Ministério do Plan ejamento, Orça mento e Gestão informações so bre a implantação do sistema int egrado de dados relativo a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea "d" do item 1.2.5;

f) solicite ao Ministério da S aúde informaçõ es sobre as providências adot adas em re sposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programa s Saúde da Fam ília, Saúde Bucal e Agente Comu nitário de Saúde e ao sistema de atendimento am bulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A ,confo rme descrito na alínea "a" e "c" do item 1.2.5 ; e encaminhe o processado ao arquivo.

7 - Relatório a presentado ao **Aviso nº 09/2011-CN**, qu e "En caminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 - TCU - Plenári o, acompanhado d o Relatório e do Voto que o fun damentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização d a malha viária d o Distrito Industrial de Manaus - AM (TC 009.008/2009-3)".

Relator: Senador Vital do Rêgo.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela EX CLUSÃO do A nexo VI da Lei nº 12. 381/2011 (L OA 2011) das P rogramações de Trabalho 22.661.0392.5086.0101 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101/2010 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

8 - Requerimento nº 12/2011-CMO, que "Solicita a convocação do Mi nistro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antônio P alocci Filho, para explicar a vultosa evolução pat rimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Fol ha de São Paulo".

Autor: Deputado Efraim Filho.

9 - Requerimento nº 14/2011-CMO, que "Requer a constituição de Gr upo de Trabalho para, em caráter p reventivo, acompanhar e fiscalizar o plan ejamento, a exe cução e o cumprimento d os comp romissos financeiros assumidos pel os órgã os e entida des da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mu ndo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016".

Autor: Deputado Wellington Roberto.

10 – Requerimento nº 16/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de r epasse da Caixa Econômica F ederal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

Pauta nº 9/2011

1 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 40/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art . 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008".

Relator: Deputado Ângelo Agnolin.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

2 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Br asil referentes ao 1º trimestre d e 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)."; **Aviso nº 27/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2010, confor me determina o art. 115 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (L ei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)."; **Aviso 37/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional conforme dete rmina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.2009 (Lei d e Diretrizes Orçamentárias para 2010), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2010."; **Aviso 4/2011-CN,** que "Encaminha as Dem onstrações Financeiras do Banco Centr al do Bra sil referentes ao e xercício de 2010, conforme det ermina o art. 1 15 da Lei 12.017 de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Or çamentárias par a 2010).".

Relator: Senador Anibal Diniz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regimen tal para deliberação na repr esentação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*,o Presidente em exercício encerrou a reunião.

Antes, convocou reunião or dinária para o dia **21 de junho, terça-feira, às 14h30min**, no ple nário 2 da C âmara dos Deputados.

Reunião realizada em 15 de junho de 2011 (Audiência Pública)

2ª Reunião de Audiência Pública, convocada para 15/06/2011, às 15 horas (Iniciada às 15h17 e encerrada às 16h58)

Os trabalhos foram conduzidos pelos Deputados Gilmar Machado (PT/MG) e Roberto Britto (PP/BA), 3º Vice-Presidente da CMO.

Convidado: Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, acompanhado pelo Subsecretário, Sr. Cleber Oliveira; do Secretário-Adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. George Soares e do Coordenador-Geral, da mesma Secretaria, Sr. Geraldo Julião.

Tema: esclarecimentos acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao 1º quadrimestre de 2011, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - *Lei Complementar nº 101, de 2000* – § 4º do *art. 9º;* e sobre a *disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a Pagar*, atendendo ao Requerimento nº 7/2011 -CMO, de autoria do Deputado José Priante (PMDB/PA), aprovado na 4ª Reunião Ordinária realizada em 4 de maio de 2011.

ENCERRAMENTO

Realizada a reunião, o Presidente em exercício da CMO, Deputado Roberto Britto, agradeceu o comparecimento do Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e de sua equipe técnica.

Reunião realizada em 21 de junho de 2011 (Ordinária)

10ª Reunião Ordinária convocada para 21/6/2011, às 14h30min (Iniciada às 15h02min e encerrada às 15h04min)

Pautas nºs 8 e 9/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25/5/2011;
. Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 31/5 e 1º/6/2011;
. Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 1º/6/2011;
. Ata da 8ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 7/6/2011;
. Ata da 9ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 14/6/2011; e
. Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 15/6/2011.

Pauta nº 8/2011

1 - Relatório apresentado à **Mensagem nº 24/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007", bem como o **Ofício nº 06/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 12/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007"; **Ofício nº 03/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007 "; **Ofício nº 04/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007 "; **Ofício nº 05/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 71, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade e Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 07/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007" ; **Ofício nº 08/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 49 e no inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça,

relativo ao exercício de 2007"; **Ofício nº 09/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas ao Aviso nº 08/2007-TCU, de 04 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2007"; **Ofício nº 11/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007-TCU"; **Ofício nº 10/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007.

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

2 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007".

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, concluindo por um Projeto de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007.

3 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)"; **Aviso nº 09/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 0 26.703/2008-0.", **Aviso nº 19/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União e Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

4 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso 05/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamenteo da matéria.

5 - Relatório apresentado aos **Aviso nº 33/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 32/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso 02/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

6 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 06/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: no sentido de que o Congresso Nacional:

a) tome ciência do feito;

b)solicite ao TCU informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas, enumeradas no item 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas;

c) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação de sistema de acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea "f" do item 1.2.5.;

d) solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração Nacional informações sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas ações de prevenção e combate à desastres e ao apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea "b" do item 1.2.5.;

e) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação do sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea "d" do item 1.2.5;

f) solicite ao Ministério da Saúde informações sobre as providências adotadas em resposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde e ao sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A, conforme descrito na alínea "a" e "c" do item 1.2.5 ; e encaminhe o processado ao arquivo.

7 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus - AM (TC 009.008/2009-3)".

Relator: Senador Vital do Rêgo.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela EXCLUSÃO do Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011) das Programações de Trabalho 22.661.0392.5086.0101 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101/2010 -

Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28 233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

8 - Requerimento nº 12/2011-CMO, que "Solicita a convocação do Mi nistro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antônio P alocci Filho, para explicar a vultosa evolução pat rimonial de seus b ens – no período de quatro anos – objeto de denú ncia veiculada pelo jornal Fol ha de São Paulo".
Autor: Deputado Efraim Filho.

9 - Requerimento nº 14/2011-CMO, que " Requer a constituição de Grupo de Trabalho para , em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o plan ejamento, a exe cução e o cumprimento d os comp romissos financeiros assumidos pel os órgã os e entida des da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mu ndo de Futeb ol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016".
Autor: Deputado Wellington Roberto.

10 – Requerimento nº 16/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de r epasse da Caixa Econômica F ederal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".
Autor: Deputado Efraim Filho.

Pauta nº 9/2011

1 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 40/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art . 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008".
Relator: Deputado Ângelo Agnolin.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

2 - Relatório ap resentado aos **Aviso nº 11/2010-CN**, qu e "En caminha ao Con gresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08. 09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)."; **Aviso nº 27/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2010, confor me determina o art. 115 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (L ei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)."; **Aviso 37/2010-CN**, que "Encaminha ao Con gresso Nacional conforme dete rmina o art. 1 15 da Lei 12.017, de 12.08.2009 (Lei d e Diretrizes Orçamentárias para 2010), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2010."; **Aviso 4/2011-CN,** que "Encaminha as Dem onstrações Financeiras do Banco Centr al do Bra sil referentes ao e xercício de 2010, conforme det ermina o art. 1 15 da Lei 12.017 d e 12.08.09 (Lei de Diretrizes Or çamentárias par a 2010).".
Relator: Senador Anibal Diniz.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regiment al para deliberação nas repres entações da Câmara dos Deputa dos e do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou as seguintes reuniões, a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados:
. **reunião ordinária**, **dia 28 de junho, terça-feira, às 14h30min; e**
. **reunião extraordinária**, **dia 29 de junho**, **quarta-feira**, **às 14h30min.**

E comunicou q ue estão sendo ultimadas pr ovidências para realização de **reunião de audiência pública**, com representantes da Infraer o, do D nit e Sinicon - S indicato Na cional da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura, para d ebater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, conforme Req. nº 1/2011-CMO, provavelmente, **dia 28 de junho, terça-feira, às 15 horas,** no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Reunião realizada em 28 de junho de 2011 (Ordinária)

11ª Reunião Ordinária convocada para 28/06/2011, às 14h30min (Iniciada às 14h55min e encerrada às 15h03min)

Pautas nºs 8 – Alterada, 09 e 10/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram iniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Em virtude da inexistência de *quorum* regiment al para deliberação na repres entação do Senado Federal, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos **e deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25/5/2011;
. Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 31/5 e 1º/6/2011;
. Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 1º/6/2011;
. Ata da 8ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 7/6/2011;
. Ata da 9ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 14/6/2011;
. Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 15/6/2011; e
. Ata da 10ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 21/6/2011.

Pauta nº 8/2011 - Alterada

1 – Relatório apresentado a Prestação de Contas do Governo Federal referente ao exercício de 2007, analisada pelo Tribunal de Contas da União, conforme o Aviso nº 18/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 71, inciso I, da Constituição Federal, documentos físicos, com o Relatório e sua síntese sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2007".

- Mensagem nº 24/2008-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007"; **Ofício nº 06/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 12/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007"; **Ofício nº 03/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 04/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 05/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 71, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 07/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007"; **Ofício nº 08/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 49 e no inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007"; **Ofício nº 09/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas ao Aviso nº 08/2007-TCU, de 04 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 2007"; **Ofício nº 11/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007-TCU"; **Ofício nº 10/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

2 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007".

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, concluindo por um Projeto de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007.

3 - Relatório apresentado aos **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 46/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 24/2008**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 25/2008**–Senado Federal; **OFN nº 26/2008**–Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 27/2008**–Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 28/2008**–Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 29/2008** – Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 30/2008**–Superior Tribunal Militar; e **OFN nº 23/2008**–Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Aviso nº 09/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0" que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 180/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 34/2008** – Câmara dos Deputados; **OFN nº 39/2008** – Senado Federal; **OFN nº 35/2008** – Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 36/2008** – Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 37/2008** – Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 38/2008** – Superior Tribunal de Justiça; e **OFN nº 33/2008** – Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Aviso nº 19/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 17/2009 –** Poder Executivo; **OFN nº 04/2009–**Câmara dos Deputados; **OFN nº 07/2009 –** Senado Federal; **OFN nº 02/2009**–Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 03/2009**–Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 05/2009–**Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 06/2009–**Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 08/2009–**Justiça Militar da União; e **OFN nº 01/2009**-Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

4 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso 05/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".

Relator: Senador Acir Gurgacz.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

5 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 32/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 02/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010".
Relator: Senador João Vicente Claudino.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

6 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 06/2011-CN** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010"; **Aviso nº 23/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 36/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 05/2011-CN** que " Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2010".
Relator: Senador Jayme Campos.
Voto: no sentido de que o Congresso Nacional:
a) tome ciência do feito;
b) solicite ao TCU informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas, enumeradas no item 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas;
c) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação de sistema de acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea "f" do item 1.2.5;
d) solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração Nacional informações sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas ações de prevenção e combate à desastres e ao apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea "b" do item 1.2.5;
e) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação do sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea "d" do item 1.2.5;
f) solicite ao Ministério da Saúde informações sobre as providências adotadas em resposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde e ao sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A, conforme descrito na alínea "a" e "c" do item 1.2.5 ; e encaminhe o processado ao arquivo.

7 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus - AM (TC 009.008/2009-3)".
Relator: Senador Vital do Rêgo.
Não foram apresentadas emendas.
Voto: pela EXCLUSÃO do Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011) das Programações de Trabalho 22.661.0392.5086.0101 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101/2010 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28 233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

8 - Requerimento nº 12/2011-CMO, que "Solicita a convocação do Ministro- Chefe da Casa Civil, Sr. Antônio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo".
Autor: Deputado Efraim Filho.

9 - Requerimento nº 14/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016".
Autor: Deputado Wellington Roberto.

10 – Requerimento nº 16/2011-CMO, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".
Autor: Deputado Efraim Filho.

Pauta nº 9/2011

1 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 40/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008".

Relator: Deputado Ângelo Agnolin.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

2 - Relatório apresentado aos **Aviso 4/2011-CN,** que "Encaminha as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017 de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 11/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 27/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; e **Aviso 37/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2010".

Relator: Senador Anibal Diniz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Pauta nº 10/2011

1 - Requerimento nº 17/2011-CMO que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas á execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

2 - Relatório apresentado aos **Ofício nº 21/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2010"; **Ofício nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2010"; **Ofício nº 46/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010"; e **Ofício 2/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16.06.2009, o Relatório Gerencial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador Fernando Collor.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

3 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 1º trimestre de 2010"; **Aviso nº 18/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 2º trimestre de 2010"; **Aviso nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008"; **Aviso nº 3/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria e recomendação que a Comissão adote a interpretação constante da Nota Jurídica PGBC- 527/2011, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela Autarquia

4 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 5/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 21/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 40/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referente ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 51/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768 de 14.08.2008 (LDO para 2009)".

Relator: Senador Cyro Miranda.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

5 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 44/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2354/2007 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag, referentes ao 3º quadrimestre de 2006, sobre o acompanhamento das publicações e do envio a Corte de Contas pelos titulares dos Poderes e Órgãos da esfera federal. (TC 002.798/2007-0)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 20/2007**–Poder Executivo; **OFN nº 01/2007**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 02/2007**– Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 04/2007 -**Tribunal Superior Eleitoral; e **OFN nº 03/2007–**Ministério Público da União .

Relator: Deputado Danilo Forte.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, cancelou a realização de **reunião de audiência pública**, com represe ntantes da Infra ero, do Dnit e Sinicon - Sindicato Nacional da Indústria d a Construção Pe sada-Infraestrutura, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenc iado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa d o Mundo, confo rme Requ erimento nº 1/2011- CMO (alterado), convocada para h oje, **dia 28 de junho, terça-feira, às 15 horas**, em virtude da impo ssibilidade de comparecimento do Presidente do Sinicon, justificado através do Ofici o 082/11 e aus ência de manifestação da assessoria parlamenta r da Infraero quanto ao comparecimento do seu presidente ou de alguém que o representasse.

E, comunicou a realização de reunião extraordinária, **dia 29 de junho, quarta-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, convocada anteriormente.

Reunião realizada em 29 de junho de 2011 (Extraordinária)

3ª Reunião Extraordinária convocada para 29/06/2011, às 14h30min (Iniciada às 15h03min e encerrada às 15h14min)

Pautas nºs 8 (Alterada), 09, 10 e 11/2011

ABERTURA

Os trabalhos foram iniciados pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Em virtude da inexistência de *quorum* regiment al para deliberação na repres entação do Senado Federal, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e **deixaram de ser apreciadas** as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25/5/2011;
. Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 31/5 e 1º/6/2011;
. Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 1º/6/2011;
. Ata da 8ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 7/6/2011;
. Ata da 9ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 14/6/2011;
. Ata da 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 15/6/2011; e
. Ata da 10ª Reunião Ordinária, convocada para o dia 21/6/2011.

Pauta nº 8/2011 - Alterada

1 – R elatório ap resentado a Pre stação de Co ntas do Governo F ederal r eferente ao e xercício de 2007, an alisada pelo Tribun al d e Contas da União, conforme o Aviso nº 18/2008-CN que "Encaminha ao Congres so Nacional, no s termos do artigo 71, inciso I, da Constituição Fed eral, documento s físicos, co m o Relatório e sua síntese sobre as Contas do Governo da Repúb lica referentes ao exercício de 2007".

- **Mensagem nº 24/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Naci onal em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as co ntas do Poder Executivo Feder al, referentes ao período de 1º de jan eiro a 31 de dezembro de 2007" ; **Ofício nº 06/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 06 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a p restação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 12/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade F iscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007"; **Ofício nº 03/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça E leitoral, referente ao exercício financeiro de 2007 "; **Ofício nº 04/2008-CN** que "Encaminha ao Con gresso Nacional em ate ndimento ao q ue determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/200 7 - TCU, o Relatóri o de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007" ; **Ofício nº 05/2008-CN** que "Enca minha ao Cong resso Nacional em atenção ao di sposto no art. 7 1, inciso I da Constituição Feder al, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Avi so nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 07/2008-CN** que "Encaminha ao Cong resso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007 , Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complement ar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007"; **Ofício nº 08/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional n os termos do disposto no inciso IX do a rt. 4 9 e n o inciso XXI V do art. 84 da C onstituição Feder al, bem como n o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007"; **Ofício nº 09/2008-CN** que "Enca minha ao Cong resso Nacional em cumpriment o ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elab orado de acordo com as orientações contidas ao Aviso nº 08/2007-TCU, de 04 de novembro de 2007, o R elatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Fed eral de 1º e 2º graus, referente ao exercício de 20 07"; **Ofício nº 11/2008-CN** que "Encaminha ao Congresso Naci onal o Rela tório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativa s ao exercício de 2007, com os dados e demons trativos requerid os por me io do Aviso nº 07/2007-TC U"; **Ofício nº 10/2008-CN** qu e "Encaminha ao Congresso Naci onal cumprindo determinação expressa no Art. 56 da Lei Com plementar nº 10 1 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestaç ão de Contas do Ministé rio Público da U nião, referent e a o exercício de 2007".

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela aprov ação das Conta s do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados.

2 – Relatório ap resentado ao **Aviso nº 09/2008-CN**, que "Encam inha ao Congres so Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007".

Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéri a, concluindo p or um Projet o de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007.

3 - Relatório apresentado aos **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2 008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 46/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 24/2008**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 25/2008**–Senado Fed eral; **OFN nº 26/2008**–Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 27/2008**–Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 28/2008**–Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 29/2008** – Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 30/2008–**Superior Tribunal Militar; e **OFN nº 23/2008–**Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Aviso nº 09/2009-CN que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do A córdão nº 451, de 2009 - TCU - Plená rio, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerc a de processo d e acompanhamento para verificar a c onformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida púb lica, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/20 08-0" que a nalisa, para a CM O, os RGF encam inhados atra vés das seguint es proposições: **MCN nº 180/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 34/2008** – Câmara dos Deputados; **OFN nº 39/2008** – Senado Federal; **OFN nº 35/2008** – Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 36/2008** – Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 37/2008** – Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 38/2008** – Superior Tribunal de Justiça; e **OFN nº 33/2008** – Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Aviso nº 19/2009-CN que " Encaminha ao Congresso Nacional cópia do A córdão Nº 1059/200 9 - TCU - Plenár io, bem como do Relatório e do V oto que o funda mentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para ana lisar os Relatórios de Gest ão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da Uniã o Feder al, com vistas à verificação do cumprimento dos limit es estabelecidos na Lei de Re sponsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através da s seguintes propo sições: **MCN nº 17/2009** – Poder Executivo; **OFN nº 04/2009**–Câmara dos Dep utados; **OFN nº 07/2009** – Sena do Federal; **OFN nº 02/2009**–Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 03/2009**–Supremo Tribunal Feder al e Conselho Na cional de Justiça ; **OFN nº 05/2009**–Tribunal Supe rior do Trabalho; **OFN nº 06/2009**–Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 08/2009**–Justiça Militar da União; e **OFN nº 01/2009**-Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

4 – Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da L ei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 20 08", **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso N acional o Relató rio de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso 05/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fisca l deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008".

Relator: Senador Acir Gurgacz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

5 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2010-CN**, que "Encamin ha ao Congr esso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei n º 12.017, de 12 d e agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Con tas da União, r eferente ao 1º quadrimestre do exercício de 2 010"; **Aviso nº 32/2010-CN**, qu e "Encaminha a o Congresso Nacional, em atendimento ao art. 12 2 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.0 28, de 19 de outubro de 2000, o R elatório de Gestão Fi scal do Tribunal de Contas da União, referente a o 2º quad rimestre do e xercício de 2010"; **Aviso nº 02/2011-CN**, que "Encaminha a o Congr esso Nacional, nos termos do art. 1 22 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o a rt. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, d e 1 9 de outu bro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010".

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

6 – Relatório ap resentado aos **Aviso nº 06/2011-CN** qu e "Encaminha, nos ter mos do § 4º do art. 71 da Con stituição Federal, o Relatório de Ativ idades do Tribu nal de Contas da União, ref erente ao e xercício de 2010"; **Aviso nº 23/2010-CN** que "Encaminha a o Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do ar tigo 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Cont as da União referente ao 2º trimestre do exe rcício de 2010"; **Aviso nº 36/2010-CN** que "Enca minha ao Congr esso Nacional, em cu mprimento a o disposto no § 4º d o art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVI DADES do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exer cício de 2010"; **Aviso nº 05/2011-CN** que " Encaminha ao Congr esso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do a rtigo 71 da Constituição Federal, O RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de C ontas da União, referente ao 4º trimestre de 2010".

Relator: Senador Jayme Campos.

Voto: no sentido de que o Congresso Nacional:

a) tome ciência do feito;

b) solicite ao TCU informações sobre o andamento das repres entações formalizadas pelo Min istério Público de Contas, enumeradas no item 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas;

c) solicite ao Ministério do P lanejamento, Or çamento e Gestão informações sobre a impla ntação de siste ma d e acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea "f" do item 1.2.5;

d) solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da In tegração Nacional informações sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e os ó rgãos est aduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas ações de prevenção e combate à desastres e ao apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea "b" do item 1.2.5;

e) solicite ao Ministério do Plan ejamento, Orça mento e Gestão informações so bre a implantação do sistema int egrado de dados relativo a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea "d" do item 1.2.5;

f) solicite ao Ministério da S aúde informaçõ es sobre as providências adot adas em re sposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programa s Saúde da Fam ília, Saúde Bucal e Agente Comu nitário de Saúde e ao sistema de

atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A, conforme descrito na alínea "a" e "c" do item 1.2.5 ; e encaminhe o processado ao arquivo.

7 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 09/2011-CN**, que encaminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus - AM (TC 009.008/2009-3)".

Relator: Senador Vital do Rêgo.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: pela EXCLUSÃO do Anexo VI da Lei nº 12. 381/2011 (LOA 2011) das Programações de Trabalho 22.661.0392.5086.0101 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101/2010 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28 233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

8 - **Requerimento nº 12/2011-CMO,** que "Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antônio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo".

Autor: Deputado Efraim Filho.

9 - **Requerimento nº 14/2011-CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016".

Autor: Deputado Wellington Roberto.

10 – **Requerimento nº 16/2011-CMO**, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados".

Autor: Deputado Efraim Filho.

Pauta nº 9/2011

1 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 40/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008".

Relator: Deputado Ângelo Agnolin.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

2 - Relatório apresentado ao **Aviso 4/2011-CN,** que "Encaminha as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017 de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 11/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 27/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; e **Aviso 37/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2010".

Relator: Senador Anibal Diniz.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Pauta nº 10/2011

1 - **Requerimento nº 17/2011-CMO** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"."

Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto.

2 - Relatório apresentado ao **Ofício nº 21/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2010"; **Ofício nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2010"; **Ofício nº 46/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010"; e **Ofício 2/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16.06.2009, o Relatório Gerencial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador Fernando Collor.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

3 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 1º trimestre de 2010"; **Aviso nº 18/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 2º trimestre de 2010"; **Aviso nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008"; **Aviso nº 3/2011-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11. 882, de 23 de dezembro de 2008, relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010".

Relator: Senador Delcídio do Amaral.

Voto: pelo arquivamento da matéria e recomendação que a Comissão adote a interpretação constante da Nota Jurídica PGBC- 527/2011, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela Autarquia

4 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 5/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 21/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 40/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referente ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 51/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768 de 14.08.2008 (LDO para 2009)".

Relator: Senador Cyro Miranda.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

5 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 44/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2354/2007 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag, referentes ao 3º quadrimestre de 2006, sobre o acompanhamento das publicações e do envio a Corte de Contas pelos titulares dos Poderes e Órgãos da esfera federal. (TC 002.798/2007-0)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 20/2007**–Poder Executivo; **OFN nº 01/2007**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 02/2007**– Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 04/2007** -Tribunal Superior Eleitoral; e **OFN nº 03/2007**–Ministério Público da União.

Relator: Deputado Danilo Forte.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Pauta nº 11/2011

1 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei Nº 2/2011-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências". **(PLDO/2012).**

Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Foram apresentadas 3.010 emendas.

Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 3.010 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela APROVAÇÃO a 122, pela APROVAÇÃO PARCIAL a 1276 e pela REJEIÇÃO das demais 1612.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou reunião ordinária para o dia **5 de julho, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas

01 a 30/06/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	4	-	3	7
CAS	-	5	1	6
CCJ	5	6	1	12
CE	4	5	1	10
CMA	2	1	5	8
CDH	-	10	-	10
CRE	4	2	-	6
CI	-	6	2	8
CDR	1	3	1	5
CRA	-	5	1	6
CCT	-	6	1	7
CMMC	-	-	-	-
TOTAL GERAL	20	49	16	85

SUBCOMISSÕES	REUN.	PROP.	REL.
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	1	-	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	2	-	-
Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual –	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	2	2	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE	1	1	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	1	-	-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Álcool, "Crack" e outras	1	2	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	-	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	3	-	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	-	-	-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 –	2	-	-
Temporária para Acomp.Exec.Obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	1	-	-
Temporária de Acomp. Conferência da ONU sobre Desenv. Sustentável – CMARIO –	1	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	-	-	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	-	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	-	-	-
Permanente Comb.Trab. Escravo e Acomp. da Regul. Fund. da Amazônia Legal –	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças	3	-	-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas –	-	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	2	-	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	-	-	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	-	-	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	20	5	-

Proposições Apreciadas
01 a 30/06/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	-	3	12	5	-	-	1	-	3	-
CAS	-	-	-	-	2	11	8	-	-	-	-	-	-
CCJ	6	1	-	4	4	4	-	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	16	5	4	5	-	-	-	-	-	-
CMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
CDH	-	-	-	1	2	3	9	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	1	1	-	11	-	-	-	-	8	6
CI	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-
CDR	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	1	1	5	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	-	-	1	56	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	6	1	-	22	18	35	48	56	-	1	1	12	6

Proposições Apreciadas
01 a 30/06/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR COM	REQ COM	PAR E REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	39
CAS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	35
CCJ	10	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	-	-	55
CE	1-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	37
CMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	11
CDH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	29
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	31
CI	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	15
CDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	14
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	62
CMMC	-	-			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	13	4	-	-	-	-	-	-	-	1	107	-	-	331

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS (T) – Projeto de Decreto Legislativo (terminativo)
PDS (NT)– Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo)
PRS – Projeto de Resolução
IND – Indicação
MSF – Mensagem "SF"
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário
OFS – Ofício "SF"
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
DIV – Diversos
PET – Petição
PET (SF) – Petição "SF"
PAR – Parecer Comissão
REQ e ADIT (COMISSÃO) - Requerimento e Aditamento de Comissão e Subcomissão
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
CONS., QUESTÃO ORDEM e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 30/06/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	19	2	6	27
CAS	-	18	1	19
CCJ	18	12	3	33
CE	13	17	1	31
CMA	9	4	11	24
CDH	-	41	2	43
CRE	14	13	2	29
CI	2	18	4	24
CDR	4	12	1	17
CRA	-	16	4	20
CCT	-	18	5	23
CMMC	-	-	-	-
TOTAL GERAL	79	171	40	290

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	4	16	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	3	-	-
Permanente das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual –	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF	8	6	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde –	3	6	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP	7	3	-
Temporária de Pol. Sociais sobre Depend. Químicos de Álcool, "Crack" e	10	10	-
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	-	-	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	9	1	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	2	-	-
Permanente de Acomp. da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016	12	6	-
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo	3	-	-
Temporária de Acomp. Conferência da ONU sobre Desenv. Sustentável –	4	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	2	1	-
Permanente de Combate ao Trab. Escravo e Acomp. da Regul. Fund. da	-	-	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI	1	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP	1	-	-
Permanente Comb.Trab. Escravo e Acomp. da Regul. Fund. da Amazônia	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE	-	-	-
Permanente de Acomp. da Rio +20 e do Regime Internacional sobre	9	2	-
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas –	-	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	5	1	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	8	9	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	2	8	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	-	-	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	93	69	-

Proposições Apreciadas
02/02 a 30/06/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	1	5	15	17	-	-	1	-	14	-
CAS	-	2	-	1	5	21	13	-	-	-	-	2	-
CCJ	11	2	-	6	13	14	4	-	-	2	-	4	1
CE	-	-	-	20	6	10	10	-	-	-	-	1	-
CMA	-	-	-	2	2	2	2	-	-	-	1	-	-
CDH	-	-	-	1	7	3	13	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	1	3	1	13	-	22	-	-	24	12
CI	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	5	-
CDR	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	-	1	4	8	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	1	1	1	101	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	11	4	-	32	44	71	87	101	22	3	1	50	13

Proposições Apreciadas
02/02 a 30/06/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR	REQ COM	PAR REL SUB	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	-	2	--	-	-	-	-	-	-	-	41	-	-	96
CAS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-	75
CCJ	21	-	-	-	2	-	-	-	-	2	56	-	-	138
CE	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	36	-	-	85
CMA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	46	-	-	56
CDH	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	90	-	-	118
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	1	103
CI	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	-	-	47
CDR	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	-	23
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-	43
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-	131
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	26	6	1	2	2	-	-	-	-	2	437	-	1	916

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes
01 a 30/06/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio do Amaral
Vice-Presidente: Senador Lobão Filho

21ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

Discussão e Votação das Emendas da Comissão ao PL nº 2/2011-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2012 (PLDO/2012) que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 25 emendas ao PLDO/2012 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

2ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até EUR 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e um consórcio formado pelos bancos BNP Paribas S.A. e Hapoalim B.M., cujos recursos destinam-se ao "Projeto AM-X" (projeto de modernização da aeronave AMX).
Autoria: Presidenta da República
Relatoria Ad Hoc: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Faculta ao Segurado, nos contratos de seguros de automóveis, a escolha do prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado.
Autoria: Deputado Pepe Vargas
Relatoria Ad Hoc: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Francisco Dornelles, na forma da Subemenda que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para aumentar em 30% (trinta por cento) o montante dedutível, na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, das despesas com seguros e planos de saúde, e dispõe sobre a concessão às pessoas jurídicas de selo e certificado de excelência no cuidado com a saúde do empregado.
Autoria: Senador Jorge Yanai
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto por 16 votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, a qual determina que os Municípios notifiquem em até dois dias úteis o recebimento de recursos.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto por 16 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 435, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e a Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, para estabelecer a incidência de Taxa Selic na hipótese de ressarcimento do saldo acumulado de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Autoria: Senador Francisco Dornelles
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatoria Ad Hoc: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2003
TERMINATIVO

Altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que "institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a discutir as implicações, para a economia brasileira, das interferências políticas e partidárias na gestão de empresas estatais e privadas, com a presença das seguintes autoridades: Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; Sr. Armínio Fraga Neto, Presidente do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA; Sr. Gilberto Mifano, Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC; e Sr. Carlos Antonio Rocca, Especialista em Mercado de Capitais.
Iniciativa: Senador Alvaro Dias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, a ser realizar em 2

(dois) dias, com o objetivo de discutir o tema: "Renovação das Concessões", tendo como convidados no primeiro dia: Sr. Mauro Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo; Sr. Otávio Carneiro de Rezende, Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia; Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres; e Sra. Elena Landau, Consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes e, no segundo dia: Exmo. Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Sr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento; Exmo. Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; e Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras.
Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater a estratégia de política comercial e as relações bilaterais entre Brasil e China, especialmente o escopo dos Acordos Comerciais que foram assinados na última visita da Presidente Dilma Rousseff àquele país asiático, tendo como convidados: Sr. Emílio Garofalo Filho, Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Executivo (Camex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Exmo. Sr. Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Itamaraty; Sr. Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE); Sr. Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit); e Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).
Iniciativa: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a "Política de Investimentos da Petrobras 2011 a 2014", com a presença do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras.
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "Economia e Competitividade: a Importância da Inovação", com a presença do Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 18
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a "Política para Erradicação da Pobreza, Distribuição de Renda e Fortalecimento de Mercado Interno de Massas", com a presença dos seguintes convidados: Exma. Sra. Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e Sr. Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
Iniciativa: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 19

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer a inclusão do nome do Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 19 de 2011 - CAE, de iniciativa do Senador Luiz Henrique, destinada a discutir a dívida dos Estados com a União.
Iniciativa: Senador Cyro Miranda
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 20
MENSAGEM (SF) Nº 81, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até EUR 36.150.000,00 (trinta e seis milhões e cento e cinquenta mil euros), entre o Município de Curitiba, Estado do Paraná, e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

ITEM Nº 21
MENSAGEM (SF) Nº 82, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até U$ 21,600,000.00 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Modernização e Humanização da Saúde".
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria.

3ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 11/2011–CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e nº 26/2011-CAE, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, com a finalidade de apresentar os resultados do censo demográfico 2010 e debater a distribuição dos recursos do Fundo de Participação Municípios – FPM.

PARTICIPANTES

- Eduardo Pereira Nunes – Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Eduardo Coutinho Guerra, Subsecretário de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Paulo Ziulkoski - Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011
CONJUNTA COM A
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA,
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE,
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016
E COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011-CI, nº 16, de 2011-CAE, nº 26, de 2011-CMA e nºs 15 e 16, de 2011-CDR, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá e João Pedro, e Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita, com a finalidade de debater a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país.

PARTICIPANTES

- Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República;
- Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero;
- Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

23ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2010 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências.
Autoria: Senador Demóstenes Torres
Relatoria Ad Hoc: Senador Armando Monteiro
Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3 incorporadas à Emenda nº 1-CAE (Substitutivo)".

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 4º da Lei no 8.730, de 10 de novembro de 1993, para estabelecer que as declarações de bens exigidas nas prestações de contas ao Tribunal de Contas da União sejam disponibilizadas mediante acesso aos dados informatizados disponíveis na autoridade tributária.
Autoria: Senador Renato Casagrande
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE.

ITEM Nº 04
AVISO Nº 3, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco - PR.
Autoria: Ministro de Estado da Fazenda
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pelo encaminhamento de cópia do Aviso nº 3 de 2001, de seus anexos e desse relatório, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as providências cabíveis; pelo encaminhamento de expediente, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Pato Branco - PR, comunicando a sujeição desse Município às

sanções previstas no art. 23, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e posterior arquivamento do Aviso nº 3 de 2011.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.
Autoria: Deputado Clodovil Hernandes
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, e a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, para permitir que recursos do Fundo Nacional de Saúde sejam alocados a projetos de saneamento básico.
Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF)
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, DE 2007 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 2º ao art. 15 da Lei nº 4.595, de 1964, recepcionada pela Constituição de 1988 como Lei Complementar, com vistas a determinar a prestação de contas ao Senado Federal pelo Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria Ad Hoc: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela prejudicialidade da Matéria.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade da Matéria.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer a inclusão de representante da HBO entre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 12 de 2011-CAE.
Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater o atual estado de endividamento da população brasileira e suas conseqüências financeiras, econômicas e sociais no futuro, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil; Sr.

Raul Velloso, Consultor; Sr. José Pastore, Professor da Universidade de São Paulo; Sr. José Márcio Camargo, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; e Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.
Iniciativa: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer a inclusão dos Srs. Apostole Lazaro Chryssafidis, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, e José Barat, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre os convidados para debater a Aviação Regional do Brasil, em aditamento ao Requerimento nº 29 de 2011-CAE.
Iniciativa: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado.

24ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nº 27 e 28, de 2011-CI, aprovados em 19 de maio e 09 de junho do corrente, respectivamente, e Requerimento nº 28, de 2011-CAE, aprovado em 07 de junho do corrente, todos de autoria do Senador Delcídio do Amaral, com o objetivo de debater a Renovação das Concessões.

PARTICIPANTES

- Paulo Pedrosa – Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia – ABRACE;
- Otávio Carneiro de Rezende – Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia – ABIAPE;
- Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente da Companhia Energética de São Paulo – CESP;
- Elena Landau – Consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudês.

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011, CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOCONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nº 20, de 2011 – CCJ, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira; nº 15 e 24, de 2011 – CCT; nº 12, de 2011 – CAE; nº 14, de 2011 – CE e nº 13, de 2011 – CMA para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que "*dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências*", veiculada por meio de videoconferência com a participação de Assembleias Legislativas.

PARTICIPANTES

- Manoel Rangel - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema – ANCINE;
- João Carlos Saad - Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA;
- Luciana Ferri Sobrosa de Mello - Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO;
- Marcos Alberto Sant'anna Bitelli - Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA;
- Francisco Mistrorigo - Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV;

- Ara Apkar Minassian - Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- Evandro Guimarães - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Organizações GLOBO;
- Daniel Pimentel Slaviero - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – SBT;
- Marcio Novaes - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Record;
- José Francisco de Araujo Lima Neto - Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; e
- Eduardo Levy Cardoso Moreira - Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL.

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2011, ORDINÁRIA

ITEM Nº 01
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a criar conta garantidora, com recursos de até R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para garantir o adimplemento das obrigações assumidas no contrato de venda de ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (em liquidação) - BERJ.
Autoria: Senador Francisco Dornelles
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias para apreciação e pronunciamento, por Junta Comercial, do pedido de registro de pequena ou microempresa.
Autoria: Deputado Giacobo
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 642, DE 2007 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão ao Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte fabricantes de bebidas não-alcoólicas.
Autoria: Senador Renato Casagrande
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 04
AVISO Nº 138, DE 2000
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 570, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativo ao Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde - REFORSUS, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido. (TC - 013.790/97-8).
Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pelo arquivamento do Aviso nº 138 de 2000.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo arquivamento do

Aviso nº 138 de 2000.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dar nova redação ao Art. 16 e disciplinar a participação da União no financiamento da Seguridade Social.
Autoria: Senador Mário Couto
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria Ad Hoc: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta o Artigos 6º-A à Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, que "Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências".
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatoria Ad Hoc: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria Ad Hoc: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2008
TERMINATIVO

Cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB.
Autoria: Senador Renato Casagrande
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria Ad Hoc: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto
Resultado: A Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por 15 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 579, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), e dá outras providências, para vedar a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de contas correntes de pessoas físicas com renda e movimentação financeira mensais de até R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).
Autoria: Senador Valdir Raupp

QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 599, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), e dá outras providências, para vedar a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de contas correntes de pessoas físicas com movimentação financeira mensal de até R$ 1.200,00.
Autoria: Senador Francisco Dornelles

E COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 601, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória Sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), e dá outras providências, para vedar a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de contas correntes de pessoas físicas com movimentação financeira mensal de até R$ 1.200,00.
Autoria: Senador Francisco Dornelles
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria Ad Hoc: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela prejudicialidade dos PLS nºs 579, 599 e 601 de 2007.
Resultado: A Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por 14 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2009
TERMINATIVO

Outorga isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes na importação a os equipamentos hospitalares sem similar nacional.
Autoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria Ad Hoc: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, de audiência pública com o objetivo de discutir a universalização do atendimento de energia elétrica para consumidores localizados longe das redes, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Sr. Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; e Sr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee.
Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer a inclusão, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 28 de 2011 - CAE, dos seguintes nomes: Sr. Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica - Abrage; Sr. José Cláudio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica - Abrate; Sr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica-Abradee; e Sr. Paulo Skaff, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os indicativos de irregularidades contidos no relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica sobre a administração, por parte da Eletrobras, dos recursos da "Reserva Global de Reversão (RGR)", com a presença das seguintes autoridades: Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; e Sr. José da Costa Carvalho Neto, Diretor Presidente da Eletrobras.
Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado.

27ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao requerimento nº 33/2011 - CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer a realização de audiência pública com a presença, como expositor, do Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, a fim de discorrer sobre o tema "Economia e Competitividade: a Importância da Inovação".

PARTICIPANTE

- Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Ordinária – Deliberativa: 03
Ordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta - Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 39
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 03
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 05
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 12
Projeto de Resolução do Senado: 01
Aviso: 02
Mensagem (SF): 03
Requerimento – CAE: 13

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL – CAESTN (CAE)

Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011

Realizada com a finalidade de debater o tema "Sistema Tributário Brasileiro: Competitividade Externa."

PARTICIPANTES

- Roberto Giannetti da Fonseca, Diretor Titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp;
- Júlio Sérgio Gomes de Almeida, Diretor-Executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – Iedi;
- João Hamilton Rech, Coordenador de Tributos sobre a Produção e Comércio Exterior da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Luis Felipe de Barros Reche, Assessor da Área de Administração Aduaneira da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL – CAEAPF (CAE)

Presidente: Senador Francisco Dornelles
Vice-Presidente: Senador Cyro Miranda

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 2011 AUDIÊNCIA PÚBLICA

Realizada com a finalidade de debater e analisar os seguintes relatórios correspondentes ao período de janeiro a abril de 2011.

PARTICIPANTES

- "Relatório sobre Balanços de Pagamentos" e "Relatório sobre a Política Fiscal – Resultados Fiscais"
  Convidado: Sr. Fernando Alberto Sampaio Rocha – Chefe Adjunto do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil
- "Balança Comercial Brasileira"
  Convidada: Sra. Tatiana Lacerda Prazeres – Secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- "Análise de Arrecadação"
  Convidado: Sr. Raimundo Eloi de Carvalho – Coordenador da Coordenação de Previsão e Análise de Arrecadação da Receita Federal do Brasil
- "Resultado do Tesouro Nacional"
  Convidado: Sr. Cleber Ubiratan de Oliveira – Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: Senador Jayme Campos
Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre a instalação de janelas de ventilação nos elevadores de transporte de passageiros.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 467, de 2009, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2007

TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.029, de 1995, para vedar a fixação de limite etário máximo e outras práticas discriminatórias, na admissão ou permanência da relação jurídica de trabalho do idoso e dá outras Providências.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatoria "Ad hoc": Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 que apresenta
Resultado: Aprovados o Projeto e a Emenda nº 1-CAS.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 2003
TERMINATIVO

Altera o artigo 74 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo)
Resultado: Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ-CAS) ao PLS 466, de 2003, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2010
TERMINATIVO

Acrescenta art. 51-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o cômputo especial do tempo de contribuição dos garimpeiros empregados e contribuintes individuais para fins de aposentadoria por idade e dá outras providências.
Autoria: Senador Gilberto Goellner
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria "Ad hoc": Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2010
TERMINATIVO

Obriga a realização de exame médico pericial para a suspensão de pagamento do benefício de auxílio-doença, e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1 e 2 que apresenta
Resultado: Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 660, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre o exercício da profissão técnico em sistema de segurança e disciplina os cursos de treinamento e habilitação, bem como e a revenda de instrumentos e ferramentas utilizadas na profissão.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 a 5 que apresenta
Resultado: Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS a 5-CAS.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o período de carência para a concessão do benefício da aposentadoria por idade para as donas de casa de baixa renda previsto no § 13 do art. 201 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação do Projeto
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2007
TERMINATIVO

Insere o art. 2º-D na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e acrescenta o inciso VIII ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para que parte dos recursos do FAT seja destinada às operações do FIES.
Autoria: Senador Wilson Matos
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o art. 3º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, e acrescenta § 4º ao art. 3º da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, para definir que o Serviço Militar ou o Serviço Alternativo de Médicos, Farmacêuticos ou Dentistas diplomados por Instituição de Ensino Superior regular seja realizado na Amazônia Legal, preferencialmente nos municípios com menos de duzentos mil habitantes, e dá outras providências.
Autoria: Senador Gilvam Borges
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 581, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação final ambientalmente adequada, por fabricantes, reformadores e importadores.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, para resguardar as transferências de recursos federais para ações nas áreas de educação, saúde e assistência social das restrições decorrentes do registro de inadimplementos no Cadin e no Siafi.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 143, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Contrário ao Projeto
Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para, com a participação dos convidados relacionados em lista anexa, debater sobre a situação dos portadores de xeroderma pigmentoso e a necessidade de atendimento integral por meio do Sistema Único de Saúde. Convidados: Carlos Frederico Martins Menck, Biólogo, Professor Titular do Departamento de Microbiologia do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo; Marcelo Celestino de Santana, Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Cidadão do Ministério Público do Estado de Goiás; Gleice Francisca Machado, Educadora, Presidente da Associação dos Portadores de Xeroderma Pigmentoso de Goiás (Apoderma-GO); Sulamita Costa Wirth Chaibub. Médica-Chefe da Divisão de Dermatologia do Hospital Geral de Goiânia da Secretaria da Saúde do Estado de Goiás; Secretário de Saúde do Governo de Goiás, Dr. Antônio Faleiros.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a descriminalização do uso de drogas com o Dr. Fernando Henrique Cardoso – Sociólogo e Presidente da Comissão Global de Políticas sobre Drogas.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Deputado Paulo Teixeira (PT-SP) para debater sobre a descriminalização das drogas, em aditamento ao Requerimento aprovado nesta Comissão.
Autoria: Senador Cícero Lucena
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 189 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CAE, acrescido da Emenda de redação que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAE-CAS e 2-CAS. A Comissão aprova o Requerimento nº 20, de 2011-CAS, de URGÊNCIA para a matéria, por iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Paulo Paim e Waldemir Moka.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II combinado com 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara 189, de 2010, que "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre organização da Assistência Social."
Autoria: Senadora Lúcia Vânia, Senadores Paulo Paim e Waldemir Moka
Resultado: Aprovado.

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011,
CONJUNTA COM A
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 14, de 2011–CAS e nº 67, de 2011–CDH, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, com a finalidade de debater a proposta da ANVISA de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite.

PARTICIPANTES

- Paulo Giorelli, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Nutrologia – ABRAN
- Dirceu Brás Aparecido Barbano, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- Geniberto Paiva Campos, Editor da Revista Centro-Oeste de Cardiologia – RECOC,
- Antonio Carlos Lopes, Presidente da Sociedade Brasileira de Clinica Médica – SBCM
- João Salles, Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia – SBEM,
- Desiré Carlos Callegari, Secretário do Conselho Federal de Medicina – CFM,
- Durval Ribas Filho, Presidente da Associação Brasileira de Nutrologia – ABRAN

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e Votação das Emendas da Comissão ao PLN nº 2/2011-CN – Projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias para o ano de 2012 (PLDO/2012) que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 25 emendas ao PLDO/2012 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 2003
TERMINATIVO

Altera o artigo 74 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Roberto Requião
Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para fazer incidir sobre a receita bruta proveniente do faturamento a contribuição patronal destinada à Seguridade Social e a contribuição para custeio do seguro de acidente do trabalho e aposentadorias especiais devidas pelas empresas do setor de transporte público urbano e metropolitano de passageiros.
Autoria: Senador Clésio Andrade

Relatoria: Senador Gim Argello
Relatoria "Ad hoc": Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2011
TERMINATIVO

Estabelece intervalos de descanso para trabalhadores em transporte público urbano e metropolitano. Acrescenta § 5º ao art. 71 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
Autoria: Senador Clésio Andrade
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2010 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que "Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências".
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatoria "Ad hoc": Senador Wellington Dias
Relatório: Contrário ao Projeto
Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 569, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 3º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a distribuição de alimentação escolar nos dias úteis não letivos para os alunos matriculados na educação básica pública.
Autoria: Senador Cícero Lucena
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria "Ad hoc": Senador Clésio Andrade
Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para discutir o financiamento da saúde no Brasil, com os seguintes convidados: Ministro da Saúde, Alexandre Padilha; Ministra do Planejamento, Miriam Belchior; Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS; Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; Representante do Conselho Nacional de Saúde – CNS; Sanitarista, Áquilas Mendes.
Autoria: Senadores Humberto Costa, Waldemir Moka, Eduardo Amorim, Casildo Maldaner e Paulo Davim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 64, de 2010-CAS, cujo objetivo era instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2010.
Autoria: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir os Senhores Senadores em relação ao Projeto de Lei do Senado Nº 302, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, com a participação do seguinte convidado: Sr. Ronaldo Rolim – Secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.
Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo de funcionamento da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas– CASDEP, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.
Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requer, "nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir os Senhores Senadores em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2005, do Senador Valdir Raupp, com a participação dos convidados":

- Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Representante do Ministério da Previdência Social;
- Representante do Ministério da Pesca e Aqüicultura; e
- Representante dos Pescadores.

Autoria: Senadora Ana Rita
Resultado: Aprovado.

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2011–CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2011, que "altera dispositivos da Lei nº 11.901,de 12 de janeiro de 2009. (Substitui a expressão "Bombeiro Civil" por "Brigadista Particular")

PARTICIPANTES

- Carlos Eduardo P. A. Casa Nova – Coronel Casa Nova - Presidente da Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil - LIGABOM e Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE;
- Gladimir Murer - Tenente-Coronel Murer - Diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC;
- Luiz Tadeu Vilela Blumm - Coronel Blumm - Comandante Operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;
- Marcus Vinicius Braz de Camargo - Tenente-Coronel Vinicius - Chefe da Assessoria Parlamentar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;
- Augusto Carvalho - Deputado Federal, Câmara dos Deputados;
- Chico Vigilante - Deputado Distrital - Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- Ivan Campos - Presidente do Conselho Nacional dos Bombeiros Civis e

- Francisco José Antônio da Silva - Chico Bombeiro, Presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do Distrito Federal – SINBOCIVIL/DF.

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2006
TERMINATIVO

Considera a atividade profissional de motorista de táxi prejudicial à saúde para efeito da concessão de aposentadoria especial.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Pela prévia manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ sobre a constitucionalidade do Projeto, nos termos do artigo 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal
Observações: - Votação simbólica em virtude da conclusão do voto do Relator.
Resultado: Aprovado Parecer que conclui pela prévia manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ sobre a constitucionalidade do Projeto, nos termos do artigo 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas, e dá outras providências. (cadáver não reclamado no prazo de 30 dias será destinado às escolas de estudo para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico).
Autoria: Deputado Alexandre Silveira
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatoria "Ad hoc": Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda de redação que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAS, de redação.

ITEM Nº 03
AVISO Nº 36, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos da Lei nº 10.748, de 2003, mídia com os registros do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE referentes aos anos de 2003 a 2009.
Autoria: Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pelo conhecimento do Aviso e posterior arquivamento.
Resultado: Aprovado Parecer que conclui pelo conhecimento do Aviso e posterior arquivamento.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.
Autoria: Senador Expedito Júnior
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Favorável ao PLS nº 24, de 2008, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta; e contrário ao PLS nº 111, de 2008.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao PLS nº 24, de 2008, na forma da Emenda nº 2 -CAS (Substitutivo); e contrário ao PLS nº 111, de 2008.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2008

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais.
Autoria: Senador Flávio Arns
Relatoria: Senador João Vicente Claudino

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Proíbe a prestação de atividades de natureza permanente da Administração por trabalhador contratado por empresa interposta ou cooperativa de trabalho e modifica o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983 e a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.
Autoria: Senador Walter Pinheiro
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com o objetivo de instruir o PLS 714/07 que dispõe sobre o recolhimento e o destino final de pilhas e baterias usadas. Para a ocasião, sugiro a presença do: CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente); Assessor técnico Adriano Gerin Ribeiro responsável pela Câmara Técnica Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos; Coordenadores José Cláudio Junqueira Ribeiro e André Luiz Saraiva do Grupo de Trabalho: Resíduos de Equipamentos Eletrônicos; CNC (Confederação Nacional do Comércio), Presidente Antonio José Domingues de Oliveira Santos; CNI – (Confederação Nacional da Indústria), Presidente Robson Braga de Andrade; ABRADEC – (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania), Presidente Erasmo Mario Jesus Martinez; IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), Coordenadora Executiva Marilena Lazzarini; ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), Presidente Humberto Barbato; Zilda Maria Faria Voloso, Gerente de Resíduos Perigosos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Carlos Zaim, diretor da ABBAI (Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais); SINDPEÇAS, Presidente Paulo Butori. Sugiro a realização da audiência em dois blocos – Convidados 1º Bloco: CNC (Confederação Nacional do Comércio), CNI – (Confederação Nacional da Indústria), ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), ABBAI (Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais) e SINDPEÇAS. Convidados 2º Bloco: CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), ABRADEC – (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania), IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e Zilda Maria Faria Voloso.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 111/2010, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que " altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências."
Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência:

- Dr. Salomão Rodrigues Filho – Psiquiatra e Presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás;
- Dr. Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti – Psiquiatra, 3º vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM) e Presidente do Conselho Regional de Medicina de Alagoas;
- Dr. Marcelo Ferreira Caixeta – Psiquiatra especialista em dependência química;
- Sra. Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte - Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD);
- Representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de discutir a "Jornada de Trabalho de Psicólogos e Fonoaudiólogos como Profissionais da Saúde", instruindo assim, os PLCs 150/2009 e 119/2010, tendo como convidados:

a) Sra. Fernanda Magano, Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos;
b) Sr. Humberto Cota Verona, Presidente do Conselho Federal de Psicologia;
c) Sr. Rogério Giannini, Presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo;
d) Sra. Bianca Arruda Queiroga, Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia;
e) Sra. Carla Monteiro Girodo, Vice-Presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia;
f) Sra. Lúcia Masini, Professora-Doutora Docente do Curso de Fonoaudiologia da PUC-SP.

Autoria: Senadora Marta Suplicy
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2011-CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do Artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de diligência desta Comissão de Assuntos Sociais, a ser realizada na cidade de São Paulo – SP, em local, horário e convidados a serem definidos posteriormente, com a finalidade de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 27/2011, que "Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, e dá outras providências".

Autoria: Senadora Marta Suplicy
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Extraordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 35
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 11
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 08
Aviso (não terminativo): 01
Requerimento - CAS: 13

Obs.: Turno Suplementar ao PLS nº 467, de 2009
Turno Suplementar ao PLS nº 466, de 2003

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CASDEF (CAS)

Presidente: Senador Lindbergh Farias
Vice-Presidente: VAGO

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-CASDEF

NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, requeremos a realização de Audiências Públicas para discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, com os convidados que serão oportunamente indicados, os seguintes temas: 1. A pessoa com deficiência no Plano Brasil sem Miséria (junho/2011); 2. Inclusão da audiodescrição nas programações das emissoras de televisão digital (julho/2011); 3. Fomento à tecnologia assistiva e o pacote de ações do Ministério de Ciência e Tecnologia (agosto/2011); 4. A saúde da pessoa com deficiência: adoção de protocolos de saúde; acessibilidade de equipamentos médicos; formação de equipes de saúde multidisciplinares (setembro/2011); 5. A educação da pessoa com deficiência: a Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE); o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) e os casos concretos do INES e do IBC (outubro/2011); 6. Acessibilidade e vida independente da pessoa com deficiência: Copa, Olimpíadas, Política de Mobilidade Urbana e Programa Minha Casa, Minha Vida 2 (novembro/2011); 7. O esporte para pessoa com deficiência: do incentivo a iniciantes ao atleta de alto rendimento (dezembro/2011).
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CASDEF
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública para discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, o tema da pessoa com deficiência no Plano Brasil sem Miséria, conforme Plano de Trabalho aprovado por esta Subcomissão de acordo com o Requerimento nº 5, de 2011-CASDEF, com os convidados abaixo relacionados, sem prejuízo de outros que poderão vir a compor a lista: Ana Fonseca, Secretária Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Regina Atalla, Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Família – RIADIS.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Resultado: Aprovado

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 5 e 6, de 2011 – CASDEF, de autoria do Senador Lindbergh Farias, com a finalidade de debater o tema "A pessoa com deficiência no Plano Brasil sem Miséria".

PARTICIPANTES

- Simone Aparecida Albuquerque, Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (Secretaria Nacional de Assistência Social), Representante da Secretária Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
- Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE
- Regina Atalla, Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias – RIADIS
- Rosinha da Adefal (ADEFAL - Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas) Deputada Federal

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 02
Requerimento CASDEF: 02

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE (CAS)

Presidente: Senador Humberto Costa
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DEJUNHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2011 – CASSAÚDEF, de autoria dos Senadores Humberto Costa e Waldemir Moka, com a finalidade de debater o tema: "Modelo de Implantação e estratégia de atendimento das unidades de emergência (Serviço Móvel de Urgência – SAMU e Unidades de Atendimento – UPA)."

PARTICIPANTES

- Paulo de Tarso Abrahão - Coordenador-Geral de Urgência e Emergência do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde – MS,
- Renilson Rehen - Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, Representante da Presidente do CONASS, Senhora Beatriz Figueiredo Dobashi,
- Nilo Brêtas Júnior - Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS e
- Sergio Timerman - Diretor da Divisão Clínica do Laboratório de Pesquisa, Treinamento e Simulação em Emergências Cardiovasculares do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – InCor/HCFMUSP

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011 – CASSAUDE
NÃO TERMINATIVO

Requer, "com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, com o objetivo de discutir a situação dos hospitais públicos. Para a ocasião, sugiro a presença de:

- Dr. Roberto Luiz D´Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM;
- Dra. Beatriz Figueiredo Dobashi, Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Saúde – CONASS;
- Dr. Antonio Carlos Nardi, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS;
- Ana Paula Falcão, Coordenadora-Geral de Atenção Hospitalar do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde – MS.

Autoria: Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CASSAÚDE: 01

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP (CAS)

Presidente: Senador Paulo Paim

Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CASEMP, de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de Ciclo de Debates no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.
- 4ª Audiência Pública – Tema: "Trabalho decente (saúde dos trabalhadores) - Ferroviários"

PARTICIPANTES

- Jorge Moura - Diretor-Executivo do Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF,
- João Edacir Calegari Morais - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado do Rio Grande do Sul – SINDIFERGS, e Diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários – FNTF,
- Luiz Cláudio Barbosa - Diretor da Federação Interestadual dos Trabalhadores Ferroviários da Central Única dos Trabalhadores – FITF/CUT,
- Antonio Machado Rozante - Presidente da Associação Nacional dos Servidores do Serviço Social das Estradas de Ferro – ASSEF ,
- Carlos Antônio Vitoretti - Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas na Área de Transporte e Manutenção em Equipamentos Ferroviários de Conselheiro Lafaiete/MG – SINTEF-CL,
- Raimundo Neves de Araújo - Presidente da Associação Mútua Auxiliadora dos Empregados da Estrada de Ferro Leopoldina (RJ)

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS – CASDEP (CAS)

Presidente: Senador Wellington Dias
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

10ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2011 – CASDEP, de autoria da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka, com a finalidade de bater o tema: " Experiência de Movimentos Sociais na prevenção à dependência química de álcool, "crack" e outras drogas".

PARTICIPANTE

- Dom Irineu Danelon , Bispo de Lins/São Paulo, responsável pela Pastoral da Sobriedade da CNBB, Representante do Cardeal-Arcebispo Dom Raymundo Damasceno Assis, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011-CASDEP
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no art. 90, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Odilon de Oliveira, titular da 3ª Vara Federal Criminal da 1ª Subseção Judiciária de Campo Grande – MS , da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul - Tribunal Regional Federal da Terceira Região, para tratar de assunto de interesse público relevante, nesta Subcomissão de Políticas Públicas e Dependentes Químicos, referente à destinação a ser dada aos bens apreendidos nas operações de combate ao tráfico de drogas e, a possibilidade de reversão dos valores respectivos, em medidas preventivas ao uso/tráfico de substâncias causadoras de dependência química"
Autoria: Senador Waldemir Moka,
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011 – CASDEP
NÃO TERMINATIVO

Com fulcro no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligências, no formato de visita técnica ao estado da Bahia, dos membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outros – CASDEP, ao Centro de Estudos de Terapia do Abuso de Drogas – CETAD, da Universidade Federal da Bahia, e ao Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas – CAPSad, no Pelourinho, Salvador, Estado da Bahia.
Requeiro, ainda, que as visitas sejam assessoradas por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais para prestar assistência à presidência da Subcomissão.
Autoria: Senadora Lídice da Mata e Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 02
Requerimento - CASDEP: 02

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Eunício de Oliveira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 14 da Constituição Federal para dispensar da exigência de filiação partidária os candidatos nas eleições municipais.
Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Contrário à Proposta.
Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Proposta. Vota vencido o Senador Pedro Taques.

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.
Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável à Proposta, com a Emenda de redação que apresenta, e favorável à Emenda nº 1.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que Institui o Código Civil.
Autoria: Deputado Marcos Montes
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda de redação que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

23ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública para debater Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, que "*altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias*", em cumprimento ao requerimento nº 21, de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

PARTICIPANTE

Ministro Cezar Peluso - Presidente do Supremo Tribunal Federal

24ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFICIO "S" Nº 16, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, a indicação do advogado JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA, inscrito na OAB/Ceará sob o nº 7.563, para composição do Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do advogado JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA, para composição do Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezenove (19) votos favoráveis.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 26, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do inciso II do artigo 130-A, da Constituição Federal, o nome da Senhora Procuradora da Justiça Militar MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Procuradoria-Geral da República
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora Procuradora da Justiça Militar MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com dezenove (19) votos favoráveis.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 16, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, a indicação do advogado JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA,

inscrito na OAB/Ceará sob o nº 7.563, para composição do Conselho Nacional de Justiça."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 26, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome da Senhora Procuradora da Justiça Militar MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado.

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2011
TERMINATIVO

Altera o art. 91 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a transferência de domicílio eleitoral por Prefeitos e Vice-Prefeitos durante o exercício do mandato.
Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto favorável ao projeto.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2011
Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Resultado: A matéria é dada como definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 03
-PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2011
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do FNDE - FCFNDE; cria, no âmbito do Poder Executivo Federal, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, a serem alocados no Ministério da Educação, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; altera o Anexo II da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 179, DE 2010
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo à Força Terrestre Equatoriana.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecida pela Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008.
Autoria: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2066
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.
Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados
Autoria do Projeto: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006, com o acatamento da redação da ementa e dos seguintes dispositivos modificados pela Câmara: § 4º do art. 126, nos termos do art. 1º do SCD nº 265, de 2006; § 1º e § 2º do art. 129, nos termos do art. 1º do SCD nº 265, de 2006; supressão do art. 2º da redação original oferecida pelo Senado, com a consequente renumeração da cláusula de vigência, na forma do art. 2º do SCD nº 265, de 2006. Por conseguinte, o voto é pela rejeição do *caput* do artigo 126, de seus § 1º, incisos I e II, § 2º, e do *caput* dos arts. 127, 128 e 129, mantendo-se a redação originalmente aprovada pelo Senado para esses dispositivos, na forma do art. 1º do PLS nº 265, de 2006; rejeição dos §§ 3º, 5º, 6º e 7º do art. 126, e do parágrafo único do art. 127, acrescidos na forma do art. 1º do SCD nº 265, de 2006; manutenção dos §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do art. 126 originalmente aprovado pelo Senado, na forma do art. 1º do PLS nº 265, de 2006, nos termos de texto consolidado, com os ajustes determinados, conforme faculta o art. 133, § 6º, do RISF.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado o depoimento, nesta Comissão, do Senhor Antonio Palocci Filho, sobre as denúncias de tráfico de influência e enriquecimento ilícito que implicaram na multiplicação de seu patrimônio em vinte vezes nos últimos quatro anos."
Autoria: Senador Álvaro Dias.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado o depoimento do Senhor Antonio Palocci Filho ao plenário desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a fim de prestar informações sobre as denúncias publicadas na imprensa nacional que dão conta de variação do seu patrimônio pessoal em mais de vinte vezes em apenas quatro anos."
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 36 DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, para, perante os membros desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, prestar os devidos esclarecimentos sobre as afirmativas divulgadas na

Edição de 25 de maio de 2011 da Folha de S. Paulo, segundo as quais o até então ministro da Fazenda Antônio Palocci Filho foi o responsável pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa."
Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 37 DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 14, de 2011- CCJ, aprovado em 20/04/2011, que a audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de debater as regras de aquisição de terras no Brasil por estrangeiros, inclua como convidado: Sr. Luciano Garcia Rossi – Advogado e Sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogado."
Autoria: Senador Armando Monteiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 38 DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 93, I e II, do RISF, seja realizada audiência pública, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a presença do Exmo. Sr. Ophir Filgueiras Cavalcanti Junior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, e do Exmo. Dr. Joaquim de Arruda Falcão Neto, Diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas – FGV, para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, da qual sou primeiro signatário."
Autoria: Senador Ricardo Ferraço.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 39 DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara, nº 29, de 2011."
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 40 E 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006."
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado.

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Reunião destinada à apresentação de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 02, de 2011 - CN (PLDO 2012), que *"dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2012 e dá outras providências."*
Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 8 emendas ao PLDO/2012 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

27ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFICIO "S" Nº 23, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, a indicação do advogado ALMINO AFONSO FERNANDES, inscrito na OAB/Mato Grosso sob o nº 3.498-B, para composição do Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do advogado ALMINO AFONSO FERNANDES, para composição do Conselho Nacional do Ministério Público, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 34, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução da Juíza TAÍS SCHILLING FERRAZ, da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul - Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público - Biênio 2011/2013.
Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Aécio Neves
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Juíza TAÍS SCHILLING FERRAZ, ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público - Biênio 2011/2013, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 23, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor ALMINO AFONSO FERNANDES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 34, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome da Senhora TAÍS SCHILLING FERRAZ, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado.

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011 - CE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 90, inciso XI, e art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrestadas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte até manifestação da CCJ (art.335, inciso I).
Autoria: Comissão de Educação, Cultura e Esporte
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Com voto no sentido de que: 1) devem ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse Poder

(projetos de lei autorizativa); 2) cumpre informar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, em 6 de abril de 2011, substitutivo ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 74, de 2009, que insere no art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal a hipótese de indicação que visa a sugerir a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva. O substitutivo contém regra de transição, que permite a formulação de requerimento de indicação como conclusão aos pareceres dos projetos de lei autorizativa em curso. A matéria, contudo, ainda se encontra em tramitação na Casa.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Confúcio Moura
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 32, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª (MT) Região e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2011."
Autoria: Senador Pedro Taques.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, pelo período de 7 (sete) dias, dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, composta por cinco membros, criada para no prazo de noventa dias analisar o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que *'Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações'*."
Autoria: Senador Eduardo Suplicy
Resultado: Aprovado.

29ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOCONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nº 20, de 2011 – CCJ, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira; nº 15 e 24, de 2011 – CCT; nº 12, de 2011 – CAE; nº 14, de 2011 – CE e nº 13, de 2011 – CMA para discutir o Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2010, que " *dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso*

condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências."
Resultado: A Audiência Pública realizada e veiculada por meio de videoconferência com a participação de Assembleias Legislativas.

PARTICIPANTES

- Manoel Rangel - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema – ANCINE;
- João Carlos Saad - Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA;
- Luciana Ferri Sobrosa de Mello - Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO;
- Marcos Alberto Sant'anna Bitelli - Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA;
- Francisco Mistrorigo - Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV;
- Ara Apkar Minassian - Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- Evandro Guimarães - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Organizações GLOBO;
- Daniel Pimentel Slaviero - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – SBT;
- Marcio Novaes - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Record;
- José Francisco de Araujo Lima Neto - Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; e
- Eduardo Levy Cardoso Moreira - Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL.

30ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFICIO "S" Nº 19, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do inciso VIII do artigo 103-B, da Constituição Federal, a indicação do Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, NEY JOSÉ DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, NEY JOSÉ DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 13 (treze) votos favoráveis.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 33, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete a indicação do Juiz JOSÉ GUILHERME VASI WERNER para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B da Constituição Federal.
Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Juiz JOSÉ GUILHERME VASI WERNER para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 13 (treze) votos favoráveis.

ITEM Nº 03
OFICIO "S" Nº 37, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de

Constituição, J ustiça e Cidadania, doc umentação do promotor de J ustiça G ILBERTO V ALENTE MARTINS, do Ministério Público do Estado do Pará, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Conselho Nacional de Justiça
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do promotor de Justiça GILBERTO VALENTE M ARTINS, do Ministério P úblico do Estado d o P ará, i ndicado pe la P rocuradoria-Geral d a República para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 13 (treze) votos favoráveis.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 15, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN, para compor o Conselho Nacional de Justiça."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 19, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor NEY JOSÉ DE FREITAS, para compor o Conselho Nacional de Justiça."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 33, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor JOSÉ GUILHERME VASI WERNER, para compor o Conselho Nacional de Justiça."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 37, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor GILBERTO VALENTE MARTINS, para compor o Conselho Nacional de Justiça."
Autoria: Senador Eunício Oliveira.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, o adiamento da discussão do Ofício "S" n° 15, de 2011, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para se realizar no dia 29 de junho de 2011, após a Reunião Ordinária."
Autoria: Senadores Pedro Taques Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, José Pimentel, Marinor Brito, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Simon.
Resultado: Aprovado.

31ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para a Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.
Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador Renan Calheiros
Relatório: Favorável à Proposta nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer a inelegibilidade do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, para os mesmos cargos, no período subsequente, e dá outras providências.
Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador Renan Calheiros
Relatório: Contrário à Proposta.
Resultado: Aprovado o Parecer, contrário à Proposta. Votam vencidos os Senadores Alvaro Dias, Pedro Taques, Waldemir Moka, Pedro Simon, Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2011
TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de pessoal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.
Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2011
TERMINATIVO

Dispõe sobre a venda de uniformes das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública, das guardas municipais e das empresas de segurança privada.
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2011
TERMINATIVO

Concede anistia a bombeiros militares do Estado do Rio de Janeiro, punidos por participar de movimentos reivindicatórios.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta.
Observações: *Votação nominal.*
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ.

ITEM Nº 06

PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 33, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e dá outras providências.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Pedro Simon
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2011."
Autoria: Senador Pedro Simon.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido dessa Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema da " Reforma Política", com os seguintes convidados: Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Enrique Ricardo Lewandowski; Presidente da Comissão de Juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de lei do novo Código Eleitoral, Ministro José Antonio Dias Toffoli; Relator da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara, Deputado Henrique Fontana; Presidente da Frente Parlamentar Mista pela Reforma Política com Participação Popular, Deputada Luiza Erundina; Professor Dr. Sérgio Sérvulo da Cunha, jurista e autor de obras no campo do direito constitucional e do direito eleitoral."
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 76, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, até o dia 29 de junho de 2011, dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, composta por cinco membros, criada para analisar o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que *'Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.'*"
Autoria: Senador Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

Requeiro a esta Comissão a realização de Audiência Pública com o objetivo de dar conhecimento, maior divulgação e apoio ao Projeto "Brasil Nunca Mais Digital" que teve início com a entrega pelo Conselho Mundial de Igrejas e o Center for Research Libraries da Suiça, às autoridades brasileiras, dos documentos e microfilmes ainda mantidos no exterior que originaram o Brasil: Nunca Mais, um marco na defesa dos direitos humanos durante a ditadura militar. Requeiro por fim sejam convidados para participar da referida audiência os senhores: - Marlon Alberto Weichert – Procurador Regional da República – São Paulo; - Marcelo Zelic – Armazém Memória; - Walter Altmann - Representante do Conselho Mundial de Igrejas; - Anivaldo Padilha - Do Conselho Mundial de Igrejas e torturado político.
Autoria: Senador Pedro Taques.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro nos termos regimentais, sejam convidados a estar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania os Ministros de Estado da Justiça, Senhor José Eduardo Cardoso e das Relações Exteriores, Senhor Antonio de Aguiar Patriota para prestarem esclarecimentos sobre o Decreto Presidencial do Governo da Bolívia que legaliza veículos automotores de origem desconhecida. Medida esta que alcança os carros roubados no Brasil e que são utilizados como moeda de troca no tráfico de entorpecentes e armas oriundos daquele país."
Autoria: Senador Pedro Taques.
Resultado: Aprovado.

32ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.
Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1.
Resultado: Aprovado o Parecer, favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1. Votam vencidos os Senadores José Pimentel, Marta Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Sérgio Petecão e Humberto Costa.

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o § 3º ao art.45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.
Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável à Proposta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. Votam vencidos os Senadores Demóstenes Torres e Humberto Costa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2011
TERMINATIVO

Acrescenta o art. 26-A à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para prever a perda de mandato por desfiliação partidária sem justa causa.
Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto. Votam vencidos, em relação ao Projeto, os Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. Aprovada a supressão do inciso II, do parágrafo único, do art. 26-A, na redação dada pelo art. 1º do PLS nº 266, de 2011. Votam vencidos, em relação à supressão do inciso II, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Roberto Requião e Sérgio Petecão.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1 oferecida à PEC nº 40, de 2011.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, o destaque para votação em separado, do inciso II, do artigo 26-A, na redação dada pelo art. 1º, do PLS nº 266, de 2011.
Autoria: Senadores Demóstenes Torres e Aloysio Nunes Ferreira.
Resultado: Aprovado.

33ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFICIO "S" Nº 15, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, a indicação do advogado JEFFERSON LUIS K RAVCHYCHYN, inscrito na OAB/Santa Catarina sob n. 3 561, para composição do Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do advogado JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN, para composição do Conselho Nacional de Justiça, com 18 (dezoito) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 18, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos do disposto no art. 103-B, inciso III, da Constituição da República, o nome do Senhor Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.
Autoria: Tribunal Superior do Trabalho
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013, por unanimidade, com 19 (dezenove) votos favoráveis.

ITEM Nº 03
OFICIO "S" Nº 36, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, nos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, documentação do procurador Regional da República WELLINGTON CABRAL SARAIVA, do Ministério Público Federal, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.
Autoria: Conselho Nacional de Justiça
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Procurador Regional da República WELLINGTON CABRAL SARAIVA, do Ministério Público Federal, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 19 (dezenove) votos favoráveis.

TOTAL DE REUNIÕES: 12
Ordinária – Deliberativa: 05
Extraordinária – Deliberativa: 05
Conjunta – Audiência Pública: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 55
Proposta de Emenda à Constituição: 06
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 04
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 04
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 04
Substitutivo da Câmara dos Deputados a PDS: 01
Ofício "S": 10
Requerimento – CCJ: 25
Parecer: 01

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 91, de 2011.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA – CCJSTRA (CCJ)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy
Relator: Senador Ricardo Ferraço.

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011

Não houve deliberação de matéria.

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2011

Não houve deliberação de matéria.

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011

Não houve deliberação de matéria.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Deliberativa: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: VAGO

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2011-CE, de autoria das Senadoras Marisa Serrano, Marinor Brito e do Senador Paulo Paim, para, em continuidade às discussões sobre o Plano Nacional de Educação – 4ª Audiência Pública, debater "o Ensino Fundamental, a Educação Integral e a Educação para Jovens e Adultos (EJA)".

PARTICIPANTES

- Timothy Denis Ireland - Especialista em Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO

- Maria Cecília Amendola da Motta - Secretária Municipal de Educação da Prefeitura de Campo Grande - MS
- Mozart Neves Ramos - Membro do Conselho de Governança do Movimento Educação para Todos e Membro Titular do Conselho Nacional de Educação - CNE
- Carmen Isabel Gatto - Coordenadora Geral de Educação de Jovens e Adultos - SECAD/MEC
- Carlos Eduardo Sanches - Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

23ª REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 270, DE 2009
TERMINATIVO

Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.
Autoria: Deputada Rebecca Garcia
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
Resultado: Aprovado o substitutivo.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatoria Ad hoc: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 252, DE 2009
TERMINATIVO

Declara o Ator Paulo Autran Patrono do Teatro Brasileiro.
Autoria: Deputado Pompeo de Mattos
Relatoria: Senador Garibaldi Alves
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica.
Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF)
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido
Resultado: Aprovado o parecer na forma do substitutivo oferecido

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 185, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Inscreve o nome do grupo Seringueiros Soldados da Borracha no Livro dos Heróis da Pátria.
Autoria: Deputada Perpétua Almeida
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria Ad hoc: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2009
TERMINATIVO

Inscreve o nome de Júlio Cezar Ribeiro de Souza no Livro dos Heróis da Pátria.
Autoria: Deputado Paulo Rocha
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Resultado: Aprovado, com a Emenda nº 01-CE

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 260, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina a BR-363, localizada em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, Estrada Miguel Arraes de Alencar.
Autoria: Deputado Gonzaga Patriota
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Viaduto Arnaldo Borges Pereira o viaduto localizado no cruzamento entre as Rodovias BR-050/365/452 e a Rodovia Municipal 030, no anel viário norte da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.
Autoria: Deputado Gilmar Machado
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 248, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a denominação do Porto de Aratu, no Estado da Bahia, para Porto de Aratu-Candeias.
Autoria: Deputada Tonha Magalhães
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria Ad hoc: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105 DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Viaduto Major Ciraulo o viaduto localizado no Km 82,7 da BR-101, Rodovia Translitorânea, no Município de Bayeux, Estado da Paraíba.
Autoria: Deputado Manoel Junior
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria Ad hoc: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Resultado: Aprovado com as Emendas nºs 01-CE e 02-CE

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Viaduto Engenheiro Ernesto de Souza Diniz o viaduto localizado na BR-230, no cruzamento com a Avenida Tancredo Neves, na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.
Autoria: Deputado Armando Abílio
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatoria Ad hoc: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 288, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Ferrovia Transnordestina - Governador Miguel Arraes de Alencar a ligação ferroviária entre as cidades de Araguaína, no Estado do Tocantins, e a cidade de Moreno, no Estado de Pernambuco.
Autoria: Deputado Gonzaga Patriota
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Resultado: Aprovado com as Emendas nºs 01-CE e 02-CE

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011 – CE
NÃO TERMINATIVO

"Nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Ministro de Estado da Educação, Professor Fernando Haddad, a presente a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte informações atualizadas sobre o erro em 7 (sete) milhões de livros impressos para servir de material de apoio às aulas na zona rural do País. É importante ressaltar que as informações devem conter as providências já tomadas, inclusive aquelas de competência da Controladoria Geral da União".

Autoria: Senadora Marisa Serrano
Resultado: Aprovado

24ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2011-CE, de autoria das Senadoras Marisa Serrano, Marinor Brito e dos Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, para, em continuidade às discussões sobre o Plano Nacional de Educação – 5ª Audiência Publica, debater o "Ensino Médio".

PARTICIPANTES

- Malvina Tania Tuttman - Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC
- Mauricio Holanda Maia - Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED e Secretário Adjunto da Educação do Estado do Ceará
- Marta de Campos Maia - Professora de Tecnologia da Informação da Fundação Getúlio Vargas/Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV/EAESP e consultora de empresas e Instituições de Ensino
- Celso João Ferretti - Pesquisador do Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, SP

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e Votação das Emendas da Comissão ao PLn º 2/2011-CN – Projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias para o ano de 2012 (PLDO/2012) que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 10 emendas ao PLDO/2012 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.
Autoria: Senador Gim Argello
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 270, DE 2009
TERMINATIVO
(TURNO SUPLEMENTAR)

Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.
Autoria: Deputada Rebecca Garcia
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
Resultado: A matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão. segundo o que preceitua o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal).

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163, DE 2009
TERMINATIVO

Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.
Autoria: Deputado Celso Russomanno
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.
Autoria: Deputado Elismar Prado
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela prejudicialidade
Resultado: Aprovado o parecer pela prejudicialidade

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 305, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
Autoria: Deputado Neilton Mulim
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Resultado: Aprovado o parecer, com a Emenda nº 01-CE

ITEM Nº 06

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2010
TERMINATIVO

Inscreve o nome de Heitor Villa-Lobos no Livro dos Heróis da Pátria.
Autoria: Deputado Dr. Talmir
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Resultado: Aprovado, com a Emenda nº 01-CE

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2009
TERMINATIVO

Institui 2010 como "Ano Nacional do Centenário da Revolta da Chibata".
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela prejudicialidade
Resultado: Prejudicado

ITEM Nº 08
AVISO Nº 33, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 816, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente à Auditoria Operacional no Programa Universidade Para Todos - PROUNI e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (TC013.493/2008-4).
Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria Ad hoc: Senadora Ângela Portela
Relatório: Pelo arquivamento
Resultado: Aprovado o parecer pelo arquivamento

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, DE 2010
TERMINATIVO

Confere ao Município de Ilhabela, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Vela.
Autoria: Deputado Marcelo Ortiz
Relatoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria Ad hoc: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Chiquilito Erse o trecho da rodovia BR-364 entre a cidade de Candeias do Jamari até o Campus da Universidade Federal de Rondônia, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Autoria: Deputado Moreira Mendes
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Resultado: Aprovado com a Emenda nº 01-CE

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Rodovia General Adalberto Pereira dos Santos o trecho da rodovia BR-158 entre as cidades de Santa Maria e Rosário do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria Ad hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2010
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Abel Dal Ponto trecho rodoviário da BR-285, entre as cidades de Timbé do Sul, no Estado de Santa Catarina, e São José dos Ausentes, no Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Deputado Edinho Bez
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Resultado: Aprovado com as Emendas nº 01-CE e 02-CE

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 33/2011 – CE
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, inserida no ciclo de debates do Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020, destinada a apresentar e debater os gastos relativos aos anos de 2009 e 2010, da União, dos Estados e dos Municípios com Educação nas suas diversas modalidades, com ênfase na Educação Básica. Subsidiariamente, solicita-se a discussão da planilha de custos associada ao Plano Nacional de Educação, e a evolução do número total de alunos no sistema de ensino. Para tanto, sugerimos que sejam convidados representantes das seguintes entidades e órgãos: Malvina Tania Tuttman, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional – STN, Carlos Alberto Sampaio de Freitas, Secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo – SEPROG, do Tribunal de Contas da União – TCU, Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE".
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado

27ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2011-CE, de autoria das Senadoras Marisa Serrano, Marinor Brito e dos Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, para, em continuidade às discussões sobre o Plano Nacional de Educação – 6ª Audiência Pública, debater "Ensino Superior e Pós-Graduação",

PARTICIPANTES

- Paulo Speller - Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CNE
- Celso Frauches - Professor e Consultor Educacional da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES
- Alvaro Toubes Prata - Segundo Vive-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
- Isaac Roitman - Professor, Pesquisador e Membro titular da Academia Brasileira de Ciências - ABC
- Elisangela Lizardo - Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos - ANPG

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 15 e 24 de 2011-CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga; Requerimento nº 20 de 2011 – CCJ, de autoria do Senador Eunício Oliveira; Requerimento nº 12 de 2011 – CAE, de autoria do Senador Delcídio Do Amaral; Requerimento nº 14 de 2011 – CE, de autoria do Senador Roberto Requião, e Requerimento nº 13 de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollenberg, com o objetivo de bater o Projeto de Lei da Câmara Nº 116, De 2010, que "dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências", de autoria do Deputado Paulo Bornhausen.

PARTICIPANTES

- Manoel Rangel - Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE;
- João Carlos Saad - Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA;
- Luciana Ferri Sobrosa de Mello - Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO;
- Marcos Alberto Sant´anna Bitelli - Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA;
- Francisco Mistrorigo - Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV;
- Ara Apkar Minassian - Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- Evandro Guimarães - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Organizações GLOBO;
- Daniel Pimentel Slaviero - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – SBT;
- Marcio Novaes - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Record;
- José Francisco de Araujo Lima Neto - Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA;
- Eduardo Levy Cardoso Moreira - Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL.

29ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões.
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatoria Ad hoc: Senador Waldemir Moka
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Resultado: Aprovado o parecer, com as Emendas nºs 01-CE, 02-CE, 03-CE, 04-CE, 05-CE e 06-CE.

ITEM Nº 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Isenta de tributos os materiais escolares de uso contínuo requeridos pelos estabelecimentos de ensino para os alunos do ensino básico.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Resultado: Aprovado o parecer, com a Emenda nº 01-CE.

ITEM Nº 3
OFICIO "S" Nº 46, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito daq uela C âmara Leg islativa, d estinada a apur ar " eventuais i rregularidades no s istema de arrecadação, distribuição e tabela de taxas utilizadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), em Mato Grosso do Sul, relativamente a direitos autorais".
Autoria: Pres. da Assembléia Legislativa Estado de Mato Grosso do Sul
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pelo enc aminhamento do par ecer e d a c ópia do R elatório da "CPI do E CAD" da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, ao Ministério da Cultura e, quando instalada, à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, a ser feito pela Mesa Diretora, e posterior arquivamento da matéria
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 10 da Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980 ("Dispõe sobre o Estatuto dos Militares"), para estabelecer limites de idade ao ingresso nas Forças Armadas.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição.

ITEM Nº 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2009
TERMINATIVO

Institui o "Prêmio Brasil de Incentivo à Pesquisa e à Aplicação de Conhecimentos e de Tecnologia para o Desenvolvimento Humano".
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Resultado: Aprovado, com as Emendas nºs 01-CE e 04-CE, e Emendas nºs 02-CE e 03-CE, com as alterações propostas pelo Relator.

ITEM Nº 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2007
TERMINATIVO

Insere o § 3º no art. 23 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para vedar o modelo de progressão continuada no ensino fundamental.
Autoria: Senador Wilson Matos
Relatoria: Senadora Marisa Serrano
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Denomina Ponte Emerson Freitag - Boiadeiro a ponte sobre o Rio Machado na BR 364 do Município de Jí-Paraná, Estado de Rondônia.
Autoria: Deputada Marinha Raupp
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 225, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Porto de P etrolina - Paulo de Souza Coelho o porto fluvial localizado no rio São Francisco, na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Autoria: Deputado Gonzaga Patriota
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 9
REQUERIMENTO Nº 34/2011 – CE
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com o objetivo de discutir acerca do programa governamental de alfabetização e educação de jovens e adultos do Nordeste, em especial do Estado de Sergipe. Para a ocasião, sugiro a presença de: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – Secretária Claudia Pereira Dutra; Secretaria de Educação do Estado de Sergipe – Representante; Confederação Nacional de Municípios (CNM) – Representante; Conselho Estadual do Fundeb – Presidente Prof. Anderson Fontes Faria; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Presidente Malvina Tania Tuttman.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Resultado: Aprovado.

30ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Torna mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Resultado: Aprovado o parecer, com as Emendas nºs 01-CE e 02-CE.

ITEM Nº 2
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata Voto de Pesar pelo falecimento de PAULO RENATO DE SOUZA, ex-Deputado Federal e ex-Ministro de Estado da Educação, ocorrido no dia 25 de junho de 2011, em São Roque SP, aos 65 anos, e, nos termos do art. 221, inciso I, também do Regimento Interno, a apresentação formal de condolências à família desse eminente homem público.
Autoria: Senadores Paulo Bauer, Flexa Ribeiro, Roberto Requião e Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do cineasta, crítico e gestor público Gustavo Dahl, ocorrido no dia 27 de junho de 2011, em Trancoso - BA, a ser encaminhado à família do falecido, à Agência Nacional do Cinema – Ancine e ao Ministério da Cultura. Em 72 (setenta e dois) anos de vida, Dahl ganhou muitos prêmios consagrando-se como um dos grandes teóricos do Cinema Novo. Esteve à frente dos principais órgãos públicos ligados à atividade audiovisual, como primeiro presidente da Ancine, sendo um dos principais responsáveis por sua criação; superintendente de comercialização da Embracine, convertendo-a, à época, como a segunda maior distribuidora do país; presidente da Associação Brasileira de Cineatas; Presidente do CONCINE – Conselho Nacional de Cinema; presidente do Congresso Brasileiro de Cinema; presidente do Conselho Nacional de Direitos Autorais, e, atualmente, ocupava o cargo de diretor do CTAV - Centro Técnico Audiovisual do Ministério da Cultura. Pelos serviços prestados à cultura e ao cinema brasileiro, Gustavo Dahl faz jus à homenagem póstuma que ora propomos.
Autoria: Senadores Cristovam Buarque e Roberto Requião

Resultado: Aprovado.

31ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 28/11-CE, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marisa Serrano e Marinor Brito, para, em continuidade às discussões sobre o Plano Nacional de Educação – 7ª Audiência Pública, tratar da "valorização do magistério".

PARTICIPANTES

- Vander O liveira B orges - Coordenador-Geral de Operacionalização d o F undo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
- Heleno Araújo Filho - Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE;
- Edgar Flexa Ribeiro - Presidente da Associação Brasileira de Educação – ABE;
- Guiomar N amo de Mel o - Educadora e D iretora-Presidente d a E scola Brasileira d e P rofessores – EBRAP.

TOTAL DE REUNIÕES: 10
Ordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 04
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 37
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 16
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 05
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 04
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 05
Requerimento - CE: 05
Aviso: 01
Ofício "S": 01

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 270 de 2009.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR

E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg
Vice-Presidente: Senadora Kátia Abreu

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

Apreciação das Emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2012 (PL nº 02/2011-CN) que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2012 e dá outras providências".
Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 2 emendas ao PLDO/2012 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA,
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 E
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011-CI, nº 16, de 2011-CAE, nº 26, de 2011-CMA e nºs 15 e 16, de 2011-CDR, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá e João Pedro, e Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita, destinada a debater a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país.

PARTICIPANTES

- Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República;
- Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura aeroportuária – INFRAERO;
- Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO + 20)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência pública destinada a debater o tema "Economia verde: serviços ambientais".

PARTICIPANTES

- Volney Zanardi, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente;
- Roberto Lorena, Coordenador de Transferência de Tecnologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Maurício Lopes, Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- Carlos Roberto Bueno, Coordenador de Extensão do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA);
- Letícia Tura, Diretora Executiva da ONG Fase Nacional;
- Daniel Serra, Gerente de Relações Governamentais da empresa Natura.

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 29/2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin para a que sejam incluamos Srs. Apostole Lazaro Chryssafidis, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, e José Barat, pesquisador do IPEA, entre os convidados para debater a aviação regional do Brasil.
Autoria: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 2
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates

destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requeiro seja convidado para participar dos debates o senhor Verni Wehrmann, Diretor-Presidente da Agrícola Wehrmann Ltda.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado como reunião conjunta com a CCJ e CRA.

ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requeiro sejam convidados para participar dos debates o senhor Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e os senhores Ana Paula Moreira da Silva, Fábio Alves, Regina Helena Rosa Sambuichi e Gustavo Luedemann, Técnicos daquele Instituto, colaboradores para a pesquisa que gerou o Comunicado nº 96-Código Florestal: implicações do PL 1876/99 nas áreas de reserva legal divulgado por aquele IPEA, no último dia 08 de junho, do corrente ano.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado como reunião conjunta com a CCJ e CRA.

ITEM Nº 4
REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, que solicitou a realização do "Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal", requeiro seja convidado para participar dos debates o Dr. Drauzio Varella.
Autoria: Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado como reunião conjunta com a CCJ e CRA.

ITEM Nº 5
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requeiro sejam convidados representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC), em audiência pública conjunta entre a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.
Autoria: Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

21ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento aos Requerimentos nº 20, de 2011 – CCJ, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira; nº 15 e 24, de 2011 – CCT; nº 12, de 2011 – CAE; nº 14, de 2011 – CE e nº 13, de 2011 – CMA para discutir o Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2010, que "*dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências*", veiculada por meio de videoconferência com a participação de Assembleias Legislativas.

PARTICIPANTES

- Manoel Rangel - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema – ANCINE;

- João Carlos Saad - Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA;
- Luciana Ferri Sobrosa de Mello - Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO;
- Marcos Alberto Sant'anna Bitelli - Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA;
- Francisco Mi strorigo - Vice-Presidente da A ssociação B rasileira das P rodutoras I ndependentes de Televisão – ABPI-TV;
- Ara Apkar Minassian - Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- Evandro G uimarães - Representante da Associação Brasileira d e Emissoras de R ádio e T elevisão – ABERT/ Organizações Globo;
- Daniel Pimentel Slaviero - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT/ SBT;
- Marcio Novaes - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT/ Record;
- José F rancisco de A raújo Li ma N eto - Vice-Presidente Executivo da A ssociação B rasileira d e T V por Assinatura – ABTA; e
- Eduardo Le vy C ardoso Moreira - Representante da A ssociação B rasileira de T elecomunicações – TELEBRASIL.

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

PRIMEIRA PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 5 de 2011-CMA, de autoria do Senador Cícero Lucena, com aditamento da S enadora V anessa G razziotin, par a ana lisar e di scutir a i mplantação e os pr azos par a as medidas contidas no Decreto nº 7.404, de 23/12/2010, que criou o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos.

PARTICIPANTES

- Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios;
- Édison Castro Martins, Coordenador da Área Técnica da Confederação Nacional dos Municípios;
- Victor Bicca, Presidente do Compromisso Empresarial para a Reciclagem - Cempre;
- Sérgio Antonio G onçalves, da Secretaria de R ecursos H ídricos e A mbiente U rbano do Ministério d o Meio Ambiente;
- Wanderley Baptista, Analista da Confederação Nacional da Indústria – CNI; e
- Ana Paula Bernardes, Associação Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro – ABIVIDRO.

SEGUNDA PARTE

ITEM Nº 1
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos t ermos do R egimento I nterno do Senado F ederal, que s eja c onvidado um r epresentante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para a Audiência Pública sobre o tema Economia Verde: Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), no âm bito da S ubcomissão Temporária d e A companhamento da C onferência d a O NU s obre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), conforme Plano de Trabalho da Subcomissão, aprovado em 17 de maio do corrente.
Autoria: Senador João Pedro
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 2
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir den úncias da r evista V eja s obre pos sível es quema de c orrupção, e m reportagem intitulada "O raio X da corrupção" (Edição 2220, de 08/06/2011), com a presença das seguintes

autoridades: Ministro Benjamin Zymler – Presidente do Tribunal de Constas da União – TCU; Leandro Daiello Coimbra – Diretor Geral da Polícia Federal; Eduardo Pereira Nunes – Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Jorge Fontes Hereda – Presidente da Caixa Econômica Federal – CEF; Luiz Antônio Pagot – Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT; José Alberto Pereira Ribeiro – Presidente da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias – ANEOR; Luiz Fernando Leone Vianna – Presidente da Associação Nacional de Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE.
Autoria: Senadores Blairo Maggi e Cyro Miranda
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 3
INDICAÇÃO Nº 1, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Sugere à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, por seu intermédio, às Subcomissões de Resíduos Sólidos e de Aquecimento Global, estudo conjunto de medidas legislativas para reduzir os impactos da ação humano ao meio ambiente.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pelo arquivamento da matéria
Resultado: Aprovado o parecer pelo arquivamento da matéria.

ITEM Nº 4
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requerem nos termos do art. 93, II, a realização de audiência pública para debater políticas públicas no intuito de diminuir os impactos dos agrotóxicos no meio ambiente e na saúde das pessoas, com os seguintes convidados: Leticia Rodrigues Silva - ANVISA - Gerencia de toxicologia (Aborda os agrotóxicos e a legislação) ou José Agenor Álvares da Silva, Diretor da ANVISA; Pedro Serafim - Ministério Público do Trabalho e Fórum nacional de combate aos impactos dos agrotóxicos; Prof. Wanderlei Pignati - Dr. em saúde coletiva UFMT - Impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente; Jose Carlos Alves Ferreira - Instituto Holístico - IHAO - Alternativas para a eliminação do uso dos agrotóxicos; Francisco Jardim, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Márcio Freitas, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e Guilherme Franco Netto, Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.
Autoria: Senadores Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 5
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para a aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 19 65)", requer sejam convidados para participarem dos debates os senhores Ricardo Ribeiro Rodrigues (Esalq/USP); Ricardo Abramovay (FEA/USP); Judson Valentim (Embrapa/Acre); Adnan Demachki (Prefeitura de Paragominas); Luis Fernando Guedes Pinto (IMAFLORA); Gerd Sparoveck (Esalq/USP); João Paulo Ribeiro Capobianco (Instituto Democracia e Sustentabilidade); Tasso Azevedo (Consultor do MMA para Mudancas Climáticas); Beto Verissimo (IMAZON - Instituto do Homem e do Meio Ambiente); Paulo Moutinho (IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia); José Carlos Carvalho (Ex- Ministro de Meio Ambiente, Ex-secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais); Jose Antonio Aleixo da Silva (UFRPE/SBPC); Raul Krauser (Via Campesina); Maria da *Graça* Amorim (Coordenadora da Meio Ambiente FETRAF); Paulo Kageyama (Esalq/USP); Tatiana Deana de Abreu Sá (Embrapa); *Vicente* Almeida (SINPAF); Sérgio Sauer (UnB/ Terra de Direitos); Paulo Afonso Leme Machado (Doutor "Honoris Causa" em Direito Ambiental, pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"), Professor na UNESP - Universidade Estadual Paulista e na UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba); José Afonso da Silva – (Professor de Direito Constitucional - Livre Docente pela Universidade de São Paulo) e Carlos Frederico Marés de Souza Filho - Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 6

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer sejam realizados, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ciclos de palestras, debates, seminários e painéis ao longo do biênio 2011/2012, para avaliar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, que dispõe sobre o Código Florestal, com a participação das seguintes entidades: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). Os eventos serão realizados às 6a feiras, às 14h, na sala das Comissões.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

23ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, e ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com o objetivo de debater acerca da aplicação do Decreto nº 7.029/2009, que institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, e de coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTE

- Izabella Mônica Vieira Teixeira - Ministra de Estado do Meio Ambiente – MMA.

24ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO + 20)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Destinada a debater o tema "Economia verde: Mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) e Redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD)".

PARTICIPANTES

- Mercedes Bustamante, Coordenadora-Geral de Gestão de Ecossistemas da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Iagles Alves Muniz, Coordenação Geral de Mudanças Climáticas da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Dra. Thelma Krug, Pesquisadora e Dirigente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);
- Lúcia Ortiz, Amigos da Terra Brasil (Carta de Belém);
- Paulo Rossato, Coordenador do Programa 3S do Instituto Sadia/ Confederação Nacional da Indústria (CNI).

TOTAL DE REUNIÕES: 08
Extraordinária – Audiência Pública e Deliberativa: 01
Conjunta – Audiência Pública: 05
Ordinária – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 11
Indicação: 01
Requerimento - CMA: 10

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 - CMACOPOLIM (CMA)

Presidente: Senador Blairo Maggi
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena

11ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011-CI, nº 16, de 2011-CAE, nº 26, de 2011-CMA e nºs 15 e 16, de 2011-CDR, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá e João Pedro, e Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita, destinada a debater a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país.

PARTICIPANTES

- Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República ;
- Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura aeroportuária – INFRAERO;
- Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

12ª REUNIÃO REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Destinada a coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras, em conformidade com aprovação do plano de trabalho em 5 de abril do corrente.

PARTICIPANTES

- César Mastrangelo – Subsecretário da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro; e
- Ícaro Moreno – Presidente da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE – CMABMONTE (CMA)

Presidente: Senador Flexa Ribeiro
Vice-Presidente: Senador Ivo Cassol

Relator: Delcídio do Amaral

3ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Destinada a obtenção de informações sobre o estado atual de implantação e obras nos sítios principais e nos municípios impactados, e do atendimento às demandas expressas no rol de condicionantes da licença prévia.

PARTICIPANTES

- Thomaz Toledo, Coordenador de Licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis; e
- Carlos Nascimento, Diretor-Presidente do Consórcio Norte Energia.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMARIO20 (CMA)

Presidente: Senador João Pedro
Vice-Presidente: Senador Paulo Davim
Relator: Senador Pedro Taques

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Destinada a debater o tema "Economia verde: serviços ambientais".

PARTICIPANTES

- Volney Zanardi, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente;
- Roberto Lorena, Coordenador de Transferência de Tecnologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Maurício Lopes, Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- Carlos Roberto Bueno, Coordenador de Extensão do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA);
- Letícia Tura, Diretora Executiva da ONG Fase Nacional; e
- Daniel Serra, Gerente de Relações Governamentais da empresa Natura.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Ana Rita

34ª REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 79-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública para debater a regulamentação da capoeira no Brasil.
Autoria: Senador Paulo Paim e Senador Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 80-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, seja aditado ao Requerimento nº 26, de 2009 – CDH, que criou a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária da Amazônia Legal, a competência para desenvolver ações com vistas ao combate das formas contemporâneas de escravidão, tema de extremo interesse nacional. Dessa forma, requeiro também que a subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 81-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, com vistas a expor as diretrizes da política nacional sobre as drogas, para os próximos anos.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 82-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, devendo ser convidados o Sr. Aldo Moura, presidente da Associação "DDT-A Luta Pela Vida", situada no Acre, e do Sr. Rui Gomide, presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que sucedeu em nível de Governo Federal a antiga Superintendência de Campanha da Malária (Sucam), e o Sr. Gerson Penna, Chefe da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos sobre as condições de saúde dos ex-funcionários da Sucam, intoxicados pelo DDT durante a utilização desse inseticida no trabalho de campanha contra as endemias de toda a natureza no Brasil."
Autoria: Senador Sérgio Petecão
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Obriga os Centros de Formação de Condutores a adaptar 10% (dez por cento) de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências.
Autoria: Deputado Pompeo De Mattos
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo), aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).
Resultado: Aprovado o Relatório favorável a aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01-CCJ/CDH (Substitutivo).

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.
Autoria: Deputada Alice Portugal
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório favorável a aprovação da matéria.

ITEM Nº 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 - que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e altera a Lei nº 10. 891, de 9 de julho de 2004 -, para estabelecer, no âmbito desses programas, atendimento prioritário a estudantes afastados do convívio familiar, nas situações que especifica.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório favorável a aprovação da matéria.

ITEM Nº 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senadora Marisa Serrano
Relatório: Pela Aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório favorável a aprovação da matéria.

ITEM Nº 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para substituir a expressão "salários de referência" por "salários mínimos" nas penas de multa previstas para as infrações administrativas.
Autoria: Senador Demóstenes Torres
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório favorável a aprovação da matéria.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Roseana Sarney
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatoria ad hoc: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Peja rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 211/2004 e nº 229/2008 (apensado).

Resultado: Aprovado o Relatório, pela Rejeição da matéria.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2008

Obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatoria ad hoc: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado o Relatório, pela Rejeição da matéria.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador João Pedro
Relatório: Pela aprovação da matéria com 2 emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Relatório, com as Emendas nº 01-CDH e nº 02-CDH, que apresenta.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 298, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (obriga os estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos)
Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatoria ad hoc: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação da matéria, com a emenda já aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS)
Resultado: Aprovado o Relatório favorável a matéria, com a Emenda nº 01-CAS/CDH (de redação).

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº1-CAS, nº 2-CAS e nº 3-CAS aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).
Resultado: Aprovado o Relatório favorável a matéria, com as Emendas nº 01-CAS/CDH, nº 02-CAS/CDH e nº 03-CAS/CDH.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 578, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko
Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 1-CI e pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Relatório favorável a matéria, com a Emenda nº 01-CDH e Rejeição da Emenda nº 01-CI.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria ad hoc: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Relatório favorável a matéria, com as Emendas nº 01-CDH, nº 02-CDH, nº 03-CDH e nº 04-CDH.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 83-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública a fim de debatermos a violência no campo e os recentes assassinatos de lideranças camponesas nos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia e do Acre.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 84-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública a fim de debatermos as diretrizes da Educação Ambiental no Plano Nacional de Educação.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado o Requerimento.

35ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 63 de 2011 - CDH, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador Paulo Paim, com a finalidade de discutir o "Teste do Pezinho – seus avanços e análise das possibilidades de aprimorar a aplicação".

PARTICIPANTES

- José Alcides Marton Silva - Presidente da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional;
- Médica Pediatra Paula Regla Vargas - Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal SBTN;
- Dr. Marcos José Burle de Aguiar – Vice-Diretor do NUPAD – Núcleo de Ações e Pesquisa de Apoio Diagnóstico da Faculdade de Medicina da UFMG;
- Professora Ana Maria Martins – Universidade Federal de São Paulo;
- Fernando Gomide – Representante da Associação Brasiliense de Amparo ao Fibrocístico; e
- Helvécio Miranda Magalhães Júnior – Secretário de Atenção à Saúde – MS.

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 67 de 2011-CDH e nº 14 de 2011-CAS, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater a proposta da ANVISA de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite".

PARTICIPANTES

- Doutor Dirceu Brás Aparecido Barbano - Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- Doutor João Salles – Diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia;
- Doutor Paulo Giorelli - Diretor Geral da Associação Brasileira de Nutrologia - ABRAN;
- Doutor Antonio Carlos Lopes - Presidente da Sociedade Brasileira de Clinica Médica - SBCM;
- Desiré Carlos Callegari – Secretário do Conselho Federal de Medicina;
- Doutor Geniberto Paiva Campos – Sociedade Brasileira de Cardiologia; e
- Professor Durval Ribas Filho – Presidente da Associação Brasileira de Nutrologia – ABRAN.

37ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei de nº 02/2011-CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2012.
Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 24 emendas ao PLDO/2012 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

38ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em Requerimento nº 61, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Humberto Costa, aprovado em 12/05/11, "com objetivo de apresentar a pesquisa de implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, nas diretrizes do Ensino Fundamental, nos municípios do Brasil".

PARTICIPANTES :

- Lúcia Camine - Coordenadora Geral de Educação Em Direitos Humanos –, representando a Ministra Maria do Rosário Nunes - Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH;
- Maria do Socorro Ferreira Maia – Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Estado de Pernambuco – UNDIME/PE, representando Senhora Cleuza Rodrigues Repulho - Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;
- Manoel Moraes - Coordenador Executivo do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP;
- Professor Doutor Raimundo Moacir Feitosa – Conselheiro da Câmara de Educação Básica e Membro da Comissão Bicameral de Educação em Direitos Humanos do Conselho Nacional de Educação – representando o Senhor Antônio Carlos Caruso Ronca - Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE;
- Ana Paula Portella - Coordenadora da Pesquisa/GAJOP; e
- Lêda Gomes – Diretora Substituta da Secretaria Executiva do MEC - representando o Ministro Fernando Haddad – Ministério da Educação –

39ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 35, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, intitulada "Poesia e os Direitos Humanos", em comemoração ao Dia Nacional da Poesia, 14 de março.

PARTICIPANTES

- Luiz Carlos Cerqueira - Presidente da Casa do Poeta;
- Professor Adison Amaral – Poeta e Presidente da Academia dos Travadores e Ex-Presidente da

Academia Maçônica de Letras;
- Professor Gustavo Dourado – Poeta Cordelista, Presidente da Academia de Letras de Taguatinga e Ex-Presidente do Sindicato dos Escritores do DF;
- Alcinéia Cavalcante – Poeta, filha do Poeta Amapaense Alcy Araújo;
- Nida Chalegre - Poeta e Escritora;
- Luiz Amorim - Responsável pela ONG – Açougue Cultural T-Bone;
- José Peixoto Júnior - Presidente da Associação Nacional dos Escritores;
- Stella Rodopoulas – Escritora; e
- Thiago de Mello – Poeta.

40ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 17 de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para discutir uma proposta de regulamentação de combustível e Biocombustível no Brasil".

PARTICIPANTES

- Rutelly Marques da Silva – Secretário-Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda;
- José Carlos Ulhôa Fonseca – Vice Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes – FECOMBUSTÍVEIS;
- Alísio Vaz - Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – SINDICOM;
- Antônio Porcino Sobrinho - Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FENEPOSPETRO;
- José Augusto da Silva Filho – Diretor, 1º Secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC;
- Luiz de Souza Arraes - Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FEPOSPETRO;
- Charles Guerreiro – Coordenador do Movimento de Combate a Cartelização dos Combustíveis no DF;
- José Alberto Paiva Gouveia - Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo – SINCOPETRO; e
- Ângelo Martins – Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo - SINTRAPOSTO – RS.

41ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 83 de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "a fim de debatermos a violência no campo e os recentes assassinatos de lideranças camponesas nos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia e do Acre".

PARTICIPANTES

- Gercino José da Silva Filho – Desembargador, Ouvidor Agrário Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;
- José Elaeres Marques Teixeira - Procurador Regional da República na 1ª Região;
- Padre Dirceu Fumagalli - Coordenador da Comissão Pastoral da Terra - CPT;
- Willian Clementino da Silva Matias – Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
- Antônio Sérgio Escrivão Filho – Advogado – Assessor Jurídico da Terra de Direitos – Organização dos Direitos Humanos;
- Delegado Sílvio Cezar Maués Batista – Diretor de Polícia do Interior – DPI;
- Jayme Jemil Asfora Filho – Conselheiro Federal do Conselho Seccional da OAB-DF;
- Luciano Brunet – Diretor Substituto de Obtenção de Terras do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

- Cláudio Gomes – Coordenador Geral de Polícia Fazendária do Departamento de Polícia Federal;
- Marco Aurélio Pereira de Moura – Coordenador Geral de Defesa Institucional do Departamento de Polícia Federal;
- Alexandre Augusto Aragon – Diretor da Força Nacional; e
- Evane Lopes – Militante das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ.

ITEM Nº 1
REQUERIMENTO Nº 88-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública o Estatuto da Criança e do Adolescente.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 2
REQUERIMENTO Nº 89-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública para debater a erradicação do trabalho escravo no Brasil.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 90-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública para debater a situação de funcionários do Ministério das Relações Exteriores – MRE, lotados em consulados brasileiros e representações diplomáticas.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 4
REQUERIMENTO Nº 91-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP para debater a redução da jornada de trabalho e a redução de encargos na folha de pagamento.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 5
REQUERIMENTO Nº 92-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requeremos, nos termos do Art. 93 inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública para discutir a superlotação das prisões brasileiras, tomando por base o Programa "Profissão-Repórter", da Rede Globo de Televisão, apresentado pelo jornalista Caco Barcelos, 14 de junho passado, com foco nas prisões no Estado do Rio Grande do Sul, mas que mostra bem a situação das cadeias, masculinas e femininas, em todos os Estados da Federação. Para tanto indicamos, como debatedores:o Jornalista Caco Barcelos; Augusto Eduardo de Souza Rossini – Chefe do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça; Airton Michels – responsável pela reestruturação do Sistema Penitenciário Gaúcho; Lourival Gomes – Secretário de Administração Previdenciária do Estado de São Paulo; e Ângelo Roncalli de Ramos – Secretário de Justiça do Estado do Espírito Santo.
Autoria: Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores
Resultado: Aprovado o Requerimento.

42ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 53 de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater a integração entre o desenvolvimento do país e os Direitos Humanos e Sociais".

PARTICIPANTES

- José Carlos de Assis – Economista e Professor;
- Rodrigo Sabbatini – Professor, Coordenador do Curso de Economia da FACAMP;
- Hamilton Dias de Moura – Diretor Nacional de Organização da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST;
- Maylle Alves Benício - Estudante de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; e
- Renato Rebelo – Presidente do PCdoB.

43ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
REQUERIMENTO Nº 85-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a fim de prestar informações a respeito da política do governo para atenção às comunidades indígenas e sobre as denúncias publicadas em matéria "Dos índios para o cacique" constante da edição de 15/05/2011 da Revista Época. Versa a mencionada matéria sobre as investigações realizadas pela Polícia Federal, nos últimos três anos, a respeito da falta de atendimento médico para a população indígena dos Estados do Amapá e do Pará, que resultou na morte de crianças e adultos. Segundo a reportagem, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União concluíram que as razões para tal descaso com a população indígena são decorrentes de ingerências na FUNASA que resultaram em fraudes em licitações, compras de remédios e outros produtos com preço acima dos praticados no mercado, além de pagamentos indevidos por serviços prestados. Em números, a Controladoria-Geral da União calculou que o prejuízo é da ordem de R$ 6,2 milhões e que a FUNASA gastou entre 2005 e 2009 R$ 34 milhões com a saúde indígena. Nada obstante, a frase "Nunca vi algo parecido. Senti um vazio enorme ao ver tanta tragédia", do indigenista Edmar Mata, funcionário da FUNAI que trabalha há 23 anos no Amapá e que acompanhou as investigações da Polícia Federal - retratando o que presenciou nas comunidades indígenas visitadas - por si só justifica o presente requerimento.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros e Senhores Senadores
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 2
REQUERIMENTO Nº 86-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para promover consulta às entidades representativas dos povos indígenas do Brasil a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que "institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências", em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
Autoria: Senador João Pedro
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 87-CDH DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública, a fim de debatermos as doenças reumáticas que atingem um elevado número de pessoas no Brasil.
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório.

ITEM Nº 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que o termo de guarda disponha sobre as viagens do menor ao exterior.
Autoria: Senador Itamar Franco
Relatoria: Senador Ataídes Oliveira
Relatório: Pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº 219, de 2011, com a Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Relatório, com a Emenda nº 01-CDH.

ITEM Nº 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de nove a quarenta anos com a vacina antipapilomavírus humano (HPV), na rede pública do Sistema Único de Saúde de todos os Estados e Municípios brasileiros.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Pela Aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório.

TOTAL DE REUNIÕES: 10
Extraordinária – Audiência Pública: 06
Extraordinária – Deliberativa: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 29
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 09
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 03
Requerimentos - CDH: 14

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque

24ª REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
MENSAGEM (SF) Nº 67, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO,

Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Letônia, cumulativamente ao cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 2
MENSAGEM (SF) Nº 68, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 629, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL em Matéria de Cooperação e Assistência frente a Emergências Ambientais, adotado pela Decisão nº 14/04 do Conselho do Mercado Comum, em 7 de julho de 2004.
Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN)
Relatoria *ad hoc*: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado em Haia, no dia 23 de janeiro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 5
REQUERIMENTO Nº 612, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no período de 08 a 12 de junho de 2011, do 6º Fórum Mundial da Água, em Estrasburgo - França, e, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, comunica que estará ausente dos trabalhos da Casa no citado período.
Autoria: Senador João Pedro
Relatoria: Senador Aníbal Diniz
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 6
REQUERIMENTO Nº 613, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no período de 08 a 12 de junho de 2011, da Reunião Preparatória para o Fórum Mundial da Água, em Estrasburgo - França, e, nos termos do art. 39 do referido Regimento, comunica que estará ausente do país

no citado período.
Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Aníbal Diniz
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria.

25ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, para a realização de ciclos de audiências públicas sobre os "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)" - Geopolítica e Relações Internacionais.
Painel 8 – "O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU - perspectivas".

PARTICIPANTES

- Embaixador Ronaldo Sardenberg;
- Prof. Dr. Creomar Lima Carvalho de Souza – IBMEC-DF;
- Prof. Dr. Danny Zahreddine – PUC/MG;
- Prof. Dr. Albert Fishlow – Columbia University - Center for Brazilian Studies.

26ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 2/2011 – CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2012 (PLDO/2012) que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 21 emendas ao PLDO/2012 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

27ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil à República do Zimbábue.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 2
MENSAGEM (SF) Nº 71, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano, e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2007
TERMINATIVO
TURNO SUPLEMENTAR

Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável
Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do disposto no art. 284 do RISF.

ITEM Nº 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 123, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 644, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Latino-americano de Co-Produção Cinematográfica", o qual passa a chamar-se " Acordo Ibero-americano de Co-Produção Cinematográfica", por Resolução adotada pela Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas de Ibero-América - CAACI, em 16 de julho de 2008, no âmbito da XVII Reunião Ordinária, realizada em Quito, República do Equador.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Favorável, com a emenda de redação que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria, com a emenda de redação apresentada.

ITEM Nº 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.
Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN)
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 399, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Susta o Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, que "aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, e dá outras providências", em seu efeito autorizativo de licenciamento de

aprovados em concursos públicos de admissão ao CESD - Curso de Especialização de Soldados.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela rejeição da matéria
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição da matéria.

ITEM Nº 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Assegura aos brasileiros residentes no exterior, a filiação como contribuinte facultativo do INSS.
Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior
Relatoria ad hoc: Senador João Pedro
Relatório: Pela constitucionalidade e regimentalidade do Projeto, e, no mérito, pela sua rejeição.
Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição da matéria.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 317, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO e de RECONHECIMENTO aos militares do 4º Batalhão de Aviação do Exército - 4º Bavex, do Amazonas, ao ensejo do retorno da Missão que cumpriram em florestas da Colômbia, no resgate do sargento Pablo e do soldado Josué, que eram prisioneiros de guerrilheiros das FARCS.
Autoria: Senador Arthur Virgílio
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria.

28ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
MENSAGEM (SF) Nº 72, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAUL CAMPOS E CASTRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto Antigua e Barbuda.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 2
MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete a apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 323, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre

Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade, assinado em Madri, em 25 de junho de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Windhoek, em 1º de junho de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 6
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do art. 90, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, com a finalidade de discutir a viabilidade de criação de um Departamento de Comércio a exemplo do que acontece nos EUA.
Autoria: Senadores Luiz Henrique da Silveira e Blairo Maggi
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 7
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do inciso II e do art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, destinada a debater e discutir a Educação como Questão de Segurança Nacional.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 8
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para debater o "Plano Estratégico de Fronteiras", lançado no dia 08 de junho próximo passado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado.

29ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 1

MENSAGEM (SF) Nº 69 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCOS BORGES DUPRAT RIBEIRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal Democrática do Nepal.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 2
MENSAGEM (SF) Nº 75 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 o nome do Senhor JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 138 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10 DE 2011
TERMINATIVO

Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Resultado: Aprovada a matéria.

ITEM Nº 5
REQUERIMENTO Nº 360 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à diplomata e representante do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, pelo artigo "Livre do Racismo e da Discriminação", publicado no Jornal O Globo, no dia 1º de abril de 2010.
Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à matéria.

ITEM Nº 6
REQUERIMENTO Nº 718 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 40, § 1º, inciso I, do

Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País no período de 03 a 07 de julho de 2011, para visitar Israel, a convite da Embaixada daquele país, para participar do "Seminário Internacional para Parlamentares Latinoamericanos", que ocorrerá em Jerusalém.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Referendado o despacho da Presidência. Aprovado.

ITEM Nº 7
REQUERIMENTO Nº 781 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no dia 5 de julho de 2011, para participar de Sessão Extraordinária do Parlamento Amazônico - PARLAMAZ, no período de 3 a 5 de julho de 2011, na cidade de Lima, no Peru, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, sua ausência do país nesse período.
Autoria: Senador João Pedro
Relatoria: Avocado pelo Presidente da Comissão.
Resultado: Referendado o despacho da Presidência. Aprovado.

ITEM Nº 8
REQUERIMENTO Nº 27 DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 138, de 2011, que "Aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008"
Autoria: Senadores Aníbal Diniz e João Pedro.
Resultado: Aprovado o requerimento.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 31
Mensagem (SF): 08
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 11
Requerimento SF: 06
Requerimento – CRE (não terminativo): 04

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo do PLS 275 de 2007.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CREMC (CRE)

Presidente: Senador Cristovam Buarque
Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles

7ª REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o

planejamento e a r ealização da C onferência das N ações U nidas s obre D esenvolvimento S ustentável, a Rio+20. Tema da audiência: "Alimento: como produzir para atender as necessidades?".

PARTICIPANTES

- Sr. Sílvio Porto – Diretor da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
- Sr. André Nassar – Diretor Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE;
- Sr. Werner Fuchs - Conselheiro Representante da Sociedade Civil no CONSEA;
- Min. Milton Rondó Filho – Coordenação de Ações Internacionais de Combate a Fome.

8ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em at endimento a o Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de aut oria do S enador Cristovam B uarque, que r equer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o obj etivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a r ealização da C onferência das N ações U nidas s obre D esenvolvimento S ustentável, a Rio+20. Tema da audiência: "Energia: para quê e como?".

PARTICIPANTES

- Prof. Dr. Neilton Fidelis da Silva – COPPE/UFRJ;
- Sr. Carlos Rittl – Coordenador do Programa Mudanças Climáticas e Energia do WWF;
- Sr. Marcelo de Camargo Furtado – Diretor Executivo do Presidente do Greenpeace;
- Sr. João de Deus Carvalho – Consultor para Projetos de Energia Solar.

9ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02 de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer s eja r ealizado c iclo de Audiências Públicas c om o obj etivo de ac ompanhar e c ontribuir para o planejamento e a r ealização da C onferência das N ações U nidas s obre D esenvolvimento S ustentável, a Rio+20. Tema da audiência: "Pobreza: como superar?".

PARTICIPANTES

- Sra. Marília Leão – Presidente da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos;
- Prof. Marcel Bursztyn– Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB; e
- Sra. Diana Sawyer – Pesquisadora Sênior do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas em Brasília.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CREPAFF (CRE)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

4ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, com a finalidade de realizar ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido pela Subcomissão. Tema da audiência: "Fronteiras e Segurança Nacional".

PARTICIPANTE

- Sr. Juarez Pinheiro – Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, com a finalidade de realizar ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido pela Subcomissão. Tema da audiência: "Fronteiras e Segurança Nacional".

PARTICIPANTES

- Sr. Marcos Roberto Marques da Silva – Secretário de Segurança Pública do Estado do Amapá;
- Sr. Zulmar Pimentel dos Santos – Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas;
- Coronel José Roberto Damasceno – Chefe do Escritório de Projetos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará;
- Sr. Ildor Reni Graebner – Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre;
- Sr. Marcelo Nascimento Bessa – Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia;
- Sr. Alexandre Bustamonte – Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado de do Mato Grosso.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senadora Lúcia Vânia
Vice-Presidente: Senador Blairo Maggi

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
OFICIO "S" Nº 12, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal dados extraídos do Edital Publicado (Concorrência Pública Internacional 001/2010), referentes ao processo licitatório que visa à construção e operação do Estádio Novo Machadão/ Arena das Dunas, com vistas à Copa do Mundo de Futebol de 2014.
Autoria: Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pelo conhecimento da matéria, remessa do processado ao arquivo e comunicação da deliberação ao Ministério da Fazenda.
Resultado: Aprovado o Parecer.

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS;
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE;
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 E
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011-CI, nº 16, de 2011-CAE, nº 26, de 2011-CMA e nºs 15 e 16, de 2011-CDR, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá e João Pedro, e Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita, destinada a debater a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país.

PARTICIPANTES

- Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República;
- Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura aeroportuária – INFRAERO;
- Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

PARTE 1

Deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PL nº 2/2011 – CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012.
Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 17 emendas ao PLDO/2012 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

PARTE 2

ITEM Nº 1
MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor MARCELO PACHECO DOS GUARANYS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Solange Paiva Vieira.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 19 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 2
REQUERIMENTO Nº 28 , DE 2011 – CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome da Consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes, a Ilma. Sra. ELENA LANDAU, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 27, de 2011 - CI.
Autoria: Senador Delcídio do Amaral.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011 – CI
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 29/2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin para que se incluam os Srs. Apostole Lazaro Chryssafidis, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, e José Barat, pesquisador do IPEA, entre os convidados para debater a aviação regional do Brasil, inclusive ANAC e Secretaria Nacional da Aviação Civil, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.
Autoria: Senador Eduardo Braga.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 4
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2011 – CI
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, II, do RISF, seja realizada audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, para esclarecer sobre o modelo de concessões de rodovias federais e o aumento no valor das tarifas dos pedágios em rodovias concedidas, apesar do atraso nos investimentos das concessionárias, com as seguintes presenças: Paulo Resende, da Fundação Dom Cabral; Mário Mondolfo, Superintendente de Exploração de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transporte Terrestre; Geraldo Viana, Presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística – NTC; e Antonio Luiz Pagot, Diretor Geral do DNIT.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 5
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011 – CI
NÃO TERMINATIVO

Com fundamentos no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requer a realização de audiência pública pela Comissão de Serviços de Infraestrutura para ouvir os usuários do sistema de checagem de vôo da ANAC, pilotos e comandantes de aeronaves, sobre as dificuldades enfrentadas diante do déficit de checadores em atividade.
Autoria: Senador Blairo Maggi.
Resultado: Aprovado.

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 27 e 28, de 2011-CI e Requerimento nº 28, de 2011-CAE, todos de autoria do Senador Delcídio Amaral, com o objetivo de debater a Renovação das Concessões.

PARTICIPANTES

- Paulo Pedrosa – Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia – ABRACE;
- Otávio Carneiro de Rezende – Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia – ABIAPE;
- Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente da Companhia Energética de São Paulo – CESP; e
- Elena Landau - Consultora do Escritório de advocacia Sérgio Bermudês.

21ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011 – CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do RISF, seja realizada audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença de representante do Ministério Público Federal e representante do IBAMA, ambos no Estado do Pará, e Fábio Feldman da Fábio Feldman Consultores, para prestarem esclarecimentos sobre a questão das licenças ambientais das obras da Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará.

Autoria: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 2
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2011 – CI
NÃO TERMINATIVO

Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública com o objetivo de discutir a universalização do atendimento de energia elétrica para consumidores localizados longe das redes, com a presença dos seguintes convidados:

1. Nelson José Hübner Moreira – Diretor-Geral da ANEEL;
2. Ildo Wilson Grüdtner – Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia;
3. Nelson Fonseca Leite – Presidente da ABRADEE;
4. Representante da Eletrobrás.

Autoria: Senadores Delcídio do Amaral, Blairo Maggi, Walter Pinheiro e Lindbergh Farias.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011 – CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 27, de 2011 - CI.

- Flávio Antônio Neiva – Presidente Da ABRAGE
- José Cláudio Cardoso – Presidente Da ABRATE
- Nelson Fonseca Leite – Presidente Da ABRADEE
- Paulo Skaf – Presidente Da FIESP

Autoria: Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lindbergh Farias, Blairo Maggi e Senadora Lúcia Vânia.
Resultado: Aprovado.

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social sejam destinados para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências.
Autoria: Senador Walter Pinheiro
Relatoria "*Ad hoc*": Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02 – CI.

ITEM Nº 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 9º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para reduzir a base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas no caso de rendimentos da prestação de serviços de transporte, em veículo próprio, locado, ou adquirido com reserva de domínio.
Autoria: Senador Gim Argello
Relatoria "*Ad hoc*": Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação do projeto
Resultado: Aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto.

ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2011 – CI

NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, propostas diferenciadas de contratações com a Administração Pública para realização de obras e serviços de infra-estrutura financiados com recursos públicos, com os seguintes convidados: Athayde Ribeiro Costa – Procurador da República e coordenador do Grupo de Trabalho da Copa do Mundo 2014 – MPF; Cláudio Weber Abramo – Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil; Ministro Valmir Campelo – Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU (relator das obras da Copa no TCU); Ricardo Leyser Gonçalves – Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, representando o Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e da Controladoria Geral da União – CGU.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 4
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011 – CI
NÃO TERMINATIVO

Nos termos regimentais, solicito aditamento ao requerimento de n.18, com o objetivo de incluir a presença do Senhor Célio Alberto Barros de Lima, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, na Audiência Pública conjunta desta Comissão, com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR; e Meio Ambiente e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a situação dos aeroportos do Brasil.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 5
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011 – CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços Infraestrutura – CI, o transporte ferroviário, a necessidade e viabilidade de um novo marco regulatório para o setor, com a participação das seguintes autoridades:

- Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Sr. Rodrigo Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários – ANTF.

Autoria: Senador Vital do Rêgo e Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado.

23ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 35 de 2011-CI, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, destinada a debater propostas diferenciadas de contratações com a Administração Pública para realização de obras e serviços de infra-estrutura financiados com recursos públicos.

PARTICIPANTES

- Orlando Silva de Jesus Júnior – Ministro de Estado do Esporte;
- Marcelo Luiz Souza da Eira – Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento do Tribunal de Contas da União – TCU.

24ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
OFICIO "S" Nº 3, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes a parcerias público-privadas realizadas e a realizar pelo Governo de Minas Gerais.
Autoria: Governo do Estado de Minas Gerais
Relatoria "*ad hoc*": Senador Blairo Maggi
Relatório: Pelo conhecimento da matéria, remessa do processado ao arquivo e comunicação da deliberação ao Ministério da Fazenda para ciência ao órgão competente.
Resultado: Aprovado o Parecer.

TOTAL DE REUNIÕES: 08
Extraordinária - Deliberativa: 05
Extraordinária - Audiência Pública: 01
Conjunta – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 15
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Ofício "S": 02
Mensagem (SF): 01
Requerimento - CI: 10

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Benedito de Lira
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

13ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 7 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA; COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011-CI, nº 16, de 2011-CAE, nº 26, de 2011-CMA e nºs 15 e 16, de 2011-CDR, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá e João Pedro, e Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita, destinada a debater a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país.

PARTICIPANTES

- Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República ;
- Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura aeroportuária – INFRAERO;
- Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

14ª REUNIÃO REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2011 (ORDINÁRIA)

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei de nº 02/2011-CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2012.
Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 13 emendas ao PLDO/2012 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera o § 1º do art. 1º da Lei 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e dá outras providências.(Inclui faixa da fronteira da Região Sul nas áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus à crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados).
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com 01 (uma) emenda que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01-CDR.

ITEM Nº 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para estabelecer o dever de os municípios elaborarem mapeamentos de áreas de risco em seus territórios, fixar prazos e sanções por seu descumprimento e autorizar a União a criar o cadastro nacional das áreas de risco, com a finalidade de dimensionar, estabelecer diretrizes e prioridades para a ação integrada dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer pela aprovação do Projeto.

ITEM Nº 5
REQUERIMENTO Nº 18/2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, a ser realizada em duas reuniões, sendo a primeira com representantes do Governo e a segunda com representantes do trade turístico, com a finalidade de debater o Plano Nacional de Turismo, com a presença dos seguintes convidados para a primeira reunião: o Presidente da EMBRATUR, a Secretária Nacional de Políticas de Turismo e o Presidente da FORNATUR; e para a segunda reunião: o Sr. João Luiz dos Santos Moreira da Confederação Brasileira de Convention e Visitors Bureaux, o Sr. Enrico Fermi Torquato da Associação Brasileira da Industria de Hotéis – ABIH, o Sr. Carlos Alberto Amorim Ferreira da Associação Brasileira de Agencias de Viagem – ABAV, o Sr. Ricardo Amaral da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos – ABREMAR, o Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH e o Sr. Alexandre Sampaio de Abreu da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.
Autoria: Senadora LÍDICE DA MATA
Resultado: Aprovado.

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Não houve deliberação de matéria.

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 06/2011-CDR, de autoria das Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, com o objetivo de realizar um Ciclo de Debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil. 2º Painel – Inclusão Digital como Fator de Desenvolvimento Regional.

PARTICIPANTES

- Lygia Lumina Pupatto, Secretária de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, representando o Ministro Paulo Bernardo Silva;
- Paulo Eduardo Kapp, Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás;
- Percival Henriques, Presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital; e
- Roberto Basei, Secretário Municipal de Fazenda do Município de Canela, Rio Grande do Sul, representando o Prefeito Constantino Orsolin.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Conjunta – Audiência Pública: 01
Ordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 03
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Requerimento - CDR: 01

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Acir Gurgacz
Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka

15ª REUNIÃO REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Inclui a avicultura de corte e de postura na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).
Autoria: Senador Jorge Yanai
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Retirado o voto em separado do Senador Valdir Raupp. Aprovado o Parecer pela Rejeição da Matéria.

ITEM Nº 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências, para dispor sobre a jornada de trabalho, seguro de vida e participação dos lucros dos canavieiros, e acrescenta disposição à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para presumir como penosa a atividade de corte de cana-de-açúcar.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 226/2007, 460 e 552/2009.
Resultado: Aprovado o Parecer pela Rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 226/2007, 460 e 552/2009.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Seção XIII do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a concessão do adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal.
Autoria: Senador Jefferson Praia
Resultado: Aprovado o Parecer pela Rejeição.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta a Seção VI-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre as atividades sob radiação solar a céu aberto.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko
Resultado: Aprovado o Parecer pela Rejeição

ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, combinado com o artigo 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a discutir a situação dos pequenos e médios produtores de biodiesel no País, com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Ricardo Dornelles – Representante do Ministério de Minas e Energia - MME;
- Sr. Rodrigo Rodrigues – Representante da Casa Civil da Presidência da República – CASA CIVIL;
- Sr. Marco Antonio Viana Leite – Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;
- Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima – Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
- Sr. Allan Kardec Dualibe – Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
- Sr. Geraldo Martins – Representante da FERTIBOM LTDA;
- Sr. Rodrigo Prosdócimo P. Guerra – Representante da BIO ÓLEO LTDA.

Autoria: Senador Jayme Campos e Senador Blairo Maggi.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 4
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, que "estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e renumeração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano", com a presença dos seguintes convidados:

- Representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT;
- Representante da Força Sindical - FS;
- Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB;
- Representante da União Geral dos Trabalhadores - UGT;
- Representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST;
- Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGBT; e
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 5
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o objetivo de discutir a política da ANVISA para os fertilizantes usados na agricultura, bem como esclarecer sobre os impasses existentes para a liberação de substâncias utilizadas na composição dos mesmos. Para a ocasião sugiro a presença do:

- Representante do Comitê Técnico para Agrotóxicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- Representante da Câmara Técnica de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
- Sr Mário Alves Barbosa Neto - Presidente da Associação Nacional para Difusão de Adubos - ANDA;
- Representante para a área de fertilizantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;
- Senadora Kátia Abreu - Presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- Sr. Laércio Giampani - Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Resultado: Aprovado, com adendo do Senador Waldemir Moka, para que seja convidada a Senhora Maria da Graça Silva Foster, Diretora de Gás e Energia da Petrobrás.

16ª REUNIÃO REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Apreciação e votação das Emendas da CRA ao Projeto de Lei nº 2/2011-CN – que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências - PLDO 2012 (Mensagem nº 27, de 2011-CN; 98/2011 na origem).
Resultado: Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 12 emendas ao PLDO/2012 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2011-CRA, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, com a finalidade de avaliar a disposição do atual Plano Safra, conhecer e debater a preparação para o próximo Plano e discutir o aperfeiçoamento do Modelo de Política Agrícola, e Requerimento nº 23, de 2011-CRA, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de discutir as propostas de alterações no Manual de Crédito Rural, em gestação na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

PARTICIPANTES

- Sr. Osmar Dias – Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil – BB;
- Sr. Ladudemir André Muller – Secretário Nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;
- Sr. José Carlos Vaz – Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
- Sr. Jenner Guimarães do Rego – Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional – MI;
- Sr. Gilson Bittencourt – Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda – MF.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, seja realizado Encontro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, no dia 17 de junho corrente, sexta-feira, às 14:00 horas, com o objetivo de avaliar o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa e ameaças fitossanitárias para o Brasil, com ênfase em espécies que podem ser introduzidas através das regiões de fronteira, com a presença dos seguintes convidados:

- Autoridades do Governo de Rondônia;
- Representante da Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária - SBDA;
- Representante da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDA/MAPA;
- Representante da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON; e
- Representante do Fundo de Apoio a Defesa Sanitária Animal do Estado de Rondônia – FEFA/RO.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.
Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Silvio Torres
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (substitutivo).
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo).

ITEM Nº 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para outorgar privilégio especial, sobre os produtos do abate, ao credor por animais.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 4
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o objetivo de debater a situação dos acordos internacionais que impactam diretamente as cadeias produtivas do Leite, arroz, trigo, carne e vinho, com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Fernando Pimentel – Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC;
- Sr. Carlos Domingos Polleto – Presidente da Cooperativa Regional Tritícola Serrana - COTRIJUI;
- Sr. Rodrigo Sant'Anna Alvim – Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
- Sr. Antônio Jorge Camardelli – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - ABIEC;
- Sr. Carlos Raimundo Paviani – Diretor Executivo do Instituto Brasileiro do Vinho - IBRAVIN.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 5
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais seja realizado Encontro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na Cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, no dia 15 de julho corrente, sexta-feira, às 14:00 horas, durante a 32ª Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Ji-Paraná - EXPOJIPA, fazendo parte da programação oficial do evento, com o objetivo de debater e avaliar o Associativismo e o Cooperativismo como instrumento de apoio aos produtores rurais e agente de desenvolvimento regional, com a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Governo de Rondônia;
- Representante da OCB;
- Representante do SESCOOP-RO;
- Representante da OCEPAR-PR;
- Dirigentes de Cooperativas Agroindustriais e de Crédito;
- Vice-Presidente de Agronegócios e Pequenas e Micros Empresas do Banco do Brasil.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 6
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos, do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiências públicas na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com objetivo discutir e a valiar as mudanças previstas no Código Florestal, com a presença dos seguintes convidados:
1) Sr. Alisson Paulinelli;
2) Sr. Gustavo Cursio – Embrapa Floresta;
3) Sr. Sebastião Valverde – Professor da Universidade de Viçosa;
4) Sr. Rodrigo Lima – Instituto do Comércio e Negociações Internacionais - Ícone;
5) Representante da OAB na Comissão que debate o Código Florestal na Entidade.
6) Sr. Miguel Reale Júnior;
7) Sr. Edgar Manoel – Agricultor do Município de Boca do Acre-AM;
8) Sr. Ives Gandra Martins;
9) Sr. Evaristo Miranda – Embrapa;
10) Presidente da Federação do trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina;
11) Deputado Aldo Rebelo;
12) Sr. Roberto Rodrigues
Autoria: Senador Acir Gurgacz.
Resultado: Aprovado.

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12 de 2011-CRA, de autoria da Senadora Marisa Serrano e dos Senadores Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella, com o objetivo de instruir a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "institui a Política Nacional de Abastecimento".

- Sra. Marília Leão - Conselheira da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA;
- Dra. Maria Emília Lisboa Pacheco – Representante do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional - FBSAN;
- Dr. Silvio Isopo Porto – Diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB; e
- Dra. Maya Takagi – Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/SESAN.

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4 de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, e ao Requerimento nº 2 de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com o objetivo de debater acerca da aplicação do Decreto nº 7.029/2009, que institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente", bem como o debate destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para a perfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTE

- Excelentíssima Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira - Ministra de Estado do Meio Ambiente – MMA.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Extraordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 02
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 14
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 05
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Requerimento – CRA: 07

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Eduardo Braga
Vice-Presidente: Senador Gim Argello

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 36 e o § 3º do art. 45 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela Internet.
Autoria: Senador Expedito Júnior
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Pela prejudicialidade
Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade.

ITEM Nº 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 194, DE 2003
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO "JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA" para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 85, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DENOMINADA ALFA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Marcos Parente, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria *Ad hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO AURIFLAMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 527, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MORRO AGUDO DE GOIÁS - ADESCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Agudo de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 529, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 530, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - AGECOM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 542, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E INTELECTUAL DE LUZIÂNIA (ASCOCIL) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luziânia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO D E E DUCAÇÃO E CULTURA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Estância, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 692, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GRAMADO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatoria *Ad hoc*: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 371, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COROACIENSE D E DESPORTOS (ACCORD) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coroaci, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria *Ad hoc*: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 219, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO FÊNIX DE EDUCAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 621, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMISSORA CONTINENTAL DE CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria *Ad hoc*: Senador Ivo Cassol
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 7, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DA CIDADE DE SERITINGA - MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seritinga, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria *Ad hoc*: Senador Ivo Cassol
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SISAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 606, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MONTE ALEGRE DE MINAS - RÁDIO MONTE ALEGRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - ACRACGEO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Capitão Gervásio Oliveira, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatoria *Ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO SOTERO - FUNDACARU para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *Ad hoc*: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 685, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *Ad hoc*: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 9, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato qu e outorga a utorização à ASSOCIAÇÃO C OMUNITÁRIA DE D ESENVOLVIMENTO CULTURAL DE LAGO VERDE MARANHÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago Verde, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *Ad hoc*: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 488, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a RÁDIO CIDADE DE SUMÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumé, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatoria *Ad hoc*: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à MISSÃO CAMINHANDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria *Ad hoc*: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 25
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011 - CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de analisar e discutir as possíveis alterações no Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) à luz da Ciência. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Izabella Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente; Wagner Rossi – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Jacob Palis Junior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências – ABC.
Autoria: Senadores Eduardo Braga, Maria do Carmo Alves, Ângela Portela, Valdir Raupp, Cyro Miranda e Pedro Taques
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 26
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011 - CCT
NÃO TERMINATIVO

Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento nº 15/2011-CCT a fim de convidar um representante da HBO para participar da audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com o objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências".
Autoria: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado.

18ª REUNIÃO REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 8, 9, 10 e 20 de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Anibal Diniz e Walter Pinheiro, para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um Marco Civil da Internet, em elaboração pelo Governo Federal.

PARTICIPANTES

- Marivaldo de Castro Pereira - Secretário de Assuntos Legislativos do Ministro da Justiça – MJ;
- Demi Getschko - Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR;
- Magdiel Santos - Presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores;
- Carol Elizabeth Conway - Integrante do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais – ANJ.

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 02/2011-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012".
Resultado: A Comissão aprova a apresentação de 19 emendas ao PLDO/2012 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 112, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA BELAQUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belágua, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria Ad hoc: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 560, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO DOM JOAQUIM para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria Ad hoc: Senador Ivo Cassol
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 120, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TEMPERADA ESPORTE CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatoria Ad hoc: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 86, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulistana, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 545, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL DE CALDAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 546, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GENTIL COLOCA DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE GAMELEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleira de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 686, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Novo Destino, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 687, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALON DE ARAGUAPAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguapaz, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 688, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE TEREZÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terezópolis de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 119, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PONTAL DE ITABIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 111, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TV DO A MAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria Ad hoc: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 693, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GUAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatoria Ad hoc: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RIO SÃO FRANCISO RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Favorável0
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITAMONTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamonte, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria Ad hoc: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 53, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO TAMBAÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 697, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à CABELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguel Alves, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria Ad hoc: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 3, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ALCÂNTARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântara, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatoria Ad hoc: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à NASSAU EDITORA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria Ad hoc: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 599, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão a SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 592, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE DOM CORRÊA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria Ad hoc: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria Ad hoc: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

21ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2011 CONJUNTA COM A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA; COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS; COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 15 e 24 de 2011-CCT; Requerimento nº 20 de 2011 – CCJ; Requerimento nº 12 de 2011 – CAE; Requerimento nº 14 de 2011 – CE e Requerimento nº 13 de 2011-CMA, com o objetivo debater o Projeto de Lei da Câmara N° 116, De 2010, que "dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências", de autoria do Deputado Paulo Bornhausen.

PARTICIPANTES

- Manoel Rangel - Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE;
- João Carlos Saad - Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA;
- Luciana Ferri Sobrosa de Mello - Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO;
- Marcos Alberto Sant´anna Bitelli - Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA;
- Francisco Mistrorigo - Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV;
- Ara Apkar Minassian - Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;
- Evandro Guimarães - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Organizações GLOBO;
- Daniel Pimentel Slaviero - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – SBT;
- Marcio Novaes - Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Record;
- José Francisco de Araujo Lima Neto - Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA;
- Eduardo Levy Cardoso Moreira - Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL.

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 1

REQUERIMENTO Nº 26 DE 2011 – CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, no sentido de que sejam ouvidos os representantes do Ministério das Comunicações (MC) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com o propósito de discutir sobre a possível licitação da Faixa de 450 MHz pela Anatel, com vistas a oferecer telefonia rural e Internet às regiões agrícolas do País.
Autoria: Senadores Walter Pinheiro e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102 DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ENTRE RIOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 14 DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MIRADOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 689 DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO VALE DO RIO VERDÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 690 DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA AMORIM (AMVA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás. (Volume II)
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 695 DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização ao GRUPO DE APOIO AO MEIO AMBIENTE - "GAMA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 696, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPOS LINDOS - ACCL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 698 DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ALTO DA BOA VISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 11, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à AMIC - AMIGOS DA CULTURA DE DRACENA E REGIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84 DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDEALINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Edealina, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 622, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRINCESA DA MATA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 587, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SERRA DAS ARARAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o projeto.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 25 DE 2011 – CCT
NÃO TERMINATIVO

Requeiro nos termos regimentais a realização de audiência pública para ouvir o Senhor RAJIV MEHROTRA, Chairman e CEO da VNL (Vihaan Networks Limited), sobre as experiências na Índia e em outros países com a instalação de Internet Banda Larga para redes rurais, usando energia solar, como forma avançada de resolver problemas de infraestrutura em áreas remotas, permitindo a inclusão digital das respectivas populações.
Autoria: Senador Cyro Miranda
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011 – CCT
NÃO TERMINATIVO

Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento nº 23, de 2011-CCT, no sentido de que seja também convidado o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Senhor Marcio Pochmann, para participar de Audiência Pública perante esta Comissão, com o objetivo de debater as alterações propostas ao Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) à luz da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
Autoria: Senador Eduardo Braga
Resultado: Aprovado.

23ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 25 de 2011–CCT, de autoria do Senador Cyro Miranda, para debater "experiências na Índia e em outros países com a instalação de Internet Banda Larga para redes rurais".

PARTICIPANTE

- Rajiv Mehrotra - Chairman e CEO da Vihaan Networks Limited – VNL.

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Extraordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Audiência Pública: 02
Conjunta – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 62
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Projeto de Decreto Legislativo (terminativo): 56
Requerimento - CCT: 05

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidente: VAGO
Vice-Presidente: VAGO

Não houve reunião no período.

TOTAL DE REUNIÕES: 00

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 85

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 331

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI – 02/02 a 30/06/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS										
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA POLÍTICA ATS 24/2011	11									CONCLUSÕES ENCAMINHADAS EM 17.05.11
DEFESA CIVIL RQS 171/2011	5 13		13	-	-	-	-	-	-	

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições						
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	7 44		44	16						
ECAD RQS 547/2011	1 -		-	-						

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL E VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 31 DE MAIO DE 2011, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia trinta e um de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, e, em seguida, do Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres, Aécio Neves, Paulo Bauer e Gim Argello, e, ainda, dos Senadores Anibal Diniz, Cícero Lucena, João Pedro, Marcelo Crivella, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Taques e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Roberto Requião, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. Antes de iniciar os trabalhos da Comissão, é realizada a aposição do Retrato do Senador Garibaldi Alves Filho na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos. Usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, José Agripino, Waldemir Moka, Renan Calheiros, José Pimentel e Flexa Ribeiro e, ainda, a Governadora Rosalba Ciarlini. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo às Comissões a dispensa da leitura da Ata da reunião conjunta da CAE, 15ª Reunião, da CRE, 18ª Reunião, e da CCJ, 16ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação da Matéria constante da pauta. Item único – Projeto de Lei do Senado nº 91 de 2011, terminativo na CCJ, de autoria do Senador Pedro Taques, que "altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre", tendo como Relator na CAE, CRE e CCJ o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Nos termos do artigo 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa. A votação será realizada separadamente, nos termos do art. 113, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Em 17/5/2011, o Presidente da Reunião conjunta, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Ricardo Ferraço Relator "Ad Hoc" da Matéria, em substituição ao Senador Luiz Henrique. Em 17/5/2011, iniciada a discussão, foram apresentadas a Emenda nº 01, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e a Emenda nº 02, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Em 25/5/2011, o Senador Ricardo Ferraço devolveu a Matéria para redistribuição. Os Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania designaram o Senador Luiz Henrique Relator Único da Matéria. Lido o relatório pelo Relator, Senador Luiz Henrique, encerrada a discussão, colocado em votação a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovam o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE e da CRE, pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE-CRE (Substitutivo). A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova, em decisão terminativa, por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção, o Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE-CRE-CCJ (Substitutivo), ficando prejudicados, nos termos do art. 300, XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto e as emendas apresentadas. Nos termos dos arts. 92 e 282, do R.I.S.F., a Matéria será submetida a Turno Suplementar, na CCJ, por ter sido aprovado Substitutivo Integral. Usam da palavra os Senadores Jorge Viana, Sérgio Petecão e Aníbal Diniz. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência propõe a dispensa da leitura da Ata da presente reunião conjunta, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

– Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero dar um bom dia a todos e a todas e agradecer aqui a presença do nosso querido Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; cumprimento os Exmº Srs. Embaixadores e demais membros do corpo diplomático aqui presentes, demais autoridades, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Gostaria de registrar, porque temos uma pauta extensa hoje, que começa novamente com a novela do fuso horário, em uma reunião conjunta da CCJ, da CAE e da CRE. Depois dessa reunião conjunta, teremos a reunião ordinária da CAE. Mas, antes de iniciarmos os trabalhos da reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Constituição e Justiça, vamos realizar hoje a aposição do retrato do Senador Garibaldi Alves Filho na galeria dos Presidentes desta Comissão, onde esteve à frente no biênio 2009/2010.

Quero aqui registrar que foi uma honra trabalhar com o Senador Garibaldi aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, eu, que fui seu vice-Presidente. O Senador Garibaldi dispensa comentários, é um político experiente, é um político do bem, competente, presidiu também o Senado Federal em um momento difícil que esta Casa enfrentou, há algum tempo, e conquistou todos nós, não só pela simplicidade, pela serenidade, pelo equilíbrio e pela maneira sempre correta de tratar todas as pessoas, educada e gentil. Portanto, fico muito feliz em presidir esta reunião e quero convidar para compor a nossa Mesa, aqui, o nosso homenageado de hoje, querido Senador Garibaldi Alves. (*Palmas*.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós temos um cerimonial, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É só para perguntar ao Ministro se, com tantos elogios assim, ele não fica preocupado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nunca fica preocupado, ele é absolutamente tranqüilo. O Senador Garibaldi Alves é um homem fleumático, não há quem mexa com esse homem, não existe.

Passo a palavra ao nosso cerimonial.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia. Damos início à solenidade de aposição do retrato do Senador Garibaldi Alves Filho na galeria de fotos dos Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nosso homenageado foi Deputado Estadual por quatro mandatos consecutivos, Prefeito de Natal, duas vezes Governador do Estado do Rio Grande do Norte, três vezes Senador da República, tendo sido eleito, em 2008, Presidente do Senado Federal e Presidente desta Comissão.

No período de 2009 e 2010, durante sua gestão como Presidente desta Comissão, o Senador Garibaldi Alves Filho conduziu 110 reuniões, com a apreciação de 89 operações de crédito externo, 36 Projetos de Lei da Câmara, 138 Projetos de Lei do Senado Federal e a realização de 13 sabatinas de autoridades do Tribunal de Contas da União, do Banco Central, do Conselho de Administração de Defesa Econômica e da Confederação de Valores Mobiliários. Foram realizadas, ainda, 49 audiências públicas, totalizando 442 matérias apreciadas pela Comissão.

Entre as matérias apreciadas, podemos destacar o PLC nº 6, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; o PLS nº 194, de 2009, que autoriza a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da pessoa física, de plano de saúde, em benefício do empregado doméstico; o PLS nº 443, de 2009, que institui o Programa de Bolsas para estudantes de cursos profissionais de nível médio em estabelecimentos públicos e privados; o PLC nº 321, de 2009, que institui o piso salarial nacional para profissionais do magistério público da educação básica; e, ainda, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 354, de 1989, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Além da apreciação das matérias elencadas, destacamos que, pela primeira vez, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o relatório de uma Subcomissão: a Subcomissão de Regulamentação dos Marcos Regulatórios que, em seu relatório final, concluiu pela apresentação de uma PEC e de oito Projetos de Lei do Senado, que estão tramitando na Casa. Essa Subcomissão foi presidida pelo Senador Delcídio do Amaral, atual Presidente desta Comissão, e relatada pelo homenageado, Senador Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra, neste momento, o Exmo. Sr. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Creio que atravessei aqui o samba do cerimonial, porque falei antes, mas o Garibaldi é uma figura querida. Sou suspeito para falar dele, por todos os trabalhos que fizemos juntos aqui.

Como disse inicialmente, o Ministro Garibaldi assumiu a Presidência do Senado, já foi Governador, Deputado, advogado, aqui debateu e aqui encaminhou projetos importantíssimos para o País. Um foco muito intenso, penso que o Ministro Garibaldi já estava pre-

vendo que iria com a Presidenta Dilma para o Ministério, tanto é que boa parte dos projetos voltados para a Previdência Social, Senador Paim, o Senador Garibaldi ou era autor, ou era relator – e votava sempre a favor. Já estava adivinhando que iria assumir a Previdência. Portanto, acho que o Ministro Garibaldi tem méritos extraordinários, não só pela carreira absolutamente inatacável como político, como homem público, como um homem que honra o seu Estado, o Rio Grande do Norte, mas também por tudo o que vem realizando e pela humildade, simplicidade no trato e educação. Estes são valores aparentemente óbvios, mas não são, lamentavelmente, no dia a dia das pessoas.

Garibaldi conquistou todo mundo aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, no Senado, a equipe comandada pela Adriana, que é apaixonada pelo Senador, e, graças à sua austeridade, hoje servimos uma café da manhã para ele, ou seja, ele guardou e hoje estamos curtindo a mordomia que ele nos proporcionou aqui na Comissão. Esse é um café da manhã em *petit comitê.*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só para a Diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Infelizmente, não dá para generalizar, Senador Ferraço.

Queria aproveitar para cumprimentar o Senador Garibaldi Alves e, mais uma vez, parabenizá-lo. É uma honra para nós e para mim, especialmente, que fui companheiro do Senador Garibaldi Alves em vários trabalhos. Na área de regulamentação, agências, infraestrutura, e depois, como vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. É uma honra presidir uma sessão.

Estamos aqui homenageando o Senador Garibaldi e colocando aqui o seu retrato na Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão que ele honrou. Quero também cumprimentar a nossa Governadora Rosalba Ciarlini, Senadora, também, que nos honra com sua presença, Governadora do Rio Grande do Norte; e o nosso Líder, Senador Agripino Maia, também ilustre e competente Senador pelo Rio Grande do Norte. O homem tem uma bancada forte aqui presente e, acima de tudo, meu caro Senador Garibaldi e Ministro, desejo todo sucesso do mundo a V. Exª. Sei que, com o seu bem senso e sua serenidade, V. Exª vai se desincumbir bem de mais esse desafio. É uma honra estar aqui, quero cumprimentá-lo, e também toda a sua família, e dizer que a Comissão de Assuntos Econômicos está absolutamente à disposição de V. Exª nesse grande desafio de conduzir a Previdência Social no Brasil.

Quero agradecer e devolvo a palavra ao cerimonial.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral; Srª Governadora do meu Estado, nosso Rio Grande do Norte, ex-Senadora Rosalba Ciarlini. Aqui temos senhores embaixadores e demais membros do corpo diplomático, estou achando demais, é muito prestígio, mas, se tiver algum, que se sinta cumprimentado, mas aí é querer muito.

Quero cumprimentar os Senadores que estão aqui presentes, a começar pela Senadora Ana Amélia, os Senadores Blairo Maggi, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Cyro Miranda, Paulo Paim, Waldemir Moka, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Agripino Maia – a quem já me referi, hoje Presidente do DEM –, Eduardo Suplicy, Ivo Cassol, Inácio Arruda, Casildo Maldaner e a Senadora Vanessa Grazziotin.

Queria começar, claro, por agradecer aos Senadores, porque, afinal de contas, alguns são membros desta Comissão e, mesmo assim, chegaram mais cedo para esta homenagem, e alguns não são nem membros da Comissão e vieram ao meu encontro hoje, na hora em que recebo esta homenagem, que é uma homenagem que toca muito ao meu coração.

Fiz uma opção pela Comissão de Assuntos Econômicos, já há algum tempo. Já estou no terceiro mandato, ainda não pude exercê-lo na sua plenitude, porque recebi, por força da indicação do meu Partido, a indicação muito honrosa da Presidente Dilma Rousseff para ser Ministro da Previdência Social. Digo que a Comissão de Assuntos Econômicos sempre me fascinou e, quando aqui cheguei, fui ao Líder do PMDB e lhe disse que fazia uma reivindicação, Senador Flexa Ribeiro, que era de compor esta Comissão. Depois, já no segundo mandato, quando se ofereceu ao PMDB a oportunidade de indicar o Presidente desta Comissão, o Presidente José Sarney e o Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, me consultaram, da seguinte maneira: "Senador, poderá..."

Quero também saudar o Senador Pedro Taques, aqui presente, com muita honra para todos nós. Quero dizer que, diante da colocação do Presidente Sarney e do Senador Renan Calheiros de que o PMDB poderia indicar, naquela oportunidade... Não sei se isso já era consenso, mas o PMDB iria lutar para indicar ou o Presidente da Comissão de Justiça, ou o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e eu lhes disse: "Por mim, não vamos lutar. Por mim, se for eu o indicado e se me dão essa prerrogativa, vou aceitar a Presidência de Assuntos Econômicos". Não é que eu estivesse fugindo de assumir a Presidência da Comissão de Justiça, é porque sempre me senti mais à

vontade na Comissão de Assuntos Econômicos. É de se estranhar o fato de que um advogado pudesse fazer uma opção pela CAE, em vez de ir para a Comissão de Justiça, só que o advogado que aqui está presente, diante dos meus caros colegas Senadores, é um bacharel em Direito. A política nunca me deixou estudar devidamente o Direito, me aprofundar. Não sei se iria aprender tanto, mas a verdade é que nunca pude me dedicar à advocacia – e me fez falta. Quero confessar perante todos, perante a nossa Governadora, que me fez falta a formação jurídica, e aí apelei para esta Comissão. Na Presidência desta Comissão – temos um relatório que foi lido pela nossa simpática chefe do cerimonial –, pudemos apresentar, meu caro Presidente Delcídio do Amaral, esses números, e são números lisonjeiros para quem preside uma comissão, mas, na verdade, a mim não me satisfez e não me satisfaz presidir apenas rotineiramente a comissão. Eu não sou pretensioso, mas sempre achei – o Senador Delcídio do Amaral sabe muito bem disso – que esta Comissão deveria ultrapassar os umbrais de uma comissão que se limita a apreciar os projetos do Executivo e dos parlamentares, até porque os projetos do Executivo, infelizmente, predominam, e eu agora – casa de ferreiro, espeto de pau – sou Executivo.

Na verdade, não é o fato de predominar o número de comissões, é que predomina pela intensidade da tramitação. Chegou aqui uma matéria do Governo... Eu mesmo quero fazer uma autoconfissão, dizer da minha culpa, mas começamos logo a ser instados para aprovar matérias do Executivo. E o certo é que não temos isso apenas neste plenário. Não sei se vou me precipitar – eu não tenho tanta coragem -, mas isso me obriga a dizer que não apenas aqui na Comissão, onde há uma superposição do Executivo, mas no plenário desta Casa, com medidas provisórias que inundam a tramitação do Legislativo, que atropelam a tramitação do Legislativo. *(Palmas.)*

O SR. GARILBADI ALVES FILHO – Hoje já me disseram que a pauta está trancada. Ao mesmo tempo em que a pauta está trancada, eu queria dizer da minha expectativa favorável de que seja aprovada essa nova regulamentação para as medidas provisórias.

Todos nós aqui, se formos inquiridos, ouvidos, diríamos que não somos contra as medidas provisórias. Somos contra a maneira como é utilizada a medida provisória. A medida provisória – isso é um consenso entre nós – é um recurso do Poder Executivo legítimo, adotado nos países de democracias modernas, mas aqui no Brasil esse recurso realmente sofre de um mal chamado de abuso, como são usadas as medidas provisórias.

Deus queira que no Governo da nossa Presidenta Dilma Rousseff venhamos a ter as medidas provisórias mais contidas, as medidas provisórias sendo efetivamente voltadas para o que emergencial, segundo diz o texto da Constituição.

Meu caro Presidente Delcídio do Amaral, quero dizer que estou recebendo a comunicação de que se encontram aqui o Senador Marcelo Crivella, o Senador João Pedro e o Senador Valdir Raupp, que é o Presidente do nosso Partido PMDB.

Presidente, V. Exª está de parabéns. Eu nunca vi um quorum tão alto. Estou dizendo isso...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É o prestígio do homenageado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – ... porque em várias oportunidades – que Deus me perdoe; vou dizer isso porque tenho que dizer – eu ia para aquela porta. Quando chegava 10 horas, eu ia para aquela porta atrás de ver um Senador que pudesse trazer para o plenário, porque àquela altura o quorum estava pra lá de comprometido. E na impossibilidade de atraí-los, eu recorria à nossa querida Idiane, – cadê ela? Aqui? – porque ela fazia uma pressão irresistível! Basta olhar pra ela, não é?

E assim, meu caro Delcídio, a nossa comissão caminhou e eu poderia dizer que caminhou bem. Por quê? Caminhou bem porque quando se instalou a crise financeira internacional, o Senador José Sarney, Presidente do Senado, entendeu de criar uma comissão especial integrada por cinco Senadores para apreciar a crise.

Eu, então, dirigi-me ao Senador Sarney, dizendo a ele: Presidente, existe uma Comissão de Assuntos Econômicos que em vez de cinco Senadores tem 27 Senadores que estão à disposição da Casa para debater essa crise. E graças a Deus o Presidente compreendeu e trouxe o tema para dentro desta comissão.

Ele propriamente não extinguiu a comissão. Eu queria que ele extinguisse e fizesse daqueles Senadores, que não eram membros da comissão, membros especiais convidados. Mas todos os Senadores, por coincidência, claro, eram membros já da comissão.

Pois bem, tivemos aqui a comissão, debatemos a crise financeira internacional, trouxemos aqui autoridades para debater a crise com os nossos Senadores, porque afinal de contas temos aqui alguns Senadores que têm muita autoridade para falar sobre economia brasileira. E vou ficar muito à vontade, porque um deles não está nem aqui; hoje é colega Ministro do Governo Dilma: o Senador Aloizio Mercadante. Temos também o Senador Francisco Dornelles.

Eu estou apenas dizendo que esses Senadores são mais voltados para a lide do problema econômico,

mas sei que diante de mim, aqui, estão outros Senadores que igualmente têm a mesma qualificação. E não vou citar mais, porque já estou arrependido de ter citado os dois. Na hora em que se cita tem que falar de todo mundo. E. no Brasil, todo mundo entende de economia e de futebol.

Todo mundo é doutor em economia. E é por isso que eu escolhi esta Comissão. Não foi por outra coisa não, foi porque me tornei também um doutor em economia já que por aqui passaram os temas mais momentosos do momento político e econômico da vida nacional.

Pois bem! Eu cheguei à conclusão, hoje de manhã, de que o bom mesmo no caso desta Comissão não é ser Presidente, é ser ex-Presidente, porque, depois que cheguei aqui, se repetiram as homenagens. Tivemos um café aqui, uma mordomia que nunca tinha visto nesta Comissão. E a Senadora Ana Amélia disse: Olhe se essa Comissão tiver isso frequentemente eu vou ter que ter cuidado com a minha dieta. Mas na verdade isso, meu caro Senador Delcídio, isso eu atribuo ao comando de V. Exª; Eu preciso dizer que V. Exª é um daqueles que eu deveria ter citado como professor de economia e não citei, porque afinal V. Exª foi diretor da Petrobras. E só em ser diretor da Petrobras no Brasil já uma credencial enorme.

Pois Bem! Eu estou muito tranquilo que eu sei que V. Exª vai comandar essa Comissão muito melhor do que eu, até porque aqui está o meu pai, e ele sabe que eu sou uma pessoa humilde. Aprendi isso com ele, aprendi em casa. E devo dizer que Delcídio Amaral está muito mais preparado do que eu para dirigir essa Comissão. Até porque com uma equipe dessa que nós temos aqui, Delcídio, não precisa ser campeão, não. Nós temos aqui Adriana Tavares, que é a Nina, Camila Moraes Bittar, funcionária dedicada, todos são dedicados. Há a Idiane, que é laçadora dos Senadores. Quando precisar, não se faça de rogado. Temos Waldir Bezerra Miranda, Silvio Cesar Cury, Renato Rubens da Silva – esses são mais da retaguarda, eles apareceram hoje aqui porque hoje é um dia especial e estão por aqui, mas eles são mais lá de trás, Aron Rodrigues, Osmar Henriques da Silva...

O SR. *(Fora do microfone)* – Estou aqui, Senador, te amo. *(Palmas.)*

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Olhe, V. Exª me desculpe mais eu estava temendo isso mesmo. *(Risos.).* Eu sabia que havia um sujeito meio louco nessa Comissão, mas louco como esse eu não sabia não.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO– – Dulce Maria da Silva, e Maria Nilma Ananias. Quero agradecer-lhes pela colaboração, quero agradecer ao Senador Renan Calheiros, Líder do nosso Partido. Já contei a história da minha opção por esta Comissão, quando poderíamos ter indicado a Comissão de Justiça, e fui eu que levei o partido, e V. Exª acatou, a optar pela CAE. Quer dizer, o meu xodó pela CAE é antigo.

Por outro lado, quero cumprimentar esse querido amigo também, como todos, o Senador Benedito de Lira, alagoano como Renan, e que está aqui. Agradeço à imprensa. Vou dizer uma coisa: esta cadeira de Presidente da CAE teve um mérito, pelo menos no meu tempo, consegui escapar, o que não é fácil, porque a imprensa, vocês sabem, ela bota para quebrar, e qualquer deslize, qualquer equívoco, você não tem perdão. E não sei por que cargas d'água, não sei por obra de quem, fui durante esses anos todos – vou bater na madeira – feliz com a imprensa. Há um costume para dar sorte, quando você fala de uma coisa, que é bater na madeira. É um costume muito nosso, mas, realmente, não tive problemas com a imprensa, pelo contrário. Pelo contrário, a imprensa me ajudou – e como me ajudou – a ser Presidente da CAE. Eu até diria, agora, chegou a hora de dizer que, como Presidente do Senado, a imprensa me ajudou. Me ajudou não quer dizer que me poupou de nada não, porque a imprensa não poupa ninguém, me ajudou porque realmente viu no meu trabalho um trabalho que não merecia ser penalizado, fez justiça, deu a César o que é de César, e agradeço muito à imprensa que aqui esteve presente todo o tempo.

Quero, ao terminar as minhas palavras, agradecer a presença aqui, nesta Mesa, da Governadora do Rio Grande do Norte, que é a nossa querida Senadora – vou chamar de Senadora porque, até pouco tempo, ela era Senadora – Rosalba Ciarlini, e era da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais, tendo sido a sua Presidente. Não sei se ela está com saudade desta Casa. Senador Francisco Dornelles, já homenageei V. Exª aqui e posso ter até sido causador de ciúmes, mas fiz justiça a V. Exª dizendo que é um profundo conhecedor da nossa economia, e a Senadora Rosalba deve estar com uma certa saudade, porque o que ela está encontrando lá, no Governo do Rio Grande do Norte, não é fácil de enfrentar, mas ela vai enfrentar, vai vencer, vai superar com a colaboração de todos os norte-rio-grandenses. Quero agradecer ao Senador José Agripino. Acho que este Plenário aqui não sabe, talvez tenha alguma notícia, mas se remetermos ao passado, se voltarmos ao passado, veremos que, durante algum tempo, eu e o Senador José Agripino tínhamos uma divergência na política do Rio Grande do Norte que parecia que não cessaria, que não abrandaria. Mas o que é certo é que, hoje, nós temos uma afinidade muito grande, e eu agradeço muito a sua presença, já que V. Exª foi,

na verdade, um Senador que sempre honrou aqui esta Casa, hoje Presidente do DEM.

Quero agradecer a Gonzaga, que é o Diretor das comissões, mas que saiu daqui da CAE. Gonzaga deve ter uns 30 anos só de CAE; eu não. Fora agora os anos mais que ele tem. São 18 anos de CAE e mais não sei quantos anos dessas comissões permanentes.

Quero agradecer a todos. Quero dizer que, depois de ter falado assim, é capaz de dizer: Garibaldi deve estar com uma saudade é grande do Senado! Eu estou, eu estou com saudades, mas digo a todos que aqui estão, eu não vou citá-los todos, que vocês são meus colaboradores. Digo isso lá no Ministério da Previdência. E, como todos sabem, o desafio da previdência. O Senador Paulo Paim sentou-se aqui na frente eu acho que para lembrar isso. E o nosso Wesley da Cobap...

O SR. WARLEY MARTINS – Warley!

O SR. GARIBALDO ALVES FILHO – Warley, desculpe, parece que veio com a mesma intenção.

O desafio da previdência é enorme. A previdência é apresentada como deficitária, como mal gerida. Nada disso é uma verdade absoluta. Eu diria até que nada disso é verdade. A previdência, pelo menos de uns anos para cá, tem sido muito bem gerida, já resolveu um problema que se constituía numa humilhação para todos nós brasileiros, que eram aquelas filas de brasileiros, de segurados, de previdenciários para receber o seu benefício, o benefício a que ele tinha direito. Ele chegava, muitas vezes, pela madrugada, nas agências da previdência, e não conseguia receber. E, hoje, hoje, ele consegue, pelo telefone – 135, agendar a sua entrevista na previdência e consegue, às vezes, na maioria das vezes, em 30, 40 minutos, ter a sua aposentadoria homologada. Eu estou dizendo isso aqui, porque eu estou dizendo isso onde eu vou inaugurar agência da previdência. E eu não seria leviano para chegar e dizer isso por aí afora para ser desmentido. Eu estou dizendo, porque é uma verdade. A previdência superou isso, mas ela precisa superar muitos outros problemas para que o segurado possa dizer uma coisa que é fundamental, o segurado, sim, possa dizer que a previdência está fazendo justiça a ele segurado. Portanto, o Senador José Pimentel parece que chegou na hora certa, porque eu estou falando sobre a Previdência e já disse aqui que esse órgão vem acertando nos últimos anos e uma cota disso deve ser atribuída ao Senador José Pimentel, pois foi um Ministro que colocou a Previdência em outro patamar em matéria de atendimento do segurado, de planejamento estratégico da Previdência.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira está aqui nos honrando com sua presença. Foi o Senador mais votado do Brasil. Nem vou dizer o número de votos que recebeu; foi voto demais.

O que nós temos de fazer, vamos fazer. Há realmente um desafio: o futuro da Previdência. Ela precisa se preparar ou tomar medidas que poderão parecer ousadas, mas na verdade não o são, pois já estão sendo adotadas em outros países, porque há um envelhecimento da nossa população que beneficia a todos, mas se constitui para a Previdência um grande desafio.

Fiquem certos de que, se tivermos de tomar essas medidas, não vamos ferir o direito adquirido de ninguém, essa é a verdade, que tem hoje seu contrato com a Previdência. O contrato será honrado. Fiquem certos, em nome até, Senador Delcídio, da nossa convivência, da confiança dos Senadores que não apenas me fizeram Presidente de uma Comissão, mas até Presidente do Senado, de que nós vamos tomar as providências para realmente honrar a confiança de todos e cumprir com o dever essencial que é preparar o futuro do Brasil, principalmente para aqueles que estão envelhecendo e merecem o tratamento adequado por parte da nossa sociedade.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Eu perguntaria se os integrantes da Mesa querem usar a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente Delcídio, eu queria falar rapidamente, até porque eu acho que o Garibaldi já falou tudo.

Com o Garibaldi nós temos hoje uma relação, como ele próprio mencionou, muito próxima. Eu acho que a CAE dificilmente reúne o quórum que tem hoje. Isso se deve à imagem que o Garibaldi tem no Congresso Nacional, no Senado, entre os seus Pares.

Ele é uma figura amena, dedicado. Quem vê a mansidão de Garibaldi não imagina que ele seja capaz de fazer o que fez: devolver, o que é um fato inédito, uma medida provisória ao Palácio do Planalto, produzindo um fato político relevante e que significa referência nas posturas de independência do Congresso. Vou repetir: o ato, o gesto de Garibaldi significa hoje, queiram ou não queiram, uma referência nas atitudes de independência do Congresso Nacional, ele que faz parte da base do Governo, é um peemedebista convicto. Entre o PMDB e o interesse nacional, as instituições, o Senado, ele ficou com a instituição. Talvez pelo respeito e pelo carinho que os seus Pares têm por ele é que esse quórum se estabeleça. Talvez, Senador Renan, por conta do carinho, é que tenha ocorrido o gesto que aconteceu do funcionário que aqui chegou e nos fez todos rir ao se ajoelhar e dizer: "te amo, Garibaldi".

Talvez pelo respeito que os pares têm por Garibaldi é que essa sala se encha, se encha de Senadores,

se encha de convidados, se encha de admiradores. Garibaldi é uma figura a parte. Ele foi bom Governador do Rio Grande do Norte, ele é uma figura honesta, proba. Ele é como os que eu gosto, ou seja, na política, ele não convive com improbidade e, por isso, é que está aqui a Governadora. Veio a esta solenidade.

Nós fizemos uma bela campanha. Rosalba, eu e Garibalbi. Pela primeira vez, ganhamos os três. É muito difícil ganhar, em uma eleição majoritária, ganharem o Governador e os dois Senadores. Ganhamos os três. Estamos os três aqui para bater palmas para Garibaldi que, neste momento, vai ter o seu retrato, a sua fotografia inaugurada na galeria do ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ele que é um advogado, bacharel, mas que se houve muitíssimo bem como Presidente da CAE, tratando de assuntos de economia que envolvem conhecimento técnico, mas acima de tudo envolvem habilidade política e bom senso para conduzir o fato econômico no melhor rumo que interessa à sociedade brasileira e foi o que ele fez e porque fez assim é que recebe a homenagem à qual me associo, aplaudindo Garibaldi Alves Filho. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Governadora Rosalba.

A SRª. ROSALBA CIARLINI – Eu acho que tenho muito pouco a acrescentar depois das palavras do Senador José Agripino, mas mais uma vez dizer que nunca vi, em momentos como esse, um quorum tão qualificado e tão, vamos dizer assim, a presença maciça de Senadores, dos que fazem a Comissão e a Casa.

Isso é uma prova inequívoca do carinho, do quanto Garibaldi com esse seu jeito simples, o Ministro Garibaldi, o Senador simples, mas firme, sabe cativar as amizades, fazer amigos.

Então, hoje, tenho o Senador e Ministro Garibaldi, entre aqueles que a gente tem que guardar num cantinho especial do coração. Amigo é para essas coisas e se guarda bem guardado. Não foi apenas o companheirismo das lutas políticas, não foi apenas o dia a dia neste Senado, mas muito mais que pude ver o quanto tem valor o nosso Ministro e Senador Garibaldi.

Queria dizer ele está, como bem falou, "estou distante do Senado", tive a honra de ser sucedida pelo pai de Garibaldi, nobre Senador suplente e Senador agora, enfrentando uma luta muito difícil, o maior desafio da minha vida porque encontrei um Governo totalmente desorganizado, um verdadeiro caos.

Lei de Responsabilidade Fiscal parece que por lá nem tinha passado, totalmente desrespeitada. Mas estamos fazendo essa reconstrução, enfrentando realmente muitas barreiras, tomando medidas duras, cortando na própria carne, acabando com privilégios, uma série de coisas que trazem um prejuízo para o nosso Estado e agora começando a reorganizar para ter o equilíbrio financeiro necessário e fazer o que o Estado não faz há muito tempo: cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal que foi uma lei que mudou esse Brasil e que temos a responsabilidade de ser o guardião desse avanço que houve em nosso Brasil e que foi fundamental para que nós pudéssemos ter hoje o crescimento que temos, a estabilidade que temos e, com certeza, muitos avanços sociais que temos e que vamos ter no futuro.

Então, sabendo das dificuldades que estou enfrentando, com a mesma determinação, com coragem e mais estimulada do que nunca para vencer esse desafio, que estou aqui ao lado do nosso Senador, trazendo o aplauso do nosso Estado, mas na certeza de que enfrentamos lutas políticas juntos e estamos enfrentando também juntos este desafio – Rosalba, José Agripino e Garibaldi – lá no Estado para que possamos mostrar que o nosso elefantezinho – porque o Rio Grande do Norte tem o modelo de um elefante – tem um potencial imenso. É o Estado onde os bons ventos estão fazendo com que possamos ter um crescimento imenso na energia eólica. Até 2013, nós já temos um investimento assegurado de 8 bilhões em energia eólica. Neste próximo leilão que vai acontecer agora, o Rio Grande do Norte já desponta, mais uma vez, para ser o campeão dos leilões. Nós estamos, agora, com o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante finalmente saindo do papel, a primeira concessão pública. Foi um compromisso que a então Ministra e hoje Presidenta assumiu, lançou o edital, um aeroporto de cargas, um aeroporto para fazer a distribuição para todo o Brasil e também para a América do Sul. Abre-se uma porta de possibilidades ainda maiores. Já estamos viabilizando o nosso porto, que praticamente estava paralisado, inclusive com medidas de incentivos para que ele se tornasse viável. É o agronegócio, que tem tudo para crescer por meio da agricultura irrigada. Os viveiros de camarões só crescem. Sem falar do potencial turístico.

Talvez alguns de vocês digam assim – eu estou falando tanto de economia, que nós estamos na Comissão que eu acho que... "Com toda essa dificuldade, a senhora lutou tanto, investiu para que tenha a Copa? É porque encontrei o nosso Estado já praticamente sem a menor condição de sediar a Copa, porque a licitação para a construção do estádio Arena das Dunas havia sido vazia primeiro, havia sido vazia. Nenhuma empresa se interessava. Por quê? Aí se descobriu por quê: qual era a empresa que ia se interessar em participar de uma licitação em um Estado que nem o projeto arquitetônico havia pago? Não havia pago as consultorias, nada que se referia àquele processo da

Copa. Foi aí que eu dei as garantias, fiz os pagamentos, apesar das grandes dificuldades. Fizemos uma nova licitação, já dei a ordem de serviço e, ainda este mês, estaremos começando a construção para não perder esta oportunidade, que é fundamental para o turismo, para podermos receber mais investimentos. Na hora em que fiz todo esse sacrifício, eu estava vendo na frente. É um investimento. Vamos ter muito retorno. É a janela pela qual o mundo todo vai ver o potencial que tem o nosso Estado, para crescer ainda mais no turismo. Então, é com essa expectativa do crescimento, das indústrias que já estão chegando. Inclusive já assinamos vários protocolos. Já estamos inaugurando agora, em junho, mais uma indústria na área da mineração. É o ferro. Outra jazida já está sendo medida pelo seu potencial. Então, é um Estado realmente viável e com grande possibilidade de crescimento, desenvolvimento e geração de renda.

Mas eu queria, neste momento, que é de festa, de reconhecimento ao nosso Senador, nesta Comissão de que fiz parte, onde tivemos muitos debates importantes, que enriqueceram os meus conhecimentos e me fizeram ver o Brasil realmente com um olhar diferente, conhecendo as mais diversas regiões e seus potenciais, suas dificuldades, também dizer que aprendi aqui, ao lado dos senhores, essa certeza de que o Brasil é possível. E nós vamos mostrar que é possível, sim, acontecer o Rio Grande do Norte, contando – é claro – sempre com a força, com a orientação desses três Senadores que estão ao nosso lado. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigada, Governadora Rosalba.

Vou passar a palavra para os Senadores inscritos: Senador Moka, Senador Renan e Senador José Pimentel. Aí faremos a cerimônia de aposição do retrato do nosso querido Garibaldi Alves. O Senador Flexa também.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio, Senador Agripino, Governadora Rosalba, Senador homenageado Garibaldi Alves, eu trago um abraço. É só para isso. Mas eu me comprometi com a nossa Vice-Governadora Simone Tebet a vir hoje aqui e ela me disse, Senador, que, se Ramez aqui ainda estivesse, e hoje eu estou aqui representando o nosso Partido e o nosso Estado no seu lugar, tenho certeza de que ele estaria aqui batendo palmas e festejando, até porque a Vice-Governadora me disse da amizade e da ligação. E eu próprio sou testemunha de quantas e quantas vezes aqui estive enquanto Ramez ainda representava nosso Estado.

Então, receba do Mato Grosso do Sul, em nome da nossa Vice-Governadora e, por que não, do nosso Governador André Puccinelli.

E hoje Mato Grosso do Sul tem o privilégio também de, na Presidência desta Comissão, ter um extraordinário sul-mato-grossense, que é o Delcídio do Amaral.

Parabéns! Homenagem justa, mais do que justa a toda a sua história aqui na Casa e também no seu Estado.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente Delcídio, eu quero, cumprimentando V. Exª, cumprimentar a Governadora Rosalba, que, neste momento de congraçamento, de satisfação e de homenagem legítima ao Senador Garibaldi, volta a esta Casa e desejar, em nome do meu Partido, o PMDB, que tenho a satisfação de representar aqui, no Senado Federal, que ela faça um excelente governo, na medida dos compromissos que assumiu com a sua população, e nós temos certeza, por este início promissor, que isso vai acontecer.

Quero cumprimentar esse querido amigo, Senador José Agripino, cumprimentar o Senador Garibaldi e dizer ao Ministro Garibaldi da satisfação que todos nós temos de estar aqui agora.

Não é comum que essas solenidades de aposição de placas se façam dessa forma, com a presença de todos, com emoção, com discursos verdadeiros e apartes sinceros.

O Senador Garibaldi é um exemplo vivo de que o principal produto, a principal convivência, a principal consequência da convivência aqui no Parlamento é essa coisa que o Garibaldi cultiva muito bem, que é a amizade com todos. E para além dessa virtude do Garibaldi, para além do fato de o Garibaldi ser um grande homem público, o Garibaldi é uma daquelas pessoas que faz bem tudo que faz,

O Garibaldi foi um excelente Governador do Rio Grande do Sul...

Perdão, do Rio Grande do Norte. Poderia ser do Rio Grande do Sul também.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Já estou tomando providências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Já está tomando providências. Poderia muito bem, tem qualidades para isso, viu, Garibaldi? Tem sido um excelente Senador, foi um grande Presidente do Senado Federal, foi um grande Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal

e está fazendo, no Ministério da Previdência, um grande trabalho para dar consequência à amplitude desse trabalho que a Previdência nos últimos anos, no nosso Brasil, vem fazendo, com mais eficácia, com mais competência, com mais planejamento, com mais disposição. Outro exemplo disso aqui é o nosso querido Senador Pimentel.

Então, Garibaldi, eu estou aqui falando em nome de todos os seus companheiros do PMDB, que têm por você uma admiração muito grande e que estão aqui, mais uma vez, à disposição para que o seu trabalho na Previdência Social seja tão profícuo quanto foi o seu trabalho em todos os cargos que antes você exerceu.

Conte com o nosso apoio e é uma emoção muito grande participarmos desta solenidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Renan.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nosso Presidente, Senador Delcídio Amaral, nossa Governadora, nossa eterna Senadora Rosalba, nosso Ministro da Previdência Social e nosso Senador Garibaldi Alves Filho.

Quero começar registrando que a Previdência Social é uma das poucas ações do Estado nacional que cuida de toda a família brasileira. Quando a trabalhadora ganha a sua filha ou o seu filho, ali tem o salário maternidade. Durante a vida laboral, se o trabalhador adoece, tem a licença saúde. Se sofre acidente de trabalho, tem a licença acidentária. Quando chega à terceira idade, em que parte de nós Senadores estamos chegando, tem a aposentadoria. E quando Deus nos leva, a gente tem a proteção da família, com a pensão por morte.

Exatamente por isso pessoas com sensibilidade, como o nosso Senador Garibaldi Alves, são e serão excelentes Ministro da Previdência, porque têm essa capacidade de enxergar, essa forma de fazer. É por isso que o Presidente Lula determinou – e nós iniciamos e V. Exª dá continuidade – que precisamos humanizar o atendimento à Previdência Social.

Aquela Previdência, até 2005, levava em média dois anos para conceder um benefício previdenciário. As pessoas chegavam ali nove, dez da noite e marcavam a porta da Previdência pelos postes de luz. Ali por volta de quatro, cinco horas da manhã, quando a família ia levar um café quente, ele dizia que estava no quinto, no sexto poste de luz de distância da Previdência Social.

Essa mesma Previdência, com os mesmo funcionários, sem nenhuma consultoria externa, hoje concede os benefícios em até meia hora. Isso é gestão, e este Congresso é parte desse processo. Ali, em 2008, quando nós encaminhamos para cá um projeto de lei complementar para aposentar o saco de documentos e implantar o Cadastro Nacional de Informações Sociais, em 90 dias o Congresso Nacional aprovou esse projeto de lei complementar, que é a Lei Complementar nº 128. A partir dali, essa lei nos permitiu fazer essas grandes mudanças que hoje toda a sociedade brasileira comemora.

Esta Previdência hoje encaminha ao aposentando uma carta dizendo que ele preencheu as condições de se aposentar; e, se ele quiser receber o seu benefício, ligue para 135, marque dia e hora, que estaremos prontos para conceder o seu benefício.

E esta Previdência, até 2005, negava os direitos para tentar ver se conseguia ter condições de pagar os benefícios ali concedidos. Esta Previdência, até 2007, desde toda década de 90 até 2007, precisava em média de R$15 bilhões para fechar as contas da previdência contributiva, que é a previdência pública urbana. Hoje esta Previdência é financeiramente equilibrada. Já em 2008, reduziu para R$1,4 bi. Em 2009, sobrou R$ 3,6 bilhões. Em 2010, R$7,1 bilhões. E, neste 2011, deverá ultrapassar R$9 bilhões de saldo positivo. E isso foi feito sem precisar de nenhuma consultoria externa, com as pessoas da casa e com uma orientação política de quem é o gestor maior do Estado nacional.

Evidentemente, que quem está á frente da máquina de gestão faz isso. Esta Previdência hoje sabe a hora em que cada contribuinte chega na agência para ser atendido, a hora em que ele foi atendido, o tempo que levou para ser atendido, quem atendeu, e, no final do dia, vai o relatório para cada gerente de agência saber o aconteceu lá na sua agencia. Seria interessante o nosso Ministro, qualquer dia deste, fazer uma apresentação aqui no Senado Federal sobre a sala de situação e de controle de qualidade dos serviços da Previdência.

E a Previdência pública brasileira foi a primeira previdência que, em 2010, assinou um contrato de gestão com o Estado Nacional, em que o salário dos funcionários é variável: uma parte fixa; e a outra parte depende da produtividade, do desempenho e do bom atendimento.

Portanto, Garibaldi, parabéns pelo trabalho. E, no que depender desta Casa, em especial do nosso partido, do Partido dos Trabalhadores, e deste humilde Senador da República hoje e Deputado até ontem, pode contar conosco.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Pimentel.

Quero só também registrar aqui a presença do Dr. Paulo Varella, Diretor da Agência Nacional de Águas.

Passo ao último orador inscrito, Senador Flexa.

Só registrando também, Senador Garibaldi, o trabalho que V. Exª fez na ubcomissão dos Marcos Regulatórios, uma subcomissão profunda que olhou a questão da infraestrutura com rigor, e a primeira subcomissão da CAE, que teve seu relatório aprovado aqui, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o último orador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Presidente Delcídio do Amaral, Governadora Rosalba Ciarlini, Senador Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência, Senador Garibaldi Alves, é uma alegria poder ver pai e filho sentados à Mesa, o filho recebendo essa homenagem, e o pai ocupando a representação honrosa do Estado do Rio Grande do Norte no Senado Federal.

Senador José Agripino, Srªs e Srs. Senadores, meu amigo Senador Garibaldi Alves Filho, não poderia deixar de, de forma breve, fazer o registro dessa homenagem que V. Exª recebe hoje, com aposição da sua foto na galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos. Fiz questão de usar da palavra porque, até então, fora dos integrantes da Mesa, os Senadores que o tinham festejado eram do bloco do Governo. E eu fiz questão de usar a palavra para dizer que V. Exª – e falo também em nome do Senador Aloysio e de todos os Senadores – é uma unanimidade nesta Casa. V. Exª transita com respeito em todos os segmentos políticos que têm representação no Senado Federal.

Como eu disse, falo por conhecer o trabalho de V. Exª não só no Senado Federal. Como Governador do seu Estado do Rio Grande do Norte, como Presidente do Senado, agora como Ministro, em todas as funções que V. Exª ocupou, sempre o fez com competência, determinação e honestidade, fazendo com que o Estado do Rio Grande do Norte pudesse se orgulhar do filho tão importante e tão ilustre que o representa no Senado Federal.

Receba um abraço de todos os seus amigos do Senado Federal, em especial do povo do Pará, que o receberá sexta-feira, na cidade de Redenção, de Conceição do Araguaia, onde V. Exª vai inaugurar uma sede, o espaço do INSS, da Previdência, iniciado na gestão do Senador José Pimentel, que, quando era Ministro, foi à Bancada do Pará pedir apoio para que se pudessem construir 72 unidades para atender aos aposentados e pensionistas no Pará, e teve o apoio da bancada. Hoje, nós estamos inaugurando, na sexta-feira, com V. Exª presente, uma dessas unidades. Lamentavelmente, elas ainda não estão funcionando da forma como queríamos, todas as 72 em funcionamento para facilitar a vida dos aposentados e pensionistas.

Mas quero abraçá-lo, Senador Garibaldi Alves Filho, e dizer que V. Exª honra o Rio Grande do Norte, o Brasil e o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa. Com o término das inscrições, passo a palavra para o cerimonial novamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Convidamos agora os excelentíssimos senhores integrantes da Mesa para descerrar a foto, que, a partir desse momento, passa a integrar a galeria de fotos dos Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 19ª reunião da CAE, 23ª reunião da CRE e 20ª reunião da CCJ. Trata-se de reunião conjunta.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião conjunta da CAE de nº 15, da CRE de nª 18 e da CCJ de nº 16.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos à pauta:

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011
- Terminativo na CCJ

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique

Relatório na CAE/CRE/CCJ: Pela aprovação da projeto e rejeição das Emendas nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e nº 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro

Foi-me informado pela Mesa e pelo Relator, Senador Luiz Henrique, que está sendo apresentado um substitutivo ao projeto, que nós vamos analisar nesta sessão conjunta.

Nos termos do art. 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria, como eu disse, vai ser feito numa reunião conjunta da CAE, da CCJ e da CRE, cabendo à CCJ a decisão terminativa.

A votação será realizada separadamente, nos termos do art. 113, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em 17 de maio de 2011, eu, como Presidente, designei o Senador Ricardo Ferraço Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Luiz Henrique.

Em 17 de maio, foi iniciada a discussão e foram apresentadas as Emendas nº 1, da Senadora Vanessa Grazziotin, e nº2,do Senador Flexa.

Em 25 de maio de 2011, o Senador Ricardo Ferraço encaminhou a matéria para redistribuição,e os Presidentes das três Comissões reescolheram o Senador Luiz Henrique como Relator único da matéria.

Portanto, passo a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de julho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre, alterado pela Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Esse Projeto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi elaborado pelo ilustre Senador Pedro Taques em razão de um grande acordo feito nesta Comissão no sentido de que, rapidamente, se atendesse à vontade do povo acreano, manifestada em plebiscito.

Nesse entido, o art. 1º do Projeto promove alterações no mencionado Decreto para desmembrar o atual terceiro fuso em que se divide o território brasileiro de forma que:

a – esse terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich "menos quatro horas"permaneça compreendendo os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Amazonas, de Rondônia e de Roraima (alínea "c" do art. 2º do Decreto).

b – o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich menos cinco horas, passe a compreender o fuso horário do território do Estado do Acre (alínea e do art. 2º do Decreto).

O art. 2º do projeto determina a entrada em vigor da alteração depois de decorridos 30 dias da publicação oficial da norma produzida.

Na justificativa, o autor esclarece que a apresentação do projeto decorreu, como já mencionei, de entendimentos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e também desta Comissão sobre a matéria, fruto dos debates travados neste colegiado sobre a Consulta nº 1, de 2011, que tratava do referendo ocorrido no Estado do Acre sobre o assunto, realizado em 31 de outubro de 2010.

Nesse referendo, 184.478 eleitores, ou seja, 56,87% dos votos válidos votaram "não" ao fuso implantado pelo Lei nº 11.662, de 2008, enquanto 139.891 eleitores acreanos votaram "sim", o que representa 43,13% dos votos válidos.

O Projeto de Lei do Senado nº 91 ora em exame foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Constituição e Justiça, cabendo à última a decisão terminativa. O despacho determina a aplicação do disposto nos incisos I e II do art. 49 do Regimento Interno à tramitação da matéria, o que fundamenta o seu estudo em reunião conjunta das comissões.

O relatório referente ao projeto de lei do Senado em epígrafe constou da pauta da reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, realizada em 17 de maio passado. Designado como Relator *ad hoc*,, o nobre Senador capixaba Ricardo Ferraço fez a leitura do relatório por mim elaborado, após o que, iniciada a discussão, foram apresentadas duas emendas ao projeto de lei em análise. O Senador Ricardo Ferraço foi designado na referida reunião conjunta relator *ad hoc* para análise das emendas.

A matéria constou da pauta da reunião conjunta da CAE, da CRE e da CCJ marcada para o dia 24 próximo passado, que acabou sendo adiada. Posteriormente, a matéria acabou sendo devolvida para redistribuição. Por fim, os Presidentes da CAE, da CRE e da CCJ, em comum acordo com o Senador Ricardo Ferraço, me designaram relator único deste projeto e da emendas a ele apresentadas.

Passo a relatar essas emendas.

A Emenda nº 1, da Senador Vanessa Grazziotin, objetiva acrescer à parte final da alínea e do art. 2º do Decreto 2.784, de 18 de junho de 1913, nos termos da redação conferida pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 91, a seguinte expressão "e os territórios cedidos recentemente pela Bolívia, assim como a área W da linha precedentemente descrita.

Já a Emenda nº 2, de autoria do ilustre Senador Flexa Ribeiro, acresce ao art. 1º desse projeto proposta de alteração à alínea "b" do art. 2º do Decreto 2.784, já mencionada, com o objetivo de definir, ou melhor, de redefinir a abrangência territorial do segundo fuso horário existente no território brasileiro, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos três horas', que passaria a compreender todo o litoral do Brasil, o Distrito Federal e os Estados de Minas Gerais, de Tocantins e de Goiás, bem como parte do Estado do Pará, a parte leste, delimitada por uma linha que, partindo do monte Grevaux, na fronteira da Guiana Francesa, vá seguindo pelo álveo do rio Pecuary até o rio Javari, pelo álveo deste até o Amazonas, e ao sul pelo leito do rio Xingu até entrar no Estado de Mato Grosso.

Propõe ainda a referida emenda a alteração da alínea "c" do art. 2º do Decreto 2.784, nos termos da redação conferida pelo art. 1º do projeto em análise, com o objetivo de redefinir a abrangência territorial do terceiro fuso, caracterizado pela hora média de Greenwich 'menos quatro horas', que passaria a compreender o Estado do Pará a oeste da linha precedente e os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Por fim, a Emenda nº 2 ao projeto em exame propõe a alteração da alínea "d" do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, nos termos da redação conferida pelo art. 1º deste projeto. Na verdade, a referência correta deve ser a alínea "e", como fez o projeto de lei, visto que a alínea "d" foi revogada, com o objetivo de definir a abrangência territorial do quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas', que passaria a compreender o território do Acre.

Informo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que consolidei neste documento o relatório antes apresentado ao projeto de lei em tela e o relatório preparado para as Emendas nº 1 e nº 2 que lhe foram apresentadas.

II – Análise.

De início, verifica-se que não há reserva de iniciativa para a matéria veiculada pelo projeto, conforme o art. 61 da Constituição Federal.

Além disso, o assunto figura entre as competências da União, a quem compete privativamente legislar sobre sistema de medidas, nos termos do art. 22 da Carta Magna. Não há também qualquer ressalva quanto à juridicidade e regimentalidade da matéria.

Até a edição da Lei nº 11.662, de 2008, o Acre enquadrava-se no quarto fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas'. Com o advento dessa Lei, esse Estado passou a compartilhar com outros do terceiro fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos quatro horas'.

Ocorre que, posteriormente, o Decreto Legislativo nº 900, de 1º de dezembro de 2009, convocou referendo destinado a consultar o eleitorado sobre a conveniência e a oportunidade da alteração do fuso horário promovida pela supra referida Lei, o que se efetivou por meio da seguinte questão: "Você é a favor da recente alteração do horário legal promovida no seu Estado?". Conforme antes mencionado, a população respondeu majoritariamente "não", rejeitou a alteração promovida pela Lei, em referendo realizado concomitantemente com a primeira eleição subsequente à promulgação daquele Decreto Legislativo.

Em seguida, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), à unanimidade, considerou atendidas as exigências legais e regulamentares relativas ao referendo e homologou o resultado proclamado anteriormente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre. Tal decisão foi comunicada ao Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, por meio do Ofício nº 453/2011/SPR, assinado pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, que deu origem à Consulta nº 1, de 2011.

Instalou-se, então, controvérsia acerca dos efeitos do referendo realizado. Observe-se que a precitada Lei nº 11.662, de 2008, não previu que sua eficácia dependeria do referendo da população (condição resolutiva). Por sua vez, o referendo convocado, muitos meses depois, pelo Decreto Legislativo já citado não se referiu à Lei, limitando-se a questionar a posição do eleitor sobre a alteração do fuso horário do Estado. Embora seja o Decreto Legislativo instrumento hábil para convocar o referendo, levantou-se a dúvida se essa convocação – desvencilhada da Lei – serviria para estancar a eficácia desta e retomar a aplicação da norma anterior, dentro do princípio de hierarquia das leis. Além disso, foi consultado somente o Estado do Acre, quando a referida Lei – ato normativo de competência da União – abrangia também outras Unidades da Federação.

Embora se possam questionar os efeitos jurídico-legislativos do referendo ocorrido, não se pode olvidar da manifestação colhida junto à população. Ela é inequívoca, no sentido de repudiar a alteração promovida pela Lei nº 11.662, no fuso horário do Acre. Como decorrência, até para prestigiar a democracia direta – contemplada no parágrafo único do art. 1º e no art. 14 da Constituição Federal – é dever do Congresso Nacional dar curso a essa manifestação.

Em relação aos aspectos econômicos, a mudança não trará impacto significativo para a economia do Acre – e eu me refiro à hipótese que considero nula de impacto negativo. Nos últimos anos, o PIB do Acre vem tendo crescimento superior ao da média nacional sem correlação apreciável com a mudança de fuso horário ocorrida em junho de 2008. Por essa razão, sob o prisma econômico, não há óbice para que o retorno ao fuso horário normal seja implantado. Para tanto, foi em boa hora apresentado o presente projeto. Quero enaltecer a iniciativa rápida, prestimosa, do Senador Pedro Taques, cuja aprovação atenderá ao povo acreano e conferirá segurança jurídica necessária à situação na medida em que será a lei que dele advirá que promoverá a modificação no sentido formal e material da Lei 11.662, no que foi repudiada pelo referendo realizado.

No que concerne às emendas, tenho a aduzir o que segue. A matéria objeto das presentes emendas já foi amplamente debatida nas comissões designa-

das a analisá-la, principalmente no âmbito da CCJ, por ocasião da resposta à consulta nº 1/2011, formulada pelo Exmº Sr. Presidente do Senado, que indagava sobre as providências a serem adotadas pelo Senado Federal a partir da comunicação encaminhada pelo Tribunal Superior Eleitoral do resultado do referendo realizado no Acre sobre alteração do fuso horário que ora se discute.

No mérito, as duas emendas objetivam essencialmente restabelecer os fusos horários previstos na redação original do decreto nº 2.784/1913, antes, portanto, das alterações empreendidas pela Lei 11.662. Assim, a Emenda nº 1 objetiva alterar a área abrangida pelo fuso horário caracterizado pela hora de Greenwich menos cinco horas ou pela hora de Brasília menos duas horas para nela inserir os Municípios ou parte deles do extremo oeste do Estado do Amazonas, cujos territórios estejam na área a oeste da linha imaginária que liga o Município de Tabatinga, no Amazonas, a Porto Acre, no Acre. No mesmo sentido, a Emenda nº 2 almeja resgatar a linha imaginária prevista na redação originária do Decreto de 1913, mais precisamente, a alínea *b* do seu artigo 2º, que dividia longitudinalmente o Estado do Pará em dois fusos horários distintos. Uma área a leste dessa linha abrangida pelo fuso caracterizado pelo horário de Greenwich menos três horas, o mesmo fuso de Brasília, e outra, a oeste dessa linha, prevista na alinea *c* do artigo 2º do referido Decreto de 1913 abrangida pelo fuso caracterizado pelo horário de Greenwich menos quatro horas.

Não há qualquer óbice de natureza constitucional e regimental às emendas. Pode ser, entretanto, suscitado o seguinte questionamento quanto à juridicidade e à técnica legislativa.

Se as emendas apresentadas, e, de resto, o próprio projeto, almejam resgatar a essência do Decreto, de 1913, revogado pela Lei de 2008, por que não solucionar a questão com a apresentação de um substitutivo ao PLS 91, de 2011, com artigo único que revogasse expressa e totalmente a Lei de 2008, de acordo com o preconizado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e previsse, também expressamente, a repristinação, a restauração da vigência, do Decreto nº 2.784, de 1913, consoante determina o § 3º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 de 1943 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, anterior Lei de Introdução ao Código Civil?

A solução cogitada no parágrafo anterior, apesar de sedutora, não parece ser a mais adequada tecnicamente. Há vários ajustes a serem feitos em face do decurso de quase um século de vigência do multicitado Decreto, recepcionado como lei ordinária pela Constituição Federal de1988.

Explico. Não há mais sentido fazer menção, como fazia a alínea "d" do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 1913, aos territórios cedidos recentemente pela Bolívia. Por que, Sr. Presidente? Porque os referidos territórios integraram à época o então Território do Acre e, desde 1962, por força da Lei nº 4.070, de 15 de junho do mesmo ano, seguem integrando, fazendo parte do atual Estado. De outro lado, o Decreto de 1913 não fazia menção ao Distrito Federal, já que, naquele momento, o Distrito Federal ocupava a área litorânea, posteriormente ocupada pelo Estado da Guanabara e atual Município do Rio de Janeiro.

O decreto estabelecia que o segundo fuso abrangia todo o litoral do Brasil e, por conseguinte, o Distrito Federal. A Lei nº 11.262, de 2008 corrigiu a distorção surgida com a criação de Brasília e fez prever expressamente no texto do decreto o Distrito Federal, ou o novo Distrito Federal. Se for revogada a Lei de 2008 e restaurado o Decreto de 1913, em sua redação originária, o Distrito Federal estará formalmente excluído da norma que determina a hora legal do Brasil.

Outro ajuste necessário a fazer é inserir, expressamente, no texto do decreto, como o fazia a Lei nº 11.662, os novos Estados criados no País, que, evidentemente, não estavam previstos, não poderiam estar previstos na redação de 1913. Falo dos Estados do Tocantins, de Rondônia, de Roraima e de Mato Grosso do Sul.

O Projeto de Lei sob exame e a Emenda nº2 já apresentavam essa preocupação. Sublinhe-se, contudo, que essa sugestão de caráter meramente técnico e redacional não gera qualquer alteração nos fusos horários desses Estados.

Como visto, a parte inicial da Emenda nº 1 que objetiva estender aos territórios cedidos recentemente pela Bolívia, está prejudicada, já que como mencionada os ditos territórios integram o hoje Estado do Acre.

Acolhendo a sugestão formulada pela Emenda nº1 de reinserir os Municípios do oeste do Amazonas no quarto fuso horário, considero prejudicadas as partes da Emenda nº 2 que dão tratamento diverso ao fuso do Estado do Amazonas.

Assim, estou de acordo com as emendas apresentadas, nos termos da análise empreendida, que objetivam resgatar para os Municípios do extremo oeste do Estado do Amazonas e para o Estado do Pará os mesmo critérios quanto à definição dos fusos horários previstos no Decreto nº 2.784, de 1913, que vigeram por 95 anos; desde aquele ano até 2008.

É importante sublinhar que, salvo quanto ao Estado do Acre, que é tratado neste projeto, com o objetivo de ser recuperada a sua ação vigente desde 1913, não

há relativamente aos demais Estados qualquer alteração em seu fuso horário.

Pelo exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº91, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques. E no mérito, pela sua aprovação.

Quanto às Emendas nºs 1 e 2, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. E no mérito, pela aprovação nos termos do seguinte Substitutivo:

"**Art. 2º** .....

.....

b) o segundo fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos três horas', compreende todos os Estados do litoral do Brasil, o Distrito Federal e os Estados de Minas Gerais, de Tocantins e de Goiás, bem como a parte do Estado do Pará que fica a leste de uma linha que, partindo do monte Grevaux, na fronteira com a Guiana Francesa, vá seguindo pelo álveo do rio Pecuary até o Javari, pelo álveo deste até o Amazonas e ao sul pelo leito do Xingu até entrar no Estado de Mato Grosso;

c) o terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos quatro horas', compreende a parte do Estado do Pará a oeste da linha fixada na alínea anterior, os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Rondônia, de Roraima, bem como parte do Estado do Amazonas que fica a leste de uma linha que partindo do Município de Tabatinga (AM) vá a Porto Acre (AC);

.....

e) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas', compreende o Estado do Acre, assim como a parte do Estado do Amazonas que fica a oeste da linha fixada na alínea *c* deste artigo. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta

dias de sua publicação oficial.

Art. 3º Revoga-se a Lei nº 11.662, de 24 de abril de

2008.

Salvo melhor juízo das Srªs e Srs. Senadores das Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é, Sr. Presidente, o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Luiz Henrique, pelo trabalho que V. Exª fez, buscando uma composição com o Pará, do Senador Flexa; com o Amazonas, da Senadora Vanessa e do Senador Eduardo Braga; e sem deixar de considerar a questão específica do Estado do Acre.

Como esse assunto já foi discutido à exaustão, a matéria não está em discussão.

Portanto, em votação na CAE, em caráter não terminativo.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado pela CAE em caráter não terminativo o relatório do Senador Luiz Henrique.

Em votação na CRE, também não terminativo.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

Aprovado pela CRE o relatório, também em caráter não terminativo.

Em votação na CCJ, em caráter terminativo.

Passo a presidência ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Projeto como disse o Senador Delcídio, já foi exaustivamente discutido nas Comissões, CAE, CRE e CCJ. Como ele é terminativo na CCJ e como nós estamos nessa reunião conjunta e uma reunião esperando na CCJ para fazermos a sabatina de sete indicados para o CNJ e para o CNMP, eu pediria aos Srs. Senadores, que na mesma linha do Presidente Delcídio, essa matéria também não fosse discutida na CCJ e eu passaria de imediato à votação, se os Srs. Senadores da CCJ concordarem.

Não havendo quem discorde da proposta feita pelo Presidente da CCJ, eu pergunto como vota o Senador Pimentel. Quem vota com o relator vota sim.

Como vota o Senador José Pimentel

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – O Senador José Pimentel vota com o Relator,

Como vota o Senador Pedro Taques? É conhecido o voto do autor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente. Como autor, meu voto é conhecido, mas quero apenas elogiar o relatório apresentado, que corrigiu um equívoco do projeto que apresentei. Quero parabenizar o Senador Luiz Henrique porque e seu relatório e substitutivo resolveram um equivoco que, confesso, havia cometido no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Obrigado Senador Pedro Taques.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os que dirigem e os membros das três Comissões. Esse é um assunto

que, na abertura dos trabalhos legislativos do Senado, gerou certa polêmica, incompreensões, levando, inclusive, ao mau uso de um tema da mais alta importância para o País, para o Estado do Acre e os Estados da Amazônia brasileira. Eu, de alguma maneira, tentei deixar bem claro, representando o podo do Acre, da importância de fazer valer o que ficou decidido na consulta, no referendo realizado no ano passado. Eu queria cumprimentar os colegas que se empenharam, especialmente o Senador Pedro Taques e o Senador Luiz Henrique, dizendo apenas que todo o meu empenho aqui foi no sentido de fazer valer a decisão do povo acreano no referendo. Mas queria apenas registrar nos Anais do Senado e lamentar a manipulação política equivocada que se deu no meu Estado.

O Senado Federal está cumprindo e fazendo valer a decisão de um referendo que ocorreu no Acre. Mas eu não poderia deixar de dizer que lamentavelmente, no mundo em tempo real*, on-line,* estamos fazendo a exclusão do Estado do Acre com essas atitudes que foram feitas, de maneira oportunista, por políticos em véspera de eleições. Hoje, o Acre continua dividido e, pior, está excluído do sistema de tempo *on-line* que o mundo vive. Daqui a pouco tempo, o Senado vai receber, por parte de importante parcela da população, um pedido para que o Acre possa ser voltar a ser parte do Brasil. Duas horas de atraso para um único Estado vai levar seguramente a uma exclusão da convivência em tempo real do Estado do Acre,

Eu queria registrar que fiz um encaminhamento à defesa do referendo por conta da decisão tomada, mas acho que o Senado tem que tomar conhecimento, como Casa da República, do gesto, da atitude que está tomando em respeito à decisão povo, mas está mascarando – e esse debate mascarou – a manipulação eleitoreira, populista promovida no Estado do Acre,

Tenho andado, cheguei no fim de semana. Gostaria de me abster da votação porque acho que cumpri meu papel de colaborar fazendo com o horário voltasse, atendendo à população.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Fica registrado a abstenção do Senador Jorge Viana.

Como vota o Senador Antônio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Vota com o Relator. Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Vota com o Relator. Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Vota com o Relator. Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, respeitando sua decisão de não protelar essa votação pelo adiantando da hora, até porque temos que ir á CCJ, mas eu não poderia deixar de fazer este registro e agradecer a todos os Senadores, principalmente ao Senador Luiz Henrique pela sensibilidade e espírito democrático de fazer valer a vontade do povo acreano.

Eu queria aqui, de público, em nome da população do meu Estado, registrar a presença do Prefeito Wagner Sales, segundo município do nosso Estado, que veio aqui participar desse dia histórico em que estamos retomando o horário que foi tomado do povo acreano. Parabéns a todos os que direta ou indiretamente participaram para que pudéssemos estar concretizando essa vitória.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota V. Exª?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN - AC) - Se eu pudesse votar dez vezes, eu votaria. Como só posso uma vez, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Com o relator.

Mas é preciso ficar registrado aqui nas notas taquigráficas o voto de V. Exª.

Como vota o Senador Aloyzio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB - MG) – Voto "sim", Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Pedro Taques e agora, em especial, o Senador Luiz Henrique, pelo belo trabalho que fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB - DF) – Sr. Presidente, voto com o relator, cumprimentando o Senador Pedro Taques, o Senador Luiz Henrique, o Senador Petecão por essa luta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Com o relator, Sr. Presidente: "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Sr. Presidente, eu quero dizer que ainda que, acima de tudo, tenha que prevalecer a vontade do povo, que votou no referendo pela mudança, e o relatório está coerente com essa vontade do povo, quero dizer que concordo integralmente com a observação feita pelo Senador Jorge Viana: é uma injustiça que, por força de manipulação política, o Acre fique duas horas atrasado em relação a Brasília.

Tenho certeza de que, a exemplo do que acontece hoje na China, que tem uma extensão leste–oeste muito maior do que a extensão brasileira e aplica um único fuso horário, mais dias, menos dia, teremos no Brasil um único horário para todo o povo brasileiro, seja do norte, do sul, do leste ou do oeste.

Em particular, eu quero adiantar que, neste momento, nós fizemos valer a vontade do povo do Acre, o Senado da República vota com o povo do Acre, e eu também voto com o Senado da República, em favor do povo do Acre. Mas quero anunciar que vou reunir as assinaturas necessárias para que a gente discuta no Brasil a possibilidade de termos um único fuso horário para o povo brasileiro, porque não é admissível que se tenha atraso de duas horas em relação a um Estado. Isso é uma discriminação, isso cria dificuldades reais. Numa época em que tudo acontece on-line, não é justo que as coisas cheguem duas horas depois ao Estado do Acre.

Por isso, vou defender e espero contar com o apoio da maioria dos Senadores, do Senado da República Federativa do Brasil, para que tenhamos, no mais curto espaço de tempo possível, um único fuso horário no Brasil, para todos os Estados brasileiros.

Muito obrigado.

Meu voto é com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Vota com o relator. Vota "sim".

Com vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR - MG) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador... O voto do Senador Luiz Henrique é conhecido.

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Senador Waldemir Moka, como vota V. Exª?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Parabenizando o relator, Senador Luiz Henrique, e o Senador Pedro Taques também, voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) - Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Com o relator.

A matéria foi...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Senador, o voto do Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Já completou, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Mas sou titular, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Já está completo o quórum.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Ah, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Independentemente disso, fica registrado o voto favorável de V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – E eu queria também registrar o aplauso a esses Senadores do Acre que têm a fibra de um bandeirante e lutaram muito pelos seus Estados. Não posso deixar de parabenizá-los, Sr. Presidente.

E eu votaria com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – A matéria foi aprovada, com 17 votos "sim", e uma abstenção, do Senador Jorge Viana.

Aprovado o projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE, CRE e CCJ, pela CCJ em caráter terminativo, ficam prejudicados o projeto e as emendas, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar nesta CCJ

Aos Srs. Senadores que já votaram, para agilizarmos, já que todos votaram no primeiro item, pediria a V. Exªs que repetissem a votação, com o registro do Senador Jorge Viana pela abstenção.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É só para registrar que, pelo Regimento, abre-se um prazo de cinco dias para emendas. Portanto, esse turno suplementar tem que acontecer na CCJ na próxima semana.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Se houver um entendimento entre os líderes, não poderemos quebrar esse interstício?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não. As sessões... Não pode.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Estou perguntando aqui ao Presidente.

Podemos, Sr. Presidente? Se houver entendimento entre os líderes, não podemos quebrar o interstício?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Só se estivesse em regime de urgência, e ele não está em regime de urgência.

Abre-se o prazo para emenda, de cinco dias, conforme prevê o Regimento. Por ter sido aprovado o substitutivo, antes de finalizarmos os trabalhos, peço a permissão do meu Presidente, Senador Delcídio do Amaral, para aprovar e pedir a V.Exªs a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião conjunta da CAE – 19ª reunião, da CRE – 23ª reunião e da CCJ – 20ª reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, convidando todos os membros da CCJ para abrirmos agora a reunião da CCJ, para sabatina de sete indicados naquela Comissão.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 55 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinqüenta e quatro minutos do dia trinta e um de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres, Aécio Neves, Armando Monteiro e Gim Argello. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Roberto Requião, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 17ª e 18ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. A Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento, Aviso nº 52 de 2011, de 18 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-022.067/2010-8, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 38 de 2010. Em seguida, dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1- Mensagem do Senado Federal nº 79 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até EUR 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e um consórcio formado pelos bancos BNP Paribas S.A. e Hapoalim B.M., cujos recursos destinam-se ao 'Projeto AM-X' (projeto de modernização da aeronave AMX)", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa a Senadora Gleisi Hoffmann Relatora *Ad Hoc* da Matéria. Lido o relatório pela Relatora *Ad Hoc*, é solicitada Vista pelos Senadores Demóstenes Torres e Francisco Dornelles. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 2- Aviso nº 3 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, que "comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco – PR", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo encaminhamento de cópia do Aviso nº 3 de 2001, de seus anexos e desse relatório, pelo Presidente do Senado

Federal, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as providências cabíveis; pelo encaminhamento de expediente, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Pato Branco – PR, comunicando a sujeição desse Município às sanções previstas no art. 23, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e posterior arquivamento do Aviso nº 3 de 2011. Em 17/5/2011, foi concedida Vista Coletiva. Usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Gleisi Hoffmann. A apreciação da Matéria é adiada. Item 3- Projeto de Lei da Câmara nº 14 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Pepe Vargas, que "faculta ao Segurado, nos contratos de seguros de automóveis, a escolha do prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado", tendo como Relator o Senador Ciro Nogueira, que apresenta relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Francisco Dornelles, nos termos da Subemenda que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc* da Matéria. Lido o relatório pelo Relator *Ad Hoc*, é solicitada Vista pela Senadora Gleisi Hoffmann. O Presidente da Comissão concede Vista à Senadora Gleisi Hoffmann, nos termos regimentais. Item 4- Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que apresenta relatório favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Armando Monteiro Relator *Ad Hoc* da Matéria. Lido o relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Gleisi Hoffmann e Cyro Miranda. É solicitada Vista pelos Senadores Lindbergh Farias e Clésio Andrade. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 5- Projeto de Lei do Senado nº 308 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCT. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCT. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Em 17/5/2011, foi concedida Vista à Senadora Gleisi Hoffmann. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Cyro Miranda Relator *Ad Hoc* da Matéria. Anunciada a Matéria, usa da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCT-CAE. Item 6- Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jorge Yanai, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para aumentar em 30% (trinta por cento) o montante dedutível, na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, das despesas com seguros e planos de saúde, e dispõe sobre a concessão às pessoas jurídicas de selo e certificado de excelência no cuidado com a saúde do empregado", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer contrário ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 7- Projeto de Lei do Senado nº 209 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "altera o art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para isentar da contribuição previdenciária a importância recebida a título de aviso prévio indenizado", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Item 8- Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvol-

vimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9- Requerimento nº 24 de 2011, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a discutir as implicações, para a economia brasileira, das interferências políticas e partidárias na gestão de empresas estatais e privadas, com a presença das seguintes autoridades: Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Sr. Armínio Fraga Neto, Presidente do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA; Sr. Gilberto Mifano, Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC; e Sr. Carlos Antonio Rocca, Especialista em Mercado de Capitais". Em 17/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A apreciação da Matéria é adiada. Item 10- Requerimento nº 27 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a tratar do endividamento dos Estados, face ao significante aumento verificado nas despesas estaduais com os juros da dívida, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. José Barroso Tostes Neto, Secretário da Fazenda do Estado do Pará; Exmo. Sr. Simão Sirineu, Secretário da Fazenda do Estado de Goiás; Exmo. Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia; Exmo. Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; Exmo. Sr. Ubiratan Rezende, Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina; e representante da Secretaria do Tesouro Nacional". Em 24/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Luiz Henrique. A Comissão aprova o Requerimento nº 27 de 2011-CAE. Item 11- Requerimento nº 28 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, a se realizar em 2 (dois) dias, com o objetivo de discutir o tema: 'Renovação das Concessões', tendo como convidados no primeiro dia: Sr. Mauro Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo; Sr. Otávio Carneiro de Rezende, Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia; Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres; e Sra. Elena Landau, Consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes e, no segundo dia: Exmo. Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Sr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento; Exmo. Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; e Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras". Em 24/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A apreciação da Matéria é adiada. Item 12- Requerimento nº 29 de 2011, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Serviços de Infraestrutura – CI, e de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com a presença dos convidados: Sr. Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; e Sr. Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Aviação Civil – Snac". Em 24/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 29 de 2011-CAE. Item 13- Requerimento nº 30 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que "requer a inclusão do nome do Exmo. Sr. Simão Robison Oliveira Jatene, Governador do Estado do Pará, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 19 de 2011- CAE". Em 24/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 30 de 2011-CAE. São lidos pela Presidência e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 31, 32, 33, 34, 35 e 36 de 2011. O Requerimento nº 31 de 2011, de iniciativa dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro, requer realização de audiência pública com a finalidade de debater a estratégia de política comercial e as relações bilaterais entre Brasil e China, especialmente o escopo dos Acordos Comerciais que foram assinados na última visita da Presidente Dilma Rousseff àquele país asiático, tendo como convidados: Sr. Emílio Garofalo Filho, Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Executivo (Camex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Exmo. Sr. Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Itamaraty; Sr. Humberto Barbato, Pre-

sidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE); Sr. Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). O Requerimento nº 32 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer realização de audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a Política de Investimentos da Petrobras 2011 a 2014, com a presença do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras. O Requerimento nº 33 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "Economia e Competitividade: a Importância da Inovação", com a presença do Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia. O Requerimento nº 34 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer realização de audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a Política para Erradicação da Pobreza, Distribuição de Renda e Fortalecimento de Mercado Interno de Massas, com a presença dos seguintes convidados: Exma. Sra. Tereza Campelo, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e Sr. Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O Requerimento nº 35 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, requer realização de audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a Política de Desenvolvimento Produtivo 2011 – 2014, com a presença do Exmo. Sr Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O Requerimento nº 36 de 2011, de iniciativa do Senador Cyro Miranda, requer inclusão do nome do Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 19 de 2011 – CAE, de iniciativa do Senador Luiz Henrique, destinada a discutir a dívida dos Estados com a União. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 20ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu pediria aos Senadores e Senadoras da CAE que permaneçam aqui no plenário porque temos uma pauta ainda a analisar, de uma reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, até pelo tempo, eu gostaria que fizéssemos uma avaliação rápida dessa pauta apresentada.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura das Atas da 17ª e 18ª reunião.

Em votação a dispensa da leitura das Atas.

Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Em *vo*tação as Atas da 17ª e 18ª reunião.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As Atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos, para seu conhecimento:

Aviso nº52, de 18 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido no plenário daquela Corte, nos autos do Processo nºTC022067/2010-8, bem como do Relatório e da proposta de deliberação que o fundamenta, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado de nº38, de 2010.

O Expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 79 DE 2011
- Não Terminativa -

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até EUR 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e um consórcio formado pelos bancos BNP Paribas S.A. e Hapoalim B.M., cujos recursos destinam-se ao "Projeto AM-X" (projeto de modernização da aeronave AMX).

Autoria: Presidenta da República

Como Relatora *ad hoc* indico a Senadora Gleisi Hoffmann.

O Relatório é favorável, no termos da Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra a Relatora *ad hoc* Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Presidente da República submete ao exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até € 85.000.000,00

(oitenta e cinco milhões de euros), com um Consórcio formado pelos bancos BNP Paribas S.A. e Hapoalim B.M..

Os recursos da operação de crédito destinam-se ao financiamento do *Projeto AM-X.* Esse Projeto, conforme parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, anexo à Mensagem, visa *modernizar 43 aeronaves A-1. O Projeto consistirá no fornecimento de insumos que constituem os aviônicos e sensores necessários à Fase de Produção da Modernização, de forma a permitir a elevação da capacidade operacional e de sobrevivência daquelas aeronaves.* É enfatizado ainda que *a linha de produção de modernização da aeronave A-1 será realizada exclusivamente no Brasil, fato que proporcionará inúmeras vantagens decorrentes do domínio dos sistemas modernizados, garantindo suporte logístico inicial local e minimizando a dependência de fornecedores externos*.

Ainda de acordo com dados disponibilizados nesse parecer, o custo total do projeto atinge o montante equivalente à US$ 187,43 milhões. Desse total, US$ 136,38 milhões se referem ao contrato comercial firmado entre o Comando da Aeronáutica e a empresa israelense Elbit Systems Ltd, sendo 85% desse valor proveniente do empréstimo em exame (US$115,93 milhões), assegurados pela ASHRA Israel Export Insurance Corporation Ltda). Os outros 15% (US$ 20,46 milhões) referem-se ao pagamento inicial, arcados diretamente com recursos do Tesouro Nacional.

De acordo com informação do Banco Central do Brasil (BACEN), a operação de crédito externo pretendida não exige que suas condições financeiras sejam credenciadas pelo Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), pois se trata de importação de bens e serviços com prazo de pagamento de até 360 dias.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo apresentam cláusulas usuais para tais operações de crédito.

A operação de crédito prevê que seus desembolsos se dêem até março de 2015 e incorpora juros Euribor, mais despesas diversas e *spread de 0,775%*. A Euribor é a taxa de referência do mercado monetário interbancário europeu, sendo seu valor resultante da média das cotações fornecidas por um painel de bancos de primeira linha.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 3,11% ao ano.

II – ANÁLISE

A operação de crédito pretendida será contratada pela União e alcançará o valor total de até € 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros).

No início da década de 80, com o objetivo de dotar a Força Aérea Brasileira (FAB) de uma frota de aviões de ataque com grande raio de ação e boa capacidade bélica, o então Ministério da Aeronáutica se engajou no Programa AM-X, juntamente com a Aeronáutica "Militare" Italiana (AMI).

Essa decisão levou ao desenvolvimento e produção do AM-X, denominado no Brasil como A-1, uma excelente aeronave que, por seu conteúdo tecnológico e capacidade operacional, colocou a FAB em posição de destaque no contexto da América do Sul, bem como capacitou a indústria aeronáutica nacional para desenvolver e produzir, com tecnologia de ponta, aeronaves com estas características, motores e equipamentos. Ainda nessa oportunidade, o Comando da Aeronáutica (COMAER) desenvolveu a capacidade de gerenciamento de programas complexos, concebidos a partir de requisitos específicos dedicados ao cenário operacional da FAB.

Assim, objetiva-se com a MODERNIZAÇÃO a elevação da capacidade operacional e de sobrevivência das aeronaves, em consonância com as configurações dos Projetos F-5 e AL-X, colocando o A-1 em condições de emprego no atual cenário de conflito

A Embraer, em particular, com participação de cerca de 30% no projeto da aeronave, absorveu um volume de conhecimento de tal magnitude que, agregado ao seu desenvolvimento tecnológico, permite que suas aeronaves, hoje, disputem o mercado mundial na condição de um dos maiores fabricantes do mundo; ou seja, o desenvolvimento do AMX impactou positivamente hoje na capacidade da Embraer.

Todavia, tendo sido concebidos há mais de 20 (vinte) anos, o COMAER decidiu pela contratação das atividades de modernização dos seus A-1, sendo o Programa AM-X, em sua origem, uma atividade conjunta, o qual a participação brasileira era minoritária, muitos impactos negativos ocorreram no apoio à frota, principalmente no que diz respeito à dependência externa para o equacionamento dos problemas surgidos durante a operação, refletindo diretamente na disponibilidade da frota e no aumento de custos e prazos para reparos.

Os resultados de anos de investimento da FAB para permitir que a indústria nacional adquirisse a capacitação tecnológica e industrial que garantisse a independência tecnológica do país no campo aeroespacial, mostram agora quão acertado tem sido esse esforço;

A produção do A-1M, sendo realizada exclusivamente no Brasil, oferece inúmeras vantagens decorrentes do domínio dos sistemas modernizados, garantindo suporte logístico inicial local, minimizando a dependência de fornecedores externos;

Do ponto de vista formal é possível afirmar o seguinte.

Como destacado pela STN, embora o empréstimo seja concedido em euros, os pagamentos ao fornecedor, a empresa Elbit Systems Ltda, serão efetuados em dólar dos Estados Unidos da América.

Esse arranjo financeiro objetivou reduzir os custos da operação, uma vez que os encargos financeiros e as amortizações serão calculados com base nos desembolsos efetuados em dólares e convertidos para euros à taxa de dois dias anteriores ao dia do efetivo pagamento.

Assim sendo, com base nessa inovativa solução, a República angaria clara redução de custos, pois, dada a volatilidade do dólar nos mercados internacionais, se a operação de crédito fosse lastreada em dólares, haveria aumento do risco e, consequentemente, do custo do financiamento.

As operações de crédito externo dessa natureza sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que disciplina o processo de endividamento da União.

A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois, condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada.

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio de seu Parecer nº 1930, GEOPE/CODIP/SUBSECIII, de 15 de dezembro de 2010, atualizado nos termos do parecer de nº 298, de 22 de março do corrente ano, concluiu, com fundamento nas informações constantes do Relatório de Gestão Fiscal da União para o 1º quadrimestre de 2010, que há margem para a contratação da pleiteada operação, conforme os limites estabelecidos pelo Senado Federal na mencionada Resolução nº 48, de 2007.

Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF/nº 680, de 28 de abril de 2011, também encaminhado ao Senado Federal, conclui que a minuta de contrato de empréstimo não contém cláusulas *de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e créditos.* É, assim, observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007.

Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI que o programa referido encontra-se incluído na ação de *Modernização e Revitalização de Aeronaves.*

Assim sendo, a correspondente operação de crédito encontra-se amparada na Lei nº 11.653, de 2008, que trata do Plano Plurianual de 2008/2011.

Ademais, quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional, considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o ingresso de recursos externos e para o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, serem elas suficientes para dar suporte ao Programa no presente exercício.

Cabe ressaltar que o Ministério da Defesa (Comando da Aeronáutica) dispõe de todas as dotações orçamentárias necessárias na Lei de Orçamento Anual de 2011 a fim de custear o ingresso de bens e serviços, sendo que já foram adotadas as medidas cabíveis pelo Estado-Maior da Aeronáutica para inclusão, no Plano Plurianual, de todos os recursos necessários para o cumprimento das respectivas obrigações contratuais nos exercícios financeiros futuros, segundo o cronograma de desembolso que está no presente parecer.

Ressalte-se, ainda, que o custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 3,11% a.a., é compatível com o custo das captações realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio da emissão de títulos, haja vista que a operação em pauta se trata de financiamento de contrato comercial para a modernização do AMX, com perfil de desembolso de médio prazo que difere da pura emissão de títulos cujo custo de emissão, na data de análise da STN, correspondia a 2,44% a.a..

Deve-se ressaltar que, no médio prazo, a tendência da taxa de captação da moeda estrangeira é de alta, segundo previsões, chegando, em 2015, ao pico de 4,75% para o Federal Reserve (dólares), e de 4% para o European Central Bank (euro), tornando o custo da operação de crédito em pauta vantajoso para a República.

Por fim, há a observância, pela União, das demais restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

III – VOTO

Somos, assim, favoráveis à autorização pleiteada na Mensagem nº 79, de 2011, nos termos do projeto de resolução que está apenso ao presente parecer.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT - MS) – A matéria está em discussão.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista do Senador Demóstenes Torres, portanto...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Peço vista coletiva, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletiva.

Nós pautaremos este projeto na próxima semana.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A relatora não pode pedir vista; pode pedir retirada de pauta, Sr. Presidente.

Concordo com vista coletiva...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu sou relatora *ad hoc,* Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Portanto, é a nova relatora. Relatora *ad hoc*, o outro já não existe mais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Dornelles pede vista coletiva.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 2 da pauta.

ITEM 2
AVISO Nº 3 DE 2011
- Não Terminativo -

Comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco – PR.

Autoria: Ministro de Estado da Fazenda.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O relatório já foi lido pelo Relator Aloysio Nunes Ferreira na 16ª reunião, realizada em 17 de maio, quando foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator, Senador Aloysio Nunes, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para resumir.

Creio que, às páginas 40, 41, nós temos um aviso do Ministro de Estado da Fazenda, dirigido ao Senador José Sarney, em que S. Exª resume perfeitamente o caso.

A Prefeitura de Pato Branco assumiu uma dívida de uma cooperativa, situada naquele Município, junto ao Banco do Brasil. Ela assumiu essa dívida, renegociando seus termos, mas assumiu. O fato é que assumiu uma dívida junto ao Banco do Brasil.

Essa operação foi considerada pela Secretaria do Tesouro Nacional como uma operação de crédito e, portanto, sujeita às condições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente ao parecer prévio da Secretaria do Tesouro Nacional a respeito das condições e limites de endividamento do Município.

Essa condição não foi atendida e, por isso, a operação foi considerada irregular. Uma outra irregularidade vem do fato de que o Banco do Brasil, agindo em nome da União, foi o agente financeiro dessa operação. E há uma vedação de operações dessa natureza entre entes federativos. Por isso é que a operação foi considerada irregular.

Houve, num primeiro momento, um pedido de reconsideração da prefeitura à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que, no entanto, reiterou a sua manifestação anterior pela irregularidade da operação.

Diante disso, a minha proposta é pedirmos providências, seguindo, inclusive, orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, para o Ministério Público do Estado, para o Tribunal de Contas do Estado, assim como para o Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, uma vez que temos um agente público federal envolvido no assunto, que é o Banco do Brasil.

Essa operação pode ser cancelada mediante a restituição do principal e, quando isso acontecer, se isso acontecer, a prefeitura se livra das restrições que lhes foram impostas pela Secretaria do Tesouro Nacional em razão da irregularidade dessa operação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer um esclarecimento a esta Casa.

Recebi vários documentos do Banco do Brasil, da Prefeitura municipal de Pato Branco e também do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, os quais eu quero que integre este processo. E, numa das correspondências da Prefeitura de Pato Branco enviadas ao Subsecretário do Tesouro Nacional, no dia 22 de dezembro, o prefeito fala que seguem para apreciação da Secretaria, portanto, do Tesouro Nacional, todas as leis que demonstram a realização da orientação recebida pela Secretaria do Tesouro, leis municipais que foram aprovadas pela Câmara Municipal, que autorizam o Município a receber do Banco do Brasil a devolução dos valores pagos. Portanto, eles solicitam a conclusão de outra operação de crédito que o Município tinha perante a Secretaria do Tesouro Nacional, que estava suspensa porque essa situação não estaria sendo regularizada.

No dia 30 de dezembro, num ofício do Subsecretário do Tesouro Nacional enviado ao Prefeito, o Subsecretário Eduardo Coutinho coloca que a documentação encaminhada pelo ofício da prefeitura atendeu aos procedimentos legais necessários, para anular os efeitos da operação de crédito irregularmente contratada, o que permite a continuidade da análise dos dois processos mencionados no item 1 deste ofício. Inclusive a STN autorizou já, no início deste ano, as operações de créditos requeridas pelo Município de Pato Branco, mostrando, portanto, que a situação está regularizada.

Temos, também, um Ofício do Banco do Brasil que mostra isso. E aqui, temos presente na própria Comissão a assessoria do próprio Banco, que poderia nos atestar a regularização dessa situação.

Consulto então ao Senador Aloysio, concordando com os demais encaminhamentos, se nós mantemos mesmo o encaminhamento para o Ministério Público, para o Tribunal de Constas do Estado, porque não há mais irregularidades, todas foram sanadas; não houve má-fé nesse processo. Até para não ficar pendente o Município nesses processos de Tribunal de Contas e de Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, ontem já havíamos conversado sobre este assunto. O Banco do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional não me encaminharam, eu que sou Relator do caso, os documentos que V. Exª citou. Não tenho esse canal privilegiado. Lamento. Mas o fato é o seguinte...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – É só para esclarecer: eu recebi da Prefeitura de Pato Branco.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não. Veio da Prefeitura.

Mas o fato é que houve... se a irregularidade está sanada, menos mal. O próprio Aviso do Ministro Guido Mantega aventa esta possibilidade, a da regularização mediante o pagamento, a devolução do principal ao Banco do Brasil, o que estaria sanada a irregularidade e, portanto, a Prefeitura não estaria mais submetida a todas aquelas restrições que realmente embaraçam muito a vida de uma administração municipal. Estando sanada, estando anulada, cancelada a operação, tudo volta ao normal.

No entanto, houve, no passado, uma irregularidade cometida por administradores municipais, que eu não nem sei quem são, e por agentes do Banco do Brasil. E isso tem que ser apurado. Se não houve má-fé, tanto melhor. As pessoas vão lá e esclarecem. Mas o fato de ter havido já uma operação irregular, embora sanada, dá ensejo a uma apuração de responsabilidades.

Esse é o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria, Senadora Gleisi, sugerir e como essa documentação não chegou ao Relator, acho que o fundamental é que essa documentação fosse encaminhada ao Senador Aloysio Nunes, e nós adiaríamos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Adiaríamos, perfeitamente, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...essa votação, até para que o Senador Aloysio Nunes fizesse uma avaliação, à luz desses novos documentos, de qual seria o encaminhamento e, aí, nós votaríamos na próxima semana.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pergunto a V. Exª, Senadora: existe alguma manifestação aí da Secretaria do Tesouro Nacional?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sim, eu vou passar as suas mãos o conjunto dos documentos. Eu recebi da Prefeitura de Pato Branco, na semana passada, Sr. Presidente, e nós não conseguimos fazer o contato; acabei também não lhe enviando formalmente. Então eu passo as suas mãos e se a gente puder ter mais uma semana, eu agradeço.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, para mim não tem problema. Se fosse possível, inclusive, se a senhora me permitir, o Ministro mandar um novo Aviso, comunicando à Casa que a situação está regularizada e que não há mais nenhuma pendência, seria ótimo.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu não sei Senador, mas talvez V. Exª pudesse também fazer a solicitação como Relator da matéria, porque eu só pedi vista. Eu lhe passo os documentos e o senhor faria uma solicitação formal à Fazenda.

Agradeço.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não. Faço com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, nós avaliamos essa questão, tendo em vista o acordado, entre o Senador Aloysio Nunes e a Senadora Gleisi, e postergamos a decisão dessa matéria para a próxima terça-feira.

Vamos partir para o item seguinte.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14 DE 2011

- Não Terminativo -

Faculta ao Segurado, nos contratos de seguros de automóveis, a escolha do

prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado.

Autoria: Deputado Pepe Vargas.

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

S. Exª não se encontra presente. Portanto, nomeio Relator *ad hoc* o Senador Francisco Dornelles.

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Francisco Dornelles, nos termos da Subemenda que apresenta.

Observações: *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.*

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o Projeto do Senador estabelece que o segurado tem direito a ir a uma oficina de sua confiança para considerar os valores objeto do ressarcimento.

Apresentei uma emenda praticamente de redação. Considero o Projeto positivo e o meu parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão a matéria.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Presidente, eu queria pedir vista desse Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista concedida à Senadora Gleisi Hoffmann.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 259 DE 2010 – Complementar
- Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Favorável ao Projeto.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria discutir esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É que eu vou nomear o Relator, Senador Dornelles. Como o Senador João Vicente Claudino não se encontra presente, nomeio como Relator *ad hoc* o Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Relator *ad hoc*.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quanto à constitucionalidade e juridicidade, o Projeto atende aos requisitos formais. Conforme o art. 22, inciso VII, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferências de valores. Ao mesmo tempo, o art. 48 da Lei Maior incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Além disso, a utilização do instrumento de projeto de lei complementar é adequada, pois tem o intuito de alterar lei complementar e está de acordo com o disposto no art. 192 da Carta Magna, que prevê a regulamentação do sistema financeiro nacional por leis complementares.

Do ponto de vista da técnica legislativa, não se tem reparo a fazer ao PLS nº 259 – Complementar. Não há inclusão de matéria diversa ao tema expresso em sua ementa.

Finalmente, sob o aspecto formal, cabe observar que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e as finanças públicas.

Sobre o mérito da matéria, cabe concordar, em princípio, com a equiparação que possibilitará às empresas e entidades que operam planos privados de assistência à saúde contratar resseguros para suas operações, a exemplo do que já acontece no mercado de seguros privados, nacional e internacional.

O resseguro pode ser entendido, no caso específico, como o seguro das operadoras de planos de saúde, isto é, um contrato celebrado entre uma operadora, chamada de cedente, e um ressegurador, o qual se responsabiliza em indenizar a cedente relativamente a uma parte ou a todo o dano que ela tenha que cobrir em decorrência de seus contratos com os beneficiários de planos individuais ou de empresas e entidades, coletivamente.

A principal função do resseguro é o compartilhamento de riscos, especialmente daqueles que dizem respeito a perdas excessivamente elevadas. Porém, esta não é a única função do resseguro. O aumento da capacidade de produção de novos negócios, através da pulverização de riscos, constitui um fator significativo para a contratação de apólices de resseguros, além de utilizá-las também como uma espécie de reforço no patrimônio líquido, auxiliando as seguradoras e operadoras de planos de saúde suplementar em suas dificuldades de capital.

As principais dificuldades para as operadoras de planos privados de assistência à saúde cederem parte do risco de suas operações a resseguradoras foram decorrentes da dificuldade das informações sobre sinistros e reservas técnicas; da desvinculação das bases técnicas de precificação dos contratos e controle de riscos dos planos de saúde daquelas preconizadas pelo mercado segurador; da precariedade e falta de transparência com relação às informações econômico-financeiras; e da falta de uma clara base legal.

No entanto, desde a publicação da Lei nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, muitos avanços foram verificados na administração do setor para permitir a utilização de contratos de resseguros.

Os principais fatores a serem elencados que permitem o desenvolvimento do mercado ressegurador das operadoras de planos de saúde são a melhoria da qualidade e transparência das informações econômico-financeiras das operadoras; o uso consolidado da tecnologia da informação no gerenciamento de carteiras; o aperfeiçoamento das exigências sobre garantias financeiras obrigatórias; a padronização da Troca de Informações em Saúde Suplementar (TISS) entre prestadores e operadoras de saúde; a padronização dos produtos; a classificação do setor em segmentos bem definidos, tais como cooperativas, instituições filantrópicas, autogestões; e a obrigatoriedade de auditoria independente.

A própria Lei nº 9.656, de 1998, já prevê, em seu art. 35-M, incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, a possibilidade de empresas fornecedoras de planos privados de assistência à saúde celebrarem contratos de resseguros com empresas resseguradoras devidamente autorizadas a operar em tais atividades. Além disso, a Lei nº 10.185, de 2001, equipara o seguro de saúde ao plano privado de saúde e a sociedade seguradora de saúde à operadora privada de plano de saúde.

Nesse sentido, a Circular Susep nº 215, de 2002, autoriza as seguradoras que operam com ramos elementares, isto é, os relacionados com o patrimônio, obrigações, saúde e integridade física do segurado, a efetuar resseguros.

Todavia, a Lei nº 9.656, de 1998, por redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001, previu, em seu art. 34, que as seguradoras que operam com saúde devem constituir-se em empresa específica e desvinculada de qualquer outro tipo de atividade, as quais passaram a ser fiscalizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão vinculado ao Ministério da Saúde. As seguradoras que operam nos demais ramos continuaram a ser fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

Dessa forma, pode-se entender que o resseguro teria de ser necessariamente por intermédio de uma seguradora de saúde – empresa concorrente diretamente das demais operadoras de saúde complementar –, o que impede, legalmente e comercialmente, as operadoras de planos de saúde, particularmente as que atuam como grupo ou autogestão, de contratarem o resseguro.

Assim, dificuldades técnicas somaram-se a impedimentos legais para inibir a contratação de resseguro pelas operadoras de planos privados de saúde.

Concluímos que o Projeto de Lei em análise visa a dar segurança jurídica a esse importante segmento do setor de serviços da economia moderna, ao permitir que todas as operadoras de planos de saúde possam contratar resseguros.

Tendo em vista o exposto, manifesto-me pela aprovação do PLS nº 259, de 2010.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A matéria está em discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu considero esse projeto da maior importância, porque ele traz muita segurança para todos aqueles que utilizam e recorrem a planos de saúde.

Hoje, o que se está fazendo é permitir que esses planos de saúde, dentro dos critérios e respeitadas as condições estabelecidas pela Susep, possam recorrer ao redesconto, que será feito por empresas especializadas em redesconto.

Ora, essas empresas, melhor que ninguém, têm condições de examinar o risco – é voluntário, não é obrigatório – e trará enorme segurança para aqueles milhões e milhões de pessoas que recorrem a planos de saúde.

Por esse motivo, eu quero me pronunciar aqui pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Dornelles. Esse, sem dúvida nenhuma, é um projeto de extrema relevância.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, também elogiando o projeto de autoria do nosso Senador Demóstenes Torres, registro que o projeto dá mais segurança ao consumidor, à pessoa que está ali precisando do plano de saúde. A meu ver, pode facilitar, inclusive, a melhora dos preços na pon-

ta, porque as seguradoras de planos de saúde teriam mais capacidade de investimento.

Porém, quero pedir vistas, e o faço, mesmo entendendo que o projeto, Senador Dornelles, seja muito interessante, para poder conversar com a ANS e com a Susep sobre a matéria. E o traria aqui na próxima reunião.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a esse grande representante do Estado do Rio de Janeiro, porque está havendo, por parte do Governo, uma posição muito pouco correta de pedir vistas de tudo que não é do Governo. Qualquer projeto de origem parlamentar o Governo pede vistas. E, realmente, nós estamos naquela situação de começar a derrotar tudo que vem do Governo, porque o Governo não está examinando. Simplesmente, o que vem do parlamentar, o projeto que vem de um deputado, a ordem do Governo é pedir vistas. Então, nós vamos tomar a decisão de pedir vistas de tudo que vier do Governo também.

Isso é o absurdo do absurdo, ou seja, não se permitir que empresas de resseguros façam resseguro – é facultativo – de planos de saúde. Isso atinge o interesse de milhares e milhares de pessoas. A posição do Governo é cega, é atrasada, é arcaica. Ainda mais, é um desrespeito ao Congresso a tendência que nós estamos vendo hoje nas Comissões da Casa de se pedir vistas de todo e qualquer projeto de origem parlamentar. Nos meus eu tenho passado horas, dias e dias, tentando convencer o Governo... Eu só mando carta depois de receber a resposta. Então, eu geralmente procuro a discussão. Agora acho que o que está sendo feito com outros parlamentares aqui é inaceitável e inacreditável. Nós vamos começar a pedir vistas de todos os projetos do Governo, porque ele precisa respeitar os parlamentares ou, então, dar razões muito objetivas para ser contra projetos como este.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, só para esclarecer o Ministro e meu Líder Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Exª sabe da admiração que tenho pro V. Exª. Nesse caso, confesso a V. Exª que não foi ninguém do Governo que pediu...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu estou vendo aqui; eu recebo o documento do Governo, porque sou da base também. Recebo mas nem sempre obedeço, porque quero ter a minha liberdade. Agora, a posição do Governo está clara. Da mesma maneira do projeto anterior, em que a Senadora Gleisi Hoffmann pediu vistas por conta da orientação do Governo. Estou certo de que ela não pediria vista também daquele projeto. Por ela, ela não pediria; agora, pediu em decorrência da orientação da assessoria cega do Governo, que não sabe o que está fazendo e está prejudicando milhares e milhares de pessoas, muitas vezes pobres, que recorrem a um plano de saúde e que precisavam recorrer ao redesconto para ter segurança dos seus direitos.

A assessoria do Governo é cega, é atrasada, é medíocre. A posição é a seguinte: o que vem do parlamentar é contra. Nós vamos tomar a posição de pedir vistas do que vier do Governo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas, Ministro Dornelles, eu confesso que, nesse caso, independentemente da orientação da Liderança do Bloco, pois não é necessariamente da Liderança do Governo...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É da Liderança do Bloco.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim; não é da Liderança do Governo. No meu caso, Ministro, eu vou assumir totalmente a culpa: culpa minha por esse pedido de vistas aqui. Eu acho esse projeto fantástico, superinteressante – e estou falando aqui com o máximo de sinceridade. Foi uma decisão minha aqui. Mas qual o problema? É que, às vezes, os projetos vêm com uma velocidade tão grande e não temos tempo de analisar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Este não veio com muita velocidade, tanto que já está na pauta há várias reuniões, há algumas semanas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Então, eu só quero dizer, Ministro, que o meu pedido de vista não foi nenhuma orientação do Governo. Assumo a culpa, a responsabilidade, e garanto a V. Exª que, na outra reunião, estará aqui para ser votado, com a velocidade, e já antecipo de cara que a minha primeira manifestação foi positiva em relação ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, pedido de vista...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Até para esclarecer...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Pedido de vista coletivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pedido de vista coletivo do Senador Clésio.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu gostaria, Senador Dornelles, de externar meu maior respeito a V. Exª e a todos os Senadores desta Casa.

Tenho sido uma pessoa que faz todos os esforços para que possamos aprovar os projetos dos Parlamentares aqui. Vários projetos, inclusive, com decisão de questionamentos de Liderança da nossa bancada ou até de posição de governo, fizemos um esforço para que pudessem ser aprovados, porque acho que é fundamental essa interlocução com a Casa.

Em alguns projetos, a gente pede vista, aí sim, até para conhecimento. O senhor sabe que eu me dedico muito a conhecer os temas que tramitam aqui. Não venho para uma comissão desavisada; procuro saber o que estou votando. E esse...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Queria dizer a V. Exª que nenhum Senador vem desavisado para esta Comissão. Cada Senador que chega aqui estuda todos (*fora do microfone*). Não existe essa figura do Senador desavisado, do Senador que não estuda projetos. Portanto, V. Exª está no mesmo nível de todos os Senadores.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Senador, não sei afirmar isso como V. Exª afirma com contundência.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas eu posso lhe dar garantia de que todos os Senadores estudam e conhecem os projetos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Está bem. Estou atendendo ao que V. Exª está dizendo. O que quero dizer é que, quando pedi vista do primeiro projeto, eu o fiz porque gostaria de conhecê-lo, e ele aparece na pauta pela primeira vez. Inclusive, é um projeto originário de um companheiro de partido, do PT, o Deputado Pepe Vargas. Não vejo problema algum em pedir vista. Não é, portanto, de um outro componente da base; é um componente do meu partido, um Deputado Federal.

O projeto (PLS) que altera a política de resseguro foi retirado da pauta pelo Senador Demóstenes Torres na reunião passada. Ele foi pautado na reunião passada, foi retirado de pauta, e realmente não tivemos condições de dedicar a ele, com a quantidade de matérias que há nesta Casa, melhor atenção. Hoje fizemos uma discussão, e também recebi da assessoria do Senador Lindbergh que ele teria interesse em aprofundar a matéria. Então, vamos retirar e por uma semana. Acabamos de retirar de pauta um projeto de interesse do Governo, que era exatamente uma operação de crédito para modernizar aeronaves brasileiras. Quando discutimos, nesta Comissão, o Suas, também retiramos de pauta um projeto do Governo. Não vejo problema algum. E uma semana não vai fazer essa diferença. Temos sido muito ciosa – eu, particularmente, inclusive dos projetos que relato – para que eles venham o mais rapidamente possível para esta Comissão.

Então, respeitando aqui o Senador Dornelles, eu queria fazer esse esclarecimento, porque não há, por parte do Governo, nenhuma desatenção ou desrespeito às proposições, dos Senadores ou dos Deputados, que tramitam nesta Casa. Queremos ter, sim, muita segurança e saber exatamente o conteúdo de cada projeto. E eu serei daquelas que vai defender os projetos aqui, independente, muitas vezes, de orientação de votos. E já fiz isso, discutindo com o Governo, para que pudéssemos acertar os projetos e eles pudessem ser aprovados e para que os projetos possam ser executados a bem da população, que nós queremos tanto servir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só quero me irmanar ao Senador Dornelles e dizer que nem sempre isso acontece. Por exemplo, no caso de Itaipu, quando fomos pedir vista, foi feita toda uma manobra para que aquilo não acontecesse, e deram uma vista de trinta minutos.

Então, realmente as coisas têm de ser analisadas com imparcialidade e sem o partidarismo, e sim pela eficiência e a necessidade, quando é urgente realmente, como nesse caso. Quero concordar com o Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, item 4, vista coletiva, por sugestão, inclusive, do Senador Clésio.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308 DE 2006
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O relatório já foi lido pelo relator, na 16ª reunião, realizada em em 17/5/2011, ocasião em que foi concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Fizemos a vista ao projeto e ao parecer, e a nossa posição é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, a matéria está em discussão.

Eu nomeio, então, como Senador *ad hoc*, como o Senador Aloysio Nunes Ferreira não se encontra presente, e atendendo aqui...

A SRª. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – O Relatório já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – O Relatório já foi lido, mas a burocracia, a nomenclatura, o politburo da Comissão de Assuntos Econômicos determina que pelo menos, formalmente, seja indicado um relator *ad hoc*, que eu indico como Relator *ad hoc* o Senador Ciro Miranda.

Essa burocracia não é mole não! Deus me livre!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Considero lido e pela aprovação, sem mais nada a declarar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – O "Comissário" Cyro anuncia que não tem nada a declarar.

Em votação o Relatório do Senador *ad hoc* Cyro Miranda.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o Relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto com a Emenda de nº1 da CCT e CAE.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Os Itens 6, 7 e 8 são itens terminativos, e não temos quórum. Quanto ao Item 8, foi solicitado a retirada de pauta pelo Senador João Vicente Claudino.

Portanto, os Itens 6, 7 e 8 nós pautaremos para a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O Item 9 o Senador Álvaro Dias também não está presente e nos solicitou que fosse adiado para a próxima semana.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, eu só teria uma consulta a V. Exª. Nesse caso do requerimento do Senador Álvaro Dias, ele já está aqui na pauta por várias semanas. O Senador não tem comparecido.

Nos atos que nos praticamos aqui nesta Comissão, para que pudéssemos ter celeridade, penso que depois de três reuniões retiraríamos de pauta, ou então colocaríamos em votação, mesmo sem a presença do requerente. Eu gostaria de consultar há quanto tempo ele está na pauta e se isso é possível. Então, ou a gente retira de vez ou vota esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – No caso, Senadora Gleisi, é um requerimento. Os atos nós definimos com relação a matérias, projetos, especificamente. Eu vou conversar com o Senador Álvaro Dias para tirar esse esqueleto do armário.

ITEM 10
REQUERIMENTO Nº 27 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a tratar do endividamento dos Estados, face ao significante aumento verificado nas despesas estaduais com os juros da dívida, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. José Barroso Tostes Neto, Secretário da Fazenda do Estado do Pará; Exmo. Sr. Simão Sirineu, Secretário da Fazenda do Estado de Goiás; Exmo. Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia; Exmo. Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; Exmo. Sr. Ubiratan Rezende, Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina; e representante da Secretaria do Tesouro Nacional.

Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro

Observações: *Em 24/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, sobre este mesmo tema esta Comissão já aprovou um requerimento de minha autoria, solicitando a oitiva de outras autoridades. Por exemplo, no caso de Santa Catarina, eu havia sugerido a oitiva do Sr. Governador do Estado. E aqui o requerimento está propondo o Secretário da Fazenda.

O que eu quero sugerir, sem me opor à aprovação deste requerimento, é que V. Exª promova um encontro com o Senador Flexa Ribeiro e conosco para a gente harmonizar, escolher as pessoas a serem ouvidas, de modo a aproveitar parte do meu requerimento e parte do requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – A sugestão de V. Exª é muito pertinente, Senador Luiz Henrique, porque realmente há um acúmulo de audiências públicas, muitas delas repetidas. Então, a Secretaria está fazendo uma otimização dessas audiências, porque, senão, fica uma coisa absolutamente repetitiva e a gente perde qualidade, além de perder tempo, porque são os mesmos assuntos e com pessoas diferentes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Porque cada convidado, pelo Regimento, tem direito a 20 minutos, para fazer a sua exposição. Se nós ti-

vermos mais de cinco convidados, a reunião vai se prolongar sem debate.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E há sugestões, inclusive, de convite a pessoas que têm as mesmas ideias, as mesmas posições, mas com sugestão de fazer audiências públicas em separado.

Não tem sentido nenhum.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – No caso do meu requerimento, eu propus os governadores de vários partidos, de várias tendências.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou sugerir, Senador Luiz Henrique, que nós aprovemos o requerimento e, depois, adotemos a sugestão de V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A nossa secretaria geral vai fazer uma avaliação para otimização das audiências públicas e aí nós voltamos a esse assunto.

O item 11, do requerimento nº 28, é de minha autoria e eu não vou colocar em votação até porque precisamos fazer alguns ajustes, em função das agendas. Portanto, não vou colocar em votação esse requerimento nº 28, de 2009.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Se bem, Sr. Presidente, que esse é um dos assuntos mais importantes que nós temos aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É porque nós precisamos ajustar um pouquinho os convidados, exatamente pelas preocupações que V. Exª aqui externou. E como eu sou o autor do requerimento, eu prefiro adiar para a próxima semana, a despeito de entender que é talvez o assunto mais importante do setor de energia elétrica nos próximos anos.

ITEM 12
REQUERIMENTO Nº 29 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Serviços de Infraestrutura – CI, e de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com a presença dos convidados: Sr. Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; e Sr. Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Aviação Civil – Snac.

Iniciativa: Senadora Vanessa Grazziotin

Observações: *Em 24/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (*Pausa*.)

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o Requerimento de nº 29, de 2011, da CAE.

ITEM 13
REQUERIMENTO Nº 30 DE 2011

Requer a inclusão do nome do Exmo. Sr. Simão Robison Oliveira Jatene, Governador do Estado do Pará, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 19 de 2011- CAE.

Iniciativa: Senador Flexa Ribeiro

Observações: *Em 24/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (*Pausa*.)

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o Requerimento de nº 30, de 2011, da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou ler aqui requerimentos de autoria do Senador Armando Monteiro – o Senador Aloysio Nunes não está presente, mas o Senador Armando está:

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos com a finalidade de debater a estratégia de política comercial e as relações bilaterais entre Brasil e China, especialmente o escopo dos acordos comerciais que foram assinados na última visita da Presidenta Dilma Rousseff àquele país asiático.

Estão sendo convidados o Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Emílio Garófalo Filho; o Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Itamaraty; Dr. Humberto Barbato, presidente da Abinee; Dr. Robson Andrade, presidente da Confede-

ração Nacional da Indústria; Dr. Aguinaldo Diniz Filho, presidente da Abit.

Portanto, nós colocaremos em votação esse requerimento, conforme os atos que aprovamos, na próxima semana.

Também do Senador Lindbergh Farias uma audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a política de investimentos da Petrobras de 2011 a 2015, com a presença do Dr. José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras.

Audiência pública com a finalidade de debater *Economia e Competitividade - A Importância da Inovação*, com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Senador Aloizio Mercadante.

Esses requerimentos do Senador Lindbergh estão nos termos do art. 90, V, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado.

Também do Senador Lindbergh, com as mesmas condições, Política para Erradicação da Pobreza, Distribuição de Renda e Fortalecimento do Mercado Interno de Massas, com a presença da Srª Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social, e do Sr. Márcio Pochmann.

Esse é mais um requerimento; já existe outro do Senador Suplicy, aprovado, e vamos ter que otimizá-los.

Depois, Política de Desenvolvimento Produtivo de 2011 a 2014, com a presença do Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

O Senador Cyro Miranda apresenta um requerimento para inclusão do Governador de Goiás, Marconi Perillo, entre os convidados para participar de audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 19/2011, de iniciativa do Senador Luiz Henrique, destinada a discutir a dívida dos Estados com a União.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Portanto, Senador Luiz Henrique, esse requerimento de V. Exª está produzindo uma série de filhotes.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – Sr. Presidente, eu concordo com o Senador Luiz Henrique: acho que deveríamos fazer uma reunião entre os três, até porque o Senador Flexa Ribeiro está já em duplicidade, em cascata, porque tem o secretário, como eu também tenho o secretário. E eu acho que a presença do governador elimina o outro. Então, acho que tínhamos que nos entender e fazer assim uma reunião mais objetiva, e não com tantas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – A minha sugestão...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) -Quem sabe, além de atender esse critério de diversidade partidária, também de diversidade regional. Seria um de cada região do País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Acho que é bem mais razoável - até porque a questão regional é uma questão muito importante para o País - que nós coloquemos pelo menos um governador representante de cada região. Acho que ficaria bem mais razoável e, se o governador vem, os secretários de Fazenda não precisam vir, até porque eles vão assessorar os governadores nessa audiência pública.

Portanto, vamos ajustar isso, e espero apresentar, já na próxima semana, uma proposta para que, até o dia 15 de julho aproximadamente, que é quando começa o recesso, tenhamos condições de limpar a pauta com essas audiência públicas.

E quero também registrar para V. Exªs que, na próxima semana, voltaremos com a CAE à situação normal. Nós fomos muito prejudicados em função das audiências conjuntas com outras comissões, e isso atrasou os trabalhos da CAE. Mas, evidentemente, o assunto era meritório. Só para registrar que nós, na próxima semana, começamos às 10 horas com a pauta ordinária. Até pelo número de vistas hoje, praticamente vamos repetir a pauta desta semana. Portanto, será uma pauta mais ágil, eu espero. E, na próxima semana, depois da reunião ordinária, já vamos abrir a primeira reunião sobre o censo demográfico de 2010, incluindo um debate sobre distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, que é um tema importante que preocupa a todos os Estados. O convidado é o Dr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE.

São dois requerimentos, um do Senador Suplicy e outro, de minha autoria, com o Senador Valter, que não é da Comissão, mas que também tem um interesse grande neste assunto, como todos os Srs. Senadores também têm.

À tarde, às 14 horas, é muito importante, um requerimento do Senador Romero Jucá, um requerimento da CAE para uma audiência pública com a Comissão de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente.

Nós acabamos de aprovar o requerimento, e já está marcado para as 14 horas, o Presidente da Infraero, o Diretor Presidente interino da Anac e o novo Ministro de Estado, Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil. Será às 14 horas. E nós vamos discutir infraestrutura aeroportuária e, evidentemente, também, essa correlação da infraestrutura aeroportuária, essa necessidade em função das Olimpíadas, em função da Copa do Mundo.

Portanto, não havendo mais nenhum assunto a discutir, declaro encerrada a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de hoje.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12 horas re 56 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta minutos do dia sete de junho do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral e, em seguida, do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Romero Jucá, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 20ª Reunião, que é dada como aprovada, e dá início à 1ª Parte da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 2/2011-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2012-PLDO/2012 que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Francisco Dornelles, esclarecendo que foram apresentadas vinte e cinco emendas. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas ao Texto do PL nº 2/2011-CN, **Emenda nº 01** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 4 – Dá nova redação ao Art. 4; **Emenda nº 02** – Aditiva – Anexo IV, Inciso I, Item 63 – SUFRAMA; **Emenda nº 03** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 60 – Transposição de eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias; **Emenda nº 04** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 4 – Prioridades x Emendas; **Emenda nº 05** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 6, Parágrafo 3 – Art. 6, § 3, 4 e 5 – Sistema S; **Emenda nº 06** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 9, Parágrafo 7 – Evolução da despesa no Orçamento de Investimentos; **Emenda nº 07** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 12, Inciso XIX – Ajuste de Redação para Pessoas Jurídicas; **Emenda nº 08** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 12, Inciso XXIV – Ajuste de Redação (P. Jurídicas); **Emenda nº 09** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 12, Inciso XXV – Contrato de gestão; **Emenda nº 10** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 20, Inciso VIII – Ajuste de Redação para agente público em atividade; **Emenda nº 11** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 20, Inciso X – Agente público em atividade; **Emenda nº 12** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 13 – Reserva para pagamento dos Restos a Pagar; **Emenda nº 13** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 55 – Inclua-se ao artigo 55, §3: Medida Provisória para a abertura de Crédito Extraordinário despesas correntes de fato urgente; **Emenda nº 14** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 52 – Autorização para alteração da totalidade das dotações por GND; **Emenda nº 15** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 68 – Garantia de execução para as emendas individuais; **Emenda nº 16** – Supressiva – Corpo da Lei, Artigo 52, Parágrafo 6 – Criação de GND por portaria da SOF/MP; **Emenda nº 17** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 48, Inciso II – Regulamentação de dispositivos da EC nº 29, de 2000 – Meta de Superávit Primário; **Emenda nº 18** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 68 – Obrigação Restos a Pagar; **Emenda nº 19** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 2 – Meta Fiscal; **Emenda nº 20** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 2, Parágrafo 2 – Metodologia de Apuração Resultado Primário; **Emenda nº 21** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 13 – Reserva de Rescursos para restos a pagar e créditos reabertos; **Emenda nº 22** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 54 – Art. 55 – Orçamento Equilibrado; **Emenda nº 23** – Aditiva – Corpo da Lei, Artigo 55 – Art. 56 – Fonte para abertura de créditos suplementar e especial; **Emenda nº 24** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 2 – Dê-se nova redação ao art. 2º do PLDO 2012 – Meta de Superávit Primário; **Emenda nº 25** – Modificativa – Corpo da Lei, Artigo 68 – Proteção do contingenciamento para restos a pagar e créditos reabertos. O Presidente dá início à 2ª Parte da pauta. Item 1- Mensagem do Senado Federal nº 79 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até EUR 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e um consórcio formado pelos bancos BNP Paribas S.A. e Hapoalim B.M., cujos recursos destinam-

-se ao 'Projeto AM-X' (projeto de modernização da aeronave AMX)", tendo como Relatora *Ad Hoc* a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 31/5/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou a Senadora Gleisi Hoffmann Relatora *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador Lindbergh Farias. Na mesma data, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora *Ad Hoc* da Matéria, e os Senadores Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Benedito de Lira, Ivo Cassol e Luiz Henrique. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, ainda, apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2- Projeto de Lei da Câmara nº 14 de 2011, não terminativo, de autoria do Deputado Pepe Vargas, que "faculta ao Segurado, nos contratos de seguros de automóveis, a escolha do prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado", tendo como Relator *Ad Hoc* o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Francisco Dornelles, na forma da Subemenda que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Em 31/5/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador Ciro Nogueira. Na mesma data, foi concedida Vista à Senadora Gleisi Hoffmann. Iniciada a discussão, é apresentada a Emenda nº 2, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann. O Relator Ad Hoc, Senador Francisco Dornelles, acata a Emenda nº 2 e retira a Emenda nº 1, de sua autoria. Usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e os Senadores Francisco Dornelles, Relator *Ad Hoc* da Matéria, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Luiz Henrique. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE. Item 3- Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências", tendo como Relator *Ad Hoc* o Senador Armando Monteiro, que apresenta relatório favorável ao Projeto. Em 31/5/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Armando Monteiro Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador João Vicente Claudino. Na mesma data, foi concedida Vista Coletiva. Iniciada a discussão, são apresentadas as Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Lindbergh Farias. Usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e os Senadores Armando Monteiro, Relator *Ad Hoc* da Matéria, e Lindbergh Farias. A apreciação da Matéria é adiada. Item 4- Projeto de Lei do Senado nº 87 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "dispõe sobre a cobrança em estacionamento de shopping center", tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 de sua autoria. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Luiz Henrique Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Cyro Miranda, Armando Monteiro e Ciro Nogueira. É solicitada Vista pelos Senadores Cyro Miranda e Armando Monteiro. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 5- Projeto de Lei do Senado nº 577 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera o artigo 4º da Lei no 8.730, de 10 de novembro de 1993, para estabelecer que as declarações de bens exigidas nas prestações de contas ao Tribunal de Contas da União sejam disponibilizadas mediante acesso aos dados informatizados disponíveis na autoridade tributária", tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A Matéria é adiada. Item 6- Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jorge Yanai, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para aumentar em 30% (trinta por cento) o montante dedutível, na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, das despesas com seguros e planos de saúde, e dispõe sobre a concessão às pessoas jurídicas de selo e certificado de excelência no cuidado com a saúde do empregado", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer contrário

ao Projeto. Após a leitura do relatório pela Relatora, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezesseis votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. Item 7- Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 8- Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 9- Projeto de Lei do Senado nº 109 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, a qual determina que os Municípios notifiquem em até dois dias úteis o recebimento de recursos", tendo como Relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Eduardo Braga Relator *Ad Hoc* da Matéria. Lido o relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 10- Projeto de Lei do Senado nº 435 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "altera a Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e a Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, para estabelecer a incidência de Taxa Selic na hipótese de ressarcimento do saldo acumulado de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Lindbergh Farias Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 11- Projeto de Lei do Senado nº 526 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "dá nova redação ao art. 2º, caput, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários", tendo como Relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela rejeição da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 12- Projeto de Lei do Senado nº 84 de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que 'institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências'", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Eduardo Braga Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 13- Requerimento nº 24 de 2011, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a discutir as implicações, para a economia brasileira, das interferências políticas e partidárias na gestão de empresas estatais e privadas, com a presença das seguintes autoridades: Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Sr. Armínio Fraga Neto, Presidente do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA; Sr. Gilberto Mifano, Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC; e Sr. Carlos Antonio Rocca, Especialista em Mercado de Capitais". Em 17/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 24 de 2011-CAE. Item 14- Requerimento nº 28 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que "requer, nos termos do art. 93, inciso

II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, a se realizar em 2 (dois) dias, com o objetivo de discutir o tema: 'Renovação das Concessões', tendo como convidados no primeiro dia: Sr. Mauro Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo; Sr. Otávio Carneiro de Rezende, Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia; Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres; e Sra. Elena Landau, Consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes e, no segundo dia: Exmo. Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Sr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento; Exmo. Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; e Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras". Em 24/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 28 de 2011-CAE. Item 15- Requerimento nº 31 de 2011, de iniciativa dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater a estratégia de política comercial e as relações bilaterais entre Brasil e China, especialmente o escopo dos Acordos Comerciais que foram assinados na última visita da Presidente Dilma Rousseff àquele país asiático, tendo como convidados: Sr. Emílio Garofalo Filho, Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Executivo (Camex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Exmo. Sr. Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Itamaraty; Sr. Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE); Sr. Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)". Em 31/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, o Senador Francisco Dornelles sugere a inclusão do Sr. Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no rol de convidados da audiência pública. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 31 de 2011-CAE, com o aditamento do Senador Francisco Dornelles. Item 16- Requerimento nº 32 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a 'Política de Investimentos da Petrobras 2011 a 2014', com a presença do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras". Em 31/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 32 de 2011-CAE. Item 17- Requerimento nº 33 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema 'Economia e Competitividade: a Importância da Inovação', com a presença do Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia". Em 31/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 33 de 2011-CAE. Item 18- Requerimento nº 34 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a 'Política para Erradicação da Pobreza, Distribuição de Renda e Fortalecimento de Mercado Interno de Massas', com a presença dos seguintes convidados: Exma. Sra. Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e Sr. Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)". Em 31/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 34 de 2011-CAE. Item 19- Requerimento nº 35 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a 'Política de Desenvolvimento Produtivo 2011 – 2014', com a presença do Exmo. Sr Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)". Em 31/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. É retirado o Requerimento nº 35 de 2011. Item 20- Requerimento nº 36 de 2011, de iniciativa do Senador Cyro Miranda, que "requer a inclusão do nome do Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 19 de 2011 – CAE, de iniciativa do Senador Luiz Henrique, destinada a discutir a dívida dos Estados com a União". Em 31/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 36 de 2011-CAE. Item 21- Aviso nº 3 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, que "comunica ao Senado Federal a constata-

ção de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco – PR", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo encaminhamento de cópia do Aviso nº 3 de 2001, de seus anexos e desse relatório, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as providências cabíveis; pelo encaminhamento de expediente, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Pato Branco – PR, comunicando a sujeição desse Município às sanções previstas no art. 23, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e posterior arquivamento do Aviso nº 3 de 2011. Em 17/5/2011, foi concedida vista coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 22- Mensagem do Senado Federal nº 81 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até EUR 36.150.000,00 (trinta e seis milhões e cento e cinquenta mil euros), entre o Município de Curitiba, Estado do Paraná, e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte", tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e os Senadores Luiz Henrique e Cristovam Buarque. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, ainda, apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 23- Mensagem do Senado Federal nº 82 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até U$ 21,600,000.00 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Modernização e Humanização da Saúde'", tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Jorge Viana, Relator da Matéria, Luiz Henrique e Armando Monteiro. O Presidente convida o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, a compor a mesa para prestar esclarecimentos aos Senadores. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, ainda, apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. São lidos pela Presidência e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 37, 38, 39 e 40 de 2011. O Requerimento nº 37 de 2011, de iniciativa do Senador Cyro Miranda, requer realização de audiência pública para discutir denúncias da revista Veja sobre possível esquema de corrupção, em reportagem intitulada "O raio x da corrupção", com a presença das seguintes autoridades: Exmo. Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União; Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal; Sr. Eduardo Pereira Nunes, Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Sr. Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal; e Sr. Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT. O Requerimento nº 38 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer inclusão de representante da HBO entre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 12 de 2011-CAE. O Requerimento nº 39 de 2011, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, requer realização de audiência pública destinada a debater o atual estado de endividamento da população brasileira e suas conseqüências financeiras, econômicas e sociais no futuro, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil; Sr. Raul Velloso, Consultor; Sr. José Pastore, Professor da Universidade de São Paulo; Sr. José Márcio Camargo, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; e Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. E o Requerimento nº 40 de 2011, de iniciativa do Senador Eduardo Braga, requer inclusão dos Srs. Apostole Lazaro Chryssafidis, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, e José Barat, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre os convidados para debater a Aviação Regional do Brasil, em aditamento ao Requerimento nº 29 de 2011-CAE. Em seguida, o Presidente dá iní-

cio à 3ª Parte da pauta, esclarecendo que se destina à realização de Audiência Pública com a presença, como expositores, do Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Sr. Eduardo Coutinho Guerra, Subsecretário de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional, representando o Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, e do Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, com a finalidade de apresentar os resultados do Censo Demográfico 2010 e debater a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, em atendimento aos Requerimentos nº 11 de 2011-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, e nº 26 de 2011-CAE, de autoria do Senador Delcídio do Amaral. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro e o Deputado Júlio César. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A primeira parte da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos – uma pauta extensa hoje – é a discussão e a votação das emendas desta Comissão ao PL nº 2/2011, do Congresso Nacional, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2012, PLDO/2012, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram apresentadas 25 emendas a esta Comissão.

Com a palavra, o coordenador das emendas, o objetivo Senador Francisco Dornelles, para proferir o relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de acordo com o teor do disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006 – CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2, de 2011, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicadas ao exercício de 2012.

De acordo com as normas de tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, cujos fundamentos já estão lançados na citada Resolução nº 1, a CAE tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de emenda coletiva.

São passíveis de emenda, segundo o parecer, os quadros orçamentários demonstrativos e as informações complementares que devem acompanhar o projeto de lei.

Encontram-se em análise por esta Comissão 25 propostas de emendas apresentadas pelos Senadores Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda, Acir Gurgacz e Cyro Miranda.

É o relatório.

Análise, Sr. Presidente.

As propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem a disposições constitucionais e legais. O mérito de cada uma delas será avaliado na Comissão Mista de Planos e Orçamentos.

Não existe limite para a apresentação de emendas. Assim sendo, sou favorável à aprovação das 25 emendas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles, pela objetividade.

As emendas estão em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com as emendas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Francisco Dornelles.

As emendas estão, portanto, aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Terminando esta primeira parte, entramos na segunda parte desta reunião, que é a da apreciação de matérias.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 79 DE 2011
- Não Terminativa -

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até EUR 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e um consórcio formado pelos bancos BNP Paribas S.A. e Hapoalim B.M., cujos recursos destinam-se ao "Projeto AM-X" (projeto de modernização da aeronave AMX).

Autoria: Presidenta da República

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Gleisi Hoffmann

A Aeronáutica precisa urgentemente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Senador, o parecer é favorável. Já o tinha lido nesta Comissão. Ele tinha ficado para discussão agora, por um pedido de vista. É o Senador Lindbergh o relator da matéria. O Senador me ligou no início da manhã, estava vindo o Rio de Janeiro. Ele gostaria de falar sobre o assunto, mas deixa a V. Exª o encaminhamento.

O parecer é favorável, pela aprovação. Gostaria que fosse aprovado.

Apresentei o parecer já na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi Hoffmann, esse projeto é muito importante para o País, para a Aeronáutica, que é uma força pela qual tenho particularmente carinho especial e um respeito muito grande. Sei que o Senador Lindbergh é um homem versado nesse assunto e interessado. Ele era o relator. Eu o indiquei relator, até porque sei que é um homem versado nesse assunto, interessado. Ele, inclusive, era o relator. Eu o indiquei como relator até porque sei do seu interesse, da importância que ele dá para esse projeto, mas nós precisamos aprová-lo agilmente. Chegando aqui o Senador Lindbergh, vou conceder a palavra a ele, para que também faça suas considerações, até porque é um projeto importante para o País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Flexa, do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para dizer que a oposição vota favoravelmente – o PSDB –, ao pedido de empréstimo de €85 milhões, destinado ao projeto de modernização da aeronave AMX. A indústria aeronáutica brasileira, com a Embraer, está ganhando... já tem uma participação importante em nível mundial, e esse projeto vem no sentido de modernizar a aeronave AMX. Tem todo o interesse do Brasil, do comando da Aeronáutica, mas de toda a nação brasileira.

Então, nosso voto é favorável.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela relevância deste projeto, pelo tempo que ele já está aqui, é mais do que necessário – inclusive não é só de relevância para o Brasil, mas é de relevância mundial. Somos realmente pela aprovação e urgência deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Meu caro Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, este é um projeto da maior relevância. É evidente que precisamos realmente aprovar este projeto agora, porque tem importância significativa para a Aeronáutica brasileira. Essa relação entre aquilo que é importante e aquilo que é necessário com as instituições é fundamental. Esta Comissão tem feito isso ao longo da sua história e, sob a presidência de V. Exª, com especialidade. Então, peço permissão ao meu líder para que possamos votar favoravelmente a esse projeto e agora, porque é necessário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Meu caro Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado. Sr. Presidente, uma alegria cumprimentá-lo e deixar nosso abraço aos demais Senadores e dizer da importância da aprovação urgente desse recurso de €85 milhões, para dar condições de modernizarmos nossas aeronaves. Há poucos dias, assistimos na mídia nacional, na Rede Globo, que as nossas fronteiras infelizmente se encontram com passagem de contrabando, tráfico de drogas, de tudo quanto é jeito.

Ao mesmo tempo, se queremos diminuir a criminalidade nos morros, nas favelas, no Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo, com certeza absoluta, a Aeronáutica brasileira precisa estar cada vez mais preparada, com equipamentos, aeronaves modernas, para ter essa condição.

E esta Casa é o lugar legítimo para dar essa condição e, ao mesmo tempo, aprovar esse recurso. Portanto, sou favorável à aprovação ainda hoje: mandarmos para que seja liberado, a FAB possa fazer o seu trabalho e as nossas Forças Armadas possa executar a nossa segurança nacional com mais, não digo competência, mas eficiência, com equipamentos de melhor qualidade e modernos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer um registro muito rápido: graças ao projeto AMX, a Embraer chegou aonde chegou. Isso é importante e no momento – não sei qual vai ser – de definição da aquisição de novos caças pela FAB, pela Aeronáutica, é importante não esquecer a questão do desenvolvimento e da tecnologia associada, principalmente quando se faz alguma coisa parecida, como foi feito com o AMX e com a Aeromac italiana e que levou o Brasil a ser hoje um país de ponta na indústria aeronáutica.

Portanto, não é só comprar avião. É, acima de tudo, desenvolver, porque é assim que o Brasil cami-

nha e acho que esse é o espírito que a Aeronáutica persegue na aquisição dos novos, dos futuros caças brasileiros.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB –SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, às 18 horas, iniciamos uma rica discussão sobre a pretensão brasileira de integrar o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Estiveram debatendo o ex-embaixador na ONU Ronaldo Sardenberg, o professor Albert Fishlow, eminente brasilianista que em 1965 estruturou o Ipea, na época Epea, e que tem publicado vários livros sobre o Brasil – acaba de publicar *O Novo Brasil* –, e dois eminentes professores universitários. Naquela dissertação dos expositores ficou claro que o Brasil deve apresentar-se com potencial econômico e militar para vencer os óbices que enfrenta hoje para integrar o Conselho de Segurança Nacional.

Na audiência que tivemos ontem ficou evidenciado que o Brasil precisa aumentar os seus dispositivos de defesa, e esse projeto se enquadra perfeitamente dentre as prioridades nacionais para melhorar o seu sistema de defesa e, com isso, criar um poder militar que poderá levá-lo a integrar, na reformulação do Conselho, aquele órgão da Organização das Nações Unidas. Por isso, sou absolutamente favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Não se faz protagonismo sem uma estrutura militar forte, competente. Portanto, concordo inteiramente com V. Exª.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito, passamos à votação do relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, requeiro urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pela Senadora Gleisi Hoffmann e também pela Senador Ivo Cassol, que nesse sentido se manifestou em sua fala.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. Portanto, segue hoje para o plenário do Senado.

Aprovado o relatório que passa a constitui o parecer da CAE – senão a burocracia aqui não me deixa continuar –, favorável nos termos do PRS apresentado.

Vamos agora para o item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14 DE 2011
- Não Terminativo -

Faculta ao Segurado, nos contratos de seguros de automóveis, a escolha do prestador de serviços de reparos do veículo sinistrado.

Autoria: Deputado Pepe Vargas, do PT.

Relatoria *Ad Doc*: Senador Francisco Dornelles.

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Francisco Dornelles, na forma da Subemenda que apresenta.

Observações: *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.*

– Em 31/5/2011, a Presidência da Comissão designou o Senador Francisco Dornelles como relator ad hoc da matéria, em substituição ao Senador Ciro Nogueira;

– Em 31/5/2011, foi concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra, o relator, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, esse relatório já foi lido em reunião anterior, oportunidade em que a Senadora Gleisi Hoffmann levantou algumas dúvidas. De modo que prefiro passar para S. Exª para que possa fazer os comentários acerca das dúvidas que tem e, se for possível, chegar a um entendimento. Geralmente, estou sempre de acordo com a Senadora Gleisi Hoffmann, de modo que pediria que V. Exª...

Sr. Presidente, gostaria, se fosse possível, que V. Exª desse a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, para que ela pudesse se manifestar sobre esse pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Agradeço, Sr. Presidente. E também agradeço, Senador Francisco Dornelles. Tive oportunidade de ler o projeto e conversar com ele, inclusive sobre a emenda que apresenta ao projeto. E coloquei à mesa, Sr. Presidente, uma proposta de emenda que, na realidade, inclui, para efeito do teste dos orçamentos, também

as empresas autorizadas pelos fabricantes de veículos sinistrados. Até agora nós tínhamos como teto as empresas... Quer dizer, não poderiam ultrapassar os valores de mercado ofertados por empresas congêneres bem como pelas credenciadas ou referenciadas pela seguradora. O que nós estamos acrescentando – e que trago a esta Comissão – são as autorizadas.

Apenas para deixar a proposta mais completa, Sr. Presidente. E encaminho também pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Para discussão, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Gleisi, a emenda que V. Exª apresenta... Pelo que entendi, V. Exª tem toda razão em definir que o preço da oficina – em resumo seria isso – escolhida pelo segurado não pode ser maior do que o da oficina autorizada. É isto?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas isso é mercado. Tem que ser a contratada que oferecer o menor preço nas condições...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É um teto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Exato.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A emenda oferecida pela Senadora...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O teto é o preço da oficina autorizada?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – É.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É o menor preço. Não estou entendendo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro, vou passar a palavra ao Senador Francisco Dornelles, que já analisou detidamente a emenda apresentada pela Senadora Gleisi Hoffmann. E aí abrimos para o debate.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu só queria entender.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra o Senador Francisco Dornelles. Fale ao microfone, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Os valores orçados pela oficina mecânica não poderão ultrapassar os valores ofertados por empresas congêneres credenciadas ou referenciadas. E ela adiciona ainda as autorizadas.

Quer dizer, você leva o carro onde quiser, mas o orçamento não poderá ultrapassar um orçamento menor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Em outras palavras, o orçamento será o menor apresentado...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O menor preço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tanto faz ser autorizada como...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas garantindo a liberdade de escolha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tem que ter a liberdade. Está correto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro, nem sempre é o menor preço. Você tem um teto que é o das oficinas autorizadas, mas não obrigatoriamente você tem que escolher uma outra oficina terceirizada que oferece um preço menor. Ou seja, você pode não optar por ele, mas se tem um teto máximo que seria o das oficinas autorizadas, o que é lógico. Isso porque nem sempre aquele que oferece o menor preço é o melhor serviço. Como a autorizada tem um padrão, e pertinente ao que a Senadora colocou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O que eu entendo com a explicação do Senador Cyro, Senadora Gleisi, é que o segurado pode optar pela oficina autorizada e não por uma terceirizada. Ou seja, mesmo que o preço seja maior, a seguradora não pode determinar que seja pela de menor preço. É isto? Se é isso, é perfeito.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Deixe-me explicar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – A essência do projeto é assegurar aos contratantes de seguros de automóveis o direito de escolha da oficina mecânica, bem como da oficina de reparação das carrocerias que prestará o serviço de reparo. Essa é a essência.

Havia uma emenda apresentada pelo Senador Relator da matéria, que dispunha sobre o teto, ou seja, os valores orçados pela oficina mecânica ou oficina de reparação de preferência do segurado não poderiam ultrapassar os valores de mercado comumente ofertados pelas empresas congêneres credenciadas ou referenciadas pela seguradora.

O que eu apresento na emenda é a proposta de colocar junto também as empresas autorizadas pelo fabricante como teto dessa escolha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estou satisfeito, Presidente. Parabéns à Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Dornelles para encaminhamento da votação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero manifestar a minha concordância com a emenda da Senadora Gleisi Hoffmann, no sentido de... Voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação o relatório...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, normalmente, o preço das autorizadas é o preço maior, e o que a Senadora Gleisi está propondo é que esse seja o preço-teto. Então, a emenda é mais do que oportuna. Por isso, voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Luiz Henrique. Parabéns pela pertinência da emenda, Senadora Gleisi.

Em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente e Defesa...

As Emendas nº 1 e nº 2 da CAE, uma do Senador Dornelles e a outra da Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – A minha emenda engloba...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ok.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Corrigindo um erro nosso: somente uma emenda da CAE.

Concluído o item 2.

Parece-me que o Senador Lindbergh gostaria de fazer uma exposição sobre o item 3, de relatoria do Senador Armando Monteiro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Só para informar que o Senador Lindbergh pediu vistas desse projeto. Acho que seria importante que aguardássemos a presença dele, porque, com certeza, além do debate, ele deve oferecer sugestões ou até emendas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente. Se o Senador Armando Monteiro concordar, nós aguardaremos a chegada do Senador Lindbergh.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Perfeitamente, concordo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O item 8 é terminativo. É possível inverter a ordem, em função do quórum, até porque esse projeto diz respeito a uma proposta da Senadora Ana Amélia, com emenda da Senadora Marisa Serrano, vinculada à sessão que teremos às 14 horas, em função dos 50 anos do BRDE. É uma expectativa que hoje o pessoal do Sul, do BRDE, que está em Brasília aguardando a votação dessa matéria. É terminativo, e consulto V. Exª sobre a possível inversão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo, apesar de termos as assinaturas, falta um Senador ainda. Vamos apreciar as matérias não terminativas. Tendo o quórum, colocamos em... Já estamos entrando nas terminativas. Vamos acelerar, tendo o quórum suficiente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos aguardar o Senador Lindbergh, Senador Armando Monteiro.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87 DE 2011
- Não Terminativo -

Dispõe sobre a cobrança em estacionamento de shopping center.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 de sua autoria.
Observações: *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do*
Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator. (Pausa.)

O Senador Acir Gurgacz não se encontra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. Vou pedir vistas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Certo, mas eu vou indicar um Senador *ad hoc*, o Senador Luiz Henrique. Depois, V. Exª poderá pedir vistas ao projeto.

Com a palavra o Senador *ad hoc*, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº

87, de 2011, de autoria do ilustre Senador paraibano Vital do Rêgo, para estabelecer que os valores cobrados por estacionamentos em *shopping centers* devem ser estabelecidos em frações de cinco minutos (art. 1º). Essas frações devem corresponder ao duodécimo do preço cobrado por hora, devendo ficar isentas as permanências inferiores a quinze minutos (art. 1º, §1º). Já em períodos superiores a quatro horas, os valores poderão ser calculados de forma diferenciada por período de frequência, não podendo ser inferiores ao valor de quatro horas calculado com base no critério anterior (art. 1º, §2º). Os valores máximos por hora serão estabelecidos pelo Município, com base na realidade do mercado local (art. 1º, §3º).

Outrossim, dispõe o art. 2º do PLS que terá gratuidade de estacionamento o consumidor que comprovar gastos nos estabelecimentos do *shopping center* correspondentes a, no mínimo, vinte vezes a quantia devida pelo estacionamento, sem prejuízo da prerrogativa de a administradora oferecer estacionamento gratuito ou limites mais baixos para a gratuidade do estacionamento.

A cláusula de vigência (art. 3º) estabelece que a lei que se originar do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da proposição, seu autor alerta para o fato de que, embora vigore no Brasil um regime de livre iniciativa, muitas vezes não há outras opções de estacionamento, o que obriga os consumidores a utilizar a garagem ou o estacionamento descoberto do *shopping*. Essa situação confere grande poder econômico às administradoras de *shopping centers*, uma vez que não estão submetidas à concorrência e, assim, podem fixar preços excessivos e métodos de cobrança inadequados. Essa situação, segundo o autor, justifica a atuação do Estado para regular o mercado.

O parecer foi distribuído a todos os Srs. Senadores e eu vou-me referir ao voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2011, e da emenda apresentada. No mérito, votamos pela aprovação da proposição e da Emenda nº 1 – CAE.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Então, Item 4, vista do Senador Cyro Miranda.

Eu vou, se V. Exªs me permitirem...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu queria, também, pedir vista, Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro, também vista. Senador Cyro, Senador Armando Monteiro, vista coletiva.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Eu também gostaria de pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista do Senador Ciro Nogueira também.

Portanto, vista coletiva. Todo mundo quer vista desse projeto. Os *shoppings* estão fortes.

Eu vou, se V. Exªs me permitirem, aproveitar para votar as duas mensagens do Senado Federal, os Itens 22 e 23, que são empréstimos.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Passo ao Item 22.

ITEM 22
MENSAGEM (SF) Nº 81 DE 2011
- Não Terminativa -

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até EUR 36.150.000,00 (trinta e seis milhões e cento e cinquenta mil euros), entre o Município de Curitiba, Estado do Paraná, e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

O relatório é favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado, que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 043/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luis Godar, Gerente de responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda; representando o Tesouro Nacional, o Sr. João Luis Marcon, Secretário Municipal de Finanças de Curitiba, Paraná; e o Sr. Edson Saidel, Presidente da Unidade Técnica Administrativa de Gerenciamento.

Com a palavra a Relatora, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetida à apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 81, de 2011, da Presidente da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município do Curitiba, Estado do Paraná, e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor total de EUR 36. l50.000,00.

Os recursos desta operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Recupe-

ração Ambiental e Ampliação da Capacidade de Rede Integrada de Transporte.

O objetivo do Programa é contribuir para uma melhor qualidade de vida dos habitantes de Curitiba, mediante opções de recuperação da bacia do rio Barigui, desenvolvimento ambiental e redução da emissão de gases de efeito estufa, melhoria no desempenho do sistema integrado de transporte público, realocação de pessoas que vivem em áreas de risco e realização de estudos e pesquisas, visando ao planejamento da cidade.

O Programa será executado pelos seguintes órgãos: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba (SMMA), Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab), Secretaria Municipal de Obras Públicas de Curitiba (Simop).

O fluxo financeiro do Programa abrangerá o período de 2011 a 2015, e contará com recursos totais de EUR 72,3 milhões, sendo EUR 36,15 financiados pela AFD e igual valor, proveniente da contrapartida municipal.

De acordo com o parecer técnico do Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano de Curitiba, as análises de custo/benefício evidenciam a viabilidade econômica do programa, que beneficiará diretamente uma população de aproximadamente 340 mil pessoas.

O financiamento será contratado com taxa de juros semestral, baseado na Euribor, sendo amortizado em 30 parcelas semestrais.

O custo efetivo do empréstimo é estimado em 4,03% ao ano flutuante, conforme a variação da Euribor.

Situa-se, portanto, em patamar aceitável, considerando o custo atual da curva média de capitação do Tesouro Nacional no mercado internacional.

Entre os documentos encaminhados ao Senador Federal, constam os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e o da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que examinam as informações referentes ao pleito e concluem favoravelmente à sua aprovação, desde que obedecidas as condicionalidades prévias ao primeiro desembolso, formalizado o contrato de contragarantia e comprovada a situação de adimplência do Município.

Sr. Presidente, o nosso parecer foi distribuído para conhecimento de todos os Senadores. Portanto, eu gostaria de ir diretamente ao voto.

Voto.

Ante ao exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Município de Curitiba, para contratar a operação de crédito, com garantia da União, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2011

Autoriza o Município de Curitiba (PR) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor total de até € 36.150.000,00 (trinta e seis milhões e cento e cinqüenta mil euros).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Curitiba (PR) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor total de até € 36.150.000,00 (trinta e seis milhões e cento e cinqüenta mil euros).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I -devedor: Município de Curitiba (PR);

II -credor: Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD);

III -garantidor: República Federativa do Brasil;

IV -valor: até € 36.150.000,00 (trinta e seis milhões e cento e cinqüenta mil euros);

V -prazo de carência: 5 (cinco) anos, contados a partir da vigência do contrato;

VI -amortização: 30 (trinta) parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira após transcorridos 5 (cinco) anos;

VII -juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa semestral baseada na EURIBOR;

VIII -juros de mora: 3,5% (três e meio por cento) ao ano acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos;

IX -comissão à vista (*front-end fee*): € 27.000,00 (vinte e sete mil euros), a ser paga até a data do primeiro desembolso;

X -despesas contratuais: até € 10.000,00 (dez mil euros);

XI -opções de fixação de taxa de juros: a referida taxa pode ser alterada para uma taxa fixa equivalente a EURIBOR de seis meses, determinada na data de assinatura do contrato, acrescida pela variação da taxa de maturidade constante em 10 (dez) anos de um bônus do Estado francês (CNO-TEC índex 10 years) entre a data de assinatura do contrato e a data de fixação da taxas de juros.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Curitiba na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no *caput* fica condicionada a que o Município de Curitiba celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas previstas nos arts. 156, 158 e 159, em conformidade com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município de Curitiba ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, o Município de Curitiba comprovará, junto ao Ministério da Fazenda, o cumprimento das condições para o primeiro desembolso, conforme estipulado no contrato de empréstimo, e a adimplência do Município e de todos os seus órgãos e entidades quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Portanto, Sr. Presidente, este parecer e a presença dos interessados, tanto do representante do Tesouro Nacional quanto da Secretaria de Finanças da Prefeitura de Curitiba demonstram a importância de esta resolução ser aprovada pelo Senado Federal. Por isso, peço o acordo dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras para a sua aprovação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Gleisi e Senador Luiz Henrique.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, primeiro, eu queria parabenizar a Senadora Lídice da Mata pelo relatório. Ela esclarece que estão ali os pressupostos jurídicos e financeiros para que a operação de crédito aconteça. Parabenizar também o Tesouro Nacional. Quero aqui fazer uma saudação ao nosso Secretário de Fazenda do Município de Curitiba que se encontra aqui, o João Luiz Marcon, como também o Coordenador-Geral do Ipuc, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, Sr. Edison Leopoldo Seidel. O Ipuc é um dos órgãos de referência em planejamento urbano, não só no Brasil como internacionalmente. E esse projeto é de muita importância para a capital do meu Estado, Curitiba, primeiro, pela recuperação de uma das bacias mais importantes que é a bacia do rio Barigui. Curitiba já tem uma tradição de conservação ambiental, de proteger seus mananciais. Portanto, recuperar essa bacia para nós é muito importante. E segundo porque esse recurso vai ser fundamental para que a gente termine um trecho de um corredor de ônibus chamado Linha Verde, que substituiu a BR-116, que cortava Curitiba ao. É uma obra de revitalização urbana inclusive. Ela já teve uma parte realizada, também por operação de crédito, e agora, com esses recursos, tem-se condições de realizar uma outra parte que é importante para o fluxo da cidade. Então, também quero contar aqui com o apoio de todos os Senadores e Senadoras da CAE na aprovação dessa matéria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique e, depois, o Senador Cristovam.

Eu pediria aos Senadores que permanecessem porque vamos ter votação nominal e precisamos de quórum. Pediria aos membros da CAE que estão ainda em seus gabinetes que venham para a Comissão, porque os próximos assuntos vão exigir votação nominal.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Curitiba é referência mundial, para orgulho nosso, brasileiro, em termos de planejamento urbano, de mobilidade urbana, de meio ambiente, de cultura, de educação e tem, no Instituto de Planejamento Urbano, um órgão respeitado mundialmente pela soluções que desenvolveu para assegurar essa excepcional qualidade de vida ao seu povo. Esse financiamento vai dar mais recursos ainda à Prefeitura curitibana para prosseguir nessa política que vem sendo seguida nas última décadas e que coloca a capital paranaense dentre uma das cidades com melhor qualidade de vida em nível mundial.

Por isso, Sr. Presidente, voto com entusiasmo, como vizinho, já que minha cidade é Joinvile. Aliás, quando Prefeito, vali-me das lições do Ippuc para, através do instituto de planejamento que foi criado na minha cidade, desenvolver um sistema paralelo ao dos técnicos curitibanos. Então, como vizinho, aprovo com grande entusiasmo esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Delcídio, quero apoiar o projeto, conheço o Ippuc há muitos e muitos anos, e acho que é um bom investimento.

Agora, queria dar uma sugestão para esta Comissão. É que os pareceres sobre empréstimos tragam, em algum lugar, a soma de quanto a gente já emprestou no ano, porque quando a gente empresta um a um, a gente não sabe o montante da dívida que está contraindo. Seria positivo que a gente tivesse um anexo, alguma coisa que nos permitisse saber como é que andam as nossas autorizações naquele ano.

Mas, não há dúvida, considero um bom investimento e tem todo o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós faremos esse levantamento, Senador Cristovam. É evidente que os representantes do Tesouro já fazem esse acompanhamento, até para aprovar os empréstimos, mas acho que é uma informação importante, e nós vamos levantar, dentro dos processos que tramitaram este ano já aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, quantos investimentos e quantos financiamentos foram aqui aprovados por esta Comissão.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, passamos à votação do relatório da Senadora Lídice da Mata.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam com se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação o requerimento de urgência proposto pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento queiram permanecer com se encontram. *(Pausa)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. Ela segue para o plenário diretamente.

Item 23 da pauta.

ITEM 23
MENSAGEM (SF) Nº 82 DE 2011
- Não Terminativa -

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até U$ 21,600,000.00 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Modernização e Humanização da Saúde".

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado, estão aqui presentes o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e a Srª Odete Gialdi, Diretora de Administração da Saúde, da Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo.

Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como ex-Prefeito e ex-Governador, tenho o maior orgulho de poder ser, nesta manhã, Relator de matéria tão importante.

O Brasil, que adotou como critério a responsabilidade fiscal para os gestores públicos, não pode deixar de estimular e de valorizar os bons gestores públicos. E aqui, como V. Exª leu, coube-me relatar uma iniciativa da Prefeitura de São Bernardo do Campo, que requer a autorização desta Casa, conforme estabelecido na Constituição e nas resoluções do Senado, para contrair empréstimo junto ao BID.

Esse propósito e esses recursos vêm desde a época ainda do Prefeito William Dib, que hoje já não é mais prefeito, mas tomou a iniciativa em 2005. E, em 2007, através da iniciativa do Prefeito Marinho, de São Bernardo do Campo, foi aprovada na Confiex, por meio da Resolução nº 343, de 12 de setembro de 2007, a Carta Consulta. O valor do financiamento é de US$21,600,000,00, a parte do BID, e, ainda, mais 50% do valor global, de US$43,200,000.00, por parte da Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Os recursos serão destinados, exclusivamente, para infraestrutura e para a melhoria do processo de gestão do sistema de saúde do Município, com informatização, modernização do serviço, tendo como objetivo central a humanização da saúde naquele Município.

Devem ser ressaltadas aqui as condições financeiras favoráveis que detêm o Município para arcar com os encargos dessa espécie, tendo em vista que o Governo do Município de São Bernardo do Campo, de acordo com a situação das contas públicas do Município, da existência de margem de todos os limites previstos na Resolução do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e do esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de modernizar e dinamizar a administração tributária e financeira daquele Município, apresenta-se credenciado a solicitar autorização para negociar a operação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O objetivo central desse programa é a expansão e o fortalecimento do sistema de saúde do Município,

com ênfase na capacidade resolutiva e na organização de parte da atenção básica. Para tanto, estão sendo propostas ações: reforma e construção de unidades básicas de saúde e Centros de Atenção Psicossocial – CAPs; expansão do Serviço Materno Infantil do Hospital Universitário Municipal – HMU.

Outro componente previsto no programa é o de modernização e de reorganização dos processos de gestão, tanto com investimentos na informatização e nos sistemas gerenciais, como também em processos de educação dos profissionais e trabalhadores da saúde.

Esses investimentos vão se reverter em uma resposta humanizada e mais resolutiva aos usuários do sistema de saúde.

Quero, Sr. Presidente, a partir de agora e de maneira conclusiva, porque quero ainda me pronunciar durante a discussão da matéria, dizer que o Município de São Bernardo do Campo atendeu plenamente o estabelecido pelo Banco Central e as normas brasileiras, que o programa objetiva trabalhar uma área prioritária e que todos os documentos foram juntados. Entre os documentos encaminhados ao Senado Federal constam o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, STN, e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que examinam as informações referentes ao pleito e conclui favoravelmente à aprovação, desde que obedecidas as condicionalidades prévias ao primeiro desembolso, formalizado contrato de contra garantias e comprovada situação de adimplência do Município.

Ainda ressalto aqui, concluindo a análise, que o Tesouro Nacional afirma nada ter a opor à concessão da pleiteada garantia, desde que, previamente à assinatura dos documentos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda o atendimento das seguintes condições:

Sejam cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso, no caso a entrada em vigor do regulamento operacional do programa, nos termos acordados com o banco, e a constituição formal, por meio do decreto municipal, da unidade coordenadora do programa.

Seja comprovada a adimplência do ente com a União.

Seja formalizado o contrato de contra garantia.

Vale ressaltar que o programa prevê recursos da ordem de US$43,2 milhões, sendo 50% recursos do BID, externos, e 50% da Prefeitura.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Município de São Bernardo do Campo encontra-se de acordo com o que preceitua a resolução do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para contratação da operação de crédito externo, nos termos da resolução do Senado Federal.

É esse meu parecer, Sr. Presidente.

Gostaria aqui de ressaltar a importância que teve o Prefeito e ex-Parlamentar Luiz Marinho, a sua equipe, como o Secretário de Saúde, Arthur Chioro, que atuou na equipe do então Ministro da Saúde Humberto Costa. Eles resgataram uma proposta de um ex-Prefeito e recuperaram as condições para que o Município de São Bernardo do Campo possa acessar esse crédito tão importante para a saúde.

Faço isso em respeito também aos três colegas Senadores de São Paulo: Senador Aloysio Nunes, Senadora Marta e o Senador Suplicy, que está aqui ao meu lado.

Esse é o meu relatório e o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Parabéns pelo relatório.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy, depois, Senador Flexa e Senador Luiz Henrique.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero, Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, dar o meu testemunho sobre a condução dos trabalhos, sobretudo na área da saúde.

Esse projeto, conforme o Senador Jorge Viana, relator, ressaltou, terá grande importância para o apoio à gestão da Secretaria da Saúde. Está aqui a Srª Odete, que inclusive está pronta a dar qualquer informação da própria Secretaria da Saúde. São 32 unidades básicas de atendimento de saúde, um hospital e todas unidades de saúde mental.

Quero aqui dar meu testemunho porque inúmeras vezes tenho visitado São Bernardo do Campo e quero ressaltar a qualidade e o esmero do Prefeito Luiz Marinho e de toda a equipe da área da saúde.

Sr. Presidente, gostaria inclusive de requerer urgência para a tramitação da matéria ainda no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, a solicitação de empréstimo por parte do Município de São José do Campo tem um objetivo importante, que é aplicação no programa de modernização e humanização da saúde. Acho que recursos para a saúde devem todos ser aprovados.

A minha dúvida, e gostaria que o Relator pudesse esclarecer. Eu não gostaria de pedir vista, mas estou achando algo que não está em consonância com o que

acabamos de aprovar anteriormente. Os juros, o custo médio dos juros ao ano, nesse empréstimo para a Prefeitura de São Bernardo do Campo, é de 5,59%. O que aprovamos para o Paraná, há pouco, o custo é de 4,03%. Então, só aí já há uma discrepância de 1,6% ao ano. Ainda há pouco, o custo para a modernização do Projeto AM-X para a Aeronáutica era de 3,11% ao ano. Então, está havendo uma discrepância muito grande do custo dos empréstimos tomados. Acho que a Comissão de Assuntos Econômicos tem de estar atenta a essa questão. E, agora, a coisa tomou um valor que é quase o dobro do que aprovamos para o empréstimo para modernização do Projeto AM-X.

Então, gostaria que o Senador Relator, Jorge Viana, pudesse esclarecer por que essa taxa de juros tão alta em relação aos empréstimos já aprovados anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Meu caro colega, Senador Flexa, acho que é importante, e é exatamente para isso que estamos aqui, para dirimirmos dúvidas e, ao mesmo tempo, darmos a segurança necessária para o País, principalmente na hora de contração de empréstimos por parte de ente da Federação.

Quero fazer só uma observação. Primeiro, que o parecer do assunto que envolve a Prefeitura de Curitiba foi dado também, sobre juros, pela Secretaria do Tesouro Nacional, e se refere à moeda euro. E eles usam o termo de 4.03, no projeto anterior, como juro anual médio. Eles fazem uma ponderação de que isso é uma previsão, tendo em vista as flutuações que temos, com a moeda euro. Mas foi a mesma Secretaria do Tesouro Nacional que respaldou, porque, aliás, cabe a ela respaldar e fazer análise do ponto de vista do juro a ser contraído na operação de crédito e se trata de uma outra moeda, no caso do euro. Aqui, na análise que estou apresentando, a Secretaria do Tesouro Nacional avalia como juro adequado e ela põe também a condicionante, está baseado na Libor de 5.59 ao ano, flutuante, conforme a variação que o mercado – os mesmos termos usados inclusive no outro relatório. E a Secretaria do Tesouro Nacional considera como aceitável para a moeda, no caso o dólar.

Então, são duas moedas distintas, o aval vem da mesma

Secretaria do Tesouro Nacional e acho que temos a segurança necessária para nos posicionarmos. Mas acho da maior importância o posicionamento que o nobre Senador Flexa traz para essa análise desse projeto tão importante, por se tratar de saúde. O dólar, obviamente, vale menos 30% do que o euro. Então, são moedas distintas e o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional usou o mesmo critério para os dois projetos. Um, em euro, da Prefeitura de Curitiba; e outro, em dólar, para a Prefeitura de São Bernardo do Campo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Flexa. Depois, o Senador Luiz Henrique.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A taxa do custo de empréstimos independa da moeda em que o empréstimo está sendo tomado. Vou pedir esclarecimento junto à Secretaria do Tesouro Nacional e lamentavelmente vamos adiar para a próxima reunião. Vou pedir vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Estamos com o Dr. Godard que está aqui representando o Tesouro Nacional. Se nós pudéssemos explicar, já que é um projeto meritório para a área da saúde, se pudesse ser explicado hoje para que aprovemos esse projeto, seria muito importante.

Dr. Godard, não quer sentar-se aqui? Não é o Godard cineasta, é o Godard do Ministério da Fazenda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Sª pode esclarecer essa diferença da taxa de juros nos contratos que estamos aprovando aqui, por favor.

O SR. EDUARDO LUIZ GODARD – Cada banco, cada agente multilateral de crédito tem uma formação dos seus custos. Todos com pequenas variações de custos. Mas o custo desse empréstimo é variável e feito com base na Libor. O Tesouro pega as curvas vigentes no mercado da Libor e, no momento em que você faz um custo efetivo... Quer dizer, se todo dia eu fizer um custo efetivo, terá uma pequena variação. Esse empréstimo de Curitiba foi feito em abril o custo efetivo. Você tem uma configuração de taxa Libor. No caso, era euro, de Euribor. E o custo do BID que foi feito em maio já tem outra configuração de curva. O que o Tesouro faz? Faz a interpolação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E o do AM-X, qual foi o tempo?

O SR. EDUARDO LUIZ GODARD – Se V. Exª pegar a nossa tabela de custo efetivo, pode observar a comparação. Por exemplo, se o Tesouro Nacional contratasse essa operação no mercado com as mesmas condições, com 25 anos para pagar, teria uma faixa de quase 9%, em função do custo do Tesouro. Você faz uma interpolação entre o custo... Por que eu digo que o custo é aceitável? Porque ele está bem inferior ao custo do Tesouro, se fosse fazer a captação desses recursos dentro dos mesmos prazos e condições. A *modified duration* vai estar em 9.17. Isso seria o cus-

to do Tesouro para cooptar no mercado no mercado nesses mesmos prazos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Qual o mercado?

O SR. EDUARDO LUIZ GODARD – No mercado internacional de capitais.

Então, o banco está com custo efetivo naquela data de cálculo de um pouco mais de 5%. Então, é bem inferior ao que seria. Aqui na tabela nós calculamos o custo efetivo. Agora, esse cálculo é baseado no curva da Libor do início da contratação até o final. Isso varia. Podemos observar que a Libor tem um custo ascendente até 2025 e começa a decrescer novamente. Esses cenários são voláteis. Cada curva que você pega tem um comportamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não estou convencido, Presidente, porque nós estamos tratando aqui... Por exemplo, pelo que entendi da explicação, a Secretaria do Tesouro Nacional acha compatível taxas anuais de juros até 9 e alguma coisa.

O SR. EDUARDO LUIZ GODARD – Não estou dizendo que acha compatível.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Aceitável.

O SR. EDUARDO LUIZ GODARD – Estou dizendo o seguinte: a gente faz a comparação do custo que o BID está oferecendo para essas condições financeiras de contratos com 30 anos, em que se tem desembolso, os contratos aí são 25 anos, se o Tesouro fosse captar nesse prazo de 25 anos, nessas condições oferecidas aqui, ele teria um custo quase que o dobro do que o BID está oferecendo nesse empréstimo, porque o BID é Triple A...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É, mas isso nos leva a raciocinar que, algum tempo atrás, o Governo brasileiro, numa ação midiática, resolveu resgatar e pagar todos os empréstimos tomados juntos ao FMI. Em compensação, endivida o nosso País tomando recursos no mercado interno, com taxas bem superiores àquelas oferecidas pelo FMI; ou seja, trocamos uma dívida com valores de juros menores por uma outra que quem paga é a Nação brasileira, quer dizer, todos nós pagamos um juro bem maior. Fizemos uma troca de empréstimos desnecessária, só para que o Brasil dissesse que não devia; pelo contrário, passou a aportar recursos para o FMI emprestar.

Eu não estou convencido dessas diferenças de taxas nos empréstimos. Estou com três empréstimos na pauta de hoje, um com taxa de quatro e alguma coisa, pequena; outra de 4,03; outra de 3,11 em euros e uma 5,59 em dólares americanos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, o Dr. Godard explicou e, dentro da prática adotada, principalmente na aprovação desse projeto nas operações de financiamento, V. Exª tem todo o direito de pedir vista, mas só queria fazer algumas ponderações a V. Exª.

Aí, na vida real, o primeiro financiamento é um financiamento que tem equipamento no meio, é *retrofit* de caça. Então, a operação é conjugada: operação de financiamento com aquisição de equipamento. Naturalmente, o resultado da operação é o conjunto das duas coisas. O segundo, é uma agência de fomento, que tem evidentemente outro tratamento, especialmente na questão ambiental. E, neste caso aqui, é o BID. O BID é igual à nossa taxa Selic, é tabelada, tem um *modus operandi* absolutamente conhecido internacionalmente.

Agora, se V. Exª se sente confortável para retirar o pedido de vista, então consideramos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu acho que a sua observação tem pertinência, mas, se nós olharmos os textos, quando se define taxa de juros dos empréstimos, não tem uma afirmação por parte do Tesouro, porque não pode ter, pela flutuação, nem no projeto relatado pela Senadora Lídice, porque as condições normalmente variam de carência e de pagamento. E, é claro, eu posso ler a taxa de juros em euros que vem do parecer da Secretaria do Tesouro: "O custo efetivo do empréstimo é estimado em 4.03". Isso também geraria uma desconfiança: "Mas como estimado? Eu estou votando em algo estimado?". Esse é um assunto. "Estimado em 4.03 ao ano".

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Jorge, os 5,59 do BID também é estimado. Os dois são estimados.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por isso que eu estou falando: é mais ou menos o que o Dr. Godard colocou. E aí ele reforça mais ainda: "(...) flutuante, conforme a variação da Euribor". Isso é importante para a nossa Comissão tratar. Quem sabe, pegando essa sua observação, convidamos alguém da Secretária do Tesouro, em outro momento, mas não para explicarmos sobre um projeto, o de São Bernardo, mas sobre o conjunto: por que temos tanta insegurança nos juros que estamos contratando os empréstimos.

Digo isso, aproveitando sua observação. E o termo é o mesmo: fala-se "é flutuante". Eu, por exemplo, não sei quanto isso vai estar na hora da assinatura do contrato e na hora do pagamento, porque há uma flutuação.

Estamos falando aqui sinceramente. Faço este apelo ao meu querido colega Senador Flexa. Inclusive,

o Prefeito de São Bernardo, que, à época, era do PSDB, tomou a iniciativa desse empréstimo em 2005. Depois, isso não foi possível no Tesouro. Em 2007, houve nova proposição. Estamos falando da área de saúde, da construção de seis Unidades Básicas de Saúde em São Bernardo. É preciso reformar trinta Unidades de Atenção Básica de Saúde, construir quatro Centros de Atendimento Psicossocial no Município, reformar três Centros de Atenção Psicossocial. Isso é muito importante. Recentemente, aprovamos um empréstimo para São Paulo nos mesmos termos.

Eu queria aproveitar a observação do Senador Flexa. Talvez, esta Comissão necessite trazer aqui, se for o caso, o Secretário do Tesouro, o Dr. Arno, para nos explicar por que há essa variação e por que há essa mensagem de que é flutuante. Estamos falando de um empréstimo. De fato, há um endividamento de entes da Federação. Por que ela tem de sair flutuante na hora de ser aprovada aqui, no Senado? Penso que isso é pertinente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Até em benefício da resolução da dúvida do Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de perguntar ao Sr. Godard se as condições de empréstimo junto ao BID para São Bernardo do Campo, que aqui estamos votando, são semelhantes às verificadas em Municípios como o de São Paulo, em Municípios governados por prefeitos do PSDB e do DEM. Há algum tratamento diferente?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Suplicy está com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria que o Sr. Godard nos desse a informação se, por acaso, nesse caso, em empréstimo junto ao BID, as taxas de juros são maiores do que as verificadas em condições semelhantes, para finalidades semelhantes. Por acaso, há algum exagero na taxa? Assim, o Senador Flexa Ribeiro e todos nós teremos a informação adequada, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não posso aceitar, em hipótese nenhuma, a intervenção do Senador Suplicy, que deixa no ar que eu estaria questionando a taxa de juros por ser um empréstimo para uma prefeitura do PT. Pergunta o Senador se empréstimos para prefeituras do PSDB foram feitos no mesmo nível dessa taxa ou não.

Não estou aqui, Senador Suplicy, apresentando uma questão político-partidária, diferentemente de V. Exª, que faz seu raciocínio em cima da bandeira do PT. Aqui, sou um Senador da República do Brasil e estou defendendo os interesses do nosso País. Se a prefeitura é do PSDB, do PT ou do PMDB, não estou entrando no mérito político-partidário; aqui, dou meu voto consciente em caso de empréstimo para qualquer ente da Federação, Estado ou Município.

Acabamos de aprovar financiamentos de interesse do Governo, da União. Nem por isso deixei de votar; pelo contrário, Senador Delcídio, na ausência do Líder do PSDB, até registrei o voto favorável, como Vice-Líder do PSDB, para o empréstimo que aqui estava sendo votado.

Não posso aceitar essa intervenção do Senador, querendo colocar aqui uma questão partidária. Não se trata de questão partidária. Não tenho nenhuma dificuldade quanto a isso. Apenas quero o esclarecimento, só isso.

Não será por uma semana que vamos criar dificuldade. Já foi dito aqui que a tentativa de empréstimo vem desde 2007. Se houver necessidade, manterei o pedido de vista, e, na semana que vem, vamos retornar com a discussão do empréstimo. Apenas quero esclarecer se existe essa análise por parte da Secretaria do Tesouro Nacional com relação a esse aspecto. E, quero lembrar que o BID é uma agência de fomento, também. Quer dizer, não há como considerar o BID como um banco comercial que queira usar taxas de mercado. Não é esse o caso; é uma agência de fomento que vem exatamente oferecer financiamentos a taxas subsidiadas, eu diria, subsidiadas, porque a fonte é para isso mesmo

Quero apenas fazer esse registro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero secundar o apelo de V. Exª e do nobre Relator, Senador Jorge Viana, para que o nosso querido Senador Flexa Ribeiro desista do pedido de vista. É um verdadeiro calvário, uma prefeitura ou um governo de estado obter um empréstimo do BID. São anos e anos e anos de tramitação, como é esse caso, de um projeto meritório, um projeto para uma infraestrutura de atenção básica de saúde à população de São Bernardo. Não fosse apenas por isso, mas em homenagem a São Bernardo, que é o grande ícone da democracia brasileira. Foi lá que, na luta operária se desenhou, se construiu essa democracia estável que hoje nós temos consolidada, em movimentos que contaram com a participação de figuras históricas deste País, como Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela, luta

que acabou elegendo dois Presidentes da República. Lá estavam lado a lado, Fernando Henrique Cardoso, que era, na época, um dos ideólogos do MDB e Luiz Inácio Lula da Silva, que era o grande líder operário. Então, em homenagem a São Bernardo do Campo, faço um apelo à Comissão para que votemos hoje este projeto sem embargo de podermos fazer uma discussão a nível futuro, Senador Flexa, dessa questão da disparidade de encargos dos empréstimos. Mas, faço um apelo ao colega Flexa Ribeiro para que não insista no pedido de vista para retardar ainda mais esse financiamento que é tão importante numa área tão fundamental quanto a saúde, em um município tão importante do nosso País, como é São Bernardo do Campo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, depois o Senador Flexa para nós encaminharmos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria que o Sr. Godard possa responder à pergunta. Falei no sentido de saber se há qualquer desvantagem no empréstimo colocado para São Bernardo em relação a outros municípios governados por quaisquer partidos, e que o Senador Flexa Ribeiro possa ouvir a explicação do Sr. Godard sobre a questão que ele levantou, que é legítima. Apenas quero ouvir a resposta, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agora o Senador Suplicy generalizou. Anteriormente, S. Exª solicitou informação sobre municípios governados pelo PSDB. Como S. Exª generalizou, vou aprender com a resposta do Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Eduardo Godard. O Senador Armando Monteiro pediu a palavra e nós vamos encaminhar essa mensagem.

O SR. EDUARDO LUIZ GODARD – A metodologia de cálculo do Tesouro é a mesma. Nós aqui facilitamos, porque isso aqui é uma fotografia do dia em que se fez. O custo efetivo depende do prazo de amortização, do valor da amortização, do tempo do empréstimo e, principalmente, da Libor. O empréstimo é variável, ele depende da variação da Libor. Então, no dia em que a gente faz, a gente tira a fotografia. Se eu tirar outra fotografia hoje, vai ter uma variaçãozinha porque a Libor varia. Então, o empréstimo é variável...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Qual é a variaçãozinha que V. Sª aceita?

O SR. EDUARDO LUIZ GODARD – É a curva da Libor. Se o senhor pegar a curva da Libor, o senhor verá num tempo de 27 anos, 30 anos, pequenas variações; ela tem uma ascendência e um decréscimo. Então, quando você faz esse cálculo você tira a fotografia daquele momento. Vai ser sempre variado e cada fotografia que eu fizer do custo vai apresentar uma pequena variação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu vou atender às solicitações.

Eu quero dizer que eu fico preocupado, Senador Luís Henrique, nós estamos acossados no plenário, e V. Exª é um defensor atento dessa questão de votarmos medidas provisórias sem que elas sejam examinadas, discutidas, porque chegam ao plenário do Senado Federal com 24 horas, 48 horas para que a medida tenha a sua validade encerrada.

Ainda há pouco, na semana passada, tivemos esse problema; e vamos continuar tendo, vamos continuar tendo enquanto não aprovarmos o novo rito que já está acordado. E, lamentavelmente, parece-me que o acordo foi feito na CCJ, não está valendo por parte do Líder Senador Humberto Costa para que votemos o novo rito das medidas provisórias. Mas vou retirar o pedido de vista em confiança *(Palmas.)* à Secretaria do Tesouro Nacional. Mas, atendendo à sugestão do Relator, o Senador Jorge Viana, nós poderíamos convidar o Secretário para que ele pudesse vir aqui e expor como são feitos esses cálculos das taxas de juros flutuantes, para que possamos votar conscientemente os inúmeros projetos de solicitação de empréstimo que por aqui passam.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – Sem dúvida alguma, quero agradecer a sensibilidade de V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, e passar a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Para me congratular com essa posição do Senador Flexa, que ao final entendeu que não havia razão, a rigor, para adiar esta discussão.

Eu acho que ninguém no Brasil duvida da competência técnica do Tesouro Nacional. E há condições que estão aí vigentes no mercado de capitais do mundo. Não seremos nós, muito menos o Tesouro Nacional, que iremos mudar algumas condições do mercado. Mas acho que o Senador Flexa, ao final, entendeu que nós deveríamos superar essa questão.

Sem embargo, eu quero até sugerir ao Senador Flexa possa, eventualmente, discutir essa questão das condições do mercado de capitais do mundo etc. Acho que o Senado precisa estar sintonizado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria ainda continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais nenhuma Srª. Senadora ou Sr. Senador que queira discutir, coloco em votação o Relatório do Senador Jorge Viana.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o Relatório, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o Relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável nos termos do PRS apresentado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Peço urgência para a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – Em votação o Requerimento de Urgência proposto pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do Requerimento de Urgência para a matéria que segue para deliberação do Plenário do Senado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – Pela ordem, o Senador Casildo e o Senador Benedito Lira.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como eu iria levantar questão de ordem antes, se houvesse quorum em função daquela matéria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – Perfeito.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, peço a V. Exª para retirar da pauta do Item 11, considerando que recebi um apelo e quero rever o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – Então, só para registrar: está sendo retirado o item 5 da pauta por solicitação do próprio Senador Agripino, atendendo a uma solicitação da Receita Federal do Brasil. E também retirado, a pedido do Senador Benedito de Lira, o item 11 da pauta.

Nós colocaremos esses itens na próxima reunião.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu conversei há pouco com a Senadora Ana Amélia, autora desse projeto de lei do item 8, e ela mostrou sua concordância que fosse retirado de pauta até a próxima reunião para um exame mais profundo da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, retirados de pauta os itens 5, 8 e 11.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, por que o 8?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por solicitação do Senador Dornelles.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É porque sou o relator dessa matéria. Se bem que a Senadora Ana Amélia é autora.

A Senadora Gleisi havia me sugerido que gostaria de pedir vistas. Agora, não sei como regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Na verdade, Senador Casildo, V. Exª tem razão. Teria que ser o relator...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu poderia pelo menos ler o relatório. A Senadora havia solicitado vista – naturalmente ela tem o direito de fazer isso – para a Casa conhecer o relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Em vez de pedir vista , eu sugeriria que pudéssemos retirar de pauta para um exame mais profundo, se V. Exª concordar. Peço as minhas desculpas a V. Exª porque eu falei realmente com a autora e deveria ter levado o problema a V. Exª, que é o relator.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu sigo o Regimento, ser for o caso, não há problema nenhum. Eu quero criar o consenso. Não quero criar constrangimentos. Se a autora entende que apresentou a proposta e embora já passasse para a Comissão de Assuntos Sociais, inclusive com emenda da Senadora Marisa Serrano, que foi votada por unanimidade naquela Comissão e vem para esta com parecer...comigo ela não conversou, mas se ela pretende, através do Senador Francisco Dornelles, se é essa ideia da autora da proposta, não há porque...não vejo nenhum constrangimento. Até porque a Senadora Gleisi havia sugerido a minha pessoa de pedir vista pelo menos por uma semana para analisar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo, eu gostaria, até para dar sequência ao nosso trabalho – porque há várias votações terminativas e eu peço aos Srs. Senadores porque os próximos projetos são todos terminativos – que V. Exª, como relator, pedisse a retirada de pauta para discutir com a Senadora Ana Amélia e eu pautaria esse item novamente para V. Exª apresentar o seu relatório na próxima terça-feira.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu aguardo através do Senador Francisco Dornelles que a Senadora Ana Amélia, como autora original da proposta, venha com as ideias de que pontos podem ser melhorados no projeto, porque o que nós queremos é o melhor, sem dúvida alguma.

É um projeto de uma envergadura extraordinária, para que as cooperativas de crédito possam acessar diretamente o FAT, como os bancos públicos de desenvolvimento. E dentro dos bancos públicos se encontra

o BRDE, um banco da região Sul que inclusive hoje o Senado – aproveito até o momento para convidar os colegas para a sessão solene das 14h em homenagem aos 50 anos de atuação do BRDE na região Sul...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria dizer ao Senador Casildo Maldaner que a Senadora Ana Amélia, em nenhum momento, manifestou que mudou a sua posição em relação ao projeto. Ela mantém, considera importante. Eu apenas quero dizer a V. Exª que eu tenho enormes restrições a ele. Então, eu queria ter oportunidade de apresentar a Senadora Ana Amélia, porque os recursos do FAT são depositados somente em bancos oficiais; não é aplicação. Em face dessas minhas dúvidas, eu pedi que me dessem algum tempo para fazer um exame mais profundo.

Essa é uma matéria que eu, durante quatro anos, administrei como Ministro do Trabalho e eu sempre me coloquei contrário a que os recursos do FAT fossem depositados em bancos privados. Por isso é que eu queria ter a oportunidade de discutir com a Senadora Ana Amélia e V. Exª para que os recursos do FAT não fossem depositados em bancos privados. Por isso é que eu queria ter a oportunidade de discutir com a Senadora Ana Amélia e com V. Exª, porque os recursos do FAT não são aplicados; são depositados no Banco do Brasil. Nunca foram depositados em bancos privados, e eu tive sempre uma posição contrária. Então, eu queria apresentar à Senadora Ana Amélia as minhas restrições à aprovação desse projeto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O pensamento de V. Exª, Senador Francisco Dornelles, vem de encontro ao que pensa a Senadora Gleisi: é que essa proposta de emenda que a Senadora Marisa Serrano apresentou é para bancos públicos de desenvolvimento. E é lógico que, na origem do projeto da Senadora Ana Amélia, existem as cooperativas de crédito, que é uma proposta, naturalmente, que vem do próprio governo de contemplar as cooperativas de crédito. Agora, sem dúvida alguma, as cooperativas de crédito não são, por lei, bancos públicos.

A emenda que a Senadora Marisa Serrano fez e que nós apoiamos trata de bancos públicos que só fazem desenvolvimento. Não são bancos comerciais. São bancos públicos de desenvolvimento que estão inseridos também nessa proposta. Mas isso há tempo para conversarmos, sem dúvida alguma, Senador Dornelles. Acho que é possível a gente construir o consenso para que as dúvidas sejam dirimidas e encontremos o melhor caminho. Sem dúvida.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – De qualquer maneira, peço a V. Exª as minhas desculpas, pois eu deveria ter falado com V. Exª, e falei somente com a autora, a Senador Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por solicitação do relator, o Senador Casildo Maldaner, o projeto vai ser retirado de pauta e vai ser reapresentado na próxima semana.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, primeiramente, agradeço a V. Exª por ter esperado para a discussão do Item nº 3. Eu pedi vista na semana passada, fiz questão de dizer ao nosso Ministro o Senador Dornelles que não havia nenhum interesse nosso em atrasar essa discussão. Muito pelo contrário.

Eu pergunto a V. Exª se podemos colocá-lo em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria aos Senadores e Senadoras que estão em seus gabinetes ou em outras comissões o seguinte: eu vou voltar para o Item 3, mas os próximos projetos são terminativos, e nós precisamos de no mínimo 14 Senadores e Senadoras presentes. Portanto, peço aos gabinetes que solicitem aos Senadores a presença aqui na CAE, para limparmos a pauta, até porque temos ainda audiência pública com o IBGE, por iniciativa do Senador Eduardo Suplicy.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 259 DE 2010 – Complementar
- Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatoria *ad hoc*: Senador Armando Monteiro.
Relatório: favorável ao projeto.
Em 31/5/2011, foi concedida vista coletiva.
Com a palavra, o Relator Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu já havia feito a leitura do relatório. Nós estamos agora, pelo que entendo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só aguardando...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Aguardando a apresentação das emendas que o Senador Lindbergh, ao que parece, traz aqui hoje à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Primeiro, Presidente, gostaria de dizer que, na reunião passada, pedi vistas deste projeto, meu líder Senador e Ministro Dornelles, mas nosso intuito não era atrasar a tramitação dele. Muito pelo contrário: desde o começo, eu disse que era um projeto extremamente importante, parabenizei o Senador Demóstenes Torres. Falo isso também ao Relator Armando Monteiro.

Acho que é um projeto que vem trazer mais segurança para as operadoras de plano privado de saúde, mais previsibilidade. Acho que, ao final de tudo, pode até melhorar os preços para o consumidor. Mas eu disse que queria conversar com algumas entidades, e foi isso o que fizemos, Sr. Presidente. Nosso gabinete conversou com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, conversou com a Susep, conversou com o Instituto Brasileiro de Direitos do Seguro, conversou com o IRB, e surgiu a primeira proposta, Senador Armando Monteiro, que, na verdade, vem aperfeiçoar o projeto. Essa proposta fala da previdência de entidades de previdência complementar, porque elas têm uma situação muito parecida. Veja: a Lei Complementar nº 109, de maio de 2001, que dispõe sobre regime de previdência complementar, diz, no seu art. 11:

Art. 11. *Para assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, as entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador, observados o regulamento do respectivo plano e demais disposições legais e regulamentares.*

Apesar de estar claro aqui que as entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro, as entidades de previdência complementar não estão autorizadas a contratar resseguro, os resseguradores não poderão celebrar tais contratos, justamente porque a Lei Complementar nº 126, de 2007, não inclui tais entidades de previdência entre os cedentes ou instituições equiparadas a cedentes.

Então, a minha primeira emenda, a minha primeira sugestão ao Relator Armando Monteiro é que nós coloquemos, numa alínea *c,* a entidade de previdência complementar. Assim, nós estaríamos harmonizando essa Lei Complementar nº 109, de 2001, que já dava esse direito, mas, por existir essa omissão na Lei Complementar nº 126, as entidades de previdência complementar hoje não podem contratar operações de resseguros. Essa é a minha primeira sugestão.

A segunda sugestão. Aqui há acordo tanto da Agência Nacional de Saúde Suplementar quanto da Susep; todos têm uma preocupação. Nem a Susep quer regular plano de saúde privado, nem a Agência Nacional de Saúde quer regular a parte que se refere a resseguro. De forma que há uma sugestão no texto, na alínea *b.*

E quero trazer aqui a opinião do presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro, que mostra que esse ponto é muito importante, que está presente tanto na alínea *a* quanto na alínea *b:* "Equipara-se à cedente a sociedade cooperativa autorizada a operar em seguros privados que contrata operações de resseguro, desde que a esta sejam aplicadas as condições impostas às seguradoras pelo órgão regulador de seguros. Mas, na alínea *b,* qual é a sugestão que se faz? Que se incluam as seguintes frases: "A operadora de planos privados de assistência a saúde classificada como cooperativa médica, cooperativa odontológica, instituição filantrópica, autogestão, medicina de grupo ou odontologia de grupo desde que lhe sejam aplicadas as condições contratuais relativas a operações de seguro impostas às seguradoras pelo órgão regulador de seguros".

Isso aqui, nobre Relator Armando Monteiro, daria mais clareza e, no caso, a Susep estaria regulando apenas esses aspectos relativos à questão do resseguro.

E incluiria um § 4º, que falaria que "as transferências de riscos entre operadoras de plano privado e assistência à saúde devem ser reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Ou seja, eu acho que isso está servindo ao interesse da ANS e está servindo ao interesse também da Susep. Está demarcando o campo em que cada um desses órgãos vai atuar.

Eram essas as minhas sugestões. Eu acho que o projeto é muito bom, e eu apenas coloco a título de sugestão. Se o Senador Armando Monteiro achar que não deve ser o caso, nós poderemos apresentar um outro projeto, tratando, em especial, dessas entidades de previdência complementar. Porque eu estou convencido que haverá um grande ganho se as entidades de previdência complementar puderem também contratar operações de resseguros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, companheiras, Srªs e Srs. Senadores, fui designado, Presidente, relator *ad hoc* dessa matéria. O projeto é indiscutivelmente, de grande alcance, de grande mérito porque enseja um compartilhamento de riscos entre as empresas que operam plano de saúde e o sistema de resseguros no Brasil. O eminente Senado Lindbergh a quem quero tributar o meu respeito

porque o seu desempenho nesta Casa tem sempre se traduzido numa contribuição ao debate. Ele eleva o nível do debate nesta Comissão e nesta Casa, porque tem sempre muita acuidade e lucidez nas suas posições. No entanto, como precisamos... Quer dizer, o autor é o Senador Demóstenes, o relator na origem era o Senador João Claudino, eu me sinto melhor, meu caro Senador Lindbergh, de pedir o adiamento por uma reunião. Vamos conversar com o relator, com V. Exª e posso lhe assegurar que a nossa disposição será sempre a de buscar o aperfeiçoamento dessa matéria. Então deixo, aqui, essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito sensato Senador Armando Monteiro. Nós pautaremos para a próxima semana porque haverá tempo suficiente para uma conversa entre V. Exª e o Senador Lindbergh.

Passemos ao item 6 da pauta.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193 DE 2010
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para aumentar em 30% (trinta por cento) o montante dedutível, na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, das despesas com seguros e planos de saúde, e dispõe sobre a concessão às pessoas jurídicas de selo e certificado de excelência no cuidado com a saúde do empregado.

Autoria: Senador Jorge Yanai

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer contrário ao Projeto.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra a relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O art. 1º propõe nova redação ao § 1º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, de forma que se mantenha a possibilidade, já positivada, de deduzir despesas com alimentação fornecida pela pessoa jurídica a seus empregados, e se permita a dedução com seguros e planos de saúde supracitada.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta que o Sistema Único de Saúde (SUS) ainda não é robusto o suficiente para oferecer atendimento de qualidade em todas as áreas, motivo pelo qual se devem criar mecanismos de incentivo à saúde suplementar.

Estou lendo apenas algumas partes, Sr. Presidente.

Ocorre que, como bem apontou o parecer da CAS, não parece adequado admitir uma renúncia fiscal – e aqui chamo a atenção dos Srs. e Srª Senadoras – de 890 milhões de reais em favor do setor privado de saúde ao mesmo tempo em que o SUS padece justamente da dificuldade de encontrar novas fontes de financiamento. Mais interessante seria priorizar o repasse de recursos públicos ao próprio SUS, que é o responsável, em última análise, pelos procedimentos médicos de mais alta complexidade, em regra não suportados pelas instituições particulares.

Deduções, Srªs e Srs. Senadores de 130% do valor despendido e aqui relato que muitas, na legislação brasileira, são as deduções previstas, seja a favor do sistema privado de saúde, seja a favor do sistema privado de educação. Mas que no caso do projeto em tela, cuja dedução poderia chegar a 130% do valor despendido, seria um fato inusitado, Sr. Presidente e foge ao padrão adotado pelo legislador, principalmente considerando que já vigora uma conveniente política de incentivo à saúde suplementar, como já foi exposto e como é do conhecimento de todos.

Por essas razões, nós opinamos pela rejeição do PLS Nº 193, de 2010 e seu ulterior arquivamento, explicando, o fato é este: entendemos que há carência de recursos por parte do Sistema Único de Saúde e não seria justo, de nossa parte, garantir uma isenção maior ainda ao setor privado, que banca para os seus trabalhadores plano de saúde, porque esse recurso obviamente sairia não só do Sistema Único de Saúde, mas de todos os Municípios, Estados, que recebem a repartição desse tributo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Parabéns, Senadora Vanessa Grazziotin.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Quem vota com a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, vota "não" ao projeto.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela rejeição, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – "Não", Sr. Presidente. Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – "Não", com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin é voto conhecido.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A Comissão rejeita o Projeto de Lei do Senado nº 193, por 16 votos "não".

O item 7, a pedido do Relator, que solicita reanálise, reexame, está retirado de pauta.

O item 8, pelas razões já expostas pelo Senador Casildo.

Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109 DE 2010
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, a qual determina que os Municípios notifiquem em até dois dias úteis o recebimento de recursos.

Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Lembro que o Projeto é terminativo e exige quórum qualificado. Como o Senador Roberto Requião não está aqui, porque está presidindo a Comissão de Educação, nomeio Relator *ad hoc* o Senador Eduardo Braga, do PMDB.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, de acordo com o relatório que V. Exª me passa, o PLS nº 109, de 2010, altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, a qual determina que os Municípios notifiquem, em até dois dias úteis, o recebimento de recursos.

É submetido a esta Comissão, em regime de decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 109, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo. A proposição trata da publicidade de recursos transferidos aos Municípios a qualquer título por órgãos e entidades da Administração Federal Direta e por suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista.

Para tanto, altera a Lei nº 9.452, de 1997, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação dos recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.

Para economia processual do tempo, Sr. Presidente, vamos diretamente ao voto.

Em face do exposto, considerando o inegável mérito da proposição e a inexistência de óbices de natureza constitucional, legal e regimental, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2010.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto.

A votação será nominal. Quem vota com o Relator, Senador Eduardo Braga, vota "sim" ao Projeto.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota a Senadora Gleisi Hoffmann?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sim, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Cristovam?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Exaltando a proposição do atual Governador de Santa Catarina, ex-Senador Raimundo Colombo, voto "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Francisco Dornelles? (*Pausa*.)

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Dornelles também registra que vota com o Relator.

Votaram "sim" 15 Srs. Senadores.

Portanto, a Comissão aprova o Projeto, em caráter terminativo.

Vamos passar ao último item da pauta, o Item 12, que trata de matéria terminativa. *(Pausa.)*

Perdão! Na votação anterior, foram 16 votos "Sim", favoráveis ao Projeto.

Vamos passar ao último item terminativo.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84 DE 2003
- Terminativo -

Altera o inciso I do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que "institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)" e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: pela prejudicialidade do Projeto.

Lembro que o Projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Como o Senador Valdir Raupp não se encontra presente aqui, vou indicar como Relator *ad hoc* o objetivo e competente Senador Eduardo Braga, do PMDB do Amazonas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Acredito que essa escolha tenha sido feita por economia processual.

Sr. Presidente, a ementa do referido Projeto já foi lida por V. Exª. Farei apenas a leitura da introdução do relatório, e vamos ao voto.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 84, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, ora analisado em caráter terminativo nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), contém dois artigos. O primeiro tenciona alterar a redação do inciso I do art. 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que tratava da extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), para isentar as aplicações em caderneta de poupança do referido tributo. O segundo é a sua cláusula de vigência.

A proposição foi muito bem justificada pelo seu autor, como forma de ampliar, na época, os incentivos à aplicação em caderneta de poupança, a fim de aumentar os recursos disponíveis para o financiamento habitacional.

Vou passar ao voto, Sr. Presidente.

Em face dos argumentos expostos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só queria pedir a V. Exªs... Eu dei uma bobeada aqui esperando o Senador José Pimentel chegar, mas ele não chegou. Então, para o item 10, eu também vou indicar um Relator *ad hoc* a fim de nós liquidarmos a fatura.

Portanto, a matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação nominal o projeto.

Quem vota com o relator vota "não" ao projeto. (*Pausa*.) Perdão.

O Relator declara prejudicado o projeto nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Assim, coloco em votação nominal a declaração de prejudicialidade.

Quem vota com o Relator vota "sim" à declaração de prejudicialidade do projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sim; com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam Buarque. (*Pausa*.)

Senador Casildo Maldaner. (*Pausa*.)

O Senador Eduardo Braga é o Relator.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles. (*Pausa*.)

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela prejudicialidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, com o Relator.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Agripino. (*Pausa*.)

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARAMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, por 14 votos a zero, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto.

Agora o último item terminativo, para o qual peço a paciência de V. Exªs.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 435, DE 2009
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e a Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, para estabelecer a incidência de Taxa Selic na hipótese de ressarcimento do saldo acumulado de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

Autoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório pela prejudicialidade do projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Como o Senador José Pimentel não se encontra, indico, como Relator *ad hoc*, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou seguir o caminho do Senador Eduardo Braga, pela economia de tempo.

Relatório.

Submete-se à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 435, de 2009, de autoria do ilustre Senador Francisco Dornelles, que versa sobre a correção pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) do saldo acumulado de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), por ocasião do seu ressarcimento.

Voto.

Em decorrência da análise realizada, o voto é pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 435, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o autor do projeto, Senador Francisco Dornelles, não se encontra. Nós temos aqui um voto do Senador José Pimentel pela prejudicialidade do projeto. Eu gostaria de ouvir o autor do projeto em defesa deste. Pela leitura que fiz aqui, é um projeto que propõe, de forma justa, fazer a correção dos créditos acumulados pela taxa Selic.

Aqui, no relatório, o Senador José Pimentel diz que a portaria...

O Ministro da Fazenda editou a Portaria MF nº 348, que obriga a Secretaria da Receita Federal a efetuar o pagamento no prazo de 30 dias, contado das datas do pedido de ressarcimento, de 50% dos créditos de PIS/Pasep, Cofins e IPI vinculados à receita de exportação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, se V. Exª me permite...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É uma pena que o Senador Pimentel não se encontre...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nem o relator, nem o autor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas o próprio Senador Dornelles solicitou a prejudicialidade, porque já foram votadas matérias que tornam esse projeto inócuo. Então, esse voto pela prejudicialidade foi feito, exatamente, de comum acordo entre o Senador Dornelles e o Senador Pimentel. Portanto, é absolutamente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a explicação, porque o Senador Dornelles...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É o nosso guru.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É o nosso guru nessa área aqui relativa ao Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria continua em discussão. (*Pausa*.)

Declaro prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação a declaração de prejudicialidade.

Votação nominal. Quem vota com o relator vota "sim" à declaração de prejudicialidade do projeto.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – MS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ah, não. É voto conhecido. É o relator. Perdão.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Houve 14 votos "sim", pela prejudicialidade do projeto.

Portanto, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto.

Terminamos a pauta terminativa.

Vamos entrar nos requerimentos agora. E, ainda, para os Senadores e Senadoras que tiverem interesse, temos uma terceira pauta da reunião, que é uma audiência pública com o Presidente do IBGE e também, por sugestão do próprio Senador Walter Pinheiro, a discussão do Fundo de Participação dos Municípios, que é um tema importante aqui para a Comissão de Assuntos Econômicos e para o País. Todos os Senadores têm um interesse grande nesse assunto.

O item 13, apresentado pelo Senador Alvaro Dias, já está há várias reuniões "pipocando" aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 13
REQUERIMENTO Nº 24 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a discutir as implicações, para a economia brasileira, das interferências políticas e partidárias na gestão de empresas estatais e privadas, com a presença das seguintes autoridades: Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Sr. Armínio Fraga Neto, Presidente do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA; Sr. Gilberto Mifano, Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC; e Sr. Carlos Antonio Rocca, Especialista em Mercado de Capitais.

Iniciativa: Senador Alvaro Dias

Observações: *Em 17/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*

Portanto, vou colocar em votação esse requerimento. Apesar da ausência do Senador Alvaro Dias, vamos abrir uma exceção. Excepcionalmente, votaremos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu subscrevo o requerimento para V. Exª não abrir a exceção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, o Senador Flexa subscreve o requerimento.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero dizer que estou presente e há um requerimento meu também, mas eu subscrevo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora, me corrigiram. Quando leio é que precisa estar presente o Senador; depois que eu li, não precisa.

Então, em votação o requerimento do Senador Alvaro Dias.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento do Senador Alvaro Dias.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Rejeitado!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não. Agora já foi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Desculpe, rejeitado. Quero encaminhar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, V. Exª...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Rejeitado. Por favor!

Sr. Presidente, está como na comissão... Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Gleisi, eu encaminhei aqui. Todos os Senadores estavam acompanhando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Por favor, Presidente. Eu queria discutir. Foi muito rápido. Eu estava fazendo uma leitura aqui que me deram. Eu queria... Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora, agora nós já votamos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Por favor, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª pode até falar, mas agora já está votado esse requerimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Não, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 14
REQUERIMENTO Nº 28 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, a se realizar em 2 (dois) dias, com o objetivo de discutir o tema: "Renovação das Concessões", tendo como convidados no primeiro dia: Sr. Mauro Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo; Sr. Otávio Carneiro de Rezende, Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia; Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres; e Sra. Elena Landau, Consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes e, no segundo dia: Exmo. Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Sr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento; Exmo. Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; e Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras.

Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral

Observações: *Em 24/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*

Este requerimento já foi aprovado. É só a mudança de um dos participantes, a Drª Elena Landau.

Portanto, só com essa alteração, em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento de nº 28.

ITEM 15
REQUERIMENTO Nº 31 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater a estratégia de política comercial e as relações bilaterais entre Brasil e China, especialmente o escopo dos Acordos Comerciais que foram assinados na última visita da Presidente Dilma Rousseff àquele país asiático, tendo como convidados: Sr. Emílio Garofalo Filho, Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Executivo (Camex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Exmo. Sr. Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Itamaraty; Sr. Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE); Sr. Robson de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

Iniciativa: *Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro*

Observações: *Em 31/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 16
REQUERIMENTO Nº 32 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a "Política de Investimentos da Petrobras 2011 a 2014", com a presença do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras.

Iniciativa: Senador Lindbergh Farias

Observações: *Em 31/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 32 do Senador Lindbergh.

ITEM 17
REQUERIMENTO Nº 33 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de debater o tema "Economia e Competitividade: a Importância da Inovação", com a presença do Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência eTecnologia.

Iniciativa: Senador Lindbergh Farias

Observações: *Em 31/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento.

ITEM 18
REQUERIMENTO Nº 34 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de conhecer e discutir a "Política para Erradicação da Pobreza, Distribuição de Renda e Fortalecimento de Mercado Interno de Massas", com a presença dos seguintes convidados: Exma. Sra. Tereza Campelo, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e Sr. Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Iniciativa: Senador Lindbergh Farias

Observações: *Em 31/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Quero registrar, Senador Lindbergh, que o Senador Suplicy já apresentou um requerimento neste sentido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Toda a bancada do PT, inclusive o Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Lindbergh inclusive assinou junto com toda a bancada do PT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E foi aprovado e já estaria, inclusive, com os dois nomes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas o que abunda não prejudica.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só gostaria de dizer ao Senador Suplicy que a discussão do Programa de Erradicação da Pobreza, aqui, nós queremos fazer à luz do fortalecimento do mercado interno de massas; concentrar nesse debate também econômico.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas já foi aprovado, inclusive, com a assinatura de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como já foi aprovado, Senador Lindbergh... E para não rejeitar...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Tranquilo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V.Exª já assinou, nós primeiro vamos aprovar e depois será agregado aos requerimentos aprovados por toda a bancada do PT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, juntamente com o Sr. Silvio da Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos, foi já, em princípio, aprovado para que seja realizada na primeira terça-feira de julho, a presença aqui da Srª Tereza Campelo, Ana Fonseca, os Professores Marcelo Nery, João Saboya e Lena Lavinas, como primeira etapa daquela sequência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – De uma série de audiências.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, agora, só falta V. Exª confirmar para a primeira terça-feira de julho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A Secretaria já está confirmando os convidados.

Obrigado, Senador Suplicy.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria pedir a V. Exª a fineza, se fosse possível ou então encontrar uma fórmula. Eu fui obrigado a sair num determinado momento e iria pedir que no Item 15 fosse incluído também entre os convidados o Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – Se todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras estiverem de acordo com a proposta, no Item 15 nós acrescentaríamos o nome do Presidente da Confederação Nacional do Comércio.

Se todos estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 19.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sobre o Item 19, Sr. Presidente, é um requerimento de minha autoria, mas o Senador Armando Monteiro, da mesma forma que o Senador Eduardo Suplicy, acabou de me comunicar que foi aprovado por esta Comissão uma audiência pública com o Ministro e com a presença, também, do Presidente do BNDES, do Presidente da Confederação Nacional da Indústria para discutir a política de desenvolvimento produtivo de 2011/2014.

De forma que abro mão do requerimento e me associo ao Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – Então, retirado o Requerimento de nº 35, do Senador Lindbergh Farias.

ITEM 20
REQUERIMENTO Nº 36 DE 2011

Requer a inclusão do nome do Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 19 de 2011 – CAE, de iniciativa do Senador Luiz Henrique, destinada a discutir a dívida dos Estados com a União.

Iniciativa: Senador Cyro Miranda

Observações: *Em 31/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*

Em votação o Requerimento.

Os Srs. e Srªs Senadoras que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MG) – Ah, perfeito. Eu estou correndo tanto que até eu estou meio atrapalhado.

O Item 18, pelo meu entendimento, está aprovado. Simplesmente nós vamos adequar o Item 18 do Senador Lindbergh aos requerimentos que o Senador Suplicy e a Bancada do PT já assinaram, inclusive.

Portanto, se houver alguém contra o Item 18. *(Pausa.)*

Como não há ninguém contra, porque já aprovamos o requerimento anterior...

Portanto, aprovado o Item 18.

E aqui o Politburo, a Nomenklatura continuam firme, numa burocracia incansável para seguir aqui o Regimento.

O Item 21 o Senador Aloysio Nunes pede para que não seja apreciado hoje, porque está analisando os documentos encaminhados pela Prefeitura de Pato Branco.

Agora, na semana que vem nós vamos votar, porque essa bola está quicando há mais de quatro reuniões.

Portanto, considero a pauta ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos encerrada e entro agora na terceira parte da reunião da nossa Comissão.

Audiência Pública com a finalidade de apresentar os resultados do censo demográfico 2010 e debater a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, em atendimento aos Requerimentos nºs 11/2011-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, e nº 26/2011-CAE, de autoria do Senador Delcídio do Amaral e do Senador Walter Pinheiro.

Convidados: Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Convido o Dr. Eduardo Pereira Nunes a fazer parte da nossa bancada.

Convido o Eduardo Coutinho Guerra, Subsecretário de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional, representando Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional.

Convido também o Dr. Eduardo Coutinho Guerra para fazer parte da nossa Mesa e o Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, o relatório então fica prejudicado?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Se o senhor não quiser o meu requerimento, não tem problema. Tinha um requerimento meu carinhosamente dirigido a V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Tem o meu também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quantos requerimentos?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O meu e o do Senador Cristovam. Mas se o senhor tiver alguma coisa contra mim...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não é que eu tenha nada contra; estou preocupado com o tempo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas aí nós nos sentimos prejudicados. É rapidinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós já vamos fazer, meu caro Senador Cyro.

Dr. Paulo Ziulkoski, Dr. Paulo Coutinho Guerra e Dr. Eduardo Pereira Nunes, mesmo já na terceira parte, como respeito muito os Senadores que apresentaram os requerimentos e dentro do que os atos determinam:

Requerimento do Senador Cyro Miranda, solicitando uma audiência pública "O raio X da corrupção", com a presença das autoridades: Ministro Benjamin Zymler; Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor da Policia Federal; Sr. Eduardo Pereira Nunes, diretor do IBGE; Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal; e Luiz Antonio Pagot, Diretor do DNIT.

O outro requerimento é só uma inclusão solicitada pelo Senador Eduardo Braga de um representante da HBO entre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 12 que vamos fazer, Senador Eduardo Braga, se não me engano nos dias 21 de junho – uma audiência pública importante sobre assunto que requer um acompanhamento bastante aprofundado por parte do Senado Federal.

E o último requerimento....

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para aditar uma informação a V. Exª. Informa-me o Senador Walter Pinheiro de que há uma possibilidade de esta reunião conjunto ser antecipada do dia 21 para o dia 16, num consenso de todos os presidentes de todas as comissões envolvidas. Tendo em vista que V. Exª aborda a questão do aditamento do pessoal da HBO, gostaria de informar a esta Comissão que há possibilidade, que vamos discutir ao longo do dia de hoje e de amanhã, dessa data ser antecipada para o dia 16.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito, Senador Eduardo Braga. E nós

também, em função das agendas, vamos checar com a secretaria da Comissão.

Requerimento do Senador Cristovam de audiência pública no âmbito da CAE, destinada a debater o estado de endividamento da população brasileira e suas consequências financeiras, econômicas e sociais no futuro. O Senador Cristovam convida o Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, do BACEN; Dr. Raul Veloso, consultor; Dr. José Pastore, da USP; Dr. José Márcio Camargo, da PUC; Dr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, da CNC. E a preocupação do Senador Cristovam é com o endividamento da população, que cresceu de um nível de 14,6% em 2003, para 22,2% em abril de 2010. Portanto, é um valor alto, sobretudo para as classes de mais baixa renda, porque, nessas dívidas contraídas com bancos, não são considerados os empréstimos para aquisição de imóveis.

Estou lendo e vamos votar esses requerimentos na próxima semana.

E o último requerimento é do Senador Eduardo Braga, requerendo aditamento ao requerimento nº 29, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, para que se incluam os Srs. ***Apostole Lazaro*** Chryssafidis, presidente da ABETAR e José Barat, pesquisador do Ipea, entre os convidados para debater a aviação regional do Brasil.

Esses requerimentos vamos votar na próxima semana.

Portanto, há tempo hábil suficiente, em função das nossas agendas.

De acordo com o art. 94, já entrando agora na terceira parte da Comissão de Assuntos Econômicos, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

- os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos;

- a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição;

- os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Com a palavra, o Dr. Eduardo Pereira Nunes, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os expositores terão até vinte minutos para apresentarem suas propostas.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Em primeiro lugar, Sr. Senador, muito obrigado pelo convite.

A minha apresentação vai ser feita em duas partes: a primeira delas é uma exposição sobre os resultados do censo realizado pelo IBGE no ano de 2010; a segunda, alguns comentários sobre um projeto de lei de autoria do Senador Tião Viana que trata de novos critérios para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios.

Em primeiro lugar, para falar do censo, eu gostaria de informar que o Censo de 2010 visitou 56,5 milhões de domicílios, e, em cada um deles, um morador foi entrevistado ou respondeu ao censo pela Internet. Além disso, 899 mil domicílios foram classificados pelo IBGE como domicílios fechados, ou seja, havia morador, mas este não foi encontrado no momento da entrevista; dessa forma, mais adiante, o IBGE estimou esse número de moradores, o que, no total, dá um acréscimo de cerca de 2,8 milhões de habitantes. Isso é extremamente importante, porque algumas vezes ouvimos o comentário de que o IBGE concluiu o censo, mas um ou outro indivíduo não foi entrevistado. Não foi entrevistado, mas isso não significa dizer que ele não tenha sido recenseado.

Fazendo uma análise da evolução da população brasileira desde o primeiro censo do IBGE, que foi feito no séc. XIX, o Brasil é um país que passa de 9 milhões de habitantes, em 1872, para 190 milhões da habitantes, em 2010.

Mais importante é observar a queda da taxa de crescimento da população brasileira num ritmo cada vez mais acentuado, e hoje a gente diz que a população brasileira está crescendo à taxa média geométrica na década de 1,17%.

Também é importante observar que, ao longo de sete décadas, o território brasileiro foi extremamente subdividido. Em 1940, o Brasil tinha 1.574 Municípios; em 2010, com a realização do novo censo, nós retratamos a realidade de 5.565 Municípios.

Como eu citei, ao todo, no Brasil, temos 56 milhões de domicílios ocupados; mais 899 mil, que também foram recenseados; e ainda há um conjunto de 10 milhões de domicílios que são classificados como domicílio de uso ocasional, vale dizer, domicílio onde a pessoa não reside habitualmente – casa de campo, casa de praia e similares; e outros 6,1 milhões de domicílios que, no momento do censo, encontravam-se vagos, ou porque eram domicílios postos à venda, para aluguel, abandonados, em reforma, ou que ainda não tinham o habite-se para sua própria construção e, logo adiante, até poderiam ser ocupados, como o caso de muitos domicílios do projeto Minha Casa, Minha Vida, que estavam em fase de construção e, no momento do censo, ainda não estavam concluídos.

Nesses 57 milhões de domicílios visitados, nós chegamos à população brasileira de 190 milhões de habitantes, e observamos que, ao longo de uma década, o Brasil teve um acréscimo de 13 milhões de domicílio e 21 milhões de habitantes no nosso País.

Observem que a taxa de crescimento anual da nossa população vem caindo desde os anos 50 e chega a sua menor taxa justamente nesta década.

Podemos observar que, nas últimas duas décadas, desde 90 até agora, o ritmo de crescimento da população brasileira cai de forma sistemática em todas as regiões do Brasil, sem exceção.

A queda do ritmo de crescimento médio no Brasil foi de quase 29%, mas, na região Sudeste e na região Sul, supera a casa dos 35,5% e chega a 38,8% na região Sul. E a menor queda na taxa de crescimento nós vamos encontrar na região Nordeste, onde há uma queda do fluxo emigratório e, no Centro-Oeste, que ainda tem regiões recebendo população imigrante, principalmente o Distrito Federal e as áreas mais agroindustriais, especialmente no Estado do Tocantins e Mato Grosso.

Também é importante observar a distribuição brasileira em termos de população urbana e rural: 84% da nossa população vive nas cidades e 15% no campo.

Outro dado que esse censo revela é extremamente importante para entendermos a realidade brasileira atual: é o fato de que o número médio de moradores por domicílio brasileiro caiu de forma acentuada nesta década. Tínhamos cerca de 3,75 moradores por domicílio em 2000, e esse número agora já chega a 3,3 moradores. Esse é um indicador importante porque mostra uma mudança significativa não só no padrão de reprodução na nossa população, mas também no padrão de moradia da população brasileira.

Olhando o processo de urbanização das nossas cidades, principalmente na região leste e nordeste do País, esse é o mapa da distribuição das principais cidades brasileiras no ano de 50. E olhando para 2000, nós vamos observar um crescimento na região Centro-Oeste; na região centro em direção ao oeste do Brasil, nós temos uma área de ocupação mais recente do território brasileiro. Além do adensamento do processo de ocupação na região Sudeste e na região Nordeste brasileira.

Olhando agora a década atual, nós vamos observar, por exemplo, na região Centro-Oeste, na região Norte do Brasil também, áreas de expansão demográfica bastante acentuada, a começar, por exemplo, pelo Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, onde a diferença entre a linha azul e a linha vermelha mostra exatamente o acréscimo de população verificado no Município na década atual.

Isso aqui, pela estrutura etária das populações acrescentadas, nós observamos que é uma área de atração, principalmente de mão de obra.

Vendo o Estado do Pará, no Município de Tailândia, área de exploração de madeira, o acréscimo demográfico é muitíssimo mais expressivo do que aquele observado em Rondônia.

Olhando a região do agronegócio no Estado do Mato Grosso, três Municípios vizinhos – Lucas do Rio Verde, Sinop e Sorriso –, nós vamos observar que, nesses três, nós temos um acréscimo demográfico bastante importante. Ou seja, em áreas de expansão econômica, nós vamos observar também a expansão demográfica.

E o mesmo nós vamos observar na região de mais recente exploração de petróleo, principalmente a área do pré-sal, onde dois Municípios, como, por exemplo, o Município de Macaé e o Município de Rio das Ostras, também apresentam um crescimento expressivo. E no caso de Rio das Ostras, chamo a atenção porque foi o Município que apresentou a maior taxa de crescimento de população na década de 2000, passando de cerca de 30 mil habitantes para 100 mil habitantes no ano de 2010.

Esse é o processo de urbanização que observamos para o Brasil com os dados do Censo de 2010. E olhando toda essa evolução demográfica, temos algumas conclusões importantes para observar tendo em vista a trajetória demográfica do Brasil nos últimos 50 anos.

Primeiro de tudo, temos que observar a redução acentuada dos níveis de fecundidade no País, ou seja, o número médio de filhos que a mulher brasileira tem está diminuindo de forma acentuada. Chegamos a ter na Região Norte e Nordeste do Brasil até sete filhos por mulher e essa taxa hoje, em nível nacional, é inferior a dois; e na Região Norte e Nordeste, superior a dois, mas inferior a três. Ou seja, a queda da fecundidade é generalizada em todo o País.

E destaco, neste momento, essa queda da fecundidade por região. Depois vou abordar até por faixa de renda.

Assim, por conta da queda da fecundidade, tenho uma mudança no padrão da estrutura etária da nossa população. Uma base mais estreita e um topo mais largo e mais amplo, exatamente pelo aumento da longevidade da nossa população.

Olhando as nossas pirâmides etárias desde 1960, vamos observar exatamente isto: as bases vão se estreitando, justamente pela queda da fecundidade, e o topo não só se alarga como se alonga, justamente porque a longevidade da população brasileira é maior.

Comparando agora a estrutura etária do Brasil nos anos de 2000, em linha azul, e de 2010, em linha vermelha, e fazendo um retrato do Brasil passado com o Brasil futuro, o que podemos observar é que o Brasil dos anos 60 apresentava uma estrutura etária semelhante ao que África tem nos anos atuais. Ao passo que

projetando para o futuro, a estrutura etária do Brasil tenderá a ter um padrão etário semelhante ao da Europa e da França no momento presente.

Escolhi propositalmente a França como exemplo porque, como todos nós sabemos, a França viveu um processo socialmente conturbado, e justamente por medidas tomadas pelo governo, voltadas para ampliar o tempo de contribuição da previdência social, tendo em vista o desequilíbrio financeiro da sua previdência e o aumento da longevidade da sua população.

Aquilo que lá ocorreu em um ano, nós temos duas, três, quatro décadas para tratar no caso brasileiro. Mas o futuro também chega. Vale dizer, se não pensarmos essa questão previdenciária desde já, mais adiante lidaremos com situações semelhantes a essa que a França, no ano passado, enfrentou.

Então, é muito importante essa comparação entre o padrão brasileiro atual, o que era o Brasil no passado e para onde ele caminha. E isso tem um impacto muito grande sobre o sistema previdenciário, sobre a saúde e sobre a educação no nosso País.

Aqui tenho uma lista dos principais Municípios brasileiros. O que podemos observar é que as grandes cidades brasileiras já têm um ritmo de crescimento bem menor do que a média nacional. O Brasil, em termos médios, cresceu 1,17% ao longo do década. As maiores capitais, as maiores cidades brasileiras, a sua grande maioria, apresentaram uma taxa de crescimento médio inferior à média nacional. O destaque é Brasília, Manaus, Goiânia e São Luís, mais Guarulhos. São apenas essas grandes cidades que cresceram mais do que a média nacional. E em todas elas o que temos em comum é o fato de que o crescimento se dá pela imigração de população para essas áreas.

Os 15 maiores Municípios brasileiros têm 40 dos 190 milhões de habitantes. Ou seja, 21% da nossa população vivem em 15 dos 5.565 Municípios brasileiros.

Aqui temos a distribuição dos Municípios por faixa de população e vamos observar que os menores Municípios brasileiros, com população de até dez mil habitantes, que compreendem a primeira faixa do coeficiente de FPM, chegam a abranger 44% do número de Municípios, e apenas 6,7% da população brasileira. Vale dizer: 7% da população residem em 44% dos Municípios; e, por outro lado, mais de 50% da população reside em cerca de 5% dos Municípios maiores do Brasil.

Em termos de alfabetização, a gente vê a queda sistemática da taxa de analfabetismo da população com idade superior a 15 anos de idade. Na metade do século passado, para cada dois brasileiros com mais de 15 anos, um era analfabeto. Hoje, essa taxa já é menor do que 10%. Mesmo sendo menor do que 10% – vale dizer, 9,6% – se nós abrirmos a taxa de analfabetismo por faixa etária, vamos observar que os maiores contingentes de analfabetos hoje são pessoas analfabetas mais idosas. Quem são essas pessoas? São pessoas que há dez, vinte, trinta anos atrás já compunham o analfabetismo das décadas anteriores.

Então, pela maior expectativa de vida, esse estoque de pessoas analfabetas no Brasil persiste e isso interfere diretamente na taxa atual de analfabetismo. Mas o fato de termos a ampliação do acesso ao ensino, principalmente o fundamental, já mostra que a taxa de analfabetismo entre a população em idade já necessária para se alfabetizar, de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, é bem menor do que a média nacional, embora seja ainda muito elevada para os padrões internacionais.

Em termos de renda, essa é a distribuição da renda medida pelo Censo 2010. E o que a gente pode observar é que a parcela maior, ou a moda, 28% da população tem uma renda média *per capita* de meio a um salário mínimo; e 4% não tem nenhum tipo de renda; e 9% da população tem até ¼ da renda *per capita*.

Portanto, aproveitando a presença do Senador Suplicy aqui, veja como são importantes projetos como o Renda Mínima, exatamente para atender parcelas da população que são aquelas menos favorecidas. Mas, olhando a evolução da distribuição da renda ao longo da última década, em linha azul é o padrão da distribuição no ano de 2000 e, em linha vermelha, o padrão da distribuição no ano de 2010. O que mostra que a proporção da população mais pobre no País cai de 2000 para 2010 e, consequentemente, aumenta aquela parcela com nível de renda maior quando a comparação é o ano de 2000. E por quê? Uma das explicações que podemos observar, na medida em que estávamos fazemos a distribuição da renda em termos de salário mínimo, é o próprio fato de que, ao longo de toda a década, o salário mínimo cresceu mais do que a própria inflação.

Então, acumulando a taxa de inflação na década e acumulando o rendimento do salário mínimo na mesma década, a distância entre essas duas curvas ao final da década mostra o ganho real do salário mínimo. E é esse ganho real do salário mínimo que vai mostrar por que a proporção de população com faixas de renda bem inferiores diminui *vis-à-vis* aquela com faixa de renda maior.

Aproveitando também as informações que, inclusive, já foram aproveitadas pelo Governo e estão no site do IBGE, para o Programa de Erradicação da Pobreza no Brasil, o IBGE tabulou os dados não em termos de salário mínimo, mas exatamente nas faixas de renda que fazem parte do alvo do plano Brasil Sem Miséria.

Então, nós temos uma população de 16,2 milhões de brasileiros que têm renda inferior a R$70,00 *per capita* no domicílio. Vale dizer, 11,4 milhões com renda até R$70,00 e 4,8 milhões sem nenhum tipo de rendimento. Essas 16,2 milhões de pessoas residem em 4 milhões e 9 mil domicílios, ou seja, dos 57 milhões e 300 mil domicílios que foram recenseados com moradores, no Brasil, 4 milhões deles tinham moradores com renda inferior ao que o Programa Brasil Sem Miséria está definindo que é renda – até R$70,00.

Quero aproveitar, se você puder voltar lentamente o gráfico, o *slide* seguinte, para chamar a atenção para um ponto importante que é uma discussão que sempre se tem, no Brasil, sobre a fecundidade mais elevada entre a população mais pobre *vis-à-vis* a população mais rica.

Isso o censo também revela. Quanto mais no extremo, seja à esquerda ou à direita que eu estiver desse gráfico, menor é a renda da população que estou medindo. Observo que, na última década, dez significa o censo anterior e zero é a população que nasce entre 2000 e 2010. Observo, também, que, na década atual, mesmo entre a população de mais baixa renda, a taxa de fecundidade já está caindo. Quer dizer, entre os mais pobres, a queda da fecundidade está se dando na última década; entre a camada intermediária, na década anterior, e entre a população mais rica, há duas décadas anteriores. Ou seja, essa é uma questão absolutamente geracional, no sentido de que a queda da fecundidade é um fato inexorável da população brasileira. Já observamos que, entre os mais ricos, a queda já se reduz a partir de agora, mas entre os mais pobres ela tende ainda a cair pela próxima década; portanto, com uma convergência que se, de fato, acontecer contribuirá para dentro de algumas décadas a população brasileira parar de crescer. Ou seja, sejam ricos ou sejam pobres, hoje a fecundidade está em queda nas duas camadas. E, agora, nós temos os dois extremos, a camada mais rica e a camada mais pobre. A queda da fecundidade é dada; o tempo em que isso aconteceu é que é diferente. Na população mais rica há 30 anos e na população mais pobre na última década.

A partir de agora, então, eu gostaria de fazer o comentário ao Projeto de Lei de autoria do Senador Tião Viana, que foi elaborado no ano passado, com o objetivo de propor alterações no método de cálculo do coeficiente do FPM. Era isso que eu queria comentar.

Acredito que todas essas informações aqui, com certeza a maioria delas, sejam de conhecimento dos senhores, mas eu gostaria de destacar esse segundo ponto. A proposta de criação desse projeto pretende transformar numa função contínua o cálculo dos coeficientes do FPM. Hoje é uma função discreta, como se fosse uma escada onde cada coeficiente do FPM equivale a um número múltiplo de 3.396. Então, se o IBGE recensear ou recenseou um município e ele aumentou a população em 3.393, 394 e 395, ele fica na mesma faixa de FPM porque não chegou àquele topo seguinte. E essa proposta do Senador Tião Viana é exatamente de transformar o processo de expansão em termos de FPM proporcional à expansão da própria população do município, sem se reter a degraus como é a legislação atual.

Então, a legislação atual é essa que todos os senhores conhecem e vou me ater àquilo que diz respeito aos 86,4% do FPM distribuído para os municípios do interior.

Para efeito de cálculo do FPM, em 2010, o IBGE, como fez o censo de 1º de agosto a 31 de outubro e a lei estabelece que o IBGE tem que publicar o dado populacional em 31 de agosto, o IBGE, em comum acordo com o Tribunal de Contas da União, não fez divulgação preliminar de dados de população e divulgou o dado no dia 31 de outubro. Terminou o trabalho em 31 de outubro e o divulgou em 4 de novembro. Todas as prefeituras tiveram oportunidade de recorrer contra os dados do IBGE, no período legal de 20 dias, de 4 a 24 de novembro, e no dia 27 de novembro o IBGE encaminhou os dados para o Tribunal de Contas da união.

Então, agora, comentando as faixas, eu queria destacar exatamente esse ponto. As faixas dos coeficientes de FPM, atualmente, crescem em função de números que são múltiplos de um número que é um número cabalístico: 3.396. A primeira faixa de 10.188 é o 3.396 vezes 3; depois vezes 4, vezes 5, vezes 6, vezes 7. Isso é um dado, porém, para o IBGE, é um complicador, porque sempre que o IBGE disser que o múltiplo de acréscimo populacional não foi exatamente aquele número de 3.396, gera em uma determinada prefeitura uma expectativa de ganho que não foi concretizada; para ela, uma expectativa de ganho não concretizada de fato é uma perda, assim como que quem perdeu por conta um pequeno número de população, ele não tem uma pequena queda de FPM, ele tem uma queda relativa à toda a faixa a qual ele agora passará a pertencer em relação a anterior. Então, isso daqui é produto do fato de que desde a primeira faixa até a faixa dos 142.000 habitantes, qualquer acréscimo populacional que for inferior a números múltiplos de 3.396 não se traduz em recurso adicional para o Município, mesmo que ele tenha chegado muito próximo. E se ele chegou muito próximo, a sua perspectiva mais próxima passa a ser o IBGE; o IBGE que não chegou a todas as casas. Não foi o IBGE. O IBGE não chegou à faixa seguinte de população que ele esperava para receber

mais FPM. E eu vou dar alguns exemplos aqui, que eu trouxe, selecionei a dedo justamente para mostrar isso.

Por exemplo: o Município de Alagoinha, na Paraíba, deixou de aumentar para a faixa de FPM de 1,0 por falta de 8 habitantes. O Município de Porto Seguro deixou de passar para a faixa de 3,6 de coeficiente por falta de 2.279. Só que essa faixa aqui já é 4 vezes 3.396.

Então, não chegou ao teto Humaitá, por 39 habitantes o Município deixa de pular para a faixa de coeficiente de 2.0. Então, o que diz o projeto do Senador Tião Viana, que estou aqui, não defendendo, mas propagandeando? Propõe que, se cada habitante passasse a ser considerado como uma proporção de um recurso adicional do FPM, independentemente do número de habitantes que houve de acréscimo na faixa, mesmo que não preenchesse o limite superior, ele já levaria aquela proporção. E a proporção individual, um a um de cada habitante, é número muitíssimo pequeno, e certamente quem precisa de um, dois, três habitantes para pular de faixa não ficaria insatisfeito por ter ficado na faixa anterior. Só que ele não ficaria 1,8 até chegar a faixa seguinte, como no caso do Município de Humaitá, ele ficaria com 1,98888. Ou seja, ele teria um acréscimo daquele coeficiente de 0,2, ele teria um acréscimo de 0,18. Quanto mais habitantes ele acrescentar, maior é a proporção do FPM; e o inverso também é verdadeiro. Se ele cair por quatro ou cinco habitantes, ele não vai perder a faixa inteira, ele vai perder 4,3.398 seis avos daquele recurso que ele faria jus pela lei atual.

Então, olhando aqui, no projeto do Senador Viana, ele inclusive cria uma primeira nova faixa, que não seria 10.188, mais começaria em 5.094, e, a partir de 5.095... Vejam só, 5.094 coeficiente 0,6; 5.095 habitantes, 0,6000. Ou seja, não muda quase nada; 5.115, continua com os acréscimos marginais. Somente em 10.188 é que ele estaria se aproximando do próximo coeficiente.

O sistema atual está aqui retratado. Ele é uma modalidade de expansão por escalas onde cada faixa é um degrau múltiplo de 3396. Se não alcançou múltiplo de 3396, ele fica estagnado. E quando ele fica estagnado próximo do próximo degrau, ele vai sempre contestar o número do IBGE. E se ele decai para o degrau anterior, por uma pequena redução de sua população, idem, o alvo principal de reclamação é o IBGE e tenho certeza que o presidente da Federação Nacional dos Municípios vai tratar exatamente desse assunto.

Se levarmos em consideração o que consta do projeto do Senador Tião Viana, aquele sistema de degrau passaria, então, a ser substituído por esse sistema linear: cada habitante é uma proporção exata da sua contribuição para aquela faixa de FPM. Isso vale para a primeira faixa e vale para a seguinte. Para as seguintes seria exatamente e a mensagem principal que eu gostaria de trazer: todo habitante contribui igualmente para a cota de FPM dentro da sua faixa. Como o caso do primeiro Município que eu citei na Paraíba, o 3388 moradores recenseados pelo IBGE não representaram um centavo para o Município. Os oito últimos é que valem muito, que, se chegarem, o Município salta de FPM. Por esse critério não, cada indivíduo dá a mesma contribuição dentro da faixa à qual a população do Município pertence.

Então, aqui é a última faixa, o critério é o mesmo e a gente teria o mesmo critério de expansão para a última faixa de recurso do FPM, que é o coeficiente de 4,0. E por último aqui, só para dizer que essas são as duas ferramentas computacionais usadas pelo IBGE no censo. Não utilizamos papel para fazer o recenseamento. Essa é a logomarca do censo e esse é um prêmio que o IBGE ganhou das Nações Unidas, da UNESCO pela inovação tecnológica considerada um avanço mundial no trabalho do IBGE no censo de 2010, que foi um censo totalmente digital.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Pereira Nunes.

Com a palavra, agora, o Dr. Eduardo Coutinho Guerra, Subsecretário de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Só quero registrar, até em função do adiantado da hora e porque vários Senadores têm comissões, que os expositores se limitassem a esse tempo de 20 minutos, no máximo, para que os Senadores façam seus questionamentos. Registro a presença do Deputado Júlio Cesar, que é da área, Presidente da Frente Municipalista Brasileiras – nosso Julinho.

Então, com a palavra o Dr. Eduardo Coutinho Guerra.

O SR. EDUARDO COUTINHO GUERRA – Muito obrigado.

Exmº Senador Delcídio do Amaral, senhoras e senhores, a contribuição que nós trazemos nesta audiência pública se relaciona aos impactos financeiros no Fundo de Participação dos atuais coeficientes calculados a partir do censo de 2010.

Muito rapidamente esclarecer o papel da Secretaria do Tesouro Nacional, que é o órgão técnico responsável pela realização das transferências constitucionais das repartição da receita tributária, sendo o cálculo dos coeficientes realizados pelo Tribunal de Contas da União com base nas informações prestadas pelo IBGE. A Secretaria do Tesouro Nacional também se responsabiliza em fornecer as informações dos

repasses realizados e também pelas estimativas das receitas que compõem o Fundo de Participação.

Aqui acho que já foi citada a legislação, não vou me alongar nessa parte.

(Próximo, por favor.)

Nós temos uma primeira avaliação dos impactos do censo de 2010. Do total que 564 Municípios que receberam repasses do Fundo de Participação dos Municípios, 381 tiveram seus coeficientes aumentados e 172, diminuídos, considerando aqui a distribuição dos Municípios da parte de interior.

No trabalho realizado, foram levantados os valores repassados em 2010, os valores repassados até maio de 2011, e os valores estimados até o final do exercício de 2011, para fins de comparação. Os dados de estimativa para 2011 foram extraídos da programação financeira do Tesouro Nacional, o Decreto 7.477, de maio de 2011.

Para ilustrar o contexto dessa mudança dos coeficientes, listamos, no momento de 2011, um crescimento importante do Fundo de Participação. Este gráfico mostra a evolução, em termos nominais. Neste primeiro gráfico, são os valores até maio de cada ano, de 1997 a 2011. Então, já podemos observar um crescimento, de 2011 para 2010, de 30%, em maio. Considerando o apoio financeiro recebido pelos Municípios em janeiro de 2010, essa variação seria de 24%, e também 27% se comparado esse período até maio com base no ano de 2008.

Este novo gráfico já traz o valor do Fundo de Participação em base anual, sendo até 2010 os valores realizados, e, em 2011, o valor estimado com base no decreto de programação orçamentária e financeira.

Também observamos aqui esse crescimento importante de 2011 para 2010, de 26%, se não considerado o apoio financeiro; e de 24%, considerando-se o apoio financeiro; e de 28% tendo por base de comparação o exercício de 2008.

Aqui eu vou passar muito rapidamente, porque os senhores vão receber os gráficos para posteriormente poderem avaliar. Há a evolução do IPI e do Imposto de Renda, durante o mesmo período, que são os impostos base do Fundo de Participação dos Municípios.

Nós colocamos aqui também uma variação de 2011/2010 até maio, comparando as cotas por decêndio, a título de informação. O que observamos é que, se considerarmos o valor liberado até maio, daqueles 172 Municípios que tiveram diminuição do Fundo de Participação, três tiveram efetivamente perda de receita, ou seja, um conjunto maior de Municípios teve perda de coeficiente, mas perda em termos nominais, comparando-se o exercício anterior, seriam esses três Municípios aí citados. Isso até maio. Nesses três Municípios, é bastante relevante a variação populacional observada neles pelo censo: um deles teve redução de 40% no dado populacional; outro, 58%; e outro, 66%. Então, são os Municípios que se destacaram nessa avaliação realizada.

Aqui fizemos uma distribuição por faixas de perda de receita financeira em termos nominais, para o ano de 2011 - o dado anual. Dos 170 Municípios que tiveram perda de coeficiente, 77 Municípios teriam perda no exercício. No quadro anterior, analisamos até maio; agora, na comparação da estimativa de receita até dezembro de 2011, já teríamos um conjunto maior, de 77 Municípios, com perda em termos nominais.

E aqui uma distribuição por faixas, a título informativo: 4 Municípios com perdas acima de 10%; 27 Municípios com perdas abaixo de 3% da receita; os demais distribuídos conforme essas faixas percentuais.

Esse gráfico também traz uma distribuição desses 77 Municípios, em que nós observamos, no eixo x, a perda populacional e, no outro eixo, a perda do Fundo de Participação. Então, aqui dá para visualizar essa proporção, que não é simétrica. Nós temos os três Municípios evidenciados com uma perda muito grande de população, e a correspondente perda do Fundo de Participação e os demais Municípios ali distribuídos nessas faixas de perda, em geral, entre zero até 10% de perda da receita.

Aqui é para esclarecer que vários Municípios que tiveram perda de coeficiente, ainda assim, receberão um valor maior do Fundo de Participação em termos nominais – muito claro, em termos nominais –, tendo em vista o crescimento estimado do Fundo de Participação.

Então, mesmo os Municípios que tiveram queda do coeficiente, 21 Municípios terão, caso se realize essa receita estimada, um aumento, em termos nominais, de mais de 10% e 25, menos de 3%.

Existem diversos projetos de lei no Congresso tratando de um redutor para amenizar o impacto desses coeficientes, ou seja, de mudanças das regras, de maneira a evitar um impacto excessivo. Em relação a esses projetos, o Ministério da Fazenda ainda não tem uma opinião definitiva, mas eles caminham na direção de reduzir impactos, o que, realmente, seria um benefício do ponto de vista de gestão orçamentária e financeira.

Um aspecto importante é que se deve buscar um texto claro de maneira a evitar eventuais ações judiciais.

Nós temos um histórico de um número grande de ações judiciais na Secretaria do Tesouro Nacional – imagino que o IBGE e o Tribunal de Contas também apresentam um histórico parecido –, e isso traz uma incerteza e riscos grandes na execução financeira, por

conta do fato de que o Fundo de Participação é uma repartição de receita e, portanto, sempre uma decisão a favor de um ou outro Município significa a compensação proporcional no conjunto dos demais Municípios.

Eu acho que essa é a mensagem principal, o impacto financeiro de forma bastante objetiva.

Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Coutinho Guerra.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. PAULO ZIULKOSKI – Boa tarde a todos os senhores e senhoras.

Saúdo o Presidente Delcídio do Amaral, os Senadores e Senadoras, Deputado Júlio César e demais companheiros de apresentação.

Pretendo não usar os 20 minutos, para termos mais brevidade, visto o adiantado da hora. Vou tentar agregar, porque o tema que nos foi proposto é o Fundo de Participação dos Municípios, um tema bastante polêmico.

Antes de entrar, eu queria apenas colocar que, no Brasil, o ICMS é o maior tributo individualmente. Os 25% dos Municípios, no ano de 2010, foram cerca de R$67 bilhões. O FPM foram R$53,8 bilhões, em termos brutos, não contando o desconto do Fundeb, que é 20%. Em termos brutos, seria esse o valor de 2010. Trata-se de uma transferência importantíssima, senão a maior, da maioria dos Municípios do Brasil. Então, é um tema muito importante.

Vou tentar ser breve. Quando o último fala, normalmente, as coisas já foram apresentadas, mas peço paciência na nossa exposição.

O Fundo é uma fração de 23,5 do IPI e Imposto de Renda. Mensalmente, são creditados 22,5 dos dois impostos. E, no dia 10 de dezembro, é creditado aquele 1%, que foi iniciativa do Senado, aqui, em 2003, que conseguimos começar a receber em 2007.

De acordo com o art. 91 da Lei 5172, com a redação dada pelo Decreto Lei nº 1881, os recursos financeiros destinados ao FPM são assim distribuídos. E aqui um outro adendo que não está na apresentação.

Em 1981 houve certo trancamento – me corrijam se não for assim, mas é o entendimento que temos – era distribuído por municípios do Brasil e não por Estados. Dessa forma, Minas Gerais teve um número muito grande de criação de municípios, até aquele período. Hoje são 853 municípios. Como isso, praticamente, estacionou em 1981 o Estado de Minas que tem aproximadamente 10% da população brasileira recebe cerca de quase 3% a mais de FPM mensal, em função da divisão anterior. É uma distorção que tem que vai aparecer no momento seguinte da apresentação.

Então, retornando: 10% dos Municípios pertencem às Capitais. E as Capitais pelo inverso da renda do seu Estado. Essa é uma diferença fundamental. Por isso que a cidade de São Paulo é a que menos recebe FPM e a que mais recebe é Fortaleza, em função da renda *per capita* do seu Estado o Ceará, em relação à população da capital.

Noventa por cento são os demais Municípios do País. Sendo que 4% desse percentual destina-se cumulativamente aos municípios não capitais com população superior a 142 mil que é outro subíndice.

Distribuição em torno do bolo de FPM.

10% para as capitais; 3,6 para os acima de 142 mil e o restante 5.537 Municípios, dá 97% entram na divisão normal por população.

Para o FPM, as capitais utilizadas no cálculo são a população que já falei em inverso da renda. Para o FPM do interior, o que deve ser utilizado é só a população. O fundo de reserva é distribuído a esses Municípios que foram mencionados que têm uma população acima de 142 mil e tem como e tem como critério somente a população, que é um adicional para esses Municípios.

Apesar de todas a críticas ao fundo ele é a única transferência constitucional que tem caráter redistributivo, ou seja, os Municípios menores e pobres recebem proporcionalmente mais recursos que os Municípios grandes e ricos. Os princípios são os seguintes: o Município menor por ter pouco valor adicionado e pequena base tributária, recebe mais do que os Municípios maiores que possuem o maior valor adicionado e maior base tributária. É uma questão que, muitas vezes, há até uma confusão na mídia. Ah, porque ele tem uma população X recebe mais. Exatamente porque a base dele é de um perfil normalmente agropecuário. Nós temos 4300 Municípios no Brasil que têm esse perfil, não tem alto índice de desenvolvimento. Então não tem arrecação próprio. O Município só arrecada IPTU, ISS e ITBI . Então, ele não agrega, ela produz soja que é processado em outro Município que transforma e agrega valor. Ele produz muito fumo e é processado em Santa Cruz do Sul e agrega, em dois dias, em cigarro, um valor gigantesco. Todos esses Municípios têm essa forma de receber a mais e muitos entendem que é injusto, quando não há nada injusto. Os Municípios, no setor da agricultura e pecuária, têm essa produção básica para poder desenvolver esse setor.

Valores *per capita*, receitas municipais, FPM.

Aqui é importante que até 3 mil habitantes, são 478 Municípios se você pegar a arrecadação todo o orçamento dele dá 3mil por habitante. Se pegar de 3 mil a 10 mil habitantes tem 2073 Municípios. Aí baixa

para 1681. De 10 mil a 15 mil baixa para 1200. Então quando se chega lá embaixo, nos grandes Municípios, acima de 1milhão, é 1636 por habitante. Bem superior a todos os demais. Não é o FPM que está desequilibrando, são outras receitas das grandes cidades que fazem crescer em detrimento das menores que tem que ter, cada vez mais, essa valorização .

Aqui os Senadores que representam as regiões temos um dado importantíssimo. As 5 regiões da amostra temos: Municípios mais dependentes do FPM. O Sudeste que é uma das regiões mais ricas, quase 36% dos Municípios tem a maior arrecadação no PFM. O Nordeste que em tese seria o mais dependente, não é. Baixa para 34,7 é menor. O Sul, 31; o Centro-Oeste, 27 e o Norte, 19,9. Então, isso aqui serve para balizar alguns projetos ou discussões que possam existir sobre o FPM.

(Próximo, por favor.)

O cálculo anual da população realizado pelo IBGE faz com que alguns Municípios que estejam próximo às faixas – isso já foi explicado aqui pelo Presidente do IBGE – tenham suas receitas aumentadas ou diminuídas, acarretando prejuízos de continuidade, planejamento, sobretudo dos Municípios que perdem receita. Agora em 2010, 172 perderam. E essa é uma questão interessante! Todo mundo compreende que, se diminui a população, diminui a renda. Só que aquele Município, não há de se esquecer, que ele vem sistematicamente perdendo população. Agora, os seus funcionários concursados não diminuíram em nada. O custo da sua máquina praticamente não diminuiu em nada. E não depende do Município segurar o habitante morando lá ou não. Essa é uma questão migratória, uma realidade que o IBGE revela. Mas como fica esse Município, esse prefeito que perdeu, como em Jacareacanga, no Pará, 66% da população – de 42 mil habitantes, caiu para 14 mil, se não me engano? Inclusive, tivemos uma discussão com o IBGE: por que caiu tanto? Logicamente que era o caso de se saber.

O nosso Presidente está preocupado, já tivemos várias reuniões, mas é uma coisa fenomenal o que ocorre. O prefeito informava uma realidade, o IBGE tem outra posição. E, assim, com quantos do Brasil isso ocorreu? É uma questão importante para ser avaliada, pois esses Municípios ficam totalmente inviabilizados. Como é que eles vão perder 60% de sua arrecadação se não podem demitir ninguém, não podem praticamente fazer nada, diminuir serviço público ou piorar a qualidade dele? Então, é preciso uma política de enfrentamento para essas realidades, que vão ocorrer cada vez mais no País.

O Estado com o maior número absoluto de Municípios ganhadores é o Maranhão, seguido do Pará e de Pernambuco. Os Estados com o maior número de perdedores são Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul. O Município que teve a maior perda de coeficiente foi Jacareacanga, no Pará; de 1,8 caiu para 1,1. Está perdendo quase a metade de sua maior arrecadação individual, que é o FPM.

Nós fizemos uma estimativa do valor de perdas financeiras desses Municípios perdedores. A média é em torno de 1,9 milhão por ano para cada quota de 02. É um valor muito representativo, valores que prejudicam enormemente a administração, como eu já coloquei.

(Próximo, por favor.)

Existem várias alternativas para resolver esse problema. Aumentar o prazo para o recurso é uma das reivindicações que estamos fazendo. Está aqui o Presidente do IBGE que sabe que temos vinte dias para fazer um recurso. Como é que você faz um recurso e produz uma prova em vinte dias? Então, o Parlamento, o Congresso Nacional, poderia olhar para isto também: ampliar esse prazo para que houvesse um prazo mais razoável. E que o Censo talvez não iniciasse em julho, aí já é outra questão mais complicada, que fosse mais no início do ano, para que se chegue ao final do ano com essas questões já consolidadas. São questões que têm de ser avaliadas.

Criar uma legislação permanente que possa corrigir... O projeto do Senador Tião Viana é um projeto interessante, eu diria, Presidente, não só pelo que foi colocado, mas agregando outro dado. Vale por habitante, mas mantém as faixas. Se não mantém as faixas, o Município de dez mil habitantes e que tem três, quatro mil, cai pela metade o FPM. Então, essa parte do projeto é importante. Agora, nós vamos fazer as simulações, e queremos contribuir para esse debate, mas entendemos que esse é o caminho. Acho que tem que ter uma política permanente, duradoura e que não sofra essa sofreguidão de ida para cima e para baixo e, toda hora, se faça legislação para remendar. Acho que tem uma legislação mais pertinente. Esse é um dos projetos que pode ser seguramente bem-apreciado. O Deputado Júlio Cesar é um dos maiores entendedores de FPM no Congresso. Tenho certeza de que irá contribuir muito nesse debate.

(Próximo, por favor.)

Então, rapidamente, era isso. Utilizamos a metade do tempo, dez minutos, e queremos só dizer que a nossa entidade, a Confederação, agradece esta oportunidade. Só que mexer no FPM é um vespeiro. Vai ter uma emenda do Nordeste, por exemplo, pensando aqui em voz alta, provavelmente uma emenda

cuja redistribuição seja feita pelo critério das capitais, redistribuição pela renda. Já existem projetos nessa linha também. Isso inviabiliza todos os Municípios do Sul e do Sudeste. Estou falando aqui em hipótese, não estou afirmando que vai ocorrer.

Então, temos que ter muito cuidado nessa discussão, mostrar para os prefeitos, principalmente dos três Municípios menores, o que vai impactar, simular, mas quero dizer que a Confederação está muito interessada – e não poderia deixar de estar – nesse assunto

Parabenizo a Comissão. E nos colocamos à disposição para aprofundar o debate sobre a divisão do FPM.

Antes de encerrar, Sr. Presidente Delcídio, quero dizer que está em tramitação o Projeto de Lei nº 141, de autoria do Senador Romero Jucá, que o apresentou no ano retrasado, se não me falha a memória, em função de uma re-estimativa populacional que o IBGE faz anualmente. Os Municípios mudaram de faixa na re-estimativa e perderam muitos recursos. Então, o Senador entrou com esse Projeto de Lei Complementar no Senado, o qual foi aprovado em uma semana. Eu ficaria muito agradecido se sempre fosse assim. Numa semana, esse Projeto foi aprovado no Senado. O Projeto está na Câmara, e entramos com o Projeto nº 635, que foi acoplado ao outro e que já está em plenário, para ser colocado em votação na Câmara, para que haja flexibilidade para esses 172 Municípios, no sentido de que essa perda seja estendida a 10% a cada ano. Com isso, não inviabilizamos, neste momento, esses Municípios.

Então, essa matéria já tramita na Câmara e, seguramente, vai chegar aqui. Esses Municípios estão pedindo socorro. Talvez, esse tenha sido o motivo desta audiência. Acredito que muitos estão lutando por isso. O Projeto está vindo para o Senado. Chegando aqui, já vai estar mais adiantado, porque é um Projeto originário do Senado. Estamos tentando mudá-lo na Câmara, para que esses 172 Municípios sejam socorridos, embora, aprovando esse Projeto, obviamente, todos os outros irão perder. Se, hoje, 172 Municípios estão perdendo, isso ocorre porque os outros estão ganhando. Se isso for mantido, os outros vão perder. Mas será um valor tão pequeno para cada um, que não podemos desprezar esses Municípios que foram atingidos de forma mais frontal, quase sendo inviabilizadas suas gestões. Então, há uma compreensão do movimento de que isso pode ser reproduzido nessa lei complementar que está sendo votada na Câmara.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Paulo Ziulkoski.

Aqui, estão inscritos o Senador Suplicy, que é o autor do requerimento; o Senador Walter Pinheiro; o Senador Eduardo Braga; a Senadora Vanessa Grazziotin; o Senador Flexa Ribeiro e o Deputado Júlio César.

Também há uma audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Infraestrutura para discutir a questão referente a aeroporto. E, regimentalmente, esta Comissão não pode funcionar aqui, e a outra funcionar lá. Então, proponho passar a palavra a cada um dos Senadores, para, depois, os expositores responderem.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, quero cumprimentar o Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes; o Sr. Eduardo Coutinho Guerra, da Secretaria do Tesouro Nacional; e o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski. Agradeço aos três convidados a contribuição.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero dizer que, pelo que entendi, houve um consenso a respeito do projeto do Senador Tião Viana. Agora, verifiquei em que pé está a tramitação. O projeto se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, onde aguarda a designação do Relator. Depois de ser apreciado e votado lá, o projeto virá para a CAE.

Tendo em conta a apreciação positiva – pelo que depreendi, trata-se de proposição de bom senso, pois, em vez de haver saltos, vai se levar em conta a população devidamente –, quem sabe podemos sugerir ao Presidente Eunício Oliveira que S. Exª designe o Relator, para que possa haver a tramitação da proposição?

Com respeito aos casos de diminuição da população, eu perguntaria ao Presidente Eduardo Nunes: trata-se de fenômenos que, de fato, aconteceram, fazendo com que a população diminuísse? Ou houve eventualmente um inchaço por alguma razão relativa ao número de habitantes? Na verdade, o número do Censo de 2010 – e o IBGE até ganhou um prêmio pela forma como o conduziu –, confiando-se que este número foi examinado, conferido e tudo mais e em sendo verdadeiro, mostra que é possível que, da última vez, tenha ocorrido um inchaço por razões não propriamente medidas pelo IBGE. Agradeço se puder nos esclarecer se foi simplesmente um fenômeno a ser analisado, de diminuição de população, seja por um Município A, B ou C, não quero aqui dizer se é Jacareacanga ou os outros que foram citados, mas acho que seria importante nós sabermos a respeito.

E gostaria de perguntar ao Presidente do IBGE se pode nos informar, segundo o Censo 2010 do IBGE, qual o número médio de pessoas da família brasileira no geral e das famílias que recebem até R$70,00 *per capita*, ou seja, aquelas que estão definidas com prioridade no Programa Brasil sem Miséria, ou ainda, se,

para essas famílias, o número de pessoas e menor ou maior por família em média. Agradeço se puder nos dar essa informação.

E se por acaso o que entendi foi que os três estão de acordo com a proposta Tião Viana, que só confirmem isso, porque assim iremos ajudar na tramitação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, um dos motivos que nos levou, que nos impulsionou a realizar esta audiência pública é exatamente esse disparate, na nossa opinião, de coisas que são tranquilamente fáceis de serem resolvidas. Ou seja: nós temos todos os dados do IBGE, nós temos hoje, em diversos Estados, portanto, a realidade dos Municípios está sendo tratada pelo Estado do ponto de vista dos limites. E, portanto, esse é um problema que a gente vem enfrentando na Bahia há muito tempo. Lembro-me de que, desde o tempo em que eu era Secretário do Planejamento no Estado da Bahia, em 2009, nós contratamos o Exército para que ele pudesse fazer a nova cartografia, a fim de nos permitir exatamente resolver problemas de limites.

Eu diria, por exemplo, ao senhor que, hoje, na Bahia, a gente tem problemas em cerca de mais de cem Municípios e, na medida em que você pega as fronteiras, isso, efetivamente, chega à casa dos 300 dos 417. Portanto, há demanda e há disputa por essa questão dos limites e das fronteiras, o que interfere diretamente no trabalho do IBGE.

A grande briga, quer dizer, uma população que migra de um lado para o outro, com uma linha, às vezes, imaginária que separa. Então, nós vamos tendo esse drama. Assim, era necessário se debruçar sobre essa experiência, volto a dizer, em cada caso literalmente mensurado, ajustado e com documentação. Na Bahia, a SEI, que é um órgão ligado à Secretaria do Planejamento a superintendência que trata exatamente de estatística e informação, fez esse mapeamento todo. E, por diversas vezes, nós inclusive buscamos o IBGE, resolvemos via IBGE. E me vem muito à memória o caso das cidades de Belo Campo, de Tremedal. Nós tivemos a oportunidade de vir discutir essa questão.

Mas há outro problema que é exatamente o da queda de arrecadação. A Bahia tem 42 Municípios, e nós estivemos aqui com o Presidente da Câmara, com o Presidente do Senado, e a idéia, inclusive, era envolvermos as duas Comissões – a Comissão de Finanças e Tributação na Câmara e a Comissão de Assuntos Econômicos aqui no Senado – para que pudéssemos acelerar a apreciação dessas matérias, tanto a que está lá, quanto a proposta que se encontra aqui, para que, em conjunto com o Governo, possamos revolver essa questão de uma vez por todas. O IBGE traz um dado interessante, se pegarmos aqui a situação da Bahia, vamos encontrar a situação de 0,3 de Alagoinhas, para ele não subir de faixa. Mas, em compensação, tenho 42 municípios que não deixaram de subir de faixa, 42 municípios que trocaram de faixa. É diferente, ou seja, foram para baixo, reduziram a sua arrecadação, perderam absurdamente. Há municípios que saem para ponto seis, numa brutal alteração na receita dos municípios. Portanto, esse é o embate que precisamos fazer. Então, mais do que a constatação, exatamente o caminho para a solução desse problema.

Então, aí, fica mais do que um apelo, tanto ao IBGE, quanto à Secretaria do Tesouro, no sentido de que, em conjunto com as Casas, nós aprovemos aqui os projetos e façamos essa alteração. Aqui, por exemplo, eu tenho uma tabela, óbvio que Ribeirão do Largo é um município que tem uma experiência maior, ultrapassa 40% de alteração da sua população. Mas aí os outros 41 municípios têm uma situação pior, porque não é com 40% de alteração, meu caro Delcídio, é com 4%, alteração diminuta. Quer dizer, uma pequena alteração e cai de faixa. Quer dizer, eu fico fora dos 3200. Aí, portanto, com uma alteração eu não consigo de forma nenhuma. Caiu dali, basta você ter um, dois. A mínimia alteração me provoca uma máxima perda. Então, esse processo urge para darmos conta.

Por último, eu gostaria de que além dessa questão da resolução via projetos, eu gostaria de dizer ao IBGE que tenho insistido, mas insistido muito, meu caro Eduardo, para que, desde a época, inclusive da própria discussão envolvendo o censo, envolvendo a universalização de Telecomunicações, que venho insistindo por que esses organismos não utilizam os agentes comunitários de saúde. Por que que não têm essa parceria, meu caro Eduardo. O agente comunitário de saúde visita as casas todos os dias. É a partir do trabalho do censo que o Ministério da Saúde repassa os recursos do Programa de Agentes Comunitários. Se não fizer isso, não tem o repasse; se não preencher todo mês, residência por residência não tem como repassar. Então, não tem informação mais fidedigna do que essa. E aqui quero parabenizar o IBGE pelo trabalho, pelo uso de tecnologia. Mas quero dizer que é fundamental ajustar-se a esse trabalho, exatamente, algo que é um censo feito cotidianamente, e não de ano em ano, ou de 4 em 4 anos. Isso nos ajudaria a eliminar, inclusive, esse problema da disputa de fronteira. Porque se é um dado que apresento para receber um recurso da União de um programa que vai direto para o município, esse dado deveria também ser utilizado na hora

de compatibilizar as informações para exatamente a definição do censo. Essa população que é mensurada para o PAB, que é o Programa de Atenção Básica e particularmente para o PAS, e logicamente ainda há as endemias. Então se teria condição efetiva de emitir agora um censo, eu diria, agora, quase que com 100% de acerto. E esse outro dado da saúde nos daria tranquilidade para dizer que o sujeito mora do lado de cá e não do lado de lá. Ele é beneficiado, exatamente, pela residência no município, naquela localidade, até para poder gozar do atendimento, para receber todos os benefícios do Programa da Saúde da Família, esse censo é o que vale. E volto a repetir, o agente comunitário é obrigado a entregar todo o mês a relação das unidades visitadas.

Então, é isso o que queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Bem, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os meus dois xarás, o Eduardo que representa a Secretaria do Tesouro Nacional, neste momento, e o Eduardo que representa o nosso instituto de estatística, o IBGE, o nosso Presidente, queria cumprimentar o Dr. Paulo pela Confederação Nacional do Municípios; e queria, primeiro, parabenizar a oportunidade deste debate.

Acho que a CAE, ao trazer IBGE, Secretaria do Tesouro Nacional e os Municípios para um debate sobre FPM, o faz num momento absolutamente importante para o País, porque o Brasil que estamos discutindo hoje é um Brasil completamente diferente de há 30 anos, como foi mostrado pelo IBGE; as tecnologias também são completamente diferentes. Portanto, acho que podemos fazer avanços muito importantes. Tanto é que, na apresentação do IBGE, na sua última parte, ela mostra exatamente o que significa esse avanço da tecnologia, quando estamos usando plataformas tecnológicas altamente modernas e ágeis para que possamos realizar o censo. No entanto, um país com dimensão continental, como o Brasil, continua tendo desafios.

Quero parabenizar, meritoriamente, o esforço que o IBGE vem fazendo, mas gostaria de fazer aqui algumas colocações que não dependem da aprovação de nova resolução ou nova lei, mas muito mais na área de operacionalização e do cotidiano do IBGE.

No caso da Amazônia, se tem uma região brasileira que tem grandes dificuldades de acesso é a Amazônia. E a sazonalidade na Amazônia complica o acesso.

Eu posso dar como exemplo o Estado do Amazonas. Se o censo é feito no período das secas, Sr. Presidente, por mais boa vontade que o IBGE tenha, ele não vai conseguir chegar às comunidades. E posso dizer a V. Sª que, com a experiência de 30 anos na vida pública, são raras as comunidades que são efetivamente visitadas durante o período do censo no Estado do Amazonas. E acho que a colocação feita ainda há pouco pelo Senador Walter Pinheiro mostra que o IBGE poderia se utilizar da transversalidade da informação e da estatística nas regiões mais isoladas deste País. Porque o Brasil, neste momento, luta para fazer um programa que é meritório, por parte da Presidência da República e por parte da vontade da Presidenta Dilma, que é o Programa da Erradicação da Miséria Absoluta.

Ora, a erradicação da miséria absoluta, Srs. Senadores, Sr. Presidente, senhores aqui presentes, não é apenas a que diz respeito ao cidadão, porque o índice de desenvolvimento daquele cidadão não se dá apenas pela renda. Ao contrário, se não houver investimentos em melhores escolas municipais, se não houve investimentos em melhor atendimento na saúde básica, e se não houver melhor condição de logística e de infraestrutura daquele Município, nós estaremos entrando num círculo que não é virtuoso. A corrente migratória que penaliza esses Municípios, e que penaliza cada vez mais, ela acontece por duas razões básicas: ou por razões econômicas ou por razões sociais. Posso, inclusive, dizer aqui, que no caso do Estado do Amazonas havia, até a década passada, uma migração muito forte entre o campo e as áreas urbanas por causa de problema de educação. Primeiro, entre as comunidades rurais e as sedes municipais, depois entre o Município e a capital, por razões educacionais, porque, via de regra, nas comunidades você só tinha anos multisseriais de primeira à quarta série. Era uma sala de aula com um único professor que dava, Senador Suplicy, pasme, aulas de 1ª a 4ª série na mesma sala de aula, com alunos de idades diferenciadas com o mesmo professor.

Portanto, se o Brasil quer erradicar a miséria absoluta, o FPM não pode ser o compartilhamento de recursos federais olhando a população ou a regra inversa da receita das capitais. Ela precisa encontrar o equilíbrio do compartilhamento para a consecução do objetivo nacional da erradicação da miséria absoluta. E aí essa ótica, Senador Suplicy, é a ampliação como Estado brasileiro da vontade de fazer com que as desigualdades regionais diminuam. Não é justo cobrar de um aluno que estuda com essas condições em uma escola o mesmo resultado de IDEB de um aluno que estuda em outra escola. E esses índices, Sr. Presidente do IBGE são, lamentavelmente, conectados uns aos outros à estatística populacional.

Então a primeira colocação que faço a V. Sª é de que esses números do IBGE com relação às regiões

isoladas precisam encontrar atitudes que possam, no campo administrativo, equacionar essas desigualdades que é brutal e mortal para os Municípios. Podíamos usar os agentes comunitários de saúde, que são obrigatórios, mas podemos usar uma outra coisa que acontece todos os anos: o censo escolar. O censo escolar neste País mudou drasticamente e é feito todos os anos. O Brasil tem, hoje, eficientes números de censo escolar, tanto de matrícula como de evasão de escola, que usado no repasse de verba federal também.

Portanto, creio que há algumas questões que podem acontecer para melhorar aquilo que já melhorou muito – e aqui quero dizer, como matemático, como engenheiro – a evolução técnica do IBGE para as nossas estatísticas. Não o que se discutir quanto à excelência do trabalho que o IBGE faz. No entanto, há de se registrar que a tecnologia mudou, o Brasil mudou e as nossas demandas estão mudando do ponto de vista social e do ponto de vista da inclusão de políticas públicas. E o IBGE tem um papel fundamental.

Faço essa colocação e um apelo ao IBGE: que possamos encontrar um mecanismo nessa direção.

A segunda colocação que faço e peço paciência aos senhores, porque acho isso extremamente importante, Senador Walter Pinheiro, há algum tempo eu venho falando sobre isso, dizendo que o Brasil está diante de uma janela de oportunidades única, porque, hoje, a relação da pirâmide população economicamente ativa do Brasil para contribuição da previdência é uma janela de oportunidade que poucos países do mundo têm. Só que essa janela de oportunidade desaparecerá e vai se fechar. E o que o IBGE mostrou hoje aqui à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa é que se o Brasil não adotar uma política coerente e planejada, estratégica, olhando para as próximas três décadas, nós teremos um grande, grave e insolúvel problema na previdência social brasileira.

É importante e aqui fica uma sugestão à Comissão que se faça um debate e uma audiência pública usando o IBGE sobre esse tema específico e o Ministério da Previdência. Porque esta CAE tem o dever de alertar a Nação brasileira e o Governo de que nós estamos diante de uma janela de oportunidade que não se repetirá para o equilíbrio das futuras gerações e para o equilíbrio de uma conta que é fundamental na macroeconomia brasileira.

E o que apareceu na apresentação do IBGE hoje aqui é de extrema relevância. Portanto, eu quero ouvir um pouco o IBGE sobre essa colocação.

A segunda coisa que quero dizer é que me associo ao Senador Eduardo Suplicy para ouvir de se todos estão de acordo com a proposta apresentada pelo ex-Senador e hoje Governador do Acre, Tião Viana, porque creio que esse é um projeto que, se há consenso, é meritório e importante.

Gostaria de abordar, finalmente, dois últimos temas, e encerro a minha participação.

Eu queria ouvir o representante da Secretaria Nacional do Tesouro, o Dr. Eduardo, com relação à questão da desoneração fiscal dos impostos que compõem o FPM, quando da decisão do Executivo. Fui governador do Estado do Amazonas, fiz desoneração fiscal e sei que, quando fazemos uma desoneração fiscal sobre um imposto que é compartilhado, impactamos, obviamente, aqueles que compartilham esses impostos e que nem sempre recebem os benefícios macroeconômicos que aquela desoneração traz à macroeconomia nos seus próprios Municípios. Exemplo: o Município de Humaitá pouco ou nada ganha com a desoneração da indústria automotiva; No entanto, ele perde quando o IPI para carros populares foi desonerado, uma necessidade para o País, nas medidas anticíclicas econômicas, etc., com prejuízos, porém, aos Municípios.

Parece-me que cabe aqui uma discussão com relação a essas questões das desonerações sobre impostos que são compartilhados, seja do FPM, seja do ICMS, seja de outros impostos, como até mesmo o Imposto de Renda, que, no caso, compõe a bolsa de compartilhamento do FPM.

A outra questão sobre a qual eu queria ouvir é com relação ao esforço de arrecadação, porque, como o Imposto de Renda e o IPI deixaram de ter importância na arrecadação bruta do Governo Federal, no sentimento do Tesouro, eu pergunto: qual é a taxa de crescimento desse tributo *versus* o crescimento de outros tributos que não são compartilhados e que cresceram enormemente nas últimas duas décadas neste País?

Finalmente, Sr. Presidente, ouvi do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios algo que me surpreendeu enormemente na sua colocação: primeiro, que o FPM representa, nas regiões mais pobres do Brasil, como é o caso da Região Norte e da Região Nordeste, um percentual muito menor do que na região mais rica do Brasil, principalmente nos Municípios menores. Eu gostaria de ouvir um pouco mais detalhadamente sobre essa colocação, porque percebo que o FPM, efetivamente, pode ser um instrumento para diminuir a miséria neste País, do ponto de vista das políticas públicas nacionais, das políticas públicas que vão assegurar o melhor Índice de Desenvolvimento Humano. E gostaria de aprofundar um pouco mais, porque V. Sª foi bastante resumido na colocação em relação a esse item, e eu gostaria de aprofundá-lo.

Ao concluir, quero dizer que concordo com a sugestão apresentada por V. Sª com relação ao aumento do prazo de recurso, e já pedi à minha Assessoria que

procure a CCJ para que possamos nos habilitar junto ao Senador Suplicy – já estamos inclusive em contato com o Senador Eunício –, para que possamos fazer emendas, enfim, para fazer com que isso possa ter uma nova dinâmica.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância com o uso do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Estão inscritos os Senadores Flexa Ribeiro e o Deputado Júlio Cesar.

Há um apelo da parte do ex-Deputado Paulo Ziulkoski, porque ele precisaria sair, mas vai responder.

Vamos ouvir o Senador Flexa Ribeiro.

V. Exª tem a palavra; em seguida, o Deputado Júlio César.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, senhores convidados, Srs. Senadores, primeiro eu quero fazer um registro, parabenizando os autores do requerimento: V. Exª, Senador Suplicy, e o Senador Walter Pinheiro.

Acho que esse assunto é da maior importância, e nós deveríamos – o Senador Delcídio teve de se ausentar – ter feito essa audiência não como terceiro item da pauta, porque já entramos no horário de início de plenário, mas ter feito para que os Senadores todos pudessem discutir e dar as suas opiniões a respeito deste assunto que é da maior importância para a sobrevivência dos Municípios brasileiros.

Todos nós aqui dizemos que somos municipalistas, e temos que provar, numa audiência dessa importância, em que podemos defender os interesses dos Municípios brasileiros.

Faço minhas as perguntas de todos que me antecederam, até porque o Senador Eduardo Braga, com a sua vivência de governador e o seu conhecimento, foi cirurgicamente aos pontos que eu gostaria de abordar. E tenho aqui ao lado o Deputado Júlio César, que é um computador ambulante. Ainda há pouco, ele me dava informações a respeito de alguns dados do meu Estado, e eu comentava com ele alguns assuntos.

Em Altamira, no Estado do Pará, lamentavelmente, na distribuição do FPM, não entra o critério da área territorial para os Municípios. Altamira é o maior Município do mundo, três vezes maior que o Estado do Rio de Janeiro, maior que onze Estados da Federação brasileira, e aí fica penalizado em função da distribuição. Então, devem-se fazer adaptações.

Mas queria fazer ainda um questionamento, aditando aos já feitos. O Senador Eduardo Braga tocou num ponto importante. Os recursos para distribuir aos Municípios já são reduzidos em função da não participação de Estados e Municípios nas contribuições, que hoje ultrapassam, em valores de arrecadação, ao imposto de renda e ao IPI. Isso faz com que, cada vez mais, a Federação acumule recursos e não os distribua entre Estados e Municípios. Então, eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores.

Tenho um projeto que tramita com esse objetivo, mas, lamentavelmente, não caminha; o Governo não deixa caminhar. Os incentivos – eu não sou contra os incentivos, acho que eles têm que ser dados –, quando são dados de IPI ou de imposto de renda, a União, que os concede, retira dos Estados e Municípios a parte que não lhes cabe. Então, fiz um projeto para que esses incentivos sejam todos absorvidos dos 55% que cabem à União e não dos 45% que cabem à distribuição para Estados e Municípios. Isso, como disse o Deputado Júlio César, é uma questão da receita do governo, mas é importante que os brasileiros todos tenham conhecimento. Quer dizer, quando o governo federal dá um incentivo, por exemplo, para a indústria automobilística em São Paulo, o Brasil inteiro pagará por isso e, lamentavelmente, os Municípios menos favorecidos pagam mais. Essa é a forma de penalizar aqueles que mais precisam.

Outra questão é o fato de haver limitação na consideração do fator de distribuição do FPM pela renda *per capita.* Por que apenas para Municípios com mais de 142 mil habitantes é que a renda *per capita* entra no cálculo da distribuição? E aqueles que têm menos, ou seja, aqueles que teoricamente mais precisam, são penalizados por isso. Então, Senador Eduardo Braga, nós, na Amazônia, somos penalizados duas vezes: não entra o critério de extensão territorial e não entra o critério da renda *per capita*.

Aqui foi citado o exemplo de Jacareacanga. Foi o Município que mais perdeu, passou de 1,8 para 1,0. Perdeu por quê?

Senador Suplicy, ainda há pouco, tivemos aqui um debate a respeito dos Municípios com executivos do PT ou do PSDB, e depois V. Exª generalizou para os demais partidos. Quero informar a V. Exª que o prefeito de Jacareacanga é do PT. Sabe por que a população perde? Porque o prefeito de Jacareacanga deveria pegar a chave, se existisse, do Município e entregá-la à Presidente Dilma. Colocar ela para administrar o Município, porque o Município de Jacareacanga não pode ter energia firme. O Estado do Pará é exportador de energia. Não tem como fazer chegar em Jacareacanga a energia de Tucuruí. Dentro de pouco tempo, serão dois Municípios, no Estado do Pará, que não terão energia de Tucuruí: Jacareacanga e Aveiro. Por quê? Porque são Municípios em que suas áreas ou

são reservas indígenas ou ambientais. Não tem como passar o linhão por lá. Há projetos em Jacareacanga que o IBAMA não aprova. E a população, que na sua maioria é de etnia indígena, eles estão saindo porque não tem como sobreviver. O Município, cada vez mais, está com a sua população diminuída. Por isso é que há a redução do índice na distribuição. E o Dr. Paulo tem toda razão. Na hora em que diminui a participação do FPM, a prefeitura não pode diminuir o número de funcionários porque eles são concursados, não podem ser demitidos.

Perguntaria sobre essa questão. E quero só lembrar ao Senador Eduardo Braga que até 2012 o STF definiu que vai manter a aplicação do índices de distribuição dos fundos de participação dos Municípios e dos Estados. A partir daí, se o Congresso não regulamentar essa distribuição o STF vai fazer. Lembro também, Senador Eduardo Braga, que no critério atual 85% do FPE são distribuídos para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E apenas 15% para o Sul e Sudeste. Se nós não fizermos como as bancadas da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, independente de questão partidária ou de ideologia, se não defendermos a extensão desse tratamento para os desiguais, vamos ser atropelados, vamos perder e deixar os Estados dessa região em sofrimento maior do que já se encontram hoje. Ou seja, o pires terá que ser bem maior para ficar de joelhos junto ao Executivo da União, seja ele de que partido for. Já não é de agora que estão pendentes do atendimento com relação a recursos necessários para administrar esses Estados e Municípios.

Eu tinha outros questionamentos aqui a serem feitos. Por exemplo, já foi perguntado, aqui, sobre o projeto do Senador Tião Viana, que altera a distribuição do FPM. Ao invés de ser por número de habitantes, por cálculo estatístico, por meio de uma curva. Vi aqui, Dr. Eduardo, que no meu Estado o Município de Goianésia do Pará deixou de mudar de coeficiente em função de 128 habitantes. Aí tenho que concordar com relação às dificuldades da nossa Amazônia. Não há como acreditar, e quero louvar o trabalho do IBGE, que o IBGE não tenha falhado (entre aspas) de encontrar esses 128 paraenses no Município de Goianésia para mudar de categoria. Inclusive, quando se chega na região Amazônica, nesses Municípios mais pobres, mais afastados, como por exemplo, no caso de Altamira você tem distrito que fica a 1.100 quilômetros da sede do Município. Quando se chega nessas regiões mais afastadas, onde a densidade populacional fica muito rarefeita, temos uma casa na beira de um rio e, a segunda está a 10 quilômetros de distância. Não acredito que o IBGE tenha essa segurança de dizer: garantimos que não faltaram esses 128 habitantes para que Goianésia do Pará mudasse de categoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Vamos agora ao Deputado Júlio Cesar, o último inscrito.

O SR. JÚLIO CESAR (DEM – PI) – Obrigado, Presidente Senador Eduardo Suplicy. Meus cumprimentos ao Presidente do IBGE, ao representante do Tesouro e ao nosso querido Paulo Ziulkosky, que trouxeram muita informação a esta audiência pública.

Caro Presidente do IBGE, acompanho com muito interesse os dados. Não tem um só dia que eu não navegue no *site* do IBGE. Gosto muito de comparar as coisas atuais com as passadas. Antigamente, a taxa de crescimento era pela baixa renda: quanto mais pobre, mais crescia no Brasil. Hoje é base econômica. E o senhor deu o exemplo aqui dos que mais cresceram. Foram Brasília, Manaus e aqueles Municípios que têm petróleo lá no Rio de Janeiro: Macaé, Rio das Ostras, Quissamã, Cabo Frio, Campos. São Municípios atípicos do Brasil. Uns crescem com base econômica, porque tem base econômica, como os de São Paulo, Mato Grosso; outros, por privilégio. Lá foi por privilégio.

Outro exemplo foi Brasília, cresceu 2.28. É o excesso de privilégio que o Governo Federal dá a Brasília, tem um fundo constitucional de R$ 8 bilhões para pagar segurança pública, educação, saúde, ativo, inativo e mais, fora do fundo, ainda paga o Ministério Público e o Poder Judiciário. Dez bilhões a União paga para manter Brasília funcionando, quando Brasília tem dupla competência tributária: de Estados e de Municípios.

A terceira é Manaus, permita aqui o Senador, pelo excesso também de privilégios da renúncia fiscal, que só este ano, dá R$17,6 bilhões.

Então, porque cresce um e não cresce o outro? Por excesso de privilégios. Combato muito esse privilégio lá do *royalty* do petróleo no Rio de Janeiro. Vamos trabalhar para derrubar aqui com o Paulo e todas as associações esse veto. Se não conseguirmos, já temos substitutivo pronto para acabar com esse privilégio.

O segundo assunto, Presidente do IBGE, é em relação ao Projeto do Senador Viana, o 184. Fizeram projeção, mas só do fundo de participação do interior. Não está incluído o fundo de reserva. E aqui nos temos dois Municípios, citados inclusive como exemplos do Dr. Eduardo, que tem142.160, faltam 473 para chegar a 142.633 e participar do fundo de reserva, que é o segundo fundo de participação, que é maior do que aquele distribuído pelo critério do interior, principalmente em relação aos Municípios do Nordeste, que tem baixa renda *per capita*. O segundo é Linhares,

que tem 141. Está faltando mil e poucos. Precisamos ajustar também para a proximidade desses Municípios em relação também ao fundo de reserva. No geral, o Projeto é perfeito. Eu aprovo. Já fiz todas as simulações, vai corrigir muitas distorções e vai dar tranquilidade ao IBGE nos embates judiciais que sempre ocorrem depois de uma estimativa ou de uma contagem da população.

Em relação ao representante do Tesouro, ele falou que cresceu 29.9. É verdade, eu tenho aqui os seus números. Mas, quando cresce para os Municípios, cresce também para a União. A base é a mesma e tudo é relativo, então, nada de novo.

O que existe em relação ao Tesouro, Sr. Presidente da CAE, é que não compartilham 100% os recursos. Sou da Comissão de Finanças e Tributação. Nesses dois últimos anos, Sr. Presidente, já mostramos que foram pagos pelo nosso trabalho lá mais de R$5 bilhões a Estados e a Municípios. E onde estava o dinheiro? Nos depósitos judiciais – ninguém sabia que lá havia IPI e Imposto de Renda – e também no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), no Refis da Crise, Refis 1, 2, 3 e 4, e nos refinanciamentos administrativos. Isso nem é culpa do Tesouro. A culpa maior é da Receita, que não classificava.

O que eles fizeram depois de muita luta? O Paulo conhece o nosso trabalho. Editaram a Portaria nº 232, de 20 de maio de 2009, atribuindo um percentual estimado do IPI e do Imposto de Renda que oscila entre 26% a 32% do total da receita da União, excluindo a previdência, quando, na realidade, o percentual é de 46% a 47%. Queremos essa diferença, como também queremos a diferença dos parcelamentos da Medida Provisória nº 470 e dos depósitos judiciais. Fazendo isso, vamos agregar, se houver ainda o Refis da Crise... Já pagaram mais de R$14 bilhões estimados, classificados. Na hora em que se fizer o definitivo, haverá muito dinheiro para ser distribuído a todos os Estados e a todos os Municípios no Brasil. Um por cento foi aprovado aqui, no Senado, mas quem desmembrou na Câmara fomos nós. Inclusive, na Câmara, a reforma não andou, e nós separamos, e isso foi aprovado.

O Dr. Paulo Ziulkoski falou sobre a diferença entre o maior e o menor em termos *per capita* de FPM no Brasil: o maior é de R$1.814,00; o menor, de R$98,00. É o problema das faixas. E o critério para o FPM só vai até 156.216 habitantes. Por exemplo, em Guarulhos, onde há 1,250 milhão de habitantes, só conta FPM até 150 mil. Por isso, o FPM cai, na medida em que o Município está numa região rica ou numa região pobre. Se o Município está numa região pobre, há inversão da renda *per capita* e do fundo de reserva, e ele sobe; se a região é rica, ele cai. Então, são critérios que contribuem para aumentar e para diminuir esse índice.

Sr. Presidente, finalmente, quero dizer que apresentei o projeto de lei complementar tão logo o Supremo – é bom que o Senador Flexa tenha conhecimento disto – declarou inconstitucional o art. 2º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 62, de 1989, que congelou, desde 1991, os coeficientes. Havia parâmetro para esses coeficientes, que ficaram congelados, por uma Adin requerida por Goiás, por Mato Grosso, por Mato Grosso do Sul e pelo Rio Grande do Sul. Apresentamos um projeto para descongelá-los, para que eles fossem aprovados, atendendo à determinação do Supremo. É o Projeto de Lei nº 565, de 2009, da Câmara, que prevê a distribuição não pela população com o inverso da renda *per capita*, mas exclusivamente pelo inverso da renda *per capita*, porque, fazendo isso, vamos colocar a população duas vezes: no inverso da renda *per capita* e na própria população.

Eram essas as considerações que eu tinha a fazer. Quero dizer que estou muito feliz com o resultado do Senso, que nos está dando uma lição muito grande, para aprimorarmos nossos conhecimentos, e com a palestra do Dr. Eduardo.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, a atenção de ter concedido a palavra a um Deputado que não é membro desta Comissão. Sou membro da Comissão da outra Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Deputado Júlio Cesar nos brindou com um conhecimento de profundidade. Eu até gostaria... O senhor deixou de falar de uma coisa que imaginei que o senhor fosse falar, porque, dos diversos exemplos, o senhor não chegou a citar o seu Estado, o Piauí. Se quiser fazê-lo, eu lhe dou um tempo a mais...

O SR. JÚLIO CÉSAR (DEM – PI) – Com relação ao Piauí, Sr. Presidente, o efeito da inversão da renda per capita e em função da menor renda per capita do Brasil, será, se aprovado nosso projeto, um grande beneficiário. Os fundos de participação dos estados e dos municípios, mas principalmente o dos estados tem um efeito redistribuidor e compensador de renda. Dá muito mais para quem é mais pobre e muito menos para quem é mais rico. Por isso que o seu poderoso Estado de São Paulo, que detém mais de 1/3 do PIB do Brasil e da economia brasileira, recebe apenas 1% permitindo assim que o Piauí recebesse 4,32% e o Estado do Pará, aqui do nosso Senador, 6,10%.

O SR, PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Deputado Júlio César.

Vou agora inverter a ordem e começar pelo Sr. Paulo Ziulkosky, Presidente da Confederação Nacional do Municípios. Em seguida, o Sr. Eduardo Coutinho Guerra e, então, o Sr. Eduardo Pereira Nunes.

Sr. Paulo Ziulkosky, V. Sª tem a palavra.

O SR. PAULO ZIULKOSKY – Mais uma vez, rapidamente, obrigado pelo deferência, pela compreensão. Nós temos agora um depoimento que já se iniciou na Comissão de Meio Ambiente da Câmara federal. Então vou ser bem objetivo novamente. O primeiro Senador que nos questionou foi o Senador Eduardo Suplicy, que estava em plenário, se as três representações concordariam com o projeto Tião Viana. Eu diria que, a princípio, nós estamos vendo com bons olhos e achamos que é um projeto que vem na direção que todos buscam que é a da solução de melhor distribuição do FPM. Mas não estamos aqui, já de plano, concordando com o projeto. Nos vamos fazer as simulações necessárias, vamos discutir com os prefeitos para construir toda essa realidade e apoiar com mais eficácia esse projeto. Concordamos que ele ande no Senado, que a Comissão de Constituição e Justiça possa apreciá-lo, tem o nosso aval para dar andamento nessa direção.

O Senador Walter Pinheiro também coloca a solução para os Municípios perdedores, que é o projeto que está lá na Câmara, que é o projeto que foi emendado no 141 aqui do Senado. Esperamos que os senhores possam nos ajudar a construir a solução lá na Câmara.

Senador Eduardo Braga, sobre a sua colocação em relação à região norte comparada com as demais, apenas para esclarecer, Senador, que é o contrário, talvez, da forma como o senhor entendeu ou talvez nós não tenhamos nos colocado da forma mais transparente, não no sentido de esconder, mas no sentido de se fazer entender melhor. Quando o senhor pega o Sudeste, 582 Municípios que compõem os Estados do Sudeste, 36% deles tem a maior arrecadação no FPM. No Norte, dos 407 Municípios que tem o Norte, 81 tão-somente tem dependência acima de 50% do FPM, portanto eles estão em uma situação melhor. O que nos surpreendeu é porque dessa realidade: talvez por arrecadação própria, alguma outra forma de transferência. Até porque os Estados têm um percentual; o FPM não é distribuído direto para o Município. Cada Estado tem um percentual do bolo nacional que, depois, é internalizado e distribuído para os Municípios.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Dr. Paulo, apenas para contribuir com o debate, e sei que estamos no adiantado da hora. Essa avaliação é superficial. Nós gostaríamos de poder aprofundar essa questão com a Confederação Nacional dos Municípios, porque o que acontece é que, em Estados onde há uma grande arrecadação de ICMS, que não acontece naquele Município, pela partilha do ICMS, ele acaba penalizando os outros Municípios no FPM.

Portanto, essa é uma questão que precisa ser aprofundada para não haver uma avaliação tangencial de uma questão que é tão importante para os Municípios.

O SR. PAULO ZIULKOSKY – Pode contar com a Confederação. Nós vamos aprofundar esses estudos imediatamente e vamos entrar em contato com o senhor para dirimir a questão aqui suscitada.

E, Senador Flexa Ribeiro, pelo que sei o que está sendo discutido lá – e me socorro do Deputado Júlio César se não for isso – nós vamos rediscutir os critérios do FPE e não do FPM. Não foi dito que seria dos dois fundos. É só do FPE.

Então, respondendo a essas perguntas, acredito que a mim dirigidas, mais especificamente, diria que saímos satisfeitos com o debate. Vamos procurar avaliar tudo o que foi colocado aqui e, como disse, estamos à disposição.

Eu faria um apelo ao Senador Suplicy e aos demais Senadores que procurem, não é Deputado Júlio César, dentro do possível o Presidente do Senado, que é o Presidente do Congresso, para que S. Exª coloque em apreciação o veto dos *royalties*, porque já se passaram 6 meses do veto e, até hoje, ainda não entrou em votação. E o art. 66 da Constituição, se não me falha a memória, é claro. O veto tem que ser apreciado 30 dias após o seu recebimento e a sua leitura. E essa é uma questão crucial. Acho que temos realmente que atacar; a Câmara e o Senado já votaram por ampla maioria se posicionando na redistribuição dos *royalties* e nós vamos atuar mais. Estamos esperando, o Senador Sarney nos deu a palavra, durante a marcha, que logo em seguida, alguns dias, foi o termo que ele usou, seria viabilizada a apreciação do veto dos royalties. Então, se puder, embora não atinente ao FPM, mas é um assunto que vamos trabalhar forte para que seja apreciado.

Quero agradecer a deferência e pedir permissão porque vou ter que me retirar.

Muito obrigado pela oportunidade em nome da Confederação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado pelos esclarecimentos, Presidente da Confederação dos Municípios Sr. Paulo Ziulkoski. E boa sorte em sua audiência.

Passo a palavra ao Sr. Eduardo Coutinho Guerra, Subsecretário de Relações Econômicas da Secretaria do Tesouro.

O SR. EDUARDO COUTINHO GUERRA – Muito obrigado, Senador.

Em relação ao Projeto do Senador Tião Viana, eu manifestei a posição de que o projeto tem a direção que se espera de maneira a minimizar, a mitigar os efeitos das mudanças nos coeficientes do Fundo de Participação. Então, existe uma posição favorável em relação ao mérito, à característica do projeto.

Não tenho aqui uma avaliação ou uma posição formal, definitiva do Ministério da Fazenda a respeito, sobretudo em aspectos relacionados a riscos judiciais ou do ponto de vista operacional. Mas, dada a relevância, a importância do projeto, vamos buscar essa posição, vamos verificar a posição, se há algo a contribuir com o projeto ou se já tem condições de ter a aprovação.

Em relação às outras ponderações ou questionamentos que foram feitos, acho que é importante registrar que o papel da Secretaria de Tesouro Nacional, primeiro, é buscar fornecer a melhor qualidade de informação aos municípios relacionados ao comportamento do Fundo de Participação e das receitas que compõem o Fundo, e que a intenção, de fato, caminha na mesma direção, de se obter sempre o melhor desempenho na arrecadação dessas receitas, de se buscar o meio de maior agilidade na classificação de receitas, enfim, na recuperação dos créditos relacionados a esses impostos.

Naturalmente, o papel da Receita Federal é muito mais relevante em relação a isso, sobretudo, questões que possam estar relacionadas ao comportamento, estimativas das demais contribuições. Eu sugeriria, se fosse o caso, realizar uma audiência específica, uma discussão específica com a participação da Receita Federal; acho que teria um resultado melhor. As questões colocadas são todas legítimas, relevantes, relacionadas à discussão da Federação como um todo, repartição de receitas, obrigações, políticas públicas de redução de desigualdades. Então, são todas questões importantes, legítimas que, naturalmente, devem ter continuidade aqui no Congresso, no Senado Federal. E acho que envolve aí aspectos importantes que, também, indiretamente afetam a própria atuação do Governo Federal em suas políticas direcionadas aos próprios municípios. Então, gostaria de dizer que são temas que devem ter continuidade. Não temos nenhuma discordância em relação à legitimidade, enfim, ao papel do Senado, da Câmara, dos Municípios nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado Sr. Eduardo Coutinho Guerra, Subsecretário de Relações Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, pelas informações.

Passo a palavra agora ao Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE. Antes, porém, quero fazer um agradecimento especial, pois solicitei que V. Sª pudesse transmitir-me e ao Prefeito de Santo Antônio do Pinhal, os dados característicos levantados pelo Censo 2010, que V. Sª me entregou, em função de ser um Município que, pela primeira vez no Brasil, aprova um projeto para instituir uma renda básica de cidadania para todos os seus – segundo censo do IBGE – 6.470 habitantes. Quero muito agradecer a sua atenção.

Então, tem a palavra o Sr. Eduardo Pereira Nunes.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Em primeiro lugar, agradecer as palavras do Senador e informar a todos que todos os dados publicados pelo IBGE estão disponíveis no nosso *site* gratuitamente, com um nível de detalhe por cada um dos Municípios brasileiros. Então, já há uma massa de informações, tais como essas aqui apresentadas, que permitem a cada um analisar o seu Estado, ou o seu próprio Município.

Começo comentando a pergunta feita pelos Srs. Senadores, a começar pelo Senador Suplicy, sobre a avaliação do projeto do Senador Tião Viana.

Eu, pessoalmente, acho que não somente para os Municípios esse projeto pode trazer uma grande contribuição – é claro que, como disse o Deputado Júlio César, precisa ser aperfeiçoado, tem alguns aspectos que precisam ser considerados, inclusive quando trata dos Municípios dos Fundos de Reserva, não apenas do interior. Porque tem o limite dos 143 mil habitantes para lá ou para cá. Isso gera, realmente, uma expectativa muito grande, principalmente quando há uma queda de população no Município, o que faz com que o Município perca todo o Fundo de Reserva. Isso aconteceu no seu Estado, no Município de Parnaíba, que por queda da população perdeu o direito ao Fundo de Reserva e ficou só com a cota do interior. Isso representa, no caso daquele Município, uma perde de 33% da arrecadação mensal, realmente por conta de 2 mil habitantes, numa população de 143 mil. Aí, eu já respondo ao Senador Flexa Ribeiro. O Senhor diz: "Duvido que o IBGE tenha chegado lá para encontrar os 28 que faltaram." Não, o IBGE chegou aos 190 .755.799! Mas não bastou para o Senhor, pois faltavam 28. Se eu dissesse que a população do Brasil era de 28 habitantes, o Senhor iria ficar satisfeito? Também não, porque os outros 5.564 Municípios iriam reclamar.

Então, tem que olhar o trabalho do IBGE sob a perspectiva do que ele oferece à sociedade brasileira para tomar todas as suas decisões. É claro que tomar todas as decisões, conhecer toda a realidade pode

não trazer a perfeição. O IBGE não tem a pretensão que o seu trabalho é perfeito. Agora, aquilo que o IBGE pode gerar alguma dúvida – inclusive neste censo nós fizemos uma coisa muito nobre. Um ano e meio antes de começar o censo, nós criamos, em todos os Municípios brasileiros, sem exceção, uma comissão para discutir com as representações locais a cartografia, que é o que o Senador Pinheiro comentou sobre o caso da Bahia, por isso que o Município da Bahia perdeu o FPM, mesmo em termos nominais. Não foi porque perdeu a população do Município, é porque o mapa dos limites municipais da Bahia, no ano de 2010, foi alterado, e o Município em questão teve uma parte do seu território transferido para o Município vizinho. O IBGE segue a lei. Seguindo a lei, aquele Município caiu na sua própria população.

Então, nós sempre trabalhamos discutindo com as prefeituras. E aí aproveitando o comentário também do Senador Eduardo Braga, com melhorar daqui para frente até para estimar populações em todos os Municípios e aí com um detalhe: no censo 2010 nós contratamos 191 mil recenseadores. Como é que nós vamos fazer em 2011/2012/2013? Nós não vamos mais 191 mil e não serão os funcionários dos programas de Saúde da Família que vão substituir no ano do censo esse trabalho, porque eu tenho 191 mil pessoas treinadas com a mesma metodologia, e mais, a lei do serviço público impõe que a contratação seja mediante processo seletivo. Então, eu tenho que fazer um concurso público para contratar os 191 mil recenseadores. Eu não posso pegar de cada Município quem tem traz para cá e o que sobrar faz o concurso. Então, o processo de treinamento foi extremamente avançado, garantiu a qualidade e a homogeneidade do trabalho, em que pesem as dificuldades, inclusive sazonais que o Senador Eduardo Braga citou no caso do Estado do Amazonas.

Mas nós também abrimos exceção. Inclusive no Amazonas e Roraima, eu posso assegurar ao senhor que jamais foi feito tanto esforço para mensurar a população indígena no Brasil como foi feito no censo de 2010. Inclusive a tribo Ianomâmi, exatamente como o senhor citou, porque estava no período de seca e durante a seca eles entram num processo religioso próprio em que ficam aguardando o período das cheias, das chuvas, para receberem pessoas de fora da aldeia para conversar sobre qualquer assunto, inclusive sobre o censo.

Então, o censo, que no Brasil inteiro começou no dia 1º de agosto, nessa região do Amazonas e de Roraima, começou no início de outubro, quase no final do resto do Brasil a gente estava começando o censo em vários Municípios do Amazonas, inclusive São Gabriel da Cachoeira. O senhor pode olhar os dados de São Gabriel da Cachoeira em 29 de novembro, que foi o dado publicado pelo TCU e os dados de hoje. Eles são diferentes, de hoje para mais. Por quê? Porque mesmo encerrado o prazo, era uma questão de honra para o IBGE levar até o final o recenseamento naqueles Municípios, inclusive São Gabriel da Cachoeira, que não terminou em 31 de outubro, terminou no início de dezembro. Começamos tarde e terminamos tarde.

Então, para aqueles casos excepcionais, nós fomos até onde pudemos. No caso do Pará, tivemos missões durante o censo que passaram 28 dias pelo interior do Estado, fazendo levantamento do censo até voltarem para o IBGE. E como eles saíram? Saíram num barco grande, com várias voadeiras, inclusive bicicletas. Então, o barco grande ia até onde era possível; não dava para entrar no igarapé, descia um recenseador, pegava uma voadeira, entrava pelo igarapé, ia de casa em casa, fazendo o trabalho. Voltava e o barco continuava subindo com o cozinheiro, com comida, com tudo aquilo e voltava para recolher aquelas pessoas, 15 a 20 dias depois.

Então, o trabalho foi no sentido de cobrir tudo. É claro que uma ou outra pessoa pode ter ficado de fora, mas não é apenas nesse Município que faltaram 28 pessoas. Pode ter faltado em Brasília, em São Paulo, em qualquer lugar. Agora, se esse projeto do Senador Tião Viana já estivesse em vigor, certamente as 28 pessoas que faltariam no Município de Humaitá, de Alagoinhas ou tantos outros, não fariam a menor diferença. Não que essas pessoas não sejam importantes, mas não têm peso na arrecadação. Isso para o IBGE é fundamental, porque tiram de lado os pequenos problemas que não são problemas, mas são conflitos, porque geram redução de arrecadação do prefeito. Nós entendemos, nós recebemos todos os prefeitos, nós tivemos reuniões com 75 mil pessoas durante todo o período do censo para ouvir de cada um território, população, processo de trabalho e reclamação. E explicamos a todos eles, inclusive com atas que estão todas na nossa página na Internet.

E agora, como faremos daqui para frente? Queremos tornar permanente esse grupo de trabalho com as prefeituras. Inclusive o Senador Suplicy me fez a pergunta de qual é a estimativa de população para 2011 e eu respondi ao Senador por escrito: ainda não temos porque queremos para esses Municípios complicados discutir com as prefeituras como vai ser o método de trabalho para chegar à população de 2008, antes do prazo de vinte dias, que nós também reconhecemos.

Então, o senhor disse: "Estamos dispostos a estender o prazo de vinte dias." Não adianta. Sabe por quê? Porque o TCU também precisa de prazo para ouvir os reclamantes, e, em 31 de dezembro, tem de terminar para valer, para o primeiro dia de janeiro do ano seguinte.

Então, o que o IBGE tem de fazer – e nós estamos fazendo – não é prolongar o prazo de vinte dias, mas antecipar o prazo de discussão. Em 31 de agosto tem de publicar no Diário Oficial para a população, de cada Município. Mas quero, ao longo dos meses de julho e de agosto, Município a Município - não começando pelos cinco mil, mas pelos mais complicados –, explicar a eles o que estamos fazendo para estimar a população em cada um deles.

E o que vai faltar para atualizar em todos os anos?

O Programa Saúde da Família é muito útil – e o senhor mencionou -, pelo fato de que eles visitam casa a casa. Eles visitam casa a casa e cadastram as pessoas para o IBGE, mas não é fundamental o número de pessoas, porque, muitas vezes – e o senhor bem sabe disso -, se nesse Município a atenção à saúde é melhor do que no Município vizinho, o primo, o amigo vão dizer que moram ali, e, na verdade, estarão sendo contados duas vezes; eles vão pagar IPTU em um lugar, e vão estar no programa de saúde do outro lugar. Então, o que nos interessa é o domicílio, porque não há dúvidas quanto ao domicílio. O senhor pode dizer: será que foram encontradas essas 28 pessoas? Talvez não tenham encontrado, mas a casa é visível para todos nós. Se existe a casa no Programa Saúde da Família, há também no IBGE. O Município contestou um ano a contagem de população do IBGE. Só que, nas publicações, nos documentos oficiais do Município de Teresina, o Município tem um cadastro de 175 mil domicílios. O IBGE recenseou 225 mil domicílios. Então, o senhor acha que, se nós encontramos 50 mil domicílios a mais, vamos encontrar 100 mil habitantes a menos, como foi a reclamação da Prefeitura de Teresina? Claro que não.

Então, nós estamos trabalhando nessa direção, do diálogo, e temos que trazer, daqui para a frente... E essa proposta de uso do Programa Saúde da Família nós inclusive estamos fazendo com a Confederação Nacional do Municípios, para assinarmos convênios de cooperação, onde nós cedemos os nossos equipamentos, que são os PDAs do Censo, montamos o *software* para o Programa Saúde da Família atualizar a lista de domicílios na classificação que adotamos. Em troca, o Município, depois de usar esse serviço, informa ao IBGE todos os domicílios novos. Se o Programa Saúde da Família encontrar domicílio novo, o IBGE retorna lá; se confirmar, inclui no nosso programa de estimativa populacional, porque população diz respeito a território, domicílio e população. População é a última etapa. No tocante a território, o Senador Pinheiro mencionou os problemas legais de mudança de território nos Estados: Amazonas, Maranhão, Bahia, Mato Grosso, Pará, Piauí, todos eles estão rediscutindo limites. E o IBGE tem de acompanhar, porque o território é um só; a redivisão é que vai ser diferente; foi o que provocou a queda de população nesse e em outros tantos Municípios da Bahia.

Quanto aos Municípios do Pará que o senhor mencionou e sobre os quais o Senador Suplicy também perguntou, que tiveram queda nominal de receita, isso tem a ver com o que o senhor mencionou, sim, mas não apenas isso, infelizmente, porque eu vou... E eu perguntei isso ao Senador Suplicy, como também havia dito ao Senador Delcídio: para o senhor, que lida muito melhor do que eu nesse meio, com relação a um Município com 40 mil habitantes, como era sua população, o senhor acha que esse Município pode ter tido o seu prefeito eleito com 1.906 votos? São 7 mil eleitores, para 40 mil habitantes; quem são os outros? São crianças? Crianças só são 2 mil, como o senhor também mencionou, pelas estatísticas do Inep. Vejam no *site* do Inep: só há duas mil crianças matriculadas na escola. Então, 2 mil são crianças; 7 mil são eleitores; onde vou encontrar as outras 33 mil pessoas daquele Município? Elas não existem. Então, não há uma queda de população; há um cálculo muito mais realista dessa população. Esse Município está pagando um preço muito caro, e o IBGE tem que assumir. Essa é a verdade concreta. Se existe um problema, temos que enfrentá-lo.

O caso da Bahia não tem a ver com o que estou mencionando para o senhor, o de Jacareacanga. O senhor fala no caso de haver reserva indígena, reserva ambiental. Havendo reserva indígena, reserva ambiental, isso faz com que a população não possa continuar ali e prejudica a receita do Município. Não é o caso de Jacareacanga; não é o caso da Bahia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Dr. Eduardo, só um esclarecimento. V. Exª tem toda razão. Havia uma estimativa aumentada da população, mas foi o próprio IBGE que fez essa estimativa.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Sim. Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Houve, então, um engano no passado que está sendo corrigido agora?

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Está sendo corrigido agora. E é por isso que estou dizendo para o

senhor que essas informações foram dadas às prefeituras antes de serem publicadas no *Diário Oficial*. O prefeito do Município sabia, contestou e quis impedir que nós fizéssemos o censo lá. E nós fomos até o fim, com a ajuda da Funai e da Funasa. Fomos a todos os lugares, mas tivemos que enfrentar muitas dificuldades.

Digo aqui publicamente, e só digo em público, não digo em privado. Digo em público que lá houve uma dificuldade imensa que nós tivemos que enfrentar. Foi ali que nós tivemos as maiores dificuldades. Não foi encontrar população em lugar remoto, não foi entrar em favela, não foi entrar em condomínio de luxo, nada disso. Foi ali onde nós tivemos dificuldades. Tivemos que socorrer os nossos recenseadores para terminarem o seu trabalho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Suplicy poderia ajudar na próxima vez.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu me disponho, mas acho muito importante esse esclarecimento.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Agora, só para terminar, Senador, o Deputado Júlio César fez a pergunta, e o Senador Flexa Ribeiro também, por que também não usar a renda *per capita* no cálculo da distribuição do Fundo de Participação dos Municípios. Aí são os legisladores que definem.

O SR. JÚLIO CÉSAR (DEM – PI) – Não, eu falei em relação ao FPE.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Ao FPE já é.

O SR. JÚLIO CÉSAR (DEM – PI) – Já é, mas caiu aquele dispositivo, e eu coloquei agora somente a renda *per capita*. Não coloquei o fator de população.

O SR. EDUARDO PEREIRA NUNES – Então, já mudou o critério tirando a população. O senhor, na verdade, colocando a renda *per capita*, dá a ideia da redistribuição de fato, e a população dá a ideia de magnitude, como, por exemplo, o Estado de São Paulo ou o Município da capital que tem 11 milhões de habitantes. Então, se não houver esse critério, vai receber até menos.

Eram esses os comentários que eu gostaria de fazer. Agradeço muito esta oportunidade, não só de apresentar os resultados do censo, mas também de ter oportunidade de discutir o projeto do Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE.

Nada mais havendo a tratar, agradecemos muito a presença de todos que acompanharam a reunião até agora e, sobretudo, aos nossos convidados, Eduardo Pereira Nunes, Eduardo Coutinho Guerra e Paulo Ziulkoski. Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 10 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE, 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 – CMACOPOLIM E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR; DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14h00.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia sete de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi e Benedito de Lira**,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI; Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM; e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vital Do Rêgo, Waldemir Moka e Walter Pinheiro.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidente comunica que em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deliberou, por meio do Requerimento nº 13/2011-CDR, por participar, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção e da organização do projeto "II Fóruns Legislativos nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – O Poder Legislativo Fazendo

Parte do Time da Copa de 2014". Até o presente momento, foram realizadas visitas nas cidades de Fortaleza, Recife, Curitiba e Belo Horizonte. A 5ª visita será em Manaus – AM, na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, com abertura pela manhã, almoço e visita técnica ao Estádio Vivaldo Lima ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011-CI, nº 16, de 2011-CAE, nº 26, de 2011-CMA e nºs 15 e 16, de 2011-CDR, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá e João Pedro, e Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita, com o objetivo de debater a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país. Comparecem para a audiência pública os seguintes convidados: Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República; Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. A Presidente concede a palavra aos Convidados. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores **Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Valdir Raupp** e **Francisco Dornelles**. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, o Senador Ricardo Ferraço assume a Presidência da Comissão. Às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, a Senadora Lúcia Vânia reassume a Presidência da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. Senadora **LÚCIA VÂNIA,** Presidente da CI, Senador **DELCÍDIO DO AMARAL,** Presidente da CAE, Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente da CMA, Senador **BLAIRO MAGGI,** Presidente da CMACOPOLIM, Senador **BENEDITO DE LIRA,** Presidente da CDR.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura; a 22ª da Comissão de Assuntos Econômicos; a 18ª da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; a 11ª da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; e a 13ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores dessas Comissões e Subcomissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A audiência pública que ora se inicia é a uma iniciativa conjunta de quatro Comissões e de uma Subcomissão permanente do Senado Federal: da Comissão de Serviços de Infraestrutura; da Comissão de Assuntos Econômicos; da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

A realização da presente audiência é resultado da aprovação dos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011, da Comissão de Infraestrutura; nº 16, de 2011, da CAE; nº 26, de 2011, da CMA; e nºs 15 e 16, de 2011, da CDR, de nossa autoria e dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Pedro, Vanessa Grazziotin e Ana Rita, com o propósito de debater a situação do tráfego aéreo no Brasil, as condições atuais de infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e, por fim, as implicações de todos esses aspectos para os eventos esportivos de relevância internacional que o Brasil sediará nos próximos anos: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Contamos com a presença dos seguintes convidados: Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil; Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Agradeço desde já a inestimável participação dos senhores nesta audiência pública.

Reunir as três principais autoridades brasileiras em aviação civil nesta audiência pública representa uma oportunidade ímpar para o Senado Federal de colher,

em primeira mão, informações atualizadas, relevantes e oficiais sobre as providências que o Poder Público vem tomando e que pretende adotar para aprimorar a infraestrutura aeroportuária brasileira.

No dia 26 de abril deste ano, realizamos, na Comissão de Infraestrutura, uma audiência pública sobre o mesmo tema de que tratamos hoje. Naquela ocasião, porém, os convidados apresentaram quadro extremamente preocupante sobre o presente e o futuro da infraestrutura aeroportuária brasileira, sobretudo no que diz respeito às possibilidades de colapso do setor no curtíssimo prazo, antes mesmo dos eventos internacionais que sediaremos em 2014 e em 2016.

Assim, os depoimentos das três autoridades que recebemos hoje em muito enriquecerão o panorama que estamos formando no Senado Federal a respeito da situação da aviação civil no País. Temos a oportunidade de ponderar acerca dos prognósticos dos estudos já debatidos da reunião do dia 26 de abril com relação aos dados e às informações que nos serão apresentados pelos ilustres convidados de hoje.

Esperamos que esta audiência pública permita-nos uma visão mais cristalina da questão, na medida em que os senhores convidados de hoje terão a oportunidade de apresentar-nos propostas concretas para evitar o caos que ameaça a aviação civil brasileira.

Contamos com a presença do Presidente da CDR, Senador Benedito de Lira, a quem convidamos para fazer parte da Mesa.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero comunicar a V. Exª que fico muito à vontade aqui. Faça de conta que estou à Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sinta-se como se V. Exª estivesse na Mesa.

Comunicados e convites: em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deliberou, por meio do Requerimento nº 13, de 2011, por participar em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção da organização do II Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. É o Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014.

Até o presente momento, foram realizadas as seguintes visitas: 18 de abril, em Fortaleza; 9 de maio, em Recife; 16 de maio, em Curitiba; 6 de junho, em Belo Horizonte. A quinta cidade a ser visitada será Manaus, Amazonas, no dia 13 de junho próximo, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, localizada na Avenida Mário Ypiranga Monteiro, Edifício Deputado José de Jesus Lins de Albuquerque nº 3.950.

A Secretaria da CDR está providenciando o envio de convites a todos os Srs. Senadores.

A estrutura da visita será: na abertura, pela manhã, teremos um espaço para manifestação das maiores autoridades presentes. Almoço para as autoridades no Palácio do Governo do Estado do Amazonas e visita técnica ao Estádio Vivaldo Lima e ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder tempo de quinze minutos para cada convidado.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Exmª Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi; Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e Vice-Presidente, Senador Lobão Filho; Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e Vice-Presidente, Senadora Kátia Abreu; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Presidente Senador Benedito de Lira, e Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim; meus colegas de Secretaria, Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero, e Dr. Carlos Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Anac; cumprimento todos também no Senado, demais Senadores, autoridades presentes, senhoras e senhores, eu gostaria de fazer uma apresentação rápida e de tecer alguns comentários sobre o setor, na medida em que já estou, digamos, há dois meses no cargo. O tempo passa muito rápido. Quando a gente observa, ele é muito mais célere do que a gente imagina. Mas é bom, porque a gente vai aprendendo sempre coisas novas.

Vou falar um pouquinho sobre a organização institucional, sobre a importância de haver uma instituição onde trabalha a governança do setor, de forma estruturada, com a participação de todos os agentes. Falar um pouquinho também das ações que já realizamos até agora, apesar do curto prazo, e sobre o que a gente imagina que possa ser uma agenda para o futuro do setor de aviação civil.

No primeiro quadro, temos ali a criação da SAC, que aconteceu em março deste ano. Reputo como uma criação bastante acertada, porque, quanto mais a gente se envolve na discussão das questões desse setor, a gente observa que uma das melhores coisas que se pode ter é uma melhor governança e gestão desse setor.

Temos uma série de participantes. Estamos aqui falando não só da Secretaria, mas da Infraero, da Anac. Há um colega nosso que, talvez, fosse interes-

sante estar aqui hoje, mas não está, que é o Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), que é um ator importante no desenvolvimento desse setor. Além disso, temos as companhias aéreas, nós temos o Ministério da Justiça com a Polícia Federal, nós temos o Ministério da Fazenda com a Receita Federal e nós temos o Ministério da Saúde com a Anvisa.

Então, é um setor que, sob o ponto de vista de dentro da cerca, já tem uma série de interlocutores e responsáveis para que esse tipo de serviço seja prestado adequadamente ao usuário. E do lado de fora da cerca, também – quem não está diretamente ligado à administração, à gestão do aeroporto de alguma forma –, nós temos uma série de agentes.

Obviamente, o Congresso Nacional é fundamental no aperfeiçoamento da discussão da regulação prevista para o setor, que é um setor altamente sensível e que precisa ser, de alguma forma, atualizado em suas regulações.

Nós temos uma série de outros agentes, por exemplo, Estados e Municípios. O aeroporto, para funcionar bem, precisa de uma ação concertada com os Municípios. Por exemplo, um aeroporto como o Galeão ou outros aeroportos que existem no Brasil podem estar sendo muito bem operados, talvez com padrões internacionais no limite, em algum momento, mas se nós não tivermos uma parceria estabelecida com Municípios, por exemplo, para que não ocorra o problema do risco aviário, nós poderemos ter uma limitação da utilização desses aeroportos. Por isso, é importantíssimo que os Municípios se integrem junto ao aeroportos, para que a gente possa prestar um serviço melhor ao consumidor, e não só isso, como a questão da mobilidade para se chegar aos aeroportos, enfim.

Existe uma série de questões em que os Estados e os Municípios serão fundamentais. Portanto, não é uma atividade econômica em que alguém, sozinho, resolve os seus problemas. É necessário que exista um trabalho conjunto, um esforço conjunto, uma participação colaborativa de todos os agentes. Nesse sentido, eu acho que a criação da SAC foi uma decisão bastante correta, porque ela permite que alguém com foco possa se dedicar a esse trabalho.

Poderia passar o próximo *slide*, por favor.

Bom, temos três Secretarias: uma de Política Regulatória, uma Secretaria de Aeroportos, que trata da infraestrutura dos aeroportos, e uma Secretaria de Navegação Civil. Cada uma delas tem uma ligação direta com os outros agentes que nós conversamos aqui e serão fundamentais na articulação e no desenvolvimento de uma agenda comum.

Pode passar, por favor.

Bom, política regulatória, eu, realmente, acho que não é o caso de ler todas as atribuições. O nome, eu acho, é altamente ilustrativo da missão dessa secretaria.

Eu gostaria que, talvez fosse mais interessante, em vez de a gente passar secretaria por secretaria... Eu pediria para passar um pouquinho mais. Um pouquinho, por favor.

Eu acho que nós poderíamos passar, já que nós temos pouco tempo, para algumas questões que eu reputo fundamentais para a gente entender qual é a agenda que nós temos hoje e a futura.

O que, nesse pouco tempo que tivemos, já começamos a tentar desenvolver? Uma melhoria na governança, em função de tudo o que eu já falei aqui antes.

Com vistas a maximizar a utilização dessa infraestrutura disponível... Porque, dessas conversas que tivemos, num primeiro momento, tanto em nível de governo, dever de casa, como com as companhias aéreas e com especialistas do setor, nós observamos que se nós utilizarmos de uma melhor forma a capacidade de infraestrutura que temos hoje, uma indicação que temos é de que a gente poderia aumentar a capacidade dos aeroportos, com os investimentos que temos hoje, na ordem de 30%. Todos nós sabemos que o melhor investimento que temos é utilizar adequadamente o que nós já investimos.

Então, nesse caso aí, começamos a estabelecer um trabalho conjunto e temos reuniões de governança não só com os entes de Governo, como do setor privado, no sentido de desenhar alguns círculos de governança que façam com que possamos operar de uma forma mais eficaz.

Criamos, num primeiro momento, nos aeroportos microlocalizados, em dois aeroportos, em Guarulhos e em Brasília, que começaram a operar neste fim de semana, um centro de governança, de gestão desses aeroportos. Nesses centros, estão todos esses parceiros que a gente vê ali: a Infraero, a Anac, o Decea, a Polícia Federal, a Receita Federal, companhias aéreas. Eles ficam todos juntos num *locus*, no aeroporto, em que tem todo um equipamento em que você pode ver todas as atividades do aeroporto *on-line.* Com isso, essa gestão conjunta que existe lá pode, imediatamente, tomar uma decisão sobre qualquer problema que aconteça no aeroporto.

Isso é uma coisa que está começando e nós esperamos um teste nesses dois pilotos por uns dois ou três meses, para aperfeiçoamento. O *feedback* que temos até agora, apesar de pouco tempo, é muito positivo, porque tem uma série de ações... Só quem visita essa sala ou quem participa de alguma forma disso é que verifica que grau de possibilidade se tem de otimizar a operação do aeroporto com uma gestão integrada.

Então, isso vai ser o embrião futuro de uma autoridade aeroportuária, e não é que ela vá dizer como é que os parceiros trabalham. Ela vai participar e ajudar numa discussão de coordenação, e o importante é que cada um tem a sua atribuição: a Polícia Federal tem a sua, a Receita Federal tem a sua, a Anac tem a sua, a Infraero tem a sua, as companhias aéreas têm a sua, mas, como toda atuação conjunta, precisa ter alguma governança e alguém responsável.

Então, no futuro, uma vez que nós tenhamos desenvolvido a contento esses primeiros testes, deveremos definir alguém que seja responsável pela coordenação do aeroporto, mas, no momento, o que acho relevante é o treinamento, é o exercício de uma atuação conjunta no aeroporto, porque acho que isso vai trazer muitas formas de interpretar problemas e de entender como a forma de trabalhar de uma ou outra instituição pode afetar as outras e a vida, obviamente, dos usuários dos aeroportos. Isso, certamente, vai levar a uma melhor ação e a um melhor resultado.

Essas são ações de curto prazo que foram tomadas e, obviamente, nós vamos ter círculos de governança maiores. Já combinamos com os parceiros. A ideia é que se tenha uma governança, vamos dizer, sob um ponto de vista mais estratégico, de um ano, no sentido de tomar decisões que possam trazer essas melhores práticas para os aeroportos. Nós estamos contatando consultorias internacionais, que deverão nos ajudar a implantar nos aeroportos as melhores práticas que são usadas no mundo.

Nós, neste ano, até o final do ano, deveremos ter, em todos os aeroportos, a operação de um *check-in* compartilhado de todas as companhias, o que vai trazer flexibilidade e aumento de capacidade de *check-in* nos aeroportos.

Vamos usar, também, os totens todos, porque, hoje, você tem totens que são de uma companhia e outros que são de outra. A ideia é que nós tenhamos um sistema comum, em que todos os totens possam atender a todas as companhias. Com isso, também melhoraríamos a nossa capacidade de atender aos usuários.

Há outras atividades de melhorias operacionais dos aeroportos que nós deveremos desenvolver junto e em parceria com consultorias internacionais que tragam para nós essas melhores práticas. Com isso, esperamos aumentar a capacidade dos ativos que nós temos, sem precisar investir nada, ou, pelo menos, de uma forma relevante. Nós precisamos tirar da infraestrutura que nós temos o que ela pode dar, e isso será feito através de gestão e de uma governança nos aeroportos.

Temos essa ação, como eu disse, de uma política de longo prazo, de um ano, e vamos definir um plano, também de longo prazo, sob o ponto de vista de ter, no País, uma visão de 30 anos, em que possamos definir para onde vamos; em que possamos definir com antecedência os investimentos que precisamos fazer, não só sob o ponto de vista dos grandes aeroportos, mas também da questão da aviação regional. É fundamental que a gente desenvolva não só sob o ponto de vista econômico, algumas regiões, mas também de integração de um País continental como é o nosso. Então, essa é uma agenda que já está sendo desenvolvida em conjunto, também, tudo é em parceria, para que nós possamos não só ter uma avaliação melhor, como ter uma proposta de solução.

Uma agenda fundamental para isso, também, nós temos falado, é a questão da reestruturação da Infraero. A reestruturação da Infraero é fundamental, porque será um parceiro que, daqui para a frente, será fundamental na articulação e na parceria com o setor privado.

Foi anunciado pela Presidente, na última semana, que nós deveremos conceder aos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília este ano... É um estudo que ainda está em desenvolvimento, a modelagem está em desenvolvimento, o BNDES vai ajudar a Secretaria a fazer esse trabalho. Já estamos trabalhando juntos e, com esse trabalho, vamos precisar, para que essas coisas funcionem, já que está definido que a Infraero será um parceiro, terá uma participação na companhia de 49%, será um sócio relevante, nos capacitar para isso. Capacitar-se do ponto de vista de ter uma estrutura de engenharia adequada: capacidade em desenvolver projetos; capacidade em fazer a fiscalização do projeto; capacidade em fazer orçamento de projeto adequado, se estruturado do ponto de vista administrativo e jurídico, para que possa fazer licitações de forma bastante eficaz; capacitar-se para ter um diálogo bastante produtivo com as entidades de controle – isso é fundamental, e cada vez mais o será –; é preciso que essa entidade tenha uma reestruturação do ponto de vista financeiro e comercial, para que ela tenha uma visão de negócios e possa se tornar realmente um parceiro desejado e desejável para os investidores privados.

No mundo, hoje, esses setores todos crescem com parcerias. Isso é uma inexorabilidade, é uma forma de você otimizar recurso não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista de conhecimento.

A Infraero não tem dúvidas. Ela tem uma história grande, tem o conhecimento, mas precisa capacitar-se, precisa melhorar sua competência. E essa é uma agenda prioritária que devemos desenvolver a fim de que essa companhia, num prazo de uns três anos –

é o que a gente imagina – possa ter uma estrutura adequada e capacitada para desenvolver esse papel de parceiro no setor privado no desenvolvimento da aviação no País.

Essas concessões, como eu disse, já foram aprovadas; outras estão em estudo no momento, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em Confins, como já foi lançado também pela Presidente, e esse trabalho vai ser desenvolvido, os três primeiros, até o final do ano – nosso prazo é apresentar a modelagem até o final do ano –, para que possamos fazer uma licitação desses três aeroportos.

Falamos aqui sobre a importância da aviação regional. A Secretaria vai administrar os fundos que são aplicados nesse tipo de projeto, o Profaa é um deles. Nós temos a capacidade hoje de aplicação de recursos nesse orçamento de R$102 milhões, aproximadamente, com 18 aeroportos em 12 Estados.

A gente tem observado, ao longo dos anos, que os recursos que têm sido disponibilizados não têm sido aplicados totalmente, quer seja por uma dificuldade de identificação de projetos ou até de apresentação de projetos em condições de serem apoiados. Uma ação que nós pretendemos fazer, no caso do Profaa, no atendimento aos aeroportos regionais, é que a Secretaria tenha uma atuação mais proativa, ou seja, em vez de ficar esperando os projetos chegarem que, de alguma forma, possamos identificar esses projetos e, em conjunto com Estados e Municípios, definir uma lista de projetos nos quais a gente deva investir, sem sombra de dúvida, para que a gente possa utilizar adequadamente os recursos e ter uma visão de desenvolvimento regional e integração econômica do território a partir dos recursos que existem. Então, uma ação proativa da Secretaria é o que nós nos propomos a fazer nesses próximos anos.

Obviamente, como já falei, a questão das obras que nós temos, não só do PAC, mas da Copa do Mundo também, como também em outros aeroportos, a nossa visão não é tão somente de preocupação com eventos de Copa do Mundo e Olimpíadas, que são importantíssimas e que têm de ser atendidos. A preocupação maior que devemos ter é com o dia a dia das pessoas. A nossa preocupação é atender os usuários todos os dias e não somente em datas específicas. Isso é um trabalho muito grande. Estamos desenvolvendo não só ações de gestão para isso – e elas serão sentidas nos próximos meses –, mas também do ponto de vista de investimentos, investimentos que temos de fazer a curtíssimo prazo – e vamos fazer isso, estamos tomando providências para que os investimentos de curtíssimo prazo aconteçam, acho que o Presidente da Infraero vai se referir a isso com mais detalhes – e também uma visão de mais longo prazo, são investimentos para que a gente possa ter sustentabilidade no setor e, assim, viver com tranquilidade o crescimento. O País tem crescido, e o setor tem crescido mais ainda. A elasticidade que havia nesse setor, que era da ordem de 2,4%, hoje já está em 3,5%. O crescimento tem sido cerca de 12% ao ano, nos últimos sete, oito anos, é um crescimento chinês, e nós precisamos estar em condições de atender a essa demanda.

Então, o desafio é grande. Estamos preparados para isso. Estamos aqui, com muito prazer, para apresentar essa nossa visão em curtíssimo espaço de tempo, mas acho que é importante que tenhamos tempo para as perguntas e para a discussão.

Agradeço o convite e a presença dos senhores.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Wagner Bittencourt.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

V. Sª dispõe de 15 minutos.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senadora.

Boa tarde a todos.

Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Senador Rodrigo Rollemberg, da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; Senador Blairo Maggi, da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo e das Olimpíadas; Senador Benedito de Lira, da Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo; Senador Delcídio, da CAE, que teve a gentileza de vir aqui nos cumprimentar, mas, infelizmente, lá, ainda continua na Ordem do Dia; Senadores Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles; senhoras e senhores, eu não vou me ater somente à Infraero; acho que o Ministro Wagner já foi suficientemente claro sobre o que se pretende do ponto de vista da companhia e o que nós vamos fazer daqui para frente.

Vou fazer uma apresentação que, a rigor, não é pequena, ela é longa, mas eu vou resumi-la, e vou deixar todo esse material público aqui, de modo que a gente possa, daqui para frente, ser fiscalizado, não só pelas comissões do Congresso Nacional, mas por toda a sociedade, sobre o andamento de cada uma das obras dos 13 aeroportos que compõem a Copa do Mundo. Além disso, caso alguns dos Senadores que não pertençam aos Estados nos quais acontecerão jogos da Copa do Mundo desejarem se manifestar, nós estamos à inteira disposição para responder quaisquer perguntas específicas a respeito desses aeroportos.

Trouxe comigo o nosso Diretor de Operações, o Diretor Financeiro, o nosso Diretor Comercial e o Procurador Jurídico, caso eu não possa tirar alguma dúvida.

Vou começar por Guarulhos. A nossa apresentação será toda mais ou menos do mesmo feitio. Como disse no início, não vou me ater a cada um dos detalhes, já que eles são longos. Vou começar pelo gráfico de capacidade de demanda de cada um dos aeroportos.

Os gráficos de capacidade são feitos pela própria Infraero, seguindo conceitos internacionais da Iata e de outros órgãos do segmento de aviação, e a demanda segue aqueles níveis que vemos ali em cima: 2007/2010 foi o que efetivamente aconteceu em Guarulhos, cresceu 12,62. A nossa projeção para 2011/2014 é de 9,72, e para 2015/2019, de 6,11. Este mês atual é onde se encontra hoje a nossa situação no Aeroporto de Guarulhos. A nossa demanda vem crescendo – que é essa linha vermelha –, e a capacidade parada no mês atual. Cada um dos níveis, daqui para frente, são as ações que faremos no Aeroporto de Guarulhos, de modo a suprir toda a demanda existente, no nosso caso aqui, até setembro de 2015. Então, o item 2, por exemplo, será a construção de um terminal provisório, que termina agora em julho, e assim por diante.

Olhando o mapa de Guarulhos, podemos ver todas as intervenções que a Infraero fará ao longo do tempo.

Então, cada uma dessas indicações será efetivamente um ato ou uma ação por parte da Infraero. Vamos pegar como exemplo qualquer um deles aqui. O item 2, por exemplo, é um terminal de uma remota central, que terá uma capacidade de um milhão de passageiros e que será inaugurado no próximo dia 30 de julho. Se eu pego outro qualquer, o item 3, por exemplo, são dois terminais que nós faremos. Então, esperamos que até o final do ano nós tenhamos um terminal remoto, que é a primeira fase dele, onde vamos ter 5,5 milhões de passageiros e, em maio de 2012, mais 12,5 milhões de passageiros. E assim por diante, em todos os aeroportos nós vamos colocando cada uma das obras onde temos a certeza de que vamos suprir a demanda. Por exemplo, em Brasília, seguimos aquela mesma linha que mostramos para Guarulhos. A linha da demanda já está ultrapassando a linha da capacidade, de modo que o aeroporto realmente está aquém das suas necessidades, a demanda cresceu mais do que a nossa capacidade.

Aqui também há os crescimentos, o acontecido e o que vai acontecer, e as nossas ações. Nós terminamos um terminal provisório em setembro de 2010 e o Terminal 2 em novembro de 2010; terminaremos, no próximo mês de novembro, mais um terminal e a reforma do TPS atual e do TPS novo.

Olhando o mapa de Brasília, este é o aeroporto. Então, como eu estava dizendo, aqui também tem o Terminal Remoto 1, aquele que eu disse que já tinha terminado; o Terminal Remoto 2, que é esse que fica aqui em frente e que ficará pronto em novembro de 2011; o TPS atual, que nós já estamos reformando, e estamos prevendo a reforma até o final de 2012; e ali, em vermelho, o terminal de passageiros, o novo terminal de passageiros.

Toda a operação de Brasília nós esperamos terminar em... Em 10 de dezembro de 2013 nós teremos a primeira fase do terminal de Brasília pronta e em vias de funcionamento. Eu esqueci de dizer que o nosso investimento em Guarulhos é de R$1,3 bilhão; em Brasília, R$748 milhões.

Olhando para Campinas, o nosso terceiro aeroporto, também seguindo a mesma linha, nós vemos a linha da demanda e a linha da capacidade existente hoje, no mês atual. Nós inauguraremos lá um módulo de *check-in* agora, no mês que vem, quando aumentaremos a capacidade. E daí para frente reformaremos o terminal atual e, ao mesmo tempo iniciaremos a construção do terminal novo, ambos terminando em dezembro de 2013, o que elevará substancialmente a capacidade de Campinas para cerca de 24 milhões de passageiros, enquanto a demanda estará em torno de 13 milhões.

Então, esse é o mapa de Campinas, onde podemos ver aqui o terminal atual, apesar de não estar muito bem desenhado. Eu vou mostrá-lo maior aqui na frente. Este é o terminal remoto, que vai ficar nessa região de Campinas, e a obra de adequação do terminal novo. Os investimentos de Campinas previstos são de R$796 milhões.

O quarto seria o Galeão, que tem essa capacidade *versus* demanda. O Galeão está acima da demanda atual e da demanda prevista. Mesmo assim, nós vamos modernizar completamente o Terminal 1, que já está em obras, termina em dezembro de 2012, e o Terminal 2, que também será completamente construído, já que só existe a metade dele construída hoje. Terminará em janeiro de 2013, de modo que a capacidade será bem maior do que a demanda.

Este é o terminal. Ele terá recursos da ordem de R$657 milhões. Este terminal aqui é o atual e este aqui é o novo, que vocês conhecem, e esta é a parte de ampliação do Terminal 2, que também já está em obra. Quem vai ao Galeão não consegue perceber porque aqui nesta região existe um tapume que impede a visão dessa obra.

O próximo é o Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, que também está no limite. Já no início de 2002, nós teremos um problema entre a capacidade

e a demanda de Confins. É por isso que nós vamos construir um módulo temporário, que ficará pronto em novembro de 2012, com o qual ampliaremos a capacidade do aeroporto para cerca de 16 milhões de passageiros. E depois a modernização e a ampliação do terminal de passageiros atual, que nos dará também mais cerca de 3 milhões de passageiros. Confins continuará sendo um problema. Nós teremos que trabalhar celeremente na construção do Terminal 2 de Confins. Mas, sem dúvida, será depois da Copa do Mundo, não será até a Copa do Mundo.

Este é o Aeroporto de Confins. Ele terá R$406 milhões de investimento. As propostas do edital serão abertas hoje, às 15h30. E nós esperamos já amanhã iniciar a fase de contratação e as obras. Para a fase do pátio de aeronaves, do táxi, de ampliação e da pista, os projetos estão em andamento. Nós temos uma questão de licença ambiental em Confins que está sendo bem resolvida e espero que nos próximos dias nós possamos dar entrada nesse processo também. Só para vocês terem uma ideia, a ampliação da pista nós esperamos também terminar em 30 de dezembro.

O próximo aeroporto é o de Curitiba, que também já em 2013, quando terminaremos a reforma e a ampliação do terminal de passageiros atual, estará chegando ao limite da sua capacidade. Mas não chegará, na medida em que essa ampliação permitirá que nós quase dobremos a capacidade atual do terminal de Curitiba. Investiremos R$102 milhões nessas ações, ampliando o terminal, que é o que vocês veem aqui, o pátio de aeronaves, o táxi e todas as questões dos aparelhos de pouso e decolagem por meio de instrumentos, porque o aeroporto de Curitiba nos traz problemas em vista das condições meteorológicas lá.

Salvador tem um aeroporto que está dentro da sua capacidade atual. Nós não temos grandes problemas lá, não vamos fazer grandes obras, a não ser a reforma do terminal de passageiros, onde as pessoas vão se sentir bem mais confortáveis do que hoje. Ele consumirá cerca de R$47 milhões de investimentos. Faremos também um investimento no pátio de aeronaves e na torre de controle, que é, vamos dizer, transparente para a população em geral, mas extremamente importante para o funcionamento do aeroporto, principalmente na Copa do Mundo, quando é muito grande o fluxo de aeronaves pequenas.

Só para terem uma ideia da reforma do TPS, nós desejamos concretizá-la em julho de 2013. O edital da obra será publicado em 2 de fevereiro de 2012.

Como eu disse no início, todos esses dados ficarão à disposição dos senhores, para que possam nos perguntar, no futuro, como está cada uma dessas obras.

O próximo é o de Fortaleza. Em Fortaleza, estamos também no limite da sua capacidade, o que, aliás, é uma questão, vocês sabem muito bem disso, já que a demanda cresceu substancialmente acima da capacidade dos aeroportos. Nós vamos fazer uma reforma em três fases do terminal atual, de modo que ele vai praticamente, não digo dobrar a sua capacidade, mais aumentar em cerca de 50%. E essa é toda a ampliação que nós vamos fazer.

Esta parte amarela é o terminal atual. Nós vamos reformar na fase 1. A fase vermelha é a ampliação desse terminal, e estas duas fases aqui são a terceira ampliação, como eu disse. Além disso, vamos mexer no pátio de aeronaves. Só para os senhores terem uma ideia, a fase mais importante, que é a ampliação do terminal, nós vamos concluí-la no dia 13 de outubro de 2013. O projeto terminou agora, em maio de 2011. Estamos trabalhando para publicar o edital até o próximo dia 15, talvez tenha um pequeno atraso de uma semana, mas a obra, que será iniciada em outubro, terminará em outubro de 2013 e consumirá cerca de R$350 milhões de investimento.

O próximo é Cuiabá. Cuiabá é um aeroporto que nos preocupa bastante, porque as condições não são boas; muito pelo contrário, são ruins. Além disso, a demanda também cresceu acima da capacidade e nós iremos inaugurar agora já em novembro um módulo de desembarque, que melhorará a capacidade do aeroporto e iremos reformar inteiramente o TPS. O aeroporto terá essa configuração, a sede da Infraero virá para cá, ela hoje é nesse ponto aqui, iremos ampliar toda essa parte, inclusive fazendo dois andares e criaremos aqui um terminal remoto, de modo que serão consumidos cerca de R$88 milhões. A fase mais importante do terminal de Cuiabá, a licença já foi concluída, o projeto básico termina em setembro e estamos prevendo publicar o edital em outubro e terminar a obra em 31 de julho.

O próximo aeroporto é Manaus. Manaus é um aeroporto extremamente antigo. Um aeroporto de 35 anos, que vai ser completamente adequado para suportar a demanda, apesar de ele estar com folga na sua capacidade em relação à demanda, mas tem problema de concentração de voo, o sentimento das pessoas, às vezes, é que ele está completamente sobrecarregado – e está mesmo! Esperamos que até dezembro de 2013 ele esteja completamente pronto. Vão ser investidos R$415 milhões, o edital já foi publicado, já está em fase de análise. Esse em amarelo é o terminal atual, nós iremos ampliá-lo para essas duas áreas, inclusive toda essa parte do viaduto que passa debaixo do terminal de Manaus, para quem conhece, e iremos terminá-lo em 20 de dezembro de 2013. A

audiência já foi realizado, o edital já está publicado, é só sair o resultado do edital para se iniciar as obras.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Mais dois minutos, Senadora, por favor.

Porto Alegre, da mesma forma. Temos aqui cada uma das obras e como vai aumentando a capacidade em relação à demanda, seguindo a mesma linha. Esse é o aeroporto de Porto Alegre, que irá consumir cerca de R$570 milhões. Nós vamos ampliar tanto a pista quanto o pátio de aeronaves e o terminal remoto, que já foi feita a fase 1, estamos terminando a fase 2, e a reforma do TPS, que foi inaugurado ano passado.

Recife é o aeroporto que temos menos problemas hoje. É um aeroporto que está bem acima da sua capacidade. Nosso trabalho lá será a construção da torre de controle, que esperamos concluí-la em junho de 2013, mas que não afeta o funcionamento do aeroporto, a torre ficará aqui, aqui é todo o terminal de passageiros. Vamos consumir R$18 milhões.

E o Augusto Severo, em Natal, é o nosso último aeroporto, que é o aeroporto administrado pela Infraero, como V. Exªs sabem. Em Natal está previsto outro aeroporto, cujo leilão será no próximo dia 19 de julho. Mesmo assim, estamos reformando o Terminal Augusto Severo em Natal de forma a aumentar a sua capacidade e para que ele não tenha problema nenhum por ocasião da Copa do Mundo. Serão investidos R$16 milhões. Aqui dá para terem uma ideia do terminal de Natal e da pequena ampliação que estamos fazendo em vermelho.

É isso, Senadora. Desculpe o atraso. Estamos à inteira disposição para as perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Boa tarde, Senadora Lúcia Vânia, presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado; boa tarde, Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão e Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo, das Olimpíadas; boa-tarde, Senador Benedito Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; boa-tarde, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Srªs Senadoras; Srs. Senadores; senhoras e senhores, é um prazer estar presente nesta Casa, que aprova o nosso mandato na Anac.

Primeiramente, gostaria de apresentar aqueles que estão presentes comigo nesta audiência pública, os outros três diretores da Agência, o Diretor Ricardo Bezerra, o Diretor Rubens Vieira e o Diretor Claudio Passos, bem como o Superintendente, Bruno Dalcolmo, da área de relações institucionais.

Em nossa apresentação, vamos tentar cobrir todos os pontos que foram colocados em nossos requerimentos. Eu vou me permitir ser bem claro e objetivo para depois podermos entrar nas perguntas e responder aos Exmºs Senadores e Senadoras.

Vou começar com uma visão geral da Anac, as fiscalizações, o desempenho nas auditorias internacionais, a parte de segurança operacional, que é a grande missão da agência, a parte de recolhimento financeiro, as multas, dados do setor, selo dimensional, uma grande discussão com relação à distância de cadeiras, que já existe, a parte de proteção ao passageiro, Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, que é o primeiro a ser concedido, já com data de leilão marcada para o dia 19 de julho, e, finalmente, vamos encerrar com o acordo de "céus abertos".

Dentro das pastas que foram distribuídas aos Senadores, nós temos a apresentação, se quiserem acompanhar.

O próximo, por favor.

A visão geral da agência. O que é a agência? Para deixar bem claro, é uma autarquia especial, criada pela Lei nº 11.182, de 2005, cujas maiores e principais atribuições... Temos a regulação técnica, em que gostamos das partes fundamentais, que são: segurança operacional, que, em inglês, é *safety*; e proteção contra atos e interferências ilícitas na aviação civil, que é a parte de *security*. A parte de regulação econômica é onde podemos trabalhar em coordenação com o Ministério da Fazenda e com o Cade também, para regular as empresas aéreas. E agora esperamos regular os aeroportos. A nossa representação internacional sempre muito bem coordenada com o MRE.

Próximo, por favor.

Só para vocês terem uma ideia, os resultados retirados do nosso relatório de gestão que foi entregue ao TCU têm os seguintes indicadores: inspeções e auditorias em empresas aéreas regulares e empresas de táxis aéreos, inspeções aeroportuárias. E aí vai, até os senhores terem uma noção de que chegamos a 19.047 exames práticos em aeronautas e 32.500 provas realizadas *on-line*. Ou seja, é um trabalho constante que a agência tem para manter o sistema de aviação civil funcionando.

Próximo, por favor.

A Ação 2912 é a ação que determina toda a parte de fiscalização e regulação da agência, de onde saem os recursos orçamentários para que nossos inspetores de aviação civil, que são nossos fiscais, possam

trabalhar. E aí os senhores podem ver a evolução da realização tanto da meta da Ação, que hoje está em 12 mil fiscalizações, com a realização efetiva pelos nossos inspetores. No ano passado, atingindo 21.279 fiscalizações pelo nosso pessoal. Ou seja, efetivamente, já vamos levar para este ano, o trabalho do PPA, um aumento da nossa meta, porque ela está já batida no nosso dia a dia com relação ao nosso pessoal.

Próximo, por favor.

Com relação ao desempenho da agência, a melhor maneira de termos uma avaliação do desempenho é compará-la com as demais autoridades do mundo. Então, nós fomos auditados, na parte de *safety*, que é segurança operacional, em maio de 2009. O Oaci esteve aqui no Brasil, passou conosco uma semana, e recebemos a nota 87,3, o Brasil todo. Com isso, chegamos ao nono lugar no *ranking* mundial. E dos países mais desenvolvidos do grupo do G-20, chegamos ao quinto lugar. É expressiva essa melhoria da agência, não só da Anac, mas também do Departamento de Controle do Espaço Aéreo e do Cenipa, são órgãos do Comando da Aeronáutica, e todos eles trabalham juntos para isso.

Mas não só dessa forma que somos auditados. Os Estados Unidos, através do nosso acordo de serviços aéreos, têm o direito de nos auditar. E nós fomos auditados no mesmo ano, em novembro, quando conseguimos também 100% de aprovação, aí, no caso, foi só a da agência, e nos mantivemos na categoria um, coisa que é importante manter para os voos para aquele país.

No ano passado, dentro dessa visão de auditoria e de desempenho das agências, a Oaci esteve no Brasil para ver a parte de proteção contra atos e interferências ilícitas, como estamos tratando essa ação nos aeroportos brasileiros. E também nós fomos muito bem. Esse dado não é divulgado externamente, não podemos ter uma comparação, mas nos sagramos com 85 de aprovação. E, constantemente, o órgão de fiscalização dessa parte nos Estados Unidos, que é o DCA, vem ao Brasil para manter essa correlação e para podermos ter voos americanos para o Brasil.

Próximo, por favor.

A parte de segurança operacional é outra área que estamos desenvolvendo muito bem aqui no Brasil. E aí o primeiro gráfico, aí em cima, que eu gostaria de mostrar, que mostra a evolução. A linha em vermelho é a nossa média móvel, e a comparação com relação a outros. Nós tivemos um pico, lógico que equacionado pelos dois acidentes que aconteceram no Brasil, que foram terríveis. Mas, a partir daí, todos os órgãos do setor de aviação civil se coordenaram e passaram a ter uma estratégia muito forte para a redução desses acidentes. Hoje, já estamos passando de três anos sem nenhum acidente fatal na aviação civil regular brasileira. Isso é extremamente importante.

Nós estamos inaugurando junho, com aquele gráfico, se fosse montado para o dia de hoje, já com 0,66. A continuar nesse trabalho, temos certeza de que, no final do ano, vamos estar abaixo da meta da Anac, que é 6,61.

Da mesma forma, verificamos, em conjunto com o Comando da Aeronáutica, que voo irregular leva a acidentes. E a hora que o piloto preenche seu plano de voo é a melhor hora para negarmos esse voo. Estabelecemos uma parceria com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo e trabalhamos para, exatamente como os senhores podem ver, fazer essa redução. Então, mostra claramente que, hoje, um piloto que preenche um plano de voo, na sala de tráfego da Força Aérea ou da Infraero, para voar, ele é obrigado a ter em dia sua aeronave e sua operação.

Próximo, por favor.

Com isso, mostramos claramente como a Anac vem trabalhando em prol da segurança. Uma das informações importantes que eu gostaria de passar para todos é o recolhimento financeiro. Logicamente, mostra, com isso, que o recolhimento aumentou e muito. O trabalho interno, o processamento dos autos de infração, tem sido cada vez mais célere e bem organizado. No ano passado, atingimos a marca de R$17,4 milhões, recolhidos aos cofres da Anac. Este ano, também dado o nosso trabalho de coordenação, nossas fiscalizações já nos renderam, já de autos de infrações julgados em primeira e segunda instância, R$12,3 milhões, mostrando claramente que a Anac não só está fiscalizando, mas também aplicando as sanções corretas para os casos que encontramos.

Próximo, por favor.

Bom, mostramos o desempenho do ponto de vista de segurança. Agora vamos colocar um pouquinho do desempenho do ponto de vista econômico. A primeira coisa que gostaríamos de mostrar é a regularidade e pontualidade, ou seja, atrasos e cancelamentos de voo. Como estão esses indicadores no Brasil? Claramente, neste gráfico, colocamos que houve uma redução muito rápida a partir de 2007, um trabalho efetivo com as empresas. Tivemos toda uma reformulação dos horários de transporte, junto com o Decea e a Infraero, e estamos trabalhando para uma meta ainda mais agressiva este ano, de chegar a 10% de atraso e em torno de 5% de cancelamento no ano. Logicamente que há uma sazonalidade, há uma influência meteorológica. Só para os senhores ficarem sabendo, hoje estamos também com influências de cinzas vulcânicas vindo do Chile. Ou seja, a aviação é um meio de transporte

complexo e a coisa mais importante é a segurança. Na hora que afeta a segurança, não podemos voar.

Próximo, por favor.

Também na parte econômica, a oferta. Como estamos ofertando os voos, principalmente internacionais. E aqui, esta tabela, comparando 2007 a 2010, mostra uma elevação grande de voos que foram ofertados nas nossas principais capitais e onde podemos notar, em parêntese, que é o ponto em que temos um pouso intermediário. Então, mostra a subida de Guarulhos, chegando a 606 e 804, com pousos intermediários; o Rio de Janeiro chegando já a 303; e assim por diante. Se somarmos todos os nossos aeroportos, há um crescimento de 17% nessa nossa estratégia, em que estamos abrindo, cada vez mais, as frequências não só no Brasil, como para o exterior.

Próximo, por gentileza.

Dentro dessa linha de evolução econômica, nós passamos a comparar uma evolução do mercado, em que tínhamos, antigamente, um duopólio claro. Chegávamos a quase 95% do mercado. Hoje isso não é mais realidade. A linha tracejada mostra claramente a tarifa. Quanto mais novas empresas são entrantes no processo – estamos chegando hoje a 20% – há uma redução clara de tarifa. Se compararmos de 2007 ao início agora de 2011, já há uma redução de tarifa de cerca de 50%. Isso é muito bom para o País. Isso é muito bom para a nossa sociedade. É mais gente voando e mais gente tendo oportunidade de executar esse transporte seguro que é a aviação.

Próximo, por favor.

Bom, mudando um pouquinho para discutir – entre aspas – "dimensão a bordo/conforto", a agência, dentro da lei, tem uma liberdade. Ela não pode regular do ponto de vista de tarifas. Ela tem uma necessidade de deixar o mercado cada vez mais competitivo. Porém, ela pode ter estratégias; no caso, uma estratégia clara de divulgação.

No ano passado, em 2010, nós aprovamos uma resolução que trata de selo dimensional e etiqueta, em que definimos faixas. É muito parecido com o Procel e a etiqueta do Inmetro que fala da parte de energia. São faixas de distância útil entre os assentos. Todas as empresas hoje já estão com seus relatórios aprovados e vão não só colocar no sistema de reservas, mas também vão estar afixados em suas aeronaves. E aí nós temos a medida, como vocês podem ver na etiqueta, do espaço útil entre um banco e outro, bem como a informação da largura lateral do assento, que é importante para o nosso passageiro poder escolher. A ideia da Anac com isso é que cada um possa decidir qual a empresa que quer, de acordo com a sua altura, com seu tamanho, que possa escolher um bom produto.

Próximo, por favor.

Continuando, então, com proteção ao passageiro, dentro do conjunto de documentos que a gente passou a todos, existe um folder que fala justamente – ele é explicativo – dos direitos dos nossos passageiros, por meio da Resolução nº 141, em que a gente fez claramente toda uma determinação, melhorando cada vez mais e divulgando quais os direitos dos passageiros a partir de eventos de atrasos, cancelamentos e até, no último caso, preterição, ou seja, quando lhe é negado embarcar por algum motivo. Está aqui bem claro para todos os Senadores o que cada um tem que fazer.

A Anac, muitas vezes, com a ajuda da Infraero e até coordenando com as empresas, vem trabalhando para que o passageiro possa cobrar isso, porque ele tem um contrato, um contrato de transporte, aprovado, dentro da visão de uma concessão.

Próximo, por favor.

Tentando terminar a nossa apresentação, temos o Aeroporto São Gonçalo do Amarante, onde a gente está trabalhando fortemente para que a sua concessão seja um sucesso, que – é a nossa visão aqui – o valor mínimo lá, no dia 19, seja claramente suplantado, de R$51,7 milhões. E aí é onde a gente tem claramente incentivos para que essa operação possa acontecer antes do previsto, que é de 36 meses contratualmente.

Próximo, por favor.

Nos requerimentos, falava-se sobre céus abertos. A gente quer tecer alguns comentários com relação a essa área de céus abertos. Já existia legislação trabalhando sobre esse tema. É o art. 41, o 49 da nossa lei. A política também da Pnac, que foi aprovada pelo Presidente Lula, no Decreto nº 6.780, de 2009, também trouxe essa mesma linha de ação. E, por último, o Conac, na sua Resolução nº 007, também trouxe essa linha de ação, que é buscar sempre, nas negociações, nos nossos acordos em serviços aéreos, a questão dos céus abertos.

Próximo, por favor.

Bom, o que são céus abertos? De onde estamos buscando isso? Céus abertos é a ligação do Brasil com outros países. Não é a cabotagem; de maneira alguma um acordo nosso com outros países. Nós estamos falando de voar aqui dentro, abrir o nosso espaço aéreo para que possa ligar cidades brasileiras, mas também, cada vez mais, a gente possa ter frequência e habilitar as nossas cidades, a nossa população para ir para outros países.

Com isso, nós já trabalhamos não só com os dois principais, que foram o da União Européia, que está para ser assinado, e o dos Estados Unidos, que já foi assinado pela Presidenta e pelo Presidente Obama, no início deste ano, mas também já temos mais de

vinte acordos de céus abertos, que iniciaram a sua confecção desde 2007.

Eu queria mostrar como houve evolução a partir do momento em que a gente introduziu essa política, ou seja, cada vez mais a gente teve acréscimo de passageiros sendo transportados. E isso é bom para o turismo brasileiro. Há sempre a criação de novos empregos quando estamos movimentando pessoas de um lado para o outro.

Próximo, por favor.

A gente está quase terminando. Seria mais um slide somente. Só para a gente poder comparar nos nossos mercados. Aqui, em vermelho, nós mantivemos uma empresa brasileira e, em azul, só na América do Sul que estamos com as duas empresas brasileiras. Os senhores podem notar que estamos sempre à frente, principalmente nas horas em que temos as rotas principais.

Então, na América do Sul, onde nós iniciamos essa abertura de céus abertos, no início de 2008, as duas empresas brasileiras têm uma competição muito forte e estão à frente das demais empresas. Nos Estados Unidos, quando a gente vai analisar, a TAM é a segunda, mas, em todas as rotas em que ela voou para os Estados Unidos das suas cidades, ela é a primeira em transporte de passageiros. A mesma coisa acontece com relação á Europa. Em todas as rotas que a TAM voa para a Europa, ela está em primeiro lugar. Bom, era isso que nós teríamos para apresentar.

Próximo, por favor.

Deixamos aqui com as ações e atribuições da Anac e estamos abertos, logicamente, para perguntas. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, em nome dos quais eu cumprimento todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. Agradeço pela presença e cumprimento pela explanação o Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República, Dr. Wagner Bittencourt de Oliveira, o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero, e o Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

Eu vou ser muito breve e fazer uma pequena observação e um questionamento. Há pouco, nós assistimos aqui, no Senado, à apresentação de um pesquisador do Ipea e do Presidente do Sindicato das Empresas Aéreas, manifestando grave preocupação com o andamento das obras dos nossos aeroportos. Eu confesso que fiquei extremamente preocupado ao ouvir o relato e mais preocupado ainda quando fiz, recentemente, uma viagem ao exterior e vi as condições do nosso Aeroporto de Guarulhos.

Confesso que fico mais tranquilo ao ouvir a apresentação do Presidente da Infraero e torço muito para que a razão esteja com essas afirmações oficiais de que, apesar do nosso curto espaço de tempo e da nossa situação apertada, especialmente em alguns aeroportos, teremos condições de suprir as necessidades e de nos prepararmos adequadamente para receber, para atender a população brasileira em períodos normais, bem como atender, nesses períodos extraordinários, a população mundial que virá ao Brasil, especialmente para a realização da Copa e para a realização das Olimpíadas.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro ou ao Presidente da Infraero, o que se considerar mais apropriado para respondê-la.

Na apresentação do Ministro, vimos que há três aeroportos em relação aos quais já se decidiu fazer concessão para a iniciativa privada, e dois outros estão em estudo: o Aeroporto de Guarulhos, o Aeroporto de Viracopos e o Aeroporto de Brasília. O de Brasília já demonstra que há um gargalo. A demanda já e maior do que a oferta dos serviços, e a gente percebe isso toda vez que precisa do Aeroporto de Brasília.

Pergunto: qual é o cronograma dessa privatização, quando o Governo pretende lançar e quando pretende concluir o processo de concessão desses aeroportos? E fiquei com uma dúvida: os investimentos previstos para esses aeroportos serão feitos por quem? Serão feitos pela Infraero, e, após esses investimentos, eles serão concedidos à iniciativa privada ou esses investimentos já deverão ser feitos pela iniciativa privada?

São apenas esses os questionamentos, cumprimentando V. Exª, Presidente Lúcia Vânia, e o Presidente Blairo Maggi, que têm feito um trabalho muito sério, muito profundo pela Subcomissão, na Comissão de Meio Ambiente, encarregada de acompanhar as obras da Copa.

Torço muito para que a gente possa cumprir esses cronogramas, para que possamos receber muito bem a população mundial que vem para esses dois grandes eventos e atender, sempre com muita competência e dignidade, a população brasileira, que, cada vez mais, utiliza, felizmente, os nossos aeroportos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – (*Falha na gravação*.) ... Seriam feitas todas as perguntas e, depois, os expositores responderiam.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/ PCdoB – AM) – Senadora, acho que depende, porque já temos um número importante de Parlamentares. Se chegarem outros dez Parlamentares, acho que a senhora vai dirigindo. Vamos fazendo as perguntas até que os expositores tenham condições.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos fazer de três em três.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/ PCdoB – AM) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão da Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia; também o Ministro Wagner Bittencourt. Seja bem-vindo, mais uma vez, ao Senado. Também o Dr. Antônio Gustavo Matos, que é Presidente da Infraero, e também Dr. Carlos Eduardo Pellegrino, que é Presidente da Anac ou Diretor da Anac. E também cumprimentar meu Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que é nosso comandante na Comissão. Eu sou uma Subcomissão e devo continências ao Senador.

Na realidade, eu já ouvi essas explanações, na semana passada, quando a Presidente Dilma nos convidou e convidou todos os prefeitos e os governadores das doze cidades que foram escolhidas como sede da Copa do Mundo. Portanto, para mim, não há nenhuma novidade.

Na realidade, senhores, as pessoas de fora, que não estão no dia a dia e que nem têm o conhecimento que tenho ou a informação que tenho hoje, todas se preocupam, realmente, porque a Copa, a cada dia, fica mais próxima. E a gente, a cada dia, não está vendo, não está conseguindo observar as obras que todos sabemos que irão acontecer.

Então, à Subcomissão não resta alternativa agora senão, de fato, acompanhar. Já ouvi as explicações aqui, na Comissão; já ouvi junto a Presidente; estou ouvindo novamente aqui, hoje. Então, temos que aguardar. Eu, da minha parte, vou aguardar o acompanhamento e os dias. E, daqui a alguns dias ou daqui a um mês, ou dois meses, no máximo, teremos de conversar, novamente, por intermédio da nossa Subcomissão; informar-nos se tivemos avanços, nestes meses de maio ou de junho, em relação aos meses de agosto e setembro. Não resta outra coisa a fazer, Presidente Lúcia Vânia, a não ser isso.

De fato, não deveria nem torcer, mas estarmos todos imbuídos da mesma vontade, da mesma direção, de fazer essas coisas acontecerem para a Copa do Mundo de 2014. A responsabilidade do Brasil perante o mundo é bastante grande. Não podemos, de forma nenhuma, passar vergonha, passar vexame na Copa do Mundo.

Sendo assim, quero colocar mais uma vez, como já fiz em outras oportunidades, Presidente Rodrigo Rollemberg, a nossa Subcomissão à disposição para que possamos ser um agente facilitador até dentro do próprio Governo com outros órgãos, aqui dentro do Senado. Todos nós, os 81 Senadores desta Casa, por mais divergências políticas que tenhamos, torcem, trabalham e tenho certeza de que não deixarão de contribuir para que possamos chegar no processo, em 2014, em condições de fazer uma boa e bela Copa do Mundo.

Sei que os administradores que estão sentados nesta mesa não têm a responsabilidade do passado, mas se formos olhar os gráficos e tudo o que já vimos, vamos ver que o que estamos fazendo para a Copa do Mundo, na realidade, deveríamos estar fazendo sem a Copa do Mundo, pois esta é uma necessidade do País.

Além das 12 cidades-sedes, temos as outras capitais do País e outras cidades grandes que não estão nesta conta e que, talvez, tenham a mesma necessidade que as 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo. O trabalho que os senhores têm pela frente, e vai passar da Copa do Mundo... Todos temos que estar preocupados com a infraestrutura em nosso País se quisermos ser um país moderno e competitivo. E isso não passa só pela aviação, mas também pelas ferrovias, hidrovias e rodovias. Então, o trabalho que temos pela frente não é pequeno.

Quero mais uma vez, ao cumprimentá-los e agradecer pela presença, dizer que a Subcomissão que eu represento estará sempre de portas abertas, e se precisarem de mais alguém para ajudar, estarei à disposição.

Parabéns e muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Quero cumprimentar também os convidados que participam desta audiência pública tão aguardada, pois já a estamos aguardando há alguns meses.

Nesse período, tive a oportunidade de ter uma reunião, juntamente com toda a bancada da Amazônia, com o Dr. Antônio do Vale, Presidente da Infraero. Mas ainda não tivemos oportunidade de estar com o Presidente da Anac e nem tão pouco com o Ministro da Aviação Civil do Brasil. No entanto, o importante é

que estamos aqui debatendo o assunto e agora com mais um componente posto à mesa, que é a mudança do modelo do início do processo da privatização dos aeroportos do Brasil, e um componente que não é tranquilo. E os senhores me desculpem, pois procurei prestar muita atenção em tudo o que foi dito: está tudo uma maravilha, não temos problemas nos aeroportos. O que não está feito, está planejado, Senador Blairo Maggi. E o que está planejado vai acontecer. Foi essa a impressão que tivemos. O que é completamente divergente, por exemplo – e aí se iniciou um grande debate –, com o estudo do Ipea, com a Nota Técnica nº 5, publicada pelo Ipea, que é um instituto de pesquisa ligado ao Governo Federal.

E faço, na presença dos senhores, outra manifestação de aplauso ao Ipea, porque acho que o bom aliado não é aquele que esconde os problemas, mas aquele que ajuda na resolução desses problemas.

Lembro que à época, quando o Ipea falava sobre a questão dos puxadinhos, muita gente do Governo dizia que não era bem assim. Muita gente no Governo dizia que não era preciso os puxadinhos, pois se concluiriam os aeroportos. Hoje, no entanto, por tudo o que temos lido, o que sabemos é que enquanto não sai o modelo definitivo da tal da privatização, as obras continuam, inclusive os MOPs, Senador Rodrigo Rollemberg. E o que são os MOPs? Módulos operacionais provisórios, os puxadinhos.

Então, primeiro, quero dizer que concordo plenamente com o Senador Blairo Maggi. Infelizmente, lamento – e peço desculpas desde já ao Dr. Antônio Gustavo, e já fizemos isso na presença dele – que este debate sobre os aeroportos só venham ocorrendo com mais força agora, porque estamos na iminência da realização da Copa de 2014 aqui. Mas a nossa luta pela ampliação, pela construção de um novo aeroporto – porque nós precisamos muito mais do que uma ampliação, precisamos de um novo aeroporto, pois o nosso tem 30 anos de idade – é de muito tempo. E há muito tempo a gente recebe informações da Infraero que não podemos acreditar. Mostrei lá, em junho de 2010, o então Ministro Nelson Jobim, encaminhou à Câmara dos Deputados, por conta da resposta a um requerimento lá apresentado, dizendo que o projeto básico do aeroporto de Manaus estava no final de elaboração e a conclusão estava prevista para o mês de agosto; e as obras começariam em fevereiro.

Hoje temos um novo calendário. A publicação do edital ocorreu em maio – de fato, o edital foi publicado no dia 25 de maio – e o término das obras está previsto para 2013. Mas faltou um pedacinho, Dr. Vale, mostrar que a conclusão do aeroporto de Manaus nem pela previsão da Infraero ocorrerá, em sua totalidade, em 2013. Ele estará pronto para o uso, mas as obras continuarão depois de 2013, depois da Copa do Mundo.

Quero dizer que faço essas críticas dentro daquela concepção inicial. O bom aliado não é o que esconde, é o que expõe e ajuda a resolver. Acho que a Infraero – e estamos dispostos a ajudar... Lamento que não foi possível aprovar a simplificação dos procedimentos de licitação, numa medida provisória na Câmara, mas creio que, em breve, será aprovada uma manifestação prática do Parlamento brasileiro no sentido de que queremos ajudar, precisamos ajudar para que esse problema seja resolvido. Queremos uma Copa do Mundo, mas uma Copa do Mundo bem organizada, que o Brasil fique com uma boa impressão no mundo inteiro. E a porta de entrada são os portos e aeroportos. A primeira impressão, como diz o velho ditado, é a que fica na imagem das pessoas. Estou dizendo isso e torço muito para que tudo se adiante. Sei da possibilidade de adiantar algumas etapas caso haja mudança nos procedimentos legais da Administração Pública.

O segundo ponto é a questão da privatização. O primeiro anunciado foi um modelo de que haveria uma parceria público-privada. A iniciativa privada construiria a ampliação e faria parte da administração; áreas comerciais explorariam aquela parte ampliada. Agora, recentemente, não. Já vamos privatizar os três aeroportos, numa decisão que será discutida até o final do ano. E aqui quero sugerir, Senadora Lúcia Vânia: vamos realizar audiência pública para debater isso, Presidente Antônio Gustavo, Presidente da Anac e Ministro da Aviação. Vamos fazer audiência pública, porque para aprovar um processo produtivo básico tem audiência pública; para ampliar o aeroporto tem audiência pública; para meio ambiente tem audiência pública; vamos fazer audiência pública para isso também. Vamos colocar os prós e os contra na mesa. Se ganharem os a favor, ótimo, vamos privatizar. Agora, a experiência do mundo mostra que não é o melhor caminho. E por que começar pelos três aeroportos mais lucrativos do Brasil?

Até onde eu conheço – não conheço muito, mas também não sou um neófito, conheço um pouco – o sistema Infraero é um sistema todo, o que dá lucro cobre aquele que não dá lucro. Por exemplo, o Aeroporto de Manaus é o terceiro em movimentação de carga do Brasil; o primeiro é Guarulhos e o segundo, Viracopos. Agora, esses aeroportos que dão lucro ajudam aqueles que são deficitários, e não são poucos. Com a privatização desses três, da galinha dos ovos de ouro, quem vai manter os outros? Ou será que os aeroportos das capitais brasileiras vão ficar iguaiszinhos aos aeroportos do interior do meu querido Amazonas? Lá, a maior parte da administração dos aeroportos

do interior está a cargo dos Municípios, que não têm dinheiro para tapar um buraco na rua, para contratar um médico, para ampliar uma equipe de médico da família, vai manter aeroporto? Não funciona, não funciona. Então, é aquela velha história: o Governo faz de conta que tem, o Município faz de conta que funciona e a gente vai descendo naqueles aeroportos que não entram nem nas estatísticas. E a gente vai descendo, porque não temos estradas, só rio, que demora trinta dias para chegar. Então, será que é isso que vai acontecer com o aeroporto de Natal, com o aeroporto de Teresina, os aeroportos que não são lucrativos? Ou vamos precisar recorrer à OGU, Senador Valdir Raupp, ao Orçamento-Geral da União, Senador Valdir Raupp, que vive contingenciado? Aí, mais uma despesa, mais uma despesa.

Vou formalizar um pedido no sentido de que precisamos ter audiência pública para debater com muita tranquilidade. Está aqui a matéria que divulga a tal da privatização. Tem muita gente interessada. Um tal grupo alemão, Fraport, que seria parceria com Andrade Gutierrez; FMG em parceria com Queiroz Galvão; a francesa Aéroport, de Paris; a A-Port, *joint venture* da Camargo Corrêa com a Suíça. Quer dizer, eles só querem esses. Não seria o caso, se tiver que entregar, de entregar em bloco e exigir uma qualidade para todos, e dar um período, e se não der a mesma qualidade para todos, devolve? Se não fossem aeroportos lucrativos não teria privatização.

E, por fim, aí é um questionamento mais dirigido ao Dr. Wagner, ao Exmº Ministro, sobre a aviação regional. Dei o exemplo aqui dos aeroportos do Amazonas, mas temos, salvo engano, a Infraero atuando em três aeroportos, temos o Comar, da Aeronáutica, atuando em mais alguns pouquíssimos, o governo do Estado em um e o resto, nos Municípios.

Precisamos também resolver esse problema. Eu gostaria de ver mais do que vi aqui em relação à aviação regional e aos aeroportos do Brasil. Tudo bem, a Infraero é uma empresa e tem os seus aeroportos. E o Ministério? Quais os planos para melhorar a aviação regional e garantir a segurança nos aeroportos brasileiros. Não é porque nós temos uma cidade com 30 mil habitantes que essa cidade não deva ter o direito a ter um aeroporto. Deve ter o direito a um aeroporto, um aeroporto que funcione com total segurança. Mas o modelo hoje não garante isso.

Peço desculpa, Senadora Lúcia Vânia, pela demora, mas são coisas que eu tinha que falar.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Wagner Bittencourt.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quantos inscritos nós temos?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Temos inscritos, o próximo, Senador Ferraço; o seguinte, Senador Francisco Dornelles; Senadora Ana Rita; Senador Flexa Ribeiro; Senador Valdir Raupp e Senador Cyro Miranda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – São dez então.

Ministro, com a permissão de V. Exª, eu só queria propor à Presidente que pudéssemos fazer dois blocos de cinco.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – *OK*. Vamos fazer.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A minha preocupação é que já temos, a esta altura, um conjunto de indagações e questionamentos feitos. Há o risco de nós comprometermos a qualidade das intervenções se passarmos para cinco. Tínhamos pactuado três. Vou insistir que a Mesa possa responder as três e depois possamos fazer outro bloco. E tenho questionamentos a fazer à Infraero. Eu gostaria de solicitar que mantivéssemos o que foi pactuado, que é manter blocos de três em três.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

Concordo com o Senador Ferraço. A preocupação dele é a de todos nós no sentido de ter qualidade na audiência. O que me preocupa é que estamos próximos da Ordem do Dia. Iniciada a Ordem do Dia, temos que suspender a audiência, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, eu prefiro suspender e marcar outra a fazer pela metade, ou não fazer ou fazer malfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Teremos votação nominal na Ordem do Dia e teremos que suspender.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Submeto ao Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu concordo com S. Exª. Só estou defendendo a tese de que, para fazer malfeito é preferível então que façamos outra, porque são 15h50. Não dá nem para responder as três intervenções que foram feitas. É preciso, então, que decidamos agora outro dia para fazer uma outra audiência pública, porque, senão, estaremos comprometendo a intervenção e a qualidade de um tema absolutamente relevante; reunimos três comissões permanentes...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador, eu retiro a minha proposta. Vamos ouvir o Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Wagner Bittencourt de Oliveira.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Obrigado. Vou tentar responder o mais objetivamente possível, já que o tempo é importante para todos.

O Senador Rodrigo Rollemberg se retirou, mas eu gostaria de deixar a resposta à pergunta que ele fez: "Qual o cronograma das concessões?" Nesses três primeiros aeroportos que o Governo decidiu conceder, que são Guarulhos, Viracopos e Brasília, o cronograma previsto de avaliação conjunta com o BNDES, que está nos suportando neste trabalho, é até o final do ano. Até dezembro, temos a modelagem feita e, a partir daí, podemos fazer o leilão e, obviamente, em mais alguns meses, estaremos concedidos, se tudo der certo.

Aproveito este comentário para responder à Senadora Vanessa. Na verdade, Senadora, uma parte do processo de avaliação de modelagem que vai acontecer até o final do ano já prevê audiências públicas, em que você apresenta o projeto, apresenta as alternativas, e isso é debatido com a sociedade. Então, isso já acontecerá necessariamente, o que não impede que a gente venha aqui também para debater. Não há problema algum. Mas o processo é transparente e deverá considerar essas etapas.

Outra pergunta do Senador Rollemberg era com relação a investimentos previstos. Se serão feitos. Serão feitos, porque esse conjunto de investimentos que a Infraero apresentou aqui tem coisas de curtíssimo prazo, coisas de médio prazo e alguma coisa de longo prazo. Se a gente olhar do ponto de vista – não quero entrar na discussão de passado –, a gente vê que várias coisas já estão se concretizando. Vários eventos, não só de construção de MOPs, estão sendo realizados agora no mês de julho, pelo menos em dois aeroportos, como licitações que já se realizaram, no sentido de se começar a fazer as obras.

Então, acredito que o que está acontecendo agora é uma realização, fruto de um trabalho que já vem vindo do passado. E, como a gente sabe, às vezes o setor público tem uma certa dificuldade de agilizar e viabilizar os seus projetos. Mas agora nós vemos que muitas dessas ações estão se concretizando e vemos que é um cronograma factível; e coisas de curtíssimo prazo, a tendência e o que a gente está se forçando é para fazer de forma a que seja atendida a urgência do momento. E esses investimentos continuarão a ser feitos.

Alguns deles – se a gente olhar o cronograma da concessão, cuja modelagem termina no fim do ano e será feita no princípio do ano; quer dizer, no princípio do ano, já se terá a concessão – são compatíveis. Por exemplo, se a gente olhar o terminal 3 de Guarulhos, o Exército está fazendo agora terraplanagem. A construção do terminal 3 vai-se dar mais para frente. Se a gente olhar o cronograma, a gente vê que é algo compatível, mas não vamos parar de fazer nada pelo risco de se ter um *stop and go.* Então, como precisamos ter os ativos realizados, continuarão a ser feitos investimentos. Nada será paralisado.

Bom, agradeço as palavras do Senador Blairo Maggi. Não tem dúvida. Sou uma pessoa que trabalhei muito tempo em infraestrutura no BNDES, de logística, e sei quanto isso é importante; quanto nós temos de planejar a longo prazo; quanto nós temos de fazer intervenções para não ter dificuldades no futuro. Sei como a questão da intermodalidade é fundamental, não só na carga, mas em passageiros. Temos o trem de alta velocidade, que acho que não vamos discutir aqui, porque é um outro projeto grande. Mas acho, do meu ponto de vista, como uma pessoa que trabalhou em desenvolvimento a vida inteira – 36 anos de BNDES – que se a gente não tivesse feito as coisas que fez no passado não teríamos hoje uma série de atributos e projetos importantes para o País.

Então, acho que sempre tem uma dificuldade no momento. Eu me lembro de que a gente está discutindo essa questão do trem, que é muito caro, e um tempo atrás estava discutindo com algumas consultorias que estavam nos ajudando na modelagem do setor aéreo. E começamos a refletir sobre projetos grandes que teríamos feito. Eu me lembro.

Em 1981, era gerente do departamento de mineração e metalurgia do BNDES, e nós estávamos estudando o projeto Ferro-Carajás. Eu me lembro de que, naquela época, foi um estudo com várias agências de desenvolvimento, Banco Mundial, o banco japonês de desenvolvimento, e me lembro de que foi uma discussão muito grande. Levou um ano ou mais para a gente fazer a análise desse projeto. Existiam dúvidas sobre, primeiro, a crise na época que nós vivemos. Eu também já passei por várias crises, e a gente começa a contar história em vez de contar estória. É um problema, mas é verdade, a gente vê as coisas acontecerem. Então, nessa época, questionava-se se existiria mercado para esse projeto; se o custo não era muito elevado; se, por acaso, os dormentes não seriam comidos pelos cupins no meio da Floresta Amazônica, e uma série de questões desse tipo. Hoje, vejo que esse projeto foi feito...

Quanto ao tamanho, é o seguinte: na época, fizemos uma avaliação, há pouco tempo, quando começamos a discutir isso, e vimos que o custo do projeto era muito próximo do que se fala hoje do trem de alta velocidade. E nós o fizemos naquela época. O cupim não comeu a madeira, a Vale do Rio Doce continua

produzindo o que produz lá – mais de 100 milhões, quase duzentos milhões de toneladas –, e o mercado não desabou por conta daquele projeto e ele não se tornou inviável.

Então, acho que infraestrutura é uma questão de muito longo prazo. Temos de olhar para o futuro, e às vezes pode ser que alguma coisa que olhemos no curto prazo possa parecer um pouquinho fora do padrão, mas aquilo vai ser importante. No caso, temos recebido muitos operadores internacionais de aeroportos, e eles falam da importância de se ter uma interligação de modais, assim como nós temos a necessidade de ter isso na infraestrutura e na logística de carga.

Agradeço e acho que vamos precisar muito, Senadora. Acho que ninguém faz nada sozinho, principalmente num setor como este, que precisa de muito investimento e de muito suor para acontecer.

À Senadora Vanessa, um pedacinho acho que já respondi, não tem dúvida: Manaus precisa mesmo, nós temos consciência disso; precisa de um aeroporto muito melhor do que tem hoje, pois é um aeroporto muito antigo. Essa intervenção que está sendo feita lá leva a se ter um aeroporto de qualidade na cidade de Manaus.

Obviamente, estou só há dois meses nesse assunto, mas espero e vejo a determinação do presidente Gustavo, que também está há pouco tempo. Vemos que todos os cronogramas, assim como a senhora,... algum evento que era importante, a licitação foi feita, e agora temos marcos acontecendo. Claro, como a senhora disse, é fundamental... (*inaudível*.)

Então, com isso, nós poderemos dar um passo a mais. Sabemos que a dificuldade do setor público de realizar cronogramas é muito grande. Acho importante essa modernização de regulação, uma vez que regras e leis são feitas por homens e para o momento. Já tivemos no Brasil uma lei que previa a escravidão. Hoje em dia, ela não existe, há muito tempo. Então, como não é nenhuma constante universal, nenhuma lei, nenhuma regra, nós temos de constantemente aperfeiçoá-las, e acho que neste caso é o momento de discutir isso, para que possamos ter uma forma mais eficaz de atender as necessidades do País. Então, nós vamos trabalhar para que Manaus tenha, sim, um aeroporto de que se orgulhe.

O projeto fica pronto para a Copa do Mundo? Se a senhora observar todos os investimentos feitos ali, muitos deles, como só temos uma previsão até 2014, 2015, uma parte deles, não só esses, fica pronta depois, mas certamente o que ficar pronto até 2014 será suficiente para atender a demanda da Copa. Isso foi tudo cotejado, ofertas e demanda. Como disse a Infraero, o Gustavo, isso é discutido na forma de capacidade de padrões internacionais, que a Iata determina, enfim. E isso foi feito exatamente dessa forma: o fato de estar previsto terminar 50% depois não quer dizer que não vá atender a demanda da Copa. Ele vai atender e, depois, vai continuar aumentando a capacidade até, porque a nossa demanda, em função do crescimento do País e de as pessoas estarem usando mais aviões, graças a Deus, ela vai continuar crescendo e bastante.

Bom, a questão das concessões. No princípio, fizemos um estudo preliminar sobre a possibilidade de fazer concessões diárias comerciais em aeroportos, que foram exatamente os três: Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Nós verificamos o seguinte: que não era viável fazer a concessão comercial; quer dizer, teríamos um trabalho que poderia ser feito e não ser viável. Portanto, não ficaria em pé uma proposta dessas. E, como são aeroportos em lugares sensíveis, que nós precisamos tomar uma decisão a respeito do seu futuro, e até porque alguns deles são alternativas para os outros...

Por exemplo, na Copa do Mundo de 2014, por que Viracopos entra também? Porque, se a gente tiver algum problema em Guarulhos, num momento de crise, quem vai atender Guarulhos? Temos a alternativa de Viracopos, e será uma possibilidade; e temos Galeão, que sempre será uma alternativa para São Paulo. Precisamos ter alternativas de segurança, principalmente em momentos como esse. Então, essa questão das áreas comerciais não se demonstrou viável, e, aí, tivemos de tomar a decisão de conceder os três aeroportos. E como é que faríamos isso?

Agora, temos toda essa preocupação, sim, de como é que fortalecemos a Infraero, que acreditamos poder ser um *player*, assim como outras empresas estatais do País, como a Petrobras, como o Banco do Brasil, como a Eletrobras, que são empresas parceiras do setor privado em vários segmentos da indústria. Ser parceiro é uma coisa muito boa. Isso no mundo hoje é feito cada vez mais, porque você utiliza seus recursos de uma forma mais eficaz, não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista do conhecimento.

E o que a gente vê nessa possibilidade é: com esses até 49% que a Infraero terá no capital da companhia, essas companhias certamente vão crescer, vão ter lucro, vão distribuir dividendos, e isso será uma fonte de recursos que estará disponível para a Infraero aplicar eventualmente em outros aeroportos, em outras obrigações que ela tenha do ponto de vista de políticas públicas. Essa é uma forma.

Uma outra forma diz respeito ao modelo, que ainda não está definido – nós vamos discutir isso durante esse período todo aí, inclusive em audiências públicas.

Pode ser uma outorga que você tenha que possa irrigar o fundo que foi criado para você desenvolver esse segmento. Talvez essa não possa ser uma alternativa que garanta, além da capacidade de recursos para a Infraero, um volume de recursos que possibilite os investimentos em aeroportos regionais, quer sejam eles em termos de desenvolvimento econômico, quer sejam eles em termos de integrar de uma forma econômica as cidades mais distantes e menos ligadas ao restante do País

A questão de entregar em bloco ou exigir regras. Acho que algumas de que falei aqui, como a questão da outorga e a questão do retorno para o próprio acionista investidor da Infraero, vão permitir que se tenham mecanismos que façam com que a gente desenvolva esses projetos. Entregar em bloco seria uma avaliação possível, mas muito mais complexa. Se fizer as PEs, acho até do ponto de vista de formas, de acompanhar esse processo... E, obviamente, a empresa que for concessionária desses aeroportos vai assumir uma série de compromissos a partir dessa concessão – como em todo contrato de concessão, existe uma série de compromissos – no sentido de atender adequadamente o usuário. Já que isso é uma concessão pública – você não está vendendo um ativo da União, você está disponibilizando esse serviço por um determinado tempo com determinadas condições que serão estabelecidas –, caso eles não sejam cumpridos, obviamente, no limite, há sempre a possibilidade de o Estado tomar o que é seu.

Aviação regional.

Desculpe, Senadora, mas acho que respondi um pedaço com essa questão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora, desculpe-me, mas eu esqueci de levantar uma questão sobre a aviação regional. Gostaria que o senhor dissesse... O senhor mostrou aqui que são 18 aeroportos de 12 Estados brasileiros que vão receber recursos do Profaa. Quantos municípios do Amazonas estão recebendo esses recursos? Gostaria que o senhor me respondesse essa pergunta.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Eu não tenho aqui. Posso informar a senhora depois?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nenhum assessor seu pode informar? São só 12 Estados e 18 aeroportos. Não há nenhum do Amazonas.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Sabe como é que funciona?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Havia dois, mas foram retirados, porque nós não sabíamos...

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Existe uma regra. O que está acontecendo nos últimos anos é muito simples – eu não estava, mas me informaram.

O que acontece? Na verdade, para você poder fazer esses aeroportos, você tem de assinar convênios com o Estado e com o Município. O que acontece é que, para você poder colocar no Orçamento esses projetos, você precisa ter licença de instalação, o que é de responsabilidade do ente público que vai fazer, normalmente o Município ou o Estado, e você precisa ter um projeto básico, que possa aprovar.

Estamos conversando com Estados e Municípios no sentido de capacitá-los – falei também aqui um pouco sobre a proatividade que a Secretaria vai ter –, de ajudá-los a desenvolver esses projetos para que a gente possa, de uma forma proativa, organizada e estruturada, fazer com que eles aconteçam.

Hoje existe um Orçamento, mas acontecem só 15% ou 20% por falta de projetos em condição de serem aprovados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, desculpe, mas é que temos alguns Municípios... Por exemplo, o aeroporto de Parintins – a festa começa no final mês –, ele foi reaberto agora por causa da festa. Acaba a festa, o aeroporto vai ser fechado. O aeroporto de Itacoatiara, uma cidade de cem mil habitantes onde temos um importante terminal graneleiro, está interditado. E nós não estamos no Profaa.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – A senhora tem razão. Nós vamos tratar desse assunto de forma prioritária, já decidimos isso.

Agora, por exemplo: Parintins não voa durante o dia porque há um abatedouro na frente do aeroporto. É uma responsabilidade do Município retirá-lo para que o aeroporto possa ser operado. Foi por isso que eu disse aqui quanto ao tal do aeroporto: não adianta um Cristo resolver, ou a gente tem um conjunto de 12 apóstolos para resolver aquilo ou nós não vamos resolver. Temos todo um mapeamento disso, temos todo o interesse e toda a determinação de fazer. Vamos fazer e vamos procurar os Estados e os Municípios para que a gente possa fazer de uma forma concertada e organizada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale para fazer suas observações a respeito das perguntas.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Só complementando o que o Ministro Wagner bem disse na resposta ao Senador Rodrigo Rollemberg: todos os investimentos que foram apresentados e que constam do *site* da Infraero são, rigorosamente, investimentos que não levam em consideração nenhum dos progra-

mas de concessão. Todos os programas de concessão a que o Ministro se referiu são no sentido de agilizar esses prazos, já que eles foram determinados pela própria Infraero e são feitos com investimentos próprios.

Sobre algumas das perguntas da Senadora Vanessa Grazziotin, nós já havíamos conversado pessoalmente. Nós também temos as mesmas preocupações da senhora, nós também usamos os estudos que apareceram e que foram apresentados aqui, inclusive do Ipea, como alerta para nós, como sinalizadores de que devemos trabalhar o mais rápido possível, porque a situação é grave.

Nós não escondemos de ninguém que a situação, sem dúvida alguma, é grave. A demanda brasileira, graças a uma série de fatores, cresceu substancialmente nos últimos anos, e a infraestrutura não teve o crescimento necessário para acompanhar essa demanda. Isso aconteceu em todos os setores. Então, é lógico que temos de correr contra o tempo. Estudos como o que o Ipea fez são para nós um sinalizador, como outros que existem por aí.

A questão dos módulos operacionais. Sem dúvida alguma, são módulos que, dependendo do crescimento da demanda, vieram para ficar sim. Eles são módulos extremamente confortáveis, eles fazem parte do novo arcabouço dos aeroportos mundiais, não são coisa do Brasil, não foram inventados aqui e, sem dúvida alguma, onde for necessário, nós vamos usar os módulos operacionais sim. O de Vitória, espero, ficará pronto nos próximos 45 dias.

Quanto à questão de Manaus, a senhora tem razão. Quando nós falamos a primeira vez, um pedaço de cerca de 20% iria ficar para depois, que era toda a área circunscrita ao aeroporto – caso do acesso ao estacionamento. Isso foi revisto, e nós vamos entregar o aeroporto inteiro no prazo que consta do *site*.

A questão da Lei nº 8.666. Tudo o que puder ser flexibilizado, sem dúvida, só vai adiantar esses prazos que nós demos, porque todos os prazos cumprem rigorosamente os termos da Lei nº 8.666. Qualquer coisa que o Congresso Nacional decidir... Qualquer coisa que agilize esses prazos será na agilização...

Por fim, a pergunta que a senhora fez de quem vai manter os aeroportos deficitários. Sem dúvida, todo o estudo que está sendo feito sobre a concessão prevê, já no próprio estudo e na modelagem – o Ministro foi muito claro –, permitir que a Infraero continue com os recursos necessários e que ela possa investir não só nos aeroportos da rede, mas também assumir outros aeroportos, na linha do que a senhora mesma disse, da aviação geral.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira para fazer seus comentários.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Obrigado, Senadora.

Gostaria apenas de ratificar o que entendi da única parte para a qual a gente pode contribuir. O que o Ministro Wagner colocou... Está aqui o Diretor Rubens, que esteve em duas audiências públicas sobre a concessão do aeroporto São Gonçalo do Amarante.

É um padrão da Anac. Então, Senadora Vanessa, tenha certeza de que a agência tem esse procedimento. Nós fazemos audiências públicas não só documentais, ou seja, no nosso *site*, como também presenciais e, no caso de São Gonçalo do Amarante, foram feitas duas vezes, uma até no local, ou seja, o Diretor Rubens foi a São Gonçalo e teve a chance de conversar com a população local justamente para ter certeza de que esse modelo que estamos trabalhando no Brasil é um modelo vencedor, e a gente imagina que a nossa população e o Brasil vão ganhar muito com isso. É essa a nossa visão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senadora Lúcia Vânia, quero cumprimentar todos os nossos convidados, o Dr. Carlos Eduardo, o Ministro Wagner Bittencourt, o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale. É sempre muito complicado, enquanto o Congresso Brasileiro insistir com esta tese equivocada de que a semana tem dois ou três dias, nós vamos continuar aqui lutando contra o relógio e tendo de fazer, a todo o momento, escolhas de Sofia em relação a este e a aquele tema. Lamentavelmente, o Congresso funciona na terça, funciona na quarta, eventualmente funciona na quinta, e temos uma concentração muito grande de atividades nesses dias.

Enfim, as reflexões que quero fazer não dizem respeito aos senhores, mas evidentemente é com grande ceticismo que recebemos tudo o que foi falado aqui. Ao longo do tempo, os compromissos que a Infraero assumiu não vêm sendo honrados. Todos os compromissos e retificações de cronogramas são, a todo momento, ajustados. De alguma forma, nós, que estamos no dia a dia, com a sociedade e com os contribuintes, sofremos muito com isso. Quando qualquer um de nós recebe em seu Estado o Presidente da República, um Ministro e ali fazemos uma cerimônia e assumimos um compromisso público e formal, os senhores depois vão embora e nós ficamos. E as cobranças e as demandas se intensificam em razão desse compromisso que se torna fé pública.

Digo isso para começar a minha indagação com relação ao aeroporto de Vitória. Esse é um tema absolutamente indigesto para os capixabas. Indigesto porque o Ipea, recentemente, apresentou o nosso aeroporto como o pior do Brasil, estamos com uma demanda cinco vezes superior à estrutura existente, nós temos um aeroporto em que as obras de modernização e ampliação iniciaram-se em fevereiro de 2005, com promessa para estarem concluídas até o final de 2008. As obras estão há três anos paralisadas e não temos, até este momento, um organograma fixo e definitivo para o reinício e a conclusão das obras do aeroporto.

Evidentemente, Dr. Antônio, que a construção dos dois terminais móveis atendem, porque são uma boa improvisação, mas longe do compromisso que o Governo Federal tem com os capixabas, até porque nós não estamos solicitando à União qualquer tipo de privilégio. Nós somos um Estado que tem contribuído com o desenvolvimento nacional e que não tem recebido uma contrapartida adequada do Governo Federal. E o caso do aeroporto de Vitória é simbólico, porque as ambigüidades e a ausência de informação deixam atordoado quem tem obrigação, como eu, de representar os interesses do povo capixaba aqui no Congresso Nacional.

Então, a primeira indagação que faço é quem pode me responder, por gentileza, a respeito do novo cronograma para conclusão das obras do aeroporto de Vitória. Essa é uma agenda velha, carcomida que, lamentavelmente se mantém. Mas quero crer aqui... E estou de novo ratificando que os senhores não têm responsabilidade direta, mas essa é uma questão institucional entre dois entes federados, tanto que nós, quando vimos o Governo Federal pensar na possibilidade de incorporar à sua prática a contratação diferenciada, fizemos uma correspondência à Presidente Dilma para incluir o aeroporto de Vitória, mesmo entendendo que esse aeroporto não é prioridade, porque a prioridade são os aeroportos da Copa. Fiquei muito feliz em ver todos esses aeroportos e fiquei muito triste em não ver o aeroporto de Vitória. Era como se o aeroporto de Vitória não constasse da lista de prioridades de quem tem a responsabilidade, de quem tem a autoridade de oferecer uma resposta efetiva. E volto a repetir: refiro-me a um aeroporto que está, há três anos, com suas obras paralisadas.

Faria outros questionamentos em relação à privatização, à concessão, mas quero crer, pelo que disse o Dr. Wagner, que esse modelo não está concluído, não está pronto, e que, em algum momento, poderemos conversar sobre esse tema, porque é um tema muito caro aos brasileiros pelo tamanho do desafio que os senhores têm.

Evidentemente que eu vi com muito bons olhos a iniciativa do Governo Federal de criar o Ministério da Aviação Civil. E estou muito empolgado, muito animado, muito estimulado com as informações de reinvenção da Infraero. Sim, porque a Infraero precisa de ser reinventada. Quem ler a revista *Veja* desta semana e ver a Infraero colocada naquelas condições há de se perguntar como que um órgão público pode se colocar de pé com essa intensidade de denúncias não apenas em relação a sua eficiência mas em relação a sua reputação.

Acho que teremos oportunidade para dialogarmos, para debatermos os termos dessa concessão numa outra oportunidade. Essa campainha que ouço é aquela que nos convoca para irmos ao plenário, mas eu gostaria de encerrar a minha manifestação. É evidente que a minha manifestação vem acompanhada de um desabafo muito grande, por conta das incertezas, das ambiguidades, da falta de resposta afirmativa. Com relação ao programa nacional, teremos outras oportunidades, mas indago a V. Sªs qual é o cronograma definitivo e afirmativo para a conclusão das obras do aeroporto de Vitória.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com licença, V. Exª me permite um aparte?

O senhor tem certeza de que o senhor estava falando do aeroporto de Vitória. O senhor não leu aeroporto de Goiânia? O senhor tem certeza? Porque não é possível. É cópia fiel do que eu ia falar. Mas eu não tenho o que tirar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero cumprimentar o Ministro Wagner Bittencourt, o Presidente da Infraero e o presidente da Anac.

Ministro, serei muito objetivo: por que motivo o Galeão não entrou no desenho da concessão? O Governador brigou tanto, disputou tanto. Acho que aquilo que pode ser feito pelo setor privado, o setor público deveria economizar seus recursos e aplicar em aeroportos. Não compreendi porque o Galeão não pode ser explorado em forma de concessão.

Gostaria de dizer ao Presidente da Anac que, quando chegar ao Senado o acordo de céu aberto, quero examinar mais alguns detalhes que o senhor apresentou que me trouxeram tranqüilidade.

Quero dizer ao Presidente da Infraero o seguinte: o Senador Jayme Campos disse que um administrador nunca podia se preocupar em priorizar pequenos problemas, tinha que priorizar os grandes. Mas quando não resolve pequenos, não vai resolver grandes. Então, tem uns problemas pequenos da Infraero...Um nem é pequeno, é relacionado à denúncia do Sindica-

to Nacional de Aeronáutica. Segundo essa denúncia, a camada porosa da única pista em uso no aeroporto Santos Dumont está vencida desde 2007, aumentando o risco de acidentes. Fico neste ponto; se realmente isso prevalece.

Segundo, eu queria dizer aos senhores o seguinte: há setores da Infraero, em alguns Estados, em que sentimos uma bela administração. Quando se chega ao aeroporto do Rio Grande do Sul, de Salvador – estou dando só um exemplo... Agora, no Rio, é um caos. Os pequenos problemas do aeroporto do Rio... O serviço de ônibus é deficiente, o tempo em que se recebe bagagem é enorme, não há local de troca de moeda, as lanchonetes são insuficientes, os banheiros, sujos, os carregadores não podem entrar na área da esteira – às vezes, senhoras idosas não têm um carregador para segurar uma mala –, e há alguns funcionários que há nove meses não recebem seu salário.

Eu pediria a V. Exª, Sr. Presidente, para olhar para esses pequenos problemas da administração do Galeão, que é um caos, um caos. Temos noção de que não existe administração no Galeão. Desse modo, eu pediria ao senhor que prestasse atenção a esse ponto.

Quanto à parte do Santos Dumont, eu queria uma resposta da Infraero.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

Já terminou, Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Terminei.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A Senadora Ana Rita não está inscrita?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ela saiu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Ministro Wagner Oliveira; Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo; Presidente da Anac, Sr. Carlos Eduardo; Srs. Senadores, eu ouvi atentamente parte das exposições, pois estava em outro compromisso. Aqui, como disse o Senador Ferraço, temos cinco compromissos na mesma hora. Audiências... Agora mesmo estamos sendo chamados pela campainha para votarmos no plenário e temos votação na CCJ, para os indicados ao CNJ.

Eu queria fazer alguns questionamentos. Primeiro, Ministro, Presidente da Infraero e Presidente da Anac, quanto à questão das – vamos colocar entre aspas – "privatizações" dos terminais aeroportuários. Eu perguntaria: mudou a concepção do Governo em relação às privatizações ou foi muito tarde que se acordou para a necessidade de a iniciativa privada ser chamada para apoiar os investimentos nesse setor? Oito anos e meio se passaram, e a situação, a cada momento, se agravando. Tivemos aqui várias audiências sobre apagão aéreo, sobre a incapacidade da Anac de fiscalizar e da Infraero de executar, ao ponto de ter sido criado um novo Ministério, uma Secretaria com *status* de Ministério, ao qual V. Exª foi tão bem conduzido. V. Exª diz que ainda não está maturado o processo. Eu gostaria que não perdêssemos mais tempo, porque acredito, pelo que tivemos de informações do Ipea, que dificilmente os cronogramas dos aeroportos para a Copa estarão executados dentro da necessidade para 2014.

Eu conversava com o Senador Dornelles, e concordo com S. Exª, que, onde a iniciativa privada puder estar... O Governo deve usar esses recursos, que são poucos, em áreas aonde ela não chega. Então, por exemplo, na Amazônia, não adianta fazer concessão de aeroportos, porque ninguém vai querer entrar na concessão; vai ter o Governo Federal de usar 100% de recursos da Infraero para colocar as unidades.

Eu já aproveitaria para perguntar, dentro do que perguntaram o Senador Ferraço e outro Senador, sobre o aeroporto de Santarém também. Há anos se aguarda que o aeroporto de Santarém seja executado, a licitação foi feita, a população de lá nos cobra essa resposta, e não nos chega uma informação correta.

Com relação à modelagem, não acredito que haja necessidade dos 49% da Infraero na concessão. Deve-se deixar a iniciativa privada aplicar os 100%, até para resguardar o interesse dos usuários, da sociedade, melhor dizendo, e aplicar esses recursos que seriam colocados nesses aeroportos em regiões onde a demanda seja por recursos públicos.

Eu não acredito em Estado máximo nem em Estado mínimo. Eu acredito no Estado necessário. Onde ele se fizer necessário, ele tem que estar presente para atender a todos os brasileiros.

Eu perguntaria também ao Presidente da Infraero com relação a essa questão emergencial das puxadinhas nos aeroportos. A gente desce aqui em Brasília, desce lá, um bando de puxadinha para atender emergencialmente. Quanto custa para a Nação brasileira essas puxadinhas e o que será feito com elas quando chegar a remodelagem ou a ampliação desses aeroportos? Quanto estamos perdendo de recursos por falta de planejamento, em médio e longo prazo? Ou seja, nós temos que reconhecer que o Brasil passou oito anos e meio sem planejar a questão da logística, da infraestrutura aeroportuária.

Também uma questão a V. Sª com relação a saber se Anac ou se Infraero ou se o próprio Ministério já tomou providências para que não passemos outro apagão aéreo em relação aos controladores de voo.

Nós fizemos aqui diversas reuniões, passou a onda, e não sei como isso vai estar preparado para a Copa. Será que teremos outro apagão às vésperas da Copa ou a Anac, a Infraero ou o Ministério já treinaram pessoas que possam vir a ser contratadas para suportar o aumento de demanda que haverá efetivamente?

Mas eu queria fazer algumas questões. Pergunto ao Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo: V. Sª chegou a ler a matéria da *Veja* desta semana, "Apertem os Cintos, o Dinheiro Sumiu", tratando da Infraero, empresa que hoje V. Sª preside?

A matéria diz, Ministro, que o total dos contratos da Infraero analisados pela Polícia Federal chega a R$4,2 bilhões, e o valor correspondente ao superfaturamento é de R$891 milhões, ou seja, 21% desses contratos foram superfaturados, dinheiro desperdiçado da sociedade brasileira. Queria que V. Sªs pudessem me dizer se já tomaram conhecimento da matéria e quais as providências que foram tomadas.

Também com relação à Infraero, acho que há necessidade de que haja mais conhecimento das matérias que a imprensa escrita e televisada tem colocado. Há pouco tempo, veio uma matéria sobre os custos da alimentação e dos serviços nos aeroportos, mostrando que lojas da mesma franquia cobram um preço fora do aeroporto e um preço muito mais alto no aeroporto, onde o usuário é obrigado a adquirir porque, em função de atraso de voo, ele vai ter que se alimentar, e paga um sobrepreço por não ter opção de concorrência, vai ter de comprar ali mesmo.

Com relação, por último, Presidenta ou Presidente Lúcia Vânia, não sei como V. Exª gosta de ser chamada... Hoje temos essa dúvida, se Presidente ou Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tem que perguntar a V. Exª.

Eu perguntaria para a Anac: a cobrança do assento conforto pelas companhias aéreas ou pela companhia aérea é correto? É legal? Se for legal, é imoral. É preciso saber de que forma é, porque todas as vezes que entro no avião, tem o assento conforto, aí eu pergunto: "E o assento desconforto? Eu tenho que cobrar também R$20,00 quando nos colocam no assento onde a gente não tem onde colocar as pernas". O Ministro, à época, disse que não cabia dentro do afastamento, que ia mandar abrir as distâncias. Até hoje não aconteceu. Então, eu pergunto se é correto cobrar esse assento.

E mais: é um absurdo isso, Presidente Lúcia Vânia, porque, quando a porta é fechada, ou seja, os passageiros já estão todos a bordo, você não pode ir para esse assento conforto, mesmo eles estando vagos, porque você teria que ter pago e não pagou, aí não pode ir. Aí eu pergunto: qual é a necessidade de utilizar a saída de emergência? Não havendo ninguém na fila de emergência, como vai ser utilizada? Ninguém vai pagar R$20,00 para ainda trabalhar para a companhia aérea, na necessidade – Deus o livre! – de usar a saída de emergência. Na primeira fila, quando chegam as pessoas que são necessitadas de tratamento diferenciado, as pessoas que pagaram os R$20,00 têm de sair para dar assento, quando seriam devolvidos os R$20,00. Isso é um absurdo. Acho que a Anac tinha de tratar com relação a isso.

Quanto ao atraso, V. Sª mostrou aqui um gráfico... Eu, ontem, estava em Salvador e vinha para Brasília. Meu voo era às 5h20 da tarde. Não posso chegar atrasado um minuto que eu perco o voo. Cheguei e aí começou: o avião está atrasado e a previsão é de 30 minutos. Às 6 horas, tinha um voo para Brasília de outra companhia. Eu poderia ter mudado de voo, mas, por 30 minutos – 5 e 20 com mais 30 minutos passaria para 5 e 50 –, dá esperar. Próximo dos 30 minutos, mais 30. Aí, já não dava mais para pegar o voo das 6 horas. E assim foi. Tivemos 2 horas e 10 minutos de atraso, para sair de Salvador para vir para Brasília. Perdi uns cinco voos, com compromisso aqui, em Brasília.

Minha pergunta é: a informação que é repassada pela companhia aérea devia ser controlada pela Infraero ou pela Anac nos aeroportos...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para concluir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já concluo.

Não há por que enganar o usuário sem que... V. Sª apresentou aqui a quantidade em milhões de reais de multas da Anac. Não adianta nada, não adianta nada. Essas multas são pagas? É a pergunta que eu faço.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda, último orador inscrito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Srª Presidente.

Senhores convidados, Exmº Sr. Ministro, eu vou aqui só fazer uma síntese de praticamente tudo que se falou.

O que me preocupou foi que os senhores nos mostraram as providências que estão tomando com os aeroportos das cidades que vão sediar a Copa e onde têm o maior fluxo, mas os senhores não se preocuparam ainda com os outros aeroportos, pois os turistas que aqui vierem irão para outras cidades. Esse é o gancho que eu pego.

Eu acho que ou meu colega Ferraço leu aqui ou eu leio o dele, pois são os dois piores aeroportos do País. Vejam os senhores que não temos um lugar para revisteiro, não temos lugar para sentar, não temos lugar para estacionar – gente perde voo, porque não tem onde estacionar o carro –, onde a população é tratada como gado: senhoras grávidas sentadas no chão.

Agora, as tarifas, não; as tarifas são as mais baratas do Brasil. Segundo o ex-Ministro Walfrido dos Mares, nós tínhamos as maiores tarifas. Ele disse que tínhamos de baixá-las. No entanto, em março deste ano, elas foram alteradas – para cima.

Levamos dois anos para conseguir um puxadinho. O puxadinho de Goiânia foi licitado várias vezes. A obra está três anos e meio parada por superfaturamento. E a população paga.

Nós estamos com um problema com o *ambulift.* Eu presenciei uma senhora que não podia subir em cadeira de rodas e o *ambulift* tinha quebrado. Ela subiu com o pessoal da própria segurando, mas ela quase dá uma cambalhota para trás. Ela chegou lívida. Os senhores conhecem isso sobejamente. Agora, o que falta é providência.

É muito triste quando nós nos deparamos com uma revista como a *Veja*, que tem toda a credibilidade, que começa assim "Uma investigação da Polícia Federal comprova: nunca se superfaturou tanto na Infraero quanto no Governo Lula". Ela usa termos pesados, inclusive: "Análise minuciosa dos documentos, aliada à rigorosa vistoria de cada obra, produziu um relatório espantoso" e, como já foi dito aqui, "de R$4,2 bilhões, foram superfaturados R$891 milhões".

Uma última notícia, que eu não sabia: foi orçado em Santos Dumont um vidro plano, que estava orçado em R$3 milhões; depois de licitado, resolveu-se fazer o vidro curvo; e esse vidro curvo custou R$30 milhões. De R$3 milhões para R$30 milhões. Bom, e, assim, a gente está num processo doloroso, de difamação, em que nós, brasileiros, nos sentimos mal em ver tanto desperdício. Eles usam, inclusive, um outro artifício: legalizaram o superfaturamento. Isso que é o pior.

Hoje, temos dois institutos, o de pesquisas de custos, de índices da construção, o Sinapi, e o Sistema de Custo Rodoviário (Sicro). Esses estão bem acima dos valores. Então, o TCU fica amarrado porque não pode classificar como superfaturamento, mas encontra-se, por exemplo, tijolo 20% mais barato no mercado – isso para um cidadão comum –; tinta látex, 128% mais barata; forro para teto, 145%. Quer dizer, está nítido, é nítido o desvio.

Se nós não tomarmos providências, se nós não tivermos acuidade com o dinheiro público, vamos chegar ao que estamos assistindo, à falência de todos os aeroportos. Temos, hoje, uma rodoviária no nosso Estado, que dá de 10 a 0. No entanto, somos tratados como gado. E o resto já foi dito aqui.

Acho que ou a gente rasga tudo isso e começa de novo, Sr. Ministro, ou, então, sinceramente, vamos passar nessa Copa uma das maiores vergonhas que o País já teve, não só pelos aeroportos novos, não. Talvez, os novos ainda fiquem meia-boca, mas o pessoal vai viajar, vai querer conhecer o Brasil e aí vai encontrar a nossa realidade.

O senhor me desculpe, é um desabafo de quem sofre todos os dias, inclusive nem podendo mais entrar naquelas poltronas, como falou meu colega aqui, Flexa Ribeiro, que, numa última viagem, o cidadão reclinou a poltrona e dormiu; o de trás queria levantar para ir ao toalete e não pôde, não passava e ficou meio incomodado de acordar a pessoa da frente. Então, isso tudo está acontecendo aqui e a gente vive – os senhores também viajam –, e as coisas continuam piorando, não melhorando.

Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Infelizmente, eu queria fazer algumas arguições, mas o painel já está aberto, estamos em votação nominal no plenário do Senado e não me resta outra coisa senão pedir que V. Exª encerre a reunião para que a gente possa ir votar lá.

Mas, colaborando com a fala dos nobres colegas aqui, quero dizer que existem algumas situações que, realmente, são vergonhosas. Aqui foi falado de Goiânia, Vitória, Cuiabá, Florianópolis. Eu citaria só Cuiabá, para não me alongar. Em Cuiabá, é uma vergonha. Lá tem o terminal 1 e o terminal 2. Você tem que descer a bagagem num terminal – falo em terminal, mas não é isso, porque as obras foram feitas separadamente e a parte nova já está caindo aos pedaços, tem parte do teto desabando. Você tem que descer na chuva ou no sol, pegar a bagagem em um terminal e sair por fora, pela rua, e embarcar em outro. Isso já faz mais de cinco anos.

O aeroporto de Florianópolis, coitada da nobre Senadora Ideli, que já não está mais aqui, cumpriu oito anos de mandato e ficou todo esse tempo aqui cobrando e não foi sequer licitado. Não sei se foi licitado, o Sr. Ministro poderia nos informar depois. Mas tenho parentes em Santa Catarina, viajo muito para lá nos finais de ano, e ali é uma vergonha nacional, um aeroporto que recebe turistas do mundo inteiro, que

vão para as praias de Santa Catarina, e está naquela situação.

Se formos aqui falar, o nosso problema não é nem superlotação nos aeroportos, é uma questão de redimensionamento de fluxo e fazer estações dignas do povo brasileiro e também dos turistas que aqui chegam.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp, não vou suspender a reunião, mas deixo livre aos Senadores que quiserem ir votar.

Concedo a palavra ao Dr. Wagner Bittencourt, para que ele possa responder as perguntas, uma vez que temos aqui jornalistas, assessores de Senadores, que gostariam de ouvir as respostas.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Senador Ricardo Ferraço, vou tentar responder um pedaço e passar para o Dr. Gustavo, que conseguirá responder com uma propriedade melhor.

Do ponto de vista do aeroporto de Vitória, nós sabemos que ele tem vários problemas, obra paralisada, enfim grandes questionamentos, mas, como é bom a gente olhar para frente, porque eu acredito sempre que a gente tem que tentar resolver os problemas, neste ano agora foi resolvida a questão com a empresa de engenharia, foi feito um corte. A parte de trás, vamos dizer, do projeto será discutida na Justiça e vai ser feita uma nova licitação. Isso vai permitir que ande o projeto.

O Exército já retomou a questão dos seus trabalhos, do projeto de engenharia, que a gente imagina que vai ser cumprido no prazo. Nós tivemos reuniões com o General Peri, que é o Comandante do Exército, com o General responsável pelas obras, e o que a gente vem acompanhando é que o cronograma está em dia.

No caso do terminal MOP, apesar de algumas dificuldades jurídicas que aconteceram nesse período, as obras estão andando; na torre também, e eu acredito que agora nós vamos ter condição de concluir na data prevista os cronogramas.

Esperamos não ter mais nenhuma surpresa do ponto de vista jurídico de andamento, porque, de vez em quando, nós temos uns questionamentos sobre a questão ambiental, mas temos trabalhado para resolver e atender essa data. Então, pediria que, depois, o Gustavo complementasse a questão dos prazos corretamente.

Acho que era isso, Gustavo. Você quer complementar a data? Melhor, porque aí responde a pergunta do Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na prática, a minha pergunta diz respeito à indagação: qual é o cronograma oficial para a conclusão das obras do aeroporto de Vitória?

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Como o Ministro disse, Senador, o senhor é um homem que tem acompanhado esse processo, eu sou testemunha dele, ao longo do tempo, e o senhor sabe de todas as dificuldades do ponto de vista judicial, inclusive acompanhou a assinatura do contrato do módulo operacional que termina nos próximos dias. Eu acho que toda a Infraero tem vergonha do que aconteceu em Vitória e em Goiânia, sem dúvida nenhuma; uma obra parada há quatro anos por decisão judicial sem que a gente consiga andar nessa obra, eu acho que faz mal a todo mundo. Não é questão deste governo ou daquele governo, é uma questão que as coisas estão sendo decididas na Justiça e nem sempre a gente pode ter, vamos dizer, a ação que deveríamos.

De qualquer maneira, o responsável pelo cronograma sou eu, está aqui, posso entregar para o senhor e posso mandar por escrito, assinado por mim, como o senhor preferir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu gostaria que o senhor formalizasse, então, e me enviasse por escrito, não a mim, mas à Comissão, e a Comissão faz chegar a mim, porque esse é um documento muito importante, para que, no tempo, nós possamos monitorar, mais uma vez, esse compromisso institucional que não o senhor assume comigo, mas a Infraero assume comigo, porque são questões impessoais.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Sem dúvida nenhuma, farei isso e, mais: farei publicar no *site* da Infraero esse cronograma para que a população de Vitória e do Espírito Santo possa acompanhar também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Sobre esse assunto, não tenho complementação, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, respondendo agora ao Senador Dornelles.

Senador Ferraço, pode assumir a Presidência aqui, um instante?

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Senador, a primeira questão que o senhor levantou foi por que o Galeão não entrou nesse processo agora. Ele não entrou agora, porque a gente já vinha estudando esses três outros aeroportos no sentido de tentar fazer uma concessão administrativa ou comercial de loja de aeroporto. Então, esse já estava num processo mais avançado. O que não quer dizer que nós não vamos avançar nessa questão tanto para Rio de Janeiro como para Confins.

A Presidenta mesmo, naquele dia, informou que, quanto a esses dois aeroportos, nós iríamos continuar estudando para avaliar. Então, está em avaliação, já conversei com o Governador Pezão, já conversamos com o Governador Anastasia também e estamos em andamento nessa avaliação. Então, essa é a primeira questão.

Existe uma outra questão aqui sobre o Aeroporto Santos Dumont, depois eu vou pedir que o pessoal comente sobre isso, porque talvez eles consigam dar uma resposta mais objetiva, então passaria essa ou para a Infraero ou para a Anac.

Eu acho que nos aeroportos do Rio de Janeiro a gente tem dificuldades, assim como em outros aeroportos. O que foi dito aqui é a absoluta verdade e nós estamos trabalhando para superar essas dificuldades. Uma das ações em que podemos melhorar muito o aeroporto, não somente fazendo investimentos que estão sendo feitos... A gente está remodelando o aeroporto 1, vai ser complementada a parte 2 do aeroporto novo, enfim, eles estão sendo reformados com novas escadas rolantes, reforma de banheiros, tudo para a melhoria do conforto dos passageiros vai ser feito, mas muitas dessas questões como atender melhor o passageiro, nós estamos tentando resolver com essa questão da melhoria de gestão dos aeroportos. É até interessante. Tem uma sala que foi inaugurada aqui em Brasília, na sexta-feira, outra em Guarulhos. Talvez fosse até interessante visitar, porque é um ambiente em que todo mundo que é responsável pelo aeroporto – e não é só um ou outro – tem oportunidade de ver as dificuldades que são...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu viajo muito. Chega-se ao aeroporto de Porto Alegre, verifica-se que o serviço está funcionando às mil maravilhas. Chega-se ao aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, de Salvador e no Rio, é um caos. A impressão que eu tenho é de que não é um problema de gestão nacional da Infraero; é um problema de administração da Infraero Rio. É um verdadeiro caos.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – A gente está tentando melhorar. Esse trabalho de gestão é fundamental. Não sei se o senhor teve oportunidade de sair pelo Santos Dumont essa semana. Foi inaugurada, semana passada, no fim da semana, foi expandida a área de Raios X do aeroporto. Eram cinco máquinas; estão sendo instaladas mais três máquinas. Duas já estão instaladas e mais uma instalada. Então vai aumentar em 60% a capacidade. Deu uma boa melhorada.

Nós vamos trabalhar para isso. Tem uma série de outras iniciativas desse tipo de que a gente poderia falar aqui. São iniciativas de gestão que melhorarão o atendimento ao usuário. O senhor tem plena razão e nós vamos trabalhar nisso.

Não sei se você quer comentar aquela questão da...

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Senador, uma das ações que a Anac fez em 2009, de implantação do sistema de gerenciamento da segurança operacional, foi justamente tratar do Aeroporto Santos Dumont, onde inicialmente a pista auxiliar foi recapeada no início do ano. No meio do ano, a Infraero nos procurou e solicitou o recapeamento da pista principal.

Isso foi um sucesso para a aviação civil brasileira. Nós fizemos totalmente o recapeamento da pista, as aeronaves passaram a operar numa das menores pistas do mundo com segurança, com uma série de restrições impostas colaborativamente, a Anac e a Infraero. Isso tudo foi feito em 2009.

Então, infelizmente, quem passou a informação para o senhor não passou uma informação fidedigna. A Anac vem acompanhando mensalmente os aeroportos. Nós temos uma resolução que trata justamente da medição dessas pistas.

A Infraero e os outros provedores da Aesp, no caso de São Paulo, passam para a gente e a gente vem acompanhando. Quando há um problema, nós obrigamos as empresas a fazer a retirada de borracha e a manutenção na pista, conforme os critérios de segurança mais perfeitos que a gente imagina, que são os internacionais, feitos pela OAS, que o Brasil recebeu numa resolução da Anac.

Então, Senador, por favor, eu gostaria de ter a sua confiança de que nós estamos mantendo isso em excelentes padrões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Obrigado, Senadora.

Senador, eu acho que...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Início de intervenção fora do microfone)* ...no Galeão, há uma fila de carregadores que não recebem há oito, nove meses. Isso dói o coração da gente.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Isso, o senhor pode ter certeza absoluta de que eu vou verificar. Eu não conhecia.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se V. Sª permitir, eu vou mandar o nome deles.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Perfeitamente. Aliás, eu gostaria muito que o senhor fizesse isso, porque nos interessa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quando eu chego lá, há uma fila reclamando que

não recebe há oito, nove meses, indivíduos passando as maiores necessidades.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – São funcionários contratados pela Infraero?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela Infraero.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Sinceramente eu não sei, mas garanto para o senhor que irei olhar isso, porque efetivamente isso não pode acontecer de forma alguma. É contra as normas e não tem o menor sentido. Em todos os lugares onde terceirizados da Infraero deixam de receber por alguma razão, a Infraero tem honrado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eles recebem o seguro-transporte; mas o salário, não recebem.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Não, eu vou verificar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Recebem o vale-transporte, o vale-alimentação, e o salário não recebem

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Se o senhor tiver os nomes, nos ajuda e muito. Pode ter certeza.

Com relação ao atendimento, estamos trabalhando para que o atendimento seja uniforme no Brasil todo, que o atendimento que o senhor tem em Confins e em Porto Alegre, como o senhor citou, o senhor tenha no Galeão também. Pode ter certeza. Nós trocamos a administração lá há pouco tempo e estamos fazendo todo um trabalho de educação visando, efetivamente, ao cliente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O ponto básico, Presidente, é o seguinte: chega-se a Porto Alegre, chega-se ao aeroporto de Salvador... Hoje, nas esteiras, senhoras idosas, às vezes, tem dificuldade de segurar a mala e os carregadores do Rio não podem entrar. Em Porto Alegre entram, em Belo Horizonte entram, e os do Rio não entram. Então ficam ali pedindo ajuda a outras pessoas.

Não vejo razão. Esse é um problema administrativo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – É, sem dúvida, deve ser um problema administrativo. Eu vou verificar. Prometo ao senhor.

Se você puder responder ao Senador agora, fique à vontade, por favor.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não precisa responder agora. Estou dizendo para, no momento, oportuno o senhor verificar. Eu considero a administração do Aeroporto do Galeão, em termos de Brasil, a pior administração do País, mas espero que agora melhore. Faço votos...

Quero cumprimentar o Ministro, o Presidente da Anac, o Presidente da Infraero e dizer que aqui no Senado podem contar conosco. Consideramos da maior importância esse problema dos aeroportos, principalmente tendo em vista, eu como Senador do Rio, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, de modo que o que eu puder fazer para ajudar nesse esforço, podem contar comigo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Wagner para suas considerações finais e logo em seguida ao Dr. Antonio e, por fim, ao Dr. Carlos Eduardo.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Eu queria agradecer, primeiro, a oportunidade de estar aqui no Congresso, particularmente no Senado, para discutir essa questão do aeroporto.

Como tentei esclarecer aqui, com o tempo de vivência mais aprofundado que tenho sobre o tema, é realmente um tema muito complexo. Não é fácil de resolver. Não é uma coisa simples de ser resolvida e, se for resolvida, e será resolvida, vai ser com esforço, como eu disse, não só de quem está dentro da cerca, que são todas aquelas entidades governamentais e privadas que trabalham dentro do aeroporto, mas também das entidades que estão fora da cerca, que são não só Estados e Municípios, como também o Congresso Nacional.

É fundamental que se tenha um tratamento uniforme, que a gente entenda os problemas e que cada um possa fazer o que estiver à sua disposição para viabilizar esse projeto. Hoje vimos questionamentos obviamente todos relevantes, importantes e corretos. Se não tivermos o apoio dos Estados, dos Municípios e do Congresso, nós vamos fazer, mas não o faremos com a eficácia e com a velocidade que nós desejamos. Então, vejo hoje, nesses dois meses de trabalho, uma capacidade de atuação muito grande, vejo uma dedicação muito grande da Infraero, da Anac, da SAC, do Decea, que não está aqui hoje, mas acho que seria que em nova oportunidade ele aqui pudesse estar também para mostrar uma integração de todos os agentes do Governo nessa linha, da Polícia Federal, da Receita Federal, das companhias aéreas. Então, precisamos dessa união para poder trabalhar e conseguir os objetivos que nós pretendemos.

Tenho certeza de que isso vai acontecer. Estou vendo, dentro dos aeroportos, nos centros de governança, de gestão dos aeroportos, que essa atuação conjunta já está dando frutos. Não tenho dúvida de que com a gestão melhor e com a atuação consertada de todos esses agentes, nós vamos atender a todas as

necessidades do País não só na Copa e nas Olimpíadas, mas também todos os dias, porque essa é nossa obrigação, essa é a nossa dedicação de todos os dias.

Então agradeço. Estaremos sempre aqui quando convidados. É um prazer. Aguardamos sugestões. Nós recebemos críticas, sugestões não como algo ruim, mas como uma coisa muito boa para aprimorar nosso serviço, até porque todos nós somos usuários do aeroporto; todos nós algum dia já tivemos algum problema e todos nós devemos contribuir no sentido de sugerir soluções e ajudar na solução desse problema. Muito obrigado, Senadora, agradeço realmente muito a presença.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senadora Lucia Vânia. Na mesma linha do Ministro Wagner, quero dizer que a Infraero está à inteira disposição, como sempre esteve, para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados, para os demais órgãos de controle, assembleias legislativas, como a do Estado da senhora. Eu sou testemunha da sua luta pelo aeroporto de Goiânia.

Quero dizer que, na realidade, isso nada mais é que a demonstração de que o povo brasileiro começou, por diversas razões, a andar de avião, e o aeroporto adquiriu importância que não tinha há 10, 12 ou 15 anos. Então, está na ordem do dia, estamos plenamente conscientes da nossa responsabilidade de prover estrutura aeroportuária condizente com a necessidade da demanda brasileira hoje. O que posso dizer, no pouco tempo em que estou lá, é que tanto eu quanto toda a administração, os funcionários da Infraero, o País pode ter certeza, de que estaremos empenhados em, sem dúvida nenhuma, cumprir os compromissos que temos assumido ao longo do tempo não com o Congresso, não com o Governo, mas com o bem-estar do povo brasileiro. Posso dizer para a senhora que estamos absolutamente abertos a qualquer tipo de pedido, informação, explicação e a qualquer tipo de comprometimento que a Infraero possa ter com o Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada.

Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Obrigada, Senadora, seguindo as mesmas palavras do Ministro Wagner, do Dr. Gustavo, a Anac é obrigada a seguir essa mesma linha não por obrigação funcional ou disposição legal, mas porque a gente vive a aviação. No dia a dia, quem é piloto, como eu, está lá para contribuir, para dar segurança, para trabalhar diuturnamente para que o nosso sistema de aviação civil seja cada vez melhor. Essa é nossa missão, a atribuição da agência. Tenha a certeza de que os dois mil funcionários da agência estão unidos nesse esforço, não só os diretores que foram aprovados por esta Casa – e temos mais um a ser sabatinado na quinta feira; estaremos aqui torcendo pelo Dr. Marcelo. Pode contar conosco com relação a isso.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Wagner Bittencourt, ao Dr. Antônio Gustavo, ao Dr. Carlos Eduardo. Quero dizer aos senhores da nossa satisfação em recebê-los aqui. Podem contar com o apoio da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Nós entregamos aos senhores nosso voto de confiança e principalmente nosso desejo de que tenham muito sucesso à frente dessa nova gestão, dessa nova diretoria. Portanto, deixo aqui o meu abraço, o meu reconhecimento pelo apoio, pela acessibilidade que os senhores tiveram para com o nosso convite.

A todos o meu muito obrigada pela presença.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 01 minuto.)

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia quatorze de junho do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral e, em seguida, do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, José Pimentel, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Romero Jucá, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Gim Argello e, ainda, do Senador Ataídes Oliveira. Deixa de comparecer a Senadora Gleisi Hoffmann, em virtude de estar afastada do exercício do mandato por ter assumido o cargo de Ministra de Estado, e os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Vanessa Grazziotin, Roberto Requião, Eunício Oliveira e Marinor Brito. A Presidência declara

aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 21ª e 22ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. A Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 53 de 2011, de 27 de maio de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de abril de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 57 de 2011, de 30 de maio de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de abril de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 1170-Seses-TCU-Plenário, de 28 de julho de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-022.631/2009-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes a auditoria realizada com o objetivo de conhecer o volume da arrecadação das multas aplicadas pelas agências reguladoras, pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Banco Central do Brasil, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e pelo Tribunal de Contas da União; Aviso nº 54 de 2011, de 18 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.598/2010-4, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 51 de 2010; Aviso nº 55 de 2011, de 25 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-022.071/2010-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 32 de 2010; Aviso nº 56 de 2011, de 25 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.600/2010-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 54 de 2010; Aviso nº 59 de 2011, de 25 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-022.073/2010-8, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 33 de 2010; Aviso nº 60 de 2011, de 1º de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.645/2010-2, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 46 de 2010; e Aviso nº 61 de 2011, de 1º de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.601/2010-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 56 de 2010. Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias, constantes da primeira parte da Pauta. Item 1- Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências", tendo como Relator *Ad Hoc* o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 31/5/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Armando Monteiro Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador João Vicente Claudino. Em 7/6/2011, foram apresentadas as Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Lindbergh Farias. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Armando Monteiro, Relator *Ad Hoc* da Matéria, e Lindbergh Farias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1, 2 e 3 incorporadas à Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Item 2- Projeto de Lei do Senado nº 87 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "dispõe sobre a cobrança em estaciona-

mento de shopping Center", tendo como Relator *Ad Hoc* o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 de autoria do Senador Acir Gurgacz. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Em 7/6/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Luiz Henrique Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. Na mesma data, foi concedida Vista Coletiva. Em 14/6/2011, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Ciro Nogueira, contrário ao Projeto. Anunciada a Matéria, foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Cyro Miranda. Usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Cyro Miranda e Aloysio Nunes Ferreira. O Projeto é retirado de pauta, a pedido do Relator. Item 3- Projeto de Lei do Senado nº 577 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera o artigo 4º da Lei no 8.730, de 10 de novembro de 1993, para estabelecer que as declarações de bens exigidas nas prestações de contas ao Tribunal de Contas da União sejam disponibilizadas mediante acesso aos dados informatizados disponíveis na autoridade tributária", tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE. Item 4- Aviso nº 3 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, que "comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco – PR", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo encaminhamento de cópia do Aviso nº 3 de 2011, de seus anexos e desse relatório, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as providências cabíveis; pelo encaminhamento de expediente, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Pato Branco – PR, comunicando a sujeição desse Município às sanções previstas no art. 23, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e posterior arquivamento do Aviso nº 3 de 2011. Em 17/5/2011, foi concedida vista coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Relator da Matéria, Lindbergh Farias e Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo encaminhamento de cópia do Aviso nº 3 de 2011, de seus anexos e do Parecer, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as providências cabíveis; pelo encaminhamento de expediente, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Pato Branco – PR, comunicando a sujeição desse Município às sanções previstas no art. 23, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e pelo posterior arquivamento do Aviso nº 3 de 2011. Item 5- Projeto de Lei da Câmara nº 17 de 2010, não terminativo, de autoria do Deputado Clodovil Hernandes, que "proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, o Relator apresenta relatório reformulado, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Usa da palavra o Senador Francisco Dornelles. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE. Item 6- Projeto de Lei do Senado nº 98 de 2010, não terminativo, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF), que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, e a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, para permitir que recursos do Fundo Nacional de Saúde sejam alocados a projetos de saneamento básico", tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 7- Projeto de Lei do Senado nº 33 de 2008, não terminativo, de autoria da CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CN), que "dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório favorável ao projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 8- Projeto de Lei do Senado nº 126 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "acrescenta § 2º ao art. 15 da Lei nº 4.595, de 1964, recepcionada pela Constituição de 1988 como Lei Complementar, com vistas a determinar a prestação de contas ao Senado Federal pelo Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela prejudicialidade da Matéria. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer pela prejudicialidade do Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Blairo Maggi Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, Senador Blairo Maggi, usa da palavra o Senador Lindbergh Farias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade da Projeto. Item 9- Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 10- Projeto de Lei do Senado nº 43 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que "altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dar nova redação ao Art. 16 e disciplinar a participação da União no financiamento da Seguridade Social", tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer contrário ao Projeto. Assume a Presidência o Senador Delcídio do Amaral, a fim de que o Senador Lobão Filho possa relatar a Matéria. Após a leitura do relatório, é solicitada Vista pelos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Braga. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 11- Requerimento nº 37 de 2011, de iniciativa do Senador Cyro Miranda, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir denúncias da revista Veja sobre possível esquema de corrupção, em reportagem intitulada 'O raio x da corrupção', com a presença das seguintes autoridades: Exmo. Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União; Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal; Sr. Eduardo Pereira Nunes, Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Sr. Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal; e Sr. Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT". Em 7/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Cyro Miranda, que solicita a retirada do Requerimento, Blairo Maggi, Lindbergh Farias e Humberto Costa. Colocada em votação, a Comissão aprova a retirada do Requerimento nº 37 de 2011. Item 12- Requerimento nº 38 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que "requer a inclusão de representante da HBO entre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 12 de 2011-CAE". Em 7/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 38 de 2011-CAE. Item 13- Requerimento nº 39 de 2011, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater o atual estado de endividamento da população brasileira e suas conseqüências financeiras, econômicas e sociais no futuro, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil; Sr. Raul Velloso, Consultor; Sr. José Pastore, Professor da Universidade de São Paulo; Sr. José Márcio Camargo, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; e Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo". Em 7/6/2011, foi

lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Cristovam Buarque, autor do Requerimento. A Comissão aprova o Requerimento nº 39 de 2011-CAE. Item 14- Requerimento nº 40 de 2011, de iniciativa do Senador Eduardo Braga, que "requer a inclusão dos Srs. Apostole Lazaro Chryssafidis, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, e José Barat, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre os convidados para debater a Aviação Regional do Brasil, em aditamento ao Requerimento nº 29 de 2011-CAE". Em 7/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Eduardo Braga, autor do Requerimento. A Comissão aprova o Requerimento nº 40 de 2011-CAE. São lidos pela Presidência e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 41, 42, 43 e 44 de 2011. O Requerimento n° 41 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer realização, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, de audiência pública com o objetivo de discutir a universalização do atendimento de energia elétrica para consumidores localizados longe das redes, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Sr. Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; e Sr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee. O Requerimento n° 42 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer inclusão, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 28 de 2011 – CAE, dos seguintes nomes: Sr. Flávio Antônio Neiva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – Abrage; Sr. José Cláudio Cardoso, Presidente da Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – Abrate; e Sr. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica- Abradee. O Requerimento n° 43 de 2011, de iniciativa dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores, requer sejam convidados para participar de audiência pública o Exmo. Sr. Luis Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; o Exmo. Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central; o Sr. Marcos Lisboa, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e o Sr. Valdery Frota Albuquerque, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal, para explicarem acerca de matéria veiculada na Edição 2221 da Revista Veja intitulada "O Monstro da MP". O Requerimento n° 44 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, requer realização de audiência pública com o objetivo de discutir os indicativos de irregularidades contidos no relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica sobre a administração, por parte da Eletrobras, dos recursos da 'Reserva Global de Reversão (RGR)', com a presença das seguintes autoridades: Sr. Nelson José Hubner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; e Sr. José da Costa Carvalho Neto, Diretor Presidente da Eletrobrás". É adiada a Audiência Pública, constante da segunda parte da Pauta, com a finalidade de discutir os seguintes temas, relacionados à tributação das micro e pequenas empresas, que envolvem interesses federativos: revisão dos limites de enquadramentos e das alíquotas do Simples Nacional; cobrança por meio de substituição tributária dos optantes do Simples Nacional; cobrança antecipada do ICMS nas divisas estaduais; parcelamento automático dos débitos de tributos do Simples Nacional; sistema de comunicação eletrônica; tendo como convidados o Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); e o Sr. Silas Santiago, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 9 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Armando Monteiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Delcídio do Amaral

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 21ª e 22ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta comissão recebeu os seguintes documentos, para seu conhecimento:

Aviso do Banco Central. Aviso nº 53/2011, de 27 de maio de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de abril de 2011, as razões delas de-

terminantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso do Ministério da Fazenda. Aviso nº 57/2011, de 30 de maio de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de abril de 2011, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Aviso do Tribunal de Contas da União. Aviso nº 1.170 Seses-TCU-Plenário, de 28 de julho de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC 022631/2009-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes à auditoria realizada com objetivo de conhecer o volume da arrecadação das multas aplicadas pelas agências reguladoras, pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Banco Central do Brasil, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e pelo Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 54/2011, de 18 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC025598/2010-4, bem como do relatório da proposta de deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 51, de 2010.

Aviso nº 55/2011, de 25 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC022071/2010-5, bem como relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 32, de 2010.

Aviso nº 56/2011, de 25 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela corte nos autos do Processo nº TC025600/2010-9...

Saúdo a chegada do nosso presidente, o Senador Lobão. *(Palmas.)*

Firme e forte aqui, para continuar trabalhando conosco à frente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, repetindo:

Aviso nº 56, de 25 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo TC-025600/2010-9, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 54, de 2010.

Aviso nº 59, de 25 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo TC-022073/2010-8, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 33, de 2010.

Aviso nº 60, de 1º de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo TC-025645/2010-2, bem como do relatório e da proposta de deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 46, de 2010.

Aviso nº 61, de 1º de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo TC-025601/2010-5, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 56, de 2010.

Portanto, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, esses são os Avisos, respectivamente, do Banco Central, nº 53; do Ministério da Fazenda, nº 57; e os Avisos do Tribunal de Contas da União nºs 1.170, 54, 55, 56, 59, 60 e 61.

Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão, por meio de ofício circular.

Quero esclarecer a V. Exªs que teremos, nesta primeira parte, os itens 1 a 14, que é a reunião ordinária deliberativa da Comissão de Assuntos Econômicos. Teremos uma segunda parte, que é uma audiência pública requerida pelo Senador Armando Monteiro, com a finalidade de discutir, especialmente, a revisão dos limites de enquadramento e das alíquotas do Simples Nacional; cobrança por meio de substituição tributária dos optantes do Simples Nacional; cobrança antecipada do ICMS nas divisas estaduais; parcelamento automático dos débitos e tributos do Simples Nacional; sistema de comunicação eletrônica, com a presença dos convidados: Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e o Sr. Silas Santiago, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil, representando o Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Presidente do Comitê Gestor do Simples Nacional.

Como nós estamos recebendo, com muita alegria, o Senador Lobão, aqui, de volta à nossa Comissão de

Assuntos Econômicos, vou deixar que o Senador Lobão presida a Comissão de Assuntos Econômicos, porque a chegada dele é muito bem-vinda e ficamos felizes com a rápida recuperação do Senador Lobão. Desejo, Senador, que Deus o ilumine e o abençoe e que V. Exª continue trabalhando conosco não só representando, com competência, o seu Estado, o Maranhão, mas também ajudando o Brasil.

Vou passar a palavra ao Senador Lobão para conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, agradeço muito, meus amigos, Senadores presentes, eu pediria a complacência e a paciência dos meus amigos. Sei que este não é o ambiente correto por ser uma Comissão temática, mas eu pediria cinco minutos de atenção aos meus colegas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Há exatos um mês e dois dias, eu sofri um gravíssimo acidente automobilístico no Maranhão. Eu tive sete costelas quebradas, meu pulmão perfurado, meus dois joelhos destruídos, minha bacia quebrada, minha omoplata quebrada e meu rosto destruído. Quando cheguei ao hospital, foram seis horas de cirurgia plástica para tentar refazer o que nunca foi belo, mas não deve ter sido uma missão difícil, não é? A verdade é que eu passei duas semanas e meia em coma induzido, respirando por aparelhos, no limbo, entre a vida e a morte. Em três momentos distintos, quase atravessei as portas da morte.

Eu acho que isso muda um pouco as pessoas e eu quero, neste momento, agradecer aos médicos, que me receberam no Maranhão, salvaram a minha vida, Dr. Santiago, Dr. Gama, enfim a equipe médica do Maranhão, a equipe médica do Einstein, liderada pelo Dr. Marcos Knobel e sua equipe imensa, que me atenderam durante esses dias que me fizeram mudar um pouco.

Quero agradecer, principalmente, a Deus – e a gente descobre todos os dias que a Ele cabe as decisões sobre a nossa vida, sobre quando, onde e como vamos viver e quando vamos deixar de viver; só a Ele cabe essa decisão, e quero agradecer à minha família, que não arredou o pé – esta é uma expressão maranhense – do meu leito, durante todo esse período; à minha esposa principalmente, aos meus pais, a meu pai que sofreu muito, à minha mãe, a quem eu matei de susto, aos meus irmãos, aos meus parentes e a todos enfim. E quero agradecer também aos milhares e milhares de anônimos maranhenses que enviaram mensagens de apoio, de solidariedade e, principalmente, de orações. Minha família toda está extremamente impressionada com o número de pessoas do meu Estado que se manifestaram em prol da minha recuperação. Isso nos deixou profundamente emocionados.

Quero dizer aos meus colegas que saio um homem diferente desse episódio. Eu tive a oportunidade de nascer em Brasília em 1964, mas tive também, dada por Deus, a oportunidade de nascer no meu Estado de coração, que é o Maranhão, em 12 de maio deste ano. Nasci de novo e espero ter nascido um homem melhor.

Como homem, quero registrar que vou dar mais atenção à minha família, aos meus filhos, ao meu neto, à minha esposa, aos meus pais, aos meus familiares, mais do que já tenho dado, porque a gente descobre, nesses momentos, o que realmente é precioso na vida da gente.

Como cidadão, no calor da emoção do meu acidente, assim que acordei – e eu acordei há duas semanas apenas –, eu decidi fazer a doação de uma grande UTI a um grande hospital quase público do Maranhão que atende pelo SUS. Então, eu já dei início à construção dessa UTI, para que outras pessoas tenham a oportunidade de renascer como eu tive; pessoas que hoje, talvez, não tenham esta oportunidade no meu Estado, e, como eu tive, vou tentar dar a essas pessoas também esta oportunidade. Irei multiplicar atos como este ao longo da minha vida.

Como empresário, eu tenho mais de mil famílias que dependem das minhas empresas, eu espero dar uma humanizada na relação entre empresa e ser humano.

E como político, finalmente, para encerrar, eu espero tentar retribuir, como gratidão, a esses maranhenses que rezaram e oraram por mim, dando o melhor de mim, o melhor sem tréguas nesta vida pública a que eu me dediquei agora.

Com certeza, saio desse acidente um melhor cidadão, um melhor homem e, espero, um melhor Senador.

Obrigado a todos pela paciência. Muito obrigado. *(Palmas.)*

Dando prosseguimento a esta reunião, ao primeiro item da pauta, prestação de matérias...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Presidente, reiterando, em nome de todos aqui, a alegria de vê-lo de volta, eu que acompanhei a sua recuperação, porque a minha mulher estava hospitalizada ao mesmo tempo que o senhor, então eu me encontrei com o seu pai, com a sua família, várias vezes, e acompanhei a sua recuperação, passo a passo, com muita alegria. É com muita alegria que recebemos o senhor aqui de volta.

Eu queria também dizer a V. Exª que vou apresentar, junto com os meus colegas Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, um requerimento de convite, à nossa Comissão, do Presidente do Banco Central e do Advogado-Geral da União, assim como o Dr. Marcos Lisboa, para falar sobre esse assunto, com o jabuti que foi incluído na Medida Provisória nº 517, aprovada por esta Casa na semana passada.

Trata-se de um artigo entre os muitos que foram incluídos na Câmara e que, ao que tudo indica, deu um presentão a banqueiros falidos, permitindo a eles que possam resgatar parte de suas dívidas com títulos que detém do Fundo de Compensação de Variações Salariais, pelo valor de face desses títulos.

Eu não diria que é um jabuti, é uma tartaruga do tamanho daquelas das Ilhas Galápagos, e, como nós tivemos que votar isso a toque de caixa, nós, a oposição, votamos contra, mas o Governo se empenhou muito em aprová-la correndo... Eu tenho certeza de que é importante para o Senado e para a Nação que essa questão seja esclarecida. Daí a razão do nosso requerimento, que V. Exª, oportunamente, colocará à deliberação da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Aloysio Nunes, agradeço muito as palavras. Eu estive no hospital, junto com o Senador Itamar Franco. Quero dizer que me sinto aqui pela metade, porque fiz uma promessa a ele. Eu disse ao Senador Itamar Franco que eu só me sentiria inteiro e completo aqui quando ele também retornasse a esta Casa, e ele me disse animado, depois de ouvir a minha ponderação, que ele estaria junto comigo. Então, eu aguardo ansioso o retorno do Senador Itamar Franco para que eu também possa me sentir por inteiro aqui nesta Comissão, já que nós dois, eu e ele, atravessamos, naquele momento, um período muito difícil.

Então, agradeço as palavras do Senador Aloysio e irei ler o requerimento de V. Exª, para que possa ser debatido na próxima reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lobão Filho...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Que também me visitou no hospital e a quem agradeço profundamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para nós é uma alegria e emoção muito grande recebê-lo de volta ao meu convívio. Quero aqui parabenizar o Senador Delcídio por passar a Presidência a V. Exª, para que possa, no seu retorno, presidir a reunião de hoje. Deus é generoso – tenho certeza absoluta disso – e estava cobrindo V. Exª de bênçãos. Eu fiz por V. Exª um compromisso, para acompanharmos junto o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em outubro próximo, já totalmente recuperado. E disse a sua esposa que esse compromisso não podia ser postergado, porque V. Exª teria saúde a tempo de fazer o acompanhamento da procissão. Mas ficamos todos nós felizes em vê-lo já em condições de voltar ao trabalho e ao nosso convívio.

Com relação ao requerimento que vamos apresentar, tendo como primeiro subscritor o Senador Aloysio Nunes, é lamentável, Presidente Lobão Filho, Presidente Delcídio do Amaral – esta Comissão é ótima, porque tem dois presidentes, dois competentes presidentes...

Eu quero também aditar ao comentário do Senador Aloysio Nunes que é lamentável que tenhamos aprovado a MP nº 517, que, na realidade, tinha não só um jabuti; tinha 20 jabutis colocados na mesma árvore por parte do Governo Federal. Nós aprovamos a prorrogação da RGR, a questão das tarifas de energia.

Lamentavelmente, eu só tomei conhecimento depois daquela sessão tão conturbada que tivemos na quarta-feira. Mas agora o Senador Aloysio traz essa denúncia publicada na revista *Veja* e no *Correio Braziliense*, de que a MP engorda as contas de banqueiros falidos.

E, com relação à RGR, o Tribunal de Contas da União diz que os recursos, 1,6 bilhões de reais da conta da RGR foram utilizados de forma incorreta.

Então, queria também, Senador Aloysio Nunes, propor que nessa mesma audiência nós possamos trazer o Presidente do TCU, para que ele possa explicar. É uma mesma medida provisória já com duas denúncias graves. Ou fazemos separado. Podemos fazer uma com o Banco Central e a AGU e uma segunda com o Presidente do Tribunal de Contas, para saber das irregularidades que lamentavelmente foram aprovadas no Senado Federal.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Dornelles com a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu acho importante que o Senado examine toda e qualquer denúncia em relação a fatos aqui ocorridos, agora nós não podemos passar por um prejulgamento, dizer logo que foi o jabuti, que foi...

Primeiro, seria importante examinar o mérito da medida. Eu acho que a Consultoria do Senado podia até ser chamada a opinar sobre o assunto.

Se qualquer denúncia feita contra parlamentares nesta Casa nós tomarmos como válida será um precedente perigoso.

Acho que a preocupação do Senador Aloysio tem mérito, deve ser examinada, mas não podemos ir logo para um prejulgamento, dizendo que foi um jabuti, que foi contra os interesses públicos. Vamos examinar. Quero mostrar que nós temos que evitar prejulgamentos em relação a denúncias feitas contra Senadores desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Dornelles, quero tranquilizá-lo, porque a discussão, em verdade, desse requerimento será feita na próxima reunião. Nesta reunião, pelo nosso Regimento, apenas será lido o requerimento do Senador Aloysio e iremos discuti-lo exaustivamente na próxima reunião desta Comissão.

Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) **–** Só para acrescentar, Senador Aloysio Nunes, vários pontos, em vários momentos desta Casa, que foram colocados como emendas pela Câmara dos Deputados, depois foram vetados pela Presidenta Dilma.

Eu lembro aqui a discussão sobre aeroportos.

Tive acesso agora à reportagem da revista *Veja.*

Acho que o Senador Aloysio Nunes coloca com razão esse requerimento. Quero dizer que vou ligar para o Palácio, quero anunciar isso em Plenário também, sabendo a opinião do Governo sobre o tema, porque isso nos interessa. E talvez seja a posição do Palácio do Planalto, da Presidenta, vetar as partes que foram incluídas na Câmara. Isso tem acontecido recorrentemente. Aí volta a nossa velha discussão das medidas provisórias que nós temos que levar para o Plenário, principalmente aquele ponto que impede que uma matéria que não tem a ver com a matéria original seja incluída em emendas pela Câmara ou pelo Senado Federal.

De forma que é essa a minha contribuição.

Em relação ao convite ao Presidente do Banco Central, é importante dizer que Presidente do Banco Central vem a esta Comissão de três em três meses, toda vez que apresenta o relatório trimestral de inflação, e já está prevista a presença do Presidente do Banco Central aqui nesta Comissão no próximo dia 28 deste mês.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Lobão Filho, é motivo de festa hoje nesta Comissão tê-lo de volta. Assim foi a vontade divina e certamente o senhor mereceu. O senhor ainda tem muitos capítulos a escrever em sua vida. Seu livro não terminaria aqui. O senhor ainda tem muita história a nos contar.

Quero lembrar ao Senador Lindbergh que o dia 24 é o prazo final para que a Presidente sancione ou não essa MP. Por isso, dia 28 já seria tardia a vinda do Presidente do Banco Central.

Como bem falou V. Exª, se tivéssemos tempo para discutir, talvez não chegássemos a esse ponto. Mas acho que o Senador Aloysio Nunes está chamando a atenção para o fato de que, como não deu tempo de essa medida ser discutida lá... realmente, é um jaboti, porque está bem claro o que a medida provisória pretende. É verdade que ela foi emendada na Câmara dos Deputados, ela não veio do Palácio dessa maneira.

Então, acho que tínhamos de discutir antes do dia 24, para que a Presidente possa tomar... A nossa vontade é o veto desse artigo.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Primeiro, com a palavra o Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, como diz bem o Senador Dornelles, eu não quero, em primeiro lugar, prejulgar ninguém. Não é o meu feitio e não acho que deva ser esse o comportamento da Casa e desta Comissão.

Em segundo lugar, não coloco em dúvida a honorabilidade de nenhum Senador desta Casa, longe de mim. O que houve foi que recebemos uma medida provisória já às vésperas do prazo em que ela perderia eficácia, uma medida provisória complexa, eriçada de emendas colocadas na Câmara dos Deputados, de uma redação confusa, difícil de entender. Seguramente, só quem tivesse muito, muito enfronhado nesses assuntos da mais alta tecnicidade poderia emitir uma opinião fundamentada sobre esse assunto.

Não estou colocando em dúvida a honorabilidade de ninguém. Acho que nenhum de nós teve condições de examinar com profundidade essa barafunda de matérias colocadas na Medida Provisória nº 517. Nenhum de nós. Em sã consciência, é preciso dizer claramente, e a oposição disse isso em plenário.

De modo que é para esclarecer exatamente o alcance dessa medida, que tem toda aparência de um jaboti. Pode ser até que o jaboti tenha sido colocado lá por boas razões. Pode ser. O fato é que alguém o colocou na árvore, sozinho e ele não subiu, como diria o Senador Vitorino Freire. Mas alguém pode ter posto o jaboti por boas razões. Pode ser que ele tenha mérito.

Nós queremos saber exatamente qual o significado disso.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Primeiro, devo saudar o retorno do Senador Lobão. A emoção que V. Exª manifesta o retorno a esta Casa dá a dimensão do quanto foi difícil, o quanto foi angustiante não só para si, como sua família, seus amigos e um conjunto expressivo de Senadores, que ficaram à distância não apenas torcendo, mas orando pelo seu pleno restabelecimento. V. Exª é de novo muito bem-vindo não apenas à Comissão de Assuntos Econômicos, mas ao Senado da República, dando continuidade à sua luta em favor do povo do Maranhão e contribuindo para o debate aqui nesta Casa.

Seja muito bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na linha da manifestação do Senador Lindbergh, o mais importante a essa altura... O estrago está feito. É escandaloso o que foi agregado a essa medida provisória. O mais importante neste momento é podermos assegurar que a Presidente Dilma vá vetar essa emenda que depõe contra o Congresso Nacional. Evidentemente que nós todos estamos perplexos, Senador Luiz Henrique, porque a matéria sinaliza que foi o nosso partido que teria patrocinado esta emenda na Câmara dos Deputados. Então, eu quero crer que o PMDB tem a obrigação moral de trazer este tema para debate. Conversaremos com o nosso Líder, o Senador Renan Calheiros, como fizemos anteriormente. Esta não é a primeira e, seguramente, não será a última vez que um contrabando dessa dimensão, que depõe contra a imagem do Congresso Nacional, é colocado ao arrepio de qualquer sentimento ético. Então, eu tenho a convicção de que estaremos assegurando que a Presidente Dilma vetará essa imoralidade que foi incorporada na MP.

Muito obrigado

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Flexa, peço apenas o cuidado, para que a gente possa dar prosseguimento à pauta da reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Serei breve. Quero parabenizar o Senador Ferraço pela lucidez dos comentários que ele agora aduziu. É importante que um Senador da base do Governo possa, com independência, colocar para a sociedade brasileira aquilo que, lamentavelmente, ocorreu no Senado Federal, ao aprovarmos a Medida Provisória 517. Eu quero dizer ao meu grande amigo e líder orientador, Senador Francisco Dornelles, que em momento nenhum, ao fazermos requerimento, estamos fazendo prejulgamento. Quando me referi a jabuti, me referi a todos os outros assuntos, a outros objetos que foram incluídos na medida provisória que não tinham sido colocados na sua edição, ou seja, que ao longo da sua tramitação foram incluídos, e, com isso, fere frontalmente a legislação sobre edição de medidas provisórias. A esses, sim, Senador Dornelles, é que todos nós chamamos de jabuti, aquilo que é colocado.

Com relação à questão da utilização incorreta de recursos da reserva global de reversão, eu fiz referência ao Tribunal de Contas. Não foi. Eu diria até que é mais grave. A matéria a que fiz referência foi divulgada pela Aneel, a agência reguladora de energia,que diz: a Aneel vê irregularidades da Eletrobrás na gestão da RGR. Então, lamentavelmente, esse documento não era do nosso conhecimento naquela quarta-feira fatídica. Se tivesse isso aqui, era um ponto bastante importante paar que pudéssemos ter o convencimento dos Srs. da Senadores da base da Governo da necessidade da não aprovação da MP 517.

Então, o requerimento que farei não será convidando o Presidente do Tribunal de Contas e, sim, o Presidente da Aneel e o Presidente da Eletrobrás, que são as indicações que aqui estão na matéria. Vou pedir à Secretaria que distribua uma cópia a todos os Senadores da CAE para que tomem conhecimento – aqueles que não tomaram – da matéria que foi divulgada pela Aneel.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro, ouvindo vossas ponderações, eu apenas chego à conclusão de que o Senador Lindbergh Farias tem total razão. Nós temos, aqui no Senado, a responsabilidade de fazer com que não sejam mais enxertados nas medidas provisórias temas que nada têm a ver com a própria medida provisória e que deturpam, distorcem as medidas provisórias. Então, eu acho que é papel nosso fazermos as regras muito claras para que isso não volte a acontecer e a gente pegue aqui medidas provisórias multifacetadas, com a quase obrigação da Presidenta de ter de vetar temas dentro da medida provisória.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Lobão, que vejo com tanta alegria de volta aos nossos trabalhos, em plena recuperação, eu acredito que é senso geral desta Comissão que esta matéria deve era vetada pela Senhora Presidente da República. Por isso eu gostaria de sugerir a V. Exªs, ao Senador Delcídio e a V. Exª, que propusessem isso à Presidente: que ela vetasse esse horror.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Será encaminhado à Presidenta.

Dando prosseguimento à pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 259 DE 2010
- Complementar – Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Armando Monteiro

Passo a palavra ao Senador Armando Monteiro para relatar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, antes eu gostaria de também me congratular com o Senador Lobão, dizendo-lhe da alegria que tenho de vê-lo aqui reincorporado ao convívio desta Comissão.

Cabe aqui me manifestar sobre as emendas apresentadas pelo Senador Lindbergh ao Projeto de Lei do Senado nº 259/2010, complementar, que altera a Lei nº 126/2007 para equipar as operadoras de plano de saúde às sociedades seguradoras como cedentes com o intuito de possibilitar a todas as operadoras de plano de saúde a celebração de contrato de resseguro. A proposição foi distribuída apenas para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Em março deste ano, o Senador João Vicente Claudino apresentou relatório favorável à matéria. Em 31 de maio, o relatório foi lido, ocasião em que fui designado relator *ad hoc* da matéria e que também foi concedida vista coletiva à proposição.

Em 07 de junho, o Senador Lindbergh apresentou três emendas ao projeto. Quanto às emendas do Senador Lindbergh, entendemos que são contribuições relevantes e que, no mérito, merecem prosperar, o que nos levou a apresentar um substitutivo ao Projeto de Lei.

A primeira emenda destina-se a modificar a redação proposta pela referida propositura de modo a tornar clara a competência do respectivo órgão regulador de seguros apenas aos aspectos atinentes ao contrato de resseguro, preservadas assim as condições regulatórias estabelecidas na órbita de competência da Agência Nacional de Saúde Complementar. Foi feita apenas alteração na redação dessa emenda, preservando seu mérito e mantendo o escopo geral da proposição.

A segunda emenda amplia o alcance do Projeto de Lei em análise, tendo como objeto incluir as entidades de previdência complementar entre aquelas equiparadas à cedente de modo a harmonizar a Lei Complementar nº 126/2007 com a Lei Complementar nº 109/2001 que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar. Embora a Lei Complementar nº 109, em seu art. 11, estabeleça que as entidades de previdência complementar estejam autorizadas a contratar operações de resseguro por iniciativa própria ou determinação do órgão regulador, os resseguradores não podem celebrar tais contratos, justamente porque a Lei Complementar nº 126 não inclui tais entidades de previdência entre as cedentes ou instituições equiparadas à cedente. Nesse caso, acatamos integralmente a propositura.

Por fim, a terceira emenda é um dispositivo que se destina a tornar clara a inserção na órbita de competência da Agência Nacional de Saúde Complementar dos aspectos referentes à transferência de risco entre operadoras de plano de saúde de tal modo que seja feita por entidade diversa do órgão regulador de seguros, no caso a SUSEP, visto porque não cabe ao Congresso Nacional, por lei de sua iniciativa, determinar que órgão daquele poder regulará esse ou qualquer outro assunto conforme dispositivos da nossa Carta Magna.

Tendo em vista o exposto, manifesto-me pela aprovação do PLS nº 259, de 2010, complementar, e das Emendas nºs 1, 2 e 3 desta Comissão, nos termos da emenda substitutiva que já é de conhecimento de V. Exªs.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Tendo sido apresentado o relatório, coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer ao Senador Armando Monteiro.

Esse é um projeto muito importante, esse projeto fortalece as operadoras de planos de saúde, fortalece as empresas de resseguro no País. Eu fiz sugestões na reunião passada ao Senador Armando Monteiro depois de conversar com a Agência Nacional de Saúde e depois de conversar com a Susep no sentido de aperfeiçoar esse projeto do Senador Demóstenes Torres. E volto a dizer: no final de tudo, pode melhorar para o consumidor final, para a pessoa que está pagando o seu plano de saúde, porque vai-se dar mais segurança à operação. Pode-se até, em última consequência, diminuir o preço pago na ponta pelo consumidor.

Mas qual foi a nossa sugestão que o Senador Armando Monteiro acolheu, sugestão que nasceu a

partir de conversas com esses órgãos? Relativamente às entidades de previdência complementar, como bem falou o Senador Armando Monteiro, tem-se o seguinte. A Lei Complementar nº 109, de 2001, que é a lei que dispõe sobre o regime de previdência complementar, lá no seu artigo 11 estabelece que, para assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, as entidades de previdência complementar poderão contratar operações de resseguro por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador, observados o regulamento do respectivo plano e demais disposições legais e regulamentares. Até aí, tudo bem, só que a lei Complementar nº 126, de 2007, por não colocar as entidades de previdência complementar entre as cedentes, impede que elas possam contratar o resseguro. Então, foi nesse sentido a minha sugestão ao Senador Armando Monteiro, sugestão que S. Exª acatou. Acho que se abre um novo campo e também se traz mais segurança, Senador Armando Monteiro, fortalece nosso mercado de resseguros no País.

Por fim, dei uma sugestão que acho que o Senador Armando Monteiro aperfeiçoou bem. Existe uma preocupação tanto da ANS quanto da Susep: um não quer entrar na área do outro. Aqui é o contrário, pelo que percebi, a ANS tem clareza que não quer regular nada dessas operações de resseguro, e a Susep também não quer regular nada referente à operação dos planos de saúde privados.

Eu aqui apresentei uma proposta de emenda, e o Senador Armando Monteiro, com sua sabedoria, acabou aperfeiçoando essa sugestão: deixou a cargo do Poder Executivo a determinação do órgão regulador, das transferências de risco entre as operadoras de plano privado e assistência à saúde. Então, acho que o projeto sai daqui aperfeiçoado, principalmente porque nós escutamos a sociedade.

Inicialmente eu pedi vista desse projeto, inclusive falei ao Senador Francisco Dornelles que queria aprofundá-lo, porque acho que é um projeto extremamente interessante. Agora o projeto vai chegar melhor para ser votado no plenário desta Casa e, da mesma forma que parabenizo o Senador Demóstenes Torres, quero parabenizar o relator, que era um relator *ad hoc*, mas que assumiu com força e apresentou um substitutivo, o Senador Armando Monteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – V. Exª não estava presente, mas o Senador Armando Monteiro fez uma referência muito positiva à sua emenda.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

Os Senadores que concordam com o relatório como está permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto e às emendas nºs 1, 2 e 3, incorporadas à Emenda nº 1, da CAE.

Passamos ao item nº 2, que é o Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2011.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87 DE 2011
- Não Terminativo -

Dispõe sobre a cobrança em estacionamento de shopping center.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Luiz Henrique

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique para proferir seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, já proferi o relatório. Houve pedido de vista, e eu acabo de receber duas emendas, do Senador Ciro Nogueira e do Senador Armando Monteiro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Emenda não, Senador; um voto em separado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para me manifestar a respeito dessas emendas, solicito a retirada de pauta a fim de que possa apresentar novo parecer na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Encaminho à Secretaria da Comissão para que retire de pauta para reexame.

Pergunto ao Senador Ciro Nogueira se gostaria de se manifestar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ciro Nogueira... Se S. Exª gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Cyro Miranda. Perdão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pergunto ao Senador Cyro Miranda se gostaria de se manifestar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, apresentei duas emendas, mas, como será retirado de pauta para ser apreciado, eu gostaria de defendê-las, então, na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Quando for dar entrada na discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente, quando for dar entrada, porque, senão, se perde.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pois não, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Só para esclarecer... O Senador Ciro Nogueira apresentou um voto em separado para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sim.

Senador Aloysio Nunes, V. Exª gostaria de se pronunciar ainda?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Excelência. Eu me reservo para discutir a matéria em momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, passemos ao item 3 da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577 DE 2009
- Não Terminativo -

Altera o artigo 4º da Lei no 8.730, de 10 de novembro de 1993, para estabelecer que as declarações de bens exigidas nas prestações de contas ao Tribunal de Contas da União sejam disponibilizadas mediante acesso aos dados informatizados disponíveis na autoridade tributária.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador José Agripino

O Senador José Agripino encontra-se presente.

Com a palavra o Senador José Agripino para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 577, de 2009, identificado na ementa, traduz o objetivo de, alterando o art. 4º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, simplificar o processo de prestação de contas que os administradores ou responsáveis por bens e valores públicos devem fazer ao Tribunal de Contas da União.

Quero explicar. O Senador Casagrande apresentou um projeto propondo que administradores públicos tipo tesoureiros, almoxarifes, pessoas que se obrigam a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União, tenham a alternativa de, em vez de apresentar, a cada prestação de contas, sua declaração de renda ou de propriedades, autorizar o Tribunal de Contas da União, pela via informatizada, a ter acesso aos seus dados, simplificando o processo e até, por incrível que pareça, dando mais privacidade aos dados, tendo em vista que a entrega em papel de uma declaração pode ensejar a que esse papel caia em mãos indevidas e tenha uso indevido.

Esse é o entendimento que tenho da matéria e é o que fundamenta todo o relatório que passo a ler.

A pretendida simplificação consiste em substituir a obrigatoriedade de juntada de cópia da declaração de rendimentos e de bens prestada ao órgão próprio nos termos da legislação do imposto de renda, pela juntada de autorização expressa de acesso a essa mesma declaração.

Nos termos do projeto, com base na autorização, o Tribunal de Contas requisitará à autoridade tributária o acesso informatizado aos dados e, excepcionalmente, a cópia dos documentos que os instruem, podendo utilizá-los como elemento hábil na instrução dos processos de controle que instaurar.

O projeto autoriza expressamente ao Tribunal de Contas da União estabelecer procedimentos de controle informatizado para o exercício das funções de controle previstos na lei ora alterada.

Outro dispositivo acrescentado determina que o órgão de administração tributária e o Tribunal de Contas regulamentarão em suas respectivas esferas os procedimentos objeto do projeto, no prazo de sessenta dias, facultada a edição de ato normativo conjunto. Na justificação, o autor argumenta com o anacronismo da lei atual, ao exigir entrega de cópia impressa da declaração de rendimentos e bens em face das práticas atuais da administração fiscal, totalmente informatizadas; e com o aumento do risco de violação do sigilo fiscal, ante o fato de que as declarações são manipuladas por um sem-número de agentes desprovidos da titularidade do dever de exame das declarações de renda. Cita, ainda, as dificuldades operacionais originadas do descasamento entre procedimentos automatizados, vigentes na administração tributária, e procedimentos baseados em papel impresso, no âmbito do Tribunal de Contas.

Não foram apresentadas emendas. Após tramitar nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2009, será objeto de decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Análise.

A proposição está conforme os requisitos de constitucionalidade, no que diz respeito à competência e iniciativa.

Todavia, pode-se levantar objeção quanto ao fato de que, no § 7º acrescentado ao art. 4º da Lei nº 8.730, de 1993, atribui ao Tribunal de Contas da União e ao órgão de administração tributária (Secretaria da Receita Federal) a incumbência de regulamentar a lei em determinado prazo.

Sucede que, por força do art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República sancionar as leis e expedir "regula-

mentos para sua fiel execução". Ademais, embora não seja matéria pacífica, muitos consideram a fixação de prazo para expedição de ato regulamentar intromissão indevida, por ferir a independência e harmonia entre os poderes.

No mérito, o projeto é digno de aprovação, pelo que contribui para a modernização e desburocratização de um procedimento de controle. Com efeito, num ambiente em que a informática se torna ferramenta universal para eficiência e qualidade dos serviços, não faz sentido exigir que o servidor público que presta contas ao Tribunal de Contas tenha que imprimir e fazer circular por mãos e olhos indiscretos a sua declaração de rendimentos e de bens que já apresentara eletronicamente a outro órgão do Governo. O simples bom-senso orienta no sentido de que basta a autorização para que, se julgar necessário, o órgão de controle requisite ao órgão fiscal o acesso a tal declaração.

No entanto, parece-nos que a proposição pode ser aperfeiçoada.

O § 5º, a ser acrescentado ao art. 4º da lei, é expletivo e pode ser suprimido. Não há necessidade de que o Tribunal de Contas seja autorizado expressamente por lei para estabelecer procedimentos de controle informatizado, mesmo neste caso em que se deseja um fluxo de informações entre ele e a Receita Federal. É redundância.

O § 6º do art. 4º também pode ser suprimido, até porque, por algum problema material, sua redação não conduz a uma compreensão satisfatória no contexto do restante do projeto. De qualquer forma, parece desnecessário estabelecer em lei a presunção de verdade de informação oficialmente fornecida por outro órgão do Governo.

Pelas razões de inconstitucionalidade já apontadas, também o teor do § 7º do art. 4º deve ser modificado.

Por último, apenas para sanar pequenos problemas de redação e de identificação dos desdobramentos do § 3º ao art. 4º (que, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, deve ser feita por incisos), entendemos que é conveniente apresentar emenda propondo nova redação a todo o art. 1º do projeto, já considerando a exclusão dos §§ 5º a 7º ao art. 4º da Lei nº 8.730, de 1993.

Por oportuno, tratando-se de matéria correlata à mesma declaração de bens e rendas exigidas anualmente pela Lei nº 8.429, de junho de 1992, de todos os agentes públicos, deve-se instituir a alternativa de autorização expressa de acesso à declaração equivalente já prestada aos órgãos fiscais. Como se sabe, nesse caso, trata-se de controle da evolução patrimonial dos servidores.

Voto.

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2009, com as seguintes emendas, em função da argumentação que apresentei:

EMENDA Nº 1 – CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2009, a seguinte redação:

> **"Art. 1º** O art. 4º da Lei no 8.730, de 10 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> "**Art. 4º** Os administradores ou responsáveis por bens e valores públicos da administração direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União, assim como toda a pessoa que, por força da lei, estiver sujeita à prestação de contas do Tribunal de Contas da União, são obrigados a juntar, à documentação correspondente, autorização expressa para o acesso desse Tribunal às declarações de rendimentos e de bens, relativa ao período-base da gestão, entregue à repartição competente, de conformidade com a legislação do Imposto sobre a Renda.
>
> (...)

§ 3º Com base na autorização de que trata este artigo, o Tribunal de Contas da União requisitará à autoridade tributária responsável pela custódia das informações relativas às declarações de rendimentos e de bens, de conformidade com a legislação do Imposto sobre a Renda:

I – a transferência ou o acesso informatizado à totalidade dos dados da respectiva declaração do agente público que subscreve a autorização;

II – em situações excepcionais, mediante solicitação motivada, o acesso à cópia documental dos mesmos dados.

§ 4º Os extratos impressos das declarações acessadas na forma do § 3º deste artigo constituirão elemento hábil à instrução dos respectivos processos de controle que vierem a ser instaurados nos termos desta lei.

§ 5º (que substitui os anteriores 5º, 6º e 7º) O Tribunal de Contas da União e o órgão de administração fiscal disciplinarão, no âmbito de suas respectivas atribuições, os procedimentos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

EMENDA Nº 2 – CAE

Inclua-se, no Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2009, artigo com a seguinte redação:

"Art. O **§ 4º do** art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.13 .....

.....

§ 4º A exigência contida no caput e no § 2° deste artigo será satisfeita, a critério do declarante, com autorização expressa para acesso às declaração de rendimentos e de bens, relativa ao período-base imediatamente anterior, entregue à repartição competente, de conformidade com a legislação do Imposto sobre a Renda." (NR)"

EMENDA Nº 3 – CAE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 577, de 2009, a seguinte redação:

"Altera o § 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o art. 4º da Lei no 8.730, de 10 de novembro de 1993, para instituir a autorização de acesso à declaração de bens e rendas entregue às repartições fiscais, em substituição à entrega de declarações equivalentes, nos casos de que tratam as mencionadas leis."

Esse é o voto e o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Depois de proferido brilhante relatório pelo Senador José Agripino, coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CAE, a matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Passo, finalmente, ao item 4:

ITEM 4
AVISO Nº 3 DE 2011
- Não Terminativo -

Comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco – PR.

Autoria: Ministro de Estado da Fazenda

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Passo a palavra ao Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Como disse V. Exª, Sr. Presidente, passamos, finalmente, à análise das providências que proponho em relação ao Aviso nº 3, que o Senado da República recebeu do Ministério da Fazenda, relativo a uma operação de crédito realizada junto ao Banco do Brasil pelo Município de Pato Branco, no Estado do Paraná.

Penso que o assunto já é do conhecimento de todos, mas vou, entretanto, resumi-lo em poucas palavras.

O Município de Pato Branco assumiu a dívida de uma cooperativa, a Cooperativa Agropecuária Guarani Ltda., e renegociou seus valores junto ao Banco do Brasil. Então, realizou, assim, uma operação de crédito. Essa operação de crédito não foi autorizada pelo Senado Federal, como manda a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Banco do Brasil, por seu lado, ao agir como representante da União, extrapolou os poderes que tinha ao se colocar na posição de credor de uma operação de crédito em que é devedor um ente da Federação, o que é igualmente vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim sendo, o Ministro da Fazenda, cumprindo uma resolução do Senado Federal, a Resolução nº 43, do Senado Federal, comunica a esta Casa a ocorrência desta irregularidade e pede que tomemos as providências que considerarmos adequadas ao caso.

Essa mesma comunicação já foi feita pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, também cumprindo a mesma resolução, à Câmara Municipal de Pato Branco, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas daquele Estado.

Acrescento no meu parecer a proposta de comunicarmos o ocorrido também ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público Federal, uma vez que há responsabilidade de agente público federal a ser apurada.

Esses são os fatos. Houve uma infração à Lei de Responsabilidade Fiscal e, igualmente, uma afronta a uma competência exclusiva do Senado Federal.

A Senadora Gleisi Hoffmann argumentou, na penúltima reunião o desta Comissão, que a situação ocorrida já estava sendo objeto de regularização por parte da prefeitura e encaminhou um ofício que foi redigido pelo Subsecretário do Tesouro Nacional ao Prefeito de Pato Branco, dando conta de que realmente existe, em tramitação no Ministério da Fazenda, um processo de regularização da situação.

Ora, esse processo de regularização nada tem a ver com o assunto que estamos tratando agora. O processo de regularização está previsto também na Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando ocorre esse tipo de irregularidade, o ente público fica sujeito às sanções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Que sanções são essas?

Ele não pode mais receber transferências voluntárias, ele não pode ser beneficiário de caução de outros entes da federação e tampouco poderá fazer uma nova operação de crédito.

O que este ofício informa é que a Prefeitura de Pato Branco está encaminhando um processo de regularização. O que é essa regularização? É o cancelamento da operação, cancelamento que exige a restituição do principal, do empréstimo contraído. Mas esse é um procedimento à parte daquilo que é objeto do aviso do Sr. Ministro da Fazenda. A irregularidade já foi cometida, já foi praticada e há responsabilidade a ser apurada. Apenas isso. Se a Prefeitura de Pato Branco regularizar sua situação, se cancelar efetivamente a operação de crédito realizada, parabéns para ela, poderá voltar a contrair novos empréstimos. Mas aquilo que foi feito foi feito e as responsabilidades precisam ser apuradas. Apenas isso, Sr. Presidente.

De modo que o ofício que a Senadora submeteu ao meu exame em nada altera o meu parecer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) **–** Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) **–** A Senadora Gleisi, agora Ministra da Casa Civil, dialogou, por duas ou três sessões, com o Senador Aloysio Nunes. Ela trouxe aqui as posições da Prefeitura de Pato Branco. Mas, Senador Aloysio Nunes, devo dizer que nós não vamos nos opor ao encaminhamento, ao voto de V. Exª. A Prefeitura está muito consciente de que tem os argumentos de defesa no Ministério Público, de forma que eu queria anunciar que a Senadora Gleisi tentou um diálogo, por se tratar de seu Estado, da Prefeitura de Pato Branco, mas não vamos nos opor ao encaminhamento de V. Exª, até porque a Prefeitura está muito tranquila, segundo nos informou a assessoria da ex-Senadora Gleisi, agora Ministra da Casa Civil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quero dizer que examinei com todo o cuidado a documentação e concluo que são duas questões distintas, a que trata do aviso ministerial e o procedimento administrativo da prefeitura visando a regularizar uma irregularidade ocorrida no passado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Acompanhamos o voto do relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Júnior. Bloco/PMDB – MA) – Não havendo votos divergentes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Júnior. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Lindbergh, peço a V. Exª para dizer que a Senadora Gleisi não é ex-Senadora, ela continua Senadora, Senadora licenciada e Ministra da Casa Civil. Só para fazer a correção.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Exatamente. Transmite a ela os cumprimentos efusivos de V. Exª , Senador Flexa Ribeiro, no dia de sua nomeação como Ministra da Casa Civil. Percebi a sua alegria em ver uma Senadora ser nomeada Ministra da Casa Civil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu o fiz no plenário, desejei sucesso e que Deus a abençoe.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sei disso e agradecemos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agora, o Senador Aloysio Nunes disse aqui ao meu lado que para debater com a Senadora Gleisi era muito mais tranquilo e melhor do que com V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sem sombra de dúvida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Essa é a opinião do Senador Aloysio Nunes, com o que concordo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ele tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Júnior. Bloco/PMDB – MA) – Já que não há divergência sobre o tema, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da CAE, pelo encaminhamento de cópia do Aviso nº 3 e seus anexos e deste relatório pelo Presidente do Senado Federal ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as providências cabíveis.

Pelo encaminhamento de expediente pelo Presidente do Senado Federal ao Ministério da Fazenda, ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Pato Branco, comunicando a sujeição desse Município a sanções previstas no art. 23, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e posterior arquivamento do Aviso nº 03, de 2011.

Passamos ao item 5.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Júnior. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como a pauta é extensa, o item 9, de autoria da Senadora Ana Amélia, que é um projeto terminativo e de minha relatoria, trata bancos cooperativos e de bancos de desenvolvimento que não têm acesso aos recursos do FAT para que possam tê-lo.

Recebi uma comissão de técnicos do FAT do Ministério do Trabalho e estamos conversando para buscar um arranjo, quer dizer, estamos tentando construir uma saída melhor, inclusive dialogando com o Senador Dornelles e a própria autora, a Senadora Ana Amélia.

Portanto, vou pedir a retirada da matéria, o que aliviará um pouco a pauta de hoje.

Mas antes, Senador Lobão, cumprimento V. Exª pela volta a esta Casa, dando novo brilho e presidindo esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Júnior. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Casildo.

Peço à secretaria que dê prosseguimento à retirada de pauta do item 9.

Dando prosseguimento:

ITEM 5:
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17 DE 2010
- Não terminativo -

Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.

Autoria: *Deputado Clodovil Hernandes*

Relatoria: *Senador Cyro Miranda*

Relatório: *Favorável ao Projeto.*

Observação: *– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto;*

- A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para que se manifeste.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado Sr. Presidente.

Antes de iniciar o meu relatório, queria me dirigir ao Senador Ricardo Ferraço, dizer que tenho o maior orgulho de ser seu companheiro, depois de observar sua postura como parlamentar coerente, não arredando um palmo dos seus princípios. Hoje o senhor deu uma verdadeira lição de democracia. Tenho muito orgulho de ser seu parceiro e seu colega no Senado. Parabéns, Senador.

Passamos ao relatório.

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº17, de 2010, Projeto de Lei nº 255, de 2009, na origem, de autoria do Deputado Clodovil Hernandes, a respeito de produtos ou embalagens que reproduzam cigarros ou similares.

O art. 1º proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil reproduzindo a forma de cigarros e similares.

O art. 2º estabelece as penas a serem impostas a quem transigir a essas exigências contidas no art. 1º: apreensão do produto e multa de R$ 10,00 (dez reais) por embalagem apreendida, que será duplicada a cada reincidência.

Na verdade, Sr. Presidente, é para coibir qualquer semelhança com cigarro, cigarrilhas, como era imposto no passado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – A assessoria do Senador Lindbergh está conversando muito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador.

Então, a presente proposta é para inibir esse tipo de propaganda, aqueles famosos cigarrinhos de chocolate que as crianças consumiam e era um exemplo de que aquilo, no futuro, passaria então ao tabaco. Então, na verdade, isso é para coibir.

Então, dessa maneira, vou ao voto, porque não existe nenhum impacto, na análise, que ressalve todas as técnicas legislativas empregadas.

No mérito, entendemos que a proposição avança no tratamento dado à matéria.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010.

Era o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Tendo sido proferido o Relatório, coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria dizer ao Senador Cyro Miranda da minha concordância com o seu Relatório. Apenas eu levaria ao seu conhecimento que o art. 1º diz "fica proibida a fabricação, a comercialização, a distribuição...", aliás, de forma correta, se não seria

o caso de colocar também a palavra importação na ementa do projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – De pleno acordo, Senador Dornelles, fazer uma emenda de redação.

Muito obrigado pela sua colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, por favor. O Senador Cyro Miranda acatou a emenda de redação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Acatei a emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Sim.

Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1.

Passo agora ao item nº 6 da pauta.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98 DE 2010
- Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, e a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, para permitir que recursos do Fundo Nacional de Saúde sejam alocados a projetos de saneamento básico.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Relatoria: Senador Humberto Costa

Passo a palavra para o relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, antes da leitura do meu Relatório, eu queria aqui saudar o retorno do Senador Edson Lobão Filho, plenamente recuperado. Nós aqui, com muita alegria, o recebemos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, meu amigo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 98, de 2010, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, altera as Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 8.142, de 28 de dezembro de 1990, para permitir que recursos do Fundo Nacional de Saúde sejam alocados em projetos de saneamento básico.

Em relação à Lei Orgânica da Saúde, o projeto altera o inciso II do art. 6º – que, no âmbito do campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), determina a participação do Sistema na formulação da política e na execução das ações de saneamento básico – para incluir sua participação no financiamento; e revoga o parágrafo 3º do art. 32, que determina que as ações de saneamento que venham a ser executadas supletivamente pelo SUS sejam financiadas por recursos tarifários específicos e outros.

A alteração da Lei nº 8.142, de 1990, alcança o parágrafo único do seu art. 2º, que estabelece como os recursos do Fundo Nacional de Saúde são alocados. O referido parágrafo determina que os recursos destinados a cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal destinam-se a investimentos na rede de serviços, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e às demais ações de saúde.

Com a alteração proposta, eles passam a ser destinados também "ao saneamento básico".

A proposição é resultado de um ciclo de audiências públicas realizadas nos anos de 2009 e 2010 pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, denominado "Desafios Estratégicos Setoriais", que, entre outras matérias, propôs um conjunto de anteprojetos de lei sobre o marco regulatório do saneamento.

Para os membros da Comissão, o saneamento básico deve ser entendido como medida de saúde preventiva, e, portanto, passível de ser financiado com recursos vinculados à área da saúde administrados por meio do Fundo Nacional de Saúde.

O PLS nº 98, de 2010, será apreciado por esta Comissão e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Não lhe foram feitas emendas.

Análise.

A análise da matéria, por envolver estudo de aspectos econômicos, inscreve-se no rol das competências incumbidas a esta Comissão por força do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sem dúvida, o saneamento básico faz parte do rol de ações que melhoram a qualidade de vida do cidadão e, consequentemente, as condições de saúde da população. Nisso concordamos com os proponentes do projeto. No entanto, aplicando esse mesmo argumento, investimentos como aqueles realizados em alimentação, moradia, meio ambiente, trabalho, educação, transporte, lazer e acesso aos bens e serviços

essenciais, por serem todos eles fatores condicionantes e determinantes da saúde, deveriam, também, ser considerados passíveis de financiamento com recursos do SUS.

Por outro lado, em um momento em que reconhecidamente o País gasta muito pouco com ações de saúde e que a Emenda Constitucional nº 29, de 2000 (EC 29), ainda não está regulamentada, é descabido permitir que os gastos em saneamento básico sejam financiados pelos parcos recursos destinados as ações e serviços públicos de saúde.

Por essas razões, o Conselho Nacional de Saúde, por meio da Resolução nº 322, de 2003, não incluiu o financiamento de ações de saneamento básico no rol das ações e serviços públicos de saúde.

Na mesma linha seguem todos os projetos de lei apresentados nas duas Casas do Congresso Nacional que pretendem regulamentar a EC 29.

Segundo esse entendimento, ações de saneamento básico de redes públicas e tratamento de água e esgotos, realizados por companhias, autarquias e empresas de saneamento com recursos provenientes de taxas e tarifas, ainda que venham a ser vinculadas administrativamente às secretarias de saúde, não devem ser consideradas ações e serviços públicos de saúde para fins de financiamento com recursos do SUS.

É claro que falta saneamento básico no País. Nesse sentido, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2008, revelou que mais da metade dos domicílios (56%) não possuem ligação com a rede de esgoto; doze milhões de residências no País continuam sem acesso à rede pública de abastecimento de água; apenas 28,5% dos Municípios fazem tratamento de esgoto; e os lixões a céu aberto ainda são o destino final dos resíduos sólidos em 50,8% dos Municípios brasileiros.

Assim, certamente são necessários recursos de grande monta para enfrentar os problemas do setor.

Porém, no campo da saúde, além dos conhecidos problemas quanto ao acesso e qualidade dos serviços, também faltam recursos. De acordo com o Banco Mundial, estima-se o gasto *per capita* com saúde, público e privado, no Brasil, em 773 dólares, equivalente ao da Argentina e um pouco inferior ao do Chile. Porém, há que se notar a expressiva diferença que existe em relação aos países desenvolvidos: Japão, 3.321 dólares; Inglaterra, 3.285 dólares; Canadá, 4.380 dólares; Alemanha, 4.629 dólares; França, 4.798 dólares; Holanda, 5.164 dólares e Estados Unidos da América, 7.410 dólares.

Resta evidente que é absolutamente necessário conseguirmos mais recursos para o saneamento, mas é ilógico tentar resolver esse problema espoliando os já insuficientes recursos existentes para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, setor que também sofre do mesmo mal.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2010.

Muito obrigado.

Presidente, este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Tendo sido proferido o relatório pelo Senador Humberto Costa, coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

Quero registrar aqui a presença do ex-Senador Amir Lando, que honra esta Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Lobão Filho, eu pediria, ouvido o Plenário, que pudéssemos fazer uma inversão de pauta para irmos aos projetos terminativos enquanto nós temos quórum. Depois voltaríamos aos não terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com muita propriedade, Senador Flexa Ribeiro.

O item 7 foi retirado de pauta.

O item 9 também foi retirado de pauta, restando o item 8 e o item 10.

O item 10 é terminativo.

Vou fazer essa pequena inversão para que possamos votar e ter quórum ainda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado.

Passo a Presidência ao Senador Delcídio do Amaral para que possa conduzir os trabalhos. Vou relatar o projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos para o item 10 por causa de problema de quórum, por ser terminativo.

O item 9 foi retirado de pauta.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43 DE 2010
- Terminativo -

Altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dar nova redação ao art. 16 e disciplinar a participação da União no financiamento da Seguridade Social.

Autoria: Senador Mário Couto.

Relatoria: Senador Lobão Filho.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer contrário ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado; portanto, peço aos Senadores e às Senadoras que permaneçam porque precisamos ter votos suficientes para apreciar essa matéria.

Com a palavra o Relator, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Serei breve, Sr. Presidente.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2010, do Senador Mário Couto, que altera a Lei nº 8.212, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dar nova redação ao art. 16 e disciplinar a participação da União no financiamento da Seguridade Social.

Chega à análise desta Comissão, em caráter terminativo, esse projeto de lei do Senador Mário Couto sobre essa contribuição.

A proposição mantém, ainda, a responsabilidade da União pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de prestações continuadas da Previdência Social.

Registra o proponente, em sua justificação, que a seguridade social é uma obrigação constitucional do Estado brasileiro e que a Constituição não fixou um percentual da arrecadação tributária a ser vertido para o seu custeio.

Em análise do tema, que envolve custeio previdenciário e matéria tributária, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais referentes à iniciativa e competência para legislar. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A análise do conteúdo da iniciativa insere-se na competência desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), já que se relaciona diretamente com os temas constantes do inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF. Embora não haja impedimentos constitucionais quanto à iniciativa de lei e competência para legislar, conforme registramos, a proposição encontra vedação, quanto ao seu conteúdo, no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal, que veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, com as ressalvas que o referido texto faz, entre as quais não se encontra a possibilidade de vinculação de parte da arrecadação com o custeio da seguridade social.

Além do impedimento constitucional apontado, consideramos que, no mérito, há também diversos problemas que deveriam ser enfrentados, se prosperasse a mudança pretendida. Destacamos, entre eles, a questão da repartição das receitas tributárias da União, com repasse de parte dos recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios. Certamente, a vinculação em análise diminuiria esses repasses, implicando resistências políticas e questionamentos a respeito da constitucionalidade da matéria.

Por fim, cabe comentar que a União já é responsável pelos déficits da Previdência, de forma que o Tesouro regularmente faz aportes ao sistema previdenciário. A fixação de 12% do produto da arrecadação dos impostos previstos no art. 153, além dos problemas comentados acima, promoveria apenas um engessamento maior ainda das receitas da União.

Portanto o voto, em face do exposto, é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2010.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu li atentamente, ouvi o parecer do Senador Lobão Filho que coloca de forma clara a questão de que se ao fixar 12% do produto da arrecadação de impostos para a Previdência vai com isso engessar o orçamento e retirar recursos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, da repartição das receitas tributárias da União.

Como o Senador Mário Couto não se encontra presente, e ele é o autor do projeto, eu vou, sem discussão do mérito, já fiz a leitura, mas vou pedir vista para que o Senador Mário Couto possa, na próxima reunião, vir até o plenário da Comissão para aqui defender o seu projeto, que está tendo voto pela rejeição do nobre relator, Senador Lobão Filho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pedido de vista, portanto, do Senador Flexa Ribeiro, o item 10.

Portanto, vista coletiva, Senador Eduardo Braga, solicitando.

Agora eu passo novamente a palavra ao Senador Lobão, Presidente, para dar continuidade a esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB – MA) – Dando continuidade ao último item da pauta, item nº 9. *(Pausa.)*

Não, é o item 8. O item 9 foi retirado de pauta.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126 DE 2007 – Complementar – Não Terminativo -

Acrescenta § 2º ao art. 15 da Lei nº 4.595, de 1964, recepcionada pela Constituição de 1988 como Lei Complementar, com vistas a determinar a prestação de contas ao Senado Federal pelo Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Passo a palavra ao relator. *(Pausa.)*

Não estando presente, designo o Senador Blairo Maggi como relator *ad hoc*, do item 8.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, o relatório em pauta, o Projeto de Lei nº 126, de 2007, da Lei Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias. O Projeto propõe acrescentar os seguintes parágrafos, o art. 15 da Lei 4.595, de 1964.

Justificativa.

Não há na legislação um dispositivo que dê ao Senado a possibilidade de fazer o monitoramento dos atos de gestão e da conduta ética dos indivíduos nomeados para a direção do Banco Central do Brasil. Os titulares desses cargos só comparecem ao Senado mediante convite, podendo recusá-lo ou adiar seu compromisso nos momentos em que a opinião pública exige esclarecimento quanto às políticas implementadas por essas autoridades, bem como sobre a sua conduta ética.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil fará apresentação, em reunião conjunta das comissões temáticas, permitindo o Congresso Nacional avaliação do cumprimento dos projetos e metas das políticas monetárias creditícias e cambiais, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e seus resultados mostrados nos balanços.

Considerando o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal bem como o fato de que o Senado Federal aprovou resolução determinando a prestação de contas pelo Banco Central em caráter trimestral, entendemos que a proposta perdeu a oportunidade e está prejudicada.

Pelo voto.

Em face do exposto, excluímos, pela prejudicialidade, o Projeto de Lei do Senado nº 126/2007 – Complementar.

Da sala de comissões, segundo o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Tendo sido proferido relatório pelo Relator *ad hoc* Blairo Maggi, coloco em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Lindbergh, com a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero, rapidamente, sem tomar tempo, acrescentar isto. Veja que o projeto do Senador Alvaro Dias falava de presença do Presidente do Banco Central de seis em seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – E ele vem de três em três.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ele vem de três em três meses. Inclusive agora, para o próximo dia 28, está marcada a vinda novamente do Presidente do Banco Central, logo após a divulgação do relatório trimestral da inflação.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com os devidos esclarecimentos, coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, ele passa a constituir o parecer da CAE pela prejudicialidade do projeto.

Passamos ao item 11.

ITEM 11
REQUERIMENTO Nº 37 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir denúncias da revista Veja sobre possível esquema de corrupção, em reportagem intitulada "O raio x da corrupção", com a presença das seguintes autoridades: Exmo. Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União; Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal; Sr. Eduardo Pereira Nunes, Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Sr. Jorge Fontes Hereda, Presidente da Caixa Econô-

mica Federal; e Sr. Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT.

Iniciativa: Senador Cyro Miranda

Observações: *Em 7/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, o nosso Líder, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu queria fazer uma sugestão e uma ponderação ao Senador Cyro Miranda. Nós não queremos encaminhar contrariamente ao requerimento, mas também entendemos que esta matéria não é da Comissão de Assuntos Econômicos. É uma matéria que fala sobre tabela de preços do Dnit, de órgãos públicos; na verdade, essa é uma matéria para a Comissão de Fiscalização e Controle. Então, eu queria sugerir que o requerimento fosse encaminhado à Comissão de Fiscalização e Controle para efetivamente ser discutido na comissão. Se for votado aqui, na CAE, como não é matéria específica da CAE, eu vou encaminhar contrariamente. Mas eu gostaria de deixar essa sugestão, para não ter que encaminhar contrariamente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o autor do requerimento, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não, eu discordo de V. Exª, até porque essa é uma matéria de assuntos econômicos, sim, não é apenas de tarifas. São denúncias sobre as quais precisamos ser esclarecidos aqui, inclusive em relação às últimas licitações que foram feitas. Nós temos a oportunidade de receber o Dr. Benjamin, que tem, no Tribunal de Contas da União, uma série de considerações a ser feita a esta comissão.

Eu acho que o que falta, sim, é mais uma pessoa do contraditório. Eu gostaria que o Senador Blairo Maggi expusesse.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, a parte da discussão se é aqui ou em outra Comissão, eu gostaria de fazer um aditamento e pedir que nós também convidássemos aqui o Presidente da Aneor, a Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias. Acho que tem bastante gente aqui para falar do conteúdo da matéria da revista *Veja*, mas não tem ninguém aqui para falar o contrário.

E eu tive a preocupação, depois da semana em que houve a denúncia da revista *Veja*, de conversar com alguns empreiteiros para tentar entender o que está acontecendo. E os argumentos deles – todos temos argumentos – são bastante convincentes de que o que está descrito na matéria não é 100% a realidade do que se encontra nas obras públicas no Brasil.

Portanto, eu gostaria de fazer aqui, se o Senador Cyro me permitir, depois da discussão se é aqui ou não nesta Comissão, de propor o nome do Sr. José Alberto Ribeiro, Presidente da Aneor, para vir aqui dar o seu ponto de vista e dos empreiteiros de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – À Secretaria da Comissão para fazer aditamento ao requerimento do Senador Cyro.

Passo a palavra ao Senador Romero Jucá para que faça orientação do encaminhamento da votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, tendo em vista que vamos votar aqui, vou encaminhar contrário, voltando a defender a posição de que é uma matéria da Comissão de Fiscalização e Controle. Se nós formos trazer para a Comissão de Assuntos Econômicos todas as matérias de denúncia referente a qualquer tipo de licitação de obra, esta Comissão vai ficar assoberbada. Não é matéria específica desta Comissão.

Então, eu encaminho contrário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Romero, o Senador Cyro não aceita encaminharmos isso à Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não. Já foi indagado e ele disse que não aceita.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu reitero o apelo. O Senador Cyro é sempre um Senador muito flexível.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Qual a diferença de discutirmos aqui e na outra Comissão?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Porque a outra Comissão é de Fiscalização e Controle e nesta Comissão nós temos tantas audiências públicas, nós vamos ter uma hoje à tarde, ou é amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – A gente teria uma agora, mas ela vai ser postergada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Nós temos tantas audiências públicas...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu quero saber se nós podemos contar com apoio de V. Exª nesse requerimento na Comissão de Fiscalização?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. *Fora do microfone*.) – Pode. Nós faremos, inclusive colocando um adendo sugerido pelo Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Concordo e retiro, desde que tenhamos o apoio de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Humberto, gostaria ainda de se manifestar sobre a retirada:?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sim. Eu sugiro que faça um requerimento conjunto não somente ouvindo como contraparte a representação da Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias, como outros segmentos que possam fazer o contraditório com o que a matéria apresenta.

Então, os Senadores poderiam elaborar isso em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, coloco em votação a retirada do requerimento.

Os Senadores que não têm nada a opor permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Está retirado o requerimento.

Passamos ao próximo:

ITEM 12
REQUERIMENTO Nº 38 DE 2011

Requer a inclusão de representante da HBO entre os convidados a participar da audiência pública de que trata o Requerimento nº 12 de 2011-CAE.

Iniciativa: Senador Delcídio do Amaral

Observações: *Em 7/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento nº 38, de 2011.

ITEM 13
REQUERIMENTO Nº 39 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater o atual estado de endividamento da população brasileira e suas consequências financeiras, econômicas e sociais no futuro, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica do Banco

Central do Brasil; Sr. Raul Velloso, Consultor; Sr. José Pastore, Professor da Universidade de São Paulo; Sr. José Márcio Camargo, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; e Sr. Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Iniciativa: Senador Cristovam Buarque

Observações: *Em 7/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Presidente.

Esse requerimento tenta trazer para cá a discussão de um tema importante. Os últimos dados mostram que a economia do Brasil está bem, mas talvez ela não vá bem em relação ao futuro, se nós não enfrentarmos alguns problemas. Quer dizer, a conjuntura está bem; a estrutura está ameaçadora, do ponto de vista da estrutura do produto que a gente está exportando, que não é baseado em ciência e tecnologia; do ponto de vista das dificuldades da infraestrutura; e um terceiro ponto é do ponto de vista do endividamento. Nós vimos a explosão de bolhas em outros países recentemente. O que a gente vê no Brasil é que hoje o crédito ao setor privado está em R$1,7 trilhão. Houve um crescimento de 1,4% no mês de abril. Em um ano, 21,3%! É um crescimento muito elevado. Só para compra de automóvel, o total de empréstimos foi de R$152 bilhões. O aumento mensal no custo do crédito foi de 1,8 ponto percentual, e chegou a atingir 46,8%.

Tudo isso leva a olharmos, com muito cuidado, o sistema de endividamento das famílias. Por um lado, pode ameaçar a economia, se as pessoas começarem a não pagar; por outro lado, está ameaçando a estrutura das famílias no Brasil, que estão deixando de comprar comida para pagar a prestação de empréstimos para a compra de bens de consumo. A nossa indústria está vulnerável, o nosso sistema financeiro pode ficar vulnerável, e as nossas famílias estão em situação vulnerável, se isso continuar.

Daí a ideia de fazer este requerimento, trazendo profissionais competentes para analisarmos se a situação de endividamento da família brasileira é preocupante ou não.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho Bloco/PMDB – MA) – Tendo o autor proferido a defesa do seu requerimento, coloco em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o Requerimento nº 39, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Finalmente, passamos ao último item da pauta.

ITEM 14
REQUERIMENTO Nº 40 DE 2011

Requer a inclusão dos Srs. Apostole Lazaro Chryssafidis, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, e José Barat, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre os convidados para debater a Aviação Regional do Brasil, em aditamento ao Requerimento nº 29 de 2011-CAE.

Iniciativa: Senador Eduardo Braga.

Observações: *Em 7/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*

Com a palavra, o autor do requerimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, desejando inclusive muitas felicitações ao nosso Senador Lobão Filho, que retorna a esta Casa, desejando-lhe, portanto, muita saúde, muita bênção e pronto restabelecimento global da sua saúde.

Quero dizer Presidente Delcídio, que a aviação regional é absolutamente prioritária e é absolutamente necessário este Congresso, este Senado da República debater o tema, porque, num país de dimensão continental como o Brasil, ainda a aviação regional está colocada em segundo plano entre as prioridades. E essas desigualdades estão provocando grandes e graves problemas de locomoção em Estados como o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Pará, com custos aeroviários absolutamente impeditivos, apesar de o transporte aéreo regional muitas vezes ter caráter social. O tratamento fora de domicílio no interior da Amazônia se dá exatamente por transporte aéreo, tendo em vista que as distâncias são muito grandes. O custo dessas remoções é impeditivo para as prefeituras municipais do interior. Mais ainda: hoje é mais barato um deslocamento, por exemplo, de Manaus para Miami, de Miami para Manaus, do que de Manaus para Eirunepé, de Eirunepé para Manaus, havendo custos tarifários da ordem de R$2.200,00, para que os senhores tenham uma ideia. Além disso, dão tratamento igual para aeródromos desiguais. O nível de exigência da Anac para os aeródromos do interior do País é o mesmo que se dá para Congonhas, Guarulhos, Santos Dumont etc. Isso traz uma dificuldade adicional: a homologação dos aeródromos, o que cada vez mais dificulta a aviação. Portanto, creio que este requerimento, em aditamento ao da Senadora Vanessa, que, aliás, já tramita em várias comissões nesta Casa, vai dar oportunidade para que nós possamos colocar, mais uma vez, a aviação regional no topo da agenda do Senado da República. Assim, o Senado, talvez, possa contribuir para que essa injustiça possa ser corrigida com milhares de brasileiros que têm atividade econômica, que têm na necessidade social a importância da aviação regional.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Tenho aqui quatro requerimentos que passarei a ler. Infelizmente, há requerimentos, como o do Senador Aloysio Nunes, que não poderão ser lidos porque, pelo Regimento, nesta Comissão, é necessária a presença do autor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o requerimento do Senador Aloysio está subscrito por mim também.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então será lido.

Tenho a honra de ler o requerimento do Presidente desta Comissão, Senador Delcídio do Amaral:

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, audiência pública com o objetivo de discutir a universalização do atendimento de energia elétrica para consumidores localizados longe das redes, com a presença dos seguintes convidados: Nelson Hubner, Diretor-Geral da Aneel; Ildo Wilson Grutner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, e Nelson Fonseca Leite, Presidente da Abradee.

Requerimento do Senador Delcídio do Amaral:

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar de audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 21, de 2011 da CAE: Flávio Antônio Neiva, Presidente da Abrage; José Cláudio Cardoso, Presidente da Abrate, e Nelson Fonseca Leite, Presidente da Abradee.

Requerimento do Senador Aloysio Nunes, subscrito também pelo Senador Flexa Ribeiro:

Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam convidados para audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos o Advogado-Geral da União, Sr. Luís Inácio Lucena Adams; o Presidente do Banco Central, o Sr. Alexandre Tombini, e Marcos Lisboa, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, para ex-

plicarem acerca da matéria veiculada na edição nº 221 da revista Veja, intitulada "O Monstro da MP".

E coloco aqui, à caneta, Valdery Frota de Albuquerque, ex-Presidente da Caixa Econômica Federal.

Requerimento do Senador Flexa Ribeiro:

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam enviados convites às autoridades abaixo relacionadas, para que, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, seja realizada audiência pública, com o objetivo de discutir os indicativos de irregularidades contidos no relatório da Aneel sobre a administração por parte da Eletrobras dos recursos da Reserva Global de Reversão – RGR.

Convidados: Diretor-Geral da Aneel Nelson Rubens; Diretor Presidente da Eletrobras, Sr. José da Costa Carvalho Neto.

Os requerimentos lidos serão apreciados na próxima reunião.

Passando ao último item da pauta:

Audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 9 de 2011- CAE, de iniciativa do Senador Armando Monteiro, com a finalidade de discutir os seguintes temas, relacionados à tributação das micro e pequenas empresas, que envolvem interesses federativos:

- Revisão dos limites de enquadramentos e das alíquotas do Simples Nacional;

- Cobrança por meio de substituição tributária dos optantes do Simples Nacional;

- Cobrança antecipada do ICMS nas divisas estaduais;

- Parcelamento automático dos débitos de tributos do Simples Nacional;

- Sistema de comunicação eletrônica.

Convidados:

Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz);

Sr. Silas Santiago, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Essa audiência pública seria composta por dois membros: Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho e Sr. Silas Santiago. Na ausência do Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, do Confaz, esta Presidência decidiu postergar para o futuro essa audiência pública agradecendo, de forma contundente, a presença do Sr. Silas Santiago, da Receita Federal, a presença nesta Comissão.

Assim sendo, termino ...

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente Lobão Filho, quero das as boas-vindas a V. Exª e dizer da alegria de todos nós de tê-lo, agora, na nossa convivência, inclusive hoje presidindo a reunião ao lado do Senador Delcídio Amaral.

E gostaria, também, de fazer votos para que logo tenhamos, conforme V. Exª ressaltou, o Senador Itamar Franco ao nosso lado. No dia em que estive com V. Exª no Hospital Albert Einstein, também visitei o Senador Itamar Franco e, felizmente, S. Exª também deu indicações de que está se recuperando. E acredito que logo S. Exª estará aqui no meio de nós, como V. Exª hoje chegou.

E gostaria, Presidente Lobão Filho e Presidente Delcídio Amaral de informar que, na noite de ontem, quando aqui esteve conosco a Ministra Tereza Campelo, dialogando com alguns Senadores, a sua assessoria comunicou-se com a nossa, no sentido de que para a audiência programada para o dia 5 de julho, primeira terça-feira de julho, quem sabe fosse bastante produtivo que a Ministra Tereza Campello e a Srª Ana Fonseca, ambas pudessem expor aqui o Programa Brasil Sem Miséria e ficando os professores que estavam designados também para essa mesma audiência para dialogar numa outra oportunidade, para que elas tenham assim o tempo, o mais completo possível, para dialogar com os Senadores.

Essa foi a sugestão formulada aqui. Portanto, no dia 5 venham a Ministra Tereza Campello e a Secretária Extraordinária para o Programa Brasil sem Miséria, Ana Maria Medeiros da Fonseca. Então, para depois acertar essa questão. E os demais professores programados Lena Lavinas, Marcelo Nery, João Saboya e Márcio Porchmman, ficariam, então, para uma reunião seguinte no segundo semestre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Fica registrado o pedido do Senador Suplicy aqui na Secretaria desta Mesa.

Agradeço a V. Exª a visita que me fez no hospital, que me deixou profundamente emocionado. Agradeço do fundo do coração.

Quero agradeço, também, ao Senador Delcídio, pela gentileza, sempre ímpar, em me conceder o privilégio de presidir esta reunião. E, para finalizar, quero fazer o comunicado e o convite para a reunião conjunta da 20ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, a realizar-se em 15 de junho, nesta quarta-feira, às 14h30min, na Ala Senador Alexandre Costa, plenário 19. É uma audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 27/28, aprovado em 19 de maio, respectivamente, e Requerimento aprovado em 7 de junho do corrente. Todos de autoria do Senador Delcídio do Amaral, com o objetivo de debater a renovação das concessões com a participação dos seguintes convidados: Paulo

Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de grandes Consumidores de Energia Elétrica, Abrace; Otávio Carneiro de Rezende, Presidente do Conselho de Associação Brasileira dos Investidores em Alta Produção de Energia, Abiape, Mauro Guilherme Jardim Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo (CESP); e Helena Landau, Consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudês.

E, finalmente, o convite para a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, conjunta com a 21ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a 29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a 28ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, a realizar-se em 16 de junho de 2011, quinta-feira, às 9 horas, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães (Interlegis), do Senado Federal.

Trata-se de uma audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 12, de 2011-CAE; Requerimentos nºs 15 e 24, de 2011-CCT; Requerimento nº 20, de 2011-CCJ; Requerimento nº 14, de 2011-CE; e Requerimento nº 13 de 2011-CMA, com vistas a debater o Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2010, que *dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.*

Com a palavra o meu querido amigo, Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Senador Lobão, na mesma linha dos que me antecederam, gostaria de dizer da minha alegria pessoal e da minha família, dos servidores do meu gabinete, dos servidores do Senado e desta Comissão em tê-lo de volta. E queria ainda reclamar com o Senador Delcídio pelo tanto de serviço que já lhe deu. Mas é muito bom tê-lo de volta pelas suas qualidades ímpares: um amigo leal, firme, um Senador querido, preparado, de boa cepa, filho de quem é, irmão de quem é.

Senador Lobão, é motivo de orgulho para nós sermos seus companheiros aqui no Senado. Ficamos muito preocupados e pedimos muito a Deus pela sua recuperação, e ficamos felizes por ver que V. Exª está se recuperando tão bem.

Seja muito bem-vindo de volta. Senador Lobão. V. Exª é muito querido de todos nós pelo seu brilhantismo, pela sua competência, pelo seu trabalho e, acima de tudo, pelo bom caráter que é.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco/PMDB – MA) – Senador Gim Argello, agradeço do fundo do coração as palavras, que me motivam ainda mais a retornar, em pleno vigor físico, o mais rápido possível. V. Exª é dos amigos queridos, excelente Senador, grande Líder nesta Casa, a quem presto as minhas homenagens também.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar a presente reunião, com a renovado agradecimento ao Senador Delcídio por, mais uma vez, conceder-me a honra de presidir esta reunião.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 15 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI, CONJUNTA COM A 24ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE; DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA ÀS 14H30M, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinqüenta e seis minutos do dia quinze de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Delcídio do Amaral**,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Ana Amélia, Blairo Maggi, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Ivo Casso, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg Waldemir Moka e Walter Pinheiro e Wellington Dias.** A Presidente declara abertos os trabalhos e convida os participantes a tomarem assento à mesa. A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 27 e 28 de 2011-CI, e ao Requerimento nº 28 de 2011-CAE de autoria do Senador Delcídio do Amaral, com o objetivo de debater a Renovação das Concessões, com a presença dos seguintes convidados: Elena Landau – Consultora do Escritório de advocacia Sérgio Bermudês, Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia – ABRACE, Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente da Companhia Energética de São Paulo

– CESP e Otávio Carneiro de Rezende – Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia – ABIAPE. A seguir, a Presidente concede a palavra ao Senador Delcídio do Amaral para algumas considerações. Após as considerações do Senador Delcídio do Amaral, a Presidente concede a palavra aos participantes. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores **Blairo Maggi, Walter Pinheiro e Eduardo Braga**. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. Senadora **LÚCIA VÂNIA,** Presidente da CI, Senador **DELCÍDIO DO AMARAL,** Presidente da CAE.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e todas aqui presentes.

Declaro aberta a 20ª reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a 24ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Passemos, agora, à pauta, conforme previamente divulgada, mas, antes, convido para compor a mesa os convidados desta audiência: Srª Elena Landau, consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes; Sr. Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace); Sr. Mauro Guilherme Jardim Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo (Cesp); e Sr. Otávio Carneiro de Rezende, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape).

Senhoras e senhores, damos início a mais uma audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com objetivo de debater a renovação das concessões em cumprimento aos requerimentos nºs 27 e 28, de 2011, da Comissão de Infraestrutura, aprovados em 19 de maio e 09 de julho, respectivamente, e ao requerimento nº 28, de 2011 da CAE, aprovado em 07 de junho do corrente, todos de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

Contamos, hoje, com a presença dos seguintes convidados: Srª Elena Landau, Sr. Paulo Pedrosa, Sr. Mauro Guilherme Jardim Arce e Sr. Otávio Carneiro de Rezende, a quem, desde já, agradeço a presença nesta audiência. O assunto que será debatido hoje é da maior relevância para o País.

Aproxima-se o momento em que o Estado brasileiro deverá tomar grandes decisões a ele submetidas nos últimos anos sob o ponto de vista de suas repercussões econômicas e sociais. Até 2015, estarão vencidos mais de 28 mil megawatts entre as concessões para aproveitamento de potenciais hídricos na produção de energia elétrica, dos quais cerca de 10% somente em usinas térmicas. Até lá vencem ainda nove dos 30 contratos de transmissão. E de 36, dos 65 de distribuição de eletricidade. O impacto global desses contratos no conjunto do setor elétrico é imenso, relembrando que alguns deles já vencidos operam hoje a título precário com base em decisão governamental que necessita de fundamento legal mais seguro.

O encaminhamento dessas concessões, entretanto, depende de um complexo conjunto de critérios ainda não delineados, mas para cujo estabelecimento o País deve adorar uma estratégia clara de definida.

O Brasil possui em abundância a fonte de energia mais barata, confiável e segura de todas: a hidrelétrica. Ainda assim a nossa tarifa de energia elétrica é uma das mais caras do mundo. O preço da energia, em conjunto com o câmbio subvalorizado, a carga tributária abusiva e as altas taxas de juros cobradas no mercado bancário interno, vem impondo condições impossíveis de serem sustentadas pelo nosso setor produtivo. A competitividade brasileira está sendo afetada em escala nunca antes vista. Nessa direção, o vencimento das concessões para produção, transmissão e distribuição de eletricidade abre uma valiosa janela de oportunidade capaz de auxiliar na revisão de algumas das políticas públicas do Brasil no setor de energia.

Com essas preocupações em mente, iniciamos a discussão do tema na Comissão de Serviços de Infraestrutura em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Para dar prosseguimento a esta introdução, passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e autor do requerimento que solicitou esta audiência pública.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Queria cumprimentar a Presidenta Lúcia Vânia, cumprimentar os demais convidados em nome da nossa querida Elena Landau, cumprimentar os Senadores e Senadoras.

O objeto deste requerimento é... Acho que muitos Senadores e Senadoras têm sido procurados intensamente por agentes do setor de energia elétrica, preocupados com essa discussão sobre concessões, sobre a caducidade das concessões das hidrelétricas, especialmente. E é um problema que muitas empresas enfrentam, desde Cesp, Furnas, Chesf, e, como esta discussão é fundamental, não tenho dúvidas de que,

nos próximos meses, o tema mais importante no setor de energia elétrica no Brasil talvez seja sobre como será a proposta para renovação das concessões.

A gente vê muitas notícias: notícias defendendo novos leilões, notícias prorrogando concessões, notícias com afirmações do tipo "as usinas estão amortizadas; portanto, basicamente é custo de operação e manutenção que vai pautar, pelo menos, a geração dessas hidrelétricas, e, portanto, o impacto vai ser intenso nas tarifas de energia, até porque o modelo praticado no Brasil é de modicidade tarifária, e isso viria de encontro à modicidade tarifária". Só que o setor elétrico é um setor complexo, que passou por muitas mudanças ao longo da sua história, e talvez algumas das afirmações que estão sendo feitas não sejam absolutamente corretas ou verdadeiras. E isso podemos ver por alguns estudos que já foram feitos, primeiro, negando para alguns projetos que, durante esse tempo de concessão, já foram amortizados; depois, preocupações com relação ao EBIT (Earnings Before Interest and Taxes) de empresas, dependendo da decisão que vier a ser tomada.

Assim, este é um tema, no meu ponto de vista, crucial para a área de infraestrutura brasileira, especialmente para o setor de energia. Então, nós tomamos a iniciativa, junto com a Comissão de Infraestrutura, com a Senadora Lúcia Vânia, e fizemos um requerimento na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e na Comissão de Infraestrutura para fazermos este debate.

Nesta primeira etapa, a ideia é trazer primeiro o mercado e as pessoas que estão estudando o cenário brasileiro no que se refere à caducidade das concessões. E, numa próxima etapa, traríamos o Governo, até para que ouvíssemos os dois lados. Inicialmente, o Governo não quis, não quer ainda discutir este tema, porque estudos estão sendo feitos, e não existe uma posição clara sobre este assunto. Mas precisamos estimular este debate aqui no Senado. Aliás, é nosso papel de Senadoras e de Senadores estimular, esclarecer esse pontos todos, para que o Senado e a Câmara tenham efetivamente todas as informações, de ambos os lados, no que se refere a esse tema tão importante da renovação das concessões e para que, consequentemente, venhamos a trabalhar no sentido não só de buscar a modicidade tarifária, mas também de criar mecanismos pelos quais as empresas tenham condição de prestar um bom serviço, as empresas tenham condição de garantir, cada vez mais, competitividade nas tarifas. Enfim, precisamos tirar qualquer tipo de ruído sobre o setor elétrico, até porque a não renovação das concessões está levando inclusive a que muitos investimentos estejam sendo, de certa maneria, procrastinados ou sobrestados, melhor dizendo, porque existe essa dúvida com relação às concessões. E, ao mesmo tempo também, a própria contratação de energia. Por exemplo, quem tem uma concessão que está terminando em 2015, o que faz com essa energia? É um tema fundamental, até porque a segurança energética vai ser um dos pilares do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Então, foram esses os motivos. Acho que já me estendi demais, Presidente, e o importante é ouvirmos quem está trabalhando nisso e que, sem dúvida nenhuma, vai nos ajudar a esclarecer muitas questões.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Comunico aos senhores que vamos fazer, além desta, mais duas audiências públicas, uma chamando o próprio Governo, que seria o Dr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério; José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras; Nelson Hubner, Diretor da Aneel; Luciano Coutinho, Presidente do BNDES e o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

A terceira reunião será com o Sr. Flávio Antônio Neiva, José Cláudio Cardoso, Nelson Fonseca Leite e Dr. Paulo Skaf.

Concedo a palavra à Srª Elena Landau, consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes.

V. Sª dispõe de 15 minutos.

A SRª ELENA LANDAU – Bem, falar de um tema tão complexo em 15 minutos vai ser um desafio enorme, mas eu...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a tolerância de cinco minutos.

A SRª ELENA LANDAU – Agradeço de antemão e parabenizo a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Delcídio do Amaral pela iniciativa desta reunião tão importante. Agradeço a presença dos Senadores Walter Pinheiro, Cyro Miranda e Blairo Maggi, que estão aqui para dividir conosco essa preocupação.

Acho que o Senador Delcídio do Amaral colocou, em poucas palavras, a importância e a relevância, após as palavras da Senadora Lúcia Vânia, colocando também a importância do tema.

O tema é importante e urgente. Importante porque trata do futuro de grande parte do setor elétrico. Ele trata especificamente do parque gerador, que nos preocupa sobremaneira por causa da questão de segurança energética; ele trata de 25% do parque gerador de energia elétrica brasileira. Ou seja, 25% desse parque, 20 *gigawatts*, tem os seus contratos de concessão vencendo em 2015. É muito importante. E é urgente. Não é porque está em 2015 que ele deixa de ser urgente. Como o setor elétrico trabalha no longo prazo, trabalha com investimentos, trabalha

com planejamento e projeção. E contratos de energia, na insegurança jurídica, você não tem ambiente para contratar e afeta a própria segurança de expansão, a segurança energética.

Esse tema vem em torno de um imbróglio legal muito grande. Primeiro, há uma discussão sobre o porquê de vencer em 2015, o porquê dessa concentração em 2015. Porque houve uma mudança na Constituição de contratos de concessão; passamos a ser um regime de contratual pela Constituição de 88, no seu art. 175, e as empresas ficaram numa fase de transição desde 95, quando veio a lei de concessões, a Lei nº 9074, e algumas dessas empresas não tiveram seu contrato assinado. Apenas em 2004, às vésperas dos leilões de energia existente, já dentro do novo modelo do setor – já governo Lula, modelo da atual Presidente Dilma –, foram necessários novos contratos, e esses contratos foram assinados em 2004. Só que com base na lei que dizia que o prazo contava desde 95.

Há uma discussão hoje, pequena, que está sendo levantada, se de fato vamos contar o prazo de 95, como dizem os art. 19 e 20 da Lei nº 9074, ou se é na assinatura do contrato, em 2004. Essa discussão já ocorreu por ocasião da privatização da Cesp, que acabou não acontecendo; as posições são contrárias à ideia de começar a contar em 2004, na sua maioria. Mas é uma discussão que pode vir a acontecer

A outra questão, muito importante do ponto de vista legal e que diz muito respeito a esta Casa, é a questão da legalidade da prorrogação. Há quem diga, inclusive, da sua constitucionalidade, já que o art. 175 fala em necessidade de licitação. Mas o próprio art. 175, em seu § 1º, fala da possibilidade de prorrogação. De qualquer maneira, não há sombra de dúvida de que, se houver uma decisão do governo efetivamente na direção da prorrogação, será necessária uma mudança legislativa. Como já foi feita a Lei nº 9.074, uma nova lei de transição para as concessões seria necessária, e ai a importância de estarmos todos discutindo essa lei.

A outra questão muito importante... Inclusive na Câmara já temos vários projetos de lei em discussão propondo mudanças legislativas. A gente só precisa ter uma certa atenção com os projetos, porque alguns são muito genéricos, mas é um começo de discussão; outros discriminam entre empresas estatais e privadas, dando um tratamento diferenciado, mas ainda assim é só um início de discussão. Dessa forma, a discussão já está... Por iniciativa inclusive... O primeiro projeto é do Deputado Eduardo Valverde, que, lamentavelmente, não está mais entre nós para discutir, uma vez que faleceu num terrível acidente ainda este ano.

A outra questão importante é chamar atenção para que essa discussão sobre prorrogação e licitação, na minha opinião – eu que estou trabalhando no assunto há mais de três anos –, já superou uma discussão técnica no sentido de a licitação ser melhor ou pior que a prorrogação. Acho que ela já entrou em uma esfera política de decisão pró-prorrogação. E a minha sensação é no sentido de que, se fôssemos optar pela licitação, pela manutenção da legislação atual, no fundo estaria implicando privatizar as empresas que estão com as suas concessões a vencer. Digo isso porque essas empresas, a maioria das empresas que estão com concessões a vencer, são empresas estatais, ou estaduais, ou federais. Dos 20 gigawatts a vencer, nove são da Chesf, por exemplo. Então, você teria que licitar ou a Chesf ou ativos como Xingó, por exemplo. Eu acho que licitar ativos isolados não atende ao interesse público, porque...

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)*

A SRª ELENA LANDAU – Dos dez... Quer dizer, acaba com a Chesf na realidade, sendo que licitar ativos de forma isolada não atende ao interesse público. Você vai licitar um ativo da qualidade de Xingó mas vai deixar a Chesf com as suas obrigações, com as suas dívidas, com os seus funcionários, com os seus compromissos sociais, com isso tudo. Então, licitar ativos não dá. Assim, só poderia ser uma licitação de empresa, ou seja, inevitavelmente, o caminho da privatização. Como a privatização não fazia, até a decisão sobre a Infraero, parte da agenda atual de política econômica, a gente tem sinalizado que o Governo deveria prorrogar.

E também uma decisão a favor da prorrogação é no sentido de que há uma concentração muito grande de empreendimentos a serem leiloados em pouquíssimo espaço de tempo. Isso não permite uma competição adequada; você não consegue obter um preço de competição, ou seja, o interesse público não estaria resguardado nessa ideia.

Além disso, há um outro argumento muito importante: não há investimentos no Brasil suficientes para, ao mesmo tempo, comprar os ativos que estão com as suas concessões vencendo e fazer novos investimentos. Então, a ideia é priorizar novos investimentos ao prorrogar as concessões existentes.

Por fim, se houver uma decisão do Governo de licitar e não prorrogar, há a necessidade de se pagar valores de reversão para as empresas. Esses valores de reversão deveriam ser pagos com a RGR. O volume atual de RGR existente não é suficiente para fazer frente aos ativos existentes. E, aqui, eu vou corroborar a opinião do Senador Delcídio de que há um mito de que os ativos estão todos depreciados. Isso não é verdade! Não vamos confundir data do contrato de concessão com data de entrada em operação das

usinas, com investimentos que foram feitos depois da data de entrada em operação. Ou seja, há que se fazer uma análise caso a caso, de cada empresa, qual é a situação de cada empresa para se saber se aquele ativo está ou não depreciado. Acho que aqui está presente o Presidente da Cesp, Sr. Mauro Arce, com muito mais qualificação do que eu para falar desse assunto.

Por fim, o tema mais importante desse debate – e estou tentando fazer aqui um plano de fundo para a nossa discussão – é como fazer a prorrogação se, de fato, houver uma opção pela prorrogação. Realmente, as bases do novo modelo do setor elétrico, em vigor desde 2004, são a modicidade tarifária e a segurança do sistema. Uma coisa não pode vir dissociada da outra. A modicidade tarifária é um objetivo permanente. Devemos combater os aumentos das tarifas que estão altos, mas não é a única opção. Não é através da renovação nem é a mais eficiente. Temos encargos e tributos do sistema, as empresas que estão com contrato a vencer são apenas 20% do total dos ativos. Não adianta estrangular financeiramente as empresas ou reduzir o Ebit, na forma mais sofisticada aqui do nosso Senador, e as empresas perderem a capacidade de investimento. Não é isso o que nós queremos. Queremos algo que atinja os objetivos globais do setor.

Então é preciso ter o objetivo de como prorrogar mantendo a segurança energética. Temos de tentar manter as duas coisas.

Uma das questões mais preocupantes neste sentido é a ideia de que é possível fixar um preço/teto único para todas as empresas do setor. Primeiro, isso não é possível, pois cada ativo é um ativo, cada ativo tem a sua maturidade, cada ativo tem o seu investimento a sua entrada em operação. Então, não se pode usar um preço único para todo mundo.

Acho que precisamos tomar muito cuidado com a ideia de que os preços de geração de energia, no Brasil, estão caindo. Isso seria o mesmo que subverter uma lei básica de economia que dizer que custos marginais a longo prazo são decrescentes. Isso não existe. Nem jabuticaba funciona assim. Se você está obtendo, nos leilões, preços decrescentes é porque há uma explicação. E a explicação é a de que você tem preços no mercado livre que são superiores àqueles do mercado cativo. Ah, porque cada projeto desse é um projeto estruturante, cada projeto estruturante como Jirau, Santo Antônio, Teles Pires ou Belo Monte, recebem benefícios fiscais, atenção em grande escala, absolutamente individuais, não pode ser generalizado ao Programa de Expansão de Energia Elétrica no Brasil. Então tem que tomar muito cuidado com a ideia de que: olha, obtivemos uma tarifa tal, no último evento de leilão, que por acaso foi a Teles Pires, que está muito fora da curva , de uma curva inclusive de preços cadentes, para dizer que todo mundo pode atingir o mesmo tipo de preço.

Temos que tomar muito cuidado na hora de prorrogar, porque a decisão de prorrogar, ou licitar, é só o início da discussão. Ela dá margem ao início do bate-bola, da conversa, porque como fazer é fundamental. Chamo a atenção porque não se pode olhar, unicamente, para a questão da modicidade tarifária. Eu como consumidora estou preocupada com a modicidade tarifária. Os industriais também, todos nós cidadãos brasileiros estamos preocupados com pressão subinflação. Mas também estamos preocupados com a capacidade de expansão do sistema e das empresas estatais estaduais e federais.

Se não houver capacidade de investimento via remuneração tarifária, o preço da energia, porque não há tarifa sobre energia de geração, vai ter que o dinheiro sair de algum lugar. Ou vai sair do Tesouro Nacional, ou vai sair dos Tesouros Estaduais, ou a empresa vai perder a capacidade de expansão. Como economista, costumamos dizer que não há almoço grátis. Então, é preciso saber os custos de cada decisão.

A preocupação é: se de um lado você quiser poupar o usuário, colocando uma tarifa artificialmente baixa, você está penalizando o contribuinte ou o próprio usuário a longo prazo, porque a capacidade de investimento está comprometida.

Portanto, a questão da modicidade tarifária tem que ser olhada com muito cuidado e também de forma global. Os senhores têm conhecimento, de que foi distribuída uma matéria de jornal que chama a atenção para o fato de que, nas tarifas brasileiras, em cada cem reais, cerca da metade fica em encargos e tributos do sistema. Apenas, 25% vem do preço de energia. Desses 25%, apenas 20 ou 30% são de energias renovadas. É mais eficiente a gente olhar para aquela parcela que responde por 50% do preço da tarifa, do que aquela que responde, no máximo, por 7 ou 8%. O que não significa que não se deve olhar para esses 7 ou 8% que não se deva exigir eficiência das empresas que terão essas tarifas renovadas. Aqui, é apenas um pano de fundo para a nossa discussão.

Espero que eu tenha me mantido dentro do meu tempo regulamentar. Tenho muito mais para conversarmos mas eu queria agradecer a oportunidade de trazer aqui um resumo do que o setor privado vem discutindo, de uma forma ou de outra, nos últimos 3 anos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Sr. Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Abrace.

O SR. PAULO PEDROSA – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Senador Delcídio, meus colegas de Mesa, Senador Blairo, Senador Cyro, Senador Walter Pinheiro, assessores do Senado, vou diretamente a uma apresentação para tentar tornar mais objetiva minha exposição aqui.

Rapidamente para os primeiros *slides*, por favor.

A Abrace, fica no registro o tamanho da associação, consome em torno de um quarto da energia do Brasil.

Próximo, por favor.

Nossa lista de associados são as bases das cadeias produtivas nacionais, uma parcela significativa do PIB.

Próximo, por gentileza.

Isso é para contextualizar o que estamos discutindo aqui. Quer dizer, existe um benefício acumulado ao longo dos anos, uma quantidade de recursos que, digamos, pegamos as pontas extremas do processo que pode chegar a algo como R$10 bilhões por ano mais impostos e, no fundo, há uma decisão que será colocada para o País, no Congresso Nacional, sobre o que fazer com esse recurso, se o destino dele será em favor da modicidade tarifária, do desenvolvimento do País, como defendem os consumidores que pagaram por esse direito, ou se será apropriado pela cadeia produtiva do setor elétrico, investidores, governos estaduais, investidores privados que participam desse processo. Portanto, é uma decisão extremamente delicada que será tomada pelo País e pelo Congresso.

Começo saudando a posição do Governo Federal. O Governo Federal tem tido, no conjunto dos seus ministérios, uma postura de reconhecimento do problema que o País tem hoje com o preço elevado da energia. Aparentemente, avançamos para a fase terapêutica, concluída a fase do diagnóstico. Por isso, a nossa saudação à equipe do Ministério, às declarações do Ministro Lobão, do Secretário Zimmermann, da equipe em favor da modicidade tarifária. Esse é o encaminhamento correto para reverter uma situação.

A tarifa industrial do Brasil é das mais caras do mundo. Subiu 100% nos últimos dez anos, subirá mais de 20% a 30% nos próximos dez, concentrados nos primeiros cinco. Uma situação, com certeza, que penaliza a indústria nacional, que faz o País perder competitividade na sua produção.

Um estudo da Abrace que já foi compartilhado com o Congresso, com o conjunto das associações das indústrias brasileiras, o Projeto de Energia Competitiva (PEC), de responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas, mostra que, se nós revertermos essa tendência do aumento do preço da energia e ela for reduzida na ordem de 5%, incorporaremos o equivalente ao PIB da Argentina de hoje ao Brasil em dez anos. Quer dizer, um desenvolvimento da ordem de 25% maior, com geração de empregos, com melhoria do IDH, com redução da inflação. Portanto, a correlação entre preço da energia e desenvolvimento é absoluta. Eu diria, Senador Delcídio, que a variável preço da energia tem a dimensão da variável câmbio ou variável taxa de juros. Isso é o que a redução do custo da energia pode trazer de benefícios ao País.

Próximo, por favor.

Trazendo a valor presente os resultados desse estudo, nós vemos que cada real a menos no custo da energia produz R$8,60 a mais de crescimento do PIB, portanto, é um investimento para o País e para o próprio Governo, já que o Governo é dono de 35%, 36% do crescimento do PIB, o aumento da energia, a redução do custo da energia é um investimento para o País e para o Governo.

Focando agora na questão do marco regulatório, infelizmente, o marco regulatório do setor elétrico é complexo, é impreciso, está muitas vezes voltado a questões pontuais. Nós sempre procuramos fazer o bem localizado, gerando o mau distribuído em um custo adicional absorvido pelo conjunto da sociedade brasileira. Essa é, infelizmente, a história e cabe agora talvez, nesta oportunidade, ao Senado ajustar alguns aspectos do marco regulatório. Ele falhou, portanto, ao não prever a modicidade. Ele prevê a modicidade, mas, na prática, não foi capaz de promovê-la e fez os consumidores assumirem custos de políticas públicas e custo do equilíbrio fiscal e pagar impostos sobre isso, o que explica parte do problema de perda de competitividade do País.

O tratamento das concessões em favor da modicidade, portanto, é a grande oportunidade de reversão dessa tendência. Na nossa visão, a perspectiva de retorno desse benefício à sociedade já estava determinada nos preços e nas tarifas de energia. Portanto, o benefício deve ser exercido.

Por gentileza, pode passar para o próximo *slide*.

Vou fazer uma varredura muito rápida do marco legal, para contextualizar o tema que as Comissões nos pediram que apresentássemos aqui, hoje.

Primeiro, lembro a Lei nº 8.631, que acabou com a remuneração garantida. Essa Lei custou ao País US$26 bilhões, em valores de 1993, para equacionar os passivos do setor elétrico no ano passado. Isso tem de ser levado em conta. Passivos anteriores a 1993 estão embutidos na negociação da Lei nº 8.631, e, ao menos, isso precisa ser considerado com muito cuidado, para que não se pague duas vezes pelo mesmo efeito.

Segundo, lembro a Lei de Concessões, que mudou a lógica do setor elétrico. A lógica do setor elétrico era tarifa pelo custo, mas passou a ser tarifa pelo preço.

É uma transformação fundamental do funcionamento da energia. Essa transformação aconteceu no marco legal, mas não foi incorporada à cultura do setor elétrico em muitos pontos. Em seguida, a Lei de Concessões estabeleceu a possibilidade de prorrogação, mas uma possibilidade inalógica do novo marco legal.

A Lei nº 9.648 trouxe a livre comercialização para produtores independentes na lógica de tarifas pelo preço e permitiu que os concessionários de serviço público não privatizados vendessem livremente no mercado, com o decaimento dos contratos iniciais.

Por fim, a Lei nº 10.848 estabeleceu regras específicas em relação às novas concessões sem renovação.

Por gentileza, pode passar para o próximo *slide*.

Portanto, mudamos – chamo a atenção das Srªs Senadoras, dos Srs. Senadores e da assessoria – de ambiente. São dois ambientes completamente diferentes. O ambiente anterior do setor elétrico era ineficiente por si só. A lógica da tarifa pelo custo se mostrou ineficiente e precisava mudar, mas se sustentava como um todo. Dizia-se: "A geração de energia é feita pelo serviço público. O concessionário não vai decidir o preço com que vai vender a energia, a energia será tarifada, o sistema dirá a ele o preço com que ele vai vender". Assim, em troca do fato de que o concessionário aceitava o preço que o sistema lhe impunha, o sistema garantia uma remuneração e uma tarifa que considerava o O&M, a remuneração e a depreciação.

Nesse modelo, que se sustentava, a renovação era o caminho natural, porque a renovação era feita pelo custo: com o custo depreciado, seria uma energia barata para o consumidor. E a indenização, ao final da concessão, era apenas um elemento para garantir o pacto da tarifa: o sistema lhe diz por quanto você vai vender a sua energia, garante o seu equilíbrio; se ele não for obtido ao longo das tarifas na concessão, ao final, eu indenizo o que eu não depreciei, por minha vontade, ao estabelecer as tarifas.

Isso mudou para uma lógica completamente diferente: produção independente, livre negociação, por conta e risco do agente. Nessa lógica de livre negociação, a indenização não se aplica. Não é o mesmo processo, porque o agente definiu o preço com que ele ia vender.

Senador Delcídio, permita-me trazer um exemplo radical. Suponhamos que haja duas usinas, que uma delas tenha vendido muito bem a sua energia no mercado, por bons preços, com alta rentabilidade, e que a outra tenha vendido mal a energia, com um preço baixo. Nesse caso, a que vendeu mal a energia e não depreciou o seu ativo vai ter uma indenização maior? Então, a lógica não foi de tarifa pelo preço e não foi por conta e risco do agente. É uma lógica de ajuste ao final do processo, voltando ao modelo anterior.

Então, nesse novo modelo, a reversão é o caminho natural. O que aconteceu no processo é que, no meio do caminho, como não se avançou nas privatizações – não estou defendendo as privatizações; estou dizendo que um modelo tinha lógica, que o outro tem lógica e que estamos lidando com um híbrido, com uma quimera que se formou na mistura de duas lógicas regulatórias –, ficou a regulação de serviço público, vendendo energia livremente no mercado. Foi o que aconteceu. Com o decaimento dos contratos iniciais, essa venda foi livre, inclusive, para consumidores do mercado livre.

Portanto, no marco regulatório, a depreciação aplicável, no nosso entendimento, para essas usinas é eventual e residual. Devem-se considerar investimentos prudentes – não são todos os investimentos, não são todos os custos –, o equacionamento dos passivos que houve em 93 e o período da livre negociação em que o agente atuou, definindo o seu preço no mercado e, portanto, a depreciação não se aplica na mesma lógica. A depreciação regulatória tem que ser separada da depreciação fiscal, da depreciação contábil, ela representa aquele compromisso do equilíbrio do modelo de tarifas pelo custo. E a indenização reflete esse mesmo compromisso, não se aplica à situação atual no todo. Eventualmente, uma análise caso a caso pode considerar que naquele período em que essa energia foi tarifada, e havia um compromisso do sistema, pode-se fazer uma avaliação sobre uma eventual indenização. Mas ela é ocasional e caso a caso.

Portanto, essa lógica não pode ser proposta para um modelo de livre negociações e tarifa pelo preço, até mesmo porque seria a negação desse sistema atual.

Próximo, por gentileza.

Primeiro, não há nenhum compromisso dos consumidores com o equilíbrio das empresas. Nós estamos falando em concessões. As concessões são as concessões para uso de um potencial hidrológico que está localizado em um rio, em uma determinada cachoeira. Não tem nada a ver com a empresa. Se a empresa fez outros investimentos ruins, se a empresa – eu tomo cuidado, tem que ser analisado caso a caso – atual é o resíduo de um processo em que vários outros pedaços foram vendidos e naquele pedaço final ficou acumulada uma perda, aquela perda não pode ser repassada ao consumidor no momento da renovação das concessões. As concessões estão associadas ao empreendimento dentro dessa lógica do marco regulatório. E aí nos preocupa algumas visões que tenho chamado de efeito BNH no passado: pagou-se o apartamento duas vezes, 30 anos, e ao final se descobria que devia

dois apartamentos. Temos que tomar cuidado com essa lógica do processo regulatório e dizer que o compromisso do consumidor também não é com a segurança da oferta. A segurança da oferta não é afetada por isso. Se as concessões forem por acaso retomadas, eu não estou defendendo essa hipótese, mas não há problema de segurança, as usinas não vão ser fechadas, elas não vão ser apagadas, elas não vão deixar de produzir energia. A segurança da oferta não será afetada, as usinas continuarão produzindo energia. E a idéia de dizer que as usinas, as concessões precisam ser remuneradas para um investimento futuro também não tem lógica. Eu deixo bem claro aqui: o setor elétrico não é pré-pago, o setor é pós-pago. O investidor, com o seu capital e com o capital de terceiros, faz a obra e, depois, aquela energia é colocada no mercado e ele remunera o seu investimento. A lógica não é o consumidor de hoje pagar mais caro para capitalizar a empresa e ela investir com o dinheiro do consumidor para depois ser remunerada. O setor elétrico é pós-pago. Portanto, a segurança da oferta não é algo que esteja em jogo neste momento, do ponto de vista dos consumidores, a energia não é pré-paga e não há um compromisso dos consumidores em relação ao equilíbrio de empresas específicas.

Por fim, concluindo, o foco da nossa discussão é concessão de geração. A distribuição também está na mesa, mas na distribuição o problema da geração não ocorre, porque o processo tarifária da Aneel já captura a depreciação dos ativos e já promove a eficiência nas revisões tarifárias. Então, na distribuição, o tumulto provocado pela não prorrogação é muito diferente e a indenização é naturalmente elevada, porque o investimento em geração você faz um grande investimento e deprecia ele na concessão. Na distribuição a cada dia você está colocando um poste novo, um gerador novo, então a depreciação ela de fato tornaria, no nosso entendimento, o processo bastante mais complexo, é uma discussão de importância secundária.

Portanto, na visão dos consumidores, o importante é o benefício da modicidade tarifária. Essa é uma oportunidade da modicidade tarifária. A própria questão da propriedade dos ativos, se eles vão continuar com "a" ou com "b", se vão ser licitados ou não, ela é secundária, porque pode haver a retomada das concessões sem se obedecer a modicidade tarifária, pode haver a prorrogação sem se obedecer a modicidade tarifária. O foco da visão dos consumidores não está na prorrogação ou não, na renovação ou não, está no ativo que no nosso entendimento deve beneficiar os consumidores e promover a competitividade no País, que é o preço baixo da energia. O Congresso tem essa oportunidade, ao analisar o tema, de garantir os melhores para a sociedade, e o melhor papel que o setor de energia pode cumprir com a sociedade é a oferta de energia barata e competitiva.

O próximo, por gentileza.

A nossa posição, portanto, é esta: modicidade tarifária, depreciação, se existir, deve ser analisada caso a caso, seguindo o marco legal e, no nosso entendimento, ela é específica para alguns projetos e não a ponto de prejudicar a modicidade tarifária.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Paulo Pedrosa.

E concedo a palavra ao Sr. Mauro Guilherme Jardim Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo (Cesp).

O SR. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE – Obrigado, Senadora. Eu queria dizer da satisfação de estar aqui nesta audiência pública, cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Delcídio do Amaral por esta iniciativa que nos dá a oportunidade de debater um assunto da maior importância para o Brasil, para o setor econômico brasileiro, na Casa do povo brasileiro, que é o Congresso Nacional.

Quero só lembrar que, além dos 25% do parque hidrelétrico, como o Pedrosa acabou de destacar, são 43 concessões de distribuição, dois terços das concessionárias têm suas concessões terminadas e 82% da rede básica de transmissão.

Em muitos casos, como o caso das empresas federais, essa rede básica de transmissão, apesar da desverticalização, está dentro das empresas, como na Chesf, de Furnas, da Eletrosul – que hoje voltou a se preocupar e a fazer geração, mas que tinha uma empresa puramente de transmissão. Então, é um assunto de abrangência muito grande.

Já se falou aqui e a gente vai discutir que existe uma regra para o que deve ser feito quando terminar a concessão. Ocorre que essa regra existe desde que o setor foi criado, lá no final do século XIX e consolidado em 1934 com o Código de Águas. A previsão da reversão sempre existiu e, felizmente, nunca foi aplicada, a menos de pequenas centrais hidrelétricas, provavelmente o caso da Chesf, de Paulo Afonso, que tinha a central hidrelétrica de Delmiro Gouveia e que foi substituída e foi pago com recursos da reversão, que acabou de ser prorrogado. Eu diria até que esses recursos foram usados, ao longo de todos esses anos, para coisas muito importantes, para financiar o setor elétrico brasileiro, as estatais federais, para que pudesse haver esse desenvolvimento. E ultimamente, inclusive, para garantir a universalização do acesso à energia elétrica a todos os brasileiros. Esse recurso da RGR, ao longo desses anos todos, foi usado para isso.

Por isso, a gente verifica agora se realmente a tese de aplicação pura e simples da reversão teria que haver recursos adicionais para isso, porque o fundo existente foi usado e – eu diria mais uma vez – de forma adequada para financiar projetos novos e que permitiram ao Brasil chegar aonde está.

Então, esse é um aspecto importante a considerar. Pela discussão que a gente tem tido nos últimos tempos, a gente verifica que – a gente não ouviu oficialmente o poder concedente, o Governo Federal, por isso a importância dessa audiência pública que vai ocorrer aqui proximamente – tudo caminha para uma prorrogação. E aí a discussão é mais entre se a prorrogação com ônus ou sem ônus. Esse é um ponto importante e eu vou partir do pressuposto, com otimismo, de que isso vai acontecer.

Evidentemente quero deixar bem claro que, numa situação como esta, o papel do Congresso foi fundamental. Haverá necessidade de mudança da legislação e, evidentemente, isso tem que ocorrer aqui no Congresso Nacional.

Não vou discutir aqui os prós e contras de prorrogar ou reverter, porque acho que esse assunto já foi bastante debatido, mas queria colocar alguns aspectos que julgo importantes, principalmente no instante em que as pessoas pensam o seguinte: "Tudo já foi pago, e agora poderia ser até energia de graça ou energia só pelo custo da operação e manutenção".

O caso da Cesp, nesse pacote de 25% da capacidade de geração, como já foi dito aqui... Existem empresas estatais, como é o caso da Cesp, da Copel, que está aqui, da Cemig, e empresas federais. A mais atingida nesse processo é a Chesf. Então, esse é um ponto fundamental. E saber o papel que essas empresas desempenham no desenvolvimento do País. É o caso, por exemplo, da Chesf: são quase 90% da capacidade de geração de caixa da empresa. A Copel tem participado de novos empreendimentos, até para que haja uma motivação do ponto de vista do chamado mercado, que nem sempre resolve tudo, no sentido de garantir... Até o caso, por exemplo, de Teles Pires, provavelmente, se não fosse a participação da Cesp, não haveria uma proposta de R$56 megawatts/hora, que é a energia mais barata... Em contraste com a tarifa mais cara do mundo, é a energia gerada mais barata do mundo também.

Então, há esse papel, e de repente dizem: "Vamos acabar com isso". É preciso lembrar que a história de que "tudo já foi pago" é uma questão que deve ser bastante debatida. Eu só queria dizer que, no caso específico da Cesp, são três usinas que representam 67% da receita da empresa e que, no lado do que teria ainda que ser pago, são R$4,301 bilhões que estão colocados no balanço da empresa de 2010, a preço de 2010. Por exemplo, foi colocado aqui que, em 1993, tudo se acertou. E só relembrar que a Lei 8.631 foi feita num momento em que o setor estava realmente com inadimplência cruzada muito forte, e que saiu... Havia uma conta de Resultados a Compensar, para garantir que todos os consumidores do Brasil tivessem a mesma tarifa, e, com isso, tivemos um desequilíbrio na remuneração dessas empresas.

No caso específico da Cesp, da Ceal, da Celg e da CEEE, do Rio Grande do Sul, se não me engano, em 2006, o Congresso Nacional aprovou uma lei que, no caso da Cesp, garantiria, nessa conta de Resultados a Compensar, R$5,3 bilhões de déficit em função do que, no passado, era a remuneração garantida. Essa lei foi aprovada no Congresso, e, por razões até financeiras do Ministério da Fazenda, houve um parecer, e ela foi vetada. Mas a lei foi aprovada aqui no Congresso Nacional.

Então, existe uma série de... Essa coisa do equilíbrio, "tudo já foi pago, e, daqui para a frente, não se paga mais nada", é uma meia verdade. Não quero colocar isso de uma forma... Eu diria o seguinte: é uma questão a ser medida e comprovada, à medida que o assunto avançar.

No caso da Cesp, são 67% da receita da empresa que deixa de existir. A empresa tem dívidas, dívidas consolidadas, inclusive dívida do Plano Brady, com aval do Tesouro Nacional e contragarantia do Tesouro do Estado. A empresa tem acionistas, o Estado... E foi dito assim: "O Governo Federal ou o Estado resolvem o problema". Não é tão simples assim. No caso da Cesp, somente 35% do capital da empresa é estatal. O restante já está no mercado nacional e internacional. Isso vale, com números diferentes, para todas as outras empresas, para a Cemig, para as empresas do grupo Eletrobras. Então, é um assunto que deve ser colocado de forma a avaliar.

Assim, partindo do pressuposto que o caminho que vamos trilhar vai ser de uma renovação, uma prorrogação, com ônus, esse ônus tem que ser verificado caso a caso, levando-se em conta os compromissos das empresas. Evidentemente, tem que remunerar e têm de ser permitidas a operação e a manutenção, os custos não gerenciáveis. Cada uma das empresas tem que pagar tributos e outras responsabilidades, como a depreciação regulatória. Há investimentos constantemente feitos, não para aumentar a capacidade de geração, mas para manter as usinas em boas condições, para evitar a depreciação. É o caso da Chesf, da Cesp e da Cemig, que são usinas antigas, mas, pelo cuidado que essas empresas têm, todas estão como novas, e são investimentos que são feitos.

No caso da Cesp, nós temos investido, nessa parte de modernização, de atualização desse parque gerador, em torno de R$200 milhões por ano. Então, isso tem que ser, de alguma forma, pago. Porque, como foi colocado aqui, as usinas vão continuar lá, mas têm que ser bem geridas e bem mantidas, sob pena de, dentro de pouco tempo, esse patrimônio todo, que foi ao longo de tantos anos, desaparecer pela ineficiência.

Quanto aos riscos legais, não adianta imaginarmos que uma concessionária que construiu uma usina e que recebeu uma ação na Justiça por razões ambientais, que essa usina simplesmente sai dela e o problema fica com o CGC da empresa. Essa é uma coisa que dá uma boa discussão do ponto de vista jurídico. Então, quanto aos passivos, sobre os quais já falei, passivos legais que existem em grande número e que precisam, evidentemente, numa análise, de uma prorrogação com ônus, repartindo esse benefício com todo mundo, sendo considerado caso a caso porque cada caso é um caso.

Eu diria que este debate é importantíssimo. Nós temos tido bastante abertura para discutir com os agentes do Governo federal. As manifestações que temos visto nos últimos dias, pelo menos na imprensa, sinalizam com a possibilidade da prorrogação. Por isso estou me focando muito mais aqui em como vamos fazer isso do que pensar que alguém vai chegar e dizer que, a partir do dia... E lembrar um outro ponto importante: como falamos em 2015, fala-se, então, de deixarmos esse assunto para depois.

Ocorre que, já no final de 2012, próximo ano, a Cespe e todas as outras empresas que fizeram contratos a partir de leilões realizados em dezembro de 2004 já terão esses contratos terminados. Então, eu tenho energia, há consumidores interessados, mas não posso comercializar, porque não sei o que vai acontecer no instante seguinte.

Eu queria dizer da importância – e vejo uma vontade muito forte do Governo federal – de o Poder concedente resolver isso com a brevidade necessária, porque o problema não vai ocorrer em 2015; ele já ocorre hoje. Há consumidores nossos que têm nos procurado, e nós temos colocado que temos que aguardar, porque não sabemos qual será a decisão sobre as concessões.

Então, era basicamente isso. Evidentemente, estamos à disposição para discutir este assunto. Acho de suma importância este evento de que estamos participando aqui. E queria, mais uma vez, cumprimentar os Presidentes das duas comissões.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigada, Dr. Guilherme Jardim Arce.

Comunico, com muito prazer, a presença do Dr. Lindolfo Zimmer, Presidente da Companhia Paranaense de Energia, e do Dr. Mário Menel, Presidente Executivo da Abiape.

Concedo a palavra ao Sr. Otávio Carneiro de Rezende, Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Investidores de Autoprodução de Energia – Abiape.

O SR. OTÁVIO CARNEIRO DE REZENDE – Eu queria agradecer à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Delcídio do Amaral a iniciativa, agradecer a presença dos Senadores Blairo Maggi, Cyro Miranda, Walter Pinheiro e da Senadora Ana Amélia, e a oportunidade também de apresentar o que é a Abiape, quais são as empresas que fazem parte da Abiape e o que nós pensamos em relação ao futuro da indústria no tocante ao assunto energia.

A Abiape é formada por grandes empresas, como a Alcoa, a Camargo Correa, a ArcelorMittal, a CSN, a Samarco, a MPX, a Thyssenkrupp, a Gerdau, a Vale e a Votorantin Energia. Eu pertenço ao grupo Votorantin. Essas empresas consomem 25% do gás industrial do Brasil – e nós estamos falando aqui em energia tanto elétrica quanto gás – e 6.000 megawatts médios de energia, o que representa 10% do consumo nacional. Temos, dentro da nossa associação, o setor de alumínio, cimento, papel e celulose, siderurgia, mineração, energia. O faturamento desse conjunto de empresas é de R$223 bilhões/ano. Em impostos e tributos, somam R$42 bilhões. Empregos diretos, mais de 250 mil. Investimentos socioambientais, da ordem de R$2,5 bilhões – quando há alguns investimentos em andamento, esse número fica um pouco maior.

Dentro da associação, juntando os nossos associados, nós temos mais ou menos o tamanho de Furnas. São 10 mil megawatts, e somos sócios de empresas... E, aqui, há muito tempo, a parceria público-privada já existe dentro da associação. Nós temos sociedade com a Cemig, com Furnas, com Chesf, com diversas empresas estatais, parcerias que foram um sucesso e continuam sendo. Atualmente, a Vale está participando de Belo Monte.

Temos nove PCHs, 18 termoelétricas, 35 hidroelétricas. Em construção, há Belo Monte; e, em projeto, em processo de licenciamento ambiental, temos aqui mais sete usinas em andamento.

Então, somos um grupo que já colocamos, fora do nosso negócio principal, R$20 bilhões. Então, somos um grupo que temos sempre a disposição de investir em energia para contribuir para o desenvolvimento e garantindo também, de certa forma, nosso gerenciamento dos nossos custos energéticos.

Em gás natural, estamos participando, os nossos associados, em 33 blocos em diferentes estágios de desenvolvimento. Já estão investidos R$600 milhões e temos R$3 bilhões em projeto.

Então, nós estamos falando de empresas que pensam no longo prazo, que têm o seu planejamento de longo prazo, têm as suas expansões industriais projetadas para o futuro, e que investem fora do seu negócio principal porque necessitam de um sinal claro do preço futuro. Há necessidade de gerenciar o custo do insumo energético, que faz uma diferença no preço final no mundo globalizado.

Então, essa previsibilidade, essa clareza das regras é que nos traz aqui na oportunidade de colocar esse assunto não é para 2015, mas para agora. Nós estamos sendo procurados por todos os associados a fim de saber se devemos investir mais em autoprodução ou se não devemos investir mais em autoprodução. Nossas concessões serão renovadas? Serão renovadas da mesma forma que estão? Não serão? Isso vai criando um imobilismo que prejudica não só o lado energético mas também a produção industrial.

Se vamos falar com os supridores, eles dizem: "Olha, temos expansão em andamento". Mas que energia nós podemos contar para a evolução do nosso parque industrial? Não temos energia disponível porque nós temos uma interrogação sobre a disponibilidade dessa energia futura.

Então, quando a gente começa a não ter preço da energia elétrica e preço do gás, para quem é energointensivo é muito difícil resistir. Essa clareza, esse gargalo, não pode ser postergado, porque isso vai paralisando o desenvolvimento. Nós temos indústrias do setor de alumínio que estão fechando as portas no Brasil. Essa discussão sobre se o Brasil deve ou não produzir alumínio... Alguém vai produzir e vai ser um alumínio muito mais sujo que o nosso. Não adianta a gente parar de produzir alumínio no Brasil com energia hidrelétrica para consumir alumínio feito na China com carvão. O mundo é um só. Então, temos de ser pragmáticos aqui e ver o que a gente quer para o nosso País e como é que a gente defende os nossos interesses.

Nós temos 50% em média, então nós somos os dois lados: produtores de energia e grandes consumidores. Cinqüenta por cento da produção é feita por energia própria.

Temos aqui a composição final do custo na indústria.

Estamos falando que 40% do custo final é geração; 25% transporte e fios; 35% fios e encargos setoriais.

Na parte tributária, alguns tributos não são exportáveis. É o caso do ICMS, do PIS, Cofins. Temos que lembrar que quem exporta emprego é a indústria. Temos um outro problema que nós já aprendemos, aqui, sobre as usinas. Numa usina se imobiliza muito imposto. O pior imposto que há é o imposto imobilizado. Você encarece o preço do produto final por 30 anos. Temos que rever também esse princípio de mobilização de impostos ao ativo fixo. A gente que quer trabalhar em moticidade temos que começar a desconstruir o que está nos colocando num preço diferente do mundo. Porque temos países vizinhos que constroem usinas hidroelétricas que não têm tanta competência como o Brasil a um preço menor. Então temos que entender como se baixa o preço do imobilizado para propiciar energia mais barata.

Hoje no Brasil estamos consumido energia ao equivalente a mais ou menos a uma hidroelétrica na Rússia e consumir em Portugal. Mais ou menos a distância. O Brasil precisa de uma integração, ninguém é contra. Temos também que desenvolver o Norte do Brasil. Ali tem uma grande oportunidade energética, mas não podemos abandonar nossa vantagem competitiva. Não há nenhum país no mundo com a quantidade e oportunidade hidroelétrica que nós temos.

Temos também que discutir ambientalmente esse assunto. Ele é relevante. Mas temos que lembrar que há dois princípios básicos que estão na Constituição, no mesmo nível: prover energia é obrigação da União e cuidar do meio-ambiente é obrigação da União. Na Constituição os dois estão no mesmo patamar. Que energia nós vamos produzir e cuidar do meio-ambiente temos que discutir no mesmo patamar. Temos que garantir a oferta da energia numa vantagem que nós temos em relação ao mundo. Não podemos perder essa vantagem. Estamos falando em manter a expansão hidrelétrica do setor.

Sobre como nós investimos para garantir a competitividade, já falei. Fiz a maior diferença agora quando nós passamos pela crise, o fato de termos energia própria, onde os preços se dissolveram no mundo, principalmente no mundo de metais. Quem não tinha teve que descontinuar os seus negócios.

Esse aqui é o fundamento básico para se planejar que é conhecer as regras do jogo e termos a previsibilidade futura.

Quais são as considerações que nós temos até o momento em relação às concessões? É fundamental – e aí temos que fazer um pouco um exercício ao contrário. Que preço queremos chegar para garantir a competitividade e o que é possível ser feito. Não adianta a gente pensar no impossível, todo mundo quer ter energia barata. Mas é fundamental para a indústria ter a certeza que vai ter oferta de energia. Temos que colocar nessa conta o modelo energético. Não pode-

mos destruir um modelo que foi construído com muito sacrifício ao longo de muitos anos.

A definição da forma da renovação da concessão interfere diretamente no preço. Vejam os senhores. Se essa tese de que é possível ter energia de R$8,00, como falam por aí, escutamos todos os preços possíveis. Se essa tese for verdadeira, todos os consumidores livres voltarão a ser cativos, para adquirir essa energia barata. Em isso acontecendo, os geradores que hoje ofertam energia no mercado livre vão quebrar. E não vão mexer no sistema, porque eles não vão suportar porque fizeram investimentos, não terão mais para quem vender a energia e nós teremos as conseqüências de, no passo seguinte, faltar novos investidores para garantir expansão. Se faltar investidor para garantir expansão, a energia será cara. O que garante energia barata é termos uma oferta grande de energia. Não tem outro princípio. Se tivéssemos uma oferta hoje 10% maior do que a demanda, os preços estariam mais baratos. É esse o pensamento que a gente tem na indústria. E já afeta diretamente a expansão da indústria.

Mauro, supridor antigo da CBA, temos um contrato vencendo em 2015, eu digo: "Mauro, estou sendo pressionado pelas fábricas, se vamos fazer expansão no Brasil ou no exterior. O que a gente pode ver de energia futura?". Como não tem resposta, o acionista deseja fazer o investimento... Nós vamos deixar de gerar emprego no Brasil? Nós vamos ficar com essa agenda sendo postergada? Esse assunto não dá para esperar 2015, a gente sabe a complexidade que é. Quando você fala em baixa renda, tem razão, quando fala que já foi pago, tem razão. Agora, nós temos que evoluir.

Outro ponto que a gente tem que ver é que o mercado livre não pode acabar. O mercado livre é um sucesso no mundo inteiro. Tem que ser preservado. Tem que haver a garantia de que esse mercado vai continuar.

Vamos em frente?

As empresas detentoras de concessão – e aí estamos falando dos altos produtores – precisam ser preservadas com capacidade para garantir oferta aos seus produtos. Quem produz energia, tem que ter caixa suficiente para reinvestir em energia. Isso tem que ser preservado.

Incentivar o aumento da oferta de energia hidrelétrica destinada aos altos produtores. O atual modelo, que coloca a menor tarifa, fala o seguinte: o resto vai para o mercado livre. Para ganhar uma concessão, o que a concessionária faz, o que a sociedade faz? Abaixa o preço da energia, vai para R$58,00, com a premissa de que venderá caro no livre. Começa que essa é uma posição antagônica. Mercado livre, por definição, só vai existir se for mais barato que o cativo. Então, se fico estocando energia cara para o mercado livre, ele, por definição, acaba. Ele acaba, porque não existe mercado livre mais caro do que o cativo. Quando coloca nesse modelo que essa energia vai ser cara, não interessa ao alto produtor, porque o alto produtor quer ter acesso aos bons projetos. Então, a gente defende que deve ter incentivo para a produção do alto produtor falando que vai ter acesso à energia competitiva, não à energia cara.

A maior oferta de energia é hidrelétrica, também para contribuir para a redução do preço, possibilitando o fim do encargo. Estamos indo. Passamos por leilão de energia térmica, de energia eólica. Existe uma certa insegurança em relação a esse tipo de oferta? Nós não temos a certeza de que, quando eles forem chamados a produzir energia, serão capazes de produzi-la. Estamos vivendo esse problema atualmente, com alguns agentes que ofertaram energia térmica e não estão performando.

Bom, o que a gente acha? Que essa discussão não deve ser em 2015. Nós deveríamos antecipar essa renovação das concessões, achando aí já um meio e capturando, de certa forma, esse benefício que, caso haja, porventura, hoje e de imediato, e não em 2015. É possível reduzir R$10,00? Que se reduza agora. Traz o assunto para agora, antecipa a renovação da concessão, passa o benefício e dá estabilidade ao sistema.

Caso haja ônus, esse ônus deve ser dividido. Deve ser guardado uma parte, talvez passando até para o próprio BNDES, que vem gerenciando muito bem o setor elétrico, criando um fundo para aumentar a oferta de energia ao preço competitivo. Então, coloca uma parte do dinheiro. Vamos garantir expansão a preço mais competitivo, que o custo de capital final do empréstimo que você usa para montar um projeto, no Brasil, isso também é muito mais caro em relação ao que ocorre no mundo. Então, temos de baixar o custo de capital de terceiros dentro do projeto. Pega-se parte desse recurso e a destina a um fundo com preço baixo.

É importante o fato de que não podemos ficar deslocando energia, porque existe uma grande incerteza na indústria. A energia que, hoje, está no mercado livre vai continuar no mercado livre ou vai para o mercado cativo? Isso também tem de ser definido. Temos de dizer qual será a regra futura do jogo, para que se recupere a previsibilidade dos custos.

Esse assunto é similar na área de gás, em que, hoje, não há previsibilidade de custos. Uma alternativa que a indústria procura desenvolver é co-geração, usando gás. Hoje, falamos para quem está produzindo gás no Brasil que ainda não há indicação do preço futuro do gás. Essa indicação não é colocada clara-

mente. Falam que a oferta está garantida, mas o preço não é colocado.

Então, eu queria agradecer aos senhores a oportunidade. Quero deixar clara a posição da indústria. Temos de focar essa pauta, porque isso começa a afetar diretamente os investimentos industriais.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Otávio Carneiro de Rezende.

Em seguida, passarei a palavra aos Srs. Senadores.

Eu pediria a compreensão dos Srs. Senadores, para que pudéssemos ouvi-los de uma só vez. Haverá a Ordem do Dia, e, com isso, não poderemos dar prosseguimento a esta audiência pública.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi. Em seguida, usarão da palavra o Senador Walter Pinheiro, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Waldemir Moka e Eduardo Braga.

Tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Srª Presidente.

Cumprimento nossos convidados nesta audiência pública. Primeiro, eu lhes dou os parabéns pela objetividade das explanações. Ninguém ocupou os quinze minutos. Mas todos foram muito precisos nas suas ponderações.

O que nos traz à reflexão neste momento é o quanto será difícil nossa tarefa daqui para frente de ajustar todos os interesses colocados nesta Mesa. Eu, por exemplo, sou investidor na área de energia elétrica também, em PCHs, e também sou consumidor. Então, estou de um lado e do outro. Agora, aqui, atuo como mediador de uma disputa que ocorrerá no Senado Federal.

É possível perceber claramente que, no tempo em que vencerem as concessões, o público, o cidadão normal vai querer que isso, realmente, seja recolocado no leilão e que os preços mais baixos sejam colocados à disposição dele. Essa é a lógica. Até por isso, existe o prazo de concessão. É claro que há os argumentos de que as empresas, principalmente as estatais, foram inchadas com outros custos, com outras coisas que não dizem respeito exatamente ao custo e à geração de energia, o que terá de ser discutido também, penso eu, mais internamente com o próprio Governo do que propriamente fora.

Também há uma preocupação grande – eu ainda não me havia atentado para isto – quanto à questão dos acionistas, aos quais foram vendidas ações de uma empresa com o argumento de que eles faturariam o resto da vida, o que não é verdade. Há uma concessão, que, no final, termina. Então, o investidor dessas ações deveria saber, desde o início, que sua ação vira pó em trinta anos ou em quarenta anos, conforme a concessão.

Um assunto que me chama a atenção também – aqui, estou levantando os pontos, para ajudar na formulação do pensamento no futuro – é que, a cada momento em que trouxermos uma energia velha para um leilão, vamos colocar em risco os novos investidores, os novos investimentos. Se, hoje, alguém vai fazer uma PCH ou uma hidrelétrica e vai precisar de um PPA em torno de 140 a 150, ao longo de quinze ou vinte anos, para recuperar o capital ali investido, e se entrar uma energia barata no meio, seja da Chesf ou de Itaipu, no dia em que ela vier para o mercado livre, podem preparar o caixão para todo mundo! Não vai sobrar ninguém! Ele vai ter o PPA até o dia do vencimento, mas, no dia seguinte ele quebrou, se a concessionária, a distribuidora não quebrar antes, porque a ela será ofertada uma energia muito mais barata enquanto ele tem que ficar bancando um PPA de R$140,00, R$150,00 o megawatt.

Então, a situação, minha cara Presidente, é bem complicada e nós vamos precisar aqui de vários e vários debates e embates para buscar uma solução para esse problema. Como eu disse no início, o consumidor quer energia mais barata, o investidor precisa dar garantia para fazer esse investimento. Porque há uma confusão, e as pessoas pensam assim: "não, no caso a Camargo, ganhou para fazer uma hidrelétrica...". Não, ele ganhou o direito de explorar, de colocar o capital no risco e, lá no final, recuperar o dinheiro dele, e em 30 anos devolver isso para a sociedade. Com as empresas privadas, vocês podem ter certeza de que vai acontecer isso. No final do contrato a Aneel vai lá, vai lacrar você, vai fazer uma nova licitação. Não há dúvida nenhuma.

Então, esse tratamento aqui colocado na mesa, que tem a necessidade em função de outras coisas que foram colocadas ao longo da história dessas empresas, acho eu que o Governo terá que pular para dentro desse assunto e discutir, porque do lado que você vai apertar alguma coisa não vai sair muito bem. Alguém vai ter que pagar o pato, e eu espero que não seja, mais uma vez, só o consumidor. A gente tem que buscar uma alternativa de baixar os preços da nossa energia. O que está acontecendo com indústria nacional, a desnacionalização é uma coisa brutal. Você compra hoje uma pá carregadeira, uma patrol vinda da China por 30% do preço que é cobrado no Brasil, com os impostos pagos dentro de qualquer indústria, de qualquer fazenda, de qualquer lugar do Brasil; a 30% do que o País é capaz de fazer hoje. E quando você vai verificar os preços, não está só na mão de

obra não, está na energia, em alguns impostos, o aço e tudo o mais. Então, realmente, nós temos que pensar em trabalhar.

E quero aqui cumprimentar o Senador Delcídio pelo convite de vocês estarem aqui e, mais uma vez, cumprimentá-los pela explanação rápida, mas que suscita e levanta vários e vários aspectos da difícil missão que nós teremos pela frente. Portanto, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer, só estou colocando mais dúvidas e mais pontos de interrogação sobre o que teremos que discutir.

Todos os que falaram aqui, os quatro colocaram posições diferentes, mas na mesma direção; pontos de interrogação do que nós vamos fazer.

Muito obrigado.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, eu quero também dizer da importância deste debate e até lamentar o fato de a gente, por conta dessa coincidência de horários, ações e votações, todos nós estamos numa linha... Fiz questão de ficar aqui para ouvir as exposições, mas todos teremos que sair para o plenário, que já iniciou a Ordem do Dia.

Mas eu queria acentuar aqui algumas questões que acho importante a participação, principalmente das quatro exposições.

A primeira delas, para a qual eu queria chamar a atenção, é exatamente este risco, a respeito do qual até o Senador Blairo falou a respeito, sobre qual a segurança jurídica que nós temos nesse processo de renovações. Então, isso remete a um debate extremamente importante que, na minha opinião, esse chamado risco agora, ou essa coisa que nos assusta, que parece até longe, mas não é. Nós estamos falando de 2015, e eu até brincava aqui com o Senador Ciro, de que vai apagar a luz depois da Copa e não terei como acender para as Olimpíadas. Então, já que todo mundo fala em infraestrutura para atender esses dois eventos, eu continuo insistindo que os eventos são janelas de oportunidade. Nós precisamos de energia para muito mais eventos que acontecem todos os dias em cada canto deste País; ainda que minúsculos, eles são maiores, somados, do que qualquer Copa, do que quaisquer Jogos Olímpicos.

Portanto, esse debate nos traz também uma outra necessidade e nos apressa para que a gente caminhe numa direção de marco regulatório: base, segurança, estabilidade jurídica para enfrentar essa questão e, principalmente, eu diria, uma mesclagem. O setor teve uma peculiaridade, o seu processo de privatização levou em consideração a manutenção, grosso modo, de uma espinha dorsal ainda estatal. Há um processo de pulverização, de capilarização das ações a partir da iniciativa privada.

Se isso efetivamente for o sentimento do governo na continuidade desse modelo, não há motivo para não renovar. Porque aí se inviabiliza completamente tanto a estrutura estatal, quanto se arrebenta os atores, meu caro Blairo Maggi, com os quais você dialogou para um processo de investimento. Imagine o que é uma Chesf ter problema em quase 90% da sua relação com toda a matriz e os investidores que vieram para o chamado complemento desse sistema, dessa matriz energética. E aí? Que regra é essa? Eu chamei alguém para investir e disse: "Tudo bem, você tem uma atividade agropecuária, mas venha também para o fornecimento de energia." Aí chega em 2015 e eu digo: "Você veio porque quis. Eu agora não tenho mais condição de..." Exatamente. Daqui para frente é com você. Então, você gere energia, bote o boi velho para rodar e tente ver como você vai tocar a sua energia.

Esse jogo não é um jogo que pode ser analisado a partir de um único ator. Eu acho que é essa experiência sobre a qual nós temos que nos debruçar. E muito menos ele pode ser trabalhado sob a ótica exclusiva de preço final. Não dá para ser assim. Porque, senão, eu vou ser movido por uma lógica natural: nós todos vamos querer reduzir preço para consumidor, seja consumidor de pequeno, médio ou larga escala. É óbvio.

Outro dia, estávamos fazendo um debate aqui sobre essa questão de preço e alguém chamava a atenção, inclusive, da política de subsídio – se não me falha a memória – na Dinamarca, que é uma política, meu caro Dornelles, de tarifa para indústria, para exatamente incidir no preço final do produto. Se essa lógica de preço for a lógica mais importante, teríamos que pensar quais são os produtos, então, que nós poderíamos considerar como produtos de uma cesta básica, como produtos essenciais e que mereceriam um tratamento equânime em relação à tarifa social, por exemplo. É esse o debate? Por isso eu estou dizendo que é um debate muito amiúde para a necessidade de resposta contundente e imediata. Volto a insistir: quatro anos, Senadora Lúcia Vânia, são curtos para uma decisão desse porte. Não é um tempo longo. Quatro anos de investimentos nesse setor é absolutamente nada. Ninguém fala em quatro anos. Quantas usinas estão sendo construídas agora e qual é a previsão? Qual foi o planejamento para Sobradinho? De que forma trabalhamos Itaparica? Estamos mais do que em cima! Eu diria até está todo mundo dentro do lago com água batendo no nariz. Portanto, isso urge.

E quero concluir. Esse debate sobre a questão de preço pode entrar, mas eu concordo que ele tem que ser feito a partir de uma lógica, ele tem que ser precedido

de qual é a estrutura que nós vamos alimentar para resolver um problema que é fornecimento de energia. É isso. A tese é velha, não estou inventando a roda até porque não é minha praia isso, mas é a mesma história de oferta e procura. Não tem outra história. A Elena falou aí de almoço de graça. Meu pai é que diz assim: "Quando a oferta é demais, o cego desconfia que é parafuso". Vou explicar a vocês o que significa isso. Meu pai era chefe de trem, trabalhava no trem, e dizia que havia um bocado de cegos com cunhas de queijo, geralmente nas plataformas da estação; quando alguém jogava algo na cunha de queijo e que batia, o cego dizia: "Ôpa, pela zoada, é parafuso, não é moeda". Então, quando a oferta é demais, o cego percebe logo que não vem moeda. Essa lógica tem que estabelecer uma relação cada vez mais afinada entre Governo, operadores privados e, principalmente, minha cara Senadora Lúcia Vânia, nós aqui do Congresso.

E aí eu quero fechar: o marco regulatório; a definição dessa matriz; o processo de investimento para a oferta de mais energia para o País; a discussão sobre alternativas, sejam elas eólicas, solar, térmicas. Enfim, esse é um debate importantíssimo. Quando a gente fala nisso, quando entramos naquela lógica do plano de Fukushima, todos entraram num dilema. Tudo bem, sabemos dos riscos da energia nuclear. O problema nosso agora é exatamente como enfrentar quando esses riscos chegam. Então, vamos abrir mão de energia nuclear, por conta da preservação e pela incapacidade nossa de enfrentar problemas quando eles se apresentam? Ótimo, legal, correto, tem o meu apoio. Mas precisamos construir uma alternativa urgente para aumentar essa oferta de energia.

A velha e conhecida oferta por meio dos nossos rios continua sendo a mais limpa, a mais usada e a que a gente deve usar mais ainda. Mas precisamos ampliar esse leque. De que forma? Como vamos fazer? A fio d'água, como as últimas que vêm sendo feitas? É complicado. A fio d'água, para quem não sabe, é a velha história de se gerar energia e não ter o capacitor. Lago é capacitor! Lago acumula energia, ou seja, lago é o grande guardador de água! É isso. Portanto, a fio d'água, a energia vai embora. Gerou, tem que ligar do outro lado na tomada, porque já foi.

Assim, é preciso escolher de que forma vamos fazer isso, e como vamos, nesses curtos quatro anos, impor ao Governo uma priorização de investimento... PAC para infraestrutura para crescimento neste País não anda se a matriz energética não for ponto central de fornecimento!

Portanto, esse é o dilema. Por isso – e aí fechando –, sem a renovação da concessão, na minha opinião, os nossos problemas triplicam. Mas é fundamental que a gente abra isso, que se renovem as concessões, mas, ao mesmo tempo, é preciso abrir para a entrada de novos atores para aumentarmos a oferta de energia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles. (*Pausa*.)

Waldemir Moka não está.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidente, Srs. Senadores, senhores palestrantes, evidentemente, precisamos pedir escusas, porque o Senado vive realmente uma agenda de superposição. Para os senhores terem uma ideia...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Na velocidade da luz.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Na velocidade da luz. A bancada do PMDB estava toda reunida, não só com sua Liderança, mas também com o Presidente da Casa, definindo uma série de questões importantes para o andamento do nosso partido e, por via de consequência, do nosso comportamento em relação a matérias que serão pautadas no Senado e que estão palpitando, e, lamentavelmente, eu cheguei aqui nesta reunião, de que tinha, desde o início, todo o interesse em participar, já praticamente no final da exposição do Dr. Otávio.

No entanto, Srª Presidente, ficam claras e saltam aos olhos algumas questões fundamentais para serem colocadas.

Fato: em 2015, vencem os prazos dos contratos de várias concessões de geração, que representam 20% da capacidade instalada no País, cerca de 20 gigawatts. E ainda no segmento de transmissão, Senador Walter Pinheiro, a partir do mesmo ano, vencem 82% dos contratos – repete-se o mesmo fenômeno na área, portanto, de transmissão. Com relação à distribuição, encerram-se cerca de 67% dos contratos das distribuidoras, equivalente a 40% da energia comercializada dentro do ambiente de contratação regulado.

Ora, o Brasil, neste momento, já discute um estrangulamento de geração de energia, de transmissão de energia, de distribuição de energia para fazer frente ao crescimento econômico que o País pretende estabelecer na sua política de desenvolvimento continuado nos próximos anos. Sem energia, é impossível o Brasil continuar crescendo. E, sem planejamento com antecipação, é impossível se manter o modelo limpo de energia que o Brasil tem, baseado em fontes renováveis de energia, que espelha hoje o modelo extremamente importante no equilíbrio ambiental e na política que o Brasil tem de enfrentamento do aquecimento global como uma contribuição de um país que se pretende líder nesse processo, seja pelo *biodiesel*, seja pelo

etanol, seja por uma série de tecnologias desenvolvida, própria e inerente de nosso País.

Portanto, fica claro, Srª Presidente, que a nossa Comissão de Infraestrutura acerta quando se antecipa e coloca em pauta de discussão esta matéria, até para que nós possamos avançar, porque creio que esta insegurança jurídica não permitirá ao setor privado fazer investimentos de longo prazo. E, não fazendo investimento de longo prazo, obviamente que o plano de negócios do setor elétrico ficará completamente comprometido, apontando, portanto, para uma crise anunciada, para uma crise com data marcada.

Eu faria a seguinte pergunta, para não me alongar, tendo em vista que, daqui a pouco, entraremos no horário da Ordem do Dia: – Qual o panorama para os investimentos presentes e futuros para o setor diante desse quadro? As empresas estão sendo afetadas pela indefinição desse modelo, que impacto isso terá na disponibilidade de energia futura para o País? Independemente de custo, porque a questão do custo pode ser o *business plan* para a decisão do investimento. Mas, com insegurança jurídica, nenhum empresário, nenhum conjunto de empreendedores sequer se debruçará sobre rentabilidade e sobre valores de custo ou de pagamento de energia.

Portanto, aqui fica uma questão, Senador Dornelles, que me parece vital, porque a instabilidade, a insegurança jurídica, a indefinição de um pacto e um marco regulatório nesse setor podem fazer com que todo o esforço conjunto que nós estamos fazendo em torno da nação brasileira, de inovação tecnológica, de ciência, de tecnologia, de plano nacional de banda larga, de investimentos numa série de setores para dar competitividade ao Brasil, pode ficar estrangulado por este setor que me parece vital. E gostaria de poder ouvir essa posição.

E faço mais uma pergunta: – O Governo já sinalizou com algum modelo de renovação? Há alguma sinalização por parte do Governo para um modelo de renovação? Gostaria de saber se há ou se não há sinalização desse modelo, até porque esta Comissão pode contribuir.

Finalmente, uma questão específica, sobre o maior sistema isolado de energia elétrica do Brasil – o Estado do Amazonas é um dos maiores sistemas isolados do mundo, Senadora. O Amazonas, em especial o polo industrial de Manaus, vem sofrendo com o cenário presente e futuro de investimentos em função dessa indefinição, e eu gostaria também de ouvir por parte dos palestrantes uma resposta com relação a essa questão do sistema isolado, que, me parece, com a construção do linhão de Tucuruí até Manaus, poderá ser uma etapa vencida, mas que, lamentavelmente, coincidirá exatamente com esse momento do gargalo do fim das concessões.

Parabenizo a iniciativa de ambas as Comissões, tanto a de Infraestrutura quanto a de Assuntos Econômicos, por este debate oportuno e necessário para o País.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Eduardo Braga e passo a palavra aos nossos convidados na mesma ordem das exposições que foram feitas.

Assim, com a palavra a Srª Elena Landau.

A SRª ELENA LANDAU – Agradeço, Senadora Lúcia Vânia, o retorno da palavra. Quando se fala em primeiro lugar, você fica ansiosa para voltar. E agradeço aos Senadores as colocações. Vou tentar ser breve e fazer um resumo.

Acho que o resumo principal e a resposta ao Senador Blairo Maggi é que há uma divergência aparente aqui na mesa. E eu acho que as diferenças estão na mesma direção, no sentido de que é óbvio que todos nós estamos pautados pela busca da modicidade tarifária de forma permanente no modelo do setor elétrico. Agora, acho que essa divergência ficaria sanada se a gente entendesse o conceito de modicidade tarifária de uma forma mais clara. Ela não é o menor preço, como colocou o Senador Walter Pinheiro de maneira muito bem colocado; ela é a menor tarifa possível para remunerar os investimentos. É isso que nós estamos buscando.

O cobertor é curto; é uma decisão política do Governo. Todos nós queremos modicidade tarifária – eu como consumidora, a indústria como consumidora de insumos. E não é verdade que o consumidor não está preocupado com a expansão do sistema. Nisso eu discordo do meu colega Paulo Pedrosa. O consumido tem que estar preocupado com a expansão do sistema. Hoje mesmo a ONS veio aos jornais para dizer que os encargos dos serviços do sistema vão aumentar em R$300 milhões por atraso na entrada em operação de térmicas. Então, se a expansão não é feita, a gente vai pagar de alguma forma.

Volto ao que disse: não há almoço grátis, o cobertor é curto. Nós temos de decidir só como vamos financiar. Se houver a decisão de que não é um preço capaz de remunerar os investimentos, tudo bem. O problema é que temos de estar conscientes de que esse preço vai sair de algum outro lugar, ou do Tesouro Nacional, ou da falta de investimentos novos, ou através de subsídios. Isso ninguém está defendendo aqui, ou seja, uma remuneração artificial para indústrias em sacrifício dos consumidores. Longe disso! Não tenho nem dúvida! Eu sou consumidora de energia; não sou nem da indústria.

Então, acho muito bem colocado – e o Senador Walter Pinheiro colocou muito claramente – que é uma discussão de política de governo como remunerar e como pagar.

E acho que é muito importante... Então, eu queria voltar um pouco à apresentação que foi feita, mas rapidamente, para não gastar o tempo dos senhores aqui presentes, para dizer que, como muito bem colocou o Paulo Pedrosa, nós temos um modelo que começou com a geração de serviço público e está em produtor independente de energia. No entanto, como a privatização das empresas estatais não se completou, nós estamos num modelo do meio do caminho. A grande maioria, para não dizer todas as empresas que têm contrato de concessão a vencer em 2015 ainda são concessionários de serviço público. Elas não podem ser consideradas, dentro do novo modelo, porque o contrato que ela assinou foi uma emenda, foi um contrato de transição, de vinte anos. Não responde nem aos trinta e cinco nem aos novos contratos que as empresas que foram privatizadas tiveram. E essa transição foi feita e não foi suficiente. Talvez seja a hora de fazermos uma nova transição e ninguém está aqui...

É óbvio que a licitação tem um valor de competição de definição de preços, mas nós temos vários regimes regulatórios hoje em dia em que não dá para ter competição. Então, a gente precisa, pelo menos, unificar os regimes regulatórios.

Isso é uma questão. A outra questão, eu volto a insistir, e o meu chapéu de economista, apesar de ser advogada também hoje em dia, não me deixa abandonar a ideia de quem paga a conta. A Lei nº 8.631, de iniciativa do então Ministro Eliseu Resende, não custou R$26 bilhões. O que custou R$26 bilhões foi o represamento de tarifas ao longo de mais de vinte anos, com tarifas artificiais ao Brasil. Tarifas artificiais que foram utilizadas para o combate à inflação.

Quando a lei Eliseu Resende foi feita em 1993, o setor estava sucateado, sem capacidade de expansão, e a Lei Eliseu Resende fez um encontro de cotas exatamente permitindo desafogar o setor para expandir de novo.

Se não se remunerar o investimento de forma correta, nova Lei Eliseu Resende será necessária daqui a vinte anos. É isso que estou colocando aqui com o meu chapéu de economista, nunca, jamais defendendo aumentos tarifários, Queria que ficasse claro para não haver dúvidas sobre essa discussão.

Outra coisa é que não se imagina que as usinas irão parar. Nenhuma usina vai parar. De forma alguma! Ela vai ter de ter uma forma de financiamento. Essa forma de financiamento está colocada aqui, e muito bem colocada, tanto pelo Senador Blairo Maggi, como pelo Senador Eduardo Braga, como pelo Senador Walter Pinheiro.

Essa é uma equação que o Congresso Nacional e o governo precisam sentar com os agentes e equacionar: como vamos financiar? É com subsídio, com Tesouro, é com tarifa? De que forma isso vai ser resolvido. Respondendo antecipadamente a sua pergunta, o governo não teve um modelo de renovação ainda divulgado. Sequer tomou uma posição oficial pró-renovação, ou pró-licitação. Indica que irá pela prorrogação pelos motivos bem colocados pelo Senador Walter Pinheiro, mas não há uma posição oficial. Houve um encontro dos agentes do setor em dezembro de 2009 com cada associação em separado com o então Ministro Márcio Zimmermann que fez a partir da entrega desse documento um estudo, um resumo dos prós e contras de cada modelo, pró-licitação ou pró-renovação, sem os detalhes. Esse estudo é o que a gente imagina que está sendo agora, nesse momento, distribuído e discutido com a imprensa e os agentes do setor. Eu queria enfatizar novamente que a falta de expansão ela custa caro sim. O consumidor tem que se preocupar com a falta de expansão, tanto o consumidor industrial quanto o residencial e o comercial. A tarifa é muito complicada de entender, mas na nossa tarifa de energia nós pagamos, todos os dias, por essa segurança do sistema. Pagou-se no passado o seguro apagão, paga-se encargos de serviço sistema, paga-se energia de reserva. A prioridade é a segurança do sistema. O que nós temos que fazer e aí esta Casa, melhor do que ninguém, é tentar resumir, refletir e elaborar um projeto que seja melhor para a sociedade brasileira. E o melhor para a sociedade brasileira são tarifas módicas, indústria competitiva, estabilização de preços. Isso eu acho que é uma concordância absoluta entre nós, apesar de uma aparente divergência. Essa a minha colocação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a Srª Elena Landau e passo a palavra ao Sr. Paulo Pedrosa.

O SR. PAULO PEDROSA – Procurarei ser breve, tendo em vista que os Srs. Senadores deverão seguir para a sessão de votação.

Com isso vou pedir desculpas por talvez criar uma imagem um pouco mais forte do que eu usaria se tivesse 15 minutos para falar.

É claro que o processo virá ao Congresso e o Congresso poderá decidir sobre ele. Fazendo isso dará segurança e estabilidade no marco. Mas o fim das concessões é algo natural e previsto, não é uma surpresa. Desculpe-me o exemplo, é quando acaba um contrato de aluguel e você tem que deixar o imóvel, ou quando acaba o mandato de Senador e, se o Se-

nador não é reeleito, ele volta a sua atividade prévia. É um fato da vida. O argumento de dizer que precisa continuar com o mandato, porque tem teses novas que precisa defender, ou porque assumiu compromissos e preciso honrá-los. É um fato da vida, é um fato do processo que está em jogo. É claro que pode haver renovação, isso pode ser decido, mas o entendimento é que depende do respeito a um conceito. O consumidor pagou nos preços e tarifas pela depreciação desses ativos. O consumidor tem o direito. Pode ser que ele seja negado ao consumidor. Outras oportunidades de dar competitividade a energia foram perdidas, como por exemplo a questão da RGR, recentemente. Outras mais virão no futuro. Esta é a grande oportunidade de se retomar a competitividade da energia no Brasil. E repito o que disse aqui: cada real a menos no custo da energia trará R$8,60 a mais no PIB. Em relação às perguntas do Senador, digo que não há propriamente uma discordância. O consumidor está preocupado com a expansão, porque ele acha que a expansão não deve acontecer com o dinheiro dele. Senão é fácil. Precisa fazer porto. Todo mundo que um dia vai usar o porto paga e o porto é construído. Precisa construir estrada, então vão criar um pré-pedágio. Antes de usar a estrada as pessoas pagam o pré-pedágio e a estrada é construída.

O setor elétrico, não é pré-pago, o setor é pós-pago. O investidor tem que fazer o investimento com o capital dele, capital de terceiro, e em seguida aquilo será remunerado, até porque o mercado é crescente e não tem sentido o consumidor atual pagar pela energia do futuro.

Em relação à segurança... E a relação, Senador Blairo, ao preço da energia, na verdade estamos falando de uma energia que já existe. A energia nova da expansão continuará tendo mercado. Essa energia vai entrar numa outra forma, mas existem consumidores que estão atendidos por ela hoje. Então, não necessariamente ela vai competir pela expansão. O processo pode ser feito de uma maneira que não afete os investimentos da expansão dentro da nova lógica.

Em relação a Manaus, Senador, nós fizemos investimentos para atender Manaus. O País está interligando Manaus numa linha que será paga pelo conjunto dos consumidores que já pagam hoje a geração de energia em Manaus, com as carências que tem, e eu conheço a região, trabalhei na região, mas pagam energia cara. É um problema que temos que debater. Quer dizer, se aqui a energia custa R$150,00, em Manaus custa R$600,00, mas 47% da energia é furtada. Então, na verdade, custa R$600,00, mas, para nós, custa R$800,00, porque nós temos que gerar para compensar o furto. Custa R$800,00, mas tem ICMS estadual, que nós consumidores do Brasil inteiro pagamos, então vai para R$1.200,00. E aqui, quando pagamos essa taxa da energia nas nossas tarifas no Brasil todo, pagamos ICMS, PIS/Cofins para os governos dos nossos Estados sobre aquele custo mais furto mais ICMS/PIS/Cofins. Portanto, custa R$2.000,00.

Claro que o objetivo fundamental é garantir energia para o desenvolvimento – e isso está acima de tudo –, mas nós podemos fazer o mesmo com muito mais eficiência e modicidade para o País. Estou seguro de que existem oportunidades em Manaus, mas também no Rio, em São Paulo, no Nordeste, para que o setor elétrico possa avançar para atender melhor o que ele pode oferecer ao País. E o que o setor elétrico pode oferecer ao País é energia barata para o desenvolvimento. Mas, em termos de atendimento, Manaus está sendo positivamente equacionada.

Desculpem-me a velocidade. Apesar de discordar em alguns pontos, não quis prejudicar a oportunidade de fala dos próximos colegas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Mauro Guilherme Jardim Arce.

O SR. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE – O Senador Blairo Maggi colocou aqui que vamos ter uma mediação de interesses e a outra colocação é que o consumidor quer energia mais barata e, se for de graça, melhor ainda. O senhor colocou o problema da situação das acionistas, mas levantou um ponto que acho fundamental: a competição entre a energia velha e a energia nova. O dinheiro, aqui ou no mundo inteiro, é finito. Então, se eu tiver que tomar uma decisão entre ter uma usina com um monte de reservatório atrás, como é o caso, por exemplo, de Ilha Solteira, e me aventurar numa usina a fio d'água, que o Senador Walter Pinheiro colocou, evidentemente essa competição é desigual. Haverá, sem dúvida nenhuma, uma competição. Se o dinheiro é finito eu prefiro aplicar naquilo que me der menor risco e, evidentemente, o que está pronto tem menor risco. Até porque, daqui para frente... Por exemplo, as licenças ambientais são em caráter precário, a cada instante elas podem ser mudadas. Então, é uma competição realmente desleal, como o Senador colocou.

Com relação ao que foi colocado pelo Senador Walter Pinheiro, evidente que estamos aqui com vários atores. Levantou-se um problema interessante do subsídio. A gente fala muito em preço de energia, mas tem país que resolve dar energia de graça para poder fazer o seu produto e competir no mercado internacional. As comparações têm que ser feitas com mais cuidado, até porque são condições completamente diferentes. É o caso, por exemplo, da Noruega, da Dinamarca, dos

países escandinavos, que a vida inteira subsidiaram porque esse era o maior negócio do país.

O tempo é curto realmente, eu queria ressaltar que nós não temos até 2015, até porque estamos sendo afetados agora, clientes da Cesp, da Cemig, da Copel, da Chesf, de Furnas, estão, nos procurando, a energia existe. Mas como eu não tenho uma definição, eu não posso sair por aí vendendo energia, sabendo que o marco que existe hoje diz que a minha concessão termina em 2015.

O senhor salientou um ponto que está sendo muito debatido atualmente, que é o problema das usinas a fio d'água.

Os reservatórios não cresceram. A energia hidrelétrica, cada vez mais, vai precisar de complementação térmica. Se todas as usinas hidrelétricas fossem a fio d'água – usina a fio d'água é aquela usina que não tem reservatório –, o que aconteceria? Deveria haver uma reserva térmica igual à capacidade instalada hidráulica, porque é um para um.

Então, realmente, esse é um problema que está sendo abordado, que, agora, começou a ser discutido, mas que é extremamente importante. No caso específico dessas empresas que acabei de citar, todas elas têm grandes reservatórios. É o caso de Furnas, da Chesf, da Cemig. O reservatório de Três Marias está no Sudeste, mas atende ao Nordeste. Então, isso tem uma importância fundamental.

Concordo plenamente com o argumento de que, sem a renovação, os problemas vão, pelo menos, triplicar. Essa é a nossa posição.

Com relação à ponderação do Senador Eduardo Braga, que falou sobre a CCC do sistema isolado, eu queria dizer que eu, em particular, tive uma oportunidade muito boa na minha vida profissional no início dos anos 90, quando foi criada a CCC do sistema isolado. Apesar de eu não ser paulista – sou pernambucano –, conheço um pouco mais a vivência do País, mas eu não conhecia a região Norte. Vou contar um caso que ocorreu naquela ocasião. Toda a geração do Norte era baseada em *diesel*, e, como não se pagava, a Petrobras resolveu que não ia mais fornecer *diesel*: "Se não pagam, não forneço *diesel*". Lembro que o Presidente da Eletroacre – eu era secretário executivo de uma associação das empresas estatais de energia elétrica – ligou-me entre o Natal e o Ano Novo, dizendo-me o seguinte: "O combustível vem para o Acre agora ou só no ano que vem, porque o rio está baixando". Ou seja, havia um desconhecimento muito grande da realidade do Norte.

Evidentemente, essa CCC terminou durando mais do que a gente imaginava no início dos anos 90, mas acho que ela foi fundamental para o desenvolvimento, para tudo o que aconteceu na região Norte do início da década de 90 do século passado até agora. Penso que o problema está sendo equacionado, e as informações que temos são as de que, brevemente, pelo menos no caso de Manaus, que é o caso que hoje exige mais recursos, isso deverá ser resolvido com a linha de transmissão de Tucuruí.

Basicamente, era isso que eu queria dizer.

Fiquei muito impressionado e muito satisfeito com este tipo de debate, que tem de continuar. Estamos à disposição, para virmos aqui quantas vezes forem necessárias, mesmo que não seja numa audiência pública, para ajudar nesse processo que, penso, é fundamental para o futuro da economia brasileira.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Otávio Carneiro de Rezende.

O SR. OTÁVIO CARNEIRO DE REZENDE – Obrigado. Vou tentar ser bem objetivo, pelo adiantado da hora.

Agradeço aos senhores as perguntas e as ponderações, que foram muito pertinentes, mostrando a preocupação dos senhores e a urgência em torno do assunto.

Como foi feita uma pergunta sobre a previsão, quero dizer – é um assunto que fica um pouco fora da Abiape – que alguns projetos começam realmente a paralisar. Vamos pegar outro setor que não está representado dentro da Abiape, que é o setor que produz cloro e soda cáustica, por exemplo. Todos os Municípios compram cloro para o seu abastecimento. Vamos começar a importar cloro, que é energo-intensivo. A soda cáustica está na base da indústria. O PVC entra na construção civil. Esses setores estão paralisando também, porque não há previsibilidade de preço de energia. Vamos diretamente ao consumidor. Há um negócio para o qual pouca gente se toca: hoje, frango é eletrointensivo. Há iluminação e ventilação no setor de frango durante 24 horas por dia, para se produzir um frango em 24 horas.

Então, a previsibilidade não é só da grande indústria. Sem uma regra clara para conhecimento do preço futuro de energia, os investimentos param naturalmente. A que preço vai ter seu produto final? Qual a competitividade que você vai ter?

Quanto à oferta de energia, outro tema abordado, não tenho dúvida de que oferta se acerta. Mas o erro e a falta de previsibilidade colocam sempre a energia mais cara. A energia que pode ser colocada mais rapidamente ao consumidor é uma térmica a óleo, R$600,00 mw/h. Depois, vem a térmica a gás, quando ela despacha, R$270,00 mw/h, a indústria não vai suportar esse

custo, nós vamos perder a competitividade, tendo um potencial gigantesco a ser explorado no Brasil.

Então, o que nós queremos, tem que ser respondido antes de qual será o preço da oferta e como se dará a oferta. Como nós vamos pegar todas as nossas vantagens competitivas e fazer com que ela chegue a toda a população.

Acho que o debate foi excelente, os senhores demonstraram conhecer a fundo o tema. Agora, o que estou colocando aqui como uma posição da indústria é que esse assunto é para este ano; ele não pode aguardar cinco anos para chegarmos a uma conclusão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a todos os expositores e quero dizer da nossa satisfação em recebê-los.

Ficou clara para esta Comissão a complexidade do assunto, a atenção que devemos ter caso a caso; a urgência na definição do modelo de renovação; a modicidade tarifária *versus* segurança energética; o papel do Congresso na legislação e no debate dessa questão.

Portanto, agradecendo os senhores convidados, quero dizer que o debate continua na próxima audiência pública, desta feita tendo o Governo como debatedores, e, posteriormente, teremos outra audiência pública em que ouviremos outras pessoas, para que tenhamos formado o contraditório sobre o assunto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 50 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, COM A 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, COM A 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E COM A 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e onze, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães – INTERLEGIS, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Inácio Arruda, Roberto Requião, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Ana Amélia e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores Ângela Portela, Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim Argello, Marta Suplicy, Jorge Viana, Magno Malta, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, João Pedro, Vicentinho Alves, Wilson Santiago, Sérgio Souza, Paulo Davim e Kátia Abreu. Justifica a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete às Comissões a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, atendendo aos **Requerimentos n.º 15 de 2011-CCT**, de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga, **n.º 20 de 2011-CCJ**, de autoria do Senhor Senador Eunício Oliveira, **n.º 12 de 2011-CAE**, de autoria do Senhor Senador Delcídio do Amaral, **n.º 14 de 2011-CE**, de autoria do Senhor Senador Roberto Requião e **n.º 13 de 2011-CMA**, de autoria do Senhor Senador Rodrigo Rollemberg, que requerem "..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras

providências", tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, o Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA" e **Requerimentos n.º 24 de 2011-CCT,** de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga e **n.º 38 de 2011-CAE,** de autoria do Senhor Senador Delcídio do Amaral que requerem " ..., nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 15/2011-CCT a fim de convidar um representante da HBO para participar da audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com o objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências". Comparecem à reunião os Senhores Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; Luciana Ferri Sobrosa de Mello, Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO; Marcos Alberto Sant´anna Bitelli, Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA; Francisco Mistrorigo, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV; Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Evandro Guimarães, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Organizações GLOBO; Daniel Pimentel Slaviero, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – SBT; Marcio Novaes, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Record; José Francisco de Araujo Lima Neto, Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; Eduardo Levy Cardoso Moreira, Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Eunício Oliveira, Delcídio do Amaral, Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro e Anibal Diniz. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **SENADOR EDUARDO BRAGA,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – **CCT, SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – **CAE, SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – **CCJ, SENADOR ROBERTO REQUIÃO,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – **CE, SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a realização de audiência pública conjunta com a 29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aqui representada pelo seu Presidente, Senador Eunício Oliveira, e por Senadores que compõem a nossa Comissão de Constituição e Justiça; com a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, aqui representada pelos seus Senadores e também pelo seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral; com a 28ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; com a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura que se realiza hoje, dia 16 de junho de 2011, com objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de

setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências, em cumprimento aos Requerimentos nº 15 e 24 de 2011, da CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga e outros Senadores, bem como ao Requerimento nº 20, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira e outros, aos Requerimentos nº 12 e 38, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Delcídio do Amaral e outros Senadores, ao Requerimento nº 14, de 2011, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Roberto Requião e outros, e ao Requerimento nº 13, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, todos eles aprovados.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Srªs e Srs. Senadores, informo que esta audiência pública se dará no formato de videoconferência, por meio do Sistema Interlegis, do Senado, permitindo interatividade dos membros das Assembleias Legislativas de todo o Brasil com os Senadores das comissões, para a elaboração de questionamentos aos convidados, e vídeo *streaming*, transmissão pela Internet, bastando, para isso, acessar a página www.interlegis.gov.br, o que possibilitará o envio de perguntas dos Exmºs Srs. Deputados Estaduais e Distritais, por meio do *e-mail* plc1162010@senado.gov.br.

Aqui, cabe um esclarecimento: é óbvio que essas perguntas serão encaminhadas a todos os Srs. Senadores - Senador Rodrigo Rollemberg, por favor, para compor a mesa – e todas essas perguntas serão encaminhadas não só aos Srs. Senadores, mas também aos senhores palestrantes, para que, pelo meio próprio, a Internet, possam responder à participação de todos.

É uma experiência nova que estamos fazendo: a ampliação da audiência pública por um sistema novo, uma nova plataforma. Aliás, a intenção do debate desse projeto pelo Senado da República, pelas suas diversas comissões, é exatamente ampliar a formação do juízo de valor por parte dos Srs. Senadores sobre um projeto que visa não só regular a democratização dos investimentos e do mercado de TV a cabo, bem como a ampliação da rede de fibra ótica e de banda larga no Brasil.

Pelo que estava previsto, quero passar a palavra ao Senador Eunício Oliveira, para o posicionamento de abertura desta audiência pública, para que, em seguida, possamos passar a palavra aos demais Presidentes e irmos à participação dos palestrantes.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB - CE) – Obrigado, Senador, Presidente Eduardo Braga.

Bom dia a todos, bom dia aos Srs. Senadores, aos nossos palestrantes de hoje, aos que vieram aqui participar desta audiência pública.

Quero ser extremamente breve. A nossa posição é muito clara em relação a esta audiência pública. Quando aprovamos o requerimento para que acontecesse esta audiência pública, a intenção era – e é, continua sendo – ouvir os senhores. O nosso objetivo aqui, como Presidentes e como relatores da matéria, é ouvir todos aqueles que têm interesse na aprovação ou na rejeição ou nos questionamentos do PLC nº 116. O objetivo aqui, como já disse, é fundamental para que possamos fazer um juízo de valor, para que possamos aprovar um projeto que não seja um projeto que tenha outro objetivo que não o de criar um ambiente competitivo em benefício do consumidor dos serviços audiovisuais, de criar um ambiente propício ao ambiente privado nas atividades das duas camadas e de criar também e ouvir aqui novos atores, especialmente programadores brasileiros voltados para a TV por assinatura e para as novas mídias comprometidas com a veiculação de conteúdo audiovisual brasileiro.

Portanto, meu Presidente Eduardo Braga, o objetivo aqui, pelo menos no que se refere à Comissão de Constituição e Justiça e a essa relatoria, é falar praticamente nada e ouvir muito, para saber como vamos formar um juízo de valor em relação ao relatório final que será apresentado na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB - AM) – Agradecendo o nosso querido Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, que, além de Senador e ex-Deputado Federal, grande representante do Estado do Ceará, foi Ministro das Comunicações do nosso País.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, para fazer uso da palavra pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Eduardo Braga.

Quero cumprimentar também o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício

Oliveira, o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, os demais Senadores e Senadoras aqui presentes e todos que nos honram com a sua presença, de forma especial, os nossos convidados que ocupam cargos estratégicos para esse debate e que têm uma contribuição enorme a dar.

Quero cumprimentar V. Exª, Presidente Eduardo Braga, por essa inovação de podermos fazer uma audiência pública de uma comissão aqui, no Interlegis, com a participação de diversas Assembleias Legislativas, amplificando o debate sobre um tema da maior importância – eu diria o de maior importância - no que se refere à regulamentação do setor de comunicações no Brasil, que tramita no Senado Federal.

Portanto, quero desejar um ótimo debate. Faremos as nossas considerações de mérito após ouvir os nossos palestrantes.

Mas quero cumprimentar V. Exª pela inovação que devemos reproduzir muitas vezes nas audiências públicas, amplificando os debates produzidos pelo Senado Federal.

Muito obrigado.

Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao ilustre Senador Rodrigo Rollemberg, passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente da CCT, Senador Eduardo Braga; o Presidente da CCJ, Senador Eunício; o Presidente da CNA, Senador Rodrigo Rollemberg; cumprimento os demais Senadores, Senadoras, convidados, dizendo que estamos muito contentes porque hoje estamos diante de um evento inusitado no Senado Federal. São três Comissões reunidas numa audiência pública, mostrando a importância da discussão do PLC nº 116, e, ao mesmo tempo, também, sendo acompanhada pelas assembleias legislativas. Acho que o Interlegis tem esse mérito, e o Senado pouco usa o Interlegis, principalmente para fazer essa comunicação direta com os Estados. E estou vendo no telão que a assembleia do meu Estado é uma das primeiras que está aí nos acompanhando, o Mato Grosso do Sul. Quero aproveitar para cumprimentar os Deputados e, especialmente o Presidente Jerson Domingos. Está na tela o Mato Grosso do Sul, sinal de que a turma está atenta, especialmente nesse assunto que é fundamental para o Brasil.

Ao mesmo tempo... Agora eles estão reclamando. O Eunício perdeu a oportunidade também. O Amazonas, idem, com o Eduardo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir um aparte só para mandar um abraço aos meus conterrâneos do Ceará. que estão nos vendo ali.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aproveito para cumprimentar também São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Amazonas, Piauí, Ceará e, especialmente, o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Não vou me estender porque hoje temos aqui uma série de palestrantes – o importante é ouvi-los; mais do que nunca, esse é o nosso objetivo –, mas quero dizer que essa bola já vem quicando na área do Congresso há algum tempo. Estamos discutindo esse PLC, da Câmara, mas existe, também, na Comissão de Assuntos Econômicos, estão aqui a Adriana e o Gonzaga e equipe, e isso já foi motivo de uma discussão intensa na Comissão de Assuntos Econômicos, inclusive com a elaboração de projetos pela Subcomissão de Marcos Regulatórios, que teve como Relator o Senador Garibaldi Alves, que hoje está no Ministério da Previdência. Portanto, é um tema palpitante, é um tema que, mais do que nunca, nos preocupa para qualificar o debate e buscar aquelas soluções que são boas para o Brasil, dando tranquilidade também para um setor fundamental, que é setor de televisão, de telefonia, de TV a cabo.

Portanto, quero agradecer muito por esta audiência. Vou ter de me retirar por alguns minutos, porque está tudo acontecendo, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Agricultura, audiência em Ministérios, e eu convido o Senador Walter Pinheiro a ocupar o meu lugar, um homem experiente, uma pessoa que conhece profundamente o tema que está sendo discutido.

Convido, se V. Exª permite, Senador Eduardo Braga, meu Presidente, a presença aqui, substituindo-me de uma maneira muito mais competente e qualificada, do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço pela participação do nosso Senador Delcídio do Amaral, convidando, portanto, o Senador Roberto Requião para fazer uso da palavra.

Gostaria apenas de confirmar com as assembleias legislativas que nos assistem neste momento se estão interagindo conosco. Se estiverem, o sobrinho do nosso Senador Eunício Oliveira, o Deputado Estadual Daniel Oliveira, que está nos assistindo lá do Ceará, eu gostaria que ele pudesse, portanto, confirmar se está nos ouvindo aí no Ceará.

A SRª MIRIAN SOBREIRA – Bom dia a todos. Nós estamos com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, que é presidida pela Deputada Mirian Sobreira, que vos fala, e dizer que estamos interagindo, estamos aqui com a equipe de comunicação para ouvir todas as palestras e participar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem. Como pretendíamos, está absolutamente confirmado que há a interatividade com todas as assembleias. Feita essa colocação, passo a palavra ao nosso Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, para fazer uso da palavra na abertura dos trabalhos, e convido o Senador Walter Pinheiro para representar aqui a Comissão de Assuntos Econômicos, por solicitação de seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, este deve ser o debate derradeiro, porque, nos últimos dez anos, a Comissão de Educação realizou doze audiências sobre o mesmo tema, projeto da Deputada Jandira, do Senador Flexa Ribeiro, e há coisa de alguns dias fizemos também, no mesmo sentido, um debate com a presença das mesmas instituições. Mas as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura não haviam feito ainda o debate. Então, acedemos em participar, mais uma vez, dele.

A Comissão de Educação aqui fica representada também pelo Senador Walter Pinheiro, que foi o autor inicial da lei de regulamentação na Câmara Federal ainda e hoje é Senador da República. Um debate um pouco mais amplo, um público significativo, com as mesmas personalidades e as mesmas instituições. Mas vamos, então, a um debate que deve pôr um fim para que essa matéria vá ao plenário e possamos, de uma vez por todas, resolver esse problema que já há dez anos ocupa espaços na Câmara Federal e no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem. Vamos, então, à participação dos senhores palestrantes.

Convido o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), para fazer uso da palavra por dez minutos, a partir da nossa tribuna.

Portanto, com a palavra o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema.

O SR. MANOEL RANGEL – Bom dia. Gostaria de agradecer o convite feito pelos Senadores para participar desta audiência pública. Gostaria de cumprimentar os Senadores Roberto Requião, Walter Pinheiro, Eduardo Braga, Eunício Oliveira e Rodrigo Rollemberg e, em nome deles, cumprimentar os demais Senadores e demais presentes nesta audiência pública.

Gostaria, ainda, de parabenizar o Senado pela iniciativa de realizar uma audiência pública conjunta das cinco comissões e, ao mesmo tempo, fazer a interação com as assembleias legislativas dos Estados, permitindo, portanto, mais um episódio de ampla discussão sobre o novo marco regulatório da televisão por assinatura.

Como mencionava o Senador Roberto Requião, o tema vem em debate no Congresso Nacional e na sociedade brasileira já há dez anos, e a razão principal deste debate é o fato de que estamos diante de um serviço, que é o serviço de televisão por assinatura, com baixíssima penetração no território brasileiro. A penetração do serviço de televisão por assinatura no Brasil é um dos menores do mundo e, na América do Sul, só é superior à penetração do serviço de televisão por assinatura na Bolívia. Esses números têm crescido. Hoje, a penetração do serviço no Brasil, em termos de domicílios com televisão, já chega a cerca de 20%. Esse crescimento se dá, de 2007 para cá, devido a um conjunto de transformações ocorridas no mercado, que permitiram a oferta do triple play e onde começou a haver mais competição pela entrega do serviço. Mas, ainda assim, a gente vive uma realidade, que é de escassez da presença do serviço, de baixa penetração nos domicílios com televisão, de altos preços praticados no Brasil, os preços são mais altos do que na maior parte dos países similares à realidade brasileira e com baixíssima penetração do conteúdo brasileiro e das empresas programadoras brasileiras no serviço de televisão por assinatura.

Portanto, essas são as razões centrais, ao lado das transformações provocadas pela convergência digital, que faz com que, neste momento, nós estejamos reunidos aqui para debater um novo marco regulatório para o serviço de televisão por assinatura que seja capaz de oferecer algumas respostas a essas questões e a esse quadro que já mencionei.

Temos, no Senado Federal, dois projetos em tramitação, o PLS 280, desde 2007, e o PLS 182, desde 2009, que é esse a que o Senador Delcídio Amaral se referia, que foi fruto do debate sobre marcos regulatórios na CAE. Como já foi mencionado aqui, foi realizado um conjunto de audiências públicas sobre o tema do marco regulatório e, em particular, sobre cinco que versavam sobre o marco regulatório da televisão por assinatura, três em 2007 e duas em 2010, especificamente as de 2010 já sobre o PLC 116.

Ao longo desses cinco anos, o cenário que o Congresso Nacional visualizou lá atrás se confirmou. O mercado construiu seu caminho à margem do marco regulatório, pelas brechas que encontrou no marco legal vigente, e ampliou distorções dentro da exploração do serviço.

Na Câmara dos Deputados, quando essa matéria começou a tramitar, foram apresentados quatro projetos sobre a atualização do marco regulatório da televisão por assinatura, que tramitaram apensados: o PL 29, do

Deputado Paulo Bornhausen, que basicamente abria o mercado de televisão por assinatura para exploração das telefônicas e permitia a entrada do capital estrangeiro livremente – essa era a essência do projeto; o projeto do Deputado Nelson Marchezelli, anteriormente apresentado pelo Deputado Luiz Piauhylino , em 2004, estabelecendo parâmetros de proteção às empresas de comunicação brasileiras; o PL 332, de 2007, dos Deputados Paulo Teixeira, Walter Pinheiro e coautores, que fazia a abertura da cadeia de valor do serviço de televisão por assinatura e estabelecia parâmetros para sua regulação; e o PL 1.908, de 2007, do Deputado João Maia, que fixava procedimentos e critérios para promoção do conteúdo brasileiro da produção independente e da produção regional.

O PLC 116, que hoje está nesta Casa, é fruto da tramitação desses quatro projetos apensados e de uma tentativa de equilibrar as várias questões que os quatro projetos postulavam, procurando, portanto, um equilíbrio entre o conjunto dos agentes econômicos que atuam no setor e o interesse público: o interesse de ampliação dos serviços, o interesse de serviços entregues em melhores condições de competição, com preços mais baixos, com maior qualidade, com maior proteção das empresas brasileiras e maior presença do conteúdo brasileiro.

O primeiro grande nó que se apresentou foi como permitir a abertura das redes e a entrada de novos competidores, portanto, ampliando a oferta do serviço, ao mesmo tempo garantindo, nessa entrega do serviço, que nós não tivéssemos uma desnacionalização do conteúdo brasileiro e uma desnacionalização das empresas brasileiras de comunicação que atuam nesse segmento. Esse foi o grande nó que se apresentou. Ao lado dele, se apresentou o nó de como equilibrar a relação entre as empresas de telefonia, as empresas de telecomunicações e as empresas de comunicação. As empresas de comunicação foram sempre tratadas, historicamente, pelo País como um ativo estratégico, um ativo de extrema importância e que precisa ser preservado como capacidade do País ter capacidade de se projetar no mundo e ter espaço de soberania e de defesa dos seus interesses nacionais. Portanto, essa busca de um equilíbrio que administrasse essas tensões percorreu a tramitação do PLC 116 ao longo da sua trajetória.

Algumas questões foram sendo equacionadas. Em primeiro lugar se fixou, ainda no substitutivo da Comissão de Defesa Econômica da Câmara dos Deputados, o entendimento de que o serviço de televisão por assinatura deveria estar organizado, consagrado no marco regulatório em duas camadas: a camada de telecomunicações e a camada de audiovisuais, com regramentos distintos para cada uma dessas camadas, condicionantes distintos com atuação dos órgãos reguladores, a Ancine e a Anatel, sobre cada uma dessas duas camadas. Num segundo momento, se consolidou a idéia de que é preciso se estabelecerem restrições à atuação das telefônicas na radiodifusão, na produção e na produção de conteúdo audiovisual brasileiro. Procurou-se fixar elementos de proteção à manutenção das empresas brasileiras de comunicação no curso deste debate. Essa posição vai se prolongar até o final, sobrevive no PLC 116. E eu gostaria de compartilhar com vocês a convicção do Governo Federal de que esta questão é central no PLC 116, a defesa do conteúdo brasileiro, a defesa das empresas brasileiras de comunicação, a preservação do território da produção e da programação do conteúdo brasileiro como de restrita atuação das empresas brasileiras.

As camadas, portanto, do PLC, desde a Comissão de Defesa Econômica foram organizadas deste modo: as atividades focadas no conteúdo audiovisual, as atividades de produção e programação e empacotamento; basicamente, a lógica da organização e da agregação do conteúdo audiovisual nos seus diferentes níveis, obra audiovisual, canal de programação, pacote de canais e as atividades focadas em telecomunicações, as camadas de telecom, concentrando atividades de provimento e distribuição, condensadas em distribuição, traduzindo a comercialização de televisão paga e de outros serviços através de uma ou várias redes.

Ainda no substitutivo da comissão de defesa econômica, fixou-se restrição às telefônicas na contratação de talentos e eventos brasileiros como forma auxiliar da proteção de que o território da produção e programação de conteúdo brasileiro deve ser restrito, deve ser de única competência das empresas brasileiras de comunicação. Isso permanece no PLC 116 e permanece como território de convicção do Governo Federal de que essa é a melhor maneira de organizar o marco regulatório. Fixou-se a idéia de restringir a atuação de empresas de radiodifusão, como operadoras de telecomunicações; fixaram-se cotas definindo o mínimo de 50% de conteúdo nacional – isso no substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados remetendo ao Poder Executivo o disciplinamento da matéria por decreto em ação posterior.

Ainda na Câmara dos Deputados, na Comissão de Comunicação e Tecnologia, os principais pontos que foram sendo incorporados ao PLC 116, tal como ele está são: as cotas incidentes sobre atividades de programação, cerca de três horas semanais em determinados canais, os canais de espaço qualificado; construiu-se um fundo de fomento para conteúdos audiovisuais brasileiros, um fundo portanto com a possibilidade de

potencializar a atuação das empresas brasileiras de comunicação e dos produtores independentes na entrega de conteúdo brasileiros; evoluiu-se para fixar as cotas na atividade de empacotamento, portanto, fixando a necessidade de que hajam canais programados por empresas brasileiras com maioria de conteúdo brasileiro no interior dos canais programados pelas operadoras de pacotes; fixou-se a obrigatoriedade de mais um canal de jornalismo e se fixou a progressividade no cumprimento das cotas.

No novo lote que se estabeleceu a partir de 2008 na Comissão de Comunicação, passou a haver conflito em torno das cotas nos canais, empresas de radiodifusão, produtoras de conteúdo *versus* produtoras independentes, cuja solução foi estabelecer um equilíbrio permitindo que a cota fosse composta metade por conteúdo brasileiro, três horas e meia, metade obrigatoriamente sendo de produção independente, e o conflito em torno das cotas de programação das cotas dentro dos pacotes. Portanto, assegurando a discussão entre programadoras brasileiras estabelecidas e programadoras brasileiras que desejam entrar no *line up* das operadoras e que precisavam ter espaço assegurado para sua entrada. Esse foi outro conflito que se estabeleceu a partir desse momento.

Ainda nesse processo, o projeto vai à Comissão de Defesa do Consumidor, depois retorna à Comissão de Comunicação.

Durante essa tramitação, algumas questões que nós, da Agência Nacional do Cinema, como reguladores da camada de conteúdo audiovisual, considerávamos essenciais, acabaram se perdendo do processo de discussão. O primeiro elemento é a possibilidade de determinar poder de mercado significativo no âmbito da camada do audiovisual, que, como disse, é uma questão importante para organizar a competição. Outro: a oferta não discriminatória e em bases individuais de conteúdos audiovisuais e canais relevantes – questão importante para assegurar maior competição na camada audiovisual; impedimento de acordos de exclusividade também importante para assegurar maior competição na camada de audiovisual e viabilizar a entrada de novos programadores brasileiros na operação da televisão por assinatura. Essas questões acabaram se perdendo na tramitação do PLC 116.

O texto atual do projeto, texto que é o substitutivo aprovado na Comissão de Comunicação em dezembro de 2009, é fruto de acordo longamente costurado pelo Deputado Paulo Lustosa e uma comissão de Deputados pluripartidária. Esse substitutivo foi aprovado com apoio de todos os partidos na Comissão de Comunicação. E o texto foi terminativo nas comissões.

O texto herdou, da Comissão de Assuntos Econômicos, a regulação por camadas de atividades e a restrição a telefônicas na camada do conteúdo; herdou dos relatórios da Comissão de Comunicação as cotas nos canais, as cotas de canais brasileiros nos pacotes, o fundo de fomento, o canal de jornalismo adicional no pacote e a progressividade na aplicação das cotas e deixou de fora a Internet, operou a simplificação na operação das cotas, estabeleceu que 30% do fundo de fomento deve ser aplicado na produção de conteúdo do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, estabeleceu um máximo de publicidade idêntico ao praticado nos canais abertos, estabeleceu proteção da publicidade feita no Brasil, algo estratégico também na defesa do mercado audiovisual brasileiro para empresas brasileiras, estabeleceu regras de transição mais bem equacionadas e fez divisão mais clara das atribuições dos dois órgãos reguladores na regulação do serviço, a relação entre a Ancine a Anatel na regulação dos serviços de transmissão de televisão por assinatura.

Entendemos que é decisivo o PLC 116; ele é a melhor resposta construída até o momento à realidade de convergência digital e a realidade das transformações ocorridas nesse mercado. Até o momento, ele é a melhor resposta oferecida à necessidade de ampliar a competição na camada de telecomunicações e na camada de audiovisual; ele é até o momento a melhor resposta oferecida para ampliar oferta do serviço e criar condições para redução do preço, melhoria da qualidade e maior penetração do serviço de televisão por assinatura nos domicílios com televisão no Brasil. O PLC 116 é perfeito? O PLC 116 atende aos objetivos de todos aqueles que atuaram em torno dele? O PLC 116 responde a todas as questões postas? Não, não responde. Entretanto, ele é fruto do acordo construído no processo tortuoso da democracia, no processo do debate intenso realizado na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na sociedade brasileira em busca da pactuação de um caminho.

Eu diria que estão todos insatisfeitos e todos satisfeitos em algum grau. Há equilíbrio entre o grau de satisfação e o grau de insatisfação, mas há uma convicção: sem a transformação do marco regulatório, não temos a segurança jurídica necessária para a reorganização desse mercado e para romper as barreiras de entrada que estão fixadas tanto para mais competidores na entrega do serviço quanto com mais competidores na entrega da programação audiovisual, principalmente no quadro que temos hoje de prestação de serviço, o conteúdo brasileiro e as empresas de comunicação brasileiras são as mais atingidas porque são as que têm menos condição para sua presença na grade da televisão por assinatura ocupada majoritariamente,

centralmente pela produção estrangeira. Em termos de filmes e obras seriadas é de 1% o percentual de produção brasileira presente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Manoel, apenas para avisá-lo que V. Exª já está há quinze minutos na tribuna.

O SR. MANOEL RANGEL – Vou concluir, Eduardo. Já concluo, Senador.

Portanto, meus amigos, o que eu gostaria apenas de fixar é que nesse processo do PLC nº 116 nós temos a promoção do aumento do acesso à diversidade cultural mundial e brasileira, nós temos a possibilidade de ampliar a condição de oferta de empregos qualificados e o fortalecimento do Brasil enquanto produtor audiovisual de relevância mundial.

E gostaria de concluir dizendo que a experiência de assegurar o mercado brasileiro para as empresas brasileiras e para a produção brasileira é algo que já é praticado ao redor do mundo, no conjunto dos países europeus, no Canadá, na Austrália, na Coréia. Portanto, fixando uma experiência que é a experiência que pode surtir melhores efeitos na promoção do conteúdo nacional, na defesa das empresas brasileiras e, portanto, na capacidade de o Brasil produzir a sua própria imagem.

Muito obrigado. Desculpe-me, Senador Eduardo Braga, por ter ultrapassado meu tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço ao Dr. Manoel Rangel, pela sua participação, informando aos Srs. Senadores que todas as apresentações estão disponibilizadas aos Srs. Senadores nas pastas que estão sendo entregues aos Senadores.

Chamo, para sua participação, o Dr. João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra, lembrando ao Dr. João Carlos Saad que teremos, portanto, uma participação por dez minutos, com uma tolerância de mais cinco minutos.

Com a palavra o Dr. João Carlos Saad.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Eu queria água, antes de começar o tempo.

Bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite, Senador Roberto Requião, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eduardo Braga, Senador e nosso ex-Ministro Eunício Oliveira. Obrigado pelo convite.

Em nome da Abra, eu queria fazer algumas considerações sobre o projeto.

Eu pediria que fosse passando nossa apresentação. Nossa apresentação está sendo distribuída, de tal forma que eu não vou ficar preso à apresentação. Eu queria começar pela democracia, porque eu acho que ela está baseada na pluralidade. Na medida em que não ocorra a pluralidade, a democracia não ocorre. Na medida em que exista só uma pessoa podendo falar ou só um canal podendo existir, não tem como ter essa pluralidade. Esse decreto não permite isso. A gente escutando aqui o Presidente da Ancine, a gente pensa que permite, mas não permite. Existe uma diferença entre o básico e os canais à *la carte* lá em cima, quando você tem que pagar mais cem reais, mais cento e poucos reais para você ter acesso a outro canal.

Para você ter o canal de jornalismo, no básico, com acesso hoje a praticamente onze milhões de pessoas, e o seu à *la carte* pode estar com cem mil, duzentos mil, um milhão. Não são bases de competição iguais.

Então, essa afirmação, na minha opinião, não é correta.

Nós mantivemos no projeto o porteiro. A empresa privada tem direito de não deixar os canais entrarem. E isso ocorre hoje no mercado e, do jeito que está o PL, continuará ocorrendo e será ainda amplificado, porque as teles também terão o direito de fazer isso. Elas terão o direito de dizer quem entra e quem não entra. Então, nós não resolvemos o problema da TV por assinatura que existe desde o seu nascimento. Isso não foi resolvido.

O terceiro problema, eu separei mais ou menos uns dez itens.

Nós temos nesse projeto uma coisa muito divertida. Ele tem teto para canal brasileiro. Ele não tem negociação com canal brasileiro. Ele tem teto. Não tenho nada contra os canais estrangeiros, mas ele teto para o brasileiro. A gente encontra isso no art. 17.

Não existem salvaguardas para concentração. Então, um mesmo grupo pode produzir tudo que quiser. Nós fizemos propostas de que limitem aos grupos de produção tetos para isso: que seja vinte por cento, vinte e poucos por cento, para que não fique na mão de uma empresa só.

Ele tem um negócio que é absolutamente insano e inconstitucional: ele proíbe os radiodifusores de fazer telecomunicações. Eu não posso fazer. Só se eu for estrangeiro. Se eu for estrangeiro, eu posso fazer telecomunicações, posso fazer banda larga, fazer telefonia e fazer TV a cabo. Se eu não for, eu não posso. Procurem lá no art. 37, está lá essa beleza.

Aliás, esse projeto – eu, de vez em quando, falo com o Senador Walter Pinheiro –, ele começou como um bebê bonito. A Bandeirantes apoiou esse projeto, fez vários debates, canais livres, dois deles, e ele acabou virando o Bebê de Rosemary. Nesse projeto, não existe nenhuma preocupação com banda larga. Do jeito que ele está, estaremos perpetuando um monopólio só nas mãos das teles fixas. Nós não teremos outro tipo de correção.

Dentro desse projeto, nos arts. 32, 1, 21, 12, 13, não existe o *must carry* para a televisão aberta. Ele só existe para a televisão analógica. Há lá uma brincadeirinha: está escrito "analógica", mas não está no digital. Nós sabemos que a televisão brasileira, num determinado momento, vai desaparecer como analógica, mas não será mais carregada. Ela terá que pagar às teles para que isso seja feito.

São as pegadinhas que têm aí.

Ele tem lá uma sessão gratuita da programação das televisões. Ele condena as televisões brasileiras a dar suas programações. Não poderão comercializar. Elas não poderão cobrar. Elas serão obrigadas a darem gratuitamente.

Nós já damos. As televisões abertas dão ao povo brasileiro, gratuitamente. Mas fica estranho você dar de graça, e o cara que recebe de graça vai lá e vende para o assinante.

Nós temos cotas horizontais de produção de tal forma que elas invadem todos os canais. Imagina você fazer uma obra, construir uma marca e, de repente, você é obrigado a exibir uma obra que você pode não querer aquela obra.

Então, acho que isso não é uma coisa boa, não é uma coisa democrática. Nós deveríamos, ao contrário estimular a produção independente, estimular com uma série de incentivos à nossa produção nacional e estimular canais independentes e que as programadoras, mesmo as internacionais, sejam também empurradas a fazer isso. Mas sejam estimuladas, não obrigadas. Porque, senão, é uma coisa não consentida – não é verdade?

Nesse projeto, não existe limitação de publicidade. A televisão paga passa a ser tratada, está tratada como televisão aberta. Então, hoje a gente está entupido de comercial na TV paga; hoje a gente está entupido de canais que vendem relógios – eu não sei que tantos mil relógios que eles vendem lá. E você é obrigado a ver por aquilo que você pagou, mas não recebeu. Ele não trata de nada disso.

Na Ancine, a gente coloca a Ancine, gerando um monte de obrigações de produção. Quando você começa a estudar aquilo, você percebe que, na prática, vai ser difícil de as empresas conseguirem cumprir. O que vai acontecer? Você vai gerar um passivo. Esse passivo dá direito à Ancine de suspender, cassar, sei lá o quê. Nós teremos o quê? Nós teremos de uma forma indireta sutil e inteligente – e, por isso, parabenizo o nosso Manoel – um controle. Porque, a hora que a empresa estiver devendo, com um passivo louco ali, ele tem que ir lá bater à porta da Ancine e ver como é que faz para acertar esse passivo que ele não vai conseguir cumprir.

Então, a gente volta, outra vez, àquelas tentativas todas que nós já tivemos – não é isso?

Este projeto despreza tudo que foi discutido na Confecom. A Abra participou da Confecom. Participou, atuou, discutiu, votou, votou com todas as camadas da sociedade. Basicamente, o que foi discutido ali, Srs. Senadores, não está sendo levado em conta.

Esse projeto não presta atenção em nada do que foi feito ali.

Para termos noção da confusão, ele abre para a publicidade o próprio canal de vocês, o canal do Senado, o canal da Câmara, o canal do Judiciário. Já pensou que divertido o juiz vendendo publicidade? Já pensaram na confusão que nós vamos gerar no mercado publicitário com isso?

Nós temos, hoje, um quadro que preocupa. Nós vemos que a nossa agência reguladora, a Anatel, não está preocupada com os brasileiros. Sente-se que, enquanto o Senado brasileiro está discutindo esse projeto, a Anatel está forçando a sua aprovação, sem ligar para esta soberana Casa, que pode decidir o seu destino, como a dizer: "Se vocês não fizerem, nós faremos". A Anatel, que deveria estar preocupada com a assinatura, com o pagamento da assinatura da telefonia fixa, que é um pagamento que nós fazemos, mas é um serviço que nós não recebemos, não está. Deveria estar preocupada com os bens reversíveis, que são mais de 6.600 imóveis nossos, da população brasileira, na época avaliados em R$80 bilhões. Trazendo isso para valor presente, esse montante pode, no mínimo, dobrar. Não existe nada. Ela disse que não sabe.

Então, nós entregamos as nossas empresas, vendemos as nossas empresas, mas entregamos junto o patrimônio que está sendo vendido. Esse patrimônio é da União. Eu espero que os Srs. Senadores prestem atenção nisso, procurem requerer, saber do que estou falando e busquem mais informações. A gente pode ajudar.

O nosso Ministro das Comunicações se autodeclarou Ministro das Teles. Nós nos preocupamos quando vemos o cenário da radiodifusão totalmente largado. As televisões têm um sistema digital que não pode ser usado na sua plenitude. As rádios brasileiras não têm sistema digital. As AMs brasileiras estão morrendo por falta de definição.

Srs Senadores, eu participei ativamente da batalha da TV digital. À época, contamos com a participação muito importante da Ministra Dilma, hoje Presidente Dilma.

Eu senti, claramente, no meio daquela batalha, que o problema não era de tecnologia entre os vários sistemas que estavam sendo discutidos: o europeu, o americano e o japonês. Era um modelo de negócio;

era o dinheiro. Nós estávamos brigando para manter um molde que fosse grátis, e a briga que havia ali era para que fosse cobrado, como é feito na Europa, como é feito em outros lugares. Foi uma guerra feia, não foi uma guerra fácil. E a Ministra Dilma soube ouvir todos naquela época e achar o caminho da travessia, e o Brasil acabou escolhendo um sistema que foi, na época, o mais robusto e o mais competente que tínhamos naquele momento.

Nessas discussões não tem havido consenso. O que foi colocado aqui é que há consenso e que isso é o melhor possível. Isso não é verdade! O que estamos votando aqui machucará profundamente os brasileiros. Nós não temos diversidade, nós não temos pluralidade. Os problemas principais não são enfrentados. Eu não tenho nada contra que as Teles entrem nesse mercado; ao contrário. Apoio a entrada delas, mas apoio de uma forma ordenada. Há, hoje, 5% dos Municípios com licença de TV a cabo. A Anatel ficou dez anos fechada, sem abrir isso, e nós pedindo que aquilo fosse aberto. Isso não aconteceu!

Então, o que nós temos? Um mercado que, na prática, já está funcionando. Todas as Teles são *triple play*, de uma forma direta ou indireta. Todas elas têm TV a cabo, todas elas têm DTH, todas elas têm banda larga, todas elas têm telefonia fixa e móvel. Então, não está havendo distorção nisso.

Não é preciso preocupar-se tanto com elas. É preciso preocupar-se com o povo brasileiro, com a banda larga barata e acessível a todos para que tenha pluralidade, e não condenar os brasileiros a fazerem determinadas tarefas. "Eu sou hoje operador de cabo, eu sou hoje operador de telecomunicação e, passando esse projeto, eu tenho que fechar a empresa".

Então, há coisas complicadas aí. Eu confio no nosso Senado. Eu confio no fato de que esta Casa saberá analisar e discutir a matéria. Há muito conhecimento aqui. Está aqui o nosso Eunício Oliveira, que foi Ministro das Comunicações e estudou o assunto, mergulhou nisso profundamente. Ele é um homem que conhece o tema e sabe o que está falando. O Senador Eduardo Braga é um homem limpo. Então, há gente que vai olhar, analisar e rediscutir isso.

Eu não tenho, como disse desde o começo aqui, nada contra a entrada das Teles, nada contra que as Teles também distribuam sinal de televisão e façam tudo isso, mas não é porque elas vão fazer que nós vamos excluir o resto. Não é porque elas vão fazer que nós vamos montar um monopólio que ficará para sempre. Ao contrário. Nós temos que gerar conteúdo brasileiro, nós temos que gerar banda larga, nós temos que conectar a população brasileira – não só os ricos. Nós temos que conectar todas as casas e, para isso, nós precisamos de competição. Não é o que nós temos aqui.

Então, muito obrigado. Obrigado pelo tempo de vocês. A nossa análise dos pontos mais importantes do projeto – o que consideramos um problema e o consideramos uma proposta – está clara, está por escrita e será distribuída a todos os senhores, hoje, ao longo do dia.

Muito obrigado a todos. Obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos ao Dr. João Carlos Saad, informando apenas que essa proposta já foi efetivamente distribuída aos Srs. Senadores.

Eu convido, para fazer uso da palavra, a Drª Luciana Ferri Sobrosa de Mello, Diretora Jurídica do *Home Box Office*, HBO.

A SRª LUCIANA FERRI SOBROSA DE MELLO – Bom dia a todos.

Eu gostaria de saudar os Exmos Senadores Presidentes de todas as Comissões aqui presentes e também todos os palestrantes. Saúdo todos os presentes e todas as Assembleias Legislativas pelo Brasil afora.

A HBO, primeiramente, sente-se muito honrada por ter sido convidada a estar aqui presente neste evento que é único e que reflete a democracia, o que achamos ser muito importante.

Nós estamos aqui para falar especificamente do Capítulo V do PLC nº 116 e mais especificamente ainda sobre os artigos que tratam da obrigatoriedade de inclusão de cotas de conteúdo nacional nos canais de televisão por assinatura.

A HBO continua acreditando que as cotas são desnecessárias. Na verdade, o mercado brasileiro tem crescido de uma maneira até forte, grande, e, fazendo pesquisas para poder falar aqui, eu mesma fiquei impressionada com o número de artigos que encontrei falando sobre o mercado brasileiro de conteúdo.

Eu não trouxe todos por conta do tempo, mas gostei do título de um deles. É um artigo do *Latin Business Chronicle*, cujo título é "Brasil, a Bollywood Latina". Interessante! E ontem mesmo saiu na *Folha de S.Paulo* uma reportagem dizendo: "Brasil lidera alta em consumo de entretenimento e de mídia".

Então, parafraseando o João Saad, acho que nós deveríamos ser estimulados e não obrigados. Porém,a gente entende também que a sociedade brasileira está entendendo, democraticamente, por esse caminho, pelo caminho das cotas. Então a gente gostaria de mudar um pouco esse ponto de vista e gostaria de contribuir para que esse processo possa se dar de uma maneira melhor e não exatamente como está no PLC, a gente gostaria de poder respeitar mais os direitos dos nossos

assinantes. E por isso eu vou explicar um pouquinho como é a HBO.

A HBO é assim, para poder adquirir os canais da HBO, os assinantes têm que pagar um valor a mais também, ela não está naquele pacote básico que já vem carregado logo de início. E o que a gente faz para o assinante poder pagar a mais e poder adquirir a HBO? A HBO tem um conteúdo que é formado 70% por filmes campões de bilheteria, esse é o nosso foco, e o outro um terço que está faltando é formado por produções originais da HBO. Essa é a chave do nosso negócio, isso é o que a gente sabe fazer. Os conteúdos da HBO são exclusivos, produzidos pela própria HBO, com investimentos nunca vistos antes.

Mais um pouco sobre a HBO. A HBO é um canal *premium*, presente em mais de 150 países, e leva esse conteúdo, ao qual acabamos de nos referir, aos quatro cantos do mundo, incluindo o Brasil. Atualmente a HBO conta com mais de um milhão de assinantes, só aqui no Brasil, assinantes que escolhem a HBO por esse conteúdo, por esse conteúdo variado e específico.

O assinante sabe que vai pagar mais, mas ele vai levar alguma coisa especial, ele vai levar um conteúdo exclusivo, um conteúdo sem cortes e sem intervalos comerciais. E a programadora, por sua vez, tem que se preocupar com esse conteúdo, ela precisa oferecer esse conteúdo, ir ao mercado buscá-lo e produzi-lo. E por que queremos produzir cada vez mais no Brasil? Nós queremos produzir mais no Brasil porque nós podemos oferecer esse conteúdo especial, esse conteúdo que o nosso assinante quer. Esse é o nosso interesse.

Nos últimos anos, utilizando os incentivos da Condecine e do art. 3a, produzimos mais de 60 horas de produções brasileiras, feitas para a televisão por assinatura, as quais foram exibidas não só no Brasil, mas também em toda a América Latina, Estados Unidos e outros países do mundo. Temos interesse em desenvolver a produção de conteúdo para televisão no Brasil. Com certeza. Hoje investimos, em média R$1 milhão em cada episódio das séries que produzimos. Isso é acreditar que o produto brasileiro tem importância comercial.

Quais são os benefícios? A HBO contribui com o mercado local trazendo mais recursos, trocando experiência com os produtores locais, abrindo portas no mercado internacional e utilizando recursos incentivados oferecidos pela Ancine. Para a HBO é interessante pois nos aproximamos dos talentos brasileiros, estamos produzindo também fora do eixo Rio/São Paulo, oferecemos um produto que o nosso assinante reconhece como especial e nos beneficiamos das leis de incentivo. Consideramos que essa é uma troca que hoje em dia é perfeita.

E agora um pouquinho do que a HBO já fez aqui. Essa é nossa primeira produção realizada aqui no Brasil, Mandrake, eu espero que vocês tenham visto, ela foi coproduzida com a Conspiração Filmes, já foi exibida no Brasil, na América Latina, nos Estados Unidos, foi indicada ao M Internacional, como melhor série dramática 2006/2008.

Filhos do Carnaval, foi a nossa segunda série produzida aqui no Brasil, foi coproduzida com a O2 Filmes, do Fernando Meirelles, e foi indicada como melhor mini série no M Internacional de 2006; Alice, foi a próxima, foi produzida com a Gulane Filmes, não está aí, mas ela foi indicada no Festival de Monte Carlo, atriz e mais dois atores.

Essa é a nossa produção que está em cartaz hoje, é a nossa aventura pela comédia, na minha opinião é a minha favorita, adoro e foi filmada em Porto Alegre, com a Casa de Cinema de Porto Alegre.

Agora a HBO está preparando mais duas produções que vão ao ar em breve, o FDF, este é o Juarez, é o FDP, o nome dele é Juarez, desculpem-me, e Pré Amar, está errado, está sendo coproduzida com a Pindorama filmes. (Risadas)

Ele é um juiz de futebol. *(Risadas)*

E agora, então, sem polêmicas pelo FDP, agora, vocês sabem onde encontrar um FDP, na HBO.

Enfim, a nossa proposta é que a legislação da maneira como está pode interferir de forma negativa nessas parcerias que vêm dando resultados, que são sucesso hoje. Portanto, para o programador, qualquer programador que seja, que invista forte na produção brasileira de programas de televisão, que contribui para o desenvolvimento dessa indústria e que se preocupa em criar um conteúdo especial para o seu assinante, ou seja, um conteúdo com exclusividade, ineditismo e exibido sem interrupções comerciais, esse programador deveria se beneficiar de algum tipo de isenção ou redução dessas cotas para conseguir manter a mesma boa relação com seus assinantes.

Não achamos que deveríamos ser medidos apenas por números de horas de conteúdo nacional, mas, sim, pela qualidade dele. Caso contrário, seremos obrigados a prioritariamente adquirir conteúdo que, muitas vezes, não terá todas as características que os assinantes brasileiros esperam do canal. Até por que, por todas essas características, a HBO já não conta com todo o universo de conteúdo brasileiro disponível para aquisição, já que muitos deles já foram exibidos em algum canal antes e para nós perde o interesse ou simplesmente não estão à disposição para compra.

E também, por último, nós temos um orçamento, o orçamento não estica e esse orçamento vai competir entre aquisição e produção.

Então essa é a nossa posição, gostaríamos de poder manter o nosso modelo de negócio, as parcerias de sucesso que vimos empreendendo aqui no Brasil e contamos com o apoio da legislação.

Nossa prioridade é o nosso assinante, o nosso consumidor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação da Drª Luciana, passamos a palavra ao Dr. Marcos Alberto Santana Biteli, representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura, ABPTA.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Dr. Saad, eu não quero fazer nenhuma polêmica aqui e nem fazer nenhuma interferência nas palestras, mas eu queria só dar uma informação ao público e ao Brasil, que está nos assistindo neste momento, que nessa questão dos bens reversíveis – eu fui ministro das comunicações e tenho também algumas informações importantes, e por esse motivo o Senador Pedro Taques, que é um Senador diligente, apresentou na Comissão de Constituição e Justiça um requerimento que coloquei em pauta, que nós aprovamos por unanimidade, para fazer uma audiência pública naquela Comissão conjuntamente com a Comissão do Meio Ambiente, que já aprovou um requerimento na mesma posição para fazermos uma audiência pública para discutirmos essa questão importante para o Brasil – compreendo assim – dos bens reversíveis que estão sob a tutela da Anatel.

Então, só me permita e me perdoe, Presidente Eduardo Braga, mas eu não podia, como ex-Ministro das Comunicações, como Senador da República, como alguém que tem a responsabilidade de ter passado por aquela Pasta e ter a obrigação de continuar acompanhando o que acontece lá... Então, sobre o requerimento feito pelo Senador Pedro Taques, houve um deferimento da Presidência da Comissão de constituição e Justiça, com a aprovação plena do Plenário. E, muito em breve, todos os senhores que têm interesse nessa questão poderão estar participando na Comissão de constituição e Justiça, com a participação também da Comissão do Meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Eunício as informações, passo a palavra, então, ao Dr. Marcos Alberto Sant'anna Bitelli.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI – Bom dia, Senador Eduardo Braga, Senador Delcídio do Amaral; Senador Eunício Oliveira, Rodrigo Rollemberg, Senador Walter Pinheiro, Senadores presentes, amigos, as pessoas que nos assistem pela Internet.

Hoje falo hoje aqui representando a Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura. São mais de 60 canais internacionais que os senhores estão acostumados a ver nas suas operadoras de televisão. A nossa associação tem participado das diversas audiências públicas desde o início do PL nº 29.

Nós tínhamos uma apresentação aqui, mas, pelo tempo, optamos por ir direto ao ponto, até porque, se realmente esta for a derradeira audiência pública em que se discute este projeto, é melhor, de uma vez por todas, colocarmos abertamente quais são os pontos de divergência neste projeto, que supostamente teria convergência, e, na verdade, tem um pouco de convergência e muito de divergência.

E aí, Senador Walter Pinheiro, lembro-me da época da Câmara dos Deputados: este projeto começou muito simples, muito óbvio, muito fácil e, de repente, transformou-se em uma coisa muito complexa; e a complexidade é que tem causado as perplexidades que aparecem nos seus diversos artigos e incisos.

As programadoras internacionais não estão contra a entrada no mercado das teles. Elas não estão contra a ampliação da base de assinantes no País. Muito pelo contrário, seria até uma insanidade, porque elas vivem de vender assinatura para os consumidores. A que elas se opõem? Elas se opõem ao bode. Quem é o bode? É o bode que apareceu neste projeto. Ele começou sendo alimentado, alimentado, o bode cresceu, o bode cresceu, e hoje o bode ficou maior que a sala. Então, na verdade, este projeto é tão simples que, em três artigos, qualquer Deputado e Senador conseguiria enfrentar os temas a que ele se propunha: as assimetrias regulatórias dos serviços de televisão por assinatura e a questão das entradas das telefonias fixas no setor de televisão por assinatura.

Quando o bode aparece? O bode aparece quando uma lei muda o seu art. 1º. Em vez de ela passar a querer regular serviços, ela passa a querer regular atividades. E aí há uma coisa que foi feita em 1988, que se chama Constituição, que ninguém está lendo. A Constituição de 1988 estabeleceu claramente os direitos fundamentais, princípios, quais as possibilidades regulatórias no País. E, infelizmente, essa lei foi mudada, o projeto foi mudado, no meio do caminho, para regular atividades de comunicação, que são diferentes de serviços de comunicação. E aí, Senador Eunício, eu não sei como a CCJ vai enfrentar essa questão.

Não há como não se extirpar diversas interferências regulatórias na área de comunicação no sentido de direito de comunicar; não no sentido dos serviços de comunicação.

Os serviços de comunicação são monopólios da União, estão lá no art. 21, o serviço de radiodifusão está no art. 222. A Constituição trata, perfeitamente, das competências do Legislativo e do poder regulatório para a interferência nessas atividades de serviço. Agora, nas atividades de comunicação, produção, programação não há possibilidade de interferência regulatória: a Constituição proíbe isso. O art. 220 proíbe isso. O que acontecesse nesse projeto? Nesse projeto, ele ressuscita aquela ideia antiga, que já aconteceu na SINAV, que quase aconteceu na MP 491, que, no ano passado (não sei se os senhores viram), a MP 491 tinha uma "carona" de dois artigos (art. 13 e o art. 14) em que a Ancine virava agência reguladora. Era uma medida provisória para fazer *O Cinema Perto de Você*. Se os senhores virem a justificativa da Medida Provisória, a justificativa vai até o art. 11 e, quando a Medida Provisória chega à Casa, ela chega com 13 artigos. Dois artigos, atropelando o PLC 16, dando poderes regulatórios à Ancine.

Graças a Deus, a MP caducou porque não foi votada no ano passada, época em que se discutia o Orçamento. E, de novo, aqui no PLC 116 aparece a transformação da Ancine em uma agência reguladora das atividades de programação e empacotamento de conteúdo. A Ancine já chegou até a fazer uma Instrução Normativa nº 91 em que regulava o PLC 116. Já está publicada a IN. A IN 91 foi redigida em dezembro, publicada em fevereiro e agora atrasou. Agora ela foi atrasada em março para entrar em vigor daqui a nove meses. Então, não é por acaso de que esta discussão que se dá aqui é porque o "bode" do conteúdo entrou na questão do serviço de telecomunicação. A Constituição brasileira é muito severa em preservar nossos direitos e liberdade de expressão. E a atividade de produção e programação são direitos de comunicação, não sofrerão qualquer restrição. Chega ao ponto – esse projeto – de estabelecer uma verdadeira outorga: a Ancine passa a ser poder concedente das atividades de programação, tanto é que ela pode deferir ou indeferir registro – e isso já consta na IN 91. a IN 91, que já está publicada no Diário Oficial, hoje, permite à Ancine cancelar o credenciamento de uma programadora. A Ancine cria uma gigantesca burocracia nesse projeto. Ela mal dá conta, hoje, com seus 700 funcionários, de cuidar da produção. E para que isso? A Anatel não tem tanta burocracia quanto essa; a Agência Nacional do Petróleo não tem... Nós estamos criando uma agência gigantesca para regular a atividade livre. Essas atividades – falo convicto – não são passíveis de regulação pelo Direito brasileiro.

Agora, como uma série de questões da área de telecomunicações e radiodifusão precisava ser resolvida, aí o "bode" foi sendo alimentado: "Olha, a gente resolve isso, mas a gente aumenta o bode." Aumenta-se o "bode" que não cabe mais na sala. Este é o ponto: como se pegar um canal de programação e se colocar 3h30min lá dentro? Televisão por assinatura (canal/televisão por assinatura) não é radiodifusão! O que a radiodifusão faz é muito melhor, porque a radiodifusão faz tudo. A radiodifusão pega, no dia dela, e coloca tudo lá dentro: jornalismo, esporte, informação, educação, produção independente... Canal de televisão é que nem revista na banca de jornal: uma é P*layboy*; outra é *Quatro Rodas*... Cada canal é uma coisa! A cota dentro do canal é uma destruição da propriedade intelectual dos canais, é um desincentivo à veiculação da diversidade de conteúdo estrangeiro no Brasil. Quer dizer: que pluralidade é essa? É uma pluralidade para expulsar o brasileiro de ter acesso à informação do mundo. Um nacionalismo que já não se aplica, uma vez que há uma diversidade de enorme de conteúdo brasileiro. E as questões de concentração de conteúdo brasileiro se resolvem no CADE, não na lei. Com esse ponto, as operadoras internacionais estão muito preocupadas, porque cria um modelo de negócio por lei. Modelo de negócio que vale hoje não vale daqui a um ano. E, aí, quem é que vai mudar a lei?

E as empresas vão quebrar? E não vai ter investimento no Brasil? Quem que estabelece o modelo de negócios? A Ancine vai definir qual o horário nobre de cada canal?

A lei diz que a Ancine definirá qual é o horário nobre de cada canal para eu colocar a cota? Então, no *Sexy Hot* qual é horário nobre daquele canal, se é que ele tem um horário nobre? Aí, tem que colocar conteúdo nacional. Então, vamos incentivar o brasileiro a fazer filme pornográfico. Quer dizer, há certas coisas que não têm pé, nem cabeça.

É o minuto dos quinze ou o minuto dos dez? O senhor me dá mais um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT´ANNA BITELLI – Era para me dar um pouco mais de tempo.

Bom, vamos voltar ao tema. Esse tema é realmente picante, esse projeto. Esse é o problema. (Pausa).

As programadoras nacionais têm como objetivo solicitar que o Senado faça uma atenta leitura desse projeto de lei e que extirpe desses projetos de lei a regulação das atividades de audiovisual que não sejam serviço de comunicação, que retire dessa lei as res-

trições ao capital estrangeiro, que tem investido tanto na produção brasileira, que retire dessa lei as cotas dentro dos canais que destroem a escolha do consumidor, que destroem a especificidade do canal, que retire as cotas na grade do canal e que extinga a possibilidade da Ancine, que foi criada como uma agência reguladora do fomento do audiovisual, ou seja, uma agência para fomentar o audiovisual, se transforme em uma agência reguladora de direito das atividades de audiovisual porque essa regulação é inconstitucional.

Essa regulação fere o art. 174 porque, nessa lei, as atividades de programação são atividades puramente privadas onde o Estado deve ter a sua função meramente indicativa que retire a possibilidade de regulação porque a programação é, no art. 220, protegida como um direito de livre expressão da manifestação artística, intelectual, da criação, da opinião e que retire as cláusulas que permitem à Ancine até a cassação do registro, ou seja, da outorga de empresas de comunicação que não são serviços de telecomunicação.

A gente vê tanta coisa para ser consertada no Brasil e se faz uma lei de televisão por assinatura em que existe um consenso, não sei de quem com quem, porque a gente só não conversou com os canais de programação e com os consumidores. Com o resto, há o consenso. Mas é uma lei só para televisão por assinatura.

Nós até pedimos para que o pessoal da área de consumidor viesse à audiência pública. Ele veio na última audiência pública e, se não me engano, o pessoal do Idec e dos Procons e vieram falar sobre a questão de assinatura porque eles sequer conseguem entender. É uma brincadeira conseguir entender esse projeto porque esse projeto trabalha com o truque jurídico das referências cruzadas de legislação.

Para se conseguir entender o conceito de programadora brasileira independente você "pule duas casas, vire a direita, volte para trás, fica de castigo, ande três". Você não consegue, é uma...

Olhem, eu posso dizer porque escrevo livros de comentários de legislação em telecomunicações e comunicação. É a lei mais estapafúrdia em termos de redação jurídica. Não sei como passaria numa comissão de sistematização um texto desses. É um quebra-cabeça, é um imbróglio que só o Presidente da Ancine consegue explicar. No *power point* dele, eu consigo entender. Quando vou para lei, ninguém entende.

Eu conversei com o Deputado Bittar na época do PL nº 29 e ele me disse assim: "também não entendi. Vamos ver como é que a gente...". É difícil entender, é muito difícil entender a sistematização desse projeto.

Senador Walter Pinheiro, aquele projeto de V. Exª, o senhor tem um projeto na Câmara, que é um projeto limpo sobre esse assunto, é melhor redigido porque isso vai criar um cipoal... E, num litigioso, prepare-se, se passar na CCJ, não passa no STF.

Essa legislação tem vocação para diversos contenciosos, tanto no âmbito de ação direta de inconstitucionalidade, quanto no âmbito de ações judiciais contra a Ancine, quando ela for implementar a regulação.

Veja que até na questão da classificação indicativa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Marcos Alberto, um minuto para concluir.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT´NANA BITELLI – ...até na classificação indicativa, a Ancine passa a ter poderes de controlar a classificação indicativa do conteúdo. Quer dizer, a Ancine vai virar uma anaconda.

A Agência Nacional de Comunicação e Direito Autoral que vai controlar desde criancinha até distribuição de conteúdo. E as cotas ferem a liberdade do exercício da atividade econômica.

Eu agradeço, desculpe-me estourar o tempo, mas como é a última chance, quero ir direto ao ponto porque, daqui para frente, se essa lei for aprovada do modo como está, só no Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação de V. Sª.

Convido o Dr. Francisco Mistrorigo Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão, ABPI-TV para fazer uso da palavra, por dez minutos.

O SR. FRANCISCO MISTRORIGO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, demais Senadores, Senhoras e Senhores, agradeço a oportunidade de participar dessa audiência pública, representando o segmento da produção independente brasileira de audiovisual.

Durante os últimos três anos participamos ativamente, na Câmara dos Deputados, do processo que resultou na aprovação do PL nº 29. Foi um longo e exaustivo processo que envolveu longos debates e negociações que desembocaram num acordo possível.

Todas as partes cederam. Nós, produtores, os canais brasileiros de TV a cabo, as produtoras, emissoras de TV aberta, o Governo e as empresas de telefonia.

Sabemos que nunca existirá uma unanimidade ou convergência em uma legislação que envolve extensa negociação com diferentes segmentos e interesses, além, é claro, da complexidade do tema. Sempre haverá pontos a serem aperfeiçoados.

Nós gostaríamos de ter uma legislação mais favorável ao crescimento do nosso mercado. Nesse

momento, temos que pegar eventos de outros países onde o mercado de audiovisual ocorre plenamente.

Nos Estados Unidos, por exemplo, existe uma agência, UFCC, Comitê Federal de Comunicações, que é responsável por normas rigorosas nas comunicações dos Estados Unidos que, durante muitos anos, permitiu que as TV´s exibissem somente 30% de programação própria, ou seja, aquela produzida pelo canal. Os outros 70% as TV´s iam buscar no mercado.

As produtoras independentes levaram seus projetos, elas escolhiam os melhores para a sua grade e isso entrava na programação. Isso ativou o mercado a tal ponto que, com o tempo, não foi mais necessário existirem essas cotas. O mercado se regulou sozinho porque a produtoras começaram a ter relações comerciais positivas com esses canais e a coisa começou a funcionar de uma forma mais espontânea.

Na França, por exemplo, existiam produções extraordinárias para a produção nacional independente se desenvolver, além da cota da própria Comunidade Econômica Europeia.

Nesse ponto, em particular, gostaria de ler um trecho de um estudo realizado pela Unesco, em fevereiro de 2011 sobre o ambiente regulatório para radiodifusão.

Uma pesquisa de melhores práticas para os autores-chaves brasileiros no seu capítulo Obrigações Positivas de Conteúdo, em relação às cotas de produção nacional.

"A obrigação de oferecer conteúdo produzido no próprio País é uma forma importante de reforçar o senso de identidade nacional e também de impulsionar o desenvolvimento de uma indústria de programas para radiodifusão. Isso é especialmente relevante no caso de países mais vulneráveis como o nosso, a influência cultural da programação estrangeira é importada a preços muito baixos."

A produção nacional também ajuda a reforçar o sentimento de unidade em países grandes e diversos, como o Canadá e os Estados Unidos, que têm uma diversidade cultural imensa. No Canadá existem cotas, na África do Sul existem cotas, na Malásia, na comunidade econômica européia, no Reino Unido, em vários países existem as cotas para começar a relação mais justa da produção com os canais.

A operadora Sky cumpre 50% de cota na França, na Alemanha e na Holanda, mas aqui no Brasil a Sky lidera uma posição, a nosso ver, equivocada, afirmando que o cumprimento das cotas poderá interferir na qualidade dos conteúdos dos seus pacotes de programação.

A HBO também cumpre cota em outros lugares do mundo, não só aqui. Todos os países da comunidade européia, além de Canadá, Austrália e Coréia do Sul, possuem um sistema de cotas fundado na percepção de que é necessário proteger a indústria audiovisual nacional, cujo produto é um bem econômico, que representa, explica, dá sentido e valor à sociedade.

Neste momento, reconhecemos ser fundamental o apoio aos avanços estabelecidos do texto do PLC 116, que trarão, para o setor de TV por assinatura, importantes possibilidades de desenvolvimento, oportunidade de negócios e geração de novos empregos.

A entrada de empresa de telefonia no segmento de TV por assinatura representará um aumento significativo na base de assinantes, maior competitividade e um conseqüente e necessário barateamento desse serviço, ou seja, mais brasileiros vão poder ter a TV por assinatura em suas casas.

Atualmente, no Brasil apenas 10% dos lares que têm um aparelho de TV possuem TV por assinatura; na Argentina esse número vai para 80%. O crescimento econômico brasileiro atual aumentou muito o poder aquisitivo da população. Junto com o sonho da casa própria, do automóvel, de eletrodomésticos, a TV por assinatura começa a ter um lugar de destaque no interesse da população.

Hoje existe cerca de dez milhões de assinantes no Brasil. Esse número vem crescendo, mas, certamente, o número de brasileiros com TV por assinatura será muito maior com a aprovação do PLC 116. É um dos mercados de maior potencial de crescimento no Planeta, o nosso mercado.

Os conteúdos nacionais obviamente são sempre muito bem vindos, a gente tem que ver um pouco de tudo, um pouco do mundo, um pouco de nós mesmos, temos que ter essa oportunidade. Acreditamos na importância e pertinência dos conteúdos brasileiros, que já demonstraram qualidade e aceitação junto ao público brasileiro e internacional. As nossas séries de animações infantis figuram entre as mais assistidas em canais a cabo no Brasil e no mundo. Nossos documentários e série de dramaturgia têm reconhecimento por sua qualidade nos canais estrangeiros, onde são exibidos. Nos últimos dez anos temos vivido um grande fortalecimento da nossa jovem indústria audiovisual independente.

É muito importante que cada segmento envolvido na análise dessa matéria possa se manifestar aqui, nesta Casa, que deverá selar o destino dessa nascente indústria do audiovisual.

É igualmente importante que todos façam com sinceridade de propósitos, de forma pública, republicana e transparente, para que o esforço desses anos todos não tenha sido em vão.

O PLC 116 prevê dois anos para que o mercado se prepare para a sua aplicação, por esse motivo é

importante que possa ser votado da forma proposta, preservando o seu texto tal como foi aprovado, após profundo e exaustivo debate travado por todas as partes interessadas. Que se busque solucionar as eventuais questões para a sua aplicação.

Entre os pontos mais polêmicos estão as famosas cotas, são apenas três horas e meia de programação por semana, isso é meia hora por dia. Além de tudo, essas simbólicas três horas e meia vão ser atingidas somente em quatro anos, ou seja, vão durar dó dez anos, depois de dez anos provavelmente a gente não vai precisar mais das cotas.

Fica claro o intuito de fomento catalisador para o mercado nacional, uma vez que haverá tempo suficiente para o mercado se preparar para a adoção dessas cotas. Enfim, tornar-se uma alternativa natural e viável para o mercado, sem depender dessas próprias cotas para garantir a sua veiculação.

Em resumo, essas cotas terão uma adaptação progressiva, mesmo pequenas do jeito que elas são.

Lembramos que o PLC prevê a possibilidade de utilização dos recursos do Fistel, para o projeto de conta independente. Esse dispositivo vai ajudar a garantir a aplicação de cotas sem, necessariamente, haver investimento dos canais, além disso, a produção independente já conta com mecanismos de patrocínio, como o art. 1º e 3º, "a", da Lei do Audiovisual, art. 39, que o canais a cabo utilizam e linhas de financiamento do BNDES, como Procult, fundo setorial de audiovisual e a Lei Rouane, entre tantos. Ou seja, não haverá transferência de custo para o consumidor, uma vez que esses fundos contribuirão muito para o financiamento da produção independente, estipulada pelas cotas. Ao contrário disso, a aprovação do PLC proporcionará maior expansão da tevê paga no País, consequentemente, a oferta de melhores preços para atingir a população de baixa renda para esse tipo de oferta.

A entidade que represento, a BPI TV, ajudei a fundá-la, há 11 anos, Associação Brasileira de Produtores Independentes de Tv. Ela conta hoje com 150 empresas produtoras de conteúdo audiovisual, espalhados em todo o Território Nacional. É uma associação de produtores de conteúdos dos mais variados formatos e gêneros, que vem, ao longo desses anos, conquistando espaço na tevê brasileira, nos canais estrangeiros e no competitivo mercado internacional.

Os brasileiros figuram entre aqueles que assistem mais tevê no mundo, é um dado importante. A tevê tem uma função complementar à educação em nosso País. A cultura é o entretenimento. É de se esperar que possamos oferecer aos brasileiros conteúdos aqui produzidos, que falem a nossa língua para os nossos diferentes públicos e audiências.

Gostaria aqui de dar meu depoimento pessoal, como produtor independente. Eu sou produtor de uma série de animação que talvez vocês conheçam, chama Peixonauta. É uma série de animação infantil, que estreou no canal Discovery Kids, no dia 20 de abril de 2009. Logo na primeira semana atingiu o primeiro lugar na audiência do canal. Ou seja, certamente ele ocupou o lugar de uma outra série estrangeira que estava nesse mesmo, horário nobre, das onze e meia da manhã e às sete e meia da noite. Uma série brasileira ocupando o lugar de uma série estrangeira, o que trouxe? Primeiro, trouxe benefícios comerciais imediatos para o Discovery Kids. São dez horas e meia de veiculação semanal, só o Peixonauta, ou seja, são três cotas quase. O Discovery Kids teve um aumento na sua audiência enorme. A sociedade brasileira ganhou um produto nacional que fala diretamente com as suas crianças, valorizando a nossa cultura, a nossa música e o nosso jeito de ser. O Peixonauta passou a ser exportado para 67 países, ele é veiculado para mais de 67 países. Esse resultado tem um significado tremendo, ou seja, os *royalties* dessa propriedade, ao invés de serem remetidos ao exterior, são convertidos ao Brasil. É uma propriedade intelectual, que é exportada ao mundo e só pode acontecer com a associação das tevês a cabo com a produção independente.

Esse é o consenso possível. Eu acho que neste momento a questão é que os interesses privados não possam prevalecer sobre os interesses públicos. Aqui temos uma oportunidade tremenda de colocar a produção independente nas tevês, a gente falar da gente para o nosso povo. Além disso, o preço da tevê a cabo vai cair muito, o que será de grande utilidade para a população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Agradeço a participação do Dr. Francisco Mistrovigo.

Consulto os Srs. Senadores se podemos entrar imediatamente no segundo bloco, assim poderemos dar curso à apresentação das diversas entidades; ao cabo, pela ordem de inscrição, os Srs. Senadores farão uso da palavra para as suas manifestações, indagações e aí concluiríamos o nosso debate. Assim, faríamos uma economia de tempo, para que pudéssemos alcançar o objetivo dessa audiência pública.

Convido, portanto, o Sr. Ara Apkar Minassian, Superintendente dos Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, para fazer uso da palavra por 10 minutos.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Exmº Sr. Senador, Presidentes de Comissões, Senador Eduardo Braga, Senador Eunício Oliveira, Senador Rodrigo Rol-

lemberg, Senador Walter Pinheiro, representando aqui o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Srs. Senadores, senhoras e senhores, inicialmente, em nome da Agência, agradecer o convite que foi formulado e nós queremos relembrar que no dia 07 de dezembro de 2010, no ano passado, o Presidente da Agência, Embaixador Ronaldo Sardenberg, manifestou já na comissão, no sentido de que o PLC nº 116, tem o mérito de buscar a reorganização da cadeia produtiva do serviço de televisão por assinatura, e naquela ocasião foram mencionadas as vantagens de unificar o tratamento legal dado ao serviço prestado por diversas tecnologias, cabos, satélites e também rádio freqüências terrestres. Serviços esses que são regidos por regulamentos totalmente distintos.

Nós queremos ressaltar que, por exemplo, o serviço de TV a cabo tem uma legislação própria e debaixo dele toda uma infra-estrutura legal de crédito. Todas as normas são datadas de 1997. De lá pra cá numa mais houve qualquer tipo de atualização.

Enquanto, por outro lado, serviços, por exemplo, que usam segmento satelital de rádio frequência são regidos pela Lei Geral de Telecomunicações, possuem, debaixo deles, um conjunto de normas e regulamentos que são totalmente distintos do regulamento do serviço de TV a cabo.

Portanto, novamente, mesmo serviço, mesma natureza, porém tecnologias diferentes usando, cada um deles, obrigações diferentes e outros serviços sem nenhuma obrigação e quando a Anatel verifica que há uma migração para uma determinada tecnologia, procura realizar alguns acordos com os interessados no sentido de gerarmos algumas obrigações.

Nós estamos sempre olhando o interesse público, no entanto, temos de ter certa uniformidade.

A Agência procura respeitar toda legislação que o Congresso Nacional tenha elaborado.

Nenhum momento há extrapolação e depois vamos entrar um pouco mais em detalhes.

Ainda mais, tem outros serviços de uma forma restrita, que é o serviço de TV A, que é uma televisão por assinatura e que usa outro segmento de rádio freqüências, também regulado por um decreto e debaixo dele não tem nenhuma outra regulamentação.

Bom, hoje é o cenário que nós vivemos e teremos de enfrentá-lo, de tal forma que daremos certa uniformidade em todos os serviços, é o serviço de televisão por assinatura.

Ainda, naquela ocasião, foi destacado que a entrada de novos prestadores, no serviço de televisão por assinatura, também era uma possibilidade de se expandir de um segmento, cuja infra-estrutura também pode ser usada para outros serviços. Pode-se usar a infra-estrutura do cabo para serviços de banda larga e outros.

Então, isso mostra o seguinte, hoje, no cenário de convergência que vivemos uma infra-estrutura não se presa apenas a prestação de um determinado serviço. É claro que, novamente queremos deixar claro, estamos regulando serviços, agora a tecnologia, as facilidades, os meios, permitem você use essa tecnologia para oferecer serviços convergentes. É isso que o consumidor final, no fundo, quer.

Quer ter contato com um ou dois prestadores de serviços com quem ele possa se comunicar, resolver os seus problemas e atender também as suas necessidades.

Além disso, naquela ocasião, o Presidente da Agência demonstrou que a Anatel agindo no âmbito da sua competência, observado sempre a regulamentação vigente, também trabalhamos em cima da edição do novo planejamento do serviço de televisão por assinatura.

Então, esse planejamento, na realidade, respeita todo o arcabouço regulatório. O planejamento está previsto dentro da Lei de TV a cabo e também observando os outros serviços dentro da Lei Geral de Telecomunicações.

Portanto, em nenhum momento, há extrapolação de competência.

A competência do Legislativo é legislar e cabe a Agência cumprir a legislação, o que está dentro da legislação.

Além disso, do ponto de vista da Agência, tão logo o congresso aprove o PLC ou qualquer outro regulamento, a Anatel vai ter de atualizar toda a sua regulamentação. Então, não existe uma regulamentação, vamos chamar de pré-concebida ou pré-preparada. A regulamentação vai ter de ser adaptada em função do que essa Casa vai decidir.

Essa regulamentação, dentro inclusive do que está previsto no projeto de lei, existe um prazo para a Agência fazer isso, o projeto de lei. Existe um prazo que foi dado para a Agência fazer isso que é de 180 dias.

Então, de qualquer forma, independentemente dos regulamentos que a Agência está emitindo hoje ou não, ou está em consulta pública, todos esses instrumentos terão de ser adaptados. É outra realidade, outro ambiente, são outras restrições. Algumas obrigações não constam e vão constar. A forma como as empresas vão poder participar também muda, por que tem a questão do capital envolvido.

Novamente, queremos aqui ressaltar que no caso de serviço de TV a cabo, a questão do controle nacional, 51% pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Isso aqui está, integralmente, respeitado.

Não há nenhum momento de extrapolação.

Alguém pode dizer que a Agência está permitindo a entrada do A do B e do C. Nós não sabemos o que é que é isso. Está na legislação e tem de cumprir.

Então, além disso, nós vamos conseguir por meio da aprovação do PLC.

1] Acabar com a distinção dos serviços por diversas tecnologias. Então nós vamos ter uma neutralidade tecnológica.

Hoje nós estamos enxergando esses três, amanhã ou depois podem aparecer outras tecnologias que vão poder ser usadas neste serviço.

Então, a regulamentação que está sendo baixada, a legislação, ela vai ter de ser tecnologicamente neutra.

Isso, aliás, já está previsto na Lei Geral de Telecomunicações. Você tem de regular serviço. Em cima dos serviços é que você vai ver o que vai fazer. Agora, não regular por tecnologia. Hoje nós estamos amarrados.

Aí se discute que um serviço tem uma coisa, tem outra obrigação.

Enfim, entendemos que o PLC da forma como está concebida, do ponto de vista, principalmente, no capítulo de distribuição, ele atende plenamente os interesses.

Não vemos nenhum impedimento legal para que se faça a unificação dos serviços por televisão de assinatura.

Aliás, esse é um dos objetivos da agência e nós, dentro dos nossos limites legais, temos procurado harmonizar os regulamentos. Jamais invadir, dentro da competência dessa Casa. Isso é muito importante.

Harmonizar não quer dizer que você, simplesmente, está tentando gerar um fato, para depois você dizer que a lei está aí. Não é isso.

A Agência, neste momento, só está harmonizando e mantendo todas as obrigações e restrições que existem, tanto na Lei da TV a cabo, como na Lei Geral de Telecomunicações. É muito importante.

As atuais prestadoras de serviço de televisão por assinatura poderão também solicitar à Agência a adaptação dos seus instrumentos, eis que a regulamentação prevê.

Estou já com 14 minutos. Senador, posso avançar mais três minutos e chegar aos treze? Muito obrigado.

Além disso, nós entendemos que a proposta do novo regulamento do serviço de TV a cabo, por exemplo, que hoje está em consulta pública - é a Consulta Pública nº 31 - ela, em nenhum momento, colide com todas as discussões e tampouco vai contra o que determina a Lei de Serviços de TV a cabo. Acho que isso é muito importante esta Casa mencionar, porque estamos ouvindo, nos últimos dias, que a Anatel está soltando uma série de consultas públicas que têm o objetivo de acelerar as discussões desta Casa. Mas, em nenhum momento, essa é a intenção. O que se discutiu aqui é que a Anatel, há dez anos, não efetua mais nenhuma outorga de serviço de TV a cabo. Por quê? Porque estamos exatamente cumprindo todas as determinações, inclusive junto aos órgãos de controle. Então, levamos praticamente de 2000 até 2005 para superar uma parte dos questionamentos que surgiram. Além disso, agora, quando a Agência soltou o planejamento, outro conjunto de discussões, e estamos gradativamente junto aos órgãos procurando elucidar e levarmos adiante esse processo.

Em nenhum momento, Srs. Senadores e Sr. Presidente de comissão, há uma intenção de a Agência atropelar, como se falou nesses últimos tempos. É o contrário. Todas as decisões que foram tomadas estão sendo observadas no seu *totum.*

Já falei da questão da adaptação.

Agora, vamos para os pontos e considerações finais. Hoje, qual é o cenário vigente? Nós temos 262 Municípios apenas, no Brasil, que dispõem de serviço de TV a cabo. Isso significa que 95% da população brasileira não têm acesso a esse serviço. Outro, quando a gente olha o mapa do Brasil, nós vamos verificar que algumas localidades onde o serviço de televisão por assinatura não está presente por meio da tecnologia a cabo, sequer a radiodifusão chegou lá.

Então, pior ainda. O que está acontecendo? Eu tenho um preceito constitucional que diz que todo brasileiro tem direito a ter acesso à informação. Hoje, não há condições, ou seja, em alguns municípios, você não tem acesso a essa informação e tampouco ao entretenimento. E sabemos que a televisão, hoje, é um meio de entretenimento fundamental para o cidadão brasileiro. Ele fica mais de 95% do tempo; ou seja, pelo menos, por algumas horas, ele está assistindo à TV. Então, isso é importante.

Agora, nós estamos pretendendo retomar todo esse processo de novas outorgas; porém, observando a legislação atualmente vigente. Se amanhã ou depois esta Casa mudar as regras, a Anatel vai se adaptar a essas novas regras. Hoje, nós temos mais de mil pedidos de outorgas pendentes aguardando uma decisão da Agência. Então, a Agência vai retomar. Agora, dentro da Lei nº 8.977, que está vigendo. Se, amanhã ou depois, vier o PLC, nós vamos adequar ao PLC ou a qualquer outra regra que for baixada por esta Casa.

Por fim, para esses serviços, menos aqueles que utilizam radiofreqüência, não existe limitação. Então, se não há limitação por escassez de recursos, não há por que se falar que teremos de gerar algumas limitações hoje para a entrada do “a”, do “b” ou do “c”. Se alguém

está interessado, esse alguém vai entrar, vai buscar o seu nicho de mercado, vai prestar o serviço ao cidadão, e o cidadão tem de ficar satisfeito. É isso que ele está buscando. Se amanhã ou depois, ele não estiver satisfeito com o prestador "a', ele vai para o prestador "b"; mas ele tem alternativas na mão dele.

Bom, concluindo, nós vemos o seguinte. Hoje, o PLC, na forma como está, e principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde a algumas perguntas, como, por exemplo, a questão da distribuição de uma atividade livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras

A lei está aí. Não é isso. A Agência, neste momento, só está harmonizando e está mantendo todas as obrigações e restrições que existem, tanto na Lei do Cabo, como também na Lei Geral de Telecomunicações. Isso é muito importante.

As atuais prestadoras de serviço de televisão por assinatura poderão também solicitar à Agência a adaptação dos seus instrumentos, eis que a regulamentação prevê.

Estou já com 14 minutos. Senador, posso avançar mais três minutos e chegar aos treze? Muito obrigado.

Além disso, nós entendemos que a proposta do novo regulamento do serviço de TV a cabo, por exemplo, que hoje está em consulta pública - é a Consulta Pública nº 31 - ela, em nenhum momento, colide com todas as discussões e tampouco vai contra o que determina a Lei de Serviços de TV a cabo. Acho que isso é muito importante esta Casa mencionar, porque estamos ouvindo, nos últimos dias, que a Anatel está soltando uma série de consultas públicas que têm o objetivo de acelerar as discussões desta Casa. Mas, em nenhum momento, essa é a intenção. O que se discutiu aqui é que a Anatel, há dez anos, não efetua mais nenhuma outorga de serviço de TV a cabo. Por quê? Porque estamos exatamente cumprindo todas as determinações, inclusive junto aos órgãos de controle. Então, levamos praticamente de 2000 até 2005 para superar uma parte dos questionamentos que surgiram. Além disso, agora, quando a Agência soltou o planejamento, outro conjunto de discussões, e estamos gradativamente junto aos órgãos procurando elucidar e levarmos adiante esse processo.

Em nenhum momento, Srs. Senadores e Sr. Presidente de comissão, há uma intenção de a Agência atropelar, como se falou nesses últimos tempos. É o contrário. Todas as decisões que foram tomadas estão sendo observadas no seu *totum.*

Já falei da questão da adaptação.

Agora, vamos para os pontos e considerações finais. Hoje, qual é o cenário vigente? Nós temos 262 Municípios apenas, no Brasil, que dispõem de serviço de TV a cabo. Isso significa que 95% da população brasileira não têm acesso a esse serviço. Outro, quando a gente olha o mapa do Brasil, nós vamos verificar que algumas localidades onde o serviço de televisão por assinatura não está presente por meio da tecnologia a cabo, sequer a radiodifusão chegou lá.

Então, pior ainda. O que está acontecendo? Eu tenho um preceito constitucional que diz que todo brasileiro tem direito a ter acesso à informação. Hoje, não há condições, ou seja, em alguns municípios, você não tem acesso a essa informação e tampouco ao entretenimento. E sabemos que a televisão, hoje, é um meio de entretenimento fundamental para o cidadão brasileiro. Ele fica mais de 95% do tempo; ou seja, pelo menos, por algumas horas, ele está assistindo à TV. Então, isso é importante.

Agora, nós estamos pretendendo retomar todo esse processo de novas outorgas; porém, observando a legislação atualmente vigente. Se amanhã ou depois esta Casa mudar as regras, a Anatel vai se adaptar a essas novas regras. Hoje, nós temos mais de mil pedidos de outorgas pendentes aguardando uma decisão da Agência. Então, a Agência vai retomar. Agora, dentro da Lei nº 8.977, que está vigendo. Se, amanhã ou depois, vier o PLC, nós vamos adequar ao PLC ou a qualquer outra regra que for baixada por esta Casa.

Por fim, para esses serviços, menos aqueles que utilizam radiofreqüência, não existe limitação. Então, se não há limitação por escassez de recursos, não há por que se falar que teremos de gerar algumas limitações hoje para a entrada do "a", do "b" ou do "c". Se alguém está interessado, esse alguém vai entrar, vai buscar o seu nicho de mercado, vai prestar o serviço ao cidadão, e o cidadão tem de ficar satisfeito. É isso que ele está buscando. Se amanhã ou depois, ele não estiver satisfeito com o prestador "a', ele vai para o prestador "b"; mas ele tem alternativas na mão dele.

Bom, concluindo, nós vemos o seguinte. Hoje, o PLC, na forma como está, e principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde a algumas perguntas, como, por exemplo, a questão da distribuição de uma atividade livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras

Nós vemos o seguinte, que hoje o PLC, da forma como está, principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde algumas perguntas, tais como, por exemplo, que a questão da distribuição é uma atividade livre para empresas constituídas por brasileiros e brasileiras e com a administração no País, independentemente do seu capital. Isso consta desse projeto.

O serviço de acesso condicionado, da forma como o projeto trata, é um serviço de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em regime privado, onde

a liberdade é a regra e cuja outorga se dá por meio de autorização, sem termo final, que não pode ser negada sem justificativas relevante. Portanto, vejam bem, a questão da liberdade está preservada aqui.

Outra coisa, o disciplinamento das obrigações, para distribuição de certos canais, que hoje, em alguns segmentos — por exemplo, no cabo existe; nos outros serviços não existe —, a lei está tentando neste momento uniformizar e também dar um tratamento uniforme.

Então, por essas razões nós entendemos que hoje esta Casa tem que avançar. Nós teremos que partir para o PLC ou, por favor, para qualquer outro projeto de lei, mas nós precisamos disso para começar a retomar o processo de uma forma mais harmonizada que venha a atender os interesses do País.

Em suma, o projeto, da forma como está, no capítulo de distribuição e em outros preceitos ali estabelecidos, do ponto de vista da agência, nós não vimos qualquer tipo de empecilho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Doutor Ara Apkar Minassian e aproveito para informar ao plenário que, neste momento, estamos ao vivo pela TV Senado e para registrar aos Srs. Senadores, a participação intensa que estamos recebendo da população brasileira por essa sessão interativa.

Já recebemos mais de quinhentas perguntas, através dos diversos mecanismos de acesso ao Senado da República. Gostaria de aproveitar para anunciar que, pelo Alô Senado, no 0800612211, estamos recebendo participação e perguntas que serão encaminhadas, não apenas aos Srs. Senadores, mas também aos palestrantes, bem como pelo www.senado.gov.br/alosenado.

Dito isso, eu chamo para a sua participação o Dr. Evandro Guimarães, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert, pelas organizações Globo.

Dr. Evandro, eu acho que o senhor tem que apertar um botãozinho.

Desculpe a comissão técnica.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Senador Eduardo Braga, Senador Rollemberg, Senador Eunício, Senador Walter Pinheiro, demais Senadores aqui presentes, Senador José Pimentel, Inácio Arruda, companheiros da comunicação social, eu vou começar fazendo um comentário que não estava previsto.

O representante da Anatel, meu querido amigo Ara, realmente, não conseguiu explicar por que há dez anos não se abre licitações de cabo. É inexplicável que, se apenas 250 cidades tenham o serviço e há uma lei em vigor, um regulamento em vigor, por que há dez anos não se abre licitação de cabo?

Por outro lado, quero dizer para discordar frontalmente, que sou aqui um representante da Abert e, melhor explicando, a Abert só se manifesta publicamente quando o conjunto dos seus associados têm posições de consenso.

Neste caso específico não há consenso na Abert.

As empresas, digamos assim, que participam da direção da Abert têm posições diversas em relação à necessidade de se discutir mais ou de providenciar modificações, salvaguardas, etc e tal, no atual texto do PLC nº 116.

Agradecemos muito ao Senador Eduardo Braga e aos Senadores, Presidentes das demais comissões, que permitiram que a Abert viesse aqui, através de três ou quatro dos seus representantes, mostrar os diversos ângulos dessa questão, como as organizações Globo enxergam a questão.

Mas eu acho que é fundamental registrar para os Senadores...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Interrompendo V. Sª, que ele desse o informe, inclusive, de qual foi a decisão tomada pelas comissões para não caracterizar que há um atendimento exclusivo a uma entidade, portanto uma posição assumida por nós, discutida por todos os Senadores nas comissões, na medida em que as entidades poderiam ter feito a indicação de quem falaria, tendo problemas internos.

Acho que é importante deixar isso claro, porque não foi um critério exclusivamente para a Abert, foi um critério aberto, portanto, para todos.

Era importante que o Presidente da comissão pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para complementar o Senador Walter Pinheiro, para dizer exatamente isso, que quando as entidades manifestaram esses pontos de divergência foi colocado a todas as entidades que poderiam adotar o mesmo posicionamento, desde que tivessem posicionamentos diversos e o documento enviado pela entidade ficaria absolutamente não-administrável pelas comissões, que se fizesse de uma maneira individualizada por pessoa jurídica.

Portanto, apenas para que não paire dúvida quanto ao critério estabelecido pelo conjunto das comissões.

Devolvo a palavra ao Dr. Evandro.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador.

Eu o cumprimento pelo renovado espírito democrático de ouvir realmente o conjunto da sociedade sobre um projeto tão complexo e que há tanto tempo vem sendo discutido.

De qualquer sorte eu quero registrar, e faço isso em nome da Abert,. certamente os meus companheiros de associação vão reiterar isso, com relação a licenças de cabo, conforme consulta pública que a Anatel está no momento praticando, a Abert e a nossa organização é inteiramente contra.

Existe uma legislação em vigor. Existiu sempre oportunidade de que a Anatel abrisse licitações no formato que todos nós conhecemos e não vemos sentido que a Anatel faça, agora, às vésperas da atualização pelo Legislativo, pelo Congresso brasileiro, com posterior sanção do Executivo, que faça uma solução que carece tanto de dificuldade na sua defesa quanto demonstrou a difícil explicação que o amigo Ara tentou aqui apresentar.

Duzentos e sessenta e dois municípios não representam 95% da população, representa mais de 80% da população. Houve alguns enganos do companheiro Ara.

De qualquer sorte, o processo que está em andamento na Anatel, de um certo "atropelamento do processo legislativo" nós consideramos que não contribui em nada para a modernização, organização e harmonização do setor de desenvolvimento social sobre segurança jurídica, do setor de televisão paga no Brasil.

Falando agora pela Abert. Na Abert, há diversas posições de associados, sejam associados que tenham atuação de âmbito nacional ou multirregional, sejam associados que tenham atuação local, aquela pequena rádio, aquele jornal, que certamente está entre esses mil pedidos anteriores de abertura de edital de licitação de cabo, da qual falou o representante da Anatel.

Esses associados gostariam de ter condições de competir e sabem que, se não houver um compromisso prévio dessa agência, de absoluta facilidade e legitimidade, de uso e compartilhamento da infra-estrutura, a competição será impossível, teremos uma abertura, digamos assim, não tão aberta.

De qualquer sorte, isso será certamente tratado pelos meus outros companheiros da Abert, que virão a seguir.

De qualquer maneira, eu preciso também revelar alguma coisa que pensam os companheiros da Abert. O setor da comunicação se faz através do corpo e da alma. O corpo é a infraestrutura, é o conjunto de facilidades que permite, seja por cabo, seja por satélite, seja por sistemas *wireless*, seja por qualquer sistema, fazer com que conteúdos cheguem de forma gratuita ou de forma paga à população como um todo.

Nesse sentido, o rádio e a televisão aberta prestam um inestimável serviço ao Brasil. E esta é a Casa da Federação. Todos aqui sabemos que todos os Estados do Brasil têm um formidável sanduíche bem-sucedido, que é: recebem todos programação nacional, complementadas, acopladas, suplementadas pela programação local dos respectivos rádios e televisões locais e/ou regionais, locais e/ou estaduais.

Então, durante todo o processo em que a Abert, unida, trabalhou na Câmara quanto a esse projeto, o esforço foi de defender o modelo da radiodifusão brasileira, que é um modelo federativo. Esse é um modelo absolutamente casado com o papel do Senado, que é tratar os órgãos da Federação de maneira equânime, de maneira correta, democrática. Isso, a Abert tentou fazer. Digamos que não conseguimos alguma coisa perfeita no texto do projeto, mas, ao ver das Organizações Globo, conseguimos alguma coisa próxima do que é necessário para proteger a radiodifusão. Dependemos de haver o mesmo espírito de cooperação e de defesa da radiodifusão – radiodifusão, serviço de comunicação social universal no Brasil, atende 100% da população, e atende a 100% da população de forma gratuita. Então, isso que será reforçado e leva a fazer outro complemento.

Desde a abertura, desde a mudança da Constituição brasileira para permitir o ingresso de capital estrangeiro nas telecomunicações, sempre se falou que o Brasil estaria prestes a vender o corpo – ou seja, aquelas empresas de capital intensivo, que poderiam fazer investimentos em redes, satélites e demais esforços que demandavam capital e tecnologia – mas que o Brasil deveria sempre trabalhar para defender a alma. A alma, aí, estamos falando da produção nacional, do conteúdo nacional. Essa é a razão pela qual o art. 222 da Constituição reserva, de maneira expressa, aos meios de comunicação a propriedade de, no mínimo, 70% do capital total, ou seja, total e votante, e reserva aos brasileiros o papel de fazer o conteúdo destinado aos nossos concidadãos.

De resto, essa atitude é uma atitude nacionalista absolutamente politicamente correta. É assim em qualquer nação do mundo que merece esse nome. Estamos falando de uma fronteira imaterial, estamos falando de uma fronteira que não é a fronteira geográfica, que permite a um país-continente ter esse senso comum de ser brasileiro, visto que somos um País cercado por amigos que falam espanhol, e nós somos o único País da América que fala português.

Somado à preocupação com a identidade nacional, com a cultura nacional, com o papel dos brasileiros na produção cultural nacional, eu queria lembrar que, de verdade, as Organizações Globo imaginam que tenha havido um certo problema por um vazio legislativo. Qual é o problema? A tecnologia, rapidamente, mostrou que a convergência vem aí, e nós estamos carecendo de alguma regulamentação que reforce essa atribuição

aos brasileiros, atribuição essa prevista no campo da Constituição, no art. 222 da Constituição.

Então, por isso, nós, das Organizações Globo, somos favoráveis ao andamento desse projeto, mas precisamos fazer uma ressalva. Esse projeto tem um tênue equilíbrio, é um exercício de equilíbrio permanente, referindo isso ao papel dos distribuidores, empresas gigantescas, detentoras ou comandatárias da infraestrutura pública, que faturam de 10 a 12 vezes mais do que fatura todo o setor da radiodifusão, dos produtores de conteúdo, sejam eles empresas, sejam eles produtores independentes de menor porte, e, portanto, se houver qualquer mexida no texto que agora é proposto, esse equilíbrio que se faz em prol da Nação pode ser totalmente comprometido.

Então, as Organizações Globo, favoráveis ao projeto com seu texto atual, têm cobrado, têm pedido do Governo, amplamente majoritário no Senado – pedimos isso por escrito ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e estamos dispostos a visitar todos os demais Senadores para pedir isso – aprovam o andamento desse projeto, desde que haja um compromisso no âmbito do Legislativo de que não haverá vetos, particularmente nos artigos que definem claramente limitações e possibilidades na cadeia de valor, claramente definem o que deve ser o papel futuro dos distribuidores e dos produtores.

Esta é, basicamente, nossa posição: favoráveis e pedindo que a ampla maioria do Governo, do atual Governo, neste momento, perceba a questão de Estado que está sobre esse texto. A questão de Estado é: o texto, se for aprovado, precisa ser integralmente sancionado. Devem ser preservados, em particular, os arts. 5º e 6º, artigos esses que complementam a necessária visão de nacionalidade que paira sobre o conteúdo nacional expresso desde sempre na Constituição, particularmente no art. 222.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Evandro Guimarães, convidamos o Dr. Daniel Pimentel Slavieiro, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, também pela Abert, representando as organizações do SBT.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO – Exmºs Srs. Senadores já nominados; Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; Senador Eunício Oliveira; Senador Rodrigo Rollemberg; Senador Walter Pinheiro, representando as demais Comissões, e os já também citados demais Senadores presentes nesta audiência pública, nós queremos cumprimentar a iniciativa do Senado em fazer esta audiência conjunta porque demonstra a sensibilidade, primeiro com a tramitação ágil, eficiente, mas abrindo espaço para o contraditório para um projeto tão complexo e tão abrangente como esse, que é o PLC 116.

Na questão do espírito, do mérito do projeto, acho que os fatos falam por si sós. O Presidente da Ancine apresentou um *slide* onde mostra a penetração dos serviços de TV paga no Brasil em comparação com os demais países aqui, mesmo da região da América Latina e de outros países do mundo, então mostra que o PLC 116 tem o seu mérito, uma questão importante, que é a abertura do mercado. Isso favorecerá o Brasil, a competição, a diversidade e a pluralidade, e, certamente, o consumidor final terá o grande benefício.

Mas, nós compreendemos também que há certa angústia dos interlocutores nesse processo pelo trâmite e pelo tempo que esse projeto tem levado. Foi feita uma ampla discussão na Câmara e, agora, chega ao Senado. Porém, também, nós queremos, respeitosamente, Senador Eduardo Braga, dizer que a posição do SBT é que esse projeto precisa de ajustes no seu texto para que ele possa produzir os efeitos necessários.

Nosso companheiro e amigo Evandro Guimarães já explicou a questão da situação da Abert, e, como ela, suas diversas empresas dentro dela têm posições diversas, e nós temos a discordar que esse projeto deva seguir como está. E também a essência da radiodifusão, que foi descrita sob seu modelo federativo, a capacidade de transmitir conteúdo livre, aberto e gratuito e como ele faz isso nas diversas regiões do País.

Então, em respeito aos senhores e ao tempo que isso tem levado, nós gostaríamos de ser muito pontuais e pragmáticos em quais os temas e quais os artigos que devem ser aperfeiçoados.

Começamos pelo art. 5º, que trata de restrições dos radiodifusores a deter mais de 50% de empresas de telecomunicações. Isso, na nossa opinião – já foi dito aqui – consideramos inconstitucional e ilegal, até porque já existem fatos concretos.

Aqui o Senador Inácio Arruda e o Presidente Eunício Oliveira... Existem radiodifusores no Estado do Ceará que já fizeram investimentos; ao longo do tempo, entraram em licitações da Anatel, compraram essa autorização para operar sistemas de TV a cabo. E, agora, vem uma nova lei que diz que eles não podem ter mais. Isso já faz mais de décadas.

Como fica a situação desses radiodifusores que são empreendedores natos, que conhecem a região onde atuam, que conhecem o mercado publicitário, conhecem a sua característica e adotaram, na forma da televisão por assinatura, uma maneira de expandir os seus negócios?

Agora, estão sob o risco de uma lei, que os obrigará a venderem 50% dos seus negócios.

Então, Presidente Eduardo Braga, achamos que esta é uma coisa absolutamente sensível no Estado do nosso Presidente, e ocorre em outros Estados da Federação: radiodifusores que fizeram investimentos no passado e agora estão sob o risco, sob a insegurança jurídica, do PLC nº 116.

Além disso, como disse, o radiodifusor é um empreendedor local, ele conhece as características e, por esse projeto, na maneira como está, estará tolhido de investir em serviços de telecomunicações.

Isso se desdobra para a nossa terceira preocupação desse item, do art. 5º: o que serão serviços de telecomunicações no futuro?

Isso é uma coisa de que poucos de nós sabemos; ou nenhum de nós saberemos o que, neste mundo convergente, será considerado serviços de telecomunicações. Será que, porventura, o canal de retorno, que é da essência da radiodifusão brasileira, da TV digital, não será no futuro, ou qualquer outro serviço, considerado um serviço de telecomunicações? E, aí, nas regras atuais, os radiodifusores estarão privados de deter mais de 50% dessas empresas operadoras de telecomunicações.

Eu diria, Srs. Senadores, que esse é um ponto extremamente vital, do nosso ponto de vista, do grupo SBT, que precisa ser ajustado, e o Senado, dentro desse papel que faz da democracia, de aperfeiçoamento, certamente – e essa audiência pública e essa tramitação conjunta que se está desenhando –, está sensível a essa questão.

O segundo ponto, muito pragmaticamente, é o art. 24, que fala dos limites de publicidade nos canais de TV paga. Aí, pergunto aqui ao Senador Pedro Taques se o modelo de radiodifusão que cobre o País inteiro, leva informação, cultura e entretenimento a 100% da população de maneira gratuita, é sustentado apenas pelo mercado publicitário... Se um outro serviço, que é da sua essência, é financiado pelos assinantes, deve ter o mesmo limite de comercialização, sendo que o mercado publicitário é o mesmo.

Então, entendemos que os limites de publicidade na TV paga e no serviço de acessos condicionados, como é o termo tratado no projeto, devem ser sensivelmente menores pelo motivo razoável e óbvio de que um é só sustentado pelo mercado publicitário, e o outro, a sua base de sustentação é da assinatura, é de uma outra maneira de ingresso de remuneração.

E, por último, entendemos que o art. 32, que fala da distribuição do *must carry*, do modelo de carregamento que está na essência do que o nosso colega Evandro Guimarães falou, do modelo federativo, das emissoras pequenas nos seus Estados, que levam conteúdo local, que agregam isso com a sua programação local, deva estar contemplado com uma redação mais aperfeiçoada, que traga uma segurança jurídica para esses radiodifusores e para esses empreendedores locais, principalmente quando estiver num ambiente totalmente digital; no analógico, ele está garantido, mas no digital, entendemos que o texto merece aperfeiçoamento para que dê essa segurança, Senador Delcídio Amaral. Lá no seu Estado, existem diversos radiodifusores que, no serviço de acesso condicionado, quando ele crescer, quando ele tiver mais amplitude, certamente eles quererão ter o seu sinal e o seu conteúdo local distribuídos nessa plataforma de maneira segura, podendo ter eventuais negociações, mas que elas também tenham a prerrogativa de que sejam carregadas gratuitamente no sistema de alta definição e no sistema de tecnologia digital.

Em síntese, Srs. Senadores, senhoras e senhores, ficamos honrados com a deferência com que as comissões fizeram e o entendimento da situação da conjuntura especial que vive a Abert nesse contexto, e também saberemos que, mesmo tendo três anos de discussão na Câmara, sendo exaurida a discussão lá, precisam de pontos aperfeiçoados, e o Senado Federal, na sua essência da democracia, está para fazer os ajustes finos, as demais deliberações para que esse projeto possa seguir com a tranquilidade e o acordo necessário.

Volto a dizer que nossa posição não é protelatória. Entendemos, no mérito do projeto, os seus benefícios e também sabemos que os Senadores, ao fazerem tramitações e audiências conjuntas nas cinco comissões interessadas também estão sensíveis a isso, mas não se furtarão a fazer os ajustes de que o projeto precisa para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a participação do Dr. Daniel e faço um esclarecimento ao Plenário e a todo o Brasil que nos acompanha neste momento: no Senado da República, temos um Regimento que precisamos cumprir. Buscamos, obviamente, de acordo com a soberania do Plenário e das nossas comissões, quando da vontade soberana do Plenário, adaptá-lo àquilo que entendemos ser acordos de procedimentos estabelecidos tradicionalmente numa Casa federativa, que representa a Federação brasileira e que busca permanentemente na tradição do entendimento o seu comportamento.

No entanto, há algumas regras que são absolutamente intransponíveis. As reuniões de audiências públicas são precedidas por publicações que as transformam em ato formal; nessas publicações, obviamen-

te, é necessário um certo tempo para impressão e distribuição da pauta.

Alguns requerimentos chegaram às comissões após o prazo necessário para o referido cumprimento do Regimento Interno do Senado. Por mais que os Srs. Senadores e essas comissões tenham buscado abrir de forma criteriosa e democrática, para que possamos ter as diversas opiniões manifestadas nesta audiência pública, sempre haverá alguém que gostaria de postular mais espaço, e nós precisaremos sempre cumprir o Regimento.

Portanto, com esses esclarecimentos, busco explicar por que, para determinados requerimentos que chegaram de ontem para hoje a esta Comissão, sem que haja questionamento de um Senador que possa provocar uma deliberação do Plenário, é absolutamente impossível a esta Mesa adotar uma medida monocrática e unilateral, mudando a pauta estabelecida de acordo com o Regimento.

Feitos os esclarecimentos, passo a palavra ao Dr. Marcio Novaes, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, desta feita pela Record.

O SR. MARCIO NOVAES – Bom dia a todos. Senador Eduardo Braga, Senador Delcídio Amaral, Senador Walter Pinheiro, Senador Eunício Oliveira – o Senador Rollemberg saiu há pouco –, senhoras e senhores, amigos que nos acompanham e nos ouvem pela Internet, primeiramente, o grupo Record quer deixar claro que é um grupo eminentemente de radiodifusão. Não temos nenhum canal fechado, não operamos nenhum serviço de TV por assinatura, pelo menos por enquanto. A convergência e a tecnologia talvez nos obriguem a isso.

Hoje, Amazonas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Acre, Ceará, Mato Grosso do Sul estão assistindo, estão podendo nos ver e nos ouvir pela Internet. Isso aqui que estamos fazendo é radiodifusão ou telecomunicação? Pois é, nós radiodifusores ajudamos a construir. Não temos falta de modéstia, não. Nós, brasileiros e radiodifusores, ajudamos, Senador Eduardo Braga, a construir neste País uma integração, como disse o Evandro, da Globo, aqui. E como muitos outros disseram e ainda vão dizer. Nós levamos livre, aberta e gratuitamente para o Brasil um sinal de qualidade.

Aliás, está aqui o Walter Ceneviva que me contou um dia desses que um sujeito entrou na sala dele e tinha uma televisão ligada. O sujeito falou assim: é tal ou tal operadora? Não vou fazer propaganda de graça aqui. Aí ele disse o seguinte: não, é TV aberta, porque nós, radiodifusores, estamos levando a TV digital, a TV com sinal HD, de alta definição. Mais uma vez, no Brasil, quem ganha dinheiro é o sujeito que fabrica essas câmaras que estão aí, que não é brasileiro. E depois o sujeito que fabrica o aparelho de televisão. E nós, nesse sanduíche aí, somos o recheio, a parte mais gostosa, talvez, do sanduíche, porque nós damos o conteúdo, nós levamos esse conteúdo. E TV por assinatura no Brasil cresceu por causa da qualidade do sinal. Muitas pessoas não tinham uma boa qualidade do sinal e passaram a optar pela TV por assinatura para ter uma boa qualidade. Hoje nós temos aí pacote básico. O que é pacote básico? São canais abertos. O sujeito empacota e me vende. E o que eu ganho? Nada.

Então, um dos pontos em que a Record coincide com o SBT na posição é exatamente este: essa vedação de que nós possamos fazer telecomunicação no futuro. Não pode existir. Volto ao início: o que nós estamos fazendo hoje, aqui?

Então nós precisamos pensar. A tecnologia não pára. Não é a Anatel que está atropelando. É a tecnologia que está atropelando. E é difícil acompanhar esse ritmo. Para nós, que somos empresários dessa área, também é muito difícil levar a TV digital livre, aberta e gratuita para todo o Brasil sem receber nada. É só investimento, é só dinheiro que a gente bota lá. Interatividade não tem. E quando tiver? Vai ser o quê? Telecomunicação? E eu não posso? Quem está ligando hoje é 0800, Senador. Hoje, quem participa aqui é 0800. Agora, quando fazemos uma promoção, um *reality show* como o nosso, "A Fazenda", e o sujeito manda um SMS, ele está mandando esse SMS por uma operadora de telefonia. Quem está ganhando dinheiro é a empresa de telefonia. Está certo que é um acordo comercial com o radiodifusor, mas esse trabalho, esse incentivo é deles.

O Johnny – que não está aqui no momento – usou uma expressão de porteiro, que é o porteiro quem deixa o sujeito entrar ou não. Então, sempre me vem aquela impressão do leão de chácara. O sujeito é porteiro de boate: você entra; você não entra.

Complemento um pouquinho o que o Johnny falou: o porteiro às vezes deixa entrar, mas ele olha bem para você e fala: você está muito bem vestido. Vou botar roupa bem feia em você, vou deixar você mais feio do que é e você entra. Resultado: você não ganha nada nessa boate. Você sai mal, pior do que entrou. E é mais ou menos isso que acontece hoje em outro ponto que a Record quer abordar, que é a qualidade do sinal, a taxa de compressão.

Senador, eu levo qualquer um de vocês à minha casa para assistir à TV aberta e à TV fechada. É uma vergonha! O sinal da Record e de outras emissoras é lavado o colorido, tem sombra, enquanto o sinal aber-

to, livre, gratuito, o sujeito confunde com operadora. Então é preciso pensar e atuar nisso.

A Anatel está tomando providências. Já conversei com o Dr. Ara, visitei várias pessoas sobre isso. Eu acho que esse é um dos papeis da Anatel, mas não pode passar despercebido pelo Senado como nós estamos sendo tratados, sendo que muito nós fizemos e continuamos a fazer.

Além disso, outro ponto que também coincide com o SBT é a questão da publicidade. Nós temos no Brasil hoje 35 milhões de brasileiros que assistem, veem TV por algum meio de assinatura, seja ele por satélite ou por cabo. Mas de um milhão assistem o HD, que é o novo produto da TV por assinatura, produto esse do qual muito é nosso: livre, aberto e gratuito. O sujeito empacota a gente duas vezes: vende no analógico e no HD. E tem um porteiro aí também... Não tenho tempo para contar desse porteiro.

Questão da publicidade.

Como é que a gente vive com um limite e o sujeito que ganha, cobra por isso, tem livre, não tem nenhum limite para publicidade? Esse é um ponto que merece também total atenção. Mesmo o texto que hoje limita a 25% ou equipara ao radiodifusor, como está no PLC nº 116, nos parece muito injusto. Precisaríamos repensar esse percentual, porque hoje muitos canais desses internacionais, a gente às vezes esquece o que estava assistindo quando vem o *break*, de tão longa que é a publicidade. Você para e pergunta: mas o que é mesmo que eu estava vendo? É o famoso *break* do banho: dá para você sair, tomar banho, voltar e ainda não perder nenhum espaço da história. Isso precisa ter limite, precisa ter regra.

E nos deixa muito entusiasmados, com a sensação de que o projeto vai andar, porque a iniciativa de realizar uma audiência, Senador Eduardo Braga, junto com o Senador Eunício, com o Senador Walter Pinheiro, com o Senador Delcídio do Amaral e com o Senado Rodrigo Rollemberg demonstra claramente para nós a vontade de fazer com que a fila ande. E é necessário.

O PLC tem coisas boas, ele unifica o setor de TV por assinatura. Isso é um avanço, porque o DTH que está por aí não tem regra. Ele não tem regra nem para me carregar quanto mais para manter o sequenciamento de canal. Essa é outra história. Eu lhe conto cada coisa que já fizeram pelo menos conosco. Dos outros eu não posso falar, porque não convivo no dia a dia.

É preciso aproveitar esse momento, aproveitar esse projeto, aproveitar o Senado, sendo que o projeto já passou pela Câmara, para que isso se torne uma lei, torne-se uma regra, para que a gente não fique mais uma vez à margem das regras ou até mesmo no limbo, como é dito. O Evandro sempre usa essa expressão, de que nós, nas nossas renovações, nas nossas questões que estão no Ministério das Comunicações, às vezes a gente está renovando uma outorga... Como me disse o meu Presidente um dia desses. Falou: puxa, que bom! Só daqui a quinze anos! Falei: não, negativo, daqui a sete, porque a gente já estava devendo sete. Mas essa não é a questão que está sendo tratada aqui.

A Record agradece a oportunidade. Vou encerrar nos meus dez minutos, até porque muitos já disseram. Então nossos pontos basicamente são estes: a questão da taxa de compressão, a questão da possibilidade de o radiodifusor fazer telecomunicação e o limite justo para a publicidade nos canais fechados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Dr. Márcio Novaes e faço inclusive uma observação efetiva com relação ao DTH.

Enquanto V. Sª fazia a sua palestra, eu conversava com o Senador Walter Pinheiro e com o Senador Eunício exatamente sobre a questão do DTH. E nossas comissões estão nesse momento pensando e analisando essa questão do DTH, porque efetivamente é uma área que já é maioria no Brasil, é um serviço que já é maioria no Brasil. Nós estamos discutindo aqui TV por assinatura. Enquanto isso, DTH já tem maioria no mercado brasileiro, em liberdade e sem controle.

Portanto, apenas para fazer essa observação.

Passo a palavra ao Sr. José Francisco de Araújo Lima Neto, Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA.

Com a palavra por dez minutos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA NETO – Prezado Presidente desta nossa sessão, desta audiência que provavelmente vai ficar marcada na história dos debates políticos no Senado, Senador Eduardo Braga, a quem peço permissão para cumprimentar também a plateia amazonense, porque, assim como o senhor, também sou conterrâneo.

Agradeço esta oportunidade de a ABTA vir se expressar e manifestar seu ponto de vista a respeito do projeto. Cumprimento os nossos Senadores da mesa e também peço autorização para fazer um especial destaque ao Senador Walter Pinheiro, com quem trabalhei intensamente durante três anos, na Câmara, participando de cada etapa desse projeto.

Sinto-me, hoje, com uma sensação *déjà vu* ou de um testemunho do movimento pendular da história. Curiosamente, há vinte anos, em 1991, foi apresentado um projeto do Deputado Tilden Santigo, o Projeto nº 2120, de 1991, que foi uma reação à denúncia feita por mais de cinquenta sindicatos de que havia uma

movimentação do Executivo da época para baixar uma regulamentação que permitiria àqueles que estavam explorando, o que se chamava na época até de serviço de antena comunitária – daí o primeiro nome da ABTA ter sido Abracom- Associação Brasileira de Emissoras de Antenas Comunitárias, fundada em 1989 -, havia uma denúncia de que aqueles exploradores da TV a cabo daquela época estavam tentando uma regulamentação que lhes permitisse fazer telefonia e transmissão de dados. Há vinte anos, uma denúncia grave! Olha, o que esses caras estão querendo fazer é telefone e transmissão de dados. Quer dizer, era uma antecipação do *triple player*, do qual tive, em vários momentos, experiência.

Dez anos depois, foi regulamentado, através do serviço de comunicação multimídia, a prestação do serviço pelas empresas de televisão por assinatura, do acesso, do provimento da banda larga para acesso, especialmente, à rede mundial dos computadores.

Então, esse projeto transformou-se, sob a relatoria do Deputado Koyu Iha, sob a presidência, na Comissão, da Deputada Irma Passoni, no que é hoje a Lei do Cabo. A Lei nº 8977 nasceu dessa reação, para impedir que o cabo prestasse esse serviço.

Acredito que a sobrevivência dessa lei tem sido legítima, porque ela conseguiu reunir, em cinco anos de debate, outra semelhança com o PLC nº116. Conseguiu, em cinco anos de debate, reunir um apoio suficiente para dizer que ela era do interesse de uma maioria significativa. Unanimidade é impossível, mas de uma maioria significativa. Na Comissão houve problema e não deu para ser resolvido numa decisão terminativa, mas foi no plenário, quando manteve-se o Deputado Koyu Iha, que se conseguiu, com apoio da maioria, aprovar o projeto que chegou ao Senado em outubro de 1994.

Em janeiro de 1995, houve outro fato histórico curioso. No dia 05 de janeiro de 1995, o nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, pela primeira vez, sancionou uma lei. Essa lei foi a Lei do Cabo, que está aí até hoje. A única crítica que ela recebe é a de que está desatualizada em relação ao fenômeno da convergência digital, que seria necessário abolir, espancar, eliminar essa distinção dos serviços por tecnologia e adotar uma definição única, um serviço que pode se valer de qualquer meio físico, seja ela encapsulado ou não, porque isso é indiferente.

Fisicamente não há grande diferença, mas hoje o serviço é prestado só por meio físico encapsulado. O que significaria isso? Que o DTH, que TVA, do que muito provavelmente nunca ouviram falar – não confundam TVA com a sigla do serviço da Abril. A TVA é um serviço chamado de televisão com uma licença especial, que é transmitido em UHF, fechado, e que pode ser cobrado. Nunca se impôs como serviço, dada à limitação, se bem que há hoje algumas tecnologias que admitem o compartilhamento dessa banda de U para permitir diversos canais, mas também não é ainda uma realidade econômica.

Agora, estamos diante de uma projeto ambicioso que foi, como os senhores sabem, extremamente debatido dentro da Câmara Federal. Nós tivemos quatrocentos e setenta e três emendas; exame de quatro comissões; quatro substitutivos foram produzidos, do Deputado Jorge Bittar, Deputado Wellington Fagundes; de Defesa do Consumidor foi o atual Senador Vital do Rêgo Filho e depois ainda tivemos o do Paulo Henrique Lustosa. Quer dizer, foram quatro substitutivos, todos, nas suas respectivas comissões, aprovados por unanimidade.

No caso da ABTA, que durante todo o tempo foi inflexível na sua oposição quanto a um aspecto do tratamento que foi dado à prerrogativa do conteúdo nacional, a regalia do conteúdo nacional de ter um espaço privilegiado dentro da programação.

A ABTA sempre se colocou, durante de todo esse período, contra isso. Isso é publico, mas, como o próprio Presidente Alexandre Annenberg, a quem represento aqui com muito orgulho, que está ausente do País... Ele estaria aqui se a audiência se confirmasse na semana que vem, mas ele está em Chicago, representando a Associação num evento internacional de televisão por assinatura que ocorre todos os anos, o mais importante evento do mundo. Portanto, é natural que nosso Presidente esteja lá.

Ele sempre, em todas as oportunidades – e não foram poucas as audiências, contei mais de quarenta e cinco depoentes em audiências públicas na Câmara -, sempre a ABTA fazia parte disso, porque a ABTA provavelmente é a que representa a maioria absoluta dos setores atingidos pelo projeto.

Nós temos, dentro da ABTA, produtores, programadores, empacotadores, que caiu de moda. No início, quando faltava iniciativa dos operadores para arrumar pacotes atraentes – pacote para criança, pacote para amantes de esporte, para pessoas que gostam de cinema –, havia uma empresa que realiza esse serviço, uma empresa atuou dessa forma no Brasil. Hoje, quem faz o empacotamento é o próprio operador. Como no supermercado, onde quem organiza a gôndola é o próprio dono do supermercado ou seu gerente, que sabe o que está preparando para venda e a que público se destina o pacote.

Então, os distribuidores também estão lá, os fornecedores de equipamento, os prestadores de serviço de construção de rede. A ABTA, não quero dizer que

é a mais legítima, é a Associação brasileira que consegue reunir todos os *players* do setor. Como não se conseguiu a unanimidade, partiu-se para a decisão democrática, o que custou caro.

A decisão democrática de a maioria apoiar o projeto custou-nos, por exemplo, a perda de importantíssimos partícipes e associados. Como foi o caso, por exemplo, da HBO, da FOX, da Viacom, da Discovery, que saíram da associação. Permaneceram alguns estrangeiros. Estão lá, continuam, até acho que seja uma maneira de continuarem defendendo seus interesses, por exemplo, a Turner, a ESPN, mas a associação foi desfalcada.

Ela nasceu para ser uma associação do setor. Isto é uma coisa raríssima: clientes e fornecedores numa mesma associação e se entendendo há vinte e um anos. Isso é notável.

Um minuto de empolgação, porque agora é a ABTA que está falando com todo mundo. Agora queremos analisar – e é o objetivo principal desta nossa reunião – as conseqüências, os reflexos do PLS 116.

Muito bem, é um pouco complicada a leitura do que está ali explicado – foi distribuído antes –, mas quero explicar o que aconteceu com o PLS 116. O primeiro passo foi a criação de um serviço com uma denominação nova com o propósito de englobar todas os atuais serviços que são distinguidos pela tecnologia que utilizam Aliás, a Anatel está em um processo semelhante. Identifiquei na proposta de regulamentação, proposta contorcionista de regulamentação do Cabo, introduziram o art. 51, segundo o qual o Cabo pode ser prestado por qualquer tecnologia. Então, esse cabo agora saiu da cápsula e pode ser frequência radioelétrica, micro-ondas. Bem, mas esse é outro assunto, e acho que temos que, em relação ao PLS 116, nos apressar para os anteciparmos à consagração de uma regulamentação um pouco improvisada. Esse serviço. O serviço de acesso condicionado,é identificado como um serviço que pode ser prestado e complementado por qualquer tecnologia. Nada impede, por exemplo, que eu forneça, que eu obtenha uma autorização para um determinado bairro de uma cidade – porque não será mais necessário pedir licença para a agência municipal – se quero prestar serviço em um bairro, utilizando um satélite para levar até o *headend* local, o cabeçal, para distribuição. Então, isso vai facilitar muito toda a instalação da rede, que é de grande complexidade.

Os elos da cadeia de valor, que destacamos ali, como já mencionei, vou mostrá-los agora. Mostro como se organizou essa cadeia de valores para efeito de projeto, identificando as diversas fases da distribuição do audiovisual. A produção propriamente dita é aquela que, munido de uma câmera, com iluminação, com artistas, com som, produz-se um conteúdo audiovisual. Esse conteúdo audiovisual, depois de completado seu processo, é selecionado por um programador para compor um canal. Então, preciso de vários programas para compor um canal de televisão. O empacotamento seria a organização desses canais em um pacote, um pacote básico, um pacote dourado, um pacote platinum, seja o que for. Finalmente, a distribuição é quem leva isso à casa do assinante, ao domicílio do assinante.

Portanto, vamos voltar ao PL 116. Limites à verticalização na cadeia de valores: foi uma coisa dura, uma negociação difícil, como já foi várias vezes mencionado aqui. Precisava haver concessões de lado a lado e precisávamos preservar a qualquer custo esse capital, essa riqueza do nosso conteúdo. A única barreira que temos é o fato de que não falamos espanhol. Mas a única barreira nossa é lingüística, e mesmo assim penetra em cento e tantos mercados com produtos de televisão brasileira – legendados ou dublados. A essa verticalização, que me parece indesejável, de quem produz também distribuir, ou seja, fazer todo o ciclo, foram impostas algumas restrições, maiores para as em presas de telecomunicações, as distribuidoras, do que para os produtores e programadores. Estes últimos podem chegar a até 50%, já é uma *joint venture* robusta de uma distribuidora. Em compensação, as empresas de distribuição não podem ter mais de 30% sobre as programadoras e produtoras. Se o conteúdo passou a ser contemplado, abriu-se um cenário propício à participação da Ancine na regulamentação dessa legislação.

Está lá previsto que essas duas agências terão seis meses para produzir uma regulamentação aplicável ao mercado. Quer dizer, acho que esse será um período de muito trabalho, de muita discussão. Lembro-me de que a Lei do Cabo foi sancionada em 95 e sua regulamentação foi baixada em 97. Participei ativamente do primeiro decreto. Conseguimos derrubá-lo porque ele extrapolava os limites impostos pelo marco legal; quer dizer, o marco regulatório ficando maior que o marco legal. Conseguimos que ele fosse revogado, e, mais adiante, foi baixado outro decreto.

A programação, o assunto mais mencionado aqui, especialmente pelos representantes dos estúdios americanos – eu falo americanos porque os canais étnicos são considerados canais de entretenimento, são classificados como étnicos, se é indiano, se é chinês, se é de Abu Dhabi... Então, como nós falamos entretenimento de qualidade e de interesse geral, estou falando do importado americano, que é um produto espetacular, só que ele é amortizado lá. Aqui, ele vem com preço de arrasar; eles vendem uma série pelo preço que um produtor brasileiro gasta para fazer um capítulo de uma

série. Claro eles têm lá o maior mercado do mundo e conseguem amortizar e chegar a um custo ridículo para fazer a exibição no Brasil.

Quanto a isso, houve muita briga. Nós fomos sempre muito sensíveis aos nossos associados, que eram contra as quotas, acho que a maioria dentro da ABTA. Mas que foi-se reduzindo a expressão dessa maioria com as vantagens que o projeto trazia, barrando inclusive algum movimento mais agressivo do Executivo, querendo empurrar uma regulamentação improvisada, sem maiores discussões, pelo menos não sendo feitas nas Casas do Congresso Nacional. Então, esse foi um pomo da discórdia, superado por uma maioria, mas não por unanimidade.

Finalmente, estímulo a conteúdo. Sempre apoiamos, pois isso aí é que é o expediente. Deixa que o produto se imporá. Dê dinheiro, dê crédito, facilite a produção, mas ele se imporá como qualidade. Então ele vai ser procurado, não há dúvida. Mas sempre inspirados em fontes e direitos e sistemas comparativos internacionais, a opção foi por incluir no projeto, e passou a fazer parte. Hoje nós defendemos o projeto como um todo, o que vem fazendo o nosso Presidente em algumas ocasiões e que, desta vez, coube a mim fazê-lo.

Então agradeço mais uma vez essa oportunidade. Lamento por ter passado um pouquinho do tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao Dr. José Francisco de Araújo Lima Neto.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, representante da Associação Brasileira de Telecomunicações, Telebrasil.

Com a palavra o Dr. Levi.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Não sei se bom dia, boa tarde, mas, em benefício do almoço de todos, não vou estourar meu tempo aqui.

Senador Eduardo Braga, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eunício, nosso ex-ministro, Senador Walter Pinheiro, Senador Delcídio, de Mato Grosso do Sul, esse sinal todos que os senhores estão recebendo de outros Estados é proporcionado pelos investimentos que nós temos feito durante todos esses anos, com certeza, inclusive o sinal de internet, que, para nós, é muito claro. Nós levamos um ponto de A a B; não olhamos para o conteúdo que está lá. Telecomunicações é um ponto a outro ponto carregando, de uma forma neutra, o sinal que nós recebemos e transmitimos com qualidade, como os senhores estão podendo ver. O PLC 116...

Está ali. A Telebrasil é uma associação sem fins lucrativos, trinta e sete anos de história. Participamos, com muita satisfação Confecom – Jonhny Saad estava aqui pressente – em que pudemos debater bastante esse assunto também ,

Quero apenas mostrar aos senhores que, nesses pouco mais de doze anos de privatização, investimos R$230 bilhões neste País. Temos hoje 277 milhões de clientes; nós temos mais clientes do que a população brasileira. Temos hoje mais celulares do que a população brasileira. É um ambiente extremamente competitivo, e nós continuamos ativando um celular por segundo neste País, uma banda larga a cada três segundos no Brasil. Nós temos apenas 5,1 milhões de assinantes de televisão a cabo, um número, proporcionalmente aos 277 milhões, extremamente pequeno.

O serviço de TV a cabo no Brasil é caro, é concentrado e com baixíssima penetração. No Brasil, todos os Municípios têm infraestrutura de banda larga fixa, todos os Municípios a têm e apenas...

Acredito que eu tenha cometido um engano, porque coloquei 242, ouvi aqui 262 por parte do Ara. Ouvi Evandro falar em duzentos e cinqüenta e poucos Acredito que, se eu colocar ali 262, os pontinhos vermelhos, que são proporcionais ao que tinha sido colocado antes, vão continuar da mesma forma. É muito pouco.

Em São Paulo – para ficarmos apenas comentando sobre o Estado mais rico da País – esse exemplo é também muito triste: são 78 Municípios contra 645 que possuem infraestrutura de banda larga. Aliás, em São Paulo há uma empresa concessionária telefônica, e houve um comentário a respeito no sentido de que, em muitas questões, a aprovação do PL pode fazer alguém fazer o absurdo de ter de se desfazer de alguma operação. Não entendemos que isso é absurdo; ao contrário, entendemos que isso é uma forma extremamente natural. A lei Geral de Telecomunicações... Quem milita nesse setor há algum tempo se lembra da questão da Telefônica com a CRT – a Telecom Itália – quando algumas empresas tiveram de se desfazer daquilo que haviam adquirido, empresas que naquele momento tinham extremo valor no mercado. Muitas vezes, pode ser diferente em outras situações, mas naquele momento eram empresas que valiam muito. Isso fez parte de nossa vida dentro da lei Geral de Telecomunicações, quer dizer, para nós isso é extremamente natural de se encarar. O Brasil tem o preço mais alto entre todos esses países – talvez nem todos possam ler, mas não importa, são bastantes países que estão ali. Além disso, tem a segunda pior penetração. Para quem não está lendo, a mais baixa penetração ali seria por parte do México.

Entendemos a necessidade de oferecer serviços convergentes, e todos falaram aqui, através de uma nova rede de acesso. O país tem discutido muito

a questão de banda larga, e não há como dissociar TV, telefonia, daquilo que se fala como convergência.

Esse novo ciclo de investimentos contribuirá muito para PNBL tenha a enorme capacidade de enfrentar o desafio que nós temos . Temos apresentado a alguns Senadores que estão aqui em outras oportunidades – participamos do painel Telebrasil no início de junho com a presença de diversos executivos e do Congresso Nacional em que os investimentos que nós – o país, a sociedade, – temos de fazer são de um valor enorme, que depois vou apresentar aos senhores.

Como eu tinha dito, dos duzentos e poucos bilhões que nós investimos durante todo esse período de privatização, aproximadamente R$50 milhões de reais por dia geram ativos e riquezas para o País.

Por outro lado, só em banda larga, nós vamos ter necessidade de investir 144 bilhões até 2020 para incluir o Brasil na moderna sociedade do conhecimento e atingir determinadas situações que alguns países atingiram em 2010 ou 2011. Nós vamos chegar em 2020 à situação que esses países estão atingindo. Cento e quarenta e quatro bilhões em banda larga, para chegar à residência dos clientes, à residência de toda a população, isso vai exigir nova rede de acesso, vai exigir a necessidade de se passar fibra ótica por todos os recantos do País. Isso só se viabiliza com essa nova possibilidade de oferecer o serviço dentro dessa infraestrutura. Não tem como fazer de forma diferente. Pelo mapa que mostramos anteriormente apenas menos de 300 Municípios brasileiros têm essa oportunidade de ter esse serviço hoje.

Os estudos acadêmicos e alguns outros que nós temos contratado – essa é uma planilha mostrada num estudo que fizemos para o Ministério das Comunicações para apresentar a necessidade de investimentos em banda larga – demonstram... E o mais importante ali é observar que os países que têm baixa penetração dos serviços comparados com países que têm alta penetração do serviço. A outorga do serviço é determinante; países que demoram a ter outorga dos seus serviços são países que ficam mais atrasados na penetração. Países que têm outorga anterior às nossas conseguem uma penetração maior desse serviço. A necessidade de o PLC 116 ser aprovado sem restrições, ser aprovado da forma que o setor de telecomunicações entende que é sem nenhuma restrição futura, vai proporcionar ou fazer com que possamos chegar mais rapidamente à situação desses países que estão na nossa frente nos dias de hoje.

Como eu disse, esse grande volume é mais do que necessário para ampliar a oferta de banda larga e só se viabiliza se o operador tiver o serviço possível, completo a ser oferecido.

O PLC 116, antigo PLC 129, nasceu como instrumento para incentivar essa oferta e aumentá-la e permitirá a banda larga em alta velocidade, indispensável ao Plano Nacional de Banda Larga.

Nós entendemos que o País, precisando de 144 bilhões para atingir todos os recantos com o serviço de qualidade de banda larga, se não houver alavancas para que esse investimento possa ser feito dificilmente vamos conseguir chegar lá. Uma das grandes alavancas é o PLC 116.

Discutiu-se,falou-se muito aqui também... A LGT hoje não nos traz uma série de limitações que o PLC 116 vai nos trazer. Entendemos isso perfeitamente, mas entendemos todos aqui falaram de democracia, falaram de uma série de coisas, mas entendemos que há necessidade de cada um ceder para se chegar ao melhor para o conjunto e conseguir atender a demanda da sociedade. É um grande acordo para atender todas essas demandas. Estamos de acordo que algumas restrições que a Lei Geral não nos faz hoje em benefício do restante que podemos ter e que a sociedade vai ter de benefício.

Por isso, não entendemos muitas vezes... e aqui ficou claro que as próprias associações, com algumas divergências dentro delas mesmas, mas, por serem associações, representam os mesmos setores envolvidos. Então, mesmo dentro daqueles setores, me parece muito mais uma questão comercial do que uma questão de princípios da associação. Por isso a apresentação de cada uma delas. E estou aqui sozinho, apenas com parte do tempo que cada um despendeu, mas represento a unanimidade de um setor de telecomunicações. Ele incentiva a concorrência, aumenta a oferta de serviços, diminui o preço, amplia o conteúdo nacional e gera empregos.

Gente, quem é que ganha com isso? A sociedade; os produtores, com cultura nacional; o País, com um mercado mais maduro, com mais investimentos; os trabalhadores, com mais emprego; o mercado de publicidade, com mais canais.

Quem perde? Eu tive a felicidade de ser o último, assisti à apresentação de todos, e acho que cada um de vocês aqui é suficiente, porque assisti, para saber quem perde com isso no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Eduardo Levy, damos como...

A SRª BERENICE MENDES – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

A SRª BERENICE MENDES – Por favor. Sou Berenice Mendes, da Executiva Nacional do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Não obstante termos encaminhado em tempo hábil requerimento para participação nesta audiência e não obstante ter havido tempo de nosso nome ter sido incluído, e nosso currículo também, na lista de convidados, fomos informados por sua assessoria, ao aqui chegarmos, que nossa fala estava desconsiderada no âmbito desta audiência. Como a sociedade civil... Represento aqui jornalistas, psicólogos, consumidores, artistas, radialistas, a Central Única dos Trabalhadores e mais de duzentas outras entidades que têm o que falar a respeito do PL 116, que venho acompanhando desde 2007, ainda quando PL 29. De modo que pedimos ou a garantia de nossa fala neste momento ou que seja convocada uma nova audiência para que a sociedade civil possa se posicionar frente ao Senado brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria apenas informar à senhora que esta nossa audiência pública tem o interesse obviamente de ouvir todos os setores. Lamentavelmente, temos vários requerimentos que deveriam ter sido adotados. E a demanda colocada por V. Sª – que aqui, com toda liberdade e com todo respeito, recebemos – vamos levar em consideração. A senhora ouviu, ainda há pouco, porque sei que a senhora está aqui desde o início, a colocação, por exemplo, do Senador Pedro Taques, de uma audiência pública que acontecerá na CCJ e na Comissão de Meio Ambiente sobre um tema que também é pertinente à questão em pauta. Esta audiência pública conjunta tende, obviamente, a ouvir as diversas tendências e as diversas manifestações. No entanto, posso dizer a V. Sª que esta não exclui a possibilidade de outras audiências para que possamos ouvir todos os segmentos. Eu apenas quero lamentar o ocorrido, pedir desculpas à senhora pelo que aconteceu e dizer que, em tempo hábil, procuraremos restabelecer a oportunidade para que a senhora possa falar às nossas comissões com absoluta democracia e liberdade de expressão a todas as correntes que queiram se manifestar sobre o tema. Agradeço inclusive a lembrança colocada aqui diante de todos os Senadores.

Muito obrigado por sua presença e pela forma gentil como colocou.

Gostaria de convidar o Senador Anibal para compor a Mesa pela Comissão de Meio Ambiente, porque o Senador Rollemberg tem, neste momento, um compromisso e terá que se ausentar.

Senador Anibal, por favor, componha a Mesa.

Gostaria de passar a palavra...

Consulto o Senador Eunício se gostaria de fazer uso da palavra como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu queria simplesmente dizer que esta audiência foi extremamente importante para que nós, que temos a responsabilidade de presidir uma comissão como a Comissão de Constituição e Justiça e de estar com a relatoria de um projeto tão importante como este. É preciso, para que a gente faça juízo de valor, que a gente escuta todas as partes interessadas. É natural que nesse processo existam divergências, existam questionamentos. E a gente aqui se assusta, no Congresso Nacional, porque a frase que eu ouvi aqui ficou marcada: nos últimos dez anos, por exemplo, a Anatel esqueceu que podia fazer essa regulamentação e essa abertura. E, de repente, quando se discute um projeto importante como este, quando toda a sociedade brasileira pode participar e pôde hoje participar, por meio da videoconferência, em que foi dada aqui a oportunidade para que vários segmentos, vários representantes de entidades pudessem se manifestar, no momento em que o Congresso Nacional está numa fase final em relação a este projeto, ao ponto de a gente fazer aqui uma reunião – e não é fácil; quem acompanha o Congresso Nacional sabe que não é fácil –, ao ponto de a gente fazer aqui uma reunião com comissões, no dia de hoje, quinta-feira, reunir arqui todos os Presidentes de comissão, como a CCJ a CCT, a Comissão do Meio Ambiente e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O que a gente quer mesmo é escutar todos vocês. O que a gente quer mesmo é saber o pensamento de cada um. O objetivo de quem faz legislação está afinado com o sentimento da população.

Obviamente, quando vejo a senhora levantar ali e dizer que não foi atendida no seu requerimento, eu quero deixar bem claro que, em muito breve, muito antes de este relatório ser fechado, na primeira Comissão em que ele está, que é a Comissão de Constituição e Justiça, nós vamos fazer a audiência pública solicitada pelo Senador Pedro Taques. A senhora pode encaminhar o requerimento, e, de ofício, já está deferida a participação da senhora, que representa também a sociedade civil. É esse o nosso objetivo. Nós somos representantes do povo dos Estados e, portanto, somos nós os responsáveis pelas leis.

Assusta-me muito, com o devido respeito ao Dr. Ara, uma pessoa extremamente técnica, competente, que conheço há muito tempo, mas não posso aceitar esta questão no Brasil de que, quando se faz uma lei no Congresso Nacional, faz-se sempre uma portaria – isso não é privilégio da Anatel – no intuito – entre aspas – "de regulamentar essa lei", faz-se uma portaria que

se torna, muitas vezes, mais importante que a própria lei que nós fazemos no Congresso Nacional. Portanto, nós vivemos numa democracia e cabe exclusivamente ao Congresso legislar para todos os brasileiros. Eu sou daqueles que não escondo a minha indignação quando ela chega até a mim.

Portanto, eu quero deixar bem claro, meu querido Senador Eduardo Braga, que eu saio daqui com um juízo de valor feito em relação a tudo o que vi. Obviamente, vou processar tudo isso. Vou ouvir a nossa gravação depois. Vou pedir que ela seja transcrita para o papel para que a gente faça leituras, observações. Eu observei aqui, assinalei os pontos mais polêmicos deste PLC, mas é preciso que a gente faça sempre dessa forma. Se as leis fossem feitas sempre assim, com audiências públicas, com a participação das partes interessadas, elas seriam muito melhores e talvez tivessem muito melhor aplicabilidade.

Nós estamos agora – permitam-me, não é um tema inerente – discutindo a reforma política do Brasil. Estão na Comissão de Constituição e Justiça 11 PECs e dois PLS, que nós estamos fechando para aprovação ou não aprovação.

para aprovação ou para não aprovação. Coube-me, na Comissão, discutir um tema da maior importância que se chama fidelidade partidária. Deparei-me com uma instrução normativa do Tribunal Superior Eleitoral, a última corte eleitoral do Brasil. Eles abriram uma portaria, uma instrução normativa que diz que perderá o mandato aquele que tenha um cargo majoritário e que, mudando de partido, perde o mandato. Eu fiz um questionamento ao TSE: eu sou Senador da República, eleito pelo meu Estado, mas o meu suplente não pertence ao meu partido, o PMDB, o único partido da minha história, com mais de 30 anos de filiação. Quem me substitui? A instrução normativa diz que eu perco o mandato se eu mudar de partido. O meu suplente é do Partido dos Trabalhadores. Eu indaguei ao TSE. Estou-me referindo a portarias e a instruções normativas querendo se sobrepor às leis feitas pelo Congresso Nacional. Eu fiz um questionamento: "quem me substituiria?" Ah, quem o substitui é o seu suplente. Mas ele não é do PMDB. Se o mandato pertence ao partido ou aos partidos, como vai ser a minha substituição? Eu estou dizendo isso para dizer uma única coisa: eu tenho muito medo, eu tenho muito receio, eu fico, às vezes, até mesmo muito indignado quando vejo portarias, portarias, regulamentações, regulamentações sendo baixadas acima das leis que são aprovadas pelo Congresso Nacional. Eu saio daqui com a certeza de que para que a gente possa exercer um bom mandato, para que a gente possa efetivamente representar o povo brasileiro, é preciso que a gente escute o povo brasileiro. Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso Senador Eunício Oliveira, que foi acompanhado, nessa videoconferência, pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, bem como pelas Assembléias Legislativas do Estado do Amazonas, do Acre, de São Paulo, que, neste momento, nos acompanham.

Eu vou passar a palavra ao Senador Aníbal, pela Comissão de Meio Ambiente.

Apenas para complementar o que disse ainda há pouco o nosso Senador Eunício Oliveira, é preciso registrar que outras entidades também enviaram ofícios e requerimentos a estas Comissões, no interregno entre a publicação da pauta e a presente audiência. Lamentavelmente, pelo que estabelece o Regimento da Casa, nós não podemos fazer o atendimento de todas essas solicitações. No entanto, a colocação ainda há pouco do Presidente Eunício nos dará oportunidade, por esta audiência pública já estabelecida, de abrir o espaço para que esses setores possam ser ouvidos.

Eu passo a palavra ao Senador Anibal, por favor.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Boa-tarde a todos e a todas. Quero cumprimentá-lo, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Walter Pinheiro e Senador Eunício Oliveira e dizer que, nesta audiência pública, a nossa missão é muito mais que falar, é ouvir, é sentir o que cada um dos segmentos interessados nesta matéria tem a dizer para a gente tentar formar o nosso juízo de valor e tentar votar de acordo com aquilo que mais atende a necessidade do Brasil.

Não tenho dúvidas de que esta audiência pública, de todas as que participei até agora, foi a mais qualificada, com muitos argumentos potentes a favor e contrários. E a gente vai ter que fazer um estudo aprofundado de cada um desses argumentos para tentar votar com muita razão, sempre atendendo aquilo que é o objetivo maior do Brasil: promover inclusão social, promover inclusão digital, fazer com que esse plano nacional de banda larga realmente aconteça e chegue a todos os Municípios brasileiros para que haja muito mais brasileiros com acesso à informação e ao conhecimento universal disponibilizado na grande rede. E tudo que pudermos fazer no sentido de simplificar o acesso à informação e aos conteúdos acredito que seja de bom grado.

Nenhum projeto é perfeito, e todas as falas aqui apontam para isso. Há falhas, elementos a serem considerados e corrigidos. Acredito que, com o conteúdo todo que foi possível absorver desta audiência, vamos

estar muito mais em condição de fazer uma tomada de decisão mais segura.

Quero fazer um cumprimento especial às pessoas que acompanham lá da Assembleia Legislativa do Acre; à Procuradora Alessandra, do Ministério Público estadual, que está lá presente; à Ângela Mendes – daqui consigo visualizar –, que é filha do Chico Mendes e que está lá acompanhando também – quero fazer uma saudação –; e a todo o povo do Acre, que está acompanhando por meio da TV Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Anibal e passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga; Senador Eunício, da CCJ; Senador Aníbal, da CMA; Senador Walter Pinheiro, especialista da área, eu infelizmente não pude acompanhar todas as explanações.

Hoje é uma quinta-feira, mas existem várias comissões funcionando no Senado, agendas em Ministérios, enfim. Mas, conforme aquilo que acompanhei, acho que o Brasil hoje – e o Congresso – tem algumas pautas muito bem definidas. Elas são poucas e absolutamente essenciais para o País.

A primeira, a reforma tributária fatiada. Em função até de reuniões com os governadores ontem e de todo o trabalho que o Congresso vem fazendo e também os Ministérios, não tenho dúvida de que esse processo vai ser iniciado nos próximos meses. E ele é absolutamente essencial para o País, começando pelo ICMS, pelo PRS nº 72, depois se adentrando os investimentos, a folha, a renegociação da dívida, e assim vai.

Outro desafio nosso é a logística, que, mais que nunca, prejudica a competitividade, o avanço que especialmente os empresários e os produtores brasileiros conquistaram ao longo desses anos.

O terceiro ponto é a energia, item essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e que é um grande debate. Todos nós sabemos o que representa um racionamento de energia: algo gravíssimo para um país.

E o quarto ponto são as telecomunicações, mais especificamente o PLC nº 116. Aqui foi falado do trabalho executado em várias comissões, da discussão dos marcos regulatórios. Mas acho que essa questão, o PLC nº 116, é absolutamente fundamental. Foi pela importância que esse assunto representa que os presidentes das comissões se organizaram, e estamos fazendo uma audiência pública histórica, reunindo cinco comissões do Senado – como falei inicialmente aqui – e falando para todo o Brasil, para todas as Assembléias Legislativas.

E vemos os avanços da televisão, da radiodifusão, do HD, da telefonia. São impressionantes os números. Saltam aos olhos, Senador Eduardo Braga, os números das empresas de telefonia, daqueles que têm acesso à TV a cabo. Portanto, entendo como absolutamente prioritária a discussão, nas comissões do Senado, do PLC nº 116.

Nós desenvolvemos, como disse, na Comissão de Assuntos Econômicos, projetos muito parecidos, mas, na tramitação no Congresso, o PLC nº 116 foi mais ágil. Portanto, é ele que vai ser o foco principal desses debates.

Esse projeto vai passar pelas comissões, mas estou absolutamente convencido, Sr. Presidente, de que estamos diante de uma corrida contra o tempo. Estamos hoje, em função dos números, num quadro em que, em vez de o cachorro balançar o rabo, o rabo está querendo balançar o cachorro.

E, ao mesmo tempo, temos hoje uma corrida tecnológica. No meu ponto de vista, se não houver uma legislação... Sei que isso tem de ser aperfeiçoado, que existem pontos polêmicos nesse projeto. O Senado Federal, assim como está fazendo na discussão do novo Código Florestal, terá o equilíbrio necessário para, debatendo com a sociedade, com os principais agentes, efetivamente colocar à disposição uma legislação adequada para o País.

E vejo essa corrida tecnológica e a corrida legislativa com muita preocupação, porque – vamos ser bastante claros –, se esse projeto se estender por muito tempo, seremos atropelados pela tecnologia. Não tenho dúvida nenhuma disso. Portanto, é essencial que tenhamos uma legislação que corresponda a um marco para essa questão que estamos aqui discutindo, sem deixarmos de considerar um item absolutamente fundamental, que é o conteúdo nacional. E o conteúdo regional também, porque isso é, acima de tudo, cidadania, é um incentivo à nossa história, a tudo aquilo que conquistamos em todos esses anos de vida.

Portanto, na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, nós daremos absoluta prioridade. Esse será um dos projetos prioritários, para que, na Comissão de Assuntos Econômicos, ele tenha uma tramitação célere, porque senão vamos perder a corrida para a tecnologia e para a capacidade que alguns atores têm de efetivamente liderar esse processo; porque senão vamos perder uma grande oportunidade para o Brasil.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a todas essas pessoas que vieram a esta audiência pública, especialmente aos expositores, que, com muita clareza e com muita honestidade, colocaram aqui seus pontos

de vista e que nos alertaram, para que procuremos aperfeiçoar o PLC nº 116.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, e registro a presença da nossa Senadora Ana Amelia.

Antes de passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, gostaria de dizer que a Comissão de Ciência e Tecnologia fará uma deferência ao nosso Senador Walter Pinheiro, que, desde os primórdios do debate sobre essa questão, vem trabalhando esse tema no Congresso Nacional e que fará, portanto, em nome dos Senadores, o uso da palavra, no encerramento da participação do Senado.

Mas gostaria, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, de manifestar uma posição pessoal, a decisão do empenho de todos os presidentes aqui presentes, para que pudéssemos formular esta audiência pública.

O objetivo desta audiência pública, para os Senadores, para estas comissões, era exatamente poder ouvir a opinião dos diversos setores, dos diversos segmentos, sobre esta questão do PLC nº 116, que todos nós reconhecemos que é polêmica, mas, ao mesmo tempo, absolutamente necessária.

O Brasil não pode, enquanto nação, continuar tendo suas legislações sendo construídas muitas vezes de forma improvisada, ou por portaria, ou por decisões de decretos, ou por decisões de outros poderes que não o Poder Legislativo. Porque é exatamente no Poder Legislativo que temos essa ampla capacidade do debate e do auscultamento da opinião da população brasileira, pelos seus mais diversos representantes, que foram eleitos pelo voto direto da democracia e que também exercem, através das suas comissões, através dos debates, o exercício do conhecimento do contraditório. É obvio que, no mundo moderno, quando debatemos as questões ainda há pouco levantadas pelo nosso Senador Delcídio do Amaral, das necessidades prementes de logística, de infraestrutura, para que o Brasil possa continuar crescendo e se desenvolvendo da forma que o Brasil vem implementando nos últimos oito, nove anos, é indispensável perceber que o Brasil está diante de grandes desafios. Desafios como, por exemplo, as nossas estradas; desafios como, por exemplo, a questão dos nossos aeroportos, dos nossos portos; desafios na geração de energia, nas linhas de transmissão, nas distribuições. Mas é indiscutível que um país que ocupa o destaque que o Brasil ocupa hoje na economia mundial precisa ser competitivo também através de uma plataforma tecnológica indispensável para o mundo moderno como a banda larga na Internet, como os acessos a economias nas nossas empresas, nos nossos setores competitivos e a inclusão de regiões que ainda estão excluídas desse processo. A retirada do isolamento de brasileiros que não podem continuar à fronteira do nosso desenvolvimento.

Aqui estão representantes no Senado Federal de várias regiões. Eu represento o Estado do Amazonas, nosso Senador Aníbal representa o Estado do Acre – portanto, a Amazônia aqui representada; o Mato Grosso do Sul aqui representado pelo nosso Senador Delcídio do Amaral; nosso Nordeste representado por dois dos seus ilustres líderes e representantes, Senador Walter Pinheiro e Senador Eunício Oliveira; o Sul do País representado pela nossa Senadora Ana Amélia aqui presente, representante do Estado do Rio Grande do Sul. Mas a verdade dos fatos é que aqueles que estão na Amazônia, isolados muitas vezes pela aviação regional que é proibitiva, nas distâncias quilométricas da Amazônia, sem ter o acesso à modernidade de uma telemedicina que possa levar o diagnóstico de doenças que ainda matam...

Costumo destacar que, analisando o último censo, Senador Eunício, a única região brasileira em que o sexo masculino é maioria na população é a região Norte, porque, lamentavelmente, câncer de mama e câncer de colo de útero diminuem a expectativa de vida das mulheres na Amazônia brasileira.

Esta é uma questão humanitária e social, que no Brasil não responderá apenas pelos interesses econômicos e financeiros, que muitas vezes visam a exclusivamente o lucro do setor privado. Compete, portanto, a nós legisladores e brasileiros que representam a federação no Senado da República equilibrar essa disputa e fazer com que essas plataformas tecnológicas, seja pela radiodifusão, seja pela fibra ótica, seja pela tecnologia do satélite, porque aqui ouvimos ainda há pouco uma referência irônica dizendo: "Agora TV a cabo vai ter tecnologia de todo tipo". Na realidade, nós sabemos que, por exemplo, na Amazônia brasileira, no Estado do Acre, no Estado do Amazonas, no Estado do Pará, para que possamos ter acesso a todas as tecnologias não será possível fazê-lo exclusivamente por fibra ótica. Satélites com banda larga dedicada naquela região serão absolutamente indispensáveis se nós quisermos vencer esses desafios, que não são apenas de infraestrutura, mas que têm aspectos sociais e humanitários extremamente importantes, numa região que detém o maior patrimônio do povo brasileiro e um dos maiores patrimônios que o Brasil hoje dispõe na sua vantagem comparativa no enfrentamento de discussões estratégicas no contexto internacional.

Digo isso para agradecer, agradecer profundamente a todos os senhores e senhoras que aqui vieram e que aqui participaram deste debate, contribuíram com as suas posições, posições coerentes e, acima de tudo, de forma democrática, respeitosa e com o cumprimento rigoroso do horário e da participação de cada um. Isso possibilitou que pudéssemos ouvir uma gama enorme de opiniões, sem perder de vista as necessidades e os avanços que já alcançamos e que precisamos alcançar, e de reconhecer a importância e a relevância do Senado da República e do Parlamento brasileiro.

Dito isso, quero agradecer às assembleias legislativas que nos acompanharam, quero agradecer aqui aos nossos Estados do Brasil inteiro que manifestaram interesse de poder estar junto conosco utilizando dessas plataformas todas, e ainda há pouco ouvimos um dos palestrantes dizer que isso só foi possível graças aos nossos avanços. Esses avanços foram muitos, mas nós precisamos ir além desses avanços.

Agradeço, portanto, ao Ceará, ao Amazonas, a São Paulo, ao Acre, ao Piauí e aos outros Estados que nos acompanham.

E passo a palavra ao nosso Senador Walter Pinheiro, que fará uso da palavra para encerrar a participação por parte dos nossos Senadores nesta audiência pública que reputo ter sido uma audiência pública histórica e que marca, sem nenhuma dúvida, um divisor nas posições aqui ouvidas, e que todos os Senadores irão formar seu juízo de valor para que possamos então nos manifestar quanto ao mérito e ao conteúdo do PL 116.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, que a usará da tribuna.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, meu Presidente da Comissão Eduardo Braga; Senador Aníbal, aqui representando a Comissão de Meio Ambiente; Senador Eunício, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; eu, meu Presidente, fiz questão de falar como orador inscrito, apesar de ter sido delegado aqui pelo meu Presidente Roberto Requião, da Comissão de Educação, da qual também faço parte, mas fiz questão de dizer a ele que preferia falar como membro da CCT (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), até para manter a minha trajetória de vida, de luta e a relação, inclusive com esse debate.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer a V. Exª, assim como aos demais presidentes, aqui está o Presidente Eunício, com o qual inclusive iniciamos essas conversações para esse debate, para não só darmos sequência àquilo que o Presidente Eunício teve oportunidade de fazer enquanto Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados... Eu até brincava hoje de manhã cedo com um dos Deputados, que terminou sendo o último Relator, dizendo: "Quis Deus que a aprovação do projeto fosse exatamente no período em que o relator fosse um cearense e o Presidente da Comissão também um cearense".

Esse não é um debate que estamos fazendo aqui hoje, é uma continuidade. O Francisco, da EBTA falava aqui da quantidade. Eu estava, Francisco, buscando na memória, mas fizemos mais de cem reuniões discutindo esse PL 116. Mais de cem, se levarmos em consideração as reuniões que fizemos com grupos, separadamente, com o relator recebendo cada entidade, cada personalidade, cada figura que queria discutir esta matéria. Não me recordo da indisposição de Jorge Bittar e de Paulo Lustosa para esse feito. Os dois com os quais tive relação direta, por ser membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, sem contar Vital do Rêgo e outras figuras, como o próprio Bruno, que era Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor à época. Então, portanto, foram mais de cem reuniões.

E aqui o Senador Eunício usou uma expressão que é muito forte e muito propícia: Quisera a aprovação de lei tivesse um grau de interação que este projeto está tendo. Às vezes às pessoas cobram da gente: "aprova, aprova, aprova", "o Congresso não funcionou", "o Senado não funcionou", "não votou lei", porque as pessoas medem o funcionamento de Câmara e Senado como se fosse possível medir, como quem fabrica sandálias. Produção em série. Ao produzir sandálias, às vezes, umas soltam as tiras, e outras deixam mau cheiro.

Portanto, o debate sobre uma questão de lei deve estar associado a um outro processo. Aí, há essa interação. É que este é o momento inclusive para a gente fazer esse debate aprofundado.

O segundo ponto que quero levantar aqui da crítica: publicamente, meu cara Ara, e aqui na mesma linha do que colocou o Eunício, eu fiz a crítica à Anatel quanto à apreciação, não pelo fato de uma instituição estar tomando o poder da outra. Fiz a crítica inclusive ao Poder a que eu pertenço, pelo fato de não compreender que deveríamos acelerar um pouco mais a apreciação da matéria, para não permitir, inclusive, atropelos, não na competição de quem vai produzir a legislação sobre essa área – até porque compete a nós –, mas exatamente por conta do perfil que esse segmento representa.

Eu não acho que isso pode ser tratado com um simples ajuste de uma portaria ou uma decisão de uma agência. Esse é um dos pontos mais incidentes na nossa economia e na vida da sociedade. Nós estamos tratando aqui da reformulação de um segmento

que incidirá decisivamente na vida de cada cidadão, na agenda do dia, nas oportunidades, na democratização ao acesso. Então, acho importante lembrar isso. Não estamos tratando só e somente só de uma parcela da economia, ou para atender radiodifusores ou operadores de telecomunicações.

Portanto, a compreensão que a agência deveria ter sobre esse tema é nessa linha. Aqui, o que está em jogo é exatamente aquilo que a agência tem de cumprir: defender os usuários e os consumidores brasileiros. Na minha opinião, o papel de uma agência reguladora é a defesa dos interesses desses da sociedade; por isso, ela foi constituída. Assim, esse debate tinha de ser amiúde, mas casado com a necessidade de responder ao tema.

Nesse debate, temos dois segmentos: um, com dez milhões de usuários; outro, só em celular – anotei aqui por segundo, como relatou a Telebrasil – íamos falar em duzentos e sete milhões de celulares.

Portanto, se não tivermos cuidado, se não tivermos exatamente essa acuidade em tratar esse assunto, é lógico que quem tem duzentos e sete milhões tem a unha maior, vai subir na parede muito mais rápido e vai esmagar... Então, não teremos competitividade se as regras claras não forem adotadas, se os papéis da Anatel e da Ancine não ficarem estritamente claros num projeto como este.

A tendência natural é que os órgãos reguladores não tenham a menor capacidade para o enfrentamento principalmente do tamanho desses operadores. É importante enxergarmos todos esses aspectos e trabalharmos os pontos cruciais dessa nova relação. Volto a frisar que isso é uma atividade econômica, mas uma atividade econômica que carrega, que empacota, que distribui algo que é um valor imaterial, importantíssimo na sociedade: é um negocinho chamado informação, conhecimento, cultura. São valores preciosos e garantidos constitucionalmente no nosso País.

Nós precisamos agora fazer o desdobramento das garantias constitucionais, para que, em lei, a gente possa promover as condições para que isso chegue a todos, e não só a 262 Municípios. Como isso pode ser utilizado para ampliar a capacidade de banda larga de que todo mundo fala? Como nós podemos casar as diversas infraestruturas e fazer cumprir inclusive o artigo da Lei Geral de Telecomunicações, o compartilhamento da infraestrutura, o tal do *unbundling*?

Do contrário, vamos ficar cobrando investimentos de radiodifusores, operadores de telecomunicações quando, na realidade, se tivéssemos essa obrigatoriedade, poderíamos exatamente compartilhar essa infraestrutura e chegar em mais de 262 Municípios.

Esse é um ponto crucial nesse debate. Não temos a pretensão de o PL nº 116 resolver todos os problemas do mundo. A convergência de mídia, a convergência tecnológica e a convergência inclusive das ideias nos colocam agora diante do PL nº 116. Portanto, o esforço do Senado agora é por tentar mediar, sim... Eu gostaria muito que o PL nº 332, de minha autoria, fosse aprovado na íntegra. Para quê? Para ter o prazer de dizer que aprovei um projeto de minha autoria em conjunto com Paulo Teixeira? Não.

Então, é importante que a gente tenha a capacidade de mediar.

Para encerrar, Sr. Presidente, queria tocar em alguns pontos que acho que vão merecer de nós, Senadores, um aprofundamento maior para que a gente possa produzir algo e, efetivamente, entregar à sociedade brasileira uma ferramenta.

Aliás, deixe-me fazer uma crítica aqui. Alguns aqui talvez a conheçam. O Evandro estava aqui e saiu, Chico, Slaviero, Marcio. Sempre fiz uma cobrança – aliás, estou há quatro anos fazendo essa cobrança, e o Johnny Saad sabe disso. Fruto dessa cobrança, logo em seguida, fomos fazer um debate no Canal Livre, no domingo à noite, sobre esse projeto. E minha cobrança é o seguinte: é interessante que estamos tratando de uma matéria que envolve, Marcio, TV por assinatura, radiodifusores, processo de comunicação, e eu nunca vi um programa específico em nenhuma emissora, em nenhum canal desses, em nenhuma rede que tratasse esse tema. Estou fazendo, de novo, a cobrança.

Estamos fazendo a transmissão aqui pelo Interlegis. Mas isso é a essência desse segmento! E esse segmento ainda não topou abrir para fazer o debate. Quantos programas especiais essas redes têm? Poderiam dedicar um programa especial, mesmo na TV por assinatura e mesmo na TV aberta. Quantos programas há para isso? Para chegar e dizer: "vamos fazer o debate nesses canais". O que isso representa para o povo brasileiro? Estou falando de um país em que a TV aberta está presente em quase todas as casas.

Eu estava brincando com o Eduardo Braga: "nós perdemos Minha Casa, Minha Vida". Eu disse: "Eduardo, nós perdemos a oportunidade de votar TV por assinatura. A Dilma está lançando Minha Casa, Minha Vida; se não tiver Minha Casa, Minha Vida, não dá para pendurar uma parabólica, não dá para pendurar uma antena".

No interior da Bahia – eu posso falar aqui sem medo de errar, e a mesma coisa deve estar acontecendo no Ceará, no Mato Grosso do Sul, no Acre, no Amazonas –, meu caro Eduardo, eu posso dizer aqui tranquilamente que mais de 60% da população assistem TV via parabólica.

Na Bahia, há um povoado chamado Tracupá, cuja principal atividade econômica é exploração do couro, fabricação de carteiras, cintos. E o nome do povoado deixou de ser Tracupá, que é um nome indígena, por conta dos índios que vivem naquela região, kiriris e outros. E aí? O Tracupá agora se chama "povoado da parabólica" Não tem uma casa sem parabólica.

Então, é importante fazer esse debate com vocês. Vocês podiam nos ajudar para que esse debate pudesse chegar à vida das pessoas, para o sujeito chegar lá no Crato, em Corumbá, em Cruzeiro do Sul ou em qualquer outra região ribeirinha, do Amazonas, aonde só se vai de barco, mas aonde o sinal chega.

Eu sou do tempo, Eduardo... Chico falou aqui de 1991 – eu era o presidente da federação dos trabalhadores quando entramos com esse projeto. Em 1991, eu era o presidente da Fitel. Eu sou do tempo da tropodifusão para atender o Amazonas, no sistema Telebrás. Eu venho de lá. Era assim que a gente atendia o Amazonas.

Esse tempo mudou: ou a gente aproveita isso, essa mudança de tempo... Quando começarmos a discutir o PL nº 29, que era assim chamado na Câmara, nós estávamos discutindo o 3G. Nós estamos aqui fechando o debate sobre o PL nº 116 no Senado, quando agora estamos discutindo LTE, outra tecnologia; quando estamos discutindo inclusive outras formas. E a TV digital? Quando ela bater na mobilidade, sem regras, sem condição para que isso opere, como é que isso vai ser processado? Volto a frisar: quem tem 207 milhões de celulares na rua pode tranquilamente enfiar o que quiser, fazer *download* do que quiser. E aí? Depois, adiante, nós vamos ficar só reclamando que o aspecto tecnológico tem nos atropelado?

Portanto, criar condições, traçar o caminho, é para permitir principalmente o atendimento de quem está lá na ponta, chegar em todos os cantos deste país, aproveitar essa capilaridade. Eu, por exemplo, tenho dito sempre que quero botar o povo de TV por assinatura para dentro para ver se a gente aumenta a possibilidade dessa última milha de que a gente tanto reclama. A Telebrás anunciou agora que nós vamos chegar a trezentas cidades com banda larga. Faltam 5,3 mil ainda! Não é fácil não, meu velho. É importante termos essa compreensão.

Os Senadores e Deputados não aprovaram uma lei sem ler. Não foi isso, acho muito difícil que isso tenha acontecido. Tiveram toda uma preocupação, foram trabalhando. Nós cometemos erros como legisladores, é por isso que estamos fazendo audiências públicas, queremos escutar para a gente entender isso.

Quais são os pontos de divergência que estamos enfrentando aqui?

Primeiro, as restrições, que foram levantadas aqui. E é importante a gente lembrar uma coisa: as restrições valem para radiodifusores como valem para operadores de telecomunicações, 30% para as teles, 50% para os radiodifusores. Esse debate foi travado exatamente para não permitir um processo em que você tivesse um domínio muito forte.

É fundamental que a gente tenha um processo local, por isso é que insistimos na produção cultural local, por isso é que insistimos na produção independente. E não é só para fortalecer a produção cultural local, mas principalmente para a gente permitir que emissoras locais, relacionando-se com sua produção cultural local, tenham capacidade de sobreviver ante as grandes em nível nacional. Não com o intuito de derrotá-las, mas com o intuito, inclusive, de ter oportunidade de entrar nesse debate. É por isto que essa combinação no PL nº 116 é importante: é para a gente incentivar a chegada de operadores locais também, para servirem como porta de captação.

Então, quando o Manoel Rangel fala do incentivo... Se não tiver onde veicular, não adianta incentivar a produção independente. Eu vou escoar isso onde? Na manivela local?

O Discovery Kids deu uma grande demonstração de que, no Brasil, há produção cultural de qualidade: está lá na grade do Discovery Kids programa produzido aqui, neste país. Então, não é esse debate de que nós estamos impondo uma cota e que a qualidade, por si só, chegaria. Se não tiver a cota, várias das qualidades produzidas neste país não terão oportunidade de ser apreciadas. Ela é uma janela de oportunidade, ela não é uma regra de imposição para você comprar qualquer produto. É esse o debate. Então, acho que é importante trabalhar com esses aspectos.

Outro aspecto, além da cota, que quero levantar é exatamente essa história do conteúdo e da produção independente. O Brasil, por força da inexistência de regras como essa, tem uma produção cultural muito concentrada, por conta exatamente da força de alguns. Não dá para culpar tal rede ou tal produtora. Na realidade, foi exatamente a ausência de incentivo e de uma política para essa produção que fizeram com que quem era mais forte e que tinha, inclusive, os meios para isso, pudesse ampliar e alargar sua capacidade de produção cultural.

Outro aspecto: a questão da regulação por camadas versus a questão da ausência de regra. O Presidente tocou muito bem aqui: TTH tem ausência total. Então, como é que a gente pode fazer isso? É o debate sobre serviços e atividades. O que é que se regula? Portanto, é possível que isso fique claro.

Eu poderia perguntar ao meu companheiro Manoel Rangel, da Ancine: e aí, será que a Ancine está preparada para essas tarefas? Tem de estar. O nosso papel, enquanto Senado inclusive, é fiscalizar e cobrar essa Ancine para que ela, dentro desse período, não burocratize nem congele as atividades, nem tampouco utilize essas suas atribuições para se contrapor ou até para extrapolar as suas tarefas. É importante que façamos isso tanto com a Ancine quanto com a Anatel. As críticas que tanto Eunício quanto eu fizemos aqui valem também para a Ancine. Esta é a nossa tarefa: ir para cima e dizer "Limite: você tem de ir até aqui". Então, é importante discutir esse aspecto.

A questão da publicidade, que é outra reclamação.

A publicidade vai até para a história do financiamento, por isso é que introduzimos aquela engenharia muito bem produzida pelo companheiro Jorge Bittar, tentando sacar um dinheirinho do Fistel e jogar para cá para permitir que você pudesse dispensar um recurso para o fomento. A publicidade adquirida a partir de cada rede vai ser dispensada? Ou seja, o financiamento privado vai ser utilizado para a produção independente? Eu particularmente não creio nisso.

Com todo respeito: nós não estamos tratando de caridade, nós estamos tratando de uma atividade econômica. Portanto, nós queremos dar aos senhores, da atividade econômica, as condições para que exerçam a atividade econômica, mas nós também precisamos dar a esse segmento a possibilidade de fomentar, de incentivar, de permitir que outros atores cheguem a esse cenário para aumentar a competitividade.

Há também o debate sobre essa questão da distribuição da publicidade. Aliás, há uma crítica que sempre faço... Já ouvi alguém falando aqui da qualidade da distribuição. Na hora, o Senador Inácio até tomou um susto: "Eu pensei que fossem três horas por dia, mas são três horas por semana, o negócio da cota...". Aí todo mundo fala: "Mas as redes colocam filmes de primeira linha...".

Eu poderia citar aqui o nome de pelo menos dez filmes, mas vou citar de dois que todo mundo conhece. São ótimos filmes, ótimos artistas, filmes excelentes, mas que estão permanentemente na grade, estão sempre sendo exibidos. Duro de Matar já ficou duro de ver, porque é repetido frequentemente, principalmente perto do Natal – acontece exatamente no final do ano, com a mulher de um grande ator num sequestro. O outro é O Diabo veste Prada. Esses filmes são permanentemente repetidos!

Não estou falando da qualidade desses dois filmes, estou falando da insistência na repetição deles. Não acredito que seja por ausência de produção, porque há um bocado de outros filmes, inclusive de fora. Não estamos tratando aqui de botar cadeado e de determinar que não entre absolutamente nada de lá para cá, nós não estamos fazendo isso. Não dá para transformar o Brasil numa ilha, nós não temos nem estrutura para isso, além de ser incorreto. O que nós estamos propondo somente é que dêem uma olhada e, nesse cenário, permitam também a entrada daquilo que é produzido no Brasil.

As regras de transição.

A história aqui é muito claramente colocada – vou encerrar, Sr. Presidente – e trata principalmente dessa questão do carregamento, meu caro Davim. Então, acho que esses debates, esses pontos...

Queria dizer muito sinceramente – eu disse ao Presidente ali – que, na minha opinião, são três pontos centrais, mas, se a gente distribuir aqui, nós vamos ter condição de fazer esse debate com os senhores e as senhoras, com a sociedade, internamente, para a gente tentar ajustar o projeto e ter a oportunidade de entregar ao povo brasileiro uma ferramenta que, de certa forma, nos coloque diante de um momento em que a nossa obrigação é chamada à responsabilidade.

Volto a insistir: se não fizermos isso, nós não teremos, de forma nenhuma, uma contribuição para dar neste cenário que vai se configurar daqui a pouco tempo. Portanto, essa é uma tarefa da qual a gente não pode abdicar. Não se trata de produzir mais uma lei, mas de pelo menos tentar criar os caminhos para tirar cerceamento de direito de escolha de prestadora de serviço e principalmente do consumidor, para a gente tratar essa questão das cotas muito mais numa linha de oportunizar e não de obrigar, para que a gente permita, inclusive, nessa questão das vedações estabelecidas para as teles e para os radiodifusores, que tenhamos condições de equacionar isso e que não se invada o outro a partir da sua estrutura, meu caro Evandro, que é esse cenário de competição no Brasil. Se for estabelecido sem essa regra, não vai ser um enfrentamento igual, mas desigual.

E eu queria deixar aqui três ponderações exatamente na linha das agências reguladoras, tanto a Ancine quanto a Anatel, para entender quais são os pontos desse projeto e como é que esses dois setores vão atuar pensando no consumidor brasileiro.

A Ancine, eu já tinha dito... Penso que seria importante que a agência, cada vez mais, demonstre que não será um obstáculo a esse processo. Ao contrário, ela tem que ser o instrumento facilitador, principalmente para esse mercado se desenvolver, pois é o mercado que mais precisa, e possa chegar.

Aos operadores, gostaria de dizer que considerar a produção independente, a programação, a diversificação da programação, a oferta ao consumidor, a todos esses,

gostaria que pudéssemos pensar na possibilidade de cada um ir cedendo. Gostaria muito e quero encerrar com isso. Que eu pegasse aqui e dissesse: é o 332. O 116 é exatamente o extrato desse conjunto de divergências que acumulamos. Não teria como produzir o 116 atendendo a um e discordando de outro. Estamos fazendo um esquartejamento literal de todas as propostas e de todas as posições. E fomos medianos em quais os pontos que poderiam ser produzidos, chegando a isso que está aí.

Quero insistir: em minha opinião, esses pontos básicos que levantei merecem, de nossa parte, enquanto Senadores, um pouco mais de acuidade para ver onde é possível revisar, onde é possível abrir um pouco mais a mão e até onde possível também contar com os segmentos, para que eles entendam que não temos mais condição de aguardar por muito tempo a produção de algo que possa organizar o segmento e não engessá-lo para esse futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Walter Pinheiro e ao encerrar esta audiência pública, gostaria de dizer que, neste dia, ouvimos praticamente todos os segmentos e ouvimos também diversas opiniões, chegando ao cabo desta audiência pública convencidos de que recebemos contribuições importantes para que possamos, em cada uma de nossas comissões e, finalmente, no plenário, ter um projeto de lei que possa cumprir com o principal objetivo de todo esforço do Senado da República: fazer com que o consumidor, o cidadão brasileiro possa ter uma melhor qualidade no serviço, um preço mais competitivo e um mercado que possa assegurar às futuras gerações um Brasil melhor, mais qualificado e mais bem preparado.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 13horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e nove minutos, do dia quatorze de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião e Randolfe Rodrigues. Justifica ausência o Senador Vital do Rêgo. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença dos Senhores Marcelo Costa, Membro do Conselho Nacional de Justiça; Bruno Dantas, Membro do Conselho Nacional do Ministério Público; César Mattar, Presidente da CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Gabriel Wedy, Presidente da AJUFE – Associação dos Juízes Federais; Vinícius Martins, Presidente da Associação Mato-grossense do Ministério Público; Ana Rita Nascimento, Promotora de Justiça e Membro Auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público e Alex Almeida, Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 23, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, a indicação do advogado ALMINO AFONSO FERNANDES, inscrito na OAB/Mato Grosso sob o nº 3.498-B, para composição do Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do advogado ALMINO AFONSO FERNANDES, para composição do Conselho Nacional do Ministério Público, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. ITEM 2) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 34, DE 2011** Submete, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução da Juíza TAÍS SCHILLING FERRAZ, da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul – Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público – Biênio 2011/2013. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Re-**

latoria: Senador Aécio Neves. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Juíza TAÍS SCHILLING FERRAZ, ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público – Biênio 2011/2013, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 41, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 23, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor **ALMINO AFONSO FERNANDES**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 42, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 34, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome da Senhora **TAÍS SCHILLING FERRAZ**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às doze horas e vinte e três minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom-dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de dois itens, Item nº 1 e Item 2 da pauta.

ITEM 1
- Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 23, DE 2011

Encaminha, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição Federal, e de acordo com as exigências previstas na Resolução nº 7, de 2005, a indicação do advogado ALMINO AFONSO FERNANDES, inscrito na OAB/Mato Grosso sob o nº 3.498-B, para composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Votação secreta.

Senador Lindbergh Farias, V. Exª tem a palavra para relatar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, estamos no nosso esforço de todas as terças e quartas-feiras. Ao mesmo sou Relator aqui e tenho um projeto para relatar na Comissão de Assuntos Econômicos, de forma que vou começar a leitura do meu Relatório.

Vem a exame desta Comissão, nos termos regimentais, a recondução do Sr. Almino Afonso Fernandes, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, V, da Constituição Federal, como representante dos advogados.

Conforme o citado artigo constitucional, os membros do Conselho Nacional do Ministério Público são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado federal, efetuar sabatina dos indicados, que deve anteceder a decisão do Plenário sobre a matéria.

Em cumprimento ao disposto no art. 5º da Resolução, foi encaminhado o *curriculum vitae* do indicado, que passamos a resumir.

O designado graduou-se Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Goiás, estando, atualmente, em fase de apresentação de tese de doutorado na Universidade Católica de Santa Fé, na Argentina;

Concluiu o curso de pós-graduação em Direito Constitucional, Tributário e Administrativo pela Universidade Castelo Branco, no Rio de Janeiro, e curso de especialização em Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos, em São José, Costa Rica;

Exerceu o magistério na rede de ensino público do Estado de Goiás e advocacia em geral desde 1985, tendo sido Presidente da OAB – Subseção de Colíder, em Mato Grosso, de 1992 a 1994;

Vice-Presidente da Caixa de Assistência da OAB – Seção do Estado de Mato Grosso, de 1995 a 1997; e

Conselheiro da mesma Seccional da OAB, de março de 2007 a dezembro de 2009, tornando-se, finalmente, membro do CNMP, a partir de 10 de agosto de 2009.

O indicado foi membro da comissão examinadora do 24º Concurso Público para provimento de cargo para Procurador da República.

Em observância às exigências da citada Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o designado encaminhou declaração de que não tem parentes que exerçam ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; que participa, como sócio, do escritório de advocacia Almino Afonso & Carvalho Advogados Associados, mas se encontra atualmente afastado em razão do exercício de mandato de Conselheiro do CNMP; que mantém regularidade fiscal no âmbito federal, estadual e municipal, conforme certidões anexadas a esse processo; que responde por ação de improbidade administrativa em razão do seu contrato como advogado da Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Mato Grosso, mas que foi julgada improcedente em primeira instância e confirmada por unanimidade dos membros do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, conforme comprova em anexo com o extrato de andamento atualizado do processo; que não responde a nenhum processo disciplinar nem tampouco a qualquer ação penal, seja autor ou réu.

Apresentou ainda termo de compromisso no sentido de que não postulará a nomeação ou a designação para cargos em comissão e funções de confiança nas áreas do Poder Judiciário ou do Ministério Público, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro igual inclusive e que observará irrestritamente os princípios firmados no art. 3º da Resolução nº 7, de 2007, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

O indicado apresentou, por fim, argumentação escrita, em que informa que advoga há mais de ¼ de século, sempre pautando o exercício dessa atividade à defesa do Estado Democrático de Direito, fazendo ainda considerações sobre o papel constitucional do CNMP e a sua atuação desde a criação do órgão.

Diante de todo o exposto, julgamos que os integrantes dessa comissão dispõem das informações necessárias para deliberar sobre a indicação do advogado Almino Afonso Fernandes para a recondução ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Lindbergh Farias.

ITEM 2
- Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 34, DE 2011

Submete, nos termos do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, a recondução da Juíza TAÍS SCHILLING FERRAZ, da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul – Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público – Biênio 2011/2013.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Aécio Neves

Relatório: Votação secreta.

Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves para proferir o relatório. V. Exª tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta comissão recebeu expediente do Excelentíssimo Senhor Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, formalizando a indicação de recondução da Juíza Federal Taís Schilling Ferraz, da Secção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público para o biênio de 2011/2013, que tenho a imensa honra de relatar.

O ofício referido nos chega instruído com toda a documentação exigida pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal, e pelo Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, desta comissão.

Não há, Sr. Presidente, reparos a fazer quanto à instrução da indicação por conta da existência nos autos de toda a documentação exigida pelas normas deste Senado Federal que regem a espécie.

No mérito, a que se ressaltar que se trata de uma recondução, o que confere ao Senado Federal a possibilidade de aquilatar a qualidade das ações da indicada no seu primeiro biênio como conselheira daquele órgão de controle interno do Ministério Público, por todos reconhecida.

Essa análise, em nosso entendimento, é de todo favorável à recondução da Srª Juíza Federal Taís Schilling Ferraz. A participação nas Comissões de Planejamento Estratégico e Acompanhado Legislativo, de aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público na área de infância e juventude, de aperfeiçoamento do Ministério Público no sistema carcerário e no controle externo da atividade policial do Conselho Nacional do Ministério Público revelam, à saciedade, não meramente a presença na condição de conselheira, mas o desejo de participação efetiva na consecução dos objetivos institucionais do Conselho Nacional do Ministério Público. Alie-se a esse quadro sua densa formação jurídica e sólida atuação tanto na prestação jurisdicional quanto na atividade teórico-doutrinária, principalmente em inúmeros eventos como seminários e simpósios.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, entendemos que estamos todos, integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com as informações e os elementos suficientes para deliberar sobre a recondução da indicada ao Conselho Nacional

do Ministério Público para o biênio 2011/2013, com o voto favorável deste Relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio Neves.

Sobre a mesa, requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo artigo 2º do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, para imediata apreciação do Ofício S nº 23; de 2011, que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Almino Afonso Fernandes para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala de sessões, 14 de junho de 2011.

São dois os requerimentos sobre a mesa; consulto os Srs. Senadores sobre a colocação dos requerimentos em bloco. (*Pausa*.)

Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo artigo 2º do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, para imediata apreciação do Ofício S nº 34, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal o nome da Srª Taís Schilling Ferraz para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala de comissões, 14 de junho de 2011.

O Senador Eunício Oliveira assina os dois requerimentos.

Submeto aos Srs. Senadores os dois requerimentos de quebra de interstício. (*Pausa*.)

Os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovados os requerimentos, convido para compor a Mesa o advogado Sr. Almino Afonso Fernandes.

Convido também para compor a Mesa a juíza Srª Taís Schilling Ferraz.

Pela ordem de leitura de relatório, após a quebra de interstício para que a presente reunião se proceda na arguição dos indicados e em cumprimento à alínea b do artigo 2º, convido o Sr. Almino Afonso Fernandes a fazer uso da palavra para sua explanação por até 10 minutos.

O SR. ALMINO AFONSO FERNANDES – Sr. Presidente desta douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Eunício Oliveira, Sr. Senador Lindberg Farias, que, com muita honra, apresentou o relatório e voto acerca de nossa indicação, Exmos. Srs. Senadores Pedro Taques, que representa, para orgulho de todos nós matogrossenses, a República neste Senado Federal, minha ilustre colega Taís Ferraz, indiscutivelmente a mais brilhante e capaz conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público da atualidade e desta composição, que exerceu com denodo e competência sua atribuição delegada pelo Supremo Tribunal Federal na condição de representante da sociedade brasileira junto àquele Conselho Nacional.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer da minha satisfação e alegria de poder retornar a este Parlamento para prestar contas a esta Casa dos quase dois anos em que tivemos oportunidade de, por delegação do Senado Federal e por indicação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil representar a sociedade brasileira junto a esse órgão tão importante da República de controle externo do Ministério Público brasileiro.

Realmente, foi enriquecedora essa experiência. Foi de grande valia para a minha formação. Sem dúvida nenhuma, a minha biografia não seria mesma se não tivesse tido essa tão nobre experiência de passar esses quase dois anos junto àquele Conselho.

Eu gostaria de registrar que, ao longo desse período em que tivemos oportunidade de exercer o cargo de conselheiro, portanto, de estar conselheiro junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, sempre ressaltando que, quando se fala em Conselho Nacional do Ministério Público, se dá a impressão de que todos que ali estão são membros do Ministério Público. Na verdade, todos nós sabemos que há uma composição plural de membros da sociedade e evidentemente membros egressos do Ministério Público.

Nós temos, na nossa composição; oito membros egressos do Ministério Público; o Procurador-Geral da República, que preside o nosso Conselho; quatro representantes do Ministério Público da União, compreendido o Ministério Público Militar, o do Trabalho, o Ministério Público do Distrito Federal e o Ministério Público Federal. Temos também representantes da sociedade que são indicados pelas duas Casas do Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, como também as indicações feitas pelo Supremo Tribunal Federal. No caso aqui a eminente conselheira Thais Barbosa se submete igualmente à condução. Temos a indicação do Superior Tribunal de Justiça e as duas indicações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados.

Ressalto isso para dizer que eu pertenço ao gênero da atividade jurídica, que é a advocacia. Aqueles que não são advogados e que pretendem exercer atividade jurídica, com certeza, o serão no futuro, quando deixarem as suas respectivas carreiras. Advocacia é o gênero do qual deriva as atividades jurídicas de advocacia privada, advocacia pública, magistratura, membro do Ministério Público, Defensoria Pública.

Com muito orgulho, represento, na atualidade, o Conselho Federal da Ordem por indicação unânime do Conselho Federal. E me apresento com muita tranqui-

lidade aqui no Parlamento na certeza de ter cumprido, nesses dois anos, a missão que me foi apresentada.

Em primeiro lugar, procurei, ao longo da minha gestão na condição de conselheiro, defender maior transparência para o Ministério Público brasileiro. De acordo com a sua competência constitucional, o Conselho, por primazia, deve fiscalizar o controle administrativo, financeiro e verificar o cumprimento dos deveres funcionais.

No que se refere à verificação e controle administrativo-financeiro, nós, ao longo desses dois anos, procuramos extrair um diagnóstico do Ministério Público, realizando uma série de inspeções nas mais variadas unidades federativas do País, onde pudemos constatar que o Conselho precisa se reafirmar no que se refere a essa atuação.

De minha autoria e com a aprovação da eminente conselheira Thais e do eminente conselheiro Bruno Dantas, que também muito contribuiu para a nossa gestão no Conselho Nacional do Ministério Público, conseguimos aprovar uma resolução para que os tribunais de contas de todos os Estados federados bem como o Tribunal de Contas da união fornecessem ao Conselho informação da prestação de contas dos últimos cinco anos de todas as unidades do Ministério Público brasileiro, oportunidade em que pudemos constatar o acerto na gestão da maioria das unidades do Ministério Público. Mas pudemos identificar também irregularidades muitas vezes passíveis até de ações judiciais de improbidade administrativa.

E penso que uma instituição como o Ministério Público, que tem o dever de fiscalizar as demais instituições, não pode macular nem tampouco cometer irregularidades na gestão do seu pessoal, na realização dos seus contratos, na realização dos seus procedimentos licitatórios.

Por meio dessa resolução, nós pudemos, juntamente com a aferição por intermédio das inspeções, constatar e até mesmo identificar as recorrentes irregularidades praticadas felizmente por uma minoria de unidades do Ministério Público, mas que precisam ser corrigidas para que o Ministério Publico possa se apresentar perante a sociedade brasileira como uma instituição efetivamente republicana, não só da porta para fora, mas da porta para fora e da porta para dentro.

Tivemos também oportunidade, no que diz respeito à fiscalização do exercício financeiro das instituições que compõem o Ministério Público, de constatar que, em algumas unidades, Senador Álvaro Dias, que muita nos honra com a sua presença, e Senador Pedro Simon, não estavam obedecendo ao limite estabelecido pelo Congresso Nacional e pela Constituição do teto de subsídio como também não estavam obedecendo às regras intrínsecas do subsídio. Abrimos procedimentos, pelo menos em tese, para poder apurar essas irregularidades na realização dos pagamentos aos membros do Ministério Público.

Mais ainda: assumimos um compromisso aqui, quando aqui estivemos há cerca de um ano e meio, de defendermos, de forma intransigente, o fim dessas operações pirotécnicas e dessa atuação midiática de alguns membros, que, felizmente, representam uma minoria no âmbito do Ministério Público brasileiro, mas que ainda insistem em tentar subtrair do Poder Judiciário, que detém este monopólio, a missão de dizer o direito, transferindo essa missão para a imprensa, através de uma aliança não muito republicana entre as Polícias Civis e, em especial, a Polícia Federal e o Ministério Púbico. Para isso, acreditamos em algumas decisões pedagógicas, como a decisão que tomamos recentemente, com apoio da Conselheira Taís e do Conselheiro Bruno, que buscou abrir um procedimento disciplinar contra um Procurador da República da Vara Federal da Promotoria da República de Guarulhos, assim como tivemos oportunidade de apresentar voto no sentido de que fosse investigada a conduta de seis membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que, através de uma entrevista coletiva, realizaram uma verdadeira lavagem à moral e à dignidade da Governadora do Estado, que dirigia à época aquela unidade da Federação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALMINO AFONSO FERNANDES – Sr. Presidente, pretendo concluir em breve.

Também tivemos oportunidade no caso em Mato Grosso do Sul, em que uma série de promotores, véspera de um período eleitoral igualmente, foi à imprensa tentar denegrir a imagem de um Governado do Estado do Mato Grosso do Sul.

Atuamos nesses casos com absoluta isenção, mas procurando estabelecer parâmetros de limites éticos, para que os membros do Ministério Público assim como os membros da magistratura e os membros da advocacia possam manter em sigilo, em segredo aquelas informações, cujos dados lhes chegam às mãos por intermédio da prerrogativa do exercício de suas funções.

Então, dentro dessa perspectiva, acreditamos que nos desincumbimos das nossas missões de procurar fazer com que o Ministério Público se tornasse uma instituição mais transparente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALMINO AFONSO FERNANDES – ...mais eficaz e sobretudo mais republicana.

Com essas considerações preliminares, agradeço a V. Exªs pela atenção aqui dispensada e me

coloco à disposição de todos e de todas, para fazer os esclarecimentos que V. Exª reputarem importante para a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Almino Afonso.

Concedo a palavra à Juíza Taís Schilling Ferraz para sua exposição por até dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos, se for necessário.

A SRª TAÍS SCHILLING FERRAZ – Bom dia, Sr. Presidente desta comissão, Senador Eunício Oliveira, Srs, Senadores aqui presentes, Senador Mozarildo, Senador Pedro Taques, Senador Alvaro Dias, Senador Aécio Neves, relator da minha indicação, com muita honra, querido colega de Conselho Nacional Dr. Almino Alfonso, que tem sido talvez o conselheiro mais destemido dessa atual composição, que teve a capacidade de trazer à luz questões importantes e nos colocar à frente de discussões que precisavam ser travadas no âmbito deste Conselho Nacional e do próprio Ministério Público brasileiro.

Para mim tem sido uma grande honra ser Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público. Sou juíza de carreira. Conhecia, há dezoito anos, como funcionava a magistratura. Tinha alguma ideia de como funcionava o Ministério Público, mas, sem dúvida alguma, muito pequena diante do que tive oportunidade de aprender nestes últimos dois anos, neste período de mandato que se encerra agora, em agosto deste ano.

Sem dúvida alguma, ser Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público é um desafio ainda maior, porque nos compete ser fiscais daquele que é fiscal. Então a preocupação com a delimitação do próprio tamanho da nossa atribuição é constante no Conselho Nacional.

Nós sabemos que o Ministério Público é uma instituição que, para ter efetividade, depende da independência, depende da autonomia, e que isso é fundamental para a democracia. Mas nós também sabemos que precisamos ter unidade e trabalhar no Ministério Público essa ideia. Talvez hoje em dia esta seja a principal missão do Conselho Nacional do Ministério Público: trabalhar a unidade numa instituição em que a independência e a autonomia são tão caros, são tão importantes e precisam ser permanentemente ponderados em face de outros valores também muito importantes.

Como disse, venho de uma instituição que tem uma característica bastante diferente: é por natureza hierarquizada. No Judiciário, nós temos a tranquilidade de aceitar a ideia de hierarquia, mas essa não é a forma de funcionamento do Ministério Público brasileiro, inclusive porque este precisa ser diferente. Não é uma instituição por natureza hierarquizada, de maneira que órgãos como o Conselho Nacional são fundamentais para trazer à discussão aquelas questões que podem, justamente em função de essa instituição não ter hierarquia, não ter aquele que dá a palavra final sobre as questões, trazer à discussão aquilo que possa eventualmente estar gerando contradição, estar gerando mensagens contraditórias à sociedade no dia a dia da atuação dos promotores e dos procuradores. Parece-me que este é um dos trabalhos de maior importância e envergadura do Conselho Nacional: trazer à discussão a ideia da unidade, a importância de se transmitir à sociedade mensagens que sejam sempre coerentes e não contraditórias.

Nós, durante estes dois anos, dentre muitos projetos, aprovamos o nosso planejamento estratégico e trouxemos como nossa missão fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade para uma atuação responsável e socialmente efetiva.

Nós vivemos hoje, no Conselho Nacional do Ministério Público, sem dúvida alguma, uma fase de transição. Eu estive presente, fui submetida a sabatina por ocasião do primeiro mandato, e nós todos que na ocasião fomos sabatinados recebemos desta Casa a expectativa de uma atuação mais pró-ativa do Conselho Nacional do Ministério Público, de um controle talvez mais efetivo dos eventuais excessos que ocorrem no exercício das funções. Acredito que nós estejamos nesse caminho, mas acho importante uma retrospectiva do que foi o trabalho do Conselho Nacional nos seus primeiros anos, porque este foi fundamental para que nós chegássemos hoje à condição em que estamos.

Fazendo um retrospecto, os primeiros anos foram voltados aos julgamentos dos processos que aportavam no Conselho Nacional do Ministério Público numa quantidade bastante representativa já desde o início e à normatização mínima que era fundamental para o funcionamento da instituição, uma normatização que trouxesse algumas regras que fossem comuns a todas as unidades do Ministério Público. Refiro-me, por exemplo, às regras sobre nepotismo, às regras sobre a tramitação dos inquéritos civis públicos. Era fundamental que houvesse uma padronização até na definição do tempo de tramitação de um inquérito civil, das providências que precisam ser tomadas em termos de transparência de publicidade.

Tivemos resoluções importantíssimas, nesses primeiros anos: normas a respeito do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, normas sobre concursos públicos, que valem para todos os ramos e todos os Estados, normas que disciplinaram o controle das escutas telefônicas, paralela àquela resolução que

já tinha sido editada, também, pelo Conselho Nacional de Justiça. Enfim, foi um período importante para que o Conselho Nacional do Ministério Público se inserisse como o principal órgão de controle da instituição. Houve exercício, sim, de competência disciplinar nesses primeiros anos e exercício de controle administrativo e financeiro, mas foi um período de escassez de recursos – isso é importante que se diga. O Conselho ainda não estava estruturado adequadamente para o exercício das suas funções.

A atual composição viveu um momento diferente, como eu disse, uma fase já de transição. Tivemos investimentos de parte da Procuradoria-Geral da República em maior escala na estruturação, seja em número de pessoas que foram destinadas para trabalho no Conselho, seja em termos de orçamento. Tivemos um incremento substancial do nosso orçamento aprovado por este Parlamento. O nosso orçamento hoje nos dá condições melhores para exercermos a nossa missão constitucional. Nos tornamos unidade orçamentária autônoma, nos desvinculamos da Procuradoria-Geral da República. Temos orçamento próprio agora. Enfim, hoje temos condições de maior independência, inclusive, para o exercício das funções do Conselho Nacional do Ministério Público.

Mas eu diria que não é nem na questão da estrutura que se deu a maior modificação em termos de perfil de atuação do CNMP. Nesse período, nós tivemos um aumento muito grande do número de processos, sim, mas nós tivemos uma modificação substancial no perfil desses processos. Quando cheguei ao CNMP, uma das questões que mais que mais me chamou a atenção foi a quantidade de processos que se originavam dentro da própria instituição. Muito pouco o cidadão acionava o CNMP na busca do aperfeiçoamento das atividades do Ministério Público e nós tínhamos uma grande quantidade de demandas originadas dentro da própria instituição questionando atos que haviam sido praticados.

De um inquérito civil, das providências que precisam ser tomadas em termos de transparência de publicidade.

Tivemos uma resolução importantíssima nesses primeiros anos a respeito do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, normas sobre concursos públicos que valem para todos os ramos e todos os Estados. A resolução que disciplinou o controle das escutas telefônicas, paralela àquela resolução que já tinha sido editada também pelo Conselho Nacional de Justiça. Enfim, foi um período importante para que o Conselho Nacional do Ministério Público se inserisse como o principal órgão de controle da instituição. Houve exercício, sim, de competência disciplinar nesses primeiros anos e exercício de controle administrativo e financeiro. Mas foi um período de escassez de recursos. Isso é importante que se diga. O Conselho ainda não estava estruturado adequadamente para o exercício das suas funções.

A atual composição viveu um momento já diferente, como eu disse, uma fase já de transição. Tivemos investimentos de parte da Procuradoria-Geral da República em maior escala na estruturação, seja em número de pessoas que foram destinadas para trabalho no Conselho, seja em termos de orçamento. Tivemos um incremento substancial do nosso orçamento, aprovado por este Parlamento. Nosso orçamento hoje nos dá condições melhores para exercer a nossa missão constitucional, nos tornamos unidade orçamentária autônoma, nos desvinculamos da Procuradoria-Geral da República, temos orçamento próprio agora. Enfim, hoje não. Em função de grande trabalho desenvolvido especialmente pela Corregedoria Nacional, que deu início às inspeções em todos os Estados e em todos os ramos do Ministério Público brasileiro, o cidadão conhece o Conselho Nacional e tem ingressado com um número bastante grande de procedimentos que têm nos ajudado, inclusive, a conhecer melhor a instituição e a poder contribuir para o seu aperfeiçoamento permanente.

Iniciamos uma série de ações de caráter proativo. A primeira delas, sem dúvida nenhuma, foi por iniciativa da própria Corregedoria Nacional, que começou a ir aos Estados e fazer as inspeções. Participamos nós, conselheiros, das primeiras inspeções que aconteceram. Fomos pessoalmente conhecer a realidade. Vimos que a realidade do Ministério Público brasileiro é muito diferente dependendo de cada Estado. Temos grandes distinções para tentar diminuir como um dos desafios da nossa instituição.

Tivemos projetos na área da infância e juventude. Recentemente, aprovamos no Conselho Nacional uma resolução que disciplinou a periodicidade e os requisitos mínimos de inspeção nos estabelecimentos socioeducativos onde são internados adolescentes.

Estamos com uma resolução em tramitação, e hoje deve ser aprovada, a respeito da inspeção também nas unidades de acolhimento institucional. No sistema carcerário, temos participado ativamente dos mutirões do CNJ. Temos também uma disciplina nova para as inspeções nos estabelecimentos prisionais. Hoje, o Ministério Público tem periodicidade das inspeções definida por resolução. Isso tem sido acompanhado.

Temos o nosso planejamento estratégico e agora não mais um planejamento estratégico do CNMP, mas também um planejamento estratégico nacional – a idéia de podermos ter no âmbito do Ministério Público

objetivos estratégicos comuns. Como um talvez dos projetos de maior envergadura que eu tive oportunidade de participar nesses dois anos, temos a Estratégia Nacional de Justiça, uma iniciativa do CNJ, do CNMP e do Ministério da Justiça. Hoje já conta com vários parceiros como Defensoria Pública, todas as polícias civis dos Estados, as polícias militares com o objetivo de definir algumas estratégias de atuação em conjunto, para a melhoria da segurança pública.

E a mim, na condição de uma das coordenadoras desse projeto, cabe hoje fazer o acompanhamento da meta de finalização dos inquéritos de homicídios mais antigos no Brasil. Nós temos uma meta de finalizar os inquéritos que foram instaurados até 31 de dezembro de 2007 até o final deste ano. E, para isso, temos feito um trabalho de integração entre Ministério Público, Polícia, Judiciário, no objetivo eliminar os gargalos, entender as razões pelas quais esses inquéritos deixaram de ter a tramitação que deveriam ter ao longo desse tempo, além de nos dar um grande diagnóstico do nosso sistema de persecução penal. A Enasp tem permitido uma integração entre todos os órgãos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª TAÍS SCHILLING FERRAZ – Já estou concluindo, Sr. Presidente. Uma oportunidade que nós temos de garantir uma maior efetividade na persecução penal, de aproximar essas instituições. E, para mim, tem sido uma grande honra poder participar desse grande trabalho de integração. Essas metas têm sido mensuradas através do inqueritômetro, que é um instrumento que nós colocamos no portal do CMNP e que mensura mês a mês a quantidade de denúncias, pedidos de arquivamento, diligências que são solicitadas nesses inquéritos que entraram nessa meta.

Por fim, eu gostaria de dizer que o Conselho Nacional, hoje, dispõe de números. Hoje temos números para entender e mensurar como anda o Ministério Público brasileiro. Tivemos a oportunidade de divulgar esses números no final do ano passado, apresentá-los no relatório ao Presidente da República. Hoje sabemos, por exemplo, que foram instaurados 119.227 inquéritos civis; na área cível, tramitaram no Ministério Público 2,3 milhões de processos em primeiro grau; 3,2 milhões de inquéritos policiais e notícias crimes tramitaram no Ministério Público brasileiro; 548 mil denúncias foram oferecidas; as corregedorias gerais dos Ministérios Públicos, hoje, fazem inspeção obrigatoriamente, todos os anos, nas unidades do Ministério Público, em função de uma resolução de 2009, do Conselho Nacional. Então, nós tivemos 2.442 correições e 635 inspeções em todo o Ministério Público brasileiro.

Senhores, esses números são, sem dúvida nenhuma, fundamentais para que nós possamos trabalhar com planejamento, com a integração de ações e com a definição de políticas de aperfeiçoamento da instituição. Acho que assumimos importantes missões e funções na busca da unidade do Ministério Público e essas são as razões pelas quais eu gostaria – e espero – de poder contar com o apoio dos senhores para continuar no desempenho das atividades no Conselho Nacional do Ministério Público por mais um mandato. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Drª Taís.

Registro com prazer a presença nesta Comissão, do Conselheiro Marcelo Costa, membro do CNJ – Conselho Nacional de Justiça; do Conselheiro Bruno Dantas, membro do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público; do Dr. César Mattar, Presidente do Conamp – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; do Dr. Gabriel Wedy, Presidente da Ajufe – Associação dos Juízes Federais do Brasil; do Dr. Vinicius Martins, Presidente da Associação Mato-grossennse do Ministério Público – AMMP; da Drª Ana Rita Nascimento, Promotora de Justiça e membro auxiliar do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público; do Dr. Alex de Almeida, Chefe de Gabinete da Presidência do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público; do conselheiro sabatinado nesta Comissão, Dr. Jarbas Soares.

Passo a palavra ao Senador Aécio Neves, que pediu, para a arguição da Drª Taís Shilling Ferraz e do Dr. Almino Afonso Fernandes. Tem a palavra V. Exª. Em seguida, o Senador Pedro Taques, pela ordem de inscrição.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente Eunício, Srs. Conselheiros, que buscam a recondução...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, só um segundo, por favor.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu queria convidar os membros desta Comissão porque, logo após o término da sabatina dos inscritos – V. Exª e o Senador Pedro Taques estão inscritos –, passaremos à votação nominal e precisamos de quórum para aprovarmos os sabatinados.

Desculpe-me V. Exª, mas era um convite importante aos Srs. Membros desta Comissão que, tenho certeza, estão trabalhando em outras Comissões.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Como sempre, é oportuna a intervenção de V. Exª, Presidente Eunício.

A Drª Taís, Dr. Almino Afonso, Conselheiros que buscam sua recondução, cumprimento-os pela exposição que fizeram e deixo duas indagações, apenas, que gostaria pudessem ser exploradas por ambos os Conselheiros.

Começo por dizer que ainda sou... Não sei se dos últimos, mas um dos poucos remanescentes da Constituinte de 88. Constituinte que pôde compreender a importância de dotar o Ministério Público de autonomia e novas atribuições. Orgulho-me muito de ter participado de todas as discussões que possibilitaram a construção de um novo Ministério Público no Brasil. Hoje, é unânime o sentimento de sua essencialidade como instrumento da democracia e do próprio exercício da cidadania. Mas como abordou, adequada e corretamente, o Conselheiro Almino Afonso, existem abusos, existem excessos e existem também outras instituições que devem sempre coibi-los. O que eu gostaria de obter dos senhores, a partir dessa experiência de dois anos no Conselho Nacional do Ministério Público, é de como pode o Conselho atuar para coibir aquilo que o Conselheiro chamou de ações midiáticas, muitas vezes sem se contrapor à própria Corregedoria do órgão. Que instrumentos pode dispor, que ações pode praticar o Conselho Nacional para que esses casos – eu também concordo com V. Exª – que não são regras, são exceções, possam deixar de acontecer para que o Ministério Público possa continuar construindo sua história e que – reconheço – essencial à democracia e à cidadania.

Um segundo questionamento, já buscando também um pouco da experiência dos senhores nesses últimos dois anos no Conselho. Drª Taís fez aqui uma exposição, meio objetiva, em relação aos avanços que o Conselho teve ao longo desses últimos anos, das atribuições a que vem tendo... Mais do que isso: das áreas em que tem buscado atuar em especial. Pergunta: já com seis anos, me parece, de sua criação... No entendimento dos senhores, a atual estrutura é adequada e suficiente para atender as demandas que, até pela exposição aqui feita, são crescentes? Ou os senhores teriam algumas sugestões, para que fossem objeto de conhecimento dos Senadores, para o Conselho se adequar, ainda melhor, aos exercícios de suas funções e suas atribuições que compreendo cada vez maiores?

Então, seria a busca (com a experiência que os senhores têm e que tiveram) de quais são as sugestões que poderiam trazer, à luz de Conselho, e que precisam, efetivamente, continuar no processo de modernização. Eram esses dois questionamentos que eu deixaria aos dois sabatinados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Passo a palavra ao Dr. Almino Afonso para responder ao Senador Aécio Neves, em seguida à doutora e, em seguida, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se me permite, eu já falo para eles...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, pela inscrição, concedo a palavra a V. Exª para os questionamentos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Conselheiros e indicados à recondução ao Conselho Nacional. Ouvi, com atenção, as falas dos senhores, da senhora e do Conselheiro Almino, a quem eu rendo minhas homenagens – e à senhora também – em razão do brilhante trabalho desenvolvido no Conselho Nacional do MP.

Eu tenho algumas indagações e gostaria de fazê-las de forma bem objetiva.

A primeira indagação.

Muito se fala de operações midiáticas e da exposição de acusados ou indicados por parte do Ministério Público, inclusive membros do Ministério Público são responsabilizados em decorrência dessa metáfora chamada Operação Midiática. Eu gostaria de saber o que os senhores, como Conselheiros, fizeram, se estavam no Conselho, quando a Polícia do Rio de Janeiro atirou naquelas pessoas (do helicóptero) que estavam correndo na favela do alemão, em razão da omissão do Ministério Público no controle, se é que houve omissão, porque me parece que se fala em operações midiáticas, se usa essa metáfora de operação mediática quando os acusados são os que moram na casa grande, notadamente políticos, empresários famosos, aí se critica a atuação do Ministério Público; agora, quando ocorre a omissão do Ministério Público na exposição por parte de algumas autoridades policiais daquele que é pobre, que mora na senzala, aí, eu nunca vi nenhuma atuação do Conselho Nacional do MP.

Gostaria de saber se estou equivocado, se já houve atuação em relação a isso. Não estou aqui defendendo o direito penal de categorias sociais, em absoluto. Eu sou estou defendendo o direito republicano da igualdade de todos – operação midiática sobre isso.

Gostaria também de uma reflexão dos dois conselheiros a respeito de investigação, ações penais e o dever que o Ministério Público tem que revelar isso em razão do princípio constitucional da publicidade, que está no art.37. Se ele não revelar, ele está sujeito a cometer improbidade administrativa, nos termos do art. 11 da Lei 11.429, de 92, que é a Lei da Improbidade Administrativa, uma vez que está aí a violar princípios constitucionais. Uma reflexão a respeito disso.

A Drª Taís fez referência que o Ministério Público não está – se é isso que entendi de V. Exª –... à questão da hierarquia, e o Judiciário estaria mais sujeito a essa hierarquia. Qual é o entendimento de V. Exª a respeito da hierarquia que V. Exª, salvo melhor juízo ou equívoco de minha parte, uma vez que V. Exª defendeu a existência de hierarquia entre os magistrados? É isso?

A SRª TAÍS SCHILLING FERRAZ – Administrativa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Administrativa.

E a diferença para V. Exª entre unidade do Ministério Público que a Constituição estabelece e uniformidade. Se o Ministério Público está buscando aí membros que atuem de forma uniforme ou com unidade.

V. Exª tem um trabalho no Conselho Nacional do MP, que eu conheço, a respeito da questão de segurança pública. Gostaria que V. Exª pudesse nos informar a sua opinião a respeito da participação do Ministério Público na construção, na formulação de políticas públicas voltadas à segurança, porque não é possível o titular constitucional da ação não se envolver nas discussões, inclusive legislativas, a respeito de uma política pública voltada para a segurança pública. E segurança pública aqui não só no sentido de ações penais, mas também de medidas preventivas.

E a última ao Conselheiro Almino, Sr. Presidente.

Eu conheço a posição de V. Exª a respeito da participação dos membros do MP exercendo função no Executivo. Mas gostaria que V. Exª falasse um pouco sobre ela. Conheço as manifestações de V. Exª no Conselho Nacional do MP.

São essas as perguntas, Sr. Presidente. Eu agradeço a gentileza de ouvir os conselheiros indicados à recondução.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, primeiro ao Dr. Almino Afonso, para responder aos questionamentos do Senador Aécio Neves e do Senador Pedro Taques; em seguida, passarei a palavra à Drª Taís.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALMINO AFONSO FERNANDES – Gostaria de agradecer a oportunidade aqui concedida pelos eminentes Senadores Aécio Neves e Pedro Taques de responder essas questões que reputo da maior importância não só para a sociedade brasileira, mas, sobretudo, para a consolidação da República.

Quando eu observei aqui a importância de o Conselho agir no que se refere ao excesso praticado por alguns membros, poucos membros, Senador Pedro Taques, foi porque nós percebemos que não há como se contemplar, no Estado Democrático de Direito, que foi alcançado a duras penas, algo que possa nos remeter à Idade Média, ou, quem sabe, ao Oriente Médio de hoje, em que se submete a mulher intitulada de infiel ao apedrejamento público. Então, a democracia é sinônimo de respeito à lei e à Constituição.

Aquilo que é público, como o próprio nome diz, é de acesso de todos. Mas para interesse das investigações, muitos processos, como é de conhecimento de V. Exª, são intitulados processos sob segredo de justiça, e não é por acaso. É para preservar as pessoas e as investigações.

É bem verdade, Senador Pedro Taques, que, quando as ações do Ministério Público saíram da senzala e foram para a casa grande, isso provocou uma reação natural da elite brasileira. A maior parte dos procedimentos que temos recebido no Conselho, com certeza, são em decorrência desse conflito de interesse por conflitar com interesses poderosos da República, que sabemos que existe. Mas o Conselho tem agido com muita prudência ao analisar esses casos. Quando o Conselho chega a abrir um procedimento de controle administrativo disciplinar contra qualquer um dos membros do Ministério Público brasileiro, faz pautado na maior serenidade para ressaltar o Estado de Direito e para assegurar o sigilo de informações que devem ser mantidas em segredo. Apenas nessas hipóteses, que têm sido exceções, verificamos, ao longo desses quase dois anos, cinco ou seis casos em que realmente se constatou o excesso desses membros do Ministério Público, e o Conselho precisa coibir.

Respondendo ao Aécio Neves diria que esses mecanismos são resultantes da aplicação e da concretude das normas vigentes para coibir esses excessos dos poucos membros do Ministério Público que ainda insistem em abusar do exercício democrático na relação com a mídia. Mas pretendemos e temos discutido – isso é objeto de uma ampla discussão no Conselho – a edição de um código de ética. Temos um código de ética na advocacia brasileira; temos um código de ética na magistratura brasileira; temos um código de ética no Senado Federal, na Câmara dos Deputados para verificar as condutas deontológicas de seus membros integrantes, mas não temos infelizmente ainda um código de ética para disciplinar as normas deontológicas no âmbito do Ministério Público. Essa é uma proposta que pretendemos implementar no decorrer dessa nossa gestão, se V. Exªs entenderem que poderemos ser reconduzimos para mais um mandato.

Quando se fala em hierarquia, o que foi colocado com muita peculiaridade pela Conselheira Tais, é essa hierarquia administrativa do Ministério Público, porque, querendo ou não, o Ministério Público se coloca dentro de determinados quadrantes da República a que as

outras instituições não se submetem. E, o Ministério Público, como diz um Procurador conhecido de todos nós, um brilhante Procurador, diga-se de passagem, o Procurador-Geral do Estado do Mato Grosso, Marcelo Ferro, não é como os militares, porque não existe hierarquia, e não é como o Judiciário, porque não existem instâncias.

Então, como tratar essa instituição? Acho que a fórmula de resolução é muito simples: é a lei. A lei tem que ser limite de conduta para todos aqueles que operam no Direito, e não seria diferente para o Ministério Público. A imposição desse limite ao Ministério Público é o respeito à lei. A lei tem que servir para a magistratura, para a advocacia, para a sociedade brasileira, mas, sobretudo, para o Ministério Público, que é o grande responsável pela fiscalização das outras instituições.

Com certeza, não pretendo concluir todas as respostas, Senadores. Se for o caso, estou à disposição para a repergunta e acredito que a Conselheira Tais irá suplementar aquelas falhas que certamente irei cometer em não responder a todas as indagações, mas, apenas para arrematar, o que se afere da atividade político-partidária é o exercício de cargos públicos. Confesso que tenho repetido, Senador Demóstenes, e por diversas vezes fiz esse relato a V. Exª, que não tenho absolutamente nada contra membro do Ministério Público exercer atividade político-partidária. O que não posso concordar é com o advento da Emenda nº 45, que introduziu no Ordenamento Jurídico Brasileiro, no art. 28, § 5º, alíneas "e" e "f", cláusulas de vedações para que membros do Ministério Público pudessem exercer atividade político-partidária. Eu não consigo compreender como podemos garantir a uma instituição, como o Ministério Público, os melhores dos mundos. Quais os melhores dos mundos? O melhor do mundo quando diz respeito às prerrogativas e garantias que são da magistratura – tanto é que na Roma Antiga dizia-se que o Ministério Público é a magistratura em pé – e, ao mesmo tempo, garantirmos aos membros do Ministério Público as prerrogativas e as liberdades e liberalidades da Defensoria Pública, dos delegados de Polícia. Entendo que o Ordenamento Jurídico Brasileiro não compatibilizou essas normas através da Emenda nº 45, aprovada pelo Congresso Nacional.

Tenho pautado, tenho defendido no Conselho, que devemos cumprir a Constituição, exceto se sobrevier uma nova interpretação do Supremo Tribunal Federal. Pelo menos no que diz respeito aos últimos julgados e, em especial, ao julgado, salvo engano, do mês de setembro do ano passado, em que analisou um caso concreto em série de mandatos de segurança, o Supremo Tribunal Federal, a unanimidade de seus membros e de sua composição, entendeu que é incompatível com o Ordenamento Jurídico Constitucional o exercício de atividade político-partidária por parte de membros do Ministério Público.

Acredito que o legislador constituinte privado não fez isso por acaso, porque à magistratura e ao Ministério Público, sobretudo àqueles que sucederam a Constituição de 1988, a Emenda nº 45...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me, só para contribuir com o debate.

O SR. ALMINO AFONSO FERNANDES – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Dr. Almino, o Supremo, na realidade, tem diversos julgados. Como sou do Ministério Público e estou na ativa, em relação a quem entrou anteriormente a 1988, não há qualquer dúvida. Por unanimidade, o Supremo entende que tem direito a atividade político partidária. É o meu caso: sou um membro da ativa, licenciado. Também o Supremo abriu uma exceção para quem está na continuidade do mandato. Esse julgado, se não me engano...

O SR. ALMINO AFONSO FERNANDES – É o caso de Santarém.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Santarém, exatamente. A Prefeita de Santarém, que já estava, veio perdendo sucessivamente. O Supremo decidiu que, embora ela seja posterior a 1988, mesmo sendo a entrada dela na política posterior à Emenda nº 45, mas não se sabe por que razão foi deixada, e como ela havia sido eleita e estava no mandato, ela teria direito a reeleição. Também é matéria pacificada.

Lembro-me que na Emenda nº 45, eu apresentei uma emenda que faz parte hoje da PEC paralela do Judiciário, que dá direito à atividade político-partidária para quem ingressou na instituição até a promulgação dessa outra emenda, que deverá acontecer, porque entrou com atividade político-partidária permitida e, em seguida, isso lhe foi subtraído.

Há uma possibilidade de discussão, acredito eu, ainda não esgotada pelo Supremo Tribunal Federal, que é justamente em relação às pessoas que entraram antes da promulgação da Emenda nº 45. Por quê? É claro que não existe direito adquirido?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perdão. Sr. Presidente, só para esgotar isso aí.

Não existe direito adquirido em relação à Constituição.

Em relação a desempenhar determinadas atribuições, parece-me que o Supremo ainda está a dever esse posicionamento. É claro que qualquer um que for entrar pedindo para ter atividade político-partidá-

ria, como é vedado expressamente pela Constituição, isso aí é líquido e certo. Mas há determinados casos em que o Supremo já reconhece esse direito e alguns outros que, na minha opinião, estão pendentes de uma discussão mais aprofundada.

O SR. ALMINO AFONSO FERNANDES – Senador, eu agradeço pela contribuição, sempre brilhante, oportuna as intervenções de V. Exª.

Concordo que realmente existem algumas exceções no que diz respeito ao exercício da atividade político-partidária e mesmo para o exercício de outras funções afetas aos órgãos superiores do Ministério Público, como é caso do exercício, no Executivo, de cargos de secretários para aqueles que ingressaram antes da Constituição de 1988.

A resolução do Conselho Nacional do Ministério Público que se pretende revogar neste momento perante o Conselho e que, com todo o respeito àqueles que divergem da nossa posição, eu votei no sentido de que nós mantivéssemos, porque entendi que era uma das resoluções mais prestigiadas pelo Supremo Tribunal Federal, editada pelo Conselho, faz observância a todas essas exceções apresentadas por V. Exª, porque compreende que aqueles que ingressaram, como V. Exª, no Ministério Público em data anterior à Constituição de 1988 detêm essa condição de exercer com plenitude a atividade político-partidária. Mas, aqueles que ingressaram posteriormente à Emenda nº 45, como bem disse V. Exª, estariam obstados de exercerem a atividade político-partidária, exceto se pedirem exoneração do cargo, como é o caso do Senador Pedro Taques, que, com muita coragem, abriu mão do exercício de uma brilhante carreira do Ministério Público Federal para concorrer a um cargo eletivo, razão pela qual eu jamais poderia ser contra esse exercício da atividade político-partidária. Gostaria de que o Senado Federal sempre tivesse, em seus quadros, Senadores tão brilhantes como V. Exª.

Penso que, com essas considerações feitas e rogando pela supressão das minhas falhas pela eminente Conselheira Taís Ferraz, eu dou por concluída a minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra, para responder às indagações do Senador Aécio Neves e do Senador Pedro Taques, que surpreende a cada dia todos nós aqui nesta Comissão. Eu não sabia que V. Exª tinha renunciado a uma carreira tão brilhante para fazer outra carreira mais brilhante ainda, que é a de Senador da República.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se V. Exª me permite, eu entrei no Ministério Público Federal após 1988. Entrei em 1995, antes da Emenda Constitucional nº 45.

A construção do Senador Demóstenes é absolutamente perfeita. Você não pode ter numa sociedade um meio cidadão. Apesar da minha altura, eu era um meio cidadão. Por quê? Eu só tinha capacidade política ativa. Eu só votava, mas não podia ser votado. Isso só existe – como a jabuticaba –, Sr. Presidente, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Opção corajosa de V. Exª: submeter-se ao julgamento do povo do Mato Grosso.

Tem a palavra a Drª Taís.

A SRª TAÍS SCHILLING FERRAZ – Senador Aécio, procurando responder bem objetivamente a sua indagação: como é que o Conselho Nacional do Ministério Público pode fazer para coibir situações de abuso, o exercício do poder disciplinar pelo Ministério Público se exercita de maneiras já bem determinadas, bem delimitadas, por meio do próprio Regimento Interno. A pessoa que tem alguma denúncia a fazer em relação à atuação do Ministério Público pode fazê-lo ou perante a Corregedoria local ou diretamente perante o Conselho Nacional.

Nós temos um sistema que funciona da seguinte forma, inclusive para que haja um estímulo a uma atuação cada vez maior e mais proativas das corregedorias locais: quando o cidadão representa diretamente perante o CNMP, a primeira coisa que o Corregedor Nacional de Justiça faz é comunicar à Corregedoria de origem que houve a instalação de uma representação de caráter disciplinar e indagar ao Corregedor se, naquela Corregedoria, já tramita alguma apuração relativa à mesma suposta falta funcional. Se não tramita, nesse mesmo oficio encaminhado, o Corregedor já deixa então assentado que deverá se fazer aquela apuração, ainda que em caráter de sindicância, e que, num prazo delimitado pelo nosso Regimento Interno, se faça a comunicação à Corregedoria Nacional sobre as conclusões daquela sindicância que ocorreu em âmbito local. Então, nesse prazo, o corregedor local comunica à Corregedoria Nacional e, às vezes, acontece um arquivamento, porque se entende que não havia falta funcional ou que ela não ficou comprovada. Então, o Corregedor Nacional faz a análise do resultado daquela sindicância. Concordando com o resultado, ele também se dá por satisfeito, mas, se ele verificar que não foi suficiente aquela investigação, ele mesmo pode, então, propor perante o CNMP, a instauração, a revisão daquela decisão, e a instauração de um PAD. O procedimento administrativo disciplinar pode ocorrer tanto na origem como perante o Conselho Nacional.

O que se procura fazer é evitar que haja duas instâncias disciplinares. O Conselho Nacional tem atu-

ado na omissão, na inércia ou quando não concorda as conclusões da corregedoria local.

Também há a possibilidade de ter sido instaurado não apenas a sindicância, mas um processo administrativo perante a corregedoria local e o Conselho Nacional tem uma competência revisional, nesse caso. Pode ser que esse PAD já tenha sido decidido, que já tenha sido aplicada uma penalidade ou não tenha sido aplicada. Nesse caso, aquele que se sentiu prejudicado pode entrar com um pedido de revisão de procedimento disciplinar perante o CNMP e nós então vamos decidir se a pena está correta ou se ela pode ser aumentada, diminuída, excluída. E aqui nós temos um diferencial. A revisão de procedimentos disciplinar permite, inclusive, independentemente de quem seja o seu autor, o agravamento da situação na origem. Digamos que tenha sido aplicada uma advertência...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/ PMDB – CE) – Apenas para que fique mais claro. Existem casos de o Conselho Nacional ter tomado uma posição divergente daquela tomada pela corregedoria local?

A SRª TAÍS SCHILLING FERRAZ – Sim. Tivemos diversos casos em que houve interpretações diferentes de parte do CNMP, inclusive em alguns casos apenas determinando que se instaure o PAD na origem, quando a sindicância nos pareceu que não foi suficiente para esclarecer; em outros casos, determinando a instauração do procedimento administrativo disciplinar no próprio CNMP; e, em outros casos, revisando a pena que foi aplicada. Já tivemos casos em que se aplicou suspensão, na origem, e o Conselho, numa revisão, aplica disponibilidade, aposentadoria compulsória ou mesmo reconhece que é caso de demissão. Nós já tivemos casos de reconhecimento em que a hipótese é de demissão. Então, existem várias formas de o Conselho exercer esse seu papel disciplinar, não apenas por provocação da parte, mas, também, de ofício. Às vezes vem alguma notícia de jornal, às vezes a informação chega para o Corregedor Nacional por outros caminhos. Em tomando conhecimento, ele mesmo pode, então, fazer a instauração de ofício desse procedimento.

Quanto à estrutura, o senhor nos perguntou se a nossa estrutura é suficiente. Diria para o senhor que estamos no caminho de uma estrutura suficiente. Ela ainda não é suficiente, mas nós tivemos, há pouco, a aprovação por este Parlamento do nosso Plano de Cargos, do nosso quadro de servidores. Vamos ter servidores, vamos poder contar, no próximo ano, com 150 novos servidores para o CNMP, a primeira estruturação efetiva que nós temos. Eu diria que em termos de pessoal estamos caminhando muito bem para a estruturação. Em termos de orçamento, temos tido um aumento bastante considerável também nos últimos anos, mas eu diria que nesse aspecto precisamos melhorar porque há alguns projetos atualmente bastante importantes, principalmente na parte de informatização do Ministério Público Brasileiro. O Conselho de Nacional pode fazer esse papel de fomentar a informatização, auxiliando os Estados numa maior informatização, o que é fundamental para uma integração plena com os sistemas do Poder Judiciário.

Estamos no caminho, mas acredito que ainda não chegamos às condições ideais. Acredito que dificilmente um dia se chegue à condição ideal, porque os desafios vão sempre aumentando, na medida em que se vai estruturando.

Senador Pedro Taques, em relação à sua indagação quanto à eventual omissão do Ministério Público em operações midiáticas, quando, eventualmente, se está falando de pessoas que não têm posição privilegiada. O que fazer?

No Conselho Nacional, nós temos um procedimento específico que é a representação por inércia ou por excesso de prazo. Tivemos casos instaurados no CNMP em que o cidadão comum vem ao Conselho Nacional dizendo que sofreu uma agressão e que o Ministério Público não está fazendo nada para acelerar o inquérito em que essa agressão está sendo investigada. Então nós vamos fazer essa avaliação. Pedimos informação e, eventualmente julgamos. Já tivemos casos inclusive de verificar omissão efetivamente do membro e de, consequentemente, instaurar procedimento administrativo disciplinar. Normalmente, isso chega através desse expediente, mas não só através dele, especialmente a representação por inércia.

Então lhe dou um exemplo bem típico do que me aconteceu. Já fui relatora da situação de uma pessoa que sofreu uma agressão dentro do presídio. O familiar dessa pessoa representou ao CNMP dizendo que já foi à policia e ao Ministério Público e que ninguém estava querendo investigar essa agressão, essa tortura que o irmão havia sofrido. Então, nós vamos atrás do membro que seria responsável por aquela investigação e ele vai nos informar que providências têm tomado. Na grande maioria das vezes, o inquérito está em desenvolvimento, porém não chegou ainda à sua conclusão.

Quanto à publicidade na investigação das ações penais, eu acredito que a questão é sempre caso a caso. É dever do Ministério Público, sem dúvida nenhuma, informar. Não temos como, hoje, no Estado de direito, trabalhar sem publicidade, mas essa publicidade tem que levar em consideração, que estamos em uma fase investigativa, de maneira que, quando se dá uma informação, ela tem que ser cautelosa, uma informação

que deixe muito claro que a prova total ainda não foi feita, mas ela é fundamental. Acredito que tenhamos que ter, sim, publicidade, mas com responsabilidade. Alguns casos que, lamentavelmente, chegaram a nós revelaram uma certa precipitação nas informações e, em alguns casos, inclusive a divulgação de informações sigilosas. Quando está em sigilo, efetivamente, não há possibilidade de divulgação. Mas é importante que a sociedade tenha informações bastante objetivas quanto ao andamento das investigações.

O senhor também falou na hierarquia. A minha preocupação, quando falo em hierarquia, é fazer uma comparação com o Poder Judiciário no sentido de que, no Poder Judiciário, vamos ter uma instância final. Além de termos uma hierarquia no âmbito administrativo, também temos uma hierarquia em termos funcionais. Existe um tribunal que vai dar uma decisão final a respeito do caso concreto. No Ministério Público, nós não temos uma autoridade que decide por último a respeito das questões. Um promotor de justiça, quando manda um parecer no primeiro grau, pode dizer "a" e o procurador de justiça, ao se manifestar em segundo grau, pode dizer "b". O que eu defendo não é a uniformidade, de forma alguma, até porque a independência funcional e a autonomia são fundamentais. O que eu defendo é a necessidade do Conselho Nacional trazer à discussão situações em que a mensagem sai de tal forma contraditória para a sociedade que causa, no cidadão, a dúvida: mas, afinal, o que o Ministério Público quer?

Então ocorrem situações em que o Conselho Nacional não quer rever, não tem poderes para rever, mas tem poderes para trazer à reflexão situações em que há uma atuação contraditória. Para resolver, só discutindo, só conversando, só tomando a consciência de que isso vai acontecer apenas por vontade dos próprios membros, por uma conscientização interna, por uma disposição interna de definir, pelos menos, alguns objetivos estratégicos comuns, que é o que estamos tentando fazer através do planejamento estratégico. Mas não defendo de forma alguma a uniformidade.

Por último, a questão da participação do MP nas discussões de políticas públicas sobre segurança. Acho, sim, que ele deve participar das discussões sobre política pública, o que não significa fazer política pública de segurança. Significa participar. Parece-me que o que se demanda muito hoje é justamente esse papel de participar antes que o problema aconteça, durante as discussões, durante a formulação, porque não podemos apenas trabalhar com o Ministério Público laboratório, aquele que identifica o que deu errado e entra com uma ação civil pública para resolver o problema. Nós temos que tentar resolver o problema antes que ele aconteça. Então, acho fundamental que o Ministério Público tenha espaço para discutir, para estar próximo, para, inclusive, prestar algumas orientações no momento da formulação das políticas. De forma alguma, substituindo aqueles que têm o poder de fazer a política pública de segurança.

Acredito que seriam essas as respostas e fico à disposição também para algum esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Satisfeitos, Senador Aécio? Satisfeito, Senador Pedro Taques? (*Pausa.*)

O último Senador inscrito é o Senador Alvaro Dias. Em seguida, vamos passar ao processo de votação nominal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, indagaria aos dois jovens conselheiros, Drª Taís e Dr. Almino Afonso – este último, aliás, tem um nome que deve ser um homenagem a um grande político, a um grande líder, a um grande parlamentar, Almino Afonso –, recentemente tivemos uma decisão do Procurador-Geral da República muito discutida, muito polêmica, muito contestada, que foi o arquivamento da representação dos partidos de oposição nesta Casa referente a denúncias contra o ex-Ministro Palocci. A indagação que faço vem exatamente na esteira desse propósito de preservar a independência do Ministério Público. A decisão ocorreu na antevéspera da recondução do Procurador-Geral e isso ensejou especulações sobre a natureza da decisão, a motivação da decisão, que foi opção do Procurador-Geral. Sem fazer juízo de valor, sem discutir o mérito, a indagação que faço, diante desse cenário, é se há alternativa para mudanças no sistema de escolha do Procurador-Geral da República e se o processo de recondução é recomendável em função de circunstâncias como essas.

Esse fato teve grande repercussão no País, as denúncias são da maior gravidade, os indícios são da maior seriedade. Mas, apesar da força dos indícios, a decisão do Procurador foi pelo arquivamento.

Portanto, a indagação é feita sobre o modelo de indicação do nome do Procurador-Geral da República, sobre a possibilidade de recondução e também sobre quem controla o Procurador-Geral da República.

Essas são as indagações que faço aos dois sabatinados de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Por último, tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, nem vou fazer indagações. Como membro desta Casa, tenho um estilo diferente de agir com os indicados, até porque, a partir da visita deles ao meu gabinete e da apresentação dos seus currículos, procuro investigar muito, junto com minha assessoria,

para ver a quem vou dar meu voto. Busco verificar a vida pregressa dos sabatinados e suas ações dentro da atividade. E, de fato, conheço muito bem os dois sabatinados. Vou esperar para dar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra, primeiro, ao Dr. Almino Afonso e, em seguida, à Drª Taís Schilling, para responderem à indagação do Senador Alvaro Dias.

O SR. ALMINO AFONSO FERNANDES – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, é uma honra muito grande ser presidido por V. Exª, meu conterrâneo de Goiás.

Senador Alvaro Dias, é extremamente oportuna a pergunta que V. Exª dirige aos sabatinados, porque nos vai permitir imergimos um pouco na composição dos Conselhos Nacionais.

Quero dizer – e direi isto em tese, tendo em vista que podemos ser instados, a qualquer momento, a nos manifestar sobre o mérito propriamente dito de omissão ou inércia ou até mesmo de abuso por parte de um membro do Ministério Público, como, por exemplo, o Procurador-Geral da República – que entendo que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), diversamente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é efetivamente um órgão de controle externo. Por quê? Porque o Conselho Nacional do Ministério Público não está subordinado ao Ministério Público, não é órgão do Ministério Público, diversamente do Conselho Nacional de Justiça, que é um órgão da Magistratura, do Poder Judiciário. O orçamento do Judiciário é uma unidade orçamentária do Poder Judiciário brasileiro. Portanto, o CNJ não tem qualquer jurisdição sobre o Supremo Tribunal Federal (STF). Mas o Conselho Nacional do Ministério Público não é um órgão do Ministério Público brasileiro, é um órgão independente e autônomo. Assim como é o Ministério Público, o Conselho Nacional do Ministério Público é um órgão autônomo. Em que pese sua composição majoritária ser de membros egressos do Ministério Público, dentro dessa composição plural, ele exerce o controle externo sobre todos os membros do Ministério Público brasileiro, incluindo o Procurador-Geral da República.

Então, penso que há mecanismos já previstos no próprio ordenamento jurídico constitucional, criado por meio da Emenda nº 45, que permitem que o Conselho se manifeste sobre a autoridade máxima do Ministério Público brasileiro, que é o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público. Havendo excesso ou omissão, o Procurador-Geral da República, independentemente de quem quer que seja, está sujeito ao controle disciplinar do Conselho Nacional do Ministério Público e, de forma de responsabilidade, penso, pelo Parlamento, que tem a capacidade de sabatiná-lo e até mesmo de imputar-lhe o *impeachment*. Esse ato composto, em que diversas autoridades manifestam sua vontade, permite que nenhuma autoridade da República esteja isenta de qualquer tipo de fiscalização, no meu modesto entender.

Então, a minha opinião em relação a isso é que, sem adentrar no mérito, que o Procurador Geral se submete ao controle jurisdicional do Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Pois não, com a palavra V. Exª

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, obrigado.

Sem querer polemizar, eu quero expressar a minha discordância, com todo o respeito, ao que foi dito pelo Conselheiro Almino.

O Conselho Nacional do Ministério Público não tem atribuição constitucional para adentrar no exercício das atribuições constitucionais de qualquer membro do Ministério Público. Se o senhor me permite, não foi essa a vontade do legislador constituinte derivado. O Procurador Geral da República, nessa decisão que o Senador Álvaro Dias fez referência, nós podemos com ela discordar. E eu discordo dessa manifestação dele. Mas a Constituição da República garante também ao Procurador Geral da República a independência no exercício das suas atribuições e não cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público, com respeito à opinião de V. Exª, fazer qualquer ingerência sobre a manifestação do Procurador Geral da República.

Aqui, nós temos uma omissão constitucional. Qual é esta omissão constitucional? No que tange aos Procuradores Gerais de Justiça, a Lei nº 8625, de 1993, estabelece esse controle. Agora, no que toca ao Procurador Geral da República, a Lei Complementar nº 75, de 1993, não estabelece esse Mecanismo de controle. Existe jurisprudência já consolidada do Supremo Tribunal Federal dizendo que a manifestação do Procurador Geral da República, neste caso, não pode ser passiva inclusive de manifestação do Supremo Tribunal Federal, a não ser a sua, digamos – não utilizando um termo jurídico –, homologação. Não é tecnicamente jurídico esse termo.

Eu só queria expressar a minha discordância no tocante ao Conselho Nacional do Ministério Público fazer qualquer ingerência, qualquer gestão para modificar manifestação de membro do Ministério Público no exercício de suas atribuições constitucionais. Aí nós teríamos um controle que não é expresso na Constituição, e respeito a posição de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. Bloco/DEM – GO) – Me permita, eu acho que os dois responderam coisas distintas. O Senador Pedro Taques respondeu com muita propriedade que o ato não pode ser revisto, e não tem essa previsão.

Mas o que perguntou, parece-me, o Senador Álvaro Dias é se a decisão realmente fosse motivada pelo desejo da recondução, ou seja, aí o Conselho poderia tomar...

Parece-me que a resposta foi dada nessa direção, não é?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A indagação é de modo geral. A indagação teve dois objetivos: uma, é estabelecer com clareza se há quem controle o Procurador Geral da República, e o Senador Pedro Taques discorreu sobre isso. Exatamente em razão da argumentação do Senador Pedro Taques nós evitamos que uma iniciativa dessa natureza se desse entre os oposicionistas. Houve uma sugestão oriunda da Câmara dos Deputados, de que deveríamos recorrer ao Conselho do Ministério Público, em razão de uma decisão do Procurador Geral da República contestada. Não o fizemos exatamente em razão dessa argumentação do Senador Pedro Taques.

A pergunta, portanto, tem o objetivo de estabelecer com clareza se há a hipótese de controle, e em qual das hipóteses há a possibilidade do exercício desse controle, ou se não há.

A outra questão é a respeito do modelo de escolha. A decisão do Procurador Geral da República, quer queiram, quer não queiram, autorizou pessoas a admitirem a hipótese de que houve um interesse subjacente na sua decisão, que seria a sua recondução ao cargo.

O SR. ALMINO AFONSO FERNANDES – Perfeito. Apenas para esclarecer, Senador, se o Sr. Presidente me permitir. Não há ponto de divergência, como muito bem colocou aqui o Senador Demóstenes. Há um ponto de convergência. A autonomia funcional de um membro do Ministério Público, a intervenção do Conselho Nacional na atividade fim do Ministério Público é inconcebível, até porque nós temos defendido que isso não é um patrimônio nem do Ministério Público, mas da sociedade brasileira. Ele precisa dessa independência funcional, porém os excessos e omissões no exercício de suas atividades, esses sim podem ser objeto de correção pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Então, acho que estávamos falando sobre os mesmos temas, mas com uma conotação diferente e a observação de V. Exª oportunizou que esclarecêssemos aquilo que é excesso, omissão da atividade-fim do Ministério Público que não é suscetível de controle pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Era apenas essa a observação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, queria propor a V. Exª que abrisse a votação em função das demandas que são muito grandes. Eu, pelo menos, agora ao meio-dia, tenho que estar com a Presidenta da Republica, junto com a minha bancada e não gostaria de sair sem votar, como todos os outros Senadores que têm outras atividades.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para se ver como foi boa a queda do Palocci. Já vai ser recebido pela Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E olha que eu profetizei!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, V. Exª está com pressa e eu vou passar a palavra para a juíza Taís para que ela conclua o raciocínio em relação ao questionamento feito pelo Senador Alvaro Dias. Em seguida, vou abrir a votação.

A SRª TAÍS SCHILLING FERRAZ – Senador Alvaro Dias, até por ser magistrada de carreira, para mim, seria absolutamente temerário fazer qualquer juízo de valor sobre a decisão do Procurador Geral da República, até porque não conheço os autos, não tive acesso a essas informações, mas acredito também que, em tendo sido uma decisão tomada no âmbito da atividade-fim do Ministério Público, o Conselho Nacional não tem como fazer a reavaliação, a revisão dessa decisão. Claro que se houver hipótese – e nós não estamos falando disso aqui –, vamos trabalhar em tese com a possibilidade de uma situação de improbidade administrativa e o próprio controle poderia ser feito por esta Casa em sede de crime de responsabilidade, o que não se está cogitando no caso concreto – que fique muito claro.

Mas o Conselho tem sim a possibilidade de fazer o controle do ponto de vista administrativo dos atos do Procurador Geral. Então, se houver um erro praticado no curso de uma licitação, durante a sua atividade como gestor, sem dúvida nenhuma, ao Conselho compete exercer esse controle administrativo.

O senhor perguntou também sobre a forma de escolha. Sempre se pode democratizar mais a forma de escolha das autoridades. Eu acredito até que esta é uma forma de escolha bastante democrática, mas tem se falado em possibilidade de eleições com maior número de eleitores, para esse caso específico, porque hoje se faz uma eleição informal – é a Associação Nacional dos Procuradores da República que faz

essa eleição informal – e acaba que são escolhidos até hoje, indicados, membros do Ministério Público Federal. Eventualmente poderia se ampliar isso para todo o Ministério Público ou pelo menos para todo o Ministério Público da União.

Hoje em dia, o Presidente tem procurado escolher ou, por alguma razão, tem prestigiado essa indicação da própria carreira, não estaria obrigado a fazê-lo, mas tem prestigiado e isso tem sido sempre muito bom, porque aquele que chega já chega com uma legitimidade bastante grande. Então, eu sempre acho que pode haver mecanismos para aperfeiçoar e vejo que umas das discussões que tem surgido é justamente para ampliar essa possibilidade de eleições.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar início à votação.

Votação nominal: ficha rosa, Drª Taís; ficha amarela: Dr. Almino.

Como vota o Senador José... *(Pausa.)*

Desculpe, é secreta.

(procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está encerrada a votação. Encerrada a distribuição aqui na mesa.

Os Srs. Senadores podem continuar votando.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Todos os Srs. Senadores já votaram? Posso encerrar a votação?

Vocês estão dando parabéns antes da hora, porque não sabemos se eles serão aprovados. Ainda temos que apurar as urnas.

Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Já votei, mestre.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres e Senador Lindbergh, convido V. Exªs para fazerem a apuração, para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para a recondução da Juíza Taís Schilling Ferraz ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público:

Votaram SIM 22 Srs. Senadores.

Não houve voto contrário.

Houve uma abstenção.

Total: 23 votos.

A recondução da Drª Taís Schilling Ferraz foi aprovada.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

Para a indicação do Dr. Almino Afonso Fernandes para compor o Conselho Nacional do Ministério Público:

Votaram SIM 22 Srs. Senadores; e NÃO 1.

Não houve abstenção.

Total: 23 votos.

A indicação do Sr. Almino Afonso Fernandes foi aprovada.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Parabéns à Drª Taís e parabéns ao Dr. Almino Afonso.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2011. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta minutos do dia primeiro de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Marinor Brito, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Vital do Rego e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Magno Malta, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Marisa Serrano, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 28/11–CE, de autoria dos Senhores Senadores Marisa Serrano, Marinor Brito, Cristovam Buarque e Paulo Paim, destinado a promover a quarta discussão sobre o Plano Nacional de Educação, com o tema **"O Ensino Fundamental, a Educação Integral e a Educação para Jovens e Adultos (EJA)**. Como expositores, comparecem à

Audiência Pública o **Senhor Timothy Denis Ireland, Especialista em Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, Secretária Municipal de Educação da Prefeitura de Campo Grande – MS; Senhor Mozart Neves Ramos, Membro do Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação e Membro Titular do Conselho Nacional de Educação – CNE; Senhora Carmen Isabel Gatto, Coordenadora Geral de Educação de Jovens e Adultos – CGEJA/MEC e Senhor Carlos Eduardo Sanches, Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra a Senhora Senadora Marinor Brito, autora do Requerimento, e os Senhores Senadores Cyro Miranda, Waldemir Moka e Lídice da Mata. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque, faz a leitura dos comunicados que se seguem: **Comunicado 01:** "Comunico a Vossa Excelência os prazos para a apresentação de emendas para a LDO 2012, perante esta Comissão. a) Abertura do prazo: dia 01 de junho, quarta-feira. b) Encerramento: dia 07 de junho, terça-feira, até as 18 horas e 30 minutos, impreterivelmente. As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas já disponibilizado pelo PRODASEN e, a via impressa assinada pelo Senador membro, entregue na Secretaria da Comissão. Não serão consideradas as emendas enviadas fora do prazo estabelecido. A reunião para apreciação das emendas será realizada na quarta-feira, dia 08 de junho, após a 24ª Reunião desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** "Convido os Senhores Senadores para o lançamento dos Anais do Seminário Internacional Educação e Meio Ambiente, a ser realizado no dia 8 de junho do corrente, quarta-feira, a partir das 18h30, no hall da Biblioteca do Senado Federal. O Seminário Internacional Educação e Meio Ambiente foi realizado por essa Comissão em parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, no período de 11 a 14 de novembro de 2010, com objetivo de debater o papel das políticas públicas com viés educacional na busca de uma consciência ambiental, sob a ótica das experiências nacionais e internacionais. O convite foi enviado ao e-mail dos Senhores Senadores". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 03:** "Comunico aos Senhores Senadores que a Comissão disponibilizou, em sua página no site do Senado Federal, o documento encaminhado pelo Ministério da Educação "PNE 2011-2020: METAS E ESTRATÉGIAS", elaborado com o intuito de fornecer subsídios para a análise e discussão das propostas constantes do Projeto de Lei n° 8.035/2010, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio de 2011-2020 e dá outras providências". O endereço eletrônico para consulta é www.senado.gov.br => Atividade Legislativa => Comissões do Senado => Permanentes => Comissão de Educação, Cultura e Esporte => Diversos => Plano Nacional de Educação". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 04:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse do Professor Luiz Pedro San Gil Jutuca no cargo de Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e da recondução do professor Damião Duque de Farias como Reitor da Universidade Federal da Grande Dourados do Estado do Mato Grosso do Sul, a ser realizada no dia 3 de junho do corrente, sexta-feira, às 10:00h, na Sala de Atos, 9º andar, edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília". A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 28/11, da Comissão de Educação, de autoria das Senadoras Marisa Serrano e Marinor Britto, que está conosco, e dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, eu próprio, para a realização desta audiência destinada a debater o ensino fundamental, a educação integral e a educação para jovens e adultos (EJA) no Plano Nacional de Educação.

Dando início à audiência pública, solicito ao secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Nós estamos recebendo os nossos convidados, o Prof. Timothy Denis Ireland, a Prof. Maria Cecília Amendola da Motta, o Prof. Mozart Neves Ramos, a Prof. Carmen Isabel Gatto e o Prof. Carlos Eduardo Sanches.

Eu já os cumprimentei na sala da secretaria, por isso não lhes estou dando a atenção e o cumprimento devidos aqui.

Nós temos cinco convidados muito especiais. O Prof. Timothy é especialista em educação da Unesco; a Prof. Maria Cecília é Secretária Municipal de Educação da Prefeitura de Campo Grande, Mato Grosso do Sul; o Prof. Mozart Neves Ramos é membro do Conselho de Governança do Movimento Todos Pela Educação e membro titular do Conselho Nacional de Educação; a Prof. Carmen Isabel Gatto é Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos; o Prof. Carlos Eduardo Sanches é representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Eu lembro a todos que o tema é o ensino fundamental, a educação integral e a educação para jovens e adultos (EJA) de acordo com o que está no Plano Nacional de Educação II, que está neste momento em discussão no Congresso.

O que nós queremos saber é se o que está ali está de acordo com o que se espera para o Brasil do ponto de vista da ambição das metas e do ponto de vista dos meios a serem utilizados. É uma discussão, portanto, do ponto de vista de estratégia nacional, de política nacional, e de técnica, também, do ponto de vista da forma como se propõe.

Eu vou dar início à audiência passando a palavra, na ordem dos que eu convidei, ao Prof. Timothy Denis Ireland. Nós vamos dar um prazo de 15 minutos e, obviamente, podemos ter certa flexibilidade, mas não grande, para que isso aqui não se prolongue muito, o que dificulta depois a exibição na TV Senado, que é o verdadeiro objetivo que nós temos.

Prof. Timothy com a palavra.

O SR. THIMOTHY DENIS IRELAND – Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar os outros membros da Mesa e o Senador Cristovam.

Eu queria dedicar a minha fala mais especificamente à questão da educação de jovens e adultos, inclusive colocando como uma questão geral para o Plano Nacional de Educação ver a educação geral na perspectiva de aprendizagem ao longo da vida. E eu espero que o Senador Cristovam, como membro do *Executive Board* do UIL, o Instituto de Aprendizagem ao Longo da Vida, em Hamburgo, vá concordar. Parece-me que essa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida é importante não somente para a educação dos jovens e adultos, mas também para a educação como um todo, para ver a educação como um processo que inclui tanto a educação de crianças como a educação de jovens e adultos.

Eu queria só usar duas citações para talvez prender um pouco mais a atenção. É uma citação de uma inglesa, Hannah More. Há uns 160 anos, ela declarou: "De todas as loucas invenções e instrumentos da nova voga que pretendem arruinar o país, o de ensinar os pobres a ler é o pior".

Um pouco mais recentemente, em 1991, o Ministro da Educação do Brasil afirmou: "Alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar. Vamos concentrar nossos recursos em alfabetizar a população jovem. Fazendo isso agora, em dez anos desaparece o analfabetismo". Infelizmente, não desapareceu em dez anos. Ainda em 2011, temos em torno de 14 milhões.

Então, eu acho que o próprio plano reflete uma visão importante da educação de jovens e adultos, mas ao mesmo tempo acho-o um pouco restrito. E eu fui buscar o Marco de Ação de Belém.

O Marco de Ação de Belém foi uma declaração assinada pelo Brasil na Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, realizada em Belém, em 2009. Foi a sexta conferência organizada pela Unesco. É um evento que acontece de dez em dez, ou de doze em doze anos, de grande importância. Em termos de conceito, entendeu-se, em Belém, o que é a educação de jovens e adultos neste sentido:

Aprendizagem e educação de adultos atendem às necessidades de aprendizagem de adultos e de idosos. Aprendizagem e educação de adultos abrangem um vasto leque de conteúdos – aspectos gerais, questões vocacionais, alfabetização e educação da família, cidadania e muitas outras áreas – com prioridades estabelecidas de acordo com as necessidades específicas de cada país.

Então, acho que engloba tanto o que nós consideramos como educação de adultos no aspecto escolar, a educação compensatória ou reparatória, como nesse sentido muito mais amplo, que envolve também a questão da qualificação profissional.

Em Belém, assinou-se, acordou-se um documento que se chama Marco de Ação de Belém. Esse Marco apresenta sete eixos que são importantes. Nesses sete eixos, eu tentei apontar questões que são para mim importantes em relação a como concebemos o Plano Nacional de Educação.

Primeiro, eu acho que a alfabetização tem que ser vista como algo contínuo, não é um período em

que se alfabetiza, pronto, e passa-se para outra fase. A alfabetização é um processo que dura vários anos. Não há como alfabetizar uma pessoa em três ou quatro meses e, depois, achar que ela está pronta para continuar a sua vida escolar ou a sua aprendizagem. Há que se ter a concepção de alfabetização como um processo ao longo de vários anos. Então, qualquer tentativa de resolver a alfabetização em forma de campanha emergencial, realmente, não vai resolver o problema.

Em termos de política, eu acho que o plano já aponta a necessidade de políticas que contenham pleno financiamento, planos bem focados de legislação para garantir a alfabetização de adultos, a educação de adultos e a aprendizagem ao longo da vida. Acho que pelo menos a alfabetização e a educação de adultos são bem contempladas.

Uma questão que eu acho fundamental e que não sei se o plano vai poder contemplar é a questão da governança. A educação de adultos é uma área que tem interfaces com muitas outras áreas, como saúde trabalho, cultura, justiça, etc. Então, há uma necessidade de ter um apoio e cooperação intrasetorial e intraministerial. Por exemplo, para o Programa Brasil Alfabetizado funcionar precisa de um acordo com o Ministério da Saúde para oferecer óculos para os alfabetizandos. Então, há uma série de questões nas áreas do trabalho, da Justiça, por exemplo, relativas à educação e prisões, que demandam uma coordenação e uma articulação importante entre os Ministérios e entre setores; governo e sociedade civil também. Então, isso é uma área que, acho, precisa de uma atenção bastante especial.

Financiamento.

O documento sugere que se deveria alocar pelo menos 6% do PIB para a educação, mas aumentar a proporção do orçamento da educação para a educação de jovens e adultos.

Em termos de participação, eu acho que a própria Constituição de 1988 garante o direito à educação para jovens e adultos que não tiverem esse direito respeitado. É importante ver depois os dados, que eu queria apresentar, em termos do tamanho do desafio que temos para os próximos 10 anos.

Qualidade.

Precisamos reconhecer que a educação de jovens e adultos é de responsabilidade dos Governos Federal, Estadual e Municipal, mas também há uma participação da sociedade civil bastante importante nesse processo, que precisa ser reconhecido e incluído, e não há como garantir uma educação de qualidade para jovens e adultos sem concentrar, sem dar uma atenção muito especial para a profissionalização do professor, do educador de jovens e adultos.

A maioria dos educadores que trabalha com jovens e adultos nas redes Estaduais e Municipais não teve nenhuma formação específica e foi aproveitada; foram professores que começaram suas carreiras dando aulas para crianças e, depois. migraram ou foram aproveitados para jovens e adultos.

Eu acho que, em último lugar, é essencial que se analise regularmente dados, acompanhando o que está sendo feito em termos de educação de jovens e adultos nas redes, para se ter uma avaliação mais concreta dos programas em andamento.

Rapidamente, eu queria colocar alguns dados que não são dados novos, mas que ilustram muito bem o tamanho do desafio.

Os dados mais recentes mostram que temos cerca de 52 milhões de alunos no ensino básico.

Desses 52 milhões, quase 4,5 milhões estão na educação de jovens e adultos entre ensino fundamental e ensino médio.

Os dados que são preocupantes e que têm de ser levados em consideração quando pensamos no plano são, primeiro, a matrícula em educação de jovens e adultos, que vem caindo nos últimos anos, especialmente no primeiro segmento, em que deveria haver um aumento, porque o Programa Brasil Alfabetizado está encaminhando alunos recém-alfabetizados para continuarem os seus estudos.

E é preocupante na medida em que há uma queda quando há um aumento de financiamento. O próprio Fundeb, pela primeira vez, estabelece recursos estáveis para a educação de jovens e adultos, e foram quase R$11,5 bilhões para a área que deveria garantir um aumento e não um declínio na matrícula.

O Pnad 2009 mostra que temos 57 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentaram ou não terminaram o ensino fundamental. O que isso significa? É a demanda potencial para a educação de jovens e adultos. Nós temos 53 milhões de alunos na educação básica e temos uma demanda potencial de mais que isso para a educação de jovens e adultos.

(Próximo, por favor.)

Só para arredondar: o número de analfabetos que ainda precisam adquirir o seu direito à educação é de mais de 14 milhões de jovens e adultos, que chamamos de analfabetos funcionais, que não têm 4 anos de estudo, somando todos dá quase 60 milhões.

(Próximo, por favor.)

Quanto ao atendimento atual à alfabetização, em torno de 11,5% da demanda está sendo atendido; no ensino fundamental, 7,5% e, no ensino médio, 7,4%. Então, nem chegamos a atender 10% da demanda no ensino fundamental e no ensino médio.

Os desafios que eu queria apontar.

Primeiro, o grande desafio de entender a educação, não só a educação de jovens e adultos, mas a educação como um todo, nessa perspectiva da aprendizagem e educação ao longo da vida, seria o conceito que fundamenta, que dá o alicerce para todo o processo da educação.

Em segundo lugar, acho que precisamos universalizar a alfabetização, não precisamos erradicar o analfabetismo. Erradica-se uma doença, e o analfabetismo não é uma doença; é uma falta de respeito com o direito à educação. Então, erradicar não; universalizar sim. E levando-se em consideração que alfabetização é algo contínuo, não é uma passagem de alfabetização para pós-alfabetização.

Acho que essa questão da educação de jovens e adultos com formação profissional fundamental está contemplada no plano, mas talvez seja preciso sonhar mais alto. Há necessidade de uma diversidade de respostas. Como a educação de jovens e adultos é muito heterogênea, muito diversa, não há uma resposta que resolva o problema. Nós precisamos de vários programas que ofertem respostas diferentes para necessidades diferentes, para os jovens, para o adulto, para as pessoas idosas, que também têm o seu direito.

O penúltimo ponto é a questão da intersetorialidade, de que eu tinha falado antes, a importância dessa interface entre a educação de jovens e adultos e outros campos em que se dá o processo de aprendizagem e educação de adultos, ou seja, saúde, trabalho, agricultura, cultura, desenvolvimentos sustentável etc. E quanto à questão da formação de profissionais, não há como garantir uma educação de qualidade para os jovens e adultos sem investir na formação. Isso implica um envolvimento cada vez maior da universidade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra à Prof. Maria Cecília.

A SRª MARIA CECÍLIA AMENDOLA DA MOTTA – Bom dia, Senador; bom dia, componentes da Mesa.

Eu vou me ater um pouco mais sobre educação integral, porque o Carlos Eduardo, que vai falar pela campanha, vai assumir a questão do fundamental. Mas eu vou passar rapidinho e peço a Ângela para me ajudar com a projeção do material.

Estes são os temas do ensino fundamental que quero abordar: acesso, permanência e inclusão, monitoramento, financiamento e valorização. Mas, como disse, eu vou me ater um pouco mais na educação integral.

(Pode passar, por favor.)

Fizemos a nossa fala baseada no PNE antigo, na Constituição, na lei do nosso Município, no PNE do nosso Município e no PNE que estamos avaliando agora.

Vamos analisar em cima dos nossos objetivos do Município de Campo Grande, que é a consolidação da democracia, no âmbito educativo, buscando desenvolvimento integral dos alunos como seres históricos, singulares e plurais. Então, é dessa maneira que pensamos a educação.

No ensino fundamental, então, estamos ali colocando a Meta 2, que seria universalizar. E, para universalizarmos, não podemos perder de vista a questão da qualidade da aprendizagem. E a qualidade passa pelo acesso, para que a criança fique na escola, pela permanência, pela inclusão. A qualidade passa também pelo monitoramento de aprendizagem, e aí temos vários instrumentos, como o Ideb, o IDE; passa pelo financiamento, porque ninguém faz educação sem financiamento, e passa também por um bom profissional.

Vamos passar rapidinho por esses quatro itens.

Na LDB, estão aqui os objetivos sintetizados. O que é que queremos das crianças? Que leiam, escrevam, analisem; há a questão da tecnologia, das artes, que elas tenham conhecimento e habilidades, e também precisamos do fortalecimento do vínculo familiar. Nesse sentido, o acesso, a permanência e a inclusão existem para que não tenhamos nenhuma criança a menos na sala de aula. Nenhuma menos mesmo, como diz o filme. Há um filme que fala: "nenhuma criança a menos na escola". Para isso, temos que garantir que todas as crianças, jovens e adultos, tenham seus espaços físicos.

Adequar o currículo, cada um: se é de jovens e adultos, se é de jovens, se é de crianças. Articular o atendimento educacional especializado e atender às famílias. Então, para eu poder garantir tudo isso, é preciso que eu tenha espaços adequados para as crianças.

Só vejo também qualidade em educação se pudermos monitorar cada uma das crianças, porque a preocupação do professor – e somos professoras – é poder, por meio da avaliação, enfrentar as dificuldades, enfrentar a diversidade e enfrentar a transitoriedade da sociedade.

Vou falar um pouquinho do Município. Também está aqui, no PNE, que estamos analisando, a questão do monitoramento da avaliação, que é o Ideb.

Para que serve o Ideb para os Municípios? Avalia a aprovação das crianças e avalia o rendimento numa balança muito perfeita, em que não posso aprovar todo mundo sem saber e nem reprovar todo mundo com poucas pessoas sabendo. Queremos uma fórmula matemática interessante; queremos que todas as crianças avancem, mas que aprendam. E essa avaliação serve para as escolas monitorarem crianças individualmente, para orientarem o planejamento, orientarem os se-

cretários, trabalharem com a inclusão, mobilizarem a família em cima das avaliações.

Em Campo Grande, usamos não só o Ideb. Usamos o IDE, que é um instrumento nosso, de avaliação, provinha Brasil, monitoramento. Trabalhamos com educação sempre na perspectiva da avaliação, buscando retomar decisões. Acho que o que estamos fazendo hoje, aqui, na mesa, é avaliar o PNE para propor, então, sugestões.

Portanto, essa balança entre rendimento e aprendizagem é um dos maiores desafios que o Brasil tem. Qual é o desafio? Conciliar redução de percentuais de reprovação e de abandono; diminui, mas garantindo o direito de aprendizagem de cada criança. Para quem está lá na ponta – e aqui estou falando como quem está na sala de aula –, o mais difícil é que as crianças avancem aprendendo e que não fiquem retidas sem saber.

O terceiro item do bom ensino fundamental seria a questão do financiamento. Temos que determinar a origem do recurso, para onde vai, onde é usado, a autonomia dos recursos para quem está ordenando a pasta, maior organização dos conselhos de controle social. E coloquei aqui, ousadamente, 10% de investimento do PIB.

Vou falar um pouco de educação integral, e o Senador esteve em Campo Grande, vendo as duas escolas de tempo integral. Ele percebeu que a estrutura de uma escola de educação integral em tempo integral é muito mais do que estamos pensando.

Quarto. Para termos um ensino fundamental de qualidade, precisamos pensar na qualidade da formação inicial – que discutimos um pouquinho e acho que alguém falará um pouco mais sobre isso –, preparar o professor para assumir. E a formação continuada. No Município de Campo Grande, temos curso de pós-graduação para todos os professores. O Poder Público assume. Então, o que o professor faz? Ele avalia, na sua defesa de monografia, nos cursos de pós, em todas as áreas do conhecimento, ele faz um embate entre a teoria que ele viu no curso de pós e a prática, porque já é formado em sala de aula. E esse embate entre teoria e prática aponta as dificuldades dele ou não. Penso que, se eu tiver um profissional bem formado, com um bom plano de cargo e salário... Porque, depois de fazer especialização, mestrado e doutorado e não ter um plano de carreira, o professor abandona o ensino fundamental. E é isto que queremos: professores competentes lá no ensino fundamental, lá na educação infantil.

Os desafios do fundamental, eu já coloquei. E educação integral, que é a experiência que eu trago um pouquinho para vocês, lá de Campo Grande.

A Meta 6. Temos uma escola em tempo integral agrícola desde 98. O tempo todo na escola.

Temos o Mais Educação, que vemos como um projeto que não é educação integral ainda, é complementar para quem precisa, e, realmente, implantamos duas escolas de educação integral em tempo integral.

Pensamos em espaços de convivência de educação. Aprendemos em espaços informais e aprendemos em espaços de convivência formal. Então, a educação integral em tempo integral de que falo é em espaço de convivência formal. Para isso, gente, antes de ter escola, o espaço físico, pensamos na proposta pedagógica da escola, para montar os espaços de convivência em que poderíamos estar trabalhando.

Nós temos seis princípios norteadores.

O primeiro é educar para a pesquisa, experimentar.

O segundo princípio é a aprendizagem interativa. Ele aprende em cada espaço da escola. São ambientes de aprendizagem.

O terceiro é a fluência tecnológica. Não adianta falar em educação de qualidade, gente, se as crianças não tiverem o seu computador, porque estarão excluídas. Não existe criança em nossas casas que não consegue manusear um computador. É a comunicação do futuro. Se quero uma educação de qualidade, tenho que ter tecnologia na escola. E isso requer investimento. Se a escola é velha, sem fio, sem a parafernália de que se precisa na estrutura, não conseguimos ter uma escola com cada criança com seu *laptop*. E é preciso avançar nessa questão, se estamos falando de qualidade mesmo.

O quarto princípio é a inserção crítica da realidade, é colocar a criança lá fora, questionando, elaborando, sendo o autor do seu conhecimento.

É o princípio da educação ambiental. As crianças têm que intervir, interferir no seu ambiente. Essas duas escolas foram construídas nos bairros mais distantes e mais carentes de Campo Grande.

O princípio da gestão democrática. Quer dizer, trazer a família, a comunidade, para discutir o PPP. Nós só nos envolvemos com a educação se participamos do planejamento. E temos discutido bastante em Campo Grande a questão de a família e a escola discutirem seu Projeto Político Pedagógico.

A organização curricular é totalmente diferente. São tempos de aprendizagem, ambientes de aprendizagem, há uma ruptura total daquela aula fragmentada, compartimentada.

(Pode passar, por favor.)

Trabalhamos nesses ambientes com temas diferentes. As crianças permanecem oito horas na escola,

e quem precisa de um pouquinho mais fica mais um tempinho na escola.

A metodologia é uma metodologia que rompe com tudo que fazíamos antigamente. É a metodologia da problematização. Lança-se o problema, o professor mobiliza sua aula, há pesquisa, há vista técnica, produções individuais, colaborativas, análise, reflexão e, aí então, temos uma aprendizagem significativa. Eu acho que, enquanto não rompermos novos problemas e novas questões, enquanto não rompermos com aquele professor ainda "auleiro", não vamos mudar a educação. Precisamos fazer com que a criança seja o autor das suas ideias e consiga pensar, discutir, analisar. O professor vem a ser aqui o mediador da aprendizagem. Ele ensina e aprende ao mesmo tempo.

Então, essa educação integral de qualidade é interdisciplinar. O foco é a aprendizagem, não é o ensino. Quer dizer, o ensino faz parte, sim, mas o foco é que a criança aprenda. O professor é o mediador, é o pesquisador do ensino/aprendizagem. O aluno como autor, pesquisador e autor. E a quebra do paradigma da metodologia tradicional: aula de história, aula de geografia... Não trabalhamos desse jeito nessas escolas.

Vamos passar rapidinho as metodologias, que é o espaço de construção. São vários espaços diferentes.

Ruptura com o modelo de aula fragmentada. Aulas com comprovações científicas, em que a criança possa levantar hipóteses, provar sua hipótese e elaborar o conceito, possibilidade de construção de conhecimentos em outros espaços da escola, ambiente de aprendizagem integrada com currículo.

Educação ambiental, de que nós já falamos.

A apropriação do conhecimento histórico produzido por meio de estudo e pesquisa. Então, para nós lá, a criança é o autor da sua aprendizagem. É assim que acreditamos. A cultura, o esporte e o movimento nesse currículo integrado.

Então, lá temos o currículo totalmente informatizado. Desde a senha do aluno e do professor. O professor planeja no computador, as atividades vão, pela informática, para o aluno. As tarefas vão pelo computador, a correção das atividades... Tem tudo isto aqui: arquivo aberto, compilado, aplicativo *PowerPoint*, *link*, Wiki, *Gmail*, tudo aqui, o fórum do professor com os meninos. Então, para a qualidade da educação que pensamos para o Brasil sair, romper com a questão de estarmos para trás, temos que ter uma escola informatizada, a tecnologia tem que fazer parte.

(Pode passar, por favor.)

Aqui é um exemplo de autoria da pesquisa das crianças. Eles produzem, eles fazem os *folders*, eles batem fotografias, transformam no computador e colocam aí.

Na educação de jovens e adultos, tenho só um pouquinho de tempo para dizer – o professor já nos falou – que montamos um projeto bem diferente para jovens de 15 a 17 anos que se chama Traje. São jovens de 15 a 17 que não terminaram o fundamental e não estão no ensino médio, em que deveriam estar. Então, montamos um currículo diferenciado, voltado para o jovem. Porque quem tem 16 anos não dá para frequentar um quinto ano e nem estar com adultos, porque o momento desse menino é um momento diferenciado. É uma escola que foi iniciada no ano passado, um projeto único ainda no Brasil. O Ministério esteve lá conhecendo o material produzido. E estamos conseguindo fazer a travessia, com que o jovem possa passar pelo fundamental e acessar o ensino médio num tempo melhor, mais rápido. O professor aqui é selecionado, tem que gostar da juventude, tem que ter um vocabulário jovem, são selecionados os diretores, todo mundo.

Aqui eu deixo uma questão.

Vi como um ano de escola muda uma criança e como anos de escola transformam o futuro dessa criança; assisti ao poder da educação de tirar famílias da pobreza, evitar que bebês morressem e que meninas vivessem em regime de escravidão; e vivi tempo suficiente para ver que uma geração de crianças armadas com educação ergue uma nação. Isso é de um relatório da Unicef.

E terminamos, então, dizendo que a educação é o investimento necessário para o desenvolvimento social. E o investimento na criança é uma das decisões mais sábias que um líder pode tomar. E aqui nós temos líderes que tocam o nosso Brasil, é o nosso Senado.

Então, fica aqui o nosso pensamento sobre educação integral.

Muito obrigada, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Tenho o prazer de passar a palavra agora ao meu amigo Mozart Neves Ramos.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – Bom dia, Sr. Senador Cristovam Buarque, amigo de longas datas, companheiros de Mesa, minhas senhoras e meus senhores.

Fiz uma apresentação, mas, em parte, o Timothy, um especialista em EJA, já adiantou alguns dos seus conteúdos. Ao mesmo tempo, acho que a Cecília... Agora, entendo, Cecília, por que Campo Grande está dando esses saltos de qualidade. Eu tenho acompanhado, pelo Todos pela Educação, os resultados do Município e também como ele tem influenciado o entorno. Eu acho que, de certa maneira, você refletiu, com muita propriedade, esses aspectos que têm tornado o Município, em termos de aprendizagem... O foco tem

que ser o aluno. Eu sou professor, há 35 anos, da Universidade Federal de Pernambuco, mas sempre digo aos meus alunos: "se vocês não estiverem aprendendo, não vai valer o que eu estou fazendo aqui com vocês". Temos que pensar, de fato, que o foco é o aluno. Isso é muito importante.

Eu vou, de certa maneira, no tempo dos 15 minutos, refletir a visão do Movimento Todos pela Educação no que toca à questão do ensino fundamental. Não vou ser repetitivo em relação ao que a Cecília aqui colocou, mas o primeiro aspecto em relação ao ensino fundamental, que, no nosso entendimento, é fundamental, é a compreensão de que, se não houver expectativas de aprendizagem claras, é muito difícil você realmente dar o salto na qualidade, na aprendizagem que nós esperamos para o Brasil.

E aí há duas metas do plano que são muito importantes. Uma, que é a Meta 2, fala do acesso, da universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos. O Brasil tem hoje 3,7 milhões de matrículas, sendo 13 delas, que correspondem a 41%, no ensino fundamental de 8 anos, e 18,7 milhões, que correspondem a 59%, no ensino fundamental de 9 anos.

A questão do acesso, da universalização, eu tenho a impressão – pelo menos a tendência mostra claramente isto, até em função da Emenda Constitucional nº 59, de 2009 – que, até 2016, nós vamos ter que cumprir essa meta, até porque é uma lei, uma emenda constitucional.

A questão que, de certa forma, toca e que vai ser o desafio maior nessa questão da universalização, como disse a Cecília – apenas quero reafirmar e mostrar mais claramente o tamanho desse desafio...

(Pode passar, por favor.)

Este *slide* é do Movimento Todos pela Educação, a Meta 3. E aí fica a recomendação muito forte de que não adianta ter meta para 2020 se não houver submetas anuais ou, pelo menos, bianuais. Caso contrário, não vamos ter quem responsabilizar pelo não cumprimento. Foi mais ou menos o que aconteceu agora, neste último plano, quando praticamente nem sequer o próprio Executivo, o próprio MEC fizeram o seu dever de casa de fazer avaliação do plano, o que nos ajudaria a ter uma melhor compreensão das propostas que estão sendo lançadas para os próximos dez anos. O máximo que nós conseguimos foi pela mídia, pela *Folha de S.Paulo*, que fez uma avaliação dizendo que somente um terço das metas foi cumprido. O importante é que não se deixe para o final, que a cada ano ou, pelo menos, a cada dois anos tenhamos clareza se os avanços estão acontecendo ou não.

E aí, quando entramos na questão da aprendizagem, vemos o tamanho do desafio que tem pela frente.

Em Língua Portuguesa, dos alunos que terminam o quinto ano ou a quarta série, apenas 34,2% aprenderam o que seria esperado. Enquanto que, em Matemática, esse percentual é de 32,5. O grave é que, quando caminhamos ao longo da trajetória da educação básica, ao final do nono ano, isso cai, em Língua Portuguesa, de 34,2 para 26,3 e se mantém em 28,9 no ensino médio, ao final da educação básica. O problema, que vamos ver mais adiante, é que já perdemos aí um monte de crianças, adolescentes e jovens até chegar àquele topo, porque não temos uma escola como a Cecília mostrou, uma escola acolhedora, motivadora, que motive os jovens, as crianças e os adolescentes a irem à escola, a permanecerem na escola. Na Matemática, o drama é muito maior, porque há uma queda de 32,5 para 14,7 e 11% ao final do ensino médio. Isso impacta, Cristovam, diretamente no número de engenheiros que o Brasil precisa formar. O Brasil forma somente 30 mil engenheiros por ano, quando deveria... A Coreia forma 80 mil engenheiros, a China, 400 mil, e a Índia, 300 mil.

Hoje as engenharias são estratégicas para a sustentabilidade do País. E ali está um ponto central que vai impedir a sustentabilidade. Há essas janelas novas e ricas que a economia tem permitido, mas não temos gente para responder em qualidade a essa demanda.

(Pode passar, por favor.)

Esse outro *slide* também do Todos pela Educação mostrava que estávamos melhorando no ensino fundamental, nas séries iniciais. Está muito claro isso. De 2003 a 2009, mais que dobramos o percentual de alunos com a aprendizagem adequada em Matemática. Saímos de 15,1% para 32,5%. Entretanto, o que observamos nas duas últimas etapas, no nono ano e no terceiro ano? Alguém dizia: se está melhorando lá na base, isso vai melhorar mais adiante. Não é o que está acontecendo. Estamos estagnados do ponto de vista da aprendizagem.

Estagnação em educação significa retrocesso. Por quê? Os outros países que estão competindo estão melhorando. Se havia um *gap*, como há ainda – um enorme *gap...* Veja, queremos ser em 2022 o que a Comunidade Europeia é hoje, consequentemente o *gap* está aumentando, a distância está aumentando. E esse, no meu entendimento, é o grande desafio. Por isso, entendo que a fala da Cecília foi extremamente pertinente. Se não tivermos clareza de que o foco está na aprendizagem, de que o foco vai estar exatamente em se ter expectativa de aprendizagem, para que possamos, inclusive, fazer das avaliações algo que possa resultar numa avaliação interna e numa reflexão

dentro da escola, para sabermos exatamente o que temos de melhorar...

Quando eu era Secretário em Pernambuco, e o drama lá era na oitava série ou no nono ano do ensino fundamental, francamente, eu tinha dificuldade de interpretar o resultado ruim de Pernambuco. Hoje, tenho mais clareza, mas tem de haver a expectativa de aprendizagem.

(Pode passar, por favor.)

E aí o que se tem é que, além da perda gradual e do aumento do *gap* com os países desenvolvidos, em lugar de haver um único cilindro ao longo de toda a educação básica – tem-se um cilindro no ensino fundamental, nas séries iniciais –, há dois cones. Quer dizer, há perdas enormes.

E, no Brasil, estamos passando por uma época muito importante, que é uma janela demográfica que o País não pode perder. Hoje, a quantidade de jovens, de pessoas ativas, produtivas, é maior do que a de pessoas que já estão na Previdência. Acontece que, com o aumento da expectativa de vida, com o aumento da escolaridade, em mais 15 ou 20 anos, essa janela demográfica vai mudar.

O último censo demográfico claramente já mostrou que, até os 14 anos, perdem-se 5 milhões em termos de número de crianças. Quer dizer, há queda na taxa de natalidade. Portanto, vai haver menos pessoas ativas produzindo e uma enorme demanda ou desafio para cumprir a janela demográfica lá na outra ponta. Então, não podemos perder uma única criança, um único adolescente, um único jovem neste País. E estamos perdendo. Temos de fazer isto: nenhuma criança a menos, não é isso, Cecília? Acho que isso seria fundamental.

Como fazemos, então, essa mudança? Como o Plano tem de resolver? Tenho sempre dito, talvez, como nordestino: um feijão com arroz benfeito às vezes é melhor que um prato muito elaborado, que não funcione, que não alimente devidamente.

Eu gostaria muito que esse Plano... Se ele resolver esse problema, vai resolver o problema da aprendizagem, não só do ensino fundamental, do ensino médio, da questão do EJA, que tem suas dificuldades operacionais dentro das redes. O tempo é curto, não dá para o ampliarmos. Mas o Todos pela Educação entende uma coisa: se não resgatarmos a valorização da carreira do magistério nesse Plano... Podemos discutir todas essas modalidades, etapas, mas temos de tornar a carreira do magistério objeto de desejo da juventude.

Nenhum brasileiro que termine o ensino médio hoje, seja de escola pública, seja de escola privada, quer ser professor, e os poucos que conseguem ir, na prática, vão numa perspectiva não de ensinar numa escola pública, mas na perspectiva de fazer um mestrado. É mais fácil ingressar numa universidade pública pela licenciatura, mas depois se canaliza o esforço para uma outra direção, e isso se rebate na qualidade do ensino fundamental. Mesmo se tendo às vezes um bom modelo. Escola de tempo integral deveria ser um planejamento mesmo, para se ter em toda escola. Na Europa, quem já teve a oportunidade de ter uma experiência fora do País sabe: deixamos nossos filhos às 7h30min, pegamos às 16 horas ou às 17 horas. Tem-se escola em tempo integral.

O caro não é o prédio; o problema, o impeditivo, Cecília, Senador Cristovam, é gente. Por isso, se não resolvermos este problema da valorização do professor... E se valoriza como? Primeiro, com um salário inicial atraente.

Em Cingapura – estive com o diretor do instituto de formação de professores –, os jovens que querem ser professores são acompanhados, um a um, pelo Governo, ou seja, têm um salário para serem professores, porque isso é estratégico para o País; segundo, têm uma carreira promissora, que os valorize, que os incentive.

O Governo americano fez uma pesquisa que mostra que, até os 38 anos, o jovem de hoje vai ter de 10 a 14 empregos. Acabou aquela história de o jovem imaginar-se em algo estático. Então, a carreira para o professor tem de ser algo que o estimule, que o incentive a vencer os desafios em sala de aula.

Terceiro, uma formação inicial sólida.

Ontem eu estava no Fórum de Pró-Reitores de Graduação. A universidade tem de repensar-se. Quem faz, quem se dedica, dentro das universidades, à educação básica é o professor de segunda categoria. Quem não publica em jornal, no Qualis da Capes, quem não sei o quê não tem apoio financeiro, não tem direito a ensinar na pós-graduação, é um professor que é visto como aquele que, na verdade, não conseguiu acompanhar a qualidade da pesquisa de ponta.

Na minha opinião, Cristovam, acho que deveríamos pensar, dentro das universidades, que são as formadoras, em trazer esses professores que estão dedicados à causa da educação básica para um único instituto dentro da universidade – nada fora da universidade, mas dentro dela. Deveríamos reunir pessoas que estão pensando durante 24 horas; deveríamos trazer professores bons que estão na rede – e há muita gente boa – para esse instituto, e não deixar a rede, porque senão se começa a criar... Mas fazer a ponte. Quem se forma hoje, na universidade, está formando-se com um currículo que não tem cheiro de escola. Desculpe-me o termo, é só para dizer... É uma escola que estamos pensando para a pós-graduação, para

a pesquisa – que é muito importante, não vamos tirar isso –, mas temos de cuidar da outra ponta. E criamos uma simetria enorme.

Acho que o Brasil, hoje, se está na liderança da pesquisa mundial do ponto de vista da América Latina, na 13ª posição na produção científica, formando 12 mil doutores, com 35 mil artigos em revistas indexadas, perdeu – temos de reconhecer isto – a sua agenda com a educação básica. Nós não sabemos mais pensar o currículo da Educação Básica. São pessoas que estão descoladas da realidade da escola pública.

Nesse sentido, é fundamental, para que avancemos nisso, que repensemos a formação dentro da universidade, criando esse instituto, trazendo três grandes grupos de professores – aqueles que estão dentro, pensando a educação básica *full-time* –; valorizando essas pessoas, trazendo bons professores lá da educação básica para esse instituto, mas sem perder a sala de aula lá da educação básica. Ele faz a ponte permanente sobre a dinâmica da escola pública e da escola particular, porque estamos aqui preocupados com a educação de qualidade para todos.

E, terceiro, pela Capes do B, que o MEC criou, criar as bolsas de professores visitantes para esse instituto, trazendo-se, inclusive, gente de fora, que está trazendo experiências inovadoras. Aí se vai oxigenando. Se fizermos isso... Estamos discutindo aqui ensino fundamental, mas isso vai repercutir, no meu entendimento, em todas as etapas da educação básica, em todas as modalidades. Aí, sim, vamos dar a aceleração de que o Brasil precisa, para resolver, de fato, uma educação de qualidade para todos os brasileiros.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra, agora, à Prof. Carmem Isabel Gatto, que é Coordenadora-Geral da Educação de Jovens e Adultos no MEC.

A SRª CARMEN ISABEL GATTO – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o Senador Cristovam Buarque, os demais integrantes desta Mesa, os participantes desta audiência.

Quero dizer que estamos num momento importantíssimo da educação brasileira, discutindo o Plano Nacional de Educação, por meio de todo o debate, da mobilização nacional em torno desse tema. Esta é também uma oportunidade de superarmos definitivamente concepções de educação de jovens e adultos na linha da suplência ou de campanhas de alfabetização. Hoje nós temos a clareza, a certeza de que a educação de jovens e adultos tem que ser pensada na perspectiva da educação ao longo da vida, da continuidade da escolarização daqueles que saem das turmas de alfabetização.

Este é um momento importantíssimo de superação das concepções atrasadas de educação de jovens e adultos.

Vou passar rapidamente. Temos aqui os documentos de referência, toda a questão da legislação, da Constituição, que apresenta a educação de jovens e adultos como um direito, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que coloca a modalidade da educação de jovens e adultos no âmbito da educação básica; as diretrizes curriculares nacionais, que apontam para toda uma flexibilidade de currículo e para as especificidades da educação de jovens e adultos; e as diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos aprovadas recentemente no Conselho Nacional de Educação, que trata da idade, da educação a distância, da certificação na educação de jovens e adultos.

O Brasil viveu um momento importantíssimo de discussão dessa modalidade no momento em que se preparava para a Conferência Internacional de Jovens e Adultos, a Confintea, cujos princípios o Thimothy apontou; o Marco de Ação de Belém; o Plano de Desenvolvimento da Educação, que contempla a alfabetização e a educação de jovens e adultos; toda discussão que aconteceu na Conae (Conferência Nacional de Educação), da educação básica, e aí inserida a modalidade EJA, esta proposta do Ministério da Educação ao novo Plano Nacional de Educação 2011-2020; e o Plano de Ações Articuladas, fundamental para que os Municípios e os Estados articulem a modalidade de educação de jovens e adultos por dentro dos sistemas de ensino, articuladas as outras políticas educacionais.

Como princípio, temos o reconhecimento da educação de jovens e adultos como um direito, de fato, a todos e todas, independentemente da idade; a alfabetização articulada, como falei, com a continuidade na educação de jovens e adultos; o respeito às diversidades – e aí estamos falando de diversidade de gênero, étnico-racial, enfim, todas as questões regionais que estão colocadas aí – e a natureza interdisciplinar e transversal nessa perspectiva intersetorial. Não se fala em educação de jovens e adultos sem uma articulação com outras políticas sociais de saúde, de trabalho, enfim, conectadas e articuladas.

Os desafios: ampliar e qualificar a oferta de educação de jovens e adultos no contexto da educação básica; entender a educação de jovens e adultos inserida no contexto da educação básica, e não algo separado – uma perspectiva de suplência; garantir a continuidade da escolarização aos egressos do Programa Brasil Alfabetizado na educação de jovens e adultos e ampliar também o acesso de gestores e educadores da

educação de jovens e adultos às políticas de formação inicial e continuada, garantindo que a formação desses profissionais tenha esse diferencial.

O Ministério da Educação apresentou uma proposta de Plano Nacional de Educação. Especificamente sobre a modalidade de educação de jovens e adultos, nós temos cinco metas. Temos também as metas relacionadas à formação, que aqui não estão, mas principalmente essa Meta 3, que trata do atendimento da população de 15 a 17 anos, porque a modalidade EJA prevê o atendimento de jovens a partir dos 15 anos no ensino fundamental; a Meta 8, que trata da população de 18 a 24 anos, com foco específico nas questões raciais, porque trata ali dos negros, dos mais pobres e da população do campo, onde nós temos as maiores dificuldades de implementação das políticas de educação de jovens e adultos; a Meta 9, que trata da alfabetização de jovens e adultos e a superação do analfabetismo absoluto e do analfabetismo funcional, e as Metas 10 e 11, que tratam da articulação entre educação de jovens e adultos e a educação profissional.

Rapidamente. Aqui, eu coloquei as metas e alguns indicadores a elas relacionados. Temos aí um total de 10 milhões de alunos nessa faixa dos 15 aos 17 anos, estão fora da escola 17%. Dessa faixa etária, 1,7% é de analfabeto e estão matriculados na educação de jovens e adultos em torno de 2,9%.

Na Meta 8, temos os números de pessoas com 15 anos ou mais, com menos de quatro anos de escolaridade, tanto no urbano quanto no rural, e com menos de 8 anos de escolaridade.

(Pode passar, por favor.)

Aqui um pouco o panorama da educação de jovens e adultos no Brasil. O Thimothy já apontava esses dados. O total de matrículas nessa modalidade, conforme o censo educacional do Inep, 4.234.956 (4milhões 234mil 956) são alunos matriculados na modalidade EJA, 67% no ensino fundamenta e 33% no ensino médio, de uma população em torno de 60 milhões que não completaram o ensino fundamental. Então, vejam o desafio que temos aí. São 4 milhões na educação de jovens e adultos, e a população que não completou o ensino fundamental é em torno de 60 milhões. Um grande desafio a ser superado na modalidade da educação de jovens e adultos.

(Pode passar, por favor.)

Aqui, a distribuição das matrículas por rede de ensino. A rede estadual atende 55% dos alunos; a rede municipal, 42%; a rede privada, 3%, e os institutos federais, agora com o Proeja, que é a educação articulada com a profissionalização, 0,4%.

A Meta 9 trata do analfabetismo. Coloquei no mapa do Brasil. Essa parte vermelha mostra onde estão as taxas de analfabetismo. Vemos ainda grande parte do nosso mapa em vermelho.

(Pode passar, por favor.)

A proporção de analfabetos por faixa etária desde 1991 até 2010. Nós percebemos que aquela faixa verde representa pessoas com 60 anos ou mais. Significa que a taxa de analfabetismo está aumentando na população com 60 anos ou mais e diminuindo na de 15 aos 19 anos. Então temos que pensar políticas de alfabetização também para essa faixa etária, acima dos 60 anos.

Aqui é taxa de analfabetismo puro, unidade da federação; aqui por Estado. Então, nós percebemos que a região Nordeste ainda permanece com as maiores taxas de analfabetismo.

(Pode passar, por favor.)

E as estratégias da política educacional do Ministério da Educação se dão a partir de quatro eixos: o financiamento através do Fundeb, a formação de professores e gestores para a educação de jovens e adultos, ações de apoio e o fortalecimento das redes estaduais, municipais, também com políticas de intersetorialidade.

O Prof. Thimothy também já mencionava os números relacionados ao Fundeb para a modalidade EJA. E a perspectiva é do fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, para que de fato atendam os alunos jovens e adultos; a definição de indicadores e responsabilidades de cada um dos entes para o cumprimento dessas metas do PNE; os recursos do Fundeb para ampliação da oferta e qualificação da EJA; garantir o controle social a partir da participação de representantes da EJA no conselho do Fundeb – muitos Estados não utilizam os recursos do Fundeb para a modalidade EJA – e recursos complementares e de apoio para a educação de jovens e adultos.

Na área de formação de professores e gestores, temos de implementar políticas de formação para esses gestores, especificamente na área da educação de jovens e adultos, oferta de curso de formação inicial e continuada via plataforma Freire. Hoje, temos em torno de 18 mil vagas para os professores das redes públicas nos cursos da educação de jovens e adultos, ofertados pela plataforma Freire, tanto na modalidade presencial quanto a distância. E também temos uma estratégia, que é a formação e a implementação das comissões da agenda territorial, que é uma organização em cada um dos Estados com diferentes atores, sujeitos que atuam na área de educação de jovens e adultos para pensar, organizar, discutir a oferta e a qualidade da educação de jovens e adultos em cada Estado.

As políticas de apoio. Para que, cada vez mais, os Estados e os Municípios acessem essas políticas, como:

a merenda escolar, o transporte, o livro didático, também para a educação de jovens e adultos; as políticas de formação e fomento à leitura – nessa especificidade de uma leitura para a educação de jovens e adultos; aquisição e distribuição de materiais didáticos específicos para a educação de jovens e adultos e também o fortalecimento das redes; promover a articulação entre os diversos programas, porque vivenciamos, durante muito tempo, uma fragmentação muito grande de programas para a educação de jovens e adultos. Está na hora de pensarmos em políticas articuladas de educação de jovens e adultos. Potencializar as ações da agenda territorial, articulação com os demais órgãos do Governo dos diversos ministérios: da Justiça, para a educação em prisões; da Saúde, para o projeto Olhar Brasil, que prevê a distribuição de óculos, fundamental na educação de jovens e adultos e toda a discussão com o mundo do trabalho, profissionalização e a discussão das temáticas da diversidade e principalmente da inclusão das pessoas com deficiência na educação de jovens e adultos.

Agradeço esta oportunidade. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra agora ao Prof. Carlos Eduardo Sanches, que representa a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. CARLOS EDUARDO SANCHES – Gostaria inicialmente de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, que preside esta audiência; cumprimentar os demais Senadores presentes nesta audiência; agradecer à Senadora Marinor o destaque e a indicação da participação da campanha nesta audiência; cumprimentar o Timothy, o Mozart, a Carmem, a Cecília e a todos os que estão presentes.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação é uma instituição da sociedade civil que reúne mais de 200 entidades ligadas à educação e que defendem a educação pública com qualidade social. A exemplo do que aconteceu durante o trâmite da emenda constitucional que criou uma nova sistemática de financiamento da educação brasileira, o Fundeb, naquele momento a campanha organizou um grande movimento chamado "Fundeb pra Valer!" e, seguindo o mesmo exemplo, neste momento, a campanha organiza uma mobilização social com o título "PNE pra Valer", com o objetivo evidentemente de fortalecer o novo Plano Nacional de Educação, corrigir limitações no projeto que o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional. Também, com o objetivo de criar ferramentas efetivas para viabilizar novos recursos que são necessários para que o novo Plano Nacional de Educação seja implementado, para tornar também as políticas educacionais mais participativas e buscar equidade do ponto de vista educacional.

A campanha apresentou recentemente um conjunto de 106 emendas ao projeto, e os Senadores receberão em seus gabinetes, nos próximos dias, o conteúdo dessas emendas propostas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Mas, basicamente, um dado importante que devemos analisar neste momento é que, se efetivamente não garantirmos insumos básicos em todas as escolas de educação básica do Brasil, nós não vamos conseguir, por meio do novo Plano Nacional de Educação, atingir as metas com que todos nós sonhamos. Efetivamente, precisa haver um padrão mínimo de qualidade, e para isso a campanha construiu um estudo denominado Custo Aluno Qualidade. A esse respeito, o Conselho Nacional de Educação, por meio da brilhante relatoria do conselheiro Mozart, que aqui está, já emitiu parecer favorável. Aguardamos a homologação desse parecer pelo Ministro da Educação.

Se, efetivamente, não conseguirmos colocar, em todas as escolas de educação básica, professores com formação adequada, com remuneração adequada, prédios adequados, equipamentos adequados, garantindo o transporte, o acesso dessas crianças, para que haja permanência e, sobretudo, aprendizagem, não vamos dar conta de vencer as grandes demandas da educação brasileira e pagar a dívida histórica com a população.

Embora a audiência seja focada no ensino fundamental, na educação em tempo integral e também na EJA, gostaria apenas de fazer um registro e dizer da importância também de se discutir a educação infantil. E discutir a etapa do zero aos cinco anos, onze meses e vinte e nove dias, a partir do conceito de educação, porque a Emenda Constitucional nº 59 trouxe para a realidade da educação brasileira um avanço bastante importante do ponto de vista da matrícula, mas também da frequência das crianças de quatro, cinco anos. Mas, em momento algum, nós podemos deixar de compreender a etapa do zero aos três anos como uma etapa em que a criança precisa de atendimento educacional e um atendimento educacional em escola. Isso é fundamental, e este registro é importante para nós neste momento.

Evidentemente, a nossa fala aqui vai trazer algumas reflexões e apresentar algumas emendas que compõem o conjunto dessas 106 emendas a que nos referimos há pouco, apresentadas acerca dos temas que compõem o objeto desta audiência pública. Mas é preciso estabelecer uma análise em cima do projeto de lei enviado pelo Governo Federal.

Duas audiências públicas já realizadas na comissão especial na Câmara dos Deputados despertaram

a atenção. Uma delas é da qualidade – o Mozart inclusive participou dela como palestrante –, e a outra do financiamento. Eu queria apenas aqui tratar da audiência do financiamento em que houve a participação de gestores municipais, gestores estaduais, mas também a participação de pesquisadores da área do financiamento da educação. Certamente, as metas previstas no projeto de lei não são possíveis de serem atingidas com investimento de 7% do PIB. É preciso mais. A educação brasileira precisa do investimento de 10% do PIB e, para isso, a campanha apresentou uma série de emendas, que posteriormente Senadores poderão analisar de forma mais detalhada, que comprovam a necessidade da ampliação do investimento público em educação. A outra crítica que nós fazemos – e, para isso, contribuímos com emendas ao projeto enviado pelo Governo – é a ausência de metas intermediárias que permitam o monitoramento mais eficaz do plano. Uma das grandes críticas do plano que terminou no final do ano passado é a falta de mecanismos que pudessem facilitar o acompanhamento das metas propostas. A outra grande preocupação no texto enviado pelo Governo Federal é a ausência de um pacto muito claro de como as responsabilidades entre os entes federados estariam previstas para que as metas fossem cumpridas. Nós sabemos que, neste momento, há um esforço muito grande e acompanhamos, entusiasmados, a maneira como o Governo Federal vem, nos últimos anos, investindo e tratando a educação brasileira. Entretanto, se nós analisarmos do ponto de vista do financiamento, mas também do ponto de vista da divisão das responsabilidades ao longo dos anos, veremos que Estados, mas sobretudo Municípios, têm um acúmulo de responsabilidades muito grande, e se isso não for repensado e devidamente explicitado no texto do plano, certamente as metas propostas não poderão ser cumpridas.

E gostaria de dizer que, para que pudessem ser construídas essas emendas, a campanha utilizou os dados do IBGE, os censos oficiais, estudos do Inep e também do Ipea, até porque quando o projeto de lei chegou ao Congresso Nacional não veio acompanhado das notas técnicas. Apenas recentemente – acredito que há cerca de duas ou três semanas – as notas chegaram ao Congresso Nacional.

E reitero aquilo que eu disse há pouco, apresentado pelos especialistas da área do financiamento semana passada na Comissão Especial de Educação da Câmara dos Deputados: há, sim, uma precariedade; há, sim, uma fragilidade do ponto de vista do financiamento a partir das metas propostas no projeto. As notas enviadas pelo Governo Federal comprovam isso.

(Pode avançar, por favor.)

Antes de entrar nas emendas, eu gostaria de apresentar três reflexões, porque entendemos que o centro de discussão do novo Plano Nacional de Educação deve ser, sim, o professor. Se nós não enfrentarmos os problemas de formação e se nós não enfrentarmos os problemas de valorização dos professores da educação básica – e aí abro espaço também para a remuneração –, nós não vamos conseguir cumprir as metas.

Se nós observarmos o Educacenso 2007, veremos que 47% dos professores que atuam na educação básica não têm a formação adequada para estar atuando na etapa ou na modalidade em que estão. São professores da educação infantil sem formação ao menos em nível médio na modalidade Normal, são professores, Mozart, que estão nas séries finais do ensino fundamental dando aula de química, mas têm formação em educação física e aí por diante.

(Pode avançar por favor.)

Aqui há um dado muito interessante da Capes levantado pelo Teatini. Se nós analisarmos o Ideb dos Estados e fizermos uma comparação, considerando e fazendo uma média entre os Idebs das séries iniciais finais e também do ensino médio, nós vamos ver que não é por acaso que os Estados que têm notas mais avançadas na coluna horizontal do Ideb são aqueles Estados que têm uma demanda menor de formação para professores, e isso se observa na linha vertical. Não é por acaso que isso acontece. Não é por acaso que o desempenho nesses Estados, seja o desempenho das redes estaduais ou municipais, se dá de uma forma muito mais satisfatória nos Estados que têm um Ideb maior. E aí nós vamos observar as demandas e as desigualdades que existem por este País.

(Pode avançar, por favor.)

Outra questão que nos preocupa consideravelmente é que nós temos no País, infelizmente, uma tarefa muito grande, que é a tarefa de equiparar o salário daqueles que atuam na educação básica com o dos demais profissionais do País.

Vejam só – dados Pnad 2007 –, os professores que atuam na educação infantil com formação em nível médio, na média nacional, recebiam, em 2007, R$913, Senador Cristovam. No Nordeste, apenas R$677.

Aqueles professores que atuam no ensino fundamental e que têm nível superior, a média salarial deles no Brasil, num regime de 40 horas – média salarial, média entre começo e final de carreira – é de R$1477, com o pico em R$1597 na região Sudeste, mas de apenas R$1119 na região Nordeste. Então, certamente, a tarefa da valorização da carreira dos professores é importante e deve ser tema principal na análise e no trâmite do Plano Nacional de Educação aqui dentro do Congresso Nacional.

(Pode avançar, por favor.)

Gostaria de apresentar apenas algumas das emendas, até por conta do tempo. Em relação ao ensino fundamental de nove anos, na Meta 2, uma das emendas propostas faz a inserção de que a implantação definitiva do ensino fundamental de nove anos deverá se dar em todo o País até o quarto ano de vigência do plano.

Eu vou acelerar um pouquinho para dar tempo.

A questão do ciclo da alfabetização é uma emenda aditiva e supressiva ao mesmo tempo, apenas para deixar essa estratégia mais propositiva.

Vou ater-me apenas a algumas.

A questão da Provinha Brasil. Preocupa a todos nós a questão do estabelecimento de *ranking* a partir das avaliações, e essa emenda proposta na estratégia 5.2, que modifica essa estratégia pela campanha, prevê que os sistemas de ensino devem criar, com a assessoria técnica e financeira da União, instrumentos específicos para avaliar e monitorar o desenvolvimento do processo de alfabetização das crianças e implementar medidas pedagógicas suficientes para alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

O que nós temos de ressaltar é que a Provinha Brasil já dá conta disso. Se criarmos um novo exame nacional, podemos correr o risco de novamente provocar o ranqueamento de escolas, o ranqueamento de Municípios. E a Provinha Brasil, temos de ressaltar, já é um instrumento que agrada tanto os gestores como os especialistas da área de alfabetização.

Quanto à questão do Ideb – e aqui eu gostaria de ter um pouquinho mais de tempo –, há, talvez, um equívoco quando nós queremos medir a qualidade da educação brasileira a partir do Ideb; é, no mínimo, um grande equívoco. O Ideb é uma grande ferramenta, porque, através do Ideb nós conseguimos incluir na agenda da educação nacional a questão da avaliação, que é extremamente importante, mas o Ideb mede apenas o desempenho dos alunos, ponto final. O Ideb não tem a capacidade, da forma como se apresenta neste momento, de efetivamente medir a qualidade da educação brasileira.

Uma questão que nos preocupa muito é que o Ideb tenha sido usado de uma maneira equivocada. Ao sair o Ideb, nós vemos, na frente de uma escola, uma faixa: "Parabéns a todos, o nosso Ideb subiu de 4,8 para 5". Caminhamos 500 metros e encontramos outra escola em que não há nenhuma faixa, porque o Ideb dessa escola talvez tenha ficado o mesmo ou talvez tenha caído um pouquinho. Neste momento, no Brasil, nós estamos fazendo com que os pais queiram tirar todas as crianças da escola que não avançou e colocá-las na escola que avançou. Efetivamente, nós somos contrários à divulgação de Ideb por escola, porque o *ranking* não contribui para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Nós precisamos considerar outros elementos, porque, talvez, a escola que subiu tenha formação, equipamentos, uma outra realidade.

E aqui nós apresentamos uma emenda que diz que o Inep, no prazo de um ano, contando da aprovação desta lei, empreenderá estudos para incorporar ao desenho do Ideb outros elementos definidores da qualidade educacional, especialmente aqueles relativos aos insumos educacionais, como condições de trabalho; formação continuada e remuneração dos profissionais de educação; razão do número de alunos por profissional do magistério; e existência e situação dos equipamentos de infraestrutura pedagógica nas escolas de educação básica. O Ideb precisa, efetivamente, refletir sobre a realidade da escola pública brasileira.

Temos ainda diversas emendas de educação de jovens e adultos.

(Pode avançar, por favor.)

Quero fazer um destaque apenas a esta estratégia 9.2: implementar regime de colaboração entre os entes federados em parceria com as organizações da sociedade civil, mobilização nacional de alfabetização de jovens e adultos, com a garantia continuada da escolarização básica a todos os jovens e adultos participantes, através de programas e ações mais específicas.

(Pode avançar, por favor.)

Esta aqui. Apoiar técnica e financeiramente, na estratégia 9.6, projetos inovadores que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses educandos, seu saber, sua trajetória de vida e sua inserção no mundo do trabalho, valorizando-se e qualificando-se professores que se dediquem prioritariamente a essa emenda. Apenas por conta de todas as considerações do Timothy, eu quis apresentar essa emenda.

(Pode avançar, por favor.)

Finalizando, reitero que todos receberão as emendas propostas pela campanha, mas convido todos os Senadores e todos os presentes a fazerem uma visita ao site www.pnepravaler.org.br, em que temos todas as emendas propostas, uma discussão acerca delas. A campanha estará sempre à disposição desta Comissão para debater o novo Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vou abrir a palavra aos Senadores inscritos, Marinor Brito e Cyro Miranda, porque são os autores, mas antes quero pedir à Senadora Lídice que me substitua por dois minutos, pois vou lá fora falar com uma pessoa.

Já passo a palavra à Senadora Marinor.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Passo a palavra à Senadora Marinor Brito, autora do requerimento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas, bom dia, Senadora Lídice, que está presidindo neste momento esta audiência, quero, em primeiro lugar, em nome da Comissão de Educação, dos que estão com a tarefa, como eu e o Senador Cristovam, de organizar o debate com a sociedade civil sobre o Plano Nacional de Educação agradecer muito e dizer que a nossa Comissão de Educação, com o estímulo de fazer com que o Plano Nacional de Educação seja pra valer, como diz a campanha nacional pelo direito à educação, tomou a iniciativa de organizar uma agenda política que começou a ser desenvolvida algumas semanas atrás, tendo como foco os vários temas educacionais.

Começamos fazendo uma audiência conceitual sobre o Plano Nacional de Educação, com a perspectiva de fazer um balanço e analisar as perspectivas do novo Plano Nacional. Fizemos uma audiência sobre a educação infantil, que já entrou por esse conteúdo a que, mais uma vez, o Prof. Carlos se referiu. Fizemos também uma audiência sobre o ensino profissionalizante. Estamos com a perspectiva de realizar a próxima audiência, depois desta, sobre o ensino médio, sobre o ensino superior e a pós-graduação; outra sobre a valorização do magistério, e uma sobre o financiamento da educação em regime de colaboração. Fechando, portanto, um ciclo de debates que achamos necessário iniciar no Senado Federal, mesmo que o projeto ainda não tenha chegado até esta Casa, exatamente para que nós não sejamos pegos desprevenidos e que uma Comissão como esta acabe ficando sem função. O risco de o Plano Nacional entrar direto para o plenário, a exemplo das medidas provisórias e de outros projetos que estão chegando aqui, é muito grande, sobretudo porque já existe um atraso no calendário do novo Plano Nacional. É preciso que reflitamos sobre isso.

Eu queria dizer também que, desde a primeira audiência, nós estamos cobrando do Governo Federal – e até agora o Governo Federal não cumpriu com esta Comissão – a apresentação do balanço do Plano Nacional de Educação. Nós tivemos, por meio da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, acesso às notas técnicas, que não significam um balanço para que o Plano Nacional pudesse, de fato, ser constituído. A campanha nacional fez balanço, assim como algumas entidades sindicais. Por isso estão debatendo uma perspectiva diferenciada de educação; por isso já estão analisando que as metas previstas pelo Plano Nacional que está no Congresso não terão condições de serem cumpridas minimamente, se permanecer o percentual de 7% apresentado pelo Governo Federal.

Mas eu queria fazer aqui algumas perguntas, para nos ajudar nessas próximas etapas. Eu queria fazer uma das perguntas para a professora Cecília, que representa aqui os Municípios brasileiros, sobre a possibilidade de ser executada a Meta 1, que prevê 2,8 milhões para atender os novos desafios até 2016, tendo no valor aluno/ano R$2.252,00.

Eu queria que V. Sª nos desse elementos para que possamos refletir sobre as propostas que estão sendo acatadas por nós, vindas da campanha nacional pelo direito à educação.

A outra questão que eu queria colocar é relativa à alfabetização de jovens e adultos. O Senador Cristovam deu uma saidinha, por algum compromisso, mas é bom lembrar que foi na gestão dele como Ministro – e eu faço questão de ressaltar – que nós tivemos alguns avanços importantes no enfrentamento do analfabetismo no Brasil. De lá para cá, as coisas tomaram outro rumo, um rumo que nos permite dizer – e o Governo afirma – que esse processo de educação de jovens e adultos tem um ritmo lento, insuficiente, para dar conta de uma demanda de 14 milhões de analfabetos no Brasil. Pelos estudos recentes do Ipea, erradicaríamos, nesse ritmo, em 20 anos. E nós estamos tratando aqui de um Plano Nacional para dez anos. Já tem um embutido aí, praticamente perdido. Acho que o conceito não é erradicar, acho que é universalizar, acho que temos que fazer essa substituição imediatamente.

E aí eu pergunto: a Meta 8, que propõe erradicar, não apresenta nenhum valor e diz que esses valores estão previstos na Meta 6, na Meta 10, na Meta 11 e na Meta 12. Só que a Meta 6 trata de educação básica; a Meta 10 trata da profissionalização; a Meta 11 trata da duplicação de matrícula na educação técnica no ensino médio; e a Meta 12 trata da educação superior.

Então, como é que você propõe erradicar o analfabetismo no Brasil sem ter um valor, sem ter um planejamento orçamentário e financeiro para garantir que isso aconteça? Esta é uma pergunta para todos, já que nós estamos no terceiro governo do Partido dos Trabalhadores e, agora, às vésperas da discussão do novo Plano Nacional de Educação, vem de novo a proposta de erradicar, mas vem sem elementos suficientes, na minha opinião.

Eu queria ouvir a opinião dos educadores que aqui estão sobre se é possível erradicar o analfabetismo no País em 10 anos, tendo o valor zero de financiamento e de recursos.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, também autor do requerimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente, em primeiro lugar, eu queria fazer uma correção. Eu gostaria muito de ter sido autor, mas quero parabenizar os autores, principalmente a Senadora Marinor, pela iniciativa, e cumprimentar o Senador Cristovam Buarque.

Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, primeiro, eu gostaria de parabenizá-los pela objetividade da apresentação de todos os senhores. A didática já é inerente a todos os senhores, mas essa praticidade foi excelente.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Mozart primeiro. Eu tenho uma preocupação muito grande e sou apologista do ensino em tempo integral.

A Meta 6 proposta pelo Poder Executivo para o Plano Nacional, PNE, para o decênio 2011-2020 é de oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas da educação básica.

Que medidas o senhor destaca entre aquelas que devem ser instituídas para que essa meta seja alcançada e qual o montante? E de que fontes e esferas administrativas devem provir os recursos necessários para tanto?

Eu perguntaria, também, à mestra Maria Cecília: que riscos existem de que a jornada integral se constitua tão somente em um prolongamento da permanência da criança na escola, sem as medidas adequadas para que a aprendizagem e a formação dos alunos sejam enriquecidas?

Era só isso. Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu vou pedir que...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não vi, tive de sair por um minuto.

Eu não fiquei porque você poderia ficar inibida de elogiar na minha presença, então, eu saí de propósito.

Bem, eu vou passar a palavra para que deem as respostas e, depois, passo para outros Senadores que quiserem fazer perguntas, e também as minhas.

Professor Timothy, na mesma ordem.

O SR. TIMOTHY DENIS IRELAND – Bem, com relação à lentidão do declínio do índice de analfabetismo e aos recursos, à necessidade de investimentos nessa área, primeiro, eu acho que precisamos entender o analfabetismo como um reflexo da desigualdade. Então, não é somente atacando a questão educacional que vamos atacar a questão do analfabetismo. Precisamos de políticas multissetoriais que busquem dar atenção para as necessidades em todos os sentidos.

Eu acho que a experiência do Programa Brasil Alfabetizado, iniciado quando o Senador era Ministro, em 2003, mostra as dificuldades que o País enfrenta para diminuir o analfabetismo. De um lado – não acho que se trata de um problema de metodologia, pois nós sabemos como alfabetizar –, está o problema de mobilização, de como fazer com que o público alvo do processo se mobilize para participar – são 11% que estão participando atualmente. Esse é um grande desafio e também, eu acho, como articular esse processo inicial com a continuidade.

Temos de ter muita clareza de que seis meses ou oito meses são um período curto. Não alfabetizamos ninguém. A gente pode ensinar os rudimentos, o mecanismo inicial, mas para que a pessoa seja realmente alfabetizada, no sentido de poder usar a leitura e a escrita no seu cotidiano, no trabalho, na vida social etc., ela precisa dar continuidade.

A própria Cepal calcula que são necessários 12 anos de estudos. Então, a continuidade do estudo é fundamental, e como fazer isso, realmente, é um enorme desafio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Prof. Maria Cecília.

A SRª MARIA CECÍLIA AMENDOLA DA MOTTA – Quanto à questão da possibilidade de execução da Meta 1 do Plano, que fala de universalização, até 2016, de quatro a cinco anos, e até 2020, de 50% de zero a três anos, a gente não vai conseguir alcançar essa meta se não houver a questão do financiamento. É tão difícil quanto a escola em tempo integral, porque a educação infantil, no Brasil, é em tempo integral.

A campanha fez um custo aluno/creche de R$5,1 mil. Então, é impossível. Ou a gente tem as regras claras sobre o financiamento, quem vai bancar, ou a gente, como Município, não vai universalizar.

Então, você colocou que se não foi feito, mesmo, um balanço do plano passado, como a gente pode, então, propor sem uma avaliação. Aqui, eu discuti, o tempo todo, a importância da avaliação. Tudo que se propõe passa por uma avaliação anterior. Então, na minha opinião, a gente não vai conseguir se não tiver as regras claras de financiamento.

Quanto ao Senador que está perguntando sobre o risco da escola em tempo integral, eu acho um risco enorme.

A escola em tempo integral não é aumentar o tempo da criança na escola: de manhã, tem o currículo formal e, à tarde, vai jogar bola e tal. Vários Estados já mostraram que não deu certo a escola em tempo integral com ampliação do tempo.

É uma ampliação, é uma maneira de pensar na educação de forma diferenciada. O currículo da parte

diversificada do núcleo comum tem de trabalhar bem articulado com o tempo de aprendizagem. Então, eu também receio, Senador, que a gente minimize a importância do tempo integral, deixando-o pobre, e que, à tarde, a criança não queira ir, nem o pai, e nem de manhã.

Então, eu acho que a gente tem de repensar muito o que nós pensamos da escola em tempo integral, por isso coloquei o investimento. Ela vai requerer um investimento grande para poder ter sucesso.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – Em relação à Senadora Marinor, quando ela levanta a questão da alfabetização, o Brasil tem uma meta a ser cumprida, até 2015, de chegar em torno de 6,7% de analfabetos com 15 anos ou mais.

No ritmo em que o Brasil se encontra, com uma queda de 0,4% – tem sido, mais ou menos, a média dos últimos anos –, nós vamos ficar com 7,4 ou 7,5%. Então, não vamos cumprir a meta para 2015.

Um dos graves problemas que a gente tem nesse enfrentamento é que, na prática, está muito bem localizado, bem situado onde é que estão esses analfabetos: 40 anos ou mais de idade, nos grotões da região Nordeste, muitas dificuldades para você manter esse jovem ou adulto de 15 anos ou mais na escola.

Há evasão – eu fui Secretário de Educação em Pernambuco por quatro anos –, a dificuldade de você manter esse aluno é enorme e nas áreas em que você tem a questão do ciclo da agricultura, enfim, é muito mais difícil.

Então, há um problema que também não foi tocado aqui. Eu acho que é prático, mas interfere na eficácia do programa. Na prática, dentro das secretarias – talvez tenha mudado de 2006 para cá, mas não acredito, pelo que eu tenho conversado com as pessoas –, por ser uma modalidade e um programa, termina ficando como um anexo dentro da secretaria. Ou seja, todos os anos você tem que contratar professor. Eu era reitor da Universidade Federal de Pernambuco quando fui convidado para a secretaria. Quando cheguei à secretaria, eu me deparei com o volume de recursos do EJA, R$19 milhões. Eu me assustei porque R$19 milhões era o dinheiro que eu tinha à época para o consumo, o custeio de toda a Universidade Federal de Pernambuco. Esse dinheiro tem que ser, essencialmente, para a merenda, a chamada merenda fria, porque normalmente é o aluno da noite; para o livro, que consome uma boa parte; para contratação de pessoal e transporte escolar. Essencialmente são esses quatro eixos.

Na parte que cabe à contratação de pessoal, você tem algo que não é perene. Você forma e, daqui a um ano, há uma evasão de professores, aí você vai gastar dinheiro novamente. Então a eficácia e o esforço... O que eu temo na questão de jovens e adultos no que se refere à alfabetização é a dificuldade de uma logística dentro desse processo.

Com relação à questão do tempo integral, o grande... A gente começou em Pernambuco e eu acho que o Senador Cristovam já teve oportunidade de conhecer. Eu fiz uma sugestão à Comissão que convidasse o Marcos Magalhães, que foi presidente da Philips e que iniciou, através do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação, as escolas de tempo integral no ensino médio, que não é o tema aqui. O tema aqui é ensino fundamental. Entretanto, ele agora, lá no Rio de Janeiro, com a Cláudia Costin, começa também a trabalhar essa escola de tempo integral. Lá em Pernambuco nós começamos como um caso que virou uma causa, e hoje são mais de cem escolas de tempo integral. Já há no Ceará também um número bem maior, parece-me; no Piauí e no Maranhão. O grande problema não é o custo. O custo é elevado, sim. Naquela época, em 2006, o valor era em torno de R$2,7 mil por aluno/ano, por aluno/ano; com três refeições, professores, com livros. Ou seja, a escola em que eu colocaria meus filhos. Eu sempre tenho dito que a escola pública com que eu sonho não é a escola para os menos favorecidos. É onde eu colocaria meus filhos. Então essa escola de tempo integral – eu acho que mais uma vez a Prof. Cecília foi extremamente feliz – não é aumentar as horas de aula. É criar um modelo pedagógico, um modelo de gestão que se articule. Ou seja, o contraturno é onde você pode fazer os experimentos de algo teórico que foi visto pela manhã; em que os professores das áreas conversem o planejamento da semana seguinte, para que você tenha de fato uma interdisciplinaridade. Ou seja, se eu estou dando uma aula de Química, qual é o conteúdo de Física que vai ser dado e de Matemática, para que eu possa articular e possa ter de fato a interdisciplinaridade. Então, a flexibilidade com complementação de formação educacional, mas que leve à aprendizagem do aluno.

Eu sou do tempo em que meu pai me dizia: "Estudar é ralar, meu filho". Agora, tem que ralar com prazer. Essa escola de tempo integral tem que dar ao aluno o prazer de estar nela estudando, aprendendo, juntamente com o professor. Não pode ser para brincar, passear. Não tem aula, vá ver no entorno da escola o que é que tem para fazer, jogar bola. Não é isso. O foco – concordo plenamente com a Cecília – é aprender. E o custo não é o problema, na minha opinião, impeditivo. O impeditivo é gente. A gente não vai ter professores qualificados para o modelo pedagógico e com uma boa gestão, com metas, resultados compatíveis com o perfil dessa escola.

Por isso é que eu fui muito enfático; ou seja, se a gente não mudar, se a gente não tornar a carreira atraente, não motivar os jovens para a carreira do magistério, todo o esforço do próprio plano vai ser extremamente prejudicado pela falta de gente. Gente é quase tudo. Podemos ter bons computadores, boas salas, um bom prédio, mas se não tivermos pessoas valorizadas, motivadas, comprometidas com o resultado, não mudamos. Está muito longe isso. Eu acho que o Carlos, o Carlos Eduardo foi muito feliz, quando ele mostra aquele *slide* ele comprova essa questão que a gente colocou aqui com muita ênfase.

Então, entendo que deveria ser um planejamento feito de médio e longo prazo para formação, custo e áreas estratégicas, para, gradualmente, a gente ir criando a escola de tempo integral. Mas eu não vejo outra alternativa. A gente tinha que ter começado ontem. Como não começamos, vamos hoje.

Agora, a educação integral tem que estar não para fazer aquilo que deveria estar sendo feito dentro na sala de aula e não para tapar buraco. Eu acho que a escola de tempo integral tem que ter um modelo pedagógico extremamente eficiente, que leve à aprendizagem do aluno.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu passo a palavra à Prof. Carmem.

O SR. CYRO MYRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria dizer ao Dr. Mozart que esta Casa aprovou o relatório, inclusive de minha autoria, com o aumento da carga horária em 160 horas/ano. Essa foi uma maneira que nós achamos para provocar a situação. É evidente que nós vamos ter problemas nesse meio. Algumas escolas não conseguirão cumprir, não pelo problema físico, mas por problema de professores adequados. Mas queremos começar a antecipar esse modelo. Realmente, em qualquer carreira, se nós não tivermos as pessoas preparadas...

Fiquei sabendo de um dado do Estado de Goiás, no meu Estado, mas que parece ser compatível no Brasil inteiro –, que existem hoje 15 mil professores fora das salas de aula há mais de 12 anos. Isso no Estado de Goiás, que é um Estado pequeno para médio. Avaliem nos maiores. Fiquei sabendo também que, no Estado de São Paulo, o índice é muito grande. Quer dizer, é um custo você trazê-los, porque esses professores estão há 12, 14 anos fora de uma sala de aula. Essa adaptação, às vezes, nem vale a pena mais. Acho que temos de investir naqueles que estão mais dispostos a iniciar sua carreira. Esses não voltam mais, porque foram procurando os derivativos administrativos, têm um cargo em comissão, têm uma gratificação. É justamente isso. Ou seja, se o País, como o senhor falou, não investir nesses pontos primordiais, não adianta, não haverá programa que dará certo. Infelizmente, é isso mesmo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de passar a palavra para a Prof. Carmen, eu gostaria de fazer uma observação, Senador Cyro.

Não é um problema aumentar a carga, o que é um projeto seu, pelo qual o parabenizo. O problema é não aumentar a carga. A gente pode dizer que há dificuldades para aumentar a carga. Mas eu prefiro dizer que não é um problema. O problema é não aumentar. O senhor ainda foi modesto, porque é preciso aumentar mais ainda. Vai ser preciso dar um salto para o horário integral em algum momento, educação integral em algum momento.

Mas eu sou um grande defensor do seu projeto e espero que as dificuldades sejam o caminho para resolver o problema.

Prof. Carmen, por favor.

A SRª CARMEN ISABEL GATTO – Eu queria concordar com a Senadora que levantou questão de que foi a partir da gestão do Senador Cristovam que foram levadas para o âmbito do Ministério da Educação as questões relacionadas à alfabetização de jovens e adultos. Eu acho que isso significou um avanço importantíssimo, porque antes eram programas dispersos em diferentes órgãos e não dentro do Ministério da Educação, onde as políticas educacionais de fato têm que estar.

Desde esse tempo, o próprio Programa Brasil Alfabetizado vem realizando um esforço grande para conseguir atingir essas metas. Só que nós temos de fato um desafio, que é o de ampliação desse programa, para que os Estados e os Municípios façam a adesão e implementem as turmas de alfabetização, articuladas com a continuidade da escolarização nos sistemas e, ao mesmo tempo, a oferta de alfabetização de jovens e adultos no próprio sistema de ensino. Isso porque a modalidade EJA prevê alfabetização, ensino fundamental e médio.

Só assim conseguiremos atingir as metas: ampliando, garantindo a qualidade e a mobilização das pessoas. Como eu falei aqui, nós temos um percentual alto de pessoas com mais idade ou idosas que são analfabetas. E para mobilizar essas pessoas exige um esforço muito maior, com articulação de políticas intersetoriais, ligadas ao mundo do trabalho, à profissionalização, a empreendimentos solidários.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Prof. Carlos Eduardo, por favor.

O SR. CARLOS EDUARDO SANCHES – Eu vou ficar um pouquinho na questão do financiamento. Temos que fazer uma comparação aqui.

Nós temos um bolo, e o que o novo PNE propõe é que mais pessoas venham dividir esse bolo que nós temos para fatiar. É mais ou menos o que aconteceu no Fundeb. A demanda de necessidades impostas pelo texto no novo PNE é grande, é gigantesca, mas o bolo está deste tamanho. Não vai dar certo, vai haver algum problema. Desculpe-me a comparação, mas, de uma forma bastante clara, é isso que acontece.

Se nós analisarmos o que aconteceu na última década e formos analisar investimento público em educação atrelado ao PIB, nós vamos ver que o maior esforço feito foi de Estados, mas, sobretudo, de Municípios. Os Municípios cresceram, o seu investimento atrelado à educação foi da ordem de 40%; enquanto que o do Governo Federal não chegou a 20%, ou quase alcançou 20%.

Ou nós vamos ter dinheiro novo na educação e, sobretudo, dinheiro novo do ente federado chamado União, ou um novo Plano Nacional de Educação vai, infelizmente, alimentar frustrações, porque nós não vamos dar conta dessa demanda.

A Cecília começou a citar alguns números importantes. E retomo aqui um estudo feito pela Undime nacional, que me parece que em breve deverá ser publicado, que mostra o que efetivamente os Municípios estão gastando hoje para ofertar educação infantil, ensino fundamental, séries iniciais e finais, campo e urbano. Certamente, os valores hoje investidos são muito maiores do que é a remuneração das matrículas pelo Fundeb.

Por exemplo, o caso da educação em tempo integral. Como são 18 variações entre os fatores de ponderação do Fundeb, nós não vamos conseguir ofertar educação de tempo integral. Eu não estou falando nem em escola; estou falando em educação em tempo integral. O modelo construído por Campo Grande e por outros Municípios também é maravilhoso. Essa articulação pedagógica, essa infraestrutura, a formação dos professores, é tudo maravilhoso. Mas estou falando apenas de educação em tempo integral.

Nós não vamos conseguir oferecer educação em tempo integral com um percentual apenas de 30% a mais do que é previsto hoje no Fundeb e com o tamanho do dinheiro atual. Não dá, não há como se fazer isso; é muito claro. Então, é preciso, sim, dinheiro novo.

E aí existe a possibilidade de vinculação não apenas de impostos, mas de contribuições. O aumento da vinculação de impostos para Estados e Municípios, mas também para a União. A aplicação de, talvez, pelo menos de 50% do Fundo Social do Pré-Sal em educação. E com uma observação importante: a tarefa dos Estados e dos Municípios, nessa arrancada inicial do Plano Nacional de Educação, é muito grande, até por conta da Emenda Constitucional nº 59. Só que esses recursos não podem chegar lá no final, porque senão não vai dar conta agora. Então, nós não podemos ter mais gente para comer o mesmo bolo, o mesmo tamanho do bolo.

Para finalizar, o estudo feito pela campanha que construiu o CAQi aponta que, nas regiões de maior desigualdade nacional, hoje, nós precisaríamos investir – ao contrário do que é hoje, Senadora Marinor, os R$2,2 mil, na média nacional, para aluno de creche de zero a três anos – R$6,4 mil. Estamos muito longe disso. Nós precisamos, sim, de dinheiro novo na educação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu tenho inscritos o Senador Moka e a Senadora Lídice.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Dá para fazer uma pequena réplica, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Por favor, tem todo o direito.

O que acha de deixar a réplica para o final? Aí todos farão réplicas. Está bem?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador, aí é uma questão de coerência. Eu ouvi muito pouco e eu me inscrevi, mas eu vou abrir mão de questionar, porque eu não ouvi a palestra.

Se os senhores me permitirem – Professora Maria Cecília, nós demos aula juntos; eu dei aula durante 15 anos – só uma observação, apenas para reflexão. Acho que quem não assistiu não tem direito de questionar.

Na minha época, Senador Cristovam – tenho 60 anos – não havia professor de Química e Física. Os professores de Química e Física eram alunos do curso de Engenharia ou de Medicina. Eu sou médico. Então, isso era improvisado. Não sei se ainda é. Depois, eu me tornei coordenador, diretor do curso do Colégio Dom Bosco lá. Senador, nós tínhamos seis aulas de segunda a sábado, de 50 minutos.

Hoje vejo que os alunos que chegam ao curso superior estão cada vez mais fracos, sem conteúdo. E vejo que o grande volume de financiamento ainda é para curso superior. Acho que há uma inversão.

Eu sei que é difícil mudar isso. Mas eu acho que aí é que há um grande problema. Quer dizer, o grande esforço dos impostos está indo para o curso superior.

Tenho uma filha que faz Medicina. Ela fez o Colégio Bandeirantes, em São Paulo, para disputar uma vaga na USP. Porque hoje, para disputar uma vaga na USP ou numa grande faculdade, o aluno tem que ser

de classe média ou média alta. Então, nós bancamos o ensino público exatamente para um segmento que não precisa, que tem condições de pagar a mensalidade.

Esta é apenas uma observação de um modesto professor de muito tempo atrás, mas que vivenciou isso muito. No Colégio Dom Bosco, nós preparávamos os alunos. Eram 48 alunos para a Faculdade de Medicina, e nós chegávamos a aprovar 40, para a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Então, eu acho que nós precisamos começar a discutir essa distorção. Este é um debate difícil, porque eles são muito articulados e virá uma pressão muito grande para que não se tire dinheiro da faculdade pública. Tudo bem. Mas eu não sei se nós não estamos na hora de inverter isso e começarmos a preparar mais o ensino fundamental, para que cheguem os alunos mais bem preparados para fazer o curso superior. É só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Essa simples observação me permite o direito de também fazer uma, já que o assunto deles foi outro.

Eu estou totalmente de acordo de que há uma inversão na medida em que a gente privilegia a universidade – e agora se começou a privilegiar o ensino técnico – e não privilegia o ensino fundamental. Só que esse privilégio não pode ser retirando do superior para o de baixo. Tem que ser colocando mais dinheiro embaixo.

Agora, fazer a escola igual para todos. Esta é a grande imoralidade deste País – na verdade, são duas: educação desigual e saúde desigual.

Não há imoralidade em alguém ter um carro bonito e o outro andar de ônibus. Não é imoral. É desconfortável, é injusto talvez. Não há imoralidade ter roupa bonita ou não ter roupa bonita. Mas é imoral viver ou morrer conforme se tem ou não se tem dinheiro. É imoral ter uma escola boa ou uma escola ruim dependendo do dinheiro que se tem. Para isso, a gente precisa botar muito mais dinheiro embaixo e exigir muito mais do que estão em cima.

E só um recado. No caso da sua filha, que vai ser médica também, é verdade que ela é de classe média ou média superior, como os meus. Mas não é só ela que precisa ser médica; é o Brasil que precisa que ela seja médica.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero lhe dizer o seguinte: é exatamente isso. E não há nada mais covarde neste mundo do que uma criança, nos três primeiros anos de vida, absolutamente indefesa, ser mal alentada, mal nutrida, porque ela não vai conseguir fazer os cálculos médios de que precisa já que a formação do sistema nervoso central se dá nesses três primeiros anos de vida. Isso é uma covardia muito grande que se pratica não só no Brasil, mas na metade deste Planeta!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Aí sim o senhor trouxe um tema fundamental. A gente aqui discute a partir da idade escolar. A gente não percebe que a idade escolar é desde antes de nascer. Isso, a gente costuma deixar de lado. E aí há duas mudanças estruturais na administração que eu defendo: uma é separar – não vou nem perguntar o que eles acham, porque vão ser contra – educação de base e ensino superior, que devem ter ministérios próprios. Enquanto forem misturados, é como o senhor disse, os universitários levarão quase tudo, porque eles têm força, eles têm unidade, têm tudo. E é o que tem acontecido.

Em Cuba, na França, em muitos países, na verdade, na maioria dos países é assim. Devemos ter uma secretaria presidencial para a proteção da criança e do adolescente. Já fizemos para os negros, para as mulheres, para os índios – a Funai –, e para os jovens, mas para as crianças não se faz. O Conanda é contra o meu projeto que criaria isso. Por quê? Corporativismo.

Criei essa secretaria no meu governo, que agora voltou. Esqueceu-se de dizer a verdade, mas, no meu governo, havia a secretaria da criança. Foi bom falar isso, e eu elogiei quando ele fez isso. Havia aqui essa secretaria, e a gente conseguiu tirar todos os meninos das ruas, porque havia uma pessoa encarregada disso, de quem puxar a orelha; a Presidenta Dilma não tem. Se ela chegar hoje de manhã e ler nos jornais que estão morrendo crianças, ela não tem de quem puxar a orelha por isso. Ela vai ligar ou para a Polícia Federal ou para o Ministério da Saúde, mas uma pessoa focada nisso, ela não tem.

Vou pedir desculpas por esse diálogo, que foi positivo.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não há nenhuma necessidade de desculpa. O Senador chegou e está dando sua contribuição. Pena que não tenhamos mais Senadores aqui para participar deste debate. Estão aqui os interessados.

Quero saudar a discussão e as intervenções todas.

Vejam que eu vim de um Estado que aparece nos quadros com os piores índices educacionais, embora alimente a contradição de ter tido a primeira experiência de escola de tempo integral no Brasil, em 1940, com Anísio Teixeira como Secretário de Educação, criando o Colégio Carneiro Ribeiro, no bairro mais populoso, à época, da cidade de Salvador, do Estado da Bahia. Uma experiência de escola classe, uma experiência

até hoje recordada por aqueles alunos que participaram dela. Estamos, de lá para cá, debatendo escola de tempo integral, com algumas idas e vindas, com as tentativas um pouco mais ousadas no Rio de Janeiro, mas voltando sempre ao mesmo tema: o conceito da escola de tempo integral, custo da escola de tempo integral, ampliando gradativamente a carga horária, mas sem fazer essa revolução.

Acho que, pelo que foi falado aqui, dois pontos ficaram na cabeça. Primeiro, a questão do investimento na formação, na qualificação, na capacitação de professores. Ou fazemos uma mudança drástica na formação, na compreensão, na organização da carreira de professor no Brasil ou não teremos como dar um salto de qualidade real, porque o que estamos discutindo aqui é educação pública.

Ao largo disso, acontece, como o Senador destacou, uma educação paralela, uma educação privada que qualifica outros brasileiros e brasileiras na disputa do mercado de trabalho. E quanto menos conseguirmos avançar aqui, mais distante ficará o fosso entre os brasileiros e brasileiras das escolas públicas e os brasileiros e brasileiras das escolas privadas. Então, há uma desigualdade profunda.

A outra questão muito relacionada a essa também, que tem sido insistentemente colocada pelo professor Carlos Eduardo, é a questão do financiamento. Creio que, dentre essas questões, precisaríamos colocar, Sr. Mozart que vem do Nordeste, uma análise daquele quadro da educação no Brasil. O quadro do analfabetismo mostra claramente a existência de alguns brasis, e não é possível pensar essa escola pública ou esse modelo de escola pública sem relacionar a situação do Nordeste, em especial, e do Norte brasileiro. É preciso ter políticas desiguais para tratar os desiguais e financiamento desigual para tratar os desiguais. É preciso rever o Fundeb no sentido de garantir que a equalização do financiamento da escola pública do Norte e Nordeste possa ter uma priorização, possa receber um tipo de estímulo diferenciado, porque senão nós também não vamos alcançar as metas; aí vamos alcançar as metas apenas no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste do Brasil.

Então, creio que o Plano Nacional de Educação, a discussão que os senhores, que são especialistas em educação – não é o meu caso –, têm que travar deve ter o olhar voltado para a questão das desigualdades regionais no Brasil, para um financiamento diferenciado, para a busca de metas diferenciadas também. Porque, se a escola e o custo do aluno são mais caros no Nordeste, temos que ver como realizá-los e não esquecer isso e considerar um problema. Não se trata de problema, mas de solução para esse problema. Temos que dar solução ao problema.

Outra questão, para finalizar, é a relação entre os entes federados. Nós falamos de investimento e formação de professores, mas estamos falando de Municípios que estão investindo mas que não têm carreira, não têm formação; os seus professores não têm essa qualificação. Muitos Municípios vivem do esforço missionário de alguns professores destacados. Às vezes, penso que o Senador Cristovam talvez tivesse razão na nacionalização de toda a rede pública de professores no Brasil. É uma ideia tão ousada que não tenho opinião formada a respeito.

Tive contato com os prefeitos dos meus Municípios e vi que eles estão preocupados com que o Fundeb garanta dinheiro demais para pagar professor, que o dinheiro vá todo para pagar professor e que eles não tenham recursos para fazer o resto da educação. Eles pensam num sentido diferente do nosso, porque estão com o pepino na mão diariamente.

O MEC, ou seja, o Governo Federal tem dificuldade de pensar educação básica porque ele não a realiza. Quem realiza são os Municípios. Quem sente a dor, o calo nos pés é o prefeito. Este precisa ser ouvido na formação, na organização do Plano Nacional de Educação com vistas a que mecanismo, de que forma vamos precisar fazer uma transformação profunda na educação para garantir que, no Município mais distante da Bahia, em Côcos, haja professor. Porque vamos discutir EJA – Educação de Jovens e Adultos – quando nossas escolas não conseguem alfabetizar nem com 3 ou 4 anos.

Um menino, como o meu ou como certamente dos Senadores aqui, desde um ano e oito meses, dois anos, está na escolhinha, chega à escola com um ano e, com cinco anos, já está alfabetizado. Há meninos da classe média que nem vão para escola para serem alfabetizados. Aos cinco anos, eles se alfabetizam em casa, com o contato.

Agora, os nossos meninos vão para escola pública, entram com seis anos agora – antes, com sete – e saem da escola pública sem conseguir, depois de três ou quatro anos, se alfabetizar. Esse é o desafio. O desafio do MEC é transformar isso, é fazer com que, cada vez menos, precisemos de EJA e que possamos ter a educação, na escola básica, alfabetizando. E precisamos diminuir o tempo de educação, precisamos formar professores alfabetizadores, precisamos dar qualidade a isso.

Este é o desafio essencial ainda na escola pública no Brasil: conseguir que os nossos meninos de sete anos saiam da escola alfabetizados, em um ano

ou dois, para não precisarmos discutir tanto a alfabetização e educação de jovens e adultos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de passar a palavra, vou logo fazer minhas considerações.

A professora Marinor tem uma...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Estou esperando a minha réplica.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero dizer, Senadora Lídice que, de fato, nós comemoramos melhorar o EJA, mas nós deveríamos comemorar não precisar do EJA. Nós deveríamos comemorar não precisar do EJA. E, da mesma maneira, comemoramos o aumento do número de famílias com bolsa-família quando nós deveríamos comemorar a redução da necessidade de famílias com bolsa-família. Nós nos acostumamos a coisas pequenas naquilo que é essencial; nós nos acostumamos neste País.

Vamos ver mesmo este assunto da nacionalização, da federalização na educação. Ninguém reclama da federalização das universidades nem do Banco do Brasil nem da Caixa Econômica. Ninguém imagina deixar que cada Estado tenha a sua Infraero. Não; é uma nacional. Agora, a educação de base nós deixamos. E ainda se está privatizando. E a gente deixa. Então, temos que nacionalizar. É impossível haver uma educação de qualidade num País desigual como é o nosso, mantendo-a nas costas do Município.

E aí eu cito a Bahia. Fui à Bahia já faz tempo e vi uma greve de professores por 13% de aumento. Eu perguntei qual era o salário e disse: "Se vocês têm esse salário, a greve de vocês deveria ser por 500%". Agora, o prefeito não tem condições de dar nem os 13%, e estava lá a greve. O prefeito não conseguia pagar os 13%. E, Senador Moka, 13% era um aumento irrisório no salário, e o prefeito não podia pagar; mas o Brasil pode.

Por que a gente pode fazer um PAC e não pode fazer um PAA – Programa de Aceleração da Alfabetização? O Presidente Lula passou oito anos e não falou no PAA – ou dê-se o nome que quiser. Fez um PAC, que custa centenas de bilhões. A erradicação do analfabetismo custaria no máximo quatro bilhões, em quatro anos. Quatro bilhões em quatro anos, no máximo! Inclusive fazendo uma coisa que eu fiz aqui no Governo, pagando ao analfabeto; na hora em que ele se alfabetizava, ele recebia um cheque. A gente comprava a primeira carta dele.

Pois bem, eu vou fazer algumas considerações.

Primeiro, ao Professor Timothy. Tem a ver com alfabetização. Nós precisamos tratar a alfabetização como direito humano. Então, vi ali que a alfabetização se propõe mais a jovens, e tratar da importância à alfabetização de jovens é não perceber que é função do direito humano. Se é um direito humano, tem que ser até para o mais velhinho de todos; ele recebe a alfabetização na véspera de morrer, como é quando a gente dá remédio a ele. Ninguém dá mais remédio aos jovens do que aos velhos porque os jovens produzem mais.

A minha pergunta é: o PNE atende ao que o Brasil precisa?

À Professora Maria Cecília, quero dizer que eu gostei muito, porque vi ambição e fui lá ver. Eu estive lá, e aquelas imagens da Professora Cecília são todas verdadeiras, aquilo tudo funciona. Eu vi meninos sem querer ir para a casa às 17h; eu vi menino que foi para a escola gripado, porque a mãe não conseguiu segurá-lo em casa.

Em Palmas, a gente vê isso, a gente vê em Mato Grosso do Sul, a gente vê em alguns lugares, agora, em uma ou em outra escola; em todas, vai ter que ser com o Governo Federal. Mas mostra que é possível.

Ao Mozart, eu quero dizer o seguinte: eu achei muito boa a fala dele, mas uma coisa me chamou a atenção, quando ele diz que estagnar é retroceder. Em educação, estagnar é retroceder. Por quê? Porque as exigências crescem demais, então, quem hoje apenas sabe ler está numa situação muito pior do que quem, há 50 anos, sabia ler. As exigências crescem; há uma brecha que está surgindo que é o chamado apagão e, se a gente não cuidar disso, a gente vai ficar para trás, como ele disse, tanto em relação a outros países como em relação às exigências.

E quero provocá-lo quanto à afirmação de é melhor um prato de feijão benfeito do que nada. Eu acho que, em educação, ou temos caviar ou não temos educação.

Eu acho que um dos nossos erros, que é um erro grave do MEC – o MEC tem errado muito nesse sentido –, mostrar o que faz, sem deixar claro o que não faz. Um dos nossos problemas é passarmos a imagem de que estamos indo bem. Nós estamos melhorando, mas ficando para trás; estamos dizendo que estamos melhorando e não estamos dizendo que estamos ficando para trás. Essa é uma tragédia. Uma das tragédias brasileiras é não aceitar, reconhecer, dizer que nós estamos muito mal e lutar por mais. É claro que o Ministro que diz que nós estamos mal e precisamos de muito mais não fica muito tempo, sobretudo se levar o celular na viagem. (*Risos)*

Eu creio que temos de fazer como fizeram outros países. Na Finlândia, por exemplo, só pode se inscrever para fazer concurso para professor os que estão entre os 10% melhores da turma. Quem não estiver entre os melhores da sua turma nem tem direito de se inscrever para fazer concurso para professor. Claro que aqui a

gente não conseguiria porque algum juiz iria dizer que os direitos são iguais, do último da turma e do primeiro.

Quanto à Carmen, uma dúvida que tenho: há duas semanas, ligou-me um jornalista da *Folha*, que tinha feito uma análise do censo tendo em vista a educação. Ele tinha observado uma coisa que eu preciso testar porque está diferente. É o seguinte: a maior redução no analfabetismo ocorreu entre aqueles que tinham mais de 60 anos. Ele pegou 2000 e 2010 por faixas etárias. Quanto diminuiu o analfabetismo? Diminuiu mais entre os que tinham 50 e agora têm mais de 60. Eu tenho uma explicação, se isso for verdade. Sabem qual é? É que os analfabetos morrem mais cedo do que os alfabetizados. Então, entre os velhos quando você analisa os que morrem mais depressa, vê que são os analfabetos, porque são mais pobres e porque não saber ler leva também à morte antecipada. Então, quero checar porque é possível que seja isso. É a redução do analfabetismo pela morte.

Quem me ligou para dizer isso foi Antônio Gois, jornalista que se dedica à educação.

Isso seria muito grave e não é nem para a educação. Isso é uma gravidade para a gente perceber que, neste País, quem tem direito a viver mais é quem tem dinheiro, e quem tem dinheiro é quem sabe ler. Analfabeto não sabe ler nem tem dinheiro, logo morre mais depressa do que os velhos que sabem ler e que têm dinheiro.

Então, queria que confirmassem essas estatísticas, se está errado este rapaz – o Antônio Gois – ou se está errada a ideia.

O lógico é que o analfabetismo diminua mais entre os jovens. De fato, considerando os mais jovens e os de idade média, viu que diminuiu mais entre os jovens. Mas, quando comparou os velhinhos, viu que não foi assim, mas que diminuiu mais entre os velhinhos do que entre os de meia idade.

Quanto ao Carlos Sanches, eu quero dizer o seguinte: eu sou um lutador por mais recursos, mas eu tenho medo que se jogue muito dinheiro na educação, porque existe um ritmo de absorção.

Eu costumo dizer – o Mozart até cochichou aqui – que se chover dinheiro no fundo do quintal das escolas, hoje virará lama esse dinheiro; não virará inteligência. Tem de haver um ritmo de aumento de recursos, sabendo para onde vai esse dinheiro. Estou vendo uma luta grande pelos 10% sem dizer como serão investidos. A gente corre esse risco. Por exemplo, se a gente multiplicar por cinco o valor do salário atual, a educação não melhorará. Isso tem de ser combinado com a contratação de professores formados, preparados, dedicados, com dedicação exclusiva, tudo isso.

Outra coisa que eu fiquei desejando ter. Você mostrou um quadro que compara Ideb com o salário, não foi? *(Pausa.)* Não, o Ideb com a formação.

Vocês têm um quadro do Ideb com o salário de professor pago naquele lugar? Eu gostaria de ter isso para saber a correlação com o salário, porque tenho a impressão de que a correlação não é tão boa quanto a correlação da formação.

Finalmente, sou a favor da divulgação do Ideb por escola, porque acredito na mobilização popular. E, quando você divulga o Ideb por escola, você cria uma mobilização popular para que a escola do seu filho, que teve um Ideb baixo, tenha um Ideb mais alto. Eles começam a se mobilizar para o professor não faltar, começam a se mobilizar por mais dinheiro para equipamento. Se você fizer um Ideb geral, por que você se mobiliza? Qual é a razão de se mobilizar? Então, como defendo a mobilização popular como forma de melhoria, acho que é bom fazer o Ideb por escola, para que cada família saiba que a escola do seu filho poderia ser igual à escola do outro, que brigue por isso. E não que se esconda. Se a gente esconde, as pessoas não vão brigar, porque não vão saber que estão sentindo falta. Você pega o Ideb da cidade, ele não sabe o que está faltando na escola dele. Por isso sou favorável ao *ranking* por escola.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não, isso é outra coisa. É a justificação de por que é ruim. Você diz que é ruim por isso, isso e isso. Vamos brigar para ter isso. Mas se a gente esconde, não vai sentir que está faltando. É que os professores estão olhando muito o *ranking* do ponto de vista de eles pagarem o preço de a escola deles terem uma nota baixa. O outro tem uma nota boa porque os alunos já vêm preparados e tudo isso, mas é a visão sindical. Se colocamos junto a visão sindical e a visão social, coletiva, aí vai haver briga para ter os recursos que o outro tem.

Com isso, termino e passo a palavra a partir do Dr. Timothy. Não, desculpe, parece até que estou querendo que a senhora não faça...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu não o elogio mais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas foi por isto: eu tenho medo que digam que estou privilegiando a Senadora querida que me elogiou. *(Risos.)*

Por favor, Senadora.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ele é querido, querido do Brasil, não é só de Brasília não. Se a regra que o Senador Cristovam está colocando em relação ao analfabetismo de idosos pode ser investi-

gada e comprovada, a regra para redução também do analfabetismo na adolescência pode seguir este mesmo caminho. Porque, segundo o Ministério da Justiça, em pesquisa recente, aumentaram, de 2009 para 2010, em 103% os homicídios na juventude entre cidadãos pobres e negros. Então, essa lógica também tem que ser avaliada.

Eu estou agoniada, porque o professor Timothy trouxe algumas falas de alguns educadores e ministros, e esta semana aqui vivemos uma disputa política de se devia ou não constar, na exposição sobre a história do Senado, o *impeachment* do Collor. Eu, mesmo que ele não tivesse sofrido um *impeachment*, só pela fala do Ministro dele, o Ministro José Goldemberg, que diz que alfabetizar o adulto não vai mudar muito a sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar, eu já botaria lá e em todos os lugares do Brasil um registro na história política do país. Então, não precisava ter tido o *impeachment*.

Mas eu queria aqui dizer à Senadora Lídice, que já se retirou, que não precisa ser especialista em educação para ter sensibilidade. E ela demonstrou aqui uma imensa sensibilidade falando da realidade da região Nordeste do Brasil. Não é à toa que este *apartheid* entre a distribuição de recursos históricos entre as regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste é que colocam as regiões Norte e Nordeste com os piores índices de analfabetismo e com os piores índices do Ideb. Isso precisa ser. Isso precisa ser reparado. É obrigação deste País. O Estado brasileiro não pode continuar tratando o povo da Amazônia, o povo do Nordeste, como se não tivessem direito às políticas públicas. Isso, sem precisar dizer que o Pará, um Estado que hoje está vivendo o terror da possibilidade de ser dividido, sendo um dos Estados mais ricos deste País, que é responsável por uma contribuição enorme do PIB brasileiro, está sendo ameaçado de separatismo em três regiões, exatamente pela falta, pela ausência do Estado nessas regiões.

Existem, sim, interesses do agronegócio, os interesses relacionados com a mineração, mas existe um sentimento profundo de abandono do povo daquelas regiões. É preciso refletir antropológica e sociologicamente sobre isso, sob pena de estarmos aqui acusando as pessoas de interesses que não necessariamente são os interesses que mobilizam os sentimentos delas. Eu sou contra a divisão do Estado e estou me mobilizando, obviamente, no sentido de tentar levantar elementos. Estamos contratando uma pesquisa do Ipea para poder mostrar o que vai ser o Estado do Pará no dia seguinte, no pós-divisão.

Eu queria pedir duas coisas: uma, em relação ao que disse a professora Carmen – eu saí um pouquinho, mas perguntei ao Luiz, porque fui atender exatamente um político do meu Estado que está tratando dessa questão da pesquisa do Ipea. Mas continuo insatisfeita com as respostas do Governo em relação à questão do financiamento, em relação aos valores relacionados com a educação de jovens e adultos. Não basta dizermos que não queremos que a educação de jovens e adultos saia desse patamar de projetos, de complementação, mas que seja uma política de enfrentamento do analfabetismo, que esteja no contexto do processo educacional, sem que esse planejamento estratégico do ponto de vista inclusive financeiro seja feito.

Quero solicitar aqui, em nome da Comissão, que vocês nos forneçam esse planejamento, que deve ter sido feito obviamente por uma equipe técnica e que, por algum motivo, não apareceu nas metas do Plano Nacional de Educação.

Quero dizer também que, em relação à questão da educação integral, enquanto os professores não forem bem pagos, não vamos ter professores. Mal vamos dar conta daquele turno mínimo. Não adianta mesmo dar uma bola, até porque há muitas formas de educar através de uma bola, de formar através de uma bola – e aí estou falando como educadora, como profissional de Educação Física. Sei que temos muitas possibilidades, do ponto de vista pedagógico, do ponto didático, de ajudar na formação geral deste aluno e formá-lo, sim, para o desporto; formá-lo, sim, do ponto de vista da formação integral, corporal, e que esse potencial de profissionais não é aproveitado nas escolas públicas brasileiras.

E quanto às redes de proteção. Nós temos inúmeros temas transversais hoje que precisam ser trabalhados nos currículos escolares. A violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes é um escândalo nacional. E não temos, na escola pública brasileira, hoje, a possibilidade de orientar as nossas crianças sobre a sua sexualidade. Não temos a possibilidade de formar os nossos professores para que eles identifiquem ou ajudem a identificar uma criança que está em situação de vulnerabilidade, que está sendo ameaçada em casa, que está sendo abusada sexualmente – a maior parte dos abusos, mais de 90% dos casos, acontece dentro das casas, por pais, por padrastos, por tios. Então, são muitos os temas transversais ao currículo oficial que podem ser utilizados como elementos que vão contribuir na educação geral dessa criança, e isso deve ser visto sob a perspectiva de reconhecer que existe uma criança, que existe um adolescente, e que eles são fruto de uma realidade social. A escola precisa ter um projeto político-pedagógico voltado para esse tipo de enfrentamento, o enfrentamento da violência contra negros, contra homossexuais, contra deficientes, con-

tra gordos. Ou isso não é pauta da escola? Quando, como prevê o ECA, a escola vai ser parte integrante da rede de proteção, da promoção da infância saudável? Isso precisa estar colocado no debate. São essas as contribuições que queria trazer.

Queria também aproveitar para agradecer em meu nome e em nome do Senador muito conhecido e respeitado por todos nós, educadores brasileiros. É grande o esforço que estamos fazendo, neste momento aqui, ainda que a ausência dos Senadores seja até comum nesses debates educacionais, mas é que há outros interesses que circundam o cotidiano do Congresso Nacional. Semana passada, por exemplo, tive de retirar um requerimento de uma comissão aqui no Senado para não ser derrotada, mas agora tenho a alegria de anunciar que acabou de ser aprovada, na Comissão de Agricultura da Câmara, a convocação do Ministro Palocci. Nós também vivemos em função de outras demandas, de outras pautas – há, no momento, o Código Florestal e outros debates que são importantes para a Nação.

Muito obrigada. Agradeço carinhosamente a contribuição de vocês. Ela vai compor o nosso relatório do debate nacional que o Senado vai apresentar aos demais Senadores durante o processo de discussão e à sociedade brasileira também.

Muito obrigada. Bom dia a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigada, Srª Senadora.

Eu combinei aqui que vou passar a palavra em primeiro lugar ao Professor Mozart, que tem um compromisso. Depois, o Professor Timothy falará.

O SR. MOZART NEVES RAMOS – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque a compreensão. Tenho de relatar um processo no Conselho Nacional de Educação e, por isso, tenho de sair correndo daqui. Parabenizo a importante iniciativa da Comissão deste Senado, acho que tudo enriquece este debate, este momento da educação brasileira. Coloco-me à disposição para contribuir em outros momentos em que isso se faça necessário.

Eu queria levantar um ponto que a Senadora Marinor colocou aqui para sublinhar a importância da questão salarial. Se pegarmos os microdados da Pnad 2009 – esse trabalho foi feito pela Fabiana de Felício, uma pesquisadora de São Paulo –, vemos o seguinte: no Brasil, o professor ganha, em média, 40% menos do que os demais profissionais com a mesma escolaridade. Para se ter uma ideia, o salário médio do professor é de R$1.780, enquanto o salário pago no caso das demais profissões que exigem a mesma escolaridade é de R$2.800. Então, é difícil um jovem querer ser professor, principalmente quando se leva em conta também as questões de violência que hoje campeiam nas escolas. Hoje, duas grandes causas têm afastado muito os jovens: a questão salarial, o salário inicial, e a questão da violência nas escolas – eu vi isso em pesquisa recente, que foi publicada agora.

O segundo aspecto está ligado também a um ponto que o Senador Cristovam colocou com muita propriedade: se não houver, de fato, uma intervenção do ponto de vista financeiro do Governo Federal, é muito difícil os Municípios cumprirem as metas do Plano Nacional de Educação. E a razão é muito clara: se pegarmos, desde o Governo Itamar ao Governo Lula, os impostos recolhidos pela União na década de 80, veremos que 80% do que era recolhido era compartilhado com Estados e Municípios. Houve uma política da área econômica, proposital, para controlar os gastos públicos e, ao mesmo tempo, fazer uma política mais forte com Estados e Municípios e, hoje, temos o inverso em relação ao que se tinha na década de 80: somente 20% são compartilhados com Estados e Municípios.

Segundo estudo que vi e sobre o qual foi feita uma reportagem, na prática, dos 5564 ou 5565 Municípios – Carlos Eduardo e Cecília, que são da área municipal, sabem disso –, somente 26 tinham condições de atender as exigências do Governo Federal, do Ministério da Educação, para o repasse da complementação do salário. Então, é preciso criar mecanismos ágeis para que, de fato, esse aspecto possa ser preenchido.

Há um ponto em que concordo plenamente com o Senador Cristovam Buarque. Aliás, são dois pontos que ele mencionou e que eu queria reforçar.

Primeiro, temos falado em mais dinheiro, e é preciso mesmo. O Brasil investe R$2,948 mil por aluno ao ano. Se olharmos países vizinhos, como México, Chile e Argentina, veremos que lá esse valor hoje é de R$3,7 mil. Se olharmos os países da Comunidade Europeia – queremos ser como a Comunidade Europeia em 2020, com o Ideb 6 –, veremos que o investimento por aluno ao ano é de US$6 mil e com um desvio-padrão muito pequeno – se aplicarmos 1,8, vamos chegar a R$10mil. Entretanto, temos realmente de fazer um esforço. Primeiro, para profissionalizar a gestão da educação, senão o dinheiro não chega às escolas – fica nas licitações ruins, malfeitas, e o dinheiro vai para outra finalidade.

O segundo aspecto diz respeito à qualidade dos insumos que chegam às escolas, inclusive os de logística, como transporte escolar e merenda escolar, que foram aqui colocados pelo Carlos Eduardo. Então, nós temos de criar mecanismos para melhorar a gestão e criar também mecanismos de responsabilização. Caso contrário, ainda que tenhamos mais dinheiro,

não vamos saber de quem cobrar se o resultado não for alcançado.

Há um ponto ainda. A Senadora Lídice fez referência a um ponto muito importante. O pai analfabeto, se ele tiver um filho, a chance de esse filho ser também analfabeto é de 32%, mas se ele tiver o ensino superior completo, a chance cai para 0,2%. Então, a alfabetização é um ponto muito importante para a equidade social neste País. Por isso, a Meta 5 é muito cara para o Movimento Todos pela Educação. Temos de fechar a torneira do analfabetismo neste País. Não é admissível que um País que hoje forma 12 mil doutores, que está na 13ª posição do *ranking* mundial da produção científica, que produz 35 mil artigos científicos, ainda tenha tantas crianças sem saber ler e escrever. Isso para mim, como brasileiro e como cidadão, é uma grande vergonha. Então, a Meta 5 deveria ser, talvez, no meu entendimento, a mais importante para que fechemos a torneira do analfabetismo neste País, ou seja, coroando aquilo que a senhora acabou de ressaltar na sua fala e que é muito forte: esse processo na nossa região, no Nordeste, e também no Norte do País, o que gera os diferentes brasis.

Senador Cristovam Buarque, queria parabenizá-lo por esta iniciativa, desculpar-me por ter esse compromisso no Conselho Nacional e dizer que foi uma alegria estar com esses companheiros de Mesa, que, realmente, trouxeram novas ideias, insumos, para este debate tão importante no Plano Nacional de Educação. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Professor Timothy.

O SR. TIMOTHY – O Senador Cristovam me pergunta se o PNE atende ao que o Brasil precisa em termos de educação de jovens e de adultos. Eu diria que o Brasil, em matéria de educação de jovens e adultos, continua olhando para o déficit, para o prejuízo e não para o futuro. Acho que, de um lado, estamos investindo muito pouco em educação de jovens e adultos. Se só compararmos quanto se investe para alfabetizar um jovem adulto ou uma pessoa idosa, estamos investindo mais ou menos R$200,00 por ano por cada jovem adulto ou idoso para o processo de alfabetizar. O aluno em ensino fundamental custa em torno de R$2,4 mil. Isso mostra um pouco o valor que estamos colocando para a alfabetização e para a educação de jovens e adultos. Eu diria também que, se começarmos a olhar para o futuro, não vamos comemorar o dia em que não precisaremos mais da educação de jovens e adultos. Se seguirmos o entendimento atual de educação de jovens e adultos, vamos continuar precisando, sim, para um futuro não previsto. Acho que precisamos entender, por exemplo, que os países que mais investem em educação de jovens e adultos, no momento, são países altamente industrializados, como os países nórdicos, que investem o máximo em educação de jovens e adultos, como a Finlândia, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, mas também os países da Europa, os Estados Unidos. Então, é a concepção de educação de jovens e adultos que precisamos entender e avançar no nosso entendimento. Temos um déficit de escolaridade. A educação de jovens e adultos atende também à questão do déficit em termos de escolaridade, mas vai muito além disso, é uma questão fundamental.

Quando falamos sobre o apagão, a questão do próprio desenvolvimento do Brasil, que corre o risco de estagnar, de parar por falta de mão de obra qualificada. Mão de obra não é uma coisa que se qualifica uma vez e dura para sempre. O processo de qualificação, de formação, é um processo continuado, permanente, e essa qualificação profissional faz parte também da concepção da educação de jovens e adultos e não é somente do trabalhador operário. Também o engenheiro, o médico, o próprio professor precisam da sua formação inicial e a formação continuada. Esse processo de aprendizagem ao longo da vida é um elemento fundamental. Então, penso que o plano atende um pouco ao déficit já existente de jovens e adultos que não foram atendidos na escola, mas talvez não atenda para o futuro do Brasil, como desenvolver uma concepção de educação de adultos na perspectiva de educação e aprendizagem ao longo da vida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra agora para a professora Maria Cecília.

A SRª MARIA CECÍLIA AMENDOLA DA MOTTA – Acho que temos, realmente, de repensar a educação como um todo. Concordo com o Senador que todos deveriam ter direitos iguais a uma educação de qualidade. Então, colocamos metas para alfabetizar até tal idade para alguns e para outros não. Concordo com a Senadora, dependendo da criança, ela se alfabetiza em casa, em qualquer lugar, dependendo de quem está orientando. Então, penso que a educação tem de ser repensada mesmo. É o tempo de cada um, mas respeitado. Acho que essa é uma questão para se discutir. Se todos nós tivéssemos os filhos nas escolas públicas, a educação seria diferente. Concordo com o que você está colocando: escola privada e escola pública. Para quem é a escola pública? Para todos. Então, temos de repensar, Senador, e pensar num investimento com planejamento.

Estamos aqui falando de investimento. Também concordo com o Senador que, se aumentar o dinheiro para aplicar na educação sem haver um planejamento benfeito, vai virar um nada. Temos que pensar na for-

mação continuada, na formação inicial. Também para trabalhar com a diversidade, Senadora, com os temas transversais, que são muitos, a escola integral daria conta, porque estaria o tempo todo com a criança. Então, o tempo integral não é só para a criança. Acho que foi o Senador quem falou sobre isso, é o tempo integral para o professor, para que ele tenha o seguinte pensamento em relação àquela escola: "Aquela escola me pertence, aquelas crianças me pertencem, eu sou do bairro, posso acompanhar cada criança". Então, daríamos conta, na educação, dos temas transversais, se pudéssemos ter tudo isso.

Quanto à questão do ranqueamento que o Carlos colocou, acho que o Ideb, a avaliação externa, a ideia que nós temos é de uma avaliação. Depende muito do que se faz com o resultado da avaliação. Se pegarmos as avaliações e estudarmos os descritores com propriedade, veremos que o erro daquele aluno é uma falha do professor na sala de aula. A formação continuada tem de ir naquele ponto em que a educação falhou e, por isso, a criança errou na resposta. Então, também acho que ranquear é uma coisa complicada, mas, na segunda e terça-feira agora, parei a rede de educação toda, coloquei 10 mil pessoas, de mil em mil, e repeti como estava a avaliação, o sucesso, o tanto de crianças que tinham sido aprovadas, reprovadas, abandonado, de 1996 a 2010, pela capital e por regiões. Qual era o objetivo? Que olhassem bem a sua região, por que as crianças estavam se evadindo. É por que as crianças envelheceram? E ali, naquele salão, colocamos merendeira, SD, professor, diretor. Fizemos uma mobilização com os dados. Então, qual foi a orientação? Não fiz escola por escola, porque, realmente, haveria uma comparação, mas expus as sete regiões, como estavam, abandono e reprovação e pedi que fizessem o exercício nas suas escolas. "Olhem as suas escolas, vejam o avanço em aprovação, vejam se diminuiu o abandono, se diminuiu a reprovação". Acho que nós temos de trabalhar em cima de dados. A avaliação mostra isso para nós. Onde estou errando? Se estou errando aqui, tenho de rever e retomar.

Então, mobilizar é uma palavra que temos usado muito. Foi muito cansativo, porque foram oito palestras na segunda, oito na terça e no Fale Conosco, na Educação, e apontamos dados mesmo, de índices. É o que nós fazemos com o resultado que é importante, não o resultado em si. Concordo com o Carlos: às vezes as pessoas usam certos dados de maneira indevida, comparando, ranqueando, e não é isso. Precisamos saber os encaminhamentos a serem dados.

Quero agradecer muitíssimo o convite de estar aqui com vocês, aprendi bastante, estou à disposição. Acho que temos de pensar num plano que, realmente, atenda a uma educação de qualidade para todas as crianças brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra agora à professora Carmen.

A SRª CARMEN ISABEL GATTO – Sobre as questões trazidas pela Senadora Lídice, podemos dizer que, na região Nordeste, foi onde a taxa de analfabetismo mais caiu, só que ainda existe uma taxa de analfabetismo muito alta em função dos elevados índices que ainda permanecem.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – E com característica de campanha de combate ao analfabetismo.

A SRª CARMEN ISABEL GATTO – Então, há sim ainda um desafio muito grande a ser superado nessa área de alfabetização de jovens e adultos.

Agora, também precisamos que os sistemas estaduais, municipais e as próprias universidades acessem os mecanismos de financiamento para a formação de professores, por exemplo. Nós precisamos que as universidades apresentem seus projetos de formação de professores de EJA por meio das nossas resoluções. Nós não temos o universo das universidades brasileiras fazendo formação de professores nos temas da educação de jovens e adultos agora, na Plataforma Freire, tudo que isso possibilita. Então, há necessidade de uma mobilização, da mesma forma os recursos do PAR, por exemplo, para a educação em prisões, que é uma área extremamente grave, que exige todo um esforço das secretarias de educação e da segurança dos Estados. Essa é uma área em que nós temos muito que avançar ainda. Ou acessar também os recursos da alimentação escolar para a educação de jovens e adultos. Muitos gestores ainda estão longe de acessar esses mecanismos de financiamento que já estão colocados ou mesmo do livro didático. Nem todos os Municípios aderiram ao Programa Nacional do Livro Didático, que qualifica, que contribui para o avanço da educação de jovens e adultos.

Quanto à questão, Senador, dos dados do analfabetismo, os estudos que nós fizemos, com base no censo do IBGE, mostram que nós tivemos uma redução maior do analfabetismo nas faixas etárias menores e que, devido à perspectiva maior de vida das pessoas, não conseguimos ainda atingir essas pessoas de 60 anos ou mais. Isso é uma dificuldade, há toda a necessidade de uma mobilização e empenho maior para mobilizar essas pessoas para acessarem as turmas de alfabetização.

Com relação a todo este tema, agradeço esta oportunidade. Acho que é importantíssimo este momento de discutirmos também a educação de jovens

e adultos, e toda a discussão de financiamento da EJA tem que estar por dentro do financiamento da educação básica. Acho que esse é o avanço que nós teremos. E pensar que a modalidade EJA tem que ser equiparada aos demais níveis e modalidades da educação brasileira.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado à senhora, professora.

Professor Carlos Eduardo Sanches.

O SR. CARLOS EDUARDO SANCHES – Primeiro, cumprimento a Comissão de Educação pela iniciativa em estabelecer um debate em paralelo ao que tem acontecido na Comissão Especial da Câmara. Isso é importante, é o reconhecimento da sociedade em relação a essa iniciativa da Comissão de Educação do Senado.

Quando nós falamos, Senador Cristovam, da possibilidade de infelizmente se praticar um crime contra a educação e contra algumas escolas quando divulgamos o Ideb pela escola, estamos citando a forma como tratamos da conjuntura atual, da forma como o Ideb está construído. Nós precisamos – e aí as emendas estão apresentadas – trazer para o contexto da avaliação da educação pública, da educação básica brasileira, uma série de outros elementos que também impactam. Estabelecer apenas o desempenho de alunos como medida para avaliar se a escola é boa ou não, nós poderíamos, infelizmente, estar, de certa forma, mascarando a realidade, porque certamente o quadro que nós vemos hoje no universo deste País de dimensão continental, em que nós temos, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, um desempenho maior por escola, está atrelado à possibilidade de financiamento maior, de maior volume de formação dos nossos professores, de infraestrutura mais adequada nos prédios escolares, evasão menor, enfim, uma série de questões. Por isso que nós defendemos a possibilidade de inserir outros indicadores e, certamente, o senhor tem razão, Senador. À medida que um mecanismo como esse, com uma dimensão abrangendo muitos insumos que compõem uma boa escola, uma escola de qualidade, ele poderá, sim, ser um fator de mobilização nacional, um fator de mobilização da comunidade para melhorar a qualidade da educação.

A sociedade – e aí eu digo que os educadores, os gestores, os pesquisadores, os trabalhadores, enfim, todos – deposita uma grande expectativa no Congresso Nacional, também aqui no Senado da República, para que as eventuais limitações do projeto de lei que o Governo enviou ao Congresso Nacional possam ser corrigidas – uma das limitações é o financiamento. O conjunto de emendas, não só as apresentadas pela campanha, mas as demais também, foca na possibilidade de aumentar investimento público em educação, mas foca também na efetiva melhoria do processo de gestão das redes dos sistemas, foca na valorização dos profissionais, mas também na formação. Nós precisamos também – e ontem eu vi isso – responsabilizar mais todos os que fazem parte – e não só os professores – do processo educacional, para que nós possamos efetivamente melhorar a qualidade da educação neste País.

Em relação à comparação do Ideb com o salário, eu acredito, Senador Cristovam, que a cidade de Sobral, no Ceará, não deve pagar o melhor salário para séries iniciais do ensino fundamental, mas tem o melhor Ideb de toda região Nordeste. Vamos providenciar esse estudo e o encaminharemos posteriormente. Mas não só salário vai estar atrelado à qualidade da educação, é preciso muito mais que isso, é preciso resolver muitos outros problemas.

A campanha agradece muito a possibilidade de estar aqui e, para encerrar, gostaria apenas de fazer o registro de um projeto de lei apresentado pela Senadora Marinor, que é muito importante no atual contexto da educação brasileira, porque muitos Municípios realmente estão encontrando dificuldades para pagar o piso e garantir jornada de 1/3 de tempo reservado para planejamento dos professores. A possibilidade, por meio do seu projeto, de ampliar o acesso à complementação de recursos para poder garantir o piso é uma grande iniciativa. Portanto, parabenizamos a Senadora e esperamos que esse projeto possa tramitar e ser aprovado no Congresso Nacional.

Obrigado, Senador, pela possibilidade e pelo espaço dado à campanha nacional.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado.

Antes de encerrar, quero ainda entrar nesse detalhe do Ideb.

Uma coisa é a qualidade, a outra coisa é a explicação da qualidade. O Ideb não é um instrumento perfeito, então, melhoremos o Ideb, incluindo coisas que não seja só a avaliação do aluno, as atividades, tudo isso. Agora, depois de ter esse novo indicador melhor do Ideb, devemos publicar por escola, porque, se não publicarmos por escola, estaremos escondendo. Seria o mesmo que dizer que a gente não vai mostrar a qualidade de um hospital porque um tem muito dinheiro e outro tem pouco. A gente tem que mostrar qual é o hospital que cura e o hospital que não cura, aí trabalhar para saber quais são os recursos que precisam.

Quero comunicar a todos, Senadores e Senadoras, que o prazo de abertura para emendas à LDO é 1º de junho e o encerramento é 7 de junho.

Convido os Srs. Senadores para o lançamento dos Anais do **Seminário** Internacional **Educação** e Meio Ambiente, a ser realizado no dia 8 de junho do corrente, quarta-feira, a partir das 18h30, no *hall* da Biblioteca do Senado Federal.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que a Comissão disponibilizou, em sua página no site do Senado Federal, o documento encaminhado pelo Ministério da Educação, PNE 2011-2020. O endereço eletrônico para consulta é www.senado.gov.br.

Comunico também o recebimento de convite do Exmº Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad para solenidade de posse do Sr. **Luiz Pedro San Gil Jutuca** no cargo de Reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e da recondução do professor Damião Duque de Farias, como Reitor da Universidade Federal da Grande Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, a serem realizadas no dia 3 de junho do corrente, sexta-feira, às 10h, na Sala de Atos, 9º andar do edifício-sede do Ministério da Educação.

Agradeço muito aos participantes. Acho que foram muito boas as falas, com muitos dados.

A todos vocês que aqui estiveram presentes, um grande abraço para cada uma e para cada um.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 25 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 2011.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia sete de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Delcídio do Amaral, Anibal Diniz, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Randolfe Rodigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Magno Malta, Geovani Borges, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço e Marinor Brito. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 001: Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Rebecca Garcia, que "Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva n.º 01-CE/CMA. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela e o parecer favorável é aprovado. **Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 252, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que "Declara o Ator Paulo Autran Patrono do Teatro Brasileiro". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Neilton Mulim, que "Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente". O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista ao Senador Walter Pinheiro pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Paulo Rocha, que "Inscreve o nome de Júlio Cezar Ribeiro de Souza no Livro dos Heróis da Pátria". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda n.º 01-CE, aprovada por 16 (dezesseis) votos. **Item 013: Projeto de**

Lei da Câmara nº 288, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, que "Denomina Ferrovia Transnordestina – Governador Miguel Arraes de Alencar a ligação ferroviária entre as cidades de Araguaína, no Estado do Tocantins, e a cidade de Moreno, no Estado de Pernambuco". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e nº 02-CE, aprovadas por 15(quinze) votos favoráveis, com a abstenção dos Senadores Cyro Miranda e João Vicente Claudino. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 260, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, que "Denomina a BR-363, localizada em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, Estrada Miguel Arraes de Alencar". A relatora designada é a Senadora Angela Portela e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que "Denomina Viaduto Arnaldo Borges Pereira o viaduto localizado no cruzamento entre as Rodovias BR-050/365/452 e a Rodovia Municipal 030, no anel viário norte da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais". A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, que "Inscreve o nome do grupo Seringueiros Soldados da Borracha no Livro dos Heróis da Pátria". O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 248, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Tolha Magalhães, que "Altera a denominação do Porto de Aratu, no Estado da Bahia, para Porto de Aratu-Candeias". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Manoel Junior, que "Denomina Viaduto Major Ciraulo o viaduto localizado no Km 82,7 da BR-101, Rodovia Translitorânea, no Município de Bayeux, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas n.º 01-CE e 02-CE, aprovadas por 13 (treze) votos. **Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Armando Abílio, que "Denomina Viaduto Engenheiro Ernesto de Souza Diniz o viaduto localizado na BR-230, no cruzamento com a Avenida Tancredo Neves, na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Logo após, a Senhora Senadora Marisa Serrano requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta, Item 001)**. **Item 014: Comunicado da Presidência:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Exmo. Senhor Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo número TC 018.011/2010-1, pelo plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 25/05/2011, juntamente com o Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, que teve como finalidade verificar a regularidade da concessão das renúncias de receitas previstas na Lei número 8.313, de 1991 – Lei Rouanet, englobando a análise e aprovação dos projetos culturais, acompanhamento da execução e apreciação das prestações de contas. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 32/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Senadora Marisa Serrano, que requer "Nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Ministro de Estado da Educação, Professor Fernando Haddad, apresente a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte informações atualizadas sobre o erro em 7 (sete) milhões de livros impressos para servir de material de apoio às aulas na zona rural do País. É importante ressaltar que as informações devem conter as providências já tomadas, inclusive aquelas de competência da Controladoria Geral da União". O Requerimento é aprovado. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. **SENADOR ROBERTO REQUIÃO** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a leitura da ata da reunião anterior e a aprovação dela.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovada.

Isso se chama processo "palocciano" de aprovação da ata. É uma prática que estamos copiando da Câmara dos Deputados, da Comissão de Agricultura. Ou seja, a Comissão de Agricultura firma jurisprudência, e essa prática entra no consueto da Comissão de Educação.

ITEM 1
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 270, DE 2009

Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

Autoria: Deputada Rebecca Garcia

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Roberto Requião, Srªs e Srs. Senadores, a matéria até está atualíssima, porque esta Casa está examinando a questão do Código Florestal e tivemos, nesta semana, a Semana do Meio Ambiente, que também tem tudo a ver com a política de educação para o consumo sustentável.

Este projeto é de autoria da Deputada Rebecca Garcia, que institui exatamente essas políticas preservacionistas.

Em vez de ir à análise, vou ao mérito desta questão, porque todas as questões, do ponto de vista da constitucionalidade, da legalidade, dos aspectos regimentais, dos objetivos finais...

Então, no mérito, deve ser observado, Sr. Presidente, que, embora a aplicação efetiva da legislação ambiental seja reconhecida como instrumento imprescindível para a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, há crescente percepção da importância crucial da participação da sociedade nesse esforço, mediante a adoção de padrões de produção e consumo que, além de serem sustentáveis, minimizem danos ambientais.

Constata-se, pois, que os propósitos essenciais do Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 2009, já estão contemplados nas duas leis acima referidas: a Lei nº 7.975, de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, e a Lei nº 6.938, de 1981, que trata da política nacional do meio ambiente. Essa percepção, evidentemente, levou a Comissão de Meio Ambiente à decisão, com a qual concordamos, de aprovar o supracitado projeto de lei na forma de Substitutivo que se limita a aperfeiçoar dispositivos daquelas leis, de modo a enfatizar o papel da educação ambiental na defesa do meio ambiente.

VOTO

Com base no exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 2009, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Vamos sobrestar a votação deste item, pois, sendo ele terminativo, nós estamos com ausência de quórum para votação.

ITEM 2
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2011

Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis nºs 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986.

Autoria: Presidente da República.

Relator: Senador Wellington Dias.

Relatora *ad hoc*, até por solicitação do relator: Senadora Angela Portela.

Com a palavra, a Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vamos direto à análise do projeto.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte é colegiado competente para opinar sobre proposições que tratem de normas gerais e diretrizes e bases da educação nacional. Daí a pertinência da análise que ora se procede.

Trata-se de projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, encaminhado nos termos constitucionais ao exame do Congresso Nacional.

Com efeito, são respeitados os requisitos formais, a constitucionalidade da matéria, uma vez que foram observadas as disposições respectivas da Carta Magna sobre a competência da União para legislar sobre o tema; e do Congresso Nacional para apreciar matéria respectiva, art. 48 da Constituição Federal.

A iniciativa da lei cabe ao Poder Executivo tal como estabelece o art. 61 da Constituição Federal. Cabe ressaltar que o substitutivo, como menciona o parecer aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, contribui para sanar a lacuna pertinente ao inciso X do art. 142 da Constituição, que trata precisamente da lei pertinente ao ingresso

nas Forças Armadas, direitos, deveres, remuneração e prerrogativas dos militares, dando cumprimento à decisão unânime tomada pelo Supremo Tribunal Federal em 09 de fevereiro de 2011, no Recurso Extraordinário nº 600.885, quando aquela Corte fixou a data de 31 de dezembro do mesmo ano, para que o Congresso Nacional preencha a referida lacuna, pois, a partir daí, as Forças Armadas não mais estarão autorizadas a definir requisitos de concurso por meio de regulamentos.

Editais.

Procedendo à análise das especificidades da carreira militar, entendemos que o estabelecimento de determinados requisitos para o ingresso nos seus cursos de formação e adaptação não é uma reserva de vagas, mas sim uma tentativa de adequação do perfil do candidato ao mais próximo possível da realidade com a qual ele irá conviver, evitando-se futuras decepções e frustrações, pensando-se também na possibilidade de oferecer um fluxo de carreira digno, que lhe possibilite a ascensão aos mais altos níveis postos dentro dos diversos quadros existentes, o que demanda tempo e determinação.

Quanto ao mérito da matéria, a iniciativa tem relevância inconteste. Não obstante, a proposição, além de atualizar e aperfeiçoar, no plano jurídico, a disciplina legal da matéria, assegura o que dispõe a LDB em seu art. 83, ou seja, que o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos de acordo com as normas fixadas pelo sistema de ensino, cumprindo, assim, sua designação.

Por fim, não se verifica qualquer óbice à tramitação. Julgamos que o referido projeto de lei proporcionará a modernização do ensino na Aeronáutica, a efetiva integração com a educação nacional, a valorização do militar perante a sociedade e maior eficiência para o exercício da docência na gestão do ensino e do magistério, e o faz em momento propício, razão por que o entendemos ser merecedor da acolhida desta Casa.

Em vista do exposto, voto pela aprovação por esta Comissão do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Não sendo o projeto terminativo – esse projeto é terminativo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional -, os Senadores que concordam permaneçam como estão, e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 252, DE 2009

Declara o Ator Paulo Autran Patrono do Teatro Brasileiro.

Autoria: Deputado Pompeo de Mattos

Relatoria: Senador Garibaldi Alves

Com a palavra, o Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Sr. Presidente, passo a ler o parecer de nossa autoria, que é o seguinte:

O Projeto de Lei da Câmara nº 252, de 2009 (PL nº 2.247, de 2007, na origem), do Deputado Pompeo de Mattos, propõe que o ator Paulo Autran seja declarado patrono do teatro brasileiro.

Em ocasião anterior, o Senador Flávio Arns ofereceu minuta de parecer, que reproduzo. Grande parte dela eu assumi.

Em sua justificação para a matéria, o parlamentar argumenta que o homenageado, com sua brilhante trajetória artística, contribuiu para consolidar a dramaturgia nacional.

Nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada pelas Comissões de Educação e Cultura, de Constituição, Justiça e Cidadania, as quais opinaram conclusivamente pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Garibaldi Alves.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Só para parabenizar a iniciativa e, ao mesmo tempo, o parecer do Senador Garibaldi Alves, eu acho que muito mais, até, pela homenagem que se faz a esse verdadeiro ícone do teatro brasileiro, essa figura que, ao longo de toda a sua vida artística, brindou-nos com a qualidade e, ao mesmo tempo, com a expressividade da sua dramaturgia. Portanto, merece, sem dúvida nenhuma, ostentar esse título de uma grande figura do teatro brasileiro, o título de patrono.

Portanto, eu só queria fazer esse registro, neste importante momento em que a Comissão de Educação aprova essa boa iniciativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, eu queria, também, como fez o Senador Walter Pinheiro, anotar o relatório do Senador Garibaldi Alves, apoiá-lo integralmente e lembrar que a autoria – ele vem da Câmara – é de um Deputado gaúcho, Deputado Pompeo de Mattos, do PDT, que teve a iniciativa de declarar o ator Paulo Autran como Patrono do Teatro Brasileiro.

Todos nós o conhecemos, conhecemos a história desse grande artista, que prestou um relevante serviço à difusão, à divulgação e à valorização da cultura, não apenas do teatro, mas da cultura de um modo geral, em nosso País.

É esse o meu posicionamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Garibaldi Alves.

A satisfação com a votação desse projeto é minha também.

O Paulo era um amigo fraterno e quando, no Paraná, nós fundamos o Teatro do Estudante Universitário, o Paulo nos doou a renda de alguns espetáculos do "Liberdade, Liberdade", que foi a origem dos recursos com os quais demos início ao Teatro do Estudante Universitário do Paraná. Uma personalidade maravilhosa, um ator inigualável, mas eu vou ser obrigado a encerrar a discussão e sobrestar a votação, porque o projeto é terminativo e nós não temos, ainda, no plenário, os 14 Senadores.

Vamos para o Item 4, que já foi lido pelo Senador Paulo Bauer. É um projeto não terminativo e está reaberta a discussão.

ITEM 4

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF)

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Em discussão o projeto.

Senador Paulo, poderia dar uma repristinação da ideia do projeto?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, na última reunião desta Comissão, nós lemos o relatório, que foi dado a conhecer a todos, e, sem dúvida, esse projeto de lei é muito importante e permite que nós tenhamos, nas universidades, a possibilidade de contar com a contribuição, com a colaboração e com o trabalho de pessoas formadas em nível superior que, eventualmente, não tenham formação pedagógica para ministrar aulas.

Eu lembro que o relatório que apresentei, inclusive, mencionava e fazia todos lembrarem grandes nomes de notório saber que não possuíam essa formação para atividade educacional, mas que muito contribuíram para a formação de novas gerações, principalmente nas áreas técnicas. Certamente que o pedido de vistas aqui feito, na última reunião, foi para que Senadores e Senadoras pudessem melhor avaliar essa proposta que, sem dúvida alguma, é de muita importância para as nossas universidades, nossas faculdades. E ajudará muito para que muitas áreas que hoje têm dificuldade de contratação de profissionais, a partir de agora possam fazê-lo mediante a aprovação desta lei.

Portanto, nossa posição é favorável à proposta e à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão o projeto.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, na semana passada, eu havia pedido vistas desse projeto. Após analisá-lo detalhadamente, o projeto vai realmente favorecer o quadro do corpo docente que vai atuar nas áreas de tecnologia e das engenharias e, com isso, superar as dificuldades que temos de docentes com pós-graduação, mestrado e doutorado nessas áreas.

Então, Senador Paulo Bauer, quero dizer que sou favorável ao projeto, depois de uma análise mais aprofundada do tema e do projeto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero deixar claro e quero que o Senador Paulo Bauer também confirmasse: seriam os diplomados em curso de graduação superior ou detentor de notório saber. As duas vertentes poderiam ser aceitas como professores do ensino superior brasileiro. É bom que deixemos isso muito claro, para que todos saibam das duas vertentes que estamos aqui votando.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E tendo notório saber, Senadora, pode até dar consultoria, quanto mais ser professor universitário.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – É verdade. Tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 305, DE 2009

Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autoria: Deputado Neilton Mulim.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Tem a palavra o Relator Senador João Vicente Claudino.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) - Sr. Presidente, pela ordem. Para poupar etapas, eu gostaria de pedir vistas desse projeto. Se a leitura, de qualquer maneira, tiver que ser feita...Estou comunicando antes para evitar...

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Está ótimo. É só fazer a leitura.

Então, Sr. Presidente, em exame nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 305, de 2009 (Projeto de Lei nº 48, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Neilton Mulim. O projeto dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para garantir a irmãos acesso à mesma escola, pública e gratuita, próxima de sua residência.

Ao justificar a iniciativa, o autor registra o fato de crianças irmãs, às vezes gêmeas, serem separadas em seu processo de escolarização.

Essa ruptura, a seu ver, causaria danos ao desenvolvimento e ao sucesso escolar dos envolvidos, especialmente para o segmento de gêmeos.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi submetida à apreciação das Comissões de Educação e Cultura (CEC), de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Logrando aprovação nos três colegiados, com emenda que seria acolhida por unanimidade na CCSF e na CCJC, o projeto concluiu sua tramitação naquela Casa em 17 de novembro de 2009.

Ao chegar ao Senado Federal no dia 26 de novembro de 2009, a proposição foi distribuída, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), cabendo à última decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a CE é colegiado competente para opinar sobre proposições que tratem de normas gerais e diretrizes e bases da educação nacional. Daí a pertinência da análise a que ora se procede.

No que tange ao mérito, a iniciativa tem relevância social inconteste. De fato, o ECA, em seu art. 53, assegura à criança e ao adolescente o acesso a escola pública e gratuita próxima da residência do educando. No entanto, o texto da lei, tal qual vigora, deixa margem para que crianças de uma mesma família sejam compelidas a frequentar escolas distintas.

Na mesma linha, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira tem alcance ainda mais restrito. Mesmo com inovação dada pela recente Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008, a LDB só beneficia, com vaga no estabelecimento de ensino público mais próximo de sua residência, crianças com idade para frequentar a pré-escola ou o ensino fundamental. A proposição amplia esse universo, abrangendo toda a educação básica.

Desse modo, dificilmente essas escolas dariam conta de demanda de famílias que tenham filhos com idades dispares como ocorre entre frequentadores de escolas públicas.

Assim, cabe recuperar, ainda que em parte, a preocupação inicial do Deputado Neilton Mulim, autor do projeto, cujo foco eram os irmãos gêmeos.

Ainda que não se recorra a tal casuísmo, pode-se organizar o texto de modo a que irmãos de idade aproximada tenham o direito de frequentar, sim, a mesma escola. Para esse fim, pode-se emendar o projeto, para que beneficie irmãos matriculados numa mesma etapa ou ciclo da educação básica. Essa é a nossa contribuição, como Relator, ao aprimoramento da matéria.

Com tal cuidado, e a perspectiva de minimizar os transtornos às instituições de ensino, a proposição em exame pode corroborar o processo de universalização de toda a educação básica, ora em marcha.

Por fim, não se verificando, ademais, qualquer óbice à tramitação, julgamos que a matéria é merecedora da acolhida desta Casa.

III – VOTO

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009 (Projeto de Lei nº 48, de 2007, na origem), com a emenda a seguir.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009, a seguinte redação:

"Art. 53. .....

.....

V – acesso à escola pública, gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se va-

gas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Conhecido o relatório, na forma do Regimento, concedo vista ao Senador Walter Pinheiro por cinco dias.

ITEM 7
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2010

Inscreve o nome de Júlio Cezar Ribeiro de Souza no Livro dos Herois da Pátria.

Autoria: Deputado Paulo Rocha.

Relatoria: Senador Paulo Bauer.

Com a palavra, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, o relatório é o seguinte: o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2010 (que tem como nº 5.488, de 2009, na origem), de autoria do Deputado Paulo Rocha, foi distribuído à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em caráter terminativo.

Em ocasião anterior, foi elaborada minuta de parecer à proposição em causa. Porém, em cumprimento ao art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição foi arquivada e, posteriormente, retornou à tramitação, nos termos do Ato nº 4, de 2010, da Mesa Diretora do Senado Federal. O presente relatório reproduz, pois, a maior parte do teor daquele oferecido anteriormente.

Em seu art. 1º, o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2010, determina que seja inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no "Panteão da Liberdade e da Democracia", o nome de Júlio Cezar Ribeiro de Souza. O art. 2º define a data de publicação da lei como a de início de sua vigência.

Em sua justificação, o autor argumenta que Júlio Cezar Ribeiro de Souza, cientista, inventor e homem de letras paraense, "desenvolveu as bases teóricas da aerodinâmica da navegabilidade aérea", tornando-se, assim, relevante precursor da aviação mundial. Visando a estear a homenagem proposta, transcreve texto de Luís Carlos Crispino que relata a saga de Ribeiro de Souza, concentrada na década de 1880, para alcançar, tanto em termos teóricos como práticos, a conquista da dirigibilidade dos aeróstatos.

Segundo os registros apresentados, as suas idéias e experiências levaram-no de Belém do Pará ao Rio de Janeiro e em seguida à França, obtendo, assim, não só o reconhecimento de instituições científicas e tecnológicas, como a patente do "balão planador" em nove países. Sua proposta para a dirigibilidade dos veículos mais leves que o ar, inspirada na observação do vôo dos pássaros, baseava-se na estrutura fusiforme dissimétrica dos balões, consagrada posteriormente, inclusive nos famosos dirigíveis Zeppelin.

O autor ressalta que a homenagem tem o intuito de fazer justiça ao inventor paraense, falecido aos 44 anos, após enfrentar grandes dificuldades para realizar seus projetos, a apropriação indébita de suas ideias, assim como o escasso reconhecimento do seu mérito, situação esta que se prolonga por mais de um século após sua morte. Assinala, ainda, que iniciativa de igual teor foi apresentada, na legislatura anterior, pela então Deputada Socorro Gomes.

A proposição recebeu, na Câmara dos Deputados, em caráter conclusivo, parecer da Comissão de Educação e Cultura, por sua aprovação quanto ao mérito, e parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que atesta sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

No Senado Federal, o projeto foi encaminhado a esta CE, que sobre ele deve se pronunciar em caráter terminativo, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

À CE, nos termos regimentais, compete a apreciação de proposições que tratam de homenagens cívicas, categoria em que se inclui o PLC nº 143, de 2010.

Preliminarmente, julgamos que é meritória a homenagem que se pretende prestar ao inventor Júlio Cezar Ribeiro de Souza, tendo em conta o heroísmo de sua luta pela conquista da dirigibilidade das aeronaves, então exclusivamente aerostáticas. Ribeiro de Souza enfrentou, em sua trajetória em prol do progresso humano e do engrandecimento de sua Pátria, inúmeras dificuldades práticas, além da incompreensão e do parco reconhecimento público por seu valor.

Homem de amplos interesses e de inconteste vivacidade de espírito, foi Ribeiro de Souza um autodidata na aquisição dos conhecimentos científicos e tecnológicos, que embasaram suas realizações. Sua imaginação criadora se inspirou no voo dos pássaros para propor relevantes inovações técnicas na construção de balões que pudessem determinar a direção de seu movimento. Entre essas inovações, sobressai-se a dissimetria da forma dos aeróstatos, que seria amplamente consagrada pelo posterior desenvolvimento dos dirigíveis e dos aviões, muito embora a precedência da concepção do inventor paraense nunca tenha sido reconhecida.

Mesmo entre os brasileiros, os méritos desse herói da conquista dos ares são pouco conhecidos e o seu nome largamente ignorado, o que depõe pela justeza e conveniência da homenagem contida na proposição.

Todavia, no que se refere a aspectos formais de redação do projeto em análise, seria aconselhável oferecer emenda que utilize a forma verbal imperativa "inscreva-se", mais adequada no contexto que o "será inscrito" utilizado; e que adote a denominação oficial do prédio onde está depositado o Livro dos Heróis da Pátria, que é, conforme o art. 1º da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, admitida sua redução para Panteão da Pátria e da Liberdade. Assim sendo, o parecer pode concluir pela aprovação da proposição com a emenda mencionada.

III – VOTO

Por seu mérito, constitucionalidade e juridicidade, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2010 (Projeto de Lei nº 5.488, de 2009, na origem), com a emenda de redação que se segue:

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2010 (Projeto de Lei nº 5.488, de 2009, na origem), a seguinte redação:

> "**Art. 1º**. Inscreva-se no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade, em Brasília, o nome de Júlio Cezar Ribeiro de Souza."

Esse é o relatório que eu assino e apresento a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas ponderações muito rápidas, numa homenagem justa, principalmente levando-se em consideração essas ações e atitudes de diversos homens aqui no Brasil acerca da aviação. Lamentavelmente, por não constar da nossa história, às vezes, nós vamos assistindo a um desfile permanente de outros nomes pelo mundo afora. Eu vou só adotar uma referência para a gente entender como é importante um projeto dessa natureza do ponto de vista histórico. E até um dos nossos colegas tem o nome em homenagem ao aviador Charles Lindbergh: o Senador Lindbergh Farias se chama Luiz Lindbergh exatamente por ser Lindbergh o nome do aviador, e Luiz porque o avião que Charles Lindbergh voou, por 33 horas e 31 minutos, se chamava St. Louis.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E conta uma lenda urbana do Estado do Rio Janeiro que seria bisavô do Senador. Mas é uma lenda urbana, sobre a qual eu não me responsabilizo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu sei que o avô dele, em homenagem ao Charles Lindbergh, sugeriu o nome do seu neto. Ele até brinca comigo, dizendo que ainda bem que o avô pegou o nome do avião, porque senão ele se chamaria Charles Lindbergh, em vez de Luiz Lindbergh.

Estou fazendo essa referência não como brincadeira, mas para mostrar que o aviador Lindbergh é nascido em 1902, em Detroit, e o nosso brasileiro Júlio Cezar é de 1843. Então, talvez, se a história deste País já absorvesse a vida, os feitos de Júlio Cezar, talvez o nosso Senador Lindbergh não se chamasse assim, talvez se chamasse exatamente Júlio Cezar.

Essa coisa da referência não é só um fato para você nomear um conterrâneo ou para você adotar um conterrâneo como um ilustre conhecido, mas é o reconhecimento de todo um trabalho de pesquisa, da coragem e o desafio inventivo e criativo desses homens desta época.

Então, não é à toa que tanto Júlio Cezar quanto Santos Dumont enfrentam no mundo hoje essa chamada disputa da patente ou da primazia em relação a dirigíveis ou a qualquer aeronave. Estou citando isso só para a gente ter como referência o quanto é importante que esses elementos entrem exatamente na história do nosso País para que façamos o devido reconhecimento desses homens. Eram condições muito adversas. Imaginem como era para o Júlio Cezar tratar de algo tão complexo naquela época no País para promover o desafio de enfrentar as dificuldades e conseguir provar que era possível voar e percorrer distâncias enormes e, portanto, antecipando-se aos zepelins. Muita gente até desconhece a participação de nobres brasileiros nessa epopeia que até então só era divulgada e dada a poucos mundo afora.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu gostaria de solicitar às Srªs e Srs. Senadores que se mantivessem na Comissão, porque nós atingimos agora o quórum para votação dos projetos terminativos.

Senador Walter Pinheiro, eu consultei o Regimento Interno e vi a impossibilidade de, por resolução, mudarmos o nome do Senador Lindbergh para Júlio Cezar. Não existe essa prerrogativa regimental. Então, vamos colocar em votação apenas o relatório do Senador Paulo Bauer.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu não o consultei e, daqui a pouco, ele vai achar que eu quis colocar o nome do imperador, mas é difícil, em vez do aviador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) - É. Poderia haver uma confusão nesse sentido.

Em discussão o relatório do Senador Paulo Bauer. (*Pausa*.)

Não havendo quem mais queira discutir, encerrada a discussão.

Eu não vou colocar em votação imediatamente, porque a intenção da Mesa é colocar em bloco a votação de todas essas denominações de locais públicos e inscrições no Livro da Pátria. Então, os Senadores que desejarem votar contra um dos projetos, fariam esse destaque. Se não, nós aprovaríamos todos em bloco, o que seria de uma economia processual significativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Inclusive o do Paulo Autran? (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) –

ITEM 13
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 288, DE 2009

Denomina Ferrovia Transnordestina Governador Miguel Arraes de Alencar a ligação ferroviária entre as cidades de Araguaína, no Estado do Tocantins, e a cidade de Moreno, no Estado de Pernambuco.

Autoria: Deputado Gonzaga Patriota.

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves.

V. Exª tem a palavra, Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM - SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 288, de 2009 (Projeto de Lei nº 6.328, de 2005, na origem), de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, tem por objetivo homenagear a figura do Governador de Pernambuco Miguel Arraes, atribuindo seu nome, como denominação suplementar, à ligação ferroviária entre as cidades de Araguaína (TO) e Moreno (PE), conhecida como Ferrovia Transnordestina.

A proposição especifica os trechos da ferrovia que deverão receber a nova denominação, a saber: Araguaína – Carolina – Balsas – Ribeiro Gonçalves – Eliseu Martins – Canto do Buriti – Araripina – Crato – Salgueiro – Recife – Suape – Cabo – Moreno, localizados nos Estados do Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará e Pernambuco. Os trechos estão mencionados como já inclusos na Relação Descritiva do Plano Nacional de Viação (PNV), instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

O autor justifica a proposição destacando a biografia daquele que considera um dos maiores líderes políticos da história recente do nosso País.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 288, de 2009, foi distribuído com exclusividade à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Assim, compete a esta, além da análise do mérito, o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 288, de 2009, com as emendas de redação que apresentamos.

Era o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) - Em discussão o relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) - Senador Cyro Miranda, para discutir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – Sr. Presidente, parece-me que essa ferrovia não está conclusa. Segundo o nosso amigo o Sr. Senador Claudino, inclusive o trecho do Piauí está ainda em formação. Nada contra o ex-Governador, muito pelo contrário, ele merece todo o nosso apreço. Agora, será que nós não vamos cometer um erro de já nominar uma ferrovia que ainda não está conclusa? E, além mais, é excluído um trecho da ferrovia Transnordestina que vai para Pecém.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. E por estar ainda fracionado, depois teria que se dar um outro nome a esse trecho e não poderíamos dizer que seria a ferrovia Transnordestina. Mas o principal é que ela não está conclusa. E nós poderemos ser alvo de críticas por já estar nominando. Coloco isso para discutirmos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão o relatório da Senadora Maria do Carmo. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Será uma votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Angela Portela, como vota?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, voto com a relatora, mas eu até confesso a V. Exª que fiquei sensibilizado com o argumento do nobre Senador Cyro Miranda, por conta da não conclu-

são. Nós temos um caso semelhante que deve chegar a esta Comissão daqui a poucos dias, que é o caso da ferrovia Oeste-Leste, que também não está concluída. Quando ele falou dessa ferrovia, eu até conheço razoavelmente bem os dois trechos, exatamente do acompanhamento que fiz de todo o processo, desde Missão Velha à ligação no Piauí, em Eliseu Martins – o trecho que interliga.

Então, eu vou votar favoravelmente, mas acho que a ponderação do Senador Cyro Miranda, não sei se tem amparo regimental, mas é uma ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Voto favorável do Senador Walter Pinheiro.

Senador Cristovam Buarque, como vota a denominação da ferrovia Miguel Arraes?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É merecido que o ex-governador Miguel Arraes de Alencar tenha essa ferrovia e muitas outras homenagens. Foi o meu primeiro voto e, até hoje, não me arrependo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Favorável.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Espero a conclusão da ferrovia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Abstenção.

Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo. Voto conhecido.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Eu me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Arraes está aí, Arraes está aí de novo. Voto com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em homenagem ao querido Miguel Arraes, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado, com as duas abstenções.

Vamos colocar a votação em bloco dos Itens 8, 9 e 13. O Item 13 nós já votamos. Itens 8 e 9.

ITEM 9

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2010

Denomina Viaduto Arnaldo Borges Pereira o viaduto localizado no cruzamento entre as Rodovias BR-050/365/452 e a Rodovia Municipal 030, no anel viário norte da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Gilmar Machado.

Relatoria: Senadora Ana Rita.

ITEM 8

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 260, DE 2009

Denomina a BR-363, localizada em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, Estrada Miguel Arraes de Alencar.

Autoria: Deputado Gonzaga Patriota.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Em votação os Itens 8 e 9.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto com o parecer dos relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Com o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias. (*Pausa*.)

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

Vamos ao Item 1 da pauta, com discussão já encerrada.

ITEM 1

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 270, DE 2009

Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

Autoria: Deputada Rebecca Garcia.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Em votação.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PP – ES) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias. (*Pausa*.)

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

Essa matéria será votada em turno suplementar na próxima reunião da nossa Comissão.

O Item 2 já foi votado, porque era de caráter não terminativo.

ITEM 3

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 252, DE 2009

Declara o Ator Paulo Autran Patrono do Teatro Brasileiro.

Autoria: Deputado Pompeo de Mattos.

Relatoria: Senador Garibaldi Alves.

Em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PP – ES) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Favorável, Sr. Presidente, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto com o relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

ITEM 7

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2010

Inscreve o nome de Júlio Cezar Ribeiro de Souza no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputado Paulo Rocha.

Relatoria: Senador Paulo Bauer.

Em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PP – ES) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Favorável, Sr. Presidente, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

Nós temos aqui o Item 5, que é um projeto de lei da Câmara.

ITEM 5

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 185, DE 2010

Inscreve o nome do grupo Seringueiros Soldados da Borracha no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputada Perpétua Almeida.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

A Mesa consulta o Senador Walter Pinheiro se aceita a relatoria *ad hoc.*

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com todo o prazer, se V. Exª assim o determina.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, farei a análise aqui produzida pela nossa nobre relatora, a Senadora Gleisi Hoffmann, e passarei imediatamente ao voto.

Os chamados soldados da borracha estão entre aqueles brasileiros cuja importância histórica ainda não foi plenamente reconhecida. Integraram esse grupo os seringueiros que foram recrutados por força do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, para trabalharem durante a II Guerra Mundial nos seringais da Amazônia, amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946.

Embora não tenham participado dos combates, os soldados da borracha estiveram sujeitos a condições de trabalho e sobrevivência extremamente severas, contribuindo diretamente para o mesmo objetivo dos ex-combatentes que uniram as forças para derrotar as potências do Eixo.

O feito histórico do grupo de seringueiros soldados da borracha remonta a 1943, durante a 2ª Guerra Mundial, quando o Brasil assinou um acordo de cooperação com os Estados Unidos da América para combater as forças do Eixo. Por aquele acordo, foi determinado que a participação do Brasil no conflito mundial seria em duas modalidades igualmente importantes e estratégicas: uma, enviando homens para a frente de batalha italiana, e outra, pelo envio de borracha dos seringais amazônicos para os Estados Unidos, a fim de fomentar a indústria bélica desse. Nesse sentido, no ato de recrutamento de brasileiros para participação na 2ª Guerra Mundial, era oferecida a possibilidade de escolha entre ir para a zona de guerra na Itália ou colher o látex no Amazonas.

Assim é que inúmeros brasileiros foram recrutados como soldados da borracha, para exercer o ofício de seringueiros em um trabalho que foi chamado de esforço de guerra. Famílias inteiras, principalmente da região Nordeste, foram enviadas para o Amazonas. Foi o início do segundo ciclo de crescimento econômico da região dos seringais amazônicos, que ficou conhecido como a Batalha da Borracha. Cada seringueiro recebia, em arrendamento, uma "colocação", que era uma porção determinada de terra onde eram colocados para cortar a seringa – daí o nome. Nessas colocações, invariavelmente, havia uma casa rústica, feita de madeira e barro, de três cômodos, sala, quarto e cozinha, coberta com folhas de paxiúba, palmeira tipicamente amazônica, e um tapiri, que era uma cabana também feita de palha de paxiúba, embaixo da qual ficava o boião, espécie de forno à lenha construído de barro e utilizado para defumar a borracha. As "colocações" ficavam totalmente cercadas por florestas de seringueiras. Lá, o seringueiro deveria abrir a estrada de seringa, que era o caminho que percorria na extração vegetal.

A ida para os seringais e a árdua labuta na inóspita Floresta Amazônica foram, portanto, parte do esforço de guerra empreendido pelo Brasil. Assim como os nossos pracinhas, os soldados da borracha foram deslocados para ambiente inóspito, portando equipamentos muito precários e sem o devido treinamento. Aliás, estima-se que a metade de todo o contingente de 65 mil brasileiros pereceu na floresta.

Dessa forma, não há dúvida acerca do mérito da proposição sob exame, diante da importância do papel desempenhado pelos soldados da borracha em um momento sensível da história mundial. É justa e merecida a homenagem. O Estado tem para com todos eles uma enorme dívida histórica.

Em virtude da natureza terminativa da decisão, compete à Comissão de Educação - nesse caso, em caráter suplementar - opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer à proposição que ora examinamos.

VOTO

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 2010 (Projeto de Lei nº 6.350, de 2009, na casa de origem).

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – Em discussão o relatório do Senador Walter Pinheiro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Para debater, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – Quem pediu a palavra? Ah, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Era só para reforçar a importância da aprovação da matéria, principalmente porque, naquele momento, em 1943, a indústria pneumática americana era alimentada por borracha vinda da Malásia. E, como houve a ocupação da Malásia pelos japoneses, as forças aliadas ficaram, da noite para o dia, sem acesso a essa matéria-prima que era fundamental para aquela indústria bélica. De tal maneira que houve essa mobilização, e o Brasil teve essa contribuição histórica fundamental para o suprimento da necessidade dessa matéria-prima. E esses soldados da borracha cumpriram papel fundamental. E nós, lá no Acre, chegamos a propalar que, se não fossem os soldados da borracha, com seu esforço nos seringais amazônicos, provavelmente as forças aliadas teriam maior dificuldade para chegar à vitória. De tal maneira que esse projeto da Deputada Federal do PCdoB do Acre Perpétua Almeida merece ser aprovado, e os soldados da borracha serem inscritos no livro dos heróis da Pátria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Continua a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação, que é nominal, porque o projeto é terminativo.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Em branco.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator *ad hoc.*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – (*inaudível*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB - SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB - PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR - MG) – (*inaudível*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB - RO) – Favorável, com louvor a esses bravos guerreiros.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP - AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

Temos mais três projetos na pauta. Os relatores não estão presentes. São projetos de denominação. Creio que poderíamos aproveitar o quórum que estamos mantendo, se o Valdir Raupp não desaparecer da reunião, derrubando o quórum, votar esses projetos e fechar a pauta.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu queria fazer um acordo com os relatores, para que fossem bem rápidos na leitura, porque tenho um compromisso no Congresso agora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Então, vamos.

ITEM 10

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 248, DE 2009

Altera a denominação do Porto de Aratu, no Estado da Bahia, para Porto de Aratu-Candeias.

Autoria: Deputada Tonha Magalhães.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, como relator *ad hoc.*

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB - RO) – Como a minha proposta era fazer um relatório breve, vou ler apenas o voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLC nº 248, de 2009.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) –

ITEM 11

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2010

Denomina Viaduto Major Ciraulo o viaduto localizado no Km 82,7 da BR-101, Rodovia Translitorânea, no Município de Bayeux, Estado da Paraíba.

Autoria: Deputado Manoel Junior.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

Senador Valdir Raupp, com a mesma brevidade, eu solicitaria a V. Exª que relatasse o projeto do Item nº 11.

Nós votaremos em bloco os dois, que também são de denominação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB - RO) – O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – O voto do Senador *ad hoc* Valdir Raupp é favorável.

Em discussão.

Os dois projetos de denominação serão votados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT - RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT - ES) – Favorável aos dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Favorável, Sr. Presidente. Acompanho os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque. (*Pausa*.)

Não se encontra.

Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Branco.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) – (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB - MS) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB - SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM - SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB - PI) – (*inaudível*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR - MG) – (*inaudível*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Valdir Raupp.

Voto conhecido.

Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

Temos ainda um último projeto em pauta. O relator seria o Senador Mozarildo Cavalcanti que não está presente.

ITEM 12

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2010

Denomina Viaduto Engenheiro Ernesto de Souza Diniz o viaduto localizado na BR-230, no cruzamento com a Avenida Tancredo Neves, na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Nós temos que Senador da Paraíba? (*Pausa*.)

Nenhum.

Senador Flexa Ribeiro, poderia aceitar a relatoria *ad hoc* do Item nº 12?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Presidente Roberto Requião.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2010 (Projeto de Lei nº 3.551, de 2008, na origem) visa a denominar Viaduto Engenheiro Ernesto de Souza Diniz o viaduto localizado na rodovia BR-230, no cruzamento com a Avenida Tancredo Neves, na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

VOTO

Pelo exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2010.

Quero parabenizar aqui os Senadores do Estado da Paraíba, Cícero Lucena, Vital do Rêgo e Wilson Santiago.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Relator *ad hoc* Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o relator. Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – (*inaudível)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – *(inaudível)*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Clésio Andrade. (*Pausa.)*

Não está presente.

Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tenho um requerimento extrapauta da Senadora Marisa Serrano.

Nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Ministro da Educação, Professor Fernando Haddad, apresente a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte informações atualizadas sobre o erro em sete milhões de livros impressos para servir de material de apoio às aulas da zona rural do País. É importante ressaltar que as informações devem conter as providências já tomadas, inclusive aquelas de competência da Controladoria-Geral da União.

Com a palavra a Senadora, para sustentar o seu requerimento.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, esse é mais um caso que estamos vendo que envolve o Ministério da Educação. Esses livros, embora o Ministro tenha dito que eram apenas de apoio, são dedicados à zona rural, a salas multisseriadas. São as que mais precisam de apoio, as que mais precisam de material didático em condições de um atendimento de qualidade.

O que estou pedindo aqui, Sr. Presidente, é informação ao Ministro da Educação pela transparência que precisamos ter relativa a esses milhões de livros didáticos, quantos milhões de reais foram alocados para a confecção desses livros. O próprio Ministro da Educação disse que nem errata era possível para esses livros, já que os erros eram tamanhos que não compensava nem haver uma errata.

Portanto, Sr. Presidente, peço a autorização de todos para que este requerimento seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Só para me solidarizar com a Senadora Marisa Serrano e fazer um registro. O Ministro esteve aqui, falamos de livro didático e, curiosamente, pelo menos não tive a oportunidade, não ouvimos o Ministro mencionar esse fato. Poderia tê-lo feito, já que sabia do problema, sabia do fato e tinha tomado providências para saná-lo, pelo que a imprensa mencionou, determinando o seu recolhimento. Quer dizer, aqui, perante a Comissão, o Ministro poderia ter se antecipado; como não o fez, e não permitiu que fizéssemos qualquer julgamento, qualquer análise ou comentário a respeito do assunto, acho que o requerimento é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É um pedido de informação, sem nenhum problema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu queria perguntar aos Srs. Senadores se confirmam a votação também das emendas oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2010, constante do Item 11.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Estão mantidas as emendas.

Quero colocar em votação o requerimento da Senadora Marisa Serrano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, vou ter de sair.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quero parabenizar a Senadora Marisa pelo seu requerimento. São importantes os esclarecimentos por parte do Ministro da Educação, Fernando Haddad. Já houve o caso do erro na língua portuguesa, e, agora, há erro na Matemática. Então, é importante que o Ministério da Educação fique atento a essas questões e não permita mais que sejam distribuídos livros didáticos sem que estes passem por uma revisão, que deve ser feita com responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Senadora Lídice da Mata tem a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu queria apenas pedir rapidez nessa votação, porque não há quórum na CAE, para votar projetos terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento queiram permanecer sentados; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, antes da votação, quero saber se o requerimento solicita informações. É isso, Sr. Presidente?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É um requerimento de informações.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exatamente, nada mais que isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É corretíssimo isso, para que o Ministro que aqui esteve nos informe sobre os procedimentos, sobre as providências que estão sendo tomadas com maior rigor.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Foram providências discutidas na última reunião.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A aprovação dos dois mil livros é feita pelas universidades.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas isso é absolutamente razoável.

O requerimento está aprovado por unanimidade.

Recebo, aqui, um comunicado do Tribunal de Contas da União (TCU).

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Presidente do TCU, Benjamin Zymler, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº 01811/2010-1 pelo plenário daquela Corte, em sessão ordinária de 05/05/2011, juntamente com relatório e proposta de deliberação que o fundamentam. Teve como finalidade verificar a regularidade da concessão das renúncias de receitas previstas na Lei nº 8.313, de 1991, Lei Rouanet, englobando análise e aprovação de projetos culturais, acompanhamento da execução e apreciação da prestação de contas.

Esse comunicado está à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras na Secretaria da Comissão.

Vou encerrar a reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu queria agradecer aos meus Pares membros da Comissão de Educação pela aprovação da matéria constante do Item 7 da pauta, que inscreve o nome de Júlio Cezar Ribeiro de Souza no Livro dos Heróis da Pátria.

Júlio Cezar Ribeiro de Souza é um paraense que desenvolveu, em 1880, uma técnica revolucionária sobre a ascensão de balões de ar quente, bem antes do Pai da Aviação, reconhecido por todos nós, que foi Santos Dumont.

Portanto, faz-se justiça à memória e ao trabalho desse ilustre paraense Júlio Cezar Ribeiro de Souza, que já teve seu nome colocado no Aeroporto de Belém. A avenida que dá acesso ao nosso Aeroporto também recebe o nome de Júlio Cezar.

Eu queria registrar isso e agradecer aos meus Pares pela aprovação da matéria constante do Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só quero fazer uma indagação a V. Exª. Combinamos com a Comissão de Ciência e Tecnologia e com a Comissão de Constituição e Justiça uma audiência pública, para discutirmos o Projeto de Lei da Câmara nº 116.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Será realizada no dia 21 deste mês.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu tinha feito um apelo a V. Exª, levando em consideração que, pelo menos até ontem, eu não tinha visto os convites para essa audiência. Não sei se isso já foi expedido. Eu tinha insistido com V. Exª sobre a possibilidade de anteciparmos essa audiência, tendo em vista que essa semana deverá ser mais apertada, por causa do feriado. Portanto, na terça-feira, dia 21, haverá um intenso esforço, já que, na quinta-feira, dia 23, será o feriado de Corpus Christi. O dia 23, para os Senadores do Nordeste, também é importante, e há toda uma mobilização, por uma questão de cultura, em torno das festas juninas. Mas muito até pelo feriado do dia 23, eu havia sugerido, inclusive ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que nós fizéssemos essa audiência pública no dia 16, uma quinta-feira, portanto na semana anterior, quando não teríamos, inclusive, esse aperto. E quero lembrar a V. Exª que essa audiência pública deve ter a presença de um número muito grande de expositores: o setor de radiodifusão, o setor do cinema, os interessados da área de TV por assinatura, os operadores de telecomunicações... Não sei, efetivamente, quais os critério adotados para as intervenções, ou seja, se vamos chamar por entidades representativas ou por solicitações. E, aí, eu imagino que ela deva ser uma reunião que consuma pelo menos uma parte expressiva da nossa manhã, podendo, inclusive, invadir o período do início da tarde se assim for marcado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, V. Exª tem toda a razão. Porém, nós aderimos a um pedido de audiência pública feito pelo Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que é quem está se encarregando, inclusive, das convocações. Como eu já havia dito a V. Exª, eu concordaria com a alteração, mas ela teria de ser feita de acordo com as outras duas Comissões.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Estou fazendo essa ponderação a V. Exª porque, na Comissão de Ciência e Tecnologia, eu só teria condições de fazer essa ponderação no dia de amanhã, que é o dia da reunião ordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual, inclusive, participo como membro. E, na CCJ, *idem*.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Comissão de Educação concorda com a antecipação, mas depende da concordância das outras duas. Se V. Exª fizer a proposta e a Comissão aceitar, tacitamente nós aceitamos também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 27 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2011. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e onze minutos do dia oito de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Angela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Clésio Andrade, Antonio Carlos Valadares, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 28/11–CE, de autoria dos Senhores Senadores Marisa Serrano, Marinor Brito, Cristovam Buarque e Paulo Paim, destinado a promover a quinta discussão sobre o Plano Nacional de Educação, com o tema **"Ensino Médio"**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Diretor de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação – INEP/MEC; Senhora Klaudy Garros, Secretária Geral da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas – ABIEE; Senhora Maria Fernanda Conti, Chefe da Assessoria de Comunicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação – INEP/MEC; Senhora Sandra Regina de Oliveira, Coordenadora do Ensino Médio da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC; Senhor Francisco

Heitor de Magalhães Souza, Docente-Pesquisador do Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES; Senhora Maria Eveline Pinheiro, Técnica Pedagógica do Ministério da Educação; Senhor José de Araújo Pereira, Secretário-Adjunto da Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE e Senhor Douglas Melo Figueiredo, Prefeito de Anastácio – MS. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Malvina Tania Tuttman, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC; Senhor Maurício Holanda Maia, Representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED e Secretário Adjunto da Educação do Estado do Ceará; Senhora Marta de Campos Maia, Professora de Tecnologia da Informação da Fundação Getúlio Vargas / Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV/EAESP e consultora de empresas e Instituições de Ensino e Senhor Celso João Ferretti, Pesquisador do Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Lídice da Mata, Ana Amélia e Cyro Miranda. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, faz a leitura do comunicado que se segue: **Comunicado:** "Convido os Senhores Senadores para o lançamento dos Anais do Seminário Internacional Educação e Meio Ambiente, a ser realizado no dia 8 de junho do corrente, quarta-feira, a partir das 18h30, no hall da Biblioteca do Senado Federal. O Seminário Internacional Educação e Meio Ambiente foi realizado por essa Comissão em parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, no período de 11 a 14 de novembro de 2010, com objetivo de debater o papel das políticas públicas com viés educacional na busca de uma consciência ambiental, sob a ótica das experiências nacionais e internacionais. O convite foi enviado ao e-mail dos Senhores Senadores". A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. **SENADORA MARISA SERRANO, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**

SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estivem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa).*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 28/2011 desta Comissão, de autoria das Senadoras Marisa Serrano, Marinor Brito e dos Srs. Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim para a realização da 5ª Audiência Pública inserida nas discussões sobre o Plano Nacional de Educação, destinada a discutir o tema: Ensino Médio.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão Júlio Linhares que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Agradeço a presença dos nossos convidados, a Professora Malvina Tania Tuttman, o Professor Mauricio Holanda Maia, a Professora Marta de Campos Maia, o Professor Celso João Ferretti. Informo que esta nossa audiência está sendo gravada TV Senado e será passada para todo o País. É importante que a população brasileira possa discutir junto conosco, acompanhando a discussão daquilo que mais interessa à população brasileira, e tem que interessar, que é a educação de qualidade.

Estamos discutindo hoje o ensino médio. E quero ressaltar aqui que o ensino médio tem sido colocado como o gargalo da educação brasileira. E, nesses anos todos, na educação dos anos passados, estamos sempre numa dicotomia discutindo ensino profissional versus ensino propedêutico.

Quero colocar aqui uma questão que nos interessa muito: a garantia à população brasileira, principalmente ao trabalhador brasileiro, do ensino profissionalizante, do técnico. A quem se deve dar essa garantia. Seria só às indústrias e às empresas, como até agora vinha sendo feito, talvez aí o Sistema S, ou o Governo entrar pesado nessa área, não só propriamente o Governo, mas em sintonia, em convênio com outras entidades que possam auxiliá-lo nessa condução.

Portanto, falar do Plano Nacional de Educação é falar dessas questões e, mais ainda, da questão de recursos financeiros, porque o ensino técnico e tecnológico fazem parte de uma área extremamente carente de recursos, necessita de recursos efetivos, porque

é uma área que tem laboratórios, oficinas. Mas, com relação ao ensino médio regular, que é a nossa questão maior hoje aqui, discutir como vamos fazer para ter mais professores capacitados nas diversas disciplinas, temos problemas sérios de falta de professores no País, e ter uma escola atrativa para os nossos alunos.

Portanto, com essas breves palavras, quero aqui, mais uma vez agradecer a presença dos nossos convidados e passar a palavra à Professora Malvina Tania Tuttman, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep/MEC, órgão em que acreditamos e confiamos muito.

Tem uma longa história de sucesso e tenho certeza de que a Professora Malvina vai nos dar, aqui, algumas diretrizes a respeito do ensino médio nacional à luz da LDB, que está tramitando no Congresso Nacional.

A Professora Malvina com a palavra.

A SRª MALVINA TANIA TUTTMAN – Bom dia a todos.

Senadora Marisa Serrano, é uma honra para o nosso Inep, e agradeço as palavras elogiosas a esse precioso Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, que leva o nome de um grande educador, Anísio Teixeira, e cumprimento a todos os colegas que estão à mesa, nessa honrosa tarefa também de, junto com a Senadora e com todos os presentes, refletir sobre os rumos da educação no nosso País, no momento em que estamos para aprovar o Plano Nacional de Educação. E, mais do que isso, poder compartilhar com todos os presentes informações de dados do Inep e, se me permitirem, falar também, é muito difícil fazer a distinção, agora estou presidente do Inep, com muito prazer, mas é difícil fazer a distinção, porque sou, na verdade, e gosto de ser reconhecida, como professora deste País, passando por todos os níveis de ensino há 42 anos. E, nesse momento, muito satisfeita de estar sendo convidada para participar deste debate.

Quando fomos convidadas, eu pensei em estruturar a fala. Pensei antes: como vou fazer, vou falar pelo Inep, trazendo dados do Inep, vou falar por Malvina, Professora deste País.

E aí resolvi, senhoras e senhores, misturar, fazer uma composição entre estar presidente do Inep, logicamente esta talvez seja uma contribuição importante, de trazer dados, alguns dados, mínimos dados para fundamentar algumas das reflexões que ouso fazer junto com as senhoras e os senhores sobre a educação e, especialmente, no recorte do ensino médio.

E como estamos falando, e a nossa temática de hoje é o ensino médio, nós vamos falar sobre uma população de 15 a 17 anos, que deveria estar nesse nível de ensino. E nós vamos ver, pelos dados, que esse é um grande desafio, no qual os governos vêm, sem dúvida, investindo, mas que é necessário ainda investir mais, e a Senadora Marisa Serrano, em suas palavras iniciais, pontuou, entre outros aspectos importantes, o gargalo do ensino médio.

Então, eu trouxe pequenos dados, mas já coloco, Senadores presentes, e todos os interessado, profissionais interessados na questão da educação do nosso País, já coloco o Inep à disposição para a análise de tantos e tantos dados importantes, não só sobre o ensino médio, mas também sobre o ensino médio.

Por gentileza.

Então, teoricamente, guardada a legislação, nós sabemos que, aos 15 anos, os nossos jovens deveriam estar terminando o ensino fundamental. E a partir daí, então, a população que nós deveríamos estar falando, seria uma população de 15 a 17 anos; e nós vamos ver que não é exatamente isso que está acontecendo no nosso País. Mas, nós consideramos interessante apresentar as características dessa população de 15 a 17 anos, sabendo que, pelo menos, 50% dela não está no ensino médio como gostaríamos que estivesse.

Por gentileza.

Pode passar todos, por gentileza, porque vamos tendo uma progressão.

De 15 a 17 anos, estamos falando de meninos e meninas, de jovens num total aproximado de 10 milhões e 200 mil pessoas nessa faixa de idade. E, só para termos uma idéia inicial, nós podemos ver, surpreendentemente é o que se fala, é quase meio a meio, 49% de mulheres, 51% de homens.

Desses, nós temos, então, pretos e pardos 55%, brancos 45%; nós temos, vivendo na região urbana 81% desses 10 milhões e 19% na região rural.

Vejam que dado interessante, para depois compararmos com outros que vamos rapidamente analisar. Dessa população de 10 milhões, nós temos 98% alfabetizados. Isso não que dizer que esses 98% estão agora ocupando as salas de aula do ensino médio; eles são alfabetizados, e analfabetos 2%. Que frequentam a escola, 82%, acho que já podemos apurar um pouco mais esse dado, 85% frequentando a escola, o restante não frequentando.

Ensino fundamental completo, desses 10 milhões, nessa faixa de 15 a 17 anos – aí os dados começam a nos preocupar mais –, 55% com ensino fundamental completo, que não trabalha, ou que não trabalhou até o momento da coleta dos dados, 71%.

E vejam um dado significativo e referencial para as políticas públicas e para o nosso PNE, que será analisado por esta Casa. Desses 10 milhões de jovens nós temos com menos de um salário mínimo. Então, nós estamos analisando uma população de 15 a 17 anos,

que ainda não está na totalidade do nível escolar que deveria e que, todos nós, temos a responsabilidade de trabalhar para que essa defasagem, o mais rapidamente possível, seja diminuída, que são pobres. Essa é a grande responsabilidade do nosso País. E quando falo do nosso País, quero, como professora desmistificar o argumento de que é o professor o responsável, ou que é o aluno que não tem condições, ou que é o Governo que não investe, ou que é a família que não liga. Somos todos nós, é o conjunto da população brasileira que tem o compromisso ético, humano, solidário de reverter essa situação que está aí, porque é muito fácil – e as senhoras e os senhores sabem disso – acharmos um responsável por isso. Existem teorias educacionais – e aí me permitam, falo como pedagoga – que medicalizam a situação e dizem que os jovens ficam retidos nas séries iniciais, e nós vamos ver alguns dados em relação a isso, porque tem alguma questão própria, algum problema, ou então colocam esse problema na família, porque a família tem tal ou qual questão, ou colocam no Estado.

Na verdade, pode ser qualquer um, menos o aluno. O aluno não pode ser responsabilizado. Nós todos é que temos a responsabilidade de alterar significativamente o quadro que estamos desenhando muito superficialmente.

Por gentileza, eu gostaria do outro *slide*.

Nesse *slide*, nós temos a taxa de frequência à escola ou à creche. Como estamos fundamentando, também, as nossas discussões, tendo como parâmetro a questão do PNE, que será aprovado, quero me referir à Meta III do PNE. Na Meta III do PNE, nós vamos encontrar que a tentativa, a ousadia de universalizar, até o ano de 2016, o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos. Nós podemos ver, na terceira fileira, de 7 a 14 anos, que no ensino fundamental, que é até 15 anos, nós já conseguimos a universalização de praticamente 100%

Não estou discutindo a qualidade, que é uma outra questão que precisarmos debater e sobre a qual irei.brevemente apontar algumas questões.

Mas na outra coluna a seguir, de 15 a 17 anos, nós temos 85,2% de taxa de frequência à escola. Isso não quer dizer que esse grupo de jovens está no ensino médio como deveria, mas ele está em algum momento da escola. Então, nós teremos o desafio de, até 2016, ampliar essa faixa, esse percentual de 85,2% para 100%, 99%. Esse é o grande desafio. E nós já podemos, também, comparar o trabalho que vem sendo feito de 2000 até 2009, num crescente. Isso significa que o País não está parado, mas há muito e muito a fazer, porque chegar na faixa de 85,2% e ampliar para perto de 100%, não é uma tarefa fácil, se não unirmos esforços e políticas públicas que se complementem.

Ainda na Meta III, elevar até 2020 a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85%; universalizar 100%; estamos em 85%.

Agora vejam os dados, elevar até 2020 a taxa líquida de matrícula do ensino médio para 85%.

Direi às senhoras e aos senhores qual é o percentual hoje: 50,9%. Então, há muito a fazer, mais do que ainda universalizar. Universalizar, desculpe se repito, porque considero esses dados significativos. Universalizar não falta tanto em termos percentuais de 85% para 100%, mas precisamos mais. Precisamos colocar esses meninos e essas meninas, esses jovens na faixa, no nível de ensino, que é o ensino médio, que eles têm direito. Esse é o grande desafio. Então falta bastante. O PNE, inclusive, não aponta para 100%, mas aponta para 85% e nós estamos com 50%. Há muita coisa a fazer.

Por gentileza, a outra prancha.

Aí quero também informar, não está na prancha, mas foi um dado que o nosso colega e diretor do Departamento que faz todo o censo, trabalha com todo o censo, o Carlos Moreno, que está aqui presente. Foi ele quem nos trouxe essa informação O Luiz Carlos Moreno é uma das preciosidades do nosso Inep, é uma referência para todos nós.

Nós temos um total de matrículas no ensino médio hoje de 8 milhões 357 mil estudantes no ensino médio.

Mas vamos para essa análise. Essa tela nos mostra a população de 15 anos ou mais, o total, analfabeta ou analfabeta que já frequentou a escola.

Então, vamos ali para a quarta faixa: Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais. Em 1996, nós tínhamos 14,7 desta população analfabeta. Hoje – hoje não, em 2007, porque essa fonte é do IBGE e é a última fonte que nós tivemos, certamente tem um decréscimo nessa taxa de 10%.

População de 15 anos que é o que nos interessa nesse momento. Nós temos três milhões e quase quinhentos mil analfabetos.

Por favor, mais um clique na tela. Muito obrigada.

Nós temos, desses três milhões e meio, analfabetos 58.341. E desses 58.341 analfabetos que já frequentaram a escola e saiu, nós temos 20 mil, 31% desses que são analfabetos, já tiveram a experiência na escola.

Esse é um dado importante para refletirmos sobre as políticas públicas.

Vamos passar adiante, já estou quase terminando as transparências.

Passando para uma outra questão, mas ainda guardando a relação da faixa etária, e para fazer uma

analogia com o que eu há pouco falei, crianças, jovens, que já frequentaram a escola, mas que saíram e não conseguiram se alfabetizar na escola.

Essa tabela nos mostra alunos de 17 anos que deveriam estar no ensino médio, mas que estão na quinta, na sexta, até a terceira série do ensino médio. E aí o que podemos ver?

O verde significa a taxa de aprovação. Vamos juntar a taxa de reprovação com a taxa de abandono, porque ou reprovou ou abandonou, ele não agregou valor, ele está se distanciando daquilo que ele tem direito como cidadão, de estar na escola e de estar no nível escolar adequado à sua faixa etária.

Olha que interessante esse dado para refletirmos. Quanto mais ele fica retido, menor é o desempenho dele; esses são alunos de 17 anos. Vejamos, na quinta série, vamos comparar o desempenho de um aluno de 17 anos, que está na quinta série, vamos vendo a evolução, e quando ele está na faixa adequada, no nível adequado de ensino, o seu desempenho e o pouco da evasão e o pouco da reprovação.

Isso significa que temos que pensar numa questão que é fundamental. Quando estamos discutindo aqui o ensino médio, desculpem a expressão que vou utilizar, é uma expressão que utilizo com os meus alunos no entendimento dessa discussão. Eu digo, não podemos – futuros professores – descolar, essa a palavra que peço desculpas de utilizar, mas considero que é bastante apropriada, mas descolar a discussão do ensino médio com o que está acontecendo no ensino fundamental. E isso porque se tenho alunos, hoje, jovens, que não estão, na sua faixa etária, no nível escolar que deveriam estar é porque eles ficam retidos ou se evadem. Porque ficam retidos no ensino fundamental, que faz parte do ensino básico. Ensino básico, desculpem-me se repito, e todos nós sabemos, é ensino fundamental e ensino médio. Se temos este quadro e os quadros anteriores é porque precisamos voltar e olhar significativamente para o que está acontecendo no ensino fundamental. A retenção das nossas crianças, dos meninos e das meninas que vão repetindo, repetindo, repetindo, ou se evadindo.

E a Senadora Marisa, muito bem colocou, entre os pontos iniciais, a escola mais atrativa para os nossos alunos. E com essa questão, Senadora, concordo integralmente. A culpa é dos professores? Não! E ao final da minha fala volto a esse assunto. E essa tabela também se remete à Meta III do PNE que fala sobre a questão do ensino médio especificamente. Na Meta III, Senadoras, Senadores. Colegas, Professores, enfim, a Estratégia 3.2 diz o seguinte: "Manter e ampliar programas de correção de fluxo no ensino fundamental, por meio de acompanhamento individualizado do estudante, com rendimento escolar defasado." É justamente isso que estou tratando nesse momento. E o PNE, pelo menos nessa meta e nessa estratégia aborda e confirma os dados e – quero acreditar – se apoia nos dados informados, trabalhados pelo Inep, pelo IBGE, enfim, pelo Ipea.

Então,vamos a essa tabela, mas eu passaria para a outra, até para não perdermos, porque vou falar da mesma coisa.

Por gentileza, poderia passar para a outra tabela.*(Pausa.)*

Ah não, desculpe!

Essa tabela fala do percentual de alunos matriculados por série, segundo turno no Brasil, uma outra questão. Quem são esses que estão? Então vejam bem, até a oitava série, nono ano, o lilás mais claro é o atendimento diurno. No ensino médio regular, vamos ver, então, o aparecimento de uma faixa lilás mais fortalecida que é o ensino noturno. Isso, também, nós vamos ver na tabela seguinte, nos faz pensar – claro que aqui temos que fazer uma série de cruzamentos com essa tabela e tantas outras importantes –, aqui nos permite inferir que esses alunos já estão trabalhando, estão trabalhando e estão estudando, porque possivelmente têm mais de 17 anos, alguns ou muitos ou milhões. E o que é preciso fazer para, nesse momento, ter políticas que possam trabalhar essa defasagem e permitir que os alunos que, hoje, estão iniciando, as nossas crianças que estão nascendo hoje, ou que estão iniciando na creche ou nas primeiras séries escolares, possam estudar de dia e ter o seu lazer garantido, porque não precisarão, também, trabalhar.

Essas questões de educação, enfim políticas públicas de garantia de todos os direitos do cidadão têm que ser analisadas com os dados da educação. Nesse sentido – e aí eu falo com 42 anos de exercício de magistério –, podemos perceber que, ao longo do caminho, temos avançado. Avançado em políticas públicas importantes, algumas políticas públicas compensatórias, que às vezes são necessárias no momento, mas não podemos esquecer que não podemos ficar eternamente com políticas compensatórias, mas com políticas que possam incluir desde o início e não permitir a exclusão no desenvolvimento daquilo que todos nós temos direito, que é a educação, a educação formal.

Analisando a segunda metade da tabela, gostaria de falar sobre o ensino médio, reafirmando o que há pouco estávamos comentando. Vou pedir licença para não me aprofundar, porque já conversei um pouco sobre essa questão.

Esta outra tabela mostra a proficiência média dos alunos da 8ª série por idade. Confirma o que falamos: de 14 anos aos 19 anos. Tem a ver com aquela

tabela a que me referi há pouco. Se os senhores e as senhoras me permitem, também vou passar adiante.

Esta tabela fala do ensino médio, de 16 anos a 21 anos. Vejam a questão do desempenho. Sempre quando a idade está adequada àquele nível de ensino, o desempenho se evidencia melhor do que quando o jovem está fora desse nível formal de ensino. Isso não quer dizer, em hipótese alguma, que ele não é capaz, mas é que existem outras variáveis que interferem - trabalho ou outras responsabilidades -, que fazem com que ele divida o seu tempo de estudo com outras questões que a própria vida lhes impõe.

Esta outra transparência mostra a proporção da população por idade por anos de estudo concluídos no Brasil. Vejam: com pelo menos 8 anos de estudo concluídos, temos, na faixa de 16 anos, 60,5% de jovens que tiveram oito anos de escolaridade. Isso não quer dizer que temos todos eles na faixa que deveriam estar. Com pelo menos 11 anos de estudos concluídos, são apenas 47,8%. Concluídos não quer dizer que finalizados os ciclos. São anos que os jovens estão na escola.

Prometo a vocês que faltam apenas duas transparências, e terminamos para, com muito prazer, ouvir a reflexão dos demais colegas que estão à Mesa.

Quero fazer alguns destaques importantes nesta reflexão que estamos tendo no momento.

Quanto aos jovens brasileiros de 15 a 17 anos, o que nós vimos, apenas para uma síntese? Renda familiar *per capita* inferior a um salário mínimo: precisamos estar atentos quando analisarmos o PNE. Eu já fiz uma análise bastante consistente, junto com outros pares, e vejo, segundo a minha posição, que o PNE está, em muitas metas, atentando para essas questões a que estamos aqui nos referindo, mas é preciso muitos e muitos refletirem, principalmente esta Casa, que será a que tomará a decisão sobre nossos próximos dez anos na educação brasileira.

Ingressam no ensino fundamental todos, na idade adequada. Precisamos manter. Não precisamos mais investir tanto nisso, porque isso já acontece.

Alfabetizados frequentam a escola, mas apenas 56% já acumularam a escolaridade compatível com a escola. O restante está fora dessa compatibilidade.

Quanto maior a defasagem idade/série, piores os indicadores de desempenho, tantos os medidos pela escola, quanto os apurados pelas avaliações externas em larga escala. Aproveito e faço um parêntese para divulgação do nosso grande instituto, o Inep, convidando a todos para conhecer a importância do trabalho que o Inep faz para subsidiar políticas públicas, não só com o Censo Escolar da Educação Básica e o Censo da Educação Superior, mas também com exames de larga escala e com indicadores para que se possa avaliar – espero que seja sempre crescimento, e está sendo – o desenho que se forma em nosso País em termos dos vários níveis da educação brasileira.

Frequenta predominantemente o ensino regular e recorre à educação de jovens e adultos, quando não acompanha o fluxo escolar, esta população. E mais de 45% da matrícula do ensino médio público é no turno noturno, que acolhe alunos com maior variação de idade em relação ao curso diurno. Eu acredito que, por algum tempo, nós ainda vamos precisar de fortalecer o curso noturno. Mas vejam: existem políticas que são de médio prazo, e existem políticas que são de mais longo prazo. Então, para colocarmos os nossos jovens dentro da faixa etária que lhes é de direito, é preciso políticas compensatórias. E cito uma medida polêmica – e acredito, Senadora, que vá ficar para as questões, por ser uma questão provocativa: o Enem como certificação. Por que as Secretarias de Educação e os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia do nosso País estão certificando? O Enem, se assim o desejarem os nossos jovens, poderia dar o certificado de ensino médio, justamente para poder adequá-los à idade e possibilitar a eles, se mostrarem proficiência, o ingresso no ensino superior. Mas essa política tem que acabar. Eu não a defendo eternamente. Ela é necessária agora, por conta desses desvios que estamos mostrando e que refletem uma exclusão. E nós precisamos de políticas para incluir os nossos jovens, as nossa crianças.

Eu quero trazer aqui que o nosso instituto leva o nome do grande educador Anísio Teixeira, que, se vivo estivesse hoje... Acho que ele, em algum momento, no espaço que temos, certamente está nos iluminando para que possamos debater e tomar os caminhos mais adequados para a cidadania do povo brasileiro no que se refere à educação.

E tomei a liberdade de extrair do arquivo de Anísio Teixeira o que ele fala sobre a escola e sobre o ensino. Diz ele: "O ensino é uma arte. Mais do que isto, o seu trabalho [o do professor], se realiza sobre a matéria viva de uma criança. As exigências dessa arte são ainda mais delicadas do que as de qualquer outra arte".

Diz ele ainda: "Não somente o mestre, o professor não pode ser comparado ao operário..." Não desqualificando o operário, mas Anísio Teixeira faz uma analogia entre o entendimento de uma concepção equivocada de educação que parte de que alguns privilegiados pensam a educação, definem todos os planejamentos, e o professor executa. Ele faz essa analogia neste texto, dizendo que, nas fábricas, existem grandes articuladores e que cabe apenas ao operário a execução. E ele diz: "Na escola, no chão da escola [ele não usa esse termo, não era modismo naquela época; eu é que es-

tou usando], o professor pensa, assim como o aluno, e ele, professor, aluno, equipe técnica, representantes da comunidade junto à escola, ligados aos pensamentos e aos fazeres das secretarias municipais e estaduais de educação, ligados ao ministério, ligados aos nossos parlamentares e muitos deles importantes nesta Casa, pensadores da educação no nosso País, esse conjunto trabalha a arte que é maior do que todas – e eu a defendo como professora -, que é a arte de educar. Nesse sentido, ele termina: "Não somente o mestre não pode ser comparado ao operário nesse sentido, de uma organização industrial, como nem sequer pode ser considerado o fator final que conclui o trabalho".

E aí eu vou unir as duas pontas com a ponta puxada pela nossa Senadora Marisa Serrano: o professor é fundamental nesse processo, assim como todos os outros entes envolvidos na questão da educação, e esse professor deve ter políticas importantes de valorização do seu trabalho: uma carreira digna, bem remunerada; uma educação não só na sua base formadora das nossas instituições superiores, mas também, e principalmente, na sua educação continuada; e valorizando sempre o grande potencial dos nossos meninos e meninas que estão nos cantos e recantos do nosso País e que precisam do esforço coletivo do professor, em conjunto com todos os entes do nosso sistema.

Eu acredito que estamos avançando, que vamos avançar, e o Inep coloca à disposição de todos os senhores, de todas as senhoras, de todos aqueles que querem ver a educação do nosso País avançar ainda mais os dados, os estudos e as pesquisas que realizamos.

Terminando, quero dizer que falei do Enem, que é um exame importante, mas o Inep não é apenas o Enem. O Enem faz parte de uma das sérias e importantes avaliações do nosso Inep. Visitem o Inep e se orgulhem desse instituto que fará 75 anos no próximo ano, e teremos o prazer de, juntos, comemorar a história que está lá contida nos dados educacionais por todos esses anos.

Muito obrigada, e foi uma grande satisfação, Senadora Marisa Serrano, poder estar aqui, conversar e refletir sobre a educação no nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Prof. Malvina. Nós é que agradecemos.

Quero informar que esta é a 5ª audiência pública inserida nas discussões do Plano Nacional de Educação. Eu falei LDB, mas é por conta de uma dorzinha de cabeça que estou tendo hoje, difícil de controlar.

Mas quero dizer que estamos trabalhando, com muito afinco, no Plano Nacional de Educação, porque sabemos que ele baliza, pode balizar e deve balizar a educação para os próximos dez anos.

Quero agradecer e registrar a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Diretor de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep, do Ministério da Educação; seja bem-vindo;

- Srª Klaudy Garros, Secretária-Geral da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas, Abiee; seja bem-vinda;

- Srª Maria Fernanda Conti, chefe da Assessoria de Comunicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep, do Ministério da Educação; seja bem-vinda;

- Srª Sandra Regina de Oliveira, coordenadora do Ensino Médio da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, SEB/MEC;

- Sr. Francisco Heitor de Magalhães Souza, docente pesquisador do Centro de Estudos Educação e Sociedade, Cedes, da Unicamp, São Paulo;

- Srª Maria Eveline Pinheiro, técnica pedagógica do Ministério da Educação.

Passo a palavra agora ao Sr. Maurício Holanda Maia, representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação, Consed, e Secretário-Adjunto de Educação do Estado do Ceará. Seja bem-vindo à nossa Casa.

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA – Muito obrigado, Senadora.

Na sua pessoa, quero cumprimentar toda a Mesa, de modo a que possamos otimizar o tempo. Quero também cumprimentar a nossa audiência, na pessoa do Moreno, porque ele é um funcionário padrão de excelência e um grande amigo. É bom vê-lo aqui.

Vou fazer três ordens de consideração. A primeira delas em relação aos nossos processos de planejamento da educação e ao processo legislativo como um todo.

Eu entendo que nós estamos vivendo neste momento, no Brasil, o melhor momento estrutural da educação pública brasileira e da educação brasileira como um todo, porque, pela primeira vez, temos a conjunção de um ciclo econômico positivo, confortável, o que reverbera nas finanças públicas, na capacidade de financiamento público, associada a uma maior estabilidade da população. Temos taxas quase que decrescentes, e quase há estabilidade no crescimento demográfico. Inclusive há uma tendência a que o segmento jovem diminua como proporção da população.

Nesse contexto, foco torcendo para que sejamos inteligentes o suficiente para que não façamos apenas "puxadas" numa arquitetura que foi a arquitetura do possível, mas que realmente possamos rever a

possibilidade de redesenharmos algumas das linhas mestras do edifício educacional brasileiro.

Nesse sentido, quero parabenizar a iniciativa do Senado de se antecipar à chegada a esta Casa do projeto de lei que deverá vir da Câmara e já começar a construir um conhecimento, uma massa crítica de reflexão em torno das De um lado, o ensino médio brasileiro sempre expressou a voz da racional e de como se chega ao ensino superior. Então, o ensino médio se organizou não como uma experiência em si, mas como uma experiência de "como é que eu faço para chegar bem ao nível superior, de preferência nos cursos de alto prestígio das universidades públicas federais". Isso pautou toda a organização e a cultura pedagógica do ensino médio brasileiro, de um modo tão forte que conseguimos impactar muito pouco isso simplesmente com resoluções e parâmetros curriculares. De fato, a inércia desse processo só vem ser rompida, graças a Deus, pela instituição do Enem como processo de avaliação e de acesso à universidade. Nesse sentido, quero parabenizar e emprestar todo o meu apoio e entusiasmo à decisão do MEC e à tarefa do Inep de realizar as aplicações do Enem. De quebra, vou dizer que eu fiz o Enem no ano passado. Eu fiz porque eu queria ver o que estariam sentindo e vivendo os meninos para os quais eu estava dizendo que fossem fazer o Enem. E gostei de fazê-lo.

Mas o ensino médio também reflete os efeitos de irracionalidades e ineficiências do ensino fundamental, não só nas estatísticas de retenção de jovens no ensino fundamental, mas também nas medidas de proficiência. E eu diria que, nos últimos quatro anos, enfrentamos talvez o maior passivo que o ensino médio brasileiro já pôde ter enfrentado, porque tínhamos, tivemos e ainda temos, no ensino médio, jovens que chegaram ao ensino médio por meio de políticas, nem sempre muito consequentes, de promoção automática e de aceleração de estudos. Não quero deixar apenas um tom de crítica a essa políticas, porque as compreendo e respeito, mas quero, de toda maneira, fazer o balanço de que ela produziu efeitos colaterais complicados e desafiantes.

Como é que lidamos com uma etapa de ensino que, em princípio, não tem tanta identidade? Não só no que diz respeito à própria organização do ensino, mas também ele é crítico porque é a hora em que começamos a fazer interfaces entre ensino, escola e trabalho; entre escola e exercício cidadão. Então, via de regra, o ensino médio não é avaliado nos seus próprios termos, mas nos termos do que ele revela ou propõe para as variáveis que estão ao seu entorno.

Nesse sentido, o que vamos fazer mesmo? No tocante às metas do PNE, a principal delas - já enunciada pela Prof. Malvina - é relativa ao ensino médio e lida com acesso, com a regularização desse fluxo. As metas também mencionam a necessidade de interface com a educação profissional, de diversificação curricular. Mas o que me vem à mente é que talvez precisemos olhar o ensino médio menos do ponto de vista da sua função social precípua ou do ponto de vista da racionalidade curricular e pedagógica da cultura e do fazer escolar e ver o ensino médio mais por aquilo que talvez seja seu maior definidor de identidade: o ensino médio é um ensino de jovens, é um ensino para os jovens, é o lugar da convivência dos jovens. E talvez, se olharmos para as necessidades e anseios dos jovens, possamos encontrar possibilidades de reorganizar essas nossas soluções, que têm sido importantes, mas, até aqui, não foram suficientes para dar um sentido e permitir que o ensino médio agregue um valor ao País.

Nesse sentido, eu diria que a principal necessidade dos jovens, de qualquer extrato socioeconômico que seja, é a seguinte: "Estou no momento de me afirmar como indivíduo que tem voz, que quer exercer sua voz, que está, sim, iniciando o exercício autônomo das suas competências, mas que quer ser competente, que quer se ver e se afirmar como alguém competente" – competente socialmente, competente, em alguma medida, economicamente. Pelo menos como consumidor, ele já quer ser competente economicamente. Ele quer fazer escolhas. E, se não levarmos em conta essas necessidades, dificilmente encontraremos o fio que talvez resolva efetivamente o desafio a nós proposto pelo ensino médio.

Assim, falando em grandes linhas, entendo que os primeiros desafios que temos de construir são: estabelecer uma grande ponte - grandes sistemas nacionais, acordados com o Congresso, com o Executivo, com os empresários, com as ONGs -, uma grande ponte de fluxo entre a escola, o lugar de trabalhar e o lugar de exercer-se como cidadão. E eu já diria assim: exercer-se como cidadão não é só ser titular de direitos; exercer-se como cidadão é também, e talvez antes, ser titular de responsabilidade social, sentir-se responsável pelo bem comum.

Nesse ponto, acho que precisamos explorar as possibilidades da lei da aprendizagem, mas precisamos de políticas públicas que viabilizem um amplo leque de estágios com bolsa, para que nossos jovens possam se exercitar em profissões, exercitar-se em tarefas cotidianas, com rotinas, com a convivência com equipes, e para que os jovens mais aptos, mais dispostos possam exercitar uma corresponsabilidade pelos resultados da escola, talvez como monitores: monitores de disciplina, monitores de atividades complementares.

Outra dimensão onde essa proposta de ponte entre exercer-se, ter alguma fonte de renda e a vida da escola é a necessidade de termos, de ampliarmos ou de aprofundarmos as políticas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, para os jovens, compreendendo essa necessidade desses jovens e de qualquer jovem de se afirmar como um consumidor. É muito importante. Todos nós fomos jovens um dia e sabemos o quanto é importante aquele momento em que temos algum dinheiro no bolso, em que decidimos se chamamos a pretendida ou o pretendido para o cinema, ou se vamos tomar um sorvete. Isso é fundamental.

Nesse sentido, acho que devemos, sim, levar em conta o potencial de distribuição de renda e de redução da pobreza de uma bolsa direcionada ao jovem acima de 15 anos – mesmo que complete 18 anos, 19 anos, 20 anos, mas que permaneça na escola – e que apresente, claro, resultados compatíveis com esse esforço social a ser favor, na forma de frequência e na forma de melhores desempenhos acadêmicos. Pergunto-me inclusive se não deveríamos, num tipo de incentivo como esse e estabelecer uma transferência imediata e uma poupança, porque precisamos ensinar aos nossos jovens, entre outras coisas, como poupar.

Essa é uma ideia, uma grande linha do que sinto que é necessário fazer para que a escola de ensino médio passe a ter voz e identidade próprias e seja um espaço de respeito das necessidades, principalmente, daqueles que a fazem, que são os jovens.

Outra linha é a linha de comunicação entre duas formas diferentes de aprender. Temos trabalhado, por exemplo, com a ideia de certificação para aqueles que, algum momento, tiveram de abandonar a escola e que, hoje, necessitam dessa certificação e com a ideia de que os mais jovens que estão no fluxo regular da escolarização façam seus cursos com frequência diária na escola. Mas por que não permeabilizamos esses trânsitos, uma vez que tudo o que se diz a respeito de pedagogia é que o aprendizado é um ato autônomo e que estamos lidando exatamente com alguém que está querendo conquistar autonomia?

Finalmente, a gente precisa rever a forma como está organizado o currículo do ensino médio, a bem dos nossos alunos e dos nossos professores. Quando digo isso, ressalto um ponto meio polêmico, porque, via de regra, todo mundo sabe que nossos currículos de ensino médio são inflados, com muita possibilidade de superposição. Como aluno de ensino médio, tenho a chance de tratar de um mesmo tema ou, às vezes, de um mesmo texto numa aula de Sociologia, numa aula de Filosofia, numa aula de Geografia, se for abordado o campo do humano, ou numa aula de História. Os motivos dessa superposição, dessa inflação, são compreensíveis, mas isso tem gerado efeitos de ineficiência e de perda de sentido para professores e para alunos.

Uma das formas de isso acontecer – já vou terminar – é a seguinte: cinco ou seis disciplinas são obrigatórias no ensino médio, e há uma hora de aula semanal para essas disciplinas; assim é com a Filosofia, com a Sociologia, com as Artes, com a Música. E o que acontece? Em uma hora de aula por semana, não se faz nada, e os professores dessas disciplinas, se a sua jornada for de 40 horas semanais, têm de atender, pelo menos, 25 ou 32 turmas para cumprir toda a sua jornada de docência. Isso não está servindo a ninguém, não está servindo a um professor que tem 32 diários e não está servindo a um aluno que não consegue sequer o tempo necessário para acumular a reflexão em torno de um tema. Estou dando esse exemplo, e isso acontece com a disciplina de Inglês também. Do 5º Ano até o 3º Ano do ensino médio, só nos permitem, na escola pública, via de regra, aprender o verbo *To Be*. É preciso fazer um pacto entre professores, gestores e conselhos de educação, para dar uma racionalizada nisso.

Paro por aqui. Acho que teremos oportunidade de conversar sobre outras coisas.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Professor. Nós lhe agradecemos. O Professor deixou aqui alguns pontos para discussão, e um deles se refere à bolsa como incentivo para o aluno do ensino médio. Essa é uma discussão que grassa no País. Temos a obrigação de discutir essa questão.

Há gargalos de responsabilidade de gestão dos Estados brasileiros. A responsabilidade de gestão do ensino médio é dos governos estaduais.

O Professor, que, como representante do Consed, tem uma visão de todos os gargalos do ensino médio no País, levantou como ponto principal a questão do currículo. Temos de discutir isso aqui, porque esta Casa vota as disciplinas que compõem o currículo. Inclusive, aqui, votamos a Sociologia e a Filosofia como matérias curriculares.

Passo a palavra, agora, à Professora Marta de Campos Maia, professora de Tecnologia de Informação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-Eaesp) e consultora de empresas e de instituições de ensino.

A SRª MARTA DE CAMPOS MAIA – Bom dia!

Muito obrigada pelo convite. É um grande prazer e uma grande honra estar aqui com vocês.

Vou trazer ao debate um tema polêmico: como inovar a sala de aula, como inovar a educação, para

que, de fato, a gente consiga, como falaram a Professora Malvina e a Senadora Marisa Serrano, tornar nossa aula, nossa sala de aula e nosso ensino médio mais atrativos para nossos alunos? Esse é um tema bastante complicado, mas é estimulante de toda forma.

Vou começar a tratar da inovação em sala de aula no ensino de jovens e da utilização das redes sociais ou das novas tecnologias relacionadas à sala de aula. Vamos tratar um pouco sobre os nativos digitais, esses novos jovens, que lidam com a tecnologia de forma diferente. Como posso inserir essas novas ferramentas em sala de aula? Como posso tornar, de fato, o aprendizado mais colaborativo e mais eficiente até para esses novos alunos, tentando engajá-los no processo de ensino e de aprendizagem?

O primeiro dado que trago é o seguinte: o Brasil é líder em diversas mídias digitais no mundo. Somos campeões em tempos médios de navegação. Há inúmeros índices que demonstram que o brasileiro adora estar conectado à Internet e ao telefone e utiliza a tecnologia de informação e de comunicação para justamente se comunicar. Então, nas redes sociais, observa-se um avanço gigantesco do acesso do povo brasileiro, em especial do jovem, a esse tipo de conteúdo.

O que significa, por exemplo, o fato de sermos o primeiro lugar no mundo em uso de Twitter? O que isso tem a ver com sala de aula? No que isso pode ajudar o Plano Nacional de Educação? É a observação de que, hoje, a população tem utilizado essas tecnologias de forma muito mais interativa, para a integração e para a colaboração, do que já tínhamos verificado antes. Isso, na mudança da educação, traz uma reflexão bastante interessante.

Os tráfegos nos *sites* de redes sociais não param de aumentar. Essa é uma informação do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Há uma preocupação em relação a isso: onde está esse nosso jovem, esse nosso aluno de 15 a 17 anos? Ele está conectado. Se 71% deles estão na área urbana, eles têm mais acesso. Com o Plano Nacional de Banda Larga, que está em vigor e que vai deslanchar, a previsão é de que 80% da população brasileira tenham acesso. Conclusão: não estou falando de algo distante da política nacional. Está havendo uma mudança nesse novo jovem, na forma como essa nova geração lida com a tecnologia e com a troca de informação.

Há um dado mais chocante ainda do CGI.br se analisarmos crianças de 5 a 9 anos. Essa criança que tem 5 anos agora terá 15 anos daqui a dez anos e, portanto, será público alvo do nosso ensino médio. Sabe-se que 57% deles já utilizaram a Internet. Esses 57%, essa proporção é maior do que a do público brasileiro como um todo, que é de 54%. Isso significa o quê? Esse jovem está usando a Internet, ele é um *heavy user* – aqui, pode-se perceber isso – e a acessa, inclusiva, da escola.

Nossas escolas já estão preparadas para tudo isso que estou falando. O que falta fazer nas nossas escolas? Falta "linkar" um projeto pedagógico ou capacitar nossos professores, para que eles saibam utilizar isso a favor da educação.

Então, há uma nova geração de alunos, e isso já estamos vendo. Eles são chamados de nativos digitais. Eles têm novas habilidades cognitivas. Há pensadores e pesquisadores no exterior – um deles é Don Tapscott – que dizem que essa nova geração tem até sinapses nervosas diferentes, que dizem que os neurônios e as sinapses deles são diferentes dos nossos. Eles têm um raciocínio diferente. Eles trabalham com *links*. Eles têm outra forma de raciocínio.

Quem tem filhos em casa nessa faixa etária sabe o que estou dizendo. Tenho uma filha de 17 anos. A Juliana utiliza a tecnologia dessa forma. É completamente diferente de mim. E olhem que sou professora de Tecnologia há 30 anos! Eu suo para tentar acompanhar o que ela faz. Mas ela não precisa de aula, ela sabe lidar com aquilo, pois isso é da natureza dela. Esse é novo jovem.

O que a gente faz com isso em sala de aula? Esqueço isso, falo para o aluno "esqueça seu celular e seu acesso a *notebook*" e não faço o *link*, não utilizo essa tecnologia a meu favor, como professora.

Aí volta a questão: será que só transmitir a informação para esse novo jovem é o suficiente? Será que, de fato, ele está satisfeito com a educação que estamos oferecendo? Ou posso repensar um pouco nisso e tornar essa educação mais atraente, mais atrativa para esse jovem? Nesse novo ambiente, se eu pensar um pouco mais além na Educação de Jovens e Adultos (EJA), estou pensando na formação técnica desse jovem? Será que estou preparando esse jovem para o mercado de trabalho de forma adequada? De que forma eu poderia melhorar essa educação, para preparar melhor esse jovem?

Há um pensador que diz, em duas colunas, algo bastante interessante. Esses são sociólogos falando. Nós, atuais professores, somos chamados de imigrantes digitais. Por que somos imigrantes digitais? Porque somos alfabetizados tecnologicamente depois de termos sido alfabetizados na escrita. Então, utilizamos a tecnologia de forma diferente daquela usada por esses jovens que são nossos alunos atuais e futuros profissionais, que são nativos digitais, que nasceram nesta era e que lidam com isso de outra forma.

Então, a questão começa com o manuseio da informação. O professor acha que tem de dar aula

com base no que está no Capítulo I, no Capítulo II, no Capítulo III e no Capítulo IV. O aluno diz para mim: "Professora, por favor, em sala de aula, você poderia usar várias mídias ao mesmo tempo? Por que você não cria um *mix* de tecnologias, para que a gente se sinta mais atraído?

Para o professor, a tarefa de ensinar é uma tarefa única. Sigo passo a passo. Mas o aluno faz tudo em paralelo. Uma jovem como minha filha, por exemplo, acessa o controle remoto, e há cem canais disponíveis. Quem é *baby boomer*, como eu, lembra-se do tempo em que havia somente um ou dois canais na televisão. Minha filha muda de canal em canal, atira o controle remoto e diz: "Que porcaria! Não há nada para eu assistir". É bastante diferente da nossa geração. Para nós, era muito mais gostoso ler um texto. Eles dizem: "Será que não existe um filme sobre esse texto? Seria muito melhor assistir ao vídeo, antes de ter de ler tudo isso! E são mais de dez páginas, professora!". Dizem isso como se fosse uma coisa terrível.

Nós, os professores, sempre trabalhamos de forma independente? É muito pouco! No ensino médio, talvez, isso aconteça mais. No ensino básico ou no ensino fundamental, acho que isso acontece mais ainda. Eles trocam informações e trabalham de forma conjunta. Mas esses novos jovens conseguem, sim, de fato, trabalhar e interagir com muitos ao mesmo tempo, e, por isso, o sucesso das redes sociais.

De forma geral, nós, professores, estamos acostumados a pensar no conteúdo e meramente na passagem e na transmissão desse conteúdo ao nosso aluno; não pensamos na forma com que ele aprende. Essa é a grande mudança. O aluno diz para nós: "Por favor, transforme isso que você está me ensinando em algo relevante e divertido, de preferência, para eu usar ainda hoje à tarde, professor". Ele não quer mais a educação da mesma forma.

Qual é a proposta que trago aqui? Se eu posso utilizar a tecnologia a meu favor, vou criar novas oportunidades de aprendizagem. Posso estimular a introdução de atividades mais dinâmicas na sala de aula e, dessa forma, fazer com que o aluno interaja de maneira mais divertida e até mais lúdica com o conteúdo oferecido.

Esse é o objetivo do professor. Para eu, como professora, obter sucesso, meu aluno tem de aprender.

Aí vem uma pergunta de um livro maravilhoso que li recentemente, chamado *Inovação na Sala de Aula*, que diz que todos nós aprendemos de forma diferente e temos estilos de aprendizagem diferentes também – eu, por exemplo, sou visual: se tudo isso é real, será que só colocar a educação no computador resolve o problema? A resposta é não, não resolve. Eu teria de modificar a maneira com que os currículos são desenvolvidos, com que os testes são desenvolvidos e com que os processos de admissão são executados. Para isso, seria preciso capacitar demais os professores. Seria preciso customizar, fazer com que a educação voltasse a ser o que era antigamente. Seria preciso que não houvesse tantos alunos em sala de aula, para que eu pudesse entender as necessidades de cada um ou as velocidades diferentes de cada aluno. Isso custaria muito caro. Não haveria, numa política pública, como voltar a fazer isso.

Se a educação está dessa forma, o que posso fazer? São tentativas de tornar a educação mais motivada, mais interativa e mais contextualizada para o nosso aluno. O que é preciso haver? Infraestrutura. Se não há tecnologia em sala de aula, se não ofereço acesso à banda larga, não consigo oferecer uma educação dessa forma. E tenho de capacitar o corpo docente; disso não tenho dúvida. Tenho de repensar, como disse o Maurício há pouco, os currículos, a forma como eles são feitos, e tenho de repensar a experiência de aprendizagem.

Como diz Peter Drucker, o pai da Administração, nada há mais ineficiente ou ineficaz do que aprimorar a ineficiência do processo inadequado. O que isso significa? Se há uma educação quadrada, antiga, que não atende ao jovem, à maneira como ele pensa ou à maneira com que ele se comunica, não adianta eu colocar tecnologia para fazer isso mais rápido, pois vou continuar errando da mesma forma. Tenho de repensar todo o processo, como se dá essa aprendizagem.

Tudo isso custa muito caro. De fato, reconstruir o avião custa muito caro quando estou em pleno voo. Mas o que posso pensar para obter sucesso na inovação? Pode haver a inovação extrínseca, que significa o seguinte: "Puxa, vou ter acesso à certificação final. É isso que estou buscando". Tudo bem, o jovem tem essa motivação, mas a inovação intrínseca, a bacana, é aquela em que se estimula ou impulsiona esse jovem a cumprir, dentro da escola, uma atividade prazerosa e agradável, que o vai levar a um objetivo maior.

Lendo esse livro, eu, como professora, repensei na minha atuação e me perguntei: como posso tornar a educação melhor para o meu aluno? Como posso fazer com que ele aprenda? A ideia foi baseada nas redes sociais, de fato. Na Web 2.0, diz-se o seguinte: quando dou algo a você, não fico sem esse algo. O fato de eu dar esta palestra não significa que vou ficar sem este conteúdo. Estou compartilhando o conteúdo com vocês. Se eu compartilho o conteúdo, meu aluno pode entender melhor, porque aprendo mais com meus pares. Esse é o perfil desse jovem.

Então, comecei a observar. Dei uma olhada e vi que isto é quase nada do que existe disponível em

termos de ferramentas da Web 2.0. São ferramentas gratuitas. Já que há uma limitação orçamentária, o que eu poderia utilizar gratuitamente? Mas, em seguida, observei que todas essas ferramentas já não existem mais. Então, este é o grande problema: se tenho de escolher uma ferramenta gratuita, em qual devo apostar minhas fichas, se, no momento seguinte, ela pode deixar de existir?

Comecei a utilizar outras soluções. Há, por exemplo, uma recomendação muito bacana para o ensino médio de modo geral – e há um *link* com uma demonstração sobre isso – sobre objetos de aprendizagem: o que o professor pode fazer em sala de aula? Se, por exemplo, tenho de dar uma aula sobre cálculo de balística no ensino médio e se vou fazer uma simulação sobre a distância e a velocidade atingidas por um determinado projétil, posso utilizar gratuitamente... Pode mudar o *slide*, por favor. Aqui, há todos os repositórios de objetos de aprendizagem gratuitos que um professor de ensino médio pode utilizar hoje em sala de aula. Então, em vez de o professor explicar isso, fazendo um desenho em lousa, ele pode utilizar uma simulação, um filme, um pequeno vídeo para fazer essa demonstração. O jovem vai gostar muito mais disso. Essa é uma possibilidade.

Outra possibilidade é utilizar uma rede social que eu mesma crio para os meus alunos. Essa é uma turma real da Fundação Getúlio Vargas. Os alunos participam e entram em contato comigo durante toda a semana. Não é por que dou aula às segundas-feiras que o aluno vai ter dúvida somente na próxima segunda-feira. O aluno pode entrar em contato comigo na terça-feira, na quarta-feira ou na sexta-feira. E ele vai entrar em contato comigo por meio dessa rede social.

Haveria também a possibilidade do Ning, que é a mesma coisa. E outra opção seria o Group – site, que também é gratuito.

Todas essas ferramentas trazem o aluno para próximo de você, segura o aluno próximo ao seu conteúdo. Coloque um *link*, faça o aluno trazer uma notícia sobre a sua disciplina ou disponibilizar um vídeo, assim por diante.

Há outra coisa interessante, que é muito utilizada hoje em dia e que cairia muito bem no ensino médio: os *blogs*, que também são gratuitos. O professor pode utilizá-los a seu favor.

O que acho mais interessante seria o *wiki*, os *wikispaces*, também um espaço gratuito. Sugiro, por exemplo, aos meus alunos – sou professora de Tecnologia – que, em vez de fazerem anotações em cadernos, façam-nas dentro do espaço *wiki*. Com isso, os cadernos das meninas, que são sempre as mais organizadas e que anotam tudo mais bonitinho, não serão xerocados à véspera da prova. Tudo fica disponível e é compartilhado dentro de um espaço gratuito chamado *wiki*. Isso não é incentivar? Isso não ajuda o aluno?

Dentro do ensino médio, você consegue achar na Internet diversos exemplos como os desse colégio.

Vou citar um exemplo internacional, para não ficar somente nos nacionais. Não sei se vocês conhecem o iTunes. Há os que têm o iPhone. O iTunes é a ferramenta que o iPhone nos obriga, Professora e Senadora, a utilizar para baixar música, para trocar informação, para absolutamente tudo. Ali dentro, há um espaço chamado iTunes U, "U" de University. Há a ferramenta K-12 no ensino para os jovens. É exatamente o que está aqui: a K-12 é usada do jardim de infância até o final do ensino médio. Todos eles têm conteúdos de todas as escolas e das melhores universidades americanas, que estão disponíveis para você. Isso significa o quê? Não sou aluna de uma daquelas escolas, mas posso entrar ali e acessar o vídeo, o áudio, a palestra, o PowerPoint, o texto, absolutamente tudo. Se eu puder encontrar algo que interessa para uma disciplina minha e para a sala de aula, atrairei o meu aluno e enriquecerei a minha aula.

Dou um exemplo brasileiro: a utilização de *podcast*. O que é *podcast*? Eu mesma faço isto: gravo dentro do Windows um recado que quero dar. Posso dizer: "Queridos alunos, na semana que vem, será feita a entrega final do trabalho. Não se esqueçam da formatação". Pego esse arquivo em áudio e faço o *upload* dentro do meu grupo ou da minha rede social, e meus alunos ficam conectados, recebendo meus recados. Essa é uma possibilidade.

Há ainda outra possibilidade. No ensino médio, a escola da minha filha utiliza isso. Os professores têm o costume de dizer que nossos alunos são geração Google, que eles copiam tudo da Internet e simplesmente nada fazem. Lembram-se do nosso tempo, de quando éramos crianças, em que só recorríamos à Barsa, à Delta Larousse e à Britânica para fazer trabalhos? Todo mundo entregava um trabalho sobre sistema respiratório, e era tudo igual. Eram cartolinas grudadas na sala, todas iguais; não havia diferença. Lembram-se disso? E a gente reclama de eles fazerem pesquisas no Google, que tem um milhão de acessos.

O que a escola da minha filha fez para prevenir isso? A professora de História cria um *delicious*, que é outra ferramenta gratuita, e diz: "Vocês só podem fazer o trabalho de História com base nestes *links*, nestes *sites*, nestas fontes". E ela está no ensino médio. Assim, eu limito a pesquisa, mas permito a busca e incluo a tecnologia, de certa forma, facilitando o trabalho do meu aluno.

Outra coisa que eles adoram é compartilhamento de vídeo. Então, dentro das redes sociais, coloco *links* de vídeos. De onde? São vídeos do YouTube que estão relacionados ao meu tema, à minha matéria, e que despertam o interesse do aluno sobre isso.

Há outra ferramenta interessante, que é gratuita também e que utilizo: construção de textos em conjunto. Quando determinamos aos alunos que façam um trabalho, eles dizem assim: "Você faz a Introdução, você faz a Parte 1, você faz a Parte 2, e você faz a Parte 3".

Neste caso, todos eles estão no mesmo ambiente na Internet, com uma ferramenta gratuita, e todos eles publicam e postam, ao mesmo tempo, o texto. É uma construção conjunta.

Então, nesse caso, eu escreveria em rosa; a Senadora, em azul; a Professora Malvina, em roxo. E cada uma de nós, em qualquer local deste Planeta, poderia construir conjuntamente o mesmo texto. Isso é colaboração, isso é troca de experiências, isso é aprendizado coletivo.

Qual é a proposta? Simplesmente tentar inovar, identificar uma composição em que eu possa entrar com essas novas tecnologias, para tornar, de fato, o ensino mais atrativo, para fazer com que o aluno mantenha contato comigo e com a educação de forma mais rápida.

O autor que citei e que é muito interessante, Clayton Christensen, diz o seguinte: tudo isso vai ser muito rápido.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRª MARTA DE CAMPOS MAIA – A previsão dele é a de que, até 2024, 80% dos nossos alunos tenham acesso ao conteúdo digital.

Como consideração final, eu gostaria de deixar uma contribuição, dizendo o seguinte: nada é mais importante na aprendizagem do que o projeto pedagógico, do que o que quero atingir de fato. Mas posso utilizar essas tecnologias para atender esse projeto.

Com isso, termino minha apresentação.

Agradeço-lhes a oportunidade. Desculpem-me por eu ter extrapolado meu tempo. É que esse é um tema que nos deixa encantados.

Com essa imagem, digo o seguinte: não existe uma forma única. Existem várias formas. Posso criar as melhores formas. Cada professor, cada escola, cada instituição poderiam fazer isso.

Muito obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Nós é que lhe agradecemos a aula de tecnologia educacional que recebemos agora. Não temos muito essa visão tecnológica na educação, porque todos nós somos visitantes...

A SRª MARTA DE CAMPOS MAIA – Imigrantes digitais.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Todos nós somos imigrantes digitais. Portanto, não temos essa rapidez ainda. Os professores gostam de falar: "No meu tempo, aprendi assim. Se aprendi bem, por que não vou ensinar como no meu tempo? Se aprendi bem, posso continuar da mesma forma". Não pensamos que estamos numa era em que a nossa juventude está a léguas de distância.

Quero agradecer a presença ao Sr. José de Araújo Pereira, Secretário Adjunto do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Seja bem-vindo!

Agradeço também a presença ao Prefeito Douglas, da cidade de Anastácio, no meu Estado do Mato Grosso do Sul, na beirada do Pantanal, no início do Pantanal. Seja também muito bem-vindo à nossa reunião de hoje!

Passo a palavra ao Sr. Celso João Ferretti, pesquisador do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo. Seja bem-vindo!

O SR. CELSO JOÃO FERRETTI – Obrigado.

Agradeço-lhes, em nome do Cedes e da Professora Ivany Rodrigues Pino, que estou substituindo devido à impossibilidade de ela vir aqui.

Espero contribuir para as discussões que estamos fazendo.

Agradeço aos colegas da Mesa as contribuições.

Espero oferecer alguns dados a respeito da questão para os Senadores e para as pessoas da plateia.

Vou me basear fortemente num documento que o Cedes produziu e que foi fruto de um seminário sobre educação brasileira realizado em março deste ano, cujo objetivo era o de discutir o Plano Nacional de Educação, questões desafiadoras e embates problemáticos, do qual resultou um enorme número de emendas ao Plano Nacional de Educação, que estão condensadas neste texto que passo às mãos da Senadora. É um documento que pode ser utilizado nas discussões. Vou me referenciar, portanto, neste material. Vou fazer uma discussão sobre ensino médio muito colada no Plano Nacional de Educação e em modificações que consideramos importantes que sejam realizadas nesse Plano.

Antes de me referir ao ensino médio, eu queria, usando o mesmo documento, referir-me a alguns aspectos gerais do Plano Nacional de Educação.

A Emenda 59, de 2009, a partir do art. 214, estabelece que o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, deve ter como objetivo articular o Sistema nacional de Educação, em regime de colaboração, definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de im-

plementação e assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis, etapas e modalidades por meio de ação integrada dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

Este objetivo maior do PNE de articulador do Sistema Nacional de Educação não está devidamente contemplado no Projeto de Lei 8.035, porquanto carece de explicações e tratamento mais visíveis. Não é que não trate, mas trata de maneira bastante superficial.

Do mesmo modo, é preocupante na elaboração do PNE a ausência de utilização dos diagnósticos da educação brasileira constantes no documento final da Conae.

Finalmente, no Plano Nacional de Educação, a questão da qualidade do ensino, que é uma questão fundamental, é tratada de modo bastante superficial, inclusive com a não definição do que se entende por qualidade do ensino, que pode significar qualquer coisa.

Então, a partir dessas considerações mais gerais, também faço algumas considerações gerais sobre o Ensino Médio.

O Ensino Médio é algo extremamente importante na vida dos jovens, e importante do ponto de vista do País, porque ele representa, no momento, não somente interesse para os jovens em termos de aprendizagem, em termos de crescimento como pessoa, mas representa um vínculo muito forte com os interesses empresariais, via educação profissional, principalmente, mas não apenas via educação profissional.

Por outro lado, como vimos por meio de algumas estatísticas que a Professora Malvina nos apresentou, os jovens que estão no Ensino Médio, grande parte deles se divide entre o trabalho e o ensino; e, ao mesmo tempo, são pressionados para adquirir mais escolaridade, suponde que essa escolaridade vá lhes abrir as portas do empregos, o que é falso em si mesmo, sob essa perspectiva estreita, mas que é importante para os jovens porque o discurso e também as práticas empresariais fazem com que o Ensino Médio ou a titulação do Ensino Médio sirva como referência para inserção no emprego. Então, os jovens ficam divididos entre trabalho e estudo, e esta divisão lhes é, às vezes, interessante e muitas vezes prejudicial.

A Profª Acácia Kuenzer, num trabalho recente, apontou vários problemas que afetam o Ensino Médio, entre eles esta questão do Ensino Médio estar, para grande parte da população de menor renda, sendo desenvolvida por meio do ensino noturno, mas apresenta vários problemas relativamente a acesso, repetência, evasão que prejudicam, portanto, a continuidade do processo educativo dos alunos.

Para fazer considerações mais específicas, também vou levar em consideração o que a Profª Acácia sugere, no sentido de que o PNE contribua de novo para estruturação do Sistema Nacional de Educação, definindo metas claras a partir de diagnósticos consistentes, fontes e mecanismos de financiamento compatíveis com a dimensão do problema e que seja instrumento de articulação de um novo pacto federativo, prevendo fóruns específicos pelo menos a cada três anos para revisão dos rumos tomados pelo PNE.

E, diante deste quadro, sugerem algo bastante interessante, que foi tocado de alguma forma pelo Prof. Maurício, a necessidade do compromisso do Sistema Nacional de Educação e do PNE de construção de um ensino médio como etapa efetivamente integrante da educação básica, remetendo não apenas à universalização, mas ao tratamento integrado do projeto curricular a ser percorrido da educação infantil ao ensino médio, de acordo com o que a Profª Malvina também nos colocou.

De modo mais específico, já entrando em detalhes sobre a questão da relação entre o ensino médio e o Plano Nacional de Educação, tomei três aspectos que me parecem fundamentais: um, a expansão da oferta; outro, a qualidade da educação; e terceiro, a relação público/privado no financiamento do ensino médio.

Com relação à expansão da oferta, devo dizer o seguinte: todos os apontamentos aqui feitos em relação às ementas ou às metas, estão contemplados no PNE. Todavia, consideramos que eles estão contemplados – quando digo estamos, digo o Cedes – mas de forma precária ou indevida, razão pela qual fizemos proposições quanto à modificação, adição, substituição ou supressão de metas e estratégias.

No primeiro ponto relativo à expansão, a que ser tratada a questão da Emenda Constitucional nº 52, de 2009, e a crônica ausência de expansão, que têm excluído do ensino médio expressiva parcela dos alunos de 15 a 17 anos, além daquelas 60 milhões de pessoas que com mais de 18 anos de idade contam apenas com 11 anos de escolaridade. Tendo se evadido ou sido constantemente reprovados, tentam retornar à escola por meio de cursos destinados a jovens e adultos, EJA, Proeja ou Proeja FIC, e com isso várias das metas apresentadas, que são a Meta 3, a Estratégia 3.4, a Estratégia 3.10 e a Meta 8 necessitam, a nosso ver, de reformulações no sentido de efetivamente estender o acesso a populações diversificadas, conforme a Emenda Constitucional nº52, de 2009, independentemente da faixa etária, ou seja, a extensão do ensino médio a toda a população como direito e não apenas circunscrito à idade de 15 a 17 anos.

As medidas a serem tomadas para enfrentar o problema necessitam levar em consideração, primeiro, a diversidade do público a ser atendido: trabalhado-

res urbanos, trabalhadores do campo, indígenas, quilombolas; suas condições de vida; divisão de tempo entre escola e trabalho; dificuldades financeiras para freqüentar as aulas; distância entre a escola e o local de moradia; suas expectativas relativamente à expectativa de aumento de empregabilidade, exigência dos empregadores; perspectiva de continuação de estudo de nível superior; interesse pelo saber; e a distância, há muito detectada, entre tais circunstâncias e a realidade escolar. A respeito desta temática tratam a Estratégia 3.9, as Emendas 3.14, 3.16, a Meta 3, a Meta 7, a Estratégia 10.8, a Estratégia 8.1. Ressaltam, nesse particular, as precariedades infraestruturais das escolas: cantinas, bibliotecas, laboratórios, espaços de lazer, acesso à tecnologia; ausência de salas de aula em número suficiente; ausência ou presença instável de professores e preparo precário para trabalhar com estas populações; remuneração precária e pouco estímulo. Estas questões são tratadas nas Estratégia 11.6 e Estratégia 17.3. Para essas estratégias mencionadas fizemos emendas ou supressivas, ou aditivas, ou substitutivas porque elas nos pareceram precárias da forma como estão constando no PL 8035.

No caso da educação profissional de nível médio, uma coisa pouco tratada aqui até agora, o problema da expansão tornou-se menos agudo, recentemente, com a expansão da rede federal, mas continuam a existir carências em virtude, inclusive, dos sistemas seletivos excludentes praticados tanto nas escolas de nível estadual quanto federal, que estabelecem "vestibulinhos" para inserção nessas instituições.

No Proeja, o problema da não expansão permanece, seja pela menor oferta de cursos, seja por resistências institucionais, inclusive no IFES, à sua implementação. No entanto, uma questão que merece estudos trata do paradoxo constituído de um lado pela defesa da política de expansão da oferta de ensino médio em diferentes modalidades, o que supõe a existência de demanda reprimida, e de outro pela diminuição progressiva das matrículas a partir de 2007, como indicado por Kuenzer, de modo a configurar crescimento negativo das matrículas, de 2000 a 2008, na proporção de -8,4%, segundo dados do Inep. A respeito dessas questões tratam as Estratégias 3.5, 3.6, 11.1, 11.2, 11.3 e a Meta 10, e as Estratégias 8.5, 10.2, 10.6, a Meta 11 e a Estratégia 10.10 para as quais também foram propostas emendas aditivas, modificativas ou supressivas.

As políticas que têm sido sugeridas para resolver esses problemas são auxílio, bolsa alimentação, vale transporte, no sentido de estimular a presença dos alunos. Propostas do Proeja, Proeja FIC para articulação com ensino médio e educação profissional, mudanças na legislação para favorecer o acesso da população excluída, Emenda Constitucional, e, no caso dos professores, propostas de valorização do magistério, aumento do piso salarial nacional, propostas de formação inicial e continuada. No entanto, o quadro disponível sugere que tais políticas não têm produzido resultados amplos, desejados, garantindo direitos, ainda que existam casos isolados que contribuíram para minorar os problemas.

Então, a expansão está às voltas com uma série de problemas que o PNE procurou definir e com o qual procurou trabalhar. No entanto, como vimos, há muita coisa a ser trabalhada.

A qualidade da educação, questão muito pouco referida no PL 8035, é um problema de maior magnitude diante da dificuldade para conceituá-lo, a não ser que por qualidade entenda-se os resultados expressivos sob a forma de índice de aprovação/reprovação nos exames nacionais que têm sido utilizados para avaliar alunos e instituições, que é o caso do Enem e do Ideb, bem como os índices alcançados pelas escolas no Ideb. A este respeito foram feitas também sugestões de supressão, de modificação e inclusão de emendas, principalmente com relação ao Enem e Ideb, onde se faz sugestões no sentido de que esses instrumentos sejam aprimorados no sentido de incluir outros elementos que não os aspectos apenas cognitivos, tendo em vista que a definição da qualidade do ensino tem a ver com todas essas condições de acesso restrito ou problemático que os alunos enfrentam.

Bom, na versão das atuais diretrizes curriculares elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, o conceito é diferente. Aí se trata da qualidade da educação entendida como social, promovida por movimentos de renovação pedagógica, movimentos sociais de profissionais, de grupos políticos, associados à mobilização pelo direito à educação, à exigência de participação e democratização comprometidas com a superação de desigualdades e injustiças. Nesse particular, queria chamar à atenção para outro fato que me parece bastante importante.

Há nos documentos e no próprio PNE menção à perspectiva da promoção de uma educação integrada, não somente em termos de níveis de educação fundamental, educação média, mas integrada em termos de proposição curricular. Uma forma de educação integrada que, para além de visar a formação do aluno do ponto de vista profissional e do ponto de vista mais geral, compreenda a formação de um indivíduo crítico. Esta formulação de educação integrada, do ensino médio integrado, de educação profissional integrada ao ensino médio e do Proeja é uma proposição extremamente interessante, mas extremamente complexa

que está ainda pouco praticada no País, mas que se apresenta como uma perspectiva curricular extremamente rica e extremamente interessante, que implica investimentos bastante fortes em termos não somente da compreensão do que seja essa proposição, mas da formação dos professores e da criação de condições objetivas, nas escolas, para que seja colocada em prática. Esta proposição é mencionada ao longo do PNE, mas é muito pouco discutida, muito pouco trabalhada. Há necessidade de mais investimento neste sentido.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada Prof. Celso João Ferretti, Pesquisador do Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, SP.

Nós passamos, agora, para as perguntas que os Senadores inscritos farão aos expositores deste debate que trata do ensino médio, nesta audiência pública solicitada pela Senadora Marisa Serrano, pela Marinor Brito, pelo Senador Cristovam Buarque e pelo Senador Paulo Paim.

Como a Senadora Marisa Serrano ainda se encontra em reunião, eu convido a Senadora Lídice da Mata para apresentar as suas indagações.

Diante do adiantado da hora e como ainda temos quer ler, nesta reunião da Comissão, o Relatório da Educação, eu solicito à Senadora Lídice para que fosse sucinta nas indagações.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senadora Ana Amélia e demais participantes da Mesa, eu quero saudar essa iniciativa das Senadoras Marinor e Marisa, e dizer da alegria de poder contar com todos esses importantes depoimentos nesta discussão, que se reveste de um caráter muito próprio, porque a discussão do ensino médio, desde o seu início – eu peguei ainda uma parte da intervenção da Profª Malvina –, ela buscou relacionar-se, e também o Dr. Maurício, sobre o que é o ensino médio, qual a sua filosofia, o que move o ensino médio no Brasil. E a idéia sempre é de que o ensino médio é uma travessia, rápida, que deve se fazer para se chegar até a universidade. Isso no que diz respeito àqueles que possuem um pouco mais, e para grande parte da população nesta idade no País, a idéia de que é, também, o caminho rápido para se chegar ao emprego; duas premissas falsas que diminuem a função do ensino médio e fazem com que ele se revista de uma atitude de pouca importância.

Quero aproveitar e saudar também a Profª Marta Campos, que nessa tentativa de dizer como atrair mais à escola... Antes mesmo dessa discussão, nós temos um grande desafio que é a evasão, que é a negação da escola do ensino médio. Lá na Bahia, inclusive, os colégios tradicionais, como o colégio público em que estudei, o Colégio Central, no centro da cidade, vêm revelando um número de matrículas cada vez menor, fazendo com que haja alguns do governo a chegarem a propor o fim da escola, e a transformação da escola em um equipamento dirigido a uma outra função, dado o esvaziamento do ensino médio no nosso Estado, o que reflete uma realidade nacional.

Então, eu pergunto: dentro desse imbróglio que é o ensino médio nacional público, que muitos até concluem que é um fracasso de experiência da educação pública, há uma luz no fim do túnel que nos dê esperança na eficiência da escola pública no ensino médio no Brasil? O PNE aponta para isso? Pelo que pude perceber, o PNE já aborda algumas dessas questões levantadas pelo Instituto Anísio Teixeira, que é a realidade social em que se encontra o aluno do ensino médio e, portanto, a necessidade de intervirmos não apenas na escola, mas em políticas sociais compensatórias que possam estimular o aluno na escola. Essas políticas estão devidamente contempladas no Plano Nacional de Educação, ou seja a inserção – o Prof. Celso, inclusive, fala de um diagnóstico superficial da realidade social da escola pública. Eu digo muito isso. Volto a dizer, não sou educadora, já disse em outra audiência pública, mas eu prefeita e, portanto, convivi com os desafios da escola pública no seu primórdio; considero que o nosso grande desafio ainda é um investimento essencial na alfabetização.

Pergunto-me se há o desafio, no PNE, voltado para o desafio da alfabetização, que continua no ensino médio. Bastam os dados. Os dados demonstram o nível de analfabetismo neste descompasso de idade em que o aluno chega ao ensino médio, e voltando para essa questão do ensino médio, especialmente, a minha pergunta está dirigida para isso. O diagnóstico que temos para o PNE nos tranqüiliza no sentido de adotarmos políticas públicas que realmente possam significar uma revolução no ensino médio brasileiro? Porque acho que nós precisamos de medidas de impacto para reverter a tendência atual que é de abandono da escola, simplesmente, que é o da não-escola no ensino médio. Então, não se trata apenas de discutir mais investimento na educação, mas de que forma nós estamos investindo no Plano Nacional de Educação e de que maneira, efetivamente, nós podemos atrair o aluno à escola. Até porque as medidas apenas de modernização tecnológica já foram identificadas como insuficientes para resolver essa questão. Não adianta apenas colocar os computadores na escola e o menino usar todas as ferramentas do computador e sair sem saber falar português, sem saber resolver uma equação matemática, sem saber se colocar até diante do mercado de trabalho com suas exigências.

Só para finalizar, Senadora Marisa, quando se exigiu o nível médio para se contratar gari, que é uma exigência em todas as capitais brasileiras, quando eu era prefeita, descobri no final da minha gestão, e fizemos uma ação administrativa, que uma boa parte dos garis da cidade tinha atestados falsos de ensino médio. Havia um descompasso entre a exigência e a tarefa, e a forma de fazer isso era comprar atestados falsificados. Então, não somente a medida de pedir a conclusão do ensino como uma exigência do mercado de trabalho. Ela não dá conta da necessidade de formação, não resolve por si só esta demanda, essa formação necessária para chegarmos a realizar os desafios de educar a juventude brasileira. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Marisa Serrano, e quero cumprimentá-la, bem como aos demais requerentes desta audiência pública.

Eu também não ouvi a Drª Malvina, que representa aqui o MEC, mas eu queria dirigir a ela a seguinte questão: O ensino médio é de responsabilidade dos Estados. No meu Estado, alguns Municípios na região metropolitana de Porto Alegre, como é o caso de São Leopoldo, cerca de 8 a 10 mil jovens em idade de estar no ensino médio, estão fora da escola porque não há vaga para essas crianças. Então, como resolver essa questão e como o MEC está resolvendo para dar o suporte num Estado que, financeiramente, como o meu, tem sérios problemas?

Da Profª Marta, que deu aqui uma aula de... Eu fiz o curso Normal, eu fui professora à moda antiga, mas eu criava coisas à época, e não havia computador; eu criava, inventava coisas; levava os meus alunos para conhecerem a prefeitura; falar com o prefeito; fazer uma interatividade. Isso há muito tempo, e não vou dizer há quanto tempo para não ficar muito velhinha. O fato é que eu queria saber da Senhora, com esse arsenal que a Senhora apresentou, essa dinâmica que hoje as modernas escolas utilizam, qual o percentual de escola do ensino médio tem essa dinâmica de ensino que é fundamental, inclusive, para evitar a evasão escolar? Porque o aluno não fica na escola por falta de, digamos assim, descompasso entre a forma como ele está sendo tratado ali e a realidade que ele vive, seja fora de casa, no divertimento etc. Então, qual o percentual de escolas públicas ou privadas que têm esse tipo de conceito? Então, são essas as questões que gostaria de saber.

E uma questão geral para os quatro. Eu tenho lido muito um jovem economista de 33 anos, Gustavo Ioschpe, que tem escrito muito sobre esse tema na revista *Veja*. E até junto com o *Jornal Nacional* andou percorrendo o Brasil mostrando que a excelência, a qualidade do aprendizado não está propriamente nos salários dos professores, mas no empenho da aplicação da didática de professores comprometidos com a gestão, seja o diretor da escola, seja o próprio professor. Isso faz a diferença.

Quero saber se esse tema realmente tem a ver com a qualidade do ensino e se essa argumentação está correta.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – É bom que se diga que a Senadora Ana Amélia vem lá dos Pampas, do Rio Grande do Sul, e a Senadora Lídice da Mata é da nossa querida Bahia. É um prazer estarmos aqui tendo essa visão de país.

Queria também fazer algumas considerações antes de conceder a palavra aos nossos convidados.

Para a Profª Marta: quanto à revolução tecnológica na metodologia, no projeto pedagógico da escola, só vamos chegar a essa revolução através da formação dos professores e da colocação de equipamentos nas escolas? Há alguma coisa que possamos fazer?

Ao Prof. Maurício: o Consed está satisfeito com o que está no PNE a respeito do ensino médio?

E à Profª Drª Malvina: o Inep é um instituto de estudo e pesquisas na educação; então, gostaria de perguntar se temos estudos feitos, no âmbito das pesquisas realizadas, que foram aproveitados quando da elaboração do PNE pelo MEC?

Eu gostaria de perguntar ao Prof. Celso: a formação dos professores é fundamental para que a gente possa ter uma mudança, uma melhoria da educação no ensino médio. Essa é uma das questões, talvez a mais importante, O senhor verifica que ela está contemplada no PNE de forma que possamos fazer essa revolução, essa mudança?

Eram essas as minhas perguntas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Pois não, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Uma última pergunta à Presidente do Instituto Anísio Teixeira em função das pesquisas. Eu gostaria de saber se há pesquisas sobre a localização das escolas de ensino médio em cada Município. Onde é que elas estão localizadas?

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Uma boa pergunta.

Senador Cyro, V. Exª quer fazer algum questionamento?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente, Senadora Marisa Serrano, inclusive peço

escusas, mas tenho acompanhado... Sabe V. Exª da minha preocupação e da minha dedicação à área do ensino. Infelizmente, contudo, tem havido coincidências de horário das reuniões das nossas comissões e nós tínhamos uma votação muito importante, razão por que não pude estar presente. Mas, municiado pelos Srs. Convidados com algumas questões já colocadas e debatidas, eu tenho numa indagação que eu já havia formulado antes e que não sei se foi bem discutida ou não.

Gostaria de dirigir uma indagação ao Dr. Maurício Holanda.

Tendo em vista o esforço significativo das autoridades do Governo no sentido de trazer mais qualidade para a escola pública de ensino médio, como forma de atrair o aluno, motivá-lo a se incluir nos estudos e evitar a significativa evasão escolar, que continua sendo uma grande preocupação, como garantir que todas as escolas, em todo o Brasil, tenham um mínimop de qualidade de infraestrutura?

Ainda mais: com o elemento humano, o professor, mal-remunerado, sobrecarregado, será que conseguiremos dar uma guinada de qualidade no ensino sem fazer o devido investimento no salário do professor, a fim de tornar o magistério uma profissão de fato atraente em todos os níveis de formação?

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senador Cyro.

Como todos os nossos convidados aqui perceberam, as Srªs e os Srs. Senadores estão preocupados com essa mudança efetiva que precisamos ter na educação brasileira, esse salto. Se a gente quer um País desenvolvido tecnologicamente, com indústrias fortes, pesada, que se diferencie na conjuntura internacional. Ocorre que, nós não temos, às vezes, mão de obra qualificada e as pessoas com conhecimento diferenciado para apostar nesse crescimento econômico. Portanto, essa é a preocupação que tenho ouvido muito dos nossos companheiros aqui.

Vou passara a palavra aos nossos convidados para que façam as suas considerações e, a seguir, faremos o encerramento desta manhã. Cada um terá cinco minutos para a sua intervenção.

Profª Malvina Tuttman.

A SRª MALVINA TÂNIA TUTTMAN – Primeiramente, quero agradecer a possibilidade de, com as questões feitas, de refletir. Muitas vezes não temos respostas – e, às vezes, é bom que não tenhamos respostas imediatas –, mas que possamos aproveitar todas as contribuições no sentido de incorporar as reflexões para, no momento oportuno, partirmos para a tomada de decisão mais adequada para as questões que estamos discutindo.

Gostei muito de ouvi-la, Senadora Lídice da Mata. Também considero que essa questão do trabalho e do ensino superior não é somente este o compromisso do ensino médio; ele tem muito mais a fazer. Isso é uma conseqüência, mas não uma missão do ensino médio.

Não considero um fracasso a questão da escola; considero, sim, que temos de fazer um redesenho, mas existem muitas experiências exitosas em todos os níveis de ensino. Mas, particularmente em relação ao ensino médio, precisamos, sim, fazer isso, até para incentivar tantos outros e divulgar essas experiências.

Considero que as políticas compensatórias estão, de certa forma, incluídas no PNE, mas nós precisamos, no PNE, mais do que políticas compensatórias, Estas são, no meu entendimento, momentâneas, ainda que importantes. Nós temos que, acompanhando essas políticas compensatórias, apresentar possibilidades de inclusão de todos aqueles – e aí concordo com o Prof. Celso – que devem estar na escola independentemente da idade que tenham. Mas, em determinados momento, há a necessidade de algumas políticas, e eu acredito que isso está no PNE. Mas há necessidade de aprofundar o PNE sim. O PNE aponta, faz um diagnóstico importante, mas não completa esse diagnóstico. O nosso País é complexo, e muitas questões precisam ainda ser postas, e o enfrentamento é importante.

O Inep tem contribuído para as pesquisas não só governamentais, mas para as políticas, por exemplo, do Cedes, para o pensamento e para a reflexão do CEDES, da Anfope, da Anped, enfim de todas as entidades que trabalham com a questão da educação, E o Inep tem, sim, estudos importantes que são colocados à disposição de todos aqueles que queiram refletir sobre a questão educacional.

Muitas vezes nós nos prendemos a alguns conceitos que a própria mídia coloca, como algumas ações só. E, como falei – acho que a senhora já estava presente –, o Inep não se resume a apenas uma avaliação, a avaliação talvez mais conhecida e polêmica nacional, mas é um instituto sério de estudos e pesquisas com levantamento de dados e tratamento estatístico, que fazem frente, nacional e internacionalmente, a estudo que se aproximam da missão do nosso Inep.

Acredito que há luz no fim do túnel, como a Srª Senadora acredita, senão eu não seria professora e a senhora não teria sido prefeita e Senadora da nossa República. Então, sem dúvida alguma, há luz no final do túnel se nós trabalharmos em conjunto e não cruzarmos os braços esperando que alguém faça. Temos que fazer, temos que fazer cada um dentro da sua dimensão, dentro da sua responsabilidade.

Com isso, acredito que tenha respondido, de uma forma geral, também à Senadora Ana Amélia. Acredito

que sim... Desculpe! Não respondi. Responsabilidade do Estado. A pergunta é sobre o ensino médio e o que o MEC está fazendo nesse sentido.

O MEC está ampliando as vagas as oportunidades de ensino; uma dessas oportunidades é um programa importantíssimo lançado há pouco pela Presidenta da República, que é o Pronatec. Não tenho tempo de me aprofundar por conta dos meus cinco minutos, que generosamente a Senadora está permitindo sejam alongados por mais alguns segundos, mas o MEC está voltado para a qualificação dos professores a partir de metodologias importantes como educação a distância, a formação de professores... A Capes, uma grande representação do nosso País em termos de pós-graduação, com bolsas para os nossos professores cursarem mestrado e doutorado no nosso País. Então, isso está sendo feito.

Agora, é preciso um comprometimento do sistema, e, quando falo do sistema, falo do Governo em todos os seus escalões, os Entes federados que envolvem o Estado. Há necessidade de o Estado se comprometer, e temos exemplos importantes de Estados e Municípios que têm se comprometido com a educação. O Consed pode dizer isso e a Undime também. E o comprometimento de muitas escolas, que são o reflexo, Senadora, de que há esperança, porque há muitos profissionais e parlamentares voltados para essa séria questão do nosso País. Juntos nós já estamos avançando e avançaremos mais.

Todavia, o PNE precisa, sim, sofrer algumas adequações, e é o momento de fazê-las. É preciso colocar a mesa em pé. O PNE coloca essa mesa em pé para que possamos virá-la e redesenhá-la do formato que nós então considerarmos o mais adequado para os próximos dez anos na área da educação do nosso País.

Quero agradecer, Senadora Marisa Serrano, a grande oportunidade que eu, como profissional da educação e, neste momento, Presidente do Inep, tenho de estar compartilhando dessas reflexões.

Um bom dia a todos!

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigado, Profª Malvina Tuttman.

Há algo para o que precisamos estar atentas, Senadora Ana Amélia, relativamente ao PNE: justamente quando se coloca o limite de 7% do PIB para o financiamento da educação, mas, em nenhum momento, é dito. desses R$65 bilhões mais ou menos que serão aumentados, quem é que fica com quanto do bolo. Se ficar só com a União, os Estados não terão recursos suficientes para poder implementar essas mudanças efetivas no ensino médio que nós queremos.

Prof. Maurício Holanda, com a palavra.

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA – Eu começo respondendo também essa relevante pergunta da Senadora Lídice, sobre se há luz. Eu digo há luz e há força. A força, creio, está na capacidade e na possibilidade de protagonismo dos estudantes – protagonismo acadêmico, inclusive utilizando tecnologias; e protagonismo social. Um protagonismo que advém do fato de nossos jovens serem de uma geração mais responsável por este País. Eles, que são, às vezes, descritos como problema, que passem a ser a solução.

E há luz porque eu acho que o professor tem um lugar nesse processo. Mesmo deixando que os jovens, com essa facilidade de uso de novas tecnologias, assumam um protagonismo, ele será o guia; o professor será o filtro, o organizador de um processo de aprendizagem assim mais flexível, mais dinâmico.

Eu vejo que a gente pode ter ainda mais luz se a gente conseguir concertar, com "c", alguns acordos importantes entre Executivo e gestores públicos, professores, sobretudo, mediados por todo o sistema de legislação, de Conselho Nacional, de MEC e de normas. E esses acordos estão em duas direções – a Drª Malvina já apontou aqui – no sentido de que cada um assuma o seu pedaço de responsabilidade, que cada um reconheça o que há de procedente e de relevante na demanda e nas limitações dos outros. A gente, em suma, tem de deixar esse jogo de apontar o dedo para dizer que o outro é o responsável, para que a gente se olhe e se veja como responsáveis por isso, pela construção de uma solução mais sistêmica e mais sustentável para os nossos desafios.

E, nesse sentido, já respondo um pouco a pergunta da Senadora Ana Amélia a respeito da argumentação do Gustavo Ioschpe. A meu ver, a gente realmente precisa encontrar um ponto de equilíbrio nessa discussão, porque nem é assim, pelo menos não compartilho de um discurso que, às vezes, passa que, primeiro, é preciso aumentar significativamente a remuneração para que, depois, as coisas possam melhorar. Não podemos ficar nessa armadilha. E é verdade, sim, que é possível, só com uma intensificação do cuidado e da responsabilidade, melhorar significativamente os níveis que nós temos. Mas os níveis que nós temos são muito baixos e são expressão de um tempo de insuficiências e de descasos, que, sim, podem ser recuperados, mas, para fazer mesmo bem, vai ter, sim, que remunerar melhor e valorizar os nossos professores. Mas tem que também conseguir restabelecer, nas escolas e nas salas de aulas, processos de ordem e de convivência respeitosa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Disciplina.

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA – Sim; também disciplina. Nós temos de ser discípulos. Porque

é muito difícil para um professor transmitir seu conhecimento numa sala de aula em que sequer se consegue silêncio ou em situações de convivência em que alunos se sentem ameaçados, desrespeitados uns pelos outros, e em que professores se sentem assim em relação aos alunos.

Então, a gente precisa repactuar isso. E, nessa repactuação, inclusive contar com os nossos jovens.

Bom; quanto à qualidade do nosso parque escolar e a qualidade dos seus prédios, não tenho a menor dúvida de que devemos continuar com um esforço de investimento nessa requalificação e nessa ampliação. Agora, não podemos deixar de fazer menção a que a última década registra grandes melhoras. E a gente precisa entender isso, ou seja, que estamos em um processo de construção. Não se trata do resgate apenas, mas da construção da educação pública de qualidade, que nunca tivemos. Nós tínhamos escolas de excelência, uma em cada Estado, mas educação pública de qualidade para todos nós vamos construir agora.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Se o senhor me permitir, gostaria de aduzir que, se não mudarmos a mentalidade do respeito, como o senhor disse, ao longo do tempo a nossa infraestrutura será dilapidada, pelo vandalismo que está imperando. A falta de consciência dos alunos e a intimidação aos professores, ao magistério têm causado uma necessidade de constante renovação, e o País não dá conta realmente disso.

Então, acho que há de haver uma reformulação de base nesse sistema, porque, do contrário, nós nunca teremos uma infraestrutura de acordo. È impressionante, quando a gente viaja um pouquinho, vermos que escolas e salas de aula são mantidas durante dez, quinze anos intactas, enquanto as nossas são dilapidadas. Ou seja, nós temos um patrimônio que não é zelado apenas por negligência do Poder Público, mas, sim, por uma falta de consciência e de uma educação básica em casa.

O SR. MAURÍCIO HOLANDA MAIA – Sim.

Senadora, se a senhora me permite, quero dizer que realmente reconheço essa situação, a problemática dela, mas reafirmo a esperança, porque posso lhes relatar a experiência de uma rede de escolas recém-criada no Ceará, uma rede de educação profissional em tempo integral, ensino médio integrado, onde é muito bonito ver a escola conservada mesmo depois de três anos de ocupação. Isso se verifica porque foi feito um compromisso de convivência com os alunos, e eles são os principais guardiões do compromisso feito.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada. É uma questão da gestão também. Estamos brigando muito no sentido de que bons diretores nas escolas dão o tom diferenciado daquilo que nós precisamos.

Profª Marta, com a palavra.

A SRª MARTA DE CAMPOS MAIA – Durante a minha exposição eu não citei a vocês a educação a distância. Com a Profª Malvina tocou neste ponto, então, vou dar a minha resposta um pouco para todos falando sobre educação a distância e a possibilidade novamente da aplicação da tecnologia na educação.

A educação é o mais importante, é o fundamental. Eu acho que não quis dizer que a tecnologia é uma panaceia e que ela veio para corrigir todos e quaisquer problemas. Longe disso! Não é isso! Continuo dizendo que a infraestrutura é necessária, que o investimento nas salas de aula, na capacitação dos professores é fundamental, que a reciclagem e a capacitação até didática desses professores para atrair e reter esses alunos é fundamental e, dessa forma, tentar diminuir o problema da evasão.

Agora, tratando especificamente do problema da evasão, como a Senadora Lídice da Mata citou logo no início, pondero: até que ponto a evasão está ocorrendo por um desagrado, por um desalinho do projeto ao que o aluno está recebendo em sala de aula? O que será que está fazendo com que esse jovem não vá mais ao ensino médio?

Então, eu vou trazer dados do Inep que falam sobre educação a distância e o crescimento exponencial dessa modalidade de ensino no Brasil. Se considerarmos os último sete anos, comparando o ingresso em cursos de graduação, portanto de alunos que já terminaram o ensino médio, temos que a média de aumento nos cursos presenciais tem sido de 3,5% a 3,8% ao ano, ao passo que, na modalidade a distância, esse aumento é de 100% ao ano. Assim, basta colocar isso em uma reta e estabelecer uma curva de regressão até 2014 e nós teremos mais alunos em cursos de graduação a distância no Brasil, ingressantes, que nos cursos presenciais.

Então, quando lanço isso em uma palestra, pergunto à platéia: o que isso significa? O aluno a distância vai optar mais por essa modalidade do que pela presencial. Onde está o problema? E esse mesmo problema você pode refletir sobre o ensino médio. Será que com inovação, com uma tendência de mudança... A evasão, por exemplo, na educação a distância é muito menor do que no ensino presencial. Segundo o censo da Associação Brasileira de Educação a Distância, a evasão é de 18,5%. Por que a evasão é menor Senador?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – (*Intervenção fora do microfone.*) Ele tem uma liberdade muito maior...

A SRª MARTA DE CAMPOS MAIA – A flexibilidade de estudar onde ele quiser, no momento em que ele quiser; a não necessidade de locomoção a um ponto e, mais ainda, esse aluno passa a ser – é um aspecto bastante importante, o autodidatismo – o gestor do seu aprendizado, Eu aprendo aquilo que eu quero na profundidade que eu quero. E isso dá o controle ao aluno, o que ele não tem no ensino presencial, onde ele pode estar presente na sala de aula, mas, como disse o Prof. Maurício, não respeita aquele professor, não está interessado no que está sendo transmitido. Na educação a distância, não. Ele vai ser tratado em um outro patamar.

Quem sabe não seja essa a outra opção para o crescimento, para a universalização do acesso ao ensino médio em todo o Pais, talvez através da educação a distância. Eu nem tratei da educação a distância antes porque, hoje em dia, é um termo até que a gente não deve utilizar; é educação da mesma forma, só que o aluno está a distância, Mas é educação na distância.

O que a gente quer dizer é que as tecnologias existem para a comunicação. Se elas existem para a comunicação e a educação basicamente é comunicação, então posso utilizá-las a meu favor.

O SR. CYRO MIRANDA (bloco/PSDB – GO) – Isso também tem a ver com a opção dele. Ele é um voluntário nessa história; não é obrigado, determinado...

A SRª MARTA DE CAMPOS MAIA – Exatamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Este é o grande peso: a consciência está influindo nisso. Ele é consciente daquilo que quer.

A SRª MARTA DE CAMPOS MAIA – Ele não é forçado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É, não é forçado.

A SRª MARTA DE CAMPOS MAIA – É a diferença da motivação intrínseca e extrínseca. É isso.

Bom, agradeço muito pela oportunidade de falar a todos. Foi uma grande honra, de fato, professora. Agradeço muito pelo convite.

Quanto à professora, Senadora Ana Amélia... Desculpe, mas professor tem mania de chamar todo professor de professor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sinto-me muito honrada!

A SRª MARTA DE CAMPOS MAIA – Esse número – a senhora acabou de me gerar uma enorme ideia para fazer uma grande pesquisa – não existe no Brasil; ninguém tem. Quantas escolas utilizam. Não existe nem no ensino superior, nem no ensino médio. Eu acho que está havendo uma grande virada, está havendo uma conscientização, e vai ocorrer aos poucos. Acredito nisso de fato. A tendência é essa melhora, essa incorporação na educação, mas o número exato para lhe fornecer eu não tenho, infelizmente. Terei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aí é a curiosidade jornalística.

A SRª MARTA DE CAMPOS MAIA – É, eu terei em breve.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Gostaria de receber também. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Concedo a palavra ao Sr. Celso João Ferreti, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que, logo após esta reunião, rapidamente, vamos fazer uma extraordinária sobre as emendas ao Orçamento.

Professor João.

O SR. CELSO JOÃO FERRETTI – Bom, eu queria ver se consigo responder às suas questões, Senadora Lídice e às questões da Senadora Ana Amélia.

Quanto à luz no fim do túnel, eu acho que há, mas é bruxuleante. Por que eu digo que há? Porque, entre a formulação do PNE 2000/2010 e a formulação do PNE 2011/2020, há uma enorme diferença. Nessa proposição do PNE atual, há intensa participação social. A Conae é um exemplo disso, e a Conae mobilizou vários campos de atuação profissionais, educacionais, etc., no sentido de oferecer contribuições para isso.

Portanto, a discussão que se faz em torno disso – esta audiência pública hoje é um exemplo disso – é muito mais socializada, muito mais democratizada. Faz-se necessário que o PNE incorpore isso e, do ponto de vista do que a Conae produziu, não incorporou muitas das coisas, inclusive indicadores e dados estatísticos que poderiam ter sido aproveitados para uma formulação mais clara, um diagnóstico que poderia ser mais bem utilizado na proposição do PNE.

O uso precário dessas informações, ou o não uso, vai dificultar a produção de indicadores e dificultar processos de acompanhamento da implementação do PNE.

Se existem políticas no PNE? Existem. Eu comecei minha exposição dizendo que as proposições feitas pelo Cedis a partir do seminário que foi desenvolvido na Unicamp mostrou que o PNE avançou políticas e tem proposições de políticas. No entanto, parece-nos que elas precisam ainda ser extremamente melhoradas e articuladas em torno de um sistema nacional de educação que implique corresponsabilidades e compromissos entre os entes federados.

A Professora Ana Amélia trouxe aqui um exemplo de como a ausência de um sistema nacional de educação que implique compartilhamento entre os entes federados pode ser extremamente prejudicial. Em São Paulo, por exemplo, nós temos casos de prefeituras que, instadas a oferecer educação em determinado nível,

responsabilizadas por isso e não tendo condições de fazê-lo, contratam empresas que fornecem apostilas e praticamente fornecem o sistema municipal de educação, pago, o que é terrível. Então, acho que há muita coisa a ser melhorada nesse sentido.

Com relação à questão levantada pela Senadora Ana Amélia, eu discordo plenamente – desculpe – da proposição do Gustavo Ioschpe. Eu acho que o problema da qualidade da educação tem a ver com a qualidade dos professores, e a qualidade dos professores tem a ver não só com os salários, mas com as condições de trabalho sob as quais eles atuam. É preciso haver escolas bem equipadas, condições objetivas de trabalho, salários, que o professor esteja trabalhando numa única escola; não, como ocorre em São Paulo, para suprir o seu salário, trabalhando em duas, três ou quatro escolas, e quando chega ao curso noturno para oferecer o ensino médio no curso noturno está no bagaço.

Então, o problema não é do compromisso do professor. Isso é um julgamento moral. Parece que esse professor relapso, é desinteressado, não tem compromisso algum com os alunos, quando, na verdade, vemos muitos professores sofrendo horrivelmente com aquilo que conseguem fazer e que sabem que é precário.

Então, eu discordo da formulação do Ioschpe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa questão moral, só para completar, o senhor que é da área da universidade, nós temos também algumas áreas profissionais da área pública de pessoas que são contratadas, recebem seu dinheiro, não comparecem ao trabalho e deixam as pessoas sem assistência médica.

O SR. CELSO JOSÃO FERRETTI – Ah, sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, a questão moral está no setor e tem de ser vista de uma forma geral também sob esse aspecto.

O SR. CELSO JOSÃO FERRETTI – Claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aí, nesse aspecto, a pessoa não comparece, ou apresenta um atestado às vezes não real. Então, sobre isso...

Claro que não podemos cair nem no excessivo liberalismo nem no excessivo paternalismo, não é, professor?

O SR. CELSO JOSÃO FERRETTI – Com relação é isso, é interessante. Há estudos feitos relativamente à intensificação do trabalho docente e doenças que mostram que inclusive vários dos professores vão à busca de certificados falsos de licença porque não aguentam, não conseguem mais enfrentar a sala de aula, porque eles mesmos não conseguem enfrentar-se com sua atividade profissional.

Com relação à formação dos professores, ela está, sim, contemplada no PNE, mas tem em vista a produção de mudanças necessárias. Há uma série de proposições nesse sentido em termos da valorização dos professores, e, nesse particular, queria reforçar duas sugestões que estão presentes nas emendas. Uma é a proposição de formação de professores para a educação profissional. Por incrível que pareça, os professores da educação profissional hoje são profissionais das suas áreas respectivas – advogados, engenheiros, biólogos, etc. – que não têm formação como professores e que vão oferecer o seu trabalho no ensino médio profissional. Ou seja, há necessidade de uma política de formação para o professor da educação profissional, especificamente visando a esse tipo de formação.

E, por outro lado, gostaria de reafirmar que, no meu entender, diferentemente um pouco da Srª Marta, defendo fortemente a ideia de que a formação, principalmente a inicial, de professores, seja presencial. Acho que a formação presencial tem um dado muito diferente, porque aqui há toda uma discussão, há embates, há reflexões que se fazem na sala de aula que não necessariamente ocorrem do ponto de vista da formação a distância.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe eu me intrometer, mas eu penso que não é uma coisa excludente...

O SR. CELSO JOSÃO FERRETI – Não, não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não é a salvação. O ensino a distância para o preparo é uma alternativa para onde existem as dificuldades de acesso

O SR. CELSO JOÃO FERRETTI – Não somente isso, também pode funcionar para a formação continuada e para a formação em serviço. Mas o problema é que, na discussão sobre formação de professores, está sendo constituída a ideia de que, se não existem professores ou se estão sendo mal preparados, vamos resolver isso por meio da educação a distância. Acho que isso implica uma solução mais aprofundada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Solução simplista essa.

O SR. CELSO JOÃO FERRETTI – Exatamente. De qualquer forma, muito obriga pela audiência. Espero ter contribuído.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano – Bloco/PSDB – MS) – Obrigada Professor. Talvez tenha faltado aí, a respeito do primeiro PNE, um diagnóstico melhor. Foram oito anos do governo Lula e dois anos do governo Fernando Henrique. Então, foram dez anos e não tivemos esse diagnóstico para balizar o segundo PNE.

Agradeço ao Professor Celso a entrega das emendas ao Projeto nº 8035, que é o do PNE. Peço à nossa Secretaria que tire uma cópia para cada um dos Parlamentares aqui presentes, porque é importante

que possamos ter uma visão da academia a respeito. Falando em academia, lembro que na próxima quarta-feira a nossa reunião acerca do PNE, sexta audiência pública, será sobre o ensino superior e pós-graduação. Portanto, esperamos todos aqui para continuar nossa discussão rápida, como disse a nossa Professora Malvina, já que isso valeria horas de discussão, valeria o seminário inteiro, mas, para nós, aqui, já foi uma luz em relação ao que precisamos fazer.

Quero agradecer a presença da Professora Malvina, do Professor Maurício, da Professora Marta, do Professor Celso. Agradeço a presença dos Srs. Senadores que estiveram aqui conosco e de toda a comunidade aqui presente. Vamos continuar discutindo ensino médio, que é realmente o gargalo da educação ou um dos maiores gargalos da educação nacional. Muito obrigada.

São três minutos para a próxima reunião. *(Palmas.) (Pausa.)*

(Levanta-se a reunião às 12horas e 46minutos)

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2011 EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2012

Às doze horas e cinquenta minutos do dia oito de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano**, **Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Valadares, Sérgio Petecão e Demóstenes Torres, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Cristovam Buarque, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A seguir, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2012. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, passa a palavra à Senadora Ana Amélia, relatora das Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2012, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao **texto do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias: Emenda nº 01 – Anexo IV – Inciso I – Item 63 – LDO 2012:** "Inclua-se na seção II do anexo IV ao Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias – PLDO 2012, o seguinte item: 1.4 ações do Programa Nacional da Educação – PNE na área da Educação", apresentada pelos Senadores Cyro Miranda e Lídice da Mata. **Emenda nº 02 – Anexo IV – Inciso I – Item 63 – LDO 2012:** "64. despesas com a expansão da educação profissional", apresentada pelo Senador Paulo Paim. **Emenda nº 03 – Anexo IV – Inciso I – Item 63 – LDO 2012:** "Previsão de Parte 2 no Anexo IV, para incluir despesas ressalvadas que não constituam obrigações constitucionais e legais. Dentre elas, configurar-se-ia: '1. Concessão de bolsas de estudo e de pesquisa concedidas pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES", apresentada pelo Senador Vital do Rêgo. **Emenda nº 04 – Anexo IV – Inciso I – Item 63 – LDO 2012:** "Inclua-se na seção II do anexo IV ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2012, o seguinte item: 1.5 Ações relativas ao Fundo Nacional de Cultura", apresentada pelos Senadores Cyro Miranda e Lídice da Mata. **Emenda nº 05 – Anexo IV – Inciso I – Item 63 – LDO 2012:** "Inclua-se na seção II do anexo IV ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2012, o seguinte item: 1.4 ações ao Programa Esporte e Lazer da Cidade", apresentada pelos Senadores Cyro Miranda e Lídice da Mata. **Emenda nº 06 – Anexo IV – Inciso I – Item 63 – LDO 2012:** "Incluir Parte 2 no Anexo IV, versando sobre despesas ressalvadas de limitação de empenho, que não decorram de obrigação constitucional ou legal: '1. Concessão de Bolsa-Atleta (Lei nº 10.891/2004)'", apresentada pelo Senador Vital do Rêgo. **Emenda nº 07 – Corpo da Lei – Artigo 48 – Inciso II – LDO 2012:** "III – das ações que compõem o Plano Nacional de Educação – PNE para garantir em 2012 recursos superiores, no mínimo, a 0,1% do PIB em relação ao empenhado no ano anterior", apresentada pela Senadora Ana Rita. **Emenda nº 08 – Corpo da Lei – Artigo 4 – LDO 2012:** "Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações

relativas ao PAC, à erradicação do analfabetismo e à superação da extrema pobreza, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa", apresentada pelo Senador Cristovam Buarque. **Emenda nº 09 – Corpo da Lei – Artigo 78 – Parágrafo 8 – LDO 2012:** "Parágrafo. O Anexo de que trata o caput desta lei reservará os recursos necessários a elevação do Piso Salarial Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica", apresentada pelo Senador Cristovam Buarque. **Emenda nº 10 – Corpo da Lei – Artigo 86 – Parágrafo 5 – Inciso IV – LDO 2012:** "IV – considerar, como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que desenvolverem projetos de responsabilidade sócio-ambiental, cultural, e políticas de participação dos trabalhadores nos lucros; e", apresentada pelo Senador Inácio Arruda. Logo após, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e um minuto, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. **SENADORA MARISA SERRANO, Vice-Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª reunião extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, destinada a discutir e votar as emendas da Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

Submeto à apreciação do Plenário dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.*(Aprovada)*

Emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2012.

A discussão e votação das emendas da Comissão a essa lei têm relatoria da Senadora Ana Amélia, a quem eu passo a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Srª Presidente, eu preparei este relatório, gostaria de lê-lo e informar antecipadamente que tive o cuidado de aproveitar todas as colaborações que me foram encaminhadas no prazo regimental.

Mantive como estava a emenda do Senador Cristovam Buarque, porque, como "leiga" nesta matéria, entendi que, apesar de obter um avanço maior em discussão de competência quando se trata de federalização do ensino básico e independentemente desse detalhe relevante do ponto de vista da constitucionalidade, preferi aproveitá-lo, dada a condição de S. Exª como especialista, tendo sido Governador do Distrito Federal, Ministro da Educação e um homem público dedicado e voltado à sua atividade com foco na educação.

Então, em homenagem também a esse currículo que tem o Senador Cristovam, que por nós todos é festejado, eu fiz o aproveitamento dessa emenda do Senador, assim como das dos demais Senadores, como poderão ver neste meu relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes, foram apresentadas 14 propostas de emenda ao texto do Projeto de Lei nº 02, de 2011, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária do ano que vem.

O parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não prevê emendas ao anexo de metas e prioridades.

Quanto à quantidade de emendas de texto que cada comissão temática pode apresentar, o referido parecer não estabelece número máximo, impondo apenas que as emendas guardem pertinência com as competências da Comissão. Tais emendas devem ser acompanhadas da ata da reunião que as definir.

Apresentamos um resumo das propostas de emendas apresentadas pelos membros desta Comissão.

Nove propostas que visam incluir os seguintes itens ao Anexo IV, despesas que não serão objeto de limitação de empenho:

a) ações do Programa Nacional de Educação – PNE na área da educação. A proposta de fls. 5 abrange a de fls. 5, do Senador Cyro Miranda, e 6, da Senadora Lídice da Mata;

b) despesas com expansão da educação profissional, fls. 7, do Senador Paulo Paim;

c) concessão de bolsas de estudo e de pesquisa concedidas pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, fls. 12, do Senador Vital do Rêgo;

d) ações relativas ao Fundo Nacional de Cultura, a proposta de fls. 14, abrange as de fls. 14, do Senador Cyro Miranda, e 16, da Senadora Lídice da Mata;

e) ações relativas ao Programa Esporte e Lazer da cidade, a proposta de fls. 18, abrange a de fls. 19, 18 do Senador Cyro Miranda e 19, da Senadora Lídice da Mata;

f) concessão de Bolsa Atleta, fls. 20, do Senador Vital do Rêgo.

1) Uma proposta que visa incluir o inciso III do art. 48 do projeto, de modo que a Lei Orçamentária inclua recursos necessários ao atendimento das ações que compõem o Plano Nacional de Educação – PNE para garantir em 2012 recursos superiores no mínimo a 0,1% do PIB em relação ao empenhado no ano anterior, fls 8, da Senadora Ana Rita.

2) Duas propostas que visam alterar o art. 4º do projeto para incluir dentre as prioridades da administração federal – e aqui estão as emendas do Senador Cristovam Buarque:

a) a erradicação do analfabetismo, fls. 9, do Senador Cristovam Buarque e

b) a federalização da educação, do Senador Cristovam Buarque, também nesse nível.

Uma proposta que visa incluir o § 9º do art. 78 do projeto, de modo que o anexo específico da Lei Orçamentária relativo à autorização de despesa com pessoal reserve recursos necessários à elevação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica – fls. 10, do Senador Cristovam Buarque.

Uma proposta que visa a alterar o art. 86, §5º, IV, do projeto, a fim de estabelecer como prioritárias para a concessão de empréstimos ou financiamentos as empresas que desenvolverem projetos de responsabilidade socioambiental e cultural e políticas de participação dos trabalhadores nos lucros – fls. 15, do Senador Inácio Arruda.

Como se observa, as 14 propostas de emenda implicam a necessidade de se incluir ou modificar 11 dispositivos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esclarecemos que três propostas de emendas apresentadas pelos Senadores Cyro Miranda e Lídice da Mata têm idêntico teor e foram, por isso, por mim aglutinadas. (fls. 5 e 6, 14 e 16, 18 e 19.)

O meu voto, diante do exposto, é no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação de todas as propostas de emendas apresentadas por seus membros na forma de 11 emendas de texto ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012.

Era esse o meu relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Eu gostaria de fazer um questionamento à Relatora. Tenho uma dificuldade já histórica nesta Casa com o Senador Cristovam a respeito da federalização da educação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RR) – Eu não sabia, mas também tive.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Esta é uma questão que tem que ser colocada: o que significa federalização da educação? Porque, se colocar apenas federalização da educação, nós podemos nos colocar em uma saia justa. Não conversamos com os governadores a respeito, não sei o que os governadores pensam a respeito, não sei o que os prefeitos pensam a respeito. Essa tem que ser uma discussão nacional. Não acredito que a gente possa colocar um item como esse sem uma ampla discussão nacional, porque vai envolver todos os entes federados e não dá para a gente atropelar prefeitos – a Senadora Lídice, que foi prefeita, sabe disso –, Municípios, Estados, outros entes federados não discutindo a questão da federalização da educação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RR) – Eu concordo plenamente, tanto que chamei a atenção para essas minhas dúvidas, até do ponto de vista constitucional, porque, enquanto não houver uma redefinição do tal pacto federativo, as competências já estão definidas nessas matérias e não poderia, como propõe o Senador Cristovam, fazer um concurso público para que todos os professores de creches pudessem ser executados num concurso público federal, e não pode também a União repassar recursos para o Município assim, sem que haja alteração na Constituição.

Então, mantive, em função exatamente disso que V. Exª está propondo, de um debate muito amplo sobre isso, mas para forçar a questão federativa no País, porque, hoje, do jeito que está, não é possível que a União fique com 60% dos recursos arrecadados, os Estados com pouco mais de 20%, e o Município, o primo pobre da federação, tendo que responder, no caso de saúde pública e de educação, por encargos e competências maiores do que aquelas que os Estados não cumprem em relação à legislação, e deles é exigido lei de responsabilidade fiscal e aplicação desses recursos.

No caso de saúde e da educação também, Senadora Marisa Serrano, a senhora conhece bem a matéria, a média de gastos das prefeituras –deveriam gastar 15%, mas o gasto é superior a 23%, e algumas chegam até a 35%, como no meu Estado, em função da ausência e de que os Estados não aplicam os valores e os percentuais devidos de sua receita líquida nessas demandas que são de direito do cidadão, mas que, pela impossibilidade financeira, essas unidades da federação não fazem.

Por isso, também tive essas dúvidas, mas acolhi em função do conhecimento que tenho do Senador na área da educação.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Quero deixar aqui... Essa é a minha

questão. Eu votaria contra essa inclusão. Essa é uma questão que tem que ser discutida, justamente porque não temos um pacto federativo, justamente porque há uma defasagem incrível, cada vez mais, entre o que tem a União e o que têm os Estados e Municípios. Então, acredito que isso precisaria ser discutido. Trata-se de um tema importante, já disse isso ao Senador Cristovam, mas tem que ser debatido, não pode ser colocado assim.

Gostaria de propor a retirada desse item.

Senadora Lídice. *(Pausa)*

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito. Tanto que foi, como se diz, um consenso, porque, quando fiz a absorção da emenda, foi exatamente com todas essas dúvidas quando, ontem à noite, examinamos essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Então, como há um consenso, fica retirado esse item que trata da federalização da educação, como item a ser colocado na LDO.

Em votação o relatório da Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Por unanimidade, como todos se mantêm da mesma forma, foi aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, com a supressão desse item, também por unanimidade.

Quero agradecer a presença de todos, informando que, agora à tarde, às 18h30, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, no Senado Federal, vai ser lançado um livro, junto com a CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, sobre os Anais do Seminário Internacional de Educação e Meio Ambiente, que foi realizado com o aval desta Comissão no ano passado e era Presidente a Senadora Fátima Cleide. Foi um seminário interessantíssimo, discutindo meio ambiente e educação. Foi muito interessante e o resultado disso será lançado hoje, às 18h30, na Biblioteca, com coquetel a todos.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13horas e 1minuto)

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia quatorze de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Delcídio do Amaral, Marta Suplicy, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, Ciro Nogeira, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Magno Malta, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Marisa Serrano, Marinor Brito. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 002: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria da Senadora Ana Amélia ao **Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Rebecca Garcia, que "Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Neilton Mulim, que "Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente". O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o parecer favorável, com a Emenda nº 01-CE, é aprovado. **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Elismar Prado, que "Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências". A relatora designada é a Senadora Marta Suplicy e o parecer pela prejudicialidade é aprovado. **Item 009: Aviso nº 33, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, que "Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 816, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente à Auditoria Operacional no Programa Universidade Para Todos – PROUNI e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (TC013.493/2008-4)". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela e o parecer pelo arquivamento é aprovado. **Item 012: Projeto de Lei da Câ-**

mara nº 101, de 2010, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Moreira Mendes, que "Denomina Rodovia Chiquilito Erse o trecho da rodovia BR-364 entre a cidade de Candeias do Jamari até o Campus da Universidade Federal de Rondônia, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 13 (treze) votos. **Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que "Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona". O relator designado é o Senador José Agripino e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Dr. Talmir, que "Inscreve o nome de Heitor Villa-Lobos no Livro dos Heróis da Pátria". O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por 13 (treze) votos. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gim Argello, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Institui 2010 como 'Ano Nacional do Centenário da Revolta da Chibata'". O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e a declaração de prejudicialidade do projeto (nos termos do art. 334 do RISF) é aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Marcelo Ortiz, que "Confere ao Município de Ilhabela, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Vela". O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Petecão e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que "Denomina Rodovia General Adalberto Pereira dos Santos o trecho da rodovia BR-158 entre as cidades de Santa Maria e Rosário do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Edinho Bez, que "Denomina Rodovia Abel Dal Pont o trecho rodoviário da BR-285, entre as cidades de Timbé do Sul, no Estado de Santa Catarina, e São José dos Ausentes, no Estado do Rio Grande do Sul". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas n.º 01-CE e 02-CE, aprovadas por 13 (treze) votos. Neste momento, o Senhor Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta, Item 001)**. **Item 015: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 33/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque, que requer "... nos termos do disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, inserida no ciclo de debates do Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020, destinada a apresentar e debater os gastos relativos aos anos de 2009 e 2010, da União, dos Estados e dos Municípios com Educação nas suas diversas modalidades, com ênfase na Educação Básica. Subsidiariamente, solicita-se a discussão da planilha de custos associada ao Plano Nacional de Educação, e a evolução do número total de alunos no sistema de ensino. Para tanto, sugerimos que sejam convidados representantes das seguintes entidades e órgãos: Malvina Tania Tuttman, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional – STN, Carlos Alberto Sampaio de Freitas, Secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo – SEPROG, do Tribunal de Contas da União – TCU, Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE". O Requerimento é aprovado. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. **SENADOR ROBERTO REQUIÃO, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 2
- Terminativo -
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 270, DE 2009
(Turno Suplementar)

Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

Autoria: Deputada Rebecca Garcia.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: favorável, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Não foram apresentadas emendas.

Portanto, a matéria constante do Item nº 2 está automaticamente aprovada.

A Relatoria da matéria constante do Item nº 1 é do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que não está presente aqui. Vamos aguardá-lo. Trata-se de item terminativo.

O Item nº 3 é terminativo também. O Item nº 4 é não terminativo, e a Relatora é a Senadora Marta Suplicy.

A matéria constante do Item nº 5 insere o § 3º no art. 23 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para vedar o modelo de progressão continuada no ensino fundamental. A autoria é do Senador Wilson Matos, e a relatoria é da Senadora Marisa Serrano. É terminativo também.

Vamos para os itens não terminativos.

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 305, DE 2009

Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autoria: Deputado Neilton Mulim.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatório: favorável, com a emenda oferecida.

Observações: *1- Matéria terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;*

2 – Na reunião do dia 07/06/11, a matéria foi lida, foi iniciada a discussão, e foi concedida vista ao Senador Walter Pinheiro.

O Senador Walter Pinheiro não devolveu nada por escrito.

Mantenho em discussão o relatório do Senador João Vicente Claudino.

Senador, V. Exª poderia reavivar a memória sobre o seu relatório, para o início da discussão?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, em seu projeto, o Deputado Neilton Mulim, no registro, na matrícula de estudante, protege a não divisão de irmãos de uma mesma família. No início, ele tratava muito mais de gêmeos, mas fizemos uma emenda, dando um alcance maior ao projeto, para que, no momento da efetivação das matrículas, fosse dada prioridade a que os irmãos mais ou menos da mesma idade pudessem cursar o mesmo colégio. O relatório foi favorável, com a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador João Vicente Claudino.

Concedo a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como o Senador Walter Pinheiro não chegou, recebi de sua assessoria um pedido de desculpas, porque o avião atrasou. S. Exª nos informa que, a partir de reunião realizada em seu gabinete com representantes da liderança do Governo, foi discutido, junto com o MEC, o relatório, com a emenda apresentada. O resultado dessa análise foi a de que o parecer aperfeiçoa o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei que a LDB não revogou. Portanto, a exigência da matrícula de irmãos na mesma escola continua, agora com o parecer aprovado. Fica a ressalva de que isso deverá ocorrer quando esses irmãos estiverem no mesmo ciclo ou na mesma etapa de estudo. Diante disso, o Senador Walter Pinheiro concluiu pela sua aprovação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados; os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovado.

Vamos ao Item 4, que trata de outro projeto não terminativo, cuja Relatora é a Senadora Marta Suplicy.

ITEM 4
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178, DE 2008

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Elismar Prado.

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Roberto Requião, chega a esta Comissão de Educação, Cultura Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 178, de 2008, que dispõe sobre a alimentação escolar e, particularmente, sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).

A proposição, recebida da Câmara dos Deputados, provém de substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.659, de 2007, de autoria do Deputado Elismar Prado, ao qual foi apensado, naquela Casa, o Projeto de Lei nº 2.877, de 2008, de iniciativa do Poder Executivo. Esse substitutivo incorporou, fundamentalmente, o texto de iniciativa governamental.

Na verdade, o Deputado tinha um projeto que era menos amplo do que o que veio de parte do Executivo. O Deputado assumiu o projeto do Executivo, ampliando bastante o seu projeto. Dessa forma, o PL nº178, de 2008, passou a dispor de forma mais abrangente sobre a ampliação dos três programas que já citei, todos de grande mérito, mas que não caminhavam. Aí veio uma medida provisória pela qual esse projeto, com tudo o que ali estava, o projeto do Executivo e o projeto do Deputado, foi aprovado. Então, realmente, isso foi prejudicado.

Já se manifestaram as Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais. Aqui, na Comissão de Educação, declaro a prejudicialidade do Projeto, em virtude do que já expus. É um bom Projeto, mas foi já aprovado. Demorou muito tempo.

Aliás, é interessante o que aconteceu com esse Projeto. Temos falado que as medidas provisórias chegam muito rapidamente ao Senado Federal e que não temos condições de estudá-las. Todos nós concordamos com isso, é verdade. Não tiro o mérito de recebermos as medidas provisórias aqui com tempo para discussão, mas, quando vemos que um projeto de autoria de um deputado datado de 2007 não tem resolução e que foi preciso impetrar uma medida provisória, percebemos que medidas provisórias, quando bem instruídas e argumentadas, são imprescindíveis para a governabilidade.

O Projeto está prejudicado, mas a lição fica. Temos de ter a clareza de que algumas medidas provisórias – a maioria, porque é o governo que sabe da relevância e da urgência – são necessárias em virtude do tempo de tramitação de alguns projetos entre as duas Casas do Congresso Nacional.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O relatório da Senadora Marta Suplicy é pela prejudicialidade do Projeto, em função de o assunto já ter sido resolvido por medida provisória.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, faço apenas uma nota de rodapé ao comentário da Senadora Marta Suplicy. Existem os mecanismos de urgência. O Governo, quando tem maioria parlamentar e resolve dar pressa a um projeto, consegue fazê-lo. O Governo tem maioria parlamentar, aprova requerimento de urgência na Comissão, aprova requerimento de urgência no plenário, e acabou, vota-se, ainda mais quando se trata de um projeto meritório como esse. É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório da Senadora Marta Suplicy queiram permanecer sentados; os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovado.

Estou atropelando um pouco a Ordem do Dia em função de não haver quórum aqui para votarmos projetos terminativos. Então, estou tentando votar os projetos não-terminativos. Vamos para o Item 9.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Então, Sr. Presidente, eu pediria a inversão da pauta, para, se possível, apreciarmos o Item 12 – daqui a pouco, terei de votar na CCJ –, logo depois da votação desse item que V. Exª anunciou.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Item 12 é terminativo. Não haverá quórum para votá-lo.

Senador, permita que iniciemos pelo Item 9; sem seguida, passaremos ao Item 12.

ITEM 9
- Não Terminativo -
AVISO Nº 33, DE 2009

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 816, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente à Auditoria Operacional no Programa Universidade Para Todos – ProUni – e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies (TC013.493/2008-4).

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

A Relatora *ad hoc* é a Senadora Angela Portela, a quem concedo a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vamos à análise do projeto.

Embora constitucionalmente reconhecida como direito de todos e dever do Estado, a educação superior, que compreende os cursos de graduação e de pós-graduação, é ofertada à pequena parcela da população brasileira.

Com efeito, a União e os Estados, juntos, possuem pouco mais de uma centena de universidades com cursos gratuitos e meio milhar de institutos tecnológicos. No conjunto, essas instituições dispõem de cerca de 1,5 milhão de vagas. A maior parte dos alunos da educação superior frequenta instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que abrigam mais de 4 milhões de estudantes.

Essa situação vexatória, num país de 191 milhões de habitantes e com quase 25 milhões de jovens entre 18 e 25 anos, tem duas causas principais. A primeira é a implantação tardia das universidades no Brasil – quase quatrocentos anos de atraso em relação a vários países da América Latina. A segunda resulta de uma dupla seletividade: a) intelectual, por parte das universidades públicas, que dificultam seus vestibulares, tornando-se muito difícil o acesso a seus cursos para a maioria dos estudantes que concluem a educação básica; b) econômica, nas universidades particulares, em razão do preço das mensalidades, que restringe sua clientela aos estudantes da classe média, que suportam arcar com despesas dessa ordem.

Há mais de quarenta anos, o Brasil tem um programa de crédito educativo na educação superior, destinado a estudantes de baixa renda, atualmente denominado Fies. Há seis anos, o País passou a contar também com um sistema de bolsas integrais e parciais – o ProUni –, ao qual se podem candidatar estudantes que acumulem três características: ser de família de baixa renda, ter cursado o ensino médio em escola pública ou em escola privada de forma gratuita e ter tido bom desempenho no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

Esses dois programas são objeto da auditoria que deu origem ao Aviso do TCU que ora relatamos.

A leitura das 93 páginas do relatório da Auditoria do TCU que embasou as sete páginas do voto do Ministro José Jorge, a par de constituir documento memorável e utilíssimo para todos que se interessam pela educação superior no Brasil, dá-nos plenas condições de participar em meticulosa avaliação dos dois programas.

Em que pese o avanço que representam o Fies, várias vezes aperfeiçoado em sua legislação, e o ProUni, que já beneficia quase um milhão de estudantes de graduação nas instituições privadas, com e sem fins lucrativos, a auditoria revela imperfeições, inadequações e limites que precisam ser objeto da mais urgente correção.

Nos limites deste relatório, não há como resumir ou salientar esse ou aquele item a ser mais ou menos focalizado. Cumpre-nos, como legisladores e fiscais do Poder Executivo, dar atenção a todos. De nossa parte, existe total concordância com as observações da auditoria e, principalmente, com as conclusões do Voto do Relator, Ministro José Jorge, que, reconheçamos, brilhou como deputado e senador no Congresso Nacional e dá provas de sua grande competência como membro do TCU.

Não há dúvida de que temos, como detentores de mandato legislativo na União, a responsabilidade de contribuir para que os três milhões de jovens que concluem anualmente a educação básica tenham cada vez mais oportunidade de prosseguir seus estudos em nível superior. Por certo, o Governo Federal e os governos estaduais, que oferecem cursos gratuitos de graduação e pós-graduação, precisam se esforçar para expandir suas vagas nas capitais e nas cidades de maior densidade populacional, como recomendava, desde 1988, nossa Constituição. Contudo, temos de reconhecer que o desafio precisa continuar a ser partilhado pela iniciativa privada, mas de uma forma inclusiva, sem discriminar os estudantes desprovidos de recursos para pagar mensalidades tão mais altas quanto maior a qualidade e a procura dos cursos oferecidos.

Em nome desse direito, urge que o ProUni e o Fies sejam ainda mais aperfeiçoados na operação e expurgados das práticas irregulares detectadas pelo TCU. E, ao que nos parece, nesse mister, o Poder Executivo tem levado em conta as contribuições da Egrégia Corte de Contas, algumas das quais vez ou outra formalizadas no Congresso Nacional.

Em virtude do exposto, cumprida a leitura do Aviso n° 33, de 2009, e afirmada nossa concordância com suas conclusões, nosso voto é por seu arquivamento.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Angela Portela. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro da discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados; os contrário se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovado. Ou seja, está arquivado o Item.

Vamos, então, para o Item 12.

ITEM 12
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2010

Denomina Rodovia Chiquilito Erse o trecho da rodovia BR-364 entre a cidade de Candeias do Jamari até o Campus da Universidade Federal de Rondônia, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Autoria: Deputado Moreira Mendes.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

O Senador Valdir Raupp tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao justificar a homenagem proposta, o autor da iniciativa, Deputado e ex-Senador Moreira Mendes, informa que, no final da década de 1970, Francisco José Chiquilito Coimbra Erse destacou-se como um dos mais importantes políticos entre os que atuaram no processo que ensejou a transformação do antigo Território de Rondônia no 23º Estado da União, instalado em 4 de janeiro de 1982.

Nascido em Manaus, em 1945, e criado em Porto Velho, capital do Estado que ajudaria a criar, Chiquilito Erse revelou-se grande administrador, tanto na condição de empresário quanto na vida pública, que exerceu como secretário de Estado. Resultado do reconhecimento de sua "larga folha de serviços prestados à comunidade rondoniense", tornou-se o deputado federal mais votado na primeira eleição realizada no Estado de Rondônia, elegendo-se, em 1988, prefeito de Porto Velho, tendo elaborado, nessa gestão, o plano diretor de desenvolvimento urbano da Capital.

Eleito prefeito pela segunda vez, em 1996, Chiquilito Erse, renunciou ao cargo em 1997, acometido pela doença que o levou ao falecimento, ocorrido em 7 de julho de 2001.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 21, XXI, da Constituição Federal, compete à União "estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação", norma que ampara a proposição em pauta. De outra parte, é lícita a iniciativa parlamentar, uma vez que o projeto atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Lei Maior, não incidindo no campo reservado ao Presidente da República.

No mérito, adoto os argumentos do autor para considerar justa, merecida e oportuna a homenagem proposta.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2010, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CE

Substitua-se, na ementa e no art. 1º do PLC nº 101, de 2010, a expressão "entre a cidade de Candeias do Jamari até o Campus da Universidade Federal de Rondônia" por "entre a cidade de Candeias do Jamari e o *campus* da Universidade Federal de Rondônia".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Está sobrestada a votação por falta de quórum.

ITEM 3
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 163, DE 2009

Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

Relatoria: Senador José Agripino.

Relatório: favorável.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a ementa fala por si só: estabelece critérios para a concessão de título de patrono ou patrona.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado, essas homenagens cívicas devem ser tratadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde se encontra o PLC nº 163, de 2009, em apreço.

Inicialmente, eu queria considerar que a escolha de um patrono ou patrona de uma área de atuação profissional, instituição ou área científica, não precisa de lei formal. Tal opção pode ser feita pelos membros da corporação ou comunidade interessada.

Entretanto, como alerta o Deputado Celso Russomanno, autor do PLC nº 163, de 2009, têm sido apresentadas proposições legislativas com o intuito de estabelecer, por norma federal, homenagem desse tipo, como, por exemplo, a Lei nº 10. 471, de 25 de junho de 2002; a Lei nº 10.894, de 14 de julho de 2004; e a Lei nº 11.117, de 18 de maio de 2005, que declaram, respectivamente, Mário Covas como Patrono do Turismo Nacional, Milton Santos como Patrono da Geografia Nacional e Oscar Niemeyer como Patrono da Arquitetura Brasileira.

Tendo em vista essas iniciativas, o Deputado Russomanno apresentou esse projeto, que julgo meritório, para que haja o disciplinamento na atribuição do título de patrono ou patrona por instituições como as que o projeto menciona.

Adicionalmente, visto tratar-se de parecer terminativo, compete a esta Comissão pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de redação legislativa.

Em primeiro lugar, verificamos que a proposição cuida de matéria inserida na competência legislativa do Senado. Em segundo lugar, no aspecto material, o teor da proposição em exame não atenta contra qualquer norma constitucional. É, portanto, constitucional. Tampouco se verifica vício de injuridicidade.

Por fim, no que diz respeito à redação, a proposição está perfeitamente adequada ao que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Verificado o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a adequação à técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2009, do Deputado Celso Russomanno.

É o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Agripino. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Está sobrestada a votação por falta de quórum.

ITEM 7

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2010

Inscreve o nome de Heitor Villa-Lobos no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputado Dr. Talmir.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

Esse já não é um livro mais, mas, sim, uma enciclopédia da Pátria.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse Projeto tem como finalidade inscrever no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Heitor Villa-Lobos, como um dos grandes poetas musicistas, termo que não é muito bem catalogado nos nossos dicionários.

Mas, justificando a proposição, o autor ressalta que Heitor Villa-Lobos "foi o artista que mais e melhor projetou o Brasil no cenário cultural internacional durante o século XX". Ao apresentar uma síntese biográfica do eminente compositor, destaca-se seu empenho em incorporar influências da música folclórica ou popular do País, além de seu engajamento em amplos programas de educação musical. Valoriza-se, por fim, a permanência do reconhecimento relativo à importância e atualidade da sua obra no Brasil e no mundo.

O projeto foi apreciado pela Comissão de Educação e Cultura (CEC) e pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCCJ) da Câmara dos Deputados, recebendo em ambas parecer de caráter conclusivo por sua aprovação.

No Senado Federal, a proposição foi encaminhada a esta Comissão, para apreciação terminativa, nos termos do inciso IV do § 1º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

A proposição tem o mérito de prestar uma justa homenagem ao compositor que representa uma das maiores expressões artísticas nacionais. Esse preito faz-se ainda mais oportuno quando constatamos que o reconhecimento da grandeza de Villa-Lobos no Brasil não se mostra inequivocamente superior ao que lhe é prestado em outros países.

É necessário, para realizar tal obra, componente fundamental da moderna cultura brasileira, que se junte à excepcional vocação uma dedicação intensa, prolongada por toda uma vida.

Ao cumprir a condição de que tenham transcorrido cinquenta anos da morte do homenageado, tal como estabelecido no art. 2º, *caput*, da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que "dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria", a homenagem proposta mostra-se plenamente justificada.

No que se refere, entretanto, à técnica legislativa e a outros aspectos relativos à redação da proposição, cumpre fazer alguns reparos.

Em primeiro lugar, não se justifica, por desnecessário e divergente da praxe, que constem, no art. 1º, os anos de nascimento e de morte do homenageado, logo após o seu nome.

Outra observação de natureza redacional, no campo da fórmula verbal empregada nesses projetos de lei, é que se deve preferir a forma imperativa, isto é, "inscreva-se", à locução no modo indicativo "será inscrito".

Cumpre também dar a correta denominação oficial do local de guarda do Livro dos Heróis da Pátria, que é, conforme a Lei nº 11.597, de 2007, acima referida, "Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves", admitida, no entanto, a forma abreviada "Panteão da Pátria e da Liberdade".

Por fim, julgamos que a expressão "musicista brasileiro", igualmente empregada no art. 1º da proposição em tela, não é a mais adequada para traduzir a essência da atuação de Villa-Lobos.

Considere-se inicialmente que, para o dicionário *Novo Aurélio – Século XXI* (versão eletrônica 3.0), a palavra "musicista" se emprega para o "apreciador ou amador de música" ou para o "especialista em música". É certo que o *Houaiss – Dicionário da Língua Portuguesa* oferece uma acepção mais próxima da que lhe dá o texto original da proposição, designando "que ou quem produz e/ou quem executa obras musicais; profissional da música; músico".

Mesmo desconsiderando tal divergência, frisamos que a palavra "musicista" não costuma ser usada, em nossa língua, para definir os grandes autores de composições musicais, mostrando-se insólito dizer, por exemplo, que Johann Sebastian Bach e Ludwig van Beethoven foram "musicistas alemães". Para melhor expressar o significado artístico e histórico de Heitor Villa-Lobos, julgamos que ele deva ser qualificado como "compositor brasileiro".

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Mediante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, com a emenda de redação a seguir apresentada, sendo, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2010.

EMENDA Nº – CE

(ao PLC nº 128, de 2010)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2010 (Projeto de Lei nº 4.758, de 2009, na origem), a seguinte redação.

> "**Art. 1º**. Inscreva-se no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade, em Brasília, o nome de Heitor Villa-Lobos, compositor brasileiro."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Benedito de Lira. (*Pausa*.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Está sobrestada a votação, por eventual falta de quórum.

ITEM 1
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2010

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.

Autoria: Senador Gim Argello.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, entre nós, está presente o autor dessa proposição – eu o cumprimento pela iniciativa –, que recebe nosso parecer favorável. Realmente, esse projeto atribui aos estabelecimentos de ensino a incumbência de adotar estratégias de prevenção e combate a práticas de intimidação e agressão recorrentes na comunidade escolar conhecidas como *bullying.*

O art. 2º do PLS estabelece que os efeitos da aprovação da lei ocorram imediatamente após sua publicação.

Na justificação do projeto, o Senador Gim Argello ressalta a necessidade de que sejam instituídas, nas escolas brasileiras, medidas destinadas a coibir a prática do *bullying* – isso deve ser feito nas escolas e em outros ambientes também, embora este projeto trate das escolas –, fenômeno cada vez mais frequente e extremamente prejudicial à comunidade escolar e cujos efeitos causam enorme sofrimento às vítimas, especialmente aos alunos de tenra idade ou àqueles que apresentam características que os tornam "diferentes" e alvos preferenciais dos praticantes dessa espécie de agressão.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Não há reparos a fazer sobre juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa e quanto ao mérito.

Em boa hora, por iniciativa do Senado, a temática do *bullying* bate às portas dos educadores e dos que legislam sobre a educação escolar no Brasil.

O autor esclarece na justificativa do projeto que *bullying,* termo em inglês consagrado na literatura, refere-se a um conjunto de práticas recorrentes de intimidações e agressões perpetradas sem motivação aparente contra uma mesma vítima. Assim, caracteriza-se como extenso leque de comportamentos violentos observados sistematicamente nas escolas e também em outros ambientes sociais, como prisões, quartéis e até mesmo ambientes de trabalho. Entre as manifestações desses comportamentos incluem-se: insultos,

intimidações, apelidos pejorativos, humilhações, amedrontamentos, quebra de pertences, isolamento, assédio moral, além de violência física propriamente dita.

A primorosa justificação do projeto é mais que convincente. Além de mostrar os fundamentos constitucionais e legais, incluídos os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), ela chama a atenção sobre a atualidade do tema, que preocupa a todos os que, na vida conturbada e cada vez mais anônima das sociedades contemporâneas, percebem a presença e a gravidade desses comportamentos recorrentes de intimidação e agressão de que são vítimas principalmente as crianças e os cidadãos tidos como "diferentes".

Ora, quando a Lei de Diretrizes e Bases tramitou e foi aprovada no Congresso Nacional, nos anos iniciais da década de 1990, a sociedade brasileira ainda não havia tomado consciência do caráter coletivo desse problema, que pode ser, ainda hoje, objeto de estudo e da clínica da psicologia, mas que se tem tornado cada vez mais um caso de "patologia" social.

Os efeitos das práticas de *bullying* podem ser enquadrados nas leis penais, mesmo porque afrontam direitos individuais consagrados na Constituição. A novidade do presente projeto de lei é avocar ao sistema educativo escolar, à responsabilidade de cada escola, a inclusão em seu projeto pedagógico, de que também trata a LDB, a incumbência de prevenção e combate ao *bullying*, muito bem definido como "práticas de intimidação e agressão recorrentes" contra pessoas, em geral diferentes e indefesas.

Dentre as providências que os estabelecimentos de ensino deverão adotar destacam-se:

prevenção e combate a essas práticas indesejáveis;

capacitação técnica e pedagógica de todos os profissionais da educação que trabalham nas escolas, incluindo os não docentes;

interação entre educadores e pais de alunos;

articulação entre os gestores educacionais e os encarregados da segurança da cidade e do bairro;

conscientização das crianças, adolescentes e jovens sobre as conseqüências nefastas desse tipo de comportamento covarde e antissocial.

Entretanto, por se tratar de uma lei geral, válida para todos os sistemas de ensino, para as escolas públicas e privadas, não cabe descer a detalhes, mas exarar a diretriz a ser devidamente incorporada, em termos adequados a cada realidade, nos projetos pedagógicos e nos regimentos escolares.

Os benefícios advindos da medida proposta conferem inegável mérito ao projeto que, ademais, não padece de vícios de constitucionalidade nem de juridicidade e respeita os preceitos de técnica legislativa estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Não há, portanto, óbices à sua aprovação.

O nosso voto, portanto, Sr. Presidente, é pela aprovação do presente Projeto de Lei do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Aloysio Nunes.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar não só o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo excelente e competente relatório apresentado, mas, sobretudo, o Senador Gim Argello, pela iniciativa. Esse tema tem sido constantemente alvo de debate até na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, comandada pelo Senador Paulo Paim, e penso que a oportunidade é exemplar do ponto de vista da urgência dessa matéria. Os alunos são vítimas dessa prática, que é lesiva até ao desenvolvimento de crianças e de adolescentes que estão na fase escolar.

Então, eu queria apenas registrar o apoio integral não só ao competente relatório do Senador Aloysio, mas, especialmente, à iniciativa do Senador Gim Argelo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar o Senador Gim Argello, porque esse é um projeto extremamente necessário neste momento, e o Senador Aloysio Nunes, pela análise muito bem feita.

Somente recentemente, tomamos consciência de que o *bullying* é um problema sério. E adquirimos essa consciência da forma mais negativa possível, com os grandes crimes que temos presenciado em outros países que são decorrentes do bullying.

O *bullying* tem dois componentes, o preconceito e a covardia, e esses dois componentes não são componentes fáceis de serem trabalhados. Esse Projeto terá êxito, na medida em que conseguirmos promover uma boa capacitação dos professores e também uma interação – o projeto incorpora este aspecto, o que achei muito bom – entre os pais e os educadores.

Então, estão de parabéns o Senador Aloysio Nunes e o Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Muito bem!

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, também na mesma linha, quero parabenizar o Senador Gim Argello pela iniciativa e, efetivamente, eu diria, até pela propriedade da apresentação desse tema neste momento.

Assim também, ressalto a correta e justa ação promovida em relatório pelo Senador Aloysio Nunes, fazendo para todos nós uma espécie de tradução do que isso, sem dúvida, significará para as escolas neste momento, nessa linha de combate, principalmente, ao preconceito e a todas as formas de cerceamento de atitudes, de práticas, da livre movimentação em cada ambiente, direitos esses que o cidadão tem. Na realidade, o que, no passado – V. Exª toca muito bem nisso –, chamávamos de vexame e de constrangimento é, agora, batizado com o nome de *bullying*. Mas V. Exª traduz bem isso e acentua a necessidade de a gente, em lei, consagrar princípios ou desdobrar um dos princípios constitucionais, que é o direito à dignidade, ao respeito e à liberdade.

Portanto, é importante esse aspecto. Ainda que o art. 227 e a Lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, toquem nessa questão e tracem um caminho ou diretrizes para essa questão do respeito e da liberdade, nada melhor do que tipificarmos essas ações, para combatê-las por meio de métodos principalmente educativos, começando na escola.

Portanto, parabéns ao Senador Gim Argello pela iniciativa e ao Senador Aloysio Nunes pelo seu brilhante relatório! Acredito que o MEC disporá de um instrumento importante para ajudar no combate a uma das práticas mais levianas de preconceito e de perseguição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa quer fazer um apelo aos Srs. Senadores para que não se ausentem da Comissão. Aqui, há quórum, e podemos votar a pauta inteira.

Encerrada a discussão, passamos à votação do relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira relativo à matéria constante do Item 1 da pauta.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O voto do Senador Aloysio Nunes é conhecido.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro? (*Pausa*.)

Há quórum? (*Pausa.*)

Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

Vamos colocar em votação o Item 3, que trata do **Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2009**, que *estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.* O Relator é o Senador José Agripino.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT– BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Sérgio Petecão? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Flexa Ribeiro? (*Pausa.*)

Continuamos com quórum? (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos colocar em votação o Item 7 da pauta, que trata do **Projeto de Lei Da Câmara nº 128, de 2010**, que *inscreve o nome de Heitor Villa-Lobos no Livro dos Heróis da Pátria.* A relatoria é do Senador Benedito de Lira

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Aloysio Nunes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

ITEM 8

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2009

Institui 2010 como "Ano Nacional do Centenário da Revolta da Chibata".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Sérgio Petecão.

Relatório: pela prejudicialidade.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, trata-se do parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 39, de 2009, que *institui 2010 como "Ano Nacional do Centenário da Revolta da Chibata".*

Diante do exposto, em virtude da perda da oportunidade, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado n° 39, de 2009.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Petecão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com ressalvas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador José Agripino? (*Pausa.*)

Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O voto do Senador Sérgio Petecão é conhecido.

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Está prejudicada a matéria.

Vamos para o Item 11 da pauta.

ITEM 11
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, DE 2010

Confere ao Município de Ilhabela, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Vela.

Autoria: Deputado Marcelo Ortiz.

Relatoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatório: favorável.

Eu não sei se é da vela de parafina ou da vela de navegação, mas isso, certamente, será esclarecido pelo nosso Relator *ad hoc*, Senador Petecão, a quem concedo a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, a vela é o esporte, não é a vela de parafina, não.

É o parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2010 (Projeto de Lei nº 4.677, de 2009, na origem), do Deputado Marcelo Ortiz, que *confere ao Município de Ilhabela, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Vela*.

Nos termos do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2010 (Projeto de Lei nº 4.677, de 2009, na origem).

Está lido o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Petecão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador José Agripino? (*Pausa.*)

Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O voto do Senador Sérgio Petecão é conhecido.

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – O Prefeito Toninho Colucci agradece aos nobres Senadores que aprovaram esse projeto importante para Ilha Bela.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos passar ao Item 13 da pauta.

Consulto o Senador de minha preferência, o mais rápido e racional dos Relatores *ad hoc* do Senado da República, Senador Valdir Raupp, se aceita a relatoria do Projeto do Item 13.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) –

ITEM 13
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2010

Denomina Rodovia General Adalberto Pereira dos Santos o trecho da rodovia BR-158 entre as cidades de Santa Maria e Rosário do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Tenho muita admiração pelo Rio Grande, porque acolheu minha mãe, que já mora há quarenta anos em Capão da Canoa.

Sr. Presidente, a técnica legislativa não demanda correções, estando de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Destaque-se, por fim, que o trecho rodoviário objeto da homenagem não recebeu, até o momento, outra denominação além daquela prevista na nomenclatura oficial.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 69, de 2010.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Senadora Ana Amélia irá relatar o Item 14.

ITEM 14
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2010

Denomina Rodovia Abel Dal Pont o trecho rodoviário da BR-285, entre as cidades de Timbé do Sul, no Estado de Santa Catarina, e São José dos Ausentes, no Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Deputado Edinho Bez.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

Em seguida, colocarei as três denominações em votação, em bloco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, nesse relatório, o objetivo do autor foi o de homenagear a figura de Abel Dal Pont, atribuindo seu nome ao trecho da rodovia BR-285 compreendido entre as cidades de Timbé do Sul, no Estado de Santa Catarina, e de São José dos Ausentes, no meu Estado, o Rio Grande do Sul. Aliás, a cidade de São José dos Ausentes figura muito no noticiário, porque é uma das cidades mais frias do meu Estado.

O homenageado que dá nome a essa rodovia é um empreendedor que, nos anos 70, trabalhou intensamente, foi um dos pioneiros na produção de arroz e também na área de reflorestamento e mostrou fundamental importância para a produção moveleira e para a construção civil do Estado.

Ainda segundo o autor, o trecho rodoviário objeto da homenagem é de grande importância para viabilizar nova ligação entre o litoral sul do Estado de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul, que poderá "expandir ainda mais a economia gaúcha e impulsionar a região de Imbituba", reduzindo consideravelmente a distância de transporte das cargas até o porto, com destino ao comércio internacional.

Considero que o projeto é também adequado no que tange ao mérito, uma vez que o Sr. Abel Dal Pont teve relevante papel na história da região, além de ter nascido e exercido suas atividades industriais na localidade onde se situa exatamente o trecho rodoviário ao qual se pretende dar seu nome.

Pelo exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2010 (Projeto de Lei nº 5.164, de 2009, na origem), com as emendas de redação que apresentamos.

EMENDA Nº – CE

(ao PLC nº 132, de 2010)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2010, a seguinte redação:

> "Denomina 'Rodovia Abel Dal Pont' o trecho rodoviário da BR-285 compreendido entre as cidades de Timbé do Sul, no Estado de Santa Catarina, e São José dos Ausentes, no Estado do Rio Grande do Sul."

EMENDA Nº – CE

(ao PLC nº 132, de 2010)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2010, a seguinte redação:

> "Art. 1º. O trecho da rodovia BR-285 compreendido entre as cidades de Timbé do Sul, no Estado de Santa Catarina, e São José dos Ausentes, no Estado do Rio Grande do Sul, passa a denominar-se 'Rodovia Abel Dal Pont'."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vamos colocar em votação, em bloco, as matérias constantes dos Itens 12, 13 e 14.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Meu voto é conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – São três projetos, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador José Agripino? (*Pausa.*)

Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Waldemir Moka? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovados.

Pergunto se os Senadores mantêm as emendas aos projetos.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores contrários se manifestem; os que forem favoráveis queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há um requerimento do Senador Cristovam Buarque:

> "Requeiro, nos termos dispostos no art. 58, § 12, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, e com art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, inserida no ciclo de debates do Plano Nacional de Educação, destinada a apresentar e debater os gastos relativos aos anos de 2009/2010 da União, dos Estados e dos Municípios com educação nas suas diversas modalidades, com ênfase na educação básica. Subsidiariamente, solicita-se a discussão da planilha de custos associada ao Plano Nacional de Educação e a evolução do número total de alunos do sistema de ensino.
>
> Para tanto, sugerimos que sejam convidados os representantes dos seguintes órgãos:
>
> – Malvina Tânia Tuttman, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
>
> – Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional;
>
> – Carlos Alberto Sampaio de Freitas, Secretário de Fiscalização e Avaliação dos Programas de Governo;
>
> – Maria Nilene Badeca da Costa, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação;

– Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Justificativa

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas realizadas no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinado a debater o Plano Nacional de Educação, evidencia-se a necessidade de apresentação e de debate dos dados relativos aos recursos financeiros destinados à educação nas diversas modalidades de ensino por ente federativo.

Diante da importância e complexidade do tema, consideramos oportuna e conveniente a realização da audiência pública. Para tanto, apresentamos requerimento e solicitamos o apoio dos nossos Pares."

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas quero fazer oralmente uma complementação à justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, apresentei o requerimento por duas razões, e uma delas é que, muitas vezes, queremos trabalhar esses dados, mas temos dificuldade. Quando a gente olha no Tesouro, quando a gente olha no Ministério da Educação, temos dificuldade para entender os números corretos. Em segundo, eu o apresentei para trabalharmos a ideia dos recursos que vão para a educação do ponto de vista de política, para saber para onde eles devem ir.

Então, esta é a finalidade da audiência: os recursos estão indo para onde devem ou não? Há uma discussão muito grande, por exemplo, de que eles vão muito mais para ensino superior do que para educação de base. Quais são as razões para isso? Como resolver isso? Por isso, apresentei esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados; os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

A Mesa proporia que essa audiência pública fosse marcada, segundo as possibilidades da nossa pauta, a critério da nossa Comissão e fosse presidida pelo Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, prefiro ficar aqui.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para encaminhar a votação de forma contrária, tem a palavra o Senador Wellington Dias. (*Risos*.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, Sr. Presidente. Considero da maior importância o requerimento do Senador Cristovam Buarque. Aliás, eu o considero importante até para que a gente tenha um parâmetro, porque há uma dificuldade, em todos os níveis de governo – estadual, municipal e federal –, de saber exatamente qual é o custo/aluno.

Ao mesmo tempo, Senador Cristovam, quero dar um exemplo: muitas vezes, há situações em que surge uma dúvida se se abre uma nova escola ou se se trabalha com transporte escolar. Se houver uma fórmula adequada e correta, se houver condição de saber o custo/aluno, isso facilita, inclusive, ao gestor uma tomada de decisão.

Então, quero parabenizá-lo. Manifesto-me de forma favorável à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E à indicação do Senador Cristovam para presidir essa audiência?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Nesse caso, estou com o Senador, o que for melhor para ele.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o apoiamento, pelo que estou sentindo, o Wellington vai assumir essa Presidência, para o Cristovam poder debater. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Walter Pinheiro encaminha em sentido contrário, e a Mesa designa, então, o Senador Walter Pinheiro para presidir essa audiência pública, em que o Senador Cristovam Buarque será debatedor preponderante.

Aprovado por unanimidade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Exª está atrás de um presidente para essa audiência de qualquer jeito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia quinze de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia**, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Ângela Portela, Ana Rita, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Delcídio do Amaral, Vicentinho Alves, Waldemir Moka e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Magno Malta, Lídice da Mata, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Marisa Serrano, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Marinor Brito e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 28/11–CE, de autoria dos Senhores Senadores Marisa Serrano, Marinor Brito, Cristovam Buarque e Paulo Paim, destinado a promover a sexta discussão sobre o Plano Nacional de Educação, com o tema **"Ensino Superior e Pós-Graduação"**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Deputado Federal Luis Carlos Heinze (PP/RS). Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Paulo Speller, Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CNE; Senhor Celso Frauches, Professor e Consultor Educacional da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Senhora Elisangela Lizardo, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos – ANPG; Senhor Isaac Roitman, Professor, Pesquisador e Membro titular da Academia Brasileira de Ciências – ABC e Senhor Alvaro Toubes Prata, Segundo Vive-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra as Senhoras Senadoras Ana Amélia e Ana Rita. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. **SENADORA ANA AMÉLIA Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

O SR. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 28, de 2011-CE, de autoria das Srªs Senadoras Marisa Serrano e Marinor Brito e dos Srs. Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim, para realização da 6ª Audiência Pública inserida nas discussões sobre o Plano Nacional de Educação destinada a discutir o tema "Ensino Superior e Pós-Graduação".

Eu queria informar a todos os que estão participando desta audiência pública que há um trabalho de cobertura completa pelos órgãos oficiais do Senado Federal, como a TV Senado, a Agência Senado, a Rádio Senado e o Jornal do Senado.

Portanto, todas as informações pertinentes a esta audiência pública, que está fazendo um debate tão importante sobre o tema Ensino Superior e Pós-Graduação, serão de amplo conhecimento da comunidade brasileira.

Dando início da audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomar assento à mesa. (*Pausa*.)

Eu queria anunciar, portanto, a presença do Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), Prof. Paulo Speller; do Professor e Consultor Educacional da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), Prof. Celso Frauches; da Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Drª Elisângela Lizardo; do Professor, Pesquisador e Membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Prof. Issac

Roitman; e do segundo Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Prof. Alvaro Toubes Prata.

Muito obrigada a todos os convidados pela presença nesta audiência pública.

Cada um dos senhores convidados terá o tempo de 15 minutos para sua exposição e, em seguida, os Srs. Senadores poderão fazer indagações aos expositores.

Então, convido o Presidente da Câmara de Educação Superior, Prof. Paulo Speller, para fazer sua exposição.

O senhor dispõe de 15 minutos.

O SR. PAULO SPELLER – Obrigado, Senadora, obrigado pelo convite.

Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, aproveitando o tempo que temos, eu passo imediatamente à apresentação, que traz um resumo para nós podermos iniciar esta apresentação e, posteriormente, coloco-me à disposição dos Senadores.

Podemos ver a seguinte.

Aqui é um quadro bastante resumido da educação superior, onde vemos que, pelo censo, tínhamos, em 2009, cerca de 6 milhões de estudantes matriculados na educação superior brasileira. Hoje, chegamos a pouco mais do que isso, em 2011, digamos algo em torno de 6,5 milhões, com uma concentração muito grande, cerca de 75% da matrícula, em instituições superiores privadas.

Há uma concentração, que se mostra aqui claramente, nos cursos de Administração, Direito e Pedagogia. Os três juntos vão concentrar 18% em Administração, 10% em Direito e quase 10% em Pedagogia.

Então, há um perfil excessivamente bacharelesco na nossa educação superior, e até pode se fazer uma relação entre esses dados e o crescimento da educação superior privada.

Nós recebemos uma verdadeira avalanche de pedidos de credenciamento de novas instituições de ensino superior privadas, concentradas principalmente nesses cursos, porque exige uma estrutura de laboratórios muito pequena, o investimento é pequeno e, evidentemente, a matrícula vai se colocar aqui.

De qualquer maneira, observamos é que há uma evolução, há um esforço muito grande no nosso País que se dá a partir de 2002, 2003, mas principalmente 2004, com um crescimento que se dá na matrícula no ensino superior, e com um ingrediente muito importante, que é a presença da educação à distância, que eu queria dar um destaque e depois voltar a falar sobre isso.

Nós vemos aqui o número de concluintes, também crescendo. Tínhamos, em 2009, cerca de um milhão, portanto, hoje, 2011, já temos mais de um milhão de concluintes na nossa educação superior; e, nas matrículas, evidentemente, isso vai se refletir, como eu dizia, com a presença da educação à distância, crescentemente presente, como nós vemos aqui.

A presencial mantém a sua importância, mas a educação à distância, onde há pessoas com uma idade média mais alta, como veremos mais adiante, se faz presente, e aqui nós vamos dar um destaque nesse aspecto. Quer dizer, nós vemos ainda que as nossas instituições de ensino superior são pouquíssimo equipadas em tecnologia da informação e da comunicação, há uma adequação que se faz muito lentamente, à exceção de um número muito reduzido de instituições privadas que se voltam para o mercado e que se instrumentalizam evidentemente para essa finalidade.

Então, aqui, são dados mais regionais, onde vemos a presença da instituição pública em todas as regiões brasileiras como exercendo um papel destacado, à exceção da Região Sudeste. Quer dizer, o grande mercado para as instituições privadas vai se dar exatamente na Região Sudeste. Nós podemos observar aqui que a presença da instituição pública não é tão importante como é nas demais regiões. Na Região Norte, nós vamos ver que as instituições públicas exercem um papel muito destacado, a presença das instituições privadas é reduzido, o mercado é reduzido, ou seja, é o segundo destaque que eu faria: o papel estratégico que as instituições públicas brasileiras, principalmente as federais, mas também as estaduais e algumas poucas municipais, em alguns casos as chamadas comunitárias, que exercem principalmente na Região Sul do Brasil um papel muito importante, ainda que cobrem uma mensalidade que em muitos casos é relativamente pequena, porque não tem finalidade lucrativa.

Então, aqui nós vemos o que eu mencionava antes, a importância crescente que a educação à distância vem assumindo – aqui em vermelho. Nós vamos ver que, de ano para ano, essa presença é cada vez maior, chegando a quase 15%, em 2009; e tende a crescer e continuará crescendo nos próximos anos, e com a educação presencial quase se estabilizando, como vemos ali. Não é isso?

Nós vemos aqui, portanto, essa distribuição da matrícula, em que os bacharelados representam 71% das matrículas, no caso dos cursos presenciais. Quando se trata dos cursos a distância, nós vemos que as licenciaturas assumem uma presença de 50% dos cursos.

O que está acontecendo? É que a educação a distância está sendo utilizada de forma bastante pronunciada para oferta de cursos de licenciatura para formação de professores. E aqui é um alerta ao mesmo tempo em que há uma perspectiva positiva que

se abre. É um alerta porque muitas vezes se trata de uma oportunidade de mercado, quer dizer, instituições que buscam mercantilmente apenas se inserir no mercado, buscando absorver aqueles estudantes, muitas vezes, inclusive, através de programas oferecidos com recursos públicos, tanto da União como dos Estados e dos Municípios. Também há o outro lado da moeda no sentido de que a educação a distância abre a perspectiva, ou seja, quando se trata de instituições bem equipadas do ponto de vista da tecnologia são instituições que podem, efetivamente, na combinação de atividades presenciais e a distância, oferecer belíssimas oportunidades para formação de professores para nossas escolas da educação básica.

Nós temos aqui a evolução da participação percentual de matrículas em cursos de graduação, presencial e a distância, uma distinção por sexo, as mulheres, cada vez mais se fazem presentes, preponderantemente na matrícula e aqui nos cursos de graduação também por sexo, masculino e feminino, mas a presença se dá, sobretudo, nos concluintes; as mulheres concluem de forma mais eficaz os cursos de graduação. A presença das mulheres é cada vez mais importante, cada vez mais concluem mais do que os homens.

Aqui temos justamente o dado ao qual me referi anteriormente, quer dizer, a idade média do estudante de educação a distância, que é de 33 anos, e na presencial de 25 anos. Na educação a distância a tecnologia abre oportunidades para pessoas para pessoas que querem retornar ao ensino, à educação, e sobretudo para trabalhadores, que, muitas vezes, no seu fim de semana, nas férias, à noite, têm oportunidades, flexivelmente, de votar a estudar Essa idade média vai se refletir aqui nesses dados.

Aqui há uma problemática que se mostra muito presente na proposta de plano nacional de educação, que é o plano de fundo que temos para essa audiência, em que a presença da matrícula nos cursos de licenciatura tem crescido de forma muito reduzida e até tem se reduzido nos últimos anos, o que é preocupante. Nós temos aqui números erráticos relativos a concluintes em cursos de licenciatura, quer dizer, de certa maneira ainda que tenha havido aquela queda em 2006/2007, podemos dizer que, de certa maneira, há estabilização do número de matrículas, como vimos antes, mas principalmente de concluintes, 277 mil não atendendo e de forma importante à demanda, à necessidade que as escolas básicas têm.

Aqui nós temos o número de ingressos, portanto, em licenciaturas mais uma vez mostrando essa problemática, quer dizer, não há propriamente uma valorização da carreira docente na educação básica que atraia um número significativo de candidatos oriundos do ensino médio. Aqui também se vê um pequeno crescimento e logo uma estabilização do número de ingresso nas licenciaturas. Nesse sentido o que vemos é que os bacharelados dominam a matrícula e, sobretudo, nos cursos que mencionamos anteriormente – Administração e Direito – com Engenharia em quarto lugar e a Pedagogia em terceiro lugar.

A licenciatura presencial, como vimos, é mais presente em instituições públicas, ou melhor, no caso aqui, as privadas... Não estou enxergando bem...

A presença principal... São programas oferecidos para licenciatura presencial é de 53,2% em instituições privadas, sim, ou seja, muitos desses cursos são oferecidos por instituições privadas.

E aqui nós vemos a evolução do número de matrículas em licenciatura naquelas áreas mais críticas: matemática, física, química e biologia. Novamente, um reflexo dos dados que vimos antes. Crescimento pequeno e logo uma tendência a estabilização, mais uma vez, agravando o quadro de não formação de profissionais na área de licenciatura para atender a demanda dos cursos.

Aqui são os concluintes. Novamente encontramos o mesmo perfil: uma tendência ao crescimento e logo estabilização, o que reflete, evidentemente, o não atendimento às demandas das nossas escolas.

O número de ingressos em cursos de licenciatura. Aqui há um decréscimo nas mesmas áreas já mencionadas.

Aqui nós temos o número de matrículas nos cursos... Aqui uma forma diferenciada de enxergarmos os mesmos dados.

Acho que podemos concluir com esta apresentação relativamente aos cursos de graduação, o quadro que se nos apresenta hoje.

Sei que o tempo é muito limitado, mas eu queria passar à segunda apresentação, relativa à pós-graduação. Para dar um dado bastante geral sobre a pós-graduação, para que tenhamos esses dados como ponto de partida para esta audiência.

Vamos lá: Nós temos aqui um quadro relativo ao número de bolsas ofertadas na pós-graduação; aqui temos os dados atualizados até 2010. São 33 mil bolsas de mestrado, 21 mil de doutorado, 2,7 mil de pós-doutorado e 75 numa modalidade especial, de pesquisador visitante nacional sênior, bolsas de alto nível para professor, pesquisador que vem do exterior ou mesmo aqueles que se aposentam e retornam à atividade com altíssimo perfil de produção na área de ciência, tecnologia e inovação. Portanto, são 58 mil bolsistas. Novamente um crescimento importante, de mais de 100% desde 2005.

Nós temos aqui agora a concessão de bolsas de pós-graduação no exterior; o número não é expressivo, são 4.346 bolsas no total.

Aqui, um comentário pertinente: há iniciativa direta da Senhora Presidente da República no sentido de retomada de programa de bolsas no exterior, um número colocado de 75 mil, conforme anunciado pela Presidente Dilma Rousseff, na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, programa que está em preparação pela Capes, CNPq. Isso evidentemente vai significar injeção muito grande de recursos, de atividades nessas duas agências, revitalizando esse programa.

Nós temos aqui a distribuição discente da pós-graduação, talvez a nossa representante da associação possa falar sobre isso mais adiante.

Aqui, programas de pós-graduação; acho que não é relevante trazê-los nesse momento; são números expressivos.

Encerramos aqui.

O que eu queria dizer para terminar é que nós fizemos, Srª Senadora Presidente, recentemente, um seminário no Conselho Federal de Educação com a presença da maioria das entidades de educação do Brasil, com contribuições sobre o Plano Nacional de Educação. Eu destacaria três pontos principais: o primeiro deles é que falar de educação superior que recebe destaque muito grande a partir da meta 12 na proposta do Plano Nacional de Educação, sem atacar diretamente o problemática da qualidade da educação básica no Brasil, não vai permitir que a gente avance na educação superior. Esse é o grande problema, o grande gargalo para que a gente possa crescer com qualidade; porque crescer sem qualidade não interessa estrategicamente ao nosso País.

Em segundo lugar, para avançarmos nessa velocidade e na velocidade que a sociedade e que a economia brasileiras demandam, é preciso que haja recursos. O que encontramos é que os recursos previstos até 2014, de 7%, provavelmente, pelas estimativas, vão se esgotar já no próximo ou nos próximos dois anos. Então, a nossa proposta do Conselho Nacional de Educação, respaldado por todas as entidades de educação superior, é que se preveja, pelo menos a partir de 2014 – que é o que aqui está aqui colocado para se atingir 7% –, é que, imediatamente, se preveja que, gradualmente, esse percentual seja acrescido, para chegar a 10% até o ano de 2020, no máximo, para que possamos avançar com qualidade.

E, em terceiro e último lugar, dizer que é preciso que, efetivamente, a questão da educação se coloque como política prioritária de Estado, tem recebido atenção desta Casa, do Senado, da Câmara, do Congresso Nacional em geral, mas é preciso levar essa questão, proposta nossa, ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ao conjunto do Governo Federal, não como uma prioridade deste ou daquele governo, mas como prioridade do Estado brasileiro para que, efetivamente, possamos avançar e a educação servir de base para todos os sonhos, todas as metas que colocamos na construção deste belo País, mas com mais justiça e mais solidariedade.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Professor Paulo.

Só uma curiosidade, o que significa o sanduíche?

O SR. PAULO SPELLER – O sanduíche é uma invenção brasileira muito interessante. Significa o seguinte: nós temos bons cursos de pós-graduação. Então, faço uma parte no Brasil, mas há uma excelente instituição na França, na Austrália. Então, eu mando o meu estudante para passar lá um ano num laboratório, num trabalho de campo, com um professor altamente qualificado; ele faz aquele estágio, retorna e faz a defesa da tese aqui conosco. O custo é mais baixo e nós nos beneficiamos da qualidade daquela instituição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia**.** Bloco/PP – RS) – O recheio do sanduíche vem de fora.

O SR. PAULO SPELLER – Uma parte do recheio ou o pão, às vezes. Enfim, a gente combina as duas coisas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia**.** Bloco/PP – RS) – Agradeço muito.

O SR. PAULO SPELLER – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia**.** Bloco/PP – RS) – Convido, para fazer uso da palavra, pelo mesmo tempo, o Professor e Consultor Educacional da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior, Sr. Celso Frauches.

O SR. CELSO FRAUCHES – Agradeço, em nome da ABMES, o convite e cumprimento a Comissão de Educação do Senado por esta iniciativa.

A minha palavra é como representante da livre iniciativa na área da educação superior, e somos parceiros da iniciativa pública e, com ela, podemos realmente cumprir as metas que estão inseridas nesse plano. Nós apoiamos integralmente o PNE em exposição. Destacamos, todavia, dois pontos, um já dito pelo Professor Paulo. Entendemos que, sem menos de 10% do PIB, essas metas não poderão ser implantadas com sucesso e, prioritariamente, na educação básica, que é o grande gargalo da educação brasileira. Além disso, os recursos do pré-sal, se forem realmente dedicados a custeio, que eles possam ser também, grande parcela, destinados à educação e, prioritariamente também, à educação básica.

Nós não podemos participar, como gostaríamos, da Conferência Nacional de Educação, embora a iniciativa privada na educação superior represente hoje 75% das matrículas e 90% das instituições e, na educação básica, é o contrário, somos 14% das instituições que ofertam a educação básica, não podemos participar. A Professora Carmem, que foi convidada para participar da reunião de hoje, não pôde comparecer por estar no exterior representando a sua instituição, participou como delegada – eu participei apenas como observador e acompanho essa questão há muito tempo. Mas, na conferência, realmente, não tivemos oportunidade de poder desenvolver tudo aquilo que gostaríamos.

Das questões do art. 2º do PNE nós não temos nenhum reparo a fazer. Nós somos integralmente favoráveis aos dispositivos que aí estão.

Eu não fiz nenhuma apresentação, apenas alguns comentários que penso que possa contribuir na visão da livre iniciativa para os debates.

Entendemos que quatro anos para discutir e analisar o PNE é um prazo muito longo. Nós entendemos que dois anos seria o normal. Temos que lembrar que o primeiro PNE praticamente não foi acompanhado nem avaliado, nem pelo Conselho Nacional de Educação e nem pelas Comissões de Educação da Câmara e do Senado. Ele chegou, ao final, sem essa avaliação e, para construir o PNE II, o PNE I não foi analisado adequadamente. Por isso, as suas metas principais ficaram abandonadas, talvez por ter sido feito por outro Governo e grande parte acontecer no governo do Presidente Lula.

A participação da iniciativa privada nessa análise é importante, e ela tem sido até agora relegada a segundo plano, especialmente, eu diria, no campo da educação superior. Geralmente se convida para participar a iniciativa privada por intermédio da Confenen, que é um órgão sindical. Nós gostaríamos que fossem convidados os órgãos acadêmicos da iniciativa privada, e nós temos vários, e que nessa análise e nesse acompanhamento a nossa contribuição pudesse pelo menos ser ouvida.

Por outro lado, nós entendemos que, como temos uma expressiva participação na oferta da educação superior, nós podemos e devemos estar presentes, por intermédio de representantes altamente qualificados, escolhidos pela Presidência da República ou pelo Ministro da Educação, nos principais colegiados da educação superior brasileira, como a Conaes, o Conselho Nacional de Educação e as comissões que dali, se completam como a comissão própria de avaliação, a comissão de avaliação do Inep. Enfim, diversas contribuições. Nós, às vezes, temos, por exemplo, na Conaes, um representante em 13 representantes, e o poder público tem cinco representantes naquela instituição.

Cremos que, com a nossa experiência, podemos contribuir para a melhoria da qualidade da educação superior, que é na realidade o objetivo de todos nós.

Bom, partindo para a análise das metas, na Meta 12, que trata de estabelecer que, ao final de 2020, nós deveremos ter 33% dos alunos na educação superior, nós devemos lembrar que o primeiro PNE previa 30%.

O que acontece hoje? Como o Prof. Paulo Speller demonstrou, nós temos hoje cerca de 6 milhões de alunos na educação superior, faltam 4 milhões para os 10 milhões. E desses 6 milhões, mais ou menos, em números redondos, 4,5 milhões estão na iniciativa privada e 1,5 milhão na iniciativa pública. E daí vocês veem, por esses números, a importância da iniciativa pública para cumprir essas metas.

Nós temos, hoje, em termos de vagas ociosas do último vestibular, contabilizando todas as universidades públicas, algo em torno de 40 mil vagas. Ou seja, curso gratuito, sem nenhum pagamento de mensalidade, e sobram 40 mil vagas. Nós tivemos 1,5 milhão de vagas sobrando na iniciativa privada. Na iniciativa privada, seguramente, pode-se dizer que grande parte é por falta de recursos para pagar a mensalidade. Na iniciativa pública, talvez não seja esse o grande problema, mas a falta de formação básica desses alunos, embora, na iniciativa privada, também nós encontremos isso. Nós encontramos os nossos alunos, aqueles que se matriculam e alguns que desistem logo no primeiro semestre letivo do curso, porque não têm qualificação para acompanhar os estudos do ensino superior.

Nós observamos, então, como uma grande limitação para alcançar essa meta, a educação básica. Porque, se nós preenchêssemos essas 1,6 milhão vagas ociosas este ano e se isso acontecesse nos próximos anos, seguramente nós alcançaríamos dez milhões de matrículas antes de 2020. Então, o problema não está nas vagas. O problema está, primeiro, na formação básica para a educação superior e, segundo, na capacidade de pagamento do aluno na iniciativa privada.

A ampliação das vagas, que é uma das estratégias, passa, naturalmente, pela melhoria substancial da educação básica. Quem sabe – é uma proposta jogada assim ao léu – se o Poder Público criasse para a educação básica algo como o sistema único de educação básica, como acontece no SUS, sem as mazelas do SUS, mas com as excelências da educação, em que o governo federal, os governos estaduais, o Distrito Federal e os Municípios pudessem compor uma unidade coesa para superar essas deficiências que nós temos na educação básica.

Seguramente, como a educação básica está praticamente dentro do Município, dentro do Estado, com o governo federal participando quase que exclusivamente alocando recursos, mas sem uma influência muito pesada nas diretrizes, nas metas e nas filosofias e metodologias educacionais, acredito que, se o Poder Público pudesse criar um sistema único de educação básica com o comprometimento sério da sociedade e do governo, isso poderia ser alcançado.

Nós não encontramos nos últimos governos um comprometimento com a educação, muito menos com a educação básica. Isso aparece em dois discursos, mas não aparece nas medidas concretas. Talvez com essa, seguidas de políticas de efetiva implantação de atribuição e alocação de recursos, nós pudéssemos alcançar.

A outra questão seria a ampliação do financiamento para os alunos. Não só o financiamento para estudar na educação privada, mas também para estudar na educação pública. Não basta não pagar a mensalidade, o aluno tem que se vestir, tem que se alimentar, tem que se locomover, tem que participar de atividades de educação científica, de extensão, que são excelentes processos de aprendizagem, e isso é importante.

Investir na EAD. O Professor Paulo falou sobre o progresso que já se verificou na EAD. Hoje nós já temos quase um milhão de alunos na EAD. O Poder Público está investindo, a universidade aberta do Brasil é uma grande iniciativa, mais voltada para as licenciaturas. Esperamos que o Poder Público invista nisso, e a iniciativa privada não advoga entrar nesse mercado simplesmente por ser um mercado, mas por ser uma oportunidade de ela contribuir efetivamente para a aprendizagem e o cumprimento das metas.

Então, o Fies, o ProUni, os bancos privados, quem sabe, também uma lei de incentivo fiscal para a educação... Nós temos lei de incentivo fiscal para o esporte, para a cultura, por que não para a educação? Isso acontece nos países mais adiantados do mundo, por que não no Brasil? Seria um investimento extraordinário que poderia ser criado.

Nas metas da pós-graduação, nós encontramos alguns probleminhas. Primeiro, na meta 13: elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores. Não está comprovado que a excelência da educação vive exclusivamente de mestres e doutores. Eles são importantíssimos, mas, a par disso, coisa que praticamente nenhum mestrado nem doutorado oferece, é a formação pedagógica do professor universitário, especialmente os oriundos de carreira como Medicina, Direito, Administração, Contabilidade e Engenharia, em que a formação pedagógica dos professores da educação superior é ainda muito carente. Então, é apenas essa questão.

Por outro lado, ao fazer essa meta, indiscriminadamente, esquece-se de alguns dados. Primeiro, os cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação são hoje 4.722 cursos. Desses, 71% estão localizados no Sudeste e no Sul maravilha. O Norte, o Nordeste e, pasmem, o Centro-Oeste, onde se localiza a Capital da República, são uma minoria nesse cenário.

Então, ao investir na pós-graduação, o governo, o Poder Público não pode se esquecer dessa questão: levar para o Norte, o Nordeste, programas, programas sanduíche, programas interinstitucionais que possam desenvolver. Nós temos no Norte, por exemplo, uma universidade como a Universidade Federal do Pará extraordinária, com programa de doutorado e mestrado de ponta. Por que não aproveitar esse excelente polo? Temos ainda em Pernambuco; temos na Bahia – eu estou apenas me lembrando de três exemplos muito bons. Por que não pegar essas instituições e fazer disso um programa de excelência?

Nessa questão da alocação de mestres e doutores, eu penso que o PNE não pode esquecer as diferenças institucionais entre universidade, centro universitário e faculdade, coisa que até agora o Ministério da Educação não tem levado em conta. A universidade tem compromisso com a pesquisa, com a extensão e com o ensino de forma indissociável, tanto pública quanto privada, mas a faculdade não tem esse compromisso. A faculdade está voltada mais para a formação de recursos humanos, de capital humano qualificado para o mercado de trabalho, e ali nem sempre o doutor é o mais importante, mas, sim, o profissional que está com a mão na massa, atuando no mercado e que possa, com a formação pedagógica, conseguir desenvolver um processo de aprendizagem adequado e excelente para a formação de novos recursos para o País.

Finalmente, da avaliação. Aprofundar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação, o Sinaes. Até hoje o Sinaes praticamente não foi implantado. O Ministério da Educação descobriu uns atalhos para isso e o apelidou de Índice Geral de Cursos e de Conceito Preliminar de Cursos, que nada mais são do que indicadores à margem do Sinaes e que servem apenas para o processo de supervisão.

O conceito institucional que é gerado por uma avaliação presencial, o conceito de curso que é gerado por uma avaliação presencial e a avaliação do estudante que é gerada pelo Enade apenas teve como consequência até agora o conceito do Enade e, desse conceito, é que se passou a gerar o CPC, o IDD e o IGC, que são tomados para medidas cautelares que

geralmente prejudicam diversas instituições. Não discutimos qualidade de instituição, apenas do processo.

Entendemos que o Enade precisa ser aperfeiçoado, o ciclo de três anos, entendemos ser muito curto, a vida útil de um curso, bacharelado, em média, é de quatro anos. Se pegarmos Medicina, seis, por que não elevarmos pelo menos para cinco anos esse ciclo avaliativo, para que ele possa ser melhor desenvolvido?

Então, fortalecer o Enade significa implantá-lo efetivamente por meio dessas avaliações. Experiências anteriores com o Paiub e depois o Sinaes foram praticamente relegadas ao segundo plano por processos de supervisão. É importante, então, que nós possamos chegar a esse ponto.

No CPC, por exemplo, Professor, já vou concluir, exigem-se 20% de doutores, e isso aparece aqui com a estratégia 13.4. Na realidade, nós tivemos pelo último censo 92 mil doutores no País. Nós temos hoje, mais ou menos, 30 mil cursos de graduação. Se nós fizermos uma divisão simples, vamos encontrar dois vírgula algo de doutor por curso. Ora, se essa relação já é extremamente pequena e a meta de pós-graduação que ali está sequer poderá alcançá-la, nós entendemos que isso também deveria ser levada em conta, porque até na alocação dos doutores, no último censo, encontramos algo muito parecido: os cursos de pós-graduação, 71% estão no Sul e Sudeste; os doutores, 72% estão no Sul e Sudeste. O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste não têm esse prêmio.

Então, nós gostaríamos de concluir dizendo que entendemos, sim, que 10% do PIB é indispensável, 50% do pré-sal e um sistema de avaliação sintonizado com o Sinaes, para que ele seja efetivamente implantado. A iniciativa privada está ao lado do Poder Público para essa atividade e parceira, sim, da implantação, da avaliação, da análise do PNE 2, como uma contribuição modesta e simples da livre iniciativa na área da educação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado à sua valiosa contribuição, Professor Celso Frauches.

Convido agora para fazer uso da palavra, por quinze minutos, o 2º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Dr. Alvaro Toubes Prata.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, agradecer a oportunidade da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, essa Associação que representa as universidades públicas federais, poder fazer algumas reflexões sobre a graduação, mas, sobretudo, sobre a pós-graduação.

As universidades públicas federais são em número de sessenta e representam uma grande rede nacional. Nós podemos até falar na universidade brasileira desdobrada em sessenta instituições, e as instituições públicas federais, neste momento, têm tido um papel extremamente importante no contexto da educação nacional, por várias razões, porque as nossas universidades representam, de fato, um grande patrimônio da Nação brasileira. Elas são instituições públicas, são instituições gratuitas, responsáveis por grande parte da educação brasileira, mas, sobretudo, responsáveis pela qualidade da nossa pós-graduação.

Quinze minutos é um tempo curto para que pudéssemos tratar de todas as questões que julgamos pertinentes em relação à educação, mas, num primeiro momento, a reflexão que deve ser feita é sobre a importância que o Brasil assume em nível mundial. O Brasil, hoje, é a sétima potência mundial, recém passamos a Itália. Os mais pessimistas acham que seremos a quinta potência ao final desta década – a quinta potência; os mais otimistas acham que nós já seremos a quinta potência mundial economicamente em meados da década. E o que representa ser a quinta potência econômica? Na nossa frente estarão: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e Brasil, e o Brasil estará na frente da Inglaterra, da França, da Espanha, da Austrália, do Canadá e de todos esses países que nós nos acostumamos a admirar e que são países que têm feito, eles próprios, grandes contribuições em nível mundial no contexto de buscarmos uma sociedade mais igualitária, um mundo mais equilibrado.

A leitura que temos é que isso nos anima, nos entusiasma, mas esse grande desafio talvez seja um desafio que não estejamos prontos para enfrentar. E por que não estamos prontos?

Vou dar um dado para os senhores e as senhoras aqui presentes. Acostumamo-nos a perceber a China como um país que nos alimenta muito de produtos nem sempre de boa qualidade. Temos esse preconceito em relação ao produto chinês. Pois bem. A tonelada que o Brasil importa da China custa US$3 mil; a tonelada que o Brasil exporta para a China custa US$160,00. Então, o Brasil importa da China uma tonelada e paga 3 mil dólares e o Brasil exporta para China uma tonelada e cada tonelada dessa custa 160 dólares. Por que isso? Porque o Brasil tem pouca competitividade tecnológica; ele agrega pouca tecnologia aos seus produtos. Por que isso? Porque, infelizmente, somos um País muito pouco educado, no contexto mais amplo da palavra.

O Professor Speller mencionou alguns números: 13% da população brasileira, de 18 a 24 anos, fazem um curso superior. Portanto, 87% da população brasileira, de 18 a 24 anos, não estão estudando, quando

a melhor coisa que esses jovens deveriam fazer seria estudar, investir no seu futuro e a partir daí investir no País.

Desses 13%, 35% estão fazendo três cursos, de acordo com os dados do nosso senso de educação. Três cursos: Administração, Pedagogia e Direito. Então, 13% da população estudam e de quem estuda, em torno de 1/3 dos cursos é nessas áreas.

Eu não estou querendo seguir aqui porque apresentei um pouco. Mas vejam esse dado, que é muito interessante, do quadro da educação brasileira. Na horizontal nós temos a idade. Na vertical, temos a percentagem daqueles com aquela idade que estão estudando ou não. Então, essa azul aí é a percentagem daqueles que estão estudando. Ao pegarmos uma idade de 10 anos, por exemplo, e subirmos na linha ali 90% dos que têm 10 anos está estudando. Então, o azul mostra a região dos que estão estudando. Quando a gente vai para 18 anos, olha como o azul vai ficando pequenininho.

Mais um.

Aquilo ali é o pessoal que só trabalha e não estuda. É a região dos que só trabalham e não estudam.

Mais um, por favor.

Essa região amarela que é a mais virtuosa é a dos que estudam e trabalham. A percentagem da população que estuda e trabalha.

Mais um, por favor.

Aquele lá de cima nem estuda, nem trabalha. Então, observe que com menos de 5 anos é claro que nem estuda, nem trabalha. E, do lado esquerdo, a percentagem das pessoas que não trabalha, mas estuda, aumenta. Mas olhem aquela faixa de pessoas ali, acima de 17 anos que vai até o envelhecimento, que não estuda nem trabalha. É uma percentagem em torno de 15% da população brasileira que não estuda nem trabalha. Então, temos sido pouco competitivos e por isso precisamos investir fortemente em educação.

Por favor, mais alguns dados. (*Pausa*.) Volte ali, por favor.

Olhem alguns dados críticos, resumidamente, sobre a nossa educação: 87% das nossas instituições têm 5 mil alunos; 89% das instituições são privadas; 8% das instituições são universidades. Quando a gente fala em educação superior, às vezes associamos à universidade. Mas a universidade, é claro, é uma fração muito pequena disso. Os nossos cursos, na sua maioria, são noturnos, porque as pessoas precisam trabalhar durante o dia. As nossas instituições são novas, quando comparadas em termos mundiais. A nossa instituição mais antiga tem 200 anos.

Por favor, mais pra frente, mais pra frente.

É preciso que possamos nos preocupar com os grandes desafios da educação.

Por favor, mais à frente.

Um dos grandes avanços que tivemos em anos recentes, um avanço muito importante em nível de educação e da graduação, foi aumentar a nossa rede federal. E esses números são surpreendentes. Mais surpreendente é a própria figura.

Por favor.

Esse é o quadro que tínhamos em 2002. Onde estou colocando, marcando aí em vermelho são as nossas instituições federais, a rede federal de educação superior, que existia em 2002. Olhem essa figura. Agora, eu vou passar para a próxima figura. Vejam a revolução que nós temos feito.

Voltem, por favor.

Vejam: antes, estava assim. (*Pausa*.)

A próxima. (*Pausa*.)

Em sete anos, olhem a transformação que nós fizemos em termos de universidade pública, refletindo em termos de alunos, refletindo em termos de oportunidade.

Foi dito aqui pelo Dr. Celso que, nas instituições privadas, temos mais de 1,5 milhão de vagas ociosas, não preenchidas. Quer dizer, os nossos problemas não são vagas. O nosso problema é dar oportunidade para que as pessoas possam fazer o curso superior. Daí a importância da educação pública brasileira, na nossa maneira de ver.

Então, esse movimento de grandes transformações das nossas universidades, o Reuni, é um grande programa que está em execução. É um plano de reestruturação e expansão das nossas universidades, que termina este ano, ao qual precisamos dar seqüência. Então, esse é um primeiro aspecto.

A educação, com todos os seus benefícios, ocorre a longo prazo, e é dispendioso. Por isso, defendemos também que, embora esses 7% possam ser um número relativamente elevado, quando nós avaliamos o que ocorre nos outros países, o Brasil tem um grande déficit educacional. Por isso é que nós precisamos, neste momento, investir mais do que 7%. Precisamos investir 10%.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) - Professor, por favor. Só para não passar.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) - No mesmo período, qual foi a evolução da participação do estudante no nível superior, no Reuni, de 2002 a 2009?

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Nós aumentamos de 600 mil para um milhão. O crescimento foi esse.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) - Em todo o País? Em toda a rede?

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Sim. E é claro que estamos deixando de lado aqui alguns comentários que já foram feitos. Eu exploro dois deles: a questão do ensino à distância, muito importante para atender à demanda nacional, e o enfoque que se dá na educação básica. Hoje, nós nos preocupamos com a educação básica, porque nós estamos muito bem na pós-graduação.

Por favor, o próximo.

O Brasil, em sessenta anos, com o advento da Capes, do CNPq e da FINEP - que são instituições que têm sessenta anos -, pois bem, lá atrás, nós investimos, promoveu um crescimento enorme na pós-graduação.

Por favor, o próximo.

Olhem a avaliação nossa, de 2007 a 2010, da nossa pós-graduação. Olhem como crescemos a uma taxa elevada pelas regiões. E estamos crescendo onde precisa crescer. Olhem lá na região Norte: 35%, um crescimento em três anos. Agora, é claro que, mesmo o Sul maravilha, como foi dito aqui...

O próximo, por favor.

Se nós olharmos, como estamos acostumados a ver, os programas de pós-graduação num cenário como esse, é claro que no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro aparecem bem. Olhem o código de cores ali. São os Estados que têm o maior número de cores.

Mas vamos para a próxima imagem.

Quando nós dividimos o Brasil em mesorregiões - vamos fazer uma segunda divisão -, vemos que não há nenhuma região do Brasil, não há nenhum Estado do Brasil, nem o Estado de São Paulo é um Estado em que podemos estar satisfeitos com o nível de ensino, com as oportunidades, com a pós-graduação.

É o contraste brasileiro. O Brasil é rico ou é pobre? O Brasil é grande ou é pequeno? Nós podemos falar que ele é rico? Sim. É a sétima economia do mundo. Mas, na hora em que andamos na rua, nós podemos falar que o Brasil é rico? Penso que não. Penso que o Brasil é pobre. A nossa educação é boa? Se olharmos para a nossa produção científica, é a 13ª do mundo. Se nós tivermos duzentas nações do mundo - é difícil fazer essa conta de quantos países têm no mundo. Como se considera o que é país no mundo, não é? Mas o Brasil tem a 13ª produção científica do mundo. Dezoito por cento da produção mundial em medicina tropical, por exemplo, é brasileira. Dezoito por cento! Olhem que beleza que é o nosso país.

Por outro lado, nós não temos nenhuma instituição de nível superior que está entre as duzentas melhores instituições de nível superior. Então, esse é o desafio do Brasil: vencer esses contrastes, uniformizar-se. Nós não podemos enxergar nosso País, de forma nenhuma, de uma maneira absoluta sob nenhum aspecto. Por isso, defendemos a ampliação dos nossos valores.

Quero mostrar uma última transparência, por favor. Aí estou falando no número de bolsas, da mesma perspectiva.

Próximo. Se olharmos os Estados, o número de professores. A Bahia está bem, tem um número grande de professores. Mas avança: olha a quantidade de espaço cinza clarinho.

Mais um, por favor. Então aqui quando a gente divide pelas mesorregiões não tem nem uma mesorregião que esteja bem. Nós temos quase 20% das mesorregiões da região Sul que não são atendidas por essa beleza de pós-graduação.

Eu queria agradecer e, mais uma vez, destacar para todos uma capa, publicada numa revista de circulação internacional, na qual o mundo percebe que o Brasil é essa potência que tem dado esse grande salto. Com isso, as nossas responsabilidades aumentam ainda mais. As nossas responsabilidades e as nossas demandas saem das nossas fronteiras. O Brasil não pode mais se preocupar consigo mesmo. O Brasil tem que se preocupar com a África, com a Ásia, com o mundo, com a sustentabilidade mundial.

Como fazemos isso? Fazemos isso educando a nossa população. E a educação a que me refiro aqui é essa educação ampliada. E nós a defendemos por duas razões – e aí eu termino. Por que é importante educarmos as pessoas? Porque as pessoas educadas são livres, pensam por si próprias. A educação aproxima as pessoas da verdade. E poder separar o verdadeiro do falso é fundamental para que possamos transformar este País num grande nação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Professor Alvaro Toubes por suas avaliações a respeito desse tema tão importante que assustas pelas constatações e alegra por outras, pela realidade que estamos vivendo.

Convido agora o Professor Isasc Roitman, pesquisador e membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), para fazer uso da palavra.

O SR. ISAAC ROITMAN – Bom dia a todos. Eu cumprimento a todos os colegas de Mesa na pessoa da Senadora Ana Amélia. Agradeço o convite para a contribuição nessa audiência que vai alimentar os Srs. Parlamentares para o Plano Nacional da Educação, que estará na pauta do Senado daqui alguns meses.

Vou começar minha apresentação, aproveitando a exposição do Professor Prata de considerar a nos-

sa universidade em relação às outras universidades do mundo.

Esses dados que estou apresentando aqui são avaliações feitas em todas as universidades do mundo nos últimos 5, 6 anos. Existem várias tipos de instituições que fazem esse tipo de avaliação com indicadores: uns indicadores comuns e outros, diferentes. Mas vejam a posição da nossa universidade, que está numa posição mais favorável em comparação com as outras universidades brasileiras, que é a Universidade de São Paulo.

Olhem as posições que temos tido nas várias avaliações. Não temos, em nenhuma das avaliações, uma posição melhor do que a 50ª posição. Por quê? Acho importante refletirmos sobre isso. Primeiro, a nossa universidade é nova, como apontou o Professor Prata. Mas nós não podemos usar essa desculpa de sermos novos para não estarmos numa posição tão favorável como a sétima potência mundial, como referido também pelo Professor Prata. Então alguma coisa está errada, e a minha apresentação é no sentido de destacar alguns pontos que talvez possam melhorados ou corrigidos no Plano Nacional de Educação.

Próximo.

O panorama de ensino superior já foi bem apresentado pelo Professo Speller, pelo Professor Prata. Quer dizer, nós temos cerca de 20% dos jovens que deveriam estar na universidade. Olhem a comparação com o Chile e Argentina atualmente, que têm 43% desses jovens no ensino e 61%, respectivamente.

Foi aqui também mencionado que o número de instituições de ensino superior pública representa 10,6%; as privadas, 89,4%. Os estudantes em instituições de ensino privadas alcançam, dependendo do Estado, entre 75% a 90%. Aqui no Distrito Federal, 92%. Em São Paulo, cerca de 90%. Concordo com o Professor Celso quando diz que os dirigentes das universidades privadas têm que estar presentes, porque eles alojam um grande número de estudantes, a maioria dos estudantes. Então eles têm que participar das discussões no sentido de obtermos um melhor nível de avaliação internacional. A evasão ainda é muito grande – cerca de 20% – e depende muito de curso.

Eu queria me focalizar um pouco na avaliação da qualidade, primeiro, no ensino superior de graduação; depois, farei alguns comentários sobre a pós-graduação.

Próximo.

Sobre a qualidade, acho que é a meta de todo o Plano Nacional de Educação. Não adianta somente ampliar o acesso dos brasileiros ao ensino superior – é claro que é importante aumentarmos e darmos oportunidade para todos – se os cursos não tiverem a qualidade necessária. Observa-se hoje que muitas instituições, apesar de reconhecidas pelo MEC, não conseguem inserir os seus formandos no mercado de trabalho. Então acho importante a qualidade.

Olhem alguns números que eu destaquei são para a gente ter uma noção dos cursos de graduação. São dados da avaliação do Enade, do MEC, de 2009. Apenas 5,5% dos cursos superiores recebem nota máxima no Enade. É muito pouco. Nós devíamos ter pelo menos 50%. Nota 3, que é considerada razoável, é onde está a maioria dos cursos superiores no Brasil: 51,4%. Notas 1 e 2, que são insatisfatórias, 34%. Temos que mudar nos próximos anos, inverter esses números.

Próximo.

Qual seria a utopia de se ter uma qualidade melhor no ensino superior? Vou aqui destacar duas dimensões. O tempo não nos permite explorar outras dimensões importantes também. Uma é no sentido da qualidade do egresso do ensino médio, aquele estudante que entra na universidade. O segundo ponto, diz respeito entre a assimetria existente nas das universidades entre ensino, pesquisa e extensão.

Próximo.

A qualidade do egresso do ensino médio. Todos os palestrantes que me precederam apontaram que o grande gargalo do ensino superior é o ensino básico, e concordo plenamente com eles. Vejam o seguinte: começa na educação infantil. Não existem políticas públicas para a educação da primeira infância, que é considerada de zero a três anos.

Os estudos mais recentes da neurociência mostram que essa fase de zero a três anos é a fase mais importante do processo cognitivo, porque, nessa fase, estão sendo formados os neurônios e a articulação entre essa rede de neurônios. Segundo alguns pesquisadores, como, por exemplo, o Professor James Heckman, Prêmio Nobel de Economia de 2001, da Universidade de Chicago, postula que a desigualdade social começa de zero a três anos. Precisamos construir uma política pública de início do processo de educação, da cognição para todos os brasileiros que nascerem daqui pra frente, na idade de zero a três anos. É importantíssimo também a pré-escola, de crianças de 4 a 5 anos, que é bastante precária.

No ensino fundamental contemporâneo nós precisamos ter um novo professor. Um professor diferente, porque o mundo é diferente, as nossas crianças, os nossos jovens, são diferentes. E o conteúdo precisa ser revisto no sentido de dar princípios de cidadania, de modernidade, uma pedagogia baseada em problemas, incompatível com os avanços da comunicação. Foi muito referido muito apropriadamente pelo Professor Speller que precisamos usar melhor inclusive na educação à distância.

A avaliação precisa ser aperfeiçoada, e a educação tem que ter uma interação permanente com a família e a sociedade. No ensino médio, que é um grande problema no Brasil, precisar ser voltada à sistematização e utilização do conhecimento e um cenário de exercício permanente do pensamento.

Próximo.

Na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, no capítulo da Educação Básica, quatro prioridades precisam ser conquistadas. Primeiro, uma visão sistêmica da educação, o ensino básico, incluindo aí o infantil, o médio e o superior. As atividades dentro de um tripé, que vou comentar daqui a pouquinho, sobre ensino, pesquisa e extensão. O segundo, o desenvolvimento de uma cultura científica desde a base da formação escolar. Temos que fazer o letramento nas letras, o letramento nos números. Mas, para entender o mundo, como disse o Professor Prata, a gente poder, o mais apropriadamente, separar a verdade do falso, essa cultura científica deve começar nos primeiros anos de escolaridade. Outro ponto – a numeração não corresponde – seria desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas que incorporem os avanços científicos e tecnológicos. Aí, esse ponto que seria o quarto, a valorização da carreira do magistério.

Por que esses dados apresentados pelo Professor Prata, de estudantes de pedagogia, estão mais ou menos em estabilidade? Porque não é atrativa. A carreira de magistério não é atrativa. Não é só o salário, são as condições de trabalho, horizontes etc. Sem isso, não ainda nada fazer PNE, não adianta discutir as pessoas boas propostas. Isso é fundamental. Acho que sem isso, Senadora, não vamos para frente.

Próximo.

Outro ponto é a assimetria entre pesquisa, ensino e extensão. É comum a gente ler, ouvir discursos dizendo que os três pilares do ensino superior, da universidade são ensino, pesquisa e extensão.

O anterior, por favor.

Aí, de propósito, a pesquisa aparece maior, porque ela é mais valorizada dentro do ensino superior. É claro que pesquisa é absolutamente fundamental. Uma instituição sem pesquisa não fornece um ambiente de pensamento, de argumentação, de dialética. Ela não é importante, a pesquisa, para alimentar o *curriculum vitae* do professor, do pesquisador, como exigem as agências de fomento, mas é a para que o nosso estudante de graduação possa ter um ambiente científico, ter a sua formação num ambiente de ciência. E temos que valorizar aqueles nossos colegas professores que fazem ensino e que fazem extensão. Então acho que é uma meta a gente daqui a alguns anos ter esse *slide* com as letras mais ou menos parecidas, num tamanho parecido. Precisamos valorizar a pesquisa, mas precisamos valorizar o ensino e a extensão.

Próximo.

Na pós-graduação, também foram feitas aqui, peguei alguns dados do panorama da pós-graduação, segundo os dados de 2010 da Capes, temos um sistema robusto de pós-graduação, mas precisamos aperfeiçoá-lo também. Vejam que no item 3, a previsão é de que tenhamos agora em 2011 a formação de 12 mil doutores. Que é um número bastante expressivo em um País onde a pós-graduação começou no meio da década de 60 do século passado.

Essa produção científica que advém principalmente da pós-graduação, os números são interessantes, foram 30.415 artigos publicados em revistas indexadas, que representa 2,63% da produção do novo saber no planeta Terra. Nós estamos, como mencionou o professor Prata, no 13º lugar. O que significa isso quando o Sr. Prata anda na rua e diz: somos pobres e somos ricos. Significa pouco. Precisamos fazer com que essa inteligência, certamente tem inteligência atrás disso, ela possa ter uma consequência social.

Próximo.

E já estou terminando, Senadora.

Eu daria, assim como sugestões no aperfeiçoamento na nossa pós-graduação, é um alinhamento da pós-graduação com o que o Brasil precisa. Porque como falou o professor Prata e costuma falar muito o professor Cristovam Buarque, nós estamos com o risco de apagão de capital humano, e aí não vamos ser, professor Prata, o 5º lugar se não tivermos o capital humano para dar sustentabilidade ao País e fazermos projetos de longo prazo.

A valorização da produção da pós-graduação deve ser feita também nos trabalhos relacionados a impactos sociais, à extensão e ao desenvolvimento tecnológico e inovação. E a gente fazer uma reflexão da flexibilidade dentro dos cursos de pós-graduação, não precisamos tratar todos os estudante como sendo do mesmo potencial, temos que ser mais flexíveis.

Próximo, último, eu acho.

Queria deixar alguns pensamentos de alguns educadores que nos inspiram sempre. Primeiro, o Sr. Paulo Freire, que diz: “Se a educação sozinha não transforma sociedades, sem ela tampouco a sociedade muda”. Nosso grande Senador Darcy Ribeiro, ex-senador: “Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar, e eu não vou me resignar nunca”. Eu acho que é um conselho que ele dá a todos os brasileiros. E finalmente, nosso grande mestre Anísio Teixeira: “Educar é crescer e crescer é viver, educação é assim na vida, no sentido mais autêntico da palavra”.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, professor Isaac Roitman, o senhor fala com a voz de um jovem que está à frente de seu tempo e talvez isso tenha sido pela experiência na sua especialização. Fico muito contente com tudo o que senhor falou agora. Eu, aliás, fiquei com tudo que disseram, mas o senhor me encanta porque o senhor fala com um entusiasmo pela experiência de vida que tem.

Eu convido agora a Elisângela Lizardo, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos, para encerrar então este ciclo de debates, nessa parte aqui de exposições, para, depois, fazermos um debate entre os expositores, os senadores que estiverem aqui.

Eu gostaria apenas, antes, se a Srª Elilsângela me permite, de informar a todos os participantes que, neste momento, todas as demais Comissões encerraram o seu trabalho. Só esta está em funcionamento. Penso que isso também determina uma atitude da Casa em relação à importância da educação – no caso estamos debatendo a educação de nível superior – para o País.

Todos estão reunidos, os demais Senadores, especialmente os Governadores de toda a região Nordeste do Brasil, com o Presidente do Senado, Senador José Sarney, tratando das questões relacionadas ao pré-sal. Essa é uma informação necessária para que todos os senhores que estão dando essa valiosa colaboração entendam exatamente o momento que a Casa está vivendo, tratando de dois temas absolutamente importantes e fundamentais, até porque, como foi dito aqui por vários expositores, 50% dos recursos advindos do pré-sal vão se dedicar à educação.

Agora, sim, passo a palavra a Srª Elisângela, renovando a informação que esta audiência pública está sendo, neste momento, transmitida ao vivo pela TV Senado com todos os veículos que operam aqui no Senado: Rádio Senado, *Agência Senado* e também o *Jornal do Senado*.

Com a palavra e Elisângela para seu pronunciamento.

A SRª ELISÂNGELA LIZARDO – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a Mesa e todo o Plenário na pessoa da Senadora Ana Amélia.

Quero dizer que eu fiquei com uma responsabilidade grande aqui de encerrar a Mesa, mas, ao mesmo tempo, sinto-me muito feliz pelas falas que me antecederam exatamente por apresentarem, com muita precisão, com muita qualidade, o cenário da universidade pública e do ensino superior brasileiro, hoje incluindo os cursos de graduação e pós-graduação.

Sinto-me num lugar privilegiado. Represento aqui os estudantes de pós-graduação do Brasil. Sou Presidenta, estou Presidenta da Associação Nacional de Pós-Graduandos que é, de fato, um setor da educação brasileira que vai muito bem se comparado com as demais áreas. Já foram apresentados vários números aqui, mas repito que é crescente o número de mestrados e de doutorados no País, de titulados.

A nossa produção científica tem um bom posicionamento internacional e o nosso sistema de avaliação é muito valorizado e respeitado nacionalmente, em especial aqui na América Latina. Mesmo assim, eu penso ser fundamental a gente discutir aqui a situação da pós-graduação brasileira, mas, mais do que isso, a relação da pós-graduação brasileira com os demais níveis de ensino, uma vez que o PNE, pela primeira vez, vai incorporar algumas ações do Plano Nacional de Pós-Graduação que também estão sendo debatidas neste momento.

Eu queria, na verdade, começar por aí, falar exatamente sobre o Plano Nacional de Pós-Graduação. Assim como existe o PNE, existe um plano específico para a pós-graduação que, de acordo com o Ministro Fernando Haddad, vai ser, em alguma parte, incorporado nas ações do PNE. A gente já percebeu isso.

No PNE apresentado, em que estão principalmente as metas de formação de mestres e doutores e o número de mestres e doutores por universidade, a interação destes com o ensino básico e, em especial, a formação, o papel das agências de fomento na formação de professores, penso que esse seja o eixo central da articulação entre os níveis de pós-graduação, ensino básico e graduação.

Primeiro, falo rapidamente sobre o Plano Nacional de Pós-Graduação. A gente está no quinto PNPG, que é como é chamado o Plano Nacional de Pós-Graduação. O primeiro PNPG foi realizado no período de 1975 a 1979; o segundo, de 1882 a 1985; o terceiro, de 1986 a 1989; o quarto, que não se chama quarto, pois não manteve a numeração, de 2005 a 2010, venceu ano passado, foi feita uma avaliação agora, inclusive, na elaboração do novo PNPG sobre as metas atingidas, sobre as principais perspectivas e foi elaborada agora, foi constituída uma comissão para elaboração do novo Plano Nacional de Pós-Graduação a partir das agências de fomento: Capes, CNPq, reitores, comissão coordenada pela Capes e aprovada pelo Conselho Superior desse órgão, que tem vigência de dez anos; é o primeiro plano decenal, de 2011 a 2020, e que tentará traduzir eixos e objetivos centrais no que diz respeito ao desenvolvimento da pós-graduação e ao desenvolvimento do País.

Eu queria elencar os cinco principais eixos do PNPG:

1) a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação: expansão do número de cursos do sistema federal e também dos sistemas estaduais, através das

Fundações de Amparo à Pesquisa, da Secretaria de Ciência e Tecnologia;

2) construir uma agência nacional de pesquisa;

3) aperfeiçoamento do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação;

4) promover interdisciplinaridade entre os cursos;

5) e apoio a outros níveis de ensino, um dos eixos centrais que mais deve ser valorizado nesta mesa.

Devem ser levados em consideração alguns aspectos importantes, como o combate às assimetrias regionais do nosso País. Como bem disse o Prof. Álvaro Prata aqui, se a gente enxergar o Brasil no detalhe, a gente pode perceber que, mesmo no Sudeste, onde se concentram os maiores números de mestres e doutores e o maior desenvolvimento econômico, ainda têm áreas e setores ainda muito precarizados. Se for fazer uma comparação também do número de doutorados no Brasil, se pegar toda a região Norte e comparar com apenas um Estado do Sudeste, ainda é inferior, mesmo tendo vários incentivos, no último período, de bolsa, de fortalecimento, de crescimento. E sabemos bem a importância da região Norte, a sua biodiversidade, a sua potencialidade de desenvolvimento de pesquisas que sirvam ao desenvolvimento do País.

Esse novo PNPG ainda não foi lançado. Ele estava para ser lançado este mês, mas eu não sei se já foi ou se tem uma data prevista. Ele ainda não foi lançado, mas a ideia era a de que ele consiga sair o mais rápido possível, para que a gente consiga fazer o debate do PNPG junto do PNE.

Ele tem, além desses eixos centrais, algumas metas importantes para o desenvolvimento do País. Em números aproximados – os números não vão bater aqui com os das outras apresentações -, a gente tem 55 mil doutores, mestres e mestres profissionais, uma média de 10 mil, 11 mil doutores por ano. O Brasil forma, em 2010, 43 mil mestres e 3 mil mestres profissionais. A meta do PNPG é atingir, em 2020, 19 mil doutores, 57 mil mestres e 6 mil mestres profissionais, aproximadamente, então, 82 mil profissionais altamente qualificados para contribuir com o desenvolvimento do nosso País, com a formação dos nossos estudantes, dos nossos jovens.

Vale ressaltar aqui – e o Prof. Celso disse-o bem – a necessidade também da formação de profissionais não só voltados para pesquisa. Então, o fortalecimento do mestrado profissional hoje pelas agências de fomento também vem no sentido da possibilidade de produzir, construir, formar profissionais que estejam diretamente ligados a problemas localizados no desenvolvimento nacional.

O PNPG também tem como meta atingir, em 2020, um número considerado internacionalmente para avaliar o número de doutores por habitantes de um país. Hoje, temos 1,4 doutor por habitante no Brasil e a meta é chegar a 2020 com 2,8 doutores por habitantes no Brasil.

Acho importante explicar qual a relevância desse número. As instâncias que estabelecem o nível de produção científica e o nível de riqueza de um país estabelecem uma relação imediata entre o número de doutores e os habitantes de um país, exatamente por analisarem e refletirem que, quanto mais doutores, ou seja, quanto mais profissionais, quanto mais mão de obra qualificada um país tem, mais possibilidades de promover riqueza. Esse é um debate feito hoje com muita força pelo MEC, pelo MCT, enfim, por todo mundo que debate educação e ciência e tecnologia em relação à necessidade de transformar a produção científica do Brasil, a produção do nosso conhecimento em desenvolvimento tecnológico e, principalmente, em inovação tecnológica, com intuito de aumentar a nossa riqueza e que essa riqueza – aí é uma reivindicação dos movimentos sociais e das organizações de educação que se preocupam, de fato, com o desenvolvimento do País –, além de ser potencializada, que ela possa ser, principalmente, dividida.

Uma inovação tecnológica acompanhada de uma inovação social, que ela permita que instrumentos, mecanismos, produtos sejam construídos por meio da inovação, mas que sirva principalmente para propiciar o bem estar da população, desde transporte, saúde, formação, cultura, que deve ser muito bem lembrada, não pode ser esquecida de forma alguma, é um elemento fundamental para a formação do nosso povo.

E o Brasil, apesar de caminhar bem no que diz respeito à sua produção científica, no ranking internacional, como já dito aqui, somos o 13º no ranking mundial. Produzimos simplesmente 2% das patentes. Então, esse é um número muito pequeno. Significa que a nossa produção, que o nosso conhecimento se reveste pouco em produtos que possam contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Um dos elementos centrais nessa discussão é que essa produção é muito concentrada nas universidades públicas, e que precisa ser abraçada pelo setor privado, que precisa investir em pesquisa tecnológica, para o desenvolvimento da inovação brasileira.

Essa, inclusive, é uma discussão que o MCT tem feito recentemente sobre, e a Senadora bem disse aqui quando citou o Fundo Social do Pré-sal, foi aprovada na Câmara e no Senado uma emenda que destina 50% do Fundo Social do Pré-sal para a educação. Só que ela foi vetada pelo Presidente Lula. Então, essa discussão a gente espera que seja retomada.

A NPG junto com a UNE, com a UBE, com as entidades do movimento social defendem que sejam mantidos os 50% do Fundo Social do Pré-sal para educação e para ciência e tecnologia. E me parece que a nova lei de *royalties* pode causar um grave prejuízo principalmente para o investimento em ciência e tecnologia. Um prejuízo de R$ 10 bilhões para o investimento de ciência e tecnologia. É uma preocupação grande, inclusive foi bastante debatido pela Academia Brasileira de Ciências na última aula magna. Acho importante trazer esse elemento aqui.

E para tentar fechar, no que diz respeito ao PNPG, quero falar um pouquinho sobre as bolsas. Foi dito aqui sobre a importância da educação pública de qualidade, os professores aqui falam, de fato, com muito carinho, muito cuidado e muito convencimento sobre a qualidade da educação, sobre a necessidade do envolvimento dos pares, da família, da sociedade, sobre uma educação integral, emancipadora, que propicie uma formação crítica, criativa. E só a partir dessa formação será possível a gente de fato atingir essa verdade também dita aqui pelo professor Álvaro, que possibilite que cada brasileiro exerça sua cidadania de forma consciente, crítica, contribua de fato para o desenvolvimento do nosso País e também para o desenvolvimento do mundo. Para isso é importante a valorização desses alunos, desses jovens que estão se formando e que vão de fato ser os condutores do nosso País.

Existem iniciativas de bolsas de formação tanto de pesquisa, de extensão, mas eu vou me ater aqui a de pesquisa desde o ensino médio à pós-graduação. E para trazer alguns dados da bolsa de pós-graduação, em 2009, a Capes forneceu aproximadamente 26.7000 bolsas de mestrado, dezoito mil bolsas de doutorado, 2.600 bolsas de pós-doutorado. E o Programa Reúne, que também concede bolsas de pós-graduação, ofereceu 1.842 bolsas de mestrado e 841 bolsas de doutorado. Aproximadamente 47.300 bolsas. Isso representa um terço do número de pós-graduandos, e esse número já aumentou, mas o último dado que eu tinha era que representava aproximadamente um terço dos alunos de pós-graduação no Brasil. E iniciativas de cada vez mais ampliar essas bolsas, ampliar os programas, e aí, inclusive, de fortalecer a internacionalização da pós-graduação da educação brasileira, não só da pós-graduação, mas da educação brasileira.

Foram anunciadas – já foi dito aqui também – 75 mil bolsas no exterior para os estudantes de graduação, pós-graduação, pesquisadores pós-doc e estagiários, mas é importante destacar, principalmente, a necessidade – e aí eu cumpro aqui a minha função de Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos – de valorização das bolsas no País. As bolsas de mestrado e doutorado já estão há três anos sem aumento. Então, estamos aí em uma campanha forte pelo aumento do valor das bolsas, não só do número, mas do valor das bolsas de mestrado e doutorado.

Para encerrar – já acabou o meu tempo –, queria aqui só levantar rapidamente algumas das emendas que a UNE, a Ubes e a ANPG fizeram ao documento do PNE e que estão sendo discutidas na Comissão do PNE. Então, quero levantar rapidamente aqui: a valorização do ensino público e sua expansão; a regulamentação do ensino privado, a necessidade de regulamentar o ensino privado, que corresponde a mais de 80% do Ensino Superior do Brasil hoje, e não só no Ensino Superior, mas aqui, em âmbito geral; o fortalecimento do Fórum Nacional de Educação, para que ele consiga, de fato, ter mais poder de decisão, apresentar propostas, inclusive, sobre o orçamento da educação brasileira; a democratização nas universidades e escolas, com eleição direta para reitores e diretores; um senso da educação infantil; a universalização do ensino a partir dos três anos, o que já foi bem dito aqui sobre a importância da educação desde a primeira infância; a valorização da assistência estudantil, como creches, hospitais, moradia e com destinação de 2% do orçamento geral da educação para assistência estudantil; a reformulação curricular, com abordagens étnico-raciais, não homofóbicas, não sexistas, e consideramos inclusive as comunidades tradicionais; e a interiorização da pós-graduação nos novos campos das universidades. Foi apresentado aqui também quantos novos campos foram criados a partir do Reuni. É importante a consolidação também da pós-graduação nesses campos e a valorização da pesquisa para que não fiquem simplesmente concentrados no oferecimento do curso de graduação e para que essas pesquisas possam, de fato, refletir as demandas regionais do nosso País.

E, por fim – por fim mesmo –, quero deixar aqui destacado que a ANPG defende essencialmente que 10% do PIB devem ser destinados à educação; 7% não dão. É uma campanha... Realizamos jornada de lutas este ano e vamos até o fim insistindo nessa bandeira de 10% do PIB para a educação e 50% do fundo social do Pré-Sal para a educação e para a Ciência e Tecnologia.

Agradeço a todos e todas.

Agradeço ao convite, Senadora, e a oportunidade de estar aqui com vocês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito a exposição da Srª Elisângela.

Renovo os agradecimentos ao Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Sr. Paulo Speller; ao Prof. Celso Frauches,

Consultor Educacional da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior; à Srª Elisângela Lizardo, que acabou de fazer sua exposição e que preside a Associação Nacional dos Pós-Graduandos; ao Prof. Isaac Roitman, Pesquisador e Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências; e ao 2º Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Álvaro Toubes Prata.

Eu queria também registrar a presença do Deputado Federal Luis Carlos Heinze, do PP do Rio Grande do Sul, nesta reunião.

Queria anotar aqui, como Presidente – o que faço com muito prazer –, no lugar do Presidente desta Comissão, Senador Roberto Requião, que me delegou e me solicitou este trabalho, que o faço com muito prazer, porque aprendi muito na manhã de hoje. Também a Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, está no Mato Grosso, submetendo-se a uma sabatina, porque deixará o mandato para integrar o Tribunal de Contas daquele Estado. Há informações que são necessárias porque dizem respeito ao encaminhamento dos trabalhos.

Chamou-me a atenção aqui, quanto aos expositores, primeiro, a constatação grave de que precisamos fazer alguma coisa urgente sobre a questão do gargalo representado pela situação do Ensino Básico, que é o responsável primeiro e fundamental para a questão do pequeno acesso ao Ensino Superior.

E está aqui em minhas mãos, eu até gostaria que isso fizesse parte também do documentário, a revista *Ensino Superior*, mostrando um gráfico – e, quando a gente visualiza isso graficamente, a gente tem a ideia bem clara do que está acontecendo em relação ao ensino superior –, o que entra e onde se chega na questão do ensino superior.

Então é muito fácil entender o drama que foi sublinhado pelo Prof. Celso em relação a isso. O próprio telespectador pode avaliar bem, por esse gráfico, como estamos em relação a isso e como e onde começam os nossos problemas.

Aqui diz o seguinte:

> "Em 2009, de acordo com o Censo da Educação Básica, a relação entre o número de matrículas no ensino fundamental (anos finais) e o de concluintes nessa etapa de ensino era de apenas 17%. Dos quase 2,5 milhões de alunos que concluíram o ensino fundamental e ingressaram no médio, apenas 1,7 milhão terminou esta etapa. Isso quer dizer que o ensino superior conseguiu atender a totalidade dos alunos que se formaram no ensino médio, já que o número de ingressantes nas faculdades em 2009 foi de um pouco mais de 1,7 milhão de alunos. Ficaram para trás, porém, mais de 80% de estudantes que nem chegaram ao ensino médio."

Então o País, que está em 7º lugar entre as potências do mundo, precisa fazer urgentemente muito mais para superar essa deficiência. É aquilo que o Prof. Cristovam, que é um dos requerentes desta audiência pública, fala: do apagão humano da preparação de qualidade.

Sublinhou-me também a questão do avanço e da importância que a EAD (Ensino a Distância) está tendo no País. Eu queria então fazer uma pergunta rápida, dois minutos para cada um: se esse é realmente o caminho e o que devemos fazer para oferecer esse ensino com qualidade.

A outra questão que chamou a atenção do Prof. Celso, e essa é específica para o senhor, foi a pouca presença da entidade privada, mesmo que ela seja, no ensino superior, responsável pela maior parte das vagas abertas. Há um problema de preconceito em relação à iniciativa privada participar de uma área tão fundamental? Qual é a razão? Fiquei muito feliz do Prof. Roitman ter defendido essa tese, já que ela tem essa necessidade, e a Elisangela fala em regulamentação. O natural ou o lógico é que a entidade esteja comprometida, o setor, para assumir essas responsabilidades. A pergunta para o senhor especificamente é essa.

Então, primeiro, pergunto do EAD: como nós estamos?

Rapidamente, dois minutos para cada um ou um pouco menos do que isso.

Prof. Prata, o senhor podia começar.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Parabéns, Senadora Ana Amélia, eu penso que esses dois pontos, de fato, precisam ser ressaltados. A educação básica é fundamental para o que nós queremos para o nosso País. Portanto, o grande esforço que temos que fazer, neste momento, é em relação à educação básica. Os gargalos estão aí, os números são impressionantes e o Prof. Isaac Roitman, com muita propriedade, menciona todos os aspectos, inclusive a valorização. O que nós dizemos para um filho nosso quando perguntamos a ele o que ele quer ser e ele fala: "Minha grande vontade era me tornar professora ou professor do ensino básico"? Será que vamos encorajá-lo ou desencorajá-lo?

Na Coreia, esse país que fez essa grande transformação, os melhores alunos, por vontade própria, querem se tornar professores do ensino básico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora passo para a outra ponta, para o Prof. Celso.

O SR. CELSO FRAUCHES – A Educação a Distância sofre uma discriminação muito grande no Brasil, talvez pelos exemplos do passado, ainda do velho Correio entregando apostilas. A LDB abriu, pela primeira vez, a possibilidade disso ser ampliado para a educação formal e, até agora, não temos realmente um instrumento de Estado que norteie essa questão.

A Universidade Aberta do Brasil é uma iniciativa isolada do atual Ministro que, me parece, está tendo sucesso, mas não tem o mesmo comportamento em relação às propostas da iniciativa privada. Nós não advogamos entrar no campo da educação a distância simplesmente por ingressar. Queremos ser avaliados, como o Estado também é avaliado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Certo. Eu lhe agradeço.

Concedo a palavra ao Prof. Roitman.

O SR. ISAAC ROITMAN – Nestes dois minutos, quero falar sobre o gargalo. É preciso que o egresso do ensino médio tenha qualidade. Vou usar a metáfora do chefe de cozinha francês: se ele receber, como ingredientes, tomates podres, arroz vencido, não vai conseguir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por mais arte que tenha, não vai conseguir fazer o prato.

O SR. ISAAC ROITMAN – Então, é preciso que haja qualidade.

Quanto ao ensino a distância, penso que não podemos ter preconceito. Esse ensino é importantíssimo num país continental como o nosso. Mas precisamos refletir sobre dois pontos. Primeiro, a qualidade do curso não pode ser menor do que a do curso presencial. Para certas carreiras, o ideal, talvez, seja um misto de ensino a distância com curso presencial. Como se pode formar um cirurgião dentista, sem que ele tenha...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sem a prática.

O SR. ISAAC ROITMAN – O mesmo ocorre com um médico, com um farmacêutico ou com um químico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Certo.

O SR. ISAAC ROITMAN – Penso que esse é um instrumento importante. Não devemos ter preconceito, pois esse ensino é importante para o Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço, Professor.

Concedo a palavra ao Prof. Paulo Speller.

O SR. PAULO SPELLER – Senadora, eu queria destacar um aspecto importante: no mundo, não há exemplo de país que tenha construído sua economia e solidificado seu sistema de educação sem que a educação fosse considerada prioridade de Estado, com uma fortíssima presença do Estado investindo nisso e se estruturando para isso.

Quero trazer aqui uma preocupação do Conselho Nacional de Educação: o investimento do Estado na educação está acontecendo; o que, hoje, não existe é uma efetiva articulação, um regime de colaboração entre os entes federados. O que trazemos como preocupação em relação ao ensino privado, apesar de algumas belíssimas exceções, é um número excessivo de recomendações que estamos fazendo no caso de recredenciamento de instituições de ensino superior para assinaturas de protocolos de compromisso, por fragilidades muito fortes.

Nesse sentido, vamos ser pragmáticos. Aqui, faço um apelo à Srª Senadora e aos Srs. Senadores: quando a proposta do Plano Nacional de Educação estiver nesta Casa, teremos de dizer que precisamos dos 10%, da presença forte do Estado e da priorização da educação como política de Estado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Quero fazer uma provocação, Prof. Paulo.

O nível do ensino está nas mãos do Estado, que é o ensino básico e o ensino médio. Os Municípios são responsáveis pelo ensino fundamental. Isso é o que ocorre no sistema federativo brasileiro da educação. Aí é que existem os maiores problemas. O que está acontecendo? O Estado está falhando na sua missão? Há falta de recurso? Há falta de preparo? O que está acontecendo?

O SR. PAULO SPELLER – Faço dois comentários. O primeiro é que há uma excessiva fragmentação: cada um está do seu lado, e ninguém se entende. O segundo é que a receita do bolo, seguindo o exemplo do Prof. Roitman... Pegue-se o caso do ensino médio nas mãos da União: são as melhores instituições de ensino médio as antigas escolas técnicas, os atuais institutos federais. São boas escolas, bons laboratórios, bons professores, relativamente bem pagos – podem ganhar mais. Eles têm as melhores avaliações que se fazem no País hoje. Esse é o caminho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por que não se federaliza, então, o processo?

O SR. PAULO SPELLER – A Senadora acaba de apresentar uma proposta. Quem sabe o Senado, sob sua liderança, encaminha essa questão nessa direção?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aqui vivemos exatamente esse dilema. Mas, como esta é uma federação, com uma repartição das competências e também das receitas da União, dos Estados e dos Municípios, é preciso que a União, que é a prima rica do processo, que tem 60% de toda a arrecadação dos nossos impostos, tenha uma responsabilidade maior nesse nível, para que se possa

atender tudo o que aqui se falou: a necessidade de mais investimentos, de melhoria da qualidade e de participação mais efetiva do setor público.

Eu queria fazer uma pergunta à nossa representante dos graduandos, a Srª Elisângela. Eu queria saber, Elisângela, se existe no sistema uma transversalidade. O Prof. Roitman mostrou o número de 30.415 artigos científicos publicados. Para mim que sou leiga e examino a questão do ponto de vista da minha responsabilidade, esses artigos podem ser todos muito importantes, mas eles serão muito mais importantes se a maior parte deles modificar e melhorar a vida dos brasileiros, porque aí foram investidos recursos públicos e quando o Professor Prata falou que18% da Medicina Tropical são pesquisas científicas brasileiras. Ótimo! Isso tem que ser continuado.

Agora, em quantos por cento desses artigos – essa é para o professor, mas para você, primeiro, Elisangela – há a transversalidade entre Ministério da Ciência e Tecnologia quanto às necessidades do Brasil para chegar à quinta potência, entre Embrapa, que é um centro de excelência de pesquisa, o próprio Ministério da Educação e todas as áreas que nós trabalhamos?

Aqui, o Professor Prata lembrou bem o caso do Brasil. O custo é relativo entre o que a China exporta, o que nós compramos e o que nós vendemos. Não temos valor agregado. Uma realidade mais ou menos parecida com a dos anos 60, nos Estados Unidos, que exportava matéria prima e importava manufaturados. Hoje nós estamos assim, exportamos muita matéria prima e pouco manufaturado, que é onde está o valor agregado.

Como está isso? Existe transversalidade, existe, digamos, um apoio prático para essa questão?

A SRª ELISANGELA LIZARDO – Eu não consigo te apresentar dados dessa transversalidade, desse impacto imediato da pesquisa para o desenvolvimento nacional, para o retorno para a sociedade. Agora, é um desafio, sem sombra de dúvida; ele existe, mas, com certeza, precisa ser aprimorado, aprofundado para que de fato as pesquisas financiadas com recurso público, em sua maioria, ela precisa ter um retorno social, uma relevância social. Inclusive, um dos requisitos para aprovação de projeto é que ele precisa ter uma relevância social que contribua para o desenvolvimento do nosso País. E esse é um desafio que me parece estar na pauta do MCT, do MEC e também das agências que são responsáveis pelo financiamento da pesquisa no Brasil.

Como transformar o nosso conhecimento científico, onde a gente caminha bem, onde a gente produz bastante artigo, onde a gente forma mestres e doutores qualificados em quantidade no Brasil, como transformar esse conhecimento em tecnologia e inovação tecnológica, tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o desenvolvimento social do País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PT – RS) – Muito obrigada.

Professor, desses 30 mil artigos, o que tem de prático?

O SR. ISAAC ROITMAN – *(Intervenção fora do microfone.)* Eu não sei lhe precisar o percentual, mas eu presumo que tenha pouca aplicação no sentido de refletir uma melhoria da sociedade.

Quero só destacar o dado que o Professor Prata colocou, que apesar de as publicações brasileiras representarem 2,6% da nova ciência no mundo, na área de Medicina Tropical represente 18%. Isso é importante, porque prova que nós... E, na Medicina Tropical, a grande maioria dos trabalhos tem a ver com a conseqüência, problemas graves como a febre...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PT – RS) – Febre amarela, malária, Chagas e agora a dengue.

O SR. ISAAC ROITMAN – (...) febre amarela, malária, doença de Chagas, dengue etc.

Eu queria também aproveitar para destacar que nessa Medicina Tropical nós temos uma longa tradição, começou com Osvaldo Cruz, e temos o pai do Professor Álvaro Prata, o Professor Aluízio Prata, que foi, nos últimos anos, um grande baluarte da Medicina Tropical. Com trabalho a gente consegue bons números.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PT – RS) – Obrigada, Professor Roitman.

Eu só queria perguntar ao Dr. Paulo, essa idéia do Professor Celso – já passo a palavra à nossa Senadora Ana Rita – de um "SUS" para a educação, um comprometimento dos três entes federativos em relação ao SUS e ao incentivo fiscal, porque, como ele lembrou bem, tem incentivo fiscal para o esporte e para a cultura; isso seria o caso, para resolver esse problema.

O SR. PAULO SPEELER – Senadora, está previsto na Constituição de 1988 a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados. Esse regime de colaboração daria lugar ao Sistema Nacional de Educação, que é bandeira da Conferência Nacional de Educação, e vem embutida na proposta do Plano Nacional de Educação. Se nós caminharmos nessa direção, teremos dado um passo histórico, porque um dos graves problemas do Brasil é essa fragmentação entre Município, Estado e União, e acaba que estamos entre as piores avaliações do mundo na educação básica.

Então, esse é um passo em que o Congresso Nacional...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A regulamentação dos dispositivos constitucionais.

O SR. PAULO SPELLER – Do regime de colaboração entre os entes federados. Esse é um passo importante, penso eu.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia**.** Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente queria dizer que tive de dar uma saída muito rápida para uma audiência em que não podia deixar de estar presente, mas estou retornando aqui e quero fazer umas duas perguntas, até porque ontem nós tivemos a oportunidade de relatar a Medida Provisória nº 525, para contratação de professores para as instituições de ensino público superior e sabemos da necessidade emergencial de contratação desses professores.

Na minha opinião, nós sabemos que o Governo ampliou muito a rede de ensino superior e, na verdade, há uma deficiência de professores para atender a real demanda das universidades e das Ifes. Sabemos que o Governo também fez concurso público, mas que, no momento, a contratação via concurso público, não se dá na mesma agilidade, na mesma rapidez de contratação de professores para suprir as vacâncias, inclusive daqueles professores que poderão assumir reitorias, vice-reitorias, para atender a essas necessidades.

Então, na verdade, a medida provisória vem atender a uma necessidade emergencial para que as universidades não corram o risco de ter que paralisar, de ter que reduzir a qualidade de ensino em função da falta de professores.

Mas a minha pergunta vai: com a expansão das instituições de ensino superior públicas, quais as medidas concretas que estão sendo tomadas na contratação de pessoal? Isso que a gente gostaria de ouvir de alguém da mesa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia**.** Bloco/PP – RS) – Dada a especificação da pergunta, o Prof. Álvaro poderá responder.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – E eu gostaria também de aproveitar a oportunidade para fazer uma outra pergunta. No âmbito do Reuni quais resultados positivos podem ser observados nos cursos de graduação, especialmente com relação à ocupação de vagas existentes.

São essas as duas perguntas que eu gostaria muito, se possível, de ter a resposta de vocês.

Muito obrigada.

O SR. ÁLVARO TOUBES PRATA – Muito obrigado, Senadora, pela oportunidade.

Nós falamos aqui rapidamente sobre o Reuni e queremos agradecer ao Senado pela aprovação da Medida Provisória nº 525, realmente fundamental para nós neste momento. Mas, como a Senadora fala, é uma medida provisória, no sentido temporário do termo. Nós tratamos a dor, mas não tratamos o problema. Nós temos um déficit de docentes e é preciso que esse déficit, que hoje está em torno de 4 mil docentes. Possa ser preenchido.

Nós precisamos que o Congresso Nacional autorize as nossas instituições a contratar professores efetivos. É disso que nós precisamos neste momento. De fato, nós crescemos muito – e aí nós caminhamos para a segunda pergunta da Senadora –, o programa de Reuni que é de reestruturação e expansão das universidades foi muito vitorioso, num primeiro momento no sentido da expansão, mas da reestruturação há experiências, mas nós precisamos avançar nessa linha e precisamos fazer com que esse crescimento seja um crescimento mais homogêneo.

Nós conseguimos colocar recursos no sistema, naquilo que depende puramente das questões orçamentárias, mas a contratação de docentes e de servidores técnicos administrativos, por exemplo, não está fazendo jus à expansão do sistema.

Insisto nessa questão num ponto que eu penso que é crucial: falamos aqui das boas universidades, do sistema. O Brasil tem 2.300 instituições de ensino superior, um grande número. Quero defender as instituições privadas aqui – eu pertenço a uma universidade federal – no sentido de que o ensino é muito caro. O orçamento da minha universidade, Universidade Federal de Santa Catarina, é de R$1 bilhão. Se eu dividir isso pelo total de alunos – nós temos alunos do núcleo de desenvolvimento infantil, de seis meses; temos 800 no núcleo da terceira idade –, se todos pagarem mensalidade para que eu faça jus a esse orçamento, a mensalidade precisaria ser de R$20 mil.

Então, nós não podemos... Por que temos esse quadro da instituição privada hoje, onde a maior parte dos cursos que são abertos são cursos que não demandam muitos recursos...?

Falando de um outro dado relativo a desenvolvimento: Brasil, sétima economia do mundo, e estamos querendo crescer; de cada 100 pessoas que se diplomam no Brasil, 6 se diplomam em engenharia. De cada 100 pessoas que se diplomam na China, 39 se diplomam em engenharia. Então, no Brasil, sem detrimento das outras áreas, estamos num apagão de engenheiros, porque precisamos dessa infraestrutura.

Pois bem, nós pegamos a nossa galinha de ouro, que é o sistema de universidades federais, e cobramos dessas instituições essa expansão. Nenhum país do mundo fez isso. Nenhum país chegou para Harvard, chegou para a Sourbonne, chegou para Oxford... A França não chegou para a Sourbonne e disse: "Você tem que educar a população francesa". A Inglaterra

não chegou para Cambridge e Oxford e disse: "Vocês precisam educar a população inglesa." Essas instituições são pequenas. Harvard tem 15 mil alunos. Vejam que loucura! São instituições pequenas.

Então, pegamos as nossas melhores instituições, submetemo-las a esses processos de expansão, e é preciso recuperar isso que o Prof. Isaac Roitman menciona: precisamos dar qualidade, e a qualidade não pode cair.

Então, o Reuni foi muito bom, num primeiro momento, está sendo muito bom, mas ele encerra em 2011, e precisamos dar sequência a isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Prof. Álvaro. Eu lhe agradeço muito a coragem de fazer esta comparação de custo: se fôssemos dividir o orçamento da Universidade de Santa Catarina... Aliás, a UFSC é de muito boa qualidade, tem uma interatividade muito importante com instituições alemãs, lá fazem um belíssimo trabalho na área de engenharia mecânica e metalúrgica. Isso é uma coisa importante. Aí é que mostra que o recurso público tem a ver com a necessidade do País de um Estado muito industrializado e economicamente muito forte.

Eu queria dizer também que o Senador Cristovam Buarque, que é um dos requerentes desta audiência pública, não está presente, justificou e pediu que eu o fizesse em nome dele. Ele está em missão oficial em Paris neste momento. E eu queria então que, agora, o Prof. Celso respondesse a pergunta que lhe fiz sobre a questão da pouca presença do setor privado nos foros oficiais do ensino.

O SR. CELSO FRAUCHES – Quando o Poder Público necessitou da iniciativa privada para, em 1968, nos anos de chumbo, tirar os alunos excedentes e colocá-los nos bancos da universidade, foi a iniciativa privada que veio socorrer o Poder Público. De lá para cá, ela se expandiu por quê? O Poder Público foi incompetente para investir na educação superior. Isso é uma realidade.

Hoje o Poder Público caminhou bastante? Caminhou. Só que eu penso, eu pessoalmente, que está caminhando no caminho errado. Não é a universidade que vai desenvolver a educação superior. O Prof. Prata disse isso muito bem. Se se expandirem para o interior universidades que já têm porte, seguramente o ensino não vai ser da mesma qualidade. Se olhássemos para a Índia – há 50 anos, o país tomou um caminho diferente, nos institutos tecnológicos, exportou cérebros para os Estados Unidos, e hoje eles estão voltando para desenvolver a Índia, um dos Brics -, teríamos um grande salto. O Ministro Fernando Haddad caminha para essa realidade. Ele criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Aí, sim, penso que caminha no caminho certo, e a iniciativa privada, representando 90% desse universo em termos de instituições e 755 das matrículas, não pode ser ignorada na hora em que se discute um Plano Nacional de Educação na área da educação. É isso que colocamos. Não queremos ser melhores nem maiores do que ninguém, apenas queremos ser ouvidos, e ouvidos com a qualidade que merecemos.

A qualidade do ensino que ofertamos ainda não foi avaliada. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes é o único no mundo. Não existe em lugar nenhum do mundo um exame igual ao Enade. Ele ainda não teve sua metodologia avaliada. Ele é uma metodologia caixa preta. Quanto ao CPC, todos os indicadores que dele saíram não foram avaliados pela comunidade científica internacional. Então, ele não pode ser tomado como indicador de qualidade de curso, quanto mais se o aluno não tem nenhuma responsabilidade com a nota que recebe. Basta o aluno comparecer, assinar a presença e ir embora que ele vai receber o diploma da mesma maneira. Diferente de um Exame da OAB, diferente do exame que começa a existir agora na carreira de contabilidade e que outras carreiras tomam.

Acho que este é o caminho certo: avaliar o profissional. Avaliar o ensino pela avaliação presencial, *in loco*, com instrumentos que avaliem a realidade, o dia a dia do professor em sala de aula; e que não se avalie qualidade pela quantidade de livros na biblioteca, quantidade de doutores, quantidade de computadores, quantidade de salas de aula. É isso que o MEC faz hoje. O MEC não avalia qualidade. Assim como avalia apenas quantidade de artigos produzidos e não a qualidade desses artigos. Por isso esse fosso extraordinário entre produção científica e patente realizada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Prof. Celso.

Temos um enorme desafio, que é sair desse perfil bacharelesco, citado pelo Prof. Paulo Speller, para chegar a um nível de qualidade, aptos à decolagem mostrada no *banner* do Prof. Alvaro, uma decolagem segura e com qualidade também, em todos esses desafios que são enormes.

Para encerrar esta audiência pública, que foi uma iniciativa dos Senadores Marisa Serrano, Paulo Paim, Marinor Brito e Cristovam Buarque, concedo a palavra, por dois minutos, a cada um dos expositores, para as suas conclusões finais.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Quero agradecer a oportunidade e dizer da minha satisfaça pessoal por estar em companhia tão boa nesta Mesa, pessoas que respeito e admiro muito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Todos estamos muito bem acompanhados.

Muito obrigada.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – E gostaria de sublinhar esse grande desafio que temos. Como foi dito aqui, todos nós nos acostumamos a falar que educação é importante. Mas qual é a prioridade que nós damos para a educação? Quantos de nós pega uma parte do seu salário e investe na sua educação? Se sabemos uma língua, por que não aprendemos outra? Quantos de nós? E penso que, independente de ganharmos R$500,00 ou R$600,00 por mês, temos que pegar 10% do que ganhamos para investir em educação, assinar uma boa revista e assim por diante. Então, esse é o desafio, e o Senado tem um papel muito grande nesse desafio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Prof. Alvaro.

Elisangela, por favor.

A SRª ELISANGELA LIZARDO – Gostaria de agradecer à Senadora, a todo o Plenário, o convite e a oportunidade de estar aqui falando um pouco sobre nossas ideias, reafirmar a nossa bandeira: 10% do PIB para educação, 50% do Fundo Social do Pré-sal para educação, ciência e tecnologia. E queria dizer que foi de plena concordância desta Mesa, e é importante reforçar, a importância da educação científica de qualidade, desde a primeira infância, que propicie a formação de cidadãos mais críticos, criativos, capazes de tomar suas decisões, serem emancipados e contribuírem para o desenvolvimento do nosso País, principalmente para o desenvolvimento de suas próprias individualidades e da sua própria formação e cultura.

Muito obrigada, Senadora. Obrigada a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Elisangela.

O SR. ISAAC ROITMAN – Senadora Ana Amélia, é uma satisfação muito grande ter participado desta audiência de qualidade muito grande. Deixaria como mensagem final à Comissão de Educação, Cultura e Esporte que nós precisamos, no Brasil, planejar a longo prazo.

O Prof. Speller falou que educação tem que ser uma política de Estado. Nós temos que fazer projetos não de quatro anos, oito anos para o Brasil, mas projetos para os próximos cinquenta anos. E a educação é um eixo central, tem que estar planejada para termos um país que nós não vamos viver, mas que os nossos descendentes vão, daqui a 50, 100 anos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Professor.

Dr. Paulo Speller.

O SR. PAULO SPELLER – Senadora Ana Amélia, muito obrigado pela oportunidade.

Eu queria reiterar um aspecto que, muitas vezes, é mencionado dentro dessa perspectiva da educação como prioridade, de que, sim, pode-se fazer educação de qualidade num país continental, não apenas nas suas capitais, mas no interior do Estado.

Tenho o privilégio, neste momento, de ser o reitor *pro tempore* da mais jovem universidade federal no interior de um Estado nordestino, que é o Ceará. E quero dizer aos senhores que estou positivamente surpreendido com a boa qualidade do trabalho que estamos fazendo, com um *campus* instalado em que todos os professores são doutores. Estamos fazendo concurso público apesar da insistência para que se contratem professores temporários, mas estamos insistindo que tem de ser professor de carreira, técnico de carreira. E a universidade com estudantes africanos, asiáticos e brasileiros do interior do Ceará, está demonstrando o que os Estados Unidos, o que a Inglaterra e vários países já fazem: Oxford, Cambridge... A maioria das universidades norte-americanas não está nas grandes cidades; está nas pequenas cidades. Se eles podem, nós também podemos. E a Unilab é exemplo disso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sucesso também, Professor Paulo Speller, pelo trabalho lá. E que outros dados venham a ser positivos com esse avanço.

Para encerrar, o senhor que começou, tem a palavra o professor Celso.

O SR. CELSO FRAUCHES – Eu queria agradecer, em nome da ABMES, esta oportunidade de nós sermos ouvidos num conclave do nível deste, com uma Mesa tão ilustre, da qual fico honrado de participar.

Mas insistir, sim, que a educação básica precisa ser olhada como prioridade. A ideia de um sistema único da educação básica surge realmente da LDB, onde ali se fala, como o professor Paulo Speller lembrou, da harmonia que deve existir entre o sistema federal, estadual e municipal. Com esse sistema, acredito que se bem constituído, ele poderá ser um sistema – volto a dizer – sem as mazelas do SUS, porque construído por educadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Professor Celso.

Renovo os agradecimentos em nome do Senador Roberto Requião e da Vice-Presidente Marisa Serrano; dos Senadores e Senadora Marinor Brito, Paulo Paim e Cristovam Buarque, que foram os autores do requerimento para esta audiência pública que debateu o ensino superior e pós-graduação, mais especialmente a participação dos convidados: do Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Paulo Speller; do Professor e Consultor

Educacional da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, Celso Frauches; da Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos, Elisângela Lizardo; do Professor, Pesquisador e Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências, Isaac Roitman; e do Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior e também Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Álvaro Toubes Prata.

A todos e especialmente aos veículos de comunicação do Senado: a TV Senado, Agência Senado, Rádio Senado, Jornal do Senado que deram essa cobertura, especialmente aos nossos tradutores que aqui prestaram um grande serviço, permitindo que as pessoas portadoras de necessidades especiais pudessem acompanhar esta audiência pública, que debateu um dos maiores desafios que temos pela frente, não do Senado, mas da sociedade brasileira, a todos, muito obrigada.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 30 minutos.)

ATA DA COM A 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE EM CONJUNTO COM A 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COM A 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, COM A 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E COM A 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e onze, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães – INTERLEGIS, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Inácio Arruda, Roberto Requião, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Ana Amélia e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores Ângela Portela, Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim Argello, Marta Suplicy, Jorge Viana, Magno Malta, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, João Pedro, Vicentinho Alves, Wilson Santiago, Sérgio Souza, Paulo Davim e Kátia Abreu. Justifica a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete às Comissões a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, atendendo aos **Requerimentos n.º 15 de 2011-CCT**, de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga, **n.º 20 de 2011-CCJ**, de autoria do Senhor Senador Eunício Oliveira, **n.º 12 de 2011-CAE**, de autoria do Senhor Senador Delcídio do Amaral, **n.º 14 de 2011-CE**, de autoria do Senhor Senador Roberto Requião e **n.º 13 de 2011-CMA**, de autoria do Senhor Senador Rodrigo Rollemberg, que requerem "..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências", tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, o Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão

– ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA" e **Requerimentos n.º 24 de 2011-CCT,** de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga e **n.º 38 de 2011-CAE,** de autoria do Senhor Senador Delcídio do Amaral que requerem " ..., nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 15/2011-CCT a fim de convidar um representante da HBO para participar da audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com o objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências". Comparecem à reunião os Senhores Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; Luciana Ferri Sobrosa de Mello, Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO; Marcos Alberto Sant´anna Bitelli, Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA; Francisco Mistrorigo, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV; Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Evandro Guimarães, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Organizações GLOBO; Daniel Pimentel Slaviero, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – SBT; Marcio Novaes, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Record; José Francisco de Araujo Lima Neto, Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; Eduardo Levy Cardoso Moreira, Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Eunício Oliveira, Delcídio do Amaral, Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro e Anibal Diniz. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **SENADOR EDUARDO BRAGA,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – **CCT, SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – **CAE, SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – **CCJ, SENADOR ROBERTO REQUIÃO,** Presidente da Comissão de Educação,

Cultura e Esporte – **CE**, **SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a realização de audiência pública conjunta com a 29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aqui representada pelo seu Presidente, Senador Eunício Oliveira, e por Senadores que compõem a nossa Comissão de Constituição e Justiça; com a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, aqui representada pelos seus Senadores e também pelo seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral; com a 28ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; com a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura que se realiza hoje, dia 16 de junho de 2011, com objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências, em cumprimento aos Requerimentos nº 15 e 24 de 2011, da CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga e outros Senadores, bem como ao Requerimento nº 20, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira e outros, aos Requerimentos nº 12 e 38, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Delcídio do Amaral e

outros Senadores, ao Requerimento nº 14, de 2011, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Roberto Requião e outros, e ao Requerimento nº 13, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, todos eles aprovados.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Srªs e Srs. Senadores, informo que esta audiência pública se dará no formato de videoconferência, por meio do Sistema Interlegis, do Senado, permitindo interatividade dos membros das Assembleias Legislativas de todo o Brasil com os Senadores das comissões, para a elaboração de questionamentos aos convidados, e vídeo *streaming*, transmissão pela Internet, bastando, para isso, acessar a página www.interlegis.gov.br, o que possibilitará o envio de perguntas dos Exmºs Srs. Deputados Estaduais e Distritais, por meio do *e-mail* plc1162010@senado.gov.br.

Aqui, cabe um esclarecimento: é óbvio que essas perguntas serão encaminhadas a todos os Srs. Senadores - Senador Rodrigo Rollemberg, por favor, para compor a mesa – e todas essas perguntas serão encaminhadas não só aos Srs. Senadores, mas também aos senhores palestrantes, para que, pelo meio próprio, a Internet, possam responder à participação de todos.

É uma experiência nova que estamos fazendo: a ampliação da audiência pública por um sistema novo, uma nova plataforma. Aliás, a intenção do debate desse projeto pelo Senado da República, pelas suas diversas comissões, é exatamente ampliar a formação do juízo de valor por parte dos Srs. Senadores sobre um projeto que visa não só regular a democratização dos investimentos e do mercado de TV a cabo, bem como a ampliação da rede de fibra ótica e de banda larga no Brasil.

Pelo que estava previsto, quero passar a palavra ao Senador Eunício Oliveira, para o posicionamento de abertura desta audiência pública, para que, em seguida, possamos passar a palavra aos demais Presidentes e irmos à participação dos palestrantes.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB - CE) – Obrigado, Senador, Presidente Eduardo Braga.

Bom dia a todos, bom dia aos Srs. Senadores, aos nossos palestrantes de hoje, aos que vieram aqui participar desta audiência pública.

Quero ser extremamente breve. A nossa posição é muito clara em relação a esta audiência pública. Quando aprovamos o requerimento para que acontecesse esta audiência pública, a intenção era – e é, continua sendo – ouvir os senhores. O nosso objetivo aqui, como Presidentes e como relatores da matéria, é ouvir todos aqueles que têm interesse na aprovação ou na rejeição ou nos questionamentos do PLC nº 116. O objetivo aqui, como já disse, é fundamental para que possamos fazer um juízo de valor, para que possamos aprovar um projeto que não seja um projeto que tenha outro objetivo que não o de criar um ambiente competitivo em benefício do consumidor dos serviços audiovisuais, de criar um ambiente propício ao ambiente privado nas atividades das duas camadas e de criar também e ouvir aqui novos atores, especialmente programadores brasileiros voltados para a TV por assinatura e para as novas mídias comprometidas com a veiculação de conteúdo audiovisual brasileiro.

Portanto, meu Presidente Eduardo Braga, o objetivo aqui, pelo menos no que se refere à Comissão de Constituição e Justiça e a essa relatoria, é falar praticamente nada e ouvir muito, para saber como vamos formar um juízo de valor em relação ao relatório final que será apresentado na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB - AM) – Agradecendo o nosso querido Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, que, além de Senador e ex-Deputado Federal, grande representante do Estado do Ceará, foi Ministro das Comunicações do nosso País.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, para fazer uso da palavra pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Eduardo Braga.

Quero cumprimentar também o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, os demais Senadores e Senadoras aqui presentes e todos que nos honram com a sua presença, de forma especial, os nossos convidados que ocupam cargos estratégicos para esse debate e que têm uma contribuição enorme a dar.

Quero cumprimentar V. Exª, Presidente Eduardo Braga, por essa inovação de podermos fazer uma audiência pública de uma comissão aqui, no Interlegis, com a participação de diversas Assembleias Legisla-

tivas, amplificando o debate sobre um tema da maior importância – eu diria o de maior importância - no que se refere à regulamentação do setor de comunicações no Brasil, que tramita no Senado Federal.

Portanto, quero desejar um ótimo debate. Faremos as nossas considerações de mérito após ouvir os nossos palestrantes.

Mas quero cumprimentar V. Exª pela inovação que devemos reproduzir muitas vezes nas audiências públicas, amplificando os debates produzidos pelo Senado Federal.

Muito obrigado.

Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao ilustre Senador Rodrigo Rollemberg, passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente da CCT, Senador Eduardo Braga; o Presidente da CCJ, Senador Eunício; o Presidente da CNA, Senador Rodrigo Rollemberg; cumprimento os demais Senadores, Senadoras, convidados, dizendo que estamos muito contentes porque hoje estamos diante de um evento inusitado no Senado Federal. São três Comissões reunidas numa audiência pública, mostrando a importância da discussão do PLC nº 116, e, ao mesmo tempo, também, sendo acompanhada pelas assembleias legislativas. Acho que o Interlegis tem esse mérito, e o Senado pouco usa o Interlegis, principalmente para fazer essa comunicação direta com os Estados. E estou vendo no telão que a assembleia do meu Estado é uma das primeiras que está aí nos acompanhando, o Mato Grosso do Sul. Quero aproveitar para cumprimentar os Deputados e, especialmente o Presidente Jerson Domingos. Está na tela o Mato Grosso do Sul, sinal de que a turma está atenta, especialmente nesse assunto que é fundamental para o Brasil.

Ao mesmo tempo... Agora eles estão reclamando. O Eunício perdeu a oportunidade também. O Amazonas, idem, com o Eduardo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir um aparte só para mandar um abraço aos meus conterrâneos do Ceará. que estão nos vendo ali.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aproveito para cumprimentar também São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Amazonas, Piauí, Ceará e, especialmente, o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Não vou me estender porque hoje temos aqui uma série de palestrantes – o importante é ouvi-los; mais do que nunca, esse é o nosso objetivo –, mas quero dizer que essa bola já vem quicando na área do Congresso há algum tempo. Estamos discutindo esse PLC, da Câmara, mas existe, também, na Comissão de Assuntos Econômicos, estão aqui a Adriana e o Gonzaga e equipe, e isso já foi motivo de uma discussão intensa na Comissão de Assuntos Econômicos, inclusive com a elaboração de projetos pela Subcomissão de Marcos Regulatórios, que teve como Relator o Senador Garibaldi Alves, que hoje está no Ministério da Previdência. Portanto, é um tema palpitante, é um tema que, mais do que nunca, nos preocupa para qualificar o debate e buscar aquelas soluções que são boas para o Brasil, dando tranquilidade também para um setor fundamental, que é setor de televisão, de telefonia, de TV a cabo.

Portanto, quero agradecer muito por esta audiência. Vou ter de me retirar por alguns minutos, porque está tudo acontecendo, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Agricultura, audiência em Ministérios, e eu convido o Senador Walter Pinheiro a ocupar o meu lugar, um homem experiente, uma pessoa que conhece profundamente o tema que está sendo discutido.

Convido, se V. Exª permite, Senador Eduardo Braga, meu Presidente, a presença aqui, substituindo-me de uma maneira muito mais competente e qualificada, do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço pela participação do nosso Senador Delcídio do Amaral, convidando, portanto, o Senador Roberto Requião para fazer uso da palavra.

Gostaria apenas de confirmar com as assembleias legislativas que nos assistem neste momento se estão interagindo conosco. Se estiverem, o sobrinho do nosso Senador Eunício Oliveira, o Deputado Estadual Daniel Oliveira, que está nos assistindo lá do Ceará, eu gostaria que ele pudesse, portanto, confirmar se está nos ouvindo aí no Ceará.

A SRª MIRIAN SOBREIRA – Bom dia a todos. Nós estamos com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, que é presidida pela Deputada Mirian Sobreira, que vos fala, e dizer que estamos interagindo, estamos aqui com a equipe de comunicação para ouvir todas as palestras e participar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem. Como pretendíamos, está absolutamente confirmado que há a interatividade com todas as assembleias. Feita essa colocação, passo a palavra ao nosso Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, para fazer uso da palavra na abertura dos trabalhos, e convido o Senador Walter Pinheiro para representar aqui a Comissão de Assuntos Econômicos, por solicitação de seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, este deve ser o debate derradeiro, porque, nos últimos dez anos, a Comissão de Educação realizou doze audiências sobre o mesmo tema, projeto da Deputada Jandira, do Senador Flexa Ribeiro, e há coisa de alguns dias fizemos também, no mesmo sentido, um debate com a presença das mesmas instituições. Mas as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura não haviam feito ainda o debate. Então, acedemos em participar, mais uma vez, dele.

A Comissão de Educação aqui fica representada também pelo Senador Walter Pinheiro, que foi o autor inicial da lei de regulamentação na Câmara Federal ainda e hoje é Senador da República. Um debate um pouco mais amplo, um público significativo, com as mesmas personalidades e as mesmas instituições. Mas vamos, então, a um debate que deve pôr um fim para que essa matéria vá ao plenário e possamos, de uma vez por todas, resolver esse problema que já há dez anos ocupa espaços na Câmara Federal e no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem. Vamos, então, à participação dos senhores palestrantes.

Convido o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), para fazer uso da palavra por dez minutos, a partir da nossa tribuna.

Portanto, com a palavra o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema.

O SR. MANOEL RANGEL – Bom dia. Gostaria de agradecer o convite feito pelos Senadores para participar desta audiência pública. Gostaria de cumprimentar os Senadores Roberto Requião, Walter Pinheiro, Eduardo Braga, Eunício Oliveira e Rodrigo Rollemberg e, em nome deles, cumprimentar os demais Senadores e demais presentes nesta audiência pública.

Gostaria, ainda, de parabenizar o Senado pela iniciativa de realizar uma audiência pública conjunta das cinco comissões e, ao mesmo tempo, fazer a interação com as assembleias legislativas dos Estados, permitindo, portanto, mais um episódio de ampla discussão sobre o novo marco regulatório da televisão por assinatura.

Como mencionava o Senador Roberto Requião, o tema vem em debate no Congresso Nacional e na sociedade brasileira já há dez anos, e a razão principal deste debate é o fato de que estamos diante de um serviço, que é o serviço de televisão por assinatura, com baixíssima penetração no território brasileiro. A penetração do serviço de televisão por assinatura no Brasil é um dos menores do mundo e, na América do Sul, só é superior à penetração do serviço de televisão por assinatura na Bolívia. Esses números têm crescido. Hoje, a penetração do serviço no Brasil, em termos de domicílios com televisão, já chega a cerca de 20%. Esse crescimento se dá, de 2007 para cá, devido a um conjunto de transformações ocorridas no mercado, que permitiram a oferta do triple play e onde começou a haver mais competição pela entrega do serviço. Mas, ainda assim, a gente vive uma realidade, que é de escassez da presença do serviço, de baixa penetração nos domicílios com televisão, de altos preços praticados no Brasil, os preços são mais altos do que na maior parte dos países similares à realidade brasileira e com baixíssima penetração do conteúdo brasileiro e das empresas programadoras brasileiras no serviço de televisão por assinatura.

Portanto, essas são as razões centrais, ao lado das transformações provocadas pela convergência digital, que faz com que, neste momento, nós estejamos reunidos aqui para debater um novo marco regulatório para o serviço de televisão por assinatura que seja capaz de oferecer algumas respostas a essas questões e a esse quadro que já mencionei.

Temos, no Senado Federal, dois projetos em tramitação, o PLS 280, desde 2007, e o PLS 182, desde 2009, que é esse a que o Senador Delcídio Amaral se referia, que foi fruto do debate sobre marcos regulatórios na CAE. Como já foi mencionado aqui, foi realizado um conjunto de audiências públicas sobre o tema do marco regulatório e, em particular, sobre cinco que versavam sobre o marco regulatório da televisão por assinatura, três em 2007 e duas em 2010, especificamente as de 2010 já sobre o PLC 116.

Ao longo desses cinco anos, o cenário que o Congresso Nacional visualizou lá atrás se confirmou. O mercado construiu seu caminho à margem do marco regulatório, pelas brechas que encontrou no marco legal vigente, e ampliou distorções dentro da exploração do serviço.

Na Câmara dos Deputados, quando essa matéria começou a tramitar, foram apresentados quatro projetos sobre a atualização do marco regulatório da televisão por assinatura, que tramitaram apensados: o PL 29, do Deputado Paulo Bornhausen, que basicamente abria o mercado de televisão por assinatura para exploração das telefônicas e permitia a entrada do capital estrangeiro livremente – essa era a essência do projeto; o projeto do Deputado Nelson Marchezelli, anteriormente apresentado pelo Deputado Luiz Piauhylino , em 2004, estabelecendo parâmetros de proteção às empresas de comunicação brasileiras; o PL 332, de 2007, dos Deputados Paulo Teixeira, Walter Pinheiro e coautores, que fazia a abertura da cadeia de valor do serviço de televisão por assinatura e estabelecia parâmetros para sua regulação; e o PL 1.908, de 2007, do Deputado

João Maia, que fixava procedimentos e critérios para promoção do conteúdo brasileiro da produção independente e da produção regional.

O PLC 116, que hoje está nesta Casa, é fruto da tramitação desses quatro projetos apensados e de uma tentativa de equilibrar as várias questões que os quatro projetos postulavam, procurando, portanto, um equilíbrio entre o conjunto dos agentes econômicos que atuam no setor e o interesse público: o interesse de ampliação dos serviços, o interesse de serviços entregues em melhores condições de competição, com preços mais baixos, com maior qualidade, com maior proteção das empresas brasileiras e maior presença do conteúdo brasileiro.

O primeiro grande nó que se apresentou foi como permitir a abertura das redes e a entrada de novos competidores, portanto, ampliando a oferta do serviço, ao mesmo tempo garantindo, nessa entrega do serviço, que nós não tivéssemos uma desnacionalização do conteúdo brasileiro e uma desnacionalização das empresas brasileiras de comunicação que atuam nesse segmento. Esse foi o grande nó que se apresentou. Ao lado dele, se apresentou o nó de como equilibrar a relação entre as empresas de telefonia, as empresas de telecomunicações e as empresas de comunicação. As empresas de comunicação foram sempre tratadas, historicamente, pelo País como um ativo estratégico, um ativo de extrema importância e que precisa ser preservado como capacidade do País ter capacidade de se projetar no mundo e ter espaço de soberania e de defesa dos seus interesses nacionais. Portanto, essa busca de um equilíbrio que administrasse essas tensões percorreu a tramitação do PLC 116 ao longo da sua trajetória.

Algumas questões foram sendo equacionadas. Em primeiro lugar se fixou, ainda no substitutivo da Comissão de Defesa Econômica da Câmara dos Deputados, o entendimento de que o serviço de televisão por assinatura deveria estar organizado, consagrado no marco regulatório em duas camadas: a camada de telecomunicações e a camada de audiovisuais, com regramentos distintos para cada uma dessas camadas, condicionantes distintos com atuação dos órgãos reguladores, a Ancine e a Anatel, sobre cada uma dessas duas camadas. Num segundo momento, se consolidou a idéia de que é preciso se estabelecerem restrições à atuação das telefônicas na radiodifusão, na produção e na produção de conteúdo audiovisual brasileiro. Procurou-se fixar elementos de proteção à manutenção das empresas brasileiras de comunicação no curso deste debate. Essa posição vai se prolongar até o final, sobrevive no PLC 116. E eu gostaria de compartilhar com vocês a convicção do Governo Federal de que esta questão é central no PLC 116, a defesa do conteúdo brasileiro, a defesa das empresas brasileiras de comunicação, a preservação do território da produção e da programação do conteúdo brasileiro como de restrita atuação das empresas brasileiras.

As camadas, portanto, do PLC, desde a Comissão de Defesa Econômica foram organizadas deste modo: as atividades focadas no conteúdo audiovisual, as atividades de produção e programação e empacotamento; basicamente, a lógica da organização e da agregação do conteúdo audiovisual nos seus diferentes níveis, obra audiovisual, canal de programação, pacote de canais e as atividades focadas em telecomunicações, as camadas de telecom, concentrando atividades de provimento e distribuição, condensadas em distribuição, traduzindo a comercialização de televisão paga e de outros serviços através de uma ou várias redes.

Ainda no substitutivo da comissão de defesa econômica, fixou-se restrição às telefônicas na contratação de talentos e eventos brasileiros como forma auxiliar da proteção de que o território da produção e programação de conteúdo brasileiro deve ser restrito, deve ser de única competência das empresas brasileiras de comunicação. Isso permanece no PLC 116 e permanece como território de convicção do Governo Federal de que essa é a melhor maneira de organizar o marco regulatório. Fixou-se a idéia de restringir a atuação de empresas de radiodifusão, como operadoras de telecomunicações; fixaram-se cotas definindo o mínimo de 50% de conteúdo nacional – isso no substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados remetendo ao Poder Executivo o disciplinamento da matéria por decreto em ação posterior.

Ainda na Câmara dos Deputados, na Comissão de Comunicação e Tecnologia, os principais pontos que foram sendo incorporados ao PLC 116, tal como ele está são: as cotas incidentes sobre atividades de programação, cerca de três horas semanais em determinados canais, os canais de espaço qualificado; construiu-se um fundo de fomento para conteúdos audiovisuais brasileiros, um fundo portanto com a possibilidade de potencializar a atuação das empresas brasileiras de comunicação e dos produtores independentes na entrega de conteúdo brasileiros; evoluiu-se para fixar as cotas na atividade de empacotamento, portanto, fixando a necessidade de que hajam canais programados por empresas brasileiras com maioria de conteúdo brasileiro no interior dos canais programados pelas operadoras de pacotes; fixou-se a obrigatoriedade de mais um canal de jornalismo e se fixou a progressividade no cumprimento das cotas.

No novo lote que se estabeleceu a partir de 2008 na Comissão de Comunicação, passou a haver con-

flito em torno das cotas nos canais, empresas de radiodifusão, produtoras de conteúdo *versus* produtoras independentes, cuja solução foi estabelecer um equilíbrio permitindo que a cota fosse composta metade por conteúdo brasileiro, três horas e meia, metade obrigatoriamente sendo de produção independente, e o conflito em torno das cotas de programação das cotas dentro dos pacotes. Portanto, assegurando a discussão entre programadoras brasileiras estabelecidas e programadoras brasileiras que desejam entrar no *line up* das operadoras e que precisavam ter espaço assegurado para sua entrada. Esse foi outro conflito que se estabeleceu a partir desse momento.

Ainda nesse processo, o projeto vai à Comissão de Defesa do Consumidor, depois retorna à Comissão de Comunicação.

Durante essa tramitação, algumas questões que nós, da Agência Nacional do Cinema, como reguladores da camada de conteúdo audiovisual, considerávamos essenciais, acabaram se perdendo do processo de discussão. O primeiro elemento é a possibilidade de determinar poder de mercado significativo no âmbito da camada do audiovisual, que, como disse, é uma questão importante para organizar a competição. Outro: a oferta não discriminatória e em bases individuais de conteúdos audiovisuais e canais relevantes – questão importante para assegurar maior competição na camada audiovisual; impedimento de acordos de exclusividade também importante para assegurar maior competição na camada de audiovisual e viabilizar a entrada de novos programadores brasileiros na operação da televisão por assinatura. Essas questões acabaram se perdendo na tramitação do PLC 116.

O texto atual do projeto, texto que é o substitutivo aprovado na Comissão de Comunicação em dezembro de 2009, é fruto de acordo longamente costurado pelo Deputado Paulo Lustosa e uma comissão de Deputados pluripartidária. Esse substitutivo foi aprovado com apoio de todos os partidos na Comissão de Comunicação. E o texto foi terminativo nas comissões.

O texto herdou, da Comissão de Assuntos Econômicos, a regulação por camadas de atividades e a restrição a telefônicas na camada do conteúdo; herdou dos relatórios da Comissão de Comunicação as cotas nos canais, as cotas de canais brasileiros nos pacotes, o fundo de fomento, o canal de jornalismo adicional no pacote e a progressividade na aplicação das cotas e deixou de fora a Internet, operou a simplificação na operação das cotas, estabeleceu que 30% do fundo de fomento deve ser aplicado na produção de conteúdo do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, estabeleceu um máximo de publicidade idêntico ao praticado nos canais abertos, estabeleceu proteção da publicidade feita no Brasil, algo estratégico também na defesa do mercado audiovisual brasileiro para empresas brasileiras, estabeleceu regras de transição mais bem equacionadas e fez divisão mais clara das atribuições dos dois órgãos reguladores na regulação do serviço, a relação entre a Ancine a Anatel na regulação dos serviços de transmissão de televisão por assinatura.

Entendemos que é decisivo o PLC 116; ele é a melhor resposta construída até o momento à realidade de convergência digital e a realidade das transformações ocorridas nesse mercado. Até o momento, ele é a melhor resposta oferecida à necessidade de ampliar a competição na camada de telecomunicações e na camada de audiovisual; ele é até o momento a melhor resposta oferecida para ampliar oferta do serviço e criar condições para redução do preço, melhoria da qualidade e maior penetração do serviço de televisão por assinatura nos domicílios com televisão no Brasil. O PLC 116 é perfeito? O PLC 116 atende aos objetivos de todos aqueles que atuaram em torno dele? O PLC 116 responde a todas as questões postas? Não, não responde. Entretanto, ele é fruto do acordo construído no processo tortuoso da democracia, no processo do debate intenso realizado na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na sociedade brasileira em busca da pactuação de um caminho.

Eu diria que estão todos insatisfeitos e todos satisfeitos em algum grau. Há equilíbrio entre o grau de satisfação e o grau de insatisfação, mas há uma convicção: sem a transformação do marco regulatório, não temos a segurança jurídica necessária para a reorganização desse mercado e para romper as barreiras de entrada que estão fixadas tanto para mais competidores na entrega do serviço quanto com mais competidores na entrega da programação audiovisual, principalmente no quadro que temos hoje de prestação de serviço, o conteúdo brasileiro e as empresas de comunicação brasileiras são as mais atingidas porque são as que têm menos condição para sua presença na grade da televisão por assinatura ocupada majoritariamente, centralmente pela produção estrangeira. Em termos de filmes e obras seriadas é de 1% o percentual de produção brasileira presente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Manoel, apenas para avisá-lo que V. Exª já está há quinze minutos na tribuna.

O SR. MANOEL RANGEL – Vou concluir, Eduardo. Já concluo, Senador.

Portanto, meus amigos, o que eu gostaria apenas de fixar é que nesse processo do PLC nº 116 nós temos a promoção do aumento do acesso à diversidade cultural mundial e brasileira, nós temos a possibilidade de ampliar a condição de oferta de empregos qualifi-

cados e o fortalecimento do Brasil enquanto produtor audiovisual de relevância mundial.

E gostaria de concluir dizendo que a experiência de assegurar o mercado brasileiro para as empresas brasileiras e para a produção brasileira é algo que já é praticado ao redor do mundo, no conjunto dos países europeus, no Canadá, na Austrália, na Coréia. Portanto, fixando uma experiência que é a experiência que pode surtir melhores efeitos na promoção do conteúdo nacional, na defesa das empresas brasileiras e, portanto, na capacidade de o Brasil produzir a sua própria imagem.

Muito obrigado. Desculpe-me, Senador Eduardo Braga, por ter ultrapassado meu tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço ao Dr. Manoel Rangel, pela sua participação, informando aos Srs. Senadores que todas as apresentações estão disponibilizadas aos Srs. Senadores nas pastas que estão sendo entregues aos Senadores.

Chamo, para sua participação, o Dr. João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra, lembrando ao Dr. João Carlos Saad que teremos, portanto, uma participação por dez minutos, com uma tolerância de mais cinco minutos.

Com a palavra o Dr. João Carlos Saad.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Eu queria água, antes de começar o tempo.

Bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite, Senador Roberto Requião, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eduardo Braga, Senador e nosso ex-Ministro Eunício Oliveira. Obrigado pelo convite.

Em nome da Abra, eu queria fazer algumas considerações sobre o projeto.

Eu pediria que fosse passando nossa apresentação. Nossa apresentação está sendo distribuída, de tal forma que eu não vou ficar preso à apresentação. Eu queria começar pela democracia, porque eu acho que ela está baseada na pluralidade. Na medida em que não ocorra a pluralidade, a democracia não ocorre. Na medida em que exista só uma pessoa podendo falar ou só um canal podendo existir, não tem como ter essa pluralidade. Esse decreto não permite isso. A gente escutando aqui o Presidente da Ancine, a gente pensa que permite, mas não permite. Existe uma diferença entre o básico e os canais à *la carte* lá em cima, quando você tem que pagar mais cem reais, mais cento e poucos reais para você ter acesso a outro canal.

Para você ter o canal de jornalismo, no básico, com acesso hoje a praticamente onze milhões de pessoas, e o seu à *la carte* pode estar com cem mil, duzentos mil, um milhão. Não são bases de competição iguais.

Então, essa afirmação, na minha opinião, não é correta.

Nós mantivemos no projeto o porteiro. A empresa privada tem direito de não deixar os canais entrarem. E isso ocorre hoje no mercado e, do jeito que está o PL, continuará ocorrendo e será ainda amplificado, porque as teles também terão o direito de fazer isso. Elas terão o direito de dizer quem entra e quem não entra. Então, nós não resolvemos o problema da TV por assinatura que existe desde o seu nascimento. Isso não foi resolvido.

O terceiro problema, eu separei mais ou menos uns dez itens.

Nós temos nesse projeto uma coisa muito divertida. Ele tem teto para canal brasileiro. Ele não tem negociação com canal brasileiro. Ele tem teto. Não tenho nada contra os canais estrangeiros, mas ele teto para o brasileiro. A gente encontra isso no art. 17.

Não existem salvaguardas para concentração. Então, um mesmo grupo pode produzir tudo que quiser. Nós fizemos propostas de que limitem aos grupos de produção tetos para isso: que seja vinte por cento, vinte e poucos por cento, para que não fique na mão de uma empresa só.

Ele tem um negócio que é absolutamente insano e inconstitucional: ele proíbe os radiodifusores de fazer telecomunicações. Eu não posso fazer. Só se eu for estrangeiro. Se eu for estrangeiro, eu posso fazer telecomunicações, posso fazer banda larga, fazer telefonia e fazer TV a cabo. Se eu não for, eu não posso. Procurem lá no art. 37, está lá essa beleza.

Aliás, esse projeto – eu, de vez em quando, falo com o Senador Walter Pinheiro –, ele começou como um bebê bonito. A Bandeirantes apoiou esse projeto, fez vários debates, canais livres, dois deles, e ele acabou virando o Bebê de Rosemary. Nesse projeto, não existe nenhuma preocupação com banda larga. Do jeito que ele está, estaremos perpetuando um monopólio só nas mãos das teles fixas. Nós não teremos outro tipo de correção.

Dentro desse projeto, nos arts. 32, 1, 21, 12, 13, não existe o *must carry* para a televisão aberta. Ele só existe para a televisão analógica. Há lá uma brincadeirinha: está escrito "analógica", mas não está no digital. Nós sabemos que a televisão brasileira, num determinado momento, vai desaparecer como analógica, mas não será mais carregada. Ela terá que pagar às teles para que isso seja feito.

São as pegadinhas que têm aí.

Ele tem lá uma sessão gratuita da programação das televisões. Ele condena as televisões brasileiras a dar suas programações. Não poderão comercializar.

Elas não poderão cobrar. Elas serão obrigadas a darem gratuitamente.

Nós já damos. As televisões abertas dão ao povo brasileiro, gratuitamente. Mas fica estranho você dar de graça, e o cara que recebe de graça vai lá e vende para o assinante.

Nós temos cotas horizontais de produção de tal forma que elas invadem todos os canais. Imagina você fazer uma obra, construir uma marca e, de repente, você é obrigado a exibir uma obra que você pode não querer aquela obra.

Então, acho que isso não é uma coisa boa, não é uma coisa democrática. Nós deveríamos, ao contrário estimular a produção independente, estimular com uma série de incentivos à nossa produção nacional e estimular canais independentes e que as programadoras, mesmo as internacionais, sejam também empurradas a fazer isso. Mas sejam estimuladas, não obrigadas. Porque, senão, é uma coisa não consentida – não é verdade?

Nesse projeto, não existe limitação de publicidade. A televisão paga passa a ser tratada, está tratada como televisão aberta. Então, hoje a gente está entupido de comercial na TV paga; hoje a gente está entupido de canais que vendem relógios – eu não sei que tantos mil relógios que eles vendem lá. E você é obrigado a ver por aquilo que você pagou, mas não recebeu. Ele não trata de nada disso.

Na Ancine, a gente coloca a Ancine, gerando um monte de obrigações de produção. Quando você começa a estudar aquilo, você percebe que, na prática, vai ser difícil de as empresas conseguirem cumprir. O que vai acontecer? Você vai gerar um passivo. Esse passivo dá direito à Ancine de suspender, cassar, sei lá o quê. Nós teremos o quê? Nós teremos de uma forma indireta sutil e inteligente – e, por isso, parabenizo o nosso Manoel – um controle. Porque, a hora que a empresa estiver devendo, com um passivo louco ali, ele tem que ir lá bater à porta da Ancine e ver como é que faz para acertar esse passivo que ele não vai conseguir cumprir.

Então, a gente volta, outra vez, àquelas tentativas todas que nós já tivemos – não é isso?

Este projeto despreza tudo que foi discutido na Confecom. A Abra participou da Confecom. Participou, atuou, discutiu, votou, votou com todas as camadas da sociedade. Basicamente, o que foi discutido ali, Srs. Senadores, não está sendo levado em conta.

Esse projeto não presta atenção em nada do que foi feito ali.

Para termos noção da confusão, ele abre para a publicidade o próprio canal de vocês, o canal do Senado, o canal da Câmara, o canal do Judiciário. Já pensou que divertido o juiz vendendo publicidade? Já pensaram na confusão que nós vamos gerar no mercado publicitário com isso?

Nós temos, hoje, um quadro que preocupa. Nós vemos que a nossa agência reguladora, a Anatel, não está preocupada com os brasileiros. Sente-se que, enquanto o Senado brasileiro está discutindo esse projeto, a Anatel está forçando a sua aprovação, sem ligar para esta soberana Casa, que pode decidir o seu destino, como a dizer: "Se vocês não fizerem, nós faremos". A Anatel, que deveria estar preocupada com a assinatura, com o pagamento da assinatura da telefonia fixa, que é um pagamento que nós fazemos, mas é um serviço que nós não recebemos, não está. Deveria estar preocupada com os bens reversíveis, que são mais de 6.600 imóveis nossos, da população brasileira, na época avaliados em R$80 bilhões. Trazendo isso para valor presente, esse montante pode, no mínimo, dobrar. Não existe nada. Ela disse que não sabe.

Então, nós entregamos as nossas empresas, vendemos as nossas empresas, mas entregamos junto o patrimônio que está sendo vendido. Esse patrimônio é da União. Eu espero que os Srs. Senadores prestem atenção nisso, procurem requerer, saber do que estou falando e busquem mais informações. A gente pode ajudar.

O nosso Ministro das Comunicações se autodeclarou Ministro das Teles. Nós nos preocupamos quando vemos o cenário da radiodifusão totalmente largado. As televisões têm um sistema digital que não pode ser usado na sua plenitude. As rádios brasileiras não têm sistema digital. As AMs brasileiras estão morrendo por falta de definição.

Srs Senadores, eu participei ativamente da batalha da TV digital. À época, contamos com a participação muito importante da Ministra Dilma, hoje Presidente Dilma.

Eu senti, claramente, no meio daquela batalha, que o problema não era de tecnologia entre os vários sistemas que estavam sendo discutidos: o europeu, o americano e o japonês. Era um modelo de negócio; era o dinheiro. Nós estávamos brigando para manter um molde que fosse grátis, e a briga que havia ali era para que fosse cobrado, como é feito na Europa, como é feito em outros lugares. Foi uma guerra feia, não foi uma guerra fácil. E a Ministra Dilma soube ouvir todos naquela época e achar o caminho da travessia, e o Brasil acabou escolhendo um sistema que foi, na época, o mais robusto e o mais competente que tínhamos naquele momento.

Nessas discussões não tem havido consenso. O que foi colocado aqui é que há consenso e que isso é o melhor possível. Isso não é verdade! O que estamos

votando aqui machucará profundamente os brasileiros. Nós não temos diversidade, nós não temos pluralidade. Os problemas principais não são enfrentados. Eu não tenho nada contra que as Teles entrem nesse mercado; ao contrário. Apoio a entrada delas, mas apoio de uma forma ordenada. Há, hoje, 5% dos Municípios com licença de TV a cabo. A Anatel ficou dez anos fechada, sem abrir isso, e nós pedindo que aquilo fosse aberto. Isso não aconteceu!

Então, o que nós temos? Um mercado que, na prática, já está funcionando. Todas as Teles são *triple play*, de uma forma direta ou indireta. Todas elas têm TV a cabo, todas elas têm DTH, todas elas têm banda larga, todas elas têm telefonia fixa e móvel. Então, não está havendo distorção nisso.

Não é preciso preocupar-se tanto com elas. É preciso preocupar-se com o povo brasileiro, com a banda larga barata e acessível a todos para que tenha pluralidade, e não condenar os brasileiros a fazerem determinadas tarefas. "Eu sou hoje operador de cabo, eu sou hoje operador de telecomunicação e, passando esse projeto, eu tenho que fechar a empresa".

Então, há coisas complicadas aí. Eu confio no nosso Senado. Eu confio no fato de que esta Casa saberá analisar e discutir a matéria. Há muito conhecimento aqui. Está aqui o nosso Eunício Oliveira, que foi Ministro das Comunicações e estudou o assunto, mergulhou nisso profundamente. Ele é um homem que conhece o tema e sabe o que está falando. O Senador Eduardo Braga é um homem limpo. Então, há gente que vai olhar, analisar e rediscutir isso.

Eu não tenho, como disse desde o começo aqui, nada contra a entrada das Teles, nada contra que as Teles também distribuam sinal de televisão e façam tudo isso, mas não é porque elas vão fazer que nós vamos excluir o resto. Não é porque elas vão fazer que nós vamos montar um monopólio que ficará para sempre. Ao contrário. Nós temos que gerar conteúdo brasileiro, nós temos que gerar banda larga, nós temos que conectar a população brasileira – não só os ricos. Nós temos que conectar todas as casas e, para isso, nós precisamos de competição. Não é o que nós temos aqui.

Então, muito obrigado. Obrigado pelo tempo de vocês. A nossa análise dos pontos mais importantes do projeto – o que consideramos um problema e o consideramos uma proposta – está clara, está por escrita e será distribuída a todos os senhores, hoje, ao longo do dia.

Muito obrigado a todos. Obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos ao Dr. João Carlos Saad, informando apenas que essa proposta já foi efetivamente distribuída aos Srs. Senadores.

Eu convido, para fazer uso da palavra, a Drª Luciana Ferri Sobrosa de Mello, Diretora Jurídica do *Home Box Office*, HBO.

A SRª LUCIANA FERRI SOBROSA DE MELLO – Bom dia a todos.

Eu gostaria de saudar os Exmos Senadores Presidentes de todas as Comissões aqui presentes e também todos os palestrantes. Saúdo todos os presentes e todas as Assembleias Legislativas pelo Brasil afora.

A HBO, primeiramente, sente-se muito honrada por ter sido convidada a estar aqui presente neste evento que é único e que reflete a democracia, o que achamos ser muito importante.

Nós estamos aqui para falar especificamente do Capítulo V do PLC nº 116 e mais especificamente ainda sobre os artigos que tratam da obrigatoriedade de inclusão de cotas de conteúdo nacional nos canais de televisão por assinatura.

A HBO continua acreditando que as cotas são desnecessárias. Na verdade, o mercado brasileiro tem crescido de uma maneira até forte, grande, e, fazendo pesquisas para poder falar aqui, eu mesma fiquei impressionada com o número de artigos que encontrei falando sobre o mercado brasileiro de conteúdo.

Eu não trouxe todos por conta do tempo, mas gostei do título de um deles. É um artigo do *Latin Business Chronicle*, cujo título é "Brasil, a Bollywood Latina". Interessante! E ontem mesmo saiu na *Folha de S.Paulo* uma reportagem dizendo: "Brasil lidera alta em consumo de entretenimento e de mídia".

Então, parafraseando o João Saad, acho que nós deveríamos ser estimulados e não obrigados. Porém,a gente entende também que a sociedade brasileira está entendendo, democraticamente, por esse caminho, pelo caminho das cotas. Então a gente gostaria de mudar um pouco esse ponto de vista e gostaria de contribuir para que esse processo possa se dar de uma maneira melhor e não exatamente como está no PLC, a gente gostaria de poder respeitar mais os direitos dos nossos assinantes. E por isso eu vou explicar um pouquinho como é a HBO.

A HBO é assim, para poder adquirir os canais da HBO, os assinantes têm que pagar um valor a mais também, ela não está naquele pacote básico que já vem carregado logo de início. E o que a gente faz para o assinante poder pagar a mais e poder adquirir a HBO? A HBO tem um conteúdo que é formado 70% por filmes campões de bilheteria, esse é o nosso foco, e o outro um terço que está faltando é formado por produções originais da HBO. Essa é a chave do nosso negócio, isso é o que a gente sabe fazer. Os conteúdos da HBO

são exclusivos, produzidos pela própria HBO, com investimentos nunca vistos antes.

Mais um pouco sobre a HBO. A HBO é um canal *premium*, presente em mais de 150 países, e leva esse conteúdo, ao qual acabamos de nos referir, aos quatro cantos do mundo, incluindo o Brasil. Atualmente a HBO conta com mais de um milhão de assinantes, só aqui no Brasil, assinantes que escolhem a HBO por esse conteúdo, por esse conteúdo variado e específico.

O assinante sabe que vai pagar mais, mas ele vai levar alguma coisa especial, ele vai levar um conteúdo exclusivo, um conteúdo sem cortes e sem intervalos comerciais. E a programadora, por sua vez, tem que se preocupar com esse conteúdo, ela precisa oferecer esse conteúdo, ir ao mercado buscá-lo e produzi-lo. E por que queremos produzir cada vez mais no Brasil? Nós queremos produzir mais no Brasil porque nós podemos oferecer esse conteúdo especial, esse conteúdo que o nosso assinante quer. Esse é o nosso interesse.

Nos últimos anos, utilizando os incentivos da Condecine e do art. 3a, produzimos mais de 60 horas de produções brasileiras, feitas para a televisão por assinatura, as quais foram exibidas não só no Brasil, mas também em toda a América Latina, Estados Unidos e outros países do mundo. Temos interesse em desenvolver a produção de conteúdo para televisão no Brasil. Com certeza. Hoje investimos, em média R$1 milhão em cada episódio das séries que produzimos. Isso é acreditar que o produto brasileiro tem importância comercial.

Quais são os benefícios? A HBO contribui com o mercado local trazendo mais recursos, trocando experiência com os produtores locais, abrindo portas no mercado internacional e utilizando recursos incentivados oferecidos pela Ancine. Para a HBO é interessante pois nos aproximamos dos talentos brasileiros, estamos produzindo também fora do eixo Rio/São Paulo, oferecemos um produto que o nosso assinante reconhece como especial e nos beneficiamos das leis de incentivo. Consideramos que essa é uma troca que hoje em dia é perfeita.

E agora um pouquinho do que a HBO já fez aqui. Essa é nossa primeira produção realizada aqui no Brasil, Mandrake, eu espero que vocês tenham visto, ela foi coproduzida com a Conspiração Filmes, já foi exibida no Brasil, na América Latina, nos Estados Unidos, foi indicada ao M Internacional, como melhor série dramática 2006/2008.

Filhos do Carnaval, foi a nossa segunda série produzida aqui no Brasil, foi coproduzida com a O2 Filmes, do Fernando Meirelles, e foi indicada como melhor mini série no M Internacional de 2006; Alice, foi a próxima, foi produzida com a Gulane Filmes, não está aí, mas ela foi indicada no Festival de Monte Carlo, atriz e mais dois atores.

Essa é a nossa produção que está em cartaz hoje, é a nossa aventura pela comédia, na minha opinião é a minha favorita, adoro e foi filmada em Porto Alegre, com a Casa de Cinema de Porto Alegre.

Agora a HBO está preparando mais duas produções que vão ao ar em breve, o FDF, este é o Juarez, é o FDP, o nome dele é Juarez, desculpem-me, e Pré Amar, está errado, está sendo coproduzida com a Pindorama filmes. (Risadas)

Ele é um juiz de futebol. *(Risadas)*

E agora, então, sem polêmicas pelo FDP, agora, vocês sabem onde encontrar um FDP, na HBO.

Enfim, a nossa proposta é que a legislação da maneira como está pode interferir de forma negativa nessas parcerias que vêm dando resultados, que são sucesso hoje. Portanto, para o programador, qualquer programador que seja, que invista forte na produção brasileira de programas de televisão, que contribui para o desenvolvimento dessa indústria e que se preocupa em criar um conteúdo especial para o seu assinante, ou seja, um conteúdo com exclusividade, ineditismo e exibido sem interrupções comerciais, esse programador deveria se beneficiar de algum tipo de isenção ou redução dessas cotas para conseguir manter a mesma boa relação com seus assinantes.

Não achamos que deveríamos ser medidos apenas por números de horas de conteúdo nacional, mas, sim, pela qualidade dele. Caso contrário, seremos obrigados a prioritariamente adquirir conteúdo que, muitas vezes, não terá todas as características que os assinantes brasileiros esperam do canal. Até por que, por todas essas características, a HBO já não conta com todo o universo de conteúdo brasileiro disponível para aquisição, já que muitos deles já foram exibidos em algum canal antes e para nós perde o interesse ou simplesmente não estão à disposição para compra.

E também, por último, nós temos um orçamento, o orçamento não estica e esse orçamento vai competir entre aquisição e produção.

Então essa é a nossa posição, gostaríamos de poder manter o nosso modelo de negócio, as parcerias de sucesso que vimos empreendendo aqui no Brasil e contamos com o apoio da legislação.

Nossa prioridade é o nosso assinante, o nosso consumidor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação da Drª Luciana, passamos a palavra ao Dr. Marcos Alberto Santana Biteli, representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura, ABPTA.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Dr. Saad, eu não quero fazer nenhuma polêmica aqui e nem fazer nenhuma interferência nas palestras, mas eu queria só dar uma informação ao público e ao Brasil, que está nos assistindo neste momento, que nessa questão dos bens reversíveis – eu fui ministro das comunicações e tenho também algumas informações importantes, e por esse motivo o Senador Pedro Taques, que é um Senador diligente, apresentou na Comissão de Constituição e Justiça um requerimento que coloquei em pauta, que nós aprovamos por unanimidade, para fazer uma audiência pública naquela Comissão conjuntamente com a Comissão do Meio Ambiente, que já aprovou um requerimento na mesma posição para fazermos uma audiência pública para discutirmos essa questão importante para o Brasil – compreendo assim – dos bens reversíveis que estão sob a tutela da Anatel.

Então, só me permita e me perdoe, Presidente Eduardo Braga, mas eu não podia, como ex-Ministro das Comunicações, como Senador da República, como alguém que tem a responsabilidade de ter passado por aquela Pasta e ter a obrigação de continuar acompanhando o que acontece lá... Então, sobre o requerimento feito pelo Senador Pedro Taques, houve um deferimento da Presidência da Comissão de constituição e Justiça, com a aprovação plena do Plenário. E, muito em breve, todos os senhores que têm interesse nessa questão poderão estar participando na Comissão de constituição e Justiça, com a participação também da Comissão do Meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Eunício as informações, passo a palavra, então, ao Dr. Marcos Alberto Sant'anna Bitelli.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI – Bom dia, Senador Eduardo Braga, Senador Delcídio do Amaral; Senador Eunício Oliveira, Rodrigo Rollemberg, Senador Walter Pinheiro, Senadores presentes, amigos, as pessoas que nos assistem pela Internet.

Hoje falo hoje aqui representando a Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura. São mais de 60 canais internacionais que os senhores estão acostumados a ver nas suas operadoras de televisão. A nossa associação tem participado das diversas audiências públicas desde o início do PL nº 29.

Nós tínhamos uma apresentação aqui, mas, pelo tempo, optamos por ir direto ao ponto, até porque, se realmente esta for a derradeira audiência pública em que se discute este projeto, é melhor, de uma vez por todas, colocarmos abertamente quais são os pontos de divergência neste projeto, que supostamente teria convergência, e, na verdade, tem um pouco de convergência e muito de divergência.

E aí, Senador Walter Pinheiro, lembro-me da época da Câmara dos Deputados: este projeto começou muito simples, muito óbvio, muito fácil e, de repente, transformou-se em uma coisa muito complexa; e a complexidade é que tem causado as perplexidades que aparecem nos seus diversos artigos e incisos.

As programadoras internacionais não estão contra a entrada no mercado das teles. Elas não estão contra a ampliação da base de assinantes no País. Muito pelo contrário, seria até uma insanidade, porque elas vivem de vender assinatura para os consumidores. A que elas se opõem? Elas se opõem ao bode. Quem é o bode? É o bode que apareceu neste projeto. Ele começou sendo alimentado, alimentado, o bode cresceu, o bode cresceu, e hoje o bode ficou maior que a sala. Então, na verdade, este projeto é tão simples que, em três artigos, qualquer Deputado e Senador conseguiria enfrentar os temas a que ele se propunha: as assimetrias regulatórias dos serviços de televisão por assinatura e a questão das entradas das telefonias fixas no setor de televisão por assinatura.

Quando o bode aparece? O bode aparece quando uma lei muda o seu art. 1º. Em vez de ela passar a querer regular serviços, ela passa a querer regular atividades. E aí há uma coisa que foi feita em 1988, que se chama Constituição, que ninguém está lendo. A Constituição de 1988 estabeleceu claramente os direitos fundamentais, princípios, quais as possibilidades regulatórias no País. E, infelizmente, essa lei foi mudada, o projeto foi mudado, no meio do caminho, para regular atividades de comunicação, que são diferentes de serviços de comunicação. E aí, Senador Eunício, eu não sei como a CCJ vai enfrentar essa questão. Não há como não se extirpar diversas interferências regulatórias na área de comunicação no sentido de direito de comunicar; não no sentido dos serviços de comunicação.

Os serviços de comunicação são monopólios da União, estão lá no art. 21, o serviço de radiodifusão está no art. 222. A Constituição trata, perfeitamente, das competências do Legislativo e do poder regulatório para a interferência nessas atividades de serviço. Agora, nas atividades de comunicação, produção, programação não há possibilidade de interferência regulatória: a Constituição proíbe isso. O art. 220 proíbe

isso. O que acontecesse nesse projeto? Nesse projeto, ele ressuscita aquela ideia antiga, que já aconteceu na SINAV, que quase aconteceu na MP 491, que, no ano passado (não sei se os senhores viram), a MP 491 tinha uma "carona" de dois artigos (art. 13 e o art. 14) em que a Ancine virava agência reguladora. Era uma medida provisória para fazer *O Cinema Perto de Você*. Se os senhores virem a justificativa da Medida Provisória, a justificativa vai até o art. 11 e, quando a Medida Provisória chega à Casa, ela chega com 13 artigos. Dois artigos, atropelando o PLC 16, dando poderes regulatórios à Ancine.

Graças a Deus, a MP caducou porque não foi votada no ano passada, época em que se discutia o Orçamento. E, de novo, aqui no PLC 116 aparece a transformação da Ancine em uma agência reguladora das atividades de programação e empacotamento de conteúdo. A Ancine já chegou até a fazer uma Instrução Normativa nº 91 em que regulava o PLC 116. Já está publicada a IN. A IN 91 foi redigida em dezembro, publicada em fevereiro e agora atrasou. Agora ela foi atrasada em março para entrar em vigor daqui a nove meses. Então, não é por acaso de que esta discussão que se dá aqui é porque o "bode" do conteúdo entrou na questão do serviço de telecomunicação. A Constituição brasileira é muito severa em preservar nossos direitos e liberdade de expressão. E a atividade de produção e programação são direitos de comunicação, não sofrerão qualquer restrição. Chega ao ponto – esse projeto – de estabelecer uma verdadeira outorga: a Ancine passa a ser poder concedente das atividades de programação, tanto é que ela pode deferir ou indeferir registro – e isso já consta na IN 91. a IN 91, que já está publicada no Diário Oficial, hoje, permite à Ancine cancelar o credenciamento de uma programadora. A Ancine cria uma gigantesca burocracia nesse projeto. Ela mal dá conta, hoje, com seus 700 funcionários, de cuidar da produção. E para que isso? A Anatel não tem tanta burocracia quanto essa; a Agência Nacional do Petróleo não tem... Nós estamos criando uma agência gigantesca para regular a atividade livre. Essas atividades – falo convicto – não são passíveis de regulação pelo Direito brasileiro.

Agora, como uma série de questões da área de telecomunicações e radiodifusão precisava ser resolvida, aí o "bode" foi sendo alimentado: "Olha, a gente resolve isso, mas a gente aumenta o bode." Aumenta-se o "bode" que não cabe mais na sala. Este é o ponto: como se pegar um canal de programação e se colocar 3h30min lá dentro? Televisão por assinatura (canal/televisão por assinatura) não é radiodifusão! O que a radiodifusão faz é muito melhor, porque a radiodifusão faz tudo. A radiodifusão pega, no dia dela, e coloca tudo lá dentro: jornalismo, esporte, informação, educação, produção independente... Canal de televisão é que nem revista na banca de jornal: uma é P*layboy*; outra é *Quatro Rodas*... Cada canal é uma coisa! A cota dentro do canal é uma destruição da propriedade intelectual dos canais, é um desincentivo à veiculação da diversidade de conteúdo estrangeiro no Brasil. Quer dizer: que pluralidade é essa? É uma pluralidade para expulsar o brasileiro de ter acesso à informação do mundo. Um nacionalismo que já não se aplica, uma vez que há uma diversidade de enorme de conteúdo brasileiro. E as questões de concentração de conteúdo brasileiro se resolvem no CADE, não na lei. Com esse ponto, as operadoras internacionais estão muito preocupadas, porque cria um modelo de negócio por lei. Modelo de negócio que vale hoje não vale daqui a um ano. E, aí, quem é que vai mudar a lei?

E as empresas vão quebrar? E não vai ter investimento no Brasil? Quem que estabelece o modelo de negócios? A Ancine vai definir qual o horário nobre de cada canal?

A lei diz que a Ancine definirá qual é o horário nobre de cada canal para eu colocar a cota? Então, no *Sexy Hot* qual é horário nobre daquele canal, se é que ele tem um horário nobre? Aí, tem que colocar conteúdo nacional. Então, vamos incentivar o brasileiro a fazer filme pornográfico. Quer dizer, há certas coisas que não têm pé, nem cabeça.

É o minuto dos quinze ou o minuto dos dez? O senhor me dá mais um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT´ANNA BITELLI – Era para me dar um pouco mais de tempo.

Bom, vamos voltar ao tema. Esse tema é realmente picante, esse projeto. Esse é o problema. (Pausa).

As programadoras nacionais têm como objetivo solicitar que o Senado faça uma atenta leitura desse projeto de lei e que extirpe desses projetos de lei a regulação das atividades de audiovisual que não sejam serviço de comunicação, que retire dessa lei as restrições ao capital estrangeiro, que tem investido tanto na produção brasileira, que retire dessa lei as cotas dentro dos canais que destroem a escolha do consumidor, que destroem a especificidade do canal, que retire as cotas na grade do canal e que extinga a possibilidade da Ancine, que foi criada como uma agência reguladora do fomento do audiovisual, ou seja, uma agência para fomentar o audiovisual, se transforme em uma agência reguladora de direito das atividades de audiovisual porque essa regulação é inconstitucional.

Essa regulação fere o art. 174 porque, nessa lei, as atividades de programação são atividades pura-

mente privadas onde o Estado deve ter a sua função meramente indicativa que retire a possibilidade de regulação porque a programação é, no art. 220, protegida como um direito de livre expressão da manifestação artística, intelectual, da criação, da opinião e que retire as cláusulas que permitem à Ancine até a cassação do registro, ou seja, da outorga de empresas de comunicação que não são serviços de telecomunicação.

A gente vê tanta coisa para ser consertada no Brasil e se faz uma lei de televisão por assinatura em que existe um consenso, não sei de quem com quem, porque a gente só não conversou com os canais de programação e com os consumidores. Com o resto, há o consenso. Mas é uma lei só para televisão por assinatura.

Nós até pedimos para que o pessoal da área de consumidor viesse à audiência pública. Ele veio na última audiência pública e, se não me engano, o pessoal do Idec e dos Procons e vieram falar sobre a questão de assinatura porque eles sequer conseguem entender. É uma brincadeira conseguir entender esse projeto porque esse projeto trabalha com o truque jurídico das referências cruzadas de legislação.

Para se conseguir entender o conceito de programadora brasileira independente você "pule duas casas, vire a direita, volte para trás, fica de castigo, ande três". Você não consegue, é uma...

Olhem, eu posso dizer porque escrevo livros de comentários de legislação em telecomunicações e comunicação. É a lei mais estapafúrdia em termos de redação jurídica. Não sei como passaria numa comissão de sistematização um texto desses. É um quebra-cabeça, é um imbróglio que só o Presidente da Ancine consegue explicar. No *power point* dele, eu consigo entender. Quando vou para lei, ninguém entende.

Eu conversei com o Deputado Bittar na época do PL nº 29 e ele me disse assim: "também não entendi. Vamos ver como é que a gente...". É difícil entender, é muito difícil entender a sistematização desse projeto.

Senador Walter Pinheiro, aquele projeto de V. Exª, o senhor tem um projeto na Câmara, que é um projeto limpo sobre esse assunto, é melhor redigido porque isso vai criar um cipoal... E, num litigioso, prepare-se, se passar na CCJ, não passa no STF.

Essa legislação tem vocação para diversos contenciosos, tanto no âmbito de ação direta de inconstitucionalidade, quanto no âmbito de ações judiciais contra a Ancine, quando ela for implementar a regulação.

Veja que até na questão da classificação indicativa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Marcos Alberto, um minuto para concluir.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT´NANA BITELLI – ...até na classificação indicativa, a Ancine passa a ter poderes de controlar a classificação indicativa do conteúdo. Quer dizer, a Ancine vai virar uma anaconda.

A Agência Nacional de Comunicação e Direito Autoral que vai controlar desde criancinha até distribuição de conteúdo. E as cotas ferem a liberdade do exercício da atividade econômica.

Eu agradeço, desculpe-me estourar o tempo, mas como é a última chance, quero ir direto ao ponto porque, daqui para frente, se essa lei for aprovada do modo como está, só no Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação de V. Sª.

Convido o Dr. Francisco Mistrorigo Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão, ABPI-TV para fazer uso da palavra, por dez minutos.

O SR. FRANCISCO MISTRORIGO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, demais Senadores, Senhoras e Senhores, agradeço a oportunidade de participar dessa audiência pública, representando o segmento da produção independente brasileira de audiovisual.

Durante os últimos três anos participamos ativamente, na Câmara dos Deputados, do processo que resultou na aprovação do PL nº 29. Foi um longo e exaustivo processo que envolveu longos debates e negociações que desembocaram num acordo possível.

Todas as partes cederam. Nós, produtores, os canais brasileiros de TV a cabo, as produtoras, emissoras de TV aberta, o Governo e as empresas de telefonia.

Sabemos que nunca existirá uma unanimidade ou convergência em uma legislação que envolve extensa negociação com diferentes segmentos e interesses, além, é claro, da complexidade do tema. Sempre haverá pontos a serem aperfeiçoados.

Nós gostaríamos de ter uma legislação mais favorável ao crescimento do nosso mercado. Nesse momento, temos que pegar eventos de outros países onde o mercado de audiovisual ocorre plenamente.

Nos Estados Unidos, por exemplo, existe uma agência, UFCC, Comitê Federal de Comunicações, que é responsável por normas rigorosas nas comunicações dos Estados Unidos que, durante muitos anos, permitiu que as TV´s exibissem somente 30% de programação própria, ou seja, aquela produzida pelo canal. Os outros 70% as TV´s iam buscar no mercado.

As produtoras independentes levaram seus projetos, elas escolhiam os melhores para a sua grade e isso entrava na programação. Isso ativou o mercado

a tal ponto que, com o tempo, não foi mais necessário existirem essas cotas. O mercado se regulou sozinho porque a produtoras começaram a ter relações comerciais positivas com esses canais e a coisa começou a funcionar de uma forma mais espontânea.

Na França, por exemplo, existiam produções extraordinárias para a produção nacional independente se desenvolver, além da cota da própria Comunidade Econômica Europeia.

Nesse ponto, em particular, gostaria de ler um trecho de um estudo realizado pela Unesco, em fevereiro de 2011 sobre o ambiente regulatório para radiodifusão.

Uma pesquisa de melhores práticas para os autores-chaves brasileiros no seu capítulo Obrigações Positivas de Conteúdo, em relação às cotas de produção nacional.

"A obrigação de oferecer conteúdo produzido no próprio País é uma forma importante de reforçar o senso de identidade nacional e também de impulsionar o desenvolvimento de uma indústria de programas para radiodifusão. Isso é especialmente relevante no caso de países mais vulneráveis como o nosso, a influência cultural da programação estrangeira é importada a preços muito baixos."

A produção nacional também ajuda a reforçar o sentimento de unidade em países grandes e diversos, como o Canadá e os Estados Unidos, que têm uma diversidade cultural imensa. No Canadá existem cotas, na África do Sul existem cotas, na Malásia, na comunidade econômica européia, no Reino Unido, em vários países existem as cotas para começar a relação mais justa da produção com os canais.

A operadora Sky cumpre 50% de cota na França, na Alemanha e na Holanda, mas aqui no Brasil a Sky lidera uma posição, a nosso ver, equivocada, afirmando que o cumprimento das cotas poderá interferir na qualidade dos conteúdos dos seus pacotes de programação.

A HBO também cumpre cota em outros lugares do mundo, não só aqui. Todos os países da comunidade européia, além de Canadá, Austrália e Coréia do Sul, possuem um sistema de cotas fundado na percepção de que é necessário proteger a indústria audiovisual nacional, cujo produto é um bem econômico, que representa, explica, dá sentido e valor à sociedade.

Neste momento, reconhecemos ser fundamental o apoio aos avanços estabelecidos do texto do PLC 116, que trarão, para o setor de TV por assinatura, importantes possibilidades de desenvolvimento, oportunidade de negócios e geração de novos empregos.

A entrada de empresa de telefonia no segmento de TV por assinatura representará um aumento significativo na base de assinantes, maior competitividade e um conseqüente e necessário barateamento desse serviço, ou seja, mais brasileiros vão poder ter a TV por assinatura em suas casas.

Atualmente, no Brasil apenas 10% dos lares que têm um aparelho de TV possuem TV por assinatura; na Argentina esse número vai para 80%. O crescimento econômico brasileiro atual aumentou muito o poder aquisitivo da população. Junto com o sonho da casa própria, do automóvel, de eletrodomésticos, a TV por assinatura começa a ter um lugar de destaque no interesse da população.

Hoje existe cerca de dez milhões de assinantes no Brasil. Esse número vem crescendo, mas, certamente, o número de brasileiros com TV por assinatura será muito maior com a aprovação do PLC 116. É um dos mercados de maior potencial de crescimento no Planeta, o nosso mercado.

Os conteúdos nacionais obviamente são sempre muito bem vindos, a gente tem que ver um pouco de tudo, um pouco do mundo, um pouco de nós mesmos, temos que ter essa oportunidade. Acreditamos na importância e pertinência dos conteúdos brasileiros, que já demonstraram qualidade e aceitação junto ao público brasileiro e internacional. As nossas séries de animações infantis figuram entre as mais assistidas em canais a cabo no Brasil e no mundo. Nossos documentários e série de dramaturgia têm reconhecimento por sua qualidade nos canais estrangeiros, onde são exibidos. Nos últimos dez anos temos vivido um grande fortalecimento da nossa jovem indústria audiovisual independente.

É muito importante que cada segmento envolvido na análise dessa matéria possa se manifestar aqui, nesta Casa, que deverá selar o destino dessa nascente indústria do audiovisual.

É igualmente importante que todos façam com sinceridade de propósitos, de forma pública, republicana e transparente, para que o esforço desses anos todos não tenha sido em vão.

O PLC 116 prevê dois anos para que o mercado se prepare para a sua aplicação, por esse motivo é importante que possa ser votado da forma proposta, preservando o seu texto tal como foi aprovado, após profundo e exaustivo debate travado por todas as partes interessadas. Que se busque solucionar as eventuais questões para a sua aplicação.

Entre os pontos mais polêmicos estão as famosas cotas, são apenas três horas e meia de programação por semana, isso é meia hora por dia. Além de tudo, essas simbólicas três horas e meia vão ser atingidas somente em quatro anos, ou seja, vão durar dó dez anos, depois de dez anos provavelmente a gente não vai precisar mais das cotas.

Fica claro o intuito de fomento catalisador para o mercado nacional, uma vez que haverá tempo suficiente para o mercado se preparar para a adoção dessas cotas. Enfim, tornar-se uma alternativa natural e viável para o mercado, sem depender dessas próprias cotas para garantir a sua veiculação.

Em resumo, essas cotas terão uma adaptação progressiva, mesmo pequenas do jeito que elas são.

Lembramos que o PLC prevê a possibilidade de utilização dos recursos do Fistel, para o projeto de conta independente. Esse dispositivo vai ajudar a garantir a aplicação de cotas sem, necessariamente, haver investimento dos canais, além disso, a produção independente já conta com mecanismos de patrocínio, como o art. 1º e 3º, "a", da Lei do Audiovisual, art. 39, que o canais a cabo utilizam e linhas de financiamento do BNDES, como Procult, fundo setorial de audiovisual e a Lei Rouane, entre tantos. Ou seja, não haverá transferência de custo para o consumidor, uma vez que esses fundos contribuirão muito para o financiamento da produção independente, estipulada pelas cotas. Ao contrário disso, a aprovação do PLC proporcionará maior expansão da tevê paga no País, consequentemente, a oferta de melhores preços para atingir a população de baixa renda para esse tipo de oferta.

A entidade que represento, a BPI TV, ajudei a fundá-la, há 11 anos, Associação Brasileira de Produtores Independentes de Tv. Ela conta hoje com 150 empresas produtoras de conteúdo audiovisual, espalhados em todo o Território Nacional. É uma associação de produtores de conteúdos dos mais variados formatos e gêneros, que vem, ao longo desses anos, conquistando espaço na tevê brasileira, nos canais estrangeiros e no competitivo mercado internacional.

Os brasileiros figuram entre aqueles que assistem mais tevê no mundo, é um dado importante. A tevê tem uma função complementar à educação em nosso País. A cultura é o entretenimento. É de se esperar que possamos oferecer aos brasileiros conteúdos aqui produzidos, que falem a nossa língua para os nossos diferentes públicos e audiências.

Gostaria aqui de dar meu depoimento pessoal, como produtor independente. Eu sou produtor de uma série de animação que talvez vocês conheçam, chama Peixonauta. É uma série de animação infantil, que estreou no canal Discovery Kids, no dia 20 de abril de 2009. Logo na primeira semana atingiu o primeiro lugar na audiência do canal. Ou seja, certamente ele ocupou o lugar de uma outra série estrangeira que estava nesse mesmo, horário nobre, das onze e meia da manhã e às sete e meia da noite. Uma série brasileira ocupando o lugar de uma série estrangeira, o que trouxe? Primeiro, trouxe benefícios comerciais imediatos para o Discovery Kids. São dez horas e meia de veiculação semanal, só o Peixonauta, ou seja, são três cotas quase. O Discovery Kids teve um aumento na sua audiência enorme. A sociedade brasileira ganhou um produto nacional que fala diretamente com as suas crianças, valorizando a nossa cultura, a nossa música e o nosso jeito de ser. O Peixonauta passou a ser exportado para 67 países, ele é veiculado para mais de 67 países. Esse resultado tem um significado tremendo, ou seja, os *royalties* dessa propriedade, ao invés de serem remetidos ao exterior, são convertidos ao Brasil. É uma propriedade intelectual, que é exportada ao mundo e só pode acontecer com a associação das tevês a cabo com a produção independente.

Esse é o consenso possível. Eu acho que neste momento a questão é que os interesses privados não possam prevalecer sobre os interesses públicos. Aqui temos uma oportunidade tremenda de colocar a produção independente nas tevês, a gente falar da gente para o nosso povo. Além disso, o preço da tevê a cabo vai cair muito, o que será de grande utilidade para a população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Agradeço a participação do Dr. Francisco Mistrovigo.

Consulto os Srs. Senadores se podemos entrar imediatamente no segundo bloco, assim poderemos dar curso à apresentação das diversas entidades; ao cabo, pela ordem de inscrição, os Srs. Senadores farão uso da palavra para as suas manifestações, indagações e aí concluiríamos o nosso debate. Assim, faríamos uma economia de tempo, para que pudéssemos alcançar o objetivo dessa audiência pública.

Convido, portanto, o Sr. Ara Apkar Minassian, Superintendente dos Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, para fazer uso da palavra por 10 minutos.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Exmº Sr. Senador, Presidentes de Comissões, Senador Eduardo Braga, Senador Eunício Oliveira, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Walter Pinheiro, representando aqui o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Srs. Senadores, senhoras e senhores, inicialmente, em nome da Agência, agradecer o convite que foi formulado e nós queremos relembrar que no dia 07 de dezembro de 2010, no ano passado, o Presidente da Agência, Embaixador Ronaldo Sardenberg, manifestou já na comissão, no sentido de que o PLC nº 116, tem o mérito de buscar a reorganização da cadeia produtiva do serviço de televisão por assinatura, e naquela ocasião foram mencionadas as vantagens de unificar o tratamento legal dado ao serviço prestado por diver-

sas tecnologias, cabos, satélites e também rádio freqüências terrestres. Serviços esses que são regidos por regulamentos totalmente distintos.

Nós queremos ressaltar que, por exemplo, o serviço de TV a cabo tem uma legislação própria e debaixo dele toda uma infra-estrutura legal de crédito. Todas as normas são datadas de 1997. De lá pra cá numa mais houve qualquer tipo de atualização.

Enquanto, por outro lado, serviços, por exemplo, que usam segmento satelital de rádio frequência são regidos pela Lei Geral de Telecomunicações, possuem, debaixo deles, um conjunto de normas e regulamentos que são totalmente distintos do regulamento do serviço de TV a cabo.

Portanto, novamente, mesmo serviço, mesma natureza, porém tecnologias diferentes usando, cada um deles, obrigações diferentes e outros serviços sem nenhuma obrigação e quando a Anatel verifica que há uma migração para uma determinada tecnologia, procura realizar alguns acordos com os interessados no sentido de gerarmos algumas obrigações.

Nós estamos sempre olhando o interesse público, no entanto, temos de ter certa uniformidade.

A Agência procura respeitar toda legislação que o Congresso Nacional tenha elaborado.

Nenhum momento há extrapolação e depois vamos entrar um pouco mais em detalhes.

Ainda mais, tem outros serviços de uma forma restrita, que é o serviço de TV A, que é uma televisão por assinatura e que usa outro segmento de rádio freqüências, também regulado por um decreto e debaixo dele não tem nenhuma outra regulamentação.

Bom, hoje é o cenário que nós vivemos e teremos de enfrentá-lo, de tal forma que daremos certa uniformidade em todos os serviços, é o serviço de televisão por assinatura.

Ainda, naquela ocasião, foi destacado que a entrada de novos prestadores, no serviço de televisão por assinatura, também era uma possibilidade de se expandir de um segmento, cuja infra-estrutura também pode ser usada para outros serviços. Pode-se usar a infra-estrutura do cabo para serviços de banda larga e outros.

Então, isso mostra o seguinte, hoje, no cenário de convergência que vivemos uma infra-estrutura não se presa apenas a prestação de um determinado serviço. É claro que, novamente queremos deixar claro, estamos regulando serviços, agora a tecnologia, as facilidades, os meios, permitem você use essa tecnologia para oferecer serviços convergentes. É isso que o consumidor final, no fundo, quer.

Quer ter contato com um ou dois prestadores de serviços com quem ele possa se comunicar, resolver os seus problemas e atender também as suas necessidades.

Além disso, naquela ocasião, o Presidente da Agência demonstrou que a Anatel agindo no âmbito da sua competência, observado sempre a regulamentação vigente, também trabalhamos em cima da edição do novo planejamento do serviço de televisão por assinatura.

Então, esse planejamento, na realidade, respeita todo o arcabouço regulatório. O planejamento está previsto dentro da Lei de TV a cabo e também observando os outros serviços dentro da Lei Geral de Telecomunicações.

Portanto, em nenhum momento, há extrapolação de competência.

A competência do Legislativo é legislar e cabe a Agência cumprir a legislação, o que está dentro da legislação.

Além disso, do ponto de vista da Agência, tão logo o congresso aprove o PLC ou qualquer outro regulamento, a Anatel vai ter de atualizar toda a sua regulamentação. Então, não existe uma regulamentação, vamos chamar de pré-concebida ou pré-preparada. A regulamentação vai ter de ser adaptada em função do que essa Casa vai decidir.

Essa regulamentação, dentro inclusive do que está previsto no projeto de lei, existe um prazo para a Agência fazer isso, o projeto de lei. Existe um prazo que foi dado para a Agência fazer isso que é de 180 dias.

Então, de qualquer forma, independentemente dos regulamentos que a Agência está emitindo hoje ou não, ou está em consulta pública, todos esses instrumentos terão de ser adaptados. É outra realidade, outro ambiente, são outras restrições. Algumas obrigações não constam e vão constar. A forma como as empresas vão poder participar também muda, por que tem a questão do capital envolvido.

Novamente, queremos aqui ressaltar que no caso de serviço de TV a cabo, a questão do controle nacional, 51% pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Isso aqui está, integralmente, respeitado.

Não há nenhum momento de extrapolação.

Alguém pode dizer que a Agência está permitindo a entrada do A do B e do C. Nós não sabemos o que é que é isso. Está na legislação e tem de cumprir.

Então, além disso, nós vamos conseguir por meio da aprovação do PLC.

1] Acabar com a distinção dos serviços por diversas tecnologias. Então nós vamos ter uma neutralidade tecnológica.

Hoje nós estamos enxergando esses três, amanhã ou depois podem aparecer outras tecnologias que vão poder ser usadas neste serviço.

Então, a regulamentação que está sendo baixada, a legislação, ela vai ter de ser tecnologicamente neutra.

Isso, aliás, já está previsto na Lei Geral de Telecomunicações. Você tem de regular serviço. Em cima dos serviços é que você vai ver o que vai fazer. Agora, não regular por tecnologia. Hoje nós estamos amarrados.

Aí se discute que um serviço tem uma coisa, tem outra obrigação.

Enfim, entendemos que o PLC da forma como está concebida, do ponto de vista, principalmente, no capítulo de distribuição, ele atende plenamente os interesses.

Não vemos nenhum impedimento legal para que se faça a unificação dos serviços por televisão de assinatura.

Aliás, esse é um dos objetivos da agência e nós, dentro dos nossos limites legais, temos procurado harmonizar os regulamentos. Jamais invadir, dentro da competência dessa Casa. Isso é muito importante.

Harmonizar não quer dizer que você, simplesmente, está tentando gerar um fato, para depois você dizer que a lei está aí. Não é isso.

A Agência, neste momento, só está harmonizando e mantendo todas as obrigações e restrições que existem, tanto na Lei da TV a cabo, como na Lei Geral de Telecomunicações. É muito importante.

As atuais prestadoras de serviço de televisão por assinatura poderão também solicitar à Agência a adaptação dos seus instrumentos, eis que a regulamentação prevê.

Estou já com 14 minutos. Senador, posso avançar mais três minutos e chegar aos treze? Muito obrigado.

Além disso, nós entendemos que a proposta do novo regulamento do serviço de TV a cabo, por exemplo, que hoje está em consulta pública - é a Consulta Pública nº 31 - ela, em nenhum momento, colide com todas as discussões e tampouco vai contra o que determina a Lei de Serviços de TV a cabo. Acho que isso é muito importante esta Casa mencionar, porque estamos ouvindo, nos últimos dias, que a Anatel está soltando uma série de consultas públicas que têm o objetivo de acelerar as discussões desta Casa. Mas, em nenhum momento, essa é a intenção. O que se discutiu aqui é que a Anatel, há dez anos, não efetua mais nenhuma outorga de serviço de TV a cabo. Por quê? Porque estamos exatamente cumprindo todas as determinações, inclusive junto aos órgãos de controle. Então, levamos praticamente de 2000 até 2005 para superar uma parte dos questionamentos que surgiram. Além disso, agora, quando a Agência soltou o planejamento, outro conjunto de discussões, e estamos gradativamente junto aos órgãos procurando elucidar e levarmos adiante esse processo.

Em nenhum momento, Srs. Senadores e Sr. Presidente de comissão, há uma intenção de a Agência atropelar, como se falou nesses últimos tempos. É o contrário. Todas as decisões que foram tomadas estão sendo observadas no seu *totum.*

Já falei da questão da adaptação.

Agora, vamos para os pontos e considerações finais. Hoje, qual é o cenário vigente? Nós temos 262 Municípios apenas, no Brasil, que dispõem de serviço de TV a cabo. Isso significa que 95% da população brasileira não têm acesso a esse serviço. Outro, quando a gente olha o mapa do Brasil, nós vamos verificar que algumas localidades onde o serviço de televisão por assinatura não está presente por meio da tecnologia a cabo, sequer a radiodifusão chegou lá.

Então, pior ainda. O que está acontecendo? Eu tenho um preceito constitucional que diz que todo brasileiro tem direito a ter acesso à informação. Hoje, não há condições, ou seja, em alguns municípios, você não tem acesso a essa informação e tampouco ao entretenimento. E sabemos que a televisão, hoje, é um meio de entretenimento fundamental para o cidadão brasileiro. Ele fica mais de 95% do tempo; ou seja, pelo menos, por algumas horas, ele está assistindo à TV. Então, isso é importante.

Agora, nós estamos pretendendo retomar todo esse processo de novas outorgas; porém, observando a legislação atualmente vigente. Se amanhã ou depois esta Casa mudar as regras, a Anatel vai se adaptar a essas novas regras. Hoje, nós temos mais de mil pedidos de outorgas pendentes aguardando uma decisão da Agência. Então, a Agência vai retomar. Agora, dentro da Lei nº 8.977, que está vigendo. Se, amanhã ou depois, vier o PLC, nós vamos adequar ao PLC ou a qualquer outra regra que for baixada por esta Casa.

Por fim, para esses serviços, menos aqueles que utilizam radiofreqüência, não existe limitação. Então, se não há limitação por escassez de recursos, não há por que se falar que teremos de gerar algumas limitações hoje para a entrada do "a", do "b" ou do "c". Se alguém está interessado, esse alguém vai entrar, vai buscar o seu nicho de mercado, vai prestar o serviço ao cidadão, e o cidadão tem de ficar satisfeito. É isso que ele está buscando. Se amanhã ou depois, ele não estiver satisfeito com o prestador "a', ele vai para o prestador "b"; mas ele tem alternativas na mão dele.

Bom, concluindo, nós vemos o seguinte. Hoje, o PLC, na forma como está, e principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde a algumas perguntas, como, por exemplo, a questão da distribuição

de uma atividade livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras

A lei está aí. Não é isso. A Agência, neste momento, só está harmonizando e está mantendo todas as obrigações e restrições que existem, tanto na Lei do Cabo, como também na Lei Geral de Telecomunicações. Isso é muito importante.

As atuais prestadoras de serviço de televisão por assinatura poderão também solicitar à Agência a adaptação dos seus instrumentos, eis que a regulamentação prevê.

Estou já com 14 minutos. Senador, posso avançar mais três minutos e chegar aos treze? Muito obrigado.

Além disso, nós entendemos que a proposta do novo regulamento do serviço de TV a cabo, por exemplo, que hoje está em consulta pública - é a Consulta Pública nº 31 - ela, em nenhum momento, colide com todas as discussões e tampouco vai contra o que determina a Lei de Serviços de TV a cabo. Acho que isso é muito importante esta Casa mencionar, porque estamos ouvindo, nos últimos dias, que a Anatel está soltando uma série de consultas públicas que têm o objetivo de acelerar as discussões desta Casa. Mas, em nenhum momento, essa é a intenção. O que se discutiu aqui é que a Anatel, há dez anos, não efetua mais nenhuma outorga de serviço de TV a cabo. Por quê? Porque estamos exatamente cumprindo todas as determinações, inclusive junto aos órgãos de controle. Então, levamos praticamente de 2000 até 2005 para superar uma parte dos questionamentos que surgiram. Além disso, agora, quando a Agência soltou o planejamento, outro conjunto de discussões, e estamos gradativamente junto aos órgãos procurando elucidar e levarmos adiante esse processo.

Em nenhum momento, Srs. Senadores e Sr. Presidente de comissão, há uma intenção de a Agência atropelar, como se falou nesses últimos tempos. É o contrário. Todas as decisões que foram tomadas estão sendo observadas no seu *totum.*

Já falei da questão da adaptação.

Agora, vamos para os pontos e considerações finais. Hoje, qual é o cenário vigente? Nós temos 262 Municípios apenas, no Brasil, que dispõem de serviço de TV a cabo. Isso significa que 95% da população brasileira não têm acesso a esse serviço. Outro, quando a gente olha o mapa do Brasil, nós vamos verificar que algumas localidades onde o serviço de televisão por assinatura não está presente por meio da tecnologia a cabo, sequer a radiodifusão chegou lá.

Então, pior ainda. O que está acontecendo? Eu tenho um preceito constitucional que diz que todo brasileiro tem direito a ter acesso à informação. Hoje, não há condições, ou seja, em alguns municípios, você não tem acesso a essa informação e tampouco ao entretenimento. E sabemos que a televisão, hoje, é um meio de entretenimento fundamental para o cidadão brasileiro. Ele fica mais de 95% do tempo; ou seja, pelo menos, por algumas horas, ele está assistindo à TV. Então, isso é importante.

Agora, nós estamos pretendendo retomar todo esse processo de novas outorgas; porém, observando a legislação atualmente vigente. Se amanhã ou depois esta Casa mudar as regras, a Anatel vai se adaptar a essas novas regras. Hoje, nós temos mais de mil pedidos de outorgas pendentes aguardando uma decisão da Agência. Então, a Agência vai retomar. Agora, dentro da Lei nº 8.977, que está vigendo. Se, amanhã ou depois, vier o PLC, nós vamos adequar ao PLC ou a qualquer outra regra que for baixada por esta Casa.

Por fim, para esses serviços, menos aqueles que utilizam radiofreqüência, não existe limitação. Então, se não há limitação por escassez de recursos, não há por que se falar que teremos de gerar algumas limitações hoje para a entrada do "a", do "b" ou do "c". Se alguém está interessado, esse alguém vai entrar, vai buscar o seu nicho de mercado, vai prestar o serviço ao cidadão, e o cidadão tem de ficar satisfeito. É isso que ele está buscando. Se amanhã ou depois, ele não estiver satisfeito com o prestador "a', ele vai para o prestador "b"; mas ele tem alternativas na mão dele.

Bom, concluindo, nós vemos o seguinte. Hoje, o PLC, na forma como está, e principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde a algumas perguntas, como, por exemplo, a questão da distribuição de uma atividade livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras

Nós vemos o seguinte, que hoje o PLC, da forma como está, principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde algumas perguntas, tais como, por exemplo, que a questão da distribuição é uma atividade livre para empresas constituídas por brasileiros e brasileiras e com a administração no País, independentemente do seu capital. Isso consta desse projeto.

O serviço de acesso condicionado, da forma como o projeto trata, é um serviço de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em regime privado, onde a liberdade é a regra e cuja outorga se dá por meio de autorização, sem termo final, que não pode ser negada sem justificativas relevante. Portanto, vejam bem, a questão da liberdade está preservada aqui.

Outra coisa, o disciplinamento das obrigações, para distribuição de certos canais, que hoje, em alguns segmentos — por exemplo, no cabo existe; nos outros serviços não existe —, a lei está tentando neste momento uniformizar e também dar um tratamento uniforme.

Então, por essas razões nós entendemos que hoje esta Casa tem que avançar. Nós teremos que partir para o PLC ou, por favor, para qualquer outro projeto de lei, mas nós precisamos disso para começar a retomar o processo de uma forma mais harmonizada que venha a atender os interesses do País.

Em suma, o projeto, da forma como está, no capítulo de distribuição e em outros preceitos ali estabelecidos, do ponto de vista da agência, nós não vimos qualquer tipo de empecilho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Doutor Ara Apkar Minassian e aproveito para informar ao plenário que, neste momento, estamos ao vivo pela TV Senado e para registrar aos Srs. Senadores, a participação intensa que estamos recebendo da população brasileira por essa sessão interativa.

Já recebemos mais de quinhentas perguntas, através dos diversos mecanismos de acesso ao Senado da República. Gostaria de aproveitar para anunciar que, pelo Alô Senado, no 0800612211, estamos recebendo participação e perguntas que serão encaminhadas, não apenas aos Srs. Senadores, mas também aos palestrantes, bem como pelo www.senado.gov.br/alosenado.

Dito isso, eu chamo para a sua participação o Dr. Evandro Guimarães, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert, pelas organizações Globo.

Dr. Evandro, eu acho que o senhor tem que apertar um botãozinho.

Desculpe a comissão técnica.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Senador Eduardo Braga, Senador Rollemberg, Senador Eunício, Senador Walter Pinheiro, demais Senadores aqui presentes, Senador José Pimentel, Inácio Arruda, companheiros da comunicação social, eu vou começar fazendo um comentário que não estava previsto.

O representante da Anatel, meu querido amigo Ara, realmente, não conseguiu explicar por que há dez anos não se abre licitações de cabo. É inexplicável que, se apenas 250 cidades tenham o serviço e há uma lei em vigor, um regulamento em vigor, por que há dez anos não se abre licitação de cabo?

Por outro lado, quero dizer para discordar frontalmente, que sou aqui um representante da Abert e, melhor explicando, a Abert só se manifesta publicamente quando o conjunto dos seus associados têm posições de consenso.

Neste caso específico não há consenso na Abert.

As empresas, digamos assim, que participam da direção da Abert têm posições diversas em relação à necessidade de se discutir mais ou de providenciar modificações, salvaguardas, etc e tal, no atual texto do PLC nº 116.

Agradecemos muito ao Senador Eduardo Braga e aos Senadores, Presidentes das demais comissões, que permitiram que a Abert viesse aqui, através de três ou quatro dos seus representantes, mostrar os diversos ângulos dessa questão, como as organizações Globo enxergam a questão.

Mas eu acho que é fundamental registrar para os Senadores...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Interrompendo V. Sª, que ele desse o informe, inclusive, de qual foi a decisão tomada pelas comissões para não caracterizar que há um atendimento exclusivo a uma entidade, portanto uma posição assumida por nós, discutida por todos os Senadores nas comissões, na medida em que as entidades poderiam ter feito a indicação de quem falaria, tendo problemas internos.

Acho que é importante deixar isso claro, porque não foi um critério exclusivamente para a Abert, foi um critério aberto, portanto, para todos.

Era importante que o Presidente da comissão pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para complementar o Senador Walter Pinheiro, para dizer exatamente isso, que quando as entidades manifestaram esses pontos de divergência foi colocado a todas as entidades que poderiam adotar o mesmo posicionamento, desde que tivessem posicionamentos diversos e o documento enviado pela entidade ficaria absolutamente não-administrável pelas comissões, que se fizesse de uma maneira individualizada por pessoa jurídica.

Portanto, apenas para que não paire dúvida quanto ao critério estabelecido pelo conjunto das comissões.

Devolvo a palavra ao Dr. Evandro.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador.

Eu o cumprimento pelo renovado espírito democrático de ouvir realmente o conjunto da sociedade sobre um projeto tão complexo e que há tanto tempo vem sendo discutido.

De qualquer sorte eu quero registrar, e faço isso em nome da Abert,. certamente os meus companheiros de associação vão reiterar isso, com relação a licenças de cabo, conforme consulta pública que a Anatel está no momento praticando, a Abert e a nossa organização é inteiramente contra.

Existe uma legislação em vigor. Existiu sempre oportunidade de que a Anatel abrisse licitações no formato que todos nós conhecemos e não vemos sentido que a Anatel faça, agora, às vésperas da atualização

pelo Legislativo, pelo Congresso brasileiro, com posterior sanção do Executivo, que faça uma solução que carece tanto de dificuldade na sua defesa quanto demonstrou a difícil explicação que o amigo Ara tentou aqui apresentar.

Duzentos e sessenta e dois municípios não representam 95% da população, representa mais de 80% da população. Houve alguns enganos do companheiro Ara.

De qualquer sorte, o processo que está em andamento na Anatel, de um certo "atropelamento do processo legislativo" nós consideramos que não contribui em nada para a modernização, organização e harmonização do setor de desenvolvimento social sobre segurança jurídica, do setor de televisão paga no Brasil.

Falando agora pela Abert. Na Abert, há diversas posições de associados, sejam associados que tenham atuação de âmbito nacional ou multirregional, sejam associados que tenham atuação local, aquela pequena rádio, aquele jornal, que certamente está entre esses mil pedidos anteriores de abertura de edital de licitação de cabo, da qual falou o representante da Anatel.

Esses associados gostariam de ter condições de competir e sabem que, se não houver um compromisso prévio dessa agência, de absoluta facilidade e legitimidade, de uso e compartilhamento da infra-estrutura, a competição será impossível, teremos uma abertura, digamos assim, não tão aberta.

De qualquer sorte, isso será certamente tratado pelos meus outros companheiros da Abert, que virão a seguir.

De qualquer maneira, eu preciso também revelar alguma coisa que pensam os companheiros da Abert. O setor da comunicação se faz através do corpo e da alma. O corpo é a infraestrutura, é o conjunto de facilidades que permite, seja por cabo, seja por satélite, seja por sistemas *wireless*, seja por qualquer sistema, fazer com que conteúdos cheguem de forma gratuita ou de forma paga à população como um todo.

Nesse sentido, o rádio e a televisão aberta prestam um inestimável serviço ao Brasil. E esta é a Casa da Federação. Todos aqui sabemos que todos os Estados do Brasil têm um formidável sanduíche bem-sucedido, que é: recebem todos programação nacional, complementadas, acopladas, suplementadas pela programação local dos respectivos rádios e televisões locais e/ou regionais, locais e/ou estaduais.

Então, durante todo o processo em que a Abert, unida, trabalhou na Câmara quanto a esse projeto, o esforço foi de defender o modelo da radiodifusão brasileira, que é um modelo federativo. Esse é um modelo absolutamente casado com o papel do Senado, que é tratar os órgãos da Federação de maneira equânime, de maneira correta, democrática. Isso, a Abert tentou fazer. Digamos que não conseguimos alguma coisa perfeita no texto do projeto, mas, ao ver das Organizações Globo, conseguimos alguma coisa próxima do que é necessário para proteger a radiodifusão. Dependemos de haver o mesmo espírito de cooperação e de defesa da radiodifusão – radiodifusão, serviço de comunicação social universal no Brasil, atende 100% da população, e atende a 100% da população de forma gratuita. Então, isso que será reforçado e leva a fazer outro complemento.

Desde a abertura, desde a mudança da Constituição brasileira para permitir o ingresso de capital estrangeiro nas telecomunicações, sempre se falou que o Brasil estaria prestes a vender o corpo – ou seja, aquelas empresas de capital intensivo, que poderiam fazer investimentos em redes, satélites e demais esforços que demandavam capital e tecnologia – mas que o Brasil deveria sempre trabalhar para defender a alma. A alma, aí, estamos falando da produção nacional, do conteúdo nacional. Essa é a razão pela qual o art. 222 da Constituição reserva, de maneira expressa, aos meios de comunicação a propriedade de, no mínimo, 70% do capital total, ou seja, total e votante, e reserva aos brasileiros o papel de fazer o conteúdo destinado aos nossos concidadãos.

De resto, essa atitude é uma atitude nacionalista absolutamente politicamente correta. É assim em qualquer nação do mundo que merece esse nome. Estamos falando de uma fronteira imaterial, estamos falando de uma fronteira que não é a fronteira geográfica, que permite a um país-continente ter esse senso comum de ser brasileiro, visto que somos um País cercado por amigos que falam espanhol, e nós somos o único País da América que fala português.

Somado à preocupação com a identidade nacional, com a cultura nacional, com o papel dos brasileiros na produção cultural nacional, eu queria lembrar que, de verdade, as Organizações Globo imaginam que tenha havido um certo problema por um vazio legislativo. Qual é o problema? A tecnologia, rapidamente, mostrou que a convergência vem aí, e nós estamos carecendo de alguma regulamentação que reforce essa atribuição aos brasileiros, atribuição essa prevista no campo da Constituição, no art. 222 da Constituição.

Então, por isso, nós, das Organizações Globo, somos favoráveis ao andamento desse projeto, mas precisamos fazer uma ressalva. Esse projeto tem um tênue equilíbrio, é um exercício de equilíbrio permanente, referindo isso ao papel dos distribuidores, empresas gigantescas, detentoras ou comandatárias da infraestrutura pública, que faturam de 10 a 12 vezes mais do que fatura todo o setor da radiodifusão, dos produtores de conteúdo, sejam eles empresas, sejam

eles produtores independentes de menor porte, e, portanto, se houver qualquer mexida no texto que agora é proposto, esse equilíbrio que se faz em prol da Nação pode ser totalmente comprometido.

Então, as Organizações Globo, favoráveis ao projeto com seu texto atual, têm cobrado, têm pedido do Governo, amplamente majoritário no Senado – pedimos isso por escrito ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e estamos dispostos a visitar todos os demais Senadores para pedir isso – aprovam o andamento desse projeto, desde que haja um compromisso no âmbito do Legislativo de que não haverá vetos, particularmente nos artigos que definem claramente limitações e possibilidades na cadeia de valor, claramente definem o que deve ser o papel futuro dos distribuidores e dos produtores.

Esta é, basicamente, nossa posição: favoráveis e pedindo que a ampla maioria do Governo, do atual Governo, neste momento, perceba a questão de Estado que está sobre esse texto. A questão de Estado é: o texto, se for aprovado, precisa ser integralmente sancionado. Devem ser preservados, em particular, os arts. 5º e 6º, artigos esses que complementam a necessária visão de nacionalidade que paira sobre o conteúdo nacional expresso desde sempre na Constituição, particularmente no art. 222.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Evandro Guimarães, convidamos o Dr. Daniel Pimentel Slavieiro, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, também pela Abert, representando as organizações do SBT.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO – Exmºs Srs. Senadores já nominados; Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; Senador Eunício Oliveira; Senador Rodrigo Rollemberg; Senador Walter Pinheiro, representando as demais Comissões, e os já também citados demais Senadores presentes nesta audiência pública, nós queremos cumprimentar a iniciativa do Senado em fazer esta audiência conjunta porque demonstra a sensibilidade, primeiro com a tramitação ágil, eficiente, mas abrindo espaço para o contraditório para um projeto tão complexo e tão abrangente como esse, que é o PLC 116.

Na questão do espírito, do mérito do projeto, acho que os fatos falam por si sós. O Presidente da Ancine apresentou um *slide* onde mostra a penetração dos serviços de TV paga no Brasil em comparação com os demais países aqui, mesmo da região da América Latina e de outros países do mundo, então mostra que o PLC 116 tem o seu mérito, uma questão importante, que é a abertura do mercado. Isso favorecerá o Brasil, a competição, a diversidade e a pluralidade, e, certamente, o consumidor final terá o grande benefício.

Mas, nós compreendemos também que há certa angústia dos interlocutores nesse processo pelo trâmite e pelo tempo que esse projeto tem levado. Foi feita uma ampla discussão na Câmara e, agora, chega ao Senado. Porém, também, nós queremos, respeitosamente, Senador Eduardo Braga, dizer que a posição do SBT é que esse projeto precisa de ajustes no seu texto para que ele possa produzir os efeitos necessários.

Nosso companheiro e amigo Evandro Guimarães já explicou a questão da situação da Abert, e, como ela, suas diversas empresas dentro dela têm posições diversas, e nós temos a discordar que esse projeto deva seguir como está. E também a essência da radiodifusão, que foi descrita sob seu modelo federativo, a capacidade de transmitir conteúdo livre, aberto e gratuito e como ele faz isso nas diversas regiões do País.

Então, em respeito aos senhores e ao tempo que isso tem levado, nós gostaríamos de ser muito pontuais e pragmáticos em quais os temas e quais os artigos que devem ser aperfeiçoados.

Começamos pelo art. 5º, que trata de restrições dos radiodifusores a deter mais de 50% de empresas de telecomunicações. Isso, na nossa opinião – já foi dito aqui – consideramos inconstitucional e ilegal, até porque já existem fatos concretos.

Aqui o Senador Inácio Arruda e o Presidente Eunício Oliveira... Existem radiodifusores no Estado do Ceará que já fizeram investimentos; ao longo do tempo, entraram em licitações da Anatel, compraram essa autorização para operar sistemas de TV a cabo. E, agora, vem uma nova lei que diz que eles não podem ter mais. Isso já faz mais de décadas.

Como fica a situação desses radiodifusores que são empreendedores natos, que conhecem a região onde atuam, que conhecem o mercado publicitário, conhecem a sua característica e adotaram, na forma da televisão por assinatura, uma maneira de expandir os seus negócios?

Agora, estão sob o risco de uma lei, que os obrigará a venderem 50% dos seus negócios.

Então, Presidente Eduardo Braga, achamos que esta é uma coisa absolutamente sensível no Estado do nosso Presidente, e ocorre em outros Estados da Federação: radiodifusores que fizeram investimentos no passado e agora estão sob o risco, sob a insegurança jurídica, do PLC nº 116.

Além disso, como disse, o radiodifusor é um empreendedor local, ele conhece as características e, por esse projeto, na maneira como está, estará tolhido de investir em serviços de telecomunicações.

Isso se desdobra para a nossa terceira preocupação desse item, do art. 5º: o que serão serviços de telecomunicações no futuro?

Isso é uma coisa de que poucos de nós sabemos; ou nenhum de nós saberemos o que, neste mundo convergente, será considerado serviços de telecomunicações. Será que, porventura, o canal de retorno, que é da essência da radiodifusão brasileira, da TV digital, não será no futuro, ou qualquer outro serviço, considerado um serviço de telecomunicações? E, aí, nas regras atuais, os radiodifusores estarão privados de deter mais de 50% dessas empresas operadoras de telecomunicações.

Eu diria, Srs. Senadores, que esse é um ponto extremamente vital, do nosso ponto de vista, do grupo SBT, que precisa ser ajustado, e o Senado, dentro desse papel que faz da democracia, de aperfeiçoamento, certamente – e essa audiência pública e essa tramitação conjunta que se está desenhando –, está sensível a essa questão.

O segundo ponto, muito pragmaticamente, é o art. 24, que fala dos limites de publicidade nos canais de TV paga. Aí, pergunto aqui ao Senador Pedro Taques se o modelo de radiodifusão que cobre o País inteiro, leva informação, cultura e entretenimento a 100% da população de maneira gratuita, é sustentado apenas pelo mercado publicitário... Se um outro serviço, que é da sua essência, é financiado pelos assinantes, deve ter o mesmo limite de comercialização, sendo que o mercado publicitário é o mesmo.

Então, entendemos que os limites de publicidade na TV paga e no serviço de acessos condicionados, como é o termo tratado no projeto, devem ser sensivelmente menores pelo motivo razoável e óbvio de que um é só sustentado pelo mercado publicitário, e o outro, a sua base de sustentação é da assinatura, é de uma outra maneira de ingresso de remuneração.

E, por último, entendemos que o art. 32, que fala da distribuição do *must carry*, do modelo de carregamento que está na essência do que o nosso colega Evandro Guimarães falou, do modelo federativo, das emissoras pequenas nos seus Estados, que levam conteúdo local, que agregam isso com a sua programação local, deva estar contemplado com uma redação mais aperfeiçoada, que traga uma segurança jurídica para esses radiodifusores e para esses empreendedores locais, principalmente quando estiver num ambiente totalmente digital; no analógico, ele está garantido, mas no digital, entendemos que o texto merece aperfeiçoamento para que dê essa segurança, Senador Delcídio Amaral. Lá no seu Estado, existem diversos radiodifusores que, no serviço de acesso condicionado, quando ele crescer, quando ele tiver mais amplitude, certamente eles quererão ter o seu sinal e o seu conteúdo local distribuídos nessa plataforma de maneira segura, podendo ter eventuais negociações, mas que elas também tenham a prerrogativa de que sejam carregadas gratuitamente no sistema de alta definição e no sistema de tecnologia digital.

Em síntese, Srs. Senadores, senhoras e senhores, ficamos honrados com a deferência com que as comissões fizeram e o entendimento da situação da conjuntura especial que vive a Abert nesse contexto, e também saberemos que, mesmo tendo três anos de discussão na Câmara, sendo exaurida a discussão lá, precisam de pontos aperfeiçoados, e o Senado Federal, na sua essência da democracia, está para fazer os ajustes finos, as demais deliberações para que esse projeto possa seguir com a tranquilidade e o acordo necessário.

Volto a dizer que nossa posição não é protelatória. Entendemos, no mérito do projeto, os seus benefícios e também sabemos que os Senadores, ao fazerem tramitações e audiências conjuntas nas cinco comissões interessadas também estão sensíveis a isso, mas não se furtarão a fazer os ajustes de que o projeto precisa para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a participação do Dr. Daniel e faço um esclarecimento ao Plenário e a todo o Brasil que nos acompanha neste momento: no Senado da República, temos um Regimento que precisamos cumprir. Buscamos, obviamente, de acordo com a soberania do Plenário e das nossas comissões, quando da vontade soberana do Plenário, adaptá-lo àquilo que entendemos ser acordos de procedimentos estabelecidos tradicionalmente numa Casa federativa, que representa a Federação brasileira e que busca permanentemente na tradição do entendimento o seu comportamento.

No entanto, há algumas regras que são absolutamente intransponíveis. As reuniões de audiências públicas são precedidas por publicações que as transformam em ato formal; nessas publicações, obviamente, é necessário um certo tempo para impressão e distribuição da pauta.

Alguns requerimentos chegaram às comissões após o prazo necessário para o referido cumprimento do Regimento Interno do Senado. Por mais que os Srs. Senadores e essas comissões tenham buscado abrir de forma criteriosa e democrática, para que possamos ter as diversas opiniões manifestadas nesta audiência pública, sempre haverá alguém que gostaria de postular mais espaço, e nós precisaremos sempre cumprir o Regimento.

Portanto, com esses esclarecimentos, busco explicar por que, para determinados requerimentos que chegaram de ontem para hoje a esta Comissão, sem que haja questionamento de um Senador que possa provocar uma deliberação do Plenário, é absolutamente impossível a esta Mesa adotar uma medida monocrática e unilateral, mudando a pauta estabelecida de acordo com o Regimento.

Feitos os esclarecimentos, passo a palavra ao Dr. Marcio Novaes, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, desta feita pela Record.

O SR. MARCIO NOVAES – Bom dia a todos. Senador Eduardo Braga, Senador Delcídio Amaral, Senador Walter Pinheiro, Senador Eunício Oliveira – o Senador Rollemberg saiu há pouco –, senhoras e senhores, amigos que nos acompanham e nos ouvem pela Internet, primeiramente, o grupo Record quer deixar claro que é um grupo eminentemente de radiodifusão. Não temos nenhum canal fechado, não operamos nenhum serviço de TV por assinatura, pelo menos por enquanto. A convergência e a tecnologia talvez nos obriguem a isso.

Hoje, Amazonas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Acre, Ceará, Mato Grosso do Sul estão assistindo, estão podendo nos ver e nos ouvir pela Internet. Isso aqui que estamos fazendo é radiodifusão ou telecomunicação? Pois é, nós radiodifusores ajudamos a construir. Não temos falta de modéstia, não. Nós, brasileiros e radiodifusores, ajudamos, Senador Eduardo Braga, a construir neste País uma integração, como disse o Evandro, da Globo, aqui. E como muitos outros disseram e ainda vão dizer. Nós levamos livre, aberta e gratuitamente para o Brasil um sinal de qualidade.

Aliás, está aqui o Walter Ceneviva que me contou um dia desses que um sujeito entrou na sala dele e tinha uma televisão ligada. O sujeito falou assim: é tal ou tal operadora? Não vou fazer propaganda de graça aqui. Aí ele disse o seguinte: não, é TV aberta, porque nós, radiodifusores, estamos levando a TV digital, a TV com sinal HD, de alta definição. Mais uma vez, no Brasil, quem ganha dinheiro é o sujeito que fabrica essas câmaras que estão aí, que não é brasileiro. E depois o sujeito que fabrica o aparelho de televisão. E nós, nesse sanduíche aí, somos o recheio, a parte mais gostosa, talvez, do sanduíche, porque nós damos o conteúdo, nós levamos esse conteúdo. E TV por assinatura no Brasil cresceu por causa da qualidade do sinal. Muitas pessoas não tinham uma boa qualidade do sinal e passaram a optar pela TV por assinatura para ter uma boa qualidade. Hoje nós temos aí pacote básico. O que é pacote básico? São canais abertos. O sujeito empacota e me vende. E o que eu ganho? Nada.

Então, um dos pontos em que a Record coincide com o SBT na posição é exatamente este: essa vedação de que nós possamos fazer telecomunicação no futuro. Não pode existir. Volto ao início: o que nós estamos fazendo hoje, aqui?

Então nós precisamos pensar. A tecnologia não pára. Não é a Anatel que está atropelando. É a tecnologia que está atropelando. E é difícil acompanhar esse ritmo. Para nós, que somos empresários dessa área, também é muito difícil levar a TV digital livre, aberta e gratuita para todo o Brasil sem receber nada. É só investimento, é só dinheiro que a gente bota lá. Interatividade não tem. E quando tiver? Vai ser o quê? Telecomunicação? E eu não posso? Quem está ligando hoje é 0800, Senador. Hoje, quem participa aqui é 0800. Agora, quando fazemos uma promoção, um *reality show* como o nosso, "A Fazenda", e o sujeito manda um SMS, ele está mandando esse SMS por uma operadora de telefonia. Quem está ganhando dinheiro é a empresa de telefonia. Está certo que é um acordo comercial com o radiodifusor, mas esse trabalho, esse incentivo é deles.

O Johnny – que não está aqui no momento – usou uma expressão de porteiro, que é o porteiro quem deixa o sujeito entrar ou não. Então, sempre me vem aquela impressão do leão de chácara. O sujeito é porteiro de boate: você entra; você não entra.

Complemento um pouquinho o que o Johnny falou: o porteiro às vezes deixa entrar, mas ele olha bem para você e fala: você está muito bem vestido. Vou botar roupa bem feia em você, vou deixar você mais feio do que é e você entra. Resultado: você não ganha nada nessa boate. Você sai mal, pior do que entrou. E é mais ou menos isso que acontece hoje em outro ponto que a Record quer abordar, que é a qualidade do sinal, a taxa de compressão.

Senador, eu levo qualquer um de vocês à minha casa para assistir à TV aberta e à TV fechada. É uma vergonha! O sinal da Record e de outras emissoras é lavado o colorido, tem sombra, enquanto o sinal aberto, livre, gratuito, o sujeito confunde com operadora. Então é preciso pensar e atuar nisso.

A Anatel está tomando providências. Já conversei com o Dr. Ara, visitei várias pessoas sobre isso. Eu acho que esse é um dos papeis da Anatel, mas não pode passar despercebido pelo Senado como nós estamos sendo tratados, sendo que muito nós fizemos e continuamos a fazer.

Além disso, outro ponto que também coincide com o SBT é a questão da publicidade. Nós temos no Brasil hoje 35 milhões de brasileiros que assistem, veem TV

por algum meio de assinatura, seja ele por satélite ou por cabo. Mas de um milhão assistem o HD, que é o novo produto da TV por assinatura, produto esse do qual muito é nosso: livre, aberto e gratuito. O sujeito empacota a gente duas vezes: vende no analógico e no HD. E tem um porteiro aí também... Não tenho tempo para contar desse porteiro.

Questão da publicidade.

Como é que a gente vive com um limite e o sujeito que ganha, cobra por isso, tem livre, não tem nenhum limite para publicidade? Esse é um ponto que merece também total atenção. Mesmo o texto que hoje limita a 25% ou equipara ao radiodifusor, como está no PLC nº 116, nos parece muito injusto. Precisaríamos repensar esse percentual, porque hoje muitos canais desses internacionais, a gente às vezes esquece o que estava assistindo quando vem o *break*, de tão longa que é a publicidade. Você para e pergunta: mas o que é mesmo que eu estava vendo? É o famoso *break* do banho: dá para você sair, tomar banho, voltar e ainda não perder nenhum espaço da história. Isso precisa ter limite, precisa ter regra.

E nos deixa muito entusiasmados, com a sensação de que o projeto vai andar, porque a iniciativa de realizar uma audiência, Senador Eduardo Braga, junto com o Senador Eunício, com o Senador Walter Pinheiro, com o Senador Delcídio do Amaral e com o Senado Rodrigo Rollemberg demonstra claramente para nós a vontade de fazer com que a fila ande. E é necessário.

O PLC tem coisas boas, ele unifica o setor de TV por assinatura. Isso é um avanço, porque o DTH que está por aí não tem regra. Ele não tem regra nem para me carregar quanto mais para manter o sequenciamento de canal. Essa é outra história. Eu lhe conto cada coisa que já fizeram pelo menos conosco. Dos outros eu não posso falar, porque não convivo no dia a dia.

É preciso aproveitar esse momento, aproveitar esse projeto, aproveitar o Senado, sendo que o projeto já passou pela Câmara, para que isso se torne uma lei, torne-se uma regra, para que a gente não fique mais uma vez à margem das regras ou até mesmo no limbo, como é dito. O Evandro sempre usa essa expressão, de que nós, nas nossas renovações, nas nossas questões que estão no Ministério das Comunicações, às vezes a gente está renovando uma outorga... Como me disse o meu Presidente um dia desses. Falou: puxa, que bom! Só daqui a quinze anos! Falei: não, negativo, daqui a sete, porque a gente já estava devendo sete. Mas essa não é a questão que está sendo tratada aqui.

A Record agradece a oportunidade. Vou encerrar nos meus dez minutos, até porque muitos já disseram. Então nossos pontos basicamente são estes: a questão da taxa de compressão, a questão da possibilidade de o radiodifusor fazer telecomunicação e o limite justo para a publicidade nos canais fechados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Dr. Márcio Novaes e faço inclusive uma observação efetiva com relação ao DTH.

Enquanto V. Sª fazia a sua palestra, eu conversava com o Senador Walter Pinheiro e com o Senador Eunício exatamente sobre a questão do DTH. E nossas comissões estão nesse momento pensando e analisando essa questão do DTH, porque efetivamente é uma área que já é maioria no Brasil, é um serviço que já é maioria no Brasil. Nós estamos discutindo aqui TV por assinatura. Enquanto isso, DTH já tem maioria no mercado brasileiro, em liberdade e sem controle.

Portanto, apenas para fazer essa observação.

Passo a palavra ao Sr. José Francisco de Araújo Lima Neto, Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA.

Com a palavra por dez minutos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA NETO – Prezado Presidente desta nossa sessão, desta audiência que provavelmente vai ficar marcada na história dos debates políticos no Senado, Senador Eduardo Braga, a quem peço permissão para cumprimentar também a plateia amazonense, porque, assim como o senhor, também sou conterrâneo.

Agradeço esta oportunidade de a ABTA vir se expressar e manifestar seu ponto de vista a respeito do projeto. Cumprimento os nossos Senadores da mesa e também peço autorização para fazer um especial destaque ao Senador Walter Pinheiro, com quem trabalhei intensamente durante três anos, na Câmara, participando de cada etapa desse projeto.

Sinto-me, hoje, com uma sensação *déjà vu* ou de um testemunho do movimento pendular da história. Curiosamente, há vinte anos, em 1991, foi apresentado um projeto do Deputado Tilden Santigo, o Projeto nº 2120, de 1991, que foi uma reação à denúncia feita por mais de cinquenta sindicatos de que havia uma movimentação do Executivo da época para baixar uma regulamentação que permitiria àqueles que estavam explorando, o que se chamava na época até de serviço de antena comunitária – daí o primeiro nome da ABTA ter sido Abracom- Associação Brasileira de Emissoras de Antenas Comunitárias, fundada em 1989 -, havia uma denúncia de que aqueles exploradores da TV a cabo daquela época estavam tentando uma regulamentação que lhes permitisse fazer telefonia e transmissão de dados. Há vinte anos, uma denúncia grave! Olha, o que esses caras estão querendo fazer é

telefone e transmissão de dados. Quer dizer, era uma antecipação do *triple player*, do qual tive, em vários momentos, experiência.

Dez anos depois, foi regulamentado, através do serviço de comunicação multimídia, a prestação do serviço pelas empresas de televisão por assinatura, do acesso, do provimento da banda larga para acesso, especialmente, à rede mundial dos computadores.

Então, esse projeto transformou-se, sob a relatoria do Deputado Koyu Iha, sob a presidência, na Comissão, da Deputada Irma Passoni, no que é hoje a Lei do Cabo. A Lei nº 8977 nasceu dessa reação, para impedir que o cabo prestasse esse serviço.

Acredito que a sobrevivência dessa lei tem sido legítima, porque ela conseguiu reunir, em cinco anos de debate, outra semelhança com o PLC nº116. Conseguiu, em cinco anos de debate, reunir um apoio suficiente para dizer que ela era do interesse de uma maioria significativa. Unanimidade é impossível, mas de uma maioria significativa. Na Comissão houve problema e não deu para ser resolvido numa decisão terminativa, mas foi no plenário, quando manteve-se o Deputado Koyu Iha, que se conseguiu, com apoio da maioria, aprovar o projeto que chegou ao Senado em outubro de 1994.

Em janeiro de 1995, houve outro fato histórico curioso. No dia 05 de janeiro de 1995, o nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, pela primeira vez, sancionou uma lei. Essa lei foi a Lei do Cabo, que está aí até hoje. A única crítica que ela recebe é a de que está desatualizada em relação ao fenômeno da convergência digital, que seria necessário abolir, espancar, eliminar essa distinção dos serviços por tecnologia e adotar uma definição única, um serviço que pode se valer de qualquer meio físico, seja ela encapsulado ou não, porque isso é indiferente.

Fisicamente não há grande diferença, mas hoje o serviço é prestado só por meio físico encapsulado. O que significaria isso? Que o DTH, que TVA, do que muito provavelmente nunca ouviram falar – não confundam TVA com a sigla do serviço da Abril. A TVA é um serviço chamado de televisão com uma licença especial, que é transmitido em UHF, fechado, e que pode ser cobrado. Nunca se impôs como serviço, dada à limitação, se bem que há hoje algumas tecnologias que admitem o compartilhamento dessa banda de U para permitir diversos canais, mas também não é ainda uma realidade econômica.

Agora, estamos diante de uma projeto ambicioso que foi, como os senhores sabem, extremamente debatido dentro da Câmara Federal. Nós tivemos quatrocentos e setenta e três emendas; exame de quatro comissões; quatro substitutivos foram produzidos, do Deputado Jorge Bittar, Deputado Wellington Fagundes; de Defesa do Consumidor foi o atual Senador Vital do Rêgo Filho e depois ainda tivemos o do Paulo Henrique Lustosa. Quer dizer, foram quatro substitutivos, todos, nas suas respectivas comissões, aprovados por unanimidade.

No caso da ABTA, que durante todo o tempo foi inflexível na sua oposição quanto a um aspecto do tratamento que foi dado à prerrogativa do conteúdo nacional, a regalia do conteúdo nacional de ter um espaço privilegiado dentro da programação.

A ABTA sempre se colocou, durante de todo esse período, contra isso. Isso é publico, mas, como o próprio Presidente Alexandre Annenberg, a quem represento aqui com muito orgulho, que está ausente do País... Ele estaria aqui se a audiência se confirmasse na semana que vem, mas ele está em Chicago, representando a Associação num evento internacional de televisão por assinatura que ocorre todos os anos, o mais importante evento do mundo. Portanto, é natural que nosso Presidente esteja lá.

Ele sempre, em todas as oportunidades – e não foram poucas as audiências, contei mais de quarenta e cinco depoentes em audiências públicas na Câmara -, sempre a ABTA fazia parte disso, porque a ABTA provavelmente é a que representa a maioria absoluta dos setores atingidos pelo projeto.

Nós temos, dentro da ABTA, produtores, programadores, empacotadores, que caiu de moda. No início, quando faltava iniciativa dos operadores para arrumar pacotes atraentes – pacote para criança, pacote para amantes de esporte, para pessoas que gostam de cinema –, havia uma empresa que realiza esse serviço, uma empresa atuou dessa forma no Brasil. Hoje, quem faz o empacotamento é o próprio operador. Como no supermercado, onde quem organiza a gôndola é o próprio dono do supermercado ou seu gerente, que sabe o que está preparando para venda e a que público se destina o pacote.

Então, os distribuidores também estão lá, os fornecedores de equipamento, os prestadores de serviço de construção de rede. A ABTA, não quero dizer que é a mais legítima, é a Associação brasileira que consegue reunir todos os *players* do setor. Como não se conseguiu a unanimidade, partiu-se para a decisão democrática, o que custou caro.

A decisão democrática de a maioria apoiar o projeto custou-nos, por exemplo, a perda de importantíssimos partícipes e associados. Como foi o caso, por exemplo, da HBO, da FOX, da Viacom, da Discovery, que saíram da associação. Permaneceram alguns estrangeiros. Estão lá, continuam, até acho que seja uma maneira de continuarem defendendo seus interesses,

por exemplo, a Turner, a ESPN, mas a associação foi desfalcada.

Ela nasceu para ser uma associação do setor. Isto é uma coisa raríssima: clientes e fornecedores numa mesma associação e se entendendo há vinte e um anos. Isso é notável.

Um minuto de empolgação, porque agora é a ABTA que está falando com todo mundo. Agora queremos analisar – e é o objetivo principal desta nossa reunião – as conseqüências, os reflexos do PLS 116.

Muito bem, é um pouco complicada a leitura do que está ali explicado – foi distribuído antes –, mas quero explicar o que aconteceu com o PLS 116. O primeiro passo foi a criação de um serviço com uma denominação nova com o propósito de englobar todas os atuais serviços que são distinguidos pela tecnologia que utilizam Aliás, a Anatel está em um processo semelhante. Identifiquei na proposta de regulamentação, proposta contorcionista de regulamentação do Cabo, introduziram o art. 51, segundo o qual o Cabo pode ser prestado por qualquer tecnologia. Então, esse cabo agora saiu da cápsula e pode ser frequência radioelétrica, micro-ondas. Bem, mas esse é outro assunto, e acho que temos que, em relação ao PLS 116, nos apressar para os anteciparmos à consagração de uma regulamentação um pouco improvisada. Esse serviço. O serviço de acesso condicionado,é identificado como um serviço que pode ser prestado e complementado por qualquer tecnologia. Nada impede, por exemplo, que eu forneça, que eu obtenha uma autorização para um determinado bairro de uma cidade – porque não será mais necessário pedir licença para a agência municipal – se quero prestar serviço em um bairro, utilizando um satélite para levar até o *headend* local, o cabeçal, para distribuição. Então, isso vai facilitar muito toda a instalação da rede, que é de grande complexidade.

Os elos da cadeia de valor, que destacamos ali, como já mencionei, vou mostrá-los agora. Mostro como se organizou essa cadeia de valores para efeito de projeto, identificando as diversas fases da distribuição do audiovisual. A produção propriamente dita é aquela que, munido de uma câmera, com iluminação, com artistas, com som, produz-se um conteúdo audiovisual. Esse conteúdo audiovisual, depois de completado seu processo, é selecionado por um programador para compor um canal. Então, preciso de vários programas para compor um canal de televisão. O empacotamento seria a organização desses canais em um pacote, um pacote básico, um pacote dourado, um pacote platinum, seja o que for. Finalmente, a distribuição é quem leva isso à casa do assinante, ao domicílio do assinante.

Portanto, vamos voltar ao PL 116. Limites à verticalização na cadeia de valores: foi uma coisa dura, uma negociação difícil, como já foi várias vezes mencionado aqui. Precisava haver concessões de lado a lado e precisávamos preservar a qualquer custo esse capital, essa riqueza do nosso conteúdo. A única barreira que temos é o fato de que não falamos espanhol. Mas a única barreira nossa é lingüística, e mesmo assim penetra em cento e tantos mercados com produtos de televisão brasileira – legendados ou dublados. A essa verticalização, que me parece indesejável, de quem produz também distribuir, ou seja, fazer todo o ciclo, foram impostas algumas restrições, maiores para as em presas de telecomunicações, as distribuidoras, do que para os produtores e programadores. Estes últimos podem chegar a até 50%, já é uma *joint venture* robusta de uma distribuidora. Em compensação, as empresas de distribuição não podem ter mais de 30% sobre as programadoras e produtoras. Se o conteúdo passou a ser contemplado, abriu-se um cenário propício à participação da Ancine na regulamentação dessa legislação.

Está lá previsto que essas duas agências terão seis meses para produzir uma regulamentação aplicável ao mercado. Quer dizer, acho que esse será um período de muito trabalho, de muita discussão. Lembro-me de que a Lei do Cabo foi sancionada em 95 e sua regulamentação foi baixada em 97. Participei ativamente do primeiro decreto. Conseguimos derrubá-lo porque ele extrapolava os limites impostos pelo marco legal; quer dizer, o marco regulatório ficando maior que o marco legal. Conseguimos que ele fosse revogado, e, mais adiante, foi baixado outro decreto.

A programação, o assunto mais mencionado aqui, especialmente pelos representantes dos estúdios americanos – eu falo americanos porque os canais étnicos são considerados canais de entretenimento, são classificados como étnicos, se é indiano, se é chinês, se é de Abu Dhabi... Então, como nós falamos entretenimento de qualidade e de interesse geral, estou falando do importado americano, que é um produto espetacular, só que ele é amortizado lá. Aqui, ele vem com preço de arrasar; eles vendem uma série pelo preço que um produtor brasileiro gasta para fazer um capítulo de uma série. Claro eles têm lá o maior mercado do mundo e conseguem amortizar e chegar a um custo ridículo para fazer a exibição no Brasil.

Quanto a isso, houve muita briga. Nós fomos sempre muito sensíveis aos nossos associados, que eram contra as quotas, acho que a maioria dentro da ABTA. Mas que foi-se reduzindo a expressão dessa maioria com as vantagens que o projeto trazia, barrando inclusive algum movimento mais agressivo do Executivo, querendo empurrar uma regulamentação improvisada, sem maiores discussões, pelo menos

não sendo feitas nas Casas do Congresso Nacional. Então, esse foi um pomo da discórdia, superado por uma maioria, mas não por unanimidade.

Finalmente, estímulo a conteúdo. Sempre apoiamos, pois isso aí é que é o expediente. Deixa que o produto se imporá. Dê dinheiro, dê crédito, facilite a produção, mas ele se imporá como qualidade. Então ele vai ser procurado, não há dúvida. Mas sempre inspirados em fontes e direitos e sistemas comparativos internacionais, a opção foi por incluir no projeto, e passou a fazer parte. Hoje nós defendemos o projeto como um todo, o que vem fazendo o nosso Presidente em algumas ocasiões e que, desta vez, coube a mim fazê-lo.

Então agradeço mais uma vez essa oportunidade. Lamento por ter passado um pouquinho do tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao Dr. José Francisco de Araújo Lima Neto.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, representante da Associação Brasileira de Telecomunicações, Telebrasil.

Com a palavra o Dr. Levi.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Não sei se bom dia, boa tarde, mas, em benefício do almoço de todos, não vou estourar meu tempo aqui.

Senador Eduardo Braga, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eunício, nosso ex-ministro, Senador Walter Pinheiro, Senador Delcídio, de Mato Grosso do Sul, esse sinal todos que os senhores estão recebendo de outros Estados é proporcionado pelos investimentos que nós temos feito durante todos esses anos, com certeza, inclusive o sinal de internet, que, para nós, é muito claro. Nós levamos um ponto de A a B; não olhamos para o conteúdo que está lá. Telecomunicações é um ponto a outro ponto carregando, de uma forma neutra, o sinal que nós recebemos e transmitimos com qualidade, como os senhores estão podendo ver. O PLC 116...

Está ali. A Telebrasil é uma associação sem fins lucrativos, trinta e sete anos de história. Participamos, com muita satisfação Confecom – Jonhny Saad estava aqui pressente – em que pudemos debater bastante esse assunto também ,

Quero apenas mostrar aos senhores que, nesses pouco mais de doze anos de privatização, investimos R$230 bilhões neste País. Temos hoje 277 milhões de clientes; nós temos mais clientes do que a população brasileira. Temos hoje mais celulares do que a população brasileira. É um ambiente extremamente competitivo, e nós continuamos ativando um celular por segundo neste País, uma banda larga a cada três segundos no Brasil. Nós temos apenas 5,1 milhões de assinantes de televisão a cabo, um número, proporcionalmente aos 277 milhões, extremamente pequeno.

O serviço de TV a cabo no Brasil é caro, é concentrado e com baixíssima penetração. No Brasil, todos os Municípios têm infraestrutura de banda larga fixa, todos os Municípios a têm e apenas...

Acredito que eu tenha cometido um engano, porque coloquei 242, ouvi aqui 262 por parte do Ara. Ouvi Evandro falar em duzentos e cinqüenta e poucos Acredito que, se eu colocar ali 262, os pontinhos vermelhos, que são proporcionais ao que tinha sido colocado antes, vão continuar da mesma forma. É muito pouco.

Em São Paulo – para ficarmos apenas comentando sobre o Estado mais rico da País – esse exemplo é também muito triste: são 78 Municípios contra 645 que possuem infraestrutura de banda larga. Aliás, em São Paulo há uma empresa concessionária telefônica, e houve um comentário a respeito no sentido de que, em muitas questões, a aprovação do PL pode fazer alguém fazer o absurdo de ter de se desfazer de alguma operação. Não entendemos que isso é absurdo; ao contrário, entendemos que isso é uma forma extremamente natural. A lei Geral de Telecomunicações... Quem milita nesse setor há algum tempo se lembra da questão da Telefônica com a CRT – a Telecom Itália – quando algumas empresas tiveram de se desfazer daquilo que haviam adquirido, empresas que naquele momento tinham extremo valor no mercado. Muitas vezes, pode ser diferente em outras situações, mas naquele momento eram empresas que valiam muito. Isso fez parte de nossa vida dentro da lei Geral de Telecomunicações, quer dizer, para nós isso é extremamente natural de se encarar. O Brasil tem o preço mais alto entre todos esses países – talvez nem todos possam ler, mas não importa, são bastantes países que estão ali. Além disso, tem a segunda pior penetração. Para quem não está lendo, a mais baixa penetração ali seria por parte do México.

Entendemos a necessidade de oferecer serviços convergentes, e todos falaram aqui, através de uma nova rede de acesso. O país tem discutido muito a questão de banda larga, e não há como dissociar TV, telefonia, daquilo que se fala como convergência.

Esse novo ciclo de investimentos contribuirá muito para PNBL tenha a enorme capacidade de enfrentar o desafio que nós temos . Temos apresentado a alguns Senadores que estão aqui em outras oportunidades – participamos do painel Telebrasil no início de junho com a presença de diversos executivos e do Congresso Nacional em que os investimentos que nós – o país, a sociedade, – temos de fazer são de um valor enorme, que depois vou apresentar aos senhores.

Como eu tinha dito, dos duzentos e poucos bilhões que nós investimos durante todo esse período de privatização, aproximadamente R$50 milhões de reais por dia geram ativos e riquezas para o País.

Por outro lado, só em banda larga, nós vamos ter necessidade de investir 144 bilhões até 2020 para incluir o Brasil na moderna sociedade do conhecimento e atingir determinadas situações que alguns países atingiram em 2010 ou 2011. Nós vamos chegar em 2020 à situação que esses países estão atingindo. Cento e quarenta e quatro bilhões em banda larga, para chegar à residência dos clientes, à residência de toda a população, isso vai exigir nova rede de acesso, vai exigir a necessidade de se passar fibra ótica por todos os recantos do País. Isso só se viabiliza com essa nova possibilidade de oferecer o serviço dentro dessa infraestrutura. Não tem como fazer de forma diferente. Pelo mapa que mostramos anteriormente apenas menos de 300 Municípios brasileiros têm essa oportunidade de ter esse serviço hoje.

Os estudos acadêmicos e alguns outros que nós temos contratado – essa é uma planilha mostrada num estudo que fizemos para o Ministério das Comunicações para apresentar a necessidade de investimentos em banda larga – demonstram... E o mais importante ali é observar que os países que têm baixa penetração dos serviços comparados com países que têm alta penetração do serviço. A outorga do serviço é determinante; países que demoram a ter outorga dos seus serviços são países que ficam mais atrasados na penetração. Países que têm outorga anterior às nossas conseguem uma penetração maior desse serviço. A necessidade de o PLC 116 ser aprovado sem restrições, ser aprovado da forma que o setor de telecomunicações entende que é sem nenhuma restrição futura, vai proporcionar ou fazer com que possamos chegar mais rapidamente à situação desses países que estão na nossa frente nos dias de hoje.

Como eu disse, esse grande volume é mais do que necessário para ampliar a oferta de banda larga e só se viabiliza se o operador tiver o serviço possível, completo a ser oferecido.

O PLC 116, antigo PLC 129, nasceu como instrumento para incentivar essa oferta e aumentá-la e permitirá a banda larga em alta velocidade, indispensável ao Plano Nacional de Banda Larga.

Nós entendemos que o País, precisando de 144 bilhões para atingir todos os recantos com o serviço de qualidade de banda larga, se não houver alavancas para que esse investimento possa ser feito dificilmente vamos conseguir chegar lá. Uma das grandes alavancas é o PLC 116.

Discutiu-se,falou-se muito aqui também... A LGT hoje não nos traz uma série de limitações que o PLC 116 vai nos trazer. Entendemos isso perfeitamente, mas entendemos todos aqui falaram de democracia, falaram de uma série de coisas, mas entendemos que há necessidade de cada um ceder para se chegar ao melhor para o conjunto e conseguir atender a demanda da sociedade. É um grande acordo para atender todas essas demandas. Estamos de acordo que algumas restrições que a Lei Geral não nos faz hoje em benefício do restante que podemos ter e que a sociedade vai ter de benefício.

Por isso, não entendemos muitas vezes... e aqui ficou claro que as próprias associações, com algumas divergências dentro delas mesmas, mas, por serem associações, representam os mesmos setores envolvidos. Então, mesmo dentro daqueles setores, me parece muito mais uma questão comercial do que uma questão de princípios da associação. Por isso a apresentação de cada uma delas. E estou aqui sozinho, apenas com parte do tempo que cada um despendeu, mas represento a unanimidade de um setor de telecomunicações. Ele incentiva a concorrência, aumenta a oferta de serviços, diminui o preço, amplia o conteúdo nacional e gera empregos.

Gente, quem é que ganha com isso? A sociedade; os produtores, com cultura nacional; o País, com um mercado mais maduro, com mais investimentos; os trabalhadores, com mais emprego; o mercado de publicidade, com mais canais.

Quem perde? Eu tive a felicidade de ser o último, assisti à apresentação de todos, e acho que cada um de vocês aqui é suficiente, porque assisti, para saber quem perde com isso no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Eduardo Levy, damos como...

A SRª BERENICE MENDES – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

A SRª BERENICE MENDES – Por favor. Sou Berenice Mendes, da Executiva Nacional do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Não obstante termos encaminhado em tempo hábil requerimento para participação nesta audiência e não obstante ter havido tempo de nosso nome ter sido incluído, e nosso currículo também, na lista de convidados, fomos informados por sua assessoria, ao aqui chegarmos, que nossa fala estava desconsiderada no âmbito desta audiência. Como a sociedade civil... Represento aqui jornalistas, psicólogos, consumidores, artistas, radialistas, a Central Única dos

Trabalhadores e mais de duzentas outras entidades que têm o que falar a respeito do PL 116, que venho acompanhando desde 2007, ainda quando PL 29. De modo que pedimos ou a garantia de nossa fala neste momento ou que seja convocada uma nova audiência para que a sociedade civil possa se posicionar frente ao Senado brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria apenas informar à senhora que esta nossa audiência pública tem o interesse obviamente de ouvir todos os setores. Lamentavelmente, temos vários requerimentos que deveriam ter sido adotados. E a demanda colocada por V. Sª – que aqui, com toda liberdade e com todo respeito, recebemos – vamos levar em consideração. A senhora ouviu, ainda há pouco, porque sei que a senhora está aqui desde o início, a colocação, por exemplo, do Senador Pedro Taques, de uma audiência pública que acontecerá na CCJ e na Comissão de Meio Ambiente sobre um tema que também é pertinente à questão em pauta. Esta audiência pública conjunta tende, obviamente, a ouvir as diversas tendências e as diversas manifestações. No entanto, posso dizer a V. Sª que esta não exclui a possibilidade de outras audiências para que possamos ouvir todos os segmentos. Eu apenas quero lamentar o ocorrido, pedir desculpas à senhora pelo que aconteceu e dizer que, em tempo hábil, procuraremos restabelecer a oportunidade para que a senhora possa falar às nossas comissões com absoluta democracia e liberdade de expressão a todas as correntes que queiram se manifestar sobre o tema. Agradeço inclusive a lembrança colocada aqui diante de todos os Senadores.

Muito obrigado por sua presença e pela forma gentil como colocou.

Gostaria de convidar o Senador Anibal para compor a Mesa pela Comissão de Meio Ambiente, porque o Senador Rollemberg tem, neste momento, um compromisso e terá que se ausentar.

Senador Anibal, por favor, componha a Mesa.

Gostaria de passar a palavra...

Consulto o Senador Eunício se gostaria de fazer uso da palavra como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu queria simplesmente dizer que esta audiência foi extremamente importante para que nós, que temos a responsabilidade de presidir uma comissão como a Comissão de Constituição e Justiça e de estar com a relatoria de um projeto tão importante como este. É preciso, para que a gente faça juízo de valor, que a gente escuta todas as partes interessadas. É natural que nesse processo existam divergências, existam questionamentos. E a gente aqui se assusta, no Congresso Nacional, porque a frase que eu ouvi aqui ficou marcada: nos últimos dez anos, por exemplo, a Anatel esqueceu que podia fazer essa regulamentação e essa abertura. E, de repente, quando se discute um projeto importante como este, quando toda a sociedade brasileira pode participar e pôde hoje participar, por meio da videoconferência, em que foi dada aqui a oportunidade para que vários segmentos, vários representantes de entidades pudessem se manifestar, no momento em que o Congresso Nacional está numa fase final em relação a este projeto, ao ponto de a gente fazer aqui uma reunião – e não é fácil; quem acompanha o Congresso Nacional sabe que não é fácil –, ao ponto de a gente fazer aqui uma reunião com comissões, no dia de hoje, quinta-feira, reunir arqui todos os Presidentes de comissão, como a CCJ a CCT, a Comissão do Meio Ambiente e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O que a gente quer mesmo é escutar todos vocês. O que a gente quer mesmo é saber o pensamento de cada um. O objetivo de quem faz legislação está afinado com o sentimento da população.

Obviamente, quando vejo a senhora levantar ali e dizer que não foi atendida no seu requerimento, eu quero deixar bem claro que, em muito breve, muito antes de este relatório ser fechado, na primeira Comissão em que ele está, que é a Comissão de Constituição e Justiça, nós vamos fazer a audiência pública solicitada pelo Senador Pedro Taques. A senhora pode encaminhar o requerimento, e, de ofício, já está deferida a participação da senhora, que representa também a sociedade civil. É esse o nosso objetivo. Nós somos representantes do povo dos Estados e, portanto, somos nós os responsáveis pelas leis.

Assusta-me muito, com o devido respeito ao Dr. Ara, uma pessoa extremamente técnica, competente, que conheço há muito tempo, mas não posso aceitar esta questão no Brasil de que, quando se faz uma lei no Congresso Nacional, faz-se sempre uma portaria – isso não é privilégio da Anatel – no intuito – entre aspas – "de regulamentar essa lei", faz-se uma portaria que se torna, muitas vezes, mais importante que a própria lei que nós fazemos no Congresso Nacional. Portanto, nós vivemos numa democracia e cabe exclusivamente ao Congresso legislar para todos os brasileiros. Eu sou daqueles que não escondo a minha indignação quando ela chega até a mim.

Portanto, eu quero deixar bem claro, meu querido Senador Eduardo Braga, que eu saio daqui com um juízo de valor feito em relação a tudo o que vi. Obviamente, vou processar tudo isso. Vou ouvir a nossa gravação depois. Vou pedir que ela seja transcrita para o papel para que a gente faça leituras, observações.

Eu observei aqui, assinalei os pontos mais polêmicos deste PLC, mas é preciso que a gente faça sempre dessa forma. Se as leis fossem feitas sempre assim, com audiências públicas, com a participação das partes interessadas, elas seriam muito melhores e talvez tivessem muito melhor aplicabilidade.

Nós estamos agora – permitam-me, não é um tema inerente – discutindo a reforma política do Brasil. Estão na Comissão de Constituição e Justiça 11 PECs e dois PLS, que nós estamos fechando para aprovação ou não aprovação.

para aprovação ou para não aprovação. Coube-me, na Comissão, discutir um tema da maior importância que se chama fidelidade partidária. Deparei-me com uma instrução normativa do Tribunal Superior Eleitoral, a última corte eleitoral do Brasil. Eles abriram uma portaria, uma instrução normativa que diz que perderá o mandato aquele que tenha um cargo majoritário e que, mudando de partido, perde o mandato. Eu fiz um questionamento ao TSE: eu sou Senador da República, eleito pelo meu Estado, mas o meu suplente não pertence ao meu partido, o PMDB, o único partido da minha história, com mais de 30 anos de filiação. Quem me substitui? A instrução normativa diz que eu perco o mandato se eu mudar de partido. O meu suplente é do Partido dos Trabalhadores. Eu indaguei ao TSE. Estou-me referindo a portarias e a instruções normativas querendo se sobrepor às leis feitas pelo Congresso Nacional. Eu fiz um questionamento: "quem me substituiria?" Ah, quem o substitui é o seu suplente. Mas ele não é do PMDB. Se o mandato pertence ao partido ou aos partidos, como vai ser a minha substituição? Eu estou dizendo isso para dizer uma única coisa: eu tenho muito medo, eu tenho muito receio, eu fico, às vezes, até mesmo muito indignado quando vejo portarias, portarias, regulamentações, regulamentações sendo baixadas acima das leis que são aprovadas pelo Congresso Nacional. Eu saio daqui com a certeza de que para que a gente possa exercer um bom mandato, para que a gente possa efetivamente representar o povo brasileiro, é preciso que a gente escute o povo brasileiro. Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso Senador Eunício Oliveira, que foi acompanhado, nessa videoconferência, pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, bem como pelas Assembléias Legislativas do Estado do Amazonas, do Acre, de São Paulo, que, neste momento, nos acompanham.

Eu vou passar a palavra ao Senador Aníbal, pela Comissão de Meio Ambiente.

Apenas para complementar o que disse ainda há pouco o nosso Senador Eunício Oliveira, é preciso registrar que outras entidades também enviaram ofícios e requerimentos a estas Comissões, no interregno entre a publicação da pauta e a presente audiência. Lamentavelmente, pelo que estabelece o Regimento da Casa, nós não podemos fazer o atendimento de todas essas solicitações. No entanto, a colocação ainda há pouco do Presidente Eunício nos dará oportunidade, por esta audiência pública já estabelecida, de abrir o espaço para que esses setores possam ser ouvidos.

Eu passo a palavra ao Senador Anibal, por favor.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Boa-tarde a todos e a todas. Quero cumprimentá-lo, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Walter Pinheiro e Senador Eunício Oliveira e dizer que, nesta audiência pública, a nossa missão é muito mais que falar, é ouvir, é sentir o que cada um dos segmentos interessados nesta matéria tem a dizer para a gente tentar formar o nosso juízo de valor e tentar votar de acordo com aquilo que mais atende a necessidade do Brasil.

Não tenho dúvidas de que esta audiência pública, de todas as que participei até agora, foi a mais qualificada, com muitos argumentos potentes a favor e contrários. E a gente vai ter que fazer um estudo aprofundado de cada um desses argumentos para tentar votar com muita razão, sempre atendendo aquilo que é o objetivo maior do Brasil: promover inclusão social, promover inclusão digital, fazer com que esse plano nacional de banda larga realmente aconteça e chegue a todos os Municípios brasileiros para que haja muito mais brasileiros com acesso à informação e ao conhecimento universal disponibilizado na grande rede. E tudo que pudermos fazer no sentido de simplificar o acesso à informação e aos conteúdos acredito que seja de bom grado.

Nenhum projeto é perfeito, e todas as falas aqui apontam para isso. Há falhas, elementos a serem considerados e corrigidos. Acredito que, com o conteúdo todo que foi possível absorver desta audiência, vamos estar muito mais em condição de fazer uma tomada de decisão mais segura.

Quero fazer um cumprimento especial às pessoas que acompanham lá da Assembleia Legislativa do Acre; à Procuradora Alessandra, do Ministério Público estadual, que está lá presente; à Ângela Mendes – daqui consigo visualizar –, que é filha do Chico Mendes e que está lá acompanhando também – quero fazer uma saudação –; e a todo o povo do Acre, que está acompanhando por meio da TV Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Anibal e passo

a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga; Senador Eunício, da CCJ; Senador Aníbal, da CMA; Senador Walter Pinheiro, especialista da área, eu infelizmente não pude acompanhar todas as explanações.

Hoje é uma quinta-feira, mas existem várias comissões funcionando no Senado, agendas em Ministérios, enfim. Mas, conforme aquilo que acompanhei, acho que o Brasil hoje – e o Congresso – tem algumas pautas muito bem definidas. Elas são poucas e absolutamente essenciais para o País.

A primeira, a reforma tributária fatiada. Em função até de reuniões com os governadores ontem e de todo o trabalho que o Congresso vem fazendo e também os Ministérios, não tenho dúvida de que esse processo vai ser iniciado nos próximos meses. E ele é absolutamente essencial para o País, começando pelo ICMS, pelo PRS nº 72, depois se adentrando os investimentos, a folha, a renegociação da dívida, e assim vai.

Outro desafio nosso é a logística, que, mais que nunca, prejudica a competitividade, o avanço que especialmente os empresários e os produtores brasileiros conquistaram ao longo desses anos.

O terceiro ponto é a energia, item essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e que é um grande debate. Todos nós sabemos o que representa um racionamento de energia: algo gravíssimo para um país.

E o quarto ponto são as telecomunicações, mais especificamente o PLC nº 116. Aqui foi falado do trabalho executado em várias comissões, da discussão dos marcos regulatórios. Mas acho que essa questão, o PLC nº 116, é absolutamente fundamental. Foi pela importância que esse assunto representa que os presidentes das comissões se organizaram, e estamos fazendo uma audiência pública histórica, reunindo cinco comissões do Senado – como falei inicialmente aqui – e falando para todo o Brasil, para todas as Assembléias Legislativas.

E vemos os avanços da televisão, da radiodifusão, do HD, da telefonia. São impressionantes os números. Saltam aos olhos, Senador Eduardo Braga, os números das empresas de telefonia, daqueles que têm acesso à TV a cabo. Portanto, entendo como absolutamente prioritária a discussão, nas comissões do Senado, do PLC nº 116.

Nós desenvolvemos, como disse, na Comissão de Assuntos Econômicos, projetos muito parecidos, mas, na tramitação no Congresso, o PLC nº 116 foi mais ágil. Portanto, é ele que vai ser o foco principal desses debates.

Esse projeto vai passar pelas comissões, mas estou absolutamente convencido, Sr. Presidente, de que estamos diante de uma corrida contra o tempo. Estamos hoje, em função dos números, num quadro em que, em vez de o cachorro balançar o rabo, o rabo está querendo balançar o cachorro.

E, ao mesmo tempo, temos hoje uma corrida tecnológica. No meu ponto de vista, se não houver uma legislação... Sei que isso tem de ser aperfeiçoado, que existem pontos polêmicos nesse projeto. O Senado Federal, assim como está fazendo na discussão do novo Código Florestal, terá o equilíbrio necessário para, debatendo com a sociedade, com os principais agentes, efetivamente colocar à disposição uma legislação adequada para o País.

E vejo essa corrida tecnológica e a corrida legislativa com muita preocupação, porque – vamos ser bastante claros –, se esse projeto se estender por muito tempo, seremos atropelados pela tecnologia. Não tenho dúvida nenhuma disso. Portanto, é essencial que tenhamos uma legislação que corresponda a um marco para essa questão que estamos aqui discutindo, sem deixarmos de considerar um item absolutamente fundamental, que é o conteúdo nacional. E o conteúdo regional também, porque isso é, acima de tudo, cidadania, é um incentivo à nossa história, a tudo aquilo que conquistamos em todos esses anos de vida.

Portanto, na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, nós daremos absoluta prioridade. Esse será um dos projetos prioritários, para que, na Comissão de Assuntos Econômicos, ele tenha uma tramitação célere, porque senão vamos perder a corrida para a tecnologia e para a capacidade que alguns atores têm de efetivamente liderar esse processo; porque senão vamos perder uma grande oportunidade para o Brasil.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a todas essas pessoas que vieram a esta audiência pública, especialmente aos expositores, que, com muita clareza e com muita honestidade, colocaram aqui seus pontos de vista e que nos alertaram, para que procuremos aperfeiçoar o PLC nº 116.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, e registro a presença da nossa Senadora Ana Amelia.

Antes de passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, gostaria de dizer que a Comissão de Ciência e Tecnologia fará uma deferência ao nosso Senador Walter Pinheiro, que, desde os primórdios do debate sobre essa questão, vem trabalhando esse tema no Congresso Nacional e que fará, portanto, em nome

dos Senadores, o uso da palavra, no encerramento da participação do Senado.

Mas gostaria, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, de manifestar uma posição pessoal, a decisão do empenho de todos os presidentes aqui presentes, para que pudéssemos formular esta audiência pública.

O objetivo desta audiência pública, para os Senadores, para estas comissões, era exatamente poder ouvir a opinião dos diversos setores, dos diversos segmentos, sobre esta questão do PLC nº 116, que todos nós reconhecemos que é polêmica, mas, ao mesmo tempo, absolutamente necessária.

O Brasil não pode, enquanto nação, continuar tendo suas legislações sendo construídas muitas vezes de forma improvisada, ou por portaria, ou por decisões de decretos, ou por decisões de outros poderes que não o Poder Legislativo. Porque é exatamente no Poder Legislativo que temos essa ampla capacidade do debate e do auscultamento da opinião da população brasileira, pelos seus mais diversos representantes, que foram eleitos pelo voto direto da democracia e que também exercem, através das suas comissões, através dos debates, o exercício do conhecimento do contraditório. É obvio que, no mundo moderno, quando debatemos as questões ainda há pouco levantadas pelo nosso Senador Delcídio do Amaral, das necessidades prementes de logística, de infraestrutura, para que o Brasil possa continuar crescendo e se desenvolvendo da forma que o Brasil vem implementando nos últimos oito, nove anos, é indispensável perceber que o Brasil está diante de grandes desafios. Desafios como, por exemplo, as nossas estradas; desafios como, por exemplo, a questão dos nossos aeroportos, dos nossos portos; desafios na geração de energia, nas linhas de transmissão, nas distribuições. Mas é indiscutível que um país que ocupa o destaque que o Brasil ocupa hoje na economia mundial precisa ser competitivo também através de uma plataforma tecnológica indispensável para o mundo moderno como a banda larga na Internet, como os acessos a economias nas nossas empresas, nos nossos setores competitivos e a inclusão de regiões que ainda estão excluídas desse processo. A retirada do isolamento de brasileiros que não podem continuar à fronteira do nosso desenvolvimento.

Aqui estão representantes no Senado Federal de várias regiões. Eu represento o Estado do Amazonas, nosso Senador Aníbal representa o Estado do Acre – portanto, a Amazônia aqui representada; o Mato Grosso do Sul aqui representado pelo nosso Senador Delcídio do Amaral; nosso Nordeste representado por dois dos seus ilustres líderes e representantes, Senador Walter Pinheiro e Senador Eunício Oliveira; o Sul do País representado pela nossa Senadora Ana Amélia aqui presente, representante do Estado do Rio Grande do Sul. Mas a verdade dos fatos é que aqueles que estão na Amazônia, isolados muitas vezes pela aviação regional que é proibitiva, nas distâncias quilométricas da Amazônia, sem ter o acesso à modernidade de uma telemedicina que possa levar o diagnóstico de doenças que ainda matam...

Costumo destacar que, analisando o último censo, Senador Eunício, a única região brasileira em que o sexo masculino é maioria na população é a região Norte, porque, lamentavelmente, câncer de mama e câncer de colo de útero diminuem a expectativa de vida das mulheres na Amazônia brasileira.

Esta é uma questão humanitária e social, que no Brasil não responderá apenas pelos interesses econômicos e financeiros, que muitas vezes visam a exclusivamente o lucro do setor privado. Compete, portanto, a nós legisladores e brasileiros que representam a federação no Senado da República equilibrar essa disputa e fazer com que essas plataformas tecnológicas, seja pela radiodifusão, seja pela fibra ótica, seja pela tecnologia do satélite, porque aqui ouvimos ainda há pouco uma referência irônica dizendo: "Agora TV a cabo vai ter tecnologia de todo tipo". Na realidade, nós sabemos que, por exemplo, na Amazônia brasileira, no Estado do Acre, no Estado do Amazonas, no Estado do Pará, para que possamos ter acesso a todas as tecnologias não será possível fazê-lo exclusivamente por fibra ótica. Satélites com banda larga dedicada naquela região serão absolutamente indispensáveis se nós quisermos vencer esses desafios, que não são apenas de infraestrutura, mas que têm aspectos sociais e humanitários extremamente importantes, numa região que detém o maior patrimônio do povo brasileiro e um dos maiores patrimônios que o Brasil hoje dispõe na sua vantagem comparativa no enfrentamento de discussões estratégicas no contexto internacional.

Digo isso para agradecer, agradecer profundamente a todos os senhores e senhoras que aqui vieram e que aqui participaram deste debate, contribuíram com as suas posições, posições coerentes e, acima de tudo, de forma democrática, respeitosa e com o cumprimento rigoroso do horário e da participação de cada um. Isso possibilitou que pudéssemos ouvir uma gama enorme de opiniões, sem perder de vista as necessidades e os avanços que já alcançamos e que precisamos alcançar, e de reconhecer a importância e a relevância do Senado da República e do Parlamento brasileiro.

Dito isso, quero agradecer às assembleias legislativas que nos acompanharam, quero agradecer aqui aos nossos Estados do Brasil inteiro que manifestaram interesse de poder estar junto conosco utilizando des-

sas plataformas todas, e ainda há pouco ouvimos um dos palestrantes dizer que isso só foi possível graças aos nossos avanços. Esses avanços foram muitos, mas nós precisamos ir além desses avanços.

Agradeço, portanto, ao Ceará, ao Amazonas, a São Paulo, ao Acre, ao Piauí e aos outros Estados que nos acompanham.

E passo a palavra ao nosso Senador Walter Pinheiro, que fará uso da palavra para encerrar a participação por parte dos nossos Senadores nesta audiência pública que reputo ter sido uma audiência pública histórica e que marca, sem nenhuma dúvida, um divisor nas posições aqui ouvidas, e que todos os Senadores irão formar seu juízo de valor para que possamos então nos manifestar quanto ao mérito e ao conteúdo do PL 116.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, que a usará da tribuna.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, meu Presidente da Comissão Eduardo Braga; Senador Aníbal, aqui representando a Comissão de Meio Ambiente; Senador Eunício, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; eu, meu Presidente, fiz questão de falar como orador inscrito, apesar de ter sido delegado aqui pelo meu Presidente Roberto Requião, da Comissão de Educação, da qual também faço parte, mas fiz questão de dizer a ele que preferia falar como membro da CCT (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), até para manter a minha trajetória de vida, de luta e a relação, inclusive com esse debate.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer a V. Exª, assim como aos demais presidentes, aqui está o Presidente Eunício, com o qual inclusive iniciamos essas conversações para esse debate, para não só darmos sequência àquilo que o Presidente Eunício teve oportunidade de fazer enquanto Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados... Eu até brincava hoje de manhã cedo com um dos Deputados, que terminou sendo o último Relator, dizendo: "Quis Deus que a aprovação do projeto fosse exatamente no período em que o relator fosse um cearense e o Presidente da Comissão também um cearense".

Esse não é um debate que estamos fazendo aqui hoje, é uma continuidade. O Francisco, da EBTA falava aqui da quantidade. Eu estava, Francisco, buscando na memória, mas fizemos mais de cem reuniões discutindo esse PL 116. Mais de cem, se levarmos em consideração as reuniões que fizemos com grupos, separadamente, com o relator recebendo cada entidade, cada personalidade, cada figura que queria discutir esta matéria. Não me recordo da indisposição de Jorge Bittar e de Paulo Lustosa para esse feito. Os dois com os quais tive relação direta, por ser membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, sem contar Vital do Rêgo e outras figuras, como o próprio Bruno, que era Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor à época. Então, portanto, foram mais de cem reuniões.

E aqui o Senador Eunício usou uma expressão que é muito forte e muito propícia: Quisera a aprovação de lei tivesse um grau de interação que este projeto está tendo. Às vezes às pessoas cobram da gente: "aprova, aprova, aprova", "o Congresso não funcionou", "o Senado não funcionou", "não votou lei", porque as pessoas medem o funcionamento de Câmara e Senado como se fosse possível medir, como quem fabrica sandálias. Produção em série. Ao produzir sandálias, às vezes, umas soltam as tiras, e outras deixam mau cheiro.

Portanto, o debate sobre uma questão de lei deve estar associado a um outro processo. Aí, há essa interação. É que este é o momento inclusive para a gente fazer esse debate aprofundado.

O segundo ponto que quero levantar aqui da crítica: publicamente, meu cara Ara, e aqui na mesma linha do que colocou o Eunício, eu fiz a crítica à Anatel quanto à apreciação, não pelo fato de uma instituição estar tomando o poder da outra. Fiz a crítica inclusive ao Poder a que eu pertenço, pelo fato de não compreender que deveríamos acelerar um pouco mais a apreciação da matéria, para não permitir, inclusive, atropelos, não na competição de quem vai produzir a legislação sobre essa área – até porque compete a nós –, mas exatamente por conta do perfil que esse segmento representa.

Eu não acho que isso pode ser tratado com um simples ajuste de uma portaria ou uma decisão de uma agência. Esse é um dos pontos mais incidentes na nossa economia e na vida da sociedade. Nós estamos tratando aqui da reformulação de um segmento que incidirá decisivamente na vida de cada cidadão, na agenda do dia, nas oportunidades, na democratização ao acesso. Então, acho importante lembrar isso. Não estamos tratando só e somente só de uma parcela da economia, ou para atender radiodifusores ou operadores de telecomunicações.

Portanto, a compreensão que a agência deveria ter sobre esse tema é nessa linha. Aqui, o que está em jogo é exatamente aquilo que a agência tem de cumprir: defender os usuários e os consumidores brasileiros. Na minha opinião, o papel de uma agência reguladora é a defesa dos interesses desses da sociedade; por isso, ela foi constituída. Assim, esse debate tinha de ser amiúde, mas casado com a necessidade de responder ao tema.

Nesse debate, temos dois segmentos: um, com dez milhões de usuários; outro, só em celular – anotei aqui por segundo, como relatou a Telebrasil – íamos falar em duzentos e sete milhões de celulares.

Portanto, se não tivermos cuidado, se não tivermos exatamente essa acuidade em tratar esse assunto, é lógico que quem tem duzentos e sete milhões tem a unha maior, vai subir na parede muito mais rápido e vai esmagar... Então, não teremos competitividade se as regras claras não forem adotadas, se os papéis da Anatel e da Ancine não ficarem estritamente claros num projeto como este.

A tendência natural é que os órgãos reguladores não tenham a menor capacidade para o enfrentamento principalmente do tamanho desses operadores. É importante enxergarmos todos esses aspectos e trabalharmos os pontos cruciais dessa nova relação. Volto a frisar que isso é uma atividade econômica, mas uma atividade econômica que carrega, que empacota, que distribui algo que é um valor imaterial, importantíssimo na sociedade: é um negocinho chamado informação, conhecimento, cultura. São valores preciosos e garantidos constitucionalmente no nosso País.

Nós precisamos agora fazer o desdobramento das garantias constitucionais, para que, em lei, a gente possa promover as condições para que isso chegue a todos, e não só a 262 Municípios. Como isso pode ser utilizado para ampliar a capacidade de banda larga de que todo mundo fala? Como nós podemos casar as diversas infraestruturas e fazer cumprir inclusive o artigo da Lei Geral de Telecomunicações, o compartilhamento da infraestrutura, o tal do *unbundling*?

Do contrário, vamos ficar cobrando investimentos de radiodifusores, operadores de telecomunicações quando, na realidade, se tivéssemos essa obrigatoriedade, poderíamos exatamente compartilhar essa infraestrutura e chegar em mais de 262 Municípios.

Esse é um ponto crucial nesse debate. Não temos a pretensão de o PL nº 116 resolver todos os problemas do mundo. A convergência de mídia, a convergência tecnológica e a convergência inclusive das ideias nos colocam agora diante do PL nº 116. Portanto, o esforço do Senado agora é por tentar mediar, sim... Eu gostaria muito que o PL nº 332, de minha autoria, fosse aprovado na íntegra. Para quê? Para ter o prazer de dizer que aprovei um projeto de minha autoria em conjunto com Paulo Teixeira? Não.

Então, é importante que a gente tenha a capacidade de mediar.

Para encerrar, Sr. Presidente, queria tocar em alguns pontos que acho que vão merecer de nós, Senadores, um aprofundamento maior para que a gente possa produzir algo e, efetivamente, entregar à sociedade brasileira uma ferramenta.

Aliás, deixe-me fazer uma crítica aqui. Alguns aqui talvez a conheçam. O Evandro estava aqui e saiu, Chico, Slaviero, Marcio. Sempre fiz uma cobrança – aliás, estou há quatro anos fazendo essa cobrança, e o Johnny Saad sabe disso. Fruto dessa cobrança, logo em seguida, fomos fazer um debate no Canal Livre, no domingo à noite, sobre esse projeto. E minha cobrança é o seguinte: é interessante que estamos tratando de uma matéria que envolve, Marcio, TV por assinatura, radiodifusores, processo de comunicação, e eu nunca vi um programa específico em nenhuma emissora, em nenhum canal desses, em nenhuma rede que tratasse esse tema. Estou fazendo, de novo, a cobrança.

Estamos fazendo a transmissão aqui pelo Interlegis. Mas isso é a essência desse segmento! E esse segmento ainda não topou abrir para fazer o debate. Quantos programas especiais essas redes têm? Poderiam dedicar um programa especial, mesmo na TV por assinatura e mesmo na TV aberta. Quantos programas há para isso? Para chegar e dizer: "vamos fazer o debate nesses canais". O que isso representa para o povo brasileiro? Estou falando de um país em que a TV aberta está presente em quase todas as casas.

Eu estava brincando com o Eduardo Braga: "nós perdemos Minha Casa, Minha Vida". Eu disse: "Eduardo, nós perdemos a oportunidade de votar TV por assinatura. A Dilma está lançando Minha Casa, Minha Vida; se não tiver Minha Casa, Minha Vida, não dá para pendurar uma parabólica, não dá para pendurar uma antena".

No interior da Bahia – eu posso falar aqui sem medo de errar, e a mesma coisa deve estar acontecendo no Ceará, no Mato Grosso do Sul, no Acre, no Amazonas –, meu caro Eduardo, eu posso dizer aqui tranquilamente que mais de 60% da população assistem TV via parabólica.

Na Bahia, há um povoado chamado Tracupá, cuja principal atividade econômica é exploração do couro, fabricação de carteiras, cintos. E o nome do povoado deixou de ser Tracupá, que é um nome indígena, por conta dos índios que vivem naquela região, kiriris e outros. E aí? O Tracupá agora se chama "povoado da parabólica" Não tem uma casa sem parabólica.

Então, é importante fazer esse debate com vocês. Vocês podiam nos ajudar para que esse debate pudesse chegar à vida das pessoas, para o sujeito chegar lá no Crato, em Corumbá, em Cruzeiro do Sul ou em qualquer outra região ribeirinha, do Amazonas, aonde só se vai de barco, mas aonde o sinal chega.

Eu sou do tempo, Eduardo... Chico falou aqui de 1991 – eu era o presidente da federação dos tra-

balhadores quando entramos com esse projeto. Em 1991, eu era o presidente da Fitel. Eu sou do tempo da tropodifusão para atender o Amazonas, no sistema Telebrás. Eu venho de lá. Era assim que a gente atendia o Amazonas.

Esse tempo mudou: ou a gente aproveita isso, essa mudança de tempo... Quando começarmos a discutir o PL nº 29, que era assim chamado na Câmara, nós estávamos discutindo o 3G. Nós estamos aqui fechando o debate sobre o PL nº 116 no Senado, quando agora estamos discutindo LTE, outra tecnologia; quando estamos discutindo inclusive outras formas. E a TV digital? Quando ela bater na mobilidade, sem regras, sem condição para que isso opere, como é que isso vai ser processado? Volto a frisar: quem tem 207 milhões de celulares na rua pode tranquilamente enfiar o que quiser, fazer *download* do que quiser. E aí? Depois, adiante, nós vamos ficar só reclamando que o aspecto tecnológico tem nos atropelado?

Portanto, criar condições, traçar o caminho, é para permitir principalmente o atendimento de quem está lá na ponta, chegar em todos os cantos deste país, aproveitar essa capilaridade. Eu, por exemplo, tenho dito sempre que quero botar o povo de TV por assinatura para dentro para ver se a gente aumenta a possibilidade dessa última milha de que a gente tanto reclama. A Telebrás anunciou agora que nós vamos chegar a trezentas cidades com banda larga. Faltam 5,3 mil ainda! Não é fácil não, meu velho. É importante termos essa compreensão.

Os Senadores e Deputados não aprovaram uma lei sem ler. Não foi isso, acho muito difícil que isso tenha acontecido. Tiveram toda uma preocupação, foram trabalhando. Nós cometemos erros como legisladores, é por isso que estamos fazendo audiências públicas, queremos escutar para a gente entender isso.

Quais são os pontos de divergência que estamos enfrentando aqui?

Primeiro, as restrições, que foram levantadas aqui. E é importante a gente lembrar uma coisa: as restrições valem para radiodifusores como valem para operadores de telecomunicações, 30% para as teles, 50% para os radiodifusores. Esse debate foi travado exatamente para não permitir um processo em que você tivesse um domínio muito forte.

É fundamental que a gente tenha um processo local, por isso é que insistimos na produção cultural local, por isso é que insistimos na produção independente. E não é só para fortalecer a produção cultural local, mas principalmente para a gente permitir que emissoras locais, relacionando-se com sua produção cultural local, tenham capacidade de sobreviver ante as grandes em nível nacional. Não com o intuito de derrotá-las, mas com o intuito, inclusive, de ter oportunidade de entrar nesse debate. É por isto que essa combinação no PL nº 116 é importante: é para a gente incentivar a chegada de operadores locais também, para servirem como porta de captação.

Então, quando o Manoel Rangel fala do incentivo... Se não tiver onde veicular, não adianta incentivar a produção independente. Eu vou escoar isso onde? Na manivela local?

O Discovery Kids deu uma grande demonstração de que, no Brasil, há produção cultural de qualidade: está lá na grade do Discovery Kids programa produzido aqui, neste país. Então, não é esse debate de que nós estamos impondo uma cota e que a qualidade, por si só, chegaria. Se não tiver a cota, várias das qualidades produzidas neste país não terão oportunidade de ser apreciadas. Ela é uma janela de oportunidade, ela não é uma regra de imposição para você comprar qualquer produto. É esse o debate. Então, acho que é importante trabalhar com esses aspectos.

Outro aspecto, além da cota, que quero levantar é exatamente essa história do conteúdo e da produção independente. O Brasil, por força da inexistência de regras como essa, tem uma produção cultural muito concentrada, por conta exatamente da força de alguns. Não dá para culpar tal rede ou tal produtora. Na realidade, foi exatamente a ausência de incentivo e de uma política para essa produção que fizeram com que quem era mais forte e que tinha, inclusive, os meios para isso, pudesse ampliar e alargar sua capacidade de produção cultural.

Outro aspecto: a questão da regulação por camadas versus a questão da ausência de regra. O Presidente tocou muito bem aqui: TTH tem ausência total. Então, como é que a gente pode fazer isso? É o debate sobre serviços e atividades. O que é que se regula? Portanto, é possível que isso fique claro.

Eu poderia perguntar ao meu companheiro Manoel Rangel, da Ancine: e aí, será que a Ancine está preparada para essas tarefas? Tem de estar. O nosso papel, enquanto Senado inclusive, é fiscalizar e cobrar essa Ancine para que ela, dentro desse período, não burocratize nem congele as atividades, nem tampouco utilize essas suas atribuições para se contrapor ou até para extrapolar as suas tarefas. É importante que façamos isso tanto com a Ancine quanto com a Anatel. As críticas que tanto Eunício quanto eu fizemos aqui valem também para a Ancine. Esta é a nossa tarefa: ir para cima e dizer "Limite: você tem de ir até aqui". Então, é importante discutir esse aspecto.

A questão da publicidade, que é outra reclamação.

A publicidade vai até para a história do financiamento, por isso é que introduzimos aquela engenharia

muito bem produzida pelo companheiro Jorge Bittar, tentando sacar um dinheirinho do Fistel e jogar para cá para permitir que você pudesse dispensar um recurso para o fomento. A publicidade adquirida a partir de cada rede vai ser dispensada? Ou seja, o financiamento privado vai ser utilizado para a produção independente? Eu particularmente não creio nisso.

Com todo respeito: nós não estamos tratando de caridade, nós estamos tratando de uma atividade econômica. Portanto, nós queremos dar aos senhores, da atividade econômica, as condições para que exerçam a atividade econômica, mas nós também precisamos dar a esse segmento a possibilidade de fomentar, de incentivar, de permitir que outros atores cheguem a esse cenário para aumentar a competitividade.

Há também o debate sobre essa questão da distribuição da publicidade. Aliás, há uma crítica que sempre faço... Já ouvi alguém falando aqui da qualidade da distribuição. Na hora, o Senador Inácio até tomou um susto: "Eu pensei que fossem três horas por dia, mas são três horas por semana, o negócio da cota...". Aí todo mundo fala: "Mas as redes colocam filmes de primeira linha...".

Eu poderia citar aqui o nome de pelo menos dez filmes, mas vou citar de dois que todo mundo conhece. São ótimos filmes, ótimos artistas, filmes excelentes, mas que estão permanentemente na grade, estão sempre sendo exibidos. Duro de Matar já ficou duro de ver, porque é repetido frequentemente, principalmente perto do Natal – acontece exatamente no final do ano, com a mulher de um grande ator num sequestro. O outro é O Diabo veste Prada. Esses filmes são permanentemente repetidos!

Não estou falando da qualidade desses dois filmes, estou falando da insistência na repetição deles. Não acredito que seja por ausência de produção, porque há um bocado de outros filmes, inclusive de fora. Não estamos tratando aqui de botar cadeado e de determinar que não entre absolutamente nada de lá para cá, nós não estamos fazendo isso. Não dá para transformar o Brasil numa ilha, nós não temos nem estrutura para isso, além de ser incorreto. O que nós estamos propondo somente é que dêem uma olhada e, nesse cenário, permitam também a entrada daquilo que é produzido no Brasil.

As regras de transição.

A história aqui é muito claramente colocada – vou encerrar, Sr. Presidente – e trata principalmente dessa questão do carregamento, meu caro Davim. Então, acho que esses debates, esses pontos...

Queria dizer muito sinceramente – eu disse ao Presidente ali – que, na minha opinião, são três pontos centrais, mas, se a gente distribuir aqui, nós vamos ter condição de fazer esse debate com os senhores e as senhoras, com a sociedade, internamente, para a gente tentar ajustar o projeto e ter a oportunidade de entregar ao povo brasileiro uma ferramenta que, de certa forma, nos coloque diante de um momento em que a nossa obrigação é chamada à responsabilidade.

Volto a insistir: se não fizermos isso, nós não teremos, de forma nenhuma, uma contribuição para dar neste cenário que vai se configurar daqui a pouco tempo. Portanto, essa é uma tarefa da qual a gente não pode abdicar. Não se trata de produzir mais uma lei, mas de pelo menos tentar criar os caminhos para tirar cerceamento de direito de escolha de prestadora de serviço e principalmente do consumidor, para a gente tratar essa questão das cotas muito mais numa linha de oportunizar e não de obrigar, para que a gente permita, inclusive, nessa questão das vedações estabelecidas para as teles e para os radiodifusores, que tenhamos condições de equacionar isso e que não se invada o outro a partir da sua estrutura, meu caro Evandro, que é esse cenário de competição no Brasil. Se for estabelecido sem essa regra, não vai ser um enfrentamento igual, mas desigual.

E eu queria deixar aqui três ponderações exatamente na linha das agências reguladoras, tanto a Ancine quanto a Anatel, para entender quais são os pontos desse projeto e como é que esses dois setores vão atuar pensando no consumidor brasileiro.

A Ancine, eu já tinha dito... Penso que seria importante que a agência, cada vez mais, demonstre que não será um obstáculo a esse processo. Ao contrário, ela tem que ser o instrumento facilitador, principalmente para esse mercado se desenvolver, pois é o mercado que mais precisa, e possa chegar.

Aos operadores, gostaria de dizer que considerar a produção independente, a programação, a diversificação da programação, a oferta ao consumidor, a todos esses, gostaria que pudéssemos pensar na possibilidade de cada um ir cedendo. Gostaria muito e quero encerrar com isso. Que eu pegasse aqui e dissesse: é o 332. O 116 é exatamente o extrato desse conjunto de divergências que acumulamos. Não teria como produzir o 116 atendendo a um e discordando de outro. Estamos fazendo um esquartejamento literal de todas as propostas e de todas as posições. E fomos medianos em quais os pontos que poderiam ser produzidos, chegando a isso que está aí.

Quero insistir: em minha opinião, esses pontos básicos que levantei merecem, de nossa parte, enquanto Senadores, um pouco mais de acuidade para ver onde é possível revisar, onde é possível abrir um pouco mais a mão e até onde possível também contar com os segmentos, para que eles entendam que não

temos mais condição de aguardar por muito tempo a produção de algo que possa organizar o segmento e não engessá-lo para esse futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Walter Pinheiro e ao encerrar esta audiência pública, gostaria de dizer que, neste dia, ouvimos praticamente todos os segmentos e ouvimos também diversas opiniões, chegando ao cabo desta audiência pública convencidos de que recebemos contribuições importantes para que possamos, em cada uma de nossas comissões e, finalmente, no plenário, ter um projeto de lei que possa cumprir com o principal objetivo de todo esforço do Senado da República: fazer com que o consumidor, o cidadão brasileiro possa ter uma melhor qualidade no serviço, um preço mais competitivo e um mercado que possa assegurar às futuras gerações um Brasil melhor, mais qualificado e mais bem preparado.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 13horas e 27 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2011.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Paulo Bauer, José Agripino, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Magno Malta, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves e Armando Monteiro. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Ana Amélia. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 005: Ofício "S" nº 46, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que "Encaminha ao Senado Federal, cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito daquela Câmara Legislativa, destinada a apurar 'eventuais irregularidades no sistema de arrecadação, distribuição e tabela de taxas utilizadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), em Mato Grosso do Sul, relativamente a direitos autorais'". O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o relatório é pelo encaminhamento do parecer e da cópia do Relatório da "CPI do ECAD" da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, ao Ministério da Cultura e, quando instalada, à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, a ser feito pela Mesa Diretora, e posterior arquivamento da matéria. O parecer é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, solicita à Secretaria da Comissão que oficie à Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul a fim de dar conhecimento aos seus membros sobre as considerações feitas por este Colegiado e pelo relator, Senador Walter Pinheiro, acerca do Ofício "S" nº 46, de 2005. **Item 015: Requerimento nº 34/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim que requer "Com fundamento no disposto no art. 90, inciso II e V, do egimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com o objetivo de discutir acerca do programa governamental de alfabetização e educação de jovens e adultos do Nordeste, em especial do Estado de Sergipe. Para a ocasião, sugiro a presença de: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Secretária Claudia Pereira Dutra; Secretaria de Educação do Estado de Sergipe, Representante; Confederação Nacional de Municípios (CNM), Representante; Conselho Estadual do Fundeb, Presidente Prof. Anderson Fontes Faria e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP), Presidente Malvina Tania Tuttman". O Requerimento é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Pedro Taques requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para a deliberação do item 007, o que é aprovado. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Altera o art. 10 da Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980 ('Dispõe sobre o Estatuto dos Militares'), para estabelecer limites de idade ao ingresso nas Forças Armadas". O relator designado é o Senador Pedro Taques e o parecer pela rejeição é aprovado. **Item 002: Projeto de Lei do Se-**

nado nº 211, de 2010, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões". O relator designado, ad hoc, é o Senador Waldemir Moka e o parecer favorável, com as emendas nº 1-CE, 2-CE, 3-CE, 4-CE, 5-CE e 6-CE, é aprovado. Logo após, a Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que 'Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências'. (Estabelece classificação por faixa etária para presença de crianças em atividades culturais audiovisuais)". O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é favorável, com a emenda nº 1-CCJ. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Isenta de tributos os materiais escolares de uso contínuo requeridos pelos estabelecimentos de ensino para os alunos do ensino básico". O relator designado é o Senador José Agripino e o parecer favorável, com a emenda nº 1-CE, é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 706, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir, nas universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regimes de trabalho em tempo integral". O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o parecer é favorável, com as emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 527, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "Institui o 'Prêmio Brasil de Incentivo à Pesquisa e à Aplicação de Conhecimentos e de Tecnologia para o Desenvolvimento Humano'". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas n.º 1-CE, 2-CE, 3-CE e 4-CE aprovadas por 15 (quinze) votos. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que "Insere o § 3º no art. 23 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para vedar o modelo de progressão continuada no ensino fundamental". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o projeto é rejeitado por 15 (quinze) votos. **Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 225, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, que "Denomina Porto de Petrolina – Paulo de Souza Coelho o porto fluvial localizado no rio São Francisco, na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 256, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Rose De Freitas, que "Denomina Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da BR-262, do Km 0, em Cariacica, até o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador João Alberto Souza e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Marinha Raupp, que "Denomina Ponte Emerson Freitag – Boiadeiro a ponte sobre o Rio Machado na BR 364 do Município de Jí-Paraná, Estado de Rondônia". O relator designado é o Senador Waldemir Moka e o parecer favorável é aprovado. **Item 015: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 043, de 2010; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2007 e Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2010**. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. **SENADOR ROBERTO REQUIÃO,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª sessão legislativa ordinária, de 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Mesa vai passar a examinar, em função da ausência de quórum para análises terminativas, as não terminativas.

Iniciamos então pelo item 5..

Relator presente, Senador Walter Pinheiro.

ITEM 5
- Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 46, DE 2005

Encaminha ao Senado Federal, cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída no âmbito daquela Câmara Legislativa, destinada a apurar "eventuais irregularidades no sistema de arrecadação, distribuição e tabela de taxas utilizadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), em Mato Grosso do Sul, relativamente a direitos autorais".

Autoria: Pres. da Assembléia Legislativa Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A terra de meu amigo Moka..

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na época em que o Senador Moka era Deputado Estadual. Não?

Era Federal já? Já tinha abandonado o baixo clero?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) Não considero a Assembleia Legislativa baixo clero, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É um provável candidato numa eleição futura.

Com a palavra o Relator.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Presidente, essa matéria, eu faço questão até de frisar isso, chegou aqui na Casa, meu caro Senador Moka, com uma boa contribuição da Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. Portanto, muito antes do debate sobre a CPI aqui na Casa, a Assembleia Legislativa abria um amplo processo de ausculta e até uma minuciosa consulta acerca dos impactos e dos problemas gerados a partir da questão dos direitos autorais, como efetivamente se deveria promover a efetiva cobrança, de que forma seria caracterizado o que era uma reprodução e o que era uma chamada sintonização, principalmente com músicas, a partir de uma relação individual.

Eu até cheguei a citar isso aqui na vez passada, ou seja, é preciso não fazer a confusão entre o que é alguém que, num estabelecimento comercial reproduz, de uma emissora de rádio, toda uma programação musical, fazendo com que aquilo chegue em todos os lugares... Isso é diferente, por exemplo, de um estabelecimento comercial onde um cidadão que ali trabalha opta por sintonizar uma emissora de rádio e ali ouvir música, ou até mesmo um hóspede, num quarto de hotel, que tem o acesso direto a um receptor, seja um rádio, e sintoniza ali a estação que ele quer ouvir. Portanto, isso não é uma reprodução. Isso é uma escolha individual. Isso é uma seleção, assim como fazemos em nossa casa.

A partir dessa contribuição, nós optamos por remeter esse material produzido pela Assembleia do Mato Grosso do Sul para a CPI que deverá ser instalada em pouco tempo aqui na Casa. Volto a insistir, é um material com consistência, com indicativos importantes, inclusive para a produção de legislação a respeito da matéria.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, eu, ao invés de identificar, digamos, prováveis vícios no aproveitamento, vício de iniciativa, eu diria incompatibilidade legislativa ou coisa do gênero, eu optei por remeter esse relatório e entregá-lo à CPI que vai ser instalada. Então, dessa forma, é como se tivéssemos aprovando essa matéria e, portanto, não remetendo a matéria para um simples arquivamento, mas para um aproveitamento. O nosso relatório é pelo envio desse relatório da Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul para a CPI que será instalada nesta Casa sobre a questão do ECAD. Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o voto do Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, apenas e tão somente para concordar com esse relatório. Acho que o encaminhamento que o Senador Walter Pinheiro dá é, acima de tudo, um encaminhamento de bom senso, uma vez que a Casa...

A verdade é que essa questão do ECAD é sempre polêmica, porque as pessoas sempre questionam a cobrança disso, principalmente quando não se trata de reprodução. Como V. Exª coloca, é, antes de tudo, e no caso específico que V. Exª coloca, uma questão de escolha, de opção de uma seleção. Então, quero concordar com o encaminhamento que dá o ilustre Senador Walter Pinheiro e voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado, com os cumprimentos da Mesa à Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul e os elogios ao nosso relator, Senador Walter Pinheiro.

Solicito à Secretaria que oficie as considerações realizadas pela Comissão e pelo relator para a Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul. Vamos para o item nº 15 da pauta.

ITEM 15
- Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº /2011 – CE

Com fundamento no disposto no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, com o objetivo de discutir acerca do programa governamental de alfabetização e educação de jovens e adultos do Nordeste, em especial do Estado de Sergipe. Para a ocasião, sugiro a presença de: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – Secretário André Lázaro; Secretaria de Educação do Estado de Sergipe – Representante; Confederação Nacional de Municípios (CNM) – Representante; Conselho Estadual do Fundeb – Presidente Prof. Anderson Fontes Faria; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Diretora de Estudos Educacionais.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Senador, na última audiência pública que tivemos, a Mesa teve o desprazer de realizar sem sequer a presença dos autores do requerimento. Estamos com a pauta lotada. Só depois de fazer essa observação, passo a palavra a V. Exª para explicar e defender o seu requerimento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, esta é uma audiência pública de extrema necessidade. Sei do valor também das outras. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil tem uma população de 58 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não freqüentam a escola ou que não têm o Ensino Fundamental completo, o que é uma perversidade. Segundo o texto produzido pelo próprio Instituto, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o INEP, essa parcela da população deveria ser atendida pelo Educação de Jovens e Adultos, o EJA. No entanto, o atendimento está aquém do que poderia ser. A quantidade de escolas que oferece essa modalidade de ensino no país diminuiu. No meu Estado não é diferente. Em 2007, havia mais de 42 mil colégios que ofereciam turmas do EJA, mas, em 2010, o número caiu para 39 mil. Em Sergipe havia mais de 500 escolas, mas esse número vem diminuindo ano a ano. Em dez anos, o analfabetismo caiu apenas 4% no País. Para os pesquisadores do IBGE, essa diminuição tem sido muito lenta. O próprio Presidente do instituto, Eduardo, tem dito isso.

O Nordeste apresenta o maior índice de analfabetismo do País, Sr. Presidente. No Sul, o índice é de 5,1%; no Sudeste, 5,5%; no Centro-Oeste, 7,2%; na Região Norte, 11,2%; no Nordeste, é de quase 20%. De cada dois nordestinos com mais de 60 anos, um é analfabeto. Em Sergipe, o percentual de analfabetos na faixa etária dos 10 aos 14 anos é de 4,1%, aumentando para 16% entre aqueles que têm mais de 15 anos. Em 75 Municípios do Estado, 14% apresentam a taxa de analfabetismo superior a 40% da população.

Por isso, torna-se imperioso trazer esta questão para ser debatida nesta Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador sergipano. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Senador, o ideal seria realizarmos essa audiência pública no segundo semestre, quando a nossa pauta estará mais leve.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Deixo isso sob o seu comando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A critério da pauta da nossa Comissão.

Item nº 2 da pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, seria possível inverter a pauta, porque não consegui quebrar a lei da Física e estar em dois lugares ao mesmo tempo. Estou relatando um projeto na CCJ e outro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É um esforço que estamos fazendo em comum, eu e V. Exª, porque acabo de relatar um indicado...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sou testemunha desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O seu qual é?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É o item 7. Se não houver discordância...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo nenhum protesto veemente do Plenário, vamos dar a palavra ao Senador Pedro Taques, que vai relatar um projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella, não terminativo.

ITEM 7
- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2011

Altera o art. 10 da Lei nº. 6.880, de 9 de dezembro de 1980 ("Dispõe sobre o Estatuto dos Militares"),

para estabelecer limites de idade ao ingresso nas Forças Armadas.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 128, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tem o objetivo de fixar em lei os limites de idade para o ingresso nas Forças Armadas. Para cumprir seu intento, o projeto propõe a alteração do art. 10 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), enumerando, em três incisos, os limites mínimos e máximos de idade exigidos para ingresso nos diversos programas de formação oferecidos pelas Forças Armadas.

O autor da proposição esclarece, em sua justificação, que o art. 142, § 3º, X, da Constituição Federal determina que os requisitos para o ingresso nas Forças Armadas devem ser fixados por lei. A atual redação do art. 10 do Estatuto dos Militares não fixa requisitos específicos, transferindo essa competência para regulamentos da Marinha, Exército e Aeronáutica. O autor lembra que o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 600.885 já reconheceu que o referido dispositivo constitucional impõe a necessidade de fixação em lei dos requisitos para ingresso nas Forças Armadas.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte e à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, cabendo a última decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O art. 142, § 3º, X, da Constituição Federal determina expressamente que o ingresso nas Forças Armadas e os limites de idade para incorporação são matéria afetas a normatização por lei. A disposição do art. 10 do Estatuto dos Militares, ao delegar tal competência para atos regulamentares das Forças Armadas, não se coaduna com o referido preceito constitucional.

Como lembrou o autor da proposta, o STF já declarou que a ausência de disposição em lei sobre os requisitos de ingresso nas Forças Armadas – inclusive quanto aos limites de idade – viola a ordem constitucional. A Corte Constitucional, em julgamento do recurso extraordinário já citado, decidiu que os regulamentos e editais de concurso relativos ao tema terão validade apenas até o dia 31 de dezembro de 2011.

A iniciativa do autor deste projeto de lei do Senado merece elogios em vista da urgência em se dar à matéria o tratamento requerido pela Lei Maior. A aprovação do projeto, no entanto, encontra obstáculo intransponível em outro comando constitucional. O art. 61, § 1º, II, *f*, da Carta Política da República reserva ao Presidente da República a competência para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Por força desse dispositivo constitucional, o projeto de lei que se destina a fixar os requisitos para ingresso nas Forças Armadas deve necessariamente ser apresentado pelo Chefe do Poder Executivo. A violação da reserva de iniciativa presidencial constitui vício de inconstitucionalidade formal, que não pode ser sanado sequer por uma eventual sanção expressa da norma, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal. A sanção não apaga o vício de origem, Sr. Presidente, conforme tem decidido o Supremo após a Constituição de 1988, mudando a jurisprudência anterior à Constituição de 1988.

Ainda que a aprovação do PLS nº 128, de 2011, seja inviabilizada pela questão constitucional apontada, esperamos que sua apresentação tenha o efeito de sensibilizar o Poder Executivo para a necessidade de exercer sua prerrogativa de dar início ao processo legislativo da norma que deve materializar os requisitos para o ingresso nas Forças Armadas.

Diante do exposto, votamos pela rejeição, por inconstitucionalidade, do projeto.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aliás, Senador, a CCJ, a pedido da Comissão de Educação, já examinou o caso dos projetos autorizativos e liquidou definitivamente com essa possibilidade. São imperativos constitucionais que têm de ser obedecidos: a iniciativa do Presidente da República, e outro exemplo é o que estamos vivendo hoje, que é a lista tríplice, mandada pelo STJ para a nossa Presidenta Dilma, que tem apenas dois nomes. A existência dos três nomes é um imperativo absoluto, a não ser que nenhum juiz tivesse pretendido participar da lista e ingressar no STJ.

Em discussão o relatório do Senador Pedro Taques. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. *(Pausa)*

Aprovado.

Vamos para o item nº 2 da pauta, de autoria da nossa aniversariante de hoje, a Senadora Marisa Serrano.

Eu solicito ao Senador Walter Pinheiro que cante os parabéns para a Senadora. *(Risos)*

A recusa do Senador Walter Pinheiro não se deve a uma desconsideração, mas à absoluta incompetência vocal de S. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Era o que ia dizer a V. Exª. Além de eu ser desafinado, a boa regra não nos indica que esta seja a melhor homenagem, ou seja, não se faz uma homenagem desafinada para uma figura que merece aplausos, cânticos e toda a afinação, pela grande figura que é, pela grande figura que tem brindado o Parlamento. Portanto, neste dia de aniversário, ela merece uma homenagem melhor do que um cântico de aniversário de quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) –

ITEM 2
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2010

Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões.

Autoria**:** Senadora Marisa Serrano

Relator *ad hoc:* Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Presidente.

A relatoria é do Senador Sérgio Petecão. Fui nomeado, como dizia um vereador, "adhoquemente".

Honra-me muito relatar, no dia do aniversário da minha querida amiga Marisa Serrano, este seu projeto de lei.

O Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, de autoria da Senadora sul-mato-grossense Marisa Serrano, vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decorrência do Requerimento nº 780, de 2010. A proposição seguirá à Comissão de Assuntos Sociais, para sua apreciação terminativa, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O art. 1º da proposição altera a redação do inciso I do art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que *regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dá outras providências*. O referido inciso I do art. 2º passaria a contar com três alíneas, de modo a estabelecer, na alínea "c", nova finalidade ao Programa do Seguro-Desemprego: a de "prover assistência financeira temporária (...) ao artista, músico ou técnico em espetáculos de diversões".

O art. 2º do PLS 211, de 2010, acrescenta, à mesma Lei nº 7.998, de 1990, os artigos 3º-B e 4º-A.

O primeiro destes (3º-B) estabelece que o artista, músico ou técnico em espetáculos de diversões terá direito ao recebimento do seguro-desemprego – sem prejuízo do direito estabelecido na regra geral do trabalhador dispensado sem justa causa – quando comprovar, cumulativamente: ter trabalhado nas correspondentes atividades por ao menos trinta dias nos doze meses anteriores à data do requerimento do benefício; não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada descrito no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, com as exceções especificadas; não estar percebendo o auxílio-desemprego; ter efetuado os recolhimentos previdenciários relativos ao período de trabalho acima definido; e não possuir renda de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

O art. 4º-A, a ser igualmente inserido na Lei nº 7.998, de 1990, determina que o seguro-desemprego...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, com a sua licença. Peço à ilustre assessoria dos Srs. Parlamentares que, havendo um orador na tribuna, se eximam dessa conversa, ainda mais em voz alta.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O art. 4º-A, a ser igualmente inserido na Lei nº 7.998, de 1990, determina que o seguro-desemprego será concedido ao artista, músico ou técnico em espetáculos de diversões por um período máximo de quatro meses, de modo contínuo ou alternado, a cada período aquisitivo de doze meses, contados a partir da data de seu registro profissional, nos termos da Lei nº 3.857, de 1960, ou da Lei nº 6.533, de 1978, ou do mês seguinte ao pagamento da última prestação de seguro-desemprego relativa a período aquisitivo anterior.

O art. 3º da proposição estabelece que a lei terá vigência quando completados seis meses de sua publicação oficial.

Argumenta-se, na justificação, que a categoria que abrange os artistas, inclusive músicos, e técnicos em espetáculos de diversões é uma das menos amparadas pela proteção social em nosso País.

De acordo com estimativa apresentada pelo Ministério da Cultura, 80% a 85% dos artistas e técnicos em espetáculos de diversões em atividade no País estariam em situação de desemprego, configurando uma taxa absolutamente anormal.

Além disso, a informalidade é amplamente predominante no mercado de trabalho, de modo que a grande maior parte desses trabalhadores jamais reúne as condições estabelecidas por lei para obtenção do seguro-desemprego.

Sendo descartada a criação de um fundo autônomo para a viabilização financeira do seguro-desemprego das nominadas categorias, optou-se por instituí-lo no interior do sistema já estabelecido e es-

tável do seguro-desemprego,regido pela Lei nº 7.998 e financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Sr. Presidente, passo a ler o voto.

Conforme o exposto, o voto, no que tange ao mérito, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, com as emendas a seguir apresentadas.

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)
(ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, aseguinte redação:

"Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos músicos e artistas e técnicos em espetáculos de diversões."

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)
(ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se à alínea c do art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"c) ao músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões desempregado."

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)
(ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se ao caput do art. 3º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

*"**Art. 3º-B.** Terá direito à percepção do seguro-desemprego, sem prejuízo do disposto no art. 3º, o músico, artista ou técnico em espetáculos de diversão que comprove:"*

EMENDA Nº – CE
(ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se ao inciso I do art. 3º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"I – haver trabalhado nas atividades arroladas no caput por ao menos sessenta dias nos doze meses anteriores à data do requerimento do benefício;"

EMENDA Nº – CE
(ao PLS nº 211, de 2010)

Acrescente-se ao art. 3º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Não será admitida a percepção cumulativa do seguro-desemprego de que trata este artigo com aquele de que trata o art. 3º, nem a contagem com sobreposição temporal dos respectivos períodos aquisitivos para efeito de sua concessão."

EMENDA Nº – CE
(ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se ao art. 4º-A da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do que dispõe o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 4º-A. *O benefício do seguro-desemprego será concedido ao músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões com o valor mensal de um salário mínimo, por um período máximo de quatro meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de doze meses, contados da data de seu registro profissional nos termos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, ou da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, ou a partir do mês subsequente ao pagamento da última prestação de seguro-desemprego referente a período aquisitivo anterior."*

Sr. Presidente, está feita a leitura do relatório e das emendas contidas agora nesse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão.

Com a palavra, a autora do projeto, Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero agradecer ao Senador Moka por ter sido o relator *ad hoc*, e ao Senador Petecão, que foi o relator da matéria.

Gostaria de dizer que essa é uma discussão muito antiga nesta Casa. Nesses últimos quatro anos, temos debatido extenuantemente essa questão. Recebemos aqui inúmeros artistas, músicos, discutindo a relação trabalhista, principalmente aqueles mais idosos. Tivemos aqui, se não me engano em 2009, um grupo enorme de artistas, todos com idade avançada, brigando e lutando para ter um seguro-desemprego diferenciado, principalmente pela precariedade das relações trabalhistas que os artistas têm. É tão precária a relação trabalhista deles que eles queriam ter pelo menos uma garantia: que o FAT pudesse garantir-lhes o salário-desemprego por pelo menos quatro meses, para que eles possam subsistir até que consigam outro emprego para sua subsistência.

Portanto, peço aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que analisem com carinho este projeto, porque

foi proposto pelos velhos artistas, por todos aqueles que já passaram da idade, que, esporadicamente, fazem apresentações, mas, como isso não é constante, eles precisam desse apoio para sua sobrevivência.

Assim, peço o apoio dos nobres Pares ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na forma das emendas colocadas pelo relator?

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sim, na forma das emendas colocadas pelo relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – V. Exª concorda com elas?

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Eduardo Amorim com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, quero aqui ressaltar a felicidade da Senadora Marisa Serrano ao propor um projeto como esse, e ressaltar a justiça que se faz com os músicos, com os artistas deste País, dando-lhes o mínimo necessário pelo menos no período em que estão extremamente inseguros e sem a proteção pelo exercício de sua profissão.

Então, mais uma vez, parabenizo a Senadora por esse projeto e por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão a matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero aproveitar aqui a oportunidade para parabenizar a Senadora Marisa Serrano, parabenizar também o relator inicial do projeto e agora Senador *ad hoc*, pela aprovação do referido projeto de lei. Considero superimportante, porque, realmente, a categoria dos artistas, os músicos, principalmente, são muitos, e muitos deles vivem na informalidade. E entendo que esse projeto de lei também possibilita a esses músicos tornarem-se de fato conhecidos e saírem da informalidade.

Então, acho que o projeto de lei vem valorizar uma cultura importante, uma categoria superimportante, que até então não tinha esse direito.

Assim, quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Uma palavra rápida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Uma observação: a Senadora Marisa Serrano faz uma observação – aliás, o relator – sobre a similitude entre o seguro-desemprego que foi concedido ao pescador e o que se dá ao artista.

Eu trabalhei muito essa ideia, primeiro, da criação do Ministério da Pesca; depois, da Lei Geral da Pesca, sou muito ligado ao pescador do Brasil, do Rio Grande do Norte, conheço a atividade deles, que é sazonal; o pescador é dedicado, é um trabalhador. E o músico, da mesma forma, é sujeito à safra, da aceitação ou não; e a dedicação dele à atividade dele é visível; a vocação dele é a música, é ser artista.

Então, a Senadora foi muito feliz. De modo que quero fazer este registro, com os cumprimentos à aniversariante e autora do projeto, a similitude que se faz entre uma figura de rara sensibilidade, que é o artista, o músico, com o pescador, que é um trabalhador artesanal. Mas, em última análise, o seguro-desemprego, se cabe para um, cabe para o outro e o meu voto é favorável.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu quero também parabenizar a Senadora Marisa Serrano pela brilhante idéia, e também ao Relator, por traduzir – como muito bem disse o Senador Agripino Maia – os verdadeiros traços dessas atividades. E uma delas, Senador Agripino Maia, a gente pode experimentar agora nesse período, para o artista, principalmente nós do Nordeste. Nós vamos ter aí um período de dois meses de intensa agenda para os artistas que tocam e que vivem da cultura regional, principalmente nesse período das festas juninas. E que passado esse período, esses artistas, de certa forma, convivem com uma agenda, eu diria, menos intensa, um pouquinho mais magra, como diz aqui o Senador Moka, exatamente fruto dessa compreensão de localizar determinadas atividades artísticas em um único período do ano, sem essa possibilidade... E V. Exª bem sabe disso, porque é um homem que conhece essa realidade, o Senador Amorim, não somente o artista do forró, mas da cantiga de roda, do samba de roda, dos Reis, que se incorporam em momentos pontuais e que encontram dificuldades inclusive nos meios de comunicação para que essa arte possa se expressar em todos os momentos.

Aliás, Sr. Presidente, esse é um dos debates importantes que estamos pressionando no Projeto de Lei 116, o aspecto da introdução da quota e o aspecto da disponibilização de espaços para veiculação da arte regional é importante para manter esses artistas e para divulgar esses artistas que, à vezes, são condenados

à atividades sazonais ou em períodos próprios associados à cultura popular.

Portanto, acho que é importante fazer essa cobertura exatamente para atender a essa gente que, às vezes, não tem o mesmo espaço que outros têm, como os que tocam e cantam a música popular brasileira ou que poderíamos chamar de músicas ou artes que já entraram num calendário que termina atendendo muito mais ao apelo mercadológico do que, efetivamente, a projeção cultural.

Portanto, acho importante esse reforço feito aqui pela Senadora Marisa, pensando exatamente em como manter viva essa arte. Porque não é somente a sustentação do artista, mas são as condições necessárias para que esse artista continue sustentando permanentemente essa que é a nossa maior proeza que é essa cultura imaterial que produzimos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – continuando a discussão, com a palavra o Senador Cyro Miranda e posteriormente a Senadora Lídice da Mata.

Senadora Marisa, não é somente uma homenagem ao seu aniversário, mas à qualidade do seu projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente e Srªs. e Srs. Senadores. Quero parabenizar a autora desse projeto, que sempre está atenta aos problemas que passam despercebidos. A Senadora Marisa tem essa qualidade de ter a acuidade nesses projetos. São pessoas que vivem da sazonalidade e, às vezes, essa sazonalidade é tão grande que dura até um ano. Então, estão sempre desamparadas; o Senador Walter Pinheiro também colocou com muita propriedade.

Quero aproveitar aqui e deixar o meu abraço, o meu carinho, o meu respeito e a minha admiração a essa grande Senadora pelo seu dia, pelo seu aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, também para parabenizar a iniciativa da Senadora Marisa Serrano, que soube de forma tão sensível identificar as questões relacionadas à proteção dos direitos dos nossos trabalhadores nas artes e, inclusive, pela inclusão dos técnicos de diversão, que são trabalhadores que vivem do trabalho do artista principal e que sofrem, como eles, toda a sazonalidade, todas as dificuldades da atividade criativa, da atividade musical.

Portanto, eu quero aproveitar, Sr. Presidente – e sei que desta vez V. Exª não vai poder me impedir –, para também parabenizar, pelo seu aniversário, em nome de todas as mulheres do nosso Senado, e a alegria que nós temos em conviver com a Senadora Marisa Serrano, com toda a sua história de luta, de vida, especialmente no dia do seu aniversário. Viva e que esse seja o presente, sim, por que não, da Comissão de Educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Bancada do Paraná, Senadora, inclusive, em nome da Senadora Marisa, a todos os Senadores, um jantar hoje na Casa oficial do Senado. É uma oferta da Bancada do Paraná, na Câmara e no Senado.

Para comemorar o aniversário da Senadora Marisa Serrano, o nome da festa é mitacorê no rolete, não é isso, Senador Moka? Mitaí é criança; corê é porco. Então é porquinho no rolete.

Com a palavra a Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu também queria parabenizar a Senadora. Eu acho que hoje, no seu aniversário, ela dá um presente para a classe artística brasileira. A aprovação desse projeto tem um simbolismo muito importante, visto que, entra ano, sai ano, Senadora Marisa, e por mais que a classe artística seja chamada a atuar nas campanhas eleitorais, os artistas brasileiros continuam de pires na mão; continuam funcionando a partir da política de balcão.

Acho que qualquer iniciativa no sentido de ajudar a organizar a classe artística, de ajudar a fortalecer a arte como um meio de sobrevivência, como um exercício pleno do trabalho, ajuda a cidadania brasileira.

Então, a Senadora hoje está de berço, nós não poderíamos deixar – e somos um percentual muito pequeno de mulheres aqui –, a despeito das diferenças partidárias, nós conseguimos ter uma atuação e uma unidade na luta e no enfrentamento às resistências, ao preconceito. E a nobre Senadora tem dado o exemplo de ser uma Parlamentar forte, uma Parlamentar decidida, uma Parlamentar que tem auxiliado a luta das mulheres brasileiras.

Então, no dia do seu aniversário, em nome do meu Partido, em especial, por esse período de convivência que tive aqui com V. Exª, eu queria dar-lhe um abraço forte, desejar-lhe muita saúde e que V. Exª permaneça firme na política brasileira. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa, eu só queria fazer um registro. É o maior número de intervenções que um projeto de lei já recebeu na Comissão de Educação.

Vai para o livro *Guinness*, de sustentações por parte de Senadores e Senadoras. E todos favoráveis.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas tem um elemento extraordinário, que é o aniversário da Senadora Marisa. E V. Exª não está considerando esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o grande pedido de intervenções é em homenagem à autora, Senadora Marisa Serrano. E, como foi dito por todos aqui, é uma Senadora que honra a representação do seu Estado, Mato Grosso do Sul, e o nosso PSDB.

A Senadora Marisa Serrano, além de competente Parlamentar, hoje aniversaria. Então nós temos que aproveitar este momento para parabenizá-la, desejando à Senadora muita saúde, sucesso, e que Deus continue abençoando-a em sua nova missão que ela irá, a partir dos próximos dias, iniciar como Conselheira do Tribunal de Contas do seu Estado, Mato Grosso do Sul. Lamentamos, Senadora Marisa, perder aqui uma Senadora, além de competente, amiga, solidária, presente em todos os momentos em que é solicitada. O Senado Federal perde uma grande Senadora, o seu Estado, Mato Grosso do Sul, perde uma representante da sua competência e ganha uma conselheira no Estado. Nós, na Bancada do PSDB, não a perderemos. V. Exª continuará permanentemente na nossa companhia e será, como sempre foi, uma conselheira não só no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, como na Bancada e no Partido da Social Democracia Brasileira. Deus a abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião**.** Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, nobres Colegas, Senadoras e Senadores, naturalmente a matéria, por si só, desperta interesse uma vez que é de grande importância. O seguro-desemprego beneficia milhares de brasileiros na hora mais difícil de suas vidas, que é a hora que lhes faltam oportunidades de trabalho e que eles precisam assegurar o sustento de suas famílias. Menciono aqui, apenas para registro, que esse seguro-desemprego já permitiu a inclusão de outras categorias profissionais que são beneficiadas com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, como, por exemplo, os pescadores artesanais que, no meu Estado, no período de defeso, acabam tendo uma renda assegurada graças a essa alteração promovida, em outra época, por iniciativa do então Deputado Federal Antonio Carlos Konder Reis, que também já foi Senador e já foi Governador de Santa Catarina, conquistando a aprovação. Por isso, ficou lembrado em Santa Catarina como alguém que beneficiou a economia do Estado pela iniciativa que teve.

A Senadora Marisa Serrano, a quem todos cumprimentamos pelo aniversário hoje, vai ser eternamente lembrada por todos os feitos que pôde realizar como Senadora, como Deputada Federal, como Secretária Estadual de Educação. Eu mesmo a conheci na época em que fui Secretário da Educação pela primeira vez em Santa Catarina, e ela o foi em Mato Grosso do Sul. Agora, nós os encontramos aqui e pensei que iríamos conviver mais quatro anos. De qualquer forma, ela será reconhecida sempre porque a sua iniciativa beneficiando artistas e pessoas ligadas á área da cultura, com o seguro-desemprego, é louvável, que esta Casa aprova e que, com certeza, será aprovada depois na Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que o Senado perderá muito com a saída da nossa Professora, Deputada, Secretária, Senadora Marisa Serrano, mas ganhará ética na administração pública, ganhará decência no governo do seu Estado, ganhará honra no trabalho e na atividade daqueles que governam, porque sei que será zelosa, será autêntica, será segura o trabalho que vai realizar como Conselheira do Tribunal de Contas daquele Estado. Desejo a ela, carinhosamente, muito sucesso e muitas felicidades. Parabéns pela iniciativa.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório do Senador Petecão, relatado *ad hoc* pelo Senador Moka, permaneçam como estão.

Os que são contrários devem manifestar-se.

Aprovado.

ITEM 1

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2006

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". (Estabelece classificação por faixa etária para presença de crianças em atividades culturais audiovisuais).

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria**:** Senador Valdir Raupp

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a retirada de pauta para reexame.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião**.** Bloco/PMDB – PR) – O Senador Valdir Raupp pede a retirada de pauta do item 1, do qual é relator.

Passa, então, para a próxima sessão. Aviso à Secretaria.

ITEM 3
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2010

Isenta de tributos os materiais escolares de uso contínuo requeridos pelos estabelecimentos de ensino para os alunos do ensino básico.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador José Agripino

Concedo a palavra ao Relator, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr Presidente, tenho uma iniciativa semelhante a essa, que já se encontra aprovada e já está em tramitação na Câmara dos Deputados. Acho que a iniciativa é meritória, tanto me antecipei à mesma já há algum tempo. Entendo que o livro didático já mereceu, por parte de governos anteriores, a isenção de impostos, mas o aluno, principalmente o aluno de escola pública, não compra apenas o livro didático, compra o lápis, o caderno, a régua, a mochila, o *kit* escolar inteiro, todo o material, inclusive o uniforme.

O Senador Marcelo Crivella toma a iniciativa de apresentar uma matéria que, seguramente, vai ser apensada à iniciativa que apresenti há algum tempo e se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. S. Exª, baseado em argumentos semelhantes ao que usei, apresenta também uma novidade. Ele propõe que a isenção ocorra apenas no mês de fevereiro; ou seja, o aluno de escola pública ou de escola privada teria direito a comprar o material escolar, o *kit* escolar, o material de uso permanente na escola tendo a isenção de impostos somente no mês de fevereiro. Eu acho que isso sobrecarrega o pai de família, que tem, no mês de fevereiro, ou em fevereiro, março, abril, os compromissos de IPTU, IPVA que se somariam a essa carga, que é permanente, porque é do ano inteiro. O material escolar, o lápis, o caderno, o compasso, a mochila podem ser comprados em março, em abril, em outubro, em novembro. Desgasta, ele tem que comprar, ele tem que repor.

De modo que o meu parecer é favorável com uma emenda, a emenda ao art. 1º, que redijo e submeto à apreciação desta Comissão: "Ficam isentos da incidência de impostos os materiais escolares, uniformes e equipamentos de uso contínuo requeridos para os estudantes pelo estabelecimento de educação básica no decorrer do ano letivo". Ou seja, eu proponho que a isenção aconteça ao longo de todo o ano letivo. Eu entendo que óbices vão ocorrer, como ocorreram com o meu projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, mas, como esta matéria não é terminativa nesta Comissão, eu quero fazer este alerta com a manifestação do meu parecer absolutamente favorável com a emenda que submeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o parecer do Senador Agripino. (*Pausa*.)

Senadora Ana Rita com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, embora o projeto não seja terminativo nesta Comissão, acho que a matéria é extremamente importante, inclusive com a emenda apresentada pelo Senador Agripino. Considero que talvez – quero aqui colocar um preocupação – seja interessante ter uma avaliação de qual é o impacto disso, a partir de algum estudo que poderemos fazer. Na verdade, não tenho nenhum reparo a fazer. Na minha opinião, o projeto é importante, a emenda também, mas acho que poderíamos estudar um pouco melhor qual é o impacto financeiro disso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para isso, não sendo terminativo na Comissão, vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pois é isso que eu quero colocar aqui. Esse impacto precisa ser avaliado. Se a Comissão de Assuntos Econômicos fizer esta avaliação, do impacto financeiro, não teremos nenhuma dificuldade em estar aqui aprovando. Mas é necessário que haja, de fato, um estudo, uma análise de qual o impacto disso na questão econômica. O projeto é importante, a iniciativa é muito boa, é preciso ter uma valorização com relação à aquisição do material escolar, muitas famílias têm dificuldade em adquirir o material escolar, as escolas hoje têm uma exigência muito grande em relação a isso, e ele é necessário para que o aluno e a aluna possa ter condições de estudo. Mas é preciso ter a avaliação do impacto financeiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, para esclarecer a Senadora Ana Rita, que levanta uma questão que é importante. Eu devo dizer a S. Exª que, por ocasião da análise do meu projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, foi solicitado esse levantamento. A Receita Federal já apresentou à Comissão o impacto e, diante do impacto, a matéria foi apreciada, votada e aprovada, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Que é um projeto semelhante a este, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Semelhantíssimo! Semelhantíssimo! Agora com um detalhe que eu queria colocar aos membros da Comissão: uma das razões de aumento progressivo na evasão escolar, que existe principalmente nos Municípios mais pobres do Brasil, está ligada ao custo do

material escolar. O pai de família que tem três, quatro, cinco, oito filhos perde a condição de comprar o material escolar pelo custo, pelo preço e retira os filhos da escola pelo fato de não pode comprar o *kit* escolar. De modo que essa é uma contribuição que o Congresso pode dar, e está dando, porque já aprovou o meu projeto no Senado, à diminuição da evasão escolar em todo o território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Por unanimidade, é aprovado.

O item 4 da pauta é de relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que está em missão do Senado no exterior, portanto, fica sobrestado para a próxima reunião.

O item 5 já foi votado.

O item 6, o relator é o Senador João Vicente Claudino, que pretende retirá-lo de pauta hoje, para reanálise do relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Justamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a retirada de pauta para reexame da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Item 6, retirado de pauta.

O item 7 já foi votado, do Senador Taques.

O item 8 tem como relator o Senador Alvaro Dias.

ITEM 8
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 527, DE 2009

Institui o "Prêmio Brasil de Incentivo à Pesquisa e à Aplicação de Conhecimentos e de Tecnologia para o Desenvolvimento Humano".

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria**:** Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente Requião, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, tenho enorme satisfação em relatar um projeto da Senadora Marisa Serrano e sei que o Requião não vai me pedir para cantar o "Parabéns pra você", como já fez outro dia. Espero que ele cante hoje à noite, quando oferece um porco no rolete, para comemorar o aniversário da Senadora Marisa Serrano.

Mas eu gostaria de, antes de relatar o projeto, dizer da admiração que todos nós, colegas de partidos, integrantes de outras bancadas desta Casa, devotamos a V. Exª, Senadora Marisa Serrano. Pela personalidade cordial, pela busca permanente da convergência, do consenso, pela simpatia que enfrenta os que opinam de forma diferente de V. Exª. Nunca perdeu a ternura ao se opor. E vamos sentir muito a sua falta nesta Casa.

Parabéns pelo aniversário e os votos de que seja muito feliz na missão nova que assumirá brevemente. Vamos sentir a sua ausência, certamente uma lacuna impreenchível, especialmente para nós, seus colegas de partido. Vamos ficar com a imagem de quem aqui se dedicou à causa e que foi competente, digna e demonstrou sempre decência e, sobretudo, sempre ofereceu um exemplo a todos nós.

Parabéns, Senadora Marisa!

O projeto institui o Prêmio Brasil de Incentivo à Pesquisa e à Aplicação de Conhecimentos e de Tecnologia para o Desenvolvimento Humano.

A súmula, por si só, justifica o projeto. Seria desnecessário qualquer outro argumento para sustentar a conveniência da iniciativa da Senadora Marisa Serrano.

Analisando o ranking SJR, que avalia a produção mundial de artigos científicos e citações acadêmicas, os artigos nacionais publicados em 1999 foram 12.286. Em 2009, esse número cresceu para 40.267, o que nos fez subir do 18º lugar para 13º no mundo. O que, de início, parece um expressivo avanço, mostra-se mais tímido quando observamos que o aumento percentual foi de 1,1% para 1,9% do total da produção mundial. Quanto à análise da qualidade desses artigos, avaliada pelo número de citações, obteve-se um acanhado aumento de 0,67% para 1,14% das citações mundiais, o que nos fez galgar apenas três posições no ranking, de 22º para 19º.

O mérito é incontestável, desta proposta da Senadora Marisa Serrano, que tem por objetivo valorizar, incentivar a pesquisa, a aplicação de conhecimento e de tecnologia para o desenvolvimento humano.

Apesar do mérito, há alguns pontos da proposição que podem ser aprimorados. E foi o que procuramos fazer, com algumas emendas.

O PLS, em seu art. 8º, não estabelece a fonte dos recursos previstos para a premiação. Por meio de emenda, sugerimos que essa fonte seja o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991. É essencial que se estabeleça, que se institua, que seja prevista a fonte de recursos para sustentar a premiação.

Além disso, faz-se mister, nos arts. 9º e 12, definir, de maneira mais precisa, quem seriam os representantes das comissões a que a proposição se refere, bem como explicitar a vinculação administrativa do Conselho Curador do Prêmio Brasil, que, segundo a emenda que propomos, deveria ser o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Portanto, são alguns ajustes no texto que aprimoram a proposta da Senadora Marisa, e, desta forma, imaginamos que ela fica irretocável, sob o ponto de vista do mérito, da legalidade e da conveniência.

Incluímos aqui, no art. 9º:

Art. 9º *A administração do montante a que se refere o art. 8º caberá a conselho curador, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), composto, a cada edição do Prêmio Brasil, por:*

I – um Senador, representando o Senado Federal;

II – um Deputado Federal, representando a Câmara de Deputados;

III – um ministro do Tribunal de Contas da União;

IV – três ministros de Estado, representando o Poder Executivo;

V – três juízes federais, indicados pelo Conselho Nacional de Justiça, representando o Poder Judiciário;

VI – um Procurador da República, representando o Ministério Público da União.

.....

Portanto, procura-se ter todos os cuidados necessários e estabelecer a garantia da lisura dos procedimentos na aplicação dos recursos referentes a essa lei.

Em relação ao art. 12, incluímos:

Art. 12*.....*

I – três reitores de instituições federais de ensino;

II – três presidentes de entidades ou órgãos representativos das áreas do grupo;

III – um Deputado Federal ou um Senador, representando o Poder Legislativo;

IV – um Ministro de Estado, representando o Poder Executivo;

V – um juiz federal, representando o Poder Judiciário;

VI – um Procurador da República, representando o Ministério Público da União.

.....

Desta forma, também, certamente estamos garantindo a correção na escolha dos premiados.

Portanto, Sr. Presidente, nosso parecer é absolutamente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu faria uma consulta técnica ao relator: o Ministério Público não pode participar de um conselho, porque ele estaria, quando participando, vencido ou vencedor, representando a instituição que não pode se fazer representar por uma pessoa só.

É a única ressalva que eu faria. É inconstitucional a participação do Ministério Público.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Essa é uma questão que tem de passar pela Comissão de Constituição e Justiça, e, certamente, se essa for a visão da Comissão de Constituição e Justiça, haverá a correção.

De qualquer forma, a Consultoria Legislativa do Senado Federal não considerou inconstitucional.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É terminativo aqui na Comissão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É terminativo?

De qualquer maneira, é uma opinião do Senador Requião, e nós consultamos a consultoria especializada do Senado Federal a respeito, que não encontrou vício de juridicidade ou de constitucionalidade na inclusão de um procurador da República representando o Ministério Público da União, quando se trata de verificar a aplicação dos recursos.

De qualquer maneira, como é o Item nº 5, a própria Presidente da República pode vetar. E ainda passa pela Câmara dos Deputados. Se, na Câmara dos Deputados, houver também o entendimento de que não se deve incluir um procurador da República, certamente esse item, por meio de uma emenda supressiva, será retirado do projeto.

Esse item através de uma emenda supressiva, será retirado do projeto. Não vejo, portanto, nenhum inconveniente em que se aprove, não só em homenagem à Senadora Marisa Serrano, mas em razão da importância desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o Relatório do Senador Álvaro Dias.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, concordo em gênero, número e grau com todas as ponderações feitas pelo nobre Relator Álvaro Dias, inclusive a própria questão da utilização do FNDCT para financiar, digamos assim, a iniciativa e garantir a efetiva realização dessa boa propositura da Senadora Marisa Serrano.

Mas, além do Ministério Público, eu tenho dúvida quanto à participação dos parlamentares. Uma coisa é a representação no Senado, outra coisa é a nossa participação no Conselho como Senadores, ou a re-

presentação de Deputado Federal. Tenho a impressão de que essa também é uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem dúvida! Se me permite, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senado fala pelo seu Plenário, na forma do regimento, e a Câmara também. Ele não pode ser representado por um Senador singular, ainda mais que é pluripartidário.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E mais, ele vai participar de um conselho curador; um parlamentar ou dois parlamentares, como está sendo aqui...

Para que a gente tenha uma idéia, Senador Alvaro Dias, em vários casos em que o Poder Legislativo participa, nós efetivamente fazemos uma escolha. Portanto, não somos nós que exercemos essa atividade. O Senado pode participar. Então, essa é uma dúvida... parte, inclusive, da característica desse conselho, a participação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Bom, eu vou responder as questões suscitadas pelo Senador Walter Pinheiro. O objetivo é dar celeridade a essa proposta da Senadora Marisa Serrano em função da sua importância.

Então, esses detalhes passam a ser irrelevantes. Desta forma, eu retiro, eu suprimo, através de emenda que apresento aqui verbalmente,eu suprimo os dois itens: o 5º, que diz respeito ao Procurador da República, e o item, nas duas emendas, que diz respeito à representação do Congresso nesse conselho.

Portanto, se os colegas Senadoras e Senadores concordarem, eu submeto, também, à apreciação...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – No caso é o 6º, que é o Procurador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exato, o 6º.

As emendas que apresento agora são supressivas dos itens que incluem o Procurador da República e parlamentares nesse conselho curador. Isso, exatamente para que essa tendência não possa retardar a tramitação do projeto da Senadora Marisa Serrano...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Alvaro, se V. Exª me permite. Eu estou levantando a ponderação, mas se poderia talvez construir algo do tipo "a participação do Senado", que é diferente de um Senador. Portanto, que o Senado possa até estar representado, a Câmara pode até ser representada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não altera, porque o Senado estará representado por um Senador...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não necessariamente. Pode ser escolhida por nós uma representação do Senado, não podendo ser um parlamentar...

O SR. O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É que no caso dos conselhos atuais, Senador Alvaro...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas neste caso, entre escolher alguém e ficar um Senador, eu optaria pela indicação de um Senador.

Mas, de qualquer forma, se a Senadora Marisa Serrano, que é a autora, concordar, eu mantenho as emendas supressivas, para dar agilidade ao processo legislativo, que é lento demais. Se nós remeter à Comissão de Justiça para apreciar a constitucionalidade, nós levaremos um tempo enorme...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a supressão das emendas do Senador Álvaro Dias, fica perfeito o projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Primeiro, eu quero parabenizar a autora Marisa Serrano, novamente.

Com relação à representação do Senado e da Câmara, eu não sou da área jurídica, mas acredito que possa ter a representação aprovada pelo Plenário. O Plenário fará a indicação do representante, porque o Senado é representado, por exemplo, no CNJ, no Conselho Nacional do Ministério Público, e é aprovado pelo Plenário o representante do Senado nesses Conselhos.

Teria alguma diferenciação em relação ao Conselho Curador?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senado só fala pelo seu Plenário na forma do Regimento Interno. Nem o Presidente do Senado pode representá-lo, a não ser em cerimônias públicas ou questões jurídicas. O Senado é pluripartidário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas, Senador Roberto Requião, como é que o Senado é representado no Conselho Nacional de Justiça, e nós aprovamos o nosso representante em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, se me permite o Senador, eu não conheço exatamente a forma dessa representação, mas é um esdruxularia jurídica. O Senado não pode ser representado, a não ser pelo seu Plenário, na forma do Regimento Interno.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Flexa,...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas fazer um apelo aos Colegas: prevalecendo o pragmatismo, nós poderíamos discutir isso, poderíamos discutir isso na Comissão de Constituição e Justiça. Mas isso levaria muito tempo, e esse projeto ficaria lá amarrado. Então nós temos que ser pragmáticos: vamos extirpar o que é dúvida e manter o essencial...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Faça isso, Senador Alvaro Dias, em homenagem à Senadora Marisa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...quanto ao mérito do projeto. Não só homenagem à Senadora Marisa, mas também uma homenagem aos pesquisadores, aos cientistas que, certamente, terão um grande estímulo com a aprovação dessa proposta da Senadora Marisa.

Por isso o apelo que eu faço para que aprovem, a fim de que o projeto vá para a Câmara rapidamente e lá, seja o que Deus quiser, mas que a Câmara dos Deputados possa dar agilidade ao projeto também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na forma da emenda do Senador Alvaro Dias há alteração.

Pelas emendas verbais do Senador Alvaro Dias, coloco em votação.

A votação é nominal.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação do projeto com a emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Walter Pinheiro, como vota?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com o parecer do relator e as devidas alterações produzidas por ele em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Idem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o relator e a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sim.

Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Vicente Claudino. (*Pausa*.)

Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antonio Carlos Valadares. (*Pausa*.)

Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O meu voto é conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator, Sr. Presidente, e as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para não ficar nenhum desentendimento, os Senadores confirmam a votação nas emendas apresentadas pelo relator?

Os que assim concordam permaneçam como estão. E os contrários, se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado a todos. E parabéns à Senadora Marisa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Quanto ao item 9 da pauta, o relator está ausente.

Sobrestamos então, transferindo para a próxima sessão.

Item nº 10. De autoria do Senador Wilson Matos. Relatora: Marisa Serrano.

ITEM 10
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2007

Insere o § 3º no art. 23 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para vedar o modelo de progressão continuada no ensino fundamental.

Autoria: Senador Wilson Matos

Relatoria: Senadora Marisa Serrano

Relatório**:** Pela rejeição.

Observações: *1- A matéria constou na pauta da reunião do dia 14/06/2011.*

Com a palavra a Relatora, Senadora Marisa.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Este é um projeto apresentado pelo ex-Senador Wilson Matos, que insere o § 3º no art. 23 da Lei nº 9.394 [que é a LBB], de 20 de dezembro de 1996, para vedar o modelo de progressão continuada no ensino fundamental.

Sr. Presidente, nós temos inúmeros Municípios neste País e vários Estados também que trabalham com a progressão continuada. Embora essa seja uma questão polêmica, eu quero dizer a V. Exª que mesmo o Conselho Nacional de Educação tem colocado como uma premissa abrir essa possibilidade justamente para que a gente não corte a vida escolar das nossas crianças logo no primeiro ano, para que elas tenham a oportunidade de adquirir conhecimentos e que não seja apenas uma prova que invalide os seus estudos.

A progressão continuada é uma experiência que deve ser ampliada, discutida, com liberdade de a prefeitura municipal ou de o Governo estadual, nos seus sistemas de ensino, optarem ou não por ela. Agora, vedar que isso exista no País é ruim, e nós vamos cortar uma possibilidade que temos de deixar a critério dos gestores dos sistema de ensino, e não que o Senado aqui tome uma iniciativa como essa.

Portanto, o meu voto é pela rejeição desse projeto, deixando a critério dos Estados e Municípios a aceitação ou não de um programa como esse.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu quero corroborar com a grande Senadora que, hoje, está sendo muito feliz em seus projetos, inclusive nessa rejeição, especialmente quando diz aqui:

(...) no que tange à vedação peremptória do ensino em ciclos, quer-nos parecer que a medida afronta os incisos II e III do art. 206 da Magna Carta, conforme já aventado. Em termos práticos, a proposição subtrai dos entes federados responsáveis pela oferta da educação básica importante instrumento de flexibilização da organização escolar. Alternativa que, concertada com as mais recentes descobertas das teorias de cognição e aprendizagem, apresenta-se mais uma vez reconhecida, desta feita no Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, mediante o qual se propõe o Plano Nacional de Educação para a próxima década.

Por tudo isso, é forçoso apontar que o projeto, conquanto vazado em boa técnica legislativa, não merece acolhida do Senado Federal. É que, além de afigurar-se inconstitucional, o PLS não encerra solução adequada ao problema da falta de qualidade do ensino. Não bastasse isso, viesse a ter eficácia normativa, a medida teria o efeito deletério de, ao restabelecer a reprovação em massa, afastar crianças e jovens da escola, contribuindo para o desmonte de um grande esforço do País para criar vagas e ampliar oportunidades educacionais.

Portanto, concordamos plenamente com a Relatora.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, naturalmente, minha manifestação é favorável ao relatório da Senadora Marisa Serrano. Considero que o sistema existente de progressão continuada é benéfico.

Porém, menciono aqui – e estou certo de que temos a presença de assessores do Ministério da Educação na nossa reunião, que também devem ter acesso às notas de reuniões passadas desta Comissão – que um dia, aqui, na presença do Ministro Fernando Haddad, fiz uma observação com relação à progressão continuada. Lembro a V. Exª, Sr. Presidente, que oi motivo até de algum comentário curioso de V. Exª, bem como do Senador Pedro Simon, quando eu provoquei o Ministro Fernando Haddad dizendo que ele era muito jovem e que, certamente, não havia passado pelo exame de admissão que antigamente existia.

Eu sempre lembro que a progressão continuada, principalmente nos três primeiro anos do ensino fundamental, faz-se necessária, até para não termos aquela condição de o aluno se sentir vitorioso ou mesmo derrotado nesses anos iniciais. O que precisa haver – e futuramente falaremos do assunto – é ter um exame

de avaliação do aluno do terceiro para o quarto ano. Aí, se ele precisar de reforço, a escola deve oferecer a ele o apoio enquanto ele estiver frequentando o quarto ano, mas nunca eliminar por completo a progressão continuada e também, com certeza, não deixar o modelo atual, que joga o aluno para a frente sem saber se ele está preparado para seguir. Mas sobre isso, falarei oportunamente. Apenas me manifesto favorável ao relatório da Senadora Marisa Serrano.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Encerrada a discussão, em votação.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Marisa Serrano. Voto conhecido.

Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – José Agripino. (Pausa.)

Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antônio Carlos Valadares. (Pausa.)

Waldermir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes Ferreira. (Pausa.)

Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado o relatório da Senadora.

Temos dois projetos de denominação que podem ser votados em bloco.

Solicitaria aos relatores que fizessem um relatório rápido para podermos avançar na reunião. São projetos terminativos.

Passamos ao item 13. Senador Walter Pinheiro.

ITEM 13

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 225, DE 2009

Denomina Porto de Petrolina – Paulo de Souza Coelho o porto fluvial localizado no rio São Francisco, na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o presente projeto apresentado pelo Deputado Gonzaga Patriota busca homenagear o seu conterrâneo Paulo de Souza Coelho, atribuindo ao Porto de Petrolina, localizado no rio São Francisco, na cidade de Petrolina no Estado de Pernambuco, o nome de Paulo de Souza Coelho.

Não encontramos, absolutamente, nada que pudesse colidir com essa indicação.

No que tange ao mérito o projeto é adequado. O homenageado tem a sua biografia estreitamente ligada ao desenvolvimento do interior pernambucano, principalmente a partir de suas atividades relacionadas inclusive à própria questão da usina hidroelétrica e de todo o sertão. Suas atividades envolvendo as estradas, às instalações de turbinas, enfim, um homem que segundo os dados apresentados extremamente comprometido com o progresso da cidade de Petrolina.

Creio que o nobre Deputado Gonzaga Patriota que também é filho de Petrolina buscou fazer uma homenagem e o faz na justeza dos atributos que o Sr. Paulo de Souza Coelho acumulou ao longo dos anos, prestando serviços àquela cidade e ao povo pernambucano.

Dessa forma, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sobrestamos a discussão e passamos para outro item, também terminativo, de denominação, cujo relator é o Senador João Alberto de Souza.

ITEM 14
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 256, DE 2009

Denomina Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da BR-262, do Km 0, em Cariacica, até o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo.

Com a palavra o Sr. João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, a Senadora Ana Rita quer pedir vista deste projeto. O parecer está pronto, é favorável, mas ela quer fazer algumas considerações. Portanto, ela pediu vista do projeto.

Peço a retirada de pauta da matéria para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Por solicitação do Senador João Alberto, fica para a próxima reunião.

Vamos pôr em votação o relatório do Senador Walter Pinheiro.

Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senadora Ana Rita, como vota?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Estamos votando o nº 14?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Estamos votando o 13, do Senador Walter Pinheiro. O 14 foi sobrestado.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ah, o nº 13. Pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro, voto conhecido.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Senador João Vicente Claudino. (*Pausa.*)

Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Senador Aloysio Nunes. (*Pausa.*) Não está?

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

ITEM 11
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2009

Denomina Ponte Emerson Freitag – Boiadeiro a ponte sobre o Rio Machado na BR 364 do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Com a palavra o Relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o projeto de lei em exame observa os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar.

O projeto encontra amparo no artigo 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, segundo o qual, mediante lei especial, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida "que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade".

A proposição obedece ainda aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que

dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Não há óbice ao PLC nº 14, de 2009, portanto, no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, consideramos justa a homenagem proposta a Emerson Freitag, cidadão que honrou com seu trabalho e seus valores pessoais a comunidade de Ji-Paraná.

VOTO

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Moka.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Raupp com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, a Deputada Marinha Raupp deu entrada neste projeto na Câmara, denominando a ponte de Ji-Paraná, na BR-364, Emerson Freitag-Boiadeiro. Esse cidadão, empresário de Ji-Paraná, lutou muito pela duplicação dessa ponte, que foi duplicada com recursos de nossas emendas, minha e da Deputada Marinha. Ele faleceu no acidente da TAM lá no aeroporto de Congonhas, São Paulo, vindo de Porto Alegre. Tinha ido comprar equipamentos, era empresário de Ji-Paraná, e faleceu tragicamente naquele acidente. Acho que é uma homenagem justa. Agradeço ao Relator, Senador Waldemir Moka, pelo parecer favorável e gostaria de pedir a todas às Srªs e aos Srs. Senadores que votassem favorável a esse projeto dessa homenagem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Encerrada a discussão, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

A reunião pública de amanhã foi suspensa a pedido do seu requerente, Senador Wellington, que está em *vacaciones no remuneradas* nos Estados Unidos, a convite da Universidade de Harvard, se não me engano. Então, a próxima reunião será na próxima terça-feira.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 53 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 05 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia cinco de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senadores: **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Vicentinho Alves, Eunício Oliveira, Eduardo Amorim e Marinor Brito.** Presentes os não membros da CDH, Senadores E duardo Suplicy e Marcelo Crivella. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta**: Item único** – **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 58, de 2011 – CDH, de autoria da Senadora Marinor Brito, aprovado em 19/04/11, "objetivando a leitura e discussão do Relatório da Diligência promovida por esta Comissão no dia 16 de abril, na cidade de Altamira, Estado do Pará, com a incumbência de ouvir as populações que poderão ser atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte". Convidados que comparecem e fazem uso da palavra, nesta ordem: Bruno Soares Valente, Procurador da República, em representação ao Procurador da Procuradoria da República no Estado do Pará Felício Pontes Júnior; Maria da Graça Azevedo da Silva, Procuradora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente do Ministério Público do Pará, em representação ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público Antônio Eduardo Barleta de Almeida; Sônia Magalhães – Antropóloga e Professora da Universidade Federal do Pará – UFPA; Célio Bermann, Professor Doutor da Universidade de São Paulo; Sandro Kaiapó, fez a tradução para os indígenas; Ozimar Juruna, liderança indígena da aldeia Paquiçamba; e Josinei Arara, liderança indígena da aldeia Terrãwangã; Antônia Melo Silva, Líder do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Às onze horas e seis minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Ana Rita. Às onze horas e vinte minutos a Senhora Vice-Presidente Ana Rita devolve a presidência ao Senhor Presidente Paulo Paim. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Marinor Brito, Vicentinho Alves, Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.).

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 58, de 2011–CDH, de autoria da Senadora Marinor Brito, aprovado em 19/04/11, "objetivando a leitura e discussão do Relatório da Diligência promovida por esta Comissão no dia 16 de abril, na cidade de Altamira, Estado do Pará, com a incumbência de ouvir as populações que poderão ser atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte".

Convidados:

- Edmilson Brito – Deputado Estadual pelo Estado do Pará;

- Antônio Eduardo Barleta de Almeida – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará;

- Célio Bermann – Professor Doutor da Universidade de São Paulo;

- Sônia Magalhães – Antropóloga e Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA);

- Dom Erwin Krautler – Bispo da Prelazia do Xingu;

- Antônia Melo Silva – Líder do Movimento Xingu Vivo para Sempre; e

- Felício Pontes Júnior – Procurador da Procuradoria da República no Estado do Pará.

Confirmaram a presença nove aldeias – e depois vamos aqui listar algumas delas. Alguns falarão na língua indígena, mas nós teremos aqui os devidos tradutores.

Enquanto as comunidades indígenas ainda estão chegando, aproveitarei este momento para falar um pouco sobre o nosso grande Abdias Nascimento.

Na próxima terça-feira, dia 10, o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro lança a primeira edição do Prêmio Jornalista Abdias Nascimento, voltado para reportagens relacionadas à população negra do País. O evento acontece às 14 horas na sede da entidade. Aproveitando essa iniciativa do Rio, quem sabe a gente tenha também, no futuro, um prêmio para aqueles que se destacam na defesa dos povos indígenas. Fica aqui já uma provocação positiva.

Quero dizer que o Prêmio Abdias Nascimento é fruto da iniciativa da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial Cojira-Rio. O prêmio, que será anual, estimula a cobertura jornalística qualificada sobre temas relacionados à população negra. O evento contará, como eu disse, no próximo dia 10, com a presença da jornalista Miriam Leitão e do Professor Muniz Sodré, que farão uma palestra sobre a questão negra na mídia contemporânea.

Na ocasião, Abdias Nascimento, um dos principais ícones da luta contra o racismo será homenageado com uma placa com o seu registro profissional de jornalista, datada de 1947. Batizado em homenagem a este ativista histórico dos direitos humanos o prêmio destacará a produção de conteúdos jornalísticos que contribuam para a prevenção e o combate às desigualdades raciais. Naturalmente que estamos enfatizando também o combate a todo tipo de preconceito negro, como também aos índios e a todos aqueles que são discriminados.

O prêmio, então, é no combate a desigualdades raciais e à eliminação de todas as formas de racismos. Dessa forma, o prêmio visa a estimular a prática de um jornalismo plural com foco na promoção da igualdade racial. O Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento contempla sete categorias: mídia, imprensa, televisão, rádio, mídia alternativa ou comunitária, fotografia, Internet e categoria especial de gênero, com destaque para as reportagens com foco nas demandas femininas.

A melhor reportagem de cada categoria receberá o prêmio de R$5 mil. Os vencedores serão anunciados em uma grande atividade que acontecerá em novembro, mês da consciência negra, quando lembramos a morte do grande Zumbi dos Palmares.

Lembro que há um projeto de minha autoria, que foi fundido com o da Senadora Serys Slhessarenko, que foi aprovado na Câmara e está aqui agora no Senado, que garante o dia 20 de novembro como um feriado nacional. Na ocasião, argumentei – e vou continuar argumentando aqui na Casa – que o projeto tem como objetivo a discussão de todo tipo de preconceito. O Brasil pararia um dia para discutir o preconceito contra o negro, contra o índio, contra as mulheres, contra aqueles que obtêm a sua opção livre sexualmente. Enfim, a minha intenção é que 20 de novembro seja uma data-símbolo. Como nós não podemos fazer feriado para todos os setores que são discriminados, pegando a imagem de Zumbi, como podíamos pegar de Sepé Tiaraju e de outros, mas esse é o que está mais adiantado, nós teríamos um feriado em nível nacional. Oxalá, como eu disse, um dia, não só o Brasil, mas todo o mundo parasse um único dia para combater todo o tipo de preconceito e de discriminação.

Enfim, as inscrições para o Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento estarão abertas do dia 11 de maio a 19 de agosto de 2011. Estão aptos a participar do prêmio jornalistas profissionais em todo o País. As reportagens escritas deverão ter sido vinculadas ou publicadas entre 1º de janeiro de 2009 a fins de abril de 2011. Entre os temas sugeridos para concorrer ao prêmio estão: saúde da população negra, intolerância religiosa, juventude negra, ações afirmativas, empreendedorismo, desigualdades, direitos humanos, relações raciais, políticas públicas, populações e comunidades tradicionais e discriminação racial. Aqui, no meu entendimento, está contemplada também a comunidade indígena.

Sr. Presidente, senhores e senhoras convidados desta reunião, o ex-Senador Abdias Nascimento, como eu dizia, é um símbolo da luta e naturalmente do combate ao racismo no País e também no mundo. Abdias nasceu em 1914, desenvolveu vasta produção intelectual como ativista político, pintor, escritor, poeta e dramaturgo. Natural de São Paulo, participou dos primeiros congressos de negros no País. Já no Rio de Janeiro, criou o Teatro Experimental do Negro, na década de 40. Como jornalista, foi repórter do jornal *O Diário*, além de ter trabalhado em vários periódicos. Abdias fundou o jornal *Quilombo* e é filiado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro desde 1947.

Para quem está assistindo à TV Senado ou ouvindo a Radio Senado, esse som é da comunidade indígena que está adentrando o plenário da Comissão.

Sejam bem-vindos! Tomem os seus lugares onde historicamente sentam os Senadores. Sejam bem-vindos. Estão em casa. Vocês hoje aqui são os astros principais deste debate. Nós vamos permitir que cada líder de comunidade possa usar a palavra no momento adequado.

Podem todos sentar conforme orientação do cacique. Muito bem, na primeira fila. Ele está orientando que os caciques fiquem na primeira fila, porque os painelistas virão para a Mesa e os Senadores que chegarem ficarão também aqui na Mesa.

Já temos dois painelistas presentes. Então, convido a Srª Maria da Graça da Silva, Procuradora da Justiça e Coordenadora do Núcleo do Meio Ambiente do Ministério Público do Pará, e também o Sr. Bruno Soares Valente, Procurador da República, em representação ao Procurador da República do Estado do Pará, Felício Pontes Júnior, a se dirigirem à Mesa, já cedendo lugar a dois caciques.

Eu peço que todos se acomodem. No momento adequado, eu passarei a palavra aos nossos convidados.

Eu estava aqui concluindo a minha introdução, falando sobre Abdias, que é um ícone na luta contra o preconceito e o racismo. Lembro aqui a todos que Abdias fundou o jornal *O Quilombo* e que era filiado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro.

Desde 1947, pressionado pela ditadura, exilou-se nos Estados Unidos durante 13 anos. De volta ao Brasil, ocupou os cargos de Deputado Federal e Senador da República. Eu tive a satisfação de estar com ele aqui no Senado da República.

Deixem-me só concluir e eu vou orientar os trabalhos.

Hoje, Abdias está com 97 anos. É Professor Emérito da Universidade de Nova York e doutor *honoris causa* de várias instituições de ensino superior, entre elas a Universidade de Brasília e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Com isso, eu concluo essa introdução, fazendo uma homenagem ao Prêmio Jornalista Abdias Nascimento, um ícone na luta contra todo tipo de preconceito.

Então, a partir deste momento, nós vamos iniciar a nossa audiência pública.

Nós já temos aqui na Mesa a Procuradora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente do Ministério Púbico do Pará, Maria da Graça Azevedo da Silva, e também o nosso colega, amigo, Bruno Soares Valente, Procurador da República do Estado do Pará.

A Senadora Marinor, que é autora desta audiência pública, já se encontra aqui conosco. Senadora Marinor, sente aqui, por favor. Eu fiz questão que eles assumissem...

Só um minuto, nós vamos encaminhar. Para o bom andamento da nossa audiência pública, nós a dividiremos em dois momentos. No primeiro momento, falará, em primeiro lugar, a nossa Senadora Marinor Brito, que foi quem provocou, quem solicitou o requerimento para esta audiência pública. Depois falarão os nossos convidados aqui na Mesa. E, posteriormente, nós vamos permitir, Cacique, que cada líder se apresente. E vamos aqui elencar, Senadora Marinor, de forma consensual entre nós, quais os líderes que usarão da palavra.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está acertado, então, porque nós temos que ter uma forma de ordenar os trabalhos. Então, a Senadora já ajuda aqui, contribuindo, dizendo para chamar para a Mesa Ozimar Juruna, da aldeia Paquiçamba, Volta Grande do Xingu.

Então, o Líder Ozimar para a Mesa, por favor.

Seja bem-vindo. *(Palmas.)*

Chamamos também Josinei Arara, da aldeia Terrãwangã para que venha à Mesa. Líder Josinei. *(Palmas.)*

Esta é a primeira Mesa, sem prejuízo que cada cacique depois possa se apresentar, para que o Brasil conheça a representação que se encontra aqui conosco neste debate. Essa audiência pública é uma forma de a Comissão de Direitos Humanos abrir espaço para que a comunidade indígena fale ao Brasil pela TV Senado e também para que os nossos convidados possam expressar os seus pontos de vista em relação não somente à questão dos povos indígenas mas também sobre o debate da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

A nossa querida Senadora esteve lá numa missão especial autorizada por esta Comissão e pelo Senado da República. Entendo que a melhor forma de iniciar nossos trabalhos é dar a palavra à Senadora Marinor Brito, que fará o relatório de tudo que ela viu. Que o Senado então se aposse desse conteúdo e dê encaminhamento regimental.

Por favor, Senadora Marinor Brito com a palavra.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas. Um bom-dia muito especial aos povos indígenas que nos honram com suas presenças na Comissão de Direitos Humanos. Quero agradecer imensamente a presença da Drª Maria da Graça, do nosso querido Promotor de Justiça do Ministério Público do Pará Bruno, que tem nos acompanhado nessa discussão passo a passo nesses longos anos de resistência a Belo Monte.

Quero propor aqui, Senador Paim, se V. Exª me permitir, que déssemos uma dinâmica para cumprir uma etapa, no Senado Federal, em relação à diligência que realizamos a Belo Monte. Que pudéssemos dividir essa audiência, em primeiro lugar, na apresentação de um vídeo, já que, depois de apresentarmos aqui um requerimento na Comissão de Direitos Humanos para fazer uma diligência a Belo Monte, em especial a Altamira, para ouvir as comunidades tradicionais, para ouvir o Ministério Público, para ouvir o Movimento Xingu Vivo, tivemos resistência por parte do Senado Federal, dificultando o deslocamento dos Senadores para lá. Depois de muita luta, conseguimos nos deslocar para lá e levamos a TV Senado e uma equipe técnica. Aliás, gostaria de aproveitar, Senador Paim, para agradecer de público os servidores do Senado Federal que nos acompanharam e nos ajudaram nesses registros, sejam registros fotográficos, sejam registros em vídeos, enfim, nos registros que hoje estão resultando no relatório que vai se tornar público e que vamos entregar ao Congresso Nacional, ao Senado Federal, em especial.

Então, gostaríamos de mostrar o vídeo. Eu apresento aqui, em poucas palavras, o relatório da nossa diligência a Belo Monte, o que vimos, ouvimos, e depois passamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora, vou dar exatamente o encaminhamento que V. Exª propôs. Só há um pedido deles aqui para que os caciques da primeira fila se apresentem rapidamente e, em seguida, a palavra volta a V. Exª.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou começar pelo primeiro cacique. Por favor, oriente.

Em seguida V. Exª voltará com a palavra.

O SR. SANDRO KAYAPÓ – Bom dia aos senhores, em especial à Comissão de Direitos Humanos que está dando a oportunidade da gente estar aqui. A gente quer agradecer pela oportunidade e estamos aqui com as principais lideranças da nossa região. Vou apresentar o nome deles e de onde são:

O primeiro da fila é o cacique Moikô, da aldeia Tepore, do povo Kayapó, da região de Gorotire. O segundo é o cacique Akiaboro, da aldeia Kawatire. O cacique da aldeia Turedjam, Tekreta; o cacique da aldeia Gorotire, Mrypati; o cacique da aldeia Kriny, Porekrô; o cacique da aldeia Kubenkrãkênh, Kokokro; o da aldeia Las Casas, Bepore; e a minha pessoa, sou o Takuore, na verdade o meu nome, conhecido como Sandro, no popular, sou representante dessas lideranças para estar fazendo essa interpretação para que eles possam ter o entendimento melhor de tudo o que está sendo tratado aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns pela forma rápida e objetiva com que fez a apresentação de todos os caciques.

Volto a palavra à Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria começar, já agradeci a presença de todos, é um prazer do fundo do coração recebê-los aqui, é uma honra para nós amazônidas.

Eu queria começar com a apresentação de um vídeo:

(Apresentação de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convidamos para a Mesa a Srª Antônia Melo Silva, líder do movimento Xingu Vivo para Sempre (vamos pedir para a assessoria colocar uma cadeira para a senhora).(*Palmas.*)

Como havíamos combinado, a palavra volta, neste momento, à Senadora Marinor Brito, para que ela apresente o seu relatório. Depois, os nossos convidados farão a sua exposição.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria pedir desculpas pela voz embargada. Mas quem é da Amazônia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Plenário entende a sua emoção. A senhora esteve lá, nós só assistimos ao vídeo e já ficamos solidários e emocionados. A melhor forma de a senhora retomar seria com uma salva de palmas bem forte. (*Palmas*.)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada pela solidariedade, Senador Paim.

Essas imagens expressam um pouco do sentimento do povo da Amazônia, de abandono histórico e de abuso por parte das elites brasileiras e dos comandos que têm se sucedido neste País, que têm se utilizado das riquezas naturais da nossa Amazônia, em detrimento à miséria, à fome, à pobreza, à falta de humanidade, de humanização para com o nosso povo. Não há como não se emocionar quando aqui no Senado Federal, aqui no Congresso Nacional, aqui no núcleo duro do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, o debate sobre Belo Monte está bloqueado. O debate sobre Belo Monte está proibido. Ele não passa da antessala da Presidenta da República.

Não interessa se a nossa diligência constatou que a maior cidade da região, Altamira, ainda carece de forma dramática de serviços públicos essenciais, que não há infraestrutura de saneamento, de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, sem as condições de saúde. Vocês puderam ver no vídeo a precariedade do único hospital que recebe os povos da região, com pessoas dormindo no chão, sem ter lençol para trocar as camas diariamente. Uma região que não tem transporte coletivo, que não tem segurança, que não tem habitação, nem para a população atual daquela cidade, que tem 100 mil habitantes, muito menos para o dobro da população que está se deslocando para Altamira e a perspectiva é de dobrar esse número na região, chegando a 200 mil pessoas.

Fica patente a mais completa falta de informação da população local sobre os impactos da obra, comprovando que a população não reconhece que tenha havido oitivas sobre o projeto, conforma previa a legislação atual. O povo diz: "Não sabemos o que é isso, não sabemos para onde vamos, nós não sabemos o que vai acontecer com a nossa vida."

A geração de energia alegada não considera a profunda alternância da vazão nos períodos de cheia e seca do rio Xingu. Os especialistas informam que apenas 40% da energia instalada serão efetivamente realizadas.

Nem do ponto de vista econômico, Presidenta da República, o projeto se justifica, na medida em que os riscos potenciais e ambientais desaconselham o empreendimento. Serão mais de R$ 30 bilhões gastos para gerar energia para as indústrias de mineração e eletrointensivas. Daí a recente decisão, a pactuação da entrada da companhia Vale do Rio Doce como parceira do projeto.

Os estudos de impacto ambiental e a Rima são, no mínimo, frágeis e insuficientes para uma obra desse porte. Além disso, há inúmeras denúncias de licenças irregulares fornecidas por pressão do Governo Federal e que são alvo de denúncias do Ministério Público Federal. Até mesmo a OEA se pronunciou pela suspensão das obras, reconhecendo a falta de audiências públicas e oitivas da população local.

Por isso tudo e com base no relatório entregue aos Senadores da República, que hoje de manhã mandei deixar em cada gabinete, porque sabia que eles não viriam aqui, como não foram a Belo Monte, a referida obra deve ser imediatamente suspensa, Senador Paim, até que as inúmeras irregularidades tenham sido sanadas e que as ações em trâmite na Justiça tenham sido julgadas.

Solicito, portanto, Senador Paim, que esta Comissão de Direitos Humanos, após ouvir de viva voz os interlocutores da sociedade civil, os cientistas que se deslocaram para cá, o Ministério Público, as comunidades tradicionais, possa aprovar o relatório na íntegra dessa diligência feita a Belo Monte.

Solicito, ainda, que seja encaminhado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com cópia para o gabinete da Presidência da República, o inteiro teor do presente relatório, que espero aprovarmos daqui a pouco. Requeremos que seja encaminhado também para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização dos Estados Americanos (OEA), ao Ministério Público da União (MPU) e ao Ministério Público Federal do Estado do Pará.

Queria lembrar aqui que está escondido o relatório, Senador Paim, que o Governo brasileiro enviou a OEA, 52 páginas, dando as justificativas para a continuidade da obra de Belo Monte. Acessem a Internet, procurem em algum ministério, onde foi publicado o conteúdo do relatório, provavelmente mentiroso, o relatório que não é condizente com os estudos de 40 pesquisadores reconhecidos pelas mais importantes universidades deste País, que como mostra nosso vídeo, não foram ouvidos, não tiveram a oportunidade de sentar para debater nem os aspectos relativos à geração de energia nem os aspectos relativos aos impactos sócio-ambientais que aquela região vai sofrer.

Não é à toa que há quase 20 anos, Senador Paim, o Ministério Público Federal do Pará vem conseguindo ganhar ações na Justiça contra o início do projeto da

obra de Belo Monte. Não é porque os governos Lula, Fernando Henrique ou o Governo Dilma não tenham tentado, em grande articulação com os empreendedores, que estão sedentos por secar nossos rios, por embolsar bilhões a partir da exploração da miséria de nosso povo. Não foi por isso que as ações foram ganhas na Justiça. Não foi por falta de tentar impedir.

Queria quero agradecer ao Senador Paim, o único Senador da República que, mesmo com as pressões que, eu sei, sofreu para dificultar o processo de negociação entre a Comissão de Direitos Humanos, o gabinete do Presidente e o deslocamento, a conclusão e a realização desta reunião – inclusive eu tentei, por várias vezes, junto ao Presidente José Sarney, que esta reunião fosse realizada no grande plenário do Senado Federal –, pelo apoio, por termos conseguido, com muita dificuldade, trazer algumas pessoas para cá, Senador Paim; com muita dificuldade.

Talvez V. Exª seja a única testemunha, pelo menos até este momento, no Senado Federal, além de mim e da Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão, que já está conosco aqui, cuja presença eu quero agradecer, serão as únicas testemunhas de que o que está escrito neste relatório que estamos apresentando, que esta minha emoção não é como muitos acabam anunciando, de pirotecnia ou de tentar aparecer, mas é por mostrar que o povo de nossa região não só procura se informar como está tendo o apoio do Movimento Xingu Vivo. E eu aqui queria pedir uma salva de palmas para nossa querida coordenadora do Movimento Xingu Vivo, a nossa querida Antônia, conhecida, com certeza, dos indígenas, conhecida, com certeza, dos ribeirinhos. Ela tem sido uma marca de resistência do povo da nossa região. Antônia, muito obrigada. Muito obrigada pela oportunidade que você nos tem dado. (*Palmas*.)

Então, Senador Paim, essa é apenas uma amostra de uma decisão do Governo Federal que, na minha opinião, será um desastre não apenas socioambiental, mas um desserviço à cidadania, um desserviço à democracia, um desserviço à ética e ao respeito pela humanidade se o Governo prosseguir com as obras de Belo Monte nos moldes que estão sendo anunciados e com o compartilhamento dos sanguinários empreendedores que fazem parte da elite dominante deste País, além das relações internacionais que tem, historicamente, deixado nosso povo na pobreza, na miséria e em um processo de alienação absolutamente difícil. Inclusive, Senador Paim, nós constatamos que estavam ocorrendo atividades, lá em Altamira, organizadas pela Prefeitura, de entrega de brinquedos, de cestas básicas aos indígenas para tentar aproximá-los, num processo de cooptação, para que eles não declarassem a insatisfação, para que eles não se apresentassem como parte dos que vão denunciar, dos que vão, junto conosco, resistir a esse massacre que vai acontecer contra o povo da região Xingu.

O meu muito obrigado pela oportunidade dada aos movimentos, pela recepção que tivemos. Queria agradecer à Mônica, que é da nossa assessoria, é Professora. Levanta aí, Mônica. Uma militante negra da região, que nos ajudou a chegar nas mais diversas comunidades de Altamira e que nos ajudou a organizar a audiência que hoje, fruto dela, nós apresentamos aqui para vocês.

Um bom dia, muito obrigada a todos e a todas. Viva o Xingu! Viva o rio Xingu! Vivam os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos! Viva a Amazônia! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, a partir deste momento, com o relatório apresentado pela Senadora Marinor Brito, e já respondendo, Senadora, às suas colocações, faremos todo o encaminhamento regimental das propostas que V. Exª aqui neste momento encaminhou, como também o seu relatório. Portanto, todo o encaminhamento será feito durante a reunião e, posteriormente, aos órgãos correspondentes.

Quero dizer que temos aqui no plenário conosco mais dois convidados que chegaram: Célio Bermann, Professor Doutor da Universidade de São Paulo (*Palmas.*) – os outros já se encontram aqui na Mesa. Depois, fazemos o devido revezamento. A partir do momento em que um convidado for falando, volta ao plenário e o outro vem e faz a sua exposição – e a Professora Sônia Magalhães, Antropóloga e Professora da Universidade Federal do Pará, que também usará da palavra no momento adequado, fazendo revezamento aqui na Mesa. Seja bem-vinda, Professora. Ouvi sua fala no vídeo, muito boa a sua exposição. Aprendi um pouco da história dos troncos e as origens das falas.

Passamos de imediato a palavra, pela ordem... Eu ia chamar a Drª Maria da Graça, mas ela acha que deveriam falar primeiro os técnicos. Dessa forma, Drª Sônia Magalhães, Antropóloga e Professora da Universidade do Pará. V. Exª é convidada para compor a Mesa, naturalmente. Gentilmente, a Senadora cede o seu espaço na Mesa. Peço que coloquem uma cadeira para a Senadora aqui ao lado, por causa do microfone, a Senadora continua na Mesa. A Drª Sônia Magalhães vai usar da palavra por dez minutos, com mais cinco, e com a tolerância devida por parte do Presidente, se necessário, Doutora.

Como a Drª Sônia vai montar ainda o seu *notebook*, eu passo a palavra ao Dr. Célio Bermann. O Dr. Célio Bermann, Professor Doutor da Universidade de São Paulo também precisa do *notebook*. Então, o Dr.

Bruno Soares inicia, enquanto fazem a devida preparação do nosso computador para passar os vídeos. Então, Dr. Bruno Soares Valente, Procurador da República em representação ao Procurador da República do Estado do Pará, Felício Pontes Júnior. Por favor, Dr. Bruno. Parabéns ao Dr. Felício, que não veio porque se tornou pai no dia de hoje. Então, uma salva de palmas para o pai e para o filho. (*Palmas*). Dr. Bruno com a palavra. Dez minutos e mais cinco, com a tolerância da Mesa, se necessário for.

O SR. BRUNO SOARES VALENTE – Está certo. Obrigado, Senador. Bom dia a todos. Vou tentar ser breve, falar da maneira mais resumida possível.

Em primeiro lugar, queria, bem rapidamente, parabenizar a Senadora Marinor, o Senador Paulo Paim e todos os responsáveis pela realização deste momento, desta audiência pública, que trata de um tema tão importante e, no qual, estamos vendo tantas ilegalidades serem cometidas.

É muito bom termos este espaço aqui no Senado para debater esse tema. Então, gostaria de parabenizar e agradecer o convite feito ao Ministério Público Federal para estar aqui participando do debate.

A posição do Ministério Público Federal quanto a esse empreendimento, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, acredito que seja bem clara. Entendemos que o empreendimento está sendo conduzido de maneira errada, que estão foram, e continuam sendo, praticados uma série de ilegalidades para a construção desse empreendimento. Já foram ajuizadas, como mencionadas aqui, dez ações civis públicas que estão tramitando na Justiça discutindo esse processo.

Não sei, Senador, se seria interessante fazer um resumo dos objetos das ações civis públicas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faça um resumão.

O SR. BRUNO SOARES VALENTE – Vou falar de maneira bem resumida.

A primeira ação civil pública foi ajuizada a dez anos atrás, no ano de 2001. Na época, o que se arguiu o fato de que se estava tentando fazer o licenciamento da obra perante o órgão estadual, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado. E como já foi até mencionado aqui, o Xingu banha mais de um Estado, ele vem do Mato Grosso até o Pará, trata-se de um rio federal, portanto, o licenciamento teria que ser feito pelo Ibama, e não pela Secretaria de Meio Ambiente. Essa primeira ação civil pública foi julgada totalmente procedente, a sua sentença transitou em julgado, e fez com que a Eletronorte abandonasse o projeto inicial que havia. Depois o projeto foi retomado e voltaram a ser ajuizadas novas ações civis públicas.

A segunda já foi no ano de 2006, com vistas à anulação de um decreto legislativo, que a Constituição exige para a execução de obras que afetam comunidades indígenas, no entanto, o Ministério Público entendeu, e continua entendendo, que deveria ser feito uma oitiva das comunidades afetadas. O Governo argumenta que, como foi feita a audiência pública, com isso, já foi dada a oportunidade dos povos indígenas se manifestarem. Acontece que isso não é suficiente. Essa audiência pública que foi feita, qualquer empreendimento ambiental de maior impacto tem que haver audiência pública. Se a Constituição fala especificamente que, se o empreendimento afetar comunidade indígena, ela tem de ser ouvida, é claro que não está falando da audiência pública, porque se fosse, não haveria necessidade de mencionar, porque a audiência pública já existe de qualquer maneira. Então, entendemos que a audiência pública não supre isso, que é necessária uma oitiva específica das comunidades indígenas.

Essa ação, em primeira instância, apesar de ter sido concedida liminar, à época, foi julgada improcedente pela Justiça Federal de Altamira. Nós recorremos dessa sentença e o processo está no Tribunal Federal aqui em Brasília, que julgará o nosso recurso.

Em 2007, deu-se entrada em outra ação civil pública para que a Eletrobrás não pudesse iniciar os estudos ambientais sem elaboração do termo de referência. Também essa ação foi julgada improcedente em primeiro grau, nós recorremos e ela está aqui em Brasília atualmente.

No ano de 2008, foram duas as ações ajuizadas. A primeira para impedir a realização de um convênio da Eletrobrás com algumas empreiteiras para a elaboração do EIA/Rima. Esse convênio, em primeiro lugar, causou muita estranheza, pois não é objeto de empreiteiras realizar estudos de impacto ambiental. Isso não está entre as atividades que elas normalmente exercem. Então, por que nesse caso elas ficariam com esse encargo? Pior ainda, o convênio previa uma cláusula de confidencialidade, o que é totalmente equivocado se tratando de um processo que visa a dar publicidade às informações e, o pior, ainda iria assegurar o acesso a informações privilegiadas a possíveis concorrentes, a possíveis licitantes para a realização da obra.

A quinta ação foi de improbidade contra os representantes dessas empreiteiras pelo mesmo fato, em razão desse mesmo convênio também no ano de 2008. As demais ações foram a partir do ano de 2010. Em primeiro lugar, o EIA/Rima foi realizado, foram feitas audiências públicas, e o Ibama deu o “aceite” ao EIA/Rima, mesmo havendo pareceres técnicos feitos por analistas do próprio Ibama apontando omissões, apontando vários pontos em que o estudo não estava

completo. Mesmo assim foi feito o "aceite" do estudo e o Ministério Público impugnou isso através de uma ação civil pública. Essa ação teve uma liminar deferida, a liminar foi suspensa, mas ela ainda não foi sentenciada, ainda está aguardando julgamento em primeira instância.

Logo em seguida, houve outra ação civil pública para obrigar a realização de audiência pública em todas as comunidades afetadas, outro ponto que estamos insistindo com bastante veemência. Foram realizadas três ou quatro ações civis públicas só em alguns dos Municípios, uma delas em Belém, outro em Altamira. E a gente quer que sejam realizadas em todos os 11 Municípios que sofreram o impacto, porque assim que determina a legislação ambiental. Vai ser mais dispendioso, vai dar mais trabalho, vai levar mais tempo? Com certeza vai, mas a legislação exige que assim ocorra e exige por um motivo, porque é importante, ainda mais em um empreendimento de tanto impacto debater a questão com mais profundidade possível.

A nona ação civil pública, também no ano de 2010, foi novamente para suspender a licença prévia, nessa altura o EIA/Rima já tinha sido aceito e concedido a licença prévia, em razão da falta de regulamentação do aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. A construção exige que haja, na legislação, uma regulamentação sobre esse tema, desde 1988 até hoje nunca foi regulamentado, então, se não há regulamentação, não há parâmetros. Portanto, não temos como fazer sem esse parâmetro. Seria necessário que antes houvesse essa regulamentação.

Por fim, a última ação, agora em 2011, visa a combater mais uma ilegalidade que foi praticada, a concessão de uma licença de instalação, digamos assim, parcial. A gente sabe que no processo de licenciamento ambiental o órgão dá, inicialmente, a licença prévia, e nessa licença prévia ele elenca uma série de condicionantes, que têm de ser cumpridas para diminuir ou evitar alguns impactos negativos do empreendimento. A etapa seguinte, que é a etapa de instalação, quando o empreendimento começa a ser efetivamente instalado, só pode ser concedida quando se verifique que foram cumpridas as condicionantes da licença prévia. As condicionantes da licença prévia da Usina Hidrelétrica de Belo Monte não foram cumpridas, não estão nem perto de ser. Muitas delas são complexas, mas, no intuito de adiantar a obra sem o cumprimento dessa condicionante, o Governo criou essa figura da licença para canteiro de obra, uma licença de instalação para que se comece a fazer o canteiro de obra, sem que sejam cumpridas as condicionantes da licença prévia. Isso não tem o menor respaldo legal. Isso foi feito também em Rondônia, nas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

O que acontece? O ponto mais importante dessas condicionantes é dotar o Município, a cidade de infraestrutura urbana compatível com o fluxo migratório que se espera para um empreendimento desse. A partir do momento que isso não é feito, e Altamira já está atraindo fluxo migratório sem que haja uma infraestrutura adequada, a gente está colocando em risco a vida, a integridade física, a saúde de todos os moradores do Município.

Em resumo, são esses os objetos civis das ações públicas, a grande maioria delas, com exceção de uma, o processo não foi definitivamente julgado, a questão ainda está em aberto e vamos continuar lutando pelo que a gente entende que é o correto.

Essa questão de Belo Monte, Senador, pode dar a impressão de que estamos diante de um conflito entre direito indígena e desenvolvimento. O que é mais importante: assegurar o direito indígena, assegurar o meio ambiente ou assegurar o desenvolvimento econômico da região?

Eu só queria, já concluindo, frisar de maneira veemente que não se trata absolutamente disso. Em primeiro lugar, porque já há estudos técnicos, tecnicamente já foi demonstrado que Belo Monte não vai gerar a quantidade de energia que se espera. Em segundo lugar, porque ainda que gerasse essa quantidade de energia, existem vários outros meios mais baratos e com menos impacto que poderiam gerar essa energia, não seria necessária a construção de Belo Monte. A gente não vê, por exemplo, uma discussão mais profunda sobre a repotencialização das hidrelétricas que já existem, a melhoria das linhas de transmissão do nosso sistema de distribuição, falar em meios alternativos de energia, até porque a gente está incidindo num erro que os especialistas em segurança energética consideram grave, que é a dependência de maneira muito acentuada de uma única fonte de energia. A gente está se encaminhando, existe uma tendência de que se concentre muito a nossa fonte energética e hidrelétrica. Isso, em termos de segurança energética, não é aconselhável, é bom ter a variedade, o Brasil tem condições de assegurar essa variedade e a questão da própria eficiência energética. Enfim, o tempo já se esgotou. Vou concluindo por aqui.

Só reiterando que o Ministério Público Federal vai continuar lutando, porque entende que esse empreendimento, da maneira como tem sido feito, não tem a menor condição de seguir adiante.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A Presidência agradece ao Dr. Bruno Soares Valente, Procurador da República, em representação ao Procurador da República do Estado do Pará, Felício Pontes Júnior.

Pela ordem de inscrição, a Drª Antônia Melo Silva. Não, a Drª Maria da Graça preferiu falar agora, porque ela vai complementar, inclusive, a exposição do Dr. Bruno.

Então, com a palavra a Drª Maria da Graça Azevedo da Silva, Procuradora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente do Ministério Público do Pará. (*Palmas*.)

A SRª MARIA DA GRAÇA AZEVEDO DA SILVA – Sr. Presidente, em nome de quem eu saúdo os demais membros da Mesa, meus senhores e minhas senhoras aqui presentes, senhores convidados, eu estou neste momento, neste ato, representando o Procurador-Geral de Justiça, portanto, chefe do Ministério Público do Estado do Pará.

Inicialmente quero ratificar e complementar o que o meu colega do Ministério Público Federal falou, por isso que eu pedi para falar logo após ele. Como ele acabou de falar e como vocês puderam ouvir, essa ação, esse trabalho com relação à defesa do meio ambiente do Estado do Pará, e mais particularmente em Altamira, é mais de ação do Ministério Público Federal, porque o rio é federal. Porém, como os impactos sociais que advirão com a implementação desse projeto é local, eles vão atingir os ribeirinhos, os índios. Embora, nesse caso, a atuação seja do Ministério Público Federal, os impactos sociais que advirão desse empreendimento atingirão a sociedade que habita aquela região.

Mas gostaria de dizer que este empreendimento está sendo conduzido de forma equivocada. Como disse o meu colega, o Ministério Público Federal já ingressou, ajuizou, dez ações civis públicas, ou seja, há dez anos vem lutando por isso, passando por diversos presidentes. Então, não é contra o Presidente, não é contra o Governo que o Ministério Público atua. O Ministério Público atua em defesa do meio ambiente, da sociedade civil, dos direitos sociais. Então, é essa a nossa colocação. Nós não somos contra o desenvolvimento, não se trata disso. Nós defendemos os direitos sociais, nós defendemos o meio ambiente. Por quê? Porque o meio ambiente está constitucionalmente protegido no art. 225 da Constituição, que é dever de todos. Inclusive, não é só do Poder Público. É de todos, é de cada um de nós.

Então, nós temos a obrigação de proteger o meio ambiente, porque é um direito humanitário, é de sobrevivência do ser humano. Não é a sobrevivência só do índio que mora no local e da sociedade que habita aquele local. É direito à sobrevivência humana. Daí a gente ver as alterações climáticas, essas catástrofes que estão existindo atualmente. Tudo em função de quê? Dos danos ambientais causados pelo homem. Daí a nossa preocupação, a preocupação do Ministério Público com a defesa do meio ambiente.

Então, quando há um projeto dessa natureza, dessa envergadura, desse porte por parte dos empreendedores, é claro, é óbvio, que nós, habitantes da região, e o Ministério Público, que tem a obrigação constitucional de proteger o meio ambiente, temos o dever, a obrigação de zelar por esse ambiente. Se nós verificamos que o empreendimento existe, mas não está completo, que existem lacunas apontadas, indicadas, pelos melhores especialistas deste País, do Brasil, e até de fora, portanto, se existem lacunas, se está incompleto, se há pontos de especialistas em viabilidade econômica, em viabilidade energética de que há falta de alternativas que todo estudo de impacto ambiental deve apresentar, se não apresentam alternativas, o que tem de ser feito? Tem que ser discutido com todo mundo. Tem que ser discutido com a participação, principalmente, das pessoas que habitam aquele local. Por quê? Porque são as pessoas que ali vivem; são as pessoas que vão sofrer com aquele empreendimento; são as pessoas que têm experiência de vida que podem sugerir, apresentar críticas e sugestões, para que aquele estudo de impacto ambiental seja completo e não venha trazer problemas maiores para a região e, sim, compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção ao meio ambiente. É isso que todos nós esperamos.

O Ministério Público, na ação civil pública, proposta já em conjunto com o Ministério Público Federal, na última audiência pública, que houve em Belém, retirou-se da audiência pública. Por que, senhores? Porque foi negado o direito do Ministério Público de falar, de se posicionar na audiência pública. Deram apenas três minutos para o Ministério Público falar e proibiram, inclusive, o assento do Ministério Público à Mesa. Por aí, senhores, vocês podem observar como está sendo conduzido esse empreendimento.

O Ministério Público é defensor da sociedade, o Ministério Público tinha a obrigação, tinha o direito, o dever de estar compondo a Mesa para defender a sociedade, para defender o meio ambiente.

É isto que todos nós esperamos: que haja respeito à Constituição, que haja respeito às leis ambientais e que haja respeito ao cidadão, à cidadania e ao povo, como disse a Senadora Marinor, ao povo da Amazônia, realmente muito sofrido.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta, pela sua exposição, a

Drª Maria da Graça Azevedo da Silva, Procuradora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente do Ministério Público do Pará.

De imediato, passamos a palavra para a Srª Sônia Magalhães, Antropóloga e Professora da Universidade Federal do Pará.

Drª Sônia, por favor.

A SRª SÔNIA MAGALHÃES – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero dizer que é com a satisfação de estar cumprindo um dever como Antropóloga e como pesquisadora de uma universidade pública que venho a esta Casa apresentar o resultado de análises que foram realizadas não apenas por mim, mas por um grupo de pesquisadores intitulado Painel de Especialistas de Belo Monte, formado por 40 professores, sendo 36 doutores, 6 mestres, 1 especialista. Vinte formados nas áreas de direitos humanos e sociais; 11 das ciências biológicas, 7 nas engenharias e 2 nas ciências médicas.

Esse grupo de professores realizou um estudo do EIA/Rima da Usina Hidroelétrica de Belo Monte e chegou a duas conclusões básicas: primeira, que o EIA/Rima não incluiu toda a população que será atingida com a construção da hidroelétrica. Segunda, não incluiu todos os impactos ambientais.

E por que não o fez? Porque os estudos e as metodologias realizadas foram insuficientes. Isso o que nós dissemos em 2009, nesse documento que foi apresentado ao Ibama e que foi depois corroborado nas condicionantes que o próprio Ibama elencou no momento em que concedeu a licença prévia ambiental, com cerca de cem condicionantes. São quarenta condicionantes com as suas subdivisões, que alcançam um total de aproximadamente cem condicionantes.

Eu trouxe para os senhores um croqui do que é o desenho de Belo Monte. Não sei se todos têm conhecimento do projeto. Está aqui ao meu lado na Mesa o Professor Célio Bermann do grupo do painel de especialistas e vai falar mais sobre a parte de engenharia.

Eu vou me deter sobre o diagrama apenas para chamar atenção para as duas questões antes mencionadas, que são a subestimação de impacto e a subestimação de atingidos.

Trata-se do rio Xingu, aqui, mais ou menos é a cidade de Altamira, e, aqui, onde está marcado começa o trecho escuro, preto, é onde está prevista a construção da barragem de Pimental. E aqui em cima, onde está essa linha vermelha, é onde está prevista a instalação da casa de força. E todo esse trecho negro é chamado Volta Grande do Xingu, no qual está previsto uma redução do nível de vazão em mais de 80% da sua vazão normal, tanto no inverno como no verão. Todo esse trecho sofrerá uma redução importante não apenas da água do rio, mas, sobretudo, do lençol freático. Como não se trata da área que será inundada, trata-se da área que será seca – na região é chamada de sequeiro – essa área não foi considerada como uma área atingida.

Eu gostaria de chamar a atenção, porque aqui os senhores veem a terra indígena dos índios Juruna de Paquiçamba; aqui em baixo estão as terras indígenas dos Arara, cujos representantes estão aqui na Mesa. Um pouco mais abaixo, seria o rio do Bacajá, onde teríamos os índios Xikrin do Bacajá.

Na nossa análise, o que nos chamou a atenção de imediato foi que essa área, fortemente impactada, tanto do ponto de vista físico quanto do ponto de vista social, não foi considerada como área diretamente afetada. E a nossa hipótese é de que essa é a única forma de excluir as terras indígenas e os indígenas que aqui habitam imemorialmente como população atingida.

Então, a primeira questão importante é que quando se afirma que não há índios diretamente afetados pela hidrelétrica de Belo Monte, isso não é uma verdade, ou pelo menos é uma meia verdade. Por quê? Porque não há índios, não há terras indígenas previstas para serem alagadas. Não há terras indígenas aqui, mas há terras indígenas nas áreas que vão secar.

A nossa hipótese então é que esse foi um artifício metodológico, sem nenhuma base científica ou conceitual, que não permite tratar a questão de Belo Monte levando em conta que há, no mínimo, três populações indígenas diretamente afetadas, vale dizer três populações indígenas que representam a diversidade cultural da região, e não apenas da região do Brasil. Aqui estão três troncos lingüísticos diferentes: aqui, o tronco linguístico tupi-arara; o tronco linguístico caribe e, um pouco abaixo aqui, o Xikrin, o tronco linguístico jê.

Quando nós olhamos novamente aquele mesmo mapa, percebemos que o que é considerado área influência direta do empreendimento é apenas a área dos Municípios que estão também na área referente ao alagamento. Então, os Municípios da região sobre os quais se espera forte impacto, seja negativo, seja positivo, como afirma o discurso do EIA, se resumem a apenas três Municípios, que são os Municípios de Altamira, o de Senador José Porfírio e o Município de Vitória do Xingu. Os demais Municípios da região estão excluídos da área de influência direta da usina.

O que isso significa? Isso significa que todo o orçamento previsto para algum tipo de compensação, estimado em R$500 milhões, se por acaso vier a ser utilizado é apenas nos três Municípios, e não em toda a região impactada.

Esse mapa é um mapa que é constante do EIA/Rima e eu fiz questão de trazer para os senhores,

porque ele reforça a nossa hipótese do argumento da exclusão das populações indígenas. Os senhores podem ver que tudo o que é laranja é considerado limite da área diretamente afetada. Está aqui embaixo na legenda, explicado.

Quando os senhores olham essa imagem, aqui dentro do rio as ilhas são consideradas diretamente afetadas, o que corresponde ao trecho da volta grande, que é seco. No entanto, as terras indígenas que estão ao seu lado não são consideradas diretamente afetadas. Então você tem um recurso absolutamente infundado do ponto de vista físico, inclusive, e através desse recurso metafórico, vamos dizer assim, se tenta minimizar o impacto e subestimar os efeitos e os riscos da hidrelétrica de Belo Monte.

Algo que é importante dizer é que toda essa área aqui em volta, tanto na margem direita como na margem esquerda, é uma área ocupada por populações extrativistas, populações tradicionais, inclusive grupos indígenas que estão dispersos nessa região, fruto de um processo de ocupação que poderei, em algum outro momento, explicar com mais detalhes, mas que faz parte do modo como essa região foi ocupada e explorada.

A diminuição dos níveis de invasão aqui significa... Aqui também eu mostro a V. Exªs o mesmo mapa. Aqui é para a população de agricultores familiares que habita essa região, e os senhores podem ver que apenas os agricultores familiares que estão nesse trecho são considerados atingidos. Todos os outros que estão na região de Volta Grande são também excluídos da área de atingimento.

O que é importante reter é que isso faz com que a população atingida seja restrita a 2.822 pessoas na área rural, quando nós, do Painel de Especialistas, estimamos que esse número, tanto rural quanto urbano – na minha exposição, estou dando ênfase ao rural, mas tanto rural quanto urbano são subestimados através dos mesmos mecanismos conceituais –, que essa população se aproxima de algo em torno de 30 a 40 mil pessoas, que terão que ser deslocadas compulsoriamente com a construção da hidrelétrica. Não estou falando de outros tipos de atingimento; estou falando da população que vai ter que deixar suas terras, suas casas e ser deslocada.

Bom, por que isso é importante? Porque esse erro dos números, que aparentemente é simples, assim como o erro em relação às populações indígenas, faz com que os impactos pareçam ser menores, menos graves. Mas, o que é pior: o planejamento não é adequado, o orçamento da obra é menor, não haverá dinheiro para cobrir todas as necessidades, e a população será a principal prejudicada, o que significa que nem o Governo, nem os Municípios terão condição de arcar com as despesas advindas do empreendimento.

Do ponto de vista biológico, se os senhores me permitem, eu gostaria de chamar a atenção ainda para o risco de insegurança hídrica para as populações que habitam a região de Volta Grande, para a perda da biodiversidade na região de Volta Grande, que é uma área especial de preservação. Constitui-se no ecossistema único e no qual se localizam várias espécies endêmicas, muitas delas sequer descritas ou conhecidas.

Os especialistas em ictiofauna, que trabalharam no Painel de Especialistas, afirmam que, apenas do ponto de vista da ictiofauna, o empreendimento de Belo Monte já seria inviável.

A redução da invasão de Volta Grande espera-se que chega a provocar a morte de milhões de peixes ao longo dos mais de 100 km da área que vai ser reduzida. Por outro lado, não havia no EIA/Rima nenhum estudo sobre o desmatamento, o que é uma conta que não está inclusa em nenhuma análise feita até agora, nem do ponto de vista demográfico, nem do ponto de vista físico, nem social.

Estudos recentes feitos pelo Imazon estimam que, além de a área ser desmatada pelo lago que oscila entre 516 Km² e oscila entre 516 Km² e 660 Km² – os números variam no próprio EIA/Rima. Além desses, espera-se, num cenário muito otimista, mais 850 Km² de devastação no mínimo, o que elevaria o índice de desmatamento, com a construção de Belo Monte, a mais 1.500 Km², podendo chegar a 5.000 Km² em toda a região.

No caso da saúde, é extremamente preocupante a situação dessas áreas de redução de vazão, sobretudo com risco de malária, reurbanização da febre amarela e o recrudescimento da Síndrome de Altamira, o que se torna mais grave porque o PBA que está sendo apresentado neste momento ao Ibama indica que todos os custos de saúde terão que ser arcados pelo Estado. Não está previsto no PBA que esses custos serão arcados pela empresa construtora.

Essas, rapidamente, eram as questões mais importantes, mas fico à disposição para tratar da questão urbana e para esclarecer qualquer outro ponto que os senhores julgarem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Sônia, Antropóloga e Professora da Universidade Federal do Pará, pela sua exposição muito clara, precisa.

Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. Célio Bermann, Professor Doutor da Universidade de São Paulo.

Dispõe também do tempo de dez minutos com mais cinco, se necessário.

O SR. CÉLIO BERMANN – Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta reunião; Srª Senadora Marinor Brito, que teve a iniciativa oportuna de levar a esta Casa o debate sobre o empreendimento de Belo Monte; Srª Senadora Ana Rita, que faz parte também da Comissão de Direitos Humanos, não vou citar todas as pessoas que estão presentes, o Procurador Bruno Soares Valente, a Procuradora Maria da Graça, eu os saúdo; Antônia Melo e mais os representantes das populações indígenas Osimar e Josinei, como Professor do painel independente, que fez avaliação do empreendimento do projeto de Belo Monte, vou procurar, com algumas palavras, chamar a atenção das senhoras e dos senhores presentes sobre o que, sob o ponto de vista técnico-financeiro, parece-nos, no Painel de Especialistas, as questões mais significativas.

Esta primeira transparência é simbólica, porque a região em que o empreendimento vai-se localizar – aqui aparece Altamira e aqui, Belo Monte – é simbolicamente apresentada em vários documentos oficiais dessa forma, como se ela fosse desprovida de pessoas, de populações tradicionais, de populações indígenas, que devem, necessariamente, ser ouvidas a respeito do processo decisório do empreendimento.

Não é apenas simbólico, porque essa forma de tratamento da questão se traduziu, na prática, nessa incapacidade de se levar em consideração os interesses e as preocupações das populações ribeirinhas, povos tradicionais e populações atingidas pelo empreendimento.

Eu recupero uma das transparências que a Professora Sônia já demonstrou para chamar a atenção de como a gente pode caracterizar o empreendimento.

Senhoras e senhores, o empreendimento de Belo Monte prevê a construção de cinco barragens, dois vertedouros, 30 diques de contensão, de comprimento variando de 40 a 1.940 metros de extensão, e altura variando de quatro a 59 metros.

Está também prevista, pelo menos no projeto inicial ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Professor , permita-me.

O SR. CÉLIO BERMANN – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para dizer que, além da Senadora Ana Rita, está conosco, agora, o Senador Vicentinho, que é um grande entusiasta, um defensor dos povos indígenas. É amigo dos Kayapós. (*Palmas*.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Só um minuto, Presidente, para dar boas-vindas aos nossos amigos Kayapós. Eu voei por três anos nas áreas Krikretum, Gorotire, A'ukre, Kubenkrankenh. Sejam todos bem-vindos. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ao Dr. Célio volto a palavra.

O SR. CÉLIO BERMANN – Muito obrigado.

Retornando, então, à descrição dos dados técnicos do empreendimento, além de cinco barragens, dois vertedouros e 30 diques, está prevista a construção de 52 quilômetros de canais. Eles aparecem nessa localização, com largura variando de 160 a 400 metros.

Seriam realizadas escavações comuns de ordem de 150 milhões de metros cúbicos, e 50 milhões de metros cúbicos de rochas, superiores à escavação realizada para a construção do Canal do Panamá, com a utilização, ainda, de 4,2 milhões de metros cúbicos de concreto para a construção da obra civil.

O projeto inclui, também, que no desvio que vai ser feito... Aqui é a principal barragem e ela desvia a água que corre hoje, naturalmente, pela volta grande do Xingu, em 100 quilômetros. A água é desviada e vai alimentar as máquinas localizadas nesse ponto, aproveitando um desnível da ordem de 97 metros.

Sob o ponto de vista da concepção de engenharia, trata-se, e é preciso chamar a atenção, de uma obra de envergadura. O problema se dá no fato de que as máquinas que vão ser construídas para a geração de energia elétrica vão ser da ordem de 11.233 megawatts instalados. O problema é que essa capacidade de geração só vai estar disponível três a quatro meses por ano, e isso eu vou apresentar mais à frente.

Outra questão importante, também relacionada com esse empreendimento, é o fato de que, oficialmente, o Governo, primeiro, indicou um investimento da ordem de R$5 bilhões para a construção da obra. Depois, com a avaliação do Tribunal de Contas da União, esse montante se elevou para R$19 bilhões, mas o mercado, isto é, empresas construtoras e fabricantes de equipamentos estimam em não menos que 30 bilhões o custo dessa obra. Chamo a atenção para o fato de que 80% desse valor vão ser originados de dinheiro público, do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – 80% do investimento. Isto é, quem vai pagar essa conta é o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, são as nossas poupanças, que vão ser direcionadas para a viabilidade econômica desse projeto. Não é a tão decantada iniciativa privada, porque ela não encara esse empreendimento como viável, sob o ponto de vista econômico.

É preciso enfatizar essa questão. O dinheiro público está sendo utilizado e não apenas com a participação de fundos públicos, porque o BNDES não tem essa capacidade financeira. Ela vai exigir um aporte especial do Tesouro Nacional, através de uma nova capitalização.

Além disso, toda uma engenharia financeira está sendo articulada para viabilizar a obra, com toda sorte de renúncia fiscal e isenções que trarão, inevitavelmente, um aumento desproporcional da dívida pública.

Esses são os dados. Estou trazendo os dados técnicos oficiais e vocês podem perceber, e eu vou chamar a atenção de vocês, que essa era a concepção do empreendimento quando ele foi licitado, depois de obter o licenciamento prévio ambiental. Esse projeto, com essa concepção – dois canais –, já foi modificado. Ele está sendo modificado e a academia corre atrás das últimas modificações para poder refazer e indicar os problemas nas diversas versões do projeto.

Dessas novas versões, eu vou apresentar algumas imagens a respeito, por exemplo, de um dos canais, da construção apenas de um canal. Eu vou mostrar mais adiante.

Esses são os dados e o projeto, e a principal questão está colocada nestes valores: na barragem principal da casa de máquinas, 11 mil megawatts serão instalados, mais 233 na barragem complementar, mas a garantia física corresponde a apenas 39% da capacidade total a ser instalada.

O principal argumento para a construção das usinas hidrelétricas na região amazônica, o que é alegado, é a capacidade dessas usinas de complementar o regime hidrológico da região Sudeste do Brasil.

Este gráfico mostra, em marrom, a capacidade de produção do parque hidrelétrico atual existente; em amarelo, a contribuição que o conjunto de usinas hidrelétricas propostas na região amazônica vai acrescentar.

É possível perceber que essa contribuição segue o regime hidrológico, mesmo porque os principais rios que alimentam a região Sudeste do País, onde se concentra a demanda de energia, em função das atividades econômicas ali presentes, são rios que nascem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita, Professor , mais uma vez. Vou descontar do seu tempo, naturalmente.

O SR. CÉLIO BERMANN – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Vice-Presidente do Senado, Senadora Marta Suplicy, que recebeu, ontem, uma delegação de 30 líderes, está aqui, acompanhando o evento. (*Palmas*.)

Professor , por favor.

O SR. CÉLIO BERMANN – Muito obrigado.

Retomando, então, a argumentação, a contribuição dos rios amazônicos projetados se refere à contribuição de rios da margem direita do rio Solimões. Eles têm: rio Madeira; rio Xingu, onde está localizado o empreendimento de Belo Monte, o rio Araguaia, o rio Tocantins, todos eles têm as suas nascentes aqui no Planalto Central, da mesma forma que os principais rios que alimentam o Sudeste. Então, essa pseudocomplementaridade que os rios da Amazônia podem dar, ela é apenas pouco significativa, a gente percebe essa contribuição, mas ela, rigorosamente, acompanha o regime hidrológico do nosso País. Alto lá ao decantar a possibilidade de apagões que, sistematicamente, é o argumento utilizado para a construção dessas usinas! Alto lá! Porque essa possibilidade de contribuição, como disse, está restrita a apenas três a quatro meses em função do regime hidrológico do rio Xingu.

De setembro a outubro, que é o período de estiagem, a vazão de água alimentará apenas 1.100 megawatts. Isso significa, em outras palavras, que o ganho de garantia física, que representa apenas um terço do total que está sendo projetado, inviabiliza financeiramente o projeto. Porque, em uma situação, que é a que hoje caracteriza o empreendimento, em que a vazão se alterna entre os meses de alta pluviosidade e o de estiagem, faz com que a energia que vai ser gerada durante o ano todo seja menor do que aquela que poderia ser utilizada em uma situação que corresponde à média dos aproveitamentos hidrelétricos no Brasil, que é da ordem de 55% do fator de capacidade. Estamos frente a um empreendimento cujo fator de capacidade é da ordem de 39%.

A questão dessa alternância significativa acaba determinando a necessidade quase que irreversível – vou chamar a atenção dos senhores para o caráter absolutamente irreversível – da necessidade de construção de outros reservatórios rio acima, para poder viabilizar economicamente o empreendimento. Porque, com a construção dos reservatórios previstos na usina de Altamira, que antes era chamada de Babaquara, a usina de Pombal e a usina de São Félix, são as três usinas previstas para serem construídas efetivamente em áreas indígenas.

Por isso, senhoras e senhoras, a preocupação que estão tendo as populações indígenas não apenas com o que pode acontecer – a Professora Sônia chamou a atenção para o desconhecimento em relação às áreas diretamente atingidas pela obra –, mas pelo que o empreendimento vai causar no futuro. Desculpem-me, eu já tive diversas situações de conflito com o Governo, com o presidente da empresa de pesquisa energética ao afirmar que não. O Conselho Nacional de Política Energética definiu, em uma resolução no ano de 2009, que nenhuma outra usina irá ser construída no rio Xingu. Como se uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética não pudesse ser revertida, não pudesse ser abandonada em função da notória necessidade de energia no nosso País.

Eu não vou repetir, apenas vou deixar esse material aqui no Senado, mas eu gostaria de chamar a

atenção para o fato de, além da questão da avaliação do subdimensionamento da quantidade de população que vai ser diretamente atingida, deslocada compulsoriamente pelo empreendimento, e vamos chamar a atenção para uma questão legal do nosso País, que é o fato de que só tem direito, pelo Código Civil, o proprietário da terra. Como se tivéssemos feito a reforma agrária, que todos os brasileiros, moradores da área rural, tivessem seu título. Nós estamos longe dessa situação, infelizmente. Isso faz com que 85% a 90% da população, que hoje já sofreu o processo de expulsão ou deslocamento compulsório, não teve nenhuma forma de ressarcimento, de recomposição das condições de vida.

Outra transparência – a mesma que a Professora Sônia também mostrou. Apenas eu gostaria de evidenciar essa alteração que foi feita no empreendimento, nesses dois canais de derivação, a título de otimização. Esse é o material apresentado pela empresa de construção civil Engevix, em junho de 2010, mostrando modificações desse EVTE, que é o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica, com alterações substanciais no projeto inicial, que não passaram pela avaliação ambiental, que não tiveram, por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica, nenhuma manifestação em relação à oportunidade desse tipo de modificação, chamado de otimização. Então, é proposto um só canal, fazendo a transposição da água que está sendo barrada nesse trecho do rio, no Sítio Pimental, em direção às casas e máquinas localizadas aqui em Belo Monte, de forma a manter uma vazão mínima, que foi considerada ecológica, absolutamente insuficiente para manter as condições de vida da população ribeirinha, da população indígena e de toda a flora e fauna existentes na região.

Eu gostaria de terminar a minha apresentação, chamando a atenção para um fato importante – ele já foi mencionado; este é o cronograma da obra –, em que a licença de instalação estava prevista para setembro/outubro do ano passado, ela, efetivamente, foi licenciada parcialmente no dia 26 de janeiro de 2011. O Ministério Público entrou com uma representação, cassou a licença parcial de instalação sob o argumento de que não era uma figura que está presente na legislação ambiental do País, não existe licença parcial, ou ela é dada ou ela não é dada, o órgão ambiental federal, Ibama, julgou por bem considerar apenas a área do canteiro de obras e, com isso, possibilitar o início da obra. Essa manifestação do Ministério Público não durou cinco dias, ela foi cassada.

Por último, a questão da população que vai ser atraída pelo empreendimento.

Os senhores e as senhoras podem observar: está previsto um pico na obra, quer dizer, no momento em que vai precisar de mais trabalhadores, no terceiro ano da obra, que pode chegar a mais de 18,5 mil trabalhadores. Não é um dado científico, mas ele se apoia na história dos empreendimentos em infraestrutura no nosso País.

Sabe-se que a mão de obra, que efetivamente vai ser utilizada pelo empreendimento, atrai mais três vezes trabalhadores, que buscam oportunidades de trabalho. Isso significa que, em termos quantitativos, nós teremos a vinda – isso já está acontecendo na região de Altamira –, uma atração de cerca de 60 mil trabalhadores. Evidentemente, acompanhados de suas famílias, o que cria uma demanda por infraestrutura urbana e social – postos de saúde, escolas, hospitais, rede de saneamento – que absolutamente não está prevista.

Eu vou chamar atenção para fazer, se o Presidente Paulo Paim permitir, um gancho, uma ponte do que recentemente está ocorrendo nos dois empreendimentos do rio Madeira.

São de conhecimento público os problemas com as relações de trabalho nos dois canteiros, Jirau e Santo Antônio. Isso se deve, além da não observação dos salários que tinham sido inicialmente estabelecidos, a um processo que se dá de forma incisiva, de uma forma absolutamente clara no processo de construção de um empreendimento hidrelétrico dessa envergadura, que é o tipo de incorporação que se faz pelas empreiteiras da população que trabalha na obra.

Desses 18,5 mil trabalhadores, 70% são constituídos pelos chamados peões de obra ou eventualmente por alguns trabalhadores especializados, sejam eletricistas, sejam armadores de concretagem. Para evitar que o cronograma de obra seja colocado em risco, para assegurar o ritmo da obra, as empresas empreiteiras priorizam a contratação de população de homens casados. Com isso, em função do fato de ter família, reduz-se o absenteísmo, a ausência no trabalho, e se reduz também a rotatividade, que, inevitavelmente, chama a necessidade de requalificação de um novo trabalhador.

Essa população que é contratada pela obra é considerada solteira. Não lhes é dado casa, mas a cama no alojamento. Os chamados falsos solteiros, que é o que vai caracterizar, e aconteceu nas duas usinas do Madeira, acabam trazendo como consequência que a família fique no chamado beiradão. Ela deveria... E o projeto de Belo Monte não leva em consideração o fato de que essa população necessita efetivamente de casa, de moradia, de infraestrutura. Então, vão ser reproduzidas as situações já vivenciadas de construção de um grande empreendimento em que as condições

de vida vão ser deterioradas. Prostituição e violência são algumas consequências dessa situação.

Eu termino o meu depoimento agradecendo a atenção de todos vocês, com essa imagem da Volta Grande do Xingu, uma foto de um colega também participante do painel, o Professor Oswaldo Sevá. Essa foto é de outubro de 2003. Esperamos que ela se efetive como uma realidade para os próximos anos.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou passar a palavra ao Senador Vicentinho. Ele poderia até vir aqui falar da Mesa. Eu peço a uns dos painelistas...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – É rápido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em seguida ao Senador Vicentinho, vai falar o Sandro, que é o tradutor. Não é, Sandro? Você vai traduzir para todos o que foi apresentado até o momento. Posteriormente, falarão aqui da Mesa também os líderes.

Quero só destacar que estiveram conosco aqui, porque há muito trabalho nas Comissões... Está conosco ainda a Senadora Marinor Brito, que é autora do requerimento que provocou esta audiência; a Senadora Ana Rita, que é Vice-Presidente desta Comissão; o Senador Vicentinho, que é um dos que têm marcado a sua atuação aqui em uma série de atividades em defesa dos povos indígenas; o Senador Eduardo Amorim, que esteve aqui conosco; e a Senadora Marta Suplicy.

Senador Vicentinho, por favor.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente, eu pedi a palavra pela ordem e com os meus cumprimentos a V. Exª, às Senadoras presentes, aos palestrantes e aos nossos ilustres convidados que são os nossos índios. Cumprimento todos desta forma: *mekutom.* Pronto. Então, eu tenho um relacionamento, principalmente com os Kayapós, desde ainda muito jovem, como aviador. Convivi com tudo isso lá. Então, estou aqui no Senado de forma muito solidária a vocês. Vou entregar, inclusive, depois, os nossos cartões. O gabinete estará às ordens. Será um prazer recebê-los lá.

Eu pedi a palavra pela ordem porque tenho uma audiência com o Dr. Gurgel, Procurador-Geral da República, inadiável. Mas não poderia deixar de vir aqui trazer a minha solidariedade, a minha preocupação e a minha posição clara: tudo que for de interesse dos nossos índios, principalmente os atingidos ali... A maioria são os kayapós, com quem eu convivi de forma fraternal, são a minha família. O Júnior, por exemplo, nasceu em Tucumã, ali na aldeia Krikretum, do saudoso Pombo. Hoje o meu menino Júnior já é engenheiro. O Thiaguinho, que nasceu lá, chama-se Thiago Tapajós, já está virando médico. Então, eles foram criados ali no dia a dia, o pai como aviador, ganhando a vida, sobrevoando aquela belíssima Amazônia da nossa Senadora Marinor Brito. Eu tenho dois filhos nascidos no Pará: o Thiago Tapajós... Eu fiz uma homenagem ao rio Tapajós e também a Thiago de Mello, o grande poeta lá da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai estar conosco aqui, em uma homenagem...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Eu falei: olha, vou homenagear duas coisas boas, o poeta Thiago de Mello e esse majestoso Tapajós.

Eu estarei em defesa de tudo que for de interesse deles, de forma muito clara.

Acho que o Governo brasileiro precisa ter uma atenção especial com esse caso. É uma região muito sensível com relação à questão ambiental, à questão social. A preocupação deles é válida e justa. Portanto, quero parabenizar o Professor Célio, porque cheguei já do meio em diante da sua palestra, mas compreendi plenamente. É louvável essa sua explanação, essa sua preocupação, como a de todos nós brasileiros.

Portanto, quero me associar a partir dessa causa em defesa intransigente. Sou da base do Governo, votei na Presidente Dilma, apoio com prazer e alegria o Governo da nossa Presidente Dilma. E com confiança! Ela que é uma grande gestora, sensível às causas sociais, terá uma atenção especial, com a sua equipe de governo, para esse caso.

Fica aqui registrado o meu apoio, a minha solidariedade, o meu prazer de vê-los aqui. Vou deixar o nosso cartão. Na parte da tarde, estarei no meu gabinete à disposição de vocês. Um abraço a todos quando voltarem: a Nity, a Baboity, a Paiakan, à dona Maria, viúva do saudoso Pombo. Digam que eu mandei um abraço e que estou com saudade de todos eles lá.

Fala que eu mandei um abraço e que estou com saudade de todos eles lá. Os senhores contem comigo.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Vicentinho, eu queria fazer um apelo então.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Diga.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não só a V. Exª, mas a toda a base do Governo, que tenho tentando, no período em que estou aqui, sensibilizar para conhecer esses dados e ter a confiança de fazer a interlocução junto ao Governo. Então, queria pedir a V. Exª que abra esse caminho da Presidência da República para que, de fato, essa sensibilidade que V. Exª diz que a Presidenta Dilma tem se concretize, garantindo a defesa e o direito desses povos.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Claro. Agora, deixe-me dizer, Senadora Marinor: ninguém melhor, para tratarmos dessa interlocução, o caminho melhor é o Presidente da Comissão, o Presidente Paim, que também tem essa mesma sensibilidade e de quem, aliás, sou um admirador já antes de me tornar Senador, ainda quando Prefeito de Porto Nacional, minha cidade. Tenho por V. Exª, Senador Paim, muito respeito, até porque as causas que V. Exª defende têm muito a ver com as minhas. Portanto, V. Exª é um Senador respeitado neste Senado Federal e por todos os brasileiros, pela causa dos aposentados, pela causa indígena. Sempre onde estão em jogo os interesses das classes das minorias, V. Exª se associa a eles. Portanto, nada melhor que, por meio da Comissão de Direitos Humanos, encaminhada pelo Senador Paim e apoiada por todos nós, a reivindicação de V. Exª.

Vou ter que me ausentar, Presidente, com a permissão de V. Exª, para essa audiência com o Dr. Gurgel, na Procuradoria da República.

Muito obrigado a todos. Sejam todos bem-vindos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Vicentinho Alves.

Daremos o encaminhamento proposto e mandaremos inclusive uma cópia completa de toda esta audiência pública para a Presidenta do nosso País.

Vamos dar mais uma salva de palmas para o Senador, porque tem assumido essa luta sempre. *(Palmas.)*

Agora, neste momento, passo a palavra para o Sandro, que é o tradutor, para que todos entendam com clareza. E o Sandro tem sido muito objetivo na sua fala.

Sandro, com a palavra.

O SR. SANDRO KAYAPÓ – Obrigado, mais uma vez, Senador Paulo Paim.

Vou tentar ser objetivo e fazer o resumo para que as lideranças que estão aqui possam acompanhar e ter conhecimento do que está sendo tratado aqui nesta Comissão.

(Pronunciamento em língua indígena.)

Então, traduzi o que foi colocado aqui, para que possam entender e acompanhar o que está sendo conduzido. Obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sandro. *(Palmas.)* Parabéns pela forma tranquila como comunica a todos.

Sandro, ainda quero que me faça um favor. Vou ter que ir ali na outra sala receber a Srª Mina Ahadi. Ela é uma liderança internacional que está andando pelo mundo em defesa de um grande movimento contra o apedrejamento de mulheres no Irã. Ela foi recebida pela Ministra de Direitos Humanos, que é a Deputada Maria do Rosário, e, neste momento, encontra-se na sala ao lado, e vou lá recebê-la. Eu vou pedir para que a Senadora Marinor Brito assuma até que a Senadora Ana Rita, que só está dando uma entrevista lá fora, volte. Então, vou ali na sala ao lado e volto, no máximo em dez minutos, e faço questão de ficar aqui até o encerramento. Se puder traduzir...

O SR. SANDRO KAYAPÓ – Vou fazer, sim, a tradução.

(Pronunciamento em língua indígena.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Bom, primeiramente, quero dar bom dia a todos vocês, porque ainda não tive essa oportunidade, e dizer da nossa satisfação de receber a todos e a todas aqui, as comunidades, as lideranças, as autoridades que estão aqui do Ministério Público do Estado e do Ministério Público Federal.

Vamos continuar, então, nossa audiência, enquanto o Senador Paim, que é o Presidente da Comissão, atende outra agenda, mas retornará em seguida.

Conforme orientação, vamos agora ouvir as lideranças indígenas, que estão aqui à Mesa. Então, vamos ouvir o Ozimar Paquiçamba, da aldeia Volta Grande, do Xingu.

Ozimar, você está com a palavra por um prazo de dez minutos. *(Palmas.)*

O SR. OZIMAR PAQUIÇAMBA – Obrigado, Senadora, pela oportunidade de estar aqui. Quero agradecer à Mesa a oportunidade de estar aqui hoje, trazendo nossas reivindicações da gente e também agradecer os parentes que estão dando apoio para a gente aqui.

Quero dizer a vocês que a realidade é essa. Vocês já viram em alguns filmes que já foram passados da nossa região os acontecimentos que vêm acontecendo. É bom dizer às autoridades que é bom a gente ver o que está acontecendo, porque eu acho as autoridades não estão sabendo o que está acontecendo lá. Mas está sendo passado e vocês estão podendo ver a realidade de lá da nossa região. Porque às vezes, quando a gente fala alguma coisa, são escondidas algumas palavras da gente, porque realmente o pessoal que quer fazer a construção desses grandes projetos eles não aparecem. Algumas pessoas já disseram: "Se eles querem construir Belo Monte ou outro projeto qualquer, se eles puderem não gastar um centavo com indenização, eles vão fazer isso". E é o que está acontecendo na nossa região. Estão querendo tentar enganar os povos indígenas, os próprios povos ribeirinhos, aqueles povos tradicionais que têm a sua cultura. Então, é uma coisa muito complicada para nós.

Acredito que nós temos que prestar bem atenção, o Governo Federal tem que respeitar o nosso direito,

a nossa cultura que temos naquela região, não só eu, mas todas as pessoas que têm a sua cultura.

Hoje é um dia especial para nós, povos indígenas, por termos essa oportunidade de falar para as autoridade para que tenham conhecimento do que vem acontecendo naquela região.

É um prazer meu estar aqui. Quero pedir para as autoridades que tomem providências para o que está acontecendo, porque já falamos muito, mandamos muitos documentos e esses documentos nunca foram respondidos para nós. Se for do nosso interesse, por mim, para as pessoas que são contra Belo Monte, nós já tínhamos até tirado do papel, porque nós não aceitaríamos o que vem acontecendo lá dentro. (*Palmas.*) É uma coisa que não vai trazer benefício para nós. A única coisa que ela vai trazer para nós é a desgraça, a miséria. Isso a gente sabe que ela vai trazer.

Quero dizer que isso nós não queremos para nós, que moramos lá, nem para outras populações que mora ao redor daquela região. Acredito que se a gente abrir caminho para Belo Monte, não só Belo Monte vai ser construída como outras usinas vão ser, vão ser impactados outros parentes que moram aqui no Brasil.

Acredito que vocês, autoridades, têm que tomar as providências para o que está acontecendo, porque o tanto de impacto que ela vem trazendo, que Belo Monte vem trazendo para nós, povos indígenas, principalmente nós, da aldeia Paquiçamba, da Volta Grande do Xingu, é uma coisa muito criminosa, porque os próprios empreendedores estão querendo colocar um parente contra o outro, porque a gente vê lá, eu vejo, os próprios parentes... Eu queria citar uma coisa aqui que aconteceu comigo recentemente. Tem aqui a nossa grande amiga, Antônia Melo, que estava presente quando a gente veio a Brasília, e eu queria que isso fosse registrado e tomado providência disso.

Antônia Melo, estivemos ali...

A SRª ANTÔNIA MELO SILVA (*Fora do microfone.*) – Procuradoria da República? Na Secretaria-Geral da Presidência da República?

O SR. OZIMAR PAQUIÇAMBA – E o que acontece? Eu, que sou uma pessoa que brigo pelos meus direitos, não só pelos meus, mas pelos direitos daquelas pessoas que reconhecem o direito deles, estive em Brasília dando o meu depoimento, reivindicando os meus direitos e, quando chego em Altamira – alguns parentes vieram para cá, não quero citar o nome para depois não ter problema, mas se for preciso gosto de falar – os parentes vieram a Brasília, quando aqui chegaram, viram o vídeo em que eu estava falando e queriam abrir um processo contra mim porque eu estava falando sobre os meus direitos.

E os empreendedores, criminosos, ficam colocando uns parentes contra os outros por quê? Porque eles ficam enganando, enchendo os bolsos deles de dinheiro, enganando, porque aquilo é uma enganação. Como já falei, eles ficam dando cesta básica para eles, que hoje eles comem e amanhã acabam com eles, destruindo lá onde eles vão colocar. Enquanto o nosso rio é destruído, que serve para mim, para os meus filhos e para os meus netos, que vem dos nossos antepassados. Isso é um crime muito grande. O próprio parente está discriminando parente, querendo abrir processo contra o parente, porque é contra o direito dele.

Então, não aceito isso e acredito que muitos parentes que estão aqui não vão aceitar isso. Por quê? Porque se ele é a favor de Belo Monte, por que não fala por ele, em vez de colocar os outros parentes, inocentes, que estão lá e que não sabem de nada. Porque isso eu vejo lá, alguns parentes velhos, que mal sabem falar o português, que são enganados por aquelas pessoas que têm estudo mais elevado, ficam enganando eles, colocando eles contra os próprios parentes.

Isso é uma coisa muito feia que está acontecendo lá na nossa região. Peço às autoridades que tomem providências e tenham mais agilidade nesses processos de documentos que vêm acontecendo na nossa região.

De Belo Monte, para nós, quero dizer o seguinte: nós, da aldeia Paquiçamba – vou falar também, meu parente está aqui e acredito que ele não vai me levar a mal, da Arara da Volta Grande Xingu – Belo Monte, para nós, é uma coisa muito complicada, porque ela vai acabar com tudo que é nosso, toda a nossa cultura ela vai acabar. Tudo de cultura ela vai acabar. O rio para nós é uma cultura; a mata para nós é uma cultura. Aquilo tudo nosso é uma cultura. Tudo que nós temos lá dentro se transforma em uma cultura para nós. Tanto faz banhar, como dormir na floresta, como tomar banho de praia, comer nosso peixe assado, caçar em nossas ilhas, caçar em nossas matas, tudo isso é cultura para nós.

Então, é uma coisa muito complicada o que Belo Monte vem trazer para nós. Não só para nós, de Paquiçamba, mas para as outras pessoas de lá. Talvez as pessoas que estão envolvidas nesse tipo de problema, querendo ouvir o lado desses grandes empreendedores, eles não têm conhecimento. Eu não sei de nada, sou um analfabeto, para dizer a verdade; tenho a quarta série. Mal sei escrever e fazer o meu nome e ler alguma coisa pouca, mas, pelo meu entendimento, os meus parentes que estão lá acho que são mais analfabetos do que eu, porque não sabem falar o português claro. Isso é uma coisa que eles precisam aprender mais um pouco, eles não sabem.

Mas quero dizer a vocês, autoridades: somos contra Belo Monte até a última hora. Enquanto a gente estiver vivo, vamos estar lutando contra Belo Monte, junto com os parentes que são a nosso favor e contra Belo Monte. Enquanto a gente for vivo. Só falar isso. Enquanto a gente for vivo e existir ali naquele território que nos pertence, nós vamos estar lutando com os parentes que são contra Belo Monte. Porque nós sabemos que aquilo não vai trazer benefício para nós.

Quero dizer aos parentes aqui que não gosto muito de falar sobre Belo Monte porque quanto mais eu falo fico meio perdido. Perdido, assim, fico meio indignado de raiva, porque vejo que ela está colocando parente contra parente, e tem parente aqui que sabe disso. Os parentes Kayapós que estão aqui têm mais ou menos uma ideia do que está se passando. Não gosto muito de falar sobre isso porque fico meio com raiva, sabe, quando eu falo sobre Belo Monte.

Eu queria agradecer aqui a oportunidade de estar falando sobre o que vem acontecendo sobre nós e muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós queremos agradecer ao Ozimar, da aldeia Paquiçamba, pela sua fala.

Estamos aqui – para quem está nos ouvindo a partir deste momento – numa audiência pública, cujo objetivo é avaliar e analisar o relatório feito pela Senadora Marinor, considerando que foi feita uma diligência na região afetada pela hidrelétrica de Belo Monte. Neste momento, além de ter ouvido as autoridades locais, estamos ouvindo as comunidades indígenas.

Então, queremos ouvir agora, no próximo momento, Josinei Arara, da aldeia Terrãwangã, que está com a palavra.

O SR. JOSINEI ARARA – Bom dia a todos, bom dia, meus parentes! Quero saudar a Mesa, no Senado Federal, de guerreiros que estão aqui conosco, povos indígenas. Quero dizer para vocês, parentes e não indígenas que estão na luta conosco, dando apoio, mostrando para esse Governo os nossos direitos que estão sendo violentados... Bom, esse impacto Belo Monte vai trazer muitas coisas ruins para nós da aldeia Terrãwangã: nós não vamos mais poder sair, se for construído Belo Monte, não vamos poder mais nos deslocar da nossa comunidade, vamos ficar isolados e vamos sofrer o impacto direto – não vai ser indireto... O impacto vai ser diretamente na aldeia Terrãwangã, que fica próxima do Pimental, onde é para ser construído o empreendimento.

Nós, povos indígenas, há 500 anos vivemos no Brasil, todos os antepassados. Agora, como liderança jovem, em defesa não só do meu povo, como de todos da região do Brasil, considerando todos os povos indígenas, é uma honra estar aqui, falando dos problemas da minha comunidade.

Nós, da Volta Grande do Xingu, não aceitamos Belo Monte. Não aceitamos por quê? Porque nós vemos... Cada palavra da minha boca sai em defesa da Amazônia, em defesa dos povos indígenas, eu defendo cada vida de criança que existe dentro das comunidades indígenas, dentro das aldeias. O Governo do Brasil há anos vem massacrando, matando e destruindo as florestas e enganando a população indígena. Hoje, a gente luta pelos nossos direitos, e estamos sendo violentados, enfrentando Polícia Federal e outras demais federais do Brasil.

Hoje, digo que não aceitamos isso. Hoje, estamos no acampamento Terra Livre, em defesa da nossa vida. Não viemos aqui para brigar e matar, não. Nós viemos para cá em busca de respeito à nossa cultura, em respeito à nossa população e em respeito às comunidades indígenas (*Palmas.*) que Deus colocou para nós no mundo. Por causa desse empreendimento, está essa luta toda.

O Governo brasileiro deveria se responsabilizar, e os nossos direitos, que estão escritos na Constituição, são gerados por eles, brasileiros, da Presidência, que não está honrando sua própria palavra. Pode ser Presidente, pode ser Presidenta, como a Dilma Rousseff. Dentro da minha comunidade, pelo que estou vendo, parentes, a gente enfrenta muitas dificuldades, mas dá para passar.

Esse empreendimento hoje...a nossa Amazônia brasileira é rica e, por isso, o Brasil não pensa...os que estão aqui no Congresso Nacional... Ali dá para ver, diferenciar aquela bacia que está aberta: ali está toda a panelinha da destruição, aquela que está aberta no Congresso Nacional; e aquela bacia que está emborcada, pelo meu entendimento, pelo meu olhar, pela experiência no acampamento Terra Livre, aqueles somos nós. Aqueles são os nossos direitos que estão debaixo daquela bacia, que estão sendo violentados; não estão sendo respeitados como deveria ser pela lei.

E também cito aqui não só os nossos povos indígenas da Volta Grande do Xingu, como outros agricultores que hoje sofrem, trabalham para sustentar e dar o que comer a seus filhos. E vem uma obra desse tamanho, para pouca geração de energia, deixando destruição imensa e lágrima em cada olhar de seres humanos, como nós, povos indígenas e crianças indígenas.

Hoje, vejo que, como liderança, estou aqui no Congresso Nacional, falando sobre os nossos direitos. Vejo que as crianças da minha comunidade que estão lá, se algum dia... A Presidente do Brasil foi criança também. Hoje ela está sendo Presidenta, e acho que

ela sofreu também, como nós estamos sofrendo nas nossas comunidades. Ela foi criança, e cada criança mulher, menino pequeno, criança jovem quer uma resposta dela assim: que ela respeite os direitos e não venha com um empreendimento de morte para dentro das comunidades indígenas, principalmente o rio. A gente precisa dele para tudo: para tomar banho, para pescar, para fazer momentos de lazer, que o índio hoje precisa.

Hoje, se trouxer um índio de dentro do polo, dentro de suas bases, para a cidade, ele morre. Mas hoje você pode levar um índio e pode soltar ele em qualquer canto de qualquer localidade que seja floresta na Amazônia e ele não morre. Não morre porque lá está a força, lá está a humanidade dele. Lá dentro da Amazônia está a resistência de vida dele e a cultura que ele mantém, como hoje estamos pintados aqui. Isso aqui é a nossa cultura brasileira, o nosso cocar. Estamos aqui hoje enfrentando, brigando pelos nossos direitos.

Ontem, já é pouca a vergonha para o governo brasileiro e esses ministros que apoiam essa obra destruidora. O Ministro Edison Lobão não vai – e nenhum representante dele – à nossa comunidade indígena. Não vai, nem o Governo, nem a Funai, órgão responsável por nós e que está ajudando a acabar com a nossa cultura, a nossa realidade nas comunidades indígenas. Ontem, fomos ao Ministério das Minas e Energia falar o nosso problema, mostrar o impacto que vai acontecer se essa obra for construída, pela nossa própria boca. E não tiveram a consideração, o respeito por nós para recebê-los. Foi uma mulher ontem, foi só mentir... Quando falo que a pessoa foi mentir, ela foi mentir claramente para nós, povos indígenas, nos fazer de bestas, que é isso que o Governo está fazendo aqui em Brasília – nós de bestas. Mas só que ele pensa que vai nos fazer de bestas. Mas, nas nossas bases, nas nossas aldeias, temos nossa cultura e nossa responsabilidade, e vamos lutar até o fim, enquanto não derem uma resposta para nós, desse empreendimento que vai dar impacto nas áreas indígenas no Pará. Falta de respeito também desses ministros que deveriam estar defendendo a causa. Não! Quer aceitar empreendimento, deixando a miséria para os povos indígenas, dentro da terra indígena das nossas aldeias, e não precisamos disso.

Hoje, estamos de partida para o nosso polo, para dentro das nossas bases. Pode ser que hoje à tarde o Ministro das Minas e Energia receba nossas lideranças como lideranças e nossos povos indígenas, cada um lutando pelos seus direitos, para falarmos para ele propriamente, na cara dele, para ele respeitar, que nós não precisamos.

Hoje, vejo essas florestas aqui de Brasília, as árvores... Eu estava hoje olhando para elas e pensando: elas estão deprimidas, estão sob a pressão do ar. O ar delas não é tão importante para elas, como a Floresta Amazônica, do Pará e da Amazônia brasileira. Vocês veem que essas árvores hoje de Brasília são pálidas, não têm a folha adequada, como a folha da natureza. Entendeu? (*Palmas.*) Elas estão sob pressão, na qual... Parentes, essa é a foto. Aí Belo Monte foi construída, a gente já viu o mapa: lá na aldeia, naquela região da Volta Grande do Xingu. O Governo não tem onde colocar esse pessoal. Para a casa dela, ela não vai trazer. Tenho certeza de que, na casa dela, ela não vai colocar. Não está nem nos recebendo, só essa quantia aqui... Vai deixar todo mundo sofrendo.

Como liderança, queria só pedir permissão para tratar de mais alguns itens.

Nosso direito, como eu estava falando, seria: ficar todo mundo, não apenas nós, indígenas, mas toda a população de Altamira. Altamira vai ser toda inundada, completamente. Os pontos que vão ficar de fora são os morros, que são mais altos. Aqueles sim, vão ficar de fora, mas toda aquela região baixa de Altamira vai para o fundo, e aquele pessoal vai junto, porque estão lutando por seus direitos e não estão sendo respeitados.

A mensagem que vou deixar para a Dilma, como mulher do Brasil, como o menino acabou colocando aqui – o Senador, né? –, é que, como liderança indígena, respeito muito ela, mas só não estou gostando de ela agir dessa forma. Ela está aqui no Congresso Nacional para respeitar nossos direitos e manter o Brasil vivo, não morto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à lideranças indígenas, meus cumprimentos ao Josinei, que fez sua exposição. Fez a defesa não só dos povos indígenas, mas também da floresta, e de uma forma muito simbólica: falou das árvores, dos rios, das águas, das folhas e disse que as árvores aqui em Brasília estão tristes. Você foi muito feliz, e o povo que está assistindo pela TV há de entender a sua mensagem.

Neste momento eu passo a palavra, para encerrarmos nossos trabalhos com nossos convidados, à líder do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Passo a palavra à Srª Antônia Melo Silva.

A SRª ANTÔNIA MELO SILVA – Bom dia a todos neste importante evento. Quero, em nome do Movimento Xingu Vivo para Sempre, saudar todas as autoridades da Mesa.

À Senadora Marinor Brito, um abraço especial dos povos do Xingu, porque ela tem demonstrado em suas ações ser uma fiel e verdadeira defensora do Estado

do Pará e da nossa Amazônia. Isto para nós é bastante gratificante: termos uma voz nesta Casa em defesa dos povos e da vida do Pará e de toda a Amazônia.

Saúdo o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, que neste momento contribui muito para o acontecimento desta grande audiência pública.

Quero saudar também todos os amigos e amigas, lutadores e lutadoras que estão aqui nesta plenária, que são os lutadores e lutadoras em defesa da vida, dos povos da Amazônia e de toda a Amazônia. Aqui poderia dar o nome de uma infinidade de pessoas, de entidades, de povos que aqui estão, mas nosso olhar absorve toda essa grande presença tão importante de luta e de defesa, principalmente da nossa Amazônia brasileira.

Saúdo os nossos especialistas, que aqui mais uma vez, nesta Casa – o Professor Célio Bermann, a Professora Sônia Magalhães –, fizeram a exposição sobre o que é esse projeto da hidrelétrica de Belo Monte.

Eu gostaria de reforçar algumas ideias sobre complexo Belo Monte, como bem falou o Professor Célio e a Professora Sônia Magalhães. Há as questões das denúncias dos movimentos sociais e comunidades locais quanto a esse processo da hidrelétrica de Belo Monte, como muito bem foi apresentado no relatório pela Senadora Marinor, essa guerreira corajosa, que, mesmo com tantos obstáculos apresentados pelo Governo, ela foi a Altamira, a cidade-polo da região da Transamazônica, ver *in loco* o que está acontecendo lá em relação à tentativa de implantação desse projeto pelo Governo Federal. E o relatório ressalta muito bem o que está acontecendo lá.

Mas eu queria aqui reafirmar alguns pontos que todos os que falaram colocaram, que é a realidade do que está acontecendo em Altamira e região. Quero reafirmar tudo isso.

Por exemplo: a falta de transparência e a inacessibilidade relativamente às informações que fazem parte do processo de licenciamento e o seu monitoramento. Os relatórios elaborados pelo consórcio Norte Energia, que, diga-se, é um consórcio governamental praticamente, formado por empresas do Governo Federal, são entregues ao Ibama sem que a sociedade civil, principalmente da região de Altamira, tenha conhecimento e acesso a eles. Nós não conhecemos que relatórios são esses que o consórcio Norte Energia, do Governo, está entregando no Ibama, nós não temos acesso a eles. Como é que pode o próprio consórcio formado por essas empresas fiscalizar o que eles estão fazendo, senhores e senhoras? Isso é inconcebível. Isso não pode acontecer num governo que se diz democrático!

A falta de diálogo com a sociedade. Representantes do consórcio Norte Energia e os órgãos governamentais envolvidos com a implantação de Belo Monte não participam dos debates públicos – aqui já foi citada a ausência deles nos debates. Por quê? Porque não querem se confrontar com a sociedade, não querem ser questionados. Este Governo está mostrando que não gosta de ser questionado, que não gosta de ser avaliado. Isso é muito grave numa democracia.

A falta de participação da sociedade civil durante todo o processo. Isso já foi colocado aqui, e eu não quero repetir porque o tempo já está se esgotando. Isso já foi muito bem explicado por todos os que me antecederam nesta audiência.

Autorregulação do processo. O monitoramento das condicionantes é feito pela própria Nesa, já falei. E ressalto: as empresas que fizeram o EIA/Rima de Belo Monte são as empresas que estão no projeto para construir Belo Monte – se for construída. Como é que pode? Como é que se pode colocar a raposa para cuidar do galinheiro? Então, isso mostra um processo totalmente tendencioso, irregular, criminoso acima de tudo.

Ausência de mecanismo que garanta o respeito aos direitos das populações atingidas. O processo de negociação das terras e a avaliação das benfeitorias das populações localizadas na área requerida pela obra foram feitos sem o devido acompanhamento da Defensoria Pública, da Promotoria e da Procuradoria, resultando em abusos, coerção, intimidação e ameaças aos agricultores, indígenas e ribeirinhos.

A cooptação de lideranças e comunidades indígenas já foi muito bem colocada pelos dois amigos da Volta Grande, Ozimar e Josinei. Houve a cooptação pela Eletronorte e pela Norte Energia através de promessas e bens materiais – isso eles disseram bem.

Eu gostaria de ressaltar e reafirmar o que é que sociedade está vendo. É que, infelizmente, após quinhentos anos de ameaça de genocídio contra esses povos, em pleno século XXI, um governo que se diz democrático e popular trata esses povos como porcos, dá comida para tentar que calem a boca. Isso nós não podemos permitir, isso é vergonhoso, isso é um insulto aos direitos desses povos! Isso é um insulto à democracia, isso é um insulto à própria Constituição Federal do nosso País! Por quê? Porque esses povos, há 25 anos, são ferrenhos opositores da implantação dessas barragens no rio Xingu. Então, seria melhor, neste momento, dar algum presente, como eles mesmos disseram, para tentar calar a boca desses povos. Mas nós temos certeza de que eles não se calarão, jamais se calarão diante de um absurdo desse, de um projeto criminoso, como bem já foi ressaltado por eles aqui.

Sobre as irregularidades, não é à toa que há doze ações do Ministério Público Federal e de outras ONGs na Justiça Federal, no Tribunal Regional Federal. Isso demonstra a inviabilidade de um projeto montado sobre irregularidades, sobre mentiras, passando por cima das leis do direito ambiental e dos direitos humanos deste País.

Por fim, quero colocar algumas questões em relação à Comissão de Direitos Humanos do Senado. O que está acontecendo? Nós não estamos percebendo que as comissões de direitos humanos do Congresso, desta Casa e das assembleias não estão vendo ou procurando saber o que está acontecendo com a implantação desses projetos na Amazônia ou em qualquer outro canto do País. Vemos o que está acontecendo em Jirau e em Santo Antônio, em Porto Velho. O Governo nem resolveu os problemas de lá e já passou. Vemos o que está acontecendo em Estreito, no Maranhão: os crimes, as irregularidades, a violação dos direitos humanos. E o Governo não resolveu nenhum desses problemas. E o Governo já se dirige, com toda a força, lá para o Xingu para implantar mais um projeto de destruição e morte, um projeto de violação dos direitos humanos socioambientais, que é esta hidrelétrica de Belo Monte.

Nós não percebemos que o Congresso, que essas comissões estejam interessadas em cobrar do Governo uma posição a respeito. Com exceção de poucos aqui, como o Senador Nery que, no ano passado, promoveu uma audiência nesta Casa, como agora está acontecendo uma audiência para ver as irregularidades da diligência dessa comissão na pessoa da Senadora Marinor Brito.

O que está acontecendo? Nós queremos que a Comissão de Direitos Humanos faça realmente uma audiência com a Presidente Dilma para cobrar dela todos os questionamentos que fizemos na carta entregue à Secretaria Geral da Presidência, no dia 8 de fevereiro deste ano. Aqui estão todas as exigências, todos os questionamentos que, até o presente momento, a Presidente da República não respondeu uma linha.

Nós estamos solicitando que a Comissão vá até o Ibama para fiscalizar os relatórios ali entregues de licenciamento e das condicionantes pelo Consórcio Norte Energia. Nós solicitamos que esta Comissão de Direitos Humanos do Senado faça um documento apoiando a decisão da comissão dos direitos humanos da OEA. Temos visto, infelizmente, com muita tristeza e indignação, respostas do Governo, do Itamaraty rechaçando o que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA, pediu ao Governo brasileiro: a suspensão da construção de Belo Monte e o devido respeito às leis, às oitivas indígenas e tudo mais, como foi dito no documento da Comissão.

O Governo brasileiro considera as solicitações da Comissão precipitadas e injustificáveis. Isso é demais para nossa inteligência. Se não encontramos respaldo no Governo brasileiro e na Justiça brasileira, nós recorremos lá fora aos organismos internacionais dos direitos humanos. E a resposta do Governo, infelizmente, para nos indignar muito mais tem sido esta: rechaçar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Portanto, estamos cobrando da Comissão de Direitos Humanos do Senado e da Câmara dos Deputados um documento que respalde os nossos direitos e apóie as decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA. Esse é um pedido do Movimento Xingu Vivo, dos movimentos sociais que lutam pela paz, pela justiça, pelos direitos deste País, porque nós estamos realmente ficando órfãos de apoio político, de segurança por parte dessas Casas que se dizem representantes do povo brasileiro. *(Palmas.)*

Nesta semana, o próprio engenheiro da Norte Energia – finalmente vimos a cara de um em uma audiência lá na universidade em Altamira, no *campus* da Universidade Federal do Pará – ele teve que dizer... Nós perguntamos: "Os indígenas vão ser atingidos ou não?" E ele teve que dizer: "Os indígenas vão ser atingidos". Porque essa é uma das denúncias feitas na Comissão da OEA. Teve que também falar: "Não começamos a fazer nenhum canteiro de obras porque a chuva não deixa". Graças a Deus, os deuses e as deusas do Xingu são fortes e têm derramado sobre a região muitas chuvas, e eles não puderam ainda fazer nada. Mas estão a cada dia pressionando o Governo, pressionando a Justiça, pressionando o Ibama para ganhar uma das antepenúltimas licenças que é a licença de instalação, para tentar começar a destruição do rio Xingu e dos povos do Xingu.

Terminando, a Presidente Dilma tem nas suas prioridades de Governo, como foi dito na Secretaria-Geral para nós, no dia 6 de fevereiro deste ano, que uma das prioridades é o combate e a erradicação da miséria. Ontem saiu, no jornal *O Liberal,* no Estado do Pará, o Estado mais rico em minérios, com a Vale do Rio Doce lá dentro, com a Alcoa, com inúmeras empresas extraindo minérios e riqueza da nossa região, e o que saiu: "Estado do Pará tem um milhão e quatrocentos mil pessoas na extrema miséria". Então, isso é desenvolvimento? Esses são projetos que o Governo, ao longo dos anos e fortalecido por este agora, chama de projeto de desenvolvimento para a região, onde reproduz...? Ao mesmo tempo a gente respondeu para sua secretaria: "Como é que a Presidente que erradicar a miséria se, a cada dia, os projetos do

PAC, principalmente, transmitem e fazem milhares e milhares de pessoas na miséria?".

Portanto, o meu repúdio total a esse empreendimento e a todos que estão marcados no mapa para a nossa Amazônia. Nós precisamos nos levantar contra isso; nós precisamos cobrar das autoridades do Congresso, da Câmara e do Senado, realmente que essas autoridades representem o povo e fale pelo povo quando as coisas estiverem erradas. Não fiquem assinando para satisfazer a governo a, b ou c, quando os projetos são errados, trazendo morte e destruição para vida do planeta, para a vida dos povos do Xingu, para a vida da nossa Amazônia.

Gostaria que todos ficassem de pé para darmos nosso grito de guerra, de luta, porque não vamos deixar que esse empreendimento acabe com a nossa vida, nem qualquer outro empreendimento dos povos da Amazônia! Vamos gritar forte: Xingu vivo! Xingu vivo! Xingu vivo!

O nosso muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos a Srª Antônia Melo Silva, líder do Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

Agora, temos de ir para os encaminhamentos finais, pessoal, porque, se a gente não for para os encaminhamentos, nós todos ficaremos aqui falando e não se encaminha nada. E depois vocês vão embora dizendo: "Estivemos lá, falaram, falaram, falaram e não deu em nada!"

Então, nós temos de tentar resumir as falas para ir aos encaminhamentos. Espero que o Xingu, que o Sandro me ajude e o Xingu Vivo vai ajudar.

Sandro, ajude-me a traduzir a importância de nos afunilarmos para o encaminhamento na hora de encerrar a sessão.

Só para todos os que estão assistindo à TV Senado, o Sandro vai traduzir para eles esse pedido que fiz.

O SR. SANDRO KAYAPÓ – Obrigado.

(Pronunciamento em língua indígena.)

Eu queria traduzir: por causa exatamente do tempo, não vai poder falar todo mundo. Eu fiz a tradução e eles querem que um representante só dos caciques faça o uso da palavra, só para definir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Uma decisão sábia e inteligente. Meus cumprimentos. Muito obrigado, eu já agradeço. (*Palmas.*)

Vamos seguir a orientação dos caciques.

O cacique Mrypati vai falar em nome de todos os que estão aqui representados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! E vai ter o mesmo tempo dos painelistas.

O SR. SANDRO KAYAPÓ – Não, é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você é quem manda, cacique. Por favor.

O SR. MRYPATI – *(Pronunciamento em língua indígena.*)

O SR. SANDRO KAYAPÓ – A gente agradece por esta oportunidade de estar aqui nesta Casa, discutindo a questão de Belo Monte.

Não vamos repetir tudo aquilo que já foi discutido, porque na verdade já está tudo contemplado na documentação. Então, a palavra que eu tenho a dizer é que nós somos contra Belo Monte! (*Palmas.*)

O SR. MRYPATI – *(Pronunciamento em língua indígena.*)

O SR. SANDRO KAYAPÓ – Ele está agradecendo de novo pela oportunidade e está convocando para que haja uma oitiva – uma oitiva é como se diz? –, para ir às aldeias para acompanhar e ver a realidade das comunidades de perto, ver o que cada um pensa, no caso.

É o que ele está dizendo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Diga para ele que ele está sendo muito feliz e está entrando já nos encaminhamentos e não no discurso. Meus cumprimentos.

O SR. MRYPATI – *(Pronunciamento em língua indígena.*)

O SR. SANDRO KAYAPÓ – Ele agradece. (*Palmas.*)

Podemos prosseguir então.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero agradecer muito ao cacique pela simplicidade e firmeza. Numa única palavra, ele disse tudo: o que ele pensa de Belo Monte, deixando claro que isso não pode continuar. A gente se sente contemplado por palavras sábias e que apontam caminhos.

Agora, a Mesa vai falar, os Senadores vão falar. A Senadora Marinor vai falar, a Senadora Ana Rita e eu farei o encerramento na linha dos encaminhamentos. Mas eu quero agradecer muito a vocês. Porque, se não fosse a sabedoria de vocês, não poderíamos concluir a audiência pública de forma muito positiva, no meu entendimento, se dermos andamento aos encaminhamentos, como pediu o cacique.

Uma salva de palmas a todos vocês! (*Palmas.*)

Passamos a palavra à Senadora Marinor Brito, autora do requerimento para que esta audiência pública acontecesse.

A Srª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom, agora mais tranquila do que quando iniciei a audiência, porque, Senador Paim, é muito difícil traduzir todo esse sentimento de abandono. É difícil traduzir todo esse sentimento de revolta, por parte das populações indígenas, por parte das populações quilombolas, das

populações de agricultores, de pequenos agricultores, de pescadores da região, de estudiosos deste País, que têm se movimentado na perspectiva de gerar estudos que ajudem o Governo brasileiro a respeitar os direitos do povo brasileiro.

Quando iniciei a reunião, estava muito emocionada porque, ao ver o vídeo – e inclusive a gente pode encerrar repetindo o vídeo, Senador Paim –, eu revi a emoção daquelas famílias, eu revi a emoção daquela população humilde, carente, desinformada e até sem esperança. Eu revi e ouvi de novo as falas, durante a diligência, da revolta dos trabalhadores daquela região sobre as ameaças, como bem a companheira Antônia referiu-se aqui, que estão sofrendo aqueles moradores da região por parte dos empreendedores, que já começam a se movimentar no sentido de convencer pelo bem ou pelo mal, por bem ou por mal, cooptados ou não, para se retirarem da área, para não atrapalharem o processo de andamento do projeto de Belo Monte.

Não foi fácil essa caminhada até aqui. Foi muito difícil convencer, como eu disse, o Senado Federal de realizar aquela diligência, de conseguir as condições adequadas ao acompanhamento, ao registro, com detalhes, de toda aquela caminhada que realizamos em Altamira.

Eu já fiz alguns agradecimentos. Não custa nada, repetir, Senador Paim, e registrar aqui, no final desta audiência, a grande contribuição que os técnicos do Senado – em especial os técnicos aqui da Comissão de Direitos Humanos – nos deram durante todo o processo que antecedeu o meu requerimento da diligência até o resultado que se apresenta, seja no vídeo, seja aqui no relatório que estamos entregando à Comissão de Direitos Humanos e ao Senado Federal.

Então, o meu muito obrigada a todos os que interagiram nessa questão. Vocês estão dando uma grande contribuição para a Nação brasileira. E eu tenho certeza de que os povos da Amazônia agradecem e serão eternamente gratos a vocês por esse trabalho digno que vocês estão realizando aqui.

Eu queria aqui, Senador Paim, reforçar alguns pedidos que fiz no final da minha fala, para que este relatório seja encaminhado para as autoridades brasileiras, às autoridades internacionais. Mais: para as universidades brasileiras e a todas as autoridades do Estado do Pará. Mas, também, além do relatório, que nós possamos incorporar nessa documentação o vídeo que foi feito sobre Belo Monte. Eu queria incorporar o material desta audiência, gravado pela TV Senado, para não haver nenhuma justificativa dos Senadores da República que não foram a Belo Monte, que não vieram a esta audiência de que não têm conhecimento de todo o estudo feito.

Por isso eu quero acrescentar também, Senador Paim, todo o material trazido pelo Dr. Célio Bermann, pela Dr. Sônia Magalhães e o material da TV Senado que está sendo transmitido ao vivo para todo o Brasil, ou seja, tudo o que foi dito aqui, inclusive a afirmação das comunidades indígenas, a solidariedade de outros povos indígenas para com os povos indígenas da Amazônia, que declaram, através de uma de suas lideranças, que são contra Belo Monte e que exigem do Governo brasileiro – exigem do Governo brasileiro! – que sejam ouvidos! (*Palmas*.)

O Governo brasileiro não pode continuar mentindo à sociedade brasileira, mentindo à OEA através de seu relatório falso de que as comunidades foram ouvidas, quando, na verdade, os relatórios feitos pelos empreendedores excluem as comunidades indígenas, como se elas não fossem afetadas, não fossem ser afetadas – já estão sendo afetadas... Que o Governo brasileiro respeite o estudo que está sendo feito pelos pesquisadores brasileiros e, sobretudo, respeite o direito dessas nações indígenas, dos quilombolas, dos pescadores, das populações tradicionais e de todas as comunidades da região amazônica.

Não à Belo Monte! Xingu vivo para sempre!

Muito obrigada, Senador Paim, Senadora Ana Amélia, Senadora Ana Rita, nossos convidados e toda equipe de meu gabinete, tanto de Belém quanto de Brasília, que se dedicaram muito à construção deste momento aqui. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta a iniciativa da Senadora Marinor Brito, pela firmeza em suas convicções, que o Plenário respondeu com aplausos ao seu pronunciamento. Passamos, de imediato, a palavra à Senadora Ana Rita e, em minha fala, eu entro nos encaminhamentos.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero aqui, primeiramente, parabenizar todos os caciques que aqui estão – todos! Parabenizar seus parentes que estão aqui representando todas as comunidades indígenas do Pará, que estão aqui exercendo um direito de cidadania, trazendo suas angústias, suas preocupações e os impactos que essa hidrelétrica, com certeza, vai trazer à região. Portanto, parabenizo vocês.

Quero novamente cumprimentar e agradecer todas as autoridades que aqui estão: Professor Célio, da Universidade de São Paulo; Professora Sônia, da Universidade do Pará; Maria das Graças, Procuradora de Justiça do Pará; a líder Antônia, bem como os demais líderes que estão aqui representando as comunidades indígenas.

Gostaria de destacar o seguinte: eu penso que esta Comissão, a Comissão de Direitos Humanos,

cumpre um papel muito importante. Esse papel é o de ouvir a sociedade. Nós tivemos a oportunidade de aqui realizar diversas audiências públicas sobre os mais variados temas. Este é um tema extremamente importante. Então, nosso papel é de procurar ouvir, de fazer o encaminhamento para os órgãos competentes, fazer esta intermediação entre os clamores da sociedade e os poderes constituídos. Esse é o nosso papel. Vocês poderão sair daqui com esta garantia: que esta Comissão fará os devidos encaminhamentos, conforme vocês aqui relataram. É claro que não será esta Comissão que vai resolver os problemas de vocês. Mas o nosso papel será o de encaminhar, o de fazer essa interlocução entre as comunidades indígenas, entre as organizações indígenas e os poderes constituídos aqui.

Então, é com muita satisfação que nós os ouvimos aqui hoje, particularmente eu. Por quê? Eu sou Senadora – vou até me apresentar a vocês – de um Estado chamado Espírito Santo. Lá, nós temos comunidades indígenas que também passam por problemas semelhantes, não exatamente iguais aos de vocês, porque vocês vivem outra realidade lá no Pará. Mas, no Espírito Santo, também já houve momentos de muitas dificuldades. Felizmente, hoje, parte desses problemas, uma boa parte, já foi solucionada, como é o caso da demarcação das terras indígenas. E por que isso foi resolvido? Porque houve uma mobilização forte das populações indígenas, com muita coragem, com muita firmeza, mas também com o apoio da sociedade civil organizada, com o apoio do movimento dos direitos humanos que conseguiram demarcar suas terras.

Então, eu quero parabenizar vocês por estarem aqui, em uma Casa de leis extremamente importante, que é o Senado Federal, trazendo suas reivindicações e exercendo, de fato, o direito de cidadania que tem de ser exercido por todas as pessoas, portanto, também pela população indígena. Então, parabéns a todos vocês, os caciques que aqui estão que, com muita disposição e muita coragem, exercem esse direito. Podem contar com nosso apoio no sentido de encaminhar...

Só para finalizar, Senador Paim, uma questão que muito me chamou a atenção, inclusive na fala do Professor da Universidade Federal de São Paulo, Professor Célio. Eu até conversava com nossa liderança, a companheira Antônia, que, além dos impactos ambientais, que também afetam as vidas humanas, é importante perceber os impactos sociais sobre essa população. Os impactos são inúmeros! Quer dizer: uma grande empresa vai gerar inúmeros empregos, que vai aumentar – e muito – a população daquele território e, com isso, a saúde, a educação, a questão da prostituição e muitas outras questões, com certeza, vão acontecer. É preciso ter um olhar atento sobre essa realidade. É muito bom que vocês venham aqui e façam esta provocação às autoridades públicas – isso é importante! –, que provoquem a nós legisladores também, não é? A nós também. É importante essa provocação a nós, que estamos aqui, que temos o papel de legislar, que temos o papel de representar a população brasileira nesta Casa.

Então, eu quero agradecer a vocês por isso. Para mim, foi muito importante ouvir vocês e conhecer, um pouco mais de perto, essa realidade – que não conheço e tive a oportunidade de conhecer hoje e poder presenciar, através do vídeo e da fala de vocês, um pouco mais dessa realidade. Então, parabéns a vocês e contem com nosso apoio. (*Palmas*.).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Senadora Ana Rita pelo seu pronunciamento.

Agora, nos encaminhamentos, eu queria, primeiro, agradecer a todos nossos convidados que se fizeram presentes. Eu começaria agradecendo ao Sandro. O Sandro, nosso tradutor indígena, para mim, foi muito feliz, tanto nos encaminhamentos como na forma de colocar, deixando bem claro a vocês o que estava acontecendo, em sua língua, e – ao mesmo tempo – com um português perfeito para nós, falando até mais bonito que a gente aqui como Senador. Uma salva de palmas para o Sandro, que mostra a capacidade do nosso povo. (*Palmas*.). Olha, Sandro, português perfeito, politizado, soube entender o momento e, por isso, conduziu com mestria. Portanto, eu vou pedir novamente uma salva de palmas para o Sandro. (*Palmas*.) Ele merece mais do que nós aqui.

Eu quero cumprimentar a Antônia – a Antônia Melo Silva –, líder do Movimento Xingu Vivo para Sempre, e dizer que eu entendi, sim, sua indignação, sua firmeza e suas convicções. Por isso, já nos encaminhamentos, eu vi que você insistiu muito em duas questões: primeiro, que a gente provoque uma audiência com a Presidenta Dilma. Eu quero dizer que nós já fizemos isso, por duas vezes. Hoje, pela manhã, ainda liguei, de novo, para Gilberto Carvalho, que ele recebesse uma delegação dos povos indígenas, que estava aqui em frente do Palácio, que encaminhasse o pedido à Presidenta Dilma e também aos ministros que correspondem à área. Quero dizer que o fizemos e vamos reafirmar, agora, ao terminar esta audiência pública, vou ligar de novo ao Palácio, pedindo que eles não deixem de receber a delegação dos povos indígenas, que, segundo me disseram, foi feito pelo Presidente Lula por quatro vezes. Não é isso, Antônia? Farei esse encaminhamento.

A segunda questão que a líder também levantou aqui foi sobre uma manifestação da Comissão de Di-

reitos Humanos a favor de todo este debate e de apoio à OEA. Eu quero dizer que vou encaminhar. Aqui, eu não posso votar, porque não seria correto. Alguém poderia dizer que eu votei, mas só havia eles na Mesa e não havia Senadores no plenário. Eu vou encaminhar, também, para que a Comissão tome uma decisão em relação também a seu pedido. O.k.?

Então, os dois pedidos colocados...

A SRª ANTÔNIA MELO SILVA – Se me permite, eu esqueci, em minha fala... A Vice-Presidenta, Senadora Ana Rita, falou que todas as propostas, todos os relatórios, todas as conclusões, tudo o que foi realizado e falado nesta audiência vai ser encaminhado às autoridades competentes. Gostaria de ressaltar a importância de que seja encaminhado para o Tribunal Regional da Primeira Região, aqui de Brasília, para a pessoa, principalmente, da Desembargadora Selene Maria, que está com os processos – são doze os processos que estão no Tribunal Regional Federal sem respostas – referentes a tudo, às irregularidades, enfim, ao crime que é o Projeto Belo Monte.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acatada também sua recomendação. Peço à Secretaria-Geral da Mesa que encaminhe também a última proposta da Srª Antônia.

Cumprimento a Srª Maria da Graça Azevedo da Silva, Procuradora da Justiça e Coordenadora do Núcleo do Meio Ambiente do Ministério Público do Pará. Nossos cumprimentos. Parabéns pela fala.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador, uma contribuição do...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora aqui fala sempre. Mesmo que eu dissesse não; ela diria: com base no Regimento, estou com a palavra.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas ele nunca faz isso. Ele sempre divide o tempo com todos os Senadores e Senadoras.

Senador Paim, o neto do cacique Raoni, Patxon Metyktire, pediu que eu lesse esta carta – que V. Exª poderá comentar na finalização da nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode fazer a leitura, Senadora.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Uma carta às lideranças indígenas do acampamento Terra Livre.

"Prezados senhores, pela presente carta, nós, Mebengôkre, do Estado do Mato Grosso, apoiamos o Movimento Terra Livre, na Capital Federal. Devemos reivindicar e cobrar do Governo que respeitem nossos direitos, garantidos pela Constituição Federal e pela OIT.

Oportunamente, gostaria de deixar claro nossa posição contrária à construção da hidroelétrica no rio Xingu ou de qualquer outra em área indígena. Se estiverem pedindo a saída do atual Presidente da Funai, junto ao Ministério da Justiça, nós damos o total apoio. Ele está prejudicando o índio e está trazendo muito prejuízo.

Neste momento, é hora de união dos povos indígenas, vindos de todos os cantos do Brasil, em favor de nossos direitos e de cobrar das autoridades soluções para os problemas enfrentados em nossas comunidades.

Atenciosamente."

Assinam Raoni e um grupo enorme de caciques de várias etnias que se encontram presentes aqui em Brasília, no acampamento Terra Livre.

Então, a gente pede também para incorporar essa carta ao conjunto dos relatórios que vão ser entregues aos Senadores e às autoridades brasileiras. Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Quero agradecer também ao Célio Bermann, Professor e Doutor da Universidade de São Paulo. Agradecer também a Sônia Magalhães, Antropóloga e Professora da Universidade Federal do Pará, ao Bruno Soares Valente, Procurador da República que esteve aqui conosco, agradecer às lideranças aqui presentes na Mesa, Ozimar Paquiçamba, aldeia Volta Grande do Xingu, Josinei Terrãwangã, aldeia Arara, e aqui nos encaminhamentos, como já havíamos acertado, pediram para registrar – é claro que vou registrar – que houve um entendimento de que só falaria um cacique, que falou, mas eles pedem que eu registre o nome, pelo menos. Claro que vou atestar a presença do cacique Celestiano, Xavante, Humberto Xavante e Carlos Pankararu.

Agora, eu pediria silêncio neste momento, pessoal, porque agora vou entrar fortalecendo os encaminhamentos. Todo o material do relatório feito pela Senadora Marinor Brito, que esteve lá em nome da Comissão, será encaminhado a todas as autoridades em nível federal e também às autoridades do Pará, com o adendo colocado aqui pela Antônia, que já está registrado. Segundo, o vídeo desta audiência pública também será remetido a todas as autoridades e aos Senadores, como foi solicitado. Por fim, dizer a todos vocês que o pedido que estava nos encaminhamentos, entre nós acordado, será remetido à Presidente Dilma, que já fiz por duas vezes. Vou nesta audiência reforçar para que ela receba, ainda esta semana, o pedido.

Por fim, gostaria, simbolicamente, mas para nós fica nos Anais, que nós colocássemos em votação, simbolicamente, os encaminhamentos. Se vocês concordarem com os encaminhamentos, todos levantariam a mão dizendo que concordam com os encaminha-

mentos. Se todos levantarem a mão, significa que há uma concordância. Mediante esse gesto simbólico, eu pediria uma grande salva de palmas a toda a nação indígena. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública.

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 09 DE MAIO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas do dia nove de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assina o livro de presença o Senador **Paulo Paim**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta**: Item único** – **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 56, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/04/11, **"para debatermos a Política Salarial dos Aposentados e Pensionistas em decorrência da LDO fixar o valor do salário mínimo em R$ 616,34 e o fator previdenciário"**. Convidados que comparecem e fazem uso da palavra, nesta ordem: Gilberto Guerzoni, Consultor Legislativo do Senado Federal; Paulo José Zanetti, Diretor Institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados em representação ao Senhor João Batista Inocentini, Presidente do Sindicato dos Aposentados da Força Sindical; Nelson Miranda, Diretor Financeiro da Confederação Brasileira dos Aposentados em representação ao Senhor Warley Martins Gonçalles, Presidente da COBAP. Faz uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente franqueia a palavra para diversas lideranças dos aposentados presentes no plenário da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e um minuto, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordináriada 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a submeto à votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública.

Nos termos do Requerimento nº 56/2011 da CDH, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 19/04/11, essa audiência pública tem o objetivo de debatermos a política salarial para os aposentados e pensionistas e também a história do famigerado fator previdenciário, que é o instrumento usado par reduzir praticamente à metade o salário do aposentado no ato do cálculo do benefício. Todos nós sabemos que a partir da aprovação da nova política salarial que todos nós ajudamos a construir, a qual faz com que o salário-mínimo suba conforme a inflação mais o PIB, uma vez por ano, em 1º de janeiro, em 1º de janeiro do próximo ano, o salário-mínimo, dependendo, naturalmente, da Presidenta, poderá chegar a R$616,00 a R$620,00, ou melhor, em torno de R$616,34. Isso será, mais ou menos igual a um reajuste em torno de 14%. Se nada for feito, ao aposentado e ao pensionista: será dada somente a inflação, que deve ficar em torno 6%, ou seja, o aposentado receberá em janeiro menos do que a metade do valor concedido ao salário-mínimo se nada for feito. Nós fizemos uma grande mobilização no ano passado, liderada principalmente pela Cobap, junto com as centrais e outras entidades e conseguimos aprovar 7,72%, que foi fundamental, foi a primeira vez, nos últimos dez anos, que o aposentado e o pensionista receberam a inflação mais 80% do PIB, que resultou em 7,72% Se não, historicamente, o aposentado acaba recebendo somente a inflação. Todos nós sabemos que se nada for feito, a tendência, no futuro, tendo em vista o Regime Geral da Previdência, é o aposentado receber somente um salário mínimo, porque o salário-mínimo sobe, a inflação mais o PIB, e o aposentado recebendo somente o correspondente à inflação, é matemática, com os anos todos vão receber o benefício somente de um salário-mínimo.

O objetivo da reunião de hoje é debatermos uma política de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas para combater esse arrocho imposto desde a Constituição até hoje e pelo outro lado debatermos também o famoso fato previdenciário. Todos sabem que foi aprovado em uma lei de 1999. De lá para cá temos travado uma batalha quase diária conta o fato, mas ainda não conseguimos derrotá-lo. É uma lei criada ainda na época do Governo anterior, no Governo do Presidente Henrique Cardoso, mantida durante o Governo do Presidente Lula e agora no Governo a Presidenta Dilma – estive com na véspera da política do salário-mínimo e ela me assegurou que ia abrir o debate – é o que estamos fazendo – para construir uma alternativa ao fator previdenciário e também avançarmos na discussão de uma política salarial para o aposentado.

De lá para cá – estou fazendo uma retrospectiva –, nós já tivemos três reuniões com o Ministério da Previdência, três ou quatro reuniões. Uma reunião foi com os consultores do Senado, com os técnicos do tema do meu gabinete e também com os técnicos do Ministério da Previdência. Nessa reunião, avançamos um pouco no debate. Depois tivemos uma segunda reunião, já com a presença também dos técnicos da Cobap – se não me engano, o Floriano a representou –, em que também avançamos na discussão.

Tivemos outra reunião – aí estive presente com toda a direção da Cobap, com representantes de 22 ou 24 Estados – com o Ministro Garibaldi. Estive lá também, e aprofundamos o debate sobre esses dois temas.

Mais recentemente, o Ministro Gilberto Carvalho recebeu as centrais sindicais, a Cobap e as outras entidades de aposentados e pensionistas – a Força, a CUT, enfim, as outras centrais –, e fizeram um bom debate sobre a questão de uma política de valorização do benefício do aposentado e sobre uma alternativa ao fator previdenciário.

Nessa reunião, marcou-se outra, que vai ser no dia 11, não é Moacir? No dia 11, há outra reunião entre a Previdência e as lideranças dos aposentados. O Moacir, da Cobap, está aqui presente e já confirmou a presença.

Eu me tenho dedicado muito a esse tema. Tenho viajado pelo País, discutindo a questão da Previdência. Nós, em todos os lugares a que vamos, provamos, com a maior tranquilidade, que a Previdência não é deficitária. Lembro-me – aqui está a Dona Josefa – de que, no último painel de que participamos juntos, promovido pelo Ministério da Previdência, enfatizamos: quem pega o fator? Quem pega o fator são os trabalhadores do Regime Geral da Previdência.

Pois aos trabalhadores do Regime Geral da Previdência, que são os celetistas: a Previdência deu um superávit, divulgado pelo próprio Ministério da Previdência recentemente, de R$14,9 bilhões, ou seja, de R$15 bilhões.

Aqueles que mais pagam à Previdência – por isso a Previdência tem um superávit de R$15 bilhões – recebem como prêmio o tal do fator, que confisca a metade do salário, principalmente da mulher, no ato da aposentadoria.

Por isso, temos trabalhado muito com esse tema. Nesse fim de semana, no Rio Grande do Sul, tivemos uma plenária na Grande Porto Alegre. Foi em Esteio, com a presença de líderes das centrais e com delegações e entidades dos aposentados, e se acertou que vamos fazer mobilizações em todo o País – vamos iniciar pelo Rio Grande –, fazendo com que a população se mobilize e ajude naquilo que chamo de pressão democrática, quase uma cruzada nacional, para ver se neste ano resolvemos essa questão do fator e asseguramos uma política para os aposentados e pensionistas que acompanham o crescimento do salário mínimo. Se não for integral, vamos ver o que podemos assegurar.

Tenho dito, por onde tenho passado, quando me perguntam se a Previdência é ou não deficitária, que, se o fosse, não estariam – vamos pegar só os últimos 10 anos; se quiserem, pego os últimos 20 anos –, todo ano, diminuindo as contribuições para a Previdência. Aqueles que contribuem para a Previdência – não o trabalhador, que, pelo contrário, sempre aumentou as contribuições que paga religiosamente, descontadas do seu salário. Mas a parte patronal historicamente vem diminuindo. Quando diminui a tributação sobre o lucro, sobre o faturamento, sobre a folha ou a COFINS, a Previdência em tese passa a arrecadar menos. E esse é um fato real. É um fato real! É só vermos a última decisão de que o empreendedor individual vai passar a pagar somente 5% sobre a folha para a Previdência, quando, há tempos, todos pagavam 20%. Ele vai passar a pagar 5%.

Não sou contra essa MP que está aqui, no Congresso Nacional, porque tenho dito: "não sou contra porque a Previdência é superavitária; se ela fosse deficitária, eu seria contra". Aqueles que dizem que ela é deficitária deveriam, neste momento, levantar: "como é deficitária se eu estou reduzindo as contribuições a pagar sobre a folha?" Eu não sou contra porque tenho convicção de que ela é superavitária.

Há também uma proposta de reforma tributária, que está na Câmara dos Deputados, que também reduz a contribuição patronal sobre a folha para menos de 15%. Ora, se vai reduzir também sobre a folha o conjunto dos pagamentos dos salários por parte do empregador, que paga o teto, algum motivo há. Só pode haver proposta de reduzir porque eles entendem que ela é superavitária. Então, quando interessa para alguns, eles dizem que é superavitária. Na hora de dar o reajuste para o aposentado... Então, o discurso que é deficitário. Vejam a contradição. Na hora de reduzir as contribuições para o grande capital, para a Previdência, alega-se que pode reduzir porque ela não é deficitária. Na hora de pagar o reajuste do aposentado e do pensionista, aí a fala é outra. Tem que reduzir o percentual a pagar porque ela seria deficitária.

Eu nem estou aqui levantando todos aqueles dados que nós, depois, poderemos aprofundar. Por exemplo, eu estou esperando a chegada do Guerzone. Vou chamar o Guerzone para vir à Mesa. Ele vai fazer a primeira exposição. Eu nem estou levantando aqui a questão da DRU, que retira 20% de todos os recursos da Seguridade, que chega a praticamente 50 bilhões.

Estou retirando 20%, que corresponde a 50 bilhões. Daria paga pagar, com tranquilidade, o beneficio dos aposentados, de forma integral, sem o famigerado fator previdenciário.

Lembro também que o fator só se aplica para os mais pobres, aqueles que ganham, no máximo, até R$3.650,00. Sabemos hoje que a ampla maioria dos benefícios fica em torno de, no máximo, R$2 mil. A maioria recebe um salário mínimo; depois, a ampla maioria, até 2 mil; e uma pequena exceção, R$3 mil. Então, para esse universo aplica-se o famigerado fator. Agora, para o Executivo, para o Legislativo, para o Judiciário, onde o teto chega a ser mais de R$27 mil – poderíamos dizer em torno de R$28 mil –, não se aplica o fator previdenciário. E nem deve aplicar, mas não deve aplicar a ninguém. Por isso, tenho feito esse debate. Este vai ser o eixo desta audiência pública: a retomada – eu diria – da mobilização e do debate no Congresso Nacional para alterarmos a legislação.

Eu ainda esclareço algo, porque muitos me dizem: "não, mas, na época do Lula, o Lula vetou o seu projeto". Não é verdade. O Lula não vetou o meu projeto que acaba com o fator previdenciário. O meu projeto que acaba com o fator, que aprovei aqui há mais de quatro anos, está engavetado na Câmara dos Deputados. O que o Lula vetou foi uma emenda à uma medida provisória feita, na época, pelo Deputado Coruja. Enfim, não houve entendimento. Mas o meu projeto está pronto para ser votado e ele, sim, é que altera com profundidade esse tal fator que prejudica a tantos.

Alem disso, quero também lembrar a todos que o Senado já aprovou o projeto que nós apresentamos, como também aprovou o fim do fator. Ambos estão na Câmara dos Deputados. É a Câmara que tem que votar e fazer a sua parte.

Com essa introdução, eu queria, no início do debate no dia de hoje, passar a palavra para o Guerzone, um dos nossos consultores da Casa, cuja especialidade, entre tantas em que sei que ele tem competência e assessora todos os Senadores, é também a Previdência.

Queria, Guerzone, no primeiro momento, se possível, que você, que conhece bem a PEC nº 10, uma proposta de emenda constitucional que eu apresentei, a partir de um debate, de uma contribuição que recebemos aqui do Senado, fizesse uma exposição da PEC nº 10 na forma original. Depois do desdobramento, a gente conversa num segundo momento.

Para os que chegaram neste momento, fiz um rápido histórico, quase que da Constituição para cá, mas fiz rápido. Como é que surgiu o fator previdenciário, o arrocho salarial imposto aos aposentados. Se nada for feito, todos ganharão salário mínimo lá na frente se não tivermos uma política. E convidei o Guerzoni, que é técnico aqui do Senado, consultor da Casa, para que ele fizesse, em primeiro lugar, uma exposição do que é a PEC nº 10. Se puder também, Guerzoni... O que eu percebo? Eu tenho viajado ao Brasil todo, praticamente, ou tenho ido à maioria dos estados, fiz uma bela plenária agora no Rio Grande do Sul. A maioria não sabe o que é a PEC nº 10 e a maioria não sabe o que é a tal de fórmula 85/95. Muitos pensam que 85/95 é a idade que a mulher vai ter para efeito de aposentadoria, que ela teria que ter 85 anos e o homem 95. Não é nada disso, isso não existe. Aqui o Guerzoni vai poder explicar as duas fórmulas, porque essas duas fórmulas é que estão no centro do debate no momento. A PEC nº 10 trata da idade mínima e a outra, a 85/95 é a soma de idade mais tempo de contribuição.

Mas eu queria, antes de o Guerzoni já iniciar, deve estar aqui no plenário já quem vai representar a Cobap. Quem vai representar a Cobap deve ser o Nelson. Então, eu convido para a Mesa... *(Pausa.)*

É o Nelson? Estava o Moacir aqui. O Sr. Nelson de Miranda Osório, Diretor Financeiro da Confederação Brasileira de Aposentados – Cobap. Seja bem-vindo para a Mesa, Nelson (*Palmas*.)

Não sei se está previsto também algum outro companheiro para a Mesa. Há de alguma outra central presente? Isso, exatamente. Então, representando o Sindicato Nacional dos Aposentados, professora Maria Antônia, por favor.

A SRª MARIA ANTÔNIA MAGALHÃES – Zanetti, você vai representar o João? Vai lá, pode ir para a Mesa. Vai você.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bom dia. Como é o nome dele?

A SRª MARIA ANTÔNIA MAGALHÃES – Zanetti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Zanetti então. Convido o Sr. Paulo José Zanetti, Diretor Institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados, em representação ao Sr. João Batista Inocentini, Presidente do Sindicato dos Aposentados da Força Sindical. Se houver o representante de uma outra entidade, também a gente convida para a Mesa. Esses são os que chegaram até o momento.

Então, de imediato vou passar a palavra para o Guerzoni para que ele faça uma exposição muito mais técnica para depois nós iniciarmos o debate sobre a questão das duas propostas que estão em debate, que é a PEC nº 10, que é de nossa autoria, e a fórmula 85/95, que é uma fórmula que já é usada para os servidores públicos para efeito de aposentadoria.

Guerzoni com a palavra.

O SR. GILBERTO GUERZONI FILHO – Obrigado. Bom dia a todos.

Bom, nosso objetivo aqui é colocar algumas, explicar um pouco como é a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2008, cujo primeiro signatário é o Senador Paulo Paim.

Essa proposta foi apresentada pelo Senador no dia 19 de março de 2008, já tramita na Casa há mais de 3 anos. Durante um longo período, ela teve algumas idas e voltas de apensamento e desapensamento e, finalmente, no dia 13 de outubro de 2009, ela chegou a ganhar um parecer favorável do Senador Alvaro Dias, que era o Relator. Ele apenas fez uma emenda de redação corrigindo um pequeno detalhe na proposta, sem alterar o mérito, mas o parecer do Senador Alvaro Dias não chegou a ser votado pela Comissão de Constituição e Justiça e, com o final da Legislatura, as Comissões se renovam. Então, a proposta se encontra hoje aguardando a designação de um novo Relator. Está na Comissão de Constituição e Justiça para designação do seu novo Relator.

Bom, o objetivo central da proposta é aproximar o regime de aposentadoria, o Regime Geral de Previdência Social do Regime de Servidores Públicos, como ele foi desenhado, a partir das emendas Constitucionais nº 20, de 98, e nº 41, de 2003. Então, como regra geral, ele estabelece a idade mínima para concessão de aposentadoria no Regime Geral, como é para o servidor público. Ou seja, os homens têm que ter 60 anos de idade e 35 de contribuição e as mulheres 55 anos de idade e 30 de contribuição. As duas exigências são cumulativas. Há claras exceções, o professor tem uma redução de 5 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Guerzoni, a gente vai interagindo para o pessoal entender bem. Essa fórmula é para quem for entrar no sistema daqui para frente. Quem está assistindo em casa e mesmo aqui no plenário, o Guerzoni vai fazer toda ilustração e as devidas explicações. Vejam bem como ele diz ali. Bem como a regra de transição, 60 anos e 55 seria para quem assinasse a carteira de trabalho. Digamos que fosse aprovada hoje, a partir de hoje. Depois ele vai explicar essa de transição.

O SR. GILBERTO GUERZONI FILHO – Essa regra é um objetivo. Chegar-se-á lá, como a gente vai ver em seguida, depois de um tempo de transição. Há várias regras de transição. Essa é a regra geral, que vai constar na Constituição como regra permanente.

E aí, nós teremos aqui a primeira regra de transição, que também é inspirada na regra do servidor público. Ela estabelece imediatamente a idade mínima de 51 anos para homem e 46 para mulher. A essa idade se chegou a partir da soma da idade mínima de ingresso no mercado de trabalho, que é de 16 anos no Regime Geral, mais 35 anos para o homem e 30 anos para a mulher. Vamos supor que a emenda fosse aprovada no ano de 2011, neste ano. No ano de 2011, nós teríamos uma idade mínima de 51 anos para os homens e 46 para as mulheres. Essa idade mínima subiria um ano a cada 3 anos até se chegar ao final do processo, que seriam 60 e 55. Então, nós teríamos em 2011 os 51; em 2014, subiriam os homens para 52 e as mulheres para 47; em 2017, mais um ano; 2020, 23. Ou seja, as idades de 60 e 55 seriam atingidas apenas no ano de 2038. A cada três anos civis nós teríamos o aumento de um ano na idade. Isso se inspirou na do servidor público, na Emenda 20, em que as idades mínimas foram estabelecidas em 53 e 48, porque no serviço público, como se sabe, a idade mínima de ingresso é de 18 anos. No mercado de trabalho privado, a idade mínima condicional é de 16 anos. Então, essa foi a regra para o estabelecimento. Então, essa é a primeira regra de transição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se permitirem fazer um comentário, eu, particularmente, quando se fala idade mínima, e quem está assistindo em casa, essa PEC para mim é bem melhor do que a 85/95. Não sei se vocês perceberam, mas têm que perceber. Claro que aqueles que fazem cálculo sabem. Que a 85/95 entra em vigor de imediato, significa que homem 60 e mulher 55, de imediato. Essa não. Porque na 85/95 tem que somar e tem que dar, se não der você não está consagrado com a integralidade. Essa, você vai só lá em 2038 que você estaria aplicando a fórmula 85/95. O cidadão, digamos, hoje, cada um que está assistindo em casa neste momento, o homem diz: "Estou com 53 anos", se até 2017 ele atingir 53, ele pode se aposentar com tranquilidade, desde que ele tenha cumprido os 35 anos de contribuição, aí vai vendo a data correspondente. Eu só estou ilustrando mais.

Em 2035, assim mesmo, o cidadão com 59 anos poderá se aposentar com a integralidade. Mas a ampla maioria dos cidadãos que está na expectativa de se aposentar, olhando essa tabela, que está á disposição também tanto no *site*, no nosso *site* do gabinete, como vamos deixar à disposição aqui na Comissão de Direitos Humanos, ele ia olhar a tabela e ver a possibilidade de se aposentar com a idade e o tempo de contribuição, sempre lembrando que para ambos tem que ter 35 anos o homem e 30 a mulher. Vejam que a mulher começa com 46 e somente dali a três anos é que vai aumentar novamente a idade dela para efeito de aposentadoria, ou seja, no que estamos falando aqui, ao tempo de contribuição.

Eu só estou dando uma...

O SR. GILBERTO GUERZONI FILHO – É, só lembrando, como o Senador Paim registrou, a apo-

sentadoria aqui é sempre sem a aplicação do fator previdenciário. A PEC implica o estabelecimento do limite de idade com essas regras de transição, mas a extinção imediata da aplicação do fator previdenciário.

Então, em todos esses exemplos que vamos ver aí, o trabalhador se aposentará com esses limites de idade, mas sem o fator previdenciário. Ou seja, o seu salário de benefício será igual à média do seu salário de contribuição, sem aplicação de nenhum tipo de redutor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só uma frase, pessoal. Eu noto que o pessoal não leu essa PEC nº 10 e é contra, alguns. Não sabem o que é a PEC nº 10. Por isso que, nessa audiência de hoje, a gente está...

Eu confesso que, se eu tivesse para me aposentar, eu assinaria embaixo dessa PEC nº 10 dez vezes e diria "aprova logo isso para eu me aposentar".

E tem gente que diz "não, eu sou contra porque trata da idade mínima". Quer dizer, não estudou de que idade mínima nós estamos tratando aqui. Não sabe ele que no fator já está embutida a idade mínima, que é de 60 anos para homem e de 55 para mulher.

No fator já há uma idade mínima, que aqui, na PEC nº 10, só vai ser aplicada em 2038 e no fator está sendo aplicada hoje. Quem quiser se aposentar com salário integral, com o fator, vai estar embutida ali a idade de 55 para a mulher e 60 para o homem.

Aí o camarada às vezes fica em dúvida sobre o que é melhor para ele, a PEC nº 10 ou a fórmula 85/95. Eu não sei qual vai passar, porque depende de negociação com o Executivo e no Congresso, mas, se eu pudesse me aposentar pela PEC nº 10, eu pegava de olhos fechados, como eu diria.

O SR. (Orador não identificado) – Senador, me permite só... Mas essa média é dos últimos 36 meses ou de julho de 94?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós não estamos entrando nessa questão. A média dos últimos 36 não entra aqui. Nós estamos discutindo aqui a idade mínima. Como é que você faz com a idade mínima? Como é hoje? Todo o cálculo hoje, com o fator, como é que você faz? Como é com o fator? O fator é de 94. Então, nós não estamos entrando nisso. Agora, com o fator, é tudo de 1994 e tu tem ainda que ter 60 anos e 55. É isso que eu estou explicando, que as pessoas às vezes não entendem.

Olha, mesmo que fosse... Digamos que seja 94. É mil vezes essa aí que o fator e mil vezes a outra, a 85/95. E tem gente que vacila ainda, porque não entendeu e não leu a PEC nº 10. Tem gente que diz assim: "Não vi, não sei, mas não gostei". "Não provei e não gostei".

Então, a PEC nº 10, pessoal, eu diria que é o sonho de cem por cento dos trabalhadores que estão para se aposentar. E tem gente que até hoje continua dizendo "ah, não sei se..." Vai ler, pede para os técnicos, senta... A PEC nº 10 a gente mostra que não tem errada.

Eu não quero defender tanto aqui, porque aí o lado de lá vai dizer "se é tão boa assim, vamos ser contra, porque o Paim só pensa no lado de cá". Eu estou dizendo alguns técnicos da Previdência.

Vou parar de atrapalhar.

O SR. GILBERTO GUERZONI FILHO – Não, o que é isso?

Então vamos ver um exemplo dessa situação.

A gente pega um cidadão, um homem que tenha hoje 48 anos de idade e 32 anos de contribuição, supondo que a PEC seria aprovada este ano. Hoje, a idade mínima estabelecida vai ser de 51, e esse cidadão tem 48 e 32. Ele não pode se aposentar nem pelo tempo de contribuição, nem pela idade. Se a PEC não estivesse em vigor, esse cidadão poderia se aposentar em 2014, ou seja, daqui a três anos, porque ele teria os 35 anos de contribuição e não há exigência de idade mínima hoje. Ele teria 35 e 51 de idade. Só que esse cidadão teria aplicado sobre ele o fator previdenciário, que, nessa faixa de idade, é bastante elevada. Ele teria um redutor, provavelmente, da faixa de quase 30% do seu salário de benefício com a aplicação do fator.

Aqui, ele teria que trabalhar mais um ano para chegar á idade de 52, porque em 2015 ele já teria atingido a idade de 52 anos, e 36 de contribuição. Ou seja, ele trabalharia mais um ano e, em compensação, não teria a aplicação do fator previdenciário sobre o seu benefício de aposentadoria. Seria a compensação pela não aplicação do fator um ano a mais de trabalho.

O que vocês podem observar é que, quando o cidadão está próximo da aposentadoria, o efeito da PEC é bastante suave sobre esse segurado. Na medida em que ele se afasta, o efeito fica um pouco maior, já que a expectativa é maior do segurado.

Aí existe a outra transição. Esse foi o exemplo da primeira transição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ajudar.

Sempre nós colocamos ainda outras opções, para o trabalhador escolher: "não, essa transição para mim é boa" ou "para mim, essa outra é melhor ainda". Ele pode escolher uma ou outra.

O SR. GILBERTO GUERZONI FILHO – Então, a segunda é a que o Senador Paim lembrou, a fórmula 85/95, mitigada, com uma vantagem para o trabalhador.

A fórmula 85/95 existe para o servidor público. Ela permite que o servidor se aposente... Ela foi resultado,

na verdade, da chamada PEC Paralela da Previdência. Foi uma emenda do Senador Paim que assegurou aos servidores públicos integralidade e paridade quando eles tivessem a soma da sua idade mais a soma do tempo de contribuição igual a 95 se homem e 85 se mulher. Isso permite, por exemplo, que um servidor público que tenha começado a trabalhar mais cedo não precise atingir os 60 anos para se aposentar. Ele pode ter, por exemplo, 55 anos de idade e 40 de contribuição. Se ele começou bem cedo a trabalhar, a soma permite que ele se aposente mais cedo, para beneficiar aquele servidor que começou a trabalhar mais cedo.

Essa mesma regra se estende na PEC nº 10. Ou seja, todo segurado que tiver mais de 35 anos de contribuição, se homem, ou 30, se mulher, poderá reduzir um ano no limite de idade a cada ano de contribuição que ele tiver.

Só que aqui ainda tem a vantagem que isso se aplica ao limite de idade vigente no ano que o trabalhador for se aposentar. No caso do servidor, se aplicou diretamente 60 e 55. Não há uma regra de transição para a fórmula 85/95 do servidor.

Aqui, nós teremos, também, uma regra de transição, como a gente pode ver no exemplo seguinte.

Então a gente pega um homem que tenha 30 anos de idade e 14 de contribuição agora no início do ano de 2011. Ele vai poder se aposentar aos 55 e 39 de contribuição. A soma, vocês podem ver, é menor do que os 95 porque ele não tem que ter 95 no ano em que ele se aposentar, já que no ano em que ele se aposentar a idade ainda é de 55. Então, na verdade, esse segurado terá uma vantagem com relação à transição.

Então, observem que o segurado tinha 30 anos e 14 de contribuição. A idade mínima, hoje, é de 51. No ano em que ele for se aposentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitir, todo mundo que está aqui, nossos convidados todos conhecem o tema, tanto da Mesa quanto do plenário.

Se vocês tiverem alguma dúvida, algo que não entenderam, perguntem, porque a audiência pública de hoje tem esse objetivo, fazer com que não somente vocês, mas estamos ao vivo pela TV Senado, fazer com que o Brasil conheça um pouco o que é essa 85/95, o que é PEC nº 10, para aonde vamos, o que é possível para fazer acordo. Nós não vamos aqui fazer acordo, mas precisamos conhecer com profundidade esse tema que envolve a vida de todos os brasileiros.

Então, se tiverem alguma dúvida, perguntem que o Guerzone responde, ou nós da Mesa, se pudermos.

O SR. GILBERTO GUERZONI FILHO – Então, no ano de 2036, como vocês podem ver ali, esse segurado terá 39 anos de contribuição. Como ele terá superado em quatro anos o tempo mínimo de contribuição, que são 35, ele poderá reduzir em quatro anos a idade mínima com a qual ele pode se aposentar. Só que, no ano de 2038, a idade mínima é de 59, ainda não chegou aos 60, então o redutor é sobre os 59. Ele pode se aposentar aos 55, que é a situação desse segurado nesse ano. Então, ele vai poder se aposentar em 2036. Na verdade, a fórmula aqui dele chegará 94, não chegará a 95 ainda, porque a idade mínima no ano de 2006 não chegou aos 60 ainda. Ou seja, essa é mais uma vantagem para o segurado, que permitirá que a transição seja mais suave ainda do que a que foi para o servidor público.

Temos um segundo exemplo.

Por favor.

Vocês podem ver que antes nós tínhamos visto uma pessoa mais jovem, que tinha 30 anos agora em 2011. Se a pessoa for um pouco mais velha, já tiver 40 anos, tiver mais tempo de contribuição, a vantagem é maior. Ou seja, quanto mais próximo o segurado estiver da aposentadoria, como a gente comentou, menos ele será afetado pela PEC. Esse segurado que tinha 40 anos e 24 de contribuição, aos 37 anos de contribuição – ou seja, ele poderá reduzir em dois anos, já que ele tem dois anos a mais do que 35, ele reduz seu tempo de contribuição em dois anos, sua idade em dois anos –, ele poderá se aposentar aos 53 anos no ano de 2024. Porque, no ano de 2024, a idade mínima estará em 53. Como ele pode diminuir dois anos, porque ele tem 37 de contribuição, ele poderá se aposentar aos 53. Vocês podem observar que, nesse caso, a soma dele deu 90. O exemplo anterior dava 94, para um segurado mais jovem. Esse segurado um pouco mais velho, mas também bastante jovem, 40 anos este ano, poderá se aposentar quando a soma da sua idade e tempo de contribuição chegar a 90, e não necessariamente a 95. Pode observar que a transição é bem mais suave quanto mais próximo a pessoa estiver da aposentadoria.

Mas não são apenas essas duas transições que existem. Nós temos também mais uma terceira transição, que visa tentar minimizar o problema daqueles que já se aposentaram com o fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Vejam bem que essa, permita-me, é a que mais nos perguntam por onde viajamos, pelo mundo e pelo Brasil. Pelo mundo, porque lá fora não existe. Eles dizem: que maldito fator é esse que vocês inventaram, só falta mandarem para cá. Quer dizer, os outros países já estão reclamando, com medo que mandem para lá. (Risos.) E o que mais me pedem: sim, mas quem já se aposentou? Agora, tudo bem. Com a PEC 10, seja o que for, vocês terminam com essa modalidade

desse tal de fator. Como fica a situação de quem já se aposentou? Aí o Guerzone construiu uma alternativa, pelo menos, que atenua.

O SR. GILBERTO GUERZONI FILHO – Porque a aposentadoria, Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Deixa só ele entrar nessa questão que, em seguida... Você vai ver que tem um microfone aí na sua frente. Deixa só ele responder esse quadro, daí você aperta um botão preto, vai acender uma luz verde, e você poderá perguntar, logo após a exposição.

O SR. GILBERTO GUERZONI FILHO – Essa é a nossa última transparência, a PEC nº 10, e aí complementa.

Porque, hoje, para aquele que se aposentou com o fator, conforme o entendimento do Supremo Tribunal, a aposentadoria se aplica à regra da data em que essa aposentadoria ocorreu. Então, não haveria o recálculo do fator previdenciário, dentro desse entendimento, mesmo se ele for extinto.

É claro que, em tese, a lei pode determinar esse recálculo. A Constituição pode determinar esse recálculo, entretanto, o efeito imediato disso provavelmente seria muito elevado e isso dificultaria muito a aprovação de uma proposta como essa, porque o impacto imediato seria muito grande. Então, para tentar equacionar esse problema e minimizar o efeito provocado por aqueles que se aposentaram com o fator, aproveitando outro projeto que o Senador Paim já tinha apresentado, ele busca aproveitar o tempo que o segurado continuou trabalhando ou que voltar a trabalhar depois de aposentado.

Então, aquele que se aposentou com o fator previdenciário terá direito, se ele continuar trabalhando, o que normalmente é a regra – normalmente se aposentaram um pouco mais jovens e continuaram trabalhando, de alguma forma continuaram no mercado de trabalho –, ou mesmo aquelas pessoas que voltem a trabalhar depois da aprovação da PEC. Então, o que se permitirá é que essas pessoas, continuando a contribuir, tenham um aumento da sua aposentadoria no valor equivalente a um e trinta e cinco avos do benefício, se homem, ou trinta avos, se mulher, do equivalente ao que estiverem contribuindo. Ou seja, isso vai permitir compensar um pouco o fator previdenciário já aplicado aquelas pessoas que se aposentaram. Ou seja, ao mesmo tempo dá uma compensação, e essa compensação será diluída no tempo e dependerá de continuidade da contribuição, e não cria um ônus que poderia ser considerado um ônus insuportável para a Previdência. Ela vai beneficiar principalmente aquelas pessoas que tiveram o fator mais intenso sobre elas, em que o fator foi mais forte, que normalmente são as pessoas mais jovens que continuaram normalmente a trabalhar posteriormente. Sabe-se que isso não é o ideal para essa compensação, há limitações, do ponto de vista do segurado, nessa compensação, mas é o que se tentou fazer para não inviabilizar também a proposta, criando um ônus que a Previdência não aceitaria pelo seu impacto imediato.

Em linhas gerais, esse é o conteúdo da PEC nº 10, de 2008, que procura, como o Senador Paim registrou, fixar uma idade mínima, uma negociação com o Governo, que se fixe a idade mínima em troca do fim do fator previdenciário e que essa fixação seja feita de forma paulatina, para não criar problemas sobre as expectativas daqueles segurados, principalmente aqueles que estão mais próximos da sua aposentadoria. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Quero cumprimentar o Guerzone pela sua exposição.

Antes de passar para a Mesa aqui, como havíamos combinado, permitir, ao Plenário, as perguntas.

Seu nome, por favor, e pode fazer a pergunta.

O SR. JACINTO – Meu nome é Jacinto, sou um dos diretores do Sindicato Nacional dos Aposentados.

O pessoal me traz várias perguntas a respeito de aposentadoria, e eu gostaria de saber dos senhores: Por que – eu vi ali, estava vendo no quadro – 14 anos, um direito que a pessoa tem, se na Lei nº 8.732, parece-me, alguma coisa parecida, diz que a pessoa só pode ter algum benefício após 15 anos de contribuição, que ele pode ter uma aposentadoria mais ou menos razoável, que tenha direito a décimo terceiro ou coisa assim parecida?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O bom é que ele explique, porque ele é o técnico, mas ali foi só um número como exemplo. Ele diz: o cidadão estaria hoje com 14 anos de contribuição. Claro que, quando ele complementar os 30 ou 35, se mulher ou homem, ele terá tanto, x+y. Ele deu um exemplo, um número, não fere em nada a lei e nem é contra a lei. É apenas um exemplo. Poderíamos ter colocado 12 anos de contribuição, ou oito: daqui a tantos anos, depois de ele contribuir com mais tantos anos e com idade x, ele vai estar se aposentando. Ele não se refere à lei, não tem nada a ver com a lei.

O SR. JACINTO – Muito bem.

Mas, vem cá: a pessoa tem 65 anos de idade e não tem 15 anos de contribuição, ele tem uma boa dificuldade para conseguir uma aposentadoria, não tem? Ou seja, se ele consegue aposentadoria conforme a lei, mas não consegue o décimo terceiro, se ele tiver menos de 15 anos, como ele faz?

O SR. GILBERTO GUERZONE FILHO – Essa é outra questão, ela não tem uma relação direta com o estabelecimento da idade mínima. O senhor está falando da aposentadoria por idade...

O SR. JACINTO – Exato.

O SR. GILBERTO GUERZONE FILHO – A gente está falando da aposentadoria por tempo de contribuição. A lei hoje exige 15 anos de carência para aposentadoria por idade, ou seja, 180 contribuições para que o segurado possa ser aposentar por idade: aos 65 anos, se homem, e aos 60, se mulher. Mas essa é uma outra questão que pode ser discutida, mas ela não tem relação com a aposentadoria por tempo de contribuição, que é objeto dessa PEC. A aposentadoria por idade já tem o tempo fixado, como o senhor comentou, 65 e 60 para homem, reduzido em cinco anos para os trabalhadores da área rural. Mas isso daí é uma exigência de carência para a aposentadoria. Não tem relação com a matéria da PEC 10. É outra discussão, que eventualmente pode ser feita, mas é outra discussão. Ok?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos então, neste momento, dar oportunidade... Tem duas perguntas ainda do Plenário. Quero só dizer a todos – eu entendi sua pergunta, o... também entendeu – que o universo da nossa seguridade na Previdência é até infinito, diria. Mas aqui nós estaremos hoje centrados no debate de uma alternativa ao fator, que seria a PEC nº 10 85-95. E também uma política para os aposentados, sobre a qual os dois painelistas aqui também vão expor o ponto de vista.

Com a palavra o Moacir, que é um diretor da Cobap.

O SR. MOACIR MEIRELLES – Meu nome é Moacir Meirelles, Secretário-Geral da Cobap.

Entendi toda a explanação feita, Senador, mas não se possível fazer uma colocação sobre aposentadoria especial para quem tem trabalho insalubre. O senhor sabe que na minha região, região de carboneto, no Rio Grande do Sul, tem muita gente na expectativa de uma aposentadoria. A gente sabe que está difícil até aposentadoria especial. Gostaria de, se fosse possível, fazer uma exposição especial, até porque está sendo transmitida pela Rádio Senado. Tem muito gente da nossa região que, certamente, está acompanhando esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

Moacir, é claro que quem tem direito à aposentadoria especial não pega o fator e tem direito à integralidade. Aí, o Guerzone, mais do que ninguém, vai poder falar um pouquinho mais, se for necessário, pela importância da aposentadoria especial.

O que o Moacir que trazer, e eu tenho ouvido muito por onde tenho andado, é que as dificuldades para a especial estão aumentando a cada dia que passa, até porque aqueles que criam dificuldades para a especial querem nos jogar no fator. Se não dão a especial, nos jogam no fator, porque a especial além de você se aposentar – no caso dos mineiros, são 15 anos; no caso dos metalúrgicos, a maioria pega 25 anos; o professor 25 e 30, mulher e homem respectivamente.

Eu tenho outro projeto, que podemos discutir na hora adequada, em que tento regulamentar de forma definitiva a questão da aposentadoria especial, desde que o cidadão prove que a área dele ou é penosa, ou é insalubre, ou é periculosa. E, aí, nós faremos, a partir dali, a quebra dessas barreiras que todos os dias eles estão criando para não garantir a especial e jogar o trabalhador na aposentadoria normal, por tempo de contribuição, ou seja, sob o tacão, eu digo o facão, a guilhotina do fator previdenciário.

Só para contribuir, pessoal, eu tenho também – e tem um deputado que já apresentou, o Deputado Cleber Verde, o projeto da desaposentadoria. A gente pode falar um pouquinho sobre esse projeto, que já foi apresentado na Câmara e no Senado. Está tramitando nas duas Casas. É um Deputado da frente dos aposentados Cleber Verde, não quero fazer uma injustiça ao deputado. Ele fez até um livro muito interessante sobre esse projeto da desaposentadoria, que está no Supremo. E a tendência, pelo que eu sei, é o Supremo dar ganho para nós, porque se eu apresentei o projeto é porque sou favorável. Naturalmente, tanto o Cleber Verde quanto eu estamos nessa frente aí para garantir o direito da desaposentadoria.

Permita-me que eu fale apenas duas frases nesse sentido. Por que é importante a desaposentadoria? Vai naquela linha: o cidadão trabalhou, teve o salário cortado pela metade devido ao fator, volta a trabalhar, ganha muitas vezes o trabalho em dobro do que ele ganhava porque o fator corta pela metade. Ele terá direito no futuro a averbar todo aquele tempo e pedir um novo cálculo baseado numa idade mais avançada que terá. Com as contribuições, ele vai se aposentar com certeza, mesmo se for com o fator, se ele conseguir a desaposentadoria, com o salário integral. Quer dizer, ele vai ultrapassar a barreira do índice de 100, 101. Ele ultrapassa aquela barreira e se aposenta com salário integral.

Mas Moacir, só para dizer, daí passo para o Guerzone, que, em relação à aposentadoria especial, infelizmente os governos, ao longo da nossa vida, estão criando barreiras cada vez maiores. Nós estamos brigando para fazer uma regulamentação definitiva que não crie mais empecilhos.

Não sei se tu queres compensar.

O SR. GILBERTO GUERZONE FILHO – Realmente, como o Senador Paim falou, a aposentadoria especial é objeto de uma lei específica, que vai dispor sobre esses critérios, como diz a Constituição, e requisitos especiais para a aposentadoria especial. Ou seja, o estabelecimento da PEC não altera a aposentadoria especial. Ela vai ter limite de idade ou não, vai ter redução de idade. Isso vai depender de cada atividade e das regras que a lei vai estabelecer para a aposentadoria especial.

Com relação à desaposentação, a renúncia da aposentadoria como também se chama, no serviço público, isso é pacífico. Quer dizer, não há nenhum problema para os servidores públicos renunciarem à sua aposentadoria. Isso se faz sem nenhum problema. No caso do regime geral, isso é proibido por um decreto, o regulamento da Previdência Social. Não está nem na Lei 8.213 essa proibição, e existe jurisprudência pacífica do STJ no sentido de que isso é um direito do trabalhador, porque ele está renunciando à aposentadoria para obter certamente um benefício maior e que isso é um direito dele. Ou seja, nesse sentido, seria um direito disponível para o trabalhador. Mas estamos aguardando, como o Senador Paim levantou, pois existe uma decisão, uma ação que tramita no Supremo sobre essa matéria e que deve resolver definitivamente essa interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Não sei se vocês vão fazer mais perguntas. Eu queria passar para os nossos convidados, porque, depois que os convidados falarem, provavelmente teremos outros perguntas do Plenário, e o Guerzone continua conosco.

Diga o seu nome e a entidade.

(Falhas no som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos deixar o Guerzone responder. Em seguida, passamos aqui para os nossos convidados.

Eu entendo que não. Ele já recebeu. Ele renuncia, dali para frente, é que ele vai ficar pagando mais para receber mais lá na frente. Naquele período, não tem mais... No meu entendimento, não nenhuma procedência ele ter que pagar aquilo que ele já pagou...

O SR. *(Fora do microfone.)* – *(Início da intervenção fora do microfone.)* Outra dinâmica a esse sistema que precisa ser derrubado, entendeu? É dessa maneira que sinto e vejo isso aí.

Queria dar os meus parabéns ao senhor pela... e desengessar, de uma vez por todas, esse tipo de coisa dentro da aposentadoria de todos nós brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço.

Então, eu já respondi porque não procede a devolução. Ele pagou, recebeu. É como tem para o servidor público, já é lei. Usando os argumentos do Guerzone, o servidor tem esse direito hoje: ele desaposenta e aposenta de novo lá na frente e não devolve nada. Então, não tem esse risco.

O SR. GILBERTO GUERZONE FILHO – Não há restituição dos valores. Hoje, com os servidores já se pratica isso. Vários trabalhadores já conseguiram isso na Justiça. Aquele período em que permaneceu aposentado, ele se refere à contribuição anterior. O trabalhador continua contribuindo naquele período. Então não há devolução de valores pagos anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todas as perguntas foram bem colocadas, inclusive se quem está assistindo tinha dúvida, agora não tem mais. Não tem devolução alguma e tem direito à desaposentadoria no futuro se assim o Supremo decidir ou se os projetos tanto o do Cleber Verde ou o meu forem aprovados.

Eu passo a palavra de imediato ao nosso convidado Sr. Paulo José Zanetti, diretor institucional do sindicato nacional dos aposentados em representação ao Sr. João Batista Inocentini, presidente do sindicato dos aposentados da Força Sindical.

O SR. PAULO JOSÉ ZANETTI – Bom dia a todos.

O Paim já falou, eu estou aqui representado o nosso presidente João Batista Inocentini. Mesmo estando no Paraná, nosso sindicato é nacional e vamos tentar trazer aqui a opinião que temos discutido. Quero parabenizar esta audiência pública porque o fim do fator previdenciário nos interessa; há muito tempo estamos discutindo isso e sabemos que esse artifício, esse instrumento massacra os trabalhadores no momento da sua aposentadoria. Já estamos discutindo há muitos anos isso e esperamos que agora consigamos acabar com o fator previdenciário.

Essa proposta que já foi apresentada aqui pelo Gilberto, eu acredito que ela traz vantagens em relação ao sistema atual bem consideradas. A questão da segunda transição, a 8.595, estamos discutindo, sabemos que não era assim uma questão fechada, mas nós da Força Sindical e do Sindicato Nacional dos Aposentados gostamos sempre de deixar claro a valorização do tempo de serviço. Na iniciativa privada os trabalhadores começam mais cedo, começam a trabalhar outrora era com 14, agora é com 16 anos, e isso fazia com que, se aprovado a 8.595, ele poderia chegar a esse numerador sem ter 60 anos ou a mulher com menos cinco anos. Nessa terceira transição, eu também achei que ela é interessante, mas eu só

gostaria de, na minha avaliação, sem ter feito um estudo técnico lá no sindicato, acho que um trinta e cinco avos, um trinta avos, esse valor é muito pequeno. Tem muita gente que se aposentou com R$1,2 mil reais, por exemplo, e hoje está trabalhando, está pagando acima do teto.

Já foi abordado aqui este tema da desaposentação; se essas pessoas forem atingidas por este percentual de 1/30 ou 1/35, homem ou mulher, em comparação a uma ação de desaposentação em que ele terá recomposto o seu poder efetivo daquilo que ele está contribuindo, esse valor, eu acho que ele é muito pequeno. Posso estar enganado, repito que ainda não fizemos uma análise técnica desses valores, mas em princípio, se uma pessoa está ganhando aí R$1,2 mil, um trinta avos é quarenta reais; e se ele está com desaposentação, se estiver ganhando três mil, pagando já nos últimos anos, desde o momento de sua aposentadoria, essa desaposentação para ele com certeza trará um valor bem superior.

Mas eu acho que o caminho é este, discussão, buscar alternativa. Nós queremos o fim do fator previdenciário porque não dá mais para suportar as aposentadorias; o resgate da cidadania, da dignidade dos aposentados está sendo massacrada. Não é possível mais que o homem com 35 anos de jornada de trabalho se aposente com 60% ou 65% da média da sua remuneração. E as mulheres ainda sofrem mais porque têm até 45% de perda. Essa é uma questão que tem que ser discutida com a sociedade. Nós queremos discutir, participar efetivamente desse debate, Paim, como já fizemos em outras oportunidades. Estamos dispostos. Queremos sim o fim do fator previdenciário. Não podemos mudar o nosso discurso que estamos pregando há muito tempo.

Espero ainda a sequência dos debates, pois tenho algumas perguntas que depois farei ao Gilberto.

Coloco nossa instituição, uma vez mais, à disposição para todas as reuniões, todos os debates que se fizerem necessários. Em nome do João, agradeço esse convite a nós formulado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depois das considerações iniciais do Paulo José, que colocou muito bem, vamos continuar aprofundando o debate, com certeza. O Guerzoni vai responder em seguida, mas só para contribuir com o debate, nós temos sempre que garantir para o trabalhador o que for melhor. O trabalhador que estiver na atividade e que garantir a desaposentadoria para se aposentar lá na frente, para esse trabalhador, é melhor mesmo o instituto da desaposentadoria. Então nós teríamos este cuidado da formulação final a que o trabalhador possa optar.

Há quem diga que não deveriam acabar com o fator. Qual é o argumento? Apresentar as novas alternativas, mas deixar o fator num cantinho lá. Se aquele cidadão ficou desempregado, não tem para onde ir e quiser se aposentar com um salário menor só para ficar com pelo menos... Digamos que na empresa ele ganhava R$2 mil; digamos que vai ficar com R$1,2 mil. Ele ficaria com esses R$1,2 mil porque não tem tempo para se aposentar devido à falta do tempo de contribuição e mesmo de idade. Como ele faria? O fator seria uma aposentadoria proporcional para quem não conseguiu mais entrar no mercado de trabalho. Há quem diga. Não é a minha posição, deixo bem claro isso. Por isso que fez bem o Paulo levantar, dizer que precisamos aprofundar, e sempre apontar alternativas, deixando o trabalhador escolher o que é melhor para ele. Por isso que é o debate que vai nos dar a luz adequada para a construção final.

Nelson de Miranda Ozório, diretor financeiro da Cobap.

O SR. NELSON DE MIRANDA OZÓRIO – Digníssimo Senador Paulo Paim, mais uma vez confesso que estou surpreendido. No bom sentido. Mais uma vez, o Senador apresenta um projeto que traz um benefício enorme ao trabalhador brasileiro.

Antes de falar, Senador, eu gostaria de fazer um registro que me preocupa profundamente. Esta questão do fator previdenciário, desde o início, quando se começou a falar, e o seu projeto lá no Senado começou a andar para o fim do fator previdenciário, depois de muitas noites dormindo ali no Salão Verde, as sessões do Senado se estendendo, os Senadores se revezando ao microfone... Sempre, Senador, sempre, quem está lá preocupado com o fator previdenciário são aqueles que já foram prejudicados pelo fator, os aposentados. O que me preocupa, Senador, é a ausência das centrais sindicais, a ausência da voz do trabalhador da ativa, que é o mais interessado no fim do fator previdenciário. Vejo companheiros aqui, todos eles, representantes de sindicatos de aposentados. Nós. Nós já levamos a paulada na cabeça. Estamos tentando tirar a paulada na cabeça dos companheiros da ativa. Então me surpreende e preocupa a ausência das centrais. Nós estamos, desde o início da briga pelo fator, com essa preocupação. Então faço este registro para que as centrais se empenhem nesse trabalho também porque é o trabalhador da ativa que vai sentir o efeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nelson, permita-me aproveitar este momento para dizer que nós, neste caso da audiência pública, resolvemos fazer dois momentos: um, chamar só as lideranças dos aposentados; e vamos chamar ainda durante o mês de maio, junho, uma audiência com as

centrais sindicais, discutindo os dois temas. Mas, o que o Nelson está pedindo – ao mesmo tempo alerto que esta de hoje é só para as entidades dos aposentados –, é que tem que haver mobilização maior dos que estão na ativa, porque os que estão na ativa é que serão os prejudicados; aqueles que vão encaminhar sua aposentadoria com o fator é que vão ver, por exemplo, a mulher, o salário ser cortado pela metade.

O SR. NELSON DE MIRANDA OZÓRIO – A questão do fim do fator também não deixa de ser preocupação nossa, dos aposentados, porque nós já fomos prejudicados financeiramente. Mas nossa grande preocupação é com a previdência social, que é uma conquista do cidadão brasileiro e ninguém quer o fim do fator no sentido de falir a previdência. Ninguém quer que um jovem com 30 anos se aposente; nós temos a preocupação com as contas da previdência, sim. Não somos irresponsáveis no sentido de dizer que não existe regra para aposentadoria; tem que existir uma regra mínima. Então o fim do fator importa também em descobrir uma regra. Eu estou vendo esse projeto do Senador Paim; ele contempla as duas coisas: contempla a preocupação com as contas da Previdência e contempla também aquele trabalhador que já está na atual regra, que está trabalhando há vinte, trinta anos, mas não tem a idade.

Acho muito importante...

Estou vendo aqui, Senador, num primeiro momento, que ele realmente é melhor do que aquela outra proposta; ele contempla mais, ele tem uma abrangência maior. E a Confederação Brasileira de Aposentados tem essa preocupação.

Eu falo aqui, respondendo aos nossos companheiros aposentados do Brasil inteiro que nos ouvem neste momento que muitas vezes nos questionam: por que a Cobap está preocupada com o fator? Nós estamos preocupados com o fator porque estamos preocupados com a Previdência. A previdência social pública é uma conquista do trabalhador brasileiro e nós nos preocupamos, sim, com as contas da Previdência. Nós temos essa preocupação, Senador.

Estou vendo que esse projeto contempla a preocupação com as contas da Previdência e contempla a preocupação com as condições do trabalhador brasileiro.

É costume comparar o trabalhador brasileiro com o trabalhador europeu. Não se pode comparar um trabalhador brasileiro de sessenta anos com um trabalhador europeu de sessenta anos. Ao longo de sua vida, o trabalhador brasileiro não teve as condições de alimentação, de saúde, que teve o trabalhador europeu. Sessenta por cento dos trabalhadores na construção civil – esse é um dado que está à disposição de todos na Previdência – não se aposentam por tempo de contribuição; eles se aposentam por problema de saúde. Então, como comparar o trabalhador brasileiro nessas condições... Um trabalhador com sessenta e cinco anos carregar saco de cimento nas costas... Será que ele tem condição? Não tem. Não pode comparar o trabalhador brasileiro...

Então, nós temos essa preocupação com a idade, mas também com as contas da Previdência. A Cobap está preocupada e se faz presente em todos os eventos em que se trata do fator previdenciário. É essa a posição da Confederação Brasileira de Aposentados, Senador. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de passar a palavra ao plenário, eu gostaria também de ouvir do dois convidados que estão na mesa falando sobre essa questão da previdência, eu gostaria de ouvir a opinião deles sobre a política salarial para os aposentados e pensionistas, que é o tema que envolve vocês.

Fiz questão de dividir em dois momentos – vocês foram precisos – para que vocês dessem suas opiniões sobre a PEC nº 10 e o fator.

Agora a palavra voltará aos dois para que os dois digam como estão vendo a situação do aposentado. Ambos – que isso fique bem claro para o Brasil – deixaram aqui as suas posições muito definidas: são totalmente favoráveis a que se mude esse famigerado fator, que acabe o fator e que se crie outra alternativa que garanta, se me permitem dizer assim, o direito do trabalhador do Regime Geral se aposentar com o salário integral, direito que é assegurado hoje aos trabalhadores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Como esses – só para dar o gancho – têm direito à paridade... Toda vez, eu sempre dou esse exemplo – me permitam. Hoje estou numa função de servidor público e vocês também – quando digo vocês, estou me referindo aos concursados do Senado – têm direito à paridade. Às vezes eu dou o exemplo: quando juízes e parlamentares, enfim, aqueles que atuam nos Três Poderes estiverem aposentados e alguém anunciar que os juízes tiveram aumento de 20%. O juiz em casa vai receber. Quando os parlamentares receberem reajuste aqui, eu como aposentado, também vou receber. O trabalhador do Regime Geral não tem uma vinculação ao mínimo, não tem nenhuma política de reajuste, a não ser a inflação, e não tem a paridade, que alguns países adotam. Alguns países adotam a paridade com o mesmo reajuste da categoria.

Esse é o segundo momento da nossa audiência pública.

Como comecei com Paulo José, agora começo com o Nelson para falar da questão da política de va-

lorização dos benefícios do aposentado já que no caso do salário mínimo já é assegurada a inflação mais o PIB

O SR. NELSON DE MIRANDA OZÓRIO – Senador, eu gostaria de começar minha conversa lendo um trecho de um discurso:

Houve um tempo em que os aposentados eram chamados de velhos. Eu acho que a palavra 'velho' deveria ser abolida, ser trocada por 'experiente', como era na antiguidade. Ou seja, as pessoas serem tratadas com um pouco mais de respeito.

Isso é parte do discurso do Presidente Lula, quando sancionou o Estatuto do Idoso. Então, supunha-se esse o pensamento do nosso digno ex-Presidente Lula. No entanto, Senador, nós, aposentados, viemos, ao longo dos anos, assistindo a um debate, debate de técnicos: jogam números para cá, jogam números para lá, governo após governo.

E as coisas começaram assim: elegemos um Presidente da República pertencente à elite intelectual do País, da socialdemocracia, que assumiu a Presidência e disse: "Esqueçam o que falei." Chamou os aposentados de vagabundos, e assim somos tratados, sem respeito nenhum. Aí nós elegemos um trabalhador Presidente da República. Elegemos o Lula, nosso trabalho! O que aconteceu, minha gente? Continuou a mesma política de desrespeito. As perdas do governo Lula foram iguais ou superiores às do período do Fernando Henrique.

Então, creio que essa questão do salário dos aposentados não é questão econômica, não é questão ideológica, porque sai um partido, entra outro partido, e é a mesma coisa. É uma questão de covardia com os aposentados. Acham que não servimos mais para a Nação. Não há reconhecimento do trabalho por nós desenvolvido. Se esta Nação, hoje, goza de um patamar na área econômica, melhor do que era no passado, isso é fruto do nosso trabalho.

A nossa geração não teve oportunidade, muitas vezes, de reivindicar, porque éramos cerceados na liberdade, e hoje temos a oportunidade de estar aqui, numa audiência pública, reivindicando. Talvez, muita gente considere isso "mania de velho". Não puderam reivindicar no passado, porque eram manietados, porque eram censurados, e hoje vêm para as ruas: "Viemos para cá pela necessidade."

Sentimos necessidade de ter a recompensa ou o reconhecimento daquilo que fizemos. Fomos taxados de culpados das crises econômicas do passado, porque diziam que o salário mínimo gerava inflação. Não podiam aumentar o salário mínimo porque gerava inflação, íamos quebrar as prefeituras no interior do País, íamos quebrar governo, quebrar empresas, porque o salário mínimo não poderia ser aumentado, se não, aconteceria isso.

Sofremos no passado e estamos sofrendo no presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E o salário mínimo pulou de US$60 para US$320, e não aconteceu nada disso. É exatamente isso. Você tem toda razão, só par complementar.

O SR. NELSON DE MIRANDA OZÓRIO – E, hoje, estamos aqui lutando. Para quê? Se nós, no passado, pagamos o pato das crises econômicas, queremos, hoje, receber as benesses do trabalho que desenvolvemos. Tivemos os salários achatados no passado e estamos tendo nossas aposentadorias e pensões achatadas no presente.

O salário mínimo tem uma política de valorização implantada pelo Presidente Lula digna de elogios. Agora, as aposentadorias e pensões foram deixadas de lado. Se nós pagamos sobre dez salários, nós queremos receber, hoje, dez salários, porque não venham me dizer os técnicos de alma fria e de coração gelado que, no Brasil, as coisas não se medem pelo salário mínimo.

Medem-se, sim senhor. O dono do botequim do lado da minha casa, quando aumenta o salário mínimo, aumenta o preço das coisas, a margem de lucro dele, para poder pagar o funcionário dele. E eu vou pagar mais caro.

Agora, se a minha aposentadoria não cresce como o salário mínimo, eu não estou sendo prejudicado? Eu estou sendo, sim senhor.

Agora, neste ano, a Presidente Dilma enviou um projeto de normatização do salário mínimo até 2015. O trabalhador sabe quanto vai ganhar. E os aposentados foram deixados de fora por quê?

Nós reivindicamos, Senador, uma política salarial para as aposentadorias e pensões igual à do salário mínimo. Nós queremos saber quanto vamos receber até 2015, até o fim do Governo Dilma. Por que só o trabalhador da ativa? Nós não prestamos mais? Será que acham que nós não conseguimos ir para as ruas? Nós vamos para rua reivindicar, sim senhor, Senador. Nós vamos, nós queremos isso. Se no passado nós fomos cerceados e hoje nós temos essa liberdade, nós vamos usar essa liberdade. Nós queremos igualdade de tratamento.

Fala-se tanto em fim de discriminação. Parem de discriminar os aposentados e pensionistas.

Nós queremos tratamento igual, Senador, tratamento igual ao dado ao trabalhador da ativa.

A Confederação Brasileira de Aposentados está promovendo seminários em todos os Estados brasileiros, gerando produções e políticas de luta. E nós

vamos para a rua. Nós queremos igualdade de tratamento. Não pedimos nada, nada, nada que vá quebrar a Previdência.

Nós queremos que as autoridades parem de falsear a verdade e de dizer que a Previdência é deficitária. Os números estão aí para desmentir, mas eles continuam insistindo, continuam insistindo, dizendo que a Previdência é deficitária. Não é, é mentira. É mentira e os técnicos estão aí para comprovar. Falseiam a verdade. Nós queremos sinceridade, trabalho e condição decente para o aposentado, agora que precisamos de remédio mais caro e alimentação diferenciada, e a inflação do aposentado, do idoso é diferente da do mais jovem.

Então, Senador, nós queremos tratamento igual, fim da discriminação. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Nelson de Miranda, da Cobap, que, na sua fala, deixa muito clara a importância de termos, também, uma política de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas, como foi feito com o salário mínimo.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Paulo José Zanetti, representando a Força Sindical.

O SR. PAULO JOSÉ ZANETTI – Bem, eu acho que o Nelson já foi muito feliz nas suas palavras. Acho que a opinião dos aposentados é essa aí.

A questão do salário mínimo também foi abordada. Foram, agora, definidos projetos e tudo, e nós fomos acusados de estar desrespeitando um acordo. Nós, que estamos aqui, que estamos no dia-a-dia dessa luta, sabemos que não é nada disso, porque, no acordo de 2007, nós queríamos uma revisão em 2011, em 2015 e 2019, com validade até 2023. O projeto instituído foi até 2015, PIB mais a inflação. Mas, no reajuste dos R$545,00, ficou uma situação não muito bem acertada, porque nós não estávamos loucos quando pedimos 600 ou 560.

Era uma situação anormal, uma crise mundial e o PIB foi negativo, mas todas as categorias de trabalhadores da ativa, independentemente de qual fossem, tiveram aumentos reais de salário. Só não tiveram aumento real os aposentados. Então, a imprensa, a mídia divulgou isso como se nós não estivéssemos cumprindo o acordo. Não. Nós queríamos discutir, sim, o Senador Paim participou de todas as negociações, também tinha posição diferenciada do valor, infelizmente perdemos. Então, quero deixar bem claro isso: não estávamos burlando o acordo, porque tínhamos, a cada quatro anos, uma revisão daquilo que acertamos em 2007.

O salário mínimo tem-se recuperado, sim, assim disse o Paim. Mas, fui bancário a minha vida toda. À época, no sindicato dos bancários em Curitiba, lembro-me, eu gritava muito: "Salário mínimo, US$100". Passei gritando, alguns anos de minha vida, que nós queríamos isso. E hoje está mais de US$300. Então, estamos buscando a recuperação. Mas ainda distante do mínimo ideal, aquele apontado pelo instituto dos trabalhadores, o Dieese, porque estamos com quase um quinto somente do valor apontado por esse órgão. Então, precisamos ainda, no salário mínimo, de mais valorização, independente até desse acordo.

A questão é o reajuste dos aposentados que ganham mais do que o salário mínimo. Nós, aqui, já estamos aposentados há algum tempo e sabíamos que tínhamos, não há muito tempo, 12 milhões ganhando salário mínimo. Fomos para 13, 14, 15, 17, portanto, estamos com mais de 17 milhões ganhando salário mínimo. Vamos imaginar para o ano que vem um reajuste em torno de 13% a 14% no salário mínimo, R$612,00, R$615,00, R$620,00, que seja algo assim, e para os oito milhões de aposentados que ganham acima, se nós não tivermos uma recuperação, diria, um reajuste igual ao do salário mínimo, acredito que chegaremos a quase 20 milhões de aposentados ganhando salário mínimo neste País. Então, como o Nelson disse, temos de ir para as ruas, sim, e exigir tratamento igual ao valor do reajuste que for estipulado para o salário mínimo seja extensivo a todos os aposentados, pois só assim nós poderemos manter essa paridade. O que adianta – como falaram –? No meu tempo de banco eu pagava sobre 20, depois a lei mudou para 15 e depois para 10. Me aposentei com 8, estou ganhando 4.

Então, a persistir essa política que aí está de não definirmos definitivamente o reajuste para aqueles que ganham mais do que o salário mínimo, acredito que dentro de 10, 12, 15 anos eu serei mais um daqueles que estarão ganhando salário mínimo neste País. Pode ser que o salário esteja muito bem até lá, mas as nossas condições, daquilo que contribuímos, o nosso projeto de vida, que pagamos sobre 10 salários mínimos está cada vez caindo mais.

Então, é preciso deixar bem claro que os aposentados vão, sim, como o Nelson falou, – e nós já temos uma reunião, está aqui os nossos companheiros do sindicato dos aposentados –, se reunirem durante três dias, em Americana, na semana que vem, para definir as atitudes que teremos. Nós vamos levar o bloco para as ruas, sim! Vamos nos insurgir, porque se quisermos um reajuste digno, temos o nosso compromisso – repito – de resgatar nossa cidadania e dignidade, que passa pela nossa remuneração, por ter dinheiro no bolso. É isso que vamos exigir. E vamos colocar o bloco na rua, volto a dizer, para que tenhamos, então, um reajuste igual ao do salário mínimo.

É importante, como disse o Nelson, pois tem muita gente falando de déficit da Previdência. O País atravessa o seu melhor momento de carteira assinada, emprego em cima de emprego, e nós, que também estamos no Conselho da Previdência Social, sabemos que, por parte da iniciativa privada, já tem um superávit fantástico. Então, tem dinheiro, sim, para pagar os aposentados.

Quanto mais o País crescer, quanto mais empregos gerar, mais dinheiro para a Previdência Social, portanto, dá para pagar, com tranquilidade, um reajuste digno aos aposentados que ganham acima do salário mínimo.

Esta é a opinião do nosso sindicato.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos ao Paulo José Zanetti, que falou pela Força Sindical.

Ambos têm toda a razão, segundo meu entendimento. Têm tanta razão que há um setor que sempre acha que o aposentado não pode ter um salário decente. Eles acham e querem que realmente não exista um salário decente. Querem até retirar o mínimo, que é o salário mínimo do aposentado. Eles querem criar um salário mínimo diferenciado. Tipo: o salário mínimo da ativa vai corresponder, digamos, em janeiro, a R$620,00; o salário mínimo do aposentado tem que corresponder a R$500,00.

Vocês sabem que existe o que eles chamam de desvinculação definitiva. Nem mesmo o salário mínimo eles querem que o aposentado receba no mesmo valor de quem está na ativa. Por isso, o nosso movimento, que é o de vocês, eu sou um instrumento aqui no Parlamento, tem que ser contrário. Nós queremos a vinculação definitiva, e não a desvinculação, como alguns articulistas estão dizendo, que a saída da Previdência é se desvincular até o salário mínimo do benefício do aposentado, o que é um absurdo. Por isso, ambos estão com a razão.

Eu vou passar ao plenário para as perguntas; são nossos convidados também, porque não havia lugar para todos na Mesa. Com certeza, aqui vamos ampliar, mas quero cumprimentá-los pela ideia da mobilização.

Eu tenho uma frase que uso há muito tempo: se a batida do tambor não for ouvida aqui no Congresso, lá no Executivo, lá no Judiciário, com certeza nós trabalhadores continuaremos pagando a conta, porque nós trabalhadores pagamos religiosamente, junto com os empregadores, é bom que se diga, porque eles pagam sobre o total da folha os 20%. Vamos continuar mantendo essa arrecadação, que é maior que da maioria dos países da América Latina. Dá para dizer que o que a Previdência arrecada... E não é só a contribuição do empregado e do empregador; é tributação sobre lucro, faturamento, PIS/Pasep, enfim, jogos lotéricos, Cofins, toda aquela soma. Quando falam em déficit, eles só olham para a contribuição de empregado e empregador. É por isso que se dão o direito de, ao longo das décadas, estarem sempre reduzindo e dando anistia aos maus pagadores.

A dívida hoje daqueles que não pagam o que deviam para a Previdência ultrapassa R$400 bilhões. Por isso que temos que fazer o debate, sim. Estamos ouvindo hoje, aqui, a liderança dos aposentados, pensionistas e idosos. Espero que a partir desse debate tenhamos mais luz para continuar essa mobilização, que o Congresso aprove ainda este ano uma política para os aposentados e que se construa uma alternativa que tire de uma vez por todas esse cálculo perverso do fator previdenciário.

Passamos a palavra, neste momento... Quem está inscrito primeiro? Peço que diga o nome e a sua entidade.

A SRª MARIA ANTÔNIA MAGALHÃES – Maria Antônia, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados do Distrito Federal.

Senador Paulo Paim, demais componentes da Mesa, companheiros, na segunda-feira passada, naquela sessão em que comemorávamos o Dia do Trabalhador, eu disse – o Brasil todo ouviu e concordou; eu recebi vários telefonemas me parabenizando –: o que seria de nós sem o Senador Paulo Paim. Então, o que eu tenho a fazer aqui, hoje, não é nenhuma indagação; é confirmar tudo aquilo que os colegas da Cobap e o meu companheiro de Sindicato Nacional dos Aposentados falaram. Já falaram tudo que nós gostaríamos de dizer.

O senhor colocou a esse grupo que querem que passemos a ganhar menos que o mínimo. A culpa talvez não seja desses políticos e sim nossa, porque não sabemos o grande poder que temos em nossas mãos. Bobo é aquele que acha que o aposentado é um coitadinho, um velho, como disse o Nélson. Hoje, a categoria dos aposentados, eu diria, e tenho certeza, é uma das mais bem informadas, porque tem a vivência. E não há banco de faculdade nenhum que dê uma formação acadêmica melhor do que a vida.

Nós estamos preparados, nós estamos atentos. Como disse o Nélson, passamos pelo governo Fernando Henrique, que nos chamava de vagabundos. Quando elegemos o nosso Presidente, um trabalhador, achávamos que havia chegado a nossa vez, a nossa hora. Para nossa tristeza, o aposentado não foi valorizado. Estamos aí hoje, elegemos a nossa Presidente Dilma, uma mulher sensível aos problemas, fala

o tempo todo na televisão sobre a pobreza, sobre a mulher, e os aposentados?

Nós não fomos chamados ainda para negociação. Vamos estar mobilizados, o Brasil vai estar mobilizado, na semana que vem, em Americana, São Paulo, para discutir a posição do aposentado e, com certeza, como disse o nosso companheiro Zanetti, sairemos de lá com uma outra postura.

Estivemos presentes aqui em todos os movimentos, em todos os momentos em que fomos chamados, mas eu queria fazer aqui um clamor, ou seja, um pedido, aos Parlamentares, aos homens do Poder, que fazem as leis desta Casa, do Congresso, que seguissem o exemplo de Paulo Paim, que trabalha incansavelmente em defesa do trabalhador, em defesa do aposentado, alertando-nos. E aqui eu imploro aos meus companheiros aposentados: vamos à luta!

O senhor disse muito bem – o Nelson colocou – que nós estamos aqui gritando... "Não, eles já perderam". Nós estamos aqui – e eu falei isso numa reunião que fiz anteontem com um grupo de aposentados –, nós estamos aqui hoje lutando para os nossos filhos, para os nossos netos, para que eles não venham a sofrer o que hoje nós estamos vivendo.

Eu aposentei com vinte salários mínimos, aposentei numa situação privilegiada. Hoje ganho dez e, se não lutarmos, daqui a uns dias, estarei ganhando o mínimo ou menos do que o mínimo.

Muito obrigada e parabéns ao senhor pela sua luta. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, pela sua fala, à líder Maria Antonia Rodrigues Magalhães, que é Presidente do Sindicato aqui do DF. Eu recebi também aqui um documento que fala da importância da mobilização e da pressão. É isso mesmo, tem de pressionar. Alguns, às vezes, pensam – e permitam que eu diga isso, já disse em outros momentos: quando a gente fala em mobilização, em pressão, não é contra ninguém, é a favor de uma causa. Eu sempre digo que os homens passam, as ideias, as causas ficam de forma permanente. Nós temos obrigação de levar em frente a causa dos aposentados, porque quem não é aposentado sonha um dia em se aposentar decentemente.

Então, a luta que vocês estão travando é mais do que justa para os que já são aposentados e aqueles que vão se aposentar no futuro.

Parabéns à fala de V. Exª.

A Srª Francisca Miguel, do Sindnap-DF. Estou registrando a presença, se quiser falar, no momento adequado, terá direito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Então, passa a palavra, neste momento, à Drª Josepha, que pediu, já que ela representa aqui...

Doutora é por minha parte, não leve a mal. Eu disse a Drª Josepha... A Josepha é um ícone aqui na luta dos aposentados. Ela está trabalhando nesta causa há décadas, décadas. Eu a conheço há décadas, desde que eu aqui cheguei ao Congresso. Ela me ajudou na formulação do Estatuto do Idoso, que, graças a Deus, hoje é lei e faz parte hoje do Conselho Nacional da Previdência Social.

Então, passamos a palavra a Josepha para fazer as suas considerações.

A SRª JOSEPHA THEOTÔNIA DE BRITTO – Senador, eu queria dizer o seguinte: o senhor está sempre me surpreendendo, sempre. O senhor é incansável na luta em defesa de todos os excluídos, nós todos somos. E, como o senhor falou, eu conheço essa luta desde 1991, se não me engano.

Naquela época, nós tínhamos duas batalhas importantes: uma era conseguir o plano de benefícios e custeio, que o governo segurou por muito tempo, e outra era exatamente o salário mínimo, inclusive exatamente a diferença que estava sendo feita, iniciada pelo Fernando Collor. Quando ele iniciou, ele provocou aquele movimento bonito dos 147, em que, indo para a rua, nós conseguimos vencê-lo, naquela ocasião, em dois anos de envolvimento de rua. Em 1992, nós conseguimos reverter a posição e ter a mesma remuneração do salário mínimo, que ainda não era bom. O salário mínimo melhorou de lá para cá, mas acontece que a nossa estabilizou em 1993, porque no mesmo ano em que nós conseguimos vencer os 147, conseguimos receber naquele mesmo ano, depois de o Collor ter caído...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me lembrar os 147: com muita peleia. Foi terminar no Supremo. Lembro-me a ponte de Florianópolis, o grande embate que aconteceu lá.

A SRª JOSEPHA THEOTÔNIA DE BRITTO – Até sangue saiu de aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Toda vez que o aposentado avançou foi com muita luta.

A SRª JOSEPHA THEOTÔNIA DE BRITTO – É verdade.

E naquele ano de 1992, vencendo os 147, logo imediatamente o governo que sucedeu o Collor, que foi o Itamar, assinou uma lei terminando de vez com a vinculação do salário mínimo ao reajuste. Isso terminou no fim de 1992. Em 1993, começou essa nossa

luta, que hoje traz uma diferença de mais de 100% no reajuste de salário mínimo para nós.

O que acontece? A sua luta que era o salário mínimo na maior importância, porque o salário mínimo precisava subir um pouco mais, ainda não está bom, ainda não dá para viver, mas ele deu uma melhorada em relação ao dólar; aquela briga dos US$100, hoje é mais de US$300. Mas não estamos satisfeitos com o salário mínimo, de maneira nenhuma. Não vamos dizer que queremos o do Dieese, porque é querer muito. Não podemos sonhar tanto.

A partir daí o senhor entrou na luta pelo reajuste dos aposentados, que começou a sofrer em 1993. E, de lá para cá, ele fica assim, sempre bambeando. Estamos sempre para trás da coisa.

Agora é essa luta do fator previdenciário, essa sua luta bonita. O que vejo, o que digo que me surpreende é que o senhor encontra uma porta fechando e o senhor já está abrindo outra. Já abre outra com essa PEC nº 10, que precisa ser apoiada por todo mundo. Sem contar que eu percebo que essa sua resistência, essa sua mudança, sai de uma coisa, aquela ali não estava indo, vamos para outra, é fruto dessa luta democrática que o senhor tem, chamando todo mundo, conversando com todo mundo e ouvindo todo mundo, que é o importante, ouvir. O senhor ouve. Os outros não ouvem.

Eu queria só dizer uma coisa que me deixou muito preocupada, eu já vinha preocupada com isso, e muito mais esses dias, porque li no jornal – não estava lá, não posso jurar que é verdade – que o presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, convidou seis centrais sindicais para um café da manhã na bela casa que ele tem, de presidente, e que nesse dia houve uma proposta de trocar, que os trabalhadores trocassem a redução da jornada pela desoneração da folha de salário. Isso aí é um crime que pretendem mesmo cometer. Li no jornal, mas não estou admirada disso, não, porque isso já existia quando entrou a reforma tributária, e estão dizendo que a reforma tributária vai ser feita aos poucos. Nesses "aos poucos", tenho muito medo de que entre, exatamente, desonerar a folha de salários. Por quê? Na hora de atender empresário, é tudo mais fácil do que na hora de atender trabalhador, aposentado, idoso e excluídos deste País.

Era isso o que eu queria falar. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Dona Josepha sempre acompanhando o que acontece no País e levanta as suas preocupações. No início falei algo semelhante, mas não com a precisão da senhora, que acompanhou a imprensa.

Eu dizia: falam que a Previdência está falida, mas toda hora estão desonerando a folha, diminuindo contribuições. Falei até do empreendedor individual. Eu não sou contra o fortalecimento, mas vai pagar só 5% para a Previdência. É sinal de que a Previdência está muito bem, não é? Está dando superávit.

A SRª JOSEPHA THEOTÔNIA DE BRITTO – Ela está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente. Falamos na abertura que chega a ser R$15 bi o superávit do Regime Geral da Previdência, mas temos de estar sempre atentos, porque, daqui a pouco, depois de permitirem a diminuição de forma forte das contribuições, vão dizer que não dá para pagar o aposentado. Então, temos de estar sempre em estado de alerta.

Parabéns, Dona Josepha, brilhante como sempre.

Chamamos agora o companheiro Moacir Meirelles, secretário-geral da Cobap para a sua fala.

O SR. MOACIR MEIRELLES – Eu inicio cumprimentando a Mesa. Parabéns ao Senador Paim por mais uma oportunidade dada a esta classe tão desfavorecida, que é do aposentado e do pensionista. Quero parabenizar os expositores que nos antecederam e quero também agradecer a companheira da Força Sindical por ter falado da importância do Senador Paim. Eu, como conterrâneo do Senador Paim, gaúcho que sou, fico muito contente. Tenho certeza de que isso é uma realidade, e, por isso, na época da campanha política viajei o Rio Grande do Sul de leste a oeste, todos os quatro cantos do Estado do Rio Grande do Sul, em defesa da candidatura do Senador Paim, por saber a importância do Senador Paim aqui no Senado Federal para todos os aposentados, pensionistas, idosos, para todas as categorias do nosso País.

Dando continuidade à fala do meu companheiro Nelson, que representou a Cobap, quero dizer que nós também defendemos um reajuste único para todos os aposentados e pensionistas. É uma grande preocupação nossa. Também reivindicamos a recuperação das nossas perdas, que são muito grandes, inclusive que seja votado o nosso Projeto de Lei nº 4434, que recupera todas as perdas. Também seja reativado o Conselho Nacional de Seguridade Social. Também reivindicamos seja oficializada a criação de uma comissão técnica permanente – Previdência, Cobap, Anfip e Governo – para que possa debater todas as nossas preocupações.

Temos necessidade de políticos sérios, que lutem pela nossa causa, como o Senador Paim. Isso é uma das coisas de que precisamos muito.

Também é importante dizer que falta uma política para os aposentados e pensionistas. É pelo que estamos batalhando. Inclusive já houve reuniões, de que o Nelson participou. Temos outra marcada para o dia

11, em que já confirmamos a nossa presença, com o Ministro Gilberto Carvalho.

Quero dizer que só não ganhamos o mesmo aumento do reajuste do salário mínimo para os aposentados e pensionistas que ganham acima do salário mínimo porque falta uma política do Governo. É uma falta de vontade que a gente sabe – isso foi colocado aqui. Só os 20% que tiraram da DRU pagariam esse nosso aumento, mas nós continuamos lutando.

Foi falado há pouco aqui... Senador Paim, uma coisa que o senhor falou aqui eu falo em todas as oportunidades no Rio Grande do Sul, quando falo em rádio ou jornal: essa preocupação de desvincular o mínimo do mínimo. Por que eu falo isso? Todas as vezes que tenho oportunidade de me manifestar em rádio, jornal, num encontro, ou num seminário, nós convidamos também quem tem que vir para a rua conosco: os aposentados que ganham um salário mínimo. E faço esta colocação, e a prova está aqui, a senhora falou para todo o Brasil sobre esse projeto que existe. Sabe-se que é um projeto que já existe. Então, precisamos que esses aposentados que ganham um salário mínimo venham para a rua.

E dizer, como o Nelson já falou, que estamos fazendo seminários em todo o País e vamos voltar às ruas de novo, fazendo um trabalho, um movimento democrático, dentro da democracia, que é o que estamos fazendo.

Quero dizer a V. Exª, Senador Paulo Paim, que, no Rio Grande do Sul, a Fetapergs, da qual sou o 1º Vice-Presidente, a Dornelles Advocacia com o apoio da Cobap, enfim, nós vamos retomar aqueles fóruns regionais em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, contamos com a sua presença junto conosco.

Também já tivemos uma audiência com o Secretário de Justiça, que já é nosso parceiro, vamos conversar também com a Secretaria de Assistência Social para fazermos esses fóruns regionais falando na previdência, na assistência social, nos aposentados e pensionistas de todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Quero dizer a V. Exª que fomos muito simpáticos à apresentação da PEC nº 10. Como o Luciano falou, muita gente não a conhecia totalmente, nem eu que estou dentro do movimento conhecia. É claro que gostaríamos de ter o fim do fator previdenciário, mas não sendo possível, é uma alternativa. Se eu fosse me aposentar agora, torceria pela PEC nº 10.

E nesses fóruns regionais que estamos reorganizando, gostaríamos de ter alguém que falasse na PEC nº 10, pois tenho certeza que será de muita validade para o nosso contexto.

Era isso que gostaria de dizer no momento e também que todas as vezes que tivermos oportunidade estaremos aqui representando os aposentados e pensionistas de todo o País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me falar uma coisa que considero muito interessante. Já estou com quatro mandatos como Deputado Federal e dois, como Senador. Vou fazer praticamente 32 anos dentro da Casa. Se eu pudesse dar um conselho para aqueles que estão na política, com essa minha experiência, já que estou com 61 anos, diria para assumir essa luta dos aposentados. Temos que assumir essa luta dos aposentados.

No Rio Grande do Sul, estou dando como exemplo, foram seis milhões e duzentos mil votos válidos. Tive quatro milhões de votos. E o carro-chefe da minha vida pública, eu diria, foram os aposentados. Comecei no movimento sindical, depois sempre levantando a bandeira dos aposentados.

E por que falo isto? Não é para me elogiar, pelo contrário. Vocês é que me trouxeram para cá. Que os políticos entendam a força que têm os aposentados. A força dos aposentados é muito grande. E eles não querem nada. Eles não me pedem nada. Ao longo de 62 anos de minha vida e 32, se Deus quiser, porque estou em outro mandato no Parlamento, os aposentados nunca me pediram nada, a não ser para defender aquilo no que acredito, que é o direito de viver e envelhecer com dignidade. É só isso. Todos que me conhecem sabem disso.

O que houve de corrente positiva em todo o Brasil para essa última campanha ao Senado, quando eu estava em terceiro lugar nas pesquisas, eram *e-mails*, correspondências, doações, uma loucura que me levou ligeirinho para o primeiro lugar, com 500 mil votos à frente do segundo lugar.

E por que dou este exemplo? Por favor, entenda quem está assistindo a TV Senado. Esses homens e mulheres de cabelos brancos fazem história. Eles podem mudar a história do País. Eles só querem ser valorizados e querem o que é deles por direito. Não é isso, Nelson? Não é isso, Paulo? Só o que vocês têm de direito. Não querem nada a não ser aquilo que é de direito, pois contribuíram ao longo da sua vida.

Por isso, mais uma vez, fico feliz de estar aqui com vocês, presidindo esta Comissão de Direitos Humanos. Quero dizer que presido a Comissão de Direitos Humanos e coordeno a Subcomissão de Trabalho e Previdência. Então, esse é um tema que eu trato como eixo da minha vida, assim como o combate a todas as formas de preconceito: contra pessoas com deficiência, contra negros, brancos, índios. Isso faz parte de alguém que olha para aqueles que sempre olharam para mim. Vocês que sempre olharam para mim. Ca-

minhar ao lado de vocês, estar ao lado de vocês é a minha satisfação, não é nem retribuição. Vocês me fazem feliz. Oxalá, um dia eu possa contribuir com essa caminhada e que vocês também possam ser felizes. Essa felicidade que vocês pedem é somente assegurar a vocês o direito que os outros já têm.

Ouvi a fala do Guerzoni, que dizia que a desaponsentadoria os servidores já têm. Para nós – digo, para o trabalhador –, só no Supremo. Isso para assegurar um direito que já é assegurado a outros tantos. O fim do fator. Os outros não têm fator. O que vocês querem? Que só não se aplique esse fator para nós também. No fundo, estão dizendo isso. Os outros têm paridade. O que vocês dizem? Só nos deem uma paridade mínima. Se não querem dar para a categoria de origem, deem-nos com o salário mínimo. Eu lembro que o último acordo foi 80%. E os aposentados ficaram felizes, eu diria. Disseram: pelo menos, recebemos 80%. Já é um passo. Agora, temos de avançar um pouco mais.

Quero agradecer a todos, mas antes de concluir passo à Mesa para suas considerações finais. Agradeço muito ao Gilberto Guerzoni, consultor da Casa e a todos os consultores, pois todas as vezes que pedimos...É claro que algumas vezes levantamos ideias, propostas, mas eles que, tecnicamente, nos subsidiam, que colocam os argumentos. Eles nos ajudaram muito a construir todos os projetos que apresentamos tanto na Câmara quanto no Senado. Os consultores da Câmara, na Câmara e, é claro, os consultores do Senado, aqui.

Passo as considerações finais ao Gilberto Guerzoni, consultor legislativo do Senado.

O SR. GILBERTO GUERZONI FILHO – Só me resta agradecer ao Senador Paim as palavras e a oportunidade de participar um pouco do debate de um dos mais importantes temas de políticas públicas no Brasil, que é a questão da Previdência Social, não apenas pelo número de pessoas que ela envolve, não só os aposentados atuais e os futuros, como o volume de recursos, de despesa e arrecadação, pois é a mais importante despesa pública no Brasil.

Então, só me resta agradecer pela oportunidade. Estamos aqui às ordens para qualquer questão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Paulo.

O SR. PAULO JOSÉ ZANETTI – Eu também gostaria de agradecer pela oportunidade desta audiência pública, Paim. Também agradeço ao Gilberto pelas suas considerações, pela sua explanação. A Maria Antonia, nossa presidente do sindicato em Brasília, está aqui. Estaremos em Americana. Vamos levar essa posição, vamos discutir a PEC, vamos discutir as alternativas que imaginamos que possa melhorar a vida de todos os aposentados.

Você falou da importância da organização dos aposentados. Estou passando as suas mãos um jornalzinho. Aqui está a Cobap, mas quero conclamar as demais centrais para participarem na organização dos aposentados da América. Já estivemos na Itália no mês passado. Nós vamos organizar os aposentados na América Latina. Desde já está todo mundo convidado. É muito importante. Quiçá, algum dia, possamos ter os mesmos direitos dos aposentados da União Europeia. Aí, sim, poderemos dizer que temos uma aposentadoria digna.

Muito obrigado a todos. Estou sempre à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado ao Paulo José Zanetti, diretor institucional do Sindicato Nacional dos Aposentados que aqui representou o Sr. João Batista Inocentini, presidente do Sindicato dos Aposentados da Força Sindical. Meus cumprimentos pela sua contribuição. V. Sª tem razão. Aqui foi dito, quero apenas reforçar a importância de todas as centrais, as entidades dos aposentados estarem unidas por esta grande cruzada nacional em defesa de um benefício permanente com uma política salarial para os aposentados.

Passo a palavra ao Nelson de Miranda, diretor financeiro da Confederação Brasileira de Aposentados, que representa aqui o Sr. Warley Martins Gonçalles, presidente da Cobap.

O SR. NELSON DE MIRANDA OSÓRIO – Senador Paulo Paim, a Cobap está profundamente agradecida pela oportunidade que nós dá de trazer aos nossos aposentados uma palavra de luta e convocar os nossos aposentados para que se unam, procurem as associações de base nas nossas cidades do Brasil – praticamente em todos os Municípios brasileiros, existe uma associação de aposentados, um sindicato, o Sindicato Nacional da Força, o Sindicato Nacional da CUT –, que se unam porque temos aí uma bandeira de luta que precisa ser hasteada e demonstrada para o Brasil inteiro: ainda vivemos, estamos vivos e dispostos a envelhecer com dignidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Nelson de Miranda, diretor da Cobap que aqui representou o Warley Martins.

Agradeço a todos, em especial ao Guerzoni pela sua contribuição. Mas me permitam que eu só anuncie aquele que acho foi um companheiro aqui – como é o nome dele? Seu nome é? –, o Raimundo, que levantou – foi ele ou foi você – a questão do trabalhador

da construção civil. Alguém levantou aí a questão do trabalhador da construção civil. Só quero dizer que eu recebi inúmeras correspondências de sindicatos, federações e confederações dos trabalhadores da construção civil, mostrando o quanto o serviço deles é penoso, perigoso e insalubre.

Devido a isso, quero dizer que dei entrada, no dia de hoje – assinei, enquanto aqui fazíamos a audiência, o projeto, que já tinha ido para a consultoria e já retornou –, para garantir ao trabalhador da construção civil o direito à aposentadoria especial.

É mais um projeto para o debate. É mais um projeto para o debate. Nós temos as obras do PAC e estamos vendo a forma como – não o Governo, porque não é o Governo o culpado – as empreiteiras estão tratando os trabalhadores. Vimos, inclusive, verdadeiros levantes de milhares de trabalhadores parando todas as obras, queixando-se das condições de trabalho.

É por isso que esse projeto surgiu. Eu sempre digo que tenho tantos projetos apresentados, e aqui alguém falou de iniciativas, mas é o povo que me passa. Eu não sou um gênio que, de repente, aperta aqui um botão e faz surgir um projeto. Não é verdade isso. Todos os projetos que apresentei são demandas da população, inclusive o Estatuto do Idoso. Nunca me esqueço de que foi a demanda de um senhor do Rio de Janeiro. Ele me mandou uma minuta, dizendo: "Olha, ninguém quer apresentar. Você não quer apresentar?" Eu peguei e apresentei-a.

O Estatuto do Motorista, que está em debate também, foi uma demanda que veio da sociedade e que acabei apresentando. Com o Estatuto da Pessoa com Deficiência não foi diferente: foi um setor do movimento que pediu que eu o apresentasse, como foi com o Estatuto da Igualdade Racial. Esse, eu posso dizer, foi inspirado na vida e na história de Mandela, porque, quando eu estive lá, em nome do Congresso, para pedir a libertação do Mandela, recebi da Winnie Mandela, em mão, a chamada Carta da Liberdade, do Congresso Nacional Africano, e achei muito interessante o que estava escrito ali. Fui inspirado na Carta da Liberdade, que levou depois à liberdade do Nelson Mandela e o tornou o grande líder da humanidade que ele é – porque, para mim, Nelson Mandela é o líder número um da humanidade em matéria de direitos humanos.

Então, com essa homenagem à Nelson Mandela e, naturalmente, a todos os aposentados e pensionistas do nosso País, digo que, na sequência – você lembrou, Nelson, e o Paulo também falou –, nós teremos uma audiência aqui com todas as centrais para discutir a questão do fator previdenciário – muito mais o fator, mas, naturalmente, também a política também para os aposentados. Porque aqui, com vocês, nós não discutimos só a política para os aposentados. Discutimos, e vocês se manifestaram totalmente favoráveis, uma política que substitua o fator previdenciário, para garantir a todos o direito à aposentadoria integral, seja ao trabalhador da área privada, seja ao trabalhador da área pública.

Muito, muito obrigado a todos vocês.

Está encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)

Muito bem, a intenção é terminar ao meio-dia, e o prazo, das nove ao meio-dia.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 1 minuto.)

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 10 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia dez de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Eunício Oliveira, Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta**: Item único** – **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 22, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 24/03/11, "a fim de debatermos a situação do câncer de mama no Brasil". Convidados que comparecem e fazem uso da palavra, nesta ordem: Lauren Caleffi, Assessora de Planejamento e Eventos da FEMAMA; Ronaldo Correia Ferreira da Silva, Coordenador de Prevenção e Vigilância da Divisão de Atenção Oncológica do Instituto Nacional do Câncer – INCA; Inez Gadelha, Coordenadora do Departamento de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde; Maria Tereza Simões Falcão, Presidente Nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer; Maira Caleffi, Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA, e do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul – IMAMA; e Deputado Federal Darcísio Paulo Perondi PMDB/RS, Presidente da Frente Parlamentar de Saúde da Câmara dos Deputados. Às dez horas e quarenta e dois minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para a Senadora Ana Rita. Às onze horas e vinte e seis minutos a Senhora Presidente, Ana Rita, devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo

Paim, Ana Rita, Eduardo Amorim. O Senhor Presidente franqueia a palavra para diversas pessoas ligadas ao problema câncer de mama presentes no plenário da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aberta a 24ª reunião extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que concordam com a Ata permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente audiência pública foi apresentada por mim nos termos do Requerimento nº 22, a fim de debatermos a questão ou a situação do câncer de mama.

Convidamos para este evento Darcísio Perondi, Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar de Saúde da Câmara dos Deputados, Maira Caleffi, Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, Femama, e do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul, Imama; Maria Tereza Simões Falcão, Presidente Nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer; Ronaldo Corrêa Ferreira da Silva, Coordenador de Prevenção e Vigilância da Divisão de Atenção Oncológica do Instituto Nacional do Câncer, Inca, que já está aqui conosco, ao meu lado; alem do Ronaldo, também convidada, Inez Gadelha, Coordenadora do Departamento de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde.

Antes mesmo de iniciarmos a nossa audiência, com a fala dos nossos convidados, quero apenas aprovar um requerimento que é um aditamento.

"Sr. Presidente, recorro a V. Exª para que aprove o seguinte requerimento:

Com fundamento regimental, em aditamento ao Requerimento nº 22, requeiro seja alterada a data da referida audiência, que seria para o dia 9, para o dia 10."

Que está sendo hoje. Nós fizemos uma troca porque ontem um Senador tinha já pedido o espaço. E depois, eu, conversando com as lideranças do movimento, trocamos para hoje.

Aqueles que concordam que esse requerimento seja aprovado extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Quanto ao mérito, os que concordam com a mudança de data permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu quero dizer que a iniciativa desta audiência pública surgiu a partir de um evento que tivemos lá no Rio Grande do Sul, para o qual as lideranças do movimento convocaram os três candidatos ao Senado que, nas pesquisas estavam, digamos, na ponta, para debater o tema. E fomos recebidos os três de forma muito elegante, de forma muito bonita e muito diplomática. Deram o mesmo espaço para os três, para que cada um colocasse o seu ponto de vista, e ali, indiretamente, os três concordaram que, uma vez no Senado, íamos, entre outras e tantas tarefas de apoio ao movimento do câncer de mama, trabalhar também para que houvesse uma audiência pública.

Coincidiu com a realização, aqui em Brasília, da Marcha dos Prefeitos e a IV Conferência Nacional das Primeiras Damas, que se inicia amanhã, 11 de maio. E eu gostaria muito que V. Exª, até para ilustrar a abertura dos nossos trabalhos, falasse um pouco da IV Conferência. Mas que, primeiro, dissesse o nome, a entidade, e falasse um pouquinho do que vai acontecer a partir de amanhã.

A SRª LAUREN CALEFFI – O meu nome é Lauren Caleffi, eu sou Assessora de Planejamento e Eventos da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, a Femama, que é uma entidade que hoje é composta por 47 ONGs em 17 Estados brasileiros.

O nosso objetivo, como federação, é mobilizar e articular uma agenda nacional sobre a causa do câncer de mama e toda a problemática que envolve essa doença – que tem cura se diagnosticada cedo, até 95% de chance de cura, dependendo do diagnóstico precoce –, e que hoje em dia é responsável por uma grande morbidade, no Brasil, de mulheres predominantemente na faixa 40 anos, dos 45 anos até os 65 anos.

Então, a Federação entende que as primeiras-damas, no papel de parceiras dos prefeitos, vamos dizer assim, também têm uma função importante a ser desempenhada no sentido de que elas têm que conhecer o *status*, como está a saúde da mulher nas suas comunidades locais.

Então, a gente, realmente, como o senhor falou, aproveitando a Marcha dos Prefeitos, com essa parceria da Confederação Nacional de Municípios, a CNM, através do Presidente, Sr. Paulo Ziulkoski, nós programamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sem nenhum bairrismo, mas é gaúcho também o Paulo, viu? Só está falando gaúcho aqui.

A SRª LAUREN CALEFFI – Sim, sim. É verdade.

Mas a gente entende que essa conferência veio a calhar, porque como os prefeitos se dirigem a Brasília, e hoje temos aqui em Brasília mais de 2700 prefeitos presentes nessa Marcha, nós convocamos as primeiras-damas para acompanharem, e vamos amanhã ter um evento que tem como objetivo empoderar essas mulheres para que elas tenham ações locais em suas comunidades, no sentido de influenciar políticos, de cobrar iniciativas, de cobrar a aplicação das políticas públicas em saúde, e em especial a saúde da mulher.

Na verdade, como uma entidade que luta contra o câncer de mama, nós enxergamos que nesse evento a oportunidade de se falar sobre a saúde da mulher integral vai ser muito importante. E fazermos que esse evento se torne um marco oficial, daqui para frente, na agenda brasileira de mobilização feminina, na luta contra o câncer de mama.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas*.)

Já está conosco, aqui na mesa, a Srª Inez Gadelha, Coordenadora do Departamento de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde.

Só por uma questão de justiça, é bom lembrar que na oportunidade, lá no Estado, estávamos eu, a Senadora Ana Amélia e o Senador – meu amigo, foi governador e foi Deputado Federal – Germano Rigotto, um grande homem público também. Infelizmente, dos três, dois iriam se eleger, e acabamos nos elegendo eu e a Senadora Ana Amélia. Mas, sem sombra de dúvida, o Rigotto deve estar assistindo neste momento. Foi um grande governador, um grande parlamentar, e teve sempre uma diplomacia enorme durante toda a campanha. Ficam aqui as minhas homenagens também ao ex-governador Germano Rigotto, que participou dessa audiência que resultou no fato de hoje estarmos, aqui no Senado, numa audiência pública.

A SRª LAUREN CALEFFI – Ele e a Srª Claudia Rigotto sempre foram muito parceiros de todas as iniciativas tanto do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul como agora, também, da Femama.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns.

Permitam somente que eu faça uma pequena introdução, até para valorizar a minha assessoria, se não eles: "A gente pesquisa, trabalha, e ele não usa nada do que a gente passa para ele".

Então, rapidamente, sobre o câncer de mama – e aí, naturalmente, V. Sªs poderão discordar, e naturalmente vão aprofundar muito mais, eu só faço esta introdução.

O câncer de mama é provavelmente o mais temido pelas mulheres, devido a sua alta freqüência e, sobretudo, pelos seus efeitos psicológicos, que afetam a percepção da sexualidade e a própria imagem pessoal. Ele é relativamente raro antes dos 35 anos de idade, mas acima dessa faixa sua incidência cresce rápida e progressivamente. Isso aqui é retirado da Internet, vocês têm todo o direito de concordar ou não, mas é só para abrir o debate.

Esse tipo de câncer representa, nos países ocidentais, uma das principais causas de morte em mulheres. As estatísticas indicam o aumento de sua freqüência tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, nas décadas de 60 e 70, registrou-se o aumento de dez vezes nas taxas de incidência ajustadas por idade nos registros de câncer de base populacional de diversos continentes. No Brasil, o câncer de mama é o que mais causa morte entre as mulheres.

Tem um outro texto que fala de câncer de mama também no homem. E aqui eu paro, para não cometer nenhum equívoco. Depois vocês, em vez de falar para o Brasil, via TV Senado, e para os nossos convidados, vão ter que responder a quem abriu os trabalhos. Não se preocupem em responder a mim, mas sim em fazer as palestras de vocês. Então, de imediato, eu passo a palavra ao Dr. Ronaldo Corrêa Ferreira da Silva, do Instituto Nacional do Câncer, para fazer a sua exposição, e meus cumprimentos. E quero dizer também, o que eu havia inclusive informado antes de iniciarmos os trabalhos, que nós vamos dividir a coordenação dos trabalhos com a Presidente da Subcomissão das Mulheres na Comissão de Direitos Humanos, que é a Senadora Ângela Portela, que, por problema de vôo, não está ainda aqui, e também com a Senadora Ana Rita, que é Vice-Presidente desta Comissão.

Eu ajustei com elas fazermos o trabalho em conjunto e oportunizarmos que também elas presidam os trabalhos desta importante audiência pública. Eu a considero uma das mais importantes que a comissão organizou para dialogar com o Brasil.

Por favor, Dr. Ronaldo.

O SR. RONALDO CORRÊA FERREIRA DA SILVA – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, em nome do Instituto Nacional de Câncer, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, em nome do Senador Paulo Paim, pelo convite para estar aqui presente com vocês, e eu não sei quanto tempo eu tenho, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Normalmente, aqui eu dou 10, com tolerância de mais 5. Mas se o convidado quiser, mais 5, com mais 5, com mais 5. Então, vá falando aí...

O SR. RONALDO CORREIA FERRÊRA DA SILVA – Então eu vou aproveitar todo esse tempo, porque eu acho que é interessante, eu vou me arriscar a contar a história do câncer de mama na modernidade, só para vocês entenderem um pouquinho essa problemática. Então, eu vou começar essa história a partir do século XIX.

O que acontecia então? As mulheres se apresentavam com aqueles tumores enormes, e, na grande maioria das vezes, quando era possível fazer algum tipo de tratamento cirúrgico, era feita a retirada da mama e durante um bom tempo, pelo menos até a década de 20 do século XX, as cirurgias se tornaram radicais ao ponto de você, além de tirar a mama, tirar músculos, tirar outros tecidos próximos da mama e deixar a mulher com uma série de seqüelas e deformidades.

Isso foi se mantendo durante um bom tempo, até que mais ou menos no período da guerra, um pouquinho antes da guerra, em 1930, 1940, os cirurgiões norte-americanos viajavam para a Europa para estudar um pouquinho essa questão do câncer de mama e entraram em contato com vários cirurgiões, principalmente austríacos, alemães, que naquela época já preconizavam que a mulher deveria se conhecer, deveria se palpar.

E a partir desse movimento das mulheres se palpando, identificariam os tumores mais cedo e teriam cirurgias menos radicais, apesar das cirurgias, naquela época, continuarem sendo radicais.

Então, eles voltaram para os Estados Unidos, nessa década de 30, um pouquinho antes da guerra, com essa concepção: que seria importante divulgar para a população feminina alguns métodos, algumas técnicas de palpação, porque eles acreditavam que ensinando a população a se palpar, a se conhecer, esses tumores iam ser identificados cada vez menores e as cirurgias poderiam se tornar, em médio prazo, menos radicais.

Então, veio o período da guerra, e mais ou menos em 1950 começou a grande divulgação, na América do Norte, por meio da Associação Americana de Câncer, de uma política de as mulheres se conhecerem, se palparem e, com isso, identificarem esses tumores mais cedo. Aí, então, durante quase 20 anos, nas décadas de 50 e 60, foi ensinado para a população americana. Estatísticas mostram que praticamente 30 a 40% da população feminina americana, nessas duas décadas, foi ensinada a palpar as suas mamas a procura de nódulos ou pequenos tumores, e com isso elas procurariam assistência médica para identificar qual seria esse problema, se esse problema do nódulo seria um câncer.

Só que nesse ínterim, nessa situação, o que foi acontecendo? Alguns cirurgiões começaram a conhecer melhor essa dinâmica do câncer de mama, começaram a perceber que havia mulheres que faziam aquela cirurgia radical, arrancavam a mama, músculos, tecidos, às vezes extirpavam costelas, e sobreviviam da mesma forma que aquelas mulheres que faziam cirurgias menores. Então, eles ficaram questionando: será que essa cirurgia tão radical tem o mesmo efeito que a cirurgia parcial?

E durante essa década de 60 e a década de 70 foram feitos vários estudos mostrando que, dependendo de alguns tipos de câncer de mama, essa cirurgia radical não aumentava tanto a sobrevida. Então existiam outras questões que não eram só o tamanho do tumor.

Então, na década de 70, um cirurgião americano muito conhecido, chamado Fisher, propôs uma nova teoria do que seria a história natural do câncer de mama. E nessa época ele disse o seguinte: que o câncer de mama, que a coisa mais importante do câncer de mama é a característica biológica; não é nem o tamanho do tumor, mas sim a característica dessas células tumorais. Eu posso ter tumores muito grandes, mas a característica dessa célula do tumor é de um crescimento lento. Então, esse tumor, mesmo sendo grande, não vai causar a morte da mulher. E, por outro lado, eu posso ter tumores bem pequenininhos com comportamento agressivo muito grande, e mesmo tendo tumores às vezes impalpáveis, a mulher vir a morrer desse câncer de mama.

Então, isso revolucionou a história do câncer de mama, revolucionou o paradigma da época, que era, quanto maior o tumor, pior o prognóstico da mulher, e deu origem a uma série de pesquisas que vieram a se tornar os tratamentos adjuvantes, os tratamentos complementares da cirurgia.

Nesse mesmo período, na década de 70, na de 80, também começaram a surgir os primeiros estudos sobre o papel da mamografia na detecção precoce do câncer de mama. Eles começaram a perceber que ao oferecer para uma população feminina, que não tinha sintoma nenhum, a partir de uma determinada idade, um método de rastreamento chamado mamografia, você podia identificar tumores que não eram palpáveis.

E aí vários estudos foram feitos, mais ou menos em torno de 10 a 12 estudos, principalmente no Canadá, nos Estados Unidos, em alguns países da Europa, principalmente Suécia e Reino Unido, que mostraram que oferecer a mamografia para essa população de mulheres que não tinha sintoma nenhum – as mulheres eram assintomáticas a partir de uma determinada idade, e na época esses estudos pegaram mulheres de 40 a 69 anos – tinha impacto na redução da mortalidade. Então, as mulheres que faziam esse tipo de exame, sem ter nenhum tipo de sintoma, comparadas

com as mulheres que não faziam esses exames, a médio e longo prazo morriam menos de câncer de mama.

Então, começaram a divulgar esse tipo de informação para vários países, e alguns países, já no final da década de 80 e 90, começaram a se organizar para oferecer esse exame de mamografia para a população feminina sem sintoma. E aí começaram os programas de rastreamento do câncer de mama.

Atualmente, temos mais ou menos em torno de 30 países no mundo que têm programas organizados de câncer de mama. Só que quais são as características desses programas de câncer de mama? Eles são realizados em países que têm altas taxas de incidência de câncer de mama, onde a ocorrência do câncer de mama é muito alta.

Por exemplo, se formos comparar países como Suécia, Finlândia, França, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos, com o Brasil, o Brasil tem taxas de incidência, taxas de ocorrência de câncer de mama 3, 4 vezes menores do que esses países.

Então, o que acontece numa situação dessas? Nesses países que têm altas taxas de incidência, esses programas de rastreamento podem impactar na redução da mortalidade em até às vezes 25%, 30%. Só que nos países que têm taxas de incidência menores, esse impacto é muito menor.

Então, se formos, que é o primeiro paralelo que eu gostaria de trazer para vocês, se formos comparar o resultado dos programas nos países mais desenvolvidos com o resultado que esperamos de programas de rastreamento no Brasil, podemos ter certeza de que esse impacto vai ser menor, não vai ser igual, porque temos taxas de incidência diferentes.

E uma segunda questão é que essas taxas diferentes de incidência implicam também um menor desempenho desses programas. O que é um menor desempenho? É você ter mais exames falsos positivos, que implicam em a pessoa ter resultado de exame dizendo que pode ser um câncer; a pessoa faz uma série de investigações diagnósticas e, no final, aparece que não é câncer. E um percentual também grande de falso negativo. A pessoa faz os exames de mamografia, o resultado é normal, e no intervalo entre uma mamografia e outra aparece o câncer.

Então, essa característica de ter impacto na mortalidade menor e ter resultados de falso positivo e falso negativo maiores em países que têm taxas de incidência menor é que fazem com que a gente tenha um pouquinho mais de cuidado na hora de promover ou organizar políticas públicas para o controle do câncer de mama.

Então, eu contei essa história toda para vocês para contextualizar a situação no Brasil. O que a gente vinha fazendo no Brasil? Até a década de 80, mais ou menos, essas ações de controle do câncer elas existiam, as pessoas procuravam os serviços médicos, as mulheres com lesões palpáveis eram atendidas, eram submetidas a uma investigação diagnóstica, se fosse câncer eram tratadas, mas não existia um programa, uma ação organizada em âmbito nacional. Somente a partir da década de 80 é que começaram a se estruturar em âmbito nacional algumas ações de controle desse câncer, principalmente relacionando a detecção precoce, a identificar o câncer o mais cedo possível e ofertando tratamento para essa população que tinha um diagnóstico confirmado de câncer. Isso permaneceu durante a década de 80, os Estados e Municípios foram se organizando a partir de algumas diretrizes que o Ministério da Saúde apresentava, além de todas as diretrizes e recomendações das sociedades e associações médicas.

Quando chegou a década de 90, boa parte desses países que falei para vocês, desenvolvidos, já tinham algum programa organizado de rastreamento. Então, o Ministério da Saúde começou a pensar: puxa vida, como é que a gente pode estruturar uma política que tenha toda uma ação voltada para essa população feminina de forma que a gente consiga, a médio e longo prazo, esse impacto de redução da mortalidade como esses países mais desenvolvidos conseguiram.

Então, no final da década de 90 e início da década seguinte foram se estruturando o que a gente denominou Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo Uterino e Programa do Câncer de Mama. Então, inicialmente, mapearam as políticas estaduais e municipais, avaliaram os recursos, tanto os recursos físicos quanto os recursos humanos desses Estados e Municípios, e a partir daí começaram algumas ações sempre com essa característica, ações de promoção da saúde, de prevenção do câncer de mama, que estão relacionados ao controle do peso, controle da ingestão de álcool, atividade física regular, ações de detecção precoce. Quanto mais cedo a gente oferece a possibilidade de identificação da doença, maior a possibilidade de encontrar essa doença e ações relacionadas ao tratamento de melhoria de acesso ao tratamento e melhoria da qualidade do tratamento.

Então, durante todo esse início dos anos 2000 foram feitas políticas, investimentos e ações para aprimorar esse controle do câncer de mama.

Em 2005, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Oncológica, o Pacto pela Saúde. Enfim, várias outras estratégias do governo federal para ampliar as ações de controle dos dois cânceres: o câncer do colo e o câncer de mama. Especificamente o câncer de mama, o investimento foi feito para que as

mulheres tivessem mais acesso aos exames de detecção precoce, que seriam o exame clínico da mama e a mamografia.

Durante esses últimos cinco anos, se a gente for olhar os gráficos de produção de mamografias no Sistema Único de Saúde observa-se que houve um aumento de mais de 130% da oferta de mamografia. Mas, como eu havia falado antes, não basta você oferecer a mamografia. A oferta da mamografia não garante nenhum impacto na redução da mortalidade. O que garante o impacto na redução da mortalidade é você ofertar essa mamografia com qualidade, para que eu possa identificar os casos de câncer nas mulheres que, realmente, têm câncer e, ao mesmo tempo, dar acesso a tratamento oportuno e em tempo hábil. Porque também não é incomum a mulher fazer a mamografia, identificar o câncer e, às vezes, demorar quatro, seis, oito meses para iniciar o tratamento.

Então, o que o governo federal pensou? Puxa vida, se gente está aumentando a oferta de mamografia, mais mulheres estão fazendo a mamografia, eu preciso me preocupar com a qualidade do exame para que essa oferta do exame de mamografia garanta que eu vou identificar realmente as mulheres com câncer. Mas eu preciso garantir também uma oferta de tratamento, oportuna, em tempo hábil e eu preciso ofertar a possibilidade dessa mulher que fez a mamografia e que tem a suspeita de ter um câncer o acesso ao diagnóstico. Então, nesses últimos dois, três anos o investimento está sendo feito para qualificar essa oferta de mamografia, melhorar a qualidade da mamografia no País, que em boa parte dos serviços ainda não é de boa qualidade, precisa ser melhorada. Ela tem algumas características de qualidade, mas ela precisa aprimorar a qualidade dos exames. Então, o Governo está investindo em estratégias de melhorar a qualidade da mamografia, mas também melhorar o acesso ao diagnóstico. Se a mulher identifica alguma alteração nessa mamografia, ela precisa fazer um esclarecimento diagnóstico, e esse esclarecimento diagnóstico pode envolver uma punção, ele pode desenvolver uma biópsia, ele pode envolver outro exame radiológico, um ultrassonografia, ou uma mamografia com algumas incidências diferentes das habituais. E todo esse conjunto de procedimentos diagnósticos deve ser oferecido em lugares que também garantam a qualidade desses procedimentos diagnósticos.

Então, a Drª Inez falará um pouquinho sobre a estratégia do governo no sentido da intensificação dessa política de controle do câncer de mama. Em princípio vão ter três grandes eixos: melhoria da qualidade da mamografia, melhoria do acesso aos procedimentos diagnósticos, e acesso ao tratamento exatamente para que a gente possa, por meio dessas ações de rastreamentos na população alvo, conseguir o objetivo de redução da mortalidade. Só que esse processo todo que estou falando para vocês de convocar a população, mobilizar a população, a população faz a mamografia, as mamografias alteradas são feitos exames diagnósticos, essas mulheres com exames diagnósticos são encaminhadas à rede de tratamento e realizam o tratamento. São procedimentos altamente complexos, que devem ter um acompanhamento, um monitoramento vigilante dos gerentes, dos administradores do Sistema de Saúde muito grande.

Então, paralelo a toda essa estratégia, também foram desenvolvidos alguns sistemas de informação, como o sistema de informação do controle do câncer de mama, que é o Sismama, os registros hospitalares e registros de câncer de base populacional; eles vão medir a quantidade de mulheres que chegam para tratamento; como as mulheres chegam no momento do tratamento; se elas chegam com tumores avançados; se elas chegam com tumores pequenos; qual o desempenho desse tratamento. Hoje, a gente não tem nenhum tipo de indicador de desempenho dos mais de duas centenas de serviços de tratamento de câncer. A gente tem informações de produção, mas não tem informação de desempenho. Como é o desempenho desse tratamento? É importante a gente ter essa informação, até porque o grande investimento, grande parte dos recursos são para tratamento. O tratamento é muito mais caro do que o rastreamento.

Então, eu tentei dar esse panorama das estratégias de controle do câncer de mama, desde o século IXX até agora, para pontuar duas questões que acho que são importantes. Primeiro, o Brasil é diferente dos países mais desenvolvidos. É diferente no sentido das taxas de incidência. As taxas de ocorrência do câncer de mama nesses países tendem a ser bem diferentes. Algumas capitais do Brasil, algumas cidades do Brasil têm taxas semelhantes a esses países mais desenvolvidos. Portanto, essas cidades, essas capitais, em tese, teriam o mesmo potencial da mortalidade que esses países mais desenvolvidos, mas a grande maioria das cidades nos Estados do Brasil tem taxas bem menores, três ou quatro vezes menores. Portanto, o impacto dessas ações de detecções precoces tendem a ser menores.

Outra questão é a seguinte: mesmo que haja esse investimento no controle do câncer, com as ações de detecção precoce, como a gente está vendo que está havendo investimento, é preciso um controle rigoroso de todas as etapas das ações, desde o da convocação da população alvo. Por exemplo: agora, a gente tem um piloto em parceria com o Município de Curitiba. Em

Curitiba, a mulher, quando é solicitada uma mamografia, ela não tem tempo de espera para a mamografia, ela pode fazer a mamografia no mesmo dia. E ela tem em torno de cinco dias úteis para realizar os procedimentos de diagnóstico. E com essa organização toda do serviço, há pessoas que marcam os exames e não comparecem. E a taxa de cobertura da população é em torno de 50%. Então, mesmo ofertando, mesmo tendo um sistema pronto, a cobertura é pequena. A gente está estudando por que essa cobertura é pequena, não sei se existem crenças, mitos, algumas percepções em relação ao câncer de mama em que a mulher fica com medo de participar do rastreamento, e, mesmo quando ela participa, quando ela tem um exame que é suspeito de câncer, boa parte dessa população não comparece para investigação diagnóstica, talvez pelos mesmos motivos; talvez por ter medo de um câncer confirmado, talvez por medo de se submeter a um tratamento em que ela possa considerar, dentro do imaginário dela aqui, que é um tratamento agressivo, que vai ter pouca resposta.

Então, mesmo eu organizando essas ações, não garante que a população vai usufruir desses serviços. Então, é preciso que eu tenha um controle de todas as etapas dessa grande ação do controle do câncer de mama, desde a convocação da população, ao comparecimento das mulheres para os exames de mamografia; o controle da qualidade da mamografia; o controle do desempenho dos serviços; a taxa de comparecimento das mulheres com exames alterados nas unidades diagnósticas. Não adianta eu fazer uma mamografia, indicar uma lesão suspeita e a mulher não aparecer para fazer o exame diagnóstico. Eu tenho que ficar acompanhando essa mulher, onde está essa mulher, saber o que está acontecendo com essa mulher. E mesmo que ela faça o diagnóstico de câncer, ele tem que monitorar para saber se essa mulher que teve o diagnóstico de câncer vai ter acesso ao tratamento em tempo útil. A gente sabe que um intervalo maior que três a seis meses compromete a resposta ao tratamento. Uma mulher que tem um diagnóstico de câncer pequenininho, se ela esperar seis meses corre o risco de esse câncer não ser mais pequeninho e a possibilidade de cura dela ir por água abaixo.

Então, todas essas etapas do controle eu tenho que monitorar. O investimento é muito alto. A qualificação tanto dos gestores que acompanham e monitoram esses programas, como dos profissionais, ela tem que ser muito cuidadosa; é um investimento muito grande, a gente também mapeou algumas carências em relação a patologistas, em relação a radiologistas que são especialistas nessa área de mamografia. O País precisa desse investimento. A gente também tem algumas carências em relação, por exemplo, à oferta de tratamento de radioterapia. Existe um conjunto de fatores que precisam estar prontos e a postos para que essa ação de mobilização da mamografia, que acho ser outro problema. A gente vê dezenas, centenas de organizações voltadas para essa temática do câncer de mama e praticamente todas elas voltadas com a mesma agenda: oferta de mamografia. Ofertar mamografia não garante redução da mortalidade.

Então, ao terminar, a mensagem que eu gostaria de passar para vocês é a seguinte: o controle do câncer de mama não irá se resolver só com a participação do Governo. É preciso a participação do Governo, da sociedade civil, dos legisladores, da mídia, dos pesquisadores, dos profissionais de saúde. Sem esse compromisso coletivo, público, para essas ações, a gente não vai conseguir reduzir essas taxas de mortalidade por câncer de mama.

E uma segunda convocatória que faço, é que esse debate do controle do câncer de mama é que ele seja publicizado, as pessoas precisam entender algumas características, alguns detalhes técnicos em relação a essas estratégias de controle, e quanto maior a participação da sociedade, seja por meio da sociedade civil organizada, seja pelos representantes das instituições públicas, dos pesquisadores, enfim, melhor será o desempenho dessas ações de controle. Então, eu queria agradecer a iniciativa do Senado, a iniciativa das organizações filantrópicas e estou à disposição para a gente conversar. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Ronaldo Corrêa, do Instituto Nacional do Câncer. E já cumprimentando aqui os nossos convidados, já estão todos à Mesa. O Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar de Saúde da Câmara dos Deputados, Darcísio Perondi, a Drª Maira Caleffi, Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, e do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul, Imama; também Maria Tereza Simões Falcão, Presidente Nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer; Ronaldo Corrêa, que acabou de falar.

Agora, mantendo a ordem de montagem da Mesa, passo a palavra à Drª Inez Gadelha, Coordenadora do Departamento de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde. Não deixando de cumprimentar o Dr. Ronaldo pela brilhante exposição, fazendo um histórico da questão do câncer de mama, e chamando para um combate ao câncer de mama de forma integrada, Governo e toda a sociedade.

Por favor, Drª Inez com a palavra.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – Muito obrigada, um bom-dia a todos. Dizia Alden que

a melhor coisa é que figuras privadas, faces privadas no contexto público são muito melhor, muito mais transparente do que faces públicas nos ambientes privados.

Então, de imediato – sempre me preocupo em falar assim – dizer que não sou movida por conflito de interesses. Não tenho nenhum, declaro aqui ser completamente isenta de conflito de interesses, seja pessoal, familiar, profissional ou acadêmico.

É interessante um encontro como esse porque é a oportunidade, como falou o Ronaldo, de nós dividirmos ansiedades, expectativas e conhecimentos.

Nós estamos caminhando muito bem, temos evoluído bastante no Brasil. Como perguntava o Deputado Perondi: "de um a 10, a sua experiência e o quanto melhoramos?" Eu disse para ele: seis. E poderíamos estar muito mais avançados, porque são 36 anos numa luta ferrenha, tentando mobilizar o País e as estruturas para uma melhoria.

Mas eu comecei Oncologia nos anos 70, e digo para as senhoras que, podem crer, melhorou bastante. Melhorou bastante, principalmente a condição de diagnóstico do câncer de mama e do colo do útero, não somente em relação à mulher, mas, também, na própria qualificação profissional e a disponibilidade de recursos no País.

E também é muito interessante dizer, por exemplo, a questão do conhecimento técnico. Nós temos que continuar avançando sem quebrar os critérios técnicos. Às vezes nos deparamos com um tipo de discussão em que esses critérios pretendem ser quebrados, e algumas vezes são quebrados, e principalmente no setor privado da assistência. Isso é muito preocupante, porque normalmente, quando se discute clinicamente o controle do câncer de mama, por exemplo, a questão sempre se faz assim: por que no setor privado é assim e o SUS não tem? A pergunta é ao contrário: por que o SUS é assim e o setor privado está dessa forma? Porque normalmente a quebra de critérios técnicos se dá especialmente no setor privado, criando uma falsa impressão de que é melhor, de que é mais efetivo e mais competente.

Acho também muito interessante que a Frente Nacional dos Prefeitos se acople a isso, porque existem ações municipais que são básicas, essenciais para o controle do câncer de mama. E essas ações dizem respeito principalmente à promoção da saúde e à detecção precoce. Então, toda esta parte de orientar a população, mobilizar a população, oferecer à população condições de combater o sedentarismo, combater a obesidade, combater o tabagismo e tantos outros fatores de risco que se associam ao câncer, não só de mama, é uma ação municipal. Tanto que, quando nós falamos do financiamento para essas ações, esse financiamento é posto no âmbito municipal, que deve ser compartilhado entre Municípios num acordo bipartícipe.

E aí a senhora me permita dizer que no Brasil a média de incidência do câncer de mama e a mortalidade por câncer de mama é em torno de 55 anos de idade, e isto orienta muito a ação pública, porque quando nós falamos de detecção, de rastreamento e de diagnóstico precoce de câncer de mama, se nós não focarmos tecnicamente a população alvo, nós vamos alocar recursos, desperdiçar recursos e trazer para a mulher situações de intervenções desnecessárias. Tanto que há três ou quatro anos, não lembro bem, chegou-se a dizer que a mamografia não tinha valor. Vocês lembram que foi um auê no mundo todo. A Organização Mundial da Saúde lançou isso e então se ajustaram... Olha, tecnicamente a questão é essa. E por que a mamografia tem essa questão de faixa etária tão importante? Porque é o contraste radiológico natural. O exame é testado e aprovado em termos de sensibilidade e efetividade naquela faixa etária em que o contraste radiológico natural, ou seja, preto e branco – porque o tumor é branco, o nódulo é branco, a calcificação é branca. Se a mama for branca, que é a característica da mulher jovem, o falso positivo do exame, ou o falso negativo, é muito alto; e isso expõe a vida das pessoas, a vida das mulheres.

Então, é muito importante que a gente veja a Frente de Prefeitos e as senhoras primeiras-damas dos Municípios brasileiros preocupadas com isso, porque tem que ver quais as ações municipais e principalmente porque as ações municipais são descentralizadas. Mas, como chamou bem à atenção o Ronaldo, não adianta focar câncer de mama em mamografia. E, mais ainda, enfocar em mamografia sem preocupação com a qualidade.

Então, para se ganhar característica de rede, de articulação, os Municípios têm também que se entender dentro daquele seu território de saúde, fazer pactuar ações e inclusive com Estado. É uma guerra muito grande, Município e Estado, sabemos disso, porque os recursos são alocados via Estado. Então, existe uma ação política muito importante na relação de Município com Estado. E quando nós pensamos no fortalecimento dessas ações com o novo governo, com o Ministro Padilha, um dos focos é o câncer da mulher, porque é impossível o País continuar convivendo com os problemas ainda antigos relativos ao câncer do colo do útero, por exemplo, tão díspares no Brasil. Parece que a linha do Equador para nós baixa e divide o Brasil em Norte e Sul, está aqui embaixo, aqui no meio do nosso país. Não dá para continuar convivendo com essas taxas.

Então, a preocupação desde com academias de saúde nos Municípios, vida saudável nos Municípios

porque essa epidemia de câncer de mama e de câncer de próstata que temos visto nos países em geral, e principalmente nos países em desenvolvimento, tem muito a ver com a obesidade. E a obesidade por sua vez tem a ver com sedentarismo. Então, mulheres, nós estamos adoecendo mais porque estamos absorvendo hábitos maléficos deles. Estamos comendo sem muito controle, bebendo. Hoje é um tal de vinho para lá, vinho para cá. Tudo bem, mas temos que nos movimentar para gastar o que colocamos dentro de nós.

Então, a questão vai desde a promoção da saúde – parece que não a ver com câncer de mama, mas tem – até a comunicação social, divulgação de informação e mobilização social. Se nós não trabalharmos juntos, e principalmente temos de deixar passar para a população brasileira mensagens dúbias. Muita mensagem dúbia está sendo passada. Se eu não fosse médica e entendesse, eu iria ficar doidinha, porque o setor privado diz uma coisa, o SUS diz outra, o movimento das mulheres diz outra; a associação de profissionais diz uma terceira; e é um jogo de informação. Eu acho que os senhores concordam. Não é Senador? O senhor não sente isso. No final parece uma guerra de opinião. Não é guerra de opinião não, é guerra de interesses. Então, o interesse diverso permeia muito isso e nós não podemos perder o senso. Qual é o senso? O senso é critério técnico, é experiência de outros países que já estão há 40, 50 anos na nossa frente; que já têm dados suficientes para fazer uma análise crítica.

Para terem uma idéia, nós, em 2010, produzimos no Brasil 3,4 milhões de mamografias. Colocando essa quantidade numa faixa etária adequada seria suficiente. Só que ela está tendo duas características, essa produção de mamografia. Primeiro, está fora da faixa etária, que é aquela em que o exame traz um maior benefício. Estou falando de mamografia de rastreamento, mulher assintomática; para detecção de mulher assintomática. E a segunda característica é a qualidade. A qualidade dessas mamografias não está devidamente adequada, infelizmente, em grande parte dos serviços.

A outra questão que a gente tem no SUS, e aí eu me valho de Augusto dos Anjos, quanto o berne e o do verme com a bactéria. Sabem o que é isso? É que o SUS e o setor privado e a saúde suplementar contam, no Brasil, com os mesmos prestadores de serviço, a maioria; os mesmos prestadores: são os mesmos médicos, os mesmos enfermeiros, os demais profissionais e os mesmos estabelecimentos de saúde. Oitenta por cento das estruturas de saúde no Brasil, no SUS, são de natureza privada, seja filantrópica ou não. Isso significa dizer o quê? Que eles podem prestar serviços aos dois sistemas e com isso nós temos um problema gravíssimo no Brasil, que estamos passando a enfrentar com mais afinco, com o nosso novo Ministro Padilha, que é a questão da confirmação diagnóstica.

Nós temos assim: produções superavitárias, no sentido de superquantitativas. Uma produção grande em determinados procedimentos... Por exemplo: punção aspirativa por agulha fina e um déficit estrondoso em outros procedimentos, como, por exemplo, por agulha grossa. Então, são procedimentos assim que chegam a uma super oferta de 68%, mas também chegam a um déficit de 447%.

Quando eu começo a ver a linha de cuidados, biópsia, exame patológico, exame citopatológico ou espatológico**,** biópsia cirúrgica e tratamento, a gente vai acompanhando que essa produção não faz o menor sentido no SUS.

No entanto, quando a gente passa a fazer a correlação com sistema de saúde suplementar, a gente vê a seleção de procedimentos. Aquele procedimento que é ambulatorial e que é de ato único, o sistema suplementar cobre maravilhosamente. Aí, de repente, a gente tem dados que mostram uma suboferta de serviços e produção no SUS, e no entanto é um bando de mulher na cirurgia, é um bando de mulher na quimioterapia, na radioterapia no SUS. De onde elas aparecem? E quando pegamos o tratamento especializado, cirurgia, radioterapia e quimioterapia, nós vemos que tampouco essas mulheres estão sendo operadas no SUS. É impressionante.

Então, como eu vou ter uma quantidade grande de quimioterapia adjuvante no SUS se a quimioterapia adjuvante é pós-operatória? E se aquela produção de quimioterapia adjuvante não bate com a quantidade de mulher operada pelo SUS? Então, é o que Augusto dos Anjos chama no seu soneto “O Verme”, quanto o berne, o do verme com a bactéria. Isso é uma brincadeira, evidentemente. Eu só estou expondo claramente e sendo muito sincera nas situações que a gente enfrenta.

Se eu dissesse assim: quantos aqui têm plano de saúde? A maioria levantaria a mão. Se eu perguntasse aqui quantas de nós mulheres nos submetemos à mamografia pelo plano de saúde, a maioria de nós levantaria as mãos, está certo? Mas se eu perguntar quando a minha prima, a minha tia, a minha mãe ou a minha filha adoeceu, onde ela foi receber a quimioterapia, onde ela foi receber a radioterapia: no SUS.

Então, isso é o que a gente tem de deixar muito claro. Pecado? Não acho. Não estou aqui para fazer julgamento, estou falando que, se a gente não tiver aquilo que o Ronaldo disse, se nós não tivermos o conhecimento, a informação e o controle de todos os passos do processo, não adianta ficar brigando por mamografia, por mamógrafo, porque a questão não se resume a isso.

Então, o que nós estamos fazendo é em termos do fortalecimento das ações. Nós focamos as ações em quatro grandes grupos. O primeiro é melhorar, ampliar o acesso com qualidade, a serviço de qualidade. No caso da mulher, o citopatológico para exame preventivo de Papanicolau de câncer de colo do útero e a mamografia, com qualidade.

Então, já fizemos piloto de qualidade para mamografia e ainda este ano o Ministro deve anunciar o Programa Nacional de Qualidade de Mamografia. Vejam bem, para SUS e não SUS, porque a mulher que está no SUS é aquela que teve mamografia no SUS ou fora do SUS.

A segunda é ampliar a oferta de serviços – e aí o maior desafio – de exame de confirmação diagnóstico: as punções, as biópsias e a análise patológica, o exame da biópsia e o exame de peça operatória, que está muito deficitária por conta dessa coisa estranha que acontece dentro do sistema. Os prestadores são os mesmos. Obviamente, o esforço humano, a lida humana qual é? Receber mais pelo menor esforço. Isso é natural, é da nossa genética, está no nosso código genético.

E o terceiro seria ampliar a oferta principalmente de radioterapia. Nós lidamos com um déficit de radioterapia no Brasil que já tem melhorado, mas, como é uma área muito especializada, muito dependente de importação de comércio exterior e de uma qualificação profissional de altíssimo nível, se caminha mais lentamente.

E, por fim, o quarto eixo dessas ações seria a informação, comunicação social e mobilização social. Então, às vezes se fala assim: "Dois cientistas em dois países diferentes e que nunca se falaram entre si e os dois ganharam Prêmio Nobel no mesmo ano, com o mesmo trabalho." É a lógica! Quando a lógica se impõe, as coisas começam a acontecer, os rios começam a caminhar para o mesmo mar. Ou seja, parece que a Maira, lá no Rio Grande do Sul, com toda a atividade que executa, pensou uma coisa dissociada lá de alguém que está fazendo um trabalho, por exemplo, em Minas Gerais. No entanto, é a lógica que está se impondo.

Nós, como sociedade, estamos caminhando e as demandas vão se apresentando conforme essa necessidade se faz.

Eu agradeço a oportunidade e fico à disposição para qualquer questionamento que se apresente. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a Drª Inez Gadelha pela sua exposição. Foi muito franca e muito direta, fortalecendo a ideia de que os Municípios têm que estabelecer uma parceria permanente, lá é que tudo acaba se resolvendo, ali mais em contato com a população, desde, claro, que haja recursos para que isso aconteça: vida saudável nos Municípios.

A importância de se falar aqui do combate à obesidade, bebida alcoólica, alimentação descontrolada e aí faz um questionamento sobre os planos de saúde.

Meus cumprimentos.

Passo a palavra, neste momento, à Drª Maria Tereza Simões Falcão, presidente nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

A SRª MARIA TEREZA SIMÕES FALCÃO – Bom dia a todos. Saúdo todos da Mesa, na pessoa do Senador Paim e quero dizer que a Rede Feminina de Combate ao Câncer se sente muito honrada em poder participar deste debate e trazer aqui os problemas encontrados no nosso setor, que é um setor que se dedica às mulheres carentes de todo o Brasil.

Hoje, eu represento 22 Estados e o Distrito Federal. Fundei aqui em Brasília há 14 anos a Rede Feminina de Combate ao Câncer, no Hospital de Base de Brasília, junto com um grupo de senhoras. E a nossa realidade no Hospital de Base, e pelo que tenho visto nos outros Estados, é muito carente. Eu ouço falar em mamógrafos de primeira geração, de exames mais específicos, quando, na realidade, aqui em Brasília, Capital federal, nós lutamos com muitas dificuldades para que essas mulheres atendidas no Hospital de Base – e que é a grande clientela da rede feminina, não só em Brasília, mas em todo o território nacional, pelo menos nos 22 Estados –, apesar de todas as informações – e sobre isso temos que parabenizar porque hoje é difícil que alguém não tenha escutado sobre o câncer de mama –, quando chegam a Rede Feminina de Combate ao Câncer – que eu acho é uma das maiores associações civis deste País e que tratam de mulheres carentes – nós nos deparamos com situações de grande carência. Essas mulheres chegam ao hospital e, muitas vezes, custam a ter um atendimento. E não me refiro só ao Distrito Federal, eu me refiro a todos os Estados em que a Rede atua.

A nossa grande meta é fazer com que essas mulheres possam ter um atendimento melhor, porque mamógrafos de última geração é o que nós esperamos. Mas nós temos, às vezes, de conseguir que essas mulheres façam a mamografia o mais rápido possível. Muitas vezes, na saúde pública, os mamógrafos estão quebrados, não tem condições de fazer.

Então, quando eu escuto falar no que seria o ideal, eu aqui neste momento, no Senado Federal, e com toda essa Mesa qualificadíssima, eu faço este apelo: acho que nós temos que cuidar também dessas pessoas carentes. Essas mulheres, muitas vezes, na grande maioria, chegam ao hospital e não estão pre-

ocupadas com o câncer, elas estão preocupadas de como os filhos vão ficar. Porque a grande maioria é de empregadas domésticas, faxineiras, que não têm carteira assinada, não têm um plano de saúde, e chegam ali – eu estou falando, os senhores me desculpem, da nossa realidade – preocupadas com o que os filhos vão comer. Lógico que, dentro do possível, se dá cesta básica, porque nós não temos nenhuma subvenção governamental e, pelo que tenho conhecimento como presidente nacional, eu acho que nenhum Estado tem – pelo menos, no nosso aqui, nunca tivemos subvenção governamental.

Então, quem atua é a sociedade de Brasília, que colabora com uma mensalidade de R$10,00, R$20,00 e essas moças de rosa que estão aqui são as voluntárias da Rede Feminina que atuam dentro do hospital, levando um apoio emocional. Quando elas chegam para a primeira consulta, elas não têm quase ideia do que vai acontecer; aí passam pelo médico e têm que esperar, às vezes, meses para conseguir fazer uma mamografia. Porque temos um mamógrafo. Então, pela nossa realidade, eu fico feliz de ver o quanto evoluiu, como as pessoas discutem isso aqui e eu quero trazer essa nossa situação.

Quanto à frente parlamentar de apoio a pacientes, posso dizer que a Frente Feminina foi convocada e fomos umas das fundadoras dessa frente. Tivemos alguns projetos, mas peço desculpas aos senhores porque esta é a nossa realidade. Eu acho que quanto aos mitos, está havendo uma grande mudança. Dizem assim: "Não pode mais fazer o autoexame, porque muitas vezes engana." Eu pergunto aos senhores: dentro do nosso universo de pessoas carentes, essa informação é importante. Porque se uma mulher souber, ela vai pelo menos detectar num primeiro momento que está apalpando um nódulo e vai procurar um hospital, vai procurar um médico.

A Rede Feminina – eu tomei posse em novembro – está fazendo uma campanha muito grande junto com o CNJ – Conselho Nacional de Justiça, para que seja feito o exame de mamas em todas as presidiárias, porque elas têm que cumprir a pena, mas também têm direito à saúde. O CNJ aprovou esse projeto da Rede Feminina e ele já começou no Paraná, o primeiro Estado.

Eu gostaria de fazer um apelo à frente parlamentar e a toda a Mesa para que apóiem também essa campanha e principalmente nos estabelecimentos do SUS, a essa parte assistencial em que as pessoas necessitam tanto, que nos ajudem, principalmente nesse grande encontro das primeiras-damas de todo o País. E posso garantir que nos 22 Estados têm carência nessa parte pobre da população.

Quero parabenizar esse grande evento e a oportunidade que tive nesse momento de pedir para que auxiliem no estabelecimento de SUS, uma qualidade melhor. Eu acho que os mamógrafos realmente têm que ser de alta qualidade, porque, senão, não teremos como combater certo e dentro da parte médico, como deveria ser.

Eu agradeço a oportunidade. Parabenizo a Drª Maira e a todos desta Mesa que estão aqui, porque nem sempre nós temos a oportunidade de falar com pessoas tão qualificadas e que possam resolver esse problema.

Eu agradeço a todos pela oportunidade e pelo convite que recebi.

Muito obrigada (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a Drª Maria Tereza Simões Falcão, presidente nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer, que, na sua fala, de forma muito resumida, foi muito objetiva ao dizer que sua preocupação maior é com as mulheres mais pobres, – não que não tenhamos de ter preocupação com todos e todas – que não têm o atendimento devido; enfatizou as pessoas carentes; e lembrou aqui um mamógrafo.

De fato é preocupante. Parabéns a V. Exª.

Quero registrar a presença da Senadora Ana Rita, que vai presidir parte da sessão. Convidaria V. Exª para vir à mesa e eu passo a palavra, neste momento, à Drª Maira Caleffi, Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) e do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul.

A SRª MAIRA CALEFFI – Bom dia a todos. Para nós, é um privilégio estar nesta Casa e desfrutar dessa discussão tão importante. Obrigado, Senador Padilha, por essa força de convocação que o senhor tem. É admirável todo o trabalho que o senhor tem desempenhado nessa causa. E vamos cobrar muito mais. A gente está aqui para fazer desse dia uma parceria entre governo, sociedade civil e especialistas, porque a gente não está falando sem embasamento técnico. Há 30 anos que eu faço mastologia, já tive oportunidade de trabalhar em vários países com os erros e acertos muito bem instados pela Dr. Maria Inez, porque é assim que a gente evolui.

Agora, nós também, como brasileiros, precisamos ter os nossos dados, os nossos erros e acertos porque nós temos gerações pela frente para cuidar de uma doença – e eu vou me ater ao câncer de mama –, que só vai aumentar o número de casos, a expectativa aumentando, a obesidade descontrolada, os fatores de risco muito apropriadamente citados pela Maria Inez são fatores predisponentes para muitas doenças que a gente chama de doenças crônicas não transmissí-

veis. Se toda a sociedade combater isso, nós vamos diminuir também o câncer de mama.

Eu vou tomar a liberdade de fazer uma ordem no meu raciocínio porque tem coisas que tanto o Dr. Ronaldo com o a Drª Maria Inez comentaram e que eu também preciso comentar.

Então, aqui está falando em nome das associadas, a Femama, 46 associadas, parceria sólida com a Rede Feminina de Combate ao Câncer nacional, parceria sólida com a Frente Parlamentar e temos uma grande comunicação como Inca. O Dr. Ronaldo sabe do nosso trabalho há muitos anos, desde o Instituto da Mama.

O número de casos de câncer em geral está aumentando, dobrou de 1975 a 2000 – fontes internacionais do Iarc – e, para 2030, de 20 a 26 milhões de diagnósticos novos com ainda metade de casos de mortes de doenças que têm cura.

O nosso drama, como muito bem falou a nossa querida Tereza Falcão, são todas essas pessoas indiretamente atingidas, porque o câncer é uma doença que atinge a família toda.

A projeção global de mortes por câncer este ano ultrapassa a doença cardiovascular. No final do ano passado, já. Agora a ascendência é câncer em primeiro lugar, líder em mortes no mundo. Isso é o número de casos de doença com a letalidade da doença. Então, nós estamos muito interessados em como, daqui pra frente, nós vamos lidar com esse problema que só cresce.

Trinta a trinta e duas mulheres morrem por dia no Brasil por câncer de mama. Esse é um problema crescente, gente. Então, já comentando uma das coisas que o Dr. Ronaldo falou, nós não estamos aqui para discutir a importância do diagnóstico precoce. Eu acho que isso todo mundo sabe; o que todo mundo precisa é ver como vamos, na prática, diminuir a mortalidade. Se tem menos ou maior impacto de acordo com a idade, vamos ver dentro de uma sociedade com o Brasil, o que nós podemos fazer. Se o Inca recomenda que de 50 a 69, vale a pena fazer o rastreamento mamográfico, que seja feito. Porque rastreamento mamográfico sem qualidade, sem busca ativa não existe. Isso foi unânime aqui. Então, de 50 a 69, nós temos uma recomendação aprovada pelo Ministério para fazer mamografia de rastreamento até de dois em dois anos. A Femama apóia isso. A Femama não dá contrainformação. O que a gente acha é que, a partir de 40 anos, se a mulher quiser fazer a sua mamografia, ela tem que ter o direito de fazer a sua mamografia.

Aliás, a Constituição fala que é um direito de todos a saúde. Nós estamos orientando que as mulheres acima de 40 anos que sintam necessidade de fazer o seu rastreamento ou mesmo que ela tenha algum sintoma que não seja clássico de câncer, que ela consiga chegar num atendimento ágil e de qualidade. Esta é a nossa luta, Maria Inez: agilidade e qualidade, como vocês vão ver desde 2006 – está nos nossos direcionadores estratégicos da Femama, propondo essa agenda nacional.

E, para mim, muito é música clássica o que hoje foi dito aqui – e eu adoro música clássica – ouvir que é esta a intenção dessas ações do Governo.

Continuado, aí nós entramos em um problema grave e eu queria um desafio, tanto para o Inca como para o Ministério da Saúde: 50 por 100 mil casos no Brasil é uma média no mundo de casos de câncer. Agora, tem lugares aqui que não são médias: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por exemplo. Aliás, como bem disse a Maria Inez, parece que o Brasil, às vezes, é dividido pelo Trópico de Capricórnio: o Brasil tropical e o Brasil temperado. Do Rio de Janeiro para baixo, o número de casos de câncer de mama aumenta significativamente, fazendo quase o dobro ou duas vezes e meia a média nacional, com dados do Inca, de 127 por 100 mil, um dos maiores índices do mundo.

Então, será que não está na hora de fazermos uma política mais regionalizada? Nós não temos malária lá no Rio Grande do Sul como tem no Nordeste e no Norte. Mas temos muito câncer de mama. Agora, não pode não dar acesso a quem precisa. Por isso a lei está aí e mamografia é importante para todas as brasileiras.

A força e o reforço na regionalização é uma das coisas que a Femama acredita como uma solução mais rápida para quem precisa mais. Por que as pessoas continuam morrendo de uma doença que tem chance de cura? Eu não concordo com o que o Dr. Ronaldo falou, de que o tamanho do tumor não é mais tão importante assim, é mais a característica do tumor. O.k. Mas o tamanho do tumor é ainda o que dá o estágio. E dentro do tamanho dos tumores, a gente vai atrás de índices de prognósticos, gens, por exemplo. É o caso se ela é receptora positivo ou não; se ela tem RER 2 positivo ou não. Se ela tem algumas outras avaliações genéticas que nós aqui no Brasil não temos como fazer, que é o *oncotype*, que custa R$10 mil e não damos acesso às nossas brasileiras, a não ser que elas paguem. Muito poucas pagam.

Aquele estágio lá que é a doença curável, 10% das mulheres – pelo menos essa é a última estatística oficial publicada – chegam em estágios curáveis, estágio 1. Estágios curáveis que eu quero dizer é bem curáveis, com 90% a 95% de chance de cura. Esse é o nosso desafio, gente. O que vamos fazer a partir disso. Se é dar força para o autoexame, eu acho que tem que dar força para o autoexame, autoconhecimento da mama

envolve autoexame, envolve mamografia, envolve fatores de risco como obesidade e outros. Mas metade da população chega avançada e nós não podemos mais segurar essa onda. Se ela está até fazendo mamografia, ela não consegue a biópsia, ela não consegue a cirurgia e, lá pelas tantas, ela chega na radioterapia, que está com um gargalo, um funil enorme, muitas delas, Maria Inez, não precisavam nem estar ali naquela fila porque o caso dela não tem mais cura. Infelizmente, é isso. Nós estamos vendo pessoas seis meses na fila, no Inca! No Hospital-mãe aqui no Brasil, o Inca! Porque eles também não dão conta, pois o Brasil inteiro vai para o Inca.

O que será é mais fácil curar? A densidade mamográfica é um problema, mas nós não temos estudos de densidade mamográfica aqui no Brasil. As nossas mulheres do SUS, gente, têm uma mama de quem começa já a ter filhos com 20 anos ou antes e isso faz com que a mama fique mais radiotransparente. A cada filho a mama fica mais radiotransparente. Isso quer dizer melhoria na percepção dos tumores. Mas só que se ela fica esperando, entre a primeira consulta e o início do tratamento, seis meses, como é que a gente vai chegar a tratamentos em estágios iniciais. Isso é publicado e, em certas cidades, como Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza, está melhor. Salvador é um caos, a gente sabe.

Com essa associação de ONGs, nós estamos vendo a realidade nua e crua, porque são as ONGs que estão de portas abertas para a rua. O Mato Grosso do Sul é um caos. E Brasília, com um mamógrafo, como revelado pela própria brasiliense que tem orgulho – apesar de ser uma gaúcha. A cada milímetro de aumento do tamanho do tumor diminui a chance em 1%, dados da Harvard.

Eu acho que é muito importante saber, Maria Inez, que muita gente vai para a mastectomia direto e elas podiam estar fazendo cirurgias parciais com menos custo. Eu acho que esse tratamento de mutilação apavora e as mulheres não vêm buscar tratamento. Então, uma das coisas que a gente vê aqui... Tu falaste que 3 milhões de mamografia teria sido suficiente se fizéssemos de 50 a 69. O PNAD de 2008 que foi publicado há um ano ou oito meses diz que só 56% das mulheres de 50 a 69 anos fazem mamografia. Então, metade está fazendo mamografia. Elas têm medo é disto aqui, gente: elas têm medo de não chegar ao tratamento.

Mais do que um problema clínico, isso aqui é um problema social. Quando nós formos ver por que as mulheres não estão fazendo mamografia, essa outra metade, elas dizem que é porque os médicos não pedem, elas têm preguiça ou porque elas têm dificuldade em marcar. São essas mulheres trabalhadoras que não têm dispensa para irem buscar a sua mamografia, que vão lá no posto e o posto está fechado e o mamógrafo quebrou e daí não sei o que. Ela não consegue e desiste.

Essa é a ouvidoria que a Femama tem detectado.

Na verdade, falamos aqui em modelos de sucesso que já conseguiram mudar a mortalidade por câncer de mama: Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, Suécia e outros com medicina socializada – claro que países até com muito menos população que este. Mas este é o país em que vivemos, nós temos que tratar disso. Eles já conseguiram fazer uma mudança drástica na mortalidade; desde 1990 vem caindo a mortalidade e a última queda foi por ocasião de pararem de fazer reposição hormonal em 2008, com essa outra revelação que não foi nenhuma mágica, que todo mundo sabia, de que a reposição hormonal em massa estava aumentando o índice de câncer e produzindo mais mortes.

O gráfico da direita eu acho que é importante eu explicar porque num país como este, que não tem rastreamento mamográfico na prática – está na recomendação, ainda não temos – e com tratamentos adjuvantes que são esses tratamentos de quimioterapia, de células-alvo, como é o caso de todos esses inibidores de aromatase, que a gente ainda não tem em muitos lugares – o SUS já coloca lá, mas não tem em muitos lugares, porque não tem em quantidade suficiente –, o Herceptin não tem, a gente não tem oTrastuzumab para aqueles 20% da população com câncer de mama, que é pequena se formos considerar o impacto de benefícios que dá. Se conseguíssemos fazer rastreamento e tratamento adjuvante – é a linha preta no gráfico –, haveria um impacto em mortalidade.

Acho que é muito importante não dizermos que isso ou aquilo não vale. Não adianta falar somente em mamografia, não adianta falar somente em tratamento. Se não tivéssemos falado tanto em mamografia e se não tivéssemos divulgado a importância do diagnóstico precoce, provavelmente, não estaríamos aqui, sentados, nesta audiência pública. O rastreamento eficaz do câncer de mama reduziu o índice de casos com doença avançada. Essa é a meta.

Tenho muita preocupação, Maria Inez, com aquela paciente que chega com o caroço, que tentou fazer sua consulta, mas que não conseguiu fazê-la. Eu me preocupo não só com aquela paciente que não vem para a consulta – um dia, vamos chegar a ela. Falo daquela paciente obesa, fumante, que não se cuida. Mas a paciente que vem para fazer a consulta, o sistema tem de captá-la, para conseguirmos curá-la, diminuindo custos e impacto social.

Há uma coisa importante que eu queria mostrar para quem não a conhece; o Ronaldo a conhece bem, mas, certamente, o Senador Paim, a Drª Maria Inez e a plateia não a conhecem. A exemplo do que foi falado em Curitiba, existe uma parceria com a Prefeitura, com a Secretaria Municipal de Porto Alegre, com o Hospital Moinhos de Vento, diante dessa oportunidade de responsabilidade social. Isso é um observatório do Ministério da Saúde. A cada seis meses, apresentamos esses dados para o Ministério da Saúde. Estamos controlando 9,2 mil mulheres nos Sul, numa área geográfica determinada, que entraram nessa coorte entre 2004 a 2006, para fazer rastreamento.

Vejam como é importante aquela questão para a qual o Ronaldo chamou a atenção: de 64 mil mulheres daquela área geográfica determinada, sendo que 16 mil mulheres têm de 49 a 69 anos, somente 25% aceitaram a possibilidade de entrar no estudo. E o estudo compreendia a mamografia anual, a feitura dos exames. Quer dizer, existe um problema na cultura com que precisamos lidar, que é essa coisa de se cuidar, de diminuir de peso, de fazer mamografia, de fazer o Exame de Papanicolau etc. Então, lá estamos cuidando de quatro mil mulheres aproximadamente, de 40 anos a 69 anos, que estão fazendo o rastreamento mamográfico.

O que importa saber? As gaúchas não são como a Gisele Bündchen, gente! Ali, mais da metade das mulheres tem o 1º Grau incompleto ou é analfabeta; 60% das mulheres têm mais de três filhos; e a idade da primeira gestação é 21 anos. Isso é SUS também no Rio Grande do Sul.

Olhem o Índice de Massa Corporal! Mais de 60%, quase 70% têm Índice de Massa Corporal acima de 25, e 35% têm esse Índice acima 30, que é a obesidade declarada. Quase 30% são fumantes. E encontramos uma coisa muito especial lá: 33% têm familiar de primeiro grau com câncer, e a média de idade dessa população é de 50 anos, ou seja, são pessoas jovens. E isso não está ligado ao BRCA1 e ao BRCA2. Por isso, vocês não vão me ouvir falar, no Brasil, que precisamos colocar, por exemplo, a avaliação genética dentro de um programa de rastreamento. Não! Acho que o geneticista tem de fazer parte, hoje em dia, de um programa de atenção à saúde da mama e de um programa que atenda pacientes com câncer. Mas é uma loucura ver a quantidade de pessoas com familiares de primeiro grau com câncer: mais de um terço.

O que, até agora, conseguimos nesse trabalho, que tem cinco anos de seguimento? Em 55% dos casos nos estágios 0 e 1, há uma média de tamanho de tumor de 1,55cm. Olhem a diferença disso para o que a gente está vendo por aí! E não há mágica, gente! Há agilidade, qualidade. É um mamógrafo com um selo do Colégio Brasileiro de Radiologia e com um selo do Programa do Inca. Ali há pessoas treinadas totalmente. E as cirurgias conservadoras, sem mutilação, já representam mais da metade: 70% já conseguem ficar com a mama.

Então, é interessante que as mulheres saem dessa comunidade e vão falar para as outras que há cura. Vão dizer: "Nem precisei tirar meu seio. Estou viva há quatro ou cinco anos". Isso é algo que o Brasil precisa ver. Aqui, está a Vice-Presidente do Instituto da Mama, com aquela faixinha "Eu tive câncer, eu me curei". Isso é importante comunicar. A comunicação é uma das coisas que as vitoriosas e as mulheres trajadas de cor-de-rosa fazem.

Ronaldo, 57% dos casos voltam em um ano. Mas 71% voltam, dentro das recomendações do Inca. Se fizermos busca ativa, elas voltam; sem busca ativa, nem isso acontece.

Penso que precisamos conversar aqui sobre a conclusão desse trabalho. Quanto à gestão do sintoma, é preciso que haja uma maior interação entre o posto de saúde e o centro de referência. É preciso haver mais agilidade. Eles não conversam. A mulher com tumores fica ali perdida.

Precisamos promover a qualidade e a capacitação dos profissionais da área. Para isso, estamos contando com várias iniciativas do Governo.

É preciso haver educação continuada, não só algumas formas de educação, como campanhas realizadas de vez em quando.

É importante salientar que a sociedade civil está na luta desde 1993, no Rio Grande do Sul. A Lílian trabalha há 64 anos nisso; são muitos anos. Desde 2002, estamos fazendo esses encontros de entidades filantrópicas, mas, em 2006, fizemos a proposição de uma coalizão, com uma agenda definida e com uma demanda definida, o que vou mostrar agora.

Qual é a demanda de 2006/2015? Com essas últimas iniciativas do Governo, vamos chegar lá, vamos chegar a 75% de cobertura mamográfica – em 2008, o percentual foi de 56%, ou seja, estamos evoluindo – e a 100% de certificação para prestadores de serviço, de que já falávamos em 2006. E veio todo esse trabalho fantástico que o Inca fez em alguns Estados e em algumas cidades. Tomara que esse programa nacional saia da mesa do Ministro! Temos de passá-lo para a prática. E é preciso atingir o tempo máximo de 30 dias entre a primeira consulta e o início do tratamento, que é o ideal.

Estou falando em rastreamento? Não estou falando em rastreamento! Nunca falamos em rastreamento, que também é importante entre as mulheres de 50

anos a 69 anos, como o Inca diz. Estamos falando de cobertura mamográfica, que é algo diferente. Estamos falando em agilidade e em qualidade.

Então, estamos fazendo essa mobilização social. Queríamos deixar aqui o exército cor-de-rosa à disposição do Governo, para encarar essa questão nos Municípios. Por isso, a Confederação Nacional dos Municípios, numa ligação oficial que estamos fazendo, a partir deste ano, com a IV Conferência Nacional de Primeiras-Damas, pode mudar muita coisa. Essa é a força da sociedade civil, junto com a primeira-dama de cada cidade.

Já falei sobre a qualidade dos serviços de mamografias do SUS. O *expert* nesse assunto, que é o Dr. Ronaldo, acabou de falar sobre isso. Isso foi fundamental.

A mamografia agora é lei. Vocês entendem quando a gente fala isso? Esse é um direito. Temos de fazer com que as mulheres exerçam seu direito. Se mais mulheres de 40 anos a 49 anos fizerem mamografia, quando elas chegarem aos 55 anos, elas não vão morrer. E a idade média de morte é de 55 anos. O câncer não mata logo em seguida; leva de cinco a dez anos para matar. Mas, quando chegam com o câncer em estágio avançado, elas vão ao óbito, certamente.

Houve esse anúncio do aumento de teto por parte do Ministro Temporão. Isso foi muito importante. Desde aquela época, já falávamos que não era hora de comprar mamógrafo, mas, sim, que precisávamos adequar o uso e qualificar a rede.

Não entendo o que vocês dizem. Agora, vou falar com o Governo, aqui. Não entendo quando vocês falam que não existem indicadores de qualidade de tratamento. Meu Deus, será que não é preciso vincular o pagamento com o desempenho para o prestador de serviço? Só vai ser pago quem fizer direito, dentro de normas que vocês estipularem. Então, não entendo o porquê disso. Numa gestão de um hospital – e trabalho numa corporação –, não há isso: ou se faz direito, ou não se ganha.

Já tínhamos discutido com o Ministro a regionalização do problema, porque isso não é iniquidade, não fere as resoluções do SUS, se há embasamento científico e epidemiológico, para mostrar a discrepância dos índices próximos do número de casos. Foi o TCU – não foi a Femama, não foi a Rede Feminina – que mostrou a baixa produtividade, a baixa cobertura, a falta de manutenção e de profissionais, numa publicação de fevereiro do ano passado a respeito dos mamógrafos. Puxa, para nós essa foi uma revelação, porque não achávamos que a situação estivesse tão ruim assim!

A mobilização da Presidente Dilma teve repercussão internacional, na União Internacional contra o Câncer. A Femama e todas as associadas fazem parte da rede do ICC, do controle do câncer. Lá isso foi divulgado, por meio dessa parceria com o Inca. O Dr. Santini é membro do *board* do ICC. Toda essa mobilização que a Presidente Dilma está fazendo foi mais bem esclarecida pela Maria Inez.

Nós, como sociedade civil, não conseguimos encontrar, dentro do *site* do Ministério, o que vai ser feito, como isso vai acontecer. A gente quer acompanhar isso. O controle social quer acompanhar tudo isso, não está aqui só para atirar pedra. Ao contrário, estamos aqui para construir pontes.

Já foi feita referência ao Programa Nacional – e foi muito bem dito. Não vou repetir isso, porque meu tempo está esgotado.

Precisamos, então, ajudar nessa força-tarefa. Na semana passada, a Presidente Dilma solicitou ao Inca e ao Ministério da Saúde que, em dez dias, fizessem um levantamento e que, em noventa dias, fizessem uma ação com os mamógrafos. Então, a Presidente está motivada. Vamos aproveitar o momento. A Presidente é uma mulher, teve câncer e sabe o que é um bom tratamento. Ela está no poder por causa disso, porque está bem de saúde.

A consulta pública que reabriu para incluir no rol de procedimentos e eventos... Concordo com você, Maria Inez: o SUS acaba pagando tudo o que é caro. E, às vezes, o seguro e o convênio acabam glosando. Então, precisamos ver como o Governo, o SUS será ressarcido de coisas que a ANS não está controlando. Essa consulta pública é muito importante. Precisamos inserir novas técnicas e procedimentos. Se todos nós temos convênio, também temos de ser participativos numa consulta pública. Essa é outra coisa, Senador Padilha, que a Femama tem desenvolvido...

O SR. ALEXANDRE PADILHA – A questão é que virei Ministro.

A SRª MAIRA CALEFFI – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sou amigo do Padilha. Dou a maior força ao Padilha, que é gente finíssima!

A SRª MAIRA CALEFFI – Está muito bem representado, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como você falou no início e como eu gostei, eu deixei correr.

A SRª MAIRA CALEFFI – E não estou vendo papel algum. Estou tão emocionada por estar aqui!

A gente precisa ver o que a Femama está fazendo, independentemente de qualquer coisa. Trata-se de cidadania e de solidariedade. Essas ONGs têm mostrado esse espírito solidário, que a comunidade pode buscar. Nem tudo o Governo vai resolver. As famílias

precisam ser mais solidárias umas com as outras. E a cidadania? Como o cidadão pode entrar nessas brigas? É por isso que estou fazendo convocação para consultas públicas. Estamos fazendo com que haja uma maior participação de quem vota.

Estou terminando.

Há controvérsias no tratamento do câncer de mama. Fizemos uma reunião intersetorial, promovida pelo Inca, para reavaliar o papel da ressonância magnética – havia uma onda de ressonância, e todo mundo achava que isso ia resolver o problema do câncer de mama no Brasil – e da radioterapia, se hipofracionada ou não, e a inclusão do tratamento sistêmico para as mulheres com RER2. Nós nos posicionamos, naquela época, contra a ressonância magnética e a favor da qualificação da mamografia, em primeiro lugar. A radioterapia, sim, poderia ser hipofracionada. Isso diminuiria muito, vamos dizer, o problema com a fila. Mas teria de haver um bom treinamento, com aparelhos apropriados. E também nos posicionamos a favor do tratamento sistêmico da mulher com RER2. Mas, até agora, não sabemos em que instância isso está. Senador Paim, temos de saber onde isso está. Não conseguimos saber onde isso está.

Sem investimento, não há tratamento para o câncer de mama. E não estamos falando aqui só de dinheiro. Estamos falando também de dinheiro. Olha o que se gasta! Em 2009, o Governo gastou US$157 milhões com o tratamento do câncer de mama. Isso é estatística publicada em *The Economist* de 2009. Em 2020, aumentando 32% o número de casos – é esta a expectativa –, esse valor irá para US$208 milhões, para o investimento de tratamento em pessoas que – desculpem-me! – não têm cura!

O câncer ainda traz consequências sérias de ordem psicológica, familiar e financeira. Eu queria, de público, fazer meu agradecimento às ONGs, à Rede, por trabalharem substituindo o que o Ministério da Saúde, por meio dos seus CACONs, não tem condições de dar, que é tratamento fisioterápico, psicológico e também nutricional. A gente tem suprido essas deficiências com prótese externa, com peruca, com tudo isso que o SUS não está ainda pronto para nos dar.

Falo das prioridades máximas. Temos de alertar as mulheres para a importância do autocuidado. Tereza, isso inclui o auto-exame, sim. Temos de alertar as empresas para a necessidade de abraçarem a causa. A Avon está participando disso, bem com a Azul, com um avião cor-de-rosa. São centenas, várias as empresas, como a CNM. Há as ONGs. Temos de alertar os governos e os gestores sobre a urgência de tudo isso. Não temos mais tempo para esperar. A comunidade está pronta para ajudar, e acho que a gente evoluiu muito nesse sentido. Isso vale para todas as mulheres. Há o compromisso de todos nós de ajudar, para provocar mudanças.

No final deste ano, teremos uma oportunidade única de participar das Conferências Nacionais de Saúde. Já estamos mobilizando nossas associadas e a Rede para participarem das conferências municipais e estaduais. O tema, neste ano, é "Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social, Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro". A Femama tem uma pauta comum, e cada associada faz suas articulações locais junto aos delegados nas conferências municipais. E o tema central para nós é "Qualidade e agilidade no diagnóstico e no tratamento do câncer de mama no Brasil". No sábado, essa frase saiu na Conferência Municipal de Porto Alegre. Tomara que a gente comemore isso na Conferência Nacional!

Eu queria agradecer-lhes a oportunidade. Eu me coloco à disposição dos senhores. Somos uma rede do bem que está à disposição. Às vezes, temos diferentes opiniões, mas penso que é isso que faz todo mundo crescer.

Não adianta! Saber não é o suficiente, temos de aplicar; querer não é o suficiente, temos de fazer. Essa é a mensagem da Femama.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Cumprimento a Dr. Maira Caleffi, Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) e do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (Imama).

Drª Maira, não vou ter a ousadia de tentar resumir sua palestra, porque isso é impossível. Parabéns pelo brilhantismo! Eu já a tinha ouvido em Porto Alegre. Falei isso na abertura dos trabalhos, quando a doutora convidou os três candidatos ao Senado, e elogiei os três candidatos aqui. Aqui, ouvimos sua apresentação de forma muito mais completa. Temos uma alegria enorme de recebê-la aqui. Pode ter a certeza de que falo em nome dos três Senadores do Rio Grande, tanto da Senadora Ana Amélia, como do Senador Simon. Meus cumprimentos!

Neste momento, como eu havia anunciado no início, quero dizer que esta audiência é uma parceria da Comissão de Direitos Humanos com a Subcomissão das Mulheres também desta Comissão.

A Senadora Angela Portela, Presidente da Subcomissão, está com um problema de voo e, por isso, não chegou ainda aqui. E a Senadora Ana Rita, que é Vice-Presidente desta Comissão, está presente aqui. Com enorme alegria, passo a Presidência dos trabalhos, neste momento, para a Senadora. E vou para o lugar da Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Bom dia a todos!

Dando continuidade aos trabalhos, passamos a palavra ao nosso Deputado Federal Darcísio Perondi, Presidente da Frente Parlamentar de Saúde da Câmara dos Deputados. É com prazer, Deputado, que o recebemos aqui, hoje. Com certeza, sua fala também contribuirá muito com esta Mesa, tão bonita.

Aproveito o momento para saudar todas as pessoas que aqui estão, as mulheres, nossas companheiras.

Quero saudar o Ronaldo, do Instituto Nacional do Câncer.

Agradeço ao Senador Paim por nos conceder a Presidência desta reunião.

Também quero saudar todas as mulheres que aqui estão, as mulheres cor-de-rosa. Este plenário ficou bonito, ficou alegre, ficou colorido. Agradeço-lhes muitíssimo a presença de vocês. É um prazer muito grande recebê-las aqui, para, juntas, debatermos um tema tão importante, que é a questão do combate ao câncer de mama, que afeta muito as mulheres do nosso País.

Tem a palavra o Deputado Federal Darcísio.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Bom dia a todos e a todas!

Muito obrigado, Senador Paim e Senadora Ana Rita, pelo convite.

É um orgulho estar numa mesa com o Ronaldo, que é um extraordinário técnico. Eu o acompanho, do lado da Srª Maira Caleffi, que é uma técnica e sonhadora e que faz realizações.

Cumprimento a doutora que está ao meu lado, que é fantástica! Cada vez que eu a encontro, eu aprendo. Ela transparece sua paixão pela causa. É a Drª Falcão, que, junto com a Maira, representa aqui o voluntariado.

Havia um cidadão que se cuidava e que morreu com quase cem anos, que era o Peter Drucker, um consultor de empresa americano. Ele, além de ser um profissional de alto gabarito, como professor em Administração, era um filantropo, um voluntário, e escrevia. Há uma frase que nunca esqueço: fazer voluntariado é o exercício pleno da cidadania. É a verdadeira cidadania. Dar as mãos, uma hora por dia, uma hora por semana, uma semana por mês, um mês por ano, todos os dias ou algumas horas, é o que vocês fazem.

Também sou oriundo do voluntariado, sou mestre de crianças, mas sou ligado à área dos hospitais filantrópicos e religiosos e das santas casas. Por isso, saí do consultório e me tornei Deputado há dezesseis anos.

O voluntariado é indispensável, é imprescindível. Vocês não imaginam como vocês são importantes! Quem faz voluntariado é importante na igreja, na Apae, no ciclo de pais e mestres, na escola, no hospital, na rede de câncer, na Femama. E há muitos outros voluntariados anônimos, dos quais o mundo e o Brasil precisam.

No Ministério da Saúde, há esse reconhecimento; na Receita Federal, não há esse reconhecimento. No Ministério da Justiça, diz-se: "Ah, está melhorando bastante!". No Ministério do Planejamento, diz-se: "Tem de melhorar mais". O Congresso, nos últimos vinte anos, está reconhecendo isso e precisa reconhecer ainda mais, não é, Senador Paim?

Por isso, cumprimento os participantes desta audiência, num dia importante. Vocês são muito preciosos. E temos de desenvolver também – se não houvesse essa loucura da agenda parlamentar, eu focaria mais essa questão – a consciência do voluntariado nos jovens. Já existem alguns movimentos no País, mas o jovem precisa ser mais puxado também para desenvolver a cultura do voluntariado.

Esta semana é importante em Brasília, porque vocês vieram aqui. E, inteligentemente, juntaram-se as primeiras-damas e a Marcha dos Prefeitos. Um dos pontos da Marcha dos Prefeitos é a regulamentação de uma reforma da Constituição que estabeleceu um mínimo de recursos no plano de gastos da prefeitura, que, de dois anos para cá, é de 12%; nos Estados, o mínimo é de 12%; e, na União, é tudo que se gasta no ano anterior mais a inflação e um crescimento real. Até o ano 2000, o prefeito, o governador e o presidente, às vezes, aumentavam o orçamento e, às vezes, diminuíam-no em relação ao ano anterior. Mas, de 2000 para cá, há um valor mínimo. E aumentou o recurso, mas este é insuficiente. A situação melhorou. Isso, com certeza, propiciou uma relativa estabilidade, mas o recurso é insuficiente. E essa é uma das lutas.

Agora, estamos tentando melhorar aquela reforma à Constituição do ano de 2000, que é uma regulamentação. E está duro, está realmente duro fazer isso! Quase todos os Municípios gastam mais do que a lei manda, 22% em média. Podem até gastar mal, porque muitos Municípios não cuidam dessa área, o que é indiscutível. Aí entra o trabalho do voluntariado, de bater, bater, bater à porta; de gritar, gritar, gritar! Mas os prefeitos, em sua maioria, gastam mais do que 15%.

Metade dos Estados já estão cumprindo os 12%. Essa é uma lei que está na Constituição. Tribunal de Contas não põe governador na cadeia; o Ministério Público também não põe governador na cadeia. Os outros não cumprem isso, a outra metade não cumpre isso. Minas Gerais não cumpre isso, pois gasta 4%, por repartir com partidos. O Rio Grande do Sul gasta 4%; lá consta que são 6%, mas, se apertar mesmo, ficam 4%. Esses são Estados ricos. Alagoas é um Estado pobre, também gasta 4,5 e 5. Em Santa Catarina, Paraná, 6,

7, 8, Estados ricos. São Paulo, Bahia, Amazonas, cumprem. Então essa é a nossa peleia. Que os Estados não aplicam o dinheiro que a lei manda aplicar: câncer de mama, câncer de colo de útero, vacina, agente de saúde, médico da família. Não aplicam eles desviam. Eles pagam aos aposentados. Verba para aposentado tem que vir de outro cofre.

Estou fazendo esta colocação para aumentar a consciência de vocês que, talvez, já saibam. Estou reforçando.

Os outros governos estaduais eles pegam o dinheiro e gastam no hospital da polícia militar. Não pode o dinheiro do SUS ir para a polícia militar, porque vem de outro dinheiro. O governo estadual tem que pegar do dinheiro dele, porque no hospital militar só pode atender a família de militar. Portanto não pode ser dinheiro do SUS. Do SUS tem que ser em hospital que todo mundo tem acesso. Há governadores que pegam o dinheiro e aplicam para asfaltar, aplicam em casa. Tem governadores que aplicam em construção de esgotos. O dinheiro para este fim vem do fundo de garantia, do Ministério das Cidades, do BNDS. Aí estamos nessa peleia para a regulamentação. O Senado fez um bom projeto, enviou para a Câmara que, lá, piorou. Nós queremos votar só um destaque na Câmara aí o projeto volta para o Senado arrumar o que a Câmara estragou. Eu queria manter o que o Senado havia votado, que se chama regulamentação da Emenda nº 29 que estabeleceu o mínimo de gastos. Agora a regulamentação é para que os governadores cumpram o mínimo de 12% e o dinheiro federal seja mais. Eu disse no início que de 2000 para cá com o mínimo aumentou o dinheiro, mas proporcionalmente quem diminuiu a sua participação foi o Governo Federal, não só no Governo Lula, no outro governo também. Essa lei foi do outro governo que melhorou. Considerando os últimos 11 anos da Emenda 29 a participação do Governo Federal diminuiu. Das prefeituras, mesmo gastando mal, aumentou e dos Estados aumento pouco. Nós queremos que os Estados não desviem e que o dinheiro federal aumente. Para fechar, não quero falar muito, pois temos que discutir, no Brasil, no âmbito federal, de cada 100 reais que se gasta em saúde privada, do bolso, ou do plano, ou do público, 62 reais é privado e só 38 é público.

Nós países onde existem sistemas tipo SUS, 90 reais em 100 é dinheiro público e só 10 é privado. No Brasil temos que inverter: ter mais dinheiro público e menos privado. Esta é uma peleia, usando uma expressão gaúcha, dura mas o parlamento saúde não vai desistir com o apoio de Senadores. Agora a Presidenta no discurso de posse puxou o SUS para ela. Mas com o dinheiro que tem vamos avançar pouco ou quase nada. Para fechar o ano do SUS, faltarão 6 bilhões este ano. Precisamos colocar mais dinheiro que não é com imposto, mas com atitude. A Presidenta Dilma tomou atitude, mas, agora, precisa ter atitude no orçamento. Evidentemente que precisamos de mais qualidade, mais capacitação, mais valorização dos profissionais, mais treinamento. Na nossa casa, se gastamos mal esculhamba tudo, gastar bem, também. Mas com o dinheiro que tem se faz muito no SUS. Mas nós temos que regulamentar a Emenda nº 29, nós estamos tentando mexer com o Parlamento. Fazendo isso vamos mexer com o Governo para tentar aumentar o recurso. Mas não se consegue fazer isso sem a participação da sociedade.

Drª Maria Tereza Falcão e Drª Maira, vamos conversar esta semana, que nós temos na Frente Parlamentar... O Governo , Senadora, quinta-feira nos recebeu. A Ministra Miriam recebeu 32 Parlamentares. Ela se assustou com o volume de Parlamentares, teve que sair da sala dela para um salão para receber a Frente Parlamentar. Começamos, agora, a mostrar para o Governo que precisa também mais recursos, regulamentar, para os Governadores cumprirem e o Governo Federal aumentar os recursos. Mas, sem nós e o voluntariado não vamos aprovar a Emenda 29. Vocês vão ter que nós ajudar bastante.

Um beijo e um abraço e continuem servindo ao País como vocês estão fazendo. *(Palmas.)*

A presidência informa que tenho mais 5 minutos.

As grandes transformações no mundo foram feitas com muita paixão e com a ajuda das mulheres. Vamos continuar botando muita paixão nessa causa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PP – RS) – Queremos agradecer o nosso Deputado Federal Darcísio Perondi pela sua presença e também agradecer a todas as pessoas que compõem a nossa Mesa, a Maira Caleffi, Maria Tereza Simões Falcão, Ronaldo Corrêa da Silva, Inez Gadelha pela presença de vocês e também agradecer a todos que aqui estão. Vamos, agora, abrir para o debate.

Gostaríamos de ter a oportunidade de ouvi-las e também registrar a presença de alguns Senadores. Temos a presença do Senador Eduardo Amorim, já passou por aqui o Senador Wellington Dias, o Senador Mozarildo. O Senador Paulo Paim já esclarecer, mas acho que é importante esclarecer que várias Comissões funcionam simultaneamente. Neste momento deve começar a reunião da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da Comissão de Assuntos Sociais. Também está iniciando neste momento, em outra sala, a reunião de um novo grupo de está discutindo o problema da saúde. Temos outras Comissões funcionando, por isso que os Senadores passam ficam um pouco, se revezam para poder dar

atenção a todas as Comissões. Mas o nosso debate permanece. Ele não será interrompido por causa disso.

Passarei a palavra ao Senador Eduardo Amorim, e as outras pessoas que aqui estão poderão se inscrever. Se quiserem usar da palavra para fazer comentários sobre as exposições feitas, fiquem à vontade.

O SR SENADOR EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – CE) – Bom dia. Obrigada Presidente Senadora Ana Rita.

Sou médico anestesiologista, mas fiz, também, outra residência médica na área de Clínica de Dor. Tratamento de dor. Então, minha vida profissional como médico era dentro do centro cirúrgico e também no centro de oncologia do meu Estado Sergipe.

Sei muito bem da luta para termos realmente um aparelho institucional muito melhor para o combate não só ao câncer de mama, mas a outros tipos de câncer, afinal de contas são mais de 100 tipos e espécie. Dá para entender muito bem. No meu Estado vimos travando uma luta. Sergipe é um dos poucos Estados da Federação e o segundo do Nordeste a não ter um hospital oncológico. Hoje o nosso oncologista está em um hospital de urgência. O principal hospital de urgência, que atende pacientes politraumatizados, não só em Sergipe mas além fronteiras: Alagoas, Pernambuco, Bahia, enfim. Então pouco mais de 20% de leitos desse hospital de urgência, são ocupados por pacientes oncológicos, incluem-se também, pacientes com câncer de mama. No meu Estado estamos lutando para que tenhamos uma casa, tenha um hospital para prevenir, para direcionar a política oncológica do nosso Estado e, também, para tratar e curar. Muitas vezes, pacientes oncológicos, independente do sexo, é concorrente direto do paciente politraumatizado. Ao longo da minha vida profissional vi, por diversas vezes, e tenho consciência disso, que o paciente oncológico é concorrente direto ao paciente politraumatizado, baleado, esfaqueado. Então no meu Estado vivemos esse sofrimento. E como disse o Deputado Darcísio Perondi, que é médico, a luta é grande. Existe um subfinanciamento na saúde, existem sim alguns gestores que insistem em querer gastar os poucos recursos da saúde com algo fora dela. Portanto, a Emenda nº 29 traz benefícios que são os de colocar limites, dizendo o que deve ser gasto com saúde e o que não é. Apenas colocando esses limites, o setor da saúde já ganha um aporte financeiro que, dizem os especialistas, de mais de 10 bilhões, ou aproximadamente isso.

É um ganho enorme. Essa luta de vocês senhoras também é uma luta nossa. Faço isso por vocação, por missão. Entendo porque sou servidor da oncologia, nesse momento afastado, apenas como voluntário, mas é uma luta justa. Afinal de contas mais de 140 mil brasileiros e brasileiras perderão suas vidas este ano, em virtude de serem portadores de um câncer, seja lá que tipo for.

Os especialistas dizem que 40% desses casos, dessas vidas, poderiam ou poderão ser salvas se tiverem um diagnóstico precoce e se tiverem uma efetividade no tratamento. Infelizmente, isso não falta em muitos lugares do nosso País, como disse o Dr. Darcísio Perondi. O que se investe em saúde *per capita* em nosso País está muito aquém de países vizinhos como a Argentina, e não dá nem para comparar quando atravessamos o Oceano Atlântico indo para a Europa ou América do Norte. Mas a luta tem que ser de todos nós e dizer que o SUS é fruto de uma luta democrática, uma conquista do povo brasileiro. Que existem muitas mazelas, existem; que é muito sofrimento e muita dor social. Mas não podemos nos conformar e cruzar os braços e dizer que já se avançou muito, porque ainda há muito mais que se avançar.

Como disse a nossa Senadora Ana Rita – agora chegou o nosso Presidente Paim – são muitas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só vim aqui somar, porque ela continua na presidência até o encerramento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – ...Comissões. Neste momento está ocorrendo a reunião da Comissão da Saúde, onde estamos levando esse tema para a subcomissão da saúde, que é uma subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais. Estamos chamando os maiores responsáveis pela política anticâncer do nosso País para vir para uma audiência pública, para mostrar quais as estratégias, o que se pode fazer. Também temos, neste momento, a reunião da Comissão Constituição e Justiça que está sabatinando os três próximos Ministros futuros do Superior Tribunal de Justiça. Mas externo para todos vocês minha preocupação, meu sentimento com relação ao assunto. A saúde é uma das principais bandeiras que carrego nesta Casa, para que possamos defender um SUS justo em todos os rincões deste País.

Como dizem os grandes nomes do Judiciário em nosso País: "o direito da saúde é um direito de segunda geração." É um direito de segunda geração, embora esculpido e garantido em nossa Constituição, a partir do título VIII que trata dos assuntos sociais. Mas é um direito que clama por efetividade em muitos e muitos cantos. Só alguém acometido ou um familiar muito próximo que tenha uma doença como o câncer que sabe e entende o desespero que é quando se bate na porta de uma instituição a procura de um tratamento, a procura de uma salvação e não encontra. Sei, compreendo, porque vivi boa parte da minha vida como profissional da saúde e dá para entender muito

bem porque a gente tratava de muitas dores, muitas delas causadas pelo câncer de mama, já como uma conseqüência.

É um prazer muito grande recebê-las aqui, e esse assunto não fica só por aqui. Será tema, com certeza, de outras Comissões, especialmente a Subcomissão da Saúde, onde estamos levando e convidando as autoridades que têm responsabilidade direta pela condução da política anticâncer em nosso País. Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita Bloco/PT – ES) – Sim. Poderia então se apresentar, se identificar.

O SR. TIAGO FARINA MATOS – Bom dia a todos. Meu nome é Tiago Farina Matos, sou advogado e diretor do núcleo de advocacia do Instituto Oncoguia.

Primeiramente eu gostaria de parabenizar os Senador Paulo Paim e Senadora Ana Rita pela iniciativa, cumprimentar Maria Inez Gadelha pela brilhante exposição. Ela sabe que sou um grande admirador do trabalho dela, já tive oportunidade de dizer. E aos demais integrantes da Mesa. Lamento que o Deputado Darcísio Perondi não esteja presente, obviamente existem outros compromissos em sua agenda. Mas eu gostaria de deixar registrado a grande iniciativa dele junto à Frente Parlamentar da Saúde e, agora, junto à Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, criada recentemente e tem tido uma brilhante atuação.

Recentemente, mais precisamente no dia 29 de abril, na semana passada, foi sancionada pela Presidenta da República, a Lei nº 12.401 que alterou a Lei Orgânica da Saúde, Lei 8080, e tratou sobre assistência terapêutica e incorporação de tecnologia em saúde. Essa lei é fruto do Projeto 338, se não me engano do Senador Flávio Arns, que se iniciou no Senado; depois, seguiu para a Câmara onde recebeu o nº 7445 de 2010 e foi aprovado. O Deputado Darcísio Perondi foi relator na Comissão de Seguridade Social.

Essa lei trata de um tema extremamente importante e que procura principalmente conter um efeito que tem prejudicado a administração pública, que é a questão da judicialização. Não como uma causa do problema, mas como um efeito.

Essa lei discutiu, sobretudo, a incorporação de tecnologias em saúde, inclusive medicamentos de alto custo. Na verdade, a Presidenta vetou três dispositivos, mas dois deles especialmente, a nosso ver, desvirtuou parcialmente o sentido da proposta legislativa.

O primeiro dispositivo dizia que se o medicamento não fosse avaliado pela Comissão encarregada pela incorporação dessa tecnologia num prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90, ou seja num total de 270 dias, esse medicamento ou essa tecnologia em saúde automaticamente era incorporada ao SUS, até que houvesse avaliação por essa Comissão. Isso impedia que a demora na avaliação prejudicasse o paciente. Era um pleito, um dispositivo, extremamente importantes.

Outro dispositivo dizia que o impacto econômico não poderia ser avaliado no processo de incorporação, salvo quando existissem protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas. Até então acho perfeito esse dispositivo, porque a ideia é de que realmente existam protocolos clínicos e de diretrizes terapêuticas. São protocolos feitos em consenso e que trazem a melhor seara da comunidade científica. Então, esses dois dispositivos foram vetados e no entender do Instituto Oncoguia e de diversas associações parceiras trouxe um prejuízo significativo à sociedade civil. Há diversas associações se mobiliando para que esses vetos sejam reavaliados pelo Congresso Nacional. Conclamo os Srs. Senadores e Deputados que reavaliem esses vetos presidenciais. Temos até um parecer disponível, depois podemos encaminhá-los, a respeito do prejuízo que isso causa à sociedade.

Para concluir. Amanhã será realizado uma audiência pública a pedido da Senadora Ana Amélia, e o Instituto Oncoguia irá participar da Mesa para discutir os direitos dos pacientes com câncer. Então, essa manifestação já serve como um convite a todos os senhores presentes. Inclusive já estamos lançando uma campanha para a inclusão da quimioterapia oral nos planos de saúde. Como a Drª Maira comentou, está havendo uma consulta pública na INS e um dos pontos principais que essa sociedade civil tem reivindicado já há alguns anos é a inclusão da quimioterapia oral. Os planos, pasmem, não cobrem a quimioterapia oral, juntamente no momento em que temos abandonado aquela velha tendência de hospitalização, mas tratando o paciente com mais qualidade de vida, em domicílio, e a quimioterapia oral é um avanço tecnológico, já amplamente utilizada, inclusive fornecida pelo SUS. Os planos de saúde, infelizmente, até hoje, não fornecem esse tipo de tratamento.

Temos um abaixo assinado na Internet, no site do Instituto Oncoguia – www.onconguia.org.br – e amanhã será explorado e haverá a oportunidade de se assinar o abaixo assinado nessa audiência pública que se realizará às 9 horas aqui no Senado Federal.

Agradeço a oportunidade, muito obrigado e parabéns pela iniciativa. Maira um abraço para você.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos a intervenção. Muito obrigada. Agradecemos também o convite que você nos está fazendo para que possamos participar. *(Palmas.)*

Você também gostaria de falar? Por favor, pode utilizar o microfone e se apresentar.

A SRª LIANE DE ARAÚJO – Bom dia a todos. Eu queria fazer um agradecimento muito especial a esta Casa, a esta Comissão, ao Senador Paulo Paim com quem tive o prazer de estar em Porto Alegre, foi emocionante.

Sou uma vitoriosa de câncer de mama há 14 anos. Vim para o voluntariado do Imama do Rio Grande do Sul exatamente por isso, porque o Imama foi fundamental na minha vida.

Conhecendo aquelas mulheres que já participavam do voluntariado, que já tinham passado pelo histórico, acredito que foi bastante importante para a minha recuperação. Como já foi falado aqui, bastante, as mulheres, na maioria das vezes têm medo, Eu mesma só conhecia mulheres que tinham passado pelo histórico de câncer e tinham morrido. A partir do momento em que eu conheci essas mulheres maravilhosas que iniciaram todo o trabalho do Imama, eu percebi que poderia ficar bem como elas estavam. Isso me ajudou bastante, além, claro, dos profissionais como a Drª Maira Caleffi, todos os outros profissionais que me trataram, como também a minha família que foi bastante importante, porque a família, nesse momento, é extremamente fundamental. Realmente perdemos o chão, daí a grande importância da família.

Hoje no Imama sou a 1ª vice-presidente, cargo que me orgulha muito. Faço um trabalho bem intenso de divulgação da causa, de defesa da causa. Já estou representando o Imama no Conselho Municipal de Saúde, numa comissão nova de saúde da mulher que o Conselho instituiu a partir de março deste ano. Lá nós constituímos um grupo e hoje temos mais cinco mulheres comigo representando a instituição. Estamos atuando bastante nas pré-conferências e acreditamos muito que essa força e união do voluntariado é muito importante.

Eu queria agradecer em nome de todas as vitoriosas do Rio Grande do Sul, todo o voluntariado do Imama pela oportunidade. Todas que estiveram com o Senador Paim mandaram um abraço, disseram que ficaram apaixonadas pela pessoa que ele é, pela sua história. Aquele momento foi bastante importante e esse aqui, com certeza, vai ser um grande passo para continuarmos a nossa caminhada em salvar cada vez mais vida. Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Queremos agradecer, não é Senador Paim, a participação de todos vocês e dizer que a presença de vocês é um estímulo para nós que cumprimos a tarefa de representar a população brasileira nesta Casa de leis que é o Senado Federal. A presença de vocês e os depoimentos também nos fortalecem e nos dão ânimo e coragem para enfrentarmos esses debates que são importantes.

Por outro lado, também, passamos por esses momentos. Temos pessoas na família, pessoas que já tiveram problemas e conseguiram se recuperar, outras que não conseguiram e se foram, outras que estão em processo de tratamento e estão conseguindo superar. Isso nos anima, nos revigora, nos dá coragem. Queremos parabenizar vocês. Com certeza, muitas brasileiras estão nos ouvindo neste momento, porque este espaço dá uma visibilidade muito grande do trabalho que está sendo realizado por esta Casa. O depoimento de vocês, com certeza, encoraja muitas outras mulheres que estão nos ouvindo, para se cuidarem, procurar assistência no momento certo, no momento adequado e se sentirem fortalecidas para enfrentar o tratamento que não é fácil é difícil, mas que dá resultado quando feito no momento adequado. Não é isso?

A SRª LIANE DE ARAÚJO – Isso mesmo, perfeitamente. Eu queria também registrar que estamos com pessoas de outras instituições, que são representados pela Femama. Temos Assunção de Natal, Selma e Ana de Fortaleza, Virgínia de Mato Grosso do Sul, que diz que lá está o caos, e ela precisa de ajuda. São algumas representantes associadas da Femama e Brasília que foi tão falada aqui, a Rede Feminina.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Queremos agradecer muito a vocês.

Eu queria fazer uma fala antes. A Drª Maira pediu para também usar a palavra. Mas antes, eu queria fazer uma intervenção, porque estou sendo convocada para ir a outra Comissão onde sou titular e não posso deixar de estar presente. O Senador Paulo Paim vai reassumir a Presidência aqui dos trabalhos, o trabalho vai continuar. Mas eu gostaria de dizer algo importante. Na semana passada tivemos uma audiência pública com o Ministro Padilha. Naquela ocasião ele fez uma fala que eu considerei extremamente importante. Tanto considerei importante que depois teve uma boa repercussão no plenário do Senado. Eu gostaria de fazer dois destaques da fala dele que tem muito a ver com essa nossa reunião de hoje.

Primeiro sobre a importância da regulamentação da Emenda 29. Sabemos que é muito importante essa regulamentação. Essa é uma demanda de todos os Estados brasileiros e aqui falo também em nome do Estado do Espírito Santo, do qual sou representante. Essa é uma das principais reivindicações dos nossos Prefeitos, do nosso Governador e é com certeza uma das maiores reivindicações de todos os Governadores e de todos os Prefeitos. Porque com certeza, com a regulamentação da Emenda nº 29, nós teremos muito mais recursos para área de saúde nas três esferas de

governo. Primeiro, por parte da União. Com certeza haverá um investimento muito maior corrigido anualmente. Os Estados terão a obrigatoriedade de aplicar os 12% da arrecadação de impostos, e os Municípios os 15% também na saúde. Então, um esforço conjunto das três esferas de governo, esse pacto federativo no sentido de haver um maior investimento da saúde. E aqui nós temos o Senador Wellington Dias, que foi Governador do Piauí, que com certeza depois poderá dar o seu depoimento da importância da regulamentação da Emenda n° 29.

E gostaria ainda, eu até trouxe alguns dados da fala do nosso Ministro, que acho importante trazer para esse momento aqui hoje. Além de ele ter dado ênfase à questão da prevenção do câncer do colo de útero, trouxe dados estatísticos das várias regiões do País, ele também falou da importância do combate ao câncer de mama, que é preciso também ter investimentos. E ai ele disse que R$867 milhões investidos em 4 anos com ações pontuais de financiamento para o exame de mamografia, para as mulheres com 40 anos ou mais, criação do Programa Nacional de Qualidade da Mamografia, criação de 50 novos centros especializados em confirmação diagnóstica, incentivo financeiro para aumentar a oferta de serviços de confirmação de diagnóstico e tratamento. Então, eu acho que esse é um dado importante. Além disso, ele nos falou que a rede oncológica será foco na saúde feminina, com 32 novos serviços especializados em tratamento oncológico com radioterapia e quimioterapia, 48 novos equipamentos de radioterapia e R$24 milhões em investimentos com informações sobre prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer.

Então, são essas as informações que nós recebemos, é a meta para fortalecer o controle da qualidade dos exames criando 29 centros especializados em diagnóstico e tratamento das lesões iniciais em 20 novos centros para qualificar ginecologistas.

Então, na verdade, eu acho que o Ministro nos trás informações extremamente importantes, sabemos que é necessário que isso chegue a todas as brasileiras, que é preciso que as mulheres realmente tenham conhecimento e tenham... Sejam de fato orientadas para que elas possam fazer os seus preventivos no momento adequado, que o Sistema Único de Saúde realmente chegue a todas as brasileiras em todos os cantos deste país. E muitas vezes não somente as mulheres que moram nas cidades do interior que não tem acesso, muitas mulheres nas grandes cidades realmente não tem acesso ao serviço muitas vezes por não conhecer o serviço e muitas vezes os serviços também não estão estruturados, a contento para que essas mulheres possam usufruir desses benefícios. Mas a gente percebe que há um esforço muito grande por parte do nosso governo em fazer com que a saúde preventiva chegue a todas as pessoas.

Então é muito importante a organização da sociedade, quero parabenizar vocês que fazem um trabalho brilhante com certeza, no sentido de cumprir com esse papel, de sensibilizar as mulheres, de chegar ao conhecimento de todas para que busquem os serviços, que cobrem para que esses de fato cheguem de forma qualificada, de forma que venham a atender as reais necessidades de nossas mulheres.

Eu quero aqui, brevemente, dar um depoimento muito recente e um depoimento positivo, porque muitas vezes a gente fica dando depoimentos negativos. Eu quero aqui dar um depoimento positivo de uma pessoa que faz parte da minha família. Moradora de Rondônia, que foi passear no Estado do Espírito Santo e que buscou o atendimento lá no Estado do Espírito Santo no período em que ela esteve lá, por um período de férias de uns 20 dias, e identificou neste período, que ela estava com câncer de mama. Isso foi no final do ano passado perto do Natal. E ela buscou atendimento no hospital lá do nosso Estado, Hospital Santa Rita, que é um hospital especializado no tratamento de câncer, e num período de três meses ela conseguiu fazer a cirurgia, conseguiu iniciar o tratamento de quimioterapia e conseguiu acesso ao transporte para ela e para um membro de sua família de ida e retorno para Rondônia. Então, ela faz o tratamento hoje no Estado do Espírito Santo sendo moradora de Rondônia.

Então, é uma experiência positiva, que bom, tomara que todas as pessoas consigam isso e a gente sabe que essa não é a realidade – nem todas conseguem ter o acesso. Mas esse é um depoimento que quero dar aqui, muito positivo. E ela está enfrentando com muita disposição, não se abateu, a família está dando todo o apoio e está tendo o respaldo e a presença de pessoas da família nessa trajetória de ir para o Espírito Santo e retornar para Rondônia de vinte em vinte dias – 21 dias – que é o período que ela tem para fazer a quimioterapia.

A gente espera que ela seja vitoriosa nessa luta, com certeza já está sendo, porque ela está fazendo isso com muito gosto, com muita alegria, já está sem cabelinho, já está usando o seu lencinho, mas faz isso com muita disposição, com muita alegria. Então, eu quero dar esse depoimento aqui. Quando a saúde funciona como que as pessoas ficam felizes e como que elas encaram com muita disposição o seu problema. Que muitas vezes é um problema passageiro e que ela pode se tornar uma pessoa, com certeza, com longos e longos anos ainda pela frente.

Era esse o depoimento que gostaria de dar, que é um depoimento positivo, como que é importante as pessoas fazerem o seu diagnóstico e terem acesso à saúde – as condições de saúde no momento adequado, no momento cento. Quero parabenizar vocês, eu também vou ter que sair daqui há pouquinho, mas deixar aqui todo o meu carinho, a minha disposição como Senadora desta Casa, colocar os nossos mandatos, não é Senador Paim, à disposição de todas vocês naquilo que for de nossa competência, queremos contribuir e queremos ajudar.

E quero passar a palavra aqui para o nosso Vice-Presidente, para que ele possa continuar conduzindo os trabalhos desta mesa. Senador, a Drª Maira, solicitou inscrição, e mais duas companheiras que estão aqui no Plenário – mais três me parece –, e o Senador Wellington Dias também pediu a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo bem.

Eu cumprimento a Senadora Ana Rita, ela vai ter que sair, inclusive, me representar também lá na Comissão de Educação, e nós vamos continuar a nossa audiência pública. Além dos nossos convidados que irão usar a palavra, depois nós vamos ter a mesa para as suas considerações finais – cada um dos componentes da mesa poderá usar a palavra, se assim entender, por cinco minutos.

Nesse momento eu passo a palavra ao Senador Wellington Dias, lembrando que estiveram aqui, além da Senadora Ana Rita, Senadores Eduardo Amorim e Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Paulo Paim, eu quero, primeiro parabenizar V. Exª pelo brilhante trabalho que faz na Comissão de Direitos Humanos, tratando de um leque de áreas nessa área dos direitos humanos, a Senadora Ana Rita pela iniciativa, e a todos os presentes pela forma brilhante com que nos brindou aqui de informações e de questionamentos e de tarefas também para o nosso trabalho aqui no Senado Federal.

Eu quero primeiro registrar, no meu Estado, o Estado do Piauí, eu destaco aqui o trabalho do ex-secretário de saúde, Assis Carvalho, continua com a Secretária de Saúde, Deputada Lílian Martins, nessa área de prevenção ao câncer. Lá nós temos um médico que também é muito querido, pelo trabalho que faz nessa área e eu queria registrar aqui o Dr. Alcenor Almeida, que cuida de um hospital filantrópico, Hospital São Marcos, que faz um brilhante trabalho.

E, de pronto, Sr. Presidente, eu quero apenas apresentar aqui duas propostas para serem encaminhadas. Uma dirigida – eu acho que a comissão fruto dessa audiência – dirigida ao Ministro da Saúde, acho que reforçando esse apelo aqui feito, a Senadora Ana Rita, já lembrou aqui das metas do Ministério, mas nessa linha da gente ter as condições dos exames mais espalhadas. Eu acho que é importante um posicionamento da Comissão nessa direção.

Também dirigida ao MEC e ao Ministério da Saúde, nós só temos dois Estados brasileiros que não tem unidades públicas nessa área, que é exatamente o Piauí que está pronto que é o hospital da universidade, então dirigida ao Ministro da Educação e ao Ministro da Saúde para fazê-lo funcionar, o hospital da universidade Federal do Piauí, em Teresina. E fazer um apelo, o Senador Eduardo Amorim, de Sergipe, tem levantado aqui também essa bandeira em relação a Sergipe, e o Governador Marcelo Déda. Eu acho que essa Comissão pode reforçar também o pedido para o Estado de Sergipe.

E por último, é um requerimento, mas antes uma boa notícia. No meu Estado e em outros Estados do Nordeste e do Norte, tem uma planta – eu conhecei quando menino – com o nome de "cachorro pelado", uma planta que a gente tinha muito medo porque bateu nos olhos cega, a gente usava o leite para tirar verruga. Enfim, mas os agricultores e os criadores de gado tinham muita raiva dela porque matava os animais, porque era considerada uma planta venenosa.

Pois bem, o nome dessa planta conhecida no Brasil como aveloz, ela conhecida cientificamente como euphorbia tirucalli. Pois vejam, a partir de uma iniciativa de um índio Tapajós, um piauiense que acompanhou essa experiência, abriu um processo de pesquisa e, hoje liderada pelo Dr. Pianovski, que é um cientista – o Auro Costa é um piauiense que acompanha com todo o carinho – vai ser liberado agora pela Anvisa como medicamento, depois de 10 anos de pesquisa aproximadamente, as condições de tratamento de alguns tipo de câncer.

Qual é o requerimento? É que a gente possa direcionar a Anvisa e ao Ministério da Saúde, ainda é o Dr. Dirceu – deve estar havendo provavelmente mudanças agora nos próximos dias – para que seja priorizado os procedimentos da Anvisa nessa direção. Porque agora a próxima leva inclui o câncer de mama. Dou aqui um testemunho que acompanhei pessoalmente o Vice-Presidente José Alencar, e ele além do tumor que causou todo esse problema e ceifou a sua vida, ele tinha outros 12 tumores e com uso dessa medicação, ainda em situação experimental, a sua equipe comprovava as condições de eliminação de vários deles. Ela tem uma substância, um látex que provoca numa linguagem cientista o suicídio das células cancerígenas. Ou seja, ela provoca o suicídio dessas células e, portanto, as células não mais atingem outras células

que é o que leva a essa generalização do câncer, por isso que ele é normalmente fatal.

Então é dirigirmos também um requerimento, um ofício da Comissão ao Ministro da Saúde e ao presidente da Anvisa pedindo prioridade nessas pesquisas. Eu sei que a Anvisa de 1001 pesquisas que eles acompanham, todas, com certeza tem a sua importância, mas eu acho que não há nenhuma – se a gente pudesse listar aqui cinco das doenças que mais afligem o povo no Brasil e no planeta, certamente o câncer é uma delas. E como nós estamos tratando de uma Audiência sobre o câncer de mama e, como o câncer de mama é a próxima a entrar na leva de pesquisa tem que ser autorizado pela Anvisa uma rede hospitalar, as condições de que pessoas sejam utilizadas experimentalmente – é claro, tem todos os procedimentos, a aceitação da pessoa, da família – enfim, para que seja testada a dosagem certa e a partir daí a liberação. Então eu queria que a gente pudesse dirigir, pedindo total prioridade da Anvisa e do Ministério da Saúde nesse andamento para o Brasil.

Então eu fico feliz, porque pode o Governo brasileiro anunciar nos próximos dias o lançamento para o mundo da primeira medicação sobre isso.

Então eu queria parabenizar todos aqui, por esse importante evento, e fazer aqui esse dois requerimentos – três na verdade – por conta anterior em relação ao mamógrafo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A presidência cumprimenta o Senador Wellington Dias, que além de dar a sua posição favorável a essa caminhada, ou seja ao combate ao câncer de mama, também apresenta sugestões concretas. Eu só pediria Senador Wellington, que a sua assessoria remetesse para a mesa – e pode ser agora a tarde, não precisa ser agora de manhã – as três sugestões que nós vamos dar o devido encaminhamento conforme solicitado.

Nesse momento eu passo novamente a palavra ao plenário para depois deixar que a Mesa faça as suas considerações finais... A Srª aqui na frente aperta o botão, acende uma luz verde, diz seu nome e usa a palavra.

A SRª ANA MARIA – Bom dia a todos. Sou voluntária da Associação Cearense das Mastectomizadas Toque de Vida em Fortaleza. Lá, eu trabalho diariamente de oito ao meio dia, onde nós temos uma lojinha que, através do 1º Congresso do Grupo de Apoio, em Teresina, nós tivemos uma oficina e lá nós aprendemos a confeccionar próteses de polietileno e a prótese de esponja. Polietileno esse usado após o quarto mês que a pessoa é mastectomizada, e a de esponja, prótese essa que é usada até na hora em que a pessoa sai da cirurgia, para não se sentir tão mutilada, para levantar o alto astral daquela paciente.

E o nosso sonho é que nós possamos um dia ter a nossa sede própria para poder angariar recursos comprando as próteses de silicone, que essas próteses poderão ser doadas para as mulheres carentes, que é em número muito abrangente lá em Fortaleza. Apesar da gente não ter muito recurso, mas, mesmo assim, nós fazemos mensalmente doações para aquelas mulheres carentes, aquelas mulheres que estão na casa de apoio do Instituto do Câncer nós fazemos doações de seis próteses – nós chamamos o kit – o sutiãzinho e a prótese. E eu estou sendo a vendedora da lojinha e me sinto realizada, me sinto feliz. Largo tudo, deixo minha casa revirada, de ponta cabeça, mas não falto na associação porque me sinto útil e me sinto muito feliz quando eu vejo aquelas pessoas chegarem lá chorosas, se escondendo, toda torta para que ninguém veja que elas estão sem mama e quando eu ponho o sutiã e a prótese elas se vêem no espelho, dão aquele sorriso e me dão um abraço. Isso é muito gratificante para mim. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu agradeço a senhora. Depoimento como esse é que anima a todos nós a continuarmos firme nessa luta. Meus cumprimentos.

A próxima inscrita, a senhora...

A SRª CELMA – Bom, eu também sou de Fortaleza, estou representando aqui a Associação Rosa Viva, sou a vice-presidente. E antes, eu gostaria de agradecer esse movimento que eu acho fundamental, apesar de ser vitoriosa a gente fica até emocionada porque depois do que a gente passa por uma doença dessas, só a gente sabe – sei lá, não tem nem emoção – porque realmente a luta é grande.

Eu queria só dizer, que descobri o câncer aos 47 anos. Se eu tivesse ido pelas estatísticas, pelo direito a mamografia aos 50 eu não estaria aqui contando. E quando eu fiz a minha mamografia, realmente foi a falsa, não acusou nada. E eu fiquei tranqüila que não teria câncer. Mas a mão de Deus fez com que eu assistisse a um programa de televisão, e lá tinha um trabalho de um voluntário falando do autoexamente. E até então, eu nunca tinha me dado conta da importância de um autoexame apesar de ser uma educadora. E naquele exato momento eu me apalpei e, para a minha surpresa, eu encontrei um nódulo. Eu disse: Poxa! Com três meses que eu fiz uma mamografia não acusou nada. O que é isso? Liguei para o marido e disse: Olha, venha imediatamente que estou com câncer. Ai ele disse: Essa mulher é louca! O que é que está acontecendo? E ele dizia, não, não tem. Tenho! Voltei ao médico onde eu tinha feito o meu exame, ele disse: Não tem. Tem.

Ai ficamos naquela teima: tem, não tem... Fiz um novo exame e realmente tinha.

Com pouco tempo, estava no interior, tive que vir às pressas para Fortaleza e tive a felicidade de encontrar um grande médico que me curou. Eu já estava iniciando o estágio 2. Quer dizer, foi uma coisa muito brusca, foi o primeiro caso na minha família. Passei por quimo, por tudo. Então, para mim foi um choque.

E hoje eu queria só alertar as mulheres que estão nos assistindo, da importância do autoexame. Muita gente diz que é uma bobagem, mas não é gente, não é. Pelo menos eu posso dar um depoimento que curou a minha vida, porque se eu não tivesse descoberto a localização do nódulo – estava aqui posterior à mama – numa posição que não dava. E eu passava a mão, eu pegava a mão do médico quando estava fazendo o exame e dizia: Doutor é aqui. E ele dizia: Minha senhora não tem nada. E eu dizia: Tem Doutor.

Quer dizer, então nós temos que brigar pela nossa vida, pelos nossos direitos. A gente não pode deixar. Insistir, o médico está lá – às vezes ele não quer nem conversar. Ai eu digo: Doutor é assim. Então, a gente também tem que fazer o médico trabalhar direito.

Então, a partir daí nós criamos o nosso grupo, que é a Associação Rosa Viva, e passamos a fazer esse trabalho. E lá nós recebemos muitas mulheres e a gente tem mais que oferta para ela, é o conforto, é a nossa experiência, é o nosso ombro amigo. E muitas delas que vão para o SUS, ai vem a história da demora, ai passa um exame para daqui a três, quatro meses. Como a gente já passou por uma experiência, a gente fica preocupada porque com três ou quatro meses essa mulher não vai mais estar viva. Muitas vezes a gente faz uma quota, a gente paga aquele exame que é caro, pede doações para salvar aquela vida que não era para ser.

Então eu queria só fazer um alerta às pessoas no sentido de se cuidar, de observar, insistir, persistir porque a vida ela é preciosa. A gente passa a valorizar a vida quando a gente passa por essa experiência de pós morte. Então, realmente foi muito traumatizante, eu fui mutilada, não pude reconstituir uma mama. Quer dizer, isso para uma mulher – é assim, a mama como o cabelo realmente é o que faz a nossa feminilidade – e isso eu perdi na época. Então é preciso da gente ter um suporte muito grande.

E esse trabalho voluntário é fundamental nesse momento que a gente precisa. A família é importante, mas a mais ainda é ter uma amiga que você sabe que passou pela mesma dor. O médico é importante, o trabalho é importante, mas o trabalho voluntário é fundamental nesse momento. A gente se sente apoiada.

E eu queria parabenizar a Drª Maira, que eu sou fã número 1 dela, porque realmente ela é uma batalhadora, que o Brasil todo lhe aplaude, porque você realmente é a nossa musa, é a nossa salvadora, é a nossa esperança, você é a nossa porta-voz. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRª CELMA – Nunca nos abandone, em nome de todas as mulheres eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem D. Celma.

A SRª CELMA – Só um minutinho. Eu gostaria de agradecer aqui de público a Drª Maira, que nos deu a oportunidade de estarmos aqui nesse evento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns a D. Celma, pela sua fala emocionada e, com certeza todos aqueles que assistiram ou que vão assistir, porque passará novamente esta sessão onde a emoção... E que move com todos nós e que mostra que vale a pena lutar e, quando a senhora fala com a maior simplicidade do autoexame, e que descobriu, lutou até que verificassem e com isso salvou sua vida e esse exemplo pode salvar muitas outras vidas.

Não sei se há alguém no plenário, senão eu vou passar para a Mesa para as considerações finais dos nossos convidados. Posso encaminhar par a Mesa. Ok?

Então, vamos começar, na ponta, a D. Maria Teresa Simões Falcão, presidente Nacional da Rede Feminina de Combate ao Câncer, para suas considerações finais, que pode ficar entre 3 e 5 minutos.

A SRª MARIA TEREzA SIMÕES FALCÃO – Eu agradeço por estar aqui nesse momento, pelos debates maravilhosos, pelos depoimentos de várias pessoas e notar que há um interesse muito grande para que esse problema seja resolvido da melhor maneira possível. É uma luta da Rede Feminina de Combate ao Câncer de 64 anos e, vamos continuar nessa luta, enfrentando sempre dificuldades, mas são essas reuniões aqui, como a Drª Maira, os Senadores, o Incar que nos dão coragem e nos dão esperança de cada vez mais podermos ajudar ao próximo, para aqueles principalmente como a rede atende as pessoas carentes.

Eu agradeço o convite por estar aqui, mais uma vez, e espero que todas essas palestras, tudo o que foi tratado aqui que tenha uma continuidade, porque isso é fundamental para prevenção do câncer de mama. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós que agradecemos a Srª Maria Teresa Simões Falcão pelo seu depoimento e a sua contribuição a esse debate e, que com certeza o seu trabalho, é um orgulho não só para Brasília, mas para todo o território

nacional, todos os brasileiros e brasileiras. Principalmente quando eu noto que sua preocupação é com as mulheres e homens carentes. Esses é que são os desassistidos.

Passo a palavra de imediato ao Dr. Ronaldo Correia Ferreira da Silva, Coordenador de Prevenção e Vigilância da Divisão de Atenção Oncológica do Instituto Nacional do Câncer (Incar).

O SR. RONALDO CORRÊA FERREIRA DA SILVA – Bom, para encerrar, eu gostaria de fazer vários agradecimentos mas vou fazer um agradecimento, vou agradecer a Celma, porque a história que você contou é uma história emblemática daquilo que eu gostaria de comentar no final que são três questões: o autoexame da mama, a mamografia ofertada para mulheres com menos de 50 anos e a questão de uma estratégia que a gente chama de ficar alerta.

Bom, só para você ter uma idéia, os países que têm programas de rastreamentos organizado – são aqueles que convocam as mulheres para fazer a mamografia – 60% a 70% dos tumores são identificados pela mulher, não são identificados pela mamografia. Então, são situações, são histórias como a sua que ilustram dezenas de milhares de mulheres no mundo inteiro, mesmo em países com programas organizados que são elas que identificam o nódulo.

A questão do autoexame é uma questão importante, porque existem problemas conceituais. O autoexame, como a gente reconhece na literatura, são estratégias que você capacita as mulheres, você treina as mulheres a periodicamente ou a uma vez por mês a fazer o exame de frente para o espelho. Com uma série de técnicas, com esse procedimento tem uma probabilidade da mulher identificar o tumor muito pequeno. A maior parte das mulheres no mundo inteiro identificam o nódulo não pelo autoexame uma vez por mês, mas na hora que vai tomar, na hora que vai trocar uma roupa ou mesmo no momento de uma intimidade com o parceiro a pessoa percebe algum nódulo. Então, essa percepção, essa autopalpação, esse conhecimento da própria mama – da mama da mulher – a gente não conceitua como autoexame. Essa estratégia de autoexame é outra coisa, é uma capacitação, é uma orientação, uma forma de orientar a mulher a periodicamente a partir de uma determinada técnica fazer o exame da mama. Isso nenhum país do mundo que tem programa organizado mantém, adota essa estratégia. Eles substituíram para o alerta. O que é o alerta? É você chegar para a população feminina e falar: Olha, a partir de 40 anos o risco vai aumentando, a partir de 50 anos o risco é muito alto. Então se você é mulher, tem mais de 40 anos ou mais de 50 anos, perceber um nódulo, mesmo que as pessoas digam para você não valorizar, valorize, procure assistência médica, valorize seu achado esse nódulo, e faça uma investigação diagnóstica. Essa é a estratégia de alerta.

E por ultimo a questão da mamografia. Você relatou que fez uma mamografia aos 47 anos, foi negativa. Em poucos meses, você percebeu um nódulo, procurou seu médico ou assistência de saúde, e foi identificado que realmente era um nódulo, com suspeita de malignidade, fez a investigação diagnóstica e comprovou que era maligno. Isso não é incomum. Quanto mais jovem a mulher faz a mamografia, maior a probabilidade de ser um falso negativo. A pessoa não identifica aquele nódulo, pelas próprias características da mama de uma mulher jovem, que é uma mama densa, mas a própria mulher ou profissional de saúde acaba investigando.

Por último, para terminar, o *slogan* da Femama é "Sem investimentos, não há cura". Vou dar dois exemplos. Os Estados Unidos tem um orçamento na saúde de trilhões de dólares. Ele gasta, com procedimentos desnecessários, procedimentos que foram feitos a partir de uma mamografia pseudopositiva, mais de US$100 milhões por ano. Um pequeno país da Ásia, chamado Malásia, fez uma estratégia para os profissionais de mama que foi o seguinte: treinou os profissionais de saúde e capacitou as mulheres para identificarem lesões palpáveis na mama. Em quatro anos, a proporcionalidade de câncer de mama na Malásia diminuiu 30%. Nos Estados Unidos, em 20 anos, a mortalidade por câncer de mama diminuiu 20%. Quer dizer, com um orçamento infinitamente menor do que os Estados Unidos, a mortalidade, nesse país pequenininho da Ásia, diminuiu 30%, só com a capacitação das mulheres e dos profissionais de saúde para palpar tumores, que, antes dessa iniciativa, eram de quatro, cinco, dez centímetros, e hoje são tumores de um e meio, dois centímetros. Sem investimento, não há cura. Mas, sem planejamento, sem ordenamento e sem estratégias adequadas, a partir dessa experiência que existe no mundo inteiro há mais de 40 anos, também não há probabilidade de sucesso. Então, parabéns a todos, parabéns a esta Casa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Ronaldo Corrêa, que aqui falou pelo Inca, dando uma enorme contribuição a este debate.

Passo a palavra à Drª Inez Gadelha, Coordenadora do Departamento de Média e Alta Complexidade, do Ministério da Saúde. Deixei para o fim a Maira, porque foi quem provocou esta audiência pública – foi a partir da provocação que nos fizerem no Rio Grande. *(Palmas.)*

Por favor, Drª Inez.

A SRª MARIA INEZ PORDEUS GADELHA – É interessante participar de algo assim, porque vemos que as visões de um mesmo objeto, no caso, o câncer de mama, se manifestam de forma diferente.

Existe um autor canadense, de nome grego, que escreve português; chama-se Andreas Contandriopoulos. Ele tem um artigo muito interessante que é como mudar o *status quo* atual dos sistemas de saúde no mundo. E ele fala que os países desenvolvidos lidam hoje com quatro crises simultâneas: a crise de financiamento; a crise de regulação; a crise da ciência e a crise de valores. Então, enquanto esta audiência transcorria, eu, o tempo todo, pensava em Contandriopoulos. Porque aqui nós falamos de valor moral, solidariedade, a importância de se trabalhar conjuntamente, buscar o ideal, ter isso tudo. Pensei também na questão da crise da regulação, porque ele fala que essa crise é causada por diferentes interesses e opiniões dentro do sistema de saúde. Existe o interesse tecnocrata, que é o nosso, que temos de botar critérios, que temos de fazer planejamento, temos de ver o futuro, temos de avaliar. Existe aquela lógica do mercado, porque, se os senhores não sabem, a prática médica, a assistência médico-hospitalar só não envolve mais dinheiro do que arma e petróleo. Então, é o terceiro maior mercado do mundo. E não adianta dizer que não há isso envolvido. A lógica do próprio médico ou dos profissionais de saúde, que também por diversos motivos defendem os seus interesses acadêmicos ou profissionais, e a questão política da alocação de recursos. Então, o tempo todo aqui, perpassava isso na minha cabeça. E, realmente, só conversando e um entendendo a lógica do outro, é que nós vamos aproximando-nos e trabalhando conjuntamente. Porque todos nós temos razão, todos nós vivemos as nossas experiências. Agora, não se pode falar em saúde pública, em planejamento de saúde pública em bases individuais. Nós temos que planejar, em saúde pública, para milhões e milhões de brasileiros, mesmo que descontemos aquela média de 20% que não utilizam o SUS. Mas temos que falar de 100%, porque, uma hora, todo e qualquer brasileiro entra no sistema. Portanto, a nossa postura entra no sistema do SUS. Enquanto o SUS não for suficientemente bom, efetivo, eficiente para todos os brasileiros, nós vamos continuar com esse problema de tipo de acesso e de financiamento.

A defesa do sistema é algo que tem evoluído? Tem, mas precisa evoluir muito mais. Fico muito triste quando voltamos ao tempo do Inamps. Hoje eu ouvi aqui "doente carente"; hoje eu ouvi aqui "pobre". Não existe isso; o SUS é de todos nós, brasileiros, de qualquer lugar onde estejamos, onde tenhamos nascido ou de qualquer condição socioeconômica. Enquanto – repito – ele não for suficiente para todos, e eficiente para todos, nós vamos continuar com esses problemas.

E temos de trabalhar com metas, com foco. Eu estava falando aqui com a Maira que, enquanto nós não tivermos esse foco e essas metas estabelecidas, com todos nós trabalhando para o alcance delas, nós vamos continuar em passos lentos. Ninguém está andando para trás, mas está andando com passos muito lentos, de tartaruga ou de cágado.

Para finalizar, eu gostaria de esclarecer uma pergunta que Maira fez, com relação à maneira como vai ser operacionalizado esse fortalecimento dessas ações.

Maira, tudo vai funcionar em termos de comitês e de grupos executivos. E tudo será publicizado. Acompanhe o *Diário Oficial*, as notícias, a divulgação, a informação e notícias pelo Ministério da Saúde, porque será instaurado um comitê geral, um comitê de subsídio técnico e de mobilização social. Este comitê vai acompanhar cada meta estabelecida e cada ação que tenha sido proposta. Dentro dele, obviamente, há diferentes *expertises*, e nós teremos o subcomitê da mobilização, o subcomitê da avaliação do câncer de mama e assim vai.

Internamente, no Ministério da Saúde, o comitê gestor, com as diversas áreas envolvidas que vão se subsidiar desse comitê maior, mas também de um subcomitê de especialistas.

Acompanhem, por favor, porque tudo isso está sendo gestado dentro do Ministério da Saúde e tudo será publicizado. Pode não ser nem publicizado de uma vez. À medida que a coisa ficar bem clara, o Ministério da Saúde produzirá portarias ou manuais ou regulamentos.

E, por fim, a decisão da força-tarefa, que o Ministro da Saúde tomou – na verdade, foi a própria Presidência da República –, com essa questão da informação. A minha preocupação maior é de como chega a informação. Por exemplo, a Selma não fazer exame de mama. Eu estava perguntando: quem disse isso, Maira? Entendeu? A preocupação é com a forma que a mensagem é lançada. Ela tem de ser muito clara, transparente, muito criteriosa para não dar vazão a interpretação.

"A força-tarefa se impôs, e foi por decisão da própria Presidência da Republica, porque era um horror o conflito de informações: "existe mamógrafo"; "não existe mamógrafo"; "presta"; "não presta"; "está" ou "não está". Então, depois que se demonstrou, claramente, que o problema no Brasil não é mamógrafo; eventualmente, pode haver um local vazio de cobertura, mas isso se resolve facilmente. Mas é principalmente o acesso e a qualidade. O acesso ao exame com qualidade. Quando se viu pelo relatório do TCU, pelos dados de produção

de mamografia, a distribuição dos mamógrafos pelo País, a nossa Presidente falou: "Quero saber por que aqueles que estão parados, por que não estão funcionando". Então nós temos dois meses – o Ministério da Saúde – para executar essa verificação. É uma força-tarefa que já está em andamento. Se não me engano, amanhã, já começa nas capitais, coordenada e liderada pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS. É uma tarefa do Ministério da Saúde, junto com as secretarias estaduais e municipais.

Para finalizar, agradeço a oportunidade. Foi um prazer imenso ter estado aqui. E espero que nossos laços se apertem cada vez mais. Porque, se não estivermos juntos, vamos ficar cada um com o seu discurso, com as nossas desculpas, com as nossas queixas, e não vamos alcançar o nosso objetivo. E o nosso objetivo é o mesmo, o de todos nós; não é diferente. Somos nós, mulheres, que temos de ter acesso, com qualidade, a serviços de rastreamento, de diagnóstico, de tratamento e de reabilitação.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece muito a Drª Inez Gadelha, Coordenadora de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde, inclusive, ao chamamento à unidade de nós todos: área privada, área pública, enfim, Municípios. Todos estamos juntos nessa longa caminhada contra o câncer, o que fortalece mais o SUS. Todos somos apaixonados pelo SUS. Fui Constituinte. Estou aqui desde 86. Até agora, são quase 26 anos. Lembro-me da felicidade dos Constituintes quando foi aprovado o nosso SUS.

Neste momento, passo a palavra à Drª Maira Caleffi, presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – Femama, e do Instituto Mama do Rio Grande do Sul – Imama.

Gostaria de dizer à Drª Maira que a provocação que V. Sª fez foi com muita competência – falei aqui na abertura dos trabalhos, mas a senhora ainda não tinha chegado. Lá no Rio Grande do Sul, quando a senhora convidou os três candidatos ao Senado, os três ficaram apaixonados pelo programa, pelas ideias, pela proposta. E os três assumiram o compromisso. Eu posso falar aqui – eu diria – pelo ex-governador Germano Rigotto, pela Senadora Ana Amelia e também pelo Senador Simon, que não se encontra aqui. E esta audiência pública é fruto desse compromisso que nós assumimos. Claro que isso é muito pouco. Mas é bom, pela TV Senado, o Brasil todo conhecer o que nós estamos fazendo, como foi dito aqui pela Drª Inez. O que nós todos estamos fazendo nesta luta contra o câncer.

Com a palavra a Drª Maira.

A SRª MAIRA CALEFFI – Muito obrigada.

Tenho certeza de que, neste processo de conscientização do papel da sociedade, do papel do governo e das empresas, esta audiência é muito importante. Porque aquilo que a Femama comunica, Ronaldo: "Sem investimento, não há tratamento", não se está falando de dinheiro; estamos falando de compromisso. Estamos falando de fazer com que a mulher venha; fazer com que a mulher peleie; fazer com que a mulher engaje outras mulheres nesta luta; fazer com que as empresas – e quando falo empresa quero dizer empresários, os que empregam pessoas – deixem que elas saiam para fazer exames – o que é uma dificuldade –, ou também que entrem com apoio a toda essa comunicação que é tão cara. A mídia é muito cara, e nós precisamos divulgar, com Outubro Rosa, com Dia Rosa; nós precisamos divulgar.

Isso que a Inez falou é fundamental. Existe um caminho: tem que se palpar, sim. Não precisa da chamada técnica do autoexame, não, mas tem que se palpar, tem que se autoconhecer. Nós temos que ter o radiologista bom, lá na ponta, porque, se o radiologista não estiver interessado, se estiver fazendo tudo isso no meio do diagnóstico de um monte de doenças ósseas, traumatismos, ele não vai perceber o que tem que perceber. Então, nós precisamos investir pesado na área da imagem.

Nós duas estávamos falando aqui, indignadas, porque esse ginecologista que te vinha acompanhando, ou médico do posto, não colocou a mão na tua mama. Se ele tivesse posto a mão na tua mama, ele pegaria antes de ti. Mas ele não palpava; não palpava! Então, nós estamos perdendo várias oportunidades em que a mulher vai ao posto. Ela vai lá fazer consulta, levar o filho para vacinar, levar o neto para vacinar – hoje há muitas avozinhas que estão cuidando dos netos na vacinação. Então, é só perguntar se ela já fez a mamografia, ou só palpar. O Ronaldo falou muito bem: é palpar. Vamos fazer com que esse protocolo de palpação, que está escrito em tudo que é protocolo de saúde – do posto de saúde, do médico comunitário –, tenha resultado.

Tenho outra briga, uma minibriga, que quero deixar registrada – vou ficar muito frustrada se não o fizer –, que é a seguinte: nós temos que aceitar toda essa força das enfermeiras que estão tentando nos ajudar na questão da prevenção da doença. E nós temos aqui outro conflito de interesse batendo, outro problema batendo, que é "isso é questão médica"; "isso não é uma questão médica". Tudo é questão médica! Tudo é questão de saúde! Mas talvez precisemos de outras mãos, porque nós não estamos tendo mãos suficientes lá na ponta.

Temos que comunicar ao governo, aos prefeitos que o câncer de mama é um problema de saúde básico, porque, lá na ponta, ele precisa ser tratado como o diabetes tem que ser tratado. Não estou falando do tratamento complexo; estou falando do encaminhamento, estou falando da detecção, da conscientização. Então, é um problema de saúde da área básica. O SUS, com toda essa cobertura, e os prefeitos têm que ter o compromisso de aumentar a cobertura dos postos de saúde da família. Uma cidade como Porto Alegre, que eu conheço bem, não tem mais do que 25% de cobertura de postos de saúde. E aonde vão os outros 75% que dependem do SUS? Eles estão perdidos; vão às unidades básicas, vão para as filas às 5h30, às 6h da manhã, para terem atendimento, ou vão às emergências, com câncer de mama inflamado – isso nós vemos muito – ou erosado – o que vemos muito também nas emergências.

Nós temos muitas coisas a fazer que não custam. Por isso, lá, quando nós, em agosto, setembro, começamos a delinear esta audiência pública, essa conferência nacional de primeiras-damas, estamos envolvendo Municípios com governo federal. Logo em seguida, a Confederação Nacional dos Municípios nos adotou como parceiros. A rede é fundamental, porque faz ver toda essa problemática de falta de remédio, de falta de passagem, de falta disso ou daquilo. E a Femama convocou a rede para lutar e conseguir diagnosticar antes, Inez. Esse é o convite a essa parceria que estamos esperando há muito tempo, e tem que ser real mesmo. Nós queremos saber o que vocês estão fazendo, nós queremos contribuir e nós temos pessoas. Existe um conselho científico, que se chama Scientific Advisory Board, da Femama que tem 14 ou 15 especialistas, sem conflito para ajudar a sair dessa, de quem nós podemos dispor. São pessoas desinteressadas, médicos que estão trabalhando nessa composição, para dar embasamento científico à Femama e construir uma mortalidade menor.

Nós precisamos sair dessa.

Algumas coisas, EU queria deixar bem claras. Tudo isso aconteceu e, amanhã, às 9h, nós teremos a conferência nacional de primeiras-damas. Há uma convocação nacional, mas, mesmo às que não puderem vir, nós vamos fazer essa conferência chegar ao conhecimento delas. Houve muitas manifestações, mas elas estão ainda – desculpem-me a palavra – sem saber como participar. E aí nós vamos mostrar amanhã como elas devem participar.

Vamos também ter o lançamento da cartilha dos direitos do paciente com câncer, uma iniciativa que teve início em setembro, outubro, com uma participação da Femama, da advogada e escritora fantástica Antonieta Barbosa, que faz isso junto com a Senadora Ana Amelia, que resolveu dizer assim: "Ah! Mas tudo isso são direitos", quando nós, por exemplo, denunciamos, num determinado momento dessa reunião, que havia mulheres que não podiam ingressar no serviço público. Se o câncer tem cura, vai haver mais mulheres vitoriosas, mais sobreviventes, mas essas mulheres são gongadas na hora que passam pela junta médica. Ou seja, elas passam no concurso, há a história de ter tido câncer de mama e, independente de qualquer coisa, elas não podem assumir o seu cargo. A Senadora Ana Amelia ficou muito impressionada com isso e prometeu nos ajudar. Bem, de lá para cá, vem crescendo essa conversa. Amanhã, nós teremos a cartilha. Nós precisamos instituir essas ouvidorias para informar melhor os direitos dos pacientes com câncer. Foi também provocada uma audiência para amanhã – é uma pena que será ao mesmo tempo da conferência, onde nós estaremos. Enfim, este assunto precisa ser debatido e também a forma dos direitos. Se Deus quiser, nós vamos ter mais pacientes com câncer de mama que vão sobreviver. E a vida continua.

De qualidade depois do diagnóstico, fala-se ainda muito pouco. A peruquinha, o lencinho, a prótese, o transporte, o apoio psicológico, o apoio fisioterápico; as mulheres ainda ficam com deficiências graves do ponto de vista tanto da mutilação quanto do esvaziamento axilar.

Proponho um minuto de reflexão aqui, que pode ser bem menos, para pensarmos em todas as pessoas que já perdemos com câncer, pessoas próximas, pessoas que não tiveram a oportunidade de ter um diagnóstico precoce. É por elas que nós lutamos, para que isso não aconteça mais.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento mais uma vez a Drª Maira Caleffi, Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – Femama, e do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul – Imama.

Simbolicamente, nós faremos – claro – essa reflexão que ela pediu. Mas gostaria ainda de garantir, aqui no plenário, que pelo menos cada uma das pessoas que estão aqui como nossas convidadas dissesse o seu nome para registro nos Anais desta audiência, que para mim é uma audiência histórica.

Por favor, começamos com a senhora.

A SRª MARIA ANGÉLICA – Bom dia a todos. O meu nome é Maria Angélica, sou vitoriosa há oito anos e sou colega de todas as vitoriosas que estão aqui presentes.

Muito obrigada pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Era isso que eu queria ouvir.

A SRª VIRGÍNIA MARTA MAGRINI – Meu nome é Virgínia Marta Magrini, eu sou vitoriosa há cinco anos, sou do Mato Grosso do Sul e estou na luta aqui por todas nós e pelas que estão aí fora. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRª LIANE DE ARAÚJO – Meu nome é Liane de Araújo, sou gaúcha de Porto Alegre, voluntária do Imama, vitoriosa há 14 anos.

Eu gostaria de dizer só uma coisinha para o Ronaldo. Investimento também tem que ser na educação. A Drª Maira fala muito e sempre nisso, mas acho que hoje passou. Porque, se, na universidade, esses estudantes que vão ter que trabalhar com as mulheres não forem incentivados e qualificados, será muito difícil conseguirmos a qualidade que o governo quer. Então, não é apenas investimento em dinheiro, medicação e tratamento; é também na educação.

E estamos na luta sempre. Enquanto tivermos vida, tentaremos salvar outras. *(Palmas.)*

A SRª MARIA ASSUNÇÃO FONSECA – Bom dia. O meu nome é Maria Assunção Fonseca. Sou do Rio Grande do Norte. Moro em Natal e lá nós fazemos um trabalho voluntário junto à Liga Norte-rio-grandense contra o câncer. É um apoio emocional.

Uma coisa importante que fazemos lá é a participação que temos numa mesa chamada pré-cirúrgica. Há toda uma equipe multidisciplinar, juntamente com os pacientes que vão passar por cirurgias e com os parentes deles. Todos falam, a equipe orienta e, por último, a palavra é nossa, para mostrar que já passamos por aquele estágio e que estamos vivos. Temos um grupo em que as mulheres mastectomizadas, total ou parcialmente, estão em plena atividade de vida.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª SELMA – Selma, cearense, com orgulho, e vitoriosa há nove anos, graças a Deus. *(Palmas.)*

A SRª ANA MARIA LIMA CABRAL DE HOLANDA – Ana Maria Lima Cabral de Holanda, vitoriosa há onze anos. E estamos aí na luta para que mais vidas sejam salvas. *(Palmas.)*

A SRª LAUREN CALEFFI – Lauren Caleffi. Trabalho para o Instituto da Mama do Rio Grande do Sul e também para a Federação – Femama, e tenho muito orgulho de fazer esse trabalho, porque, lá no final, vemos este resultado: salvar vidas, que é o que interessa. *(Palmas.)*

A SRª LENI CHAVES – Sou Leni Chaves, do Rio Grande do Sul. Estou muito orgulhosa de estar fazendo parte desse trabalho, ajudando a Lauren na montagem dessa IV Conferência. Gostaria de agradecer a todos os presentes aqui. *(Palmas.)*

A SRª SÍLVIA SEABRA – Sou Sílvia Seabra, também sou gaúcha, mas há 35 anos no Distrito Federal. Gostaria de parabenizar a todos pela iniciativa. E, com muito orgulho, digo que sou a vice-presidente da Rede Feminina Nacional de Combate ao Câncer.

Parabéns, Maria Tereza, pelo teu trabalho. Vou continuar ajudando muito. *(Palmas.)*

A SRª HELOÍSA HARGREAVES – Sou mineira, mas estou há 46 anos em Brasília, então, eu me considero mais brasiliense.

Sou Heloísa Hargreaves, trabalho na Rede, com a Terezinha, já há algum tempo. Atualmente, sou 1ª vice-presidente nacional e também de Brasília. *(Palmas.)*

A SRª *(Intervenção fora do microfone.)* – ...Trabalho no Imama e Femama. E, antes de atuar como colaboradora, fui convidada a ser voluntária dessas instituições, pelo trabalho da Drª Maira Caleffi, uma grande responsável pela minha decisão de me jogar de cabeça nesta causa, porque compartilho com ela o sonho de ver a queda de mortalidade acontecer no Brasil. E é para isso que estamos aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não precisamos falar mais nada a não ser cumprimentar a todos por esta audiência pública, que foi uma aula de conhecimento que vocês passaram para o Brasil via TV Senado. Não só uma aula de conhecimento, mas também uma aula de mulheres heroínas, lutadoras, mostrando que há possibilidade real de vencermos, na nossa vida e também na luta contra a doença, no caso, o câncer de mama. Todos estão de parabéns, tanto os nossos convidados de plenário como os daqui da mesa, os Senadores e Senadoras que passaram aqui.

Quero dizer que contem conosco, hoje e sempre.

Tenho a alegria de dizer que me envolvi mais nesse movimento a partir do convite que tive no Rio Grande. E vocês sabiam que aquele convite que me fizeram era verdadeiro, e a resposta nossa também só poderia ser verdadeira. Por isso, estamos mais uma vez aqui, no Senado da República. Meus parabéns por essa conferência. Falamos que a questão é lá no Município, não somente lá, mas é lá onde as pessoas moram, é lá onde elas estão. Parabéns, então, pela IV Conferência Nacional de Primeiras-damas, no dia 11 de maio, que se inicia amanhã às 9h, para envolver a todos.

Meus cumprimentos aos representantes do nosso Governo. Tenho um carinho muito grande pelo Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, como também pela Presidenta Dilma. E esse chamamento de um trabalho integrado anima-me muito Nós podemos avançar

cada vez mais na defesa da saúde no seu todo, com certeza absoluta.

O Ministro Padilha, na última audiência pública que ele esteve aqui no Senado, achei muito interessante ele começar dizendo que a maior preocupação do povo brasileiro é a saúde. E ele não dourou a pílula; ele falou a realidade de como está e que estamos avançando cada vez mais, mas é preciso gestão, organização e investimento. Ele não escondeu isso. E para tudo isso, ele está pensando em como contribuir para o bem da saúde de todo brasileiro, que também é a posição, sem sombra de dúvida, da nossa querida Presidenta Dilma.

Estou muito animado com esta audiência pública, com a exposição que fez o Ministro Padilha, uma exposição realista, de que temos que avançar e temos que pensar também em mais investimento para a saúde.

E não adianta – isso foi a minha fala lá – todos nós – e aí eu me incluo – reclamarmos que a saúde está difícil, que está, como dizemos, um caos. Vamos pensar cada vez mais na organização, no fortalecimento de todas as políticas para saúde e também em investimentos. Temos que apontar recursos também se queremos mais investimentos. Esse é um debate que o Senado vai ter que travar. Temos que pensar com seriedade e responsabilidade, porque estamos tratando de vidas. Queremos cada vez mais investimentos? Queremos. Então, temos a obrigação, nós aqui do Congresso, de apontar recursos. E acredito que podemos fazer isso aqui. Podemos fazer, sim. Por exemplo, por que a DRU se aplica à seguridade social? É 20% do orçamento da seguridade social, que daria mais ou menos R$50 bilhões, que não deveria mais ser descontado da previdência social, em que está a saúde, assistência e a previdência. Isso é uma das coisas que defendo. Por que eu digo isso? Já fizemos isso na educação. Por iniciativa do Presidente Lula, nós dissemos e aprovamos aqui, numa PEC, que não se retira mais 20% do orçamento da educação, que é um direito que tem cada governante baseado na tal da DRU – Desvinculação de Recursos da União, que se pode retirar a qualquer momento. É claro que temos que discutir além disso; não é só isso. Temos que avançar num outro debate mais profundo.

Tenho falado com muita gente. E permitam-me que diga isto: as pessoas me dizem, inclusive empresários, que se todos tivessem a certeza absoluta de que essa tal de contribuição iria efetivamente para a saúde, todos fariam um esforço enorme para que houvesse uma contribuição especificamente para a saúde, que é a vida dos brasileiros.

Se isso tudo é verdadeiro, como estou dizendo aqui, nós temos que fazer o debate sem ter medo do debate. Como nós vamos assegurar que haja mais investimento na saúde?

É como eu disse ao Ministro Jatene – permitam-me que eu me lembre dele, pois ele deve lembrar-se de mim –, quando ele veio aqui propor na época que uma parte da chamada arrecadação financeira fosse – e não quero repetir o nome para não dar polêmica – para a saúde, sabem o que foi que eu disse? Ministro Jatene, a minha preocupação é que não vai para a saúde. Eu sou totalmente favorável, até porque os que ganham mais é que vão pagar mais; os que ganham pouco não vão pagar nada, porque até um percentual não vai pagar nada. Eu disse que o meu medo é que não vá para a saúde.

Depois, com o tempo, infelizmente, nós vimos que grande parte não foi para a saúde.

Mas isso não quer dizer que a gente não tenha que retomar o debate desses temas que apontam o caminho de mais verbas para a saúde.

Mas, enfim, vocês estão de parabéns. De minha parte, se quiserem descontar um percentual do meu salário, podem descontar, desde que vá para a saúde. (*Risos*.) Estou dando aqui um símbolo: desde que vá efetivamente para a saúde! Salvar vidas!

Enfim, parabéns para vocês.

Acho que a melhor forma de terminar é fazermos um minuto de silêncio, pegando aqui a proposição da Drª Maira Caleffi. Mas, antes de terminar, levantaríamos e faríamos um minuto de salva de palmas pelas vitoriosas do combate ao câncer de mama.

(Procede-se a 1 minuto de salva de palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Viva as vitoriosas! Viva as vitoriosas na luta permanente.

Para aquelas que vão ser beneficiadas a nossa homenagem; e também por aquelas que já faleceram.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 25 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia onze de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senadores **Ana**

Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Sérgio Petecão, e Ataídes Oliveira. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta**: Item único** – **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 54, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/04/11, "para debater os 120 anos de Inspeção do Trabalho no Brasil, em defesa do trabalho e dos direitos humanos".Convidados que comparecem e fazem uso da palavra, nesta ordem: Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); Sebastião Soares, Diretor de Comunicação Social da CNTI, em representação ao Senhor José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Pedro Armengol, Diretor da Central Única dos Trabalhadores, em representação de Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, em representação ao Ministro Carlos Lupi, Ministério do Trabalho e Emprego; Deputado Federal Taumaturgo Lima, PT/AC; Helba Soares da Silva, esposa de Auditor do Trabalho Nilson da Silva, Assassinado em Unaí – MG; Fernando César Mesquita, Diretor de Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal. Faz uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente franqueia a palavra para diversas pessoas ligadas à inspeção do trabalho presentes no plenário da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 54, de 2011 – CDH, de autoria deste Senador e de outros. A nossa audiência pública de hoje tem como objetivo debater os 120 anos da Inspeção do Trabalho no Brasil, em defesa do trabalho e dos direitos humanos.

Convidados: Srª Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, em representação ao Ministro Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego; Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Sebastião Soares, Diretor de Comunicação Social da CNTI, em representação ao Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Antônio Lucas Filho, Secretário de Assalariados Rurais da Contag, representando o Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); e também Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores.

Daqueles que citei, os que já estiverem presentes, já os convidei para que estejam aqui na mesa. Já citei e já estão presentes o Sebastião e a Rosângela.

Informamos também a todos – enquanto nossos convidados estão chegando – que, na próxima quinta-feira, teremos uma reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O Item 1 da próxima quinta-feira é a relatoria da inspeção profissional prisional realizada no sistema penitenciário do Estado do Espírito Santo.

Também não terminativo. Denúncia de violação dos direitos humanos ocorrida no 8º Batalhão de Infantaria da Selva, em Tabatinga, Estado do Amazonas.

Não terminativo. Sugestão com a finalidade de permitir a compensação fiscal da emissora de rádio e televisão do horário gratuito.

Não terminativo ainda. Cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas.

Não terminativo. Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre atividade do pai social.

Não terminativo ainda. Outro projeto, que acresce ao inciso IV do art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Não terminativo ainda. Outro projeto, que obriga o Centro de Formação de Condutores a adaptar 10% de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência.

Ainda não terminativo. Outro projeto, que altera o art. 5º da CLT.

Não terminativo. Outro que modifica o inciso II do art. 14 da Lei nº 5.572, de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos a instituições de educação e assistência social.

Ainda não terminativo. Do Senador Flávio Arns, este, que dispõe sobre limitação escolar para a educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais ou auditivos nos critérios de repasse do PDDE.

E ainda projeto do Senado não terminativo de Marcelo Crivella. Dispõe sobre alteração para dispor

sobre o tamanho das dependências destinadas à moradia dos funcionários de condomínios e dos empregados domésticos.

Ainda agora terminativo. Altera a Lei nº 2.003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

O outro, terminativo, dispõe sobre a criação do Sistema Nacional da Criança e do Adolescente.

Terminativo ainda, um outro que obriga a inserir as páginas com dados de pessoas desaparecidas na rede mundial de computador e Internet.

O PL 122, qual é o item? Vocês têm a pauta do PL 122? Só para destacar que o PL 122 é considerado aqui na Casa um tema polêmico. Fizemos questão de destacar que a Senadora Marta Suplicy encaminhou ontem o relatório. Ele foi colocado na pauta normal, não é extrapauta. Entendo que sobre ele teremos um debate aqui, onde cada posição vai apresentar o seu ponto de vista.

O que é o Item 8? Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, dá nova redação ao §3º do art. 140 do Decreto 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, o art. 5º da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Autoria da Deputada Iara Bernardi. Relatoria, Senadora Marta Suplicy. Relatório pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 1, substitutivo, e da subemenda que apresenta.

Esse chamado PL 122 é que vai, de uma vez por todas, regulamentar essa questão da liberdade de opção sexual. Houve uma decisão do Supremo, a Casa ainda não tinha se posicionado. Está aqui na pauta para ser votado na próxima quinta-feira, amanhã. Só lembramos que esse projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e está aqui na Comissão de Direitos Humanos. Dou esse destaque antes de iniciarmos a nossa audiência pública para que ninguém diga que esse tema polêmico aqui no Senado está sendo colocado extrapauta ou coisa parecida. Não é extrapauta, está na agenda oficial, está publicado hoje no *Jornal do Senado* e está publicado na pauta oficial, que está sendo remetida a todos os gabinetes. Então, amanhã, teremos, entre outros, a votação desse projeto.

Bom, o objetivo da audiência de hoje é debatermos os 120 anos da Inspeção do Trabalho no Brasil, em defesa do trabalho e dos direitos humanos. Eu, apenas para contribuir para o debate, vou fazer uma pequena abertura. Com a experiência adquirida durante anos de participação no movimento sindical e no Parlamento, nós todos temos muito clara a importância da reunião de hoje, que visa homenagear e abrir espaço aqui na Comissão de Direitos Humanos para um tema tão importante para todo o povo brasileiro, ou seja, o combate ao trabalho degradante, ao trabalho escravo.

Então, é mais do que justo que aqui, no dia de hoje, a gente faça esta reunião, lembrando os 120 anos da Inspeção do Trabalho no Brasil. Não existe local mais apropriado, na nossa avaliação, do que aqui mesmo, na Comissão de Direitos Humanos, para se fazer esta reunião que visa homenagear os auditores fiscais do trabalho, porque, com certeza, vocês são os nossos olhos em todo o Brasil na busca de um trabalho decente para todo o nosso povo e toda a nossa gente.

Eu, que venho do movimento sindical, sei, não tanto quanto vocês, mas sei, por quem está na base, da importância do trabalho dos senhores e das senhoras no combate a todo tipo de trabalho degradante, seja infantil, seja trabalho escravo, seja exploração indevida, seja por condições inadequadas.

É importante lembrar, só para registro que fica para a TV Senado, para todo o Brasil, que a Inspeção do Trabalho foi criada oficialmente na Inglaterra em 1833, depois que a Revolução Industrial modificou profundamente o processo de produção.

Com a criação da OIT, o art. 427 do Tratado de Versalhes recomenda que os países signatários criem serviços de inspeção do trabalho para fazer cumprir as leis trabalhistas.

Naquela época, muitos países já haviam constituído a inspeção do trabalho, como a Prússia, 1953; a Suíça, 1887; a Rússia, 1882; a Itália, 1906; a Espanha, 1907; a Argentina, 1912; e o Uruguai, 1913.

Enfim, foi a criação da OIT que alavancou a efetiva proteção dos direitos dos trabalhadores.

No Brasil, a edição do Decreto 1.313, em 17 de janeiro de 1891, é que marca o início da inspeção do trabalho no Brasil, a partir de um decreto. Os auditores fiscais do trabalho, com certeza, são os principais responsáveis pela garantia, pela busca de um trabalho digno no Brasil. Sabemos que existe ainda trabalho escravo - aqui elogiamos o trabalho dos senhores, tanto que, aqui nesta Comissão, temos uma Subcomissão de Combate ao Trabalho que tem tido sempre o apoio dos fiscais, enfim, do Ministério, daqueles que atuam nessa área. Oxalá um dia a gente possa chegar na OIT e dizer que no Brasil não há mais trabalho escravo. É um sonho que temos de perseguir, e vocês são os nossos heróis, eu diria, nesse processo. Sei que aqui vocês vão falar inclusive sobre aqueles que foram assassinados na luta em defesa do nosso povo, da nossa gente, dos trabalhadores.

Lembro aqui que o trabalho infantil no Brasil é, ainda, um grande problema social. Temos de reconhecer isso, porque ele existe. Milhares e milhares de crianças deixam de ir à escola, não têm os seus

direitos preservados, como o direito de brincar, de se alimentar decentemente e de estudar. Hoje, em torno de 4 milhões e 800 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estão trabalhando no Brasil, segundo dados do Unicef, que vocês poderão avançar ou discordar.

Enfim, vocês é que vão fazer a palestra, esta é só uma introdução. Como já era de se esperar, o trabalho infantil ainda é muito grande. Na área agrícola, chega a 36,5% o número de crianças que estão em granjas, sítios e fazendas. Vinte e quatro e meio por cento estão em lojas e fábricas no Nordeste, principalmente, segundo o Unicef.

Enfim, cumprimentamos a todos os que estão aqui presentes, principalmente, naturalmente, os auditores fiscais e sua respectiva entidade. Cumprimentamos também a presença do movimento sindical.

Lembramos aqui que já chegou a Drª Vera Lúcia de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho em representação ao nosso querido Ministro, com o qual tenho uma amizade muito grande, pelo trabalho que vem fazendo, o Ministro Carlos Lupi. Convido V. Exª também para vir à Mesa.

Também está conosco, representando a Central Única dos Trabalhadores, o Diretor-Executivo Pedro Armengol. Por favor, venha para a Mesa.

Enfim, meus amigos, é uma satisfação enorme recebê-los aqui. No dia de hoje, no encerramento desta audiência pública, vamos lançar uma produção feita aqui na gráfica do Senado, a revista *Em Discussão,* com o título *A Escravidão que Precisa Ser Abolida.* Então, teremos aqui, no encerramento, um belo trabalho sobre o trabalho escravo, sobre a escravidão, que fala um pouco da história dos senhores. Essa revista foi produzida aqui no Senado, em parceria com as entidades. Nós, então, no encerramento, faremos o lançamento de que vocês, na verdade, são signatários da construção, inclusive da própria revista.

De imediato, vamos aos nossos trabalhos. Passo a palavra, conforme entendimento feito aqui na Mesa, à Srª Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait.

Drª Rosângela, por favor, a senhora tem o tempo de dez minutos, com mais cinco, mas, com a tolerância da Mesa, vamos conceder tantos cinco quantos forem necessários.

A SRª ROSÂNGELA SILVA RASSY – Bom dia a todos.

Eu quero iniciar esta manhã, agradecendo ao Senador Paulo Paim por ter aquiescido ao nosso pedido e ingressado com requerimento nesta Casa, solicitando a realização desta audiência pública.

Quero agradecer a presença da colega, auditora fiscal, Vera Lúcia Albuquerque, aqui representando o Ministro do Trabalho, ela que é Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério.

Agradeço também a presença do Sebastião Soares, que é Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI.

E agradeço a presença do parceiro Pedro Armengol, com quem participei de várias mesas durante todo esse período de negociação coletiva, um representante da CUT muito atuante e por cuja participação agradecemos antecipadamente.

Quero agora me dirigir aos auditores fiscais de todo o Brasil aqui presentes, diretores dos Sinaits, delegados sindicais, chefes de fiscalização do Ministério do Trabalho, superintendentes regionais do trabalho, que são também auditores fiscais. O nosso objetivo aqui hoje é debater, colocar, termos a oportunidade de trazer ao Parlamento, através desta Casa, o Senado, os problemas com os quais atualmente a inspeção do trabalho se depara no Brasil.

Por que tomamos a iniciativa de solicitar essa audiência? Porque, em vários momentos, historicamente, Senador, o Senado e também a Câmara Federal têm demonstrado um grande envolvimento, um grande respeito e uma grande preocupação com os trabalhadores brasileiros. Por meio das entidades sindicais, por meio dos Sinaits, por meio da própria Secretaria de Inspeção do Trabalho, esta Casa aquiesceu a sugestões, levantou problemas, debateu e apresentou projetos de lei que vieram a modificar, a dar outro rumo às relações do trabalho no Brasil.

Isso aconteceu, por exemplo, colegas, com a aprovação da Lei nº 7.855, de 89. Essa lei alterou significativamente e trouxe um outro sentido, fortaleceu a inspeção do trabalho. Por quê? Essa lei, entre outras alterações, majorou as multas das infrações na área de segurança e saúde no trabalho, que naquela época ainda eram mais diminutas e reduzidas que atualmente, proporcionalmente; ela estabeleceu o exame médico por conta do empregador; fixou prazo para o pagamento do salário; determinou prazo para o pagamento de rescisões contratuais.

Aqui temos vários colegas, vários auditores fiscais que participaram ativamente dessa construção, debatendo, dialogando, levando sugestões aos Parlamentares, que redundaram na aprovação dessa lei.

Uma outra Lei é a do FGTS, a Lei nº 8.036, que também foi construída com o apoio, com o auxílio dos então fiscais do trabalho. Vários artigos constantes da Lei nº 8.036 têm redação que foram sugeridas pelas nossas entidades e também pela nossa Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Então, nós temos na prática já esse estímulo, Senador, para trazermos a esta Casa debates agora

envolvendo outros problemas ou problemas mais atuais, que a inspeção do trabalho vem enfrentando no Brasil.

Então, no momento em que agradecemos o apoio, a consideração e o respeito que esta Casa sempre teve para com os auditores, nós estamos também pedindo, neste momento, uma atenção, um acolhimento para os nossos problemas atualmente enfrentados.

Fiz de maneira bem simples a nossa ideia, e que este momento seja bem dinâmico, para que a gente possa realmente ganhar e ter a oportunidade de debater.

Elencamos ali como problema sério atualmente enfrentado: o pequeno número de auditores fiscais do trabalho. Gradativamente, a nossa categoria vem diminuindo o número de auditores, dadas as aposentadorias, chegaram a uma fase em que muitos estão se aposentando e não está havendo uma reposição no número de auditores fiscais do trabalho.

Colocamos ali como referência que, no ano de 1970, havia aproximadamente um auditor para 1.256 trabalhadores. Hoje, dentro de uma mesma proporção, nós temos um auditor para cada 14.895 trabalhadores. Esse dado é alarmante, o senhor disse bem. Se considerarmos que o último Governo festejou - e esses dados foram publicados no final do ano passado -, e muito bem festejado, que, durante o Governo Lula, ingressaram no mercado de trabalho formalmente cerca de 15 milhões de trabalhadores, nós precisamos, então, acompanhar esse processo. No momento em que entram na formalidade esses trabalhadores, além daqueles que estão fora da formalidade, esses trabalhadores vão precisar ser acompanhados pelo Estado, para verificar se os empregadores estão cumprindo direitos básicos garantidos na Constituição Federal. Então, o número de auditores hoje compromete diretamente a inspeção do trabalho no Brasil. Isso fere, isso é um descumprimento à Convenção 81 da OIT, que diz claramente que "deve haver número suficiente de auditores fiscais para atender aos trabalhadores no País". Assim, a partir do momento em que o Brasil é signatário da Convenção 81, o Brasil se obriga a manter um corpo de auditores fiscais suficiente para atender a esses trabalhadores brasileiros.

A situação chegou a um ponto tão crítico que a nossa categoria, em setembro de 2010, formalizou uma denúncia à OIT. Nós já temos uma denúncia formalizada. Sabemos que a OIT já solicitou informações ao Governo Brasileiro sobre o andamento dessa questão. Esperamos que de fato essa denúncia surta os seus efeitos. Essa é a nossa finalidade como entidade sindical. Nós acreditamos que estamos dando uma contribuição ao Estado quando fazemos essa denúncia no sentido de que seja regularizada essa situação.

Um outro problema que queremos aqui trazer é a questão dos cortes orçamentários. A Auditoria Fiscal do Trabalho ficou seriamente comprometida, as ações fiscais ficaram comprometidas com os recentes cortes orçamentários. Certamente a nossa secretária terá condições melhores de abordar essa questão, porque houve um corte de cerca de 50% do Orçamento na verba destinada às ações fiscais, diárias e passagens. Foi estabelecido um limite de diárias para cada auditor fiscal cumprir o teto durante o ano. Isso é sério, porque, se a inspeção do trabalho tem por obrigação acolher as denúncias que chegam até as superintendências regionais, vai chegar o momento – e isso deve ser já no meio do ano talvez – em que as denúncias vão chegar, mas as superintendências vão dizer: "Não, isso aqui não vai poder ser atendido, porque isso fica localizado num município a tantos quilômetros de distância da capital, isso requer diária, e as diárias acabaram". Então, o Estado vai deixar de atender as demandas dos trabalhadores.

Outro ponto que queremos elencar é a falta de segurança nas ações fiscais. Bem lembrou aqui o Senador Paim e hoje de manhã – até aproveitando para agradecer a deferência – tivemos a oportunidade de sermos entrevistados pela Rádio Senado e o repórter, dialogando e fazendo algumas questões, em determinado momento ele colocou e é o que acontece. Ele disse: "Bom, a partir do crime de Unaí, a auditoria fiscal ganhou grande projeção. Não foi, doutora? A partir do crime de Unaí a auditoria fiscal ganhou projeção. Não é isso?"

Eu confirmei. Infelizmente, após o crime de Unaí, nós ganhamos uma projeção maior, mas não era essa a projeção que nós queríamos ganhar. Queríamos ter ganhado essa projeção pelo nosso trabalho, pelas nossas ações. Sabemos que aquele trabalhador pé no chão nos reconhece.

Eu gosto muito de dizer, porque sinto a emoção quando chego numa cidade do interior e, no primeiro contato com o trabalhador, ele diz: "Ai, que bom". E às vezes no próprio hotel já chegam querendo fazer denúncias e já dizem: "Quando nós vimos o carro do Ministério, quando nós vimos o carro do Ministério chegando..." Olhem a alegria, a satisfação com que eles dizem isso. Então, eles nos reconhecem, a sociedade nos reconhece. Não queremos ser conhecidos e reconhecidos pelo crime de Unaí.

Quando nós apontamos ali como um problema a falta de segurança nas ações fiscais é que consideramos que essa falta de segurança ocorre não só nas operações de combate ao trabalho escravo, mas também em determinadas operações urbanas, em muitas operações na área rural, como foi o caso do crime de

Unaí. Não se tratava de uma operação de trabalho escravo, era uma operação rural de rotina, onde quatro servidores foram assassinados.

Então, do que precisamos, Senador, para que o senhor seja o nosso porta-voz? Precisamos ter um corpo de servidores da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal em número suficiente que possam atender e acompanhar as fiscalizações do Ministério do Trabalho. Porque nós sabemos que hoje muito do que é planejado, algumas vezes planejado por nossa Secretaria de Inspeção do Trabalho, esbarra na impossibilidade de, naquele momento, a Polícia Federal nos acompanhar por uma dificuldade, por uma deficiência quanto ao número de servidores da Polícia Federal.

Pois bem, o problema reduzido de número de auditores existe aqui, o problema de agentes policiais existe ali. Isso tudo vai comprometendo a ação do Estado brasileiro na proteção do trabalhador.

Outro ponto é a questão da falta de uma política de capacitação no Ministério do Trabalho. Entendemos que é muito acanhada a capacitação que hoje em dia é propiciada aos auditores fiscais do trabalho. Após vários anos de estudos, jovens ingressam na carreira de auditores fiscais e são levados a um treinamento de duração de um mês mais ou menos e são distribuídos Brasil afora, pelos municípios mais longínquos. Muitas vezes esses jovens – e todos nós já fomos jovens, muito jovens um dia – entramos com esse anseio de continuar crescendo intelectualmente para melhor executarmos as nossas funções dentro do Ministério do Trabalho. Mas, em face das dificuldades, não temos tido essa capacitação permanente e continuada. E, apesar do esforço que a Secretaria faz em pontualmente nos oferecer algum treinamento em determinadas áreas, especialmente do FGTS, nós consideramos pequena essa quantidade de treinamento.

E aqui nós temos hoje em dia um projeto, toda categoria tem um projeto, que é a criação de uma escola nacional de inspeção do trabalho. Então, nós pretendemos que brevemente, Senador, o projeto de criação de uma escola de inspeção do trabalho para os auditores fiscais no Brasil chegue até esta Casa para que nós possamos ter uma capacitação continuada, programada, como todas as grandes categorias o têm.

Há outro problema que, por um lapso, eu não elenquei ali, mas que é tão sério quanto os demais: o reduzido valor das multas atualmente aplicadas quando da lavratura de autos de infração. É preciso que projetos de lei proponham a majoração do valor dessas multas. A Secretária aqui está informando que existe já um projeto em andamento, nós sabemos desse projeto, mas que de alguma forma está parado na Casa Civil. Então, de repente, poderíamos atualizar esse projeto, ver de que forma ele atende as necessidades do momento. Em algumas situações, chega a ser gracioso o valor das multas, e muitos empregadores se beneficiam disso, muitos empregadores levantam a bandeira: "Ah, é melhor aguardar a fiscalização passar". E eles sabem que a fiscalização vai demorar a passar, porque são poucos auditores. "Veio neste ano, sabe Deus quando voltará uma fiscalização na minha empresa". E ele mantém trabalhadores 6 meses, 8 meses, um ano sem carteira assinada, aguardando o momento em que a fiscalização passe, e aí ele registra esse empregado. A fiscalização às vezes, consegue com que ele recolha o FGTS retroativo, às vezes não consegue, e aí ele lança mão do instrumento que é o auto de infração. Eu costumo dizer que o auto de infração – acho que todos nós aqui temos essa consciência –, o auto de infração, a multa, não é o instrumento maior que nós temos não. Eu acho que nós temos que ter outros poderes para impor, e passa por um processo de conscientização, passa por um processo de o mau empregador saber que ele pode ser penalizado sim, mas que isso não seja o objetivo número um do auditor fiscal, multar. Não é e nunca foi multar. A multa é o último instrumento, mas essa multa tem que ter um valor significativo para que possa aquele mau empregador sentir o peso dessa multa.

Está entrando como proposta, Fernando? (*Pausa*.)

Causas. Vamos lá. Elencamos os problemas. Vamos tentar apontar algumas causas que podem estar ocasionando.

Falta de concursos públicos em periodicidade regular. Nós temos uma situação concreta e achamos que poderiam ser tomadas medidas tentar solucionar esse problema do número reduzido de auditores. Nós temos hoje 222 jovens concursados, aprovados em concurso público de 2010 e que poderiam ser nomeados para tentar amenizar essa defasagem no número de auditores fiscais. Diante das recentes medidas da área administrativa do Governo, esses jovens foram impedidos, até o momento, de ser admitidos. A validade do concurso venceu, salvo engano, em junho e foi estendida. Nós conseguimos prorrogar até outubro. Mas outubro vai chegar logo, e as necessidades são prementes. Então, é necessário que nós tenhamos a nomeação desses 220 aprovados no concurso público de 2010. O edital fala na possibilidade de chamar mais 50%. Então, foram admitidos 234, pelo edital podem ser chamados mais 117, mas nós estamos pleiteando que sejam aproveitados todos os 220 aprovados. Não estamos pleiteando às cegas, no escuro. Há jurisprudência nesse sentido. Agora mesmo, o Ibama fez isso. A Receita Federal já fez isso. Então, nomearam todos os aprovados.

As causas desse problema da diminuição do número de auditores foi o envelhecimento da categoria, que é um problema que atinge o serviço público em geral. Aposentadorias quase todos os dias, publicações no Diário Oficial. Hoje, existem cerca de 500 auditores em condições de se aposentar. Esses números precisam ficar visíveis e na cabeça dos administradores. Se nós estamos apenas com 2.890 e daqui a uma semana, daqui a dois meses, podem se aposentar mais 500, que inspeção do trabalho será essa? Qual a qualidade dessa inspeção do trabalho? De que forma vamos cumprir a Convenção nº 81, fiscalizando regularmente as empresas? Consequências desse número reduzido: queda nos resultados da fiscalização.

E aí eu deixo para vocês fazerem o acompanhamento de um pouquinho desse quadro. Em 2010, o número de AFTs subiu um pouquinho, porque ingressaram os 234. Mesmo assim, o número de trabalhadores alcançados continua diminuindo. O número de trabalhadores registrados, carteira assinada, durante a ação fiscal, que é um dos objetivos primeiros da ação fiscal, também reduzido.

Na área rural, redução.

Trabalho escravo, número de operações: redução.

Trabalhadores resgatados: redução.

Há de se fazer uma outra leitura.

Número de ações fiscais na área de segurança e saúde: redução.

Então, ao completarmos 120 anos da inspeção com todo vigor, com toda força, com toda vontade de continuarmos cumprindo a nossa missão, estamos sendo impedidos pelo números.

Então, é séria a situação da inspeção do trabalho no Brasil.

Consequências no corte do orçamento: redução do número de equipes dos grupos móveis. Hoje são apenas 5 equipes. Já foram 12 equipes.

Então, se o Brasil tem o compromisso, tem um plano de erradicar o trabalho escravo, o Brasil precisa se organizar, ter um corpo de auditores suficiente para combater o trabalho escravo.

Redução das diárias já comentei. Comentei também sobre o corte de passagens e o prejuízo para a fiscalização rural e cidades do interior - corte de 50%. E hoje nós temos apenas esse valor pra todo o ano em relação a diárias e hospedagens.

Soluções: aventamos aqui apontar algumas soluções, mas, na verdade, queremos e contamos com o apoio dos membros desta Mesa, para que nos ajudem a encontrar essas soluções.

Imediata nomeação dos candidatos aprovados no concurso de 2010. Já existe emenda no atual Orçamento para esse fim, no valor de R$22 milhões para a contratação dos candidatos aprovados.

Então, se a Ministra Belchior tem declarado que cada caso é um caso e que os casos serão analisados de *per si*, pedimos aqui, não é a primeira vez que estamos pedindo, estamos pedindo através de uma audiência pública no Senado, que o Ministério do Planejamento olhe essa questão da nomeação dos auditores fiscais aprovados no último concurso, para que não percamos a validade desse concurso.

Encaminhamento do MTE do pedido de autorização ao Ministério do Planejamento para imediata realização de concurso público para prover as vagas já existentes. Com o número de aposentadorias galopantes, nós temos hoje 700 cargos vagos, 500 auditores para se aposentar, e 220 futuros auditores para serem chamados. Não é difícil fazer essa conta. Os 700 cargos já estão ali garantidos no orçamento. Cargo criado - não é isso, Senador? - não implica alteração no Orçamento. São 700 cargos já criados, 500 vão se aposentar nos próximos dias, podemos falar assim, e temos 220 prontos para entrar. É preciso trabalhar esses números.

Apresentação de projeto de lei criando mais vagas na carreira de auditoria fiscal do trabalho. Então, tem de haver sempre essa preocupação de se repor o número de auditores, criar mais vagas, sim.

Aumento do orçamento da fiscalização.

Criação da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho.

Encaminhamento e aprovação da Lei Orgânica da Fiscalização.

A categoria dos auditores ficais do trabalho e dos auditores da Receita Federal, Sr. Senador, tem um projeto de lei orgânica que está sendo trabalhado e que deverá ser encaminhado para a Casa Civil em breve. Esperamos que, quando essa lei orgânica chegar aqui no Congresso Nacional, ela possa ser apreciada com o cuidado que requer, por que essa lei orgânica vai trazer a garantia de prerrogativas de competência e de valorização da inspeção do trabalho no Brasil.

Então, meus amigos, meus colegas, são esses os pontos, talvez tenha me esquecido de alguns. São esses os primeiros pontos que nós levantamos para incentivar um debate e irmos em busca, acima de tudo, de soluções para esses problemas.

Obrigada pela atenção.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidência cumprimenta a Presidenta Rosângela pela sua exposição.

De fato, os dados são alarmantes. Eu confesso que não os conhecia.

Já recebemos demandas aqui, fizemos requerimentos ao Ministério do Planejamento para que contrate mais auditores, mas os dados colocados aqui, para todo o Brasil... Eu arredondei aqui, mas, por exemplo, na década de 70, praticamente era 1 auditor para cada 1.200 trabalhadores. Hoje é 1 auditor para cada 15.000, ou seja, vocês têm de fazer o trabalho de 15 pessoas, e naturalmente não o fazem. É praticamente trabalho escravo para os auditores se quisessem cumprir a meta.

A SRª ROSÂNGELA SILVA RASSY – Estamos chegando lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É um trabalho escravo! Nem como trabalho escravo vão conseguir, porque é impossível fazer o trabalho de 15. É uma coisa alarmante.

Bom, nós vamos remeter, naturalmente, a todas as esferas do Governo todas as propostas aqui encaminhadas, como resultado desta Comissão.

Eu, que venho da área sindical, conheço bem o chão, como falamos, o chão de fábrica, mas o chão das áreas de trabalho, seja no comércio, seja na fábrica ou seja no campo. Eu conheço muito bem todas as três áreas, e sei como é que os trabalhadores são tratados, infelizmente, se não há uma legislação que se aplique. E para isso só com fiscalização. Queiramos ou não é assim.

E quando aqui é colocado que as multas são irrisórias, é claro que é um incentivo ao desmando, ao descumprimento, à corrupção – porque há corrupção. Há até apropriação indébita. Apropriam-se do dinheiro do trabalhador, descontam na folha, mas não encaminham para o depósito consequente, por exemplo, na Previdência. Sabemos que muita gente faz isso. E o trabalho escravo é uma vergonha, não dá nem para falar.

Mas eu quero, simbolicamente, fazer um convite. Vamos dar uma aproximada aqui, a moçada que está mais desse lado de cá. Eu quero convidar para a mesa, porque está presente, a viúva do nosso, como está aqui no que eu recebi, inesquecível colega Nelson, que foi um dos assassinados em Unaí, Srª Elba, que reclama a punição dos culpados. Já se passaram sete anos.

Então eu queria convidar aqui a Srª Elba para que sentasse conosco na mesa e para que depois, no momento adequado, fizesse uso da palavra. Uma grande salva de palmas, em homenagem a todos aqueles que tombaram nessa luta em defesa dos trabalhadores.

Eu vou, de imediato, passar a palavra ao meu colega Sebastião Soares, Diretor Nacional de Comunicação Social da Nova Central de Trabalhadores, representando o meu amigo também José Calixto Ramos, que é o Presidente, que não pode vir hoje aqui. Mas quero dizer que o Calixto sempre está conosco, quando convidado, e você, naturalmente, o representa com a mesma qualidade.

A palavra está com você.

O SR. SEBASTIÃO SOARES – Muito obrigado, Senador Paim.

Quero aqui, inicialmente, manifestar o nosso reconhecimento e a necessidade deste debate, cumprimentar o senhor por esta iniciativa e cumprimentar também a todos os colegas da mesa, em especial a companheira Rosângela, do Sinait, a companheira do Ministério do Trabalho e, especialmente, todos vocês auditores fiscais do trabalho.

Nós entendemos que a inspeção do trabalho é uma condição fundamental para que haja o respeito aos direitos do trabalho. Nós entendemos que essa comemoração dos 120 anos, mais do que comemoração, é o apontamento de problemas graves existentes na inspeção do trabalho no Brasil, e a Nova Central, inclusive através da CNTI, tem um estudo sobre essa situação, que o Presidente Calixto depois encaminhará para o senhor – ele inclusive pede desculpa por não estar presente, em função de uma agenda hoje no Nordeste.

Mas o que nós queremos apontar é o seguinte: a inspeção de trabalho no Brasil, considerada do ponto de vista prático, é um processo recente. O Decreto 1313, de 1891, que hoje se comemora, aplicava-se exclusivamente à cidade do Rio de Janeiro e basicamente ao trabalho de menores. Quer dizer, quase trinta anos depois foi criado o Departamento Nacional do Trabalho, ainda no âmbito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. E há um marco importante em 1919, que é a criação da Lei de Acidentes de Trabalho, marcando a intervenção necessária do Estado nas condições de trabalho. E só em 1931, com a criação do Departamento Nacional de Trabalho, no âmbito do recém criado Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria é que efetivamente se tem a regulamentação disse.

Ainda assim, somente a partir de 1957 é que se pode afirmar a existência de um Serviço Federal de Inspeção do Trabalho, com a aprovação do regimento das Delegacias Regionais do Ensino e a regulamentação do trabalho dos auditores fiscais do trabalho e da carreira criada em 1955.

Portanto, observamos que, apesar de comemorarmos 120 anos, ainda é uma questão bem recente no Brasil a preocupação efetiva com a fiscalização do trabalho.

Desde então, e aí nós devemos destacar a participação do movimento sindical no sentido de denunciar, de apontar a superexploração dos patrões, a superexploração do capital e a necessidade, cada vez maior, da presença da inspeção do trabalho, des-

de então, com as ações do movimento sindical e dos trabalhadores a inspeção do trabalho, de forma geral, conseguiu expressivos avanços, embora ainda tenha debilidades enormes, como acabou de ser apresentado pela Presidente do Sinait.

Segundo a OIT, o número de AFTs no Brasil não chega a 50% da necessidade real existente. Então, é uma situação reconhecida internacionalmente. A própria OIT, quando diz que é preciso o dobro dos fiscais existentes, reconhece que o Brasil não está cumprindo a Convenção 81.

Esse é, sem dúvida, um dos entraves para maior atuação da fiscalização do trabalho no Brasil. Ainda assim, os AFTs, apesar das precariedades, executam valioso trabalho, com riscos, ameaças e pressões que chegam até ao assassinato de auditores fiscais do trabalho, contando com o beneplácito e a ineficiência da Justiça brasileira.

Então, nesse sentido, a Nova Central presta aqui a sua homenagem e a sua solidariedade aos trabalhadores assassinados, e faz, com o Senador Paim, mais um pedido para que haja efetivamente o julgamento e a penalização desses criminosos.

Também deve ser observado que a relação entre a atuação fiscalizadora – esse é um dado sobre o qual temos nos debruçado que nós achamos que é muito importante – chega a ser desanimadora... Os auditores fiscais executam o trabalho, inclusive com risco das suas vidas, fazem autuações, e observamos que do ponto de vista da arrecadação do FGTS, há um crescimento. Mas do ponto de vista da mudança das realidades, das condições de trabalho, não se altera. Quase que 1%, 2%, apenas. Os próprios dados do MTE apontam isso, que não há depois, por parte das empresas, a aplicação das medidas saneadoras para regularizar os problemas apontados pela fiscalização.

Então, essa relação é diferente quando se comparam as arrecadações. Dados do MTE comprovam crescimento, por exemplo, na arrecadação do FGTS, em decorrência da fiscalização do trabalho, mas não há correspondência com a adequação das empresas à legislação trabalhista. Continua o emprego precário, continua a exploração do trabalho, continua o trabalho escravo, continuam as mesmas debilidades, pela ineficiência do sistema geral do Estado em obrigar que aquelas irregularidades apontadas na fiscalização sejam efetivamente superadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dê-me só um minutinho, por favor, Sebastião.

Eu pedi um minuto ao Sebastião porque chegou aqui e eu o considero nosso convidado, o Deputado Federal Taumaturgo Lima, do PT do Acre, que é auditor fiscal. Eu quero convidá-lo para a mesa, e ele usará a palavra no momento que entender mais adequado.

Então, convido-o para a Mesa. (*Palmas*.)

A palavra volta para o Sebastião. Obrigado.

O SR. SEBASTIÃO SOARES – Então, essa realidade se dá por vários motivos. Vários deles foram apontados na exposição da companheira Rosângela. Mas apontamos outros também: a alta taxa de trabalho informal; o foco da fiscalização só nas grandes empresas. E as grandes empresas dispõem de poder para arrastar processos judiciais ao longo dos anos, enrolar e não cumprir efetivamente o que a fiscalização apontou. A dificuldade de acesso às empresas informais, cujas autuações resultam quase sempre de denúncias. E, nesse aspecto, podemos inferir que, quanto maior o desemprego, menores são os incentivos para que os trabalhadores denunciem más condições de trabalho.

Portanto, a Nova Central entende que uma campanha e uma política nacional de pleno emprego também são uma forma de reduzir os altos índices de desrespeito aos direitos do trabalho.

Não há a menor dúvida de que a existência de um sistema eficaz de inspeção do trabalho é um requisito fundamental para coibir as práticas desonestas dos empregadores, na linha do trabalho decente proposto pela OIT. O fortalecimento da inspeção do trabalho é essencial para garantir os direitos do trabalho, lembrando que, só a partir de 1955, repetindo aqui, é que se criou a carreira dos AFTs, com ingresso mediante concurso público e qualificação profissional adequada.

Mas esse quadro ainda é muito insuficiente para a importância e magnitude dos AFTs. É preciso considerar que nos últimos 10 anos a população economicamente ativa do Brasil ultrapassou 100 milhões, com um crescimento de mais de 50% dos estabelecimentos comerciais e a criação em torno de 15 milhões de empregos com carteira assinada.

Assim, o universo de atuação da fiscalização do trabalho aumentou consideravelmente e, além disso, tornou-se mais complexa em decorrência da inserção contínua de novas tecnologias e novos métodos de gestão em decorrência do permanente processo de reestruturação produtiva.

Então, a complexidade dos trabalhos, as novas atividades, as formas de precarizar as condições de trabalho, as formas de burlar a legislação também não se dão apenas no trabalho precário no campo, apenas no trabalho escravo; elas se dão no trabalho de ponta, porque é onde mais se dá a incidência de manipulação da legislação para cada vez mais se desrespeitar o marco legal do Direito Trabalhista.

Forma-se uma equação desafiadora, com o crescimento dos empregos formais e a persistência das

infrações ao Direito do Trabalho em cenário produtivo extremamente complexo, que vai desde a utilização de trabalho escravo até as novas condições de trabalho automatizadas, que resultam em danos para a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

Então, no aspecto da saúde do trabalhador, é uma epidemia o que acontece no Brasil e, lamentavelmente, a fiscalização não está suficientemente aparelhada para combater, denunciar e apontar esses crimes que acontecem permanentemente no Brasil.

Nesse universo, a inspeção do trabalho se torna ainda mais necessária para impedir o abuso e a exploração desumana por parte dos empregadores cujo foco é sempre a obtenção de mais lucros sobre a exploração e a precariedade das condições de trabalho.

Nesse sentido, nós até questionamos... Não é que questionamos, não trabalhamos muito com o conceito de trabalho descente da OIT, porque compreendemos que no sistema capitalista, "trabalho descente" é uma miragem, porque a observação, a busca do empresariado capitalista é sempre lucro, independente das condições de trabalho.

Então, trabalho descente no sistema capitalista é talvez uma peça de ficção. É certo que no sistema capitalista a exploração do trabalho é uma condição endógena, faz parte e integra o processo de acumulação. Por isso, a duvidosa expressão "trabalho descente" dentro do modo de produção capitalista.

Mas é possível buscar as adequações das condições de trabalho aos marcos legais existentes. Existem uma legislação, existem determinados direitos a serem obedecidos, e é nesse sentido que é fundamental, decisiva e necessária a atuação da fiscalização do trabalho, reduzindo a superexploração e, para isso, é necessária a existência de uma fiscalização do trabalho qualificada, estruturada, bem remunerada e em número suficiente para atender a dimensão continental do nosso País, atuando de forma generalista, coletiva e articulada com os demais setores da sociedade.

O que nós achamos sobre a questão da fiscalização é que, embora seja uma questão de Estado fundamental, ela não é apenas um trabalho da fiscalização dos AFTs: especialmente o movimento sindical e outras entidades dos movimentos sociais devem participar desse esforço para denunciar, apontar e buscar medidas que efetivamente contribuam. Com certeza, o empresariado vai chiar, vai lutar para impedir que as multas sejam elevadas, porque para eles não interessa isso. Então, compete à sociedade, que é beneficiada, que é protegida pela ação da fiscalização, trabalhar no sentido de que haja instrumentos eficazes para proibir esses crimes perpetrados pelos empresários.

Por isso, a Nova Central saúda os 120 anos da inspeção do trabalho no Brasil e, ao mesmo tempo, reforça a reivindicação por concurso público para os AFTs, garantias efetivas de condições do trabalho, punição para os criminosos que perseguem, assassinam os auditores fiscais do trabalho e, ao mesmo tempo, achamos inclusive que é necessário termos instrumentos para que haja fiscalização e proteção ao trabalho dos auditores fiscais, que são fundamentais, que são decisivos para que haja um princípio de justiça, para que haja trabalho digno.

É inimaginável qualquer país democrático sem uma fiscalização do trabalho efetiva, adequada e qualificada. Por isso a nova Central parabeniza o Senador Paulo Paim, parabeniza os auditores e auditoras fiscais, compreendendo que essa função tem uma magnitude muito maior do que podemos imaginar.

A todos vocês, os nossos cumprimentos e os nossos parabéns. À Srª Elba a nossa solidariedade, a nossa indignação diante desses crimes que não são punidos.

Muito obrigado. (*Aplausos*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Esta Presidência cumprimenta o companheiro Sebastião Soares, que representa aqui o Calixto, CNTI e também Nova Central, pela sua fala contundente, buscando somar para que sejam atendidas as propostas básicas aqui levantadas.

Vou passar a palavra ao Pedro Armengol, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores, representando aqui o Artur Henrique da Silva Santos, que é o Presidente da Central.

Eu, desde já, tomo a liberdade de fazer uma sugestão: sei que as centrais, também as confederações, mas principalmente as centrais estão se reunindo seguidamente, parece-me que serão no mínimo duas vezes por mês, com o Gilberto Carvalho, que é o Ministro ligado diretamente à Presidenta Dilma... Foi criada a mesa de negociação permanente. Eu vou tomar a liberdade de dizer que este tema tem de ser pauta da mesa de negociação. (*Aplausos*.)

Eu faria isso. Fruto desta reunião, a Comissão de Direitos Humanos vai pedir oficialmente que coloquem na pauta a situação dos auditores, que aqui, pela frase que eu usei naquele momento, e vocês concordaram, estão em uma situação de trabalho escravo, sem condição, sem estrutura, exigindo que as pessoas concursadas, pelo menos uma parte, assumam seus postos de trabalho e que se melhorem as condições. E não pensem que eu não tomei nota. Eu tomei nota também de que o orçamento foi cortado em 50%.

Ora, nós todos falamos – e a senhora fui muito feliz quando disse – que nós aumentamos em 15 mi-

lhões as pessoas com carteira de trabalho assinada. Podemos, por outro lado, lembrar que, com essa falta de fiscalização, quantos milhões estão sem carteira assinada, trabalhando? (*Aplausos*.)

Tem que ser pauta obrigatória. Eu sei que o companheiro da Nova Central já tinha tomado nota, mas eu quero que isso vá como um pedido da Comissão de Direitos Humanos, fruto desta audiência pública.

Passamos a palavra, de imediato, ao Pedro Armengol, Diretor Executivo da CUT.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Bom dia, companheiros e companheiras. Quero saudar aqui o companheiro Paulo Paim e, mais uma vez, parabenizá-lo por pautar temas de tanta relevância e importância social para o País.

Quero saudar a companheira Rosangela Rassy, companheira de luta do Sindicato Nacional dos Inspetores do Trabalho. Estamos sempre juntos fazendo, inclusive fazendo debate sobre as relações de trabalho não só no setor privado, no setor público, mas também a própria situação das políticas em relação aos trabalhadores no Brasil.

Quero saudar o companheiro Sebastião Soares, da Nova Central Sindical. Estamos juntos em muitos momento, inclusive diagnosticando todas essas situações. E penso, Sebastião, assumir o compromisso com o Senador Paulo Paim. Na próxima reunião com as centrais na segunda-feira, estejamos pautando para levar essa agenda para a mesa nacional de negociação, entre as centrais e a Presidência da República.

Nós também já havíamos conversado nesta semana sobre se pautar, no Conselho Curador do Fundo de Garantia, onde há representação das centrais, também a exigência da contratação de mais auditores; para que sejam supridas as carências de auditores fiscais do trabalho, no sentido de que haja uma eficiência maior na fiscalização do FGTS. (*Aplausos*.)

Quero saudar aqui também, em especial, a viúva do companheiro Nelson José, e, com certeza, neste momento, há um simbolismo extremamente importante, apesar de trágico, em relação às condições adversas nos ambientes em que é executada a ação de inspeção de trabalho no Brasil.

E aqui justifico a ausência do nosso Presidente da Central Única dos Trabalhadores Artur Henrique, que faltou por uma questão de agenda de última hora, inclusive internacional – a situação dos trabalhadores da Vale do Rio Doce no Canadá, problemas de conflitos, de relação de trabalho também. Eu queria dizer que eu fiquei feliz pelo fato de o Artur não poder estar aqui hoje. E vou dizer, até por um interesse muito corporativo: quero informar que sou Diretor da Central Única dos Trabalhadores, mas, antes de tudo, eu sou um servidor público federal, técnico-administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego. (*Palmas.*) E estou feliz por ver aqui companheiros de trabalho: a companheira Paula Masullo, Superintendente Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho do Piauí, companheira auditora fiscal, superintendente que é do quadro; o companheiro Luís Lima, médico do trabalho, auditor fiscal; a companheira Socorro, também auditores. Eu tive a sorte, eu diria, de ir para o Ministério do Trabalho, redistribuído em 1990, por uma situação já de precarização da estrutura da inspeção do trabalho - não é, Luís Lima? Na época, a gente tinha sete médicos e quatro engenheiros, não é? Há dois agora, reduziu. Pois bem, havia sete médicos e quatro engenheiros, e, para não tirar, para não deslocar esses já poucos profissionais que havia para atender as demandas da inspeção do trabalho – "não, pega-se lá um servidor técnico-administrativo" - por sorte, por coincidência, fui eu o escolhido para coordenar, no período de 1990 a 1993, a velha Seção de Segurança e Medicina do Trabalho. E isso me deu um aprendizado de autodidata muito grande sobre essa área, inclusive compatibilizando com minha atividade, minha militância sindical, sempre, desde a década de 80, que a gente também, na militância sindical, e de entender um pouco essa política.

E me lembro aqui, nostalgicamente, das nossas dificuldades, principalmente da ansiedade das reuniões das quintas-feiras, às 10 horas da manhã, que a gente sentava com esses poucos inspetores – e eu diria aqui, sem nenhuma "puxação", heróis, efetivamente, porque sempre a demanda que tinha acumulado durante uma semana, do ponto de vista da fiscalização de rotina, de denúncias, de pedidos de perícia, de pedidos de palestra, ação educativa da inspeção do trabalho, quando chegava na quinta-feira de manhã, a gente ficava ali, literalmente, elegendo prioridades, porque sempre a nossa capacidade operativa de atendimento da demanda era incompatível com o que era demandado efetivamente pelas organizações dos trabalhadores, pelas organizações, inclusive, patronais, do ponto de vista de mediação de conflitos. E a gente, sempre... Era uma quinta-feira de ansiedade, porque a gente sempre ficava naquele conflito, entre nós mesmos, de como priorizar as demandas se todas as demandas eram prioritárias. E era até um certo sofrimento para a gente, mas eu diria que foi um aprendizado autodidata, porque inclusive registro aqui, sem nenhuma "puxação": profissionais que nunca foram agentes passivos dessa situação, sempre questionaram, sempre, inclusive, com a militância também do movimento sindical, por coincidência os três que estão aqui – Paula, Socorro, Luís Lima –, que também sempre estiveram na militância sindical, principalmente no Sindicato Nacional

dos Inspetores do Trabalho. Evidentemente, isso nos deu a clareza, inclusive dos porquês, um pouco, sem nenhuma arrogância de conhecimento, do porquê dessa situação que até hoje se perpetua, em relação à inspeção do trabalho no Brasil.

E aqui, registrando de forma mais formal, a gente tenta fazer uma abordagem justamente tentando resgatar um pouco a história, um pouco do histórico recente da situação da inspeção do trabalho no Brasil, que, criado pelo Decreto 1.313, de 17 de janeiro de 1891, assinado por Deodoro da Fonseca, ainda no Governo Provisório, marca o início da inspeção do trabalho no Brasil. A inspeção do trabalho no Brasil nasce sob motivação do combate ao trabalho infantil, como registrou aqui o Sebastião, considerando o número expressivo de menores empregados nas fábricas existentes na capital federal da época, na cidade do Rio de Janeiro. A justificativa é nobre, expressa no decreto de criação, que a gente até põe aqui entre aspas: "Impedir que, com prejuízo próprio e com prosperidade futura da Pátria, sejam sacrificadas milhares de crianças". Então, justificativa extremamente nobre já no momento da criação da inspeção do trabalho.

Como se observa nesse ato de criação, a inspeção do trabalho no Brasil nasce da desigualdade, do conflito das relações de trabalho. A dinâmica do capital, que, através da exploração econômica, gera a precarização de indicadores sociais e ambientais e, por consequência, gera clamor e pressões sociais, obriga à intervenção estatal, que gera negociação, concessão e regulamentos. Enfim, gera a perspectiva de uma intervenção estatal como instrumento fundamental para a garantia de condições dignas de trabalho.

No processo histórico de exploração, a precarização de indicadores sociais constitui a forma de pressão para que o capital admita a existência de desordens sociais e admita espaço de negociação, onde sempre tentará atenuar os conflitos sem, portanto, abdicar da obsessão pelo lucro, cada vez maior, que tem como pilar central dessa política a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras. É neste ambiente da relação capital-trabalho que atua a inspeção do trabalho, como elemento de intervenção estatal, que faça valer as regras, leis de proteção ao trabalho, produtos principalmente da pressão social que as geraram.

No Brasil, onde historicamente as forças dominantes do Estado sempre manipularam, e manipulam, os princípios da Convenção 81 da OIT, que estabelece as bases da intervenção estatal mediada pela inspeção do trabalho, as ações dessa importante atividade de Estado, sempre foi difícil, insalubre e até periculoso de serem desenvolvidas pelos agentes públicos responsáveis pela execução das mesmas: os auditores e auditoras fiscais do trabalho.

A Convenção 81 da OIT é ratificada em 1957. Nas décadas de 60 e 70, o capital reage à evolução das conquistas sociais com o respaldo militar e estabelece mecanismos de reversão dessas conquistas.

Em 1971, o Brasil denuncia a Convenção 81 da OIT. A estratégia de desenvolvimento nacional faz opção pelo capitalismo intensivo, selvagem, em detrimento do trabalho. O lucro é privatizado e os prejuízos, socializados. Nesse contexto, retorna a inevitável deterioração dos indicadores sociais, como, por exemplo, os expressivos números de acidente de trabalho, com uma média, no período de 1970 a 1979, de 1.575.000 acidentes de trabalho por ano. Só para efeito comparativo, de 1970 a 1979, a média para cada grupo de 100 mil trabalhadores era de 13.697 acidentados por ano. A média para o mesmo número de trabalhadores, 100 mil, no período de 2000 a 2008, é em torno de 1.495 acidentados por ano.

Mais uma vez, o capital é obrigado a algumas concessões. E desse contexto nasce a legislação para a segurança e saúde do trabalhador. A redemocratização do País no final da década de 80 e início da década de 90 demarca a recuperação de direitos sociais que se materializam na Constituição de 88, onde inclusive estabelece-se a base constitucional para tornar a inspeção do trabalho carreira típica de Estado e o Brasil ratifica novamente a Convenção 81 da OIT em 1987. Mas, como diz o ditado popular, "Alegria de pobre dura pouco", no início da década de 90, com a globalização e seu viés neoliberal, o capital volta a implementar mecanismos reversores das conquistas trabalhistas, obrigam o Estado a retirar-se de seu papel interventor, precarizando profundamente as estruturas públicas e, dentre outras, a inspeção do trabalho.

Na era da globalização, a Convenção 81 não é denunciada, mas empreende-se a sua descaracterização, despotencializando os direitos sociais, sucessivamente retirados da legislação trabalhista. O processo de desestruturação da inspeção do trabalho leva a uma recepção cada vez maior por parte do Judiciário dos conflitos oriundos do mundo do trabalho, que geram duas situações preocupantes: a descaracterização da inspeção do trabalho e a sobrecarga do Judiciário, também sem estrutura para atender as demandas. Quem ganha com essa situação? O capital. Quem perde? Os trabalhadores e trabalhadoras.

Essas reflexões, nesse momento dos 120 anos da inspeção do trabalho no Brasil, não significam o não reconhecimento da importante atuação da inspeção do trabalho no Brasil. Mesmo com todas as limitações mencionadas, até porque não podemos deixar

de registrar que a luta incessante de todos aqueles e aquelas que fazem inspeção de trabalho no Brasil e em especial de sua representação sindical, o Sinait, foi determinante para impedir a total descaracterização da inspeção do trabalho no Brasil.

Mesmo com as limitações históricas impostas aos auditores do trabalho para o bom exercício de suas atividades, esses agentes públicos, às vezes até expondo suas vidas a risco, por falta de condições ideais de trabalho, sempre mantiveram a inspeção do trabalho como referência para a classe trabalhadora brasileira na luta pela garantia de seus direitos trabalhistas. O cruel assassinato dos auditores do trabalho

O cruel assassinato dos auditores do trabalho João Batista Soares Lage, Eratóstenes de Almeida Gonsalves e Nelson José da Silva e do motorista Ailton Pereira de Oliveira, no dia 28 de janeiro de 2004, na Rodovia MG-188 - no trevo conhecido como sete placas -, por pistoleiros de aluguel contratados por ricos ruralistas incomodados com a ação legítima desses agente públicos, mesmo com toda comoção e revolta que a comoção exige, infelizmente não é um fato isolado. Se não tratarmos esse fato inaceitável e lamentável como uma realidade de risco vivida por grande parte dos auditores fiscais do nosso País, infelizmente, poderemos ter a repetição de tragédias dessa dimensão ou até maior.

Neste momento de reflexão sobre os 120 anos da inspeção de trabalho no Brasil, a CUT soma-se às organizações sindicais dos auditores fiscais do trabalho e demais organizações sindicais de trabalhadores pelo cumprimento da Convenção 81 da OIT e, em especial. dos arts. 10 e 11 da citada convenção, onde reza sobre a questão, principalmente, do número de auditores fiscais, e não só do número de auditores fiscais insuficiente, mas da própria estrutura para fiscalização. Vocês aí sabem mais do que eu, mas nós também conhecemos as histórias que nós temos que dariam, inclusive, uma enciclopédia de situações de não condições ideais de trabalho: a questão de transporte, a questão das próprias formas de viabilizar o deslocamento, a hospedagem, as diárias e outras estruturas necessárias do próprio corpo administrativo. Ora, a fiscalização não se faz só com o auditor; há toda uma estrutura administrativa que precisa do apoio estratégico e logístico para realização dessa ação fiscal. Assim, evidentemente, deve ser incorporada pelas centrais sindicais como pauta prioritária, neste momento, o cumprimento imediato da Convenção 81 da OIT, e, evidentemente, é importante entendermos a manipulação que é feita em relação ao cumprimento dessa convenção. Por exemplo, não dá para compreender, para qualquer leigo, nem precisa ser especialista na área, quando se diz por aí que, para um universo hoje, só de carteira assinada, de 34 milhões, 35 milhões de trabalhadores, há esse universo insignificante, do ponto de vista para atender a demanda, de 2.900 auditores fiscais.

Então, a gente queria aqui, neste momento, em primeiro lugar, reconhecer que este momento é de comemoração, sim. É de comemoração, mas também é um momento de reflexão, para a gente ter a compreensão de que a crise que hoje passa a inspeção do trabalho é uma crise também de Estado. É uma crise de Estado, e nós devemos estar muito atentos a essa crise de Estado, porque, em muitos momentos, esses ciclos vão e voltam. Nós tivemos aquele ciclo do início da década de 90, que foi um ciclo extremamente prejudicial do ponto de vista inclusive da concepção que se tinha de que era importante diminuir a intervenção do Estado nas relações capital/trabalho; que o deus de tudo era o mercado; que o Estado não tinha por que intervir nas relações capital/trabalho. Nós temos a compreensão que a realidade socioeconômica do nosso País não permite esse tipo de construção, e, em muitos momentos, a gente vê sinalizações, que passam pelo debate da flexibilização da relação de trabalho. Inclusive, até de forma maniqueísta, em alguns momentos, coloca-se que a inspeção atrapalha o desenvolvimento. Bem, isso são mentirinhas que são massificadas, em muitos momentos, até pelos grandes meios de comunicação, com um objetivo: o de, cada vez mais, deixar os trabalhadores à mercê dos interesses e da obsessão pelo lucro dos capitalistas.

E a posição das centrais sindicais, com certeza - isso aqui posso falar por todas as centrais –, é de que nós deveremos ter uma inspeção de trabalho com a capacidade de intervenção estatal na mediação dos conflitos, para fazer cumprir minimamente aquilo que já se conseguiu nas urnas sociais, que são as legislações existentes. E que não vamos entrar nunca nesse debate enviesado de que o negociado se sobrepõe ao legislado. Essa é uma nova invenção do capital, na perspectiva de aumentar o seu ambiente de exploração, e, com certeza, a inspeção do trabalho terá um papel importante para que esse tipo de concepção não prospere.

Parabéns a todos vocês, batalhadores e batalhadoras pela inspeção do trabalho no Brasil. E vamos comemorar, mas também fazendo uma reflexão pela reestruturação que aponte na perspectiva de termos uma inspeção do trabalho que represente e que se torne mais ainda uma referência para todos os trabalhadores e trabalhadoras do País.

Muito obrigado e parabéns a todos vocês. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Pedro, que é da área e mostrou que é da área. Falou aqui em nome do Presidente da Central Única, o Artur.

Deixem-me só fazer um pequeno comentário. Eu conversava aqui com a Rosângela, que é a presidente do nosso Sindicato, e eu dizia à ela: se houvesse uma estrutura maior, com certeza, não teríamos aqueles fatos que aconteceram lá na construção das usinas Santo Antonio e Jirau. E daí eu citava Belo Monte. E ela me disse: "Sim, vou lhe dar um dado para informar a eles. Está aí Belo Monte, está vindo Belo Monte, só que, em Belo Monte – que fica em Altamira –, não há um fiscal". Depois não sabem por que acontecem fatos como esses de Santo Antonio e Jirau.

Com certeza, se tivéssemos fiscais lá mostrando, preventivamente, o que poderia acontecer se medidas não fossem tomadas, não teria acontecido. E o resultado: no fim, quem está pagando o pato é o trabalhador, porque inclusive a saída foi demitir – parece-me que vão demitir -, apesar de que a saída seria aumentar o número de fiscais, para fiscalizarem e ajudarem a manter os trabalhadores com qualidade para operar e, consequentemente, alavancar o próprio crescimento do País.

É lamentável a gente tem que admitir isso. Belo Monte está um debate, já tivemos audiência aqui. Agora, ela me dizer que em Altamira não há um fiscal é como diz o outro: é pegar pólvora, pegar gasolina, acender e não saber por que explodiu, porque a tendência é explodir.

Passamos a palavra, neste momento, à Drª Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, em representação ao Ministro Carlos Lupi, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Depois, passaremos a palavra ao nosso convidado o Deputado Federal Taumaturgo Lima, do PT do Acre, dizendo que o Deputado Wellington Dias esteve aqui, foi relatar um projeto e voltará para participar do debate.

A SRª VERA LÚCIA RIBEIRO ALBUQUERQUE – Colegas, Srªs e Srs., bom dia.

O Senador Paulo Paim, com muita razão, falou que estou aqui representando o Ministro. Cumprimento as pessoas da Mesa, iniciando pela amiga Elba, a quem a gente deve muita solidariedade, o Pedro da CUT – representando uma Central que é nossa amiga -, assim como o Sebastião, a Rosângela. Rosângela, mais do que uma amiga, mais do que uma colega, acho que ela é o *alter ego* da Sit (Secretaria de Inspeção do Trabalho). O Sinait e todos os seus ex-presidentes, tanto a Rosângela Rassy, como a Rosa aqui presente – eu vi o Carlos Alberto ontem, o Faid, até o Orlando Vila Nova, o próprio José Linhares, que não está aqui presente, mas também foi presidente –, ajudaram-nos a chegar ao ponto que estamos aqui na inspeção do trabalho. Realmente, é hora de comemorarmos. São 120 anos de uma inspeção forte, competente, que pode evoluir mais ainda, mas que tem um reconhecimento internacional.

O que eu vou falar não difere com o texto que a Rosângela apresentou. Está perfeito e é o contexto que um sindicato tem que apresentar. Graças a Deus, ela, como os que a antecederam foram guerreiros para defender nossa categoria. E é aí que nós conseguimos todas as vitórias, o ponto que estamos hoje, que não tem equiparação em nenhuma inspeção do trabalho no mundo. Nenhuma outra inspeção do trabalho se equivaleu em inspeção dos impostos. Só no Brasil temos isso. Isso nos trouxe uma segurança, nos trouxe um nível salarial que nenhuma outra inspeção do trabalho tem. E isso vem do trabalho de quem nos antecedeu, porque não foi algo caído do Governo – isso eu posso dizer -, apesar de que, representando aqui o Ministro Carlos Lupi, eu tenho que dizer que ele tem profunda consideração. Ontem mesmo, ele declarou: "Não há uma posição na Sit que seja indicação política, só técnica. E não há interferência nenhuma política". O Ministro, volta e meia, pede-nos informações apenas para ele mesmo informar. É como ele diz: "Diga-me 'não', mas me dê informações para eu passar". Isso porque as informações chegam diferente para ele. O político ou o empresário contam uma coisa diferente para ele, e ele pode explicar da nossa forma.

Mas o que nós conquistamos até agora se deve justamente a colegas como a Rosângela, presidente do Sinait, colegas como o Taumaturgo e outros colegas que também nos têm ajudado muito.

Então, eu vou falar sobre o mesmo contexto, mas numa visão diferente, numa visão e no lado das conquistas que nós estamos tendo, nas vitórias que nós estamos tendo e que são incríveis. O crescimento, o respeito pela inspeção do trabalho brasileiro é admirado no mundo inteiro. Nós sabemos que a existência de um sistema eficaz de inspeção do trabalho é necessária. É necessário que ele seja capaz de enfrentar os desafios dessa sociedade e de uma organização produtiva em constante mudança e crescimento, como ocorre aqui no Brasil. Então é um elemento central para a promoção do trabalho decente. A inspeção do trabalho aumenta também a efetividade das políticas públicas de trabalho e de emprego; contribui para a inclusão social através do trabalho. Aliás, eu gostaria de falar, a Rosângela bem mencionou, que no Governo Lula, desde 2003, 15 milhões de empregos foram criados no Brasil, criados por boa vontade das empresas. Co-

legas, nós, auditores fiscais do trabalho, registramos, sob ação fiscal, quase 5 milhões desses empregos; quer dizer, quase que 1/3 dos empregos que foram criados nesse governo foram criados dentro da ação fiscal e empregos que não existiriam, porque eram empregos da ilegalidade, eram trabalhos disfarçados e que deveriam ser empregos.

O Governo Federal do Brasil, através do Ministério do Trabalho, principalmente no governo do Ministro Carlos Lupi, reconhece a importância dos serviços de inspeção do trabalho, dos auditores, e, ao longo desse tempo e principalmente nos últimos vinte anos... E isso a gente também deve ao reconhecimento do trabalho de várias, inclusive de secretárias. E algo que não existe também na inspeção do trabalho é o problema de gênero. As secretárias, mais ou menos há vinte anos, de 1992 para cá, foram Vera Jatobá, Ruth Beatriz Vilela, Vera Olímpia Gonçalves, novamente Ruth Beatriz Vilela, mulheres somente, e com um trabalho magnífico e que nos trouxeram ao posicionamento em que nós estamos hoje.

A categoria, nesses vinte anos, tem trabalhado em prol do fortalecimento contínuo, nós mesmos criando, nós mesmos adaptando a forma de trabalho e dando respostas aos novos desafios, com vigor, com determinação.

Vou comentar também, aproveitar para falar sobre a crise atualmente que nós estamos vivendo. É uma crise que nós estamos tornando uma oportunidade de crescer, uma oportunidade de fortalecer e continuar a evoluir. A Rosângela falou muito bem dos problemas e é função do Sinait falar dos problemas e defender tudo que ela entende que vai resolver.

Os concursos, eu, como representante do Governo, posso dizer, o Ministro já falou ontem, o Ministro Carlos Lupi, já foi acordado, ele já fez avisos ministeriais, ele e o Secretário-Executivo foram à Ministra Miriam Belchior, que já prometeu, já combinou que fará, no segundo semestre, a contratação, a nomeação desses 117. E mais que isso, nós já estamos dentro da SIT, aqui e estou me adiantando, porque são dois focos que eu tenho na gestão da SIT agora: é o fortalecimento da inspeção do trabalho e a capacitação contínua, a criação da Escola Nacional de Inspeção Trabalhista.

Vocês vejam como são parecidos os focos principais do Sinait e o nosso. E para o ano que vem já estamos começando a trabalhar para um grande concurso, o de pelo menos 600 auditores fiscais do trabalho. (*Palmas*.) Que seja parecido com o que aconteceu em 94. Então há possibilidade, há necessidade, e vamos trabalhar para isso. Os cortes dão uma resposta de governo, com o chapéu do governo sobre os cortes. Os cortes, vocês sabem, foram no governo inteiro, no Executivo inteiro. Eu até fico às vezes com uma inveja branca dos colegas do Ministério Público do Trabalho, que têm um orçamento enorme e às vezes tentam que nós os acompanhemos, mas nós não conseguimos. Mas todo o Poder Executivo teve esse corte. Mas o corte é só até junho, e eu tenho certeza de que, após junho, isso vai ser liberado. É muito comum esse contingenciamento de começo de governo. De qualquer forma, mesmo com esse corte, a orientação das SITs, as superintendências e eventualmente tem uma palavra ou outra de um auditor que não sabe disso, que não está bem esclarecido, a ordem da SIT foi: não parem fiscalização. Parem reuniões. Minas parou uma reunião enorme, São Paulo parou outra reunião enorme. Parem reuniões, parem visitas de representação, viagens, mas não parem fiscalização, principalmente do trabalho escravo e do trabalho rural. E eu falei para eles...

E ontem, numa reunião, nós estivemos numa reunião do Grito da Terra, até as 9 horas e 15 minutos. Por isso é que eu não me reuni com vocês mais tarde. Mas foi o que nós dissemos: vamos gastar o dinheiro todo. Quando acabar, eu grito. Aí o pessoal brincou: tem o Grito da Terra aqui e o grito da Vera depois. Mas é esta a ideia: não parem fiscalização. Já estamos pedindo, o Secretário-Executivo já levou à Miriam Belchior um pedido enorme de fiscalização, porque a ideia era esta mesmo: gastar em fiscalização, em ações de fiscalizações tudo que tiver. Está contingenciado, mas fiscalização não se pode parar. Então, foi essa a orientação.

E o ponto de capacitação contínua, nós já falamos, é o meu desejo. E o PL de multas, a SIT fez já cinco PLs de multas. Para isso, nós precisamos da ajuda do Congresso, dos Congressistas aqui presentes. Infelizmente, muitos representantes dos trabalhadores, que são políticos, entram com o voto do trabalhador e às vezes, depois que chegam ao Congresso, defendem mais o empresário.

Desses cinco projetos que foram apresentados, quatro caíram, não foram adiante. Esse projeto de lei que foi apresentado, agora em fevereiro, para a Casa Civil, sei que está em andamento, na verdade foi apresentado em abril, está dentro da Casa Civil, e será apresentado e aí vai depender do grupo todo de Congressistas nos ajudar a conseguir essa confirmação do projeto.

Eu vou passar então para vocês rapidamente. Como é uma audiência pública, eu fiz um retrato, em poucas pinceladas, do que é a carreira da auditoria fiscal do trabalho.

Os colegas aqui presentes me desculpem, já sabem isso de cor.

O Ministério do Trabalho tem quatro Secretarias, entre elas a Secretaria de Inspeção de Trabalho, que

é a que nos cabe. A Secretaria de Inspeção do Trabalho, como o Ministro disse ontem, é exclusivamente técnica, absolutamente independente de mudanças jurídicas, de mudanças políticas, qualquer que seja o Ministro. Foi um exemplo a gestão da Drª Ruth que passou por quatro Ministros diferentes, de partidos diferentes inclusive.

A Secretaria é única. Ela atende à Convenção 81 da OIT. É uma autoridade central de inspeção do trabalho. Existem dois departamentos separados e independente disso há uma descentralização dos serviços nas Superintendências Regionais de Trabalho, que são 27, nas Gerências, que são 234, e existem Agências de Atendimento, onde o auditor fiscal do trabalho não deve ser lotado. Onde tem auditor fiscal lotado e agente, ele tem que sair, porque é só na Gerência que tem chefia de fiscalização.

O que nós somos? Realmente, a Rosângela tem toda a razão e a defesa do aumento da fiscalização é um desejo de todos nós. Atualmente, nós somos menos de 3 mil. Deveríamos ser pelo menos 5 mil. Nós somos servidores públicos federais. Temos muito orgulho disso. É uma carreira de Estado. Só o Governo Federal pode ter auditores fiscais do trabalho e equiparados. Todas as auditorias fiscais federais têm uma lei só, como a Rosângela também comentou. Só podemos ingressar por concurso público e concursos dificílimos No concurso de 94,. de que fiz parte, foram 88 mil candidatos, para vocês verem o nível. E com esse nível, cada vez estamos tendo colegas altamente capacitados. Eu sempre dou aula todo concurso novo e cada vez me encanta a capacidade dos colegas que estão entrando.

O nosso salário atualmente é por subsídio. É uma parcela única irredutível Isso mudou e até nos fez mudar a nossa forma de trabalhar, a metodologia de trabalho. Nós não podemos mais ter uma gratificação agregada a uma avaliação de desempenho. Temos algo importantíssimo. Eu sei que aqui, assim como eu agora no momento estou com um chapéu de administração, representando o Ministro Lupi, nós temos aqui diversos colegas auditores fiscais do trabalho que atualmente são superintendentes em suas regionais. Então no momento em que eles são superintendentes, o fiscal não tem subordinação técnica a ele não. Ele é subordinado só administrativamente ao superintendente e subordinado tecnicamente ao chefe de fiscalização da regional. Então, é algo diferente de muitas carreiras, é algo diferente de outras funções. Mas nós temos ao superintendente uma subordinação administrativa somente. A orientação técnica, o controle da fiscalização, as respostas, as demandas são do auditor fiscal do trabalho para a chefia de fiscalização e para a SIT.

O nosso marco legal é muito forte. Está baseado, primeiro, na Constituição Federal. Está baseado na Consolidação das Leis do Trabalho. Está baseado na Convenção 81 da OIT, e a outras relativas à expressão trabalho.

Não sei se vocês sabem, a Convenção 178 sobre expressão do trabalho marítimo, praticamente na América inteira só é feita no Brasil. Os outros países costumam fazer legislação, uma fiscalização do trabalho baseada na própria fiscalização também dos itens de marinha, de segurança da navegação. O Brasil tem isso separado. E, na América Latina, só o Brasil e o Peru ratificaram a Convenção 178. Falta-nos a Convenção 179. E nós temos que trabalhar muito com a CNA, Confederação Nacional da Agricultura, para conseguir isso, que é por causa de um bloqueio do interesse dos empregadores que nós não conseguimos ratificar ainda essa outra convenção.

Temos também o Regulamento de Inspeção do Trabalho. Nós temos estabilidade no emprego após três anos, livre acesso a qualquer ambiente de trabalho. Não é ambiente de emprego. Se há um ambiente de trabalho, pode haver um indício que deveria ser emprego, nós temos livre acesso. Livre acesso a qualquer documento de empresa, inclusive livros contábeis, qualquer coisa.

Temos poder de autuar. Temos o poder de propor embargos, interdições. E estamos altamente informatizados. Desde 1995, todos os resultados das nossas ações fiscais entram num programa informatizado. E, mais que isso, nós temos colegas tão capacitados que eles têm criado os sistemas que nós utilizamos.

Eu sempre brinco que nós temos alguns santos na inspeção do trabalho: Santo Joneio, colega de São Paulo, que criou um grupo que funciona muitíssimo bem. O Santo Irozé, que criou um sistema pelo qual a gente faz a lavratura do auto de infração informatizado, imprime. Tudo automatizado. Vários santos, como Cláudio Menezes, do Rio Grande do Sul. Outro que era o Paulo... Vários colegas, que eu não vou nem citar, que têm feito sistemas que nos permitem tornar as notificações do FGTS informatizadas.

E agora estamos trabalhando um sistema para unificar todos esses e que vai substituir os Fits. Os Fits são um meio que é um elefante branco, que a gente está tentando mudar, que serão os *fitweb.*

Quais os tipos de inspeção que nós fazemos? Nós fazemos a inspeção urbana, que é essa comum nas empresas, no comércio. Fazemos a inspeção rural, apesar dela estar numa convenção em separado da OIT, que nós não retificamos. E fazemos a inspeção marítima, fluvial, de estaleiros, até de mergulho, de plataforma e de navios estrangeiros, onde a gente

exige a contratação de brasileiros, um percentual. Isso não existe em mundo nenhum. Essa legislação que nós criamos em termos de poder ter legislação de imigração até para navios estrangeiros está baseada numa convenção da ONU chamada Convenção de Direitos no Mar, a Unclos, conforme a sigla em inglês. E nós criamos isso aumentando, fortalecendo o mercado de trabalho brasileiro.

As nossas atribuições são enormes, eu não vou elencar aqui. Elas são no nosso *hit* mais de 20. Nós somos a inspeção do trabalho que mais competências tem. Isso é uma responsabilidade, é um ônus, mas também é uma vantagem para nós, porque nos dá uma extensão de poderes. E nós estamos procurando assumir todos, com essa dificuldade que já foi passada de sermos menos do que poderíamos ser, do que deveríamos ser para atender melhor a sociedade.

Mas o importante para nós é que nós verificamos o cumprimento das disposições legais e regulamentadoras, como diz a Convenção da OIT, inclusive relacionadas. São importantíssimas as relacionadas à segurança e à saúde.

Mas essa outra frase que está ali sublinhada é muito importante para nós, porque nós não nos limitamos à relação de emprego. Nós verificamos no âmbito das relações de trabalho e de emprego. Então, isso abre o nosso horizonte e nós estamos aprendendo a lidar com essa relação de emprego informal, com a possibilidade de trazer também mais segurança e saúde para o emprego informal. E vamos evoluindo nisso. Ainda há o que evoluir; sempre há, graças a Deus.

Verificamos a anotação, ou seja, o registro. Verificamos o FGTS, o cumprimento de acordos, de convenções coletivas de trabalho entre empregados e empregadores.

E há algo muito importante de hoje em dia, que tem a ver com o título desta nossa reunião, que engloba os direitos humanos. Nós fiscalizamos também o cumprimento dos acordos, tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil. E isso, sim, inclui o Pacto de São José de Costa Rica, que é a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Nesses direitos humanos que nós fiscalizamos, nossa fiscalização é diferente das outras fiscalizações no mundo, porque poucas fazem isso que nós fazemos. Reconhecer como nós reconhecemos foi uma ousadia.

Colegas, nós sabemos: existe trabalho escravo em todos os países, mesmo os de primeiro mundo. O que aconteceu no Brasil foi a coragem, a ousadia de o governo reconhecer que o problema existia e montar um combate formal, regular e admirado.

Com toda a nossa diminuição de auditores fiscais, vou mostrar como os nossos números estão altamente positivos, a cada ano melhorando. O número de trabalhadores resgatados aumentou. De 2007 a 2010, foram 17 mil que nós conseguimos resgatar. E, colegas, como o nosso trabalho continua constante, o que nós estamos vendo lá no Detrae, Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo, é que está sendo mais difícil encontrar o trabalhador escravo.

Não sei se vocês sabem que, antes de a ação ser desfechada, antes de começar, há o rastreamento. Até está aqui o colega Candeias, que participa. O colega Candeias foi militar também e sabe fazer esse reconhecimento. Então, antes de cada ação... E nós estamos fazendo mais de cinco ações mensais, e já digo que é uma fortuna cada ação dessa, porque nós pagamos diárias, passagens. Vão pelo menos cinco carros em cada ação. Nós pagamos as diárias, passagens e tudo mais, até do policial federal que nos acompanha para a segurança. São ações caras, mas não estamos parando. Nós estamos aumentando cada vez mais o número de ações e o número de trabalhadores resgatados. E cada vez são mais difíceis de ser encontrados.

Nós estamos trabalhando num ponto que, dificilmente, os outros países fazem: inserir pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Isso é outra ação brilhante que a nossa inspeção do trabalho faz e que é significativa. Só no ano passado, nós conseguimos a inserção de quase 30 mil pessoas com deficiência. E é um trabalho que demanda muito tempo, demanda uma articulação importante de forma tripartite com os outros ministérios.

Várias das pessoas aqui eu sei que têm feito um trabalho brilhante. Estou vendo ali no fundo o Narciso, da Segurança e Saúde, lá no Rio de Janeiro. Tem uma parceria maravilhosa com o Ministério Público do Trabalho, um exemplo. Conseguiram convencer uma rede de supermercado grande a contratar pessoas com deficiência mental. E isso um trabalho que foi assim além. Não como deficiente, acabaram contratando como empregados. Então, são coisas que estão indo além da lei.

Aprendizes: vejam o número. Não precisa nem de ver o número, que foi quase 100 mil no ano passado. Mas o gráfico já mostra que é crescente.

Esse número de crianças, a erradicação do trabalho infantil, e a retirada da criança ou do adolescente, isso está sendo a tarefa mais difícil de nós cumprirmos. Por quê? Porque nós estamos conseguindo diminuir enormemente a ocorrência do trabalho infantil nas empresas. Então, é a meta que está sendo mais difícil. Mas, mesmo assim, só no ano passado, foram 5.600 que nós conseguimos afastar.

Outro ponto muito importante: nós praticamente erradicamos o trabalho infantil nas usinas de cana-de-açúcar. Isso é algo que foi uma vitória enorme, porque dependia de uma articulação até com a família, que levava a criança para acompanhar pai e mãe trabalhando. Então, foi um trabalho merecedor. Os parabéns eu aqui dou. Estou vendo várias pessoas desse projeto obrigatório.

Outra coisa: são projetos obrigatórios em todas as regionais. As 27 regionais têm projetos para esses pontos primordiais que nós estamos mostrando aqui.

Também na parte de segurança e saúde, com toda diminuição do número, desde 2003 a 2010, a linha azul mostra o número de embargos e interdições. Olhem como os nossos colegas, como vocês, como nós estamos trabalhando.

O número de cima são as autuações. E o vermelho, embargos e interdições. Quer dizer, mesmo com número reduzido, nós estamos encontrando formas de atender à sociedade.

Olhem como cresceu o número de análises de acidentes de trabalho de 2003 para cá. Mesmo com essa notícia até equivocada, que é um desmonte da área de segurança de saúde do trabalho, é importante vocês saberem que fizemos esse levantamento. Atualmente temos mais pessoas, digamos assim, não vou dizer especialistas em segurança em saúde, porque isso não existe mais; nós todos temos competência para tudo, somos generalistas. Somos especialistas individualmente pela vocação, pelo trabalho, pelo interesse de cada um.

Então, as pessoas que trabalham mais ou são subordinadas ao DSST (Departamento de Segurança e Saúde no **Trabalho)** são mais agora em 2010 do que eram em 1992, quando existia uma secretaria separada. Tenho esses números e até isso está num trabalho que volta e meia eu divulgo, apesar da dificuldade de divulgação, mas é importante vocês saberem.

Então, com toda a diminuição de auditores fiscais, nós estamos nos desdobrando, e isso, Senador Paulo Paim, em alguns Estados que têm poucos fiscais, como o Paraná - não sei se está aqui a chefia do Paraná -, está causando até o caso de síndrome de Burnout. Temos uma colega que, no ano passado, esteve praticamente afastada pelo excesso de trabalho, excesso de responsabilidade e impotência de conseguir fazer tudo o que ela queria fazer. Então, é urgente a contratação não só dos 117, mas de um grande concurso para o ano que vem.

Vejam qual é o nosso problema: a curva mostra o crescimento do número de empregos no Brasil. Cresce constantemente. Crescimento do número de estabelecimentos no Brasil. Cresce extraordinariamente.

Olhem o diagnóstico dos recursos humanos dos auditores fiscais do trabalho. Lá, onde o número, onde a curva é maior era 1996, quando entramos nós do concurso de 1994. Depois disso, constantemente o número cai. Tenho soluços quando há o concurso, mas nunca há reposição. Por isso acho que temos que ter um ... realmente grande. Então, como somos poucos, tivemos que inovar.

Por isso, foi instituída pelos auditores fiscais do trabalho, nós criamos isso, uma nova metodologia do trabalho em equipe, do trabalho focado no coletivo, e não temos como atender denúncias individuais. São importantes? Importantíssimas. Se nós fôssemos 6 ou 7 mil, nós poderíamos atender, mas, como somos poucos, temos que ir onde vamos atender uma parcela maior da sociedade.

Não é desejo nosso, não é desejo meu, muita gente reclama, mas nós não fazemos mais mediações, não podemos fazer. Eu fazia, e o resultado era ótimo, mas não tem como fazer, porque somos poucos. O que estamos fazendo agora? Trabalhando o que diz a OIT. A recomendação da OIT que acompanha a Convenção nº 81 diz que o fiscal do trabalho, que o inspetor do trabalho não dever ser utilizado em mediação, em negociações, deve inspecionar, e é isso que a gente está direcionando. Nada impede que, se a chefia de fiscalização entender que pode colaborar com a Seret, em casos especiais, pode deixar, na hora do plantão de orientação ao público, algum auditor fazer alguma negociação coletiva, nunca mediação individual.

Outra coisa: em relação à relação de trabalho que terminou, empregado que acabou a relação de trabalho, o caso deve ser encaminhado à Justiça do Trabalho; vocês sabiam que somos menos de 3 mil? Os juízes do trabalho no Brasil são 3.500, muito mais do que nós, e com uma infraestrutura que nós não temos. A quem devemos passar isso? Para o auditor, que não tem equipe, que não tem infraestrutura, ou para a Justiça do Trabalho, que tem a competência e que pode fazer o atendimento individual? Tem que ser para eles; é algo que nós temos que pôr na cabeça.

Então, nós criamos essa nova metodologia, com formas diferentes de trabalhar focando no coletivo.

Quais são as nossas ações, quais são as nossas perspectivas? A perspectiva da SIT, a perspectiva do Governo também é o fortalecimento da categoria. Como? Continuando a evoluir, contratando mais auditores fiscais do trabalho. A capacitação contínua é um desejo acho que de todos nós e que comungo com o Sinait.

Então, o que estamos fazendo? O meu substituto, não sei se vocês conhecem, é o Renato Binhane; eu pedi a ele que levantasse, e era o chefe substituto em

São Paulo *(Palmas.)* Por que o trouxe? Primeiro porque ele tem mestrado e doutorado em Direito do Trabalho e conhece bem pedagogia. Também, além dele, eu trouxe para a SIT o Edmar Bastos, um colega que é consultor, monitor, foi diretor do Sinait, também em colaboração. Ele pediu até a suspensão da diretoria do Sinait, e foi uma colaboração que o Sinait também nos fez. Ele vai ser o coordenador nacional de treinamento. Estamos montando, enquanto não chega o desejo de todos nós, que é a Escola Nacional de Inspeção do Trabalho, já estamos montando na SIT, formalmente e virtualmente, uma coordenação nacional de treinamento e vamos reinstituir as coordenações regionais de treinamento.

A ação nossa é não parar a fiscalização, é continuar a normatização, que é importantíssima a normatização que fazemos, tanto das instruções normativas, as orientações, as ementas que temos, como principalmente, nesse caso de normatização, as normas regulamentadoras, que têm um processo admirado pelos próprios trabalhadores - a CUT faz parte, todas as centrais fazem parte da CTPP e da construção tripartite das normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho.

Vamos continuar com diálogo social, sempre procurando fazer o que fazemos nos diversos conselhos e comissões tripartite de que participamos. Existem comissões para todos os sentidos e também outras comissões – importante falar com os colegas – de que estamos participando. Agora, como estou com o chapéu do Ministro, posso falar; com chapéu de secretária, eu não posso dizer; mas, como estou representando o Ministro, posso dizer: a Secretaria está participando de todas as comissões que estão ocorrendo dentro da Secretaria-Geral da Presidência da República nas tratativas do compromisso nacional do trabalho manual na cana de açúcar - foi ontem até a reunião -, e amanhã terei reunião também, participando com o Ministro Gilberto Carvalho, e o nosso Ministro em pessoa, sobre o grupo que trata da infraestrutura grandes obras, trata dos problemas das grandes obras. Colega, isso porque Jirau e Santo Antônio tiveram fiscalização do trabalho desde o início, e as obras não foram interditadas. O problema lá não era inspeção do trabalho, não eram condições degradantes; foi falta de infraestrutura geral, foi falta de controle geral. A sociedade inteira, nós todos fomos omissos de não fazer uma infraestrutura numa cidade que era pequena e que acabou recebendo quase 40 mil trabalhadores; não conseguiu ter trabalhadores locais, vieram trabalhadores de fora. Com uma representação sindical ainda fraca, agora a CUT está participando disso também. Então, colegas, não foi falta de fiscalização.

Isso não quer dizer que a gente não precise estar mais presente e ter mais grupos, e nós já temos, e não vou dizer, porque não podemos divulgar isso, em termos de qual é o nosso trabalho. Mas já temos um programa de fiscalização, temos um grupo nacional de fiscalização de infraestrutura, porque, nessas grandes obras, não é inspetor local que vamos colocar, porque senão ele acaba morrendo; nós levamos um grupo nacional de infraestrutura; nós temos isso.

Esse grupo nacional acompanha o colega de Rondônia. Quem é de Rondônia aqui? (*Pausa*.) O colega Juscelino faz um trabalho brilhante lá, nem sequer é engenheiro ou médico, mas faz um trabalho brilhante como chefe da Segur e trabalha em conjunto com esse grupo de infraestrutura nacional. E nós já temos um projeto para os próximos dois anos para fiscalizar todas as grandes obras, tanto do PAC, quanto das Olimpíadas, e todas as obras em que estamos vendo problema.

Outra coisa também que trabalhamos muito é não estar sozinhos. Trabalhamos com o Ministério Público do Trabalho... No caso do trabalho marítimo, estou vendo um outro colega que é referência em trabalho portuário e marítimo, que é o Renato Futuro, e ele sabe que trabalhamos em conjunto com a Marinha, com a Anvisa. Quanto mais trabalhamos com uma atuação interinstitucional, maior valor nós temos em resultado; por quê? Nossas multas são baixas. Como disse a Rosângela muito bem, e o Paulo Paim também comentou, com multa baixa, há empresa que considera mais barato o ônus de pagar a infração, o ônus da ilegalidade. Eles preferem isso. Então, temos que ser mais efetivos e trabalhar em conjunto. Estamos fazendo isso, e está dando resultado.

Temos uma cooperação internacional muito forte com a OIT e com os países que pedem isso para nós. Queremos partilhar as boas práticas, tanto que a OIT - acho que os senhores sabem - publicou quatro folhetos dos pontos principais em que os outros países pedem a cooperação do Brasil, que é uma que eles chamam de trabalho decente, que é um resumo da nossa inspeção de trabalho. São livros publicados em inglês, espanhol e em português, porque não são direcionadas para os nossos auditores; são direcionados para os inspetores de trabalho que treinamos, e constantemente temos feito esse treinamento.

Por que fazemos isso? A OIT mesmo diz, na Constituição da OIT, uma frase que sempre tenho em mente. Por isso, nós nos desdobramos para ir... Tem colega agora indo a Moçambique, a respeito de trabalho infantil. São quatro os pontos principais que eles querem: trabalho infantil, combate ao trabalho escravo, trabalho marítimo a e expressão do trabalho como

um todo. Por que nós nos desdobramos? Aliás, olha só que interessante: os Estados Unidos pediu que um colega fosse explicar como combatemos o trabalho escravo, em Washington. Estamos indo a todos lugares. Até China e Índia, que não ainda ratificaram a Convenção 81, também pediram a nossa cooperação: já foi um colega à Índia e vai outro à China. A OIT diz que, se alguma nação não adotar condições humanas de trabalho, essa omissão constitui um obstáculo aos esforços de todas as outras nações que desejam melhorar as condições dos trabalhadores em seus próprios países. Como as fronteiras estão diminuindo a força - a atuação interfronteira está crescendo -, o que o Brasil quer é trabalho decente para todos, mas principalmente trabalho decente no nosso País. Que possamos levar essa bandeira cada vez mais.

Parabéns, colegas, por esses 120 anos de inspeção do trabalho! Parabéns pela evolução que nós conseguimos! Foi um trabalho nosso, de nós todos! Nós criamos essa inspeção do trabalho forte e respeitada no mundo inteiro. Eu acho que precisamos divulgar mais o nosso trabalho aqui, no Brasil. Talvez tenhamos mais respeito e mais conhecimento internacionalmente que aqui. Então, a minha mensagem é essa.

Tem um lado pesado que é o de nos desdobrarmos demais no trabalho, com pouca infraestrutura, com pouca ajuda em termos de base e de apoio de fiscalização, mas estamos tendo e vamos conseguir, cada vez mais, com o nosso trabalho, com a nossa força, com a força do Sinait, o reconhecimento do Governo. Tenho certeza de que vamos conseguir nos fortalecer e cada vez evoluir mais.

Parabéns, colegas. Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Meus cumprimentos à Drª Vera Lúcia, que representou aqui o Ministro Carlos Lupi.

Deixem-me só fazer um comentário rápido aqui sobre a relação carinhosa e respeitosa que tenho com o Ministério. Eu vim da área sindical. Eu sempre digo que trabalhador não faz greve porque gosta. Não existe isso. Quando nós entramos no movimento paredista, é quase como um grito de desespero, é um alerta geral. Ninguém faz greve, porque gosta. Sabemos disso. Nestes dias, dei apoio aqui para a greve dos juízes do Brasil. Eu ia achar que os juízes estavam em greve, porque estavam gostando de fazer greve? Não. Eles estavam mostrando que estavam sendo assassinados por falta de segurança e pela posição firme deles no combate à corrupção e ao roubo. Por isso, no caso de Jirau e Santo Antônio, eu ouvi de tudo aqui, neste Senado. Agora, se aqueles trabalhadores explodiram, foram à greve e pararam por tanto tempo, é porque algo estava acontecendo. Eu não acredito que eles fizeram greve, porque gostariam de fazer uma grande greve. Isso é um fato, é real.

Eu faço esse pequeno comentário, porque já estou preocupado, sim, com Belo Monte. Esse dado de que não existe um fiscal em Altamira preocupa-me. É natural que preocupe. Quando assumimos – e a doutora foi feliz – que o conjunto é de toda a sociedade, claro que é. Eu concordo com ela, mas acho que, se vocês, fiscais, estiverem com um número maior e nos campos de trabalho, é claro que isso vai ajudar. A contribuição de vocês é enorme. Eu me lembro de que, quando eu era sindicalista, havia fiscal do trabalho que virou quase um conciliador. É bom isso. Eu não estou falando negativamente. "Olha, Paim, está acontecendo isso, isso e aquilo. Você vai comigo lá, vamos para a DRT e você tenta resolver isso, porque, por outras vias, está difícil". Um trabalho brilhante de mediação, de conciliação. Eu sei que não é o papel...(*Palmas*.) Mas, às vezes, vocês são até psicólogos, porque obrigam a ajudar na construção do entendimento. Eu me lembro do DRT do Rio Grande do Sul e do quanto me ajudaram.

Tem um fato do trabalho escravo. Eu concordo, doutora, que efetivamente diminuiu, mas ele existe, sim, em grande quantidade. A senhora não negou isso. Eu quero só afirmar. Nós não podemos parar. Até porque, se não houvesse trabalho escravo, não tinha por que eles combaterem tanto aqui, dentro do Congresso Nacional, a PEC contra o trabalho escravo. Quem não tem trabalhador escravo não tem de ter medo de perder terra. (Palmas.) É como diz o outro: eles preferem ver o diabo, mas não querem ver essa PEC aprovada. Eu vi. Está aqui a revista que vai mostrar isso hoje. O que diz a revista? Não é minha, vai ser lançada depois: "A escravidão que precisa ser abolida". Realmente, isso está ligado ao trabalho de vocês.

Então, meus cumprimentos a V. Exª pela exposição. Entendo que V. Exª também, ao mesmo tempo que fortalece a categoria, reconhece o que está acontecendo. Temos de apontar caminhos e esse é o objetivo desta reunião. Parabéns a V. Exª.

Neste momento, agora, com o nome certo – aqui estava errado, porque me passaram errado -, com todo o respeito e o carinho, nosso convidado especial, o Deputado Taumaturgo Lima, Deputado Federal do PT, do Acre, para fazer o seu pronunciamento. Em seguida, vai usar a palavra a nossa convidada, que está aqui à esquerda, com muito carinho, a Elba Soares.

O SR. TAUMATURGO LIMA – Bom dia a todos.

Quero iniciar, cumprimentando a Dona Elba, o Pedro e o Sebastião. Quero cumprimentar a Secretária Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, e parabenizá-la pelo seu trabalho.

Quero cumprimentar a minha colega e Presidente do nosso sindicado – tenho muito orgulho de ser auditor fiscal e fazer parte do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. Em nome da Rosângela, quero cumprimentar também todos os ex-dirigentes do Sinait. Foram através dessas pessoas que hoje chegamos aonde chegamos. Portanto, quero que todos se sintam cumprimentados em nome da colega e Presidente do sindicato, Rosângela, e de toda a sua diretoria. Por último, quero cumprimentar a Mesa, o nosso Senador Paulo Paim. Tenho um grande admiração por V. Exª, por toda a sua trajetória política, pela sua luta, pelo seu trabalho, sempre defendendo os interesses do povo brasileiro, principalmente daqueles menos favorecidos. Para mim, é uma honra poder participar desta reunião com V. Exª. Muito obrigado. Cumprimento os colegas auditores e auditoras e todos que estão aqui participando desta audiência.

Eu, como fiscal do trabalho, enxergo que hoje, completando 120 anos, temos muitas conquistas e muitas vitórias que temos de celebrar. O Brasil, através do Ministério do Trabalho e da fiscalização do trabalho, é visto hoje internacionalmente de uma forma diferente, porque o Brasil tem se preocupado muito com a questão das relações do trabalho e tem trabalhado nisso com muita responsabilidade. Os grandes atores, os grandes protagonistas dessa ação são os auditores fiscais do trabalho, não se esquecendo também dos nossos colegas da administração, da parte administrativa.

Para mim, um dos grandes problemas que enfrentamos hoje na fiscalização do trabalho é o nosso aparelhamento. Com a parte administrativa, temos uma deficiência muito grande. Ainda ontem, Drª Vera, eu estava assistindo a um colega meu, na Câmara, que questionava o fato de uma agência do Ministério do Trabalho estar sendo fechada. Isso, para nós, não é bom. Temos cidades com uma população razoável em que ainda não temos uma agência do Ministério do Trabalho para atender às nossas demandas. Então, na parte administrativa, temos um problema grande. Esse problema pode ser discutido dentro das centrais, dentro dessa câmara que está sendo discutida agora e que eu queria propor. Tanto nos salários quanto no seu plano de carreira, tenho informações de que, desse último concurso que foi feito, já há funcionários, servidores administrativos que estão saindo, porque o salário deles é inferior ao de outros Ministérios. Então, esse é um problema grave, porque, para a fiscalização do trabalho funcionar, ela necessita desse apoio administrativo. *(Palmas.)*

E o Brasil de 2011 não é mais o Brasil de 2003. A defasagem do número de auditores fiscais do trabalho é muito grande. Nós vimos a apresentação feita pela Drª Vera. O número de empregos, o número de estabelecimentos que aumentou, a nossa economia se fortalecendo, tudo isso gera emprego, gera renda e gera mais demandas para a auditoria fiscal do trabalho.

Portanto, nós precisamos, urgentemente, não negligenciar o aumento de contratação de auditores fiscais do trabalho, porque o Brasil precisa dar uma resposta para o crescimento da sua economia com novos auditores. Ele vai precisar. Nós temos a Copa do Mundo, que vai realizar grandes investimentos no nosso País; temos as nossas hidrelétricas, que estão sendo construídas; e precisamos delas. O Brasil precisa crescer. E outros investimentos que estão sendo feitos em nosso País.

Portanto, eu queria fazer um apelo à nossa Secretária, à nossa Presidente da República, Dilma, com o apoio incondicional que temos do nosso Senador Paulo Paim, pois tenho certeza de que vamos ter êxito, porque isso é bom, porque a fiscalização do trabalho também é uma questão social. O fiscal precisa de uma infraestrutura.

Muitas vezes, as pessoas acham que a ação de um auditor, Senador, é muito simples. Mas não é. Ela é insalubre, como já foi colocado por um colega; ela é perigosa; as condições que os nossos colegas enfrentam, que nós enfrentamos, são muito difíceis. Você fiscalizar na zona urbana, dentro de um *shopping center*, é simples. Mas eu quero ver é o auditor que enfrenta as nossas estradas vicinais, aquele que sobe rios e desce rios, aquele que vai num canavial, aquele que vai na zona rural, as condições não são boas. E a infraestrutura que o Ministério do Trabalho oferece hoje dificulta uma ação melhor, uma tranquilidade melhor, porque, se você tem um servidor que tem uma boa infraestrutura, boas condições de trabalho, ele vai produzir muito mais.

Drª Vera, com esse corpo de fiscais que nós temos, já é feito esse trabalho, que era para ser feito por seis mil, cinco mil auditores; se tivermos as condições melhores, tenho absoluta certeza de que o Brasil vai ganhar, o povo brasileiro vai ganhar, e, principalmente, o trabalhar brasileiro vai sair ganhando com essas condições que serão dadas aos auditores fiscais do trabalho, aos agentes administrativos que é uma situação que me preocupa também.

Sei que nós avançamos muito em todos os segmentos da fiscalização do trabalho, mas, na segurança e na medicina, qualquer problema que tenham, nós não podemos também negligenciar, porque a segurança e medicina apresentam situações em que elas normalmente são fatais. Quando elas aparecem, elas aparecem com óbito, elas aparecem com uma fatalidade. E

nós temos que estar atentos para essa situação. Precisamos melhorar muito. Por isso, precisamos ter esse fortalecimento das condições de trabalho dos nossos auditores, dos nossos servidores da administração, porque o Brasil hoje é um país que está se colocando como uma das principais economias do mundo; o Brasil é um país que nós queremos que seja uma grande potência. Para isso, Senador, precisamos cuidar dos nossos trabalhadores, e temos de dar condições aos nossos servidores, para que o Brasil venha a ser uma grande potência, mas venha a ser uma grande potência com trabalho digno, venha a ser uma grande potência cuidando do meio ambiente, cuidando dos seus trabalhadores, com uma economia limpa e com salários justos. É assim que eu defendo é assim que eu penso o meu país.

Quero concluir, Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, dizendo que é uma honra fazer parte dos auditores fiscais do trabalho, porque o nosso trabalho é gratificante. Quando você chega a um local de trabalho, em que encontra aqueles trabalhadores que, muitas vezes, nunca tiveram a carteira assinada, nunca tiveram os seus direitos reconhecidos, e, naquela hora, eles têm a proteção do Estado, dando-lhes os seus direitos, concedendo-lhes cidadania, isso, tenho certeza, cada um e cada uma dos nossos colegas, quando chegam em casa, chegam mais motivados. É por isso que o trabalho dos companheiros é árduo, e é tão produtivo e a produção é boa. Eu só tenho muito orgulho e muito respeito pelos meus colegas.

Tenho certeza, companheiros e companheiras, de que serão melhoradas tanto as condições do trabalho, quanto a ampliação do número dos fiscais do trabalho e dos administrativos. À questão administrativa, às vezes, não é dada a importância que ela merece: "Ah, o administrativo...". Nós não fazemos uma boa ação fiscal, se não tiver esse apoio, se não tiverem essas pessoas nos assessorando. É o motorista, é a pessoa que faz a AOS, é a pessoa que liga para dar as informações para onde nós vamos, como o endereço, e uma série de outras ações que eles fazem.

Portanto, quero concluir parabenizando, mais uma vez, os 120 anos da inspeção do trabalho no Brasil, parabenizando os nossos guerreiros e guerreiras, auditores fiscais do trabalho, parabenizando todos aqueles que contribuíram e continuam contribuindo para uma inspeção do trabalho forte, que tenha visibilidade, que tenha força, e possa fazer um grande trabalho em defesa do trabalhador brasileiro.

Por último, quero dizer que ter o Senador Paulo Paim, ter o seu apoio nessa frente é importante, porque o prestígio que o nosso Senador tem é muito grande. Eu acompanho o Senador há muitos anos pela televisão, na sua luta pelo trabalhador brasileiro. O Senador é do meu Partido, e eu nunca tinha tido a oportunidade de estar com ele; e, para mim, hoje o dia é de muita alegria, tanto pelos 120 anos, quanto por poder estar com o Senhor. E parabéns, auditores e auditoras do trabalho! Vamos continuar trabalhando que o sucesso virá. *(Palmas.)*

Senador, só um minuto. Eu queria só pedir licença...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Aqui, nesta Comissão, Deputado e Senador falam a toda a hora que quiserem. Pode pedir a palavra de novo.

O SR. TAUMATURGO LIMA (PT - AC) - ...para me ausentar, porque estou na discussão do Código Florestal; e eu queria permissão para eu ir lá e dizer que foi uma grande alegria.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem. Fica a nossa salva de palmas.

Os cumprimentos ao Deputado Taumaturgo Lima, Deputado Federal, que é também auditor, pela sua exposição, mostrando o conhecimento também da área.

Agora, para concluirmos os trabalhos da Mesa, e, depois, abrirmos os debates, é com enorme satisfação que convido a usar a palavra a Srª Elba Soares da Silva. É uma satisfação, porque a senhora vai falar para nós, mas, com tristeza, relembrar o fato que aconteceu. Inclusive fiz questão que colocassem na placa ali, em homenagem a ele, que a senhora é a viúva do colega Nelson, que faleceu heroicamente em defesa do nosso povo e da nossa gente.

Acho que a melhor forma de a senhora iniciar é batermos uma salva de palmas pela história, pela luta do Nelson e de todos os outros.

A SRª ELBA SOARES DA SILVA – Quero cumprimentar a todos e agradecer a oportunidade de falar, de relembrar o que aconteceu em Unaí, quando quatro funcionários foram mortos.

Eu vi o sangue derramado de todos eles ali na hora, quase que na hora. Então, eu sei contar para vocês qual é o sentimento que a gente tem de ver ali aquelas quatro pessoas tombadas.

E o que eu posso falar, com mais autoridade, é que, de todos os problemas que vocês enfrentam hoje, o principal é a segurança, a falta de segurança. O Nelson já havia sido ameaçado. Ele fez, de próprio punho, um relatório para o Ministério do Trabalho, que foi enviado para a Secretaria, e saía para o campo sem nenhuma segurança, sem poder usar uma arma, sem recrutar um policial para estar ali junto com eles. Então, houve essa facilidade, eles tiveram essa facilidade de cometer o assassinato.

Quero também aproveitar a oportunidade, Senador, para pedir aqui aos Parlamentares presentes que nos ajudem no sentido de cobrar o julgamento dos recursos que estão aqui em Brasília, para que esse processo possa voltar para Minas e ser julgado. Penso que o julgamento e a condenação dos réus vai ser uma vitória para todos vocês. Vocês vão trabalhar até com mais segurança, com menos ameaça, porque hoje, pelo menos na minha cidade, qualquer dono de quitanda se acha no direito de ameaçar um auditor fiscal. Já aconteceu. Então, qualquer um acha... Não teve punição, e é isso.

Eu agradeço a oportunidade e peço que vocês nos ajudem mesmo a cobrar os últimos dois recursos que estão no STF.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Antes de passar aqui para a Mesa, porque normalmente nós encaminhamos mais três minutos para as conclusões, ou alguma nova ponderação ou consideração, normalmente a gente abre a palavra para três ou quatro do plenário.

Se houver a vontade de alguns do Plenário de fazer um depoimento... Enfim, a palavra está aberta, se alguém quiser falar. Se não quiserem, volta para a Mesa, e a Mesa faz as suas considerações. E nós ainda vamos lançar a revista. Vai estar aqui conosco o Sr. Fernando César Mesquita, jornalista, Diretor de Comunicação Social do Senado, que foi um dos articuladores desta revista que leva o nome *A Escravidão que Precisa Ser Abolida*. E essa revista foi construída junto com os auditores, com a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, presidida aqui, na época em que eu era ainda Presidente da Comissão, há dois anos, pelo Senador José Nery, que depois, na época do Senador Cristovam, continuou na Presidência. Foi essa frente parlamentar que construiu a revista que vai ser apresentada aqui e distribuída a todos os senhores.

Então, já tem uma guerreira ali que pediu a palavra.... Dois... Três.

Então, esses três, cada um que for falar, diga o nome e a entidade, enfim, e faça o seu pronunciamento.

Nós vamos dar cinco minutos.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Sou Rosa Maria Campos Jorge, Auditora Fiscal do Trabalho do Estado de Goiás.

Eu pedi a palavra aqui, Senador, primeiro para parabenizá-lo pela sua luta, que é conhecida e reconhecida por todos nós. Queremos continuar contando com o seu apoio nessas lutas.

Quero parabenizar a todos os expositores, mas dizer que nós, auditores, sentimos realmente muita angústia quando percebemos que não podemos atender a demanda que nos cabe. Nós realmente somos muito poucos. Nós somos, por exemplo, no Estado de Goiás, 52 auditores na ativa. Nós temos lá um universo de 55 mil empresas em plena atividade. Isso só na zona urbana, sem falar no meio rural.

Quero dizer ao senhor que nós temos resgatado trabalhadores escravos, tanto no campo, quanto na cidade. Até na indústria da construção civil nós temos resgate de trabalhador em situação degradante.

Quero dizer para o senhor que a área de segurança e medicina do trabalho precisa ser observada com muito carinho. Nós precisamos de médicos e engenheiros porque só eles têm competência para emitir os laudos necessários a dar o resultado efetivo ao combate a uma grande praga, que é o grande número de acidentes e mortes no trabalho.

Quero dizer ao senhor que nós temos muita preocupação com 3,5 milhões de crianças abaixo de 14 anos que ainda trabalham no Brasil.

Nós somos muito poucos para dar conta dessa demanda, e contamos com o seu apoio, com o apoio de todos os parlamentares no sentido de que sejam chamados esses que já estão aprovados no concurso, mas, mais do que isso, que seja dada uma atenção prioritária mesmo à situação de sucateamento das superintendências regionais do trabalho, que realmente estão em condições precárias em todo o País. Os auditores trabalham com a sua força de vontade, com certeza.

Eu sei que o senhor, como sindicalista que foi, conhecendo a realidade, sabe da situação em que os auditores, os servidores do Ministério do Trabalho...

Quero dizer que não adianta fazer concurso para servidor administrativo do Ministério do Trabalho se não der a esses colegas as condições dignas para que eles possam trabalhar. Eles recebem hoje um salário indigno, Senador. Então, eles precisam de um plano de carreira que resgate a cidadania deles; se não, não vamos ter mais servidores no Ministério do Trabalho.

São essas as preocupações que gostaria de deixar aqui, e quero agradecer, mais uma vez, essa brilhante audiência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – A assessoria lembra que nós fizemos um ofício, inclusive a pedido do sindicato, para que houvesse a contratação dos auditores e, consequentemente, a infraestrutura.

A Rosa Maria eu conheço há anos, pela sua militância ativa, permanente, e faz um depoimento aqui, como diz o outro, tipo feijão e arroz. Esse é o quadro.

Meus cumprimentos. Acho que é isso mesmo.

Eu conheço as estruturas. Eu estou com 61 anos. Tem gente que esconde a idade, eu gosto de dizer que eu tenho 61. E todo mundo me olha, e uns dizem: "Não parece". Eu digo: Muito bem. Muito obrigado.

Eu conheço inclusive a estrutura.

Para se ter uma ideia, antes do fim do ano, um fiscal do trabalho, não vou citar dados, pediu para mim: "Paim, eu tive que fechar a empresa, porque não há a mínima condição daquele pessoal trabalhar ali. E o que vai estar resultando lá? Acidentes e morte". Aí vem a assessoria da medicina, da assistência, dos engenheiros, como a senhora está levantando neste momento, e fechou mesmo, e falou comigo. Daí conversamos, dialogamos, tivemos que fazer um termo, um tal de TAC (termo de Ajuste de Conduta), chamamos as centrais, as confederações, fomos lá, só abrimos... Ele fez a conciliação. Olhem o trabalho dele! Só foi aberto depois do compromisso de fazer alguns passos mínimos para não dar mais acidentes na área, e assinado o termo de compromisso.

Eu sei do trabalho heróico, sem nenhuma estrutura. E os trabalhadores até achando que o fiscal estava contra. O fiscal estava defendendo a vida deles. E vieram: "Paim, mas não podemos, fim de ano e tal..". Rapaz, ele está defendendo a vida de vocês.

Então, eu só posso dizer que vocês são uns heróis. Eu sei, sim, como é que vocês trabalham. E sei também as estruturas nos Estados, porque conheço quase todos os Estados e normalmente sou bem recebido pelos Delegados, pelos fiscais, e estabelecemos um diálogo.

Quer dizer que vocês são heróis mesmo. (*Palmas*.)

Palmas a você, não a mim. Você merece pela fala.

Nós tínhamos combinado. O senhor, por favor, o seu nome.

O SR. FRANCISCO LUÍS LIMA – Sou Francisco, Vice-Presidente de Segurança e Saúde do Sinait. Vou agradecer a V. Exª, primeiro pelo compromisso que o senhor sempre teve com a inspeção do trabalho e com os trabalhadores.

E, prontamente, na visita do Sinait, o senhor se comprometeu a solicitar audiência pública.

Gostaria de enfatizar sobretudo a segurança e saúde do trabalhador. Essa está desmontada mesmo no Brasil. Está desmontada. Apesar do relato da representante do Ministro, a Drª Vera, de que a segurança e saúde do trabalhador tem um número significativo de auditores, não é o real, porque é insignificante a quantidade de médicos e engenheiros.

Nós temos mais de 700 mil acidentes por ano, com 3 mil mortes por ano, de trabalhadores. Não conseguimos fazer a análise nem das mortes, no Brasil. E essas análises precisam ser feitas em detalhes que só poderão ser feitos por médicos e engenheiros. Nós temos um grupo hoje, colocado no núcleo de segurança e saúde, com todas as composições profissionais. E os colegas estão sofrendo de agravos mentais. Muitos deles me procuram, como médico, assustados porque não têm condições de fazer análise dos acidentes. Entretanto, são determinados, porque o grupo é insignificante.

Pedro Armengol citou aqui que, na época em que esteve lá, éramos sete médicos. Hoje somos dois médicos na capital, e um próximo a se aposentar; e dois engenheiros. Em Teresina, citando como exemplo a minha província, a cidade cresce, com obras do PAC, como as cidades em todo este País. Nós encontramos adolescentes trabalhando, em obras do PAC, na construção civil. Então, é assustador o que encontramos nessa área de segurança.

Nós fazemos todos os anos um evento. E, a cada dia... Eu constituí um grupo ali, desde 2000, só para discutir acidentes de trabalho. Todas as semanas, tenho vários casos de trabalhadores que foram mutilados, que estão deficientes, mas nem sequer tinham a carteira de trabalho anotada. Então, é impossível que a gente faça e discuta segurança e saúde do trabalhador no Brasil com a redução de médicos e engenheiros.

Outra colocação que eu queria fazer, que o senhor colocou muito bem: o senhor citou a negociação coletiva; hoje, a negociação coletiva nós somos proibidos de fazer como auditores do trabalho. Então, é uma necessidade, porque é um grupo de auditores neste País que tem uma massa crítica muito significativa. E o senhor sabe muito bem, como ex-sindicalista, que, na negociação coletiva, é preponderante o papel do auditor. Com o desvio do pessoal administrativo, vai demorar para que o administrativo adquira uma massa crítica para fazer a negociação coletiva.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Francisco, que fala com muita clareza do que realmente acontece. Do que acontece no mundo real, não é? O mundo real é esse que está sendo relatado aqui, e o Brasil tem que saber.

Quando a gente faz uma audiência como essa, há quem diga que estamos contra alguém. Pelo amor de Deus, vocês e nós aqui – eu sou da base do Governo – não somos contra ninguém! Somos a favor de causas nobres como essas que vocês fazem e em que atuam: salvar a vida da nossa gente, do nosso povo.

Então, que todos entendam que esta Mesa toda aqui, como vocês no plenário, querem somente que haja mais investimento na área correspondente Que vocês possam fazer auditorias fiscais corretas. Que haja mais médicos e técnicos na segurança no trabalho. Condi-

ções dignas para o nosso País continuar crescendo, mas sem o prejuízo de vidas da nossa gente, porque se as condições não são adequadas...

Eu falo um pouquinho do tema com certa segurança – posso dizer para vocês – porque eu, inclusive, na empresa, antes de ser sindicalista, fui marceneiro, matrizeiro e depois presidente da Cipa, eleito pelo voto direto, porque não aceitei aquela questão que até hoje existe; e sou contra isso.

Eu apresentei um projeto aqui, há vinte anos, e não sei por que não aprovam, sobre por que o presidente da Cipa tem que ser indicado pelo empregador. Por que não é eleito pelo voto direto? Até pode ser que tenha mudado. Mudou, ou continua igual? (*Pausa*.) Não. Continua igual. Não sei por que isso.

Para mim, deveriam baixar até uma medida provisória dizendo para eleger pelo voto direto, porque aquele grupo de trabalhadores que está ali, na verdade, evita o chamado ato perigoso, ou condições perigosas. É mais ou menos isso, no tempo em que eu estava lá.

Depois de ser presidente da Cipa, tirei um curso de técnico de segurança no trabalho e acabei atuando, então, como técnico de segurança no trabalho também na empresa a qual até hoje pertenço: o Grupo Tramontina. Tenho carteira assinada ali há trinta anos e continuo lá. Estou licenciado pela atuação no Parlamento.

Então, sei muito bem como são as condições de trabalho do nosso povo, da nossa gente em todo o Brasil. E não é só no campo, não; é na cidade também, como aqui foi dito muito bem pelos dois que me antecederam.

Mas, agora, o próximo é o... Vamos lá, meu amigo do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONTOURA – Do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Que eu conheço também há algumas décadas.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONTOURA – Há algumas décadas.

Bom dia, Senador. Eu vou pedir ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Só para efeito de registro, dê o nome completo e a identidade.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONTOURA – O nome: José Antônio Fontoura, auditor fiscal do trabalho aposentado.

O colega e companheiro de longas datas Orlando Vilanova pediu-me que eu dividisse o tempo com ele. Então, vou tentar ser o mais breve possível, a não ser que o senhor abra a excepcionalidade de um tempo extra para o colega, porque ele merece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o Orlando o próximo, então?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONTOURA – O Orlando Vilanova. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você, como gaúcho, já dirigiu a mesa. Quer dizer: "Eu falo e depois fala o Orlando". Atendida a sua solicitação. Então, está atendida já. Agora fala você, e depois fala o Orlando.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONTOURA – Está certo. Obrigado pela deferência, Senador.

Eu gostaria de registrar que o Senador Paim é um companheiro de longa data e é um Parlamentar que tem uma bandeira: a dos trabalhadores.

Na sua eleição retrasada – porque, na passada, fomos com folga, graças a Deus –, nós ficamos muito preocupados, porque as pesquisas indicavam que o Senador não estava bem, o que achei um escândalo. Eu digo: "Essa pesquisa deve ser mentirosa". E procurei os sindicalistas da minha terra. De maneira especial, o maior sindicato que tem, que é o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação, que é ligado ao PMDB. Pedi uma reunião de diretoria e disse para eles que não estava vendo coerência, porque o Senador Paim era um Senador dos trabalhadores. Independentemente de qual fosse o partido político, nós tínhamos a obrigação de eleger o Senador Paim. E conseguimos reverter aquele quadro. Eu nunca acreditei muito naquela pesquisa. E para nossa felicidade o Senador foi eleito na época e reeleito com uma margem significativa.

Mas a nossa Presidente falou na Lei nº 7.855, uma lei feita a mil e uma mãos. As mãos invisíveis da categoria. Nós estávamos: o colega Orlando Vilanova; o colega Faid e eu; o colega Orlando, como nosso secretário. Agora eu vejo a disposição da nossa Secretária de estabelecer essa parceria – que nunca deveria ter deixado de existir – entre o sindicato e a Secretaria, naqueles objetivos comuns da categoria e da sociedade brasileira. A senhora está de parabéns.

Aliás, se eu estivesse na ativa, gostaria, com muita honra, de trabalhar sob seu comando. Mas, infelizmente, já estou aposentado.

Pois bem, na discussão do projeto de lei, quando a colega Presidente falou na multa, em diferentes multas, mas especificamente naquela da rescisão contratual, em que não havia multa e nem prazo para pagamento das rescisões, o Senador Paim deu uma grande contribuição de que nos atrasos houvesse uma multa favorável ao trabalhador. A gente tem que registrar isso, como também aquela estabilidade temporária do acidentado do trabalho, que está na Lei da Previdência Social.

Mas eu queria falar, na frente dos representantes sindicalistas – pois falamos tanto em trabalho digno –,

um pouco sobre a dignidade dessa categoria. Naquela ocasião, nós estávamos lutando pela equiparação salarial com os colegas da Receita, que ganhavam muito mais do que nós. O representante, o líder do Governo era um Deputado com base no Rio Grande do Sul, em que pese não ser gaúcho, e dono de uma das maiores empreiteiras no estado. E quando nós levamos à Ministra a proposta dessa equiparação salarial, levamos no conjunto uma proposta de melhoria das condições da legislação do trabalho, por exemplo aqueles dispositivos que impediam o acesso da mulher no mercado de trabalho, que hoje a doutrina chama de um direito promocional da mulher. Foi essa equipe a responsável por isso.

Pois bem, aberta a negociação com a Ministra e o líder do Governo, este comparece ao gabinete da Ministra, numa reunião pedida por ele, juntamente comigo, o colega Faid e o colega Orlando. E ele disse o seguinte:

Olha, eu arrumo com o Presidente a equiparação salarial. Com isso vocês não se preocupem, porque está arrumado. Agora, essas questões que vocês colocaram aí nessa proposta, nessa medida provisória, com essas várias alterações na CLT, vocês deixem de lado, porque isso não precisa. O trabalhador e o empregador se resolvem, se entendem, e isso é desnecessário.

Aí, nós esperamos a volta da Ministra e dissemos para ela, fizemos questão de registrar na frente dela: "Nós não somos vendilhões de trabalhadores. Se é para ter um salário melhor vendendo trabalhadores, eu prefiro ficar ganhando o que estou ganhando". E esta categoria tem dignidade e sabe da relevância do seu papel. Por isso, trabalho digno também começa pela própria coerência em casa, e, graças a Deus, nós a temos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONTOURA – Vou pedir licença, porque estou atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos.

Você fez quase que uma retrospectiva da minha vida - foram quatro mandatos de Deputado Federal e dois como Senador -, e você sempre esteve na trincheira, ajudando lá no Rio Grande. Isso eu reconheço, como tantos outros que estiveram juntos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONTOURA – E sempre registro nas minhas aulas de Direito do Trabalho todas as suas contribuições...

O SR. PRESIDENTE (PAULO PAIM. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado! Boa viagem. (*Palmas*.)

Passamos a palavra, por solicitação do Professor José Antonio Fontoura, ao Sr. Orlando Vilanova.

O SR. ORLANDO VILANOVA – Eu sou auditor fiscal do trabalho aposentado e sou do Belém do Pará. Eu só queria pedir a V. Exª, Senador, que, antes do encerramento desta bela sessão de homenagem aos 120 anos de inspeção do trabalho do Brasil, nós fizéssemos, de pé, um minuto de silêncio pelos colegas assassinados em Unaí em cumprimento pelo dever legal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos fazer agora.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim, a pedido do Orlando Fontoura e naturalmente de todos, nós interrompemos a sessão por um minuto. Na verdade, fizemos uma homenagem a todos aqueles que tombaram na luta em defesa dos trabalhadores do campo e da cidade.

Nós tínhamos acordado aqui entre nós que seriam três, e abrimos para quatro.

Percebo que, no plenário, diversos gostariam de falar. Nós teríamos agora que voltar para a Mesa, para que cada um fizesse as suas considerações finais. Depois das considerações finais, em que eu vou permitir que cada um fale, se assim entenderem, por até cinco minutos, nós lançaríamos a revista que na verdade é um trabalho de vocês.

Mas eu estou vendo um guerreiro lá, como alguém disse, de camisa verde, que fez um pedido. Se vocês entenderem que dá para abrir para mais um... (*Pausa*.)

Então, um minuto. Um minuto. A Mesa aqui já me deu o aval.

Por favor.

O SR. BRUNO – Eu agradeço ao Senador Paulo Paim, pela oportunidade de falar.

Gostaria de cumprimentar à Mesa e a todos aqui presentes ..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O microfone está ligado!? Então, fale bem próximo.

O SR. BRUNO – Desculpe!

Gostaria de cumprimentar a todos aqui presentes. Agradeço a oportunidade ao Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O seu nome?

O SR. BRUNO – Bruno. Eu faço parte da comissão de candidatos aprovados no concurso de Auditor Fiscal do Trabalho, inclusive já conversei com o Senador a respeito da situação. A minha fala é breve.

Na verdade eu gostaria de fazer um apelo às centrais sindicais presentes - ao Dr. Soares, ao Dr. Pedro - e ao Ministério do Trabalho e Emprego, representado

pela Drª Vera Albuquerque, no sentido da contratação dos 220 candidatos aprovados.

Parabenizamos o Ministro Lupi pela conquista no próximo semestre a respeito do acordo que ele já tem com o Governo na contratação de mais 117 candidatos.

Entretanto, nós temos mais 103 candidatos aprovados e com verbas orçamentárias suficientes para serem nomeados a partir de junho.

Faço esse apelo, para que seja feita uma movimentação nesse sentido.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Bruno, eu acho que foi naquela conversa. O sindicato também me procurou, e eu quero dizer que já me movimentei. Vamos nos movimentar também depois de hoje. Eu quer dizer que encaminhei, ainda no início do mês, o seguinte requerimento à Ministra:

Ao cumprimentá-la, informo a V. Exª que o plenário da Comissão de Direitos Humanos aprovou, no dia 17 de março, o Requerimento nº 20, de 2011, da CDH, que requer o manifesto dos seus membros em correspondência à Exmª Sr. Miriam Belchior, Ministra do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esse manifesto tem o espoco de manifestar a nossa preocupação com a não contratação dos Auditores Fiscais do Trabalho aprovados em concurso público, realizado ainda em 2010.

O principal interesse que nos move neste sentido é o de fortalecer as atividades da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo como elemento fundamental para a efetividade do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

A Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado Federal, em agosto de 2007, realizou uma série de diligências na cidade de São Luís e Açailândia, no Estado do Maranhão, e nas cidades de Marabá, Belém [..].

E aqui ele mostra a realidade do País, e, por isso, o documento fortalece. E já encaminhamos, naquela oportunidade, a importância da contratação.

Mas quero dizer que, assim mesmo, nós vamos encaminhar outro documento, fruto desta reunião, com o mesmo objetivo, reforçando a contratação imediata dos auditores fiscais concursados.(*Palmas*.)

Então, a partir deste momento, eu vou permitir que todos usem a palavra por cinco minutos, se assim entenderem, e vamos começar, até por uma homenagem, com a viúva do colega Nelson José da Silva, que foi um dos assassinados em Unaí, a Srª Elba Soares da Silva.

A SRª ELBA SOARES DA SILVA – Bom, quero novamente agradecer o convite da Drª Rosângela, agradecer a oportunidade e torcer para que todas as reivindicações que foram feitas aqui sejam aceitas.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para dizer que acho que foi a direção do sindicato que me passou aqui para a Mesa – a minha líder que me passou aqui -, e eu acho que vou ler só o que diz aqui, além de onde ela pedia que eu a convidasse para a Mesa. Ela disse: "Clamamos para que os responsáveis pela chacina de Unaí sejam julgados e cumpram a pena da forma mais grave. Já se passaram sete anos, e nada foi feito".

Fica aqui o apelo, então, aos juízes, para que haja o julgamento e aqueles que cometeram o crime sejam penalizados.

Passo a palavra ao Pedro Armengol, representante da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Bem, a todos presentes, Senador Paulo Paim, nós só queremos aqui registrar a nossa satisfação em estar participando de um debate tão importante, não só para os auditores fiscais, mas para o mundo do trabalho como um todo. E colocar algumas breves reflexões, inclusive preocupado. Eu estava aqui dialogando com o Sebastião Soares em relação à fala da Secretária, companheira Vera Lúcia, quando colocou que uma das limitações...

...que leva a determinadas prioridades, e que, dentro dessas prioridades, inclusive, não está a mediação. E isso soou para nós aqui, como nossos olhares sindicais, com muita preocupação, porque nós sempre teremos entendimento de que a intervenção estatal tem como um dos papéis fundamentais, na ação fiscal, a mediação. E entendemos que a mediação pode inclusive se antecipar aos conflitos. E inclusive, aos estrangulamentos de conflitos, como é o exemplo simbólico de Jirau, que tem outras situações sendo acumuladas e que, em alguns momentos, a antecipação da mediação pode evitar que se chegue a situações de estrangulamento de conflitos.

Lembro-me, nesse pouco período que passei dialogando e trabalhando diretamente com essas questões com os companheiros médicos e engenheiros da Superintendência do Piauí, que, em muitos momentos, nos antecipamos ao estrangulamento de conflito em grandes empresas, de três mil, quatro mil trabalhadores. E inclusive, no primeiro momento da ação fiscal, havia aquela ameaça clássica: "Bem, se vocês me autuarem aqui, simplesmente eu vou fechar a empresa, e os trabalhadores que se danem". E conseguimos antecipar, chamando para a mesa de mediação, e evitaram-se os dois extremos.

Então, do ponto de vista de política da inspeção do trabalho no Brasil, entendemos que a mediação deve ser um elemento a ser trabalhado e discutido como, inclusive, um instrumento importante da ação da inspeção do trabalho no Brasil. (*Palmas*.)

Assim como também, no caso da inspeção do trabalho mais voltada para a questão da segurança e saúde do trabalhador, que não é só e inclusive - isso de forma autodidática e até do trabalho que a gente tem participado dos debates em nível mesmo de central sindical -, que não é só a ação fiscal, evidentemente, que é o instrumento para se diminuírem as situações de risco do trabalho. As ações educativas que passam também pela mediação, em alguns momentos, são até mais importantes do que a ação fiscal, formal do auto, etc. Às vezes, através do processo educativo, conseguem-se resultados muito mais promissores na questão da mudança de comportamento. Plagio aqui um grande companheiro auditor fiscal do Piauí, o companheiro Robervan Maciel, de quem nunca esqueci uma frase num determinado debate: que as ações de segurança e as atitudes de segurança e saúde do trabalhador por parte do empregador não sejam só uma imposição da lei, mas uma mudança de comportamento daqueles que trabalham em situações de risco.

Então, acho que é nessa perspectiva que a gente registra e, para concluir mesmo, evidentemente, este debate hoje se inicia neste momento, mas, evidentemente, vai ter desdobramentos, inclusive, das reflexões e dos problemas aqui hoje levantados.

Só para simbolizar um pouco a situação, não vou dizer o nome do Estado, nem do depoimento, mas é um depoimento real de uma ação de inspeção do trabalho que simboliza um pouco a realidade que os companheiros dizem. O companheiro diz, num depoimento: "Durante a fiscalização de um engenho, o carro da equipe de fiscais não funcionou, e o dono da propriedade, que havia sido autuado por diversas irregularidades, ofereceu-se para comprar uma nova bateria e chamou seus funcionários para ajudar no conserto do veículo". E continua o depoimento: "Ele ressalta ainda que a negociação final é um dos momentos mais tensos das operações, principalmente em locais afastados.

E é verdade, é a hora em que corremos mais risco de sofrermos qualquer atentado. Imagina, então, se o carro te deixa na mão. É por isso que muitos auditores preferem a fiscalização urbana, e não as rurais. Infelizmente, esta é uma realidade que se vive hoje das faltas de condições adequadas ao exercício da ação da inspeção do trabalho.

Esperamos que isso mude o mais breve possível, para que os trabalhadores da inspeção do trabalho não sejam expostos às mesmas situações de risco que eles estão combatendo dos demais trabalhadores deste País.

Muito obrigado e desculpe pelo tempo, Deputado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pela sua síntese, Pedro Armengol, Diretor Executivo da CUT, que representou Artur Henrique, que é o Presidente da Central Única dos Trabalhadores.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sebastião Soares, Diretor Nacional de Comunicação da Nova Central Sindical, representando o Calixto.

O SR. SEBASTIÃO SOARES – Inicialmente, quero só pontuar algumas questões que, para nós, também têm até interpretação conceitual.

Foi falado aqui que o Ministério do Trabalho ou o Governo vai ter muitos gastos com a fiscalização. Não achamos que isso é gasto. A Nova Central entende que as despesas ou os recursos alocados na fiscalização do trabalho é investimento. E é investimento estratégico fundamental, até do ponto de vista de melhorar a arrecadação do Estado e, principalmente, para melhorar as condições de trabalho. Então, por anos, isso deveria sair da rubrica despesa, da rubrica gasto, e entrar na rubrica investimento, porque seria a forma mais adequada de entender como é estratégica, fundamental e decisiva essa função dentro do Estado brasileiro.

Entendemos também que a fiscalização do trabalho não é uma questão da SIT, do Ministério do Trabalho, mas uma questão de Estado... (*Palmas*.) É uma prerrogativa fundamental do Estado e deve ser vista como uma política prioritária do Estado. Preocupa-me muito que o mundo, os outros países têm o Brasil como referência. Então, que mundo é este em que estamos vivendo? Se somos referência, os demais países, então, o que estão passando? Pobre dos colegas lá, também sou servidor público, chamo-os de colegas em função disso, pobre dos colegas dos demais países e dos trabalhadores deste País.

Então, acho que é preciso dourar menos a pílula para que possamos chegar à realidade tal como é e apontar alternativas concretas para resolver essas questões.

Por outro lado, manifestamos aqui o compromisso da Nova Central, com certeza, junto com as demais centrais sindicais - aqui, no caso, o colega Pedro, da CUT -, de que passamos a ter, no caso da Nova Central... O Pedro não, porque já é professor nesta matéria; mas nós, da Nova Central, saímos daqui com uma compreensão muito maior do que tínhamos da importância da fiscalização, da importância da categoria que vocês representam e da importância que isso tem, não

só para o Brasil, mas para a harmonia entre os povos, para que as questões sociais possam ser dirimidas.

E também concordo com o Pedro quando ele diz que a mediação, para nós, do movimento sindical, é um instrumento importante. Então, no momento em que a fiscalização não pode fazer essa mediação, não está fazendo a mediação, abriu mão da mediação, quer dizer, ficamos à mercê dos julgamentos judiciais, das articulações administrativas, enfim, de uma série de procedimentos que, em vez de possibilitar uma solução do conflito, no momento em que é identificado, no momento em que é fiscalizado, pode se arrastar em prejuízo dos trabalhadores. Então, para nós, a mediação é uma função necessária para o exercício da fiscalização do trabalho.

Assumimos aqui o compromisso que achamos fundamental, talvez, para nós: uma das questões principais para a categoria é a criação da lei orgânica da fiscalização, inclusive definindo não só as questões trabalhistas, as questões salariais, as questões funcionais, mas também questões da defesa pessoal de vocês. Não dá para enfrentar esse trabalho, não dá para enfrentar bandidos, não dá para enfrentar criminosos apenas com boa vontade e apenas com a nobreza pública do trabalho profissional, é preciso também que vocês tenham o resguardo das suas vidas. Então, essa lei orgânica deve prevê, além das questões trabalhistas, além das questões funcionais, questões pessoais, referentes as suas defesa, à defesa das suas vidas.

E, por último, Senador, mais uma vez, quero cumprimentá-lo por esta brilhante iniciativa. Como sempre, o Paim sempre marca a gente, quando acho que o Paim apontou questões mais fundamentais, ele ainda vai lá e resgata outras questões tão importantes como todas as outras que V. Exª tem levantado.

Então, para nós, é de extrema importância esta audiência, pois saímos daqui com maior conhecimento desta realidade, e, com certeza, a Nova Central vai estar presente nesse debate, e o que for do nosso alcance, já vamos encaminhar, hoje ainda, com certeza, o ofício ao Ministério do Trabalho, ao Ministério do Planejamento, no sentido da contratação dos concursados, tendo a certeza de que não é o suficiente, mas é, pelo menos, um paliativo imediato.

E, por último, quero cumprimentar o Sinait, na pessoa da Rosângela, pelo trabalho executado, pela coragem do enfrentamento das necessidades que tem de representar a categoria, porque ela não fala só para os fiscais, pelos auditores fiscais, mas por todos os trabalhadores do Brasil que dependem das ações de vocês.

Quero aproveitar, também, para cumprimentar o Sinait, através de uma outra pessoa, o meu conterrâneo Faid, um grande lutador, companheiro, que é destacado nesse trabalho, foi presidente do Sinait e é uma referência, não só para os auditores fiscais, mas para o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Um abraço, Faid. Você é um exemplo nesta luta. (*Palmas*.)

E a todos, muito obrigado. E a Nova Central se coloca à disposição, e já convido a Presidente Rosângela para, numa oportunidade mais próxima, fazer esse debate dentro da Nova Central, com os demais sindicatos, para que possamos ter a compreensão e ter um apoio das categorias nesse processo decisivo, fundamental, necessário e imperioso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero registrar a presença conosco aqui do Senador Sérgio Petecão e também do Senador Crivella, ambos comprometidos com esta causa. Podem ter certeza de que ambos, a todo momento que são provocados para esse debate, eles têm lado, e é o lado dos trabalhadores. Então, por isso, faço questão de dar este depoimento.

Depois, teremos uma outra reunião para discutir o debate de amanhã, que é o PL 122.

Neste momento, antes de passar a palavra à nossa Presidente do Sindicato, a Rosângela, e também à nossa querida Vera Lúcia, que representa aqui o Ministro, eu queria convidar para que viesse aqui para a frente, mais à minha direita, o nosso amigo e querido diretor Secretário Especial de Comunicação do Senado, Fernando César Mesquita. Por favor, aqui em frente ao cartaz; e também o Eduardo Leão, Diretor que é da Secretaria Especial de Comunicação Social e Secretaria *Jornal do Senado*. (*Palmas*.)

Neste momento, eu diria aqui que, numa homenagem a vocês, eles me procuraram, na semana passada, porque queriam lançar a revista que fala muito da luta de vocês. Daí, falando com o Mesquita – permita que eu o chame de Mesquita –, Diretor Mesquita, ele respondeu: "Não, Paim, sem problema algum. Vamos lançar exatamente no dia da homenagem que a Comissão vai fazer aos auditores fiscais".

Então, neste momento, quero passar a palavra para os dois. Talvez seja interessante fazer um pequeno histórico sobre como surgiu a revista, e, em seguida, vocês vão receber uma cópia dela.

Diretor Mesquita, Fernando Cesar Mesquita, com a palavra.

O SR. FERNANDO CESAR MESQUITA – Senador Paim, Senador Crivella, Senador Petecão, senhoras e senhores, é um prazer estar aqui neste momento para lançar a edição da revista *Em Discussão!*, que trata exatamente da questão dos direitos humanos,

enfatizando a escravidão. O título é "A escravidão que precisa ser abolida".

Esta revista está no 7º número e trata, principalmente, dos assuntos que são discutidos nas audiências públicas. Como todos sabem, nas audiências públicas aqui no Senado são tratados os grandes temas de interesse nacional, os grandes projetos, assuntos que realmente merecem a atenção da população. Para que esses debates não se percam, para que não haja um esquecimento em relação a eles, além da transmissão que fazemos pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelo Jornal e pela Agência, nós achamos que deveríamos preservar esse instrumento importante que é o trabalho da audiência pública.

Portanto, a revista *Em Discussão!*, neste número, trata exatamente do problema do trabalho escravo. Então, nós pedimos – conversamos com o Senador Paim – para fazer o lançamento da revista exatamente aqui, nesta reunião e neste dia, como uma homenagem a todos vocês que defendem essa causa e ao Senador Paim, que realmente é, neste Senado, uma das pessoas que mais defende os direitos humanos, os direitos dos trabalhadores.

Eu gostaria de passar a palavra ao Leão, que é o Diretor do *Jornal do Senado* e da revista, para dizer algumas palavras e explicar quais foram os critérios adotados na edição desta revista – ao Leão e ao João Carlos, que é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus parabéns ao Cesar Mesquita pela direção dos trabalhos. (*Palmas*.)

O SR. EDUARDO LEÃO – Bom, em primeiro lugar, bom dia a todos.

É uma honra para a gente, como jornalista, lançar esta revista aqui para um público extremamente qualificado, que, inclusive, é fonte de informação para a revista.

Eu queria dizer para vocês que a informação que a gente utilizou como substrato para esta revista é justamente aquela produzida, muito em parte, pelos fiscais do trabalho. Então, a gente faz, nesta revista, toda uma tentativa de apresentar para os leitores um diagnóstico da situação do trabalho escravo no País, de mostrar que ele existe e de identificar as características que ele assume, com base, mais uma vez, nas informações prestadas pelos fiscais do trabalho e que já são também apropriadas por organismos internacionais, como a OIT. Os relatórios da OIT são outra fonte de informação muito preciosa para esse trabalho que a gente está apresentando.

Lembramos, em um texto muito significativo na revista, a tragédia que ocorreu no dia 28 de janeiro de 2004: o assassinato dos fiscais do trabalho em Unaí. (*Palmas*.) Nós apresentamos um balanço de como está a questão do julgamento e da apuração de responsabilidade desse crime.

O mais importante para nós aqui no Congresso, Senador Paim, é que apresentamos as propostas que estão em tramitação no Congresso e que podem ajudar a erradicar esse mal do País.

Então, é uma revista que busca, com os melhores conceitos e princípios da prática do jornalismo, mostrar esse problema, apresentá-lo para a sociedade, disseminar as informações e, é claro, num caso como esse, mostrar caminhos para que esse problema deixe de ser alguma coisa que manche, inclusive, a reputação do País no exterior.

Bom, eu gostaria de que vocês fizessem uma boa leitura e que também, na medida do possível, divulgassem esse trabalho, que é um iniciativa da Comunicação Social da gestão do Fernando Cesar Mesquita.

Esta revista monotemática permite que esses assuntos institucionais que são muito importantes para o País e que estão em constante discussão no Congresso Nacional tenham avanços institucionais que possam melhorar, cada vez mais, a qualidade de vida, a condição de vida no nosso País.

Muito obrigado a vocês. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Diretor Leão. Parabéns!

Pessoal, vamos dar uma salva de palmas para o Fernando Cesar Mesquita, para o Eduardo Leão e para toda a sua equipe. (*Palmas*.)

Vejam bem: você destacou que esta revista trata do chamado assassinato, da chacina, do crime hediondo cometido em Unaí, que atingiu quatro desses heróis que lutam em defesa dos trabalhadores que são os nossos fiscais do trabalho.

Então, parabéns a todos! É uma alegria fazer este lançamento aqui. (*Palmas*.)

A partir deste momento, nós voltamos ao encerramento da nossa Mesa. Vou passar a palavra, pela simbologia, na sequência aqui, à Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, e, para terminar, à Vera Lúcia, que aqui representa o Ministro do Trabalho.

Por favor, Rosângela.

A SRª ROSÂNGELA SILVA RASSY – Obrigada, Senador.

Eu gostaria, aproveitando algumas referências também que foram feitas aqui na mesa, de pontuar algumas coisas.

A categoria dos auditores fiscais do trabalho tem, sim – aqui eu me dirijo aos representantes dos trabalhadores –, uma grande preocupação com o fato de deixar de participar das negociações e das mediações.

Nós consideramos que, não obstante haver uma norma internacional que dá essa competência à Secretaria de Relações do Trabalho ou o comando dessa tarefa à SRT, que é uma Secretaria distinta da SIT – Secretaria de Inspeção –, ao longo dos anos, essa competência, essa atribuição foi dos auditores fiscais do trabalho. Nós conquistamos essa tarefa. Nós não queremos abrir mão dessa tarefa. (Palmas.)

A nossa Secretária – acho que foi a Secretária; perdão pelo que eu vou falar – falou, quanto à questão da Justiça do Trabalho, que muitas competências são da Justiça do Trabalho e explicitou o que cabe à Justiça do Trabalho. Ok! Que fique com a Justiça do Trabalho o que lhe cabe. Mas nós entendemos que a fiscalização do trabalho tem muito a fazer nessa área e que somente deve ir para a Justiça do Trabalho aquilo que não puder ser resolvido no âmbito da inspeção do trabalho. (Palmas.) Para isso, nós precisamos fortalecer o número de auditores. Eu entendo que talvez este momento crítico por que estamos passando, com um número reduzido de auditores, tenha levado o Ministério do Trabalho a aceitar – permito-me dizer – a acomodar essa questão da negociação e da mediação na esfera da Secretaria de Relações do Trabalho, mas, com isso, Secretária, nós, auditores, estamos perdendo uma atribuição, e nós não queremos perder atribuições. Nós queremos, sim, fortalecer-nos, ser mais em número e continuar a exercer o nosso papel.

Então, eu aproveito, Senador e companheiros das centrais, para fazer uma proposta, que é dirigida a você na condição de representante do Ministério do Trabalho. Vamos abrir uma discussão sobre isso? Vamos abrir uma discussão? Porque não podemos, simplesmente, aceitar que, de uma hora para outra, o Ministério do Trabalho diga: "Não. A partir de agora, cabe à Secretaria de Relações do Trabalho e aos administrativos fazerem a mediação". Ora, os administrativos, nossos colegas que respeitamos e dos quais conhecemos o papel e as competências, não estão preparados para essa função. Quantos anos nós vamos levar para prepará-los adequadamente para exercer essa função, se as situações estão ocorrendo aí?

Então, não é o caso de passar essa atribuição para os administrativos se estes não estão preparados, e sabemos que são em número reduzido.

A nossa proposta aqui, e gostaria que a Mesa a encampasse, é no sentido de o Ministério do Trabalho abrir uma discussão em cima dessa questão. Não simplesmente abrirmos mão dessa atribuição, que muito nos orgulha. E quantas greves nós deixamos e abortamos em uma mesa de mediação. Então, não queremos abrir mão dessa atribuição. Precisamos, sim, discutir essa questão.

Outro ponto, e serei rápida, sobre o ponto em que a nossa secretária diz: "Vamos atuar nas obras do PAC, nas obras pelas Olimpíadas, Copa do Mundo". Então, ótimo, vamos atuar, mas vamos acelerar esse processo do número de auditores fiscais. Vamos acelerar esses concursos públicos, porque, com este número reduzido, vamos passar vexame. É mais uma área que está arriscada a passar vexame, com perdas de vida, com mutilações, porque não houve prevenção. E sem fiscalização, não há prevenção, e os acidentes vão acontecer.

Sentimo-nos envaidecidos quando o Ministério do Trabalho diz que a fiscalização do Brasil está sendo levada, o modelo, para outros países, que a OIT está nos engrandecendo. Mais alguém aqui falou, e é preciso que todos reforcemos isso. Então, vamos arrumar melhor a nossa casa, porque internamente estamos com muitos problemas. (*Palmas.*) Aqui foram evidenciados alguns. Ótimo, queremos ser vitrine. Queremos que a OIT nos impulsione como referência, mas não queremos que isso seja apenas para o exterior. Vamos cuidar dos nossos problemas, porque estamos vivenciando muitos problemas.

E o Ministério e o Estado não podem se furtar. Não deve ser esquecido nunca o art. 21, inciso XXIV, da Constituição. Está lá: "Compete à União organizar - estamos organizados - manter e executar a inspeção do trabalho". Esta manutenção e esta execução estão correndo risco, em especial a execução, se não tomarmos medidas imediatas quanto a isso.

Por ultimo, quero aqui, Senador Paim, trazer um alerta: hoje, dia 11, estava previsto para entrar em pauta a votação sobre o veto da Emenda 3. Por sorte, a nossa Assessora Parlamentar nos comunicou aqui que não entrou. A Emenda 3, vocês estão lembrados, é aquela que tira a nossa competência para reconhecermos e determinarmos registro de empregados durante a ação fiscal. E com apoio de parlamentares sérios, como o Senador Paim, conseguimos fazer um grande trabalho, uma grande mobilização. E houve o veto do Presidente da República. Esse veto está sendo trazido para ser apreciado.

Então, Senador, vamos novamente, companheiros, vamos novamente nos agregar, nos fortalecer para manter esse veto.

Por último, quero aqui pedir aos auditores presentes uma salva de palmas ao Senador Paim. (*Palmas*). Não esquecemos, não, Senador, a grande contribuição que o senhor deu em 1989, quando a categoria trabalhou, porque sentiu a necessidade de trazer para o âmbito do Ministério do Trabalho a fiscalização do fundo de garantia. E quanto o fundo de garantia, esse direito do trabalhador, cresceu! E, hoje em dia, o quan-

to a arrecadação aumenta a cada ano com o trabalho, com o suor dos auditores fiscais do trabalho! (*Palmas*). E aí digo, Secretária, que não queremos abrir mão de nenhuma das atribuições que temos. Se pudermos agregar mais para proteger o trabalhador, vamos agregar mais. Para isso, só precisamos de uma estrutura e de um número de auditores suficiente.

Obrigada, colegas, e obrigada, Senador, por essa oportunidade de discutir. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só posso dizer parabéns à Rosângela, que fechou direitinho a sua fala e lembrou momentos da nossa caminhada.

Parabéns.

Depois falarei rapidamente no encerramento.

E passo a palavra, de imediato, à Drª Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, em representação ao Ministro Carlos Lupi, do Ministério do Trabalho e Emprego.

A SRª VERA LÚCIA RIBEIRO ALBUQUERQUE – Obrigada, Senador.

A minha missão ficou muito fácil, porque, como auditora fiscal do trabalho, a Rosângela me representa, e o que ela fala é o que eu falaria. Eu agradeço a ela por ser tão guerreira, por nos defender e por ter conseguido esta audiência pública. Já demos a salva de palmas, da qual fiz parte também.

Como auditora, a Rosângela me representa e já falou bem o que penso.

Estou com o chapéu do Ministro. Então, tenho que dar uma satisfação aos representantes dos trabalhadores, que comentaram sobre outra época em que realmente fazíamos mediação. Já houve, no Ministério – e acho até que o Orlando Vilanova foi Secretário de Relações de Trabalho, não? Era uma Secretaria só. E quem sabe isso possa voltar um dia. Não sei.

Atualmente, o que acontece, colega, é que não terminou a mediação no Ministério do Trabalho. É obrigação deste fazer mediação e negociações coletivas pela Secretaria de Relações do Trabalho. Isso está no Regimento Interno, isso está na obrigação. O caso da Inspeção do Trabalho, vocês sabem o que foi? É importante saber o passado. A OIT, há pouco tempo, resgatou um diagnóstico feito – acho que o Orlando também assinou isso –, de 1992, um diagnóstico da nossa Inspeção do Trabalho em 1992. E é importante saber, Senador, que, em 1992, com o mercado de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Inácio Arruda é parceiro de todas as horas, por isso não posso deixar de... (*Palmas*.) Ele está em outra Comissão, mas fez questão de dar um abraço em vocês.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB - CE) – Senador Paim, é que estamos em duas Comissões, aliás, em três: Comissão de Educação, que está tendo uma audiência pública, e Comissão de Justiça, que está tratando das medidas provisórias, cuja decisão tem uma repercussão muito grande adiante. Sei da importância do nosso trabalho aqui.

Quero dar parabéns a todos pela longevidade do trabalho. Não é fácil ter instituições centenárias e serviços centenários para o povo brasileiro. E esse é um serviço que supera a vida centenária. Coisas que queremos ter também, mas não é fácil. Ainda não temos essas condições no Brasil.

Quero cumprimentá-lo, Senador Paim. Quero também cumprimentar todos os convidados. Tenho que voltar à Comissão e disse ao Senador Paim que, se ele precisar de alguma coisa, mande-nos chamar lá.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de voltar a V. Exª, somente por uma questão de justiça com os outros Senadores, estiveram conosco o Senador Inácio Arruda, o Senador Wellington Dias, o Senador Sérgio Petecão, o Senador Crivella, o Senador novo na Casa e que já esteve aqui, Ataídes Oliveira, e a Senadora Ana Rita.

V. Exª está com a palavra.

A SRª VERA LÚCIA RIBEIRO ALBUQUERQUE – Rapidamente para terminar.

Quanto a esse diagnóstico sobre a Inspeção do Trabalho feito em 1992, acho que diversos colegas aqui o devem ter lembrado, vi no relatório e tenho orgulho de dizer que, desde 1992, nós atingimos praticamente todas as recomendações. A OIT não dá ordens. Ela faz recomendações que, claro, o país que ratificou a Convenção pretende atingi-las. Nós fomos atingindo todas. A única que está faltando é a capacitação contínua, que, apesar de existir, não está programada, não está organizada. Mas uma das recomendações, já daquela época, era que a inspeção do trabalho deveria fazer inspeção. Então, as atividades de mediação e negociação deveriam estar em outro departamento qualquer do Ministério do Trabalho, ou seja, era uma recomendação da OIT. Isso também consta da recomendação que explica a forma de se atender a Convenção nº 81.

Outra coisa. Naquela época, é interessante saber, em 1992, há vinte anos, o mercado de trabalho era muito menor, e nós éramos 3.231, muito mais do que somos agora. Isso também é interessante.

Como representante do Ministro do Trabalho, digo que não estão desassistidas a mediação e a negociação coletiva. Talvez o senhor esteja aplicando, Pedro, o conceito de mediação de uma forma diferente, porque mediação é aquela ação em que o mediador fica

neutro, não interfere na discussão entre as partes e facilita. Esse não é o caso do auditor fiscal do trabalho. Nós somos sempre parte, porque estamos sempre defendendo o trabalhador, sempre brigando por ele. Isso ainda existe na nossa função, na ação fiscal, na mesa de entendimento e eu acho importante que continue a existir – sinceramente, acho que tem grande efeito –, e não aquela ação com base na definição real da mediação, daquela pessoa neutra, que não interfere entre as duas partes. Isso não é função nossa. Mas na mesa de entendimento, na ação fiscal, nós estamos sempre solucionando conflitos. Disso nós realmente não podemos abrir mão. É isso que a OIT espera, é isso que se sugere.

A sugestão do Sinait, que eu aceito plenamente, gostaria até que fizessem um ofício ao Ministro suscitando uma discussão a esse respeito, é importantíssimo sempre debater com a categoria. Por isso eu estou visitando todas as superintendências para escutar os colegas. Só parei por causa do contingenciamento, mas vou continuar assim que liberarem.

Então, como o dia é de festa, o que eu realmente quero é dar os parabéns. Eu acho que, nestes 120 anos, nós evoluímos demais e, como eu disse, principalmente em razão da ação de todos os que nos antecederam, tanto na carreira simplesmente, como nos Sinaits. Parabéns a vocês todos, parabéns a nós todos pelo que nós criamos! É um filho lindo.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Drª Vera Lúcia, que aqui representou o Ministro.

Agora vamos encerrar a nossa audiência pública, mas me permitam contar para vocês uma pequena historinha em um minuto, pois sei que todos têm que almoçar. Sabem por que eu virei Senador da República? Eu era Deputado Federal, estava lá por quatro mandatos, era sempre o mais votado da região Sul, tranquilo, nunca tinha pensado em ser Senador. Sabem por que virei Senador? Porque houve uma discussão lá, isso foi citado aqui, no Governo anterior ainda, que queria mudar toda a legislação, dizendo que acima do legislado estava o negociado. Ah, não.

Eu fui à tribuna com uma Constituição, desloquei a folha principal que trata dos direitos sociais, dos direitos individuais, dos direitos dos trabalhadores e disse o seguinte àquele Plenário: se vocês aprovarem isso aqui, estarão arrancando o coração da Constituição que é o direito dos trabalhadores do campo, da cidade, enfim, de toda a nossa gente. Isso é um crime. Só o farão por cima do meu cadáver.

O que aconteceu? Quase quiseram passar por cima do meu cadáver. Foi uma "pauleira" naquele plenário. E eu, indignado com um Senador, arremessei uma Constituição em direção a ele. O pior foi que eu errei e bateu em outro. Enfim, quebramos o pau no bom sentido. A Rede Senado está transmitindo. Era tapa para todo lado, porque eu não queria deixar votar, pois eu sabia que perderíamos. Terminado tudo, depois de duas horas, votou-se e nós perdemos. Eu disse o seguinte: pois bem. Vai ao Senado – era fim de ano –, onde será ser votado somente ano que vem. Eu sou candidato a Senador, vou me eleger e lá no Senado vou derrubar esse artigo. (Palmas.)

Deixem-me contar para vocês: a profecia deu certo, não apenas por minha causa. Graças a Deus, o Presidente Lula se elegeu, no Ministério do Trabalho assumiu o Jaques Wagner na época, a Senadora morreu, articulei com o Ministério do Trabalho, e nosso primeiro ato aqui foi arquivar o projeto que dizia que, acima do legislado, estava o negociado.

Depois aprovei o Estatuto do Idoso, a política do salário mínimo que está em pleno vigor e inúmeros projetos. Mas acho que o mais importante ato do meu mandato foi esse em parceria com vocês que estavam do meu lado, nas galerias, com o Governo Lula, com o Ministério do Trabalho.

Nós conseguimos tirar de vez essa história, e foi muito bem lembrado aqui. As centrais, as confederações todas trabalharam, ajudaram nessa história: negociado está acima do legislado. Num País onde, nós todos admitimos, tem até revista de combate ao trabalho escravo o que vai valer é o negociado acima do legislado? O legislado tem que valer. Acima dele vem a negociação para avançar mais e não abaixo da lei. Esse era o debate que eu fazia. Não tem lógica, não tem sentido. Queria apenas dizer isso a vocês.

Vocês estão de parabéns pelos 120 anos. A melhor forma de terminar, se a TV Senado estiver filmando, até me proponho a levantar daqui, talvez não seja focar em nós ou em mim, que estou aqui na Mesa, mas naquele cartaz: 1891 – 2011. Inspeção do Trabalho. Cento e vinte anos. Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. E por que não focar aqui atrás também: Auditor Fiscal do Trabalho, compromisso com o trabalho digno, carteira de trabalho assinada, coisas básicas, salário pago – trabalhou, paga –, jornada de trabalho respeitada? Cumpra-se o que manda a Constituição em relação à jornada de trabalho e a CLT para cada setor. Descanso semanal remunerado – como disse alguém, até Cristo teve um dia em que descansou para depois continuar. Férias é o mínimo em que a gente pode pensar. E proteção, tão falada aqui, contra acidente de trabalho, ou seja, condições dignas de trabalho. Em resumo, os trabalhadores brasileiros têm que saber que vocês, auditores fiscais do

trabalho, são os nossos heróis, as nossas referências. Quantas e quantas vezes foi via vocês que, quando eu era sindicalista, resolvi muito conflito inclusive de categorias paradas!

Só posso dizer: vida longa aos auditores fiscais do trabalho!

Está encerrada a presente sessão. Um abraço a todos.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia doze de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senadores **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, Lídice da Mata, Sérgio Petecão, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Ataídes Oliveira, Demóstenes Torres, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcante, Gim Argello e Marinor Brito**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta**: Item 1**. Não Terminativo. **Oficio "S" nº 51, de 2009**, encaminha ao Senado Federal o Relatório de Inspeção Prisional realizada no Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo. (Volume – II) (2ª Autuação – CDH). Autoria: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela apresentação de Requerimento de Audiência Pública para instruir a matéria. Resultado: **aprovado. Item 2.** Não Terminativo. **Oficio "S" nº 22, de 2008**, denúncia de violação de direitos humanos ocorridas no Oitavo Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga, Estado do Amazonas. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senador João Pedro. Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pelo Arquivamento da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 3.** Não Terminativo. **Sugestão nº 4, de 2006**, Sugestão com a finalidade de permitir a compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão do horário gratuito em todas as modalidades de propaganda gratuita. Autoria: ABRA – Associação Brasileira de Radiodifusores. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatoria *ad hoc*: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: **Aprovado**. **Item 4**. Não Terminativo. **Sugestão nº 2, de 2010**, cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas. Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: **Retirado de pauta para reexame**. **Item 5**. Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2009**, altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social. Autoria: Deputado Nelson Pellegrino. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do (Substitutivo) que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 6.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 77**, de 2007, acresce o inciso VI ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Obriga hospitais e demais estabelecimentos de atenção à gestante a armazenar e conservar amostras de material genético do recém-nascido que possibilita a identificação ou a confirmação da maternidade pela análise do DNA). Autoria: Deputada Sandra Rosado. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 7**. Não Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008, obriga os Centros de Formação de Condutores a adaptar 10% (dez por cento) de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências. Autoria: Deputado Pompeo De Mattos. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **Retirado de Pauta para reexame**. **Item 8.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 122**, **de 2006,** altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Autoria: Deputada Iara Bernardi. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo), e a Subemenda que apresenta. Resultado: **Retirado de pauta**. **Item 9**. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2010 – Complementar – Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegu-

rar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador José Agripino. Relatoria *ad hoc*: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. **Item 10**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2010**, altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos recursos do PDDE. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Aprovado**. **Item 11**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2010**, acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho e à Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre o tamanho das dependências destinadas à moradia dos funcionários de condomínio e dos empregados domésticos. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas que apresenta. Resultado: **Aprovado**. **Item 12**. Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 2009**, altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos). Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01-CAS, aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: **Adiado**. **Item 13**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências. Autoria: Senadora Roseana Sarney. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatoria *ad hoc*: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 211/2004 e PLS nº 229/2008, que tramitam em conjunto. Resultado: **Lido o relatório, fica adiada a discussão e votação da matéria por falta de quórum.** Tramita em Conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2008, que obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Resultado: **Lido o relatório, fica adiada a discussão e votação da matéria por falta de quórum. Item 14**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria ad hoc: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação da matéria, rejeita a Emenda nº 1/2008-CE, aprova a Emenda nº 2/2008 – CE, e apresenta mais uma Emenda. Resultado: **Retirado de pauta, para atender OF. SF/ 615/2011 de 11/05/2011, da Secretaria Geral da Mesa. Item 15**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão "pessoa com deficiência". Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Marinor Brito. Relatoria *ad hoc*: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 16**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 216, DE 2004,** altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Eduardo Amorim, Relatado ad hoc pelo Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), com uma Subemenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 17.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria *ad hoc* pela Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta. Resultado: **lido o relatório é adiada a votação pela falta de quorum**. **Item 18.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008**, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cícero Lucena, *ad hoc* Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Lido o relatório, fica adiada a discussão e votação da matéria por falta de quórum**. **Item 19**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Se-

nador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 1, 2 e 3 – CCJ, aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **Adiado. Item 20**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis. Autoria: Senador João Vicente Claudino. Relatoria: Senador Cícero Lucena, relatado ad hoc pelo Senador Ataídes de Oliveira. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 01 – CCJ (Substitutivo), aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **Lido o relatório, fica adiada a discussão e votação da matéria por falta de quórum. Item 21**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Sérgio Petecão, Relatado ad hoc pela Senadora Marinor Brito. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma aprovado na CAS, com uma emenda que apresenta. Resultado: **Lido o relatório, fica adiada a discussão e votação da matéria por falta de quórum**. **Item 22**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Eunício Oliveira, ad hoc pela Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº1-CAS, nº 2-CAS e nº 3-CAS aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: **Lido o relatório, fica adiada a discussão e votação da matéria por falta de quórum**. **Item 23**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2009, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Eduardo Amorim, Relatado *ad hoc* pela Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, rejeição da Emenda nº 1-CI, com uma emenda que apresenta. Resultado: **Lido o relatório, fica adiada a discussão e votação da matéria por falta de quórum. Item 24.** Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora ad hoc Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação da matéria com as emendas que apresenta. Resultado: **Lido o relatório, fica adiada a discussão e votação da matéria por falta de quórum**. **Item 25**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2003, que modifica os artigos 121 e 122 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1-CCJ, aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e cidadania. Resultado: **Lido o relatório, fica adiada a discussão e votação da matéria por falta de quórum**. **Extrapauta. Item 01. Requerimento n° 61, de 2011 – CDH**, que requer a realização de audiência pública com o objetivo de apresentar a pesquisa "A implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos nas diretrizes do Ensino Fundamental nos municípios do Brasil, realizada pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), organização não-governamental com status Consultivo Especial perante o Conselho Econômico e Social da ONU, com os seguintes convidados: Representante do Ministério da Educação; Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Presidente do Conselho Nacional de Educação, Sr. Antônio Carlos Caruso Ronca; Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Representante do GAJOP. Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da Palavra os seguintes senhores Senadores: Paulo Paim, Marcelo Crivella, Marta Suplicy, Magno Malta, Cyro Miranda, Ana Rita, Sérgio Petecão, Cristovam Buarque, Humberto Costa, Ataídes de Oliveira, Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Eu só vou fazer um apelo aos Senadores, Deputados e nossos convidados: que a primeira e a segunda filas sejam destinadas aos Deputados Federais e aos Senadores. Os Deputados Estaduais poderiam ficar na terceira fila e os nossos convidados também. Só peço que preservem a primeira e a segunda filas para os Deputados Federais e os Senadores.

Ainda solicito à assessoria que encaminhe à Mesa os nomes dos Deputados Federais e Senadores presentes.

Enfim, vamos à nossa pauta.

ITEM 1
- Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 51, DE 2009

Encaminha ao Senado Federal o Relatório de Inspeção Prisional realizada no Sistema Penitenciáriodo Estado do Espírito Santo. (Volume – II) (2ª Autuação – CDH)

Autoria: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

Relatoria: Senador Magno Malta

Eu vou, primeiro, ler a pauta e depois a gente vai para a discussão e as votações.

ITEM 2
- Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 22, DE 2008

Denúncia de violação de direitos humanos ocorridas no Oitavo Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)

Relatoria: Senador João Pedro

Eu ainda esclareço ao Plenário que todos os projetos não terminativos e terminativos, como é praxe nesta Comissão, todos eu coloco na pauta. Nunca deixei de colocar na pauta um projeto que já esteja com parecer encaminhado a esta Presidência pelo Relator. Agora, se vai votar ou não, é uma decisão do autor, do Relator e, principalmente, do Plenário. Há projetos aqui, por exemplo o do Senador Magno Malta, como esse aqui, que está na pauta há mais de um ano e não foi votado.

Enfim, o projeto só é votado quando há o entendimento entre o autor e o Relator, mas, naturalmente, a última palavra é do Plenário.

Então, todos os projetos que estou lendo aqui, muitos deles estão na pauta já há mais de dois anos. Aí o Plenário é que decide. Eu apenas encaminho o que é projeto que esteja em condição de ser votado.

ITEM 3
- Não Terminativo -
SUGESTÃO Nº 4, DE 2006

Sugestão com a finalidade de permitir a compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão do horário gratuito em todas as modalidades de propaganda gratuita.

Autoria: ABRA – Associação Brasileira de Radiodifusores

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

O relatório já foi lido por parte do Senador Eduardo Amorim.

ITEM 4
- Não Terminativo -
SUGESTÃO Nº 2, DE 2010

Cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas.

Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

ITEM 5
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2009

Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social.

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino

Relatoria: Senador Cícero Lucena

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2007

Acresce o inciso VI ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Obriga hospitais e demais estabelecimentos de atenção à gestante a armazenar e conservar amostras de material genético do recém-nascido que possibilita a identificação ou a confirmação da maternidade pela análise do DNA).

Autoria: Deputada Sandra Rosado

Relatoria: Senadora Ângela Portela

ITEM 7
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, DE 2008

Obriga os Centros de Formação de Condutores a adaptar 10% (dez por cento) de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pompeo De Mattos

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Eu entendo, naturalmente, e o Plenário é sabedor de que fiz questão de que, quando o projeto fosse encaminhado, do Item nº 8, mandaria publicar inclusive no *Jornal do Senado*, para que todos ficassem sabendo que o relatório já havia chegado.

ITEM 8
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2006

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Autoria: Deputada Iara Bernardi
Relatoria: Senadora Marta Suplicy

ITEM 9
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2010 – Complementar

Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres
Relatoria: Senador José Agripino

ITEM 10
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2010

Altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos recursos do PDDE.

Autoria: Senador Flávio Arns
Relatoria: Senador Sérgio Petecão

ITEM 11
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2010

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho e à Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre o tamanho das dependências destinadas à moradia dos funcionários de condomínio e dos empregados domésticos.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Cyro Miranda

Esses são os não terminativos. Depois, vamos entrar nos terminativos, e será outra a discussão.

O encaminhamento que eu quero fazer com o Plenário e ouvir a opinião do Plenário: nós todos sabemos que a grande polêmica aqui é o PL 122. A proposta que eu faço ao Plenário: V. Exªs preferem iniciar pelo Item 1 e vamos até o Item 8 ou preferem que a gente entre no Item 8, que é o PL 122?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, pergunte à relatora. Para mim, não há problema algum. Se quiser começar pelo oito..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Perguntamos à relatora: relatora, vamos seguir a pauta normal?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A pauta normal mais um pouco, porque temos poucos Senadores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. Então, a pauta normal, Senador Magno Malta. Inclusive, V. Exª é relator de um projetos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sou relator. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem.

Eu só faço um apelo. Permita-me, Senador Magno Malta, eu vou fazer um todos que estão aqui. Todos são bem-vindos. Nós fizemos questão de que todos os nossos convidados fossem tratados com o maior carinho. A única coisa que eu peço é que evitem a fala no plenário, porque a fala aqui deve ser dos Senadores. Se depender de mim, todo mundo sabe da minha visão democrática de permitir, inclusive, que os Deputados Federais possam dar a sua opinião sobre o tema, em debate, e vocês aqui é que vão decidir.

Então, eu faço um apelo: que todos se sentem. Estão em casa aqui. Eu só reservei as duas primeiras filas para os Deputados e Senadores. Os outros lugares, eu peço que todos ocupem, e vai mais uma vez o apelo à assessoria, à imprensa, aos que estão à minha direita, aos que estão aqui ao fundo. Eu vou pedir o máximo de silêncio quando cada Senador estiver com a palavra.

Faço um apelo à minha direita: quem quiser conversar, há um belo corredor aqui do lado, inclusive os assessores aqui. Se quiserem conversar, há um belo corredor aqui do lado. Vocês são meus convidados para irem ao lado.

Eu peço ao pessoal da segurança: que vocês me ajudem. Não dá para fazer um debate tão importante como este com assessores e outros falando todo o tempo. Vocês, dentro do possível e gentilmente, quem estiver conversando, só convidem. "Olha, o Senador está fazendo um convite para vocês falarem ali no corredor,

porque, ali, inclusive, a imprensa já acompanha, tem a Rádio, tem a TV, dá uma cobertura à fala daqueles que não quiserem participar do debate."

Então, neste momento, passo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, só quero pontuar, quando o Senador Crivella pediu que o senhor consultasse a Relatora, o que é muito importante, até porque esse debate se deu ao longo de outros anos, aqui, na legislatura passada, e foi sempre feito com muito respeito. Aliás, tínhamos uma votação aqui em que podíamos ter uma maioria esmagadora e ter encerrado, e eu mantive a minha palavra. Não deixei votar aquele dia, eu poderia ter votado, porque eu tinha dado a palavra de audiência pública para ouvir a sociedade brasileira em função de ser um tema absolutamente complexo, polêmico e que uma sociedade inteira precisa ser ouvida sobre isso. De maneira que nós vamos estar aqui, esperando chegar ao item 7 e com muita paciência, para poder fazer o debate. Penso que foi de bom tom V. Exª consultar realmente a Relatora, Senadora Marta Suplicy, para que a gente tenha paz e lucidez nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, vamos seguir a nossa pauta. Eu gostaria de registrar a presença conosco já para a satisfação desta Comissão. Estão conosco a Senadora Marta Suplicy, o Senador Magno Malta, Senador Marcelo Crivella, Deputado João Campos, Deputado Marcelo Aguiar, Deputado Walney Rocha, Senador Ataídes Oliveira, seja bem-vindo à Comissão, bela aquisição da nossa Comissão; Deputado Henrique Afonso, Senador Clésio Andrade, Senador Vicentinho Alves. Se algum Deputado Federal ou algum Senador não foi citado, ou se tiver algum Deputado Estadual também, nós citaremos.

Senador Magno Malta, vamos ao item 1 da nossa pauta e V. Exª é o Relator.

ITEM 1
- Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 51, DE 2009

Encaminha ao Senado Federal o Relatório de Inspeção Prisional realizada no Sistema Penitenciáriodo Estado do Espírito Santo. (Volume – II) (2ª Autuação – CDH)

Autoria: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

Relatoria: Senador Magno Malta

Senador Magno Malta, como Relator.

Depois do relatório feito, vamos ao voto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, para dar celeridade, eu vou ler o meu voto.

Em razão do que foi exposto, com amparo no art. 58, da Constituição Federal, e nos arts. 93 e 133, do Regimento Interno do Senado Federal, concluímos pela apresentação de requerimento, nos seguintes termos:

Requer realização de audiência pública para debater os fatos contidos no relatório de inspeção prisional, realizado no meu Estado do Espírito Santo, encaminhado ao Senado Federal, nos termos do Ofício nº 51, de 2009, do Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Sejam convidados a participar da audiência pública o Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Secretário de Justiça do Estado do Espírito Santo, o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Esse é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação o relatório do Senador Magno Malta.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

ITEM 2
- Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 22, DE 2008

Denúncia de violação de direitos humanos ocorridas no Oitavo Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF)

Relatoria: Senador João Pedro

Como esse projeto já ficou na pauta historicamente, vamos encaminhar a votação. Está presente o Senador João Pedro?

Eu solicitaria ao Senador Crivella... Senador Crivella, V. Exª poderia dar o parecer feito pelo Senador João Pedro,como Senador *ad hoc*?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sim, Sr. Presidente, com muita honra, aceito a missão de V. Exª.

O item 2, Sr. Presidente, da nossa pauta trata sobre crimes realizados em Batalhão do Exército, na...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Selva em Tabatinga, Estado do Amazonas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Tabatinga, no Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sei que V. Exª foi pego de surpresa. O relatório está sendo encaminhado a V. Exª pela assessoria, já que V. Exª vai fazer o relatório *ad hoc*.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido a Senadora Ana Rita, Vice-Presidente, a estar aqui à Mesa, junto com a gente, logo que puder.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, versa sobre denúncias de violações de direitos humanos ocorridas no Oitavo Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga, Estado do Amazonas. O Relator é o Senador ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sim, senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência volta a fazer um apelo respeitoso e carinhoso: quem quiser conversar o corredor ao lado está à vontade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O Ofício "S" nº 22, diz respeito a duas denúncias de violações de direitos humanos ocorridas no Oitavo Batalhão de Infantaria de Selva, em Tabatinga, Estado do Amazonas, e foi feito à Senadora Marina Silva, que, por sua vez, as dirigiu a esta nossa Comissão. Argumenta a entidade que o 2º Sargento Marcos Aurélio Neves Paiva e sua família, bem como suas testemunhas, o Cabo José Roberto Brandão de Alencar e o 2º Sargento Luiz Cláudio Mendes Teixeira, estão sofrendo perseguições, ofensas e assédio moral por parte do Capitão Anselmo Oliveira Rodrigues, sua esposa Aspirante-a-Oficial Catharine dos Santos Andrade, do Tenente-Coronel Élcio e demais Oficiais envolvidos.

Então, Sr. Presidente, pela difamação, foi instaurada sindicância, no Hospital de Guarnição de Tabatinga, cujo resultado foi isentar a Aspirante-a-Oficial.

O Coronel Élcio, em expediente enviado à Procuradoria da República do Amazonas, afirma que, em nome da institucional disciplina e hierarquia militar, foram observadas todas as normas da legislação castrense na aplicação de medida disciplinar ao Sargento Neves, incluindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Análise.

O art. 58, § 2º, IV, da Constituição Federal (CF) e o art. 90, IV, do Regimento Interno do Senado Federal conferem competência às comissões para receberem petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas. Por sua vez, o art. 409 do RISF, que é o Regimento Interno do Senado Federal, determina que documentos desse tipo enviados ao Senado "serão recebidos pelo Serviço de Protocolo e, segundo sua natureza, despachados às comissões competentes".

E o art. 410 exige que as petições e representações sejam datadas e firmadas.

O Ofício "S" nº 22, de 2008, cumpriu com tais formalidades e pode tramitar perante a CDH. Quanto à natureza de seu objeto, cumpre sublinhar, refere-se à ofensa à vida e à integridade pessoal, à proteção da família e da infância, que são temas nossos.

Contudo, não cabe à CDH do Senado Federal investigar denúncias relativas à ameaça ou violação de direitos humanos nos moldes de sua homóloga na Câmara dos Deputados. Tampouco pode o Senado Federal encaminhar denúncias recebidas à Câmara ou a outro órgão do Poder Público, como requer o autor no sentido de solicitar ao Exército a transferência das Praças.

Assim, o procedimento típico ao Ofício "S" nº 22, de 2008, não culmina em mecanismo investigatório. Cumpre-nos tão somente dar ciência sobre seu conteúdo a esta Comissão.

Em face do exposto – é o relatório do Senador João Pedro –, concluímos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria, procedendo-se em seguida ao arquivamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Em votação o relatório.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradecemos ao Senador Crivella.

ITEM 3
- Não Terminativo -
SUGESTÃO Nº 4, DE 2006

Sugestão com a finalidade de permitir a compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão do horário gratuito em todas as modalidades de propaganda gratuita.

Autoria: ABRA – Associação Brasileira de Radiodifusores

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria *ad hoc*: já foi feita pelo Senador Eduardo Amorim

Pergunto se alguém quer discutir ainda a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, nós colocamos em votação.

Aqueles que concordam com o relatório apresentado pelo Sendaor Mozarildo Cavalcanti e, posteriormente, *ad hoc*, pelo Senador Eduardo Amorim permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

ITEM 4
- Não Terminativo -
SUGESTÃO Nº 2, DE 2010

Cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas.

Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

O Senador Cristovam Buarque me ligou há minutos, está se deslocando para cá, mas, assim mesmo, com a palavra, neste momento, a Senadora Ana Rita, que, se não me engano, ela quer pedir vista desse projeto.

Só para todos entenderem como funciona, todos os projetos que estão aptos para se votar vão para a pauta. Se entrar pedido de audiência pública ou de vista, eu submeto ao plenário a solicitação do Senador ou Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero dizer que a matéria é de suma importância, porque cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas. O relatório do Senador Cristovam Buarque é pela aprovação da matéria. Com certeza, é de suma importância para atender às nossas populações indígenas, no entanto eu quero conhecer e entender melhor alguns itens do projeto.

Portanto, Sr. Presidente, solicito aos nobres colegas Senadores e Senadoras que me deem oportunidade de avaliar um dos itens que acho que precisam ser revistos. Por isso faço o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O pedido de vista é regimental, a decisão é da presidência, portanto nem tenho o que decidir. Pedida vista, cumpra-se o Regimento. Então sai de pauta o Item 4.

ITEM 5
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2009

Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social.

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Com a palavra o Relator, Senador Sérgio Petecão.

Faço o pedido para que V. Exª, se puder, faça a relatoria *ad hoc* do pai social, de autoria do Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Relatório do Senador Cícero Lucena.

O relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2009, de autoria do Deputado Nelson Pellegrino, propõe alterar a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para nela incluir a atividade do pai social, regulamentando-a como uma profissão e determinando obrigações trabalhistas e previdenciárias.

O projeto institui a figura do pai social com as características, os direitos e os deveres já estabelecidos na referida lei para a mãe social, assim considerada aquela que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema casas-lares.

Por casa-lar entende-se a unidade residencial sob a responsabilidade de mãe ou pai social que abrigue até dez menores.

O texto aprovado pela Câmara garante ao pai social os direitos trabalhistas e previdenciários já assegurados às mães sociais e se incluem, entre outros, carteira de trabalho assinada, remuneração igual ou superior ao salário mínimo, apoio técnico e financeiro, férias anuais de 30 dias, descanso semanal remunerado de 24 horas consecutivas, décimo terceiro salário e fundo de garantia por tempo de serviço.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2009, com a seguinte emenda substitutiva.

Substitutivo.

Projeto de Lei da Câmara nº 98/2009, que dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e pai social e dá outras providências.

Art. 1º. As instituições privadas, sem fins lucrativos, consideradas legalmente como de utilidade pública, ou como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que atendam crianças e adolescentes em situação de risco social, funcionando pelo sistema de casas-lares, utilizarão mães sociais ou pais sociais, ou ambos, de forma a propiciar condições familiares dignas a essas crianças e adolescentes, favorecendo seu pleno desenvolvimento físico e mental, conforme o exposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. *(Pausa.)*

Art. 16. A fiscalização do disposto nesta Lei compete às autoridades competentes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Ministério do Trabalho e Emprego; do Ministério da Previdência Social; das Promotorias de Justiça e Defesa da Infância e da Juventude; e dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas as respectivas áreas e atuação.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogada a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Cícero Lucena e gentilmente lido pelo Relator *ad hoc*, Senador Sérgio Petecão.

Não havendo quem queira discutir a matéria, vamos à votação.

Em votação o relatório.

Aqueles que concordam com o relatório lido permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos ao item 6 da pauta

Antes, faço questão de registrar a presença... Na leitura anterior, li até o Senador Vicentinho, Senador Cyro Miranda, Senadora Ana Rita, Deputado Missionário José Olimpio, Deputado Paulo Freire, Senador Sérgio Petecão, Senador Humberto Costa, Deputado Garotinho, Senador Cristovam Buarque, Senadora Lídice da Mata.

Vamos ao item 6, cuja Relatora é a Senadora Angela Portela. Já solicito à Senadora Ana Rita, farei aqui a leitura.

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2007

Acresce o inciso VI ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Obriga hospitais e demais estabelecimentos de atenção à gestante a armazenar e conservar amostras de material genético do recém-nascido que possibilita a identificação ou a confirmação da maternidade pela análise do DNA).

Autoria: Deputada Sandra Rosado

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Conversando com a Senadora Angela Portela, ela pediu que a Senadora Ana Rita fosse a Relator *ad hoc*.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, para que não demoremos muito, lerei apenas a análise do Projeto, que é bastante extensa, e o voto da Relatora.

Análise.

A apreciação do PLC nº 77, de 2007, pela Comissão de Direitos Humanos tem fulcro nos incisos III a VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que conferem à Comissão competência para opinar sobre matérias que versem sobre direitos humanos e da mulher e proteção à família e à infância.

O problema suscitado pela Deputada Sandra Rosado – troca de bebês em maternidades – é de fato muito relevante. Apesar de não existirem estudos científicos que quantifiquem o fenômeno, os relatos sobre a ocorrência dessas trocas, por vezes divulgados com grande alarde pela imprensa, chocam a população e trazem grande apreensão às parturientes.

Não se pode olvidar, ademais, os casos mais graves, em que há subtração dolosa de bebês no período puerperal. Esses acontecimentos geram danos irreparáveis às famílias.

Contudo, e a despeito das nobres intenções dos parlamentares envolvidos, julgamos que a medida que se pretende implementar não poderá contribuir para mitigar o problema em questão. Nesse sentido, concordamos plenamente com os argumentos do Senador Valdir Raupp, expressos em seu primeiro relatório sobre a matéria – que não chegou a ser votado -, reproduzido na sequência:

A análise de DNA é o meio mais preciso disponível atualmente para a determinação de paternidade e maternidade, sendo que esse ainda é seu uso principal na medicina legal e na Justiça brasileiras. Cabe lembrar que a precisão da técnica de identificação do DNA pode ser comprometida por erros de coleta e manipulação das amostras.

A estocagem de amostras de DNA origina os bancos de DNA, que podem ser classificados segundo sua finalidade: pesquisa, diagnóstico, dados e potenciais (extração de DNA de qualquer coleção de tecidos armazenada para outros fins). Um exemplo de banco de DNA para fins de pesquisa é o do Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz, voltado para o estudo do câncer de mama na população brasileira.

No entanto, a despeito das nobres intenções da autora do projeto, a criação do banco de DNA de neonatos não facilitará a identificação de crianças com suspeita de troca na maternidade. Ocorre que, segundo a literatura médica pertinente ao tema, o ideal é que a coleta da amostra de DNA da criança a ser testada seja feita no momento em que surgiu a dúvida sobre seu parentesco. Não se devem usar amostras previamente coletadas, pois a coleta pode ter acontecido após a suposta troca de bebês ou pode ter havido troca do material coletado. Para fins de confirmação de parentesco, o correto é comparar a amostra da criança em questão com o DNA de seus supostos pais, sem recorrer a espécimes previamente coletados e armazenados.

Sobre o tema, cabe citar trecho de artigo do Dr. Edward McCabe, do Instituto de Genética Molecular do *Baylor College of Medicine*, do Texas, nos Estados Unidos:

> *"O poder da análise de DNA para esclarecimento do parentesco torna essa abordagem particularmente útil no berçário, se existe alguma possibilidade de troca de bebês. É muito melhor que o questionamento seja levantado imediatamente e resolvido rapidamente, do*

que deixado para o futuro, conforme tem sido descrito em vários casos amplamente divulgados. Nessas situações, o perfil de DNA dos neonatos deve ser comparado com aquele dos supostos pais, ***em vez de usar espécimes coletados anteriormente dos bebês, porque esses espécimes podem ter sido coletados após a troca****. (grifo nosso)"*

O autor critica, ainda, a criação dos bancos de DNA de crianças, argumentando que são caros e têm pouca utilidade:

A necessidade desse armazenamento pode ser questionada porque o genótipo de um indivíduo pode ser deduzido a partir dos padrões do DNA dos pais, como na Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Eu quero fazer mais um apelo ao Plenário. Eu acho que mais bonito, inclusive para mim, é o pessoal que está ali protestando com um cartazinho na boca. Então, a melhor forma de encaminhar essa discussão é o pessoal não ficar falando no plenário. Ninguém consegue entender o que a Relatora está lendo aqui na frente.

Muito obrigado.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) –

Nessas situações, o perfil de DNA dos neonatos deve ser comparado com aquele dos supostos pais, ***em vez de usar espécimes coletados anteriormente dos bebês, porque esses espécimes podem ter sido coletados após a troca****. (grifo nosso)*

O autor critica, ainda, a criação dos bancos de DNA de crianças, argumentando que são caros e têm pouca utilidade:

A necessidade desse armazenamento pode ser questionada porque o genótipo de um indivíduo pode ser deduzido a partir dos padrões do DNA dos pais, como na Argentina. Os custos totais devem ser considerados, não apenas para o armazenamento, mas também para a análise.

[...] Um programa desse tipo teria um impacto significativo sobre os custos médicos...

Destarte, vê-se que o armazenamento de amostras de DNA de todos os recém-nascidos não terá qualquer utilidade prática para a identificação de eventuais trocas nos berçários.

Sempre que houver alguma suspeita, o procedimento recomendado é colher nova amostra da criança e compará-la ao DNA dos pais. Nunca se deve recorrer a material previamente armazenado. Assim, o projeto em tela traz apenas gastos ao Poder Público, sem os correspondentes benefícios esperados de um programa governamental.

Com efeito, a estratégia que o projeto de lei sob análise propõe para dirimir dúvidas advindas de suspeitas de trocas de bebês, qual seja a criação de um banco de DNA, é completamente equivocada. A esse respeito, o exame da literatura médica pertinente não deixa espaço para discussão.

Além disso, cumpre examinar a questão do potencial de violação de direitos que poderia advir da criação e manutenção de tais bancos de DNA, em face do direito à privacidade das pessoas, princípio insculpido no inciso X do art. 5º da Constituição Federal.

A proteção do direito à privacidade, originalmente restrita à defesa do direito de "estar só", ampliou-se com a evolução das sociedades e dos meios de comunicação, consubstanciando-se, nos dias atuais, em verdadeiro direito à "autodeterminação informativa". Por isso, a proteção contra o acesso a informações sensíveis da pessoa passou a ter grande relevância, superando a mera tutela do direito à solidão e ao isolamento.

O código genético pode identificar a pessoa e fornecer informações sobre sua saúde atual e futura, além de permitir a obtenção, por via indireta, de dados sobre os seus familiares. Assim, a manutenção do sigilo dos resultados dos exames de DNA e a existência de procedimentos seguros para coleta, manuseio, guarda e disposição da amostra genética são absolutamente imprescindíveis. Dessarte, o Estado brasileiro tem o dever de criar mecanismos que dificultem o acesso não autorizado à informação genética alheia.

No entanto, a criação do banco de DNA, nos moldes propostos pelo PLC nº 77, de 2007, produzirá efeito oposto, pois tem grande potencial de emprego abusivo. Sua descentralização – coleta e armazenamento de amostras por todas as maternidades do País – dificulta a instituição de medidas rígidas de controle sobre o material genético armazenado. Desvios de amostras, especialmente por ocasião do descarte, seriam difíceis de evitar.

Ademais, os procedimentos que envolvam a identificação do DNA deveriam ser sempre precedidos por um consentimento esclarecido, o que não está previsto no PLC.

Por fim, julgamos que o risco inerente ao armazenamento de amostras de DNA em larga escala – mormente o uso indevido – não traz, como contrapartida, benefício expressivo à sociedade. Por ser direito fundamental, a intimidade deve ser obrigatoriamente respeitada pelo Poder Público, pois a preservação da dignidade humana depende de sua observância.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2007.

Sala da Comissão,

Relatora Ângela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lido o relatório.

Em discussão.

Há quem queira discutir o relatório? *(Pausa.)*

Não há quem queira discutir o relatório.

Em votação.

O Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Registro também, agora, a partir do Deputado Garotinho, que eu já tinha lido, a presença do Senador Cristovam Buarque, da Senadora Lídice da Mata, do Senador Jayme Campos, e da Senadora Marinor Brito.

ITEM 7

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, DE 2008

Obriga os Centros de Formação de Condutores a adaptar 10% (dez por cento) de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pompeo De Mattos

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

A Senadora Gleisi Hoffmann pediu a retirada de pauta, como Relatora.

Atendendo a Relatora, estamos retirando de pauta.

Estaríamos agora no Item 8.

Eu faço um apelo, se possível – há inclusive um projeto do Senador Crivella –, que a gente votasse os outros dois não terminativos, aí, votaríamos o oito e terminaríamos o não terminativo.

Tem um de V. Exª que vamos votar agora.

O Item nº 9 modifica a redação do inciso II. A autoria é do Senador Demóstenes Torres. O Senador Agripino foi o relator, e o relator *ad hoc* foi o Senador Eduardo Amorim. Já fiz a leitura da introdução.

Eu pergunto se alguém discutir a matéria. Se ninguém quiser discutir, passamos à votação. *(Pausa.)*

A matéria é não terminativa.

A assessoria lembra que seria bom que eu lesse aqui a introdução do Item 9.

Já foi lido o relatório pelo relator *ad hoc,* Senador Eduardo Amorim.

ITEM 9

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2010 – Complementar

Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

O relatório foi do Senador Agripino. A relatoria do Senador Eduardo Amorim.

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

Vamos o Item 10.

Convido o Senador Sérgio Petecão, que é o relator deste projeto.

ITEM 10

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2010

Altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos recursos do PDDE.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, vou aqui ler parte do relatório e irei direto ao voto, para que possamos avançar.

Relatório

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, o Projeto de Lei do Senado, PLS, nº 271, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, que visa incluir os alunos com problemas visuais ou auditivos nos critérios de repasse dos recursos do programa Dinheiro Direto na Escola, criado pela Lei nº 11. 947, de 16 de junho de 2009.

Voto

Em face do exposto, o nosso voto é pela rejeição do projeto por entendermos que esse já é um recurso que beneficia a todos os alunos. Então, não pode ser um recurso específico para ajudar, como pedia aqui o autor do projeto, algumas classes, que, com certeza, seriam dotadas de privilégios. Então já há um recurso que atende a todos os alunos das escolas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado.

ITEM 11
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2010

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho e à Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre o tamanho das dependências destinadas à moradia dos funcionários de condomínio e dos empregados domésticos.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Eu convidaria Ataídes Oliveira, estreante na comissão, para fazer a leitura do projeto do Senador Crivella, na página 212. *(Pausa.)*

O Senador Cyro Miranda já está aqui e é o relator da matéria, Senador Ataídes. Então eu tenho que passar a palavra para ele.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será convidado para outro projeto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pois bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado pela disposição de fazer a leitura.

Então, autoria, Senador Marcelo Crivella, relatoria, Senador Ciro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só permita, Cyro, que eu registre a presença aqui conosco também do Deputado Roberto de Lucena e do Senador Valdir Raupp.

V. Exª está com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2010, que tem por finalidade dispor sobre as condições das dependências destinadas à moradia dos funcionários de condomínio e dos empregados domésticos.

1. Na sua parte substancial, o projeto prevê que:

a) as dependências destinadas à moradia, no próprio condomínio, dos empregados de condomínios residenciais e comerciais deverão contar com a área útil de sessenta metros quadrados, distribuídos na forma que especifica;

b) as dependências para acomodação dos empregados domésticos na residência do empregador deverão ter destinação exclusiva ao repouso do trabalhador e área útil mínima de doze metros quadrados, distribuídos na forma que especifica;

c) essas normas se aplicam aos imóveis construídos ou cujas plantas tenham sido aprovadas pelas autoridades competentes após um ano da publicação da lei.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta que os trabalhadores dessas duas categorias, dadas as peculiaridades de sua relação de trabalho, normalmente têm de residir em seu próprio local de trabalho.

Ocorre que, com freqüência, os espaços destinados à moradia não oferecem condições mínimas para esse propósito. Com efeito, verificamos que os construtores e arquitetos freqüentemente destinam às dependências a serem utilizadas pelos domésticos e pelos funcionários dos condomínios área por demais exígua, incapaz de oferecer condições mínimas para instalação do trabalhador e de sua família.

Após o exame por este colegiado, a proposição será submetida, em decisão terminativa, à Comissão de Assuntos Sociais.

No prazo regimental, ao projeto não foram apresentadas emendas.

Da análise: a matéria, implementação de condições condignas para a moradia dos empregados de condomínios residenciais e comerciais e dos empregados domésticos, insere-se no âmbito das normas especiais de tutela do trabalho.

Assim, a despeito do fato do artigo 30, inciso I e VIII, da Constituição Federal, estabelece que aos municípios compete legislar sobre assuntos de interesse local e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento de controle do uso de parcelamento e das ocupações do solo urbano e de ressaltar, pelo artigo 22, da Constituição, determina que à União compete privativamente de legislar sobre direito de trabalho.

Por isso, a todo empregado, quando tiver que morar no local de trabalho, a ele deve ser assegurado um ambiente adequado, com as condições mínimas de conforto e higiene, sob pena de atentar à sua integridade moral e física.

Quanto ao mérito da proposta, não há reparos a fazer. Como bem ressaltou seu autor, ela deverá assegurar a esses trabalhadores mais dignidade no que tange ao espaço necessário para seu repouso, convívio familiar e demais necessidades da vida.

Note-se que, por sua relevância para a saúde dos trabalhadores, as condições de alojamento são objeto da Norma Regulamentadora nº 24, “Condições Sanitárias dos Locais de Trabalho”, aprovada pela Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego.

Assim, atendendo às suas peculiaridades, nada mais justo que se estabeleça também para os empregados em condomínios e para os empregados domésticos regras que definam as condições mínimas de habitabilidade dos alojamentos a eles destinados.

Como se sabe, a habitação desses trabalhadores em seus locais de trabalho, muitas vezes, não passam de cubículos que, infelizmente, não se coadunam com a dignidade do ser humano. São acomodações insalubres que demonstram a falta de preocupação com a habitabilidade, a ventilação e a luminosidade mínimas necessárias.

Em verdade, não passam de dispensas que chamam de quarto de empregada. É o modo como muitas construtoras burlam a legislação, para terem aprovadas as plantas dos prédios: denominam como dispensa, mas serão oferecidas aos clientes como quarto de empregada.

Trata-se de uma evidência física de como são menosprezados e tratados esses trabalhadores, considerados essenciais à qualidade de vida das famílias.

Essa realidade pode mudar com a aprovação do presente projeto, razão pela qual merece nosso total apoio.

Por fim, com intuito de adequar o texto do projeto aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, bem como para aperfeiçoar o artigo 2º, b, que trata de acrescentar a Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972, propomos ao final algumas alterações.

Do voto: pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2010, com as seguintes emendas:

Emenda: dá-se à seção 13 "a" do Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, na forma que dispõe o art. 1º do PLS nº 47, de 2010, a seguinte redação: "

Dos empregados em condomínio residenciais e comerciais

Art. 350 .....

a – as dependências destinadas a moradia do próprio condomínio dos empregados em condomínios residenciais e comerciais deverão contar com área útil mínima de sessenta metros quadrados assim distribuídos: uma sala com área útil mínima de vinte metros quadrados, dotada de iluminação e ventilação naturais; dois quartos com área útil mínima de quinze metros quadrados, cada um, dotados de iluminação e ventilação naturais; um banheiro com área útil mínima de quatro metros quadrados; uma cozinha e área de serviço com metragem mínima de seis metros quadrados"

As emendas para acomodação dos empregados domésticos que pernoitam na residência do empregador deverão ser destinadas inclusive ao seu repouso a área útil mínima de doze metros quadrados, assim distribuídos: um quarto com área útil mínima de oito metros quadrados dotado de iluminação e ventilação naturais; um banheiro com área útil mínima de quatro metros quadrados.

Dá-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2010, a seguinte redação:

O art. 3º disposto na lei aplica-se somente às obras cujas plantas arquitetônicas venham a ser aprovadas pelas autoridades competentes após a publicação da lei.

Renumera-se art. 4º o atual art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 47,, de 2010."

Sem mais, é o nosso relatório. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT) – Em discussão a matéria.

O projeto é de autoria do Senador Marcelo Crivella e relatoria do Senador Cyro Miranda, que pede aprovação com algumas emendas, que, no nosso entendimento, aperfeiçoam a idéia do autor. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos á votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Cyro Miranda.

O Senador Marcelo Crivella tem a palavra como relator.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente,. Eu gostaria muito de agradecer a V. Exª por ter pautado o projeto e ao meu companheiro por ter sido tão competente ao fazer o relatório.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – Eu pediria ao Plenário o máximo de silêncio. Vamos entrar no Item 8. Então, todo o encaminhamento que vai ser feito aqui pelos Senadores e pelas Senadoras dependem do silêncio do Plenário, para que todos entendam o que está acontecendo. Eu faço um apelo neste momento. Sei que houve articulações. Vocês conversaram. A Mesa foi o mais liberal possível. Agora vamos fazer um debate tranqüilo sobre um tema que todos sabem que é polêmico. Nós vamos aqui fazer o debate dando espaço para que todos possam expressar o seu ponto de vista. Vamos entrar agora...

Mais uma vez, peço silêncio.

Já convidei a Senadora Marta, que, como relatora, vai apresentar o seu relatório.

Vamos ao Item 8, página 158.

Quem quiser pode acompanhar o relatório. A melhor forma de ajudar é lendo o relatório. Cada um pega o relatório – claro que não estou falando com os Deputados e Senadores, que estão quietinhos aqui e prestando atenção.

Peço a compreensão dos assessores que estão nas laterais aqui conversando muito. Peguem o substitutivo.

ITEM 8
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2006

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Autoria: Deputada Iara Bernardi

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Passo a palavra à Senadora Marta Suplicy para apresentar o relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não sei se regimentalmente é possível, mas o Senador Cristovam gostaria de usar da palavra antes de eu ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – Claro que sim. Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu acho até uma descortesia falar antes da Relatora, mas estou presidindo a Comissão de Relações Exteriores, pela ausência, hoje, do Presidente Fernando Collor, e temos lá embaixadores sendo sabatinados.

Mas eu não podia deixar de vir aqui para fazer constar minha presença e minha posição. Acho, Senador, que precisamos acabar com os preconceitos. E, em todas as conversas que tenho com líderes religiosos, em geral, eles também falam em acabar com preconceitos sob todas as formas, inclusive homossexuais. Temos que parar com isso. Temos que criminalizar. Agora, não podemos é "pecamizar" o assunto, impedindo que líderes religiosos, pessoas religiosas digam que é pecado. Eles têm direito a dizer, sobre o que quiserem, que é pecado. Não que é crime.

Nesse sentido, creio que temos que trabalhar um projeto de lei que consiga deixar bem claro a diferença de que ninguém tem o direito de criminalizar o homossexualismo, mas também o direito de que todos podem "pecamizar", se quiserem, por razões religiosas.

E há uma sensação, por parte de muitos dos líderes religiosos com quem falo, de que, como está escrito o texto, levaria a proibir dizer até que "é pecado". A Senadora Marta me convenceu de que a proposta dela eliminaria esse temor. Ela me disse que chegou a conversar com um líder religioso no sentido de que um adendo que ela coloca resolve essa problema. Mas outros me dizem que não resolve. Quero estar presente na hora de votar. Não vou poder votar hoje, a não ser que seja muito tarde, e eu termine lá.

Talvez seja a hora de esgotarmos todos os diálogos necessários e possíveis para que tenhamos um projeto que deixe claro que o Estado regulamenta a criminalização de preconceito, mas que o Estado não se mete na "pecamização". Não deve existir esse verbo, mas acho que fica claro. De qualquer coisa.

Esta é minha posição: esgotar as conversas para que o texto final seja capaz de não criar outro preconceito, que é o preconceito contra igrejas, contra crenças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor só faz um apelo para que a gente continue dialogando, conversando, e que não haja votação no dia de hoje.

Acho que esta é uma reunião histórica, independentemente do encaminhamento. Por isso, por uma questão de justiça, quero ler, de novo, o nome de todos os Parlamentares que estão aqui: Senadora Marta Suplicy, Senador Magno Malta, Senador Marcelo Crivella, Deputado João Campos, Deputado Marcelo Aguiar, Deputado Walney Rocha, Senador Ataídes de Oliveira, Deputado Henrique Afonso, Senador Clésio Andrade, Senador Vicentinho Alves, Senador Cyro Miranda, Senadora Ana Rita, Deputado Missionário José Olímpio, Deputado Paulo Freire, Senador Sérgio Petecão, Senador Humberto Costa, Deputado Garotinho, Senador Cristovam Buarque, Senadora Lídice da Mata, Senador Jayme Campos, Senadora Marinor Brito, Deputado Roberto de Lucena, Senador Valdir Raupp, Deputado Pastor Ronaldo Fonseca e Senador Wellington Dias. E ainda o Deputado Pastor Eurico e Deputado Filipe Pereira.

Quero dizer que outros dois Senadores não vieram, mas estão dispostos a se deslocar para cá se houver votação e discussão.

Deputada Lauriete também presente. Se algum Deputado ou Senador não teve o nome encaminhado à Mesa, peço que o façam, tanto a Deputada ou Deputado, ou Senador ou Senadora.

O Senador Cristovam fez um apelo. Eu o encaminho à Relatora da seguinte forma: ela poderia apresentar seu relatório, para que a sociedade o conheça. E, a partir da leitura do relatório dela, ela mesma pode pedir a retirada de pauta para que as conversas continuem. Podemos ir para esse encaminhamento?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor, pela ordem.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu concordo com o encaminhamento de V. Exª, só que eu acho que, já que a gente está tentando – eu quero dizer que o PSOL também assume a posição de buscar um caminho mediador nessa questão, embora eu

tenha uma posição absolutamente clara sobre isso –, que após o relatório e antes, se for o caso, de a relatora atender aos apelos, e eu acredito que vá, a gente pudesse, também, se manifestar sobre o conteúdo do relatório, para que a gente pudesse acumular sobre isso. Nós estamos num momento de tentativa de acumulação, para tentar encontrar uma síntese do debate aqui, no Senado Federal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem. Eu gostaria de ouvir a posição da relatora, se ela quer ler o relatório e votar hoje, se ela prefere tirar de pauta. Eu não sei como a relatora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy, o Plenário gostaria de ouvir a sua posição.

Olha, nada esgota o relatório lido, porque continua a discussão mesmo com alterações.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Paim, se eu ler o relatório e depois achar conveniente tirar de pauta, eu não posso mais tirar de pauta e poderão pedir vista. Em virtude disso, eu vou retirar de pauta, mas antes eu quero fazer um pronunciamento.

Não vou ler o relatório.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Presidente, o senhor ouviu vaia aqui, no plenário? Eu ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não ouvi e acho que ...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu ouvi!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marinor Brito, cada Senador, aqui, tem direito a pedir a palavra pela ordem.

Está com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O que nós estamos percebendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho, Senadora. Em seguida, eu vou dar a palavra a todos os Senadores, ninguém se preocupe aqui. Se tivermos de ficar aqui até às duas ou quatro da tarde, a gente fica.

Senadora Marta Suplicy com a palavra.

Nós não vamos encerrar sem que os Senadores possam colocar o seu ponto de vista.

V. Exª está com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acho que, aqui, nós estamos propiciando, retirando de pauta, uma possibilidade de maior diálogo e entendimento, apesar de eu ter conversado com muitos Senadores e ter incluído o que foi pedido, que foi a proteção dos cultos e igrejas, para que pudesse haver a livre expressão. Mas eu gostaria, mais que tudo, de colocar que nós estamos vivendo no País um movimento de maior compreensão e humanidade.

O Supremo se manifestou numa questão em que o Congresso há dezesseis anos não consegue se posicionar. Há dezesseis anos, pessoas passam pelo sofrimento que eu ouvi nos depoimentos, no Congresso, quando era Deputada, e continua igual.

A sociedade civil precisou ter uma maior compreensão, essa maior compreensão gerou uma violência muito maior, também, em relação a homossexuais, o Judiciário se pronunciou, o que levou, no final – nos últimos dez anos foram esses pronunciamentos –, a Corte Suprema a dar uma posição diferente para as relações homoafetivas, e o Presidente Lula, nos seus últimos meses de mandato, além das conferências nacionais LGBT, permitiu a casais homoafetivos prestar declaração conjunta.

O que nós vemos, então? Que a sociedade está caminhando para uma maior tolerância, para um maior entendimento.

Esse projeto não tem nada a ver com união estável, com casamento, com nada. Ele tem a ver com tolerância, respeito e cidadania.

Então, quando eu vi a posição antagônica das igrejas – muitas, não todas –, eu assustei, porque o que temos na fé é o respeito ao cidadão, é o amor. Ela é feita disso.

Agora, não adianta dizer que tem respeito e ser contra um projeto assim, que vai ajudar a diminuir a violência. Não adianta dizer que tem respeito e ser contra um projeto que vai diminuir o número de homicídios. Não adianta dizer que tem respeito e ser contra um projeto que vai diminuir o preconceito.

Quando me colocaram que o problema não era a intolerância e nem o preconceito, que o problema era uma questão de liberdade de expressão dentro de templos e igrejas, eu aceitei e coloquei no relatório: "A liberdade de expressão está preservada".

Agora, o que vamos fazer como entendimento é conversar. Mas eu gostaria também – e vamos ter oportunidade, porque o Presidente Paim está permitindo um amplo debate – de saber exatamente o que impede agora, porque o que foi pedido está feito. O que, além da intolerância, do preconceito, vai impedir a compreensão dessa lei? Assim como houve uma lei que beneficiou o combate ao racismo, essa também vai beneficiar o com bate à homofobia. Até porque esta Casa não pode mais caminhar na contra mão. Como que a Comissão de Direito Humanos não votará uma lei que protege milhares de pessoas? Não estamos falando de mil cidadãos; estamos falando de milhares

de cidadãos: os que são assumidos, os que não são assumidos, os que padecem...

Eu entrei nessa causa não foi por qualquer outro motivo, além do de haver trabalhado como psicanalista muitos anos, de ter acompanhado a dor das pessoas que não conseguem se assumir por medo da família, da Igreja, da sociedade, e por perceber que elas podiam ter uma condição de vida melhor. E, para essa condição de vida melhor, isso aqui é um pequeno passo.

E não adianta também colocarem: "Ah, mas depois vem a união estável". A união estável já está conquistada. Casamento? Ninguém o está propondo; se o propuserem, acredito que seja algo muito difícil de passar em qualquer das Casas. Está-se propondo algo que é de direito! Isso me deixa muito chocada, primeiro.

Eu tenho muita vontade de ouvir a fala das pessoas que são contrárias.

Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero registrar as presenças do Senador Walter Pinheiro, do Deputado Federal Jair Bolsonaro e da Deputada Federal Lauriete.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Presidente Paim...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, estou com a relação dos pedidos de "pela ordem". O primeiro, a pedir é o Senador Magno Malta, seguido por V. Exª; em terceiro, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Só para esclarecer: o encaminhamento vai ser a retirada da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela já pediu a retirada. Mediante o entendimento feito, é bom que fique claro:"entendimento feito", o projeto sai de pauta. Agora, legitimamente, os Senadores, como fez a Relatora, querem dar a sua contribuição ao debate. O primeiro inscrito é o Senador Magno Malta, seguido pelos Senadores Humberto, Walter, Crivella... Peço a minha assessoria que passe para os Senadores.

Senador Magno Malta com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil, que nos assiste pelos canais de comunicação do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Magno Malta. Acho que o debate é fundamental, polêmico. Portanto, quem quiser conversar, por favor, tem um baita corredor aqui do lado. Por que conversar aqui dentro? Vamos deixar os parlamentares colocarem suas posições para o Brasil. Desculpe-me, Magno Malta.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, esse é um debate complexo, que se arrasta há muitos anos. Na Legislatura passada, tivemos, ao longo de quase oito anos, embates aqui sem que a sociedade fosse ouvida; aliás, ela nunca foi ouvida sobre esse tema.

O Projeto da ex-Deputada Iara Bernardes, é eivado de inconstitucionalidades e sutilezas contra a família. Somos quase 200 milhões de pessoas, se 20 milhões de pessoas estão nessa situação, como colocado pela Senadora Marta Suplicy, que sejam 15, que sejam 20, e os outros 180? E os outros 160, 170, que confessam fé cristã ou não, mas que acreditam no modelo de família de outra forma?

Nós fizemos uma série de debates aqui, quando a relatora era a Senadora Fátima Cleide...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, só um minutinho. Eu recebi aqui uma comunicação de que nós estávamos no ar no depoimento da Senadora Marta e depois saímos do ar. Eu queria que V. Exª pedisse informação sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência faz um apelo, mas respeitando a questão regimental das comissões da Casa. Se não estivermos ao vivo, com certeza, será reproduzida a reunião quantas vezes forem necessárias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas aqui, de vez em quando, acontece isso. Essas coisas engraçadas acontecem aqui. As Srªs Senadoras que são novas podem ficar assustadas, mas vão ver muito isso por aqui. Conforme o interesse, ela entra ou sai do ar, ou muda de comissão.

Ao longo dos anos, travamos aqui um debate em comissão não com a sociedade. O que nós discutimos? O projeto de Iara Bernardes arrumava cadeia para todo mundo, criminalizava a sociedade como um todo. Você era obrigado a gostar do que ela escreveu no texto dela e a querer aquilo. Se você não aluga um imóvel, está preso. Se você demite, está preso. Se você não admite, está preso também. Há uma série de inconstitucionalidades, muito mais para se construir cadeia e criar um império homossexual no Brasil. Uma série de privilégios para pessoas que precisam ser respeitadas como cidadãos brasileiros que trabalham e que geram empregos. Nós precisamos respeitá-los.

O projeto já é errado no seu nascedouro, porque o homofóbico quer matar, quer destruir, quer enforcar. E não se trata disso. Aqui não tem nenhum homofóbico! Aqui não tem nenhum homofóbico! Já começou errado e continua errado. Não existe essa história de homofobia. Se existem homofóbicos, essas pessoas

têm que ser punidas. Mas não é o caso da sociedade como um todo, que não foi ouvida nesse debate.

Quando veio para esta Comissão, nós fazíamos aqui esse enfrentamento com a Senadora Fátima Cleide, propúnhamos audiências públicas – V. Exª é testemunha –, para ouvir a sociedade: ouvir OAB, ouvir a CNBB, ouvir confederação de religiosos no Brasil, seja espírita, seja protestante, seja o que for, seja associação judaica, islâmica, católica, o que for, todos. Ninguém foi ouvido. Essas audiências públicas não aconteceram e houve uma reunião neste plenário para se votar o relatório da Senadora Fátima Cleide.

Nós tínhamos maioria absoluta, esmagadora. Eu me levantei quando o Presidente colocou a matéria em votação e disse: Presidente, não coloque em votação, porque a Senadora Fátima Cleide vai perder e eu preciso garantir a minha palavra – V. Exª é testemunha – de homem, de que nós precisamos ter audiência pública. Podemos sepultar isso agora, aqui. Só não me arrependo porque nunca fui homem de duas palavras e havíamos concordado com as audiências públicas. Audiências públicas que precisamos ter antes de votar esse projeto. Nós precisamos ouvir a OAB, precisamos ouvir a sociedade islâmica, precisamos ouvir os católicos, precisamos ouvir evangélicos, precisamos ouvir militares, precisamos ouvir todo mundo. Homossexuais. Precisamos ouvir todo mundo. Os assumidos, os não assumidos. Precisamos fazer um debate pleno.

Agora, quando a Senadora Marta diz que o próprio Presidente Lula reconheceu, no ano passado... O Lula decidiu sozinho, com a cabeça dele. O Lula não foi ouvir a sociedade não.

O Supremo prestou um desserviço à família do Brasil. Um desserviço! Meia dúzia de homens que em algum momento da vida acham que estão muito próximos de Deus. Depois deles, não há mais a quem recorrer. E o Supremo não é o suprassumo da verdade. Quando há interesse, se decide pelo mérito; quando não existe... A frase é a seguinte: aqui é a casa que só decide pela constitucionalidade.

O senhor se lembra da ficha limpa? Atabalhoadamente, no primeiro momento, como decidiram? Decidiram no mérito, buscando crimes de 50 anos atrás de pessoas, para não lhes permitir mais o direito de, ainda que fossem de fato criminosos, disputar uma eleição. Mas, no segundo momento, já mudaram de posição. E aí é pela constitucionalidade. Isso não quer dizer que o Supremo tenha a verdade nessa questão. É preciso ouvir a sociedade. Onde nós vamos parar? Não é verdade que é um debate de evangélicos contra homossexuais. Isso é nefasto, até criminoso falar isso. Não há e não temos necessidade de fazer qualquer enfrentamento discriminatório com relação às pessoas. Mas é preciso ouvir uma sociedade, Sr. Presidente, que não foi ouvida. E é por isso que estamos entrando com requerimento – alguns Senadores aqui assinaram – pedindo as audiências públicas. Nós precisamos das audiências públicas. Nós precisamos debater com a sociedade, junto comigo, com o senhor, com a Senadora Marta, com a Senadora Marinor, com o Humberto Costa, com o Crivella, com o Pinheiro, com o Wellington Dias. Nós precisamos discutir isso com a sociedade.

A resolução de Direitos Humanos, antes do final do governo Lula, foi escrita pelo nosso ex-Ministro de Direitos Humanos, que decidia as coisas com meia dúzia de pessoas e falava em nome da sociedade. No segundo turno das eleições, nós tivemos uma reunião com a Presidente Dilma Rousseff. Era um momento em que precisava ganhar a eleição. Eu, o Senador Pinheiro, Gilmar Machado, alguns líderes religiosos, a então Ministra Dilma Rousseff, candidata a Presidente da República. E ela assumiu uma série de compromissos, escritos. Inclusive os compromissos dela têm que ser debatidos e ela tem que participar desse debate com relação ao que ela assinou. Se ela não cumprir o que assinou, para mim será uma grande decepção. Porque eu cruzei este País de ponta a ponta, tentando descriminá-la, tentando descriminá-la mesmo, descriminalizá-la, onde ela foi criminalizada, nas confissões religiosas, para poder ajudá-la a chegar à Presidência da República. Isso para mim será uma decepção muito grande. Então, nós temos documento assinado com a Presidente da República, em que todos esses temas não seriam por ela sancionados, qualquer tema. E este tema, neste momento, como ele está, é um enfrentamento à família brasileira.

Veja só. Veja só, Sr. Presidente. No projeto original de Iara Bernardi, dava-se direitos que não estão no Estatuto do Negro; o negro não tem esses direitos. Não estão no Estatuto do Idoso; o idoso não tem esses direitos. Não estão no Estatuto do Índio; o índio não tem esses direitos. Não estão no Estatuto do Portador de Deficiência; eles não têm esses direitos. E ninguém faz opção por ser negro, ou faz? Ninguém faz opção para ser índio, ou faz? Ninguém faz opção para ser idoso, ou faz? Alguém faz opção para ser portador de deficiência? Não, não faz.

Sr. Presidente, num segundo momento, muito espertamente, a ex-Senadora Fátima Cleide lança mão disso e inclui, dentro dessa mesma criminalização, os portadores de deficiência, inclui nessa mesma criminalização os negros e idosos, quando nós começamos a fazer esse contra-argumento. Ora, isso não vale. Isso não é nem honesto. Isso não é nem honesto.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho, com todo o respeito da minha vida à história política da Senadora

Marta Suplicy, com todo o respeito da minha vida à minha colega Senadora, à sua história, à sua luta para construir um País novo, diferente, até porque, quando ela estava militando na vida pública, eu nem sonhava. Eu preciso respeitar mesmo. Todo o meu respeito àqueles que pensam diferente de mim, à Senadora Marinor, àqueles que pensam diferente de mim. Com todo respeito. E com todo respeito aos homossexuais, que sempre tive, que sempre tive. E nós não precisamos ofertá-lhes nada mais do que o respeito que a Constituição já manda.

Por isso, Sr. Presidente, é que nós precisamos desse debate. Veja que imbróglio. Veja, dessa original de Iara Bernardi. E é só pegar o texto da Senadora Marta Suplicy. É muito importante que V. Exª, como Presidente da Comissão – mesmo que não seja lido –, mande imprimir e distribuir à mancheia. Que essa gente que está aqui leve isso à mancheia para todos os lugares e vejam se esse texto serve para esses 150 milhões, esses 170 milhões que não foram ouvidos. Que não foram ouvidos e que precisam ter sua representatividade.

Eu quero parabenizar a Senadora Marta por ter retirado de pauta para que possamos aprofundar o debate. Eu, pessoalmente, quero – pessoalmente – conversar com V. Exª. V. Exª, ao chegar aqui, teve para comigo o maior respeito e me disse um dia, lá na mesa, que gostaria de ter uma conversa. E quero conversar. Quero conversar. Nós precisamos conversar. Precisamos debater.

Então, agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, meus cumprimentos a V. Exª por sua fala, que aponta o caminho do entendimento.

Só queria lembrar que são 10 Senadores inscritos, e, se todos concordassem, defenderíamos aqui 10 minutos, no máximo, para cada um, como é no plenário na discussão dos temas polêmicos.

Quero registrar a presença conosco aqui – o último nome que tinha lido era o do Bolsonaro – do Senador Ricardo Ferraço e do Senador Demóstenes Torres. O Senador Ricardo Ferraço terá a palavra no momento adequado.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Humberto Costa, com esse entendimento do tempo máximo de 10 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro quero aqui elogiar o posicionamento da Senadora Marta Suplicy, que, em nome do debate, da discussão, da tentativa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Humberto Costa, o nosso líder está apenas lembrando que o Senador Crivella chegou antes. Mas, se houver entendimento entre vocês, não há problema. Pode ser?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não, não. Pode ser o Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não, eu só estou falando... Eu tinha pedido para falar primeiro, porque na verdade o que eu queria era uma questão de ordem.

Na medida em que o projeto foi retirado, acho que não caberia fazermos esse debate aqui agora. Por quê? Porque entendo que esse gesto que foi feito pela Senadora Marta Suplicy enseja não a radicalização de posições, o enfrentamento, mas a tentativa de construção de algum tipo de algum tipo de proposição que seja capaz de atender a duas questões que são justas: uma é a construção, a garantia do que está escrito na Constituição dos direitos civis de todos os brasileiros e brasileiras e, por outro lado, também, as eventuais restrições à liberdade religiosa.

O que eu queria propor agora era que, em vez de continuarmos esse debate na manifestação de posições radicalizadas, poderíamos construir espaços para o entendimento e para o aprofundamento de posições, para que se pudesse tentar algo que atendesse, se não a todos, a uma grande maioria de brasileiros, que viram agora, na semana passada, algo muito mais complexo do que simplesmente essa legislação, que é o reconhecimento legal da união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Então, a proposta que faria seria a de que, em vez de seguirmos essas 10 inscrições, cada um defendendo sua posição, pudéssemos suspender e, depois, fazer um debate, inicialmente mais reservado, pensando em uma estratégia, em se fazemos ou não audiências públicas, discutindo o que poderia ser modificado, que deixasse todos mais confortáveis, porque, no final, o que todos nós queremos é que saia ganhando a população brasileira.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, apenas uma informação. Fernando Mesquita ligou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só quero lembrar a todos que há 10 inscritos; 11, agora, com Ricardo Ferraço; 12, com Cyro Miranda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Apenas peço à Presidência que submeta à Comissão a proposta muito bem encaminhada em bom tempo pelo Senador Humberto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, uma informação: Fernando Mesquita ligou apenas para dizer que não saímos do ar. Na verdad, apenas para esclarecer, houve uma questão... Entrou a CRE, Comissão de Relações Exteriores, mas continuamos ao vivo no canal digital, na Internet e na Rádio Senado. A informação é do Diretor Fernando Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, Senadoras, o Líder Humberto Costa fez uma proposta de encaminhamento.

Eu, naturalmente – o Senador Ricardo Ferraço reforçou isto neste momento –, tenho de submetê-la ao Plenário, porque, como dei oportunidade para que a Senadora Marta Suplicy expressasse seu ponto de vista, e ela o expressou independentemente do relatório; como o Senador Magno...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me só concluir a fala. O Senador Magno Malta expressou o seu ponto de vista, que praticamente fez o contraditório. É legítimo. Se, a partir desse primeiro movimento, o Plenário entender que a gente possa suspender, eu suspendo. Voltamos à pauta da Comissão e voltamos ao debate no momento adequado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Exª pode votar o meu requerimento de audiência pública? Já está protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é importante.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu também gostaria de expressar a minha opinião. Se o encaminhamento do Senador Humberto Costa, que inclusive é justo e extremamente balizado e pertinente para este tema, é o que vale, dessa forma, poderíamos suspender essa matéria. V. Exª continua com a pauta da Ordem do Dia, e voltamos a partir dessas tratativas aqui propostas pelo Senador Humberto Costa para tocar. Porque se vamos fazer discussão sobre encaminhamento de requerimento e tal, aí vou reivindicar inclusive a minha intervenção. Não sou membro da Comissão, mas tenho direito à palavra.

Queria que a gente fizesse a suspensão e desse o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Crivella, em seguida a Senadora Marinor.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar o acolhimento à sugestão do nosso Líder. Ele foi muito importante nessa costura. Quero ressaltar o esforço da Senadora Marta. Ela realmente *(Falha na gravação.)* a liberdade, mas dentro das igrejas. Acho que o Estado não pode intervir na área geográfica.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Senador Crivella. Foi oferecido que o senhor podia fazer uma emenda e limitar...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – E é isso que nós vamos construir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O debate começou.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Exatamente. V. Exª ofereceu e retirou de pauta exatamente para a gente construir uma viabilidade ao projeto.

Então, quero acolher aqui, Sr. Presidente, a sugestão da maioria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelo que percebo aqui no plenário, a ampla maioria está entendendo que o encaminhamento feito pelo Senador Humberto Costa, no momento, é a melhor posição. Submeto ao Plenário. Peço aos Senadores, aqueles que concordam...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, pedi uma questão de ordem, antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho. Submeto ao Plenário, aos Senadores e Senadoras que concordam, o encaminhamento feito pelo Senador Humberto Costa que só levantem o braço.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sem o adendo do Senador Magno Malta, eu levanto o braço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aprovado o encaminhamento do Senador Humberto Costa, está suspenso o debate desse ponto.

Voltamos à pauta atual. É o item... *(Pausa.)*

Vamos dar um intervalo de dois minutos... cinco... para que a moçada possa...

(Falha na gravação.)

(Pausa.)

Só faço um apelo a todos, se puderem, devagar, para irem saindo. A conversa continua no corredor, as articulações continuam no corredor. O Humberto Costa, que é relator, já se encontra pronto para apresentar o seu parecer. Aí vai o apelo mais uma vez. O Senador Ataídes Oliveira vai ser o relator *ad hoc* de um projeto. Aí o apelo continua para a moçada da minha direita, para que possam liberar para retomarmos os trabalhos da Comissão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou passar a V. Exª.

Retomados os trabalhos da Comissão.

Peço ao pessoal da segurança que nos ajude, fazendo um apelo gentil à moçada, para que eu possa passar a palavra ao Relator, Senador Humberto Costa, que vai relatar o Projeto de Lei do Senado nº 111, terminativo. Vai fazer a leitura.

ITEM 14
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2008

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria *ad hoc*: Senador Humberto Costa

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Temos quórum para deliberar, Presidente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Na Mesa nós temos. Como este é um projeto importante, peço que...

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Relator: Senador Cícero Lucena. Relator *ad hoc:* Senador Humberto Costa.

Relatório.

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que o Poder Público mantenha portal na internet no qual sejam colocados à disposição dos cidadãos com deficiência visual o conteúdo dos livros nele especificados. Essas obras compreendem os livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e por outros que forem criados com propósitos idênticos, além de outros cuja disponibilização seja autorizada pelos detentores de seus direitos autorais e obras de domínio público.

Os arquivos referentes às obras em questão deverão possibilitar sua conversão em áudio, mediante utilização de sintetizador de voz, ou impressão no sistema Braille. Esses arquivos serão colocados à disposição de bibliotecas públicas, de entidades de educação de pessoas com deficiência visual e dessas próprias pessoas, diretamente.

A proposição foi aprovada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), sem emendas. Na Comissão de Educação, duas emendas foram aprovadas, sendo a primeira para evitar colisão da norma proposta com a legislação de direitos autorais e a segunda para que os arquivos sejam disponibilizados no formato *TXT*, e não no formato *PDF*, originalmente previsto. Nenhuma outra emenda foi apresentada no âmbito desta Comissão.

Análise.

Não vemos óbices de natureza constitucional à matéria ora apreciada.

Os pareceres emitidos pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Educação revelam que a iniciativa é viável, oportuna, razoável e, sobretudo, necessária para evitar a evasão escolar das pessoas com deficiência visual. Cabe-nos acrescentar que vemos na proposição um mecanismo nitidamente salutar à inclusão das pessoas com deficiência, que homenageia o direito à igualdade e favorece a plena realização de seu potencial humano, no que se incluem o acesso à educação e à cultura.

Ressalvamos, não obstante, alguns aspectos do § 3º do art. 17- A a ser incluído na lei de acordo com a proposição. Em primeiro lugar, convém adotar a expressão "pessoa com deficiência visual" no lugar de "deficientes visuais" ou "portadores de deficiência visual". Também é recomendável alterar a expressão "entidades de educação de deficientes visuais" para "instituições de ensino que tenham funcionários ou alunos com deficiência visual", tendo em vista que as pessoas com deficiência não participam mais da educação apenas em entidades especializadas, seja como discentes ou docentes.

Finalmente, não vemos necessidade de incluir no *caput* do art. 17-A a ressalva genérica à legislação vigente, conforme proposto na Emenda nº 1/2008 – CE, pois, como constatou a CCT, o próprio texto do PLS nº 111, de 2008, já contém salvaguardas aos direitos de autor. No mesmo sentido, o respeito à legislação vigente é pressuposto do ordenamento jurídico. Portanto, a receada antinomia deveria ser claramente indicada, bem como sua solução.

Voto.

Por essas razões, rejeitada a Emenda nº 1/2008 – CE e aprovada a Emenda nº 2/2008 – CE, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008, com inclusão da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se a seguinte redação ao § 3º do art. 17-A da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, incluído pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008:

"Art. 17-A. .....

§ 3º Os arquivos serão colocados à disposição de usuários com deficiência visual, de bibliotecas públicas e de instituições de ensino que tenham funcionários ou alunos com deficiência visual.

....." .

Este é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador e Líder do Partido dos Trabalhadores, Humberto Costa, que fez a leitura.

Como a votação é terminativa, não votaremos.

Mas há um requerimento de V. Exª. Se quiser lê-lo, coloco em votação em seguida. É o requerimento do Líder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, II, 102-E, VII, do Regimento Interno do Senado, "*Requeiro a realização de audiência pública, no âmbito deste colegiado, com objetivo de apresentar a pesquisa "A implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos nas diretrizes do Ensino Fundamental nos Municípios do Brasil", realizada pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), organização não-governamental com status Consultivo Especial perante o Conselho Econômico e Social da ONU, com os seguintes convidados: Representante do Ministério da Educação; Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Presidente do Conselho Nacional de Educação, Sr. Antônio Carlos Caruso Ronca; Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); e Representante do GAJOP.*"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento de V. Exª é extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vai ser colocado na pauta.

Entramos agora no mérito.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento lido pelo Líder Humberto Costa quanto ao mérito queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Sr. Líder, a assessoria já lembra, se V. Exª assim entender, que poderia ser no dia 13 de junho. Já ficaria pré-agendado para o dia 13 de junho ou para outra data que os Líderes e os convidados melhor entenderem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Vou consultar os convidados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas já fica como sugestão da Mesa. Mas, de acordo com os convidados, nós adaptaremos, naturalmente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Acredito que o dia 13 fica muito próximo. Se V. Exª puder me dar o dia de hoje para combinar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. Converse, então, com o Tiago para adaptar a data.

Aprovado o requerimento.

Convidamos o Senador Ataídes Oliveira para fazer a leitura *ad hoc*.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Só um segundo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

Item 18, página 337.

Faço mais uma vez o pedido para que fechem a porta, senão eu mesmo vou fechar.

ITEM 18

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2008

Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria *ad hoc:* Senador Ataídes Oliveira

Senador *ad hoc* Ataídes Oliveira, que tem a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Presidente.

Chega a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 305, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares destinadas a alunos canhotos.

O art. 1º do projeto obriga os Poderes Públicos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal a equipar as escolas com o mobiliário em referência. Pelo art. 2º, dá-se aos mesmos Poderes o prazo de noventa dias para as ações técnicas e administrativas necessárias ao fiel cumprimento da norma ínsita no art. 1º.

A justificação se baseia na necessidade de dez por cento da população estudantil de ter mobiliários adaptados à sua condição canhota, como exigência pedagógica e sanitária.

O projeto não recebeu emendas e foi anteriormente aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) desta Casa Legislativa.

A demanda por atendimento às especificidades e diferenças dos estudantes, além de legítima, vem

ao encontro dos princípios e finalidades da educação escolar.

Embora o projeto não tenha recebido emendas e tenha sido aprovado na CE, uma afirmação do relator, Senador Augusto Botelho, suscita uma posição que julgo mais pertinente aos objetivos do projeto: "os dispositivos do projeto não coíbem a introdução de mobiliário mais adequado aos estudantes da educação básica, composto de cadeira e mesa, esta última de dimensão compatível com o uso de destros e canhotos".

Se estivermos efetivamente compromissados com a melhoria da qualidade do ensino, temos que eliminar a possibilidade do uso das chamadas "carteiras universitárias" no ensino fundamental e médio.

Ademais, não é justo que o projeto atinja somente as escolas públicas. Esse é um insumo intrínseco da qualidade da educação, como expressa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 1996 – no inciso IX de seu art. 4º.

Por isso mesmo é imperiosa a pretensão de emenda que considere essa questão.

A propósito, é igualmente importante, para reduzir transtornos aos gestores públicos e privados, que o prazo inicial de noventa dias para implantação da medida seja substituído por solução mais razoável. Com esse fim, sugerimos que a implementação da mudança se dê no segundo ano que se seguir à publicação da lei, de modo a que seja realizada no início do ano letivo.

Por fim, é de se salientar que inexistem óbices de natureza constitucional, jurídica e regimental à aprovação da matéria.

Venho ao voto.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008, na forma da seguinte:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2008

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade, em todos os estabelecimentos, públicos e privados, de educação básica e superior, do uso de mobiliário com padrão de qualidade e design adequado a estudantes destros e canhotos e a estudantes com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a viger acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 4º .....

.....

Parágrafo único. Será obrigatória a adoção, em todas as escolas públicas e privadas que oferecem educação básica e superior para crianças, adolescentes, jovens e adultos, de mobiliário de qualidade, adequado à idade e à condição de destro, canhoto ou de pessoa com deficiência.

Art. 2º E*sta Lei entra em vigor em primeiro de janeiro do segundo ano subsequente ao de sua publicação.*

Esse é o relatório, meu Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Ataídes Oliveira, pelo seu relatório.

Seguindo a pauta, como esse tema é um projeto terminativo, nós não o votaremos, mas o seu relatório está encaminhado.

Passaremos agora à Senadora Ana Rita, para fazer a leitura, a pedido do Senador Eunício Oliveira, na p. 381:

ITEM 22
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2009

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

A Senadora Ana Rita com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Página 381?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Página 381: Projeto de Lei do Senado nº 249.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, vou iniciar, então, a leitura do relatório.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examina, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009, do Senador Cristovam Buarque, que propõe alterar a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir a criação de centros de convivência entre as obrigações do Poder Público relativas à assistência social voltada para as pessoas com deficiência.

Esses centros deverão atender às pessoas com deficiência com 18 anos ou mais, em horário integral diurno, oferecendo vagas em número compatível com a demanda local.

Na justificação do projeto, seu autor remete à carência de ações governamentais que satisfaçam o direito das pessoas com deficiência à assistência social. Os centros de convivência seriam vetores importantes

para a inclusão e para a socialização das pessoas com deficiência e de seus familiares.

A proposição foi aprovada pela Comissã de Assuntos Sociais, com três emendas voltadas para o aperfeiçoamento de sua ementa e para substituir, na norma alterada, a expressão "pessoas portadoras de deficiência" por "pessoas com deficiência". Até o momento, não foram apresentadas novas emendas.

Análise do Relator.

Não identificamos óbices de inconstitucionalidade formal ou material, tampouco relativos à juridicidade e à regimentalidade da matéria.

Com relação ao mérito, assinalamos que o PLS nº 249, de 2009, apresenta uma alternativa relevante para aprimorar a assistência social devida às pessoas com deficiência, com reflexos positivos para sua dignidade humana, cidadania e qualidade de vida. Os centros de convivência poderão funcionar como motores para a inclusão social de milhões de brasileiros com deficiência. Esses centros também favorecerão os familiares e cuidadores dessas pessoas, que terão mais disponibilidade para trabalhar e para realizar quaisquer outras atividades quotidianas, sabendo que a pessoa com deficiência não estará desatendida.

As emendas aprovadas no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais merecem nosso apoio, pois contribuem para a clareza e para o aprimoramento da linguagem da proposição e da norma que ela altera.

Voto do Relator.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 249, de 2009, com as Emendas já aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

Esse é o parecer, Sr. Presidente, do Relator, Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Feita a leitura do relatório – não podemos votar porque é terminativo –, passo a palavra à Senadora Lídice da Mata, pedindo a gentileza de ler o relatório de dois projetos de minha autoria, um da página 410 e outro da página 421.

V. Exª está com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Será uma honra, caro Presidente Senador Paulo Paim, que dirigiu tão bem esta sessão no dia de hoje, frente inclusive a momentos de tensão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloto/PT – RS) – Obrigado, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, acerca do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008, do Senador Paulo Paim, que altera o art. 2º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio a pessoas com deficiência, para prever incentivos ao empreendedorismo.

Relatora: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado, PLS nº 105, de 2008, de autoria do Senador Paim, pretende modificar a lei básica de apoio às pessoas com deficiência, par a nela inserir dispositivo mandando o Poder Público incentivar ações para promover o empreendedorismo e estabelecer linhas de crédito orientadas especialmente para essa clientela.

O autor do projeto, Senador Paulo Paim, afirma que a legislação brasileira protege e estimula o ingresso no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, mas não incentiva o empreendedorismo. Por isso, embora reconheça a importância econômica e social da conquista do emprego, ele defende que essas pessoas sejam incentivadas a desenvolver os próprios negócios; assim, contribuindo tanto para o seu processo de inclusão social e crescimento econômico quanto para o desenvolvimento do País.

Encaminhado no exame exclusivo e terminativo deste colegiado, o PLS nº 105, de 2008, foi primeiramente entregue à Relatoria do Senador Flávio Arns. O relatório então produzido, favorável à aprovação da matéria, não chegou a ser apreciado por esta Comissão antes do término da última Legislatura. Mas agora, lastreia a presente análise.

Registre-se, por fim, não haver emendas ao projeto sob exame até este momento.

Análise.

De acordo com o art.102/E, inciso VI do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, opinar sobre as proposições relacionadas à proteção e integração social das pessoas com deficiência. Esse é o caso do PLS nº 105, de 2008, aqui submetido a uma avaliação global. Desenhado sob a forma de lei modificadora, em obediência à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o projeto busca alterar a Lei nº 7.853, de 1989, sem desrespeitar nenhum dos seus princípios. Trata-se, vale dizer, do diploma legal básico em matéria de proteção das pessoas com deficiência, visto que estabelece normas gerais e define as ações do Governo e da sociedade destinada a apoiar essa clientela nas áreas de educação, saúde, esportes, assistência social, lazer, formação profissional e trabalho, recursos humanos e edificações.

Há, portanto, evidente harmonia entre o PLS em foco e o ordenamento jurídico em vigor.

À luz da Constituição, o projeto mostra-se apto a receber o aval do Senado. De um lado, satisfaz todos os requisitos formais. Não afronta cláusula pétrea,

versa sobre matéria que é de competência legislativa também da União; respeita o princípio da reserva de iniciativa, materializa-se na espécie adequada da lei. De outro, revela-se consonante com o teor da Carta política de 1988. Ele repercute três dos fundamentos do Estado Democrático de Direito: a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; três dos objetivos fundamentais a República federativa do Brasil: a erradicação da marginalização, a promoção do bem de todos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; reverbera ainda o disposto no art. 170 da Lei Maior, no qual se proclamam a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa como alicerce da ordem econômica, cujo objetivo é assegurar a todos existência digna, em conformidade com o princípio da redução das desigualdades sociais. Além disso, o projeto guarda afinidade com o texto da Convenção sobre Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência adotada pela Organização das Nações Unidas, ONU, em 2006, e recebida pelo ordenamento jurídico brasileiro como emenda constitucional em 2008.

Por meio da Convenção, o Brasil reconhece às pessoas com deficiência o direito ao trabalho em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e compromete-se a adotar as medidas apropriadas, inclusive no campo legislativo, para promover oportunidades de trabalho autônomo, empreendedorismo, desenvolvimento de cooperativas e estabelecimento de negócio próprio em beneficio dessa clientela. Medidas, em suma, para promover a emancipação econômica das pessoas com deficiência.

Ora, todos nós sabemos que não há como falar em emancipação econômica sem considerar a participação no mercado de trabalho, âmbito do qual ainda permanecem alijados milhões e milhões de brasileiros com deficiência, assim impedidos de garantir o próprio sustento. Basta dizer que a população cm deficiência já totalizava 25 milhões de pessoas em 2000, 14% da população brasileira. Mas ocupava menos de 1% dos postos formais de trabalho.

Segundo o próprio Ministério do Trabalho e do Emprego, não obstante haver prescrição legal de reserva de vaga tanto no serviço público quanto na iniciativa privada, naquele momento, aliás, mais de 35% dessa clientela com deficiência, cerca de 8 milhões de brasileiros, eram trabalhadores informais ou trabalhadores autônomos, que começavam um negócio próprio, por necessidade ou por vocação, sem nenhum incentivo do Estado. Trata-se na verdade de pessoas despossuídas e que, por isso mesmo, costumam enfrentar enormes obstáculos para acesso ao crédito.

Em tal contexto, revela-se extremamente oportuna a iniciativa do projeto sob análise, que prevê incentivo por parte do Poder Público para ações de promoção do empreendedorismo entre as pessoas com deficiência e o estabelecimento de linhas específicas de crédito.

Saliente-se, por oportuno, que o desenvolvimento do País é, em grande medida, resultado da capacidade de empreender de seus cidadãos e que o microcrédito constitui uma das formas mais efetivas de fomentar o desenvolvimento.

Resta inequívoco, portanto, o mérito do projeto relatado, que abrirá novas perspectiva de inserção das pessoas com deficiência no mundo do trabalho.

Note-se, ademais, que a adoção das medidas propostas, no bojo do esforço de tirar da informalidade milhões de profissionais autônomos de certo contribuirá para elevar a autoestima da clientela em foco e desfazer as expectativas do preconceito, degeneratórias de toda sorte de habilidade a quem aparente ser diferente.

Ressalte-se, por oportuno, não haver obstáculo no Regimento Interno do Senado à regular tramitação do projeto em análise, que merece o aval desta Casa.

Antes disso, contudo, importa efetuar alguns reparos no texto do projeto com vistas ao seu aperfeiçoamento. Primeiro, deve-se corrigir o preâmbulo, que utiliza a fórmula adequada às resoluções e não às leis. Depois, importa conferir paralelismo sintático ao texto da alínea a ser inserida na lei, com uso do artigo definido no começo de sua dicção, a exemplo do que se verifica nos dispositivos já existentes.

Também parece relevante conferir redação mais precisa ao texto da ementa do projeto, em obediência ao disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 98, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Por último, convém solucionar o problema da terminologia utilizada na designação da clientela alvo de forma mais sistemática do que faz o projeto, empregando a locução “pessoa com deficiência”, em vez de “pessoa portadora de deficiência”., ao longo do texto da Lei 7.853, de 1989.

Essa medida, vale dizer, afasta a perturbação terminológica que o projeto acarretará, caso se restrinja a atualizar somente um dos dispositivos da lei. Constitui, ademais, boa oportunidade para transplantar para a lei básica de proteção o paradigma adotado pela referida Convenção da ONU, que não vê a deficiência como atributo da pessoa, mas como resultado da interação de restrições pessoais com barreiras ambientais.

De acordo com o novo paradigma conceitual, a deficiência não é algo que a pessoa traga consigo, mas, sim, fruto da omissão do Estado e da sociedade, diante da existência de barreiras que impedem o

pleno desenvolvimento das potencialidades de cada um. Logo, muda-se o foco de deficiência e exclusão para diversidade e inclusão. E eleva-se o debate para outro patamar, o do respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa.

Para efetuar essas correções de rumo, são apresentadas, então, quatro emendas ao final do parecer.

Voto.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008. E, no mérito, pela sua aprovação, mas com as emendas a seguir:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para inserir o incentivo ao empreendedorismo entre as medidas de apoio às pessoas com deficiência e para atualizar a terminologia da lei relativa a essa clientela."

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao preâmbulo do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008, a seguinte redação:

"O CONGRESSO NACIONAL decreta:"

EMENDA Nº – CDH

Inicie-se com o artigo "o" a redação da alínea *e* acrescida ao inciso III do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, pelo art. 1º do PLS nº 105, de 2008.

EMENDA Nº – CDH

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008, o seguinte art. 2º, renumerando-se a cláusula de vigência como art. 3º:

"Art. 2º Procedam-se às seguintes alterações redacionais na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989:

I – substituição das expressões "portadoras de", "portadora de" ou "portadores de" pelo termo "com":

a) na ementa;

b) no art. 1º: *caput* e § 2º;

c) no art. 2º: *caput*; parágrafo único, inciso I, alíneas "d", "e" e "f"; inciso II, alíneas "d" e "f"; inciso III, alíneas "b", "c" e "d"; inciso IV, alíneas "b" e "c"; e inciso V, alínea "a";

d) no art. 3º: *caput*;

e) no art. 8º: inciso IV;

f) no art. 9º: *caput* e § 1º;

g) no art. 10: *caput* e parágrafo único;

h) no art. 12: incisos I, II, IV, V, VII e VIII do *caput* e parágrafo único;

i) no art. 15;

j) no art. 17;

II – substituição da expressão "deficiente grave não internado" pela expressão "pessoa com deficiência em estado grave não internada" no art. 2º, inciso II, alínea "e";

III – substituição da expressão "da deficiência que porta" pela expressão "de sua deficiência" no art. 8º, inciso I.

Parágrafo único. Para sinalizar as alterações descritas no *caput*, acrescentar-se-á (NR) ao final dos arts. 1º, 2º, 3º, 8º, 9º, 10, 12, 15 e 17 da Lei nº 7.853, de 1989."

Sala das Comissões, Presidente Relatora Senadora **Gleisi Hoffmann.**

Sr. Presidente, é este o relatório.

E o voto, como V. Exª viu, o projeto de V. Exª levou a uma mudança da terminologia de toda a lei anteriormente já em...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E uma mudança correta. Meus cumprimentos a V. Exª e também à Senadora Gleisi Hoffmann, que já no Estatuto da Pessoa com Deficiência, ou seria, no passado, no termo errado, Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E S. Exª fez a correção adequada, correta, e V. Exª reafirma nesse momento.

Meus cumprimentos à Senadora Gleisi Hoffmann, porque, com certeza, melhorou a qualidade do projeto e com o aval também agora da nobre Senadora Lídice da Mata.

Senadora, chegou, nesse momento, o Senador Ciro Miranda, que já esteve aqui conosco durante toda a manhã, deu uma saída. S. Exª é o relator do próximo projeto de nossa autoria. Então, vou pedir que S. Exª faça a relatoria, agradecendo já à Senadora Lídice da Mata.

Deixa eu só passar para S. Exª, que é como relator, em seguida eu passo a V. Exª. Só para aproveitar a relatoria dele, presente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, primeiro dizer que é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em seguida, V. Exª, fica o compromisso, porque nós vamos fazer... Só para responder a minha querida Senadora.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ainda vai ter a leitura de mais quatro relatórios. Mas antes da leitura, será feito *ad hoc*, eu passo a palavra a S. Exª.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª que é um prazer e uma honra relatar um projeto de sua autoria. E fiquei muito satisfeito, inclusive com as modificações que V. Exª pede.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que modifica os arts. 121 e 122, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Do relatório:

Vem a esta Casa de direitos humanos e legislativos, CDH, o Projeto de Lei do Senado, PLS 107, de 2003, do nobre Senador Paulo Paim, que modifica os arts. 121 e 122 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PLS altera o § 5º do art. 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para que, no caso de deliberação compulsória aos 21 anos de idade, o restante do tempo da internação seja convertido em prestação de serviços à comunidade, nos termos do art. 117 da referida lei.

Além disso, o projeto dispõe sobre a aplicação da medida de internação quando o adolescente for integrante do crime organizado ou tiver envolvimento com o tráfico de drogas, dando assim nova redação ao inciso I do art. 122 do ECA.

O autor traz na justificação da proposta vários argumentos, merecendo destaque o seguinte: o objeto desta proposição é permitir a plena aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ensejando que com aquelas crianças e adolescentes que participam de atos infracionais sujeitem-se necessariamente às medidas socioeducativas pertinentes, de maneira a permitir que a sanção que lhes são imputadas as tornem conscientes das responsabilidades pelos atos cometidos, reeducando-se enquanto indivíduos e membros de uma coletividade.

De acordo com o Ato da Mesa nº 2, de 2009, foi deferido em 12 de maio de 2009, o Requerimento 448, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, que solicitou o desapensamento do PLS nº 107, de 2003, e de outras proposições legislativas.

No âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria foi relatada pelo Senador Valdir Raupp, tendo sido aprovada com uma emenda na reunião do dia 11 de novembro de 2009. Vem agora para análise desta comissão, onde será apreciada em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas até o presente momento para esta comissão.

Da análise:

Compete a esta CDH emitir parecer sobre proteção à infância e à juventude, por força dos arts. 197, 102, "e", do Regimento Interno.

O PLS não apresenta vícios indícios de inconstitucionalidade formal, uma vez que a competência para legislar sobre a proteção à infância e à juventude é concorrente, cabendo à União o estabelecimento de normas gerais, podendo a proposição legislativa ser iniciativa de qualquer um dos membros desta Casa, conforme o disposto no art. 24, inciso XV, do § 1º e 61, ambos da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, merecem destaque os arts. 227 e 228 da Constituição Federal que tratam de um conjunto de direitos da criança e do adolescente, da prioridade no seu atendimento e da questão da inimputabilidade penal dos menores de 18 anos, sujeito às normas da legislação especial..

É importante sublinhar ainda que o § 2º do art. 5º da Constituição Federal determina que os direitos e garantias expressos pela Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

O legislador ordinário definiu com clareza os direitos da criança e do adolescente e o limite da imputabilidade penal em sede constitucional, não pairando dúvidas sobre a construção desses direitos humanos conquistados e firmados pelo Brasil. Esse avanço, no plano da efetividade dos direitos humanos de crianças e adolescentes, resulta de irreversível processo de construção de direitos humanos conquistados internacionalmente e firmados pela marcha civilizatória.

Assim, nova ordem decorrente da Convenção das Nações Unidas de Direito da Criança de 1989, refletida no art. 229 da Constituição Federal, foi positivada no ECA promovendo uma transformação do direito das crianças e adolescentes, pessoa e desenvolvimento humano. A propósito, destaca-se o teor do art. 37, alínea "a", "b" e "c" e 40 do inciso I da referida convenção *verbis:*

Art. 37 – O Estado, partes zelaram para que:

a- Nenhuma criança seja submetida à tortura nem a outros tratamentos ou apenas cruéis, desumanos ou degradantes. Não será imposta a pena nem à prisão

perpétua, sem possibilidade de livramento por delitos cometidos por menores de 18 anos de idade.

b- Nenhuma criança seja privada de sua liberdade de forma ilegal ou arbitrária. A detenção, a reclusão ou a prisão de uma criança será efetuada em conformidade com a lei e apenas como último recurso e durante o mais breve período do tempo que for apropriado;

c- Toda criança privada da liberdade seja tratada com humanidade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, levando-se em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade. Em especial, toda criança privada de sua liberdade ficará separada dos adultos, a não ser que tal fato seja considerado contrário aos melhores interesses das crianças e terá direito a manter contato com sua família, por meio de correspondência ou de visita, salvo em circunstâncias excepcionais.

Art. 40 – Os Estados partes reconhecem o direito de toda a criança a quem se alegue ter infringido as leis penais ou quem a se recuse ou declare culpada de ter infringido as leis penais de ser tratada de modo a promover, a estimular seu sentido de dignidade e de valor e de fortalecer o respeito da criança pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de terceiros, levando-se em consideração a idade da criança e a importância de se estimular sua reintegração ao seu desempenho construtivo na sociedade.

Trazemos à baila igualmente algumas disposições que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 14 de dezembro de 1990, no que se refere às regras para proteção de menores privados de liberdade. Dentre as perspectivas fundamentais dessa regra notam-se: o sistema de justiça de criança e adolescente deve-se respeitar os direitos e a segurança dos jovens e promover o seu bem-estar físico e mental. A prisão deverá constituir uma medida de último recurso. Os adolescentes só devem ser privados de liberdade de acordo com os princípios e processos estabelecidos nessas regras e nas regras mínimas das Nações Unidas para administração da justiça, da infância e da juventude.

A privação de liberdade de um adolescente deve ser uma medida de último recurso e por um período mínimo necessário, que deve ser limitado a casos excepcionais. A duração da sanção deve ser determinada por uma autoridade judicial, sem excluir a possibilidade de uma libertação antecipada.

Dessa forma, percebemos que ECA obedece aos princípios transacionais de proteção à infância e juventude tais como o respeito à dignidade, tolerância, liberdade e igualdade.

Os dispositivos vigentes no seu art. 121 estão em harmonia como dissemos e com os princípios inscritos no art. 227 da Constituição Federal cuidam especificamente da internação do adolescente determinando no se § 3º que, em nenhuma hipótese, o período máximo de internação deverá exceder a três anos e no seu § 5º que a liberação será compulsória aos 21 anos de idade.

Entendemos que a alteração proposta no § 5º do art. 121 da ECA não merece ser acolhida, pois vai de encontro ao princípio da brevidade da medida privativa da liberdade, ainda que convertida em prestação de serviço à comunidade.

Não convém à ECA que aplique suas punições para alcançar pessoas adultas, cujas condutas ilícitas passarão a ser responsabilidade sob a ótica do direito penal. Por outro lado, a alteração pretendida para o inciso I do art. 122 do referido ECA está em consonância com os ditames legais e constitucionais, com uma política social mais construtiva de prevenção ao crime e de luta contra a delinqüência merecendo ser acolhida.

É notório que as crianças e adolescentes são cooptados para o tráfico ilícito de drogas e também são presas fáceis para atividades relacionadas ao crime organizado. A medida de internação nessa hipótese poderá prevenir e intimidar a entrada de jovens para a criminalidade, onde são fascinados pela hierarquia e dinheiro que esses tipos de crime oferecem.

Portanto, a emenda apresentada pela CCJ merece acolhimento por parte desta Comissão, pois, primeiro, desconsidera mudança pretendida pela PLS para o § 5º do art. 121 do mesmo ECA; segundo, corrige a expressão crime organizado, constante do art. 122, inciso I, a ser alterado por organização criminosa, terminologia já acolhida pela Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre autorização dos meios operacionais para prevenção e repressões de ações praticadas por organizações criminosas.

As alterações constantes da emenda aprovada pela CCJ conferem ,pois, maior clareza e equilíbrio ao PLS em análise.

Voto.

Em face ao exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2003, nos termos da emenda aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esse é o nosso relato pela aprovação.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Queria cumprimentar V. Exª pelo relatório e vejam como é bom o debate e a construção.

Quando recebi essa proposta e recebo dezenas da sociedade brasileira, quem me apresenta assim o faz por saber a minha marca, achando que é o melhor no campo social e humanitário. No debate, a emenda que V. Exª também acolheu da CCJ, melhorou o projeto e melhorou muito.

Então, meus cumprimentos pelo relatório de V. Exª e também à posição da CCJ.

Pena que hoje não podemos votar porque, infelizmente, ele é terminativo e teríamos que ter em plenário número de Senadores e Senadoras presentes.

Agradeço muito a V. Exª e para mim é sempre é um orgulho ter um parecer favorável melhorando o projeto que ora eu tinha apresentado.

Muito obrigado Senador Ciro Miranda pelo seu relatório.

Agora nós vamos ao item 21. Pelo acordo feito aqui, o item 21 vai ser a Senadora Marinor Brito, o item 16 Senador Ataídes Oliveira, os itens 17 e 23 Senadora Ana Rita e o item 13 Senadora Lídice da Mata.

Peço então que a Senadora Marinor Brito, se puder apresentar o seu relatório, e naturalmente aproveita porque sei que V. Exª tinha pedido uma questão de ordem.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Excelência, tinha pedido uma questão de ordem mesmo para registrar aqui na Comissão de Direitos Humanos, já que hoje foi um dia *sui generis,* nunca se viu tanto Deputado e tanto Senador nesta sessão. Todo dia a gente discute os problemas das populações indígenas, dos pescadores, das mulheres, dos negros e nós nunca vimos uma presença tão ostensiva de congressistas nesta sala.

Então, acabou que fechamos um acordo para tentar um diálogo mediado, considerando que as pessoas que estavam aqui, inclusive a partir da fala do Senador Magno Malta, não eram homofóbicos, não eram intolerantes Estavam mesmo para encontrar uma mediação.

Mas, Senador Paim, quero registrar que, ao sair do plenário para acompanhar a entrevista da Senadora Marta Suplicy, defrontei-me com várias atitudes homofóbicas, inclusive desrespeitosas à Senadora Marta Suplicy, que estava de costas concedendo entrevista, com este panfleto sendo sacudido atrás da Senadora, e vaias e xingamentos por parte de algumas pessoas, que não consegui identificar todas, mas, dentre elas, o Deputado Bolsonaro.

Então, fui pedir para que eles parassem de fazer isso, para que abaixassem, para que eles garantissem a liberdade da Senadora que estava dando a entrevista. E começou o xingamento, aumentou, até que pedi para que abaixassem, ajudei a alguns a abaixarem o panfleto, inclusive o Deputado Bolsonaro.

Quero registrar aqui que vamos analisar as medidas cabíveis, inclusive quanto à utilização desse material, que não sei se foi feito com dinheiro público, com dinheiro do Congresso. Porém, na minha opinião, é a prova inconteste do movimento homofóbico instalado no Congresso Nacional, visto que aqui ele faz comparação dos cidadãos brasileiros homossexuais a criminosos pedófilos. E nós não vamos admitir isso, Senador. Não vamos admitir isso. E as providências necessárias, e aí quero desde já pedi que a Comissão de Direitos Humanos, que V. Exª nos ajude a construir o enfrentamento dessa situação aqui, no Congresso Nacional, a partir da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A solicitação de V. Exª será encaminhada com certeza.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Queria, inclusive, lembrar que, no dia 18, vamos ter uma marcha que faz parte da pauta, uma Marcha pela Cidadania LGBT, aqui ao Congresso Nacional.

Se V. Exª pudesse incluir na próxima pauta. Iremos avaliar tecnicamente a melhor formulação sobre isso.

Posso entrar diretamente na leitura que V. Exª me solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendi que o Senador Ataídes Oliveira queria fazer um aparte à Senadora sobre esse tema.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Por favor. Se possível, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Um aparte ao Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente, percebi aqui, diante dessa discussão tão séria – e acabo de chegar a esta maravilhosa Casa e, primeiramente, quero parabenizar a nossa Senadora Marta, por ela ter tomado essa decisão, porque eu gostaria de me ater um pouco mais a esta causa tão delicada –, na fala do Senador Magno Malta e do nosso Senador Crivella, e com eles me coaduno, que não somos contra o preconceito, não somos, de forma alguma. Isso ficou muito claro. O que pensamos, especialmente o que penso, é que devemos analisar esse caso com mais carinho, com mais discussão, ouvir mais a opinião pública. Percebi também que não podemos tolher a livre expressão da igreja, seja ela qual for, de se expressar.

Então, queria deixar este meu recado, meu Presidente. E repito, agradeço a Senadora Marta por essa decisão tão inteligente que tomou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ataídes de Oliveira, que também aponta na linha do ...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Queria tomar aqui, com todo o respeito a V. Exª, que está chegando agora, e desejo um bom mandato inclusive, mas o debate que está sendo feito não envolve a falta de liberdade às expressões da igreja. Estamos exatamente tratando do combate a uma situação de violação de direitos, direitos humanos, do combate à homofobia.

Eu poderia muito bem ter me insurgido contra a decisão da Senadora Marta, como Líder do meu partido, integrante oficial desta Comissão. Tínhamos, inclusive, quórum para votar e aprovar o projeto aqui, pelas nossas contas. Mesmo assim, por tolerância, por busca de uma decisão consensual, tentando também respeitar a incompreensão de alguns, para não dizer intolerância, tomamos essa decisão em conjunto, porque sou uma militante dos direitos humanos, sou uma militante, assumidamente militante da luta pela cidadania LGBT. Não tenho nenhum problema com os meus eleitores de dizer isso, o que não é o caso de uma parcela, digamos assim, dos Congressistas.

Para finalizar, estou tratando aqui da forma desrespeitosa como eles se colocaram atrás da entrevista da Senadora Marta Suplicy e da utilização desse material, que vincula a homossexualidade à pedofilia.

De fato, tornou-se uma situação muito desagradável, porque eles estavam ali com o firme propósito de agredir, de desrespeitar. E eu, como Senadora da República, ao ver isso na nossa Casa, na Casa do povo, senti-me na obrigação de tomar partido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É disso que estamos tratando, Senador. Não vamos admitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendi a posição de V. Exª, como entendi a posição bem clara do Senador Ataídes Oliveira. Entendi, V. Exª está sendo compreensiva, até pelo gesto que faz, que este debate o faremos com certeza nas audiências que vamos marcar. Está praticamente definido. Este debate vai continuar, e vamos tentar construir o chamado entendimento. As posições estão claras, ninguém tem dúvida quanto a isso.

Então, a partir deste momento, convido a Senadora Marinor Brito para que apresente o seu relatório.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pois não.

PARECER Nº , DE 2009

Da comissão de direitos humanos e legislação participativa, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de caixas eletrônicos por pessoas com deficiência visual.

O projeto acrescenta ao texto da referida Lei o art. 21-A que exige das instituições financeiras a instalação e manutenção das ajudas técnicas necessárias ao uso dos terminais eletrônicos de atendimento por parte de pessoas com deficiência visual.

Na justificação, o autor lembra que a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, ao estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclui expressamente no conceito de acessibilidade a disponibilidade de informação para pessoas com deficiência visual ou auditiva. Preocupa-se ainda em definir, no seu art. 2º, "barreira nas comunicações" como qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.

Finalmente, determinam os artigos 17 e 19 a eliminação por parte do Poder Público de barreiras na comunicação e o estabelecimento de mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. No entanto, apesar da clareza do texto da lei, a regulamentação desses artigos por meio do Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, tem como alvo prioritário as pessoas com deficiência auditiva. O objetivo do projeto em análise é, portanto, a explicitação no texto legal da exigência de instalação e manutenção de ajudas técnicas que assegurem o acesso das pessoas com deficiência visual aos serviços bancários acessíveis nos terminais eletrônicos de atendimento.

O Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, foi distribuído, inicialmente, a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A aprovação do requerimento da Senadora Patrícia Saboya determinou seu encaminhamento prévio à Comissão de Assuntos Sociais. Esta Comissão manifestou-se favoravelmente ao projeto, tanto sob o ponto de vista da constitucionalidade quanto do mérito, com o acréscimo de parágrafo único ao art. 21, a, que reproduz o texto do dispositivo do Decreto nº 5.296, de 2004, que traz especificações sobre o tipo de ajuda técnica exigível no caso. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

No que diz respeito à constitucionalidade da matéria, cabe assinalar, em primeiro lugar, que o projeto em apreço atende aos requisitos de competência e iniciativa. Conforme o art. 24, inc. XIV, da Constituição

Federal, a União dispõe de competência para legislar *(Falha na gravação.)* integração social das pessoas portadoras de deficiência. Além disso, a matéria não se encontra na relação daquelas sujeitas à iniciativa privativa do Presidente da República. Em segundo lugar, o conteúdo do projeto não conflita com os princípios fundamentais que regem a Constituição, nem com os direitos e garantias fundamentais nela consagrados. Não há óbice, portanto, no que diz respeito à constitucionalidade e à juridicidade do projeto.

Sobre o mérito, a justificação apresentada pelo autor é convincente. A Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, é clara ao incluir o acesso à informação na definição de acessibilidade e ao exigir medidas que eliminem barreiras que limitam a comunicação das pessoas com deficiência. A menção legal explicita ao acesso aos servidores bancários disponíveis nos terminais eletrônicos de atendimento importará na eliminação de barreiras específicas à informação que atinge os deficientes visuais e que incidem sobre o aspecto relevante do cotidiano, a vida financeira do cidadão e sua relação com o sistema bancário.

Considero, também, meritória a emenda aprovada na Comissão de Assuntos Sociais. A reprodução do texto do inc. III, do art. 16, do Decreto nº 5.296, de 2004, ao especificar o conteúdo e a forma da ajuda técnica exigível, contribui para a clareza do dispositivo. Questiono, no entanto, a terminologia adotada pelo projeto, seu texto refere-se a pessoas portadoras de deficiência, expressão que consta na Constituição. A legislação mais recente, contudo, opta pela expressão pessoas com deficiência, mais precisa e correta, razão pela qual proponho essa substituição no texto do projeto sob exame.

III – VOTO

Em razão do exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, na forma aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais e com as modificações decorrentes da seguinte emenda: (É uma emenda da CDH)

Substituam-se na emenda do caput do art. 21, "a", da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o que se refere ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, as expressões: portadores de deficiência visual e deficientes visuais por pessoas com deficiência visual.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2011. – Assinado pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece à Senadora Marinor Brito, que fez a leitura do projeto de autoria do Senador Expedito Júnior, que atualiza, inclusive, a terminologia correta, não usando o termo portador para as pessoas com deficiência.

Tinha me pedido pela ordem o Senador Ataídes Oliveira, a quem passo a palavra. Em seguida, para a Senadora Ana Rita e, pela ordem, a Senadora Marta Suplicy.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente, há poucos minutos, na minha fala, referi-me aos Senadores Magno Malta e Marcelo Crivella. Na leitura que fiz, com a qual me coaduno com eles, somos contra qualquer preconceito, se eu disse diferente, quero, neste momento, retificar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência entendeu, e todos os Senadores, também.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Quero retificar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está correto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – E, em nome deles, peço perdão a eles....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro, foi a forma como saiu.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ...se, porventura, eu tiver cometido esta falha. Mas quero deixar muito clara, principalmente, a minha posição de que somos contra qualquer preconceito, mas segue aquela minha fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A correção está feita, mas a Presidência tinha entendido, não ficou nenhuma dúvida, até porque em sendo V. Exª, não poderia ser a favor de nenhum tipo de preconceito. Por isso que não houve preocupação nenhuma.

Senadora Marta Suplicy, que pediu também pela ordem e, depois, Senadora Ana Rita.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Infelizmente, não ouvi a fala do nobre Senador e acredito que, realmente, se não houver preconceito, poderemos avançar na aprovação do combate à homofobia, porque, ali, veremos a realidade, o que é discurso, Senador, e o que é realidade. Falar que não tem preconceito e que respeita, mas ser contra um projeto que combate a violência faz toda a diferença, porque falar é fácil. Agora, para inibir as ações, nós precisamos de lei.

Eu queria falar sobre outro assunto, que é o mesmo, mas não referente à fala de V. Exª, que eu não escutei. Só escutei a correção que o senhor fez – se porventura alguém tivesse entendido errado – e respeito a fala, mas fiz também a minha observação que o senhor acabou de escutar.

Agora, o que eu queria dizer é a respeito de um equívoco que eu, como uma pessoa que a vida inteira estudei a sexualidade, não posso ouvir e ficar calada: é a questão de equiparar homossexualidade à pedofilia. Homossexual não é pedófilo. Não é pedófilo. Pedofilia é uma perversão e merece cadeia; está criminalizada. Fazer essa junção vai contra todos os estudos de sexualidade e vai contra a lei também, porque criminaliza pessoas que não são criminosas.

Era esse adendo que queria fazer e esse esclarecimento, como psicóloga, como psicanalista, e que se dedicou tantos anos ao estudo da sexualidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy, pelo esclarecimento. Acho que estão definidas as posições, e V. Exª deixa claro ao País o que é uma coisa e o que é outra coisa.

E nós voltamos agora ao nosso relatório, até para ficar naquele espírito do acordo: vamos dialogar e vamos votar no momento adequado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente, aproveito agora então a presença da nossa Senadora e quero ratificar, Senadora, que fiquei muito grato com a sua decisão da retirada – porque acabei de chegar a esta Casa e gostaria de me inteirar mais sobre esse assunto tão delicado. O que eu gostaria de salientar aqui novamente é que eu gostaria de ver um pouco mais sobre o projeto, a opinião pública. E o que me chamou a atenção também e quero ver mais na íntegra é que não podemos, de forma alguma, tolher a igreja, seja ela qual for, de expressar-se diante dessa pauta, dessa questão tão delicada no Brasil.

Então, quero agradecer a sua belíssima atitude, Senadora.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Teremos a maior boa vontade em conversar, e o senhor colocou que chegou hoje – é o seu primeiro dia no Senado. Seja bem-vindo, e espero que nós possamos conversar e chegar a um entendimento de que o combate à violência é o que todos nós almejamos para uma sociedade sem barbárie, mas civilizada e que respeite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Senadora Marta Suplicy e ao Senador Ataídes Oliveira, que começou bem aqui, já construindo um entendimento com a nossa querida Senadora Marta Suplicy.

Senadora Ana Rita com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, na verdade, quero aqui aproveitar a presença da Senadora Marta e dizer que nós ratificamos a sua intervenção neste momento, Senadora Marta, e dizer que estamos solidárias a V. Exª neste momento, neste debate que considero extremamente importante. Então, todo nosso apoio e nossa solidariedade.

Na verdade, me inscrevi para fazer uma observação ao projeto que acabou de ser lido pela Senadora Marinor, apenas para reforçar a importância de o referido projeto de lei também estar adequado à legislação vigente no que se refere à expressão pessoas com deficiência. Acho que é importante que o projeto no seu conteúdo, no todo, esteja adequado à atual legislação no que se refere à expressão "pessoas com deficiência".

Era apenas isso, Presidente. Gostaria de fazer essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, passamos para a leitura do Item nº 17, da página 325, onde V. Exª fará a leitura *ad hoc.*

Em seguida passarei para o Senador Ataídes Oliveira, que também vai fazer um relatório para nós.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Antes de iniciar a leitura do relatório, Sr. Presidente, como Relatora *ad hoc,* gostaria de fazer uma observação que eu considero extremamente importante aqui hoje. Esta Comissão tem emitido pareceres de projetos de suma importância para a sociedade, particularmente para alguns setores e algumas categorias da nossa sociedade. Particularmente na sessão de inúmeros projetos que se referem às pessoas com deficiência estão sendo apreciados. Infelizmente, nós não estamos tendo condições de votar em função do quórum, mas estamos tendo a oportunidade de apresentar os relatórios que muito têm valorizado e aperfeiçoado as matérias aqui apresentadas.

Eu considero isso muito rico, de um grande valor e, com certeza, trazendo e aperfeiçoando o direito de inúmeras pessoas que ainda precisam de legislações que venham a fortalecer e assegurar a inclusão social, como é o caso aqui de pessoas com deficiência.

Quero parabenizar esta Comissão por importantes iniciativas nesse sentido.

Em seguida, Sr. Presidente, vou fazer a leitura do relatório do parecer do Senador Cristovam Buarque.

Então:

Da Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº241, de 2008, do Senador Expedito Júnior, que visa alterar *a* Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 241, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, busca estender os benefícios do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) aos adolescentes de 15 a 17 anos que moram nas ruas, quando houver demanda oficial do Conselho Tutelar, da Defensoria Pública, do Ministério Público ou do Poder Judiciário.

Na justificação, o autor do projeto lembra que a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, aprimorou o citado programa, voltado a reintegrar os jovens ao processo educacional, oferecer-lhes qualificação profissional e promover seu desenvolvimento humano. Ressalta, também, que os jovens moradores de rua vivem em situação permanente de risco social, estão sujeitos a todo tipo de violência e – segundo pesquisa do próprio governo – quase nunca têm acesso a programas governamentais. Pleiteia, então, a inclusão dessas pessoas no Projovem antes que elas se tornem destinatárias do programa por cumprirem medida socioeducativa de internação ou medida de proteção, por terem sido resgatadas do trabalho infantil, de abuso ou de exploração sexual ou por pertencerem a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

O projeto foi remetido ao exame prévio da Comissão de Assuntos Sociais, que opinou favoravelmente à sua aprovação, sem emendas, mas com a recomendação de que fosse incluída a sigla "NR" ao final do texto do dispositivo legal a ser alterado, em observância às determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Cabe agora à Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa analisar a proposição em caráter terminativo, pronunciando-se a respeito da constitucionalidade, da juridicidade, da regimentalidade e do mérito do projeto, que – até o momento – não foi alvo de emendas neste Colegiado.

II – ANÁLISE

Ressaltamos, de início, não haver nenhum impedimento constitucional à aprovação do PLS nº 241, de 2008.

Em termos formais, podemos ver que ele se materializa na espécie adequada de lei, respeita o princípio da reserva de iniciativa, não afronta disposição inscrita em cláusula pétrea e versa sobre matéria inserida entre as competências legislativas da União. Aliás, nos termos do art. 23, inciso X da Lei Maior, é tarefa de todos os Entes Federados combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Do ponto de vista material, percebemos que o disposto no projeto também encontra amparo na Carta Política de 1988. A matéria nele tratada refere-se a dois dos alicerces da nossa República: a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Já a medida proposta guarda consonância com os objetivos fundamentais da Nação, pois, certamente, concorrerá para reduzir as desigualdades sociais, ajudando a construir uma sociedade mais livre, justa e solidária, conforme apregoa a Lei Maior.

Materializa, ainda, um dos direitos sociais reconhecidos em seu art. 6º, a assistência aos desamparados. Nesse grupo, inclui, com certeza, os jovens moradores de rua, diuturnamente submetidos a condições subumanas de sobrevivência e a todo tipo de abuso. Trata-se de um segmento caracterizado pelo abandono, seja pela família, seja pelo Estado, como bem ilustra a pesquisa oficial mencionada na justificação do projeto. Basta lembrar que 90% dos moradores de rua vivem sem o amparo de qualquer programa do Governo e muitos deles buscam a rua para escapar a violência doméstica. Contudo, longe de ser uma massa homogênea, a população de rua é composta por quatro segmentos distintos, como afirmam os estudiosos. Mais da metade dela pertence ao grupo dos trabalhadores de rua independentes, pessoas que vivenciam o processo de rompimento dos vínculos familiares, mas voltam para casa ocasionalmente. Já os trabalhadores de rua com base familiar, segundo maior grupo, retornam todos os dias para casa, situação oposta à dos dois outros grupos, o que mora nas ruas e não possui referência familiar em razão da orfandade ou do abandono e o que vive com a família na rua. Todos, entretanto, são igualmente invisíveis nas políticas públicas nacionais, embora haja ligeiras variações quanto ao grau de vulnerabilidade que apresentam.

Por tais distinções, consideramos ser mais preciso falar da situação de rua dos adolescentes a serem incluídos no Projovem, ao invés de atribuir a todos eles, como proposto, a situação de morador de rua, expressa, inexata para ser abrangente e sempre propensa a equívocos.

Da mesma forma, julgamos oportuno efetuar dois outros ajustes redacionais no projeto em questão. O primeiro deles, já apontado pela Comissão de Assuntos Sociais, consiste na inclusão da sigla NR ao final do dispositivo legal a ser alterado, conforme preconiza a alínea *d* do inciso III do art. 12 da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. O segundo, por seu turno, decorre da necessidade lógica de transferir a partícula *ou*, contida no final do vigente inciso IV do art. 10 da Lei 11.692, de 2008, para o final

do penúltimo elemento da enumeração proposta no PLS, o que impõe também a transcrição dos incisos IV e V deste artigo.

São essas as razões da emenda que apresentamos a seguir.

Ressaltamos, por fim, que o reparo proposto não esmaece o mérito do projeto, que não é dotado de vícios jurídicos nem contra óbices regimentais. Julgamos, assim, haver motivo suficiente para que ele seja abraçado por todos os Congressistas como mais uma conquista dos cidadãos brasileiros.

Em seguida o voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto do Senado nº 241, de 2008, com a seguinte emenda: "Dê-se ao art. 10 da Lei 11.692, de 10 de junho de 2008, a que se refere o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008, a seguinte redação: inciso IV do art. 10 – egressos do programa de erradicação do trabalho infantil, PET. Inciso V, egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso ou exploração sexual ou inciso VI, em situação de rua. Parágrafo único: os jovens a que se referem os incisos II a VI do *caput* devem ser encaminhados ao Projovem adolescente, serviço sócio-educativo, pelos programas e serviços especializados de assistência social do município ou do Distrito Federal ou pelo gestor de assistência social quando demandado oficialmente pelo Conselho Tutelar, pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário.

Sala da Comissão, relator o Senador Cristovam Buarque.

Quero aqui, Sr. Presidente, parabenizar o Senador Cristovam Buarque pelo brilhante relatório que o nosso querido companheiro fez ao referido projeto de lei. Qualifica o projeto e muito atende a uma demanda da sociedade brasileira. Com certeza, teremos aqui uma legislação que em muito vai nos ajudar a incluir em políticas públicas muitos jovens que hoje estão em situação de abandono para que possa, de fato, ser assegurado a cada um deles o direito de cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita, que valoriza o projeto do Senador Expedito Júnior, relatado pelo Senador Cristovam Buarque. Como ele é terminativo e não temos número em plenário, o relatório está lido e a discussão continua. A votação se dará no momento adequado. Então, neste momento, passo para o item 16, concedendo a palavra ao Senador Ataídes de Oliveira, que fará o relatório *ad hoc*, página 308.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente, gostaria neste momento de parabenizá-lo pela forma equânime, serena, com que V. Exª conduziu esta sessão hoje, tão polêmica. Parabéns! Vamos ao parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 2º da Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Relator o Senador Eduardo Amorim. Relatório: vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004, de autoria do ilustre Senador Alvaro Dias, que tem por objetivo atribuir prioridade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ataídes de Oliveira, V. Exª nos desculpe. No encaminhamento que recebi da assessoria, este projeto já foi lido pelo próprio relator. Então, vou pedir a V. Exª que, se puder, leia o item 20, página 358.

O SR. ATAÍDES DE OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Ok. Perfeito.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008, do Senador João Vicente Claudino, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis.

Relator Senador Cícero Lucena.

Relatório: venho a exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para manifestar em caráter terminativo o Projeto de Lei PLS nº 284, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que torna obrigatória a inserção nos rótulos de embalagens dos produtos infantis de exortação à denuncia da pedofilia a mensagem: "Pedofilia é crime, denuncie. Disque 100". Seria inserida em local visível nos rótulos de produtos infantis comercializados no Brasil, sob pena de recolhimento desses produtos até a sua adequação.

A Lei entraria em vigor 180 dias após a data de sua publicação oficial.

O PLS nº 284, de 2008, foi apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ -, que ofereceu uma emenda substitutiva tendo em vista a inexistência de tipo penal específico, que englobe todas as condutas correspondentes aos crimes relacionados à pedofilia.

O Parecer da CCJ também pondera que falta definição mais precisa dos produtos infantis, abrangidos pela proposição e que o intervalo entre a publicação da lei e a sua entrada em vigor deve ser dilatado, para que as empresas e os órgãos Federais possam se adequar aos seus comandos. Não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

Análise: nos termos do art. 102, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de

Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH – emitir pareceres sobre Projetos de Lei que versem sobre proteção à infância.

A pedofilia é uma doença psiquiátrica, caracterizada, a grosso modo, pela atração sexual por crianças. O pedófilo só comete crime se adotar conduta que fira direito de crianças ou adolescentes. É importante ressaltar que os crimes associados à pedofilia podem ser cometidos por pessoas que não sejam elas mesmas pedófilas, mas que pratiquem crimes de natureza sexual contra crianças e adolescentes por qualquer razão, inclusive para satisfazer a lasciva de pedófilos. É importante fazer essa distinção porque o objeto da Legislação Penal é mais relacionado à conduta que os motivos que levam o agente a praticar crimes de natureza sexual contra crianças e adolescentes, que costumamos associar à pedofilia.

A CCJ identificou esse problema e ofereceu, pela via do substitutivo aprovado naquela comissão, a solução simples de referir-se à pedofilia sem mencionar qualquer dos tipos penais a ela correspondentes. A mensagem: "Denuncie a Pedofilia. Disque 100", é clara e eficaz.

Outra contribuição salutar da CCJ à aprovação é a possibilidade de imposição de multa aos responsáveis pelos produtos infantis cujos rótulos não trouxerem o apelo à denuncia da pedofilia. Também concordamos que a definição dos produtos infantis, que devem trazer nos seus rótulos, à referida mensagem deve ser atribuída aos órgãos Federais competentes, nos termos do art. 2º, do substitutivo.

Finalmente, parece-nos razoável o intervalo de um ano para que os órgãos públicos e as empresas privadas possam se adaptar aos dispositivos da proposição, tendo em vista que deverão ser tomadas providencias no sentido de regulamentar a nova lei e adequar sistema de fiscalização, além da cadeia produtiva.

O voto: em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 284, de 2008, nos termos da emenda aprovada na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ataídes Oliveira, meus cumprimentos pelo relatório. O Projeto, de autoria do Senador João Vicente, dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis, para proteger naturalmente as crianças. Relatoria Senador Cícero Lucena, que V. Exª assumiu como *ad hoc* e deu só na leitura um brilho especial ao Parecer do Relator original. Parabéns, Senador Ataídes Oliveira.

Passamos a palavra neste momento à Senadora Ana Rita, que vai relatar o Item nº 23, pág. 394.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 578, 2009, da Senadora Serys, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento a pessoas especificas e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais no sistema de transporte para as pessoas com obesidade mórbida.

O Relatório, Sr. Presidente. Relator, Senador Eduardo Amorim.

O Projeto de Lei do Senado nº 578, 2009, da Senadora Serys, altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para estender às pessoas com obesidade mórbida o direito ao atendimento prioritário, já conferido pela referida lei, aos idosos, às gestantes e lactantes, às pessoas com deficiências e aquelas acompanhadas por crianças de colo. É o que determina a nova redação proposta para o art. 1º, da mencionada norma legal.

Por sua vez, a alteração que se propõe para o art. 3º determina que as empresas operadoras das diversas modalidades de transporte: rodoviário, ferroviário, aéreo e hidroviário, assim como as concessionárias de transporte coletivo, deverão reservar assentos, devidamente identificados, para os beneficiários da norma proposta. As pessoas com obesidade mórbida, cuja condição física as impeça de ocupar confortavelmente um único assento, terão direito a dois assentos contíguos, podendo o operador cobrar acréscimo de 25% do valor do bilhete regular de passagem pelo assento adicional.

A autora salienta que a inadequação dos assentos dos veículos impõe aos obesos sofrimento e desconforto, configurando uma forma inaceitável de discriminação. O Projeto foi distribuído às Comissões de Serviços, de Infraestrutura e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Na Comissão de Infraestrutura o parecer foi favorável com emenda que, além de promover pequenas alternações de técnica legislativa, limita a dois o número de beneficiários por veículo, que deverão informar sua condição no momento em que adquirirem o bilhete.

Análise.

Nos termos do III, do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre garantir promoção dos direitos, matéria do PLS nº 578, de 2009.

No tocante à constitucionalidade e à juridicidade do Projeto não identificamos óbices à sua aprovação. Denomina-se obesidade mórbida a condição na qual o índice de massa corporal, calculado pela fórmula que divide o peso do indivíduo pela sua altura elevada ao quadrado, seja superior a 40, na qual se associam outras condições como hipertensão, diabetes, doenças

cardíacas, orteoartrites, cânceres de seio e de intestino, síndrome de apneia do sono, com risco aumentado de mórbida e mortalidade.

Considerando a proporção da população atingida pelo problema, nas nações insulares do Pacífico são as mais afetadas. Entre 78% e 94% das populações desses países têm índice de massa corporal superior a 25. No entanto, como suas populações são muito pequenas, sua contribuição para o número absoluto de obesos, no cômputo geral, é mínima.

Os Estados Unidos, conhecidos como campeões da obesidade, estão em nono lugar no conjunto dos 194 países estudados, com 71% de sua população acima do peso ideal, configurando uma situação classificada como alarmante. É estimado que 30% da população americana sejam severamente obesas e que mais de dez milhões de americanos, 4,7% da população, sejam elegíveis para serem submetidos a cirurgias bariátricas, de acordo com o Instituto Nacional de Diabetes e Doenças Digestivas e Renais dos institutos nacionais de saúde do Governo daquele País.

A China, que tem 28,9% de sua população obesa e ocupa o 148º lugar no *ranking* mundial, possui, no entanto, os maiores números absolutos em razão de sua grande população: 80 milhões de crianças acima do peso e 60 milhões de obesos.

Desde os últimos anos da década de 1980, as pesquisas mostram que a obesidade tornou-se um problema de saúde pública em nosso País, afetando não somente a população adulta, como também as crianças e os adolescentes, acarretando perdas consideráveis em termos de qualidade de vida e de produtividade, além de elevados gastos públicos e privados.

Informações da Organização Pan-Americana da Saúde, de 1989, mostram que, àquela época, 32% da população tinham problemas com o peso. Comparando essa informação com dados referentes ao período de 1975 a 1977, o estudo evidenciou crescimento significativo da prevalência de obesidade no decorrer de uma década. Passou de 3% para 7% entre os homens adultos; de 8% para 13% entre as mulheres adultas; e de 3% para 15% entre crianças e adolescentes.

Publicado em 2004, mas com dados referentes a 2002 e 2003, o Inquérito Domiciliar, realizado pelo Ministério da Saúde, investigou comportamentos de risco e a morbidade referida em relação a doenças e a agravos não transmissíveis em quinze capitais e no Distrito Federal. Apesar de o estudo incluir apenas as pessoas de quinze anos e mais, permitiu evidenciar que a prevalência global de excesso de peso era elevada em todas as capitais estudadas, ultrapassando a marca dos 30%. Os homens apresentaram prevalências de sobrepeso mais elevadas que as mulheres em todas as capitais estudadas, porém o mesmo não foi observado em relação à obesidade. Apenas nas regiões Norte e Nordeste os homens apresentaram prevalências ligeiramente mais elevadas que as mulheres. O inquérito mostrou também que o excesso de peso, sobrepeso e obesidade aumentam com a idade em todas as cidades estudadas. Entre os adolescentes de 15 a 24 anos, a prevalência variou de 11,3% a 23,4%; entre as pessoas com idade entre 25 a 49 anos, 40% apresentavam excesso de peso e, entre as com mais de 50 anos, apenas quatro cidades tiveram prevalências inferiores a 50%.

A análise por região mostrou que a prevalência de obesidade não é muito diferente entre elas. No entanto, a prevalência de sobrepeso é ligeiramente maior nas regiões Sul e Sudeste. As grandes cidades das demais regiões – Recife, Fortaleza e Manaus –, contudo, têm padrões similares aos das regiões Sul e Sudeste. Comparado a estudos anteriores, o inquérito concluiu que a prevalência de sobrepeso e de obesidade aumentou.

A prevalência de obesidade entre adultos quase dobrou entre 1975 e 1989, passando de 4,4% para 8,2%, e alcançou a proporção de 9,7% na virada do século. A prevalência de sobrepeso passou de 21% para 32%. Em algumas capitais cuja população apresentava prevalência de excesso de peso superior a 40%, o padrão se aproximava do encontrado em países desenvolvidos.

Em 2004, uma pesquisa feita pelo Instituto LatinPanel, associado ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, o Ibope, investigou não apenas a prevalência de obesidade e sobrepeso como também os hábitos de consumo de alimentos de 25 mil pessoas, de uma amostra de 8.200 lares, em cidades com mais de dez mil habitantes. A pesquisa mostrou que 41% da população apresentava sobrepeso ou obesidade, sendo que as mulheres, 42%, eram mais afetadas que os homens, 38%. Entre as crianças de 7 a 12 anos, 35% apresentavam o problema.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE relativa ao período de 2002/2003, publicada em 2006, fez uma avaliação nutricional dos pré-adolescentes e dos adolescentes, a partir dos dez anos de idade, com base na medida do IMC, encontrando, entre os principais resultados, a redução da frequência de magreza e o aumento da frequência de sobrepeso e da obesidade. A observação de adolescentes com excesso de peso foi de 16,7%, mais freqüente em meninos, 17,9%, que em meninas, 15,4%. Pouco mais de 2% dos adolescentes brasileiros foram diagnosticados como obesos: 1,8% dos meninos e 2,9% das meninas. Para cada dez

meninos com excesso de peso havia um obeso; para cada cinco meninas com excesso de peso, uma obesa.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares relativa ao período de 2008 a 2009 analisou dados de 188 mil brasileiros e mostrou que a obesidade e o sobrepeso têm aumentado rapidamente nos últimos anos, em todas as faixas etárias. Nesse levantamento, 50% dos homens e 48% das mulheres se encontram com excesso de peso, sendo que 12,5% dos homens e 16,9% das mulheres apresentam obesidade.

A prevalência da obesidade mórbida foi objeto de um levantamento realizado por pesquisadores do Departamento de Nutrição da Universidade de Brasília (UnB), recentemente publicado, segundo o qual o seu aumento foi considerado alarmante. O estudo, que levantou dados de inquérito antropométricos nacionais publicados nos períodos de 1975 a 1976, 1989 e 2002 a 2003, identificou aumento de 255% na prevalência da obesidade mórbida no Brasil nesse período, especialmente entre homens. Segundo esses dados, a prevalência da obesidade mórbida passou de 0,18% em meados da década de 1970 para 0,33% no final da década de 1980, e para 6,64% em 2003.

Em síntese, é possível afirmar que 40% da população brasileira estão acima do peso recomendado, o que corresponde a cerca de 70 milhões de brasileiros, dos quais 10%, cerca de 7,5 milhões são obesos e cerca de 1,2 milhão sofrem de obesidade mórbida. Esses números não apenas são elevados como mostram tendência de crescimento nos últimos anos.

Como bem aponta a autora da proposição, "as pessoas com obesidade mórbida costumam passar por sérios constrangimentos nos meios de transporte público, projetados para um padrão biométrico médio, que não se ajusta à variedade de dimensões corporais efetivamente existentes na sociedade".

A Constituição Federal determina, em seu art. 175, que a lei disponha sobre a obrigação de manter serviço público adequado. É exatamente isso o que faz a proposição em análise. Define como adequado o serviço de transporte adaptado ao padrão biométrico de cada usuário. A solução encontrada, qual seja a de permitir a essas pessoas contar com assento contíguo adicional parece-nos satisfatória e capaz de representar uma grande melhoria na qualidade de vida dessa significativa parcela da população.

Discordamos, no entanto, da cobrança pelo uso desse segundo assento que o projeto propõe seja fixado em 25% sobre o valor da tarifa regular. O obeso não pode ser punido por sua condição de saúde. Os serviços e a tecnologia devem ser adaptados à diversidade existente na sociedade sem qualquer ônus para o usuário.

Pelo mesmo motivo, também somos contrários à emenda aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. Não se pode instituir uma restrição aos obesos que não seja igualmente aplicável a todos os demais usuários. Isso somente contribuiria para ampliar o estigma que recai sobre essas pessoas, quando o objetivo da proposição é exatamente o oposto.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2009, e da Emenda nº 1, da Comissão de Infraestrutura. E, no mérito, pela rejeição da Emenda nº 1 da Comissão de Infraestrutura e pela aprovação do PLS nº 578, de 2009, com a seguinte emenda apresentada pela Comissão de Direitos Humanos: "Suprima-se do texto proposto pelo PLS nº 578, de 2009, para o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a expressão: 'podendo o operador cobrar acréscimo de 25% sobre o valor da tarifa ou do bilhete da passagem regular".

Sala das comissões.

Sr. Presidente, esse é o parecer do Relator, Senador Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Senadora Ana Rita, que fez a leitura do parecer do Senador Eduardo Amorim.

Aqui é bom sempre lembrar a nossa querida ex-Senadora Serys Slhessarenko, que, na linha do que foi hoje falado, combateu sempre todo tipo de preconceito. Este é mais um projeto que ela deixa na Casa relativo às pessoas obesas. Com as emendas, o projeto sempre é aprimorado. Esse foi o objetivo.

Parabéns à Senadora Serys Slhessarenko, parabéns ao Senador Eduardo Amorim e parabéns à Senadora Ana Rita.

Estes dados eu nem sabia: 40% da população brasileira são obesos. Como dizem, é a doença do século, quase uma epidemia. Por isso penso que nós todos, vou passar a palavra em seguida à Senadora Lídice da Mata para que apresente seu parecer, teremos que fazer, um dia desses, um debate sobre essa questão da obesidade como uma forma de contribuir, já que se trata de direitos humanos, para que não haja esse preconceito, visando saber como podemos ajudá-los.

Se quiserem discutir a matéria, está aberta a discussão. Depois, é claro, faremos a votação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, realmente o assunto é da maior relevância. Percebemos hoje, nos Estados Unidos, que esses nossos números são infinitamente menores do que os deles, graças a Deus!

Fico muito contente em ouvir do nosso Presidente e da nossa Senadora Ana Rita uma exposição tão

boa dessa causa. Penso que nós devemos realmente aprofundar o debate, porque se trata de um caso de saúde e isso custa muito aos cofres públicos. Sou a favor de aprofundarmos nesse assunto.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu só queria apenas, Sr. Presidente Senador Paim, dizer: quantas matérias importantes passam por esta Comissão e quantos projetos de lei vêm fortalecer e assegurar direitos à nossa população.

Quero aqui mais uma vez parabenizar a Senadora Serys e o Senador Eduardo Amorim pelo relatório e dizer que é um tema no qual precisamos realmente nos aprofundar. É necessário que façamos um debate sobre esse tema aqui nesta Comissão, porque é uma realidade e eu vivencio isso na nossa equipe de trabalho. Temos companheiros de trabalho que passam por esses constrangimentos também.

É muito importante fazer esse debate, qualificar e aperfeiçoar a legislação brasileira para que a nossa população possa se sentir, de fato, respeitada em todos os espaços que ocupa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Passo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, tenho diversos amigos que já fizeram a cirurgia de redução do estômago. Essa cirurgia é de alto risco, mas tem virado mania em nosso País. Então acho que, com a maior brevidade, devemos discutir esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Posso até trazer um filho meu aqui para contar o que passou. Ele teve que operar doze vezes, já contei essa história aqui, e numa delas o médico disse: "Quer que ele morra aqui ou no seu Estado"? Eu o coloquei no avião, levei ao meu Estado e salvamos ele.

Senadora Lídice da Mata, V. Exª tem a palavra para o seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador Paim, antes de me pronunciar lendo o relatório, quero me agregar às opiniões que já se manifestaram no sentido de que nós possamos debater essa questão da obesidade.

A Bahia tem passado por uma experiência interessante com o novo método desenvolvido por um psiquiatra argentino na sua clínica em São Paulo e na Bahia. São experiências que podem ser trazidas ao debate também.

A essência da questão é que nós possamos debater como, desde a infância, tratar o problema, tanto a cirurgia bariátrica quanto os demais métodos de emagrecimento, que vêm para atender à situação da doença já instalada.

Recentemente, com esse método na Bahia, diversas pessoas perderam vinte, trinta, quarenta, até cinquenta quilos por um procedimento de mudança do hábito alimentar, mas não apenas isso. Na verdade, atuando na compulsão por comer. Ele próprio afirma, o psiquiatra organizador do método, que não é um nutricionista, mas trabalha, portanto, com a cabeça das pessoas e tem tido muito sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Interessante. Poderíamos trazê-lo para o debate.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Talvez até possamos trazê-lo para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tivemos um debate com a Anvisa sobre a questão dos remédios. A agência estava preocupada. Vamos ter outro debate com o Humberto Costa na Subcomissão de Saúde e também com a Anvisa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Esta semana, por coincidência, estive na cidade de Ilhéus e fui provocada por um empresário que atua nessa área de clínicas e *spas* acerca de um remédio que, segundo ele, é usado com muito sucesso no Brasil há muitos anos, uma droga muito conhecida adotada pelos médicos. Agora os Estados Unidos estão atuando no sentido de impedir sua venda no Brasil justamente porque ela (manifestação fora do microfone) em que a patente é cobrada e, como o preço do remédio chegou a um patamar bastante baixo e a ele tem acesso qualquer pessoa, esses laboratórios visam, portanto, impedir sua venda.

Essas questões levam a um debate muito mais amplo até mesmo acerca de algumas relações econômicas. E é interessante que, aqui na Comissão de Direitos Humanos, já que nós debatemos os direitos humanos, possamos debater o direito de acesso de todos a um tratamento.

Sr. Presidente, saí aqui rapidamente, a pedido da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança, como V. Exª e a Senadora Ana Rita sabem, atuo na área há muitos anos, sou membro da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente e, assim como V. Exªs, estou buscando coordenar esse trabalho juntamente com a atuação na Comissão de Direitos Humanos. E uma das minhas intenções é trazer aqui o debate a respeito dos homicídios de jovens, da impunidade quando há homicídios de jovens.

Esse é um trabalho que o Cedeca, no Brasil inteiro, tem desenvolvido. Na Bahia também, com muita

força. A denúncia dos grupos de extermínio; a denúncia da ação, da violência da polícia em muitos estados, tendo como resultado um grande número de homicídios de jovens; e jovens negros. Mas especialmente esse trabalho, porque posteriormente farei o requerimento por escrito a esta comissão, para que analisemos a morte de jovens adolescentes dentro das instituições de recuperação, portanto, sob a guarda do Estado. Então, é um tema sobre o que voltarei a tratar aqui. Queria contar, desde já, com o apoio – que sei que conto – de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já conta com o apoio de todos nós. É só o requerimento chegar que o colocaremos em votação, para que se faça a audiência pública.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está bom. Muito obrigada.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre Projeto de Lei do Senado nº211, de 2004, da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e dá outras providências. E o Projeto de Lei do Senado nº229, de 2008, do Senador Raimundo Colombo, que obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (Internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas. Relator, Senador Magno Malta.

Relatório.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 211, de 2004, de autoria da Senadora Roseana Sarney; e o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que tramitam em conjunto.

O PLS nº 211, de 2004, dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, que reúne informações dos cadastros estaduais e do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. A proposição disciplina a operação desse Sistema e estipula as informações que nele serão compiladas. A proposição estabelece que o poder público deverá estimular parcerias com entidades privadas para favorecer a localização de crianças e adolescentes desaparecidos e obriga emissoras de televisão a exibir fotos e informações sobre essas pessoas.

O PLS nº 229, de 2008, obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, em suas páginas da rede mundial de computadores, atalhos apontando para bases de dados oficiais contendo fotos de pessoas desaparecidas.

O PLS nº 211, de 2004, foi aprovado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), nos termos de substitutivo apresentado na primeira. Mediante a aprovação do Requerimento nº 832, de 2008, a proposição passou a tramitar em conjunto com o PLS nº 229, de 2008, tendo sido ambas redistribuídas à CAS e às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), CDH e CCJ, cabendo a esta última a decisão terminativa.

A CAS aprovou novamente o PLS nº 211, de 2004, com alterações: a primeira desobriga as emissoras privadas de televisão de veicular imagens e informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos; e a segunda obriga o poder público a realizar o "envelhecimento digital" das imagens. O PLS nº 229, de 2008, foi considerado prejudicado, devido à coincidência substantiva com o mais antigo. A CCT corroborou o entendimento da CAS, aprovando o substitutivo oferecido por aquele colegiado.

Não foram recebidas emendas às proposições.

Análise.

O art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, estabelece a competência da CDH para examinar proposições relativas à proteção devida à infância e à juventude. A localização de crianças e adolescentes desaparecidos, objetivo essencial das proposições ora examinadas, tem afinidade evidente com esse campo.

É inegável que as proposições em questão exprimem preocupações legítimas e intenções bastante meritórias. Contudo, não podemos excluir de nossas considerações a publicação da Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, resultante de proposição de autoria da Deputada Bel Mesquita, que trata da mesma matéria. Essa correlação de conteúdos nos obriga a reconhecer que o objetivo das proposições já está satisfeito na legislação vigente. Se o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes já existe – há alguns anos – não há necessidade de que seja criado novamente.

Podemos cogitar eventuais imperfeições e falhas no funcionamento e na organização desse Cadastro, – aqui a palavra está apagada, por um borrão – mas compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal.

Não obstante, nos termos do art. 102-E, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH fiscalizar, acompanhar, avaliar e controlar políticas governamentais relativas à proteção da infância e da juventude. Todavia, não é esse o objeto das proposições que ora examinamos.

Assim, vemos vícios de iniciativa e de injuridicidade nas proposições, em que pese o meritório intento de seus autores.

Voto. Em razão do que foi exposto, o voto é pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 229, de 2008, e nº 211, de 2004.

Sala da Comissão.

Presidente e Relator: Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata pelo seu relatório.

A matéria continua em discussão, porque não será votada. E no momento adequado, cada um dará seu ponto de vista.

Eu agradeço muito, aqui, ao Senador Ataídes Oliveira, que esteve desde o início conosco, bem como às Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata e a todos os outros Senadores que aqui estiveram.

Eu só comunico, para conhecimento da Casa, que não vamos colocar nada em votação, porque já chegou um requerimento de uma audiência pública para discutir o PL 122, de parte do Senador Magno Malta e outros Senadores. Informo que quando o requerimento chega, vai para a pauta normal e será votado no momento em que os interessados assim apresentarem o pedido. Mas vai para a pauta da próxima reunião.

Eu quero só comunicar. "Sr. Presidente, comunico a V. Exª que foi protocolado, na Secretaria Geral da Mesa, requerimento do Senador José Agripino solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs24 e 111, de 2008. Cópia em anexo. Nesses termos, solicito a V. Exª a remessa dos referidos projetos, que tramitam nesta Comissão, à Secretaria Geral da Mesa, para que se possa dar segmento à tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com os processados sobre a mesa, nos termos do art.266, do Regimento Interno do Senado Federal, como estabelece *in verbis*.

O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em plenário.

Atenciosamente,

Senador José Sarney.

Pois não. Senadora Lídice da Mata com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mesmo sabendo que se trata de uma praxe e V. Exª está dando conhecimento à comissão das matérias que entram, quero apenas, para consolidar o meu entendimento, dizer que o acordo feito durante a reunião se limitou àquele momento da reunião. Naquele momento, fizemos um acordo de retirada de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Para que eu não votasse o requerimento. E eu não o votei.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para que não votasse o requerimento naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Naquele momento. Exatamente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Naquele momento, porque foi um requerimento inclusive verbal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ou já... Verbal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não. Ele apresentou posteriormente o requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Posteriormente. Ok.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não o coloquei em votação, como não vamos colocar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas a qualquer momento, durante a semana...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A qualquer momento, na medida em que ele entra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... outros requerimentos. E como ali é só para tomar conhecimento da causa, não é?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Da Casa. O requerimento pede à OAB, à CNBB, comunidades evangélicas e outros.

É bem provável que no momento em que o requerimento for apreciado, os outros setores que não sentirem contemplados proporão outras pessoas para que aqui expressem a sua visão sobre o PL nº 122 ou mesmo votem contra o requerimento. Eu só estou dando o conhecimento de que, mediante o acordo feito, nós não votamos. Mas todo requerimento que chegar vai para a pauta...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Claro, até porque nós somos eleitos para representar o povo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – E, pela nossa tradição, nós defendemos, além da democracia representativa, a democracia participativa, para, a qualquer momento, ouvirmos mais a sociedade, o que não nos impede de tomar qualquer decisão sobre qualquer fato, até porque nós nos submetemos a uma eleição em que expusemos as nossas opiniões à sociedade e fomos eleitos, ainda assim, com posições diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Concordamos, na íntegra, com V. Exª quanto à sua visão, que não poderia ser outra, por conhecê-la há tanto tempo. Fomos Deputados juntos, Senadora Rita. Foi uma bela jornada na Câmara dos Deputados. E, com alegria agora, a Senadora Lídice...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bem mais jovem, é claro. Perguntam-me por que eu corto o cabelo tão baixinho. É porque já estou ficando bem careca. Então, não tem jeito.

Assim, nós encerramos esta reunião, agradecendo aqui a todos os que colaboraram para o bom debate. Que bom que, no PL nº 122, houve o acordo de não votáramos hoje na busca do entendimento.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado, Senadora Ana Rita e Senadora Lídice da Mata.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 41 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 16 DE MAIO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia dezesseis de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senadores **Paulo Paim, Cristovam Buarque e Ataídes Oliveira**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta**: Item único** – **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 23, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 24/03/11, "para debater a Reforma Política na Visão dos Movimentos Sociais". Convidados que comparecem: Jacira Silva, Coordenadora do Movimento Negro Unificado do DF; Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Social dos trabalhadores; Maurício Ferreira, Diretor de Juventude da CGTB, em representação ao Senhor Antonio Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Professor Ottmar Teske, Coordenador do Curso de Ciências Políticas da ULBRA, em representação ao Professor Honor de Almeida Neto, Coordenador do Curso de Ciências Políticas da ULBRA; Analba Brazão Teixeira, Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (CFEMEA), em representação a Senhora Guacira Cesar de Oliveira, Diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA; Pedro Armengol, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores, em representação ao Senhor Artur Henrique da Silva, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Samuel Antunes, Advogado da Nova Central, em representação ao Senhor José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Dojival Vieira, Advogado – Editor da Agência de Informação Multiétnica – Afropress; Joilson Cardoso, Secretário de Política Sindical (CTB), em representação ao Senhor Wagner Gomes, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Rosane Kaingang, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Alvaro Tukano, Representante dos Povos Indígenas do Brasil; Josefina Serra dos Santos, Coordenação para Igualdade Racial do DF; e José Batista de Oliveira, Coordenação Nacional do MST. Faz uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Ataídes de Oliveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 23, de 2011-CDH, de autoria deste Senador e de outros, para debatermos a reforma política na visão dos movimentos sociais e, naturalmente, na visão dos direitos humanos.

Foram convidados para esta audiência pública o Sr. Antonio Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGTB), que, aqui, será representado pelo Sr. Maurício Ferreira da Silva, que é o Diretor da Juventude da Central. Foi convidado ainda o Sr. Pedro Armengol, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores, que, aqui, representará o Sr. Artur Henrique, da CUT; o Sr. Augusto Chagas, Presidente da UNE; o Sr. Dogival Vieira, editor do *Afropress*; a Srª Analba Brazão Teixeira, Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (CFEMEA), em representação à Srª Guacira Cesar de Oliveira, Diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria; a Srª Jacira Sil-

va, Coordenadora do Movimento Negro Unificado do DF; o Prof. Ottmar Teske, Coordenador do curso de Ciência Política da Ulbra, em representação ao Prof. Dr. Honor de Almeida Neto, Coordenador do curso de Ciência Política daquela universidade. Convidamos ainda o Sr. Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores; convidamos ainda o Sr. José Calixto Ramos, da Nova Central; convidamos o Sr. José Antonio Moroni, do Inesc; o Sr. Márlon Jacinto Reis, da ONG Combate à Corrupção Eleitoral, Diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE); o Sr. Ricardo Patah, pela UGT; o Sr. Sionei Ricardo Leão, do Cojira; o Sr. Wagner Gomes, da CTB; e o Sr. Yann Evanovick Presidente da Ubes.

Diversos nossos convidados já estão presentes. Em seguida, vamos formatar a nossa Mesa. Introduzo e vou entregar para cada um dos nossos convidados dois artigos que escrevi recentemente e que foram publicados nos jornais do Sul, principalmente. Um deles é "O esvaziamento do Legislativo" e o outro "A reforma política que gostaríamos". Os dois serão entregues aos nossos convidados.

Eu gostaria ainda de lembrar a todos que a Comissão Especial do Senado já entregou ao Presidente da Casa – e a matéria vai ao plenário – sua posição sobre a reforma política. Essa proposta da Comissão Especial do Senado apresentou mudanças no sistema de escolha para a suplência do Senado; reduz de dois para um o suplente. Ela muda a data de posse dos mandatos, proíbe a reeleição e as coligações, mudanças de domicílios dos prefeitos. Ela aprovou na comissão, naturalmente, financiamento exclusivo público para as campanhas eleitorais e a ampliação do mandato dos Chefes dos Executivos de quatro para cinco anos. A Comissão manteve a obrigatoriedade do voto e o fim da reeleição para presidente, governadores e prefeitos. Os Senadores propõem também a proibição das coligações partidárias nas eleições proporcionais e a possibilidade de registro de candidaturas avulsas para as eleições municipais; o sistema proporcional de listas fechadas nas eleições para deputados e vereadores. Esse foi considerado o mais polêmico de todos os itens.

Aí o movimento social é que vai dizer se é a favor ou não das listas fechadas, como também poderá dar, naturalmente, sua opinião, se é favorável às candidaturas avulsas, se o voto deve ou não ser obrigatório. A comissão também estabeleceu cotas partidárias para as mulheres. Definiu que haverá alternância entre um homem e uma mulher na lista preordenada de candidatura de cada sexo. O relatório final, só para informação, foi entregue ao Presidente José Sarney, que deve encaminhar ao Plenário do Senado.

Vamos, a partir deste momento, montar nossa Mesa. Foi pedido aqui para que uma das primeiras a usar a palavra fosse a Srª Jacira Silva, que é Coordenadora do Movimento Negro. Peço que venha à mesa. Como são muitos os convidados, vou chamar de dois em dois para fazerem sua fala aqui na Mesa. Não sei se o Prof. Ottmar Teske já está com seu material. Dependia do pessoal da Internet. Convido o Sr. Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Passamos a palavra, de imediato, como vai ser de dois em dois, a pedido, inclusive, dela, para a Srª Jacira Silva, Coordenadora do Movimento Negro Unificado, para que dê sua opinião, expresse seu ponto de vista quanto à reforma política e os movimentos sociais.

Dez minutos com mais cinco.

A SRª JACIRA SILVA – Bom dia a todas e a todos!

Nesta segunda-feira, 16 de maio, neste espaço político e público, é de relevância esta nossa participação. O Movimento Negro Unificado, em nível nacional, juntamente com outras instituições, tem colocado em sua pauta essa discussão da reforma política. Ela não começa agora. Isso está trazendo, neste ano de 2011, ano dos afrodescendentes, muita pertinência em relação a essa nossa inserção na discussão da reforma política.

O que temos visto? Nossa participação, de alguma forma, precisa que estejamos mais presentes, não é, Senador? Criar fóruns, criar espaços de discussão para que a gente, de fato, tenha a voz que tanto a gente cobra, para a gente participar desse processo tão rico. Quiçá saia essa reforma política, de fato, nesse prazo previsto.

Nós, do Movimento Negro Unificado, temos uma discussão antiga no sentido de que a participação popular, em todos os processos que garantam a participação da população negra, é válida, mas precisamos dar voz a esse segmento. Por isso esta audiência é tão pertinente.

O que tem na nossa pauta de discussão? Primeiro, a participação popular. Os movimentos sociais têm que estar participando, têm que estar trazendo suas propostas. E que propostas são essas? Nós, movimentos sociais, precisamos ter essa visibilidade, a partir do Parlamento, com os projetos de lei dessa inserção, com atividades coletivas que nos envolvam – nós, sociedade.

Uma das discussões que precisamos, primeiramente, é dentro dos próprios partidos políticos. Os partidos políticos precisam, de fato, garantir nossa inserção. Nossa inserção a partir de quê? Nos partidos políticos, a formação política, a capacitação de negros e negras nesse processo. Por que disse negros e ne-

gras? Porque até nos enxergarem com a nossa integralidade, com a nossa capacidade de inserção, isso precisa vir desde os partidos políticos.

Essa reforma política também tem de trazer, definir e também esclarecer à sociedade civil que reforma política não é só questão eleitoral. A reforma política faz parte, é uma mudança no sistema político brasileiro, então, tem de haver mudanças estruturais e estruturantes, como a gente costuma colocar. E para essas medidas estruturantes, é preciso o partido se voltar para essa discussão interna, ter espaço para a questão étnica, racial, e a questão das mulheres. São segmentos que, historicamente, estão excluídos dessa participação efetiva.

Então, nós temos, aqui, algumas propostas que a gente vai tentar trazer: a alternância, como o senhor colocou, já tem alguma coisa avançada nessa comissão especial – a alternância entre sexos e raças. Quando a gente diz isso, está dizendo o quê? Que nós precisamos tirar esse discurso um tanto demagógico da nossa participação, mas, de fato, nos momentos e nos espaços nós não estamos.

Então, precisamos, dentro do partido, garantir as cotas para as mulheres e também as cotas para negros e negras. De que forma vai-se dar isso? A partir da sua organização dentro do partido, nos seus setoriais – no caso, em Brasília, nós temos o Setorial de Combate ao Racismo, trazendo essa discussão. No momento da definição dos candidatos e candidatas, que haja esse exercício, porque o que a gente tem visto, historicamente, em função da questão econômica, é que primeiro o fator econômico, que vem embutido nesta discussão da nossa participação no processo eleitoral, nos afasta.

Muito se tem provado, também, que mesmo sem essa questão econômica a gente consegue transpor essa dificuldade com a nossa organização e a nossa exigência, dentro do partido, que garante esses espaços nas suas plataformas eleitorais, no processo de buscar os seus candidatos.

Outro ponto: lista fechada, lista aberta, lista flexível. Isso não é de domínio da população, quer dizer, o que significa isso? O que garante essa lista? De que forma vai garantir essa nossa participação?

Outro aspecto é a questão da comunicação, da mídia, quer dizer, os espaços que nós também teremos de garantir. Nós estamos no processo da discussão da Conferência de Comunicação, onde também colocamos esse item da reforma política, nessa discussão da democratização dos meios de comunicação.

Primeiro, garantir, também, esse espaço igualitário na definição da nossa participação nos meios de comunicação: tempo de televisão, tempo de rádio, tempo dos meios de comunicação.

Esse tempo que nos é dedicado, ele o é de uma forma até um tanto quanto indigna, vergonhosa, porque no tratamento há uma disparidade enorme.

Há parlamentares, especialmente nós, mulheres, que não temos esse espaço igualitário. E mais: tivemos, na semana passada, um seminário de mulheres, e nós nem aparecemos na pesquisa. Nós, quem? Mulheres, e mulheres negras mais ainda. Nem chega a estar na estatística nossa, de mulheres negras, como foi o processo de eleição.

O que traz essa pesquisa? Nós, mulheres, participamos desse processo de garantir a nossa participação no Parlamento e, durante o processo, nós já somos, de alguma forma, descartadas. Precisa isso deixar de existir.

Então, primeiro pleito: que dentro dos partidos haja essa garantia da nossa permanência e que tenhamos, sim, de dividir esse bolo entre nós, negros e negras, porque nós somos, na maioria da população negra, também estatisticamente, mais de 50%. E onde nós estamos? E como estamos?

Então, não podemos mais permitir que essa juventude, que inclusive está sendo exterminada, a nossa juventude negra... Que ela tenha perspectiva de mudanças de fato, e mudanças de fato também se dão aqui, pelo Parlamento.

Então, você, comunidade negra, população negra use deste momento tão importante, tão especial para que se garanta, nos próximos quatro anos de legislatura, que a gente aumente esse contingente. Que essa reforma política, de fato, garanta a nossa participação.

Também lembro, Senador, que o nosso Deputado Luiz Alberto fez algumas propostas. Ele quer, na lista fechada, que 30% das cadeiras da Câmara Federal sejam reservadas para negros – 15% para homens e 15% para mulheres.

Isso é possível? É a pergunta. O que precisamos fazer para garantir essa participação?

Por enquanto, é essa a minha participação. Eu gostaria, também, de dizer que nós, mulheres negras, que estamos organizadas, principalmente no Fórum de Mulheres Negras, precisamos estar juntas, exigindo ir para a rua, em todos os momentos exigindo essa nossa participação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Srª Jacira. A pergunta que a senhora faz eu respondo de imediato: tudo é possível. Tudo é possível se houver pressão popular suficiente para que a reforma política, no momento em que for apro-

vada no plenário do Senado e da Câmara, responda a essa expectativa.

Pelo que percebi, a senhora defende a política de cotas. Se sair a lista fechada ou aberta, enfim... A lista fechada é feita pelos partidos e você vota no partido. A lista aberta permite que você escolha, nome por nome, quais são seus candidatos. Você não votaria, então, somente no partido.

A pergunta que fica: para os movimentos sociais é mais importante a lista fechada ou a lista aberta? Vocês é que vão decidir, vocês é que vão dizer no debate.

A SRª JACIRA SILVA – Pois é, essa é que nós vamos dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Segundo, pelo que percebi, com muita clareza, a Drª Jacira defende a política de cotas.

No momento de se montar a lista fechada ou mesmo a lista aberta, porque ela vai passar pela convenção partidária – embora lista aberta, quem decide é a convenção –, essa lista é publicada e o eleitor vota em quem quiser: neste ou naquele e não somente, uma vez, na lista.

Pelo que percebo, a senhora quer garantir que, com lista aberta ou fechada, haja no mínimo 30% de negros e negras. É isso?

A SRª JACIRA SILVA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para o resumo da nossa configuração dos trabalhos.

A SRª JACIRA SILVA – Pois bem, porque há de convir que se a gente... O que a gente está dizendo? Queremos estar. De que forma? Com essa visibilidade e com esses direitos garantidos.

Sabemos, e lutamos muito, o que significam uma discussão, um candidato e uma reforma política garantindo o papel importante do Partido dos Trabalhadores. Agora, essa necessidade, que é a nossa via condutora dos partidos políticos, precisa também estar aliada com a força do movimento social. O movimento social não pode ser visto mais como massa de manobra, como só aglutinação. Ele tem de ter essa voz, ter esse processo que nós estamos construindo aqui.

Então, esse movimento social tem de estar no Parlamento, tem de estar nos partidos políticos, tem de estar em todos os setores de discussão, de formulação e de decisão.

Então, no fritar dos ovos, o que a gente quer é isso, e vamos, sim, nos mobilizar.

Sabemos da pressão e da força que nós temos, e conclamamos o Brasil: vamos estar, neste momento, em todos os nossos espaços e garantir essa pauta nacional e internacional, aproveitando este ano, os afrodescendentes, em que os olhares estão ao nosso favor.

Então, minimamente, seria isso que queríamos colocar aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Drª Jacira.

Passamos, de imediato, a palavra para o dirigente sindical, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Sr. Lourenço Ferreira do Prado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom dia, eminente Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal; eminente Prof. Jacira Silva, Coordenadora do Movimento Negro Unificado; senhoras e senhores, em primeiro lugar, em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores, agradecer esse espaço deferido aqui pelo nosso eminente Senador Paulo Paim, para participar desse debate relativo à reforma política sob a visão dos movimentos sociais.

Eu me limitaria, aqui, em concordar com todos os pontos colocados pela expositora que me antecedeu e também trazer algumas considerações relativamente, especificamente a sete pontos, que estão sendo debatidos com mais profundidade pela reforma política.

Ponto número um: listas fechadas.

Tem sido debatida, de forma ampla, pela sociedade brasileira a parte relativa às listas fechadas. Há quem defenda e também há quem combata esse processo de eleição por meio de listas fechadas.

Pessoalmente, entendo que o aspecto democrático, naquilo que se refere às listas fechadas, deixa a desejar relativamente àqueles filiados a partido político, especialmente os jovens, que não têm uma inserção mais profunda no partido, não tenham dúvida de que eles serão prejudicados. E essa necessidade de renovação, de cada vez ter o jovem participando da atividade política, dado que a nossa população é majoritariamente jovem, acho que a questão da lista fechada mereceria reparo nessa parte.

Por outro lado, também entendemos que essa dificuldade de renovação em todos os níveis, em todos os Poderes, porque nos três Poderes que compõem a nossa República, apenas um deles é composto por intermédio de concurso público, que é o Poder Judiciário. O Legislativo e o Executivo são aqueles que representam a vontade do povo, a vontade do eleitorado, consequentemente, entendemos que essa vontade seria mais adequada ainda se ela tivesse a possibilidade ampla de renovação. A gente acha que, através dessa lista fechada, a possibilidade de renovação receberia um processo de cerceamento importante.

Portanto, entendemos que a lista fechada carece de reparos e, consequentemente, não a chancelamos.

Voto distrital misto.

Entendemos que o voto distrital misto é necessário. Para repetir praticamente o lugar comum que se lê na imprensa, se ouve no rádio e vê na televisão, o voto distrital misto tem o principal fundamento e o principal predicado justamente o de aproximar cada vez mais o eleitor do seu eleito; o eleitor daquele que foi por ele escolhido para representá-lo, seja no Parlamento Federal, seja na Assembleia Legislativa, seja na Câmara Municipal, seja também no Poder Executivo, em quaisquer dos níveis: na Presidência da República, nos Governos Estaduais, no Governo do Distrito Federal e também nas prefeituras municipais.

Portanto, entendemos que o voto distrital misto é uma forma muito tranquila, muito próxima e mesmo apropriada de estabelecer um processo de aproximação cada vez mais adequado entre aquele que se elege e aquele que o elegeu.

Financiamento das campanhas eleitorais.

É comum, é sabido de todos e todas que as campanhas eleitorais no Brasil são muito caras. E só aqueles mais endinheirados e que têm uma possibilidade muito ampla de ter acesso ao mercado do dinheiro, à participação de grandes empresários ou de pessoas que, embora não sejam empresários, sejam portadores de recursos financeiros importantes, é que têm a possibilidade maior de sustentarem as campanhas salariais, digo, eleitorais – é a mania do dirigente sindical de confundir, vez ou outra, campanha salarial com campanha eleitoral.

Na verdade, é o seguinte: as campanhas eleitorais são muito caras. E a gente entende que a forma do financiamento público...Há quem estime aí que seria algo como R$7,00 por eleitor custaria uma campanha eleitoral em nível nacional. Alguns, que se encarregam dos cálculos financeiros e matemáticos, entendem que seria um gasto ainda superior a R$1 bilhão, além daquilo que já se paga, que é pago a título de campanhas no rádio e na televisão. Mas acho que seria adequado, realmente, que houvesse esse financiamento público de campanha para evitarmos essa questão relativa aos abusos, a evitar mesmo – vou dizer uma palavra curta e grossa – a corrupção. Na verdade, resulta em avaliação inadequada: Como se elegeu? Quanto custou a campanha? Era o melhor candidato? Era a melhor candidata? Não. Foi eleito porque tinha mais dinheiro, tinha mais recursos, tinha mais condições materiais. Eu acho que isso tem de acabar.

Então, entendo como a maioria, a gente já nota isso na sociedade, que o financiamento público de campanha seja o mais adequado para o momento que vivemos.

Cláusulas de barreiras.

O que temos para avançar nessa questão relativa à cláusula de barreira de 5%? Sabemos que, no Congresso Nacional, existe uma proposta em andamento, já está avançada, que prevê a redução desse percentual de 5% para 2%. Sinceramente, a gente não tem *parti pris* nisso aqui para combater os 5%, nem para dar apoio incondicional, irrestrito, absoluto, aos 2%. Mas acho que 2% são razoáveis. A gente, na política como na vida, só faz aquilo que é possível; sendo possível os 2%, acho que já é importante essa questão como um todo.

O quinto ponto é justamente o relativo à fidelidade partidária.

É claro que a gente é a favor da fidelidade partidária. A gente entende que não pode ficar uma situação de o eleitor eleger um candidato por um partido político, com aquelas ideias, com aquele ideal, com aquele programa partidário, com tudo o que existe de "programaticidade" dentro daquele partido e essa pessoa, esse candidato, esse eleito, posteriormente vá trocar de partido, numa completa inadequação, numa completa, vamos dizer uma palavra clara também, traição a quem o elegeu, a quem o escolheu dentro daquele ideal, dentro daquele ponto de vista.

Então, relativamente à fidelidade partidária, acho que temos de nos encaminhar para a sua absoluta introdução e aplicabilidade das leis da nossa República.

Fim da reeleição.

Para o Poder Executivo, seja ele Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, o que temos como tradição no sistema republicano é que não haja reeleição para os cargos eletivos do Poder Executivo. No entanto, houve alterações na Carta Política do País, permitindo a reeleição. Ela está presente, ela existe, e tem sido uma experiência interessante, mas, acho que se o mandato de quatro anos é um tempo inadequado, é um tempo curto, nada impede de esse mandato ser ampliado com 25% a mais de tempo, isto é, de quatro anos passaria para cinco anos e, consequentemente, seria eliminada essa possibilidade de reeleição para os cargos do Executivo; para o Poder Legislativo, o mecanismo é totalmente diferente. Acho que a nossa tradição, a tradição do Brasil República é justamente a de permitir que, para o Poder Legislativo, seja ele em qualquer dos três níveis, haja a possibilidade de reeleição sem qualquer restrição.

Também tem sido debatido na reforma política a questão relativa ao caixa 2, valores não contabilizados, contabilizados inadequadamente etc., etc., etc.

Na verdade, é o seguinte: é um dinheiro irregular que vêm para as campanhas políticas que, no nosso modo de ver, tem de ser banido de forma definitiva. Então, caixa 2, valores não contabilizados, contabilizados

inadequadamente, na verdade, caixa 2 a gente acha que tem de ser banido de forma definitiva. E a definitividade do banimento do caixa 2, com a aprovação do voto distrital misto, do financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais, a questão do caixa 2 vai desaparecer. E se não desaparecer... Porque, para o crime, para o descaminho, para a prática inadequada dos nossos princípios legais, o caminho é sempre muito grande. Há sempre muita inovação, muita criatividade para desrespeitar a lei. Mas nós entendemos que por aí se caminharia muito bem.

Caminhando para o final da nossa participação nesta manhã sobre reforma política dentro da visão dos movimentos sociais, e em caráter específico eu não posso avançar além disso, posso falar aqui em movimento social relativamente ao movimento sindical, então sabemos que é um processo. Essa discussão da reforma política está bastante adiantada. Ela vai ser objeto, pelo que lemos na imprensa, de mais de 11 medidas legislativas, entre projetos de lei e projetos de emendas à Constituição.

Eu quero, mais uma vez, agradecer aqui a atenção do nosso eminente Senador Paulo Paim, que é do Rio Grande do Sul mas que consideramos o Senador do Brasil, por ter nos deferido com este convite para vir aqui. Posteriormente, dentro de um prazo razoável, nós remeteremos um documento com mais considerações a respeito disso. Como nós recebemos o convite na quinta-feira, sobrou um tempo muito curto para nos prepararmos melhor. Mas, para não nos furtar a estar aqui presente, nós apenas tecemos essas considerações, que foram breves, evidentemente, mas que serão depois fundamentadas com documento a ser entregue à Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que deixa clara a sua posição. Ele é a favor de lista aberta e de financiamento público de campanha e não defende o instituto da reeleição. Os pontos mais contundentes são esses.

Eu só faria uma pergunta ainda. A candidatura avulsa existe na maioria dos países do mundo; aqui no Brasil não existe ainda. Eu queria saber a opinião do Lourenço, se é a favor ou não da candidatura avulsa. Em alguns países, chega até a Presidente da República, como é o caso dos Estados Unidos. Lá, pode haver candidaturas avulsas até para Presidente da República. Em outros, só no Legislativo.

Aqui, a Comissão Especial aprovou que nos pleitos municipais serão permitidas as candidaturas avulsas. A sua posição quanto a esse tema é favorável ou contra? Ou prefere não se posicionar? Fique à vontade, não queremos colocar ninguém na prensa.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Na verdade, é o seguinte: essa posição da coluna do meio eu prefiro não adotar. Tenho uma posição definida a respeito disso: sou favorável realmente a que haja uma candidatura avulsa. É uma forma de discrepar da orientação partidária? Em termos, pode ser que sim. Mas, na verdade, é uma forma muito clara de você ter uma visão diferente daquilo que pensam dois ou três partidos políticos, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –Na Itália, por exemplo, há Senadores eleitos pela candidatura avulsa que acabam representando um setor específico da sociedade, por exemplo, meio ambiente, os trabalhadores, sindicalistas, enfim. Claro que se tem que cumprir alguns critérios, mas existe a possibilidade de se elegerem parlamentares e, em alguns países, como eu disse, até presidente.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Na verdade, muito embora os Estados Unidos sejam um país muito importante, fazem parte do Novo Mundo, como nós também. Eu prefiro me louvar, talvez, em países mais antigos, alguns séculos à frente dos países do Novo Mundo, do continente americano. Baseado nisso, se em outros países de continentes muito mais antigos, como o Velho Mundo, o continente europeu, já há essa possibilidade, se os próprios Estados Unidos também adotam isso, acho que não é demais, não é um desatino, não é inadequada essa possibilidade de haver, em todo e qualquer cargo com possibilidade de eleição direta, essa postulação de uma pessoa *per se*.

Muitas vezes, a pessoa não comunga com a orientação da direção partidária em determinado momento, que é transitória, e fica totalmente impossibilitada de colocar seu nome como candidato ou candidata. E a candidatura avulsa é democrática, adequada. Por isso, achamos razoável que haja essa possibilidade de o candidato avulso se apresentar para se submeter à consideração do eleitorado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, neste momento, vou pedir aos nossos dois convidados que retornem à primeira fila. Outros dois virão, e aí o debate continua. Todos poderão usar a palavra novamente, com certeza absoluta. Como são inúmeros convidados, vou fazer aqui com que usem a palavra de dois em dois, e poderão usá-la no segundo momento.

Agradeço à Jacira Silva, coordenadora do Movimento Negro, e agradeço ao Lourenço, que é o presidente do Fórum Sindical. E convido outros dois para virem à Mesa. Eu convidaria, neste momento, o Sr. Maurício Ferreira da Silva, representando o Presidente

da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Convido, também neste momento, até pela ordem de chegada, o Sr. Prof. Ottmar Teske, coordenador do curso de Ciência Política da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), que aqui representa. Em seguida, chamaremos outros dois. Falará também aqui o representante da comunidade indígena.

Passamos a palavra de imediato ao Sr. Maurício Ferreira da Silva, Diretor da CGTB, que aqui representa o presidente Antônio Neto, dispondo de dez minutos com mais cinco.

Eu só esclareço a todos, inclusive à Srª Jacira, que terão oportunidade ainda no debate de expressar alguma coisa que entenderam e que naquele momento não foi possível dizer devido ao tempo de dez minutos mais cinco. Então, todos poderão usar a palavra com tranquilidade novamente.

Com a palavra o Maurício.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA DA SILVA – Muito obrigado, Senador. Eu queria agradecer e cumprimentar o senhor por essa iniciativa. Acho que nesse campo do envolvimento dos movimentos sociais, do movimento sindical e da juventude, nesta Casa, o senhor tem sido o nosso maior guerreiro. Espero que possamos contar com isso durante muitos anos, porque esse espaço é muito importante para colocarmos nossas ideias.

Eu queria começar, na verdade, frisando o seguinte: esse debate da reforma política passa por um aspecto importante, que procuramos tomar como norte. São os partidos políticos. Quem tem que ser fortalecido são os partidos políticos, que conseguem congregar em seu seio todos os setores da juventude: o movimento negro, o movimento sindical, a juventude. Quer dizer, todo mundo converge para um partido político. Então, acho que quem tem que ser mais fortalecido no aspecto dessa discussão é o partido político em si, inclusive para colocar na rua as ideias que são discutidas em seu seio.

Acho que tivemos alguns avanços. Se formos parar para analisar das últimas eleições para cá, esta eleição, por exemplo, já foi um avanço em relação às outras. O simples fato de não haver aqueles comícios em que alguns candidatos gastavam milhões e milhões levando bandas, artistas famosos, essa coisa toda, e não discutiam nada de política já foi um avanço. Isso forçou muito a questão de ampliar o debate político no Brasil, de ampliar o debate das ideias. Não é suficiente? Acho que não. Acho, inclusive, que essa iniciativa da sociedade, desta Casa, de cobrar essa reforma sinaliza que se pode avançar mais, que se pode melhorar.

Nós achamos, por exemplo, que essa questão da garantia do horário gratuito na televisão é fundamental, porque é o momento em que os partidos políticos, os candidatos terão que entrar na casa do cidadão, terão que travar o debate, a luta política, com as pessoas sobre as suas idéias, sobre os seus pontos de vista.

O financiamento público de campanha é um outro instrumento que... Quer dizer, é indiscutível. Tem que ter. É fundamental, até porque vai dar uma igualdade na disputa eleitoral. Então, vamos deixar... Quer dizer, o fator econômico, que nós... A Jacinta falou, o Lourenço falou e nós sabemos disso. Quer dizer, o fator econômico é uma das coisas que interfere diretamente na eleição. E não vamos falar aqui de Brasília não, onde resido, que isso acontece, mas se pegarmos um Município lá do interior de Minas, por exemplo, isso passa a ser, em alguns casos, absurdo. Absurdo mesmo. E com essa história, com a questão do financiamento público, proibindo, Senador... Não é só incluir o financiamento público, mas é proibir o financiamento privado. O único recurso tem que ser público na campanha. Aí sim, entramos numa discussão eleitoral em pé de igualdade. Porque também não adianta nada aprovar o financiamento público se o privado continua existindo. Na verdade, não resolvemos o problema.

Achamos que o voto tem que ser em lista fechada. Por quê? Porque se o ideal é fortalecer o partido, se é fortalecer a disputa política, a discussão de ideias no seio partidário, que é onde se formam as pessoas, onde se forma, na verdade, a opinião política das pessoas, então o voto tem que ser de quem tem as melhores ideias naquele partido. Porque ele vai representar o partido aqui neste Parlamento, vai representar o partido nas Câmaras de Vereadores, vai levar as ideias do partido na sua gestão. Então, o voto tem que ser fechado, e as pessoas mais capacitadas do partido é que têm que ser eleitas.

Um mecanismo que temos que criar – não sei como estamos vendo isso, como o senhor está vendo, Senador – é a questão das pesquisas eleitorais. Isso aí se tornou um negócio... Além de fábrica de dinheiro, transformou-se em uma bizarrice, não é? Vimos casos aí de o cidadão estar ganhando no primeiro turno, e, quando se abre a urna, o cidadão nem foi... Quer dizer, foi o terceiro mais votado. Coisas, assim, impensáveis. Sabemos como a mídia trabalha, não é, Jacinta? Com relação à comunicação, sabemos do poder que têm os monopólios da mídia, da imprensa. Sabemos como jogam pesado na questão do poder porque sabemos o que está em jogo aqui. Está em jogo aqui se vamos construir um Brasil melhor, um Brasil para os brasileiros, mais justo para o nosso povo, com distribuição de renda, com igualdade de direitos, ou um país que só vai ser explorado. Isso está em jogo. Há dois partidos nesse meio. Não vou aqui citar nomes, mas sabemos quais são, inclusive, as maiores vertentes desses dois lados.

Essa questão de ter um controle... E vou um pouquinho além, gente. Vou um pouquinho além mesmo. Eu acho que pesquisa, noventa dias antes da eleição: proibido. Deixem o eleitor decidir por si só. Para que alguém vai influenciar o eleitor? Já vimos aqui "n" exemplos de pessoas que... Nosso povo é um povo muito trabalhador, ordeiro, mas ainda é humilde, muitas vezes carente, do ponto de vista intelectual. Então, o povo mais humilde fala: "Eu nunca perdi meu voto". O que quer dizer isso? Sempre se vota em quem está na frente, para não perder o voto dele. Independentemente de quem está na frente, se é a melhor opção ou não. Na verdade, já descobriram que tem essa parcela da população que faz isso, e a pesquisa joga numa direção. Induz o cidadão a votar para não perder o seu voto. Sem mesmo pensar nas ideias do candidato.

Outra coisa que discutimos demais é a questão do voto obrigatório. Olha, nós estamos falando do nosso futuro, da nossa vida. Eu me recuso a deixar nas mãos de outras pessoas essa decisão, deixar isso facultado, inclusive. Eu acho que o voto tem que ser obrigatório sim. O cidadão tem que se envolver na eleição, tem que se envolver no processo político. Claro que não, como vemos muitas vezes hoje, de partidos políticos que usam o nosso povo, que fazem manobra, sei lá, jogatina com partido, essa coisa toda. Mas nós sabemos que há outros partidos, de outro lado, que são escolas de formar cidadãos, são escolas de formar pessoas, de formar personalidade. Eu tiro por mim. Sou relativamente novo, mas ingressei... Foi graças a estar em um partido que estou enxergando esta sociedade de uma outra forma, estou conseguindo lutar, batalhar para criar um futuro melhor, digo, para meus filhos. Já estou vendo um pouquinho, já melhorou um pouquinho, mas acho que meus filhos e meus netos vão ver um Brasil muito melhor. E isso foi graças, e muito, a participar da discussão em um partido político, em um jornalzinho lá do Gama, onde eu moro: "Rapaz, vamos discutir. O que você acha disto, o que acha daquilo?". Quer dizer, nessa discussão, você abre seus horizontes, você se amplia. Nós não podemos deixar o povo fugir disso. Eu acho que não ter voto obrigatório é deixar o povo fugir de enfrentar esse problema que ele tem, que é o de se inserir na política mesmo. Porque criam todo um artifício, não é? De que a política é suja, corrupta... Esse é o discurso de quem não quer que o povo se meta na política. Se for suja, então vamos entrar lá para limpar. No mínimo isso. Esse aspecto é muito importante.

Algumas dessas coisas, Senador, tivemos a felicidade de discutir, não tão amplamente, mas, no caso do Conclat, que fizemos no ano passado, as Centrais Sindicais tiraram um documento, que vamos remeter para o senhor, sobre essas questões. Então, temos essas posições aqui. Não são inclusive só da CGTB, são posições das Centrais Sindicais, reunidas na Conclat, que realizamos.

E quanto à polêmica da reeleição, digo o seguinte – está na nossa Carta Magna –: todo poder emana do povo. Se conseguirmos fazer uma reforma política com estes moldes aqui, por que não ter reeleição? Por que o povo não pode... O povo estava gritando nas ruas – agora que já passou a eleição eu posso dizer –, o povo estava gritando para o Lula ficar. Você podia ir a qualquer esquina, qualquer esquina, qualquer botequim, qualquer feira, qualquer loja, o povo queria que o Lula continuasse. Por esse aspecto da Constituição, em que o Lula não quis mexer, não pôde ser reeleito. Estamos na expectativa de a Presidente Dilma continuar esse trabalho, essa mudança, mas o Lula conseguiu sintetizar esse sentimento do povo de quê? De que é possível. E quando o povo descobre seus líderes, eu acho que o povo não gosta de abrir mão deles não. Ele quer segurar, porque sempre perdemos tanto nessa história que, quando descobrimos alguém que faz alguma coisa por nós, temos que defender mesmo, garantir. Se conseguirmos virar esse quadro hoje, por que não ter reeleição para Presidente? Por que o povo não escolhe se o cidadão fica ou sai? Porque nós criamos, na verdade, um mecanismo eleitoral, uma política eleitoral diferente da que vemos hoje, viciada. Se melhorou, não há por que impedir. Quer dizer, o principal posto da Nação, o cidadão está fazendo um bom governo, está agradando a população, e não poder fazer isso. Eu acho que o povo tem que decidir se pode ou não.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Maurício, que falou aqui pela CGTB e se baseou, inclusive, em um encontro, um congresso realizado pelas Centrais Sindicais, para expressar aqui seu ponto de vista. É bom. E peço que, depois, sua assessoria mande o documento para que fique nos Anais desta Comissão, qual é a posição das Centrais Sindicais, a que você se referiu aqui. Seria muito bom.

Mas ficou claro seu ponto de vista de fortalecer os partidos, lista fechada, questionou as pesquisas eleitorais... E aí eu quero assinar em baixo, porque eu aqui não faço juízo, estou só mediando o debate. Quanto à pesquisa eleitoral, nesse ponto eu posso te dizer que sofri, em toda minha vida, com as pesquisas. Em quatro mandatos de Deputado Federal e dois de Senador, eu sempre estive quase em último lugar nas pesquisas. Sempre. Para Deputado Federal, por três vezes, fui o mais votado da região Sul, e nem estava

na lista dos eleitos. Para o Senado, eu sempre estive em último lugar entre os prováveis, os que poderiam se eleger. Na primeira, fiquei entre os dois mais votados, Sérgio Zambiasi, e eu fiquei em segundo. Eu estava em quinto. Entre os que tinham alguma chance, eu era o quinto. Mas era o quinto. E quem ficou em terceiro ficou com mais de 600 mil votos atrás de mim, na vez anterior. E nesta aqui, eu estava fora: "Olha, o Paim não vai voltar, que pena!" O movimento sindical todo... O Prof. Ottmar acompanhou, as Centrais também acompanharam, e resultado: chegou na hora de abrir as urnas, eu fiz 500 mil votos a mais do que a pessoa que veio em segundo lugar. E eu estava fora. Eu estava sempre em terceiro lugar. Só não estava em quarto porque não tinha um quarto candidato.

Então, você tem toda a razão. As pesquisas são uma manipulação, uma forma de ganhar dinheiro fácil. Não estou condenando todos, mas há muita gente que ganha dinheiro fácil com pesquisa, e quem paga a pesquisa induz. O cara pagou uma fortuna pela pesquisa e, a partir da análise dos números, trabalha com eles e tenta confundir a população.

Aí você falou corretamente: aquela visão da população de não querer votar em perdedor acaba muitas vezes prejudicando. Graças à reação do movimento social, principalmente do partido a que pertenço, que é o PT, nós revertemos sempre. Mas é sacanagem. O que há de sacanagem... Eu digo com toda a tranquilidade. Em matéria de pesquisa, meu amigo, principalmente os candidatos que têm vínculo com o movimento popular... Muita gente não tem interesse numa audiência como esta, que está permitindo que o movimento negro, os índios, os ciganos, a universidade, cada um coloque seu ponto de vista, o que pensa da reforma política.

Uns aqui vão ser fortalecidos no seu ponto de vista, outros, não. Mas o que temos de fazer aqui é fortalecer a democracia. E cada um coloca seu ponto de vista.

Nesse aspecto, agora, fortalecendo nosso debate, o Professor Ottmar Teske, coordenador do curso de Ciências Políticas da Ulbra e um dos coordenadores de um belo programa de que tenho a alegria de ser o Presidente de Honra, que é o Cantando as Diferenças.

O Cantando as Diferenças é isto: um belo programa que já instalamos em 400 cidades no Rio Grande, das 497, em que damos palco para quem não tem palco – essa é a frase quase carimbada por nós. Ali há palcos índios, negros, brancos, ciganos. Enfim, todos têm oportunidade de participar dos debates que fazemos em cada cidade. E a cidade que aplica as propostas do Cantando as Diferenças passa a receber o que chamamos de selo de qualidade de direitos humanos.

Mas, Professor, fale o senhor.

O SR. OTTMAR TESKE – Bom dia a todas e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoas com deficiência não falei, só para lembrar. Esse é o carro-chefe.

Depois ele vai ler para vocês que esse programa... Eu não quis falar, porque quero que ele fale. Ele é o coordenador disso. Senão vou assumir o lugar dele: ele vem para cá, e eu vou para ali, para fazer a palestra. Fiz só uma introdução, senão vou ter de falar de meio ambiente, que está lá no Cantando as Diferenças; das pessoas com deficiência, que estão lá no Cantando as Diferenças; dos idosos, de que também não falei aqui – então terei de falar – e que estão lá no Cantando as Diferenças; das crianças e dos adolescentes; do combate à exploração sexual. Todos esses temas que atingem os setores que são mais discriminados estão contemplados lá; não há um que não esteja lá.

E todos vocês sabem dessa luta que travamos. Eu quero que ele fale. Ele vai falar, no conjunto da sua fala, do Cantando as Diferenças. Então, não tenho dúvida, ninguém está excluído.

Por exemplo, vejo que, nos debates de que participo, inclusive das mulheres, dificilmente se fala dos ciganos. Este é um tema de que temos de falar: a situação dos ciganos. Tenho trazido esse tema dos ciganos para todos os debates aqui, no Congresso Nacional, e vamos realizar uma sessão, se não me engano, no dia 25, para os ciganos. A situação deles é de fato de desumanidade, pela maneira como são tratados em nosso País.

Mas, Professor Teske, é hora de o senhor falar.

O SR. OTTMAR TESKE – Novamente, quero agradecer esta oportunidade, como disse o Senador, de poder discutir o dar palco para quem não tem palco, juntamente com um tema importante que é a reforma política, na visão dos movimentos sociais.

Cumprimentando a Jacira, representante do movimento negro, mulher guerreira, cumprimento todas e todos, com certeza convicto de que aprendemos muito, juntos, nesses últimos anos de caminhada.

Senador, eu diria "Sim, novamente aqui". Só quero fazer uma ressalva: represento aqui o Coordenador de Ciência Política, Dr. Honor de Almeida Neto, e a Universidade Luterana do Brasil, por meio do curso de Ciência Política. E veja só: estamos discutindo reforma política por meio da visão dos movimentos sociais.

Este é o detalhe do Cantando as Diferenças: dar palco para quem não tem palco. Quais são os espaços que os movimentos sociais hoje possuem para fazerem sua formação, seu aprimoramento, também, nesse tema tão importante, que, sabemos, está sendo amplamente discutido pelos profissionais da política,

que está sendo amplamente discutido e pensado por cientistas políticos, que está sendo amplamente discutido exatamente por aqueles que têm um grande interesse nessa grande máquina, que é a máquina eleitoral, que é a máquina que envolve a questão da bandeira política.

E o nosso Senador, o nosso timoneiro, abrindo espaço para os movimentos sociais chegarem aqui, dizendo o seguinte: precisamos traduzir esse grande debate também para as mulheres indígenas, para aqueles que estão aí nesses rincões do País, trabalhando com um material seletivo, recolhendo os restos que restam desses intestinos prediais no campo dos castelos políticos e podendo traduzir isso em palavras simples, para que as pessoas possam ter acesso, em defesa da acessibilidade universal como direito de todos.

E, nesse sentido, Senador, em nome da universidade, da Ulbra, em nome do curso de Ciência Política, trago aqui o nosso agradecimento, por podermos estar juntos aqui, discutindo esse tema tão importante e fazendo essa escuta de todos que aqui estão passando e trazendo a sua contribuição.

Então, quero dizer o seguinte: a nossa missão, o nosso compromisso é levar essas ideias que estão sendo aqui apresentadas para os nossos acadêmicos. Oitenta por cento deles são também agentes políticos, são assessores, pessoas envolvidas diretamente com o trabalho das lideranças junto aos movimentos sociais. E que possamos construir essa rede. Responsabilizamo-nos em levar isso e já agradecemos desde agora. O senhor aceitou o convite de estar conosco lá na universidade, para dar a aula magna para o curso de Ciência Política, o que é uma virada, porque exatamente, no final da sua fala anterior, o senhor coloca a questão da pesquisa, do *marketing,* o que muitas vezes se confunde com aquilo que entendemos, de fato, que é fazer política.

Também quero dizer que, sendo fundamental que os movimentos sociais escutem essa questão, eu diria que, na escuta que está sendo feita, nas leituras que estamos realizando, percebe-se que existem intenções, algumas tendências e alguns desafios. E é sobre essa questão que gostaria de falar.

Então, o primeiro ponto é a questão exatamente de termos uma democratização da eleição, ou seja, chances iguais, verdadeiramente, para que todos possam acessar esses espaços importantes na estrutura política.

Portanto, há, sim... Percebe-se aí que o financiamento público das eleições ou das campanhas pode ajudar a nivelar essa disputa. Então, o financiamento público, pelas análises que estamos fazendo, talvez diminua as disparidades existentes hoje.

E, logicamente, com o financiamento público de campanha, vai-se aumentar a chance de eleição dos representantes exatamente dos movimentos sociais, formados, como aqui já foi dito, na maioria das vezes, por pessoas carentes, que não têm estrutura para enfrentar as poderosíssimas máquinas que hoje encontramos não só em empresas de pesquisa profissionais, mas também – muitas – dentro das próprias universidades, dentro dos próprios partidos políticos, dentro da própria estrutura do capital, do empresariado, enfim, com esse objetivo.

Então, esse financiamento público de campanha, sem dúvida nenhuma, é um avanço, e vejo que há consenso nesse sentido.

Nós, também, avaliando as tensões existentes... E já foi apresentada aqui uma tensão, que é exatamente a questão do candidato avulso ou não e qual seria, enfim, essa discussão, imaginando que teria que haver candidatos dos setores da sociedade sem vínculo partidário, ou seja, qualquer um se apresentar para ser candidato. Eu, particularmente, concordo com o companheiro Maurício que está dividindo conosco a Mesa. Nós, de alguma maneira, obviamente, temos que amadurecer esse debate, mas procurar, primeiramente, fortalecer os partidos políticos no Brasil exatamente com o objetivo de não existirem essas legendas que são chamadas legendas de aluguel. Então, o fortalecimento dos partidos políticos fortalece inclusive as ideias que esse partido possui, e entrar para esses partidos, obviamente, na luta, na disputa de poder, que esse é o objetivo do partido, mas com uma luta transparente, com uma proposta, uma idéia transparente, clara, para que os partidos possam dar palco para quem não tem palco. E isso só pode acontecer por dentro da engrenagem.

Obviamente, quando a gente discute a reforma política e os movimentos sociais estamos aqui discutindo individualidades. Penso que estamos discutindo aqui as entidades, e como essas entidades podem se fortalecer também na sua participação no processo eleitoral.

Também é muito importante fazer – já concluindo a minha fala – o debate em torno da fidelidade partidária. Sabemos que esse processo já avançou, mas voto em lista e outros pontos que já estão sendo discutidos aqui, que já foram falados anteriormente, de alguma maneira possibilitarão que o nosso processo político eleitoral possa ser mais ideologizado, obrigando o eleitor a preocupar-se mais com a doutrina partidária. Isso é formação, isso é fortalecimento de democracia.

Então, pensamos que esses aspectos apresentados representam avanços significativos para a política brasileira e que embora haja outros itens que estão

em discussão, talvez sejam esses pontos, a questão do financiamento público, a fidelidade partidária, a participação, enfim, de forma ampla dos movimentos sociais possam de fato fazer com que esse processo democrático, que é um processo de continuidade, possa ir se fortalecendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me fazer um aparte para cumprimentar o Senador Cristovam, presente em todos os momentos e que vai enriquecer o nosso debate.

Senador Cristovam, estou no seguinte sistema: como são muitos convidados, eles vão vindo de dois em dois à Mesa, fazem sua fala, voltam à primeira fila, e V. Exª fala no momento em que entender mais adequado.

Se me permitirem, gostaria de dar uma salva de palmas para o Senador Cristovam. (*Palmas.*)

Retoma a palavra o Prof. Ottmar Teske.

O SR. OTTMAR TESKE – Eu gostaria de retomar. Penso que toda discussão que está sendo realizada aqui no Senado, no fundo, como recebemos a provação do nosso Senador em relação ao próprio Cantando as Diferenças, é exatamente isso, podermos discutir de forma transparente, aberta, dando palco para quem não tem palco. E sabemos, Senador, que a grande parte da população, principalmente dos movimentos sociais, ainda não tem uma definição sobre reforma política. Isso é discutido de forma muito profissional por dentro dos cursos de ciência política, ou mesmo por dentro dos partidos políticos, no movimento sindical, mas não é consenso, isso ainda não foi traduzido. Então, fazer esse tipo de atividade, esse tipo de trabalho... Nós estamos tirando aqui, na verdade, uma posição, e esta posição será amplamente divulgada. Precisamos mobilizar para que os representantes dos movimentos sociais e populares tenham e se apropriem dessa discussão.

Então, como falei anteriormente, financiamento público, a fidelidade partidária, a possibilidade... Seria particularmente inadequado que tivéssemos uma candidatura avulsa, mas que tivéssemos que fortalecer os partidos políticos para que as pessoas tenham clareza da doutrina partidária. E que possamos caminhar cada vez mais em direção a isso que a própria Jacira colocou, a importância de levar a discussão das cotas, podermos discutir a questão não só referente às cotas étnicas, enfim, das diferentes etnias, mas também o debate em torno da questão religiosa, sobre Estado e religião. Precisamos ter certa clareza da divisão, da separação entre Estado e igreja. E esse tema os movimentos sociais podem fazer, até que ponto as igrejas podem se envolver num processo político.

Tivemos também, antes da eleição, várias dificuldades, inclusive em torno da nossa atual Presidenta Dilma, discutindo questões do campo religioso que, na minha opinião, isso foi superado já desde a Idade Média. Quer dizer, precisamos ter um cuidado de separar o que é religião, o que é política e evitar que essa mistura aconteça, porque isso pode nos gerar sérios problemas no campo laico. Então, para fortalecermos a democracia, ter clareza dessas instituições, parece-me que isso, de alguma maneira, está presente no debate da reforma política.

Não podemos nos distanciar muito, porque vivemos num mundo que recentemente teve um casamento real, teve a canonização do Papa e teve a morte do mouro. Quer dizer, vivemos em um mundo onde essas situações da Idade Média parece que estão muito presentes também.

Para concluir, quero dizer o seguinte. Estamos de fato envolvidos nesse processo. Temos um compromisso como universidade, como um curso de Ciência Política, e só existe aproximadamente, se não me engano, três cursos no Brasil de Ciência Política. Claro que é uma área da Ciência Social, mas é um curso de graduação de Ciência Política. E que esse debate tem que ser feito de forma clara, transparente, olho no olho, e que de fato a população, dentro de um todo, possa ter uma participação efetiva nessas discussões que aqui estamos realizando.

Agradecemos muito o espaço e estamos aprendendo junto com todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Prof. Ottmar Teske.

Eu só quero, para efeito de quem está assistindo a TV Senado, dizer que, dos nossos convidados, Maurício Ferreira já falou pela CGTB; o Pedro Armengol já está presente também; o Dogival Vieira, que é editor da Afropress, nosso convidado que está aqui também; a Analba Brazão Teixeira, Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras da Cfemea, também presente; Guacira César de Oliveira, Diretora do Centro Feminista de Estudos, Cfemea, aqui conosco também; a Coordenadora do Movimento Negro, a Jacira Silva está conosco e já usou a palavra; nesse momento falou o Prof. Ottmar Teske, Coordenador do Curso de Ciência Política da Ulbra; o Samuel Antunes, advogado que aqui representa a Nova Central, está aqui presente substituindo o Calixto; e o Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que também está aqui, já usou a palavra e vai participar dos debates; o Senador Cristovam está conosco; representando a comunidade indígena, está aqui conosco Francisco Apurinã, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; e também a Srª Rosane Kaingang, representante também da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; e Álvaro Tukano, represen-

tante dos povos indígenas. Como nós já combinamos, quem vai usar a palavra é a Rosane Kaingang, que falará pela comunidade dos povos indígenas.

Antes de os dois retornarem para a primeira fila, eu quero fazer duas perguntas só, porque quero aproveitar este momento para avançar nesse tema, que vai um pouquinho além, eu diria, especificamente da reforma política, mas é uma questão política fundamental que a partir da reforma política e os eleitos é que vão decidir o amanhã. A primeira pergunta que faço é se os senhores são a favor ou não do voto secreto dentro do parlamento. Essa é uma questão. E se pudessem, rapidamente também, a sua visão sobre as medidas provisórias. Fui constituinte, ajudei na época e tenho lá minhas preocupações. Mas aqui não estou expondo meu ponto de vista, estou apenas ouvindo.

Professor, voto secreto no Congresso. Nesse eu posso dizer que já apresentei a chamada PEC nº 50 para acabar com o voto secreto dentro do Congresso. Mas não são obrigados a concordar, viu? Estou só expressando meu ponto de vista.

Eu acho que em nenhuma situação numa democracia deveria ter voto secreto dentro do Parlamento. É claro que o eleitor vota como quiser, secretamente. Que fique bem claro para quem está assistindo a esta reunião. No meu ponto de vista, escolha de autoridade e veto – vou só dar um exemplo: nós apreciamos na Legislatura que passou mais de dois mil vetos. Sabe quantos foram derrubados? Nenhum. Por ampla maioria e por unanimidade. Alguns me dizem que é para proteger o parlamentar. Que proteção é essa? É preciso proteger o povo da malandragem de votar aberto quando interessa, pelo apoio popular, e quanto o veto vem, aí você vota secretamente e mantém a posição de que a matéria não deva ser promulgada.

O SR. OTTMAR TESKE – Eu penso que o voto secreto é somente na urna, onde individualmente cada um toma para si a responsabilidade, a consciência individual de votar naquele candidato em que deseja votar e que pensa ser o mais adequado. Agora, não podemos distorcer um princípio clássico da Ciência Política, que de alguma maneira é da própria ciência liberal: que o Legislativo estaria ali quase acima de uma concepção, digamos assim, ou subordinada a uma visão da sociedade. A sociedade sempre tem que estar acima do Legislativo e, nesse sentido, mesmo que a sociedade esteja acima do Legislativo, não pode haver voto secreto.

Penso que o voto aberto – que todos saibam – nós aqui estamos sempre sendo transmitidos e estamos sempre vendo os nossos Senadores e Deputados fazendo seus discursos e que isso se reafirme no seu voto. Essa é uma questão de coerência. Então, como formadores de futuros assessores, agentes sociais e políticos, defendemos, sim, o fim do voto secreto e a total transparência em relação àquilo que envolve exatamente o Parlamento, numa situação de que a sociedade tem que estar acima...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E qual é a sua visão sobre as medidas provisórias? São dois temas que o Congresso está debatendo. Tem uma visão? Se quiser falar, fala; se não quiser, também...

O SR. OTTMAR TESKE – Eu volto a falar. Existe, sim, uma posição importante. Aqui, se formos olhar os princípios do pensamento político, acho que a minha resposta está dada na minha primeira questão.

Se a sociedade é soberana... Soberana é a sociedade, e a sociedade subordina o Legislativo, e o Executivo tinha de estar subordinado ao Legislativo. Portanto, nesse sentido, aquilo que é discutido dentro do Congresso é que deveria ser a linha de frente; deveria ser o ponto central, e não trabalhar em cima de remendos ou de momentos que podem eventualmente ser importantes num determinado momento, mas que caem exatamente no próximo Governo. Fortalecer a questão da lei, fortalecer a questão principalmente dos estatutos, para que a gente possa ter, exatamente, o fortalecimento da democracia. Não se fortalece a democracia simplesmente com atos autoritários ou a partir de um poder assumindo.

Parece-me que o princípio que é, de alguma maneira, apresentado no campo da Ciência Política é que a sociedade possa ser soberana e que o Legislativo, nesse sentido, possa estar subordinado à sociedade e que, por sua vez, a consequência seria o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mauricio, você ouviu bem as duas perguntas e, se quiser se manifestar, fique bem à vontade. Abro este espaço porque não estava no seu depoimento a sua posição sobre o voto secreto dentro do Congresso e sobre as medidas provisórias.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA DA SILVA – Acredito que este é um problema...como estamos discutindo aqui a reforma política – o senhor está se antecipando, na verdade, a um problema que vamos criar, em essa reforma passando, com esse novo sistema vigente.

Então, temos de fazer duas avaliações. Uma, hoje, com o quadro que nós temos, com a situação que nós temos; e outra pós-reforma política. Certo? Hoje, por exemplo, no quadro que temos, sou a favor do voto secreto na maioria dos casos, sim, porque, em muitos casos, preserva o parlamentar. Há questões polêmicas que esta Casa tem, e sabemos das pressões que vocês sofrem. Em alguns casos, sim, tem que preservar. Eu acho que, em outros, devemos deixar as paixões de

lado – fiquei pensando aqui. Por exemplo, votação do salário mínimo. Queríamos saber quem votou a favor e quem não votou! Entendeu? Mas, quer dizer, por causa de um interesse nosso, corporativista, vamos deixar de defender esta premissa, de deixar o parlamentar à vontade, para votar com sua consciência, e evitar que ele tenha pressões? Acho que temos de levar esse aspecto em conta.

Na questão da medida provisória, acho que caímos também na questão da disputa política que existe na sociedade. Já que o senhor perguntou, eu vou ser bem sincero, Senador. Fernando Henrique fez muitas medidas provisórias, que só acabavam com a gente. Lula fez um bocado também, beneficiando o trabalhador. O que é mais justo? Acabar com a medida provisória? Não, a medida provisória é um instrumento, na verdade, que o Presidente, o Executivo tem, de tocar sua política. Agora, depende do lado em que essa política é tocada. Então, dizer se sou contra ou a favor, aí depende muito do cenário político que estamos vivendo, da condição política, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendi. Pela sua posição, a medida provisória depende do momento da história. Eu acho que foi um equívoco termos criado o instituto da medida provisória, porque, independente de quem seja o governo, é um problema o excesso de medidas provisórias. E eu ajudei a criar – veja bem! Fui Constituinte, e sabe qual foi o nosso equívoco na época? Tínhamos a consciência de que ia passar o parlamentarismo no plebiscito, e o povo disse "Não, é presidencialismo!", e ficou o instituto da medida provisória um complicador.

Quanto ao voto secreto – a sua posição eu respeito –, sou totalmente contra qualquer tipo de voto secreto. Quem é homem público não tem que esconder suas posições, doa a quem doer. Não interessa se sou da base do governo ou se não sou da base do governo. Se eu sou da base do governo e voto contra o governo, o Executivo tem o direito de saber que esse parlamentar está discordando. E a população lá fora, que me elegeu sobre um programa que eu defendi, ela tem o direito de saber como estou votando também. Bom, eu que assuma as consequências. Eu sou radical. Aí eu radicalizei, mas respeito a opinião de quem pensa diferente. Voto secreto dentro do Parlamento, para mim, ninguém poderia ter esse direito, mesmo em cassação de um colega meu. Eu tenho de assumir por que estou cassando ele, ou não. Quais são os motivos, e a sociedade que julgue. Nós que estamos na vida pública – estou falando como parlamentar – temos de assumir as responsabilidades de todos os nossos atos, e a opinião pública é que vai julgar no momento adequado.

Agradeço a ambos aqui. Vamos aos nossos outros dois convidados. Vamos respeitar aqui também a ordem de chegada. É o Pedro Armengol, diretor-executivo da Central Única dos Trabalhadores, e agora aqui, pela ordem de chegada, Analba Brazão Teixeira, secretária-executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras, Cfemea.

Convido-a para assumir, dizendo que o tema é livre dentro da reforma. Eu é que estou avançando um pouquinho mais – são dois temas que a Casa está debatendo. Vai para o Plenário a questão das MPs e, na questão do voto secreto, também o Plenário vai votar, porque é uma PEC, cujo Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares; mas há diversas propostas, e o Relator está com o parecer pronto para apresentar em plenário.

Então, passamos a palavra, respeitando a ordem de chegada, para a Srª Analba Brazão Teixeira, por dez minutos com mais cinco.

A SRª ANALBA BRAZÃO TEIXEIRA – Bom dia a todos e a todas.

Parabenizo essa iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, do Senador Paulo Paim, em convocar esta audiência pública para ouvir a nossa visão como movimento social em relação à reforma política.

Estou aqui representando a Articulação de Mulheres Brasileiras, uma articulação feminista e anti-racista que está junto com outros movimentos e organizações sociais, discutindo, desde 2004, a reforma política.

A plataforma dos movimentos sociais é composta por 31 entidades e movimentos. Foi a partir do processo de avaliação sobre a participação popular na reforma política que várias organizações e movimentos se reuniram e construíram a plataforma dos movimentos sociais. Essa plataforma consegue construir um novo conceito de reforma do sistema político, no qual, no centro do debate, está colocada a questão do poder e os mecanismos para exercê-lo e para controlá-lo.

Esse debate sobre reforma política está pipocando Brasil afora. Hoje mesmo, está havendo uma audiência em João Pessoa e em outros lugares. E, na semana passada, estávamos também discutindo – Jacira também estava lá – a reforma política em um seminário chamado pelas secretarias de mulheres dos partidos, em que discutíamos a reforma política e a participação das mulheres e as mulheres na política. E vimos como está a situação brasileira no *ranking* mundial em relação à participação das mulheres. O Brasil ocupa o penúltimo lugar das Américas no que se refere à participação das mulheres no Parlamento.

Como movimento feminista, sabemos o porquê dessa sub-representação das mulheres no Parlamento e nos lugares de poder. Na política, nós estamos há

séculos; não estamos é nos lugares de poder. E por quê? Para nós, é nítido: a dominação patriarcal tem como uma de suas estratégias transformar as mulheres em minoria política, negar o nosso poder sobre nossas próprias vidas e bloquear nosso acesso aos espaços de decisão sobre os assuntos da família, da comunidade e do próprio País.

Não se pode esquecer que somos 53% da população. Não podemos esquecer que nós mulheres não somos invisíveis. Somos, na verdade, "invisibilizadas", porque estamos em todos os lugares: somos poucas no poder e somos muito na política.

Na nossa perspectiva, como movimento feminista antipatriarcal, anti-racista e anticapitalista, a simples garantia de realização de eleições e dos direitos civis é absolutamente insuficiente para promover a democratização do poder. Nós não queremos falar só da reforma do sistema eleitoral. Nós queremos falar da reforma política, de forma ampla e democrática.

É preciso garantir maior participação popular e superar a sub-representação das mulheres, da população negra e da população indígena, favorecendo ampla representação dos diferentes grupos populacionais nos espaços de poder e garantindo regras de funcionamento igualitárias, inclusive com ações afirmativas. Este sistema político vigente não nos interessa.

Além disso, é preciso democratizar o sistema partidário e garantir o funcionamento regular de instrumentos da democracia direta – plebiscitos e referendos – e garantir participação e controle social da população sobre os poderes do Estado, tanto do Executivo quanto do Legislativo e do Judiciário, e as eleições.

Interessa-nos ter acesso ao Estado para transformá-lo e criar possibilidade de estágios democráticos e justos. Por isso, defendemos uma reforma política ampla. Não queremos uma reforma que trate apenas da reforma eleitoral, porque sabemos que a democratização do poder certamente não passa apenas pela reforma eleitoral. Queremos uma reforma política que tenha a capacidade de radicalizar a democracia. A nossa perspectiva é a de uma reforma mais larga, que compreenda a luta pela redemocratização do poder como algo de médio e longo prazo.

Queremos uma mudança na forma de exercer o poder, democratizando as possibilidades de acesso aos espaços de poder e propondo redefinições sobre quem pode ter poder e quem decide sobre o sistema de poder. É essa a reforma política que queremos.

Queremos uma reforma política que tenha uma real participação popular. Por isso, nossa plataforma é para a reforma do sistema político, ampla e de longo prazo, não se reduzindo apenas à reforma do sistema eleitoral.

Defendemos a participação direta e queremos que se aprofundem os cinco eixos considerados prioritários na plataforma dos movimentos sociais, que são os seguintes: reforma do Poder Judiciário, para imprimir transparência e garantir o controle social sobre a Justiça; democratização da comunicação, pois o sistema de comunicação é parte da dinâmica do exercício do poder em nosso País; reforma dos mecanismos da democracia representativa, que são o sistema eleitoral, as regras de funcionamento dos partidos e do Poder Executivo e Legislativo e da Justiça Eleitoral; consolidação legal da democracia participativa, em um sistema de participação que articule os conselhos, conferências e planos plurianuais de governo em todos os âmbitos das políticas públicas; aperfeiçoamento e simplificação dos mecanismos da democracia direta – plebiscito, referendo e projetos de lei de iniciativa popular.

Mas, como estamos aqui também discutindo e a maioria das pessoas que falaram antes de mim reforçaram muito a questão da reforma do sistema eleitoral, coloco aqui quais as mudanças que nós mulheres e as organizações que fazem parte da plataforma dos movimentos sociais estão defendendo.

Defendemos o financiamento público exclusivo de campanha. Por quê? Porque queremos o fim da mercantilização das eleições e campanhas e o fim da hegemonia do poder econômico na política. O financiamento privado das campanhas favorece as empresas que querem ganhar vantagens em licitações e acesso aos fundos públicos em troca de apoio na campanha, bloqueia a participação das minorias políticas à medida que encarece as campanhas e favorece a permanência das elites, que sempre elegem muitos de seus representantes.

Financiamento público exclusivo, porque, se for financiamento misto – público e complementado por privado –, o poder empresarial ainda estará presente.

Votação em lista fechada.

Na nossa compreensão, é a única forma de viabilizar o financiamento público das campanhas e a melhor forma para politizar os processos eleitorais, uma vez que os partidos colocarão em confronto seus programas em vez de promover a disputa entre suas personalidades e puxadores de voto.

Acreditamos que a lista fechada cria unidade, solidariedade e aliança entre candidatos e candidatas de cada partido, que deixam de competir entre si para buscar voto para toda a lista do partido. As campanhas serão barateadas e, portanto, mais democráticas para grandes e pequenos partidos.

Lista fechada com alternância de sexo.

É uma ação afirmativa que efetivamente garante a eleição de mulheres, acesso das mulheres ao espa-

ço de poder; melhor ainda se paritária e com critérios de raça e etnia. Mas a lista fechada precisa ser definida em processo democrático no interior dos partidos, para evitar o "caciquismo" e conchavos, que hoje definem as prioridades das candidaturas na lista aberta da maioria dos partidos.

Somos contra qualquer forma de voto distrital.

Na votação distrital, é impossível políticas afirmativas que assegurem a eleição de mulheres – negras e indígenas com certeza –, como é o caso da lista fechada com alternância de sexo.

O voto distrital representa a institucionalização do curral eleitoral e reforça o poder das oligarquias, além de bloquear a renovação na composição do legislativo em todos os níveis. Seria uma contra-reforma, uma reforma política que concentra poder ao invés de desconcentrá-lo.

Este é um momento importantíssimo para a sociedade brasileira, mas temos muitos entraves. Vimos nesse processo, nos últimos anos, a indisposição do Congresso para aprovar mudanças de regras que obriguem os partidos a cumprir cotas. Hoje não há qualquer punição ao partido ou coligação que não cumpra a lei de cotas. E as cotas, para nós, são o mínimo, porque nós queremos mesmo é a paridade. E, na minirreforma, a maioria dos partidos não conseguiram, não obedeceram às cotas e não foram punidos por isso. E, aí, se não punir, a coisa não vai andar. Nós acreditamos que, se não houver punição para os partidos, nem o mínimo conseguiremos, como foi nas eleições passadas.

Por isso, nós, como movimento social, sabemos da necessidade de mobilização da sociedade brasileira, a fim de exercer a pressão popular sobre o Congresso e o sistema partidário para que as mudanças realmente aconteçam.

Nesse sentido, temos uma estratégia, como plataforma dos movimentos sociais desde 2009, para a cumulação de forças e o enraizamento deste debate na sociedade brasileira, de formular um projeto de iniciativa popular, que ainda está sendo construído e debatido, que impulsione debates locais, difundindo os conteúdos da nossa plataforma. E, paralelamente aos debates, vamos coletando assinaturas. Queremos coletar um milhão de assinaturas. Essa é uma real estratégia de mobilização social.

A plataforma dos movimentos sociais também produziu, coletivamente, programas de rádio para esses debates, que podem ser baixados na página e utilizados nos debates locais.

Para encerrar, quero reafirmar que queremos uma reforma política democrática e radical. Estamos todas mobilizadas e articuladas, participando das audiências estaduais, levando essas nossas propostas. E, se é para lutar, neste momento, pela reforma do sistema eleitoral, reafirmo que esta reforma da qual estamos falando tem o dever de considerar as desigualdades, tem o dever de considerar a participação das mulheres, da população afrodescendente, da população indígena e LGBT, hoje tão sub-representadas nos espaços de poder e com poder.

Obrigada.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Srª Analba Brazão Teixeira, pela sua exposição, que foi muito precisa, destacando principalmente os cinco pontos que o Movimento das Mulheres entende que deveriam ser aprofundados, em que deveríamos avançar.

Só peço que, se possível, deixe uma cópia para nós. Se não, vamos ter problema.

Passamos, de imediato, a palavra ao Pedro Armengol, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Bom dia, Senador Paulo Paim, bom dia, companheira Ana Brazão, da Coordenação das Mulheres, bom dia aos demais companheiros sindicalistas, representantes dos movimentos sociais, aos Parlamentares aqui presentes, em especial ao Senador Cristovam, que estou vendo daqui.

Inicialmente, eu queria dizer que queria informar que a visão da Central Única dos Trabalhadores, como da maioria dos movimentos sociais sindicais e populares, é uma visão de que o conceito de reforma política não pode se restringir meramente a alterações de regras eleitorais, que deve ser muito mais, inclusive na linha do que a companheira Ana Brazão colocou aqui, no início da sua intervenção. Até porque, inclusive, é isso que passa um pouco para a sociedade, que se está discutindo só alterações de regras eleitorais, sem se discutir, efetivamente, uma reforma política mais ampla, porque entendemos que só com essa amplitude que envolve alguns eixos de fortalecimento da democracia direta, de democratização e fortalecimento dos partidos políticos, da reforma do sistema eleitoral e o controle social do processo eleitoral é que a gente pode ter a perspectiva de realmente ter uma mudança de concepção e de conceito e que a gente enfrente grandes problemas que temos hoje no processo e na vida política do País e na relação, inclusive, dos representantes da população, que são os eleitos, e a sociedade.

Entre esses elementos... Vamos passar aqui algumas questões gerais. Quero afirmar aqui algumas questões mais polêmicas, inclusive neste momento a gente não tem uma condição objetiva de estar firmando uma posição, inclusive porque a CUT está fazendo um

debate mais profundo agora, por coincidência dessa sessão do dia 19 agora, esta semana. Vamos chamar um seminário nacional da Central para aprofundar alguns debates, mas em relação a alguns princípios, evidentemente, que nós tínhamos condições de estar aqui contribuindo com esse debate tão importante.

A gente sempre está parabenizando o Senador Paulo Paim pela sua preocupação do ponto de vista social de estar dando voz aqui àqueles que não têm muito espaço em alguns outros momentos, em alguns outros espaços para estar aprofundando o debate sobre questões políticas importantes para o País.

Dentro desse eixo do fortalecimento da democracia direta, a gente queria, em primeiro lugar, registrar a necessidade de se estar, dentro desse debate da reforma política mais ampla do País, sobre a necessidade de se simplificar os processos de iniciativa popular.

Hoje, as limitações legais para processos de iniciativa popular são muito grandes, de uma dificuldade muito grande tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, que precisamos construir alguns mecanismos, inclusive já acumulados por várias organizações... Na questão de permitir a coleta de assinatura, seria por formulário impresso, uso de urnas eletrônicas e assinatura digital pela Internet. Quer dizer, simplificar um pouco os processos que permitam iniciativas populares.

Dentro, também, dessa discussão do fortalecimento da democracia direta, algumas questões de políticas macro de Estado deveria estar se prevendo a convocação obrigatória de plebiscitos e referendos. A gente dá como exemplo questões que envolvam a soberania nacional, como é o caso da criação, incorporação ou fusão de Estados e Municípios, Territórios, acordos de livre comércio firmados pelo Brasil, a concessão de serviços públicos, questões políticas, ações macro de Estado, que a gente entende que, dentro dessa perspectiva da democracia direta, tenham a possibilidade de a população estar participando de forma mais direta, através de plebiscitos ou referendos.

Que esses plebiscitos e referendos também possam ser convocados por iniciativa popular não só pelo Estado ou pelo parlamento e que, inclusive, esse projetos de iniciativa popular tenham precedência do debate em nível do Legislativo. Essas são questões macro da questão da democracia direta que a gente entende importante nesse momento de debate de reforma política do País.

A questão do financiamento público para nós da Central Única dos Trabalhadores, nós temos posição muito clara sobre isso e defendemos, é claro, o financiamento público de campanha, inclusive como elemento democrático de você proporcionar uma isonomia de possibilidades para que todos aqueles que pretendem se candidatar a algum cargo eletivo tenham dentro de um processo de disputa na sociedade brasileira.

Hoje nós vivemos uma situação que eu particularmente denomino da democracia do capitalismo. Estamos vivendo isso. Este País virou uma situação em que as possibilidades de eleição são para quem tem dinheiro.

Inclusive, eu, particularmente, sou do Partido dos Trabalhadores, há muito tempo, e tenho criticado inclusive meu partido, Senador Paulo Paim. Inclusive, eu sou um pouco nostálgico, lembro que, no início da construção do Partido dos Trabalhadores, na década de 80, a gente conseguia eleger muitos companheiros e companheiras sem grana, no debate com a sociedade, na pressão e tal.

Hoje, inclusive, até o meu partido sempre faço esta autocrítica: que quem não tem dinheiro não vai eleito. Se você não tem uma estrutura financeira razoável em termos de lastro, não vai ser eleito. Hoje já estamos vivendo o que eu denomino a democracia do capitalismo: quem tem dinheiro vai eleito, quem não tem não vai. Não há a mínima possibilidade.

E eu olho até de forma nostálgica que, na década de 80, início da década de 90, a gente ainda conseguia eleger ás vezes alguém sem grana, no debate político e tal. Hoje, na atualidade, eu diria nos últimos dez anos, a coisa mudou mesmo. Então, isso é um elemento que a gente tem que enfrentar de forma muito aberta, porque inclusive do ponto de vista da construção democrática deste País. Não podemos permanecer nesse ambiente que a gente chama da democracia do capitalismo.

Bem, a transparência, inclusive, das contas dos partidos, isso é um elemento importantíssimo, porque hoje as contas dos partidos são verdadeiras caixas-pretas. E aí a gente é muito radical, inclusive, de colocar que as contas dos partidos devem estar no *site* da transparência para qualquer cidadão ou cidadã ter acesso à movimentação dessas contas, para a gente evitar uma série de situações que a gente vê no dia a dia e tal

Inclusive, na questão dos recursos, a gente comunga com algumas construções de movimentos populares, inclusive na questão da destinação do tempo de propaganda partidária para as ações afirmativas. Ao menos 30% desse tempo deve ser para ações afirmativas, desde os movimentos sociais.

Dentro da reforma do sistema eleitoral, nós temos algumas posições que são divergentes aqui. Já foi aflorada aqui neste debate a questão do fim das votações secretas no Legislativo. Isso a gente tem posição definida. Nós definimos o voto aberto na mesma linha de construção que inclusive foi colocada aqui pelo Senador Paulo Paim. Não entendemos. Qualquer

representante que foi eleito pela população não tem por que ele esconder o seu voto. Qualquer que seja a situação, independentemente da oportunidade ou da complexidade do debate, o representante eleito pela população tem a obrigação inclusive de dizer para a população por que ele está votando, em que posição ele está votando. Então, temos posição muito clara e tal.

Quanto ao debate do fim do imunidade parlamentar, não sei exclusivamente no direito de opinião e denúncia; o fim do fórum privilegiado, entendemos que exceto no caso em que a apuração se refere a estrito exercício do mandato do cargo; e a implantação da fidelidade partidária programática, que é outro debate que gente tem que enfrentar. Associada à fidelidade partidária programática, colocamos também a necessidade da construção de mecanismos que tratem da questão das coligações que envolvem o debate que nós temos da situação hoje muito clara e evidenciada de se evitar a movimentação das chamadas siglas ou partidos de aluguel.

Entendemos que essa é uma reforma importante, central nesse debate da reforma política e da reforma dos processos eleitorais. Não podemos mais permitir essa situação, inclusive dessa multiplicidade de partidos, que, infelizmente, entendemos que não significa o fortalecimento da democracia no País, mas significa a conveniência, o oportunismo de alguns e alguns poucos que se movimentam nesse ambiente do chamado aluguel de siglas ou aluguel de partidos por coligações de conveniências.

Entendemos que os mecanismos, inclusive, de coligações, sejam programáticos, com periodicidade maior, que se evite que se coligue um mês antes das eleições e se acabe a coligação um mês depois da eleição. Então, o elemento também central que temos de colocar é de qualificação do debate sobre coligação.

E temos, para concluir nosso debate, a importância de discutir o controle social dos processos eleitorais. E aí temos algumas construções com vários movimentos populares, em que se prevê inclusive a possibilidade de a gente estar criando conselhos da Justiça Eleitoral encarregados de promover ações de educação para a cidadania; atuar como ouvidoria; criar, com a participação social, um conselho nacional de regulamentação do processo eleitoral, inclusive para ter essa possibilidade de a sociedade civil ter essa participação em termos de controle social dos processos eleitorais, não ficando à margem de qualquer decisão que a envolva; criar a possibilidade de ação civil pública eleitoral para apuração de lesões aos direitos difusos dos cidadãos, tais como propaganda feita de forma excessivamente ruidosa ou poluidora, autorizando a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Enfim, que a gente tenha mecanismos claros de processos de controle social dos processos eleitorais onde a sociedade organizada tenha efetiva participação.

Então, essas são linhas gerais que temos hoje construídas no interior na Central Única dos Trabalhadores e, com certeza, depois do dia 19, Senador Paulo Paim, estaremos encaminhando formalmente para V. Exª a posição da Central em relação a alguns temas, como lista fechada e essas possibilidades que estão sendo construídas porque, no momento, ainda não temos uma posição, do ponto de vista de instância, em termos de deliberação. Teremos isso depois do dia 19 e estaremos encaminhando para contribuir nesse debate importante no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Pedro Armengol, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores, que manifestou aqui seu ponto de vista e que, no dia 19, mandará um documento oficial da CUT.

De imediato, concedo a palavra ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, quero falar alguma coisa, até para ver se provoco o debate dos próximos e dos dois que estão aí.

Temo que o movimento social termine caindo na armadilha de ver a reforma política como uma simples reforma eleitoral. Ela tem que ser muito mais ampla. Eu trouxe para distribuir aqui um pequeno documento que eu tenho com minhas propostas para uma reforma política, não apenas eleitoral. Ela é eleitoral, ela é do Legislativo, ela é do Executivo, ela é do Judiciário, ela é da cultura da política e ela é moralizadora.

Vou ler rapidamente alguns dos itens que aqui estão escritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou pedindo para o Roberto, se V. Exª permitir, que ele já distribua, e as pessoas já vão acompanhando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Perfeito, claro. Há mais guardadas ali, se quiser.

No que se refere à reforma eleitoral, estou de acordo com boa parte dos que aqui se colocaram, fazendo alguns ajustes. Por exemplo, eu defendo que o voto seja em primeiro lugar na lista, aí aparece o nome dos Deputados e o eleitor escolhe o seu. A gente fortalece, com isso, o partido, mas não rouba do eleitor o direito de escolher o seu candidato.

Eu defendo uma redução radical dos custos porque hoje a gente fala em fundo público de campanha,

e eu sou defensor do fundo público de campanha, mas eu acho que o fundo público, no custo atual, estaria lesando os contribuintes. Então, antes do fundo público, temos de reduzir os gastos. Como? Acabando esse negócio de *marketing*. O horário eleitoral tem que ser o candidato, ou ao vivo, ou até gravado, mas sem esse excesso de *marketing.*

Eu defendo o que o fundo público, claro, não pôde continuar: esse financiamento das campanhas por empresários. Aliás, a primeira coisa é eliminar o financiamento por empresas. Mas vejo duas maneiras do fundo público, e não escolhi nenhuma das duas e coloquei as duas. Uma é o fundo público, mas voluntário, em que cada pessoa diz quanto quer dar, até um limite bem pequeno, que é como acontece com as igrejas, com as Ongs, com o Lions, com tudo isso. O outro é um fundo público direto.

O Governo já gasta muito dinheiro com a Justiça Eleitoral. Eu nunca vi ninguém falar em privatizar a Justiça Eleitoral. Financiar publicamente a justiça e não financiar publicamente a campanha torna capenga o processo. Tem que financiar os dois.

O outro é a perda do mandato para aquele que não cumprir regras de financiamento, imediatamente. Agora, vi uma reação muito forte contra o voto distrital. A minha proposta é que os deputados federais sejam eleitos por três instâncias. A primeira, 40% eles por distrito. A segunda, 50% deles pelo voto do Estado, e 10% dos deputados seriam eleitos pelo Brasil inteiro. Seriam deputados federais eleitos nacionalmente. É a maneira de trazer para aqui os grandes nomes do País, numa disputa nacional. Eu defendo que o vereador seja eleito pelo voto distrital. Creio que é um fato que o debate mais ideológico desaparece do distrital, mas a gente privilegia também o debate local. No caso do vereador, quase todo debate é local.

Defendo o fim da reeleição para cargo executivo e a proibição de mais de uma reeleição para qualquer cargo. Mas não só de parlamentares, de líderes sindicais também, de dirigentes de clube esportivo também. Tudo que não tem dono – dono é dono –, mas o que não for dono só poder ser reeleito uma vez. Vejo que o *Correio Braziliense* tem hoje uma grande matéria, segundo a qual estão querendo propor pela participação popular, mas o meu projeto já está há cinco anos aqui.

Defendo o direito de se desligar do partido, mas, desde que não possa entrar em outro – você fica independente –, e terá que ser candidato na eleição seguinte sem partido, porque defendo, também, a possibilidade do candidato avulso, desde que com assinatura de um número considerável de eleitores.

Defendo que a corrupção passe a ser tratada como crime hediondo.

Limitação da publicidade governamental. Acho que é único País do mundo em que o governo faz propaganda dele. A publicidade de governo deve ser para campanha da vacina, para campanha contra preconceitos raciais, contra preconceitos sexuais, aí está muito bem. São campanhas educativas. Mas não dizer que está fazendo um prédio, não mostrar que está asfaltando uma rua.

Sou a favor do voto... Vou dizer diferente. Sou a favor de punir a omissão do eleitor que não vota. Ou seja, sou a favor do voto obrigatório, porque acho que eleição é não apenas um processo político; é um processo pedagógico, e esse processo pedagógico faz com que você aprenda a votar. Se a gente deixar o voto facultativo, quebra, primeiro, a legitimidade do eleito, porque não acredito que no Brasil vá mais de 30% votar. Não acredito. Mas vamos supor que chegue a 50% dos eleitores. Então, serão eleitos com muito pouco dos votos.

O fim da suplência para Senador, o registro de compromisso de campanha, a cassação pelo eleitor. Do jeito que o eleitor no Brasil pode fazer projetos de lei, ele pode pedir a cassação de um parlamentar. Agora, quem cassaria seria a Justiça, analisando o processo. Agora, defendo que todo parlamentar tenha que, a cada seis meses, convocar os eleitores para uma assembleia, em que eles vão se apresentar diante do eleitor e ouvir o que o eleitor tem para dizer. Como fazem as empresas.

No Legislativo – até aí foi eleitoral –, sessões ordinárias em todos os dias, menos sábados e domingos, e uma vez por mês o parlamentar tem uma semana para ficar com as suas bases, para evitar o que vimos hoje, por exemplo: aqui: não há Senadores. E eu não sou melhor do que os outros, eu devo estar aqui porque eu moro em Brasília, senão não estaria aqui também. Então, não sou melhor do que os outros, eu estaria nas bases.

Então, fica-se aqui dois dias e meio, salvo pessoas como Paim, que fica aqui permanentemente, que fala na sexta e na segunda está aqui, de manhã. São raros os "Paims", fora quem mora aqui, como eu que não tem mérito nenhum. Parlamento é para parlamentar, a gente não tem tempo de parlamentar no Brasil, porque a gente não fica aqui.

Fim do recesso parlamentar e instituição de férias de trinta dias.

Criação de uma comissão parlamentar de inquérito permanente. Tem que acabar com isso. Cada vez que há um escândalo, a gente tem que convocar uma comissão nova. Teria uma comissão já para isso.

Fim do voto secreto. Estou de acordo também, mas também eu sou contra o voto por liderança. A

maior parte das coisas que foram aprovadas enquanto eu sou Senador, foi votada sem eu saber. Eu fico ali, de repente descubro que está aprovado, porque os líderes fizeram um acordo e tem o voto de liderança. Tem que acabar com isso. É um direito do Parlamentar votar e é um direito do povo saber em quem ele votou, porque tem duas maneiras de a gente esconder o voto: uma é votar secreto e o outro é deixar que o líder vote.

Adotar como rotina na votação as consultas populares por meios modernos e tecnológicos. A gente tem que permitir que as pessoas se comuniquem mais hoje com os Parlamentares e eu defendo que seja uma espécie de um voto – o voto do povo, aparecendo lá, o voto que chega pela Internet, o voto que chega pelo *e-mail*. Obviamente isso não representa o povo, porque poucos têm acesso a isso no Brasil, mas que, pelo menos, apareça lá: os internautas votaram dessa maneira, para que a gente vote contra se quiser.

Facilitar as iniciativas de procedimento na legislação participativa com redução no número de assinaturas – isso o Senador Rollemberg apresentou um projeto.

Fim da verba indenizatória. Agora, eu defendo garantia de moradia para os parlamentares que não são de Brasília, porque eles precisam ter isso.

Executivo.

Perda de mandato do Parlamentar ao ser nomeado para ministro ou secretário. É uma coisa que descaracteriza o Congresso. O prefeito nomeia três, quatro secretários entre os vereadores. Ele passa a dominar a câmara de vereadores, porque os que substituíram aqueles, os suplementes, a qualquer momento, podem perder o cargo. Aí o prefeito controla. O Presidente controla nomeando os ministros daqui. Isso não é novo. Nos Estados Unidos para você ser ministro tem que deixar de ser parlamentar e, no Brasil, para ser presidente do Banco Central tem que deixar de ser parlamentar, renunciar. O Meirelles renunciou o mandato para ser presidente.

Obrigatoriedade para governadores, prefeitos e presidentes cumprirem seus mandatos sem possibilidade de serem candidatos renunciando seis meses antes. Eles chegam à campanha com uma posição diferente, na medida em que eles renunciam em março e são candidatos em outubro. Então, governador, prefeito, Presidente reeleito não poderia ser candidato naquela mesma eleição. Teria que esperar quatro anos.

Mandato e seleção para presidente do Banco Central, passando realmente pelo Senado.

Limite no uso das medidas provisórias. Sou favorável a que elas continuem, mas tem que limitar. A minha proposta é que, antes de mandar a medida provisória, o Presidente discuta com uma comissão de Parlamentares. Se essa comissão aprovar, que venha; se ela não aprovar, não venha.

Eu defendo voto de desconfiança a ministro. Nós somos um regime presidencialista, mas não precisa também ser imperial; que o Parlamento possa ter um voto de desconfiança.

E uma proposta do Senador Suplicy antiga: comparecimento do Presidente ao plenário do Congresso para apresentar a sua mensagem, porque, em geral, manda outra pessoa. A Presidenta Dilma veio este ano e o Presidente Lula veio no primeiro ano, mas que venha sempre.

No Judiciário.

Eu defendo uma mudança na indicação dos ministros. Hoje o Presidente escolhe o ministro do Supremo, aqui a gente faz de conta que sabatina e ele vai para lá. Ele deve o mandato ao Presidente. Minha proposta: que o mundo jurídico, a OAB e todos os tribunais indiquem seis nomes para o Presidente. O Presidente escolhe três desses seis e manda para o Congresso. Aí o Congresso sabatina os três e escolhe quem vai ser. Aí, sim, o Congresso vai participar, todo mundo vai participar.

Conselheiros e Ministros do Tribunal de Contas. Eu defendo por concurso. O Ministro que vai fiscalizar as contas foi nomeado ou indicado pelo menos pelo Presidente da Republica e dois indicados ou pela Câmara ou pelo Senado. A gente faz concurso.

Aqui vem uma medida que alguns vão dizer que não tem nada a ver com política. Para mim tem tudo. São as mudanças de cultura. Enquanto não erradicarmos o analfabetismo a reforma política não está completa. Enquanto não tivermos um sistema bom de educação a reforma política não está completa.

E algumas coisas podem parecer até ingênuas, mas elas teriam papel importante. Uma coisa é você acordar de manhã e dizer: eu vou votar para escolher aquele tal para deputado; outra é você acordar e dizer: hoje eu vou sair para eleger o meu representante. Eu acho que a gente devia chamar de representante do eleitor ao deputado, como é em outros países também. Não estou inventando nada. Deputado não quer dizer nada, agora, representante do eleitor quer dizer muito. E a gente sabe que a palavra faz a coisa. O Senado deveria ser representante do Estado e não senador, que quer dizer alguma coisa, quer dizer velho. Esse é o significado da palavra senador. Vem de senil. Então, vamos botar representante do eleitor.

Tem duas outras mudanças que não estão aqui, mas que acrescentei ontem. Isso é dinâmico.

Esse negócio disso aqui se chamar Senado Federal é um equívoco. Deveria ser o Senado da República. Cada um de nós chega aqui representando o Estado,

mas também representando a nação. Eu me considero um representante da República brasileira. Acho que deveria se chamar Senado da República, Câmara dos representantes do povo. E até o nome do Brasil, que já foi Império do Brasil, já foi Estados Unidos do Brasil, hoje é República Federativa do Brasil – e os militares é que inventaram isso... Até 1967, a Constituição dos militares, era Estados Unidos do Brasil. Mesmo Getúlio manteve o nome e tudo. Acho que deveria ser República do Brasil, porque dá o sentido unitário deste País. Federação é certo como na União Soviética, porque eram diversos países com línguas diferentes, religiões diferentes, culturas diferentes que se uniram, formaram uma federação. Nos Estados Unidos, eram estados independentes que se uniram, fizeram uma federação. Mas no Brasil... O Brasil não é a soma dos Estados; os Estados são as partes do Brasil. Isso é completamente diferente. Tratar o Estado como parte do Brasil ou tratar o Brasil como a soma dos Estados.

Sugiro também, no nível cultural, reformar e simplificar os códigos. Eu acho que não faremos reforma política se não fizermos a comissão da verdade. Enquanto não soubermos o que aconteceu durante o regime militar, seja com militantes de esquerda sendo mortos, sejam pessoas que morreram por atos de terrorismo que dizem que foram as esquerdas que fizeram, a reforma política não está completa. Não existe reforma política sem a história completa.

Daí eu parto para as moralizadoras: divulgação em tempo real de todos os gastos de cada parlamentar, inclusive quanto custam... Não quanto é o salário de cada funcionário, porque é uma coisa privada, mas a soma dos salários que ele gasta no seu gabinete.

Todo eleito e ocupante de cargo tem que passar pelo pente fino da Receita Federal obrigatoriamente. É um projeto de lei meu já antigo. E isso é bom. Eu peço para colocar a minha declaração no pente fino, porque todo mundo erra. Eu quero que eles descubram o erro e me avisem logo.

É falta de decoro o eleito usar serviços privados em vez de serviços públicos. O meu projeto é de que todo parlamentar tem que colocar o filho na escola pública. Eu não tive coragem de botar também o sistema público de saúde, mas a gente precisa fazer isso.

Como nós, que somos os responsáveis pela coisa pública, protegemo-nos com a coisa privada? Como fazemos uma reforma política sem tocar nisso? Sobretudo se for uma reforma republicana?

Fim dos salários adicionais; eliminação de folha especial; eliminação de sigilo fiscal e bancário para quem for político com mandato – sem mandato, não. Aí se diz: mas o empresário precisa do sigilo bancário. Então, ele não se candidate, não precisa se candidatar, ninguém é obrigado a se candidatar. Limitação nos reajustes dos salários de acordo com os salários dos servidores públicos; e fim de aposentadoria de corrupto. A aposentadoria do corrupto, para não deixar que ele morra de fome, seria igual à aposentadoria do menor aposentado no Brasil, que é de um salário mínimo; porque é uma vergonha, é um acinte: prende-se um juiz por corrupção, e ele mantém seu salário integral! Isso tem que acabar!

Então, veja bem, isso é uma tentativa de ir além da reforma eleitoral. É tentar fazer uma reforma política neste País. Eu quis passar aqui porque, embora estejamos aqui para ouvi-los, gostaria de ouvir sobre essas coisas aqui e sobre outras, também. Eu gostaria de ouvir aqui o que pensam: sobre o que há de ingênuo, o que não faz sentido, o que é desnecessário, o que falta aqui? Mas, no fundo, quero dizer que não basta uma reforma eleitoral. A gente precisa de uma reforma republicana, na política em geral, e acho que aqui ainda está pequena. Cada dia se descobre uma coisa e eu vou pondo.

Era o que tinha para dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, quero cumprimentar V. Exª, a questão não é concordar ou discordar.

(Palmas.)

V. Exª deu um brilho especial a esta nossa sessão de segunda-feira na Comissão de Direitos Humanos. V. Exª lançou aqui esse pequeno manual para o debate. É uma cartilha para o debate. Sinto-me até homenageado na Comissão de Direitos Humanos. Por isso, V. Exª está na parede ali como um dos ex-Presidentes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Estou lançando aqui, realmente. Este é o primeiro lugar para o qual carregando isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. Exª tiver uma certa quantidade, a Comissão se compromete a remetê-las aos movimentos sociais para que debatam e dêem sua opinião. Acho que essa é uma bela contribuição. Concordo em grande parte, já expressei isso da tribuna, quando V. Exª expôs sua visão. Na ocasião V. Exª disse: "posso estar sendo ousado, ingênuo ou mesmo provocar, mas quero que vocês dêem suas opiniões"...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero dizer que, com isso aqui, abdiquei – alguém falou isso – de qualquer coisa pessoal, partidária. Por exemplo: entre outros, três Senadores eu mais respeito: Paim, Suplicy e Pedro Simon. Por isso aqui, eles não poderiam estar aqui, porque já passaram dois mandatos. Mas acho que a falta que um Paim, que um Suplicy, que um Simon faria aqui, se isso valesse, poderia ser superada pelas suas presenças no Gover-

no, como Deputado, como vereador, continuando sua luta; e, depois, voltariam.

Acho que faz bem ao político sair do seu cargo depois de algum tempo.

Então, Paim, há coisas aqui que estariam em choque com a sua opção hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas o fiz acima das amizades, das conjunturas; porque hoje temos três, talvez mais alguns, bons; mas, em geral, é difícil o bom ficar muito tempo. Além disso, um Paim seria um formidável Deputado nacional, porque Paim se elegeria Deputado nacional sem nenhuma dificuldade, um Simon, também, um Suplicy, também, e daria uma grandeza especial à câmara dos representantes dos eleitores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, mais uma vez, Senador Cristovam. Ele enumerou três. Acho que a melhor forma de responder é: se ele falou em três – é claro que há outros –, no mínimo ele estará entre os quatro. Vai ou não vai?

(*Palmas*.)

Isso é uma homenagem a V. Exª, que sabe que é de coração. V. Exª gravou para a minha campanha, pediu que os gaúchos votassem em mim. Eu também tive a alegria de dar um pequeno depoimento para sua campanha aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu pedi dizendo o quê? Dizendo que Paim faria falta ao Brasil inteiro, não apenas ao Rio Grande do Sul. Foi o apelo que eu fiz ao Rio Grande do Sul, já que eu não votava lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E deu certo. Foi naquele momento, como eu contei no início, que eu estava lá em quinto lugar. Obrigado, Senador Cristovam.

Fica aqui a opinião do Senador Cristovam – opinião, não, a provocação positiva. Quem quiser comentar alguma coisa da cartilha poderá comentar, ou leva, estuda, debate na sua entidade, no seu espaço, e naturalmente, depois, encaminha a sua opinião.

Então, neste momento, vou pedir aos meus dois convidados, o Pedro e a Analba, que retornem ao plenário...

Ela quer uma consideração, pode fazer agora.

A SRª ANALBA BRAZÃO TEIXEIRA – Que seja incluída aí também a nossa plataforma feminista sobre como nós pensamos a reforma política. É bom também para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O.k.

Convido, neste momento, para fazer parte da Mesa Samuel Antunes, representando a Nova Central Sindical, e o Dogival Vieira, editor da Afropress. Em seguida, na última mesa, vai entrar – já chegou aqui – o Joílson Cardoso, representando a CTB, o representante das comunidades indígenas e, também, um companheiro que vai usar a palavra, falando pelo MST.

Então, pela ordem de chegada, Samuel Antunes, advogado da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, representando aqui o Presidente Calixto.

O SR. SAMUEL ANTUNES – Primeiramente, bom dia a todos.

Minha fala vai ser rápida, muito breve porque, diante de todas as considerações já anteriormente realizadas, inclusive do Senador Cristovam, existem muitos pontos em que os movimentos sociais estão se debruçando aqui nesta audiência, que são pontos convergentes. Embora estejamos atribuindo muitas mazelas atuais da sociedade à falta da reforma política, sabemos que, de fato, essa reforma política tem uma importância muito grande, não só pela transformação que ela vai trazer no processo eleitoral e no processo político do Brasil, como também na forma cultural em que essa reforma se faz necessária.

Como muito bem esclareceu o Senador Cristovam, essa reforma não pode se limitar a questões eleitorais, mas, sim, a uma questão cultural, principalmente porque muitas dificuldades que nós encontramos para realizar essa reforma política está exatamente na dificuldade cultural em todos os aspectos da política brasileira, ou seja, antes de discutirmos legislação ou reforma, faz-se necessário que, de fato, exista uma compreensão acerca do processo eleitoral, acerca do processo político, acerca dos partidos políticos. E essa educação política é o que falta, muitas vezes, na cultura brasileira.

De qualquer forma, nós entendemos ser difícil realizar uma reforma política que atenda os anseios do povo, da população, sem que haja de fato essa reforma cultural, como bem explicou o Senador Cristovam Buarque, principalmente porque a maioria da população não sabe, não possui o conhecimento a respeito da missão do Parlamento, a respeito das instituições que o formam. De maneira que qualquer tipo de reforma seria quase que inócua se não houvesse, de fato, um processo de educação política, de educação social, com foi falado anteriormente aqui também a respeito dessas questões culturais de perder voto.

Às vezes, a pessoa não sabe nem a proposta de determinado candidato, mas, para não perder voto, vota em que está ganhando. E isso vai de encontro à nossa concordância com relação a essas manipulações, que

ocorrem muito devido a pesquisas que beneficiam poucos e que pouco beneficia o processo eleitoral em si.

Gostaria de fazer uma citação a respeito de um comentário do analista político Antônio Augusto de Queiroz, num depoimento à Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados, no último dia 21 de abril de 2011. Acho que seria de grande importância para enriquecer o debate.

"A cultura do escândalo que é muito boa para revelar as imperfeições do nosso sistema de representação tem sido excelente para esconder as deficiências estruturais da nossa República. O foco deixa de ser resolver ou suprir a lacuna que possibilitou determinada conduta reprovável, corrupta ou criminosa, e passa a ser apenas e tão somente punir o culpado pelo desvio de conduta. O correto seria utilizar a denúncia para evitar a repetição da conduta indevida ou reprovável, mediante regulação legal e criar condições para punir os culpados e não apenas focar nesses para esconder ou encobrir aquela, até porque, em geral, os culpados gozam de imunidade, privilégios ou dispõem de muito dinheiro e podem contratar bons advogados que, favorecidos pela possibilidade quase infinita de recursos, raramente ou quase nunca vão para a cadeia. Por isso, em lugar de educar, deixa-se o cidadão revoltado ou descrente da vida pública".

De fato, encontramos uma realidade em que o cidadão brasileiro é muito descrente da vida pública. Ele não acredita numa reforma política, porque, no fundo, acha que, quando tudo for alterado, as coisas vão continuar iguais. Por isso, que essa reforma política não pode ser apenas uma reforma de normas eleitorais, de regras, mas, sim, uma reforma cultural, uma reforma mais abrangente, que realmente aproxime o eleitor do seu representante.

Outro detalhe que citamos também por importante é que, de fato, essa reforma política vem acontecendo; nós já vimos vivendo essa reforma política. Eu gostaria de citar alguns pontos em que podemos verificar isso:

Princípio da anterioridade, de 93. A Emenda à Constituição nº 4 modificou o art. 16 da Constituição, para determinar que a lei que alterar o processo eleitoral só vigora no pleito seguinte se for aprovada, sancionada pelo menos um ano antes da eleição.

Lei de Inelegibilidades, de 94. Lei Complementar nº 81 ampliou de três para oito anos a punição por perda de mandato, seja por improbidade, quebra de decoro ou por decisão judicial com outras motivações.

Lei dos partidos políticos, de 95. Lei nº 9.096 deu autonomia aos partidos, instituiu o fundo partidário e criou a figura do funcionamento parlamentar que exigia a votação de 5% do eleitorado nacional e no mínimo 2% dos votos válidos num terço dos Estados, que foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal 11 anos depois, exatamente no ano em que entraria em vigor.

Lei Geral das Eleições, de 97. Lei nº 9.054, instituiu regras permanentes para as eleições e consolidou o sistema eletrônico de votação.

Lei de compra de votos ou captação do sufrágio, de 99. Lei nº 9.840, de iniciativa popular, transformou em fraude o que antes era definido como crime, acelerando a punição aos que descumprirem a lei.

A minirreforma eleitoral, de 2006 (Lei nº 11.300), que reduziu o gasto de campanha eliminado brindes, showmícios e *outdoors* entre outros.

A fidelidade partidária, com a decisão do STF sobre fidelidade partidária, a minirreforma de 2009, Lei nº 12.039, que autorizava a punição por evidência do dolo e amplia prazo para representar contra condutas vedadas a partir da eleição de 2010, a Lei da Ficha Limpa, de 2010, Lei Complementar nº 135, que incluiu novas hipóteses de inelegibilidade, inclusive a condenação em segunda instância, passando a considerar a vida pregressa do candidato para efeito de inelegibilidade.

Resumindo, o que nós da Nova Central entendemos, o que vem ao encontro do que já foi exposto pelos que nos precederam, entendemos importante sim o fortalecimento dos partidos. Contudo, esse fortalecimento tem que dar aos partidos consistência ideológica e programática até mesmo com conscientização a respeito da importância dos partidos, uma conscientização popular. Muitas vezes, nós nos deparamos com a situação de o cidadão comum votar em seu candidato, aquele que ele entende que melhor o representará, e o voto acaba levando outros a ocuparem cargos no Parlamento, embora ele não tivesse conhecimento disso. É preciso e é muito importante fortalecer os partidos políticos, e esse fortalecimento tem que ser com educação, conscientização cultural da forma ideológica com que os partidos devem ter esse fortalecimento. Segundo, combate a corrupção com rápidas decisões administrativas e judiciais de punição a corruptos e corruptores. Terceiro, na promoção de equilíbrio, na disputa eleitoral especialmente em relação ao acesso a veículos de comunicação e recursos para campanha. Nesse ponto nós ressaltamos a importância da transparência para que esse veículo de equilíbrio na disputa eleitoral não se torne uma forma de fomentar corrupção e desvio de verba pública. Por fim, principalmente, a aproximação de representantes e representados, tendo em vista inclusive a sugestão do Senador Paulo Paim em relação ao voto secreto porque muitas vezes nós encontramos situação em que o cidadão vota em seu representan-

te, mas nem sequer toma conhecimento do que eles fazem no Parlamento, seja porque não possuem cultura de fazer esse acompanhamento, seja porque as regras e a instituição não permitem que ele faça esse acompanhamento. Nesse sentido, o voto secreto é o ponto principal nessa questão.

Também entendo que o voto secreto não deva existir embora haja pressões políticas e de interesse político seja do partido seja do governo, o representante foi eleito para representar os interesses de quem o elegeu; ele não está aqui para representar interesse de empresas ou de quem quer que seja, mas o interesse daqueles que o elegeram. Essa continuidade do voto secreto é como se fosse uma forma de, desculpe o termo, enganar o eleitor que elegeu aquele representante acreditando que seria a pessoa que defenderia seus interesses, mas no fim está aqui representando interesses diversos.

Sinteticamente são essas as nossas palavras, pessoalmente concordando em grande parte com o que já foi exposto anteriormente, principalmente no que tange a esses cinco últimos pontos que coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. A Presidência cumprimenta o Samuel Antunes, que aqui representou o presidente da nova central sindical.

Antes de passar a palavra ao Dogival Vieira, Editor da Afropress, quero registrar a presença conosco, também, do Senador Ataídes Oliveira, sempre presente aqui, junto ao Senador Cristovam.

Dogival, com a palavra, por dez minutos, com mais cinco.

O SR. DOGIVAL VIEIRA – Primeiro, eu gostaria de cumprimentar o Senador Paim, agradecer pelo convite e dizer da importância dessa iniciativa, Senador.

Essa iniciativa abre o debate para quem de fato precisa participar desse debate de forma propositiva, porque essa reforma política é uma oportunidade para se discutir as bases dessa república; discutir que república é essa que nós temos no Brasil?

Então, quero cumprimentá-lo pela iniciativa; cumprimentar o Senador Cristovam e o Senador Ataídes pela presença e os demais companheiros e companheiras do movimento social, lideranças sindicais, enfim.

Trago também, Senador, um abraço do Presidente da UGT, Ricardo Patah, da União Geral dos Trabalhadores; do Magno Lavigne, Coordenador da **Secretaria Nacional da Diversidade Humana, da Central, que não puderam estar aqui, mas me pediram para transmitir ao senhor um abraço e dizer que a UGT e a Secretaria Nacional da Diversidade Humana estão empenhadas em participar desse debate e apresentar propostas, inclusive por escrito, oportunamente.**

Eu, honrado com o convite, falarei aqui como jornalista, atuante como ativista, que coordena o Afropress, uma agência afroétnica de notícias operando há cerca de seis anos e levando informação focada na temática étnico-racial brasileira, no combate ao racismo, à desigualdade, à defesa dos direitos civis da população negra brasileira.

E quando nós discutimos reforma política, acho que... aí me alinho à posição do Senador Cristovam Buarque, que diz – e com isso concordo – que nós não podemos perder a oportunidade, nesse debate, de discutir as bases dessa república. Que república é essa em que vivemos? Que temos?

Coincidentemente, Senador, esse debate acontece duas semanas após o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um órgão do Governo Federal ligado ao Ministério do Planejamento, atestar aquilo que todos nós de certa forma já sabíamos: que este País é majoritariamente negro: 50,7% da população brasileira é preta e parda. Isso acontece pela primeira vez de forma oficial – e o critério do IBGE é autodeclaratório – desde 1872, quando aconteceu o primeiro senso.

Então, todas as tentativas feitas ao longo do séc. XX, as políticas de branqueamento adotadas por iniciativa inclusive do Estado fracassaram, para mostrar, em pleno 2010, – e o IBGE é quem definiu isso – que o Brasil não é, como se pretendeu durante todos os séculos, – certa elite saudosa da casa grande – um País que deva crescer ou assumir a postura de uma nação à semelhança da Europa, com aquela visão eurocêntrica que todos conhecemos. O País é majoritariamente negro.

Como essa maioria está representada no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas câmaras de vereadores, nas assembléias legislativas? Essa maioria está sub-representada. Aliás, o maior exemplo, Senador, é o senhor, que entre os 81 Senadores é o único Senador negro representando o Estado do Rio Grande do Sul, não é? Então, há aí uma defasagem imensa de representação.

Se formos levar essa questão para os 513 Deputados Federais, a participação dessa maioria é também pouco expressiva. Nós deveremos ter aí, quem sabe, no máximo vinte ou trinta parlamentares negros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que assumem, vinte.

O SR. DOGIVAL VIEIRA – Os que assumem, vinte, como o senhor bem acrescenta.

Ou seja, há uma crise de representação. O Parlamento brasileiro não está refletindo a cara do País, tanto no Senado quanto na Câmara Federal. E os números estão aí a demonstrar essa ausência de representação da sociedade, do povo brasileiro no seu Par-

lamento. Isso gera, obviamente, uma crise. E acho que essa reforma política precisa dar conta disso, não é?

Outra coisa que nós não podemos de modo algum omitir nessa discussão é que ao mesmo tempo em que somos 50,7% da população brasileira, ocupamos o espaço da desvantagem. Também a semana passada, o Relatório Anual das Desigualdades Raciais, coordenado pelo professor Marcelo Paixão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, traz dados absolutamente atuais – o relatório 2009-2010. São dados que demonstram absoluta desvantagem dessa maioria.

Outros indicadores, por exemplo, o Mapa da Violência, também lançado este ano, em fevereiro, com a participação inclusive do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, demonstra que de cada três jovens assassinados no Brasil, dois são negros. De cada três jovens assassinados no Brasil, dois são negros!

O Índice de Homicídios na Adolescência, também divulgado recentemente, traz outro número não menos estarrecedor. Um jovem negro no Brasil, hoje, tem 3,7 vezes mais chances de ser morto antes de completar 19 anos do que um jovem branco. Então, estamos falando aí de uma desigualdade que não começou ontem. Uma desigualdade que vem sendo alimentada e empurrada com a barriga há séculos, desde que há 123 anos se aboliu a escravidão pela metade.

Quer dizer, essa abolição de que nós lembramos na sexta-feira é uma abolição não concluída; é uma abolição incompleta porque não representou a inclusão, nos direitos básicos da cidadania, do trabalho, do estudo, da educação, da moradia, dessa maioria que até o dia 13 ocupava as senzalas deste País, não é?

Aí, Senador Cristovam, nós precisamos ajustar contas. O Brasil precisa ajustar contas com essa herança maldita. A herança da escravidão vem se arrastando passa governo entra governo; governo de direita, de esquerda. Os governos, na verdade, simplesmente vão empurrando com a barriga essa herança e nós não ajustamos contas. E nós queremos entrar na modernidade com essa herança!

O Brasil se orgulha de ser a sétima economia do mundo, como recentemente o Ministro Mantega divulgou; e, no entanto, nós continuamos ocupando a 73ª posição em termos de IDH. O Brasil ocupa a 7ª economia do mundo e, no entanto, somos um dos dez países mais desiguais do mundo! O Brasil ocupa a sétima economia do mundo e ocupamos, no Índice Pisa, entre 65 países, em termos de educação, a 63ª posição.

Ou seja, há aí, Senador, uma situação que este Parlamento precisa enfrentar. E eu acho que essa reforma política é uma enorme oportunidade de reescrever e rediscutir as bases desta república, que tem sido, ao longo desses séculos, madrasta para a maioria da população. Essa república tem sido para poucos. Essa república não ajusta contas com a herança da escravidão.

Essa república não ajusta contas com esse passado mais recente do regime militar. Nós temos, ainda hoje, 200 pessoas desaparecidas, no nosso País, provavelmente mortas. E há uma resistência enorme à discussão da Comissão da Verdade. O senhor sabe disso, não é?

Então, é necessário que essa reforma englobe, abarque, abranja esses temas, porque senão ela será uma discussão eleitoral, de reforma do sistema eleitoral, dos partidos. E a questão que já foi colocada aqui por outras pessoas que me antecederam é uma dúvida, um questionamento que nós colocamos: Será este Parlamento, que não representa, onde a maioria da sociedade não está representada, capaz de fazer uma reforma política de fato democratizadora do acesso da sociedade a sua representação.

A coisa fica no ar, porque obviamente nenhum sistema se autorreforma senão para preservar os seus próprios interesses, os interesses corporativos, enfim e nós sabemos que isso pesa absolutamente.

Então, Senador, eu trouxe aqui algumas idéias já pontuando que eu pretendo inclusive encaminhar ao senhor um documento do que nós como cidadão brasileiro representado aqui e não falando aqui em nome deste ou daquele movimento, um movimento negro tem lideranças absolutamente capazes de fazer esse debate que eu acho que oportunamente o Senhor deverá ouvi-las também, mas falando em nome de cidadão brasileiro negro, como é que nós... algumas idéias que gostaríamos apresentar aqui ao debate.

A primeira proposta é o fim do voto obrigatório. E nisso discordo do Senador Cristovam. O voto no Brasil ou é direito ou é dever. Direito, se o voto é um direito ele não pode ser obrigatório, ele tem que ser facultativo, porque direito eu exerço se quiser exercer. Eu tenho a faculdade de exercer o direito. Eu não devo e não posso ser obrigado a exercer um direito, porque ao ser obrigado a exercer um direito ele já não é mais um direito, é um dever.

Então, acho que nós precisamos resgatar o direito do voto e não o dever de votar. O voto deve ser facultativo, não obrigatório. Se levanta a discussão de que isso se desestimularia as pessoas, os cidadãos a votarem. É um risco, mas é um risco à democracia.

De qualquer modo o cidadão que sai da sua casa para votar, facultativamente que exerce um direito ele é muito mais consciente da opção que faz, ao invés de ser obrigado inclusive sob pena de multas a cumprir um dever e não um direito. Nós devemos resgatar o direito de voto que nós não temos no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam a ora que quiser pode entrar…

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É melhor depois que termine, não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como quiser.

O SR. DOGIVAL VIEIRA – A segunda questão. E nisso concordo com o Senador Cristovam, há as candidaturas autônomas. Levanta-se que isso enfraqueceriam os partidos. E a pergunta que se coloca aqui é a seguinte: neste mundo das modernas tecnologias, das redes sociais que não é internet, que não atinge uma minoria, mas milhões de pessoas que estão conectadas a internet, os partidos políticos são capazes de representar a expressão da sociedade?

Eu temo ter de afirmar – e afirmo – que não. Os partidos políticos são capazes de representar a sociedade como um todo e nós sabemos do peso da influência das redes sociais. Ou seja, se nós queremos fazer uma reforma política de fato democrática, é preciso garantir que qualquer cidadão desde que tenha representatividade aferida por um certo percentual de apoios possa apresentar-se e ser candidato e se eleger e ser representante de quem nele votou e da sociedade como um todo.

A obrigatoriedade de que para ser candidato tem que estar filiado a um partido político. Hoje, neste momento, nesta quadra do mundo moderno está completamente em descompasso com a realidade em que vivemos.

Então, eu defendo candidaturas autônomas, onde os movimentos sociais inclusive possam apresentar os seus candidatos. Não precisa se vincular a partidos. "Ah, isso enfraquecerá os partidos". Eu não creio, ao contrário, isso fará com que os partidos se esforcem, se apresentem à sociedade, com propostas, com programas e deixem de ser capitanias hereditárias, como tendem a se transformar. Que se abram no debate político, deixem de funcionar apenas no processo eleitoral, nos períodos de eleição. Todos nós aqui sabemos que os partidos funcionamos nos períodos eleitorais. Fora disso com raras exceções – não quero aqui generalizar – os partidos funcionam para captar votos. Então, eu defendo candidaturas autônomas, com fim do voto obrigatório.

Outra posição que defendemos é a de mandatos revogáveis. Não é possível. Eu como advogado posso ter uma procuração que me foi passada caçada a qualquer momento.

Ora por que eu, como cidadão, não posso caçar a procuração que eu dei a quem eu elegi nas eleições?

Então, eu defendo que os mandatos sejam revogáveis. O parlamentar não cumpriu, não assumiu aquilo que ele se comprometeu durante a campanha, um certo número, um percentual de eleitores, possam apresentar projeto de lei à mesa da Assembléia ou da Câmara Federal pedindo o *impeachment* desse parlamentar com a substituição do seu suplente, mandatos portanto revogáveis.

Defendo também, e não há contradição aqui, eu já explico, o voto em lista dos partidos. Só que a lista deve ser composta pelas direções partidárias, pelos processos internos e submetidas essas listas – a ordem de votação, a ordem de quem deve ser eleita – a primária aberta a todos os cidadãos. Ou seja, os partidos políticos escolhem quem são os candidatos, a ordem de colocação para saber quem é que vai se eleger submete às primárias. Isso não é novidade, isso pode ser feito por meio de consulta pública, submetem essas listas às consultas da população para que a população defina qual é a ordem de colocação dessa lista.

Financiamento público.

O que nós observamos é que lamentavelmente a política brasileira foi seqüestrada pelo mercado Senador. A política brasileira, e não é um fenômeno nacional, mas no Brasil nós sentimos isso muito claramente, foi seqüestrado pelo mercado. Hoje é absolutamente impossível a um cidadão, sem recursos, sem dinheiro se eleger, é impossível que um cidadão se eleja para vereador. Eu digo com muita tranqüilidade porque já me elegi vereador, pelo PT, em 1982, sem gastar um centavo, e carregando um carrinho de mão, onde anunciávamos e discutíanos em praça pública as nossas propostas. Hoje isso faz parte de um passado, é absolutamente impossível, hoje qualquer candidato de vereador da menor cidade do País ao Senado Federal senão tiver dinheiro, e muito dinheiro não se elege, não tem chance, não conta aí a proposta, a seriedade de vida, o currículo, a seriedade, isso não conta, o que conta é o peso, a estrutura que o mercado normalmente é chamado a emprestar para garantir as eleições.

E não estou aqui, de modo algum, demonstrando a seriedade, a responsabilidade e a importância da presença neste Senado, de senadores como: Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ataídes e outros senadores que honram a representação popular.

Mas infelizmente o que nós vemos é que esta é a exceção. A regra é: Tem dinheiro se elege, não tem dinheiro, não tem chance.

Então, é fundamental haver financiamento público de campanha. Não é! Inclusive porque todos nós sabemos que as eleições acabam se tornando verdadeiras lavandeiras também. Lavanderia do dinheiro sujo, do dinheiro da propina, do dinheiro da corrupção, com as exceções que todos nós conhecemos, mas é um fato. Então, o dinheiro público acabará com isso.

Outra proposta: que as listas dos partidos submetidas a primárias garantam 30% de quotas para negros e indígenas pelas razões já colocadas. Se nós diagnosticamos que há uma carência de representação, um déficit de representação nesta Casa, Senador... Ora, por que razão no Senado, formado por 81 Senadores, apenas um negro tem assento aqui? Se representamos a maioria do País, queremos, Senador, outros "Paims" em cada Estado deste País. E sabemos, já existem estatísticas sobre isso, da influência positiva que teve a lei de quota para as mulheres. A lei de quota para mulheres possibilitou um aumento expressivo da representação feminina no Parlamento brasileiro, que, possivelmente, teve um efeito positivo no fato de termos, hoje, a Presidente Dilma presidindo este País, porque isso estimulou, fez com que as mulheres passassem a ter vontade, foram estimuladas a participar da cidadania disputando mandatos, disputando voto. Então, isso também terá um efeito positivo para candidaturas negras e indígenas.

Em relação aos indígenas, sei que vai ser falado aqui por outros, por suas lideranças, mas não podemos, de modo algum, falei de herança maldita, esquecer que este País praticou de 1500 até aqui um verdadeiro genocídio contra a população indígena. Éramos, em 1500, um continente indígena de mais de 6,5 milhões de indígenas de mil nações diferentes. Hoje, este número está reduzido a menos de 1 milhão, segundo o mesmo censo do IBGE. Isso tem um nome, chama-se genocídio. É preciso que atentemos para essas coisas para, realmente, fazer com que esta República passe a expressar a posição da maioria das pessoas, da população brasileira.

Uma outra posição que defendemos é o fim do foro privilegiado. É preciso acabar com a blindagem que hoje se tem em relação a quem exerce cargo público, a quem exerce mandato parlamentar, como também o fim do voto secreto. O voto deve ser secreto para o cidadão, não para o representante. Então, não tem sentido o foro privilegiado que torna o Parlamentar um cidadão de primeira classe contra a quinta classe, que é a cidadania que o elegeu. Cria-se um privilégio e deformações evidentes. Então, o fim do foro privilegiado e do voto secreto, a proibição, e, nisso, mais uma vez, estou de acordo com o Senador Cristovam, de mais de uma reeleição por mandato, para que se acabe com a política, a atividade política como carreira, como profissão, como meio de vida. Então, o cidadão se elege Deputado, ele não pode disputar quatro mandatos, elege Deputado Estadual, tem mais a possibilidade de uma reeleição, na terceira, seja Deputado Federal, Senador, Prefeito, mas a proibição efetiva de reeleição para mais de um mandato.

E, por fim, o fortalecimento e o uso dos mecanismos da democracia direta. Desde 1988, há 23 anos, só tivemos um plebiscito e um referendo, há 23 anos, só tivemos um plebiscito e um referendo, ou seja, os mecanismos de democracia direta absolutamente esquecidos. E é isso tudo que explica o fato de, nas últimas eleições, termos tido entre abstenção, voto branco e voto nulo cerca de 35 milhões de pessoas que se abstiveram votaram branco ou votaram nulo, ou seja, essas pessoas também começam a perceber que esta Casa, este Parlamento está defasado em relação à presença dos vários segmentos na sociedade brasileira.

E, por fim, Senador, acho que essa reforma política não pode ter esse conteúdo, esse viés puramente eleitoral e partidário. Preocupa-me, por exemplo... Daí, a defesa que faço para que este processo de inclusão, de inserção, quando defendemos quotas, que são uma espécie de ação afirmativa, também se estabeleça, também se projete para o Judiciário. O Judiciário precisa absorver esta nova realidade. É necessário que tenhamos juízes, promotores, negros, indígenas, mulheres, que expressem esta diversidade, esta pluralidade, que é o Brasil, e nós, hoje, todos sabemos que o Judiciário é um Poder ainda muito impermeável a esta situação de mudança, basta comparecer a qualquer fórum deste País e se verá que o Judiciário recruta os seus quadros de um mesmo segmento privilegiado da população. É preciso que o Judiciário também se abra tanto quanto o Legislativo e o Executivo para este novo Brasil que queremos construir, um Brasil moderno, Brasil do século XXI, um Brasil com justiça e com igualdade em que a população brasileira, nos mais variados segmentos, se veja representada no seu Parlamento, no Poder Executivo e no Poder Judiciário.

Muito obrigado, Senador.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os cumprimentos ao Dr. Dogival.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permita-me, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (...) Dogival Vieira pela sua exposição, Editor da Afropress, e também ao Dr. Samuel Antunes, que representou a Nova Central Sindical dos Trabalhadores..

Antes de mudar a mesa, a pedido, Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Estou positivamente surpreso com a quantidade de acordos que temos todos nós. Não é possível que essa reforma não saia, quando todo mundo converge numa mesma direção. Mas, ao mesmo tempo, estou feliz com um contraditório que temos, no que se refere à obrigatoriedade ou não do voto, se o voto é um

direito ou é uma obrigação. Essa talvez seja, das que coloco, a mais antipopular, não popular no sentido da população pobre, sobretudo, da população rica, há, hoje, uma campanha imensa pelo voto facultativo. Vou continuar defendendo o obrigatório, por quê? Primeiro, porque dá mais legitimidade ao eleito pelo número de eleitores. Nos Estados Unidos, um presidente é eleito com 30% dos votos. Já pensou aqui, a gente que tem essa crise toda, em vez de ter 50 milhões de votos, o presidente chegar com 20 milhões de votos? Isso diminui a força, a representatividade.

Além disso, creio que a eleição é um processo pedagógico de fazer com que os eleitores tomem consciência do processo eleitoral. Já com obrigação, não estão tomando tanta consciência, imagine quando for facultativo, nem assistir ao horário eleitoral vão.

Hoje, as crianças participam do processo eleitoral, é uma coisa interessante. Quem é candidato percebe como as crianças se entusiasmam por um ou outro candidato, porque a obrigatoriedade faz com que seja um fenômeno nacional. Ninguém precisa obrigar a torcer pelo Brasil na Copa do Mundo, mas, para torcer pelo Congresso, para torcer pelo Senado, para torcer pelo Presidente, tem que ser um processo que considere como obrigação, por isso, insisto tanto. Agora, eu modificaria a penalidade. Para mim, a penalidade não deveria ser pagar os R$3,00 de hoje, nem R$30,00 nem R$60,00, a penalidade seria assistir a um curso sobre ética durante uma semana. Do jeito que há penalidade de algumas falhas no trânsito, dever-se-ia ir lá sentar e aprender noções e ver os acidentes que têm. Temos que colocar as pessoas que não votam para aprenderem que, ao não votarem, estão dando poder aos outros. Hoje, há um desencanto muito grande com a política, acho que, hoje, a abstenção seria imensa, e, aí, essas pessoas perceberiam que, ao não votarem, elegeriam o outro. Só acho que seria correto o voto facultativo, se a gente colocasse que a eleição que não tivesse mais de 50% de eleitores comparecendo, ficaria anulada.

Aí eu começo a concordar: deve-se anular a eleição em que não houver uma participação grande. Se os que defendem o voto facultativo toparem isso, é capaz de eu chegar lá, mas aí – podem anotar – a gente vai ter uma tremenda crise institucional, porque vai ser eleição sobre eleição, eleição sobre eleição.

Por isso, defendo ainda a continuação, como eu defendo também, como parte da reforma política, algo pelo qual serei muito criticado. Eu nem li na hora aqui, porque passou. Eu defendo que volte o serviço militar obrigatório, porque aí a gente aprende uma porção de noções cívicas, sobretudo no Exército em regime democrático, em que não se vai ensinar tortura, como a gente tenta esconder que foi ensinado, durante os anos da ditadura, e, sobretudo, quando a gente fizer uma modificação no serviço militar para que ele seja capaz de transmitir noções de amor à Pátria, de respeito à Bandeira, além de ensinar a ler. Ninguém saiu do serviço militar sem saber ler. Eu estou defendendo o serviço militar obrigatório. Acho que faz parte de uma reforma política neste País.

Eu frequentei muito – visitando, é claro – as prisões quando eu era Governador. Eu não encontrei um preso que tivesse feito o serviço militar. É verdade que, em grande parte, o número dos que fazem serviço militar – 70% – é muito pequeno, mas lá se adquirem algumas coisas que impedem o cidadão de cair no crime, que dificultam a sua entrada para o crime, como amigos. Adquirem-se amigos ali dentro. Você fica, num período muito importante da vida, fora da rua. É essencial ficar fora da rua num período importante da formação, que é o período da adolescência chegando à fase adulta – o período do serviço militar –, dos 18 aos 19 anos.

Então, por isso, Dogival, eu defendo o voto obrigatório, mas acho que esse é um tema a ser debatido perfeitamente.

Segundo, eu não coloquei reserva de votos para mulheres – aliás, no meu Partido, há 30% de candidatas –, nem raças, porque não estou seguro disso, mas também não estou seguro de que não deva haver. Este é um ponto que eu tenho em aberto: a questão das cotas. Acho que vale a pena discutir mais.

E, finalmente, quero dizer da minha felicidade de ouvir você falar em genocídio e acrescentar que nosso País fez um genocídio também contra os negros e não só contra os índios, um genocídio já na travessia do Atlântico, em que milhões ficaram jogados ao mar. Depois, houve um genocídio aqui, quando centenas de milhares foram mortos. Eu não diria "milhões", porque o dono do escravo perdia quando ele morria. Então, na defesa do seu capital, às vezes ele não chegava ao limite da morte, mas torturava com o trabalho e torturava de outras formas. Então, é bom lembrarmos que nós cometemos genocídio.

O que eu ainda não digo, com tanta firmeza – é um tema ainda em debate –, é se o que nós fizemos no Paraguai durante a guerra foi ou não algo além do limite que uma guerra, lamentavelmente, permite. Eu ainda fico um pouco atento à história, lendo, lendo, sem chegar a uma posição se podemos dizer que os dirigentes do Brasil, naquela época, deveriam ir para Haia, que hoje julga os crimes contra a humanidade. Em relação à guerra no Paraguai, eu ainda não digo isso. Agora, quanto aos negros e índios, acho que a gente tem, sim, que assumir que houve genocídio no Brasil, e, de alguma forma, porque não fomos nós de

hoje os culpados, nós temos que pedir desculpas a essas duas etnias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

Só para concluir, aqui desta mesa, eu confesso que sugeri, há um tempo, que nós tínhamos que ter também uma comissão da verdade para a questão dos indígenas e dos negros. Não queremos nada. Não é revanchismo, não é nada. Mas uma comissão da verdade para fazer um histórico e ver exatamente o que aconteceu – o que aconteceu nós sabemos! –, como foi o processo que levou ao assassinato de milhares e milhares – para não dizer "milhões" – de indígenas e de negros ao longo da nossa história, para que, nas escolas, os alunos saibam exatamente a verdade dos fatos, porque o que nos contam nas escolas é outra coisa.

Eu, pelo menos, aprendi, sobre a questão dos indígenas e dos negros, algo que não tem nada a ver com o que aconteceu. É um crime isso! Foi-me dita uma coisa, que, depois, com os anos, eu vi que não tinha nada a ver com aquilo.

Bom, o debate vai continuar.

O SR. DOGIVAL VIEIRA – Eu gostaria só de fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. DOGIVAL VIEIRA – Se o Senador me permitir... O Senador falou em tortura. Eu gostaria de, primeiro, Senador Cristovam, dizer que é uma honra debater esse tema com o senhor. Acho que, quanto à questão do voto facultativo, a partir da sua manifestação, podemos avançar para, quem sabe, um entendimento.

Senador Paim, aproveito também a oportunidade para trazer a público uma situação que está ocorrendo, neste momento, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

O vigilante Márcio Antonio de Souza, no dia 23 de abril, foi vítima de uma tortura bárbara. Ele foi espancado, violentamente, barbaramente, por um segurança das Lojas Americanas, suspeito do roubo de dois ovos de Páscoa. Esse rapaz ainda não foi operado e encontra-se com o nariz fraturado em três partes, com uma lesão séria no olho – hoje ele está pegando o resultado do exame de deslocamento da retina – e com o ouvido comprometido. Então, é fundamental, Senador... Peço a sua intervenção, a sua intercessão nesse caso, que é gravíssimo.

Sou advogado daquela outra situação do Carrefour e tenho acompanhado esses casos. Nós estamos assistindo, lamentavelmente, em nosso País, em pleno século XXI, ao resultado do cruzamento das duas heranças perversas, das duas heranças malditas, como eu digo: a herança do escravismo, que torna o negro suspeito padrão, e a herança da ditadura, que transportou para o Estado Democrático de Direito a cultura do "prende e arrebenta" dos militares. Essas empresas de segurança que representam, hoje, um contingente superior ao contingente de todas as Polícias Militares Estaduais e Federal, sem preparo, sem capacitação, estão utilizando essa condição, essa cultura para atingir negros, em especial, e introduzir práticas medievais nas relações de consumo.

Peço a interferência do senhor, porque sei que é um homem preocupado e comprometido com a Justiça e com a defesa da igualdade no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faremos isso. Eu só peço, Doutor, que V. Exª me passe a devida documentação para que eu possa intervir em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Eu só vou trocar a Mesa e passo já a palavra para o Senador Ataídes Oliveira. Eu só peço que venham para a Mesa os meus dois convidados. O Dr. Dogival e Dr. Samuel retorno para a primeira fila, porque o debate vai continuar.

Convido o Joílson Cardoso, que representa a CTB, e convido também, ainda para esta Mesa, a Rosane Kaingang, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Depois, teremos uma última Mesa com mais dois convidados.

Neste momento, passo a palavra, de imediato, ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente, peço desculpas, *a priori*, pelo meu atraso.

Eu gostaria, Dr. Dogival... Onde está o Dr. Dogival?

O SR. DOGIVAL VIEIRA – Estou aqui.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu gostaria muito de fazer um comentário sobre cada item que o senhor expôs sabiamente aqui para nós. Eu gostei muito das suas palavras; são palavras sábias.

Mas eu quero ater-me, Sr. Presidente, tão somente a um item que o Dr. Dogival abordou sobre a nossa reforma política. Acho que nós estamos perdendo um momento extraordinário de fazer uma verdadeira reforma política neste País. Nós estamos fazendo uma reforma política que não vai agradar o seio da nossa sociedade. Nós poderíamos ter uma discussão maior e fazer uma alteração nessa nossa reforma política mais justa, mais digna.

Agora, um item que o Dr. Dogival expôs e com o qual me coaduno perfeitamente diz respeito ao financiamento de campanha. Está perfeito o que o senhor disse. Não se ganha política. não se ganha futebol sem dinheiro neste País. Está errado, muito errado. Não poderia deixar de falar, Dr. Dogival.

Esse financiamento de campanha, meu Presidente, é bancado pelos empresários. E eu sou um empresário. Podem ter certeza, e a nossa sociedade sabe disso, de que empresário algum vai ajudar a eleger um candidato sem um retorno em curto prazo. Em curto prazo, ele quer o retorno. Esse retorno não é aquele de 5%, 4%, 2%, que é a rentabilidade normal que a gente tem nas nossas empresas. A rentabilidade é muito superior, e quem paga isso é o povo.

Então, quero parabenizar o senhor, Dr. Dorival, por essa palavra que o senhor disse. O problema de financiamento de campanha é um problema gravíssimo no nosso País, gravíssimo. E agora era o momento, meu Presidente, de a gente mudar esse quadro. E, pelo que estou observando, a gente não vai mudar, lamentavelmente.

Obrigado, Presidente.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Ataídes Oliveira, que dá um depoimento muito claro. E eu assino embaixo o seu ponto de vista, como dos outros painelistas, porque, às vezes, a população pensa o seguinte: "com o financiamento público quem está pagando somos nós". Grande engano. Ela está pagando para alguns, só que normalmente não virão para cá para defender o seu interesse. O financiamento público pelo menos é um fundo comum, diria, que todos terão direitos iguais para participar da disputa eleitoral. Por esse motivo é que defendo com muita convicção o financiamento público de campanha.

A SRª *(Não identificada.) – (Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

Passo de imediato a palavra para Joilson Cardoso, Secretário de Política Sindical da nossa CTB.

O SR. JOILSON CARDOSO – Quero saudar o Senador Paim pela iniciativa.

Estamos afirmando que uma reforma política para o nosso País passa necessariamente por ouvir as organizações sociais. Reconhecemos a legitimidade do Congresso Nacional de fazê-la. Entretanto, fazê-la com a sociedade brasileira. E a sociedade brasileira possui canais de interlocução, canais de representação, como nós que representamos as centrais sindicais.

Nós, da CTB, estamos participando há muito tempo deste debate. Nós participamos da Frente Parlamentar da Reforma Política com Participação Popular, instalada na Câmara Federal, na Legislatura passada. E estamos dando continuidade a esse processo com várias entidades sindicais e sociedade civil.

Aqui já ouvimos bastante tanto dos Senadores quanto dos expositores propostas que seriam para nós as necessárias propostas para uma verdadeira reforma política. E podemos afirmar que essa formulação que expusemos aqui passa por uma revolução na sociedade brasileira, seria uma verdadeira revolução do Estado democrático de direito no nosso País. Mexeríamos nas estruturas fundadas na nossa democracia, na nossa jovem democracia, porque a democracia brasileira, não podemos deixar de reconhecer, sofreu golpes duros, como foi o interstício da ditadura militar. E aqui quero me somar aos que já falaram a favor da Comissão da Verdade, que falaram sobre o regime militar, sobre a questão da escravidão, sobre o genocídio dos índios. Nós precisamos reescrever a história do Brasil a partir de uma leitura que fazemos desses processos históricos ocorridos, de opressão contra os nativos, que já viviam aqui, já tinham a sua cultura, não inferior às culturas hoje estabelecidas

Mas aqui, no Congresso Nacional, costumamos ouvir exemplos para os problemas brasileiros, exemplos externos, principalmente americanos. As pessoas, às vezes, acham que aquele é o modelo de sociedade que deveríamos copiar. E ousamos dizer que, a sociedade brasileira com esse extrato de cultura que temos, não devemos a país nenhum, a cultura nenhuma. Muito pelo contrário, deveríamos nos valer da origem dessas culturas coexistentes em nosso País para elevar a cultura da nossa Pátria.

Entretanto, a realidade nos impõe um panorama sobre a reforma política, que é a questão de uma reforma fatiada, pontual em cima de alguns aspectos, que podem ter rebatimento na questão de República brasileira, mas, em especial, na questão do processo eleitoral.

Nesse sentido, não devemos nos furtar de fazer esse debate. Acreditamos que existem dois eixos principais a serem debatidos e consagrados, concordando com os temas aqui levantados. Acredito até que a cartilha do Senador Cristovam Buarque é uma grande inspiração quando coloca que essa reforma política tem que ser um processo educativo, pedagógico, incluindo no tema da reforma a erradicação do analfabetismo em nosso País, que, pela nossa Constituição, deveria ocorrer em dez anos, sob pena, inclusive, de sansão.

Estou de pleno acordo com essa formulação do Senador Cristovam e também com outras postas aqui.

Gostaria aqui, neste pouco tempo, deter-me a dois eixos, que acredito estarem em voga, e que a nossa Central tem debatido, consagrando alguns pontos, e outros ainda sendo construídos.

Antes de abordar os dois eixos, Senador Paim, gostaríamos de solicitar, nesse espaço, que debatês-

semos um problema que, acho, é de direitos humanos, é a realidade das cidades, a realidade dos transportes nas cidades, que se transformou em algo desumano, se não fosse o esforço da minha companheira, da minha esposa, não estaria nesta audiência. Saí às 5 horas da manhã de casa para chegar ao aeroporto no Rio de Janeiro, não era no Amapá. No Rio de janeiro, você não consegue passar naquelas vias depois das 6 horas da manhã. É um problema sério para os trabalhadores, que envolve direitos humanos.

Portanto, acho que deveríamos pautar essa questão aqui. Assim como acidentes, a jornada de trabalho, que as Centrais lutam tanto para reduzir. No Brasil não são 44 horas. São 44 horas mais quatro, cinco horas desumanas dentro de uma condução ou dentro de um automóvel nos engarrafamentos nos grandes centros. E os governos são alheios a tudo isso, não planejando, não buscando alternativa para a vida cotidiana da população.

Os dois eixos que gostaria de enfatizar, e me somando aos aspectos já levantados, é a questão dos instrumentos da democracia direta e participativa, que nós do CTB não abrimos mão. No Brasil, temos uma realidade, para fundar um partido político, precisamos apenas de aproximadamente quinhentos mil votos, quinhentas mil assinaturas. E para fazer um projeto de iniciativa popular, precisamos de mais de um milhão de assinaturas.

É um absurdo. É um instrumento impeditivo, que impede a participação popular, visto que a vinda dos parlamentares para cá, os que vêm pelo voto democrático, não chega a essa proporção. E ao parlamentar é outorgado o direito de tomar iniciativas em várias esferas, até iniciativas bastante condenáveis, por exemplo, a discriminação contra os negros, contra as mulheres, contra os homossexuais. Portanto, deveríamos buscar instrumentos mais ágeis para que a população pudesse se expressar, pudesse tomar iniciativa para estabelecer questões no País.

Outro ponto é a questão de dois institutos importantíssimos para a democracia direta, que é a questão do plebiscito e a questão do referendo. Temas que mexem com a vida nacional e têm um rebatimento importante, estrutural para o nosso País, deveria ser pautado por um referendo, por um plebiscito.

Também poderíamos instituir uma comissão de fiscalização das eleições. Visto que as eleições em nosso País são regidas por um sistema quase que militar. A Justiça Eleitoral convoca os órgãos militares policiais para cuidar da eleição e praticamente a população não tem instrumentos de diálogo com esses departamentos, com esses instrumentos de controle da eleição, ficando uma eleição praticamente pautada pela truculência policial etc.

Por fim, a questão dos institutos da democracia representativa. Nós acreditamos que a democracia brasileira possui questões que no meu entender são positivas, entre essas questões, nós podemos dizer que o pluralismo partidário é uma questão positiva para a democracia brasileira, nós podemos afirmar que o fato de o voto ser um voto de exercício de dever seja também algo positivo – nós queremos aqui discordar do companheiro que levantou aqui a ideia do voto facultativo –, acredito que a democracia impõe também responsabilidades e nós acreditamos que essa responsabilidade é medida pela formação da sociedade na medida em que vai exercendo o seu direito juntamente com o seu dever, assim como nós queremos o dever para quem é eleito, nós queremos também que o eleitor ao colocar se coloque também como exercendo um dever cívico no sentido de nomear para os cargos públicos e para a República, nos seus vários órgãos, representantes que tenham compromisso com o Brasil, com o nosso País.

Nós também defendemos e achamos positivo, na atual forma, no atual sistema político brasileiro, o fato de não existir qualquer barreira que impeça a existência de entidades partidárias, nós achamos que o estabelecimento de barreira seria cercear a representação de minorias nos diversos fóruns da política no nosso País e nós não queremos instituir no nosso País o já conhecido, o já testado sistema prejudicial à democracia, que é bi-partidarismo, nós acreditamos que é uma fórmula e aqui nós queremos dizer que não dá para a gente tratar da reforma política no Brasil apenas dentro de uma perspectiva do benefício que terão ou que terá aquele ou outro setor na sociedade brasileira. Os grandes partidos não podem querer uma reforma política apenas visando, cada dia mais, se fortalecerem. Nós achamos que a democracia em nosso País deve permitir o exercício de maiorias, mas também a existência de minorias na sociedade brasileira, minorias essas de representação na atual realidade dos parlamentos do nosso País e também dos executivos.

Aqui foi dito da pouca representação dos negros, sendo maioria, das mulheres, sendo maioria neste País; estão em minoria nas câmaras legislativas, mas também nos executivos. Nós podemos nominar os governadores deste País que estão exercendo o poder com esse sistema político a que não têm acesso as mulheres. Há que se comemorar a eleição de uma mulher à Presidência da República no nosso Pais, mas isso não representa para nós a conquista do espaço real que as mulheres merecem, neste País, ter e exer-

cer. Devemos comemorar, sim, a vitória da Presidenta Dilma à Presidência da República.

Por fim, nós queríamos dizer que com as questões pontuais dessa reforma, podemos concordar, mas na hora em que começamos a esmiuçar os aspectos pontuais da reforma, nós vamos vendo o quanto podemos estar pensando diferente. Mas algumas questões estão consagradas, entre elas, a questão do financiamento público para as campanhas eleitorais.

Nós não podemos e a democracia brasileira não se sustentará com o atual sistema que produz o poder econômico sobre as eleições e sobre a representação em todas as esferas de poder no nosso País. Nós não podemos aceitar, e essa democracia irá sucumbir a perdurar esse sistema econômico que absorve apenas exceções, mas exceções que correm muitos riscos de não se repetirem como, por exemplo, o mandato honrado e defendido pelas entidades sindicais do Senador Paim.

Nós da CTB tivemos a honra de apoiá-lo nessa empreitada desigual entre a representação legítima, verdadeira da classe trabalhadora frente à representação do capital. E mesmo aqueles que são extraídos da classe trabalhadora terão que sucumbir também e buscar recursos.

Aqui no Brasil as empresas podem, Senador, financiar campanhas eleitorais, as pessoas físicas podem também financiar, jurídicas, podem financiar campanhas eleitorais, menos os sindicatos, sindicatos não podem, são proibidos.

Portanto essa é uma realidade imposta que desequilibra a representação política no nosso País e que nós queremos dizer que está consagrado entre nós, do movimento social, principalmente as centrais sindicais, a viabilidade e a necessidade do financiamento público de campanha para extrairmos da representação política no nosso País o poder econômico, que é um instrumento nefasto, é um instrumento que se apresenta facilitando a eleição de alguns ou de uma grande maioria, mas que num segundo momento, num segundo breve momento cobrará a conta.

E a conta cobrada é no sentido de nós vermos aqui emperradas no Parlamento brasileiro medidas necessárias à sociedade brasileira, como as pontuadas pelas centrais sindicais, como o caso da 151 da OIT, contra a demissão imotivada, que evitaria a discriminação de gênero, de raça, de opção política, para as demissões do mundo do trabalho, como é o caso da luta que temos contra o instrumento nefasto da terceirização que precariza as relações de trabalho, impondo ao nosso País uma relação de trabalho indigno, contra a luta do movimento social, especialmente do movimento sindical, a favor de um trabalho decente, como também a luta pela redução da jornada do trabalho.

Aqui costuma-se dizer, no Parlamento brasileiro, que a jornada de trabalho não irá à frente, não será votada neste ano, e nós iremos lutar para que seja, para que ela seja pautada e seja votada definitivamente porque é necessária, é uma medida necessária e que irá produzir na sociedade brasileira a distribuição de renda com a criação de mais de dois milhões de meio de empregos, que irá gerar para o trabalhador brasileiro uma qualidade de vida melhor, no sentido de ele se qualificar e ter mais tempo para sua família e para cuidar de si. E costuma-se dizer que aqui a correlação de forças não permitirá que coloquemos nem em votação e se à votação, nós iremos perder.

Portanto essa é uma realidade construída por esse sistema eleitoral que precisa ser modificado, que não pode ser pautada pelo poder econômico em detrimento das representações que temos na nossa sociedade.

Queremos agradecer e nos colocamos, Senador Paulo Paim, à sua disposição, à disposição dos demais para construir com a sociedade brasileira uma reforma política que diga respeito a sua vontade e às necessidades do nosso País, frente aos desafios que temos na nossa realidade hoje.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece ao Joilson Cardoso, que falou pela CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Foi na linha da maioria dos que aqui o antecederam e percebo que a única divergência é o voto facultativo ou não e, até o momento, o de mais polemica, deixando claro que vamos ter mais quatro pessoas que vão usar a palavra e, naturalmente, vão colocar o seu ponto de vista.

Neste momento, passo a palavra à Srª Rosane Kaingang, representando aqui a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. E quero dizer para o Álvaro que ele também vai ter direito a usar da palavra depois.

A SRª ROSANE KAINGANG – Bom dia a todos e a todas.

Em nome da APIB, gostaria de agradecer o convite do Senador Paim e é bom estar novamente em um debate aqui com outros representantes de segmentos sociais.

Vou ler o documento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil que é uma organização nacional que compõem várias outras organizações regionais sobre a reforma política. Até então, não tivemos o tempo necessário, mas no final farei as nossas considerações sobre o que estamos de acordo ou não.

Na minha leitura desse documento, nós, povos indígenas, vamos apresentar uma proposta diferente pelo que foi discutido por todos. É a proposta autônoma, avulsa de candidaturas indígenas porque sofremos um processo pior ainda do que os outros segmentos sociais. Somos poucos e, quando chega a época de eleições, temos conflitos muito grandes dentro de nossas aldeias por conta de entrada de políticos dentro delas e a dificuldade que temos em eleger um Vereador indígena. Então, nossa proposta vem nesse sentido.

Passo, agora, a ler o documento.

REFORMA POLÍTICA E POVOS INDÍGENAS:

Discriminados secularmente, os povos indígenas, ressalvando a única participação protagonizada pelo Deputado Federal Juruna no Parlamento brasileiro, sempre foram deixados à margem da vida política institucional do País. Os partidos políticos, das mais distintas siglas, tem em comum a dificuldade de lidar com a diferença, isto é, as condições e especificidades socioculturais dos povos indígenas. Daí a dificuldade de um candidato indígena concorrer em condições de igualdade com os não indígenas nos cargos de direção e oportunidades eletivas disputadas nos períodos eleitorais.

Não obstante a vida democrática vigente no País, diferente de outros segmentos sociais e populares que fazem parte da formação social do Estado nação, os povos indígenas continuam marginalizados nos espaços de representação principalmente nas esferas estadual e federal, cabendo apenas a possibilidade de algum parlamentar não indígena auxiliá-los, sob pressão da sigla que este representa ou do governo de turno, na defesa dos seus interesses e demandas.

É pensando nesta realidade que o VIII Acampamento Terra Livre, a maior mobilização indígena nacional que reuniu em Brasília – DF mais de 700 lideranças de todas as regiões do país, de 02 a 05 de maio, manifestou, a propósito da Reforma Política debatida hoje pelo Congresso Nacional, que reivindicamos que no processo da Reforma Política, em curso no parlamento, seja considerado o direito dos nossos povos à participação, inclusive sendo estabelecida uma quota que garanta a nossa representatividade.

Esta reivindicação dos povos e organizações indígenas deverá ser pautada necessariamente pela grandiosa diversidade étnica e cultural, conformada por mais de 230 povos indígenas diferenciados, como também 69 pontos geográficos de índios isolados, e pela participação democrática das instâncias representativas do movimento indígena nas distintas regiões do país e em âmbito nacional, a fim de assegurar na medida do possível equidade na representação.

A perspectiva naturalmente é que a reforma política garanta condições para que os povos indígenas trilhem um caminho próprio independentemente das possibilidades de dirigentes indígenas disputarem a oportunidade de serem candidatos e eleitos no âmbito de partidos políticos em que por ventura estiverem filiados.

Assegurar uma quota justa para que os povos indígenas possam se representar eles próprios no parlamento será uma contribuição importante para ir sanando as dívidas sociais e históricas do Estado brasileiro para com estes povos.

Brasília, 16 de maio de 2011.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

Significa que para nós, povos indígenas, estamos apresentando, como disse o Senador, uma proposta diferenciada, que é a candidatura avulsa, autônoma, por representatividade como somos parte dessa sociedade que nos defende pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Nós somos parte dessa sociedade. Portanto, nós não dissemos a porcentagem, mas no mínimo, para nós, deveríamos ter cinco representantes indígenas dentro desse Parlamento, no Congresso Nacional que faz jus a essa dívida histórica que o Estado brasileiro tem conosco e a forma de fazermos a nossa participação, discutimos em nossas assembleias regionais, assembleias indígenas, as escolhas de nossos representantes para esse Parlamento.

Queremos também somar o nosso pouco tempo, Senador Ataídes, Senador Cristovam, que sempre tem pautado por uma educação melhor nesse País e os representantes de segmentos sociais.

Não tivemos o tempo de nos sentar com os segmentos sociais para fazer uma fala juntos, uma proposta conjunta. O tempo que precisamos como eles também precisam mandar um documento com mais propostas para, dentro da Comissão, como nós, povos indígenas, estaremos mandando um documento melhor. Esperamos estar juntos com os segmentos sociais.

De antemão, dizer para os outros segmentos sociais e os outros Senadores que aqui se encontram, que realmente nos sentimos contemplados, na fala da Jacira da Silva, que é do movimento negro, da participação popular, na fala de outros representantes de segmentos populares, na participação popular do povo brasileiro dentro do Congresso Nacional na reforma política e não simplesmente uma participação.

Nós temos que ter voz, a voz. Temos que ter voto nas decisões. Temos que ter critérios e o controle social, porque não nos dão condições, às vezes,

de estar participando. Como que participamos? Com que condições? A capacitação também faz parte. Nós, segmentos sociais, como devemos... Como funciona o Congresso Nacional? Quais são as suas regras? Nós não sabemos. O povo das nossas bases não sabe quais os direitos que tem e como funciona este Congresso Nacional.

Também somos a favor da lista aberta, do voto aberto e não secreto e de uma reforma ampla e participativa, e não só a reforma das regras gerais das eleições. Também temos essa visão que vocês têm dessa participação, de tudo o que está aí, do que não tem satisfeito à sociedade brasileira.

Por exemplo, nós tivemos ampla participação do povo brasileiro na Constituinte de 1988. Nós, povos indígenas, participamos. E, hoje, a nossa Constituinte está sendo retaliada através das PECs e dos decretos legislativos, sem a participação da sociedade brasileira.

Então, nesse sentido, Senador, queria agradecer a lembrança dos representantes da Afropress e da Cfemea com relação aos povos indígenas. Quero dizer também ao Senador que não somos só negros e indígenas. Há as comunidades tradicionais, como V. Exª falou: ciganos, pomeranos, caiçaras e outras. Essas comunidades tradicionais também têm que ter esse direito de participar.

Nós, povos indígenas, não queremos de ir de contramão a todas as propostas oferecidas, e no âmbito da questão normal que flui de você ser candidato por qualquer partido. Nós não estamos cerceando o direito de ninguém – que sejam candidatos individuais –, mas concordamos com a representação dos segmentos que tem que haver mais democracia, tem que haver transparência e nós temos que estar participando.

Agradeço a lembrança e peço aos segmentos sociais que, nessa diferenciação, possam também contribuir com a nossa proposta indígena.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecendo, pedimos aos nossos dois convidados aqui na Mesa, Joilson e Rosane, que retornem ao plenário.

Eu convidaria agora, neste momento, a última Mesa. Estou convidando para comporem a Mesa o Álvaro Tukano, o José Batista de Oliveira, representando o MST, e a Josefina Serra dos Santos, da Coordenação da Igualdade Racial. A partir desses três, nós vamos para as considerações finais dos nossos convidados.

Passamos de imediato a palavra para a Josefina Serra dos Santos, da Coordenação da Igualdade Racial.

Cada um terá dez minutos.

A SRª JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – Primeiro, Senador Paim, felicito a iniciativa, já concordando com muitas coisas que o Dr. Dogival falou sobre a questão de os negros e os indígenas não estarem participando e colocando, primeiramente, que, infelizmente, a reforma política não vai ser completa. Sei que o senhor não tem pernas para isso, mas o certo seria no sentido de que para esse tipo de iniciativa fossem juntas as pessoas que teriam que ser contempladas com isso, que são os negros, todas as comunidades de quilombos, todas as comunidades indígenas, todos os recôncavos onde fosse dito para eles o que significa a reforma. Se essa maioria não sabe nem o que é reforma, imagina o que significa reforma política. Então, essas pessoas, com certeza, vão se sentir alijadas do processo porque não vão poder contribuir com todo esse momento político que está acontecendo. E eu não sei se ainda tem perna.

Uma coisa que me deixou preocupada é que há uma grande maioria que não está participando, principalmente dos Senadores. E gostaria até de sentir que eles – como essas pessoas não compareceram – estivessem fazendo isso nas suas comunidades. Gostaria de sentir isso, mas, infelizmente, provavelmente, não. Que eles estivessem discutindo o que significa a reforma política para o Brasil, para todos os brasileiros, principalmente para as pessoas que não podem contribuir com as suas propostas.

Para mim, se o senhor pudesse, não sei se ainda há tempo, passar nas faculdades, nas universidades, nas escolas e explicar para as pessoas o que significa a reforma política, o que está mexendo no Brasil, o que significa, o que talvez venha a mexer na Constituição brasileira, onde. Digamos assim – dia 27 de abril é o Dia do Empregado Doméstico: o empregado doméstico não tem direito ao FGTS, não tem direito à hora extra, mas que na reforma política estivesse incluído isso. Que na reforma política estivesse incluído também... Como o Senador Cristovam falou ainda agora, ele já viajou muito, já foi a muitas prisões e as pessoas que estão na prisão, cuja maioria são negras e pardas, não serviram o Exército. Mas por que essas pessoas não serviram o Exército? Porque a maioria é nordestina, a maioria é negra. E a maioria dos nordestinos estão excluídos do Exército Brasileiro por toda uma discriminação que existe. E as famílias dessas pessoas sempre quiseram que seus filhos servissem o Exército porque seria uma maneira de ter acesso a trabalho e educação. Então, principalmente por isso eles são alijados, porque, quando alguns conseguem, há casos até jurídicos dizendo que muitos são alijados até por uma cárie, ou seja, uma maneira de tirar você até do processo de sobrevivência.

Nesse sentido, eu gostaria de dizer que não sei como vai ser votado, não sei como vai passar junto aos Senadores, mas nós, negros, nós, indígenas, nós, a população brasileira que é alijada de todo esse processo. A minha grande preocupação... Quando o Sr. Dogival fala que houve um genocídio da população indígena, da população negra, para mim não é genocídio. As pessoas, na maioria das vezes, não sabem nem o significado da palavra. Que tivesse essa iniciativa do Senador Paim e de outras pessoas, que chegasse a essas populações, a essas comunidades, ao movimento social e dissesse o que significa genocídio, porque, na realidade, para mim não é genocídio. A palavra que as pessoas entendem mesmo é que houve um extermínio da população indígena e está havendo um extermínio da população negra. E hoje esse extermínio se dá justamente através de exterminar os jovens negros de 16 a 30 anos, que é a idade de reprodução. Isso é uma maneira também de extermínio. É porque a gente quer falar palavras que a gente acha que seja um pouco menos agressiva, mas a palavra certa é extermínio.

Sempre falei, digamos assim, que na reforma política – não sei se isso cabe – não fosse colocado corrupção. Por que é corrupção? Por que não pode ser ladrão do nosso dinheiro, ladrão do dinheiro público? Por que a pessoa que cometem pequenos delitos é considerada ladrão e a pessoa que comete esse tipo de crime é considerada corrupta? A maioria não sabe o que significa corrupto. E falar a palavra "ladrão" seria bem mais acessível. As pessoas iriam entender. Então, é esse tipo de coisa que você teria que passar nas comunidades, nos lugares longínquos e explicar o que significa reforma política.

E reforma política, principalmente – o Senador Cristovam não está mais aí –, passa pela questão da educação. E, na reforma política, gostaria que fosse colocado – é uma sugestão, Senador Paim; e aí realmente a gente saberia escolher os nossos representantes –, pelo Ministério da Educação, desde o início dos nossos estudos, desde o primeiro grau, que você tivesse acesso a aprender o que está escrito na Constituição, porque lá é que estão escritos os nossos direitos, os nossos deveres.

Era só isso que eu gostaria de falar.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Josefina Serra dos Santos, que é da Coordenação pela Igualdade Racial aqui do DF e que expressou o seu ponto de vista.

Em resumo, se você me permitir, você quer que o debate, na sua amplitude, da reforma política e de outras reformas, cheguem aos bairros, nas vilas, nas universidades, nas escolas, para que a população entenda e saiba fazer a diferença entre reforma trabalhista, entre reforma previdenciária. Enfim, que o debate seja amplo. É isso?

A SRª JOSEFINA SERRA DOS SANTOS – É isso que eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos.

Passamos a palavra, de imediato, ao nosso amigo José Batista de Oliveira, que é da Coordenação Nacional do MST.

O SR. JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA – Quero saudar o Senador Paim, todas as entidades que estão participando aqui e a quem elas representam, porque são segmentos sociais importantes do nosso País.

Acho que o número de falas e de entidades expressa a importância do ponto que a Josefina levantou. Há a necessidade de chegar até aqueles a quem interessam mudanças estruturais, mudanças sociais e, no caso, mudanças legislativas esse debate. Então, nós do MST temos total interesse em fazer chegar a todos os Estados e Municípios onde estamos organizados, a todos os espaços em que participamos. Já adianto que acho é um desafio para as entidades que passaram por aqui e cuja maioria está presente aqui.

Nós temos condições reais de apresentar propostas unitárias. Nas falas, acho que o Senador, como organizador, já tem, mas nós podemos debater melhor, para nos posicionar e tornar isso público, para que essa reforma não seja mais uma das que sejam votadas aquém da participação popular.

Aqui estamos levantando os efeitos das causas que, acho, o Senador Cristovam está provocando o debate da maioria delas: que as desigualdades econômicas, a falta de educação e a falta de elevação do nível cultural são os principais produtos hoje, reais. Acho que a causa é um desafio para pensarmos. Nós podemos entrar aqui, mas acho que não, para não tomar tempo. Muitas coisas nós podemos debater depois e apresentar, inclusive, com unidade. Nós, da Via Campesina, que tem os Movimentos dos Atingidos por Barragens, dos Pequenos Agricultores, das Mulheres Camponesas e nos somamos ao Movimento Indígena e ao Movimento Quilombola, podemos nos esforçar e apresentar elementos, num próximo período, das organizações, das reflexões do movimento do campo, que, aliás, são mais distantes ainda dos espaços, dos processos de participação.

Então, o tema financiamento público, candidaturas avulsas e todos os temas que foram colocados aqui são temas de uma parte dessa mudança, que é a questão eleitoral, representativa. Mesmo nelas, temos opiniões, como o Movimento Indígena deixou bem claro aqui. Da forma como está, as representações não

expressam os anseios e até as mobilizações socais de temas importantes do interior do nosso País. Por isso, os temas que aparecem, como agora...

Estamos cansados e também todos os Deputados em madrugadas tentando barrar a alteração do Código Florestal, que foi imposto por uma pequena parcela da sociedade brasileira, que, aliás, diga-se de passagem, essa categoria de classe dominante no campo é responsável, historicamente, pelo extermínio dos indígenas, pelo trabalho escravo ainda existente no nosso País – e a PEC do trabalho escravo ainda não foi colocada aqui em votação não sei por quê. Mas a mudança do Código Florestal é imposta pelos interesses dos ruralistas e pelos interesses das grandes empresas, que querem continuar acumulando riqueza. Então, é o lucro que está acima dos interesses sociais. Acho que nós precisamos debater. Nós temos disposição. Acreditamos na afirmação de espaço de participação política desde a indicação do candidato, que, ao ser indicado por uma expressão popular, vai ter mais compromisso. Ao ele ser desindicado, ele vai repensar se quer voltar a representar. Acho que essas questões são fundamentais.

Outra questão fundamental é que os interesses econômicos não podem determinar quem representa o povo, senão vamos ter só uma classe representada. Mesmo que seja oriundo, como muitos companheiros, às vezes são condicionados pela maioria. Às vezes vêm até de partidos progressistas, de organizações progressistas, mas a lógica de quem paga manda tem imperado, e as minorias ficam, Paim, muitas vezes, defendendo-se para manter a sua ética, e os compromissos com aqueles que o elegeram ficam sempre derrotados. Quando é que os interesses sociais vão ter suas bandeiras, suas propostas nos espaços de legislação? Então, essas são as questões a serem respondidas.

Nesse caso, defendemos a necessidade de utilização de mecanismos de participação permanentes. Por que o Código Florestal veio dessa forma e não foi debatido? A maioria da população brasileira nem sabe o que está sendo votado aqui, sendo que hoje nós temos mecanismos, pelos meios de comunicação, como a Internet, para fazer chegar, e há o mecanismo do referendo, da consulta popular, do plebiscito. Acho que seria a forma mais permanente de exercer a participação popular e não é utilizado. Essa é a dúvida. Então, temos de tomar cuidado para não propor uma mudança formal, sem mudar a estrutura.

Por fim, não vai ter combate à miséria e à pobreza se não distribuir a renda e a riqueza. Não vai ter participação política se não alterar aquilo que é central na base da sociedade, que são as riquezas, as riquezas naturais, a terra, a água para quem pescar, devolver as terras indígenas, como é o caso mais gritante, o do Mato Grosso do Sul, como é o caso das comunidades quilombolas, enfim. E o acesso ao conhecimento, à educação, à cultura como base principal de alteração desse processo. Mas, independente das coisas que são a longo prazo para combatermos e em que nos empenhamos como movimentos sociais, estamos totalmente à disposição para continuar esse debate e fazê-lo chegar aonde quer que ele seja necessário chegar. Acho que os movimentos têm esse papel. E fato de nós construirmos unidade entre nós é determinante porque, do contrário, se viermos divididos, aqueles que sempre determinaram irão determinar de novo. Então, precisamos nos organizar e nos transformar em força, em mobilização e, depois, em luta social, porque, do contrário, o Parlamento e os governos mudam pouco se não houver pressão social.

Obrigado e bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar também o representante do MST José Batista de Oliveira. Pode saber que há plena concordância deste Senador. Sem pressão popular, aqui dentro não acontece nada de interesse – estou me referindo ao Congresso Nacional – de fato, do nosso povo e de toda a nossa gente. A mobilização tem de ser permanente. Nós temos feito deste espaço um pouco disso. Aqui, toda segunda-feira, há um debate envolvendo os movimentos sociais.

Passamos a palavra, neste momento, a Álvaro Tukano, também representante dos povos indígenas.

Depois da fala do Álvaro, vou passar a palavra aos nossos convidados para suas considerações finais.

Álvaro, por favor.

O SR. ÁLVARO TUKANO – Bom dia ao Senador Paim e aos demais Senadores que passaram por aqui, aliados presentes, em nome do povo Tukano, que é do rio Negro, fronteira com a Colômbia e a Venezuela, quero agradecer a vocês, que são nossos aliados, nesta luta tão difícil e também tão útil para vencer as dificuldades.

Esta Casa para mim, Senador, tem sido um lugar muito especial quando a gente vem se queixar do Estado brasileiro. Isso graças ao Senado aberto, onde V. Exª dirige, com muita simplicidade, com muito gosto de ajudar os povos indígenas, os negros e outras minorias.

Por isso que essa luta é tão importante. Eu venho de um povo analfabeto, antigamente. Hoje, faço parte de uma comunidade indígena tutelada pelo Estado. Somos considerados, na verdade, como filhos do governo brasileiro. Nós não deveríamos ter problema nenhum, portanto, mas estamos cheios de problemas; cheios de problemas, porque temos um pai e uma mãe

que não gosta de seus filhos nesta terra. Por exemplo, dias atrás, a nossa colega, Azilene Kaingang, uma socióloga, foi proibida de viajar ao exterior, na ONU, para falar dos nossos direitos. Isso já começa a violar os nossos direitos.

Dias atrás, aqui chegamos também e V. Exª ouviu quantas queixas que os índios falaram do Estado Brasileiro. E V. Exª chorou. São choros que lavam as nossas almas e irrigam nossas forças para continuar caminhando, caminhar bem para uma grande vitória.

Portanto, essa reforma agrária é necessária neste país. Nós fizemos o acordo, na década de 80, em Curitiba, entre a União das Nações Indígenas, que eu dirigia, e, à época era João Stédile que dirigia, o MST, para fazer a pressão em cima do Estado Brasileiro para que houvesse, de fato, a reforma agrária e a demarcação das terras indígenas. E foi muito bom.

E agora estamos falando de uma reforma política. Quando nós, Líderes indígenas, falamos nossas línguas para escolher nossos vereadores, nossos prefeitos, nossos governadores, deputados estaduais, Senadores e Deputados Federais, nós falamos as nossas línguas. Portanto, nós cultuamos as nossas religiões. Nós continuamos falando como nossos antepassados. Nós não somos assim como aqueles juízes gregos e romanos, ou padres, ou Senadores desta Casa, que fazem leis sem consultar a nós.

Por isso creio que vamos ser contemplados nessa reforma política. Nós queremos fazer essa participação ativa, Senador, porque temos vereadores, temos prefeitos indígenas, neste país, que falam línguas próprias. Eles falam línguas próprias porque são eleitos por um povo que tem língua e o território próprio.

Por isso, este Estado tem essa grande diferença, quando quer nos tratar, quer nos tutelar, e, enfim, não tutela em nada. Está o Brasil de ponta a ponta reclamando a saída do Presidente, e a Srª Presidente fica dizendo: Ele não sai, porque ele é bonzinho. Bonzinho onde? Para nós, está não. Esse é um repúdio que eu faço.

Outra coisa, Senador. Eu já fui candidato três vezes a Deputado Federal. Não ganhei, porque não tinha dinheiro; não ganhei, porque era índio. Eu não ganhei porque era crítico do Estado Brasileiro e à Igreja, conservador. E somos assim. Então, o movimento indígena que existe sabe muito bem quem é verdadeiro líder, quem não trai os índios e aqueles que também são meio pelegos. Isso aqui também deve existir nos partidos.

Quando nós queremos disputar algum cargo a Deputado Federal, os Partidos dizem "Não, questão indígena não entra." Acho que temos de quebrar esse jogo. Nós tivemos dois candidatos a Deputado Estadual; um pelo Amazonas; um por Roraima. E nossos candidatos não receberam nem recursos. Isso foi uma discriminação. Mas, mesmo assim, nas eleições passadas, Sr. Senador, o movimento indígena como um todo fez seus representantes prefeitos. Nós temos hoje seis prefeitos que são do PT. São seis prefeitos que são do PT, bem como vice-prefeitos. Nós temos 57 vereadores do PT, dentre 92 vereadores neste País. Então, praticamente, nós elegemos a Dilma. Aqui, nós elegemos o Agnelo. Nós elegemos melhores Senadores, melhores Deputados Federais, para que venham nos defender. E estamos preparados para enfrentar as próximas eleições.

Apesar de sermos minoria, de sermos tutelados, temos índios advogados, antropólogos, engenheiros, que devem participar na formulação de uma política para atender às populações indígenas, o que muita gente não quer. Muita gente não quer, porque surgem algumas ONGs para pedir, em nome dos índios, o dinheiro, tanto aqui, como fora. E esse dinheiro que ele recebe, na ponta, não chega. Eles não pedem pouco, Senador. É muito. Como está a situação? Está mal. E os nossos prefeitos, quando vêm aqui, não chegam

Por isso, Senador, eu defendo. Acho que o movimento indígena vai defender. O movimento indígena é diferente do que é ser o Prefeito ou o Partido. O que a gente defende aqui é o encontro nacional de prefeitos e vereadores indígenas, porque, até aqui, a questão indígena sempre foi deixada à margem, sem índio. O índio não dá voto. É assim que ouvimos dizer.

Depois, o que nos defendemos é o seguinte. Nossos candidatos devem falar em suas línguas próprias na TV, no horário da propaganda eleitoral. Isso é proibido. O juiz disse "não". Mas a nossa Constituição garante que nós temos de falar nossas línguas. Este País tem muitas línguas; uma das línguas é a Língua Portuguesa, que tem de falar para me comunicar com vocês. Eu tenho minha língua própria.

Por último, Senador, queremos ser contemplados nos custos de dinheiro. Lá no Amazonas, por exemplo, os outros colegas, que devem estar aqui, eles têm dinheiro, eles têm aviões, têm motor de poupa, e o índio não tem nada. Por aí termina. Nem santinho, nem propaganda. Aí o Estado brasileiro fica mais... Pagava, antigamente, os grandes artistas; e os índios, nada.

Então, eu creio que essa reforma política vai ser muito boa para nós, porque os índios vão discutir com todos os movimentos sociais e, para acabar com a corrupção, só assim eles vão fazer, elegendo melhores prefeitos e vereadores.

Eu penso assim.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Álvaro Tukano, que, em de

dez minutos, fez uma síntese muito clara e terminou dizendo que o financiamento público de campanha é que pode dar oportunidade para que negros, índios, enfim, que pobres, tenham espaço para fazer o bom debate e ganhar o voto da população. Meus cumprimentos pelo conjunto da fala.

Agora, vamos passar para os nossos candidatos que estão na primeira fila, para que façam as suas considerações finais.

Começamos com – deixe-me ver a ordem – o número um. Pela minha lista, é exatamente o Sr. Maurício Ferreira. (*Pausa*.)

Ele foi embora.

O Sr. Pedro Armengol já foi.

Então, o Dogival Vieira, que tem a palavra para as suas considerações finais.

Vamos fixar em cinco minutos cada um, para suas considerações finais. Sigo sua lista aqui.

O SR. DOGIVAL VIEIRA - Senador, primeiro, quero reiterar os meus cumprimentos, e o saúdo pela sua iniciativa. O senhor, como sempre, continua sonhando com um Brasil diferente desse que está aí. Eu sei que o senhor luta por isso desde o tempo em que o senhor não tinha cabelos brancos. Eu acompanho essa luta, já há bastante tempo.

Essa iniciativa é fundamental para que a reforma política signifique o questionamento das bases dos fundamentos do Estado brasileiro e em que tipo de República nós estamos. Ela será tanto mais efetiva, tanto mais eficaz, na medida em que nós tenhamos a capacidade de disseminar essa discussão e esse debate pelas comunidades, como foi dito aqui por alguns companheiros e algumas companheiras – a Josefina, o companheiro do MST, enfim, e os demais que me antecederam.

Eu me coloco aqui como alguém que foi honrado por esse convite e que procurou trazer uma contribuição positiva ao debate. Obviamente que há divergência e as divergências são naturais.

Aliás, quero registrar que neste debate aqui houve quase que 90% de concordância. Temas como financiamento público, candidatura ilícita e, creio mesmo, que 30% de quotas para negros e indígenas me parece consensual. Então, são discussões que precisam de fato ser ampliadas para que se redesenhe a participação da sociedade brasileira no seu parlamento. Esse distanciamento, essa desconexão, entre a representação popular e o Parlamento brasileiro hoje, quer dizer, entre a presença na sociedade e no Parlamento, como citei aqui inclusive o seu caso. Não é cabível que num País que tem 50,7% de negros, segundo o IBGE, censo de 2010, apenas o senhor seja o único Senador da República, representando aliás o Estado do Rio Grande do Sul, que me parece tem 16% de população negra.... É um dos Estados que tem menor população negra do Brasil. E aí há um paradoxo, uma contradição.

E talvez por isso, Senador, caiba ao senhor mais essa tarefa histórica, essa responsabilidade histórica, que o senhor está dando conta muito bem, que é de levantar esse debate para o País.

Eu sei que o País que o senhor sonha é um País em que este parlamento aqui, numa reforma política verdadeira, sem a influência nefasta do poder econômico, sem a transformação de representantes do povo em lobistas, em representantes de grupos que, simplesmente, como foi dito aqui pelo Senador que me antecedeu, cobram um retorno e um retorno imediato e um retorno em altos percentuais pelo investimento e pelo financiamento feito...

Eu tenho certeza que o País que nós todos sonhamos, Senador, o País que o senhor sonha, que nós todos aqui sonhamos, é um país em que nesta Casa, no Senado da República e na Câmara Federal tenha a presença de índios, de negros, de ciganos, das comunidades tradicionais, dos empresários e dos sindicalistas, dos movimentos populares. Este é um País que nós continuamos lutando para que aconteça.

A nossa luta continua por um País com justiça e igualdade.

E é por isso que estamos aqui. E tenho certeza, Senador, que o senhor, exatamente por tudo isso que foi colocado, talvez seja a pessoa o responsável pela deflagração desse debate.

Eu me arrisco e ouso fazer ao senhor um apelo para que o senhor desfralde essa bandeira, que o senhor levante essa bandeira da popularização da reforma política no País, leve esse debate para o País. Eu sei que os partidos, as organizações sociais, as comunidades, já estão, de alguma forma, fazendo esse debate, mas a grande maioria do povo brasileiro não sabe do que se trata, não sabe do que estamos falando aqui, inclusive porque essa reforma não pode ser baseada apenas nas propostas saídas de quem está organizado, dos partidos, dos sindicatos... Não, ela tem que ir ao povo para ser tanto mais eficaz, para ser tanto mais democrática.

Ouso fazer, permita-me, esse apelo ao senhor, pela sua história combativa, de luta por igualdade, por justiça, por inserção da população negra, indígena e por todos os discriminados neste País.

O senhor é o parlamentar, é o político, é o dirigente, é a liderança mais abalizada para levantar pelo País uma verdadeira campanha, com audiências públicas nos Estados, em que outras lideranças e outras comunidades possam ser ouvidas, possam apresentar suas propostas e, em cima disso, fazer então um re-

latório do que o povo brasileiro está pensando a respeito dessa reforma. Essa é a oportunidade que nós temos de fazer com que essa democracia formal que nós conquistamos se traduza em direitos, em inserção, em igualdade e em justiça.

É por isso que nós lutamos e eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e o convite que o senhor me fez e parabenizá-lo pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Doutor Dogival Vieira, Diretor da Afropress, pela sua fala.

Passamos de imediato a palavra à Srª Analba Brazão Teixeira, Secretária Executiva da Articulação das Mulheres Brasileiras. Cfemea, que aqui representa a Srª Guaraci Oliveira.

A SRª ANALBA BRAZÃO TEIXEIRA – Para encerrar, eu acho que neste debate foi muito importante ouvir os movimentos sociais e suas perspectivas em relação a reforma política.

Só queria continuar dizendo que não podemos realmente reduzir a reforma política a uma reforma só do sistema eleitoral. A gente falou muito aqui do sistema eleitoral.

Eu acho que a gente deveria ampliar muito mais essa discussão, mesmo sabendo que não é uma discussão de curto prazo. É uma discussão de longo prazo, mas que a gente tem que começar a enfrentar agora.

A gente tem que começar a enfrentar agora e fazer essa discussão ampla. Não olhar só para a questão do sistema eleitoral. No ano passado foi a questão da mini reforma e foi mais voltada somente para o sistema eleitoral. E nós que estamos na plataforma dos movimentos sociais estamos querendo uma reforma ampla, estamos querendo discutir todos aqueles eixos que a gente já colocou aqui, ampliando, discutindo a questão do judiciário, da comunicação e vendo que essa reforma tem que ser ampla, justa, democrática e inclusiva. Mas como nós estamos aqui voltando para a questão do sistema eleitoral, eu quero reafirmar também que a nossa defesa é pela lista fechada, que já foi uma coisa que passou aqui no Senado, a lista fechada com alternância de sexo, mas também com a perspectiva de raça e etnia.

Isso passou aqui no Senado e vai ser uma luta muito grande para passar no Congresso, porque o Congresso Nacional tem tido assim um grande entrave nesse debate.

Então precisa realmente de uma pressão popular para que consigamos ultrapassar e conseguir que essa proposta passe.

Nós entendemos também que, no momento em que a gente fala da lista fechada, com alternância de sexo, ou só na lista fechada, a gente está imediatamente remetendo ao financiamento público, porque nós entendemos que com a lista flexível, com a lista aberta, com o voto digital, não é possível financiamento público.

E nós defendemos que o financiamento público seja exclusivo, que seja um financiamento público que realmente permita que mulheres negras e indígenas possam concorrer e tenham o mesmo recurso, que seja um recurso igual para todas. Então nós continuamos e reafirmamos essa nossa proposta.

Em relação também à mini reforma, inclusive no ano passado, nós sugerimos que, na inscrição dos candidatos, das candidatas, tivesse o item raça. E isso não passou. Nós queríamos, na mesma forma do IBGE. Isso não passou e a gente não sabe, não tem os dados, quando a gente viu os dados das mulheres lá no seminário da semana passada não aparece a questão de raça porque é como se quisesse que a coisa ficasse invisível. Nós queremos saber quantas somos de verdade.

Então, eu acho que tem muitas coisas ainda para a gente caminhar. Eu acho que o movimento social está de olho muito aberto, estamos participando das audiências locais, estamos chamando também audiência porque nós, enquanto sociedade civil, podemos fazer isso, podemos propor nas assembléias essa discussão e eu acho que é um momento real de mobilização social.

Eu acho que só com a pressão popular, se a gente fizer um caminho e somarmos esforços com esta Casa, eu acho que a gente consegue. Não acho que é fácil; sei que é muito difícil porque tudo o que a gente tem conseguido é com muita dificuldade e com muita pressão – e nós, mulheres do movimento feminista sabemos disso. Tudo que temos até agora são conquistas de muita luta e de muito tempo também.

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos à Srª Analba Brazão Teixeira, que representou, aqui, a Srª Guacira Cesar de Oliveira, Diretora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, CFEMEA.

Passamos a palavra neste momento, pela minha ordem, ao professor Ottmar Teske, Coordenador do curso de Ciências Políticas da Ulbra.

O SR. OTTMAR TESKE – Bom, novamente, Senador, em nome do curso de Ciências Políticas, representando o nosso coordenador, professor Honor, e a Universidade Luterana do Brasil, eu diria que, após 17 páginas escritas aqui, sempre é uma aula quando nós temos essa oportunidade de participar de uma das reuniões, aqui ou mesmo assistindo a elas pela TV Senado. Sempre é uma aula que nos leva a refletir bastante sobre essas temáticas.

Somente a sua pessoa, Senador Paim – como nós já falamos no passado, o nosso timoneiro –, tem a capacidade de fazer essa abertura para que as pessoas aqui possam, de forma realmente transparente e convicta, apresentar as suas considerações.

Eu vejo, como palavras finais, uma preocupação que foi levantada aqui, referente, por exemplo, à questão das candidaturas avulsas.

Concordo com o representante do MST, José Batista de Oliveira, que é importante que os movimentos sociais possam vir fechados, que possam vir com força, que essa pressão popular possa ser conduzida. Como timoneiro que o senhor é, não dá para a gente remar só com um remo de um lado, ou só com um remo de outro, mas a gente tem de buscar remar juntos, para que a gente possa ultrapassar mais esse obstáculo, esse rio.

Eu diria que há um problema ainda, em relação à candidatura avulsa, à lista aberta ou fechada, que são esses 10% que o nosso companheiro disse, mas que, intimamente, estão ligados à questão da fidelidade partidária, ao financiamento público e, um detalhe, ao fortalecimento dos partidos políticos. Quer dizer, é um jogo de xadrez que está posto, e eu penso que nós precisamos voltar para as bases e fazer mais conversas, mais discussões, para que possamos tirar uma posição que contemple exatamente todas as questões, porque todas são importantes. Mesmo a defesa da candidatura avulsa tem o seu porquê.

Ao mesmo tempo, queremos o fortalecimento dos partidos políticos, ou vamos fazer a pergunta: queremos fortalecer os partidos políticos? E foi dito aqui, também, que a representação... Isso acontece porque não há uma representação de fato colocada.

Então, eu vejo que tem algumas alternativas, alguns horizontes que foram apresentados, aqui, para resolver algumas dificuldades que estamos enxergando hoje – por exemplo, a questão da democracia direta. Então, apontam-se alguns horizontes: democracia participativa direta; se falou na importância da língua, que os povos indígenas possam-se comunicar através da sua própria língua. Esse é um debate que tem de ser feito, assim como a comunidade surda, no Brasil, conseguiu lutar e regulamentar a Língua Brasileira de Sinais. Hoje, nem todos colocam um tradutor ali, fazendo a interpretação da Língua Brasileira de Sinais, porque se encontrou a brecha de se colocar uma legenda.

Obviamente, essa questão está superada. Agora, ao mesmo tempo, nós temos esse debate que precisa ser enfrentado de forma direta.

Eu vejo que a construção dessa convergência não necessariamente significa unidade de visão. Eu penso que, sobretudo aqui, existem inúmeras diferenças.

Aqui, eu quero concluir dizendo que nós precisamos apostar não só no reconhecimento indígena, no reconhecimento das mulheres, no reconhecimento das diferentes etnias. Entretanto, não basta só reconhecer. Eu penso que nós precisamos reconhecer politicamente: reconhecer politicamente as nossas diferenças culturais, reconhecer politicamente as nossas diferenças sociais e reconhecer politicamente as nossas diferenças individuais. Colocado isso dentro desta pauta, hoje, da discussão da reforma política, vem acompanhado com isso, como também foi dito aqui com muita autoridade, que estamos vivendo num processo de discriminação e de preconceito, num País que discrimina e que, de alguma maneira, gera preconceito.

Então, eu penso que precisamos fortalecer também algumas sementes que aqui estão postas, que foram conduzidas pelo próprio Senador Paim, como o programa Cantando as Diferenças, do qual o senhor é autor, que deixou uma semente, que o senhor também, nesta Comissão, já lançou há dois anos, que é a campanha nacional Preconceito, Discriminação Zero.

Então, essas campanhas, contemplando aquilo que o nosso Senador Cristovam Buarque, que sempre dá uma aula, que abre a discussão... Quer dizer, nós podemos fortalecer a campanha nacional Preconceito, Discriminação Zero; podemos fortalecer, no País, essa ideia de que é necessário, sim, reconhecermos politicamente as diferenças culturais, sociais e individuais. Que possamos fazer esse debate da reforma política de forma conjunta, para atravessarmos mais esse rio. Tenho certeza, com a sua orientação, de que vamos, sim, conseguir pelo menos apresentar as visões desse conjunto de pessoas que aqui se encontram na Comissão de Direitos Humanos, sob a sua Presidência.

Agradecemos, então, em nome da universidade, da ULBRA, e do curso de Ciências Políticas por este espaço. Também agradeço muito pela aula que nós recebemos. Quero dizer, aqui: nosso companheiro Tukano. Em nome dele, quero agradecer por toda a aula que nós tivemos aqui, em que vocês nos possibilitaram a tradução de algumas ideias que são fundamentais para a democracia do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao professor Ottmar Teske, que falou pelas nossas universidades, do pensamento da academia, muito bem colocado também.

Agora, o nosso último convidado a fazer uso da palavra – porque os daqui da mesa se sentiram contemplados a partir das exposições e já é quase uma e meia – seria o Wagner Gomes, CTB. O representante do Sr. Wagner Gomes, que é o Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, é o com-

panheiro sempre presente Joilson Cardoso, que é da Executiva da CTB.

O SR. JOILSON CARDOSO – Agradeço ao Senador Paim pelo convite.

A pergunta que não quer calar é: a reforma para quem e para quê? Essa é a grande pergunta que temos de buscar responder, que o Parlamento brasileiro tem de responder.

Sob o ponto de vista das centrais sindicais e da CTB, em especial, nós queremos uma reforma política para ampliar a democracia no Brasil, não para restringir. Nós queremos uma reforma política para fortalecer o instituto dos partidos políticos. Os partidos políticos são importantes no processo da democracia, portanto, fortalecer os partidos e permitir o pluralismo partidário na nossa democracia é essencial.

Defendemos o instituto do voto proporcional, contra a iniciativa do voto distrital e, pior ainda, do tal de "distritão", que é uma espada, uma ameaça sobre a democracia brasileira, porque tanto o voto distrital, como o "distritão" suprimem o instituto da proporcionalidade e impõem uma hegemonia dos grandes partidos. Isso, não.

Financiamento exclusivamente público. Tem iniciativa de colocar financiamento misto... O público já existe, mas a predominância dos valores declarados, somados aos não declarados, é da iniciativa privada, que tem um *lobby* pesado sobre os temas e os debates que temos de fazer sobre as estruturas do nosso País.

Portanto, a defesa do financiamento exclusivamente público, a defesa no voto proporcional em lista pré-ordenada, que, no meu entender, não está condicionada à questão de financiamento, à questão de princípio.

Se nós queremos fortalecer os partidos, se nós queremos ir na direção contrária ao personalismo político... A pessoa não se pode eleger porque é um grande personagem, um grande artista. A pessoa tem de se eleger porque tem uma plataforma, porque tem um compromisso com a sociedade brasileira. E que tal se esse compromisso, ao invés de ser individual, fosse um compromisso coletivo, formulado a partir de um programa, a partir de uma plataforma anunciada para o povo brasileiro? Eu acho que os partidos políticos incorporam bem essa possibilidade.

Na questão da democracia direta, chamada participativa, o plebiscito revogatório, o direito de o povo eleger e também, quando houver algum problema, ter o direito de revogar o mandato de qualquer eleito.

Nós temos uma reserva e somos contra a candidatura avulsa, porque a candidatura avulsa vai contra todos esses princípios que estou colocando: o fortalecimento dos partidos, os projetos coletivos, etc. O que representaria uma candidatura avulsa? Representaria uma entidade, um ser com uma entidade em si mesmo. Nós não acreditamos nesse instituto da candidatura avulsa.

Aqui no Senado, se aprovou, também, um princípio chamado "janela para trair". É um período, durante o processo do mandato, em que o parlamentar ou o político poderia mudar de partido sem nenhuma sanção. Nós estamos chamando isso de uma "janela para trair". A traição seria não dentro daqueles princípios que a lei já prevê – de incompatibilidade, de mudança de programa ou de fusão partidária –, mas uma janela eu acho que não seria saudável para a democracia brasileira.

Por fim, Paim, um pedido, que eu acho que poderia ser encaminhado na Casa, no sentido de usar os instrumentos da Casa para essa participação popular, não só se restringindo a essa necessária audiência pública, mas usando a TV Câmara para chamar os movimentos sociais, os institutos dos partidos políticos de todas as matrizes, que têm, lá, suas fundações, que estão formulando políticas para fazer o debate, além de incorporar, também, o Senado Federal nas audiências públicas que, hoje, a Câmara está produzindo com a frente parlamentar, que é conjunta, Câmara e Senado.

Agradeço, mais uma vez, o convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado ao Wagner e ao Joilson Cardoso, representando o Wagner aqui.

O Wagner me ligou, por isso estou insistindo tanto. Ele fez a gentileza de dizer: "Olha, eu não estou aí, o Joilson está atrasado devido ao tráfego, mas ele vai". Então, obrigado ao Wagner e, especialmente, ao Joilson por sua exposição.

O SR. JOILSON CARDOSO (*Intervenção fora do microfone.*) – Todas as vezes que convocado, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos, neste momento, ao último, o Presidente do Fórum Social dos Trabalhadores, Lourenço Ferreira do Prado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Também para reiterar o agradecimento que já fizemos no início da nossa fala, no período matutino, ao eminente Senador Paim, e dizer que nós entendemos que essa reforma política tem de ser uma reforma política para melhorar, não para piorar. Sabemos que há um pessimismo, de certa forma, em algumas manifestações, na imprensa, etc. Sabemos que há dificuldades, mas, na verdade, é o seguinte: há interesses, mas a gente tem de ousar.

Os movimentos sociais aqui presentes, não tenham dúvida nenhuma, reiteram e ratificam esse tipo de entendimento.

A gente aprende muito numa audiência como esta. Eu, pessoalmente, aprendi muito aqui, hoje. Por exemplo, desde o começo que me dou por gente, eu entendo que os nossos símbolos são o Hino, o Selo, o nosso idioma e, agora, o nosso representante tukano, aqui – Tukano no nome –, das comunidades indígenas, lembra-nos que, realmente, há dezenas e dezenas de idiomas por aí sendo falados, e a gente se louva apenas no idioma Português, no idioma do colonizador.

Se a gente vai para outros países, também, nós vemos diversidade de outros idiomas. Se vão, por exemplo, ao Paraguai, os companheiros, quando querem falar coisas mais sérias, inclusive, num debate a que compareci lá, junto com um companheiro... Eu, na época, era CGT ainda, e o debate era contrário às prisões e assassinatos de dirigentes sindicais no Paraguai. O companheiro do Paraguai, quando falou, só falou em guarani, ele não quis falar em espanhol. Ele falou em guarani.

Se a gente vai, também, para outros países, como, por exemplo, o Canadá, o Canadá tem dois idiomas. Tem o inglês e tem o francês, mas também não deixa de ser o idioma dos colonizadores.

Então, eu acho que exemplos existem muitos e a gente tem de se habituar, também, porque existe um idioma de que se pode dizer que seja majoritário, seja dominante, o idioma Português, que é o idioma do colonizador, não resta dúvida nenhuma, mas temos de ver que aqueles que são os proprietários da terra, os donos da terra, aqueles que estavam aqui quando aqui chegaram os colonizadores, os descobridores, devem ter uma possibilidade, também, em seu idioma, inclusive ensinado em escolas também.

No mais, Senador Paim, reitero o agradecimento. Nós já colocamos, está de forma gravada, a nossa posição a respeito de lista fechada; da questão de voto distrital; de financiamento público de campanha; de cláusula de barreira; fidelidade partidária; fim da reeleição para o Poder Executivo, evidentemente, respeitando a regra de quem está no cargo poder concorrer; a questão do caixa 2, que acho que bate com o financiamento público de campanha; e a questão das candidaturas avulsas e autônomas, que, realmente, foram afloradas aqui com as questões indígenas, especialmente quando os companheiros colocam que nós temos cinco prefeitos e diversos vereadores, e seria necessário que houvesse uma candidatura autônoma e avulsa para que esses povos também, que são os donos da terra, tivessem possibilidade de ter representantes na casa do povo, na Câmara e também naquele que representa os Estados brasileiros, que é o Senado Federal.

Muito obrigado, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Lourenço Ferreira do Prado.

Sei que nós continuaríamos aqui o dia todo, mas eu estou com problema de horário...

A SRª ANALBA BRAZÃO TEIXEIRA – (*Intervenção fora do microfone*.) – Só para divulgar o nosso *site*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – *Ok*. Fale, então.

A SRª ANALBA BRAZÃO TEIXEIRA – Eu queria aproveitar este momento para divulgar o site www.reformapolitica.org.br, que trará toda a nossa plataforma de movimentos sociais, programas de rádio e vários documentos que podem ser acessados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem.

Eu quero só agradecer a todos. Dessa audiência pública eu vou remeter uma cópia a todos os Senadores, porque é uma segunda-feira e, na segunda, muitos Senadores ficam nas suas bases, isso é real.

O objetivo nosso, aqui, é fazer o debate com a sociedade e aproveitar o espaço pela TV Senado. Os senhores podem ter certeza de que – eu não diria quantos milhões – mas que milhões de pessoas assistiram ao debate.

Quanto ao apelo que recebi aqui, dentro do possível, farei todos os esforços para que esse debate chegue a toda a sociedade brasileira, para que os movimentos sociais, todas as centrais, confederações, associações de bairro, grêmios estudantis, a UNE, enfim, para que todos possam participar desse debate e que a votação só aconteça depois de uma grande participação do conjunto da sociedade brasileira.

Eu tenho as minhas posições, mas, como eu mediei o debate, eu vou deixar por aqui. Eu confesso a vocês, com todo o carinho, que a questão mais polêmica foi a candidatura avulsa. Eu não vou fazer defesa, mas eu confesso que sou simpático à candidatura avulsa e vocês sabem. Eu sou simpático à candidatura avulsa. É uma divergência natural e muito boa.

Eu escrevi um artigo numa época, inclusive, nessa linha da simpatia, e mostro que em inúmeros países do mundo onde os partidos são muito fortes existe a candidatura avulsa. Ela não enfraquece os partidos políticos. Eu sou um homem de partido, então, falo isso com a maior tranquilidade.

Só como exemplo, nos Estados Unidos da América, com dois partidos fortes, onde se tem candidatura avulsa, um negro se elegeu Presidente daquele país. Só como exemplo, eu não vou fazer defesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso mesmo, por isso mesmo. Não prejudica os partidos políticos na eleição de seus candidatos.

E por que não deixar as candidaturas avulsas que expressem opiniões que eles entendem que este ou aquele partido não representam? Eu não me lembro de nenhum – nenhum – Presidente da República, em nenhuma parte do mundo, que se elegeu pela candidatura avulsa, mas, na democracia plena, por que não deixar que alguns segmentos disputem? O Senado aprovou aqui. A experiência vai ser nos Municípios, para que vereadores e prefeitos possam ter esse direito.

É claro que quem vai pelo partido tem muito mais chances de se eleger, porque tem toda a estrutura partidária, mas por que não permitir que, heroicamente, um setor da sociedade queira indicar alguém para concorrer a este ou àquele cargo? Nós não estamos fazendo defesa.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos.

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia dezenove de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Vicentinho Alves, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, João Alberto Souza, Ataídes Oliveira, Demóstenes Torres, Cyro Miranda, Marinor Brito e Randolfe Rodrigues**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA: Item 1**. **Requerimento nº 63 – CDH, de 2011**, que requer seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de discutir o Teste do Pezinho. Com a proximidade do dia 06 de junho, data instituída pelo governo do presidente Lula como "Dia Nacional do Teste do Pezinho", parece-nos apropriado aproveitar o momento para exaltar os avanços obtidos junto à sociedade brasileira com a aplicação do referido teste, bem como para analisar as eventuais possibilidades de aprimoramento na sua utilização. Para realização da audiência pública sugerimos à Secretaria desta Comissão identificar junto às autoridades e aos especialistas de saúde envolvidos com o assunto os convidados mais adequados para participar como debatedores na reunião. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 2**. **Requerimento nº 64-CDH, de 2011,** que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos o combate a Violência contra os Idosos."Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item 3. Requerimento nº 65- CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos a importância da cidadania cigana. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 4. Requerimento nº 66 – CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos os efeitos da contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro-BA. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 5. Requerimento nº 67 -CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater a proposta da ANVISA de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 6. Requerimento nº 68 -CDH, de 2011**, que requer, a realização de diligências regionais, para apurar a violência no trânsito, bem como a situação dos motoristas profissionais no país, com a finalidade de instruir o PLS 271, de 2008, que institui o Estatuto do Motorista. As diligências acontecerão nas seguintes regiões/cidades: Região Sul – Curitiba; Sudeste – São Paulo; Centro-Oeste – Cuiabá; Nordeste – Salvador; Norte – Belém; MERCOSUL – Porto Alegre; Nacional – Belo Horizonte, com data e horário a serem definidos pela Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 7. Requerimento CDH, de 2011**, que requer, nos termos regimentais, seja aditado ao Requerimento nº 26, de 2009 – CDH, que criou a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária da Amazônia Legal, a competência para desenvolver ações com vistas ao combate das formas contemporâneas de escravidão, tema de extremo interesse nacional. Dessa forma, requeiro também que a subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Adiado**. **Item 8. Requerimento n, de 2011**, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, com vistas a expor as diretrizes da política nacional sobre as drogas, para os próximos anos. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: **Adiado**. **Item 9. Requerimento nº 69-CDH, de 2011,** que requer, nos

termos do artigo 58, inciso II da Constituição Federal, artigos 90, inciso II e 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, seja feita audiência pública, com entidades da sociedade civil, destacando OAB, CNBB, e Conselhos de Líderes Religiosos Brasileiros, dentre outras, que serão indicadas posteriormente, para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, em apreciação nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, antes da votação do parecer sobre a matéria. Autoria: Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores. Resultado: **Aprovado**. **Item 10. Requerimento CDH, de 2011**, que requer realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no dia 26 de maio do corrente ano, com o objetivo de discutir "Cidadania LGBT – Conquistas e Desafios. Esta Audiência Pública terá a participação dos seguintes convidados: Michael Donald Kirby – Juiz aposentado da Suprema Corte Australiana, Jurista e Acadêmico; Maria do Rosário – Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República; Ellen Gracie – Ministra do Supremo Tribunal Federal; Representante da – ABLGT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Representante da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: **Adiado**. **Item 11. Requerimento nº 70 – CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debater sobre o conteúdo das declarações divulgadas no programa Conexão Repórter, exibido pela Rede SBT no último dia 30 de março deste ano, requeiro que sejam convidados para a referida audiência: O senhor Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, que teve participação ativa no combate das forças militares ao movimento que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia;O senhor João Lucena Leal, que trabalhou nos órgãos de segurança interrogando diversos militantes de organizações de esquerda, sendo citado por diversos sobreviventes em seus depoimentos ao Projeto Brasil Nunca Mais. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: **Aprovado**. **Item 12. Requerimento nº 71 -CDH**, de 2011, requeiro, nos termos do §1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o III Plano Nacional de Direitos Humanos, constante do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio, de 2010, bem como a Mensagem nº 229, de 2010, do Presidente da República, que trata do projeto de lei que 'Cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Presidência da República', seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de prestar informações e esclarecimentos pertinentes às diretrizes e objetivos estratégicos quanto ao direito à memória e à verdade. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: **Aprovado**. **Item 13**. **Requerimento nº 72 – CDH, de 2011**, "Requeiro, nos termos do §1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o III Plano Nacional de Direitos Humanos, constante do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio, de 2010, bem como a Mensagem nº 229, de 2010, do Presidente da República, que trata do projeto de lei que 'Cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Presidência da República', seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de prestar informações e esclarecimentos pertinentes às diretrizes e objetivos estratégicos quanto ao direito à memória e à verdade."Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: **Aprovado**. **Item 14. Requerimento nº 73-CDH, de 2011**, "Requeiro, nos termos do §1º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e §1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o III Plano Nacional de Direitos Humanos, constante do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio, de 2010, bem como a Mensagem nº 229, de 2010, do Presidente da República, que trata do projeto de lei que 'Cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Presidência da República', seja convidada a Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Diretos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de prestar informações e esclarecimentos pertinentes às diretrizes e objetivos estratégicos quanto ao direito à memória e à verdade." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: **Aprovado**. **Item 15**. **Requerimento nº 74-CDH, de 2011**, "Nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar dos dados e informações constantes da publicação "Conflitos no Campo Brasil 2010", divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, com a presença das seguintes entidades: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Ordem dos Advo-

gados do Brasil – OAB; Ministério Público Federal – MP; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República – SNDH/PR; e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: **Aprovado**. **Item 16**. **Requerimento nº 75-CDH, de 2011**, "Nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar dos dez anos da aprovação e implementação da Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que 'dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental". Para a realização da referida audiência propõe-se que sejam convidados os Órgãos e instituições que seguem: Ministério da Saúde – MS – Coordenação de Saúde mental; Conselho Federal de Medicina – Câmaras Técnicas de Saúde mental; Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP; Associação Brasileira de Familiares e Portadores de Transtorno Mental; Promotoria da saúde do Ministério Público Federal; Conselho Nacional de Saúde – CNS; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEM; Representante da Organização Mundial de Saúde – OMS; e Prof. Ronaldo Laranjeira. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: **Aprovado**. **Item 17**: **Requerimento CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, devendo ser convidados o Sr. Aldo Moura, presidente da Associação "DDT-A Luta Pela Vida", situada no Acre, e do Sr. Rui Gomide, presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que sucedeu em nível de Governo Federal a antiga Superintendência de Campanha da Malária (Sucam), e o Sr. Gerson Penna, Chefe da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos sobre as condições de saúde dos ex-funcionários da Sucam, intoxicados pelo DDT durante a utilização desse inseticida no trabalho de campanha contra as endemias de toda a natureza no Brasil. Autoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: **adiado**. **Item 18**: **Requerimento CDH, de 2011**, Requer, nos termos regimentais, que a CDH manifeste a importância do Ministério da Saúde e da ANVISA darem prioridade para a realização de pesquisa científica na utilização da Euphorbia tirucalli, cuja denominação popular é Avelós, uma planta de origem africana encontrada no norte e no nordeste do Brasil, para o tratamento do Câncer." Autoria: Senador Wellington Dias. Resultado: **adiado Item 19** – Terminativo – **Aviso nº 59, de 2008**, encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão n° 2166/2008, proferido nos autos do processo TC 004.524/2007-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre Relatório de Auditoria realizada na Fundação Nacional do Índio – FUNAI, sobre os procedimentos para demarcação de terras indígenas. Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pelo arquivamento da matéria, bem como dos documentos que acompanham o Aviso. Resultado: **Aprovado** após a inversão de pauta. **Item 20**. Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008**, que obriga os Centros de Formação de Condutores a adaptar 10% (dez por cento) de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências. Autoria: Deputado Pompeo De Mattos. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo), aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Resultado: **Adiado**. **Item 21**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008**, que altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 421/2008, bem como pela rejeição da Emenda nº 2 – Plenário. Resultado: **é concedida vista a Senadora Ana Rita**. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008**, que altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. **Item 22**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2010**, que altera as Leis nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 – que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 -, para estabelecer, no âmbito desses programas, atendimento prioritário a estudantes afastados do convívio familiar, nas situações que especifica. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado**. **Item 23.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010**, que autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a

aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Marisa Serrano. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Adiado**. **Item 24**. Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 2009**, que altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos). Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a emenda já aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Resultado: **Adiado**. **Item 25**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004**, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências. Autoria: Senadora Roseana Sarney. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatoria *ad hoc*: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Peja rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 211/2004 e nº 229/2008 (apensado). Resultado: **Adiado**. **Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2008,** que obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas. Autoria: Senador Raimundo Colombo. **Item 26**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão "pessoa com deficiência". Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Marinor Brito. Relatoria *ad hoc*: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria com emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 27**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo CCJ), com a SubEmenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 28**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 29**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008**, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 30**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 1, 2 e 3 – CCJ. Resultado: **a Senadora Ana Rita solicita que o projeto seja retirado de pauta**. **Item 31**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2008**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis. Autoria: Senador João Vicente Claudino. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do Substitutivo aprovado na CCJ. Resultado: **Adiado**. **Item 32**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº1-CAS, nº 2-CAS e nº 3-CAS aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Resultado: **Adiado**. **Item 33**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2009**, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 1-CI e pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 34**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relato-

ria *ad hoc*: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas que apresenta. **Item 35**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2003**, que modifica os artigos 121 e 122 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CCJ aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e cidadania (CCJ). Resultado: **Adiado**. **Item 36**. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2008, que acrescenta dispositivos à Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrivão constitui modalidade de deficiência física. Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senadora Marisa Serrano. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo), com três Subemendas que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Extrapauta**: **Item 1**. **Requerimento nº 76-CDH, de 2011**, que requer nos termos do inciso II do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa para debater "O sistema de Cotas para negros: constatações", a ser realizada no dia 31 de maio de 2011, com a participação dos seguintes convidados: Dr. José Geraldo de Souza Júnior – Magnífico Reitor da Universidade de Brasília; Dr. Márcio Thomaz Bastos – Advogado representante da UNB junto ao STF; Dr. Sales Augusto dos Santos – Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB); Dr. José Jorge de Carvalho – Professor do Departamento de Antropologia e especialista em Ações Afirmativas no Brasil; Frei David Santos (OFM – Fundador do Educafro; e Representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Demétrio Magnoli – Sociólogo; Roberta Kaufmann – Advogada; Simon Schwartzman – Ex-Presidente do IBGE; Reinaldo Azevedo – Jornalista; e Ali Kamel – Diretor de Jornalismo da Rede Globo de televisão.". Autoria: Senadora Ana Rita. Resultado: **Aprovado. Item 2**. **Requerimento nº 77-CDH, de 2011**, que requer, nos termos do art. 223 combinado com o art. 222 do Regimento Interno, que o Senado Federal aprove (encaminhe a alguém, ou publique nos anais da casa, etc.) voto de censura em repúdio a violência cometida contra jornalistas na América Latina." Autoria: Senador Demóstenes Torres. Resultado: **Aprovado. Item 3**. **Requerimento nº 78-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debatermos o plano de trabalho das diligências regionais, afim de apurar a violência no transito, bem como a situação dos motoristas profissionais no país, nas seguintes regiões/ cidades: Região Sul – Curitiba; Sudeste – São Paulo; Centro –Oeste Cuiabá; Nordeste – Salvador; Norte – Belém; MERCOSUL – Porto Alegre; Nacional – Belo Horizonte." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente suspende a Reunião às nove horas e trinta e dois minutos e reabre às dez horas e três minutos. O Senhor Presidente dá a palavra ao Senhor Edison Santana Gonçalves Filho, concursando do 4º Concurso da Defensoria Pública da União, em homenagem ao dia do Defensor Público. O Senhor Edison Santana Gonçalves Filho faz pronunciamento destacando a necessidade de aumentar os quadros de Defensores Públicos da União. Assumem a presidência eventual o Senador Randolfe Rodrigues e a Senadora Ana Rita. Fazem uso da Palavra os seguintes senhores Senadores: Paulo Paim, Ataídes Oliveira, Marinor Brito, Lídice da Mata, Ana Rita, Demóstenes Torres, João Alberto, Randolfe Rodrigues e Eduardo Amorim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e quarenta nove minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A sessão de hoje destina-se a aprovar uma série de requerimentos. E só poderão ser votados os chamados projetos não terminativos.

Nós pretendemos encerrar esta reunião em torno de 10h, 10h30, porque hoje lançaremos também, lá no Petrônio Portella, a Frente Parlamentar Mista, de Senadores e Deputados, que vão discutir o Estatuto do Motorista. É um projeto de nossa autoria, que visa regulamentar a situação de motoristas de ônibus, de caminhão, de táxi, de van, enfim, de todo aquele que dedica a sua vida a ser profissional do volante.

Vamos ter encontros em cinco regiões do País e, com certeza, hoje teremos um grande evento lá no Petrônio Portella. O primeiro encontro regional será em Curitiba, no dia 27, e, naturalmente, os Senadores serão todos convidados a participar desse evento.

O projeto está aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Então, o objetivo desses encontros regionais será instruir o PL do Estatuto do Motorista, que é de nossa autoria.

Além dos requerimentos, não terminativos, queremos também, na abertura dos trabalhos, dar a oportunidade para os aprovados no DPU de 2010, a Comissão de Aprovados no 4ª Concurso da Defensoria Pública da União.

Cento e trinta milhões de brasileiros precisam de justiça, justiça mais social. A Defensoria Pública da União é responsável pelo atendimento de aproximadamente cento e trinta milhões de brasileiros que não têm como arcar com os custos de um advogado particular.

Embora o Governo tenha avançado, eles reconhecem, em diversas áreas sociais, ainda não está garantido o acesso de grande parte da população brasileira a uma ordem jurídica justa. Infelizmente, existem apenas 489 defensores públicos para atuarem perante os tribunais superiores e perante mais de cinco mil juízes em todo o País.

Enfim, em resumo, vou permitir que o representante dos concursados faça aqui o seu apelo a esta Comissão, e nós faremos depois o encaminhamento regimental.

O seu nome, por favor. (*Pausa*.)

Com a palavra, Edílson.

O SR. EDÍLSON SANTANA GONÇALVES SILVA – Gostaria, em nome da Comissão de Aprovados no último Concurso para Defensor Público Federal, fazer um apelo para que esta Secretaria pudesse enviar ao Ministério do Planejamento um ofício solicitando que fosse enviado em anteprojeto de lei, que lá se encontra, que prevê a criação de 600 cargos para defensor público federal. Esse anteprojeto encontra-se no âmbito do Executivo, e nós gostaríamos que fosse enviado para o Legislativo para que fosse votado e fossem criados esses cargos. Salientando que, atualmente, existem 180 candidatos aprovados no último concurso que não tomaram posse em virtude da falta desses cargos.

Como o senhor mesmo já falou, são apenas 481 defensores para atender à demanda em todo o Brasil, o que é insuficiente. O próprio Tribunal de Contas, este ano, apontou que há um déficit de, pelo menos, 807 defensores públicos federais.

Lembro também que hoje é o Dia Nacional da Defensoria Pública Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente. Por isso é que nós abrimos esta oportunidade para que vocês pudessem advogar a possibilidade de termos mais defensores. Sabemos que o papel de vocês será defender, principalmente, aqueles que mais precisam.

Então, em homenagem a este dia é que nós abrimos esta oportunidade. Até porque eu, depois da sua fala – depois, vou permitir que você reforce –, devo... Devo não, vou fazer.

É Dia do Defensor Público no Brasil. Caros amigos e amigas, não podemos deixar de homenagear hoje uma categoria profissional tão fundamental a todos os brasileiros, que são os defensores.

Abro esta reunião, falando que a Defensoria Pública é fundamental para que todos tenham acesso à Justiça. Nesta quinta feira, dia 19 de maior, o Brasil comemora o Dia da Defensoria Pública. Há de fato muito a festejar, se lembrar, mas também temos que avançar. Por isso a fala muito bem colocada aqui do Edilson.

Lembramos aqui que, desde a Emenda nº 45, de dezembro de 2004, a Defensoria se fortaleceu, adquiriu autonomia funcional, administrativa e a iniciativa para fazer as suas propostas, inclusive junto ao Orçamento Geral da União.

Reafirmo que não há efetivo acesso à Justiça sem uma Defensoria Pública forte e atuante. Segundo a Constituição Federal, o Estado tem o dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, incumbindo-lhe orientação jurídica e o direito a defesa em todos os graus que entender necessário. O defensor público tem como missão atuar ao lado das pessoas que precisam da Justiça e não podem pagar um advogado.

Já o Sindicato dos Defensores Públicos informa que há carência de profissionais em todo o País, como foi aqui muito bem relatado. Por tudo isso, os defensores públicos reafirmam que desempenham com muito orgulho um papel político fundamental para a consolidação da democracia e da garantia dos direitos fundamentais e humanos, e porque não dizer dos direitos humanos.

Aproveitamos a oportunidade para cumprimentar a Defensoria Pública do nosso País, que vem crescendo com autonomia e, ao mesmo tempo, fortalecendo a nossa própria instituição. Este fortalecimento ocorre porque os defensores públicos atuam na linha de ponta, ao lado dos menos favorecidos.

Ao fazermos essa pequena introdução sobre um dia tão importante para todo o povo brasileiro, aproveitamos para fazer um apelo aos órgãos do Governo para que atendam ao pedido aqui feito pelos aprovados da DPU/2010, e vamos encaminhar documento por escrito aos respectivos Ministérios. Entendo eu que ao Ministério da Justiça, ao Ministério do Planejamento. O documento está sendo formulado pela Comissão de Aprovados no 4º Concurso de Defensoria Pública da União.

Edilson, quer complementar?

O SR. EDILSON SANTANA GONÇALVES FILHO – Reitero as palavras de V. Exª e lembro que no âmbito da Defensoria Pública da União não existe autonomia. Por isso, se depende do Poder Executivo para a criação dos referidos cargos, motivo pelo qual os cargos encontram-se no âmbito do Planejamento e é necessário o envio para a Casa legislativa, para que possa ser aprovado e possamos ampliar os quadros da Defensoria Pública da União.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aqui conosco a Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão, e nós vamos dar o devido encaminhamento. Vou pedir a vocês que conversem com um dos assessores para que na formulação do documento fique bem claro qual o pleito – que você explicou aqui com muita clareza.

Nós todos temos interesse na ampliação do número de defensores públicos, porque esse é o caminho para construirmos de fato – como aqui diz muito bem – a Justiça; uma Justiça mais social, como o que está escrito no panfleto muito bem elaborado por vocês. O.k.? Missão cumprida? Converse, então, com a nossa assessoria.

Vou também encaminhar, neste momento, e dizer que recebi do Senador Epitácio Cafeteira o seguinte documento:

"Prezado Senador Paim, Presidente da CDH

Recebi um pedido desesperado de uma família brasileira que se encontra na maior angústia com a situação de um filho preso há mais de dois no Estado do Arizona, nos Estados Unidos.

Como se pode ver na correspondência a seguir, tudo indica que o direito dos acusados são veementemente negados e a fiança estipulada é notoriamente absurda.

Diz a carta:

> "Senador Paim, meu filho Ricardo Costa divorciou-se depois de 16 anos de casamento com uma americana. Por ele ter arranjado uma namorada, a ex-esposa, por vingança, o acusou de abusos dos filhos. Ricardo está preso há 863 dias no Arizona e, desde novembro de 2010, está na solitária. A Constituição, no art. 6º, assegura o direito – que não é cumprido – de que, depois de 150 dias de prisão e julgamento, ela possa responder em liberdade. Esse direito lhe foi negado.
>
> O art. 8º estabelece que a fiança deve ser de acordo com as posses de cada pessoa – aí é que está o imbróglio todo. Ricardo não é rico nem famoso e recebeu a maior fiança da história dos Estados Unidos: U$75 milhões.
>
> É claro que é um ato de xenofobia, de preconceito contra um brasileiro. Ele tem situação legal, ficha criminal limpa, green card, entrou pela porta da frente, com passaporte, casou e tem três filhos americanos. O que queremos? Somente o julgamento, que ele possa se defender. Ele tem 145 testemunhas, que conhecem e convivem com ele nos 17 anos na pequena cidade de Sedona, no Arizona.
>
> São várias matérias que poderíamos solicitar que V. Exª conheça mais a história.
>
> Em resumo, nós só pedimos os direitos que a Constituição americana assegura. Nós sabemos que ele é inocente [diz a mãe, não estamos aqui fazendo nenhum julgamento], mas isso não vem ao caso. Só queremos que sejam assegurados a ele os direitos de uma julgamento. E que no julgamento se prove que ele é culpado ou inocente.
>
> Queremos que ele seja julgado [é o que estão pedindo aqui]; julgado em consequentemente, possa se defender.
>
> Se puder, eu lhe agradeço.
>
> Meu nome é [não esconde] é Rosa Cristina Azevedo Souza Costa."

O Senador Epitácio Cafeteira encaminha esta carta a esta Comissão de Direitos Humanos, pedindo que o Presidente dê o encaminhamento que entender adequado.

Há aqui mais dados do Ricardo, que está preso nos Estados Unidos.

Ontem, no plenário mesmo, conversando com o Senador Eduardo Suplicy, ele já conhecia o caso e tinha encaminhado – também ele – uma carta às autoridades. Combinei o seguinte encaminhamento, Senador Epitacio Cafeteira: o Senador Eduardo Suplicy, que estudou o caso, vai enviar cópia da carta que ele remeteu às autoridades competentes – à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e ao Itamaraty – e nós faremos o mesmo encaminhamento, mas, agora, em nome da Comissão de Direitos Humanos. Eu, como Presidente, assumo, já que não podemos votar naturalmente isso, então, eu farei uma carta em nome da presidência desta Comissão e baseado no próprio documento já formulado pelo Senador Suplicy, tanto à Embaixada dos Estados Unidos como ao Itamaraty.

Avançando na nossa pauta de hoje, queria ainda, Senadora Ana Rita, não deixar de lembrar que ontem V. Exª fez um belo pronunciamento em plenário – não só V. Exª, não quero fazer nenhuma injustiça – mas a Senadora Gleisi Hoffmann, Senadora Lídice da Mata, Senadora Vanessa Grazziotin e Senadora Angela Portela. Citei mais as mulheres, mas outros homens também

fizeram. Estou me lembrando aqui numa homenagem às mulheres, que são mães, que fizeram belos pronunciamentos e nós aqui, na abertura, não podemos deixar de lembrar a importância do dia de ontem – Dia Nacional de Luta contra o Abuso e Exploração Sexual das Crianças e Adolescentes.

Abrimos esta reunião lembrando que ontem foi o dia nacional de luta contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, instituído pela Lei Federal nº 9970. A data foi escolhida porque, em 18 de maio de 1973, em Vitória, Espírito Santo – e V. Exª poderá comentar em seguida, se assim entender – um crime bárbaro chocou todo o País, e ficou conhecido como crime de Araceli. Esse era o nome de uma menina de apenas oito anos de idade que foi raptada, drogada, estuprada, morta e carbonizada por jovens da classe média alta daquela cidade. Esse crime, apesar de sua natureza hedionda, prescreveu impune, o que é muito, muito grave. Para o Governo, o movimento social brasileiro em defesa dos direitos da criança e do adolescente e a Unicef, a data é mais um elemento para a mobilização da sociedade no enfrentamento da violência sexual. Segundo o relatório geral da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que apresenta os dados do Disque Denúncia Nacional, entre maio de 2003 e março de 2010, foram realizados mais de dois milhões de atendimentos, sendo recebidas e encaminhadas mais de 120 mil denúncias em todo o País.

Outra informação importante que os alunos passaram para a população foi a diferença entre abuso e exploração sexual. A primeira é quando um adulto utiliza o corpo de uma criança para praticar um ato sexual; a segunda é quando uma criança é explorada sexualmente com a intenção de se obter lucro. Vale lembrar que a luta para colocar fim ao abuso tem sido pauta permanente tanto da Bancada feminina quanto da Bancada masculina no Parlamento, na sociedade brasileira e, naturalmente, aqui especificamente, no Senado da República, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores. Eu mesmo participei de CPI, liderada pela hoje Ministra Maria do Rosário e pela ex-Senadora Patrícia Saboya. Enfim, temos avançado muito com o Disque 100, criado pelo Governo Federal, que permite à população fazer denúncias sobre violência contra crianças e adolescentes.

Desde que foi criada em maio de 2003 até 26 de março desta ano, o Disque 100, repito, recebeu mais de 150 mil denúncias entre ligações. Houve o registro de cerca de 167 mil casos de abuso sexual. Hoje estamos instalando aqui – e essa é a introdução que faço – a subcomissão permanente da criança, do adolescente, da juventude e do idoso, que será presidida pela Senadora Marinor Brito. Por entendimento, chegamos, todos, ao acordo de que, nós dois, como Presidente e Vice, estaríamos nesta Comissão, mas que será presidida, mediante votação, claro, pela Senador Marinor Brito do PSOL e terá como Vice o Senador Crivella. Isso mostra que essa é uma luta de todos, de homens e mulheres.

São membros titulares da Subcomissão: Paulo Davim, Eduardo Amorim, Ataídes de Oliveira, Marinor Brito e Marcelo Crivella. Como suplentes – para mim, não há diferença entre suplentes e titulares; esta é a causa que está aí e que todos defendemos –: Ana, Rita, Vicentinho Alves, Garibaldi Alves, Wilson Santiago. Incluo-me aqui como suplente, se necessário, para dar quórum nas votações, se for o caso. Estou aqui disposto a ajudar, se necessário for.

Enfim, além do foco do combate à exploração sexual da criança e do adolescente, esta Comissão também vai cuidar de todos os temas relacionados à juventude e ao idoso. Logo que a Senadora Marinor brito adentrar, nós já poderíamos iniciar o processo de escolha do Presidente e do Vice, mediante acordo, já que será feito em cédula única.

Aproveito este momento ainda – permite-me ainda, depois passo a V. Exª para fazer os comentários – para lermos aqui os requerimentos daqueles Senadores que se encontram em plenário.

O primeiro requerimento é de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann e deste Senador, portanto, de Senadores que estão em plenário, tendo em vista o critério que adotamos aqui, mediante acordo de todos.

ITEM 1
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de discutir o Teste do Pezinho. Com a proximidade do dia 06 de junho, data instituída pelo governo do presidente Lula como "Dia Nacional do Teste do Pezinho", parece-nos apropriado aproveitar o momento para exaltar os avanços obtidos junto à sociedade brasileira com a aplicação do referido teste, bem como para analisar as eventuais possibilidades de aprimoramento na sua utilização. Para realização da audiência pública sugerimos à Secretaria desta Comissão identificar junto às autoridades e aos especialistas de saúde envolvidos com o assunto os convidados mais adequados para participar como debatedores na reunião."

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e Senador Paulo Paim.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos o combate a Violência contra os Idosos."

Autoria: Senador Paulo Paim.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos a importância da cidadania cigana."

Autoria: Senador Paulo Paim e outros Senadores.

Essa audiência está marcada, se não me engano, para o dia 24 ou 26.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos os efeitos da contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro-BA."

Autoria: Senador Paulo Paim, Senador Walter Pinheiro, Senadora Lídice da Mata e Senador João Durval.

Esse é um caso da maior gravidade. Foi procurado por um ministro do STJ, que me apresentou um vídeo. Trata-se de uma cidade completamente contaminada pelo chumbo, por uma empresa francesa. Então, além de uma série de autoridades que vamos convidar, vamos convidar também a empresa e o embaixador da França no Brasil.

Só vendo para acreditar! Como eu disse em plenário – não vou mostrar aqui neste momento, mas vou fazê-lo no dia da audiência –, quando o vídeo passou no meu gabinete, dos funcionários que estavam na sala, a metade saiu; os demais, ficaram chorando. O vídeo mostra parte das crianças e da população da cidade de Santo Amaro.

O Senador Walter Pinheiro conhece o problema e foi um dos primeiros a assinar o requerimento para essa audiência pública. Inclusive, a data desta audiência já está previamente agendada e as autoridades estão sendo convidadas.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligências regionais, para apurar a violência no trânsito, bem como a situação dos motoristas profissionais no país, nas seguintes regiões/cidades: Região Sul –Curitiba; Sudeste – São Paulo; Centro-Oeste – Cuiabá; Nordeste – Salvador; Norte – Belém; Mercosul – Porto Alegre; Nacional – Belo Horizonte, com data e horário a serem definidos pela Comissão."

Autoria: Senador Paulo Paim.

A primeira audiência será realizada dia 27, em Curitiba. As demais serão marcadas por esta Comissão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Senador Paim, nosso Presidente, bom dia.

Em nosso Estado do Tocantins, especialmente na nossa capital e nas nossas duas maiores cidades, Gurupi e Araguaína, o trânsito realmente é um caso sério também. Como faríamos para incluí-las nesse seu requerimento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desculpe-me, Senador. V. Exª quer...?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – No nosso Estado, também há problema de trânsito, que hoje é um caso de saúde em nosso País, e esse requerimento é louvável. Então, o que poderíamos fazer para incluir o nosso Estado nesse requerimento? Nós temos três cidades, incluindo a capital, onde o trânsito é o caos. Como poderíamos incluí-las para discutirmos também sobre o nosso Estado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ataídes, não há problema algum. Aprovamos o requerimento e vamos ajustar com V. Exª. Vou colocar o seguinte termo aqui: "e outras regiões a serem acordadas com os Senadores". Fica em aberto, e discutiremos como faremos o deslocamento.

Já lembro aqui o Espírito Santo; parece-me que Belém já está aqui – já está. E vamos colocar este adendo a pedido da Senadora Marinor Brito, do Senador

Ataídes Oliveira: "e outras regiões a serem ajustadas com os Srs. Senadores".

Se V. Exªs me permitirem, eu vou aproveitar que temos quórum para nós atingirmos o nosso objetivo número um – depois voltamos às votações dos requerimentos –, que é elegermos a nossa subcomissão em defesa da criança, do adolescente, do combate à exploração sexual, do jovem e do idoso.

Em votação o requerimento que acabei de ler, falando sobre os encontros, com o adendo aqui colocado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Proponho a minha assessoria, aproveitando a presença dos membros da Subcomissão, que façamos a devida votação. Isso é possível? *(Pausa.)*

Tenho uma série de requerimentos para ler, e a orientação é para que eu faça a leitura deles. Vai ser rápido.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais, para debater a proposta da ANVISA de retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite."

Nós já fizemos essa discussão aqui e acordamos, no fim da reunião, que faríamos uma outra audiência, ouvindo mais especialistas na área, principalmente médicos e, naturalmente, a Anvisa, sobre esta questão, junto com a Subcomissão de Saúde da Comissão de Assuntos Sociais.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento do item 6 eu já li. É aquele dos encontros regionais, que aprovamos com o adendo "e outras regiões a serem ajustadas com os Srs. Senadores". É sobre violência no trânsito e estatuto do motorista. Ele estava no plenário e eu o puxei para esta Comissão.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Excelência, a ideia é fazer o debate nas regiões com data a ser marcada?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com datas a serem agendadas.

Eu informava que estamos acelerando esta reunião de hoje porque, por volta das 10h, vamos lançar, no auditório Petrônio Portella, a Frente Parlamentar Mista – todos estão convidados, Senadores e Deputados –, para defendermos a valorização dos profissionais do volante, mas com foco também nos acidentes de trânsito. É esse o objetivo. Vai ser uma comissão ampla, acho que fazem parte mais de uma centena de parlamentares. A Deputada Jô iniciou lá na Câmara, e eu iniciei aqui no Senado. E vamos lançar a Frente no dia de hoje. Inclusive a ordem dos encontros nas região poderá ser definida naquele evento hoje lá no Petrônio Portella, a partir das 10 horas, 10h30min. Está certo?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – A Senadora Lídice da Mata pediu a palavra. Pediu a palavra para uma questão de ordem?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Coloque-a, então, por favor.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Só para uma breve comunicação, Sr. Presidente.

O senhor tem acompanhado, está bastante envolvido, assim como também os outros membros desta Comissão: estamos na Semana do Combate ao Abuso Sexual Infanto-Juvenil. Como consequência disso, temos hoje uma série de atividades, e eu sou palestrante num evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conanda, pela Childhood, essa ONG presidida pela Rainha Sílvia, da Suécia, que está agora abrindo um seminário na Câmara dos Deputados em função da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes. Trata-se de uma frente mista, do Senado e da Câmara, e, logo após, às 10 horas, vou participar como palestrante desse seminário. De forma que, como gostaria de contribuir para o trabalho desta Comissão, ajudando a dar quórum e votando nas proposições, eu queria sugerir que a gente pudesse adiantar o processo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Vou fazer um ajuste aqui, porque alguns Senadores já me falaram sobre essa situação. Então, vamos interromper a leitura dos requerimentos, para podermos deliberar inclusive sobre projetos não terminativos, e vamos abrir, neste momento, a reunião extraordinária com este objetivo: elegermos a subcomissão.

Assim, neste momento, suspendo as votações da Comissão de Direitos Humanos, dando um intervalo. Depois eu abro novamente para que a gente possa eleger os membros da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI

A reunião está suspensa.

(Suspensa às 9 horas e 32 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 2 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Retomamos os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, depois de termos feito uma pequena parada estratégica para eleger a nossa presidente da Comissão Permanente da Criança, Adolescente, Jovens, Adultos e Idosos.

O Senador Demóstenes Torres também está aqui, prestigiando a nossa Comissão, junto com o Senador João Alberto. Ambos estão aqui conosco.

Estamos retomando os trabalhos da Comissão exatamente na linha dos requerimentos.

Eu já tinha feito antes a leitura, mas acabei não colocando em votação, do requerimento que tem como objetivo a realização de audiências públicas para debatermos, discutirmos e fazermos diligências sobre o Estatuto do Motorista nas cinco regiões.

ITEM 6
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

Nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligências regionais, para apurar a violência no trânsito, bem como a situação dos motoristas profissionais no país, nas seguintes regiões/cidades: Região Sul – Curitiba; Sudeste – São Paulo; Centro-Oeste – Cuiabá; Nordeste – Salvador; Norte – Belém; Mercosul – Porto Alegre; Nacional – Belo Horizonte, com data e horário a serem definidos pela Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Como já havíamos feito o debate, apenas peço que, se os Senadores concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Vamos agora entrar...

O critério aqui, Senador Demóstenes, para situar todos, é de votarmos requerimentos sempre com os Senadores presentes. Então, neste momento, entramos no requerimento encaminhado a esta Mesa em substituição a um requerimento do Senador Magno Malta, do Senador Ataídes Oliveira.

O requerimento diz o seguinte:

ITEM 9
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

Os Senadores que subscrevem o presente, nos termos do artigo 58, inciso II da Constituição Federal, artigos 90, inciso II e 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requerem que seja feita audiência pública, com entidades da sociedade civil, destacando OAB, CNBB, Conselhos de Líderes Religiosos Brasileiros, Fenasp (Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política), através de seu Presidente, Wilton Acosta, dentre outras, que serão indicadas posteriormente, para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, em apreciação nessa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, antes da votação do parecer sobre a matéria.

Autoria: Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores

Senador Ataídes Oliveira, com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Quero, meu Presidente, fazer uma justificativa sobre o aludido requerimento. A minha justificativa desse requerimento de audiência pública, de autoria do Exmº Senador Magno Malta, é no sentido de se tratar de um assunto da mais alta relevância. Assim, vejo a necessidade de ouvirmos a opinião pública.

Essa é a nossa justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Ataídes Oliveira.

Eu havia conversado com aqueles que estão debatendo esse tema e chegamos, no meu entendimento, ao seguinte acordo. Primeiro, digo que coloco todos os temas na pauta – terminativos, não terminativos, requerimentos. E estes só são lidos com a presença dos autores. E V. Exª cumpre, nesse caso, o critério adotado pela Comissão estando aqui presente. E, aí, nós vamos combinar, naturalmente com aqueles que pensam a favor do 122 e aqueles que pensam contra o 122, para ver a data da audiência pública – e V. Exª será fundamental nessa construção. O Senador Walter Pinheiro, a Senadora Marta Suplicy, todos querem encontrar o caminho. Então, vamos combinar a data da audiência pública.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam que o requerimento entre em pauta extra...

Esclareço que ele entrou no lugar do requerimento que estava na pauta, de autoria do Senador Magno Malta. Entretanto, como Senador Magno Malta não está presente, V. Exª assumiu a autoria do requerimento em substituição a S. Exª.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram... (*Pausa.*)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Só um instante. Eu queria saber o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu li o conteúdo. Trata-se de uma audiência pública para debater o PLC nº 122. Ele lista aqui uma série de entidades religiosas, mas diz que fica aberto para todas as outras indicações que os Senadores entenderem adequadas para o bom debate da matéria.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, para debater o requerimento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É que o entendimento que nós tivemos aqui, que culminou na decisão da Senadora Marta Suplicy de retirar provisoriamente da pauta o PLC nº 122, era no sentido de que pudéssemos nos reunir primeiro para tomarmos uma decisão sobre que caminhos nós iríamos seguir sobre essa questão. Embora o Senador Magno Malta tenha proposto a audiência, embora o Senador Magno Malta tenha enviado para cá o requerimento, isso ainda não chegou a ser conversado, a ser acordado entre os integrantes da Comissão.

O Senador está no direito de colocar em votação o requerimento, mas eu queria encaminhar contrariamente, Senador Paulo Paim... Não contrariamente, em definitivo, à realização da audiência, porque não sou contra debater; muito pelo contrário. Mas nós poderíamos ter feito, inclusive naquele dia, o debate, quando estava na pauta o projeto de lei, para chegarmos a uma mediação sobre a metodologia da construção do acordo sobre o projeto de lei.

Eu não sei se aprovar essa audiência, aqui, agora, resolve o problema ou se vai ajudar no tensionamento do problema. Eu não sei se a Comissão de Direitos Humanos tem interesse em tensionar essa questão. Se nós tivéssemos interesse, não teríamos retirado de pauta o projeto de lei, até porque nós tínhamos a maioria dos Senadores aqui para aprová-lo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senadora, posso dar uma sugestão?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pois não, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Se o Senador Paulo Paim também concordar, bem como o Senador Ataídes Oliveira, nós poderíamos aprovar, e a conveniência de marcar ou não a audiência fica a critério do Presidente, que, ouvindo V. Exª, ouvindo o Senador Ataídes, ouvindo os demais interessados. Aprova-se, mas não se faz a audiência a não ser que seja necessário. Assim se encontra um termo para a discussão que V. Exª pleiteia.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Se isso estiver acordado e a ausência do Senador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ataídes.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...E o Senador Ataídes puder assumir por ele esse compromisso, eu concordo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Assume. Nós todos assumimos.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, fico surpreendido, e me surpreendo, Senadora Marinor – a quem respeito muito, a quem admiro muito – a colocação que a senhora acabou de fazer, uma vez que a nossa Senadora Marta Suplicy, no seu requerimento logo após o nosso, o Item de nº 10, também requer que seja ouvida a opinião pública. Então, eu imagino que está havendo uma falta de comunicação entre a senhora e a nossa Senadora Marta Suplicy, porque ela requer também. E acho de uma tremenda valia, diante desse assunto tão delicado, que ouçamos a opinião pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, apenas um esclarecimento: não está havendo nenhuma desconexão entre o que estou dizendo e o que a Senadora Marta Suplicy está pensando, porque há um requerimento na Mesa que retira o requerimento de votação do Item 10, exatamente por conta desse entendimento que a gente precisa acumular sobre a hora, o dia, o método de retomada de discussão desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se ambos me permitirem, acho que a saída que é apontada pelo nosso ex-Presidente da CCJ...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Que é o próximo item a ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –..., com a experiência de ex-Presidente, acho que é o caminho. Aprova, e as partes conversam se vão fazer e quando fazer, ou se até resolverem não fazer mediante um acordo. Se houver um acordo em cima do projeto, não se precisa nem fazer. OK?

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, que já havia pedido a palavra no momento em que eu lia o requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu também gostaria de colocar um requerimento extrapauta, porque sou Relatora do Projeto de Cotas e gostaria de já iniciar o debate deste tema, propondo aqui uma audiência pública. Então, vou ler o requerimento em que sugiro os nomes de pessoas a serem convidadas.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº....., DE 2011

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno, do Senado Federal, seja realiza-

da audiência pública, perante a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, para debater o Sistema de Cotas para Negros: Constatações, a ser realizada no dia 31 de maio de 2011, com a participação dos seguintes convidados: Dr. José Geraldo de Souza Júnior, Magnífico Reitor da UnB; o Dr. Márcio Thomaz Bastos, advogado representante da UnB junto ao Supremo Tribunal Federal; Dr. Sales Augusto dos Santos, pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros; Dr. José Jorge de Carvalho, professor do Departamento de Antropologia e Especialista em Ações Afirmativas no Brasil; e o Frei David Santos, fundador do Educafro, representante também da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, do Governo Federal.

Então, faço este pedido para que seja realizado no dia 31 de maio, de 2011; portanto, na próxima semana.

Entendo que é urgente e importante fazer esse debate, porque sou relatora e preciso ter subsídios para elaborar o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A proposta de V. Exª, que é a relatora do projeto, é que ele entre extrapauta.

Para discutir, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu queria concordar com o requerimento e sugerir mais alguns nomes, se a Senadora Ana Rita concordar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Votaríamos em seguida um adendo, se V. Exª concordar, além de outros a serem indicados por outros Senadores e Senadoras.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso. Se V. Exª quiser, faço a indicação agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Demétrio Magnoli, sociólogo; Roberta Fragoso Kaufmann, advogada; Simon Schwartzman, ex-Presidente do IBGE, mas eu tenho os dados.

Só mais dois nomes: Reinaldo Azevedo, jornalista, e o Diretor de Jornalismo da Rede Globo que escreveu um livro a respeito, Ali Kamel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mediante as indicações, que eu entendo que não há nada contrário, nós, de imediato, colocamos em votação o requerimento, primeiro, pedindo se todos concordam que seja extrapauta. Há concordância? *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o requerimento com o adendo colocado pelo Demóstenes Torres.

(Intervenção fora do microfone.)

Vamos aprovar o requerimento, depois a gente discute os encaminhamentos.

Eu vou solicitar à Senadora Ana Rita que assuma a Presidência, porque eu tenho que abrir, no Petrônio Portella, um ato público em que vai ser lançada a Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores no Volante, os motoristas.

Nós temos uma série de requerimentos, todos serão apreciados, e um projeto, pelo menos, não terminativo em que está presente o Senador Alberto Souza, que fará a leitura do relatório, porque ele tem também um compromisso.

Então, neste momento, eu passo a Presidência para a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É não terminativo?:

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Podemos votar se for não terminativo.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu só gostaria, Sr. Presidente, antes da saída...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou lá e volto aqui, se for preciso.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de retirar da pauta o Projeto de Lei nº 478, de 2009. Eu quero retirar para fazer um reexame do meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurado a V. Exª esse direito e retiro também o requerimento de audiência pública da nobre Senadora Marta Suplicy. Esse também está retirado.

Então, está retirado de pauta...

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está retirado de pauta o da Marta Suplicy e está aprovado o de V. Exª.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita para abrir aquele evento e voltarei aqui, com certeza.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Srs. Senadores, nós vamos inverter a ordem da pauta, vamos colocar em votação o Item nº 19.

ITEM 19
- Terminativo -
AVISO Nº 59, DE 2008

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão n° 2166/2008, proferido nos autos do processo TC 004.524/2007-5, bem como do Relatório e do Voto que

o fundamentaram, sobre Relatório de Auditoria realizada na Fundação Nacional do Índio – FUNAI, sobre os procedimentos para demarcação de terras indígenas.

Autoria**:** Presidente do Tribunal de Contas da União

Relatoria**:** Senador João Alberto Souza

Relatório**:** Pelo arquivamento da matéria, bem como dos documentos que acompanham o Aviso.

Resultado: Aprovado o Relatório, pelo Arquivamento da matéria.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador, com a palavra.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Aviso nº 59, de 2008, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.166/2008-Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram.

I – RELATÓRIO

Submete-se ao conhecimento desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Aviso citado do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram.

O Acórdão proferido nos autos do processo, examinado na Sessão Ordinária de 1º de outubro de 2008 do Plenário daquela Corte, tratou de relatório de auditoria realizada na Fundação Nacional do Índio sobre procedimentos para demarcação de terras indígenas.

Em virtude de relevância das determinações formuladas pelo Tribunal de Contas da União à Funai, para conhecimento dos ilustres Senadores, com o fim de que sirvam de subsídio para o exercício de nossos mandatos no que tange à questão indígena, enumero-as a seguir:

9.1. determinar à Funai que:

9.1.1. compartilhe as informações recebidas acerca de invasões de terras indígenas demarcadas com órgãos federais e estaduais competentes para a prevenção e repressão de invasões a essas áreas;

9.1.2. por ocasião do encaminhamento das próximas contas a este Tribunal dê ciência das providências adotadas em relação às determinações e recomendações ora inseridas;

9.2. recomendar à mesma entidade que:

9.2.1. formule projeto de curto e médio prazo que tenha como objetivo coibir a degradação de áreas indígenas demarcadas, promovida pelos grupos indígenas ou com a conivência destes;

9.2.2. amplie o banco de dados na coordenação que trata dos problemas ambientais, sociais e de segurança pública nas terras indígenas;

9.2.3. elabore normativo específico para padronizar, tanto em âmbito central, como em nível estadual, a maneira de manipulação e tratamento de informações acerca de invasões de áreas protegidas;

II – ANÁLISE

A Corte de Contas, exercendo sua competência constitucional de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, adotou o procedimento de manter a Casa Legislativa informada quanto a matérias de maior valor para a Nação e para o exercício parlamentar.

Em que pese a importância das informações prestadas no Aviso nº 59, não há providência útil imediata que esta Comissão possa tomar em relação a elas.

III – VOTO

À luz do exposto, concluo pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento do Aviso nº 59, de 2008, do Tribunal de Contas da União, bem como dos documentos que o acompanham.

Esse é o voto e o relato, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em discussão projeto. *(Pausa.*

O parecer do Relator. *(Pausa.)*

Alguém que queira discutir? *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Encerrada.

Aprovado o referido projeto.

Também vamos colocar em votação o item nº 21:

ITEM 21
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2008
TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, DE 2008

Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 421/2008, bem como pela rejeição da Emenda nº 2 – Plenário.

Resultado: Concedida vista a Senadora Ana Rita.

Senador, o senhor está com a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, projeto já discutido na Comissão de Constituição e Justiça, que tem a tramitação apenas lá. Mas, por requerimento de Srs. Senadores, ele também passa a tramitar na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, bem como na Comissão de Assuntos Econômicos, para, posteriormente, retornar à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto simples que diz exatamente o seguinte:

Primeiro, amplia o prazo mínimo para progressão de regime do fechado para o semiaberto, que hoje é de 1/6 da pena para 1/4.

É cediço que a pena tem diversas finalidades, entre as quais a ressocialização, a prevenção geral, e é consenso entre aqueles que operam diretamente com o crime, com o cumprimento de pena, que o prazo de 1/6 para progressão do regime fechado para o semiaberto seria um prazo exíguo e que dá uma sensação de impunidade muito grande à sociedade.

Segundo, amplia também o prazo para a progressão de regime, do fechado para o semiaberto, nos casos de crime hediondo.

Nesse caso, no Brasil, há uma facilitação terrível para quem comete crime hediondo. Lembro que crimes hediondos são, por exemplo, latrocínio, vulgarmente conhecido como matar para roubar, pistolagem homicídio praticado mediante tortura ou meio cruel e assim por diante. Todos esses estão mencionados na Lei 7072, que é a Lei dos Crimes Hediondos, de 1990. Nesses casos, a progressão se dará, quando primário o condenado, após o cumprimento de dois terços da pena. Quando reincidente, após o cumprimento de quatro quintos da pena. Lembro ainda que muitos dos delinquentes mais famosos do Brasil correm o risco de muito brevemente passarem para o regime semiaberto por conta das facilidades da nossa legislação.

Da mesma forma, o livramento condicional não será concedido para o reincidente em crime doloso. O livramento condicional se dará após cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de drogas ou terrorismo, embora haja lacuna ainda sobre a tipificação de crime de terrorismo no Brasil. Nos demais casos, cumpridos mais da metade da pena. Então, reitero os termos do parecer dado e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e opino para que o projeto seja aprovado nessa direção. Lembro que esta sendo prejudicado o projeto do Senador Antonio Carlos Valadares apenas por uma questão coronológica. O da Senadora Kátia Abreu, que tem semelhança com o primeiro, foi apresentado em primeiro lugar. É o parecer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – PA) – Agradecemos o parecer do Senador Demóstenes, mas eu gostaria de ter oportunidade de me manifestar. Solicito ao Senador Randolfe que assuma meu lugar porque preciso me manifestar sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues PSOL – AP) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Rapidamente, Senador Demóstenes, acho que o parecer de V. Exª está bastante fundamentado, mas eu gostaria de ter oportunidade de ler com mais calma, de poder debater, porque considero esse um tema bastante polêmico, difícil. Eu gostaria, se o senhor não se importar, de pedir vista do processo. Sinto-me no direito de fazer isso para ter mais segurança e tranquilidade para votar. Peço vista e prometo que não vou demorar para dar o retorno. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues PSOL – AP) – Devolvo a Presidência à sua titular.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

Passamos agora ao item 11, que está na pauta. São os requerimentos. De autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 11
REQUERIMENTO Nº – CDH, DE 2011

Com fundamento no disposto no artigo 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública, no dia 23 de maio do corrente ano, a fim de debater sobre o conteúdo das declarações divulgadas no programa Conexão Repórter, exibido pela Rede SBT no último dia 30 de março deste ano. Requeiro que sejam convidados para a referida audiência:O senhor Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, que teve participação ativa no combate das forças militares ao movimento que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia;O senhor João Lucena Leal, que trabalhou nos órgãos de segurança interrogando diversos militantes de organizações de esquerda, sendo citado por diversos sobreviventes em seus depoimentos ao Projeto Brasil Nunca Mais."

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Peço a palavra, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Na data citada, Excelência, o jornalista Roberto Cabrini fez uma rica matéria no seu programa do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), uma matéria, eu diria, esclarecedora sobre os acontecimentos, ou melhor, sobre uma página não esclarecida da nossa história,

o período dos anos de chumbo, o período do estado de exceção vigente no Brasil. E esse senhor, o Sr. Sebastião Rodrigues de Moura, o conhecido Curió, entrevistado pelo jornalista Roberto Cabrini, trouxe informações reveladoras em relação a esse episódio não esclarecido da história brasileira que foi a Guerrilha do Araguaia.

Então, retificando a data que eu havia proposto no requerimento – o dia 23 de maio –, digo que pode ser a data que melhor convier à Comissão de Direitos Humanos. Peço essa retificação, Presidente mas considero importante nós convidarmos o Sr. Sebastião Rodrigues para vir aqui e, inclusive, o próprio Roberto Cabrini, uma vez que, reitero, não está esclarecido para a vida nacional, Srª Presidente, um conjunto de acontecimentos ocorridos, em especial, no período mais duro da ditadura, entre 1970 e 1975. Um conjunto de acontecimentos não está esclarecido.

Isso aí é igual – e me valho de um termo da psicologia – àqueles momentos em que é necessário nós fazermos uma catarse para superarmos momentos traumáticos em nossa vida. A vida nacional precisa fazer uma catarse para superar alguns difíceis e traumáticos momentos da sua história, o período do regime autoritário que nós lamentavelmente vivemos.

Então, há um conjunto de matérias que está na pauta – esta é uma delas, a outra nós vamos apreciar daqui a pouco, sobre a Comissão da Verdade – a respeito de temas que considero devem ser esclarecidos. E essa é uma obrigação do Estado brasileiro.

Este, o fundamento, Srª Presidente, deste requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Há ainda alguém que deseje discutir? (*Pausa*.)

Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Srª Presidente, os itens seguintes – itens 13 e 14, ambos de minha lavra – referem-se basicamente ao mesmo tema, que é o debate sobre a Comissão Nacional da Verdade. Se V. Exª optar pela economia processual, logicamente consultando o Regimento, eu indicaria a apreciação em bloco dos dois itens.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Há também o requerimento do item 12, Senador Randolfe, que é também da autoria de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Podem ser os três?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim; podem ser os três: os itens 12, 13 e 14.

Eles basicamente tratam do mesmo tema. O primeiro requerimento – e, assim, já me manifestando – trata do tema que ressaltei há pouco. Os outros solicitam a realização de audiência pública para debatermos a instalação da Comissão Nacional da Verdade, projeto já encaminhado pelo Executivo ao Congresso brasileiro, já em tramitação na Câmara dos Deputados. Solicito, então, um debate sobre o projeto da Comissão Nacional da Verdade, convidando para cá a Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Ministro da Justiça e o Ministro da Defesa.

E, Srª Presidente, quero deixar à disposição da Comissão de Direitos Humanos e à disposição da conveniência da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e dos Ministérios citados – o da Justiça e o da Defesa – para, dentro da melhor estratégia possível para a articulação do projeto de criação da Comissão Nacional da Verdade, a data para poderem vir aqui. Ou seja, não há necessidade de imposição para que seja na data inclusive prevista no requerimento. Pode ser na data da melhor conveniência do Ministério, mas considero fundamental, aqui no Senado, nós termos esse debate.

O Brasil – falo isso para concluir – é um dos únicos países da América do Sul, um dos poucos que não completaram o ciclo de transição democrática.

Para completar a transição democrática é necessário duas matérias fundamentais: um projeto de lei de acesso à informação e uma comissão nacional de conciliação, como foi chamada na Argentina, como assim ocorreu no Uruguai, como assim ocorreu no Chile. Então, nós não completamos o nosso processo de transição democrática iniciado em 1985. A comissão nacional, na verdade, é indispensável, no meu entender, para isso.

Então, para economia processual, sugiro a V. Exª que apreciemos em bloco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Conforme sugerido pelo Senador Randolfe Rodrigues, vamos colocar em votação três requerimentos: o Requerimento nº 12, Requerimento nº 13 e o Requerimento nº 14.

Como o Senador já expôs, os três requerimentos tratam da mesma temática. Portanto, colocamos em votação os três requerimentos.

Em votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos nºs 12, 13 e 14.

Antes de passarmos para o próximo requerimento, que também é de iniciativa do Senador Randolfe, quero fazer o registro da presença do Senador Eduardo Amorim, que acaba de chegar.

ITEM 15
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar dos dados e informações constantes da publicação "Conflitos no Campo Brasil 2010", divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, com a presença das seguintes entidades: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Ministério Público Federal – MP; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República – SNDH/PR; e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE."

Gostaria de discutir, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Srª Presidente, sem considerações. É o debate que considero fundamental, a parte da edição do relatório emitido pela Comissão Pastoral da Terra que aponta, inclusive, a ampliação do número de conflitos no campo, no Brasil, no último ano.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Em votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 16
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para tratar dos dez anos da aprovação e implementação da Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que 'dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental'. Para a realização da referida audiência propõe-se que sejam convidados os Órgãos e instituições que seguem: Ministério da Saúde – MS – Coordenação de Saúde mental; Conselho Federal de Medicina – Câmaras Técnicas de Saúde mental; Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP; Associação Brasileira de Familiares e Portadores de Transtorno Mental; Promotoria da Saúde do Ministério Público Federal; Conselho Nacional de Saúde – CNS; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEM; Representante da Organização Mundial de Saúde – OMS; e Prof. Ronaldo Laranjeira."

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Coloco em discussão o referido requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, nós temos 10 anos de aprovação da Lei nº10.216. Alguns episódios recentes, e aqui eu quero citar só o mais dramático de todos, o da escola de Realengo, foram tratados a partir da abordagem de um conjunto de temas. Tratou-se a abordagem do ponto de vista do desarmamento, mas pouca abordagem foi feita sob o perfil psíquico do autor daquele horrendo crime ocorrido no Rio de Janeiro.

É importante destacar que o autor daquele crime não teve acesso a um tratamento na rede pública, conforme prevê a Lei nº10.216. Parte dos claros transtornos mentais que ele tinha, para ser cuidado e tratado, era necessário recorrer à rede privada, à rede de atendimento privado, que sempre impõe um conjunto de limitações sempre às dificuldades do acesso aos medicamentos, sempre à dificuldade às consultas na rede privada. Eu creio que é necessário, é fundamental nós fazermos um debate 10 anos depois sobre a Lei nº10.216, que foi um marco para mudar a compreensão do tratamento e do acompanhamento dos portadores de transtornos mentais no Brasil. Creio, é a avaliação que faço, e aí faço como leigo, admito isso, nós termos avançado muito pouco 10 anos depois, no sentido da aplicação da Lei nº10.216. Esse debate eu considero de fundamental importância. E aí queria solicitar à C.D.H que, aprovado logicamente o requerimento, o quanto antes nós promovêssemos esse debate aqui neste plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então coloco em votação o requerimento.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o referido requerimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Senadora, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Srª Presidente, Srs. Senadores, a imprensa traz hoje uma notícia que, infelizmente, tem-se tornado comum na América Latina: a violência contra jornalistas em decorrência da opinião. E, mais uma vez, entra na

baila o regime implantado na Venezuela, o regime do Sr. Hugo Chávez.

Para nossa tristeza, um jornalista que fazia oposição a ele, Wilfred Ojeda, de 56 anos, segundo os promotores de justiça, foi encontrado, o corpo foi encontrado assassinado – e ele era um colunista de jornal e ativista político da oposição -, largado num terreno baldio. E tudo indica, não faremos qualquer prejulgamento, que foi em decorrência da sua atividade como jornalista. Ele estava encapuzado, foi agredido e apresentava sinais de tortura, segundo os promotores de justiça. E ele foi morto por um único tiro na cabeça.

Então o que eu gostaria de propor era uma manifestação de repúdio desta comissão à violência perpetrada contra jornalistas na América Latina. Ponto. Não vou dizer se está ou não está envolvido o regime de Hugo Chávez, aparentemente, sim, mas não tenho condições de fazer qualquer prejulgamento. Ou seja, a opinião tem que ser livre. Pode-se discordar da opinião, mas todos têm direito de ter a sua opinião, e ninguém pode ser assassinado, torturado ou sofrer qualquer violência em decorrência da opinião que tem. Então proponho a esta comissão que nós nos manifestemos publicamente através do repúdio à violência perpetrada contra jornalistas na América Latina.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Colocamos em discussão o requerimento do Senador Demóstenes. Como ninguém se manifestou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu quero só ressaltar o nosso voto favorável ao requerimento do Senador Demóstenes, em especial pelos termos que o Senador coloca. O Senador não faz qualquer prejulgamento, mas, sim, uma condenação que tem de ser feita a qualquer tipo de violência ocorrida não só na América Latina, mas em qualquer parte do mundo. Em especial, há a defesa de um direito sagrado, que é a liberdade de imprensa. Na ponderação que o Senador faz, nos termos do requerimento, S. Exª não faz qualquer tipo de prejulgamento.

Acredito e espero que, o quanto antes, o governo venezuelano investigue esse trágico, lamentável e repudiado evento e esclareça, de fato, o que ocorreu.

Que os termos apresentados aqui sejam ressaltados! Aqui vai o nosso voto favorável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Com certeza, é preciso que esta Casa se manifeste. Crimes como esse não podem continuar acontecendo no nosso País, nem fora dele. É importante a iniciativa do Senador Demóstenes.

Colocamos em votação o Requerimento, para que esta Casa se manifeste, por meio de uma nota. Esta Comissão deve encaminhar uma nota de repúdio a esse fato, pedindo a apuração rigorosa dessa situação. *(Pausa.)*

Como ninguém se manifestou contrariamente, consideramos aprovado o Requerimento do Senador Demóstenes Torres.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Srª Presidente, quero destacar que hoje, dia 19 de maio, é o Dia Nacional da Defensoria Pública. Desde a sua criação, ficou absolutamente claro que o papel da Defensoria Pública está intimamente vinculado à efetivação dos direitos individuais, de que esta Comissão bem trata e que bem defende, e dos direitos coletivos da parcela historicamente excluída da população brasileira.

O defensor público é o profissional que, na defesa dos interesses dos mais pobres, atua como um médico do SUS, fazendo uma comparação. Ajuíza ações para assegurar, entre outros, direitos individuais nas áreas de saúde, família, consumo e sucessões. O defensor público propõe ações civis públicas para garantir direitos coletivos de saúde, de habitação, de consumo, de infraestrutura urbana, de meio ambiente, além de outras atividades sempre desgastantes do ponto de vista emocional, como é do conhecimento de todos nós.

Destaco, aqui, esses abnegados profissionais, que são os defensores públicos, uma categoria de extrema importância para a democracia, para o exercício da cidadania, já que, por meio dos defensores, garante-se o respeito aos direitos individuais e coletivos.

Aproveito este momento, Srª Presidente, para parabenizar todos os defensores públicos do nosso País, pela sua importância. Ser defensor público é o mesmo que ser um médico, um profissional da saúde, exclusivamente a serviço do Estado, com a missão de unicamente atender, sobretudo, os mais pobres, os mais carentes do nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Eduardo Amorim, quero dizer que comungamos da sua manifestação. Realmente, a Defensoria Pública tem prestado um belíssimo trabalho neste País e precisa ser cada vez mais fortalecida e ampliada, para que toda a população possa ter acesso a seus serviços.

Hoje, é o Dia do Defensor Público. Então, rendemos todas as nossas homenagens e nosso respeito a essa categoria, tão importante no atendimento da

nossa população, principalmente da população mais carente do nosso País.

Antes de finalizar, quero registrar que vários Senadores passaram por esta Comissão e daqui saíram para participar de outras reuniões. Há várias reuniões em andamento. Além do nosso Senador Paim, que, agora, está cumprindo outra agenda, estiveram aqui o Senador Ataídes Oliveira, a Senadora Marinor Brito, a Senadora Ana Rita, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador João Alberto Souza, o Senador Demóstenes Torres, Senador Eduardo Amorim e chegou agora, por último, o Senador Vicentinho Alves.

Queremos encerrar a nossa reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião 10horas e 49 minutos)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 20 DE MAIO DE 2011, SEXTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assina o livro de presença o Senador **Paulo Paim**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA:** Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 78, de 2011 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/05/11, "**para debater o plano de trabalho das diligências regionais que serão realizadas pela Comissão de Direitos Humanos, a fim de apurar a violência no trânsito, bem como a situação dos motoristas profissionais no país**". O Senhor Presidente abre os Trabalhos faz suas considerações iniciais nomeia os convidados presentes e os convida a tomarem lugar à mesa. Convidados que comparecem e fazem uso da palavra nesta ordem: Francisco Carlos Gonçalves Cardoso, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais – ABTI; Neori Tigrão, Presidente do SINDITAC e MUBC; José Alves Couto Filho, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Terrestres; Luiz Alberto Mincarone, Consultor do SETCERGS; Luis Antonio Festino, Diretor da Confederação Nacional de Transporte Terrestre; José Araújo "China" da Silva, Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros e Convidados que comparecem e não fazem uso da palavra: Célio Moreira, Força Sindical; Lourival Vieira, Secretário Geral do SINTRACARP; Juliana Correa – UNICAM; Izar Garcia, Assessora da CNT; Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho; Edmara Claudino dos Santos, Assessora Parlamentar da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística – NTC; e Fábio Bittencourt Marcondes, Diretor de Abastecimento e Regulamentação – SINDICOM. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

PAUTA
(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 78, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/05/11, "para debater o plano de trabalho das diligências regionais que serão realizadas pela Comissão de Direitos Humanos, a fim de apurar a violência no trânsito, bem como a situação dos motoristas profissionais no país".

Aqui, nós estamos mudando o termo "diligência" para seminários, encontros regionais.

Convidados para o dia de hoje, para fazerem suas exposições sobre os temas e, inclusive sobre o Mercosul, conforme havíamos combinado, o Sr. José Alves Couto Filho, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. Está também presente o Sr. Neori Tigrão, Presidente do Sinditac.

Eu vou fazer duas Mesas. Eu chamarei três e, depois, mais três.

Já chamei o Sr. José Alves Couto Filho, chamo agora o Sr. Neori Tigrão, Presidente do Sinditac, e o Sr. Francisco Carlos Gonçalves Cardoso, Vice-Presidente da ABTI.

Depois, chamaremos, em seguida, o Sr. Luiz Alberto Mincarone, o Sr. Luís Antonio Festino e o Sr. Izar Garcia.

O Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho, se encontra? *(Pausa.)*

Pergunto ao Sr. Roberto Rodrigues se um convidado a quem fizemos o convite ontem está aqui. Há um que foi convidado a partir daquele evento de ontem, que fizemos lá, que está fazendo um trabalho com o Festino. O Festino está aí?

O SR. ROBERTO RODRIGUES – Está.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom. Então, ele deve vir mais tarde.

Pergunto aos nossos convidados quem usará primeiro a palavra.

Quem irá fazer a exposição sobre o Mercosul?

Então, passamos a palavra, de imediato, para o Sr. Francisco Carlos Gonçalves Cardoso.

Um dos objetivos desta reunião, proposta por mim, é que eu gostaria de saber mais como está o debate no Mercosul, porque essa questão do transporte terrestre não termina aqui na fronteira do Rio Grande ou do nosso País. Eu falo do Rio Grande com bairrismo de gaúcho. Eu teria de falar das fronteiras do Brasil.

Passo a palavra, de imediato, a V. Sª, Dr. Francisco Carlos Gonçalves Cardoso.

O SR. FRANCISCO CARLOS GONÇALVES CARDOSO – Senador e demais presentes, agradeço a oportunidade de estar aqui trazendo a contribuição da ABTI ao seu projeto.

A ABTI tem estado empenhada em proporcionar ao Estatuto do Motorista condições para que nós possamos resolver algumas pendências pelas quais a sociedade já vem há muito tempo clamando: oferecer segurança a todos aqueles que transitam em nossas estradas, nos quais incluímos não só motoristas, mas ônibus e veículos também; mas também, sobretudo, dar melhor condição de vida àquele profissional que está ao volante.

Então, senhores, nosso objetivo é contribuir para que a gente possa ter um estatuto resolvendo estes principais pontos: qualidade de vida ao profissional e também segurança em nossas estradas.

Senador, aproveitando também para responder a uma das suas perguntas: como o Mercosul está enxergando esse movimento? A ABTI tem participado de muitos encontros internacionais, e o Brasil, pelo tamanho de sua economia, pelo tamanho da sua frota, é um expoente que qualquer movimento fará um impacto muito grande sobre os outros países. Então, principalmente a Argentina tem estado muito preocupada como será o futuro no Brasil com relação ao Estatuto do Motorista. Eles têm uma legislação, mas sabem que, quando nós viermos a oficializar o Estatuto do Motorista, eles terão impacto quando ingressarem com seus caminhões e com seus profissionais no Brasil. Então, nós temos procurado passar e atualizar essas informações aos argentinos. Os chilenos e os uruguaios também estão muito presentes e constantemente têm nos questionado sobre como temos evoluído em nossos estudos.

Eu acho que, quando nós formos trabalhar definitivamente na redação deste Estatuto, também teremos de pensar em como nós trataremos os profissionais e as empresas estrangeiras quando ingressarem em nosso País, sob que legislação e condições eles deverão atuar, principalmente levando-se em conta a segurança, porque, nesse caso, o profissional será um estrangeiro, mas ele estará conduzindo um veículo em nossas estradas. Como um dos objetivos do Estatuto é oferecer segurança, a gente tem de pensar em como nós vamos oferecer esse tratamento, como nós vamos fiscalizar esse estrangeiro, seja ele empresa, seja ele profissional; e também como trataremos a nossa empresa nacional e o nosso profissional estrangeiro quando ele estiver no exterior, porque o transporte internacional é, sumariamente, de longa distância. Se pegarmos uma viagem de São Paulo a Santiago, no Chile, há uma distância aproximada de 3,5 mil quilômetros. De São Paulo a Buenos Aires são em torno de 2,5 mil, 2,6 mil quilômetros, dependendo de onde se vai partir o caminhão. Então, são distâncias muito longas, e a gente tem de prever como vamos tratar isso.

Um dos grandes diferenciais no transporte internacional é que há paradas muito longas em aduanas. Quando se fala em aduanas, não se pode pensar somente em fronteiras. Há aduanas de interior no Brasil e há aduanas de interior também no estrangeiro. Então, às vezes o motorista pode iniciar uma viagem em São Paulo, com uma aduana em São Paulo, cruzar por uma aduana de fronteira, para fazer um trânsito de fronteira, como chamamos, que é a conferência de documentos e de lacres, para fazer também um aduana no destino.

Outro diferencial no transporte internacional é que esses locais de aduanas não operam em finais de semana e feriados e, normalmente, em feriados já começam a reduzir a jornada com meio turno de antecedência. Então, no transporte internacional a atividade profissional se dá basicamente em dias úteis. Essa é uma característica que eu gostaria de trazer aos presentes, porque é um transporte diferenciado. Já aqui, no transporte de carga nacional, há empresas que operam aos sábados, aos domingos e até com carregamento e descarga noturnos. Isso, no transporte internacional é muito difícil, porque é necessário intervenção, digamos, de um organismo governamental ou de inspeção sanitária, nos quais não há expediente noturno e nos finais de semana.

Também, com eu havia falado, é preciso a gente pensar em como tratar o motorista brasileiro e a empresa nacional no estrangeiro e o motorista estrangeiro quando ele está no Brasil. Nós precisamos ter isso claro, para que a gente não possa estar dando ao condutor e à empresa nacional aqui uma condição e não fiscalizando o estrangeiro quando ele estiver em nosso País, inclusive para que isso não se torne uma condição de perda de competitividade, porque hoje a empresa nacional brasileira já está em desvantagem com relação à empresa argentina por uma série de incentivos fiscais e de créditos que aquele país oferece.

Então se a gente tiver algumas regulamentações e não fiscalizar o estrangeiro, certamente a empresa brasileira pode perder o mercado, principalmente para os argentinos.

Uma coisa também, falando em mercado, e nós todos devemos ficar atentos, nós estamos tratando aqui do modal rodoviário. E quando nós tratamos de longa distância, nós temos um concorrente que vai crescer muito nos próximos anos e a gente tem que ficar atento e saber como encarar isso, que é a cabotagem. Nosso concorrente não será o trem, será a cabotagem. É claro que o caminhão levará a carga até o navio e o navio fará a longa distância. Mas hoje o grande diferencial do nosso serviço,que é o transporte rodoviário, é entregar uma carga no menor tempo possível por um preço competitivo. À medida que a gente for trabalhando o Estatuto do Motorista, algumas condições podem favorecer esse modal. Estão ingressando em nosso País novos armadores para oferecer esse serviço. E na longa distância vai ser determinante, o tempo e o preço. E isso no MERCOSUL também nos afetará. Então é importante pensar em competitividade.

Tempo de espera é uma coisa que o transportador internacional está muito acostumado a sofrer no transporte internacional. Todos têm escutado, visto na televisão o tempo e as filas em Uruguaiana. Isso tem diminuído. Sem dúvida a Receita Federal tem se empenhado em oferecer um serviço mais ágil. Mas os nossos países, por proteções, hoje têm uma série de barreiras, sanitárias, um tipo de inspeção sobre a embalagem que retém o nosso caminhão. Isso pode ser tanto numa aduana de origem, como no destino, como numa fronteira.

Então eu acho que seria interessante a gente pensar em tratar o tempo de espera, como já está previsto na CLT, normalmente para outras categorias como tempo de prontidão ou tempo de sobreaviso. Então quando o motorista não está conduzindo o veículo, está parado numa aduana ou até mesmo em carga ou descarga, ele é considerado dispensado da sua condição de condutor e está sendo remunerado pelo tempo de prontidão e sobreaviso. Explicando melhor, tempo de prontidão já existe na CLT. Aqui nós fazemos uma analogia ao art. 244 da CLT com um capítulo dos ferroviários. O motorista deveria ficar junto ao veículo ou numa área próxima ao veículo, que poderia ser um perímetro de área de estacionamento. E a remuneração dessa hora, além da hora de condução, seria paga em 2/3 de uma hora normal de trabalho.

Há também as condições de sobreaviso, em que o motorista, isso já está previsto também na CLT, principalmente na Lei 7.183, de 84, para os aeronautas, em que o motorista poderia ficar em local de sua livre escolha, para uma apresentação num prazo pré-determinado, quando chamado por sua empresa. Vamos dar um exemplo, há motorista que residem nas cidades fronteiriças. Chegando lá, ele poderia ser dispensado, a empresa colocar um motorista de manobra de fronteira e ele ser remunerado nessa condição de sobreaviso, porque o tempo de permanência em fronteira, eu diria, é muito variável, mas o tempo médio tem sido seis horas, podendo ficar até dois ou três dias.

Há um mês eu estive em Buenos Aires, numa Conferência Internacional de Transportes. Estavam presentes representantes do mundo inteiro. Tive a oportunidade de fazer uma pergunta ao representante dos Estados Unidos: qual é a maior fronteira de vocês com o México? Ele disse: "A cidade de Toledo". Quantos caminhões passam lá por dia? Ele disse: "Em torno de 13 mil caminhões". Há demora? "Sem dúvida. Há uma fila muito grande. A gente está trabalhando para diminuir isso". Sim, mas qual é o tempo da demora? "De duas a três horas".

Em Uruguaiana, que dizem ser a maior fronteira da América Latina, passam em média de 700 a 800 caminhões. E nós, na melhor condição, ficamos seis horas.

Vejam bem, estamos tratando o motorista como se fosse carga. E ele é um ser humano, merece um tratamento diferenciado. Está certo que a Receita Federal ou os outros organismos em suas funções têm a necessidade de fazer uma inspeção fiscal ou sanitária, mas é preciso se organizar, porque o motorista, na realidade, está sofrendo. Dei um exemplo de um motorista que vive na fronteira, mas há motoristas que não vivem na fronteira. Há os estrangeiros.

Quando se chega ao aeroporto, temos um tratamento rápido, por quê? Porque são seres humanos que estão passando ali.

Quando nós tratamos de viagem internacional, parece que a Receita ou os outros organismos estão visando à carga e não ao motorista. Então é preciso trabalhar também para agilizar isso, para que uma das condições de qualidade de vida do motorista seja

permanecer o menor tempo possível em uma aduana – e todos sabem que as condições que nos oferecem hoje são muito precárias. Então a gente precisa trabalhar para que se reduza o tempo e não que se melhorem as condições. Não adianta ficar dobrando a área de estacionamento, a área de banho, um restaurante novo. Temos que trabalhar para agilizar para que o motorista realmente possa concluir sua viagem e ter seu descanso semanal.

Outro item interessante que gostaria de trazer para vocês é que, numa viagem internacional, o motorista, quando chega a uma aduana de destino ou até mesmo para uma carga com descarga no destino, como eu havia dito antes, nem as empresas nem as aduanas operam no fim de semana. Chegando uma sexta-feira à tarde, fica até uma segunda-feira com o caminhão parado. Então nós gostaríamos também de que pensassem no caso de o motorista estar dispensado de sua função para que possa usufruir de seu tempo de forma autônoma e livre e inclusive estar em condições de cumprir com o seu descanso semanal.

Bom, senhores, em relação ao transporte internacional, acho que as principais informações que eu gostaria de trazer eram acerca do tratamento diferenciado que nós precisamos oferecer ao motorista em aduanas: agilizar esse tempo, Senador, pensar como nós vamos fiscalizar ou tratar a empresa e o motorista estrangeiro quando ele estiver aqui em nosso País e também como nós trataremos a nossa empresa e o nosso profissional quando ele estiver viajando fora do Brasil.

Finalizo agradecendo a atenção e disponibilizando a ABTI, que tem estado empenhada em contribuir para o seu estatuto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Francisco Carlos Gonçalves Cardoso, Vice-Presidente da ABTI, que deu um panorama rápido sobre a questão das fronteiras e eu naturalmente pedi o enfoque do Mercosul. E por que isso? Até porque, além de ser autor do estatuto que vai tratar da questão do trabalhador em transporte terrestre, fui convidado pelo meu Partido para fazer parte do Mercosul. Naturalmente vamos levar também esse tema para debate no fórum do Mercosul, ou seja, a questão do transporte internacional, que vimos discutindo há alguns meses, praticamente um ano, no mínimo, visando, de uma vez por todas, construir uma legislação que garanta direitos e deveres aos profissionais que atuam nessa área.

Nós resolvemos fazer essa audiência pública para que cada um exponha aqui o seu ponto de vista sobre como estão os trabalhos e sua visão sobre a questão. A partir daí, nossa intenção é garantir aqui um grupo de trabalho mais autônomo, para isso está caminhando a discussão, que possa viajar o País sem qualquer despesa para o Senado, repito, e construir uma redação final para o estatuto.

Vejam que o estatuto está sendo considerado tão importante aqui na Casa que todas as Comissões querem discuti-lo. A assessoria do Senado chegou a me propor que eu faça um requerimento à Presidência para que, num desses dias, nós tenhamos um debate com todas as Comissões que querem discutir o tema.

Eu mesmo fiz um requerimento recentemente para assegurar que passe de forma terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, onde presido a Subcomissão de Trabalho e Previdência, que tem tudo a ver com o tema. Eu defendo, por exemplo, a aposentadoria especial para esse profissional, porque acho que o serviço merece aposentadoria aos 25 anos. Fiz isso ontem, quando lançamos a Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. E a gente vai aqui dialogando.

Foi boa a apresentação do Dr. Francisco sobre essa questão do Mercosul. Naturalmente vamos aprofundar esse debate.

Passo a palavra ao Sr. José Alves Couto Filho, Diretor... *(Pausa.)*

Eu ia passar a palavra ao Sr. José Alves Couto Filho, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, mas o Tigrão aqui ao lado – posso chamá-lo de Tigrão?

O SR. NEORI TIGRÃO – Tigrão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os outros eu chamo de senhor, doutor, mas a mim ele chama de Tigrão – pode estar pensando assim. Não vai ter reclamação?

O SR. NEORI TIGRÃO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Sr. Neori Tigrão, Presidente do Sinditac e do MUBC. Ele já tinha me dito ontem que teria uma viagem a fazer e está com problema de voo. Então passo a palavra ao Sr. Neori Tigrão.

O SR. NEORI TIGRÃO – Em primeiro lugar, quero agradecer o bom trabalho do nosso Senador Paulo Paim, que assumiu o comando como Relator desse projeto tão importante para a sociedade brasileira. Temos visto muitas coisas erradas e hoje nós estamos aqui realmente com o objetivo único de nos fortalecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me apenas esclarecer que, como o projeto vai tramitar em cinco Comissões, provavelmente teremos cinco relatores e, para não dar ciumeira com eles, informo que eu sou o autor do projeto. Desde ontem algumas pessoas estão falando que eu sou o relator, mas eu sou o autor do projeto do Estatuto do

Profissional de Transporte Terrestre. Teremos cinco relatores provavelmente. Estamos trabalhando com esta Comissão e depois vamos fazer uma reunião, no futuro, com os relatores.

O SR. NEORI TIGRÃO – Ontem estávamos falando da relatoria, que tinha mais gente interessada. Como o Senador Paulo Paim é o autor do projeto e o Festino cedeu a vez para nós falarmos, tenho um compromisso hoje... *(Pausa.)*

Ah, o José Gomes.

Então, José, nós hoje estamos aqui e está presente o José Araújo, o popular China, como é conhecido nacionalmente, em consideração à sua pessoa, devo dizer que eu me sinto honrado em ter você aqui me ajudando a elaborar um dos compromissos mais sérios do setor de transporte, que vai ser esse Estatuto do Motorista.

Podem ter certeza de que estamos aqui com grande carinho, com grande respeito, e a nossa preocupação... Hoje temos visto isso em mídia nacional, onde muitas vezes nós, como representante do caminhoneiro autônomo, daquela pessoa que é o proprietário do caminhão, que pode ser, de repente, diferente do empregado e do motorista, porque ele é o próprio, ele é o dono do móvel que ele está dirigindo. Então, temos um carinho muito grande, e é uma pessoa muito responsável, e temos de ter um cuidado muito especial.

E existe hoje um grande campo vago para se criar um grande trabalho com os órgãos que existem no Governo, com órgãos que representam o nosso setor de transporte e que, muitas vezes, não têm feito o trabalho necessário ou as parcerias necessárias com as pessoas que realmente envolvem o motorista e envolvem o empresário e envolvem o caminhoneiro autônomo. O nosso será o tempo de direção, porque ele é o proprietário do próprio caminhão, então, acho que para nós, no nosso modo de ver, teria de ser tempo de direção, e não carga horária. Então, nós estamos aqui e vamos fazer um trabalho grande com o China – como ele quer que chame – junto aos Estados, junto aos caminhoneiros autônomos e com os verdadeiros representantes, Senador Paulo Paim, para que eles tragam para nós o melhor mecanismo para que esse estatuto realmente seja da forma que eles gostariam que fosse.

Então, por isso nós estamos aqui representando, e me sinto honrado com a presença do China aqui hoje. E quero dizer que uma das principais lutas nossas – não é, China? – será realmente a devolução da nossa aposentadoria aos 25 anos do irmão caminhoneiro, que é legal, que foi tirada; era constituída por lei a nossa aposentadoria e isso foi perdido. E há muitos outros itens que temos de trabalhar, que são itens que venha para os de cá o irmão caminhoneiro, que seria esse peso, dentre esses, muitas vezes, que as concessionárias ou alguns órgãos que realmente não sabem da necessidade... Porque o caminhoneiro, se ele pesou o caminhão dele, saiu de cima de uma balança com o peso normal, com que é permitido fazer a viagem, então não é porque ele rodou 50 km ou 100 km e, de repente, ele é barrado e é multado porque na carga existem 50, 100, 200 kg a mais em um eixo, mas o peso original está dentro do peso de balança. Então, são essas coisas que temos de começar a mudar para viabilizar o trabalho do irmão caminhoneiro, porque todo mundo está com dificuldade.

Acho que outra coisa que temos de fazer é, por exemplo, o Sest/Senat estar aí. O Sest/Senat tem de ser parceiro, com associações, com sindicatos, e trazer cursos; é fazer com que o caminhoneiro faça, no mínimo, dois exames por ano para que esse caminhoneiro realmente tenha condições, para que esse caminhoneiro, se tiver um problema... Hoje há caminhoneiro entrando em depressão, caminhoneiro dirigindo – fomos avisados – caminhoneiro dirigindo drogado, usando maconha. Então, teria de ser obrigatório o caminhoneiro prestar dois exames, em convênio formal aí com o Sest/Senat. E que o Sest/Senat invista o dinheiro – que tem muito dinheiro – mas em condições e em estabelecimentos... Em Ponta Grossa, por exemplo, foi constituído um Sest/Senat, aonde, mesmo que o caminhoneiro queira chegar, o caminhão dele não chega. Ele foi construído em um local que não permite acesso ao caminhoneiro.

Por essas coisas, a gente fica sentido. Se o caminhoneiro estiver viajando e precisar fazer um exame rápido, por alguma coisa que aconteça, ou ele deixa o caminhão na rua e pega, chama um táxi, ou vai a algum lugar para dali chegar ao Sest/Senat. Então, lá em Ponta Grossa, infelizmente, aconteceu isso.

Então, nós gostaríamos que esses órgãos viessem a fazer a participação e fizessem convênios – a própria ANTC, a Confederação Nacional – para que se abrisse mais diálogo e se desse mais espaço aos caminhoneiros autônomos. Acho que nós precisamos, realmente, nos unir e mostrar, porque aqui o nosso trabalho vai propor uma grande união, para nós criarmos um grande estatuto. Vai ter falhas, vai ter gente criticando a gente? Vai. Mas o nosso objetivo aqui, Senador Paulo Paim... Estamos aqui com a humildade, com a transparência de querer realmente ajudar esse grande Senador que abriu as portas do Senado Federal e que está com um projeto como autor, que, sem dúvida, está começando a fazer ciúme. Por quê? Porque este País depende do caminhoneiro, e nós estamos aqui, podem ter certeza absoluta, com o objetivo único de

fortalecer o seu trabalho porque é um trabalho que está começando a gatinhar e vai ser um grande trabalho.

Que Deus que nos ilumine porque nós temos pensamentos positivos e que vão ser um grande sucesso! Porque é daqui que nós vamos ser vencedores, é aqui que está o futuro do Brasil, é aqui que está o futuro do transportador autônomo e também das empresas grandes!

Hoje existe um faturamento. O caminhoneiro autônomo paga, por exemplo, sobre uma margem de 40% de lucro. É uma coisa que não existe mais hoje. Hoje a margem de lucro do caminhoneiro é de 25%, 20%, baseado no cálculo do frete, no ICMS. Então tem algumas coisas que a gente precisa mudar aqui. Essa é a minha preocupação. Por isso, nós estamos aí.

Também gostaria de propor a mudança da primeira audiência pública no Paraná, que era no dia 27, por ter lá uma audiência pública da reforma política. Então, ontem, numa reunião com o Senador Paulo Paim, nós decidimos mudar. Eu gostaria de que vocês aprovassem ou deixassem pré-agendada. Coloco aqui em votação. Seria, então, dia 3 de junho, numa sexta-feira, quando nós estaríamos fazendo a primeira das oito que foram marcadas, estaduais.

Digo para vocês: é um trabalho sério, é um trabalho grande, é um trabalho que tem custos, mas nós vamos nos dedicar. Eu assumi o compromisso de que no Paraná, e onde eu puder ajudar a organizar... Falei com o China, como representante dos autônomos. Vamos ter um carinho especial, Senador. Vamos nos dedicar. Queremos que os nossos representantes, o setor de transporte, não só os autônomos, o que depender da minha pessoa e da pessoa da China, no compromisso firmado, nós vamos fazer uma luta muito séria, vamos realmente demonstrar o compromisso que temos.

Existem algumas coisas que a gente vai fazer na sequência, as fiscalizações eletrônicas. Acho que tem que ser mudada alguma coisa. Acho que a polícia, não é motivo para se esconder, acho que nós precisamos ser amigos da polícia. A polícia precisa nos ajudar a combater roubo de cargas, roubo de caminhões. Hoje o caminhoneiro autônomo não tem condições de fazer seguro porque é um absurdo.

Então, nós precisamos realmente ter essa grande parceria.

Volto a reforçar aqui. Mais uma vez, eu gostaria, Senador Paulo Paim, da presença da ANTT, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que é fundamental nesse projeto. Eles têm que dar a sua parte, o Ministério da Justiça, Ministério dos Transportes, porque o Brasil precisa mostrar que o caminhoneiro é o grande responsável pelo transporte no nosso País. Precisamos criar aqui uma grande união, independente, deixar as pequenas coisas de lado e construir, mostrar que temos a capacidade e que somos pessoas com compromisso muito sério para constituir um novo Brasil, um novo setor de transporte dentro do nosso Brasil.

Deixo aqui o meu abraço e deixo o convite. Dia 3, Senador Paulo Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A gente podia fazer os encaminhamentos no final. Agora vamos dar a palavra a todos. Depois, teremos o momento dos encaminhamentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo bem, vamos deixar os painelistas todos colocarem os seus pontos de vista e depois procuramos adaptar as agendas aqui, porque, se entrarmos agora no debate das agendas, até porque mudou inclusive o caráter... Nós vamos fazer um adendo aqui no requerimento. Serão ciclos de debate. Em vez de diligência, será ciclo de debate sobre o tema e vamos ter, inclusive, vídeo conferências. As videoconferências se fazem a partir de Brasília com Interlegis. No mesmo dia dá para estarmos em todos os Estados, via Assembleia Legislativa. Um grupo vai estar aqui, em Brasília, e os caminhoneiros, as lideranças nos Estados, fazendo perguntas e fazendo o debate. Como mudou o corpo da organização do tema e dos debates, acho que nós teríamos que deixar para o encaminhamento final, depois de darmos direito para os expositores colocarem seu ponto de vista sobre o tema. OK? *(Pausa.)*

Sem prejuízo de por telefone depois a gente conversar.

O SR. NEORI TIGRÃO – É uma data que a gente... Se não tivesse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É um indicativo.

O SR. NEORI TIGRÃO – É um indicativo. Mas fica aqui para ser aprovado por todos. Para nós lá é indiferente. A gente só tinha essa data como uma primeira opção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK? Então, passamos a palavra neste momento para o Sr. José Alves Couto Filho, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Terrestres.

O SR. JOSÉ ALVES COUTO FILHO – Primeiramente, bom dia, Senador, obrigado pelo convite. Desde já parabenizo pelo ato que nós fizemos ontem em conjunto. O Senador junto com a nossa Deputada Jô Moraes. Pela primeira vez lançamos a Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. Foi um grande ato. A gente que trabalha há alguns anos nesse setor, a primeira vez que a gente vê um ato tão produtivo como o de ontem. Então, desde já a Nova Central e a Confederação Nacional de

Transportes quer agradecer ao senhor e à nossa Deputada Jô Moraes por esse debate que houve ontem, por esse lançamento.

E também parabenizar o Senador por esses atos que estão acontecendo, principalmente essas audiências públicas, porque a nossa categoria, infelizmente, ainda não consegue ser contemplada aqui dentro do Senado e dentro da Câmara. Nós estamos com a regulamentação da profissão de motorista e ontem temos certeza de que demos um grande passo, que o Senador Clésio Andrade chegou a falar que só não defende a regulamentação da profissão de motorista quem nunca foi motorista, caminhoneiro ou motorista de ônibus.

Então, desde já a gente quer agradecer também ao Senador Clésio Andrade por suas palavras. Inclusive, falou hoje no *Jornal do Senado* e é um dos nossos objetivos também fazer esse trabalho conjunto com ele, como o senhor ontem mesmo mencionou. Ou nós trabalhamos em conjunto ou sozinhos não vamos chegar a lugar nenhum. E é por isso que nós, que somos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes, estamos há alguns anos fazendo debate nacional mostrando o que o motorista, não apenas o caminhoneiro, mas o motorista em geral passa nas estradas. O motorista do ônibus principalmente também. Quando a gente aqui discute o caminhoneiro, temos que discutir também todos os trabalhadores em transporte.

Hoje a gente vê os grandes acidentes acontecendo e pede que entrem em conjunto nesses debates o Ministério da Justiça, o Ministério das Cidades e o Ministério dos Transportes. Por quê? Porque o Ministério da Justiça tem que pedir maior fiscalização nas estradas. Hoje, infelizmente, nós temos poucas rodovias que são federais. Quando chega na hora da fiscalização, vem o problema dos Estados. A Polícia Rodoviária do Estado não pode fiscalizar porque passa uma rodovia federal dentro do Estado. A Polícia Rodoviária Federal vem dando uma demonstração de que seu quadro de pessoal é pouco, não tem condições de fiscalizar. Vem também a pressão em cima dos trabalhadores, tanto do caminhoneiro como do setor de transporte coletivo e rodoviário.

Hoje a carga horária que estamos vendo... Principalmente nessas discussões que nós estamos fazendo, vamos discutir um horário do setor de transporte de carga e o horário do transporte rodoviário, até para não misturar um pouco. Porque o que está acontecendo em alguns portos? Estamos vendo no Paraná a pessoa ficar não 8 ou 10 horas, na espera, mas 72 horas ou 80 horas na espera. E qual é a discussão que já fizemos até hoje sobre a estrutura que existe para aquele motorista? Nesse mês passado, nós mesmos da Confederação, junto com nosso sindicato no Paraná, fizemos uma frente distribuindo água, distribuindo alimentos. Nós fizemos tudo isso. Onde estava o setor patronal, que não estava fazendo nada pelo seu motorista? Nós, do sindicato e da Confederação, é que estávamos dando toda assistência a esses trabalhadores. Nós estávamos com ambulância, porque o nosso trabalhador sofre de depressão. É a carga horária, aí vem o problema do uso da droga, que, infelizmente, é uma coisa que nós não admitimos, mas a droga está hoje sendo usada demais. Carregamos o motorista que chega com depressão, desmaiando dentro do caminhão, por 80, 100 Km, do local até Curitiba, até vários outros lugares para serem atendidos. Compramos vários tipos de remédios e levamos para a fila, porque ele não pode sair da fila. Mas a gente não vê de maneira alguma o setor patronal preocupado com essa situação dos trabalhadores. Quando falam sobre a carga horária, como eu estava vendo aí, sobre o motorista receber um terço das suas horas, a gente fica pensando o seguinte: de que forma aquele motorista vai aguentar 18, 20, 30, 40 horas dentro de um caminhão ali esperando? Será que é isso que nós queremos?

Então, por tudo isso a gente defende que o Estatuto do Motorista venha não apenas para o trabalhador da empresa. Defendemos que o Estatuto venha com regulamentação para todos os trabalhadores em transporte. Nesses vários acidentes que estão acontecendo aí, muitas vezes o motorista do caminhão está só, mas nos esquecemos do motorista do ônibus, que carrega 40, 50 pessoas dentro daqueles ônibus. Quando acontece um acidente de ônibus, é pior do que o acidente do motorista do caminhão. A gente também começa a ver, então, as estradas. O que o governo estadual e o Governo Federal estão fazendo também nas rodovias?

Ontem, chegamos a passar um filme – e nós estamos renovando esse vídeo frequentemente – com os acidentes que estão acontecendo. As empresas de ônibus têm uma carga horária de 8 horas, com 1 hora de descanso. São 7 horas, mas hoje não tem rodovia em que consiga o motorista trabalhar só 8 horas. Então, nós também temos que discutir com o Governo Federal para que melhore as rodovias. Quando o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva entrou para Presidente, nós fizemos um dos primeiros comícios lá em São Paulo, que foi lá no terminal de carga Fernão Dias, onde foi discutida a linha de crédito ao caminhoneiro, mas infelizmente essa linha de crédito ainda está para sair, e não sai. A gente vê os caminhões com vinte, vinte e cinco anos e os motoristas não conseguem fazer as revisões nos seus transportes.

Tudo isso temos que discutir. Quando pedimos que os caminhoneiros... Já estive conversando com o China, em alguns lugares onde nos encontramos; não

tive ainda a oportunidade de conversar com o Tigrão sobre isso, mas ou nós, do setor da Confederação, setor das Federações, das cooperativas, sentamos, discutimos, não apenas aqui no Senado, mas com o setor patronal, como vamos fazer esse Estatuto, ou vai ficar uma colcha de retalhos. A gente começa um pouquinho para um lado, um pouquinho para outro e vai ver que não vai atender a um nem ao outro.

Temos uma grande fiscalização, que se chama tacógrafo. Tacógrafo. Quando você sai da transportadora tem um tacógrafo, é só assinar o disco e você já está vendo a jornada de trabalho. Nós temos que discutir tudo isso. Por isso é muito importante termos essas audiências públicas, nós vamos ter em todos os Estados que estão aqui, porque cada Estado tem um sistema, pega o Norte é uma coisa, o Sul é outra, o Sul dá para fazer seis, sete horas tranquilamente, até dez horas, quando chega ao Norte e ao Nordeste é diferente, ao Centro-Oeste é diferente. Nós temos que discutir tudo isso, depois a gente tem que discutir também os pontos de apoio. Não adianta chegar e falar: você vai trabalhar doze horas por dia, vai trabalhar setecentos quilômetros por dia e depois ele vai parar o caminhão onde? É o que está acontecendo, essas coisas, no primeiro posto de gasolina que dá mais ou menos uma jornada ele para, vê, sem infraestrutura nenhuma, aí vem o problema da prostituição, vem o problema da droga. Nós temos que discutir isso.

Outra coisa: essas construções do PAC, que estão acontecendo, hoje fazem aquela grande construção, mas não discutem a infraestrutura para os trabalhadores. O que aconteceu há pouco na Usina de Belo Monte? Começaram as brigas. Lá nós temos mil motoristas, são vinte mil trabalhadores ali. Qual foi a infraestrutura que foi feita? É uma cidade. Qual foi a estrutura feita para aqueles trabalhadores? Será que pensaram que o motorista tem que estar carregando esses vinte mil trabalhadores e quando chegam lá, o que eles vão fazer? Qual o lazer que eles têm? Qual a preocupação que tiveram? Não tiveram preocupação nenhuma.

Por isso que para nós é muito importante também, Senador, tentarmos envolver esses Ministérios, porque eles também são responsáveis por tudo isso. É de grande e suma importância esse estatuto, que o senhor vem discutindo há muito tempo, nós estamos aqui não é a primeira vez, nós estamos aqui no gabinete do senhor eu acho que há uns quatro ou cinco anos, quase que direto, eu, o Festino e mais alguns. Nós já estamos morando aqui em Brasília, quase igual ao senhor.

Nós queremos parabenizar. Achamos de suma importância essas discussões que vamos fazer em nível de Estado. Inclusive a nossa Confederação, a nova central, vai estar presente a todas as audiências, já tiramos um grupo de trabalho para frequentar e temos certeza que vamos chegar a um bom termo.

Ontem mesmo já conversamos com alguns Senadores para tirarmos aquela... que fizeram o pedido novamente... a junção dos dois processos. Existem vários Senadores que estão se propondo a retirar. Nós vamos trabalhar em cima disso daí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentos à fala do Sr. José Alves Couto Filho, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transporte Terrestre.

Eu já convido para a mesa, porque dá para fazermos uma Mesa aqui ampliada, o Luiz Antonio Festino, que está aqui, diretor da Confederação Nacional de Transporte Terrestre, e também o José Araújo da Silva, o China, presidente da União Nacional dos Caminhoneiros.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Luiz Alberto Mincarone, que também representa o Sindiex. Mincarone com a palavra.

Cumprimento antes o José Alves, que levantou a questão dos acidentes. É claro que o estatuto vai ter essa preocupação de olhar o profissional do volante, as empresas, os autônomos, os celetistas, enfim, olhar todo o complexo que envolve a rodagem, seja de caminhão, seja de taxi, seja de ônibus, enfim, todas as áreas. Nós todos estamos percebendo que o número de acidentes, e nós não estamos falando especificamente de caminhoneiros, você tem razão, aumenta a cada dia que passa no Brasil. E um dos objetivos do debate do estatuto, é claro que vamos ter aqui e vamos depois aprofundar um ciclo de debates, uma mesa onde vão estar os representantes do Governo, do Governo da Presidenta Dilma, colocando o seu ponto de vista em relação ao estatuto dos mais diferentes ministérios que tratam dessa questão.

Neste momento a palavra com o Luiz Alberto Mincarone.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Bom dia, Senador. Bom dia demais presentes aqui na mesa, colegas, quem está na assistência.

Eu estou representando o Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Rio Grande do Sul. A característica que temos no Brasil é muito diferenciada em diversas regiões.

O transporte no Rio Grande do Sul se caracteriza por distâncias longas, estamos na ponta do Brasil, além do transporte ao MERCOSUL, o transporte também dos extremos do Brasil se caracterizam por essas viagens de longa distância. São viagens em que

os caminhões rodam muito durante a viagem e depois param muito também em destino.

Diferentemente dos transportes com distâncias em que o motorista vai e vem e na maioria das vezes dorme na sua casa, na longa distância o motorista dorme no caminhão e aí tem uma série de consequências.

A primeira delas é a questão de infraestrutura. O motorista tem que parar na rodovia, no caminho, para dormir, se ele está no destino, em uma cidade longínqua da sua, ele tem que encontrar um local para estacionar e dormir e essa questão da infraestrutura de atendimento ao motorista nós achamos que é crucial, e fazemos eco da palavra dos trabalhadores.

Nos locais de carga e descarga, principalmente nos portos, a precariedade é muito grande. Há uma necessidade de, nessa regulamentação ou na própria lei, colocar obrigatoriedades de locais de estacionamento.

Lembro-me do companheiro de Uberlândia, que estava aqui na última reunião, ele comentou um projeto que lei – ou já até foi aprovado como lei na cidade de Uberlândia – que para os locais de carga e descarga eles têm de disponibilizar instalações adequadas de higiene para os motoristas e também senhas para que o motorista, quando ficar na fila, não tenha que ficar toda a hora movimentado o caminhão, ele teria uma senha e uma maneira de cuidar qual a sua vez. Ele não precisa..., ele deixa o caminhão parado e com essa senha ele vai chegando na sua hora para movimentar o caminhão, mas é obvio que para isso tem que ter estacionamento, tem que ter local para estacionar o caminhão e o local onde o motorista passa ter o seu banheiro, a sua cozinha ou a possibilidade do refeitório.

Bom, então, queremos, o Sindiex quer ajudar a apresentar uma ideia de estrutura do estatuto do motorista, que seria a seguinte: nós dividirmos em capítulos, que acredito sejam as três questões básicas que envolvem o motorista: um capítulo que seria do acesso, o exercício e a aposentadoria da profissão. Esse primeiro capítulo seria importante em relação ao motorista, para que ele possa, vamos dizer, ter todas as condições gerais atendidas. O segundo seria capítulo especificamente do tempo de direção. E o terceiro, jornada de trabalho.

O que envolveria? O acesso à profissão já envolve desde o curso técnico de formação. E como muito bem colocou o Senador Paim, temos que ver os recursos federais disponíveis para as escolas técnicas, pois muitas já estão sendo implantadas no Brasil, mas, que eu saiba, nenhuma para motorista. Há varias escolas técnicas para várias áreas, mas não temos para motorista.

Cursos também de formação de curta duração; de reciclagem também é muito importante. E também a questão do atrativo para a profissão. Eu me recordo que um colega da Europa disse que, em Portugal e na Espanha, eles estavam tendo que buscar – isso obviamente antes dessa crise econômica – formas de divulgar em escolas de ensino médio e de ensino fundamental maneiras de criar um atrativo para que os jovens se interessassem pela formação e pela profissão de motorista, porque é uma profissão que, muitas vezes, é ligada ao sacrifício. E a idéia do Estatuto do Motorista é colocar essa profissão no ramo das profissões atrativas, normais, saudáveis e que possam dar satisfação para aquele que assim exercesse a profissão.

Há vários aspectos dentro do exercício da profissão, questões desde segurança viária, estacionamentos, infraestrutura, estradas e saúde do trabalhador. Então, são vários aspectos do exercício que seriam contemplados. E aposentadoria, como a palavra por si só já indica, são as condições para que o profissional possa se aposentar.

O segundo aspecto da estrutura do projeto está relacionado ao tempo de direção. E são questões extremamente importantes para o momento atual da sociedade. A jornada de trabalho diferencia-se do tempo de direção em função de que abrange somente os empregados e não, os autônomos. O tempo de direção é de qualquer um que está dirigindo, seja autônomo ou empregado. Jornada de trabalho é só para os empregados.

Nos capítulos, também tinha que se fazer subdivisões com títulos referentes a categorias de motoristas, porque existe muita diferença de acordo com o tamanho de veículo, o tipo de utilização, se moto é uma coisa, se um automóvel, seja táxi ou automóvel locado com motorista, é outra, vans de transporte escolar, algumas de transporte até urbano e excursões; ônibus é outra categoria; e motorista de caminhão é outra.

Então, essa subdivisão, colocamos cinco como exemplos básicos, mas que pode ser revista, é muito importante considerar, porque são questões específicas inerentes a cada uma dessas atividades.

Qual seria o roteiro que achamos mais razoável para o projeto? Primeiro, seria pegarmos os três capítulos e elencarmos os itens de cada capítulo. Quando falei, por exemplo, que no acesso à profissão teria que ter curso de formação, esse é um item dentro do capítulo. Então, iríamos elencando quais desses itens por meio da oitiva dos nossos colegas, dos que participam das reuniões, dos interessados, e iríamos listando os que comporiam cada capítulo para depois formatar os artigos e os seus parágrafos.

O segundo aspecto seria identificar quais os capítulos prioritários que possam ser transformados em lei em curto prazo. E aí vem a questão da importância e da prioridade, pois alguns itens se sobrepõem a ou-

tros, em função principalmente do interesse da sociedade e do interesse da categoria também.

Depois vou trabalhar mais em cima deste ponto.

E um terceiro item do roteiro do projeto seria identificar os itens de possível consenso. Se os prioritários forem de consenso, melhor, porque já se encaminha, e como Senador falou, há possibilidade de encaminhar até por uma lei ou um projeto de lei da própria sociedade. O Senado receberia, e passaria para a tramitação. Acredito que sendo de consenso, de interesse de toda a sociedade poderia ter uma tramitação muito mais rápida do que o todo do Estatuto.

Os itens de consenso, aqueles em que os autônomos, os trabalhadores e as empresas poderiam chegar a conclusões de que são factíveis sem grandes complexidades ou sem grandes negociações.

Entendemos, particularmente, que a prioridade é o tempo de direção, neste momento. Sem desmerecer os outros aspectos, pois têm uma complexidade muito maior. Sobre o tempo de direção, já houve projetos aprovados no Congresso, o Presidente da República vetou um projeto. Mas são particularidades que aperfeiçoando-as é mais fácil de chegar.

E quais os motivos principais para criar essa prioridade do tempo de direção? Primeiro, o interesse da sociedade. Cada vez que há acidentes com uma quantidade grande de motos, como tivemos agora no mês passado, com vinte, trinta mortos, a sociedade fica inquieta, porque, na maioria dos acidentes, há o fator humano. Diria que, disparado, 80%, 90% é fator humano. E fator humano quando se diz não é a intenção ou dolo do motorista, são as condições de trabalho a que são impostos os motoristas, seja pela necessidade de faturar mais, no caso do autônomo, seja pelo excesso de jornada de trabalho que alguns embarcadores, principalmente, destinatários impõem às transportadoras, que, por sua vez, acabam transladando aos motoristas.

Então, esses aspectos de interesse da sociedade, e acho muito importante, devem ser considerados agora.

A questão da segurança viária, como consequência, os acidentes. E a redução de acidentes, que é uma necessidade muito grande E também a melhora da qualidade de vida do motorista, porque, por atrás de toda a questão do motorista, o estresse, o cansaço, automedicação, as drogas, está o problema do tempo de direção.

Tendo implantado o tempo de direção, imediatamente a qualidade de vida do motorista vai aumentar muito, a redução de acidentes será importante.

Colocamos alguns dos itens que, nessas audiências públicas e nos grupos de trabalho, têm que ser discutidos e nos ciclos de debates também. Por exemplo, o item tempo de direção. Basicamente há uma meia dúzia de itens que acho que não são tão complexos para se chegar a um acordo. Primeiro, tempo de direção ininterrupta máximo. Havia, na lei que foi vetada, um indicativo de quatro horas. Acho que é quase um consenso. Se houver alguma divergência, pode-se examinar, mas não vai fugir muito desse tempo. E também um tempo de extensão de direção ininterrupta máximo, no caso dos motoristas para chegarem ao local de forma mais segura, na sua residência, nos locais de carga e descarga, ou sua base operacional, e que normalmente estava sendo tratado em torno de uma hora, um pouco mais ou um pouco menos. E o tempo de pausa mínimo. O motorista que dirige quatro horas, por exemplo, quanto, no mínimo, ele tem que parar? Trinta minutos? Pode ser mais? Pode. Sobre essa questão dos números, não estamos querendo entrar no mérito, porque é o segundo momento. O primeiro, é o consenso do que temos que discutir. Então, esses três tempos são os mais importantes na direção durante o dia do motorista e mais esse tempo do descanso diário mínimo, interjornada, e também um eventual fracionamento do tempo de descanso diário mínimo.

O que colocamos como fracionamento? Porque é uma coisa que temos visto em algumas legislações de fora, como da Europa, que é o caso de motoristas ou situações em que o motorista possa ter um ganho em termos de reduzir o seu descanso diário, por exemplo, se ele pode descansar 11 horas ele poder fracionar esse descanso em oito e mais três, nove mais três ou, se fosse dez, seria sete mais três. O que significa isso? O motorista está chegando próximo à sua residência, a distância de 60 Km da sua casa, ele teria que esgotar o tempo de direção. Então, ele teria uma prorrogação daquela jornada do dia anterior ou, então, o contrário: no dia seguinte, ele acordaria mais cedo para poder chegar a sua residência ou, se fosse, ao local de descarga, e depois ele teria que descansar no mínimo as três horas complementares. Porque normalmente o descanso noturno envolve o tempo que o motorista dorme e mais outras atividades, de lazer, de descanso, de arrumar suas coisas, de tomar banho, etc etc., dar uma caminhada, fazer algum tipo de exercício ali no posto. Agora, quando ele reduz o tempo, este tempo teria que ser o suficiente para um bom sono, mas essas três horas depois, ele teria o descanso próximo do horário do almoço, por exemplo. É um ponto que achamos ser importante discutido.

Na questão do descanso semanal também, tem que se estabelecer a regra mínima para o descanso semanal, se seriam 36, 48 horas, qual é o descanso, e também se houvesse um fracionamento qual seria

esse tipo de fracionamento, sempre levando em conta o interesse equilibrado entre as partes.

Essa seria nossa idéia de mecanismos de trabalho, Senador, outros pontos já a ABTI apresentou. Estamos assim à disposição para arregaçar as mangas, trabalhar, ajudar na relatoria desse grupo de trabalho, de modo que a gente possa avançar agora já entrando em alguns aspectos práticos da montagem da elaboração de um substitutivo do projeto de sua autoria, já que V. S.ª se colocou à disposição para aceitar sugestões da sociedade.

A partir das audiência públicas, captamos as ideias e podemos discutir no grupo de trabalho e na relatoria para traduzir isso para o papel em forma de normas.

Eu queria também aproveitar, agradecendo a atenção de vocês, para convidá-los, no dia 15 de julho, uma sexta-feira, em Porto Alegre, para uma reunião do grupo de trabalho e um ciclo de debates sobre o Estatuto do Motorista e principalmente sobre as viagens de longa distância, no Mercosul. Estão convidados, além do próprio Senador Paim, de Deputados e Senadores com interesse no projeto, Parlamentares do Parlamento do Mercosul dos outros países e as entidades de empresários, trabalhadores e autônomos também dos países vizinhos do Mercosul.

Esse ciclo de debates vai ser no dia 15, sexta-feira, das 14:00 às 17:00, em Porto Alegre, vai ser durante a Transposul, que é a segunda maior feira de transporte do Brasil, quer dizer, quem vai estar lá presente vai aproveitar bastante porque vão estar os fornecedores dos *softwares*, de combustíveis, de gerenciadores de risco, os implementos rodoviários, equipamentos, caminhões etc. E essa feira vai se estender, ela começa na quarta-feira e vai até a sexta-feira, na sexta-feira, que é o dia do encerramento, nós vamos ter essa audiência no auditório principal e achamos que será um bom momento e um momento importante para a gente dar uma arredondada nessas idéias e contamos com a participação dos autônomos e dos trabalhadores também, vai ser na sede da Federação das Indústrias, em Porto Alegre, bem fácil, próximo ao aeroporto, próximo à estrada também.

Obrigado, Senador, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, a Presidência complementa o Mincarone, que tem sido parceiro nessa discussão e na elaboração do Estatuto do Motorista.

Passamos de imediato, para depois podermos avançar nos debates, para o Luis Antonio Festino, Diretor da Confederação Nacional de Transporte Terrestre.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Bom dia a todos. Sou Diretor da Nova Central Sindical e faço parte do grupo de trabalho da Confederação, não diretor da Confederação, mas sim da Nova Central na área trabalhista, saúde e segurança no trabalho.

Mais uma vez, parabenizar o Senador Paim pela importância do ato que aconteceu ontem, em conjunto com a Deputada Jô Morais em que mais uma vez a gente está discutindo a situação dos motoristas, motoristas e trabalhadores em transporte em geral.

Essa discussão tem estado na pauta da imprensa, tem estado na pauta de várias comissões, mas todos só jogando as consequências, nunca discutindo as causas, mas aqui no Senado e na Câmara, o Senador Paim vem discutindo isso há muitos anos, o projeto dele de regulamentação da profissão dos motoristas urbanos é de 1990. Chegou a vir aqui para o Senado e depois foi arquivado. Então é um projeto muito longo. Nós temos aqui na Câmara dos Deputados o PL 1.113, que regulamenta a profissão do motorista, também de transporte urbano, é de 1988 e está desde 1996 na Mesa da Presidência para encaminhamento. Nós temos hoje em dia 60 projetos sobre a regulamentação da profissão, que vão desde regulamentação, aposentadoria, condições de trabalho em geral, e a grande dificuldade que a gente tem para encaminhar esses tantos projetos.

E nós estamos vendo agora uma perspectiva muito boa de conseguir um avanço enorme em virtude de a gente ter hoje no Senado a regulamentação da profissão do motorista, que é o PLC 319, e o Estatuto do Motorista. E nós, por duas vezes, no ano passado, através de um pedido do Senador Romeu Tuma, pediu que apensassem ao Estatuto, conversamos com o Senador Paim e colocamos e importância de que um projeto não inviabiliza o outro, mas os dois tramitando em conjunto ai, sim, podem travar muito mais porque nós sabemos os interesses que têm aqui dentro, os diversos interesses. Então a importância de se discutir em separado. Conseguimos.

Infelizmente, novamente este ano foi pedido e aprovado o apensamento dos dois, e nós estamos novamente, também com o aval do Senadot Paim, solicitando que eles caminhem de forma separada. Isso por quê? O que nós estamos defendendo na regulamentação é a atividade do motorista. E o Estatuto é muito mais amplo, ele está discutindo o mercado de trabalho. Inclusive o próprio art. 1º, tanto de um como de outro, já coloca essa situação. Então nós temos aí o Estatuto com uma participação muito mais ampla, todos os pontos que têm no projeto de regulamentação quanto quem nós queremos regulamentar, estão nos dois projetos.

Então quando a gente fala de categoria, a gente tem que notar o art. 1º do Estatuto porque ele fala

"todos os profissionais", então é aquela questão das vans, das motos, e ele fala inclusive dos empregados e dos autônomos. Então já está contemplada, tanto em um projeto quanto em outro, essa situação.

Aí ressaltar também e parabenizar o setor de carga porque em todas as audiências e comissões a gente tem visto a participação efetiva do setor de cargas, coisa que não temos visto no setor de passageiro. Então pouco se discute o setor de passageiros porque não está havendo uma compressão deste setor. Eles acham que não têm o que discutir, que não afeta. Já foi colocado o número de acidentes com os ônibus. O Dr. Marcos Bicalho estava presente, eu não sei, ele se retirou, mas ele representa a ANTU, mas é mais uma situação em que a gente tenta fazer a integração e não está conseguindo.

Através da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho, foi feita uma proposta de integração nesses setores, conseguimos também um projeto, a ANTTC apresentou uma proposta, foi discutida em conjunto na última sexta-feira, na sexta-feira anterior, na Confederação, discutimos todos os pontos, foi levada para o Ministério Público, então está havendo um consenso. Mas eu repito, infelizmente, esse consenso está só em um setor.

O outro setor importantíssimo refere-se às categorias diferenciadas, e aí não está contemplado nem com as transportadoras e nem no setor de passageiros. E as categorias diferenciadas envolvem 60% de toda a carga, que é o comércio, a indústria, e esses trabalhadores estão mais desprotegidos ainda do que quem está numa transportadora porque com a transportadora a gente consegue dialogar, até cobrar, mas com esses setores não, porque a indústria não está discutindo especificamente. Tem 10 mil trabalhadores e 20 motoristas. Ela não está discutindo essa questão.

O próprio fator acidentário, quando ele coloca no setor de transportes, para o setor de carga e de passageiro, é 3, é o ponto 3. É o máximo, porque há um alto índice de "penosidade", de periculosidade. Agora, quando esse motorista está trabalhando na indústria, no comércio, no serviço, é o índice da categoria preponderante.

E nós temos ressaltado muito isso com o Ministério da Previdência, o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho: que não pode haver essa diferenciação. Que motorista é motorista, em qualquer setor. Ele não pode ser cobrado só em um setor específico, se ele também está sofrendo acidente no setor diferenciado.

Na questão do tempo de direção, na questão da jornada de trabalho, que foi colocada aqui, eu quero discordar da situação do tempo de espera no mundo. Eu também estive nos Estados Unidos no ano passado, e essa situação é a que mais está sendo discutida no setor de carga no mundo.

Está havendo protesto... Eu vou citar só uma empresa, a UPS. Só agora, nos mês de novembro, tivemos protestos no Japão, Canadá, Estados Unidos, Austrália, China – até na China –, Turquia, onde está uma das situações mais graves no tempo de espera com essa empresa, a UPS. Eu estou citando a UPS, mas aí nós temos a Mak. São grandes transportadoras que estão no Brasil, e que estão tendo problema no mundo inteiro.

No Brasil, nós denunciamos, no México, a LL, que é ferrovia, mas que tem transporte de carga também, que está sendo denunciada devido à precarização. Na contratação, a questão das empresas, nós temos que citar os nomes. Contratação. A Sadia é uma das que mais precarizam. É contratado, é o autônomo, mas é a que mais obriga na questão da jornada de trabalho. E os acidentes estão acontecendo.

Mostramos um motorista nosso, que foi testemunha, apresentamos na última audiência aqui, que morreu num acidente devido a excesso de trabalho, uma carga da Sadia que não era urgente. Ele estava voltando com uma carga de papelão. Não era o produto industrializado da Sadia, simplesmente ele estava voltando com uma carga de papelão. Esse motorista foi nossa testemunha num processo que está acontecendo em Mato Grosso, que é a questão do tempo de direção e o tempo de espera, em maio do ano passado. E a própria testemunha acabou falecendo.

Ontem mostramos o caso de um motorista do Paraná, também, que veio a falecer devido a essa questão da condição de trabalho. Então, é uma situação que queremos colocar e não ficar numa discussão com somente dois setores discutindo, porque não vamos avançar.

O setor de passageiro é precário no setor urbano. Hoje em dia nós temos a questão do trabalho a céu aberto. Um exemplo: em São Paulo, só 39% dos motoristas do transporte urbano, em São Paulo, estou falando só de São Paulo, porque isso se estende a todas as cidades, só 39% dos motoristas e cobradores têm acesso a rede sanitária e água potável.

Então, ele tem uma jornada, às vezes, uma viagem de uma hora e meia, duas horas, devido ao trânsito, e ele não tem um local, não tem um sanitário, não tem um local para refeição.

Está sendo discutida também a questão do tempo, do intervalo de refeição para os motoristas do transporte urbano e para o setor intermunicipal. Qual é a jornada do motorista e qual é o intervalo de refeição? Porque é impossível o motorista, com aquela meia hora, ter um

local para almoçar, um tempo de parada. E o tempo de parada também não envolve só o setor de carga.

Numa cidade como Brasília, quem for ao lado aqui do Mané Garrincha, vai ver lá uma grande quantidade de ônibus. O que está acontecendo com a jornada desse motorista? Como em Brasília as distâncias são muito grandes, ele vem, faz uma ou duas viagens, encosta o ônibus ali e tem que voltar às quatro horas da tarde, sem ganhar nada. O problema não é ganhar, o problema é que essa jornada se estende. Ele não está no volante, mas está cumprindo uma jornada. Então é visível. Basta ir aqui do lado do Mané Garrincha e vocês vão ver a quantidade de ônibus. E se ficar marcando ali, é tranquilo, vai ver que aquele ônibus encosta lá às oito horas da manhã, às oito e meia, e o motorista só vai retornar às quatro horas da tarde. Então essa também é uma grande questão na questão da jornada de trabalho.

Nós sabemos que o estatuto não vai resolver todos os problemas da jornada, mas vai dar um avanço no projeto das centrais sindicais, de autoria do Senador Paim, que está em tramitação, sobre as quarenta horas.

A proposta inicial que nós fizemos quando da discussão do estatuto foi incluir as quarenta horas na discussão do estatuto. Não resolve para todas as categorias, mas já começa a dar um parâmetro para discussão. Também está em discussão na Câmara essa questão da jornada.

O outro projeto que está em discussão, acho que é o 4660, é de sua autoria, das quarenta horas. Estamos solicitando, inclusive nas propostas que fizemos aqui na questão do estatuto, como parâmetro, as quarenta horas, e depois a discussão. como já foi proposto anteriormente, individualizada para cada categoria. Nós sabemos que não há a mínima condição de um motorista que está no transporte de fretamento ter a mesma jornada de um motorista no transporte de carga. A jornada do motorista do fretamento já é totalmente diferente da do motorista do transporte urbano. Ele está dirigindo um ônibus, mas ele vai estar numa viagem no final de semana, quando há o grande fluxo das viagens de turismo. Tem a questão dos dois motoristas, mas nem sempre se cumpre. Aí esse motorista também acaba tendo um excesso de jornada.

O setor rodoviário, que tem a determinação, e ela não foi revogada... A ANTT está justificando no processo que ela não pode legislar sobre a jornada. Mas desde a época do Geipot já existe portaria que o setor de transporte rodoviário interestadual só pode rodar... Os pontos de parada têm que ser a cada quatrocentos quilômetros, e a jornada do motorista com um veículo com sanitário, até quatro horas, intervalo de meia hora, e o veículo sem sanitário, até duas horas.

Então, a legislação já existe. Só que, infelizmente, a ANTT está colocando no processo que não existe legislação. E apresentamos esta semana no processo que existe a legislação, que basta que seja cumprida.

E sobre essa legislação, por que teríamos uma legislação para o transporte interestadual e essa legislação não poderia ser transferida também para o transporte de carga? É fazer uma discussão, uma vez que existe.

Então, o poder concedente, que é o Governo, também tem que ser chamado e tem que ver a responsabilidade. Estamos discutindo, na comissão tripartite, a fiscalização. Hoje, a polícia rodoviária, no Brasil, só pode fiscalizar velocidade, tipo de veículo, condições do veículo, e ela não pode fiscalizar o tempo de direção. E isso acontece nos Estados Unidos, acontece na Europa, onde a fiscalização pode ser feita pela polícia rodoviária.

E já há concordância, inclusive nas audiências anteriores, da polícia rodoviária para assumir esse papel. Mas isso aí tem que estar na legislação. Não tem como ser repassado para a polícia rodoviária.

O tipo de fiscalização, hoje em dia, através de GPS, através dos diversos meios de informática, pode fazer retornar a antiga papeleta, a antiga guia de horário, que existia em todas as transportadoras e hoje não existe mais. Era controlado por papel.

Verifiquei isso também nos Estados Unidos e ainda é o que o motorista marcou. A fiscalização aceita o horário de saída e o de chegada que ele está marcando ali. Não é nem o equipamento eletrônico, mas a fiscalização. É a palavra do motorista, independentemente de ela estar sendo registrada eletronicamente ou não. Então, por que, no Brasil, não podemos ter essa situação?

Quanto ao projeto, a importância dessas audiências, porque vamos retomar o que a gente apresentou, ponto por ponto... Não sei qual é o trâmite e, infelizmente, quando a gente pega o projeto aqui no Senado, a gente vê que só tem as emendas dos Senadores, mas aquelas emendas que a gente aprovou aqui na Comissão não aparecem. Não sei qual vai ser o trâmite e se elas foram aceitas para discussão.

É mais ou menos isso. Quero ressaltar a importância dessa audiência. A Nova Central e a Confederação vão participar de todas as audiências. Vamos ter representantes em todos os Estados, e também levando o trabalhador porque do que foi feito ontem e do que tem sido feito conseguimos trazer um mínimo, e não atinge todas as categorias, não atinge todo o setor devido à dificuldade de estar todo mundo trabalhando. Nos Estados vamos ter essa comissão e acredito que vai ter uma grande participação.

Por enquanto, fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – MT) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Luiz Antonio Festino, que é da Nova Central e também da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, que expressou e fez um resumo muito bem feito dessa caminhada até o momento.

Passamos a palavra, agora, para depois dialogarmos, ao Sr. José Araújo China da Silva, mas conhecido por "China", Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros.

O SR. JOSÉ ARAÚJO CHINA DA SILVA – Sr. Senadores, parabéns pelo seu trabalho.

A gente está acompanhando o seu projeto há algum tempo, mesmo não tendo participado tanto. Participei três vezes, com essa, pessoalmente, mas a Juliana, como nossa assessora, há pouco tempo, está participando efetivamente.

Quero parabenizar sua sensibilidade porque tivemos grande problema sob o tema direção e tivemos, primeiro, o Projeto de Lei nº 2.660 que, depois de tanta briga e de tantas reuniões, foi aprovado pelo Congresso e, consequentemente, vetado pelo Presidente da República.

Eu até acho que havia motivos para acontecer. Quando falaram que o Paulo Douglas, de Rondonópolis era maluco, eu não acho que ele é maluco. Ele estava em uma situação muito difícil. Ele vivia, na época, na cidade de Rondonópolis vendo tudo o que acontecia no País e vendo pessoalmente lá.

A atitude que ele tomou não teria, evidentemente, não teria como ser daquela forma. A nossa atividade é uma atividade diferente das outras e não tem como você trabalhar oito horas, seis horas. Não sei, só no decorrer do tempo. Daí, ele tomou aquela atitude. Mas, enfim, esse processo ainda está...

Como é que está o processo do Paulo Douglas? *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. JOSÉ ARAÚJO CHINA DA SILVA – Está enrolando. Entre outros projetos que há, V. Exª fez questão de fazer o seu projeto que foi muito sábio porque não está pensando só no caminhoneiro, está pensando no motorista como um todo. Então, parabéns pelo seu trabalho.

Nós não trouxemos hoje alguma coisa porque não sabíamos realmente o que seria resolvido hoje. Esse projeto temos que fazer acontecer. Quem pensava que alguém está brincando, então chegou a hora que realmente tem que acontecer. Não é mais admissível o caminhoneiro sofrer, a sociedade sofrer, morrendo tanta gente como a mídia fala constantemente, motoristas em função do excesso de trabalho, em função das empresas obrigarem a chegar em tal horário, em função do frete baixo, em função do salário baixo. Tem que acontecer. Mas paralelo a esse projeto, temos que fazer que aconteça um outro que é a infraestrutura, que é unanimidade, tanto por parte das empresas, como por parte dos caminhoneiros autônomos e empregados. Fechou o projeto, votou o projeto e, lá na rodovia, os motoristas vão passar por essa situação que vão passar.

Então, temos que pensar nisto, com quem vamos falar, se é com o DNIT, se vamos fazer uma comissão, fazer outra comissão paralela ou essa mesma. Tem que envolver o DNIT, tem que envolver o Ministério dos Transportes, tem que envolver a ANTT, porque, se essa lei for votada "goela abaixo", os caminhoneiros vão ser reféns de uma situação difícil nas rodovias.

Então, a Unicam gostaria que a gente fizesse, pode ser essa mesma comissão, um projeto para correr atrás da infraestrutura rodoviária. E, como temos mais um trabalho para apresentar no decorrer do tempo, vamos colocar novas sugestões nas reuniões Brasil afora.

Parabéns pela sua iniciativa desses eventos nas parte sul, sudeste, norte, nordeste e centro-oeste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, companheiro China, por sua exposição colocando seu ponto de vista.

Poderíamos, agora, ir para os encaminhamentos.

Tivemos uma conversa preliminar no dia de ontem com alguns companheiros que estavam aqui e acho que vamos encaminhar da seguinte forma e, é claro, quero ouvir a opinião de vocês aqui na Mesa.

Primeiro, para que de fato a gente comece a apontar caminhos concretos porque tenho uma preocupação enorme.

Estamos debatendo esse tema há alguns anos. Alguém lembrou bem, eu até já havia esquecido, que o meu primeiro projeto foi em 1990. Não o estatuto, mas foi um projeto que apontava caminhos para o profissional do volante.

Eu encaminharia da seguinte forma: vamos, hoje, formatar aqui, aprimorar a composição que eu chamaria de um "grupo autônomo de trabalho". esse grupo vai fazer tantas reuniões como ele assim entender que deva fazer.

O que percebi: a partir do momento que citei, aqui, em uma reunião dos Senadores, a possibilidade de alguns encontros regionais, apareceram demandas legítimas dos Senadores quase que para triplicar o número de encontros regionais. Todos os Senadores gostariam e, legitimamente isso é bom, de debater esse tema no seu Estado.

Então, a possibilidade de nós ampliarmos o número de reuniões em parceria com a Assembléia Le-

gislativa, em cada Estado, poderíamos conversar com Deputados independente da sigla partidária, que queiram promover o ciclo, fazer parte desse ciclo de debates com uma audiência na Assembléia, na comissão correspondente, com a presença dos Senadores e Deputados Federais convidados que puderem estar.

Esse grupo, provocado por um Deputado da Assembléia ou por quantos Deputados assim entenderem, fará uma reunião lá e essas reuniões vão acontecendo sem, necessariamente, estarem sendo monitoradas pelo Senado da República.

O que é interessante nisso? Deixar que a sociedade vá construindo a proposta a partir do debate nos Estados. Nós, aqui, para manter um vínculo, aí sim, do que vocês vão nos apresentar, reuniríamos com a minha presença, na nossa Comissão, em toda primeira sexta-feira do mês e, se todos não puderem vir, virão os Relatores dos trabalhos e aquilo que foi construído até o presente momento.

Por exemplo, elenquei como sugestão: 1º de julho, sexta-feira, dez horas; 5 de agosto, sexta-feira, dez horas; 02 de setembro, sexta-feira, dez horas, em que a gente volta para o debate e nesse debate, como foi provocado aqui corretamente, nós vamos convidar representantes do Governo Dilma das respectivas áreas que tenham a ver com a questão do transporte terrestre.

Daí, combinamos com vocês e com esta Comissão. Nessa audiência vamos convidar, digamos, o Ministério dos Transportes. Nessa vai ser o Ministério da Infra-Estrutura. Então, vamos convidar.

Qual é a nossa intenção? Em parceria com as Assembleias, nós ajudamos na articulação, fazer as videoconferências. Nós poderemos em um único dia falar com os 27 Estados a partir daqui, do Senado da República, numa videoconferência. Estaria a comissão, nós estaríamos juntos e lá nos Estados. Estariam as lideranças dos movimentos sociais, sindicais, dos empresários e dos trabalhadores colocando o seu ponto de vista.

O que estou tendendo, é uma tendência a sugerir para vocês, primeiro, algo que me foi dito ontem, se tiver um tema que entendam que há consenso e é urgente a aprovação, vocês poderão apresentar em nome das entidades, aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Basta que uma entidade de caráter nacional queira apresentar uma proposta, vocês apresentam aqui, a proposta vem para as minhas mãos, porque presido a comissão, eu indico o relator ou posso até, aí sim, como disse o Tigrão, avocar a relatoria desse ou daquele tema se assim entendermos que seja adequado por ser o autor do estatuto do profissional que atua nesta área de transporte terrestre.

Bom, além das audiências públicas que seriam na primeira sexta-feira de cada mês e quero fortalecer aqui a idéia das videoconferências. Nós temos de avançar. É impossível que nós não consigamos, até o fim do ano, estar pelo menos com uma minuta pronta que mostre o que é consenso, que poderia ser votado de imediato se fosse o caso, e aquilo que é dissenso, porque é normal que não haja entendimento em alguns pontos. Teremos alguns pontos que teremos problemas e vamos ver como vamos encaminhar mediante o diálogo e as conversações.

Nós iríamos substituir as chamadas diligências para o ciclo de debate. O ciclo de debate que essa comissão, autonomamente, poderá fazer em quantas cidades entender que é necessário e sempre tendo o vínculo com a comissão no dia 1º de julho. No dia 1º de julho seria a primeira. Toda primeira sexta-feira de cada mês. E essa comissão que vai coordenar os debates no país vai, em sintonia conosco, apontar as datas das videoconferências. Poderemos ter duas videoconferências nesses 6 ou 7 meses, onde todos os estados estarão participando.

Se quiserem fazer duas, podem colocar 12 estados numa e 13 na outra, ou um estado que é fundamental num debate, esteja lá reunido uma regional, por exemplo, de lideranças. Então combinaremos as videoconferências.

Nós podemos até caminhar para a seguinte decisão, vejam bem onde estou chegando, eu quero fazer a coisa caminhar, é bom que todos saibam que eu estou jogando sério, se alguém pensa que estou aqui e ali, não é o meu jeito de trabalhar, estou com a maior boa intenção, estou jogando sério.

O que é que digo quando falo que estou jogando sério? É para aquelas pessoas que estão assistindo, sei que os profissionais da área todos estão com uma expectativa muito grande, eles estão esperando respostas. Sei que grande parte do empresariado, da maior seriedade, mas que tem malandro tem em todo lado nós sabemos. Tem aquele empresário que não quer regulamentar nada, quer que fique uma esculhambação e ele continua não pagando e vai empurrando com a barriga. Há aquele trabalhador também que diz que se não quer regulamentar que não regulamente, eu deixo passar e meto, a expressão popular é: eu meto na justiça e lá na frente eu arranco tudo que puder dele. Vocês sabem que existe dos dois lados.

Sempre dou o exemplo da empregada doméstica, permitam que eu diga isso, mas tem gente que não regulamenta a carteira de trabalho da empregada doméstica e acha que é esperto. Não é esperto. Quando ela sair de lá vai colocá-lo na justiça e está sujeito a tirar até a casa da pessoa.

Então, não é esperto não!

Eu sempre digo isso.

Nós sabemos que é um país que tem mais empregada doméstica não regulamentada do que regulamentada. Elas sem os seus sindicatos, sem ser ligada a federação e a confederação, estou dando até um alerta as chamadas patroas e patrões das empregadas domésticas, neste caso, pessoal, não é diferente.

Vocês acham que o trabalhador que percebe que não está regulamentado no que tem de direito, que ele não vai acionar? Ele vai. Então, acho que todos perdem. Perde o empresário e perde o trabalhador. O empresário que acumular muitas ações, daqui a pouco, perde a empresa.

Estou descontraidamente falando, mas acho que é a verdade.

O trabalhador perde também porque ele poderia receber agora, poderia pagar os estudos do seu filho, enfim, gastos com saúde, ele vai ter de esperar para receber daqui a tanto tempo.

Então, a nossa intenção ouvindo o empresariado sério, aqui estão os representantes do empresariado e dos trabalhadores, é construir, de fato, uma alternativa.

Nós podemos chegar até o seguinte entendimento, porque quando vi que o estatuto já estava em 5 ou 6 comissões eu me preocupei um pouco, confesso. No primeiro momento ele estava somente em uma comissão.

Como jogaram para tantas eu puxei para essa também. Vai passar aqui. Aprovei o requerimento e puxei para cá.

Agora, quero cumprimentar à todos que estão aqui, os empresários e lideranças dos trabalhadores, sei qual é a intenção. É a melhor, senão não estaríamos aqui. Não teriam se deslocados dos seus estados para cá. Nós podemos até apresentar um substitutivo aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, construído pela sociedade, puxo para minha relatoria e duvido que não aprove. Duvido que eu não aprove.

Nós estamos tateando para achar o caminho. Todos duvidavam que nós aprovávamos o Estatuto dos Idosos, repito, é lei hoje.

Todos duvidavam do Estatuto da Igualdade Racial devido a polêmica estabelecida, mas é lei hoje.

Muitos duvidavam do Estatuto dos Portadores de Deficiências, nós aprovaremos e vamos sancionar no dia 20 de setembro. No Senado já foi aprovado por unanimidade.

Então, quero dizer que todos nós que estamos aqui, estamos com a maior boa intenção, estamos aqui numa sexta-feira, pela manhã, se precisar ficar até as 3, 4 ou 5 horas da tarde ficaremos, agora iremos construir uma proposta. Que vai sair um proposta vai, quem não vier participar que não diga lá na frente que não sabia e que não viu e por isso é contra. Não veio porque não quis, falta de convite não foi, pois nós fizemos de tudo.

Então, não descarto essa possibilidade. Estou preocupado com a paternidade, em ser o autor do estatuto, se nós todos construirmos uma idéia, que seja o melhor para a sociedade, eu vou convocá-los e que em nome das entidades vocês apresentem o projeto, porque a comissão permite isso, é a única comissão do Senado que pode fazer isso, nenhuma comissão pode.

Aqui e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Esse substitutivo construído pelas entidades dos trabalhadores e dos empresários, aqui apresentado, eu avoco a relatoria e aprovo. Fizemos um requerimento e remetemos direto, inclusive, para o plenário e no plenário faremos uma grande audiência pública para aprová-lo.

Claro que nós queremos aprovar mediante acordo, mediante entendimento, porque esse é o melhor caminho.

Ontem, quando o Senador Clésio esteve conosco, ele é do setor empresarial dos transportes, fez uma bela fala. Eu vi que na fala dele, inclusive coloquei no meu pronunciamento, inúmeros pontos ele defende as mesmas teses que eu defendo, que é a regulamentação, que é a questão da carga horária, tempo de direção, que é a questão da aposentadoria especial.

Tudo isso são pontos que unificam. É a questão profissional, para que invistam, vocês aqui lembraram.

No ensino técnico profissional para os profissionais do volante, para os futuros profissionais. Como me dizem, muitos dos filhos dos motoristas não querem mais porque não sentem incentivados. Nós temos uma falta, como me disseram, de milhares de motoristas no Brasil.

Eu sou autor do FUNDEF, que é um fundo de investimento que gera R$ 9 bilhões, está caminhando bem, há simpatia do governo e nós vamos aprofundar esse debate. Um dos motivos do FUNDEF é também investir, principalmente, na formação profissional. Aí estou olhando também para os motoristas, naquela idéia de ter uma escola.

Por isso que eu queria arredondar esse debate com vocês, nós estamos tratando desse tema há muitos e muitos anos. Poderíamos falar com tranquilidade durante horas sobre essa questão, ouvindo também, naturalmente.

Aprendi na minha caminhada, pessoal não tenho problema com a idade, muitos têm, mas eu não tenho, dizem que as pessoas têm, estou com 61 anos feito

agora, numa grande festa em Porto Alegre e vocês, em grande parte, estiveram lá.

Eu sempre digo o seguinte. Aquele cidadão que chega e se apresenta como o dono da verdade, primeiro, ele não sabe, da vida, as coisas ainda e não aprendeu nada. Então, não tem dono da verdade. Eu também não sou dono da verdade. Com diz aquela canção "Eu quero ser um eterno aprendiz". Não é mais ou menos isso que diz? É do Gonzaguinha, não é?

Nós todos somos eterno aprendizes e não somos donos da verdade. Temos de ouvir todos os lados e construir junto aquilo que é possível. E que seja o melhor para o povo brasileiro, como também para o setor empresarial, porque ninguém tem dúvida se o empresário...Pelo menos essa é a tese, e o princípio vai bem a condições, inclusive, de eu pressionar mais para que ele ajuste, de forma mais adequada, o salário do trabalhador e as próprias condições, enfim, da sua atividade.

Então, eu queria ver a opinião de vocês sobre o que falei. Mas não descarto essa possibilidade. É regimental, é constitucional, é quase a vida principal desta comissão, quando se fala direitos humanos e legislação participativa. Aqui não precisa um milhão de assinaturas. Basta que uma entidade apresente, o projeto vem para a mão do Presidente e ele indica o relator.

Então, nós estamos muito tranquilos quanto ao encaminhamento. E podemos tranquilamente, mediante entendimento, porque se nós construirmos o entendimento – e o que eu quero apontar muito é isso – entre o setor empresarial e os trabalhadores, aí ninguém segura, ninguém segura. Não tem força aqui dentro que segure, nem aqui nem na Câmara. Se houver entendimento entre o setor empresarial e os trabalhadores, para acertarmos o que for possível, repito. Pode haver pontos em que não é possível. A gente tem de respeitar os que pensam diferente. Aí podemos encaminhar, até de forma individual, aqui mesmo, na comissão, outros projetos que não estejam no corpo principal do consenso, que é o Estatuto, que poderá ser aqui votado com brevidade e de forma acelerada.

Por que falo tanto desse tema? Vocês veem que eu peguei a palavra e estou falando mais que os painelistas. Daqui a pouco os painelistas perguntarão: podemos fazer um aparte, Senador? Vou passar para vocês. Claro, pessoal, eu, como todo brasileiro, estamos muito preocupados com o número de acidentes no trânsito. Quando eu digo acidente no trânsito, não estou aqui olhando somente ou exclusivamente nem preferencialmente para o profissional do volante; estou falando para o Paim da vida que dirige o carrinho dele. Estou pensando no meu filho. Não vou citar o nome dele, mas ele fez três testes para passar, o mais jovem. E um dia desses, ele me levou lá: pai, não quer ir comigo na autoescola, onde eu faço esse bendito teste? Claro, vou lá contigo, sim. Chegou lá e o instrutor disse: o guri está indo bem, mas não deu ainda. O que o Senhor acha? Eu acho que o Senhor tem toda razão. Endurece tudo que o Senhor puder endurecer, porque é a vida dele que está em jogo. Ele me olhou e disse: Pô, pai, eu achei que tu vinha aqui para me ajudar. Eu o ajudei mesmo. Endurece o que você tiver de endurecer, porque é a vida dele que está em jogo. Que ele não receba a carteira, em hipótese nenhuma, se cometer um errinho. O instrutor me cumprimentou. Resultado: dali a duas semanas, o guri passou. Quer dizer, foi a fundo, caprichou e passou. É isso.

Se nós quisermos, de fato, ter cada vez menos acidentes no país, *hay* que endurecer. O *hay* que endurecer é do Che. Eu vou parar por aqui. *Hay* que endurecer, mas que não perca a ternura jamais. Foi o que eu fiz com ele.

Eu quero agora a reflexão de todos vocês, não só do que eu falei, mas do encaminhamento. Acho que, pela seriedade, pois estamos aqui tratando de vidas; eu diria de vidas de mais de cem milhões de brasileiros, no mínimo, para não usar o termo 180 milhões. A intenção desse trabalho com o Estatuto é pensarmos em valorizar, claro, aqueles que tocam o país, porque tocam o país, mas também olhando para as condições de trabalho e o combate aos acidentes, ou seja, buscando salvar vidas.

A palavra está à disposição de todos os convidados. Quem é o primeiro? É o Mincarone. Democraticamente, ele passou a mão na testa, e eu dei a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – É que eu estou mais à esquerda, Senador. Bom, acho que, pela sua colocação, está bem claro para nós a importância desse tipo de estratégia para que as coisas andem. Realmente, é como o Senhor falou, há muitos anos, estão andando, mas a gente acaba patinando. E agora eu acho que a questão é fazer deslanchar. É como o veículo que, quando patina, tem de botar uma prancha embaixo, para firmar o pneu e, a partir daí, poder arrancar.

Acho, então, que a formatação, pelo que entendi, seriam ciclos de debates regionais, que seriam consideradas audiências públicas estaduais, se convocadas pelas assembléias legislativas do Estado. Senão, se for um sindicato, ou sindicatos, é um ciclo de debates. Se for na própria assembléia, passa a ser uma audiência pública estadual. Isso é um aspecto.

O outro aspecto seriam essas audiências públicas em Brasília. Já teriam três, na primeira sexta-feira, marcadas. Eu só teria uma dúvida quanto à questão da vídeo-conferência. Se elas seriam nessas próprias

audiências da primeira sexta-feira do mês, na qual se convidaria algumas pessoas especificas, ou em outras datas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria deixar essa decisão, pois não tem pacote pronto. Esse grupo autônomo que vai coordenar esses debates e provocar inclusive a assembleia é quem decide. Se o grupo disser: Olha, Paim, no dia 5 de agosto, vamos fazer a primeira vídeo-conferência. Você já vem para cá, já teremos audiência pública em formato de vídeo-conferência. Aí botamos em cadeia pelo nosso Interlegis, com o número de Estados que a gente entender que têm organização para isso. Se conseguirmos, num único dia, colocar os 27 Estados - e eu acho que conseguimos, pois eu já fiz isso. Com o Estatuto do Deficiente, eu já fiz; com a Igualdade Racial, eu fiz, e com o Idoso, eu já fiz. Lá no Estado tem uma sala semelhante a essa, onde os convidados ficam, e eles interagem com a gente. A gente pode ficar lá quantas horas forem necessárias. Entra Goiás. Goiás entra, alguém faz pergunta, os convidados que estarão em Brasília respondem. Na verdade, quem estiver assessorando, eu mesmo, se estiver relatando, se for o caso, já vai pegando as contribuições e ajustando.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Nesse caso, os locais das vídeo- conferências têm de ser nas Assembléias Legislativas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem de ser na Assembleia. Então, teria de contatar as Assembleias. E também pela *Internet*. É possível que, no mesmo dia, as pessoas possam fazer uma rede pela *Internet*.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Também pela *Internet*. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bem interessante, viu.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Então, acho que seria a questão de o grupo decidir, não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O grupo decidiria qual dia prefere. Eu acho que sempre é bom numa sexta-feira, pois o pessoal pode se deslocar dos sindicatos e tal. Esse é um horário bom, eu acho. Inicia às 10 horas, vai até duas.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Para terminar, agora, já captei essa parte, seria a questão da relatoria. A gente sugeriria que, como temos três segmentos – autônomos, empregados e empresas -, pegasse dois de cada segmento, e formariam seis, para fazer uma relatoria, porque, mais de seis, é assembleia. O que tenho visto que tem participado, por exemplo, teria, por um lado, a NTC, a CNT, que estão juntas; a BT&T, que estão juntos, seriam o segundo na parte das empresas; tem a Unicam e o Movimento Brasil União Caminhoneiro; o Tigrão, que estaria representando o Nélio e você; e da parte dos empregados teria a Nova Central, a CNTT, e já teve a participação da força sindical, que também já se colocou à disposição, e não veio hoje.

Então, acho que nós já temos seis entidades, seis pessoas, que poderiam, então, ou na véspera da audiência pública ou no mesmo dia, à tarde, começar a trabalhar, em base a tudo aquilo que as audiências gerarem. Eu acho que a gente podia já formalizar informalmente, porque seria um grupo autônomo; não seria pelo Senado, então, não precisa ter aquele tipo de formalização completa, e esse grupo já começaria a funcionar em cima disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu proporia o seguinte: depois de ouvirmos a opinião ou, se quisermos, as considerações finais, nós encerramos a audiência e nos reunimos aqui. Nós nos reunimos fora da audiência pública só para formatar o trabalho do grupo. Mas eu já considero aprovado o que depende do Senado. Ou seja, a primeira sexta-feira de cada mês, audiência pública, às 10 horas da manhã, aqui; e as vídeos-conferência, como posição de deliberação dessa audiência nossa aqui.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem quer usar a palavra? Não vou limitar o tempo. Na hora em que pedir a palavra, cada um dá a sua opinião e faz as suas considerações finais. Quando todos falarem, volta para mim, e eu encerro.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Será que, pelo menos nesses cinco encontros regionais, V. Exª vai participar de todos eles ou encaminhar alguém?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me falar.

Eu me comprometo a participar, com certeza, de toda sexta-feira – farei a minha agenda –, nas audiências públicas, pela importância, inclusive porque tenho de presidir e tal, e nas videoconferências. Acho que, fazendo isso, estarei falando, junto com vocês, para todo o Brasil. E os encontros, que para mim serão mais do que cinco, porque a demanda é muito grande, acho que essa coordenação, de forma autônoma, vai fazer um trabalho com a Assembleia de cada Estado, e esses relatores fazem o trabalho lá para debater o tema. Depois, quando vierem a Brasília, participo da discussão aqui. Acho que fica mais... A Comissão tem mais autonomia para ir construindo o seu trabalho. E, toda primeira sexta-feira do mês, eu guardo a minha agenda para estar com vocês, ou em audiência pública ou mesmo na videoconferência da forma que a gente estruturar.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – E essas cinco primeiras, que já estão pré-datadas, com exceção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós estamos rediscutindo essas...

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Com exceção do que já quer mudar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A intenção nossa é rediscutir esse calendário quando encerrarmos a audiência pública.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – São Paulo já fizemos, junto com a NTC, e já está quase todo mundo sabendo, porque a gente já conversou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Veja bem. É claro que, se vocês fizerem um convite, eu me sentirei prestigiado de, pelo menos em um ou em outro encontro, eu estar. Posso não estar em todos. Que nem esse de Porto Alegre, em que se vai discutir o Mercosul, tenho todo o interesse, porque, se eu vou – como é a indicação preliminar do Partido – estar no Mercosul, quero acompanhar esse debate de Porto Alegre. Estarei lá como autor do estatuto e, ao mesmo tempo, como...

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – A de Curitiba, por exemplo, que está com esse impasse aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A de Curitiba está um problema. Está um problema, e temos de discutir depois de encerrar aqui.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas depois podemos ver que eu vá em uma ou em outra, mas eu queria deixar o grupo livre para organizar os eventos. Se serão cinco, seis, sete ou oito, não sei; aí o grupo é que decide. Agora, o meu compromisso, eu diria, é estar todas as primeiras sextas-feiras de cada mês e em uma ou em outra agenda em algum Estado que o grupo entender que é fundamental que eu vá.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – As primeiras cinco estão mantidas, com exceção de Curitiba, que temos que ver a data que vai ficar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O grupo vai discutir agora aqui, hoje. Terminando aqui, o grupo discute.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONE – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Alguém mais?

Com a palavra, Festino.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Concordo com as propostas do Mincarone. Só é preciso acertar a questão da agenda, da primeira sexta-feira, que coincidiu com o de Cuiabá. Então, aí, depende também daqui e não só da reunião. Então, acertar essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fazer um ajuste nas datas.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – A questão de um ajuste das datas.

Na questão da participação, eu queria ressaltar a importância do convite das demais entidades sindicais.

Para a Nova Central e para a Confederação, não há problema nenhum a participação, e acredito que só colaboraria muito mais. A Força Sindical já participou, mas acredito que se teria de reforçar um convite para todas as centrais sindicais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica já registrado que farei eu mesmo o convite para todas as centrais sindicais.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Para não haver aquela questão de que é somente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sei. Conheço bem, e você conhece bem.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – ...de que é somente uma central e de que não está chegando convite. Nós tivemos algumas reclamações ontem: "Ah, não passou para todas as centrais!" Então, é reforçar.

Temos agora também um grande apoio que foi lançado ontem, a Frente em Defesa do Trabalhador em Transporte – já há quase 200 Deputados e 30 Senadores que estão apoiando –, e temos de colocar isso também na pauta da Frente. Conversar com a Deputada Jô Moraes, acredito que avançaria muito mais. Há vários Senadores interessados em levar para os Estados, e acredito que os Deputados também estariam colocando.

Como contribuição, a Confederação e a Nova Central apresentaram ontem a cartilha sobre a regulamentação, que é uma posição nossa para discussão, e também estaremos elaborando uma posição nossa enquanto estatuto não para este mês, mas para o mês de agosto, quando já estava previsto que soltaríamos uma cartilha específica sobre o estatuto, dependendo dessas primeiras audiências, inclusive para ver a posição também entre... Nós também temos que fazer uma discussão. Não é uma coisa tão fácil com o sindicato a compreensão de uma proposta ou outra, depende de muita discussão. Há sindicatos que têm divergências quanto a nossa posição, mas alguma coisa tem que ser feita. E para o estatuto é a mesma coisa: o estatuto tem mais divergência, ainda que apenas entre os trabalhadores celetistas. Na hora em que colocamos o autônomo, aumenta muito mais.

Portanto, quero ressaltar essa importância da frente e a questão da divulgação para o maior número de entidades possível.

O SR. FRANCISCO CARLOS GONÇALVES CARDOSO – Senador, faço da ABTI as palavras do

Setcergs, porque estamos trabalhando em conjunto há muito tempo, estamos muito afinados nesses estudos sobre o Estatuto dos Motoristas. E V. Exª tem nos prestigiado muito, tem sido um grande ouvinte. Reforço as suas palavras de que ninguém sabe tudo, estamos constantemente aprendendo, apesar de estarmos há muitos anos evoluindo nesses estudos.

Nós, empresários, sentimos que já passou o tempo. Uma certeza todos nós temos: como está não pode continuar. Penso que todos sairão ganhando. Aqueles que transitam em nossas estradas terão mais segurança; o trabalhador terá melhores condições de vida, saúde e qualidade no seu trabalho profissional; e o empresário também vai sair ganhando, mesmo tendo maiores custos. Isso porque, como o senhor citou, aquele empresário organizado e sério não tem mais interesse em trabalhar com essa insegurança jurídica. E hoje como estamos operando, vamos dizer assim, estamos dando trabalho para advogados trabalhistas. Mas isso pode ser tudo transferido em ganho do trabalhador.

Então, tenham certeza de que o empresário é um grande interessado nesse estatuto. Ele não é um inimigo ou um intermediário que veio aqui para atrasar ou complicar. De fato, lá no Sul, o senhor sabe disso e nós lhe apoiamos, nosso setor votou em massa em V. Exª, os empresários acreditam na sua liderança.

Então, gostaria de fazer este registro: nós acreditamos e pedimos que os trabalhadores, os profissionais, os autônomos, unam-se para que possamos buscar o mais rápido possível aquilo que é o nosso consenso e, assim, possamos avançar. E, se possível, termos o estatuto aprovado neste ano ou no ano que vem.

Esse seria o nosso registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Francisco, em nome da ABTI, pela sua fala, pois ele apontou exatamente o caminho.

Confesso, e digo a você com todo o carinho, que estive na ABTI, convidado que fui para fazer palestras, o que foi importante inclusive para a minha reeleição. Talvez seja difícil aprovarmos neste ano, mas se construirmos este ano e aprovarmos no ano que vem, penso que seria uma grande conquista. E já digo isso porque sei que vamos viajar – vocês vão – e eu, de uma forma ou de outra, vou participar, tanto que estamos marcando encontros aqui até outubro. Mas se construirmos um belo projeto daria para dizer aos trabalhadores que, no ano que vem, aprovamos o estatuto.

O SR. JOSÉ ALVES COUTO FILHO – Eu só queria parabenizar o Senador sobre esse projeto do Fumdeca, porque o que estamos vendo hoje é uma média de idade dos motoristas já bem avançada, porque os jovens hoje não querem mais saber de ser motorista, porque eles entram em uma empresa e falam que vão ser motoristas hoje e motoristas para sempre, porque não têm expectativa nenhuma. Não tem investimento nenhum em cima do motorista. Ele fica pensando o seguinte: "O máximo que posso ser é chefe de transportadora." Mesmo assim, para chegar lá é difícil, porque o patrão já tem o seu indicado.

Hoje, ou a gente investe muito na profissão... Principalmente, hoje, o SESC e o SENAC não têm ainda condições de formar o motorista. Nos grandes centros, eles têm condições, mas quando chega... e a gente sempre lembra do Norte e do Nordeste, é difícil a formação de mão de obra, até por causa dos caminhões e das carretas, que vêm com um sistema de computação todo digital. Hoje temos que investir muito na qualidade da mão de obra.

Por isso, o senhor está de parabéns por mais esse projeto. Que a gente consiga fazer várias e várias escolas para a nossa profissão de motorista.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço e cumprimento a participação do José Alves Couto Filho, pela sua exposição aqui fortalecendo a formação profissional.

Passo a palavra, nesse momento, já que ele pede, para o China. Essa é a chamada, não é? *(Pausa.)*

José Araújo, Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros, para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ ARAÚJO CHINA DA SILVA – Minhas considerações são as seguintes: parabéns pelo seu trabalho, pela sua boa vontade. Seu trabalho é de nos envaidecer. Com tanto trabalho que tem feito, com tantas ocupações que V. Exª tem, ainda se propõe, na sexta-feira, que é quando V. Exª vai para sua Região, a ir a encontros. Então, está demonstrado que o senhor está com muita boa vontade. É o que queremos agradecer. Queremos compartilhar o quanto nós aqui, os autônomos e os empregados, não temos que nos digladiar porque o que o caminhoneiro autônomo sofre no meio das rodovias é a mesma consequência que... Também os empregados participam também da mesma situação. Hoje não é brincadeira o que eles rodam por aí, o que eles sofrem nessas esperas, nos armazéns, em portos e assim por diante.

Obrigado pela sua boa vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, José Araújo China da Silva, Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros.

Quero registrar também a presença conosco de Juliana Correa, União Nacional dos Caminhoneiros, Isar Garcia, Confederação Nacional dos Transportes. Esteve conosco também Adele Justino Lucas, Pro-

curador do Trabalhar, Edemara Claudino dos Santos, assessora parlamentar da ANTC, Fábio Bitencourt Marcondes, diretor de abastecimentos da SINDCON regulamentação.

Enfim, entendo que a audiência cumpriu o seu objetivo, que era fazemos uma análise de como estão os trabalhos. *(Pausa.)*

Ninguém me deu o nome dela. Eliana, representando a Deputada Jô Morais, que... Ontem, em um grande evento de que tive alegria de participar, deixamos muito claro o compromisso do Congresso Nacional – em torno de 200 Deputados Federais e 30 Senadores – com essa frente, que é a Frente de Valorização dos Trabalhadores no Transporte Terrestre.

É claro que, Eliane, queria muito, como aqui foi colocado, que tivéssemos um trabalho conjunto, que essa coordenação que saia aqui... Seria importante inclusive que você pudesse ficar junto à coordenação para que a gente vá interagindo com a Frente Parlamentar, que os eventos nos Estados sejam um calendário também da Frente Parlamentar e que os Deputados Federais possam estar presentes, convidando também a sociedade civil organizada para estar no debate.

Vamos ter uma reunião agora no encerramento. Seria fundamental que você participasse, ok?

Feitos os devidos registros e os esclarecimentos, vou encerrar a reunião porque já é 12h16. Teríamos outra reunião aqui, agora, de toda coordenação para ajustarmos inclusive a agenda de trabalho nos Estados, inclusive as vídeo-conferências e as audiências aqui na segunda-feira.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos.

Que a gente consiga avançar porque quem ganha com isso é todo povo brasileiro, valorizando os profissionais e ao mesmo tempo combatendo os acidentes de trabalho, os acidentes no trânsito!

Obrigado!

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 18 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 23 DE MAIO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia vinte e três de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senadores **Paulo Paim e Ataídes de Oliveira**. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA:** Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 55, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/04/11, "**para debater o Mapa da Violência 2011: soluções e desafios**". O Senhor Presidente abre os Trabalhos faz suas considerações iniciais nomeia os convidados presentes e os convida a tomarem lugar à mesa. Convidados que comparecem e fazem uso da palavra nesta ordem: Rosa Maria Gross de Almeida, Coordenadora Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Alberto Liebling Kopittke, Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos – DEPRO, em representação a Senhora Regina Maria Filomena De Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública; Benito Augusto Galiani Tiezzi, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal em representação ao Senhor Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL; Arthur Trindade Maranhão Costa, Sociólogo, Coordenador do Núcleo de Estudos sobre a Violência da UNB; Ângela Alano, Assessora da Diretoria da Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul (LEME); Marsal Branco, Coordenador do Curso de Jogos Digitais da Universidade FEEVALE/ Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul; e Sandra Baccara, Psicóloga. O Senhor Presidente lê o documento "Questão social não é caso de polícia", encaminhado pelo Gabinete da Senadora Ana Rita. Em seguida, o Senhor Presidente faz o encaminhamento para que a Secretaria da CDH encaminhe esse documento ao Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande e ao Prefeito Municipal de Aracruz – ES. O Senhor Presidente apresenta o vídeo de reportagem "Urgente: Cenário de Horror em Aracruz", da TV Vitória, emissora da Rede Record, imagens de Cristiano Mauri, reportagem de Tiago Américo, Edição de Marcella Lage e Ioraci Marciano. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Ataídes de Oliveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação. Aqueles que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do Requerimento nº 55 da CDH, deste Senador e de outros, com o objetivo de debater o Mapa da Violência: soluções e desafios.

Foram convidados para esta audiência pública Rosa Maria Gross de Almeida, Coordenadora Geral dos Direitos Humanos e Segurança Pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Marsal Branco, Coordenador do Curso de Jogos Digitais, Universidade Feevale/Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul; Ângela Alano, Assessora da Diretoria da Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul – Leme; Benito Augusto Galiani Tiezzi, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal – Adepol; Arthur Trindade Maranhão Costa, Sociólogo, Coordenador do Núcleo de Estudos sobre a Violência da UnB; Arquicelso Bidês, Advogado Especial da Secretaria de Entorno do DF e Líder Comunitário do Valparaíso; Sandra Baccara, psicóloga; Alberto Liebling Kopittke, Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos – Depro –, em representação da senhora Regina Maria Filomena de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública.

Esta audiência pública tem como objetivo que esta Comissão de Direitos Humanos debata a violência no Brasil. Todos aqueles que estão acompanhando o trabalho desta Comissão sabem a responsabilidade e o compromisso de todos nós com este tema, que tem quase como o coração, a alma e o pensamento de todos os membros desta Comissão, quando todos nós temos obrigação, na linha dos direitos humanos, de combater todo tipo de violência.

Teremos aqui, com certeza, uma boa audiência pública, que fará uma análise desse tema que tanto preocupa a sociedade. Temos aqui alguns dados, alguns números que serão atualizados, com certeza, pelos nossos debatedores, conforme a Unesco, por exemplo. Não sei se este dado está atualizado, mas vou ter a ousadia de falar aqui, depois os convidados farão a exposição.

A cada três minutos, um brasileiro é assassinado – acho que já é mais. A cada sete horas, uma pessoa é vítima de acidente com arma de fogo no Brasil; um cidadão armado tem 57% mais de chance de ser assassinado do que os que andam desarmados; os crimes com arma de fogo provocam um custo do SUS em cerca de R$450 milhões ao ano.

No Brasil, por ano, morrem em torno de 50 mil pessoas vítimas de trânsito, e em torno de 50 mil morrem por arma de fogo. Em São Paulo, quase 60% dos homicídios são cometidos por pessoas sem histórico criminal e por motivos fúteis; na capital federal, embora ainda considerada uma das mais calmas do País, segundo as últimas informações, a cada quatro minutos, ocorre um delito, são mais de vinte crimes por hora.

Enfim, todos sabemos – e esse também é um dos eixos deste debate –, que a violência nas escolas tem um dado, além do *bullying* – que todos sabemos dos últimos fatos que aconteceram e não vamos repetir, neste momento, vamos permitir que os debatedores façam a sua exposição, inclusive de jovens assassinados –, que é lamentável: de cada três jovens assassinados, dois são negros, e a quantidade aumenta a cada dia que passa, independente de ser negro ou ser branco. Tínhamos que combater essa violência.

Aqui teremos também, da Feevale, propostas de combate à violência junto à juventude. E, pelo que percebi e tive a alegria de assistir, por meio de jogos de *videogames*, servindo de instrumentos de paz, harmonia, solidariedade e sendo propositivos, e não como é a maioria dos jogos, que, infelizmente, vai na linha da violência. Creio que os senhores irão apresentar aqui uma forma diferente, uma maneira de pregar o amor, a paz, a integração e, como eu dizia, a solidariedade.

Antes mesmo de convidar os nossos painelistas, quero ler um documento da minha querida Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão, que, no fim de semana, me ligou dizendo que me mandaria, hoje pela manhã, um relato da violência acontecida no Espírito Santo, nesta semana. Estou aqui com ele em mãos, farei a leitura e, em seguida, passaremos, Tiago, o vídeo que ela nos mandou.

A questão social não é caso de polícia. O Estado do Espírito Santo, recentemente, assistiu à desocupação de 1,6 mil pessoas do Município de Aracruz, norte do Espírito Santo. Pessoas que ocupavam uma área pública municipal, há mais de um ano, para fins de moradia. São famílias de baixa renda que, na ausência do Poder Público e por falta de opção, ocuparam a área como única alternativa para a solução do seu problema de moradia. É condenável que gestores públicos, em plena democracia, tratem demandas sociais legítimas como caso de polícia. Não é aceitável que trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias, filhos e filhas, sejam tratados como criminosos.

A polícia entrou nessa comunidade como se fosse um verdadeiro campo de guerra, batalha, combate, tendo cidadãs e cidadãos como seus inimigos. É no mínimo chocante observar helicópteros bombardeando as famílias de forma indiscriminada, atingindo, inclu-

sive, idosos e crianças. É um tipo de comportamento que viola os direitos humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Igualdade Racial, uma ação inadmissível num Estado democrático de direito. A ação truculenta e violenta do Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar do Espírito Santo demonstra o total despreparo ao lidar com esse tipo de situação. É necessário e urgente que o Poder Público reveja o comportamento adotado em casos semelhantes. A falta de moradias para abrigar famílias é uma questão social e não pode ser tratada como caso de polícia. Nesses momentos, os governos devem desenvolver todos os esforços necessários e se valer de todos os instrumentos de que dispõem para resolver a questão de maneira civilizada, por meio de vias democráticas, do diálogo e da negociação.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal acompanha de perto, pela nossa Vice-Presidente Ana Rita, esse episódio lamentável e, conforme me diz a Senadora, assustador, pavoroso.

A Comissão atua para evitar que casos como esse não voltem a se repetir no Espírito Santo e em qualquer parte do Brasil [e eu tomaria a liberdade de dizer em qualquer parte do mundo]. Queremos que haja uma apuração rigorosa de todos os fatos.

Li aqui um documento que me foi remetido pela Senadora Ana Rita, que acompanhou essa situação. Sou signatário deste documento e quero aqui mostrar toda a nossa indignação. Lamentamos que isso esteja acontecendo no Estado do Espírito Santo. Lembro-me de que, mesmo lá no Rio Grande do Sul, quando eu era Deputado Federal, há 25 anos, acompanhei uma situação como essa. O Governo não era do meu partido, mas, em nenhum momento, nem próximo do que li aqui, aconteceu há 25 anos. Vamos ver o vídeo, peço que passe aí. É cachorro, é helicóptero, é bomba jogada sobre as pessoas comuns, que estavam lá protestando e lutando pelo direito de ter uma moradia.

(Exibição de vídeo.)

Vejam, quem está falando é um repórter da TV Record, não tem nada a ver com militantes.

(Exibição de vídeo.)

Eu já havia anunciado que a Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Ana Rita, do Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo, foi quem me remeteu o documento que já li. O vídeo, ela pediu que eu visse pela Internet. Então, naturalmente, peguei e coloquei para que todos ficassem sabendo.

Recebi aqui também um documento do Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo. Só vou ler as considerações finais.

O documento é assinado por Gilmar Ferreira de Oliveira, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos; Arthur de Souza Moreira, Conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos Humanos; e Luiz Inácio Silva da Rocha, Secretário Executivo do Conselho Estadual dos Direitos Humanos. Esse documento foi encaminhado ao Sr. Governador do Estado e ex-Senador José Renato Casagrande.

Vou para as considerações finais:

Os representantes da CDH puderam constatar que a operação contou com um farto aparato repressivo. Os policiais estavam fortemente armados e com o auxílio de helicópteros e de atiradores de elite posicionados em pontos estratégicos, no sentido de intimidar e reprimir qualquer esboço de reação. Constataram também que, no momento que estiveram lá, nenhum outro órgão do Estado ou do Município esteve presente, a não ser a própria polícia.

Os moradores que conseguiram resgatar os seus móveis e demais utensílios domésticos o fizeram por conta própria.

O clima era de muita indignação por parte dos moradores, pois relataram que a Prefeitura não havia dado alternativa para as pessoas que não tinham outro lugar para ir e tampouco acompanhou a operação para apoiar a remoção das pessoas para lugares seguros. [E, naturalmente, com os seus utensílios.] Percebeu-se também que havia crianças e idosos no meio dos moradores, despejados sem qualquer tipo de amparo.

A operação foi conduzida de forma a negar qualquer tipo de controle externo e transparência. Além do incidente ocorrido com o Conselho, alguns membros da imprensa relataram dificuldades para desenvolver o seu trabalho e colher informações sobre os fatos.

Por fim [diz o documento], a truculência da operação por parte da Polícia foi flagrante, ao ponto de o próprio conselheiro estadual de direitos humanos ser recebido como o foi, mesmo com o amparo legal de investigar qualquer violação de direitos humanos em território estadual.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós apresentamos e lemos, é claro, com tristeza. Ninguém está lendo este documento aqui, de um governo dito popular, do Estado do Espírito Santo...

Eu, particularmente, tenho grande carinho e respeito pelo ex-Senador e hoje Governador Casagrande. Nós mandaremos, naturalmente, uma nota também da Comissão, na mesma linha de documentos que a Senadora Ana Rita nos remeteu, ao Governador do Estado.

Mas o nosso objetivo também aqui, ao ler o documento e mostrar o vídeo para todo o Brasil, ao vivo, pela TV Senado, é tentar mostrar que isso não pode

acontecer em hipótese alguma, em cidade alguma, em Estado algum, independente de quem seja o governo.

Posso dizer, Alberto, que mesmo lá em Canoas, como eu relatei, há cerca de 25 anos, quando houve aquela Operação Guajuviras, não houve essa truculência, porque eu estava lá. Nós ocupamos, naquela época, seis mil residências. É claro que houve um embate, mas não houve nem a metade do que vimos aqui 25 anos depois.

Guajuviras hoje é uma cidade muito bem administrada pelo Prefeito Jairo Jorge. V. Exª foi parceiro nosso lá, na busca da segurança.

Então, lamento muito. Vamos remeter o documento. Pode ter certeza de que, se fatos como este voltarem a acontecer, não importa o Estado ou o Município ou de que partido seja o governo, nós mostraremos aqui, da mesma forma que mostramos neste momento, com a nossa indignação. Senão não há por que existir comissão de direitos humanos, enfim, existir em todo o mundo tantos homens e mulheres que dão a sua vida em defesa dos direitos humanos. Por isso, peço à assessoria que prepare o documento que eu remeterei ao Governador do Estado e ao Prefeito da cidade também.

Vamos desenvolver a nossa audiência pública. Já fiz toda a introdução, já registrei inclusive o nome de todos os convidados. De todos os convidados, até o momento, só não está presente, pelo que percebi aqui, o Sr. Arquicelso Bidês, que é aqui do DF. Ele é Assessor Especial da Secretaria de Combate à Violência.

Vamos fazer como temos feito, convidando sempre dois para virem à Mesa, de dois em dois, vamos trocando, da primeira fila para a nossa mesa aqui.

Eu convidaria de imediato a Srª Rosa Maria Gross de Almeida, que já se encontra aqui conosco, Coordenadora Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Convido, também, o Alberto Liebling Kopittke, Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (Depro), representando a Srª Regina Maria Filomena de Luca Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública.

O objetivo da reunião, já detalhei aqui, na sua abertura. Trata-se do mapa da violência no Brasil. Falamos, inclusive, da violência da polícia do Espírito Santo, numa contribuição que nos mandou, no dia de hoje, a Vice-Presidente desta Comissão, a Senadora Ana Rita, do Partido dos Trabalhadores.

Concedo a palavra à Srª Rosa Maria Gross de Almeida, Coordenadora Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Aqui, como eu havia dito, nós vamos discutir toda a violência, desde a sala de aula, nas ruas, a repressão. Enfim, nós queremos combater a violência, e apresentei alguns dados e vocês, naturalmente, de forma muito mais atualizada, poderão apresentar os números ao Plenário e, pela TV Senado, para todo o Brasil, durante a sua exposição.

Tem a palavra a Drª Rosa.

A SRª ROSA MARIA GROSS DE ALMEIDA – Bom dia, Senador; bom dia, Alberto; bom dia, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite feito à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Quero lhe dizer, Senador, que, com muita tristeza, vejo esse vídeo, porque a Coordenação de Direitos Humanos e Segurança Pública trabalha diretamente com esses temas. Nós temos três pontos importantes na nossa Coordenação.

O primeiro deles é o controle externo, porque no Estado que é democrático e está submetido ao direito, o controle externo é fundamental.

O segundo é a capacitação, o preparo dos operadores e operadoras de segurança pública.

E o terceiro é a qualidade de vida, a saúde desses profissionais, as condições que eles têm de trabalho, que nós sabemos serem muito precárias.

Agora, quando assisto a uma cena como essa, eu fico me perguntando que tipo de polícia se quer. Porque a responsabilidade, no meu entendimento, é muito mais do maior comandante da polícia militar no Estado, porque, reparem, se a polícia é preparada para uma ação como essa e se ela é a representação do Estado ali, alguma coisa precisa estar muito errada.

Por que somente a polícia? A polícia vai chegar, vai retirar essas pessoas de lá e vai colocá-las na rua? E depois, quando isso causar novos problemas, vai ser a polícia de novo chamada para resolver? Então, que tipo de polícia se quer e de quem é essa responsabilidade?

Nós temos trabalhado com os operadores e operadoras de segurança pública no sentido do entendimento de que os operadores e operadoras de segurança pública, no Estado democrático de direito, são antes de qualquer coisa garantidores de direitos. Que polícia é essa que está sendo mandada para lá? Está garantindo que direitos? Nós até somos capazes de entender que muitas vezes os direitos entram em conflito. Existe o direito à moradia, mas também existe o direito à propriedade. Isso acaba entrando numa convergência, e que na incapacidade, na incompetência do Estado em resolver isso, a polícia é chamada para resolver. Sim, a polícia deve resolver quando chamada a isso. Mas, resolver junto com outros órgãos da Admi-

nistração Pública e de forma a, ainda tendo que refazer um direito, como o direito à propriedade, respeitar os direitos daqueles que estão lá. Ou seja, cuidando para que essas pessoas que teriam esse direito, mas que não têm essa moradia, não tenham mais um direito violado, que é o direito à integridade, que é o direito aos seus pertences, que é o direito a ser respeitado. São cidadãos e cidadãs tratados com absoluto desrespeito e a polícia usada para isso. Então, quando eu mando policiais para uma ação como esta, eu estou dizendo a esses policiais que eles estão a serviço de um tipo de direito, de um tipo de classe social neste País. Ele não estão sendo tratados como garantidor de direitos que são. E garantidor de direitos de todos os cidadãos e cidadãs.

Então, a nós fere profundamente uma visão como esta. Isso coloca abaixo um trabalho de muito tempo que vem sendo feito inclusive pela Secretaria Nacional de Segurança no sentido de que tenhamos uma segurança pública que atue efetivamente como garantidora de direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Coordenadora Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública da Presidência da República, Drª Rosa Maria Gross de Almeida. Eu, de fato, não esperava outra posição de V. Exª que não fosse essa. Por isso, meus cumprimentos pela forma como colocou a questão. É inadmissível que nós, que brigamos tanto para estarmos neste momento em tantos governos nos Estados e em nível nacional, termos que constatar um fato como este. E o depoimento só pode ser aqui de crítica mesmo. É inadmissível que isso ainda acontece a nós todos que somos amantes, apaixonados pela democracia, pela liberdade e pelo direito de todos.

Sr. Alberto, por favor. Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos. V. Exª tem dez minutos mais cinco, se necessário, sem problema nenhum. Nós deixamos claro que todos falarão sobre o combate à violência, o mapa da violência no Brasil em todos os sentidos.

O SR. ALBERTO KOPITTKE – Muito bem. Bom dia a todos e a todas.

Nosso ilustre Presidente Paulo Paim, que tanto orgulha o povo do meu Estado do Rio Grande do Sul, na sua representação. Saúdo também a Rosa, em nome de quem quero saudar a todos aqui presentes e a todos lutadores de direitos humanos em nosso País.

Trago aqui também a saudação da Srª Regina Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública, que se encontra neste momento com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo em São Paulo, fazendo a abertura da campanha do desarmamento.

Agradeço muito a oportunidade de fazermos uma reflexão sobre o tema da violência no País nos últimos anos e eu tive a oportunidade de já estar no Ministério por quatro anos, depois fui a Secretário no Município de Canoas, Município de origem de V. Exª, da sua história política no Rio Grande do Sul, junto com o Prefeito Jairo Jorge, quando pudemos vivenciar uma experiência que tem sido bastante discutida – e espero que de maneira positiva. Os resultados que nós estamos conseguindo lá na cidade de reduzir em torno de 40% os homicídios no último ano e todos os indicadores de violência têm se reduzido.

Agora, estou de volta à Senasp e é um prazer fazer o debate hoje.

Tendo em vista a proposta de discutir o mapa da violência publicado este ano, é sempre bom lembrar – e vou falar um pouco sobre isto – que nós estamos falando do mapa da violência de 2011, mas os dados que estão dentro dele são de 2008, o que é o principal problema que eu vou abordar logo em seguida, que nós precisamos superar a questão dos dados.

O que mostram esses dados que nós temos acompanhado nas últimas duas décadas especialmente no País? Eu sempre gosto de registrar que, durante o período da ditadura, nós não temos dados confiáveis sobre segurança em que nos basear – número de homicídios, número de mortos, número de mortos pela ação policial, pelo próprio Estado. Acho que sempre é importante destacar que a nossa contagem realmente confiável se inicia a partir da democracia, quando temos essa abertura e começamos a debater os dados com transparência.

Nosso País tem passado, não de maneira isolada no mundo, por uma epidemia da violência, que já dura, pelo menos, vinte anos, em que temos mantido um patamar de aproximadamente 50 mil homicídios ao ano, o que é um número extremamente alto, inaceitável, pois está acima do padrão de muitos países que não têm o nosso nível de desenvolvimento econômico e institucional. Somos um dos países com o maior número de homicídios da América. Esta é a realidade: mais ou menos um milhão de mortos nos últimos vinte anos, e a maioria desses mortos é composta por jovens.

Acabei usando uma rede social na Internet, Senador, no dia daquela tragédia de Realengo, que nos entristece, quando doze crianças foram chacinadas. Mas é importante lembrar que, em média, 120 brasileiros são mortos por arma de fogo todos os dias. São dez chacinas de Realengo todos os dias, em sua maioria com o envolvimento de jovens. São, em média, 120 mortes por dia por arma de fogo. E há outras formas de violência, como a relacionada à questão do

trânsito, que não me cabe abordar aqui, pois não são da nossa área.

Nos últimos anos, até 2003, houve uma aceleração permanente, um crescimento permanente do número de homicídios. E, desde 2003, temos visto uma estabilização desse número num patamar ainda muito alto. Em 2004, houve uma redução de aproximadamente 4 mil a 5 mil homicídios. Os especialistas denotam a razão disso: a campanha do desarmamento daquele ano, em que se recolheram quinhentas mil armas de fogo. Foi o único grande motivo naquele ano em nível nacional.

É possível, sim, fazer uma comparação. Houve uma redução forte no Sudeste, mas, por outro lado, houve uma aceleração do número de homicídios no Nordeste. Esse índice de homicídios tem reduzido a uma taxa média de 1% ao ano nas capitais, mas tem crescido, nessa mesma proporção, nos Municípios de médio e pequeno porte do País. Eu diria que os homicídios têm se interiorizado e ido para o Nordeste. Esse é o sentido dos últimos anos. Sempre destaco – isto é fundamental – que se trata de dados de 2008. Por que é fundamental vermos isso? Porque, no Brasil, não conseguimos medir, em termos científicos e técnicos, nos últimos três anos, o resultado, seja positivo ou negativo – tenho minha avaliação –, do impacto, por exemplo, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que foi aprovado, por unanimidade, por esta Casa em 2007 e que injetou R$1,4 bilhão na segurança pública do País ao ano.

Sempre digo que as políticas de segurança no nosso País são muito jovens em nível federal. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) surge apenas em 1997, e o Fundo Nacional de Segurança Pública surge em 2001. Após aquela tragédia do ônibus 174, surge, então, o Fundo Nacional de Segurança Pública, com recursos da ordem de R$250 milhões a R$300 milhões ao ano. E, a partir de 2007, além do Fundo, somamos a isso o Pronasci, que injeta R$1,4 bilhão, que é um volume insuficiente, com certeza – vou abordar isto –, mas muito significativo. Hoje, nesta Comissão, no Senado e no País, não podemos discutir e não sabemos exatamente o impacto desse recurso, desse programa, extremamente transformador e inovador, no nosso País, porque nós não temos hoje no Brasil uma base de dados sobre segurança pública.

E feito aqui esse panorama, esse diagnóstico, gostaria de abordar alguns temas que nós estamos discutindo no Ministério da Justiça, na Secretaria, que ainda são preliminares, estão sob análise do Ministro, da nossa Presidenta; ainda não estão fechados, não são temas, projetos que nós possamos anunciar. Mas eu vou aqui tratar do que tem sido discutido pela nossa equipe, que tem sido objeto de discussão, que nós estamos elaborando, os novos projetos que estamos traçando e que a Presidenta virá, nos próximos dias, apresentar para o País.

E sempre tendo como foco a questão da redução dos homicídios. E eu gostaria de destacar isso, Senador, porque a violência tem múltiplas formas, desde a violência familiar, violência contra a mulher – e, infelizmente, os dados indicam que é a violência mais disseminada do nosso País –, a violência na escola, a violência nas ruas, a homofobia, o racismo, tantas e tantas formas de violência, como os crimes contra o patrimônio. Mas é preciso que a nossa política nacional de segurança pública tenha um foco. E a experiência internacional nos mostra, nos ensina que esse foco precisa ser a redução de homicídios.

Nós temos inúmeros problemas, o tráfico de drogas, tráfico de armas, crime organizado. Mas o nosso País ainda precisa incorporar, na sua agenda política, a questão da redução dos homicídios, porque, apenas quando a classe dirigente do País, de todos os partidos, de todas as colorações, assumem a questão dos homicídios, nós começamos a reduzir esse terrível indicador. E, com ele, nós reduzimos as outras violências, nós deixamos a nossa polícia mais capacitada, mais atenta para o cuidado da vida, para promoção dos direitos humanos.

E aqui é possível citar inúmeras experiências internacionais. Vários países já passaram por epidemias de violência. Cito aqui o exemplo dos Estados Unidos, na década de 70 e 80, que tiveram uma aceleração tremenda do número de homicídios, e que têm conseguido, por várias formas, reduzir esses indicadores. Mas com uma coisa em comum: a prioridade na redução de homicídios. Então, vários Estados, com várias metodologias, têm conseguido ao longo da década de 90; os Estados Unidos reduziram em mais 60% o seu número de homicídios, que segue caindo até hoje.

Nós temos, por outro lado, a Colômbia, uma experiência mais próxima, que chegou a ter índices de homicídio seis, sete vezes maior do que nós temos no País hoje, ou já tivemos, e conseguiu também, através de um conjunto de políticas, reduzir drasticamente esses indicadores, para números hoje até menores que o do Brasil.

E há experiências no País também. Nós temos algumas cidades no País, alguns Estados que têm reduzido de maneira sólida o número de homicídios. E é possível identificar que isso só acontece quando o dirigente político assume a bandeira da redução de homicídios. Assisti, na semana passada, ao Governador Eduardo Campos, de Pernambuco, falar de sua experiência. Hoje, ele dirige uma das experiências

mais exitosas do País, que assumiu como tarefa sua como governante. Ele relatava que a sua assessoria dizia: "Governador não assuma essa pauta porque ela é muito espinhosa, ela é muito complexa". E ele: "Não, eu vou assumir. Esse é o tema que mais preocupa o cidadão de Pernambuco no momento". Ele assumiu a direção e cobra todo dia, recebe todo dia os indicadores de homicídio. E o Estado passou a construir um conjunto de políticas, que vou abordar, e tem conseguido superar a sua própria meta de redução de homicídios, de 12% ao ano. O Estado tem conseguido ultrapassar essa meta, graças a essa mobilização da sociedade. Isso é só para usar um dos casos de sucesso do nosso País.

Nesse sentido, estamos estudando e formulando a nossa política nacional de segurança com foco na redução de homicídios. Vou deixar um tema aqui, que é um tema polêmico: em todas essas experiências nos Estados – ou cidades – que abordei aqui, em que tem havido redução de homicídio, infelizmente, não se tem conseguido reduzir o consumo de drogas, Senador. Infelizmente, porque este é um tema de extrema gravidade. Mas tem se conseguido reduzir o número de homicídios.

Acho que isso é um elemento muito importante, não que não haja uma relação entre os dois, porque há, sem dúvida alguma, especialmente o *crack.* Há uma relação entre o tráfico dessa droga, o consumo dela e alguns indicadores de violência. Mas é importante, fundamental que nós possamos separar essas discussões por alguns instantes para pensarmos como reduzir a violência e o número de homicídios especificamente, porque é possível. É possível, sim, nós reduzirmos, porque, algumas vezes, as drogas também são usadas para, dentro das instituições, nós não fazermos a discussão sobre a redução de violência. Há um discurso simplista que diz: "Isso é culpa do tráfico de drogas. E não temos nada o que fazer". Não é verdade.

Na nossa cidade de Canoas, assim que eu cheguei, era muito comum o seguinte discurso, Senador: "Não, isso é o tráfico de drogas. Quem morreu era um traficante". Como se aquela vida valesse menos, como se pudesse avaliar o valor da vida: de uns vale mais; de outros vale menos. E aí, nessa roda, morriam 80 jovens por ano, 100 jovens por ano, 140 jovens por ano, numa cidade de 340 mil habitantes. Nós fomos trabalhando em conjunto e quebrando esse discurso, desbanalizando o homicídio. Não interessa; se alguém comete algum crime, esse crime tem que ser remetido à Justiça. O homicídio, de maneira alguma, é a forma para resolver problemas sociais; pelo contrário, é a pior das chagas de uma sociedade. Então, nesse sentido, nós temos trabalhado na Senasp. E o primeiro elemento, como eu já disse, que nós temos colocado como nossa tarefa prioritária é o problema dos dados da segurança pública.

O Ministro tem falado, e já falou aqui nesta Casa, que nós não podemos mais seguir, no País, sem indicadores de qualidade na área da segurança pública. E que não sejam indicadores de três anos atrás. Esses indicadores que trabalhamos hoje não são do Ministério da Justiça; são do Datasus. É um grande mérito da política pública do País ter um grande banco de dados, o Datasus, com qualidade, com precisão, que tem o reconhecimento científico de todos. Graças a isso, o País tem conseguido reduzir, diminuir ou melhorar os indicadores na saúde pública; independente dos problemas que tenha, o nosso País tem conseguido melhorar as questões de saúde, mortalidade, mortalidade infantil e assim por diante. E entre outros elementos, com certeza, graças ao Datasus. Cito como exemplo, sempre, aquela gripe H1N1, quando o País acompanhou cada caso da doença, e as autoridades de saúde foram fazendo um trabalho preventivo ali, para que a epidemia não se espalhasse. E o País conseguiu, rapidamente, debelar uma situação de emergência, porque tinha dados para saber por onde aquela epidemia estava se espalhando. Assim, nós podíamos citar tantos e tantos casos.

Na área da segurança, nós não temos esse trabalho de dados. Por muito tempo, os dados de segurança pública foram trabalhados com uma concepção equivocada, que eram dados secretos. Dados da segurança são dados de segurança nacional; não podem ser abertos, não podem ser mostrados. E isso, infelizmente, não é uma realidade distante ainda. Isso nos trouxe, como legado, em muitos Estados, nacionalmente, uma baixíssima qualidade dos indicadores de segurança.

Nós não temos, hoje, para oferecer ao Ministro, nas nossas discussões, um dado do mês passado, da semana passada, sobre os homicídios no Brasil, a fim de que ele possa acompanhar, em tempo real, a evolução, onde é que está aumentando, onde é que está reduzindo, oferecer ajuda para o governador, analisar o impacto da política pública e decidir para onde seguir enviando recurso público.

Então, nesse sentido, o Ministro tem colocado para a secretária e para nós a prioridade de criarmos um sistema nacional de estatísticas de segurança pública, para que possamos reunir os dados dos Estados e qualificar esses dados – porque temos Estados que já estão no décimo degrau na qualidade dos dados. Mas nós temos Estados também, no primeiro degrau, com boletim sendo preenchido ainda à máquina de datilografia, ou escrito à mão. Na maioria do Estado, talvez

com a exceção da capital, é um nível muito baixo na qualidade do preenchimento do Boletim de Ocorrência.

Acho que o BO é o primeiro marco que nós temos que analisar, para termos um dado com qualidade, e que não seja aquele dado escrito ali, naquele campo da descrição da ocorrência, muito grande, onde o escrivão vai descrevendo fatos. Esse dado, nós não temos como puxar; nós precisamos de um Boletim de Ocorrência cada vez mais qualificado, com campos fixos, especialmente – e quero registrar esse elemento –, georreferenciados, para que nós possamos conhecer onde os eventos estão ocorrendo e, assim, nós possamos fazer o acompanhamento em nível nacional.

É uma tarefa hercúlea, muito grande, e que o Ministro tem nos colocado para analisar.

O segundo elemento que nós temos discutido é um pacto nacional pela redução de homicídios, que ainda não posso aqui levantar todos os detalhes, porque ainda estão sendo analisados, mas é uma estratégia para que nós possamos mobilizar todos os governadores, prefeitos e traçarmos diretrizes comuns com base naquilo que tem dado certo no País, e construirmos, em cada um dos Estados, um pacto pela redução de homicídios. E o Ministério da Justiça e o Governo Federal investirem nos Estados nesses elementos que dão certo.

Cito aqui apenas um elemento fundamental, que é capacitar as polícias, especialmente a Polícia Civil, na investigação de homicídios. Nós temos, hoje, uma taxa de resolução de homicídios extremamente baixa e preocupante, que não passa de 4% a 5% dos homicídios do País que têm o seu autor preso, ao final do inquérito, depois da denúncia e do processo judicial. E é exatamente a impunidade um dos maiores motivadores para que o homicídio se alastre. Então, nós precisamos capacitar as equipes de investigação, nós precisamos ter um número de equipes especializadas em homicídio suficiente para resolver esse problema.

Senador, nós temos hoje uma média nacional de 140 homicídios por equipe de investigadores de homicídios no país. Em países de excelência, como a Inglaterra, por exemplo, onde nós temos um índice de homicídio de 2 homicídios a cada 100 mil – e aqui, no Brasil, nós temos uma média de 25, 26; mas em alguns centros, 70, 80 homicídios por 100 mil –, na Inglaterra, o número de homicídios é de 14 homicídios por equipe, ao ano. No Brasil, nesses Estados que têm obtido êxito na redução, eles conseguiram fortalecer as equipes e ter uma média de 30, 40 homicídios por equipe, ao ano. Mas, em média, no País, temos 140 homicídios por equipe. Normalmente, as equipes que resolvem os homicídios são aquelas equipes dos bairros, das delegacias dos bairros, que têm que atender furto, roubo de veículo, roubo à residência e homicídio também. Isso não é mais possível. Precisamos especializar a nossa polícia.

E, por fim, seguir esse trabalho que tem sido feito, que o Pronasci deu um grande salto, que é exatamente a polícia comunitária. Por muitos anos, quando se falava em polícia comunitária, se ouvia alguns deboches; que era uma visão romântica, uma visão de defensores de bandidos. E hoje, graças ao Pronasci, ao empenho de alguns governos, em especial do Rio de Janeiro, cito aqui como referência, o policiamento comunitário em áreas de vulnerabilidade social já é uma realidade. O País já sabe que esse é o caminho para uma segurança pública eficiente, não mais aquela polícia que passa com a arma para fora do carro, em alta velocidade, não. Uma polícia que fica no bairro, que convive com a comunidade, que faz parte e estimula a vida comunitária. Essa é a política que traz resultados e reduz indicadores, não aquela do discurso, que esbraveja, que pede altíssima punição para qualquer um. Mas, sim, um polícia presente no dia a dia, que cumprimenta, que convive com aquela comunidade.

Por fim, o último elemento é o papel do Município. Os nossos Municípios têm descoberto um grande papel na redução da violência, através de uma ferramenta que se iniciou no governo do Presidente Lula, se consolidou com o Pronasci, que são os Gabinetes de Gestão Integrada, os GGIs. Assim como temos o Conselho Escolar, o Conselho de Saúde, chegou a hora de consolidarmos os GGIs, que são os espaços de integração entre as polícias. Existem os GGIs estaduais e os GGIs municipais, em que o prefeito convida o comandante da polícia militar, o delegado, o promotor, o juiz e as áreas de fiscalização da prefeitura e, juntos, fazem um trabalho permanente de acompanhamento da situação da violência. Quantos melhores dados nós tivermos, melhor esse trabalho integrado vai ser.

Então, esses são alguns elementos que temos discutido. Não são uma invenção, mas, sim, elementos que têm sido construídos por vários governos, de várias colorações, mas no sentido de fortalecermos uma polícia no Estado democrático de direito. Acho que o grande desafio que ainda temos no nosso País, nós vimos as imagens aqui, é que nem sempre as leis e o Estado democrático são as regras seguidas pelas instituições da força do Estado. Esse é o grande desafio que temos, para que possamos efetivamente reduzir os indicadores de violência do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Agradeço ao Dr. Alberto pela sua exposição, que mostra que fizemos muito. Há bons exemplos, há muito por fazer, mas ele terminou citando também o mau exemplo, o que vimos aqui infelizmente.

Claro que o Dr. Alberto vai ter a oportunidade de usar a palavra no momento adequado.

A Drª Rosa Maria comentava comigo que ficou impactada com o vídeo, fez um comentário sobre o vídeo, não usou todo o tempo, então tem agora direito a mais cinco minutos para suas considerações, com a devida tolerância da Mesa, a mesma que teve com o Dr. Alberto.

A SRª ROSA MARIA GROSS DE ALMEIDA – Repare, foi muito bom lhe ouvir, Alberto. Eu fico muito estarrecida não só com esse tipo de ação, mas também pela forma como nós, sociedade brasileira, temos tendência de normalizar esses dados, que são atrozes.

Na Secretaria de Direitos Humanos, mais especificamente na Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, nós temos, por exemplo, o **Ppcaam**, que é o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados. O Ppcaam, em 2008, fez uma parceria com o Observatório de Favelas, com a Unicef e com o Laboratório de Análise da Criminalidade do Rio de Janeiro e criaram um Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. E como um dos objetivos desse programa é buscar construir conhecimento, fazer pesquisas da situação, criaram o Índice de Homicídios na Adolescência, o IHA. O IHA, em 2007, preconizava que, se as condições não mudassem, dos jovens que tinham 12 anos em 2006, 33 mil deles seriam mortos antes dos 19 anos. E seriam mortos, numa probabilidade seis vezes maior, por arma de fogo. E seriam mortos, doze vezes mais do que meninas, meninos. E seriam mortos quatro vezes mais negros do que brancos. E nas periferias. Então, nós tínhamos ali uma visão de onde isso ia acontecer, com quem e como. Então, um dos objetivos desse Programa de Redução da Violência Letal é exatamente construir esses dados.

Hoje, onze cidades são monitoradas por esse programa. Em 2010, muitos Municípios aderiram, e inclusive receberam planilhas que lhes permitissem acompanhar esses índices de uma forma muito rápida e que permitisse, portanto, incidir sobre eles também de uma forma rápida. Então, percebemos que essas ações se coadunam, essas ações vão na mesma direção.

E quando eu via esse índice de 33 mil jovens mortos num período de sete anos, eu ficava muito impressionada com a passividade nossa como sociedade. Eu também sou do Rio Grande do Sul e cresci ouvindo dizer que somos um povo pacífico. Nós não somos um povo pacífico, mas nós somos um povo passivo. Nós entendemos que a responsabilidade é sempre de outros. Nós queremos muito que o mundo mude, desde que não precisemos mudar. Nós queremos muito que as coisas aconteçam, mas colocamos a responsabilidade, de preferência, bem longe de nós. Nós somos passivos, por exemplo, em perceber... Eu tenho muito cuidado com a questão das propagandas. Há algum tempo, eu via uma propaganda na televisão que mostrava um rapaz chegando num carro a uma festa. Na porta dessa festa, havia uma moça e, com ela, conversavam dois rapazes. Quando esse terceiro chegou com o carro, aqueles dois rapazes que estavam conversando com ela diminuíram, transformaram-se em alguma coisa muito pequena e foram parar em uma lata de lixo. Lixo! Esse tipo de situação dentro da nossa sociedade induz uma criança e um jovem, vendo uma situação dessas, a chegar a que conclusão? "Se eu não tenho algumas coisas, se eu não pareço algumas coisas, eu sou o quê? Eu sou um lixo".

Essas são as mesmas pessoas que se queixam, às vezes, muito da questão da violência, que acham que há necessidade de mais policiais nas ruas, que têm uma visão para "resolver" (entre aspas) a questão da violência que é absolutamente simplificadora, que é absolutamente tendenciosa, virada para um lado só. Então, quando nós, sociedade brasileira, ouvimos que 33 mil jovens vão morrer, no período de 7 anos, assassinados, e quando continuamos indiferentes, passivos diante disso, no máximo dizendo: "Oh, que horror! Mas isso deve ser coisa lá do tráfico de drogas" – como disse o Alberto. Nós ouvimos muito, até nas notícias, dizer: "Acerto de contas". Acerto de contas explica tudo, não é? Acerto de contas minimiza o problema; e acerto de contas nos isenta de responsabilidade. E nós esquecemos que tipo de exemplo de sociedade nós estamos passando para as nossas crianças e os nossos jovens.

Outra coisa que me chama muito a atenção é a forma como estamos ensinando às nossas crianças e jovens a resolverem os seus problemas. Uma pesquisa americana tem mostrado que as crianças e jovens não são mais ensinados a resolver problemas. Assim é nos Estados Unidos, assim é aqui.

Onde os nossos jovens minimamente aprendem a resolver os seus problemas? Nos filmes, nos programas de televisão. E como é que eles aprendem? Eles aprendem que os problemas se resolvem pela eliminação. Naquele documentário americano "Tiros em Columbine", na entrevista dos colegas dos meninos que mataram outros colegas e professores, era perguntado: "O que você acha que aconteceu?" E a resposta, em geral, era a mesma: "Eles tinham problemas com esses colegas. Eles tinham problemas com esses professores." E problemas se resolvem pela eliminação.

Então, eu penso que existe uma questão muito importante aliada a todo esse esforço do governo na redução dos homicídios, mas que é um tema que diz

respeito à sociedade como um todo, que é uma reflexão sobre qual é o nosso papel individual e coletivo na produção dessa violência. Eu tenho dito que, nesse tema, nenhum de nós, é inocente, seja por ações, seja por omissões. De alguma forma, todos nós temos a nossa parte na produção dessa violência. E eu penso que, se nós não fizermos esse olhar sobre nós mesmos, nós, sociedade brasileira, nós não vamos talvez conseguir muitas coisas. Nós vamos continuar produzindo muita violência, seja de que ordem for e vamos continuar vendo os nossos jovens morrerem.

Nessa pesquisa do IHA de 2006 estava colocado: se as condições continuarem as mesmas. Então, eu fico com muita esperança de que, quando nós fizermos uma próxima pesquisa, nós possamos verificar que as condições mudaram e que, por isso, os índices mudaram, que nós conseguimos proteger essas crianças e adolescentes. Fui até muito privilegiada de poder falar depois da fala do Alberto porque me remeteu a esse tema que para nós, da Secretaria de Direitos Humanos, é tão cara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Drª Rosa.

Convidaria, agora, tanto o Alberto quanto a Drª Rosa a que se deslocassem aqui para a primeira fila, porque o debate vai continuar – claro que com a participação deles também – e convido também para a Mesa dois outros painelistas: Dr. Benito Augusto Galiani Tiezzi, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal e o Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa, sociólogo e coordenador do Núcleo de Estudos sobre a Violência da UnB. Sejam bem-vindos.

De imediato, passamos a palavra ao Sr. Benito Augusto Galiani Tiezzi, Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal, que está aqui representando também o Sr. Carlos Eduardo Benito Jorge, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol).

O SR. BENITO AUGUSTO GALIANI TIEZZI – Bom dia, Senador. Bom dia, senhoras e senhores. Como o Senador disse, eu estou apenas representando o Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia, como participante, inclusive, da diretoria daquela associação.

Foi muito interessante a oitiva dos dois palestrantes que me antecederam, principalmente por trazerem à tona duas premissas que eu acho que devem nortear todo o mapa, não só da violência mas do combate à violência. Dr. Alberto falou sobre a prevenção, embora aqui nós, em hipótese alguma, nenhum viés corporativista; apenas despidos de qualquer sentimento de classe, vamos trazer a sensação como delegado de polícia e também como operador da segurança pública.

Bom, acho que prevenção é tudo. Nenhuma mãe quer ver o homicida identificado. Ela prefere que não haja o homicídio do seu filho. Então, nós partimos da premissa que a prevenção é o ponto principal.

A Drª Rosa também trouxe uma outra premissa muito interessante que fala do policial como garantidor do direito. Discutimos muito isso dentro da nova e moderna polícia que deve ser lançada e discutida. Aquela polícia repressora, aquela polícia de jogar no chão e trazer à tona a investigação por violência, isso está sendo rechaçado, é um modelo ultrapassado e a figura do delegado de polícia nesse sistema inicial de combate ao crime, que seria da própria atividade policial, é a figura do garantidor de direito, não só para que se combata o crime perpetrado, mas para que se evite o crime pelo próprio Estado, ou seja, a violência policial.

Então, nós batemos muito nessa tecla da valorização de um gestor da segurança pública como um garantidor do direito, para todos os lados. E que a prova dessa investigação não seja carreada para a condenação ou para a defesa. E sim a prova, naquele velho adágio, da busca da verdade real. É essa a roupagem que se pretende da polícia judiciária, como se fosse aquele primeiro juiz da causa, inclusive no próprio CPP, aprovado aqui nesta Casa, aqueles "suspeição e impedimento" trazidos à colação para o delegado de polícia.

Se falou aqui em estatísticas. Estatística é o que se espera sempre que a polícia traga; a polícia sempre vem com a estatística na mão. Nós não trazemos estatística aqui, até porque aqui não vale a pena levantar essa mazela, mas estatística é manipulável, absolutamente manipulável, depende da comparação de dados, depende do lançamento dos dados. Temos estatísticas de determinado Estado onde em "homicídio" aparece como delito "bala perdida". Deveria ser "bala achada" e não perdida, porque matou alguém. Estatística é muito manipulável.

Então, nós preferimos trazer para cá a sensação da segurança pública e não estatísticas com relação à segurança pública.

Aí nós temos aqui o momento como policial. Como policial nós vamos retransmitir a sensação do delinquente, do infrator: simplesmente vale a pena delinquir. Sim. Hoje, o sistema, por várias causas, foi falado aqui que não deve ser atribuído a alguém. É muito fácil falar que a culpa é da polícia e é normalmente o que se fala: a violência é culpa da polícia. E se esquecem do governante, do Poder Judiciário, do Ministério Público e até do próprio Poder Legislativo. As causas que geram a violência têm que ser divididas por todos os atores desse cenário. A sensação que eu transmito do delinquente é de impunidade: posso delinquir que nada acontece, em especial naqueles delitos de menor mon-

ta. E quando falo dos delitos de menor monta, podem dizer: "Mas é um delito pequeno, temos que combater os homicídios." Temos, sim, Dr. Alberto, muito. Mas não podemos esquecer da progressão criminosa: começa no pequeno delito, nada acontece; vai para um maior, nada acontece; até chegar ao crime que acaba ceifando a vida, seja ele um latrocínio, contra o patrimônio, seja pelo próprio homicídio.

Como policial, a situação está se tornando caótica, porque há um desestímulo na atividade policial, seja do policial militar, até o delegado de polícia. Prende-se, procede-se e, dias depois, repetem-se os mesmos atos contra aquele mesmo indivíduo. Não é só menor não, o maior também. Na realidade, todo o sistema tem levado quase que imediatamente à rua, devolvido quase imediatamente à rua o deliquente, por vários fatores, desde o tratamento inicial brando até as benesses durante o cumprimento da pena.

Há pouco trato com relação à ressocialização, e, nesse trato, há aquela vontade de esvaziar o presídio. E, mesmo aqui, em Brasília, há casos em que o sujeito, no saidão, já assalta o taxista. Houve até uma situação grave em que um sujeito que desfrutava do benefício da saída natalina matou um casal, o pai e a mãe, e deixou uma criança no banco de trás do veículo.

O cidadão tem a absoluta sensação de insegurança. Aqui, somos privilegiados, temos uma condição muito boa de vida, podemos, inclusive, ter segurança privada, com cerca elétrica, porteiro. Mas, no meio do povo, a sensação de insegurança é absoluta, ao ponto de o pobre, ao sacar algum dinheiro, escondê-lo nas suas roupas íntimas, e é quase certo que ele não chegará à sua casa com o seu salário.

Essas são causas das sensações. Não são causas do crime. Vou falar de causas das sensações.

Aqui, sem viés corporativista, a Polícia Militar é fundamental na segurança pública, para prevenir, Dr. Alberto. A Polícia Militar tem de estar fardada, de forma ostensiva, para inibir a prática do delito. Está acontecendo hoje um absurdo! Até há um viés da própria Senasp nessa linha de ciclo completo. Não, gente, não é para reprimir! É para prevenir! A Polícia Militar tem de estar fardada, na rua. Se há um policial na rua, o cidadão tem, primeiro, a sensação de segurança, e o infrator é levado a pensar que ali será mais difícil a prática do crime, porque ele vê o policial.

Mas vem aí a saga da Polícia Militar, dos militares, no País todo, que se travestem de investigadores. Eles retiram suas fardas, deixam o crime ocorrer. Se eles estão homiziados, escondidos, o crime ocorre; depois, eles vão prender o criminoso. A sociedade não quer isso. A sociedade quer que não ocorra o crime. Se ocorrer o crime, aí, sim, vem a Polícia Judiciária, a polícia de repressão. Esta é a integração: evita-se o crime; ocorrido o crime, atua a outra Polícia. Isso deve ser feito até para que haja um sistema de freios e contrapesos.

Há uma faixa cinzenta? Sim. Qual é a faixa cinzenta? Aquele momento do crime e o dito flagrante impróprio, ainda no *flagrare*. Deve a Polícia Militar atuar? Deve! Está na situação de flagrante ainda, naquele desdobramento da conduta. Mas, encerrado isso, entra em atuação a Polícia Judiciária. Não se pode, sob o argumento de que é a inteligência da Polícia Militar, retirar a farda do policial, escondê-lo, para o crime ocorrer, e para, depois, prender. Não queremos isso. A sociedade não quer isso.

O Estado tem investido cada vez mais em contratações, e fica aquela coisa de um se sobrepor ao outro. Existem conflitos graves, senhores. Já houve até tiroteio aqui, no Distrito Federal, que é um quadradinho. Este é um oásis, graças a Deus! O Distrito Federal é um oásis dentro do País. Mas aqui há conflitos. Nós podemos nos deparar com um Fiat Uno com uma placa que nem vinculada é, com uma placa descaracterizada ou que não existe. Um policial civil que, velado, está em deslocamento e que se depara com um carro desse tipo com três indivíduos faz a abordagem, e dali sai tiro, e um não sabe quem é o outro. O policial, que deveria estar fardado, posicionando-se de forma ostensiva, para evitar o crime, está velado, para exercer um flagrante após o cometimento de um delito. Não é isso que queremos.

Nessa questão da sensação de insegurança, entra também o desestímulo do policial, o que causado pelo próprio salário. Esse é um fato sobre o qual nem é preciso discorrer mais.

Dentro dessa linha, houve um viés desse ciclo completo. Isso é um absurdo, é uma injuridicidade! Leva-se o cidadão que cometeu um pequeno delito para dentro de um quartel. Cartoriza-se a Polícia Militar. E tem de cartorizar, porque, se houve a retenção da liberdade na rua e se levou para algum lugar, tem que justificar, tem que escrever. Então, leva para dentro do quartel, o militar da Polícia Militar leva o cidadão, tem que assinar o BO, o termo de ocorrência, porque senão vai ter que lavrar flagrante e não tem competência para isso, então tem que assinar ou assinar. Quer dizer, são inversões que vêm ocorrendo, eu não sei se por ocupação de espaço, não sei qual é a finalidade, que é o adágio "vamos combater de pronto, vamos liberar rápido as partes". Não é isso; não é isso. Até a liberação rápida da parte tem sido um grave problema para a sensação de segurança.

Veja bem, 9099/95, Lei do Juizado Especial de Pequenas Causas. Hoje, leva-se, conduz-se à delega-

cia – não estou nem falando de quartel, porque isso é um absurdo jurídico que está acontecendo lá, no Rio Grande do Sul. Isso é um absurdo jurídico! Não há garantia nenhuma dos direitos do cidadão. É cubículo da viatura e quartel. O que é isso? A figura do garantidor do direito é o delegado, a análise jurídica daquela conduta e o trato correto dos seus direitos. Seja para quem for. Se houve abuso, tomam-se providências; se há que se imputar a conduta àquele cidadão detido, que se impute. Porque senhores, a voz de prisão é dada lá na rua. Não é dada a voz de prisão na delegacia, não. O senhor está na rua, na sua liberdade, no seu segundo direito mais tutelado, que é a liberdade individual, e ela é ceifada quando você é conduzido à delegacia. Não é? Ou ao quartel da Policia Militar nesses casos esdrúxulos. Então, há que se ter a figura do garantidor do direito.

Então, na realidade, essas inversões, essa cartorização da PM para lavrar o BO, lavrar o termo substanciado, isso tudo é inversão de valor que traz a grave sensação de insegurança, por não se ter o policiamento ostensivo. É isso mesmo! Ostensivo na rua, para a população sentir que existe a presença da polícia, e o infrator sentir um pouco mais de dificuldades de atuar. Correto?

Aí vamos aqui vamos para outra sensação causada. E, agora – desculpe-me por eu ficar citando aqui o DF, mas é porque temos mais contato –, o próprio Ministério Público, com esse lado de controle externo, passa a pinçar investigações em que dão manchetes para atuar. Olha, isso tem causado vários problemas. Primeiro, o procedimento instaurado de investigação criminal que não seja inquérito policial não tem controle – olha o que eu estou falando. Fala-se que inquérito policial não vale nada. O inquérito policial hoje, como investigação criminal, é o único instrumento que tem controle. Por quê? Porque, quando o delegado instaura, gera o início de um prazo para que ele conclua o feito. Certo? Nessa tramitação do inquérito, ele vai para o juiz, aí sim, o juiz, nesse momento, tem aquele controle jurisdicional, embora não processo, mas inquérito; o Ministério Público tem acesso aos autos... Quer dizer, há pelo menos três pessoas controlando, o delegado, o sistema da polícia, a Corregedoria, juiz e promotor. Outro instrumento não tem controle. Não me venham dizer que existe resolução. Resolução não é lei; o nosso controle é legal, por lei. Resolução se faz na hora que quer, e tira-se, porque é dentro de um ambiente, e dentro de um ambiente muitas vezes até corporativista.

Está dentro desse arvor pelo poder da investigação, está se tendo uma discussão, hoje, no Brasil, terrível. Existem alguns membros do Ministério Público, trazendo à colação teses acadêmicas, no que se diz respeito à capacidade postulatória do Delegado de Polícia, onde essas teses têm favorecido somente ao infrator.

Houve um caso recente aqui, no Distrito Federal, em que essas discussões acadêmicas acerca da capacidade postulatória soltaram oito integrantes de uma quadrilha de furto, roubo e adulteração de veículos. Não é por aí. Volto a dizer: mais uma questão que influi na sensação de insegurança. Não estou dizendo que é causa, e sim, sensação.

Polícia Judiciária. A Polícia Judiciária não é, e nem a Polícia Militar, instrumento de governante. Aquela cena, aquele filme que foi tratado aqui é instrumento de governante. Não é culpa da polícia não. Ali é ordem. Nós, tanto a Polícia Judiciária quanto a Polícia Militar, trabalhamos dentro do sistema de hierarquia e disciplina. O chefe máximo da polícia não é o diretor geral, nem o comandante; é, sim, o Sr. Governador. Então, impute ao político que determinou, seja quem for, não falo nem de Estado aqui. O Senador Casagrande é um tremendo de um político, inclusive foi o relator do Código de Processo Penal, que, na sua aprovação, ficou muito interessante.

Na realidade, esse trato com a polícia é do governante – polícia judiciária. Não queremos que o governante imponha à polícia judiciária o fardamento e a atuação repressiva, nem vice-versa com a polícia militar. Há um desestímulo enorme no âmbito da polícia judiciária – enorme. Agora, recentemente – não sei se foi no Piauí, não me recordo –, houve uma história de que um governante estava estudando extinguir a polícia judiciária do Estado. Quer dizer, ele esquece até que existe a Constituição Federal. Se ele encaminhar uma minuta de um PEC e alguém quiser comprar essa ideia, pode ser. Mas, constitucionalmente, ele não pode fazer isso; ele pode, sim, fazer de outra forma: acabando com o investimento, eliminando a polícia pelo próprio investimento. Não se investe na formação do policial, e cobra-se do policial o tempo todo, do policial militar, do policial civil, do policial federal. Mas não se investe nele, principalmente na atividade de investigação criminal.

O senhor falou muito bem aqui. As pessoas, de vez em quando, assistem CSI e vêm aqui tratar do assunto de que tudo se resolve com a independência da perícia. Não; a perícia integra a polícia; não é por aí. Tudo se resolve com o bom trato com o operador da segurança pública. Está se preferindo pagar fortunas com a segurança privada e não se paga quem deve estar lá pelo Estado, garantindo, aí sim, o direito do cidadão, em todos os seus níveis. Invista-se no policial. Não se investe.

Há um desnivelamento salarial absurdo no País. Absurdo! Absurdo! Nós somos operadores do direito. Aí vou falar um pouquinho da figura do delegado. A figura do delegado de polícia como garantidor do direito e integrante do sistema que realiza justiça está achatado. O Estado de São Paulo, o Estado mais rico do País, é o que pior paga. Paga um salário miserável, que obriga, às vezes, aquele operador a ter outra fonte de renda. Deus queira que essa fonte de renda seja lícita, porque pode não ser lícita. Aí sim, pode virar uma bola de neve.

Há PECs aqui dentro que trazem um nivelamento salarial, mas se rechaça; parece que não interessa remunerar bem aquele que investiga. Que medo é esse? Aí trago aqui para o Poder Legislativo. Que medo é esse? Os instrumentos para repressão. Volto a dizer, prioridade: prevenção. Ocorreu o crime: instrumentos para repressão. Está lá o crime organizado, nós trabalhamos aqui dentro. O projeto aprovado no Senado está parado lá. Isso é instrumento, acesso a dados cadastrais. Que medo é esse? Na Câmara parou por conta disso; está parado por conta disso. Que medo é esse de acesso aos dados cadastrais?

Se os senhores forem à feira do rolo aqui, os senhores compram um CD com todos os seus dados. Que medo é esse de deixar que a polícia tenha acesso aos seus dados cadastrais? Dados fixos; não se trata de conversa telefônica, não é conteúdo de correspondência. São dados fixos, que todos têm. Aquele *telemarketing* que liga para você de manhã tem os seus dados cadastrais. Nós não conseguimos não sei por quê.

Na realidade, é necessário que se tragam para cá instrumentos da repressão. E mais: não é só isso, não. O senhor falou com relação a drogas. Realmente, é mais fácil falar: "É culpa da droga". Não é culpa da droga, mas ela impulsiona demais a projeção no que diz respeito aos crimes, impulsiona demais.

Esse abrandamento da Lei nº 11.343, a antidrogas, trouxe problemas gravíssimos.

Somos absolutamente favoráveis ao tratamento do usuário. Acontece que temos um problema aqui neste País: a criatividade do nosso brasileiro. Temos três níveis: o usuário, o traficante para manutenção do tráfico e o traficante mesmo. Hoje só se prende o usuário e o segundo. Não se prende mais o grande. Por quê? O próprio traficante manipula a sua forma de agir para que sempre caia no uso ou no traficante de sustentação, de manutenção.

Então, temos que estudar isso com mais cautela. É fundamental o tratamento do usuário, mas não podemos banalizar a conduta. Hoje é absolutamente banalizada. É uma mazela. Mas nós ouvimos de todos os policiais: "Não vale nem a pena". Por quê? É levar para a delegacia, fazer assinar o termo de compromisso e comparecimento, atravessar a pista e ele já se senta na mureta do outro lado, com a pedra de *crack* na mão, fumando o tal do *crack*. Então, temos que achar esse meio termo, esse equilíbrio.

Outra é a questão da maioridade idade penal. Ou seja, menor idade e maioridade penal. Nós temos que realmente tratar desse assunto. Ninguém aguenta mais esperar. A postura daquele que ainda não completou os 18 anos, perante a Lei, é brincadeira. Pode – e vou usar até um jargão policial – cair para dentro que não dá nada! É isso, a sensação dele para com o sistema legal nosso é este: pode cair para dentro que não dá nada. E aí mata, rouba, furta e etc.

Para encerrar, na realidade, nós não temos muito que falar. Acho que a condição de policial, na lida com a segurança pública, tem nos mostrado o seguinte: que o policial que continua no exercício da sua atividade – e não vou falar nem do Distrito Federal, mas do país todo – ele só é movido pelo altruísmo e amor à sua atividade profissional, porque se dependesse das condições que lhe são entregues para trabalhar, ele simplesmente teria abandonado, há muito tempo, a condição de policial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Ouvimos aqui o Sr. Benito Augusto Galiani Tiezzi, que colocou aqui o seu ponto de vista, como Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF, mas representando o Sr. Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil. E fala com muita tranquilidade, num linguajar bem fácil, e sei que a população que está assistindo a TV Senado entendeu a sua mensagem.

Passamos, de imediato, a palavra ao Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa. É sociólogo; Coordenador do Núcleo de Estudos Sobre a Violência da UnB.

O SR. ARTHUR TRINDADE MARANHÃO COSTA – Bom dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Senador Paim pela iniciativa de discutir esse tema na Comissão de Direitos Humanos. E, diga-se de passagem, o tema da violência e dos homicídios, via de regra, tem sido discutido em outros espaços, mas é certamente na Comissão de Direitos Humanos o espaço mais adequado – e vou tentar explicar por que eu acho isso.

Mas, eu gostaria de dizer, também, que vou fazer uma apresentação, espero que seja breve, mas que vocês tomem essa minha apresentação com um viés totalmente corporativista; ao contrário do doutor que me antecedeu, eu tenho um viés corporativista, pois

estou falando do ponto de vista da Universidade e das pesquisas que eu faço.

Bom, eu acho que o grande desafio hoje na área de segurança pública é a redução da taxa de homicídios. O Dr. Alberto, que estava aqui na Mesa, antes de mim, e a Drª Rosa já falaram disso, mas é pouco. O que nos impressiona no Brasil, nos últimos 20 anos, 30 anos é este número assustador de homicídios: 50 mil homicídios dolosos por ano; e se somarmos mais outras 50 mil mortes violentas no trânsito, nós teremos quase 100 mil, dependendo do ano, ou um pouco mais de 100 mil mortes violentas por ano. Ou seja, um tsunami por ano.

Na minha visão, certamente, esse é o maior desafio da segurança pública de hoje.

Agora, é curioso pensar: por que até hoje, 30 anos já se passaram, com tanta discussão sobre isso, o tema dos homicídios e da violência já é um tema que faz parte do discurso da mídia, já é um tema que faz parte do discurso eleitoral, das campanhas eleitorais, mas até hoje a gente não conseguiu avançar muito além daí? Talvez porque nós constatemos, de forma geral, que são os bairros mais pobres, com deficiências de serviços públicos, precária infraestrutura etc., os mais atingidos pela violência, pelos homicídios.

Constatamos que são os homens, jovens e negros, os mais vitimados, mas é também esse grupo o que concentra o maior número de agressores.

Talvez, por isso, falar de homicídios seja um tema com grande apelo político-eleitoral, mas, na hora da política pública acontecer, da escolha das prioridades de governo, os homicídios acabam ficando de lado, tendo uma prioridade secundária, porque homicídio fundamentalmente atinge a população pobre deste País; pobre e negra. Por isso que eu acho que esta Comissão tem o papel fundamental de fazer com que governos estaduais, municipais e Governo Federal – que agora está com uma iniciativa muito interessante nessa área –, de fato, encarem de frente a questão dos homicídios.

Bom, para fazer um breve relato, nós sabemos que a violência tem feito parte da história, do cotidiano dos cidadãos brasileiros, especialmente daqueles grupos mais "desempoderados", menos privilegiados, como as mulheres, as crianças, os jovens, os idosos, os grupos étnicos, os negros, os trabalhadores rurais e homossexuais. Isso sempre foi assim no Brasil. O que chama atenção nas últimas duas, três décadas é o crescimento da mortalidade por homicídios e da criminalidade nas áreas urbanas. Talvez a gente possa, para pensar o problema e as políticas, descrever analiticamente três grandes tendências: o aumento dos crimes contra o patrimônio – especialmente roubos, furtos, extorsão mediante sequestro –, novas dinâmicas da criminalidade organizada e o aumento dos conflitos intersubjetivos violentos.

Sobre os crimes contra o patrimônio, é interessante notar que, embora tenha aumentado o número de roubos e furtos à residência, é o comércio o principal alvo dos crimes contra o patrimônio. Também sabemos, as pesquisas mostram, que os crimes contra o patrimônio não se distribuem de maneira homogênea no espaço urbano; ao contrário, existe uma concentração espacial desse tipo de crime, obviamente influenciada pelas condições socioeconômicas e demográficas das áreas urbanas. Resumindo, alguns locais concentram uma enorme proporção de crimes contra o patrimônio.

Em função do aumento da criminalidade contra o patrimônio, alguns grupos, os grupos mais atingidos, têm adotado estratégias, têm adotado dinâmicas para lidar com o problema. As estratégias fundamentalmente dizem respeito, primeiro, ao aumento das demandas locais sobre as instituições policiais. Demandas locais: associação de comerciantes do bairro procura o comandante da polícia militar, o delegado, enfim, e pressionam para mais policiamento ali. Cobrança por contratação de maiores efetivos policiais. Adoção de programas especiais de policiamento em áreas comerciais e em áreas residenciais. Crescimento e sofisticação do sistema de vigilância privada, a despeito da precária condição que o Estado brasileiro tem de fiscalização dessas firmas de vigilância privada e surgimento de novos padrões de moradia, condomínios verticais, condomínios horizontais. Isso é uma realidade em quase todas as médias e grandes cidades brasileiras. Tudo isso diz respeito aos problemas, à sensação de insegurança causada pelo aumento dos crimes contra o patrimônio.

Agora é importante notar que as áreas comerciais dos bairros de classe alta e classe média não são as únicas áreas afetadas por esse tipo de criminalidade. Ao contrário, outras regiões menos nobres, bairros pobres, também concentram grande número de crimes contra o patrimônio. As vítimas são principalmente pequenos comerciantes: donos de bares, açougues, padarias. Esses pequenos comerciantes, e nesses bairros pobres que concentram grande número de crimes contra o patrimônio, os moradores desses lugares não têm facilidade de cobrar da polícia um tratamento diferenciado, a lotação de maiores efetivos naquelas áreas ou contratação de sofisticados sistemas de segurança privada. Nessas áreas, são frequentes os relatos sobre a atuação de grupos de extermínio e de justiceiros. Aqui, por exemplo, recentemente, a imprensa de Goiás noticiou a atuação de um grupo de extermínio no Município de Formosa. Bem, isso acontece em

vários lugares. O Entorno do DF tem se notabilizado pela atuação desses grupos. Os grupos de justiceiros atuam à margem da lei. Frequentemente, são integrados por policiais e contam, via de regra, com o apoio financeiro de comerciantes.

É uma dinâmica, é um fenômeno sociológico. Os estudos sobre isso são estudos sobre vigilantismo. Não acontecem só no Brasil; acontecem em vários outros países: Estados Unidos, França, Inglaterra. Mas é uma dinâmica, está ligada aos crimes contra o patrimônio.

O interessante, para prosseguir, é notar que, apesar dos prejuízos grandes e do medo que a criminalidade contra o patrimônio gera, os latrocínios respondem por menos de 8% das mortes violentas no Brasil. Eu queria chamar a atenção para isso, porque boa parte das políticas de segurança pública em curso no Brasil hoje são políticas voltadas para a criminalidade contra o patrimônio. O que é um problema, de fato. É um grande problema de impacto econômico, de impacto social, não há dúvida, mas se fôssemos pensar em homicídios, os latrocínios respondem por menos de 8% das mortes violentas no Brasil. No DF, respondem por 6%.

Outra tendência observada nas últimas décadas é o surgimento de novas dinâmicas do crime organizado. Obviamente, o crime organizado não surgiu nas últimas duas décadas. Ele sempre existiu. Mas nesse período há novidades com relação ao crime organizado. Embora seja um importante setor da economia global, por exemplo, o tráfico de drogas opera a partir de organizações criminosas fundadas em bases locais e étnicas, nas quais os aspectos culturais desempenham um papel fundamental. Resumindo, a despeito de fazer parte de uma economia global, a atuação dos grupos de narcotráfico é uma atuação que só pode ser compreendida na análise da dinâmica daquele bairro, daquele grupo social, daquelas condições sociais.

No caso brasileiro, podemos perceber, nos últimos anos, a melhoria da capacidade de coordenação e articulação das diferentes facções criminosas. Essa é a grande novidade do Brasil. Não é o tráfico de drogas, é a melhoria da capacidade de coordenar e articular ações nesses grupos. E isso se deve em parte às características do sistema penitenciário brasileiro. E aí é curioso, uma das demandas feitas ao sistema de justiça criminal é aumentar seu caráter punitivo. A prisão maciça de pequenos traficantes tem tornado ainda mais caótico nosso sistema penitenciário, o que só agrava a situação do tráfico de drogas. Essa ideia de repressão, prendendo pequenos traficantes, os aviões, só agrava o sistema penitenciário e agrava a situação do tráfico de drogas. Eu não acho que seja a melhor solução, o melhor caminho, esse encarceramento em massa, tanto do ponto de vista pragmático quanto do ponto de vista dos direitos humanos. Eu estou falando só do ponto de vista da ação mesmo.

Entre os efeitos desse tipo de crime organizado, sabemos que o crime organizado não afeta e não desafia apenas as autoridades estatais. Afeta fundamentalmente os bairros. Os bairros pobres. A boca de fumo, que é a expressão mais conhecida dessa atividade, veio a deteriorar ainda mais o frágil tecido social desses lugares. A atuação dessas quadrilhas alterou profundamente toda uma rede de sociabilidades locais, que vão das famílias aos blocos de samba.

Entretanto, os estudos apontam que de fato há um elevado número de mortes associadas ao tráfico de drogas. Essas mortes resultam, fundamentalmente, de duas ações: os conflitos entre diferentes grupos, conflitos por domínio territorial, e os acertos de contas.

Uma terceira tendência que se refere aos homicídios eu chamo de violência intersubjetiva. A literatura sobre o assunto chama de violência intersubjetiva. Esse tipo de violência faz parte, historicamente, do cotidiano dos brasileiros. Trata-se de conflitos entre pessoas conhecidas, cujo resultado muitas vezes é a morte de uma das partes. São situações que compreendem conflitos entre cônjuges, parentes, amigos, vizinhos, colegas de trabalho. Resultam de conflitos cotidianos, nos quais essas pessoas envolvidas são incapazes, às vezes, de administrar esses conflitos de forma a não produzir aquelas mortes. São conflitos e violências que freqüentemente autoridades policiais, autoridades políticas se referem como conflitos e mortes banais. Porque, de fato, é uma briga entre vizinhos, era o cachorro que estava latindo, é uma briga entre colegas de trabalho, enfim, esses conflitos têm sido descritos pelas autoridades brasileiras como mortes e conflitos banais. Entretanto, dessas três tendências descritas, a violência intersubjetiva – a essa que estou me referindo –, é a mais dramática e a que tem recebido menos atenção das autoridades brasileiras.

Estudos realizados aqui no DF – eu realizei dois –, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, em Recife mostram que nessas cidades o número de homicídios resultantes desses conflitos banais responde por 50% a 70% do total de homicídios. São as mortes banais, Senador.

Dito isso, vou pedir um pouco de paciência dos senhores. Esse é o cenário dos homicídios, e há muito o que se falar sobre isso. Então, que tipo de política estamos privilegiando? Estamos privilegiando práticas alternativas de resolução de conflitos? Estamos privilegiando contratação de efetivos policiais para policiar melhor as áreas comerciais? Pois isso também é importante. Estamos privilegiando um combate ao

narcotráfico, visando acabar com o tráfico de drogas, sabendo que nenhum país do mundo conseguiu de fato acabar com o tráfico de drogas, mas que alguns países conseguiram acabar de fato com as mortes resultantes do tráfico de drogas ou diminuir radicalmente. Em que tipo de política estamos pensando?

No Brasil de hoje – e aí há um dado muito importante –, a despeito do aumento do efetivo policial nos últimos 15 anos, a despeito do aumento dos investimentos e dos gastos em segurança pública nos últimos 15 anos, gastos que dizem respeito ao Fundo Nacional de Segurança Pública, gastos que dizem respeito ao Pronasci, mais recentemente, mas gastos que dizem respeito aos gastos estaduais e municipais em segurança pública, a despeito disso tudo, nos últimos 10 anos a taxa de homicídios no Brasil aumentou em todas as Unidades da Federação brasileira, a exceção de quatro. Então, trago aqui um mapinha, só para apensar. Em algumas Unidades a taxa aumentou muito. Goiás, por exemplo, aumentou, nos últimos seis, sete anos, 30% o número de homicídios. Santa Catarina, 63%. E assim por diante. Aumentou em todas as unidades da federação, com exceção de quatro: Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Nas outras, a taxa de homicídio aumentou.

Talvez por isso o Dr. Alberto tenha dito que no Sudeste caiu. Caiu, caiu em São Paulo e em Minas. No Nordeste tem aumentado; aumentou em quase todos os Estados à exceção de Pernambuco. E no Rio caiu também. Minas Gerais e São Paulo apresentam as maiores quedas. São Paulo, nos últimos dez anos, a queda é superior a 70%. Eu acho que não precisamos ir aos Estados Unidos; eu estudei por um bom tempo a questão norte-americana, a questão nova-iorquina, que sempre chamou muita atenção. Nós não precisamos ir a Bogotá. São Paulo apresenta uma queda de 70%; Minas apresenta uma queda de 55%; Pernambuco, com os dados do ano passado, apresentou uma queda extraordinária, em quatro anos, de quase 40%; e o Rio apresenta uma queda de 17%, a menor de todas, mas é uma queda importante. Nos outros Estados os homicídios têm aumentado.

Vamos pensar – e peço a paciência de vocês – sobre essas quatro experiências e o que elas podem nos ensinar e o que nós podemos aprender sobre isso. Antes é importante entender uma coisa: a violência é um fenômeno complexo, polissêmico e de várias formas e causas. Resumindo: ele é polissêmico. Alguns comportamentos que são vistos como violentos numa sociedade não são vistos como violentos em outra. Tem uma dimensão cultural: isso aqui é violência no Brasil, mas ali no outro país não é. Isso é violência hoje no Brasil, e ontem não era.

Eu gosto sempre de citar o exemplo do assédio sexual. Na década de 50 um chefe elogiar o vestido da funcionária e convidá-la para sair era conhecido como um chefe namorador, galanteador. Hoje, isso é assédio sexual, ele está usando do seu poder para constranger a moça. A violência, então, mudou. Mas ela tem várias causas também. E exatamente por isso, dessas várias causas e vários significados, há uma tendência nos últimos anos e nas últimas décadas de abandonar de certa forma o entendimento de quais são exatamente as causas daquele comportamento – porque são vários comportamentos –, mas passar a tratar a violência, principalmente os homicídios, a partir da análise dos principais grupos de risco, das principais situações de risco e das principais áreas de risco. Resumindo: nos últimos 20 anos, os homicídios, no mundo todo, passaram a ser tratados exatamente como os profissionais da área de saúde tratam as epidemias. O Dr. Alberto chamou a atenção, e isso de fato sempre chama a atenção. Na área de epidemiologia, é assim que se trata: quais são os grupos, quais são as áreas e quais são as situações de risco. E ali é que vamos atuar.

Voltando aos quatro Estados, o que nós temos a aprender? Bastante. A primeira coisa que temos que aprender – e aí eu falo do ponto de vista da universidade, e me sinto muito mais livre porque eu não pertenço a nenhum governo – e o curioso é que hoje, em todos os governos, há um viés ideológico quando se trata disso. Dependendo da bandeira política do governante ou dos assessores desse governante, destaca-se, por exemplo, o caso de São Paulo e se esquece de falar que também em Pernambuco caiu. Ou o contrário, dependendo da bandeira política, se diz: "Pernambuco é o grande exemplo do Brasil."

É claro! É curioso que são quatro Estados, dois dos quais são governados por partidos de oposição ao atual Governo. Então, nos dois casos, há sucesso.

O caso de São Paulo é interessante, primeiro, pela proporção da queda, que é extraordinariamente grande. Hoje, na capital de São Paulo, há menos de dez homicídios por cem mil habitantes. É uma grande metrópole, que, hoje, apresenta taxas de homicídio inferiores às taxas de Chicago, de Los Angeles e de Detroit. Isso é interessante. Mas, em São Paulo, chamam-nos a atenção outros aspectos. O Estado de São Paulo, certamente, é o Estado onde o maior número de Municípios passou a se ocupar do tema "homicídios" há mais tempo. No Rio Grande do Sul, em Canoas, há casos; em Minas, há outros casos, mas São Paulo concentra a maior proporção de Municípios com políticas efetivas para homicídios. Isso é interessante. Há algo que discutimos muito pouco: a municipalização da

segurança pública, o papel do Município nessa questão. São Paulo é um grande exemplo disso, bem como Minas. Mas, em São Paulo, isso ocorre muito mais do que em Minas em termos proporcionais.

O Estado de Minas nos chama a atenção. Obviamente, em São Paulo, não há só municipalização; também há reformas importantes no aparato policial, na credibilidade do aparato policial, no controle da violência policial. Nesses aspectos, caminhou-se bastante, apesar de que muito ainda precisa ser feito no que diz respeito à violência da polícia. Minas Gerais é um exemplo interessante, que eu queria destacar: é o Estado da Federação brasileira onde há mais tempo existe uma parceria, uma integração e uma grande interação entre Estado, Polícia e universidade. Há um trabalho feito pelos colegas da UFMG e da Fundação João Pinheiro há mais de quinze anos. Eles começaram a discutir e a criar estatísticas mais confiáveis sobre os bairros, criaram sistemas de monitoramento e políticas específicas para cada bairro. Esse é o caso de Minas Gerais.

A política do Rio de Janeiro, talvez, seja a mais conhecida no Brasil hoje, por causa das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Embora, de acordo com as estatísticas, os homicídios tenham caído bastante na capital do Rio de Janeiro, tem aumento o número de homicídios em algumas cidades, principalmente, da Região dos Lagos e em São Gonçalo. Também sabemos que os lugares mais afetados pelos homicídios no Rio de Janeiro não são os lugares que concentram maior número de UPPs. Setenta por cento dos homicídios no Rio de Janeiro concentram-se na zona oeste, que é menos nobre e que tem menos visibilidade; portanto, há menos interesse em se tratar disso. O Rio de Janeiro traz essa questão.

O caso do Rio de Janeiro é interessante – depois, vou falar um pouco de Pernambuco –, porque, durante quatro anos, o Rio de Janeiro priorizou um tipo de política de segurança pública de enfrentamento, em que a Polícia subia o morro, enfrentando o narcotráfico. Isso gerou – a Drª Rosa deve saber disto muito melhor do que eu –, durante quatro anos, mais de 1,5 mil mortes de civis em confronto com as forças policiais nos autos de resistência. Esse é um número absurdamente alto até para padrões brasileiros, para não falar em padrões norte-americanos ou europeus. Exatamente nesse período de quatro anos em que o Rio de Janeiro enfatizou uma política de enfrentamento, os homicídios caíam consistentemente em Minas Gerais e em São Paulo. A partir do momento em que essa política de enfrentamento não foi abandonada de todo, mas foi perdendo a centralidade, as taxas de homicídios no Rio caíram. As UPPs são uma boa novidade, a despeito de não terem reduzido tanto os homicídios como ocorreu em Minas, em São Paulo e em Pernambuco. Mas, de fato, a possibilidade de o cidadão poder andar nas ruas de seu bairro com mais tranqüilidade, sem ser objeto sujeito de ameaças e constrangimentos quase que cotidianos, é algo digno de nota. E a possibilidade, no futuro – ainda não acontece –, de a policia passar a tomar medidas e políticas para lidar com aquela violência interpessoal entre vizinhos – dentro de casa, ainda não se faz. Mas agora a presença da polícia nesses bairros já permite pensar políticas desse tipo.

Pernambuco é o último exemplo, que é extraordinário porque lá foi lançado, no primeiro ano do primeiro mandato do atual Governo Eduardo Campos, o Pacto pela Vida. Era um programa que previa uma articulação enorme entre vários Municípios e várias instâncias do Estado para lidar com a taxa de homicídios. O Pacto pela Vida teve muita dificuldade de sair do papel nos dois, três primeiros anos. A dificuldade de articular a atuação das prefeituras com os diferentes órgãos do governo estadual, do governo federal e do judiciário impediam o pacto pela vida de caminhar. A partir de uma reformulação muito importante que aconteceu no terceiro ano do funcionamento dessa política, do Pacto pela Vida, introduziu-se lá um sistema de gerenciamento e de articulação fundamentalmente das forças policiais. Sistema esse que tem o governador à frente; é ele quem cobra, enfim. Resumindo, em Pernambuco, a despeito do Pacto pela Vida, que tinha como ideia original uma política preventiva maciça, o que tem funcionado em Pernambuco hoje é uma política repressiva. Repressiva porque ela está fundada não apenas, mas essencialmente, na atuação das polícias. Mas é uma atuação qualificada; não é uma situação necessariamente violenta ou atentatória aos direitos humanos, mas é a atuação das polícias. Isso nos leva a alguns questionamentos – e eu agradeço a paciência dos senhores e senhoras –, com os quais eu gostaria de concluir aqui a minha fala.

Tradicionalmente, no Brasil, fala-se muito dos homicídios, pouco se faz. E quando se fala, quase que via de regra, aparece uma clivagem entre políticas repressivas e políticas preventivas. As políticas preventivas normalmente associadas a políticas de maior impacto social, políticas mais interessantes. E as políticas repressivas normalmente associadas a grupos conservadores, a interesse de grupos particulares e muito poderosos.

O que nós verificamos é que, em primeiro lugar, independente do tipo do tipo de política, a redução da taxa de homicídios tem um impacto social enorme e, a meu ver, deveria ser prioridade no Brasil. Reduzir

os homicídios não é possível apenas com políticas repressivas, mas não é possível reduzir os homicídios apenas com políticas preventivas também. É preciso haver os dois tipos de políticas.

Em Pernambuco, a política é repressiva hoje, o Governador tem admitido isso, e também os seus assessores, mas é uma repressão qualificada. Não é aquela repressão que mencionei aqui do Rio de Janeiro, pré-UPP, que é a repressão da polícia subindo o morro, trocando tiros e matando 1,5 mil pessoas por ano, boa parte delas provavelmente sem nenhuma relação com o narcotráfico ou com relação muito periférica. É uma política muito repressiva, mas repressiva com respeito aos direitos humanos. Ocorre que, em Pernambuco, havia 80 homicídios por 100 mil habitantes e reduziu para 40. Acho pouco provável que consiga reduzir para menos de 10 sem uma política preventiva adequada. Mas, na situação daquele momento, é uma grande novidade você salvar vidas. No caso de Pernambuco, essa política salvou mais de duas mil vidas nos últimos quatro anos.

Enfim, peço desculpas; sei que me alonguei bastante, mas é porque queria trazer essa ideia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece ao Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa.

O senhor ficou dentro do tempo dos outros, porque fui também tolerante com os outros.

Agradeço ao Dr. Benito e ao Dr. Arthur, peço que retornem à primeira fila e chamo, neste momento, a Srª Ângela Alano, assessora da Diretoria da Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul – Leme, e também o Marsal Branco, coordenador do Curso de Jogos Digitais da Universidade Feevale. Vi essa experiência quando lá estive. É uma experiência muito interessante de como trabalhar pela Internet, interagindo com a nossa juventude no combate à violência.

E chamo também para a Mesa a Drª Sandra Bacara, psicóloga.

Como é a última Mesa, os três farão aqui a sua exposição e, depois, nós vamos interagir com todos os convidados. Todos terão direito a falar novamente e, se houver algum questionamento entre os senhores, poderão fazer; se não, usarão o seu tempo para as considerações finais.

Passo, de imediato, a palavra à Srª Ângela Alano, assessora da Leme – Lesados Medulares do Rio Grande do Sul.

A SRª ÂNGELA ALANO – Bom dia. Agradeço em nome da Leme e da Feevale, que é participante executora desse projeto que nós queremos trazer para os senhores. Na verdade, ele entra na linha da prevenção.

Como a proposta desta audiência pública trata de questões como soluções e desafios, nós, ao longo destes últimos meses, estamos trabalhando com muito afinco justamente num projeto que está, por ora, ainda como um projeto, visando trabalhar a questão da prevenção.

Como todas as questões aqui levantadas e cada um dos senhores e senhoras que apresentaram têm o seu embasamento legal e justo, nós, de nossa parte, podemos dizer que o nosso foco é exatamente todos esses que são os protagonistas dessas questões levantadas, que são os seres humanos. E nenhum deles, em momento algum, deixa de ser criança antes de ser adulto. E nessa fase, em que todos eles estão caminhando para fazer as escolhas, para fazer a definição de caráter, de índole, de atitude, de escolhas para a sua vida, eles precisam, sim, ter um caminho. Esse caminho passa por uma educação, por uma situação tanto familiar quanto escolar. Aqui estamos com esse foco, e o projeto que os senhores poderão visualizar busca justamente o trabalho dentro das escolas. Esse projeto tem um embasamento de ser um projeto piloto, justamente para nos habilitar ao longo dele, e ir adequando-se para ser implantado em outros locais.

A Leme é uma associação de lesados medulares do Estado do Rio Grande do Sul e, por essa razão, pela inconformidade, surgiu esse projeto justamente porque nós escutamos muito mais pessoas que tiveram algum tipo de ruptura na sua vida, seja por uma questão de álcool, arma de fogo, mergulho em águas onde não tinham a noção da profundidade e, principalmente e infelizmente, a questão do trânsito, que ceifa vidas e causa sequelas significativas nessas pessoas. E todos eles, depois que isso tudo se estabeleceu, trouxeram como relato que queriam ter tido a oportunidade, assim como todos nós diríamos igual, de rever o que fizeram e poder fazer de outra forma.

Então, nessa caminhada e nessa inconformidade, esse projeto surgiu. E, a partir disso, foram buscadas as parcerias. E nesse ato, a Feevale, que é a Universidade instalada em Novo Hamburgo, se tornou nossa parceira executora desse projeto que vocês vão tomar ciência de uma forma fantástica, porque traz, nesse trabalho de prevenção, uma característica bastante diferenciada: esse projeto tem como único foco priorizar vida pela vida de todos.

Muito aqui se falou – principalmente o Dr. Benito, que falou tanto na prevenção, que é tudo; o próprio Dr. Alberto trouxe também o cuidado da vida, que é fundamental; e a Drª Rosa também fez menção a tudo isso –, que o nosso foco é salvar vidas, estimulando no indivíduo a vinculação com a vida, a partir da relação consigo, com o outro e com o meio. É só através disso

que nós entendemos que, de fato, nós vamos poder fazer com que eles, através da educação biocêntrica, que tem uma característica bastante diferenciada, tenham respeito à vida como centro e ponto de partida de todas as atividades curriculares, sendo colocada nas escolas.

A educação biocêntrica é o pano de fundo desse projeto. A partir daí, nós temos objetivos gerais, que são: promover o cuidado com a vida, resgatando a ética e o zelo por si e pelo outro, ensinando a todos eles olharem uns aos outros; promover o cuidado com a vida, resgatando o zelo por si e pelo outro – como eu disse –, cujo objetivo específico é capacitar adolescentes como agentes multiplicadores, através da criação de espaços pedagógicos.

Resultados esperados que, no caso, seriam a prevenção e a ação efetiva pela vida: a conscientização; mudança de atitudes; a promoção da vida saudável; e a diminuição da violência.

O foco desse trabalho está associado às crianças e adolescentes de 12 a 16 anos. É sabido que a partir dos 12 anos, toda criança começa a ter uma consciência maior quanto a sua atenção e, principalmente, a sua responsabilidade. Então é por isso que o foco começa ali.

Nós criamos, dentro desse escopo do projeto, dois laboratórios que serão colocados em 20 cidades; são 20 cidades selecionadas dentro do Estado do Rio Grande do Sul, neste formato aqui trazido para os senhores. Ele prevê que seja implantado no Rio Grande do Sul, mas a ideia é atravessar a divisa e poder estender. E dessas 20 cidades selecionadas pelo seu grau de violência, que já estão mapeadas, nós selecionamos três escolas da rede pública e privada, totalizando nesse projeto 60 escolas, que atenderão 1,8 mil adolescentes, porque dentro dessas 60 escolas, 30 alunos serão pinçados, daquela comunidade escolar, para serem trabalhados. Esses 30 alunos serão selecionados e definidos pela direção da escola, por eles terem perfil de liderança, dentro daquela comunidade escolar. Esses 30 alunos serão atendidos individualmente em oficinas.

Aqui nós trazemos também o número de atendimentos indiretos: seriam 7,2 mil, multiplicando-se pelos 1,8 mil adolescentes trabalhados, que vão interagir com os outros dentro da sua escola.

Nesse trabalho, a gente prevê laboratórios de vivências e tem, em sua formatação, uma oficina de sensibilização. Nessas oficinas de sensibilização, eles vão fazer toda uma interação, em que se tira deles mobilidade, audição, visão, para que eles possam sentir o que é ter algum tipo de ruptura na sua vida. Também a apresentação dos números de violência que, naquelas comunidades escolares, serão feitas por eles mesmos, através de um relatório que vamos lá deixar estabelecido. O material audiovisual também faz parte desse laboratório de vivência, em que eles vão ter depoimento de pessoas adolescentes que tiveram algum tipo de ruptura. Esse material audiovisual os leva, depois, a interagirem com um *game*.

O importante também é que vamos, a partir daí, deixar instalado, na escola, um observatório de violência. Esse observatório de violência nada mais é do que, após essas trinta lideranças na comunidade escolar terem sido trabalhadas, uma sistematização de dados e o mapeamento de violência daquela comunidade escolar. Isso vai estar conectado a uma sistematização de dados e ao mapeamento dessas violências. Vai haver um formulário próprio para esses registros, que demonstra todos os tipos de situação que podem acontecer dentro de uma comunidade escolar, seja o *bullying*, que infelizmente temos tanto, o uso de substâncias diversas nas escolas, que também é muito corriqueiro, e até fatores como mortes externas. Tudo isso vamos poder mapear.

Então, esses alunos se tornam agentes multiplicadores e transformadores dentro dessas escolas, porque vão fazer o exercício de olhar para o outro, observar aquele grupo escolar, e fazer com que esses dados sejam transmitidos para um mapeamento, através de um *site,* que vamos criar, e de um *blog.* Ou seja, eles vão interagir em uma rede social a partir dessa sistematização de dados.

Mas esse trabalho todo também visa ao convite desses jovens e também podermos trabalhar com os pais deles, pois prevê o trabalho com os pais, com os alunos e com os professores afetos. Eles serão convidados a uma interação com um *game*, que é uma ferramenta completar. É aí que entra a Universidade Feevale, através do Curso Superior de Jogos Digitais, que é, de fato, a ferramenta com a qual todos eles se identificam, como também interagem com grande habilidade e que torna o trabalho totalmente diferenciado.

Por essa razão, o professor Marsal Branco agora faz a explanação do jogo em si, como ele vai funcionar dentro do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece a Drª Ângela Alano, assessora da Diretoria da Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul. Seria bom explicar, rapidamente, qual é o objetivo da Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul. Só uma síntese, no seu tempo ainda.

A SRª ÂNGELA ALANO – A Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul existe há oito anos. Atendemos, justamente, as pessoas que tiveram algum tipo de sequela de lesão medular, seja

paraplégico ou tetraplégico. Nossa sede está instalada na cidade de Novo Hamburgo, região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul.

Hoje atendemos a uma média/dia de 100 a 150 pessoas. E esse trabalho é feito de socialização deles, de atendimento, acima de tudo, fisioterápico, e de inclusão deles, socializando-os e trazendo-lhes a oportunidade de voltarem a ter uma atividade profissional, porque a grande maioria deles são homens. A faixa etária que mais atinge essas pessoas oscila de 10 a 29 anos. As rupturas infelizmente acontecem bastante nessa faixa etária.

E ainda um dado que é bastante alarmante. Vocês até então apresentaram dados sobre a questão de homicídios e das violências de um modo geral, mas também é importante que se veja um outro tipo de violência que faz com que essas pessoas tenham uma vida diferente depois dessa ruptura. Então, de cada 10 jovens – e se diz "jovens", porque esses são mais afoitos e têm a possibilidade de estarem numa cachoeira, num rio e de fazerem aquele mergulho no escuro, normalmente incentivados por amigos; esses os incentivam a que se joguem, a que se vão –, de cada 10 que fazem esse ato de coragem para eles, oito se tornam tetraplégicos. Então, isso também é uma violência que talvez não tenha sido diagnosticada aqui, até então, pelo que foi apresentado, mas que existe lá.

Há as coisas mais absurdas, que podem ser evitadas, e é nisso que estamos trabalhando. Esse projeto tem o caráter de salvar vidas, justamente por esta vocação de que nós todos temos livre-arbítrio sobre a nossa vida. Nós temos, sim, quando conscientes, o poder de transformar algumas situações que, ali na frente, podem ser bastante trágicas, culminando numa ruptura ou até se ceifando vidas.

Então, a Leme existe desde então e foi criada justamente por pessoas que tiveram essa ruptura na sua vida. Elas a criaram e se uniram. Há oito anos, surgiu, então, a Leme, para ser um braço e uma casa, uma extensão da casa dessas pessoas.

Existem lá várias oficinas de profissionalização, e tenta-se interagir com eles também socialmente, porque muitas dessas pessoas infelizmente, por uma estrutura familiar – a grande maioria não tem recursos financeiros –, são deixadas nas suas casas de maneira até desumanas, pode-se dizer. Então, a Leme é uma oportunidade de as pessoas interagirem com seus semelhantes e de poderem nessa troca terem uma melhora na sua autoestima. É uma luz que se acende nessa caminhada deles, para que possam ter uma nova oportunidade de vida. E, diante dessa ruptura, que num primeiro momento pode parecer drástica e sem volta, ali se abre, sim, uma grande porta para uma nova possibilidade de enfrentar a vida com outros olhos e com uma nova postura. Então, a Leme existe para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos a palavra, de imediato, agora, depois de ouvir a Drª Ângela Alano, assessora da Leme, que é a Associação dos Lesados Medulares, ao Professor Marsal Branco, Coordenador do Curso de Jogos Digitais da Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

Deixe-me só explicar por que convidei também o Marsal e a Ângela. Estive lá na Feevale, e isso foi logo após aquele caso do Rio de Janeiro, no dia 7 de abril, e estava lá um grupo de jovens fazendo esse estudo.

Naturalmente, é o Marsal quem vai explicar, eu só vou dar a introdução. Eu fiquei impressionado porque, casualmente, uma semana depois, um amigo meu do Rio de Janeiro, pessoa bem sucedida de uma família tranqüila, me contou que a sua filha conheceu um namorado – por dois meses apenas – e que ambos, pela Internet, fizeram um pacto de morte e se mataram. Dois jovens!

E o que vi lá nesses jogos – naturalmente, o Marsal vai aprofundar – foi a força que tem a Internet, a força que tem esses jogos. Para que eles passem a ser usado como instrumento do bem, da paz, do amor, da solidariedade e também um instrumento de combate a todo o tipo de violência. Foi essa a mensagem que os jovens me deixaram lá e, por isso, fiz questão que vocês fizessem parte desta audiência pública.

Está com a palavra o Professor Marsal, sei que os jovens estão assistindo lá. Um abraço a todos. Saí de lá empolgado com o trabalho deles, chamei-os de heróis anônimos, que trabalharão em favor do povo brasileiro. Por favor, Dr. Marsal.

O SR. MARSAL BRANCO – Bom dia a todos. Obrigado, Senador.

Na verdade, os meninos ficaram muito contentes com a sua visita, por poderem mostrar o seu trabalho. Realmente, estão lá agora todos, são 150 caras com toda a vontade e gana possíveis que um jovem que esteja motivado possa ter. É bacana estar lá com eles e acompanhá-los nesse momento.

Eu explico um pouco, rapidamente, porque estou aqui para que vocês possam entender de que lugar eu falo e quais são as minhas intenções.

Eu sou coordenador de um curso de jogos. Participo de uma universidade, pela qual tenho muito apreço e que me deu a oportunidade de fazer coisas que eu não poderia fazer em outras universidades.

Falo em nome da Feevale, mas, principalmente, em nome de muitos dos nossos brilhantes professores.

Estamos juntando, em Novo Hamburgo, pessoas de que eu tenho muito orgulho de ser considerado um companheiro.

Vou mostrar hoje para vocês um exemplo de um protótipo, um *vertical slice,* como chamamos. Nós, os *gamers,* gostamos, adoramos esses tipos de nomes esdrúxulos. Vou mostrar um *vertical slice* que nada mais é do que um protótipo de um *game,* um *game* que usa a natureza dos *games*, que é uma natureza essencialmente sedutora, para fazer e falar coisas que são interessantes de serem feitas e faladas. É o trabalho desses professores, os Professores Thiago Mendes, Eduardo Müller, João Mossman, que está na base disso, com os seus trabalhos de mestrado e doutorado. É um encontro entre as forças da universidade com muita experiência de mercado. E falo bem tranqüilo em relação a isso.

Convido a todos a conhecerem a nossa universidade, porque vocês devem estar notando que sou muito orgulhoso de participar daquilo que estamos fazendo lá. Tenho certeza de que temos um dos melhores cursos que o Brasil e a América Latina já viram na formação de recursos humanos para as tecnologias, para preparar o profissional para a indústria criativa, para o século XXI. Então, convido a todos para isso.

Falo muito em tecnologia da linguagem e, quando eu falo em tecnologia, as pessoas normalmente se lembram desse tipo de coisa: chip, infravermelho, *software, tablet, hardware*, e eu não estou falando sobre isso. Estou falando em tecnologia de linguagem, o que a linguagem faz. O ser humano criou milhares de maneiras de fazer com que alguma coisa seja falada e entendida. Os *games* representam – e eu falo com muita convicção – a culminância de uma série de tecnologias que nos permitem falar e ser entendidos, compreendidos de uma maneira ou outra.

O maior problema que nós temos hoje – e falo de dentro de uma universidade, estou com esses meninos todo o tempo – é transmitir os valores, transmitir os conteúdos, transmitir as coisas que precisamos transmitir. Porque essa é a obrigação de uma universidade. E não se encontra resposta, não se encontra algo que seja da ordem que o cara possa entender, esse pequeno cara que está entrando lá e não encontra resposta, não encontra algo que seja da ordem de ele entender.

Para esse pequeno cara que está entrando lá e que não é incapaz – só não fala a língua que as outras gerações falam –, os jogos representam uma nova tentativa humana na linguagem, para todas as novas gerações. Eu tenho convicção de que estamos diante de, possivelmente, a mais poderosa linguagem de sedução jamais feita até hoje.

Estou falando isso por carinho, por amor aos jogos também, mas nós temos um corpo de professores que pesquisa isso há muitos anos. Pesquisamos isso há muitos anos e buscamos nos cercar de pedagogos, psicólogos e todo tipo de profissionais e teóricos para nos amparar no que dizer. E digo isso com muita convicção.

Por que eu falo isso e não mostro o *game* antes? Porque normalmente quando falamos de *games*, costumamos associar o *game* àquele *videogame* que já jogamos, ou nunca se jogou, mas se conhece. E às vezes até se associa àquele cara que na Coreia ficou seis dias seguidos jogando e acabou tendo um enfarte e morreu. Esse tipo de visibilidade negativa, que é comum não é só em relação aos *games*, mas em relação a várias coisas, é muito ruim para nós porque, na verdade, não espelha a realidade; são exceções – evidentemente as patologias acontecem.

E o que vemos em relação ao uso dos *games* e até mesmo em relação ao seu conteúdo é não um problema tanto de conteúdo, mas, sim, um problema de não acompanhamento das famílias sobre as coisas que as crianças estão fazendo, estão olhando. O fato de aparecer um soco num *videogame* – em alguns aparecem –, as pessoas costumam associar os *videogames* à violência imediatamente. Mas temos um universo de *games* no mundo – 60% deles – com a faixa indicativa livre, ou seja, sem nenhum tipo de violência. E, quando se coloca um *game* violento, é muito fácil atribuir a culpa a ele e não à falta de orientação, à falta de acompanhamento dos pais e da família, em todos os seus entornos e possibilidades e ecossistemas, naquelas horas em que o menino está jogando.

Devemos falar sobre conteúdo, é evidente. Ontem, nós estávamos conversando – e o Moacir Alves acabou de entrar agora – com o pessoal do Ministério da Justiça que está acabando um processo da recomendação de indicação de idade para os *games.* Assim como para todos os conteúdos, os *games* precisam ser usados como política pública, e é fundamental que passe por essa recomendação. Por quê? Nós temos, nas nossas mãos uma ferramenta; os *games* são um canhão, e um canhão apontado para a sedução das pessoas para as quais estamos transmitindo a mensagem.

Se colocarmos, num *game*, uma bolinha picando e uma tela, as pessoas podem se sentir envergonhadas, mas elas vão querer fazer alguma coisa ali, porque existe a possibilidade, existe a potência. E nós colocamos coisas ali dentro – falo como desenvolvedor – que dão vontade de fazer aquilo. Estou dizendo que esta é uma mídia que, diferentemente da maior parte das mídias, ela entrega. Ela entrega coisas, entrega possibilidades. É evidente que a nossa função aqui é

saber que tipo de coisa nós estamos entregando. Temos a obrigação de fazer isso.

Nós temos um problema histórico quando falamos de *games*. Especialmente a pedagogia entendeu, há muitos anos, a partir do trabalho de teóricos importantíssimos, tanto nacionais como internacionais, que os *games* fazem parte e são uma ferramenta poderosa no aprendizado humano. Agora, isso parte de uma teoria e de muitas, milhares de tentativas de aplicação prática em sala de aula.

O problema é que os *games*, ao serem colocados em sala de aula, ao serem produzidos em sistema de produção para jogos de educação, normalmente ficam chatos. Ficam chatos porque, quando um professor, como eu, se preocupa em fazer um *game*, ele está realmente preocupado com o conteúdo porque essa é a essência do seu trabalho. Eu preciso passar, eu preciso transmitir, potencializar o conhecimento, a cognição daquelas pessoas naquele sentido.

Por outro lado, quando um *gamedesigner* está projetando um jogo, ele está se preocupando com o que vai colocar ali dentro para que fique tão bacana de jogar que o cara simplesmente não queira sair de frente da tela.

Então, há dois mundos que não são antagônicos, mas que, historicamente, ficaram antagônicos. Em tese, diz-se que, se aumenta o conteúdo, diminui a diversão e que, se aumenta diversão, diminui o conteúdo, mas, evidentemente, não é preciso que seja assim. E há muitos exemplos de coisas acontecendo assim. Mas há um *gap*, um buraco muito grande, uma não articulação entre professores, psicólogos e produtores de *games*.

A Ângela, quando veio nos procurar, fez uma proposta: "Vocês podem imaginar um *game* que trabalhe na prevenção de acidentes?". E falei, na mesma hora: "É claro!". De fato, o que os *games* fazem é ensinar alguma coisa. A pessoa não sabe jogar, mas começa a aprender e não precisar achar tutorial ou ir à biblioteca. Então, fazemos isso por natureza. É o que a gente faz. Mas temos de ver o que vamos ensinar. A Ângela disse: "E como faríamos isso?". Não faço a menor ideia, mas vamos lá! Venha aqui, venha para a universidade, que nós, logo, vamos descobrir. Ali algumas das cabeças mais brilhantes e doentes que conheço, com as quais tenho orgulho de trabalhar, tiveram ideias sensacionais. Vou mostrar para vocês exemplos de *games*, na sequência.

Basicamente, pensamos o seguinte: a violência é um problema, mas mostrar a violência não é um problema, porque a maneira como a mostramos pode ser libertadora. Então, o fato de existir violência no conteúdo não significa que aquela violência pode levar a uma cognição distorcida da realidade; o que leva a isso é a maneira como a gente usa essa violência.

Vou mostrar – não se preocupem, que não vou ser teórico; vou passar rapidamente por isto e vou falar da maneira mais simples possível – que há dois sistemas, e um deles está preocupado com a diversão entregue. Sem diversão, sem elementos de sedução, não há como fazer com que qualquer pessoa ouça o que estamos dizendo. Não estou falando de *games*, mas, sim, de qualquer mídia. Minha formação primeira é como comunicador. E há outro sistema, que é o sistema cognitivo. O termo "cognitivo" é problemático; não vou entrar nesse assunto agora. Podemos discutir isso a qualquer momento, em qualquer lugar; o debate vai ficar aberto.

Como os *games* vão funcionar? Há três níveis. Vou mostrar isso na prática, quando eu mostrar o jogo. Há o nível do discurso. O que se faz no nível do discurso? Nele, diz-se assim, por exemplo: "O nosso objetivo no jogo, como produtores, Leme e Feevale, é fazer com que o menino perceba que algumas coisas são perigosas na vida cotidiana dele". E nós dizemos isso. É a coisa mais simples. É o que acontece quando o professor entra em sala de aula. É o nível discursivo. O professor diz: "As coisas se passam assim, são desta maneira; ou as coisas não são assim e se passam dessa maneira". Isso é discursivo, está dito, está escrito, está demonstrado na forma de qualquer linguagem, em vídeo, em animação, o que quer que seja. Quando isso acontece, colocamos um *input* na cabeça do menino; é o que alguns teóricos chamam de subsunçores. A palavra "subsunçor", para mim, parece algo ligado à dor nas costas, de tão feia! Em todo caso, são subsunçores, e, quando uma informação, um *input* é colocado na cabeça de alguém, esses subsunçores ficam lá dentro. Sou de Bagé e não sei se eles ficam deste lado; em Bagé, somos um pouco diferentes. Essa informação fica ali, mas pode ser que, dali a vinte minutos, o cara não se lembre mais dela. Mas se, dali a um dia ou dois anos ou cinco anos, aquele tipo de informação entrar de novo, ele já não estará operando no vazio. Então, o subsunçor é como uma escada que o leva a algum lugar, para construir sua cognição, seu mapa mental. E há alguma coisa ali que ele pode esquecer ou não.

O que fazemos num *game* que precisa ensinar coisas? Colocamos discursos, degraus, que não necessariamente serão os degraus a que queremos chegar. Não vamos dizer ao sujeito que ele precisa cuidar da vida cotidiana, porque, se fizéssemos isso, não precisaríamos fazer *games*, mas o colocaríamos dentro de uma sala de aula. E não é isso que queremos. Já existe gente para fazer isso. Vamos falar outras coisas.

Vou dar um exemplo prático: se o personagem do cara beber, ele não pode dirigir. Digo isso no jogo; isso está aparecendo. Como? Apareceu o cara bebendo dentro de um bar, e aí se cortou a cena, e ele apareceu dentro do carro, dirigindo. Ele está, obviamente, bêbado – é o que estou mostrando no jogo; isto é discursivo – e sofre um acidente. Meu discurso é muito direto. Estou dizendo: "Cara, se você fizer isso, é perigoso". Então ficou lá; criou um subsunçor. Pode ser que ele esqueça ou não, mas está lá dentro. E eu faço isso ao longo do jogo. E eu vou fazer muitas vezes ao longo do jogo. Aí eu tenho outro nível. Então, estou operando num nível que é o discursivo. Eu tenho outro nível que vai acontecer concomitantemente.

Como acontece? Eu faço um discurso A e um discurso B, por exemplo: se beber, não dirija. Então, um personagem bebeu e dirigiu e teve um acidente. E eu coloquei, em outra parte do jogo, o cara tendo um *flashback* qualquer... Para quem não joga, os jogos hoje são muito parecidos com filme; convido todos vocês a olharem o que está sendo feito hoje. É impressionante e bacana! Então, já apareceu o cara tendo o acidente e, agora, apareceu também outra missão, outro momento do jogo, e o jogador descobre que, naquele dia, o cara que bebeu demais foi demitido. Eu estou fazendo dois discursos: se beber não dirija, e o outro: no dia em que aconteceu um acidente e que o cara bebeu, ele foi demitido. Eu não estou dizendo que ele bebeu porque foi demitido. Quem vai construir isso é o próprio jogador.

Bem. E quando nós não entregamos a informação, mas fazemos com que o cara construa um caminho cognitivo lá dentro, esse tipo de subsunçor criado é muito mais forte e poderoso. Em nenhum momento, eu disse: é isto. Ele liga as coisas. Então eu estou operando em outro nível.

Nós, *gamedesigners*, conseguimos fazer isso de uma maneira muito tranqüila. O que não conseguimos fazer? Quero saber, com os profissionais, com os professores, com os pedagogos, o que eu preciso colocar ali que é importante que ele saiba. E nós vamos cuidar de colocar da maneira que seja interessante para que esses subsunçores sejam criados.

Vou falar de um terceiro nível – e aí eu mostro o jogo, eu prometo –: o nível comunicacional.

O nível comunicacional tem, ao longo de um jogo que tem 50 horas, 100 horas, 200 horas – nós temos essas aberrações; eu, particularmente, gosto muito. Nós temos jogos de muitas horas de envolvimento, muitas mesmo, e, ao longo desse jogo, a equipe de produção só tem um objetivo: dizer para o menino, que é o nosso caso, as coisas da vida cotidiana dele, as pequenas ações cotidianas dele, como tomar banho, subir num telhado, brincar ou pegar alguma bebida alcoólica para beber, escondido dos pais, podem, e terão, impactos durante a sua vida. São potencialmente desestruturantes, não só na vida dele como na família dele. É isso que eu quero dizer no nível comunicacional, mas eu não vou dizer. Vou dizer um monte de coisas em nível discursivo, e vou relacionar essas coisas de forma que ele tenha cognições interdiscursivas. O mapa mental dele vai ficando mais abstrato e sofisticado. Isso faz com que ele não esqueça isso. E no objetivo comunicacional, eu operacionalizo todos esses mapas mentais em um sentido só. Por exemplo, que ele consiga se dar conta de que a vida cotidiana dele é tão importante e tão potencialmente rica ou perigosa conforme as coisas que acontecem no seu entorno de família e societário de uma maneira geral.

Por que eu estou mostrando esses dois sistemas? Um é um sistema que seduz e o outro é um sistema de aprendizado. Por quê? Em uma equipe, um processo de desenvolvimento de jogos, é isso que nós estamos propondo hoje na Feevale. O que nós estamos propondo, tanto em teoria, tanto em dissertações e em teses, mas também na prática; nós estamos fazendo isso e testando isso.

Quando a Ângela nos procurou – foi um feliz acaso –, vimos a oportunidade e decidimos colocar isso à prova.

E aí vou falar bem de novo da Feevale, porque a Feevale é um lugar que quer proposições. Nós buscamos problemas para nós podermos trabalhar em cima deles. E é por isso que estamos conseguindo juntar gente que não vai trazer problemas para vocês; vai trazer propostas: "Tu queres trabalhar sobre isso? Há um monte de maneiras de se fazer; tenho certeza disso. Eu estou propondo uma. E se tu não sabes como fazer, o.k. E se nós não soubermos, nós vamos descobrir isso".

Eu vou mostrar o jogo – vou parar de falar um pouco. Mentira! Meus alunos dizem que, nem atirando em mim, eu paro de falar.

Gente, estamos numa fase de jogo – olhem o orgulho do coordenador. Vou mostrar para vocês o resultado de dois meses de trabalho de meninos que têm 17, 18, 19 anos e que entraram na universidade, no máximo, há um ano e meio – pessoal do primeiro, segundo e terceiro semestre.

Eu, que trabalho na indústria de jogos, posso dizer com tranquilidade que o que vocês vão ver agora, está praticamente no nível profissional da indústria de jogos. Só que não é o pessoal do sexto semestre, mas é o pessoal do primeiro, do segundo e do terceiro semestre. E são dois meses de trabalho apenas.

Então vamos lá. Aqui é um protótipo, é claro. Há apenas algumas missões jogáveis, que colocamos aqui só para vocês poderem ver como isso tudo que eu falei funciona na prática.

O nome do troço é Guardião. E o que é isso? Temos que lidar com violência, queremos evitar a violência, só que não podemos fazer apologia da violência; é justamente o contrário.

Quando você entra no jogo, escolhe um Avatar, que, nesse caso, o aluno de 12 a 16 anos vai escolher entre um Anjo e outro; ele vai ter diversas opções de Anjo, mas colocamos um aqui para exemplificar. Mas ele vai ter lá 20 Anjos diferentes, todos customizados. E vejam como os meninos são grandiosos, eles gostam dessas coisas. E os meninos escolhem que tipo de asas, que tipo de armaduras, que tipo de outros objetos de defesa eles vão disponibilizar com a sua cara, com o seu jeito; eles escolhem lá – mas eu só tenho esta opção aqui, porque são só três meses de trabalho –, e aí entram no ambiente do jogo.

Vejam que legal: O jogo está funcionando. Eu tenho lá o meu Anjo, que está numa cidade que estão construindo – tudo isto é trabalho deles. Gente, eu não vou parar de falar isto: são pessoas que nunca desenharam, nunca programaram ou fizeram modelagem e, há um ano e meio, eles estão fazendo isto aqui.

Deixem-me ir para o sol ali, que vai ficar melhor para vocês verem: ele está voando. (Eu vou ficar aqui para vocês verem melhor), e ele vai ficar ali paradinho voando.

Eu vou explicar agora a interface. O que acontece? Vocês estão vendo ali em cima aquela cidade, onde acontece um monte de coisas, há um monte de personagens. Agora está vazio, porque isto é um protótipo – um atoi, como chamamos, para ver como é que funciona a jogabilidade. E o jogador vai ficando por aí, andando e procurando missões. Essas missões são o quê? Alguém lá de cima, onde vocês quiserem, manda dizer: cara, está acontecendo alguma coisa potencialmente perigosa na escola, na rua, no bar, em qualquer lugar; e o menino vai lá e descobre. Ele tem que fazer alguma coisa, solucionar aquilo antes que aquilo aconteça.

É uma ideia brilhante do Professor Thiago Mendes.

Como é que lidamos com a violência? O legal deste jogo é: quando a violência vai ocorrer, ele tem que ir lá rapidamente, de maneira eficiente, de maneira criativa, e evitar que a violência ocorra. Então, a violência está aí, como em qualquer outro jogo, mas o papel dele é justamente impedir que ela aconteça.

Neste caso aqui, vocês estão vendo ali embaixo uma interface. Naquela interface – gente, é a pura linguagem desses meninos – tem números 1 e 2 e uma série de bolinhas de círculos. O que são aquilo? Cada um daqueles círculos representa um poder diferente que esse Anjo vai ter.

No caso aqui, temos dois poderes bem bacana, os dois que eu queria ter, mas não consegui ainda. O poder 1 é colocar na cabeça das outras pessoas um pensamento positivo; fazer a pessoa repensar sobre o que está fazendo. Então ele vai lá, conversa com a pessoa e consegue passar isso. É o poder do Anjo. Embora nós não consigamos ainda, Senador Paim, mas estamos tentando isso.

O poder 2 é um poder físico, ninguém enxerga o Anjo, mas ele pode interferir fisicamente com alguns objetos, tem algum poder para isso.

Ao longo do jogo – e esse é um dos sistemas de sedução mais eficientes –, vamos entregando para o menino coisas legais. O que um *gamer* quer? O que o jogador quer? Estou jogando e ganho mais poder. E vocês pensam em poder de qualquer maneira. Ou seja: eu posso voar mais rápido, eu posso voar ou não, eu posso entrar num prédio, eu posso isso, eu posso aquilo. E quanto mais eu vou destravando essas coisas, ganhando coisas, mais grudado na minha narrativa eu fico. Então, sempre vamos entregando coisas.

Neste caso, agora, eu tenho só dois poderes.

Agora, vou dar uma voadinha aqui para vocês verem que tem um elemento de sedução, que consideramos muito importante, que chamamos de exploração. O cara pode explorar. Ele não precisa vir aqui em cima, mas ele quer vir; por quê? Porque ele pode fazer isso. Então, nós o deixamos brincar. E o que fazemos? Nós, pelo contrário, estimulamos que ele faça essas coisas para que nós possamos, ao longo do jogo, colocar missões, objetivos e discursos, que ele vai achar interessante. Porque, no momento em que colocamos um discurso que tem uma função dentro do jogo, já cai a primeira barreira dele, que é "tem alguém tentando me ensinar". É isto que não queremos: dizer para ele que estamos tentando ensiná-lo, porque, para isso, já existe a escola.

Vou mostrar uma prática de jogo. Vocês veem que está meio vazio ainda. Mas são só dois meses, gente. Daqui a oito meses, eu quero mostrar isto aqui de novo para vocês.

Eu cheguei àquele cone de luz ali, e aquele cone de luz é uma informação lá de cima, dizendo: "cara, tem um...". (Ficou ruim de ler ali, então eu vou resumir rapidamente.) Essa é uma missão; ele ganhou uma missão. Ele acabou de descobrir que, ali na escola, bem pertinho, há um cara que cuida dos meninos que está dormindo, e um dos meninos está sofrendo bullying. Então, ele tem que dar um jeito de acabar com essa

situação. (Deixa eu tirar aqui a missão. Vou dar uma voada até lá, porque voar é mais legal que correr, e a gente está falando de *games.* Está escuro. Se desse para desligar a luz, melhoraria.)

Vocês podem ver esse menino que está aqui, que está sofrendo *bullying* das outras crianças, e ali está um cara dormindo, que é o cara que deve cuidar deles. Quer dizer, é uma linguagem muito simples. Esse conteúdo não é final, é só para exemplificar como podemos trabalhar.

O cara está dormindo, e o que o Anjo tem que fazer? Tem que acordá-lo, porque ele não pode interferir diretamente. Ele tem que acordar o cara para que ele possa dar um jeito na situação. Aí os meninos vão descobrir, vão tatear, vão explorar soluções aqui dentro. Há um galho lá em cima, e ele tem, nos dois poderes disponíveis, um poder que mexe coisas físicas. E ele vai usar esse poder. Olha, quando cliquei no galho, o poder ligou, o que significa que ele pode usar. Então, eu vou usar esse poder, e o galho vai cair em cima da cabeça do cara.

Para tornar a coisa ainda mais interessante para o cara, para que o poder funcione, damos para ele um "gamezinho", que é um jogo da memória. Então, em um tempo determinado, ele tem que descobrir os pares – é um jogo de memória normal. E por que isso? Porque é importante que eu entregue para ele esse tipo de coisa para tornar o jogo muito mais sedutor. Pronto, descobri! Então, caiu o galho, o cara acordou e acabou com a situação.

É claro que isto está em produção; isto vai ser mostrado com muito mais detalhes, vai ter *cut sims*, imagens gravadas dos meninos saindo, do menino sofrendo *bullying*. Este é apenas um protótipo. (Vou para outra cena aqui.)

Ele recebe outra missão. Na verdade, gente, ao mesmo tempo, esse tipo de jogo tem dezenas de missões disponíveis ao mesmo tempo. O menino faz o que quiser, ele está livre aqui dentro para brincar à vontade.

Aí eu cheguei à outra missão e, nesse caso aqui, ele quer evitar uma tragédia. Um cara está bêbado e está indo pegar o carro dele. Ele tem que impedir o cara.

Lá está o cara saindo bêbado, com uma garrafa, e vai chegar ao carro. Eu tenho que clicar nele e descobrir como influenciá-lo, usando o poder de influência diretamente no pensamento dele. Só que eu tenho que fazer isso rápido, antes que ele chegue ao carro. Então eu tenho que resolver esse enigma rapidamente, e eu não sei se vou conseguir. Se eu não resolver, o cara vai entrar no carro e, possivelmente, sofrer um acidente. Pronto, consegui, um pouquinho antes. Então, o cara desviou e está indo embora.

O que está acontecendo aqui? O que eu tenho para mostrar com essa lógica?

As missões, o texto, a maneira, tudo que aparece está sendo desenvolvido apenas há dois meses. Isso vai ficar muito mais sofisticado, muito mais rico. Mas, basicamente, o que estamos mostrando aqui é que, ao colocar uma missão, as pessoas que estão produzindo o jogo estão dizendo: "Olha, é importante que ele tenha conhecimento disso aqui". Esse é o primeiro nível. Ao ligar uma missão a outra, a gente o coloca num segundo nível de cognição e com subsunções mais fortes. E temos o terceiro nível comunicacional que quer dizer: é a isso que esse *game* se presta; são esses os valores e são essas as decisões que temos de ter na tua vida cotidiana.

Agora, vocês podem dizer: "Mas ele vai ter uma exposição a esse *game* muito forte". Sim, alguns vão ter mais ou menos exposição, e alguns vão estar mais ou menos predispostos em função da própria criação, do seu próprio meio. O importante é que, mesmo que ele ainda tenha ações que são potencialmente destrutivas, não vai tomar aquela ação, sem antes ter... Lá dentro, por causa do que foi criado, ele vai ter de ter, em algum momento, uma decisão moral e ética envolvida, mesmo que ainda decida fazer a coisa que não deve fazer.

Ele não pode, em nenhum momento, enganar a si mesmo, dizendo: "Olha, eu não sabia" ou "Eu desconhecia", etc. É isto que viemos mostrar aqui: a possibilidade do uso de jogos efetivamente, dentro das salas de aula, nas políticas públicas, para conseguirmos comunicar-nos com gente que se comunica de uma maneira diferente conosco, que é essa nova geração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meu cumprimentos ao Professor Marsal, Coordenador do Jogos Digitais, da Feevale, e também à Drª Ângela, por suas exposições, que mostram que os jogos podem efetivamente contribuir para o combate à violência, se forem bem construídos.

Passo a palavra de imediato à Psicóloga Sandra Baccara, que vai fazer agora seus comentários, para depois irmos paras as nossas considerações finais.

A SRª SANDRA BACCARA – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos. É uma alegria grande poder estar aqui hoje. E queria particularmente parabenizar a Feevale pelo trabalho, e a Leme. Sou professora universitária aposentada e, em grande parte da minha vida universitária, trabalhei com psicologia do desenvolvimento, assim como fui terapeuta infantil e de adolescentes. Sou terapeuta familiar e de adultos hoje.

Sempre tive uma grande preocupação com a questão dos *games*, exatamente por eles não mos-

trarem a consequência dos atos. Tive um colega, professor no Ceub, que dizia que o grande problema é que os meninos faziam, faziam, faziam, deletavam, e nada acontecia. Podiam começar novamente, sem que houvesse nenhuma punição, nenhuma consequência pelos atos que estavam vivendo. E é muito bonito vê-los desenvolvendo esse trabalho hoje.

O que eu queria comentar sobre a violência, sobre a questão da violência, é um estudo de um psicanalista inglês, Donald Winnicott – pediatra e psicanalista inglês –, que tem um conceito que trabalhei na minha tese de doutorado. Ele fala que a violência é um sintoma da desesperança; que se transgride de uma forma violenta, quando se perde a esperança de encontrar o afeto, o amor, o limite, as conseqüências. Seriam essas as grandes causas, embora tenhamos de pensar que existem múltiplas causas, como já foi falado. Às vezes, ser o último é fácil, porque as coisas já foram muito ditas.

Quero lembrar, exemplificar. Trata-se de um exemplo que foi dado aqui, que foi a questão do Sandro, do ônibus 174, como ficou conhecido.

Quem assistiu à cena no dia ou quem viu o documentário percebe que o filme tem um dado muito interessante. Ele, em momento algum, esconde-se; em momento algum, fecha as cortinas. Ao contrário, ele está visível todo o tempo; o tempo inteiro, ele busca que lhe digam: "Você existe, pode ser respeitado, pode manter a esperança de encontrar o que busca".

Aquele rapaz foi um sobrevivente da famosa chacina da Candelária e acabou sendo chacinado – nós vimos.

Então, é importante pensar na violência como um pedido de visibilidade social. O documentário feito pelo MV Bill, que ficou muito famoso, "Falcão – Meninos do Tráfico", tem duas cenas que me marcam muito – duas cenas de transgressão, sem dúvida. Mas, em uma delas, um garoto está em cima de uma moto, com uma arma, com um fuzil na mão, e diz: "Olha, aqui no morro, as mina só olha prá nós se nós tiver uma motinha e uma arma". E ele sorri.

Uma outra cena é um garoto mais ou menos da idade dele, que foi assassinado pouco tempo depois daquele documentário, e a minha sensação é de que ele está dentro de um buraco. E ele é entrevistado; perguntam a ele: "E se você morrer?". Ele diz: "Se eu morrer, vem outro igual, vem outro pior, vem outro melhor. Não faz a menor diferença". O garoto da moto, ele tem esperança, embora ele esteja transgredindo, ele está dirigindo sem ter a idade, ele está usando uma arma e ele é um falcão do tráfico. Mas, naquele menino, podemos ainda acreditar ser possível um resgate. O outro não, como a realidade mostrou, ele foi assassinado pouco tempo depois.

Então, esse pedido de visibilidade social, um pedido de limite. E quando falamos de limite, nós não estamos falando de repressão, nós não estamos falando necessariamente de punição, mas de afeto.

Na minha tese, pesquisei juízes e promotores ligados à Vara da Infância, se eles se viam exercendo a função paterna. Eu criei a figura do pai jurídico. E uma promotora, à época, da Promotoria da Infância, me contou a seguinte cena. Um garoto, mais ou menos de 13, 14 anos, chegou à presença dela algemado e perguntou a ela: "Doutora, a senhora vai me mandar para o Caje?". O Caje é o nosso centro de internação, e à época só existia ele; hoje todo mundo sabe que é o pior centro de internação de Brasília, de adolescente. E ela disse a ele: "Vou. Diante do que você fez, eu vou te mandar para o Caje". E ele disse: "Muito obrigado, doutora".

O que faz um jovem, um menino de 14 anos, agradecer por ser preso? Porque é uma prisão, não resta dúvida. Eu só conseguia entender, ao conversar com ela à época, como alguém que ouviu o que ele pedia, alguém lhe impôs um limite, alguém que o vai salvar, ou seja, aquela prisão como gesto de amor. Porque vemos claramente que a impunidade realmente favorece a violência, mas ela também é um pedido de limite.

Nós podemos pensar em dois tipos de transgressão. E o Kopittke mostra isso muito bem. Nós podemos pensar em uma transgressão que ele chamou de positiva – e o adolescente faz isso demais. O pai estabelece um horário para o filho chegar em casa. Ele chega embaixo do bloco dez minutos mais cedo, entra dez minutos mais tarde, dá um jeito de fazer barulho, para ver se realmente os pais estão atentos a ele, se realmente ele tem que cumprir aquela missão que lhe foi dada. Isso é uma transgressão positiva, porque isso é criativo. Claro, se os pais estão ali para dizer: "Cara, está atrasado, não é? Da próxima vez vamos negociar isso daí".

Mas há a transgressão negativa, que é a violência. Que aí é que eu digo que essa é a desesperança, essa é a perda da motivação para a vida. E nós vivemos hoje em uma sociedade que banaliza a vida. Isso foi falado muito aqui. O poder da vida, o direito da vida, essa possibilidade de criatividade tem sido muito banalizada na nossa sociedade.

Falou-se aqui muito de homicídio, e já foi dito que o homicídio é a primeira causa de morte de adolescente no Brasil. O Distrito Federal tem essa mesma estatística. As três primeiras causas de morte de adolescente no Brasil são violentas. São: homicídio, suicídio e trânsito. Depois, vêm as doenças. Ora, gente, o suicídio é uma

grande falta de esperança. Ninguém se suicida à toa. Sabemos que grande parte das tentativas de suicídio não são levadas a efeito porque, de alguma forma, o suicida dá um jeito de avisar o que está fazendo e consegue ser salvo.

Mas nós temos um índice altíssimo de mortes na adolescência por suicídio e nos acidentes de trânsito, que mostram também muito dessa questão da banalização da vida, da falta de limite e da desesperança.

Agora, há uma outra violência, sobre a qual eu queria falar rapidamente, que eu chamo de violência emocional.

O Senador Paulo Paim participou, como relator, do projeto de lei da alienação parental, que temos vivido muito hoje no Brasil e no mundo, que é uma tentativa de um dos genitores ou de um dos avós, ou um dos parentes, de desqualificar o outro genitor. Ora, isso é dizer a uma criança, a um adolescente, que o pai, ou a mãe, ou os dois não são pessoas legais, não existem, não podem ser amadas, não podem ser respeitados. Isso é uma grande violência, que eu coloco aqui porque nós precisamos chamar a atenção do Poder Judiciário, dos promotores, da polícia.

Há três ou quatro semanas, eu participava de um debate na OAB, com o desembargador Camanho, e ele dizia: "A lei Maria da Penha, que é uma lei maravilhosa, tem sido usada hoje como fonte de produzir alienação parental." Porque a mulher vai a Deam e diz que está sendo ameaçada; obviamente abre-se um boletim de ocorrência e aquele pai é afastado. Nós vivemos isso com coisas graves, falsas acusações de abuso sexual, implantação de falsas memórias nas crianças e adolescentes. Isso é violência também.

Nós precisamos tirar esse conceito de que violência é homicídio, é a surra; a violência é também quando eu desqualifico o outro diante de quem quer que seja. E quando é um genitor fazendo isso com uma criança ou um adolescente, essa violência é muito grande.

Então, nós precisamos, sim, da prevenção, como foi falado. Mas vou concluir e vou ser rápida, já falei muito, dizendo da questão que foi colocada da diminuição da maioridade penal. É mexer na ponta do *iceberg*. Diminui para 16, para 14, para 12, e nós vamos continuar falando a mesma coisa. Ou se aplica o ECA e se dá condição de aplicação do ECA na sua integridade, porque ele é uma lei maravilhosa, ou nós vamos continuar dizendo que o adolescente ou a criança, daqui a pouco, são os responsáveis pela violência no Brasil. Quando a gente sabe que eles são as grandes vítimas. Morrem muito mais adolescentes do que existem adolescentes praticando violência.

Então, nós precisamos – e aí, Senador, eu sei que V. Exª é muito caro a isso – trabalhar muito na prevenção e trabalhar muito na leitura que se faz da violência, principalmente na violência adolescente. Atividades como as que vocês estão fazendo são atividades importantes de prevenção. A gente precisa dizer a eles que há consequências: "Se você brincar, olha o que vai acontecer. Você vai ser um lesionado, você vai para a cadeia, você vai ter que cumprir alguma coisa".

Mas nós, acima de tudo, precisamos fazer deste Brasil um país preventivo. E aí educação, saúde, emprego, condições a essa família – que é tão acusada; tudo que acontece com o adolescente é culpa da família. A família é tão vítima quanto, porque ela está descuidada pelo Poder. Vemos, há poucos anos, que se volta a dar, ou a tentar dar qualidade de vida, condição de vida à nossa população. Porque, aí sim, ela pode educar com amor, com respeito e com limite.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Drª Sandra Baccara, psicóloga que faz um resumo do que foi essa última mesa e aponta caminhos para essa questão da alienação parental, projeto de que fui relator, e li muito sobre o assunto, vi inúmeros exemplos. V. Exª tem toda a razão, pela forma com que traz esse tema ao debate. Ao mesmo tempo, aponta caminhos, dizendo da importância dos *games*, de forma propositiva, afirmativa, mostrando as consequências para a nossa juventude.

Com alegria, registro a presença do Senador Ataídes Oliveira, que sempre esteve conosco e que está prestigiando este nosso evento, esta audiência de hoje, cujo tema é "Debater o mapa da violência – soluções e desafios". Vamos para as nossas considerações finais, mas o Senador pode usar da palavra a qualquer momento que entender adequado. Se quiser, poderá falar neste momento, mas poderá falar depois se, primeiro, quiser ouvir as considerações finais. V. Exª escolhe o momento de falar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Já que me permite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. V. Exª falará agora, então.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Primeiro, quero saúda-lo, nosso Presidente, por esta audiência. O requerimento para debater este assunto de tamanha relevância é de sua autoria. Lamento ter chegado aqui atrasado, mas isso aconteceu por força maior. Eu queria ter tido a oportunidade de ouvir cada convidado.

Esse assunto da violência no meio do jovem e do adolescente é gravíssimo em nosso País. E, quando falamos do jovem e do adolescente, falamos do nosso presente e do nosso futuro. Então, todos nós temos de nos preocupar muito com esse assunto.

Quero, novamente, dar-lhe os parabéns! Peço desculpas a todos os palestrantes pela minha ausência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece ao Senador Ataídes.

O Alberto, que aqui representou o Ministério da Justiça, teve de se retirar e me deixou o seguinte ofício, eu diria, o seguinte recado neste cartão: "Paim, infelizmente, tenho de me ausentar. Tenho uma reunião na Presidência da República, exatamente para tratar sobre o Pacto Nacional da Redução dos Homicídios".

Vamos para as considerações finais!

Passo a palavra ao Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa, sociólogo e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Violência da UnB.

Concederei cinco minutos a cada um, para as considerações finais.

O SR. ARTHUR TRINDADE MARANHÃO COSTA – Esse anúncio que o colega Alberto fez é, de fato, importante. O atual Governo, pela primeira vez na história recente do Brasil, decidiu, de fato, promover uma política específica sobre homicídios, o que é uma novidade. A expectativa é a de que esse Pacto consiga algum resultado concreto, consiga sair do papel. Mas já existe em alguns lugares uma preocupação centrada na redução de homicídios. Estou dizendo isso, porque, a despeito das excelentes intenções e da grande preocupação com que a sociedade brasileira trata a questão das mortes e dos homicídios de adolescentes, que é o principal problema, normalmente, a redução desses homicídios é pensada como consequência de uma série de outras ações que não estão apenas focadas na questão dos homicídios. Fala-se muito na questão da melhoria dos índices socioeconômicos, da educação. Certamente, isso contribui; não há dúvida quanto a isso.

Há exemplos concretos. Eu trouxe aqui quatro exemplos do Brasil, e há exemplos de outros lugares, de outros países e de outras cidades. Nas cidades onde se firmou algum tipo de política de redução de homicídios diretamente, isso tem dado certo. E essa é a grande novidade do momento.

A atual secretária de segurança pública, Drª Regina Miki, está ali, nessa secretaria nacional, exatamente em função da sua trajetória, uma trajetória muito bem-sucedida nesse sentido. Ela foi a secretária do fórum municipal de segurança e defesa social de Diadema, um dos grandes exemplos brasileiros de redução de homicídios. Ou seja, é possível, mas precisamos focar nisso, senão perderemos mais tempo do que já perdemos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta o sociólogo Arthur Trindade Maranhão Costa, que fez uma bela exposição, fez um raio X do Brasil, mostrou os quatro Estados – tomei nota aqui e, naturalmente, ficou tudo gravado – onde o combate à violência mais avançou e apontou caminhos, inclusive, para que a violência diminua, investindo principalmente nas cidades, pelo que percebi na essência.

Passo a palavra, neste momento, ao Marsal Branco, professor, coordenador do Curso de Jogos Digitais da Feevale, que aponta caminhos, principalmente, à nossa juventude no combate à violência.

Seus cinco minutos para as considerações finais.

O SR. MARSAL BRANCO – Falei muito sobre terminologia de linguagem, capacidade de cognição dada pelos *games.* Gostaria de finalizar dizendo que, quando fazemos uma proposta dessa maneira, dizendo que os *games* podem ser inseridos em sala de aula, podem ser usados da maneira como quisermos, pois se trata de uma linguagem e ele vai dizer o que nós quisermos que ele diga, em nenhum momento, tenho a ilusão ou estou colocando em questão a importância da resolução do sistema educacional como ele é feito hoje.

Eu não estou dizendo aqui – falo isso porque é bastante recorrente essa leitura do meu discurso – que a sala de aula precisa se resolver, e também não estou dizendo que ela vai ser resolvida colocando *games* lá dentro. Estou dizendo que os *games* são hoje a mídia mais poderosa para os novos brasileiros. Esse é um dado mundial, e hoje nós temos mais gente jogando *videogame* neste momento do que, há 25 anos, havia gente assistindo TV.

Então, se nós queremos dominar a linguagem – nós, quem? O governo brasileiro, a sociedade como um todo –, se queremos nos comunicar com os novos jovens, nós temos que dominar essa tecnologia. E eu falo tecnologia de linguagem, não falo de *software* ou de fabricação de iPhone; não é nada disso.

Mas como fazemos para colocar lá dentro o que nós precisamos colocar? Especialmente quando nós resgatamos, dentro das políticas públicas, o uso de jogos. E falo isso de maneira muito tranqüila, porque hoje isso pode não estar acontecendo, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que irá acontecer. É impossível que isso não aconteça, dada a movimentação e a força da indústria de jogos na nossa sociedade.

Nós temos que criar mecanismos junto com a indústria, junto com esse poder de sedução todo que vem dessa cadeia produtiva, dessa *expertise* humana, que está chegando e falando para jovens que não querem mais ler o que está sendo oferecido para eles. E eu não estou aqui, em nenhum momento, desconsiderando a literatura. Venho de uma família que ama

a literatura, e eu amo a literatura acima de tudo; ela é possivelmente a mídia de que eu mais gosto. Mas, hoje, eu não tenho como convencer – e digo como professor – um menino que está no primeiro semestre de graduação a ler um livro de 250 páginas. Isso é grave, é o fim do mundo? Não, não acho que seja. É importante que ele faça isso? Sim, é importante. Agora, nós não temos obrigação de buscar outras maneiras para conseguirmos comunicar o que essas 250 páginas comunicam? Sim, nós temos.

Não estou dizendo para queimarmos os livros ou fecharmos as bibliotecas. Estou dizendo que precisamos dominar tecnologias de linguagem, das quais os livros são apenas uma pequena ponta, e nem tão nova assim. Os *games*, gente, não são o futuro; eles são o presente desses meninos. Talvez, para alguns de nós, esse mundo não vai entrar na jogada. É mentira para mim; no meu caso isso não é verdade. Mas, para alguns de nós, isso não é uma realidade – mas isso é só para alguns de nós. Porque, hoje, o mundo dos *games* está muito mais propício, muito mais apto para falar aos jovens do que qualquer coisa na indústria do entretenimento e no sistema de educação que a gente possa imaginar.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Professor Marsal Branco falou da importância dos *games* como instrumento de paz, de solidariedade e, como eu dizia na abertura, de prevenção inclusive, de combate à violência, de amor; enfim, de políticas de respeito e de igualdade.

Passamos, agora, a palavra à Professora Ângela Alano, que é Assessora da Diretoria da Associação dos Lesados Medulares do Rio Grande do Sul – Leme.

A SRª ÂNGELA ALANO – Bem, depois de uma manhã com muito envolvimento e, acima de tudo, com muitos dados, que só vêm fortalecer o que aqui trouxemos – a Universidade Feevale e a Leme –, que é um caminho para se buscar uma solução, na verdade, eu quero falar como cidadã.

Nós temos muita informação. E tivemos, também, a oportunidade de ouvir muitos discursos. Bom, nós temos a grandeza de ter um país como este, de ter uma miscigenação perfeita de nosso povo, mas, acima de tudo, nós temos também que lidar com as dificuldades. E quando temos a oportunidade de vir a esta Casa para tratar mais amiúde uma questão tão importante como esta, a violência, eu só entendo que há uma solução: não é só falar; é arregaçar as mangas e fazer alguma coisa. Porque todos nós temos a capacidade de falar e o conhecimento; se não temos, vamos buscar. Agora, o que nos difere nesse contexto real são exatamente as ações. Numa parceria que firmamos entre ciência e tecnologia, mas, acima de tudo, buscando o respeito humano, sabendo que temos condição, sim, de fazer um trabalho que faça a diferença dentro do coração das pessoas. Porque não conseguimos fazer nada de fora para dentro. Nós temos que entrar no íntimo das pessoas, digamos assim, e, aí, é uma questão de posicionamento, é uma questão absoluta de envolvimento dessas pessoas de comprometimento consigo mesmo, de saber que a sacralidade de sua vida é real e é importante e é o que temos.

Então, nada mais importante do que trabalhar preventivamente. Paliativamente, a União gasta – e aí considero gasto, porque já aconteceu –, e, infelizmente, os gastos são enormes. Mas o que estamos propondo aqui é o investimento numa via que é proativa, que é fazer a prevenção. E trazer junto conosco pessoas que estejam aptas a serem parceiras desse projeto, e fazer um único e grande lema, até dito pelo *game,* que é: "Fale-me e eu esqueço; mostre-me e eu me lembro; envolva-me e eu entendo".

É a única forma. Enquanto nós só ficarmos falando, eu não acredito muito em resultados; eu acredito, sim, quando conseguirmos envolver e trazer as pessoas para junto deste trabalho e, acima de tudo, desta causa que é salvar vidas.

E, mais uma vez, obrigada pela oportunidade. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Professora Ângela Alano. Meus cumprimentos pelo trabalho que faz em defesa e na recuperação, dentro do possível, dos lesados medulares. Mas que está aqui numa política de prevenção, para que isso não aconteça.

Confesso que concordo plenamente com V. Sª, com a visão de todos que falaram aqui nesta Mesa, que a questão vem de dentro. Se não trabalhamos com a alma, com o coração, com a mente, o corpo não age na linha que todos nós gostaríamos. Por isso, meus cumprimentos. Eu sou daqueles que acreditam muito na alma. A alma, para mim, é que conduz os nossos passos, a ação de cada um de nós. E a forma que todos colocaram aqui foi exatamente esta, na defesa da vida.

Para continuar os nossos trabalhos, passo a palavra à psicóloga Sandra Baccara, para fazer suas considerações finais, durante cinco minutos.

A SRª SANDRA BACCARA – Eu só queria, mais uma vez, agradecer e parabenizá-lo, Senador, por esta oportunidade.

Eu estava aqui me lembrando, nessa questão da visibilidade social, de uma fala que eu li numa ocasião, quando eu estudava para o doutorado, de um menino de um movimento de meninos e meninas de rua do Rio Grande do Norte. O livro é escrito por uma cientista

social. Ela relata que eles tinham um pacto de evitar assaltar, e um dia ele chegou e disse para ela: "Olha, nós assaltamos". E ela perguntou: "O que aconteceu?" Ele disse: "Olha, nós estávamos passando na rua e lá tinha uma mulher. Nós não íamos assaltar ela, não. Mas ela olhou para nós com uma cara... O olhar dela para nós... Nós atravessamos a rua e falamos: 'Olha, nós vamos assaltar a senhora porque a senhora olhou para nós desse jeito'".

Esse olhar que nós temos para o outro, que é o olhar do desprezo, o olhar do desrespeito, é o olhar que tem que ser trocado. Se nós olharmos com amor, se nós olharmos com respeito, com dignidade, eu tenho certeza de que essa construção pode acontecer. Eu tenho certeza de que, dessa forma, nós conseguiríamos estar mais próximos das nossas crianças, dos nossos adolescentes, dos nossos adultos, podendo dizer a eles: vale a pena viver. Nós temos essa esperança e vamos manter essa esperança.

Obrigada, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Drª Sandra, gostei muito de ouvir essa sua palavra sobre o olhar. O olhar acaba sendo fundamental para a ação do exemplo que a senhora aqui contou. O olhar respeitoso, o olhar carinhoso, o olhar com amor, o olhar da solidariedade, o olhar da igualdade, o olhar que combate os preconceitos.

Meus cumprimentos, doutora.

Agora, nossa última painelista a fazer sua exposição é a Drª Rosa Maria Gross de Almeida, Coordenadora Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRª ROSA MARIA GROSS DE ALMEIDA – Senhores, em primeiro lugar, gostaria de, mais uma vez, reforçar que a garantia do direito à vida é a mais importante política de direitos humanos.

Mas eu quero finalizar a minha fala num contraponto do que eu comecei hoje pela manhã, Senador. Porque a garantia da vida acontece de uma forma muito bonita, especialmente quando estamos diante de grupos de policiais que estão dispostos a fazer a defesa de defensores de direitos humanos ameaçados. E nós tivemos, na secretaria, há duas semanas, uma formação de 80 policiais da Força Nacional, que foram preparados para isto: proteger defensores de direitos humanos ameaçados. Então, vejam que mudança de paradigma isso representa.

Nós já tínhamos 30 policiais formados com essa finalidade, que já atuam por este Brasil afora e, duas semanas atrás, mais duas turmas, agora, com 80 policiais. Nós ficamos refletindo muito sobre essa mudança de paradigma, ouvindo todos esses relatos aqui, toda essa riqueza apresentada. Fiquei pensando na importância de retomar a partir daquilo que começamos vendo aqui de manhã, com muita indignação. E justamente pelo apreço que temos pelo trabalho da segurança pública é que ficamos tão indignados quando vemos a importância que esses profissionais têm. Vocês se dão conta de que não existe uma sociedade organizada que possa prescindir do poder de polícia? Então, como podemos usar esses profissionais de maneira tão antagônica à sua atuação na sociedade.

Quero dizer a vocês que a Secretaria de Direitos Humanos, ocupando-se com a vida, tem uma necessidade muito grande da parceria com a sociedade civil. Por exemplo, o Ppcaam (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte) é uma política que não quer incidir diretamente com relação ao tema da violência, mas quer fazer a parceria com as escolas, com a própria segurança pública e com a sociedade civil de uma maneira geral, para contribuir nesse processo. Da mesma forma, quando se protegem os defensores de direitos humanos ameaçados, as vítimas e testemunhas ameaçadas, a população LGBT. Ou seja, nós temos uma política que, antes de qualquer coisa, é de articulação, com a sociedade como um todo e com as diversas instituições.

Agora, quero dizer a vocês que foi muito bom ter estado aqui durante toda esta manhã, foi muito bom ver essa ocupação com esses temos, foi muito bom poder pensar junto com esse grupo, que é tão qualificado, esse tema da violência, para que possamos encontrar maneiras que sejam eficazes, sejam efetivas, de proteger a nossa população de maneira geral, mais as crianças e os adolescentes.

Muitas vezes, não temos dado um bom exemplo de adultos adequados às nossas crianças e aos nossos jovens. Fugimos dos nossos incômodos, muitas vezes bebendo, tomando comprimidos calmantes e, com isso, passamos a seguinte mensagem: "Fuja daquilo que o está incomodando". Aí quando o jovem chega à adolescência, com os incômodos normais da idade, quando resolve encontrar os próprios métodos de fugir, nós falamos: "Tem que penalizar". A adolescência é um período difícil, e nós precisamos olhar para os adultos à nossa voltar e dizer: "Bom, isso passa e, numa hora, chegamos a um espaço de maior tranquilidade". Só que, se nós olhamos para os adultos à nossa volta, às vezes, vemos os chamados "adultescentes" e, em outras, vemos adultos que não sabem lidar com essas coisas, que têm uma mentalidade e uma atuação de escapismo diante daquilo que o incomoda, adultos que são violentos, adultos que não resolvem os seus problemas. E nós olhamos e falamos: "Acho que isso

aqui nunca vai passar; então vou ter que encontrar uma forma de lidar com isso agora".

Agradeço-lhe muito, Senador, agradeço muito a cada um e a cada uma. Vocês colocam que, na escola, temos que encontrar alternativas se o nosso jovem não quer saber de ler um livro, que é nossa a obrigação. Nós somos responsáveis, e nós somos responsáveis, nas diferentes áreas, por esses adolescentes, que estão passando por uma fase que é absolutamente natural e esperada na vida.

Muito obrigada, Senador, e muito obrigada a cada um e a cada uma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Rosa Maria Gross de Almeida, Coordenadora Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que fechou, digamos, com muita qualidade a nossa reunião desta manhã.

Não sei se o Senador Ataídes deseja fazer alguma consideração. Se quiser fazer, seria para nós muito prazeroso, como diz meu amigo Olívio Dutra lá no Estado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Não, muito obrigado. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, senhores e senhoras, eu queria só agradecer a todos pela presença. Com certeza quem ganha com uma audiência como esta, que debate a questão da violência no nosso País, soluções e desafios, ganha o Brasil, ganha a Comissão. Aqui foram apontados caminhos. Tudo aqui ficou gravado. Vou remeter uma cópia para todos os Senadores do debate que aqui aconteceu e que a TV Senado passou para o Brasil todo. Acho que todos contribuíram.

Então, não poderia deixar de agradecer a todos. E com certeza, a partir desta audiência pública, nós vamos percorrer outros caminhos para que a violência diminua em nosso País.

Qualquer pesquisa que façamos – lembro-me das campanhas eleitorais em todos os Estados e, também, em âmbito nacional – sempre dará os três pontos primordiais: saúde, violência e educação. Se não me engano, nessa ordem, inclusive: primeiro, a saúde, a maior preocupação do brasileiro; segundo, a violência; e o terceiro, a educação. Entre dez itens, esses três se destacaram sempre. E nós começamos aqui, infelizmente, com o caso do Espírito Santo, da agressão que houve àqueles populares que estavam lutando pelo direito à moradia.

Eu, por uma questão de justiça, vou encerrar, dizendo que, no Rio Grande do Sul, participei de uma atividade semelhante a essa a que assistimos aqui hoje, claro que do lado dos populares, há 25 anos. Repito: nem a metade do que vi aqui hoje eu vi lá naquela época. E o governador do Estado – por uma questão de justiça, estou aqui lembrando, não que ele ou alguém tenha me ligado ou falado –, era o Senador Pedro Simon. Eram seis mil residências, e eu estava liderando um movimento, recém-eleito Deputado Federal, estava no início do meu mandato. Eu fui para lá na noite da ocupação e resolvemos a situação, mas com muito diálogo, com muito entendimento. E não houve nenhum espancamento, não houve cavalaria, não houve cachorro, não houve bomba de gás, não houve helicóptero. Lembro-me de que o prefeito da cidade era o Jacomazzi, prefeito já falecido, que também participou da discussão, da negociação. Lamentamos o que aconteceu. Mas, enfim, o poeta espanhol já disse: "O caminho, nós fazemos caminhando.". E, caminhando, fazemos uma sociedade melhor para todos, com mais saúde, com mais educação e com menos violência. *(Palmas.)*

Está encerrada a presente audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 35 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 25 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e seis minuto do dia vinte e cinco de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias e Ataídes Oliveira**. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA:** Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 65, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/05/11, "para debater a importância da cidadania cigana". Convidados: Deputada Federal Érika Kokay, Idealizadora da Frente Parlamentar Cigana; Deputado Federal Domingos Dutra – PT/MA; Marlete Queiroz, Representante da Associação dos Ciganos Calons; Jonatas Alexandre Lima de Oliveira, Representante da Associação Cigana Etnias Calons/DF – ACEC/DF; e Ernandes Macário, Representante da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial – COPIR. Faz uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, doze horas, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente

ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta é uma audiência pública, nos termos do Requerimento nº 65, de autoria deste Senador e de outros, para debatermos a importância, a vida e a cidadania da comunidade cigana.

Antes mesmo de formatar a nossa mesa, eu queria pedir desculpas aos senhores e às senhoras. Eu exigi que estivessem aqui às 9 horas, quando normalmente abro as audiências públicas, e vocês, religiosamente, estavam aqui no horário, quando a primeira delegação chegou. Porém, eu pedi à nossa convidada - em seguida, vou falar o nome dela – que eu fosse à Comissão de Assuntos Sociais, porque lá tinham diversos projetos de minha autoria que seriam votados. Já aproveitei aquele momento da comissão e falei para o todo o Brasil que eu estava pedindo preferência para dois projetos de minha autoria. Um é sobre os autistas - são pessoas que têm uma deficiência, chamadas autistas -, para que fosse aprovada uma lei que esta comissão aprovou que regulamenta direito dos autistas. E o Plenário daquela comissão entendeu, até numa homenagem a vocês, que deveríamos votar primeiro os meus projetos. Votaram o dos autistas e um outro requerimento de minha autoria. Todos foram aprovados por unanimidade e eu fui liberado para vir aqui e abrir esta reunião, com muito orgulho, para discutir a cidadania cigana. Parabéns a todos vocês. (Palmas.) Aceitem aqui todo o meu carinho.

Já convido para que venha para a mesa a Marlete Queiroz, representante da Associação dos Ciganos Calons, que sempre esteve aqui conosco, trazendo as reivindicações de vocês. (Palmas.) Não é a primeira vez, não é, Marlete? Também convido o Sr. Jonatas Alexandre Lima de Oliveira, representante da Acec/DF. (Palmas.)

Chegou mais alguém dessa relação?

(Interferências fora do microfone.)

A Deputada já chegou, então? Já fica anunciada a Deputada Federal Érika Kokay, que idealizou a Frente Parlamentar Cigana aqui, em Brasília.

Eu sei que, deste tema, vocês entendem, porque ninguém, eu diria, é tão discriminado como vocês – e, aí, desde as mulheres, os índios, os negros. Eu me lembro de que, numa audiência lá no plenário do Senado, V. Exª levantou e disse: -E os ciganos-. A partir daquele momento, nós todos entendemos.

Eu convido - eu já a citei - a Deputada Federal Érika Kokay para vir à mesa. Ela criou a Frente Parlamentar Cigana. (Palmas.)

Deputada, na abertura dos trabalhos – eu sei que vou ter o entendimento de vocês -, eu tenho que, com tristeza, anunciar que, no dia de ontem, pela manhã, no Rio de Janeiro, faleceu o nosso querido Abdias do Nascimento, com 97 anos, um lutador contra todo tipo de preconceitos. Marcou sua vida pelo debate e pela defesa dessas causas. Era um militante histórico do movimento negro. A figura do Abdias é uma referência não só no Brasil, mas também no mundo, pela causa do povo negro.

Estou vendo que têm alguns cartazes bonitos aqui que mostram a luta de todos nós que lutamos contra os preconceitos. Uma salva de palmas a essa iniciativa da comunidade. (Palmas.) Estão ali ciganos, negros, índios, brancos, pobres, mulheres, religiosos, comunidade gay, enfim, todos que são discriminados estão ali, naquele cartaz. Meus cumprimentos. Depois, vou pedir que o seu cartaz seja colocado aqui, na frente da mesa, num lugar em que seja visto por todos e pela própria TV Senado, porque acho que é uma obra que merece

porque acho que é uma obra que merece todo o nosso carinho. Quem olha não diz, mas sabemos o trabalho que deu para você construir esse cartaz. Então, peço que ele seja colocado aqui, na frente.

(Interferências fora do microfone.)

Muito bem. Não, vamos colocar de volta agora. Aqui, pode. Vamos providenciar...

(Interferências fora do microfone.)

Prende aqui, na frente.

(Interferências fora do microfone.)

Pode tirar foto junto aqui, mas não fica na frente dela. Pode até ficar na minha frente, mas na frente dela, não. Fica aí do lado. Isso. Aí, ele pega a mesa e você. Vamos, fotógrafo. Muito bem. Mais que justo hoje fazermos uma homenagem ao Abdias.

Então, se me permitirem, para andarmos com a nossa audiência pública, eu farei aqui, minha querida Deputada Érika Kokay, o mesmo pronunciamento rápido que fiz ontem no plenário do Senado, pela figura do Abdias. O velório está sendo hoje no Rio de Janeiro, na Câmara de Vereadores do Rio. O enterro será na sexta-feira, às 11 horas. Como haverá delegações que vão se deslocar para lá, houve entendimento com os

familiares. Fiz ontem este pronunciamento e faço questão hoje, no Dia da África, de repeti-lo aqui, no plenário.

Senhores e senhoras que estão nesta audiência pública, especialmente a comunidade cigana, infelizmente, com muita tristeza, informamos que faleceu ontem, pela manhã, no Rio de Janeiro, aos 97 anos, uma das maiores referências de toda a nossa gente e do nosso País: o escritor, poeta, artista plástico, diretor teatral, ator, jornalista, político, professor universitário, pesquisador da cultura negra, ativista das lutas contra qualquer forma de racismo, preconceito e discriminação, o ex-Deputado Federal e o ex-Senador Abdias do Nascimento. Eu, como estou no Congresso Nacional há praticamente 26 anos – vou completar, neste ano, 26 -, convivi com Abdias aqui, no Parlamento. Na época, ele era Senador e eu, Deputado. De fato, um ícone das nossas lutas.

Enfim, ele deixa a esposa, Elisa Larkin, filhos e milhares de seguidores pelos quatro cantos do País e do mundo, que reconheciam nele uma referência e o tinham como uma estrela guia de coragem e de dedicação, na luta permanente pelos direitos humanos. Abdias do Nascimento não é um patrimônio só do Brasil, é um patrimônio da humanidade. Faço de suas palavras um pouco das minhas, quando o assunto é igualdade, combate aos preconceitos, justiça. Com certeza, eu poderia dizer, meu querido Abdias, que está lá no alto, que só o debate que você provocou aqui, no Congresso, já é uma vitória para todos nós. Quem sabe esta audiência pública de hoje não seja fruto da luta do Abdias. Você falou um dia muito bem, Marlete – esta frase, eu guardei da Marlete -, da tribuna do Senado: -Senador, a nossa comunidade parece que é invisível. Parece que nós não existimos. E nós estamos aqui e queremos somente o exercício da cidadania-. Palmas para você, Marlete, por essa frase que ficou comigo e vai me acompanhar sempre. (Palmas.)

Meus amigos, concluindo a fala sobre o Abdias, há dois anos, quando Abdias do Nascimento completou 95 anos, nós fizemos uma homenagem a ele no Itamaraty. Foi um evento internacional. Meus amigos que estão no plenário – eu agradeço pelo silêncio que estão mantendo, pois isso é bonito numa homenagem àqueles que lutam pelas causas contra os preconceitos -, na noite que antecedeu aquele dia, eu acabei escrevendo, minha Deputada, um poema para o Abdias. Um dos meus defeitos é o de se meter a escrever poemas. Eu publiquei dois livros de poesia. Enfim, naquele dia, a pedido da militância e de todos que lutam, negros e não negros, brancos, enfim, todas as etnias, eu escrevi o seguinte poema que li ontem no plenário e que leio para vocês aqui. Eu disse – e o Abdias estava lá ...que li ontem no plenário e leio para vocês aqui. E o Abdias estava lá presente, com 95 anos.

Tua vida, Abdias, foi dedicada à essa causa, à nossa causa, à causa da nossa Nação. Abdias, meu velho e querido Abdias, o nosso povo há de contar, em verso e prosa, a tua história, a história de um guerreiro, a história de um lutador. Os poetas, Abdias, vão lembrar de você, falando de paz, rebeldia e, tenho certeza, a emoção será tão forte como é hoje aqui o que sentimos quando ouvimos nós, lá, a batida do tambor. Falarão de um homem negro, de cabelos brancos, de barba prateada, que independentemente do tempo nunca parou, fez da sua guerra a nossa batalha, como ninguém. Nunca tombou. Foi dele e é nossa a bandeira da igualdade, da justiça e da liberdade. Abdias – e eu olhava para ele e dizia -, tu és exemplo para todos nós, tu és um homem que tem a certeza de que viveu à frente do seu tempo. Que as gotas de sofrimento arrancadas de teu corpo se tornem pérolas, luzes, a iluminar a jornada do nosso povo e de toda a nossa gente. Tu nos deixas uma lição de vida. Viverás, Abdias, para sempre junto de nós. A rebeldia de tuas palavras, que somente os guerreiros ousam, estão cravadas na História da humanidade, no coração de nossas almas e nossas mentes. Sei que não estás preocupado, Abdias, em agradar a todos, mas sei que a tua mensagem é: jamais, jamais deixem de lutar e sonhar. Sonhem não aquele sonho bonito que você gostaria que acontecesse como num passe de mágica, mas sim o sonho que, com nossa luta, haveremos de tornar realidade. Esse, sim, será fruto da tua, da nossa vitória.

Esse foi o poema que eu fiz ao grande Abdias, que faleceu nesta terça-feira. Que as ideias de Abdias continuem sempre juntas de nós.

A partir dessa pequena introdução, vamos para nossa audiência pública. Ao longo da audiência, colocarei meu ponto de vista.

Pretendia passar a palavra para a Deputada Federal Erika, mas não sei se a Deputada quer iniciar, ou se iniciamos pela Marlete. Vocês escolhem. Parece-me, minha querida Deputada que idealizou a criação da Frente Parlamentar Cigana, que a Marlete entendeu que você é que deve iniciar. Então, passo a palavra à Deputada Federal Erika Kokay, para iniciar a nossa audiência pública.

A SRª ERIKA KOKAY (PT – DF) – Eu gostaria de desejar um bom dia para cada uma e cada um de vocês, saudar os componentes da Mesa, em particular nosso Senador Paulo Paim, nossa companheira Marlete, que representa aqui a Associação dos Ciganos Calons.

Muito feliz foi o Senador por ter aberto esta audiência pública, fazendo uma homenagem poética, uma

homenagem de coração para coração, coração individual para coração coletivo desta Nação, a Abdias, por toda sua luta em defesa da igualdade racial.

Acho que esta audiência pública é uma forma de mostrarmos que têm pessoas como Abdias que têm um compromisso e o exercício da imortalidade, que vão ficando nos exemplos e nos ensinamentos que deixam e na forma como a gente modifica o olhar que temos para com o outro.

Penso que é muito fácil a solidariedade entre os iguais; o difícil é a solidariedade entre os diferentes. E o ser humano carrega uma diversidade muito grande. A humanidade é diversa, a humanidade que é uma só, e muitas vezes essa obviedade é negada todos os dias. A humanidade é uma só. É composta de várias etnias, de várias formas de ser, de várias formas de amar, de várias cidades, mas ela é uma só. E esse princípio que rege, inclusive, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando diz que todos nascem livres e iguais em direitos. É um princípio que deve construir o olhar de toda a sociedade...

É um princípio que deve construir o olhar de toda a sociedade, o olhar do Estado para o seu próprio povo.

Aqui, nesta cidade, no entorno do Distrito Federal e neste País, existe uma comunidade cigana que carrega, de forma muito bravia, muito profunda e vigorosa, a sua forma de ser, que não abre mão de ser como é, de carregar e manter os seus princípios, de manter o seu olhar para o mundo, mas que não pode continuar invisibilizada, como disse a Marlete. A impressão que se tem é que os ciganos não existem. Não existem para o Estado, não existem para a sociedade. E quando são vistos, são vistos sob o olhar do preconceito, sob o olhar da discriminação.

E como resiste esse povo, como resistem os calons e como criam seus próprios mecanismos de defesa para que possam se defender de todo processo de discriminação que foi construído. Eu lembro muito de Nelson Mandela quando diz que ninguém nasce odiando, se aprende a odiar; ninguém nasce discriminando, se aprende a discriminar. É um aprendizado que se faz para cindir a noção de humanidade, para ferir a cidadania e para subalternizar parte dos seres humanos.

Por isso, digo que esta audiência pública tem um objetivo fundamental. Primeiro, que possamos dar visibilidade a eles. Existem ciganos, existe uma comunidade cigana calon que é mais discriminada do que outras comunidades ciganas. Uma comunidade com a qual tive oportunidade de conviver, de ver a sua forma de estar no mundo, a sua relação, a sua cultura. Encanta-me sob vários aspectos. Um deles é esta preservação cultural. Pensem como a ideologia dominante foi quebrando tantas expressões culturais, como foi aculturando parte do povo deste próprio País, como a capoeira, por exemplo, parte da história brasileira, parte da história de resistente, que foi negada, foi criminalizada, como os terreiros, com os seus tambores, são emudecidos, ou seja, como se buscam quebrar elementos fundamentais da nossa própria cultura e expressões da riqueza do povo brasileiro, com sua diversidade.

Por isso, eu digo que estamos aqui para dar visibilidade à comunidade. Existe uma comunidade de ciganos que têm orgulho de ser ciganos. Orgulho. Carregam o orgulho e a alegria de serem ciganos e querem ser respeitados sem serem aculturados. Querem ser respeitados e detentores de direitos, mas sem terem de abrir mão das suas próprias crenças de sociedade, da sua própria organização social, da sua própria organização comunitária. Querem ter um espaço, porque queremos um país que caiba todo mundo por inteiro e não aos pedaços, aculturado, rompido. Que caiba todo mundo por inteiro.

Tive a oportunidade, Senador Paim, convivendo com essa comunidade de ciganos calon, de ver que grande parte não tinha tido acesso à escola. Parte fundamental não tinha os documentos, ou seja, não tinha tido acesso ao registro civil. Parte não tinha acesso à própria saúde.

Portanto, políticas públicas foram construídas para que definitivamente possamos assegurar os direitos e livrar este País das casas grandes e senzalas que teimam a retornar, mas essas políticas públicas não chegavam a essa comunidade. Por isso a luta particularmente da comunidade que estava instalada no Distrito Federal para que tivesse acesso a um pedaço de terra, a um chão, porque os homens querem continuar tendo suas atividades comerciais e produtivas com um certo caráter nômade, mas querem abrir o outro universo, para que os meninos possam ir à escola, para que não tenhamos mais analfabetos ou pessoas que não têm acesso ao aprendizado da escrita e da leitura dentro daquela comunidade. Portanto, a luta pela terra. Conheço a realidade quando se conseguiu um pedaço de terra, a discriminação que parte da comunidade, que as crianças...

...de terra, a discriminação que parte da comunidade, que as crianças da comunidade escutaram de uma educadora – que esta é a denúncia de uma educadora – que disse que era preciso ter cuidado com os ciganos. E eu digo: é preciso ter cuidado com o preconceito, porque ele dilacera, porque ele implode a noção de nação que nós possamos ter, ele implode o nosso imaginário, ele faz com que a gente não se reconheça como seres humanos, que a gente possa de desumanizar. E é muito grave a desumanização; a

desumanização criou as senzalas neste País; a desumanização criou os fornos crematórios e as câmaras de gás durante a Segunda Guerra Mundial.

Portanto, eu diria: nós temos uma comunidade cigana que foi expulsa pelo preconceito, literalmente, do lugar onde estava, que foi colocada no meio do lixo, sem água, sem condições, absolutamente, mínimas para o exercício da dignidade humana que não pode ser fulanizado, não pode ser pontual, tem que ser exercido pelo conjunto dos seres humanos. E esta comunidade lutou muito para que tivesse aqui um espaço a partir de uma negociação com o Governo Federal, com a gerência de patrimônio da União aqui desta região, ligada à Secretaria de Patrimônio da União, ligada ao Ministério do Planejamento. Conseguiu seu espaço para se reconstruir e quer ter o direito de ter acesso a todas as políticas públicas e quer ter o direito de montar as suas tendas, de se organizar, carregando a sua cultura milenar, carregando a sua forma de encarar o outro, as suas relações comunitárias, mas assegurados todos os direitos que são inerentes à pessoa humana.

Por isso, em função de toda essa discussão, porque muitas vezes nós chegamos à Seppir e ali vemos que são poucas as políticas para a comunidade cigana ou inexistem as políticas para a comunidade cigana.

O Brasil, sem dúvida nenhuma, é indígena; o Brasil, sem dúvida nenhuma, é negro, mas o Brasil também é cigano! (Palmas.) Por isso, não podemos pensar em qualquer política de igualdade racial que não atinja essa comunidade.

Nesse sentido, é que queremos criar a Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos da Comunidade Cigana, aqui no Parlamento. (Palmas.) Para que haja visibilidade do ponto de vista da sua cultura, das suas expressões, do seu artesanato, do seu gosto, porque cultura é como a gente sente o gosto das coisas, é como a gente faz os nossos próprios alimentos, é como a gente se veste, é como a gente se constrói e se torna visível do ponto de vista humano. Nós precisamos ter políticas públicas para a comunidade cigana e precisamos assegurar que a sua cultura possa ser desenvolvida, porque, a partir daí, nós vamos eliminar todo o preconceito que ainda faz com que essa comunidade tenha, inclusive, um dialeto próprio, um dialeto que não é falado e que o conjunto da população brasileira não conhece, um dialeto que é uma forma de preservação.

Vamos romper e dar um salto de qualidade. Em vez de atitudes para preservar a própria cultura e a existência da comunidade, que se fizeram necessárias, vamos fazer e ter políticas e atitudes para que possamos ter igualdade de direitos da visibilidade e reconhecer a comunidade cigana como constituinte de todo o processo de construção ou de toda a cultura e a forma de ser dos brasileiros e das brasileiras.

Parabéns, Senador Paulo Paim, e parabéns a vocês que resistem e têm conquistado a visibilidade necessária para que possamos ter uma realidade diferente para cada um, e cada um de vocês para os nossos filhos, para os nossos netos.

Só encerro, lembrando uma criança de sete anos, da comunidade dos Calons, que ficava e estava vivendo no momento uma profunda felicidade, porque estava tendo acesso à escola, Senador Paim. Dizia-me que, quando, antes de terem acesso...

...Dizia-me que, antes de terem acesso às escolas, a brincadeira favorita era uma escola. Elas construíam uma escola e faziam de conta que estavam em uma escola. Penso: que democracia é esta se parte das nossas crianças têm que fazer de conta que estão numa escola? E o transporte escolar passava por volta de seis e meia; cinco e meia essas crianças estavam prontas para irem à escola, numa profunda alegria por estarem na escola.

E essa criança de sete anos dizia o que queria ler: -Eu quero ler isso, isso, isso...- E tinha um sonho imenso que a escola estava possibilitando que ela tivesse a condição de construir. Foi essa criança e outras mais que foram expulsas porque se sentiram agredidas pela representante da própria direção da escola.

Então, para que essa criança, chamada Esmeralda, possa ter realizado o seu sonho e não tenha que fazer de conta que está numa escola, mas possa adentrar todo o universo de construção humana é que estamos aqui, com este objetivo: para que nunca mais nenhuma criança cigana tenha que fazer de conta que está numa escola; que as escolas sejam a realidade para cada uma, e para cada um dessas pequenas e pequenos ciganos brasileiros.

Um abraço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Deputada Federal Erika Kokay, brilhante como sempre. Permita-me, Deputada, se eu tinha uma frase aqui da nossa querida Marlete da invisibilidade, eu acho que a sua frase hoje marca, de forma muito precisa, o objetivo desta audiência. A sua frase: -Este Brasil é branco; este Brasil é negro; este Brasil é índio, mas este Brasil também é cigano-. Parabéns a V. Exª por essa frase. Vou guardá-la e usá-la com a autorização de V. Exª. E digo mais: o seu encerramento foi tão brilhante quanto toda a exposição quando aqui – claro, todos contivemos a emoção – falou da história dessa menina chamada Esmeralda.

Eu falava aqui com a Marlete que o nosso objetivo desta audiência pública, para que ninguém diga que é só uma audiência pública para ouvir,é para ouvir sim, é

para repercutir sim, é para dar visibilidade sim perante o Brasil, mas é o nosso objetivo que a gente construa junto algum instrumento legal para fortalecer a cidadania cigana e, se este instrumento legal for construído e nós apresentarmos aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ou por obra da própria Deputada, ou, se assim entender, deste Senador, ou da Frente, ou lá na Comissão Legislativa do Senado, eu vou tomar a liberdade de dizer que nós íamos chamar esta lei: Lei Esmeralda. (Palmas.) Por sugestão de V. Exª. Quero dizer que eu apenas estou repetindo o que a Deputada disse. Ela é quem inspira este momento bonito em homenagem a todas as crianças, adultos e idosos ciganos.

Quanto à lei, por sugestão, permita-me que eu diga, Deputada, de V. Exª e deste Senador, que fique registrado nos Anais da Casa, que pelo menos a iniciativa que tomaremos aqui no Senado e constará o seu nome, eu vou me apoderar da sua brilhante oratória feita aqui, dizendo que, por sua sugestão e deste humilde Senador, a lei será chamada Lei Esmeralda. Ok, Deputada?

Então, passamos, de imediato, a palavra à representante da Associação dos Calons, a nossa querida Marlete Queiroz, que é uma militante, assídua e permanente, no País e aqui dentro do Congresso. (Palmas.)

Está com a palavra.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Bom dia a todos, bom dia a todas, Senador Paulo Paim, Deputada Erika Kokay, não posso iniciar sem agradecer a vocês dois.

O Senador Paulo Paim, um homem negro que está há 26 anos no Senado, não esquece que é negro, porque muitos, Senador, quando exercem cargos, sejam quais forem, ou sobem de vida, ou de condição...

...exercem cargos, sejam quais forem, ou sobem de vida ou de condição social, esquecem, muitas vezes, de onde vieram e quem são.

Então, o senhor é um grande exemplo. E tem uma outra coisa que eu acho muito interessante: o seu amor pelo Rio Grande do Sul, porque quando pensamos no Rio Grande do Sul, imaginamos os gaúchos de olhos claros, bem branquinhos, e o senhor é negro e gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E eleito por eles.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Não é maravilhoso? Porque para o Rio Grande do Sul, normalmente, imaginamos isso. Então, é um negro gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os negros são 12% lá.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Não é maravilhoso? Então, isso quer dizer: a força desse homem, que tem de ser um exemplo, e muitas vezes.

É uma luta difícil essa dos ciganos, porque carregar o estigma de ladrão é muito difícil. Então, entrar e, às vezes, sair dos lugares sendo olhado com desconfiança... Mas quando vemos pessoas como o Senador Paulo Paim – porque ele é negro, e um negro eleito no Rio Grande do Sul, essa é a grande diferença -, então, tem de ser uma inspiração; então, tem de me dar força, e nos dar força para continuarmos essa luta.

Erika Kokay é uma pessoa maravilhosa, com quem nós tivemos oportunidade de conviver bastante, no ano passado. Realmente, o seu mandato é sem paredes. Ela vai, ela está presente, ela acompanha. Todas as dificuldades por que passamos no ano passado, quando essas crianças tiveram de sair da escola, tenho certeza de que isso só aconteceu porque, infelizmente, ela teve um infarto, estava se recuperando e nós não quisemos levar esse problema a ela. Ela estava muito envolvida e nós achamos por bem que ela se recuperasse, mas essa característica, essa luta, essa força dessa mulher também nos inspira, e ela está presente.

Espero sempre, Deputada, querida Erika, que você continue trabalhando assim, que não tenha paredes, que você não tenha limite para exercer aquilo para o que você foi eleita.

Foi com muito orgulho que nós, ciganos Calons, votamos na Deputada Erika Kokay.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Senti firmeza! (Palmas.)

A SRª MARLETE QUEIROZ – No ano passado,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, já que falou na Deputada de novo e você vai iniciar, essa questão da escola, que ela contou aqui, mexeu, eu digo, até com a nossa honra, com os nosso brios, e isso está resolvido. Está resolvido, porque, senão, nós vamos, com certeza, para cima dessa tal escola. Se não quiserem dizer, não digam, mas se está resolvido e eu já fico menos bravo, eu diria, menos bravo.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Não, Senador. Veja bem, não está resolvido. Nós fomos à delegacia onde nós prestamos uma queixa, uma ocorrência. Eu, inclusive, assinei pela mãe, por ela ser analfabeta, e completou um ano essa denúncia. Somente nesta semana foi investigado.

A SRª ERIKA KOKAY – As crianças, hoje, e essa questão da terra e tal, isso foi resolvido. Agora, o que me chama a atenção é que houve a denúncia, que foi para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, foi encaminhada. A denúncia dizia que a diretora da escola tinha dito que as crianças tinham de tomar muito cuidado com a matriarca da comunidade cigana, porque os ciganos tinham o hábito de cozinhar as crianças, colocar as crianças para servir de alimento.

Isso provocou essa denúncia que existe. A direção da escola nega, mas o que me chama a atenção é que não houve nenhum tipo de procedimento.

As instituições do Estado que deveriam apurar... Porque têm de apurar, a denúncia é de uma gravidade imensa, teria de ter sido feita uma apuração.

Para a diretora, que se diz inocente, uma apuração até ajudaria nisso, também, mas não houve nenhum tipo de apuração. Se é que houve um mal-entendido, que não foi bem isso que ela quis dizer, ou coisa que o valha, uma apuração poderia esclarecer, mas não houve nada.

Mais uma vez, os ciganos foram invisibilizados. Fizeram uma denúncia e não houve qualquer tipo de procedimento.

Agora, em função, inclusive, desta audiência pública, desta visibilidade, começou a caminhar. Tem uma semana, por volta de uma semana...

...visibilidade, começou a caminhar. Tem uma semana, por volta de uma semana, que começou a caminhar, já com o anúncio dessa audiência pública, do Dia do Cigano, mas passou um ano absolutamente inexistente a denúncia. Um ano sem nenhum tipo de providência. Essa denúncia foi encaminhada para a Secretaria de Educação, para Direitos Humanos da OAB e para vários outros, para a polícia, enfim. Agora, começou a andar na polícia, não foi?

A SRª MARLETE QUEIROZ – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Nós vamos acompanhar, aqui pela Comissão de Direitos Humanos, o passo a passo desse desdobramento, porque é inadmissível que uma denúncia dessa gravidade passe invisível, como aqui foi dito, não é? Despercebida.

Contem conosco. A Comissão de Direitos Humanos do Senado vai acompanhar, passo a passo, os encaminhamentos, para que fatos como esse não se repitam em parte nenhuma do Brasil, contra ninguém, contra nenhuma criança, contra nenhuma criança.

Meus cumprimentos pela denúncia, minha querida Deputada, e a você, Marlete, por ter trazido, de novo, o tema ao debate. Continue, por favor.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Enfim, Senador, essa visibilidade e esse descaso têm de acabar.

Acho muito importante que o Governo nos apoie, Deputada e Senador, para termos um núcleo de estudos ciganos, porque dos ciganos não existe nada escrito. O que é estudado nas academias, os ensaios, tudo que foi publicado, normalmente, fala sobre o grupo Rom, e cria-se uma ideia totalmente errada de homogeneidade entre esses grupos. Então, os Calons e os Sintis são totalmente ignorados.

Quando se cria essa ideia de homogeneidade e os Rons aparecem na mídia, aparecem na Internet, por haver a diferença de elementos culturais, inclusive a língua, os próprios Calons não são considerados ciganos autênticos. Então, não sendo considerados ciganos autênticos, são tratados pelas autoridades, pela sociedade como, simplesmente, ladrões, malfeitores.

É preciso que, antes de tudo, haja um estudo, um núcleo de estudos ciganos, para que a gente possa demarcar. Vai ser um marcador de águas, Senador, esse núcleo de estudos ciganos.

Os ciganos Rons, pelos poucos estudos que existem dos ciganos, são os mais estudados, mas existem outros grupos: os Sintis e os Calons.

Então, entre os Calons e os Sintis, existem costumes e tradições diferentes das dos Rons. Por não serem divulgados, por não serem estudados, os próprios Calons não são considerados ciganos autênticos e são tratados como ladrões e marginais pela sociedade, pelo Governo.

É preciso que haja um núcleo de estudos ciganos, que haja um incentivo do Governo para que se conheça essa história, Deputada, para que fique clara essa diferença, porque não existe cigano autêntico ou menos autêntico, não existem reis e rainhas ciganos.

Na própria Seppir... Trago esta cartilha que foi lançada com o apoio da Seppir. Nessa própria cartilha, Senador, dá-se a entender que só existem os Rons, que só existe uma língua, a dos Rons. Fala-se em tribunal cigano, fala-se somente, somente é divulgada a cultura Rom.

Essa cartilha era para ser distribuída nos acampamentos e, depois, criou-se esse DVD. O senhor sabe por quê? Porque a cartilha não serviu para os acampamentos, porque os ciganos são analfabetos, os Calons. Então, não serviu.

Temos, aqui: Povo cigano, o direito em suas mãos. Então, esse direito já foi negado, porque só se falou de um grupo. Os Calons, que sempre ... Por que as associações ciganas Calons? Porque são os que, realmente, necessitam de políticas públicas.

Essa diferença, essa falta de interesse pelo próprio estudo dos Calons faz com que se crie a ideia de que todos os ciganos... Eu digo ao senhor que, por onde ando, a ideia é a seguinte: a maioria dos ciganos mora em mansões. Aquela novela da Glória Perez -ajudou muito- a divulgar de maneira errada, porque foi somente um grupo.

Então, a maioria dos ciganos...

a divulgar de maneira errada, porque foi somente um grupo. A maioria dos ciganos mora em mansões e têm umas barracas lindas atrás das mansões e viajam pela liberdade, porque querem viajar. Isto está longe

da nossa realidade, está longe da realidade do nosso País. E os ciganos Calons, muitos deles, 90% da comunidade, são analfabetos. Hoje, muitos ciganos Calons não têm certidão de nascimento. Os cartórios dizem que é falta de interesse. Mas o senhor não pode imaginar a dificuldade que é registrar uma criança, porque os cartórios se recusam, muitas vezes não têm endereços, então, se recusam a registrar; e acusam os próprios ciganos de não fazerem isso, de não ter necessidade, como se os ciganos não fossem seres humanos, como se entre os Calons não tivessem pais e mães de famílias que quisessem o melhor para os seus filhos. Então, o descaso é muito grande. Essa falta de conhecimento, essa falta de estudo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é em todo o Brasil?

A SRª MARLETE QUEIROZ – Em todo o Brasil. Essa falta de estudo, essa falta de conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou assustado. É por isso que eu estou perguntando. Eu estou assustado, sinceramente.

A SRª MARLETE QUEIROZ – ...traz sérias conseqüências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parece que não é verdade. Mas eu sei que é verdade, porque senão você não estaria dando esse depoimento, via TV Senado, que todo o Brasil vai assistir.

A SRª MARLETE QUEIROZ – E junto com os próprios ciganos Calons que podem confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se negam registrar as crianças ciganas?!

A SRª MARLETE QUEIROZ – Olha Senador, aqui em Brasília mesmo, na época em que conseguimos essa primeira concessão precária de uso, fomos à Caesb para colocar água, com o CNPJ da Associação Cigana, e nós foi dito: -Nós não colocamos água pra cigano não-. E, depois que foi feito o orçamento,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não coloca água, não coloca luz, não coloca nada!

A SRª MARLETE QUEIROZ – Nada. Nem água nem luz.

Aí, quando foi feito o orçamento para colocar naquele lugar, algo que custaria R$70,000 ou R$80,00, eles fizeram o orçamento para a gente de R$6 mil.

O SR. FERNANDO – (Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARLETE QUEIROZ – Não viabilizaram. Seis mil reais foram cobrados por que eram ciganos.

Então, se nós estávamos pedindo um lugar para ficar, como pagaria? E por que não ser cobrada a mesma taxa que se cobra para as outras pessoas?

O SR. FERNANDO – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode falar aí. Aperte o botão aí.

O SR. FERNANDO – Então, eu acho que já é uma iniciativa, e a prova disso é que já tem o preconceito contra nós, porque eles acham que nós não precisamos da água, que não somos gente! Nós somos desconhecidos pela própria população.

Então, aí Senador, como já estou fazendo uso da palavra, eu queria deixar bem claro para V. Exª, que eu sei que as leis nascem no Congresso Nacional, que o senhor está presente, assim como a Deputada Érika que está lá ajudando, formando essas leis, a gente precisava muito de ter uma lei escrita, que nos proteja.

O caso dessa garotinha, que foi excluída lá pelo colégio e por essa diretora, se nós tivéssemos uma lei já aprovada em mão, ela teria conhecimento dessa lei e ela não agira dessa maneira, porque ela tinha o conhecimento da lei. Ela podia reconhecer que, se ela fizesse aquilo, ela seria punida. Mas, como não existe essa lei para nós, então, muitas pessoas querem passar por cima: -Ah, cigano não é nada. Não tem nada a favor deles, então a gente faz o que a gente quer-. Não é só essa diretora. As próprias autoridades do interior onde a gente convive, agem dessa maneira também conosco.

Então, quero aproveitar esse espaço e deixar bem claro para V. Exª que, se fosse possível, e tivéssemos a oportunidade de termos uma lei escrita no órgãos públicos – nos fóruns, nas promotorias, nas delegacias regionais, no Congresso Nacional -, uma lei que nos protegesse e também os nossos direitos, eu acho que nós íamos sofrer menos preconceitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu acho que essa audiência pública, me permita – como é o seu nome?

O SR FERNANDO – Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta audiência pública pode fazer esses encaminhamentos.

O SR. FERNANDO – Então,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que a gente construa uma minuta – a minuta é o primeiro passo -, mas nós só a apresentaremos – eu acho que pode ser via frente parlamentar, não é Deputado -, depois de uma outra audiência pública em que vocês disseram: -Não, é exatamente isso que nós queremos ou não queremos. Vamos mudar isso aqui ou isso ali.-

Continue com a sua fala, Marlete.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Pois é, Senador, continuando.

Essa falta de conhecimento gera graves conseqüências, porque, ao se homogeneizar, e deixar uma comunidade, como os Rom, que realmente não necessitam dessa política pública (...)

políticas públicas serem conhecidas e os Calons ficarem à margem da sociedade.

Um exemplo, Senador: vejo que o Brasil vem caminhando na contra mão.

Na 3ª Conferência Mundial de Durban, em 2001, a preocupação da Conferência foi atender aos grupos étnicos raciais discriminados, sem enfatizar nenhum deles. Então, fazendo-nos compreender que todos e todas que sofrem preconceito, exclusão social deveriam ser tratados e protegidos igualmente.

As propostas emendadas no texto final de Durban inserem todos os grupos historicamente discriminados.

E os ciganos, no art. 68 desse documento, são apontados como um dos grupos que mais sofreram e sofrem discriminação, perseguição e exclusão.

Mas, em 2008, Senador, Deputada, foi realizada a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos no Brasil, que coincidiu com os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E, no texto-base desta Conferência, em nenhum momento sequer foi mencionada a palavra -cigano-.

Então, acredito que é grave a maneira que o nosso País está caminhando.

O Cepir foi criado em 2003 com o objetivo de promover a igualdade racial e, Senador, é claro, voltado principalmente para os negros. E nós não temos, nós ficamos na perspectiva que se criem políticas públicas. Eu afirmo, Deputada Érika, que não existe nenhuma política pública voltada para a comunidade cigana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Marlete, até porque sou o autor do Estatuto da Igualdade Racial, que hoje é lei em todo o País; também está tramitando aqui o Estatuto dos Povos Indígenas; está tramitando, já o aprovamos no Senado, por exemplo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência; como já aprovamos, e foi também de nossa autoria, o Estatuto do Idoso; como já existe o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado pelas duas Casas, comissão da qual participei – lembro-me de que, à época, a Deputada Neta Rita foi a grande mentora, pelo menos dirigiu o debate aqui no Congresso juntamente com outras -, eu estou quase chegando à conclusão, não quero me antecipar, já que houve estatutos específicos para esse ou aquele setor, e cito o fato dos negros, ali foi dito: -Por que não bota aí dentro os índios?- Lembro que o argumento, na época foi o seguinte: -Não, o estatuto dos povos indígenas está circulando-.

Agora, mediante esta audiência e às nossas conversas, por que não foi colocado então, os ciganos? Porque podemos muito bem trabalhar e discutir para aprovar uma lei chamada -O Estatuto do Povo Cigano-, que é exatamente a legislação. (Palmas.)

A SRª MARLETE QUEIROZ – Era essa exatamente a minha proposta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou esperando o documento.

A SRª MARLETE QUEIROZ – É exatamente essa a minha proposta.

Com esse estatuto, nós necessitamos ser reconhecidos oficialmente pelo Governo como minoria étnica, porque nem assim somos reconhecidos.

Então, precisamos, como minoria, ser tratados de maneira igualitária.

Hoje, parabenizo os ciganos Calons que estão aqui, porque, Senador, eu tentei muito o contato como a Seppir e com o Copir, no Distrito Federal, e não consegui ser atendida, para que articulássemos alguma forma de termos ônibus, de ter transporte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ajudar no debate, quero dizer que a Deputada pode entrar, viu Deputada? Aqui estamos em casa. Depois, vamos passar a palavra para ele, principalmente a mesa, e nós já abrimos uma exceção, mas a gente abre uma exceção também para o plenário. Só para informar que está aqui presente, pelo menos chegou à mesa, Ernandez Macário, que é representante do Copir. Se V. Sª quiser, eu o pediria para participar da mesa.

O SR. ERNANDEZ MACÁRIO – (intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK. Então, aproveitamos que ele está aqui, e você pode fazer a devida...

A SRª MARLETE QUEIROZ – Então, Senador, tentei, tentei, foram marcadas diversas reuniões, porque eu disse ao Copir e à Seppir que dia 24 é o dia do cigano. Então(...)

é o Dia do Cigano, o dia 24. Então, eu queria viabilizar alguma coisa, um transporte, qualquer coisa, porque muitos ciganos gostariam de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Seppir também não a recebeu?

A SRª MARLETE QUEIROZ – Não. Nós levamos a Seppir ao acampamento cigano...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos fazer um pedido aqui desta audiência pública. Eu sei que a Seppir também está assistindo a esta audiência pública. Eu vou fazer um pedido por telefone para que a Seppir receba vocês no dia de hoje. Posso fazer o pedido?

A SRª MARLETE QUEIROZ – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então vamos fazer um pedido à Seppir. (Palmas.)

Faça uma ligação para a Seppir, para que receba uma delegação da comunidade cigana.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Eu tinha até certeza, Senador, desta ausência dos outros convidados. Então, a própria Copir. O encontro que tentei foi para que viabilizássemos alguma coisa no Dia do Cigano. Já passou. Foi dia 24.

O SR. ERNANDES MACÁRIO – A Seppir, foram eles que nos pediram que aguardássemos. No dia 24 não comemoramos nada no acampamento, porque estávamos aguardando-os. Eles falaram que iriam fazer uma caminhada ou carreata aqui na Esplanada. Nós passamos em branco, sem fazer nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós vamos fazer o pedido. Eu sei que a Deputada vai concordar que eu faça o pedido em meu nome, no dela e em nome da Frente.

Está com a palavra a Deputada, para contribuir com o debate.

A SRª ÉRIKA KOKAY – A primeira coisa que eu penso é que há uma dificuldade de dar visibilidade, inclusive pelo caráter nômade dos ciganos. Os ciganos estão aqui em um canto, depois estão em outro local.

Agora, há também uma lógica atual dos ciganos que é de se fixar. Ainda que continue o caráter nômade da atividade econômica dos homens, mas que haja uma fixação em função da escola particularmente. Porque endereço é cidadania. Quando você não tem endereço, não tem como ter acesso às políticas públicas em geral e nem mesmo como ser colocado enquanto pessoa. Então, uma das coisas que deveriam acontecer seria o Censo do cigano. O Estado deveria saber onde estão os nossos ciganos. Aqui em Brasília nós temos ciganos. Nós temos um contingente imenso de ciganos também no entorno do Distrito Federal, que ficam no caráter nômade. Esse caráter nômade é imposto pela ausência de uma política real e inclusive de uma visibilidade.

Eu me lembro, Senador Paim, do nosso líder da comunidade Calon que estava no Distrito Federal, o Elias, que, em determinada ocasião, disse: -Sabe por que nossos meninos casam muito cedo?- Os meninos e as meninas se casam com 13, 14 anos. Ele dizia, Senador: -Sabe por que se casam tão cedo, com 13, 14 anos? Porque é preciso dar responsabilidade a eles. Como eles não têm acesso à escola, como não têm acesso ao trabalho, é preciso que eles tenham um nível de responsabilidade que nós achamos que o casamento dá.-

Então, veja como essa questão da invisibilidade e da ausência de políticas públicas é estruturante, porque a partir dela criam-se outras condições. Não têm acesso à escola, não têm acesso à saúde, porque não se tem o local onde se possa preservar a cultura, a dança, o artesanato, e que possa ser também geração de renda. É preciso que tenhamos políticas públicas – isso diz respeito ao Executivo – e que tenhamos um arcabouço legal que assegure os direitos da comunidade cigana. Inclusive há necessidade de que haja... Quantos ciganos há no Brasil, com exatidão, é muito difícil de perceber. Como eles não têm o espaço da própria terra para se fixar, têm o caráter nômade, de migração.

Nós temos ciganos, dizia-me a Marlete, ali muito perto, em Arinos, que são tropeiros ainda. É como se tivéssemos pessoas vivendo ainda no século passado ou no século XIX. O século XXI e todo o nível de evolução da universalização

século XXI e todo o nível de evolução da universalização das políticas e, ao mesmo tempo, da tecnologia, do acesso à escola, tudo isso não chegou para grande parte da comunidade cigana. Então, eu diria que precisávamos ter um Censo, quem somos e onde estamos, os ciganos, para a partir daí criarmos políticas públicas nesse sentido. É importante que a Seppir se envolva, bem como a Copir, aqui no Distrito Federal e também nos outros locais, os órgãos dos locais, estaduais, e ao mesmo tempo tenha um arcabouço legal para impedir essa discriminação.

Não pode ter isso, porque os ciganos são encarados como um ataque ou uma agressão à sociedade, e eles se recolhem. Ao se recolherem, com o dialeto próprio, enfim, sendo expulsos de um lugar, indo para outro, indo para outro, indo para outro, vai-se aprofundando a exclusão. Ou seja, porque você sofre a discriminação você aprofunda o nível de exclusão. Enfim, foi construída uma cultura, que precisa ser desconstruída, e já foi pior, eu diria, de que os ciganos levam crianças ou roubam objetos ou coisa que o valha. Eu lembro mais uma vez o Elias, que disse o seguinte: -Deputada, veja quantos meninos há aqui no nosso espaço, na nossa comunidade. Quantos meninos! Veja se nós vamos atrás de meninos dos outros.- E tem uma coisa muito perceptiva que é um respeito muito grande pelos idosos e um respeito muito grande pelas crianças. As crianças são muito cuidadas dentro da comunidade. É a minha percepção. E os idosos também são muito respeitados, são cuidados, são valorizados nessa comunidade, o que é absolutamente louvável. E o conjunto da população deveria aprender com os ciganos. (Palmas.)

A SRª MARLETE QUEIROZ – Deputada, eu quero ir um pouquinho além. A senhora disse que os ciganos nômades são discriminados, mas eu vou um pouquinho além. Existem comunidades, como a de Formosa – está aqui a Elsa, que é a presidente da associação -, que lá moram há mais de 30 anos. Ela não consegue trabalho em Formosa porque é cigana, e estão assentados há mais de 30 anos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARLETE QUEIROZ – Exatamente. Então, vai além do nomadismo. Vai além disso.

Eu ouvi várias vezes em que estive na Seppir: -Olha, minha filha- – eu ouvi desta maneira – -Você tem que mudar o seu discurso, porque esse discurso de os ciganos serem coitadinhos ninguém vai ouvir.- Então, nós nunca fomos coitadinhos.

A partir disso aí, Senador, no ano passado, existia a Associação Cigana das Etnias Calons do Distrito Federal. O meu trabalho é somente este, junto com os ciganos. Eu tenho ido às comunidades, porque muitos têm o anseio de montar uma associação e não sabem como. Então, o meu trabalho tem sido este: estatuto, montar essa associação e deixar com CNPJ e fazer esse trabalho de articulação, seja nos Municípios, seja aqui em Brasília. Com isso, já estão em andamento e algumas já estão prontas. Há três associações em Brasília, uma em Mambaí, uma em Posse, uma em Formosa, Paracatu, Luziânia, Arinos, Riachinho e Bonfinópolis. Eu estou nomeando porque participei pessoalmente da formação de todas essas. E nós estamos fazendo um Censo cigano por nossa conta, por acharmos que alguma coisa tem que começar e realmente não ficarem esses órgãos governamentais achando que queremos ser os coitados. Então os próprios ciganos estão se levantando. A todas essas comunidades eu já fui pessoalmente. Estamos fazendo esse trabalho. Arinos tem em torno de...

Nós não terminamos o Censo, porque o senhor há de convir que fazer isso por nossa conta... E muitos ciganos não puderam estar aqui porque não têm dinheiro. A dificuldade, a pobreza é muito grande. Se nós tivéssemos conseguido ônibus, eu garanto ao senhor que o plenário do Senado estaria cheio. Eu quero agradecer a esses que estiveram aqui e parabenizá-los, porque temos que estar presentes.

Eu sempre falo nas comunidades: Chega de medo! Chega de nos esconder! Nós temos que aparecer e reivindicar nossos direitos. Nós ajudamos a construir este País. Ou as pessoas imaginam que os ciganos viviam só roubando? As tropas, ciganos em Luziânia que estão...

...vivam só roubando. As tropas, ciganos de Luziânia que estão há mais de 55 anos aqui em Brasília, que têm histórias para contar, Senador, que trouxeram tropas para construir Brasília. Não existiam charretes. Brasília foi construída muito com tropas a cavalo. Esses ciganos vendiam essas tropas e trabalhavam aqui em Brasília. E hoje estão em Luziânia, em condições subumanas. Idosos, em condição de existência subumana, sem nenhum amparo e sendo totalmente discriminados. Moram lá, fixados, há mais de trinta anos, e estão em Brasília há mais de 55 anos.

Então, essa causa, essa discriminação, vai além, Deputada, de serem apenas nômades. O nome -cigano-, e principalmente -Calon-, já quer dizer: ladrão e vagabundo. E isso tem que mudar neste País.

Muito obrigada, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de passar a palavra ao nosso próximo convidado, Jonatas Alexandre Lima de Oliveira, representante da Acec, gostaria de registrar a presença conosco, além da Deputada Federal Érika Kokay, já esteve aqui o Senador Wellington Dias, o Senador Ataídes Oliveira e, agora, o Deputado Domingos Dutra, que está conosco aqui e é um lutador também pelas causas populares. (Palmas.)

É uma alegria recebê-lo aqui, Deputado, por sua história, sua vida. Eu posso dizer que lembro com alegria do tempo em que fui Deputado, ao lado de V. Exª. Sempre na mesma trincheira, defendendo as mesmas causas, o mesmo ponto de vista. V. Exª é também, com certeza absoluta – fiz aqui na abertura uma homenagem ao Abdias, que está sendo velado no Rio de Janeiro -, um guerreiro, um lutador contra todo tipo de preconceito. Por isso, nossos aplausos ao senhor e a todos aqueles, homens e mulheres (Palmas.), que dão a sua vida no combate aos preconceitos e na busca de uma vida melhor para todos.

Então, neste momento...

A SRª ÉRIKA KOKAY (PT – DF) – Senador, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

A SRª ÉRIKA KOKAY (PT – DF) – Antes, porém, eu gostaria apenas de dizer que estou sendo chamada na Comissão de que faço parte para discutir um projeto. Gostaria de pedir ao Senador permissão para que à Mesa pudesse estar o vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, nosso companheiro, guerreiro, Domingos Dutra, aqui representando também a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Então, eu sugeriria que pudesse ser substituída à Mesa pelo Domingos Dutra, e estou de acordo com a elaboração de um arcabouço legal e dos contatos que porventura venhamos desenvolver

com a Seppir para que tenhamos políticas públicas para ciganos.

E viva a comunidade cigana, já que ontem foi o Dia do Cigano. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputada. Eu já convido para a Mesa o nosso querido Deputado Dutra.

Jonatas, com a palavra.

O SR. JONATAS ALEXANDRE LIMA DE OLIVEIRA – Antes de mais nada, gostaria de agradecer ao Exmº Senador, à comunidade cigana e às pessoas que não são ciganas. Esta Mesa está, há alguns minutos, falando sobre a questão de educação e de habitação. Eu gostaria de trazer para vocês alguns dados – acredito que fixa mais na cabeça das pessoas quando apresentamos números para elas – e falar um pouco sobre a questão do imaginário cigano. O cigano vive nesse patamar de invisibilidade e cigano está associado também à questão... Às imagens mentais, às imagens verbais e visuais que são implantadas na sociedade e que são passadas de pai para filho. E isso é fato. Vocês podem comprovar. Dentro da sociedade, vocês podem perguntar quantas pessoas já escutaram seus avós falando: -Ah, cigano rouba, cigano mata, cigano come criança-. Então,...

...-Ah, cigano rouba, cigano mata, cigano come criança-. Então, eu acredito que seja uma mudança mais interna. Temos que trabalhar a questão social do cigano e temos que trabalhar também a questão interna e da população.

Vou passar para vocês alguns slides mostrando algumas imagens e alguns dados.

Vamos lá.

Esta aqui foi uma imagem retirada do Governo de Pernambuco. Achei bem interessante pelo seguinte: existem crianças dormindo. E esta imagem da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em que consta, no art. 22, que toda pessoa tem o direito de ser protegida pela sociedade em todos os seus direitos econômicos, sociais e culturais.

Basta jogar uma bandeira em cima deles? Basta cobrir? É só isso? Resume-se a isso? Então, é só isso? Onde está a dignidade das pessoas? Eu acho que foi esquecida, não é?

Aqui, estão marcados os locais, dentro do Distrito Federal e em Goiás, onde estão os acampamentos: Formosa, Águas Lindas e Luziânia, e entre Sobradinho e Planaltina.

Vou passar e falar um pouco de cada um deles.

No Distrito Federal. Acampamentos no Distrito Federal, pelos dados recolhidos em um censo praticado por pessoas que estudam, que gostam e que vivem essa causa. Não obtivemos ajuda de parte nenhuma do governo. É interessante colocar que esses dados foram recolhidos por pessoas da comunidade e por pessoas da própria Acec/DF, por mim e por estudantes da Faculdade Upis também. Existem 127 ciganos, segundo dados recolhidos, sendo que 39% são mulheres e 61% homens. A faixa etária do acampamento cigano Calon, por incrível que pareça, a maior porcentagem está entre 21 a 30 anos. De 11 a 20 anos existem onze pessoas; de 21 a 30 anos, 41 pessoas; de 31 a 40 anos, 24 pessoas; de 41 a 50 anos, dez pessoas; de 51 a 60 anos, 16 pessoas; superiores a 60 anos, 14 pessoas; e, sem dados, nove. É engraçado que nove pessoas ainda continuam sem dados.

Taxa de escolaridade do grupo, que é a parte que eu mais gosto, porque demonstra com números qual é a realidade atual desse grupo cigano existente dentro do Distrito Federal. Sr. Senador, 98 pessoas, de 127, são analfabetas. Então, eu acredito que assim fixa um pouquinho mais onde a Seppir, onde qualquer órgão, qualquer representação tem em mente que – gente! – a causa é um pouquinho mais funda. E não é só blá blá blá, não é só fala, não é só um discurso demagógico.

Ocupação exercida pelo grupo. De 127, 49 são autônomos, 70 não se declaram tendo profissão, quatro são estudantes, dois são do lar e dois são autônomos. É interessante também citar que na escola rural que fica a um quilômetro desse acampamento existem dez crianças que estão estudando. Dez crianças, sendo que 98 são analfabetos, eu acredito que precisamos mudar um pouquinho isso.

Sr. Senador, esse é o banheiro do acampamento. Esse é o banheiro do acampamento. O local onde eles tomam banho. Aqui é o banheiro, na parte de dentro...

Aqui é o banheiro pela parte de dentro. Esse é o sanitário deles.

Esse é onde eles lavam roupas. As panelas. E essas as vistas das barracas deles, das casas deles. Por dentro... E, para quem nunca conheceu uma tenda cigana, barraca cigana, está aí. Essas são algumas pessoas dentro desse acampamento, que se encontram presentes aqui.

Aqui vamos falar sobre Formosa, onde foram recolhidas, dentro de um único grupo – existem três grupos dentro de Formosa, porém recolhidos dados de apenas um grupo, 19 pessoas, das quais 13 são mulheres e seis são homens.

Está dividido razoavelmente bem, porém não existem, pelos dados recolhidos, pessoas de 51 a 60 anos.

A taxa escolar desse grupo já é um pouco diferente do acampamento citado no Distrito Federal, no qual uma pessoa se declara analfabeta, sete pessoas se declaram com educação infantil e fundamental e onze pessoas se declaram com ensino médio.

Deixamos claro que educação infantil e fundamental talvez a pessoa tenha estudado anos atrás e muitas vezes ela sabe ler muito pouco, escrever muito pouco e as contas matemáticas praticamente são deixadas de lado.

Esse é o acampamento de Formosa, no qual eles residem há trinta anos. Perdão. Desculpe. De Luziânia, acampamento de Luziânia.

Vinte e cinco indivíduos, 12 mulheres e 13 homens. População sem dado. Tendo em vista que isso seja um ponto até positivo, não existem pessoas sem dados coletados dentro desse grupo. Esses dados estarão disponíveis para quem quiser.

Taxa de escolaridade: de 25 pessoas, 15 são analfabetas; nove com educação infantil e fundamental, e um com ensino médio. É engraçado que nenhum cigano concluiu, desse grupo, que eu tenha consciência, nenhum cigano concluiu o seu 2º Grau, nenhum cigano se encontra em uma universidade, ou faculdade, ou cursos técnicos.

Brasilinha: 34 indivíduos, 19 homens e 15 mulheres. Não há dados de pessoas com idade superior a 60 anos, conforme a coleta de dados. Dez pessoas têm de zero a dez anos; e dez pessoas têm de onze a 20 anos. Então, a maior população nesse grupo é de jovens, que necessita de escola, que necessita de instrução, que necessita de fato de uma educação, no mínimo, adequada. Taxa de escolaridade: ensino médio: dois; analfabetos: 16; educação infantil e fundamental: 16. Há a percepção de que existe uma taxa muito elevada de pessoas analfabetas e com uma educação infantil e fundamental.

Aqui, Sr. Senador, é uma questão que já vem sendo discutida, já foi discutida, a Marlete também já comentou hoje, a questão dessa cartilha cigana.

Vinte e quatro de maio é o dia de Santa Sara. O cigano Calon não é fiel a Santa Sara, ele é fiel a Nossa Senhora Aparecida, que é no dia 12 de outubro.

Nossa Senhora Aparecida, que é no dia 12 de outubro.

Ninguém perguntou isso. Ninguém quis saber a opinião dos calons. Quem cultua Santa Sara são os Roms, ciganos europeus.

Povo dentro de um povo. A pessoa que redigiu essa cartilha, eu costumo chamar isso de umbigocentrismo, olhar só para dentro de si, olhar só para dentro do seu grupo, esquecer quem está à sua volta. Não existe um povo dentro de um povo, não existe uma nação dentro de uma nação. Existe uma discriminação entre o cigano Rom e o cigano Calon. Existe uma questão de superioridade imposta por eles.

Então, essa cartilha deve ser refeita, deve ser consultada a quem de direito, todos os grupos, Rom, Calon e Sinti, porque só foram consultados os ciganos Roms, e somente uma cigana, que se intitula rainha dos ciganos. E outra: ciganos não têm rainha. (Palmas.)

Para quem foi feita? Demonstrei com dados que o cigano tem uma dificuldade escolar absurda. Para quem foi feita? E para a sociedade, para camuflar um buraco existente no governo, que não trabalha, que agora, agora começa a fazer, tentar fazer algo em prol do cigano. Por quem foi feita? Foi feita pela conselheira da Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). E eu peço humildemente que a Seppir olhe de fato e atenda, porque, como foi dito aqui pelo Senador e pela Marlete, pela Deputada Érika Kokay, o Brasil tanto é negro, como índio, como cigano; ele tanto também é judeu, como italiano, alemão, japonês, pelas inúmeras culturas, imensas culturas que existem aqui dentro, para as quais fechamos os olhos, porque às vezes se torna bonito falar somente de determinada cultura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Jonatas, permita-me só um aparte, já que você falou da Seppir – recebi agora, por parte da assessoria. Conforme havíamos combinado, eu ia fazer contato com a Seppir. Então, veio aqui o seguinte documento, pequeno ofício:

A Seppir justifica a ausência porque, neste momento, está reunida com a Ministra para discutir exatamente a situação das comunidades tradicionais, mas informa ao Presidente [no caso a este Presidente] e a essa Comissão que a Secretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais vai receber a comissão de ciganos Calons às 16 horas, na Seppir, localizada no Edifício João Carlos Saad, 6º andar, Setor Bancário Sul.

OK? Hoje, às 16 horas.

Fazem a comissão e vão lá, e daí poderão inclusive apresentar os questionamentos em relação a essa cartilha. É um passo, pessoal. São passos. Vamos lá.

Continua Jonatas.

O SR. JONATAS ALEXANDRE LIMA DE OLIVEIRA – É engraçado que a cartilha trata sobre direitos, trata sobre políticas públicas, trata sobre igualdade. E que igualdade existe nessa cartilha, que igualdade consta aí dentro sendo que as três partes principais não foram ouvidas, somente uma?

As minhas conclusões são as seguintes: reconhecimento pelos órgãos como cidadãos – o cigano precisa ser reconhecido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me ainda – quero dar propostas: peço à assessoria que ligue para a Coppir (Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial). A Seppir pelo menos respondeu. Acho que isso mostra o prestígio desta audiência pú-

blica. Ligamos e a Seppir, de imediato, parou a reunião, porque estavam reunidos, e ligou aqui e agendou para hoje, às 16 horas. Mas, a Coppir, até o momento, não tenho informação.

...hoje às 16 horas. Quanto à Copir, até o momento, não tenho informação. Então, peço que liguem.

Está agendado com a Copir? Eu quero que me informem. Se não me informarem, eu não fico sabendo, e o Plenário, consequentemente, também não. Então, pergunto: a que horas a Copir está agendada?

O SR. ERNANDES MACÁRIO – Está agendada para segunda-feira às 14 horas. E a gente está fazendo melhor: a gente vai até a comunidade dos Calon não só para conhecer a realidade local, mas para tentar discutir uma pauta por meio da qual possamos apoiar a comunidade de ciganos Calon.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, já foi dado o segundo passo. É isso aí, pessoal, é assim mesmo, mas estamos avançando. Meus cumprimentos ao Ernandes, que já anunciou aqui, de público, para todo o Brasil, que a Copir vai receber a comunidade dos ciganos. E não só receber: dispôs-se a ir ao acampamento – no caso, aqui de Brasília – para dialogar no sentido da construção de uma pauta. Mas vai receber...

Qual é a hora e qual é o dia?

O SR. ERNANDES MACÁRIO – Segunda-feira às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Segunda-feira às 14 horas. A palavra volta para o Jonatas.

O SR. JONATAS ALEXANDRE LIMA DE OLIVEIRA – Muito obrigado.

O reconhecimento dos ciganos como cidadãos por parte dos órgãos públicos é fundamental para a sua identidade e para a sua cultura, bem como para a continuação, porém, com mudanças, como houve no acampamento do Elias: saindo de um processo de nomadismo para um processo de sedentarização. Então, tem de existir o reconhecimento dos ciganos por parte dos órgãos públicos, incentivo à escolarização, inclusão no levantamento demográfico do IBGE.

Escuto falar que existem oitocentos mil ciganos no Brasil. Eu quero saber quem foi a pessoa que falou isso. Como é que você pode atribuir um dado, como é que você pode atribuir um valor a algo, sendo que você não tem levantamento sobre esse algo, sobre esse objeto? Então, é errôneo tanto o governo federal como o distrital saírem falando que existem oitocentos mil ciganos. Se querem afirmar que existem oitocentos mil ciganos, que o IBGE passe a fazer um levantamento, que inclua em seu censo a etnia cigana.

Cobertura de políticas públicas: SUS, Bolsa-Família, Habitação Popular.

Frans Moonen, da Paraíba, fez um trabalho magnífico sobre as políticas públicas, um trabalho completo, um trabalho perfeito. É engraçado que todo mundo fala: escreva políticas públicas, escreva. Escrever o quê? Já está tudo escrito. A Seppir foi lá, a Seppir teve contato com Frans Moonen e dele recebeu o documento. Nenhuma providência foi tomada.

Faltam estudos sobre os ciganos Calon, conforme a Marlete disse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me interrompê-lo. Só vou falar porque a Senadora Ana Rita me provocou positivamente. Eu respondi para ela porque eu já tinha assistido à palestra da Marlete. Mas a Senadora Ana Rita tem toda razão: para muita gente que está assistindo neste momento à TV Senado, quando vê -habitação popular-, pensa na pergunta que a gente nos faz – a gente que não conhece o tema como vocês -, que é a seguinte: mas e daí, como é a habitação popular? Eu disse aqui baixinho para a Ana Rita – estou dividindo com vocês a informação que me foi passada – que há comunidades ciganas que moram já há trinta anos no mesmo local, mas ainda continuam sem nenhum tipo de assistência. Por isso é que está ali -habitação popular-, não é isso?

O SR. JONATAS ALEXANDRE LIMA DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Era só para esclarecer àqueles que nos assistem neste momento.

O SR. JONATAS ALEXANDRE LIMA DE OLIVEIRA – Obrigado.

E essa falta de estudos sobre os ciganos Calon é absurda. Em Brasília, na UnB, segundo as minhas buscas, existem quatro trabalhos que tratam dos ciganos Calon. Um deles tratou do acampamento de Mambaí, em relação à língua Chibi. Os demais são trabalhos sobre ciganos fora de Brasília, nenhum em relação a ciganos de Brasília.

...nenhum em relação a cigano de Brasília.

Eu fiz uma pesquisa junto à sociedade e, no questionário, eu perguntava se eles tinham consciência de que havia ciganos em Brasília ou Goiás. Foi um espanto, tanto para mim quanto para eles, porque ninguém sabia da existência de ciganos.

Um conhecimento interessante a que cheguei por meio desse questionário foi o seguinte. A população discrimina o cigano, ela tem uma aversão, ela tem uma antialteridade em relação ao cigano devido à sua falta de conhecimento. A partir do momento em que a sociedade conhece o cigano, começa a quebrar essas barreiras. E essas barreiras precisam ser quebradas,

tanto por parte da população em relação ao cigano, como por parte do cigano em relação à população. Sei que é difícil, é complicado, são séculos e séculos de preconceitos e discriminação.

Há, ainda, o desinteresse acadêmico sobre o assunto. É uma coisa absurda! E torna-se mais absurda quando se leva em conta a quantidade de publicações que existem sobre índios, negros, judeus, imigrantes para o Brasil. Cadê? As faculdades, as universidades não fomentam, não acrescentam, não incentivam o estudante, aquela pessoa que está se formando, a abordar o assunto. O governo também não faz a sua parte. Por quê? Já que o povo está invisível, vamos deixá-lo na invisibilidade e deixá-lo viver somente no imaginário social.

Falei sobre a cartilha, disse que ela precisa ser reelaborada. Os grupos precisam ser escutados antes de qualquer coisa.

O Núcleo de Estudos Ciganos em Brasília. Tem de haver um incentivo aos estudos, um incentivo à busca da história deles, pois os ciganos Calon, devido ao seu modo de vida, devido às suas dificuldades, não produzem cultura material, nada que os resguarde, nada que os mantenha vivos dentro de uma história.

Quando a gente ouve falar em cigano, a gente pensa: -Ah, hoje vocês estão aqui...- Sim, mas é como a Marlete citou: em 1574, João Torres chegou ao Brasil, degredado. A partir de 1822, vieram também os ciganos Rom. Mas é só isso? Cadê a história? Cadê a profundidade? Então, peço humildemente que as políticas públicas também dêem incentivos aos estudos sobre os ciganos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Jonatas. A sua fala e aquelas mãos entrelaçadas mostram a importância da unidade de todo o povo, de toda a nossa gente. Meus cumprimentos por sua exposição, com gráficos, com números, mostrando que já há estudos.

E você mostrou esse outro exemplo, citou um trabalho feito por Frans Moonen, cópia do qual você já se comprometeu a me passar. Isso vai ser fundamental para o nosso trabalho sobre o tema.

Passo a palavra, com satisfação, ao nosso querido Domingos Dutra, que já havia anunciado antes. Permita-me antes, Deputado Federal Domingos Dutra, do PT do Maranhão, registrar aqui com muito carinho, a presença da nossa Senadora atuante, que luta por todas as causas populares, defensora de todo o nosso povo, independentemente da origem, da raça, da cor, do credo, que é a Senadora Ana Rita. Por isso ela está aqui. É a Vice-Presidente desta Comissão. Ela só não chegou...

É a vice-Presidente desta Comissão. Ela só não chegou antes porque estava correndo nas outras Comissões. Eu mesmo corri em algumas. E assim mesmo ela está aqui neste momento.

Por favor, Deputado Federal Domingos Dutra e em seguida a Senadora Ana Rita.

O SR. DOMINGOS DUTRA (Bloco/PT – MA) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero saudar aqui a Marlete Queiroz, ao Jonatas, a Senadora Ana Rita, cumprimentar a todos vocês que estão ai no plenário e quero homenagear a todos na figura do Senador Paulo Paim, agradecê-lo pelas palavras bondosas e dizer também a todos que nós, negros, e nós, não negros, que lutamos por um País mais justo, por um mundo melhor temos na figura do Senador Paulo Paim uma referência. Eu sou do PT há trinta e um anos, é a mesma idade do Senador Paim, e o Senador Paim se destacou durante muitos anos na luta pelos aposentados, por nossos companheiros que chegam à idade e merecem ser tratados com dignidade. Mas o Senador Paim tem uma história de dignidade e uma história que valoriza ser político e valoriza o Parlamento brasileiro. É no trabalho, é na postura de pessoas como o Senador Paim, mesmo no mar de lama que a política brasileira vive, mas quando a gente vê a atuação do Senador Paim, a gente modifica o pensamento e confirma que a política é o único caminho capaz de superar diferenças.

Neste momento em que temos um companheiro como Abdias Nascimento, que nos deixou ontem, que foi para o lado do criador, nós temos na figura do Senador Paim o sucessor do Abdias Nascimento, pelas lutas, pelo trabalho e pelas vitórias que o Senador Paim tem tido ao longo do seu trabalho aqui como Senador.

Portanto, agradeço as suas referências e devolvo, multiplicadas por mil, todas as referências feitas a mim, porque eu sou pequenininho diante do magnífico trabalho que o Senador Paim tem feito pelo Brasil afora. (Palmas.)

Eu sou da Câmara, estou sendo chamado a todo instante, porque, apesar da mídia e de muita gente imaginar que nós não fazemos nada, somos um monte de vagabundos, corruptos e somos todos ricos, quem vem aqui vê que é diferente, pois aqui se trabalha muito. Infelizmente, a grande mídia só mostra o plenário e quando mostra o plenário geralmente é nos momentos difíceis. O fato é que a população não consegue valorizar a nossa atuação. Mas aqui os Parlamentares... Eu digo hoje que a grande maioria dos Parlamentares, independentemente de partidos, trabalha muito aqui. Ontem, por exemplo, nós terminamos a sessão da Câmara hoje pela manhã, discutindo o Código Florestal.

Portanto, eu vou demorar pouco, porque eu tenho outra atividade. Nós estamos discutindo a usina de Belo Monte, lá no Estado do Pará, com os índios, com o vazanteiro, com o quebrador de coco. E eu estou indo para lá. Mas eu queria só manifestar a minha solidariedade. Eu nasci num quilombo, sou quilombola, sou do Estado do Maranhão, nasci num quilombo chamado Saco das Almas. Às vezes eu digo que escapei fedendo. Sou filho de uma quebradeira de coco com um vaqueiro. Quebrador de coco... Babaçu é uma planta que produz um produto chamado babaçu. A gente corta o cacho, cada cacho às vezes tem quinhentas unidades; pega-se um machado, um macete e vai-se quebrando para poder tirar a amêndoa. Eu nasci nesse quilombo. Minha mãe era quebradeira de coco, tem 94 anos e está pesando eu acho uns 35 quilos numa época dessas. Teve vinte filhos. O meu pai era vaqueiro, trabalhador rural e ainda teve mais dez filhos, enquanto minha mãe estava esperando. Portanto, eu tive vinte e nove irmãos. E é com muito orgulho que eu digo sempre que eu sou negro e, além de negro, sou quilombola. Isso porque hoje, em nosso País, nós conquistamos um valor fundamental: é o direito de a gente dizer o que a gente é, sem ter vergonha. Hoje eu posso dizer que eu sou negro, sou quilombola, sem ser constrangido, apesar de toda a dificuldade que a gente ainda tem. Mas você dizer que é cigano, outro dizer que é quebrador de coco, outro dizer que é doméstico, e todo mundo se sentir cidadão. Esse é um valor da democracia. (Palmas.) No Maranhão tem muitos ciganos e tive uma passagem, Senador Paim, eu era pequeno, eu acho que tinha uns cinco anos

e tive uma passagem com os ciganos. Quando eu cheguei aqui eu ouvi alguns relatos sobre o preconceito que ainda se tem dos ciganos, que o cigano é sempre aquele muito pobre, que anda vendendo, trocando animais pelos caminhos, que subtrai coisas alheias. Na minha região, que é uma região que continua muito pobre no meu Estado, eu tive, quando criança, há cinquenta anos, uma passagem com os ciganos, pois passavam muitos ciganos fazendo as trocas: comprando cavalo, jumento, trocando, e assim por diante. Eu fui à roça atrás de um melão, pegar um melão, aqueles melõezinhos pequenininhos. Quando eu vinha da roça, lá encontro dois ciganos menores do que eu, montados em um cavalo. Ele me pediu o melão, e eu não dei o melão. Ele botou esse cavalo atrás e mim e eu cai no mato, caí no mato e joguei o melão fora. Então essa é uma passagem que eu nunca me esqueço com os ciganos.

Portanto, eu estou aqui para me juntar à Senadora Ana Rita, ao Senador Paim, à Deputada Érika, a todos os outros companheiros aqui. É um grupo razoável, para a gente lutar a favor de um País melhor. É evidente que quando a gente fala em igualdade racial, quase sempre a gente está falando dos negros, principalmente, em segundo lugar fala dos índios, e quase sempre não se fala de cigano. (Palmas.) Isso é algo que nós temos que reconhecer; ou seja, que mesmo nós, no nosso discurso, que o cigano está sempre fora. E só tem um jeito para que vocês estejam na agenda do Governo, na agenda nossa, na agenda do Congresso, na agenda da sociedade: é lutar. Não tem outro jeito para nós, que viemos de baixo, a não ser lutar. Tem um ditado que diz que só a luta muda a vida. Eu fui advogado de trabalhadores rurais por muitos anos. Escapei de morrer em muitos conflitos. Mas por maior que seja a dor, o sofrimento, o sacrifício, o medo que eu passei em muitos conflitos de terra, e os trabalhadores rurais, mas não há um caminho mais educativo que não seja a luta. Isso porque é através da luta que você sabe quem é amigo, quem é inimigo, quem é que finge, quem é que nos enrola. E é através da luta que a gente aprende.

Portanto, vocês têm que ocupar sempre esses espaços e acho que a democracia nos possibilita hoje vocês estarem aqui dentro do Senado Federal, que durante muitos anos passou a ser um santuário de uma elite bem pequena, e que agora, graças à conquista da anistia de 79, da reforma partidária de 80, da reforma sindical de 83, da Constituinte de 88, e assim por diante, nos possibilitou eleger um operário Presidente do País Todo mundo dizia que só podia ser Presidente da República quem tinha diploma, era o doutor. E o Lula chegou e fez o melhor Governo da nossa geração e não precisou ir para a universidade. Isso não quer dizer que não seja necessária a universidade. É tanto que nos dados aqui do Jonatas ele diz, e nós vimos, não tem um cigano com curso superior. Nós temos que chegar à universidade, porque é o caminho mais curto e mais seguro de a gente conquistar melhores condições de vida para nós, para a família, para a comunidade e para o País é através da educação. Mas também não é o fato de não saber ler e escrever que faz com que você seja excluído de tudo.

Portanto, conte conosco. Eu mesmo tenho me policiado nas minhas falas. Sempre estou falando em negros, ciganos, índios, para a gente também não colocar uma supremacia de nós, negros, porque somos maioria numérica e esquecer os ciganos que têm um jeito diferente, muitos são nômades, mas outros têm residência fixa. E quando se chega ao século XXI, em que se conquistou espaço, as pessoas ainda estão morando numa tapera ou num banheiro improvisado com lona. Isso agride.

Portanto, aproveitem este momento da democracia. Aproveitem que temos uma mulher Presidente da República e as mulheres são muito mais sensíveis do que nós, são mais responsáveis do que nós. Aproveitem a Presidente Dilma, aproveitem o Senador Paim, que tem oito anos de mandato, me aproveitem, que eu tenho ainda três anos e pouco de mandato, a Deputada Érika, a Senadora Ana Rita, que é do Espírito Santo. Aproveitem nós todos, nos pressionem e nos cobrem, porque todos nós agimos sob pressão. Não tem aquele ditado popular que uns dizem que é preconceituoso, mas ele existe: Quem não chora não mama.

Então se vocês quiserem fazer valer o direito de vocês, se organizem, lutem, botem o pé na estrada mais do que botaram ao longo dos séculos e nos pressionem

bote o pé na estrada mais do que já botaram ao longo de séculos, nos pressione, nos ligue, de tal forma que a gente também, motivado pelas múltiplas atividades que temos, não deixe vocês de lado.

Vocês merecem, são figuras humanas. Merecem respeito e é indigno em pleno século XXI, num País que é a sétima economia do mundo, os ciganos estarem vivendo nessa condição.

Portanto, conte aqui com um quilombola, que jamais vai baixar o punho e nem diminuir o tom da voz na defesa dos mais pobres, dos mais humildes, na esperança de que este País vai ser de todos nós e não de uma elite egoísta e doentia. Porque ainda tem uma elite que ainda teima em tirar lucro às custas do trabalho escravo. Ainda tem uma elite doentia que dá R$1 mil numa dose de uísque envelhecido às custas de botar trabalhadores rurais trabalhando sem ganhar nada, tomando água de cacimba e morando numa choupana improvisada.

Conte com a gente, que este País é de todos nós.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao nosso querido Deputado Domingos Dutra, pela sua exposição. A sua fala, permita-me Deputada, é uma fala simples, de um homem que aprendeu na vida. Eu sempre gosto de repetir aquela frase de um poeta espanhol que diz: o caminho a gente faz caminhando. E na sua fala eu fui voltando ao passado e vi V. Exª caminhando e construindo essa história. Então, só posso cumprimentá-la por essa história bonita que orgulha a todos nós, a todo povo brasileiro.

Mas, nesse momento, eu quero passar a palavra a nossa querida Vice-Presidente, Senadora Ana Rita, mas primeiro informar que a comunidade cigana de Formosa, que está assistindo a nossa audiência pública, ligou aqui cumprimentando todos que estão aqui nesse momento e pela beleza do debate de alto nível, qualificado, e apontando caminhos e exigindo soluções.

Então, à comunidade de Formosa meus cumprimentos.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

Sr. Presidente, se me permite, eu vou ouvir a Senadora, mas só citar o nome do companheiro Eurípedes Camargo, que foi Senador aqui pelo DF, do PT. É assessor da nossa liderança no Senado. É membro, como nós. E eu me esqueci de fazer referência ao Eurípedes.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Onde é que está o Eurípedes?

(Palmas.)

Está lá atrás. Levante a mão, Eurípedes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Normalmente, o Eurípedes está aqui frente. Eurípedes, venha aqui para a primeira fila. Eles guardaram lugar para você, que eu vi ali. Guardaram para você, nosso ex-Senador aqui de Brasília. Por favor, Senador.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente, eu quero dar um bom dia a todos vocês, a todas vocês. Quero, assim, com muito carinho, Deputado, saudar V. Exª pela brilhante fala. Mas, mais do que isso, realmente pela sua história, de compromisso, de luta. Nós que viemos das bases populares, que fazemos parte de uma base social, a gente se sente muito orgulhoso e muito orgulhosa ver pessoas como o senhor dando esse depoimento, com tanta veemência, com tanta dignidade.

Por isso que eu digo: tudo tem jeito. Basta a gente lutar, basta a gente se unir, basta a gente se organizar. E, em poucas palavras, o senhor relatou aqui a sua história de muitos que conquistam o poder, para fazer deste poder um poder a serviço da maioria da população. Então, nós não estamos aqui por acaso.

Eu acredito que o Senador Paim não está aqui há tantos anos por acaso. Eu não acredito que o Deputado Domingos Dutra – que eu não o conhecia direito, estou conhecendo agora, apenas de vista – está aqui por acaso. A gente está aqui representando a maioria da população, e a população que ainda carece de políticas públicas, que ainda carece de serviços em todas as áreas, para ter uma vida um pouco mais digna.

Então, parabéns, Deputado. Que Deus te abençoe, que você continue com essa firmeza. E, juntos, com certeza, construiremos, a cada dia, um Brasil cada vez melhor para o nosso povo brasileiro.

Quero também saudar a Marlete Queiroz, representante aqui da Associação dos Ciganos Calons, que eu não conhecia. Que bom que você está aqui. Nós, como mulheres

dos ciganos Calons, que eu não o conhecia. Que bom que você está aqui. Nós, como mulheres, nos sentimos bastante felizes com a sua presença e queremos conhecer melhor a realidade das mulheres ciganas. Porque nós estamos aqui, no Senado, e falamos muito da importância do papel da mulher na sociedade, particularmente nesse momento em que estamos discutindo a reforma política. Nós, como mulheres, falamos muito em nome das mulheres, que somos mais de 51% da população brasileira. Mas ainda não tivemos a oportunidade de dialogar com as mulheres ciganas.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Nós estamos montando a Associação das Mulheres Ciganas no Brasil.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Que bom, Marlete. E queremos poder estreitar essa relação, estreitar esse diálogo, para conhecer melhor a realidade também das mulheres ciganas.

Cumprimentar aqui o Jonathas, que é o representante da Associação Cigana e Etnia Calons, aqui do Distrito Federal. E mais do que nunca, o nosso Presidente Senador Paim, que também muito nos orgulha por conduzir esse trabalho.

Eu queria apenas dizer para vocês, eu acho que muito já falaram – eu não tive a oportunidade de chegar no início desta audiência pública, porque nós estávamos em outras reuniões, e aqui quero também ratificar o que o nosso Deputado falou – : muitos, infelizmente, pensam que os nossos parlamentares, que nós estamos aqui não trabalhamos. Para quem quer trabalhar, o espaço aqui, no Senado, o espaço na Câmara dos Deputados nos exige muito. A gente não consegue descansar aqui. É o dia inteiro e até tarde da noite. E, ontem, a Câmara dos Deputados foi até muito tarde para discutir o Código Florestal. E, infelizmente, talvez nem tudo que nós gostaríamos que fosse aprovado ali, foi. Mas é assim mesmo. É um espaço democrático, com várias opiniões, várias visões, vários interesses. E a gente vai conquistando e avançando aos poucos. E isso depende muito também da força da sociedade, da mobilização da nossa sociedade.

Aqui a gente não faz nada sozinho. Aqui nós estamos representando uma sociedade. E de acordo com os interesses dessa sociedade nos cabe o papel de dialogar e de defender aquilo que é do interesse, no nosso caso, da maioria da população.

E quero dizer que eu estou muito feliz de poder estar aqui ouvindo vocês e de conhecer um pouco melhor a realidade da população cigana. Na verdade, a gente conhece apenas de olhar, de ver, mas a gente nunca teve a oportunidade de dialogar para conhecer melhor a realidade de cada população cigana. Eu imagino que tenha grupos diferentes, com estilos de vida diferentes, assim como a população indígena, assim como a população quilombola, que, de acordo com a região, de acordo com o Estado, de acordo com a origem, possivelmente têm jeitos diferentes de viver. E que bom que vocês estão aqui por que estão me dando a oportunidade de conhecer um pouco melhor.

Eu venho de um Estado, que é o Estado do Espírito Santo, que tem uma população cigana razoavelmente grande. E eu moro numa região, que é uma região de periferia, no Município de Vila Velha, que cumpre um papel extremamente estratégico no desenvolvimento da cidade; mas é uma região de periferia e que acolhe, de vez em quando, vários grupos de ciganos. E eu tenho oportunidade de ver. Mas, lamentavelmente, eu me faço essa autocrítica: a gente nunca teve a oportunidade de dialogar com essa população. E é importante a gente conhecer.

Agora mesmo, em vários pontos da cidade, não só no Município onde eu moro, mas a Grande Vitória, inclusive do interior, das grandes cidades do interior têm populações ciganas acampadas – não sei se esse é o termo mais correto -, e muitas, com certeza, em situações de dificuldades, porque não têm acesso aos serviços públicos, possivelmente de saúde, de educação, de assistência social, que todos vocês e que todos nós precisamos.

Então, quero também me colocar à disposição, junto com o nosso Senador Paim, através desta comissão, que é uma Comissão de Direitos Humanos, que está aqui para ouvir, para acolher as demandas e para poder também intermediar junto ao poder público federal, estadual, naquilo que estiver dentro do nosso alcance.

Mas quero, para finalizar a minha fala, dizer que nós estamos num momento extremamente privilegiado no nosso País. Nós tivemos oito anos do governo do Presidente Lula

Privilegiado no nosso País. Nós tivemos 8 anos do Governo do Presidente Lula, com uma sensibilidade muito grande para as causas populares e estamos agora, pela primeira vez, com o Governo da Presidenta Dilma, uma mulher que também tem compromisso e que também tem muita sensibilidade com as causas populares. Não podemos perder a oportunidade de fazer garantir os direitos da população.

Então, mais do que nunca, quero ratificar o que o nosso Deputado disse. É preciso que essas populações se organizem cada vez mais, criando uma associação, é importante ter entidades, associações que representem vocês para poder estreitar e fortalecer esse diálogo com o governo, temos ministros extremamente comprometidos, abertos para o diálogo e para solucionar os problemas. Se as demandas não chegam, possivelmente as respostas não vão. Então,

as demandas chegam a partir da organização de vocês e a partir do momento em que as demandas vão chegando o governo também vai dando as respostas de acordo com as necessidades.

Quero parabenizar vocês por estarem aqui trazendo a realidade de vocês, nos acionando, nos procurando e vamos juntos construir esse caminho. Então, tudo de bom para vocês e espero que possamos avançar cada vez mais nesse movimento, nessa luta que é um caminho que vamos construindo a cada e cada dia vamos dando passos importantes na defesa dos direitos de cada pessoa humana.

Aqui vejo muitas jovens mulheres, crianças, homens, mulheres, cada um trazendo suas próprias necessidades.

Então, quero parabenizar vocês por estarem aqui e nos colocar à disposição para aquilo que for necessário, juntamente com o nosso Presidente Senador Paim e os demais membros que compõem esta Comissão.

Parabéns para vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo que eu falar da Senadora Ana Rita alguém poderia dizer que me viu elogiar ela dessa forma e falar e falar e falar que é uma grande Senadora.

Senadora Ana Rita, disse a eles que a partir desta Comissão tivemos alguns projetos apresentados, indicamos o Relator ou a Relatora e os projetos avançaram com rapidez na Casa.

Tivemos uma série de reuniões sobre o autismo, sobre os autistas e, no final, para simplificar, a Senadora foi indicada como Relatora, o relatório foi aprovado por unanimidade, tramitou em outras comissões e foi para o Plenário. No Plenário houve um recurso, o projeto foi para a Comissão de Assuntos Sociais e hoje, pela manhã, na defesa para que o projeto voltasse para o Plenário, disse que quero que os senhores aprovem, faço um pedido aqui humilde mais carinhoso, na íntegra o relatório da Senadora Ana Rita, porque foi ela que fez o relatório.

Estou pegando a relatoria porque, nesse momento, estou aqui no plenário, quero aprovação para que ele tramite com rapidez e vá para Câmara e para sanção da Presidenta.

Por isso, Senadora Ana Rita, quero cumprimentar V. Exª, já aprovamos o seu relatório hoje pela manhã, volta para o Plenário e esperamos que a sanção aconteça com rapidez e depois a aprovação na Câmara.

Quem sabe, a idéia aqui é essa, a gente construa uma minuta de um projeto que entra via comissão de direitos humanos e legislação participativa e quem sabe – aí vou falar com ela naturalmente – vou apontar ela para ser relatora do projeto de vocês para que, com a mesma competência e rapidez, seja aprovado.

É a nossa relatora e depois converso com ela.

Senador Paim, gostaria que V. Exª me liberasse e já deixei os meus contatos, me passe a agenda das audiências para acompanhar e me pressiona para não esquecer vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode deixar. Um abraço.(Palmas.)

Quero registrar conosco aqui o Presidente da Fajebra, Paulo Sérgio da Costa, Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil. Se tiver algum problema com oficial de justiça está aqui o cartão. Vamos comprometê-lo já, porque todos nós podemos ter e já tive

Porque todos nós podemos ter, não é só vocês. Eu já tive e dialoguei com eles e consegui resolver e paguei o que paguei e isso foi há 40 anos atrás. É normal e quem tem dificuldades pode acontecer.

Quero registrar a presença conosco também do Reginaldo Bispo, ativista do movimento negro; Fernando Gonçalves, representante da comunidade de Bombaí; Hernandes da Copir, está conosco ainda; José Antônio Ventura, Conselho de Negros e Negras do DF e depois vou citar os nomes rapidamente, Elias Alves, também representante da liderança cigana; Fernando Alves da Silva, também representante de líderes ciganos e ciganas; Mário Gonçalves de Lima, também da mesma caminhada de lideres ciganos e ciganas; Elza da Silva Santos; Ísis Albuquerque foram os nomes que me chegaram aqui. Também está aqui o Alvaro Tucano, indígena que já esteve conosco aqui em outros momentos.

A partir desse momento, são 11:30, teria que encaminhar para o encerramento dos nossos trabalhos, porque na CCJ está havendo votação e os Senadores vão se deslocar para lá. Vamos passar ainda para as considerações finais aqui da mesa. Antes das considerações finais, tinha preparado uma pequena mensagem para vocês e devido a rapidez do encaminhamento, acabei não fazendo, mas vou fazer essa homenagem porque entendo que fica nos Anais da Casa e vocês merecem isso.

Apresento a seguinte mensagem:

Meus amigos e minhas amigas, esse é um momento importante e bonito, de homenagearmos um povo tão corajoso que luta no mundo inteiro pelo reconhecimento de sua cultura e pelo direito à cidadania. Refiro-me ao povo cigano.

Essa audiência pública lembra dia 24 de maio, Dia Nacional do Cigano, instituído em 2006, por meio do decreto assinado pelo Presidente Lula, em reconhecimento à contribuição da etnia cigana na formação da história e da identidade cultural do povo brasileiro.

Quero lembrar a todos que assistem a TV Senado neste momento que, segundo o calendário, o dia 24 de maio é dedicado à Santa Sara padroeira do povo cigano, mas aqui nós estamos resgatando que o povo cigano aqui disse com toda a força que no debate que teremos na mudança e na construção de uma legislação a padroeira do povo cigano é a minha padroeira. Que bom e Acalom é a nossa Senhora Aparecida.

Então, uma salva de palmas a todas as santas, mas nesse caso aqui à Nossa Senhora Aparecida, que é também a minha padroeira.

Vou concluir essa pequena fala que foi montada até para valorizar o nosso povo que teve o cuidado de fazer uma pesquisa que vocês podem até discordar mas a intenção é boa, foi atrás de dados.

Aqui eles dizem e vocês confirmaram que não existe ainda um número exato de ciganos residentes no Brasil e não existe por falta de fazer esse censo e aqui foi cobrado que se faça e caminhamos neste sentido. O censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE constatou a existência de acampamentos em 291 dos 5.565 municípios brasileiros. Acho até que é mais. Na hora correta, faremos o censo e vamos avançar, com certeza, que o número deve ser maior. Já a Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial – Sepir, estima que a população cigana no Brasil ultrapassa 800mil pessoas. É uma estimativa, como diz aqui a Arlete.

Segundo esse órgão do Governo, o maior desafio do Governo brasileiro é avançar nas políticas públicas com objetivo claro e definido de melhorar a qualidade de vida desse povo tão importante e que tem que ser respeitado, pelas suas peculiaridades culturais

por meio de corte e içamento das partes de uso em guindaste.

(Próximo, por favor.)

Estamos começando agora a cortar com guindaste. O José Luiz Cardoso coloca que uma mera solução para uma marquise reside realmente na sua demolição. Diante desse fato, penso que não tem engenheiro no Brasil e no mundo que vai referendar aquela cobertura. Então, fomos demolir, mas de que forma reconstruir? Reconstruir igual? Se trocar seis por meia dúzia... Fomos ao Governador.

(Próximo, por favor.)

Esse é um quadro comparativo. Essa aqui era a cobertura existente de concreto. Em vermelho, como já mostrei, era a cobertura que estava sendo aprovada. Com a demolição dela, fomos trabalhar em outra. Daqui em diante era lona tensionada e resolvermos fazer tudo de lona tensionada, uma tecnologia de avanço, limpa, moderna, eficiente também.

(Próximo, por favor.)

Aqui foi a que ficou: um vão de 68,4 m, um dos maiores vãos do mundo, com um anel de compressão de 2m X 1m. Então, não afeta. Aquele outro afetava muito mais, apesar de já ter sido aprovado pelo Iphan, do que esse.

(Próximo, por favor.)

Vamos cortar aqui.

(Próximo, por favor.)

Estamos fazendo alguma uma recuperação estrutural aqui de menor monta, porque aqui tinha um balanço. Teve um alívio de esforços aqui, no caso, porque tirou a outra parte.

(Próximo, por favor.)

Aqui está a nova cobertura que veio até ser favorável para a Fifa. Ela adorou essa cobertura, evidente, mais limpa, mais clara. Será essa cobertura. E o custo? É importante o custo. Dobramos a área de cobertura com a lona tensionada com um custo 25% a mais do que estava previsto. A outra tinha um tensionamento grande. Tinha que vencer 26 m de cobertura.

(Próximo, por favor.)

Aqui, sim, é o catwalk. Aqui vamos pendurar os projetores, as iluminações. Aqui é uma passarela de serviço.

(Próximo, por favor.)

Está aqui o som.

(Próximo, por favor.)

Aqui as passarelas de apoio e serviço.

(Próximo, por favor.)

Aqui a captação de água de chuva. Toda captação de água de chuva será por ela também. Ela é uma lona que não pega fogo. É uma lona que não propaga o foto. É autolimpante, devido à declividade. É de teflon. É uma lona teflon, como aquela panela de teflon. Ela não agarra.

(Próximo, por favor.)

Aqui só com os cabos, já calculada a estrutura de vento.

(Próximo, por favor.)

É a membrana. Em outros estádios do Brasil também tem esse tipo de membrana.

(Próximo, por favor.)

Aqui é o anel de compressão. Não vem ao caso.

(Próximo, por favor.)

São conexões, conectores. É só mostrar como vai ser feito. São seis semanas para ser levantada.

(Próximo, por favor.)

Vai ser levantada dessa forma. Vai agregando e é levantada. É um case. São seis semanas de avanço.

(Próximo, por favor.)

É o Maracanã em números. Rapidamente falo. Estamos aumentando a área de construção em 8 mil metros, aproximadamente. A área de cobertura era 24

para 47 e a dobramos. O público é 78 mil. Diminuímos um pouco o público, mas com certeza com muito mais qualidade do que tínhamos. Tinha em torno de 82.

(Próximo, por favor.)

Os camarotes de 100 para 110. Os camarotes eram no quinto pavimento. Era horrível e fora da legislação. Estão em 76 e 34. Acesso do público por elevadores. Eram cinco para dezesseis. Escadas rolantes aumentamos, dobramos. Enfim, túneis e dimensão de gramado.

Até a dimensão do gramado nos diminuímos. Estacionamentos cobertos aumentamos.

(Próximo, por favor.)

A quantidade de banheiros era 228 e foi para 231. Não aumentamos grande quantidade de banheiros, mas as bacias aumentaram de 761 para 927. Os lavatórios, de 500 para 747. Para PNE, portador de necessidades, não tinha nenhum; agora, 67. Bares, de 24 para 60.

(Próximo, por favor.)

Aqui é a arquitetura em números. São vários números. Não são comparativos. É mais para a imprensa.

(Próximo, por favor.)

Aqui está a nova cobertura.

(Próximo, por favor.)

Aqui é uma nova cobertura. Não temos mais aquele anel. É mais clean.

(Próximo, por favor.)

Vamos passar o filme agora. Está acabando. (Pausa.)

Acabou.

(Próximo, por favor.)

Agora temos um filme. O filme tenta tratar de tudo o que falei.

O filme tenta retratar tudo o que falei.

(Procede-se à exibição de filme.)

da nossa mesa. Eu começo com Hernandez Macário, que falará em nome da Copir. Peço que cada um da mesa, agora no encerramento, porque temos que ir para outras comissões – nós iniciamos 9h30 e vamos terminar por volta de meio dia -, use em torno de cinco minutos.

O SR. HERNANDEZ MACÁRIO – Muito bom dia. Eu não poderia sair daqui antes de justificar a ausência da nossa coordenadora Drª Josefina Serra dos Santos. Ela é advogada, faz parte da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF e está fazendo uma defesa pelos direitos humanos de duas companheiras, que são negras, que foram agredidas. Ela solicitou que a gente viesse representá-la.

Quero dizer que a Copir está aberta, que a gente já tentou dialogar com a Marlete, eu inclusive liguei para ela para que a gente pudesse entrar em contato, dizer que a gente assumiu há um mês a coordenação do DF e a gente está justamente pensando na política de promoção de igualdade. Daí a gente precisa ter um plano, e a gente está justamente estabelecendo esse plano de igualdade do DF para que a gente possa, Marlete, incluir também os ciganos. Porque a gente entende que a promoção à igualdade não é só dos negros, é do índio, dos ciganos e dos negros.

E o que acontece? A gente está nesse planejamento, e inclusive a gente deu a proposta de a gente fazer um circuito de escutas nas comunidades ciganas aqui do DF e do entorno, para que a gente possa trabalhar um plano de igualdade para os ciganos, no qual a gente possa propor políticas públicas ao Governo do Distrito Federal nas comunidades.

Com essas limitações que a gente tem, porque a gente é uma coordenação, a gente está na reivindicação e o Governo Agnelo está sensível de que a gente precisa ampliar a discussão, porque a gente não trata só de negro, a gente trata da promoção, da inclusão, para que a gente possa ter instrumento para poder trabalhar essas diversidades a que a gente se propõe a fazer.

Então, parabenizo os ciganos por essa audiência. Quero dizer que o Senador Paulo Paim está de parabéns, mais uma vez, pelo fato de estar pegando essas etnias que a gente tem para tentar promover essa inclusão de que a gente tanto precisa e tanto quer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Hernandez, que aqui falou em nome da Copir e que na segunda-feira vai receber uma delegação de líderes da comunidade cigana.

Neste momento, passo a palavra para o Jonatas, para suas considerações finais. Estou fazendo um apelo para que fiquem todos em torno de cinco minutos.

O SR. JONATAS DE OLIVEIRA – Peço que se dê mais visibilidade não numa questão verbal, mas numa questão literalmente social, que leve tanto o cigano ao encontro da população quanto a população ao encontro do cigano, para que exista a quebra desse preconceito, a quebra desses conhecimentos passados de boca a boca, o senso comum, que agride as pessoas e que, honestamente, é uma falta de conhecimento, de base teórica ou qualquer outro tipo de base. O senso comum retira todas as particularidades, todos os direitos de qualquer cidadão.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só por uma questão de justiça, quando eu li o nome de todos, quando li o nome do representante das comunidades tradicionais, o nome está aqui Joel Oxalá. Está certo?

A Senadora Ana Rita vai ter que sair um pouquinho antes, porque está havendo um debate lá na CCJ e ela tem direito a voto lá, eu não tenho direito a voto, não faço parte da comissão, então posso continuar com vocês, mas se ela quiser se despedir.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero, mais uma vez, colocar-me sempre à disposição de vocês, tanto nesta comissão, pelo Senador Paulo Paim, que é o nosso Presidente, mas também pelo nosso mandato, e desejar força, coragem. Acho que temos um caminho a ser feito cada vez maior, cada vez melhor. Então vamos fazer isso juntos, naquilo que a gente puder colaborar, enquanto legisladora, estamos à disposição.

Um grande abraço para vocês, força nesta luta, nesta caminhada e, particularmente, para a Marlete, nossa companheira, mulher que

nossa companheira, mulher, que nos orgulha por estar aqui. Parabéns para você. Que você, de fato, seja uma grande representante que, com certeza, está sendo desta população que precisa ter um olhar preferencial.

Parabéns para vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Senadora Ana Rita, sempre atuante em todas as comissões e com um carinho especial por esta comissão.

De imediato, para encerrarmos a nossa audiência pública, com a palavra a nossa Líder Marlete Queiroz.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Muito obrigada, Senador. Quero ser breve. Respondendo ao Hernandez, na Copir, tenho certeza de que esta audiência pública vai ser um marco, vai fazer uma diferença para nós ciganos. Na posse da Drª Jô, da Copir, senti-me muito constrangida porque muitos negros, advogados – a posse foi na OAB – foram convidados para compor a mesa. Todos falaram e somente os ciganos e os índios não tiveram direito a fala.

Então, quero que deixem aqui registrado para que haja realmente, hoje é um conselho, é uma coordenação e também vai ser uma subsecretaria. E participei ativamente para que a Copir no DF seja uma secretaria, mas tem que ser realmente de igualdade racial, para que ninguém se sinta excluído ou constrangido, como nós nos sentimos. (Palmas.)

Senador Paulo Paim, a dança cigana também é uma forma de resgate e de nossa luta, pois, como não temos nada escrito, então a dança cigana é uma grande forma de resistência. É a maneira de mostrar que nós estamos presentes, somos recebidos de portas abertas, porque, quando dançamos, somos recebidos da melhor maneira possível e, quando acampamos, somos tratados da pior maneira possível.

Mas a dança não deixa de ser uma resistência, onde podemos mostrar a nossa cultura e a nossa roupa.

Então, eu trouxe um CD para colocar uma música cigana e gostaria de encerrar com a nossa dança, se for possível. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mesa continua aqui. Vou dar os encaminhamos e só vou encerrar a audiência pública depois desse convite que você fez a todos nós. E quem não gosta de cantar, de bailar, de dançar, de namorar? Não é proibido falar a palavra namorar.

Eu queria, neste momento, porque temos um certo protocolo aqui, eu concedi a palavra e temos que ir para o encaminhamento final. Eu só queria lembrar, e casualmente quando você falou em dança, me chegou aqui agora e eles me entregaram esta parte do pronunciamento, que na minha querida cidade de Canoas, Prefeito Jairo Jorge, que sempre assiste aos debates da comissão, e a sua equipe, eu estou muito feliz em saber que lá em Canoas, promovida pela Coordenadora Estadual das Políticas de Igualdade Racial do RS – Copir, ou seja, a secretaria da cidade, em parceria com o Instituto de Apoio e Desenvolvimento da Cultura Cigana no Brasil, hoje, a partir das 14 horas, no calçadão da minha cidade de Canoas, do Prefeito Jairo Jorge, vamos ter uma exposição de fotos, culinária, publicações e dança da cultura cigana.

Isso é muito bom. Parabéns, Jairo. Com esta dança que vamos ter aqui, você vai premiar a nossa cidade lá, graças à comunidade cigana.

E esperamos que toda a sociedade brasileira vá na mesma linha.

Passo aos encaminhamentos, senão vocês vão e dirão: bom, todo muito falou, e daí?

Os encaminhamentos serão os seguintes:

Primeiro, já marcamos as duas audiências. Uma, na Cepir; e outra, na Copir, aqui em Brasília;

Segundo, passaremos a construir uma minuta, e os advogados podem ajudar. Pegamos uma entidade de caráter nacional para entrar com um projeto aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da própria comunidade. É bom porque o projeto passa a tramitar. Em nome da comunidade, vem para mim o projeto e indico o relator que provavelmente vai ser a relatora

RESTANTE QUE BATI(VIRGÍNIA)

relatora – acho que ela está aqui do lado – a Senadora Ana Rita. E, nesse projeto, vamos tentar assegurar – esse é o objetivo – os direitos da comunidade cigana. Eles têm que ter todos os direitos que estão garantidos na nossa Constituição. Mas, como para outros setores há legislação específica para fortalecer o direito, entendo que poderemos avançar.

Quero dizer, Senadora Ana Rita, que aqui foi contada a história bonita, mas triste. E vou, no encerramento, falar isso, antes de vermos a dança. É história de uma criança da comunidade cigana cujo sonho era ir para a escola. E ela começou a desenhar a escola, começou a ir para o ponto de ônibus, porque simplesmente queria ir à escola. É uma história tão bonita, mas tão bonita, e foi contada pela Marlete e pela Deputada. É triste ter que falar isto: o sonho dessa criança era entrar numa sala de aula, aprender a ler e escrever. E, quando lhe perguntaram o que queria, ela respondeu: quero ler, quero ler, quero conhecer tudo e quero aprender. É por isso que essa lei vai ser aprovada, Deus vai nos ajudar, e a lei vai chamar-se Lei Esmeralda em homenagem a essa criança e a todas as crianças ciganas. (Palmas.)

A partir desse momento, pelo encaminhamento feito pela Marlete, à nossa dança cigana. Depois encerraremos.

Trata-se da Ave Maria em plena audiência pública. Vamos, pessoal, esta audiência é de vocês.

(Procede-se à audição da Ava Maria, versão cigana.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim, encerramos esta audiência pública com esse som belíssimo, a Ave Maria, versão cigana. Vamos caminhar juntos e garantir a cidadania de todos.

Está encerrada esta audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 12horas.)

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e seis de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assina o livro de presença o Senador **Paulo Paim**. Comparece o não membro Senador **Valter Pinheiro**. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA:** Audiência Pública, nos termos, nos termos do Requerimento nº 66, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/05/11, "**para debater os efeitos da contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro-BA**". Convidados: Rejane Pieratti, Consultora da Associação Amigos do Futuro; José Rogaciário dos Santos, Presidente do Instituto COOPERFORTE, Cooperativa de Crédito Urbano; Guilherme Franco Netto, Médico e Assessor Especial, responsável pela Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde, em representação ao Ministro Alexandre Padilha Ministro de Estado da Saúde, Fernando Vasconcelos, Diretor Substituto do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, em representação a Senhora Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho; Renato Ferreira, Assessor Parlamentar da SEPPIR, em representação a Ministra Luiza Bairros, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Itanor Junior, Advogado ambientalista; Deputado José Sarney Filho, Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista; Augusto Cesar Lago Machado, Vítima do Chumbo na cidade de Santo Amaro-BA; Leandro de Almeida Vargas, Procurador do Município de Santo Amaro-BA, em representação ao Prefeito Ricardo Machado, Santo Amaro-BA; Zilda Maria Faria Veloso, Gerente de Resíduos Perigosos do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, em representação a Ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente – MMA; e Claudio Liberman, Coordenador Geral de Gestão da Qualidade Ambiental da Diretoria de Qualidade Ambiental do IBAMA, em representação a Ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente – MMA. Os Senador Valter Pinheiro e o Senador Paulo Paim fazem o seguinte encaminhamento: 1º. Unir os esforços entre Câmara dos Deputados e Senado Federal para reunirem-se com o núcleo do Governo Federal (Casa Civil, Planejamento, Saúde, Meio Ambiente, Cidades, Fazenda, Trabalho, Previdência e Relações Exteriores), com o Núcleo do Governo Estadual da Bahia e Prefeitura Municipal de Santo Amaro, para resolver o problema de contaminação de chumbo naquele município; 2º. Realizar reuniões conjuntas das Comissões do Senado Federal; 3º. Dar conhecimento a Presidenta Dilma Rousseff da situação ambiental do Município de Santo Amaro; 4º. Verificar a possibilidade de realizar um Grande Festival em homenagem a Santo Amaro, com visita a Dona Canô. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Valter Pinheiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, doze horas e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legis-

lação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 66, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata e João Durval e também deste Senador, aprovado em 19 de maio de 2011. Confirmando, o presente Requerimento levou a assinatura dos Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata, João Durval e Paulo Paim. O objetivo desta audiência pública é debater os efeitos da contaminação por chumbo na cidade de Santo Amaro – BA.

Foram convidados para esta audiência pública Guilherme Franco Netto, médico, assessor especial responsável pela Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde; Cláudio Liberman, coordenador-geral de Gestão de Qualidade Ambiental da Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama; Zilda Maria Veloso, gerente de Resíduos Perigosos do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, representante da Ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira, do Ministério do Meio Ambiente; Renato Ferreira, assessor parlamentar, representante da Ministra Luiza Barros; Deputado José Sarney Filho, coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista; Prefeito Ricardo Machado, de Santo Amaro; Itanor Júnior, advogado ambientalista; José Rogaciário dos Santos, Presidente da Cooperativa de Crédito Urbano; Eloi Ferreira Araújo, Presidente da Fundação Palmares; Fernando Vasconcelos, diretor substituto do Departamento de Segurança, Saúde e Trabalho, representante da Srª Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, da Secretária de Inspeção do Trabalho.

Todos foram convidados. Espero que estejam aqui. Em seguida, vamos formatar a Mesa e pedimos aos nossos convidados que se sentem na primeira fila. Sintam-se à vontade. Em seguida, vamos iniciar nossos trabalhos.

Enquanto os convidados estão chegando aqui, queria dar aqui alguns informes.

Primeiro, quero dizer que todos nós fomos à tribuna – não só eu, como diversos Senadores, e o Brasil acompanhou – porque perdemos, nesta semana, um dos maiores ícones da luta contra todo tipo de preconceito. O nosso amigo, ex-Deputado Federal e ex-Senador tem uma biografia, uma história linda, que tive a alegria de acompanhar, durante anos, não só no Congresso, mas também andando pelo Brasil. E também tomei conhecimento de palestras que ele fez em outros países. Quero aqui falar do grande Abdias Nascimento, que morreu nesta semana e que está sendo velado na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. O enterro será realizado amanhã.

A memória e os feitos de Abdias Nascimento jamais serão esquecidos por todos nós no Brasil e por todos os lutadores pelos direitos humanos no mundo. Com certeza, ele foi um homem que esteve à frente do seu tempo. É uma liderança incontestável na luta pela igualdade e contra todo tipo de preconceito. Tomo a liberdade de dizer que, após Zumbi, Abdias foi a grande referência de todos nós.

O velório do ex-Senador, como eu dizia, vai ser hoje no Rio de Janeiro. No Senado Federal, queremos imortalizar a história desse grande líder. Por isso, tomei três iniciativas na Casa. Uma delas visa a que esta Comissão, por meio de projeto de resolução, passe a chamar-se Comissão dos Direitos Humanos Abdias Nascimento. Encaminhei o projeto à Casa e espero que ele seja aprovado, para que possamos ter sempre em mente as ideias, a fibra, a raça e a coragem desse grande líder e guerreiro, Abdias Nascimento.

Também entrei com uma solicitação junto ao Presidente da Casa, para que publiquemos um livro sobre os principais pronunciamentos de Abdias Nascimento quando Senador nesta Casa. Na época, eu era Deputado Federal e, muitas vezes, desloquei-me da Câmara para o Senado para ouvir os pronunciamentos de Abdias, pronunciamentos que são, eu diria, ainda hoje, atualizados. Abdias falou em tal ano e em tal época, mas, hoje, infelizmente, isso não mais acontece. Infelizmente, tenho de dizer que Abdias tinha razão, pois muito pouco se avançou em matéria de combate ao preconceito contra o povo negro. Assim, espero que essa publicação, com os melhores momentos e pronunciamentos de Abdias como Senador da República, saia de fato.

Também encaminhei ao Sr. Presidente dos Correios e Telégrafos uma solicitação no sentido de que possamos reverenciar a memória de Abdias – seus seguidores são milhares, milhões, e me sinto um deles –, consagrando-o em um selo nacional. Assim, figuras são lembradas pelos feitos realizados em prol do nosso povo e da nossa gente. Espero também que o selo seja impresso com rapidez.

Por fim, havíamos encaminhado, no início do ano, uma sessão de homenagem, no dia 21 de novembro, a Zumbi dos Palmares. Em entendimento feito com a Senadora Lídice da Mata, que também tinha encaminhado um pedido de sessão de homenagem a Zumbi, fizemos um adendo, e a sessão de homenagem do dia 21 de novembro de Zumbi será dedicada a Abdias Nas-

cimento. E é claro que vamos convidar as lideranças de todo o País para estarem aqui em homenagem a esse grande líder.

Ainda na linha dos informes, gostaria de destacar que, ontem, o Plenário aprovou projetos de lei que aumentam o número de juízes nos Tribunais do Trabalho da 4ª Região, Rio Grande do Sul, e também da 13ª Região, Paraíba, para suprir o aumento de ações ajuizadas nos últimos anos. Os dois projetos, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), seguem para sanção.

O PLS nº 6/2011 aumenta de 36 para 48 o conjunto dos juízes do TRT com sede em Porto Alegre, onde o número de processos saltou de 26.856, em 1992, para cerca de 80 mil, em 2009. Cumprimento o movimento feito pelo TRT do Rio Grande do Sul para que isso acontecesse e também o da Paraíba. Esteve comigo e com os outros dois Senadores, Senador Pedro Simon e Senadora Ana Amélia, a Vice-Presidente do TRT gaúcho, Maria Helena Mallmann, e também o Marcelo Bergmann, Juiz do TRT do Rio Grande do Sul. Também estavam na comitiva Luiz Antonio Colucci, que é da Secretaria de Assuntos Jurídicos daquele importante órgão, o Tribunal da 4ª Região.

Faço este destaque e lembro que esteve comigo o Ary Faria Marimon Filho, da Anamatra. O Tribunal do Rio Grande do Sul, na área do trabalho, tem sido um dos mais destacados progressistas do Brasil. Inclusive, destaco o trabalho que esses juízes têm feito não só na área do julgamento, mas também da conciliação.

Fica aqui meu carinho e meu respeito à Maria Helena, ao Marcelo e a todos que estiveram aqui. É mais do que justa a votação do projeto no dia de ontem, pois isso fortalece o trabalho, no meu Rio Grande, da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Eu mesmo acompanhei inúmeros eventos. Eles, mais do que julgar, caminharam na linha do entendimento, construíram a conciliação, e houve a satisfação de empregados e de empregadores.

Então, neste momento, já com a presença do nosso querido Senador Walter Pinheiro, que orgulha todos nós, quero chamar para fazer parte da Mesa nossos convidados e o Senador Walter, que é um dos signatários, com outros dois Senadores, desta audiência pública.

Convido a compor a Mesa o Dr. Guilherme Franco Netto, que já está presente, assessor especial responsável pela Saúde Ambiental e Saúde de Trabalho no âmbito da Secretária de Vigilância em Saúde, em representação ao Ministro da Saúde Alexandre Padilha; o Sr. Renato Ferreira, assessor parlamentar da Seppir, em representação à Ministra Luiza Bairros, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); o Sr. José Rogaciário dos Santos, Presidente do Instituto Cooperativa de Crédito Urbano.

Recebi da assessoria um resumo.

Senador Walter Pinheiro, como conversei com V. Exª, vou fazer apenas uma introdução, explicando o motivo da audiência de hoje: o efeito da contaminação pelo chumbo na cidade de Santo Amaro, na Bahia.

Fomos procurados pelo Grupo de Trabalho de Justiça Ambiental da Frente Parlamentar Ambientalista e por membros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Recebi uma ligação do próprio Ministro da área, que me relatou que deveríamos conhecer os efeitos da contaminação pelo chumbo na cidade de Santo Amaro, na Bahia.

Nos vídeos e nas fotos que me foram apresentados, vi a situação de crianças e de adultos de Santo Amaro e de seus familiares, que, como eu nunca tinha visto, sofrem uma agressão física e psicológica devido à contaminação por chumbo. Pelas informações que recebi, eu poderia dizer que mais de duas centenas de pessoas já faleceram devido ao chumbo. De fato, tanto eu como todo o meu gabinete ficamos indignados com a situação da população, em que a maioria é composta por negros.

O chumbo, segundo especialistas, integra o grupo de elementos químicos conhecidos como metais pesados, de grande força tóxica, que produzem doenças devastadoras e levam à morte. A acumulação de chumbo no organismo afeta severamente as funções cerebrais, sangue, rins, sistema digestivo e reprodutor, inclusive com possibilidade de produzir mutações genéticas aos descendentes.

Santo Amaro da Purificação, para os que não conhecem, é a terra de D. Canô, mãe do nosso querido Caetano Veloso, aplaudido por todos nós, pelo menos por mim, e de Maria Bethânia. Sou fã de ambos. Estou falando o nome deles aqui numa deferência carinhosa a ambos. De lá, de Santo Amaro, lembro aqui, D. Pedro saiu rumo a São Paulo, para dar o grito da Independência, às margens do Ipiranga. Infelizmente, essa também é a terra onde constatamos o sofrimento. Ali, pelo material que recebi, predomina o silêncio da dor. Ali predomina uma população amordaçada pela tortura do chumbo.

Quero destacar que, assim que o Grupo de Trabalho saiu de meu gabinete, fiz contato de imediato com o Senador Walter Pinheiro, com a Senadora Lídice da Mata e com o Senador João Durval. Todos entenderam que esse debate teria de ser feito na Comissão de Direitos Humanos, e aí surgiu esta audiência pública.

Hoje, veremos a apresentação do Grupo de Trabalho de Justiça Ambiental, que, há dois anos, vem traba-

lhando no caso e que, aqui, apresentará fotos, imagens sobre a contaminação pelo chumbo em Santo Amaro.

Nossa intenção nesta audiência pública é abrir caminhos, abrir portas, para que haja o atendimento devido e até reparação a essa população.

O Senador Walter Pinheiro, como ninguém, vai poder, em seguida, comentar – só estou fazendo uma introdução. Foi uma empresa francesa que se instalou lá, e, por isso, convidei também o representante da Embaixada da França no Brasil. Não sei se ele está presente no momento.

Permitam-me dizer que Caetano Veloso abordou o tema na música "Purificar o Subaé". Subaé é o rio da cidade Santo Amaro. Não conheço a cidade Santo Amaro da Purificação. A letra diz:

"Purificar o Subaé
Mandar os malditos embora
Dona d'água doce quem é?
Dourada rainha senhora
Amparo do Sergimirim
Rosário dos filtros da aquária
Dos rios que deságuam em mim
Nascente primária
Os riscos que corre essa gente morena
O horror de um progresso vazio
Matando os mariscos e os peixes do rio
Enchendo o meu canto
De raiva e de pena."

Por isso, é Caetano! A música diz muito mais do que a introdução que tentei fazer aqui. Parabéns, Caetano Veloso! Parabéns, Maria Bethânia! Essa letra diz muito mais do que tudo que, neste momento, eu pudesse tentar expressar. Vi os vídeos e as fotos, que já estão circulando neste momento.

Está aberta a audiência pública.

Não sei se o Senador Walter Pinheiro gostaria de falar neste momento ou no desenrolar da audiência. *(Pausa.)*

Eu convidaria, neste momento, os senhores que me procuraram e que estiveram comigo no gabinete a fazerem seus comentários e a apresentarem o vídeo. (*Pausa.)*

Quem é que vai apresentar o vídeo e fazer os comentários? (*Pausa.)*

Sou do tempo da pontualidade, moçada. Eu disse que ia abrir a reunião às 9 horas. E a abri, doa a quem doer. (*Pausa.)*

Bom dia!

Concedo a palavra à senhora.

A SRª REJANE PIERATTI – Bom dia a todos e a todas!

Meu nome é Rejane Pieratti. Faço parte da Frente Parlamentar Ambientalista e também deste Grupo de Trabalho de Justiça Ambiental, que começou a fazer essa pesquisa e a relevantar esse caso, que já foi levantado várias vezes.

Queríamos agradecer, primeiro, ao Dr. Rogaciário, do Instituto Cooperforte, que foi a primeira empresa de Brasília, e talvez a única, que, quando dissemos que precisaríamos ir a Santo Amaro para levantar esse caso, para ajudar, para fazer alguma coisa, dispôs-se a estar conosco.

Há um vídeo que será passado, mas me ligaram agora, dizendo que o carro teve um problema no caminho. Mas eles já estão chegando. A gente poderia passar para frente, que eles estão chegando com o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pergunto ao Sr. José Rogaciário se poderia iniciar o tema. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Sr. José Rogaciário dos Santos, que dispõe de dez minutos, com mais cinco minutos, se necessário, para falar sobre o tema desta audiência pública.

O SR. JOSÉ ROGACIÁRO DOS SANTOS – Bom dia a todos!

A minha fala é específica, é fala de um apoiador.

O Instituto Cooperforte é uma Oscip sediada em Brasília com projetos implantados em todos o País. É uma organização particular mantida por uma cooperativa de crédito de funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do BNDES, do BNB. É uma cooperativa exclusivamente de funcionários. Tornou-se a maior cooperativa de crédito do País, com mais de cem mil associados. E criou-se o braço social, que somos nós, o Instituto Cooperforte, para desenvolver projetos de inclusão social e econômica de pessoas de baixa renda, passando pela sustentabilidade de pequenas comunidades e também pelos direitos humanos. Quem não tem cidadania, quem não tem emprego também está nessa faixa de descoberta dos direitos humanos.

A Rejane nos fez o convite e não precisou apresentar nada escrito. Somos muito exigentes em termos de análise de projetos, mas não o somos num caso desses, com uma solicitação dessas, pois há pessoas contaminadas. Conheço Santo Amaro. Sou baiano, mas moro em Brasília há mais de 20 anos. Conheço Santo Amaro, já passei lá em diversas ocasiões. Também sou fã do Caetano e da Bethânia. E me sensibilizei, junto com toda a minha equipe, para atender o pedido da Rejane Pieratti de imediato. Essa é uma questão não de deferência, mas de obrigação nossa, não como baiano, mas como cidadão.

Neste momento, como instituição privada, estamos apoiando um projeto dessa natureza, porque

há coerência entre nossa missão de inclusão social e econômica de pessoas e nosso próprio Estatuto. Somos coerentes ao seguir aquilo que está escrito no Estatuto. Não somos uma ONG de fachada; exercemos nossa missão de maneira concreta. Gosto sempre de ler nossos estatutos. Qual é a nossa finalidade? O que estamos fazendo aqui? Desenvolvimento econômico e social, combate à pobreza, estando presentes os direitos humanos, a democracia e os valores e princípios cooperativistas universais, que são ajuda mútua, responsabilidade, democracia, equidade e solidariedade. Quem vive trabalhando sob esses princípios não se pode furtar a um convite, a um pedido de apoio como esse que a Rejane Pieratti nos fez.

Por isso, estamos aqui. É apenas uma justificativa, dizendo por que estamos apoiando esse projeto de descontaminação, talvez, do rio Subaé e de revitalização da saúde das pessoas da cidade de Santo Amaro que foram contaminadas pelo chumbo.

É somente isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Sª fez a sua introdução, Sr. José Rogaciário dos Santos.

Acertamos na Mesa que o Dr. Guilherme Franco Netto, que conhece o tema, que esteve na área e que acompanha a situação desde 2003, fará a sua exposição, enquanto aguardamos o Dr. Itanor Júnior, que é da área e que vai comentar também o que viu, com base, inclusive, no que vocês já estão vendo no vídeo e nos *slides*.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Guilherme Franco Netto, que é médico e assessor especial da área da Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador e que, nesta audiência, representa o Ministro Alexandre Padilha.

O SR. GUILHERME FRANCO NETTO – Bom dia a todos!

Agradeço-lhes a oportunidade, em nome do Senador Paulo Paim, de expor aqui algumas iniciativas do Estado, do Governo, relacionadas a esse tema dramático.

É importante registrar que, para a saúde pública, o tema da exposição humana a chumbo vem da antiguidade. O saturnismo tem relações com problemas de saúde desde a antiguidade. Nas épocas anteriores, era muito comum que os receptáculos de água para consumo humano fossem construídos na base de metais pesados, como, por exemplo, o chumbo. Então, existiam inúmeras situações – que, obviamente, mais adiante, a ciência identificou – de problemas de saúde relacionados ao chumbo. Então, não há dúvida de que a exposição humana a chumbo em níveis acima daqueles recomendados pela Organização Mundial de Saúde trará consequências importantes do ponto vista de limitação da saúde em diversos tecidos, em sistemas de funcionamento do nosso corpo. Não me vou ater a isso, porque o caso não o exige.

Essa situação está instalada, e vamos expor o que o Ministério da Saúde e, particularmente, o sistema de saúde vêm desenvolvendo em relação a esse problema.

Esse *slide* mostra o histórico da contaminação do meio ambiente e a exposição da população em decorrência das atividades da Companhia Brasileira de Chumbo Plumbum Mineração e Metalúrgica Ltda, que, de 1960 a 1993, produziu e depositou 490 mil toneladas de escória contaminada com metais, sobretudo chumbo e cádmio, na área da empresa e no entorno.

Essa era uma representação, como já foi dito, de uma multinacional de origem francesa. Na época, como os senhores sabem, até mais ou menos meados de 1970, não havia nenhum tipo de critério ambiental para a instalação desse tipo de serviço, e, infelizmente, há aí um conjunto de problemas em nível nacional relacionados à má gestão de mineração e a outras situações, como é o caso que estamos tratando aqui.

A escória também foi utilizada – e esta é uma situação extremamente complicada – na base da pavimentação de logradores públicos, para aterrar pátios e para a construção das fundações das casas. Praticamente 80% da cidade de Santo Amaro da Purificação estão afetados por exposição a chumbo, seja nas camadas de pavimentação das ruas, seja nas próprias residências. Além disso, os compostos químicos eram lançados, sem o menor critério, no rio Subaé, o que tem a ver com a própria música do Caetano Veloso. É importante ressaltar também que, em relação a toda a atividade que o Ministério da Saúde desenvolveu na cidade, tivemos amplo apoio da D. Canô, que sempre foi uma representante dos interesses maiores daquela sociedade.

Em 2003, então, realizamos um estudo, por demanda da sociedade local e também dos órgãos estaduais e municipais, para que houvesse uma apreciação global da problemática relacionada a esse tema. Já existiam muitos estudos, especialmente da Universidade Federal da Bahia, extremamente consistentes, evidenciando essa problemática, mas essa metodologia nos permite fazer uma abordagem bastante ampliada das questões da saúde relacionadas a esse tipo de contaminação. É uma adaptação a uma metodologia desenvolvida pelo governo americano a partir da problemática dos solos contaminados que fazem parte do que eles chamam lá de superfundo.

No foco principal, então, do ponto de vista de onde funcionava a fábrica, encontramos cádmio, chumbo, cobre e zinco no solo superficial, na água subterrânea e nos vegetais com valores acima do recomendado. Simplesmente existe uma montanha dessas escórias ainda na área onde existia a produção, a manipulação desses metais pesados. Sistematicamente, em função das chuvas e de tudo o mais, a lixiviação faz com que esses resíduos venham a atingir a cidade e o ciclo das águas daquela região.

Então, há uma classificação dessa avaliação de risco para o foco principal, especificamente. De acordo com a metodologia aplicada, classificou-os como categoria A, que significa perigo urgente para a saúde pública, o que exige ação imediata no sentido de fazer com que essa situação seja modificada.

Há diversos focos secundários de contaminação, como, por exemplo, sedimentos do rio Subaé com cádmio, chumbo, cobre, mercúrio, níquel e zinco. Como eu disse, o escoamento para o rio Subaé dos resíduos das escórias era feito sem o menor controle. Também encontramos, com análise da Ecotoxicologia, moluscos amplamente utilizados por aquela população com concentrações também muito acima do recomendado de chumbo e de cádmio. Nesse caso, a classificação da avaliação de risco ficou como categoria B, que significa perigo para a saúde pública.

Então, tanto a situação do foco primário quanto a situação do foco secundário exigem que medidas concretas e imediatas sejam implementadas naquela região.

Quanto à população exposta, podemos ver que, num raio de 500 metros da área, cerca de 10 mil pessoas têm contato direto e permanente com todos esses tóxicos. A população consumidora de moluscos, em especial as famílias de pescadores da colônia de Caieiras, é de cerca de 675 pessoas.

Também há os ex-trabalhadores e suas famílias. Não era incomum – aliás, era regra – que os trabalhadores saíssem da sua produção e fossem para suas casas com vestimentas e material totalmente contaminado, contaminando assim, de maneira indireta, seus familiares todos. São cerca de 5,4 mil pessoas expostas a essa situação.

No próximo *slide*, vemos que, de 2003 a 2010, realizamos um conjunto de medidas, como gestão e operacionalização de um plano de ação voltado para a saúde e as suas relações interfaces com a questão de meio ambiente e a sustentabilidade da cidade; um protocolo de atenção integral à saúde da população exposta; e medidas do Ministério da Saúde para incremento dos recursos para o sistema de saúde local, para o desenvolvimento de medidas relacionadas a esse tema.

Não tenho condições de ler todo o plano de ação, mas vou ler o objetivo geral do plano: recuperar a saúde da população e a qualidade ambiental da cidade de Santo Amaro, comprometidas pela contaminação por metais pesados, através de mecanismos que promovam a inter e a intra-setorialidade, a participação popular e sustentabilidade, de modo a garantir a qualidade de vida da atual e da futura população santo-amarense.

Aí estão os objetivos específicos. Essa apresentação fica à disposição. Para que ganhemos tempo, devo dizer que existe uma série de medidas relacionadas ao desdobramento do plano de ação.

O próximo *slide* mostra a gestão e operacionalização desse plano: entre 2000 e 2004, foram realizadas oficinas de trabalho, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde da Bahia e com a Secretaria Municipal de Saúde de Santo Amaro da Purificação, para elaboração do plano de ação. Foram inúmeros encontros e reuniões para elaborar a estruturação desse plano.

Foi elaborado o documento "Atenção e Vigilância à Saúde da População Exposta a Chumbo, Cádmio, Zinco e Cobre em Santo Amaro da Purificação", estruturando-se num plano de ação entre 2004 e 2006. Esse plano de ação tinha cinco eixos de trabalho, para subsidiar o programa de purificação de Santo Amaro. Foi assim que o Governo da Bahia denominou essa iniciativa, Vigilância e Atenção à Saúde da População de Santo Amaro, com o desenvolvimento de um protocolo de vigilância e atenção à saúde da população.

O SUS tem o seu esquema, a sua atenção básica de monitoramento da população. Preconiza-se uma série de medidas relacionadas à questão de acompanhamento de crianças, de mulheres, etc.

Esse problema em Santo Amaro exige um sistema complementar de monitoramento, uma vez que, infelizmente, essas pessoas expostas não ficarão livres dessa presença do chumbo em seus tecidos num curto prazo. Há todo um trabalho a ser feito, que exige um protocolo específico, com educação em saúde e com pesquisas, para fazer um acompanhamento da saúde daquela população, com articulação intrassetorial e com articulação intersetorial.

Estão envolvidos, no setor saúde, a Secretaria de Estado de Saúde da Bahia, a Secretaria Municipal do Distrito de Santo Amaro da Purificação e o Ministério da Saúde. Diversas áreas das três esferas do Governo representam outras atribuições e responsabilidades – vou demonstrar isso mais adiante –, como meio ambiente e outros mais. E também há a participação da comunidade.

Foram feitas diversas reuniões entre os níveis federal, estadual e municipal, entre 2003 e 2005, com apresentação dos resultados da avaliação de risco; com reuniões intersetoriais para informação, discussão dos resultados e recomendação; com discussão da definição da estratégia de trabalho dos Ministérios; com discussão e definição de participação dos setores relacionados ao caso.

Foi feita uma grande reunião estadual sobre essa situação, com o desdobramento de uma proposta do plano de ação do setor saúde. Houve uma reunião também intersetorial sobre essa problemática, realizada sob o comando da Presidência da República em 2005; duas apresentações no Conselho Estadual de Saúde da Bahia; duas reuniões do Ministério da Saúde para definição de estratégia. Enfim, foi adotado um conjunto de medidas.

Foi criado um grupo multissetorial do Governo Federal em 2006, formado pela Casa Civil, para atender a demanda da Presidência da República, em prol das especificidades de saúde da população exposta, em torno de 15 mil pessoas, e da recuperação ambiental das áreas contaminadas por esses metais pesados, como a área da fábrica, o entorno, até quinhentos metros, e o rio Subaé.

As ações propostas por esse Grupo foram subsidiadas pelo plano de ação do setor saúde.

O Ministério da Saúde tomou uma série de iniciativas: apoiou a organização, o fortalecimento e a implementação da atenção à saúde no Município; favoreceu e participou da formação de capacitação de profissionais; e participou da informação e comunicação para a população.

Em 2008, o Governo Estadual da Bahia instituiu oficialmente o Grupo Setorial da Saúde, que reiniciou as atividades e reuniões periódicas em 2008. Basicamente é um desdobramento de todo o trabalho que já vinha sendo proposto, com a participação de outros setores, além da saúde.

Uma série de iniciativas complementares foi adotada. Vejam ali que há questões relacionadas a ações do MDS, há questões de aquisição de alimentos. O Ministério da Cultura também elaborou um projeto em torno do Programa Monumenta, no sentido de fazer com que houvesse a recuperação do simbolismo daquela cidade, que tem uma história muito bonita; e o Ministério das Cidades também, em conjunto com a Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo, Cádmio e Mercúrio da comunidade local, cadastrou as famílias e residências contaminadas para a inclusão nos programas sociais de moradia por meio das medidas institucionais que eram adotadas pelo Ministério.

O próximo *slide* mostra questões previdenciárias e de trabalho. O INSS entrou em ação para verificar quem tinha benefício relacionado ao problema da exposição ao chumbo e quem não o tinha. Foi identificada essa situação. E também um trabalho foi realizado para elaborar um projeto de recuperação ambiental das áreas contaminadas com metais pesados: os resíduos ou sedimentos do rio Subaé, 80% das ruas do Município, o entorno da fábrica e o próprio local da fábrica.

Então, desde 2004, um conjunto de iniciativas importantes foi desenvolvido pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, envolvendo, inclusive, a Universidade Federal da Bahia, entre outros.

Isso foi desenvolvido. Foi feito, então, um processo de debate sobre as medidas propostas, mas, infelizmente, esse processo foi arquivado. Então, desde 2008, houve uma apreciação técnica por parte da Universidade Federal da Bahia, entre outros. A Universidade Federal da Bahia identificou que existiam inconsistências no projeto preparado pelo Governo do Estado da Bahia, e isso, então, ficou sustado desde 2008.

O Protocolo de Atenção Integral à Saúde da População é composto de instrumentos construídos de forma tal, que visem à orientação e à organização do setor saúde local para identificar a população exposta e para realizar o cuidado da saúde de acordo com sua especificidade, para contribuir com a melhoria da qualidade de vida etc.

Então, todas essas iniciativas foram levadas adiante, até 2010, com iniciativas de capacitação de profissionais e com o fortalecimento da capacidade de resposta das unidades de saúde do local.

Entretanto, o Protocolo não foi completamente implantado por razões do próprio funcionamento do sistema de saúde local.

Esse é um demonstrativo do incremento do repasse de recursos para o Município de Santo Amaro da Purificação. Desde essa iniciativa, o montante saiu de R$1,288 milhão e chegou, em 2009, a R$3,401 milhões, para fazer com que as medidas ali fossem adotadas.

Aí se mostram as dificuldades e os desafios. O problema é extremamente complexo, e existe uma vulnerabilidade muito grande, sendo que essa exposição contínua é um risco muito grande para aquela população.

Há uma visão limitada e inexperiência de órgãos e setores dos três níveis do governo envolvidos para solucionar o problema. As soluções extrapolam a capacidade de resposta e experiência do setor saúde, requerendo, portanto, a participação dos mais diversos setores. Há uma descontinuidade de ações importantes, em função dos ciclos de gestão do nível municipal e do nível estadual, o que faz com que haja também

fragilidade nesse processo e também um desinteresse ou uma desmotivação grande por parte dos funcionários, habitantes do local, que não conseguem vislumbrar uma luz no fim do túnel e passam a ter uma atitude, vamos dizer assim, de descrença quanto a essas medidas todas que vêm sendo tomadas, juntamente com a própria atitude da Avicca, já muito cansada com essa situação.

Há uma reestruturação em curso na Secretaria de Saúde da Bahia, e esperamos que isso resulte em fortalecimento dessas medidas. Já comentei que a população está descrente com essa situação. O processo de controle social e de participação da sociedade é desorganizado e insuficiente.

Não há atrativos concretos para fazer com que se mude o quadro geral da situação de Santo Amaro da Purificação. Economicamente, Santo Amaro da Purificação, hoje, deixou de ser um polo importante naquela região, o que faz com que ali haja ausência de grandes investimentos. Assim, não há possibilidade de fazer com que a região saia da situação em que vive hoje.

A Comissão Intersetorial Municipal, que envolve vários setores, funciona, até hoje, sem um regimento, sem cronograma de reuniões e sem agenda de trabalho estabelecida, mesmo tendo posse do plano de ações envolvido na temática.

Par concluir, quero dizer que há dificuldade de se finalizar a apresentação e a implementação das propostas e também o estabelecimento de convênios e de parceiras que tratem do problema como um todo. O Município também tem essas dificuldades. Não houve ainda, concretamente, até o momento, alteração do quadro ambiental, ou seja, não houve remediação do foco principal, nem tanto recuperação das áreas contaminadas, mesmo isso tendo sido apresentado desde 2003. Não houve também identificação de uma solução, de uma medida ou de uma técnica a serem adotadas ali para tratar da eliminação da exposição ambiental, entre outras situações.

Essa é uma situação pendente. Nesse setor da saúde, temos todo o interesse em colaborar, para fazer com que haja a superação desse quadro dramático, que é o de Santo Amaro da Purificação.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta o Dr. Guilherme, que foi bem objetivo. Mostrou as intenções, mas mostrou também que o resultado não veio. E a população está lá. De fato, o quadro nos preocupa cada vez mais.

Vamos fazer duas Mesas. Quero registrar a presença do nosso querido Deputado José Sarney Filho, que atendeu ao nosso convite.

Agora, passo a palavra ao Fernando Vasconcelos, Diretor Substituto do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, em representação à Srª Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho. Em seguida, falará o Renato. Depois, faremos outra Mesa.

O SR. FERNANDO VASCONCELOS – Obrigado, Senador.

Cumprimento todos. Cumprimento o Senador Walter Pinheiro e o Deputado Sarney Filho.

Como o primeiro palestrante, eu também sou baiano. Então, inevitavelmente, na Mesa, baianos participam desta discussão.

Eu me formei em Medicina em 1982 e me recordo de que, em 1983, em 1984, eu já lia os primeiros trabalhos a respeito da contaminação por chumbo naquela região, em Santo Amaro. Inicialmente, havia estudos de Química e no Departamento de Medicina Preventiva. Esses estudos levaram a teses de doutorado, a vários artigos, mostrando a questão do chumbo e do cádmio. Na verdade, nesse período, já estava bastante evidente que o problema era grave para a saúde dos moradores, dos habitantes e dos trabalhadores daquela região. E esse quadro tornou-se ainda mais consolidado com o trabalho do Ministério da Saúde, que permitiu traçar esse plano ao qual o Guilherme fez referência, apresentando as suas linhas de atuação.

É importante registrar que a nossa ação, a ação do Ministério do Trabalho, desde o momento em que a fábrica fecha, é uma ação acessória. Como nós, da inspeção do trabalho, da fiscalização do trabalho, atuamos? A gente atua interditando, embargando e autuando, mas, se a empresa fechou, o que pode haver é apoio, orientação, suporte. De fato, a atuação central do Ministério do Trabalho já não é mais aquela da área de fiscalização; poderia ser de outras áreas do Ministério do Trabalho ligadas às políticas de emprego, às relações de trabalho, mas não da inspeção do trabalho.

Essa dificuldade, esses desafios muito bem apresentados por Guilherme remetem-nos à questão do momento que o Brasil vive. Vivemos uma década de crescimento, de desenvolvimento, mas existe um passivo ambiental e social, um passivo de saúde gigantesco. De modo geral, não percebemos que está havendo uma mudança na perspectiva da curva em relação a esse passivo.

Esse é um problema grave para o crescimento do País. Não queremos ser um tigre asiático, como se falava na década de 90. Queremos ser um país desenvolvido, e um país desenvolvido trata dos problemas ambientais e sociais, do problema da saúde ambiental e da saúde do trabalhador de maneira mais grandiosa, de maneira mais célere. Uma política desse tipo deve

ser tomada como uma política de Estado que necessita de uma força-tarefa e de um volume de recursos muito maior, envolvendo não apenas o governo do Estado e o Governo Federal, mas, realmente, envolvendo todos os atores mencionados pelo Guilherme, numa perspectiva de se dizer assim: "Olha, vamos resolver o problema em tantos por cento e até tal período". De fato, a gente não percebe essa tradição na história brasileira.

Recebi, ontem, a indicação pela Secretária Vera Albuquerque para representá-la neste debate, porque ela não pôde estar presente aqui. Eu estava retomando um pouco os dados em relação à questão do chumbo e me lembrei de um caso na Espanha em relação ao mercúrio. O Senador Paulo Paim vai se lembrar bem disso, porque isso ocorreu numa cidade chamada Almadén. O Rio Grande do Sul agradece a referência, porque é o nome de um vinho bastante conhecido no Rio Grande do Sul.

Na cidade de Almadén, estava localizada a maior mina de mercúrio do mundo. A Espanha e a União Europeia decidiram fechar a mina de Almadén, fechar as minas de mercúrio e limpar de mercúrio a Europa, a União Europeia. A Alemanha se interessou pelo mercúrio: "Quero acumular. A acumulação de mercúrio é relativamente pequena, porque ele muito denso". A Alemanha aceitou receber esse mercúrio, e pode ser que, daqui a algumas décadas, haja uma solução econômica para o uso desse mercúrio. Há um processo em andamento de limpar de mercúrio a Espanha e a União Europeia, dar uma perspectiva econômica para aquela cidade, que vivia em torno daquela mina. Quando a gente vê as fotos da mina, a gente vê que era uma região muito bonita. Inclusive, Eles estão fazendo uma exploração turística da cidade em relação a essa situação.

A gente vê como as coisas são tratadas de maneira bastante diferente em nosso País. Sabemos do notório caso, por exemplo, do amianto, do asbesto, que sabidamente é cancerígeno em todas as suas formas. O Instituto de Pesquisa do Câncer da OMS já não deixa dúvida quanto a isso. Hoje, já não há mais uma discussão se essa ou aquela forma é cancerígena; todas as formas são cancerígenas, embora o Brasil ainda não declare dessa forma. Sabemos que, daqui a algumas décadas, nós nos preocuparemos como fazer para limpar o amianto, que continua se acumulando no Brasil inteiro, o tempo inteiro. Na verdade, nesse caso, poderíamos pensar em que solução dar para Goiás, em que solução dar para a população e para os trabalhadores de Minaçu, em Goiás, e em que solução dar para o segmento econômico, para tirarmos esse problema da nossa frente, para não aumentarmos esse passivo.

Volto à questão do chumbo. Em Santo Amaro, como o Guilherme mencionou, havia um tempo em que não se preocupava com a licença ambiental. A própria instalação dessa fábrica em Santo Amaro é uma lógica das mais absurdas. Na verdade, queriam desenvolver empregos e outros fatores políticos. Então, em Santo Amaro, colocaram uma fábrica que nada tinha a ver do ponto de vista de produção mineral. Tiravam o minério da região de Boquira, levavam o minério para Santo Amaro, à beira dos rios, no caminho para o mar, e a situação ficou em total descontrole. Não estamos falando de um produto que é ilegal; teoricamente, esse produto estaria sob total controle. Mas as coisas foram se encaminhando nessa perspectiva.

De fato, com este meu registro sobre três questões macro – duas questões do Brasil e uma questão da Espanha –, penso que só vale a pena voltar a essa questão do chumbo, depois de tantos anos que a fabrica foi fechada, para se dizer – e sei que este é o seu interesse, Senador, e o da Comissão: "Agora, o que faremos para apontar uma solução de fato?". Se rendermos mais alguns artigos, mais algumas teses, mais alguns debates, mais algumas conferências sobre o tema, isso de nada adiantará para o povo de Santo Amaro.

Quero lembrar outro caso, antes de encerrar. Refiro-me ao caso de Niquelândia, que também foi muito discutido na Câmara dos Deputados há alguns anos, infelizmente pela via incorreta, porque a denúncia dos trabalhadores era a de que havia uma contaminação por amônia, mas, na verdade, parece – e só posso dizer parece, porque não existe estudo que nos permita ter uma visão mais clara em relação a isso – que o problema não era a amônia, mas, sim, um problema relativo ao processo produtivo e ao beneficiamento do níquel em uma das fábricas de Niquelândia. Alguma coisa grave existiu em Niquelândia. Ficamos discutindo em torno da amônia: "É amônia; não é amônia". E a empresa manteve a posição dela, fazendo a sua defesa: "Não é amônia; não há problema com amônia". Quando participávamos de alguma discussão em relação a isso, perguntávamos o seguinte: "Então, se não é amônia, é o quê? O trabalhador está doente, a população está doente. O que fazer em relação a essa situação?".

Então, há uma tendência nossa em ficar procurando culpados, em ficar procurando dizer o que não é. E, mesmo quando sabemos o que é e sabemos o que fazer, a gente tende a não fazer. E, de fato, o desafio de Santo Amaro é grandioso. A breve apresentação feita pelo Guilherme mostrou a seriedade com que o Ministério da Saúde abordou o tema, juntamente com o Governo da Bahia e com a Secretaria de Saúde da

Bahia. Mas isso não foi suficiente. De fato, isso não foi suficiente.

Embora o Ministério do Trabalho tenha uma atuação acessória no que diz respeito à fiscalização nesse caso, quero dizer que os apoiaremos totalmente, tanto o nível central do Ministério do Trabalho, da Inspeção do Trabalho, quanto a Superintendência da Bahia. Ontem, conversei com a Superintendente Raísa Simões sobre isso, e ela se colocou totalmente à disposição da iniciativa.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Bela exposição! Cumprimentamos, pela exposição, o Fernando Vasconcelos, que, aqui, falou em nome da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Sua fala é fundamental. Esta audiência não pode ser só mais uma forma de falar sobre o tema, e ponto. Queremos saber o *day after,* o que efetivamente vamos fazer. Em seguida, será passado o vídeo aí, estão apenas fazendo uma adaptação ali. Fiquei assustado com o vídeo. Fiquei assustado; o termo é esse.

Agora, vai falar o Renato. E o que eu disse no plenário repito aqui. E esse assunto chegou a mim pelo STJ. Foi um Ministro do STJ que me ligou e disse: "Paim, resolvi recorrer a você, para darmos mais fôlego, para encontrarmos caminhos para esse tema". É claro que não resolvo nada, mas assumo o material que recebi e que é da maior gravidade. Só ouvi essa frase.

O meu querido Luiz Alberto, Deputado Federal pela Bahia, chegou aqui neste momento. O Deputado Federal Sarney Filho está aqui conosco também, bem como o Senador Walter Pinheiro.

Vi o vídeo, e os funcionários do meu gabinete saíram da sala. As lágrimas corriam pelo rosto. E olhavam para mim: "E agora, Senador?". Agora, vamos ver o que podemos fazer, vamos trabalhar juntos. Mas as lágrimas corriam pelo rosto, e alguns saíam da sala. O vídeo será reproduzido aqui, em seguida.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Renato Ferreira, assessor parlamentar da Seppir, em representação à Ministra Luiza Bairros.

O SR. RENATO FERREIRA – Muito bom dia a todos e a todas!

Eu gostaria de, em nome da Ministra Luiza Bairros, da Seppir, cumprimentar o Senador Paulo Paim e os demais Senadores pela iniciativa de uma audiência pública para discutir um tema tão relevante.

Eu gostaria de saudar também meus companheiros de Mesa. Cumprimento-os já pela fala muito interessante e instigante que fizeram aqui em relação ao tema.

Eu gostaria também de saudar os demais parlamentares, as demais pessoas que participam desta audiência e o público que acompanha de casa a reunião pela TV Senado.

Em representação à Seppir, vou realçar dois aspectos: concordo com os que me antecederam em relação ao problema, mas também trago à baila uma discussão que ficou um pouco invisível, o que é comum, mas que nunca deve ser por nós naturalizada quando se discute essa questão ligada, sobretudo, ao impacto ambiental nas populações mais carentes do Brasil. Refiro-me especificamente a uma invisibilidade que ocorre e que sempre ocorreu quando assuntos como esse são tratados, que é o impacto sobre a população que é atingida.

A população atingida – o vídeo já mostrou isso, e também tive oportunidade de ver – é a população majoritariamente negra. É a população majoritariamente negra que está atingida. No entanto, quando se fazem os estudos, quando se fazem as políticas públicas e quando se fazem também as determinações específicas para atender à população, muitas vezes, acabamos nos esquecendo de levar em consideração e de trazer para dentro da política pública que está sendo instituída o fato de que aquela comunidade atingida tem uma especificidade histórica, tem uma especificidade cultural, tem uma especificidade de luta, que se relaciona com seu aspecto de vida, de sobrevivência e, por que não dizer, de resistência, por conta de ser uma população majoritariamente negra.

Então, existem duas questões de que precisamos tratar, sob o ponto de vista do papel da Seppir, nesse aspecto. A Secretaria se coloca à disposição e, nesse sentido – orientou-me bem a Ministra –, vai desenvolver ações junto ao Ministério da Saúde e às demais Pastas interessadas e afetas ao caso, para que possamos dar efetividade ao plano. Esse foi um problema trazido aqui. Quer dizer, o plano, as soluções já foram apresentadas. O problema é dar efetividade ao plano. O nosso papel aqui é o de nos colocar como mais um ator, como mais um agente nesse sentido, não só com o Ministério da Saúde, mas também com o Governo do Estado da Bahia e com a Secretaria da Bahia. A Ministra pertenceu ao Governo da Bahia e sabe do caso, tem acompanhado o caso. Então, nosso papel é o de nos congratularmos com essas políticas públicas, para que elas tenham efetividade e transformem a vida dessa população, solucionando o problema causado por essa empresa que tornou pior a vida dessas pessoas.

Outro aspecto que eu gostaria de ressaltar toca naquilo que alguns intelectuais chamam de racismo ambiental. No Brasil, no meu Estado, por exemplo, houve uma catástrofe ambiental um tempo atrás, e vimos que a população negra é que tinha sido atingida, ficando sem trabalho, ficando doente.

Hoje, talvez, este seja o nosso segundo papel nesta Mesa: o de lembrar a todos os presentes que, diante de um caso como esse, não podemos deixar que isso fique vulnerável, invisível. Não podemos deixar de perguntar qual a cor das pessoas que estavam recebendo o impacto direto daquela atividade econômica. No caso que citei, era a população negra. Para nós, essa é uma das facetas do racismo. É este o papel da Seppir: combater esse tipo de situação, não deixar essas questões passarem despercebidas mais uma vez. É aquilo que chamamos de racismo institucional. O nosso papel, nesse sentido, é denunciar o racismo institucional e desenvolver políticas públicas para sua superação.

Nesse sentido, eu gostaria de me congratular aqui com meu irmão e amigo José dos Santos, que, na sua fala, trouxe bem essa questão desses impactos e do papel que eles estão tendo para fomentar e para fiscalizar o avanço das políticas públicas. A gente sabe que as políticas públicas são importantes, mas o controle social é fundamentalmente importante para que elas possam avançar.

Eu gostaria, mais uma vez, em nome da Seppir e da Ministra Luiza Bairros, agradecer-lhes o convite. E nos colocamos à disposição, dizendo que vamos atuar com firmeza para que essa situação possa ser transformada.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Dr. Renato Ferreira, que falou em nome da Seppir e em nome da Ministra, e que reforçou as palavras de José dos Santos. Não adianta! Há esse foco. Por que, nessa cidade de que falávamos aqui, que está totalmente contaminada por chumbo e em que não há ações que efetivamente resolvam a situação, 99% são negros? Temos de refletir também por esse foco. Temos de refletir. E garanto que esse não é o único caso no Brasil nem no mundo. Por isso, temos de aprofundar, de fato, esse debate.

Eu queria convidar os quatro painelistas a que retornassem à primeira fila.

Chamarei a segunda Mesa e começo pelo Deputado José Sarney Filho, Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista.

Convido ainda a compor a Mesa o Sr. Leandro de Almeida Vargas, Procurador do Município de Santo Amaro, que aqui representa o Prefeito Ricardo Machado. Meus cumprimentos ao Leandro, que representa aqui o Prefeito e que falará sobre o tema.

Cumprimento também o Sr. Itanor Júnior, que, talvez, tenha de usar a ponta da mesa por causa do vídeo. O Sr. Itanor é ambientalista e advogado. Um Ministro do Superior Tribunal de Justiça sugeriu que eu dialogasse com ele, e já conversamos.

Convido também a compor a Mesa o Sr. Augusto César Lago Machado, vítima do chumbo na cidade de Santo Amaro.

Vou ler os nomes, para ver se a segunda Mesa está completa e se todos estão presentes. A partir daí, vamos ao debate. Os Deputados e os Senadores podem pedir a palavra a qualquer momento, se assim entenderem adequado.

O Sr. Cláudio Liberman já está à mesa?

Sr. Cláudio Liberman, por favor, venha à mesa.

Noto que Cláudio Liberman, Coordenador-Geral de Gestão de Qualidade Ambiental da Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama, está acompanhado da Drª Zilda Faria Veloso. Pergunto se os dois falarão. *(Pausa.)*

Então, falará a Drª Zilda Faria Veloso, mas o Dr. Cláudio pode também intervir dentro do tempo. Na mesa, há um microfone, que pode ser utilizado.

Então, já estão à mesa o Deputado José Sarney Filho; o Sr. Leandro de Almeida Vargas, representando o Prefeito Ricardo Machado; o Sr. Itanor Júnior, que foi quem me apresentou o vídeo, em nome desse Ministro do STJ. Não estou dizendo o nome do Ministro, mas o Itanor, se entender que deve dizer o seu nome, poderá fazê-lo, mas estou mantendo essa posição.

Vamos começar a apresentação do vídeo agora.

Convido o Sr. Itanor Júnior, que me apresentou o vídeo no gabinete, a pedido do Ministro do STJ, a apresentar aqui não só sua exposição, como também o vídeo e a fazer os comentários que entender necessários.

O SR. ITANOR JÚNIOR – Bom dia, Senador! Bom dia, Deputados! Bom dia a todos e a todas!

Agradeço-lhe a oportunidade de participar desta audiência, Senador. Para nós, é importante tratar dessa questão dentro da Comissão de Direitos Humanos do Senado, pelo valoroso papel que o Senado representa numa discussão de avanço de um País.

Começamos essa história em Copenhague, na Dinamarca. Estivemos na Conferência Mundial do Meio Ambiente – COP15, e, naquela cidade, fomos acolhidos por uma santo-amarense, Professora Nilza Sacramento, hoje professora doutora da Universidade da Dinamarca. Entre as diversas preocupações que tinha com sua cidade natal, essa era uma que, por muito tempo, afligia a Professora. Sabendo que fazíamos um trabalho junto à Frente Parlamentar Ambientalista, ela solicitou que fôssemos a Santo Amaro, que ali fizéssemos uma visita institucional, até para ver o que poderia ser feito, que instrumentos poderiam ser viabilizados para minimizar essa situação da cidade. Foi o que fizemos. A primeira visita a Santo Amaro

se deu durante a Lavagem da Purificação, um evento bastante famoso na cidade. Dialogamos e tivemos um primeiro contato com a Associação de Vítimas de Contaminantes de Cádmio e Chumbo, pela figura do Sr. Adailson, que teve muito apoio do Deputado Luiz Alberto na consolidação da entidade. O Deputado aqui se encontra presente.

Obtivemos algumas informações. Sabíamos que havia uma dificuldade enorme para lidar com a questão, até porque ela se arrastava, coincidentemente, por 33 anos de atividade da empresa e por 51 anos, por história de um contexto nacional. É uma empresa, como todos já falaram, que veio para o nosso País atrelada a um protocolo de segurança nacional, Senador. É uma empresa de matriz francesa que teve uma ocupação alemã durante a II Guerra Mundial. A empresa pertenceu à família Rothschild. Foi feita uma ocupação enquanto era a Peñarroya. Essa ocupação foi feita, e, hoje, é uma empresa que, nos passivos da Europa, é denominada Metal-Europe ou Glencore. Passada a II Guerra Mundial, com os novos empreendimentos e países que entrariam em convulsão social, elas iniciaram alguns empreendimentos. Quais foram esses países? Congo, Sudão, México e Brasil.

Essa empresa entra no Brasil em 1960. Já havia uma produção anterior, que era na fábrica de Boquira, na Mineração Boquira, que extraía anglesita, material bruto para fabricação do chumbo. E, num segundo momento, criaram-se dois polos: o polo do Vale do Ribeira, em Adrianópolis, e o polo de Santo Amaro da Purificação.

A contaminação pelo chumbo, todos aqui sabem, é extremamente lenta, extremamente silenciosa, incolor, insípida e inodora, ou seja, é de difícil percepção como contaminação. Isso fez com que essa cidade começasse a perceber efetivamente o efeito de uma intoxicação desse porte depois de passados esses períodos históricos.

Ao chegarmos à cidade, percebemos que havia realmente um descrédito de todas as instituições públicas, não só municipal, como estadual, como federal. As questões de pesquisa foram sempre muito questionadas pelos trabalhadores, porque sempre se colocavam na posição de pesquisados, e boa parte dessas informações acaba não retornando a essas pessoas que, voluntária ou involuntariamente, cederam esse processo de informação para pesquisa. E algumas questões poderiam ser trabalhadas.

Houve o apoio da Frente Parlamentar Ambientalista. É um trabalho que a gente vem desenvolvendo a duras penas. O Deputado Zequinha sempre foi um apoiador desse trabalho. Há um Grupo de Justiça Ambiental, Senador. Desenvolvemos um trabalho junto com a Justiça Federal para a consolidação das Varas Federais Ambientais. Quem nos apoiou, quem fez esse contato foi o Ministro Herman Benjamin, uma pessoa que tem preocupação com a questão ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor pode repetir o nome do Ministro, por favor.

O SR. ITANOR JÚNIOR – Ministro Herman Benjamin Franklin.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Ministro!

O SR. ITANOR JÚNIOR – Ele é uma pessoa muito sensível à causa ambiental, uma pessoa que tem uma preocupação com essa questão de justiça ambiental e que acabou viabilizando essa audiência.

A participação da Justiça se deu muito na seguinte questão: "O que faríamos?". Sabíamos que poderia ser feito o papel do advogado, que vai lá como salvador da pátria, que vai levar solução para toda essa população, mas isso, para mim, não atingiria o propósito. Diante disso, o que fizemos? Acionamos o Desembargador Tourinho – o Desembargador Tourinho, hoje, está no Conselho de Justiça, mas era coordenador do Juizado Especial Federal – e solicitamos a ele que, diante de todas as dificuldades, encaminhasse um Juizado Especial Federal itinerante, até porque boa parte dessa população nem está aposentada, e os que estão aposentados não se encontram em condições especiais.

Então, as ações trabalhistas se arrastam há vinte anos na Justiça do Trabalho, desde o momento em que, como erroneamente foi colocado, a fábrica fechou. Na verdade, a fábrica não fechou, mas, sim, deixou de produzir. A fábrica continua sendo um espaço privado, uma iniciativa que tem dono. Esses donos operam na cidade. Constantemente, há a presença dos advogados, que fazem acordos. Há funcionários que, ainda hoje, trabalham dentro da fábrica, mesmo que estejam fazendo só vigia de arquivo, guardando esse material. Portanto, existe a presença privada de uma iniciativa privada dentro do Município.

Uma coisa que a gente vem falando sempre, Senador, é que, *in dubio pro reo*, em toda a dúvida que se gerou, o benefício se deu em prol da empresa. Em toda dúvida, em qualquer situação de dúvida que se gerasse, desde a contaminação do indivíduo até os efetivos danos a essa população, em termos de saúde coletiva, em termos de saúde de trabalho, a grande beneficiária foi a empresa, que, dentro do que entendeu por processo de legislação, fez o que estava de acordo com a legislação à sua época e ao seu tempo.

E aí tem de ficar muito bem clara essa história, porque são quatro décadas de atividades: 60, 70, 80 e 90. Tomamos esse cuidado, durante o período do Juizado, porque a confusão na área jurídica temporal

entre essas pessoas é enorme. Existem pessoas que trabalharam por períodos muito longos, pessoas que trabalharam por períodos muito curtos, e o histórico dessas pessoas, até hoje, não está definido. Portanto, nem o cadastramento via Sistema Único de Saúde, que foi uma preocupação que tivemos, a identificação dessas pessoas no Sistema Único de Saúde, ainda foi feito. E aí entra a discussão do protocolo, que precisa ser aplicado. E, mais do que o papel, é preciso que haja a individualização das pessoas que viveram realmente o drama, que é uma situação muito mais complexa do que o próprio papel. É uma história que se arrasta por muito tempo, e sempre com a ideia de que não se resolverá ante a sua alta complexidade.

Então, separamos em quatro grupos: amarelo, azul, verde e branco, ou seja, as cores da nossa bandeira. Em amarelo, está o pessoal que trabalhou na década de 60; em verde, o pessoal que trabalhou na década de 70; em azul, o pessoal que trabalhou na década de 80; e em branco, o pessoal que trabalhou na década de 90. E por que a gente diz isso? Porque, na seara em que a gente opera, que é a área jurídica, o fato é muito importante. E, no caso da empresa, há uma dificuldade enorme de construir situações fáticas.

O trabalho no Juizado foi até bastante tumultuado, Senador. Peço até desculpas, porque as audiências ocorreram na semana passada. Foram dois anos de atividade, e as audiências se iniciaram na semana passada. Diante disso tudo, atropelamos todos os processos que existiam. Fizemos essa audiência, foram quatro juízes federais para a cidade de Santo Amaro, e foram feitos seis mil atendimentos. Desses seis mil atendimentos, houve 1,2 mil atermações. Dessas 1,2 mil atermações, houve 860 perícias, independentemente da questão do chumbo, porque, evidentemente, se tratássemos somente da questão do chumbo, a facilidade do INSS de anular esse tipo de iniciativa seria bastante possível.

E qual o resultado? Extremamente dificultoso. Em termos periciais, a própria Justiça encontra uma dificuldade enorme de chegar à conclusão. Então, ao estabelecer um nexo de causalidade entre a contaminação e a situação enfrentada pelas pessoas, é rotineiro a questão pericial evitar atingir esse nexo de causalidade, até porque, no caso do chumbo, volto a dizer, há pessoas com altos índices de contaminação sem nenhum sintoma. E aí, para o INSS, muitos desses são capazes.

Então, existe esta situação: o chumbo é incapacitante, é um fator limitante. Dificilmente, em um polo petroquímico como aquele, você receberá passivo ambiental de trabalhador por outra empresa. Então, é uma região em que há um grande pólo petroquímico e em que há trabalhadores que não vão conseguir mais desenvolver sua atividade de trabalho. E garantir que essas pessoas tenham essa condição de incapacidade é uma coisa extremamente difícil por n fatores, pelo próprio protocolo de contaminação.

Então, foi feito um relatório junto com a Frente Parlamentar e com o Grupo de Justiça, e apresentamos esse relatório ao Desembargador Tourinho, tratando sobre essa questão, sobre esse histórico, compilando essas informações e fazendo com isso chegasse a um termo, Senador, para que a gente partisse de uma base, que é a Justiça Federal, que permite o acompanhamento desse histórico ao longo do tempo.

Repito: boa parte dessas pessoas não está ainda sequer identificada no Sistema Único de Saúde. Então, o inventário populacional garantiria essa continuidade de informação e esse monitoramento de saúde em situação em que não há reversibilidade da contaminação, porque não há processo de descontaminação. O que é feito são quelações e afastamentos. Então, não se consegue fazer o processo de descontaminação do indivíduo, e, somada a essa questão do indivíduo, que é extremamente complicada, há a própria situação da cidade, que vem sendo extremamente prejudicada pelos danos que essa empresa causou.

É uma empresa que veio para o Brasil com um nome sugestivo, Companhia Brasileira de Chumbo. Foi se transfigurando ao longo da sua história para Mineradora Plumbum, Mineração Boquira. Enfim, hoje, ela é um capital comprado pela empresa Adubos Trevo, ou Grupo Trevo, ou a Trevisa.

Então, são sistemas jurídicos, engenharias jurídicas que fazem com que se busque a reparação dentro do nosso ordenamento jurídico extremamente dificultoso.

A vinda à Comissão de Direitos Humanos, Senador, desde o primeiro momento, foi pensada. Por sincronicidade das boas forças, a gente conseguiu chegar a este momento.

A gente sabe que, mais que um dano a essa população, é um dano a uma cidade tão gloriosa como Santo Amaro. Ali há a história do candomblé, a história da capoeira, a história da República brasileira. Há também essa representação, sim, de uma relação – é como entendo, Senador – de um crime contra a humanidade. Então, mais do que nunca, temos de buscar reparações dentro da humanidade. E esse tipo de iniciativa dessa empresa no nosso País é um crime contra a humanidade, é um crime contra uma população que é belíssima e que tem o seu valor.

Eu trouxe os filmes. Há um relatório que mostra um pouco a condição de saúde no nosso futuro. Há aquela discussão de que, por mais silenciosa que seja

a contaminação, a realidade acaba sendo muito mais cruel do que o que podemos mostrar em filmes. Esse material está tornado público para a Justiça Federal; então, é de conhecimento público. Há de se fazer um amplo debate. Enfim, que se criem mecanismos para minimizar essa situação, para evitá-la ao máximo. Que isso sirva, realmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me interrompe-lo; sou obrigado a isso. Estou olhando as fotos ali. O senhor poderia, a partir do momento que as fotos estão percorrendo a tela, fazer alguns comentários. Eu acho algo assim...

O SR. ITANOR JÚNIOR – Sim, Senador. Na verdade, o que ocorre? É uma questão de contaminação por metal pesado. E o processo de absorção é muito maior em termos infantis, porque 50% daquilo que é depositado no organismo, em termos infantis, permanecerão no organismo da criança. O que ocorre na contaminação por chumbo? O chumbo não tem fator biológico na compleição humana, não faz parte da nossa carga mineral. Então, a partir do momento em que ele entra em contato com o nosso sistema mineral orgânico, ele começa simplesmente a decompor o nosso material mineral. E aí se entra no drama dos exames. Você passa por um primeiro período de análise, que são os exames sanguíneos, em que há a indicação de contaminação por 27 dias apenas. Num segundo período, começa a acumulação em tecidos moles, que são os nossos grandes tecidos: cérebro, rins, fígado. E, numa terceira etapa, há a deposição óssea, as questões de redução de volume ósseo.

Por que a população infantil é mais atingida? Porque é a que mais absorve. Como não há processo de excreção, como o chumbo também é transplacentário, aquilo que é absorvido pela mãe permanecerá e passará da placenta para a criança, gerando as más-formações congênitas e as alterações mutagênicas geradas por esse tipo de produto químico.

E a gente mostra muito essa situação, porque a gente sempre associou muito a toxicidade a alguns tipos de relação e se esquece do quão perigoso é haver produtos altamente tóxicos, extremamente comprometedores da saúde humana, que são tratados quase como inofensivos. A gente ainda é da época do soldadinho de chumbo, temos várias memórias infantis que nos remetem ao chumbo como sendo algo aceitável. E, com o passar histórico, aquela contaminação que existe ali é de 27 dias, de 27 meses, de 27 anos; nesses processos químicos, tudo é muito bem calculado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essas três fotos que estão passando agora na TV mostram realidades que estão acontecendo lá.

O SR. ITANOR JÚNIOR – Concretas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De quantos anos para cá?

O SR. ITANOR JÚNIOR – De 2007 para cá, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De 2007 para cá?!

O SR. ITANOR JÚNIOR – É um assunto que ainda incomoda realmente, porque não sabemos a solução. Volto a insistir no apelo para buscarmos, em conjunto, a solução, *in dubio pro* país, pois acho que, em toda dúvida que se gere, o benefício tem de ser dado ao País.

O nosso papel nesse momento foi justamente o de aproximar essa realidade da Justiça Federal, porque haverá outros desdobramentos, haverá outras ações. Há de se fazerem ações regressivas, há de se fazer uma preparação, para que o próprio Judiciário enfrente esse tipo de problema.

Então, para a gente, esta foi uma oportunidade ímpar realmente. Agradeço muito à população de Santo Amaro, às pessoas que nos deram um mínimo de suporte para que pudéssemos minimamente tratar o assunto.

Não me vou estender muito, porque outros falarão também. Vou deixar um espacinho no final para poder passar o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós vamos aguardar o vídeo; nós vimos só algumas fotos.

Agradeço, de pronto, ao Itanor Júnior, advogado ambientalista, que fez sua exposição. Só anotei quatro questões, porque as fotos dizem tudo para mim.

A questão, na Justiça do Trabalho, nos últimos 20 anos, permanece sem solução.

O SR. ITANOR JÚNIOR – Sem solução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que deveríamos visitar a Justiça do Trabalho num caso como esse. Se isso não é urgente, nada mais é urgente neste País, então.

Sei que os encaminhamentos serão feitos no final da nossa audiência pública, mas marcarmos uma audiência. Ou se faz um mutirão e se aprecia isso... A gente conhece bem a protelação. Advogados vão protelando, protelando, para não pagar nunca. E preferem pagar uma multa daqui a cem anos só para as outras gerações. A maioria não se aposentou. Isso tem a ver um pouco com a gente também, com o nosso Governo.

Se contaminação por chumbo não gera aposentadoria especial, nada pode gerá-la, então. Nada há que garanta uma aposentadoria especial – e, nessa área, a gente trabalha há alguns anos – se não se garante o direito a uma aposentadoria especial para

essa população. E toda dúvida tem sido usada a favor da empresa. Aí é de chorar mesmo!

Mas vamos lá, vamos continuar com o nosso debate. Muito obrigado.

Passamos a palavra, neste momento, ao Deputado Sarney Filho, coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente Paulo Paim, eu gostaria, em seu nome, de saudar todos da Mesa e também todos os presentes.

Não me vou alongar muito. Infelizmente, vou pedir licença à Mesa para, logo após minha fala, eu me retirar, porque está havendo uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, que foi inclusive proposta por mim, sobre energia nuclear.

Mas priorizei minha vinda aqui exatamente porque este é um problema que sensibiliza todos nós. E vou, rapidamente, resumidamente, dizer o que temos feito na Frente Parlamentar. Aqui, o nosso amigo Dr. Itanor Júnior já falou um pouco sobre isso.

Foi criado, há cerca de dois anos, um Grupo de Trabalho da Frente Parlamentar Ambientalista denominado Justiça Ambiental. Na Frente Parlamentar Ambientalista, criamos vários grupos de trabalho. Esses grupos de trabalho contam sempre com parlamentares – porque a Frente é parlamentar –, mas inovamos, trazendo pessoas da sociedade civil e de organizações não governamentais, para que, junto com esses grupos, pudéssemos dar mais celeridade e motivação às questões relativas à sustentabilidade.

Inicialmente, esse Grupo de Trabalho, que chamamos de GT, foi conduzido pelo ex-Deputado Régis de Oliveira. Atualmente, o Senador Aloysio Nunes é o coordenador desse Grupo. Esse Grupo fez uma parceria com a ONG Amigos do Futuro, tendo como interlocutor o advogado Dr. Itanor, que está aqui, e a Rejane, que também está agindo por ali. Está ali a Rejane Pieratti. Esse Grupo produziu um relatório completo sobre o problema, além de um vídeo, que será apresentado.

Em abril, conseguimos também, principalmente com o trabalho dedicado do Itanor e da Rejane, interlocutores da ONG Amigos do Futuro, deslocar para lá o Caminhão da Justiça Itinerante, como foi dito. Na realidade, houve uma concentração de juízes que tentaram dar mais celeridade à questão e chamar a atenção do Judiciário sobre esse problema.

É importante registrar – isto foi dito pelo pessoal da associação Amigos do Futuro – que esse trabalho teve o apoio importante do Prefeito de Santo Amaro, Ricardo Machado, a quem quero agradecer. Evidentemente, o Prefeito tem um interesse maior até do que o de todos nós, porque ele é o representante daquela população.

Rapidamente, eu queria acrescentar que, no meu entender, há quatro vertentes de ação que devemos focar. A primeira e a mais importante é a saúde das pessoas. Essa é a mais importante de todas. É preciso cuidar da saúde das pessoas, verificar aqueles que foram contaminados, verificar como fazer para solucionar o problema e para evitar novas contaminações. Elas estão interligadas.

A outra vertente, evidentemente, busca minimizar a possibilidade de novas contaminações, tentando descontaminar o solo, o leito dos rios. Nesse caso, o Governo brasileiro e o Governo da Bahia deveriam buscar, em outros países, exemplos de ações semelhantes que foram feitas com sucesso, para haver um atalho nesse processo. Vi que há muito estudo, muita proposta, mas que não há uma ação concreta. Muitos desses estudos foram arquivados, e não sabemos que relevância eles têm para solucionar essa equação difícil que existe lá.

O terceiro item que acho importante e que não podemos deixar de levar em conta é a responsabilização dos que foram culpados por esse crime contra a humanidade. Concordo com o nosso querido Itanor. Temos de buscar a responsabilização. Não podemos deixar que isso passe em branco. Temos de ir atrás disso, para ver, inclusive, internacionalmente, qual foi a firma que deixou isso, se ela foi vendida ou se está hoje na França. Temos de agir junto ao Ministério de Relações Exteriores e aos foros internacionais. Isso servirá de exemplo não só para o Brasil, mas para o mundo todo. Como vimos, eles começaram explorando países pobres: dois países africanos e dois países latino-americanos, que não tinham condições técnicas, que, na época, não tinham condições de fiscalizar. Havia até aquela velha imagem de "queremos fumaça, queremos poluição, para poder progredir", o que, infelizmente, em determinada época, era uma bandeira de certos setores.

E a última vertente, também falada aqui, é evidente: o direito dos trabalhadores, o direito daqueles que mais diretamente foram afetados.

Se a gente focar essas quatro vertentes de ação, a gente pode começar a enfrentar essa questão. De certa maneira, a Justiça indo lá, já se aborda um desses itens.

De outro lado, Sr. Presidente, estamos à disposição tanto na Frente Parlamentar Ambientalista, que já está agindo nesse sentido, como também na Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Se for o caso, poderemos fazer conjuntamente uma comissão externa novamente. Já foi feita uma comissão externa; na época, essa foi uma proposta do Deputado Gabeira. Essa comissão externa já foi até lá, tentou reunir dados

e fazer o mapeamento, mas não obteve sucesso. Mas poderíamos fazer uma comissão externa da Câmara e uma comissão do Senado. A melhor maneira de se fazer isso é mesmo pelas Comissões, porque, pelo Plenário, isso vai demorar, e se cria muita confusão. Então, iríamos juntos, o que daria um respaldo político. Estou à inteira disposição para ser um interlocutor junto à Comissão, junto à Câmara.

Não tenho muita coisa a acrescentar, ma quero me solidarizar. Constatações como essas nos fazem pensar, fazem-nos refletir muito sobre os efeitos que nossas ações terão no futuro. E digo isso no Senado, aproveitando uma brecha desta Comissão e o espírito democrático do Senador Paulo Paim, porque acabamos de sair da Câmara, de uma votação extremamente danosa para o futuro do País. Então, a gente tem muito receio.

Hoje, estamos falando de uma coisa que é muito mais impactante, que é material. Mas, se amanhã destruirmos nossas florestas e o nosso bioma, não só nos comprometeremos economicamente. Na nova realidade da economia. com baixo consumo de gases do efeito estufa, com a emergência do aquecimento global, os biomas, as florestas têm relevância e nos dão um diferencial. Também estamos acabando com as possibilidades de cura da bioprospecção, e a maioria dos nossos remédios vem da nossa biodiversidade. Estamos acabando com isso. Além disso, a própria agricultura vai se ressentir da qualidade do solo e da qualidade da água que estão diretamente vinculadas às áreas de preservação permanente, às reservas legais, que foram duramente afetadas.

Sr. Presidente, muito obrigado. Muito obrigado, Srs. Deputados e Srs. Senadores.

Vou ter de me retirar, mas, depois, mais detalhadamente, vou averiguar a documentação que vai ser expedida por esta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Deputado Sarney Filho, pelas suas contribuições a um tema que, com certeza, deixa todos nós angustiados e chocados.

Passamos a palavra neste momento ao Sr. Augusto César Lago Machado, vítima do chumbo na cidade de Santo Amaro.

O SR. AUGUSTO CÉSAR LAGO MACHADO – Gostaria de saudar a Mesa em nome do Senador Paulo Paim e de dizer aos senhores que estou aqui por uma força maior, a pedido de um filho meu, porque eu já tinha abandonado essa causa.

Eu sou uma vítima de chumbo. Trabalhei por 19 anos na empresa como técnico de laboratório e analista ambiental. Sou um contaminado, tenho neuropatia crônica, sofro de problemas emocionais. Os senhores não levem muito a sério se eu me emocionar no meu depoimento.

Quem me conhece aqui, quem conhece meu trabalho ao longo desses anos é o Deputado Luiz Alberto. Em 2000, se não me engano, no seu primeiro mandato, instituímos a Associação das Vítimas, da qual fui o primeiro Presidente, o que gerou essa ação. Mas, infelizmente, nada aconteceu, Deputado. As pessoas continuam morrendo, as crianças continuam sendo contaminadas.

Há estudos técnicos e científicos de todas as espécies, e já estou virando uma enciclopédia, na realidade, de tanto ver o que se escreve. A única ação feita, há poucos dias, partiu do Ministério da Justiça, que foi lá dar dignidade social a marisqueiros, a pescadores e a trabalhadores rurais, com o seu provento de previdência, que era negado ao longo desse tempo.

O que eu quero dizer aos senhores é que Santo Amaro, em 14 de junho de 1822, deu seu grito de independência, para se libertar da Coroa de Portugal. São tantos os nossos nomes ilustres! Estamos a 72 km da capital e temos 500 toneladas de escória, resíduo tóxico, dentro do perímetro urbano. Estamos tirando petróleo a 8.000m de profundidade e não sabemos trabalhar com óxido de chumbo, que é solúvel, em qualquer condição ácida. Não é possível que um homem de 63 anos, como eu, que sou contaminado, veja agora crianças de dois anos e de três anos e até recém-nascidos nesse estado!

É interesse de quem, pergunto eu, uma cidade perder o seu brasão de próspera, leal e benemérita para assumir o de cidade mais contaminada da América do Sul por metais pesados? É de interesse de quem? Não se respeita nem o tratado internacional em que simplesmente se diz, traduzindo para o popular, que o vizinho que sujar o quintal do outro tem a obrigação de limpar, revitalizar e onerar com todas as condições em qualquer termo. Está lá no Tratado de Kyoto! Está lá!

Afinal de contas, nós somos o quê? Entendemos o quê? Eu sou um homem – e estou aqui falando aos senhores – que tem morte anunciada. Sou filho de negro. Tenho minhas doenças congênitas que vão ser agravadas pelo processo de chumbo. O meu relógio cronológico foi aumentado, está em velocidade. Eu posso sair daqui e, ali, tornar-me um homem morto. E assim está acontecendo com crianças.

Eu pergunto mais uma vez: estamos fazendo o quê? Foi gasto dinheiro, e muito dinheiro, em cima de pesquisa. Qual a ação concreta? O rio está lá morrendo. Eu ainda cheirei o odor da maré, vi as canoas gritando: "Olha o peixe!". E hoje eu vejo o quê? Afinal de contas, em que Brasil nós estamos? Tivemos um dos maiores

presidentes, um presidente trabalhador, um homem que saiu da metalurgia e que, hoje, é considerado o cara mundial. Vimos a dignidade do Vice-Presidente, ao dar o maior exemplo, até o último instante, de que a vida é importante!

Eu só quero pedir aos senhores que olhem mais para Santo Amaro. Atentem ao pedido de D. Canô e deixem que os ex-trabalhadores tenham, no mínimo, a dignidade de entender o seu processo, de saber da sua doença, tenham o seu lado social equilibrado e voltem a ver, na bandeira da sua cidade, a expressão "leal, benemérita e próspera cidade da purificação".

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra é sua ainda.

O SR. AUGUSTO CESAR LAGO MACHADO – Há um mapa de contaminação, mais um estudo da Universidade Federal, que acaba de engessar a minha cidade. Urbanisticamente, é o que está aqui; o senhor vai ver.

Agora, pergunto mais uma vez aos pesquisadores: vocês sabem tudo, e onde estão as respostas? Vou dar uma resposta. Desculpem-me por ter pegado o microfone novamente, mas sabemos como descontaminar a cidade. É só vontade política e entendimento lógico. A escória, hoje, senhores – sou técnico em laboratório –, tem de 3% a 4% de chumbo, de 11% a 12% de zinco e mais de 20% de ferro. Se pegarmos as quinhentas mil toneladas de escória que estão dentro da cidade e jogarmos no polo petroquímico na Cetrel, onde se trabalha com ácido clorídrico – todos aqui sabem que ele é lixiviável na condição ácida – e separarmos os metais, venderíamos os metais e daríamos dignidade àquele povo, reverteríamos esse dinheiro para lá. Vamos correr atrás, vamos buscar o Itamaraty. Os franceses foram lá me entrevistar. E o que os políticos do Brasil fizeram? Dr. Luiz Alberto, lembro-me da sua audiência aqui na Assembléia Legislativa, que gerou um plano de ação no se primeiro mandato. Vou fazer uma pergunta direta ao senhor: o senhor cobrou de quem ação? O senhor está indo para o terceiro mandato e – politicamente vou falar – e muito bem votado como um representante da minha cidade. O que foi feito a partir do plano de ação? Acabei de ver um médico falar, elaborar muito bem o trabalho técnico e as ações. Meu Deus! É a coisa mais simples pegarmos a porção ácida, no caso o HCl, misturar e transformar em lamanóide, dar um choque térmico, separar por metais e transformar a escória, esse passivo ambiental que está em Santo Amaro, em minério rentável. A Bowling foi fazer isso lá, mas foi fazer dentro de Santo Amaro. Ela foi interditada porque queria transportar, Senador Pinheiro, carretas de ácido clorídrico dentro de uma cidade de ruas estreitas, com prédios históricos. Tudo isso, e nada aconteceu a Santo amaro. Nada.

Eu já perdi tantos colegas, já fui a tantos funerais, e os carrinhos de rua, como é comum em cidade do interior, quando passam, as pessoas dizem "mais um cobraqueiro, mais um ex-trabalhador". Se os senhores pegarem os Anais da Avicca, verão o número de vítimas ex-atletas, cidadãos mais velhos e alguns mais novos também. Todos sabem que o chumbo, uma vez no organismo humano, é irreversível. Eu, por exemplo, sei que, para a AIDS, há um controle, há um coquetel, há um tratamento. Para a tuberculose há tratamento. No entanto, para o chumbo, não há tratamento. Eu sou um contaminado. Que orgulho! Eu ainda estou tendo o privilégio de estar aqui conversando com os senhores. É uma honra representar o meu povo. Faço isso forçado por um filho meu, que disse: "Pai, um soldado baleado não abandona a trincheira, continua na luta. E você é um soldado".

Muito obrigado pela oportunidade. Senador Paim, acredito muito no seu trabalho, acompanho muito o trabalho dos Srs. Senadores. Por favor, ajudem-nos! Por favor!

O Senador Pinheiro bem sabe que temos uma central química, um polo petroquímico, e podemos montar uma planta piloto ali dentro, de tratamento da escória. A escória que está na compactação da cidade é muito pouca, em torno de 10%. Podemos impermeabilizá-la com asfalto. Temos um paralelo: ela é uma esponja. A lixiviação pode acontecer. A partir do momento em que a gente der direção às águas nas laterais, impermeabilizamos a que está dentro da cidade. Não é preciso mudar de cidade. Já ouvi técnicos dizerem: "Tem de se fazer uma nova Santa Amaro". Está aqui o engessamento técnico. Um prefeito de 40 anos está lá brigando, abrindo esse espaço. Está aqui. Vejam: "Bairros e povoados sem condições de habitação". Mas, no entanto, há gente vivendo lá dentro.

É mais um engessamento. Não se trabalha em Santo Amaro. Vou dar mais um exemplo simples para terminar a minha fala e não me tornar chato: a cidade foi contemplada pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, com 204 casas. Todos os estudos técnicos direcionavam a um local que foi escolhido pelos empresários como sendo um lugar viável, e foi pedido um estudo de impacto ambiental. Como era uma área degradada, foi feita só a análise de solo. E não sei, até por falta de conhecimento, como funciona, mas os caras só fizeram análises em 20cm ou 25cm de profundidade, porque era massapé e não adiantava aprofundar mais que não ia encontrar. Porque, numa área contrária à fábrica, a mais de 500m, a poluição que aconteceu ali foi atmosférica e só superficial. Mas, mesmo assim,

os limites habitacionais toleram em 300mg/kg para a área habitacional, e lá deu menos da metade em média. Mas um político contrário – é um prefeito novo, e todo mundo sabe o que aconteceu em Santo Amaro – foi ao IMA e inviabilizou essa área. Estamos buscando outra área com um engessamento desse jeito. Então, pergunto: vão sair as 204 casas em Santo Amaro, do programa Minha Casa, Minha Vida?

Há leis que proíbem... Eu, por exemplo, para provar às entidades médicas, tenho de ter 60mg de chumbo no sangue. A gente sabe que ele é mutável, ele está em tudo que é lugar, ele pode estar na minha estrutura óssea. Quem é que vai pagar uma análise de ossos para mim? Então, é feito pelo sangue. E, se não tenho 60mg, não estou contaminado. O saturnismo... Se há um médico aqui, ele deve saber que a contaminação é entendida a partir do momento... O chumbo está ali no organismo em qualquer quantidade, ele não serve para nada. Se você tem 1mg, 10mg ou 15mg, você é um contaminado. E aí as consequências vão se dar de acordo com cada organismo. Cada organismo funciona de uma maneira. Eu tive colegas que levaram três meses e morreram com pouco tempo. Eu levei 19 anos e ainda estou aqui, mas sou um contaminado. Eu perdi movimentos de face; sou extremamente nervoso. E a minha carteira profissional virou um atestado de óbito, porque só trabalhei na fábrica; não trabalhei em lugar nenhum.

O Dr. Luiz Alberto sabe muito bem disto: quem trabalhou lá não conseguia trabalhar em outras empresas. Ninguém assumia quem tinha trabalhado na fábrica, a partir do momento que foi declarado o chumbo como tóxico e aquela história toda.

Então, senhores, desculpem-me o lado emocional. Agradeço, de público, aqui, aos senhores e peço, encarecidamente, em nome de todas as vítimas, das viúvas, de todo santo-amarense, que, por favor, pelo amor de Deus, resolvam o problema de Santo Amaro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Augusto César Lago Machado, vítima do chumbo, que, com certeza, com sua fala, emocionou todos nós. Sei que todo mundo aí trancou a garganta. Não pensem que fui só eu não. Eu olhei o plenário e vi que todo mundo estava aí meio sem saber o que fazer pela emoção que sentiram. Meus parabéns! Digo que vamos juntos nessa caminhada.

Neste momento, vamos reproduzir o vídeo. E passarei a palavra novamente, dentro do tempo dele, ao Itanor Júnior, advogado ambientalista, para que o vídeo seja comentado.

O SR. ITANOR JÚNIOR – Eu agradeço muito ao pessoal do Instituto Cooperforte que nos deu apoio, ao pessoal da Frente Parlamentar, ao pessoal na Dinamarca que acreditou no trabalho.

A gente vai passar o início do vídeo. Na verdade, Senador, são dois materiais. Eu vou passar esse início, que é um material que a gente está acabando de editar. São dois vídeos basicamente; esse primeiro é um institucional, que a gente está concluindo.

Santo Amaro tem uma história única: além de terra de D. Canô, é terra de Besouro, cordão de ouro. Ali há toda uma história republicana. Esse é um material que contempla o depoimento de diversas pessoas, de diversos entes que participaram desse processo, e a ideia é a gente viabilizar, principalmente, Senador, essa proximidade com a empresa na França.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ITANOR JÚNIOR – É um material que aborda a fala por diversas perspectivas, como a da historiadora Zilda Paim. Há diversos atores que falaram sobre o tema, que abordaram esse tema. Esse tema vem sendo noticiado na imprensa reiteradamente, e o que a gente vem buscando hoje é chegar ao fim dessa história, Senador. É um sofrimento que ele precisa ser eliminado.

Esse é pesquisador Fernando Carvalho, que está pesquisando desde 1976 na fábrica. Essas pesquisas precisam ser retornadas à população. A gente vem clamando para que haja um protocolo bioético para essa questão das pesquisas na população de Santo Amaro, para que não se faça pesquisa sem que se dê retorno aos pesquisados, para que se aposentem, para que tenham resultados. A informação, nesse caso, é extremamente importante. Essas pessoas, basicamente, vivem da informação que elas têm. É muito triste você ver essas pessoas carregando as suas carteiras, já bastante gastas, carregando a sua documentação debaixo do braço, para provar uma história que está mais do que comprovada.

Então, os danos aos trabalhadores são muito evidentes. Esse é um trabalhador que teve dois dos seus dedos amputados. A situação é evidente. A situação é tão evidente, que, se você não olhar com olhar clínico, se não quiser ver, nosso amigo ali passa por um capaz. Ele passou agora por uma perícia. E um perito que simplesmente faz uma análise clínica das pessoas, com um simples olhar, trata boa parte dessa população como seres capazes. Então, há de se ter outro olhar, há de se ter outra proposta, para que haja justiça, realmente, numa situação como essa.

Vou passar o vídeo que a gente encaminhou ao Ministério Público, que é um vídeo mais curto, mas que mostra muito a realidade da fábrica hoje, Senador. O material está fartamente documentado, vídeodocu-

mentado e tornado público. O que a gente precisa é dessa conjunção de esforços.

Agradeço muito ao Senador Walter Pinheiro, ao Senador Paulo Paim, porque mais importante do que apagar uma história dessa é a gente fazer com que não mais se repita esse tipo de contexto. Acho que o Brasil não merece pessoas com o calibre de moral...

É muito interessante, Senador, só para complementar também, que boa parte dessas pessoas, que vieram na década de 60, as iniciais, veio pelo Tiro de Guerra. Então, até hoje, são pessoas de uma dignidade ímpar, Senador. São aqueles senhores que foram chamados à fábrica pelo Tiro de Guerra; na documentação deles, você vê aquele ser humano extremamente digno, extremamente capaz, que foi colocado naquela situação sem saber o que estava acontecendo. Não lhes informaram dos riscos. E a eles, até hoje, não foi dado o certificado de contaminação. O que eles pedem, hoje, é que os certifiquem. O que eles estão clamando hoje é o que senhor disse mesmo, Senador, que o certifiquem.

Essa é uma mãe de santo da região que perdeu três dos seus filhos. Então, ao longo da história das pessoas, o drama marca todas as suas vidas. O destino dessas pessoas foi alterado, e nada melhor que a própria fala delas para poder mostrar o que são, o quanto valem, o quanto representa esse povo santo-amarense.

Para essa questão da empresa, Senador, clamo novamente essa participação conjunta, para que possamos juntar esforços em prol...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ITANOR JÚNIOR – Esse é um material do Fantástico, cedido. Ele tem nos apoiado nesses vídeos-denúncia. O José Raimundo tem feito alguns trabalhos nessa linha de esclarecimento. E a gente mostra que, mesmo com a iniciativa do Fantástico, a empresa se furta aos esclarecimentos. Já houve audiência na Câmara Federal, e a empresa se furtou também aos esclarecimentos.

Então, a gente faz este esclarecimento aqui. O José Raimundo é uma pessoa que tem participado disso e tem interagido nessas discussões de vídeo-denúncia também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Enquanto vamos discorrendo, acho que as fotos podem ficar na tela, aquelas fotos que eles me mostraram, em torno de doze fotos.

Passo a palavra, neste momento, ao Leandro de Almeida Vargas, Procurador no Município de Santo Amaro, que representa aqui o Prefeito Ricardo Machado.

O SR. LEANDRO DE ALMEIDA VARGAS – Muito bom dia a todos! Quero saudar a Mesa, o Senador Paulo Paim, pela nobre e edificante iniciativa. Quero saudar o Senador Walter Pinheiro. Quero saudar a Comissão Parlamentar Ambientalista, que nos apoiou de forma muito parceira, muito ativa, muito atuante. E eu gostaria de saudar o Dr. Itanor, que foi, sem sombra de dúvida, um grande parceiro nosso. Saúdo também os painelistas que me antecederam e que elucidaram e contribuíram bastante com a temática abordada.

Em nome do Prefeito Ricardo Machado, afirmo que é uma grande honra estar aqui neste momento, porque é uma luta de todos nós. O Prefeito, como todos sabem, assumiu em 2009. O processo político de Municípios pequenos é muito complicado, porque, muitas vezes, não há uma transição política, como aconteceu em Santo Amaro, o que dificulta muito, Senador, a questão do histórico, a questão da continuidade dos trabalhos, mesmo em trabalhos tão sérios como esse, como a questão da contaminação por chumbo.

A partir da estruturação do Poder Executivo Municipal, a partir de 2009, começamos a trabalhar em várias searas, tanto na questão da educação, como na da saúde. Pela Procuradoria, eu, como Procurador-Chefe do Município, também procurei ver o lado social do Município de Santo Amaro, uma vez que sabemos que a Defensoria Pública estadual está abarrotada de serviço, de atendimentos, e não estava conseguindo atender e contemplar as demandas jurídicas do povo de Santo Amaro. Nós desenvolvemos esse atendimento jurídico gratuito à população, via Procuradoria, por meio do Município.

É fundamental esse entendimento de conjunto, porque não adianta o tema ser abordado só pela saúde. Nós vimos aqui, inclusive pela fala dos Srs. Renato Ferreira e José dos Santos, bem como pelo que foi abordado brilhantemente por Lago Machado, que há a questão racial também. Então, o problema envolve a questão ambiental, de saúde, social, previdenciária, de justiça, de educação, questões humanitárias, e o Município, com a estrutura que tem, com as limitações e com os recursos muito pequenos, não vai ter condições de sanar esse problema, por mais vontade política que o Prefeito tenha – e ele está abraçando essa causa. Por isso, a nossa grande felicidade de estarmos aqui, no Senado Federal, com pessoas sérias, com pessoas dignas, que têm essa sensibilidade, porque não adianta, como bem disse o Dr. Itanor, olharmos apenas a questão clínica, como ocorreu.

Nós conseguimos, com muita luta, com o apoio muito importante da Comissão Parlamentar Ambientalista, levar o Juizado especial itinerante a Santo Amaro. Gostaria de agradecer ao Desembargados Tourinho

Neto, ao Juiz Coordenador, Dr. Iran, que foram parceiros realmente sensíveis à causa de Santo Amaro e foram para lá realizar um trabalho. O Município atuou como parceiro. Nós, da Procuradoria, disponibilizamos advogados para ajudarem a fazer essa triagem, porque, como disse aqui o Dr. Itanor, foram seis mil atendimentos feitos por nós, Município e Comissão Ambientalista. E essa triagem é difícil pelo descrédito que essas pessoas tinham, por todo o histórico, por toda a indiferença e o desrespeito com que foi tratado o tema. Então, até para conquistar essa credibilidade, foi muito difícil. Mas fizemos essa triagem, porque muitos não tinham documentação, não tinham os fatos organizados de forma concatenada. E, na Justiça, não adianta só você alegar que tem direito; você precisa argumentar, precisa provar, para, aí sim, você ter o seu direito salvaguardado através de uma sentença.

Todo esse trabalho foi feito. A Justiça realizou, apesar dos seus mil atendimentos, uma triagem. Infelizmente, existe, está na Constituição, a questão da competência. A Justiça previdenciária, a Justiça Federal não pode atuar nessas questões de natureza cível. E aí existe uma questão de competência por parte da Justiça.

Estamos vendo essas fotos, o sofrimento desses vitimados de chumbo e de toda a população santo-amarense. E a contaminação não ocorreu apenas nos vitimados, nos trabalhadores. Como foi muito bem elucidado pela reportagem do Fantástico, a escória de chumbo tomou conta da cidade, a fumaça produzida pela chaminé contaminava toda a cidade. Então, a população, os filhos trabalhadores, o povo de Santo Amaro acabou se contaminando.

Conclamamos esta Casa a nos ajudar, porque uma coisa é certa, Senador: o Município está bastante empenhado em resolver o problema. O poder público municipal, local, está de braços abertos, extremamente empenhado em ajudar essa população, e vem fazendo isso. Só que a gente não tem como fazer isso com as limitações municipais. Nós precisamos do apoio principalmente da União, dos Ministérios, dos órgãos envolvidos, para que a gente tire do papel o plano de ação, como disseram o Dr. Renato e o Dr. Fernando Vasconcelos. O plano de ação está aí, a teoria está fantástica, está documentada. Agora, precisamos de um plano de efetividade, precisamos atuar, precisamos ter essa sensibilidade com o povo de Santo Amaro. Por quê? Porque, em Santo Amaro, a situação é peculiar e particular; isso só ocorreu lá. Então, não há de se falar que se está privilegiando o Município de Santo Amaro. Não! Aconteceu essa questão especificamente em Santo Amaro, e, por isso, estamos aqui pedindo esse apoio.

Reitero: o Município está tomando todas as providências possíveis para resolver esse problema, mas não tem condições de resolvê-lo. Nós precisamos do apoio do Estado, e, graças a Deus, o Estado tem nos ajudado dentro das limitações dele. Mas sabemos que a grande força é a da União. Existe o INSS. Todos nós sabemos – isto foi divulgado, houve diversas ações em todo o Brasil, e tivemos conhecimento da reportagem do SPTV, o jornal local de São Paulo –, como foi informado também pelos juízes federais, como a perícia do INSS vem tratando o povo e os trabalhadores, que precisam ter seus direitos reconhecidos. Isso é um absurdo. E, quando a Justiça Federal, o Juizado Federal aborda isso, infelizmente, o parecer médico está muito vinculado às decisões judiciais. Fica difícil mesmo que um perito seja indicado pela Justiça. Se a gente não fizer um trabalho de conscientização intermultidisciplinar, fica difícil. Mesmo que haja sensibilidade por parte dos juízes, mesmo que eles tentem ajudar aquela pessoa, muitas vezes, a olho nu, não se consegue ver que aquela pessoa não tem capacidade, que ela precisa de aposentadoria especial, que ela precisa ter seus direitos reconhecidos. Não, eles se atrelam, muitas vezes. Apesar de a lei dar certa independência aos juízes, eles têm uma limitação técnica.

Então, a gente precisa publicizar essas informações, deixar esse conteúdo de forma bastante disseminada em toda a nossa sociedade, para que os juízes também tenham conhecimento disso, para que atentem para isso os advogados, os médicos, os educadores, os ambientalistas, toda a população, todas as autoridades, todos os políticos. Sabemos da força política, sabemos da importância da política na transformação da sociedade. Tenham esse conhecimento, para que abracem essa causa!

Eu queria também salientar que Santo Amaro merece, por todo o seu histórico, por toda a sua cultura, por toda a sua gente, por toda a sua civilidade, essa atenção, esse carinho, esse respeito do povo brasileiro.

Agradeço muito a todos. Agradeço imensamente por estar aqui, neste momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Leandro.

Apenas mais dois convidados não falaram ainda.

Cumprimento o Leandro pela sua exposição.

Eu ia passar a palavra agora à Drª Zilda Maria Faria Veloso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Senador Paim, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Walter Pinheiro, V. Exª tem a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Paim, estou um pouco preocupado. V. Exª sabe

que, infelizmente, o funcionamento tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados acaba nos obrigando a um processo – eu diria – de multiparticipação. Tenho sido um crítico contumaz aqui dessa proliferação de subcomissões, de espaços, porque a gente termina não tendo foco. Dizia muito bem Charles Chaplin em um de seus textos, cujo título é bem provocativo, "O Último Discurso", do filme "O Grande Ditador", que falamos em demasia e sentimos bem pouco. Essa é minha preocupação.

Eu queria só fazer essa intervenção agora, para que pudéssemos ter um nível de foco. Esse foi o centro da provocação feita por nós para que esta audiência acontecesse aqui. Diversas pessoas nos procuraram para que fizéssemos a audiência em Santo Amaro. A gente avisou que isso não seria possível, não por problemas estruturais ou coisa que o valha, mas é que, na nossa opinião, nem Santo Amaro, nem o Estado da Bahia – com todo respeito, vou falar do ponto de vista da capacidade e da competência; não me refiro aos governantes, mas à própria infraestrutura e às condições reais para isso – têm condições de botar a mão para resolver isso. Achamos que, hoje, isto é algo que tem de ser assumido como um legado nefasto, como um passivo que a União tem obrigação de sanar.

Então, este é um debate que tem de acontecer aqui. E por que optamos por fazer esta audiência na Comissão de Direitos Humanos? Poderíamos fazê-la na Comissão de Infraestrutura, com o velho debate sobre questões estruturantes, constatando quais os processos químicos, quais as alternativas que poderiam ser ajustadas a todo esse desejo de Santo Amaro. Mas achamos que não era por aí. Nessa questão, o primeiro aspecto a ser levantado, Augusto, é exatamente o aspecto humano. O estruturante vem, inclusive, como condição para isso.

Conheço sobejamente bem o trabalho de Fernando, figura que, ao longo de sua trajetória, tem se dedicado a isso. Não me lembro quem falou, se foi o Itanor ou o Zequinha, sobre a questão da pesquisa da universidade. O Fernando, em particular, tem sido um aliado nosso não só nessa causa, mas também na questão de que falou o outro Fernando, na nossa briga em todas as frentes. Na Câmara, houve todo aquele debate que envolveu a nossa fábrica da Eternit na Bahia, em que houve uma grande confusão na sua instalação. A cidade de Poções estava com o mesmo problema que envolve o amianto. O Fernando tem feito um trabalho de caráter pessoal – é bom lembrar isso –, tem tido uma dedicação quase que sem estrutura. Ele é professor da universidade, foi nosso parceiro desde o primeiro trabalho, instituído por alguns sindicatos na Bahia, quando se buscou abrir advocacia na área de saúde do trabalhador. Era comum que os sindicatos só se preocupassem com a questão trabalhista. Essa questão é fundamental. Por isso é que louvo a atitude da Justiça, no sentido de fazer a justiça itinerante, de resolver o problema, de indenizar.

Uma frase ali foi muito bem colocada. É isto: você repõe, Augusto, algum dinheiro. Mas isso aí é igual travesseiro de pena: você pode até catar as penas jogadas para cima; o travesseiro, nunca mais. Não há indenização que consiga resolver o problema de algo que está já incrustado, colocado na vida das pessoas. Então, esse é o pressuposto básico.

Então, eu queria, Paulo Paim, que a gente aproveitasse esta audiência e, mais do que ir a Santo Amaro... Seria um prazer contar com a sua presença em Santo Amaro. Lá, você veria as belezas de Santo Amaro, uma cidade que, mesmo com toda essa crise, conseguiu manter firme a sua estrutura cultural. O maior patrimônio de Santo Amaro é o patrimônio cultural. Esse é o maior patrimônio da cidade. Isso vem das pessoas. E são essas pessoas que estão pagando com sua vida.

Então, às vezes, é muito fácil falar de Santo Amaro: Caetano, Bethânia, não sei o quê... Mas há Caetanos e Bethânias em tudo quanto é beco, rua, canto daquela cidade de Santo Amaro. Brota em Santo Amaro a questão da cultura, da própria criatividade. Em Santo Amaro, inclusive, essa história se aprofundou, do ponto de vista da participação. Por isso é que a gente viu aqui, apresentado pelo Ministério da Saúde, o núcleo multissetorial, em 2006, quando, inclusive, da instalação da Universidade do Recôncavo. Lula esteve na instalação da Universidade, e um grupo de Santo Amaro o abordou, em Cruz das Almas, reivindicando uma solução para esse problema de Santo Amaro.

Depois, foram feitas as diversas visitas a D. Canô. E surgia a questão do Subaé, a própria luta. Recursos foram até aportados para a recuperação do rio. Se não me falha a memória – o Luiz Alberto pode reavivar aqui –, R$26 milhões tinham sido colocados no Orçamento para a questão estrutural. Não se trata de remover as pessoas, mas de remover aquilo que está lá, que precisa ser tirado. E, aí, vem o processo de qual a destinação disso, Augusto. Esse é exatamente um caminho, e vale a pena irmos a Santo Amaro para discutir isso.

Mas o fundamental, Paim, na minha opinião, é que, desta Comissão, a partir do Senado, em conjunto com a Câmara, surja, primeiro, um debate central com o nosso núcleo de governo. Entendo a posição da Saúde, do Meio Ambiente, do Ibama, que têm buscado resolver problemas com tratativas, que têm buscado soluções até do ponto de vista do atendimento à saúde, fazendo propostas para resolver a questão ambiental. Mas temos de chegar ao núcleo do governo para

dizer o seguinte: "Este negócio tem de ser resolvido com uma ação prioritária. Isso tem de entrar no PAC Vida. Esse é que o jogo! Essa é a questão que temos de discutir". (*Palmas*.)

Temos de chegar lá e dizer: "Não é possível! Temos de dar um jeito! Temos de tocar isso". Não vai adiantar, Augusto... Eu até tenho acompanhado a questão do programa Minha Casa, Minha Vida e tenho dito o seguinte: fiz todo o empenho para que Santo Amaro pudesse receber as unidades, para que a gente pudesse ter as unidades. Mas acho que a gente tem de resolver esse grave problema. Então, temos de ir lá! São quatro áreas centrais para que esse problema possa ser atacado, e elas têm de ser atacadas em conjunto. A gente não pode responsabilizar o povo da Saúde: "Vá lá, resolve! O problema está lá e não está sendo acompanhado". Estamos com a situação instalada, que é de emergência. Eu diria até que é, mais do que de emergência, de calamidade.

Então, há essas quatro áreas, a questão da saúde, a questão ambiental, a questão estrutural, de infraestrutura, e a questão trabalhista, que vem, obviamente, como uma questão para ser resolvida, pois é preciso também indenizar as pessoas. É preciso ir para além do critério da questão trabalhista.

Não sei se o pessoal prestou atenção, mas o Augusto disse uma coisa muito importante: não há ninguém que trabalhou nessa fábrica que passe em exame pré-admissional em lugar algum! Não há pessoa de Santo Amaro contaminada por essa chaga deixada pela fábrica que passe em exame admissional em lugar nenhum. Então, o cara está condenado de duas formas: do ponto de vista da saúde e do ponto de vista da sua expectativa de vida, pois não pode ocupar qualquer outra função. Passa a ser, como era no passado, o leproso: nele não se pode encostar; ele não pode estar em lugar nenhum. E não se pode tratar Santo Amaro desta forma: vamos isolar Santo Amaro, passar um contêiner em volta e tirar as pessoas dali. Não dá para fazer isso. Esse é o centro do debate, é nisso que a gente tem de tocar, Senador Paim.

Sou uma pessoa muito frouxa, não tenho muita coragem de enfrentar determinadas imagens da área da saúde. Toda vez que entro em um hospital, quando vou visitar alguém, termino até ficando ali. Quando entro em um pronto-socorro daqueles, vejo tanta desgraça ali, que aquilo bate na cabeça, e o mundo gira. Quando um filho meu ia nascer, disseram: "Vamos ver?". Eu disse: "Vamos!". Quando entrei na sala, a enfermeira gritou: "Pega o bicho, que ele já está rodando aí". Estou sendo sincero: não tenho coragem de botar os olhos em uma imagem dessas e ficar olhando, não. Não tenho coragem. Isso me causa impacto. Não é que eu seja uma pessoa impressionada, mas não consigo sair daqui e esquecer uma imagem dessas. Não dá para esquecer isso, e isso mexe com meu organismo. Não consigo segurar um negócio desse. Imaginem quem convive com isso no seu próprio corpo! Estou falando de ver. Imaginem quem está carregando isso, quem lida com isso permanentemente em sua vida!

Então, não estamos tratando de um negócio qualquer. Não se pode seguir na linha do diminuto ou da coisa pequena. Não se pode comparar a população que se foi com a população que existe em Santo Amaro. E já vi algumas pessoas fazendo isso.

Então, Senador Paim, quero fazer uma proposta. E até quero justificar aqui que a Senadora Lídice da Mata, também por conta dessas coisas todas, está muito empenhada nessa questão. O Senador João Durval não está nesta audiência, porque está em período de licença para tratamento de saúde. Fizemos questão de chamar o Deputado Luiz Alberto, que foi uma das figuras que, desde o primeiro momento, na Câmara dos Deputados, abraçou essa questão; nos debates da bancada, sempre se empenhou para que a bancada pudesse aportar recursos para isso. E tanto o Luiz Alberto como eu, hoje, estamos convencidos de que esse não é um debate para se fazer como uma emenda de bancada, como quem trata um pedaço. Vamos chegar lá e dizer que R$26 milhões serão destinados ao calçamento? Não é isso! Isso merece uma política de governo, do Governo Federal. Esse é o debate! Temos de conversar diretamente com o núcleo do Governo que decide essas questões. Tivemos oportunidade de conversar com a Ministra Miriam Belchior sobre a questão do PAC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço, inclusive, que o senhor repita as quatro propostas, para que a gente, no final, faça os encaminhamentos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – São áreas que devemos atacar. É a área da saúde, porque, obviamente, temos de montar uma estrutura brutal para isso, para ajudarmos o núcleo de saúde do Estado da Bahia, o núcleo de saúde da Universidade, o Ministério da Saúde. Eu diria que o Ministério da Saúde tem uma verba para tratar isso como tem para tratar diversas outras coisas. Então, se não houver uma política de governo que faça com que o Ministério da Saúde receba isso como uma tarefa, isso entrará numa seara de milhares de coisas que acontecem todos os dias na porta do Ministério da Saúde.

Então, para que a gente nem fique satanizando alguns, Augusto, nem responsabilizando outros, a gente tem de pegar o núcleo central desse negócio e dizer assim: "Queremos conversar sobre isso". Falei com o

Governador na segunda-feira, quando ele estava em Brasília, e disse a ele que precisávamos dele, porque íamos fazer esta audiência, e que, num momento posterior a este, seria importante a presença dele, para que levássemos isso ao núcleo de poder econômico dentro do Governo, para deliberarmos um tratamento de choque para essa questão, um tratamento especial. Se perguntarem: "Precisamos de quantos milhões?". Eu não sei. Mas isso não pode ser tratado como uma emenda que faz um deputado, que faz um senador, que já é algo diminuto. A gente pode até dizer: vamos juntar as diversas forças. Isso não resolve a questão. É preciso que haja uma política de governo e que se diga que terá de ser feita uma intervenção.

No último levantamento que eu havia pedido ao pessoal do Estado, até por conta desta audiência... Inclusive, alguns pátios de escola em Santo Amaro precisam ser completamente revirados. As crianças estão jogando bola numa quadra, assistindo à aula em uma sala, usando um espaço, e isso, em vez de ser uma projeção para o futuro, acaba selando um verdadeiro, eu diria, destino fatal no futuro. A contaminação está dentro da escola, dentro de casa, nas ruas, em tudo o que é lugar. Portanto, urge uma intervenção que mexa nessa parte estruturante, enquanto se atende à parte da saúde, enquanto a área da Justiça faz todo o seu mutirão, enquanto a gente trabalha a questão ambiental. Qual o manejo que será feito?

Então, na minha opinião, essa ação deve ocorrer com as quatro frentes, de forma a que não seja complementar, mas que seja concomitante. Era isso que eu gostaria de levantar, Paim, para tentarmos ir para a linha efetiva do que fazer – este é o sentimento que as pessoas têm hoje em relação a isso –, para que não façamos aqui uma segunda audiência, levando o assunto a outra Comissão do Senado. Que a gente faça um trabalho itinerante em Santo Amaro! A minha assessoria em Salvador disse: "Pinheiro, é melhor fazer isso em Santo Amaro". Mas vou fazer isso em Santo Amaro por quê? Vou fazer o que em Santo Amaro? Vou apertar quem em Santo Amaro? Tudo bem, o povo de Santo Amaro vai me dizer: "Está aqui, está doendo, está no calo". Sim, tiro um centavo da prefeitura para fazer isso? Não há recurso! Então, há todo um empenho, todo um desejo, mas esse não é o local; a gente tem de responsabilizar a União por essa coisa.

A gente pode encaixar o Subaé dentro do PAC. E a gente tem de conversar sobre essas questões com a Presidente. Vamos ter a oportunidade de estar com a Presidenta daqui a aproximadamente uma hora. É importante até a gente mostrar – sei que isso pode estragar o almoço dela – duas ou três dessas fotos para a Presidenta e dizer: "Presidenta, guarde essas fotos aí, para a senhora ver como estão vivendo essas pessoas. Acabamos de vir de uma audiência. Nós queríamos fazer uma aberturazinha nesse PAC". Desenvolvimento é bom, estruturar é bom. Talvez, isso tenha acontecido em Santo Amaro, à época, porque se dizia: "É bom colocar uma fábrica aqui. Isso é fundamental para desenvolver Santo Amaro". E veja o "desenvolvimento" que existe lá hoje. Por isso, o debate que se encerrou na Câmara, na noite de quarta-feira, remete para a gente uma responsabilidade muito grande. Buscando o desenvolvimento, a gente termina criando esse tipo de coisa.

Então, era isso que eu queria propor. Vamos para cima e dizer: "Há a estrutura do PAC. A gente queria entrar nessa estrutura do PAC e colocar Santo Amaro como um ponto desse PAC, para a gente receber esses recursos e atacar esse problema, para começar efetivamente a dar as ferramentas". Pelo que ouvi aqui, o Ministério da Saúde... O meu companheiro Fernando, do Ministério do Trabalho, tem larga experiência nessa área. Acredito que o Ministério do Meio Ambiente nos dirá até das suas idas e vindas, bem como o Ibama. Também há o Fernando, da UFBA. O pessoal da Secti da Bahia está com material acumulado, tem esse mapeamento feito pela universidade. É legal! O mapeamento, em vez de isolar, Augusto, tem de nos ajudar, para se dizer: "Está aqui! Então, vamos meter a máquina e vamos tirar. Vamos lá para ver como fazer isso".

Então, esse é o passo, Paim. A gente topou, naquele dia, conversar, se não me engano numa quinta-feira ou numa sexta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Logo que os recebi, falei...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É importante vermos o que vamos produzir a partir das nossas ações. E muito melhor do que irmos a Santo Amaro é chegarmos ali com recursos, com máquinas, com ações, para começarmos a agir nessa questão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro pela sua fala! V. Exª fez um resumo e apontou encaminhamentos. Assumo um compromisso com V. Exª. V. Exª sabe que vamos ter um almoço com a Presidenta, hoje, em torno de uma hora, e me comprometo a levar à Presidenta uma cópia do material que temos acumulado. Sabemos que outros temas serão tratados, mas mostraremos a importância desse debate a respeito da situação de Santo Amaro.

Concedo a palavra ao Deputado Federal da Bahia Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Primeiro, quero dizer que concordo plenamente com as obser-

vações e encaminhamentos propostos pelo Senador Walter Pinheiro. Eu queria saudar os expositores que antecederam esta Mesa e os que compõem a Mesa presente, especialmente o nosso companheiro Augusto.

Senador Paulo Paim, eu só poderia dizer o seguinte: a situação de Santo Amaro é grave, muito grave. Quando propus a primeira audiência pública na Câmara dos Deputados – V. Exª era Deputado nessa ocasião também – na então Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Minorias, em 2001, D. Canô foi convidada, mas não pôde comparecer à audiência por problemas de saúde, fez um depoimento que foi exibido na audiência pública. Eu queria confessar o seguinte: todas as observações que fazemos, as soluções apontadas, até o papel dos pesquisadores, tudo isso também depende do ambiente político. Confesso que, naquela ocasião, o ambiente político não era favorável aos encaminhamentos que gostaríamos de fazer. Confesso isso. Foi muito difícil que, inclusive, a comissão externa que a Câmara aprovou adentrasse no local da fábrica. A juíza queria impedir, na ocasião, que entrássemos no local para observar como estava a situação.

Se observarmos o repórter, veremos que ele, na dúvida se eram 500 toneladas ou 500 mil toneladas – as pessoas não acreditam que sejam 500 mil toneladas –, falou 500 toneladas. Ele disse isso, talvez, porque, no seu inconsciente, ele tenha achado que não era possível um quantidade imensa dessa, ou seja, 500 mil toneladas de escória.

Então, o ambiente político não era favorável.

Em 2002, fizemos outra audiência pública, que teve repercussão. A empresa Plumbum age de má-fé em relação a esse caso. Inclusive, vou deixar com V. Exª alguns documentos gerados nessa audiência pública, alguns depoimentos. A empresa age de má-fé, fraudando as informações. Inclusive, um endereço registrado na junta comercial e no Ministério da Fazenda era de uma sede em Porto Alegre; fomos averiguar isso, mas, naquele endereço, havia uma residência, ou seja, essa empresa não estava lá. Depois, a empresa falou que a sede estava em São Paulo e sempre se negou a participar das audiências, para não se comprometer.

Outra questão – concordo com quem disse isto aqui – é que temos de envolver o Ministério das Relações Exteriores. A empresa Peñarroya ou as suas sucedâneas têm responsabilidades. Além das questões colocadas aqui, previdenciárias, trabalhistas, questões ambientais locais, que dizem respeito internamente ao nosso País, o governo francês tem de ser acionado para ser parte. Inclusive, quero parabenizar o convite feito ao Embaixador da França para participar desta audiência pública – não sei se justificaram a ausência, mas foi muito importante envolvê-lo. E gostaria também de salientar a importância de dar essa leitura das características daquela comunidade, chamando a Seppir e a Fundação Palmares para participar, até porque o Governo Federal tem muitas políticas públicas dirigidas a comunidades com essas características, como as tradicionais.

E eu queria salientar também, Senador, que o jornal francês Le Monde Diplomatique divulgou que a questão de Santo Amaro equivalia ao acidente de Chernobyl, dada sua gravidade e sua extensão. Não só os trabalhadores da fábrica e as pessoas de Santo Amaro foram atingidos. Sou daquela região, de Maragogipe, e sei que, em Salvador e em qualquer área fora de Santo Amaro, um marisco – essas comunidades vivem do marisco, da pesca – ou um pescado daquela região, se as pessoas têm informação de que eles vêm de Santo Amaro, não são comprados. Elas não os compram. E há aquela questão: uma pessoa que se vai cadastrar numa empresa para ser recrutada não precisa fazer exame de admissão; basta que ela informe que é de Santo Amaro, para ser eliminada do processo. Então, há várias consequências.

Concordo plenamente com o Senador Walter Pinheiro. Penso que o Município tem um papel a cumprir, mas não tem condição, como disse o Procurador, de resolver o problema, pela dimensão do problema. Por isso, falei que o ambiente político era muito árido para nós. Na ocasião, o então Deputado Fernando Gabeira e eu pedimos uma audiência ao Governador da época, mas este não nos recebeu. Na época, o próprio Secretário do Meio Ambiente – não me lembro quem era ele – também não nos recebeu.

A ida do Presidente Lula ao aniversário da Universidade Federal do Recôncavo – a Avicca esteve presente e conversou com o Presidente Lula – gerou uma ação importante, que envolveu e envolve vários Ministérios. Infelizmente, sabemos da lentidão, da burocracia. Aliás, o Estado brasileiro foi montado para não resolver os problemas do povo mais pobre. Precisamos fazer esse debate, Senador. O Brasil precisa mudar também nessa direção. Já vem mudando muito, mas a gente precisa mexer na ferida da estrutura do Estado, para, inclusive, suportarmos este novo momento que o Brasil está vivendo. A partir dali, o Presidente Lula tomou uma decisão, que envolveu vários Ministérios.

Recentemente, a Anvisa me mandou uma série de ações – e eu as mandei para a Prefeitura de Santo Amaro – na área da saúde; recursos eram mandados.

Mas concordamos com o Senador: não basta tratar somente de um aspecto do problema em Santo Amaro; é preciso haver um conjunto de ações que resolva o problema. Muitas vezes, ficamos impotentes em relação ao que já foi feito. O papel dos pesquisadores foi muito importante, até porque se acumulou conhecimento em relação àquele acidente. Isso é importante, para que tenhamos um banco de informação, um banco de dados, para, em situação semelhante, sabermos o que fazer. Mas esta é a hora de agir. Há muita proposta, muita informação acumulada em várias áreas, em vários setores.

Portanto, Senador, quero colocar-me à disposição, pela Câmara dos Deputados. Não sou membro da Comissão de Meio Ambiente. Gostaria de, na proposta do Deputado Sarney Filho, envolver não só a Comissão de Meio Ambiente, mas também a Comissão de Direitos Humanos, correlata a esta Comissão, para que haja esse envolvimento conjunto para encaminhar a questão.

Por fim, eu queria tocar na questão dos processos trabalhistas. Na ocasião, um verdadeiro crime estava sendo praticado contra os trabalhadores, que eram obrigados a assinar rescisão nessa área trabalhista, recendo R$5 mil, R$6 mil, R$10 mil, em parcelas. Então, são verdadeiros crimes. Isso precisa ser investigado. É preciso ver qual a responsabilidade, inclusive, do Judiciário local.

Portanto, quero me colocar à disposição, Senador. Procurei, mas não achei um vídeo que fizemos. É claro que não era um vídeo profissional. O Augusto fez parte desse vídeo. Talvez, Augusto – não tenho certeza –, você tenha sido o único sobrevivente entre os que participaram daquele vídeo. Todos os outros, Senador, vieram a falecer, já com sintomas de saturnismo. Isso diz da gravidade da situação.

Eu queria fazer esse depoimento aqui.

Sr. Presidente, deixo em suas mãos outros materiais que temos na Comissão de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente da Câmara. Espero que isso possa ajudar, agregando informação, para que algumas ações sejam tomadas para resolver o problema daquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputado Luiz Alberto! Parabéns, por sua contribuição e pelos encaminhamentos dados! Sei que é uma luta que V. Exª vem travando há muito tempo, e nós haveremos de travá-la junto com V. Exª, na Comissão de Direitos Humanos, e com outros Senadores.

Vamos passar a palavra aos últimos dois convidados. Em seguida, vamos proceder aos encaminhamentos.

Concedo a palavra à Drª Zilda Maria Faria Veloso, gerente de Resíduos Perigosos do Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, representando, aqui, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Mônica Vieira Teixeira. Alguém me disse aqui que ela é filha de um jogador de quem fui fã e a quem assisti jogar, que é o Larry.

A SRª ZILDA MARIA FARIA VELOSO – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Disse isso só para descontrair.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Senador, eu queria apenas informar que preciso me retirar. Como disse o Senador, são várias as coisas que temos para fazer aqui, mas me coloco à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por favor, tem a palavra a Srª Zilda.

A SRª ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Obrigada, Senador.

Eu queria cumprimentá-lo e lhe agradecer o convite. É um Senador do meu Estado. Mas moro em Brasília há muitos anos. Sou funcionária de carreira do Ibama, cedida, hoje, ao Ministério do Meio Ambiente. Obrigada pelo convite e pela audiência. Aprendemos muito em cada uma dessas audiências.

Vim aqui com uma lâmina em que há um resumo, passado há alguns anos, do que é Santo Amaro em termos de contaminação ambiental, mas nada é mais contundente do que o seu depoimento e as fotografias.

Como mãe e católica que sou, é muito difícil olhar isso, muito difícil. E é muito difícil, também porque temos um trabalho concreto pela frente. Graças a Deus, tentamos fazer alguma coisa que nos leve a buscar soluções. Quando eu ouvia meus antecessores, eu pensava em não falar nada negativo, eu pensava que tinha de buscar alguma coisa positiva para falar.

Hoje em dia, esse tipo de problema dificilmente acontecerá. Há um arcabouço legal, a Política Nacional de Meio Ambiente – logicamente, vou frisar o ponto de vista ambiental –, uma resolução que trata de valores indicadores da qualidade do solo e áreas contaminadas, uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, que, depois de uma árdua luta, foi aprovada no ano passado, e o Ministério do Meio Ambiente tem se empenhado na sua implementação. Faço parte desse grupo, bem como os colegas do Ibama aqui presentes. É um grupo que está fazendo o possível para que ela

saia do papel rapidamente. Mas temos de lidar com coisas concretas, como o problema de Santo Amaro.

O que eu poderia dizer que o Ministério do Meio Ambiente está fazendo?

Essa Resolução Conama nº 420 – é uma pena que o nosso ex-Ministro Sarney Filho tenha saído! – começou a ser discutida no Ministério em 2001, quando ele era Ministro do Meio Ambiente. Há uma lei ambiental de 1981, a de nº 6.938, que vai completar 30 anos em 31 de agosto deste ano. E houve normas de qualidade da água e de qualidade do ar ainda na década de 80, no início da década de 90, e, somente há um ano e quatro meses, vimos ser aprovada uma regulamentação para isso.

Qual é o impacto direto que existe? Santo Amaro – digamos assim –, infelizmente, é o nosso pior caso em termos de impacto à saúde das pessoas. É o pior caso relatado, que está nos nossos bancos de dados. O Cláudio vai falar um pouco sobre isso depois. Temos uma proposta, em função da Política e em função dessa outra Resolução. Mas existem outros casos iguais a esse. Então, precisamos, do ponto de vista legal, delimitar a contaminação. Lidei com esse assunto há alguns anos, mas, nestes últimos anos, não tão diretamente, mas me parece que a caracterização da contaminação é muito clara, do ponto de vista ambiental.

O Ministério do Meio Ambiente vem tentando fazer um esforço e vai capacitar os órgãos estaduais de meio ambiente, que são seus braços dentro do sistema nacional de meio ambiente, para resolver essa questão e para fazer cumprir a Resolução, buscando os valores indicadores de qualidade do solo, identificando as áreas contaminadas, que farão parte de um banco de dados nacional que o Ibama coordenará; já está sendo definida sua estrutura.

A Resolução foi aprovada em novembro, e, no ano passado, em fevereiro ou março, eu estive na Procuradoria-Geral da República, participando de uma reunião da Câmara Técnica de Meio Ambiente e Resíduos, e os procuradores me perguntaram: "A Resolução foi aprovada? Quando poderemos começar a acionar prefeituras, empresas?" Eu disse: "Vai demorar um pouco. Existe um trabalho estruturante, e essa não é a solução específica para o problema de Santo Amaro". Concordo, em parte, com que o Senador falou e vou sugerir alguma coisa ao final, mas o planejamento estruturante que o Ministério do Meio Ambiente tem para essa área – inclusive, conseguimos inserir uma ação no PAC, vinculada diretamente a essa capacitação – visa a habilitar os Estados e os Municípios a conhecerem sua realidade em termos de contaminação.

Do ponto de vista legal, a Lei nº 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no seu art. 41, fala das áreas contaminadas órfãs, diz que a União ficaria encarregada de encaminhar uma solução de descontaminação e apurar as responsabilidades por aquela contaminação. Parece-me que, em Santo Amaro, o contaminador é conhecido, mas precisa ser responsabilizado por isso.

Enfrentamos alguma dificuldade, no Ministério do Meio Ambiente, de aportar recursos para descontaminar uma área privada. Há várias outras solicitações ao longo desses anos. A gente trabalha muito com o Guilherme, no Ministério da Saúde, e com o Fernando, no Ministério do Trabalho e Emprego. Há o problema da Cidade dos Meninos; o problema de Ingá, no Rio de Janeiro; problemas emblemáticos de contaminação ambiental, não tão contundentes quanto o de Santo Amaro, volto a frisar, porque ali o impacto foi diverso.

É inconcebível o que houve. A contaminação que chegou à população teve vários vetores, pois foi feita pela disposição inadequada da escória, como pavimentação da cidade; foi carreada para os rios, e aí houve um comprometimento daquilo que a população extrai para seu alimento e um comprometimento do solo e do subsolo. Ou seja, o abastecimento de água ficou comprometido, bem como todos os alimentos produzidos no solo. Além disso, a contaminação se espalha naturalmente, porque a fábrica está praticamente abandonada, pela poluição do ar. Então, há vários elementos: água, ar e solo. É o máximo que poderia existir em termo de contaminação.

Existe dentro do Ministério do Meio Ambiente, na implementação da Política também, o Comitê Interministerial, do qual fazem parte dez Ministérios e a Casa Civil da Presidência da República. Esse Comitê vai estruturar estratégias, mas, volto a frisar, voltadas para áreas órfãs. Esse não é um problema só da área ambiental, mas também da área da saúde, da área do trabalho. É um problema que tem de ser resolvido com todos esses entes reunidos na mesma mesa. Não pode haver uma solução facetada. A Saúde apresentou um esforço enorme, mas este, aparentemente, não aparece, porque, talvez, tenha faltado ação em outras áreas.

Nós temos algum conhecimento técnico, contamos com uma equipe que pode auxiliar no planejamento dessa estratégia, mas, volto a frisar, não sei politicamente como isso se resolveria. A ideia de um PAC pela vida seria boa de ser levada adiante, mas, com o arcabouço legal que temos hoje, é muito difícil o Ministério do Meio Ambiente aportar recursos para descontaminar áreas privadas. Legalmente, há impe-

dimentos para se fazer isso, a Procuradoria Jurídica impede isso. E a própria Controladoria-Geral da União nos fiscaliza, diariamente, a respeito disso. Então, deve haver uma ação maior, que deve começar por um debate político, mas que deve também ser uma ação conjunta.

Muito obrigada, nobre Senador. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Zilda Maria, não sei se o pessoal está colocando ali já os encaminhamentos. Por favor, coloquem ali o Ministério da Previdência. Para mim, se isso não gera aposentadoria especial, não há outra coisa que a gere. Vamos incluir ali o Ministério da Previdência.

Eu avançaria um pouco mais. Depois, no final, vou falar um pouco o que percebi. Eu quero conversar sobre esse tema. Quando digo eu, refiro-me a nós, aqui, também com o Itamaraty. Quero saber onde entra, nesse debate, a responsabilidade, que já foi levantada aqui, também do governo francês. Eu ia falar no final, mas vou falar agora.

Noto que presidentes de outros países vêm visitar o Brasil – e nada tenho contra isso –, dão o primeiro chute no jogo de futebol no Maracanã, sobem as ruas da favela, batem uma bolinha, abraçam as crianças, veem a capoeira. Eu quero que o Presidente da França venha ao Brasil e vá a Santo Amaro, para ver o que eles deixaram aqui. (*Palmas.*) Quero fazer, pelo Itamaraty, este convite a ele: que ele vá a Santo Amaro! Quero ver o que vai me dizer. E que traga sua esposa, seus familiares!

Tenho dito: deixem ali as fotografias. Eu sei que dói. Não pensem que não dói. O Walter já as viu e continua chocado; eu já as vi e continuo chocado. Mas o Brasil tem de ver isso aí mesmo. Não adianta, não tem como esconder, como dar uma invisibilidade para o que o nosso povo está vivendo lá. Olhem essa foto, por exemplo!

Sei que tenho de me controlar. Alguém já me disse para eu parar de falar com o coração e falar com a razão. Temos de agir com o coração, mas tem de haver a voz da razão.

Concedo a palavra ao Dr. Cláudio, Coordenador-Geral de Qualidade Ambiental do Ibama.

O SR. ITANOR JÚNIOR – Senador, quero só fazer um aparte, para dizer duas coisas a título de esclarecimento.

Primeiro, estou com uma comunicação de acidente de trabalho aqui que foi fornecida pela empresa para a Previdência Social em 2005, e, para minha surpresa, as informações previdenciárias estão sendo feitas via São Paulo. Então, ainda que não haja o endereço fiscal da empresa, a informação previdenciária dada ao poder da União é feita por São Paulo, pelo Daniel Ribeiro Barbosa, que é administrador da empresa. Então, em vez de se fazer isso por Santo Amaro, que tem uma agência previdenciária enorme, as informações previdenciárias dos trabalhadores estão sendo feitas por São Paulo.

Dou uma segunda sugestão. Até por essa questão de transferência de recurso, temos somado esforços com a Procuradoria para tentarmos um processo de desapropriação da fábrica, Senador, até para que se faça um passivo, em termos de história, realmente, para que se consolide isso. Precisamos contar com esse apoio, até para que se desaproprie, para que se façam as reparações e para que se trate disso dentro da nossa própria dor mesmo, Senador. São essas duas frentes com que a gente tem preocupação.

Estamos com uma sentença que foi dada no dia 11 de março deste ano. E, para nossa surpresa, essa pessoa que foi sentenciada é um trabalhador que foi o contador que fez a primeira contagem de lingotagem da fábrica. A resposta da juíza foi dada nos seguintes termos:

> "Diante do requerimento do juízo para processar e julgar a ação do reclamante, para evitar arguição futura de nulidade por cerceamento de direito de defesa, fica deferida a realização de perícia, a pedido do reclamante.
>
> Deve o reclamante, no prazo de 30 dias, proceder ao depósito de R$500,00 de honorários provisionais. A não realização do depósito no prazo concedido [isso para a parte autora, passados 20 anos] seja interpretada como desistência de produção de prova pericial. Tão logo seja efetuado o depósito e apresentados os quesitos, será nomeado o perito."

Então, ainda se exige do trabalhador que faça o depósito de R$500,00, para que se realize uma perícia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ou seja, o réu vira culpado.

O SR. ITANOR JÚNIOR – E arca com os custos dessa culpa, o que torna a coisa ainda mais absurda. Então, são três coisas que mostram a realidade dessa operação jurídica do enfrentamento que a gente tem de buscar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O trabalhador exige seus direitos, vira réu e culpado ainda.

O SR. ITANOR JÚNIOR – E ainda tem de custear antecipadamente, sob pena de...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Intervenção fora do microfone)* – Se não pagar, não vai ter sua perícia realizada, não vai ter seu direito assistido.

O SR. ITANOR JÚNIOR – Por consequência, não haverá sentença, não haverá decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso, entendemos que temos de fazer uma visita. Esse mutirão tem de envolver os três Poderes: Judiciário, Legislativo e Executivo. Aí, dialogamos sobre o tema.

Como foi falado aqui, de fato, esse é um crime contra a humanidade, um símbolo negativo de um ato cometido, uma violência. As fotos falam mais do que qualquer um de nós aqui. Vamos ter de ir a fundo nessa questão.

Tem a palavra o Dr. Cláudio, por favor.

O SR. CLÁUDIO LIBERMAN – Obrigado, Senador. Bom dia a todos!

Apenas quero complementar as palavras da nossa colega Drª Zilda, o Ibama, por força da Resolução Conama nº 420, de 2009, deverá elaborar um cadastro das áreas contaminadas em todo o País. Mas, logicamente, esse cadastro será formado – e temos de publicá-lo no Portal do Ibama – por informações que os próprios Estados e Município deverão encaminhar ao Ibama. Então, como essa é uma Resolução que entrou em vigor em dezembro de 2009, a gente já está providenciando a formação do banco de dados para receber essas informações.

Além disso, também temos o Cadastro de Resíduos Sólidos, dentro da Política Nacional, que também está sendo configurado dentro Cadastro Técnico Federal, que é de atribuição do Ibama.

Com referência ao processo de Santo Amaro, a única participação que o Ibama teve foi em 2002, por demanda da comissão que o Deputado Sarney nomeou agora e que foi encabeçada pelo Deputado Fernando Gabeira, e, de nossa parte, demandamos uma fiscalização da nossa Superintendência no Estado da Bahia. Depois disso, não houve mais continuidade do processo dentro do Ibama.

Essa é a informação que temos a dar aqui, não sem antes dizer que Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama se coloca à disposição para qualquer suporte que possa dar tecnicamente à Comissão ou a quem demandar dentro do Ibama. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com esse último depoimento dado agora pelo Dr. Cláudio Liberman, colocamos na tela alguns encaminhamentos na linha do que o Senador Walter Pinheiro propôs, ou seja, que a gente faça um mutirão e discuta com o núcleo central do Governo uma política que efetivamente que una diversos Ministérios, o da Saúde, o do Meio Ambiente, o do Trabalho. E foi dito agora que devemos dialogar com a própria Justiça, no caso a Justiça do Trabalho, e conversar ainda com os Ministérios do Planejamento, de Infraestrutura, de Cidades, da Previdência e de Relações Exteriores e com a Seppir, naturalmente. Vai ter de haver uma interação com todos os Ministérios. Com o Ministério da Justiça também vamos ter de dialogar sobre isso. E faremos uma visita ao nosso Judiciário também, por meio de uma delegação de Senadores e de Deputados. Além disso, vamos dialogar também com o núcleo central do Governo.

Aceitando o Senador Walter Pinheiro esse encaminhamento, vamos levar uma cópia dos documentos que recebemos, inclusive do vídeo, para entregar à Presidenta Dilma no almoço de hoje, às 12h30.

Quero insistir na tese de que algo, de fato, tem de ser feito de forma concreta, meu caro representante do Prefeito da cidade.

Além do Ministério das Relações Exteriores, eu me proporia a fazer uma visita, pela simbologia, ao Caetano e à Bethânia. A Comissão de Direitos Humanos faria uma visita a eles, pela simbologia e pela luta que já sei que eles vêm travando.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – E visita também a D. Canô. Você vai encontrar o Rodrigo, que não é o irmão mais famoso do Caetano, porque não canta, mas que, provavelmente, estará lá. Inclusive, o Rodrigo Veloso é Secretário Municipal, uma figura das mais agradáveis, uma figura que tem, historicamente, trabalhado conosco. O Rodrigo é velho parceiro da luta sindical. Ele era eletricitário na Bahia, e eu o conheci antes de conhecer Caetano. É óbvio que Caetano a gente o conheceu de longe, cantando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ao longo das nossas vidas, dá para se dizer.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas, como o Rodrigo trabalhou durante muito tempo em uma companhia de energia e atuou nessa luta sindical, a gente sempre se encontrava. Portanto, seria importante fazer isso, Paim. Temos de ir lá. Eu proporia que fôssemos lá depois de uma iniciativa aqui, para a gente tentar chegar com a notícia – que espero seja boa – ou pelo menos com a possibilidade de mobilizar mais gente para nos ajudar a fazer a pressão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A partir desta reunião – e vamos entrar em contato hoje com a Presidenta Dilma –, deve haver um desdobramento. Essa é uma situação da maior gravidade.

Se a gente já viu grandes eventos culturais, reunindo artistas, para combater a fome no mundo, por que não podemos fazer um grande evento no Brasil, capitaneado pelos artistas, principalmente pelo Caetano e pela Bethânia, com o objetivo de olhar para Santo Amaro? Que seja um grande ato, não de protesto, mas de alerta! Por que não tentar viabilizar isso?

O SR. CLÁUDIO LIBERMAN – Um Festival da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Poderíamos fazer um grande festival, em respeito a Santo Amaro. Temos de levar essa questão além dos limites do território nacional, porque essa empresa e o governo francês têm a sua responsabilidade.

As nossas crianças estão nascendo dessa forma, e é inadmissível que a gente saia desta audiência como se esta fosse mais uma audiência. Não é mais uma audiência, é fruto de um trabalho acumulado de pessoas que vêm fazendo essa denúncia há muitos anos. Mas isso começou em 2001. E são mais de vinte anos, mais de duas décadas.

Diz aqui o Augusto, com sua indignação e com lágrimas nos olhos – todos nós percebemos –, que, de concreto mesmo, só existe o Juizado. Temos de conversar com o Ministério da Previdência! Onde estão as aposentadorias? A gente dá anistia para tanta gente, neste País, inclusive para maus pagadores! Eu, que estou no Congresso há 25 anos, cansei de aprovar anistias bilionárias para os grandes maus pagadores da nossa previdência. Por que não investir uma parte do dinheiro público em Santo Amaro? Duvido que algum brasileiro que veja essas fotos não diga: "Pelo amor de Deus, façam alguma coisa!".

Como vamos ter uma conversa com a Presidenta Dilma. Quero encerrar esta audiência pública, dizendo que, há 25 anos, estou no Congresso e que nunca participei de uma audiência como esta. Olhem essas duas fotos! Olhem as fotos! Quero terminar com essas fotos. Voltem um pouquinho àquelas três fotos. Volte àquelas que você mostrou; parece que não quer mais mostrá-las. Acho que alguém não quer mostrá-las. Mostre aquelas outras três fotos. Essas são graves, mas aquelas outras três são piores. Todas são da maior gravidade! Votem um pouquinho. Falo daquelas três fotos que passaram rapidamente. Elas dão a impressão de que isso não ocorre no planeta Terra. A impressão que se dá é esta, de que isso não ocorre aqui. Mas isso ocorre aqui, no Brasil, em Santo Amaro. As crianças estão nascendo assim. Ao longo da minha vida, tenho 61 anos, nunca vi algo nem próximo do que aquilo a que estamos assistindo neste momento. Algo tem que ser feito!

Deus nos ajude, para que, junto com Caetano, com Bethânia, com a Presidenta Dilma, com o Governador da Bahia, com o Prefeito, com todos vocês, possamos apontar soluções para esse povo.

Augusto, você é o símbolo disso. Só posso dizer: vamos encerrar, dando uma salva de palmas para o Augusto. (*Palmas.*)

Essa luta é de todos nós.

Esta encerrada a audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 03 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 30 DE MAIO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 8H30, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta minutos do dia trinta de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senadores **Paulo Paim e Ataídes de Oliveira**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA:** Audiência Pública, nos termos, nos termos do Requerimento nº 49, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 14/04/11, "para debater o Mapa da Diversidade do Setor Bancário, elaborado para promover a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, independente de sua cor, sexo, idade, tendo ou não qualquer tipo de deficiência". Convidados: Frei David Raimundo Santos, Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO; Almir Aguiar, Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Rio de Janeiro, em representação ao Senhor Carlos Cordeiro, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – CONTRAF; Anhamona Silva de Brito, Secretária de Políticas para ações afirmativas, em representação à Ministra Luiza Bairros, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Humberto Adami, Diretor da Associação dos Advogados do Banco do Brasil – ASABB. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Valter Pinheiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, dez horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

PAUTA
(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 49, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 14/04/11, "para debater o Mapa da Diversidade do Setor Bancário, elaborado para promover a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, independente de sua cor, sexo, idade, tendo ou não qualquer tipo de deficiência".

Convidamos, para isso, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, convidamos a ASABB, a Contraf, a Febraban, a CNI, a UGT, por ter um trabalho nessa área, representando as centrais, e também a Educafro, pelo Frei David.

Meus amigos e minhas amigas, eu quero fazer uma introdução aqui para enfatizar o motivo dessa audiência pública no meu entendimento tão importante para todos nós no combate a todo e qualquer tipo de preconceito.

Eu diria que essa audiência pública de hoje, pela manhã, aqui na Comissão de Direitos Humanos, tem muito a ver com o a própria sessão que teremos hoje, por iniciativa deste Senador e de outros, no plenário do Senado, a partir das 11 horas, quando vamos discutir, com a presença do MEC, principalmente do nosso convidado especial Eliezer Pacheco, Secretário Executivo da área de ensino técnico, a questão do ensino técnico no Brasil.

Entendo eu que o ensino técnico é um instrumento poderoso no combate aos preconceitos. Se a nossa juventude, independente da cor da pele e da idade, do sexo, enfim, se é jovem, ou se tem mais de 50, 60 anos, se tiver acesso a um curso técnico, estará muito mais preparado para enfrentar o mercado de trabalho e combater os preconceitos.

Enfim, meus amigos, o tema da audiência de hoje ressalta a crença de todos nós na valorização das diferenças, por isso precisamos, unicamente, no esforço permanente de todos nós – nós todos e, quando digo isso, não é só o Brasil, não é só aqui o Congresso, digo nós habitantes da Terra –, modificar essa nossa forma de pensar, de agir e de ver, de ver cada ato, cada fato, cada movimento feito por nós, se podemos efetivamente demonstrar que nós estamos cumprindo a nossa parte na busca de uma sociedade onde todos tenham direitos iguais, efetivamente.

Enfim, somos iguais perante aos nossos iguais. Eu poderia lembrar aqui de algo que escrevi ainda quando eu estava no Rio Grande, num programa que tenho lá chamado Canto dos Pássaros, onde digo: "O canto dos pássaros do Sul é o mesmo que embala o sono das crianças do Norte. Ninguém é dono do sol ou da lua. Cabe a nós lutar com as nossas vozes libertas para aqueles que são discriminados e defender os que sofrem preconceitos de todas as espécies, buscando uma forma de assegurar direito a todos. Não importa se a embarcação seja pequena e tenha remos quase inúteis ou falquejados pelo tempo, somos mais fortes que as águas revoltas dos mares e dos rios se remarmos todos juntos. O vento que corre pelos campos e pelas cidades, é o nosso guia. É o meu guia nessa luta permanente contra todo tipo de preconceito. Temos esperanças de que um dia as pessoas deixem de julgar os outros pela cor da pele, pelos seus cabelos, por suas religiões, sua orientação sexual, gênero, classe social, ou por algum tipo de deficiência".

Seria fabuloso, meus amigos, se um dia todos nós – todos, independentemente – entendêssemos que a raça é uma só, a humana, e que nós humanos temos as mesmas dificuldades que todos os outros humanos têm, porque é inadmissível que um ser humano ache que ele é melhor que outro ser humano. Nós temos nossas dificuldades. Eu sempre digo, como exemplo, às pessoas com deficiência, quando perguntam: Ah, então, Paim, tu tens algum tipo de deficiência? Claro que eu tenho. Eu tenho uma meia-dúzia de deficiências já, e quero que me tratem com respeito. Por exemplo: eu tenho pressão alta, eu tenho a tireóide, eu tenho um probleminha de coluna, e nem por isso me considerem que não sou eficiente em outras áreas de atuação. É nessa linha que nós entendemos que todos têm que entender que, apesar das nossas deficiências, todos nós somos eficientes em outras áreas e temos que ter direito a oportunidades.

Enfim, o que precisamos ver é que o País é um só e que todas essas diferenças nos tornam todos naturalmente seres especiais. Não governamos para uma minoria, mas, sim, para todos os brasileiros. Já disse várias vezes que tenho por convicção, por tudo que aprendi na vida, que a Pátria somos todos nós.

Além do compromisso do Estado com a valorização das diferenças, nós iniciamos aqui um diálogo com a iniciativa privada e os movimentos sociais, sindicais, para acompanhar as iniciativas que estão ocorrendo

em relação, nesse caso, aos bancos privados e aqueles que atendem ao público.

Não estamos iniciando hoje, a meu ver, o processo de diálogo ao convencimento, que possuiu mais de 15, 20 anos, como tenho certeza será relatado aqui pelos expositores. A nossa missão, quando procuramos pelo setor empresarial e pela sociedade civil, foi de dar continuidade à mesa de negociação e o acompanhamento que a Comissão de Direitos Humanos tem feito há anos. Lembro aqui do trabalho brilhante feito pelo próprio ex-Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh nessa área.

É importante salientar que o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965, e da Convenção nº 111, de 1958, da OIT, que trata da discriminação no emprego e na profissão.

Quero ressaltar que somos defensores dos princípios gerais da atividade econômica justamente por isso. Além da livre iniciativa e da livre concorrência, dentre outros, queremos mais do que nunca o compromisso das empresas, como está descrito no inciso VII do art. 170 da nossa Constituição, que diz que a redução das desigualdades regionais e sociais é um compromisso de todos nós.

Para concluir, leio aqui o manifesto do Sindicato dos Bancários, CUT, da Contraf, apoiado pelas entidades do movimento negro.

O que diz o pequeno manifesto?

Vamos abolir a discriminação.

Passados 123 anos da assinatura da Lei Áurea, a realidade mostra que os negros e as negras ainda não conquistaram de fato a sua alforria no Brasil. Eles permanecem excluídos em seus direitos e cidadania plena, sendo-lhes negado acesso à educação, à moradia, ao lazer e ao emprego. Nos bancos e demais instituições financeiras, o problema se dá no acesso ao emprego e na ascensão profissional e atinge também as pessoas com deficiência, idosos e mulheres.

Segundo dados do Mapa da Diversidade, uma ampla pesquisa realizada em 2009 com quase a metade da categoria bancária, as pessoas negras correspondem a 35,7%, mas, no setor financeiro, os negros e as negras ocupam apenas 19% das vagas e recebem salários menores do que os brancos.

O que aqui está sendo dito, na verdade, é que esse censo... Há aqui uma controvérsia: uns falam que 35,7% da população economicamente ativa no País; outros falam que é mais de 40%, aproximadamente 50%. Aqui este censo mostra as diferenças em relação principalmente aos negros, às mulheres, idosos e pessoas com deficiência, que recebem praticamente a metade dos salários, se comparados àqueles que não estão nesse grupo.

Na realidade, estamos fazendo esse grande movimento que visa abolir todas as formas de discriminação e preconceitos. Isso tudo é um movimento coordenado pelo Movimento Sindical em que a CUT faz parte junto com outras centrais e sindicatos dessa organização em nível nacional.

Bem, senhores e senhoras, eu queria destacar que, nesta audiência pública, nós, além de convidar algumas entidades que já citei, convidamos outros também e farei a leitura de todos os convidados.

Foram convidados para esta audiência pública:

- Anhamona Silva de Brito, Secretária de Políticas para Ações Afirmativas, representando a Srª Ministra Luíza Bairros, Secretária de Política de Promoção da Igualdade Racial – Seppir;

- Sr. Humberto Adame, Diretor da Associação dos Advogados do Banco do Brasil;

- Sr. Almir Aguiar, Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Rio de Janeiro, representando o Sr. Carlos Cordeiro, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Contraf;

- Murilo Portugal Filho, Presidente da Diretoria Executiva da Federação Brasileira dos Bancos – Febraban;

- Robson Braga de Andrade, Presidente da Federação Nacional das Indústrias – CNI;

- Ricardo Pattar, Presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; e, também,

- Sr. Frei David Raimundo Santos, Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e carentes da Educafro.

Eu pretendo convidar à Mesa os representantes, em grupo de dois ou, no máximo três. Depois, a gente vai fazendo novas Mesas, se necessário.

Eu convidaria, neste momento, o Sr. Almir Aguiar, Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Rio de Janeiro, representando o Sr. Carlos Cordeiro, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Contraf. Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro.

Convido, também, o Sr. Frei David Raimundo Santos, Diretor Executivo da Educação para Afrodescendentes e Carentes da Educafro.

Antes de passar a palavra aos dois, eu também gostaria de destacar de que hoje teremos, mais uma vez – eu destaco e o fiz aqui na abertura dos trabalhos –, um grande evento no Plenário do Senado da República, de iniciativa deste Senador e de outros, que vai discutir o ensino técnico no Brasil, a partir do Pronatec,

belo projeto lançado, recentemente, pela Presidente Dilma. Tem a ver também com esta audiência pública, porque o Pronatec trata do ensino técnico. Todos sabem que eu sou autor do Fundep, que é um fundo de investimento, que geraria algo em torno de R$8 bilhões para o investimento na área da formação, ou seja, do ensino técnico em todo País – se fosse aprovado. Projeto este, que é uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), que está pronto para ser votado no Plenário do Senado da República.

Também destaco o projeto Cantando as Diferenças, que nós coordenamos, em nível nacional, que visa – como eu sempre digo – dar oportunidade a quem não tem oportunidade, dar palco a quem não tem palco. No Cantando as Diferenças, nós trabalhamos com índios, com negros, com brancos, com pobres, com deficientes, com mulheres, com crianças, defesa do meio ambiente. E, hoje, no rio Grande do Sul, mais de 380 cidades já fazem parte deste programa Cantando as Diferenças, que foi apresentado, recentemente, na França e também na Argentina. Na verdade, é um projeto que busca as políticas de igualdade e de oportunidade para todos.

Com nossos convidados já à mesa e depois dessa introdução que fiz, lembro da importância deste momento, e não poderia deixar de lembrar, mais uma vez, a morte de nosso querido Abdias. Falei dele praticamente durante toda semana, ele que foi enterrado nessa sexta-feira no Rio de Janeiro. Fiz um discurso, em torno de 15 minutos, de homenagem a Abdias, sobre sua história, sua vida no plenário do Senado. Também encaminhei três requerimentos de homenagem a Abdias, Frei David. Um deles é o de nomear esta Comissão de Comissão de Direitos Humanos Abdias Nascimento, como ocorre em outras comissões da Casa. Já apresentei o projeto de resolução. Uma vez o projeto aprovado, esta Comissão de Direitos Humanos passará a se chamar Comissão de Direitos Humanos Abdias Nascimento. Eu o protocolei na semana passada e esperamos que a votação se dê com rapidez para que a gente possa, ainda este ano (lembrei-me da data de 20 de novembro), fazer uma série de homenagens a Abdias Nascimento.

Aprovei, também, junto com a Senadora Lídice da Mata que, no dia 21 de novembro (pois 20 de novembro cai no domingo), seja uma grande sessão de homenagem, aqui no Senado, a Abdias Nascimento. Vincularíamos a história de Zumbi, naturalmente, ao grande e querido ícone da luta e combate aos preconceitos, principalmente da questão da comunidade negra, Abdias Nascimento.

E, por fim, o terceiro ponto que nós aprovamos também no requerimento foi o de, ainda neste ano – e quem sabe nesse dia 21 de novembro –, a gente possa divulgar o selo Abdias Nascimento – o Selo do Combate ao Preconceito. Já falamos com a Companhia de Correios e Telégrafos e, provavelmente, teremos – além de esta Comissão chamar-se Abdias Nascimento – o selo Abdias Nascimento em uma sessão de homenagem no dia 21 de novembro, momento em que faremos um grande evento aqui no Congresso com a presença de lideranças de todo o País e, naturalmente, de todo o Estado brasileiro (do Governo) para homenagear esse homem que, com certeza absoluta, marcou sua vida de forma muito contundente. Eu sempre dizia – e repito – que Abdias era um homem que estava sempre à frente de seu tempo e suas ideias estarão sempre e sempre vivas junto a todos nós.

O SR. DAVID RAIMUNDO SANTOS – Senador, me permite uma sugestão? Primeiro, sua iniciativa como Senador convicto e em sintonia com o momento presente, colocando o nome de Abdias e marcando aqui um evento nesta Casa do povo. E sugiro o seguinte: como fiz um levantamento, recentemente, para ver as atividades de 20 de novembro no Brasil inteiro, eu tive um agradável susto, Senador: há mais de dois mil eventos, acontecendo no Brasil inteiro, nos dias 19, 20 e 21. Então, para que nosso evento aqui no Senado seja marcante, eu me atrevo a lhe sugerir – pense, depois, com calma – a possibilidade de o evento do Senado (como é a Casa do povo) abrir o mês de novembro ou fechar o mês de novembro. Com isso, nosso povo da base, que quer vir e estar aqui presente com você, não vai ter a crise de dizer que abandonou a base para estar aqui no Senado.

Desculpe-me o atrevimento, mas se puder considerar isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Podemos analisar. O problema é que o requerimento já foi aprovado no Plenário do Senado e, depois de aprovado, para alterar... A data já está reservada. Essas datas são muito disputadas, e eu consegui assegurar 21 de novembro, vinculando já o dia 20 de novembro.

Nós poderíamos fazer, durante todo o mês de novembro, debate em todo o País e que 21 de novembro fosse um momento especial, quando quero trazer lideranças de todos o País. Caro que não vou pensar em trazer centenas de lideranças de todo o País, vindo um representante de cada Estado, junto com Senadores e lideranças de Brasília, já faríamos um grande evento em homenagem a nosso querido Abdias.

Então, começando nosso trabalho, eu inicio, Frei David, com S. Sª. Primeiro, então, Almir.

Iniciamos com Almir Aguiar, Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, representando o

Sr. Carlos Cordeiro, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, Contraf.

V. Sª dispõe de 10 minutos mais 5 minutos.

O SR. ALMIR AGUIAR – Bom dia a todos e a todas que estão aqui do plenário. Estou aqui hoje substituindo ao companheiro Carlos Cordeiro, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, dizendo da importância dessa audiência para todos os trabalhadores negros e negras.

Ao longo dos anos, estamos fazendo essa discussão junto aos bancos. É importante ressaltar que nós, bancários, priorizando sempre as mesas de negociações, temos avançado, mas é necessário avançar muito mais.

Nessa discussão com os bancos, não podemos dar nenhum tipo de trégua porque sabemos que a discriminação está em todo o setor produtivo. Mas, hoje, nós, bancários, fazemos essa discussão também nos bancos, até porque, a partir de 1996, a gente já vem implementando esse tipo de conversa com a Confederação Nacional dos Bancos, no sentido de avançar no que tange à igualdade racial, à questão da mulher e dos deficientes.

É importante a gente enfatizar que, desde 1996, ainda a nossa confederação era a CNB – Confederação Nacional dos Bancários, que incluiu pela primeira vez na pauta de reivindicação o tema de igualdade de oportunidades.

Então, desde 1996, estamos travando essa luta com os bancos. Naquele momento, eles foram enfáticos em dizer que não havia discriminação nos bancos. Desde então, nós intensificamos essa discussão e, pela primeira vez, conseguimos colocar na convenção coletiva de trabalho essa discussão da igualdade de oportunidades. Anteriormente à 1996, a gente já vinha implementado todo esse trabalho junto à base no Brasil inteiro.

Com base na pesquisa que chamamos de *Rosto dos Bancários*, até em função dessa negativa dos banqueiros, a Confederação Nacional dos Bancários, na ocasião, encomendou uma pesquisa ao Dieese. E ficou provado, entre uma série de discriminações, a questão racial dentro dos bancos. Aí foi editada uma revista chamada *Rosto dos Bancários*, em que colocamos tudo o que foi apontado relativamente à discriminação. A partir daí, estabelecemos um trabalho no sentido de aumentar essas discussões com os banqueiros, colocando sempre a nossa pauta de reivindicações junto à nossa base. Então, em toda a campanha salarial, nós discutimos junto aos bancários e bancárias a necessidade de avançar cada vez na igualdade de oportunidade.

Recentemente, chegamos a avançar na questão da ampliação da licença maternidade para as mulheres e da isonomia para os casais homoafetivos, inclusive a Contraf recebeu um prêmio por essa iniciativa. Isso foi conquistado numa mesa de negociação.

Agora, toda conquista não foi fácil, somente numa negociação. Tivemos, sim, que fazer uma grande greve nacional. Embora o que vem primando nessas greves seja a questão econômica, nós também inserimos na pauta de reivindicação essas discussões, para fazer a transversalidade de todas as questões: a questão racial, igualdade de oportunidades, a questão das mulheres, dos deficientes. Na campanha salarial, em que nós discutimos as questões sociais, as questões econômicas, mas também colocamos em pauta tudo isso, porque é no momento em que mobilizamos os trabalhadores bancários nacionalmente que conseguimos avançar.

Então nós fizemos uma grande movimentação nacional e, através de o *Rosto dos Bancários*, o Ministério Público do Trabalho verificou que tinha, sim, uma desigualdade nos bancos e procurou os banqueiros, que, inicialmente negaram a questão da discriminação. O Ministério Público do Trabalho ajuizou uma série de ações contra os banqueiros, os bancos, que foram chamados para que fosse colocado um termo de ajuste de conduta. A partir daí, foi gerado também o mapa da diversidade, em que ficou claro que existe uma grande discriminação no setor bancário.

É importante ressaltar que hoje temos na categoria, num universo de 450 mil bancários. A nossa categoria que já teve em torno de 1 milhão de trabalhadores, hoje, em função da própria automação e, por outro lado, entendemos que a ganância dos banqueiros que, visando lucros, implementam uma série de trabalhadores. Então, hoje, temos 450 mil trabalhadores bancários. Com isso, continuamos a intensificar essa discussão, e, nesse mapa, ficou muito claro que existe uma redução muito grande de bancários negros e negras. Hoje, nesse universo de 450 mil trabalhadores, somente 19% são negros e 8% são mulheres negras na categoria.

Isso é muito ruim. Acho que essa audiência pública pode trazer caminhos para a gente avançar ainda mais diante, diante desse absurdo que a gente vem observando através da Fenaban.

Então na pesquisa, até trazendo alguns dados, o mapa da diversidade teve o apoio da Contraf. Era necessário a gente saber como está a categoria bancária, mas foi implementada por força de uma ação ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho. Mas a Fenaban fez essa pesquisa. O importante é ficar claro... Essa pesquisa foi apresentada aqui na Câmara dos Deputado no âmbito das comissões – acho que o Frei David estava presente. A própria Fenaban reconhece que existe discriminação na categoria, principalmen-

te em relação às mulheres negras, que são as mais discriminadas com esse percentual. Nós podemos observar que, nesse estudo, ficou claro que nos bancos a participação é menor: apenas 8 mulheres num grupo de 100, no caso, 8 mulheres negras estão hoje no mercado de trabalho no setor financeiro.

Ela aponta uma série de situações gritantes porque foi pontuada em todos os Estados do País. Eu marquei aqui principalmente os Estados do Sul. No Paraná, somente 5% da categoria é composta pela população negra; no caso, 5% homens e 3% de mulheres; no Rio Grande do Sul, 3% de homens e 2% de mulheres; em Santa Catarina, 2% de homens e 1% de mulheres.

Essa pesquisa foi bem detalhada em todos os Estados, ficando claro que existe realmente discriminação no setor bancário. Eu acho que temos que avançar para construir uma alternativa que acabe com essa discriminação.

Por outro lado, a gente pôde avaliar que o bancário negro, com o mesmo grau de instrução que o bancário branco, tem um salário menor. Nós entendemos, pelo que foi apontado, que a cor da pele acaba sendo um impeditivo para que esse trabalhador tenha ascensão na empresa; ou seja, nos quadros das diretorias dos bancos, apenas 4% são ocupados por negros e negras, principalmente o homem. Também nessa discussão ficou claro que existe discriminação à mulher. Então existe a questão da mulher negra, mas existe discriminação muito grande com relação à mulher. Está claro aí na questão salarial.

No caso, o mapa mostra que, em 99, o homem branco ganhava R$3.400,00 e o homem negro, R$2.870,00.

A permanência no emprego do homem negro, da mulher negra é muito menor. Eu acho que essa iniciativa é importante, mas deixando claro também que nós entregamos uma pauta à Fenaban com uma série de pontos a serem discutidos, e no ponto nove nos apontamos que é necessário criar meios públicos de acesso às vagas, no caso, nos *sites*, nas publicações. Recentemente, a Fenaban anunciou pela imprensa que colocou em seu site uma ferramenta de recrutamento dos trabalhadores na discussão de igualdade de oportunidades para atender esse programa, mas essa discussão foi fruto de um avanço da categoria bancária por força da nossa confederação. Nós apresentamos então esses pontos para discutir com os banqueiros, e o ponto nove indicava isso. Só estamos aqui fazendo uma crítica porque os banqueiros colocaram isso no seu *site*, que é um ponto positivo porque é necessário para contratar, mas em nenhum momento ela colocou que isso foi fruto de uma discussão com o setor bancário, com os bancários, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. Em princípio, parece que foi uma bondade dos banqueiros, foi uma iniciativa simplesmente por parte deles, mas não; isso foi fruto de negociação grande, de mobilização nacional dos bancários em suas campanhas salariais em todo o País. Então avançamos muito nesse sentido, mas ainda tem muito a desejar, a pesquisa está clara, e o banqueiro precisa mudar sua postura, tem que contratar mais negros e negras e também implementar ainda mais a questão dos deficientes e das mulheres e retomar a mesa de igualdade de oportunidades que estava agendada para o mês de março. Eles desmarcaram essa negociação e não houve outro agendamento a partir daí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Almir Aguiar, Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Rio de Janeiro, que mostrou mediante este mapa que o preconceito é muito grande no setor bancário, principalmente entre os negros, mais acentuadamente com as mulheres, e também demonstra que as pessoas com deficiência continuam sendo discriminadas.

Depois da exposição do Almir, passamos a palavra ao Frei David Raimundo Santos, diretor executivo para educação para afrodescendentes carentes, Educafro. Tem a palavra por 10 minutos, mais cinco.

O SR. DAVID RAIMUNDO SANTOS – Senador, parabenizo-o por sua guerreira posição de querer abrir esta Casa do povo para o debate da comunidade aqui presente, nacional, aqui tem pessoas de vários países, Senador, temos um pesquisador da Suíça aqui no grupo, tem gente de Guiné Bissau, tem gente de outras regiões do Brasil e do mundo. E todos estão interessados em ver como o Brasil tem levado a sério esta grande maioria do povo negro – somos 51% da Nação.

Para ser mais direto, fizemos um *slide* cujo título é: Febraban, em que a inclusão nos bancos avançou. Esse é o título e o desafio. Por volta do ano 2000, debates e questionamentos da população negra nos quatro cantos do Brasil, exigindo seriedade com todas as empresas no Brasil, no âmbito de supermercados, comércio, bancos, indústria, querendo seu espaço. O debate talvez não tivesse a estratégia necessária e por isso muitas vezes nosso debate ficava vazio, sem eco, sem resultado.

O Instituto Yara, instituto ligado ao advogado Adami, junto com o Educafro e varias outras entidades pressionam o Ministério Público do trabalho, exigindo que esse abra processo contra todos os bancos. Que fique bem claro. O movimento social foi muito determinante nessa briga dos bancos. O sindicato dos bancários começam também a pautar o assunto não com a garra que nós queríamos. E aqui faço um apelo

ao meu irmão negro, sindical, que agora está tão fortemente conosco, ajudando inclusive com os gastos para trazer esta multidão aqui, Senador, ao Senado. E que cada vez mais haja esta parceria do movimento social e sindicatos; percebo que essa parceria vai dar um bom samba.

Em 2001/2002, a Educafro solicita diálogo com os bancos; insistente diálogo com cada presidência dos bancos, e a resposta era sempre "não", "não". Houve um pequeno avanço com o Banco Real e outros bancos, mas muito tímido avanço, até parecia confete de carnaval: apenas para alegrar, sem ter outros efeitos.

No ano de 2003, percebendo a falta de diálogo dos bancos, a Educafro treinou – treinou! –, cem negros e negras em várias reuniões para invadir – invadir! – uma agência bancária. E o debate foi grande em várias reuniões com mais de 800 pessoas para se discutir que bancos seriam invadido: Real, Itaú. Pegou fogo o debate. Depois de muitas colocações, o povo presente concluiu que o banco que mais violentava o povo negro era o Banco Itaú, especialmente com essa safada e mentirosa porta eletrônica, que diz que é para barrar material metálico, mas, na verdade, ela barra melanina. Aquela porta não barra material metálico, barra a melanina. Levante o braço aqui o negro e a negra que já foram barrados no Banco Itaú. Olhe aí. Olhe que vergonha.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DAVID RAIMUNDO SANTOS – Olhe aí. Olhe aí. Então, acorde, Banco Itaú. Se quiser servir o povo, pare de perseguir os pobres. A polícia, fortemente armada, cercou a agência do Itaú invadida pelos cem negros. Por três horas, muitos conflitos, muitos debates, dezenas de carros de polícia cercando a agência; muitas tensões, muitas confusões. Depois de tudo isso, o Banco Itaú reconhece que não tem como mais ficar escondendo, ele tem que sair para a prática, e aceitou uma reunião com dez líderes negros lá na presidência do Banco Itaú.

Anos 2004/2005, Educafro, Yara e outras entidades pressionam o MPT para abrir ações contra todos os bancos no Brasil. O Ministério Público do Trabalho adota a estratégia de abrir cinco ações apenas, somente no Distrito Federal. Hoje eu, Frei David, peço desculpas ao Adami, que foi contra essa proposta. Eu fui a favor imaginando que o Ministério Público do Trabalho estava com a melhor estratégia. Adami provou que o Ministério Público do Trabalho escolheu o tribunal de Justiça mais retrógrado do Brasil, que é o de Brasília. A consequência foi prevista por Adami, falou para o Ministério Público do Trabalho e falou para nós.

Os cinco juízes que pegaram as cinco ações eram pessoas conservadoras, pessoas muito limitadas. E os cinco juízes deram negativa para as nossas e mandaram arquivá-las vergonhosamente as ações contra os cinco maiores bancos do Brasil. Cada banco contratou a banca jurídica mais cara do Brasil, só advogados caríssimos, porque eles viram que a briga era grande. Mas, infelizmente, não sei se os juízes estavam comprados, o fato é que eles mandaram arquivar as cinco ações contra os cinco maiores bancos.

Não aceitando essa derrota, a Educafro reuniu a comissão veio à Câmara dos Deputados e procurou a Comissão de Direitos Humanos e disse: "Nós fomos derrotados na Justiça, mas, para nós, a justiça deve acontecer aqui na Casa do Povo". E o presidente da comissão, naquele tempo era o Greenhalg, foi corajoso, botou em votação e ganhamos. Assim, a comissão intimou a Febraban para dizer por que dessa ausência de negros contratados.

A partir dali, gente, a coisa pegou novo rumo. A Febraban, que estava cantando de galo porque perdemos todos as ações nos bancos, teve que sentar no banco dos réus, para ser julgado pelo povo, diante de uma comunidade guerreira, e em toda reunião tinha pauleira, porque a gente queria seriedade da Febraban, respeitando o povo negro.

Em 2005, com a derrota no Tribunal de Justiça, a Educafro faz uma representação contra a Febraban na Comissão de Direitos Humanos, da Câmara. A Febraban é intimada e, assim, acontece a mudança.

Em 2008, a Febraban conclui o levantamento em todos os bancos, particulares e públicos, revelando uma escandalosa exclusão de negros, mulheres e pessoas deficiente. A Febraban conclui essa escandalosa verdade que todos nós, negros, as mulheres e os deficientes, sabíamos da baixaria, mas exigiu que ela fizesse a pesquisa. Foi feita a pesquisa e veio o resultado. Por exemplo, alguns dados da exclusão que a própria Febraban detectou: somos nós, brasileiros negros, 51% da população brasileira, e só 19,20% de negros entre todos os contratados nas agências bancárias dos bancos ligados à Febraban. Apenas 8 – gente, olha só! –, apenas 8 em cada 100 mulheres empregadas nos bancos são negras.

E aqui eu estou estranhando, Senador Paim, a ausência da Febraban. Eu não sei se o povo tem um refrão para a Febraban poder entrar na linha, porque para a gente, uma audiência como esta, convocada pelo Senado, já são 8 horas e 40 minutos e a Febraban não aparece, isso é vergonhoso, é vergonhoso!

(Manifestação da plateia: Febraban, cadê você? Não queremos esse projeto. Febraban, que papelão! Faz um projeto, mas é tudo enrolação!)

O SR. DAVID RAIMUNDO SANTOS – Instrução igual. Olha só, também a pesquisa revelou: Instru-

ções iguais para negros e brancos; negros e brancos com o mesmo nível de escola, o negro com salário inferior. A renda salarial dos negros é 64,2% inferior à dos brancos. Gente, isso é inaceitável! Os bancos do Brasil fazem essa baixaria conosco. Nós somos, nós somos 51% do povo brasileiro. E nos bancos o salário do povo negro, com o mesmo nível educacional, o salário é 64,2% inferior ao dos brancos. Isso é uma violência contra a Nação. Que Nação é esta que a Febraban quer construir no Brasil, quando o negro é marginalizado descaradamente e violentamente?

Cor x ascensão: Apenas 20,6% dos negros nos cargos funcionais conseguem ser promovidos. Pense bem, gente: Só 20,6% dos negros conseguem ser promovidos na Febraban. Os demais negros entram como contínuos para servir café e lavar banheiro e morrem como contínuos para servir café e lavar banheiro. Isso é um atentado contra o povo negro! Não queremos isso? Por isso, Febraban...

(Manifestação da plateia: Febraban, cadê você?)

O SR. DAVID RAIMUNDO SANTOS – E isso aí, militância!

Continuando, olha só, tempo de contratação, outro dado gritante. E aí eu peço aos meus irmãos e irmãs do Brasil inteiro que estão agora acompanhando este debate pela *TV Senado*... Parabéns *TV Senado* por colocar a televisão a serviço do povo negro. Olha só, pessoal; tempo de contratação; 63,05% dos negros têm em média oito anos de banco. Olha só, 63,05% dos negros contratados pela Febraban têm só oito anos de banco. Olha só, pessoal, estamos em que ano? Em 2011 e 2011 menos 8 dá quanto? Dá 2003, ou seja, justamente o ano em que cem negros e negras invadiram o Banco Itaú. Ou seja, só depois que a negrada invadiu o banco é que os bancos começaram a acordar e levar a sério o povo negro no Brasil. Perceberam esse detalhe? Então em oito anos conseguimos fazer mudar alguma coisa.´

Por isso, pessoal, pessoal, só a militância muda o Brasil, só a militância muda o Brasil. Os poderes econômicos e políticos só funcionam sob pressão. Infelizmente está provado isso. A Febraban foi pressionada. Lançou um plano de inclusão, que o sindicato mostrou com muita qualidade aqui. Até pergunto ao sindicato se trouxe essa cartilha para todo o povo. Que pecado! Vocês vão para o inferno. São Pedro, deixe-os aqui conosco, são gente boa. De modo que essa cartilha está muito boa e seria muito bom que cada um de vocês tivesse acesso a essa cartilha, porque ela é muito estratégica para perceberem a maldade da Febraban contra o povo negro. Foi pesquisa da Febraban e o sindicato pegou os dados e reproduziu uma cartilha com muita qualidade. E aí, gente, eu peço para o sindicato uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Lembro a vocês que esta audiência de hoje tem um objetivo: agora queremos uma reunião com a Febraban para avaliar os resultados. Hoje, após três anos de adoção de um plano de inclusão pela Febraban, queremos ver o resultado. E a Febraban foge, não vem para a mesa, foge. Se não chegou até agora, não sei se vai chegar. Ela foge. Se ela fosse séria, estaria aqui discutindo conosco, porque nós queremos seriedade. Agora, gente, vamos pensar um pouquinho: se a Febraban pensar com raciocínio, ela vai perceber que, botando negro no banco, vai ter responsabilidade social e, consequentemente, será aprovada e apoiada pelo Brasil e pelo mundo.

(Manifestação da platéia. Invasão dos bancos já! Não dá mais para aguentar essa humilhação!) (Palmas.)

O SR. DAVID RAIMUNDO SANTOS – Continuando, estamos em Brasília para exigir ações concretas da Febraban e dos demais bancos.

Vamos aqui agora apresentar o nome dos bancos. Eu não sei se a equipe preparou o nome dos bancos para apresentar aqui, porque vamos fazer um sorteio hoje ainda e já, a pedido do povo, fazer a invasão de uma agência bancária. Então hoje vamos ter que invadir uma agência bancária em Brasília, porque não queremos ver...

(Manifestação da plateia: Isa, isa, isa, Educafro quer justiça!)

O SR. DAVID RAIMUNDO SANTOS – Eu peço desculpas ao Senador pela demora, pelo alongamento da apresentação e acabo aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você foi rápido. Eu achei que ia mais tempo na sua apresentação. A moçada se animou, fez os gritos de guerra, o que teve uma bela repercussão.

A partir deste momento, eu queria chamar para a Mesa, o representante da Seppir. A Seppir já chegou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Além do representante da Seppir, estava confirmada a presença também do Frei David, Almir, Humberto Adami. Humberto Adami está chegando, está vindo. São os dois que falariam neste momento: Humberto Adami e o representante da Seppir. Como nenhum dos dois chegou até o momento, vou aproveitar para dar um informe aqui para todos.

Essa audiência, nós vamos concluí-la às 11 horas, mas, a partir das 11 horas, teremos uma audiência no plenário do Senado, onde o Frei David vai falar por vocês sobre a importância do ensino técnico no Brasil.

Estou convicto de que este é um debate que interessa a todos, aos negros, às pessoas com deficiência,

aos índios, aos pobres, a todos, porque quanto mais investimento no ensino técnico mais o nosso povo vai estar preparado para a disputa no mercado de trabalho.

Eu apresentei aqui, no Senado, uma PEC chamada Fundep. É um fundo de investimento no ensino técnico profissionalizante. Uma vez aprovada, geraria em torno, Frei David, de R$9 bilhões para o investimento no ensino técnico. Tenho visitado algumas escolas técnicas e percebo que nas escolas técnicas existe um número pequeno de negros entre os que estão lá. Há uma disputa. Então, também aí nós vamos ter que aprofundar no debate. E eu sei que V. Exª vai falar hoje, com a sabedoria que eu sei que V. Exª tem.

E quero até dizer para vocês todos que um dos discípulos do Frei David um dia veio aqui falar comigo, com a mesma garra que vocês estão aí, e eu acabei o contratando, que é o Tiago, que está ali à minha esquerda, que é quem ajudou organizar não só esta reunião, mas todas as reuniões que a gente faz aqui, às segundas-feiras, ouvindo todo o movimento social. *(Palmas.)*

Na segunda, das oito e meia, ou mais tardar nove horas da manhã, até as onze horas ou meio-dia, temos aqui esse debate com os movimentos sociais.

Já debatemos o movimento social e a reforma política. E foi muito interessante o debate que foi feito aqui naquele dia, Frei David. Foi colocado também: "Bom, se vai ter lista fechada homem e mulher [que é uma reivindicação dos movimentos sociais], que tenha sempre o corte racial também nessa lista fechada, o que permite que também os negros tenham acesso ao campo político". Vocês sabem, infelizmente, no Senado da República hoje existe um negro, que é este que vos fala, e lá na Câmara acho que não chega – dos que realmente assumem a sua negritude – a 20 negros. Então, de fato, nessa reforma política, se tiver a chamada lista fechada, eu acho legítimo que o movimento negro queira que ali também esteja inserida a questão de dar oportunidades para negros e negras.

Existe a possibilidade de ser um homem e uma mulher na lista: cada homem, uma mulher; um homem e uma mulher. E por que não, como aqui foi colocado naquela audiência, ter também o corte da diferença? Porque se os negros são 51% da população, o bom seria que 50% da lista fosse também negros. *(Palmas.)*

Eu falo isso com certa tranquilidade, porque o Estatuto da Igualdade Racial, na forma original, apresentei-o, a partir de uma ida minha à África do Sul, no tempo em que o Mandela estava no cárcere ainda. Lá, recebi a Carta da Liberdade, em mãos, da Winnie Mandela, o que me inspirou a apresentar o Estatuto da Igualdade Racial aqui, claro, debatendo com a comunidade em todo o País.

E o que nós colocamos no Estatuto? Estava no Estatuto que 30% da vagas também teriam que ser contempladas por negros e negras. Infelizmente, esse artigo também caiu e não ficou inserido lá. Mas, a partir daí, o que nos disseram? Que quando viesse a reforma política colocaríamos o debate lá, e estamos colocando esse debate também aqui na Casa.

O SR. DAVID RAIMUNDO SANTOS – Senador, que bom que V. Exª levante essa questão. E acho que nós, negros e negras, devemos nos enriquecer de pessoas convictas e com visão límpida, como o Senador, para também dizer que nesta Casa, no Senado, nós, negros, estamos sofrendo muito.

Faço um apelo aqui aos meus irmãos do Partido do DEM para rever a sua prática. O DEM abriu uma ação no STF contra negros quilombolas. Abriu ação no STF contra negros cotistas. E o DEM, através do Senador Demóstenes Torres, está nos prejudicando. Está engavetando, está brecando projeto de cota para negro nas universidades públicas. Falo para o Senador Demóstenes Torres o seguinte: "Senador Demóstenes Torres, nós temos no Brasil, aproximadamente, 270 universidades públicas, federais e estaduais. Senador, acorda! O movimento negro já esteve em mais de 170 universidades tentando e convencendo-as a fazerem as cotas independentemente da omissão e da falta de respeito do Senado ou de alguns Senadores." Com isso, Senador Paim, 161 universidades do Brasil, das 170 visitadas, já adotaram cota para negro, branco, pobre e indígena. Então, para essas universidades corajosas uma salva de palmas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa eu...

O SR. DAVID RAIMUNDO SANTOS – Então, Senador Paim, qual é o perigo? Qual é o perigo, Senador Paim? O perigo é este: quando o Senado aprovar o projeto de cotas, vai ser igual à Lei Áurea, não terá nenhum sentido mais. Por quê? Porque a base, a realidade já é outra. A grande maioria das universidades já adotou cotas. E vai ser um projeto inócuo, um projeto palhaço, sem nenhum efeito na sociedade.

Senador Demóstenes Torres, meu irmão querido, V. Exª é um homem inteligente. V. Exª é Procurador de Estado. Pare e pense melhor. Abra o seu coração! Abra a sua mente! Permita que esse projeto das cotas passe pela Comissão de Constituição e Justiça.

E aí, gente, a Senadora Ana Rita, do Espírito Santo, acabou de assumir como relatora do projeto de cotas. A Senadora Ana Rita vai estar amanhã, às 9 horas da manhã, em uma diligência na UnB, Universidade de Brasília. Para quê? A Senadora e vários outros Senadores vão lá, *in loco*, amanhã, terça-feira, dia 31, às 9 horas da manhã, para uma audiência pú-

blica, que é uma diligência, que é uma visita – dê o nome que quiser. Vão lá para quê? Para ver a realidade. Os negros que entraram na UnB estão fazendo cair a qualidade da UnB ou não? Ou seja, a Senadora, que é a nova relatora, quer se instruir, quer se informar, quer se capacitar para dar um voto firme, sério e responsável com o Brasil.

Então, eu faço um apelo aos demais Senadores, os que não têm já compromisso de agenda amanhã, para estarem conosco amanhã, às 9 horas, no Auditório da Reitoria da UnB. Vamos chegar, dar um grande abraço na UnB por ela ter tido a coragem de botar cota só para negro. Apanhou que nem cachorro de rua, mas se manteve firme nessa postura. Foi solidária a nós, negros, a UnB, para quem eu peço uma salva de palmas, inclusive. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia: UnB é nossa amiga! A nossa cota vai acabar com a nossa briga!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita que eu justifique...

(Manifestação da plateia: Inclusão já! O Brasil vai mudar!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Ana Rita só não está aqui por que S. Exª está no Espírito Santo, mas chega hoje. E amanhã, embora não seja uma diligência e não seja uma audiência pública – a audiência pública está sendo aqui –, S. Exª estará lá com vocês como relatora do projeto. Como convidada, S. Exª estará em nome da Comissão de Direitos Humanos.

A Senadora Ana Rita é Vice-Presidente desta Comissão e estará lá na UnB com vocês nesse debate sobre as cotas. S. Exª tem uma posição muito firme.

Eu só queria colocar para vocês que aquilo que disse Frei David, de fato, vai na mesma linha. Não é que o Senado não quer votar. O Senado vota a qualquer momento o projeto das cotas. O problema não é só votar. O problema é votar e ganhar. E, nessa linha, é que nós entendemos que é fundamental, como disse Frei David, que se faça uma grande mobilização, uma articulação, uma visita a cada Senador.

Os Senadores e Senadoras da Comissão de Justiça é que vão deliberar sobre o projeto das cotas, que veio da Câmara dos Deputados, de autoria, na época, da Deputada Nice Lobão. A Senadora Serys Slhessarenko, que não voltou, era relatora, já tinha dado parecer favorável e agora foi passado para Senadora Ana Rita.

Entendo que é fundamental o diálogo com cada Senador. A assessoria pode assegurar uma lista do Senador e da CCJ para vocês dialogarem com cada um deles. Tenho uma visão pessoal e tenho que jogar franco com vocês. Quem já tem convicção, quem já tem posição firmada não vai mudar de opinião, tem a sua convicção. Agora, nós podemos, no contato com os Senadores, convencê-los, a maioria, para termos votos no sentido de aprovar a política de quota, mantendo o princípio que a Senadora Slhessarenko havia já assegurado no seu relatório primeiro, que está sendo mantido pela Senadora Ana Rita. Não é um debate fácil, mas o diálogo é importante e a conversa com cada Senador, não só aqui, mas também nos seus Estados, há de contribuir para esse debate.

Um ou outro Senador, esse ou aquele Senador que já tem as suas convicções não vai mudar. Temos que dialogar com os Senadores que ainda não decidiram o seu voto e estão sensíveis a ouvir os argumentos das duas partes e somente aí tomar a sua posição. *(Pausa.)*

Aqui é um documento dizendo que ainda não há negros entre os conselheiros da OAB. Alguém encaminhou para a Mesa este documento.

O SR. DAVID RAIMUNDO SANTOS – OAB nacional, OAB local, regionais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É mais um apelo que sei que o documento que veio para a Mesa faz neste sentido.

Pergunto mais uma vez se o Adami chegou. *(Pausa.)*

O Adami não chegou e nem a representante da Seppir chegou. Pergunto se o Renato, que é também da Seppir, não quer usar a palavra em nome da Seppir, que depois, se chegar, ela fala. O problema é que pode não chegar e temos um ritual no encaminhamento dessa audiência pública. Falam os debatedores e fala a pessoa indicada ou o representante. Pergunto se o Renato quer usar a palavra em nome da Seppir. *(Pausa.)*

Pergunto: Renato, você quer falar um pouco em nome da Seppir, sobre o que a Seppir vem fazendo nesta área? *(Pausa.)*

Aperte o botão e fale enquanto aguardamos a chegada da representante.

O SR. RENATO FERREIRA DOS SANTOS – Senador Paim, bom-dia a todos.

Vou colocar algumas questões em relação a esse debate sobre a questão dos bancos.

Primeiro, agradeço a V. Exª pela iniciativa. A Secretaria de Políticas Públicas e Promoção da Igualdade Racial vai tomar assento à mesa com a Secretária Anhamona Brito, que está chegando. Tinha um compromisso, mas está se deslocando para cá, e pediu para deixar isso nítido. Queria saudar também o Frei David e o Almir pela iniciativa deles e pelo trabalho que estão travando. É uma pena o Humberto Adami, como o Frei David lembrou, que é um dos advogados que carreou esse debate, capitaneou esse debate na

questão jurídica, não ter chegado ainda, porque ele teria muito mais a contribuir. Acho que poderia falar porque acompanhei, como advogado do próprio Educafro e de outras questões do movimento social, o debate com a Febraban sobre a inclusão, debate que vinha bem até determinado ponto.

Acho, Frei David, que devemos retomar o diálogo com o Ministério Público, devemos retomar o diálogo com o Judiciário. Acho que essa questão é importante para o Conselho Nacional de Justiça avaliar. Como, frente ao produto que foi entregue pelos pesquisadores, um produto sério, uma pesquisa séria que demonstrava discriminação de gênero e de raça nos bancos, frente a essas estatísticas que foram levantadas, o Judiciário brasileiro, através da Justiça do Trabalho, se manifesta negativamente, como se não reconhecesse essas estatísticas como prova de discriminação? Então, temos uma questão: ou os pesquisadores do IPEA fizeram uma pesquisa que não comprovava absolutamente nada ou os pesquisadores do IPEA fizeram uma pesquisa que comprovava tudo e o Judiciário assim não entendeu.

O que não dá, o que não pode é, depois de um trabalho árduo que os pesquisadores fizeram demonstrando a discriminação, isso não repercutir em absoluto no Judiciário. *(Palmas.)*

Essa pesquisa que foi feita foi muito bem direcionada, elaborada com muito ardor, extremamente detalhada, mas o Judiciário, naquele momento que teve que decidir sobre essa questão, negou a importância dessa pesquisa feita pelo IPEA.

Então, Frei David, queria trazer esse depoimento como advogado que fui, que acompanhou desde o início – como disse a Secretária Anhamona estava vindo para representar a Seppir –, queria deixar essa contribuição no sentido de que voltássemos o diálogo com o Ministério Público, que voltássemos o diálogo com a instituição do Judiciário para que esses dados todos não se percam, porque houve um esforço muito grande ali. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Renato, que também é da Seppir e pediu que a gente retorne o diálogo com o Ministério Público e com o setor bancário.

A partir deste momento passamos a palavra para a Secretaria de Políticas para Ações Afirmativas, em representação à Srª Ministra Luiza Bairros, Secretaria de Política Promoção da Igualdade Racial – Seppir, Srª Anhamona Silva de Brito.

Anhamona, só para tranquilizar, o Renato não queria falar e forcei para que falasse para não encerrarmos a audiência pública e ganharmos tempo até que você chegasse e que o Adami também chegasse.

O Adami, me informaram, já está aqui na chapelaria. *(Pausa.)*

Já está aqui o Adami. Uma salva de palmas para o Adami. *(Palmas.)*

Retomamos o nosso debate. A moçada também ajudou porque, enquanto eles deram uma parada fazendo umas palavras de ordem, fomos ganhando tempo para nossos convidados.

Nossos convidados têm que dar uma salva de palmas para vocês. Se vocês não ajudassem, não teria dado tempo deles chegarem.

(Manifestação da plateia: STJ, estou aqui para fazê-lo refletir!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa era a chamada que eles estavam fazendo.

A Presidência agradece deixando claro as suas posições e passamos a palavra à nossa convidada Anhamona Silva de Brito, Secretária de Política para ações Afirmativas, representando a nossa Ministra Luiza Bairros.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Bom-dia a todos e todas.

Primeiramente, agradecer a presteza do convite. Para nós da Seppir é essencial participarmos de momentos como esse, de debates como esse. O tema que lastreia essa audiência pública para nós é de fundamental importância. Penso que a Seppir tem inclusive que trazer informações acerca do protocolo de intenções que foi assinado no ano passado, juntamente com a Febraban. Acho que temos inclusive que externar para todos aqui presentes quais são as ações adotadas pelo Ministério para dar seguimento aos robustos diálogos, inclusive às pactuações firmadas com a Federação Brasileira de Bancos – Febraban.

Agradeço por vocês terem esperado. Não estava em Brasília. Peguei o primeiro voo para estar aqui logo cedo.

Obrigada pelo convite!

Referencio as demais representações presentes nesta Mesa, o Almir Aguiar, Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Rio de Janeiro, representando o Carlos Cordeiro, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro – Contraf, o Frei David Raimundo Santos, Diretor-Executivo da Educação para Afrodescendentes e carentes – Educafro. O Humberto e eu, que chegamos agora a essa audiência pública, pode ser que inclusive façamos referência a algumas questões discutidas.

Para nós é importante estabelecermos o diálogo, mas quero colocar o pé um pouquinho atrás, trazer um pouco de considerações sobre o histórico dessa relação com a Federação Brasileira de Bancos e com representações do Movimento Negro, que teceram,

ao longo dos últimos anos, iniciando em 2003. Assim que cheguei aqui, o Renato Ferreira falava inclusive de um processo de judicialização que o Ministério Público Federal encetou provocado por lideranças, por representações do Movimento Negro, que pontuava a necessidade desse processo, dessas questões debatidas se manterem também na esfera do Poder Judiciário

Colocando o meu pé um pouquinho lá atrás, no ano de 2003, penso que é de fundamental importância referenciar que tudo o que foi discutido e apontado como diagnóstico e também como perspectivas na relação em que tanto nós do Poder Público, quanto à sociedade civil e o Legislativo, tecida com a Federação Brasileira dos Bancos, teve necessariamente o enfrentamento, as ponderações e os requerimentos do Movimento Negro como ponto de partida. Isso serve como base para algumas colocações que quero, no caso, trazer para aqui.

Quero ressaltar também a participação e a contribuição, ao longo desse processo, de um número significativo de ativistas, especialistas que fizeram na verdade o espaço bancário, o setor bancário como ponto para refletirmos a ausência da pessoa negra, as desigualdades raciais eminentemente latentes. E isso o Renato também ressaltou. A participação das companheiras e companheiros do IPEA. E quero na verdade ressaltar alguns ativistas, algumas ativistas do Movimento Negro, notadamente no Movimento de Mulheres Negras, que contribuíram para esse processo de discussão. O próprio Frei David, que está aqui, foi um dos importantes instigadores desse processo.

Falando um pouquinho sobre esse processo de judicialização e a participação também, Senador, do Poder Legislativo nesse cenário, vejo as nossas reflexões, as reflexões da Seppir, é no sentido de que o Poder Legislativo, a Câmara dos Deputados, Senadores como o senhor, o Poder Legislativo brasileiro contribuiu de forma muito importante para a abertura de um diálogo. Em 2003, a Seppir estava nascendo. A abertura de um diálogo de um processo de reivindicação diante da Febraban para que a mesma refletisse sobre o cenário bancário, sobre o que as instituições financeiras, tanto da iniciativa privada quanto do Poder Público, demonstravam a ausência da pessoa negra. E, na verdade, tivemos um número significativo de audiências públicas, tanto na Câmara dos Deputados, perante a Comissão de Direitos Humanos e Minorias – no caso, essa é a nomenclatura da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados –, em que valorosos Deputados e Deputadas, negros e negras, instigaram a Febraban e também instigaram representações do Movimento Negro que estavam em determinados institutos, em determinados espaços na institucionalidade a se posicionarem a cerca do tema. O Poder Legislativo cumpriu um papel importante, ainda cumpre. Estamos aqui hoje, inclusive, por conta da chamada do senhor.

Neste processo, quero também referenciar a participação de uma instituição, de uma ONG do Movimento Negro, com representantes, lideranças do Movimento Negro, que contribuiu de forma salutar nesse processo: Ceert, a partir do ano de 2007 – em que pese tenha integrado o processo de discussões instaurados, instados a partir do Legislativo e também tenha na verdade fomentado, servido de base, apresentado subsídios para o trabalho do Ministério Público do Trabalho (é uma redundância, mas enfim) –, a trabalhar na Febraban, na tentativa de construir, de instar a Febraban em quatro esferas principais: uma que foi o mapeamento de experiências bem sucedidas de valorização da diversidade, promovida pelos bancos; a realização também de uma pesquisa qualitativa para fazer uma aferição das áreas de recursos humanos, e isso ficou comumente conhecido como Censo da Diversidade; também a elaboração de uma ação para o segmento, na verdade, de um plano de ação para o setor bancário que contemplasse a diversidade, que possibilitasse no caso uma melhor, mais satisfatória, participação nossa, da população negra, no setor bancário.

E aí acho que vocês já devem ter inclusive feito algumas reflexões acerca dos indicadores que o Censo da Diversidade apontava para nós, população negra, quando os resultados forma divulgados. Os resultados saíram em 2009, em que pese o processo de avaliação do RH, das instituições financeiras, tenha acontecido na metade do ano de 2008, mas há algumas ponderações que gostaria de fazer aqui ainda.

Agora, não quero perder de vista que o Censo do setor bancário, não quero perder de vista que o Censo da Diversidade era uma etapa para o desenvolvimento de mais ações que possibilitassem a nossa presença de forma qualitativa, de forma expressiva, que possibilitassem também a tessitura de estratégias pelo, como posso dizer, enfrentamento de irimissão de muitos indicadores de desigualdade na relação que os brancos e os negros vivenciavam no âmbito do setor bancário, era uma momento. E essa reflexão, nós, da Seppir, não perdemos de vista.

Compreendemos que este momento precisaria ser desdobrado em outros passos, em outros momentos, inclusive de interferência e de participação nossa, do Poder Executivo Federal. Essa reflexão já a faço. Mas, a partir da analise desses resultados, a intencionalidade das representações da sociedade civil, movimento sindical, movimento negro...

(A Presidência faz soar a campainha)

Gente, o tempo já foi, Senador?

Olhe, deixe-lhe dizer uma coisa, vou tranquila, se for mais cinco, mais cinco, tudo bem, porque eu vou falando, então, o senhor me freie aqui um pouquinho viu? Ave Maria, pronto.

Obrigada, viu?

Então, a partir da análise dos resultados do Censo da Diversidade, a intenção nossa era de uma atuação que atingisse, abrangesse minimamente cinco frentes: uma que era a tessitura de estratégias para o engajamento da população negra, a participação da população negra nos cargos de média e de alta direção do setor bancário. Houve um apontamento para essa necessidade.

Outro apontamento que fizemos à época foi pela necessidade de se desenvolver indicadores gerais sobre a ocupação desses postos de média e alta direção, mas também de espaços que não fossem de alta e média direção, buscando, na verdade, a inserção numa fase, num estágio inicial, de forma mais qualificada e presente da população negra.

Outro ponto que foi destacado como importante a ser sanado foi a necessidade de ampliação de metodologias para o monitoramento e o acompanhamento, na verdade, deste processo, desta entrada, deste avanço da população negra no âmbito do setor bancário.

Além disso, foi pontuada a necessidade de se instar tanto instituições bancárias da iniciativa privada, quanto instituições bancárias, parceiros, enfim, empresas que atuavam de forma casada com o setor bancário, para fortalecer, para, na verdade, instituir estratégias, ações afirmativas voltadas para nós, população negra, no âmbito do setor bancário.

Então, a gente, na verdade, pensou em atuar nessas cinco frentes.

Veio, então, o resultado desse Censo Bancário, em 2009, que trouxe uma leitura, uma avaliação desses dados. Embora a gente reflita sobre uma relação, a gente consiga perceber o grau de desigualdade na relação vivenciada por negros e brancos no espaço bancário... Esses dados são plenamente, facilmente acessíveis pela Internet. É só até mesmo "googar", colocar Febraban, diversidade, censo da diversidade. Enfim, dá para ver inclusive uma projeção em *power-point* que a Febraban tem disponibilizado. Em certo nível, ela foi construída também com expertise do Ceert. Ela contém, a partir de um determinado momento, informações muito precisas sobre esse censo da diversidade. Na verdade, os indicadores são pontuados nessa apresentação.

Foram avaliadas, na verdade, 17 instituições financeiras. Elas se colocaram à disposição para participar desse processo de avaliação do RH, de avaliação, na verdade, do perfil do trabalhador, da trabalhadora do sistema bancário, do setor bancário. Na verdade, essas 17 instituições continham um percentual, um quantitativo de profissionais na órbita de 408 mil profissionais. Responderam, à época, 204 mil profissionais a esse censo da diversidade, quase metade da população trabalhadora dessas instituições financeiras. E, aí, vieram os resultados, que, penso eu, já foram, em certo nível, trazidos para cá, mas alguns eu gostaria de apontar, até para dar base a algumas reflexões que farei sobre a contribuição nossa e o que a Seppir tem como desafio.

De forma surpreendente, responderam o censo profissionais que, em média, trabalhavam no setor bancário há cerca de 11 anos, mais ou menos 11 anos de vivência no setor bancário. A maioria dos respondentes dessa pesquisa, desse censo, vinha de instituições privadas, 66,1% vinham de instituições privadas. Havia, na verdade, um equilíbrio na presença de homens e de mulheres no âmbito das pessoas respondentes, e isso equivalia, em termos, com o que a população economicamente ativa no Brasil expressava para a gente em 2009. Dos respondentes, a população negra perfazia o percentual de 19%, sendo que as referências da população economicamente ativa e também do RAS à época, era que tínhamos no mercado de trabalho cerca de 35,7% de negros. Não havia uma equivalência dessa participação da população negra no mercado de trabalho no setor bancário.

Algumas reflexões levaram, creio eu, a Seppir, inclusive, no ano de 2010, a firmar um protocolo de intenções com a Febraban. Quais eram, na verdade, esses indicadores? Um, que a população negra, em que pese perfizesse no quantitativo de respondentes 19% das que responderam, redundantemente falando, o censo, na verdade, perfazia apenas 20,6% dos cargos de média e alta direção no setor bancário. Além disso, essa população negra que respondeu o questionário tinha uma formação de 66,5% dos respondentes de curso superior completo, pós-graduação ou curso superior incompleto. Então, havia, na verdade, uma formação que possibilitava que a população negra que respondeu, essa que tinha uma faixa de vida no banco de cerca de 11 anos, 11 anos e meio, galgasse outros espaços, outros postos em que não onde estava. A população negra estava muito mais centrada nos espaços de execução e não nos cargos de média, alta direção.

Além disso, foi feita uma aferição, inclusive, muito divulgada à época, 2009, tanto pelo *blog* do Adami quanto pelo próprio Afropress, que referenciava a remuneração. Houve muitas discussões sobre a diferença de remuneração entre negros e brancos, po-

pulação negra e população branca no setor bancário. A população negra recebia, em média, em que pese também uma equivalência de cargos em alguns níveis, R$2.870,00, sendo que a população branca recebia à época, estamos falando de 2009, R$3.411,00. Um trabalho desenvolvido pela população negra, em parceria com a Febraban, que possibilitou que o próprio Ceert, que o IPEA, que outras instituições do movimento negro, inclusive, somassem esforços, inclusive intelectual, para fazer uma aferição do setor bancário, tinha outras estratégias além desse censo da diversidade.

Houve também uma pesquisa realizada com 18 bancos para fazer uma avaliação da existência de práticas de atendimento à diversidade. Essa pesquisa que avaliou 18 instituições da iniciativa privada e do setor público demonstrou que 50% dos bancos respondentes tinham, no caso, o tema diversidade em sua pauta e alocavam recursos para isso. Houve um questionamento à época de como essa política de atendimento, contemplação da diversidade, enfim, desenvolvia e nos atingia, nos abraçava, acolhia as nossas demandas.

Houve também uma pontuação, um ranqueamento das 58 melhores práticas de diversidade. Houve uma avaliação, tanto das políticas afirmativas desenvolvidas para atender determinados públicos que tinham uma representação tanto em recorte financeiro recebido, em percentual, em remuneração recebida, quanto em presença, de que a mulher negra era o segmento menor representado no setor bancário e que, além de ser o segmento menor representado do setor bancário, havia, na verdade, um conflito, que é algo que a gente, no caso, sabe, mas é sempre bom fazer esse tipo de avaliação, essa avaliação técnica mais detalhada, mais minuciosa, para comprovar aquilo que a nossa vivência, enquanto mulher negra, nos demonstra. A nossa pele é aquilo que a gente, no caso, acaba ocupando por espaços. O nosso dia a dia já possibilita que a gente reflita nesse sentido, mas houve uma constatação que as mulheres negras, no caso, eram o segmento em que a representação era menor e também em que a remuneração mais divergia na relação com homens brancos, mulheres brancas e também homens negros no setor bancário.

E chego no cerne da minha fala, que é a participação da Seppir nesse processo.

Em 28 de julho de 2010, a Seppir assinou, o Ministro Elói assinou juntamente com a Febraban, um protocolo de intenções que tentava, na verdade, traçar estratégias para atingir determinadas demandas. Algumas questões foram bastante enfatizadas no protocolo de intenções na condição de diretrizes. Eram elas: tentativa de promover políticas voltadas à inclusão e à igualdade de oportunidades de remuneração, com ênfase à juventude, ênfase esta que foi apontada no protocolo; estabelecimento de política de igualdade na relação de trabalho e emprego e acesso, sem, na verdade, uma referência ao público negro a ser beneficiado de forma mais contundente, sem o recorte dentro de outras categorias do sujeito além do racial; intenção de promover política de capacitação e treinamento à população negra e política educacional voltada ao acesso e ao desempenho dos jovens.

A Seppir se comprometeu em apoiar, para o desenvolvimento das ações, com apresentação de informações, instigando também a rede constituída para fazer funcionar, o fórum de gestores de promoção da igualdade racial, o Fipir. Além disso, se comprometeu a compartilhar as informações da rede FIPIR e investir no envolvimento da sociedade civil, externando para a sociedade as ações que essa parceria possibilitasse.

À Febraban competiu, na verdade, construir e adotar, implementar um projeto voltado ao recrutamento, ao treinamento e à capacitação de jovens e adultos. Não houve também uma "perfexibilização" de recortes, de público a ser beneficiado. Também coube divulgar mensagens alusivas a datas temáticas de interesse nosso, da população negra, enfim, colocar em seu material propagandístico um trabalho que versasse e externasse o 20 de novembro, o 21 de março, e estabelecer debates, fóruns que colocassem o setor bancário na órbita do dia à mesa para discussão.

E o que fizemos no início deste ano, quando a gente deparou com a questão da Febraban, essa relação constituída em 2003, a partir de 2003, e que de fato precisa de uma priorização daquilo que a Seppir vai, no caso, adotar, por iniciativa? A gente pegou o protocolo de intenções para avaliar e percebeu que o plano de trabalho não foi à época elaborado. Deveria ter sido elaborado com um prazo de 90 dias após a assinatura do protocolo de intenções que foi assinado em 28 de junho. O plano de trabalho deveria, na verdade, ser elaborado até o dia 28 de outubro, mas isso não foi encarado por nós como um fator a obstaculizar as intervenções, a atuação da Seppir nesse processo.

A gente fez uma avaliação também política do protocolo de intenções, à luz das informações constantes no censo da diversidade, na avaliação dos programas de contemplação à diversidade do sistema bancário, da síntese das audiências públicas e daquilo que se discutia à época. O que a gente percebeu como importante para pactuar neste novo momento? Isso, no caso, contou, inclusive...

Há uma preocupação, e vou colocar de novo o pezinho atrás. A nossa preocupação, a nossa priorização acerca dessa temática fez, inclusive, com que a nossa Ministra colocasse essa matéria na pauta do

gabinete e levasse à discussão, firmasse diálogo com o Presidente da Febraban acerca da continuidade da relação do Poder Executivo Federal, leia-se Seppir, e a Federação Brasileira dos Bancos, inclusive pontuando a necessidade de a gente retomar o diálogo com o segmento, com a sociedade civil.

Vou concluir. É que esse negócio é marcante, Senador.

A gente fez uma avaliação do termo, do protocolo de intenções, e percebeu que, primeiro, era essencial... O protocolo de intenções não previa a continuidade do senso bienal, e isso não é algo que a gente pode, sob qualquer hipótese, perder de vista, porque, de 2009 para cá, é certo que a situação vivenciada pela população negra no setor bancário já deve ter sofrido mudanças. A gente não pode, sem fazer uma avaliação continuada, dizer em que nível essa mudança se deu e como ela satisfaz ou não os nossos interesses, até para que a gente melhor projete as estratégias. A gente quer firmar, no protocolo de intenções a ser retomado, assinado, com o plano de trabalho a ser firmado com a Febraban, a necessidade do censo bienal.

Além disso, a gente percebeu que o protocolo de intenções, da forma como foi tecido, desconsiderou oportunidades expressadas na leitura dos dados do censo da diversidade, em face, inclusive, da elevada escolarização da população negra, presente nos bancos. Em que pese o protocolo de intenções tenha, de forma muito acertada, se posicionado sobre a necessidade da inclusão da população jovem no setor bancário, ele não deu conta, e pode, no caso, ser aperfeiçoado, de atender as necessidades por melhores espaços no âmbito do setor bancário pela população negra que já está nos bancos, já se encontra presente nessas instituições, e que precisam, primeiro, de uma equivalência remuneratória, se estiverem ocupando os mesmos cargos – isso é mais do que necessário –, inclusive com relação às gratificações, não perdendo essas possibilidades, e de, inclusive, ampliar a presença da população negra nos cargos de médio e alto escalão, no poder diretivo, nas instituições bancárias. Essa é outra frente que estamos, na verdade, analisando e não queremos perder de vista.

A outra questão que a gente acha importante oportunizar neste momento é ampliar a presença das mulheres negras no setor bancário, inclusive pensando em estratégias que em determinado momento foram apresentadas como possíveis pela própria Secretaria de Políticas para as Mulheres pela necessidade de ampliação da presença de mulheres nos cargos diretivos. O censo da diversidade demonstrou que a capacitação, a formação das mulheres negras era, em certos níveis, até mesmo superior no detalhamento, à de mulheres brancas para os mesmos cargos, o que possibilitaria que nós, mulheres negras que já atuamos no setor bancário, ocupássemos outros espaços. Queremos oportunizar, não perder de vista nessa nova tessitura a necessidade de estabelecer ferramentas, mecanismos que primem pelo acompanhamento e monitoramento dessa evolução além do setor bancário.

Pensamos que é mais do que importante, com relação às necessidades da juventude negra, nos referenciando, inclusive, àquilo que a Febraban trouxe em seu relatório de gestão de 2010, que diz respeito à ampliação da presença de jovens em espaços voltados ao estágio, espaços iniciais de atuação na carreira bancária. Houve uma elevação, dentro de programas de ações, de iniciativas firmadas com instituições financeiras, tanto de entes públicos quanto de entes privados. A gente acha que é essencial estabelecer com a Febraban quais são os níveis – e já vou encerrar – dessa relação, daquilo que algumas instituições bancárias já fazem e como isso pode contemplar de forma mais satisfatória a juventude negra, pontuando, inclusive, como uma ação afirmativa dentro daquilo que essas instituições bancárias, que já apresentam hoje, já fazem.

Por fim, e já vi que só tenho dois minutos, para encerrar mesmo e me colocar à disposição para as respostas, penso e reitero que este momento, Senador Paim, foi mais do que oportuno. O Poder Legislativo Federal, o Senado Federal, cumpre o seu papel. Eu acho que devemos, sim, trazer essas informações mais vezes e, inclusive, fomentar que espaços como esses municiem o nosso fazer no âmbito da Seppir.

Agradeço mais uma vez a presteza do convite. Quero nos colocar à disposição e colocar uma proposta para avaliação da plenária, porque acho essencial que seja trazido para cá, inclusive por parte da Federação dos Bancos, um pouco do resultado daquilo que foi encetado pós-assinatura do protocolo de intenções, porque, independentemente da tessitura do plano de trabalho, o que ficou pactuado com relação ao censo da diversidade e à continuidade de algumas iniciativas era algo plenamente possível de ser estabelecido. Coloco-me mais uma vez à disposição.

Muito obrigada a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a Anhamona Silva de Brito. Passamos, de imediato, a palavra ao Humberto Adami pelo mesmo tempo da sua antecessora. Passamos a palavra, neste momento, ao Humberto Adami, cumprimentando a Anhamona Silva de Brito pela brilhante exposição que fez, apontando o caminho do diálogo, da discussão e da volta à mesa de negociação. Parabéns por sua exposição perfeita, clara, tranquila e

ficou dentro do tempo. Eram 10, você usou 30, mas ficou dentro. (*Palmas*.)

Mas foi bem, foi bem, nem percebemos.

Humberto Adami, você também tem 10, mas, com certeza, a tolerância devida que eu tive também com a nossa Secretária de Políticas de Ações Afirmativas.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Muito obrigado, Senador, companheiros da Mesa... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para registrar a presença do Senador Ataídes Oliveira, companheiro nosso, está aqui sempre em todos os debates com o movimento social. Peço uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Ele usará a palavra no momento em que ele entender mais adequado.

Por favor, Adami.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Muito bom dia a todos e todas, bom dia aos companheiros de Mesa, queridíssimo Frei David, Senador, companheiro Almir, Secretária, queridíssima Mona, companheiros todos e mais a população que nos ouve.

Eu estava ouvindo no rádio aqui quando estava vindo do aeroporto, estava acompanhando aqui o Frei David na sua exposição. Queria fazer uma saudação – sei que já foi feita – também ao passamento do Senador Abdias Nascimento. Amanhã, às 17h, vai haver uma missa no Cemitério do Valongo, lá no Rio de Janeiro, uma missa de 7º dia pelo passamento do Senador Abdias. Se hoje estamos aqui vivendo todos esses momentos, muito mais difícil deve ter sido lá em 1935, em outros tempos, isso quando o Abdias já estava aí, botando para quebrar, não é Frei?

O SR. **DAVID RAIMUNDO SANTOS** – Num estilo, assim, Frei David.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Eu queria... Na verdade, desde sexta-feira, sou ex-Diretor da Associação de Advogados do Bando do Brasil, porque eu deixei a Diretoria depois de 17 anos de mandato. Mas estou aqui pela obra e graça dos companheiros advogados do Banco do Brasil.

Eu queria passar diretamente ao tema, dizendo que tudo que eu pude ouvir aí é mais ou menos o tempo do que ficou, o tempo do que foi feito e, lembrando do tempo em que o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, juntamente com a Federação Nacional dos Advogados, o Educafro, fizeram 27 denúncias ao Ministério Público do Trabalho pela desigualdade racial no campo financeiro, no campo comercial e no campo industrial, que provocou a nossa ida lá à Procuradoria-Geral do Trabalho, muito pouco foi feito. Nós vemos todos esses desfiles de medidas, intenções, protocolos, dos quais de alguns eu pude participar também na condição de ouvidor da Igualdade Racial, tendo trabalhado com o Ministro Eloy, com o Ministro Edson Santos e com a Ministra Luiza e em tudo fica sempre a impressão de que a Febraban faz o que quer. A Febraban é a denunciada, juntamente com os bancos, e aí ela é encarregada de produzir a prova da sua ausência de culpa. Eu nunca vi isso funcionando no Ministério Público brasileiro, onde o denunciado (*Palmas.*) é encarregado pelo Ministério Público do Trabalho de produzir a prova ou mapa da diversidade que, aliás, era o mapa previsto antes de se começar a fazer, era um mapa em que se provaria a ausência dos negros no campo do trabalho, no campo dos bancos. Quando você já sabia que os negros já não estavam lá, já existiam pesquisas do Dieese dizendo que era de 2% a presença dos afrodescendentes no campo das instituições bancárias. E aí, a Febraban – eu quero dizer que sou advogado do Banco do Brasil há 29 anos, sou funcionário do Banco do Brasil há 29 anos, fui Diretor do Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro e por 17 anos fui Diretor da Associação dos Advogados do Banco do Brasil – e é inconcebível isso. Estamos aqui hoje, como a Secretária Mona relatou, ainda trabalhando no campo das intenções, no campo do que a Febraban vai decidir fazer o que os bancos privados e públicos vão fazer. Nós ficamos aqui aguardando a decisão de quando isso acontecerá.

Não me lembro de existir nenhum banco – o Almir, que é também colega do banco, está lá o Eduardo Araújo, diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília, está ali sentado – não me lembro de existir nenhum diretor ou vice-presidente negro ou negra no Banco do Brasil, na atual gestão. E talvez, provavelmente, nas outras estatais e também pouquíssimos no campo dos bancos privados. Com isso, os poucos que existem. Penso que a fase das intenções, a fase dos protocolos, é uma fase ultrapassada. Acho que outras ferramentas devem ser utilizadas. Acho que o campo do Legislativo para negociação fica ultrapassado, porque não há como dizer que os campos dos trabalhadores negros, o campo da sociedade civil está em pé de desigualdade financeira com o campo daqueles que detêm a força financeira, isso é o princípio de qualquer sindicato, de qualquer trabalho sindical.

Os sindicatos, por outro lado, as centrais sindicais também, ficaram aguardando durante esse tempo todo esse resultado, que acho um resultado muito pequenininho. Acho que, na verdade, eu ousaria dizer que pouquíssima coisa foi modificada no campo da questão dos trabalhadores afrodescendentes de 2005 para o momento de hoje, 2011. Pouquíssimas coisas foram feitas. Há registro de algumas iniciativas no campo da Universidade Zumbi dos Palmares, mas no campo de estagiários, que não foram citados aí,

só em São Paulo. Como a gente dizia lá atrás, que as operações do Ministério Público do Trabalho estavam apenas realizadas em São Paulo e só na Universidade Zumbi dos Palmares. Então, eu acho muito pouco o protocolo de intenções.

Há também um documento que foi assinado pelas centrais sindicais se comprometendo com as ações afirmativas no Brasil, inclusive de ir ao Supremo Tribunal Federal em *amicus curiae* na ação 3239, que leva a questão das cotas na UNB e que jamais chegou esse amigo da corte lá das centrais sindicais. Então, se vamos reclamar dos bancos, vamos reclamar também das centrais sindicais, que não fizeram o seu papel até hoje. (*Palmas*.) Que não fizeram esse papel até hoje e que nos deixa estranhar, porque em outros ambientes de discussão as centrais sindicais têm feito um papel de muita relevância. Por que só nessa questão racial também há esse silêncio, esse andar no campo da Febraban, no modo da Febraban. Todos esses dados que foram apresentados aqui eu só vi em *slides*, nunca botei a mão nesse estudo. Já botou a mão nesse estudo, Frei? É, então você já botou, sortudo. Era bom divulgar para todo mundo, porque eles não estão disponíveis para acesso público os dados. Porque às vezes o dado bonitinho, eu diria quase que maquiado, aparece ali, não se vai a fundo. A Secretária citou aí que 18 ou 19 bancos fizeram essa apuração que o Ceert fez, inclusive por indicação nossa no dia da audiência da comissão. São mais de 190 os bancos que fazem parte como associados da Febraban. Então, eu ousaria dizer que isso não é um estudo sério para quem quer ver modificações imediatamente, ações imediatas, porque isso aí vai andando. *(Palmas.)*

Agora, quer dizer, como o estudo está desatualizado, vamos encaminhar um novo estudo de mais 3 ou 5 anos e o Ministério Público do Trabalho fica lá, assistindo a mais esse desenrolar desse estudo com a contratação dessas ONGs.

Eu queria lembrar também que temos um diferencial hoje, que é o art. 38 do Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 12.288, que diz... Alguns artigos aqui vou repetir, inclusive, daquela outra audiência, porque não vi desenvoltura. Mas o art. 38 é sobre o campo do trabalho e diz:

Art. 38. A implementação de políticas voltadas para a inclusão da população negra no mercado de trabalho será de responsabilidade do poder público, observando-se*:*

I – o instituído neste Estatuto;

Quero dizer, para minha queridíssima amiga Anhamona, que é Secretária, para a Ministra Luiza e os demais, que não vejo essas ações da Febraban como ações de política de implementação. São ações pequenas, pontuais e visam mais a fazer essa resposta. Então, é preciso desenvolver uma política realmente de mercado de trabalho.

No art. 40, Senador, é importante dizer o seguinte: não vejo... Se diz que, o Renato inclusive participou do grupo que estava trabalhando sobre a regulamentação do Estatuto... Não sei por que precisa de regulamentação. Art. 40 do Estatuto de Igualdade Racial:

Art. 40. O Conse*lho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) [é um montão de dinheiro] formulará políticas, programas e projetos voltados para a inclusão da população negra no mercado de trabalho e orientará a destinação de recursos para seu financiamento.*

O que precisa regulamentar nisso aqui? Precisa o Senador, o Senado, a Câmara, a Secretaria chamar a direção do Codefat e dizer o seguinte: *(Palmas.)*

Onde está o cumprimento da vontade do Congresso Nacional? Porque, no dia 20 de julho, vai fazer um ano que o Estatuto foi sancionado pelo Presidente da República, qualquer que seja ele, aprovado pelo Congresso Nacional, qualquer que seja ele, mas vemos poucas medidas de implementação da Lei nº 12.288, Estatuto da Igualdade Racial, que não precisa de regulamentação alguma! É chamar o cidadão aqui e dizer o seguinte: por que não foi implementado até agora? O que falta? Não falta nada! Falta ir lá e decidir.

Tem ainda o art. 43, Senador, dos meios de comunicação. Também não entendo por que não está sendo aplicado.

Art. 43. A produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação da população negra na história do País.

Olhem como é interessante o art. 46:

Art. 46. Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista federais deverão [ainda dizem que não é incisivo o Estatuto] incluir cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.

Tem certeza de que isso está acontecendo? Não! Então, não sei, mas é interessante buscar saber. Precisa regulamentar o que aqui? É preciso cobrar dos gestores públicos a obediência à Lei e denunciar por improbidade administrativa os que não estiverem cumprindo. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia: Isa, isa, isa, a Educafro quer justiça!)

O SR. HUMBERTO ADAMI – Denunciar por improbidade administrativa porque o gestor que não cumpre a lei está em improbidade administrativa. Improbidade administrativa não é só meter a mão no dinheiro

público, não! É também aquele que tem obrigação legal de respeitar a lei não o fazer. Portanto, penso que talvez... Inclusive na ouvidoria da Seppir havia um procedimento administrativo de busca do cumprimento do Decreto nº 4.228, de 2002, em que se prevê que as licitações públicas, também estão previstas aqui, e os cargos DAS deverão ter metas de inclusão de afrodescentendes. Isso está desde 2002, qualquer que seja o governo, qualquer que seja o Ministro. Só no campo racial, existe essa dificuldade para cumprir a legislação do País. Então, vamos fazer legislação e legislação. Mas o que temos que ver agora é a implementação da legislação e a improbidade administrativa para os que não cumprirem.

O SR. (112:04) – Há três dias, antes de nós virmos para cá, para São Paulo, houve um caso de racismo no Banco do Brasil que chegou até nós.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Deixe-me terminar. Senão vai perder a ordem do Senador.

O SR. (o mesmo orador anterior) – Falo rapidamente.

Chegou à Educafro. Nós solicitamos que mandasse uma senhora... Já fez BO. Foi lá no Tatuapé, gente. Há três dias. Pedi que mandasse a denúncia para o *e-mail* do Frei David. Houve polícia. Não deixaram essa senhora entrar no Banco do Brasil. Ela paga as contas lá. Foi pagar uma taxa da carteira de identidade e disse que paga o boleto bancário da casa dela, as prestações, nessa agência bancária no Tatuapé. O que ocorreu? Após ser chamada a polícia, desceu o gerente. Foi um fuzuê na porta desse banco. E o que ocorreu? Foi um caso de racismo e não deixaram essa senhora entrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está registrado.

A palavra volta ao painelista.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Sugiro que o senhor encaminhe para o *site* do Banco do Brasil. Lá, há a ouvidoria do Banco do Brasil. Pode pegar essa documentação toda e encaminhar para a ouvidoria. A ouvidoria do Banco do Brasil está se reformulando e tem produzido.

Então, eu queria ainda, por fim, falar mais duas coisinhas, Senador.

Primeiro, uma coisa que eu gostaria de repetir, sobre o art. 51 do Estatuto da Igualdade Racial. Também não vejo por que, por atuação do próprio Senado Federal e da Câmara, junto ao Presidente do Congresso, não ocorre a instalação da ouvidoria permanente e do acesso à justiça e à segurança. O Art. 51 diz:

Art. 51 O Poder Público Federal instituirá, na forma da lei e no âmbito do P*oderes Legislativo e Executivo, ouvidorias permanentes em defesa da igualdade racial, para receber e encaminhar denúncias do preconceito e discriminação com base em etnia ou cor e acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade.*

Isso quer dizer que não precisa que o Presidente da República venha a regulamentar o ato do Congresso Nacional, porque, se é no Poder Legislativo, o ato é do Presidente do Congresso Nacional. "Instituir ouvidoria permanente de acesso à justiça e à segurança", que será mais um órgão para receber essas denúncias, porque denúncias chegam todo dia. É impressionante, quando a gente está na ouvidoria, como chegam denúncias que não chegam à mídia, porque não se tem ciência de tudo não. Então, chega denúncia todo dia. Então, é preciso aumentar os órgãos de ouvidoria, aumentar os órgãos onde o cidadão possa fazê-las, como aconteceu no caso do Monteiro Lobato, em que um cidadão do Brasil, um professor, um perito foi lá e fez a denúncia junto à ouvidoria, que foi encaminhada e deu essa polêmica toda que é o caso do livro do Monteiro Lobato.

Queria também anunciar que hoje, às 15 horas, o Eduardo Araújo, que está ali, o Dr. Roberto Caldas e mais o Sindicato dos Bancários de Brasília se reúnem para, provavelmente, fechar... O Sindicato dos Bancários de Brasília e possivelmente, posteriormente, para outros sindicatos, vai retomar as ações que o Ministério Público do Trabalho deixou paradas no âmbito do TRT e vai ajuizar as ações civis públicas por ele mesmo, sindicato, – não é isso Eduardo? Está lá balançando a cabeça – primeiramente com os números de Brasília e, depois, com os números de outros lugares.

Como vai haver a defesa desse tão falado estudo da Febraban, se pegar os 190 bancos, só 19 vão ter a defesa, porque o restante não faz parte. Não fez estudo, não teve nenhuma modificação. Aí, pede para juntar. Intima, inclusive por decisão judicial, para juntar ao processo. Até também para o pessoal do Ceert, que participou da elaboração dos trabalhos, também vir fazer o depoimento judicial e vir contar o que aconteceu e, principalmente, contar qual foi a modificação. Eu acho que não teve modificação nenhuma. Se se vai fazer esse protocolo novo para fazer uma atualização, o que acho ótimo, acho que as operações do movimento social não podem esperar mais esse novo caminhar. E as centrais sindicais também poderiam estar mais presentes.

Por fim, a questão da vigilância privada, que é a portaria da Polícia Federal. Já há três Ministros da Seppir, eu tive participação. A Ministra Luiza recentemente também fez uma atividade nesse sentido, mas talvez fosse a hora de buscar para o Senado Federal, Senador, porque todas essas confusões, inclusive as

que ocorrem nos supermercados, nas seguranças privadas dos *shoppings*, nas seguranças privadas, em geral, tudo isso decorre de uma portaria da Polícia Federal – está no âmbito do Ministério da Justiça o seu comando – que não prevê qualquer combate antirracismo. Na formação dos vigilantes brasileiros, não há qualquer curso de formação antirracismo. É por isso que a gente vê as portas dos bancos travarem quando aparece um cidadão negro lá.

Recomendo que leiam, mandei para todos os sindicatos, o Manifesto Porta na Cara que, quando estive nos Estados Unidos em fevereiro, envergonhava todos os que o viam exibido lá. Quem quiser procure na Internet o Manifesto Porta na Cara e vai ver um cidadão negro lá. Primeiro vai um jovem branco, leva dez segundo para entrar. O jovem negro entra depois, vão filmando, pega a mesma bolsa com celular e chave, leva 3,5 minutos, fica do lado de fora, tira a camisa, numa cena constrangedora, a fila é grande e ele não consegue entrar no banco para pagar uma conta, receber um salário. Isso acontece todos os dias em todos os lugares.

O mesmo ocorre em supermercados. Os casos se repetem inclusive com espancamentos. Provavelmente amanhã vão ver aqui o caso que o Dorgival Vieira, advogado lá de São Paulo, conseguiu que fosse capitulado como crime de tortura: essa história de segurança de supermercado levar a pessoa que é apanhada por qualquer que seja o fato em vez de para a delegacia de polícia, para uma salinha de tortura dentro dos supermercados. Vários têm sido os espancamentos que ocorrem. Houve o caso de Osasco e o de Campo Grande. E esses são os conhecidos. Os que não são conhecidos são em muito maior número. Há o das Lojas Americanas também, mas essa pode aguardar, porque o que é dela está guardado segundo o Frei David.

(Manifestação da plateia: Americanas, prestem atenção, com violência não se faz uma nação!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós estamos com um problema de tempo agora. Adami, o Frei David dará os encaminhamentos.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Já fiz as minhas sugestões. Queria agradecer mais esta oportunidade e dizer que estou à disposição. O Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – Iara e o meu escritório Adami Advogados estão à disposição para fazer as ações que forem necessárias na medida do possível.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Humberto Adami, Advogado da Associação de Advogados do Banco do Brasil, segundo ele disse, até...

O SR. HUMBERTO ADAMI – Sexta-feira passada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... sexta-feira passada. Quero me dirigir aqui ao Senador Ataídes Oliveira. Se quiser fazer uma saudação neste momento, porque o Frei David quer fazer algumas solicitações e, depois que as fizer, nós vamos encerrar, porque às 11 horas somos obrigados a abrir a sessão do plenário do Senado sobre o ensino técnico, onde o Frei David também terá a oportunidade de usar a palavra.

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente Paim, é sempre uma satisfação imensa estar aqui nesta belíssima Comissão sempre discutindo assuntos da mais alta relevância em nosso País. Aos nossos ilustres palestrantes e aos demais presentes quero dar o meu bom dia.

É interessante, Sr. Presidente, que tenho aqui em minhas mãos uma pesquisa que eu gostaria de ler e, se porventura não refletir a verdadeira realidade do quadro hoje em epígrafe aqui, me perdoem, porque essa pesquisa foi levantada pela minha equipe e eu tenho a maior admiração por ela, acredito que esteja dentro dos conformes. Se não, me perdoem – volto a repetir.

Meu Presidente, o mapa da diversidade, montado a partir de uma pesquisa respondida por 204.794 bancários de todo o nosso País, revela que as mulheres ganham 78% dos salários dos homens e encontram mais obstáculos para a sua ascensão profissional. Apenas 19% dos trabalhadores do sistema financeiro são negros ou pardos e ganham, em média, 81% do salário dos brancos. Além disso, somente 4,8% dos bancários que ocupam cargos de chefia são negros, o que denota que a cor é um obstáculo para a contratação e ascensão profissional nos bancos.

A discriminação é maior em relação às mulheres negras. Somente 8% delas conseguem empregos nos bancos – isso aqui me deixou estarrecido. Evidentemente eu já havia percebido isso, meu Presidente Paim, mas, quando você vê a realidade escrita, o susto é maior. Eu fiquei surpreendido quando, na sexta-feira, a nossa funcionária me passou esse dado.

O que é mais importante, eu queria dizer isso aqui, meus ilustres, é que neste Parlamento a que eu acabei de chegar existe um negro. E esse negro que hoje me permite chamar de amigo, para mim é um dos mais ilustres, mais eficientes e mais competentes integrantes deste Senado, o Senador Paim. Sempre disse isso. (Palmas prolongadas.) Eu não tenho a menor dúvida disso, meu Presidente, porque eu vejo V. Exª atuar nessa área tão delicada com tamanha competência, como eu o vejo também, meu Senador, em outras áreas, no nosso plenário, desenvolvendo outros trabalhos também de tamanha relevância.

Percebo o seguinte: aqui nós acabamos de citar um belíssimo exemplo, um belíssimo exemplo, mas nós ainda temos muitos outros como o do nosso Ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Benedito Gomes, eminente Ministro, extremamente competente, de cor negra. É uma pena que lá só tenha ele, como aqui no Congresso também, aqui no nosso Parlamento, aqui no Senado, infelizmente nós só temos o nosso Presidente Paim.

Outra coisa interessante. Como cliente, eu percebo o seguinte: cliente nenhum quer chegar a uma agência bancária e encontrar uma loira linda e bela dos olhos verdes ou azuis. Querem encontrar uma pessoa com um belo sorriso e com competência para atender esse cliente. Agora, aos olhos dos nossos banqueiros, eu percebo isto: que, na hora da contratação, essa loira dos olhos lindos e bela – eu não tenho nada contra as mulheres lindas, imaginem! – tem preferência. Claro, claro. É claro. Então, erradamente na cabeça de alguns diretores de alguns bancos ou de todos os bancos, esse perfil de atendente, de funcionário, vai render mais ao banco do que alguém da cor negra.

Mas por derradeiro, meu Presidente, e eu queria dizer a todos aqui presentes o seguinte: vocês não tenham dúvida de que, com esse movimento que neste momento acaba de acontecer, vocês podem absoluta certeza de que nosso Presidente Paim, com a competência que lhe é peculiar, não ficará calado diante disso aqui. Vocês vão ver ação imediata após esta reunião. Podem ter certeza disso.

E era tão somente isso que queria colocar, meu Presidente Paim.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, estamos com problema de tempo. Então, temos de ser muito objetivos agora para podermos abrir a outra reunião às 11 horas, reunião de que vocês vão participar também.

O Frei David quer fazer alguns encaminhamentos a esta Presidência e tenho certeza, pela *TV Senado*, ao Governo brasileiro.

Então, V. Exª fala e eu darei em seguinte os encaminhamentos.

O SR. DAVID RAIMUNDO SANTOS – Muito obrigado, Senador.

Eu quero pedir ao Senador que faça um requerimento ao Ministro Gilberto Carvalho.

Senador, veja só, em nome de Dilma, o Gilberto Carvalho tem recebido sem-terras, indígenas, sem-tetos, mulheres, nós, negros. Fizemos vários pedidos de audiência e até agora o Governo Dilma não nos atendeu. Por que tudo para o negro tudo é mais difícil? Então, Senador, estamos solicitando a V. Exª que faça um requerimento ao Governo Dilma para que o Ministro Gilberto Carvalho receba a comunidade negra para discutir por que, por que a pauta dos negros, depois que Dilma assumiu, estão congeladas? Eu não aceito saber que no Governo Lula tínhamos muitos negros ministros e no da Dilma só tem dois, três.

Então, Dilma, mantenha firme. Queremos mais negros no ministério e queremos nossa pauta de negros sendo atendida! *(Palmas.)*

Então solicito ao Senador que faça um requerimento para que a Dilma ou seu Ministro responsável, Gilberto Carvalho, receba a comunidade negra para discutir nossas angústias, nossas necessidades e veja nossa causa diante neste Governo Dilma.

Uma segunda coisa, Senador: é com surpresa e alegria que comunico a todos vocês, ouvintes da *TV Senado*, que o Superior Tribunal de Justiça deu um passo que eu jamais imaginava. Hoje, segunda-feira, às três horas da tarde, no auditório principal do Superior Tribunal Federal, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Vice-Presidente, mais seis desembargadores e mais cinco presidentes de escolas de magistratura de cada região do Brasil vão receber a comunidade negra para discutir em que o Superior Tribunal de Justiça pode e deve fazer para avançar com a pauta do povo negro.

Senador Paim, jamais esperava isso do Tribunal de Justiça. Estamos vendo o exemplo de querer mudanças.

Eles, portanto, vão nos receber hoje, às três horas, para discutir o porquê da exclusão do negro no Brasil e como o Superior Tribunal de Justiça deve agilizar para dar aos negros os seus direitos, inclusive reconhecendo a omissão de cada um.

Senador, também concluindo, quero pedir a todos vocês para marcar presença amanhã conosco, às nove horas, na audiência pública, na UnB, para discutir como está o desempenho dos negros e como .... O de cotas é sucesso nos quatro cantos do Brasil.

Então, Ana Rita, a relatora do projeto, vai lá para a base, a UnB, onde cotistas do Brasil inteiro vão discutir como estão as cotas. Vai ter uma palestra de um especialista sobre cotas no Brasil inteiro, mostrando o grande sucesso dos cotistas no Brasil inteiro, ou seja, vai ser um cala-boca àqueles que ainda insistem em um Brasil conservador, em um Brasil antinegro e em um Brasil que não quer dar espaço para negro e pobre.

Obrigado, Senador. *(Palmas!)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Pessoal, estamos com problema de tempo. Vocês já fizeram... Pessoal, faço um apelo a todos. Já fizeram todas as manifestações e a Presidência, naturalmente, em nenhum momento, fez qualquer tipo de questionamento. O meu problema é só tempo. Aqui, a Mesa está

me pedindo um minuto a cada um. Então, eu vou dar um minuto para passar aos encaminhamentos.

Um minuto, Dr. Adami.

O SR. HUMBERTO ADAMI – É só para encaminhar a questão do art. 38, do Estatuto, na questão do trabalho, para pedir a solução e a efetiva aplicação. O art. 40, que é em relação ao Codefat, não vejo por que ele não tem imediata aplicação. O art. 43, os meios de comunicação, a chamada Administração Pública Federal, e o art. 51, que é ato da ouvidoria daqui do Congresso Nacional, que é ato do Presidente do Congresso... *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Por favor, Almir.

O SR. ALMIR AGUIAR – Um minuto. Só para lembrar que, no dia 13 de maio, os sindicatos realizaram em todo o País uma atividade com o lema "vamos abolir a discriminação e promover a inclusão: por mais contratações de negros e negras e pessoas com deficiência nos bancos".

Por outro lado, quero também dizer que a CUT e a Nova Central entregaram documentos, mas as outras centrais não se mexeram. Assim que a Seppir conseguir que os banqueiros voltem à mesa de negociações, a Contraf está à disposição. Mais uma vez lembrando, o mapa da diversidade que foi colocado aqui no nosso caderno da Contraf não pode ficar do jeito que está, 2% de negros em Santa Catarina, homens, e 1% de mulheres, e não é diferente no Paraná e não é diferente no Rio Grande do Sul. Temos que acabar com a discriminação que impede o acesso ao mercado de trabalho de negros e negras no setor bancário e também o acesso à população, pelas portas giratórias, para quem entra nos bancos. Esta discriminação a gente não pode aceitar mais. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Ficou precisamente em um minuto.

Anhamona, por favor.

A SRª ANHAMONA SILVA DE BRITO – Primeiramente, para avisar, para referenciar aqui que a Seppir, nesse momento em que o Governo Federal discute e processa o plano plurianual, tem feito de forma bastante diligente o cotejamento dos dispositivos constantes no Estatuto da Igualdade Racial, a fim de que eles não se percam nesse momento. Para nós da Seppir, isso é mais do que estratégico, inclusive trazendo, utilizando um pouco da postura interessante do companheiro Humberto Adami, o Estatuto e marcando as referências, pontuando que o Estatuto determina que, nos próximos cinco anos após a sua aprovação, e este é o primeiro ano pós-aprovação do Estatuto, os órgãos do Poder Executivo Federal que desenvolvam políticas e programas nas áreas referenciadas aqui no Estatuto, educação, saúde, trabalho, enfim, devem fazer a discriminação nos seus orçamentos anuais da participação em programas voltados a nós, população negra. Esse é um cuidado que a Seppir tem mantido. Inclusive a nossa Ministra Luiza Bairros fez esse tipo de solicitação aos Ministros através de aviso, comunicação pertinente.

Colocar que, no que diz respeito ao trabalho, o Estatuto da Igualdade Racial delimita – e o Humberto Adami referenciou o art. 38, do Estatuto – que, naquilo que diz respeito à iniciativa privada, e este é o entrave que tanto o movimento social quanto os poderes públicos terão, as ações que os poderes poderão, no caso, encetar, e também o movimento social, são de fomento, são de instigação, porque o Poder Público, infelizmente, em que pese a Constituição Federal, que traz algumas pontuações de possibilidades, não pode agir de forma coercitiva. A Seppir, além dos "encaminhamentos" até então entendidos como protocolares, que não são apenas protocolares, vai projetar iniciativas muito contundentes junto à Febraban, no que diz respeito a interesse de juventude negra, mulheres negras e também a ascensão dos profissionais negros no espaço bancário, tendo como base esses estudos que aqui foram referenciados.

Mais uma vez, muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Achei que ela ia falar dez. Falou três minutos. Ela ficou bem, ela ficou bem. Fico bem, ficou bem. *(Risos.)*

Não, eu estou cumprimentado.

Pessoal, então eu agradeço a todos.

O Frei David não está aqui, mas eu tenho certeza, e farei contato hoje ainda com o Gilberto Carvalho, que o Gilberto Carvalho vai receber, posso adiantar, uma delegação de liderança da comunidade negra. Ok? *(Palmas.)*

Farei o pedido hoje, tenho certeza de que ele vai receber.

O Senador Demóstenes Torres não estava na Casa, mas falei com o assessor dele. Ele disse que não criará nenhum empecilho para o debate de nenhum projeto da comunidade negra. Claro, ele se reserva ao direito de ter a sua posição, e isso é legítimo. Pode haver pensamentos diferentes. Ele manterá a sua posição. É legítimo pensar diferente. É um direito de cada um. Nós temos que ter votos para votar os projetos que entendemos de nosso interesse.

Quero também informar, rapidamente, permitam-me, eu estou com quatro minutos, tenho que abrir a sessão do plenário, que recebi aqui o ofício da Febraban dizendo que, primeiro, ela se coloca inteiramente

à disposição deste Senador para quantos eventos se fizerem necessários para discutir esse tema e também para fortalecer o processo de negociação. Então, está aqui o informe da federação dos banqueiros também ligados...

Acho que é importante este documento que recebi da Febraban, dando esta informação: Senador Paim, estamos inteiramente à disposição, tanto para estar em outros momento em audiência pública, como também para continuar o dialogo sobre o tema.

Por fim, quanto a regulamentação do estatuto, claro que nós, dentro da Seppir, do governo, nós vamos ter que avançar na regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial; o que tiver que ser regulamentado, nós vamos ter que trabalhar para regulamentar – se depender de mim – ainda este ano; não jogar para os próximos anos. Temos que trabalhar nesse sentido. E a pressão popular é legítima para que o Governo também regulamente a sua parte como também a pressão aqui no Congresso. O que tiver que regulamentar, vamos ter que regulamentar; e o que não precisa regulamentar, concordo com você, que se execute, inclusive na questão aqui do Senado. Levarei ao Presidente do Senado o que compete ao Senado que é o caso específico, concreto, da ouvidoria.

Foi importante a audiência pública, parabéns pela mobilização de vocês! É assim que a gente escreve a nossa história e muda o curso da humanidade para que possamos ter, de fato, uma sociedade sem nenhum tipo de preconceito.

Parabéns a todos.

Está encerrada a audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 58 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 02 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas dia dois de junho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Ataídes Oliveira e Mozarildo Cavalcanti**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA DELIBERATIVA: Item 1. Requerimento** de convite ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a fim de prestar informações a respeito da política do governo para atenção às comunidades indígenas e sobre as denúncias publicadas em matéria "Dos índios para o cacique" constante da edição de 15/05/2011 da Revista Época. Versa a mencionada matéria sobre as investigações realizadas pela Polícia Federal, nos últimos três anos, a respeito da falta de atendimento médico para a população indígena dos Estados do Amapá e do Pará, que resultou na morte de crianças e adultos. Segundo a reportagem, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União concluíram que as razões para tal descaso com a população indígena são decorrentes de ingerências na FUNASA que resultaram em fraudes em licitações, compras de remédios e outros produtos com preço acima dos praticados no mercado, além de pagamentos indevidos por serviços prestados. Em números, a Controladoria-Geral da União calculou que o prejuízo é da ordem de R$ 6,2 milhões e que a FUNASA gastou entre 2005 e 2009 R$ 34 milhões com a saúde indígena. Nada obstante, a frase "Nunca vi algo parecido. Senti um vazio enorme ao ver tanta tragédia", do indigenista Edmar Mata, funcionário da FUNAI que trabalha há 23 anos no Amapá e que acompanhou as investigações da Polícia Federal – retratando o que presenciou nas comunidades indígenas visitadas – por si só justifica o presente requerimento. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: **Adiado**. **Item 2. Requerimento nº 79-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater a regulamentação da capoeira no Brasil. Autoria: Senador Paulo Paim e Senador Walter Pinheiro. Resultado: **Aprovado**. **Item 3. Requerimento nº 80-CDH, de 2011,** que requer seja aditado ao Requerimento nº 26, de 2009 – CDH, que criou a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária da Amazônia Legal, a competência para desenvolver ações com vistas ao combate das formas contemporâneas de escravidão, tema de extremo interesse nacional. Dessa forma, requeiro também que a subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado**. **Item 4**. **Requerimento nº 81-CDH, DE 2011,** que requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Mi-

nistro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, com vistas a expor as diretrizes da política nacional sobre as drogas, para os próximos anos. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: **Aprovado**. **Item 5**. **Requerimento nº 82- CDH, de 2011**, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, devendo ser convidados o Sr. Aldo Moura, presidente da Associação "DDT-A Luta Pela Vida", situada no Acre, e do Sr. Rui Gomide, presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que sucedeu em nível de Governo Federal a antiga Superintendência de Campanha da Malária (Sucam), e o Sr. Gerson Penna, Chefe da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos sobre as condições de saúde dos ex-funcionários da Sucam, intoxicados pelo DDT durante a utilização desse inseticida no trabalho de campanha contra as endemias de toda a natureza no Brasil. Autoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: **Aprovado**. **Item 6.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008**, que obriga os Centros de Formação de Condutores a adaptar 10% (dez por cento) de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências. Autoria: Deputado Pompeo De Mattos. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo), aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Resultado: **Aprovado**. **Item 7**. Não Terminativo – **Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2011**, que dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais. Autoria: Deputada Alice Portugal. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria. . Resultado: **Aprovado**. **Item 8.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2010**, que altera as Leis nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 – que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 -, para estabelecer, no âmbito desses programas, atendimento prioritário a estudantes afastados do convívio familiar, nas situações que especifica. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatoria *ad hoc* Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. **Item 9**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010**, que autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria *ad hoc*: Senador João Pedro. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. **Item 10.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2011**, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para substituir a expressão "salários de referência" por "salários mínimos" nas penas de multa previstas para as infrações administrativas. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador José Agripino. Relator *ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado**. **Item 11**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004**, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências. Autoria: Senadora Roseana Sarney. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatoria *ad hoc*: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Peja rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 211/2004 e nº 229/2008 (apensado) . Resultado: **Aprovado**. tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2008, que obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatoria *ad hoc*: Senadora Lídice da Mata. Resultado: **Aprovado**. **Item 12** – Não Terminativo – **Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2011**, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador João Pedro. Relatório: Pela aprovação da matéria com 2 emendas que apresenta. Resultado**: Aprovado**. **Item 13**. Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 2009**, que altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos). Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador

Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a emenda já aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Resultado: **Aprovado**. Item 14. Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão "pessoa com deficiência". Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Marinor Brito. Relatoria *ad hoc*: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria com emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **lido e adiado**. **Item 15**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo CCJ), com a SubEmenda que apresenta. Resultado: **Aprovado**. **Item 16.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado**. **Item 17**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008**, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **lido e adiado**. **Item 18**. Terminativo. **Projeto De Lei Do Senado nº 284, DE 2008,** que dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis. Autoria: Senador João Vicente Claudino. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do Substitutivo aprovado na CCJ. Resultado: **Pedido de vistas pela senadora Lídice da Mata**. **Item 19**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2009**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº1-CAS, nº 2-CAS e nº 3-CAS aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Resultado: **Aprovado**. **Item 20**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2009**, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 1-CI e pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado**. **Item 21**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2008**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria *ad hoc*: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas que apresenta. Resultado: **Aprovado**. **Item 22**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2003**, que modifica os artigos 121 e 122 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e cidadania (CCJ). Resultado: **Pedido de vista pela senadora Ana Rita**. **Item 23**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2008**, que acrescenta dispositivos à Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrivão constitui modalidade de deficiência física. Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senadora Marisa Serrano. Relatório: Pela Aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo), com três Subemendas que apresenta. Resultado: **Pedido de vista pela Senadora Ana Rita**. **Item 24**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2010**, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. Resultado: **lido e adiado**. **Item 25.** Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2009**, acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético – DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica. Autoria: Senadora

Marisa Serrano. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas que apresenta. **Resultado: lido e adiado.** Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves, João Pedro, Paulo Davim, Ana Rita, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Lídice da Mata, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira e Mozarildo Cavalcante. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, dez horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **PAULO PAIM,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. *(Pausa.)*

Aqueles que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião tem como objetivo votar diversos projetos não terminativos, como também requerimentos.

Vamos à apresentação da pauta.

ITEM 1
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a fim de prestar informações a respeito da política do governo para atenção às comunidades indígenas e sobre as denúncias publicadas em matéria "Dos índios para o cacique" constante da edição de 15/05/2011 da Revista Época. Versa a mencionada matéria sobre as investigações realizadas pela Polícia Federal, nos últimos três anos, a respeito da falta de atendimento médico para a população indígena dos Estados do Amapá e do Pará, que resultou na morte de crianças e adultos. Segundo a reportagem, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União concluíram que as razões para tal descaso com a população indígena são decorrentes de ingerências na FUNASA que resultaram em fraudes em licitações, compras de remédios e outros produtos com preço acima dos praticados no mercado, além de pagamentos indevidos por serviços prestados. Em números, a Controladoria-Geral da União calculou que o prejuízo é da ordem de R$ 6,2 milhões e que a FUNASA gastou entre 2005 e 2009 R$34 milhões com a saúde indígena. Nada obstante, a frase "Nunca vi algo parecido. Senti um vazio enorme ao ver tanta tragédia", do indigenista Edmar Mata, funcionário da FUNAI que trabalha há 23 anos no Amapá e que acompanhou as investigações da Polícia Federal – retratando o que presenciou nas comunidades indígenas visitadas – por si só justifica o presente requerimento."

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Nós avisamos que os requerimentos somente serão votados com a presença de seus autores.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, Requeiro a realização de audiência pública para debater a regulamentação da capoeira no Brasil."

Autoria: Senador Paulo Paim e Senador Walter Pinheiro

A matéria só será apreciada com a presença do proponente do requerimento.

ITEM 3
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Requeiro, nos termos regimentais, seja aditado ao Requerimento nº 26, de 2009 – CDH, que criou a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária da Amazônia Legal, a competência para desenvolver ações com vistas ao combate das formas contemporâneas de escravidão, tema de extremo interesse nacional. Dessa forma, requeiro também que a subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo."

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Será votado somente com a presença do autor.

ITEM 4
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, com vistas a expor as diretrizes da política nacional sobre as drogas, para os próximos anos."

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Também será votado com a presença da Senadora.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº – CDH, DE 2011

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, devendo ser convidados o Sr. Aldo Moura, presidente da Associação "DDT-A Luta Pela Vida", situada no Acre, e do Sr. Rui Gomide, Presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que sucedeu em nível de Governo Federal a antiga Superintendência de Campanha da Malária (Sucam), e o Sr. Gerson Penna, Chefe da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos sobre as condições de saúde dos ex-funcionários da Sucam intoxicados pelo DDT durante a utilização desse inseticida no trabalho de campanha contra as endemias de toda a natureza no Brasil."

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Será votado com a presença do Senador.

ITEM 6
- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, DE 2008

Obriga os Centros de Formação de Condutores a adaptar 10% (dez por cento) de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pompeo De Mattos

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

É um projeto não terminativo e também só será votado com o devido quórum para deliberação.

ITEM 7
- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2011

Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.

Autoria: Deputada Alice Portugal

Relatoria: Senadora Ana Rita

Depois, temos ainda em pauta mais dez itens, que serão apreciados no momento adequado. Continuarei fazer a leitura.

Primeiro, eu gostaria, nesta oportunidade, de informar a todos que está à disposição, aqui na Comissão de Direitos Humanos, esta cartilha que leva o nome "Disque Direitos Humanos, Ligue 100 – denuncie violações e informe-se sobre os direitos humanos". A cartilha nos foi encaminhada pela Ministra Maria do Rosário. O Disque Direitos Humanos é um serviço de ouvidoria nacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que atende a população pelo telefone 100. A ligação é gratuita e pode ser feita de qualquer telefone, fixo ou celular, e de todo o território nacional. O serviço funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive aos domingos. Enfim, Disque 100 e faça a sua denúncia.

Quem pode ser atendido: população em situação de rua, pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e qualquer tipo de preconceito contra todos, seja religioso, seja pela cor da pele, seja por orientação sexual. Enfim, todos serão atendidos por este Disque Denúncia que aqui eu apresentei.

Já estamos aqui com a presença do Senador Vicentinho Alves, que, tendo algum requerimento de sua autoria, de imediato colocaríamos em votação, se for esta a sua vontade.

Aproveito o momento para informar a todos que hoje, às onze horas, teremos o lançamento, por parte da Presidência da República, do Programa de Combate à Fome. Então, anuncio a todos que recebi o seguinte documento:

Incumbiu-me a Senhora Presidenta da República de transmitir a V. Exª, Senador Paulo Paim, e a todos os Senadores desta Comissão convite para a cerimônia de lançamento do Plano de Superação de Extrema Pobreza no Brasil sem Miséria. O lançamento deste importante Programa é hoje, às onze horas, 02 de junho de 2011, quinta-feira, no Salão Nobre, segundo andar do Palácio do Planalto.

Nós faremos o possível para concluir o nosso trabalho aqui antes das onze horas, para que os Senadores da Comissão de Direitos Humanos – não é, João Pedro? – possam se deslocar à Presidência da República parra acompanhar este importante lançamento do Plano de Superação da Extrema Pobreza Brasil sem Miséria, às onze horas.

Então, já com a presença dos Senadores João Pedro e Vicentinho Alves, nós poderíamos começar a deliberar sobre os requerimentos. Depois me darei o direito de falar um pouco sobre a importância do lançamento deste programa no dia de hoje – O Senador João Pedro está acompanhando –, por parte da Presidenta da República, do Brasil sem Miséria.

De imediato, passamos a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador João Pedro, gostaria, Sr. Presidente, de solicitar de V. Exª, neste requerimento do eminente Senador Randolfe, item 1, que iremos votar, sobre a matéria da revista *Veja,* com o seguinte título "Dos índios para o cacique" – a mencionada matéria versa sobre as investigações realizadas pela Polícia Federal, nos últimos três anos, a respeito da falta de atendimento médico para a po-

pulação indígena no Estado do Amapá e do Pará e, naturalmente do Brasil –, se possível, o aditamento do nome do indígena e conhecedor profundo da causa Marcos Terena também como convidado juntamente com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Então, solicito que acrescentemos o nome de Marcos Terena para vir a esta Comissão como convidado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então V. Exª assina o requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, porque, para aprovar o requerimento, é de praxe em todas as comissões, só com a presença do autor do requerimento ou um Senador da comissão que apóie o requerimento. V. Exª assume a "paternidade" do requerimento, digamos assim, ou quer esperar a chegada do Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Vamos aguardar a chegada do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então o requerimento será votado no momento adequado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Mas eu acho interessante ouvirmos o eminente Ministro Alexandre Padilha, pelo qual eu tenho um apreço enorme, inclusive gratidão, meu caro Presidente, porque, na nossa dura campanha para virmos ao Senado, o Ministro Padilha gravou um programa eleitoral para esse amigo dele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, muito bem. Fez justiça.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Muito obrigado, Presidente. Ele vai muito contribuir com esse assunto. Aliás, quando ele esteve no Tocantins, há dois meses, tratei desses assuntos de saúde indígena com ele. Ficou de encaminharmos uma sugestão após ouvirmos todas as nossas etnias do Estado do Tocantins. Portanto, ele tem uma preocupação de melhorar mais ainda a saúde indígena e, com certeza, ele vindo aqui, irá contribuir muito. Ao mesmo tempo, o Professor Marcos Terena é conhecedor profundo desta área, inclusive com assento na ONU como Professor de Cátedra da ONU, poderá contribuir muito com esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Vicentinho Alves, pela presença aqui.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem o Senador João Pedro e, em seguida, o Senador Paulo Davim.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro e, em seguida, o Senador Paulo Davim, que já fará uso da palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente, eu não sei se com a anuência de V. Exª e dos Senadores, Senador Vicentinho, nós pudéssemos alterar a ordem para analisarmos o Item 12, fazer uma inversão, se for possível. Eu sou o relator e gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como nós damos preferência, como é natural, para os autores e relatores presentes, nós já vamos diretamente para o Item 12. Em concordância com os nossos Senadores, eu vou para o Item 12. Há concordância?

Vamos para o Item 12, já que o próprio Senador Vicentinho entende que seria importante aguardamos a chegada do Senador Randolfe Rodrigues, autor do requerimento.

Com a palavra o Senador João Pedro, que é relator de um projeto não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques.

Como já fiz a leitura de alguns projetos, vou também fazer a leitura deste, para passar a palavra a V. Exª.

ITEM 12
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2011

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de cadeiras de rodas por pessoas portadoras de deficiência física e acrescenta dispositivos às Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para estabelecer alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas decorrentes da venda de cadeiras de rodas às mencionadas pessoas.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador João Pedro

Já com a presença agora da nossa Vice-Presidente, Senadora Ana Rita, informo a todos os Senadores que será a relatora das emendas correspondentes ao orçamento nesta comissão por indicação desta Presidência.

Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srª Vice-Presidente querida companheira Ana Rita.

Do relatório:

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que isenta do Imposto sobre Produtos Indus-

trializados (IPI) a aquisição de cadeiras de rodas e redução a zero das alíquotas da Cofins e do PIS/Pasep sobre as receitas decorrentes da comercialização desses bens.

A justificação apresentada pelo autor reside, principalmente, na importância de desonerar a comercialização de cadeiras de rodas, em benefício das pessoas com deficiência de locomoção.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão. A proposição será ainda examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos, que se manifestará em decisão terminativa.

Da análise:

As pessoas com deficiência de locomoção enfrentam grandes obstáculos ao exercício do seu direito de ir e vir. Precisam transpor grandes distâncias, obstáculos como buracos e degraus, passeios estreitos, cadeiras e barracas de comerciantes que avançam sobre as áreas de trânsito. É notável, ainda, a ausência de transporte coletivo adequado. Tamanhos são os contratempos que chegam a desencorajar a pessoa com deficiência a sair de casa.

Não podemos falar em inclusão sem prover condições mínimas de acessibilidade. Enquanto lutamos pela adequação dos espaços e serviços públicos e tentamos difundir a cultura da inclusão, também é necessário facilitar o acesso das pessoas com deficiência a equipamentos que amenizem as dificuldades que enfrentam para ir à escola, ao trabalho ou a um hospital, ou dar um simples passeio pela vizinhança.

O Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2011, veicula medidas que podem contribuir significativamente nesse sentido. A desoneração da aquisição de cadeiras de rodas ameniza o custo associado à deficiência locomotora. Consiste, dessa forma, em mais uma contribuição rumo ao pleno exercício da liberdade e da cidadania das pessoas com deficiência.

Sugerimos duas emendas de redação: a primeira delas visa à atualização da nomenclatura utilizada para se referir ao beneficiário da medida – recomendamos a adoção da expressão "pessoas com deficiência", no lugar de "pessoas portadoras de deficiência". Assim, estaremos adequando-a ao texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo Brasil em 2007 e incorporada ao nosso ordenamento jurídico com força de norma constitucional em 2008.

A segunda emenda de redação tem por objetivo tornar mais clara a ementa do projeto. Para isso, removemos detalhes supérfluos que dificultavam a compreensão do dispositivo.

Voto:

Em razão do que foi exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2011, com as seguintes emendas de redação. Sr. Presidente, temos as emendas que já foram lidas.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Feita a leitura do relatório e das emendas pelo relator, enquanto aguardamos o número de assinaturas suficientes para a votação – com mais uma assinatura, colocamos em votação o seu projeto –, passo ao Senador Paulo Davim e, em seguida, à Senadora Ana Rita.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu já havia lido essa matéria e a acho extremamente importante no resgate da cidadania das pessoas com deficiência. No Brasil, existem situações em que nós, esta Casa, o Parlamento brasileiro, precisamos agir, resgatar a cidadania. Eu fico imaginando a limitação dessas pessoas.

Eu tenho um exemplo. Eu recebi, há dois anos, Senador João Pedro, um e-mail de um jovem do interior do Estado, em que ele me pediu uma cadeira de rodas. Ele, de uma família muito pobre, escreveu do próprio punho e um vizinho dele enviou ao meu e-mail, um e-mail da Assembleia Legislativa do meu Estado. Eu recebi esse e-mail, em que ele descreveu as dificuldades e as frustrações dele, como jovem, pelo fato de não dispor de uma cadeira de rodas. Uma coisa tão simples, mas tão significativa para a vida de quem tem deficiência para deambular. Vejam que uma cadeira de rodas não é um equipamento sofisticado, caro, mas é um equipamento a que pouca gente no interior do Brasil tem acesso, sobretudo aqueles que, de fato, precisam de uma cadeira de rodas.

Então, eu acho que esse é um projeto cidadão, um projeto que resgata as pessoas que se encontram nessa condição. Da mesma forma, Sr. Presidente, outro dia, eu fiz um pronunciamento aqui, no Senado, a respeito dos colostomizados. Eu, na condição de médico, tive oportunidade de conviver com pessoas que fazem uso de bolsa de colostomia. Aqui, no Brasil, existe apenas um fabricante e esse fabricante não atende à demanda do mercado. Eu estive conversando com a Presidente da Abraso – Associação Brasileira dos Colostomizados, a Srª Cândida Carvalheira, de 65 anos, colostomizada há aproximadamente trinta anos – não me recordo bem do tempo. Ela me passou as dificuldades que as pessoas que necessitam usar a bolsa de colostomia atravessam. Então, fiz um apelo, no pronunciamento que fiz aqui, no Senado, no sentido de o Governo estabelecer alíquota zero de importação, até porque as bolsas de colostomias produzidas no Brasil, do ponto de vista da qualidade, não se comparam às bolsas importadas, uma vez que o mercado

internacional oferece várias opções. Então, imaginem um indivíduo usando aquela bolsa de cola de resina na pele 24 horas por dia. Aquilo provoca irritação. É cara a bolsa e os pacientes não têm condições de comprar essa bolsa, ficando na dependência do fornecimento por parte do SUS. Às vezes, essas bolsas faltam. Habitualmente, a duração de uma bolsa é de três dias, evidentemente se o paciente não tiver nada de anormal: uma aceleração do trânsito intestinal, algum tipo de comprometimento da bolsa, vazamento, etc. e tal. Muitas vezes, as bolsas são usadas, os pacientes não têm como receber e aí fazem um arranjo de forma que não haja o vazamento do conteúdo intestinal pela parede do abdômen. Realmente, há situações em que o Governo brasileiro precisa enxergar, alcançar com seus olhos as dificuldades desses pacientes.

Então, eu solicitei que o Governo brasileiro estabelecesse alíquota zero na importação dessas bolsas, primeiro, para suprir a necessidade do mercado, já que a produção nacional não atende a demanda em torno de cem mil brasileiros que fazem uso de bolsa de colostomia. Então, o mercado não atende a demanda. Segundo, porque quem faz uso de uma bolsa de colostomia não é porque quer, não é um artigo de luxo, não é um adereço, não é uma indumentária. Quem usa é porque, infelizmente, precisa usar, porque foi submetido a algum tipo de cirurgia, com modificação do trânsito intestinal para a parede do abdômen.

Existem outras bolsas de colostomia, como as bolsas urinárias, para os pacientes que fazem a cistotomia, uma abertura da bexiga, que exterioriza o conteúdo da bexiga para dentro dessas bolsas, enfim.

De forma que este projeto, seguramente, vai beneficiar muitas pessoas, da mesma forma que acho que a alíquota zero de exportação para as bolsas de colostomia irá beneficiar muita gente e facilitar para que esses produtos entrem no mercado brasileiro, produtos de melhor qualidade, que não tragam prejuízos. Por exemplo, pacientes que desenvolvem alergia a um produto nacional. E aí?

Então, Sr. Presidente, todas essas matérias de inserção, eu sou a favor, eu vibro, eu torço. Eu até estava observando aqui a possibilidade de se colocar uma emenda nesse sentido, mas eu acho que não cabe uma emenda no sentido da alíquota zero. Eu acho que deve ser motivo para outra matéria, acredito, né, Presidente? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Paulo Davim, que não só defendeu o projeto do Senador Pedro Taques e o relatório do Senador João Pedro, como também, como médico, entendedor dessa área, amplia e já se dispôs a apresentar um projeto assegurando a outros setores esse direito da alíquota zero.

O projeto será votado no momento adequado...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Deixe-me fazer uma pergunta aqui ao Senador Paulo Davim. V. Exª falou que, no Brasil, só tem uma fábrica de cadeiras?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Uma fábrica de bolsa de colostomia. Cadeira não; bolsa de colostomia.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Bolsa. Ok.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos para o segundo relatório, aproveitando a presença aqui da nossa Senadora, que é o item nº 7.

Todo mundo dormiu mais ou menos quatro horas, com uma ressaca, porque grande parte de todos nós fomos vencidos pelo relógio. Não foi pelo mérito; foi pelo relógio.

ITEM 7
- Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2011

Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.

Autoria: Deputada Alice Portugal

Relatoria: Senadora Ana Rita

Com a palavra a Relatora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente, bom-dia para os nossos companheiros Senadores aqui presentes, ao nosso Senador Paim, Presidente desta Comissão.

O PLC nº 2, de 2011, da Deputada Alice Portugal, vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para exame.

A proposição determina que as empresas privadas, os órgãos públicos e as entidades da Administração Pública e Indireta estão proibidos de adotar qualquer prática de revista íntima de suas funcionárias e de clientes do sexo feminino.

Pelo não cumprimento da determinação escrita na norma, o PLC nº 2, de 2011, estabelece multa de R$20 mil, revertidos aos órgãos de proteção aos direitos da mulher. Em caso de reincidência, a multa será de R$40 mil, independentemente da indenização por danos morais e materiais e sanções de ordem penal.

Nos casos de revistas em ambientes prisionais e sob investigação policial previstos em lei, a revista será unicamente realizada por funcionários servidores femininos.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuídas às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que consideraram meritória a proposta e

confirmaram a constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa da proposta.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação.

Na Comissão de Direitos Humanos não foram apresentadas emendas.

Análise.

O PLC nº 2, de 2011, trata de matéria compreendida no âmbito das competências privativas da União e também daquelas comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o que estabelecem os arts. 22 e 23 da Constituição Federal.

Da análise da proposta não foram identificados, portanto, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

Nesta Casa, cabe à Comissão de Direitos Humanos, nos termos do art. 102, "e", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos. Por essa razão, a apreciação da matéria neste colegiado é pertinente.

A questão da revista íntima tem sido objeto de debate no Congresso Nacional desde a promulgação da Constituição de 1988, pios a prática desrespeita princípios fundamentais por ela instituídos. Ademais, fere o princípio da cidadania e da dignidade da pessoa humana, previstos no art. 1º, e também os direitos previstos no art. 5º de nossa Carta Magna.

No entanto, não podemos nos esquecer de que é permitido às empresas, exercendo sua competência diretiva e seu direito fiscalizador, proceder à revista de seus funcionários. Essa revista, contudo, não pode ser íntima, por força do que prevê o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, em seu art. 373, "a", inciso VI.

Segundo esse dispositivo, é vedado proceder, o empregador ou preposto, a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.

Observemos que se considera revista íntima a coerção para se despir ou qualquer ato de molestamento físico que exponha o corpo. Assim, se houver revista, essa tem que ser discreta, com urbanidade e civilidade, se expor o empregado. Não pode ser exigido do empregado ou do cliente despir-se ou mostrar partes íntimas do corpo ou do vestuário.

Hoje, ressalte-se, o Tribunal Superior do Trabalho, TST, entende que, se houver revista íntima expondo o trabalhador a situação vexatória, cabe indenização por danos morais.

Por fim, importa observar que a restrição imposta, em 1999, à prática lesiva de revistas íntimas foi, sem sombra de dúvida, uma grande evolução na área dos direitos humanos das trabalhadoras brasileiras. Afinal, as cidadãs não podem ser humilhadas, desrespeitadas e levadas ao constrangimento moral e social, situações que, certamente, trazem sérios danos psicológicos.

Dessa forma, as trabalhadoras celetistas encontram-se hoje protegidas contra os abusos das revistas íntimas. Contudo essa norma não alcança os funcionários dos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, razão pela qual, no mérito, julgamos o PLC nº 2, de 2011, merecedor de nosso total apoio.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2011.

Sala da Comissão.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita, Relatora do Projeto sobre revista íntima, da Deputada Alice Portugal.

Em discussão.

Alguém que queira discutir a matéria? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

A votação não será nominal, porque não é terminativa.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, foi-me passado aqui dois projetos para que fizesse a relatoria *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª está convidado, Senador Paulo Davim...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu estou à inteira disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... a fazer o seu relatório, conforme havia combinado com V. Exª.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella, relatoria do Senador Mozarildo, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – que institui o Programa Universidade para Todos (Prouni), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004– para estabelecer, no âmbito desses programas, atendimento prioritário a estudantes afastados do convívio familiar, nas situações que especifica.

Farei a leitura do relatório.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2010, do Senador Marcelo Crivella, altera as Leis nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo

de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); e nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que instituiu o Programa Universidade para Todos (Prouni), com a finalidade de conceder tratamento preferencial para os candidatos aos referidos programas com histórico de afastamento do convívio familiar.

De acordo com a proposição, a preferência a essa clientela se dá na etapa final dos processos seletivos aos benefícios dos Fies e do Prouni, quando houver empate entre candidatos.

Na justificação do projeto, o autor afirma que a iniciativa irá contribuir para aprimorar esses programas de inclusão universitária, na medida em que dá proteção aos jovens em situação de vulnerabilidade econômica – caráter já consolidado no ordenamento de tais programas – e adiciona a capacidade de amparar mais especialmente aqueles que enfrentam o ônus de se encontrarem afastados do convívio familiar.

Depois de analisada por esta Comissão, a matéria seguirá para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102-E, incisos V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão o exame de assuntos relacionados com a proteção à família, à infância, à juventude e aos idosos e com a proteção e integração social das pessoas com deficiência. É pertinente, portanto, a análise do Projeto de Lei do Senado n° 304, de 2010, por este Colegiado.

A matéria, além de ser regimental, não traz vícios de constitucionalidade, pois está circunscrita à competência de legislação concorrente da União. Tampouco temos reparos a apresentar no que tange à sua juridicidade e à boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, julgamos oportuna a iniciativa pois cuida de atender, entre os jovens mais necessitados, àqueles que convivem em situação de maior vulnerabilidade, por apresentarem um histórico de afastamento do convívio familiar, seja por orfandade, seja por ter crescido em instituições.

Observe-se que o amparo proposto não retira a oportunidade de nenhum outro segmento, pois, para dele usufruir, exige-se que a pessoa tenha enfrentado em iguais condições todo o processo de seleção que enquadra os beneficiários dos programas destinados à inclusão universitária, concedendo-lhe, no entanto, uma vantagem apenas nos casos em que se verificar empate entre candidaturas.

O projeto ora em análise também se coaduna com o espírito do Estatuto da Criança e do Adolescente, que incumbe o Poder Público de adotar políticas especiais capazes de proteger aqueles que se encontram afastados da convivência familiar.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2010.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim, que fez a relatoria do projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella. O relator original, Senador Mozarildo Cavalcanti. Nós aqui combinamos: vamos fazer a leitura dos relatórios. Com isso vamos assegurando inclusive uma presença maior. E faremos as votações no final.

Então, peço a V. Exª que... Feito esse primeiro relatório, nós não vamos concluir nem sequer a discussão e, naturalmente, não faremos a votação neste momento. Passaremos, já que está com V. Exª, para o Item nº 10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para substituir a expressão "salário de referência" por "salários mínimos" nas penas de multa previstas para as infrações administrativas.

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatoria: Senador José Agripino.

E o Senador Paulo Davim como relator *ad hoc* neste momento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – A título de informação, o projeto lido pelo Senador Paulo Davim ainda vai à Comissão de Educação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai. O projeto aqui não é terminativo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Então ele tramita na Comissão de Educação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E nós não o votamos ainda.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Voltamos para o Item 10.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2011, pretende alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA para substituir a expressão "salários de referência" por "salários mínimos" nas penas de multa previstas para as infrações administrativas que o Estatuto tipifica.

O autor da proposição, Senador Demóstenes Torres, justifica a iniciativa apontado para o fato de que o ECA culmina penas administrativas em dissonância com os termos da Lei nº 7.789, de 3 de julho de 1989, a qual, ao dispor sobre o salário mínimo, extinguiu o

salário mínimo de referência e o piso nacional do salário, determinando que seguirá em vigor apenas o salário mínimo.

O autor informa que tal dissonância tem causado divergência judicial quando da aplicação de multa administrativa. Esclarece ainda que a escolha do salário mínimo não se deveu apenas aos termos da Lei nº 7.789, de 1989, mas também ao fato de que a jurisprudência dos tribunais tem firmado a compreensão de que as multas se devem fixar em salários mínimos.

Alega, outrossim, que o PLS nº 7, de 2011, não implica indexação, isto é, o uso do salário mínimo como forma de correção monetária, tratando-se tão-somente do estabelecimento de um valor de referência.

À proposição não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso III, V, VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre temas ligados aos direitos humanos, à proteção à família e à infância, razão pela qual a matéria veio para o exame deste colegiado.

A uniformização da linguagem jurídica é objetivo formal do Estado de direito. Toda a doutrina aponta na direção do fato de que a divergência terminológica é prejudicial tanto do ponto de vista do direito objetivo quanto dos direitos subjetivos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, datado de 3 de julho de 1990, estabelece, nos arts. 245 e 258-B uma séria de multas decorrentes das infrações administrativas. Essas multas têm os seus valores estabelecidos em função de salário de referência.

A Lei nº 7.789, de 1989, entretanto, ao dispor sobre o salário mínimo, veio a extinguir os conceitos mesmos de salário de referência e de piso mínimo nacional do nosso sistema jurídico. A função de valor de referência passou a ser desempenhada, então, pelo salário mínimo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, todavia, mantém a sistemática antiga, valendo-se do salário de referência para a determinação das penalidades que culmina.

Ademais, a referida convivência da determinação da Lei nº 7.789, de 1989, com os termos do ECA estabeleceu-se em 1990, ano de promulgação do mencionado Estatuto. Ou seja, a terminologia do ECA surgiu lançando mão de um conceito já extinto por lei anterior.

É bem verdade que a diferença terminológica não resultou em inaplicabilidade do Estatuto, embora cause, até os nossos dias, divergências desnecessárias.

Destarte, a adequação dos seus termos se revela desejável e pertinente e já tarda.

Dado o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Paulo Davim, Relator *ad hoc.* O projeto, que foi apresentado pelo Senador Demóstenes Torres e teve a relatoria original do Senador José Agripino, trata de mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como havíamos combinado, a não ser que alguém queira discutir, deixaremos para votar a matéria ao final e continuaremos com a discussão.

Passamos ao requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 3
REQUERIMENTO Nº -CDH, DE 2011

"Requeiro, nos termos regimentais, seja aditado ao Requerimento nº 26, de 2009 – CDH, que criou a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária da Amazônia Legal, a competência para desenvolver ações com vistas ao combate das formas contemporâneas de escravidão, tema de extremo interesse nacional. Dessa forma, requeiro também que a subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo."

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Passo a palavra ao Senador Cristovam, para que explique e justifique seu requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, essa é a continuação de um trabalho que já vinha sendo feito aqui, especialmente pelo Senador José Nery, e , com a saída dele, precisamos manter a chama acessa.

Precisamos porque, lamentavelmente, em pleno século XXI, ainda há trabalho escravo no Brasil, no sentido explicito da palavra, Senadora Ana Rita. Há trabalho escravo, escravo! E não podemos deixar que isso continue acontecendo sem uma ação desta Comissão de Direitos Humanos.

Os jornais mostraram que esta semana, aqui em Brasília, houve o desbaratamento de uma unidade de produção que usava o trabalho escravo.

Esta Comissão de Direitos Humanos tem de manter essa a chama de dessa luta acessa.

Além disso, creio e espero que essa frente, essa subcomissão possa trabalhar com os novos conceitos de trabalho escravo. Para mim, a prostituição infantil é uma forma de escravidão. Eu defendo que o próprio estado de analfabetismo é uma situação de escravidão. Alguns casos de trabalhos domésticos caracterizam formas de escravidão.

Portanto, a subcomissão, Senador João Pedro, visaria manter acessa essa chama dentro do Senado, de que há um grupo ligado e preocupado agindo para que o Brasil se livre da existência de trabalho escravo.

A Ministra dos Direitos Humanos tem estado presente a essas discussões e com essa preocupação, e a Presidente Dilma, não tenho a menor dúvida, é uma das pessoas mais preocupadas com o assunto. O Senado precisa fazer a sua parte, essa será a função da subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Feitas as devidas explicações, a justificativa e a defesa do seu requerimento, Senador Cristovam, pergunto se alguém deseja discutir. *(Pausa.)*

Senador João Pedro com a palavra, para discutir o requerimento.

Antes, porém, Senador, permita-me registrar que se encontram conosco o Senador Vicentinho Alves, Senador João Pedro, Senador Paulo Davim, a Senadora Ana Rita, Senador Eduardo Amorim, Senador Cristovam Buarque e Senadora Lídice da Mata.

V. Exª tem a palavra para discutir.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Ou seja, podemos votar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos votar após a leitura de mais um relatório.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero compartilhar da afirmação do Senador Cristovam acerca da relevância de uma subcomissão que trate de assunto que diz respeito a todo o Brasil.

O Senador citou Brasília, a capital de nosso País, como uma das cidades em que há trabalho escravo, um trabalho indigno, que não só alcança crianças, adolescentes, como também adultos.

Há poucos dias, em Manaus, na construção de uma empresa ali da Ásia, trabalhadores chineses estavam trabalhando em condições precárias: impedidos de sair do trabalho, vivendo com salários indignos, comendo da forma mais precária possível. Isso alcançou repercussão na imprensa.

Foi feita uma denúncia, e eu quero contribuir, chamar a atenção para o trabalho deste grande Senador que passou por esta Casa, o Senador Nery, que fez do seu mandato uma voz, uma peregrinação no combate ao trabalho escravo no Brasil, principalmente no sul do Pará, onde ele trabalhou de forma tão intensa. Eu quero lembrar-se do trabalho do Senador Nery, da abnegação e da coragem que moveu o seu mandato e que nós, nesta legislatura, podemos dar continuidade, apoiando a Subcomissão, compondo a Subcomissão, organizando uma agenda para atender as demandas nacionais. Lá na Amazônia, além da agressão à natureza, há a agressão ao ser humano, com o trabalho escravo. E nada melhor do que o trabalho da Subcomissão

Então, só para apoiar a iniciativa e me colocar à disposição para ajudar neste trabalho tão relevante para o Senado, para o Brasil e para os seres humanos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para discutir o requerimento, Senador Eduardo Amorim. Já registramos a presença do Senador Sérgio Petecão, que é também relator de matéria que vai entrar em votação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, o tema é de extrema importância e parabenizo aqui o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa.

Por incrível que pareça, a escravidão ainda persiste no mundo contemporâneo, nas suas diversas formas e modelos, Senador Cristovam. Para mim, uma delas e não menos perversa é o que acontece com o nosso Orçamento, do qual destinamos 40%, de tudo que se arrecada neste País, para o pagamento da dívida e juros da dívida. Para mim, esse é um novo modelo de escravidão e não menos perverso do que outras formas. Talvez até muito mais, porque quem paga mais imposto neste País é exatamente quem menos ganha, quem menos recebe e quem mais deveria receber a mão protetora por parte entes federados. Mas parabenizo a sua iniciativa. Esse tema é de extrema importância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim.

Passamos a palavra, para discutir a matéria, à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria também de me manifestar sobre a importância deste requerimento.

Ocorreu-me aqui, agora, Senador Cristovam Buarque, vendo os noticiários hoje cedo, em função da greve dos ferroviários no Estado de São Paulo, como o sistema de transporte se tornou bastante complicado. Os trabalhadores, não podendo usufruir do sistema existente, são obrigados a recorrer aos ônibus, que não atendem toda a demanda da cidade de São Paulo. Com a paralisação dos metrôs, toda a população trabalhadora precisa do transporte rodoviário, que são os ônibus coletivos, e, em função da grande demanda, a precariedade no sistema é muito grande. Os trabalhadores se acotovelando para conseguir ter um espaço dentro de um ônibus para ir trabalhar.

Eu fiquei imaginando uma pessoa que trabalha oito horas por dias, na maioria das vezes, com certeza, muito distante de suas casas, tem que sair muito cedo, chega extremamente tarde, essa pessoa mal dorme e, no dia seguinte, tem de estar pronta para trabalhar.

Essa é uma forma de escravidão no momento, nesta sociedade contemporânea em que estamos vivendo. Acho que é um debate que precisamos fazer sobre as condições em que vivem os nossos trabalhadores brasileiros para sobreviver num sistema que ainda não oferece condições dignas para que ele possa exercer de fato o seu direito ao trabalho.

Então acho que esse é um tema importante debater durante os trabalhos desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Colocaremos em votação, no encerramento, Senador Cristovam, o seu requerimento, que já foi lido e defendido pelos Srs. Senadores.

Senador João Pedro, V. Exª, como ficou combinado, será relato *ad hoc* de um projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella, relatoria original da Senadora Marisa Serrano

ITEM 9
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2010

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Marisa Serrano

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, não precisaria a criação da subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Nós vamos votar. Vamos votar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ah, vai votar. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Estamos fazendo a leitura dos relatórios, dos requerimentos, cada um faz a defesa, em seguida, vamos colocar em votação todos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Depois do Senador João Pedro, eu poderia falar, porque também fui escolhido como relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Será V. Exª em seguida.

Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Do relatório, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, do Senador Marcelo Crivella, autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos pelo preço de custo e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa, desde que a venda seja feita a cliente que, na forma do regulamento, comprove ser, cumulativamente, aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social, portador de doença crônica grave, usuário contínuo do medicamento que pretende adquirir e usuário de serviço do Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto determina ainda que o rol de medicamentos alcançados pelo projeto seja definido pelo Ministério da Saúde, com base em dados epidemiológicos relativos à prevalência de doenças e agravos na população de idosos.

A cláusula de vigência prevê que a lei em que o projeto vier a se transformar entre em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

A proposição é justificada pela necessidade de reduzir o impacto dos gastos com remédios nos baixos rendimentos de parcela significativa dos nossos aposentados pela Previdência Social, segmento populacional em que a elevada prevalência de doenças crônicas acarreta o uso continuado de medicamentos caros.

Sr. Presidente, na mesma página 61, da análise

Análise.

Cabe a esta Comissão opinar sobre a proteção aos idosos e a garantia e promoção dos direitos humanos, matérias que são objeto da proposição em análise.

Concordamos com as premissas do autor do projeto quanto ao maior consumo de medicamentos pelos idosos, os orçamentos familiares reduzidos dos aposentados e o impacto dos gastos com medicamentos sobre esses orçamentos.

Dessa forma, o mecanismo sugerido pode permitir aumentar o acesso dos idosos aos medicamentos de que necessitam e, assim, contribuir para melhorar a qualidade de vida desse segmento de nossa população.

Do Voto, Sr. Presidente.

Voto.

Em vista do exposto, somos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão.

Não havendo quem queria discutir, votaremos no encerramento porque ele é não terminativo e poderá ser votado ao final.

A pedido do Senador Eduardo Amorim, passamos para o Item 6.

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 142, DE 2008

Obriga os Centros de Formação de Condutores a adaptar 10% (dez por cento) de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências.

Autoria: Deputado Pompeo De Mattos

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Com a presença do Senador Mozarildo Cavalcanti, só falta um Senador para termos quórum para votar os terminativos.

Por favor, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – O projeto de lei em exame, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, visa a obrigar os Centros de Formação de Condutores (CFC), de que trata a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Transito Brasileiro" (CTB), a adaptar suas frotas de modo a possibilitar a instrução de pessoas com deficiência física.

De acordo com o projeto, os centros de formação de condutores com frota igual ou superior a vinte veículos deverão instalar, em pelo menos um deles, equipamentos especiais como *comandos manuais mecânicos de embreagem, freio e aceleração*. Os centros de formação de condutores com frota menor que vinte veículos deverão se organizar em consórcios para assegurar a oferta de veículos adaptados na proporção exigida.

O descumprimento da norma sujeitará o centro de formação de condutores à aplicação sucessiva das penalidades de advertência, multa de R$1.500,00 ou R$3.000,00, suspensão da licença ou, ainda, o cancelamento definitivo da licença.

O autor do projeto argumenta que, embora contem com isenções para compra de veículos, as pessoas com deficiência não conseguem obter sua carteira de habilitação por dificuldades no aprendizado.

Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 142, de 2008, foi analisado e aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça, e de Cidadania, de Seguridade Social e Família, e de Viação e Transportes.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que concluiu pela constitucionalidade da matéria, aprovando-a nos termos de substitutivo, e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa compete opinar sobre proposições legislativas que disponham sobre a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência, bem como sobre a proteção à infância, à juventude e aos idosos, nos termos do art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Como não foi distribuída com exclusividade a esta Comissão, o exame da matéria se aterá aos aspectos de mérito, uma vez que coube à CCJ a análise dos demais elementos.

A análise da CCJ concluiu pelo atendimento aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade. Reparos foram feitos, contudo, quanto a impropriedades concernentes à técnica legislativa.

Entre essas impropriedades, foram apontados a discrepância entre os textos da ementa e do art. 1º quanto à proporção de veículos adaptados em relação à frota do CFC; o excessivo detalhamento relativo à aplicação da medida; e a formulação como proposição autônoma, em vez de expressamente vinculada à lei geral sobre o assunto, que é o Código de Trânsito Brasileiro, conforme determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação das leis.

A CCJ, então, elaborou substitutivo que incorpora as medidas propostas ao texto do CTB, compatibiliza os termos da ementa e do art. 1º, e elimina o excessivo detalhamento, remetendo-o a posterior regulamentação pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

O projeto de lei em comento é meritório, na medida em que permite aos indivíduos com deficiência física maior facilidade para obter o treinamento necessário para a condução de veículos automotores, conferindo-lhes maior acessibilidade aos serviços públicos e às instituições de saúde, educação, trabalho e lazer. Dessa forma, aumenta as chances de inclusão social e de realização pessoal para esse grupo de cidadãos.

Do voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2008, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo), aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim, relator *ad hoc*, o projeto é do Deputado Pompeo de Mattos, relatora original, Senadora Gleisi Hoffmann, pela aprovação do projeto, que será votado também na sequência, até o encerramento da reunião.

Passamos de imediato a palavra, como autora, à Senadora Lídice da Mata, para o seu requerimento. Está com a palavra.

Eu já li antes. E quando a senhora chegasse faria a defesa do seu requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está certo.

Bom dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este requerimento tem a intenção de trazer a esta co-

missão, de forma integral, o debate que já se dá hoje nas duas Casas legislativas, na Câmara e no Senado, em subcomissões, sobre a política nacional antidrogas. Eu compreendo que haja um trabalho intenso de algumas subcomissões na Casa buscando oferecer uma visão e proposições... Até tive oportunidade de participar, na semana passada, de uma discussão com especialistas, mas compreendo que o conjunto da Comissão de Direitos Humanos não pode passar ao largo deste debate.

As populações de rua, hoje, no Brasil, têm uma série de programas que lhes dão assistência, assistência à população de rua usuária de drogas. Há projetos importantes, inclusive no meu Estado, projetos pilotos, inéditos, como os consultórios de rua, que acho que devem ser divulgados, debatidos e compreendida a experiência dessas importantes organizações.

Por isso, creio que é importante que esta Comissão possa ter aqui a presença do Ministro de Estado da Justiça para que apresente qual a política do Brasil na área da abordagem das drogas neste momento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lido o requerimento da Senadora Lídice da Mata, nós, em seguida, vamos encaminhar à votação, mas vamos aproveitar a presença dos dois Relatores aqui presentes... Estão presentes os Relatores Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti.

Eu faria um apelo. Se os Senadores puderem aguardar... Nós deixaríamos para votar no final os não terminativos, sem nenhum problema, mas é importante a leitura dos relatórios dos terminativos.

Senador Mozarildo, eu só quero que V. Exª leia, fazendo um apelo para que todos esperem. O importante, neste momento, é a leitura. Só faltam dois terminativos para serem lidos. Os senhores lendo, no momento adequado a gente vota, nesta ou em outra sessão.

Então, eu passaria já a palavra, que já a tinha pedido, ao Senador Eduardo Amorim, para ler o seu relatório, de forma sintética, se possível, e, em seguida, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2009. da Senadora Marisa Serrano, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético, DNA, em ação de investigação de paternidade nos casos que especifica.

Como o senhor bem pediu, Presidente, serei sintético, breve.

O Projeto trata de que não se pode ignorar a dificuldade da aplicação da técnica da pesquisa do DNA em pessoa falecida em virtude da deterioração dos tecidos se passado muito tempo desde a data do óbito.

Nesta hipótese deve-se recorrer à comparação do DNA do interessado investigando-se o suposto filho com o DNA de parentes consanguíneos do investigado suposto pai.

Tal procedimento se justifica porque a perícia do material genético é, de todas, a mais convincente e eficiente das provas pelo elevado grau de certeza que oferece. Com ela comparam-se fatores coordenados ás unidades genéticas dos indivíduos em que a sequência de um deles se assemelhará muito á do outro e se houver um vinculo. Por seu grau de confiabilidade, também é a modalidade mais aceita nos tribunais para a prova do parentesco.

Feitos estes esclarecimentos quanto à jurisprudência construída pelos tribunais superiores seja favorável à presunção de paternidade mediante a inversão do ônus da prova, é dever do Congresso Nacional disponibilizar a lei aos cidadãos para que busquem, individualmente, a manifestação do Poder Judiciário para a obtenção do seu direito no que se refere á obtenção válida da declaração de paternidade em face daquele que não tenha paradeiro certo ou tenha falecido.

Alvitramos, de todo modo, alterar o texto da proposição para deixar claro que os custos com a realização do exame do pareamento do código genético correrão às expensas do requerente, de maneira a desonerar o Estado de tais despesas. Para as pessoas carentes valerá, em sede de ação de investigação de paternidade ou maternidade, o disposto na Lei nº 10.317, de 2001, que alterou a Lei nº 1.060, de 1950, fazendo nos seguintes termos:

Art. 3º A assistência judiciária compreende as seguintes isenções:

(...)

VI – das despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade.

No âmbito judicial, portanto, para fruir do benefício, bastará que o cidadão se apresente no processo como hipossuficiente, o que pode ser feito mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º da Lei nº 1.060, de 1950).

Finalmente, quanto à técnica legislativa, necessária a apresentação de emendas ao projeto, de modo a adequar o texto examinado aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece regras para a elaboração de normas jurídicas. Certamente, vê-se que a redação da ementa da

proposição merece reparos, de modo a coadunar-se ao texto engendrado.

Verifica-se também que, com o advento da Lei nº 12.004, de 2009, foi inserido na Lei nº 8.560, de 1992, um artigo específico (art. 2º-A) para tratar da colheita de provas na investigação de paternidade, inclusive no caso de recusa do pai, o que pode levar à presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório (§ 1º). Desse modo, por se equiparar a tal sistemática, o dispositivo a ser inserido nessa última lei deve migrar do art. 2º, que disciplina a averiguação oficiosa de paternidade, para o art. 2º-A.

O voto é o seguinte, Sr. Presidente.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 415, de 2009, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2009, a seguinte redação:

> "Acrescenta § 2º ao art. 2º-A da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para permitir, em sede de ação de investigação de paternidade, a realização do exame de pareamento do código genético em parentes do suposto pai, nos casos em que especifica."

Emenda:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2009, a seguinte redação:

> "Art. 1º O art. 2º-A da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º:
>
> 'Art. 2º-A (...)
>
> § 1º (...)
>
> § 2º Se o suposto pai houver falecido ou não existir notícia do seu paradeiro, o juiz determinará, a expensas do autor da ação, a realização do exame de pareamento do código genético (DNA) em parentes consanguíneos, preferindo-se os de grau mais próximo aos mais distantes e importando a recusa em presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório.'" (NR)

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim, que apresentou seu relatório. O projeto é terminativo. Será discutido e votado no momento adequado.

Passamos, de imediato, então, a palavra ao outro relator presente.

ITEM 24
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2010

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Senador Mozarildo Cavalcanti, concedo a palavra a V. Exª.

Também é terminativo, será votado no momento adequado, mas fica o relatório lido.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Vou realmente fazer uma explanação sucinta, já que está com os Senadores o parecer com relatório, análise. Mas quero chamar atenção para o fato de que essa proposição foi distribuída com exclusividade a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo recebido da relatora originalmente designada, Senadora Patrícia Saboya, manifestação favorável à sua aprovação, com uma emenda. Esse relatório, contudo, não chegou a ser apreciado.

Na análise da constitucionalidade e adequação, chamo a atenção para o fato de que há restrições quanto à constitucionalidade do art. 2º, que fixa prazo para o Poder Executivo regulamentar a lei. Essa cláusula configura invasão de competência sobre as atribuições de outro poder, problema de resto sanável com a eliminação deste substitutivo.

Também chamo a atenção de que, ao propor essa isenção não há cumprimento à Lei 9.074, que prevê que haja, por parte do poder concedente, uma forma de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Assim, o voto é pela aprovação do projeto com duas emendas. A primeira: "Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2010, renumerando-se o subseqüente [justamente porque tem restrição constitucional]. Depois, inclua-se ao Projeto de Lei nº 27 o art. 2º, renumerando-se o subseqüente".

O art. 2º tem a seguinte redação de emenda: "As empresas operadoras de transporte interestadual de passageiros serão ressarcidas pela receita não auferida em razão da concessão de passe livre aos acompanhantes de pessoas com deficiência de que trata o art. 1º.

Portanto, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª apresentou seu relatório, que será votado em seguida.

Passamos agora para o Senador Sérgio Petecão.

Senador Peteção, só para justificar o seu requerimento, porque eu já tinha lido antes que esse requerimento votado no momento em que V. Exª estivesse no plenário.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, na verdade, esse é um requerimento que nós, quando Deputado Federal, já fazíamos esse debate lá na Câmara e, hoje, nós gostaríamos de também trazer esse debate aqui ao Senado por entender que ele é de fundamental importância.

Passo à leitura do requerimento:

"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos, devendo ser convidado o Sr. Aldo Moura, Presidente da Associação de DDT, Associação a Luta pela Vida, situada no meu Estado do Acre, e do Sr. Rui Gomide, presidente da Fundação Nacional de Saúde, Funasa, que sucedeu em nível de Governo Federal à antiga Superintendência de Campanha da Malária, a Sucam, e o Sr. Gerson Penna, chefe da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos sobre as condições de saúde dos ex-funcionários da Sucam, intoxicado pelo DTT durante a utilização desse inseticida no trabalho de campanha contra as endemias de toda natureza em nosso País.

Então há uma justificativa. Vou fazer apenas uma introdução. O objetivo de nosso requerimento é convidar as lideranças que estão à frente desse movimento, para que possam nos prestar informações no sentido de vermos, como aqui no Senado, de que forma podemos dar nossa contribuição no sentido de amenizar o sofrimento dessas pessoas que estão morrendo à míngua, principalmente no meu Estado do Acre. Nós tínhamos lá em torno de 59 pessoas em que foram detectadas essa contaminação; 18 pacientes já em estado muito grave. Penso que esta comissão poderá dar uma contribuição muito importante, ouvindo essas pessoas que têm percorridos ministérios, procurado as autoridades do nosso País, mas nem sempre têm recebido a atenção devida. Então fica aqui o nosso pedido, e o apoio dos demais Senadores e espero que possamos, se Deus quiser, mais uma vez cumprir o papel desta importante comissão que é ajudar aquelas pessoas que precisam. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Sergio Petecão, será votado.

Senadores e Senadoras, nós temos número para votar os terminativos; todos foram lidos.

Começo votando já os últimos dois relatórios terminativos que foram do Senador Mozarildo Cavalcanti e do Senador que leu nesse momento...

Vamos começar com o último relatório lido, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

ITEM 13
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 298, DE 2009

Altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos)

Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria *ad hoc*: Senador Paulo Davim

O Senador Paulo Davim já fez o relatório, apresentando o parecer.

Colocamos a matéria em votação.

Alguém quer discutir?*(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação nominal.

Peço à assessoria que me forneça uma lista com os nomes dos presentes.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Paim, com o relator.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Amorim

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Chamei todos os presentes. O projeto foi aprovado.

Vamos ao segundo, que também já foi lido.

Pergunto se todos concordam que a emenda apresentada seja considerada também votada pelos votos já consagrados. *(Pausa.)*

Aprovada a emenda.

Vamos ao segundo projeto que também já foi lido.

ITEM 15

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2004

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo CCJ), com a SubEmenda que apresenta.

Como o relatório já foi lido, se alguém quiser discutir... *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Senadora Ana Rita, como vota?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Paim, com o relator.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Amorim

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o relator.

Projeto aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos ao próximo.

ITEM 16

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2008

Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta.

Alguém quer discutir? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Senadora Ana Rita. Voto conhecido.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto conhecido. Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque. Voto conhecido – foi o relator original.

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este Senador também com o relator.

O projeto foi aprovado.

Vamos ao próximo.

ITEM 18
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2008

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis.

Autoria: Senador João Vicente Claudino

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria *ad hoc*: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do Substitutivo aprovado na CCJ.

Como já foi discutido...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, esse projeto tem uma intenção muito positiva, mas eu gostaria de colocar uma questão: o projeto não define o que são produtos infantis. Isso me preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª gostaria de pedir vista? Para ganharmos o quórum.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, a matéria sai da pauta, com o pedido de vista da Senadora Lídice da Mata. Vamos em frente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O pedido de vista é regimental, é legítimo. Ele volta em outro momento...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Eu só queria fazer um ligeiro comentário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. V. Exª, como relator, tem todo o direito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Salvo melhor juízo, minha Senadora, a quem admiro tanto, vejo com tanta clareza esse texto, quando se refere a produtos infantis. Dessa forma, eu vejo que se trata de todos os produtos, sejam eles pedagógicos, sejam eles alimentícios etc.

Eu só queria fazer esse comentário, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok, mas o pedido de vista é regimental e está assegurado.

ITEM 19
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2009

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº1-CAS, nº 2-CAS e nº 3-CAS aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Há quem queira discutir? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos aos votos.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto já conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cristovam Buarque. Como autor, consequentemente, voto conhecido.

Senador Sérgio Petecão – estou ganhando tempo aqui, meu Senador. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E este Senador.

O projeto do Senador Cristovam foi aprovado.

No encerramento, se os autores e os relatores quiserem fazer comentários, vamos, naturalmente, permitir. Já seria permitido agora, mas é que estou querendo ganhar o quórum aqui, porque alguns têm de se retirar.

Pergunto a todos se as Emendas nºs 1, 2 e 3 também são consideradas aprovadas. *(Pausa.)*

Entendimento no plenário, aprovadas.

Vamos ao próximo.

ITEM 20

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 578, DE 2009

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita

A Senadora Ana Rita, na oportunidade, já fez a leitura do relatório.

Alguém quer discutir a matéria? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eduardo Amorim. Voto conhecido, é o relator original.

E este Senador, pela aprovação.

O projeto foi aprovado.

Pergunto a todos, se a Emenda nº 1, com parecer pela rejeição, se há concordância do Plenário com a votação primeira. *(Pausa.)*

Acatado.

Pela rejeição da Emenda.

ITEM 21

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2008

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria *ad hoc*: Senadora Lídice da Mata

Em discussão. *(Pausa.)*

O relatório já foi lido.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vamos aos votos.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

E, como autor, Senador. *(Pausa.)*

O Projeto foi aprovado.

Eu pergunto se as emendas nºs 1, 2, 3 e 4 acompanham o parecer das Relatoras Gleisi Hoffmann e Lídice da Mata. Pelo que entendi, acompanham. *(Pausa.)*

Estão aprovados os pareceres das Relatoras.

Agora, vamos aos requerimentos.

Quero dizer que limpamos a pauta – a Comissão agradece aos Srs. Senadores – de todos os projetos terminativos que estavam nesta Comissão. Vamos agora aos não-terminativos, que não serão nominais.

Eu só peço aos Senadores que tiverem de se retirar que assinem, de preferência, antes da retirada, os projetos que precisam dos Senadores.

Requerimento.

Requerimento do Senador Cristovam já lido.

O Senador Cristovam já apresentou o seu parecer que muda o nome da Comissão de Combate ao Trabalho Escravo. Senador Cristovam, algum esclarecimento?

Vamos direto ao voto.

Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento que muda o nome da Comissão de Combate ao Trabalho Escravo.

Requerimento aprovado.

Requerimento da Senadora Lídice da Mata, também já lido.

Alguma consideração, Senadora Lídice da Mata, sobre o seu requerimento, que já foi lido e defendido? *(Pausa.)*

Em votação.

Os que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto não terminativo do Deputado Pompeo de Mattos. Senadora Gleisi Hoffmann; *ad hoc*, Senador Eduardo Amorim, que já fez a leitura, que obriga os centros de formação de condutores a adaptar 10% de sua frota para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.

Já foi lido o relatório.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o Projeto de Pompeo de Mattos, Gleisi Hoffmann e Eduardo Amorim, ambos relatores, permaneçam como se encontram.

Aprovado. *(Pausa.)*

ITEM 7

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2011

Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.

Autoria: Deputada Alice Portugal

Relatoria: Senadora Ana Rita

A matéria já foi lida.

Aqueles que concordam, não havendo mais discussão, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Projeto também não terminativo.

Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Foi lido, *ad hoc*, pelo Senador Paulo Davim.

Vou ler em homenagem ao Senador Marcelo Crivella.

ITEM 8

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2010

Altera as Leis nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 – que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 -, para estabelecer, no âmbito desses programas, atendimento prioritário a estudantes afastados do convívio familiar, nas situações que especifica.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

O projeto já foi lido. Houve entendimento.

Não há discussão.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns Senador Marcelo Crivella, que só aprimora o Pró-Uni.

ITEM 9

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2010

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Marisa Serrano

É relator *ad hoc* o Senador João Pedro, que fez a leitura pela aprovação.

Não havendo quem queira discutir, vamos ao voto.

Os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O Item nº 20, que é o projeto terminativo, que terminei de ler, vamos votar? É terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O item nº 20 já foi lido e aprovado, Senador. Todos terminativos foram lidos e aprovados.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Ok.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Item nº 22 é terminativo. Já foi lido e aprovado. Eu pedi que me dessem todos os terminativos. A pergunta é do 22.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ainda bem que não foi lido, porque há um pedido de vista.

Então, quanto ao item 22, temos *quorum* para votar, mas há aqui um pedido de vista, e um pedido de vista regimental, feito pela Senadora Ana Rita.

O item 22, em razão do pedido de vista da Senadora Ana Rita, sai de pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 229, de 2008, não terminativo.

ITEM 11

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2004

Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e dá outras providências.

Autoria: Senadora Roseana Sarney

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatoria *ad hoc*: Senadora Lídice da Mata

O projeto já foi lido. Não houve nenhuma objeção.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo discussão vamos à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 5. Por favor, assessoria....

O seu requerimento vai ser lido em seguida.

Já foi lido e defendido. Vai ser votado e vai ser aprovado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O 12, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permitam-me apenas que eu encaminhe a ordem aqui...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não terminativo, o 12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permitam-me que eu encaminhe a ordem aqui.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não terminativo, o 12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não terminativo.

O item 23. Esse é terminativo, pessoal.

Já foi lido. *(Pausa.)*

Já foi lido?

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiências e estabelecer que a Síndrome de Escravidão constitui modalidade de deficiência física. *(Pausa.)*

É isso mesmo?

(...) que a Síndrome de Escravidão constitui modalidade de deficiência física.

Autoria: Senador Arthur Virgílio.

Relatoria: Senadora Marisa Serrano.

Pela aprovação do projeto.

Em discussão.

Há pedido de vista? Senão vamos à votação. *(Pausa.)*

Vamos à votação. Não há pedido de vista.

Senadora Ana Rita, como vota? *(Pausa.)*

A Senadora Ana Rita pede vista. Sai de pauta o item 23.

Todos os terminativos. O *quorum* foi assegurado. Esses dois não foram votados porque legitimamente foi feito o pedido de vista.

Vamos voltar aos não terminativos: os requerimentos que não foram ainda votados, mas já foram lidos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse da Lídice da Mata já foi lido e aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim. Senadora Lídice da Mata, o pedido de V. Exª foi lido e aprovado.

ITEM 10
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2011

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para substituir a expressão "salários de referência" por "salários mínimos" nas penas de multa previstas para as infrações administrativas.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

Relatoria: Senador José Agripino

O Senador *ad hoc* é o Senador Paulo Davim, pela aprovação.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aprovado o projeto.

Também não terminativo.

Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2011.

Autoria Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador João Pedro.

Lido.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação.

Projeto aprovado por unanimidade.

O item 13... *(Pausa.)*

Meu amigo, o item 13 é terminativo. Nós já votamos todos.

Já foi aprovado o item 13.

O item 24 também já foi aprovado. Voltou aqui para mim de novo.

O Senador Sérgio Petecão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse também, o item 25, está aqui comigo, já foi lido e aprovado.

Está voltando tudo de novo para mim aqui.

O do Senador Sérgio Petecão está aqui comigo. Já foi lido, discutido e não houve ninguém que se posicionasse contra.

O Senador Sérgio Petecão, o seu requerimento é o Item 5 da página 24.

Aqueles que concordam com a defesa feita pelo autor do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Sérgio Petecão, o seu requerimento está aprovado.

Outro requerimento, agora. Item 2, página 18, com fundamento no disposto no art.93; e por isso eu mesmo estou fazendo a leitura do inciso II: "Requeiro a realização de audiência pública para debater a questão da capoeira".

Já foi antes lido, vamos à votação.

Autoria deste Senador e do Senador Walter Pinheiro.

Em discussão, para discutir a questão da capoeira. *(Pausa.)*

Em discussão, V. Exª. Quer discutir algum requerimento?

O SR. 98:35– Senador Presidente, o Item 17 não sei se passei batido. É um projeto terminativo. Eu não sei se ele foi votado, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 17?

O SR. 98:35– Por favor, o Item 17.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. 98:35– Não foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Item 17?

O SR. 98:35– Ele já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Item 24 e o Item 23.

O SR. 98:35– Não tem mais quorum? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Itens 24 e 25 foram lidos, mas como não temos mais o quorum para votação nominal, serão votados na próxima semana, ok? Então, vamos continuar nos não-terminativos.

Requerimento, com fundamento no artigo... Não. Esse aqui do Walter Pinheiro e do Paulo Paim já foi aprovado. Tem o requerimento, aqui, do Senador Marcelo Crivella: "Autoriza farmácias e drogarias a venderem medicamentos a preço de custo". Esse não-terminativo do Marcelo Crivella também já foi aprovado. O do Pompeo de Mattos também foi aprovado.

Então, dois requerimentos extra pauta, nesse momento, que eu encaminho à votação.

Os senhores concordam com esse requerimento? Eu vou fazer a leitura. Se concordarem, vamos colocar em votação.

Eu solicito, baseado no art.93, inciso II do nosso Regimento, que seja realizada uma audiência pública a fim de debatermos a violência no campo e os recentes assassinatos de lideranças camponesas nos Estados do Pará, Amazônia, Rondônia e Acre.

Eu quero dizer que apresento esse requerimento em parceria com a nossa Secretária de Direitos Humanos. A mesma entende, bem como eu, que os assassinatos de lideranças camponesas no campo é inadmissível. E o número de assassinatos está aumentando.

É nossa intenção trazermos aqui, inclusive, os representantes dos governos dos estados, naturalmente dentro do possível com a Polícia Federal e a nossa Secretária de Direitos Humanos. Esse é o requerimento. Se concordam que eu o inclua na pauta, estou incluindo.

Agora, vamos à votação. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram, sem prejuízo que outros estados ou assassinatos que possam ter acontecido sejam incluídos no momento da audiência pública, mas não fica aqui definida a data.

O outro requerimento, de autoria também deste Senador, com fundamento no disposto no art.93, inciso II do nosso Regimento: "Requeiro audiência pública a fim de debatermos as diretrizes da educação ambiental, no Plano Nacional de Educação".

Se V. Exªs concordam que eu o coloque extra pauta, estarei colocando nesse momento.

Houve acordo. Entra extra pauta.

Em votação o requerimento.

Os que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Eu só quero fazer, agora, um comunicado. Nós limpamos toda a nossa pauta. Os que não foram aprovados no dia de hoje, os terminativos, dois é porque houve pedido de vista e dois porque aqui no final não havia mais número de Parlamentares para votação nominal.

Senadora Ana Rita, esta Presidência indicou V. Exª para a relatoria. Por isso, faço o seguinte informe: comunico a todos que o prazo para apresentação das emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, de 2011, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa iniciar-se-á no dia 1º de junho de 23011 e terá prazo de encerramento às 18:00, no dia 7 de junho, terça-feira.

Informo que só serão aceitas sugestões de emenda de texto uma vez que a CMO deliberou pela não inclusão do anexo de metas e prioridades. Esclareço ainda que as emendas devem ser encaminhadas a esta Comissão pelo sistema de emendas, disponibilizado pelo Prodasen e em via assinada pelo autor que deverá ser entregue aqui nesta Secretaria para discussão e votação em reunião a ser marcada posteriormente.

Senadora Ana Rita com a palavra, que é a relatora.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, gostaríamos ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... do Senador João Alberto conosco.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Gostaríamos de informar aos Senadores e às Senadoras, alguns já saíram, mas se encontram aqui assessores, que fiquem atentos aos prazos porque, como relatora das emendas para a LDO, eu terei apenas dois dias para emitir o nosso relatório.

Portanto nós temos um prazo, conforme foi dito aqui pelo nosso Presidente, até terça-feira próxima, dia 7, para apresentar as emendas de texto, e nós teremos, como relatora, dois dias para analisar essas emendas e fazer o nosso relatório.

Portanto dias 8 e 9, nesse período, faremos uma reunião, para que possamos, de fato, fazer o parece final com relação às emendas. E no dia 10 o nosso relatório será encaminhado para a comissão responsável aqui do Senado para o recebimento de emendas.

Então nos dias 8 e 9 entraremos em contato para que possamos definir um horário certinho da nossa reunião, para que possamos, em conjunto, emitir o nosso parecer com relação às emendas.

Então peço gentilmente aos assessores que aqui estão, aos Senadores que ainda se mantêm presentes para que possam cumprir o referido prazo, que é regimental.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Feitos os devidos esclarecimentos por parte da nossa relatora, eu ainda quero encaminhar o requerimento ao plenário que é, na verdade, um complemento.

Requeiro, no termos regimentais, ...

Senador Cristovam, é só para que não haja nenhuma dúvida por parte da nossa Secretaria.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja aditado ao Requerimento 26, de 2009, CDH, que criou a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária da Amazônia Legal, a competência para desenvolver ações com vistas ao combate das formas contemporâneas de escravidão, tema de expresso interesse nacional. Dessa forma, requeiro também que Subcomissão passe a ser denominada Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado o complemento do requerimento anterior.

A partir deste momento, com a pauta toda vencida e todos os projetos que estavam em condição de serem votados sendo apreciados, nós encerramos a presente audiência pública, convidando a todos os Senadores e Senadoras para que aceitem, nós recebemos um convite, Senador Cristovam, da Presidência da República, em nome da Presidenta Dilma, para que estejamos lá na Presidência hoje para assistirmos ao lançamento do Programa Nacional de Combate à Miséria e à Pobreza.

Todos os Senadores desta Comissão foram convidados e o requerimento que recebi aqui leva o nome de cada Senador.

Feito o convite, estamos nos deslocando então para aquele importante evento.

Senadora Ana Rita, antes de encerrar.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas, para que não haja nenhuma dúvida e também ninguém se sinta prejudicado, embora a Assessoria desta Comissão tenha feito por *e-mail* o comunicado aos Senadores e às Senadoras sobre o prazo de apresentação das emendas, mas acho que seria muito bom se fizéssemos também por escrito para esta Comissão, informando desse cronograma para que todos possam receber isso em seus gabinetes de forma mais oficial.

Então, solicito a V. Exª que solicite à assessoria a elaboração de uma correspondência a todos os Senadores que compõem esta Comissão, informando o cronograma para a apresentação das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª é atendida na forma regimental, com certeza, Senadora Ana Rita.

Eu quero só deixar aqui como registro um pronunciamento que fiz no Plenário em relação ao brilhante trabalho que está sendo feito pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, visitando praticamente todos os Estados para buscar mais dados, informações para contribuir para esse importante projeto que está sendo lançado hoje que é o Plano Nacional de Erradicação da Miséria.

Meus cumprimentos ao meu amigo Márcio Pochmann pelo trabalho que fez no dia de ontem, com sua equipe, em Porto Alegre. Hoje estaremos juntos junto à Presidência da República.

Considere na integra esse meu pronunciamento.

Está encerrada a presente reunião que foi deliberativa e limpamos a pauta.

Obrigado a todos, obrigado Senadores e Senadoras.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 49 minutos)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia trinta de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Luiz Henrique** e **Aloysio Nunes Ferreira**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". O Presidente convida a compor a mesa os professores Henrique Altemani de Oliveira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Jorge Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Antônio Barbosa, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, e Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos da China, Ásia e Pacífico. Durante a Reunião, faz uso da palavra o Senador **Cristovam Buarque**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. Senador **FERNANDO COLLOR,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 22ª reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

COMUNICADOS

Esta Comissão recebeu ofício assinado pelo Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, convidando os membros desta Comissão para a aposição, na galeria dos presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos, do retrato do ex-Presidente daquela Comissão Senador Garibaldi Alves Filho, atual Ministro da Previdência Social. A solenidade se dará amanhã, dia 31 de maio, às 9 horas, na sala de reuniões nº 19, da ala Alexandre Costa, no anexo II.

Também ofício recebido pela Mesa da Senadora Ana Amélia, comunicando que estará ausente dos trabalhos de hoje devido a sua participação em agenda no seu Estado natal, o Rio Grande do Sul.

Relato do sexto painel desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: esta Comissão promoveu, na última segunda-feira, dia 23 de maio, o 6º encontro do ciclo de audiências públicas sobre os rumos da política externa brasileira, desta vez para analisar o Mercosul, um balanço dos 20 anos do Tratado de Assunção, o cenário no entorno da América do Sul, a rodovia interoceânica e a relação comercial entre Brasil, Peru e Bolívia.

A audiência contou com a participação dos Senadores João Pedro, Ana Amélia, Luiz Henrique, Marcelo Crivella, Anibal Diniz, Jarbas Vasconcelos, Francisco Dornelles e Pedro Taques.

O primeiro expositor foi o embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp, para quem o Mercosul, tal como previsto no Tratado de Assunção, está em crise e paralisado no que diz respeito ao seu objetivo principal, que é o da integração econômico-comercial. Isso porque hoje, segundo ele, os quatro governos, por iniciativa do brasileiro, dão ênfase às áreas política e social. Contudo, esse enfoque não conseguiu impedir o desenvolvimento das trocas comerciais no valor de US$45 bilhões, em 2010, resultado que atribui à iniciativa do setor privado.

Apenas como um comentário, segundo os dados oficiais do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior – este é um comentário à parte – o Depla, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a corrente total do comércio Brasil/Mercosul foi de US$4,55 bilhões, em 1991; e US$39,22 bilhões, em 2010. Ou seja, uma variação positiva de 761,6% nesse período de 19 anos.

Continuando, na análise do embaixador Rubens Barbosa, o organismo vive, há muito tempo, uma crise institucional, uma vez que seus órgãos não funcionam efetivamente e há descumprimento das regras do Tratado por parte de todos os países. Para ele, falta aos Estados-membros vontade política para tomar as medidas necessárias para revigorar e fortalecer o Mercosul.

Entre os ganhos do Mercosul, o embaixador citou o envolvimento do setor privado nesse processo, inexistente em 1991, e o conseqüente aumento das trocas comerciais, a "volta" (entre aspas) do Brasil para a região, a obtenção de maior conhecimento das oportunidades de comércio e de investimento, e a criação de seu parlamento.

Ele atribui parte dos problemas que têm contribuído para o esvaziamento do Mercosul no contexto da integração regional e da globalização à crescente presença de produtos industriais da China na região, às restrições unilaterais, como as medidas adotadas recentemente pela Argentina, às medidas tomadas pelo Brasil, e à falta de acordos significativos na sua agenda externa.

Para o embaixador, a falta de inovação, a política cambial e o custo Brasil estão provocando um autêntico processo de desindustrialização do País. Tanto é que, até recentemente, tínhamos 17 mil empresas exportadoras e 15 mil empresas importadoras. Hoje, há 34 mil empresas importadoras e 17 mil exportadoras. Denota-se, assim, que a indústria de transformação está se tornando importadora de máquinas.

Ressaltou, ainda, que a questão do custo Brasil depende apenas de nós. Precisamos de políticas de governo e de reformas estruturais para solucionar as ineficiências da burocracia, provocadas por cerca de 40 órgãos e 3.000 atos normativos que interferem diretamente no comércio exterior do País. São fatores que geram a falta de competitividade, a fuga de fábricas para o exterior e o que ele chamou de desinvestimento por que passamos.

Por fim, o embaixador Rubens Barbosa destacou a necessidade de o Brasil assumir a liderança do Mercosul por meio de medidas concretas e não apenas de cunho político, e pensamento estratégico, aspectos que, até agora, segundo ele, não se verificaram.

O segundo palestrante, o empresário Roberto Teixeira da Costa, do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, avalia que, por trás dessa crise institucional do Mercosul, há uma outra de caráter comercial, representada pelas assimetrias existentes entre o Brasil e a Argentina, cuja solução encontra-se no estabelecimento de parcerias com o país vizinho e mais diplomacia empresarial.

Na sua opinião, não devemos nos queixar da instalação de empresas brasileiras naquele país, ainda que, a curto prazo, isso possa custar empregos para o Brasil.

A desestabilização da Argentina, afirmou, é extremamente prejudicial ao nosso País. É necessário entendermos o esforço do país-sócio em tentar recuperar sua indústria.

Ressaltando faltar vontade política da parte do Brasil com relação ao Mercosul, afirmou que tratamos o Paraguai e o Uruguai como se não contassem e que não se pode ter uma união aduaneira sem que seus sócios não se sintam ouvidos nem prestigiados.

Quanto às críticas relacionadas à entrada da Venezuela, ele opinou que não se pode baseá-las apenas no seu presidente atual, pois o país tem grande importância para o Brasil na área energética. Para ele, o Mercosul fica mais forte com a Venezuela.

Alertou também para o fato de que, se estamos preocupados com a concorrência da China, com o Mercosul mais forte estaremos melhor e mais bem protegidos numa disputa internacional.

O empresário louvou a conclusão das obras da rodovia interoceânica, que liga Rio Branco, no Acre, a Cuzco, no Peru, permitindo o incremento do intercâmbio comercial e cultural entre o Brasil e o Peru e o significativo corte dos custos operacionais de veículos e cargas. Essa rodovia, lembrou o Dr. Roberto Teixeira da Costa, é um instrumento poderosíssimo de integração e aproximação com o Pacífico.

Já o terceiro expositor, o Prof. José Tavares de Araújo Júnior, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, vê como única saída para o Mercosul a eliminação do compromisso da Tarifa Externa Comum (TEC) e a reforma da estrutura tarifária brasileira, para torná-la similar a de outros países emergentes e ajustá-la às necessidades da competitividade internacional.

Para ele, os 20 anos de Mercosul podem ser relatados a partir de três fenômenos fundamentais: a reforma comercial do Governo Collor, o Plano Real e as mudanças na legislação cambial introduzidas no Governo Lula, que criaram condições para transformar o real em uma moeda conversível.

Os três fatores e as decisões de eliminarem-se as barreiras para a maioria esmagadora do comércio, à época da assinatura do Tratado de Assunção, levaram ao sucesso do organismo, embora o que chamou de "parafernália do Mercosul" tenha atrapalhado o processo de integração.

Quanto às perspectivas do Mercosul, elas devem ser discutidas, na sua opinião, a partir dos dois desafios centrais da nossa economia: o de reduzir seus custos de transação e o de elevar a capacidade inovadora a indústria brasileira. Para ele, a apreciação da taxa cambial exige desse setor a capacidade de competir globalmente, sob o risco de o País sofrer um processo de desindustrialização.

O desafio – concluiu – está na adoção de um ritmo de inovação similar ao de países como China, Índia, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia, economias anteriormente fechadas e que passaram a ter capacidade de inovação compatível com as necessidades do mundo contemporâneo.

Ele defende a manutenção dos investimentos da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, conhecida como Iirsa, como a rodovia interoceânica, para reduzir os custos das transações na região e acelerar a integração, bem como a transformação do real numa moeda regional, o que proporcionará um novo salto ao Mercosul, e, por fim, a eliminação de parte do que ele chama de entulho burocrático do organismo para completar a consolidação da área de livre comércio e assegurar a sua preservação.

A consultora legislativa do Senado Federal Drª Maria Cláudia Drummond alertou-nos para a necessidade de aprofundarmos as instituições com a consolidação do Parlamento do Mercosul, o órgão de representação popular que fará o papel de caixa de ressonância para as decisões tomadas no âmbito das negociações, às quais as populações não têm acesso.

Ela destacou o fato inédito de o seu protocolo constitutivo ter sido negociado inteiramente pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e a opção dos legisladores pela representação cidadã, ou seja, de proporcionalidade atenuada, semelhante à do Parlamento europeu, devido à enorme assimetria entre as populações dos Estados-membros.

Como o Parlamento do Mercosul não tem competência legislativa e suas decisões não se sobrepõem à dos parlamentos nacionais, ela ressaltou a competência consultiva de que disporá aquele órgão legislativo, com o objetivo de acelerar os procedimentos internos para a entrada em vigor, nos países-membros, dos instrumentos de integração negociados no mercado comum.

Uma das maiores fragilidades do organismo, como nos mostrou a consultora, é a lentidão com que suas normas são incorporadas ao direito interno de cada país. Essa competência consultiva viria sanar esse problema e dar mais segurança jurídica ao Mercosul.

A competência consultiva prevê que o Parlamento do Mercosul elabore um parecer sobre as normas que deverão ser apreciadas pelos parlamentos nacionais antes de serem assinadas pelos órgãos decisórios. A grande vantagem é que o Parlasul discutirá publicamente essas normas, e, caso sejam assinadas pelo conselho do organismo, de acordo com as sugestões do Parlamento, elas terão tramitação mais ágil nos Legislativos nacionais.

No caso do Brasil, por exemplo, o projeto resultante tramitará apenas na representação brasileira no Parlamento do Mercosul e nos Plenários da Câmara e do Senado. Até o momento, só o Brasil aprovou esse mecanismo.

O desafio agora – concluiu a Drª Cláudia Drummond – será a implementação da representação cidadã e a realização de eleições diretas para o Parlamento do Mercosul.

Finalizando o encontro, o professor de Relações Internacionais da UnB, Universidade de Brasília, Dr. José Flávio Sombra Saraiva ressaltou que o Mercosul inaugurou um fato histórico para as relações internacionais da América Latina em virtude de seu pioneirismo na região.

Ele destacou a vontade e a inteligência política de seus idealizadores definindo, entre seus aspectos positivos, a confiança mútua e a cultura da paz, lembrando que o organismo foi o ponto de partida sub-regional para a integração da região prevista com a criação da Unasul.

Nas palavras do Prof. Saraiva, o Mercosul foi um encontro de fronteiras muito importante. E na confiança mútua jogamos a bomba no lixo, aquela que tínhamos todas as condições de produzir, porque a inteligência argentino-brasileira, superando o velho cultivo da rivalidade, e até a capacidade já avançada no campo atômico foi capaz de criar o que ele chama de "a diplomacia do átomo". Para ele, isso foi fundamental, ou seja, a matriz política e estratégica do Mercosul, em seu desdobramento econômico e em sua centralidade econômica. Por isso, não pode faltar, na avaliação do Mercosul, a visão de que ele representa a paz.

Por fim, o Prof. Saraiva avaliou que será difícil encontrar na terra mecanismo de confiança mútua do peso daquele construído por brasileiros e argentinos, o qual não se deve apenas a Tlatelolco e outros arranjos dos anos 60, antes do Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Para ele, houve inteligência política e houve vontade, e o Mercosul veio embalado nesse reencontro de fronteiras.

Por outro lado, o professor criticou a persistência de divergências na visão de mundo da política externa de Brasil e Argentina, a recusa dos Estados-membros em sacrificar a sua soberania e a falta de um visor comum no que concerne à segurança global e à nova conformação da ONU, concluiu o professor, encerrando a nossa audiência pública.

A pauta do dia de hoje da presente reunião destina-se à realização do sétimo painel, intitulado A Influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional, integrando o tema Geopolítica e Relações Internacionais, dentro do ciclo de audiências publicas Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades especialistas, a quem aproveito para dar as melhores boas-vindas por parte de todos os membros de nossa Comissão e os convido para compor a mesa: Professor Doutor Henrique Altemani de Oliveira, Grupo de Estudos Ásia Pacífico da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor Doutor Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Professor Doutor Jorge Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. PUC-MG; Professor Doutor Antônio Barbosa, Consultor Legislativo do Senado Federal, especialista na área que vamos hoje tratar; e o Professor Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos de China, Ásia e Pacífico (Ibecap), e membro permanente da Escola Superior de Guerra.

Peço à Secretaria que faça entrar, para tomar seus assentos à mesa, os ilustres convidados da noite de hoje. *(Pausa.)*

Informo aos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de 15 minutos, com uma tolerância de dois minutos, de acordo com o inciso III do art. 2º do Ato nº 3, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo, para iniciar os nossos debates, a palavra ao Professor Doutor Henrique Altemani de Oliveira, da Pontifícia Universidade Católica de são Paulo.

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – Boa noite. Inicialmente, agradeço o convite ao Senador Fernando Collor, que preside a Comissão e esta Mesa. O convite é para estarmos aqui discutindo esse assunto de muita atualidade.

Como tenho pouco tempo e, na verdade, muita coisa para pensar em falar, eu tentei ao menos trazer uma apresentação formal, ao menos para dar um roteiro, até me disciplinar um pouco, ficar um pouco mais didático. Assim, eu teria praticamente alguns pontos para poderem acompanhar o meu pensamento.

Acho que o primeiro ponto é exatamente: estamos num grande momento de redefinição do que é o sistema, do que é a ordem internacional. Teríamos exatamente algo a passar sobre as potências emergentes, e principalmente se elas estão num processo de competição ou de substituição das potências anteriormente consolidadas, desenvolvidas; retomar a questão da cooperação sul-sul, assim como algumas observações sobre a China e, rapidamente – não dá tempo de pensar sobre o renascimento africano –, o espaço que a África voltou a ocupar no cenário internacional e, finalmente, acho que o nosso tema, pensando mais, China e África.

Esse ponto inicial, talvez só ficar claro também isso, acho que a ideia que parece estar resumindo o que vamos tentar demonstrar é a ideia de que, na base exatamente do diálogo ou da retórica ou até do princípio da cooperação sul-sul e da existência de buscar relações que sejam benéficas, tanto para a China quanto para os países africanos, a ideia é que a política externa ou a diplomacia chinesa está sendo legitimada ou legitima sua presença exatamente ao se apresentar como parceiro para o desenvolvimento, e isso acho que é importante, porque leva exatamente a uma visão de que é uma China que joga e trabalha exatamente com essa imagem de ser uma China cooperativa e que pode exatamente propiciar um desen-

volvimento que seja harmônico, harmonioso para ela e para seu parceiro, no caso, a África.

E acho que, em conjunto com isso, aí um chavão: saindo de um consenso de Washington, esquematizado, formal, com uma série de regras, de condicionalidades, para exatamente um consenso de Beijing, que segue exatamente um modelo diferenciado de Washington, e principalmente sem as condicionalidades ou até ainda respeitando exatamente uma série de princípios, princípios que estão presentes aqui desde a década de 60, ou vamos dizer da década de 50, mas princípios que, na verdade, realçam o caráter da soberania, a importância da soberania, a importância, exatamente, dos processos de não intervenção e do direito ao desenvolvimento.

Eu acho que essa é a base do discurso que, na verdade, está levando e que está mantendo e legitimando essa presença chinesa dentro do espaço africano.

Mas acho que, então, não podemos deixar, dentro desse pensamento, de retomar que, desde o fim da Guerra Fria, vivemos um momento extremamente contraditório, onde temos exatamente uma série de organizações e atores que têm poder, mas que têm uma base que estava legitimada, por exemplo, no fim da Segunda Guerra Mundial, no início da Guerra Fria. Quase dizendo assim: as instituições atuais não representam a nova realidade internacional. Consequentemente, claro, logo no imediato, praticamente nós tínhamos Estados Unidos mais a possibilidade de pensar a Alemanha, pensar Japão como poderes civis, inclusive. Mas isso já ficou um pouco para o passado, e exatamente agora, nesse presente século, nós temos a grande emergência, as potências emergentes, e principalmente já um reconhecimento mais formal, e principalmente potências tipo China e Brasil, que não faziam parte de nenhum processo decisório, agora fazendo parte do G20 – financeiro, praticamente ainda em disputa com o G7 ou G8, em termos de assumir a capacidade decisória no que se refere aos assuntos econômico-financeiros internacionais. E acho que a importância desse G20 é também pensando que China e Brasil não faziam parte de nenhum e não faziam parte do G7, consequentemente, agora, estão, sim, podendo coparticipar deste processo.

Acho que aqui estava já ficando redundante, mas há uma emergência, há um reconhecimento, estou até utilizando ali o termo de Fareed Zakaria, "a emergência do resto do mundo". E acho que é exatamente isso, a emergência de atores que coparticipavam, mas de uma forma muito residual, e atores que cada vez mais estão sendo demandados a participar e a participar de uma forma muito mais efetiva.

Pode passar.

Aqui, eu só queria retomar também o que estamos pensando, a China, Brasil, Índia e África do Sul, esse conceito de potência emergente; de um lado é muito clara essa base de Estados que têm cada vez mais capacidade econômica, cada vez mais coparticipam de processos de exportação no comércio internacional, etc, etc. Mas acho que há um ponto aqui que é muito importante, ao menos considero muito relevante, que é exatamente a ideia de que, independentemente das capacidades, são atores que também expressam vontade política de exercício de poder, e aqui exatamente a interpretação é essa. A China é um ator, sim, que busca poder, claro; não diz claramente, mas tudo indica que ela busca um poder regional e poder internacional. E acho que da mesma forma podemos pensar isso em termos de Brasil, podemos pensar isso em termos de Índia. Na verdade, são atores que têm gula, vontade de poder e aproveitam-se, sim, da sua emergência nos outros planos econômicos, comerciais e financeiros, exatamente para assumir maior poder no plano das relações internacionais. Então, acho que é exatamente essa ênfase na ideia dessa ambição em termos de buscar poder no plano internacional.

E acho que exatamente, em termos de potências emergentes, temos que pensar que nós temos também um conceito velho, batido, de cooperação sul-sul, mas a minha interpretação é que essa cooperação sul-sul atual não é a cooperação sul-sul das décadas de 60, 70 e até de 80. Antes, nós poderíamos pensar que havia muito mais uma cooperação sul-sul que levava a pensar o conjunto dos não desenvolvidos, e sempre uma ação voltada a mudar, a gerar novas regras ou uma nova ordem econômica internacional, de forma a, vamos dizer assim, atender às demandas e interesses do conjunto dos não desenvolvidos. Eu acho que essa cooperação sul-sul, hoje, é muito mais claramente um processo, é um grupo hierárquico, eletivo, seletivo, claro, de potências emergentes. E acho que isso já percebemos claramente na própria política externa brasileira, quando, já sob o governo Itamar, começou a entrar, na retórica da diplomacia, a perspectiva de relações com pares potenciais, a perspectiva de relações com exatamente o que na época se chamava de países-baleia, alguma coisa por aí, mas sempre a ideia de atores com um relativo peso internacional e que têm exatamente maior capacidade de estar influenciando o desenvolvimento disso.

E é interessante até relembrar que há um artigo de Huntington, exatamente na virada da Guerra Fria para o pós, em que ele está mostrando uma série de fatores que estão sendo alterados e está exatamente realçando o papel quase que unilateral que Estados Unidos estava assumindo, mas onde se colocava, numa

pequena notinha, a ideia de que sim, havia atores com peso regional e que seriam importantes serem ouvidos em qualquer decisão internacional. E, nesse caso, implicitamente, o Brasil estava lá citado, como também, evidentemente, China, Índia, etc.

Estou mais colocando isso, pensando que, para nós, em termos de pensar a cooperação sul-sul nisso, é o que realmente está aqui desde o começo, desde os 90 e hoje muito mais consolidado dentro da prática diplomática brasileira, nessa cooperação sul-sul muito mais hierarquizada.

Evidentemente que temos aqui os desníveis de cada governo, mas tem muito mais a ver, sim, com as condições para exercício mais de poder por parte das potências emergentes, que, evidentemente, teve muito maior profundidade no Governo Lula, não pelo Lula, mas exatamente pelas conjunturas internacionais que favoreceram isso.

Já que estamos falando disso, uma sequência na política externa, acho que também, nesses últimos dois mandatos de Lula, houve uma retomada da cooperação sul-sul, exatamente em decorrência também do discurso voltado às tentativas, e principalmente à tentativa de colocar isto na agenda internacional, a perspectiva do combate à fome mundial.

Então, isso é algo que pode ser um pouco apresentado, se raciocinado como sendo muito mais retórica, mas acho que isso tem, sim, um valor político em termos também de consolidar essa perspectiva, essa imagem de um Brasil mais cooperativo.

Eu acho que, então, antes de falar de China, eu só gostaria de relembrar – vai ser rápido, porque não temos tempo pra isso –, retomar exatamente a perspectiva de que África, principalmente agora, no século XXI, não é a África em que nos acostumamos a pensar e raciocinar, principalmente na mídia, que era uma África, realmente, totalmente sem futuro. Acho que há toda uma ênfase que foi retomada exatamente na questão de segurança, mas nessa questão da segurança, da integração que pudesse levar a um desenvolvimento conjunto dos países africanos, assim como uma mudança na organização política, da organização da unidade africana para a união africana, que flexibilizou um pouco as possibilidades, as formas, exatamente, do relacionamento da África com o resto do mundo.

Eu acho que aqui há o ponto exatamente das indecisões, das contradições da União Europeia em descaracterizar o que era o Convênio de Lomé, a demora em solucionar isso via Cotonou, o que leva a um relativo distanciamento da União Europeia da África, e isso, na verdade, possibilita muito mais ainda a presença de outros atores, principalmente a presença da China.

Então, acho que aqui temos uma África que hoje se apresenta como oferecendo oportunidades nos planos econômicos, principalmente no comercial, mas também possibilidades de investimentos, e investimentos que possam ser rentáveis.

Segundo, acho que há uma importância também a se pensar, é que, nesse processo de redefinição do sistema e da ordem, temos aqui um continente com 50 Estados que praticamente tem um pouco mais de um quarto dos votos nas assembleias, nos foros internacionais, onde o voto é por Estado, os votos são individuais, onde o voto não é qualitativo. Evidentemente, acho que aqui há um ponto de atratividade muito forte para a China, assim como para o Brasil ou para outros Estados, em termos de estar pensando esse relacionamento com o continente africano.

E acho que aqui exatamente é se pensar, claro, que nossa ênfase hoje estaria muito mais em China, e que a China, sim, já desde o início do século, já desde 2000, criou um fórum de cooperação China-África. Claro que dá uma continuidade a todo o interesse que sempre China demonstrou em relação à África, mas temos aqui exatamente uma formalização em diferentes dimensões entre China e o continente africano, e também isso que estávamos enfatizando, a ideia da importância do fator político nas negociações internacionais.

Agora, quanto a isso, na verdade, é similar pensarmos que Índia também tem seu programa; a África, desde 2002, claro, e de lá para cá, também intensifica suas ações nesse continente, nesse espaço, e, da mesma forma, o Brasil, que esteve relativamente distante da África durante a década de 90, retoma mais ou menos seu interesse, retoma parcialmente o que foi sua política africana a partir do Governo Lula. Acho que nesse sentido sim, tem aqui também algo que tinha sido descontinuado, e isso é retomado no governo anterior, esse interesse brasileiro pelo continente africano.

Acho que não há tempo mais de tocar nisso agora, mas não vamos esquecer que, claro, também isso levou a uma ampliação crescente e contínua da pauta de exportações e do total dos volumes de valor financeiro desse relacionamento com o continente africano. Não é algo dos mais expressivos na nossa política externa, no nosso relacionamento comercial, mas é algo que não é descartável, algo que não deve ser também deixado de lado. Se também pensarmos que não é só o Brasil, mas que os três trabalham com diferentes dimensões de cooperação, com ênfase, os três, na dimensão tecnológica. Possivelmente, temos aqui também alguns bons nichos de oportunidades para atuação brasileira no espaço africano, como já tinha anteriormente, mas agora muito mais ainda ampliados.

Basicamente, aqui só para retomar algo que já foi retomado, pois já teve um painel específico sobre a China: essa ênfase que China dá à questão da sua sobrevivência, à questão da sua segurança, nesse caso, não só da própria República Popular da China, mas igualmente do Partido Comunista Chinês, e toda a ênfase, que é decorrente disso, do que são as perspectivas de desenvolvimento. Há necessidade de um ambiente estável internacional para que esse processo de desenvolvimento não entre em crises por falta de ambiente externo.

E aqui só também enfatizo a ideia de que China é um ator que tem, sim, certas ressalvas quanto ao *mainstream*, exatamente contra as principais linhas do sistema internacional atual. China, realmente, se sente prejudicada por esse sistema ou, na verdade, pensando bem claro, a China é diferente. A China é diferente na sua cultura, a China é diferente no seu sistema político, a China não se adéqua. Quem fala muito bem isso é a Índia, quando dizia assim: "Nós somos a maior democracia do mundo e não temos nada. A China é o maior país comunista do mundo e recebe tudo dos Estados Unidos, recebe o pão de ló, recebe o filé mignon". De qualquer forma, isso é sempre algo que leva a uma contradição na relação com China e até na aceitação da China no plano internacional, principalmente por ser um ator que está buscando poder.

Aqui, para chegar exatamente à África, a ideia é que a China tem uma posição, pensando no Consenso de Beijing, que leva a uma posição de algo que é alternativo ao que é exatamente as regras do sistema baseado no modelo ocidental, no modelo anglo-saxão. Exatamente o que temos, exatamente a ênfase no respeito ao diferente, respeito aos sistemas políticos diferenciados, crenças, valores etc. Aqui, eu me lembro exatamente do momento em que Brasil e China estabeleceram relações diplomáticas em 1974, quando se colocou a ideia de que são dois países totalmente diferentes, com sistemas diferentes, com visões e valores diferentes, mas isso não impediria uma atuação conjunta desses dois atores no plano internacional. Exatamente por isso, a China não deixa de ser um ator extremamente interessante para o continente africano, exatamente pelo fato de sua presença não ser ideológica. China não interfere diretamente no que são os sistemas políticos dos diferentes países africanos. Ela se baseia nos princípios de não interferência, de defesa de soberania e principalmente do direito ao desenvolvimento. Evidentemente, ela não aceita qualquer rótulo de ser uma neocolonialista. Claro, ela faz uma cooperação ampla, e nas diferentes dimensões, sem condicionalidade. Isso realmente interessa aos países africanos, pois ela diz assim: "Não vim aqui cobrar democracia, não vim aqui cobrar direitos humanos, não vim cobrar não sei o quê". Ela simplesmente faz a cooperação sem interferir no assunto. Evidentemente, claro, a única questão que não é negociada por parte da China é exatamente a questão de Taiwan ou a questão de uma só China.

Meu tempo terminou? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Sª terá oportunidade de discorrer mais sobre o tema no momento em que os Srs. Senadores fizerem as indagações.

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB –- AL) – Muito obrigado ao Prof. Doutor Henrique Altemani de Oliveira.

Passo a palavra agora ao Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. V. Sª dispõe de quinze minutos para sua exposição.

O SR. ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA – Muito obrigado. Agradeço a V. Exª a honra pelo convite de estar aqui e trazer algumas reflexões aos senhores sobre um tema da maior relevância, como acaba de dizer o Prof. Henrique. Estou muito honrado também de compartilhar a mesa aqui com algumas das maiores autoridades sobre o assunto no Brasil, alguns dos maiores conhecedores de China.

Devo, entretanto, Presidente, referir-me ao fato de que falo aqui como professor universitário apenas. Eu não estou aqui representando... Eu presto uma assessoria à Secretaria de Assuntos Estratégicos, mas falo em meu nome pessoal. Então, a responsabilidade é minha e não eventualmente do Ministério a que presto assessoria.

Devo ainda realçar a importância de eventos dessa natureza. Acho que todos os especialistas em relações internacionais no Brasil compartilham a opinião de que o Legislativo deve, sim, participar ativamente da política externa, da política de defesa nacional. Nós nos ressentimos talvez do interesse menor que o tema suscita entre V. Exªs e ficamos muito felizes ao ver o interesse do Senado Federal em entender a substância dos eventos internacionais que nos afetam diretamente. Então, recebam os cumprimentos sinceros pela iniciativa.

Eu basicamente preparei uma fala curta com dois temas, dois argumentos gerais de fundo, que dizem respeito à presença tanto da China quanto de uma rede terrorista na África. Tenho alguns comentários específicos para cada um deles e depois algumas reflexões sobre as implicações disso para o Brasil.

Quanto ao tema central, o Prof. Henrique já colocou a importância que a África ganha recentemente no cenário mundial. Nos últimos dez anos, pelos dados mais recentes do Banco Mundial, dos dez países que mais cresceram no mundo, seis estão na África. A África tem perto de 16% das reservas provadas de petróleo, o segundo manancial de água doce e o maior manancial de terra arável no mundo, ainda maior que o próprio Brasil e a América do Sul. Há uma disputa muito acirrada pelos recursos africanos e cada vez mais pelos mercados africanos, disputa essa que vem sendo conduzida, há algumas décadas já, pelos Estados Unidos, pela China, pela Índia. O que está acontecendo agora no Oceano Índico, uma espécie de uma corrida armamentista entre Índia e China, é preocupante. A diminuição da presença americana na região contribui para aumentar as tensões na região. Em suma, o que eu queria realçar é a importância também da escolha do tema, ou seja, colocar a África no centro das atenções. Eu estou muito longe de ser um especialista em África. Venho estudando, venho fazendo o dever de casa, inclusive para ter essa conversa com V. Exªs, mas trato do tema muito mais do ponto de vista do contexto geral de segurança internacional, que é a área a que me dedico especificamente.

Eu realçaria dois assuntos de fundo que têm grande relevância para entender a presença de dois agentes tão diferentes quanto China e Al-Qaeda na África e que têm relevância também para se entender a nossa inserção internacional.

O primeiro deles tem a ver com a questão de tempo. Se existe algo em comum entre China e Al-Qaeda, não só na África, mas do ponto de vista da sua atuação na esfera global, é a questão do modo como eles se relacionam com o tempo. A China, como bem colocou aqui o Prof. Altemani, começou a sua relação com os países africanos nos anos 60 – isso está num marco ideológico muito bem definido – e ela está olhando para os próximos 200 anos. Também para uma rede que é uma ideia – a Al-Qaeda, no fundo, é uma ideia –, o tempo é relativamente irrelevante. A grande vantagem que têm os que recorrem à violência e a atos terroristas para a ação política é que eles têm o tempo a seu favor. Os Estados Unidos gastaram, comprovadamente, mais de US$1 trilhão na sua reação ao atentado às Torres Gêmeas, que custou cerca de US$1 milhão, ou seja, quem se vê como uma potencial vítima do próximo atentado terrorista precisa investir recursos e energia para se proteger de algo que não se sabe quando virá, se virá e onde virá. Isso significa que o tempo está a favor de quem recorre a esse tipo de ação política. Então, eu acho que isso serve como uma espécie de pano de fundo e nos ajuda também a refletir sobre qual o alcance que queremos para a nossa própria política externa, enxergando talvez não os próximos três ou quatro anos, mas enxergando os próximos trinta ou quarenta, pelo menos.

A segunda questão substantiva que realço como pano de fundo diz respeito a uma mudança profunda na relação entre cidadãos e governos, entre súditos e soberanos, nos termos de Maquiavel. O que estamos observando agora no norte da África e no Oriente Médio, a chamada Primavera da África, é a expressão mais acentuada dessa redefinição do contrato político entre cidadãos e governos. Os cidadãos hoje estão beneficiados; inclusive pela evolução tecnológica, eles têm mais informação; eles têm mais condição de reclamar de seus governos um tratamento que lhes pareça digno; e eles têm melhores condições de comparar as condições em que vivem com as condições dos que vivem melhor, ou no seu próprio país ou em outros lugares do mundo. Isso é importante, porque redefine os termos desse contrato. Nesse sentido, nos últimos anos, nos últimos 20 anos, pelo menos, o Brasil vem trabalhando de uma maneira consistente no sentido de estabilizar sua economia e de incluir uma parcela muito significativa da sua população de uma maneira estável e com instituições mais sólidas, mais percebidas pelos analistas internacionais como mais confiáveis, como mais refratárias a mudanças bruscas e, portanto, como mais adequadas à promoção sustentada de um desenvolvimento socioeconômico.

Eu diria, então, que essas duas questões precisam figurar como uma espécie de pano de fundo quando se vai analisar a presença desses dois agentes na África, mas, como eu disse antes, é algo que tem uma relevância muito maior para entender a nossa própria inserção internacional.

Alguns aspectos específicos com respeito à presença da China. Além desse marco ideológico de longo prazo, que se manifestou talvez de maneira mais eloquente em 2008, quando o governo chinês conseguiu reunir 48 Chefes de Estado africanos, justamente para relançar esse projeto de cooperação no marco do desenvolvimento comum, que é definido como comum e que envolve a criação de zonas especiais econômicas da China em vários países africanos, como Moçambique e Zimbábue, por exemplo, além disso, há a preocupação central com acesso a recursos. A China está comprando ou alugando terras em países africanos e está desenvolvendo uma infraestrutura que interessa à viabilização do seu acesso a recursos minerais principalmente, mas também, como disse antes, à terra agricultável e à água. Ela está investindo pesadamente em setores como o de mineração e tem feito isso de uma maneira a gerar ruídos na sua

relação com vários países africanos. Muito embora o trato com as elites seja muito afável no sentido de lhes conceder as demandas específicas, na prática, o que tem acontecido é que o regime de trabalho é um regime, normalmente, como aconteceu há pouco com Angola, no qual 70% dos trabalhadores são chineses e 30% são locais. Esses são os melhores termos em que os chineses negociam os investimentos que vão realizar. Só que os chineses trabalham mais de oito horas por dia, sete dias por semana, o que significa que, depois do primeiro mês, praticamente só há chineses, que são repostos por novos trabalhadores chineses. Então, na prática, o que se está observando é a ocupação de pedaços de territórios de vários países africanos por empresas e trabalhadores chineses, que trabalham num ritmo distinto do ritmo definido pela legislação local e, como aquilo foi colocado no contrato previamente, termina prevalecendo.

Então, existe isso. Existe um investimento real que a China vem fazendo, um aporte muito vultoso de recursos, na casa dos bilhões de dólares, para desenvolver a infraestrutura, mas um aporte que visa a favorecer o acesso que tenha a China a recursos minerais, a terra agricultável e água. Esses três grandes recursos naturais de que a China necessita para manter o ritmo do seu desenvolvimento econômico.

Vou deixar os especialistas que conhecem mais sobre China aperfeiçoarem o conhecimento de V. Exªs sobre o assunto.

Com relação ao Al-Qaeda, cabe ter presente que se trata de uma ideia. A Al-Qaeda é uma ideia, é uma estrutura muito fluida de organização, que tem como mote a oposição a valores liberais, principalmente aos valores incorporados nos Estados Unidos e na sua cultura, mas é uma ideia que recolhe seus seguidores, sobretudo naquelas regiões mais abandonadas pelos governos locais. É uma ideia que tem uma conotação, como todos sabem, religiosa muito forte, que depende da formação de lideranças religiosas em escolas, o que vem acontecendo de forma extensiva não na África, mas, sobretudo, no Paquistão e em regiões do Afeganistão. Mas é uma ideia que vem sendo desafiada por esse pano de fundo a que me referi antes, que vem sendo desafiada pela própria primavera dos países africanos e do Oriente Médio. É uma ideia que vai contra as liberdades individuais. É uma ideia que vai contra essa redefinição profunda, estrutural e de longo termo da relação entre cidadãos e seus governos, algo que vem ocorrendo mundo afora. Em alguns lugares, isso vem ocorrendo de forma mais pacífica, negociada; em outros lugares, isso vem acontecendo de forma mais conflituosa, como estamos observando agora nos jornais, nos noticiários da televisão a cada dia.

Mas essa ideia apela a sentimentos muito profundos, incutidos em jovens que se formam enxergando uma possibilidade de salvação de suas almas ao viverem de acordo com uma interpretação muito, até minoritária, na verdade, mas muito bem elaborada, muito bem construída e muito fortemente incutida em suas mentes por certas lideranças islâmicas. Isso não é uma ideia que represente o Islã, mas é uma ideia que consegue facilmente adeptos entre aqueles jovens que enxergam o mundo com pessoas vivendo em boas condições em outras partes do mundo, enxergam nessas desigualdades uma manifestação de algo que deva ser combatido e enxergam, nessa forma de luta, uma maneira de tentar transformar a realidade. Lamentável, mas não é a primeira vez que, na história da humanidade, que esses sentimentos são instrumentalizados politicamente. Neste caso, é também com um interesse religioso muito forte para avançar e reposicionar, no plano global, desta feita com interesses políticos específicos.

Eu diria, então, como pano de fundo, a Al-Qaeda, mais do que uma presença forte na África, funciona como uma espécie de inspiração. Um grande desafio dos países africanos, principalmente nas regiões aqui colocadas, setentrional e meridional, não é a Al-Qaeda em si, mas é um conjunto de grupos específicos que recorrem também a métodos violentos, que recorrem também a atos terroristas em suas lutas e que vêem na Al-Qaeda uma inspiração, uma maneira de estruturação.

Essa tensão sócio-econômica continuará a prevalecer, essa desatenção relativa dos governos aos seus cidadãos continuará a acontecer na África, e, na verdade, a tendência de curto prazo é que isso se acentue porque, com o desenvolvimento econômico, o que se vai observar é um acirramento das desigualdades, o que significa que haverá mais insatisfação. Mas o grande desafio não é a Al-Qaeda em si, são os grupos terroristas locais que se organizam em função de identidades mais específicas.

De outro lado, essa desorganização, principalmente nos Estados mais fortes, como foi o caso do Egito, Tunísia, Líbia, abre espaço, sim, para que grupos, não só a Al-Qaeda, mas outros grupos mais estruturados, como o Hamas, ampliem sua capacidade de influência em sistemas políticos específicos.

Eu diria, então, que a grande preocupação é esta: com esses espaços em que se observa uma ausência relativa do Estado, uma incapacidade dos Estados de prover os serviços a que aquela população almeja.

Se é assim, então, fecho aqui os dois aspectos específicos, China e Al-Qaeda, e entro, apenas levantando para reflexão de V. Exªs, com a disposição dos debates, três ou quatro aspectos específicos que nos

interessam particularmente, ou seja, que dizem respeito ao Brasil.

Em primeiro lugar, a nossa relação com os países africanos, que, agora, a meu ver, entra num período de consolidação. Os últimos oito anos marcaram, por assim dizer, a ocupação de espaços pela política externa brasileira em várias regiões do mundo, inclusive na África. Isso, inclusive, gerou uma série de expectativas e agora é hora de consolidar algumas posições.

Isso vai permitir um acesso maior ou menor a mercados específicos nesses países africanos. O nosso problema não é tanto acesso a recursos naturais, mas, muito mais, acesso a mercados que, como eu me referi antes, são mercados em expansão na África, expansão acelerada. Isso tem uma importância muito significativa também para a liderança brasileira, quer dizer, a imagem que o Brasil procura projetar no mundo de uma liderança entre países em desenvolvimento, liderança essa que é, em certo sentido, legítima, genuína, na nossa relação com os países africanos. Eles olham para nós como também uma fonte de inspiração. O Brasil conseguiu resolver uma série de problemas sociais que tinha de uma maneira negociada, que é vista como um modelo não a ser seguido, mas, pelo menos, a ser conhecido pelos países africanos, para que eles possam adaptar, em seus esforços, superação das próprias dificuldades, aproveitar a experiência brasileira.

Então, nesse sentido, a presença, eu não diria da Al-Qaeda, mas da China, cria, eu não diria uma tensão, mas cria uma apreensão a esses dois objetivos brasileiros: tanto acesso ao mercado quanto a questão da afirmação da liderança.

Há problemas específicos, como disputas em regiões – por exemplo, em Moçambique, isso tem acontecido – que são exploradas por companhias, como a Vale do Rio Doce, como a Companhia Siderúrgica Nacional, e que estão em disputa com siderúrgicas chinesas e, do outro lado do continente, no Atlântico, a Petrobras também enfrenta concorrência importante em Angola com companhias ou chinesas ou a serviço da China.

Então, há também questões, mas são questões mais específicas, fáceis de serem resolvidas do ponto de vista de uma negociação.

O principal, eu diria, e com isso concluo, é a preocupação com o Atlântico Sul, com a condução do Atlântico Sul, a governança, por assim dizer, do Atlântico Sul. Como V. Exªs sabem, existe uma iniciativa que remonta aos anos 80, chamada Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que, no início, gerou algumas desconfianças; depois, sofreu um impacto muito forte, perdeu um momento devido à Guerra das Malvinas, pelo fato de que houve uma divisão entre alguns países-chave na África, na posição adotada com respeito à Guerra das Malvinas. Isso impediu que essa iniciativa produzisse frutos num período muito curto. Mas há uma preocupação muito grande com o tráfego comercial no Atlântico Sul com a exploração dos fundos marinhos e com a exploração petrolífera, principalmente no golfo do Benin. Quer dizer, aquilo que se discutiu tanto aqui no Brasil, por exemplo, a quarta frota americana, quem realmente entrou a fundo na racionalidade por trás do restabelecimento da quarta frota via que a preocupação era muito mais com o acesso ao petróleo no golfo do Benin e ao petróleo africano em geral do que com a América do Sul; embora algumas pessoas aqui no Brasil tenham visto isso como ameaça aos nossos interesses.

Mas, como eu dizia, eu concluo com a preocupação do Atlântico Sul, da governança com o Atlântico Sul. Essa é uma região definida na nossa política de defesa nacional como uma área de interesse estratégico, junto com a América do Sul. Obviamente, como todos sabemos, o Atlântico Sul não nos separa, mas nos une à África, desde sempre, desde que existimos como Nação, e essa é uma região para qual os olhos do mundo se voltam pela estabilização econômica que se vê na África e pela enorme riqueza mineral que existe não só nos fundos marinhos, mas na costa africana, ainda maior, tudo indica, do que a já conhecida, a já explorada perspectiva que nós temos na própria costa brasileira.

Então, eu diria que a preocupação central deveria recair nessa aproximação com os países do Ocidente, da África, a fim de controlar e estabelecer um arcabouço de governança estável e próspero para o Atlântico Sul.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito grato ao Professor Doutor Antônio Jorge Ramalho da Rocha.

Passo, agora, a palavra ao Professor Doutor Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiros de Estudos da China, Ásia e Pacífico e membro permanente da Escola Superior de Guerra.

O SR. SEVERINO BEZERRA CABRAL FILHO – Boa noite a todos. É sempre uma satisfação poder estar aqui de novo com os Srs. Senadores, a convite do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Essa oportunidade me foi colocada pelo fato de eu ser membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra, uma convocação a que eu não podia faltar.

Além do Presidente, Senador Collor, eu recebi também uma convocação do Chefe do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra para que eu viesse aqui compartilhar com os senhores as

preocupações nossas com os rumos da política externa do Brasil, nesse mundo em transição, em transformação.

Também devo salientar que é uma outra satisfação também estar com meus colegas aqui, de várias jornadas, Professor Altemani, Professor Ramalho, Professor Lasmar e Antônio. É uma oportunidade de a gente pensar alto sobre grandes temas que estão no horizonte. Não vou me repetir, porque eu já escrevi um pouco o que é o sistema internacional na minha visão, algumas das grandes correntes e tendências que eu atravesso.

O que nos foi proposto – discutir a influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional, ou seja, na África do Norte, no Magreb, na Arábia Ocidental e na África Subsaariana, realmente é uma questão que demandaria muito tempo para nós nos posicionarmos diante desse grande continente que é a África; então, algumas questões nós temos que passar ao largo, pensar só o essencial; o essencial justamente do ponto de vista da política externa do Brasil, da posição do Brasil no mundo.

Óbvio, e já foi dito aqui pelos que me antecederam, que a África é essencial para o Brasil, é a nossa fronteira leste. Tal como a América do Sul forma o nosso entorno, a África também é parte da nossa configuração no mundo. Aliás, desde o começo, desde os primórdios da nossa origem como Nação no mundo.

Por isso, tudo que toca à África é muito importante para *nosotros* – já falo até num idioma sul-americano. É importante desde o primeiro momento, quando o rei D. João definiu isso na célebre discussão, disputa com os castelhanos, e criou o Brasil, esse Portugal imenso, cercado de castelhanos por todos os lados, como diria uma professora amiga minha.

Nesse sistema, nós vemos duas coisas interessantes na formulação que nos foi dada aqui: a influência da China e da Al-Qaeda. Por que não da China e do Brasil? Por que não da China e da Índia? Mas a Al-Qaeda. Quase como a representar uma polaridade; e que polaridade é essa? Como foi dito pelo Professor Altemani, a China coloca no cenário internacional a importância da defesa e da soberania, da independência, da integridade dos Estados, essa coisa que para alguns é obsoleto, mas para nós está na nossa Constituição.

Então, essa questão é de alto valor na atualidade; uma atualidade que é marcada – eu acho que todos os senhores assistiram e ouviram o Presidente Obama pronunciar-se, primeiro, no Departamento de Estado, sobre a política dos Estados Unidos para o Oriente Médio e África, e também o segundo grande pronunciamento dele, eu diria, um pronunciamento histórico no Parlamento inglês, em que ele declarou, alto e bom som, que, no horizonte, se apresentam novos poderes no mundo: Brasil, China e Índia.

Ele vai discutir, vai argumentar contra os que argumentam que essa ascensão significa um declínio dos Estados Unidos e da Europa. Ele faz até um repto: "A nossa liderança é agora, porque nós temos valores, crenças, ciências, tecnologia, e podemos continuar influenciando o mundo". Essa é uma grande e grave questão. Ele colocou dois planos aí: o plano da Europa e dos Estados Unidos e, nessa Europa, se inclui inclusive a Rússia, porque ele tirou a Rússia do outro lado, e, do outro lado, Brasil, China e Índia, como os gigantes do mundo emergente, como gigantes do mundo em desenvolvimento. Quer dizer, uma divisão norte-sul clara – isso num discurso de grande importância do Presidente americano, um discurso definidor de linhas de ação no mundo, e é muito importante nos atentarmos para essa questão. Ele propõe toda uma pauta nova para os países da região. E aí aparece a questão da Al-Qaeda, definida por ele, uma página da diplomacia americana foi virada. Ele considera que a intervenção no Afeganistão já conteve a expansão dos estudantes mulçumanos, os famosos talibãs. E também a execução do Osama Bin Laden, que também tirou o mentor, o líder espiritual da Al-Qaeda, que ele considera, aí sim, um movimento em declínio, porque a ascensão das massas no Oriente arábico está voltada para o que ele chama de primavera árabe. Ele convocou, inclusive agora, na reunião do G8, todos para apostarem nisso e colocarem logo 20 bilhões na economia egípcia e tunisina, para demonstrar essa importância.

Então, nós vemos aí a polaridade real. A Al-Qaeda, uma coisa que também é de conhecimento geral, não estou dizendo nenhuma novidade, é uma invenção do serviço de inteligência; uma criatura que se rebelou contra o criador. A primeira guerra do Afeganistão, o jovem Bin Laden foi recrutado como outros para atuar no cenário do Afeganistão e do Paquistão. Então foram os dois serviços que atuaram, mobilizando esses jovens que foram tomados por uma certa volúpia da guerra, e da guerra para uma causa nobre, pela causa da guerra santa, do Jihad, e criaram um largo movimento que teve muito efeito na desestabilização da ocupação soviética, que foi até saudada.

Agora, depois, num segundo momento já do início do pós-guerra fria, na primeira intervenção na Guerra do Golfo, já houve uma dissidência clara entre o Bin Laden e os seus primos, na Arábia Saudita. Isso é muito importante porque a Arábia Saudita é um dos países centrais do mundo árabe, com os quais devemos pensar. O Brasil, por exemplo, tem um acordo, uma política de aproximação com os países árabes,

não só com os países africanos, mas com os países árabes. Nós criamos uma cúpula da América do Sul com os países árabes. É uma região, portanto, que nos interessa de perto. E aí vem o tema da Al-Qaeda.

A Al-Qaeda era um movimento clandestino, uma rede que utilizava a Internet, mas não é a única a utilizar a Internet e a criar problemas no mundo. Mas ela foi, segundo o Presidente Obama, profundamente atingida, com a perda do seu líder e mentor. E os talibãs que, ele como disse, estão contidos no Afeganistão também foram afastados. Então, uma pagina nova foi virada.

Neste momento, quando nós analisamos a situação internacional, nós vemos isto: o aparecimento da emergência de novos polos de poder no mundo, e um desses polos de poder é o Brasil. E a medição principal de forças que se dá, já que a hipótese de uma guerra está afastada, até porque nós não possuímos meios militares para confrontar o poder dos Estados Unidos, ou da Otan, ou do que quer que seja, da própria China, nós não temos poder para isso, mas nós temos poder econômico e financeiro, e a grande medição de forças no mundo hoje é econômico-financeira, científica e técnica. Os dois grandes elementos do processo em curso.

Os senhores veem a reunião do G8, que é preparatória da reunião do final do ano do G20, e as divisões já estão colocadas aí. O acontecimento inesperado da detonação do Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional abriu a oportunidade. Nós vemos o FMI em processo de muda, porque não vai, mesmo que os europeus emplaquem a sua candidata ou o seu candidato, é evidente que ficou aberto à questão da mudança do FMI. E o que consiste a mudança do FMI? A mudança do FMI consiste exatamente na emergência do Brasil, Índia e China como detentores de um grupo de cotas capaz de equilibrar com os Estados Unidos e com a Europa. Essa é a questão básica.

Se nós tivermos, além do Brasil, China e Índia, os africanos também se apresentando nesse cenário, nós podemos dizer que alguma coisa de extraordinário efeito está se apresentando na cena internacional. Nós podemos fazer vários cenários, mas o que nos interessa mais, o cenário desejado, é que o Brasil cresça na continuidade, dentro de um quadro internacional de estabilidade, cresça a ponto de se tornar um parceiro real da China e da Índia nessa concertação nova que se cria. Aí o que nos interessa não é o que nos separa deles, é o que nos aproxima deles.

A questão africana é uma questão muito clara. Por que os chineses têm, digamos, a simpatia das elites africanas? Porque eles não se apresentam na África como ex-metrópole. Eles não se apresentam com esse perfil, eles se apresentam como um país em desenvolvimento, um pouco mais musculoso, com mais renda e, portanto, podendo ajudar mais os que estão precisando e joga dinheiro sem condicionalidade, o que é muito importante em obras de infraestrutura que estão mudando a face da África. Qual o problema? O problema grande foi a própria resistência das antigas colônias, dos antigos impérios coloniais, que utilizaram, inclusive, o serviço do FMI. Um dos grandes projetos da China na África, que não se completou justamente pela intervenção do Sr. Dominique Strauss-Kahn, foi o grande projeto do Congo, em que eles iam lançar um empréstimo de US$10 bilhões para a reconstrução da economia, da estrutura do país. E foi bloqueado pelo FMI.

Quer dizer, existem elementos na estrutura do sistema financeiro internacional que são obstáculos ao desenvolvimento. Isso aparece na África, aparece na América do Sul, aparece em toda parte, e cabe a essa nova emergência, dos quatro grandes aí, porque eu coloco a África do Sul representando esse conjunto africano subsaariano dentro dessa combinação, o *basic*, atuar junto e mudar essa correlação de força – e atuar no sentido mais importante, mais positivo, fazendo crescer suas economias. E para crescer uma economia, precisa de estabilidade política, institucional.

Então, os quatro países atuam no sentido não de ser um incendiário do sistema internacional, mas bombeiro efetivo do sistema internacional.

As últimas duas reuniões importantes que ocorreram antes do desfecho dessa cena, da queda do Dominique, do grupo dos oito e tudo mais, os dois momentos mais importantes foram as reuniões em Sanya e Pequim, que os senhores todos devem ter visto e lido os elementos que estão ali no comunicado, tanto assinado pela Presidente do Brasil com o Presidente da China como o que foi assinado pelos cincos Presidentes e Chefes de Estado na reunião de Sanya. Lá estão algumas das metas estratégicas desses países: o crescimento das infraestruturas – todos têm essa preocupação, o crescimento das suas economias, o desenvolvimento científico-tecnológico, aproveitamento dos recursos naturais, essa é a dimensão extraordinária e importantíssima, em que deve haver complementaridade e não, oposição.

O Brasil é detentor de dádivas do céu, mas também a Rússia, também a África. E a China, obviamente, também tem recursos naturais, mas ela tem uma população de um 1,3 bilhão. É o mesmo caso da Índia. Eles precisam combinar conosco, precisam combinar com os africanos e com os sul-americanos para fazer essa transformação real do sistema internacional em curso. Esse é um dos grandes problemas que nos assistem. O Brasil, a China, também a Índia e os países africanos têm que mudar o sistema internacional. Eles

são, na verdade, ao mesmo tempo, estabilizadores e revisionistas do sistema.

Foi dita pelo Prof. Altemani, no início da apresentação dele, a frase central de tudo isso: defesa da soberania, da integridade e da independência dos países, com desenvolvimento. E isso vai de encontro, obviamente, a certas tendências das antigas metrópoles. É natural que assim ajam, porque elas têm o que defender, têm um passado, que, aliás, é um laço pesado. E elas tentam reformar esse passado junto aos países africanos tentando monitorá-los, tentando dizer o que eles devem ou não fazer. Essa é a questão básica do que está em curso na África hoje. E nós, brasileiros, devemos ver isso com muita atenção, com especial atenção, como foi dito aqui pelo Prof. Ramalho, porque é uma área que nos toca, é uma área que nós queremos preservar, de paz, de cooperação e de entendimento.

Agora, nós temos o maior marco da região, indiscutivelmente, e temos que estar à altura para proteger o Atlântico Sul, em combinação com os nossos vizinhos do leste e também em articulação com os novos emergentes. Nós temos que discutir isso claramente. São questões estratégicas. Estão além – para ver o largo prazo e não o pequeno prazo – dos pequenos desencontros que tenhamos na política econômica com os chineses. Isso não é relevante. Relevante é a estratégia de nos considerarmos como prioridade, porque estamos construindo uma nova cena internacional. E, nessa construção da nova cena internacional, o Brasil aparece, certamente, como a potência do ocidente, como a China é a potência do oriente. E a frase do Presidente Obama é muito significativa, porque ela é uma denegação. Ele disse: "Não é verdade. Eles ascendem, mas não nos ameaçam na nossa influência." Obviamente, não falou em termos militares; falou em termos de influência. "Brasil, China e Índia ainda não..."

Então, nós temos que pensar um pouco o que provocou essa declaração de extraordinária importância para os ouvidos atentos dos nossos dirigentes máximos, porque os senhores representam parte da nossa elite dirigente nacional. Nós temos que nos preparar muito para isso e temos que desenvolver os nossos instrumentos e pensamento estratégico. Para isso, devemos revitalizar o que nós temos e criar outros. Está aí a Escola Superior de Guerra com um passado de 60 anos de estudo da realidade brasileira.

Foi mencionado aqui o Partido Comunista chinês. Os senhores sabem que este ano o Partido Comunista chinês está fazendo 90 anos. Ele não é só um partido político, é um *think tank.* Lá na China tem vários. A Índia também é um país que pensa, que produz conhecimentos sobre si e o mundo numa perspectiva futura.

Nós temos que desenvolver essa arte, porque nós temos recursos, temos capacidade, temos um povo grande, produtivo, agora temos que, digamos, superar as nossas debilidades. Essa é a lição que mais nos interessa dessa discussão até um certo ponto extraordinária, de opor uma grande potência, a maior potência econômica do planeta depois dos Estados Unidos, que é a China, com uma rede, algo significativo dessa coisa um pouco nebulosa que se chama a rede ou a Internet, que veio para ficar, com a qual temos que lidar também, porque isso é ciência e tecnologia e o seu uso para uns e outros.

Não queria mais adiantar a minha fala. Apenas dizer que, na política externa do Brasil, um dos elementos centrais é a definição da nossa política de poder nacional, o que nós queremos ser no futuro. Uma grande potência regional? Nós já somos uma grande potência mundial. E como fazê-lo de acordo com as nossas tradições, com as nossas possibilidades, com o nosso papel no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Grato ao Professor Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos da China, Ásia e Pacífico e membro permanente da Escola Superior de Guerra.

Eu me permitiria colocar algumas questões nesta nossa audiência pública de hoje sobre A influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional.

Não é de hoje que a Al-Qaeda faz incursões na África, em alguns países, tendo, inclusive, campos de treinamento dos chamados homens-bomba, ou coisa parecida. E também é de todos conhecido que esse movimento da península arábica era feito, e vem sendo feito, pelo Iêmen. E hoje, no Iêmen, o atual Presidente, que vem sendo acossado pelas mesmas forças que derrubaram o Presidente Mubarak, no Egito, na Tunísia e também os eventos na Líbia, esses movimentos vêm ocorrendo no Iêmen. E o Presidente do Iêmen vem dando uma certa acolhida à Al-Qaeda em seu território, fazendo com isso uma ameaça às potências ocidentais, no sentido de que, se não o ajudarem – é mais ou menos essa a leitura das ações dele – a permanecer no poder, ele estará ali insuflando ainda mais a presença e a transmigração da filosofia ou da rede, enfim, dessa coisa um pouco intangível chamada Al-Qaeda no que se refere ao seu contingente, mas que tem efeito também brutal, como foi a queda das Torres Gêmeas.

A presença da China, por outro lado, nada tem a ver com a presença da Al-Qaeda. É uma presença que vem se afirmando em África, em busca exatamente do que aqui foi dito: de recursos naturais, de espaço, enfim, de uma colaboração mais estreita, porque ela percebe que somente se afirmará como, realmente, uma gran-

de potência mundial no momento em que estabelecer parcerias estratégicas. Dentre essas parcerias, ela elegeu África. E aí vem a presença da China de uma maneira avassaladora não somente na África, como também na Europa para demonstrar isso.

É preciso notar que hoje a China é o nosso principal parceiro comercial, mas a um grande custo interno para o Brasil, porque, na medida em que a China se faz presente na nossa economia, a concorrência que ela pratica é, não vou utilizar danosa, mas inquietante para as nossas indústrias, tendo em vista o problema que vêm causando os seus produtos, que chegam aqui a preços muito mais baixos do que os nossos.

Então nós desejamos com a China uma boa parceria, que se estabelece no plano econômico em nosso desfavor, no que diz respeito à nossa balança comercial com eles, mas, ao mesmo tempo, a China nos devolve esse gesto, sendo categoricamente contra a pretensão do Brasil de ter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A simples negativa da China ao nosso ingresso no Conselho de Segurança já significa uma dificuldade praticamente intransponível para que isso ocorra.

No que diz respeito à presença nossa nesses organismos internacionais, que estão muito defasados, e todos nós clamando por uma reformulação, a presença numérica nossa, acredito eu, salvo melhor juízo, não significa que nós tenhamos condições de com eles disputar, porque nesses organismos internacionais mandam aqueles que pagam. E aqueles que pagam são exatamente as potências ocidentais. São eles que mantêm funcionando as Nações Unidas, são eles que mantêm funcionando o Fundo Monetário Internacional, são eles que mantêm funcionando inúmeros outros organismos internacionais.

Em relação à questão do Brics, outro dia eu comentava, é preciso também que nós nos recordemos que esse conjunto de países, o amálgama deles foi exatamente uma discussão dentro da OMC, na rodada Doha, em que eles, Brasil, Rússia, Índia e China – a África do Sul não estava nesse momento –, se uniram para tentar, esses países que estão avidamente em busca de novos mercados e de quebra de barreiras protecionistas, se uniram para se contrapor de alguma forma àqueles grandes blocos comerciais de grandes potências, como Estados Unidos e Comunidade Europeia, que são aqueles que impedem que os nossos produtos ali cheguem.

No meio dessa negociação, todos achavam que estávamos negociando em bloco e, desse bloco, nenhum desses países abriria para formular ou estabelecer relações comerciais bilaterais, e foi exatamente isso o que aconteceu: a Rússia saiu por um lado para estabelecer novas relações comerciais com A, B e C; a China, do mesmo modo; e nós ficamos numa posição extremamente enfraquecida. Assim é que nasceu a questão do Brics.

Ou seja, o bloco, o grupo Brics, com exceção da África do Sul, nasceu com base numa união de interesses comerciais, advindos da rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, e se manteve mesmo depois que esses países se dispersaram, cada um buscando o melhor atendimento dos seus interesses numa negociação bilateral.

De modo que a presença da Al-Qaeda nessa região, em África, é algo que deve nos preocupar. Ela não tem nenhuma... Melhor dizendo, a distância entre o interesse da China em África é um, o interessa da Al-Qaeda é outro. Mas, com esses eventos da chamada Primavera Árabe, que chega agora ao Iêmen, fortalecendo esses campos que lá existem, de formação desses chamados agentes que levam inquietação aos quatro cantos do mundo, isso nos faz também notar a importância que o Brasil tem em continuar a sua política, de preocupação com o continente-irmão, porque, como disse aqui o professor, tem o Atlântico Sul que não nos separa. É como o rio São Francisco, que não separa os Estados nordestinos, mas os une. O Atlântico Sul, talvez mal comparando, une o continente africano com o Brasil e com o nosso subcontinente.

Passo a palavra agora ao Professor Doutor Antônio Barbosa, Consultor Legislativo do Senado Federal.

O SR. ANTÔNIO BARBOSA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, caríssimos colegas de Mesa, eu não me perdoaria se, logo na minha primeira intervenção, no início desta minha breve exposição, eu não fizesse um registro que para mim, como cidadão, sobretudo como historiador, é da mais alta relevância.

Sempre me incomodou, na história republicana brasileira, uma certa timidez do Congresso Nacional em relação aos temas da política internacional e das relações exteriores.

Quando nós analisamos o Parlamento brasileiro do século XIX, é claro que num contexto histórico completamente diferente e fortemente marcado pela exclusão da maioria absoluta da população das relações políticas, nós observávamos que essa elite política do Império estava antenada com o mundo, e trazia para os debates, tanto na Câmara quanto no Senado do Império, os grandes temas internacionais.

Aconteceu conosco, na República, algo um pouquinho inquietante, para usar a expressão já utilizada pelo Presidente Collor. Na medida em que o País vai se abrindo e vai se urbanizando e vai se democratizando, por uma série de razões, ele vai perdendo o encanto

com o mundo, vai perdendo o encanto com a política internacional, e ela vai desaparecendo da agenda política nacional. São pouquíssimos os momentos, na história republicana, em que o tema da política externa se coloca de maneira frontal. E eu digo inclusive que em alguns pouquíssimos momentos como o mais importante desses temas.

Para que possam entender melhor o que estou dizendo, eu falo da maneira pela qual a política externa entrou na agenda brasileira, entre o final do ano de 1962, depois das eleições de 3 de outubro de 1962, talvez as mais marcantes do período iniciado em 1945, sobretudo pelo fortíssimo caráter ideológico do dos embates daquela época, até início de abril de 1964, estávamos vivendo aquilo que o chanceler Afonso Arinos lançou no Governo Jânio Quadros, mas que foi efetivamente consolidado no Governo do Presidente João Goulart: a política externa independente.

Só para que vocês tenham uma idéia do que estou dizendo, quando fui fazer a minha tese de doutoramento, eu analisei cerca de 600 discursos pronunciados no Congresso Nacional, entre outubro de 1962 e abril de 1964, todos eles sobre política externa, e isso me permitiu concluir o meu trabalho, talvez o único valor que ele tenha, para mostrar que, empiricamente, dois temas levaram à ruptura institucional de 1964: o da reforma agrária e o da política externa independente. Ambos absolutamente circunstanciados, contingenciados pelo embate ideológico daquele momento.

Mas são muito poucas as situações em que a política externa foi trazida para o primeiro plano da agenda política brasileira, daí o registro que quero fazer: o que a Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro está fazendo neste momento é uma tentativa que não é fácil, reconheço, mas importantíssima para fazer com que nos tornemos mais próximos da contemporaneidade e tentar fazer com que o Parlamento brasileiro também discuta não apenas questões de política internacional, mas a forma pela qual nosso País vai se inserir nesse contexto internacional.

Daí eu querer iniciar minhas palavras cumprimentando a Comissão de Relações Exteriores do Senado por essa decisão.

O segundo aspecto que preciso apresentar, talvez como pressuposto, é o fato de que eu não sou nada mais do que um professor de história que há 40 anos, exatamente 40 anos, faz da sua vida profissional a sala de aula, o seu grande palco, o seu grande cenário. Nesse sentido, eu não resistiria lembrar que o hoje Senador Cristovam Buarque, quando reitor da Universidade de Brasília, fez a mim e a um série de outros, sem o saber e sem denominar as pessoas, um grande elogio, de que a universidade precisa de grandes pesquisadores, mas também precisa de professores que gostem de dar aula, que gostem de estar em sala de aula.

É isso que eu faço.

Fiquei feliz de ter participado de uma rodada de apresentações nesta audiência com especialistas. Na verdade, o enfoque que eu vou dar nesta minha apresentação estará rigorosamente ligado pela única coisa que poderia justificar a minha presença aqui, que é o fato de tentar compreender a trajetória das sociedades, sobretudo a trajetória histórica da sociedade brasileira.

Historiador não julga, historiador tenta compreender. Compreender não significa aceitar. Como professor de história contemporânea, eu tenho horror ao nazismo, mas sou obrigado a tentar compreendê-lo como um dos mais importantes fenômenos históricos da contemporaneidade.

O segundo pressuposto que preciso externar para vocês é o de que na minha concepção, toda história contemporânea, isto é, todo o esforço que se faz no sentido de compreender a história vai sempre nascer da pergunta que se faz hoje. São as nossas perplexidades, as nossas questões, as nossas preocupações, no momento em que estamos vivendo, que conduzem a nossa pergunta ao passado.

O historiador precisa do passado para tentar responder a essas questões que serão sempre suscitadas pelo presente. Exatamente por isso a história muda. Exatamente por isso ela é dinâmica.

É bastante comum pais e mães coçarem a cabeça e dizer: "Meu Deus! No meu tempo de escola eu aprendi assim. Agora, meu filho está aprende assado." É isso mesmo, porque aquele foi um tempo; outro é hoje. As dúvidas e as necessidades, as perguntas que se faziam há trinta, quarenta anos não são, necessariamente, as mesmas que fazemos hoje.

Exatamente por isso – e esse é o terceiro pressuposto que eu diria teórico – acredito que exista algo que distinga, que singularize, que identifique o historiador em relação a todos os seus colegas da área de Ciências Humanas e Sociais, sejam sociólogos, antropólogos, economistas, internacionalistas, enfim, todos eles. E o que nos distingue? O fato de que nós não sabemos fazer absolutamente nada fora da dimensão temporal. Para nós, o nosso objeto, quer dizer, a razão de ser do nosso ofício é tentar compreender a ação dos homens e, portanto, a ação das sociedades no tempo. Não fugimos jamais da cronologia.

Ao fazer essa observação inicial, parto exatamente para a China. Tenho certeza – e é uma das poucas que posso ter – de que a China é certamente o maior exemplo de uma sociedade, de um país que se organizou, politicamente falando, que não tem rivais em

termos de longevidade e de permanência. São cerca de cinco mil anos de história de uma mesma sociedade. Porque alguém pode argumentar: mas o Egito vem da antiguidade! Mas este Egito de hoje não tem nada a ver com o Egito antigo. Alguém poderia falar da Mesopotâmia. Será possível identificar nos assírios, nos caldeus e nos babilônios alguma coisa com o Iraque de hoje? Não seria. A China é. É o único caso de longevidade e de permanência que vai chegar a essa dimensão de cinco mil anos.

Tem importância lembrar isso aqui? Tem, sim, até para entender o que a China está fazendo neste momento em termos de inserção internacional.

Para começo de conversa, eu acho que é impossível tentarmos entender a China – que, como foi dito aqui, é uma cultura completamente diferente, uma forma de percepção do mundo e da vida completamente diferente da cultura ocidental –, se nos apartarmos da cronologia, da temporalidade que marca a história chinesa, a longa duração.

Se você me permite, vou fazer uma breve interrupção, porque tem muito a ver com o que estou falando neste momento.

No seu livro de memórias políticas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso lembrou de um episódio que para ele foi muito marcante. Ele foi procurado pelo Presidente Bill Clinton, dos Estados Unidos, para que ele, como Presidente do Brasil, fosse ao Presidente da China Hu Jintao, para intermediar um problema sério naquele momento, a prisão de alguns norte-americanos. E lá vai Fernando Henrique Cardoso conversar com Hu Jintao. Conversa vai, conversa vem, conversa vai, conversa vem, o Presidente brasileiro certamente falava da ansiedade norte-americana em ver aqueles seus compatriotas libertados, o Presidente chinês vira para o Presidente do Brasil e faz a prosaica pergunta: "Presidente, quantos anos têm os Estados Unidos?" Evidentemente que, na hora, Fernando Henrique percebeu e disse: "É, a independência é de 1776." É muito pouco tempo. "Eles vão esperar, eles vão aprender a trabalhar com o tempo. Vou libertar esses americanos, mas com calma, no seu devido tempo, na hora certa." Isso faz parte da cultura chinesa.

Tenho a impressão de que essa longevidade, essa permanência está diretamente ligada ao fato de que a China foi, na minha opinião, a primeira sociedade que, ao se organizar politicamente, compreendeu a importância insubstituível de uma grande e bem organizada burocracia de Estado. Aí, tenho que me remeter a uma figura quase que mitológica, mas que existiu, que viveu no século VI aC, portanto contemporânea de Sócrates, aqui na cultura ocidental, chamada Confúcio.

A partir das ideias confucianas, dos valores com os quais ele vai trabalhar, aconteceu algo que normalmente não acompanha os filósofos. O filósofo está muito ligado à reflexão e, portanto, muito ligado à teoria. Mas com as ideias do filósofo Confúcio o que aconteceu? Uma adequação, uma convergência entre as suas ideias, valores e princípios que ele defende com a realidade prática de organização do Estado chinês. É exatamente isso que vai dar à China essa capacidade de sobreviver ao longo do tempo e, inclusive, sobreviver a mudanças, algumas vezes traumáticas, de seus governantes.

Nesse ponto, entro no aspecto que é fulcral para se compreender o etos, a própria cultura chinesa, que é exatamente a sua concepção de tempo completamente diferente da nossa concepção de tempo aqui no Ocidente.

Aqui no ocidente, por exemplo, qualquer criança, quando vai para a escola e vai ter as primeiras aulas de história, aprende, entre outras coisas, que existe uma temporalidade, existe uma cronologia e que a história da humanidade é dividida em quatro grandes eras, em quatro grandes etapas: Idade Antiga; Média; Moderna; e Contemporânea. Ora, subjacente a isso, o que está presente? É a ideia da linearidade do tempo, que começa lá do fundo dos séculos, para chegar aos dias de hoje. É uma concepção linear de tempo. Na China, não. A concepção de tempo na China é circular, que vai de um ponto, avança, acontece, transforma-se e volta a um ponto semelhante. Exatamente por isso, como se conta o tempo na China? Pelas dinastias, a dinastia que chega, a dinastia que cai um dia e que vai ser, então, substituída.

É assim, com essa ideia de permanência que leva, politicamente falando, a uma concepção meio conservadora de Confúcio, que chega à China nos dias de hoje. É uma presença tão forte, sob ponto de vista ideológico, que nem mesmo a grande ruptura que aconteceu em 1949, quando, no dia 1º de outubro, a República Popular da China foi formalmente instituída, nem ela consegue acabar com esses princípios confucianos.

Só para que vocês tenham uma ideia, quando o Presidente Mao Zedong, em meados dos anos 60, desesperado porque está sentindo que suas bases de apoio estão sumindo e que, de alguma forma, o controle total e absoluto que ele exercia sobre os caminhos da revolução chinesa, esse controle estava correndo o risco de desaparecer, ele lança a Revolução Cultura, que foi um dos momentos mais trágicos da história da humanidade. É o momento em que a barbárie vai sobreviver. E um dos lemas que a mocidade, a juventude que seguia o companheiro Mao berrava pelas ruas,

pelas avenidas era exatamente esta: Morte ao passado! Morte a Confúcio! Quer dizer, terminar Confúcio significava o surgimento de uma China nova.

Bem, o resto da história vocês sabem. Em 1976, Mao Zedong morre e a China vai começar, a partir daí, a tentar reconstruir uma história de modernidade que vai acabar por chegar na África de agora, como em tantos outros lugares.

Confesso que é vício de origem de historiador, o historiador nunca se fixa no fato especificamente. Tenho uma imagem que é simbólica, mas que traduz muito bem o que estou dizendo. Para nós, historiadores, o fato é absolutamente fundamental. Sem o fato, sem o acontecimento, existe ficção. Existe qualquer forma de literatura, mas não é história. Mas, atenção, o fato em si, sozinho, não consegue ser inteligível. Ou seja, o fato só se torna compreensível quando ele é contextualizado e quando ele é jogado num dimensão temporal mais larga.

Nesse caso, para falar da China na África, vou me reportar a um acontecimento que marcou a segunda metade do século XX: 1955, Bandung, na Indonésia.

O que aconteceu de extraordinário naquele local e naquele momento? Pela primeira vez, as vozes que emergiam de um mundo novo, que é o mundo que, pela primeira vez, em 500 anos, acabava com a centralidade da Europa – e esse foi, talvez, o maior resultado da II Guerra Mundial, que terminou em 1945. A Europa, que se acostumara a conduzir a história mundial, desde as grandes navegações, dos séculos XV e XVI, agora, em 1945, perdia a sua posição de centralidade. E, ao perder essa posição, ela vê desmoronar seus impérios coloniais na Ásia e na África.

Pois bem, dez anos depois, em Bandung, essas forças sociais, políticas, emergentes da Ásia e da África vão se reunir para tentar encontrar um rumo, um discurso que fosse comum e que, de alguma forma, dissesse aos dois pólos de poder mundial daquela época, Moscou e Washington, que deveria haver uma outra alternativa de não alinhamento, de não submissão, de não sujeição absoluta a esses síndicos que haviam dividido o mundo em dois grandes condomínios.

Pois bem, ali em Bandung, está uma figura representando a China chamado Zhou Enlai, na minha modesta opinião, um dos grandes estadistas que o século XX conheceu e que, provavelmente, foi o sujeito que, ao lado de Mao Zedong, vai conferir à revolução chinesa uma certa visibilidade e elementos para participar do sistema político internacional, pois lá em 1955, bem mais jovem Bandung, ali, pela primeira vez, anuncia para as forças emergentes afro-asiáticas quais seriam os cinco princípios que norteariam a política externa chinesa. Se você for observando esses cinco elementos, vai identificar que eles estão profundamente contextualizados com os anos 50, com os anos 60 e chego até os anos 70: respeito pela soberania, não agressão, não ingerência, igualdade, benefícios mútuos.

É claro que aqui existe uma carga ideológica muito grande. Embora, neste momento, a China ainda não tivesse rompido com a União Soviética, ela estava dando sinais muito claros de que ia querer ter um espaço seu, que lhe permitisse fazer parcerias e algum tipo de cooperação com o mundo que tentava sair da pobreza, da miséria, do atraso, do subdesenvolvimento. Há um componente ideológico que hoje não existe, mas há um substrato dessa política externa chinesa que Zhou Enlai explicitou em 1955 e que está presente ainda hoje.

Estou chegando ao fim. Gostaria de lembrar algo que está muito ligado à história da China, a ideia de que a China sempre gostou de se isolar. Não. Eu reconheço que há na cultura chinesa aquela sensação de superioridade. Alguns chegam a falar de arrogância, de prepotência. A China talvez seja o único caso de um país que não tem nome, o nome dele é fantasia, é o país do centro, o país do meio, o Império do Meio. Quer dizer, nós somos o centro do mundo, o que está fora de nossos limites...E nesse sentido a Grande Muralha é muito mais simbólica do que real, aquilo nunca segurou algum tipo de invasor, mas ela simbolicamente iria representar os limites do Império do Meio.

Mas, mesmo assim, a China nunca deixou de manter contato com o mundo, desde a antiguidade. Se assim não fosse, a chamada Rota da Seda não teria a importância que teve. E, olha, a Rota da Seda, é claro, apesar do produto que lhe dava o nome, era muito mais do que isso, eram vários, infinitos caminhos que ligavam a China a outras partes do mundo conhecido, caminhos por onde passavam produtos, sim, é o caso da porcelana, da seda chinesa, recebendo produtos de fora, mas também ideias, inclusive ideias religiosas.

O que a China está fazendo agora, a partir da ascensão de Deng Xiaoping, de certa maneira – é a percepção que eu tenho –, é um reencontro com sua própria história. Em que sentido? Até mais ou menos 1800, a China foi considerada oficina do mundo. Guardaram a data? É claro que é apenas uma referência, mas é a Revolução Industrial aqui no ocidente, a partir da Inglaterra. Nesse exato momento, por uma série de razões, a China se isola. Ao se isolar, ela perde o bonde da história. E o que foi mais grave, o que foi mais dramático, a partir do momento em que, pela primeira vez na história da humanidade, a história se torna verdadeiramente global, verdadeiramente mundializada, a partir do ocidente. No século XIX, embora formalmente não tenha se tornado colônia, ela foi massacrada, ela

foi humilhada de todas as formas, a partir de 1842, e isso se completa na década de 1880 e 1890.

Num certo sentido, acho que Deng Xiaoping está na verdade acionando o motor que faz a China reencontrar-se com seu passado. É imperialismo? Essa é a grande questão da ação chinesa na África. Não sei. Não sei se a questão central é essa, mas me dá vontade de comparar dois acontecimentos. Em 1885, a Conferência de Berlim. As potências europeias imperialistas colocam o mapa da África na mesa e dividem o continente. Em 2006, em Beijing, acontece a formalização do Fórum de Cooperação África-China, com a China e 48 países africanos, sem condicionalidade, sem bases militares no exterior – essa é a diferença do imperialismo clássico do século XIX – e sem a ideia de ajuda propriamente dita, mas de investimento, um investimento em busca dos materiais primários, energéticos, minerais de que necessita para alimentar o seu desenvolvimento.

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Doutor Antônio Barbosa, Consultor Legislativo do Senado Federal.

O Professor Doutor Antônio Barbosa citou aqui a questão do tempo. Em algum momento, durante uma dessas audiências que aqui realizamos, nos foi trazida a frase pronunciada por um diplomata indiano. Quando questionado por um empresário brasileiro que manifestava a sua ansiedade de resolver logo o assunto que já o trazia ali pela enésima vez, o diplomata indiano respondeu a ele com a seguinte frase: "A diferença entre vocês e nós é que vocês, ocidentais, são donos de todos os relógios do mundo, e nós somos donos do tempo." Então, é mais ou menos dentro desse modo de perceber a cadência dos acontecimentos do mundo que tem a China, que aqui nos foi trazido pelo Professor Doutor Antônio Barbosa.

Agora, passo a palavra ao Professor Doutor Jorge Lasmar, Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

O SR. JORGE LASMAR – Boa noite, Srs. Senadores, demais presentes. Gostaria de agradecer á Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pela oportunidade. Esse tema, especialmente a questão da Al-Qaeda na África, é um tema muito pouco debatido, mas é de grande importância para nós, principalmente se levamos em conta que, do governo Lula para cá – acredito que essa é uma tendência que deva continuar –, há uma presença cada vez maior do Brasil na África e a visão de que a África se torna um parceiro estratégico do Brasil

Diante de exposições tão brilhantes de especialistas sobre a China, eu vou me reter à minha área de conhecimento mais específica, que seria o caso da Al-Qaeda e a sua presença na África.

Para iniciar, eu gostaria de trazer o mapa do mundo com os principais países e as principais localidades onde a rede Al-Qaeda se encontra. Como o Professor Antônio Jorge disse, na verdade existem várias Al-Qaedas. Eles têm presença em praticamente todos os países do mundo, inclusive no Brasil, mas aqui são as áreas em que há uma atuação principal do chamado núcleo duro, uma espécie de terrorismo profissional da Al-Qaeda. Então, vocês podem observar ali o sudeste asiático, principalmente na região das ilhas, a região do Afeganistão e do Paquistão, onde sabemos o conflito está se desenrolando, como também na região do Iraque e, evidentemente, a Península Arábica, como o Senador bem lembrou, principalmente a questão do Iêmen.

Nós temos também a presença na Europa. A partir desse quadro é que podemos entender bem o posicionamento e a importância da presença da rede Al-Qaeda na África. Então, eu gostaria de levantar dois pontos principais. O primeiro é que a rede Al-Qaeda se encontra no continente africano por uma série de razões, tanto internas quanto internacionais. Só para que possamos pensar e situar geograficamente essa presença da Al-Qaeda na África, vocês podem perceber facilmente que há uma proximidade em relação à península arábica, o que vai levar à interpenetração de ideias no continente africano. Vários países africanos não têm, por exemplo um grau de escolaridade muito alto e várias pessoas vão até a península arábica para estudar. E, nesses estudos, acabam tendo ideias, contatos com ideologias wahabitas e outras ideologias mais radicais que provêm da península arábica e acabam trazendo isso de volta para a África. Há também a facilidade da África em migrar para o Afeganistão, o Paquistão e mesmo o Iraque e fazer um treinamento no campo através de combates nos conflitos no Afeganistão e no Iraque.

Há também uma questão que tem sido muito discutida e frequentemente trazida pela Europol e pela Interpol, que é proximidade da África com a Europa, e, na verdade, principalmente a questão da região do Magreb, do norte da África, como porta de entrada não só de atividades terroristas, mas também de atividades criminosas no continente europeu. Na verdade, há um retraimento da Al-Qaeda do Magreb – vamos falar disso daqui a pouco –, mas, à medida que se torna mais difícil para a rede Al-Qaeda continuar a prática de atos terroristas, ela começa a se voltar e a se ligar com atividades criminosas. Nesse sentido, há uma preocupação da Europol com fraudes de cartão de crédito e crimes da Internet, por exemplo, provenientes do Níger, da

Nigéria. Há também uma preocupação crescente do norte e da rede Al-Qaeda como porto de entrada para a droga produzida na América Latina, droga que viria da Colômbia, da Venezuela, passaria pelo Brasil, pela África, e, através das redes de contato e distribuição, teria então a interpenetração no continente europeu.

A segunda questão, como vocês podem ver, a rede Al-Qaeda está presente em basicamente duas regiões da África. A primeira região seria a do Magreb e do norte da África e o leste e o chamado chifre da África. Essa já é uma presença bastante antiga. Basta que lembremos que o Bin Laden morou no Sudão de 1992 a 1996. Basta que lembremos também que a ideologia salafista, que é uma interpretação fundamentalista e que prega inclusive o uso da violência para a conversão de certos valores islâmicos, evidentemente que não representa a realidade de todo o entendimento muçulmano, como o Prof. Antônio Jorge bem colocou, mas ela vem principalmente a partir das bases ideológicas egípcias, com Sayyd Qutb. Inclusive, isso foi passado pela Al-Qaeda, quando Bin Laden se associa ao Al-Zawahiri, que é atualmente o segundo comando da Al-Qaeda, que leva essa ideia de lutar não só contra o inimigo próximo, que no caso, na época, era o Afeganistão, mas também o mundo ocidental como um todo. Basta que lembremos também que a Al-Qaeda já proclamou o seu novo líder, que é o Saif Al Adel, que também é egípcio, e há uma discussão se atualmente ele se encontra no Irã ou se estaria em alguma região do leste da África.

Então, apenas alguns fatos básicos em relação á presença da Al-Qaeda na África. É um fato já conhecido e bastante divulgado que os agentes mais ativos da Al-Qaeda já estão na África. É o caso, por exemplo do Al-Zawahiri, mas também do Saif Al Adel.

Há outros problemas, como falhas institucionais do próprio continente africano. Nós temos, por exemplo, que não existe um sistema de controle do fluxo da lavagem de dinheiro. Então, o FATF, que é o órgão internacional que vai cuidar desse monitoramento, não tem uma presença regional na África, à exceção da África do Sul. Algumas iniciativas regionais locais estão sendo feitas nesse sentido, mas ainda de uma maneira muito incipiente. Do mesmo modo, isso é agravado pelo alto grau de informalidade dessas economias.

Nós temos também falhas institucionais, como da própria União Africana, que tem um escritório antiterrorista com sede em Adis Abeba. Mas, hoje mesmo, a União Africana sofreu cinco atentados terroristas ligados à rede Al-Shabab e à Al-Qaeda, exatamente como uma luta contrária às atividades da União Africana.

Há também o problema dos próprios países. Mesmo que tenham interesse em implementar essas medidas, eles não têm os recursos necessários, sem falar que, na medida em que esses países estão recebendo um aporte de recursos muito grande para implementar políticas contraterrorismo, eles mesmos acabam tendo certa tolerância com baixos níveis de terrorismo, para poderem continuar recebendo esses recursos.

Evidentemente, também sabemos, as fronteiras africanas têm as bordas muito porosas, o que permite um livre tráfego de pessoas, de armamentos, de produtos explosivos, o que contribui bastante também para essa presença. Isso vai contribuir tanto para a essa presença. Isso vai contribuir tanto para a África como local ideal enquanto campo de treinamento, mas também como local de passagem para a península arábica, para a Europa e mesmo para a Ásia. E, finalmente, nós sabemos que existe a presença de vários governos corruptos, o que vai efetivamente facilitar as atividades criminosas.

Eu vou entrar agora um pouquinho na Al-Qaeda no Magreb, uma rápida caracterização.

Essa é a região principal a Al-Qaeda no Magreb vai se organizar em quatro setores, norte, sul, leste e oeste. A Al-Qaeda no Magreb acaba, na verdade, perdendo bastante força nos últimos tempos. A primavera dos povos acaba contraindo um pouco a atração ideológica que a Al-Qaeda tem nesses locais, como também um grande número de vítimas civis acaba fazendo com que a Al-Qaeda tenha uma certa perda desse apoio, mas temos que lembrar que ela está presente. Hoje mesmo, também, houve alguns ataques na Tunísia, e a própria posição da Argélia apoiando o governo do Kadafi na Líbia se dá em virtude do medo de que, pela instabilidade que a queda do Kadafi venha a trazer, isso acabe possibilitando que grupos ligados a rede Al-Qaeda venham a assumir o poder. Mas o fato é que Estados como Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia têm uma constituição mais forte, uma presença mais forte, o que tem feito com que a rede Al-Qaeda acabe migrando mais para o sul.

Pode passar, por favor.

Então, aqui, rapidamente, lembrando que a Al-Qaeda no Magreb vai surgir muito ligado à questão do conflito na Argélia, surge basicamente em janeiro de 2007, quando esse grupo salafista de proselitização e combate que é um derivado da GIA, acaba se declarando fiel, fazendo o *bayah*, o juramento ao Bin Laden e acaba se associando a esse grupo. A presença desse grupo é estimada como tendo entre 600 e 800 membros. E esse alinhamento com o Al-Qaeda representa uma mudança de fato, não é apenas um alinhamento teórico. Há uma mudança de tática muito grande, não ocorre um aumento do número de atentados, mas o grau de mortalidade desses atentados sobe muito e,

além disso, há uma presença muito maior do uso de homens-bomba e explosivos improvisados.

Pode passar, por favor.

Essa, então, é a região do Magreb e o que tem acontecido normalmente é que, como essa é uma região desértica em que há um menor controle das fronteiras, a Al-Qaeda lentamente tem se deslocado daquela região do Magreb para essa região do Sahel e se espalhado nesse eixo entre o oeste e o leste. Quanto à presença do Al-Qaeda no leste africano, é uma região de prioridade desde a década de 90 – basta lembrar, novamente, que o Bin Laden vai para o Sudão em 1992 –, há uma crescente radicalização da muçulmana, apesar de que há uma resistência muito grande. A maioria da população muçulmana dessa região é de um ramo muçulmano chamado sufismo, que é uma interpretação muçulmana mais contemplativa e, nesse sentido, considerada bem mais tolerante. Mas, mesmo assim, principalmente devido a essa presença, a essa proximidade com a península arábica, há uma crescente radicalização dessa população. E, como o Prof. Antônio Jorge também colocou, na verdade, a presença da Al-Qaeda no leste africano é muito menor do que normalmente se é noticiado, mas há a presença de vários grupos que vão se alinhar com essa ideologia, o que torna a região altamente problemática.

Pode passar, por favor.

Então, isso aqui é apenas o mapa da presença muçulmana no leste africano. O que acontece é que aquela região da Somália para o norte ela é dominada predominantemente por essa interpretação sufista e o Al-Qaeda tem tido bastante dificuldade em adentrar nesses territórios, por conta da cultura local, por conta da religião e também, principalmente, pelo tribalismo. A Al-Qaeda tem tentado adentrar na Somália e se aliar a certas tribos, mas, a partir do momento em que ele se alia a uma tribo, ele se torna imediatamente inimigo da tribo vizinha, e isso tem trazido muitas dificuldades.

Agora, na região do Quênia e da Tanzânia, essa região ali próxima à costa, é formada principalmente por uma população árabe, não negra, mas que é fluente em *swahili*, e ali sim a Al-Qaeda consegue ter uma interpretação muito maior. Então, é bastante interessante, porque se espera que a Somália, que está completamente num processo de guerra civil e em que não há um governo, desde meados da década de 90, seja o campo ideal para a propagação da Al-Qaeda, mas, na realidade, a Al-Qaeda encontra dificuldades de se instalar nessa região e acaba tendo como sua sede principal o Quênia e a Tanzânia, que também são países que têm uma estrutura um pouco mais desenvolvida e um contato maior inclusive com turistas, o que permite uma maior integração com estrangeiros.

Aqui é só para mostrar um pouco a divisão da Somália.

Pode passar.

Aqui, nessa região vermelha, são os grupos ligados ao Al Shabaab, que é a rede principal com conexão na Al-Qaeda, e essa região do sul da Somália é o único local em que a Al-Qaeda tem conseguido alguma interpretação.

Pode passar.

E, finalmente, para encerrar, meu tempo já está acabando, eu preparei um mapa, bastante rápido, mostrando do lado esquerdo, nas regiões escuras, a presença da rede Al-Qaeda e, do lado direito, a presença de interesses brasileiros.

Esse mapa do meio apresenta a contraposição do local onde eu tenho a presença tanto dos interesses brasileiros quanto dos interesses e atuação da Al-Qaeda. Por que isso é importante? Porque, entre as táticas adotadas pela Al-Qaeda você tem sequestro de estrangeiros, assassinato de empresários e atentados contra empresas também. Por quê? Porque elas elevam o salário, o nível de vida da população, o que torna menos atrativo o que a Al-Qaeda tem para oferecer no seu recrutamento. Por isso, torna um inimigo da própria rede Al-Qaeda, sem falar também na possibilidade de ações de contraterrorismo, como, por exemplo, empresas brasileiras que podem ter contatos ou atividades comerciais com grupos que estão na lista de empresas ligadas ao terrorismo pelo Departamento norte-americano, e inclusive chegar a sofrer sanções.

Bom, já passei do tempo. Eu me disponho às perguntas. Perdão por passar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Professor, o senhor poderia passar o *slide* anterior, fazer uma rápida digressão sobre esses pontos, por favor.

O SR. JORGE LASMAR – Claro.

Bem, eu elenquei aqui as principais táticas adotadas pela Al-Qaeda e pelos grupos ligados à Al-Qaeda na África.

Então, primeiro, tem sido muito comum a questão de sequestro de estrangeiros. Essa tem sido a principal atividade de financiamento. Isso tem sido bastante comum, principalmente na região do Magreb.

O assassinato de estrangeiros tem sido visto também como uma forma de eliminar a concorrência em relação à rede Al-Qaeda. Vários comerciantes que têm desenvolvido em áreas como no Mali, como na Somália, que tem trazido certo desenvolvimento local, tem sido vistos como uma ameaça à própria rede Al-Qaeda e acabam se tornando alvos. Então, acho que isso é algo que o empresariado brasileiro tem que ter bastante atenção. A partir do alinhamento e do aumento da presença da rede Al-Qaeda, há um aumento tanto

dos ataques suicidas e bombas improvisadas. O que acontece é que, como as bombas improvisadas, apesar de serem altamente sofisticadas, elas não distinguem exatamente o seu alvo, há um maior número de perdas de civis, e várias dessas bombas ficam principalmente nas estradas. Então, há um problema muito grande no transporte de pessoas.

É bastante também os ataques armadas agora naquele estilo Mumbai, em que as pessoas entram em vários pontos simultâneos da cidade, com granadas, com armamentos pesados e acabam atacando aquele local. Hoje mesmo houve um ataque no principal mercado da Somália. Esses ataques são considerados hoje o principal perigo em termos de tática de terrorismo no âmbito mundial. Disparos antiaeronaves, é sabido que a rede Al-Qaeda possui alguns mísseis terra-ar, alguns inclusive bastante avançados, como o SA-18, que inclusive sabe distinguir entre aeronave e aquelas contramedidas para evitar que atinja aeronave. Isso foi feito, por exemplo, há uns dois anos, quando eles atiraram em um avião israelense que estava decolando. E essa talvez seja uma preocupação muito grande.

Como há um acirramento do combate ao terrorismo, vários desses grupos estão se aproximando cada vez mais de atividades criminosas e, principalmente, para financiamento, entre elas, fraudes, principalmente extorsão de comerciantes. Isso é bastante comum no Delta do Níger, em relação aos gasodutos e oleodutos. É interessante, porque, basta que haja ameaça, para haver extorsão, eles não precisam sequer chegar a fazer essa atividade. Em vários casos na Líbia, por exemplo, essas ameaças têm feito com que os funcionários não vão às indústrias de exploração de petróleo. Há a questão do contrabando. Há uma ligação da rede Al-Qaeda sabida com os diamantes de sangue, por exemplo, e há uma suspeita muito grande de uma ligação com o tráfico de drogas, principalmente provenientes da América Latina.

E finalmente, também tem sido uma tática bastante utilizada a questão de crimes na Internet, principalmente em relação à clonagem de cartão de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E sobre as principais consequências dessas ações para o Brasil, não havia um *slide* nesse sentido, ou eu ouvi mal?

O SR. JORGE LASMAR – É no próximo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não, é o anterior, o anterior a esse. Ah, sim, está certo.

Agora, e em relação à China? O senhor apresentou a área de atuação da Al-Qaeda com a área de interesses do Brasil, onde o Brasil já está atuando, agindo. Teria condições de apresentar a área de interesse onde a China está agindo em contraposição à presença da Al-Qaeda, e o que a China, o que essa tática da Al-Qaeda também estaria sendo direcionada para os chineses, no caso, que estão levando renda, estão empregando gente, estão levando riqueza; numa eventual eclosão entre Al-Qaeda e os chineses, nessa região da África, o que isso poderia causar.

O SR. JORGE LASMAR – Bem, a China não é exatamente minha área de especialidade. Por favor, especialistas, me corrijam, caso eu esteja falando bobagem. Mas a gente pode conjecturar um pouco.

Essas atividades são discriminadas entre brasileiros e chineses, inclusive houve o sequestro, mês passado, se não me engano, de dois chineses ligados à questão da indústria do petróleo na região do Sahel. Então, isso é uma verdade, e um perigo, tanto para o lado brasileiro quanto para o lado chinês.

Agora, se nós observarmos onde o Brasil tem uma presença muito grande, no caso de Angola, Moçambique, por exemplo, não há essa presença. E aí eu veria que a questão da China, que existe certa competição da presença chinesa na África em relação às atividades brasileiras. Há mais ou menos uma sobreposição das áreas em que a China tenta, sim, projetar. E o que eu acho é que, da mesma maneira como a Al-Qaeda apresenta esse desafio, nós temos que entrar nessa visão de estratégia de longo prazo e compreender como aproveitar dessa aplicação, dessa situação de terrorismo, mas também da China. Hoje, por exemplo, a Índia anunciou também que vai entrar de maneira mais forte na África, vai investir US$5 bilhões, e, mais uma vez, há essa sobreposição de interesse com o caso brasileiro...

(Falha na gravação.)

O SR. JORGE LASMAR – A partir do momento em que os Estados Unidos deixam de concentrar no terrorismo como área principal e foco principal de sua política externa, os Estados Unidos começam a se preocupar mais com sua política econômica, e isso traz problemas, entraves aos interesses brasileiros, como, por exemplo, na atual negociação dos Estados Unidos com a União Europeia, em que a questão dos subsídios agrícolas está sendo renegociada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Professor Doutor Jorge Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Iniciando a lista de inscrição de Senadores inscritos, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Presidente da Comissão de Acompanhamento dos Preparativos da Rio+20, conferência das Nações Unidas que será realizada no Rio de Janeiro, em maio/junho do ano que vem, para

tratar do desenvolvimento sustentável e de como salvar nosso planeta.

Com a palavra, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, senhores palestrantes, eu quero agradecer a satisfação de estar aqui assistindo a essas falas, sabendo que elas estão sendo circuladas em todo Brasil pela TV Senado. Seria bom se tivéssemos debates como este todos os dias, não apenas para realizarmos nossas tarefas parlamentares, mas, também, o nosso papel pedagógico de tentar envolver as pessoas, os brasileiros, em política externa, como também captarem as dimensões do que acontece hoje no mundo. E, aí, eu queria colocar uma preocupação e, ao mesmo tempo, ouvi-los. Mas eu quero ir na linha do que o Prof. Severino falou quanto ao discurso do Presidente Obama.

Eu creio que nós estamos analisando muito o problema da geopolítica, prisioneiros do tempo, sem olhar o longo prazo. E, aí, eu vejo uma grande fragilidade – que discutimos aqui há duas semanas – em relação aos Brics, que eu considero que sejam países que têm fragilidades como corrupção, como pobreza muito grande e que isso pode impedir o salto deles. Mas há outra fragilidade que, a meu ver, está nos Estados Unidos, hoje, e está na Europa: é uma fragilidade moral. Não é moral do ponto de vista de corrupção, não. Falo moral de valores para uma nova era, para um novo tempo, para um futuro. Daí o Presidente Obama falar tanto em terrorismo, que é um problema obviamente, mas não é o problema. O problema é a formulação de um projeto alternativo para onde possa ir a civilização. E não estão tendo, porque as propostas de crescimento econômico esbarram no limite ecológico. Você não o vê ele falando tanto no problema da pobreza no mundo. Aliás, não fala tanto no mundo como planeta; fala no mundo como soma de países. Nós ainda não estamos no tempo – que já deveríamos – de vermos o mundo em sua totalidade. Para nós, o mundo ainda é baseado nesses desenhozinhos que a gente vê e que serpenteiam o planeta, cortando a realidade geográfica, física e uma realidade geográfica política dividida em pedaços: pela bandeira, pelo hino, pelo idioma. Está faltando essa força moral que a gente tinha... E, aí, eu não sei... Eu acho que o Antônio falou sobre momentos de força da política externa... Mas é preciso lembrar que, naquele momento, 1962 a 1964, havia um debate moral neste mundo: o debate entre a liberdade que os Estados Unidos representavam e a igualdade que o socialismo representava. Dois discursos morais. E a gente tomava a posição entre um ou outro. Alguns tentando uma terceira via que casasse liberdade e igualdade e viu-se que não foi possível. Um lado fracassou pela busca de uma igualdade artificial, sem liberdade, e o outro fracassou pela liberdade sem a busca da igualdade.

A gente está precisando de uma força moral que case esses valores. E, além disso – o que ninguém pensava naquela época –, que tragam o valor do respeito à natureza. E até coisas inimagináveis até pouco tempo. Ainda agora, eu vim de uma discussão, lá na Praça de Catalunha, na Espanha, onde estão reunidos milhares de jovens, um discurso sobre o direito dos animais. Uma coisa que nem passa pela cabeça, mas que é preciso discutir também: qual nossa relação com o resto da natureza. Nesse sentido, apesar de tudo, dos erros, a China talvez possa trazer um discurso moral. Agora, muito mais do que a China, poderia ser o Brasil. O Brasil poderia ter uma liderança maior. Eu lamento – e já falei aqui – e meus amigos do Itamaraty não gostam, quando acho que a luta por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança é uma luta política. A luta moral era dizer: "Vamos acabar com membros permanentes do Conselho de Segurança". Essa seria uma luta moral e que, certamente, não ganharíamos – pelo menos por 100 anos –, mas ganharíamos em algum momento. E, aí, a vantagem da China, que 100 anos para ela é apenas um pedaço da história. Nós somos apressados.

Está faltando surgir – eu está chamando muito por valor moral – uma coisa que todos criticam: está faltando uma ideologia que tente chegar ao conjunto de uma forma hegemônica, como a gente tinha. Eu comparei o que aconteceu na praça Tahrir com o que acontece nas praças espanholas. E na praça Tahrir, no Egito, foi uma primavera. Na Europa, é um outono. É o outono espanhol! Agora, a primavera árabe é uma primavera muito modesta, porque luta pela democracia. Os espanhóis já têm isso – tirando o período de Franco – há tempo. Então, a primavera árabe é a primavera do verão do ano passado; não é a primavera do verão do próximo ano.

A Espanha tem um inverno adiante; mas, depois, virá o verão. É de lá que poderá surgir: da Europa. Mas a Europa vai ter dificuldades. Como é que a Europa pode ser solidária com os imigrantes africanos? Como disse Madame Le Pin: "Não cabem todos dentro da França". Eles têm um impedimento. Esses meninos lá da *Plaza del Sol*, da *Plaza Catalunya*, eles não vão conseguir defender a abertura dos portos. Não vão. É contra o interesse deles!

Os árabes estão lutando por um mundo diferente do mundo dos pais deles; os europeus estão lutando para conseguir manter os privilégios dos pais deles... Então, é um discurso que é bonito pela indignação, mas não é bonito pelas propostas viáveis. É bonito pelo lado

moral, não é bonito pelo lado político. Pelo lado político, a gente não vê uma proposta dessas. Mas, pelo lado moral, a indignação é a força que eles têm. E essa indignação, durante algum tempo, terminará encontrando uma saída. Poderá ser uma saída nazista, não no sentido hitleriano, mas no sentido do fechamento, da defesa de seus direitos. Quarenta e três por cento dos jovens espanhóis estão desempregados. Quarenta e três por cento! Eles criaram até uma expressão: geração Nini: *ni trabajo ni estudio*, *ni escuela ni trabajo*. É uma juventude que está perplexa.

A árabe não está perplexa, porque tem objetivos modestos: a democracia. Modestos eu digo ao comparar com os países que já conseguiram. Então, eu pergunto: existe alguma indicação – vocês, que são especialistas – de estar surgindo um valor moral capaz de empolgar? O Obama poderia trazer, mas, se ele trouxer discurso moral, vira filósofo, deixa de ser presidente em 2012 – perde a eleição. Em 2013, não continua. Este é um problema nosso: como casar a ação política em um momento em que a reflexão filosófica ainda é mais forte? Mais necessária, não mais forte, porque a força vem da política. Então, está surgindo alguma coisa? Esses Al-Qaedas têm uma moral maluca, mas é uma força de uma moral, moral que a gente não quer. Porque moral não quer dizer bom, não. Moral pode ser bom e pode ser ruim também. Então, é a força moral que, a meu ver, está faltando para nortear um discurso político alternativo.

Aí, concluo, voltando ao caso do Brasil: nós tínhamos mais condições que os outros. A China, queira ou não, ainda é um regime fechado – queira ou não. Em um dia desses, eu vi um livro francês que era: *"Seja Livre e Enriqueça"*... Não, não, não! *"Enriqueça e Cale-se"*, era o título do livro. Belo título: *"Enriqueça e Cale-se"*, que é o discurso do Partido Comunista Chinês. Faça tudo para ficar rico; agora, não fale muito, não faça críticas. O partido está aí, fechado, único.

Em seu novo livro, *On China* – é preciso ser lido esse livro – Kissinger fala essas coisas da visão circular, do tempo, da paciência e de como ele enfrentou aquilo. Mas o Brasil poderia ser essa força moral. Mas, para isso, a gente precisava radicalizar como, por exemplo, o de dizer: "Não queremos cadeira permanente nas Nações Unidas; queremos ser um de vocês". Uma discussão política: "Não queremos ninguém permanente" – é uma discussão moral.

O discurso do meio ambiente, nós poderíamos fazer esse discurso mais rápido que os outros países, mas estamos tendo dificuldades. Aí, eu concluo dizendo que a China pode virar essa força moral. A China, hoje, planta mais árvores do que o resto do mundo inteiro. Uma China que, até pouco tempo atrás, se caracterizava por derrubar árvores. A China, hoje, tem mais projeto de energias alternativas – eólicas e solar – que o resto do mundo. Os pesquisadores deles estão trabalhando duro, e a gente não os vê tanto falar em energia nuclear, e falaram tanto. Aliás, ontem, a Primeira-Ministra da Alemanha decidiu parar! Não é dar moratória, não. É fechar as centrais que funcionam lá. Uma decisão muito mais do que a que eu venho defendendo, que é o de apenas dar uma moratória de 20 anos mantendo-se as três até a gente descobrir se tem condições de evitar a força dos tsunamis nas centrais nucleares.

Então, essa força moral está surgindo em algum lugar do ponto de vista que traga democracia; que traga respeito aos direitos humanos; que traga a erradicação da pobreza no mundo; que traga um Plano Marshall global para a educação? Os americanos tiveram essa força moral. Foi a grande força moral, depois da Segunda Guerra, ao dar dinheiro para o Japão e para a Europa para fazer o desenvolvimento econômico. Será que eles teriam força moral de dizer: "Está aqui o dinheiro para que não haja mais analfabetos; para que os meninos da Nigéria tenham uma escola igual – daqui a vinte ou trinta anos, é claro, não pode ser rápido – à da Europa." Essa força moral está surgindo? Isso é uma coisa. E, se essa força moral não surge, vai haver hegemonia de um país sobre o resto, apenas porque o exército é maior? A simples política será capaz de dar força? Ou, no mundo de hoje... Quando digo hoje – sem ser chinês – digo nos próximos 50 anos. Hoje, eu digo como se fossem 20 ou 50 anos. O que não é muito! Eu não sou o único nesta sala com mais de 50 anos. Então, não é um tempo tão longo...

Então, sem uma força moral algum país vai ter força política para se afirmar ao longo das próximas décadas? Essa é minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Podemos iniciar, então, a resposta com o Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha à indagação formulada pelo Senador Cristovam Buarque.

O SR. ANTÔNIO JORGE RAMALHO DA ROCHA – Muito obrigado, Presidente.

Senador Professor, eu diria ao senhor que a perplexidade é um pouco maior: não é que falte só uma força moral, falta também uma visão clara de como gerir a ordem global. Está muito claro, depois da crise econômico-financeira de 2008, que o sistema criado a partir de Breton Woods já não é suficiente para manter funcionando, de uma maneira razoavelmente equilibrada, a economia internacional. Mas nós não sabemos ainda o que colocar no lugar, tecnicamente. Deixando a questão dos valores de fora, mas, tecnicamente, gerir uma economia global com essa complexidade, hoje, é

um grande desafio. Sabe-se que as instituições e regras de jogo vigentes não são boas o suficiente, mas são as melhores que nós temos. Não se sabe por que substituí-las. Eu diria que V. Exª colocou muito bem o dilema. Eu diria que, entre igualdade e liberdade, nós ficamos prisioneiros da segurança. Foi o discurso que prevaleceu, porque é um valor também necessário em cada sociedade, em qualquer comunidade política também no âmbito global.

Duas questões eu levanto para sua reflexão e concluo com uma observação sobre o Brasil. A primeira: nós estamos vivendo num mundo hoje que passa dos sete bilhões de habitantes; há 110 anos, na virada do século XIX para o século XX, nós éramos um bilhão de habitantes. Essa pressão demográfica se acentua, e a expectativa é que em 2050 – era, porque hoje se fala em 2040 – seremos nove bilhões. Estamos falando de um mundo muito diferente do mundo de uma geração atrás. O mundo em que a pressão demográfica e a pressão por alimentos, por água, por bem-estar vai se acentuar, vai se acelerar; um mundo que, como dizia o velho Guimarães Rosa, vai ficar cada vez mais perigoso. Se viver já é perigoso, vai ficar cada vez mais. O que vai contra esta ideia de um valor que se distancie da segurança.

A importância que ganhou na política externa americana a questão da segurança tem um pouco a ver com isso, com um mundo que se tornou mais difícil de ser administrado, em alguma medida, por causa das mudanças, da revolução que houve nessa mentalidade a que me referi antes, uma revolução de valores, uma revolução que fortaleceu o indivíduo vis-a-vis governos, quaisquer governos. Se é assim, discordo frontalmente de sua avaliação sobre a China.

A China tem uma cultura que coloca a comunidade acima do individuo. Aparentemente, o valor que permeia a maior parte do mundo não é este; é o contrário. É o valor que coloca o indivíduo... Tem sido uma tendência de longo prazo, desde a revolução industrial e tem se fortalecido. As novas tecnologias apenas acentuam essa capacidade maior dos indivíduos porque eles têm mais autonomia, mais informação, mais capacidade de agir politicamente através das fronteiras. Na verdade, o que observamos hoje é um conflito de princípios, que aliás estão expressos na Carta das Nações Unidas.

A Carta das Nações Unidas serve para administrar as relações políticas entre comunidades políticas, entre Estados nacionais; é um clube de *status*, não é um clube de indivíduos. Mas várias das intervenções mais recentes das Nações Unidas se fizeram em favor, por exemplo, de conceitos como a responsabilidade de proteger. Ou seja, se os soberanos não se mostram capazes ou tendentes ou voluntariosos para protegerem os seus cidadãos, então seria legítima uma intervenção da comunidade internacional em defesa desses cidadãos. Isso começou sobretudo e está regulamentado pela assembleia da ONU desde 2005 em função do genocídio na ex-Iugoslávia, mas começa a ser empregado também em outras partes do mundo. Alias, essa é a razão pela qual numa nota de rodapé o Brasil se absteve com respeito à questão da *no-fly zone* na Líbia porque deturpava o conceito de proteção a civis em operações de paz de um lado, nem intervenções internacionais, e de outro lado dava carta branca, permitia uma ação cujo fim não se sabe qual será. Foi uma decisão muito prudente e acertada.

Se é assim, e concluo, para respeitar o tempo, eu diria ao senhor que talvez o Brasil, sim, esteja bem posicionado; o Brasil carrega em seu discurso diplomático o respeito pelas instituições e pelas normas internacionais, carrega em sua experiência histórica elevado grau de tolerância, tanto na assimilação interna da sua própria população, quanto na relação com seus vizinhos e carrega discurso político, por exemplo, no seio das Nações Unidas, em favor de que o Conselho funcione não como órgão legitimador de ações militares, mas como órgão político que permita evitar a eclosão de guerras. Ou seja, agir antes, como dizia o velho Sun Tzu, para fazer uma homenagem, a melhor guerra é aquela que é vencida sem se travar uma batalha.

Então, essa é a perspectiva que o Brasil carrega. Ele tem bom discurso diplomático nesse sentido e tem ação coerente na medida em que junta a toda esta carga axiomática também uma experiência recente de redução da pobreza, de construção de um mundo que nunca vai ser igualitário, mas que pode ser menos desigual. Essa carga moral o Brasil tem tido, e a meu ver deve acentuá-la porque no longo prazo isso vai prevalecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha.

Passo, agora, a palavra ao Prof. Henrique Altemani de Oliveira, respondendo à indagação do Senador Cristovam Buarque.

O SR. HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

A questão que o Senador Cristovam coloca é muito mais que pertinente. Estava lembrando que saiu, há dois anos, um livrinho nos Estados Unidos, de dois economistas, cujo título, numa tradução bem livre para o português, seria *O que acontece quando o dinheiro muda de mão?* É uma linguagem nada econométrica, é um economês, mas simplesmente uma linguagem mui-

to mais política que esses dois economistas adotaram. E ali tem um ponto em que colocam que os Estados Unidos retardaram a entrada na guerra – deixou que ficasse sendo uma guerra europeia, e quase que muito mais uma guerra entre a Alemanha e Inglaterra – e só entraram exatamente quando a Inglaterra já estava na bancarrota, tinha gasto tudo o que tinha.

A questão hoje é exatamente essa relação entre China e Estados Unidos. Eu tenho a impressão, a visão, de que hoje a China já é um ator internacional, mas simplesmente ela não tem pressa. Vamos voltar aqui só no tempo. Ela não tem pressa, ela tem consciência de que está assim tendo que resolver seus problemas internos – tem realmente muitos problemas domésticos –, o que passa a ideia de que, para ela, o problema é muito mais interno do que externo e que ela tem tempo para não entrar em choque. Então, ela deve exatamente estar alimentando a continuidade dos Estados Unidos, porque isso, na verdade, dá estabilidade, dá garantia da continuidade de seu desenvolvimento. Mas, de qualquer forma, isso está minando... Eu acho que nesse minar, sim, mais ou menos na linha do que o Antônio Jorge está colocando, a China hoje se transformou num modelo.

Pouco tempo atrás, era muito comum dizer-se: "Bom, mas esse modelo de desenvolvimento da China pode ser reproduzido?". Eu acho que exatamente nessa ideia de esse modelo ser reproduzido é também atentarmos que aí, sim, a China é muito nova, é muito recente. Acho que nós temos que lembrar que o desenvolvimento chinês começou com Deng Xiaoping, mas começou a ideia. Na verdade, cria impulso em 1992, quando aí, sim, o Partido Comunista chinês apoia e as províncias da costa apoiam o processo de desenvolvimento, quando tem o aval exatamente para a abertura.

Na verdade, a China começa a explodir a partir de 2002, quando entrou na OMC. Acho que, quando Lula foi pela primeira vez à China, e aqui começou a ter uma cobrança grande de investimento, era 2004. A China estava há dois anos explodindo, mas não tinha dinheiro suficiente. Hoje ela tem. Então acho que esse "hoje ela tem", claro, também é muito recente. Acho que aqui tem um tempo de ajuste que, aí, sim, espero que tenha até um ajuste na própria relação do Brasil e essa ansiedade que temos em resolver as coisas rapidamente.

Mas, com isso, a China está criando e incentivando isso, com o tal dito do *soft power*, com a disseminação dos seus institutos Confúcio em todo mundo, ela está trabalhando com calma, e com calma exatamente nessa ideia de que é pacífica, cooperativa, harmoniosa, exatamente não buscando um confronto direto com os Estados Unidos, mas esperando que eles apodreçam e caiam de maduro.

De qualquer forma, a China continua com algumas perguntas que levam ao questionamento, principalmente de que tem uma cultura ou uma formação ocidentalizada, sobre um aspecto muito forte do acerto entre as posições chinesas, da cultura chinesa com. E evidentemente achar essa questão da valorização da comunidade, do coletivo, acho que aí, sim, é um ponto de choque mesmo que está entre as duas culturas, que está entre os Estados Unidos e a China hoje. Quer dizer, até que ponto nós temos condições de continuar enfatizando sobremaneira a questão dos direitos individuais, se isso não leva a impasses?

Hoje, por sinal, no *Correio Braziliense*, tem um artigo do Elimar Nascimento, o senhor conhece bem, questionando exatamente essa ideia da democracia, quer dizer, democracia nova. Será que ela se sustenta? É o que nos leva exatamente a questionar a dita um pouco também democratização se funciona hoje, se funcionava quando era para 50 Estados, com 200 Estados, da forma como funcionam aí os organismos internacionais? Mas precisa haver uma mudança nisso.

Agora, de outro lado, colocando um pouco o Brasil, eu acho que é interessante sim que temos e mantemos ao longo desse tempo, se eu pegar esta linha de 1955 para cá, muito mais claramente a partir da política externa independente de 1961, um posicionamento que bate com o posicionamento chinês. A diferenciação é exatamente a ideia de que temos valores que são um pouco do ocidente e que nos deve exatamente a apoio político por isso, mas, na verdade, há posicionamentos que batem com interesses e até com valores nesse sentido asiáticos. E numa Ásia bem ampliada mesmo, pegando valores da Índia, pegando valores de todo o sudeste asiático, de Japão, de China, de Coréia. Acho que fazemos aqui um meio de campo que leva, sim, à ideia de que o Brasil tem hoje uma respeitabilidade, uma aceitação muito forte no plano internacional por esses valores que, na verdade, estão dizendo que os tais Brics hoje todos têm, ou as potências emergentes, termo que prefiro. A ideia de tentar exatamente ter uma ação que leva ao benefício da sociedade e que recupere exatamente a capacidade de sobrevivência e sobrevivência com qualidade da sua sociedade.

Da mesma forma a dosagem que se tem entre o que é privado e o que é público. A recente crise valorizou muito exatamente esta idéia sim de que precisa ter uma regulação. Os valores exatamente de consenso de Washington, só para dizer um chavão, mas os valores que estavam junto com o liberalismo e tudo o mais e a ausência do tal do Estado e o Estado mínimo talvez não tenham mais a expressão que tiveram. E acho que

nesse ponto, sim, nós também batemos exatamente com a China nessa ideia de dosar isso aqui, evidentemente nós muito mais bem dosados do que a China, que é muito mais presença do Estado Estado. Mas acho que tem um tempo também exatamente para o desenvolvimento dessa área privada dentro da China.

Agora, a diferenciação que se poderia ter entre as duas, sim, é só o valor até onde leva. Como o senhor mesmo colocou, podemos quebrar a cara. Nesse sentido, sim, a China tem um elemento muito mais importante que é conjugar talvez a moral que ela está adquirindo no plano internacional em conjunto com recursos que deem para sustentar isso e sustentar uma ação internacional muito mais efetiva que sempre representa e é custo.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao Prof. Henrique Altemani de Oliveira.

Passo a palavra ao Prof. Antônio Barbosa, para responder à indagação do Senador Cristovam Buarque.

O SR. ANTÔNIO BARBOSA – É uma indagação profundamente inquietante. Na medida em que o Senador falava, eu me lembrava de, talvez, duas características marcantes – não necessariamente boas – da história no século XX. Refiro-me à perda das utopias que o século XIX havia aventado.

O século XIX construiu, pelo menos, duas grandes utopias: uma seria marcada pelo socialismo e outra, por uma ordem liberal. E, quando a gente chega ao final do século XX, percebe que ambas haviam se esgotado, sem atingir os seus objetivos.

Então, quando o Senador Cristovam Buarque fala dessa fragilidade moral e questiona se há alguma perspectiva de essa força moral ser retomada ou ser empunhada para construção de uma nova história, eu fico sem saber responder, mas gostaria de fazer dois comentários.

Concordo, plenamente, com V. Exª. O Brasil não apenas pode como já teve, inclusive, na minha opinião, pelo menos dois grandes momentos em que ele poderia ter empunhado uma nova visão de política.

A primeira está ligada aos anos 50. E eu me lembro de um coestaduano do senhor, Josué de Castro. Graças a Josué de Castro que a fome passa a ser estudada cientificamente, e, a partir das suas teses, das sua ideias e da sua pesquisa de campo, a nascente Organização das Nações Unidas cria a FAO, por exemplo. Veja só, aquele impulso inicial estava dado ali.

O segundo momento é inevitável: está ligado à ecologia. Nesse sentido, acho que o fato de nós termos sediado, em 1992, a grande conferência universal, que trouxe Chefes de Governo e Chefes de Estado do mundo inteiro para estudar a questão do ambiente, foi mais um impulso de que o Brasil poderia ter se valido para levar adiante algum tipo de bandeira que, ao fim e ao cabo, sinalizaria para outra forma de se fazer política.

E, por fim, a China. Sei que é impossível a gente analisar a política sem um sentido prático, sem um sentido pragmático, exatamente porque as relações de poder normalmente envolvem isso. Mas a China está começando a trabalhar essa perspectiva de poder – o senhor usou a palavra "hegemonia", e é isso que eu vou utilizar aqui – de uma forma, talvez, um pouco diferenciada.

Existe uma data, inclusive, para definir esse processo: 2003, numa conferência para a Ásia em que o politburo chinês havia contratado especialistas para que eles produzissem *papers* mostrando, ao longo da história, o processo de ascensão e queda das grandes potências.

Eu acho que começa a amadurecer, naquele momento, em 2003, essa perspectiva de que a China pode ocupar um espaço importante no cenário internacional, sem assumir atitudes agressivas. Não diria nem que é bondade, não diria que não é por espírito humanitário, mas porque esse caminho é absolutamente inconveniente.

Exercer a hegemonia nos padrões clássicos, entre outras coisas, custa muito caro, e eu acho que a atual situação nos Estados Unidos reitera esse preço muito elevado.

Eu tenho a impressão, Senador Cristovam, de que os estrategistas chineses, neste momento, estão dando tratos à bola no sentido de assegurar a continuidade desse processo de ascensão e, portanto, de maior visibilidade política da China no cenário mundial, a partir de um processo que se faça de maneira pacífica, porque, com isso, ela vai se distinguir, só para ficar no passado mais recente, das grandes potências imperialistas. E parece-me que esse é um aspecto importante do discurso chinês ao penetrar na África: "Eu sou diferente daquelas velhas potências".

Só para terminar. Eu começo a perceber no discurso dos dirigentes chineses, hoje, alguma coisa que, mais uma vez, nos remete a Confúcio. Confúcio, o grande símbolo do pensamento chinês e da própria cultura chinesa, era extremamente preocupado com a questão da harmonia, do equilíbrio, que é algo que caracteriza a cultura chinesa desde tempos imemoriais. Quer dizer, o equilíbrio dos homens entre si, o equilíbrio dos homens com a natureza, etc e tal. Pois eu começo a perceber, hoje, no discurso de dirigentes chineses, uma espécie de extensão ou de extrapolação da ideia de sociedade harmoniosa, com a seguinte expressão: mundo harmonioso. Em outras palavras – é apenas intuição, eu não tenho nenhum elemento empírico para

sustentar o que vou lhe dizer –, mas eu tenho a impressão de que a China está se preparando para exercer uma nova modalidade de proeminência. Assim sendo, estaria inaugurando uma concepção um tanto quanto diferente de história, uma nova modalidade de proeminência, sem ser a hegemonia no sentido clássico.

Eu acho que é por aí que ela está acenando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Doutor Antônio Barbosa.

Eu passaria a palavra ao Professor Doutor. Jorge Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

O SR. JORGE LASMAR – Obrigado.

Eu achei bastante interessantes as suas palavras, Senador, porque, de fato, não é só o senhor que está mencionando isso, mas os próprios Estados Unidos.

Em 2009, foi divulgado um documento feito pelo Diretorado de Inteligência norte-americano chamado *Global Trends* 2025, que seria uma prospecção da visão dos Estados Unidos de mundo para os próximos 20 anos. O resumo da ópera desse documento é que os Estados Unidos estariam perdendo o seu poder. Eles continuariam hegemônicos, mas perderiam, em bastante parte, a sua posição de proeminência, devido, principalmente, à época, à crise do capitalismo e à não existência de um modelo contrário ou alternativo a esse modelo capitalista, o que é agravado, ainda mais, com a questão da guerra contra o terror.

Nesse ponto, apesar de haver uma melhora no discurso do Obama, no meu ponto de vista há uma continuidade muito grande. O próprio Obama autorizou mais de um assassinato, por semana, por meio daqueles mísseis lançados por aeronaves não tripuladas, e estima-se que, para cada terrorista que tenha sido morto, 50 inocentes morreram. Ele também afirmou que os prisioneiros de Bagram não fariam jus nem a direitos humanos ou humanitários e, na morte do Bin Laden, disse que a justiça foi feita e, agora, já começa a justificar, por exemplo, que as informações que levaram à morte de Bin Laden foram conseguidas por meio de tortura. Então, de certa forma, o uso de tortura passa a ser justificável, o que traz questionamento quanto a esses valores que o senhor está colocando.

Esse documento é bastante interessante, porque registra muito claramente a ascensão dos Brics, mais especificamente do Brasil, da Índia e da China, mas ele coloca o Brasil em segundo lugar. E por quê? Porque o Brasil não apresenta uma estratégia, uma alternativa a esse modelo norte-americano. Quem apresentaria seria muito claramente a China, e, em menor escala, também com um certo capitalismo de Estado, o modelo indiano.

Eu concordo com essa análise e também com o senhor de que é absolutamente essencial para o Brasil e uma oportunidade muito grande se o Brasil quer aumentar a sua inserção internacional, pensar, a longo prazo, em uma inserção maior não somente em termos de política, mas também, exatamente, de valores que o País defende e propaga no plano internacional.

Quanto à questão da China, isso é algo que já vem sendo trabalhado. Nesses documentos de 2003 que foram mencionados, há um documento bastante interessante feito por dois generais chineses sobre como lutar uma guerra contra os Estados Unidos e sobre como seria feita essa guerra, como seria feita a estratégia, sem o uso de exércitos e por meio de uma inserção maior no mercado capitalista, aprendendo a jogar com as regras do sistema financeiro, aumentando a influência cultural e assim sucessivamente. Nesse sentido, uma presença tão agressiva da China na África é claramente objeto dessa pretensão hegemônica, sem a menor dúvida.

Mas aí também há o espaço para o Brasil. Tive notícia, nesta semana, de que, em várias ocasiões, empresários chineses estão tendo problemas e conflitos com as populações locais na África, exatamente porque eles estão transportando aquela cultura de trabalho e as condições de trabalho chinesas e implementando-as na África, o que tem gerado certos conflitos.

Então, há o espaço. Acho que o senhor foi ao ponto. Isso é algo absolutamente essencial, se o Brasil quer se pensar e vir a ser uma potência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, ao Professor Doutor Jorge Lasmar, e as suas palavras me trouxeram até uma reflexão, Senador Cristovam Buarque: quem sabe essa força moral, a que V. Exª se referiu com tanta propriedade, associada ao Brasil, não pudesse ser a questão dos direitos humanos? Porque o que lembrou agora o Prof. Lasmar, quando nós ouvimos o Presidente americano afirmar que somente teriam conseguido descobrir o paradeiro do Sr. Bin Laden graças aos interrogatórios promovidos em Guantánamo, isso é a legitimação da tortura. E até onde nós vamos com isso? A questão dos fins sempre justificando os meios.

Talvez a questão dos direitos humanos pudesse ser uma base muito sólida, na qual o Brasil pudesse se apoiar, como se apoiou agora, recentemente, com a decisão da Presidenta Dilma de condenar aquela forma terrível de punir uma mulher iraniana, e em outros episódios também. Não sei, apenas uma reflexão que me veio agora aqui, eu me permiti, com a licença de todos os senhores, fazer.

Agora, passo a palavra ao Prof. Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos da

China, Ásia e Pacífico (Ibecap) e membro permanente da Escola Superior de Guerra.

O SR. SEVERINO BEZERRA CABRAL FILHO – Obrigado, Presidente.

A questão levantada pelo Senador é o macroproblema da nossa época, é uma questão da civilização e da cultura: para onde vamos? *Quo vadis*?

Chamou-me muita atenção no mapa do Professor Lasmar que a única parte da Europa em que a Al-Qaeda, irmandade não tem presença é no nosso pequeno Portugal. E não é à toa, porque não há conflito. Portugal foi o único país cristão que resolveu o problema internamente com a união com Algarve e acabou ali a cruzada portuguesa. Criou o seu país para a eternidade e depois criou outro grande país para a eternidade, que somos nós. Um pouco a herança portuguesa é a herança clássica nossa. Existem três Américas: a América anglo-americana, como o Presidente Obama tanto reafirmou esses laços, a América hispânica e a América portuguesa.

Agora, há uma coisa que me chama a atenção na interpelação que o senhor fez. Na nossa juventude, eu posso dizer assim porque somos contemporâneos dos anos 50 e 60, nós éramos também herdeiros da grande geração dos anos 30, do modernismo brasileiro. É evidente que o senhor se recorda de Carlos Drummond de Andrade, no seu poema em que diz: "Eu também já fui brasileiro, moreno como vocês, guiei Ford, pontiei viola e aprendi na mesa de um bar que o nacionalismo é uma virtude". Quer dizer, não havia só o socialismo e o liberalismo dominando mentes e corações, havia também o nacionalismo; um nacionalismo profundo, da alma brasileira, que vinha não só da nossa extraordinária formação como país, como nação, mas também do impetuoso ritmo que ganhou depois de 30, quando começou a se industrializar.

Nos anos 50, isso aqui era um deserto. Em quatro anos, o Presidente Juscelino ergueu no deserto a mais moderna capital do mundo. Quer dizer, nós tínhamos um ritmo, uma capacidade de criar na música, na cultura, no futebol, nos esportes, em tudo. E esse é o ritmo que nos levou a sempre pensar que o Brasil tinha todas as condições de ser uma grande potência. Não perdemos essas condições. Às vezes, sinto um pouco o ânimo e a vontade fragilizada. Claro, os desafios são enormes, o mundo do século XXI é um mundo de extraordinárias mudanças, mas não podemos perder esse fio. O Brasil está condenado a ser grande.

Mário Pedrosa diria: "Está condenado a ser moderno". Eu diria: está condenado a está grande, mega. É o grande País do mundo, isso é evidente. Até pelos valores, até pela capacidade da tolerância, que nós temos mais do que os nossos irmãos do Norte. Nós somos o Ocidente, o ultraocidente que integrou o mundo árabe. Nós não temos conflito com os árabes, com os judeus, e muito menos com os chineses, com os asiáticos; uma parte da população de lá veio para cá, do Japão, e se integrou à nossa sociedade, os chineses também se integram. Quer dizer, essa capacidade que o Brasil tem de integrar o diferente é um valor especial, isso chama a atenção. Essa é uma pauta diferente.

Nós temos que interpretar a questão dos direitos humanos, bem lembrado pelo Senador, à nossa maneira, à nossa maneira da transigência, à nossa maneira da tolerância, à nossa maneira até da convivência dos contrários, uma coisa bem chinesa, dos complementares. Nós temos isso, nós somos diferentes dos nossos irmãos do Norte num sentido, não estou trazendo para nós só a bondade. Também há uma diferença importante para eles de tenacidade, de vontade de criação, mas nós somos diferentes.

Então, o mundo do século XXI é um mundo que tem no Brasil, necessariamente, incontornavelmente, um valor central. Essa eu diria que é a resposta que eu posso dar ao senhor. Nós somos nacionais brasileiros e, sendo nacionais brasileiros, podemos integrar todas as nações do mundo, podemos fazer todos brasileiros. Agora, para isso, nós temos que ter meta, objetivo e vontade. E também a vontade respaldada nos fatos. Nós não podemos pensar isso aereamente. Temos que enriquecer, temos que nos fortalecer e depois temos que também, delicadamente, mas incisivamente, repudiar as pautas, para usar um termo da garotada, as pautas gringas. Nós não podemos absorver interesses que são interesses de outro para a nossa realidade, porque é diferente. Nós nunca seremos uma Noruega da vida, nem muito menos uma Costa Rica tamanho família, nós somos Brasil. E nós temos que trabalhar o Brasil do século XXI – esse é um desafio nosso.

Falo de um ponto de vista de rumos da nossa política no mundo. Nós temos que ter uma pauta diferenciada dos Estados Unidos, da Europa, da China, da Índia e, ao mesmo tempo, integradora, naquilo que for possível integrar; e saber que somos sul-americanos, nós somos do extremo ocidente, mas nós temos algo a fazer no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Severino Bezerra Cabral Filho.

Senador Cristovam Buarque, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só alguns comentários. Por favor.

Primeiro eu queria começar com uma frase que o senhor citou sobre a Índia, que alguém disse que: "Aqui no Ocidente, todos temos relógios, e eles têm o tempo". O problema é que, nos últimos 200 anos, a influência ocidental fez com que eles começassem a

comprar os nossos relógios da gente. E é aí que me pergunto: a China vai ser, daqui para frente, a China dos relógios ou a China do tempo?

Quando dizem que o chinês trabalha muito, isso não tem nada a ver, porque eles trabalham muito porque o tipo deles é trabalhar. É quase que uma coisa natural, ainda pelo menos, com uma certa riqueza pode diminuir.

Então, o projeto deles, os valores morais, as propostas deles vão ser as ocidentais que eles trazem em nome da China? Se eles compram as ideias, como o próprio Jorge falou, eles compram as ideias e trazem pela força deles. Ou eles vão trazer uma força ressuscitando muito de Confúcio, da harmonia, por exemplo? Vai ser um projeto depredador, como tem sido da civilização ocidental ou vai ser um projeto harmonizador? Isso eu não tenho claro ainda, porque, até há cinco anos, eu vi a China como o maior predador de todos. De repente, eles estão sendo os harmônicos.

E, Severino, eu acho que a gente tem que ver o potencial da gente, mas tem que fazer algumas autocríticas. Não cair no ufanismo. Por exemplo, de fato a gente integra judeus e árabes, mas não integramos ainda os negros. Não! A gente não tem racismo pela cor, ma,s se um astronauta, mesmo chinês ou indiano que já existe, olhar lá de cima, vai ver que, nas cadeias estão os negros e, nas universidades boas, estão os brancos. Nós não harmonizamos ainda. A exclusão tem cor negra neste País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tanto não harmonizamos que temos cotas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Tanto não harmonizamos que estamos dando um jeitinho, porque as cotas são uma tentativa de um jeitinho. Um jeitinho até necessário, mas é um jeitinho.

Tanto não harmonizamos que, hoje, de manhã, quando vi o noticiário, parecia um país em guerra. O noticiário de hoje de manhã, não sei se metade, mas uma parte considerável era sobre criminalidade, inclusive aqui bem pertinho, na Cidade Ocidental, em Valparaíso. Então, temos que analisar isso.

Outra coisa, o Antônio falou de um pernambucano Josué de Castro. Foi o homem que descobriu a fome no mundo. Falo de outro também, por coincidência pernambucana, Paulo Freire, que descobriu como resolver o problema da alfabetização, e continuamos com 14 milhões de analfabetos. Hoje, temos duas vezes e meia mais analfabetos, três vezes mais analfabetos que quando Paulo Freire escreveu o livro dele. A percentagem diminuiu, é verdade, mas o número não.

Então, esse valor moral está faltando ainda. E aí é que eu queria chamar a ideia da força moral que a gente precisa construir. E talvez nós tenhamos mais condições que os outros. Salvo uma coisa – e aí é para o Antônio: e se o futuro for, diferente do que eu gosto, do que nós gostamos, o coletivo e não o individual? É claro que nós não queremos isso, sobretudo depois de Freud, mas, mesmo antes dele, desde o Renascentismo, nós inventamos o individualismo, que é um valor fundamental e moral para nós. Mas, se o futuro, em vez do individualismo, for o coletivo? Aí a China ganha, e o Japão, também. O Oriente, em geral, tem um sentimento mais coletivo, em que o coletivo vem antes do indivíduo. Para nós, não; para nós o indivíduo vem antes.

E acho claro que o certo seria privilegiar o indivíduo que tem a ver com liberdade. O coletivo rouba a liberdade do indivíduo, mas talvez a crise planetária vá exigir mais coletivismo que individualismo. E nisso o Islã também tem um certo coletivo; o Oriente tem, e a gente precisa saber como combinar os dois.

Sobre a China, em 1961– a China é antiga –, eles fizeram uma estrada de ferro na Tanzânia, e faziam de graça. E isso nunca parou. Só que agora explodiu, e com dinheiro. Esse é o perigo, eles de repente passarem a ideia de uma certa arrogância e começarem a comprar em vez de ajudar.

Eu queria dizer aqui para o Henrique, quando falou que se pode, ao tentar alguma coisa, quebrar a cara. A gente quebra a cara quando a gente luta sem valor moral. Com valor moral, a gente pode até morrer, mas não quebra a cara. Quando a gente dá a cara, quebra. Mas quando a gente dá o coração, não quebra. Não tem como quebrar o coração, quebra a cara. Estão faltando causas, e causas morais. E eu sei que é difícil a gente ter isso, mas acho que não é impossível.

Finalmente, você falou uma coisa que eu achei interessante. O que acontece quando o dinheiro muda de mão. Eu hoje estou mais interessado em saber o que muda quando o conhecimento muda de cabeça. Quando o conhecimento chegar a todo o povo excluído, o que é que vai mudar. Tem um livro que faz o maior sucesso que é *As Veias Abertas da América Latina*. E acho que Eduardo Galeano cometeu um erro. O problema da América Latina não foi a sangria de ouro, não foram as veias abertas, foram os neurônios tapados. Se eles tivessem levado todo o nosso ouro, e educado a nossa população, a gente tinha substituído um pelo outro, sem nenhum problema.

Mas a gente perdeu essa visão que os chineses têm do conhecimento. Seiscentos anos antes de Cristo, como o senhor lembrou, Confúcio. Ali em Confúcio está a importância da educação, do conhecimento.

Imagine agora, no século XXI, em que tudo isso que a gente compra é produto do conhecimento, não é da mão de obra; a quantidade de mão de obra aqui é muito pequena, de terra, menor ainda, que são os

dois fatores que eu aprendi que eram fundamentais. Hoje o que tem aqui é invisível, é o conhecimento, é a ciência. Por isso eu insisto, gostei demais, aliás de todas tenho gostado, na próxima semana eu vou gostar mais do que da de vocês. Mas deixo aqui este tema do valor moral como força na política externa de cada país.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com as suas considerações finais, damos por encerrada a presente reunião de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial, dos nossos convidados, Professor Doutor Henrique Altemani de Oliveira, da PUC/SP, Professor Doutor Antônio Jorge Ramalho da Rocha, que presta assessoria à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Professor Doutor Jorge Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Professor Doutor Antônio Barbosa, da Consultoria do Senado Federal – e aqui um elogio muito especial que acredito posso fazer em nome de todos os membros desta Comissão, ao corpo de consultores do Senado, que orgulha qualquer legislativo do mundo, e somos muito gratos aos consultores que nos prestam assistência e assessoria –; e o Prof. Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos da China, Ásia e Pacífico, pela grande e inestimável contribuição aqui oferecida por cada um dos senhores.

Informo, ainda, que o oitavo painel do nosso ciclo de palestras intitulado *O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU* – vamos tratar exclusivamente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as suas perspectivas – se dará na segunda-feira próxima, dia 6 de junho, com as presenças dos Srs. Embaixador Ronaldo Sardemberg; Prof. Creomar Lima Carvalho de Souza, do Ibmec do Distrito Federal; Prof. Danny Zaredini, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; e do Prof. Albert Fishlow, da Universidade de Colúmbia. Ele nos dará o prazer de estar aqui conosco discutindo este tema para nós tão presente e oportuno.

Convoco, ainda, os Senadores e Senadoras para a nossa 23ª reunião extraordinária, a ser realizada amanhã, dia 31 de maio, às 9h30, na sala de reuniões nº 19, da ala Senador Alexandre Costa, em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por fim, lembro os Srs. Senadores e Srªs Senadoras da nossa 24ª reunião ordinária, a ser realizada quinta-feira, dia 2 de junho, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h08min.)

ATA DA 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 31 DE MAIO DE 2011, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia trinta e um de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Delcídio do Amaral**, e, em seguida, do Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores **Eduardo Suplicy**, **Gleisi Hoffmann**, **Humberto Costa**, **Clésio Andrade**, **Lídice da Mata**, **Vanessa Grazziotin**, **José Pimentel**, **Jorge Viana**, **Blairo Maggi**, **Vicentinho Alves**, **Antonio Carlos Valadares**, **Inácio Arruda**, **Casildo Maldaner**, **Valdir Raupp**, **Luiz Henrique**, **Francisco Dornelles**, **Ivo Cassol**, **Romero Jucá**, **Ana Amélia**, **Waldemir Moka**, **Benedito de Lira**, **Ricardo Ferraço**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Cyro Miranda**, **Flexa Ribeiro**, **José Agripino**, **Demóstenes Torres**, **Aécio Neves**, **Paulo Bauer** e **Gim Argello**, e, ainda, os Senadores **Anibal Diniz**, **Cícero Lucena**, **João Pedro**, **Marcelo Crivella**, **Mozarildo Cavalcanti**, **Pedro Taques** e **Sérgio Petecão**. Têm falta justificada, por estarem licenciados, os Senadores **João Ribeiro** e **Lobão Filho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Antes de iniciar os trabalhos da Comissão, é realizada a aposição do Retrato do Senador **Garibaldi Alves Filho** na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos. Usam da palavra os Senadores **Ricardo Ferraço**, **José Agripino**, **Waldemir Moka**, **Renan Calheiros**, **José Pimentel** e **Flexa Ribeiro** e, ainda, a Governadora Rosalba Ciarlini. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo às Comissões a dispensa da leitura da Ata da reunião conjunta da CAE, 15ª Reunião, da CRE, 18ª Reunião, e da CCJ, 16ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação da Matéria constante da pauta. **Item único – <u>Projeto de Lei do Senado nº 91 de 2011</u>**, terminativo na CCJ, de autoria do Senador **Pedro Taques**, que "altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre", tendo como Relator na CAE, CRE e CCJ o Senador **Luiz Henrique**, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que

apresenta. Nos termos do artigo 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa. A votação será realizada separadamente, nos termos do art. 113, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Em 17/05/2011, o Presidente da Reunião conjunta, Senador **Delcídio do Amaral**, designou o Senador **Ricardo Ferraço** Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador **Luiz Henrique**. Em 17/05/2011, iniciada a discussão, foram apresentadas a Emenda nº 01, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, e a Emenda nº 02, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**. Em 25/05/2011, o Senador **Ricardo Ferraço** devolveu a Matéria para redistribuição. Os Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania designaram o Senador **Luiz Henrique** Relator Único da Matéria. Lido o relatório pelo Relator, Senador **Luiz Henrique**, encerrada a discussão, colocado em votação a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovam o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE e da CRE, pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE-CRE (Substitutivo). A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova, em decisão terminativa, por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção, o Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE-CRE-CCJ (Substitutivo), ficando prejudicados, nos termos do art. 300, XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto e as emendas apresentadas. Nos termos dos arts. 92 e 282, do R.I.S.F., a Matéria será submetida a Turno Suplementar, na CCJ, por ter sido aprovado Substitutivo Integral. Usam da palavra os Senadores **Jorge Viana**, **Sérgio Petecão** e **Anibal Diniz**. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência propõe a dispensa da leitura da Ata da presente reunião conjunta, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. Senador **FERNANDO COLLOR,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero dar um bom dia a todos e a todas e agradecer aqui a presença do nosso querido Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; cumprimento os Exmº Srs. Embaixadores e demais membros do corpo diplomático aqui presentes, demais autoridades, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Gostaria de registrar, porque temos uma pauta extensa hoje, que começa novamente com a novela do fuso horário, em uma reunião conjunta da CCJ, da CAE e da CRE. Depois dessa reunião conjunta, teremos a reunião ordinária da CAE. Mas, antes de iniciarmos os trabalhos da reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Constituição e Justiça, vamos realizar hoje a aposição do retrato do Senador Garibaldi Alves Filho na galeria dos Presidentes desta Comissão, onde esteve à frente no biênio 2009/2010.

Quero aqui registrar que foi uma honra trabalhar com o Senador Garibaldi aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, eu, que fui seu vice-Presidente. O Senador Garibaldi dispensa comentários, é um político experiente, é um político do bem, competente, presidiu também o Senado Federal em um momento difícil que esta Casa enfrentou, há algum tempo, e conquistou todos nós, não só pela simplicidade, pela serenidade, pelo equilíbrio e pela maneira sempre correta de tratar todas as pessoas, educada e gentil. Portanto, fico muito feliz em presidir esta reunião e quero convidar para compor a nossa Mesa, aqui, o nosso homenageado de hoje, querido Senador Garibaldi Alves. (*Palmas*.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós temos um cerimonial, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É só para perguntar ao Ministro se, com tantos elogios assim, ele não fica preocupado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nunca fica preocupado, ele é absolutamente tranqüilo. O Senador Garibaldi Alves é um homem fleumático, não há quem mexa com esse homem, não existe.

Passo a palavra ao nosso cerimonial.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia. Damos início à solenidade de aposição do retrato do Senador Garibaldi Alves Filho na galeria de fotos dos Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nosso homenageado foi Deputado Estadual por quatro mandatos consecutivos, Prefeito de Natal, duas vezes Governador do Estado do Rio Grande do Norte, três vezes Senador da República, tendo sido eleito, em 2008, Presidente do Senado Federal e Presidente desta Comissão.

No período de 2009 e 2010, durante sua gestão como Presidente desta Comissão, o Senador Garibaldi Alves Filho conduziu 110 reuniões, com a apreciação de 89 operações de crédito externo, 36 Projetos de Lei da Câmara, 138 Projetos de Lei do Senado Federal e a realização de 13 sabatinas de autoridades do Tribunal de Contas da União, do Banco Central, do Conselho de Administração de Defesa Econômica e da Confederação de Valores Mobiliários. Foram realizadas, ainda, 49 audiências públicas, totalizando 442 matérias apreciadas pela Comissão.

Entre as matérias apreciadas, podemos destacar o PLC nº 6, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; o PLS nº 194, de 2009, que autoriza a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da pessoa física, de plano de saúde, em benefício do empregado doméstico; o PLS nº 443, de 2009, que institui o Programa de Bolsas para estudantes de cursos profissionais de nível médio em estabelecimentos públicos e privados; o PLC nº 321, de 2009, que institui o piso salarial nacional para profissionais do magistério público da educação básica; e, ainda, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 354, de 1989, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Além da apreciação das matérias elencadas, destacamos que, pela primeira vez, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o relatório de uma Subcomissão: a Subcomissão de Regulamentação dos Marcos Regulatórios que, em seu relatório final, concluiu pela apresentação de uma PEC e de oito Projetos de Lei do Senado, que estão tramitando na Casa. Essa Subcomissão foi presidida pelo Senador Delcídio do Amaral, atual Presidente desta Comissão, e relatada pelo homenageado, Senador Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra, neste momento, o Exmo. Sr. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Creio que atravessei aqui o samba do cerimonial, porque falei antes, mas o Garibaldi é uma figura querida. Sou suspeito para falar dele, por todos os trabalhos que fizemos juntos aqui.

Como disse inicialmente, o Ministro Garibaldi assumiu a Presidência do Senado, já foi Governador, Deputado, advogado, aqui debateu e aqui encaminhou projetos importantíssimos para o País. Um foco muito intenso, penso que o Ministro Garibaldi já estava prevendo que iria com a Presidenta Dilma para o Ministério, tanto é que boa parte dos projetos voltados para a Previdência Social, Senador Paim, o Senador Garibaldi ou era autor, ou era relator – e votava sempre a favor. Já estava adivinhando que iria assumir a Previdência. Portanto, acho que o Ministro Garibaldi tem méritos extraordinários, não só pela carreira absolutamente inatacável como político, como homem público, como um homem que honra o seu Estado, o Rio Grande do Norte, mas também por tudo o que vem realizando e pela humildade, simplicidade no trato e educação. Estes são valores aparentemente óbvios, mas não são, lamentavelmente, no dia a dia das pessoas.

Garibaldi conquistou todo mundo aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, no Senado, a equipe comandada pela Adriana, que é apaixonada pelo Senador, e, graças à sua austeridade, hoje servimos uma café da manhã para ele, ou seja, ele guardou e hoje estamos curtindo a mordomia que ele nos proporcionou aqui na Comissão. Esse é um café da manhã em *petit comitê.*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só para a Diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Infelizmente, não dá para generalizar, Senador Ferraço.

Queria aproveitar para cumprimentar o Senador Garibaldi Alves e, mais uma vez, parabenizá-lo. É uma honra para nós e para mim, especialmente, que fui companheiro do Senador Garibaldi Alves em vários trabalhos. Na área de regulamentação, agências, infraestrutura, e depois, como vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. É uma honra presidir uma sessão.

Estamos aqui homenageando o Senador Garibaldi e colocando aqui o seu retrato na Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão que ele honrou. Quero também cumprimentar a nossa Governadora Rosalba Ciarlini, Senadora, também, que nos honra com sua presença, Governadora do Rio Grande do Norte; e o nosso Líder, Senador Agripino Maia, também ilustre e competente Senador pelo Rio Grande do Norte. O homem tem uma bancada forte aqui presente e, acima de tudo, meu caro Senador Garibaldi e Ministro, desejo todo sucesso do mundo a V. Exª. Sei que, com o seu bem senso e sua serenidade, V. Exª vai se desincumbir bem de mais esse desafio. É uma honra estar aqui, quero cumprimentá-lo, e também toda a sua família, e dizer que a Comissão de Assuntos Econômicos está absolutamente à disposição de V. Exª nesse grande desafio de conduzir a Previdência Social no Brasil.

Quero agradecer e devolvo a palavra ao cerimonial.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral; Srª Governadora do meu Estado,

nosso Rio Grande do Norte, ex-Senadora Rosalba Ciarlini. Aqui temos senhores embaixadores e demais membros do corpo diplomático, estou achando demais, é muito prestígio, mas, se tiver algum, que se sinta cumprimentado, mas aí é querer muito.

Quero cumprimentar os Senadores que estão aqui presentes, a começar pela Senadora Ana Amélia, os Senadores Blairo Maggi, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Cyro Miranda, Paulo Paim, Waldemir Moka, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Agripino Maia – a quem já me referi, hoje Presidente do DEM –, Eduardo Suplicy, Ivo Cassol, Inácio Arruda, Casildo Maldaner e a Senadora Vanessa Grazziotin.

Queria começar, claro, por agradecer aos Senadores, porque, afinal de contas, alguns são membros desta Comissão e, mesmo assim, chegaram mais cedo para esta homenagem, e alguns não são nem membros da Comissão e vieram ao meu encontro hoje, na hora em que recebo esta homenagem, que é uma homenagem que toca muito ao meu coração.

Fiz uma opção pela Comissão de Assuntos Econômicos, já há algum tempo. Já estou no terceiro mandato, ainda não pude exercê-lo na sua plenitude, porque recebi, por força da indicação do meu Partido, a indicação muito honrosa da Presidente Dilma Rousseff para ser Ministro da Previdência Social. Digo que a Comissão de Assuntos Econômicos sempre me fascinou e, quando aqui cheguei, fui ao Líder do PMDB e lhe disse que fazia uma reivindicação, Senador Flexa Ribeiro, que era de compor esta Comissão. Depois, já no segundo mandato, quando se ofereceu ao PMDB a oportunidade de indicar o Presidente desta Comissão, o Presidente José Sarney e o Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, me consultaram, da seguinte maneira: "Senador, poderá..."

Quero também saudar o Senador Pedro Taques, aqui presente, com muita honra para todos nós. Quero dizer que, diante da colocação do Presidente Sarney e do Senador Renan Calheiros de que o PMDB poderia indicar, naquela oportunidade... Não sei se isso já era consenso, mas o PMDB iria lutar para indicar ou o Presidente da Comissão de Justiça, ou o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e eu lhes disse: "Por mim, não vamos lutar. Por mim, se for eu o indicado e se me dão essa prerrogativa, vou aceitar a Presidência de Assuntos Econômicos". Não é que eu estivesse fugindo de assumir a Presidência da Comissão de Justiça, é porque sempre me senti mais à vontade na Comissão de Assuntos Econômicos. É de se estranhar o fato de que um advogado pudesse fazer uma opção pela CAE, em vez de ir para a Comissão de Justiça, só que o advogado que aqui está presente, diante dos meus caros colegas Senadores, é um bacharel em Direito. A política nunca me deixou estudar devidamente o Direito, me aprofundar. Não sei se iria aprender tanto, mas a verdade é que nunca pude me dedicar à advocacia – e me fez falta. Quero confessar perante todos, perante a nossa Governadora, que me fez falta a formação jurídica, e aí apelei para esta Comissão. Na Presidência desta Comissão – temos um relatório que foi lido pela nossa simpática chefe do cerimonial –, pudemos apresentar, meu caro Presidente Delcídio do Amaral, esses números, e são números lisonjeiros para quem preside uma comissão, mas, na verdade, a mim não me satisfez e não me satisfaz presidir apenas rotineiramente a comissão. Eu não sou pretensioso, mas sempre achei – o Senador Delcídio do Amaral sabe muito bem disso – que esta Comissão deveria ultrapassar os umbrais de uma comissão que se limita a apreciar os projetos do Executivo e dos parlamentares, até porque os projetos do Executivo, infelizmente, predominam, e eu agora – casa de ferreiro, espeto de pau – sou Executivo.

Na verdade, não é o fato de predominar o número de comissões, é que predomina pela intensidade da tramitação. Chegou aqui uma matéria do Governo... Eu mesmo quero fazer uma autoconfissão, dizer da minha culpa, mas começamos logo a ser instados para aprovar matérias do Executivo. E o certo é que não temos isso apenas neste plenário. Não sei se vou me precipitar – eu não tenho tanta coragem -, mas isso me obriga a dizer que não apenas aqui na Comissão, onde há uma superposição do Executivo, mas no plenário desta Casa, com medidas provisórias que inundam a tramitação do Legislativo, que atropelam a tramitação do Legislativo. *(Palmas.)*

O SR. GARILBADI ALVES FILHO – Hoje já me disseram que a pauta está trancada. Ao mesmo tempo em que a pauta está trancada, eu queria dizer da minha expectativa favorável de que seja aprovada essa nova regulamentação para as medidas provisórias.

Todos nós aqui, se formos inquiridos, ouvidos, diríamos que não somos contra as medidas provisórias. Somos contra a maneira como é utilizada a medida provisória. A medida provisória – isso é um consenso entre nós – é um recurso do Poder Executivo legítimo, adotado nos países de democracias modernas, mas aqui no Brasil esse recurso realmente sofre de um mal chamado de abuso, como são usadas as medidas provisórias.

Deus queira que no Governo da nossa Presidenta Dilma Rousseff venhamos a ter as medidas provisórias mais contidas, as medidas provisórias sendo efetivamente voltadas para o que emergencial, segundo diz o texto da Constituição.

Meu caro Presidente Delcídio do Amaral, quero dizer que estou recebendo a comunicação de que se encontram aqui o Senador Marcelo Crivella, o Senador João Pedro e o Senador Valdir Raupp, que é o Presidente do nosso Partido PMDB.

Presidente, V. Exª está de parabéns. Eu nunca vi um quorum tão alto. Estou dizendo isso...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É o prestígio do homenageado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – ... porque em várias oportunidades – que Deus me perdoe; vou dizer isso porque tenho que dizer – eu ia para aquela porta. Quando chegava 10 horas, eu ia para aquela porta atrás de ver um Senador que pudesse trazer para o plenário, porque àquela altura o quorum estava pra lá de comprometido. E na impossibilidade de atraí-los, eu recorria à nossa querida Idiane, – cadê ela? Aqui? – porque ela fazia uma pressão irresistível! Basta olhar pra ela, não é?

E assim, meu caro Delcídio, a nossa comissão caminhou e eu poderia dizer que caminhou bem. Por quê? Caminhou bem porque quando se instalou a crise financeira internacional, o Senador José Sarney, Presidente do Senado, entendeu de criar uma comissão especial integrada por cinco Senadores para apreciar a crise.

Eu, então, dirigi-me ao Senador Sarney, dizendo a ele: Presidente, existe uma Comissão de Assuntos Econômicos que em vez de cinco Senadores tem 27 Senadores que estão à disposição da Casa para debater essa crise. E graças a Deus o Presidente compreendeu e trouxe o tema para dentro desta comissão.

Ele propriamente não extinguiu a comissão. Eu queria que ele extinguisse e fizesse daqueles Senadores, que não eram membros da comissão, membros especiais convidados. Mas todos os Senadores, por coincidência, claro, eram membros já da comissão.

Pois bem, tivemos aqui a comissão, debatemos a crise financeira internacional, trouxemos aqui autoridades para debater a crise com os nossos Senadores, porque afinal de contas temos aqui alguns Senadores que têm muita autoridade para falar sobre economia brasileira. E vou ficar muito à vontade, porque um deles não está nem aqui; hoje é colega Ministro do Governo Dilma: o Senador Aloizio Mercadante. Temos também o Senador Francisco Dornelles.

Eu estou apenas dizendo que esses Senadores são mais voltados para a lide do problema econômico, mas sei que diante de mim, aqui, estão outros Senadores que igualmente têm a mesma qualificação. E não vou citar mais, porque já estou arrependido de ter citado os dois. Na hora em que se cita tem que falar de todo mundo. E. no Brasil, todo mundo entende de economia e de futebol.

Todo mundo é doutor em economia. E é por isso que eu escolhi esta Comissão. Não foi por outra coisa não, foi porque me tornei também um doutor em economia já que por aqui passaram os temas mais momentosos do momento político e econômico da vida nacional.

Pois bem! Eu cheguei à conclusão, hoje de manhã, de que o bom mesmo no caso desta Comissão não é ser Presidente, é ser ex-Presidente, porque, depois que cheguei aqui, se repetiram as homenagens. Tivemos um café aqui, uma mordomia que nunca tinha visto nesta Comissão. E a Senadora Ana Amélia disse: Olhe se essa Comissão tiver isso frequentemente eu vou ter que ter cuidado com a minha dieta. Mas na verdade isso, meu caro Senador Delcídio, isso eu atribuo ao comando de V. Exª; Eu preciso dizer que V. Exª é um daqueles que eu deveria ter citado como professor de economia e não citei, porque afinal V. Exª foi diretor da Petrobras. E só em ser diretor da Petrobras no Brasil já uma credencial enorme.

Pois Bem! Eu estou muito tranquilo que eu sei que V. Exª vai comandar essa Comissão muito melhor do que eu, até porque aqui está o meu pai, e ele sabe que eu sou uma pessoa humilde. Aprendi isso com ele, aprendi em casa. E devo dizer que Delcídio Amaral está muito mais preparado do que eu para dirigir essa Comissão. Até porque com uma equipe dessa que nós temos aqui, Delcídio, não precisa ser campeão, não. Nós temos aqui Adriana Tavares, que é a Nina, Camila Moraes Bittar, funcionária dedicada, todos são dedicados. Há a Idiane, que é laçadora dos Senadores. Quando precisar, não se faça de rogado. Temos Waldir Bezerra Miranda, Silvio Cesar Cury, Renato Rubens da Silva – esses são mais da retaguarda, eles apareceram hoje aqui porque hoje é um dia especial e estão por aqui, mas eles são mais lá de trás, Aron Rodrigues, Osmar Henriques da Silva...

O SR. *(Fora do microfone)* – Estou aqui, Senador, te amo. *(Palmas.)*

O SR. O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Olhe, V. Exª me desculpe mais eu estava temendo isso mesmo. *(Risos.)*. Eu sabia que havia um sujeito meio louco nessa Comissão, mas louco como esse eu não sabia não.

O SR. O SR. GARIBALDI ALVES FILHO– – Dulce Maria da Silva, e Maria Nilma Ananias. Quero agradecer-lhes pela colaboração, quero agradecer ao Senador Renan Calheiros, Líder do nosso Partido. Já contei a história da minha opção por esta Comissão, quando poderíamos ter indicado a Comissão de Justiça, e fui eu que levei o partido, e V. Exª acatou, a optar pela CAE. Quer dizer, o meu xodó pela CAE é antigo.

Por outro lado, quero cumprimentar esse querido amigo também, como todos, o Senador Benedito de Lira, alagoano como Renan, e que está aqui. Agradeço à imprensa. Vou dizer uma coisa: esta cadeira de Presidente da CAE teve um mérito, pelo menos no meu tempo, consegui escapar, o que não é fácil, porque a imprensa, vocês sabem, ela bota para quebrar, e qualquer deslize, qualquer equívoco, você não tem perdão. E não sei por que cargas d'água, não sei por obra de quem, fui durante esses anos todos – vou bater na madeira – feliz com a imprensa. Há um costume para dar sorte, quando você fala de uma coisa, que é bater na madeira. É um costume muito nosso, mas, realmente, não tive problemas com a imprensa, pelo contrário. Pelo contrário, a imprensa me ajudou – e como me ajudou – a ser Presidente da CAE. Eu até diria, agora, chegou a hora de dizer que, como Presidente do Senado, a imprensa me ajudou. Me ajudou não quer dizer que me poupou de nada não, porque a imprensa não poupa ninguém, me ajudou porque realmente viu no meu trabalho um trabalho que não merecia ser penalizado, fez justiça, deu a César o que é de César, e agradeço muito à imprensa que aqui esteve presente todo o tempo.

Quero, ao terminar as minhas palavras, agradecer a presença aqui, nesta Mesa, da Governadora do Rio Grande do Norte, que é a nossa querida Senadora – vou chamar de Senadora porque, até pouco tempo, ela era Senadora – Rosalba Ciarlini, e era da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais, tendo sido a sua Presidente. Não sei se ela está com saudade desta Casa. Senador Francisco Dornelles, já homenageei V. Exª aqui e posso ter até sido causador de ciúmes, mas fiz justiça a V. Exª dizendo que é um profundo conhecedor da nossa economia, e a Senadora Rosalba deve estar com uma certa saudade, porque o que ela está encontrando lá, no Governo do Rio Grande do Norte, não é fácil de enfrentar, mas ela vai enfrentar, vai vencer, vai superar com a colaboração de todos os norte-rio-grandenses. Quero agradecer ao Senador José Agripino. Acho que este Plenário aqui não sabe, talvez tenha alguma notícia, mas se remetermos ao passado, se voltarmos ao passado, veremos que, durante algum tempo, eu e o Senador José Agripino tínhamos uma divergência na política do Rio Grande do Norte que parecia que não cessaria, que não abrandaria. Mas o que é certo é que, hoje, nós temos uma afinidade muito grande, e eu agradeço muito a sua presença, já que V. Exª foi, na verdade, um Senador que sempre honrou aqui esta Casa, hoje Presidente do DEM.

Quero agradecer a Gonzaga, que é o Diretor das comissões, mas que saiu daqui da CAE. Gonzaga deve ter uns 30 anos só de CAE; eu não. Fora agora os anos mais que ele tem. São 18 anos de CAE e mais não sei quantos anos dessas comissões permanentes.

Quero agradecer a todos. Quero dizer que, depois de ter falado assim, é capaz de dizer: Garibaldi deve estar com uma saudade é grande do Senado! Eu estou, eu estou com saudades, mas digo a todos que aqui estão, eu não vou citá-los todos, que vocês são meus colaboradores. Digo isso lá no Ministério da Previdência. E, como todos sabem, o desafio da previdência. O Senador Paulo Paim sentou-se aqui na frente eu acho que para lembrar isso. E o nosso Wesley da Cobap...

O SR. WARLEY MARTINS – Warley!

O SR. GARIBALDO ALVES FILHO – Warley, desculpe, parece que veio com a mesma intenção.

O desafio da previdência é enorme. A previdência é apresentada como deficitária, como mal gerida. Nada disso é uma verdade absoluta. Eu diria até que nada disso é verdade. A previdência, pelo menos de uns anos para cá, tem sido muito bem gerida, já resolveu um problema que se constituía numa humilhação para todos nós brasileiros, que eram aquelas filas de brasileiros, de segurados, de previdenciários para receber o seu benefício, o benefício a que ele tinha direito. Ele chegava, muitas vezes, pela madrugada, nas agências da previdência, e não conseguia receber. E, hoje, hoje, ele consegue, pelo telefone – 135, agendar a sua entrevista na previdência e consegue, às vezes, na maioria das vezes, em 30, 40 minutos, ter a sua aposentadoria homologada. Eu estou dizendo isso aqui, porque eu estou dizendo isso onde eu vou inaugurar agência da previdência. E eu não seria leviano para chegar e dizer isso por aí afora para ser desmentido. Eu estou dizendo, porque é uma verdade. A previdência superou isso, mas ela precisa superar muitos outros problemas para que o segurado possa dizer uma coisa que é fundamental, o segurado, sim, possa dizer que a previdência está fazendo justiça a ele segurado. Portanto, o Senador José Pimentel parece que chegou na hora certa, porque eu estou falando sobre a Previdência e já disse aqui que esse órgão vem acertando nos últimos anos e uma cota disso deve ser atribuída ao Senador José Pimentel, pois foi um Ministro que colocou a Previdência em outro patamar em matéria de atendimento do segurado, de planejamento estratégico da Previdência.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira está aqui nos honrando com sua presença. Foi o Senador mais votado do Brasil. Nem vou dizer o número de votos que recebeu; foi voto demais.

O que nós temos de fazer, vamos fazer. Há realmente um desafio: o futuro da Previdência. Ela precisa se preparar ou tomar medidas que poderão parecer

ousadas, mas na verdade não o são, pois já estão sendo adotadas em outros países, porque há um envelhecimento da nossa população que beneficia a todos, mas se constitui para a Previdência um grande desafio.

Fiquem certos de que, se tivermos de tomar essas medidas, não vamos ferir o direito adquirido de ninguém, essa é a verdade, que tem hoje seu contrato com a Previdência. O contrato será honrado. Fiquem certos, em nome até, Senador Delcídio, da nossa convivência, da confiança dos Senadores que não apenas me fizeram Presidente de uma Comissão, mas até Presidente do Senado, de que nós vamos tomar as providências para realmente honrar a confiança de todos e cumprir com o dever essencial que é preparar o futuro do Brasil, principalmente para aqueles que estão envelhecendo e merecem o tratamento adequado por parte da nossa sociedade.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Eu perguntaria se os integrantes da Mesa querem usar a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente Delcídio, eu queria falar rapidamente, até porque eu acho que o Garibaldi já falou tudo.

Com o Garibaldi nós temos hoje uma relação, como ele próprio mencionou, muito próxima. Eu acho que a CAE dificilmente reúne o quórum que tem hoje. Isso se deve à imagem que o Garibaldi tem no Congresso Nacional, no Senado, entre os seus Pares.

Ele é uma figura amena, dedicado. Quem vê a mansidão de Garibaldi não imagina que ele seja capaz de fazer o que fez: devolver, o que é um fato inédito, uma medida provisória ao Palácio do Planalto, produzindo um fato político relevante e que significa referência nas posturas de independência do Congresso. Vou repetir: o ato, o gesto de Garibaldi significa hoje, queiram ou não queiram, uma referência nas atitudes de independência do Congresso Nacional, ele que faz parte da base do Governo, é um peemedebista convicto. Entre o PMDB e o interesse nacional, as instituições, o Senado, ele ficou com a instituição. Talvez pelo respeito e pelo carinho que os seus Pares têm por ele é que esse quórum se estabeleça. Talvez, Senador Renan, por conta do carinho, é que tenha ocorrido o gesto que aconteceu do funcionário que aqui chegou e nos fez todos rir ao se ajoelhar e dizer: "te amo, Garibaldi".

Talvez pelo respeito que os pares têm por Garibaldi é que essa sala se encha, se encha de Senadores, se encha de convidados, se encha de admiradores. Garibaldi é uma figura a parte. Ele foi bom Governador do Rio Grande do Norte, ele é uma figura honesta, proba. Ele é como os que eu gosto, ou seja, na política, ele não convive com improbidade e, por isso, é que está aqui a Governadora. Veio a esta solenidade.

Nós fizemos uma bela campanha. Rosalba, eu e Garibalbi. Pela primeira vez, ganhamos os três. É muito difícil ganhar, em uma eleição majoritária, ganharem o Governador e os dois Senadores. Ganhamos os três. Estamos os três aqui para bater palmas para Garibaldi que, neste momento, vai ter o seu retrato, a sua fotografia inaugurada na galeria do ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ele que é um advogado, bacharel, mas que se houve muitíssimo bem como Presidente da CAE, tratando de assuntos de economia que envolvem conhecimento técnico, mas acima de tudo envolvem habilidade política e bom senso para conduzir o fato econômico no melhor rumo que interessa à sociedade brasileira e foi o que ele fez e porque fez assim é que recebe a homenagem à qual me associo, aplaudindo Garibaldi Alves Filho. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Governadora Rosalba.

A SRª. ROSALBA CIARLINI – Eu acho que tenho muito pouco a acrescentar depois das palavras do Senador José Agripino, mas mais uma vez dizer que nunca vi, em momentos como esse, um quorum tão qualificado e tão, vamos dizer assim, a presença maciça de Senadores, dos que fazem a Comissão e a Casa.

Isso é uma prova inequívoca do carinho, do quanto Garibaldi com esse seu jeito simples, o Ministro Garibaldi, o Senador simples, mas firme, sabe cativar as amizades, fazer amigos.

Então, hoje, tenho o Senador e Ministro Garibaldi, entre aqueles que a gente tem que guardar num cantinho especial do coração. Amigo é para essas coisas e se guarda bem guardado. Não foi apenas o companheirismo das lutas políticas, não foi apenas o dia a dia neste Senado, mas muito mais que pude ver o quanto tem valor o nosso Ministro e Senador Garibaldi.

Queria dizer ele está, como bem falou, "estou distante do Senado", tive a honra de ser sucedida pelo pai de Garibaldi, nobre Senador suplente e Senador agora, enfrentando uma luta muito difícil, o maior desafio da minha vida porque encontrei um Governo totalmente desorganizado, um verdadeiro caos.

Lei de Responsabilidade Fiscal parece que por lá nem tinha passado, totalmente desrespeitada. Mas estamos fazendo essa reconstrução, enfrentando realmente muitas barreiras, tomando medidas duras, cortando na própria carne, acabando com privilégios, uma série de coisas que trazem um prejuízo para o nosso Estado e agora começando a reorganizar para ter o equilíbrio financeiro necessário e fazer o que o Estado não faz há muito tempo: cumprir a Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal que foi uma lei que mudou esse Brasil e que temos a responsabilidade de ser o guardião desse avanço que houve em nosso Brasil e que foi fundamental para que nós pudéssemos ter hoje o crescimento que temos, a estabilidade que temos e, com certeza, muitos avanços sociais que temos e que vamos ter no futuro.

Então, sabendo das dificuldades que estou enfrentando, com a mesma determinação, com coragem e mais estimulada do que nunca para vencer esse desafio, que estou aqui ao lado do nosso Senador, trazendo o aplauso do nosso Estado, mas na certeza de que enfrentamos lutas políticas juntos e estamos enfrentando também juntos este desafio – Rosalba, José Agripino e Garibaldi – lá no Estado para que possamos mostrar que o nosso elefantezinho – porque o Rio Grande do Norte tem o modelo de um elefante – tem um potencial imenso. É o Estado onde os bons ventos estão fazendo com que possamos ter um crescimento imenso na energia eólica. Até 2013, nós já temos um investimento assegurado de 8 bilhões em energia eólica. Neste próximo leilão que vai acontecer agora, o Rio Grande do Norte já desponta, mais uma vez, para ser o campeão dos leilões. Nós estamos, agora, com o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante finalmente saindo do papel, a primeira concessão pública. Foi um compromisso que a então Ministra e hoje Presidenta assumiu, lançou o edital, um aeroporto de cargas, um aeroporto para fazer a distribuição para todo o Brasil e também para a América do Sul. Abre-se uma porta de possibilidades ainda maiores. Já estamos viabilizando o nosso porto, que praticamente estava paralisado, inclusive com medidas de incentivos para que ele se tornasse viável. É o agronegócio, que tem tudo para crescer por meio da agricultura irrigada. Os viveiros de camarões só crescem. Sem falar do potencial turístico.

Talvez alguns de vocês digam assim – eu estou falando tanto de economia, que nós estamos na Comissão que eu acho que... "Com toda essa dificuldade, a senhora lutou tanto, investiu para que tenha a Copa? É porque encontrei o nosso Estado já praticamente sem a menor condição de sediar a Copa, porque a licitação para a construção do estádio Arena das Dunas havia sido vazia primeiro, havia sido vazia. Nenhuma empresa se interessava. Por quê? Aí se descobriu por quê: qual era a empresa que ia se interessar em participar de uma licitação em um Estado que nem o projeto arquitetônico havia pago? Não havia pago as consultorias, nada que se referia àquele processo da Copa. Foi aí que eu dei as garantias, fiz os pagamentos, apesar das grandes dificuldades. Fizemos uma nova licitação, já dei a ordem de serviço e, ainda este mês, estaremos começando a construção para não perder esta oportunidade, que é fundamental para o turismo, para podermos receber mais investimentos. Na hora em que fiz todo esse sacrifício, eu estava vendo na frente. É um investimento. Vamos ter muito retorno. É a janela pela qual o mundo todo vai ver o potencial que tem o nosso Estado, para crescer ainda mais no turismo. Então, é com essa expectativa do crescimento, das indústrias que já estão chegando. Inclusive já assinamos vários protocolos. Já estamos inaugurando agora, em junho, mais uma indústria na área da mineração. É o ferro. Outra jazida já está sendo medida pelo seu potencial. Então, é um Estado realmente viável e com grande possibilidade de crescimento, desenvolvimento e geração de renda.

Mas eu queria, neste momento, que é de festa, de reconhecimento ao nosso Senador, nesta Comissão de que fiz parte, onde tivemos muitos debates importantes, que enriqueceram os meus conhecimentos e me fizeram ver o Brasil realmente com um olhar diferente, conhecendo as mais diversas regiões e seus potenciais, suas dificuldades, também dizer que aprendi aqui, ao lado dos senhores, essa certeza de que o Brasil é possível. E nós vamos mostrar que é possível, sim, acontecer o Rio Grande do Norte, contando – é claro – sempre com a força, com a orientação desses três Senadores que estão ao nosso lado. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigada, Governadora Rosalba.

Vou passar a palavra para os Senadores inscritos: Senador Moka, Senador Renan e Senador José Pimentel. Aí faremos a cerimônia de aposição do retrato do nosso querido Garibaldi Alves. O Senador Flexa também.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio, Senador Agripino, Governadora Rosalba, Senador homenageado Garibaldi Alves, eu trago um abraço. É só para isso. Mas eu me comprometi com a nossa Vice-Governadora Simone Tebet a vir hoje aqui e ela me disse, Senador, que, se Ramez aqui ainda estivesse, e hoje eu estou aqui representando o nosso Partido e o nosso Estado no seu lugar, tenho certeza de que ele estaria aqui batendo palmas e festejando, até porque a Vice-Governadora me disse da amizade e da ligação. E eu próprio sou testemunha de quantas e quantas vezes aqui estive enquanto Ramez ainda representava nosso Estado.

Então, receba do Mato Grosso do Sul, em nome da nossa Vice-Governadora e, por que não, do nosso Governador André Puccinelli.

E hoje Mato Grosso do Sul tem o privilégio também de, na Presidência desta Comissão, ter um ex-

traordinário sul-mato-grossense, que é o Delcídio do Amaral.

Parabéns! Homenagem justa, mais do que justa a toda a sua história aqui na Casa e também no seu Estado.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente Delcídio, eu quero, cumprimentando V. Exª, cumprimentar a Governadora Rosalba, que, neste momento de congraçamento, de satisfação e de homenagem legítima ao Senador Garibaldi, volta a esta Casa e desejar, em nome do meu Partido, o PMDB, que tenho a satisfação de representar aqui, no Senado Federal, que ela faça um excelente governo, na medida dos compromissos que assumiu com a sua população, e nós temos certeza, por este início promissor, que isso vai acontecer.

Quero cumprimentar esse querido amigo, Senador José Agripino, cumprimentar o Senador Garibaldi e dizer ao Ministro Garibaldi da satisfação que todos nós temos de estar aqui agora.

Não é comum que essas solenidades de aposição de placas se façam dessa forma, com a presença de todos, com emoção, com discursos verdadeiros e apartes sinceros.

O Senador Garibaldi é um exemplo vivo de que o principal produto, a principal convivência, a principal consequência da convivência aqui no Parlamento é essa coisa que o Garibaldi cultiva muito bem, que é a amizade com todos. E para além dessa virtude do Garibaldi, para além do fato de o Garibaldi ser um grande homem público, o Garibaldi é uma daquelas pessoas que faz bem tudo que faz,

O Garibaldi foi um excelente Governador do Rio Grande do Sul...

Perdão, do Rio Grande do Norte. Poderia ser do Rio Grande do Sul também.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Já estou tomando providências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Já está tomando providências. Poderia muito bem, tem qualidades para isso, viu, Garibaldi? Tem sido um excelente Senador, foi um grande Presidente do Senado Federal, foi um grande Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e está fazendo, no Ministério da Previdência, um grande trabalho para dar consequência à amplitude desse trabalho que a Previdência nos últimos anos, no nosso Brasil, vem fazendo, com mais eficácia, com mais competência, com mais planejamento, com mais disposição. Outro exemplo disso aqui é o nosso querido Senador Pimentel.

Então, Garibaldi, eu estou aqui falando em nome de todos os seus companheiros do PMDB, que têm por você uma admiração muito grande e que estão aqui, mais uma vez, à disposição para que o seu trabalho na Previdência Social seja tão profícuo quanto foi o seu trabalho em todos os cargos que antes você exerceu.

Conte com o nosso apoio e é uma emoção muito grande participarmos desta solenidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Renan.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/P PT – CE) – Nosso Presidente, Senador Delcídio Amaral, nossa Governadora, nossa eterna Senadora Rosalba, nosso Ministro da Previdência Social e nosso Senador Garibaldi Alves Filho.

Quero começar registrando que a Previdência Social é uma das poucas ações do Estado nacional que cuida de toda a família brasileira. Quando a trabalhadora ganha a sua filha ou o seu filho, ali tem o salário maternidade. Durante a vida laboral, se o trabalhador adoece, tem a licença saúde. Se sofre acidente de trabalho, tem a licença acidentária. Quando chega à terceira idade, em que parte de nós Senadores estamos chegando, tem a aposentadoria. E quando Deus nos leva, a gente tem a proteção da família, com a pensão por morte.

Exatamente por isso pessoas com sensibilidade, como o nosso Senador Garibaldi Alves, são e serão excelentes Ministro da Previdência, porque têm essa capacidade de enxergar, essa forma de fazer. É por isso que o Presidente Lula determinou – e nós iniciamos e V. Exª dá continuidade – que precisamos humanizar o atendimento à Previdência Social.

Aquela Previdência, até 2005, levava em média dois anos para conceder um benefício previdenciário. As pessoas chegavam ali nove, dez da noite e marcavam a porta da Previdência pelos postes de luz. Ali por volta de quatro, cinco horas da manhã, quando a família ia levar um café quente, ele dizia que estava no quinto, no sexto poste de luz de distância da Previdência Social.

Essa mesma Previdência, com os mesmo funcionários, sem nenhuma consultoria externa, hoje concede os benefícios em até meia hora. Isso é gestão, e este Congresso é parte desse processo. Ali, em 2008, quando nós encaminhamos para cá um projeto de lei complementar para aposentar o saco de documentos e implantar o Cadastro Nacional de Informações Sociais, em 90 dias o Congresso Nacional aprovou esse projeto de lei complementar, que é a Lei Complementar

nº 128. A partir dali, essa lei nos permitiu fazer essas grandes mudanças que hoje toda a sociedade brasileira comemora.

Esta Previdência hoje encaminha ao aposentando uma carta dizendo que ele preencheu as condições de se aposentar; e, se ele quiser receber o seu benefício, ligue para 135, marque dia e hora, que estaremos prontos para conceder o seu benefício.

E esta Previdência, até 2005, negava os direitos para tentar ver se conseguia ter condições de pagar os benefícios ali concedidos. Esta Previdência, até 2007, desde toda década de 90 até 2007, precisava em média de R$15 bilhões para fechar as contas da previdência contributiva, que é a previdência pública urbana. Hoje esta Previdência é financeiramente equilibrada. Já em 2008, reduziu para R$1,4 bi. Em 2009, sobrou R$ 3,6 bilhões. Em 2010, R$7,1 bilhões. E, neste 2011, deverá ultrapassar R$9 bilhões de saldo positivo. E isso foi feito sem precisar de nenhuma consultoria externa, com as pessoas da casa e com uma orientação política de quem é o gestor maior do Estado nacional.

Evidentemente, que quem está á frente da máquina de gestão faz isso. Esta Previdência hoje sabe a hora em que cada contribuinte chega na agência para ser atendido, a hora em que ele foi atendido, o tempo que levou para ser atendido, quem atendeu, e, no final do dia, vai o relatório para cada gerente de agência saber o aconteceu lá na sua agencia. Seria interessante o nosso Ministro, qualquer dia deste, fazer uma apresentação aqui no Senado Federal sobre a sala de situação e de controle de qualidade dos serviços da Previdência.

E a Previdência pública brasileira foi a primeira previdência que, em 2010, assinou um contrato de gestão com o Estado Nacional, em que o salário dos funcionários é variável: uma parte fixa; e a outra parte depende da produtividade, do desempenho e do bom atendimento.

Portanto, Garibaldi, parabéns pelo trabalho. E, no que depender desta Casa, em especial do nosso partido, do Partido dos Trabalhadores, e deste humilde Senador da República hoje e Deputado até ontem, pode contar conosco.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Pimentel.

Quero só também registrar aqui a presença do Dr. Paulo Varella, Diretor da Agência Nacional de Águas.

Passo ao último orador inscrito, Senador Flexa.

Só registrando também, Senador Garibaldi, o trabalho que V. Exª fez na ubcomissão dos Marcos Regulatórios, uma subcomissão profunda que olhou a questão da infraestrutura com rigor, e a primeira subcomissão da CAE, que teve seu relatório aprovado aqui, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o último orador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Presidente Delcídio do Amaral, Governadora Rosalba Ciarlini, Senador Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência, Senador Garibaldi Alves, é uma alegria poder ver pai e filho sentados à Mesa, o filho recebendo essa homenagem, e o pai ocupando a representação honrosa do Estado do Rio Grande do Norte no Senado Federal.

Senador José Agripino, Srªs e Srs. Senadores, meu amigo Senador Garibaldi Alves Filho, não poderia deixar de, de forma breve, fazer o registro dessa homenagem que V. Exª recebe hoje, com aposição da sua foto na galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos. Fiz questão de usar da palavra porque, até então, fora dos integrantes da Mesa, os Senadores que o tinham festejado eram do bloco do Governo. E eu fiz questão de usar a palavra para dizer que V. Exª – e falo também em nome do Senador Aloysio e de todos os Senadores – é uma unanimidade nesta Casa. V. Exª transita com respeito em todos os segmentos políticos que têm representação no Senado Federal.

Como eu disse, falo por conhecer o trabalho de V. Exª não só no Senado Federal. Como Governador do seu Estado do Rio Grande do Norte, como Presidente do Senado, agora como Ministro, em todas as funções que V. Exª ocupou, sempre o fez com competência, determinação e honestidade, fazendo com que o Estado do Rio Grande do Norte pudesse se orgulhar do filho tão importante e tão ilustre que o representa no Senado Federal.

Receba um abraço de todos os seus amigos do Senado Federal, em especial do povo do Pará, que o receberá sexta-feira, na cidade de Redenção, de Conceição do Araguaia, onde V. Exª vai inaugurar uma sede, o espaço do INSS, da Previdência, iniciado na gestão do Senador José Pimentel, que, quando era Ministro, foi à Bancada do Pará pedir apoio para que se pudessem construir 72 unidades para atender aos aposentados e pensionistas no Pará, e teve o apoio da bancada. Hoje, nós estamos inaugurando, na sexta-feira, com V. Exª presente, uma dessas unidades. Lamentavelmente, elas ainda não estão funcionando da forma como queríamos, todas as 72 em funcionamento para facilitar a vida dos aposentados e pensionistas.

Mas quero abraçá-lo, Senador Garibaldi Alves Filho, e dizer que V. Exª honra o Rio Grande do Norte, o Brasil e o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa. Com o término das inscrições, passo a palavra para o cerimonial novamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Convidamos agora os excelentíssimos senhores integrantes da Mesa para descerrar a foto, que, a partir desse momento, passa a integrar a galeria de fotos dos Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 19ª reunião da CAE, 23ª reunião da CRE e 20ª reunião da CCJ. Trata-se de reunião conjunta.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião conjunta da CAE de nº 15, da CRE de nª 18 e da CCJ de nº 16.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos à pauta:

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011
- Terminativo na CCJ

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique

Relatório na CAE/CRE/CCJ: Pela aprovação da projeto e rejeição das Emendas nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e nº 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro

Foi-me informado pela Mesa e pelo Relator, Senador Luiz Henrique, que está sendo apresentado um substitutivo ao projeto, que nós vamos analisar nesta sessão conjunta.

Nos termos do art. 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria, como eu disse, vai ser feito numa reunião conjunta da CAE, da CCJ e da CRE, cabendo à CCJ a decisão terminativa.

A votação será realizada separadamente, nos termos do art. 113, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em 17 de maio de 2011, eu, como Presidente, designei o Senador Ricardo Ferraço Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Luiz Henrique.

Em 17 de maio, foi iniciada a discussão e foram apresentadas as Emendas nº 1, da Senadora Vanessa Grazziotin, e nº2,do Senador Flexa.

Em 25 de maio de 2011, o Senador Ricardo Ferraço encaminhou a matéria para redistribuição,e os Presidentes das três Comissões reescolheram o Senador Luiz Henrique como Relator único da matéria.

Portanto, passo a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de julho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre, alterado pela Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Esse Projeto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi elaborado pelo ilustre Senador Pedro Taques em razão de um grande acordo feito nesta Comissão no sentido de que, rapidamente, se atendesse à vontade do povo acreano, manifestada em plebiscito.

Nesse entido, o art. 1º do Projeto promove alterações no mencionado Decreto para desmembrar o atual terceiro fuso em que se divide o território brasileiro de forma que:

a – esse terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich "menos quatro horas"permaneça compreendendo os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Amazonas, de Rondônia e de Roraima (alínea "c" do art. 2º do Decreto).

b – o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich menos cinco horas, passe a compreender o fuso horário do território do Estado do Acre (alínea e do art. 2º do Decreto).

O art. 2º do projeto determina a entrada em vigor da alteração depois de decorridos 30 dias da publicação oficial da norma produzida.

Na justificativa, o autor esclarece que a apresentação do projeto decorreu, como já mencionei, de entendimentos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e também desta Comissão sobre a matéria, fruto dos debates travados neste colegiado sobre a Consulta nº 1, de 2011, que tratava do referendo ocorrido no Estado do Acre sobre o assunto, realizado em 31 de outubro de 2010.

Nesse referendo, 184.478 eleitores, ou seja, 56,87% dos votos válidos votaram "não" ao fuso implantado pelo Lei nº 11.662, de 2008, enquanto 139.891 eleitores acreanos votaram "sim", o que representa 43,13% dos votos válidos.

O Projeto de Lei do Senado nº 91 ora em exame foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacio-

nal e à Comissão de Constituição e Justiça, cabendo à última a decisão terminativa. O despacho determina a aplicação do disposto nos incisos I e II do art. 49 do Regimento Interno à tramitação da matéria, o que fundamenta o seu estudo em reunião conjunta das comissões.

O relatório referente ao projeto de lei do Senado em epígrafe constou da pauta da reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, realizada em 17 de maio passado. Designado como Relator *ad hoc*,, o nobre Senador capixaba Ricardo Ferraço fez a leitura do relatório por mim elaborado, após o que, iniciada a discussão, foram apresentadas duas emendas ao projeto de lei em análise. O Senador Ricardo Ferraço foi designado na referida reunião conjunta relator *ad hoc* para análise das emendas.

A matéria constou da pauta da reunião conjunta da CAE, da CRE e da CCJ marcada para o dia 24 próximo passado, que acabou sendo adiada. Posteriormente, a matéria acabou sendo devolvida para redistribuição. Por fim, os Presidentes da CAE, da CRE e da CCJ, em comum acordo com o Senador Ricardo Ferraço, me designaram relator único deste projeto e da emendas a ele apresentadas.

Passo a relatar essas emendas.

A Emenda nº 1, da Senador Vanessa Grazziotin, objetiva acrescer à parte final da alínea e do art. 2º do Decreto 2.784, de 18 de junho de 1913, nos termos da redação conferida pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 91, a seguinte expressão "e os territórios cedidos recentemente pela Bolívia, assim como a área W da linha precedentemente descrita.

Já a Emenda nº 2, de autoria do ilustre Senador Flexa Ribeiro, acresce ao art. 1º desse projeto proposta de alteração à alínea "b" do art. 2º do Decreto 2.784, já mencionada, com o objetivo de definir, ou melhor, de redefinir a abrangência territorial do segundo fuso horário existente no território brasileiro, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos três horas', que passaria a compreender todo o litoral do Brasil, o Distrito Federal e os Estados de Minas Gerais, de Tocantins e de Goiás, bem como parte do Estado do Pará, a parte leste, delimitada por uma linha que, partindo do monte Grevaux, na fronteira da Guiana Francesa, vá seguindo pelo álveo do rio Pecuary até o rio Javari, pelo álveo deste até o Amazonas, e ao sul pelo leito do rio Xingu até entrar no Estado de Mato Grosso.

Propõe ainda a referida emenda a alteração da alínea "c" do art. 2º do Decreto 2.784, nos termos da redação conferida pelo art. 1º do projeto em análise, com o objetivo de redefinir a abrangência territorial do terceiro fuso, caracterizado pela hora média de Greenwich 'menos quatro horas', que passaria a compreender o Estado do Pará a oeste da linha precedente e os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Por fim, a Emenda nº 2 ao projeto em exame propõe a alteração da alínea "d" do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, nos termos da redação conferida pelo art. 1º deste projeto. Na verdade, a referência correta deve ser a alínea "e", como fez o projeto de lei, visto que a alínea "d" foi revogada, com o objetivo de definir a abrangência territorial do quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas', que passaria a compreender o território do Acre.

Informo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que consolidei neste documento o relatório antes apresentado ao projeto de lei em tela e o relatório preparado para as Emendas nº 1 e nº 2 que lhe foram apresentadas.

II – Análise.

De início, verifica-se que não há reserva de iniciativa para a matéria veiculada pelo projeto, conforme o art. 61 da Constituição Federal.

Além disso, o assunto figura entre as competências da União, a quem compete privativamente legislar sobre sistema de medidas, nos termos do art. 22 da Carta Magna. Não há também qualquer ressalva quanto à juridicidade e regimentalidade da matéria.

Até a edição da Lei nº 11.662, de 2008, o Acre enquadrava-se no quarto fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas'. Com o advento dessa Lei, esse Estado passou a compartilhar com outros do terceiro fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos quatro horas'.

Ocorre que, posteriormente, o Decreto Legislativo nº 900, de 1º de dezembro de 2009, convocou referendo destinado a consultar o eleitorado sobre a conveniência e a oportunidade da alteração do fuso horário promovida pela supra referida Lei, o que se efetivou por meio da seguinte questão: "Você é a favor da recente alteração do horário legal promovida no seu Estado?". Conforme antes mencionado, a população respondeu majoritariamente "não", rejeitou a alteração promovida pela Lei, em referendo realizado concomitantemente com a primeira eleição subsequente à promulgação daquele Decreto Legislativo.

Em seguida, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), à unanimidade, considerou atendidas as exigências legais e regulamentares relativas ao referendo e homologou o resultado proclamado anteriormente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre. Tal decisão foi

comunicada ao Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, por meio do Ofício nº 453/2011/SPR, assinado pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, que deu origem à Consulta nº 1, de 2011.

Instalou-se, então, controvérsia acerca dos efeitos do referendo realizado. Observe-se que a precitada Lei nº 11.662, de 2008, não previu que sua eficácia dependeria do referendo da população (condição resolutiva). Por sua vez, o referendo convocado, muitos meses depois, pelo Decreto Legislativo já citado não se referiu à Lei, limitando-se a questionar a posição do eleitor sobre a alteração do fuso horário do Estado. Embora seja o Decreto Legislativo instrumento hábil para convocar o referendo, levantou-se a dúvida se essa convocação – desvencilhada da Lei – serviria para estancar a eficácia desta e retomar a aplicação da norma anterior, dentro do princípio de hierarquia das leis. Além disso, foi consultado somente o Estado do Acre, quando a referida Lei – ato normativo de competência da União – abrangia também outras Unidades da Federação.

Embora se possam questionar os efeitos jurídico-legislativos do referendo ocorrido, não se pode olvidar da manifestação colhida junto à população. Ela é inequívoca, no sentido de repudiar a alteração promovida pela Lei nº 11.662, no fuso horário do Acre. Como decorrência, até para prestigiar a democracia direta – contemplada no parágrafo único do art. 1º e no art. 14 da Constituição Federal – é dever do Congresso Nacional dar curso a essa manifestação.

Em relação aos aspectos econômicos, a mudança não trará impacto significativo para a economia do Acre – e eu me refiro à hipótese que considero nula de impacto negativo. Nos últimos anos, o PIB do Acre vem tendo crescimento superior ao da média nacional sem correlação apreciável com a mudança de fuso horário ocorrida em junho de 2008. Por essa razão, sob o prisma econômico, não há óbice para que o retorno ao fuso horário normal seja implantado. Para tanto, foi em boa hora apresentado o presente projeto. Quero enaltecer a iniciativa rápida, prestimosa, do Senador Pedro Taques, cuja aprovação atenderá ao povo acreano e conferirá segurança jurídica necessária à situação na medida em que será a lei que dele advirá que promoverá a modificação no sentido formal e material da Lei 11.662, no que foi repudiada pelo referendo realizado.

No que concerne às emendas, tenho a aduzir o que segue. A matéria objeto das presentes emendas já foi amplamente debatida nas comissões designadas a analisá-la, principalmente no âmbito da CCJ, por ocasião da resposta à consulta nº 1/2011, formulada pelo Exmº Sr. Presidente do Senado, que indagava sobre as providências a serem adotadas pelo Senado Federal a partir da comunicação encaminhada pelo Tribunal Superior Eleitoral do resultado do referendo realizado no Acre sobre alteração do fuso horário que ora se discute.

No mérito, as duas emendas objetivam essencialmente restabelecer os fusos horários previstos na redação original do decreto nº 2.784/1913, antes, portanto, das alterações empreendidas pela Lei 11.662. Assim, a Emenda nº 1 objetiva alterar a área abrangida pelo fuso horário caracterizado pela hora de Greenwich menos cinco horas ou pela hora de Brasília menos duas horas para nela inserir os Municípios ou parte deles do extremo oeste do Estado do Amazonas, cujos territórios estejam na área a oeste da linha imaginária que liga o Município de Tabatinga, no Amazonas, a Porto Acre, no Acre. No mesmo sentido, a Emenda nº 2 almeja resgatar a linha imaginária prevista na redação originária do Decreto de 1913, mais precisamente, a alínea *b* do seu artigo 2º, que dividia longitudinalmente o Estado do Pará em dois fusos horários distintos. Uma área a leste dessa linha abrangida pelo fuso caracterizado pelo horário de Greenwich menos três horas, o mesmo fuso de Brasília, e outra, a oeste dessa linha, prevista na alinea *c* do artigo 2º do referido Decreto de 1913 abrangida pelo fuso caracterizado pelo horário de Greenwich menos quatro horas.

Não há qualquer óbice de natureza constitucional e regimental às emendas. Pode ser, entretanto, suscitado o seguinte questionamento quanto à juridicidade e à técnica legislativa.

Se as emendas apresentadas, e, de resto, o próprio projeto, almejam resgatar a essência do Decreto, de 1913, revogado pela Lei de 2008, por que não solucionar a questão com a apresentação de um substitutivo ao PLS 91, de 2011, com artigo único que revogasse expressa e totalmente a Lei de 2008, de acordo com o preconizado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e previsse, também expressamente, a repristinação, a restauração da vigência, do Decreto nº 2.784, de 1913, consoante determina o § 3º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 de 1943 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, anterior Lei de Introdução ao Código Civil?

A solução cogitada no parágrafo anterior, apesar de sedutora, não parece ser a mais adequada tecnicamente. Há vários ajustes a serem feitos em face do decurso de quase um século de vigência do multicitado Decreto, recepcionado como lei ordinária pela Constituição Federal de1988.

Explico. Não há mais sentido fazer menção, como fazia a alínea "d" do art. 2º do Decreto nº 2.784, de

1913, aos territórios cedidos recentemente pela Bolívia. Por que, Sr. Presidente? Porque os referidos territórios integraram à época o então Território do Acre e, desde 1962, por força da Lei nº 4.070, de 15 de junho do mesmo ano, seguem integrando, fazendo parte do atual Estado. De outro lado, o Decreto de 1913 não fazia menção ao Distrito Federal, já que, naquele momento, o Distrito Federal ocupava a área litorânea, posteriormente ocupada pelo Estado da Guanabara e atual Município do Rio de Janeiro.

O decreto estabelecia que o segundo fuso abrangia todo o litoral do Brasil e, por conseguinte, o Distrito Federal. A Lei nº 11.262, de 2008 corrigiu a distorção surgida com a criação de Brasília e fez prever expressamente no texto do decreto o Distrito Federal, ou o novo Distrito Federal. Se for revogada a Lei de 2008 e restaurado o Decreto de 1913, em sua redação originária, o Distrito Federal estará formalmente excluído da norma que determina a hora legal do Brasil.

Outro ajuste necessário a fazer é inserir, expressamente, no texto do decreto, como o fazia a Lei nº 11.662, os novos Estados criados no País, que, evidentemente, não estavam previstos, não poderiam estar previstos na redação de 1913. Falo dos Estados do Tocantins, de Rondônia, de Roraima e de Mato Grosso do Sul.

O Projeto de Lei sob exame e a Emenda nº2 já apresentavam essa preocupação. Sublinhe-se, contudo, que essa sugestão de caráter meramente técnico e redacional não gera qualquer alteração nos fusos horários desses Estados.

Como visto, a parte inicial da Emenda nº 1 que objetiva estender aos territórios cedidos recentemente pela Bolívia, está prejudicada, já que como mencionada os ditos territórios integram o hoje Estado do Acre.

Acolhendo a sugestão formulada pela Emenda nº1 de reinserir os Municípios do oeste do Amazonas no quarto fuso horário, considero prejudicadas as partes da Emenda nº 2 que dão tratamento diverso ao fuso do Estado do Amazonas.

Assim, estou de acordo com as emendas apresentadas, nos termos da análise empreendida, que objetivam resgatar para os Municípios do extremo oeste do Estado do Amazonas e para o Estado do Pará os mesmo critérios quanto à definição dos fusos horários previstos no Decreto nº 2.784, de 1913, que vigeram por 95 anos; desde aquele ano até 2008.

É importante sublinhar que, salvo quanto ao Estado do Acre, que é tratado neste projeto, com o objetivo de ser recuperada a sua ação vigente desde 1913, não há relativamente aos demais Estados qualquer alteração em seu fuso horário.

Pelo exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº91, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques. E no mérito, pela sua aprovação.

Quanto às Emendas nºs 1 e 2, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. E no mérito, pela aprovação nos termos do seguinte Substitutivo:

"**Art. 2º** .....

.....

b) o segundo fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos três horas', compreende todos os Estados do litoral do Brasil, o Distrito Federal e os Estados de Minas Gerais, de Tocantins e de Goiás, bem como a parte do Estado do Pará que fica a leste de uma linha que, partindo do monte Grevaux, na fronteira com a Guiana Francesa, vá seguindo pelo álveo do rio Pecuary até o Javari, pelo álveo deste até o Amazonas e ao sul pelo leito do Xingu até entrar no Estado de Mato Grosso;

c) o terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos quatro horas', compreende a parte do Estado do Pará a oeste da linha fixada na alínea anterior, os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Rondônia, de Roraima, bem como parte do Estado do Amazonas que fica a leste de uma linha que partindo do Município de Tabatinga (AM) vá a Porto Acre (AC);

.....

e) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas', compreende o Estado do Acre, assim como a parte do Estado do Amazonas que fica a oeste da linha fixada na alínea *c* deste artigo. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

Art. 3º Revoga-se a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Salvo melhor juízo das Srªs e Srs. Senadores das Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é, Sr. Presidente, o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Luiz Henrique, pelo trabalho que V. Exª fez, buscando uma composição com o Pará, do Senador Flexa; com o Amazonas, da Senadora Vanessa e do Senador Eduardo Braga; e sem deixar de considerar a questão específica do Estado do Acre.

Como esse assunto já foi discutido à exaustão, a matéria não está em discussão.

Portanto, em votação na CAE, em caráter não terminativo.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado pela CAE em caráter não terminativo o relatório do Senador Luiz Henrique.

Em votação na CRE, também não terminativo.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

Aprovado pela CRE o relatório, também em caráter não terminativo.

Em votação na CCJ, em caráter terminativo.

Passo a presidência ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Projeto como disse o Senador Delcídio, já foi exaustivamente discutido nas Comissões, CAE, CRE e CCJ. Como ele é terminativo na CCJ e como nós estamos nessa reunião conjunta e uma reunião esperando na CCJ para fazermos a sabatina de sete indicados para o CNJ e para o CNMP, eu pediria aos Srs. Senadores, que na mesma linha do Presidente Delcídio, essa matéria também não fosse discutida na CCJ e eu passaria de imediato à votação, se os Srs. Senadores da CCJ concordarem.

Não havendo quem discorde da proposta feita pelo Presidente da CCJ, eu pergunto como vota o Senador Pimentel. Quem vota com o relator vota sim.

Por mais que alguns queiram dar uma conotação política, temos que respeitar a vontade do povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota V. Exª?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN - AC) - Se eu pudesse votar dez vezes, eu votaria. Como só posso uma vez, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Com o relator.

Mas é preciso ficar registrado aqui nas notas taquigráficas o voto de V. Exª.

Como vota o Senador Aloyzio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB - MG) – Voto "sim", Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Pedro Taques e agora, em especial, o Senador Luiz Henrique, pelo belo trabalho que fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB - DF) – Sr. Presidente, voto com o relator, cumprimentando o Senador Pedro Taques, o Senador Luiz Henrique, o Senador Petecão por essa luta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Com o relator, Sr. Presidente: "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Sr. Presidente, eu quero dizer que ainda que, acima de tudo, tenha que prevalecer a vontade do povo, que votou no referendo pela mudança, e o relatório está coerente com essa vontade do povo, quero dizer que concordo integralmente com a observação feita pelo Senador Jorge Viana: é uma injustiça que, por força de manipulação política, o Acre fique duas horas atrasado em relação a Brasília.

Tenho certeza de que, a exemplo do que acontece hoje na China, que tem uma extensão leste–oeste muito maior do que a extensão brasileira e aplica um único fuso horário, mais dias, menos dia, teremos no Brasil um único horário para todo o povo brasileiro, seja do norte, do sul, do leste ou do oeste.

Em particular, eu quero adiantar que, neste momento, nós fizemos valer a vontade do povo do Acre, o Senado da República vota com o povo do Acre, e eu também voto com o Senado da República, em favor do povo do Acre. Mas quero anunciar que vou reunir as assinaturas necessárias para que a gente discuta no Brasil a possibilidade de termos um único fuso horário para o povo brasileiro, porque não é admissível que se tenha atraso de duas horas em relação a um Estado. Isso é uma discriminação, isso cria dificuldades reais. Numa época em que tudo acontece on-line, não é justo que as coisas cheguem duas horas depois ao Estado do Acre.

Por isso, vou defender e espero contar com o apoio da maioria dos Senadores, do Senado da República Federativa do Brasil, para que tenhamos, no mais curto espaço de tempo possível, um único fuso horário no Brasil, para todos os Estados brasileiros.

Muito obrigado.

Meu voto é com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Vota com o relator. Vota "sim".

Com vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR - MG) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador... O voto do Senador Luiz Henrique é conhecido.

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Senador Waldemir Moka, como vota V. Exª?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Parabenizando o relator, Senador Luiz Henrique, e o Senador Pedro Taques também, voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) - Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Com o relator.

A matéria foi...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Senador, o voto do Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Já completou, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Mas sou titular, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Já está completo o quórum.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Ah, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Independentemente disso, fica registrado o voto favorável de V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – E eu queria também registrar o aplauso a esses Senadores do Acre que têm a fibra de um bandeirante e lutaram muito pelos seus Estados. Não posso deixar de parabenizá-los, Sr. Presidente.

E eu votaria com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – A matéria foi aprovada, com 17 votos "sim", e uma abstenção, do Senador Jorge Viana.

Aprovado o projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE, CRE e CCJ, pela CCJ em caráter terminativo, ficam prejudicados o projeto e as emendas, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar nesta CCJ

Aos Srs. Senadores que já votaram, para agilizarmos, já que todos votaram no primeiro item, pediria a V. Exªs que repetissem a votação, com o registro do Senador Jorge Viana pela abstenção.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É só para registrar que, pelo Regimento, abre-se um prazo de cinco dias para emendas. Portanto, esse turno suplementar tem que acontecer na CCJ na próxima semana.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Se houver um entendimento entre os líderes, não poderemos quebrar esse interstício?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não. As sessões... Não pode.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Estou perguntando aqui ao Presidente.

Podemos, Sr. Presidente? Se houver entendimento entre os líderes, não podemos quebrar o interstício?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Só se estivesse em regime de urgência, e ele não está em regime de urgência.

Abre-se o prazo para emenda, de cinco dias, conforme prevê o Regimento. Por ter sido aprovado o substitutivo, antes de finalizarmos os trabalhos, peço a permissão do meu Presidente, Senador Delcídio do Amaral, para aprovar e pedir a V.Exªs a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião conjunta da CAE – 19ª reunião, da CRE – 23ª reunião e da CCJ – 20ª reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, convidando todos os membros da CCJ para abrirmos agora a reunião da CCJ, para sabatina de sete indicados naquela Comissão.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 55 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia dois de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Gleisi Hoffmann**, **João Pedro**, **Blairo Maggi**, **Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique**, **Vital do Rêgo**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer**, **Randolfe Rodrigues**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana, Marcelo Crivella**, **Clésio Andrade, Ana Amélia, Cyro Miranda e Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 18ª, 21ª, 22ª e 23ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados e ofícios da Presidência. Aprovada solicitação do Senador **Cyro Miranda**, de inversão de pauta, de modo que o item 6 seja deliberado previamente. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº125, de 2011** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado em Haia, no dia 23 de janeiro de 2009."*. Relator: Senadora **Cyro Miranda**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 1– Mensagem (SF) nº 67, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Letônia, cumulativamente ao cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.".* Relatora: Senadora **Ana Amélia.** Resultado: apreciada a mensagem. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 68, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia".* Relatora: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: apreciada a mensagem. O Presidente convida o indicado Pedro Alberto da Silveira Soares a tomar assento à mesa. O embaixador faz sua exposição. O presidente abre o processo de votação. Às onze horas e quarenta e quatro minutos a reunião é tornada secreta e é reaberta às onze horas e cinquenta e oito minutos. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 71, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano, e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta".* Relator "ad hoc": Senador **Aloysio Nunes Ferreira.** Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 70, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil à República do Zimbábue".* Relatora "ad hoc": Senadora **Ana Amélia.** Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº629, de 2010** de autoria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que *"Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL em Matéria de Cooperação e Assistência frente a Emergências Ambientais, adotado pela Decisão nº 14/04 do Conselho do Mercado Comum, em 7 de julho de 2004."*. Relator "ad hoc": Senador **Luiz Henrique**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. São apreciados os Requerimentos: **Requerimento nº612, de 2011**, de autoria do Senador **João Pedro** que "*Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no período de 08 a 12 de junho de 2011, do 6º Fórum Mundial da Água, em Estrasburgo – França, e, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, comunica que estará ausente dos trabalhos da Casa no citado período."* Relator: Senador **Aníbal Diniz**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Requerimento nº613, de 2011**, de autoria do Senador **Paulo Davim** que "*Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no período de 08 a 12 de junho de 2011, da Reunião Preparatória para o Fórum Mundial da Água, em Estrasburgo – França, e, nos termos do art. 39 do referido Regimento, comunica que estará ausente do país no citado período."* Relator:

Senador **Aníbal Diniz.** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. Fazem uso da palavra, durante a reunião, os Senadores: **Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Cyro Miranda** e **Ana Amélia**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. Senador **FERNANDO COLLOR,** Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 18ª, 21ª, 22ª e 23ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Esta Comissão recebeu ofício do Exmº Sr. Comandante da Marinha do Brasil, por meio de sua assessoria parlamentar, convidando os integrantes desta Comissão para uma visita experimental ao Centro Experimental de Aramar.

Peço à Secretaria desta Comissão que faça chegar às mãos das Srªs e dos Srs. Senadores a íntegra deste convite e solicite àqueles ou àquelas que desejarem participar dessa visita oficial que façam chegar à Secretaria desta Comissão esse desejo para que possamos, então, formatar a viagem.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (PL nº 2/2011, do Congresso Nacional), está aberto desde ontem, dia 1º de junho, nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O referido prazo encerrar-se-á, impreterivelmente, às 18 horas do dia 6 de junho, segunda-feira próxima.

Informo que só serão aceitas sugestões de emendas de texto, uma vez que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO deliberou pela não inclusão do Anexo de Metas e Prioridades. Além disso, esclareço que as emendas devem ser encaminhadas a esta Comissão pelo sistema de emendas disponibilizado pelo Prodasen, e uma via assinada pelo autor, Senador ou Senadora, deverá ser entregue na Secretaria desta Comissão.

Acrescento que a relatoria da matéria está a cargo do Senador Ministro Francisco Dornelles e a data que deliberaremos será a do dia 9 de junho de 2011, quinta-feira, em nossa reunião ordinária, às 10 horas da manhã.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para uma questão de ordem, Senador Cyro, por favor.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria, por gentileza, se seria possível a inversão de pauta. Sou Relator do item 6. Tenho um compromisso fora, em outro Estado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Coloco à deliberação do Plenário a solicitação do Senador Cyro Miranda, pedindo a inversão da pauta, passando o item 6 a ser o item 1 da pauta do dia de hoje.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com essa inversão, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Relato do 7º Painel.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, nesta segunda-feira, dia 30 de maio, a 7ª Audiência Pública sobre os Rumos da Política Externa Brasileira, para analisar a influência da China e do Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional.

O primeiro expositor foi o Professor Henrique Altemani de Oliveira, da PUC de São Paulo, para quem a diplomacia chinesa legitima sua presença em África assumindo-se como um parceiro do seu desenvolvimento, sob o *slogan* da cooperação sul-sul e das relações mutuamente benéficas. Ele ressaltou que a China é um ator interessante para a África por não interferir nos sistemas políticos dos seus países. O Professor Altemani destacou a estratégia da cooperação técnica, financeira e tecnológica sem a imposição de condições para manter fontes contínuas e seguras de abastecimento e garantir a sustentabilidade de seu crescimento econômico.

Além disso, lembrou que os 54 países africanos representam mais de 25% dos votos nos fóruns internacionais, fator que considera um atrativo muito forte não só para a China, mas também para o Brasil.

O segundo palestrante, o Prof. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, assessor da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência de República, destacou que, dos dez países que mais cresceram no mundo, seis estão na África, um continente que possui 16% das reservas provadas de petróleo, o segundo manancial de água doce e o maior manancial de terra arável do mundo, o que tem provocado uma disputa cada vez maior pelos recursos naturais e pelo mercado africano.

A manifestação mais importante da presença chinesa em África, na análise do Prof. Ramalho, deu-se em 2008, quando a China reuniu 48 chefes de Es-

tado africanos para relançar o projeto de cooperação no marco do desenvolvimento comum, envolvendo a criação de zonas econômicas especiais da China em vários países, o que favoreceu o acesso à terra, aos recursos minerais e à água de que a China necessita para o seu desenvolvimento econômico.

Essa atuação cria apreensão no Brasil, também interessado no acesso aos mercados e na afirmação de sua liderança, preocupado com a zona de paz e cooperação no Atlântico Sul.

Em seguida, falou o Prof. Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos de China, Ásia e Pacífico. Ele destacou a simpatia que as elites africanas têm pela China, que se apresenta como país em desenvolvimento, um pouco mais musculoso, com renda e que pode ajudar mais aqueles que estão precisando, além de não impor condições.

O maior problema, em sua opinião, são os antigos poderes coloniais, que utilizaram o Fundo Monetário Internacional para bloquear um dos grandes projetos africanos, um investimento de US$10 bilhões para reconstrução econômica do Congo. O analista recordou o discurso do Presidente Barack Obama ao Parlamento Britânico, no último dia 25, em que mencionou os novos poderes que surgiram no mundo – Brasil, China e Índia, argumentando contra aqueles que dizem ser essa ascensão responsável pelo declínio dos Estados Unidos e Europa, que "nossa liderança é agora –Presidente Barack Obama, dizendo –, "porque temos os valores, a ciência, a tecnologia, e podemos continuar influenciando o mundo", pensamento que foi interpretado como uma clara divisão norte-sul.

Por sua vez, o historiador Antonio Barbosa, consultor legislativo do Senado Federal, recordou a organização política da China, baseada na longevidade, na permanência e na forte influência do pensamento confuciano, cujos princípios nem mesmo a revolução cultural de Mao Tsé-Tung conseguiu abafar. Destacou a atuação do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chu En-Lai, na conferência que lançou o movimento dos não alinhados em Bandung, Indonésia, em 1955.

Naquela ocasião, o líder anunciou os cinco princípios que iriam nortear a política da China de não alinhamento e não submissão ao que ele chamou aos síndicos que haviam dividido o mundo em dois grandes condomínios.

São estes os cinco princípios a que ele se refere: o respeito à soberania; a não-agressão; a não-ingerência; a igualdade; os benefícios mútuos, dando sinais claros de um espaço próprio que permitiria à China estabelecer parcerias e cooperação com o mundo, que tentava sair da miséria e do atraso.

Para o consultor, o Brasil teve dois grandes momentos em que poderia ter empenhado uma nova visão de política. O primeiro deu-se em 1955, com os estudos do Prof. Josué de Castro sobre a fome no mundo, que levaram à criação da FAO; o segundo, quando sediou a grande Conferência Rio-92, que trouxe chefes de Estado e de governo para discutir o meio ambiente, mais um impulso do qual o Brasil poderia ter-se valido para levar adiante uma outra forma de se fazer política.

O quinto e último expositor foi o Professor Jorge Lasmar, da PUC-Minas Gerais. Ele atribui a dificuldade, cada vez maior, de continuar com a prática de atos terroristas o novo envolvimento da Al Qaeda em atividades criminosas para financiar a sua atuação, como fraudes, tráfico, roubo, extorsão, contrabando e crimes na Internet, entre outros.

Destacou a presença da rede em vários países da Europa, do norte e do leste da África, da Península Arábica, da Ásia-Pacífico e, inclusive, no Brasil.

Lembrou o especialista que os agentes mais ativos da Al-Qaeda estão hoje na África, onde o escritório antiterrorismo da União Africana é mal equipado e dispõe de poucos recursos.

Contribuem também para essa presença as fronteiras porosas, a existência de governos corruptos, as fragilidades das instituições e o alto grau de informalidade das economias africanas.

O leste africano tem sido a prioridade da Al-Qaeda desde a década de 1990 e, na região, há vários grupos com concessões com a rede, em virtude da crescente radicalização da população mulçumana e a proximidade com a Península Arábica.

Como mostrou o Professor Lasmar, a Al-Qaeda atua em seis países africanos, com forte presença de interesses brasileiros. Esse é um aspecto que cabe aqui destacar, Srªs e Srs. Senadores, para o qual devemos dar o máximo de atenção.

Na próxima segunda-feira, dia 06 de junho, às 18 horas, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizará o oitavo e último painel deste primeiro ciclo de debates, com o tema: O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, suas perspectivas. Com a presença dos seguintes palestrantes: o Embaixador Ronaldo Sardenberg; o Professor Creomar Lima Carvalho de Souza, do Ibmec; o Professor Danny Zahreddine, da PUC-Minas Gerais, e o Professor Albert Fishlow, da Universidade de Colúmbia, dos Estados Unidos, sugestão essa do Senador Luiz Henrique, de Santa Catarina, que inclusive fez moções junto ao Professor Albert Fishlow para que ele pudesse aqui estar no próximo dia 6, e queremos agradecer, mais uma vez, ao Senador Luiz Henrique pela iniciativa.

Continuando o anúncio que fiz da nossa próxima audiência pública, no dia 6 de junho, e contando mais uma vez com a presença e a participação das Srªs e dos Srs. Senadores desta Comissão, comunico que o segundo ciclo de audiências públicas, já que, no próximo dia 6, com disse, estaremos encerrando o primeiro deles, tratará do tema economia e finanças e terá início no próximo mês de agosto, a partir do dia 8.

Informo, por fim, que os oito painéis realizados deste primeiro ciclo serão reprisados pela TV Senado, a partir do próximo dia 13 de junho, no mesmo dia e horário das audiências, ou seja, toda segunda-feira, às 18 horas, ou iniciando logo após o término dos trabalhos no plenário do Senado.

Agora, sim, recebemos ofício do Dr. Roberto Teixeira da Costa, um dos palestrantes aqui da nossa penúltima audiência pública, em que ele faz o relato do convite que recebeu da Comissão de Relações Exteriores para tratar do tema: Mercosul – que foi objeto daquela audiência pública, um balanço dos vinte anos do Tratado de Assunção, em que ele discorre sobre a impressão que teve dessa audiência pública, incluindo aqui também as opiniões que ele emitiu no decorrer da sua exposição.

Eu peço à Secretaria que providencie a transcrição na íntegra dessa comunicação que nos faz o Dr. Roberto Teixeira da Costa e também que distribua a cada uma das Srªs e Srs. Senadores uma cópia do referido documento para conhecimento de S. Exªs.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, de acordo com a redação do art. 3º do Ato nº 2 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, segundo o qual, "salvo situações extraordinárias, nenhuma reunião será realizada sem que a pauta, devidamente preparada pela Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seja enviada aos membros dois dias antes de sua realização", apenas situações extraordinárias justificam a inclusão de matérias não agendadas previamente.

Chegaram à Comissão os Requerimentos nºs 612 e 613, de 2011, dos Exmos Srs. Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, em que requerem autorização para viagem internacional a fim de participarem do Fórum Mundial da Água, na França, no período de 8 a 12 de junho. Tendo em vista a data da viagem, percebe-se o caráter urgente da aprovação dos requerimentos por esta Comissão, o que caracteriza situação extraordinária exigida para que tais proposições sejam incluídas na pauta da reunião de hoje, como eu sugiro e proponho aos senhores também assim entenderem.

Eu devo consultar os senhores membros da Comissão se podemos deliberar os Requerimentos nºs 612 e 613, de 2011, com essa solicitação de ausência do País, com a finalidade de os Senadores atenderem a convite feito pelo governo francês para que possam estar presentes ao Fórum Mundial da Água naquele país.

As Srªs e os Srs. Senadores...

Em discussão.

Sr. Senador Anibal, V. Exª deseja usar da palavra?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para manifestar concordância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

Alguém mais? Algum Senador ou alguma Senadora deseja discutir o assunto? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos nºs 612 e 613, de 2011.

Quero também comunicar às Srªs e aos Srs. Senadores que estou encaminhando hoje a cada um dos gabinetes dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras mais um ofício, reiterando a necessidade de que seja atendido o que foi votado no plenário desta Comissão. Sei que, muitas vezes, esses convites surgem em cima da hora – como foi esse o caso – e que, nesses casos, caracterizando-se como situações extraordinárias, conforme preveem os Atos que conduzem as normas de procedimentos da Comissão de Relações Exteriores, nós assim acolhemos e colocamos à deliberação do Plenário.

Mas, nesse ofício, solicito, mais uma vez, o máximo esforço que possa ser feito por parte das Srªs e dos Srs. Senadores para que esses requerimentos nos cheguem aqui em tempo hábil a fim de obedecermos, no senso mais estrito, ao que rezam os Atos que aqui foram aprovados pelos membros desta Comissão.

Muito obrigado.

Passando à pauta do dia de hoje e tendo sida aprovada a inversão, a pedido de S. Exª, o Senador Cyro Miranda, iniciaremos pelo Item 6, não terminativo.

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 125, DE 2011

Aprova o texto do Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado em Haia, no dia 23 de janeiro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável à matéria.

Concedo a palavra à S. Exª, o Senador Cyro Miranda, para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, pela gentileza da inversão de pauta.

Srs. Senadores, com fundamento no exposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 291, de 4 de junho de 2010, submete ao Congresso Nacional o texto do Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Execução de Penas Impostas por Julgamentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, assinado na Haia, em 23 de janeiro de 2009.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da mensagem formulada por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Após ser distribuído também para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 8 de junho de 2010 e o projeto de decreto legislativo que aprovou o texto do tratado por ela encaminhado foi votado em plenário em 20 de abril de 2011, sendo, em seguida, encaminhado ao Senado Federal.

Nesta Casa a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, na Comissão, a este relator, em 9 de maio de 2011. Após cumprir prazo regimental sem ter recebido emendas, vamos à análise.

Cuida-se de um acordo de cooperação na área de execução penal entre os dois países, que possuem intenso intercâmbio comercial, cultural e turístico. Seu objetivo é permitir, caso haja vontade do condenado, o seu translado para o país de origem, com todas as vantagens humanitárias, sociais e econômicas que a medida pode proporcionar. Tal característica está bem registrada na exposição de motivos do Ministro de Estado, Interino, das Relações Exteriores, anexada à Mensagem Presidencial. Quanto à forma, o tratado foi firmado com intuito, primeiramente, de proporcionar às pessoas que se encontrem privadas de liberdades, em relação de uma decisão judicial, a possibilidade de, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua, cumprirem pena em seu próprio país, onde estão mais adaptados social e culturalmente, além de mais próximos de suas famílias.

O tratado tem dezessete artigos, nos quais se estabelecem as condições para transferências dos presos e para execução de penas. No art. 2º, está o princípio geral de que a solicitação de transferência pode ser expressa pela pessoa objeto da condenação ou da execução e pode ser formulada tanto pelo Estado de condenação quanto pelo Estado de Execução.

No art. 3º, estão as condições de transferência. Exige-se que o condenado seja nacional do Estado de execução, que o restante da pena seja de pelo menos doze meses, que a sentença condenatória seja definitiva e exequível, que haja a prévia anuência do condenado, que a causa da condenação seja tipificada como crime na legislação do Estado de execução e que haja a concordância de ambas as partes com transferência.

As solicitações serão feitas pelos Ministros da Justiça e seus requisitos formais estão no art. 1º, podendo ser efetuadas por meio eletrônico, caso tal procedimento tenha sido acordado previamente e de forma que se preserve a garantia de autenticidade dos documentos.

No art. 6º, dispõe-se que as partes poderão negar as transferências solicitadas.

Digno de menção é o disposto no art. 8ª, que garante ao Estado de condenação a retenção da jurisdição exclusiva com relação à natureza jurídica e à duração da pena, não podendo a mesma ser agravada pela sua natureza ou duração pelo Estado de execução.

O transporte da pessoa condenada será de responsabilidade do Estado de execução, com as garantias definidas no art. 12.

A inovação do tratado em tela reside no art. 14, nos termos da exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, anexada à mensagem presidencial. O dispositivo representa um instituto moderno que amplia os horizontes de persecução criminal, denominado transferência da execução da pena. O mecanismo permite que, em caso de fuga de uma pessoa condenada para seu Estado de origem, possa o Estado sentenciador transferir aquela à execução da pena. Essa novidade confere maior eficácia à cooperação jurídica em matéria criminal, uma vez que alcança, observando os direitos do condenado, casos em que não seja possível a extradição.

Importante registrar que o acordo estabelece constantes mecanismos de comunicação recíprocos que garantem a cooperação e a certeza de que seus ditames sejam praticados sem prejuízo para soberanias e para os direitos individuais.

Os artigos finais dispõem sobre a vigência e condições da entrada em vigor e de denúncia, valendo destacar que o mesmo se aplicará à execução de penas impostas antes e depois de sua entrada em vigor, art. 16.

Por fim, lembre-se de que o artigo em análise insere-se no quadro de outros instrumentos internacionais análogos que o Brasil tem firmado com nações amigas, como Argentina, Canadá, Espanha, Reino Unido, Chile e Paraguai. Em todos esses tratados, não ocorre o possível óbice da existência da pena de morte na legislação da outra parte, o que, à primeira vista, se apresentaria como um fator contrário ao móvel do entendimento, que é a humanização do cumprimento da pena.

Do voto.

Com base no exposto, consideramos ser todo conveniente aos interesses do País a ratificação do tratado em análise. Opino pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 125, de 2011.

Era o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda, pela leitura do seu relatório, que coloco agora em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria irá à Secretária-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 67, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LEDA LÚCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Letônia, cumulativamente ao cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Observação: *Dia 26/05/2011, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.*

Esse item 1 refere-se à indicação para, cumulativamente com o cargo atual, exercer o cargo de embaixadora não residente junto a outro país. Nessa modalidade de indicação, não são necessárias a presença e a sabatina da autoridade indicada, uma vez que já foi objeto de arguição pública, quando de sua indicação para a embaixada residente. Assim, a votação do item 1 será feita juntamente com o item 2, por meio de cédula única, contendo o nome dos dois indicados para os respectivos cargos, após a sabatina do Embaixador Paulo Alberto da Silveira Soares, indicado para a República da Indonésia, conforme o item 2 dessa pauta.

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM, DO SENADO FEDERAL, Nº 68, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Autoria: Presidenta da República. Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observação: *Dia 26/05/2011, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.*

Convido para que tome assento à mesa o Embaixador Paulo Alberto da Silveira Soares, indicado para representar o nosso País na República da Indonésia. Seja V. Sª muito bem-vindo. (Pausa.) Informo ao indicado que o tempo destinado à exposição será de vinte minutos, com uma tolerância de dois minutos.

Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se já posso deixar aberto o processo de votação para os Srs. Senadores que desejarem, por motivo de presença em outras Comissões, exercer o seu direito de voto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, em se tratando de dois diplomatas de grande conhecimento, de uma carreira bem-sucedida, experientes, capazes, que representam os primeiros quadros do Itamaraty, opino para que possamos iniciar as votações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Há mais alguém que queira discutir? (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com a abertura do início da votação permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Solicito ao Sr. Secretário desta Comissão que dê prosseguimento ao processo de votação e passo, agora sim, a palavra ao Sr. Embaixador Paulo Alberto da Silveira Soares.

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Exmº Sr. Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, permita-me um minuto para fazer referência à 22ª Reunião Extraordinária que o senhor presidiu em audiência pública, na qual realizou-se um painel dentro de um fórum, entendo eu, dos rumos da política externa brasileira. Não poderia ser mais tempestivo, mais oportuno, mais enriquecedor, inclusive – pessoalmente, para mim, e acredito que para os outros Senadores aqui presentes –, do tema que foi trabalhado no Painel 7, que o senhor presidiu, sobre a influência da China e da Al Qaeda na África setentrional e meridional.

Então, se me permite, antes de entrar na apresentação sobre a Indonésia, quero parabenizá-lo por sua iniciativa tão construtiva, tão necessária, tão urgente. O que está acontecendo no mundo é a China – a China na África, a China na Indonésia, a China no Brasil – de modo que, parece-me... Enfim, é uma observação individual, não devia fazê-la, mas faço, porque me impressionou muito o nível dos painelistas, a maneira como o senhor conduziu o painel, o interesse dos Senadores que estavam aqui presentes, de modo que isso me parece que é um envolvimento da Comissão de Relações Exteriores com o que está acontecendo agora no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado.

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Bem. Indonésia.

Como o tempo não é muito longo, eu me permitiria dividir, sucintamente, esta apresentação em três abordagens, em três rápidos blocos, sucintos: a Indonésia como economia emergente em um cenário global, regional, internacional; o desenvolvimento e o aprofundamento das relações bilaterais, regionais e internacionais Brasil-Indonésia e o contexto global, evidentemente, em que se posicionam os dois países; e, finalmente, uma muito sucinta abordagem sobre um plano de ação, de estratégia diplomática, que eu tencionaria desenvolver na Indonésia, em Jacarta, obviamente se merecer a aprovação desta nobre Comissão de Relações Exteriores.

A Indonésia como economia emergente.

Como os senhores poderão observar no mapa do Google à esquerda, a Indonésia é um conjunto de arquipélagos pequenos, médios e até continentais. São algo como dois milhões de quilômetros quadrados de arquipélagos. Nesse conjunto de ilhas, habitam 243 milhões de habitantes – portanto, um mercado com um potencial enorme, uma classe média em ascensão, massa crítica populacional.

Distribuem-se, nessas 17 mil ilhas, recursos minerais fartos como carvão, petróleo – não se esqueçam de que a Indonésia foi membro da Opep; hoje ela importa petróleo, o consumo é enorme, não pára de crescer –, petróleo, gás, carvão, outros recursos minerais de menor porte, mas importantes, *commodities*, recursos agrícolas abundantes, óleo de palma, açúcar, café, soja, importa, mas está produzindo. E nos últimos dez anos, o que se presencia, é o crescimento da poupança externa em direção ao mercado da Indonésia, ou seja, investimentos em massa internacionais, regionais, do FMI ou do Banco Asiático de Desenvolvimento.

Portanto, essa é uma economia que pode perfeitamente classificar e já é, reconhecida internacionalmente como uma economia emergente como o Brasil. Tão emergente quanto a China, como a Índia, como a Rússia, como o Brasil, como a Turquia.

De modo que quer nos parecer que com taxa de crescimento econômica que mesmo durante a crise alcançou dois milhões em 2009. Em 2009, o crescimento econômico da Indonésia o PIB cresceu 4%. Em 2010, final do ano passado, 6.2% e a previsão para 2011, é superar 6.6, 6.7, até 7%. Então, uma economia plenamente emergente.

Os Senhores me perguntarão: Mas embaixador e as discrepâncias sociais? Bom é muito parecido com o Brasil na verdade. Então, o crescimento é tão caótico como o crescimento brasileiro. E por isso ser tão desafiante, como a China, como a Índia e como a Rússia. Mas o fato é que ele está muito bem estrategicamente posicionada e eu estou há quatro anos e meio, como Embaixador em Cingapura, Senador, e viajo muito à Indonésia, quando há tempo, e vejo aquilo borbulhar, parece a New China, é impressionante. O setor imobiliário é especulação imobiliária, o setor de turismo. O setor de turismo é uma indústria impressionante, realmente cresce avassaladoramente. O investimento de infraestrutura, a programação do atual Presidente é de investir algo com em torno de US$ 250 milhões, de aeroportos, rodovias infraestrutura energética, infraestrutura agroindustrial.

Portanto, são parâmetros muito parecidos com o Brasil Daí o potencial que existe a ser desenvolvido, a ser implementado entre os dois países.

Diria também sobre um enfoque mais político que a Indonésia passou por um período de 50 anos de ditadura militar, desde o famoso General Sukarno, o grande patriarca, assim digamos dos Movimentos dos Não-Alinhados, em 1955, até ser substituído por um outro ditador, por um outro ditador General Suharto, que governou durante 30 anos, até gradualmente passar uma lenta transição ao regime democrático, com efeito ao Presidente atual que é o Susilo Bambang Yu-

dhoyono, que foi eleito em 2004, por voto indireto com regime democrático já implantado nos últimos anos e reeleito em 2009, também pelo voto direto, enfim, domínio do regime democrático, como no Brasil.

Diria também que em termos de emergente economia mundial o relacionamento da Indonésia com a China e da Indonésia com a Índia, é um relacionamento que nós similarmente estamos experimentando, ou seja, há uma grande preocupação com a Indonésia sobre, se me permite, a inundação de produtos, tecnologia e investimentos chineses, massivo. Isso pessoalmente eu tenho sentido lá e visto a olhos nus. Muito parecido com o Brasil, também, onde há essa avassaladora presença chinesa em produtos de investimentos e tecnologia no Brasil.

Então, eu estou focando essas semelhanças para então chegar a parte do conjunto das relações bilaterais em que presenciamos situações parecidas.

Agora, Srs. Senadores, membros desta Comissão de Relações Exteriores o relacionamento com o Brasil vem desde 1953. O Brasil inaugura uma Legação em Jacarta em 1953, ou seja, é a primeira embaixada no contexto asiático a se instalar. E, ao longo dos anos, o relacionamento não diria que foi extraordinário, não foi, mas o fato é que, já em 1961, adotamos uma Declaração Econômica. Em 1996, já havia um Memorando de Entendimento para Estabelecer as Consultas Bilaterais, que realmente estão agora acontecendo.

Há um salto. E digamos que, nos últimos dez, doze anos, o relacionamento bilateral se expande, gradualmente, mas se expande. E não para de se expandir.

Em 2007, assina-se o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista de Cooperação Bilateral. Logo em seguida, em 2008, um Protocolo de Intenções para a Cooperação Técnica na área de etanol, combustível. Depois vou falar dois segundos sobre o etanol, sobre a estratégia brasileira no setor de etanol e energia renovável.

Há um acordo para isenção de vistos para os portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e serviços.

Há um importante Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia e Mineração. Dois setores muito fortes na Indonésia, na economia indonésia.

Em 2008, com a visita do ex-Presidente Lula, também formaliza-se um Memorando de Entendimento sobre Cooperação no setor agrícola e agroindustrial. Um memorando também muito interessante e que pode ser implementado, Memorando de Entendimento sobre Erradicação da Pobreza. E, finalmente, em novembro de 2008, uma Declaração sobre o estabelecimento de uma Parceria Estratégica, Brasil-Indonésia. Isso aconteceu, os senhores se lembrarão, quando da visita do Presidente Yudhyono a Brasília em novembro de 2008.

Atualmente, a partir de outubro de 2009, implanta-se um plano de ação para realmente fazer funcionar, e não ficar no papel, essa parceria estratégica.

Diria também, Sr. Senador, que temos verificado no plano das relações bilaterais uma intensa diplomacia parlamentar dos indonésios com o Brasil. São várias comissões, seis ou sete: agricultura, energia, meio ambiente. Estão muito ativos, tão ativos que, em janeiro de 2011, o parlamento indonésio institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Indonésia, com propósitos de realizar uma visita do equivalente da Comissão de relações Exteriores Parlamentar do Parlamento dos Legisladores indonésios ao Brasil.

A contrapartida, por outro lado, não é minimamente semelhante. Houve uma rápida, passageira, visita do ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Heráclito, se não me falha a memória, em 2007 a caminho de Bali, na Conferencia de Mudança de Clima. De modo que, e ontem comentei com alguns dos senhores Senadores aqui da Comissão de quão oportuna seria a organização, Senador Collor, de uma missão parlamentar. Seria a primeira missão parlamentar de verdade, digamos assim, para usar um português mais direto. Que eu saiba não houve, até o presente momento, nenhuma missão parlamentar densa, substantiva da Comissão de Relações Exteriores nesse longo cinquenta anos de história do nosso relacionamento bilateral. Digo isso porque, no relacionamento bilateral, a minha experiência em Cingapura foi um pouco isso, em Buenos Aires mais ainda, a importância da Interconectividade entre parlamentares, principalmente a Comissão de Relações Exteriores, e a diplomacia econômica, diplomacia comercial, diplomacia multilateral. Portanto, me parece mais do que oportuno já que eles constituíram um grupo de amizade parlamentar Indonésia–Brasil, que virão, possivelmente ainda este ano, ao Brasil, a Brasília, parece-me mais do que oportuno, urgente, necessário e conveniente. Submeto-me, caso seja aprovado meu nome, à organização de uma robusta missão de parlamentares à Indonésia. Isso ajuda o trabalho de todos, nesse esforço de implantar uma parceria estratégica que não permaneça apenas no papel.

Não vou me estender muito mais, mas queria também mencionar, no plano empresarial, como tem sido ativa a presença de certos grupos empresariais brasileiros. E não são pequenos.

A Petrobras, exportando petróleo.

A Vale, que simplesmente adquiriu uma empresa canadense, a Inco, exploradora de níquel na Indonésia. Esse pode ser, na Ásia, o maior projeto mundial - não só da Vale - de aquisição do controle acionário de uma empresa do setor mineral. Agora, vejam que

interessante: presume-se que, nessa mina de níquel em Sulawese, uma daquelas ilhas continentais, há reservas para os próximos duzentos anos, Senador! Então, a Vale, muito profissionalmente, lá está estabelecida.

Mas não só ela: a Embraer fechou contrato – um primeiro contrato, de uns cinco a seis – relativo àqueles aviões militares, os Tucanos, para o Ministério da Defesa, com uma extensão, com uma opção de mais de vinte. E, antes de partir de Cingapura, conversei com o diretor da Embraer em Cingapura, e ele me disse que há uma perspectiva de isso se ampliar substantivamente, até para a aviação civil. A Garuda é uma empresa de aviação civil na Indonésia que está se expandindo muito, se reciclando, e já sinalizou que deseja, para os voos regionais, aqueles aviões de cem lugares que a Embraer está produzindo, muito eficientemente, uma oportunidade positiva e competitiva com o produtor chinês.

Bem, a Braskem também está aí.

Ontem estive conversando com o diretor da Embrapa, e há um projeto muito interessante, e isso é uma estratégia que até me proponho a desenvolver, quando eu estiver lá - mais uma vez, se for aprovado por esta nobre Comissão para ser embaixador em Jacarta: o etanol não como produto final apenas, mas como um investimento produtivo, ou seja, uma inteligente transferência de tecnologia do nosso etanol, não só para *biofuels*, ou seja, não só para combustível, mas para geração da indústria dos plásticos, desenvolvendo-se num mundo consumidor de 240 milhões de habitantes como é a Indonésia, e para geração de energia elétrica. Isso é o que me parece mais interessante ainda: que o etanol, nos próximos cinco a dez anos – isso é uma estratégia de curto, médio e longo prazo -, possa tornar-se uma *market commodity*, como o petróleo, cotado como petróleo. Os senhores já imaginaram, Srs. Senadores? Duzentos e quarenta e três milhões de consumidores em suas motocicletas, em seus carros, na Indonésia, na Malásia, no Vietnã, na Tailândia e até na China, dirigindo seus carros com flex! Isso gera empregos, que é o que eles mais precisam também – são quase 700 milhões de habitantes, de consumidores no sudeste asiático, e isso é uma estratégia revolucionária! E não estou nem falando da China.

Eu estive extensivamente conversando com a Petrobras e com outros do setor privado também, e isso é um projeto de médio e longo prazo – não vai acontecer amanhã -, ao longo desta década. Se o Brasil consegue penetrar com o etanol numa estratégia de transferência de tecnologia, com geração de empregos, se isso interessa e beneficia a Indonésia e aos vizinhos.

Agora, o que é importante: o Brasil foi credenciado como observador junto à Asean – Associação das Nações do Sudeste Asiático, que hoje tem um viés econômico fortíssimo. Em 2015, eles pretendem constituir uma comunidade econômica. De modo que essa aproximação estratégica, de natureza política e econômica, só beneficiará a todos e sobretudo ao Brasil.

De modo que eu vejo que o nosso relacionamento bilateral tem um grande potencial. Esse plano de trabalho que eu mencionei é um pouco nessa linha, de incentivar uma diplomacia econômica focada em fontes renováveis de energia, em meio ambiente. Eles têm os mesmos problemas que o Brasil tem, mas estão preocupados com o meio ambiente, com a preservação da floresta. Há uma cobertura florestal enorme, mas há também o *slashing* ainda. Mas também há a degradação e a destruição da floresta.

Veja bem, Senador, ao sair de Cingapura, há uma semana, dez dias, o Presidente Yudhoyono, presidente atual da Indonésia, baixou um decreto implantando uma moratória de dois anos, em que estão proibidas licenças para o setor privado ou público de exploração de florestas virgens, como o senhor bem apontou. Há de se tomar cuidado. O devastamento de florestas na Indonésia é sério. Mas essa medida presidencial me parece já uma deferência e uma medida concreta no âmbito daquela reunião das Nações Unidas sobre a preservação ou redução das emissões de carbono. Se isso for cumprido, se, em dois anos, realmente não houver invasão das florestas virgens, vai significar 20% a 26% de redução das emissões de carbono, gases de efeito estufa, até 2020, o que está bem em termos de cumprir o que a Indonésia vinha assumindo na conferência de mudança de clima. De modo que aí eu vejo um universo de potencial, e mais do que potencial, está aí, digamos, a moldura institucional montada.

Temos um plano de ação de parceria estratégica só com a China, em toda a Ásia. Interessante isso, não é? Quer dizer, creio que o desenho institucional está montado. Permita-me reiterar: falta uma diplomacia parlamentar. Porque os senhores terão meios de, ao regressar, constatar que realmente só ganharemos. E só ganharemos em termos de projeção regional e multilateral. São membros do G20, como o Brasil é; são membros do Floresta11, que são os 11 países maiores detentores de florestas; e são também membros, como o Brasil, de outro organismo sobre biodiversidade, são os países megadiversos. Quer dizer, eles estão muito semelhantes ao Brasil e estão também apostando tudo nessa nova era das economias emergentes.

Penso que posso concluir, colocando-me à inteira disposição dos senhores. E, uma vez recebendo o beneplácito e a aprovação dos Srs. Senadores desta nobre Comissão, que tanto me entusiasmou na segunda-feira passada, com o seminário e esse fórum

presidido pelo Senador Fernando Collor, eu só posso agradecer, colocar-me à disposição e estar aqui aberto a perguntas, que, dentro do possível, procurarei responder.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Paulo Alberto da Silveira Soares, pela sua exposição.

Pela lista de inscrição das Srªs e dos Srs. Senadores, temos como primeira inscrita a Exmª Srª Senadora Ana Amélia, a quem passo a palavra, e em seguida, o Senador Luiz Henrique e, depois, o Senador Blairo Maggi.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro embaixador, cumprimento-o pela exposição. Entendi que o senhor sabe muito mais do que o tempo lhe permitiu dizer, mas isso faz parte do nosso código, do nosso Regimento.

Gostaria de mencionar, em primeiro lugar, as questões econômicas.

Essa questão Mercosul-Ásia, por que emperra um acordo entre os dois blocos, o que seria muito prudente, já que se sabe por que isso não acontece em relação à União Europeia.

Na área de produção de energia renovável, que avanços poderemos obter.

E espero que a sua chegada lá apresse a liberação, por parte do governo indonésio, da compra de carne bovina brasileira, o que interessa muito ao meu Estado, ao Estado do Senador Blairo Maggi e de tantos outros que pertencem a esta Comissão.

Tenho curiosidade a respeito de duas questões.

Na área ainda econômica, a questão das florestas, da preservação florestal, já que o Brasil está debatendo, aqui nesta Casa, o Código Florestal recentemente aprovado pela Câmara, como é que a Indonésia administra e preserva este recurso natural?

E, por fim, a legislação da Indonésia a respeito do tráfico de drogas é bastante dura, e não há como desconhecer a gravidade dessa legislação que, para qualquer estrangeiro que chega lá – como eu visitei como jornalista, na visita do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso –, vê-se escrito no passaporte que o tráfico de drogas é passível de pena de morte. Então você não pode desconhecer a realidade. E dois brasileiros estão lá processados por este crime e também condenados à pena de morte.

Então o Governo brasileiro fez várias gestões com relação a esses dois casos, que são do Marco Archer Cardoso Moreira, que está em instância final; e também do Rodrigo Gularte, que ainda é passível de revisão no âmbito do Poder Judiciário.

É possível haver um acordo bilateral de transferência de pessoas como já começou a ser sugestionado? Em que tempo isso poderá ser feito?

Só para terminar, eu gostaria que o senhor fizesse uma avaliação – é claro, se o senhor puder, mesmo porque é um Diplomata e há que ter muito cuidado nisso – sobre essa legislação, se ela realmente tem eficácia em relação ao controle das drogas.

No caso da Indonésia, é um país dividido em muitas ilhas. E uma delas é o Timor Leste, que se tornou independente. No caso do Timor Leste, se já houve o apaziguamento das relações entre o Timor Leste, já independente, com eleições, e o Governo Central de Jacarta?

Muito obrigada ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo imediatamente a palavra ao Senador Luiz Henrique; em seguida ao Senador Blairo Maggi, para fazermos um bloco de três Senadores com as suas respectivas indagações.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, conforme já assinalei no início desta reunião, trata-se de diplomata experiente, que constitui a nata do nosso Ministério das Relações Exteriores, que propiciou uma exposição muito clara a respeito do posto que vai assumir.

Eu gostaria de indagar ao Sr. Embaixador, porque ele mencionou que há hoje um grande processo de investimento, de crescimento econômico na Indonésia. Então eu gostaria de indagar ao Sr. Embaixador se as costumeiras calamidades climáticas naquela região, desde a histórica erupção do Vulcão Krakatoa, que praticamente destruiu aquela ilha, até os mais recentes *tsunamis*, não têm sido um impeditivo para que investimentos estrangeiros se desloquem para aquele país e para aquela região?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente, Senador Fernando Collor; cumprimento o nosso Embaixador Paulo Alberto da Silveira Soares, a quem tive o privilégio e a oportunidade de conhecer, quando ele era Cônsul em Córdoba, em 2005, pois visitei aquela cidade com um grupo de promotores públicos e juízes lá de Mato Grosso, para a gente discutir a Hidrovia Paraguai-Paraná. E também agora, há poucos dias, quando estive em Cingapura, juntamente com uma missão de produtores de algodão, na qual promoveram um encontro com possíveis compradores de toda essa área da Ásia. Mas, infelizmente, nesta viagem, nós não tivemos a oportunidade

de nos encontrar porque houve um desencontro de agendas, pois o secretário da nossa missão acabou se confundindo e passou uma data trocada para a Embaixada brasileira.

Mas, fazendo referência a esses dois eventos apenas para relembrar – e falei por telefone depois com V. Exª também –, eu sempre defendo que nossos embaixadores, nossos cônsules-gerais se preocupem com a questão da economia brasileira, se preocupem em abrir mercados, conversar, aproximar o empresariado local, onde está servindo, aproximá-lo dos nossos empresários brasileiros. Sempre há a possibilidade de algum negócio. Tudo depende de saber o que eu tenho para vender, o que o outro quer comprar e vice-versa.

Gostaria de deixar esse lembrete de que, além das atribuições normais da diplomacia no dia a dia, que também é uma atribuição do embaixador representar e procurar aumentar a economia brasileira que o senhor desse uma atenção especial, nessa sua nova missão, sobre a questão do algodão nessa região.

O Brasil, depois de muitos anos como grande exportador passou a ser importador por mais de uma década. Depois de uma correção de rumos voltamos a ser um grande produtor, abastecemos o nosso mercado interno e somos grandes exportadores, podendo ter para a safra de 2011/2012 mais de 1 milhão de toneladas de algodão a ser vendida para o mercado internacional. Portanto, precisamos conversar, montar nossas operações, reunir os possíveis compradores, associações, as tecelagens e mostrar que, de fato, o Brasil tem uma produção estável e que essa estabilidade se dá por vários motivos: por questões trabalhistas, que obedecemos com todo o rigor, por questões ambientais onde estamos todos nós trabalhando para estarmos enquadrados. Mas, principalmente, por termos uma pesquisa atuante, tanto no âmbito estatal como no privado, nas fundações, que darão uma tranquilidade para que os compradores desses países por onde o senhor está passando, principalmente agora na Indonésia, para que nos possamos reabrir o nosso mercado, uma vez que já foi parte nossa e o perdemos por incapacidade.

Quero cumprimentar V. Exª e que tenha uma boa estada e um bom mandato como nosso embaixador em um país amigo que a Indonésia para onde o senhor irá agora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Eu pediria a permissão a V. Exªs para aditar uma outra indagação ao Sr. Embaixador no que diz respeito às relações hoje, em que nível se encontram entre a Indonésia e o Timor Leste e uma perspectiva dessas relações para um futuro próximo.

Tem V. Exª a palavra para responder às perguntas formuladas pela Srª Senadora Ana Amélia e pelos Srs. Senadores Luiz Henrique, Blairo Maggi e eu próprio.

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Muito obrigado, Senador. Vou tentar ser sucinto para não ocupar muito do seu valioso tempo.

Senadora Ana Amélia, a primeira pergunta foi: Por que não o Mercosul Asean.

Como é do seu conhecimento que já houve uma reunião dos Ministros das Relações Exteriores em novembro de 2008, os 10 Ministros das Relações Exteriores da Asean e os 4 Ministros das Relações Exteriores do Mercosul aqui em Brasília.

Foi uma primeira pré-reunião, como aproximar, inclusive foi uma idéia nossa do Itamarati. Vamos também, por que não, abrir o Mercosul-Asean. Afinal de contas, são quase 700 de consumidores em plena expansão. Nós interessa, somos complementares, somos competitivos com os outros que fornecem ao mercado Asean, como a China, a Índia, Austrália, Nova Zelândia, Japão, Coréia do Sul.

Houve uma segunda reunião nas Nações Unidas na Assembléia Geral no ano seguinte, em 2009, e houve uma perda de dinamismo em relação a 2008.

Razões óbvias, é complicado porque, embora o Brasil tenha todo esse *background,* de aproximação, os outros três países, Argentina, Uruguai e Paraguai precisam ser mais motivados . É uma questão também de ser um pouco mais agressivo.

Por outro lado, colocamos também um ponto de interrogação sobre a avassaladora rapidez com que a Asean está promovendo acordos de livre comércio. Nos interessará realmente? Esse é um processo; é por etapas. Parece que seria uma posição de maior preocupação da nossa parte. Não é impossível, mas, para ser bastante franco, tenho a impressão de que, com a nossa agressividade, que pretendo implantar na Indonésia, nas áreas econômica, comercial, ciência e tecnologia, isso vai começar a soar nos ouvidos dos argentinos, dos uruguaios e até dos paraguaios. Então, vamos *level the playing fields*, vamos aterrar, aplainar o campo. Somos já credenciados na Asean com o Peru; o Peru também está credenciado.

De modo que, não sou pessimista, não; é possível convencer os nossos parceiros do Mercosul que vale a pena também partir para, senão um acordo de *free trade*, acordo de livre comércio, para um acordo de complementação econômica. É possível. Atualmente, estamos quase concluindo um acordo de complementação econômica Brasil-México, independente dos outros parceiros do Mercosul. Então é factível, isso vai demorar um pouco. Acho que o Brasil vai ter uma liderança normal, por inércia mesmo, e tenho a impressão

de que isso poderá motivar o Mercosul como um todo, aprofundar mais e voltar a reunir-se...

A senhora perguntou também sobre o tema do algodão, da carne bovina e das aves. Por que não exportamos carne bovina nem carne de aves para a Indonésia? Estive conversando com empresários brasileiros que inundam o mercado cingapuriano, por exemplo, de aves e de carnes. Estamos exportando muito bem. Isso é apenas uma questão de sentar e conversar com os importadores e com o próprio governo, a fim de convencê-los, persuadi-los, a acomodarem sua legislação, porque eles importam da Austrália. A Austrália invade o mercado indonésio de carne, e a nossa carne é tão boa quanto a deles, compreende? É uma questão de agressividade comercial também, de maior mobilidade. O grande potencial de exportação de carnes e de aves também...

A Brasfood está muito atenta. É questão de se conversar com as autoridades sanitárias também. Eles têm alguns bloqueios, porque só importam de países que estão livres de doença aftosa em todo o país. Isso é muito relativo. Nenhum país mais aplica isso, nem o Japão, nem Cingapura nem os outros vizinhos. De modo que é questão de diplomacia, de presença de missões empresariais, instituições, de presença do Ministério da Agricultura também – aliás, tanto o nosso Ministério está muito ativo como o ministério deles. Temos uma agenda são desafiante, tão vibrante, que esses dois itens são muito importantes, assim como o tema do algodão também, com o qual podemos penetrar com muito mais intensidade.

A senhora perguntou sobre preservação florestal e energia renovável, justamente aquele tema do etanol. Mais renovável do que o etanol não é possível, menos poluidor, o mais econômico e gerador de empregos. Esta é uma das áreas prioritárias: a ampla cooperação em energia renovável, preservação da floresta, que, como bem atentou o nosso Senador Fernando Collor, é um problema denso, é um sério problema do Governo. Eles têm investido muito, esse decreto me parece uma atitude pragmática. Uma moratória de dois anos prorrogáveis de não tocar mais no que resta da floresta – e resta muito – e de preservar o que está lá virgem. Difícil, porque é um país muito complexo com ilhas, não há controle governamental de pulso, o presidente tem oposições fortes também, então ele governa com outro partido, que é o Golkar, há uma coalizão de dois partidos. Então é um problema tão delicado quanto o nosso tema das reservas florestais. Mas o presidente está tomando atitudes, tomando providências para mitigar e até alcançar os parâmetros de redução das emissões de carbono, de acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.

Vejo isso como algo positivo, não ideal, longe disso. Mas é uma área de importância, de relevância para o próprio governo, para a projeção internacional e para a imagem da própria Indonésia, que é muito castigada por destruir e degradar o solo.

A senhora perguntou sobre um tema muito delicado, que tenho acompanhado lá de Cingapura. Em primeiro lugar, ali os direitos humanos são outros. Então, esse é um logo trabalho, é como costurar em tessitura longa e lenta. Mas o fato é que eles estão lá, não foram executados. Quer dizer, as nossas cartas, as cartas dos nossos Presidentes e dos nossos Ministros estão sendo lidas. Como esse tema, talvez, exija uma elaboração mais delicada, eu gostaria, se o Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, permitisse, de tratar desse assunto num encontro à parte, numa reunião à parte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Faremos uma reunião secreta logo após. Se o senhor se sentir mais à vontade e se a Srª Senadora...

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Isso! Eu preferiria tratar disso numa reunião secreta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu já tinha pensado sobre essa possibilidade, devido à delicadeza do tema. Inclusive, isso está *sub judice*. Na Indonésia, o senhor nos vai representar. Então, poderemos examinar isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senadora.

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Eu lhe agradeço, Senadora.

Em seguida, falou o Senador Luiz Henrique, com quem tive a honra de me encontrar em Córdoba há algum tempo. Na ocasião, além da atividade consular, eu promovia muito a diplomacia estadual – aliás, fiz o mesmo em Cingapura – entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas. No caso de Cingapura, eu ficava até muito honrado, muito entusiasmado, por que os governadores ou secretários de Estado resolveram ver o que, realmente, estava acontecendo em Cingapura. Isso pode repetir-se perfeitamente na Indonésia. Em Córdoba, isso era muito evidente, pela proximidade e pelo potencial enorme que havia.

Sr. Senador, a calamidade climática é terrível. Isso é terrível! Até fico pensando: "Meu Deus do Céu, para onde vamos?". O Cinturão de Fire Belt é um cinturão vulcânico, com falhas vulcânicas. Há erupções vulcânicas por toda a ilha, seguidas de *tsunamis*, como aconteceu em 2004, em 2006, em 2007, em 2009 e até no ano passado. Esse é o grande desafio do investidor. O fato é que, mesmo assim, estão investindo densamente ali. O Brasil também está investindo ali. O que

a Embraer, a Petrobras ou a Braskem estão fazendo lá? Isso não é verdade?

Felizmente, em Jacarta, não houve, até hoje, nenhum incidente mais comprometedor. Essa região está um pouco mais protegida. Ali, há um porto. Jacarta está relativamente protegida. Os vulcões estão mais localizados na região de Sumatra, onde a coisa é séria, pois ali há vários vulcões ativos. Por outro lado, na China, também há calamidade climática; no Japão, também houve calamidade climática. Então, vamos colocar isso nas mãos de Deus. Penso que esse não é motivo para não se investir. A vida é um perigo. Outro dia, num seminário, um dos palestrantes, um dos painelistas disse: "A vida não é perigosa, não. Como Guimarães dizia, a vida é perigosíssima".

Esse é um grande mercado, e as empresas multinacionais e os bancos internacionais estão lá, convivendo com o tema da calamidade climática, que não há como esconder. Investimentos estrangeiros, então, estão presentes ali de maneira densa, sejam *equities*, mercado de capitais, títulos da dívida pública. A Indonésia está alcançando *investiment grade*, como o Brasil já alcançou. E, há dez anos, aquele país se encontrava em situação muito difícil, importando petróleo, com desníveis sociais enormes. Mas, de dez anos para cá, está se tornando *investiment grade*, está fazendo o dever de casa. Desse modo, é um mercado importante, um parceiro com grande potencial.

E terminando, com o Senador Blairo Maggi e o Timor Leste. O Timor Leste, como solicitou o Senador Collor, já há algum tempo, e me lembro um pouco mais sobre esse tema da delicada relação do Timor Leste com a Indonésia, eles têm as suas relações diplomáticas restabelecidas e está havendo investimento indonésio no Timor Leste. É uma área de grande influência, há o concorrente australiano do lado. Então, é aquela pérola que pode se tornar o que é Cingapura hoje. Há um potencial muito grande e o Brasil está muito presente em cooperação técnica no Timor Leste, fazendo um trabalho extraordinário, mas difícil. Mas é uma população de um milhão de habitantes somente.

Então, há que se tratar o Timor Leste com um certo carinho, com uma certa habilidade. A Indonésia está fazendo o seu dever de casa; já causou muitos danos, mas evoluiu. Evoluiu e parece-me que estão respeitando o que deve ser respeitado, essa é a verdade. Quiseram a independência, a tem e se dão conta do *mea culpa* do que fizeram. De modo que isso o que teria a dizer, é um relacionamento delicado, mas muito respeitável. Estão dignificando essa ilha, o Timor Leste, e está dando resultado.

Na última pergunta do Senador Blairo Maggi, ele mencionou o potencial do algodão. Creio que há que se organizar uma forte missão de produtores de algodão à Indonésia porque é um mercado ávido. Todos aqueles produtos lindos que eles produzem, os batiques, a matéria-prima é o algodão brasileiro, ou de outros fornecedores. Acho que temos que entrar nesse mercado com muito maior agressividade, porque é competitivo, o nosso preço é muito bom, a qualidade do algodão interessa a eles. E aí nós temos também não somente o algodão, mas em outras áreas... No contato que tenho com os indonésios do setor público e privado, lá em Cingapura, eles me dizem: "olha, estamos sendo invadidos, inundados por produtos chineses. Precisamos de alternativas". Qual a alternativa? Os produtos brasileiros; alguns semelhantes aos chineses, outros com muito maior competitividade, como o algodão e vários outros, como o etanol. É preciso, repito, uma maior consistência, maior presença, uma estratégia de ação econômica, comercial, diplomática, parlamentar unidos e interconectados para estarmos tão importantes, tão relevantes para o mercado indonésio e para o mercado da Asean, não só da Indonésia, como hoje são os chineses, e os chineses são muito rápidos. Há sim um grande espaço para uma presença efetiva, global, respeitada e benéfica para nós, para os indonésios, para todo o contexto do sudeste asiático.

Não sei se respondi a contento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

O Senador Cristovam Buarque está inscrito.

Tem a palavra V. Exª

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srªs e Srs. Senadores, eu lamento não ter chegado desde o princípio. Eu estava na Comissão de Diretos Humanos, debatendo uma sugestão minha. Então, peço desculpas se alguma pergunta já foi feita e já foi respondida.

Mas, vou ler aqui um grupo de perguntas que pensei logo que soube que o senhor viria aqui.

A pergunta : – Quando o senhor imagina que a Indonésia fará parte dos países ditos emergentes? Porque o tamanho do país é suficiente para já estar perto disso. A riqueza, sobretudo de petróleo, também.

A segunda é se há risco de fundamentalismo na Indonésia, por causa da grande população que ela tem.

Terceiro, uma curiosidade, a não ser que a minha observação esteja errada. Eu tenho a sensação de que a Indonésia é um dos países que maior número de emigrantes naquela região. A gente não vê muitos indonésios nos Estados Unidos, na Europa, ou eu estou errado? Se eu estiver errado, tudo certo. Mas se estiver certo, qual a razão? A gente vai a qualquer lugar e encontra filipinos por todos os lados. Por que a gente não vê indonésios, apesar do tamanho da sua

população? O que os segura? Até a Coréia do Sul, que hoje é um país rico, tem emigrantes por aí afora.?

Com a outra é o contrário: qual é a participação da população – se há – chinesa na Indonésia e se essa população que, aliás, gerou conflitos sérios, não faz muitos anos, porque são comerciantes e há um preconceito contra eles não só religioso mas também de classe, ou seja, se a participação desses imigrantes chineses gera um poder maior da China dentro da Indonésia.

A outra é a seguinte: como é que está a educação, a ciência e a tecnologia na Indonésia? Não sei se o senhor tem essas informações. É um país rico e é um país – não sei se o Embaixador falou sobre isso –, ou melhor, é o único país do mundo cujo idioma é fabricado. O idioma que se fala na Indonésia não existia. Foi Sukarno que criou o idioma, juntando as diferentes falas dos grupos que existiam, tanto que o nome é linguagem indonésia. E isso demonstra que é um país com uma forte vontade – e eu o comparo com a Turquia; é um país que encarna uma vontade nacional muito grande. No caso da Turquia foi a influência de Atatürk, mas, no caso da Indonésia, houve Sukarno, como houve outros. mas, enfim, não é isso.

E quero dizer que o senhor vai estar em um lugar em que há muito a se fazer na relação do Brasil com esse país. Nos outros países grandes isso já está se encaminhando, como Índia, China, África do Sul. Na Indonésia, a gente sente que ainda há muito a fazer, Presidente Collor, sobre as relações do Brasil, e é um país com uma população maior que a brasileira. Ainda é maior, não é? (*Pausa.*)

Era isso, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Embaixador Paulo Alberto da Silveira Soares.

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador, justamente comecei aqui a apresentação focando e abordando esse tema da Indonésia como economia emergente. Ela é plenamente uma economia emergente. Posso repetir todos os dados que aqui mencionei. Mas veja bem: ela está crescendo entre 6,5%, 6,8% até 7% ao final deste ano. Há um plano de investimentos, nos próximos quatro anos desse Presidente atual, de US$250 bilhões entre investimentos para portos, aeroportos e rodovias, infraestrutura sanitária, urbana, planejamento urbano, indústria do turismo etc.

Como dizia – e estou há quatro anos e meio ao lado da Indonésia,distante apenas como do Rio a Niterói, por exemplo –, é uma economia emergente por todos os seus títulos. No setor imobiliário, há até um ritmo de especulação urbana impressionante, parecido com um país que nós conhecemos também. O setor de gás, petróleo, energias renováveis, em pleno ressurgir. Hoje, ela produz, importa, mas ela tem tecnologia de petróleo que a Petrobras está em entendimentos para que a presença indonésia na área de tecnologia de petróleo seja mais conhecida e intercambiada com os nossos projetos ambiciosos do pré-sal.

Em produtos agrícolas, agroindústria, em ciência e tecnologia, especialmente em tecnologia agrícola, eles estão desenvolvendo, por exemplo, tecnologia, para se ter um exemplo, de óleo de palma. Agora mesmo, semana passada, firmamos um protocolo de cooperação técnica... Olha que interessante, Senador: intercâmbio de matrizes genéticas do óleo de palma – eles são os primeiros produtores mundiais de óleo de palma – em troca de matrizes genéticas de cana de açúcar. Isso quer dizer o seguinte, Senador Blairo, V. Exª que conhece bem essa área de agroindústria: com o óleo de palma e com o etanol, nós podemos chegar longe em termos de aplicação de energias renováveis para o consumo como fio, para a indústria automotiva, para a indústria de plásticos, para indústria energética. Isso é um multiplicador. O que se pode fazer hoje com o etanol e com o óleo de palma é revolucionário. Então, como o senhor disse, não aparece muito que ele é emergente, mas quem está vivendo o dia a dia vê que é uma economia plenamente emergente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas ele caberia no BRICS?

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Ah, mas esse é o próximo passo da Indonésia. O passo anterior foi a África do Sul. Então, seria BRICSI, a Indonésia, certamente, vai pleitear. O senhor não se surpreenda se até o fim do ano a Indonésia vai colocar e vai acabar entrando.

E é muito ativa, é muito vocal nos fóruns multilaterais, justamente e semelhantemente a nossa postura, tanto nas Nações Unidas – até no Conselho de Segurança, ela não declarou que vai apoiar o Brasil ainda, porque ela pode ser um potencial candidato a membro permanente. Mas é um parceiro importante.

Ela é candidata fortíssima a direção geral da FAO, que vai ser decidido agora em julho – um país agroindustrial, fortíssimo candidato junto com o nosso candidato e o espanhol.

E mais, como eu comentava aqui, o nível de investimentos produtivos de grupos internacionais na Indonésia, nos últimos cinco anos, desde o primeiro mandato do atual presidente e no começo do segundo mandato, é impressionante, é quase superior ao do Brasil: banco internacional, *equities,* mercado de capitais,

títulos da dívida pública. Então, eles aprenderam a lição com Cingapura rápido, muito rápido. Grande parte da massa crítica financeira dos indonésios – e aí entram os setores públicos e privados – está em Cingapura. Quer dizer, as operações financeiras, como é um tratamento muito especial no mercado financeiro, e por isso todas as multinacionais estão lá em Cingapura, os indonésios têm uma ampla e profunda familiaridade com o mundo financeiro cingapuriano.

De modo que há um trânsito muito intenso, os investimentos chineses – pasmem! – são superiores aos investimentos chineses no Brasil, em setores- chaves: petróleo, agroindústria, infraestrutura. De modo que vejo assim: como uma plena economia emergente e, num futuro próximo, membro do BRICS, certamente.

O senhor também falou sobre fundamentalismo. Este é um tema que eu nem toquei, não cheguei a tocar: fundamentalismo e radicalismo islâmico. Bem, a cada dois, três meses, há certos focos de renascimento de radicalismo islâmico na Indonésia. Isso preocupa e preocupa mais ainda eles mesmos, o próprio presidente.

Eu diria que são 85% da população é islâmica. É o maior país islâmico no mundo. Mas eu diria que é um "*soft* islamismo" (entre aspas). O terrorismo não está abertamente na pauta do dia. São microgrupos desorganizados, mas que causam dano. Eu estava até muito preocupado porque, na semana santa, eu estava planejando ir à Jacarta e me surpreendi quando, no domingo de Páscoa, houve uma ameaça de bomba a uma igreja católica. Imaginem. Pois é, teve o evento de Bali, mais recentemente no hotel, então, são grupos desorganizados e requer atenção.

Mas uma coisa é certa, quando chega-se em Jacarta, vê-se que há uma presença policial muito grande, justamente para se evitar que se perca o controle da situação. É uma preocupação, sim, do presidente. Nem por isso são menores os investimentos e a presença estrangeira e multinacional na Indonésia.

O senhor se preocupou também sobre o tema da população chinesa, mas do que imigrantes, está genética indonésia, isso vem de uma ancestralidade de quase mil anos atrás. Eu diria que parte do poder econômico privado da Indonésia está nas mãos de etnias de imigrantes ou de população chinesa e indonésio-chinesa. O presidente do partido golkar tem parcerias densas com grupos chineses e é o presidente do partido em coalizão com o partido do governo atual. De modo que o trânsito chinês é muito intenso. Existe uma familiaridade ancestral da Indonésia com a China. Por isso é que eles se sentem tão confortáveis tanto em nível privado de investimentos, quanto no setor público, até formulando políticas. Tema para uma tese: presença chinesa ancestral na Indonésia e como eles estão resolvendo esse tema Indonésia-China, porque a China está muito protagonista e inundando, por todos os meios, o mercado da Indonésia. Repito: eles estão à procura de parceiros alternativos. Por que não o Brasil?

O senhor mencionou também ciência e tecnologia, educação. Acabei de mencionar que eles detêm a tecnologia genética do óleo de palma, do óleo do azeite de dendê, que nós não temos. Então, vamos intercambiar com a nossa tecnologia da cana-de-açúcar e do etanol.

Finalmente, o bahasa-indonésio, essa língua fabricada, é surpreendente. Eu, se tiver tempo, vou fazer essa experiência. A quantidade de palavras de origem portuguesa e espanhola no atual idioma bahasa-indonésio é surpreendente. Então, realmente é um *pot-pourri* de palavras, criado por Sukarno. Uma língua alternativa, como ocorreu na Turquia, que o senhor bem mencionou. Mas é muito dinâmico. E eles falam o inglês também, quer dizer, uma faixa da população, a classe média, nos hotéis, não falam como em Cingapura, mas o inglês é fluido, e falam também o mandarim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Eu fiz essa pergunta para mostrar como um país se faz pelo seu idioma. E tem gente hoje que defende que o brasileiro pode falar de formas diferentes. A Itália se fez um país ao ensinar italiano aos italianos, que não sabiam italiano. Falavam veneziano, falavam aqueles dialetos locais. Foi a escola, para as crianças, e o Exército, para os jovens, que fabricaram a Itália. Os dois fabricaram a Itália, ou seja, fizeram o idioma que unificou o país – se não, o país seria dividido. E a Indonésia também foi unificada pela língua.

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Não sei se somente pela língua, se o senhor me permite...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Não só. É verdade.

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Mas essa língua bahasa é amplamente falada na Malásia. Há uma ancestralidade que aí é preciso realmente fazer um exercício linguístico. Ela foi moldada, foi um pequeno *pot-pourri* de línguas, mas tem suas raízes. E essas raízes estão lá na Malásia, na Indonésia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) - Quantos idiomas tem a Indonésia? Muitos, não é?

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Ah, sim, muitos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – E o que unifica é esse, não é?

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES - São dialetos tribais, como na Índia. Mas nem por isso deixa de ser atualmente o mais...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Mas a Índia optou pelo inglês como a língua franca.

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Bem, foi outra colonização. Já a Indonésia, decididamente, não optou pelo idioma holandês.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Eu perguntaria aos Srs. Senadores...

Senador Randolfe Rodrigues...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite fazer um breve comentário, o Senador Cristovam traz o tema da língua, e é instigante. Realmente, na Indonésia, pode não ser instrumento de unidade, de unificação nacional, mas é diferente no Brasil. O idioma, aqui no Brasil, nos uniu e nos une. É um instrumento concreto de unidade nacional. Por isso, concordo com o Senador Cristovam – eu só faria uma rápida tergiversação – em relação isto: que não podemos, que não cabem assim alterações, vacilações ou flexibilizações ao idioma nacional, ao nosso português.

Embaixador, a pergunta é basicamente sobre o sistema político na Indonésia. Parece-me que a Indonésia teve um período de instabilidade política, vários governos militares, e a estabilidade democrática é uma conquista recente, de uma década.

Ao mesmo tempo, chama atenção a característica do país. É um país que tem uma população predominantemente islâmica, e sempre chama atenção, nos países de maioria ampla de população islâmica, que é o caso da Indonésia, em que 87% da população é islâmica, a confusão entre Estado e religião.

A pergunta, no caso específico da Indonésia, essa linha tênue, que há na maioria dos países com população majoritariamente islâmica, é bem separada entre Estado e religião? A Indonésia alcançou a estabilidade política há uma década, inclusive com a consagração de eleição direta para presidente, com um sistema político com separação clara de divisão de poderes. Existe algum tipo de ameaça a essa estabilidade política alcançada nesse país? O senhor diria que é claramente demarcado esse espaço entre religião e Estado?

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – É uma pergunta instigante também, tema para um futuro seminário. Apenas de uma maneira genérica, pois não estou vivendo na Indonésia para ter o *feeling* do dia a dia, mas vivendo tão próximo, alguma coisa captei.

Concordo que realmente, na Indonésia, percebe-se, está à vista, está à flor da pele, esta dicotomia: Estado laico e religião. Concordo também que, aos observadores que não estão vivendo lá ou que estão bem informados pelos jornais, pela mídia, pode ser até uma ameaça política. Não é verdade? Quer dizer, 85% da população é mulçumana.

Volto a repetir: senti também no dia a dia, vivendo alguns dias lá ou através de Cingapura, com os próprios indonésios que vivem a maior parte do tempo em Cingapura, eu diria que é um *soft*, um *light*, um islamismo temperado, como bem apontou o Senador Cristovam Buarque; talvez seja até a ponte entre os valores ocidentais e os valores mulçumanos. Isso é uma realidade também. Tanto é realidade que é o único país mulçumano plenamente democrático. São 12 anos de experiência de regime democrático, duas eleições diretas, há um debate amplo. A imprensa, ao contrário da imprensa de Cingapura, é amplamente aberta, espontânea, debate e questiona; não há monitoramento governamental, do Estado. Isso é um sinal de plena democracia. Aponte-me um país islâmico com esse grau de presença ativa. E eles são até formadores de opinião pública, no mundo islâmico.

A Indonésia é um exemplo desafiante. A Turquia talvez tenha sido exemplo? Talvez, é possível. Mas foi uma experiência que eles sentiram muito na pele: foram 20 anos de ditadura do Sukarno, mais 30 do Suharto. O interregno, eram os vice-presidentes, e até a filha do Sukarno foi vice-presidente durante um período.

Então, creio que eles passaram por um processo diferente, evidentemente que cada um tem as suas idiossincrasias, mas um processo de aprender com a opção ocidental da democracia. Isso começa em 98, na verdade – 97, 98 –, logo após a queda do Suharto. Quer dizer, a própria sociedade começa a tomar consciência, e vai amadurecendo a implantação dos valores democráticos numa sociedade islâmica. Aprenderam muito – ponha aí já uns 15 anos.

Pode ser que eu esteja equivocado, porque tenho que viver lá primeiro, mas eu vejo a Indonésia como o exemplo da possibilidade da convivência dos valores ocidentais com os valores islâmicos. A propósito, é o que está acontecendo na África do Norte; não é verdade? Quer dizer, é quase espontâneo e, mais do que espontâneo, é a realidade dos tempos; são tempos de grandes mudanças este século 21, e esta segunda década está experimentando mobilizações internacionais que não podíamos imaginar. Então a Indonésia já está implementando sua vivência com valores ocidentais e os seus valores orientais.

Então eu não vejo uma frontal ameaça política. Agora, o governo tem manejado isso com muita preocupação, com sutileza, com competência e em coalizão com o partido de oposição.

Os partidos islâmicos são minorias, ou seja, eles não têm uma presença política densa para que se possa dizer: bom, aqui nas próximas eleições, poderá

haver uma ameaça política. Não vejo assim. Vejo que, realmente, há as características de se tornar, cada vez mais, a ponte entre os valores ocidentais e os valores islâmicos.

Penso que terei respondido.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, poderia fazer uma intervenção rápida?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Luiz Henrique... Mas, antes, por favor, Senador Randolfe Rodrigues, V. Exª está satisfeito?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

Senador Luiz Henrique, V. Exª está com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, acho que a resposta do Embaixador deu azo a uma pergunta sobre um aspecto importante.

Qual é o nível de informatização da Indonésia e o papel das redes sociais?

O SR. PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES – Senador Luiz Henrique isso também é impressionante, tenho vivido isso no dia a dia. Eu ousaria dizer que, se eles não estão no caminho de Cingapura, eles aprendem a cada dia a lição da eficiência em informática digital daquela pequena ilha que chamo de *Alice in Wonderland* (*Risos*.), onde tudo funciona bem. Eles estão avançadíssimos em termos de informática. Aliás, é um pequeno país onde temos que aprofundar, realmente, a nossa presença e a nossa cooperação, com a microilha Cingapura.

Eles aprendem rapidamente a lição.

Eu diria que sim, eles estão em um nível bastante elevado. Agora – outra vez –, nada impede que se estabeleça maior cooperação também, porque é muito frágil nesse campo a presença da indústria de informática ou de *software* brasileira no Sudeste Asiático como um todo. É outro campo fértil para se explorar.

Mas, sim, eles estão numa acelerada corrida da informatização. E citei um exemplo há meia hora: é um Voo Rio-São Paulo – Indonésia-Cingapura. Aprendem rapidamente a lição. E se o senhor for nessa missão, espero que se constitua a missão parlamentar, verá com os seus próprios olhos.

Agora, é um país que tem tantas áreas parecidas com o Brasil. As redes sociais apresentam desbalances impressionantes; educação, certas ilhas de educação e certas ausências, certos *gaps*, muitos. Outra área em que podemos trocar também a nossa experiência dos últimos dez anos ou até mais.

De modo que essas são áreas tão sensíveis... Tocou-se em duas áreas, dois setores em que eles estão desenvolvendo. De repente, de maneira tão avassaladora que eu não sei se eles estão digerindo isso muito bem. São 243 milhões de pessoas. Mas é impressionante a chegada da informática lá nas pequenas ilhas perdidas, além da indústria do turismo. Aí realmente há que respeitar e aprender e até cambiar.

Por exemplo, a hotelaria de Bali e o aeroporto de Bali... Poucos aeroportos brasileiros têm a infraestrutura que eles têm, e é uma ilha pequena. E o mesmo se aplica as outras ilhas menores. A Infraestrutura turística traz a imediata revolução da informática. E nas províncias pequenas você tem, sim, assistência social bastante digna; mas outras, não. Em Jacarta podemos nos surpreender com as mesmas surpresas e não surpresas, e evidências, que podemos encontrar em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, etc.

É um grande trabalho. Por isso ela é uma economia em plena emergência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador.

Pergunto se alguma Senadora ou algum Senador... Senadora Ana Amélia, V. Exª tem mais alguma indagação a fazer? (*Pausa*.)

Em seguida, eu perguntaria se algum Senador ainda carece votar ou se todos já votaram?

Encerrada a sabatina do Sr. Embaixador Paulo Alberto da Silveira Soares, vamos tornar a reunião em secreta.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião será transformada em secreta.

Ao mesmo tempo, designo o Senador Cristrovam Buarque para atuar como secretário, de acordo com o art. 116, § 2º do Regimento Interno do Senador Federal. Para escrutinador, indico o Senador Randolfe Rodrigues.

Vamos proceder à apuração da votação e, em seguida, retomaremos com as indagações.

(Suspensa às horas e minutos, a reunião é reaberta às.... horas e .... minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Reaberta a nossa reunião. Gostaria de comunicar às Srªs e aos Srs. Senadores oficialmente o resultado do processo de votação, com a indicação do Sr. Embaixador Paulo Alberto da Silveira Soares para representar o nosso País junto à Jacarta, na Indonésia, e da Srª Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Letônia, cumulativamente ao cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.

O resultado da votação: 17 Srªs e Srs. Senadores compareceram às urnas e V. Exª e a Srª Leda Lucia obtiveram os 17 votos, portanto, a aprovação por unanimidade.

Desejamos, todos nós, membros desta Comissão, os melhores votos de sucesso nesse novo posto que V. Exªs estarão agora ocupando.

Agradeço a presença do Sr. Paulo Alberto da Silveira Soares e de todos aqueles que aqui estiveram para assistir à sua sabatina.

Continuando, portanto, a nossa reunião, item 3 da pauta.

ITEM 3
- Não Terminativo –
MENSAGEM (SF) Nº 71, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano, e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: *Leitura do Relatório, conforme art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.*

Concedo a palavra ao Sr. Aloysio Nunes Ferreira, Relator *ad hoc* desta indicação, para fazer a leitura do relatório. Tem a palavra V. Exª, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Ministério de Relações Exteriores encaminhou o currículo do Sr. Almir Franco de Sá Barbuda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores do qual extraio as informações, como Relator *ad hoc*, do parecer elaborado pelo Senador Agripino, que passo a relatar.

O Sr. Almir Franco de Sá Barbuda nasceu em Manaus, em 18 de junho de 1943. Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1965 e em 1968 ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Foi nomeado Terceiro Secretário, em 1970, e, subsequentemente, Segundo Secretário, em 1973, Primeiro Secretário, em 1979, Conselheiro, em 1984, Ministro de Segunda Classe, em 1991 e Ministro de Primeira Classe, em 1999, passando ao Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores em 2008.

Dentre os cargos que exerceu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Chefe da Divisão de Pagamentos de Pessoal, de 1990 a 1992; Diretor-Geral do Departamento de Administração, de 1997 a 1999; Subsecretário interino e Subsecretário-Geral do Serviço Exterior, de 2004 a 2006.

No Exterior, desempenhou importantes missões, entre elas, Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra, de 1992 a 1994; Chefe do Escritório Financeiro em Nova York, de 1997 a 1999; Embaixador do Brasil em Bruxelas, de 2006 a 2008, de forma cumulativa com a Embaixada do Brasil no Luxemburgo; Cônsul-Geral em Washington, de 2008 até a presente data.

Ao longo da exitosa carreira, marcada pela eficiente atuação nos cargos que ocupou na Secretaria de Estado e no exterior, desempenhou importantes missões, tendo chefiado a delegação brasileira a conferências diplomáticas em inúmeras ocasiões.

Em 1989, defendeu a tese "A FAO e o Tratamento Internacional das Florestas Tropicais", aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, as relações Brasil-Santa Sé são valorizadas por ter o Brasil a maior população católica do mundo e o episcopado mais numeroso.

Em sua condição de ativo agente diplomático, a Santa Sé mantém relações diplomáticas com 177 países, dos quais 71 mantêm Embaixadores residentes em Roma. Suas relações externas abarcam temas religiosos e temporais. O núncio apostólico é um agente político nessas duas vertentes, contando com o apoio dos sacerdotes do país onde serve, reunidos nas Conferências Episcopais nacionais, como a CNBB, no caso do Brasil.

Informa o documento encaminhado pelo Itamaraty que não há contenciosos na pauta do relacionamento bilateral, tendo sido reativado, em 2006, mecanismo de consulta política entre o Brasil e a Santa Sé.

Assinala ainda o documento a realização, na cidade de Aparecida, da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Celam), inaugurada pelo Papa Bento XVI, em maio de 2007, fato que sinaliza a prioridade dada pela Santa Sé ao Brasil em sua estratégia para a América Latina. Entre os desafios a serem enfrentados, figuram o combate à secularização e a redução, em ritmo acelerado, do número de católicos na região.

Cabe ressaltar que o Brasil tem apenas dois acordos com a Santa Sé, tendo sido feita a entrega ao então Presidente da República, pelo Núncio Apostóli-

co em Brasília, em 2006, de projeto de acordo sobre o estatuto da Igreja Católica no Brasil.

No que diz respeito à Ordem de Malta, cujo nome completo é Ordem Soberana Militar Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta, trata-se de uma entidade internacional com fins humanitários surgida à época das Cruzadas, com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas. Em 1530, o Imperador Carlos V cedeu-lhe como domínios soberanos as ilhas de Malta, de onde foi expulsa por Napoleão Bonaparte em 1798. Está hoje estabelecida em Roma, onde mantém duas propriedades, o Palácio de Via Condotti e a Vila do Monte Aventino, que gozam do regime de extraterritorialidade.

As atividades diplomáticas da Ordem de Malta estão vinculadas à sua missão humanitária, *obsequium pauperum*. No plano da política internacional, a Ordem de Malta é neutra, imparcial e apolítica, mantendo, entretanto, missões permanentes junto à ONU e suas agências.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela leitura do relatório.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relator *ad hoc*, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Desculpem-me. Vou refazer o que eu disse anteriormente.

Agradeço ao Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela leitura do relatório, na condição de Relator *ad hoc*.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 4
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil à República do Zimbábue.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: *Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.*

Concedo a palavra à Srª Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc* da matéria, para proferir a leitura do Relatório.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, a indicada nasceu em 29 de dezembro de 1963, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. É filha de Newton Nonato da Silva Filho e Darci Maro da Silva.

É mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília-DF (2000) e Doutora em Ciências Sociais pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais da Argentina (2004).

Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1985, sendo nomeada Terceira Secretária em 1986 e promovida a Segunda Secretária em 1992.

Tornou-se Primeira-Secretária em 2000, Conselheira em 2006 e Ministra de Segunda Classe em 2009, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas ao longo da carreira, destacam-se a de Cônsul-Adjunta em Buenos Aires (1992-1994 e 2001-2005) e Primeira Secretária e Conselheira na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) em Washington (2005-2009), onde permaneceu, desde 2009, como Ministra-Conselheira.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Zimbábue, cumprindo, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 1° do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil.

No campo bilateral, em abril de 1980, estabeleceram-se relações diplomáticas entre Brasil e Zimbábue. A embaixada residente em Harare foi aberta em 1987, sendo que, no ano seguinte, foi celebrado acordo com a finalidade de aprofundar o intercâmbio bilateral. Esse acordo viabilizou, no mesmo ano, a venda de veículos militares ao Zimbábue, levando as exportações brasileiras a ultrapassarem a marca de US$ 100 milhões.

Em 1991, o Presidente Fernando Collor visitou Harare, quando foram discutidos temas como tecnologia e meio ambiente. Mugabe, o então Presdiente, esteve no Brasil para a ECO-92. Em visitas que se seguiram, os países firmaram acordos de cooperação cultural e

técnica e para o estabelecimento de uma comissão mista de cooperação. Também foram assinados, já em 2010, memorandos de entendimento sobre cooperação em agricultura familiar e desenvolvimento rural, sobre cooperação em turismo e para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas, além de acordo sobre o exercício de atividade remunerada por parte dos dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico.

No plano multilateral, Brasil e Zimbábue possuem interesses comuns em favor da democratização dos organismos internacionais. O Zimbábue apóia a candidatura brasileira a um assento permanente do Conselho

de Segurança da Organização das Nações Unidas. O Brasil, de outro lado, assumiu compromisso de contribuir para que as sanções contra o Zimbábue sejam levantadas, levando-se em conta a formação do governo de coalizão nacional.

O comércio bilateral ainda é pequeno, tendo seu fluxo oscilado de US$ 6 a US$ 15 milhões, entre 2002 e 2009, com tradicional déficit para o Brasil, tendência que se reverteu no ano de 2007. No ano de 2009, o comércio bilateral foi impactado pelas crises internacional e da política interna. A pauta de exportações brasileira compõe-se de máquinas, equipamentos agrícolas e veículos para transportes de pessoas. Há, ainda, potencial para incremento da venda de tratores brasileiros na esteira do Programa "Mais Alimentos África", desenvolvido pelo Brasil com intuito oferecer linha de financiamento para produtores de alimentos de países africanos.

O Zimbábue exporta principalmente níquel para o Brasil, o que representou cerca de 50% das importações brasileiras daquele país no ano de 2010.

Convém registrar que o Acordo de Cooperação Técnica assinado pelos dois países em 2006, foi submetido à aprovação do Congresso Nacional e encontra-se na Câmara dos Deputados. A entrada em vigor deste tratado certamente contribuirá para impulsionar o aprofundamento das relações bilaterais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Aprovado, então.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a Srª Senadora Ana Amélia pela leitura do relatório como Relatora *ad hoc.*

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

Item 5º e último da nossa pauta.

ITEM 5:
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 629, DE 2010
- Não Terminativo -

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL em Matéria de Cooperação e Assistência frente a Emergências Ambientais, adotado pela Decisão nº 14/04 do Conselho do Mercado Comum, em 7 de julho de 2004.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN).

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: Favorável à matéria.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Luiz Henrique para proferir a leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Comissão

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro Sobre Meio Ambiente do MERCOSUL em Matéria de Cooperação e Assistência frente a Emergências Ambientais, adotado pela Decisão nº 14/04, do Conselho do Mercado Comum, em 7 de julho de 2004.

O tratado foi remetido ao Congresso Nacional pela Mensagem do Presidente da República nº 749, de 1º de setembro de 2006, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, datada de 20 de julho do mesmo ano, e deu origem ao referido projeto de decreto legislativo ao ser acatada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Após a avaliação pela comissão bicameral, por força da Resolução nº 1, de 2007, o acordo foi destinado à apreciação pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Aprovada nessas comissões, a proposição teve sua confirmação pelo plenário da Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2010, quando foi destinada ao Senado Federal.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 29 de novembro de 2010.

Análise.

O ato internacional em exame constitui um instrumento enquadrado no Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul, como costuma acontecer nesse tipo de tratado guarda-chuva, que admite, pressupõe e encoraja o desenvolvimento de documentos normativos adicionais.

Assim, o Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do Mercosul traz em seu Artigo 6º o seguinte comando:

Artigo 6º

Os Estados Partes aprofundarão a análise dos problemas ambientais da sub-região, com a participação dos organismos nacionais competentes e das organizações da sociedade civil, devendo implementar, entre outras, as seguintes ações:

(...)

k) prestar, de forma oportuna, informações sobre desastres e

emergências ambientais que possam afetar os demais Estados Partes e, quando possível, apoio técnico e operacional;

(...)

Em outro trecho, caracteriza-se a necessidade de desdobramento do tratado ambiental em protocolos adicionais como o presente instrumento, no seguinte dispositivo:

Artigo 7º

Os Estados Partes acordarão pautas de trabalho que contemplem as áreas temáticas previstas como Anexo do presente instrumento, as quais são de caráter enunciativo e serão desenvolvidas em consonância com a agenda de trabalho ambiental do Mercosul.

E recorrendo-se ao Anexo veremos as seguintes áreas temáticas:

ANEXO

Áreas Temáticas

3. Instrumentos de política ambiental

3.j. emergências ambientais

Um dos maiores avanços do direito ambiental contemporâneo é a concepção globalista, transfronteiriça, dos problemas ambientais e de seu enfrentamento. Assim se compreende a existência de um Acordo-Quadro sobre meio ambiente do Mercosul e nessa perspectiva se inserem todos os instrumentos operacionais que se estabeleçam para transformar os princípios contidos no acordo geral em políticas transnacionais ambientais.

Na ocorrência efetiva ou potencial de um evento em seu território, o Estado Parte informará as possíveis conseqüências da emergência aos demais, conforme o Artigo 4º.

O parecer elaborado pela ilustre Senadora Gleisi Hoffmann foi distribuído a todos os Srs. Senadores; por isso resumo essa leitura, votando favoravelmente à aprovação desse Projeto de Decreto Legislativo nº 629, de 2010.

Salvo melhor juízo, é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Luiz Henrique pela leitura do relatório como relator *ad hoc.*

Coloco em discussão o referido relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram*. (Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras, lembro aos membros da 7ª reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, que será realizada hoje às 18h neste plenário, com audiência pública para tratar do tema: "Alimento, como produzir para atender às necessidades."

Essa audiência pública será presidida pelo Senador Cristovam Buarque, presidente da Subcomissão de Acompanhamento dos Preparativos da Rio+20 e mudanças climáticas e terá como convidadas as seguintes personalidades: Dr. Sílvio Porto, Diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Dr. André Nassar, Diretor Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais; Dr. Werner Fuchs, Conselheiro representante da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); e o Ministro Milton Rondó Filho, da Coordenação de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores.

Convoco, por fim, nossa próxima reunião a ser realizada no dia 6 de junho, segunda-feira, às 18h neste plenário quando daremos seguimento à agenda "Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012, com apresentação do painel "O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU, perspectivas", com o seguintes convidados: embaixador Ronaldo Sardenberg; Prof. Dr. Cleomar Lima Carvalho de Souza, Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais; Prof. Dr. Danny Zahreddine, da PUC de Minas Gerais; e o Prof. Dr. Albert Fishlow da Columbia University – este último nome por sugestão do Senador Luiz Henrique, que mobilizou o melhor dos seus esforços para que o Dr. Albert Fishlow pudesse estar conosco na nossa próxima audiência pública no dia 6, próxima segunda-feira, às 18 horas, neste plenário.

Dito isso e agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 22 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia seis de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia e Cyro Miranda**. Registram presença o Senador **Ivo Cassol,** os deputados **Sebastião Bala Rocha** e **Edinho Bez.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". O Presidente convida a compor a mesa o senhor Embaixador Ronaldo Sardenberg e os Professores Drs. Creomar Lima Carvalho de Souza, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Danny Zahreddine, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Albert Fishlow, da Columbia University. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Luiz Henrique** e **Ana Amélia**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. Senador **FERNANDO COLLOR,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

Ciclo de audiências. Relato do VII Painel.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, na última segunda-feira, dia 30 de maio, a sétima audiência pública sobre os rumos da política externa brasileira, discorrendo sobre A Influência da China e da Al Qaeda na África Setentrional e Meridional.

Foram convidados especialistas de notório conhecimento do tema.

Participaram da reunião os Senadores Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Anibal Diniz e Eduardo Suplicy.

O primeiro expositor foi o Prof. Henrique Altemani de Oliveira, do Grupo de Estudos Ásia-Pacífico, da PUC – São Paulo.

Ao destacar o que chamou de "renascimento africano", ele enumerou alguns fatores responsáveis pelo novo *status* do continente, como a ênfase dada à segurança e à integração do continente, a criação da União Africana em substituição à Organização da Unidade Africana e o estabelecimento da nova parceria para o desenvolvimento da África – Inepad.

É nesse contexto que a diplomacia chinesa, sob o *slogan* da cooperação Sul-Sul e das relações mutuamente benéficas, legitima a sua presença na África, assumindo-se como um parceiro do seu desenvolvimento.

O Professor ressaltou o caráter não ideológico da presença chinesa no continente, calcada nos princípios da não interferência e defesa da soberania e autonomia, no direito ao desenvolvimento e na defesa da estabilidade e da segurança internacional, o que faz da China um ator interessante para a África devido à sua estratégia de não ingerência nos sistemas políticos daqueles países.

Por outro lado, afirmou que a presença da China na África tem como base interesses políticos, econômicos e comerciais e a estratégia de manutenção de fontes contínuas e seguras de abastecimento, uma vez que pressupõe a exploração, naquele continente, de todas as fontes possíveis de recursos minerais estratégicos e de energia para garantir a sustentabilidade do crescimento econômico chinês.

O Professor lembrou que os 54 países africanos representam mais de 25% dos votos nas assembleias e fóruns internacionais, fator que considero um ponto atrativo muito forte tanto para a China quanto para o Brasil. Trata-se, destacou, de uma cooperação técnica, financeira e tecnológica sem condições, exceto quanto ao princípio de uma só China, referindo-se à questão do *status* internacional de Taiwan.

O segundo palestrante, Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Professor da Universidade de Brasília e Consultor da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, afirmou que a nova relevância do continente africano justifica-se pelo fato de que, dos dez países que mais cresceram no mundo, seis estão em África, um continente que possui 16% das reservas provadas de petróleo e o segundo manancial de água doce e o maior manancial em terra arável do mundo, o que tem provocado uma disputa cada vez maior pelos recursos naturais e pelo mercado africano. Essa disputa, afirmou o Professor Ramalho, vem sendo conduzida, há uma década, pelos Estados Unidos, China e Índia.

O Professor ressaltou também a corrida armamentista em curso no oceano Índico, entre a China e a Índia, fato que considerou preocupante e que atribui à diminuição da presença norte-americana na região.

A manifestação mais importante da presença chinesa no continente africano, na análise do Prof. Ramalho, deu-se em 2008, quando a China reuniu 48 chefes de estado africanos, dos 54 estados que compõem o continente africano, para relançar o projeto de cooperação no marco do desenvolvimento comum, que prevê a criação de zonas econômicas especiais da China em vários países, ressaltando tratar-se de um aporte que visa favorecer o acesso à terra, aos recursos naturais, e à água de que os chineses necessitam para o seu desenvolvimento econômico.

A presença da China em África, na sua análise, cria apreensão no Brasil. Ele citou como exemplo o caso de Moçambique, onde a Vale e a Petrobras disputam espaço com companhias chinesas. Além disso, acrescentou, o Brasil também está interessado no acesso aos mercados e na afirmação de sua liderança na região, bem como preocupado com a governança do Atlântico Sul. Trata-se de uma zona de paz e cooperação e de uma área de interesse brasileiro devido à exploração dos fundos marinhos e ao fato de considerarmos o oceano como uma via que nos une àquele continente.

Ele destacou também o perigo representado pela presença da Al Qaeda em África, que tem funcionado como fonte de inspiração para grupos terroristas locais no uso de atos violentos.

Em seguida, falou o Prof. Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos de China Ásia – Pacífico e membro permanente da Escola Superior de Guerra, ele destacou a simpatia das elites africanas pela China, que se apresenta, segundo ele, como um país em desenvolvimento, um pouco mais musculoso, com renda e que pode ajudar mais aqueles que estão precisando, além de não impor quaisquer tipo de condições.

O maior problema, em sua opinião, são os antigos poderes coloniais que utilizam organismos internacionais de acordo com seus interesses no continente, citando o exemplo do Fundo Monetário Internacional, que bloqueou um dos grandes projetos africanos, um investimento de US$10 bilhões para a reconstrução econômica do Congo.

O analista recordou o discurso do Presidente Barack Obama ao parlamento britânico no último dia 25 de maio. Na ocasião, o Presidente norte-americano, ao mencionar os novos poderes surgidos no mundo – Brasil, China e Índia –, argumentou contra aqueles que enxergam nessa ascensão o declínio dos Estados Unidos e da Europa. Palavras do Presidente Barack Obama: “Nossa liderança é agora, porque temos os valores, a ciência, a tecnologia e podemos continuar influenciando o mundo”, pensamento que o Prof. Severino Cabral interpretou como uma clara divisão Norte-Sul, com o que eu, particularmente, não concordei, achei que foi até uma frase em que ele realçou a posição desses países citados – Brasil, China e Índia –, e, ao mesmo tempo, reafirmou que os Estados Unidos e a União Europeia detinham ainda esses valores importantíssimos na consideração de países plenamente desenvolvidos.

Entende o Professor que os países do Basic, Brasil, África do Sul, Índia e China, devem atuar como bombeiros e não como incendiários do sistema internacional nessa nova correlação de forças. Brasil e China são, ao mesmo tempo, estabilizadores e revisionistas, segundo ele, do sistema, e assim ele concluiu.

Por sua vez, o historiador Antônio Barbosa, Consultor Legislativo do Senado Federal, destacou alguns fatores importantes para que possamos entender a inserção internacional da China hoje, a organização política do país baseada na longevidade, na permanência e na forte influência do pensamento confuciano, cujos princípios nem mesmo a revolução cultural de Mao Tse Tung conseguiu abafar.

Recordou a atuação do então Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Chu En-Lai, na conferência que lançou o movimento dos não alinhados em Bandung, na Indonésia, em 1955. Naquela ocasião, o Líder anunciou os cinco princípios que iriam nortear a política externa da China de não alinhamento e não submissão ao que ele disse “síndicos que haviam dividido o mundo em dois grandes condomínios”. São estes os princípios: primeiro, o respeito à soberania; segundo, a não agressão; terceiro, a não ingerência; quarto, a igualdade; quinto, os benefícios mútuos, dando sinais claros de um espaço próprio que permitiria à China estabelecer parcerias e cooperação com um mundo que tentava sair da miséria e do atraso.

A referência à estratégia de Chu En-Lai lembrou ao consultor que o Brasil teve dois grandes momentos em sua história recente nos quais poderia ter se empenhado para criar uma nova visão de política. O primeiro, segundo ele, deu-se em 1945, com os estudos do Prof. Josué de Castro sobre a fome que levaram à criação da FAO. O segundo foi quando sediou a grande conferência Rio-92, que trouxe chefes de estado e de governo para discutir o meio ambiente. Para o Professor Antônio Barbosa, o Brasil poderia ter utilizado esses dois marcos para levar adiante outra forma de se fazer política no mundo.

O último expositor foi o Professor Jorge Lasmar, da PUC de Minas Gerais, especialista no estudo da rede terrorista Al Qaeda. Ele atribui a dificuldade cada vez maior de continuar com a prática de atos terroristas ao novo envolvimento da Al Qaeda em atividades criminosas para financiar sua atuação, como fraudes, tráfico, roubo, extorsão, contrabando e crimes na Internet, entre outros, destacando a presença da rede em vários países da Europa, do norte e do leste da África, da Península Arábica, da Ásia Pacífico e inclusive no Brasil. Lembrou o especialista que os agentes mais ativos da Al Qaeda estão hoje na África, onde o escritório antiterrorismo da União Africana é mal equipado e dispõe de poucos recursos. Contribuem também para essa presença as fronteiras porosas, que permitem o livre tráfico de explosivos, facilitam a instalação de campos de treinamento e locais de passagem, a existência de governos corruptos, a fragilidade das instituições e o alto grau de informalidade das economias africanas. O Leste Africano, informou o Professor, tem sido a prioridade da Al Qaeda desde a década de 1990, e há na região vários grupos com conexões com a rede, em virtude da crescente radicalização da população muçulmana e da proximidade com a Península Arábica. O Professor informou, ainda, que a rede Al Qaeda atua em seis países africanos, com forte presença de interesses brasileiros. Por fim, o Professor Lasmar mencionou a existência de um documento, elaborado em 2003, por dois generais chineses, sobre como lutar uma guerra contra os Estados Unidos. A estratégica por eles apontada não incluiria o uso de exércitos, mas se daria pela maior inserção no mercado capitalista, aprendendo a jogar de acordo com as regras do sistema financeiro e aumentando a sua influência cultural, entre outros meios. Nesse sentido, concluiu, a agressiva presença da China em África demonstra claramente sua pretensão hegemônica.

Esses foram os principais pontos abordados pelos expositores.

Comunico as Srªs e os Srs. Senadores que, com o painel de hoje, sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas, encerramos o primeiro ciclo de audiências públicas tratando do tema Geopolítica e Relações Internacionais.

O segundo ciclo de audiências abordará o tema Economia e Finanças e terá início no próximo mês de agosto, a partir do dia 8.

Informo, por fim, que os oito painéis realizados deste primeiro ciclo serão reprisados pela TV Senado a partir do próximo dia 13 de junho, no mesmo dia e horário das audiências, ou seja, toda segunda-feira, às 18 horas ou tão logo se encerre a sessão do Plenário do Senado.

O segundo comunicado é o relato da 7ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Na última quinta-feira, dia 2 de junho, às 18 horas, a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas realizou o II Painel do seu ciclo de audiências públicas, audiência essa presidida pelo Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente desta Subcomissão, intitulada Alimento, Como Produzir para Atender as Necessidades. O Presidente da Subcomissão conduziu-a e convidou para dela participarem os Srs. Silvio Porto, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab; André Nassar, do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais; e Werner Fuchs, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea; além do Ministro Milton Rondó Filho, do Ministério das Relações Exteriores.

O Dr. Silvio Porto, Diretor da Conab, alertou para a insegurança alimentar no mundo, observando que a demanda por alimentos aumentou, e a subnutrição, segundo ele, passa novamente a ser uma das grandes preocupações. No caso brasileiro, ele acredita que se deva repensar a matriz energética que leva à irracionalidade da produção e do consumo, e alertou para a necessidade de se destinar mais verbas para a Embrapa desenvolver e manter projetos para a agricultura familiar. Segundo ele, milhões de hectares, com duas ou três variedades idênticas, não são um modelo que dialogue com a questão ambiental.

Dr. Werner Fuchs, Conselheiro Representante da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea – defendeu a agricultura ecológica e ressaltou a necessidade da autossustentabilidade não somente nacional, mas, também, em âmbito de produção e consumo locais. De acordo com ele, as grandes corporações quebram as cadeias de produção, o que acabaria onerando, desnecessariamente, o transporte de produtos.

Em contraposição, Dr. André Nassar, Diretor Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações In-

ternacionais, apesar de ser contrário a uma agricultura extrativista e ao desmatamento, denunciou uma visão maniqueísta quanto ao agronegócio. Segundo ele, essa seria uma interpretação errônea que vem ganhando força na burocracia brasileira. Além disso, mostrou-se cético quanto à ação do Estado para garantir a segurança alimentar e quanto à eficácia do uso de estoques reguladores para combater a volatilidade dos preços. Declarou, ainda, que o modelo de agricultura no Brasil não está falido e, sim, melhorando, que, apesar dos problemas inerentes ao setor, o modelo é bom.

O Ministro Milton Rondó Filho, Coordenador Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, do Itamaraty, declarou que o problema da fome no mundo não é de produção, mas de garantia de acesso do alimento a um bilhão de pessoas. Além disso, o Ministro celebrou a mudança de paradigma do Brasil, que hoje estaria priorizando o mercado interno. Depois de 500 anos de modelo exportador, para ele é fundamental que o Congresso Nacional discuta a questão da democracia da terra, pois, segundo ele, com esse aumento de produtividade, como justificar que a gente ainda trabalhe com a produtividade dos anos 70 para a desapropriação de terras no Brasil, concluiu o Ministro Rondó.

A próxima audiência da Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20, do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, Presidida pelo Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, será na próxima quinta-feira, dia 09 de junho, às 18h, e tratará do tema: "Energia: para que e como", com a presença dos seguintes palestrantes:

- Sr. Professor Neilton Fidelis da Silva, do COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro;

- Sr. Carlos Rittl – Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do World Widlife Fund;

- Sr. Marcelo de Camargo Furtado – Diretor-Executivo da Presidência do Greenpeace.

A presente reunião, Srªs e Srs. Senadores, destina-se à realização de nosso VIII Painel: "O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas – Perspectivas", integrando o tema geopolítico em relações internacionais, dentro do ciclo de audiências públicas, Rumos da Política Externa Brasileira, 2011/2012.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas, a quem aproveito para lhes dar as melhores boas-vindas, em nome de todos os membros desta Comissão, e a quem convido para compor a Mesa:

- Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg;

- Prof. Dr. Creomar Lima Carvalho de Souza, Professor de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, do Distrito Federal – IBMEC-DF;

- Prof. Dr. Danny Zahreddine, Professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;

- Prof. Dr. Albert Fishlow, que atendeu nosso convite, sugestão dada pelo Exmº Sr. Senador Luiz Henrique para aqui estar conosco na noite de hoje, do Center for Brazilien Studies, da Columbia University.

Convido, mais uma vez, os senhores palestrantes para tomarem seus assentos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor – PTB/AL) – Informo aos ilustres convidados que o tempo destinado a apresentação inicial será de 20 minutos para cada um.

Após a exposição concederemos a palavra as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para os esclarecimentos que acharem necessários.

Passa a palavra ao Embaixador Ronaldo Sardenberg, para iniciar a audiência pública de hoje.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – Boa noite a todos.

Sr. Presidente eu desejaria, em primeiro lugar, agradecer o convite que o senhor me dirigiu e que muito me honra. E muito me honra, Inclusive – o senhor não vai recordar –, pois foi o senhor que me nomeou Embaixador em Nova York pela primeira vez.

Quero cumprimentar os senadores e as senadoras, avisar que estou falando em meu nome pessoal, não estou aqui por delegação do Itamaraty; estou expressando apenas as minhas opiniões.

Fui Chefe da Delegação junto ao Conselho de Segurança, que é o nosso tema, em 1993/1994 e 2004/2005. Fui duas vezes Chefe da Delegação ao Conselho.

Este tema que estamos tratando estava em consideração à portas fechadas, pelo menos desde 1989.

Eram os almoços misteriosos entre os Chefes das missões da Alemanha, da índia, do Brasil e do Japão. Eram almoços que se realizavam uma vez por mês ou a cada dois meses.

Daí nasceu o G4, o grupo dos quatro, que mais tarde foi instituído.

O nosso governo flertava com a idéia da reforma do Conselho desde 1945. Há uma frase de Getúlio Vargas sobre esse pleito, de tão antigo que ele é. O Presidente Sarney também, quando Presidente, no seu último discurso que fez na ONU, aludiu a essa possibilidade.

O Presidente Franklin Roosevelt, que é o grande culpado de ter colocado essa idéia na cabeça dos brasileiros, havia proposto a idéia, mas o departamento de Estado vetou naquela ocasião.

Hoje, as nossas credenciais são muito fortes, o Brasil aumentou a sua projeção diplomática. Pode-se

ver inclusive a atuação do Brasil junto os Brics, e isso cria uma nova situação e por isso que estamos aqui, de certa forma.

A primeira imagem é a imagem do antigo Itamaraty, do novo Itamaraty e do símbolo das Nações Unidas. Reparem que ainda é o símbolo visto do Pólo Norte. Já há símbolos das Nações Unidas que são o mundo visto do Pólo Sul. Eu acho muito divertido e interessante porque as pessoas, de uma maneira geral, não estão acostumadas com a idéia de ver o mundo a partir do Pólo Sul.

A Fundação da ONU é de 1945; são 51 membros fundadores e a América Latina, naquela época, tinha 1/3 dos membros, quer dizer, trinta e tantos por cento. Hoje em dia a América Latina tem 15% dos membros. Os maiores grupos são o africano, o asiático e depois o europeu. O próprio grupo europeu tem mais membros de que América Latina e Caribe. De maneira que isso dá um pouco a idéia de uma das circunstâncias e de uma das restrições que cercam o trabalho nas Nações Unidas.

O contexto da fundação das Nações Unidas ainda é o fim da II Guerra; logo em seguida houve Hiroshima e Nagasaki; houve o início da Guerra Fria; primeira explosão nuclear da Rússia e a Guerra da Coréia. Por aí já havia uma Guerra Fria em andamento.

A Guerra Fria e as duas grandes tendências mundiais. A Guerra Fria e uma que não é mencionada normalmente, mas acho importante mencionar, que é a aceleração do processo de descolonização. Começava o processo descolonização a entrar em funcionamento, primeiro com a independência da Índia e, rapidamente, nos 10 ou 15 anos seguintes, se tornou um processo fundamental na ordem internacional.

A Carta das Nações Unidas indica, entre os órgãos principais, a Assembléia Geral e o Conselho de Segurança. Sendo que a Assembléia Geral é a face democrática das Nações Unidas, é junto com o preâmbulo, os propósitos e os princípios da Carta das Nações Unidas, indicam um caminho de democratização das relações internacionais.

O instrumento principal é o fato de que na Assembléia cada Estado membro tem um voto.

Já o Conselho apresenta a face do poder. É uma concepção totalmente diferente, o valor dos votos é diferenciado entre os membros permanentes e os não permanentes, tendo em vista que os permanentes têm, em última análise, direito de veto. Além disso, eles não representam ninguém, a rigor. Os membros permanentes não representam ninguém, a não ser a si mesmos, eles não têm nenhum caráter, digamos, de representação regional. De maneira que isso é um fato específico.

A questão central que nos move hoje é a ampliação da composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e aí são necessários nas votações de dois requisitos. Em primeiro lugar, que obtenha maioria de 2/3 na Assembléia Geral e, em segundo lugar, que todos os P5 votem a favor. São os membros permanentes, os *Permanent Five*, em inglês. é a gíria consagrada nas Nações Unidas.

Acho que vale a pena um comentário sobre a tramitação recente da questão. Muito curto.

Uma tramitação longa, complicada, o fato de que a minoria, permanentemente, entra em obstrução, em procrastinação, o fato de que para prosseguir o processo os membros permanentes muitas vezes fazem exigências desarrazoadas e no caso da França e do Reino Unido há certa hesitação, a posição da França e do Reino Unido não é sempre a mesma. E que, no fundo no fundo, embora eu pessoalmente relute em dizer isso, as decisões acabarão sendo tomadas por "razões geopolíticas", vai assim entre aspas de propósito.

Geopolítica é uma ciência muito antiga e até desacreditada. Mas, neste caso, acho que ela funciona direitinho.

Os aspectos parlamentares.

São duas fases de tramitação. Primeiro um grupo de trabalho, que funcionou de 1992, e foi uma fase em que não aconteceu nada a não ser uma troca de declarações interminável, mas ela cristalizou a oposição entre o G4, que é o grupo do Brasil, Índia, Japão e Alemanha, e o *United for Peace*, Unidos pela Paz, que é um grupo que congrega países, uma série de países intermediários.

Agora nós vivemos uma nova fase com negociações governamentais, passamos para o nível da negociação. Antes estávamos num nível da declaração, do debate. Hoje estamos no nível da negociação.

Acho interessante porque houve uma grande intensificação do trabalho no G4, que tem a maioria dos votos, tem uma inibição natural de se afirmar pelo voto. Porque, afinal, sempre tem o *day after*, sempre tem o dia seguinte, e nós teremos de conviver com a comunidade internacional. Então, se tomarmos uma posição de resolver as coisas apenas pelo poder de voto, nós vamos pagar um preço. Então, há uma dúvida.

O Brasil e a Índia têm um receio de que qualquer decisão tomada a título temporário possa permanecer, possa perdurar no tempo.

Nós queremos que na hora que chegar, realmente, a culminação das negociações, há uma boa probabilidade dos membros do G4 chegarem a uma convergência entre si.

O grupo *United for Peace* é composto por Paquistão, Indonésia, Irã, Turquia, Egito, Argélia, Itália,

Espanha, Canadá, Argentina e México. Potências médias basicamente. Há pouca probabilidade de que venham a ser guindados, qualquer um deles, à condição de membro permanente, no sentido que nós temos dessa categoria.

A união é débil, do ponto de vista parlamentar; não está nem perto de ter dois terços dos votos na Assembléia – talvez não tenha nem um terço desses votos – e apresenta ou apóia fórmulas ditas intermediárias. Todas as fórmulas intermediárias até hoje são diretamente contrárias à posição do G4. Então, encontrar uma fórmula temporária que não crie cadeiras novas de membros permanentes.

Vamos ao Brasil, que é o centro dessa conversa.

O Brasil é membro permanente desde 1946/1947, e foi eleito cinco vezes até 1967/1968 e, aí, há uma interrupção. O Brasil, durante 20 anos, deixou de apresentar candidatura. A razão básica é a de que dentro do próprio Brasil havia a convicção de que, tendo em vista os rumos da política interna, que não haveria condições de eleger-se membro não permanente na ONU.

Só em 1988/1989, o Brasil retoma a sua participação no Conselho. E, nesses 22 anos, foi de novo eleito para cinco períodos não permanentes. O Brasil foi dez vezes membro não permanente, em um total de 20 anos. Essa situação é que dá substância a posição brasileira, em termos de experiência e prática desse trabalho.

Houve momentos interessantes; o Brasil sempre dialogou com o movimento não-alinhado, aliás, desde 1960, na Conferência do Cairo, mas nunca aderiu ao movimento. Agora, dentro do Conselho, o Brasil é parte do grupo não-alinhado. A necessidade das coisas assim o fez.

Nessa fase, a candidatura do Brasil é favorável.

O Brasil se fortaleceu com a criação do G4, com a sua atuação, por intermédio do G4 e, durante essa crise econômica, que estamos vivendo no mundo inteiro, ganhou em prestígio e em influência. Ganhou espaço dentro dos Brics, pela primeira vez o Brasil passou a ser um verdadeiro Bric, antes estava entre os Brics, mas a título honorário, e os Brics crescem na ordem internacional.

Chegamos à conclusão que a presença, como membro permanente, faz diferença internacional. E o Brasil tem condições objetivas para galgar essa posição – não vou entrar em detalhe –, mas as dimensões nacionais, o governo democrático, a posição regional, a autonomia no hemisfério, a capacidade política e a participação nos processos decisórios multilaterais etc., redes de embaixadas e relações bilaterais. O fato de estarmos representados em grande parte dos países hoje em dia nos dá mais possibilidade de contatos com países que antes não tínhamos qualquer relação, a não ser a relação formal.

Eu só mencionaria, nesse caso, que o Brasil participou da condução de uma série de questões muito importantes: a questão da Somália, a fragmentação da Iugoslávia, o genocídio em Ruanda, as guerras do Golfo, a questão do Sudão – estas, principalmente, porque estávamos na presidência do Conselho –, Haiti, Moçambique, Angola, Guiné Bissau e Timor Leste.

Nestas últimas, o que aconteceu foi que o Brasil foi, gradativamente, tomando uma posição muito forte, tornando indispensável que a coordenação desses temas fosse feita também com o Brasil, talvez até principalmente com o Brasil ou pelo Brasil, o que foge um pouco à norma que existe nas Nações Unidas, de que a iniciativa basicamente é controlada pelos membros permanentes, os P5.

Muitos casos na África.

Ativou-se o contato entre os membros do G4.

Temos aí uma listagem em que se vê que este ano e no ano passado foram anos de extremo movimento no grupo do G4.

Esse é interessante. São os tais problemas geopolíticos regionais.

Aqui temos que a candidatura da Alemanha não é pacífica na Europa, tem a oposição da Espanha e da Itália. A França e o Reino Unido têm suas presenças embasadas no passado, nos impérios coloniais, por isso a gente vê o ativismo seguindo o ativismo francês na Líbia, em Côte d'Ivoire, como parte desse quadro de sustentação da França política. O Reino Unido, por exemplo, por seu lado, nesse mesmo esforço, proclamou a sua relação com os Estados Unidos como essencial, tudo dentro de uma perspectiva geopolítica.

A hipótese, que é sempre falada, de um assento permanente somente para a União Europeia não amadureceu. Os Estados Unidos podem dizer perfeitamente que não desejam postos europeus adicionais no Conselho de Segurança. Aliás, deve dizer que quando cheguei, a primeira vez, ao Conselho, fui a Washington conversar com o governo americano, a primeira coisa que me disseram foi isto: "Que nunca poderia haver uma reforma, porque já há um excesso de europeus no Conselho". Então, a ideia é que não haja um incremento dos europeus, o que cria um problema sério para a Alemanha. A candidatura do Japão é obstada sistematicamente pela China, que parece estar interessada também no congelamento do processo. O apoio que os Estados Unidos deram precocemente ao Japão não serve porque a China até agora não se mexeu. Essa questão japonesa vai se resolver geopoliticamente no tabuleiro asiático, em que os principais atores, além do Japão, são China, Índia, Rússia e os Estados Unidos.

Não vai se decompor, não vai ser resolvido no âmbito, provavelmente, de Nações Unidas.

O Japão e a Alemanha têm se mostrado sensíveis a soluções intermediárias, até porque estão encontrando essa dificuldade – o Japão, a dificuldade com a China, e a Alemanha, a dificuldade com os Estados Unidos.

No nosso caso, a situação é um pouco diferente. A Índia é o membro mais ativo. A mobilização doméstica nacional da Índia para essa questão é gigantesca. E a Índia é o único país que está sendo considerado nesse momento, e que reivindica o poder de veto, além dos africanos. E faz um esforço especial com relação aos países em desenvolvimento.

A oposição do Paquistão é também outro problema que a Índia tem. E o apoio americano, ao reforçar a Índia, acirrou essa oposição ao Paquistão. A gente vê até na Internet. Eu tenho uma máquina de pesquisa na Internet sobre esse tema, e é impressionante a quantidade de notícias que são geradas pela Paquistão. Sabe-se mais sobre o Paquistão sob esse aspecto do que sobre todos os outros aspectos complicados da vida paquistanesa. Eles estão totalmente envolvidos.

A condição para o êxito de qualquer nova iniciativa é obter o apoio africano. Até agora não foi possível. Os africanos permanecem na mesma posição. Por quê? Porque o grupo africano é o maior grupo.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – O grupo africano tem mais de 50 países, acho que têm 51 países. Nós temos trinta e poucos.

Então, sintetizando, os Estados Unidos apóiam Japão e Índia, mantém restrições à Alemanha e continuam distantes da candidatura brasileira. O Brasil reagiu a isso de maneira pragmática. Acha que, de qualquer forma, a posição americana dá visibilidade ao tema e faz com que seja considerado no mais alto nível da agenda internacional.

Na visita propriamente ao Brasil, pode-se avaliar a posição do Presidente Obama como tendo revelado uma disposição de contemplar novos membros na categoria permanente, sem entrarmos no detalhe de quem será. Mas não apoiou diretamente o pleito brasileiro, manifestou apenas apreço pela intenção do Brasil. O interessante é que, pragmaticamente, alguns consideram positiva a colocação de Obama por se tratar de um apoio por escrito, mas ele não repetiu, em Brasília, o gesto que fez em Nova Delhi. Agora, há uma novidade, pelo menos para mim, que não havia visto, que está ali no fim da página, que é um telegrama da série *WikiLeaks*, a qual muda a vida diplomática no mundo inteiro a todo tempo. Quer dizer, esta coisa de nós podermos ler os telegramas dos outros é ótima. É claro que, quando os outros leem os nossos telegramas, já fica um pouco mais complicado. Mas ela se referiu ao G4 com países líderes autonomeados. Tem até um certo espírito... Para essa frase ainda não apareceu nenhuma interpretação mais positiva. As interpretações são sempre negativas.

Outra coisa muito interessante é que, no exterior, as palavras do Presidente Obama no Brasil são mais generosamente interpretadas que aqui – todo mundo diz: "olha, pela primeira vez, ele abriu a hipótese" –, porque, no Brasil, realmente, o grosso da imprensa e até da opinião governamental foi no sentido de que não houve satisfação com o que o Presidente Obama disse.

Sarkozy, por sua vez, está um bocado ativo. Ele está levantando o tema da reforma internacionalmente, inclusive no G20. E, de novo, pode ser um avanço, porque aumenta a visibilidade política do tema.

No caso da China, houve uma matéria interessantíssima no *Valor Econômico* do dia 30 de maio – não sei se todos viram. Eles estão contra... Tudo indica que a matéria, que é de primeira página, central, é verdadeira. Os chineses estariam em ofensiva contra a iniciativa do G4, que inicia o processo parlamentar. Quer dizer, no fundo, a nova iniciativa do G4 é como se fosse uma preparação para a votação. Então, está sendo testado em âmbito parlamentar.

Além disso, há um outro vazamento do *WikiLeaks* – eu não leio o *WikiLeaks* todo dia, quero deixar bem claro – da missão norte-americana – então, o sabor é maior ainda para quem trabalhou na missão brasileira –, dizendo que houve uma solicitação da China, já antiga, para os Estados Unidos para que não levem adiante a reforma do Conselho de Segurança.

Na verdade, o G4 cogita apresentar um projeto de resolução em que se aprova a posição de que a expansão – parece uma coisa um pouco esotérica, e até o é – do número de membros deve ser feita nas duas categorias: permanentes e não permanentes. Isso feito, havendo um acordo sobre isso, havendo um voto sobre isso, já se pode passar para a fase seguinte, que é discutir quem serão os novos membros permanentes. Essa proposta tem um apoio firme com patrocinadores de mais de 71 países e continua a crescer. É uma questão central para o G4.

Também nessa matéria, indica-se que os chineses, as missões deles na ONU e nas capitais africanas foram instruídas a concitar seus interlocutores a não apoiarem qualquer resolução em favor da reforma. A linguagem usada na imprensa é torpedear. É muito mais dramático.

Eu acho que eu poderia parar por aqui.

Muito obrigado. A ideia é dar uma visão genérica, ampla e abrir espaço, depois, para que nós possamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao professor Ronaldo Sardenberg .

Passo a palavra ao professor Dr. Creomar Lima Carvalho de Souza, do Ibmec, Distrito Federal.

O SR. CREOMAR LIMA CARVALHO DE SOUZA – Boa-noite a todos. Eu gostaria de agradecer enormemente o convite e a possibilidade de participar deste evento. Inclusive, antes de iniciarmos a sessão, eu estava recordando com o professor Danny e os outros colegas da Mesa acerca do fato de que, há alguns anos, eu participei de processo semelhante no Congresso americano, e isso trás para mim uma necessidade que eu pretendo desenvolver durante a exposição, que é a necessidade de abertura de temas de política externa para o Congresso Nacional e para a sociedade civil em si.

Bom, basicamente, o Embaixador Ronaldo Sardenberg já falou de maneira magistral sobre o Conselho, então vou ser muito rápido.

A questão-chave nesse primeiro *slide* é que nós temos duas categorias de atores no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em alguma medida, nós podemos traduzir isso para a linguagem coloquial entre aqueles que importam e aqueles que não importam. Os que importam são os cinco membros permanentes, derivados de uma definição de mundo pós-Segunda Guerra Mundial, e os que não importam, em alguma medida, são os 15 membros restantes, chamados temporários, eleitos para mandatos de dois anos.

Qual é o grande problema dessa correlação de forças? É que, de certa maneira, no tempo, foi-se esvaziando a Assembleia Geral das Nações Unidas, que é o aspecto democrático do organismo internacional, e foi-se fortalecendo um organismo que dá vazão à construção de um sistema desigual e excludente.

Nesse sentido, acabam-se tornando legítimas não só a demanda brasileira, como a demanda de outros atores.

O que nós pretendemos refletir, a partir daí, é por que essa demanda brasileira, que se dá em vários momentos no tempo, não consegue chegar, efetivamente, a um ponto de sucesso e por que, em alguma medida, esses temas ainda são tratados marginalmente dentro da sociedade civil nacional.

Aqui, nós temos a composição atual do Conselho no período de 2011: os cinco membros permanentes e os membros temporários, com suas datas de saída. O mandato brasileiro acaba no final de 2011. Temos, também, os membros que estarão no ano de 2012.

É muito importante considerar, meus caros, que, de maneira muito clara, essa configuração de poder traz consequências reais para a tomada de decisão em relações internacionais, fazendo não só com que uma perspectiva em certa medida ultrapassada nas relações de poder, no sentido de observar apenas como fruto de aspectos meramente militares e algo do gênero, se sobreponha a um objetivo que talvez fosse o mais importante no momento da criação das Nações Unidas, que era a possibilidade de ter um organismo no qual os Estados fossem tratados como iguais.

Nós podemos fazer, aqui, uma pequena digressão no tempo e nos lembrarmos, por exemplo, dos eventos da Rio Eco-92, onde se tentou construir o quê? Uma correlação de forças entre iguais para a solução de um problema que era o meio ambiente, no momento.

Isso, infelizmente, em termos de segurança, não acontece. Não acontece por quê? Porque há, de maneira clara, uma construção das relações internacionais muito próxima a uma perspectiva meramente de poder e isso acaba obstaculizando interesses que nós poderíamos considerar como sendo mais elevados.

Aí, eu separei, para dar uma possibilidade mais de perspectiva de longo prazo, as tentativas brasileiras de entrar no que eu chamo de um órgão internacional de relevância, que é o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eu separei em ciclos, pegando, inclusive, a Liga das Nações, que é a primeira tentativa de construção de um organismo internacional de grande vulto que pudesse englobar e concertar ações de várias nações. E aí o que nós identificamos é que essa demanda brasileira se apresenta em ciclos maiores.

Temos um primeiro ciclo que vai de 1921 a 1926, que é a tentativa de entrada no Conselho da Liga, se aproveitando do fato de que o Conselho estava sendo reformado para agregar a Alemanha, que voltava a fazer parte da comunidade internacional. Depois temos um ciclo de 44 a 47, no qual o Brasil está alimentado, como foi muito bem lembrado aqui, pelo incentivo do Presidente Franklin Delano Roosevelt e pelo fato de ter sido o país latino-americano a participar de maneira efetiva da Segunda Guerra Mundial.

Depois nós temos um novo ciclo entre 94 e 98 que é, sobretudo, fomentado pelo momento especial das relações internacionais nos anos 90. Temos aquilo que foi muito bem chamado pelo Prof. Amado Serra de a década das conferências, onde se consolidou, naquele momento, com o fim da Guerra Fria, a ideia de que novos blocos de poder poderiam ser construídos, que haveria espaço para concertação via instituições internacionais.

O nosso ciclo atual, que faço um recorte proposital de 2003 a 2010, para poder analisar em perspectiva,

é derivado, sobretudo, de alguns dos aspectos que foram tratados aqui anteriormente, que é essa nova relevância do Brasil em termos internacionais, derivado do crescimento econômico, da atuação do Estado brasileiro dentro daquilo que foi convencionado chamar de Brics e a possibilidade, vislumbrada daí, de construir uma assertiva diferenciada no que diz respeito a uma demanda histórica.

Em termos de análise, é muito importante pensar o quê? Temos dois vieses principais aí. O primeiro é: nos nossos dois ciclos iniciais, essa demanda não é derivada da diplomacia por si. O que quero dizer? Ela é fruto de uma elite política nacional que tem uma perspectiva de especialidade do caso brasileiro e que, a partir daí, ela percebe uma janela de oportunidade derivada por questões que sejam a necessidade de uma agenda internacional forte, como acontece no período de 21 a 26, e a possibilidade de ocupar um espaço diferenciado na área internacional, como acontece entre 44 e 47.

Nos períodos de 94 a 98 e depois de 2003 a 2010, temos uma diferença. Qual é essa diferença que quero explorar aqui de maneira mais profunda? O fato de que, mesmo em um Estado democrático, a demanda se torna burocrática. Isso quer dizer o quê? O Ministério das Relações Exteriores, a partir da *expertise* acumulada no tempo, assume para si a responsabilidade pela condução da política externa brasileira e, de certa maneira, se constrói um monopólio, e esse monopólio, na tomada de decisão, vai guiando, de certa maneira, os processos, e isso leva à internalização dessa demanda.

Temos aqui um gráfico, que inclusive foi construído com a cooperação de um amigo, acadêmico de relações internacionais, Antonio Felipe de Moura – gostaria de deixar isso claro – no qual temos a incidência da demanda vaga no Conselho de Segurança durante o tempo. Se vocês puderem observar com um pouco de calma, vamos ver que os picos dessas demandas se correlacionam com os ciclos apresentados anteriormente.

E aí a grande questão que fica é: se essa demanda se coloca de maneira tão recorrente no tempo, quais são os aspectos que impedem que ela seja efetivamente alcançada. Nesse princípio, temos basicamente, para tratar da nossa contemporaneidade, questões de âmbito interno, que vou me atentar um pouco com mais calma, e questões de âmbito externo que falarei a seguir.

No âmbito interno, considero muitíssimo importante levarmos em consideração o fato de que a sociedade civil ainda não toma parte do processo de escolhas das prioridades de política externa. Isso é de fundamental importância, dentro do meu viés de análise, por quê? Porque uma das minhas preocupações básicas é o estudo da democracia e das políticas públicas. E a política externa é uma política pública, e como tal ela deve estar submetida a controle cidadão.

Então, essa impossibilidade de a sociedade civil, de maneira fundamental, discutir sobre essa questão nos traz outra questão que serve para o debate neste exato momento, que é: até que ponto essa demanda de o Brasil ser membro do Conselho de Segurança da ONU é tão importante? Isso é realmente uma prioridade, tendo em vista as necessidades que o País possui em outros âmbitos? Estas são as perguntas que a gente coloca para o debate aqui.

A segunda questão, de âmbito interno – e nisso eu gostaria de, mais uma vez, parabenizar esta Comissão por este ciclo de debates –, é que o Congresso Nacional interfere apenas marginalmente no processo decisório em política externa. Em termos comparativos – e aí eu falo de uma experiência pessoal no Congresso americano, onde pude assistir a algumas sessões do nosso equivalente à Comissão de Relações Exteriores de lá –, o Congresso tem um papel que é mais consolidado no sentido de os parlamentares levam demandas de seus eleitores e interpelarem os membros do executivo sobre as mesmas.

Acredito que nesse nosso ciclo de construção da democracia, que vem desde 1985, esse processo está em maturação, mas pode ser de alguma maneira melhorado por algumas perspectivas e ações, como esta aqui, ao trazer a comunidade acadêmica para refletir com os Parlamentares e com o público interessado.

O terceiro aspecto, que eu acho fundamental, é que as escolhas de políticas externas estão sob o controle da estrutura burocrática: basicamente o MRE e a Presidência da República; uma troca, meus caros, que é: o MRE tem esse pacote pronto, e a Presidência da República, em alguma medida, compra esse pacote, por uma questão que é fundamental, e aí nós voltaremos ao primeiro ponto, que é o fato de que a sociedade civil não pensa essas questões e, ao não pensar essas questões, elas não se tornam importantes de maneira fundamental para o Presidente e ele leva a agenda adiante, porque ela é entregue por um pacote burocrático, que é muito bem feito pelo Ministério das Relações Exteriores. Ninguém aqui pode negar a eficiência do Itamaraty na condução da política externa brasileira no tempo. E não é essa a minha intenção. A intenção é analisar, do ponto de vista de construção de um controle externo sobre a política pública.

Já em âmbito externo, temos aí alguns pontos interessantes. O primeiro é: essas estratégias construídas no tempo, para o caso específico do Conse-

lho de Segurança da ONU, se colocam de maneira pouco eficiente, tanto estratégias individuais quanto as estratégias coletivas como o G4. E o G4 se coloca de maneira ineficiente para algumas questões, algumas muito bem levantadas anteriormente, que dizem respeito, sobretudo, ao fato de que há certo desalinho acerca de até aonde os membros do G4 querem ir com essa demanda.

De âmbito externo, temos a oposição dos membros permanentes do Conselho de Segurança. No caso específico, podemos tratar aqui dos Estados Unidos e China. Por exemplo, Barak Obama, em Nova Deli, fez um discurso muito afirmativo, dentro de uma estratégia dos Estados Unidos de contenção da China. Então, ele apóia as demandas indianas porque a Índia é um contrapeso à China em termos de segurança – é isto –, e porque o Paquistão não é muito confiável. Então, apóia-se a China, a Índia, e tem-se um contrapeso à China. E, do lado chinês, essa matéria do valor – inclusive eu o utilizei para a montagem dessa estratégia de apresentação –, a China tem um discurso que é derivado do próprio legado civilizacional chinês. A diplomacia chinesa nunca diz ao Brasil, por exemplo, que é contra uma demanda brasileira. Diz que quando o momento chegar, a China não se pronunciará contrariamente. A questão é que a diplomacia chinesa faz todo o esforço possível para que esse momento não chegue. E esse momento não chegará, ou chegará a médio prazo chinês, e o médio prazo chinês serão uns 800 anos, e a partir daí se constrói algo. Porque a perspectiva é diferente. A perspectiva de civilização é diferente. De outro, temos ainda outro problema, que é a oposição dos países da região à demanda. No caso específico do Brasil, temos a oposição da Argentina e do México, claro, de maneira clara. O Embaixador Ronaldo Sardenberg foi metodicamente brilhante ao colocar todos os países que constroem alternativas a essa proposta do G-4.

E, por fim, um aspecto brasileiro. E aí iríamos a um ponto bastante realista da teoria das relações internacionais. O que é o Conselho de Segurança das Nações Unidas? É um órgão de poder. E aqui eu vou usar poder na versão do Paul Kennedy, no *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Poder tem duas naturezas: poder econômico e poder militar. E ambos, neste momento, faltam à República Federativa do Brasil. Então, como você quer participar de um órgão que é baseado em poder, em aspecto tradicional, se você não possui poder em aspecto tradicional? E isso nos levaria à demanda do *slide* anterior. A sociedade deve refletir sobre essa questão. Nós queremos realmente construir poder militar? É uma prioridade a construção de um parque industrial militar? Não tenho uma posição, estou jogando isso para o debate da sociedade, acho que este é o momento.

Ainda tenho quatro minutos, que bom!

Então, nessas conclusões, eu retorno a um ponto que é a minha tese. Basicamente, é a questão das reflexões. Eu acredito que a melhor contribuição que eu possa dar aqui é abrir para reflexões, e a primeira reflexão seria a real importância da demanda. E essa demanda é vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas, quais são os custos e quais são os benefícios não só para aqueles que pensam a grande política, como os diplomatas, os parlamentares, os membros do Poder Executivo no seu mais alto escalão, mas também para a sociedade nacional. E isso vai jogar, em termos de comparação e perspectiva histórica, gente, a um debate que a sociedade americana fez, no limiar do século XIX para o XX, entre aqueles que eram idealistas e isolacionistas e que achavam que os Estados Unidos não deviam se debruçar sobre o mundo e aqueles outros mais pragmáticos, que achavam que os Estados Unidos deveriam exercer seu destino manifesto mundo afora. Para o bem ou para o mal, as decisões foram tomadas em âmbito democrático e escolhas foram feitas e consolidadas no tempo. E eu, particularmente, acredito que este é o momento que se aproxima para o Estado brasileiro, um momento de reflexão, no qual efetivamente a sociedade terá que, em alguma medida, abrir uma caixa-preta chamada tomada de decisão em política externa. E aí é saber se a sociedade quer realmente fazer parte disso.

Isto nos leva ao segundo aspecto das minhas conclusões, que seria a reflexão de o quão democrático é o processo de formação da política externa. E aí nós temos o choque entre estrutura burocrática *versus* interesses da sociedade civil. Isso quer dizer: a sociedade civil no Brasil quer discutir política externa? Porque se ela não quer, deixemos isso nas mãos do Itamaraty e isso será feito no tempo, com a eficiência burocrática tradicionalmente marcante da Casa. Mas, se a sociedade tomar a decisão de discutir essas questões, então alguma nova perspectiva terá que ser feita. E é importante fazer isso.

Isso cai na terceira das minhas conclusões ou reflexões, que seria o papel do Poder Legislativo na discussão e controle sobre questões de política externa. Eu sei, e muito provavelmente os Srs. Senadores e todos aqui presentes sabem mais do que eu, que o Legislativo tem um papel constitucional. A questão a se saber é até que ponto esse papel constitucional está sendo bem ou mal desempenhado e até que ponto o Legislativo quer desenvolver este papel. Eu acredito que a iniciativa de um debate como este é um indicador, para mim, em termos democráticos, bastante

positivo de que o Legislativo quer se debruçar sobre essa questão e colocar, de certa maneira, o pomo da discórdia, que é altamente positivo em âmbito democrático, sobre o debate dessas ideias.

Eu termino a minha fala por aqui. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Creomar Lima Carvalho de Souza, do IBMEC-DF

Passo agora a palavra ao Prof. Dr. Danny Zahreddine, Professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

O SR. DANNY ZAHREDDINE – Boa noite a todos. Eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, o convite feito pelo Presidente para participar de uma discussão tão relevante para o Brasil nesta Casa, que é a verdadeira guardiã das preocupações acerca de política externa, o lugar onde isso deve ser de fato bem discutido. Gostaria de cumprimentar os Senadores presentes, as autoridades, os colegas, a Mesa.

Eu vim falar sobre uma temática em especial: a reforma do Conselho de Segurança e as perspectivas para a inserção brasileira. A minha fala vai ser estruturada em três momentos principais. O primeiro momento é que eu acho estruturante para entender o porquê da reforma, que é discutir o que é ordem internacional. No segundo momento eu apresento uma série de metodologias para tentar mostrar a transformação dessa ordem, principalmente de 1990 até 2009. E concluo com um balanço geral acerca dos pontos positivos e negativos, seja da reforma do Conselho, seja da inserção do Brasil no Conselho de Segurança.

Em primeiro lugar, eu só consigo compreender o papel do Conselho de Segurança pelo princípio de ordem internacional, isto é, o Conselho de Segurança tem um papel de tentar ordenar, balizar os rumos do equilíbrio de poder que está colocado nesse sistema. O conceito de ordem internacional está muito ligado ao conceito de configuração de poder ou constelação de poder. Da mesma forma que um Estado se coloca no sistema internacional dependendo da sua massa de poder, e esse espectro de poder pode ser mais amplo ou menos amplo, a ordem representa isso também. Essa configuração de poder é marcada ou por um astro maior ou por um astro menor ou por algumas luas que gravitam sobre esses astros maiores. E a ideia do Conselho está ligada ao que o concerto europeu fez, ao que o Conselho Executivo da Liga fez e ao que agora está sendo feito pelo Conselho de Segurança. Isto é, precisamos criar condições para que o sistema internacional não colapse.

Em algumas avaliações, observou-se que o problema maior da Liga das Nações, principalmente do Conselho Executivo da Liga, era que aquele Conselho, naquele momento, não representava a correlação de forças que existia no sistema internacional. Então, o Conselho de Segurança, por mais estranho que pareça, é o órgão executivo mais importante das Nações Unidas, porque lida com a tomada de decisão do uso da força do Capítulo VII. É porque ela mostra qual é a acomodação de poder existente no sistema internacional. Por isso, cinco possuem poder de veto e os outros dez não possuem poder de veto, e a Assembleia Geral é consultiva. Então, o conceito de ordem internacional, de configuração de poder, simboliza ou demonstra como que o sistema internacional está alicerçado a partir de grandes potências, potências médias, potências em ascensão e países periféricos. O Conselho de Segurança da ONU representa a tentativa de ordenar essas relações.

Aqui, algumas explicações rápidas; o Embaixador Sardenberg já fez a exposição detida acerca do assunto. Mas coloquei reformas entre aspas porque, de fato, a maior parte não foram reformas substantivas. Em 1965, com o aumento de quatro novos assentos, e aí, sim, assentos eletivos, não permanentes, fechando em 15 países o Conselho. Em 1971, o impacto real, porque aí representava uma acomodação de poder. Quando a República da China sai e a República Popular da China assume, muda a correlação de forças dentro do Conselho de Segurança. A China, cada vez mais, pelo seu distanciamento da União Soviética, pela presença das armas nucleares e pelo poder econômico que foi adquirindo com o passar do tempo, forçou, ou legitimou, em certa medida, a sua inserção como membro permanente do Conselho no lugar da República da China. E em 1992 – a solicitação foi feita em 1991, mas foi aprovada em 1992 –, com a troca do assento permanente da União Soviética pela Federação Russa. Também nada de substantivo. Inclusive com o consentimento de todas as ex-repúblicas socialistas soviéticas.

O que está em discussão hoje é o seguinte: se as guerras representavam o colapso de um ordenamento ou o colapso de uma configuração de poder e esse período de caos era a tentativa de reconstruir uma nova ordem, o que nós vivenciamos hoje é uma transformação desse novo sistema. Desde o fim da Guerra Fria, vários especulavam se o mundo seria unipolar, se o mundo seria uma multipolaridade, uma multipolaridade coercitiva, o que agora se torna mais claro para nós, o mundo se mostra mais multipolar. Claro que não é uma multipolaridade nos termos da pentarquia de poder da Europa, da Primeira Guerra Mundial, mas essa nova multipolaridade demonstra a necessidade de transformação desse sistema internacional. E sendo o Conselho de Segurança um ambien-

te essencial para a manutenção dessa ordem, faz-se primordial repensar o seu formato.

Quando o Presidente Sarney declarou, no final da década de 80, após o jejum, como bem disse o Embaixador Sardenberg, o jejum de quase vinte anos ausente do Conselho – e ausente pelas responsabilidades que naquele momento o Brasil não queria assumir, para não se expor –, que tipo de impacto teria por estar no Conselho de Segurança de 1968 até 1988? Então, ele se retira desse debate de maneira deliberada e por seus problemas domésticos, também.

Agora, o mundo se transforma. É necessário recalibrar esse órgão de tomada de decisão executivo das Nações Unidas. E qual é o papel do Brasil em assumir essas novas responsabilidades?

Eu não restrinjo a questão do poder ao poder econômico e ao poder militar. Eu vou ampliar um pouquinho mais isso, transformando em algumas outras categorias.

Poder real. É claro que o poder militar, o poder econômico, o poder de infraestrutura do Estado, o poder de transformação energética do Estado, o poder demográfico, o poder da educação, o poder ambiental – ótimo, com certeza –, o poder de exportação de tecnologia de ponta. O poder real é aquilo que o país possui claramente. É aquilo que ele consegue extrair, transformar, claramente.

Eu queria até fazer outra observação. A escola inglesa trabalha com uma perspectiva mais ampla do que a escola realista de relações internacionais. Nesse espectro nós temos: educação, sociedade, cultura, economia, poder militar. E é nesse conceito que eu calco a minha avaliação.

O poder potencial é aquele que o país possui de recursos e que pode transformar a médio e longo prazo. Uma potência demográfica que hoje não dá a garantia de um mercado consumidor, ou de uma população educada, ou de população consciente, mas que com políticas públicas pode vir a ser uma potência demográfica. Isso é poder potencial. A existência de reservas que podem ser exploradas e em pouco tempo transformadas. Isso é poder potencial. A presença de biodiversidade. Isso é poder potencial.

Um terceiro ponto é a percepção de poder. Há um ditado que diz: "Não basta a mulher de César ser boa, ela tem que parecer ser boa." Então é necessário que os Estados percebam também, além do poder real do Estado, que existe uma percepção de poder sobre aquele Estado.

E o último ponto dessa visão de poder ampliada é que vai legitimar o uso desse poder, que é até um discurso do próprio Itamaraty que eu acho coerente. O Brasil não possui armas nucleares, não quer possuir armas nucleares, é um dos maiores representantes do mundo livre dizendo que é necessário banir as armas nucleares, mas ele se legitima na sua ação internacional por meio do combate às armas nucleares, do combate a golpes militares na região, da promoção de uma democratização e de um mundo que seja multilateral, multipolar, e de uma discussão ambiental que seja mais ampla também.

Os valores secretados no sistema internacional também são um outro ponto muito relevante porque diz respeito àquilo que aquele Estado pode consolidar como sua marca no sistema. E, ao final, faço algumas considerações acerca disso.

O Brasil, no sistema internacional, teve várias atuações. Do ponto de vista regional, sua presença no Prata (1864-1876) mostrou sua força regional, sua capacidade de mobilizar as forças regionalmente; na Liga das Nações, sendo o único país a enviar suas tropas na Primeira Guerra Mundial, da América do Sul, permitiu que ele participasse das convenções e do Tratado de Versalhes, o que também posicionou o Brasil internacionalmente; e, nas Nações Unidas, inclusive com a sinalização dos Estados Unidos de que o Brasil poderia ocupar um assento permanente, mas se revertendo posteriormente essa posição, também pela sua postura frente à Segunda Guerra, mesmo com equidistância pragmática, ele manda para o teatro de operações soldados, manda aproximadamente 24 mil efetivos militares ao teatro de operações.

Na Liga das Nações, o Brasil tinha o sonho de ter uma cadeira permanente no Conselho Executivo. Esse sonho era calcado em questões reais, não necessariamente. Como diz o Professor Amado Cervo, era mais um show de pirotecnia para tirar a atenção dos problemas internos e gerar um estado de coesão nacional.

Hoje, é a mesma pirotecnia para tirar a atenção dos problemas internos ou, na realidade, é uma posição clara, material, do poder do Brasil de auxiliar a transformação desse sistema novo que surge? Tem um pouco das duas coisas, com certeza, mas as questões de cunho material e potencial têm se mostrado como forças profundas nesse pleito.

Falei muito, então vou apresentar para vocês algumas análises um pouco mais espaciais. A geopolítica, de fato, é uma ciência antiga que entrou em desuso, mas a geografia política ainda tem seu espaço garantido por muito tempo. Então, vou fazer uso da relação espaço/poder para pensar um pouquinho essas transformações.

Eu selecionei dezessete variáveis de capacidade que estão... Que eu chamo de variáveis de capacidade, mas que, na realidade, só a título de exemplo, são: PIB,

alfabetização, expectativa de vida ao nascer, exportação de componentes de alta tecnologia, tamanho da população, reservas naturais, tamanho do Estado, consumo de energia total, produção de energia, que totalizam dezessete variáveis. Todas essas informações, todas essas variáveis quantitativas são do Banco Mundial, que eu extraí e apliquei o método que está ligado à análise multivariada de componentes principais.

E este primeiro exemplo que vou dar aqui é para mostrar como o Brasil se parecia, em 1990, com um grupo de Estados e como hoje ele se assemelha a outro grupo de Estados. Essa é minha primeira análise.

Na segunda análise, não vou mais usar a análise de agrupamento, vou usar componentes principais e o modelo potencial, para mostrar a força de expansão dessa categoria de poder. Em realidade, transformei dezessete variáveis de capacidade em uma única variável, usando um método estatístico chamado análise de componentes principais.

Aqui nós temos um quadro do mundo. Em 1990, dois Estados, nessa análise mais ampla, se assemelhavam mais: Estados Unidos e Japão. Um segundo grupo totalizava dez estados, e aí entravam: China, Rússia, França, Alemanha, Itália, Grã Bretanha etc. E um terceiro grupo – e aí sim, incluía o Brasil –, um grupo mais marginal: Brasil, Argentina, África do Sul, Austrália, Índia, Turquia, até mesmo Ucrânia, Polônia etc.

Passando para 2000, usando o mesmo método, que vai pegar características similares desses Estados e dessas dezessete variáveis, houve uma pequena transformação, mas substantiva. Eu voltei para que vocês observem claramente essa transformação. A Rússia não se configura mais nesse segundo círculo de poder, esse primeiro círculo de semelhança continua sendo marcado por Estados Unidos e Japão, um segundo círculo mais restrito de Estados, em que a China aparece, continua, a Itália e alguns países europeus. De novo, o Brasil e a Argentina continuam, África do Sul, Índia etc.

Em 2000, esse quadro muda bastante. Isto é, as semelhanças mais centrais vão se esmaecendo, diminuindo. Um grupo de semelhança – Estados Unidos –, um outro grupo em separado – China –, e um terceiro colar de poder, um terceiro agrupamento de poder, mais ligado a Brasil, Índia, Rússia, Espanha, França, Alemanha e Itália. O Canadá também está nessa categoria. O que significa isso? Significa que, ao passar do tempo, os agrupamentos de países centrais ou países nesses círculos concêntricos mais longe da centralidade do poder vêm se transformando.

E temos uma situação bem interessante, no caso de 2009. Qual é esse caso? Nesse primeiro círculo de poder, Estados Unidos sozinho. No segundo círculo de poder, China sozinha. No terceiro círculo de poder, destacando o G-4 e países ligados ao Conselho de Segurança, temos todos aqueles que pleiteiam o assento permanente, que são: Índia, Brasil, Japão e Alemanha, dois países que possuem assento permanente, Estados Unidos e China, nesses círculos mais centrais, e até mesmo países que estão nesse círculo um pouco mais periférico, junto com os que pleiteiam espaço: Rússia, Grã Bretanha e França. Esses três. Canadá e Itália também já pleitearam espaço dentro do Conselho de Segurança.

Aqui estamos falando de similaridade, de semelhança. Vou passar para outra análise agora. É a da transformação do poder. Isto é, essas dezessete variáveis, levando em consideração a sua posição geográfica, como disseminam o poder desses Estados. Neste quadro – e usei uma técnica de interpolação –, temos a realidade do mundo em 1990. É quase que uma unipolaridade, de fato. Estados Unidos como poder potencial, esse poder relativo, que eu denomino, porque poder é uma categoria difícil de ser classificada, mas, no mundo inteiro, temos essas manchas de poder. Quanto mais vermelho e mais alto o pico, mais poder; quanto mais azul, menos poder. Então, existe um acúmulo de poder na América do Norte; a Europa, uma região mais amarelada um pouco; mais picos de poder no Leste Asiático – já existe uma sinalização clara de deslocamento do poder para o Leste Asiático: Japão, China, Rússia e Índia; aqui um vazio forte; e uma polarização mais América do Norte e Leste Asiático. O Brasil começa com uma mancha amarela. Aqui, já temos 2000. Esse pico aumenta um pouco, mantém-se a pujança estadunidense, mas também aumenta a pujança chinesa, em 2000, a Índia também desponta um pouco mais, há um esmaecimento da Europa, e o Japão quase que se mantém a mesma coisa.

O que chama a atenção é o quadro de 2009. Como esse polo do Leste Asiático mostra gravitacionalmente seu poder, atraindo essa força para a região, a Índia também crescendo fortemente, uma diminuição do papel do Japão na região, e o aumento do Brasil. Se formos observar o Brasil, ele começa a mudar a cor, um pouco mais avermelhada e um pouco mais longa.

Um perfil para podermos compreender melhor esses picos: Estados Unidos, China, Rússia, Japão, Brasil. Uma coisa para a qual eu queria chamar a atenção é que, entre essas variáveis, coloquei tamanho dos exércitos. Então, não está somente o poder militar ou somente o poder econômico; não somente o poder real, mas também o poder potencial desses Estados. E na América como um todo? Qual é o quadro do Brasil, usando essa mesma técnica? Existem dois polos. E aí eu acho que, até mesmo corroboran-

do o discurso do Itamaraty, mesmo que o México não queira, mesmo que a Argentina não queira, não vai ter jeito. É claro que é pela via diplomática, mas existe uma manifestação clara de poder na América Latina e essa manifestação advém do Brasil.

Neste outro quadro, quando coloco só a América Latina, isso fica mais evidente ainda. O Brasil, com um pico muito mais elevado, chegando a 0,8, que é o indicador gerado pelo *software*, e o único que põe algum tipo de contrapeso a essa relação de poder na América Latina seria o México. Chama a atenção a absorção que o Brasil gera, ou a pressão gravitacional que o Brasil gera sobre seus Estados vizinhos. A Argentina aparece com algum tipo de manifestação, mas é evidente o papel do Brasil nesse contexto.

O que quero dizer com tudo isso? Quais são as perspectivas do Brasil? Qual é o poder real do Brasil? O Brasil possui poder real? É óbvio que possui poder real, e é um poder crescente, da sua economia, da sua energia – quase 50% de nossas fontes energéticas advém de fontes limpas – e das novas tecnologias que desenvolve, seja a biomassa, seja o etanol etc. Poder potencial: a biodiversidade, o amadurecimento das instituições da democracia, a população economicamente ativa, as políticas públicas para melhorar a educação brasileira, o fortalecimento gradativo do poder militar. A percepção de poder que o mundo tem do Brasil, como bem lembrado pelos colegas da Mesa, é muito maior do que a percepção de poder que nós mesmos temos do Brasil com relação ao mundo. O mundo vê o Brasil como um modelo de inserção econômica e potência em expansão como se fosse bem sucedido. Claro que resolvemos nossos problemas dentro de casa. Nós sabemos das nossas vicissitudes e da necessidade de transformação cada vez maior desse sistema, dos nossos problemas domésticos. Mas essa percepção de poder aumenta e é evidente.

E talvez o ponto mais central para buscar o assento no Conselho seja a legitimidade que o Brasil teria para ocupar esse posto. Qual é a legitimidade do Brasil? Quais são os valores que o Brasil poderá impregnar à sociedade internacional? O respeito ao direito internacional e a não intervenção, a democracia, o desarmamento, a luta contra a fome e a pobreza. É necessário pensar esses valores. É necessário secretar esses valores no sistema internacional. É isso que vai fazer a diferença entre Brasil e outros que concorrem ao pleito.

Razões para o ingresso do Brasil no Conselho de Segurança, com assento permanente: coerência entre seu atual estado de potência regional em ascensão com o sistema multipolar que se apresenta. Isso já não é uma ideia, não é só uma opinião vaga. A própria opção de utilizar o G20 como fórum de discussão mais legítimo dos problemas do mundo mostra que o mundo é multipolar. A nossa representação regional é também contestável, com amplo espectro de poder na América Latina e Caribe e com histórico de preservação da paz e defesa dos interesses regionais. Quase que o nosso mito de origem dessa prática é a Escola Barão do Rio Branco. A necessidade da presença brasileira para assegurar novos temas da agenda. Eu estou dizendo, então, que a primeira questão é sobre a coerência do próprio Conselho, a necessidade de transformação do Conselho e a mudança do mundo.

Segundo ponto: como o Brasil representaria a América Latina e o Caribe? Pela sua presença histórica, pelo seu poder real, pelo seu poder potencial, pelo seu reconhecimento internacional. A necessidade da presença brasileira para assegurar novos temas é uma agenda doméstica nossa. Quais são os custos de o Brasil ingressar no Conselho de Segurança? Por que é importante estar no Conselho de Segurança? É importante estar no Conselho de Segurança porque a agenda do Conselho se ampliou nos últimos anos. E ele discute questões ambientais, questões de direitos humanos, que tocam diretamente na nossa política de defesa nacional. A compatibilidade entre essa mesma política de defesa nacional e o papel do Brasil na região e no mundo faz com que nós tenhamos que continuar a escola de defesa do assento permanente. Agora, quais são os custos? São enormes, os mesmos custos que fizeram o Brasil se retirar de 1968 a 1988, isto é: tomar a decisão, a responsabilidade da decisão, a dificuldade de assumir os custos da decisão, mas é o custo que um país que se vê como potência deve assumir para continuar os seus trabalhos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao Dr. Danny Zahreddine, professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Agora, passo a palavra ao Dr. Albert Fishlow, do Center for Brazilian Studies, da Columbia University.

V. Sª tem a palavra.

O SR. ALBERT FISHLOW – Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, hoje à noite, na Comissão. Inclusive, a sugestão não era minha. Ela veio do meu amigo, o Senador Luiz Henrique. De fato, sempre que estou no Brasil, todo mundo me pergunta o que vai acontecer na economia, o problema com taxa de juros, o que vai acontecer etc. Hoje em dia, eu falo de outros assuntos. Eu vou aproveitar... Não tenho slides. Eu vou falar só por alguns momentos porque todo mundo já falou demais. Eu tenho poucos pontos.

Primeiro, eu acho que o interesse de o Brasil ficar como membro permanente do Conselho vem do

fato do crescimento econômico. Hoje em dia, o País já representa algo como o sexto poder em termos de Produto Interno Bruto. E isso, evidentemente, é a base de importância no âmbito internacional.

Também há outro lado que eu acho importante, que até agora não foi mencionado, que é a expansão das Nações Unidas. De fato, hoje em dia, quando falamos do meio ambiente, quando falamos de tantas outras coisas, estamos falando das Nações Unidas. Estamos falando das decisões tomadas dentro das Nações Unidas que não aconteciam antes. Vejam as diferenças nas reuniões do Conselho de Segurança. Antes havia poucas reuniões. Hoje há muitas reuniões, muita discussão sobre todas as coisas no mundo. Enquanto isso está acontecendo, enquanto o Brasil está tomando um papel mais importante, então, é uma consequência lógica da importância do País dentro do mundo.

A segunda coisa que eu quero anotar aí é que, no lado econômico, o País já tem a representação. O novo G20, em que o Brasil tem um papel importante, existe. E o Brasil está lá, fazendo todas as discussões sobre as políticas diversas dos países, tentando conseguir uma política coerente sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juros, sobre tudo isso. Então, no lado econômico, o Brasil já tem uma importância, como já tem na área de comércio internacional, em que o papel do País é muito importante.

A decisão da expansão do Conselho parece inevitável, mas aí eu acho que vai ser mais o plano "b" que o plano "a", com a permanência do Brasil como membro do Conselho. Eu digo isso por uma razão simples: a China e a Índia, e a China e o Japão. A China não está interessada, dentro da Ásia, em aceitar esses dois países e tem todo o direito de excluir. Enquanto isso acontece, evidentemente não se vai avançar nas possibilidades de ter Japão, Alemanha, Brasil, Índia e dois países da África como membros.

Eu vejo isso como uma consequência e não fico certo de que representa uma perda para o Brasil. Por quê? Vejam bem: o Brasil, sendo membro permanente do Conselho de Segurança, vai ter que gastar muito mais nas atividades do Conselho, porque, hoje em dia, há intervenções acontecendo no mundo inteiro. E isso representa um custo, um custo real. A Índia já está pagando o custo, mas a Índia já tem a representação militar maior que qualquer outro país dentro das missões das Nações Unidas. Aí, de fato, eu vejo um custo financeiro. Além disso, eu vejo outro custo. O Brasil, as relações exteriores dentro do País sempre foram construídas com a ideia de não intervenção. E também a ideia da lei internacional. Veja bem, temos o caso, hoje em dia, da Líbia. É um caso muito difícil. Foi a decisão do Conselho de Segurança entrar, baseado nas decisões de defesa de cidadãos da Líbia. Evidentemente, não foi uma decisão unânime. O Brasil não votou a favor, ficou na abstenção.

O fato... Esse tipo de coisa vai-se repetir. E vai-se repetir muitas vezes no mundo atual. E, como consequência, representa uma necessidade de alteração da política grossiana do Brasil em relação à vida internacional, para mudar para mais realismo – um realismo muito mais parecido com o dos Estados Unidos –, uma vez que não entrou no caso de Ruanda, com as coisas acontecendo dentro do país. Hoje em dia, está alterando a posição e está querendo entrar na Líbia, etc.

Não vejo necessariamente grandes vantagens que o País vai tirar disso em comparação com as vantagens que tem no G-20 – com sua economia crescente, com sua economia importante dentro do mundo –, em que tem a possibilidade de ter influência crescente. E pode, assim, evitar esta necessidade de tomar uma decisão. Se esse plano "b", de fato, entra na apuração, o Brasil vai ter uma cadeira de quatro anos, com a possibilidade de ela ser renovável e daí poderá ter um papel que seja crescente dentro do mundo econômico.

O Itamaraty, evidentemente, prefere a possibilidade de ser membro permanente, mas para o País como um todo não tenho segurança de que seja uma desvantagem para o Brasil.

Terminei.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Doutor Albert Fishlow.

Vamos, iniciar, então, as indagações por parte dos Srs. Senadores. A primeira Senadora inscrita é Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Fernando Collor.

Cumprimentos a todos os expositores. Sempre aprendemos cada vez mais, especialmente numa área tão especial quanto essa.

Começo pelo Professor Albert Fishlow, que acabou de dar a algumas convicções que eu tinha dúvidas pertinentes a esse tema.

O senhor enfoca a questão econômica. Na semana passada, a Rússia aplicou um embargo à carne brasileira e está tentando entrar na Organização Mundial do Comércio. Dentro dessa lógica que o senhor apresenta, de que o mundo globalizado compete, cada vez mais, na questão econômica, pergunto se ela não se sobressai um pouco, em importância, às questões políticas ou diplomáticas. Portanto, não seria mais lógico que o Brasil buscasse uma representação mais eficaz junto à OMC, por exemplo? Ou representação mais forte nesse organismo, para se defender? Porque começa a ser vítima dessa concorrência por meio de

medidas retaliatórias no âmbito do comércio. O caso dentro do Mercosul nem é preciso falar – ou seja, o que está acontecendo com a Argentina. Então, para o senhor é isso.

Para o Professor Danny: o senhor falou do peso real nesse processo. Que peso real maior teria o Brasil, para, digamos, sustentar a argumentação para entrar como membro permanente do Conselho de Segurança?

Esse custo falado pelo Professor implica também compromissos, cumprimento de responsabilidades. O Brasil está preparado para isso, para esse cumprimento de responsabilidades? Não apenas o dinheiro que vai gastar para isso, mas as responsabilidades inerentes a essa função – nessas questões ambientais, nessas questões de direitos humanos e em tantas outras.

Para o nosso Embaixador Sardenberg: o senhor falou que faz diferença integrar. Então, que diferença é essa? E uma curiosidade: quando o senhor falou nas intervenções do Brasil em questões internacionais de relevo – falou de Timor Leste e tal –, não apareceu o caso do Irã. A posição brasileira contrariou a posição das Nações Unidas. Então, nesse caso, sobre essa questão, a pergunta é se isso foi apenas um lapso ou algo proposital.

E para o Professor Creomar: o senhor levanta uma questão interessante que nós, jornalistas – quando eu estava do outro lado –, levantávamos muito: a pouca importância que a sociedade dá à questão da política externa.

Mas veja, quando olhamos aquela cena, no Rio de Janeiro, de bombeiros invadindo o quartel, as explosões dos caixas eletrônicos dos bancos em São Paulo e tantos outros problemas, mazelas sociais de toda ordem – por exemplo, na área de segurança, apenas para citar uma –, além de outros problemas políticos internos, constatamos que o brasileiro não é diferente dos americanos. O americano só passou a se lembrar de política externa, quando aconteceu o caso do World Trade Center e do Bin Laden. Então, ele passou a examinar essa questão. Ele está mais preocupado é com sua situação de bem-estar – com seu emprego, com sua estabilidade econômica –, não sabe se a capital do Brasil é Brasília e não Buenos Aires, essa coisa toda. Então, não é essa a informação.

Alguns países são... A Austrália tem uma boa informação. Às vezes, vamos lá e nos surpreendemos com o conhecimento que eles têm do Brasil. Mas aí são realidades distintas. Então, não é uma novidade essa participação.

Como o senhor vê isso? Acha que realmente é isso o mais importante? O argumento do Professor Fishlow é o de que a posição do Brasil no G-20 teria mais peso, primeiro porque é um organismo mais democrático, mais aberto, com posições mais plurais, digamos, do que, em cinco países, assumirmos uma posição de enfrentamento. Ele deu muito bem o caso da Líbia, em que tivemos uma posição de resguardo nesse processo.

Então, são essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amelia.

Passo, a seguir, a palavra ao Senador Luiz Henrique, para as suas formulações, e, depois, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, prezados expositores, tenho aqui – não o li integralmente – o livro que o Professor Fishlow acaba de lançar e que certamente será um *best-seller*. Espero que o seja e que todos os brasileiros bem informados leiam esse livro, que aborda a evolução do Brasil desde o fim do regime autoritário, do regime militar, até os anos que estamos vivendo.

Nessa obra, o Professor Fishlow dá destaque para um aspecto que é muito importante para que o Brasil adquira esse poder real, ou para que se perceba o poder real do nosso País.

O Professor Fishlow assinala que o Brasil tem uma taxa incrivelmente baixa de investimentos, se comparado com outros países emergentes. Por exemplo, nós investimos 17% do PIB, enquanto a China investe 40. Índia, Vietnam e Tailândia, mais de 30. São alguns países que ele cita. O Chile, nosso vizinho, investe 25%, e a Argélia, mais de 25%. Para que nós possamos chegar aos 25%, assevera o Professor Fishlow, nós temos de dobrar o investimento em infraestrutura, que é de apenas 2% do PIB, quando ele diz que deveria ser o dobro, e há economistas consagrados no País que asseguram que deveria ser, no mínimo, 5%. O Professor Fishlow assinala também que o Brasil tem como, nenhum outro país... Ele diz aqui: *Poucos países dispõem da combinação de terras cultiváveis, capacidade industrial e recursos minerais que o Brasil oferece*.

Essas condições do nosso País – eu perguntaria a todos os ilustres expositores – vão pesar cada vez mais na balança para a inclusão do Brasil no Conselho. E não sei se os senhores concordariam comigo de que a reforma do Conselho de Segurança Nacional, com a inclusão do Brasil, inequivocamente, como representante permanente da América Latina seria uma questão de tempo. Essa seria a pergunta para todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Collor, demais Senadores, quero começar dizendo que sou discípulo do Fishlow. Apesar da

mesma idade, sou discípulo pelo que li dele, desde o tempo em que éramos jovens, e ele já escrevia sobre o Brasil. Mas hoje minha admiração aumentou muito, por duas razões: primeiro, a coragem de um americano vir aqui dizer que não vê vantagem de o Brasil entrar no Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando há uma sensação de que todos querem isso. Segundo, pela lucidez do Professor Fishlow, porque o senhor está certo. Eu considero um desperdício de esforço – e já disse isso aqui – que o Itamaraty se tenha concentrado nessa luta. Chegamos até a perder disputas internacionais, não demos importância à luta para ganhar a OMC – em parte, é capaz de ter sido por negociações –, perdemos a chance de eleger o diretor da Unesco – não eu, mas o outro candidato brasileiro que era até mais forte para conseguir os votos dos países árabes, e o candidato brasileiro agora está preso no Egito. Está preso por causa da turma do Mubarack.

Nós concentramos um esforço imenso e com que finalidade?

Vamos supor que a gente ganhe. A gente vai ter problemas, como disse o Professor Fishlow. Vamos ter de fazer opções entre a ou b em momentos muito difíceis. Vamos perder a imagem do Brasil, país que tenta ter um pouco de contato com todos os países, vamos fazer opções constantes.

Não falo nem dos custos financeiros, de que falou o Fishlow; eu falo dos custos de ordem moral, os custos de ordem política. Então, eu tenho defendido em debates aqui nessas reuniões... Aliás, deveria começar elogiando o Presidente Collor, que está cada vez sendo melhor: de uma segunda-feira para outra, estamos tendo encontros melhores aqui. Eu perguntei se já estava sendo transmitida ao vivo pela televisão, e parece que hoje não, porque a sessão plenária está demorando muito. É uma pena que o Brasil não esteja assistindo a esse debate.

Mas para que esse fazer parte desse Conselho? Que força a gente vai ter? E aí eu vou falar na linha do Danny, quando ele fala dos conceitos-força. O Creomar também falou disso. A força de ordem militar, que acho que a nossa não vai ser grande. Eu até gostaria de saber em que posição está o Brasil no mundo do ponto de vista militar. Eu não sei mesmo. Eu sei que nós somos a sétima potência econômica, octogésima oitava em educação, parece que é a 56ª em competitividade, acho que é a 60ª em ética. Agora, e sob o ponto de vista militar, onde é que nós estamos? Eu não sei, é uma pergunta que eu aqui deixo. Mas nós não vamos ser, até por uma opção feita de não ter a bomba atômica, o que nos enfraqueceu militarmente, mas nos deu uma imensa força moral no mundo. Quando o Presidente Collor mandou tapar aquele buraco onde iriam fazer as pesquisas de bomba, o Brasil teve uma vitória moral.

E aí levanto a seguinte questão – já fiz isso antes aqui, o pessoal do Itamaraty não gosta. Não teríamos uma força moral muito maior se fôssemos contra membros permanentes do Conselho de Segurança, contra qualquer um ser membro permanente? Responde-se que essa é uma cláusula pétrea. Se lutarmos por isso, teremos uma vantagem: vamos ter dois séculos de briga por uma boa causa moral, mas nunca vamos ganhar, porque há causas que são melhores quando não se ganha, porque se tem mais tempo para lutar por elas. O Brasil adquiriria uma força moral grande ao lutar contra membros permanentes no Conselho de Segurança. Isso seria muito melhor do que lutar por isso enfrentando muita dificuldade e, quando ganhar, perceber-se diante de um grande fracasso – como essas coisas com as quais a gente sonha muito e, quando elas se concretizam, descobre que não são grande coisa.

Então, esse é o ponto pelo qual eu queria começar, dizendo da minha simpatia por sua posição, do meu apoio, e dizendo que ela é lúcida, além de ter sido corajosa.

Quanto ao conjunto da discussão, achei muito interessante essa ponderação sobre o que vai dar poder ao Brasil. Gostei muito de ver o problema da alfabetização, embora eu ache que a alfabetização não dá poder internacional, a não ser poder moral e, a partir daí, vantagens.

Por exemplo, uma coisa que acho que vai trazer poder é ter ou não ter água; ter ou não ter ciência e tecnologia; ser ou não capaz de produzir alimentos. Acho que o idioma vai dar muito poder. Independentemente de qualquer coisa, o fato de o inglês ser o idioma de alguns países dá poder a esses países. O tamanho do território também, porque tem a ver com alimentos, tem a ver com fontes de recursos naturais.

Uma outra coisa que eu gostaria de colocar para ver se estão de acordo é a posição geográfica. Com o movimento de pessoas no mundo, certas posições são chave. É o que Dubai percebeu. Dubai está no meio dos movimentos de avião de um lugar para outro. Você pode ir da Austrália para os Estados Unidos ou do Japão para os Estados Unidos pelo Pacífico, mas vai passando por cima de nada. Se você vai por Dubai, tem diversas alternativas para chegar a lugares diferentes. Essas são as coisas que dão poder.

E aí vem a pergunta: o que é que representa poder para o Brasil no cenário do futuro, nos próximos cinquenta anos? Produção econômica, provavelmente, e a nossa vai crescer. Mas, além disso, potência militar não vamos ser. Não vejo como vamos ser um país com

o poder militar de alguns até pequenos, nunca vamos concorrer com Israel, nem com o Paquistão até, por causa da bomba atômica.

Então, do ponto de vista militar, nós temos de ter o suficiente para nos defender, isso é fundamental – e acho que estamos fazendo pouco, precisamos colocar mais dinheiro nas Forças Armadas, sem dúvida alguma. Temos de aumentar o número de conscritos, até porque isso faz parte da educação de um povo. Daí eu defender, contra todo mundo que me apóia em geral, sobretudo a juventude, o serviço militar obrigatório. Mas é mais para a defesa, pois, como força de ataque, dificilmente a gente vai ter poder.

O que é que nos vai dar poder se o Conselho de Segurança não é algo que nos dá poder? Quais são as variáveis – achei a sua análise muito interessante – em que temos vocação de poder daqui para frente? Essa é a pergunta central e, quanto ao Conselho de Segurança, eu gostaria de saber quais são, além de mim, os que apóiam a posição do Professor Fishlow.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Senador e Professor Cristovam Buarque.

Agora eu passo a palavra aos debatedores da noite de hoje para responderem as indagações já formuladas pela Srª Senadora Ana Amélia e pelos Srs. Senadores Luiz Henrique e Cristovam Buarque, começando pelo Embaixador Ronaldo Sardenberg.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – Muito obrigado.

Eu tomei copiosas notas – depois escrevo uma carta para cada um se for o caso. Mas eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Professor Fishlow por nos ter distribuído o seu novo livro, que evidentemente é de todo interesse. Eu, evidentemente, não o li, só o recebi agora, mas creio que seu título é muito intrigante, provoca-nos muito. Diz assim: "As conquistas políticas, econômicas, sociais e nas relações internacionais do novo Brasil" – esse é o título dele. Isso quer dizer que nós precisamos ter uma visão abrangente, que nós não podemos nos concentrar apenas num campo – essa é a indicação que ele nos está dando –, mas devemos pensar todos esses campos ao mesmo tempo. Acho que a visão abrangente é fundamental.

Segundo ponto: não é só o Brasil que tem problemas, a China tem problemas econômicos e sociais enormes, a Índia tem problemas. O simples fato de termos problemas não leva à proposição de que, por isso, não devamos integrar o Conselho de Segurança como membros permanentes. É óbvio que temos problemas, e é óbvio que temos superado problemas também, não apenas neste Governo, mas também nos anteriores. De maneira que acho importante a gente reter esse ponto, quer dizer, a gente não se assustar com uma longa lista de requisitos para ser membro do Conselho de Segurança.

A gente tem de analisar o que ocorreu no fim da Segunda Guerra: os membros permanentes foram escolhidos puramente por razões políticas. A China nacionalista já estava nas cordas em 1945, havia uma guerra civil em andamento, mas foi feita membro, não é verdade? A França e o Reino Unido saíam de uma guerra esfrangalhados e, logo depois, os impérios coloniais foram para o espaço. De maneira que, país forte mesmo, só os Estados Unidos e, em segundo lugar, a Rússia.

Com relação à pergunta que a Senadora Ana Amélia me fez: a minha intenção, ao fazer a referência a vários países, foi indicar como a presença no Conselho de Segurança é importante. Quer dizer, não apenas nós tratamos de questões fundamentais, viramos noites e noites com a Somália, a fragmentação da Iugoslávia, o genocídio em Ruanda, as guerras do Golfo ou a questão do Sudão, por exemplo, que foram tratadas em reuniões fechadas. Ao longo de nossa atuação no Conselho nesses anos todos, apesar de termos tomado posições divergentes às vezes – oito vezes nós nos abstivemos, e abster-se significa que estamos votando contra, porque, pela regra do Conselho, abstenção equivale a voto contrário –, tivemos, em reuniões fechadas, ocasião de transformar ideias em projetos de resolução. Quando estava como Presidente do Conselho, passaram três resoluções, e as três resoluções foram patrocinadas por mim na qualidade de Presidente. Então, tive oportunidade de trabalhar para mudar os textos que nós recebemos. Essa era a minha ideia.

Agora, não são só essas grandes questões. É importante também que nós tenhamos a consciência de que vivemos num mundo de nações de fala portuguesa, num mundo de vizinhos latino-americanos. A América Latina é fundamental para nós. O Embaixador Dias Carneiro, que foi afastado do Itamaraty logo depois do movimento militar de 64, nos dava aulas informais aos jovens do Itamaraty, era uma ação de esclarecimento. Ele me disse uma coisa sobre a América Latina que me calou profundamente. Ele me disse: "Olha, Ronaldo, vamos imaginar que Deus realmente seja brasileiro, mas, para o Brasil ter êxito, é preciso que seja também argentino, peruano, mexicano, colombiano etc., porque, se não for, não vamos ter condições de sair de onde nós estamos". De maneira que acho que a América Latina é uma ênfase necessária.

A questão do tempo – o Senador Luiz Henrique a levantou. Essa é uma questão absolutamente fundamental. Não existe estimativa crível, que possa ser

acreditada, sobre quanto tempo será necessário para reformar o Conselho. Pode demorar cinco, pode demorar dez, pode demorar um ano.

Eu estava anotando e escrevi aqui: "Mencionar imprevistos na história". Não estou pensando em grandes imprevistos. Por exemplo, a queda da União Soviética ou o que se está passando no mundo árabe. É totalmente imprevisto esse último caso. É evidente que se esperava que os países ditos mais importantes, dominantes, maiores, tivessem um plano B para o mundo árabe, mas não tinham. Que o Brasil não tenha, acho normal, mas eles deveriam ter tido. Estão hoje completamente tontos.

Mas há outras coisas, com muito menor significado. Por exemplo: quem poderia imaginar que Rui Barbosa iria para a segunda conferência de Haia inaugurar a política multilateral brasileira declarando a igualdade soberana dos Estados? Tratava de uma questão específica lá, mas falou longamente, e isso lhe valeu, inclusive, comentários desfavoráveis por parte do barão que representava a Alemanha. No livro da Barbara Tuchmann há a frase: "O Barbarossa era o mais chato de todos eles" – uma frase definitiva, uma condenação.

Mas há outra coisa simples: o Canadá perdeu as eleições para membro não-permanente para Portugal. Quem é que podia imaginar que Portugal seria capaz de vencer uma disputa com o Canadá? Pois é, venceu. Os canadenses até hoje estão revendo a posição deles.

Outra coisa. Eu acho que a história abre janelas e fecha janelas. Você tem oportunidades. Não conheço uma oportunidade ótima, nenhuma, mas sei que, no caso brasileiro – tive 47 anos de carreira diplomática –, nunca nos vimos diante da oportunidade que temos agora para entrar no Conselho de Segurança como membro permanente. Entre parênteses: nunca, nunca o Brasil teve o prestígio que tem, nunca teve a atenção que hoje tem, nunca nós recebemos do exterior impactos positivos. Como é que eram feitas reportagens no exterior? Não há mais isso. Era o seguinte: copiava-se a imprensa nacional, que, por motivos domésticos, criticava o governo. Pegavam essa cópia e transformavam em comentários dos grandes jornais internacionais. Isso acabou, isso acabou! Impressiona o fato de que hoje não se vê, em nenhuma matéria sobre o Brasil, uma referência à fonte como sendo uma fonte da própria mídia brasileira. Acabou, desapareceu.

Então, esses eram os pontos que queria essencialmente mencionar. Evidentemente, há muitos outros. Quero felicitar o Sr. Senador pela iniciativa. Quero dizer-lhe que nunca tive oportunidade como esta. Passei anos e anos nas Nações Unidas, mas nunca fui convidado para falar ao Legislativo. O Itamaraty me convidava regularmente, mas o Legislativo não. Esta é uma oportunidade extraordinária: conviver aqui com a academia brasileira, que tem as suas posições, que é uma academia respeitada hoje no mundo inteiro. O Brasil não é respeitado só por sua diplomacia ou por qualquer outra performance econômica, há também o respeito pela capacidade brasileira em termos acadêmicos. Estamos, cada vez mais, crescendo no índice mundial de publicações de artigos acadêmicos.

Era isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E a questão do Irã?

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – A questão do Irã. Eu fiz uma opção específica de não falar de Irã e Líbia. Por quê? Porque é muito recente, é difícil. Eu não tenho delegação do Itamaraty. Fiquei numa posição muito incômoda, porque eu nem falo pelo Itamaraty, nem quero brigar com o Itamaraty, nem quero ser elogiado pelo Itamaraty neste momento. De maneira que fiquei numa situação muito difícil e, então, fiz uma opção específica.

Com relação à Líbia, é preciso lembrar que o Brasil votou com os Brics, o Brasil votou com a Rússia, com a China, votou com a Índia, foram quatro votos, foi um voto em bloco. Isso indica uma possibilidade – não digo que isso vá se repetir – de ação conjunta com os Brics. Como disse aqui, o Brasil, que era um sócio honorário do Brics, passou a ser sócio efetivo, passou a ser visto até como um país capaz de atrair investimentos em grande proporção. Por quê? Por nossa cultura ocidental, por sermos um país democrático e, talvez, porque a própria economia brasileira assim o necessita.

De maneira que eram esses os pontos que queria apresentar. Agradeço imensamente por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Embaixador Ronaldo Sardenberg.

Senadora Ana Amélia, V. Exª está satisfeita?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Embaixador sublinhou apropriadamente a questão da América Latina e do peso do Brasil, só que os dois países com maior peso depois do Brasil, México e Argentina, não apóiam o Brasil para o Conselho, porque a disputa é muito grande também.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – A senhora não acha isso natural não?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É natural, mas o convencional seria que houvesse pelo menos uma solidariedade regional nesse aspecto.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – Não tenho certeza, mas tenho esperança, talvez uma esperança forte, de que, quando essa negociação che-

gar aos finalmentes, várias coisas vão se tornar mais claras. Em primeiro lugar, a atitude dos países latino-americanos em relação ao Brasil, uma vez que eles se convençam de que a negociação progrediu. Em segundo lugar, a questão do que o Brasil deverá fazer, a começar pelos valores E quais os valores que deverão orientar-nos. Eu, por exemplo, sou contra que nos manifestemos sobre os valores antes que essa negociação aconteça, porque perdemos nosso poder de barganha. Eu tenho certeza de que é possível – o professor Danny demonstrou isso –, sim, ter valores, que nós temos valores de fato. Trata-se apenas de uma questão de concertação entre a academia e o Itamarty, o Governo, o Legislativo, para estudar essa questão dos valores brasileiros neste momento mundial, em que existe uma crise que inabilitou um monte de países, e o Brasil não está inabilitado e tem uma chance de dar um passo a frente. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Professor Dr. Danny Zahreddine com a palavra.

O SR. DANNY ZAHREDDINE – Vou começar a pergunta da Senadora Ana Amélia. Qual é o peso real que o Brasil possui? Acho que o Senador Cristovam Buarque já elencou vários deles, inclusive quase todos foram observados naquele indicador composto de 17 outros indicadores. Mas aqui vão alguns – poder real: PIB industrial; PIB agrícola; PIB total; exportação de tecnologia – estamos exportando aviões, produtos farmacêuticos; terra arável, um indicador importante para nós, temos muita força nisso de fato; o tamanho do território nacional; as nossas reservas florestais; nossa biodiversidade. Isso é valor ou poder real, isso dá um peso real.

O que não temos de poder que poderia nos desabilitar? Na minha visão, seria o poder militar. Mas não necessariamente o poder militar deve ser encarado como algo central. Eu concordo que ter armas nucleares resolveria muito mais rapidamente o problema do Brasil na inserção no Conselho, o que não resolveu para o Paquistão, porque é um país pobre. Mas não temos armas nucleares, as nossas Forças Armadas possuem um poder regional, projeta-se regionalmente interessantemente, mas, do ponto de vista global, não conte com esse poder de projeção.

Mas ele tem outro valor, que acho que é central, ele tem poder econômico, nós temos um poder geográfico que é impressionante, nós temos mercado consumidor e nós temos um discurso de que somos uma das maiores democracias do mundo. Nós queremos ser capazes de mostrar que esse ordenamento, que surge hoje no sistema internacional calcado em princípios diferentes de 1945, e essa multipolaridade podem permitir que o Brasil se insira com o discurso de desarmamento ao invés de armamento, de corrida armamentista, ou de um processo de consolidação da democracia global, ou da luta contra a fome. É o que também o Embaixador Sardenberg disse, da forma como vamos pensar os valores de maneira a criar uma coalizão regional que apóie a inserção do Brasil.

Então, são poderes potenciais que o Brasil deve explorar nesse campo, o que o Senador Cristovam Buarque chama de poderes morais, que é a defesa da democracia, da educação e assim por diante.

Qual é o maior problema no caso do Conselho de Segurança? É o direito a veto, que gera um constrangimento muito grande para o Estado. Então, chega um momento em que ou você tem uma posição de confrontar e vetar, haja vista as retaliações que a França sofreu em 2003, quando sinalizou que iria vetar a resolução de invasão do Iraque. Então, é necessário que tenha muita força, muito poder para resistir a isso, ou outro extremo, que ele utilize uma estratégia de sempre se alinhar ao mais forte, sempre, o que é uma política muito ruim também. É uma política muito parecida com a relação britânica com os Estados Unidos.

Desde o discurso do Presidente Sarney na Assembleia Geral, em 1989, ele não deixou claro o interesse de ter direito a veto. Não é o interesse real. Inclusive, não aceitar o direito a veto ou tentar uma situação em que não haja direito a veto é coerente com a posição de um país que quer ser democrático.

Então, acho que a expansão do Conselho de maneira a incluir representações regionais, estados que estão emergindo na cena internacional e que diluam um pouco os resquícios do poder consolidado do Conselho de 1945, pode ser uma coisa muito interessante para o Brasil. Essa é uma decisão política, não é uma decisão econômica. Estar no Conselho é uma decisão política. É uma decisão importante, que tem responsabilidades enormes, mas que a população brasileira deve decidir juntamente com os tomadores de decisão.

Com relação ao Senador Luiz Henrique, a força econômica evidentemente é o carro-chefe disso tudo que está acontecendo, mas quando a gente imagina que nós possuímos 8,5 milhões de quilômetros quadrados, em 7,5 mil quilômetros nós temos a Amazônia verde e a Amazônia azul, Brasil e Venezuela quase concentram a metade de toda a reserva de petróleo e gás da América do Sul, juntamente com a Bolívia. Se pensar este eixo de Mercosul, a Venezuela integrando o Mercosul, vamos alcançar quase 50%, ainda tirando a Bolívia. Com a Bolívia, consolidaria um bloco ainda maior, quase 70% provavelmente.

Nesse caso, o que é fundamental é como o Brasil vai mostrar que é legítima sua ação internacional. A legitimidade perpassa os valores que vão permitir

agir de maneira legítima nesse sistema internacional. Por que o Brasil e não a Índia, por exemplo? O G4 é formado pelo Brasil, Índia, Alemanha e Japão. Mas por que não Canadá? Por que não Argentina ou México? O Brasil vai ter que se posicionar em relação a isso, não só pela sua capacidade econômica. O Japão é a segunda potência econômica do mundo.

Nesse sentido, o Itamarty com a comunidade brasileira e o Congresso têm de avaliar que tipo de inserção nós devemos imprimir neste mundo da preservação da democracia, deste mundo multilateral, desta perspectiva de desarmamento geral, como já vivemos na América do Sul. Então, acho que é evidente.

Concordo com o professor Fishlow que força econômica nós temos e somos cada vez mais contemplados, mas a Argélia e a Líbia também possuíam um poder econômico importante. A Líbia é o maior exportador de petróleo da África e está passando por uma intervenção militar. Se for pensar o papel da Líbia no mundo africano, na história da África, a revolução de 1968/1969 que empreendeu o seu papel de representação africana... O que significa a intervenção na África hoje? Será que um peso maior da Líbia no Conselho não teria um impacto menor nos seus assuntos internos? Não estou falando de um governo ditatorial, nem nada disso, mas intervenções por conta de direitos humanos, de questões ambientais, assuntos cada vez mais utilizados e trabalhados dentro do próprio Conselho. Nós vimos agora uma atuação dentro da Líbia *sui generis*, nós temos uma aliança internacional, usando o Capítulo VII, para resolver um problema interno da Líbia. Como que isso não pode afetar-nos no futuro? Então, é nesse sentido que eu acho que a questão política tem uma relevância e uma saliência que deve ser avaliada pelo Brasil. Mas os valores podem ser outros. O Brasil pode se tornar um foco de representação e de disseminação de valores ambientais e de sustentabilidade. Nós vamos ver agora a Rio+20. O que foi uma iniciativa importantíssima para o mundo em 92, com a Eco, nós vamos ter a oportunidade de mostrar os nossos valores de novo, agora, ano que vem. Então, como é que a gente explora isso numa agenda que seja multilateral?

Compartilho com V. Exª, Senador Cristovam Buarque, essas apreensões. As responsabilidades são muitas. Eu fico imaginando o Brasil se posicionando contra a invasão no Iraque, tendo direito a veto. É um desastre. Não! É um desastre. Agora, por que a França se coloca, por que a Rússia se coloca e a China se colocou também como provável veto e por que a corda arrebentou para o lado francês, principalmente? Porque ela sempre arrebenta para o lado mais fraco, não é?

Mas eu acho que as condições de inserção no Conselho são diversas. Talvez a questão do veto seja um aspecto interessante a ser debatido, inclusive é coerente com a própria postura do Brasil nesse sistema.

O senhor perguntou quais seriam os fatores de poder que representariam, de fato, relevância em termos internacionais, de cabeça eu levantei os que eu usei no meu indicador: PIB, crescimento do PIB, PIB industrial valor absoluto, PIB agrícola valor absoluto, exportações de tecnologia, superfície, áreas de florestas, terra arável, tamanho da população, expectativa de vida, alfabetização, uso de energia, consumo de energia elétrica, produção de energia elétrica, tamanho de exército e mais três, de me esqueci. Acho que era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Passo a palavra, agora, ao Professor Doutor Creomar Lima Carvalho de Souza, agradecendo ao Professor Doutor Danny Zahreddine, Professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade católica de Minas Gerais, pelas respostas às indagações aqui colocadas.

Com o palavra o Professor Doutor Creomar Lima Carvalho de Souza, que é Professor de Relações Internacionais do IBMEC-DF.

O SR. CREOMAR LIMA CARVALHO DE SOUZA – Primeiramente, queria agradecer mais uma vez a oportunidade. E, tentando responder pontualmente, vou começar pela Senadora Ana Amélia.

Compartilho da mesma preocupação acerca da reflexão da sociedade civil sobre política externa e tenho a mesma impressão dos exemplos dados, tanto dos Estados Unidos quanto da Austrália. Mas eu lhe responderia afirmativamente dizendo que sim. Para isso, vou parafrasear o Embaixador Ronaldo Sardenberg: todo país do Planeta tem problemas. Todos os lugares possuem problemas das mais diversas ordens. Mas, de outro lado, nós temos uma força que se coloca de maneira irreversível, que é a globalização. As fronteiras se tornam menores, os espaços de interação entre as populações se tornam maiores.

Eu acredito, sim, que a sociedade civil tem que assumir um determinado protagonismo. Isso não quer dizer que nós descartemos o bom trabalho feito pelo Itamaraty durante a história da política externa brasileira. Muito ao contrário. Eu só acredito que, se uma abertura for feita no sentido que os tomadores de decisão, tanto em âmbito legislativo quanto em âmbito executivo, e a própria burocracia internalizarem o fato de que a política externa é também uma política pública, nós podemos ter um debate que seja muito profundo, no sentido de sabermos uma resposta efetiva para essa questão que é: o Brasil deve possuir uma

vaga no Conselho de Segurança da ONU? E, sabendo os custos daí derivados, a sociedade brasileira quer arcar com esses custos?

Eu me lembro de um documentário que vi muitos anos atrás acerca da crise em Ruanda e uma das cenas que mais me chamava a atenção era de um soldado belga, com idade entre 19, 20 anos. Ele pegava a sua faca de comando e rasgava a boina das Nações Unidas e falava: "Poxa, eu não entrei no exército para vir morrer em Ruanda." Porque haviam matado uma série de soldados belgas na noite anterior e a opinião pública belga, que não sabia o que estava acontecendo até aquele presente momento. Entre duas opções muito claras – preservamos os nossos ou defendemos o humanismo – decidiu: preservemos os nossos e vamos embora. Essa retirada fez com que o genocídio se tornasse o que se tornou.

Então, acredito que essa tomada de responsabilidade por qualquer sociedade nacional tem de ser muito bem debatida. Porque senão o risco que corremos é que no momento em que surge um desafio real a sociedade recue. Aí, o grande problema no caso do Brasil seria se essa decisão for tomada sem um debate claro na sociedade, no momento em que surgir uma crise, a sociedade pode dizer: olha, essa parte da questão nós não queremos. Isso não é o que nós desejávamos. Então, demos um passo à diante. Nisso nós perderíamos uma questão é bastante interessante, que é o poder moral que o Brasil construiu até hoje. Essa imagem positiva. Em teoria de Relações Internacionais isso é chamado de *soft power*, de poder brando. O Brasil tem construído isso de maneira muito eficiente no tempo. Acredito que o único jeito de preservar esse legado de poder brando de um lado e de fazer com que a política externa se torne ainda mais eficiente no que diz respeito a essa causa é abrindo isso para a sociedade. E essa abertura é feita mediante a resolução dos nossos problemas cotidianos, mediante o incremento de processo educacionais em eventos como este aqui.

Imaginem a seguinte questão, algo que me chamou bastante atenção. Um ícone da diplomacia brasileira, o Sr. Ronaldo Sardenberg, fala a seguinte frase: "Eu tenho 47 anos de diplomacia e é a primeira que vez que o Legislativo me chama." Isso é muito sério. Em temos de consolidação de Estado democrático isso é muito grave. A sociedade brasileira, neste momento de maturidade da democracia, não pode se furtar a este tipo de debate. Nisso acredito que o Presidente da Comissão está de parabéns. Os senadores aqui presentes estão de parabéns. Isso é muito importante. É um momento no qual nós podemos nos debruçarmos, e deixo muito claro, a minha preocupação não é dizer: Olhem a cadeira é boa ou ruim, ou algo do gênero. A minha preocupação é que o debate deva ser feito para sabermos se queremos mesmo a cadeira ou não. Isso só é possível de ser construído a partir de *starts* como este aqui.

Acerca do que colocou à baila de discussão o Senador Luiz Henrique, chamou-me muita atenção o dado do Brasil como representante da América Latina. Isso é uma questão que tem de ser levada com muito cuidado.

Recordo-me que há um tempo conversava com um amigo que é professor, no equivalente a academia diplomática na Colômbia, e quando ele falava sobre o Brasil, ele dizia: "O Brasil é a potência da abstenção. Por que vocês querem uma vaga no Conselho de Segurança? Vocês só se abstêm! Para se abster não precisa entrar no Conselho."

Guardada as devidas proporções do exagero, na assertiva, que, lógico, é exagerada, o que acredito que é muito importante de se considerar é esse descolamento de poder – que foi muito bem mostrado pelo Danny na sua apresentação, o Brasil se descola do resto da América Latina – tem de ser manobrado com bastante cuidado se nós não quisermos ser uma emulação do que é os Estados Unidos na América do Norte. Isso quer dizer: uma potência construída em aversão aos seus vizinhos. Tem um ditado mexicano que diz: "Pobre do México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos."

O meu intento e o meu desejo – acredito que é o desejo de todos aqui presentes, dos senadores – é que nossos vizinhos digam: que bom que somos vizinhos do Brasil. Uma potência engajada no desenvolvimento regional; uma potência engajada na construção de uma multilateralidade positiva.

Eu acredito, pessoalmente, que o Brasil é e pode se tornar uma força muito maior para o bem em termos de relações internacionais. Nessa linha vem a minha perspectiva de dizer: quanto mais democrático for esse debate, mais força para o bem seremos; mais afastados de questões tradicionais de poder estaremos e mais próximos das construções valorativas poderemos estar. Então, acredito que essa representação da América Latina tem de ser construída muito mais no sentido natural do que o Brasil arrogar o discurso. Esse discurso falhou entre 21 e 26. O discurso em 21 e 26 foi construído no sentido de que o Brasil é o representante natural da América Latina. O que fez o restante da América Latina? Não! Não! Quem disse que o Brasil é o representante da América Latina?

Isso acontece em qualquer sessão de estudos que você estiver com outros acadêmicos da América Latina.

Vá você, brasileiro, parafrasear um representante do governo americano que certa vez disse que

a América Latina vai para onde o Brasil for. Vá você, brasileiro, dizer isso e você verá o resultado.

Agora, deixe as coisas acontecerem com naturalidade e, aí sim, no momento em que isso for muito perceptível, acredito que a América Latina pode pender.

Passando para o último ponto, que o Senador Cristovam Buarque falou, acerca de força moral.

A força moral é um componente muito importante para as relações internacionais, felizmente. Sendo bem utilizado tem resultados bastante positivos. Lembro-me que uma das primeiras falas da Secretária de Estado Hillary Clinton foi: Os Estados Unidos vão fazer agora diplomacia. Fizemos política externa muito bem durante muito tempo, mas fizemos diplomacia muito mal durante muito tempo. Então, agora queremos fazer diplomacia. E o Brasil faz diplomacia muito bem, há muito tempo. Acho que pode melhorar à medida que se torne equivalente a um Estado que é democrático e que se consolida democraticamente. Então, essa força moral é importante.

Acredito que nos próximos anos, e espero estar aqui para ver isso, esse poder brando, esse poder de imagem do Brasil como uma força para o bem tende a se consolidar.

Mesmo que não consigamos o Conselho de Segurança das Nações Unidas, mesmo assim o Brasil se tornará uma força decisiva para as boas causas internacionais, sobretudo no que diz respeito à cooperação para o desenvolvimento.

O Estado brasileiro tem feito, desde muito tempo, um bom trabalho em termos de cooperação para o desenvolvimento, que acredito que pode se tornar mais profundo, mais eficiente.

Neste aspecto, acredito que existem outras arenas. Claro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas é muitíssimo importante e se a sociedade está pronta para arcar com esses custos, que nós arquemos com eles. Mas, existem outros fóruns que em alguns momentos parecem estar em segunda instância, diante dessa demanda que se coloca de maneira tão profunda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor – PTB-AL) – Obrigado ao Professor Dr. Creomar Lima Carvalho de Souza. Professor de Relações Internacionais do EBMEC-DF.

Agora, passo a palavra ao Professor Albert Fishlow.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor – PTB-AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me.

Não pude estar aqui durante toda a reunião, mas queria saudar a presença de todos, mas em especial, queria pedir a compreensão do Professor Creomar Lima de Souza, ao Embaixador Ronaldo Sardenberg e ao Professor Danny Zahreddine.

Mas agradeceria muito se me permitir o Presidente, já que vi no livro do Professor Albert Fishlow, a quem conheço desde o início dos anos 70, quando escreveu o primeiro artigo de repercussão nacional e internacional sobre a concentração de renda no Brasil, em 1971. Se ele puder, complementando o que está aqui, mas como aconteceu na quinta-feira passada, na sua análise, falar um pouco do Brasil sem Miséria, numa complementação à análise, mas não teve tempo de colocar aqui no livro e, segundo o Senador Luiz Henrique, ele ainda não tocou nisto. Mas dado ao seu conhecimento acumulado e como está a par de tudo que acontecesse aqui no Brasil, ainda mais nessa visita dele, eu pediria licença para acrescentar mais esta pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor – PTB-AL) – Perfeitamente, Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª está sendo atendido no presente momento.

Com a palavra o Professor Albert Fishlow para responder as indagações dos Srs. Senadores e agora, por último, do Senador Suplicy.

O SR. ALBERT FISHLOW – Primeiro, quero enfatizar que não estou dizendo que o Brasil não deve jogar um papel internacional. Evidentemente, vai ter. O que estou dizendo é que simplesmente tem de considerar quais são os custos em tentar ganhar uma cadeira no Conselho de Segurança, em comparação com outras atividades do País – e inclusive a continuação das atividades no âmbito internacional. Por exemplo, como a Senadora Ana Amélia me perguntou sobre a OMC e a Rússia, em relação à decisão de não permitir mais a importação de frango, isso vai ser tratado de maneira, ao longo do tempo, que não tenha nada a ver com o Brics, nada a ver com outras coisas. A solução não está relacionada à posição do Brasil no Conselho de Segurança. Evidentemente, já se têm muitas diferenças entre países. Havia o caso do Canadá com o Brasil, havia também os Estados Unidos e o Brasil. Essas coisas continuam e têm pouco a ver com a relação internacional, a estratégia global. Estamos num outro mundo, estamos num mundo, hoje em dia, globalizado. O Brasil não vai sair disso, é uma realidade.

A questão que temos de considerar é qual a melhor maneira de tratar do problema. Poderia ser que, como vejo agora, com a subida da China e a contradição na Ásia entre o poder chinês, o poder da Índia e o poder do Japão, que a China não vá permitir a entrada desses outros países. Não quer dizer, então, que o Brasil

tem de sair das Nações Unidas, não tem que jogar um papel contínuo dentro das Nações Unidas; quer dizer que é mais provável que o plano b vá acontecer com a possibilidade de um termo de quatro anos em vez de dois anos, a possibilidade de reeleição etc, em que o Brasil jogue um papel no futuro como o País merece.

Para responder ao meu amigo Eduardo Suplicy sobre a renda básica, que é uma ideia, de fato, muito válida e que acho uma ideia importante, eu acho que, agora, no Brasil, há outras prioridades. No momento, no Brasil, vejo como uma prioridade muito mais importante durante este ano conseguir uma redução da taxa de juros e evitar um problema muito sério não só para um ano, mas para muitos anos depois. Eu acho também que a maneira melhor de fazer isso é eliminar o déficit e criar um superávit. O País, hoje em dia, tem a capacidade de ter um governo com superávit, o que vai começar a dar consequências muito positivas para a taxa de juros.

Estou completamente de acordo com a maneira de se tratar do problema da pobreza. Não basta simplesmente o sistema que há agora, o Bolsa Família, que não tem como tratar do problema na próxima geração. Aí eu vejo a possibilidade de começar a entrar e a continuar com os seus esforços.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Professor Fishlow.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Suplicy, sobre a questão de quinta-feira, acho que o Professor Albert Fishlow não tomou ainda conhecimento do lançamento do programa. Se V. Exª desejar falar sobre isso...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu estou muito agradecido pelo que ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, muito bem.

Eu gostaria de fazer o registro da presença aqui entre nós dos Deputados Sebastião Bala Rocha e Edinho Bez, que fazem parte do Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia e dele são dirigentes. Sejam muito bem-vindos! Muito obrigado pela presença de V. Exªs.

Eu gostaria de saber das Srªs e dos Srs. Senadores se estão satisfeitos com as respostas oferecidas. Há mais alguma dúvida? Senador Cristovam? Senador Luiz Henrique?

Então, para as considerações finais, eu passaria a palavra ao Senador – melhor dizendo – Embaixador Ronaldo Sardenberg.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – Deus o ouça, Sr. Presidente.

Enfim, eu queria fazer só dois comentários.

O primeiro refere-se ao problema central que é a falta de representatividade no Conselho das Nações Unidas. O mundo não é mais o mundo de 1945. O critério de escolha de membros permanentes foi um critério arbitrário assentado naquela época, e, agora, já não há mais condições de resistir às mudanças. Estamos vivendo numa época totalmente nova. Realmente há países emergentes, não apenas do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista político. Esse era o ponto que eu queria ressaltar.

O segundo diz respeito a uma questão complicadíssima mencionada aqui que é o direito de veto. Esse é um ponto que realmente nós não chegamos...

O segundo é uma questão complicadíssima, que foi mencionada aqui, que é o direito de veto. Esse é um ponto a que, realmente, nós não chegamos ainda lá, mas vamos ter que chegar a uma decisão sobre quem é que realmente vai continuar a ter o direito de veto, quem vai perder o direito de veto, quem nunca vai ter o direito de veto e quem vai ter pela primeira vez.

Esse é um ponto sobre o qual é impossível, a esta altura, chegar a uma conclusão. Agora, sabe-se que os membros permanentes só permanecem nas Nações Unidas se tiverem o poder de veto, porque se eles não tiverem o poder de veto para eles não tem como justificar as suas ações internacionais. Eles têm que ter um remédio que, sem justificar, porque, quando você veta, você não precisa explicar o seu veto, e continuar.

Da mesma forma que, se abolir a categoria de membros permanentes, também possa garantir que os cinco saiam das Nações Unidas.

Mas nós não. Nós não sairíamos, inclusive se a questão do veto for se desenvolver de uma maneira diferente do que a gente pensa. Isso é uma questão importante. Agora, é uma questão muito mais importante para os próprios membros permanentes do que para nós.

Outro ponto que eu precisava falar, que o Presidente me alertou para isso, era a questão da abstenção.

Por uma questão de regimento interno, o que é necessário para que haja uma aprovação pelo Conselho de Segurança: o voto dos cinco membros permanentes, e que o voto total da facção que aprova chegue ao número nove, quer dizer, nove votos, dos quais cinco membros permanentes e mais quatro votos que são dos não permanentes.

Se um não permanente se abstém, na realidade ele está votando um não. Por quê? Porque ele não está permitindo que se chegue aos nove votos.

Por exemplo, o caso da Líbia. Houve quatro votos de abstenção. Esses quatro votos criaram um problema; por exemplo, se a África do Sul tivesse se abstido também nós já teríamos um problema lá.

Então, é aí que está a questão. Esse é sempre um problema. Eu me lembro que o Presidente Itamar

Franco queria, naquela questão do Haiti. que nós votássemos contra, não é? Porque ele achava, com toda a razão, que a abstenção dá um sinal de covardia. Só que nesse caso não é covardia porque significa "não". Só isso. Essa é a explicação que ele dá.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Ronaldo Sardenberg.

Professor Doutor Danny Zahreddine para as suas considerações finais.

O SR. DANNY ZAHREDDINE – De fato, uma questão central em toda essa discussão é se o Brasil, de fato, possui ou não calibre para se colocar num conselho em que as questões executivas são executadas.

Concordo com o Embaixador Sardenberg que o mundo de 45 não é mais o mundo de hoje; que hoje vivemos um mundo multipolar, desbalanceado, mas multipolar, e que o Brasil, encontrando caminhos que são próprios, alçou a uma posição real que hoje lhe dá condição de pleitear esse espaço.

Claro que as responsabilidades advindas da abstenção do voto a favor ou contra são enormes. Mas essa é a política de poder e a política de potência que um Estado deve assumir quando se coloca à frente de um organismo como esse.

No mais, eu gostaria de agradecer ao Presidente Fernando Collor pelo convite, a presença desta Mesa tão nobre e também aos Senadores e aos convidados aqui presentes pela oportunidade de ter falado sobre o assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao Professor Danny Zahreddine.

Para as considerações finais, também, concedo a palavra ao Professor Doutor Creomar Lima Carvalho de Souza.

O SR. CREOMAR LIMA CARVALHO DE SOUZA – Quero começar agradecendo ao Presidente Fernando Collor, aos membros da Mesa, aos Senadores e ao público presente.

Aprendi bastante durante todo este diálogo e, em termos de fechamento de idéias, eu gostaria de fazer a seguinte ponderação.

É óbvio que o Brasil ocupa um lugar de destaque no cenário internacional atual. É óbvio que o Brasil tem o direito de pleitear novos patamares no cenário internacional atual, mas eu acredito que, por uma simples questão, o fato de sermos uma democracia, talvez a democracia mais destacada do hemisfério Sul do planeta, a mais estável, é fundamental que esse debate seja colocado para a sociedade.

E nesse aspecto específico quero mais uma vez dar os meus parabéns a esta Comissão, na figura do seu Presidente e aos Senadores e Deputados presentes.

É de fundamental importância que a sociedade brasileira se atente para o fato de que as relações internacionais, a política externa, é uma política pública e, como tal, merece ser observada pela sociedade.

Acredito que, não importando o resultado dessa demanda brasileira no tempo, se ela for fruto de um debate democrático, calcado na transparência e na troca de opiniões entre os atores sociais, o resultado será positivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB -AL) – Muito obrigado, Professor Doutor Creomar Lima Carvalho de Souza.

E, encerrando o nosso debate, na noite de hoje, e agradecendo mais uma vez ao Professor Fishlow pela presença, passo a palavra a V. Sª a palavra para as suas considerações finais.

O SR. ALBERT FISHLOW – Quero agradecer a todos os membros da comissão e ao Presidente da Comissão pelo convite.

Espero que a minha tentativa de inspirar um pouco de debate hoje tenha sido útil e, na realidade, concluo dizendo que, no meu livro, eu digo que o Brasil agora é um novo Brasil e que vai continuar, no futuro, melhor do que no passado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Informo às Srªs e aos Srs. Senadores, membros desta Comissão, e aos que acompanham este ciclo de debates, que os oito painéis realizados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, neste primeiro ciclo, esses oito painéis, serão reprisados na íntegra pela TV Senado, a partir do próximo dia 13 de junho, nos mesmos dia e horário das audiências, ou seja, toda segunda feira, às 18 horas ou tão logo se encerre a sessão do Plenário do Senado.

E, antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados, o Embaixador Ronaldo Sardenberg, o Professor Doutor Creomar Lima Carvalho de Souza, o Professor Doutor Danny Zahreddine e o Professor Doutor Albert Fishlow.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores, membros da Comissão Permanente da Amazônia e da faixa de fronteira que, amanhã, terça-feira, às nove horas, neste plenário, realizaremos audiência pública com os seguintes convidados.

Sr. Airton Aloísio Michels, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Reinaldo de Almeida César, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. César Augusto Grubba, Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, e Sr. Wantuir Francisco Brasil Ja-

cini, Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

Por fim, convoco os Senadores e as Senadoras, para a nossa vigésima sexta reunião ordinária, a ser realizada quinta-feira próxima, dia 9 de junho, às dez horas neste plenário, com pauta deliberativa.

Muito obrigado pela presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21 horas e 08 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia nove de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Eduardo Suplicy, João Pedro, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Marcelo Crivella e Clésio Andrade**. Justificam a ausência os senadores **Luiz Henrique** e **Paulo Bauer**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e procede a leitura dos comunicados da Presidência. Em seguida informa que a reunião destina-se a apreciação e deliberação das emendas a serem apresentadas ao PLDO nº 02 de 2011 – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Relator: Senador **Francisco Dornelles**. Resultado: foram aprovadas as seguintes emendas: **01** – CRE – Navios de Patrulha Oceânicos – Aditiva – Anexo IV – Inciso I Item 63; **02** – CRE – Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – Aditiva – Anexo IV – Inciso I, Item 63; **03** – CRE – Lei 10522 – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 37; **04** – CRE – Anexo IV – Valores arrecadados – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63; **05** – CRE – Alimentação – Modificativa – Corpo da lei – Artigo 53 Parágrafo 2 Inciso I Alinea "a"; **06** – CRE – Royalties da Marinha – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63; **07** – CRE – Programa Nuclear da Marinha – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63; **08** – CRE – Missão Antártica – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63; **09** – CRE – Armamento e Munição de Emprego Militar – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63; **10** – CRE – Sistema de Defesa Cibernética – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63; **11** – CRE – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63; **12** – CRE – Fardamento – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63; **13** – CRE – Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia (art. 68) – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 68 Inciso II; **14** – CRE – Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia (art. 65) – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 65 Inciso XII; **15** – CRE – Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia (art. 67) – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 67 Parágrafo 1 Inciso III; **16** – CRE – Sistema de Engenharia do EB – Aditiva – Corpo da lei – Artigo 17; **17** – CRE – Dá nova redação ao Art. 4º – Modificativa – Corpo da lei – Artigo 4; **18** – CRE – Programa de Desenvolvimento de Submarinos – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63; **19** – CRE – Recursos do Mar e da Missão Antártica – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63; **20** – CRE – Serviço Militar Obrigatório – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63; e **21** – CRE – Faixa de Fronteira – Aditiva – Anexo IV – Inciso I – Item 63. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. **Senador FERNANDO COLLOR,** Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 24ª e 25ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Comunicados:

Reprise, na TV Senado Federal, das audiências públicas realizadas no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em função do comunicado feito nas duas últimas reuniões, eu gostaria de retificar a informação a respeito da reprise, pela TV Senado, dos programas das audiências públicas desses ciclos de debates promovidos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, bem como pela Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 e pela Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira.

Assim, informo que os oito painéis sobre os rumos da política externa brasileira serão reprisados

dentro da seguinte formatação, sempre às 14 horas: o primeiro painel realizado será reprisado no dia 18 de julho, segunda-feira, às 14 horas; segundo painel, dia 19 de julho, terça-feira, no mesmo horário; terceiro painel, dia 20 de julho, quarta-feira, mesmo horário; quarto painel, dia 21 de julho, quinta-feira, mesmo horário, ou seja, às 14 horas; quinto painel, dia 22 de julho, sexta-feira, mesmo horário; sexto painel, dia 25 de julho, segunda-feira, mesmo horário; sétimo painel, dia 26 de julho, terça-feira; e oitavo painel, dia 27 de julho, quarta-feira. Ou seja, não teremos as reprises no sábado, dia 23, nem no domingo, dia 24. Saímos do quinto painel, que será reprisado no dia 22 de julho, sexta-feira, às 14 horas, para o sexto painel, dia 25 de julho, segunda-feira, também às 14 horas.

Nos dias seguintes à reprise do oitavo e último painel deste primeiro ciclo, que será feito na quarta-feira, dia 27 – portanto, nos dias seguintes, 28 e 29 de julho, quinta e sexta-feira –, também às 14 horas, serão reprisados, respectivamente, uma audiência da Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 e uma audiência da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira – a primeira delas, Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20, presidida pelo Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, e a Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira presidida pelo Exmº Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti.

Continuando os comunicados:

Relato do oitavo painel.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, na última segunda-feira, a oitava audiência pública sobre os rumos da política externa brasileira para debater o Brasil e o Conselho de Segurança da ONU – perspectivas de inserção do Brasil.

A reunião contou com a presença dos Srs. Senadores Cristovam Buarque, Ana Amélia, Luiz Henrique, Pedro Simon, Aloysio Nunes Ferreira, Blairo Maggi, Ivo Cassol, Cyro Miranda e Eduardo Suplicy, além dos Deputados Sebastião Bala Rocha e Edinho Bez. O primeiro expositor foi o Embaixador Ronaldo Sardenberg, que já presidiu o Conselho de Segurança da ONU por duas vezes.

Após relatar as transformações ocorridas na ordem internacional, desde a criação daquele organismo, e os obstáculos que se impõem à pretensão do Brasil por um acento permanente no Conselho de Segurança, o Embaixador afirmou que, mesmo assim, nunca houve oportunidade, como hoje, tão favorável à candidatura brasileira.

Acredita o Embaixador que o Brasil se fortaleceu com a criação do grupo G-4 – que inclui a Alemanha, o Brasil, a Índia e o Japão –, ganhou prestígio e influência na crise econômica e espaço relevante entre os países do BRIC, grupo que cresce em importância no âmbito internacional.

Em favor da reforma, ele afirmou que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança não possuem nem mesmo o caráter de representação regional e não representam ninguém a não ser a si próprios. Na sua opinião, o Brasil tem condições objetivas de galgar essa posição graças a vários fatores, tais como suas dimensões, o fato de ter um governo democrático, a sua posição regional e a autonomia no hemisfério, a capacidade política e sua participação nos processos decisórios multilaterais.

Além disso, dão substância à posição do Brasil sua experiência e prática, adquirida nos vinte anos em que foi membro não permanente, por dez vezes, o Brasil, do Conselho de Segurança. Lembrou ele também que são necessários a maioria de dois terços dos membros da Assembleia Geral e o voto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança para que seja aprovada qualquer resolução.

Ao ressaltar a oposição da China e a indefinição dos Estados Unidos quanto ao pleito brasileiro, o Embaixador Sardenberg informou que a condição para o êxito de qualquer nova iniciativa de se reformar o Conselho de Segurança é o apoio dos países africanos, o que não foi possível, segundo ele, até o presente momento.

Entre os problemas geopolíticos regionais envolvidos na reforma do Conselho, o Embaixador recordou que a candidatura da Alemanha sofre a oposição da Espanha e da Itália e os Estados Unidos não desejam postos adicionais para a União Europeia. A candidatura do Japão é obstada sistematicamente pela China, que parece interessada no congelamento do processo. A Índia tem a oposição do Paquistão e de outros países islâmicos. Os norte-americanos apoiam o Japão e a Índia, mantêm restrições com quanto à Alemanha e continuam distantes da candidatura brasileira.

Por fim, o Embaixador Sardenberg informou que o G-4 cogita apresentar um projeto de resolução propondo a expansão do número de membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança. Caso aprovado, passa-se à fase seguinte, que é a definição dos países que comporão os novos membros permanentes. A proposta, segundo afirmou, tem o apoio firme de 71 países, com tendência de ampliação desse número. Para ele, a questão central para o G-4 tem sido a atuação dos chineses junto aos africanos para que não apoiem qualquer resolução sobre a reforma.

Por sua vez, o Professor Creomar Lima Carvalho de Souza, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, ressaltou a importância da participação do Congresso Nacional nas decisões e no controle da política externa

brasileira, bem como a necessidade de que o debate acerca da pretensão brasileira de um assento no Conselho permanente seja estendido à sociedade civil. No seu entender, as decisões da política externa brasileira restringem-se ao Ministério das Relações Exteriores e à Presidência da República, sendo que a sociedade civil não toma parte no processo de escolha das prioridades dessa política. Fez um paralelo com o debate ocorrido nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século passado entre isolacionistas e pragmáticos, quando se decidiu que o país deveria exercer seu manifesto mundo afora, decisão essa tomada em âmbito democrático, com escolhas certas ou erradas, feitas e consolidadas no tempo. Entende o Professor que esse momento de reflexão está se aproximando para o Estado brasileiro e que a sociedade terá que, em suas palavras, "abrir a caixa-preta das decisões da política externa". Ele acredita que o esvaziamento da Assembleia Geral, o órgão democrático da ONU, e o fortalecimento do Conselho de Segurança, que, na sua opinião, dá vazão à construção de um sistema desigual e excludente, tornam legítima a aspiração do Brasil e de outros atores. De acordo com a sua análise, essa configuração de poder traz consequências reais para a tomada de decisões nas relações internacionais, sobrepondo-se aos princípios que criaram a ONU, que davam aos Estados a possibilidade de serem tratados de forma igual. Na Rio 92, lembrou o Professor, tentou-se conseguir uma correlação de forças entre iguais para a solução do problema do meio ambiente. Hoje, dá-se mais ênfase à segurança que a interesses mais elevados, concluiu.

O Professor Danny Zaredini, da PUC de Minas Gerais, falou das condições necessárias para a aspiração brasileira, sob ponto de vista do seu poder real e crescente no cenário internacional, com sua economia em crescimento, recursos energéticos e o uso de novas tecnologias.

Lembrou também o que chamou de "poder potencial do País", representado por sua biodiversidade, o amadurecimento das instituições democráticas, a melhoria da educação, sua população economicamente ativa e a percepção de poder que o Brasil merece dos demais países.

Entre as razões para legitimar o ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, ele citou os valores, expressados pelo País, de respeito ao Direito Internacional à não intervenção, à democracia, ao desarmamento e à luta contra a fome e a pobreza, além do seu atual *status* de potência regional em ascensão.

Para o Professor, é importante que o Brasil faça parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança, uma vez que a agenda do órgão se ampliou nos últimos anos para incluir, entre outras, as questões ambientais e de direitos humanos que tocam diretamente nossa Política de Defesa Nacional. Daí a necessidade, na sua opinião, de continuarmos defendendo essa pretensão do Brasil. Quanto à dificuldade em assumir os custos da tomada de decisões, ele entende que esse é o custo a assumir para um país que se vê como potência.

O Professor Albert Fishlow, do Centro de Estudos da Universidade de Colúmbia, em Nova York, acredita que a expansão do Conselho de Segurança da ONU, apesar de inevitável, dar-se-á pelo que chama de Plano B, o que, na sua opinião, não será uma perda para o Brasil.

O Professor Fishlow, nesse momento, se referia aos dois planos de reforma do Conselho de Segurança que foram apresentados pelo ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Kofi Annan, em 2005. O Plano A prevê mais seis membros permanentes e três novos não permanentes; e o Plano B prevê uma nova classe de oito novos membros com mandatos de quatro anos, renováveis, mais um novo membro não permanente. Os dois planos aumentariam a atual composição, de cinco permanentes e dez não permanentes, para vinte e quatro membros no total.

Para ele, enquanto persistirem os problemas da China com a Índia e com o Japão e a posição contrária dos chineses quanto à reforma, a expansão pelo Plano A não será possível. O Professor Fishlow crê que o Brasil já desempenha um importante e influente papel no âmbito do G-20, mas vê dois problemas que o País terá de enfrentar, caso obtenha um assento permanente no Conselho de Segurança.

O primeiro deles, os altíssimos custos financeiros que essa presença acarretará, devido ao crescente número de intervenções no mundo inteiro, patrocinadas pelo organismo. Em segundo lugar, a necessidade que o Brasil terá de alterar sua política de não intervenção e de respeito à lei internacional. Como membro permanente do Conselho, ele crê que o Brasil terá de adotar uma política mais realista como a dos Estados Unidos. Por isso, não vê desvantagens, caso seja adotado o Plano B, apesar da atitude contrária do Itamaraty a essa alternativa. Na sua opinião, não se pode comparar os benefícios que o Brasil tem no G-20, como a possibilidade de aumentar sua influência e a de evitar a tomada de decisões, com os que teria como membro permanente do Conselho de Segurança.

Volto a lembrar às Srªs e aos Senadores, aos senhores que nos assistem, que, a partir de agosto, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional volta a realizar, sempre às segundas-feiras, às 18 ho-

ras, as audiências públicas para debater os rumos da política externa brasileira.

O próximo ciclo, o segundo da série, abordará temas ligados à economia e finanças. A primeira audiência de agosto tratará do tema O Sistema Financeiro Internacional do Pós-Guerra (1945 até os dias de hoje).

Continuando os relatos, este relacionado à audiência pública que tratou da questão da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira promoveu, na última terça-feira, dia 7 de junho, o encontro do ciclo de audiências políticas sobre Fronteiras e Segurança Nacional, recebendo a contribuição de vários dos presentes, sobretudo, do Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul. Essa audiência pública foi presidida pelo Presidente da Subcomissão, S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, e teve a participação dos Senadores Ana Amélia e Blairo Maggi. O Secretário de Segurança Adjunto do Rio Grande do Sul iniciou a sua apresentação abordando a questão da violência, afirmou que se trata de um problema que afeta todos os países e que constitui um óbice importante ao desenvolvimento do Brasil, tanto é que está entre as três principais preocupações dos brasileiros.

O Secretário informou que ocorreram, no último ano, 51 mil homicídios na faixa de fronteira, o que coloca o Brasil no segundo lugar do *ranking* mundial, superado apenas pela Rússia. Além disso, no período entre 98 e 2008, constatou-se um crescimento desses índices que demonstra a ineficiência da atuação reativa empregada no combate ao problema e evidencia a necessidade de combinar a repressão qualificada com a prevenção, a exemplo da experiência bem-sucedida das UPPs no Rio de Janeiro.

Os participantes citaram diversos índices, mas o importante é que, em relação a esse tema das fronteiras, ontem, quarta-feira, pela manhã, foi lançado pela Senhora Presidenta Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto, o Plano Estratégico de Fronteiras, que será coordenado pelo Vice-Presidente da República, Sr. Dr. Michel Temer, e que terá como executores os Ministros e os Ministérios da Justiça e da Defesa. É um plano muito bem-elaborado, muito eficaz e eficiente, pelo que nos foi dado a conhecer ontem, e já solicitei e convidei, no momento em que eles puderem, dentro das suas agendas, aos Srs. Ministros da Justiça e da Defesa a comparecer na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para apresentar a todos os Senadores e Senadoras desta Comissão e àqueles que nos assistem esse Plano Estratégico de Fronteiras, que realmente vai dar um grande impulso num melhor controle das nossas fronteiras, evitando, com isso, os problemas que nos causam no cotidiano com o tráfico de armas, de drogas, enfim, e outros delitos. É um Plano da maior envergadura e da maior importância esse que foi lançado ontem pela Presidenta Dilma Rousseff.

Em relação à outra Subcomissão, a de Acompanhamento dos Trabalhos de Implementação da Rio+20, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, foi realizada, no último dia 2 de junho, às 18 horas, audiência pública com o objetivo de debater o tema Alimento, Como Produzir para Atender às Necessidades. A reunião foi presidida pelo Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque e contou com a presença do Sr. Werner Fuchs, Conselheiro representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), do Sr. André Nassar, Diretor-Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone), do Sr. Sílvio Porto, Diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e do Sr. Ministro Milton Rondó Filho, da Coordenação de Ações Internacionais de Combate à Fome.

Inicialmente, o Senador Cristovam Buarque esclareceu que o encontro visava a preparar um documento para o Governo brasileiro levar à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecido como a Rio+20. Orientou, também, que os debates deveriam ser norteados para responder às seguintes perguntas: primeiro, se haverá escassez de alimentos no mundo; segundo, se é possível alimentar a população mundial com a mercantilização dos alimentos; terceira, quais os problemas ecológicos e ambientais que podem ser provocados pela produção de alimentos; quarta, se há risco de disputa entre alimentação *versus* energia; quinta, como colocar a alimentação como tema da governança mundial; sexta, o que os palestrantes sugerem para a Presidenta Dilma levar à Reunião Rio+20; sétima, que evolução tecnológica podemos esperar para aumentar a produção de alimentos no mundo.

O Sr. Werner Fuchs, do Consea, citou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional de 2006 para informar que o Brasil possui normas legais para assegurar o direito humano à alimentação adequada, definida como sendo a que tenha cultivo de base agroecológica, ou que possua matriz de produção orgânica.

Reconheceu que a lei está em descompasso com outras medidas na produção de alimentos, principalmente na liberação de transgênicos, pois veda a produção orgânica com sementes geneticamente modificadas.

Ressaltou que há um distanciamento entre os gestores públicos e os agricultores, refletindo na terminologia usada para designar o homem do campo nos documentos oficiais, que figura nos registros como

produtor rural. Segundo o Sr. Fuchs, os agricultores se enxergam como camponeses ou homens do campo. O produtor para eles é a terra ou o animal.

Alertou para um problema que ocorre na Europa, em que só é permitido o uso de sementes certificadas, o que impede os agricultores de usarem novas variedades, mais resistentes, ou de trocarem sementes entre si. Segundo ele, os agricultores ficam reféns das empresas donas das sementes.

Citou notícia veiculada recentemente na Alemanha, intitulada "Europa semeia a fome", na qual se afirma que França para por uma grande seca em função das mudanças climáticas, e que os agricultores estão impedidos de se adaptarem pois as leis européias proíbem o uso de sementes não aprovadas.

Afirmou que o Brasil, após a compra da Agroeste, não tem mais autonomia sobre o mercado de sementes certificadas, hoje controlado por seis grandes multinacionais. "Se essas empresas se recusarem a vender sementes para o País, não se pode fazer nada", afirmou o Sr. Fuchs.

Sobre a questão de agrocombustíveis, se existe ou não competição com a produção de alimentos, acredita que não, desde que haja policultivo, cultivo consorciado, ou rotação de culturas. Se for monocultura, como na produção de etanol, haverá competição. Deve haver plantações que atendam tanto a alimentação quanto a indústria, em que se produzam alimentos e energia.

O Sr. Sílvio Porto, Diretor da Conab, identificou os fatores críticos para a agricultura no momento: a crescente demanda dos países emergentes; a utilização de produtos agrícolas para agrocombustíveis; as secas prolongadas; os invernos rigorosos; e as chuvas torrenciais; a especulação no mercado de *commodities* no mundo; a infraestrutura de logística no Brasil; e, finalmente, a concentração econômica do setor.

O palestrante apontou que o consumo *per capita* de alimentos cresceu em todos os continentes. Por outro lado, apontou também o aumento da população de subnutridos no mundo durante os últimos cinco anos, revertendo o movimento de queda observado entre 1995 e 2005. Destacou ainda uma redução na relação entre estoque e consumo de alimentos. Explicou que a produção agrícola mundial é concentrada em oito a dez produtos principais. E afirmou que a continuação desse modelo pouco variado aumenta os riscos de escassez alimentar. Salientou, também, que há uma disputada por área entre culturas destinadas à alimentação e culturas para produção de biocombustível. Alertou para o risco dessa disputa deslocar a produção agrícola, ameaçando os biomas do Cerrado e da Amazônia. E lembrou que nos últimos dois anos fenômenos climáticos anômalos foram sentidos em todo o Planeta. Chamou a atenção, ainda, para a especulação em torno das *commodities* agrícolas e salientou que o volume de dinheiro investido no setor é muitas vezes maior que a produção agrícola.

Por fim, sobre a produção agrícola nacional, destacou o aumento dos custos de transporte da produção e do preço dos fertilizantes. Citou também a dificuldade dos produtores em negociar com as grandes redes de supermercado, que dominam o setor de comercialização. O Sr. André Nassar, Diretor-Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais afirmou que o modelo do agronegócio é parte importante da solução para produzir alimentos no mundo. Apesar de ser contrário a uma agricultura extrativista e ao desmatamento, denunciou a visão maniqueísta contra o agronegócio. Segundo ele, essa seria uma interpretação errônea que vem ganhando força na burocracia brasileira. Além disso, mostrou-se cético quanto à ação do Estado para garantir a segurança alimentar e quanto à eficácia do uso de estoques reguladores para combater a volatilidade de preços. Declarou ainda que o modelo da agricultura brasileira não está falido e, sim, melhorando, e que apesar dos problemas inerentes ao setor, o modelo é bom.

O palestrante lembrou a queda do preço dos alimentos experimentada a partir da década de 70, quando começou a adoção pelo mundo de novos métodos e tecnologias na produção agrícola. Destacou que ainda há espaço para o aumento de produtividade pela adoção de técnicas agrícolas básicas, especialmente no continente africano. Afirmou que o modelo de agricultura industrial tem capacidade para resolver os problemas ambientais que gera e que a rejeição desse modelo pode levar à escassez de alimentos. Por fim, o Sr. Nassar apontou que a intensificação da pecuária brasileira liberará áreas de pastagens para expansão agrícola, ao mesmo tempo em que reduziria o desmatamento do bioma amazônico.

O Sr. Ministro Milton Rondó Filho, da Coordenação de Ações Internacionais de Combate à Fome do Itamaraty, salientou que já há escassez de alimentos no mundo. Segundo ele, um bilhão de pessoas passam fome, não devido a um problema de produção, mas porque há uma parcela da população que come demais ou utiliza alimentos para outros fins. Desse modo, defendeu que a questão a ser discutida é de como fazer com que essas pessoas tenham acesso à comida. E aí também, acredito eu, entra a questão do desperdício de alimentos, que é absurdamente elevado, sobretudo nos países mais desenvolvidos, notadamente nos Estados Unidos da América.

Falando especificamente sobre o Brasil, disse que apenas recentemente se passou a dar importância

ao mercado interno de alimentos, com a preocupação de alimentar o povo brasileiro antes de se pensar na exportação. Comentou que se trata de uma questão recorrente no cenário internacional e de vital importância na defesa da soberania internacional.

A respeito da mercantilização dos alimentos, afirmou que o direito à alimentação é estritamente ligado ao direito à vida e não pode ser objeto de comércio. Acredita que somente trabalhando em conjunto os pilares sociais, econômicos e ambientais em um contexto democrático será possível resolver o problema da fome. Para ele, é necessária tanto a democratização da produção quanto do acesso à comida.

Sobre a produção sustentável, acrescentou que a Embrapa deveria pensar na produtividade ligada aos modos de produção, comparando a produtividade alcançada com a agricultura sustentável com aquela alcançada com a não sustentável.

Falando da dicotomia alimentos e energia, questionou sobre o melhor uso do solo brasileiro, a terra roxa, para o plantio da cana-de-açúcar. Ao tratar da governança internacional, destacou alguns pontos que vêm sendo colocados em discussão no Brasil, como a questão da transparência dos estoques públicos e privados, o problema do armazenamento da produção por parte de grandes empresas – o qual tem sido enfrentado pelo G-20 – e a inclusão da sociedade civil no Comitê de Segurança Alimentar da FAO/Nações Unidas.

Como sugestão para a Rio+20, sugeriu que haja mais democracia com fóruns dos países, com a participação governamental, da sociedade civil e parlamentar para discussão do assunto.

Por fim, enfatizou que a produção sustentável de alimentos é um tema no qual o Congresso pode efetivamente contribuir, uma vez que o cerne do problema é o déficit democrático.

Estiveram presentes na audiência, como ouvintes, o Sr. Antonio Alessandro, Ministro Conselheiro da Itália; o Sr. Embaixador da Etiópia; o Primeiro-Secretário da Embaixada da República da Guiné-Bissau no Brasil; o Conselheiro da Embaixada Real da Tailândia; o Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; o representante da Embaixada do Reino da Arábia Saudita; e o Vice-Chefe da Missão da Embaixada da Austrália.

Finalizou-se, assim, esta segunda reunião. E hoje, às 18 horas, a Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20, presidida pelo Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, realiza nova audiência pública para debater o tema "Energia: para que e como?", com a participação do Professor da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr. Neilton Fidelis da Silva; do Sr. Carlos Rittl, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia, do World Wilde Fund; e do Sr. Marcelo de Camargo Furtado, Diretor-Executivo da Presidência do Greenpeace.

Gostaria de dar conhecimento às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores membros desta Comissão de dois ofícios, um do Senador Luiz Henrique da Silveira, outro do Senador Paulo Bauer, ambos membros desta Comissão, lamentando não poderem hoje estar aqui presentes.

O Senador Luiz Henrique assumiu o compromisso de participar do Congresso Nacional de Atualização em Gestão, a ExpoGestão 2011, na cidade de Joinville, em Santa Catarina, com a presença de palestrantes renomados, líderes empresariais e gestores que debaterão questões fundamentais para os rumos da economia nacional e global; o programa está aqui anexo. O Senador diz que não poderá, por esse motivo, como gostaria, estar hoje presente à nossa reunião, mas solicita especial atenção para se incluir nas discussões, nesta 27ª reunião da Comissão, o requerimento para realização de audiência pública com a finalidade de debater a viabilidade de criação de um departamento de comércio. Esse requerimento é subscrito por ele, Senador Luiz Henrique, e pelo Senador Blairo Maggi, que o representará, na impossibilidade de sua presença.

O Senador Paulo Bauer diz que, do mesmo modo, não pôde estar presente aqui hoje, porque estará em Joinville na ExpoGestão, que terá inclusive a presença da Senhora Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, não sei se é o momento mais apropriado, mas quero submeter um requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Sr. Senador. Se V. Exª encaminhar à Mesa, faremos a leitura, e será colocado na pauta da reunião seguinte. Já está aqui. Após, farei a leitura do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não é preciso eu apresentar? (*Pausa*.)

Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não, V. Exª pode apresentar, Sr. Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O requerimento, Sr. Presidente, visa a trazer o lado da defesa nacional, do qual às vezes a gente até se esquece. A nossa Comissão fica tão envolvida em relações exteriores que se esquece do ponto da defesa nacional.

Eu gostaria de trazer um assunto que creio deva ser preocupação nossa: é o papel de educação de um povo na defesa da Nação. A gente tem esquecido que o soldado de hoje não precisa apenas de um olho e de um dedo: ele precisa ter conhecimento, porque as armas ficaram inteligentes. Então, a minha ideia é sugerir que esta Comissão – e, se for do seu acordo, proponho que seja junto com a Comissão de Educação, mas aqui estou propondo só para a nossa – faça uma audiência destinada a debater e discutir a educação como questão de segurança nacional. E eu sugiro os nomes do Professor Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, almirante muito reputado e diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp; do Professor Joanisval Brito Gonçalves, consultor legislativo do Senado que tem estudado muito isso; do Dr. Clóvis Brigagão, Professor da Universidade Cândido Mendes; e do Professor Danny Zaredine – não o conhecia, mas fiquei muito impressionado com a fala dele na segunda-feira, durante o evento que o senhor patrocina. Eu creio que ele também poderia ser um expositor.

Esse é o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Sr. Senador Cristovam Buarque. O requerimento de V. Exª já se encontra sobre a mesa, e nós o faremos constar da pauta da nossa próxima reunião. As Srªs e os Srs. Senadores já tomaram conhecimento, pelas palavras de V. Exª, Senador Cristovam, do seu teor.

Muito obrigado a V. Exª.

A presente reunião é destinada à discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional à seguinte matéria:

ITEM ÚNICO

DELIBERAÇÃO SOBRE AS EMENDAS AO PLDO Nº 02 DE 2011 (CN) – PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatório: Pela aprovação das 35 emendas propostas, ressalvadas as duplicidades identificadas no Anexo II, motivando a apresentação de 21 emendas.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Francisco Dornelles, Relator das emendas, para proferir o seu relatório.

Senador Ministro Dornelles, tem a palavra V. Exª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, de acordo com o disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2, de 2011-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício de 2012.

A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (LDO 2012) orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2012, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. São passíveis de emenda, segundo o parecer preliminar, o texto do PLDO, os quadros orçamentários demonstrativos e as informações complementares que devem acompanhar o projeto de lei orçamentária de 2012.

A Comissão não examina o mérito das emendas, apenas a compatibilidade das emendas com a matéria de competência da Comissão.

Foram apresentadas 35 emendas.

O meu parecer é totalmente favorável. Essas 35 emendas foram transformadas em 21 emendas em decorrência da existência de muitas emendas semelhantes.

Somos pela aprovação dessas 35 emendas propostas, ressalvadas as duplicidades identificadas no Anexo II, motivando a apresentação de 21 emendas.

Esse é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Ministro Francisco Dornelles pela leitura do seu relatório.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório apresentado pelo Senador Ministro Francisco Dornelles permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para as devidas providências.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que, imediatamente após o encerramento da presente reunião, daremos início à nossa 27ª reunião, com pauta deliberativa.

Está encerrada a presente reunião.

(*Levanta-se a reunião às 10 horas e 37 minutos*.)

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia nove de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor** e **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **João Pedro**, **Blairo Maggi**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp**, **Vital do Rêgo, Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira, Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana, Lindbergh Farias**, **Marcelo Crivella**, **Clésio Andrade, Ana Amélia** e **Mozarildo Cavalcanti**. Justificam a ausência os Senhores Senadores **Luiz Henrique** e **Paulo Bauer**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 26ª reunião, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 70, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil à República do Zimbábue."*. Relatora: Senadora **Ana Amélia. Item 2 – Mensagem (SF) nº 71, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano, e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta"*. Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Os embaixadores indicados são convidados a compor a Mesa. A Embaixadora Márcia Maro da Silva faz sua exposição. O Embaixador Almir Franco de Sá Barbuda faz sua exposição. O Senador **Cristovam Buarque** assume a Presidência. Fazem uso da palavra os Senadores **Aníbal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **Marcelo Crivella** e **Jorge Viana**. A reunião é tornada secreta às doze horas e sete minutos, e reaberta às doze horas e dezenove minutos. Resultado dos itens 1 e 2: apreciadas as Mensagens. O Senador **Fernando Collor** reassume a Presidência. O Senador **João Pedro** faz uso da palavra. É retomada a análise da Pauta. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 72, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAUL CAMPOS E CASTRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto Antigua e Barbuda"*. Relator: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. O Senador **Blairo Maggi** solicita inversão da pauta, que, após consulta ao Plenário da Comissão, é deferida pelo Presidente. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 399, de 2010**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que *"susta o Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, que 'aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, e dá outras providências', em seu efeito autorizativo de licenciamento de aprovados em concursos públicos de admissão ao CESD – Curso de Especialização de Soldados"*. Relator: Senador **Blairo Maggi**. Resultado: aprovado o Parecer pela rejeição da matéria. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 76, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana"*. Relator *ad hoc*: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Apreciação em Turno Suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007**, **terminativo**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *"altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior"*. Relator: Senador **Marcelo Crivella**. Resultado**:** não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do disposto no art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 123, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da Repúbli-*

ca Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009". Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: aprovado o Parecer favorável. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 644, de 2010,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Latino-americano de Co-Produção Cinematográfica", o qual passa a chamar-se "Acordo Ibero-americano de Co-Produção Cinematográfica", por Resolução adotada pela Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas de Ibero--América – CAACI, em 16 de julho de 2008, no âmbito da XVII Reunião Ordinária, realizada em Quito, República do Equador".* Relator: Senador **Francisco Dornelles**. Resultado: aprovado o Parecer favorável à matéria, com a emenda de redação apresentada.**Item 8 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 76, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009"*. Relator *ad hoc*: Senador **Mozarildo Cavalcanti.** Resultado: aprovado o Parecer favorável à matéria. **Item 9 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 116, de 2011**, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN), que *"aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008".* Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: aprovado o Parecer favorável. **Item 11 – Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2010**, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que *"assegura aos brasileiros residentes no exterior, a filiação como contribuinte facultativo do INSS"*. Relator *ad hoc*: Senador **João Pedro**. O Senador **Francisco Dornelles** pede vista da matéria. O Senador **João Pedro** faz uso da palavra. O Senador **Francisco Dornelles** retira o pedido de vista. Resultado: aprovado o Parecer pela rejeição da matéria. **Item 12 – Requerimento nº 317, de 2010**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *"requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO e de RECONHECIMENTO aos militares do 4º Batalhão de Aviação do Exército – 4º Bavex, do Amazonas, ao ensejo do retorno da Missão que cumpriram em florestas da Colômbia, no resgate do sargento Pablo e do soldado Josué, que eram prisioneiros de guerrilheiros das FARCS".* Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: aprovado o Parecer favorável à matéria. Fazem uso da palavra os senadores **Cristovam Buarque**, **Eduardo Suplicy** e **Mozarildo Cavalcanti**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. **Senador FERNANDO COLLOR,** Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponha a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na pauta da nossa reunião extraordinária do dia de hoje:

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MÁRCIA MARO DA SILVA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil à República do Zimbábue.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Observação: *Dia 02/06/2011 foi lido o Relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.*

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 71, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano, e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira originariamente e como Relator *ad hoc* o Senador José Agripino.

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação

Observações: *Dia 02/06/2011 foi lido o Relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.*

Convido para que tomem assento à mesa os Srs. Embaixadores Márcia Maro da Silva, indicada para a República do Zimbábue e Almir Franco de Sá Barbuda, indicado para o Estado da Cidade do Vaticano, e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Em nome das Srªs. e dos Srs. Senadores da Comissão, eu lhes desejo boas-vindas e uma boa sabatina. Peço que V. Sªs tomem assento à Mesa.

Informo aos indicados que o tempo destinado à exposição será de 15 minutos, com alguma tolerância. Vamos iniciar a nossa sabatina de hoje concedendo a palavra à Embaixadora Márcia Maro da Silva, para fazer a sua exposição. A Embaixadora está indicada pela Presidenta da República para representar o Brasil junto à República do Zimbábue.

V. Sª tem a palavra.

A SRª MÁRCIA MARO DA SILVA – Muito obrigada Sr. Presidente.

Bom dia Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é uma grande honra para mim comparecer hoje a esta Comissão. Dividirei minha apresentação em duas partes. Na primeira, eu me centrarei em um retrato breve do Zimbábue e, na segunda parte, eu me dedicarei às relações bilaterais.

Quando recebi a missão de chefiar a Embaixada do Brasil no Zimbábue, chamou-me a atenção uma relativa informação, eu estava bem informada sobre o que ocorria no país, apesar de estar afastada dos temas africanos já há alguns anos. E isso me surpreendeu, eu me dei conta de que esse fato se devia à grande presença do Zimbábue na mídia internacional – a revista *Economist* sempre tem publicações, os jornais. E quando fui procurar material sobre o país me surpreendi mais ainda com a quantidade de publicações, livros, temas acadêmicos sobre o Zimbábue.

Ao refletir sobre o porquê desse interesse internacional com relação ao país, acabei chegando à conclusão de que, desde 1980, quando o país se tornou independente, até hoje, o Zimbábue teve algumas singularidades que mantiveram esse interesse.

Inicialmente, em 1980, quando o país se torna independente, foi uma independência não sentido tradicional, de uma relação metrópole colônia, já que o Zimbábue desde a década de 20 tinha uma certa autonomia administrativa, que foi fazendo com que a minoria branca fosse estabelecendo um regime segregacionista. Em 1965, essa minoria branca declara a independência do país, que não é reconhecida pelo Reino Unido nem pela comunidade internacional, precisamente porque tratava-se de um regime racista, e para que houvesse esse reconhecimento deveria haver um regime de maioria negra.

Quando o país se torna independente, em 1980, o que acontecia era que o Zimbábue era, na verdade, um laboratório, era a primeira experiência onde a minoria branca saía e dava lugar a um governo de maioria negra. O êxito dessa experiência seria muito importante para a grande questão que era a África do Sul. A independência do Zimbábue e essa transição de um governo de minoria branca para maioria negra, ocorreu 14 anos antes da experiência sul-africana que só viria a ocorrer em 1994.

Os primeiros 20 anos do Zimbábue independente foram prósperos e contaram com o grande apoio da Comunidade Internacional – era um experimento que deveria funcionar – e o país assistiu a um grande progresso econômico. Era conhecido como celeiro da África, tinha uma grande diversificação de sua produção manufatureira, era o segundo país em diversificação industrial. O Presidente Mugabe, quando assumiu o poder, em 1980, então como primeiro-ministro, pegou um país em 45% da população alfabetizada, e no ano 2000, esse índice já passava dos 90%. Portanto, durante os primeiros 20 anos houve um "emponderamento" da maioria negra. A saúde pública foi ampliada, a rede de infraestrutura, que já era boa no momento da independência, melhorou, as estradas melhoraram; ou seja, havia então uma excelente infraestrutura, sobretudo para os padrões africanos.

Apesar desses avanços significativos, persistia no Zimbábue o problema de uma forte concentração dos recursos econômicos do acesso à riqueza na mão da minoria branca e, no centro dessa concentração de riquezas, havia a questão da posse da terra. Cumpre registrar que o acesso à posse da terra era um problema central desde o período da luta pela independência. E um dos grandes entraves era encontrar um acordo sobre a posse da terra. Nos Acordos de Lancaster que levaram a independência do país, houve uma acomodação, dizendo que se respeitaria a propriedade da minoria branca e que a reforma agrária seria feita de forma gradativa por meio da compra das terras a preço de mercado e que dependeria da anuência, da concordância, dos proprietários na venda da terra.

Até o ano 2000, pouco se fez com relação à reforma agrária. A Grã-Bretanha financiou, como estava previsto no acordo, parte da aquisição das terras, mas finalmente esbarrava em duas questões quase intransponíveis: a falta de recursos para pagar a preço de mercado a compra das terras, com pouco financiamento externo, e a resistência dos proprietários brancos em se desfazerem das suas terras produtivas.

Gradualmente houve uma consulta de reforma constitucional e a população zimbabuana recusou, não aprovou essa reforma que previa que as terras fossem ocupadas. Essa consulta representava uma revisão do Acordo de Lancaster. Não tendo sido aprovada a reforma constitucional, o que é algo curioso, ou seja a própria população queria que fosse encontrada uma solução conciliatória, pois via que na produção agrícola comercial das grandes fazendas de propriedade dos brancos, parte da riqueza do país advinha daí, temia o que efetivamente acabou por ocorrer: invasão das terras dos brancos, a maior parte das vezes de forma violenta que levou a uma desarticulação total do setor produtivo e que se generalizou para o resto da economia.

Aliada à forma desorganizada como se deu essa reforma agrária, essa desocupação das terras, ocorreu uma grande pressão internacional com adoção de sanções por parte dos países ocidentais, União Europeia, Grã-Bretanha, Estados Unidos, em protesto às invasões e o que eles viam como violação de direito da propriedade, até de direitos humanos pelos ataques à minoria branca. As duas coisas combinadas, falta de recursos que vinham da agricultura comercial que deixaram de entrar e que financiavam a importação de energia do Zimbábue, aliada às sanções, o país sofreu uma desorganização econômica e social quase sem precedente entre 1998 e 2009 e o PIB do Zimbábue caiu em 40%. Em 2005, 80% da população economicamente ativa do Zimbábue estava desempregada; realmente um colapso total. Quatro milhões de pessoas deixaram o país, três milhões das quais se refugiaram na África do Sul. O país entrou em um processo de hiperinflação que chegou aos nove dígitos em 2008.

O país estava à beira de um colapso total quando, em 2008, houve eleições, uma grande polarização: 43% para o partido do governo e 47% para o partido da oposição, que indicava que o país estava bastante dividido. Não foi possível a realização do segundo turno, em razão de violência política e falta de condições, mas, ambos os lados, concordaram que a negociação política seria o melhor caminho e aceitaram assinar um Acordo Político Global, que fundamentou a constituição de um governo de unidade nacional, que, até o momento, é o que tem prevalecido.

O Acordo previa que, em 24 meses, haveria novas eleições. Esse prazo já venceu, mas alguns passos deveriam ser dados antes da realização das eleições, o que eles chamam de *Road Map.* Entre eles, a reforma constitucional e um recadastramento eleitoral, para que possam ter eleições livres e transparentes. Eles estão, nesse momento, nesse processo de transição.

Nos dois últimos anos, com a estabilidade política, o país voltou a crescer. Voltaram os investimentos, a diáspora zimbabuana está voltando ao país. Os indicadores todos voltam a se recuperar de forma dramática. Assim como a queda foi muito rápida, o capital social, a estrutura do Zimbábue, permitiu uma grande retomada em pouco tempo. No momento, estamos acompanhando esse processo de transição, o que esperamos que chegue a bom termo.

Com relação às relações bilaterais, o Brasil abriu embaixada residente no Zimbábue em 1987, um período quando o nosso comércio bilateral já começava a apresentar números mais expressivos, sobretudo por meio da compra de veículos militares, compras realizadas pelo Zimbábue na década de 80. Na década de 90, assistimos a algumas visitas importantes. O Presidente Collor visitou o país em 1991, foi a primeira visita de um Chefe de Estado. O Presidente Mugabe esteve no Brasil participando da Eco-92 e, em 1999, ele voltou ao Brasil. O Ministro Celso Amorim, em 2003 e 2008, no alto da crise, esteve no Zimbábue e, a partir do ano 2000, e mais recentemente, em 2006, firmamos um acordo de cooperação técnica, que nos permitirá intensificar a nossa cooperação, que já está rendendo frutos.

Em termos de comércio, os números não são expressivos e sofrem muitíssimo com a crise que se iniciou no ano 2000, mas tem melhorado. Há um grande potencial de cooperação e negócios na área da mineração, da agricultura. Se eu for aprovada por este Senado, são áreas que pretendo me dedicar e trabalhar. O Brasil já está prestando assistência na área da agricultura familiar. Depois dessa desestruturação do setor agrícola, os assentamentos já estão mais organizados. Além da grande produção comercial de fazendas comerciais de tabaco, algodão, há um grande interesse na produção de alimentos para a agricultura familiar, podendo contribuir para a segurança alimentar do País.

Vejo que meu tempo está se esgotando. Agradeço-lhes muitíssimo. Estou às ordens para prestar esclarecimentos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Srª Ministra Márcia Maro da Silva por sua exposição.

Passo, agora, a palavra ao Embaixador Almir Franco de Sá Barbuda, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta, para fazer sua exposição.

O SR. ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, para mim, é um grande privilégio voltar a esta Comissão. Volto, agora, bastante honrado com a indicação da Presidenta Dilma Rousseff e do Ministro Antônio Patriota para ocupar o cargo na Embaixada junto à Santa Sé, que é um Estado com o qual o Brasil mantém um relacionamento muito antigo, histórico, de natureza muito especial. No Brasil, está o maior contingente de católicos do mundo e também o maior episcopado mantido pela Santa Sé. Aqui, a Santa Sé conta com uma extensa rede de ensino, de saúde e de assistência social. Caso eu venha a contar com a aprovação do Senado para essa indicação, espero manter esse relacionamento de forma harmoniosa, como ocorre atualmente, e de forma relevante tanto para o Brasil, quanto para a Santa Sé.

Como bem registrado no relatório da Comissão, a Santa Sé mantém relações com 177 países. Esse número bastante expressivo foi alcançado em tempos não muito remotos e basicamente dobrou durante o pontificado de João Paulo II. No início do pontificado de João Paulo II, a Santa Sé tinha relação com cerca de 84 países; atualmente, essa relação é mantida com 177 países. Todos os países da Europa e da América Latina mantêm embaixadas na Santa Sé, onde existem embaixadas não somente de países de tradição religiosa, mas também de países mulçumanos, como o Irã e o Iraque, e de outros países asiáticos, como a Tailândia. Inclusive, Israel e a Organização para a Libertação da Palestina estão presentes na Santa Sé.

Alguns países europeus, como a Espanha e a França, já trocaram embaixadores e núncios apostólicos ainda no séc. XVI. Outras relações foram estabelecidas ou restabelecidas há pouco tempo, como a relação com os Estados Unidos e com o Reino Unido, nos anos 80, e a relação com a Rússia, que só foi normalizada em 2009, já durante o pontificado de Bento XVI. Na maioria dos casos, o estabelecimento dessas relações veio não só com o extremo dinamismo do pontificado de João Paulo II, como também com a dinamização da política externa do Vaticano, que começou a ocorrer a partir dos anos 30, basicamente a partir dos pactos lateranenses, mais conhecidos como o Tratado de Latrão com a Itália, de 1929, que garantiu à Santa Sé uma base territorial que lhe conferiu as condições de que precisava para continuar atuando como personalidade jurídica internacional. Hoje, a Santa Sé tem uma extensa lista de acordos, tratados, concordatas assinados com os principais países do mundo, não só com os parceiros tradicionais, como Alemanha, França, Espanha e Portugal, mas também até com Israel e com a Palestina.

Esse reconhecimento da tradicional importância da Santa Sé advém não só do reconhecimento da relevância do fator religioso nas relações internacionais – esse é um dos pontos que parece justificar esse interesse e esse número tão grande de países que mantêm relacionamento e embaixadas junto à Santa Sé –, mas, evidentemente, também contam para isso razões históricas. Os Estados pontifícios se espalharam durante séculos, até a unificação italiana, pela parte central da Itália, ocupando quase que a metade do atual território italiano. Isso até 1869, quando, finalmente, Roma passou a ser a capital também da Itália, entrando a Santa Sé num momento histórico diferente, que se estendeu por 59 anos e que passou a ser chamado de a Questão Romana, no qual os Papas se declaravam prisioneiros do Vaticano. Somente com o Tratado de Latrão é que essa situação foi superada e a Santa Sé passou a ter uma atuação internacional ainda mais relevante.

O Papa João Paulo II foi possivelmente o Papa mais popular de toda a história. Ele imprimiu um dinamismo até aquele momento completamente inusitado. Ele se entrevistou com mais de 700 chefes de estado e mais de 220 chefes de governo. Ele empreendeu mais de 120 viagens ao redor do mundo. Foi a praticamente todos os pontos onde havia uma comunidade católica. Com a ascensão do Papa atual, Bento XVI, julgou-se que ia haver uma desaceleração nessa política tão dinâmica da Santa Sé. Até certo ponto, houve um registro ligeiramente inferior nas atividades, mas, surpreendentemente, para um Papa que começou o seu pontificado com 78 anos, tendo hoje 84, eu acredito que ele seja bastante ativo.

Diferentemente de João Paulo II, ele chegou já com toda uma aura de um grande erudito, um estudioso muito reconhecido internacionalmente, inclusive por outras religiões. A eleição dele foi aplaudida inclusive por várias autoridades e personalidades importantes do judaísmo. O Papa, apesar de sua idade, já viajou por todos os continentes: já foi à Austrália, já veio ao Brasil, já foi aos Estados Unidos, já se entrevistou com os principais líderes do Ocidente, mas também se entrevistou com o Presidente da Rússia por umas duas vezes, com reis, até com o Rei da Arábia Saudita, um estado com o qual a Santa Sé não mantém relações diplomáticas. Mas, quando o Rei da Arábia Saudita foi a Roma, esteve com o Papa também.

E também outro ponto que é interessante notar sobre esse interesse internacional dos Estados pelo Vaticano é porque o Vaticano tem uma característica muito peculiar como posto de escuta e também como comunicador de grande relevância, que são trunfos que se valorizam desde o Pontificado de João Paulo II e que continuam agora. Existe uma capacidade muito grande de ressonância para a maioria dos países,

principalmente aqueles que contam com uma população católica expressiva, como é o caso do Brasil. É um ponto privilegiado para se saber o que a Igreja pensa do país e o que ela pode influenciar na grande comunidade católica que existe nos respectivos países, Não se pode esquecer que existe um contingente de católicos calculados em cerca de 1,3 bilhão de pessoas, cerca de 18% da população mundial, espalhadas pelo mundo. E também não se pode esquecer que a Santa Sé dispõe de 178 nunciaturas apostólicas, que são as suas embaixadas ao redor do mundo, e cerca de 350 mil instituições de educação, de caridade e de assistência social.

Como destacou o jornalista Peter Seewald, a Santa Sé constitui a maior organização central e controlada fluidamente no mundo, que se estende por todo o Planeta. Conta com cerca de quatro mil bispos, 400 mil padres e milhares de religiosos, milhares de universidades, monastérios e conventos. Nesse mesmo livro, que nada mais é uma grande entrevista com o Papa Bento XVI, ele acrescenta, por exemplo, que em um país como a Alemanha, a Igreja Católica chega a ser o segundo maior empregador, depois do próprio governo. Quase 50% dos católicos se encontram nas Américas, e no Brasil a maior parte deles.

Fiz essa introdução para dizer o que pode representar de importância a presença do Vaticano, principalmente para países com população expressiva como o Brasil. A Igreja Católica permanece com uma presença muito abrangente em todas as regiões do País, mesmo que tenha passado a população católica de 90% para 70% atualmente. Isso envolve cerca 145 milhões de pessoas.

Existe também uma série de pontos de encontro, de coincidência entre as políticas externas do Brasil e da Santa Sé, tais como as das áreas de direitos humanos, de meio ambiente – que é um tema que está sendo acompanhado com muita atenção pela Santa Sé e pelo Brasil também. Outros pontos são: a redução da pobreza, os programas assistenciais, combate à fome, e vários outros. O Brasil também, como a Santa Sé, vem expandindo muito a sua atuação internacional e há também uma certa coincidência entre as regiões geográficas de interesse dos dois. Na América Latina, evidentemente, a prioridade brasileira, mas também para a Santa Sé é de grande importância, porque é aqui que tem a maior contingência de católicos.

Os países árabes também, que o Brasil tem participado cada vez mais com maior interesse, com maior atuação na área do Oriente Médio. É uma área em que a Santa Sé, por razões óbvias, lá estão os lugares santos, cada vez tem maior envolvimento, e também porque cada vez mais a Santa Sé quer participar e procurar a busca de uma solução para a paz. Esse é outro ponto de convergência de interesses na mesma região.

Com a África o Brasil tem uma política de aproximação muito agressiva nos últimos anos, de valorização das suas raízes culturais. A Santa Sé também aprecia muito e dá muita prioridade à África, porque lá apresenta o maior crescimento no número de católicos. Evidentemente que essas coincidências têm levado a um adensamento das relações diplomáticas e, inclusive, à criação de um foro bilateral, que se reúne a cada dois anos, para discutir uma coordenação política de temas de interesse entre o Brasil e a Santa Sé.

Por todas essas razões, parece-me que a Santa Sé é um posto de grande importância para o Brasil. A Santa Sé também vê o Brasil como um país prioritário.

O Papa João Paulo II esteve no Brasil durante três ocasiões, uma das quais recebido pelo Presidente Collor, em 1991, e, em 1997, pelo Presidente Fernando Henrique. O Presidente Fernando Henrique também esteve por três ocasiões me visitando no Vaticano. O Presidente Lula esteve duas vezes, uma delas para o funeral do Papa João Paulo II e a outra vez, em 2008, para a assinatura do acordo relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil.

Nesse ponto, também gostaria de registrar a coincidência de ter o Presidente Collor na presidência da Comissão de Relações Exteriores e ter sido relator desse acordo. Acho que é uma feliz coincidência também.

Já nos últimos meses, durante o atual Governo, a Presidenta Dilma e o Papa Bento XVI já deram várias demonstrações do apreço pela relação, já se falaram por cartas. O Papa recentemente nomeou o Arcebispo de Brasília, Dom João Braz de Aviz, para um lugar muito importante na Cúria romana. Ele é o Prefeito, já tomou posse como Prefeito da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica. Ele teve esse cuidado de manter no mesmo posto de importância outro brasileiro depois que Dom Cláudio Hummes saiu por ter se aposentado por idade.

A Embaixada, certamente, vai continuar acompanhando os próximos eventos e os processos de beatificação. Existem no momento 30 processos de beatificação em curso no Vaticano. Durante os últimos anos, o Papa João Paulo II beatificou vários brasileiros, canonizou Frei Galvão e, durante já Bento XVI, foi beatificada a Irmã Dulce recentemente, no mês passado.

A Embaixada também vai acompanhar muito atentamente a próxima Jornada Mundial da Juventude, que também vai ser realizada em Madri, sobretudo porque deve ser realizada no Rio de Janeiro daqui a dois anos, em 2013, que certamente vai atrair muita gente, porque o Papa sempre comparece a esses eventos.

Finalmente, gostaria de dizer algumas palavras sobre a Ordem Soberana de Malta, que também é cumulativa com o Vaticano. O nome completo é Ordem Soberana, Militar, Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rhodes e de Malta. Ela é uma das mais antigas organizações religiosas, que teve sua origem em 1099, como uma comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos que se dirigiam a Terra Santa. Essa Ordem, depois, abandonou o local onde funcionava na Terra Santa, se transferiu para Rhodes, depois se transferiu para Malta e depois foram expulsos de Malta por Napoleão e acabaram mantendo uma sede, onde está até agora, em Roma.

A Ordem de Malta foi reconhecida pelo Brasil em 1956, tem algumas associações, sendo a mais importante em São Paulo, onde basicamente é uma organização religiosa que se dedica a obras de assistência social, aos pobres, mas também é uma organização *sui generis*, porque, ao mesmo tempo em que se dedica à assistência social e também médica – e São Paulo é o local mais importante no Brasil –, também mantém algumas prerrogativas de Estado, continua emitindo selos, dando passaportes. É uma associação muito grande, conta com mais de 13 mil cavaleiros, tem uma atuação muito importante em vários países – em 170 países – e tem embaixadas e relações diplomáticas com mais de cem países também.

Eu vejo que estou chegando ao final. Agradeço, mais uma vez, ao Presidente Collor e aos Senadores presentes, muito especialmente aos Senadores José Agripino e Aloysio Ferreira, pela relatoria desta minha indicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Almir Franco de Sá Barbuda, indicado pela Senhora Presidenta da República para Embaixador na Cidade do Vaticano, cumulativamente com a Ordem Soberana e Militar de Malta.

Eu gostaria de registrar entre nós a presença, muito honrosa, da Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima.

Seja muito bem-vinda, Srª Embaixatriz.

E eu pediria a S. Exª o Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Cristovam Buarque, que assumisse a presidência dos trabalhos a partir de agora, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu vou passar a palavra aos Senadores para fazerem as suas perguntas.

O Senador Diniz é o primeiro inscrito; o segundo, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador Almir Barbuda e Srª Embaixadora Márcia Maro da Silva, vamos simplesmente, neste momento, parabenizá-los pela indicação da Presidenta Dilma, e desejar muito sucesso nessa nova missão.

Pela qualidade das exposições e pelo currículo bastante convincente de ambos os embaixadores, nada nos resta a não ser aprová-los com louvor e com os cumprimentos desta Comissão de Relações Exteriores.

Então, desejo a ambos muito boa sorte e que vocês possam representar bem o nosso País, tanto no Estado do Vaticano, quanto no Zimbábue, onde pretendemos que as nossa relações, cada vez mais, se intensifiquem, porque a nossa simpatia e a nossa identidade até ancestral com o povo africano tende a se fortalecer ainda mais, e a gente espera que esse trabalho da Srª Embaixadora no Zimbábue engrandeça ainda mais a política de relações exteriores do nosso País naquele continente.

Parabéns a ambos e tenham muito boa sorte nas suas missões.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, o último inscrito fora eu próprio. Eu digo isso para saber se algum outro Senador quer se inscrever.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, quero cumprimentar a Embaixadora Márcia Maro da Silva e o Embaixador Almir Barbuda e desejar-lhes muitas felicidades em suas novas missões.

Embaixadora Márcia Maro da Silva, ainda no último dia 6 de maio, recebi a visita do Sr. Márcio Gagliato, psicólogo e ativista humanitário, que trabalha no Zimbábue e em especial se dedica às vitimas de tortura de violência organizada que ocorreram naquele país. Ele diz da preocupação com a situação no Zimbábue, em virtude da violência que ocorreu por conta das eleições, da fragilidade da paz, com a iminência até de guerra pelo poder. Estava também um zimbabuano Tambirai Matowanika que testemunhou alguns desses episódios. Este brasileiro voltou ao Zimbábue, fez uma visita à Embaixada Brasileira, sexta-feira passada, quando soube da designação da senhora para ir ao Zimbábue. Ele ressalta a boa relação, conforme V. Sª explicou do Brasil com o Zimbábue e aqui relata como ele acredita que o Brasil pode desempenhar um papel de extraordinária importância no diálogo com o Zimbábue e até por causa dessas experiências e dessa forma de o Brasil dar grande importância, nesses últimos anos, às relações com os países da África.

Vou transmitir com as próprias palavras dele a sugestão que faz: "O Brasil possui uma boa relação com o Zimbábue. Acredito que nosso país pode contribuir muito em favor da paz no Zimbábue. No entanto, isso precisa ser parte do projeto das Relações Exteriores

do Brasil com o Zimbábue. Logo, a senhora vai ter um papel de extraordinária importância para este objetivo."

Ele gostaria que eu aqui lhe perguntasse sobre o seu conhecimento e entendimento sobre a realidade da violência política no Zimbábue e como vê o Brasil trabalhando preventivamente em favor da paz, e em favor dos direitos humanos no Zimbábue.

Também houve recentemente um grande número de pessoas do Zimbábue que se dirigiu à África do Sul, de alguma forma perseguidos. Então, gostaria muito que a senhora pudesse fazer uma reflexão sobre isso.

Tendo em conta os problemas sociais do Zimbábue, quero colocar-me à disposição. Tenho feito, recentemente, visitas a alguns países da África, como o Sudão, Marrocos, Namíbia e outros, convidado para debater a questão da renda básica de cidadania. Até queria dizer que uma das vozes que melhor sustentam o direito de todos participarem da riqueza da nação de um país, através daquilo que poderá se configurar – e o Brasil é o exemplo de um país que aprovou uma lei neste sentido – uma das vozes, Embaixador Almir Barbuda, é justamente aquela de João Paulo II quando em uma das suas Encíclicas ele argumentou muito a favor desse direito.

Nas relações entre o Brasil e a Santa Sé, continuará a haver um propósito, dentre outras coisas maiores, propugnado por João Paulo II, de se realizar justiça para que todos participem da riqueza de cada país e do planeta Terra. Inclusive vou lhes dar minhas últimas contribuições a respeito desse tema. Coloco-me também à disposição para participar de debates a respeito, inclusive na Santa Sé, e sobretudo no Zimbábue, que é um dos países hoje de renda *per capita* ainda muito baixa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não há nenhum outro inscrito, mas, antes de fazer as perguntas que eu tenho anotadas, gostaria de dizer aos que desejarem começar a votação que a votação está aberta e as cédulas estão aqui.

Senador Crivella, desculpe-me dizer, mas o senhor não poderia deixar de fazer perguntas, porque o senhor é dos que mais conhece aquela região da África, especificamente o Zimbábue.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Onde morei.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Onde morou e era capaz de fazer falas em língua local.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª a palavra para me escusar. Hoje é o dia da Marinha, hoje é dia de Barroso, Batalha de Riachuelo. Houve uma solenidade enorme na Câmara dos Deputados, onde representei a Bancada do Governo no Senado Federal.

Queria saudar a Embaixadora Márcia, ressaltando que a África agora praticamente só tem mulher. As embaixadoras são todas damas ilustres, filhas de Rio Branco e de Paulino de Souza, para não fazer uma injustiça com a história.

Márcia, senhora Embaixadora, senhor Almir Barbuda, que está indo para o Vaticano, desejo a vocês toda a felicidade do mundo. A Márcia vai encontrar um Zimbábue mais remediado, mas que veio de uma crise profunda, uma crise que tem erros dos dois lados, tanto de Roberto Mugabe quanto dos africanos, dos ingleses que ali viviam e que tinham feito promessas históricas.

Sabe, Cristovam, o acordo que tinham feito ali era que se ia estatizar a terra, a coroa britânica ia indenizar os fazendeiros, eles iam continuar no país, mas iam começar a fazer uma reforma agrária, uma agricultura familiar. Terra muito boa, povo muito trabalhador, culto, pacífico. Infelizmente, isso não se cumpriu. Não conseguimos condições políticas para resolver isso. E, aí, o país foi para uma inflação... Hoje não tem mais o dólar do Zimbábue. A senhora vai trabalhar com o dólar americano.

A senhora vai ver um país de uma gente extraordinária, curiosa, interessante, culta. Ninguém ali fala menos do que dois, três idiomas, o xhosa, que é a língua local, o inglês. Um país limpo. Com toda a crise, anda-se pelas ruas, pelas calçadas, pelas praças, ninguém pisa numa flor, ninguém derruba uma árvore. É pena que o Zimbábue ainda não se encontrou com a potencialidade dos seus recursos naturais. É uma pena!

Em 1960, a gente olhava para a África com muita esperança. Aquilo parecia ser a terra das utopias, que iria caminhar para o progresso e até o sonho da sua unidade. Hoje, a gente olha para a África com um certo desalento, tristeza, porque o Zimbábue tem um renda *per capita* de US$200,00, algo assim. É um absurdo, meu Deus do céu! Um país cortado por rios, uma bacia hidrográfica fantástica, terras fertilíssimas, um povo trabalhador, honesto, uma boa infraestrutura, boas estradas, boas avenidas, cidades urbanas construídas, uma arquitetura europeia muito bonita como pode ter US$200,00 de renda *per capita*! É inacreditável, mas é a realidade.

Pior: quando a senhora for despachar com o ministro da educação algum assunto, algum acordo, vai ter que falar com o ministro da educação do governo e com o da oposição. Foi o acordo que eles conseguiram para manter a paz no país: tem-se hoje uma oposição que perdeu as eleições mas nomeou ministros e um governo que diz que ganhou as eleições – e as pessoas desconfiam. Você tem de resolver com os dois.

Há o Haddad A, o Haddad B. É uma loucura! É assim. Mas, pelo menos, lá não está faltando mais combustível, pelo menos a senhora vai tomar um banhozinho quente, o que, há um ano, era difícil, e vai encontrar coisas com preços estáveis, para poder se alimentar.

A nossa embaixada ainda está em local precário. O edifício é muito mal arrumadinho, é muito acanhado. No andar por nós ocupado, o carpete está velho, o papel de parede está sujo. Não estou desanimando a senhora, não. Estou apenas dizendo que é preciso, realmente, melhorar as instalações da nossa embaixada e do nosso consulado no Zimbábue.

Vivem lá poucos brasileiros, a maioria é composta de missionários. Eu mesmo tenho lá muitos amigos, com dificuldade para conseguir visto de trabalho, embora não haja polícia de migração. Eles não enfrentam problema para abrir conta em banco, para fazer suas coisas. Eu já me reuni com a Vice-Presidenta, uma dama muito ilustre, que prometeu auxiliar os brasileiros nessa questão.

Moçambique está crescendo muito. A própria Biobras é, hoje, o maior empregador. São 15 mil hectares de cana-de-açúcar plantados ao longo do rio Zambeze. Estão doidos para plantar também no Zimbábue, por onde passa o rio Zambeze.

Há problemas de estabilidade política. Eles têm dúvidas. Recentemente, houve uma luta para convencer o BNDES a emprestar dinheiro para a compra de tratores para o Zimbábue. Fui um dos que tentaram viabilizar isso, que pediram audiência, mas o fato é que, com a Presidenta Dilma e com o mandato sem fim do outro *crocodile,* que é um grande líder, que fez a independência do país, mas que...

Cristovam, os africanos acreditam que os espíritos, ao morrerem, fortalecem-se, dependendo do grande número de ancestrais que tenham. Daí o fato de as pessoas casarem com muitas esposas e terem muitos filhos. Os filhos apresentam sacrifícios. E são os ancestrais – que eles chamam de *Amadlose* – que reinam ou que governam o mundo dos vivos. O sujeito, quando chega aos 93 anos, como é o caso de Roberto Mugabe, com uma prole enorme, com uma família imensa, sente-se poderoso. Ele não acredita que há, no Zimbábue, qualquer outro cidadão que tenha ancestrais mais fortes do que os dele. Portanto, enfrenta, de peito aberto, todas as controvérsias políticas, e isso já não ocorre de agora. Essa maneira de pensar dos africanos eterniza no poder líderes que desafiam a ONU, que desafiam o mundo, pois se garantem nos seus ancestrais, na tropa, na hoste dos seus antepassados, o que manterá a sua estabilidade pessoal. O povo também pensa assim. O povo pode até votar na oposição, mas não acredita na mudança.

Mas há um caminho extraordinário a traçarmos juntos, sobretudo com os investimentos que foram feitos em Moçambique e que se têm de irradiar para o Zimbábue.

Faço votos, Embaixadora, de que a senhora consiga equacionar esses enigmas políticos no Governo da Presidenta Dilma, que se fundamenta em princípios dos direitos humanos diferentes daqueles do governo do Presidente Lula, que achava que os direitos humanos também englobavam um olhar para o futuro, a construção de uma parceria, a procura de afinidades, a manutenção do diálogo. Honestamente, não sei se a Presidenta Dilma pensa da mesma forma. Caberá, então, à senhora procurar desvendar esses enigmas.

Não me quero delongar muito. É que começo a falar... Desculpe-me. O Antônio Carlos está me dando um beliscão e me dizendo que a minha manifestação está sendo muito longa. Mas é o tal negócio da emoção. Estou extravasando o que está no meu coração, lembrando-me de todos os anos em que lá estive. Desculpe-me por eu ter sido fastidioso – não era a minha intenção –, mas quero desejar sucesso a senhora. O Embaixador Almir Barbuda já vai para um cargo mais tranquilo, no circuito Elizabeth Arden, certamente por sua extraordinária carreira, seu currículo, seu cabedal intelectual, seu brilhantismo, e que Deus o abençoe nesse cargo.

Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não há o que desculpar, Senador, até porque é muito interessante ouvir de um Senador esse sentimento fruto da experiência própria num país para cuja embaixada nós sabatinamos o indicado.

Presidente Collor. (*Pausa*.)

Eu passo a palavra agora ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nós temos a honra de termos uma reunião, hoje, conduzida pelo ilustre Senador Professor Cristovam Buarque e ter o nosso Presidente aqui na banca, um prestígio ainda maior para as brilhantes carreiras dessas duas figuras que compõem a diplomacia brasileira, a quem desejo cumprimentar, tanto o Embaixador Almir Barbuda como, de modo muito especial, com a sua vênia, a Embaixadora Márcia Maro da Silva, cuja indicação tive o privilégio de receber a designação para fazer a relatoria.

No dia, contudo, por força maior, de verdade, não pude estar presente e, *ad hoc*, foi designada relatora a Senadora Ana Amélia, que, com o brilhantismo que lhe é peculiar – e gostaria de agradecer-lhe –, leu o relatório e encaminhou à Comissão a indicação de uma mulher que, com certeza, honra os seus colegas no Itamaraty.

Falar de África depois do Senador Crivella é um problema, mas falar do Zimbábue ao lado do Presidente Collor é também uma oportunidade, porque ele foi o primeiro Presidente a tomar a iniciativa de, já em 1991, ir ao Zimbábue tentar estabelecer contatos, já com o tema do meio ambiente, preparando um pouco o que seria tratado na Rio 92. E, ali, de faro, iniciou-se um olhar diferente do Brasil para um continente tão importante para todos nós e com o qual nós temos uma dívida enorme.

Mas o relato do Senador Crivella é tão preciso que consegue trazer o cotidiano e, para nós, a aparente contradição. E só quem conhece aquele continente como ele, que viveu lá quase dez anos de sua vida, pelo que estou informado, em vários países, pode trazer a riqueza do que para nós é contradição, diferenças de um modelo de civilização se comparado àquele que nós temos contato.

De fato, o Zimbábue é um país que nos desafia a todos. As idas do Presidente Lula, seguindo essa trajetória que o Presidente Collor abriu, geraram muita polêmica, muita discussão, em um governo longo de um presidente que levou um posicionamento aos organismos multilaterais do mundo no sentido de se manifestarem e, de certa forma, até a intervirem no país para que se compartilhasse esse poder.

Acho que o Senador Marcelo Crivella foi muito feliz quando colocou isso em uma linguagem que ele consegue usar, que nos faz compreender, sem estar por trás disso nenhuma intenção de nos impor uma informação, mas compartilhar e enriquecer as reuniões desta Comissão. E confesso que lamento as vezes que não posso estar presente, porque o Presidente Collor tem construído uma agenda riquíssima, com temas que, apesar de parecem ser obrigações corriqueiras ou protocolares do nosso trabalho, se transformam em uma oportunidade para todos nós conhecermos melhor o mundo, os problemas do mundo e não só nos posicionarmos melhor aqui, mas também, ao mesmo tempo, enriquecermos os nossos mandatos.

Queria então dizer que a Embaixadora Márcia Maro é uma brasileira que tem uma carreira muito especial. Vale a pena talvez citar um pouquinho desse cotidiano dela.

Com 20 anos, ela ingressou no Instituto Rio Branco e foi empossada aos 22, sendo a mais jovem diplomata de sua turma. Ela é filha de militares e já, desde cedo, cumpre uma das difíceis tarefas de quem entra na carreira diplomática, que é a de estar sempre mudando, sempre recebendo missões nos diferentes lugares do mundo. Sua família viveu assim também, como militar, dentro e fora do Brasil.

Ela também se dedicou, fez Ciência Política na UnB, e acho que isso vai ajudá-la a compreender melhor também um país tão especial como o Zimbábue. Fez doutorado na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais na Argentina, em 2004; trabalhou o tema do Itamaraty no reconhecimento da independência de Angola, ou seja, já estava tendo que se dedicar a esse continente tão especial que é a África; e agora está aqui recebendo um posicionamento ou questionamento do Senado, especialmente desta Comissão, sobre essa missão difícil que a senhora terá.

De fato, é uma missão difícil. Por mais que tenhamos aí, já no começo dos anos 90, com a iniciativa do Presidente Collor, a busca de estreitar uma relação com um país tão especial, na área da Ciência e Tecnologia – era esse o propósito –, na área da cooperação também de toda sorte, mas o comércio ainda é muito pequeno, as relações são muito estreitas ainda e as dificuldades são muitas, tanto é – e aqui recorro novamente ao depoimento do Senador Crivella – que o financiamento – fiz constar no meu relatório – de equipamentos agrícolas por parte do BNDES teve muito revés, teve muita dificuldade. E só com o envolvimento dele e de alguns outros abnegados é que se conseguiu fazer.

Então, espero que a senhora receba aqui esse voto de confiança do nosso Senado, desta Comissão especialmente. Tenho certeza, está indo junto a esse voto a disposição nossa de ajudá-la, ajudar o nosso País a fazer com que a situação do Zimbábue possa melhorar do ponto de vista até político, especialmente, porque isso é necessário, mas também para que possamos estreitar as relações de cooperação efetiva e poder fazer valer o esforço do próprio Presidente desta Comissão, o Collor, que, lá em 1991, estava tentando abrir as portas dessa relação bilateral Brasil-Zimbábue.

Então, boa sorte. Estou certo de que nós aqui todos daremos um voto de confiança a mais uma mulher brilhante, que se dedicou, se preparou para as missões, e agora tem uma missão muito difícil.

Eu ontem falava, na despedida da Senadora Gleisi, que, quando fui prefeito e governador, troquei a palavra administrar por cuidar. E me inspirei para isso nas mães, nas mulheres, como minha mãe e outras mulheres que conheci. Uma mãe não administra filho, nem administra sua família; ela cuida de seus filhos e de sua família. E um governante, um prefeito, um dirigente, se tiver amor, se colocar sentimento, vai cuidar, não vai administrar. E tenho certeza de que a senhora vai cuidar das relações Brasil-Zimbábue daqui para frente com essa missão que a senhora merece receber.

Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O Presidente Collor sugeriu que eu continuasse aqui mesmo para fazer as perguntas. Então, vou fazer daqui, Presidente Collor.

Tenho perguntas aos dois candidatos. Primeiro, à Embaixadora Márcia.

Eu queria saber qual a sua interpretação para explicar onde é que o Zimbábue errou. Eu lembro muito uma frase do Mario Vargas Llosa, em que ele pergunta: quando foi que nos perdemos? Ele usa uma palavra muito dura – em relação ao Peru. Quando foi que começou a dar errado? Quando foi que o Zimbábue, com toda a riqueza, com toda a esperança da África, um País que quebrou o *apartheid*... Nunca teve, de fato, o *apartheid* escrito, mas quebrou o problema racial muito antes da África do Sul, muito antes de Mandela; o Mugabe, muito antes de Mandela, tinha assumido a independência do seu país. Como foi, quando foi e o que é que provocou esse desvio e essa perda? Eu gostaria de saber. Sei que é uma interpretação, sei que não é fácil.

Segundo, eu queria ter uma informação: se há presos políticos e se há controle de imprensa no Zimbábue.

E, finalmente, eu queria lembrar que o Zimbábue é um país com uma tradição universitária muito grande; na África, é um dos países que tem universidades de porte internacional. Isso continua funcionando, apesar da crise?

Quanto ao Embaixador Almir, eu queria perguntar se está alerta e o que pensa fazer na hora em que surgirem alguns problemas graves com o Vaticano, como, por exemplo, o tema do aborto, que voltará como tema, não sumiu. Como vamos enfrentar uma questão junto ao Vaticano, como quando aprovarmos uma lei contra a homofobia? Talvez não seja no tempo do senhor, de três, quatro anos, mas daqui a alguns anos mais vai surgir a questão da eutanásia no Brasil. Como a gente vai enfrentar isso junto ao Vaticano? Como é que a gente vai enfrentar a questão da prevenção da Aids na relação com o Vaticano, que é muito conservador.

E finalmente, colocar um desafio, embora seja a Presidenta Dilma quem deva colocar, é de que o senhor consiga trazer o Papa para a reunião Rio+20. A presença do Papa poderá compensar a ausência de alguns importantes chefes de Estado que deverão estar em eleições e em outras atividades.

Esses são os pontos e eu passo a palavra, inicialmente, ao senhor. Depois, passarei à Embaixadora Márcia.

O SR. ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Primeiramente vou me referir a pergunta do Senador Suplicy, que foi sobre a distribuição da riqueza entre as populações mais pobres. Gostaria de dizer que essa é uma preocupação que vem – como ele bem citou – desde o tempo do Papa João Paulo II, mas que continua muito presente em declarações do Papa Bento XVI.

Recentemente, no ano passado, quando ele recebeu as credenciais do embaixador do Congo, ele foi muito direto, desejando, enfim, que o país se restabelecesse, se fortificasse, se consolidasse democraticamente, mas que também atuasse no sentido de distribuir as imensas riquezas do Congo, no sentido de beneficiar toda aquela imensa população, extremamente pobre. O Papa e os seus meios de comunicação do Vaticano sempre se referem a esse tema, inclusive ao Brasil. O Brasil tem merecido elogios em relação a toda essa população que passou do nível de extrema pobreza e subiu para uma classe social mais alta. Isso é muitíssimo valorizado lá no Vaticano, o Bolsa Família e vários outros programas sociais criados aqui no Brasil.

Agora, em relação à pergunta do Senador Cristovam, sobre problemas graves. É claro que isso vai acontecer, e já acontece. O Papa, diretamente, nunca toca nesses assuntos, mas ele tem outros meios para manifestar preocupações quando existem algumas legislações, não importa o país, que sejam contra os princípios da religião católica. Mas isso não impede também que o relacionamento continue muito fluído. Em vários países da Europa esses temas todos, já preocupantes e graves para a Igreja, já viraram lei, como o aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, como na Espanha, na Bélgica e em vários outros países; isso não deixou que as relações continuassem fluídas. Na Espanha, houve um certo estremecimento com a aprovação dessas leis, mas não impediu que o Papa fosse duas vezes naquele país e irá agora pela terceira vez em agosto. Então, eu acho que isso é um problema que não afetará as relações diretas entre os dois países.

Quanto a Rio+20, por coincidência estávamos conversando com o Presidente Collor e a Embaixadora Márcia e a embaixatriz Lúcia Flexa de Lima, antes de passar para cá. E eu, inclusive, coloquei: será que o Papa viria? Já está prevista a vinda do Papa aqui em 2013 para a Jornada Mundial da Juventude. E aí eu mesmo me fiz uma pergunta: se ele viesse, isso talvez não deslocasse um pouco o centro da conferência, que será meio ambiente? Porque o Papa sempre atrai tanta gente e o enfoque muda um pouco para o lado religioso e eu não sei se isso, evidentemente, contribuiria para chamar mais a atenção, mas talvez desviasse um pouco a atenção.

Por outro lado, um tema que o Vaticano está muito interessado é meio ambiente, inclusive fazendo

uma comparação de que o homem não pode destruir a criação, tem que se controlar e monitorar para estar bem com a natureza, com vistas a não destruir a criação de Deus, que é o meio ambiente e a natureza.

Tem sido, nos últimos tempos, vários os comunicados e declarações sobre meio ambiente no Brasil, inclusive sobre a Amazônia eles sempre manifestam preocupação e acompanham atentamente essa questão ambiental em todo mundo e no Brasil.

Eu acho que era isso que queria dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Embaixador e passo a palavra à embaixadora Márcia.

A SRª MÁRCIA MARO DA SILVA – Obrigada, Senador.

Tentarei dar conta aqui das perguntas que foram feitas. Não há soluções fáceis, nem respostas fáceis.

Com relação às perguntas e observações do Senador Suplicy, apesar dos grandes avanços que ocorreram no Zimbábue desde a independência no que tange à observância dos direitos econômicos, políticos e sociais, porque efetivamente houve o empoderamento negro em todos os sentidos, permanecem no país graves violações de direitos humanos, sobretudo civis e políticos.

De qualquer forma, a situação está bastante melhor, com o governo de unidade nacional e a própria determinação política de buscar a via do entendimento, da negociação, da acomodação de interesses já parece refletir uma vontade de respeitar esses direitos, de aceitar as diferenças.

Do ponto de vista do Brasil, acho que a maior contribuição que podemos dar, dentro do respeito ao princípio de não intervenção, é de que apoiemos essa via do entendimento para que o acordo político global possa ser implementado para que o Zimbábue tenha eleições transparentes e que a soberania popular se manifeste nas urnas e seja respeitada. A participação da comunidade internacional, sobretudo do entorno africano. A União Africana, e a Comunidade de Desenvolvimento para a África Austral (Sadec) têm acompanhado a implementação do acordo. Eles têm tradição, maior interesse na matéria e esse apoio internacional será importante para que esse processo chegue a bom termo.

De qualquer forma, parece haver entendimento por parte dos atores políticos zimbabuanos de que os benefícios da via do entendimento são muito maiores do que apostar no enfrentamento e acreditamos e vamos estimular que prevaleça o bom senso, a racionalidade e que os zimbabuanos possam encontrar o seu caminho.

Com relação à diáspora zimbabuana na África do Sul, com a retomada da estabilidade política, da normalidade e a retomada do crescimento econômico, essa diáspora está retomando ao Zimbábue, mas de fato durante alguns anos foi um peso muito grande para a África do Sul, onde três milhões de zimbabuanos vive, e já tem uma taca elevadíssima de desemprego. A mão de obra do Zimbábue é uma mão de obra relativamente qualificada, com bom nível educacional, o que fazia com que os zimbabuanos encontrassem emprego na África do Sul, agravando mais ainda o grave interno sul-africano.

Por outro lado, há uma grande solidariedade na região, especialmente dos sul-africanos, porque, nos primeiros anos de independência do Zimbábue, o país sofreu ataques do regime racista instalado em Pretória. Há quem afirme, inclusive, que o Presidente Mugabe teria freado o ritmo das reformas, inclusive da reforma agrária, buscando uma maior composição com as minorias brancas - como disse o Senador Crivella, os problemas vieram dos dois lados, não apenas do Governo do Zimbábue com relação às terras, mas também certa dificuldade em promover a reforma agrária, mas esse atraso teria ocorrido com vistas a não dificultar os entendimentos que estavam sendo levados a cabo na África do Sul e que permitiriam a democratização do país em 1994. Então, a África do Sul sente uma dívida para com o Zimbábue.

Com relação aos programas sociais, o Brasil tem muito a contribuir. A crise foi gravíssima no Zimbábue. Os nossos programas de renda básica são modelo de êxito total. Há um grande interesse de vários países pelos nossos programas, e certamente o Zimbábue poderá se beneficiar muito da nossa experiência. Tentaremos estreitar esses contatos.

Com relação às observações feitas pelo Senador Crivella, de que o Zimbábue não se encontrou, esperemos que esteja se encontrando, que o governo de unidade nacional seja o caminho e que eles continuem trilhando o caminho do entendimento. Além disso, que tenham eleições tranquilas, sem violência política, e que o país possa permanecer nessa via de estabilidade política que tantos benefícios tem trazido ao país, tendo conhecido o fundo do poço e o preço altíssimo que pagaram pelo enfrentamento.

Naturalmente que, considerando-se os investimentos em Moçambique, mesmo as plantações de cana e a produção de energia de etanol, há um grande interesse do Zimbábue. Eles já compraram uma fábrica nossa para produção de etanol e de biodiesel, eles têm um grave problema de energia, e os bicombustíveis seriam uma vocação natural. Eles têm terras agricultáveis, o Brasil tem a tecnologia. Isso já

está mapeado. Agora, necessitaremos de segurança jurídica, de estabilidade, e o processo político vai ser chave para determinar futuros investimentos e um maior acercamento.

Com relação às instalações nossas em Harare, efetivamente elas sofreram uma deterioração ao longo dos anos, que refletia a própria deterioração do país, mas o Itamaraty já está trabalhando, estamos procurando outra chancelaria, e esperamos que, quando o Senador Crivella voltar a visitar o Zimbábue, já possamos recebê-lo em instalações mais compatíveis com as nossas necessidades de representação.

Agradeço ao Senador Jorge Viana, por suas amáveis palavra e sobretudo pela relatoria.

O senhor apontou um ponto muito importante, que é a necessidade de financiamento. O Zimbábue precisa de linhas de crédito. As sanções impostas pelos países desenvolvidos e doadores asfixiou o país. O país se voltou para a China, para Cingapura, para a Malásia, para a Índia em busca de recursos para o seu desenvolvimento, e o Brasil também pode prestar sua cooperação.

Acreditamos que, com o governo de unidade nacional, o Zimbábue já está no bom caminho e que devemos apoiá-lo. Já o Programa Mais Alimentos África prevê linhas de financiamento pela Camex para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas que são fundamentais para os zimbabuanos. Continuaremos trabalhando nessa linha, contamos com o apoio deste Senado, e realmente é estimulante ver o conhecimento dos Senadores sobre a matéria e a importância e o papel que o Brasil poderá desempenhar em apoio ao desenvolvimento do Zimbábue, sobretudo porque temos uma tradição de não intervenção, de cooperar, de escutar as demandas e de que o país recipiendário estabeleça suas próprias prioridades.

Com relação à pergunta do Senador Cristovam Buarque – onde o Zimbábue errou –, certamente, é uma pergunta muito difícil. Talvez a melhor indicação, o caminho mais razoável é de que os erros ocorreram de parte a parte – quando um não quer dois não brigam –: a intransigência política, a polarização tanto com relação à questão da terra com as minorias brancas, que parece que teria se iniciado na década de 2000, como no passado mais recente, com a oposição, o MDC, questionando as políticas do governo e, de novo, uma radicalização. Parece que o problema começou aí. Eu acho que o Zimbábue é um caso clássico de que a falta de entendimento político, a instabilidade política pode quebrar um país, uma economia próspera. E o problema, seguramente, veio dessa incapacidade política de acomodar distintos interesses, distintas visões para o país.

Há presos políticos no Zimbábue, há denúncias de que haveria processos de intimidação, mas, certamente, muito menos do que já houve em algum momento. O país tem instituições que funcionam, independência de Poderes; eles têm, dentro da tradição inglesa, um Poder Judiciário que opera bem.

Com relação à liberdade de imprensa, eu li recentemente que há mais jornais de oposição no Zimbábue, que criticam o Presidente Mugabe, do que jornais da situação. Então, a crítica não é um problema; há liberdade de expressão.

As universidades são muito boas, têm uma grande tradição, funcionam bem, e a academia tem um papel importante no futuro do Zimbábue para esse debate e para o encontro de dissoluções zimbabuanas para os grandes desafios que o país encontra.

Muito obrigada. Espero ter atendido a todos, respondendo as perguntas feitas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Consulto se todos os Srs. Senadores já votaram. *(Pausa.)*

Senador Collor, fazemos a apuração antes da reunião secreta ou depois? Durante? *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu pediria ao secretário para pegar o voto para poder preencher, mas eu agradeceria se pudesse transmitir ainda uma palavra.

Como o Embaixador Almir Barbuda vai para o Vaticano e ali estará no centro da Itália e perto de Roma, eu gostaria de transmitir algo que, certamente, quando chegar lá e, desde o dia de hoje, o senhor já está ouvindo. Eu me refiro à preocupação dos italianos relativa à decisão de ontem, por maioria de 6 votos a 3, tomada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, no sentido de não extraditar o Sr. Cesare Battisti, que já se encontra em liberdade.

O Presidente Cezar Peluso, ainda que tendo sido minoria, dentre os três votos, respeitou a decisão da maioria. E, ainda que o Ministro Gilmar Mendes tenha, por três horas, procurado argumentar... O Gilmar Mauro seria a favor, sim, mas era o Ministro Gilmar Mendes quem estava lá presente. O Senador João Pedro utilizou todo o seu direito de espernear o máximo possível, a ponto de os demais Ministros terem ficado ... Bom, ouviram-no, mas o fato é que os três que votaram pela extradição não quiseram reconhecer o direito de o Presidente Lula, dado pela maioria dos Ministros, de negar a extradição. A decisão foi essa.

Lá de Roma, já se fala que alguns estão querendo até que a Itália não participe da Copa do Mundo de 2014 por causa disso. E estão dizendo que a Itália vai recorrer ao Tribunal de Haia.

Quero aqui transmitir a V. Exª que, eu, como descendente de italiano, neto e bisneto de italiano, assim como muitos outros ilustres cidadãos brasileiros que são também italianos, dentre os quais alguns dos mais importantes juristas brasileiros, como o Professor Dalmo de Abreu Dallari, todos nós avaliamos que a decisão foi correta. Na verdade, até atrasada. E gostaria de transmitir que, se por acaso esse assunto for ao Tribunal de Haia, quem sabe seja a oportunidade para que então a Justiça italiana possa rever alguns dos procedimentos, porque comprovadamente por notária pública francesa, aqueles que "defenderam" Cesare Battisti no julgamento na Corte italiana, comprovadamente pela notária pública francesa falsearam a representação para defender Cesare e foram coniventes com as delações realizadas por aqueles que cometeram os quatro assassinatos e que delataram Cesare Battisti, embora estes tenham sido responsáveis por aqueles quatro assassinatos.

Levar o caso ao Tribunal de Haia constituirá uma oportunidade eventual para que este assunto seja dirimido, inclusive, com Cesare Battisti agora já em liberdade, porque foi ontem solto à meia-noite.

Era a observação que eu queria transmitir a V. Exª e lhe dizer que, como descendente de italiano, eu me disponho a procurar esclarecer as razões do Supremo Tribunal, inclusive ao Senado italiano, se este quiser obter qualquer esclarecimento.

Como V. Sª, como Embaixador, estará ali na Itália, também, é o que eu gostaria de lhe transmitir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Senador, mas o Embaixador não precisa se pronunciar, uma vez até que ele é Embaixador no Vaticano, e estaria ferindo a soberania italiana.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Vaticano está lá no meio da Itália.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Peço a todos que aqui estão que não são Senadores ou diretamente ligados ao Ministério das Relações Exteriores que nos deem um tempo para fazer a nossa reunião secreta.

Designo o Senador Aloysio e o Senador Anibal para que sirvam de escrutinadores.

Pergunto se algum Senador ainda não votou.

(A reunião torna-se secreta às12 horas e 05 minutos e volta a ser pública às12 horas e 19 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – ... (*Reabertura da reunião sem registro de áudio.*)...

ITEM 3
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 72, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RAUL CAMPOS E CASTRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto Antigua e Barbuda.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: *Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE*

Antes de conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para a leitura do seu relatório, gostaria de comunicar que o Embaixador Almir Barbuda e a Ministra Márcia Maro da Silva, ambos foram sufragados com a maioria expressiva dos votos: 12 votos favoráveis e um voto contra, cada um dos Srs. indicados.

Portanto, foram aprovados os nomes da Embaixadora Márcia Maro da Silva, indicada para a República do Zimbábue, e do Embaixador Almir Franco de Sá Barbuda, indicado para o Estado da Cidade do Vaticano, e, cumulativamente junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT– SP) – Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidenta da República deseja fazer do Sr. Raul Campos e Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Antígua e Barbuda.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. Raul Campos e Castro é filho de Milton da Silva e Castro e de Lia Campos e Castro, tendo nascido em 6 de dezembro de 1947, no Rio de Janeiro.

O indicado ingressou na carreira diplomática por concurso público para o Curso de Preparação da Carreira Diplomática em 1968. Tornou-se Terceiro-Secretário em 1970. Foi promovido a Conselheiro em 1991 e a Ministro de Segunda Classe em 2003. Em 2007, foi lotado no Quadro Especial como Ministro de Segunda Classe.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática destacam-se a de Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Nova York, de 1980 a 1983; Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Milão, de 1987 a 1990; Chefe substituto da Divisão do Mercosul, de 1991 a 1994; Cônsul-Geral Adjunto em Vancouver, de 1994 a 1997; Conselheiro na Embaixada em Lisboa, de 1997 a 2001; Chefe da Divisão do Oriente Próximo, de 2001 a 2003; Encarregado de Negócios em missão transitória em Quito, de 2003 a 2004; Chefe da Divisão do Oriente Médio, em 2004; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Pretória, de 2004 a 2008; e Embaixador em Abu Dhabi, de 2008 até o presente.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre Antígua e Barbuda. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral, bem como oferece informações relativas sobretudo ao intercâmbio comercial entre os dois países.

O país é composto de um pequeno arquipélago no Caribe, cujas duas ilhas principais são Antígua e Barbuda, com um território total de 442,6 km². Sua capital é Saint John's e se situa em Antígua. A população conta com 87.600 habitantes e seu produto interno bruto alcança a cifra de US$1,1 bilhão, o que lhe propicia PIB per capita de US$ 12.692.

As relações entre Brasil e Antígua e Barbuda caracterizam-se por diálogo cordial, nos planos bilateral e multilateral, e crescente aproximação marcada recentemente pela abertura da Embaixada residente em Saint John's, em 16 de fevereiro de 2009, e pela realização da Cúpula Brasil-Caricom, em Brasília, em 26 de abril de 2010, durante a qual os chefes de Governo dos dois países tiveram um encontro oficial.

O relacionamento bilateral também se beneficia do processo mais amplo de aproximação política e econômica do Brasil com a região caribenha, com a presença atual de embaixadas residentes do Brasil em todos os países da Comunidade do Caribe (Caricom) e com o aumento expressivo de nosso comércio com os países do Caricom nos últimos seis anos.

Embora modesto, o intercâmbio comercial Brasil-Antígua e Barbuda tem aumentado nos últimos anos, com crescentes superávits do lado brasileiro. De 2002 a 2010, o intercâmbio quintuplicou, alcançando US$ 5,2 milhões. As exportações brasileiras consistem majoritariamente de pedaços e miudezas de carne congelada, preparações alimentícias e conservas de bovinos.

O relacionamento comercial e os investimentos apresentam potencial de diversificação e crescimento. Antígua e Barbuda é dotada de alta renda per capita (a quarta maior dentre os países do Caricom) e seu Governo tem manifestado interesse na promoção comercial e de investimentos com o Brasil.

Ademais, do intercâmbio comercial, incrementa-se o relacionamento diplomático e político, com diversos acordos de cooperação em vigor. Desde 1996, vige o Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, no âmbito do qual podem ser organizadas missões para troca de informações culturais, científicas e técnicas, bem como para o intercâmbio de artistas, cientistas e técnicos.

Em 2010, foi assinado o Acordo de Cooperação Educacional, que reflete o interesse dos dois países em fomentar a cooperação em áreas como formação de profissionais, intercâmbio de professores e promoção do ensino da língua portuguesa em Antígua e Barbuda.

A parceria estratégica do Brasil com o Caribe compreende o adensamento do diálogo político e da cooperação nas áreas de bioenergia, de meio ambiente, de ciência e tecnologia, de inovação, de educação, de cultura e econômico-comercial.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido de útil no âmbito deste Relatório.

É o Relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Pela ordem o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Gostaria de pedir a inversão de pauta, para votarmos o item 10.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – S. Exª o Senador Blairo Maggi pede inversão de pauta, que coloquemos o item 10 para a apreciação do Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo com essa inversão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos então ao item 10.

ITEM 10
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 399, DE 2010

Susta o Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, que "aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, e dá outras providências", em seu efeito autorizativo de licenciamento de aprovados em concursos públicos de admissão ao CESD – Curso de Especialização de Soldados.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Pela rejeição da matéria

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, para proferir o seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, gostaria só de uma ajuda, uma informação de V. Exª. O relatório é bastante extenso, tem 15, 16 páginas e é muito técnico.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Exª poderá ler a consideração, somente o resumo da consideração, e depois o voto em si.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Ok. Obrigado.

Então eu vou ler as considerações do relatório.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2010, tem a intenção expressa de sustar o Capítulo V – Do Tempo de Permanência no Serviço Militar, do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica do Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, em seu efeito autorizativo de licenciamento de soldados especializados da Aeronáutica, aprovados no Curso de Especialização de Soldados (Cesd). A sustação se estenderia aos concursos públicos de admissão ao Cesd realizados no período de 1994 a 2001, na vigência do Decreto nº 880, de 23 de julho de 1993.

Em sua justificativa, o Autor argumenta que o Comando da Aeronáutica licenciou injustamente do serviço ativo doze mil jovens em todo o Brasil, após seis anos de serviços prestados, em razão de sucessivos concursos iniciados no segundo semestre de 1994 para o Curso de Especialização de Soldados (Cesd).

Defende o autor que esses jovens teriam ingressado na carreira militar por meio de concurso cujo edital lhes garantiria, *ipsis literis*, "Situação após o curso: soldado de primeira classe (S1) especializado, com acesso às demais graduações até suboficial, podendo chegar ao oficialato". Também faria parte do edital a condição de que o candidato fosse reservista das Forças Armadas, condição repetida no impedimento previsto na Portaria nº 710/GM/93, art. 14, parágrafo único, de que não poderiam inscrever-se para o concurso de admissão ao Cesd os brasileiros que não estivessem em dia com o serviço militar inicial.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Blairo, V. Exª, se desejar, pode ir diretamente ao voto, pois já é do conhecimento das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores o teor da matéria.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Vamos ao voto, então.

Em vista do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, pela leitura do seu relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para seguimento da sua tramitação.

Passamos ao Item 4 da pauta.

ITEM 4
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Paulo Americo Veiga Wolowski, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

Não estando presente aqui o Senador Eduardo Amorim, indico o Senador Mozarildo Cavalcanti para fazer a leitura do relatório, por gentileza.

Tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou ler somente o final do relatório, já que a matéria está distribuída a V. Exªs. Já foi lida a ementa pelo Sr. Presidente.

O estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Centroafricana é bastante recente, tendo sido inaugurado em 27 de abril de 2010. Não há registro de brasileiros residentes na República Centroafricana. Tendo em vista essa breve história de relacionamento diplomático, há apenas um único ato bilateral assinado, exatamente o "Comunicado Conjunto

do Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Brasil e a República Centroafricana".

O comércio bilateral é ainda bastante incipiente, embora nossas exportações tenham mais que dobrado desde 2006 e o Brasil já seja o sexto principal fornecedor do mercado centroafricano. O Brasil exportou, em 2010, US$ 9,8 milhões, o que representa 1,8% das importações centroafricanas e apenas 0,1% das exportações totais do Brasil para a África. Os principais produtos exportados foram o açúcar e produtos de confeitaria, que representaram 95% da pauta. As importações brasileiras são modestas – em 2010, atingiram a marca de US$222 mil.

Em virtude do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estão inteirados dos elementos informativos suficientes e necessários para a apreciação do nome do Sr. Paulo Américo Veiga Wolowski, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem deseje discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

ITEM 5
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2007
TURNO SUPLEMENTAR

Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

O relatório é pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS/CRE (Substitutivo), com as subemendas nº 1, 2, 3, 4 e 5.

Observações:

1 – Na reunião do dia 26/05/2011 foi aprovado o Relatório favorável à matéria, em turno único;

2 – A Matéria será submetida a Turno Suplementar, conforme o art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão a matéria em turno suplementar. (*Pausa*.)

Não havendo quem deseje discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido apresentada emenda na discussão em turno suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado, conforme o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 123, DE 2011

Aprova o texto da Emenda ao Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, assinada em Georgetown, em 29 de junho de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O relatório é pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – A Emenda objeto da presente proposição tem por escopo adequar os valores mínimos de cobertura de seguros estabelecidos pelo artigo 5° do Anexo II do Acordo de Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas (ATIT) entre os Governos do Brasil e da Guiana.

Celebrado em 2003, os valores fixados à época foram considerados altos pelo Governo guianense em comparação com os preços mínimos praticados em seu país. Essa circunstância poderia criar dificuldades para a operação do transporte entre os dois Estados. Nesse sentido, a necessidade de estabelecimento de novos patamares de cobertura.

A fixação de novos valores proporciona, de um lado, melhores condições para que empresas tanto brasileiras quanto guianenses possam celebrar ajustes para a liquidação de eventuais indenizações; de outro, incentivo para o estabelecimento de linhas regulares de cargas e passageiros entre os dois países.

Merece, por fim, registro o fato de inexistir, na hora atual, linhas regulares de transportes conectando Brasil e Guiana. O ajuste nos valores deve, pois, viabilizar aumento no comércio e no turismo regional com benefícios sobretudo para Amazonas e Roraima, que têm acesso até a fronteira com a Guiana pelas rodovias federais (BRs) n°s 174 e 401.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela leitura do seu relatório.

Em discussão o relatório lido pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

Não havendo quem deseje discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 7
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 644, DE 2010

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Latino-americano de Co-Produção Cinematográfica", o qual passa a chamar-se "Acordo Ibero-americano de Co-Produção Cinematográfica", por Resolução adotada pela Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas de Ibero-América – CAACI, em 16 de julho de 2008, no âmbito da XVII Reunião Ordinária, realizada em Quito, República do Equador.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Favorável, com a emenda de redação que apresenta

Concedo a palavra ao Senador Ministro Francisco Dornelles, para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 644, de 2010 (nº 2.589, de 2010, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Protocolo de Emenda ao "Acordo Latino-americano de Co-Produção Cinematográfica".* O Protocolo modifica o título do acordo que passa a ser designado "Acordo Ibero-Americano de Co-Produção Cinematográfica", como consequência da possibilidade de também Estados ibéricos participarem de coprodução de material cinematográfico e audiovisual em seu âmbito.

Cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade.

Quanto à juridicidade, o projeto não apresenta vícios.

No mérito, convém registrar que as obras cinematográficas não apenas ajudam a difundir a cultura nacional, mas também constituem bem passível de comercialização.

A formalização da possibilidade de admissão também de países ibéricos, somada à inclusão de regras mais claras para o desenvolvimento das coproduções, são medidas que, sem dúvida, podem auxiliar os objetivos perseguidos pelos membros do Acordo.

Eu quero aqui afirmar, Sr. Presidente, que as duas emendas que apresentei são Emendas de Redação, visto que os protocolos foram assinados em Bogotá e não em Quito. De modo que faz apenas uma modificação redacional, depois de examinado o assunto no Ministério das Relações Exteriores.

O meu relatório é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ministro Francisco Dornelles pela leitura do seu relatório.

Em discussão o referido relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa*.)

Em votação o relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 8
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 76, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel na Área do Turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável

Concedo a palavra a S. Exª, o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, para a leitura do relatório referente ao Item 8, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2011.

Tem a palavra V. Exª, Relator *ad hoc* desta matéria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, conforme já lida a ementa por V. Exª, o projeto trata de aprovar o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e o governo do Estado de Israel na área de turismo, celebrado em Brasília, em 11 de novembro de 2009.

O acordo em tela reflete os interesses dos Estados signatários em aprofundar a cooperação e o conhecimento recíproco no campo do turismo.

Israel é, hoje, um parceiro relevante para a inserção internacional brasileira. O ato internacional em exame aprofunda os tradicionais laços de amizade que unem os dois Estados, ressaltando, ao mesmo tempo, a importância de que se reveste o setor turístico para o seu desenvolvimento. Ademais, segundo ressalta a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Turismo participou das negociações e aprovou o texto final do acordo, que foi assinado pelo então Ministro do Turismo, Sr. Luiz Eduardo Barreto Filho.

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 9
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Caracas, em 27 de junho de 2008.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN)

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Favorável

Concedo a palavra a S. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o acordo em tela versa sobre cooperação em matéria penal e dispõe de cláusulas padrão a todos os atos desta natureza. Confere aos Estados Partes a segurança necessária para que não haja descumprimento da pena cominada à pessoa condenada submetida a transferência e assegura que a ela não seja dedicado tratamento desumano, infame, a pena de morte ou a pena restritiva de liberdade superior a trinta anos, vedações constitucionais para o Brasil.

O ato bilateral de cooperação penal em apreço observa o princípio de direito internacional no âmbito penal da retroatividade da lei quando *in mellius*, ou seja, quando beneficia o réu e o princípio internacional de direitos humanos de promoção da união familiar (visto que a pessoa condenada poderá decidir em qual dos Estados possui mais vínculos e se sente mais confortável para cumprir a pena). Ademais, provê meio e métodos para aferir a anuência da pessoa a ser transferência, garantindo-lhe o objetivo social dessa transferência e assegurando-lhe a ciência de todas as consequências legais dela recorrentes.

Nada havendo a ponderar quanto ao esquadro constitucional e legal do ato em consideração, somamos o julgamento de conveniência e oportunidade da medida de cooperação, tendo em vista as intensas relações entre ambos os países e sua condição fronteiriça, que tende a aumentar a incidência de população carcerária nacional de um Estado Parte neste Acordo sob a custódia da justiça do outro Estado Parte.

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 116, de 2011, por sua conveniência e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 11
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2010

Assegura aos brasileiros residentes no exterior a filiação como contribuinte facultativo do INSS.

Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela constitucionalidade e regimentalidade do Projeto, e, no mérito, pela sua rejeição.

Tenho o prazer de indicar e designar o Senador João Pedro, como Relator *ad hoc* desta matéria.

O relatório é pela constitucionalidade e regimentalidade da matéria e no mérito pela sua rejeição.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro para proferir a leitura do referido Relatório.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 86, de 2010, de autoria do

Senador Geraldo Mesquita Júnior, objetiva assegurar aos brasileiros residentes no exterior a filiação como contribuinte facultativo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Na justificação, o autor esclarece que a apresentação do projeto decorreu da necessidade de assegurar aos emigrantes brasileiros um mínimo de proteção e garantias.

O PLS em análise foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última decisão terminativa, à vista do disposto no art. 49, I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Apesar do término da legislatura em que foi apresentada, a proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e do Ato n° 4, de 2010, da Mesa desta Casa. O prazo regimental decorreu sem apresentação de emendas, Sr. Presidente.

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2010, e, no mérito, pela sua rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Esse é o voto, Sr. Senador João Pedro?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador João Pedro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Em que pese o brilhante relatório e as palavras do Senador João Pedro, eu tenho sérias dúvidas sobre esse projeto. Eu não vejo motivo e razão que possa impedir um brasileiro, de nacionalidade brasileira, domiciliado no exterior, de contribuir para o INSS. Não estou dizendo que já tenho posição firmada, mas tenho dúvidas.

De modo que eu queria pedir autorização ao Senador João Pedro e a V. Exª para pedir vista do projeto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, por que é pela rejeição? Porque essa regra, na realidade, já existe. A Assessoria está me chamando a atenção para o fato de que a filiação à Previdência Social é facultativa para os brasileiros residentes no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Rejeita porque é uma redundância?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Já está em vigor esse procedimento. Ela já existe. É por isso.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com base nisso, retiro meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Atendida a retirada do pedido de vista de S. Exª o Sr. Senador Ministro Francisco Dornelles.

Coloco agora em discussão o relatório que acaba de ser lido por S. Exª o Senador João Pedro. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para seguimento de sua tramitação.

ITEM 12
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 317, DE 2010

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso e de Reconhecimento aos militares do 4º Batalhão de Aviação do Exército – 4º Bavex, do Amazonas, ao ensejo do retorno da missão que cumpriram em florestas da Colômbia, no resgate do sargento Pablo e do soldado Josué, que eram prisioneiros de guerrilheiros das FARC.

Autoria: Senador Arthur Virgílio.

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, o presente Requerimento é plenamente meritório e encontra total abrigo no art. 222 do Regimento Interno desta Casa, que o admite quando diz respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

Não há dúvida de que se reveste de alta significação nacional um gesto de bravura e de heroísmo como o relatado pelo presente requerimento, cujo resultado compensador trouxe de volta ao lar dois militares vítimas da organização colombiana.

Julgamos que o requerimento merece acolhida, pois o resultado positivo da participação dos militares brasileiros engrandece o País e fortalece a confiança da coletividade na instituição do Exército.

Opinamos, pois, pela aprovação do Requerimento nº 317, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Desculpe-me por trazer dois assuntos a esta hora. Mas gostaria, pelo menos, de levantar estes assuntos, para discutirmos num outro dia.

O primeiro é para buscar apoio a um projeto meu, de reforma da Constituição, que já teve até a primeira votação na Câmara, que diz respeito à criação de quatro cargos de parlamentares para representarem os brasileiros que moram no exterior. Todos os países de emigrantes têm deputados nos seus Parlamentos representando os seus nacionais no exterior. Isso foi votado numa primeira instância, mas a mídia criou tal problema, dizendo que isso ia aumentar os gastos, que houve um recuo. Eu próprio pedi que demorasse a ir para a segunda volta.

Eu acho que está chegando a hora de enfrentarmos isso. Há uma pressão muito grande dos três milhões de brasileiros no exterior; há uma simpatia. E eu gostaria que a Comissão, um dia, pensasse como fazer para levarmos adiante isso. É um pedido.

O segundo assunto, Sr. Presidente, é uma consulta que não sei se temos ou não condições de fazer.

Ando preocupado, do ponto de vista da defesa nacional, com o que está acontecendo com os bombeiros e a Polícia Civil no Rio de Janeiro. Eu não sei até que ponto nós não poderíamos debater e encontrar um caminho para ajudar o Governador Cabral, a polícia e os bombeiros do Rio de Janeiro.

Falo que é uma questão de defesa porque está se espalhando por outros Estados. E bombeiro é a categoria, entre todas, que goza da maior simpatia no Brasil. De repente, eles, obviamente, cometeram um ato ilegal, eles quebraram a disciplina. Mas, ao mesmo tempo, 400 bombeiros presos por muito tempo é um ponto de tensão muito grande, que não vai ficar restrito ao Rio de Janeiro.

Então, é uma pergunta que faço – o Senador Dornelles não está presente –, se podemos ou não ajudar nessa situação, como Comissão de Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão e Presidente da Subcomissão de Acompanhamento e Preparativos da Rio+20. Sem dúvida nenhuma, os dois pontos que V. Exª apresenta são pontos que nós, com muita responsabilidade, teremos que enfrentar.

Pediria apenas para que V. Exª fizesse uma formalização dessas duas colocações, e nós as apreciaremos já na próxima reunião, tendo em vista que o teor delas V. Exª acabou de anunciar. Se V. Exª concordar com essa forma.

Muito obrigado, Senador Cristovam, pelas suas sempre oportunas sugestões.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de manifestar o meu apoio à intenção expressa de que esta Comissão possa ajudar no diálogo dos bombeiros com o Governador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Naturalmente, será adicionado à proposição que acaba de ser feita pelo Senador Cristovam Buarque o apoio agora formulado pelo Senador Eduardo Suplicy.

Antes de encerrarmos a nossa reunião ordinária, eu gostaria de dar conhecimento aos senhores membros desta Comissão da presença, na antessala, da Srª Shirin Ebadi, Prêmio Nobel da Paz em 2003. Ela acaba de chegar e veio para uma visita à Comissão de Relações Exteriores. Está aqui, no Senado Federal, para, dentre outras atividades, no presente momento, visitar a Comissão de Relações Exteriores.

Um breve resumo de quem se trata a Srª Shirin Ebadi. Nascida em Hamadã, norte do Irã, em 1947. Filha de professores universitários e devotos mulçumanos. A família se transfere para Teerã, onde a Srª Ebadi cresce e faz todos os seus estudos. Cursou Direito na Universidade de Teerã, no período de 1965 a 1968. Fez concurso para juíza de Direito e assumiu a magistratura em 1969. Recebeu o título de doutor *cum laude* em Direito Privado da Universidade de Teerã, em 1971. Em 1975, a Srª Ebadi assume a Presidência de Vara no Tribunal de Justiça de Teerã, primeira mulher a fazê-lo.

Com o advento da Revolução Islâmica, em fevereiro de 1979, dado que a Lei Islâmica proíbe mulheres de exercer o cargo de juiz, foi transferida para atividades burocráticas no mesmo tribunal que antes presidia. Houve protestos generalizados e ela pediu aposentadoria antecipada.

Em 1992, passa a advogar e defende casos de grande repercussão nacional, em defesa da liberdade de imprensa e de casos de abuso contra crianças. A partir de 2009, exilou-se no Reino Unido. Defendeu casos de grande repercussão, em defesa da liberda-

de de imprensa e de abuso contra crianças, em 2009. Foi agraciada com o Premio Nobel da Paz em 2003.

Então, participo aos Srs. Senadores que desejarem conversar com a Srª Ebadi ao final desta reunião, que ela estará aqui na sala para ser, por esta Comissão, recepcionada.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores, lembro aos membros que hoje, às 18 horas, neste plenário, será realizada a 8ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com uma Audiência Pública para tratar do tema: "Energia, para que e como?" Com os seguintes convidados: Prof. Dr. Neilton Fidelis da Silva – Coppe/UFRJ, Sr. Carlos Rittl, Coordenador do Programa Mudanças Climáticas e Energia do WWF, Sr. Pedro Henrique Torres, Coordenador da Companhia de Clima do Greenpeace e Sr. Jaó de Deus Carvalho, Consultor para Projetos de Energia Solar.

Essa audiência pública será presidida por S. Exª o Sr. Senador Cristovam Buarque, que é o Presidente da Comissão de Acompanhamento da Rio+20.

Destaco ainda a realização na próxima terça-feira, neste plenário, da reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. A subcomissão realizará audiência pública dividida em duas partes.

Pela manhã, a partir das 9 horas, serão ouvidos os Secretários de Segurança Pública dos Estados do Amazonas, Amapá, Pará e Roraima. À tarde, a partir das 14 horas, serão ouvidos os Secretários de Segurança Pública dos Estados de Mato Grosso, Acre e Rondônia. Essa reunião será presidida pelo Presidente da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Gostaria também de registrar, como já havia dito aqui a alguns Senadores, a satisfação com que vários de nós assistimos, no Palácio do Planalto, a exposição feita pelos Srs. Ministros da Justiça e da Defesa, quando da assinatura do Decreto, pela Presidenta Dilma Rousseff, do Projeto de Integração das Fronteiras do Brasil. Foi uma explanação muito circunstanciada, muito bem elaborada. Já fiz verbalmente convite aos Srs. Ministros da Justiça e da Defesa para que aqui compareçam para fazer essa exposição a todos os membros desta Comissão. Estão apenas examinando a questão de data para fazer o agendamento definitivo.

Mas é muito importante, acredito eu, que todos nós conheçamos de perto o que esse projeto do Governo da Presidenta Dilma pretende realizar em relação às nossas fronteiras para aumentar a segurança dos nossos concidadãos e aumentar, também, a vigilância para que casos de contrabando, de crimes, tráfico de drogas e de armas deixem de existir nas nossas fronteiras com países amigos.

Pela ordem, com a palavra o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Presidente, quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo até pelo convite já feito aos dois Ministros, porque realmente como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, eu ia justamente conversar com V. Exª para sugerir que os Ministros viessem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque tem relação com o tema Defesa Nacional, para expor esse importante tema que nós estamos cuidando na Subcomissão, mas que é do interesse de todos, que é a questão das nossas fronteiras terrestres.

Portanto, o quanto antes os dois Ministros vierem, melhor para nós todos. Acho que a colaboração do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário nessa questão é de fundamental importância. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Eu perguntaria a V. Exª se poderia apresentar o requerimento de convite aos Ministros, já foi dado conhecimento ao plenário no dia de hoje, e nós faremos a votação desse requerimento na próxima reunião. Gostaria que V. Exª, se possível, apresentasse e apusesse a sua assinatura como requerimento desta Comissão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Convoco, por fim, nossa próxima reunião a ser realizada no dia 16 de junho, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Com o agradecimento pela presença de todos, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 5 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Blairo Maggi**, Vice-Presidente

da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vanessa Grazziotin, Ivo Cassol e Jayme Campos.** Comparece também o Senador não-membro da Comissão, **Gim Argello**. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 15ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 384, do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, Ministro Augusto Nardes, comunicando que, baseado no relatório sintético de auditoria realizada pelo TCU a continuidade da obra da construção da barragem Oiticica/RN implica pontecialidade de ocasionar prejuízos materialmente relevantes ao erário, consoante no disposto no art. 94, § 1º, inciso IV, da LDO 2011. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. O Presidente convida os indicados para tomarem assento à Mesa. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Nelson Narciso Filho." O Presidente concede a palavra ao Senhor Florival Rodrigues de Carvalho para fazer sua exposição. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na vaga decorrente do término do mandato de Victor de Souza Martins." O Presidente concede a palavra ao Senhor Helder Queiroz Pinto para fazer sua exposição. O Senador Flexa Ribeiro foi designado pela Presidência como relator "ad hoc", em razão da ausência do Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra ao Senador **Inácio Arruda.** O Presidente declara aberto o processo de votação. Após o início da votação, usam da palavra os Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Jorge Viana, Ivo Cassol e Vanessa Grazziotin**. O Senador Flexa Ribeiro assume a Presidência. O Senador Blairo Maggi reassume a Presidência. O Presidente convida os Senadores **Inácio Arruda** e **Lindbergh Farias** para serem os escrutinadores. A seguir, o Presidente proclama o resultado, sendo Aprovada a indicação do Senhor Florival Rodrigues de Carvalho para Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP por 15 votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma abstenção e aprovada, também, a indicação do Senhor Helder Queiroz Pinto para Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP por 15 votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma abstenção. O Presidente anuncia a presença do Sr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, do Sr. Renato Rabello, Presidente Nacional do PCdoB e do Deputado Osmar Terra (PCdoB-PI), líder do partido na Câmara dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **BLAIRO MAGGI**

Vice-Presidente da Comissão, no exercício da Presidência

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunico o recebimento do Aviso nº 384, do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, comunicando que, baseado no relatório sintético da auditória realizada pelo TCU, a continuidade da obra de construção da barragem Oiticica, no Rio Grande do Norte, que implica potencialidade de ocasionar prejuízos materialmente relevantes ao Erário, consoante no disposto no art. 94, inciso IV, da LDO 2011.

Convido os Srs. Florival Rodrigues de Carvalho e Helder Queiroz Pinto Junior para que tomem assento em nossa mesa.

ITEM 1
- Não Terminativo –
MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2011

Submete à apreciação do ao Senado Federal a indicação do Senhor Florival Rodrigues de Carvalho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, na

vaga decorrente do término do mandato de Nelson Narciso Filho.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral.

Relatório: A Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do Professor Florival Rodrigues de Carvalho para Diretor da ANP.

Observação: *1 – Em 12/05/2011, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, nos termos do Ato nº 1, de 2009-CI.*

Dou as boas-vindas e concedo a palavra ao Sr. Florival Rodrigues de Carvalho, para sua exposição.

O SR. FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO – Muito obrigado, Exmº Presidente em exercício da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Blairo Maggi, Srªs e Srs. Senadores da República, Exmº Sr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural e Biocombustíveis, minhas senhoras e meus senhores, gostaria, inicialmente, de agradecer a confiança em mim depositada pelo Ministro de Estado Edison Lobão e, mais ainda, pela Presidente Dilma Rousseff pela indicação de meu nome a esta Casa.

Também queria manifestar a minha satisfação em estar presente diante desta Comissão para submeter-me à sabatina dos Exmºs Senadores da República, como parte dos trâmites legais dos processos aos quais devem ser submetidos os indicados para o cargo de Diretor da ANP.

Vejo este momento como especial oportunidade que os senhores e senhoras me concedem para apresentar a esta Comissão alguns pontos fundamentais sobre os quais creio poder contribuir como membro da Diretoria Colegiada da ANP, caso V. Exªs decidam aprovar a minha indicação.

Com objetivo de prover elementos de juízo para avaliação dos senhores e das senhoras, apresento-lhes um breve resumo de minha trajetória profissional.

Tenho 26 anos de experiência. Nesse período, atuei como engenheiro químico de empresa do setor e como gestor público em órgãos governamentais. Em 1996, ingressei, por concurso público, no Departamento de Engenharia Química da Universidade de Pernambuco, como professor adjunto, cargo que exerço até o momento.

Nesse ofício, ministrei disciplinas de graduação e pós-graduação, desenvolvi pesquisa e orientei teses e dissertações nas áreas de petróleo, petroquímica e biocombustíveis. Desde 2004, venho exercendo funções ligadas diretamente ao cargo para o qual tenho a honra de ser indicado. Inicialmente, como assessor da diretoria e, depois, superintendente de planejamento e pesquisa da ANP, cargo que ocupo até o momento.

No exercício dessas funções, adquiri importantes conhecimentos sobre o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, em especial sobre o processo de regulação e fiscalização da atividade da indústria do petróleo, conhecimentos esses que, a meu ver, me credenciaram à indicação para o cargo de Diretor da ANP, para o qual estou sendo sabatinado por esta Casa.

Minhas senhoras e meus senhores, nos últimos anos, o Brasil avançou a passos largos, seja no aspecto econômico, seja no aspecto social. No setor de petróleo e gás, a abertura iniciada com a Emenda Constitucional nº 09/95 e, depois, concretizada pela Lei 9.478, de 1997, flexibilizou o monopólio da União e, dentre outras medidas, criou o CNPE (Conselho Nacional de Políticas Energéticas), responsável pela formulação de políticas do setor, e a ANP, órgão responsável por regular, fiscalizar e executar a política nacional para o setor de petróleo, gás e biocombustíveis.

A alteração do marco legal introduziu no País um ambiente mais competitivo e proporcionou a inserção da indústria brasileira de petróleo no cenário internacional. Nesse contexto, o Estado operador e proprietário de ativos cedeu lugar ao Estado regulador, responsável por executar políticas públicas e garantir avanços sociais, assegurar a liberdade de agentes privados em busca da eficiência, progresso e qualidade de serviço e, principalmente, proteger os consumidores contra o abuso do poder econômico.

Iniciou-se, naquele momento, uma nova e importante fase para a indústria de petróleo no País. Tiveram início as rodadas de licitação para concessão de blocos exploratórios e a flexibilização do regime de controle de preço dos combustíveis no segmento de comercialização, visando a possibilitar uma maior competição no mercado.

Este novo modelo coube à ANP, como órgão regulador do setor, promover estudos visando à delimitação de blocos e, também, a realizar as licitações para a concessão de exploração e desenvolvimento da produção, bem como celebrar, em nome da União, os contratos dela decorrentes e fiscalizar a sua execução.

Além do crucial objetivo de expansão da oferta de combustíveis para o atendimento da demanda interna do País e a redução de sua dependência externa, as rodadas de licitação atraíram novos investimentos, aumentaram as oportunidades de trabalho, estimularam a capacitação da indústria nacional para o atendimento das exigências de conteúdo local, promoveram o desenvolvimento na área de exploração e produção e ampliaram o conhecimento geológico das bacias sedimentares. Adicionalmente, foram responsáveis pela elevação da arrecadação de participações governamentais.

Alguns números comprovam o bom resultado do setor. Atualmente, existem 74 grupos econômicos, 38 de origem brasileira, incluída a Petrobras, que atuam no Brasil em atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural. Esses números mostram o espetacular crescimento dessa atividade no Brasil.

As reservas provadas brasileiras de petróleo saltaram de mais 7 bilhões de barris, em 1998, para mais de 14 bilhões de barris no fim de 2010. As reservas de gás natural passaram de 228 bilhões de metros cúbicos para 428 bilhões de metros cúbicos. A produção anual de petróleo cresceu de um milhão de barris, em 1998, para mais de dois milhões de barris diários agora, no ano de 2010. A produção de gás natural mais do que duplicou no mesmo período, passando de 30 milhões de metros cúbicos/dia para 63 milhões de metros cúbicos/dia. Ou seja, nos últimos anos, dobramos a nossa produção diária e, ao mesmo tempo, dobramos as nossas reservas. Vale ressaltar que esses números ainda não contemplam o pré-sal.

Outro aspecto importante a ser considerado é o contínuo impacto positivo sobre as receitas públicas nos níveis federal, estadual e municipal, seja direta ou indiretamente. A arrecadação dos bônus de assinatura das rodadas totaliza R$5,5 bilhões. A arrecadação de *royalties* sobre a produção de petróleo e gás natural, no período de 1998 a 2010, alcançou mais de R$68 bilhões. Já a participação especial, no mesmo período, é de mais de R$58 bilhões. Apenas no ano de 2010, foram arrecadados quase R$10 bilhões de *royalties* e mais de R$11,5 bilhões de participação especial.

Indiretamente, o setor de petróleo contribui também para o acréscimo da arrecadação governamental pelo maior pagamento de diversos tributos e outras contribuições, tais como ICMS, Cide, PIS/Pasep, Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Ao longo do período de 2002 a 2008, o setor de petróleo e gás gerou cerca 426 bilhões de arrecadação tributária, isso sem considerar as participações especiais, o que equivale a mais ou menos 8% da arrecadação tributária do Brasil nesse período.

Também na distribuição e revenda, houve aumento do número de agentes atuando em diversos segmentos do setor, o que elevou a concorrência, os investimentos e a geração de emprego e renda. Com base nos dados de fevereiro de 2001, existem hoje, atuando no mercado, 256 importadores e exportadores, 211 distribuidores de combustíveis, 38 mil postos de revendedores, além de 23 distribuidoras e mais de 400 mil postos de revenda. Não podemos deixar de mencionar a inserção do contrato de concessão da cláusula que atribui ao concessionário a obrigação de investir 1% da receita bruta dos campos que pagam participação especial em projetos e programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, sendo que, pelo menos 50% dos recursos, devem ser aplicados em instituições de pesquisa, como, por exemplo, as universidades.

Como resultado dessa obrigação, de 1998 a 2010, os recursos relativos à cláusula de pesquisa e desenvolvimento somaram aproximadamente R$5,2 bilhões. Esses mais de R$5 bilhões contemplaram despesas com programas relacionados à gestão tecnológica, formação de recursos humanos, infraestrutura laboratorial em instituições de pesquisa e capacitação de fornecedores, além das despesas com programas e projetos específicos em P&D, em tecnologia industrial básica e energia.

Quanto aos biocombustíveis, o Brasil possui uma posição privilegiada. Além do uso disseminado em larga escala do etanol, outro aspecto relevante para o País foi a introdução do biodiesel na matriz energética a partir da edição da Lei nº 11.097.

A produção e o uso do biodiesel propiciam o desenvolvimento de uma fonte energética sustentável sob os aspectos ambiental, econômico e social e também reduzem as importações de óleo diesel. A inserção no mercado de um novo produto foi um desafio do qual a ANP participou ativamente com a atribuição de regular e fiscalizar as atividades relativas à produção, controle de qualidade e a comercialização do biodiesel e da mistura óleo, diesel e biodiesel. Desde então, a ANP realiza os leilões de biodiesel para assegurar que todo o óleo diesel comercializado no País contenha o percentual de biodiesel determinado em lei de aproximadamente 5%.

Hoje existem 69 produtores de biodiesel autorizados no País, que produziram, em 2010, 2,4 bilhões de litros de biodiesel, evitando-se, com isso, a importação de derivados de petróleo, o que levou a uma economia, em termos de importação, de mais de US$1,4 bilhão.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, são incontestáveis os avanços nesse setor estratégico para o País e para a soberania nacional, nesses últimos anos. Apesar do sucesso obtido, novos desafios são postos e há necessidade de novos instrumentos de regulação.

A descoberta do pré-sal coloca o Brasil em uma posição de destaque no cenário energético mundial, com potencial para elevar nossas reservas a mais de 50 bilhões de barris. Caberá ao CNPE e a ANP, ouvida a sociedade brasileira, representada nesta Casa pelos Exmºs Senadores e Senadoras, o grande desafio de determinar o ritmo ideal de produção das reservas do pré-sal. Para tanto, deverão ser estabelecidos regulamentos que sejam eficazes:

1. para garantir a autossuficiência do abastecimento de petróleo e seus derivados;

2. definir um patamar ideal de exportação;

3. estabelecer critérios para o desenvolvimento da produção compatível com as legislações ambientais mais restritivas, mitigando o risco de vazamento e, portanto, diminuindo o impacto ambiental; e

4. potencializar os ganhos auferidos do pré-sal, por meio da ampliação do parque de refino, visando à exportação de derivados de maior valor agregado.

Adicionalmente, não se pode deixar de mencionar os ganhos com a exploração do pré-sal que deverão ser revertidos para a sociedade como um todo, por meio da ampliação dos recursos auferidos para a melhoria da qualidade de vida de toda a população brasileira.

Também, com a descoberta do pré-sal, teremos uma maior participação do gás na matriz energética nacional. Portanto, com a Lei 11.099, conhecida como Lei do Gás, regulamentada pelo Decreto 7.382, o gás passa a ter um caráter estratégico, cabendo à ANP, mais uma vez, regular e fiscalizar toda cadeia, desde a produção até a comercialização, tendo como objetivo difundir seu uso a preços justos. Entendo, ainda, que entre tantos outros procedimentos de regulação do setor, não poderia deixar de mencionar o mais recente desafio atribuído à ANP: a edição da Medida Provisória nº 532, que eleva o *status quo* do etanol ao de combustível estratégico e, também, altera o caráter regulatório desse segmento. A partir de então, a ANP passa a ter a incumbência de regular e autorizar todas as atividades relacionadas à produção e à comercialização do etanol.

Essa decisão foi importantíssima para o Brasil, pois é um passo no sentido de não só garantir o suprimento nacional de etanol, mas também diminuir os efeitos da sazonalidade da safra no preço pago ao consumidor final. Creio que os mecanismos já postos – e se utilizarmos, corretamente, os princípios da regulação autônoma –, definitivamente o Brasil poderá consolidar uma posição internacional de país com o maior percentual do mundo de energia renovável em sua matriz energética.

Srªs e Srs. Senadores, o petróleo foi responsável por um dos maiores saltos civilizatórios e tecnológicos da história da humanidade. Entre a metade do século XIX e este início do século XXI, saímos da era das carruagens para os potentes automóveis e aviões que revolucionaram a mobilidade de pessoas e de produtos.

Creio que, ainda durante algumas décadas, mesmo com os avanços na área de combustíveis renováveis, os derivados de petróleo serão os principais combustíveis automotivos em todo o mundo e isso, por si só, já garante o valor estratégico de nossa reserva para a soberania nacional. Mas, além do uso como combustível, o petróleo é uma fonte de matérias-primas para a manufatura dos mais variados produtos. Em um *site* americano, chegou-se a listar quase dois mil produtos, de uso cotidiano, que não poderiam ser feitos ou teriam custos proibitivos sem o petróleo, entre eles: remédios, fibras sintéticas, os polímeros e os fertilizantes, tão importantes para um País agrícola como o nosso.

Enfim, tenho a convicção de que o setor de petróleo deverá continuar sua trajetória de crescimento, iniciada com a criação da Petrobras em 1953 e, hoje, motivo de orgulho para todo brasileiro. Para tanto, entendo que os marcos regulatórios terão de ser permanentemente aperfeiçoados, responsabilidade essa – entre outras – assumirei na ANP, como Diretor, se essa for a vontade desta Casa.

Gostaria de agradecer as Srªs e os Srs. Senadores pela atenção que me dispensaram. Fico à disposição de V. Exªs para ouvir comentários e indagações e, dentro de minhas responsabilidades, responder e esclarecer o que V. Exªs desejarem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo. Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço nosso palestrante, Dr. Florival. Também quero dar as boas- vindas ao Dr. Haroldo Lima, que é Diretor-Geral da ANP. Seja bem-vindo, sinta-se em casa aqui.

Então, vamos ao item 2 da pauta para, depois, abrirmos para os questionamentos.

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em vaga decorrente do término do mandato de Victor de Souza Martins.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: A Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Helder Queiroz Pinto Junior para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo.

Observações: *1 – Em 19/05/2011, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, nos termos do Ato nº 1, de 2009 – CI.*

Então, passo a palavra ao Sr. Helder Queiroz Pinto Junior para sua exposição.

O SR. HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR – Muito obrigado, Exmº Senador Blairo Maggi, Presidente em exercício da Comissão de Infraestrutura do Senado.

Exmºs Srs. Senadores e Senadoras desta Comissão, Dr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores, tendo sido o meu nome indicado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Vana Rousseff e por iniciativa do Exmº Senhor Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), é para mim uma grande honra me apresentar a esta Comissão federal para submeter-me à sabatina pela qual deve passar, segundo as leis do País, todo candidato a Diretor da ANP.

Minha apresentação aqui será breve, composta de duas partes, destacando, em primeiro lugar, alguns dos fatores que me levaram a aceitar relevado desafio. Em seguida, pretendo sublinhar algumas das questões chaves para o futuro da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis e, consequentemente, para as atividades de regulação de um setor que se torna cada vez mais importante para o desenvolvimento econômico e social do País.

Depois da conclusão do meu curso de economia pela UFRJ, ingressei, com bolsa do CNPq, em 1985, no mestrado em planejamento energético da Coppe/UFRJ; em 1989, com o benefício de uma bolsa de estudos da Capes, fui aceito para o doutorado em Economia Aplicada no Instituto de Economia e Política de Energia da Universidade de Grenoble, na França.

Após a conclusão do doutorado, em 1993, iniciei uma nova fase na minha carreira acadêmica e profissional no setor de energia. Inicialmente, permaneci da Universidade de Grenoble como pesquisador, nos anos de 1993/1994, desenvolvendo um projeto de pesquisa sobre os Problemas de Financiamento das Companhias Estatais de Petróleo. Tal estudo foi coordenado por Sadek Boussena, professor da Universidade de Grenoble e ex-presidente da Opep. O convívio diário com o ex-presidente da Opep, durante mais de um ano, ampliou sobremaneira meus conhecimentos práticos sobre a indústria mundial e a geopolítica do petróleo.

Regressei ao Brasil em 1984 e passei a integrar o Grupo de Economia da Energia da UFRJ, onde prestei concurso público posteriormente para o cargo de professor, em 1997, e, desde então, lá concentro minhas atividades acadêmicas e profissionais.

Gostaria de destacar que, a partir de 1996, comecei a dedicar minhas atividades de pesquisa ao tema das Reformas e da Regulação dos Setores de Energia. Tive a honra de receber o reconhecimento por esses trabalhos através da citação de resultados de minha pesquisa pelo Dr. Haroldo Lima, atual Diretor-Geral da ANP, quando foi sabatinado pela primeira vez, aqui mesmo nesta Comissão, em 2003, como condição ao exercício do cargo de Diretor da ANP.

Mas, além das atividades estritamente acadêmicas, no período de 1998 a 2000, tive a oportunidade também de contribuir para a fase de estruturação da própria ANP, assessorando a diretoria-geral da agência. Essa experiência foi extremamente rica para a minha atividade profissional, dado que, nessa fase, a ANP iniciava sua consolidação como agência reguladora.

Acredito ter dado alguma contribuição nesse processo e tenho a honra de ter redigido a Nota Técnica Nº 1, de 1998, até hoje disponível no *site* da ANP, que tratava das principais missões de regulação econômica. Posteriormente, mantive o contato com a instituição e pude coordenar e participar de projetos de pesquisa contratados pela ANP e desenvolvidos no âmbito do Grupo de Economia da Energia, do Instituto de Economia da UFRJ. Em particular, participei de vários grupos de trabalho que antecederam também à aprovação da Lei 11.909, conhecida também como Lei do Gás, aprovada em 4 de março de 2009.

Participei ainda como professor do curso de formação para os profissionais da ANP, especialmente após a realização dos concursos públicos para a contratação do quadro técnico permanente da agência.

Gostaria de sublinhar que um dos fatores que mais me motivaram a aceitar o desafio que me confiado, caso a minha indicação seja aprovada no Senado Federal, diz respeito ao reconhecimento da grande qualidade do corpo técnico permanente da ANP, selecionado por meio dos referidos processo de seleção.

Destaco ainda que integrei os primeiro grupos de trabalho junto ao Ministério de Minas e Energia e à Empresa de Pesquisa Energética, contribuindo para o desenvolvimento de estudos comparativos sobre os diferentes regimes regulatórios de exploração e produção de petróleo em diferentes países do mundo. Esses trabalhos prestaram uma contribuição para os debates acerca do marco regulatório do pré-sal. Ademais, aqui mesmo, nesta sala desta Comissão, então sob a presidência do Exmº Senador Fernando Collor de Mello, participei, em 2009, de uma das quatro audiências públicas organizadas sobre os projeto de lei que deram forma ao novo marco regulatório. Tais seminários contribuíram sobremaneira, através de uma troca franca de visões, para o aperfeiçoamento de projetos de leis sobre o novo marco regulatório do pré-sal.

Nesse sentido, e já iniciando a segunda e última parte desta apresentação, considero que a evolução recente do setor conduz o País a nova etapa de aperfeiçoamento da regulação da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis. E essa nova etapa é recheada de novos e motivadores desafios.

Quando foi criada, a partir da aprovação da Lei nº 9.478, de agosto de 1997, os contextos nacional e internacional que moldavam a atuação da ANP eram radicalmente distintos daqueles que observamos hoje. Apenas para sublinhar algumas dessas marcantes diferenças, podemos lembrar que:

1. o preço internacional do petróleo se situava, em 1998, abaixo dos US$20.00 o barril;

2. o País, apesar do contínuo crescimento da produção que já se observava, importava, em 1998, cerca de 35% de petróleo bruto para atender a necessidade de refino;

3. a Petrobras, em 1998, era a única empresa presente nas atividades de exploração e produção;

4. o aproveitamento econômico do gás natural se encontrava ainda em fase muito incipiente, decorrente tanto da insuficiência da malha de gasodutos e ductos de distribuição quanto da então reduzida disponibilidade de reservas domésticas.

Acredito não seja necessário discorrer longamente sobre a grande diferença de contexto que observamos hoje, menos de 15 anos após a criação da ANP. Os preços internacionais ultrapassaram já a barreira dos US$100.00 o barril, o sucesso das rodadas de licitação dos blocos permitiram ampliar de forma significativa o número de agentes econômicos nacionais e internacionais que participam dos segmentos de AIP. É inegável que o Brasil hoje se encontra em posição extremamente privilegiada com relação à oferta de petróleo e gás natural.

As recentes descobertas na área do pré-sal deverão conduzir o País a uma posição relevante como exportador líquido de petróleo, derivados e gás natural no mercado internacional. E, a esse respeito, os últimos cenários de longo prazo sobre oferta e demanda de energia, elaborados tanto pela Agência internacional de Energia, quanto pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos, reservam posição de destaque, pela primeira vez, para o Brasil como um dos principais contribuidores para a ampliação da oferta mundial de petróleo, juntamente com a Rússia e o Cazaquistão.

Não obstante a incerteza inerente ao comportamento futuro dos preços do petróleo, as exportações esperadas e a arrecadação de *royalties* e demais participações governamentais poderão, ao longo da próxima década, se constituir em fator propulsor de desenvolvimento econômico e social. O grande economista e mestre Celso Furtado costumava ressaltar, desde os anos 50, que o problema central para países com abundância de recursos naturais diz respeito à orientação correta dos gastos públicos. Para Furtado, o que importava era fundamentalmente a forma de apropriação e o uso das divisas de exportação de países com grande dotação de recursos naturais, buscando transformá-los em programas e projetos de desenvolvimento econômico e social. Acredito que, após mais de meio século, a abordagem do mestre Celso Furtado permaneça de grande atualidade.

Por fim, cabe destacar que a consecução dos objetivos de longo prazo para a ANP e para a indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil envolve a necessidade de superação de grandes desafios, dentre os quais eu destacaria quatro.

O primeiro, diz respeito à elaboração de modelos de contratos de partilha que garantam a atratividade de investimentos com exploração, desenvolvimento e produção das áreas de pré-sal, preservando o interesse nacional. Tal desafio se conjuga com a necessidade de manutenção da atratividade também das novas áreas de fronteira de exploração petrolífera. Nesse sentido, cumpre papel fundamental a retomada, no segundo semestre deste ano, das rodadas de licitação de blocos exploratórios com a realização da 11ª rodada, que já foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética em 28 de abril passado.

O segundo desafio envolve a necessidade de dar continuidade ao processo de regulamentação e implementação dos dispositivos da Lei nº 11.909, conhecida com a Lei do Gás, aprovada em março de 2009. A necessária ampliação da estrutura de transporte e o desenvolvimento dos mercados de gás são condições indispensáveis para que o gás natural possa se tornar, de fato, uma vantagem comparativa que se traduza no aumento da competitividade da economia brasileira, em particular da indústria nacional. Isso deverá permitir o incremento do aproveitamento econômico do gás natural e a contínua redução da queima do gás, aspecto esse que a ANP já vem buscando minimizar por meio de ações bastante concretas. Para tal, foi crucial a implantação do Parq (Programa de Ajuste da Redução da Queima de Gás Natural), aprovado pela atual diretoria da ANP, em novembro de 2010.

O terceiro desafio concerne à questão ambiental, à qual também já vem sendo francamente privilegiada pela ANP. A produção e o uso dos combustíveis fósseis, especialmente nos grandes centros urbanos, engendram efeitos perversos em matéria de poluição e diferentes riscos ambientais. Nesse sentido, cabe estimular as inovações tecnologias que possam favorecer a redução de poluentes, como, por exemplo, enxofre, o que poderia atenuar por sua vez inclusive os problemas de saúde pública.

O último desafio a ser destacado diz respeito às novas atribuições na ANP em matéria de biocombustíveis. A Medida Provisória nº 532, publicada no *Diário Oficial da União*, em 29 de abril de 2011, tornou a ANP

responsável por toda a cadeia de produção, movimentação e abastecimento de biocombustíveis em todo o País, inclusive no que tange à importação e exportação.

A preocupação governamental nessa matéria está associada à importância crescente dos biocombustíveis no setor de transportes, onde, por exemplo, o etanol já representa cerca de 20% do total de consumo, contra 23% da gasolina e 48% do diesel. E por essa razão é indispensável a articulação de novos mecanismos regulatórios que possam garantir o suprimento desses combustíveis.

Termino minha apresentação nesse ponto, colocando-me à disposição dos membros desta Comissão para quaisquer esclarecimentos adicionais, destacando que a regulação cumpre o papel indispensável para a coordenação dos fatores econômicos, tecnológicos, ambientais, institucionais e políticos, que molduram o processo de evolução de longo prazo da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Agradeço novamente a oportunidade de estar aqui participando desta sabatina, comprometendo-me, caso minha indicação ao cargo de Diretor da ANP venha a ser aprovada por esta Comissão e confirmada no plenário do Senado, a respeitar, de forma intransigente, a confiança de cada um e cada uma aqui em mim depositada com muito trabalho e responsabilidade, visando a assegurar, acima de tudo, o interesse público e contribuindo para que esse setor possa se constituir em um importante vetor do desenvolvimento econômico e social do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Sr. Helder Queiroz Pinto Junior, que acabou de fazer a sua explanação.

A primeira inscrita era a Senadora Vanessa, mas ela foi para outra Comissão e retorna depois; o segundo inscrito é o Senador Arruda, a quem passo a palavra para os seus comentários e suas perguntas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, primeiro, vou sugerir a V. Exª que, sem prejuízo dos nossos oradores, se V. Exª pudesse já abrir a votação, seria muito interessante, porque temos ainda duas outras Comissões que estão se reunindo simultaneamente à nossa, além de estarmos tendo um debate com o Ministro do MDA, um debate muito importante, porque, de cara, já envolve, além da discussão de sua pasta, também um dos principais temas em discussão no Congresso Nacional, que é o Código Florestal. E alguns querem ter a oportunidade já de dialogar com o Ministro.

Eu fiquei bastante impressionado com as duas intervenções, de Florival Rodrigues de Carvalho e Helder Queiroz Pinto Junior, e com as responsabilidades da Agência Nacional de Petróleo. Veja que nós vamos desde a fiscalização até a normatização amparadas no marco regulatório legal, aprovado pelo Congresso Nacional. Mas nós tratamos de diesel, gasolina, biocombustível, etanol, gás natural. Algumas áreas ainda estão em discussão e debate no Congresso Nacional. Essa área do marco regulatório dos biocombustíveis ainda é um tema aceso. O Presidente Collor, dirigindo esta Comissão, instituiu também uma subcomissão para fazer uma proposta de marco regulatório. Nós discutimos isso intensamente aqui, inclusive com a Agência Nacional de Petróleo, com a Petrobras e com o setor produtor de etanol do País. Foi um debate muito, muito interessante e resultou numa proposição que está em tramitação no Senado e que, com certeza, será aperfeiçoada com as informações da própria Agência Nacional de Petróleo.

A minha indagação está... É uma grande responsabilidade do Brasil e eu perguntaria exatamente para os nossos dois jovens indicados. Os senhores são professores, sabem mais do que qualquer um de nós a importância dessa questão da pesquisa. O Brasil, a gente vê o mapa aqui – que está posto exatamente atrás dos senhores –, é um país continental. Às vezes a gente formula um pensamento a partir de um pedaço muito pequeno do Brasil e transporta para o País inteiro.

Então hoje nós temos também na área de gás e petróleo uma concentração muito grande, num país imenso como o Brasil. Então a minha ideia, e pergunto aos senhores, porque vi o volume de recursos destinado à pesquisa: nós podemos ampliar, é possível amplia esses recursos? Isso porque, se nós estamos com o pré-sal que vai aflorar rapidamente, digamos assim, então você tem possibilidades nessa área. A ANP tem condições e competência não só para incentivar, mas financiar a estruturação dos sistemas de pesquisa nessas regiões gigantescas do Brasil? Vejam o Amazonas, o mapa do Pará, do Mato Grosso. Só esses três Estados eu acho que são do tamanho da Europa, quase; só esses três, se se somar essas regiões. Mas você tem todo o interior do Maranhão, uma parte significativa do Piauí, do Ceará, de Pernambuco, também uma imensa região; e a região de fronteira nossa com o Paraguai, a Argentina e Bolívia. Quer dizer, eu olho o mapa do Brasil e digo assim: puxa vida! Nós temos que colocar a pesquisa para essa área que está nas mãos da ANP, que contrata os estudos para examinar o potencial. Mas nós podemos também trabalhar com as universidades públicas e privadas dessa região, estruturando possibilidades, através de laboratórios de apoio para que também esses Estados, através das estruturas que eles têm de pesquisa, possam contribuir

para ampliar o potencial do Brasil. Eu olho o Brasil e vejo um País gigantesco.

Então como ampliar esse potencial do Brasil? Às vezes, a gente brinca, olhando lá em cima a fronteira nossa, de Roraima, com a Venezuela. Os cubanos às vezes brincam com isso, porque dizem que estão no Golfo do México e não conseguem ter uma pontinha de petróleo para eles em Cuba. E nós, roraimenses, também pensam assim. Como também têm muitos cearenses em Roraima, eu também sempre fico imaginando que não é possível que não tenha um petroleozinho em Roraima, para poder ajudar o pessoal naquela região do Brasil, já que tem tanto do outro lado da fronteira, na Venezuela.

Então a ANP está preparada para dar essa contribuição no setor de pesquisa no Brasil? Quer dizer, você regula, faz os leilões, prepara os leilões, que hoje cada vez mais são apresentados em um formato que permite diminuir os riscos da principal empresa brasileira, que é a Petrobras, e de todas as outras que querem entrar no setor.

Nós podemos ajudar nesse sentido? A ANP está capacitada, preparada para não só ir a esses locais como também receber também essa reivindicação de várias áreas do Brasil? Essa é a pergunta que eu faria para os senhores e reitero o meu pedido de que a gente possa abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Também já havia me solicitado o Senador Dornelles para abrir a votação, e eu farei isso agora.

Declaro aberto o processo de votação, informando aos Senadores e Senadoras que a votação dos indicados será feita em uma única cédula, que já se encontra aqui rubricada sobre a mesa. Portanto, aqueles que quiserem votar, podem começar a fazê-lo.

Eu também vou pedir para que os nossos convidados respondam as perguntas, todas as perguntas de uma única vez, depois que os Senadores fizerem as suas considerações.

Quero dar as boas-vindas, cumprimentar o Sr. Renato Rabelo, Presidente Nacional do PCdoB, que está aqui com a gente. Seja bem-vindo. Sinta-se em casa aqui nesta Comissão.

Concedo então a palavra ao Senador Lindbergh Farias para a sua arguição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, primeiro quero registrar, V. Exª já o fez, a presença do Presidente Nacional do PCdoB, Renato Rabelo, que na minha vida pessoal teve grande importância, na minha formação como militante político, ainda na juventude, no Partido Comunista do Brasil. De forma que eu não poderia começar sem citar a presença do Renato Rabelo.

Quero também dizer tanto ao Florival, como ao Dr. Helder, que, antes de mais nada, anuncio o voto favorável pela condução, pela direção do nosso Presidente Haroldo Lima, que aqui veio nos prestigiar.

Fui parlamentar com Haroldo Lima em 1994, com 24 anos. Também aprendi muito com todo o debate que tínhamos sobre a questão do petróleo naquele momento. O Haroldo é outra grande referência aqui. De forma que, quando encontrei os senhores aqui no Senado, acompanhados de Haroldo Lima, eu pedi orientação. E faço questão de antecipar esse voto e a satisfação de estar aqui com Haroldo Lima, com Renato Rabelo.

Eu vou levantar alguns pontos que eu acho importantes – conversava agora com Renato Rabelo – em relação à política macroeconômica. Houve algumas alterações importantes no Governo da Presidenta Dilma. A tese de que qualquer pressão inflacionária nós resolvíamos com aumento da taxa Selic, eu acho que o Governo e o Banco Central tomam medidas interessantes nesse caminho. E, pela primeira vez, eu vejo o Governo agindo das mais diversas formas, nas mais diversas frentes, com ações de diversos órgãos e ministérios no combate à inflação.

E aqui entra um tema que é muito importante, a discussão do preço do combustível e do etanol. É claro que agora a gente está tendo a recuperação e a safra da cana-de-açúcar, e não temos mais essa pressão. Mas, houve uma decisão do Governo, em articulação com a ANP, para haver uma regulação do preço do etanol. Eu queria saber como isso vai ser feito, o que está sendo construído nesse campo.

A ANP possui, Presidente Haroldo Lima, um programa de recursos humanos para incentivar a mão de obra especializada na indústria de petróleo e gás natural, voltada para profissionais de nível superior, incluindo graduação e pós-graduação. Qual o alcance do programa? Quantas bolsas já foram fornecidas e qual a expectativa de formação de mão de obra especializada para os próximos anos? Como é feita a seleção de bolsistas? E eu queria aqui saber de um ponto, que todos os debates aqui, que é esse apagão que nós temos de mão de obra. Como é que nós estamos na área em relação a engenheiros?

Nós tivemos alguns debates aqui, o Presidente do Finep esteve aqui, Glauco Arbix, e falava do déficit de 20 mil engenheiros no País. Qual a relação com as universidades? Vi que o Senador Inácio Arruda fez esse questionamento.

Eu vejo lá na UFRJ, nós estamos criando um grande centro, vários laboratórios. E a gente sabe do papel da inovação tecnológica neste momento. E entra uma

discussão de fundo aqui que para o Brasil é importante, para o nosso Estado também é muito importante. No Estado do Rio de Janeiro, isso é muito forte. Não ficarmos reféns, aliás, o termo não é bem refém, mas dependentes apenas da indústria do petróleo. Como, através da inovação tecnológica, nós podemos estimular a diversificação industrial?

Por fim, nós sabemos que uma parte desses recursos utilizados pela ANP vem das participações especiais: 40% da participação especial vão para o Ministério de Minas e Energia; 70% para o financiamento de estudos e serviços de geologia, geofísica aplicada; 15% para o custeio de estudos e planejamento. Ou seja, há alguma preocupação da ANP com essa mudança de regime, agora com partilha, em relação à continuidade desses programas, em especial a inovação tecnológica?

São essas as três perguntas que faço aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Passo a palavra, então, ao Senador Delcídio do Amaral, que foi um dos relatores das indicações aqui feitas pelo Governo Federal, pela Presidência da República, melhor dizendo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Bom, primeiro, quero cumprimentar o nosso querido Haroldo Lima, aqui presente, que comanda a Agência Nacional de Petróleo, uma agência que tem um papel fundamental no desenvolvimento do Brasil, pela forma isenta, competente, séria com que você comanda a Agência Nacional de Petróleo.

Quero cumprimentar também o Florival – de cuja indicação eu tive a honra de ser o relator –, um profissional respeitado, conhecido no mercado, e também o nosso Helder. Helder também é bastante conhecido nosso, lá da família Petrobras. Eu estive agora com alguns diretores da companhia, que pediram para que eu lhe desse um grande abraço.

Portanto, eu acho que são dois nomes que vão somar e ajudar a ANP nesse grande desafio, principalmente num momento em que nós vamos conviver aí com o pré-sal e onde o petróleo, a cada dia, assume um papel preponderante na nossa economia e no futuro do Brasil, no futuro da nossa gente, no futuro das nossas empresas e na construção de um País mais cidadão, onde as pessoas tenham oportunidades.

Eu queria, basicamente, levantar duas questões. A primeira é com relação ao orçamento da ANP. Eu já fui relator do Orçamento-Geral da União e sei o que representa o contingenciamento. O que se pensa em termos de orçamento da ANP para 2012? Eu queria ouvir um pouco, embora eu tenha algumas propostas a fazer. Por exemplo: Senador Blairo, Presidente da Comissão de Infraestrutura, eu não acho correto contingenciar recursos que a ANP precisa para fazer os estudos necessários que embasam os leilões. E leilão não é brincadeira. Leilão é igual a circo de Fórmula 1. Todas as empresas se preparam anualmente para os leilões. Eu acho que suspenderam os leilões, veio aí o pré-sal, mas os leilões são fundamentais. E tem toda uma agenda no mundo de leilões para exploração e produção de petróleo.

Então, eu, por exemplo, tenho uma proposta para não contingenciar esses recursos. E, ao mesmo tempo também, várias sugestões, do tipo: nas agências reguladoras venceu o mandato, se não for escolhido, o diretor continua, porque nós não podemos ficar... Nós estamos sabatinando hoje, Presidente Blairo, dois candidatos a diretores da ANP (Agência Nacional de Petróleo). O Presidente Haroldo Lima está sem dois diretores. E isso não está acontecendo na ANP só. Acontece na Aneel. Então, é uma coisa absolutamente inacreditável. Se o pré-sal é tão importante, nós não podemos deixar a ANP, que é a agência reguladora, sem diretor.

Então, eu queria ouvir um pouquinho dos senhores acerca da leitura do orçamento, da leitura dos leilões, desse novo desafio do etanol, que agora é Agência Nacional de Petróleo Biocombustíveis, que já era, mas agora com uma missão importante, a do mercado de etanol, que preocupou muito, Haroldo, nesses últimos meses, até por causa da mistura com a gasolina e essa entressafra que nós enfrentamos. Eu queria ouvir um pouco sobre isso. Os dois têm muita experiência, conhecem bem o setor. Eu também não vou ficar aqui sabatinando pessoas como se fosse exame vestibular. Não é isso.

Eu queria só ouvir um pouquinho sobre a questão orçamentária, os desafios da ANP para os próximos leilões e a política nacional de combustível, porque, Haroldo, está marcado aqui e estamos aguardando, porque precisa compatibilizar as agendas, um debate sobre preço de combustível. É difícil explicar que praticamos preços internacionais, às vezes a política de precificação é confusa, as pessoas não a compreendem bem. Então, as duas perguntas que gostaria de fazer, a questão da ANP organicamente, dos desafios dos leilões e orçamento; e a outra, a política nacional de combustíveis, a visão que os senhores têm, com relação a essa questão que é absolutamente fundamental não só para o controle da inflação, mas para o desenvolvimento do Brasil.

No mais, desejar a vocês muito sucesso nesse novo desafio à frente da ANP. Espero que vocês venham a receber uma grande votação aqui em plenário. Desde

já, Presidente, sei que se eles forem eleitos aqui, se forem votados hoje e receberem o "sim" dos Senadores e Senadoras, a gente também pode acelerar, pela carência da Agência Nacional de Petróleo, inclusive a votação em plenário dos dois nomes.

No mais, quero desejar sucesso a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Senador Delcídio Amaral. Pergunto ao Senador Flexa se deseja fazer uso da palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Blairo Maggi, quero apenas, assim como o Senador Delcídio que usou da palavra, desejar boa sorte aos indicados para Agência Nacional do Petróleo, Dr. Helder Pinto Junior e Dr. Florival de Carvalho, e dizer da importância que a agência tem no momento em que o Brasil desponta com potencial de produção petrolífera que o colocará, no futuro, entre os maiores países produtores de óleo.

Gostaria de fazer duas indagações a V. Sªs. A primeira, se tem alguma informação a respeito da prospecção que está sendo feita na costa atlântica do Pará. Algumas prospecções estão sendo feitas lá e qual é a informação que a Agência Nacional de Petróleo tem sobre o resultado dessa prospecção. O Senador Gim Argello, como bom paraense de coração, está torcendo para que possamos encontrar petróleo também – e não tenho dúvida de que Deus foi tão generoso para com o nosso Estado colocando riqueza que não esqueceu o petróleo. Então, gostaria de saber como os resultados estão ocorrendo.

Depois, gostaria ter dos senhores a posição com relação à distribuição do partilhamento dos *royalties* de petróleo, do pré-sal por todos os Estados brasileiros. Se V. Sªs. concordam com o projeto que foi aprovado pelo Congresso e vetado pelo Executivo e que, lamentavelmente, ainda não conseguimos, Senador Delcídio e Senador Lindbergh, que é a favor do partilhamento, colocar o veto em apreciação em sessão do Congresso.

Acho que os Estados produtores têm que ter um tratamento diferenciado, Senador Lindbergh. Então, fique tranquilo que o Rio de Janeiro vai continuar tendo um tratamento diferenciado, assim como São Paulo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Exª me concede um aparte Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já concedo. Mas os outros Estados também têm que ter participação nessa riqueza, porque o petróleo está em águas brasileiras e não no território dos Estados. Então, se a água é do Brasil, o petróleo é do Brasil, como já dizia há muito tempo V. Exª quando era presidente da UNE: o petróleo é nosso!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Flexa, na verdade, um aparte pós-fala. O Dr. Helder e o Dr. Florival estão aqui atrás de voto. Imagine se eles derem uma posição nesse caso para um lado ou para o outro, com certeza vão perder votos. Então, eu diria: muita cautela nessa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu já votei, porque, senão, eu iria reclamar a minha parte de Mato Grosso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Blairo, não fiquem preocupados V. Sªs, Dr. Helder e Dr. Florival, com o aparte do Senador Lindbergh. Podem falar a posição dos senhores francamente, até porque são 23 Estados mais o Distrito Federal votando a favor do partilhamento e só três Estados sendo contrários. Então, V. Exªs terão tranquilamente a maioria da votação. O Senador Lindbergh tocou num assunto que é desfavorável ao raciocínio dele e ele é inteligente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queria cumprimentar os indicados, com certeza aprovados daqui a pouco, Dr. Florival e o Dr. Helder; cumprimentar também o Presidente da ANP, Haroldo Lima, que está no segundo mandato na Presidência da ANP fazendo um excelente trabalho; cumprimentar também o meu colega de Partido Renato Rabelo, Presidente do PCdoB, que também está presente na nossa Comissão. Seja bem-vindo ao Senado Federal e a esta Comissão.

O currículo dos dois indicados é muito bom, atende todas as expectativas. Apesar de jovens, são experientes e não tenho dúvida de que vão somar na diretoria da Agência Nacional de Petróleo para melhorar ainda mais esse setor no nosso País.

Queria apenas fazer um pedido: para que a ANP pudesse explorar um pouco mais essa área de petróleo na Amazônia. Nós sabemos que a Amazônia é rica em petróleo, assim como Mato Grosso, Estado que já foi governado duas vezes pelo Presidente Senador Blairo Maggi, tem grandes reservas de gás, e o gás é uma riqueza natural importantíssima, inclusive na matriz energética. Mato Grosso tem térmica que recebe gás da Bolívia. O Estado de Rondônia tem uma térmica de 400 megawatts que queima 1,5 milhão de litro de óleo diesel por dia, poluindo a atmosfera, e o combustível mais caro. Temos, inclusive, um projeto de extensão de um gasoduto da Bacia de Urucu até Porto Velho já aprovado. A parte mais difícil é a licença ambiental. Esse projeto está há mais de três anos com a licença ambiental completamente pronta e aprovada pelo Ibama e a Petrobras insiste em não construir esse gasoduto, mesmo com a energia do Madeira. Mesmo

com as hidrelétricas sendo construídas, as térmicas são importantes para sustentar a geração de energia elétrica e o Brasil vai precisar. O Brasil, com um crescimento de 4%, 5% do PIB, por cinco ou dez anos, vai precisar de todas as reservas de gás, de hidroeletricidade, de térmicas que possamos vir a construir no País. Inclusive, neste momento, estão sendo projetadas plantas para queimar carvão importado da Colômbia, da Nigéria, enquanto nós temos gás a ser explorado ainda no nosso País.

Então, era esse o apelo que gostaria de fazer, desejando sucesso ao Florival e ao Helder na diretoria da ANP.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Primeiro agradeço o Senador Valdir Raupp e convido o Senador Jorge Viana, ex-Governador do Acre, para fazer a sua arguição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, convidados, Srs. Diretores da ANP, antes de mais nada, queria registrar, com muito carinho, a satisfação que tenho de ver neste Plenário o Renato Rabelo, Presidente de um partido que tem ajudado a construir um novo Brasil, Brasil que hoje ganha o respeito do povo brasileiro e do mundo. Renato é um grande líder desse movimento, que tem transformado a vida do povo brasileiro e ajudado a resgatar a confiança do mundo em nosso País.

Queria, da mesma forma, registrar e cumprimentar o Haroldo Lima, que, assim como o Renato e muitos outros companheiros do PCdoB, é o responsável pelo início da nossa trajetória no Acre, quando lá estiveram. O Haroldo, há muito tempo, em 1990, já andava pelo Acre, quando militava exclusivamente, quando fazia a militância política partidária junto com o Presidente Lula. Tenho boas recordações daquele tempo.

Quero fazer um registro importante também. A sua atuação frente à ANP tem dado tranquilidade institucional para o País, tem-nos dado segurança política, tendo em vista a maneira competente, o ponto de vista técnico que essa condução está sendo feita. Acho que a sua presença aqui é um aval importante para esta Casa no momento em que esta Comissão aprecia a indicação de dois diretores para essa agência, que é, sem demérito para as outras, uma das mais importantes agências que o País tem hoje. Gás, petróleo, energia, biocombustível são temas estratégicos para o País. Esse é um dos grandes diferenciais que vão colocar o Brasil em uma posição melhor ou pior no mundo.

O Brasil já fez a opção de ter uma matriz energética limpa, tem hoje uma invejável matriz energética, mas também tem uma das maiores reservas de petróleo do mundo, posiciona-se como um dos grandes produtores de petróleo e derivados. Então, a ANP, com a isenção, com a autonomia de agência, é a possibilidade de termos uma segurança jurídica na condução da melhor política para o País e para os brasileiros.

Tenho até um pouco de inveja de ver o Lindbergh sentado ali entre os dois grandes companheiros desta luta pela autonomia do Brasil em temas como o petróleo, que são lutas simbólicas, que construíram um modelo mental, uma maneira de pensar nossa. E, agora, com a capacidade técnica da Petrobras, dos engenheiros, da própria União, a gente se recoloca no mundo em uma posição de muita vantagem.

Então, concluo minhas palavras agradecendo ao querido companheiro Blairo Maggi, que preside esta reunião. Mas não queria deixar de registrar que acho que não poderia haver melhor relator para a indicação de dois dirigentes da ANP do que o Delcídio do Amaral, uma pessoa comprometida, envolvida diretamente com o tema. O Florival Rodrigues de Carvalho tem o endosso de uma figura que é muito respeitada nesta Casa, que é o Senador Delcídio. E acho que o que o Delcídio colocou e o que recebemos no seu relatório, acompanhado de seu currículo, dá-nos também a segurança de que precisamos. São jovens profissionais, que procuraram estudar, adquiriram conhecimento, têm doutorado. Um começou a formação em Pernambuco, veio buscar o mestrado, o doutorado aqui na Universidade de Campinas. Acho que a ANP ganha um reforço pela sua trajetória e com esse aval que esta Comissão dá e também o Senador Delcídio.

Por último, queria dizer que fico contente de ver que uma relatoria feita pelo querido amigo Senador Aloysio Nunes Ferreira também, de certa forma, expressa a pluralidade da Casa. O Senador Aloysio foi Ministro, um grande dirigente do Governo de São Paulo e, hoje, nos orgulha como Senador, como colega Senador.

Quando ele fez esse relatório para o Dr. Helder Queiroz Pinto Júnior, que também tem uma trajetória de busca de conhecimento exemplar, certamente foi essa busca de conhecimento, essa dedicação que ambos tiveram que faz com que os seus nomes sejam apreciados hoje.

Então, queria parabenizar também o Dr. Helder. A sua formação, no Rio de Janeiro, com a especialização na área de energia, de planejamento energético, também na Universidade do Rio de Janeiro, com a busca de um aperfeiçoamento e um doutorado na França, no que está sendo titulado como Economia da Energia, credencia-o também a fazer com a ANP continue com essa condução correta, orgulhando-nos e criando as condições para que o Brasil possa crescer e, quem sabe, chegar a ser a 5ª ou a 6ª economia do mundo.

Para isso, o trabalho da ANP é importante e decisivo. Como ela está muito bem dirigida pelo Haroldo Lima, acho que agora o Haroldo conta com dois grandes reforços.

Então, essas são as minhas considerações.

No mais, desejo sorte e, ao mesmo tempo, coloco-me à disposição tanto do meu querido amigo Haroldo Lima, como também da ANP e dos dois novos diretores que a ANP ganha nesta manhã.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Comunico que o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pôde estar presente à reunião, ele é um dos relatores. Então, convido o Senador Flexa Ribeiro para ser o nosso relator *ad hoc*, para que faça as considerações como relator ou, se não tiver, assine os documentos necessários para prosseguirmos.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Blairo Maggi, é com muita honra que assumo a relatoria *ad hoc* para a leitura do parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que não pôde comparecer a esta reunião e é o relator da indicação do Dr. Helder Queiroz Pinto Júnior para o cargo de Diretor da ANP.

O relatório já é de conhecimento de todos. Eu apenas vou me ater ao voto do Senador Aloysio.

Por tudo que aqui já foi falado, pelo currículo do Dr. Helder, como bem salientou o Relator Aloysio Nunes em seu relatório e em sua análise, conclui, em seu voto que, a partir dos elementos apresentados, entendemos que esta Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Helder Queiroz Pinto Júnior para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo.

Como relator *ad hoc,* subscrevo o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, indicando favoravelmente o Dr. Helder para o cargo de Diretor da ANP.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Flexa pela relatoria.

Não havendo mais nenhum inscrito, fiquei por último, tenho duas questões para colocar antes de passar a palavra aos nossos convidados.

A primeira, o Senador Jayme Campos passou por aqui e foi até o gabinete para buscar um documento, porque tem a necessidade de fazer uma pequena explanação sobre a questão dos biocombustíveis, que é uma reivindicação, uma reclamação dos setores de Mato Grosso.

Vou tentar improvisar aqui, porque não conheço muito bem o assunto. Quando o Senador Jayme chegar, fará a entrega desse documento.

O Mato Grosso, se não me engano, é o maior produtor de biocombustível do Brasil, a partir do óleo de soja, caroço de algodão e outras coisas que temos lá. Estamos divididos lá em duas partes, temos grandes produtores, talvez as maiores indústrias de biodiesel, na cidade de Rondonópolis, por meio da ADM, da Bunge e Cargill, Fiagril, em Lucas do Rio Verde.

Então, temos, a exemplo disso, no Brasil, também, outros grandes fabricantes como Caramuru e outros que estão por aí. Mas temos um número muito grande de pequenos fabricantes. E parece-me que o número é mais ou menos invertido: enquanto 60% dos produtores ou 70% dos produtores são pequenas indústrias, e a produção é inversa, quer dizer, 70% da produção é feita pelos grandes. E, aí, está havendo, não sei se o termo é canibalismo, mas, na realidade, os grandes estão sufocando os pequenos. E a tendência, pelo que eles me disseram outro dia, numa conversa muito rápida, na qual já foi até pedida uma audiência pública, talvez um dos senhores seja convidado para estar aqui, para iniciar uma discussão, é que, de fato, os pequenos produtores de biodiesel estão em desvantagem com os grandes. E pode acontecer, no andar dos leilões, de eles terem que baixar tanto os preços, porque são menos competitivos, que, daqui a pouco, ficarão fora do processo.

Então, não é bem uma pergunta – não estou sabendo fazer corretamente a pergunta, então não vou esperar uma resposta –, mas um alerta para que a ANP, cujo Diretor-Geral encontra-se aqui também, abra um canal para que possamos discutir essa questão, para ver como é que podemos preservar sem prejuízo da sociedade, mas dando oportunidade para que os pequenos proprietários de produção de biodiesel possam continuar no mercado, senão, o volume vai cair muito também e teremos uma série de desempregos.

Outra consideração que eu gostaria de fazer é com respeito à exploração de petróleo e gás na região, principalmente de Mato Grosso. Sei que já tivemos lá sismologia, tivemos alguns poços que foram perfurados há 20 anos na região do Parecis, agora, por último, depois que a Senadora Serys, que é lá de Mato Grosso, quando da Relatoria do Orçamento, fez um acordo com a ANP ou com a Petrobras, eu não estava aqui, na época, e foi feito então, lá, um novo processo, e algumas notícias, a gente sabe pelo que ouviu, pelo que disseram, mas não tem nada de prático, não sei se o Mato Grosso tem, hoje, jazidas de gás, se temos possibilidade de ter petróleo ou não, eu gostaria, se pudesse ser respondido isso, se não aqui, numa outra oportunidade, até um pequeno relatório, alguma coisa, eu gostaria de estar informado sobre o que aconteceu em Mato Grosso.

Então, quero passar a palavra, primeiro, ao Florival para a sua explanação, a fim de que faça as considerações a respeito das perguntas e, depois, então, passo a palavra, logo em seguida, ao Helder, para que faça a sua explanação.

O SR. FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Começando com as indagações do Senador Inácio Arruda sobre a questão da pesquisa, da tecnologia, do desenvolvimento científico, o setor de petróleo, a meu ver, hoje, é o setor da economia brasileira mais bem-aquinhoado com recursos para pesquisa e desenvolvimento. Temos, hoje, duas grandes fontes de financiamento de P&D, uma é dos *royalties*, 12,5% de todo o *royalty* recolhido vai para o Ministério de Ciência e Tecnologia para pesquisa e desenvolvimento. A arrecadação de 2010 gerou em torno de R$1,6 bilhão. O grande problema desse recurso é que grande parte dele tem sido feito da contingência, e os recursos, realmente, que sobram para o MCT são muito aquém desses valores que são arrecadados. Mas é uma fonte importante que tem mantido, inclusive, esse crescimento de investimento em pesquisa feito pela agência de fomento do Governo, a Finep. A Finep cresceu, nos últimos anos, substancialmente em seus investimentos. Boa parte desses recursos proveio do Fundo Setorial CT-Petro.

Outra grande fonte de financiamento para P&D é a cláusula de contrato que a ANP tem com os concessionários de petróleo, quando há exploração de determinado bloco. Caso aquela empresa pague participação especial, isso quer dizer que o bloco é muito rentável, muito atrativo, sob o ponto de vista de lucratividade, essa empresa, além de pagar royalty de participação especial, é obrigada a investir 1% do faturamento bruto daquele campo em pesquisa e desenvolvimento da seguinte forma: até metade desse 1% ela pode investir internamente, caso ela tenha centro de pesquisa, no caso da Petrobras investe no Cenpes, e o restante, no mínimo 50%, tem que ser investido nas universidades e centros de pesquisa. E estamos falando, também de 2010, de mais de R$800 milhões por ano. Então, se juntarmos os R$800 milhões que vêm da causa de P&D mais cerca de R$1,7 bilhão que vem lá dos *royalties*, estamos falando de R$2,5 bilhões que deveriam estar sendo aplicados por ano em pesquisa e desenvolvimento. Creio que poucos países do mundo, talvez a China, Estados Unidos, tenham uma quantidade de recurso igual a que o Brasil tem hoje na legislação e nos contratos de concessão para financiar pesquisa e no desenvolvimento.

E a ANP tem incentivado isso. Com os recursos do CT-Petro, criamos um programa pensando nessa questão da formação de recursos humanos chamado PRH, que atende também a preocupação do Senador Lindbergh. Hoje, temos 46 programas nas universidades brasileiras, são quase 30 universidades que participam desse programa, em que a ANP oferta bolsa de graduação, bolsa de mestrado, bolsa de doutorado, algum recurso para que o aluno possa viajar para um congresso, comprar bibliografia, montar um experimento de pesquisa. Hoje, são mais de mil bolsistas espalhados no País nessas condições de graduação, mestrado e doutorado e formamos, nos últimos anos, mais de cinco mil profissionais, dos quais, nos últimos concursos da Petrobras, mais de 640 profissionais formados nesse programa de PRH estão nos quadros da Petrobras.

Não resta dúvida de que a contingência de recurso nos *royalties*, dos recursos que vão para o CT-Petro, mais aquela obrigação de P&D aí não há contingência de recursos. Aí, as empresas são obrigadas, pela ANP, a usar esse recurso e, caso não faça autorização integral do ano seguinte ao exercício que foi recolhido, há aplicação de multas, aplicação de processos administrativos. De tal forma que há todo interesse das empresas que têm essa obrigação de investir em P&D de realizar os seus investimentos, e a Petrobras, que hoje é responsável por mais de 90% da produção de petróleo, tem utilizado as universidades. Hoje, são 50 redes de pesquisa, cada rede tem cinco ou seis grupos de pesquisa nas mais diversas universidades, formando aí um universo de mais de 300 pesquisadores doutores, 300 a 400 pesquisadores doutores nas universidades brasileiras discutindo a temática de petróleo, gás e biocombustível.

Além disso, está-se criando nessas universidades também um parque de laboratórios, que, creio, mais três ou quatro anos, deverá ser um dos maiores do mundo. A própria Petrobras duplicou a sua área de pesquisa no Cenpes, e estamos, nas universidades, elevando a área de pesquisa do Cenpes em seis, sete vezes mais, nos diversos campos por aí afora. Só no Rio de Janeiro, Senador Lindbergh, na UFRJ, mais de R$250 milhões foram aplicados, nos últimos quatro anos, nos laboratórios de pesquisa. Além desses laboratórios, estamos criando vários Núcleos de Excelência – Núcleo de Excelência em Biocombustível, Núcleo de Excelência em Rochas Carbonáticas, Núcleo de Excelência em Petróleo Pesado, núcleo de excelência nisso, naquilo outro, espalhados nas mais diversas universidades brasileiras.

Tenho certeza de que o Brasil tem um grande programa na área da formação de recursos humanos, na área de graduandos, mestrandos e doutorando, isso na geologia, na engenharia, na física, na química, na

matemática, na economia, no direito, na administração, ou seja, multidisciplinarmente. A ANP tem esse programa há mais de dez anos, é um programa de grande sucesso no Brasil e de grande prestígio junto às universidades brasileiras que disputam, através de edital público, a entrada nesse programa e fazemos uma avaliação rigorosa do desempenho de cada programa e, portanto, dos alunos.

Então, Senadores Inácio e Lindbergh, nesse campo, o Brasil tem caminhado, e caminhado bem, e temos um futuro extremamente promissor. Isso envolve também a questão da inovação tecnológica. Desses recursos, estamos avançando, depois de suprida essa questão da infraestrutura das universidades, dos programas de formação de recursos humanos que estão em andamento, para também atender à cadeia de fornecedores das empresas de petróleo. Sabemos que há pequenas indústrias que têm algumas dificuldades tecnológicas, que estamos já, através do CT-Petro, em editais feitos pela Finep, casando o interesse da indústria com o interesse da universidade.

Então nomeamos alguns pontos como, por exemplo, bombas rotativas, que são um termo interessante para a indústria do petróleo. Lançamos o edital e as empresas brasileiras de bombas rotativas entram no edital da Finep. Ela, ganhando o edital, tem de fazer uma contrapartida e vai procurar uma universidade para desenvolver aquele mecanismo. Creio que estamos avançando de forma significativa nessa questão da inovação tecnológica, feita diretamente no produtor do equipamento do bem ou do serviço.

Uma coisa que nos preocupa na pergunta do Senador Lindbergh, do Senador Inácio e creio que de outros Senadores, como o Senador Delcídio, é que, pela participação especial, na nova legislação, esse recurso que ia para o Ministério da Minas e Energia, que financia a pesquisa geológica da ANP e que vai para os demais ministérios, hoje, está indo para o Fundo Social, e, só no MCT, há uma queda de mais de 80% da arrecadação que ele tinha com a Sindipetro. Isso já é uma sensibilidade do Governo, o Ministro Mercadante esteve conosco na ANP, quando apresentamos esses dados, e ele ficou de discutir. Em dezembro do ano passado, o Presidente Lula lançou um decreto adiando a entrada em vigor da lei que altera essa destinação de recursos do Ministério para o Fundo Social. Esta Casa, este ano, certamente será convocada a debater um pouco mais a aplicação desses recursos, principalmente os recursos de ciência e tecnologia.

O Senador Delcídio me solicitou dar a resposta dele no final. Vamos aguardar um pouco o retorno dele.

Senador Flexa, sobre as perguntas referentes à prospecção no Pará e ao partilhamento de royalties e participação especial, a ANP sofreu, durante muitos anos, pela contingência de recursos. Pela contingência, os recursos que vinham da participação especial eram contingenciados, não chegavam à ANP e, como consequência, havia o pouco estudo das bacias sedimentares, o pouco conhecimento geológico, sem o qual não podemos colocar as áreas em leilões nas rodadas das licitações. Isso mudou de uns três anos para cá. A ANP fez um grande plano de estudo geológico de todo o Brasil, na época, orçado em R$1,5 bilhão em cinco anos, R$300 milhões por ano, e, de certa forma, tem sido feito um esforço na Comissão de Orçamento para que esses recursos estejam sendo liberados. Isso tem garantido um grande avanço, em termos de conhecimento geológico, não só nas bacias do litoral do Rio do Janeiro, do Espírito Santo – onde foi descoberto o pré-sal, que é o grande interesse da grande indústria, seja a Petrobras, sejam as grandes indústrias internacionais –, mas também nas outras áreas, chamadas de novas fronteiras, onde havia pouco interesse dessas indústrias em investir em pesquisa geológica e pesquisa geofísica. Mas foi através desses investimentos, desse plano geológico que a ANP patrocinou. Hoje há um grande esforço de conhecimento de todas as bacias sedimentares brasileiras.

Lá na costa do Pará, têm sido feitos estudos dentro desse programa. Recentemente, houve a decisão do CNPE para a realização da 11ª rodada. Creio – não posso afirmar com certeza, talvez o Diretor Haroldo Lima possa nos ajudar nisso – que já haja alguma área do Pará, algum bloco do Pará nessa 11ª rodada. Não sei se o Helder tem essa informação. A bacia do Pará e a do Maranhão estão sendo contempladas agora na 11ª rodada.

Quanto à distribuição do partilhamento dos *royalties* de participação especial, cabe à ANP, evidentemente, como órgão de regulação, aplicar o que esta Casa, juntamente com a Câmara dos Deputados, decidirem. Nós vamos aplicar fielmente o desejo das Srªs e dos Srs. Senadores, das Srªs e dos Srs. Deputados. Numa posição pessoal, não como legislador, não como regulador, acho que o bolo vai crescer muito. O pré-sal é um esplendor em termos de novas reservas e de aumento de produção, consequentemente, aumento de *royalties* e aumento de participação especial. A meu ver, os Estados confrontantes terão de ter, de certa forma, alguma diferenciação, mas também acho justo que os demais Estados brasileiros possam ser beneficiados por essa grande riqueza nacional.

O Senador Valdir Raupp colocou sua preocupação de aumentar os estudos de exploração na Bacia Amazônica. Eu já comentei que esse plano da ANP, de desenvolvimento de novas bacias, tem ido não só

para o Amazonas, mas está chegando no Mato Grosso, principalmente na Bacia do Parecis. Senador Blairo, nesse plano de expansão do conhecimento geológico que a ANP tem feito, a bacia de Parecis é uma das bacias que estão sendo contempladas. Há um desejo da Diretora Magda Chambriard, que, infelizmente, hoje não está aqui, que é uma das nossas maiores especialistas em perfuração, em conhecimento de bacia geológica, de fazer alguns poços estratigráficos.

Na Bacia do Parecis, temos dois poços contemplados, estamos só vendo a questão do financiamento, que passa inclusive por essa contingência do recurso do plano geológico. Mas, pelas conversas que tenho tido com ela, embora não seja minha especialidade a parte geológica, eu conheço mais a parte de processos e distribuição, a Diretora Magda tem nos confidenciado que é uma bacia com um potencial relativamente grande, principalmente para a produção de gás. Creio que, em mais alguns anos, deve estar entrando nos *bid* para leilão. Espero que possamos, no próximo ano, estar colocando a Bacia do Parecis nos *bid* da ANP.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite, Dr. Florival, só um adendo?

O SR. FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Sª já deu a justificativa e quero me solidarizar com o Senador Blairo.

A dificuldade, Senador, é que, primeiro, os recursos para desenvolver as pesquisas são contingenciados. Recursos existem em abundância. Lamentavelmente, eles são utilizados para superávit primário. Isso é uma falta de visão, porque são recursos que vão trazer condições de avanço econômico no País. Então, não teria condições de contingenciamento nessa área. Essa é uma luta do Congresso para evitar esse contingenciamento, para evitar a questão do uso político do Orçamento, mas essa é uma outra questão. Agora, o que falta, Dr. Florival, Dr. Helder, realmente, é priorizar a Amazônia. Os recursos já são poucos e, na hora de priorizar, não há prioridade.

Não tenho dúvida, como disse anteriormente, da existência de petróleo na foz do Amazonas, porque as bacias, a foz dos rios, são locais de possibilidades bastante importantes para a existência do óleo. Sei que está sendo feita essa exploração na costa atlântica do Pará e do Maranhão, mas precisamos priorizar isso, porque, não tenho dúvidas de que vamos encontrar outro pré-sal na costa do Pará e, assim, poder dividir de forma solidária com o resto do Brasil. Lá não temos essa cobiça que o Senador Lindbergh coloca. Fico feliz que V. Sª concorda com a divisão.

Eu queria pedir à ANP que, no momento em que fossem feitas essas explorações, essas pesquisas, que as empresas que forem se estabelecer, por exemplo, na costa do Pará, deem oportunidade para que o mercado local e as empresas locais possam ofertar serviços e insumos materiais para essa exploração. O que a gente vê é que a Petrobras... O nosso caboclo comenta muito. Lá, nós temos a rádio peão, que é a rádio que circula. Eles dizem que a Petrobras não compra nem água mineral no Pará, que ela importa água mineral para não deixar lá um pouco de ICMS. Então, eu pediria que houvesse pelo menos uma orientação no sentido de que essas empresas prestigiassem os Estados onde estão sendo feitas as pesquisas.

O SR. FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO – Muito obrigado, Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Permita-me, antes de você continuar. O Senador Ivo Cassol quer fazer uma pergunta. Ele merece, porque está conosco desde o início, foi para outras comissões.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol, que já foi governador do Estado de Rondônia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Também agradeço ao Prof. Florival e ao Prof. Helder. Desculpem-me não participar e ouvir a exposição de vocês. É que eu estava fazendo parte também da Comissão de Agricultura. São tantas comissões aqui e funcionam ao mesmo tempo. Eu estava aqui, o Blairo, que também é titular daquela pasta, teve que sair de lá, vir para cá e eu fiquei marcando presença lá, vim aqui, já fiz o meu voto também e retornei.

Eu só queria aproveitar esta oportunidade, especialmente quando estão os dois indicados para exercerem o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Só vamos esperar o Senador Flexa e o pessoal cumprimentarem aí. Não, tudo bem. Vai depender dos dois aqui, porque, olha, é importante eu deixar essa exposição, Senador e Presidente Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ivo, permita-me.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu vou convidar o Senador Flexa para ficar no meu lugar na Presidência, porque tenho que votar com o Presidente Collor na Comissão. Em dois minutinhos estou de volta.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, só para completar aqui.

Ouvi agora a discussão, por último, do Senador Flexa, especialmente com os demais Senadores, quanto à questão do pré-sal. E nós vimos aí a barganha que houve dos prefeitos, dos deputados, dos governadores,

quanto vai ficar de *royalty* para "a", para "b" e para "c". E, ao mesmo tempo, vejo com tristeza a nossa Amazônia com tanta riqueza e os organismos internacionais dizendo que tudo é proibido, quando, na verdade, nós podemos explorar petróleo na região amazônica igual temos na bacia de Urucu.

Nós temos um dos melhores petróleos do mundo e, ao mesmo tempo, nós temos gás natural. Nós estamos queimando o gás natural todos os dias na bacia de Urucu. E, com o gasoduto, a partir do momento em que nós abrirmos na selva a picada, a estrada, você implantou o tubo, você pode replantar em cima novamente e recompor a mata. E nós, em Porto Velho, temos uma usina termoelétrica instalada de 406 *megawatts*. Essa usina hoje está praticamente fechada, está vindo gás da Bolívia, gerando energia em Cuiabá, quando nós poderíamos estar com o gasoduto. E nós tínhamos instalado o gás, fui governador por dois mandatos e ficou 8 anos o "enrolation". O que eu vejo discutir aqui nesta Casa, o que vejo discutir no Governo? Só se fala do pré-sal, mas todo mundo sabe o impacto que deu...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Ivo Cassol, permite-me?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para completar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Não, vou lhe dar o tempo necessário. Só pedir ao Senador Ferraço que possa vir votar, para que nós possamos apurar os votos. Pode continuar, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – O que nós vimos? A que nós assistimos? Quer dizer, o pré-sal é ótimo, mas e se acontecer o que aconteceu lá nos Estados Unidos? A maior empresa petrolífera do mundo, o impacto ambiental, gente, até hoje é irreparável. Estão multando empresas com tantos bilhões. Pode pegar trilhões, pode pegar quatrilhões, não vai cobrir o problema ambiental que aconteceu. Enquanto na Amazônia nós não podemos explorar o gás, não podemos explorar o combustível, fazer o gasoduto e levar para Porto Velho. Isso é inaceitável! Aí, nós vemos pessoas aqui no Ministério, nós vemos autoridades que são nomeadas trabalharem contra o próprio País.

Então está aqui, Flexa. Quando você falou do pré-sal, o "pré-mato" ou pré qualquer coisa que houver, mas, com certeza se acontecer como aconteceu lá no exterior o vazamento que deu, sem o controle, ficou 90 dias sem o mundo inteiro saber como iriam agir para poder fechar aquele poço lá, até que conseguiram, o problema ambiental foi grave. Isso pode de repente acontecer nas nossas bacias, aqui nos nossos campos de petróleo que nós temos aqui do pré-sal? Pode, porque nós somos modelo. Mas e se houver uma falha? A falha pode ser humana, como pode ser uma falha de pressão, ninguém sabe o que pode acontecer. E por que não explorar aqui?

Vocês já tiveram o meu apoio nessa caixinha para serem os Diretores da Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural, votei nos dois, então agora eu queria pedir encarecidamente: não vamos ser escravos da nossa própria riqueza. Chega de pedirmos esmola para americanos, para europeus, para não sei quem. Chega de pedir esmola! Vamos explorar a nossa riqueza da mesma maneira que foi levado o gás para Manaus para gerar energia. Quantas vezes eu vi o desespero dos governantes de Manaus, dos políticos de Manaus, que não tinham energia, não tinham energia, até levaram um navio com motor lá, não sei se a Vanessa se recorda na época, porque estava tudo no escuro, com gás natural e com combustível à vontade ao lado.

Então, nós temos que parar com essa história de "não pode, não pode, não pode" e dizer de que maneira responsável nós podemos fazer, preservando a questão ambiental. O local do impacto em que vai ser feita a exploração é muito pequeno dentro da mata, muito pequeno. Fui lá na bacia de Urucu, é pequenininha. Entendeu? É pequena. E aí a gente vê que tudo é proibido, tudo é proibido, nada pode. Aí nós ficamos importando, devendo para o exterior, quando nós poderíamos pegar parte desse dinheiro do gás e do combustível que vai tirar da bacia da Amazônia e sustentar esses pobres da pobreza que há aí, com falta de um prato de feijão e arroz no dia a dia em suas mesas. E aí, com certeza, os Estados da região amazônica não iriam ficar discutindo os *royalties* do pré-sal do Rio de Janeiro, do Espírito Santo ou de outro lugar. Deem-nos o direito de explorar nossos próprios Estados, nossa própria região amazônica. O Pará vai ser contemplado com isso, Senador Flexa Ribeiro, o Amazonas vai ser contemplado com isso, Rondônia vai ser contemplado com isso e ninguém faz, quer dizer, tudo é proibido.

Então, eu só queria aproveitar, desculpem o atraso, tenho outra audiência, estou me retirando, mas eu gostaria que vocês, nessa missão que têm pela frente agora, que vissem com carinho o nosso Brasil como um todo. Provem e mostrem para os ambientalistas que, com certeza, um poço na Amazônia, se der algum problema, é mais fácil de estagnar, de trancá-lo, do que no alto-mar, que, com certeza, é mais difícil. Aí, sim, vão acabar as praias brasileiras. Eu, se morasse no Rio de Janeiro, se morasse no Espírito Santo, iria fazer campanha para proibir qualquer poço em alto-mar, porque a qualquer momento pode acontecer uma explosão, como aconteceu nos Estados Unidos. E olha que os caras lá são bacaninhas, são importan-

tes, entendem de tudo e tiveram que buscar ajuda do mundo inteiro para trancar aquele poço.

Desculpem a colocação, mas sou verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Ivo Cassol, a Petrobras hoje é a empresa no mundo que tem a maior tecnologia em exploração de petróleo em águas profundas. Então, os americanos vão ter que aprender com os brasileiros.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mas isso, viu Senador Flexa, não quero atrapalhar, por mais que nós tenhamos a melhor tecnologia, nada é inevitável de repente de acontecer algo extremo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Lógico, mas devem ser evitados.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É igual aquela história, a gente fala: "Está acontecendo com o vizinho, está acontecendo com os outros", mas nós temos que nos precaver, pois onde há uma infraestrutura instalada, onde há os poços sendo retirado combustível a qualquer instante, infelizmente pode acontecer conosco também. Por mais que nós tenhamos tecnologia, se nós tivéssemos a solução, com certeza nós teríamos levado os equipamentos lá para o exterior e teríamos tampado aquele poço numa semana. Nós não tínhamos equipamentos para levarmos para lá. Teve-se que fabricar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Ivo Cassol, nós temos que cobrar que a ANP, que o Governo brasileiro dê atenção merecida à Amazônia. Acho que V. Exª tem toda a razão. Mas vamos deixar explorar o pré-sal lá, que é importante para o Brasil.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Depois, o Senador Ferraço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço em seguida minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Pois não. Eu pediria, enquanto a Senadora faz...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Que fizessem a apuração. Procedessem à apuração.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Ivo, eu pediria a V. Exª e ao Senador Lindbergh...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Senador Ferraço pode...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – O Senador Ferraço e o Senador Lindbergh possam ser escrutinadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Proponho que terminássemos a sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Não, a Senadora Vanessa vai e V. Exª faz.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não há problema nenhum enquanto eu falo os Senadores procederem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vou propor uma inversão com a Senadora Vanessa: ela vai e eu fico para perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – A Senadora não votou.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu tenho precedência, eu sou...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Vamos concluir a sabatina e depois nós fazemos a apuração.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Então, assim vou ter que acelerar, porque vou querer participar deste momento importante para todos nós, que é a proclamação do resultado, Senador Flexa.

Eu estava inscrita, cheguei muito cedo aqui, ouvi a exposição do...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – V. Exª era a primeira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente, a exposição do Dr. Helder e do Dr. Florival. Entretanto, tive que me ausentar para participar da reunião da Mesa Diretora, que acabou de concluir.

Mas eu não poderia deixar de vir aqui fazer minhas observações. Não vou fazer nenhum questionamento, porque essa fase já passou, acho que todos Senadores e Senadoras já tinham que votar, vários fizeram questionamentos, ouviram as respostas e vou ser repetitiva. Mas faço questão e não abro mão de, mesmo sendo repetitiva, deixar registradas aqui algumas observações que considero importantes.

Primeiro, quero cumprimentar o nosso querido e Deputado eterno, Haroldo Lima, meu líder, com quem eu aprendi e continuo aprendendo muita coisa até hoje e, cumprimentando o Presidente da Agência Nacional de Petróleo, eu cumprimento todos os diretores, diretoras que fazem parte desse colegiado muito importante para o Brasil.

Acaba de deixar a direção o Senador Flexa, que é do Estado do Pará. V. Exª, Senador Blairo, que é do Estado do Mato Grosso, assume. Aqui, acabou de falar o Senador e ex-governador, como V. Exª, do Estado de Rondônia, Ivo Cassol. E eu sou do Amazonas. Então,

como os senhores percebem, Rio de Janeiro e Espírito Santo, neste momento, são minoria aqui. Nós somos maioria, a Amazônia é maioria aqui.

Primeiro, quero registrar o papel importante que a ANP vem assumindo nos últimos anos, sobretudo do início do governo do Presidente Lula para cá. A descoberta do pré-sal é algo fenomenal, mas não teria a importância que hoje tem para a Nação brasileira se não tivéssemos mudado o marco regulatório do petróleo. E o marco regulatório foi mudado graças ao compromisso do Governo com o Brasil, graças ao empenho da ANP. Eu acompanhei o Presidente Haroldo Lima e diretores, que, desde o início, ajudaram o Presidente Lula a formatar esse modelo que nós temos. De que adianta uma grande riqueza se grande parte, a maior parte dessa riqueza, vai para o setor privado, e o Estado fica com muito pouco? A lógica foi mudada. O setor privado vai ser e continuará sendo muito bem remunerado, mas o grande lucro será aplicado no desenvolvimento do nosso País, Senador Blairo Maggi. Então, isso é muito importante. Eu não tenho dúvida.

Nós aprovamos e, por conta de um veto, falta definir a distribuição pelos Estados brasileiros dos *royalties*; mas nós já definimos que a metade dos recursos do fundo irá para a educação. Todas as nações precisam é de muito recurso para poder dar um salto necessário não só ao desenvolvimento, mas ao desenvolvimento com inclusão social, com justiça social. Esse é o objetivo. Números são bonitos para serem vistos. Agora, mais importante que os números é a qualidade de vida daqueles que vivem no País, que vivem na Nação.

Então, cumprimento a ANP. Tenho certeza de que tanto o Dr. Florival quanto o Dr. Helder vão continuar esse trabalho. Os senhores têm uma grande responsabilidade. A ANP passou a ser respeitada e admirada no Brasil inteiro e no mundo, e os senhores têm a tarefa de continuar esse trabalho. Tenho certeza absoluta de que, se há indicação da Presidente Dilma, se há apoio irrestrito de toda a diretoria da ANP e do setor petroleiro no Brasil, é porque os senhores devem ter capacidade e as condições necessárias para continuar esse trabalho.

Em relação à Amazônia, quero dizer que sou muito feliz, porque o trabalho não ficou só lá. A princípio... E nós somos do mesmo partido. O ex-Deputado Haroldo Lima, quando aqui cheguei, era líder da bancada da qual eu participava, e éramos muito poucos, não é, Haroldo? Ele me dizia... Muitas vezes nós o procuramos, eu particularmente, para tratar das questões do leilão, que é abrir a exploração do petróleo também à iniciativa privada, apesar de nós termos uma das maiores empresas do mundo, que é a Petrobras. Procurávamos não apenas o Haroldo, mas a diretoria da ANP com essa preocupação, assim como procurávamos a FUP, a Federação Única dos Petroleiros, os sindicatos e tudo o mais. Eles foram, aos poucos, nos convencendo da necessidade também de abrirmos o território brasileiro para a exploração do setor privado.

Hoje, na Amazônia, Senador Blairo, temos grandes perspectivas. A Venezuela é uma dos grandes produtores mundiais de petróleo. A bacia do Orinoco – aprendi um pouco isso – se mistura com a bacia do Amazonas. Elas têm as mesmas características geológicas, as mesmíssimas características geológicas.

O Amazonas já explora petróleo na base de que o Senador Ivo Cassol falou e que todos nós conhecemos, um exemplo não apenas de atividade de exploração de petróleo, mas de cuidado com o meio ambiente. O Brasil inteiro deveria conhecer a base de Urucu. E de lá sai o petróleo de melhor qualidade do Brasil. Mas a gente precisa avançar: novos postos, novas explorações. E nós temos hoje uma empresa de capital nacional privada que está iniciando um belíssimo trabalho: a HRT. Com isso, há a perspectiva de a gente levar o desenvolvimento para a Amazônia é fantástica. A Amazônia não é santuário, não é um santuário hoje para que outros aproveitem amanhã. A Amazônia é um patrimônio nosso, e nós temos – e a Petrobras é exemplo disso – como explorá-la. Ninguém questiona, ninguém. Nenhuma organização não governamental ligada ao meio ambiente ou ambientalistas questiona que a atividade de extração e exploração de petróleo na Amazônia prejudique o meio ambiente, porque todo cuidado é feito ali. A riqueza que nós temos lá pode ser muito grande, pode ser muito grande, e a Petrobras e a ANP vêm dando essa colaboração. Então, o Estado do Amazonas recebeu de braços abertos essa empresa privada, a HRT, que vem investindo fortemente na região. É isso. O pré-sal é muito importante, mas as outras regiões do País não podem ser esquecidas nem ser deixadas de lado por conta do gigantismo que é a riqueza do pré-sal.

Dito isso, acho que todos nós temos reivindicações. Lá na região, temos a maior reserva de gás natural e as usinas hidrelétricas sendo construídas, as do Madeira, Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, que se inicia no Estado do Pará. Temos também uma grande reserva de silvinita. O Senador Blairo lembrou porque, ele como produtor, utiliza muito o potássio, que é um dos três maiores insumos para a área de agricultura, de fertilizantes, e que a gente importa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Brasil importa, e a maior reserva do Planeta

de silvinita está no Estado do Amazonas, de que se produz o ...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Cloreto de potássio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Nós somos grandes produtores agrícolas e só temos uma jazida de potássio no Brasil. Se os de fora disserem "vocês não serão mais produtores de alimentos", nós não seremos, porque eles trancam a entrada de potássio e nós morremos por aí.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Nós importamos, e a maior jazida está lá. Agora, descobriram que ela está mais próxima a Manaus ainda, porque era no Município de Nova Olinda e já descobriram que ela chega a um Município vizinho a Manaus, na região metropolitana da cidade de Manaus, em Autazes. Se a Petrobras tem problema, vamos ver como a gente encaminha a exploração desse implemento, desse insumo, desse elemento químico fundamental para os setores de alimentos e da produção agrícola.

Temos outra grande reivindicação. Eu falava aqui das hidrelétricas e, junto com as hidrelétricas, vêm os linhões que levam energia para os nossos Estados. O Amazonas ainda faz parte do sistema isolado, que ainda queima óleo combustível, óleo diesel para gerar energia, mas hoje já tem o gás hoje gerando energia e o Linhão de Tucuruí sendo construído e que deverá chegar, em breve, a Manaus, o que significa dizer que o gás pode ter outro uso. Essa é a nossa grande reivindicação do polo petroquímico.

Então acho que a ANP tem colaborado muito no desenvolvimento desse setor no Brasil, porque é ela que faz os estudos iniciais, é ela que faz os estudos preliminares. Nenhum empresário, nem mesmo a Petrobras, adquire bloco se ela não tiver a mínima certeza, mas se não houver a mínima possibilidade de que ali exista petróleo, de que ali exista gás. Isso quem desenvolve no Brasil é a ANP.

Então, quero cumprimentar o Presidente da ANP que está aqui, o Dr. Helder, e o Dr. Florival e dizer que, se o Brasil depende do Senado Federal, se o Brasil depende do Governo Federal, o Brasil depende muito também da ação da Agência Nacional de Petróleo. E o que a gente tem a dizer da ação da ANP é que ela tem contribuído muito, enormemente, com o desenvolvimento do nosso Brasil.

Parabéns aos senhores.

Muito obrigada, Senador Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senadora Vanessa, sempre entusiasta da Amazônia e do Amazonas.

Vocês já começaram a responder, mas chegaram outros Senadores. Parece-me que o Senador Ferraço...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Estão dizendo aqui que eu tirei o Presidente Haroldo da ANP, de que falei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não tirou, tentou.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – De jeito nenhum! Devo ter falado isso num lapso de confusão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Está preparando o futuro já.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tentou, mas não consegue.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, mas um futuro bem lá adiante, não é? Um futuro bem lá adiante.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – A fila anda também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Um futuro muito lá adiante, quem sabe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A Senadora bem que tentou, mas nós vamos restituir.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Está bem. Pergunto se o Senador Ricardo Ferraço está inscrito. Eu cheguei agora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estou inscrito, se V. Exª me conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com o maior prazer.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento aqui o nosso Presidente da ANP, ex-Deputado Haroldo Lima, homem de destacada participação na vida política do nosso País, se me permitir a Senadora Vanessa, que está empolgada aqui com o Haroldo.

Cumprimentando o Haroldo, estendo esse cumprimento a todos os quadros e técnicos da ANP e também, naturalmente, à Presidente Dilma, porque foi muito criteriosa na definição dos nomes que passam a ocupar a diretoria da nossa Agência Nacional do Petróleo.

Tanto o Dr. Florival Rodrigues de Carvalho como o Dr. Helder Queiroz Pinto Junior são duas figuras destacadas, dois currículos com muita integração com a

atividade, com muito mérito portanto. Parece-me ser sempre uma opção muito importante a eleição da meritocracia para essas que são funções muito relevantes. Portanto, são currículos os mais destacados que demonstram a dimensão e a importância dessas duas indicações. O Dr. Helder é egresso da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Dr. Florival, da Universidade Federal de Pernambuco. Enfim, são dois currículos que seguramente estarão honrando a nossa ANP.

Naturalmente, como Senador do Espírito Santo, nós temos algumas questões que gostaríamos de abordar, porque o meu Estado, nos anos recentes, passou a ser um *player*, um importante ativo tanto na produção de petróleo como na produção de gás. O nosso Estado hoje é o segundo produtor brasileiro. Se nós não considerarmos o Estado do Rio de Janeiro, do nosso queridíssimo Senador Lindbergh, o Espírito Santo hoje produz mais petróleo e gás que todo o Brasil junto, mas essa não foi uma conquista recente. Há mais de quarenta anos, a Petrobras está presente em meu Estado. E a produção média de gás, nos últimos quarenta anos, Senador Blairo, foi irrelevante. De petróleo, em média, produzimos, nos últimos quarenta anos, algo muito próximo a quinze, dezesseis, dezessete mil barris/dia.

Nos últimos seis anos, em razão dos elevados investimentos que não apenas a Petrobras fez, mas sobretudo essa empresa e suas parceiras, nós estamos com um parque instalado de aproximadamente 300 mil barris/dia e com um parque instalado para a produção de 20 milhões de metros cúbicos de gás/dia, ou seja, somos quase uma Bolívia.

Portanto, temos dado uma enorme contribuição à estabilização, ao fornecimento e ao equilíbrio da energia no Brasil, mas temos operado sob determinadas restrições em função dos custos. Está mais barato importar GNL, gás natural liquefeito, da Bolívia do que produzir em nosso País. Isso tem obrigado o *site* no Espírito Santo, de Cacimbas sobretudo, a operar com restrições.

Naturalmente isso tem gerado enormes prejuízos para o nosso Estado, que deixa de ter uma arrecadação muito importante e que, como consequência, amplia a nossa capacidade de investimentos no Espírito Santo.

Nós gostaríamos de que o Dr. Helder fizesse uma análise, revelasse sua impressão sobre essa situação e dissesse até quando vamos ter que conviver com essa que não é uma realidade, julgo eu, favorável nem ao País, nem ao Espírito Santo, porque estamos deixando de produzir gás aqui para importar da Bolívia.

A outra questão diz respeito às grandes descobertas em volume de óleo e gás no pré-sal que atraíram a atenção de todo mundo. Os leilões foram interrompidos. Estamos na antessala de um novo leilão no segundo semestre. Salvo melhor juízo, não serão ofertadas as áreas de grande atratividade que ficam fora da bacia de Santos, da bacia de Campos, que vai até Vila Velha, na grande Vitória, e também na porção rasa da bacia de Santos, ou seja, o que a Agência Nacional do Petróleo está pensando em relação a essas duas regiões, a esses dois territórios tão importantes para o Espírito Santo quanto para a Bahia.

De igual forma, queria perguntar ao Dr. Florival: em bom tempo, a Agência Nacional do Petróleo introduziu, o que julgo uma importante iniciativa, cláusulas que obrigam os concessionários a investirem pelo menos 1% da receita bruta de produção dos campos que pagam à chamada participação especial em pesquisa e desenvolvimento. São recursos que devem ser aplicados direta e obrigatoriamente pelos concessionários, que até o primeiro trimestre deste ano somaram, salvo melhor juízo e avaliação, algo superior a R$5 bilhões. Metade dessa quantia deveria ter sido aplicada em instituições de ensino e pesquisa credenciadas pela ANP. Quero perguntar como anda a evolução desses investimentos e que tipo de informação regular e monitorada esta Comissão pode receber da ANP, tendo em vista a importância, a dimensão desses investimentos para a inovação, para a pesquisa e para o desenvolvimento, ou seja, o que gostaríamos de indagar é a possibilidade até mesmo de esta Comissão receber periodicamente relatórios permanentes dessas aplicações e desses investimentos que essas concessionárias estariam fazendo para que pudéssemos acompanhar, tendo em vista a grande importância estratégica nesses campos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Antes de passar a palavra aos nossos convidados, quero convidar o Senador Inácio Arruda e o Senador Lindbergh para fazerem o escrutínio dos votos, a fim de que possamos conhecer o resultado.

Passo a palavra, então, ao Sr. Helder para que faça suas considerações e, no final, Senador Ferraço, se ele não responder o seu questionamento, devolvo a palavra ao Florival para que possa fazer as considerações.

O SR. HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR – Obrigado, Senador Maggi. Vou tentar ser breve, reunindo algumas das questões que foram tocadas aqui.

Começo pela questão abordada pelo Senador Inácio Arruda que, de certa maneira, é um pouco da mesma questão, a outra face da questão que o Senador Ferraço acabou de pronunciar. Aí dou um depoimento de alguém que está ainda do outro lado da ponta, ou seja, a estruturação de Programas de Recursos Humanos chamados PRHs pela ANP, há mais de dez

anos, tem permitido às universidades um conjunto de condições de ensino e pesquisa que não estavam aí antes desse programa. Então, para que os senhores possam ter uma ideia, lá no nosso grupo, a gente acabou criando disciplinas específicas. Eu, por exemplo, ministro ainda, este semestre, disciplina de graduação de Economia da Regulação das Indústrias de Energia. Temos uma disciplina parecida: Regulação de Monopólios e Mercados na pós-graduação e uma disciplina específica de Economia do Petróleo e Gás. Então, ao longo dos últimos dez anos, a gente pôde formar uma série de alunos tanto de graduação quanto de mestrado e doutorado que foram beneficiados nessas bolsas e hoje estão aí, ou na Petrobras ou em outras empresas como a BG, BP, Shell, Vale. Vários dos novos jovens quadros formados pelos PRHs estão hoje ingressando nessas empresas.

O segundo aspecto diz respeito à indagação que foi feita pelo Senador Lindbergh Farias sobre a questão da política macroeconômica do preço do combustível etanol. Eu queria registrar aqui que, a partir do momento em que soubemos da indicação, acabamos recebendo uma nova tarefa de trabalho, porque foi em 21 de abril que foi aprovada a Medida Provisória nº 532, que dá à ANP a tarefa de regular a indústria de biocombustíveis.

Evidentemente, a gente tem observado uma série de problemas, sempre no início do ano, em função da entressafra, como foi mencionado aqui. Acho que agora a ANP vai poder contribuir para ajudar a disciplinar e atenuar esses problemas de entressafra, antecipando, através da criação de novos dispositivos regulatórios, e permitindo uma garantia de suprimento que não tenha o mesmo impacto que teve este ano, por exemplo, nos preços, o que a reboque se traduz em um problema de aumento, de um repique de inflação, como a gente observou no início deste ano.

Outro aspecto, e tocando nas questões levantadas pelo Senador Delcídio, evidentemente, é a questão do contingenciamento dessas áreas que são críticas, das áreas onde os recursos são aplicados principalmente no desenvolvimento de estudos sísmicos prévios. Por quê? Porque esses estudos aumentam, ampliam sobremaneira a atratividade das empresas com relação às áreas de exploração e produção. Então a ANP ajuda a reduzir o risco e aumentar essa atratividade. Se você tem problemas de contingenciamento desses recursos, evidentemente, o volume de estudos nessa direção acaba sendo reduzido. Então a gente efetivamente tem que brigar para que essa tarefa da ANP possa ser privilegiada e mantida, dado que será fundamental a gente inclusive alargar – e aqui já observei, e acho que com muita propriedade, diferentes Senadores falarem sobre essa necessidade –, ampliar o horizonte de exploração além dessa área obviamente do pré-sal.

Acho que, com muita felicidade, a 11ª rodada, que está prevista para o segundo semestre, está contemplando novas áreas, em que se espera que haja uma entrada significativa de empresas nacionais, mas também internacionais, buscando essas novas fronteiras petrolíferas. Inclusive a bacia do Espírito Santo, salvo engano meu, está contemplada também nessa 11ª rodada, que será realizada nesse processo de retomada, agora, no segundo semestre deste ano.

Acho que, além disso, além da bacia do Espírito Santo, como já havíamos comentado aqui, a margem equatorial brasileira é considerada uma nova área de fronteira de exploração. Acho que, daqui a alguns anos, a gente vai poder ter a felicidade de ver essa produção e os investimentos em exploração e produção progressivamente se desconcentrarem, migrando para diferentes regiões do nosso País.

Com relação à observação do Senador Ferraço sobre a questão da política do gás, acho a sua observação absolutamente pertinente. Se V. Exª me permitir fazer uma reflexão histórica, vamos observar que, nos últimos 15 anos, o gás andou, dentro das diretrizes de políticas energéticas brasileiras, para cima e para baixo, em função de um desenvolvimento, eu diria, ainda muito errático. Em 1996, quando a gente começa a desenvolver o gasoduto Brasíl-Bolívia, o grande problema era ausência de reservas. O País desenvolveu o gasoduto, mas não tinha mercado. Precisou estimular a reboque, rapidamente, esse mercado. Depois, o gasoduto encheu e, por falta de articulação...

Acho que esse ponto talvez seja o mais crítico hoje para a indústria do gás, que é a interface da cadeia do gás com a cadeia de energia elétrica, e o papel do gás para a termoeletricidade é fundamental. Acho que a ANP deverá procurar, daqui para frente... Se eu for confirmado, procurarei trabalhar na direção de estreitar os laços com a Aneel para que se favoreça um grau de previsibilidade muito maior com relação ao papel das térmicas na matriz energética brasileira. Com isso, poder se ter uma sinalização melhor do volume de gás que poderá ser despachado a cada momento, porque isso, no fundo, acaba resultando em problemas contratuais.

Então a demanda foi estimulada, muita demanda. Desenvolveram as térmicas que não estavam despachando. Em 2003, 2004, quando chamaram as térmicas, não tínhamos gás, daí a decisão depois de se desenvolver os terminais de importação de gás natural liquefeito, o que gerou esse descompasso hoje. Apesar de no petróleo a gente caminhar para a autossuficiência, hoje, o País, em termos de gás, aumentou

a sua dependência, porque importamos da Bolívia e, agora, eventualmente, de diferentes países através de terminais de GNL. Então, isso cria problemas também para a formação dos preços internos. Como V. Exª bem lembrou, hoje existe um descompasso entre o preço do gás importado e o preço do gás doméstico. Então, acho que está chegando a hora de a gente tentar contribuir para que haja uma política para o gás natural mais estruturada, em termos das finalidades, das prioridades para o seu uso e também para a estrutura de formação dos seus preços.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Sª já tem uma ideia, um desenho de qual seria essa política e como compatibilizar essas variáveis?

O SR. HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR – Ideias a gente sempre acaba tendo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Gostaria de ouvi-las.

O SR. HELDER QUEIROZ PINTO JUNIOR – O País, por exemplo – daí a transformá-las efetivamente em propostas de resolução há um caminho muito longo de debates e discussão –, em 1986, quando dentro do Ministério de Minas e Energia existia a Comissão Nacional de Energia, o gás era muito menos importante, mas já se tinha uma política para o gás em que se definiam quais eram as prioridades hierárquicas de uso e qual a política específica de preços para o gás.

Dado que a Petrobras é um agente que está em todas as etapas da cadeia, efetivamente, está chegando a hora de se sentar para que haja, e esse é outro problema que também foi levantado aqui em relação ao processo de formação dos preços tanto de derivados quanto do gás, maior transparência nesse processo de formação dos preços para evitar que a gente volte a ter essa situação errática de preços, em determinados momentos, desfavorecendo o uso doméstico do gás e acabando por estimular as importações.

Existem possibilidades múltiplas em termos de pequenas fórmulas paramétricas com que a gente poderia chegar a resultados que oferecessem de tempos em tempos um grau de previsibilidade maior dos preços tanto de derivados quanto do gás natural.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, então, ao Sr. Helder.

Consulto aos Srs. Senadores se há mais algum questionamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Tenho um questionamento, Sr. Presidente, que tem a ver com o emprego por parte das concessionárias do percentual da sua receita bruta de produção sobre a participação especial em pesquisa e desenvolvimento. Gostaria que pudéssemos ter uma análise dos nossos candidatos a diretores até este momento, daqui a pouco, seguramente, serão diretores, tendo em vista a importância estratégica disso para o desenvolvimento, ou seja, existem relatórios anuais de prestação de contas aprovados pela agência?

Essa Comissão tem o interesse de acompanhar o desenvolvimento desses investimentos, tendo em vista a importância disso para a inovação, para a pesquisa, para o desenvolvimento e para a qualificação profissional do nosso País. Gostaria que os senhores pudessem abordar um pouco esse tema, a evolução desses investimentos e como pretendem atuar na direção de efetivarmos cobranças às concessionárias na aplicação desses recursos, inclusive com relatórios periódicos para que esta Comissão possa acompanhar. Julgo ser essa uma iniciativa importante adotada intempestivamente pela ANP.

O SR. FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO – Senador Ricardo Ferraço, é um compromisso que existe desde a primeira rodada de blocos. Isso vem aumentando a cada ano. Pegando a curva de crescimento desse valor, de acordo com o aumento de produção, de acordo com o aumento do preço do óleo e do gás, esses valores têm crescido. Como citei, no ano passado, foram mais de R$800 milhões dessa obrigação de 1%. Isso fortemente concentrado na Petrobras, porque é o grande produtor, mais de 90% da produção vem da Petrobras, e os grandes campos produtores, que são obrigados a pagar a participação especial, são da concessionária Petrobras. Mas na ANP há toda uma regulamentação para isso, e já me predisponho, caso seja interesse desta Comissão, a vir aqui fazer uma explanação de como é a regulamentação, por parte da ANP.

As concessionárias são obrigadas a investir nas universidades; os grupos das universidades têm que se mostrar capazes, têm que se credenciar na ANP. Depois do credenciamento na ANP, é que um grupo pode ir ao concessionário e dizer que é um grupo, que a ANP foi lá no seu grupo de pesquisa, no seu laboratório, dizendo que tem as condições de prestar o serviço de pesquisa de que o concessionário precisa. A partir disso aí, é discutido o projeto de pesquisa entre o concessionário e aquele grupo de pesquisa naquela universidade. E, aprovado o projeto entre a universidade e o grupo de pesquisa, isso é encaminhado para a ANP para ver se está de acordo com os regulamentos que a ANP aprovou em sua diretoria em 2005, para aplicação desses recursos.

Então, os projetos vão acontecendo e, ano a ano, os concessionários são obrigados a enviar para a ANP um relatório, dizendo onde foi aplicado cada centavo daquela obrigação: se foi em infraestrutura, se foi em projeto de pesquisa, se foi em recursos humanos. E,

além disso, os resultados que estão sendo obtidos a partir desses investimentos.

No Estado do Espírito Santo – tenho ido com certa frequência à Universidade Federal do Espírito Santo –, estamos criando um belíssimo centro de pesquisa em óleos pesados, de referência não só no Brasil, mas de referência internacional. Não só no Espírito Santo, mas também em diversas outras universidades Brasil afora, estão sendo criados não só grandes grupos de pesquisa como também uma estrutura de laboratórios, de obras e de equipamentos, de tal forma que creio que, nos próximos três ou quatro anos, devemos ter, no Brasil, um dos maiores centros de pesquisa de petróleo e gás e biocombustível do mundo. Temos, hoje, por volta de mais de quatrocentos doutores nessas universidades, trabalhando nessa linha de pesquisa. De tal forma que acho que esses investimentos estão sendo muito bem aplicados.

Se for desejo desta Comissão, posso voltar aqui para fazer uma apresentação. Caso seja de interesse particular do Senador, posso, anual ou mensalmente, ou de acordo com seu desejo, mandar um relatório desse acompanhamento e também até convidar para ir à ANP conhecer como é todo o gerenciamento desses recursos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente, e acolho a sugestão do nosso futuro Diretor, Dr. Florival. Acho que será muito frutífero que possamos estabelecer essa ponte entre a ANP e esta Comissão, partindo inclusive de uma premissa, de um primeiro momento, onde poderíamos fazer toda uma avaliação dos resultados, da performance desse extraordinário programa, na dimensão de sempre buscar seu aprimoramento, seu aperfeiçoamento.

Vamos formalizar aqui na Comissão convite para que V. Sª possa nos honrar aqui com sua presença e possamos fazer um debate detalhado a respeito deste que é um programa extraordinário que a ANP colocou de pé.

Muito obrigado. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado ao Senador Ferraço.

Consulto o Senador Renan se tem algum questionamento, se quer fazer alguma colocação. (*Pausa.*)

Então, vou proclamar o resultado da nossa Comissão: de 15 votos que foram aqui proferidos, o Sr. Florival Rodrigues de Carvalho obteve os 15 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção.

Também aprovado o nome do Sr. Helder Queiroz Pinto Junior, por 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção também.

Parabéns aos dois que foram aqui arguidos. E quero, mais uma vez, agradecer a presença do nosso Presidente, Haroldo Lima, que é Diretor-Geral da ANP; também do Presidente do PCdoB, Dr. Renato Rabelo, que está aqui conosco, e agora, chegando aqui, o Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Deputado Osmar Júnior. O PCdoB hoje deu uma demonstração de partido unido aqui. Parabéns a V. Sªs e muito obrigado pela presença.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 43 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta minutos do dia dois de junho de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Fernando Collor, Mozarildo Cavalcanti, Humberto Costa, José Pimentel, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol e Jayme Campos.** Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 16ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica o recebimento do Of. SF nº 705/2011, do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, que remete ao Of nº 56/2011, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg, sugerindo que a semana de trabalhos legislativos do Senado Federal, entre os dias 6 e 10 de junho do corrente, seja dedicada ao tema meio ambiente. Comunica, também, que está aberto o prazo para apresentação de emendas ao PL nº 02/2011 – CN (dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012). O prazo iniciou-se no dia 1º de junho e se encerra no dia 07 de junho (terça-feira) às 18h30m, impreterivelmente. A reunião destinada a apreciar as emendas ocorrerá na próxima quinta-feira dia 9 de junho. O relator das emendas será o Senador Ricardo Ferraço. Em seguida, dá-se início à

deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor MARCELO PACHECO DOS GUARANYS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Solange Paiva Vieira." A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Walter Pinheiro, para fazer a leitura do seu Relatório. Após a leitura do Relatório, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores **Vital do Rêgo, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro e Cyro Miranda**. A Presidente comunica ao Plenário a realização de Audiência Pública para debater a situação dos aeroportos, a realizar-se em 07 de junho do corrente. A Presidente concede vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. **ITEM 2 – OFÍCIO "S" Nº 12, DE 2011,** de autoria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, que "Encaminha ao Senado Federal dados extraídos do Edital Publicado (Concorrência Pública Internacional 001/2010), referentes ao processo licitatório que visa à construção e operação do Estádio Novo Machadão/ Arena das Dunas, com vistas à Copa do Mundo de Futebol de 2014." A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Vital do Rêgo, para fazer a leitura do seu Relatório. É aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão. **ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2011**, de autoria do Senador Pedro Taques, que "Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira." Retirado de pauta para reexame, a pedido do Relator, Senador Vital do Rêgo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senadora **LÚCIA VÂNIA,** Presidente

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todas e a todos aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª reunião.

O Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Srs. Senadores, comunico o recebimento do Ofício nº 705, de 2011, do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, que remete Ofício nº 56, de 2011, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg, sugerindo que a semana de trabalho legislativo do Senado Federal entre os dias 6 e 10 de junho do corrente seja dedicado ao tema Meio Ambiente.

Comunico que está aberto o prazo para apresentação das emendas ao PL nº 2, de 2011, que dispõe sobre as diretrizes para a execução e elaboração da Lei Orçamentária de 2012.

O prazo iniciou-se no dia de ontem, 1º de junho, e se encerra no dia 7 de junho, terça feira, às 18h30, impreterivelmente. Aqueles Senadores que quiserem apresentar emendas à LDO deverão fazê-lo neste período.

A reunião destinada a apreciar as emendas ocorrerá na próxima quinta feira, 9 de junho.

O Relator das emendas será o Senador Ricardo Ferraço.

Vamos iniciar a pauta.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Antes da leitura do Item 1, solicito a retirada do Item 3 da pauta, cuja relatoria está ao meu encargo, tendo em vista a necessidade de fazer aprofundamentos no exame da matéria. A matéria altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira. Nós já temos um relatório, já temos uma ideia, mas precisamos melhorar e aprofundar essa ideia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª será atendido.

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor MARCELO PACHECO DOS GUARANYS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Solange Paiva Vieira.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observação:

Será concedida, automaticamente, vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009 – CI.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para proferir o seu relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, procurarei ser rápido, mas creio ser importante a leitura de alguns itens deste Relatório, tendo em vista a importância da Anac, principalmente neste momento de definições, eu diria até de novas expectativas acerca da própria questão da aviação civil brasileira, e principalmente levando-se em consideração o aspecto, a qualidade de todo o conhecimento que nós encontramos na figura do Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys.

Vou fazer a leitura aqui, Srª Presidente, a partir do ponto que fala das qualidades do Sr. Marcelo Guaranys, indicado para Diretor da Agência. Gostaria de pular etapas e começar fazendo isso. Portanto, só à guisa de contribuir com as normas regimentais, refiro-me à Mensagem Presidencial nº 74, que submete ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys para exercer o cargo de Diretor da Aviação Civil (Anac), na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Solange Paiva Vieira.

Srª Presidente, o Sr. Marcelo, ora indicado para o cargo de Diretor da Anac, cidadão brasileiro, nascido em Brasília (DF), em 1977, foi Diretor da Agência Nacional de Avião Civil no período compreendido entre novembro de 2007 a março de 2010. Nessa condição, foi responsável pelo relacionamento com os usuários e pela regulação econômica dos serviços aéreos, tendo atuado na implantação de medidas voltadas para a garantia dos direitos dos usuários e a promoção da concorrência e da eficiência do transporte aéreo e na elaboração do marco regulatório de concessão de aeroportos. Realizou, ainda, visitas técnicas para o estudo de melhores práticas em operação e delegação de aeroportos nos Estados Unidos, Alemanha, Canadá e Austrália.

Então, Srª Presidente, queria chamar a atenção dos nobres Senadores para o fato de que só o que acabei de mencionar já seria um dos mais importantes atributos, na medida em que os dois aspectos acentuados, ou seja, a tarefa de cuidar principalmente dos usuários brasileiros e a experiência já patrocinada pela própria Anac ao Sr. Marcelo, no que diz respeito à elaboração de marco regulatório de concessão de aeroportos, por si só, são reveladores da importância desse acúmulo e, consequentemente, nos dá tranqüilidade para acompanharmos o que chamaríamos de ascensão do Sr. Marcelo ao posto maior na Anac.

De sua formação, inclusive relato aqui dados importantes para a base da indicação do Sr. Marcelo, consta que é formado em Direito pela Universidade de Brasília e a consequente linha de especialização, Mestrado em Direito Público na Universidade de Brasília, inclusive sua dissertação é sobre Política Regulatória de Transporte Aéreo Brasileiro no período de 2000 a 2010, também consubstancia aquilo que eu já havia afirmado antes, da condição essencial para que o Sr. Marcelo possa assumir uma tarefa desse porte.

Participou, em diversos países, de cursos de Direitos do Consumidor, Provisão e Regulação de Serviços de Infraestrutura, Uso de Modelos Financeiros de Regulação da Política de Concorrência e Economia de Regulação em Parcerias Público Privadas, portanto, mais um elemento, principalmente o último citado, importante para o desenvolvimento da linha que eu diria de novas práticas nessa área de concessões e no lidar com a experiência de aeroportos no Brasil para o próximo período.

Foi representante do Brasil em reuniões promovidas pela Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre Concorrência e Regulação, nos anos de 2003, 2004 e 2005, e na Conferência sobre Aspectos Econômicos de Aeroportos Civis e Navegação Aérea, promovido pela Organização da Aviação Civil Internacional em 2008.

Foi conferencista e expositor em diversos eventos nacionais e internacionais sobre temas relativos à regulação de serviços públicos e à defesa do consumidor e da concorrência. Quanto à sua atuação profissional, o indicado é servidor público federal, integrante da carreira de Analista de Finanças e Controle desde 2001 e exerce, atualmente, a função de Assessor Especial para Setores de Infraestrutura, do Secretário Executivo da Casa Civil da Presidência da República, tendo participado da elaboração da Medida Provisória nº 527, de 2011, que criou a Secretaria de Aviação Civil vinculada à Presidência da República.

Então, Srª Presidente, buscando encerrar os elementos que compõem não só o meu relatório mas também que dizem respeito por onde o Sr. Marcelo passou, o que fez, o seu nível de representação em relação a algumas tarefas do Governo em órgãos colegiados, representando ministérios e a própria função que ele assume hoje, bem como a própria análise do *curriculum vitae*, que está anexado à Mensagem nº 74, tudo isso evidencia de forma muito contundente a

formação profissional do indicado e o credencia peremptoriamente, digamos assim, para cumprir os requisitos exigidos e estabelecidos no art. 12, da Lei nº 11.182, de 2005.

Portanto, consideram-se igualmente atendidas as exigências constantes do art. 1º, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no tocante ao fornecimento pela autoridade indicada da documentação necessária à análise desta Comissão, *curriculum vitae*, conforme especificado no inciso I e demais declarações relacionadas no inciso II.

Ante o exposto, submeto à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão a indicação do Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, constante da referida Mensagem Presidencial, em cumprimento ao estabelecido no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

O nosso voto é favorável. Creio que esta Comissão, sob a orientação deste Relator, mas principalmente sob a orientação da capacidade do currículo, das funções já listadas e das tarefas exercidas pelo Sr. Marcelo dos Guaranys, que os nobres Senadores desta Comissão podem votar com tranquilidade. Não estarão literalmente voando nessa matéria. Vão estar consolidadamente votando em uma matéria que tem todo o respaldo e consistência para o ato que estamos propondo, além da certeza de que vamos colocar na direção daquele órgão alguém com capacidade e condições de, nesse período, desenvolver um grande trabalho. Não tenho nenhuma aproximação com o Sr. Marcelo, falo isso à luz das informações que tivemos acesso, das orientações dadas pelo próprio indicado, pelo seu currículo e, principalmente pela sua vida pública nesse período próximo passado.

Dessa forma, tenho a ousadia de orientar os meus Pares para que possamos aprovar e referendar esse nome para dirigir a Anac.

Era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, só para corroborar, pela preciosidade, até porque o Senador Walter Pinheiro é um perfeccionista, tudo o que faz gosta de fazer benfeito. O relatório que trata da indicação do Sr. Marcelo Pacheco vem recheado de informações importantes. Pude ler anteriormente e vi a felicidade da escolha. Uma área tão nevrálgica para o País, uma área que, numa linguagem mais popular, é um dos nossos maiores gargalos de infraestrutura, a Presidente da República indica um técnico com uma vasta experiência no setor. Vivendo a Anac já durante algum tempo, na condição de Diretor, ambientado com as dificuldades e planejamentos do órgão, o Sr. Marcelo foi requisitado pela Casa Civil para, em nome da Anac, orientar a formação da Secretaria Nacional de Aviação Civil, que é a Medida Provisória nº 527, que está inclusive sob a minha relatoria.

Durante o processo de estudo da Medida Provisória, mesmo estando, lamentavelmente, na Câmara – esta semana vamos ter que criar uma forma de convencimento para que a Câmara solte essa Medida Provisória; só há 15 dias de prazo para ela expirar –, eu me antecipei e procurei conversar com o Sr. Marcelo, a quem não conhecia. Imaginem uma Medida Provisória que cria a Secretaria Nacional de Aviação Civil, que vai convergir em torno dela todos os setores: Infraero, Anac etc. Essa medida está na Câmara há mais de cem dias. Chega um momento em que a gente fica até com o peso da responsabilidade de ter de votar ou assinar um relatório de constitucionalidade, juridicidade, de admissibilidade da Medida Provisória, nós sabemos da importância do seu mérito, sem sequer ainda a termos oficialmente sob os nossos cuidados.

Foi muito feliz o Senador Walter Pinheiro com esse relatório que procura oferecer à Comissão de Infraestrutura as reais habilitações de um homem talhado efetivamente para o cargo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, eu também tive oportunidade de conversar com o Marcelo. O relatório do nosso colega reflete realmente o conhecimento e a preocupação que o indicado tem para exercer o cargo.

Como nós todos andamos muito por aí, para cima e para baixo, de avião, não só de carreira, conversamos muitos com os aviadores, com os pilotos, com os comandantes. Então, como temos oportunidade de conversar com os dois, nós acabamos entendendo o grau de dificuldade que ambos têm, tanto a Anac, como aqueles que necessitam do trabalhado da Anac, bem como os pilotos, os comandantes do interior do Brasil.

Ainda ontem, no momento em que conversava com o Dr. Marcelo, liguei para um comandante que, semana passada, havia reclamado de que eles estão protelando, por várias vezes, o *check* do piloto na região de Cuiabá. Como ele marca o *check* e a Anac não pode oferecer um checador, ele acaba tendo uma prorrogação do seu documento para voar. Para todos os efeitos, ele está legal, mas a gente sabe que não é correto isso. No que dia que ele tem que fazer o *check*, ele tem que fazer o *check*. Pode ser até que ele não tenha condições de passar no *check*.

Então, a gente percebe que, muito mais do que os diretores da Anac, o que está faltando para essa agência é que ela tenha preocupação maior fora do seu

raio de visão. Que olhe por todos e para todos. Acho eu que a recomendação ou o conselho que poderia dar para a Anac, nessa questão dos checadores, é que, em todas as regiões de Mato Grosso, tenho certeza de que lá Bahia, na Paraíba, no Pará, no Ceará, enfim, em qualquer lugar, nós temos grandes comandantes com muitas horas de voo que poderiam ser os checadores daquela região. Não haveria necessidade de um checador sair de Brasília ou de São Paulo para checar alguém em Belém ou em Mato Grosso. Essa centralização é que preocupa os aviadores aí afora. E aí vai por todos os caminhos.

Outro dia mesmo, lá em Mato Grosso, um comandante de helicóptero, que já passa das 15 mil horas de voo, foi ser checado por um checador que não tinha 100 horas de voo naquele avião. Quer dizer, a gente não consegue entender isso. O meu comandante me relatou um fato: em determinado dia de checagem, teve que tomar o avião da mão do checador, porque, senão, eles iam cair. Ele não tinha condição de checar o avião para o que ele estava se propondo.

Então, essas questões – e eu as discuti ontem com o Dr. Marcelo – a Anac precisa conversar e naquela linha, Presidente, ouvindo os usuários, que têm as dificuldades, que, muitas vezes, a gente não sabe e não consegue ajudar. Vou propor aqui nesta Comissão para que a gente convide uma comissão de pilotos do interior, não são comandantes da Gol, que tem o dia a dia nas capitais, mas esses que estão lá no interior, que têm grandes dificuldades, para que possam vir aqui relatá-las a esta Comissão. E, a partir daí, a gente possa levar um documento para a Anac, que diga: "Olha, a nossa dificuldade lá no interior, no campo, é essa e precisamos resolvê-las".

Portanto, não é nada contra qualquer diretor da Anac ou qualquer pessoa, pois tenho certeza de que chega aqui porque tem muita capacidade. E quando a gente sentir que alguém não tem capacidade, é preciso dizer: essa pessoa não tem capacidade para o cargo. Não é o caso aqui. O Governo tem sido coerente nas escolhas, não é irresponsável de mandar qualquer um aqui. Não estamos tratando de simplesmente arrumar emprego para as pessoas. Nós queremos que as coisas andem e andem em velocidade adequada com aquilo que todos nós queremos.

Então eu vou propor que, na próxima reunião, Presidente, a gente possa ouvir esse pessoal, que eles possam trazer aqui as suas angústias, suas preocupações e que a gente possa ajudá-los, chamando novamente a Anac, os diretores que por aqui passaram a nos ajudar a resolver esses problemas.

Quanto ao relatório do Senador Walter Pinheiro, só tenho a cumprimentar. Tive a oportunidade de conversar ontem com o Dr. Marcelo e V. Exª refletiu aquilo que a gente percebe quando conversa com ele. Então, com toda a tranquilidade, com simplicidade, acho que será um momento de melhoria para a Anac também.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que a nossa audiência pública com a Anac, com o Secretário de Aviação Civil e com o Presidente da Infraero será realizada terça-feira à tarde, no plenário 2, às 14 horas. Será uma audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle, com a CAE, a CDR e a Subcomissão da Copa. Peço aos Srs. Senadores que coloquem essa reunião em suas agendas, pois essa audiência pública é fundamental para nós. Embora alguns tenham compromisso em outras comissões, conciliar essa agenda foi muito difícil. De qualquer forma, eu deixo claro que essa audiência foi solicitada pelo Senador Walter e ela será realizada agora. Posteriormente, vamos ouvir os usuários, pois é realmente muito importante.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, eu ia exatamente consultar V. Exªs sobre a audiência tão em boa hora solicitada pelo Senador Walter Pinheiro com a Anac.

O que o Senador Blairo Maggi falou aqui é a pura realidade das áreas mais afastadas ou menos desenvolvidas do nosso País. Há pouco, tivemos uma questão com a Anac: ela fechou todos os seus escritórios ou postos de atendimento em praticamente todos os Estados brasileiros, com exceção de São Paulo, Minas Gerais; em quatro ou cinco Estados os escritórios foram mantidos. Graças a Deus, depois de termos feito várias solicitações, a Anac voltou atrás e reabriu esses postos de atendimento.

Então, é importante que se tenha essa audiência pública, Senador Walter Pinheiro. Outro dia, como faço toda semana, eu estava em um voo para Belém e percebi que eles cobraram – e quero saber se é correto –, a companhia aérea cobrou o assento conforto, na primeira fila e nas filas da saída de emergência. Eu assisti a uma situação desagradável: depois que fecharam as portas do avião para a decolagem, como estavam vazias essas poltronas, o passageiro mudou de assento. A aeromoça pediu para ele sair do assento porque tinha pagar R$20,00 ou R$30,00 para sentar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Flexa, permita-me. Se ninguém fizer opção de comprar a saída de emergência e o voo estiver vazio, a saída de emergência viaja sozinha, então não precisaria ter operador na saída de emergência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É isso. É exatamente isso. Um assento da maior importância, que é a saída de emergência, em que os comissários de bordo chegam até a dar instrução de como operar a saída de emergência, se necessário, fica vazia, porque as pessoas não vão pagar R$20,00 ou R$30,00. Ou então, as companhias aéreas deveriam dar o desconto de R$20,00 ou R$30,00 nos outros assentos para o assento desconforto. É, porque se tem o assento conforto, tem que ter o assento desconforto. São questões que vamos levantar aqui com a Anac, saber se é correto, se não é correto, porque é em defesa do usuário.

Quero parabenizar o Senador Walter Pinheiro pelo seu relatório. Acho que o Dr. Marcelo Guaranys, pelo que foi exposto pelo Relator, tem condições de assumir. Sou Senador de oposição, mas tenho dito que a Presidente Dilma tem sido bastante cuidadosa ao indicar os diretores das agências reguladoras, não só da Anac, mas de todas elas. No passado recente, não era assim, era levado em consideração somente a filiação partidária ou a relação de amizade. Agora, não. O Governo da Presidente Dilma reconhece que a agência reguladora é um instrumento da maior importância em defesa dos brasileiros e está indicando técnicos com conhecimento para a função.

Vamos ter oportunidade de, na próxima reunião, termos a presença do Dr. Marcelo, para que ele possa nos esclarecer alguns assuntos, como esses que colocamos aqui.

Quero parabenizá-lo, Senador Walter Pinheiro, pelo parecer de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quero também, ao ler, não escutei, mas acabei de ler o relatório do Senador Walter, corroborar com as palavras do Senador Flexa Ribeiro. Graças a Deus está mudando o perfil das pessoas que estão se candidatando aos cargos. São pessoas com perfil adequado, esse é um mérito da Presidente, acho que a gente tem que continuar prestigiando.

Agora, com relação àquilo que os senhores falaram, sobre o assento, eu vi uma situação, no mínimo, engraçada. Eles venderam o assento da primeira fila, assento conforto, mas depois chegaram prioridades, uma senhora que inclusive entrou pelo *ambulift*, com cadeira de rodas, acompanhada também de um senhor de idade. E a pessoa que comprou disse que não saía, porque ele tinha pago. Então começou uma discussão.

Quero avisar a Presidente que estou encaminhando um projeto de lei de distância entre os assentos, porque, em detrimento de melhorarem alguns assentos, estão deixando outros... Em alguns casos, se o banco da frente estiver reclinado, você não consegue se levantar. Então, estamos já fazendo um estudo, recebi o parecer favorável, e vamos entrar com um projeto de lei determinando uma distância mínima. Também fizemos uma indagação, mas não cabe proibir que eles vendam esses assentos. Já que não podemos proibir que eles vendam esses assentos, nós vamos então estipular a distância mínima. Isso seria bom, porque vamos discutir na próxima audiência aqui.

De fato, parabenizo, mais uma vez, o relatório. Vamos conhecer ao vivo o nosso entrevistado.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O projeto continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu concedo vista coletiva a todos os Srs. Senadores.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, só confirmar com V. Exª. A reunião para a sabatina do Sr. Marcelo será quinta-feira?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, na quinta-feira, ordinariamente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Item 2 da pauta:

ITEM 2
- Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 12, DE 2011

Encaminha ao Senado Federal dados extraídos do Edital Publicado (Concorrência Pública Internacional 001/2010), referentes ao processo licitatório que visa à construção e operação do Estádio Novo Machadão/ Arena das Dunas, com vistas à Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Autoria: Governo do Estado do Rio Grande do Norte

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Para que esta Comissão tome conhecimento do Ofício "S" nº 12, de 2011, e proceda o seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo para proferir o seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, na apresentação do item 2, V. Exª já conseguiu dizer o seu fim, o epílogo. É apenas a tomada de ciência desta Comissão e o envio.

Eu achei interessante a inserção da Comissão de Infraestrutura nessas gestões, pelo menos para ter conhecimento das parecerias público-privadas, e, no

caso, estamos analisando a do Rio Grande do Norte, que é a construção do Estádio Novo Machadão/Arena das Dunas. O relatório trata efetivamente da contratação dessa pareceria, com vistas à Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.

O objetivo do pleito é o pronunciamento desta Casa sobre o cumprimento, pelo Governo do Rio Grande do Norte, dos limites e parâmetros contidos na Lei das PPP. Não há informações sobre outras PPP contratadas pelo governo daquele Estado.

O valor total da PPP será de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com previsão de término das obras em dezembro de 2013 e início dos pagamentos das contraprestações em janeiro de 2014. O prazo de concessão será de 20 anos e o valor atual total das contraprestações será de R$ 109.500.000,00 (cento e nove milhões e quinhentos mil reais).

Segundo tabela anexada ao Ofício da Secretaria do Planejamento e Gestão, as contraprestações previstas para a PPP em tela comprometerão a Receita Corrente Líquida (RCL) estimada para o período de 2014 a 2030 em percentuais que variam entre 0,3% a 2,00%. Não haverá comprometimento da Receita Corrente Líquida nos anos de 2011 a 2013, segundo análise desta Comissão.

O Regimento Interno do Senado dá competência à Comissão de Infraestrutura para opinar sobre essas matérias. Logo, entendemos que não cabe, como manda o Regimento, aprovar ou desaprovar contratações de PPP pelos entes estaduais, subnacionais. As informações recebidas prestam-se tão somente a subsidiar eventuais análises pelos órgãos competentes da capacidade dos governos envolvidos para ampliar o seu nível de endividamento ou para receber transferências voluntárias. Dessa forma, o presente parecer limitar-se-á a opinar pelo conhecimento da matéria e seu subsequente arquivamento, com o envio de cópia da deliberação correspondente à Secretaria do Tesouro Nacional.

Em face desse ofício, de nº 12, do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, é importante frisar que o demonstrativo de impacto econômico e financeiro mostra que o Rio Grande do Norte tem condições de arcar com essa construção e essa parceria (PPP).

Em face do exposto, voto para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício "S" nº 12, de 2011, e proceda ao seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, dar ciência ao órgão competente, no caso a Secretaria do Tesouro Nacional.

É o parecer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório, para que se tome conhecimento e proceda o seu arquivamento, com o envio da presente deliberação ao Ministério da Fazenda.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão para que esta tome conhecimento e proceda ao seu arquivamento com o envio da presente deliberação do Ministério da Fazenda.

O projeto vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, agradeço aos Srs. Senadores e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 05 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE, 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 – CMACOPOLIM E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR; DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14h00.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia sete de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi e Benedito de Lira**,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI; Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM; e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vital Do Rêgo, Waldemir Moka e Walter Pinheiro.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas.

A Presidente comunica que em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deliberou, por meio do Requerimento nº 13/2011-CDR, por participar, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção e da organização do projeto "II Fóruns Legislativos nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – O Poder Legislativo Fazendo Parte do Time da Copa de 2014". Até o presente momento, foram realizadas visitas nas cidades de Fortaleza, Recife, Curitiba e Belo Horizonte. A 5ª visita será em Manaus – AM, na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, com abertura pela manhã, almoço e visita técnica ao Estádio Vivaldo Lima ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011-CI, nº 16, de 2011-CAE, nº 26, de 2011-CMA e nºs 15 e 16, de 2011-CDR, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá e João Pedro, e Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita, com o objetivo de debater a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país. Comparecem para a audiência pública os seguintes convidados: Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República; Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. A Presidente concede a palavra aos Convidados. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores **Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Valdir Raupp** e **Francisco Dornelles**. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, o Senador Ricardo Ferraço assume a Presidência da Comissão. Às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, a Senadora Lúcia Vânia reassume a Presidência da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. Senadora **LÚCIA VÂNIA,** Presidente da CI, Senador **DELCÍDIO DO AMARAL,** Presidente da CAESenador **RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente da CMA, Senador **BLAIRO MAGGI,** Presidente da CMACOPOLIM, Senador **BENEDITO DE LIRA,** Presidente da CDR.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura; a 22ª da Comissão de Assuntos Econômicos; a 18ª da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; a 11ª da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; e a 13ª da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores dessas Comissões e Subcomissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A audiência pública que ora se inicia é a uma iniciativa conjunta de quatro Comissões e de uma Subcomissão permanente do Senado Federal: da Comissão de Serviços de Infraestrutura; da Comissão de Assuntos Econômicos; da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

A realização da presente audiência é resultado da aprovação dos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011, da Comissão de Infraestrutura; nº 16, de 2011, da CAE; nº 26, de 2011, da CMA; e nºs 15 e 16, de 2011, da CDR, de nossa autoria e dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Pedro, Vanessa Grazziotin e Ana Rita, com o propósito de debater a situação do tráfego aéreo no Brasil, as condições atuais de infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e, por fim, as implicações de todos esses aspectos para os eventos esportivos de relevância internacional que o Brasil sediará nos próximos anos: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Contamos com a presença dos seguintes convidados: Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil; Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Sr.

Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Agradeço desde já a inestimável participação dos senhores nesta audiência pública.

Reunir as três principais autoridades brasileiras em aviação civil nesta audiência pública representa uma oportunidade ímpar para o Senado Federal de colher, em primeira mão, informações atualizadas, relevantes e oficiais sobre as providências que o Poder Público vem tomando e que pretende adotar para aprimorar a infraestrutura aeroportuária brasileira.

No dia 26 de abril deste ano, realizamos, na Comissão de Infraestrutura, uma audiência pública sobre o mesmo tema de que tratamos hoje. Naquela ocasião, porém, os convidados apresentaram quadro extremamente preocupante sobre o presente e o futuro da infraestrutura aeroportuária brasileira, sobretudo no que diz respeito às possibilidades de colapso do setor no curtíssimo prazo, antes mesmo dos eventos internacionais que sediaremos em 2014 e em 2016.

Assim, os depoimentos das três autoridades que recebemos hoje em muito enriquecerão o panorama que estamos formando no Senado Federal a respeito da situação da aviação civil no País. Temos a oportunidade de ponderar acerca dos prognósticos dos estudos já debatidos da reunião do dia 26 de abril com relação aos dados e às informações que nos serão apresentados pelos ilustres convidados de hoje.

Esperamos que esta audiência pública permita-nos uma visão mais cristalina da questão, na medida em que os senhores convidados de hoje terão a oportunidade de apresentar-nos propostas concretas para evitar o caos que ameaça a aviação civil brasileira.

Contamos com a presença do Presidente da CDR, Senador Benedito de Lira, a quem convidamos para fazer parte da Mesa.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero comunicar a V. Exª que fico muito à vontade aqui. Faça de conta que estou à Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sinta-se como se V. Exª estivesse na Mesa.

Comunicados e convites: em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deliberou, por meio do Requerimento nº 13, de 2011, por participar em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção da organização do II Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. É o Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014.

Até o presente momento, foram realizadas as seguintes visitas: 18 de abril, em Fortaleza; 9 de maio, em Recife; 16 de maio, em Curitiba; 6 de junho, em Belo Horizonte. A quinta cidade a ser visitada será Manaus, Amazonas, no dia 13 de junho próximo, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, localizada na Avenida Mário Ypiranga Monteiro, Edifício Deputado José de Jesus Lins de Albuquerque nº 3.950.

A Secretaria da CDR está providenciando o envio de convites a todos os Srs. Senadores.

A estrutura da visita será: na abertura, pela manhã, teremos um espaço para manifestação das maiores autoridades presentes. Almoço para as autoridades no Palácio do Governo do Estado do Amazonas e visita técnica ao Estádio Vivaldo Lima e ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder tempo de quinze minutos para cada convidado.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Exmª Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi; Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e Vice-Presidente, Senador Lobão Filho; Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e Vice-Presidente, Senadora Kátia Abreu; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Presidente Senador Benedito de Lira, e Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim; meus colegas de Secretaria, Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero, e Dr. Carlos Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Anac; cumprimento todos também no Senado, demais Senadores, autoridades presentes, senhoras e senhores, eu gostaria de fazer uma apresentação rápida e de tecer alguns comentários sobre o setor, na medida em que já estou, digamos, há dois meses no cargo. O tempo passa muito rápido. Quando a gente observa, ele é muito mais célere do que a gente imagina. Mas é bom, porque a gente vai aprendendo sempre coisas novas.

Vou falar um pouquinho sobre a organização institucional, sobre a importância de haver uma instituição onde trabalha a governança do setor, de forma estruturada, com a participação de todos os agentes. Falar um pouquinho também das ações que já realizamos até agora, apesar do curto prazo, e sobre o que a gente imagina que possa ser uma agenda para o futuro do setor de aviação civil.

No primeiro quadro, temos ali a criação da SAC, que aconteceu em março deste ano. Reputo como uma criação bastante acertada, porque, quanto mais

a gente se envolve na discussão das questões desse setor, a gente observa que uma das melhores coisas que se pode ter é uma melhor governança e gestão desse setor.

Temos uma série de participantes. Estamos aqui falando não só da Secretaria, mas da Infraero, da Anac. Há um colega nosso que, talvez, fosse interessante estar aqui hoje, mas não está, que é o Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), que é um ator importante no desenvolvimento desse setor. Além disso, temos as companhias aéreas, nós temos o Ministério da Justiça com a Polícia Federal, nós temos o Ministério da Fazenda com a Receita Federal e nós temos o Ministério da Saúde com a Anvisa.

Então, é um setor que, sob o ponto de vista de dentro da cerca, já tem uma série de interlocutores e responsáveis para que esse tipo de serviço seja prestado adequadamente ao usuário. E do lado de fora da cerca, também – quem não está diretamente ligado à administração, à gestão do aeroporto de alguma forma –, nós temos uma série de agentes.

Obviamente, o Congresso Nacional é fundamental no aperfeiçoamento da discussão da regulação prevista para o setor, que é um setor altamente sensível e que precisa ser, de alguma forma, atualizado em suas regulações.

Nós temos uma série de outros agentes, por exemplo, Estados e Municípios. O aeroporto, para funcionar bem, precisa de uma ação concertada com os Municípios. Por exemplo, um aeroporto como o Galeão ou outros aeroportos que existem no Brasil podem estar sendo muito bem operados, talvez com padrões internacionais no limite, em algum momento, mas se nós não tivermos uma parceria estabelecida com Municípios, por exemplo, para que não ocorra o problema do risco aviário, nós poderemos ter uma limitação da utilização desses aeroportos. Por isso, é importantíssimo que os Municípios se integrem junto ao aeroportos, para que a gente possa prestar um serviço melhor ao consumidor, e não só isso, como a questão da mobilidade para se chegar aos aeroportos, enfim.

Existe uma série de questões em que os Estados e os Municípios serão fundamentais. Portanto, não é uma atividade econômica em que alguém, sozinho, resolve os seus problemas. É necessário que exista um trabalho conjunto, um esforço conjunto, uma participação colaborativa de todos os agentes. Nesse sentido, eu acho que a criação da SAC foi uma decisão bastante correta, porque ela permite que alguém com foco possa se dedicar a esse trabalho.

Poderia passar o próximo *slide*, por favor.

Bom, temos três Secretarias: uma de Política Regulatória, uma Secretaria de Aeroportos, que trata da infraestrutura dos aeroportos, e uma Secretaria de Navegação Civil. Cada uma delas tem uma ligação direta com os outros agentes que nós conversamos aqui e serão fundamentais na articulação e no desenvolvimento de uma agenda comum.

Pode passar, por favor.

Bom, política regulatória, eu, realmente, acho que não é o caso de ler todas as atribuições. O nome, eu acho, é altamente ilustrativo da missão dessa secretaria.

Eu gostaria que, talvez fosse mais interessante, em vez de a gente passar secretaria por secretaria... Eu pediria para passar um pouquinho mais. Um pouquinho, por favor.

Eu acho que nós poderíamos passar, já que nós temos pouco tempo, para algumas questões que eu reputo fundamentais para a gente entender qual é a agenda que nós temos hoje e a futura.

O que, nesse pouco tempo que tivemos, já começamos a tentar desenvolver? Uma melhoria na governança, em função de tudo o que eu já falei aqui antes.

Com vistas a maximizar a utilização dessa infraestrutura disponível... Porque, dessas conversas que tivemos, num primeiro momento, tanto em nível de governo, dever de casa, como com as companhias aéreas e com especialistas do setor, nós observamos que se nós utilizarmos de uma melhor forma a capacidade de infraestrutura que temos hoje, uma indicação que temos é de que a gente poderia aumentar a capacidade dos aeroportos, com os investimentos que temos hoje, na ordem de 30%. Todos nós sabemos que o melhor investimento que temos é utilizar adequadamente o que nós já investimos.

Então, nesse caso aí, começamos a estabelecer um trabalho conjunto e temos reuniões de governança não só com os entes de Governo, como do setor privado, no sentido de desenhar alguns círculos de governança que façam com que possamos operar de uma forma mais eficaz.

Criamos, num primeiro momento, nos aeroportos microlocalizados, em dois aeroportos, em Guarulhos e em Brasília, que começaram a operar neste fim de semana, um centro de governança, de gestão desses aeroportos. Nesses centros, estão todos esses parceiros que a gente vê ali: a Infraero, a Anac, o Decea, a Polícia Federal, a Receita Federal, companhias aéreas. Eles ficam todos juntos num *locus*, no aeroporto, em que tem todo um equipamento em que você pode ver todas as atividades do aeroporto *on-line.* Com isso, essa gestão conjunta que existe lá pode, imediatamente, tomar uma decisão sobre qualquer problema que aconteça no aeroporto.

Isso é uma coisa que está começando e nós esperamos um teste nesses dois pilotos por uns dois ou três

meses, para aperfeiçoamento. O *feedback* que temos até agora, apesar de pouco tempo, é muito positivo, porque tem uma série de ações... Só quem visita essa sala ou quem participa de alguma forma disso é que verifica que grau de possibilidade se tem de otimizar a operação do aeroporto com uma gestão integrada.

Então, isso vai ser o embrião futuro de uma autoridade aeroportuária, e não é que ela vá dizer como é que os parceiros trabalham. Ela vai participar e ajudar numa discussão de coordenação, e o importante é que cada um tem a sua atribuição: a Polícia Federal tem a sua, a Receita Federal tem a sua, a Anac tem a sua, a Infraero tem a sua, as companhias aéreas têm a sua, mas, como toda atuação conjunta, precisa ter alguma governança e alguém responsável.

Então, no futuro, uma vez que nós tenhamos desenvolvido a contento esses primeiros testes, deveremos definir alguém que seja responsável pela coordenação do aeroporto, mas, no momento, o que acho relevante é o treinamento, é o exercício de uma atuação conjunta no aeroporto, porque acho que isso vai trazer muitas formas de interpretar problemas e de entender como a forma de trabalhar de uma ou outra instituição pode afetar as outras e a vida, obviamente, dos usuários dos aeroportos. Isso, certamente, vai levar a uma melhor ação e a um melhor resultado.

Essas são ações de curto prazo que foram tomadas e, obviamente, nós vamos ter círculos de governança maiores. Já combinamos com os parceiros. A ideia é que se tenha uma governança, vamos dizer, sob um ponto de vista mais estratégico, de um ano, no sentido de tomar decisões que possam trazer essas melhores práticas para os aeroportos. Nós estamos contatando consultorias internacionais, que deverão nos ajudar a implantar nos aeroportos as melhores práticas que são usadas no mundo.

Nós, neste ano, até o final do ano, deveremos ter, em todos os aeroportos, a operação de um *check-in* compartilhado de todas as companhias, o que vai trazer flexibilidade e aumento de capacidade de *check-in* nos aeroportos.

Vamos usar, também, os totens todos, porque, hoje, você tem totens que são de uma companhia e outros que são de outra. A ideia é que nós tenhamos um sistema comum, em que todos os totens possam atender a todas as companhias. Com isso, também melhoraríamos a nossa capacidade de atender aos usuários.

Há outras atividades de melhorias operacionais dos aeroportos que nós deveremos desenvolver junto e em parceria com consultorias internacionais que tragam para nós essas melhores práticas. Com isso, esperamos aumentar a capacidade dos ativos que nós temos, sem precisar investir nada, ou, pelo menos, de uma forma relevante. Nós precisamos tirar da infraestrutura que nós temos o que ela pode dar, e isso será feito através de gestão e de uma governança nos aeroportos.

Temos essa ação, como eu disse, de uma política de longo prazo, de um ano, e vamos definir um plano, também de longo prazo, sob o ponto de vista de ter, no País, uma visão de 30 anos, em que possamos definir para onde vamos; em que possamos definir com antecedência os investimentos que precisamos fazer, não só sob o ponto de vista dos grandes aeroportos, mas também da questão da aviação regional. É fundamental que a gente desenvolva não só sob o ponto de vista econômico, algumas regiões, mas também de integração de um País continental como é o nosso. Então, essa é uma agenda que já está sendo desenvolvida em conjunto, também, tudo é em parceria, para que nós possamos não só ter uma avaliação melhor, como ter uma proposta de solução.

Uma agenda fundamental para isso, também, nós temos falado, é a questão da reestruturação da Infraero. A reestruturação da Infraero é fundamental, porque será um parceiro que, daqui para a frente, será fundamental na articulação e na parceria com o setor privado.

Foi anunciado pela Presidente, na última semana, que nós deveremos conceder aos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília este ano... É um estudo que ainda está em desenvolvimento, a modelagem está em desenvolvimento, o BNDES vai ajudar a Secretaria a fazer esse trabalho. Já estamos trabalhando juntos e, com esse trabalho, vamos precisar, para que essas coisas funcionem, já que está definido que a Infraero será um parceiro, terá uma participação na companhia de 49%, será um sócio relevante, nos capacitar para isso. Capacitar-se do ponto de vista de ter uma estrutura de engenharia adequada: capacidade em desenvolver projetos; capacidade em fazer a fiscalização do projeto; capacidade em fazer orçamento de projeto adequado, se estruturado do ponto de vista administrativo e jurídico, para que possa fazer licitações de forma bastante eficaz; capacitar-se para ter um diálogo bastante produtivo com as entidades de controle – isso é fundamental, e cada vez mais o será –; é preciso que essa entidade tenha uma reestruturação do ponto de vista financeiro e comercial, para que ela tenha uma visão de negócios e possa se tornar realmente um parceiro desejado e desejável para os investidores privados.

No mundo, hoje, esses setores todos crescem com parcerias. Isso é uma inexorabilidade, é uma forma de você otimizar recurso não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista de conhecimento.

A Infraero não tem dúvidas. Ela tem uma história grande, tem o conhecimento, mas precisa capacitar-se, precisa melhorar sua competência. E essa é uma agenda prioritária que devemos desenvolver a fim de que essa companhia, num prazo de uns três anos – é o que a gente imagina – possa ter uma estrutura adequada e capacitada para desenvolver esse papel de parceiro no setor privado no desenvolvimento da aviação no País.

Essas concessões, como eu disse, já foram aprovadas; outras estão em estudo no momento, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em Confins, como já foi lançado também pela Presidente, e esse trabalho vai ser desenvolvido, os três primeiros, até o final do ano – nosso prazo é apresentar a modelagem até o final do ano –, para que possamos fazer uma licitação desses três aeroportos.

Falamos aqui sobre a importância da aviação regional. A Secretaria vai administrar os fundos que são aplicados nesse tipo de projeto, o Profaa é um deles. Nós temos a capacidade hoje de aplicação de recursos nesse orçamento de R$102 milhões, aproximadamente, com 18 aeroportos em 12 Estados.

A gente tem observado, ao longo dos anos, que os recursos que têm sido disponibilizados não têm sido aplicados totalmente, quer seja por uma dificuldade de identificação de projetos ou até de apresentação de projetos em condições de serem apoiados. Uma ação que nós pretendemos fazer, no caso do Profaa, no atendimento aos aeroportos regionais, é que a Secretaria tenha uma atuação mais proativa, ou seja, em vez de ficar esperando os projetos chegarem que, de alguma forma, possamos identificar esses projetos e, em conjunto com Estados e Municípios, definir uma lista de projetos nos quais a gente deva investir, sem sombra de dúvida, para que a gente possa utilizar adequadamente os recursos e ter uma visão de desenvolvimento regional e integração econômica do território a partir dos recursos que existem. Então, uma ação proativa da Secretaria é o que nós nos propomos a fazer nesses próximos anos.

Obviamente, como já falei, a questão das obras que nós temos, não só do PAC, mas da Copa do Mundo também, como também em outros aeroportos, a nossa visão não é tão somente de preocupação com eventos de Copa do Mundo e Olimpíadas, que são importantíssimas e que têm de ser atendidos. A preocupação maior que devemos ter é com o dia a dia das pessoas. A nossa preocupação é atender os usuários todos os dias e não somente em datas específicas. Isso é um trabalho muito grande. Estamos desenvolvendo não só ações de gestão para isso – e elas serão sentidas nos próximos meses –, mas também do ponto de vista de investimentos, investimentos que temos de fazer a curtíssimo prazo – e vamos fazer isso, estamos tomando providências para que os investimentos de curtíssimo prazo aconteçam, acho que o Presidente da Infraero vai se referir a isso com mais detalhes – e também uma visão de mais longo prazo, são investimentos para que a gente possa ter sustentabilidade no setor e, assim, viver com tranquilidade o crescimento. O País tem crescido, e o setor tem crescido mais ainda. A elasticidade que havia nesse setor, que era da ordem de 2,4%, hoje já está em 3,5%. O crescimento tem sido cerca de 12% ao ano, nos últimos sete, oito anos, é um crescimento chinês, e nós precisamos estar em condições de atender a essa demanda.

Então, o desafio é grande. Estamos preparados para isso. Estamos aqui, com muito prazer, para apresentar essa nossa visão em curtíssimo espaço de tempo, mas acho que é importante que tenhamos tempo para as perguntas e para a discussão.

Agradeço o convite e a presença dos senhores.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Wagner Bittencourt.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

V. Sª dispõe de 15 minutos.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senadora.

Boa tarde a todos.

Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Senador Rodrigo Rollemberg, da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; Senador Blairo Maggi, da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo e das Olimpíadas; Senador Benedito de Lira, da Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo; Senador Delcídio, da CAE, que teve a gentileza de vir aqui nos cumprimentar, mas, infelizmente, lá, ainda continua na Ordem do Dia; Senadores Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles; senhoras e senhores, eu não vou me ater somente à Infraero; acho que o Ministro Wagner já foi suficientemente claro sobre o que se pretende do ponto de vista da companhia e o que nós vamos fazer daqui para frente.

Vou fazer uma apresentação que, a rigor, não é pequena, ela é longa, mas eu vou resumi-la, e vou deixar todo esse material público aqui, de modo que a gente possa, daqui para frente, ser fiscalizado, não só pelas comissões do Congresso Nacional, mas por toda a sociedade, sobre o andamento de cada uma das obras dos 13 aeroportos que compõem a Copa do Mundo. Além disso, caso alguns dos Senadores que

não pertençam aos Estados nos quais acontecerão jogos da Copa do Mundo desejarem se manifestar, nós estamos à inteira disposição para responder quaisquer perguntas específicas a respeito desses aeroportos.

Trouxe comigo o nosso Diretor de Operações, o Diretor Financeiro, o nosso Diretor Comercial e o Procurador Jurídico, caso eu não possa tirar alguma dúvida.

Vou começar por Guarulhos. A nossa apresentação será toda mais ou menos do mesmo feitio. Como disse no início, não vou me ater a cada um dos detalhes, já que eles são longos. Vou começar pelo gráfico de capacidade de demanda de cada um dos aeroportos.

Os gráficos de capacidade são feitos pela própria Infraero, seguindo conceitos internacionais da Iata e de outros órgãos do segmento de aviação, e a demanda segue aqueles níveis que vemos ali em cima: 2007/2010 foi o que efetivamente aconteceu em Guarulhos, cresceu 12,62. A nossa projeção para 2011/2014 é de 9,72, e para 2015/2019, de 6,11. Este mês atual é onde se encontra hoje a nossa situação no Aeroporto de Guarulhos. A nossa demanda vem crescendo – que é essa linha vermelha –, e a capacidade parada no mês atual. Cada um dos níveis, daqui para frente, são as ações que faremos no Aeroporto de Guarulhos, de modo a suprir toda a demanda existente, no nosso caso aqui, até setembro de 2015. Então, o item 2, por exemplo, será a construção de um terminal provisório, que termina agora em julho, e assim por diante.

Olhando o mapa de Guarulhos, podemos ver todas as intervenções que a Infraero fará ao longo do tempo.

Então, cada uma dessas indicações será efetivamente um ato ou uma ação por parte da Infraero. Vamos pegar como exemplo qualquer um deles aqui. O item 2, por exemplo, é um terminal de uma remota central, que terá uma capacidade de um milhão de passageiros e que será inaugurado no próximo dia 30 de julho. Se eu pego outro qualquer, o item 3, por exemplo, são dois terminais que nós faremos. Então, esperamos que até o final do ano nós tenhamos um terminal remoto, que é a primeira fase dele, onde vamos ter 5,5 milhões de passageiros e, em maio de 2012, mais 12,5 milhões de passageiros. E assim por diante, em todos os aeroportos nós vamos colocando cada uma das obras onde temos a certeza de que vamos suprir a demanda. Por exemplo, em Brasília, seguimos aquela mesma linha que mostramos para Guarulhos. A linha da demanda já está ultrapassando a linha da capacidade, de modo que o aeroporto realmente está aquém das suas necessidades, a demanda cresceu mais do que a nossa capacidade.

Aqui também há os crescimentos, o acontecido e o que vai acontecer, e as nossas ações. Nós terminamos um terminal provisório em setembro de 2010 e o Terminal 2 em novembro de 2010; terminaremos, no próximo mês de novembro, mais um terminal e a reforma do TPS atual e do TPS novo.

Olhando o mapa de Brasília, este é o aeroporto. Então, como eu estava dizendo, aqui também tem o Terminal Remoto 1, aquele que eu disse que já tinha terminado; o Terminal Remoto 2, que é esse que fica aqui em frente e que ficará pronto em novembro de 2011; o TPS atual, que nós já estamos reformando, e estamos prevendo a reforma até o final de 2012; e ali, em vermelho, o terminal de passageiros, o novo terminal de passageiros.

Toda a operação de Brasília nós esperamos terminar em... Em 10 de dezembro de 2013 nós teremos a primeira fase do terminal de Brasília pronta e em vias de funcionamento. Eu esqueci de dizer que o nosso investimento em Guarulhos é de R$1,3 bilhão; em Brasília, R$748 milhões.

Olhando para Campinas, o nosso terceiro aeroporto, também seguindo a mesma linha, nós vemos a linha da demanda e a linha da capacidade existente hoje, no mês atual. Nós inauguraremos lá um módulo de *check-in* agora, no mês que vem, quando aumentaremos a capacidade. E daí para frente reformaremos o terminal atual e, ao mesmo tempo iniciaremos a construção do terminal novo, ambos terminando em dezembro de 2013, o que elevará substancialmente a capacidade de Campinas para cerca de 24 milhões de passageiros, enquanto a demanda estará em torno de 13 milhões.

Então, esse é o mapa de Campinas, onde podemos ver aqui o terminal atual, apesar de não estar muito bem desenhado. Eu vou mostrá-lo maior aqui na frente. Este é o terminal remoto, que vai ficar nessa região de Campinas, e a obra de adequação do terminal novo. Os investimentos de Campinas previstos são de R$796 milhões.

O quarto seria o Galeão, que tem essa capacidade *versus* demanda. O Galeão está acima da demanda atual e da demanda prevista. Mesmo assim, nós vamos modernizar completamente o Terminal 1, que já está em obras, termina em dezembro de 2012, e o Terminal 2, que também será completamente construído, já que só existe a metade dele construída hoje. Terminará em janeiro de 2013, de modo que a capacidade será bem maior do que a demanda.

Este é o terminal. Ele terá recursos da ordem de R$657 milhões. Este terminal aqui é o atual e este aqui é o novo, que vocês conhecem, e esta é a parte de ampliação do Terminal 2, que também já está em obra. Quem vai ao Galeão não consegue perceber por-

que aqui nesta região existe um tapume que impede a visão dessa obra.

O próximo é o Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, que também está no limite. Já no início de 2002, nós teremos um problema entre a capacidade e a demanda de Confins. É por isso que nós vamos construir um módulo temporário, que ficará pronto em novembro de 2012, com o qual ampliaremos a capacidade do aeroporto para cerca de 16 milhões de passageiros. E depois a modernização e a ampliação do terminal de passageiros atual, que nos dará também mais cerca de 3 milhões de passageiros. Confins continuará sendo um problema. Nós teremos que trabalhar celeremente na construção do Terminal 2 de Confins. Mas, sem dúvida, será depois da Copa do Mundo, não será até a Copa do Mundo.

Este é o Aeroporto de Confins. Ele terá R$406 milhões de investimento. As propostas do edital serão abertas hoje, às 15h30. E nós esperamos já amanhã iniciar a fase de contratação e as obras. Para a fase do pátio de aeronaves, do táxi, de ampliação e da pista, os projetos estão em andamento. Nós temos uma questão de licença ambiental em Confins que está sendo bem resolvida e espero que nos próximos dias nós possamos dar entrada nesse processo também. Só para vocês terem uma ideia, a ampliação da pista nós esperamos também terminar em 30 de dezembro.

O próximo aeroporto é o de Curitiba, que também já em 2013, quando terminaremos a reforma e a ampliação do terminal de passageiros atual, estará chegando ao limite da sua capacidade. Mas não chegará, na medida em que essa ampliação permitirá que nós quase dobremos a capacidade atual do terminal de Curitiba. Investiremos R$102 milhões nessas ações, ampliando o terminal, que é o que vocês veem aqui, o pátio de aeronaves, o táxi e todas as questões dos aparelhos de pouso e decolagem por meio de instrumentos, porque o aeroporto de Curitiba nos traz problemas em vista das condições meteorológicas lá.

Salvador tem um aeroporto que está dentro da sua capacidade atual. Nós não temos grandes problemas lá, não vamos fazer grandes obras, a não ser a reforma do terminal de passageiros, onde as pessoas vão se sentir bem mais confortáveis do que hoje. Ele consumirá cerca de R$47 milhões de investimentos. Faremos também um investimento no pátio de aeronaves e na torre de controle, que é, vamos dizer, transparente para a população em geral, mas extremamente importante para o funcionamento do aeroporto, principalmente na Copa do Mundo, quando é muito grande o fluxo de aeronaves pequenas.

Só para terem uma ideia da reforma do TPS, nós desejamos concretizá-la em julho de 2013. O edital da obra será publicado em 2 de fevereiro de 2012.

Como eu disse no início, todos esses dados ficarão à disposição dos senhores, para que possam nos perguntar, no futuro, como está cada uma dessas obras.

O próximo é o de Fortaleza. Em Fortaleza, estamos também no limite da sua capacidade, o que, aliás, é uma questão, vocês sabem muito bem disso, já que a demanda cresceu substancialmente acima da capacidade dos aeroportos. Nós vamos fazer uma reforma em três fases do terminal atual, de modo que ele vai praticamente, não digo dobrar a sua capacidade, mais aumentar em cerca de 50%. E essa é toda a ampliação que nós vamos fazer.

Esta parte amarela é o terminal atual. Nós vamos reformar na fase 1. A fase vermelha é a ampliação desse terminal, e estas duas fases aqui são a terceira ampliação, como eu disse. Além disso, vamos mexer no pátio de aeronaves. Só para os senhores terem uma ideia, a fase mais importante, que é a ampliação do terminal, nós vamos concluí-la no dia 13 de outubro de 2013. O projeto terminou agora, em maio de 2011. Estamos trabalhando para publicar o edital até o próximo dia 15, talvez tenha um pequeno atraso de uma semana, mas a obra, que será iniciada em outubro, terminará em outubro de 2013 e consumirá cerca de R$350 milhões de investimento.

O próximo é Cuiabá. Cuiabá é um aeroporto que nos preocupa bastante, porque as condições não são boas; muito pelo contrário, são ruins. Além disso, a demanda também cresceu acima da capacidade e nós iremos inaugurar agora já em novembro um módulo de desembarque, que melhorará a capacidade do aeroporto e iremos reformar inteiramente o TPS. O aeroporto terá essa configuração, a sede da Infraero virá para cá, ela hoje é nesse ponto aqui, iremos ampliar toda essa parte, inclusive fazendo dois andares e criaremos aqui um terminal remoto, de modo que serão consumidos cerca de R$88 milhões. A fase mais importante do terminal de Cuiabá, a licença já foi concluída, o projeto básico termina em setembro e estamos prevendo publicar o edital em outubro e terminar a obra em 31 de julho.

O próximo aeroporto é Manaus. Manaus é um aeroporto extremamente antigo. Um aeroporto de 35 anos, que vai ser completamente adequado para suportar a demanda, apesar de ele estar com folga na sua capacidade em relação à demanda, mas tem problema de concentração de voo, o sentimento das pessoas, às vezes, é que ele está completamente sobrecarregado – e está mesmo! Esperamos que até dezembro de 2013 ele esteja completamente pronto.

Vão ser investidos R$415 milhões, o edital já foi publicado, já está em fase de análise. Esse em amarelo é o terminal atual, nós iremos ampliá-lo para essas duas áreas, inclusive toda essa parte do viaduto que passa debaixo do terminal de Manaus, para quem conhece, e iremos terminá-lo em 20 de dezembro de 2013. A audiência já foi realizado, o edital já está publicado, é só sair o resultado do edital para se iniciar as obras.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Mais dois minutos, Senadora, por favor.

Porto Alegre, da mesma forma. Temos aqui cada uma das obras e como vai aumentando a capacidade em relação à demanda, seguindo a mesma linha. Esse é o aeroporto de Porto Alegre, que irá consumir cerca de R$570 milhões. Nós vamos ampliar tanto a pista quanto o pátio de aeronaves e o terminal remoto, que já foi feita a fase 1, estamos terminando a fase 2, e a reforma do TPS, que foi inaugurado ano passado.

Recife é o aeroporto que temos menos problemas hoje. É um aeroporto que está bem acima da sua capacidade. Nosso trabalho lá será a construção da torre de controle, que esperamos concluí-la em junho de 2013, mas que não afeta o funcionamento do aeroporto, a torre ficará aqui, aqui é todo o terminal de passageiros. Vamos consumir R$18 milhões.

E o Augusto Severo, em Natal, é o nosso último aeroporto, que é o aeroporto administrado pela Infraero, como V. Exªs sabem. Em Natal está previsto outro aeroporto, cujo leilão será no próximo dia 19 de julho. Mesmo assim, estamos reformando o Terminal Augusto Severo em Natal de forma a aumentar a sua capacidade e para que ele não tenha problema nenhum por ocasião da Copa do Mundo. Serão investidos R$16 milhões. Aqui dá para terem uma ideia do terminal de Natal e da pequena ampliação que estamos fazendo em vermelho.

É isso, Senadora. Desculpe o atraso. Estamos à inteira disposição para as perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Boa tarde, Senadora Lúcia Vânia, presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado; boa tarde, Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão e Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo, das Olimpíadas; boa-tarde, Senador Benedito Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; boa-tarde, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Srªs Senadoras; Srs. Senadores; senhoras e senhores, é um prazer estar presente nesta Casa, que aprova o nosso mandato na Anac.

Primeiramente, gostaria de apresentar aqueles que estão presentes comigo nesta audiência pública, os outros três diretores da Agência, o Diretor Ricardo Bezerra, o Diretor Rubens Vieira e o Diretor Claudio Passos, bem como o Superintendente, Bruno Dalcolmo, da área de relações institucionais.

Em nossa apresentação, vamos tentar cobrir todos os pontos que foram colocados em nossos requerimentos. Eu vou me permitir ser bem claro e objetivo para depois podermos entrar nas perguntas e responder aos Exmºs Senadores e Senadoras.

Vou começar com uma visão geral da Anac, as fiscalizações, o desempenho nas auditorias internacionais, a parte de segurança operacional, que é a grande missão da agência, a parte de recolhimento financeiro, as multas, dados do setor, selo dimensional, uma grande discussão com relação à distância de cadeiras, que já existe, a parte de proteção ao passageiro, Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, que é o primeiro a ser concedido, já com data de leilão marcada para o dia 19 de julho, e, finalmente, vamos encerrar com o acordo de "céus abertos".

Dentro das pastas que foram distribuídas aos Senadores, nós temos a apresentação, se quiserem acompanhar.

O próximo, por favor.

A visão geral da agência. O que é a agência? Para deixar bem claro, é uma autarquia especial, criada pela Lei nº 11.182, de 2005, cujas maiores e principais atribuições... Temos a regulação técnica, em que gostamos das partes fundamentais, que são: segurança operacional, que, em inglês, é *safety*; e proteção contra atos e interferências ilícitas na aviação civil, que é a parte de *security*. A parte de regulação econômica é onde podemos trabalhar em coordenação com o Ministério da Fazenda e com o Cade também, para regular as empresas aéreas. E agora esperamos regular os aeroportos. A nossa representação internacional sempre muito bem coordenada com o MRE.

Próximo, por favor.

Só para vocês terem uma ideia, os resultados retirados do nosso relatório de gestão que foi entregue ao TCU têm os seguintes indicadores: inspeções e auditorias em empresas aéreas regulares e empresas de táxis aéreos, inspeções aeroportuárias. E aí vai, até os senhores terem uma noção de que chegamos a 19.047 exames práticos em aeronautas e 32.500 provas realizadas *on-line*. Ou seja, é um trabalho constante

que a agência tem para manter o sistema de aviação civil funcionando.

Próximo, por favor.

A Ação 2912 é a ação que determina toda a parte de fiscalização e regulação da agência, de onde saem os recursos orçamentários para que nossos inspetores de aviação civil, que são nossos fiscais, possam trabalhar. E aí os senhores podem ver a evolução da realização tanto da meta da Ação, que hoje está em 12 mil fiscalizações, com a realização efetiva pelos nossos inspetores. No ano passado, atingindo 21.279 fiscalizações pelo nosso pessoal. Ou seja, efetivamente, já vamos levar para este ano, o trabalho do PPA, um aumento da nossa meta, porque ela está já batida no nosso dia a dia com relação ao nosso pessoal.

Próximo, por favor.

Com relação ao desempenho da agência, a melhor maneira de termos uma avaliação do desempenho é compará-la com as demais autoridades do mundo. Então, nós fomos auditados, na parte de *safety*, que é segurança operacional, em maio de 2009. O Oaci esteve aqui no Brasil, passou conosco uma semana, e recebemos a nota 87,3, o Brasil todo. Com isso, chegamos ao nono lugar no *ranking* mundial. E dos países mais desenvolvidos do grupo do G-20, chegamos ao quinto lugar. É expressiva essa melhoria da agência, não só da Anac, mas também do Departamento de Controle do Espaço Aéreo e do Cenipa, são órgãos do Comando da Aeronáutica, e todos eles trabalham juntos para isso.

Mas não só dessa forma que somos auditados. Os Estados Unidos, através do nosso acordo de serviços aéreos, têm o direito de nos auditar. E nós fomos auditados no mesmo ano, em novembro, quando conseguimos também 100% de aprovação, aí, no caso, foi só a da agência, e nos mantivemos na categoria um, coisa que é importante manter para os voos para aquele país.

No ano passado, dentro dessa visão de auditoria e de desempenho das agências, a Oaci esteve no Brasil para ver a parte de proteção contra atos e interferências ilícitas, como estamos tratando essa ação nos aeroportos brasileiros. E também nós fomos muito bem. Esse dado não é divulgado externamente, não podemos ter uma comparação, mas nos sagramos com 85 de aprovação. E, constantemente, o órgão de fiscalização dessa parte nos Estados Unidos, que é o DCA, vem ao Brasil para manter essa correlação e para podermos ter voos americanos para o Brasil.

Próximo, por favor.

A parte de segurança operacional é outra área que estamos desenvolvendo muito bem aqui no Brasil. E aí o primeiro gráfico, aí em cima, que eu gostaria de mostrar, que mostra a evolução. A linha em vermelho é a nossa média móvel, e a comparação com relação a outros. Nós tivemos um pico, lógico que equacionado pelos dois acidentes que aconteceram no Brasil, que foram terríveis. Mas, a partir daí, todos os órgãos do setor de aviação civil se coordenaram e passaram a ter uma estratégia muito forte para a redução desses acidentes. Hoje, já estamos passando de três anos sem nenhum acidente fatal na aviação civil regular brasileira. Isso é extremamente importante.

Nós estamos inaugurando junho, com aquele gráfico, se fosse montado para o dia de hoje, já com 0,66. A continuar nesse trabalho, temos certeza de que, no final do ano, vamos estar abaixo da meta da Anac, que é 6,61.

Da mesma forma, verificamos, em conjunto com o Comando da Aeronáutica, que voo irregular leva a acidentes. E a hora que o piloto preenche seu plano de voo é a melhor hora para negarmos esse voo. Estabelecemos uma parceria com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo e trabalhamos para, exatamente como os senhores podem ver, fazer essa redução. Então, mostra claramente que, hoje, um piloto que preenche um plano de voo, na sala de tráfego da Força Aérea ou da Infraero, para voar, ele é obrigado a ter em dia sua aeronave e sua operação.

Próximo, por favor.

Com isso, mostramos claramente como a Anac vem trabalhando em prol da segurança. Uma das informações importantes que eu gostaria de passar para todos é o recolhimento financeiro. Logicamente, mostra, com isso, que o recolhimento aumentou e muito. O trabalho interno, o processamento dos autos de infração, tem sido cada vez mais célere e bem organizado. No ano passado, atingimos a marca de R$17,4 milhões, recolhidos aos cofres da Anac. Este ano, também dado o nosso trabalho de coordenação, nossas fiscalizações já nos renderam, já de autos de infrações julgados em primeira e segunda instância, R$12,3 milhões, mostrando claramente que a Anac não só está fiscalizando, mas também aplicando as sanções corretas para os casos que encontramos.

Próximo, por favor.

Bom, mostramos o desempenho do ponto de vista de segurança. Agora vamos colocar um pouquinho do desempenho do ponto de vista econômico. A primeira coisa que gostaríamos de mostrar é a regularidade e pontualidade, ou seja, atrasos e cancelamentos de voo. Como estão esses indicadores no Brasil? Claramente, neste gráfico, colocamos que houve uma redução muito rápida a partir de 2007, um trabalho efetivo com as empresas. Tivemos toda uma reformulação dos horários de transporte, junto com o Decea e a Infraero, e

estamos trabalhando para uma meta ainda mais agressiva este ano, de chegar a 10% de atraso e em torno de 5% de cancelamento no ano. Logicamente que há uma sazonalidade, há uma influência meteorológica. Só para os senhores ficarem sabendo, hoje estamos também com influências de cinzas vulcânicas vindo do Chile. Ou seja, a aviação é um meio de transporte complexo e a coisa mais importante é a segurança. Na hora que afeta a segurança, não podemos voar.

Próximo, por favor.

Também na parte econômica, a oferta. Como estamos ofertando os voos, principalmente internacionais. E aqui, esta tabela, comparando 2007 a 2010, mostra uma elevação grande de voos que foram ofertados nas nossas principais capitais e onde podemos notar, em parêntese, que é o ponto em que temos um pouso intermediário. Então, mostra a subida de Guarulhos, chegando a 606 e 804, com pousos intermediários; o Rio de Janeiro chegando já a 303; e assim por diante. Se somarmos todos os nossos aeroportos, há um crescimento de 17% nessa nossa estratégia, em que estamos abrindo, cada vez mais, as frequências não só no Brasil, como para o exterior.

Próximo, por gentileza.

Dentro dessa linha de evolução econômica, nós passamos a comparar uma evolução do mercado, em que tínhamos, antigamente, um duopólio claro. Chegávamos a quase 95% do mercado. Hoje isso não é mais realidade. A linha tracejada mostra claramente a tarifa. Quanto mais novas empresas são entrantes no processo – estamos chegando hoje a 20% – há uma redução clara de tarifa. Se compararmos de 2007 ao início agora de 2011, já há uma redução de tarifa de cerca de 50%. Isso é muito bom para o País. Isso é muito bom para a nossa sociedade. É mais gente voando e mais gente tendo oportunidade de executar esse transporte seguro que é a aviação.

Próximo, por favor.

Bom, mudando um pouquinho para discutir – entre aspas – "dimensão a bordo/conforto", a agência, dentro da lei, tem uma liberdade. Ela não pode regular do ponto de vista de tarifas. Ela tem uma necessidade de deixar o mercado cada vez mais competitivo. Porém, ela pode ter estratégias; no caso, uma estratégia clara de divulgação.

No ano passado, em 2010, nós aprovamos uma resolução que trata de selo dimensional e etiqueta, em que definimos faixas. É muito parecido com o Procel e a etiqueta do Inmetro que fala da parte de energia. São faixas de distância útil entre os assentos. Todas as empresas hoje já estão com seus relatórios aprovados e vão não só colocar no sistema de reservas, mas também vão estar afixados em suas aeronaves. E aí nós temos a medida, como vocês podem ver na etiqueta, do espaço útil entre um banco e outro, bem como a informação da largura lateral do assento, que é importante para o nosso passageiro poder escolher. A ideia da Anac com isso é que cada um possa decidir qual a empresa que quer, de acordo com a sua altura, com seu tamanho, que possa escolher um bom produto.

Próximo, por favor.

Continuando, então, com proteção ao passageiro, dentro do conjunto de documentos que a gente passou a todos, existe um folder que fala justamente – ele é explicativo – dos direitos dos nossos passageiros, por meio da Resolução nº 141, em que a gente fez claramente toda uma determinação, melhorando cada vez mais e divulgando quais os direitos dos passageiros a partir de eventos de atrasos, cancelamentos e até, no último caso, preterição, ou seja, quando lhe é negado embarcar por algum motivo. Está aqui bem claro para todos os Senadores o que cada um tem que fazer.

A Anac, muitas vezes, com a ajuda da Infraero e até coordenando com as empresas, vem trabalhando para que o passageiro possa cobrar isso, porque ele tem um contrato, um contrato de transporte, aprovado, dentro da visão de uma concessão.

Próximo, por favor.

Tentando terminar a nossa apresentação, temos o Aeroporto São Gonçalo do Amarante, onde a gente está trabalhando fortemente para que a sua concessão seja um sucesso, que – é a nossa visão aqui – o valor mínimo lá, no dia 19, seja claramente suplantado, de R$51,7 milhões. E aí é onde a gente tem claramente incentivos para que essa operação possa acontecer antes do previsto, que é de 36 meses contratualmente.

Próximo, por favor.

Nos requerimentos, falava-se sobre céus abertos. A gente quer tecer alguns comentários com relação a essa área de céus abertos. Já existia legislação trabalhando sobre esse tema. É o art. 41, o 49 da nossa lei. A política também da Pnac, que foi aprovada pelo Presidente Lula, no Decreto nº 6.780, de 2009, também trouxe essa mesma linha de ação. E, por último, o Conac, na sua Resolução nº 007, também trouxe essa linha de ação, que é buscar sempre, nas negociações, nos nossos acordos em serviços aéreos, a questão dos céus abertos.

Próximo, por favor.

Bom, o que são céus abertos? De onde estamos buscando isso? Céus abertos é a ligação do Brasil com outros países. Não é a cabotagem; de maneira alguma um acordo nosso com outros países. Nós estamos falando de voar aqui dentro, abrir o nosso espaço aéreo para que possa ligar cidades brasileiras, mas também, cada vez mais, a gente possa ter frequência

e habilitar as nossas cidades, a nossa população para ir para outros países.

Com isso, nós já trabalhamos não só com os dois principais, que foram o da União Européia, que está para ser assinado, e o dos Estados Unidos, que já foi assinado pela Presidenta e pelo Presidente Obama, no início deste ano, mas também já temos mais de vinte acordos de céus abertos, que iniciaram a sua confecção desde 2007.

Eu queria mostrar como houve evolução a partir do momento em que a gente introduziu essa política, ou seja, cada vez mais a gente teve acréscimo de passageiros sendo transportados. E isso é bom para o turismo brasileiro. Há sempre a criação de novos empregos quando estamos movimentando pessoas de um lado para o outro.

Próximo, por favor.

A gente está quase terminando. Seria mais um slide somente. Só para a gente poder comparar nos nossos mercados. Aqui, em vermelho, nós mantivemos uma empresa brasileira e, em azul, só na América do Sul que estamos com as duas empresas brasileiras. Os senhores podem notar que estamos sempre à frente, principalmente nas horas em que temos as rotas principais.

Então, na América do Sul, onde nós iniciamos essa abertura de céus abertos, no início de 2008, as duas empresas brasileiras têm uma competição muito forte e estão à frente das demais empresas. Nos Estados Unidos, quando a gente vai analisar, a TAM é a segunda, mas, em todas as rotas em que ela voou para os Estados Unidos das suas cidades, ela é a primeira em transporte de passageiros. A mesma coisa acontece com relação á Europa. Em todas as rotas que a TAM voa para a Europa, ela está em primeiro lugar. Bom, era isso que nós teríamos para apresentar.

Próximo, por favor.

Deixamos aqui com as ações e atribuições da Anac e estamos abertos, logicamente, para perguntas. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, em nome dos quais eu cumprimento todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. Agradeço pela presença e cumprimento pela explanação o Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República, Dr. Wagner Bittencourt de Oliveira, o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero, e o Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

Eu vou ser muito breve e fazer uma pequena observação e um questionamento. Há pouco, nós assistimos aqui, no Senado, à apresentação de um pesquisador do Ipea e do Presidente do Sindicato das Empresas Aéreas, manifestando grave preocupação com o andamento das obras dos nossos aeroportos. Eu confesso que fiquei extremamente preocupado ao ouvir o relato e mais preocupado ainda quando fiz, recentemente, uma viagem ao exterior e vi as condições do nosso Aeroporto de Guarulhos.

Confesso que fico mais tranquilo ao ouvir a apresentação do Presidente da Infraero e torço muito para que a razão esteja com essas afirmações oficiais de que, apesar do nosso curto espaço de tempo e da nossa situação apertada, especialmente em alguns aeroportos, teremos condições de suprir as necessidades e de nos prepararmos adequadamente para receber, para atender a população brasileira em períodos normais, bem como atender, nesses períodos extraordinários, a população mundial que virá ao Brasil, especialmente para a realização da Copa e para a realização das Olimpíadas.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro ou ao Presidente da Infraero, o que se considerar mais apropriado para respondê-la.

Na apresentação do Ministro, vimos que há três aeroportos em relação aos quais já se decidiu fazer concessão para a iniciativa privada, e dois outros estão em estudo: o Aeroporto de Guarulhos, o Aeroporto de Viracopos e o Aeroporto de Brasília. O de Brasília já demonstra que há um gargalo. A demanda já e maior do que a oferta dos serviços, e a gente percebe isso toda vez que precisa do Aeroporto de Brasília.

Pergunto: qual é o cronograma dessa privatização, quando o Governo pretende lançar e quando pretende concluir o processo de concessão desses aeroportos? E fiquei com uma dúvida: os investimentos previstos para esses aeroportos serão feitos por quem? Serão feitos pela Infraero, e, após esses investimentos, eles serão concedidos à iniciativa privada ou esses investimentos já deverão ser feitos pela iniciativa privada?

São apenas esses os questionamentos, cumprimentando V. Exª, Presidente Lúcia Vânia, e o Presidente Blairo Maggi, que têm feito um trabalho muito sério, muito profundo pela Subcomissão, na Comissão

de Meio Ambiente, encarregada de acompanhar as obras da Copa.

Torço muito para que a gente possa cumprir esses cronogramas, para que possamos receber muito bem a população mundial que vem para esses dois grandes eventos e atender, sempre com muita competência e dignidade, a população brasileira, que, cada vez mais, utiliza, felizmente, os nossos aeroportos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – (*Falha na gravação*.) ... Seriam feitas todas as perguntas e, depois, os expositores responderiam.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/ PCdoB – AM) – Senadora, acho que depende, porque já temos um número importante de Parlamentares. Se chegarem outros dez Parlamentares, acho que a senhora vai dirigindo. Vamos fazendo as perguntas até que os expositores tenham condições.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos fazer de três em três.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/ PCdoB – AM) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão da Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia; também o Ministro Wagner Bittencourt. Seja bem-vindo, mais uma vez, ao Senado. Também o Dr. Antônio Gustavo Matos, que é Presidente da Infraero, e também Dr. Carlos Eduardo Pellegrino, que é Presidente da Anac ou Diretor da Anac. E também cumprimentar meu Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que é nosso comandante na Comissão. Eu sou uma Subcomissão e devo continências ao Senador.

Na realidade, eu já ouvi essas explanações, na semana passada, quando a Presidente Dilma nos convidou e convidou todos os prefeitos e os governadores das doze cidades que foram escolhidas como sede da Copa do Mundo. Portanto, para mim, não há nenhuma novidade.

Na realidade, senhores, as pessoas de fora, que não estão no dia a dia e que nem têm o conhecimento que tenho ou a informação que tenho hoje, todas se preocupam, realmente, porque a Copa, a cada dia, fica mais próxima. E a gente, a cada dia, não está vendo, não está conseguindo observar as obras que todos sabemos que irão acontecer.

Então, à Subcomissão não resta alternativa agora senão, de fato, acompanhar. Já ouvi as explicações aqui, na Comissão; já ouvi junto a Presidente; estou ouvindo novamente aqui, hoje. Então, temos que aguardar. Eu, da minha parte, vou aguardar o acompanhamento e os dias. E, daqui a alguns dias ou daqui a um mês, ou dois meses, no máximo, teremos de conversar, novamente, por intermédio da nossa Subcomissão; informar-nos se tivemos avanços, nestes meses de maio ou de junho, em relação aos meses de agosto e setembro. Não resta outra coisa a fazer, Presidente Lúcia Vânia, a não ser isso.

De fato, não deveria nem torcer, mas estarmos todos imbuídos da mesma vontade, da mesma direção, de fazer essas coisas acontecerem para a Copa do Mundo de 2014. A responsabilidade do Brasil perante o mundo é bastante grande. Não podemos, de forma nenhuma, passar vergonha, passar vexame na Copa do Mundo.

Sendo assim, quero colocar mais uma vez, como já fiz em outras oportunidades, Presidente Rodrigo Rollemberg, a nossa Subcomissão à disposição para que possamos ser um agente facilitador até dentro do próprio Governo com outros órgãos, aqui dentro do Senado. Todos nós, os 81 Senadores desta Casa, por mais divergências políticas que tenhamos, torcem, trabalham e tenho certeza de que não deixarão de contribuir para que possamos chegar no processo, em 2014, em condições de fazer uma boa e bela Copa do Mundo.

Sei que os administradores que estão sentados nesta mesa não têm a responsabilidade do passado, mas se formos olhar os gráficos e tudo o que já vimos, vamos ver que o que estamos fazendo para a Copa do Mundo, na realidade, deveríamos estar fazendo sem a Copa do Mundo, pois esta é uma necessidade do País.

Além das 12 cidades-sedes, temos as outras capitais do País e outras cidades grandes que não estão nesta conta e que, talvez, tenham a mesma necessidade que as 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo. O trabalho que os senhores têm pela frente, e vai passar da Copa do Mundo... Todos temos que estar preocupados com a infraestrutura em nosso País se quisermos ser um país moderno e competitivo. E isso não passa só pela aviação, mas também pelas ferrovias, hidrovias e rodovias. Então, o trabalho que temos pela frente não é pequeno.

Quero mais uma vez, ao cumprimentá-los e agradecer pela presença, dizer que a Subcomissão que eu represento estará sempre de portas abertas, e se precisarem de mais alguém para ajudar, estarei à disposição.

Parabéns e muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Quero cumprimentar também os convidados que participam desta

audiência pública tão aguardada, pois já a estamos aguardando há alguns meses.

Nesse período, tive a oportunidade de ter uma reunião, juntamente com toda a bancada da Amazônia, com o Dr. Antônio do Vale, Presidente da Infraero. Mas ainda não tivemos oportunidade de estar com o Presidente da Anac e nem tão pouco com o Ministro da Aviação Civil do Brasil. No entanto, o importante é que estamos aqui debatendo o assunto e agora com mais um componente posto à mesa, que é a mudança do modelo do início do processo da privatização dos aeroportos do Brasil, e um componente que não é tranquilo. E os senhores me desculpem, pois procurei prestar muita atenção em tudo o que foi dito: está tudo uma maravilha, não temos problemas nos aeroportos. O que não está feito, está planejado, Senador Blairo Maggi. E o que está planejado vai acontecer. Foi essa a impressão que tivemos. O que é completamente divergente, por exemplo – e aí se iniciou um grande debate –, com o estudo do Ipea, com a Nota Técnica nº 5, publicada pelo Ipea, que é um instituto de pesquisa ligado ao Governo Federal.

E faço, na presença dos senhores, outra manifestação de aplauso ao Ipea, porque acho que o bom aliado não é aquele que esconde os problemas, mas aquele que ajuda na resolução desses problemas.

Lembro que à época, quando o Ipea falava sobre a questão dos puxadinhos, muita gente do Governo dizia que não era bem assim. Muita gente no Governo dizia que não era preciso os puxadinhos, pois se concluiriam os aeroportos. Hoje, no entanto, por tudo o que temos lido, o que sabemos é que enquanto não sai o modelo definitivo da tal da privatização, as obras continuam, inclusive os MOPs, Senador Rodrigo Rollemberg. E o que são os MOPs? Módulos operacionais provisórios, os puxadinhos.

Então, primeiro, quero dizer que concordo plenamente com o Senador Blairo Maggi. Infelizmente, lamento – e peço desculpas desde já ao Dr. Antônio Gustavo, e já fizemos isso na presença dele – que este debate sobre os aeroportos só venham ocorrendo com mais força agora, porque estamos na iminência da realização da Copa de 2014 aqui. Mas a nossa luta pela ampliação, pela construção de um novo aeroporto – porque nós precisamos muito mais do que uma ampliação, precisamos de um novo aeroporto, pois o nosso tem 30 anos de idade – é de muito tempo. E há muito tempo a gente recebe informações da Infraero que não podemos acreditar. Mostrei lá, em junho de 2010, o então Ministro Nelson Jobim, encaminhou à Câmara dos Deputados, por conta da resposta a um requerimento lá apresentado, dizendo que o projeto básico do aeroporto de Manaus estava no final de elaboração e a conclusão estava prevista para o mês de agosto; e as obras começariam em fevereiro.

Hoje temos um novo calendário. A publicação do edital ocorreu em maio – de fato, o edital foi publicado no dia 25 de maio – e o término das obras está previsto para 2013. Mas faltou um pedacinho, Dr. Vale, mostrar que a conclusão do aeroporto de Manaus nem pela previsão da Infraero ocorrerá, em sua totalidade, em 2013. Ele estará pronto para o uso, mas as obras continuarão depois de 2013, depois da Copa do Mundo.

Quero dizer que faço essas críticas dentro daquela concepção inicial. O bom aliado não é o que esconde, é o que expõe e ajuda a resolver. Acho que a Infraero – e estamos dispostos a ajudar... Lamento que não foi possível aprovar a simplificação dos procedimentos de licitação, numa medida provisória na Câmara, mas creio que, em breve, será aprovada uma manifestação prática do Parlamento brasileiro no sentido de que queremos ajudar, precisamos ajudar para que esse problema seja resolvido. Queremos uma Copa do Mundo, mas uma Copa do Mundo bem organizada, que o Brasil fique com uma boa impressão no mundo inteiro. E a porta de entrada são os portos e aeroportos. A primeira impressão, como diz o velho ditado, é a que fica na imagem das pessoas. Estou dizendo isso e torço muito para que tudo se adiante. Sei da possibilidade de adiantar algumas etapas caso haja mudança nos procedimentos legais da Administração Pública.

O segundo ponto é a questão da privatização. O primeiro anunciado foi um modelo de que haveria uma parceria público-privada. A iniciativa privada construiria a ampliação e faria parte da administração; áreas comerciais explorariam aquela parte ampliada. Agora, recentemente, não. Já vamos privatizar os três aeroportos, numa decisão que será discutida até o final do ano. E aqui quero sugerir, Senadora Lúcia Vânia: vamos realizar audiência pública para debater isso, Presidente Antônio Gustavo, Presidente da Anac e Ministro da Aviação. Vamos fazer audiência pública, porque para aprovar um processo produtivo básico tem audiência pública; para ampliar o aeroporto tem audiência pública; para meio ambiente tem audiência pública; vamos fazer audiência pública para isso também. Vamos colocar os prós e os contra na mesa. Se ganharem os a favor, ótimo, vamos privatizar. Agora, a experiência do mundo mostra que não é o melhor caminho. E por que começar pelos três aeroportos mais lucrativos do Brasil?

Até onde eu conheço – não conheço muito, mas também não sou um neófito, conheço um pouco – o sistema Infraero é um sistema todo, o que dá lucro cobre aquele que não dá lucro. Por exemplo, o Aeroporto de Manaus é o terceiro em movimentação de carga

do Brasil; o primeiro é Guarulhos e o segundo, Viracopos. Agora, esses aeroportos que dão lucro ajudam aqueles que são deficitários, e não são poucos. Com a privatização desses três, da galinha dos ovos de ouro, quem vai manter os outros? Ou será que os aeroportos das capitais brasileiras vão ficar iguaiszinhos aos aeroportos do interior do meu querido Amazonas? Lá, a maior parte da administração dos aeroportos do interior está a cargo dos Municípios, que não têm dinheiro para tapar um buraco na rua, para contratar um médico, para ampliar uma equipe de médico da família, vai manter aeroporto? Não funciona, não funciona. Então, é aquela velha história: o Governo faz de conta que tem, o Município faz de conta que funciona e a gente vai descendo naqueles aeroportos que não entram nem nas estatísticas. E a gente vai descendo, porque não temos estradas, só rio, que demora trinta dias para chegar. Então, será que é isso que vai acontecer com o aeroporto de Natal, com o aeroporto de Teresina, os aeroportos que não são lucrativos? Ou vamos precisar recorrer à OGU, Senador Valdir Raupp, ao Orçamento-Geral da União, Senador Valdir Raupp, que vive contingenciado? Aí, mais uma despesa, mais uma despesa.

Vou formalizar um pedido no sentido de que precisamos ter audiência pública para debater com muita tranquilidade. Está aqui a matéria que divulga a tal da privatização. Tem muita gente interessada. Um tal grupo alemão, Fraport, que seria parceria com Andrade Gutierrez; FMG em parceria com Queiroz Galvão; a francesa Aéroport, de Paris; a A-Port, *joint venture* da Camargo Corrêa com a Suíça. Quer dizer, eles só querem esses. Não seria o caso, se tiver que entregar, de entregar em bloco e exigir uma qualidade para todos, e dar um período, e se não der a mesma qualidade para todos, devolve? Se não fossem aeroportos lucrativos não teria privatização.

E, por fim, aí é um questionamento mais dirigido ao Dr. Wagner, ao Exmº Ministro, sobre a aviação regional. Dei o exemplo aqui dos aeroportos do Amazonas, mas temos, salvo engano, a Infraero atuando em três aeroportos, temos o Comar, da Aeronáutica, atuando em mais alguns pouquíssimos, o governo do Estado em um e o resto, nos Municípios.

Precisamos também resolver esse problema. Eu gostaria de ver mais do que vi aqui em relação à aviação regional e aos aeroportos do Brasil. Tudo bem, a Infraero é uma empresa e tem os seus aeroportos. E o Ministério? Quais os planos para melhorar a aviação regional e garantir a segurança nos aeroportos brasileiros. Não é porque nós temos uma cidade com 30 mil habitantes que essa cidade não deva ter o direito a ter um aeroporto. Deve ter o direito a um aeroporto, um aeroporto que funcione com total segurança. Mas o modelo hoje não garante isso.

Peço desculpa, Senadora Lúcia Vânia, pela demora, mas são coisas que eu tinha que falar.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Wagner Bittencourt.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quantos inscritos nós temos?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Temos inscritos, o próximo, Senador Ferraço; o seguinte, Senador Francisco Dornelles; Senadora Ana Rita; Senador Flexa Ribeiro; Senador Valdir Raupp e Senador Cyro Miranda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – São dez então.

Ministro, com a permissão de V. Exª, eu só queria propor à Presidente que pudéssemos fazer dois blocos de cinco.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – *OK*. Vamos fazer.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A minha preocupação é que já temos, a esta altura, um conjunto de indagações e questionamentos feitos. Há o risco de nós comprometermos a qualidade das intervenções se passarmos para cinco. Tínhamos pactuado três. Vou insistir que a Mesa possa responder as três e depois possamos fazer outro bloco. E tenho questionamentos a fazer à Infraero. Eu gostaria de solicitar que mantivéssemos o que foi pactuado, que é manter blocos de três em três.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

Concordo com o Senador Ferraço. A preocupação dele é a de todos nós no sentido de ter qualidade na audiência. O que me preocupa é que estamos próximos da Ordem do Dia. Iniciada a Ordem do Dia, temos que suspender a audiência, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, eu prefiro suspender e marcar outra a fazer pela metade, ou não fazer ou fazer malfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Teremos votação nominal na Ordem do Dia e teremos que suspender.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Submeto ao Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu concordo com S. Exª. Só estou defendendo a tese de que, para fazer malfeito é preferível então que façamos outra, porque são 15h50. Não dá nem para responder as três intervenções que foram feitas.

É preciso, então, que decidamos agora outro dia para fazer uma outra audiência pública, porque, senão, estaremos comprometendo a intervenção e a qualidade de um tema absolutamente relevante; reunimos três comissões permanentes...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador, eu retiro a minha proposta. Vamos ouvir o Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Wagner Bittencourt de Oliveira.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Obrigado. Vou tentar responder o mais objetivamente possível, já que o tempo é importante para todos.

O Senador Rodrigo Rollemberg se retirou, mas eu gostaria de deixar a resposta à pergunta que ele fez: "Qual o cronograma das concessões?" Nesses três primeiros aeroportos que o Governo decidiu conceder, que são Guarulhos, Viracopos e Brasília, o cronograma previsto de avaliação conjunta com o BNDES, que está nos suportando neste trabalho, é até o final do ano. Até dezembro, temos a modelagem feita e, a partir daí, podemos fazer o leilão e, obviamente, em mais alguns meses, estaremos concedidos, se tudo der certo.

Aproveito este comentário para responder à Senadora Vanessa. Na verdade, Senadora, uma parte do processo de avaliação de modelagem que vai acontecer até o final do ano já prevê audiências públicas, em que você apresenta o projeto, apresenta as alternativas, e isso é debatido com a sociedade. Então, isso já acontecerá necessariamente, o que não impede que a gente venha aqui também para debater. Não há problema algum. Mas o processo é transparente e deverá considerar essas etapas.

Outra pergunta do Senador Rollemberg era com relação a investimentos previstos. Se serão feitos. Serão feitos, porque esse conjunto de investimentos que a Infraero apresentou aqui tem coisas de curtíssimo prazo, coisas de médio prazo e alguma coisa de longo prazo. Se a gente olhar do ponto de vista – não quero entrar na discussão de passado –, a gente vê que várias coisas já estão se concretizando. Vários eventos, não só de construção de MOPs, estão sendo realizados agora no mês de julho, pelo menos em dois aeroportos, como licitações que já se realizaram, no sentido de se começar a fazer as obras.

Então, acredito que o que está acontecendo agora é uma realização, fruto de um trabalho que já vem vindo do passado. E, como a gente sabe, às vezes o setor público tem uma certa dificuldade de agilizar e viabilizar os seus projetos. Mas agora nós vemos que muitas dessas ações estão se concretizando e vemos que é um cronograma factível; e coisas de curtíssimo prazo, a tendência e o que a gente está se forçando é para fazer de forma a que seja atendida a urgência do momento. E esses investimentos continuarão a ser feitos.

Alguns deles – se a gente olhar o cronograma da concessão, cuja modelagem termina no fim do ano e será feita no princípio do ano; quer dizer, no princípio do ano, já se terá a concessão – são compatíveis. Por exemplo, se a gente olhar o terminal 3 de Guarulhos, o Exército está fazendo agora terraplanagem. A construção do terminal 3 vai-se dar mais para frente. Se a gente olhar o cronograma, a gente vê que é algo compatível, mas não vamos parar de fazer nada pelo risco de se ter um *stop and go.* Então, como precisamos ter os ativos realizados, continuarão a ser feitos investimentos. Nada será paralisado.

Bom, agradeço as palavras do Senador Blairo Maggi. Não tem dúvida. Sou uma pessoa que trabalhei muito tempo em infraestrutura no BNDES, de logística, e sei quanto isso é importante; quanto nós temos de planejar a longo prazo; quanto nós temos de fazer intervenções para não ter dificuldades no futuro. Sei como a questão da intermodalidade é fundamental, não só na carga, mas em passageiros. Temos o trem de alta velocidade, que acho que não vamos discutir aqui, porque é um outro projeto grande. Mas acho, do meu ponto de vista, como uma pessoa que trabalhou em desenvolvimento a vida inteira – 36 anos de BNDES – que se a gente não tivesse feito as coisas que fez no passado não teríamos hoje uma série de atributos e projetos importantes para o País.

Então, acho que sempre tem uma dificuldade no momento. Eu me lembro de que a gente está discutindo essa questão do trem, que é muito caro, e um tempo atrás estava discutindo com algumas consultorias que estavam nos ajudando na modelagem do setor aéreo. E começamos a refletir sobre projetos grandes que teríamos feito. Eu me lembro.

Em 1981, era gerente do departamento de mineração e metalurgia do BNDES, e nós estávamos estudando o projeto Ferro-Carajás. Eu me lembro de que, naquela época, foi um estudo com várias agências de desenvolvimento, Banco Mundial, o banco japonês de desenvolvimento, e me lembro de que foi uma discussão muito grande. Levou um ano ou mais para a gente fazer a análise desse projeto. Existiam dúvidas sobre, primeiro, a crise na época que nós vivemos. Eu também já passei por várias crises, e a gente começa a contar história em vez de contar estória. É um problema, mas é verdade, a gente vê as coisas acontecerem. Então, nessa época, questionava-se se existiria mercado para esse projeto; se o custo não era muito elevado; se, por acaso, os dormentes não seriam comidos pelos cupins

no meio da Floresta Amazônica, e uma série de questões desse tipo. Hoje, vejo que esse projeto foi feito...

Quanto ao tamanho, é o seguinte: na época, fizemos uma avaliação, há pouco tempo, quando começamos a discutir isso, e vimos que o custo do projeto era muito próximo do que se fala hoje do trem de alta velocidade. E nós o fizemos naquela época. O cupim não comeu a madeira, a Vale do Rio Doce continua produzindo o que produz lá – mais de 100 milhões, quase duzentos milhões de toneladas –, e o mercado não desabou por conta daquele projeto e ele não se tornou inviável.

Então, acho que infraestrutura é uma questão de muito longo prazo. Temos de olhar para o futuro, e às vezes pode ser que alguma coisa que olhemos no curto prazo possa parecer um pouquinho fora do padrão, mas aquilo vai ser importante. No caso, temos recebido muitos operadores internacionais de aeroportos, e eles falam da importância de se ter uma interligação de modais, assim como nós temos a necessidade de ter isso na infraestrutura e na logística de carga.

Agradeço e acho que vamos precisar muito, Senadora. Acho que ninguém faz nada sozinho, principalmente num setor como este, que precisa de muito investimento e de muito suor para acontecer.

À Senadora Vanessa, um pedacinho acho que já respondi, não tem dúvida: Manaus precisa mesmo, nós temos consciência disso; precisa de um aeroporto muito melhor do que tem hoje, pois é um aeroporto muito antigo. Essa intervenção que está sendo feita lá leva a se ter um aeroporto de qualidade na cidade de Manaus.

Obviamente, estou só há dois meses nesse assunto, mas espero e vejo a determinação do presidente Gustavo, que também está há pouco tempo. Vemos que todos os cronogramas, assim como a senhora,... algum evento que era importante, a licitação foi feita, e agora temos marcos acontecendo. Claro, como a senhora disse, é fundamental... (*inaudível*.)

Então, com isso, nós poderemos dar um passo a mais. Sabemos que a dificuldade do setor público de realizar cronogramas é muito grande. Acho importante essa modernização de regulação, uma vez que regras e leis são feitas por homens e para o momento. Já tivemos no Brasil uma lei que previa a escravidão. Hoje em dia, ela não existe, há muito tempo. Então, como não é nenhuma constante universal, nenhuma lei, nenhuma regra, nós temos de constantemente aperfeiçoá-las, e acho que neste caso é o momento de discutir isso, para que possamos ter uma forma mais eficaz de atender as necessidades do País. Então, nós vamos trabalhar para que Manaus tenha, sim, um aeroporto de que se orgulhe.

O projeto fica pronto para a Copa do Mundo? Se a senhora observar todos os investimentos feitos ali, muitos deles, como só temos uma previsão até 2014, 2015, uma parte deles, não só esses, fica pronta depois, mas certamente o que ficar pronto até 2014 será suficiente para atender a demanda da Copa. Isso foi tudo cotejado, ofertas e demanda. Como disse a Infraero, o Gustavo, isso é discutido na forma de capacidade de padrões internacionais, que a Iata determina, enfim. E isso foi feito exatamente dessa forma: o fato de estar previsto terminar 50% depois não quer dizer que não vá atender a demanda da Copa. Ele vai atender e, depois, vai continuar aumentando a capacidade até, porque a nossa demanda, em função do crescimento do País e de as pessoas estarem usando mais aviões, graças a Deus, ela vai continuar crescendo e bastante.

Bom, a questão das concessões. No princípio, fizemos um estudo preliminar sobre a possibilidade de fazer concessões diárias comerciais em aeroportos, que foram exatamente os três: Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Nós verificamos o seguinte: que não era viável fazer a concessão comercial; quer dizer, teríamos um trabalho que poderia ser feito e não ser viável. Portanto, não ficaria em pé uma proposta dessas. E, como são aeroportos em lugares sensíveis, que nós precisamos tomar uma decisão a respeito do seu futuro, e até porque alguns deles são alternativas para os outros...

Por exemplo, na Copa do Mundo de 2014, por que Viracopos entra também? Porque, se a gente tiver algum problema em Guarulhos, num momento de crise, quem vai atender Guarulhos? Temos a alternativa de Viracopos, e será uma possibilidade; e temos Galeão, que sempre será uma alternativa para São Paulo. Precisamos ter alternativas de segurança, principalmente em momentos como esse. Então, essa questão das áreas comerciais não se demonstrou viável, e, aí, tivemos de tomar a decisão de conceder os três aeroportos. E como é que faríamos isso?

Agora, temos toda essa preocupação, sim, de como é que fortalecemos a Infraero, que acreditamos poder ser um *player*, assim como outras empresas estatais do País, como a Petrobras, como o Banco do Brasil, como a Eletrobras, que são empresas parceiras do setor privado em vários segmentos da indústria. Ser parceiro é uma coisa muito boa. Isso no mundo hoje é feito cada vez mais, porque você utiliza seus recursos de uma forma mais eficaz, não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista do conhecimento.

E o que a gente vê nessa possibilidade é: com esses até 49% que a Infraero terá no capital da companhia, essas companhias certamente vão crescer,

vão ter lucro, vão distribuir dividendos, e isso será uma fonte de recursos que estará disponível para a Infraero aplicar eventualmente em outros aeroportos, em outras obrigações que ela tenha do ponto de vista de políticas públicas. Essa é uma forma.

Uma outra forma diz respeito ao modelo, que ainda não está definido – nós vamos discutir isso durante esse período todo aí, inclusive em audiências públicas. Pode ser uma outorga que você tenha que possa irrigar o fundo que foi criado para você desenvolver esse segmento. Talvez essa não possa ser uma alternativa que garanta, além da capacidade de recursos para a Infraero, um volume de recursos que possibilite os investimentos em aeroportos regionais, quer sejam eles em termos de desenvolvimento econômico, quer sejam eles em termos de integrar de uma forma econômica as cidades mais distantes e menos ligadas ao restante do País

A questão de entregar em bloco ou exigir regras. Acho que algumas de que falei aqui, como a questão da outorga e a questão do retorno para o próprio acionista investidor da Infraero, vão permitir que se tenham mecanismos que façam com que a gente desenvolva esses projetos. Entregar em bloco seria uma avaliação possível, mas muito mais complexa. Se fizer as PEs, acho até do ponto de vista de formas, de acompanhar esse processo... E, obviamente, a empresa que for concessionária desses aeroportos vai assumir uma série de compromissos a partir dessa concessão – como em todo contrato de concessão, existe uma série de compromissos – no sentido de atender adequadamente o usuário. Já que isso é uma concessão pública – você não está vendendo um ativo da União, você está disponibilizando esse serviço por um determinado tempo com determinadas condições que serão estabelecidas –, caso eles não sejam cumpridos, obviamente, no limite, há sempre a possibilidade de o Estado tomar o que é seu.

Aviação regional.

Desculpe, Senadora, mas acho que respondi um pedaço com essa questão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora, desculpe-me, mas eu esqueci de levantar uma questão sobre a aviação regional. Gostaria que o senhor dissesse... O senhor mostrou aqui que são 18 aeroportos de 12 Estados brasileiros que vão receber recursos do Profaa. Quantos municípios do Amazonas estão recebendo esses recursos? Gostaria que o senhor me respondesse essa pergunta.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Eu não tenho aqui. Posso informar a senhora depois?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nenhum assessor seu pode informar? São só 12 Estados e 18 aeroportos. Não há nenhum do Amazonas.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Sabe como é que funciona?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Havia dois, mas foram retirados, porque nós não sabíamos...

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Existe uma regra. O que está acontecendo nos últimos anos é muito simples – eu não estava, mas me informaram.

O que acontece? Na verdade, para você poder fazer esses aeroportos, você tem de assinar convênios com o Estado e com o Município. O que acontece é que, para você poder colocar no Orçamento esses projetos, você precisa ter licença de instalação, o que é de responsabilidade do ente público que vai fazer, normalmente o Município ou o Estado, e você precisa ter um projeto básico, que possa aprovar.

Estamos conversando com Estados e Municípios no sentido de capacitá-los – falei também aqui um pouco sobre a proatividade que a Secretaria vai ter –, de ajudá-los a desenvolver esses projetos para que a gente possa, de uma forma proativa, organizada e estruturada, fazer com que eles aconteçam.

Hoje existe um Orçamento, mas acontecem só 15% ou 20% por falta de projetos em condição de serem aprovados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, desculpe, mas é que temos alguns Municípios... Por exemplo, o aeroporto de Parintins – a festa começa no final mês –, ele foi reaberto agora por causa da festa. Acaba a festa, o aeroporto vai ser fechado. O aeroporto de Itacoatiara, uma cidade de cem mil habitantes onde temos um importante terminal graneleiro, está interditado. E nós não estamos no Profaa.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – A senhora tem razão. Nós vamos tratar desse assunto de forma prioritária, já decidimos isso.

Agora, por exemplo: Parintins não voa durante o dia porque há um abatedouro na frente do aeroporto. É uma responsabilidade do Município retirá-lo para que o aeroporto possa ser operado. Foi por isso que eu disse aqui quanto ao tal do aeroporto: não adianta um Cristo resolver, ou a gente tem um conjunto de 12 apóstolos para resolver aquilo ou nós não vamos resolver. Temos todo um mapeamento disso, temos todo o interesse e toda a determinação de fazer. Vamos fazer e vamos procurar os Estados e os Municípios para que a gente possa fazer de uma forma concertada e organizada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Antônio Gustavo

Matos do Vale para fazer suas observações a respeito das perguntas.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Só complementando o que o Ministro Wagner bem disse na resposta ao Senador Rodrigo Rollemberg: todos os investimentos que foram apresentados e que constam do *site* da Infraero são, rigorosamente, investimentos que não levam em consideração nenhum dos programas de concessão. Todos os programas de concessão a que o Ministro se referiu são no sentido de agilizar esses prazos, já que eles foram determinados pela própria Infraero e são feitos com investimentos próprios.

Sobre algumas das perguntas da Senadora Vanessa Grazziotin, nós já havíamos conversado pessoalmente. Nós também temos as mesmas preocupações da senhora, nós também usamos os estudos que apareceram e que foram apresentados aqui, inclusive do Ipea, como alerta para nós, como sinalizadores de que devemos trabalhar o mais rápido possível, porque a situação é grave.

Nós não escondemos de ninguém que a situação, sem dúvida alguma, é grave. A demanda brasileira, graças a uma série de fatores, cresceu substancialmente nos últimos anos, e a infraestrutura não teve o crescimento necessário para acompanhar essa demanda. Isso aconteceu em todos os setores. Então, é lógico que temos de correr contra o tempo. Estudos como o que o Ipea fez são para nós um sinalizador, como outros que existem por aí.

A questão dos módulos operacionais. Sem dúvida alguma, são módulos que, dependendo do crescimento da demanda, vieram para ficar sim. Eles são módulos extremamente confortáveis, eles fazem parte do novo arcabouço dos aeroportos mundiais, não são coisa do Brasil, não foram inventados aqui e, sem dúvida alguma, onde for necessário, nós vamos usar os módulos operacionais sim. O de Vitória, espero, ficará pronto nos próximos 45 dias.

Quanto à questão de Manaus, a senhora tem razão. Quando nós falamos a primeira vez, um pedaço de cerca de 20% iria ficar para depois, que era toda a área circunscrita ao aeroporto – caso do acesso ao estacionamento. Isso foi revisto, e nós vamos entregar o aeroporto inteiro no prazo que consta do *site*.

A questão da Lei nº 8.666. Tudo o que puder ser flexibilizado, sem dúvida, só vai adiantar esses prazos que nós demos, porque todos os prazos cumprem rigorosamente os termos da Lei nº 8.666. Qualquer coisa que o Congresso Nacional decidir... Qualquer coisa que agilize esses prazos será na agilização...

Por fim, a pergunta que a senhora fez de quem vai manter os aeroportos deficitários. Sem dúvida, todo o estudo que está sendo feito sobre a concessão prevê, já no próprio estudo e na modelagem – o Ministro foi muito claro –, permitir que a Infraero continue com os recursos necessários e que ela possa investir não só nos aeroportos da rede, mas também assumir outros aeroportos, na linha do que a senhora mesma disse, da aviação geral.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira para fazer seus comentários.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Obrigado, Senadora.

Gostaria apenas de ratificar o que entendi da única parte para a qual a gente pode contribuir. O que o Ministro Wagner colocou... Está aqui o Diretor Rubens, que esteve em duas audiências públicas sobre a concessão do aeroporto São Gonçalo do Amarante.

É um padrão da Anac. Então, Senadora Vanessa, tenha certeza de que a agência tem esse procedimento. Nós fazemos audiências públicas não só documentais, ou seja, no nosso *site*, como também presenciais e, no caso de São Gonçalo do Amarante, foram feitas duas vezes, uma até no local, ou seja, o Diretor Rubens foi a São Gonçalo e teve a chance de conversar com a população local justamente para ter certeza de que esse modelo que estamos trabalhando no Brasil é um modelo vencedor, e a gente imagina que a nossa população e o Brasil vão ganhar muito com isso. É essa a nossa visão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senadora Lúcia Vânia, quero cumprimentar todos os nossos convidados, o Dr. Carlos Eduardo, o Ministro Wagner Bittencourt, o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale. É sempre muito complicado, enquanto o Congresso Brasileiro insistir com esta tese equivocada de que a semana tem dois ou três dias, nós vamos continuar aqui lutando contra o relógio e tendo de fazer, a todo o momento, escolhas de Sofia em relação a este e a aquele tema. Lamentavelmente, o Congresso funciona na terça, funciona na quarta, eventualmente funciona na quinta, e temos uma concentração muito grande de atividades nesses dias.

Enfim, as reflexões que quero fazer não dizem respeito aos senhores, mas evidentemente é com grande ceticismo que recebemos tudo o que foi falado aqui. Ao longo do tempo, os compromissos que a Infraero assumiu não vêm sendo honrados. Todos os compromissos e retificações de cronogramas são, a todo momento, ajustados. De alguma forma, nós, que estamos no dia a dia, com a sociedade e com os contribuintes, sofremos muito com isso. Quando qual-

quer um de nós recebe em seu Estado o Presidente da República, um Ministro e ali fazemos uma cerimônia e assumimos um compromisso público e formal, os senhores depois vão embora e nós ficamos. E as cobranças e as demandas se intensificam em razão desse compromisso que se torna fé pública.

Digo isso para começar a minha indagação com relação ao aeroporto de Vitória. Esse é um tema absolutamente indigesto para os capixabas. Indigesto porque o Ipea, recentemente, apresentou o nosso aeroporto como o pior do Brasil, estamos com uma demanda cinco vezes superior à estrutura existente, nós temos um aeroporto em que as obras de modernização e ampliação iniciaram-se em fevereiro de 2005, com promessa para estarem concluídas até o final de 2008. As obras estão há três anos paralisadas e não temos, até este momento, um organograma fixo e definitivo para o reinício e a conclusão das obras do aeroporto.

Evidentemente, Dr. Antônio, que a construção dos dois terminais móveis atendem, porque são uma boa improvisação, mas longe do compromisso que o Governo Federal tem com os capixabas, até porque nós não estamos solicitando à União qualquer tipo de privilégio. Nós somos um Estado que tem contribuído com o desenvolvimento nacional e que não tem recebido uma contrapartida adequada do Governo Federal. E o caso do aeroporto de Vitória é simbólico, porque as ambigüidades e a ausência de informação deixam atordoado quem tem obrigação, como eu, de representar os interesses do povo capixaba aqui no Congresso Nacional.

Então, a primeira indagação que faço é quem pode me responder, por gentileza, a respeito do novo cronograma para conclusão das obras do aeroporto de Vitória. Essa é uma agenda velha, carcomida que, lamentavelmente se mantém. Mas quero crer aqui... E estou de novo ratificando que os senhores não têm responsabilidade direta, mas essa é uma questão institucional entre dois entes federados, tanto que nós, quando vimos o Governo Federal pensar na possibilidade de incorporar à sua prática a contratação diferenciada, fizemos uma correspondência à Presidente Dilma para incluir o aeroporto de Vitória, mesmo entendendo que esse aeroporto não é prioridade, porque a prioridade são os aeroportos da Copa. Fiquei muito feliz em ver todos esses aeroportos e fiquei muito triste em não ver o aeroporto de Vitória. Era como se o aeroporto de Vitória não constasse da lista de prioridades de quem tem a responsabilidade, de quem tem a autoridade de oferecer uma resposta efetiva. E volto a repetir: refiro-me a um aeroporto que está, há três anos, com suas obras paralisadas.

Faria outros questionamentos em relação à privatização, à concessão, mas quero crer, pelo que disse o Dr. Wagner, que esse modelo não está concluído, não está pronto, e que, em algum momento, poderemos conversar sobre esse tema, porque é um tema muito caro aos brasileiros pelo tamanho do desafio que os senhores têm.

Evidentemente que eu vi com muito bons olhos a iniciativa do Governo Federal de criar o Ministério da Aviação Civil. E estou muito empolgado, muito animado, muito estimulado com as informações de reinvenção da Infraero. Sim, porque a Infraero precisa de ser reinventada. Quem ler a revista *Veja* desta semana e ver a Infraero colocada naquelas condições há de se perguntar como que um órgão público pode se colocar de pé com essa intensidade de denúncias não apenas em relação a sua eficiência mas em relação a sua reputação.

Acho que teremos oportunidade para dialogarmos, para debatermos os termos dessa concessão numa outra oportunidade. Essa campainha que ouço é aquela que nos convoca para irmos ao plenário, mas eu gostaria de encerrar a minha manifestação. É evidente que a minha manifestação vem acompanhada de um desabafo muito grande, por conta das incertezas, das ambiguidades, da falta de resposta afirmativa. Com relação ao programa nacional, teremos outras oportunidades, mas indago a V. Sªs qual é o cronograma definitivo e afirmativo para a conclusão das obras do aeroporto de Vitória.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com licença, V. Exª me permite um aparte?

O senhor tem certeza de que o senhor estava falando do aeroporto de Vitória. O senhor não leu aeroporto de Goiânia? O senhor tem certeza? Porque não é possível. É cópia fiel do que eu ia falar. Mas eu não tenho o que tirar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero cumprimentar o Ministro Wagner Bittencourt, o Presidente da Infraero e o presidente da Anac.

Ministro, serei muito objetivo: por que motivo o Galeão não entrou no desenho da concessão? O Governador brigou tanto, disputou tanto. Acho que aquilo que pode ser feito pelo setor privado, o setor público deveria economizar seus recursos e aplicar em aeroportos. Não compreendi porque o Galeão não pode ser explorado em forma de concessão.

Gostaria de dizer ao Presidente da Anac que, quando chegar ao Senado o acordo de céu aberto, quero examinar mais alguns detalhes que o senhor apresentou que me trouxeram tranqüilidade.

Quero dizer ao Presidente da Infraero o seguinte: o Senador Jayme Campos disse que um administrador nunca podia se preocupar em priorizar pequenos problemas, tinha que priorizar os grandes. Mas quando não resolve pequenos, não vai resolver grandes. Então, tem uns problemas pequenos da Infraero...Um nem é pequeno, é relacionado à denúncia do Sindicato Nacional de Aeronáutica. Segundo essa denúncia, a camada porosa da única pista em uso no aeroporto Santos Dumont está vencida desde 2007, aumentando o risco de acidentes. Fico neste ponto; se realmente isso prevalece.

Segundo, eu queria dizer aos senhores o seguinte: há setores da Infraero, em alguns Estados, em que sentimos uma bela administração. Quando se chega ao aeroporto do Rio Grande do Sul, de Salvador – estou dando só um exemplo... Agora, no Rio, é um caos. Os pequenos problemas do aeroporto do Rio... O serviço de ônibus é deficiente, o tempo em que se recebe bagagem é enorme, não há local de troca de moeda, as lanchonetes são insuficientes, os banheiros, sujos, os carregadores não podem entrar na área da esteira – às vezes, senhoras idosas não têm um carregador para segurar uma mala –, e há alguns funcionários que há nove meses não recebem seu salário.

Eu pediria a V. Exª, Sr. Presidente, para olhar para esses pequenos problemas da administração do Galeão, que é um caos, um caos. Temos noção de que não existe administração no Galeão. Desse modo, eu pediria ao senhor que prestasse atenção a esse ponto.

Quanto à parte do Santos Dumont, eu queria uma resposta da Infraero.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

Já terminou, Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Terminei.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A Senadora Ana Rita não está inscrita?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ela saiu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Ministro Wagner Oliveira; Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo; Presidente da Anac, Sr. Carlos Eduardo; Srs. Senadores, eu ouvi atentamente parte das exposições, pois estava em outro compromisso. Aqui, como disse o Senador Ferraço, temos cinco compromissos na mesma hora. Audiências... Agora mesmo estamos sendo chamados pela campainha para votarmos no plenário e temos votação na CCJ, para os indicados ao CNJ.

Eu queria fazer alguns questionamentos. Primeiro, Ministro, Presidente da Infraero e Presidente da Anac, quanto à questão das – vamos colocar entre aspas – "privatizações" dos terminais aeroportuários. Eu perguntaria: mudou a concepção do Governo em relação às privatizações ou foi muito tarde que se acordou para a necessidade de a iniciativa privada ser chamada para apoiar os investimentos nesse setor? Oito anos e meio se passaram, e a situação, a cada momento, se agravando. Tivemos aqui várias audiências sobre apagão aéreo, sobre a incapacidade da Anac de fiscalizar e da Infraero de executar, ao ponto de ter sido criado um novo Ministério, uma Secretaria com *status* de Ministério, ao qual V. Exª foi tão bem conduzido. V. Exª diz que ainda não está maturado o processo. Eu gostaria que não perdêssemos mais tempo, porque acredito, pelo que tivemos de informações do Ipea, que dificilmente os cronogramas dos aeroportos para a Copa estarão executados dentro da necessidade para 2014.

Eu conversava com o Senador Dornelles, e concordo com S. Exª, que, onde a iniciativa privada puder estar... O Governo deve usar esses recursos, que são poucos, em áreas aonde ela não chega. Então, por exemplo, na Amazônia, não adianta fazer concessão de aeroportos, porque ninguém vai querer entrar na concessão; vai ter o Governo Federal de usar 100% de recursos da Infraero para colocar as unidades.

Eu já aproveitaria para perguntar, dentro do que perguntaram o Senador Ferraço e outro Senador, sobre o aeroporto de Santarém também. Há anos se aguarda que o aeroporto de Santarém seja executado, a licitação foi feita, a população de lá nos cobra essa resposta, e não nos chega uma informação correta.

Com relação à modelagem, não acredito que haja necessidade dos 49% da Infraero na concessão. Deve-se deixar a iniciativa privada aplicar os 100%, até para resguardar o interesse dos usuários, da sociedade, melhor dizendo, e aplicar esses recursos que seriam colocados nesses aeroportos em regiões onde a demanda seja por recursos públicos.

Eu não acredito em Estado máximo nem em Estado mínimo. Eu acredito no Estado necessário. Onde ele se fizer necessário, ele tem que estar presente para atender a todos os brasileiros.

Eu perguntaria também ao Presidente da Infraero com relação a essa questão emergencial das puxadinhas nos aeroportos. A gente desce aqui em Brasília, desce lá, um bando de puxadinha para atender emergencialmente. Quanto custa para a Nação brasileira essas puxadinhas e o que será feito com elas quando chegar a remodelagem ou a ampliação desses aeroportos? Quanto estamos perdendo de recursos por falta de planejamento, em médio e longo prazo? Ou

seja, nós temos que reconhecer que o Brasil passou oito anos e meio sem planejar a questão da logística, da infraestrutura aeroportuária.

Também uma questão a V. Sª com relação a saber se Anac ou se Infraero ou se o próprio Ministério já tomou providências para que não passemos outro apagão aéreo em relação aos controladores de voo. Nós fizemos aqui diversas reuniões, passou a onda, e não sei como isso vai estar preparado para a Copa. Será que teremos outro apagão às vésperas da Copa ou a Anac, a Infraero ou o Ministério já treinaram pessoas que possam vir a ser contratadas para suportar o aumento de demanda que haverá efetivamente?

Mas eu queria fazer algumas questões. Pergunto ao Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo: V. Sª chegou a ler a matéria da *Veja* desta semana, "Apertem os Cintos, o Dinheiro Sumiu", tratando da Infraero, empresa que hoje V. Sª preside?

A matéria diz, Ministro, que o total dos contratos da Infraero analisados pela Polícia Federal chega a R$4,2 bilhões, e o valor correspondente ao superfaturamento é de R$891 milhões, ou seja, 21% desses contratos foram superfaturados, dinheiro desperdiçado da sociedade brasileira. Queria que V. Sªs pudessem me dizer se já tomaram conhecimento da matéria e quais as providências que foram tomadas.

Também com relação à Infraero, acho que há necessidade de que haja mais conhecimento das matérias que a imprensa escrita e televisada tem colocado. Há pouco tempo, veio uma matéria sobre os custos da alimentação e dos serviços nos aeroportos, mostrando que lojas da mesma franquia cobram um preço fora do aeroporto e um preço muito mais alto no aeroporto, onde o usuário é obrigado a adquirir porque, em função de atraso de voo, ele vai ter que se alimentar, e paga um sobrepreço por não ter opção de concorrência, vai ter de comprar ali mesmo.

Com relação, por último, Presidenta ou Presidente Lúcia Vânia, não sei como V. Exª gosta de ser chamada... Hoje temos essa dúvida, se Presidente ou Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tem que perguntar a V. Exª.

Eu perguntaria para a Anac: a cobrança do assento conforto pelas companhias aéreas ou pela companhia aérea é correto? É legal? Se for legal, é imoral. É preciso saber de que forma é, porque todas as vezes que entro no avião, tem o assento conforto, aí eu pergunto: "E o assento desconforto? Eu tenho que cobrar também R$20,00 quando nos colocam no assento onde a gente não tem onde colocar as pernas". O Ministro, à época, disse que não cabia dentro do afastamento, que ia mandar abrir as distâncias. Até hoje não aconteceu. Então, eu pergunto se é correto cobrar esse assento.

E mais: é um absurdo isso, Presidente Lúcia Vânia, porque, quando a porta é fechada, ou seja, os passageiros já estão todos a bordo, você não pode ir para esse assento conforto, mesmo eles estando vagos, porque você teria que ter pago e não pagou, aí não pode ir. Aí eu pergunto: qual é a necessidade de utilizar a saída de emergência? Não havendo ninguém na fila de emergência, como vai ser utilizada? Ninguém vai pagar R$20,00 para ainda trabalhar para a companhia aérea, na necessidade – Deus o livre! – de usar a saída de emergência. Na primeira fila, quando chegam as pessoas que são necessitadas de tratamento diferenciado, as pessoas que pagaram os R$20,00 têm de sair para dar assento, quando seriam devolvidos os R$20,00. Isso é um absurdo. Acho que a Anac tinha de tratar com relação a isso.

Quanto ao atraso, V. Sª mostrou aqui um gráfico... Eu, ontem, estava em Salvador e vinha para Brasília. Meu voo era às 5h20 da tarde. Não posso chegar atrasado um minuto que eu perco o voo. Cheguei e aí começou: o avião está atrasado e a previsão é de 30 minutos. Às 6 horas, tinha um voo para Brasília de outra companhia. Eu poderia ter mudado de voo, mas, por 30 minutos – 5 e 20 com mais 30 minutos passaria para 5 e 50 –, dá esperar. Próximo dos 30 minutos, mais 30. Aí, já não dava mais para pegar o voo das 6 horas. E assim foi. Tivemos 2 horas e 10 minutos de atraso, para sair de Salvador para vir para Brasília. Perdi uns cinco voos, com compromisso aqui, em Brasília.

Minha pergunta é: a informação que é repassada pela companhia aérea devia ser controlada pela Infraero ou pela Anac nos aeroportos...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para concluir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já concluo.

Não há por que enganar o usuário sem que... V. Sª apresentou aqui a quantidade em milhões de reais de multas da Anac. Não adianta nada, não adianta nada. Essas multas são pagas? É a pergunta que eu faço.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda, último orador inscrito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Srª Presidente.

Senhores convidados, Exmº Sr. Ministro, eu vou aqui só fazer uma síntese de praticamente tudo que se falou.

O que me preocupou foi que os senhores nos mostraram as providências que estão tomando com os aeroportos das cidades que vão sediar a Copa e onde têm o maior fluxo, mas os senhores não se preocuparam ainda com os outros aeroportos, pois os turistas que aqui vierem irão para outras cidades. Esse é o gancho que eu pego.

Eu acho que ou meu colega Ferraço leu aqui ou eu leio o dele, pois são os dois piores aeroportos do País. Vejam os senhores que não temos um lugar para revisteiro, não temos lugar para sentar, não temos lugar para estacionar – gente perde voo, porque não tem onde estacionar o carro –, onde a população é tratada como gado: senhoras grávidas sentadas no chão.

Agora, as tarifas, não; as tarifas são as mais baratas do Brasil. Segundo o ex-Ministro Walfrido dos Mares, nós tínhamos as maiores tarifas. Ele disse que tínhamos de baixá-las. No entanto, em março deste ano, elas foram alteradas – para cima.

Levamos dois anos para conseguir um puxadinho. O puxadinho de Goiânia foi licitado várias vezes. A obra está três anos e meio parada por superfaturamento. E a população paga.

Nós estamos com um problema com o *ambulift.* Eu presenciei uma senhora que não podia subir em cadeira de rodas e o *ambulift* tinha quebrado. Ela subiu com o pessoal da própria segurando, mas ela quase dá uma cambalhota para trás. Ela chegou lívida. Os senhores conhecem isso sobejamente. Agora, o que falta é providência.

É muito triste quando nós nos deparamos com uma revista como a *Veja*, que tem toda a credibilidade, que começa assim "Uma investigação da Polícia Federal comprova: nunca se superfaturou tanto na Infraero quanto no Governo Lula". Ela usa termos pesados, inclusive: "Análise minuciosa dos documentos, aliada à rigorosa vistoria de cada obra, produziu um relatório espantoso" e, como já foi dito aqui, "de R$4,2 bilhões, foram superfaturados R$891 milhões".

Uma última notícia, que eu não sabia: foi orçado em Santos Dumont um vidro plano, que estava orçado em R$3 milhões; depois de licitado, resolveu-se fazer o vidro curvo; e esse vidro curvo custou R$30 milhões. De R$3 milhões para R$30 milhões. Bom, e, assim, a gente está num processo doloroso, de difamação, em que nós, brasileiros, nos sentimos mal em ver tanto desperdício. Eles usam, inclusive, um outro artifício: legalizaram o superfaturamento. Isso que é o pior.

Hoje, temos dois institutos, o de pesquisas de custos, de índices da construção, o Sinapi, e o Sistema de Custo Rodoviário (Sicro). Esses estão bem acima dos valores. Então, o TCU fica amarrado porque não pode classificar como superfaturamento, mas encontra-se, por exemplo, tijolo 20% mais barato no mercado – isso para um cidadão comum –; tinta látex, 128% mais barata; forro para teto, 145%. Quer dizer, está nítido, é nítido o desvio.

Se nós não tomarmos providências, se nós não tivermos acuidade com o dinheiro público, vamos chegar ao que estamos assistindo, à falência de todos os aeroportos. Temos, hoje, uma rodoviária no nosso Estado, que dá de 10 a 0. No entanto, somos tratados como gado. E o resto já foi dito aqui.

Acho que ou a gente rasga tudo isso e começa de novo, Sr. Ministro, ou, então, sinceramente, vamos passar nessa Copa uma das maiores vergonhas que o País já teve, não só pelos aeroportos novos, não. Talvez, os novos ainda fiquem meia-boca, mas o pessoal vai viajar, vai querer conhecer o Brasil e aí vai encontrar a nossa realidade.

O senhor me desculpe, é um desabafo de quem sofre todos os dias, inclusive nem podendo mais entrar naquelas poltronas, como falou meu colega aqui, Flexa Ribeiro, que, numa última viagem, o cidadão reclinou a poltrona e dormiu; o de trás queria levantar para ir ao toalete e não pôde, não passava e ficou meio incomodado de acordar a pessoa da frente. Então, isso tudo está acontecendo aqui e a gente vive – os senhores também viajam –, e as coisas continuam piorando, não melhorando.

Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Infelizmente, eu queria fazer algumas arguições, mas o painel já está aberto, estamos em votação nominal no plenário do Senado e não me resta outra coisa senão pedir que V. Exª encerre a reunião para que a gente possa ir votar lá.

Mas, colaborando com a fala dos nobres colegas aqui, quero dizer que existem algumas situações que, realmente, são vergonhosas. Aqui foi falado de Goiânia, Vitória, Cuiabá, Florianópolis. Eu citaria só Cuiabá, para não me alongar. Em Cuiabá, é uma vergonha. Lá tem o terminal 1 e o terminal 2. Você tem que descer a bagagem num terminal – falo em terminal, mas não é isso, porque as obras foram feitas separadamente e a parte nova já está caindo aos pedaços, tem parte do teto desabando. Você tem que descer na chuva ou no sol, pegar a bagagem em um terminal e sair por fora, pela rua, e embarcar em outro. Isso já faz mais de cinco anos.

O aeroporto de Florianópolis, coitada da nobre Senadora Ideli, que já não está mais aqui, cumpriu

oito anos de mandato e ficou todo esse tempo aqui cobrando e não foi sequer licitado. Não sei se foi licitado, o Sr. Ministro poderia nos informar depois. Mas tenho parentes em Santa Catarina, viajo muito para lá nos finais de ano, e ali é uma vergonha nacional, um aeroporto que recebe turistas do mundo inteiro, que vão para as praias de Santa Catarina, e está naquela situação.

Se formos aqui falar, o nosso problema não é nem superlotação nos aeroportos, é uma questão de redimensionamento de fluxo e fazer estações dignas do povo brasileiro e também dos turistas que aqui chegam.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp, não vou suspender a reunião, mas deixo livre aos Senadores que quiserem ir votar.

Concedo a palavra ao Dr. Wagner Bittencourt, para que ele possa responder as perguntas, uma vez que temos aqui jornalistas, assessores de Senadores, que gostariam de ouvir as respostas.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Senador Ricardo Ferraço, vou tentar responder um pedaço e passar para o Dr. Gustavo, que conseguirá responder com uma propriedade melhor.

Do ponto de vista do aeroporto de Vitória, nós sabemos que ele tem vários problemas, obra paralisada, enfim grandes questionamentos, mas, como é bom a gente olhar para frente, porque eu acredito sempre que a gente tem que tentar resolver os problemas, neste ano agora foi resolvida a questão com a empresa de engenharia, foi feito um corte. A parte de trás, vamos dizer, do projeto será discutida na Justiça e vai ser feita uma nova licitação. Isso vai permitir que ande o projeto.

O Exército já retomou a questão dos seus trabalhos, do projeto de engenharia, que a gente imagina que vai ser cumprido no prazo. Nós tivemos reuniões com o General Peri, que é o Comandante do Exército, com o General responsável pelas obras, e o que a gente vem acompanhando é que o cronograma está em dia.

No caso do terminal MOP, apesar de algumas dificuldades jurídicas que aconteceram nesse período, as obras estão andando; na torre também, e eu acredito que agora nós vamos ter condição de concluir na data prevista os cronogramas.

Esperamos não ter mais nenhuma surpresa do ponto de vista jurídico de andamento, porque, de vez em quando, nós temos uns questionamentos sobre a questão ambiental, mas temos trabalhado para resolver e atender essa data. Então, pediria que, depois, o Gustavo complementasse a questão dos prazos corretamente.

Acho que era isso, Gustavo. Você quer complementar a data? Melhor, porque aí responde a pergunta do Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na prática, a minha pergunta diz respeito à indagação: qual é o cronograma oficial para a conclusão das obras do aeroporto de Vitória?

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Como o Ministro disse, Senador, o senhor é um homem que tem acompanhado esse processo, eu sou testemunha dele, ao longo do tempo, e o senhor sabe de todas as dificuldades do ponto de vista judicial, inclusive acompanhou a assinatura do contrato do módulo operacional que termina nos próximos dias. Eu acho que toda a Infraero tem vergonha do que aconteceu em Vitória e em Goiânia, sem dúvida nenhuma; uma obra parada há quatro anos por decisão judicial sem que a gente consiga andar nessa obra, eu acho que faz mal a todo mundo. Não é questão deste governo ou daquele governo, é uma questão que as coisas estão sendo decididas na Justiça e nem sempre a gente pode ter, vamos dizer, a ação que deveríamos.

De qualquer maneira, o responsável pelo cronograma sou eu, está aqui, posso entregar para o senhor e posso mandar por escrito, assinado por mim, como o senhor preferir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu gostaria que o senhor formalizasse, então, e me enviasse por escrito, não a mim, mas à Comissão, e a Comissão faz chegar a mim, porque esse é um documento muito importante, para que, no tempo, nós possamos monitorar, mais uma vez, esse compromisso institucional que não o senhor assume comigo, mas a Infraero assume comigo, porque são questões impessoais.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Sem dúvida nenhuma, farei isso e, mais: farei publicar no *site* da Infraero esse cronograma para que a população de Vitória e do Espírito Santo possa acompanhar também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Sobre esse assunto, não tenho complementação, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, respondendo agora ao Senador Dornelles.

Senador Ferraço, pode assumir a Presidência aqui, um instante?

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Senador, a primeira questão que o senhor levantou foi por que o Galeão não entrou nesse processo agora. Ele não entrou agora, porque a gente já vinha estudan-

do esses três outros aeroportos no sentido de tentar fazer uma concessão administrativa ou comercial de loja de aeroporto. Então, esse já estava num processo mais avançado. O que não quer dizer que nós não vamos avançar nessa questão tanto para Rio de Janeiro como para Confins.

A Presidenta mesmo, naquele dia, informou que, quanto a esses dois aeroportos, nós iríamos continuar estudando para avaliar. Então, está em avaliação, já conversei com o Governador Pezão, já conversamos com o Governador Anastasia também e estamos em andamento nessa avaliação. Então, essa é a primeira questão.

Existe uma outra questão aqui sobre o Aeroporto Santos Dumont, depois eu vou pedir que o pessoal comente sobre isso, porque talvez eles consigam dar uma resposta mais objetiva, então passaria essa ou para a Infraero ou para a Anac.

Eu acho que nos aeroportos do Rio de Janeiro a gente tem dificuldades, assim como em outros aeroportos. O que foi dito aqui é a absoluta verdade e nós estamos trabalhando para superar essas dificuldades. Uma das ações em que podemos melhorar muito o aeroporto, não somente fazendo investimentos que estão sendo feitos... A gente está remodelando o aeroporto 1, vai ser complementada a parte 2 do aeroporto novo, enfim, eles estão sendo reformados com novas escadas rolantes, reforma de banheiros, tudo para a melhoria do conforto dos passageiros vai ser feito, mas muitas dessas questões como atender melhor o passageiro, nós estamos tentando resolver com essa questão da melhoria de gestão dos aeroportos. É até interessante. Tem uma sala que foi inaugurada aqui em Brasília, na sexta-feira, outra em Guarulhos. Talvez fosse até interessante visitar, porque é um ambiente em que todo mundo que é responsável pelo aeroporto – e não é só um ou outro – tem oportunidade de ver as dificuldades que são...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu viajo muito. Chega-se ao aeroporto de Porto Alegre, verifica-se que o serviço está funcionando às mil maravilhas. Chega-se ao aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, de Salvador e no Rio, é um caos. A impressão que eu tenho é de que não é um problema de gestão nacional da Infraero; é um problema de administração da Infraero Rio. É um verdadeiro caos.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – A gente está tentando melhorar. Esse trabalho de gestão é fundamental. Não sei se o senhor teve oportunidade de sair pelo Santos Dumont essa semana. Foi inaugurada, semana passada, no fim da semana, foi expandida a área de Raios X do aeroporto. Eram cinco máquinas; estão sendo instaladas mais três máquinas. Duas já estão instaladas e mais uma instalada. Então vai aumentar em 60% a capacidade. Deu uma boa melhorada.

Nós vamos trabalhar para isso. Tem uma série de outras iniciativas desse tipo de que a gente poderia falar aqui. São iniciativas de gestão que melhorarão o atendimento ao usuário. O senhor tem plena razão e nós vamos trabalhar nisso.

Não sei se você quer comentar aquela questão da...

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Senador, uma das ações que a Anac fez em 2009, de implantação do sistema de gerenciamento da segurança operacional, foi justamente tratar do Aeroporto Santos Dumont, onde inicialmente a pista auxiliar foi recapeada no início do ano. No meio do ano, a Infraero nos procurou e solicitou o recapeamento da pista principal.

Isso foi um sucesso para a aviação civil brasileira. Nós fizemos totalmente o recapeamento da pista, as aeronaves passaram a operar numa das menores pistas do mundo com segurança, com uma série de restrições impostas colaborativamente, a Anac e a Infraero. Isso tudo foi feito em 2009.

Então, infelizmente, quem passou a informação para o senhor não passou uma informação fidedigna. A Anac vem acompanhando mensalmente os aeroportos. Nós temos uma resolução que trata justamente da medição dessas pistas.

A Infraero e os outros provedores da Aesp, no caso de São Paulo, passam para a gente e a gente vem acompanhando. Quando há um problema, nós obrigamos as empresas a fazer a retirada de borracha e a manutenção na pista, conforme os critérios de segurança mais perfeitos que a gente imagina, que são os internacionais, feitos pela OAS, que o Brasil recebeu numa resolução da Anac.

Então, Senador, por favor, eu gostaria de ter a sua confiança de que nós estamos mantendo isso em excelentes padrões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Obrigado, Senadora.

Senador, eu acho que...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Início de intervenção fora do microfone)* ...no Galeão, há uma fila de carregadores que não recebem há oito, nove meses. Isso dói o coração da gente.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Isso, o senhor pode ter certeza absoluta de que eu vou verificar. Eu não conhecia.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se V. Sª permitir, eu vou mandar o nome deles.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Perfeitamente. Aliás, eu gostaria muito que o senhor fizesse isso, porque nos interessa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quando eu chego lá, há uma fila reclamando que não recebe há oito, nove meses, indivíduos passando as maiores necessidades.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – São funcionários contratados pela Infraero?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela Infraero.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Sinceramente eu não sei, mas garanto para o senhor que irei olhar isso, porque efetivamente isso não pode acontecer de forma alguma. É contra as normas e não tem o menor sentido. Em todos os lugares onde terceirizados da Infraero deixam de receber por alguma razão, a Infraero tem honrado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eles recebem o seguro-transporte; mas o salário, não recebem.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Não, eu vou verificar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Recebem o vale-transporte, o vale-alimentação, e o salário não recebem

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Se o senhor tiver os nomes, nos ajuda e muito. Pode ter certeza.

Com relação ao atendimento, estamos trabalhando para que o atendimento seja uniforme no Brasil todo, que o atendimento que o senhor tem em Confins e em Porto Alegre, como o senhor citou, o senhor tenha no Galeão também. Pode ter certeza. Nós trocamos a administração lá há pouco tempo e estamos fazendo todo um trabalho de educação visando, efetivamente, ao cliente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O ponto básico, Presidente, é o seguinte: chega-se a Porto Alegre, chega-se ao aeroporto de Salvador... Hoje, nas esteiras, senhoras idosas, às vezes, tem dificuldade de segurar a mala e os carregadores do Rio não podem entrar. Em Porto Alegre entram, em Belo Horizonte entram, e os do Rio não entram. Então ficam ali pedindo ajuda a outras pessoas.

Não vejo razão. Esse é um problema administrativo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – É, sem dúvida, deve ser um problema administrativo. Eu vou verificar. Prometo ao senhor.

Se você puder responder ao Senador agora, fique à vontade, por favor.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não precisa responder agora. Estou dizendo para, no momento, oportuno o senhor verificar. Eu considero a administração do Aeroporto do Galeão, em termos de Brasil, a pior administração do País, mas espero que agora melhore. Faço votos...

Quero cumprimentar o Ministro, o Presidente da Anac, o Presidente da Infraero e dizer que aqui no Senado podem contar conosco. Consideramos da maior importância esse problema dos aeroportos, principalmente tendo em vista, eu como Senador do Rio, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, de modo que o que eu puder fazer para ajudar nesse esforço, podem contar comigo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Wagner para suas considerações finais e logo em seguida ao Dr. Antonio e, por fim, ao Dr. Carlos Eduardo.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Eu queria agradecer, primeiro, a oportunidade de estar aqui no Congresso, particularmente no Senado, para discutir essa questão do aeroporto.

Como tentei esclarecer aqui, com o tempo de vivência mais aprofundado que tenho sobre o tema, é realmente um tema muito complexo. Não é fácil de resolver. Não é uma coisa simples de ser resolvida e, se for resolvida, e será resolvida, vai ser com esforço, como eu disse, não só de quem está dentro da cerca, que são todas aquelas entidades governamentais e privadas que trabalham dentro do aeroporto, mas também das entidades que estão fora da cerca, que são não só Estados e Municípios, como também o Congresso Nacional.

É fundamental que se tenha um tratamento uniforme, que a gente entenda os problemas e que cada um possa fazer o que estiver à sua disposição para viabilizar esse projeto. Hoje vimos questionamentos obviamente todos relevantes, importantes e corretos. Se não tivermos o apoio dos Estados, dos Municípios e do Congresso, nós vamos fazer, mas não o faremos com a eficácia e com a velocidade que nós desejamos. Então, vejo hoje, nesses dois meses de trabalho, uma capacidade de atuação muito grande, vejo uma dedicação muito grande da Infraero, da Anac, da SAC, do Decea, que não está aqui hoje, mas acho que seria que em nova oportunidade ele aqui pudesse estar também para mostrar uma integração de todos os agentes do Governo nessa linha, da Polícia Federal, da Receita Federal, das companhias aéreas. Então, precisamos

dessa união para poder trabalhar e conseguir os objetivos que nós pretendemos.

Tenho certeza de que isso vai acontecer. Estou vendo, dentro dos aeroportos, nos centros de governança, de gestão dos aeroportos, que essa atuação conjunta já está dando frutos. Não tenho dúvida de que com a gestão melhor e com a atuação consertada de todos esses agentes, nós vamos atender a todas as necessidades do País não só na Copa e nas Olimpíadas, mas também todos os dias, porque essa é nossa obrigação, essa é a nossa dedicação de todos os dias.

Então agradeço. Estaremos sempre aqui quando convidados. É um prazer. Aguardamos sugestões. Nós recebemos críticas, sugestões não como algo ruim, mas como uma coisa muito boa para aprimorar nosso serviço, até porque todos nós somos usuários do aeroporto; todos nós algum dia já tivemos algum problema e todos nós devemos contribuir no sentido de sugerir soluções e ajudar na solução desse problema. Muito obrigado, Senadora, agradeço realmente muito a presença.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senadora Lucia Vânia. Na mesma linha do Ministro Wagner, quero dizer que a Infraero está à inteira disposição, como sempre esteve, para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados, para os demais órgãos de controle, assembleias legislativas, como a do Estado da senhora. Eu sou testemunha da sua luta pelo aeroporto de Goiânia.

Quero dizer que, na realidade, isso nada mais é que a demonstração de que o povo brasileiro começou, por diversas razões, a andar de avião, e o aeroporto adquiriu importância que não tinha há 10, 12 ou 15 anos. Então, está na ordem do dia, estamos plenamente conscientes da nossa responsabilidade de prover estrutura aeroportuária condizente com a necessidade da demanda brasileira hoje. O que posso dizer, no pouco tempo em que estou lá, é que tanto eu quanto toda a administração, os funcionários da Infraero, o País pode ter certeza, de que estaremos empenhados em, sem dúvida nenhuma, cumprir os compromissos que temos assumido ao longo do tempo não com o Congresso, não com o Governo, mas com o bem-estar do povo brasileiro. Posso dizer para a senhora que estamos absolutamente abertos a qualquer tipo de pedido, informação, explicação e a qualquer tipo de comprometimento que a Infraero possa ter com o Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada.

Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Obrigada, Senadora, seguindo as mesmas palavras do Ministro Wagner, do Dr. Gustavo, a Anac é obrigada a seguir essa mesma linha não por obrigação funcional ou disposição legal, mas porque a gente vive a aviação. No dia a dia, quem é piloto, como eu, está lá para contribuir, para dar segurança, para trabalhar diuturnamente para que o nosso sistema de aviação civil seja cada vez melhor. Essa é nossa missão, a atribuição da agência. Tenha a certeza de que os dois mil funcionários da agência estão unidos nesse esforço, não só os diretores que foram aprovados por esta Casa – e temos mais um a ser sabatinado na quinta feira; estaremos aqui torcendo pelo Dr. Marcelo. Pode contar conosco com relação a isso.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Wagner Bittencourt, ao Dr. Antônio Gustavo, ao Dr. Carlos Eduardo. Quero dizer aos senhores da nossa satisfação em recebê-los aqui. Podem contar com o apoio da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Nós entregamos aos senhores nosso voto de confiança e principalmente nosso desejo de que tenham muito sucesso à frente dessa nova gestão, dessa nova diretoria. Portanto, deixo aqui o meu abraço, o meu reconhecimento pelo apoio, pela acessibilidade que os senhores tiveram para com o nosso convite.

A todos o meu muito obrigada pela presença.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 01 minuto.)

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e oito minutos do dia nove de junho de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Fernando Collor, Marcelo Crivela, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Ivo Cassol e Jayme Campos.** Também assina a lista de presença o Senador não-membro da Comissão, **Cícero Lu-**

cena. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra-se a presença de: Georges Ferreira, Presidente do Movimento Nacional de Aviação Civil; Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino – ANAC; Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade da ANAC e Ricardo Sérgio Maia Bezerra, Diretor de Regulação Econômica – ANAC. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 18ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica o recebimento da Carta Nº 418/2011, do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, informando a realização da 6ª edição do Encontro Nacional da Indústria – ENAI, nos dias 26 e 27 de outubro de 2011, no Transamérica Expo Center, na cidade de São Paulo. Também, comunica-se o recebimento do Aviso Nº 661/2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamim Zymler, encaminhando para conhecimento, cópia do Acórdão sobre Auditoria Operacional destinada a avaliar a questão da mobilidade urbana, dada sua importância para o desenvolvimento das cidades, para a qualidade de vida da população e para a realização dos grandes eventos esportivos que se avizinham, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **PARTE 1**: Deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PL nº 2/2011 – CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012. A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço. Usa da palavra para discutir a Senadora Vanessa Grazziotin. São aprovadas integralmente, no mérito, as emendas 1, 2, 3, 19, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 39, 40, 48, 49, 50 e 51 e aprovação, no mérito, da emenda 45, com a exclusão da expressão "especialmente nos destinos de interesse para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016". **Emenda 1-CI**: **Tipo**: Aditiva. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 6 Parágrafo 3. **Ementa**: Art. 006, § 03º, 04º e 05º – Sistema S. **Emenda 2-CI**: **Tipo**: Modificativa. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 7 Parágrafo 8. **Ementa**: Art. 007, § 08º – Modalidade de Aplicação. **Emenda 3-CI**: **Tipo**: Modificativa. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 9 Parágrafo 7. **Ementa**: Art. 009, § 07 – Evolução da despesa no Orçamento de Investimentos. **Emenda 4-CI**: **Tipo**: Modificativa. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 12 Inciso XIX. **Ementa**: Art. 012, XIX – Ajuste de Redação para Pessoas Jurídicas. **Emenda 5-CI**: **Tipo**: Modificativa. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 12 Inciso XXIV. **Ementa**: Art. 12, XXIV – Ajuste de Redação (P. Jurídica). **Emenda 6-CI**: **Tipo**: Modificativa. **Referência**: Corpo da lei – artigo 12 Inciso XXV**. Ementa**: Art. 012, XXV – contrato de gestão. **Emenda 7-CI**: **Tipo**: Aditiva. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso I Alínea p. **Ementa**: Art. 017, § 01º, I, q – receitas sistema S. **Emenda 8-CI**: **Tipo**: Aditiva. **Referência**: Anexo IV – Inciso I, Item 63. **Ementa**: Comissão Infraestrutura – CI – Anexo IV – ações do Programa Abastecimento de Petróleo e Derivados. **Emenda 9-CI**: **Tipo**: Aditiva. **Referência**: Anexo IV – Inciso I, Item 63. **Ementa**: Comissão Infraestrutura – CI – Anexo IV – ações do programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica. **Emenda 10-CI**: **Tipo**: Aditiva. **Referência**: Anexo IV – Inciso I, Item 63. **Ementa**: Comissão Infraestrutura – CI – Anexo IV – ações relativas ao Programa de Qualidade dos Serviços de Transporte. **Emenda 11-CI**: **Tipo**: Modificativa. **Referência**: Corpo da lei – artigo 4. **Ementa**: Construção de Portos, Aeroportos e Aeródromos, com a exclusão da expressão "especialmente nos destinos de interesse para a Copa do mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016". **Emenda 12-CI**: **Tipo**: Aditiva. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 13 §2º. **Ementa**: Inclusão de parcela da reserva de contingência para liquidação de restos a pagar acumulados**. Emenda 13-CI**: **Tipo**: Aditiva. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 48. **Ementa**: Regulamentação de dispositivos da EC nº 29, de 2000. **Emenda 14-CI**: **Tipo**: Modificativa. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 53 Parágrafo 2 Inciso I Alínea c. **Ementa**: Saúde – Dá nova redação a letra c) do Inciso I do § 2º do Artigo 53. **Emenda 15-CI**: **Tipo**: Aditiva. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 17 Parágrafo I, Inciso I Alínea p**. Ementa**: SLV 02 – Divulgação da execução física das obras. **Emenda 16-CI**: **Tipo**: Modificativa. **Referência**: Inciso XXXV. **Ementa**: Transparência da metodologia de cálculo dos resultados fiscais. **Emenda 17-CI**: **Tipo**: Aditiva. **Referência**: Corpo da lei – Artigo 17 §17. **Ementa**: Vedação de inscrição em Restos a Pagar de despesas cujo compromisso não tenha sido formalmente assumido com o beneficiário do empenho. **PARTE 2: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2011,** de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Solange Paiva Vieira."A Presidente concede a palavra ao Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys para fazer sua exposição. Após a exposição, a Presidente concede a palavra aos Senadores **Walter Pinheiro, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Pedro**

Taques, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Eduardo Braga e Delcídio do Amaral. A Presidente declara aberto o processo de votação. A Presidente convida os Senadores **Cyro Miranda e Vanessa Grazziotin** para serem os escrutinadores. A seguir, a Presidente proclama o resultado, sendo aprovada a indicação do Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys para Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC por 19 votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma abstenção. Às onze horas e trinta minutos a presidência é assumida pelo Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão. A Senadora Lúcia Vânia reassume a presidência às onze horas e trinta e cinco minutos. **ITEM 2 – Requerimento nº 28, de 2011 – CI**, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome da Consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes, a Ilma. Sra. ELENA LANDAU, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 27, de 2011 – CI." A matéria é aprovada. ITEM 3 – Requerimento nº 29, de 2011 – CI, de autoria do Senador Eduardo Braga, que "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 29/2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin para que se incluam Apostole Lazaro Chryssafidis, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, e José Barat, pesquisador do IPEA, entre os convidados para debater a aviação regional do Brasil, inclusive ANAC e Secretaria Nacional da Aviação Civil, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo." Discute o Requerimento os Senadores Eduardo Braga e Blairo Maggi. A matéria é aprovada. O Senador Cyro Miranda propõe a inversão de pauta, sendo acatada pelo Plenário da Comissão. EXTRA-PAUTA: ITEM ÚNICO – Requerimento nº 30, de 2011 – CI, de autoria do Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda, que "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do RISF, seja realizada audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, para esclarecer sobre o modelo de concessões de rodovias federais e o aumento no valor das tarifas dos pedágios em rodovias concedidas, apesar do atraso nos investimentos das concessionárias, com as seguintes presenças: Paulo Resende, da Fundação Dom Cabral; Mário Mondolfo, Superintendente de Exploração de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transporte Terrestre; e Geraldo Viana, Presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística – NTC; e Antonio Luiz Pagot, Diretor Geral do DNIT." A matéria é aprovada. ITEM 4 – Requerimento nº 31, de 2011 – CI, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Com fundamentos no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública pela Comissão de Serviços de Infraestrutura para ouvir os usuários do sistema de checagem de vôo da ANAC, pilotos e comandantes de aeronaves, sobre as dificuldades enfrentadas diante do déficit de checadores em atividade." Discute o Requerimento o Senadores Blairo Maggi e Eduardo Braga. A matéria é aprovada. A Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senadora **LÚCIA VÂNIA,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponha a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 17ª e 18ª reuniões.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Comunica aos Srs. Senadores o recebimento da Carta nº 418, de 2011, do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, informando a realização da VI edição do Encontro Nacional da Indústria –Enai, nos dias 26 e 27 de outubro de 2011, no Transamérica Expo Center, na cidade de São Paulo.

Comunico também o recebimento do Aviso nº 661, de 2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando, para conhecimento, cópia do acórdão sobre auditoria operacional destinada a avaliar a questão da mobilidade urbana dada a sua importância para o desenvolvimento das cidades, para a qualidade de vida da população e para a realização dos grandes eventos esportivos que se avizinham: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Os referidos documentos estão à disposição na Secretaria da Comissão.

ITEM 1

Relatório das emendas ao PL nº 2 de 2011, do Congresso Nacional.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre as emendas apresentadas por esta Comissão ao

Projeto de Lei nº 2, de 2011 – CN, que *dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.*

Autor: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Relator: Senador Ricardo Ferraço.

O parecer será lido imediatamente.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o seu parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O que faço, Srª Presidente, com muita alegria e com muito prazer, dando sequência à tarefa, à prerrogativa e à responsabilidade desta Comissão, antes, porém, cumprimentando V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, e a Senadora Vanessa Grazziotin também.

De acordo com o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o PL nº 2, de 2011, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício de 2012.

Com base nos arts. 87 a 91 da citada Resolução, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas apresentadas ao projeto.

São passíveis de emenda, segundo o parecer preliminar, o texto do PLDO, os quadros orçamentários demonstrativos e as informações complementares que devem acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2012, além dos demonstrativos de renúncia, de receitas, inclusive previdenciárias; da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; e da relação das despesas isentas de limitação de empenho e movimentação financeira.

Não há limites numéricos aplicáveis à propositura de emendas de texto.

Srª Presidente, foram apresentadas 51 emendas, listadas no quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

É o relatório.

Critérios de admissibilidade.

É preciso deixar claros os critérios que adotamos para pronunciamento sobre a admissibilidade das emendas.

Em primeiro lugar, devem ser compatíveis com o conteúdo da LDO, que está definido no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e no art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Saúdo, com alegria, a presença aqui do nosso Senador Jayme Campos.

A resolução não estabelece restrições para emendas ao projeto de LDO, nas partes que foram passíveis de emendamento neste ano.

Já o parecer preliminar dispõe seu item 2.2 que as emendas deverão ser restritas às competências regimentais da comissão. Isso exige um esclarecimento. Todas as comissões permanentes têm competências sobre áreas especificas de políticas públicas e suas despesas correspondentes. Portanto, entendemos que emendas se refiram a despesas especificas em determinadas áreas somente podem admitidas caso correspondam a área temática de nossa comissão, ou seja, as despesas de competência dos Ministérios dos Transportes, Minas e Energia, Comunicações.

Por outro lado, a LDO veicula normas gerais de execução de todas as despesas e de gestão de finanças publicas. Nesse aspecto, atinge despesas de competência de todas as Comissões da Casa e não constituem competência regimental explícita de nenhuma delas.

Assim, consideramos admissíveis aquelas emendas que tratem das regras gerais de elaboração e execução orçamentária. Emendas consideradas inadmitidas dentro dos critérios acima estabelecidos, entendo devam ser inadmitidas por disporem sobre despesas específicas não inseridas na competência dos órgãos vinculados a esta comissão, as Emendas 5, 6, 7, 8, 9,10, 11, 12, 13,14, 15, 16, 27, 32, 41, 42, que tratam de despesas sobre jurisdição do Ministério da Defesa, a Emenda 30 relativa ao Ministério da Agricultura, as emendas 31 do Ministério da Integração Nacional, a Emenda 4 do Ministério do Turismo e a emenda 44 do Ministério da Justiça. Algumas emendas não recebem o meu parecer favorável e devo expor as razoes par isso. A Emenda 43 pretende autorizar o Executivo a fixar uma parcela de dotação de determinados programas de obras rodoviárias e ferroviárias para execução pelo Exército. Executar obras pelo Exército é um instrumento importante de investimento em infraestrutura. Não vejo, entretanto, razão para segregar uma parcela do investimento para esse tipo de aplicação. Isso engessaria a gestão das obras e poderia inclusive distorcer a priorização deste instrumento tão importante que a meu ver poderia estar cumprindo um papel ainda mais concentrado em obras cuja conclusão é mais emergencial como muitos aeroportos.

A Emenda 17 determina como prioridade da Administração Federal as dotações incluídas pelo Congresso Nacional no PLO de 2012. Ora tal fixação genérica parece-me uma distorção do conceito de prioridade. O Congresso acrescenta recursos para ações e despesas de toda a natureza. Se todo esse leque de despesa é considerado indistintamente como prioridade, nada é prioridade.

Não vejo como deva a comissão sustentar tal posição, se é o orçamento impositivo que queremos, então que se determine essa medida por via direta não através da modificação da noção constitucional de que

existem despesas que, no mérito, são mais importantes que outras e, por isso, são denominadas prioridades. As Emendas 25 e 26, embora com intenção positiva e meritória, apresentam riscos. Substituem a vedação de determinados pagamentos a servidores e empregados de empresas estatais pela mesma vedação a agentes públicos em atividade. Vedação que não tem um significado legal preciso e pode ser interpretado de várias maneiras. Portanto, creio que os corretos objetivos das emendas terminariam por ser prejudicadas pela imprecisão do termo utilizado.

Por tal razão,proponho sua rejeição no mérito.

As Emendas 33, 34, 35, 36, 37, 38 pretendem excluir da limitação da movimentação e empenho determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e incluir nas autorizações para execução provisória, no caso de atraso de aprovação de lei orçamentária, os acordos internacionais com transferência de tecnologia, basicamente para preservar a execução do programa de modernização de submarinos.

Ora, tais ações abertas às regras gerais de execução orçamentária são exatamente isso, casos excepcionais de despesas que não podem parar em hipótese alguma, mesmo em circunstâncias extremas como as mencionadas.

Entendo que não faz sentido incluir um programa dessa natureza como excepcional e impostergável, sem existir, em tese, alguma razão que desconhecemos para essa excepcionalidade, o local de discussão da matéria teria que ser naturalmente a Comissão encarregada da matéria, de Defesa, não nos cabendo aqui fazer essa demanda.

Proponho assim a sua rejeição.

O art. 4º do PL, que define as prioridades e metas da Administração Federal, foram formuladas quatro outras emendas; duas, a 28 e a 29, querem adicionar as do projeto as despesas com os acordos de cooperação internacional com transferência de tecnologia. A Emenda 45 acrescenta obras em portos e aeroportos; a Emenda 46, em infraestrutura hidroviária, e a Emenda 47 acresce a todos esses as obras em infraestrutura hidroviária, rodoviária e ferroviária e infraestrutura de apoio ao turismo. Ambas, especialmente, nos destinos de interesse para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

É preciso, creio eu, discutir as quatro para chegar a uma posição unificada da Comissão, evitando que o mesmo colegiado apresente quatro proposições diferentes para o mesmo dispositivo.

No mérito, entendo que Emendas 46 e 47 são demasiadas genéricas, permitindo obras em praticamente qualquer atividade ou localidade, e as Emendas 28 e 29, segundo sua justificativa, têm por finalidade básica assegurar prioridade ao projeto de modernização dos submarinos, que não se insere na competência desta Comissão.

Entendo, portanto, Srª Presidente, que a Emenda 45 é a mais adequada com as modificações que estamos propondo adiante e, portanto, é necessário rejeitar, no mérito, as Emendas 28, 29, 46 e 47.

Como acima relatado, vejo que é a Emenda 45 é a que melhor refletiria, de forma equilibrada, a responsabilidade desta Comissão com a infraestrutura produtiva de nosso País, cujos portos e aeroportos encontram-se em situação crítica.

Proponho, no entanto, a exclusão da expressão "especialmente nos destinos de interesse para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016". Considero que não seria uma posição razoável desta Comissão defender que uma obra fosse priorizada em relação às demais somente por encontrar-se em cidade-sede desses eventos.

O chamado Custo Brasil já existe, custa muito à população e às empresas e não depende de eventos esportivos.

Portanto proponho a aprovação, no mérito, da Emenda 45 que retira a expressão "especialmente nos destinos de interesse para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016", compreendendo o conjunto dos interesses do País.

Já as Emendas 1, 2 e 3 incluem programas específicos, um para cada ministério da competência das comissões e de todos constantes do Plano Plurianual em vigor, dentre as despesas discricionárias, ressalvados do contingenciamento.

Tendo em vista o mérito dos programas e a expressa permissão para que esse tipo de emenda no Item 2.1, alínea h, do parecer preliminar, proponho a aprovação dessas emendas. As Emendas 19, 20, 21,22, 23, 39, 40, 48 e 49 representam pequenos ajustes muito adequados às regras da elaboração e execução dos orçamentos, que entendo merecem ser propostos ao relator do LDO, para sua avaliação integrada com o conjunto dos seus dispositivos.

As Emendas 18 e 24 tratam da manutenção do princípio da universalidade do orçamento em relação às contribuições parafiscais. O tema há muito vem merecendo disciplinamento.

Por fim, as Emendas 50 e 51 propõem formas de enfrentamento da inadiável questão do acúmulo de Restos a Pagar por meio da formação de uma reserva de recursos correntes destinada especificamente a cobrir esses pagamentos de forma sustentável ao longo dos próximos exercícios, de certa forma evitando quase que um orçamento paralelo por conta dos Restos a Pagar que se acumulam de 2008 para cá.

Pelo exposto, voto pela inadmissibilidade das Emendas 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 27, 30, 31, 32, 41, 42 e 44, em razão de contrariarem a condição imposta pelo art. 222 do parecer preliminar. Rejeição, no mérito, das Emendas 17, 25, 26, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 43, 46 e 47. Aprovação integral, no mérito, das Emendas 1, 2, 3, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 39, 40, 48, 49, 50 e 51. Aprovação, no mérito, da Emenda 45, com exclusão da expressão "especialmente nos destinos de interesse para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016".

É como relato, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes, porém, agradecendo a Consultoria Legislativa do Senado e desta Comissão, o que nos foi importante e estratégico para que nós pudéssemos concluir o nosso parecer, e exame das Srªs e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Senador Ferraço e coloco em discussão a matéria.

Não havendo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não há necessidade, porque o relatório está um relatório muito explicativo e o Senador fez questão de atualizar todos nós que estamos aqui. Acho que o Relator teve muito zelo na análise das emendas, e eu quero dizer que concordo plenamente com seu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em votação a matéria.

Os Srs. e Srªs Senadores que concordam com o parecer do Senador Ferraço permaneçam como se acham.

Aprovado.

As emendas aprovadas vão à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Comunico aos Srs. Senadores que o Item 1 da Pauta, Parte 2 da reunião da Comissão, será a sabatina do Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, na vaga decorrente do término do mandato da Srª Solange Paiva Vieira.

Convido o Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys para compor a Mesa.

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM DO SENADO Nº 74, DE 2011,

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Sr. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, na vaga decorrente do término do mandato da Srª Solange Paiva Vieira.

Autor: Presidente da República.

Relatoria: Senador Walter Pinheiro.

Relatório: A Comissão dispõe de elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observação: *1. Em 02/06/2011 foi lido o Relatório e concedida, automaticamente, vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 da Comissão de Infraestrutura.*

Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranis para sua exposição.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Exmª Srª Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, Exmº. Sr. Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão, Exmª Sr. Senador Walter Pinheiro, Relator do meu processo de apresentação a esta Comissão, Exmºs Srªs e Srs. Senadores e demais autoridades aqui presentes.

Senhoras e Senhores , bom dia, para mim é uma honra retornar a esta Casa na condição de indicado pela segunda vez ao cargo de Diretor da Agência Nacional da Aviação Civil.

Nos últimos anos, a aviação civil tem ganhado cada vez mais importância na vida da sociedade brasileira e os serviços destinados às classes média e alta de transporte aéreo têm, cada vez mais, se consolidado como um serviço público de fato sendo utilizado, cada vez mais, por um número maior de pessoas. De 2000 a 2010, por exemplo, o número de passageiros transportados cresceu mais de 110%. A relação entre o número de passageiros transportados e a população brasileira dobrou, significa que cada vez mais a população tem acesso a esse modal de transporte.

Esses números não foram a toa e é resultado de um conjunto de políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal, sempre em conciliação ao Congresso, e que resumo em duas principais medidas: a evolução do sistema de aviação civil, evolução institucional, uma evolução das instituições que regem esse setor e a evolução da regulação.

O marco temporal disso é principalmente após 2005, onde houve uma grande mudança institucional, com a criação e aprovação pelo Congresso da lei de criação da Agência Nacional de Aviação Civil que foi finalmente implementada em 2006.

A Agência Nacional de Aviação Civil, desde o começo, foi implementada nos moldes de agências reguladoras que já haviam sido desenvolvidas por outros setores de infraestrutura como energia elétrica, telecomunicações, transportes terrestres e buscavam dar uma nova visão para esse setor da infraestrutura, uma visão mais voltada para a economia, para o desenvol-

vimento da infraestrutura, para a proteção do usuário como já era feito nos outros setores, mas essa foi a última agência, foi a agência dos grandes setores de infraestrutura a ser criada.

Por causa disso, ela nasce com alguns problemas e, além disso, tem o azar de ter algumas crises iniciais que atrapalharam muito a sua formação nos primeiros anos. Cito aqui a quase-falência da Varig, meses depois da criação da agência, o acidente da Gol, todos nós recordamos, no ano seguinte o acidente da TAM, todas essas medidas geraram uma percepção muito ruim na sociedade brasileira com relação à aviação civil e criaram muitas dificuldades na implementação e no desenvolvimento da agência reguladora nos primeiros anos.

Em razão de tudo isso, houve a saída da primeira diretoria em 2007 e a assunção de uma nova diretoria, no final de 2007, da qual fui convidado a participar na intenção de tentar dar um pouco de ajuste no caos que estava acontecendo naquela época.

Era um time técnico voltado a tentar resolver os problemas, a situação, e com essa grande tarefa. A nova diretoria tinha como atribuição principal resolver os problemas dos atrasos sistemáticos, os cancelamentos. Era o que chamamos de "ajuste do caos aéreo" e buscar, após resolvidos os problemas iniciais, resolver outros problemas regulatórios, o qual o setor tinha necessidade.

Então, cito aqui a ampliação da concorrência. O setor aéreo sempre foi carente de concorrência e a diretoria tinha atribuição de fazer com que esse setor tivesse uma concorrência cada vez maior, buscando a redução da regulação econômica sobre o transporte aéreo, através da liberdade de oferta, da liberdade de tarifa, ambos princípios consagrados na lei de criação da Anac e, ao mesmo tempo, buscar o aprimoramento da regulação técnica. Toda vez em que aumento a concorrência estou diminuindo a proteção econômica sobre as empresas, eu faço com que elas concorram cada vez mais entre si, preocupo-me mais com a fiscalização delas e com a obrigação de que elas, de fato, estejam cumprindo o que elas devem cumprir do ponto de vista técnico: de segurança para os usuários

Depois de essas medidas implementadas, nós conseguimos, em 2010 – e estamos percebendo hoje –, alguns grandes resultados, principalmente notados pela maior concorrência no transporte aéreo, mas ainda temos uma pequena quantidade de empresa, mas a maior concorrência pode ser percebida, principalmente, com a redução da participação de mercado das grandes. Nós sempre citamos o setor aéreo. A gente sempre ouviu falar que tem um duopólio no setor, mas, vindo da área de concorrência como eu vim, a gente entende que duopólio é... A existência de duas empresas não é, necessariamente, um duopólio. A gente tem duas empresas no setor, mas tem duas empresas que estão sofrendo competição. A gente tem percebido isso através da redução da participação de mercado, principalmente das duas grandes, de 93% para 83% em três anos. Isso mostra que, de fato, tem havido novas empresas que têm concorrido com as empresas grandes e isso gera eficiência para todo sistema.

A percepção disso para a sociedade, a mais clara é a redução de preço. A gente observou uma redução de preço significativa no setor e isso gerou um aumento grande no número de passageiro transportado. Obviamente, conjugado com o aumento da renda da população e com a redução do preço das passagens aéreas, nós temos percebido crescimento muito grande no setor aéreo, não só no transporte regular de passageiros, mas, também, na aviação geral. Então, o crescimento da economia e a redução desses preços têm gerado um crescimento absurdo do transporte aéreo do Brasil.

Isso gera, para nós, novos desafios. E o Governo já tem percebido isso e tem tentado tomar determinadas atitudes para que esses desafios sejam solucionados. O principal deles é a necessidade de uma infraestrutura mais eficiente. Todos nós sentimos as complicações nos aeroportos hoje. Nós tivemos um crescimento muito grande do transporte aéreo, mas não tivemos o mesmo acompanhamento na infraestrutura. Para todo o mundo que mexe com a infraestrutura – e esta é uma Comissão de Infraestrutura –, nós sabemos o quanto é difícil fazer planejamento de infraestrutura, investimento em infraestrutura de forma a acompanhar um crescimento tão elevado. Precisamos trabalhar para que a infraestrutura trabalhada seja cada vez mais eficiente e para que nós tenhamos incentivos para a construção de novos aeroportos. Por isso, existe a necessidade de definição do modelo de concessão de aeroportos. Já foi trabalhada a primeira concessão, de São Gonçalo do Amarante, que deve ocorrer no mês que vem, mas isso tem de ser aprimorado para os próximos que forem concedidos.

Ao mesmo tempo, a Infraero continuará a trabalhar com outros aeroportos, gerindo outros aeroportos e é necessário que haja maior eficiente da gestão da Infraero nesses aeroportos e, também, maior eficiência da Anac. Um crescimento disso tudo é importante que a Anac seja capaz de fazer frente aos anseios da sociedade na eficiência da prestação de serviços do transporte e, também, na prestação de serviços da Anac para a sociedade em geral, como pilotos, donos de aeronaves, empresas que precisam da prestação de serviços da agência.

Então, a atuação do órgão regulador mudou muito nestes últimos anos. A regulação econômica agora é voltada para infraestrutura, não mais para transporte. Para transporte, nós temos ênfase na regulação técnica – regulação de segurança – em que a agência tem, cada vez mais, se aperfeiçoado para prestar mais segurança ao cidadão.

Temos, também, a continuação da evolução institucional. Neste ano, há pouco mais de um mês, nós tivemos a criação da Secretaria de Aviação Civil, que sinaliza que o Governo Federal está preocupado com o setor, está preocupado com o desenvolvimento desse setor, tanto que fez uma Pasta específica para isso. Uma Pasta para desenvolver políticas públicas e para cuidar do crescimento da infraestrutura desse setor.

A Secretaria de Aviação Civil vai ser um órgão do Executivo, ligado à Presidência da República, voltado exclusivamente para o setor, pegando todos os elos dessa cadeia: transporte, infraestrutura portuária e um pouco da infraestrutura aeronáutica, pelo menos nas políticas de investimento para a infraestrutura aeronáutica que está sob gestão da Aeronáutica.

Temos uma definição muito recente das concessões de aeroportos. O Governo Federal já sinalizou com a concessão de três: Guarulhos, Viracopos, Brasília. E ainda trabalha com outros exemplos. A agência e todo o setor tem de se preparar para que isso seja feito e de forma ágil e que dê a resposta rápida de que a sociedade necessita.

E, também, nesta Casa, no Congresso Nacional, estamos discutindo a reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, nosso marco regulatório.

O Código Brasileiro de Aeronáutica é o nosso marco regulatório. É um pouco anacrônico hoje em dia, porque é um marco regulatório de 1986, até antes da nossa Constituição vigente. Então, há várias necessidades de alterações para uma modernização desse marco regulatório. Isso está sendo discutido atualmente na Câmara dos Deputados.

Bom, eu tive a possibilidade e o privilégio de participar de grande parte dessas discussões, nos últimos dez anos. Desde que me formei em Economia, aqui pela UnB, ingressei na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, um órgão pouco conhecido do grande público, mas é um órgão voltado sempre para melhores práticas de regulação e para promoção da concorrência nos setores da economia. Sempre trabalhei na área de serviços públicos e infraestrutura.

Logo depois, graduei-me em Direito e busquei sempre concatenar essas duas áreas de conhecimento, estudando Direito Econômico, Análise Econômica do Direito e me especializando nisso. A minha primeira especialização foi na Fundação Getúlio Vargas e sempre foquei juntar minha parte acadêmica, que eu gosto de estudar, com a minha parte profissional. Tive a possibilidade de fazer isso no Ministério da Fazenda, trabalhando nos setores de infraestrutura e serviços públicos, especificamente nos setores de transporte, a partir de 2005, e tendo uma intercessão, desde o começo, com a aviação civil, sendo representante do Ministério nos diversos comitês do Governo de aviação civil e de discussão das políticas públicas.

Por essa razão, em 2007, no meio da confusão do transporte aéreo, fui convidado para participar, pela primeira vez, pela Diretoria, pelo Ministro Jobim, na Diretoria da Anac. Nos dois primeiros meses, a gente ainda estava esperando os outros diretores chegarem, então fiquei respondendo interinamente pela Presidência. Logo depois, fiquei responsável pela parte de serviços aéreos e relacionamento com usuários. Depois disso, transformamos a área em regulação econômica justamente para dar uma nova face para a regulação econômica: mudar de regulação de transporte para regulação de infraestrutura.

Na Anac, consegui desenvolver alguns projetos interessantes, sempre em conjunto com a diretoria colegiada e com a área técnica da agência. E consigo lembrar aqui da consolidação da liberdade tarifária nas empresas aéreas; da abertura dos aeroportos a todo o tráfego; da permissão de que novas empresas entrassem de forma indiscriminada e da discussão de modelo de concessão e de diversas outras discussões que fizemos nesses últimos três anos, na Anac.

Eu saí da Anac em março de 2010 e voltei ao Ministério da Fazenda, meu órgão de origem, onde pude terminar meu mestrado em Direito. As duas coisas juntas era muito difícil de fazer: tocar o mestrado e a diretoria ao mesmo tempo. Permaneci na Fazenda até o final do ano, começo deste ano de 2011, e fui convidado pelo Secretário-Executivo da Casa Civil, Sr. Beto Vasconcelos, a trabalhar com ele assessorando na parte de infraestrutura, onde estou até agora.

Durante esse tempo, mesmo após a Anac, pude continuar trabalhando com aviação. Auxiliando, participei da elaboração do projeto da Secretaria de Aviação Civil e das discussões sobre concessões que estão em discussão agora, começando agora.

Bom, é uma honra ser indicado novamente para voltar para esse desafio. O transporte aéreo é um desafio no setor. Ao pensar na aviação civil, nos próximos quatro anos tem muita coisa para se desenvolver. Mas eu tenho disposição e vontade de ajudar no desenvolvimento desse setor.

Coloco-me à disposição das senhoras e senhores para responder a qualquer indagação. Muito obrigado pelo tempo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys.

Quero comunicar aos Srs. Senadores a presença honrosa, aqui, do Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Anac; do Dr. Cláudio Passos Simão, Diretor de Aeronavegabilidade; e do Sr. Ricardo Sérgio Maia Bezerra, Diretor de Regulação Econômica. Sejam bem-vindos.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, para que possa fazer suas observações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta; meu companheiro Senador Blairo Maggi, nosso Vice-Presidente desta Comissão; Sr. Marcelo dos Guaranys. Eu preferi chamá-lo dos Guaranys, para ver se a gente consegue tratar dessa nossa aldeia que são esses aeroportos. E na realidade, a lógica estabelecida é como desafio.

Algumas coisas até no relatório nós colocamos, a partir exatamente dessa sua experiência. Mas eu queria frisar algumas questões que acho que nos animam para esse momento.

Acho importante essa sabatina e principalmente alguns desafios apontados pelo Senhor. O primeiro deles é esse conceito - e todos nós aguarmos muito - da mudança das estruturas aeroportuárias, particularmente esse funcionamento na relação com as empresas, com o ambiente, essa possibilidade de uma interação maior com a ANAC, a própria mudança adotada pelo Governo, com a criação do Ministério da Aviação Civil, dando um grau de prioridade a esse trato.

Acho importante discutirmos qual é a modalidade de serviços que nós queremos nesses aeroportos e como poderíamos exercer essa, digamos assim, boa pressão sobre principalmente os operadores que ali atuam, na perspectiva do que me parece a sua atuação mais vigorosa e até já tendo feito isso na estrutura da própria Anac, cuidando exatamente de quem vai ao aeroporto, ou seja, do usuário. Eu queria acentuar esse ponto da modificação do traço e do trato em relação aos usuários de aeroportos, ou seja, ao passageiro em si.

Eu conversava com diversas pessoas nessa área e até com Vossa Senhoria sobre esse conceito de chegar ao aeroporto, ser atendido no aeroporto, ter os serviços no aeroporto, numa modalidade muito antiga que não cabe mais. O aeroporto tem de ser inclusive um lugar agradável para o sujeito depois do *check in*, um lugar muito bem tratado para exatamente o sujeito se preparar a partir de quando ele chega e quando ele embarca.

Esse conceito de que nós temos de ter essa estrutura no aeroporto para a ficarmos lá horas e horas não nos interessa, sinceramente. Queremos chegar ao aeroporto, ter boas condições, sermos bem tratados, mas, de preferência, para o voo sair no horário, para permitir exatamente um tempo de espera. Na medida em que passamos quatro, cinco, seis horas no aeroporto, esperando o momento de embarque, o sentido do uso do transporte aéreo fica prejudicado. Eu gasto muito mais horas numa espera de aeroporto do que efetivamente voando. Portanto, às vezes, é mais prático você se deslocar com outros modais.

Essa é uma das coisas que me chamou muito a atenção, tanto nos currículos como na vida de V. Sª, no que diz respeito a essa preocupação central. Esse desafio – e quero encerrar, Srª Presidenta – colocado pelo Senhor: desafio de se dedicar. Vou até usar uma expressão relatada, de forma até mais tranqüila pelo Sr. Marcelo Guaranys, de não ter tido tempo de concluir o seu mestrado, enquanto trabalhava. Às vezes, me espanta, Srª Presidenta, quando algumas figuras, no exercício do mandato, no exercício de atividades, conseguem terminar mestrado, escrever dois, três livros, e tal. As pessoas têm uma capacidade...Não sei se eu que não tenho essa mesma capacidade, Blairo, de fazer tudo ao mesmo tempo agora. Quem escolhe dez coisas, obviamente, pode até conseguir fazer as dez. Eu não tenho essa mesma capacidade. Então, isso me anima muito, porque nos revela, essa sua atitude, o desejo, a disposição e o desafio de focar no seu trabalho e, portanto, fazê-lo de forma aprimorada, com acuidade, fazer inclusive com a entrega do seu tempo para essa prioridade; senão termina virando, com todo o respeito, em alguns lugares, bico ou complemento. E o Senhor coloca isso aqui como sendo um desafio.

É lógico que é importante que figuras como o Senhor se preparem a partir, inclusive, do cargo, levando em consideração, por exemplo, que, num tempo bem recente, nós não tínhamos formação na grade curricular de diversas universidades ou faculdades do nosso país; não tínhamos tantas coisas centradas para essa questão da logística, da infra-estrutura ou até da própria questão do trato com o usuário, mesmo que a gente fale do nosso Código do Consumidor como sendo algo já consolidado, mas essas mudanças foram sendo introduzidas na medida em que nós fomos descobrindo novos caminhos e absorvendo novos conhecimentos, bebendo em fontes já existentes, ou discutindo a partir da nossa experiência que caminho trilhar.

Então, eu quero dizer a V. Exª que a atitude da nossa relatoria em aprovar, em referendar e acatar o nome de V. Sª para essa tarefa ela foi muito em consonância com essa esperança de todos nós, também,

que a Anac deixa de ser um instrumento de utilização das empresas. Nós também não queremos a Anac como uma caixa registradora: O seu papel de ir lá e multar, multar e multar... Eu prefiro tê-la como uma agência reguladora.

É muito melhor que ela se antecipe e me garanta o serviço do que ela multe a empresa por um serviço que ela não me prestou, porque jamais o serviço voltará a ser prestado, ainda que ela pague a multa.

Então esse não pode ser o objeto central da atuação de vocês. Não é a atuação de caça às bruxas nem de caça níquel, para tentar resolver um problema de caixa dessas estruturas. Tem que ser, exatamente, a prioridade é antecipar-se para o serviço funcionar. Quiçá a gente não tivesse nenhuma ação contra ninguém, mas tivesse a vigorosa ação de vocês para que, em sofrendo pressão, acompanhamento e fiscalização, essas empresas pudessem prestar um bom serviço à população no País.

Esse é o centro, na minha opinião, do papel que uma direção de órgão como esse deve ter, no primor. Portanto, zelar pelo serviço, zelar pela segurança, zelar pela satisfação, garantir que esse instrumento, que esse serviço, que essa estrutura, possa ser inclusive um dos elementos decisivos nesse tão competitivo mundo.

Nós que temos uma enorme diversidade turística, a partir do nosso traço da natureza, dos nossos traços geográficos, da velha caatinga até o belo mar, mas se a gente não tiver essa oferta de infra-estrutura funcionando, mesmo nos lugares mais bonitos eles não serão, em hipótese alguma, convidativos, na medida em que a infra-estrutura para transportar as pessoas é recheada de deficiência. Portanto, a responsabilidade que tem V. Sª é muito grande. Primeiro em garantir esse serviço. Segundo, até em dar seqüência, honrar aquilo que para nós foi apresentado, inclusive como atributos pessoais e elementos que o senhor adquiriu e incorporou ou acumulou ao longo de sua vida, e até para si próprio, em terceiro, como um desafio.

É natural do ser humano. Todos nós queremos fazer algo que, inclusive, preencha a nossa satisfação.

Então eu lhe desejo boa sorte mas, ao mesmo tempo, desejo que o senhor continue tendo os desafios, como marcos da sua vida, e o foco no seu trabalho como um compromisso principalmente de servidor público.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Marcelo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, só como sugestão para que a gente otimize mais a reunião, permita-me, nós participaríamos e, ao final das nossas participações, o Dr. Marcelo poderia se posicionar.

Só, em bloco, para que a gente... Hoje nós temos diversas, como nós já fizemos aqui, diversas emendas à LDO, para votar em outras comissões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu passaria a palavra só em deferência ao relator e, posteriormente, ouviríamos todos os outros.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Acho que o encaminhamento do Senador Vital do Rêgo é um encaminhamento positivo. Não tem...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então vamos ouvir os demais Senadores.

Senadora Vanessa, que não está presente.

Senador Ciro Miranda...

Ricardo Ferraço, primeiro. Desculpe. Estava inscrito primeiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas posso com alegria ceder a palavra ao Senador Cyro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então com a palavra o Senador Cyro Miranda. *(Risos.)*

Que gentileza! *(Pausa.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srª Presidente, cumprimento o eminente e competente Senador Walter Pinheiro pelo relato objetivo e pela forma clara com que fez o enfrentamento e a recomendação do Dr. Marcelo Pacheco para Diretor da ANAC.

É notório e fica evidente todo conhecimento e informação e toda capacidade acadêmica. O currículo do Dr. Marcelo reúne as condições para que ele possa não apenas fazê-lo, mas dar continuidade a um trabalho já em curso sobretudo em uma fase e em uma quadra em que estamos vivendo um tempo decisivo e definitivo na organização da estrutura aeroportuária brasileira.

Nunca antes a Agência teve uma importância muito grande, não apenas a Agência, mas quero crer que a Agência, quero crer que a Infraero e quero crer que as iniciativas e decisões que a Presidente Dilma tem adotado nessa direção, em bom tempo criando o Ministério de Aviação Civil, uma secretaria com *status* de Ministério e fazendo todo enfrentamento para muito além das questões ideológicas.

O questionamento que faço ao Dr. Marcelo... Pelo que pude identificar no relatório do Senador Walter, ele realizou estudos, visitas, intercâmbios em diversas partes do mundo, podendo ter visto e observado práticas de operação e de delegação de aeroportos. A impressão que tenho, até porque esta semana esta comissão fez uma reunião com o Ministro da Aviação Civil e com a Infraero e, na verdade, ficou claro que o modelo de concessão não está pronto e acabado, é que é um modelo em construção. Inclusive vamos ter que fazer outra audiência pública em algum momen-

to para entender porque não está claro como se dará essa concessão para os três primeiros aeroportos: Guarulhos, Vira Copos e Brasília.

A pergunta que faço é a seguinte: a seu juízo, na conjuntura do nosso País, nesse stress de volume, temperatura e pressão em que temos que fazer, ao mesmo tempo, as duas coisas – é como trocar o pneu do carro com ele em funcionamento –, porque estamos correndo atrás de providências que ao longo do tempo não foram adotadas e que acumularam, e, agora, ao mesmo tempo em que precisamos fazer intervenções conjunturais, também precisamos fazer intervenções estruturais... Então, a pergunta que faço a V. Sª é qual a sua percepção do melhor modelo, do melhor caminho para que possamos conceder – porque sou favorável à concessão da estrutura aeroportuária brasileira, até porque em muitos lugares do mundo isso dá certo e isso é feito com muito mais eficiência... Aqui, lembrando Deng Xiaoping, o usuário não quer saber a cor do gato, quer saber se o gato caça o rato, porque, na verdade, temos hoje uma companhia estatal, que cobra taxas elevadas dos usuários e não presta um serviço de boa qualidade Brasil afora. Então a pergunta que faço a V. Sª é, por tudo que acumulou de informação, de pesquisa, que viu mundo afora, o que acha que é melhor apropriado para a conjuntura brasileira?

Muito obrigado.

Parabenizo V. Sª e desejo-lhe sucesso à frente dessa tarefa que é um desafio extraordinário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente Lúcia Vânia. Bom dia ao meu companheiro e amigo Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente desta Comissão, e as boas-vindas ao Dr. Marcelo Pacheco.

Eu deveria ter aceitado a proposta de falar antes do Senador Ferraço, até porque ele explorou o que eu gostaria de falar, mas com muito mais propriedade, então, fico numa situação mais difícil.

Primeiro, quero parabenizar o Senador Walter Pinheiro pelo relatório prático, conciso e que nos mostra a capacidade que o senhor tem. Deixa-nos muito animados. Há algum tempo que não víamos uma pessoa que se preparou realmente para esse cargo, acho que não só por ter passado pela própria Anac, mas pelo tipo de pesquisa que o senhor já fez, as viagens e as outras entidades. Isso nos deixa muito contentes porque o senhor, ao meu ver, está altamente qualificado.

O senhor chega num momento extremamente difícil nessa área para o Brasil porque o turismo, em primeiro lugar, e a parte de cargas são de extrema importância para qualquer nação, principalmente para nós. E hoje nós estamos inibidos no crescimento, tanto na área de negócios como também na parte de turismo, por estarmos totalmente desprovidos dos nossos principais aeroportos.

Eu sou de um Estado, como também o Senador Ferraço, altamente prejudicado hoje. O Estado de Goiás tem o pior aeroporto, talvez, do mundo – olhe como eu vou longe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. *Fora do Microfone.*) – O segundo pior.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. *Fora do Microfone.*) – Não, o terceiro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Cuiabá também? O senhor veja que a disputa aqui é grande.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Segundo o Ipea, é o de Vitória.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É, mas é um aeroporto que não tem uma banca de revistas, um aeroporto que não tem lugar para as pessoas sentarem, onde o senhor vê grávidas sentadas no chão. Pessoas perdem voo porque não têm onde estacionar o automóvel.

É lógico que o senhor estava entrando num momento em que isso é crucial para o crescimento, inclusive, do nosso País. Vários Estados estão perdendo empresas não só do Brasil, mas de fora, em função de não ter essa logística. Isso é uma coisa prática.

Nós temos problemas de checadores de pilotos, quer dizer, hoje temos pilotos com carteira vencida sem poder exercer sua profissão porque ele está na fila, porque recentemente o pessoal da Aeronáutica os repatriou, vamos dizer assim, e ficou com uma quantidade muito pequena. Antigamente, o checador de voo que fazia essa região ia a Goiânia, ia ao Mato Grosso e hoje o pessoal tem que ficar numa fila e ir ao Rio de Janeiro. Quer dizer, são problemas de todas as ordens.

Eu queria até indagar: por que o pessoal que é ligado às companhias aéreas tem uma empáfia, uma ousadia, uma imponência? Não é só no Brasil, isso é no mundo inteiro. Parece-me que estão fazendo um favor. Porque toda vez que você está numa fila, você depende deles, e você é maltratado, maltratado mesmo. Talvez o Brasil seja o lugar onde sejamos menos maltratados, mas é uma coisa engraçada, parece que eles estão ali fazendo um grande favor.

Em suma, eu tenho só duas colocações para o senhor. Uma, o meu colega Ferraço colocou com muita propriedade: vamos ter agora o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que será o primeiro aeroporto integralmente a ser repassado para a iniciativa privada, e não existe ainda uma legislação e nenhum modelo para que possa ser seguido. Então, eu gostaria de sa-

ber como o senhor está vendo isso, porque, no mundo todo, hoje, estão se fazendo dos aeroportos grandes *shopping centers*, quer dizer, centros dos quais, entre outras coisas, você viaja também. Acho que esse conceito está dando certo. Não sei como é que o senhor está avaliando isso.

E a outra indagação: principalmente agora, com a vinda da Copa do Mundo, a Infraero e o DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) são os responsáveis pelas concessões de linhas, mas parece que não existe uma integração com a Anac, e depois o problema fica para a Anac, sobra para a Anac, quer dizer, as concessões de linhas e o tráfego, então é onde nós falamos do possível apagão. Também, como o senhor pode resolver?

Por último, eu acho que esta Casa tem, por obrigação, que se colocar à inteira disposição do senhor para pressionar o Governo para que seja prioritário esse programa do aeroportuário no País.

Muito obrigado e parabéns. Desejo muita sorte para o senhor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Vital do Rêgo. V. Exª vai falar? V. Exª está inscrito.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Presidenta Lúcia Vânia, queridíssima Senadora, Senador Blairo Maggi, tenho acompanhado, ao longo desses primeiros meses de mandato, diversas sabatinas desta Comissão, e noto o esforço do Governo Dilma de pontuar cada vez mais em áreas de grande especialidade técnica profissionais da mais alta relevância e conceito.

Não é à toa que anteontem eu participei de um debate com a Anac, a Secretaria de Aviação Civil, debate presidido por V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, e vi os números e o progresso que a Anac tem feito em diversas áreas, resultado da escolha de profissionais da mais alta respeitabilidade no setor, e o Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys deve estar sentindo-se muito feliz hoje, ao ser sabatinado neste Senado, porque vê depoimentos, assiste a depoimentos de todos os matizes políticas, de todas as tendências político-partidárias nesta Casa, enaltecendo sua formação profissional, seu denodo, sua abnegação. Seu currículo mostra isso.

Rapidamente, aprendendo com o Ministro Dornelles a ser prático e pragmático, eu queria perguntar a V. Sª qual o papel da Anac no controle e na regulação da política da aviação regional. Temos outro gargalo neste País, muito sério, que é a aviação regional. Queria que o senhor falasse um pouco sobre isso, à luz do entendimento da Anac.

No mais, falo da minha imensa satisfação em poder estar aqui, aprovando o nome do Dr. Marcelo Pacheco dos Guaranys.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Srª Presidenta Lúcia Vânia; nosso Vice-Presidente, Senador Blairo; demais Senadores; eminente Relator, meu Líder, Senador Walter Pinheiro, colega que fomos como Deputados na Câmara Federal; Dr. Marcelo Guaranys; cumprimento também o Dr. Pellegrino, que aqui se encontra; cumprimento o Dr. Cláudio Passos, aqui também presente, e cumprimento o Dr. Ricardo Sérgio, também diretores da Anac, com quem tenho mantido um bom diálogo, e tenho sido muito bem recebido naquela instituição por eles. Portanto, quero aqui, Dr. Marcelo, primeiro, desejar boas-vindas, parabenizar o Relator, Senador Walter Pinheiro, pela brilhante exposição, pelo brilhante relatório, convincente para todos nós e, particularmente, para mim.

Agora, tenho alguns encaminhamentos que vão contribuir, algumas perguntas, alguns questionamentos, que vão contribuir inclusive com a gestão de V. Sª e dos demais Diretores. Essa preocupação não é apenas minha, como aviador; ela é também do Movimento Nacional de Aviação, dos aviadores do Brasil.

Então, lá vai a primeira pergunta. Quais as ações que a Anac pretende efetivar para atenuar deficiência no atendimento aos usuários do sistema aeronáutico como um todo? Aqui, foram colocadas algumas questões sobre Infraero, mas eu vou me ater apenas à atividade da Anac. Essa é a primeira pergunta.

A segunda, Dr. Marcelo. Como serão tratadas questões voltadas à segurança da aviação em geral, que está posta em risco devido à ausência da presença física dos fiscais e agentes da Anac nos aeroportos, tanto para o atendimento do público como para o atendimento aos operadores da aviação?

A terceira pergunta. Como já existe a falta de mão de obra de pilotos para atender à demanda das grandes companhias, que são formados, em sua grande maioria, pelos táxis-aéreos, como a agência pretende abordar essa questão? Existe algum programa de formação continuada para os pilotos a ser implementado por parte da Anac? Aí, faço uma observação: além do curso de Ciências Aeronáuticas, que se tenha uma atenção com os aeroclubes, para a questão das horas de voo, porque eles estão muito sucateados e abandonados no País.

Quarta pergunta. As grandes linhas aéreas, com a escassez de mão de obra no mercado, vêm contratando pilotos cada vez mais novos, com menos experiência, que colocam em risco a operação de todo o sistema de aviação civil. Como a Anac percebe tal situação? Como o mercado está muito aquecido, Presidente Lúcia, estão se buscando pilotos jovens, merecedores,

claro, de entrarem no mercado de trabalho, mas são muito inexperientes. Aí, é uma atenção que a Anac deve dar a esse problema.

A quinta pergunta, Dr. Marcelo. Dentro desse cenário, recentemente, segundo a redação do item 8 do Oficio Circular 003/2011, os valores a serem cobrados pelos exames em rota e demais congêneres foram majorados em quase 2000%, sem apresentação de qualquer justificativa para tal medida. Há alguma explicação plausível para tanto, para esse aumento de quase 2000%, com relação aos exames em rota? Parece que já falamos isso com o Dr. Pellegrino. Torna-se praticamente inviável.

Outra pergunta, a sexta. Foi determinada a reabertura de diversos postos de atendimento da Anac, que, no começo do ano, foram fechados. Alguns ainda foram reabertos. Há uma data prevista para que a abertura desses postos aconteça no Brasil? São os postos da Anac pelos Estados brasileiros. Quanto à reabertura das regionais, existe uma previsão?

Sétima pergunta. A Anac irá participar junto à Secretaria da Aviação Civil para auxiliar na formação de uma política de incentivos voltada à atividade de táxi-aéreo e à aviação em geral? O que pode ser apresentado a respeito dessa questão?

Por último, Dr. Marcelo, a questão já colocada aqui pelo eminente Senador Cyro: a preocupação com relação aos checadores. Não é possível que o número reduzido de checadores da Anac continue. Como sugestão, temos vários pilotos experientes pelo Brasil afora, Senador Blairo Maggi, na aviação civil, que poderiam fazer o curso de checador e se tornar um checador em Palmas, em Cuiabá, em Goiânia, Presidente Lúcia, e melhorar mais a atividade e a atenção para com os aviadores do Brasil.

Precisamos efetivamente melhorar essa condição dos checadores do Brasil, como também das nossas provas. Continuo insistindo: não dá para sair de Cuiabá para vir fazer uma prova de regulamento de meia hora aqui, em Brasília. Os documentos estão centralizados no Rio de Janeiro. Sabe por quê, Presidente Lúcia? Porque os funcionários do antigo DAC – Diretoria de Aviação Civil não querem vir para Brasília. Então, a Anac, em vez de olhar o Brasil como um todo, está com uma gestão de olhar os funcionários dela no Rio de Janeiro. Eles têm de vir para Brasília, aqui é a capital do País, com todo respeito pelo Rio de Janeiro. Portanto, uma sugestão que quero dar ao Dr. Marcelo, que, com certeza, terá o apoio do Senado Federal, é trazer todas as atividades da Anac para Brasília. Aí, vai melhorar muito a atenção aos operadores da aviação civil.

Portanto, essa é a nossa sugestão e esses foram os nossos encaminhamentos, procurando contribuir com a gestão vindoura, que, desde já, muito embora o voto seja secreto, terá o nosso apoio.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Srª Presidente. Também cumprimento o Dr. Marcelo Guaranys, de quem hoje estamos fazendo a argüição, e os demais diretores da Anac aqui presentes.

O nosso Comandante Vicentinho, pois ele é comandante de aviação, que conhece como ninguém, já fez tantas perguntas que vamos precisar do resto da manhã para que o Dr. Marcelo possa responder. Senador Vicentinho, se o pessoal do Rio não quiser vir para Brasília, vamos levar para Tocantins. Quem sabe eles façam uma opção diferente.

De fato, não sei se o que vou colocar aqui é de responsabilidade da Anac ou da Infraero, porque não sabemos bem onde acaba a responsabilidade de um e começa a de outro, mas há coisas de ordem prática que observamos nos aeroportos e, se elas não forem de responsabilidade da Anac, pelo menos podem tentar nos ajudar a fazer alguns encaminhamentos.

Por exemplo, nas operações principalmente aqui, em Brasília, e em São Paulo, se não se ficar muito atento, perde-se o avião, porque se chega com um bilhete para o portão 9 e, quando se vê, mudou para o 7, mudou para o 13, mudou para o 5 e, na hora de embarcar, está-se correndo, perdido. Já aconteceu comigo nos dois aeroportos. Então, tem de se ficar muito atento para não perder o avião. Em outros países ou em outros tempos aqui, chegava-se ao portão de fato e embarcava. Acho que está havendo algum problema com as companhias lá embaixo. Não sei o que acontece que muda tanto.

Também uma coisa prática: a questão da entrega das bagagens. Dependendo do voo, aqui, em Brasília, demora-se mais tempo pegando a bagagem que voando. De Cuiabá para Brasília, eu não trago mala, eu trago uma valise de mão. Quando a minha empregada, a Vera, vem comigo, eu entrego a minha mala para ela, porque eu não vou ficar ali quarenta minutos ou, às vezes, uma hora, esperando para entregar uma bagagem.

São coisas que incomodam muito o usuário e eu não sei como se resolvem. São coisas de operação.

Outro ponto que eu gostaria de frisar é que, em muitas oportunidades – acho que todos já passaram por isso também -, embarca-se num avião e ficam-se vinte minutos, trinta minutos dentro do avião, para taxiar. Às vezes, o avião já taxiou, mas fica ali esperando e não consegue sair. Também não sei qual a dificuldade que tem. Quem conhece um pouco de aviação fica olhando se tem muito avião chegando ou não e, às vezes, não

tem nada disso. Não tem nem chegando nem saindo, mas deixam o passageiro preso dentro do avião, com vinte, trinta, quarenta minutos, esperando.

Então, seriam essas três colocações para que pudessem ser aqui respondidas. Ou, se elas não são da competência da agência, que o Dr. Marcelo e os nossos diretores da Anac possam fazer um encaminhamento para alertar quem é responsável por esse assunto, para tentar melhorar o serviço Porque, de fato, incomoda muito, muito mesmo, o pessoal, os usuários.

E aqui, para não só reclamar, quero dar um exemplo de como a fiscalização pode ajudar e como ela se transforma num hábito de quem está sendo fiscalizado. O pessoal de bordo, os comissários, ali, quando você senta na porta da emergência, antigamente se sentava ali e acabou. Hoje eles fazem questão de explicar para você como funciona, e você pode dizer que tem prática, que não precisa. Mas eles dizem que é obrigação deles, até porque, se você for da Anac e eu não sei, a multa é muito grande. Então, a fiscalização é necessária; a presença, a incerta que você dá nesses locais, nesses trabalhos, é de extrema importância. Estou citando isso como exemplo de como as pessoas têm receio, respeito quando sabem que os órgãos fiscalizador está a postos para cuidar daquilo que é necessário.

Então, seriam essas as minhas colocações. Mais uma vez, cumprimento o Dr. Marcelo pela indicação e, com certeza, terá respaldo nosso aqui, no Senado, para continuar o trabalho da Anac.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É melhor de táxi do que de avião.

Srª Presidente, Srs. Senadores, Sr. Marcelo, hoje, no Brasil, é melhor ir de táxi do que de avião, porque, infelizmente, a aviação civil no Brasil é um ninho de desrespeito ao cidadão contribuinte. Penso que a criação de agências especiais, autarquias especiais do porte da Anac tenha esse objetivo de fazer com que as empresas aéreas, no caso da Anac, cumpram seu papel.

A primeira pergunta, não é uma pergunta, eu gostaria que V. Sª – e eu já tive oportunidade de conversar com o senhor aqui, no gabinete que ocupo –, a minha maior preocupação é a defesa do cidadão contribuinte, que é desrespeitado todos os dias pelas empresas aéreas, todos os dias, em qualquer aeroporto do Brasil. Aqui a generalização não é burra. É uma generalização que é verdadeira. Eu gostaria que V. Sª fizesse uma reflexão e explicasse ao cidadão que está nos ouvindo e vendo pela Rádio e TV Senado, respectivamente, a diferença do papel da Infraero para o papel da Anac. Nós aqui sabemos, mas muitos brasileiros não sabem. Você fazer uma reclamação: Infraero; aí manda para a Anac, que manda para a Infraero. Aí você vai à empresa de transporte aeroviário e esta diz para você ligar para o 0800, e você fica quase duas horas. Isso já aconteceu comigo agora, não só uma vez, mas várias vezes, porque ligo, fico aguardando, vou lá, quero saber quem é o coordenador da empresa, vou à Anac e reclamo sobre isso. Então, eu gostaria que V. Sª fizesse uma diferença, para o cidadão que está nos ouvindo e vendo, entre as atribuições administrativas da Anac e da Infraero. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, o que V. Sª, como diretor da Anac, fará para que o cidadão não seja desrespeitado pelas empresas aéreas, desrespeitado no seu tempo, porque o tempo é precioso, e esclarecendo ao cidadão, ao consumidor que está nos ouvindo, que ali nós temos um contrato de transporte que é firmado com as empresas e, neste momento, as cláusulas precisam ser respeitadas e o cidadão precisa de resposta. Por que só o atendimento das empresas aéreas através do 0800? Por que não temos ali, nos aeroportos, necessariamente, um cidadão da empresa aérea para receber reclamação do cidadão consumidor, para que ele não seja desrespeitado como vem sendo?

A minha preocupação é essa. Quero cumprimentar V. Sª pelo seu currículo e dizer que V. Sª, pelo seu currículo, demonstra que é um servidor competente. Temos que valorizar o servidor público em cargos como esse que V. Sª está a pretender: técnico, um servidor público técnico e competente.

Parabéns pelo seu currículo. E eu gostaria dessas explicações de V. Sª.

Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT BA) – Srª Presidente, pela ordem. Eu só gostaria de aditar uma coisa que eu terminei esquecendo...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT BA) – E foi mencionado pelo Senador Pedro Taques, referente à questão de serviço. Só para que, na resposta a todos os Senadores, o Dr. Marcelo pudesse também nos falar como ele vai trabalhar essa questão, por exemplo, de fortalecer a agência, do ponto de vista da reestruturação com pessoal, e que ação vai desenvolver principalmente para resolver aquele problema dos concursados da Anac. Queria um caminho para a gente tentar, de certa forma, também fortalecer sua base de sustentação para um bom encaminhamento dessas questões dos serviços públicos, principalmente na Anac.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Srª Presidente. Quero justificar minha saída, não tão breve assim, tive outro compromisso, mas ouvi boa parte, Dr. Marcelo, da sua exposição, assim como li o currículo de V. Sª. Apesar de jovem, o senhor tem, pelo currículo, uma experiência larga e parece-me que sua especialização é na questão concorrencial. Trabalha com concorrência e já foi diretor da Anac.

Tivemos oportunidade de conversar na semana passada e eu já adiantei ao senhor algumas questões que me inquietam. Tivemos, ontem, ou há dois dias, não me lembro, na terça-feira, uma audiência pública com várias Comissões, inclusive a nossa Comissão de Infraestrutura, presidida pela Senadora Lúcia Vânia, e com a presença de todos os representantes do setor aeroportuário: o Ministro da Secretaria Nacional de Aviação, o Presidente da Anac e o Presidente da Infraero. E lá muitas questões foram levantadas, desde a infraestrutura para a Copa até a questão da infraestrutura existente no Brasil.

Particularmente, quero questionar o senhor e ouvir um pouco mais – talvez o senhor já tenha falado – a respeito de uma política efetiva de aviação regional no País. Quando a gente fala de aviação regional, é desde garantir as condições para que as empresas aéreas se estabeleçam, para que a população tenha acesso a um preço acessível, porque o que acontece é que a gente consegue comprar passagens, por exemplo, de Manaus a Brasília por R$300,00 a R$400,00, e, para sair de Tabatinga, um Município do interior do meu Estado, e ir para Manaus são R$1.200,00, apenas um trecho, uma perna. Isso lá não tem como comprar antes e conseguir promoção. É esse o custo.

Envolve isso e a questão das empresas, mas é óbvio que envolve a questão da infraestrutura, porque, se não temos aeroportos homologados e reconhecidos, é óbvio que a companhia aérea duplica seu valor porque o risco que ela corre é muito maior. O custo, o preço que ela vai pagar pelo seguro certamente é muito maior. E esse não é um problema novo. Esse é um problema, aliás, que vem com o descobrimento do Brasil, com a ocupação do nosso País, e temos visto muito pouco avanço nesse setor. Tem projetos de lei aqui, Senador Blairo Maggi, que tramitam há mais de uma década e que estabelecem incentivos à aviação, que estabelecem uma política, uma série de coisas. Então, eu gostaria de ouvi-lo mais, Dr. Marcelo, a respeito disso. O Brasil é um País forte não apenas porque temos uma economia em ascensão, mas porque nós temos um grande território, porque temos um povo que representa uma diversidade étnica maravilhosa. Agora, o Brasil – está aí um mapa atrás do senhor –, 60% do território é Amazônia. É desse território que estamos falando aqui, 60% do território nacional, e ainda há um grande vazio no mapa de muitos setores, inclusive da aviação. É assim no setor elétrico, estamos mudando a configuração do mapa para sairmos do isolamento, porque estamos fora do sistema nacional de energia elétrica, de energia integrada, mas, na aviação, é assim ainda.

Então, gostaria de ouvi-lo a respeito de suas opiniões em relação ao desenvolvimento da aviação regional.

No mais, desejo boa sorte ao senhor, Dr. Marcelo.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR –TO) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR –TO) – Apenas para registrar, Presidente, a presença do Presidente Jorge Ferreira, um bom goiano, que é o Presidente do Movimento Nacional pela Aviação Civil, que se encontra também aqui no nosso meio. Que ele também seja muito bem-vindo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. É um prazer recebê-lo aqui na nossa Comissão.

Com a palavra, Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Vou começar respondendo, pela ordem, aos Senadores e aí vou tentando juntar o que for temático ao mesmo tempo.

Eu anotei pelo menos quatro temas: concessão de aeroporto, modelo de concessão de aeroporto; questão dos usuários, o que a Anac vai fazer com os usuários; aviação regional e a parte da prestação de serviço da Anac para piloto e certificações.

Se eu perder algum no caminho, depois eu pego as perguntas que faltaram e respondo pontualmente.

Vamos começar pelo Senador Walter Pinheiro, porque foi a primeira pessoa a colocar a questão das concessões aeroportuárias, na verdade, do problema de infraestrutura no Brasil. A pergunta era: "Como exercer pressão sobre infraestrutura para que ela seja mais eficiente e, ao mesmo tempo, como transformar o aeroporto numa experiência mais agradável ao passageiro". Acho que é na percepção não só da empresa de transporte aéreo, mas eu entendi como também da parte do aeroporto. Por que o aeroporto no Brasil é tão desagradável quando a gente compara com outros aeroportos no mundo?

O Senador Ricardo Ferraço perguntou sobre os modelos de delegação nos aeroportos no mundo e qual a minha visão do que deveria ser feito, qual o melhor modelo.

No mesmo sentido, o Senador Cyro Miranda falou sobre a falta de infraestrutura no aeroporto de Goiânia. Falou também da aprovação das linhas aéreas – eu vou tocar nesse assunto logo no final.

E o Senador Blairo Maggi também colocou sobre a questão da infraestrutura, na questão de troca de portões, entrega de bagagens, demora no taxiamento.

Foram esses os pontos principais sobre infraestrutura. Então, deixe-me falar um pouco sobre o modelo de concessão de infraestrutura e o que fazer.

Como coloquei na exposição inicial, a gente percebe que o grande crescimento do transporte não está acompanhado de um crescimento de infraestrutura. Isso tem alguns motivos. Obviamente, um operador de infraestrutura vai sempre tentar buscar, captar todo aquele crescimento que os usuários estão gerando; alguém que busca ganhar dinheiro com aquela operação, alguém que busca prestar um serviço cada vez mais eficiente para diminuir seus custos para receber cada vez mais, ele não vai deixar esse descompasso tão grande.

Então, primeiro, a gente tem um problema institucional no Brasil do modelo que a gente tem na operação de infraestrutura aeroportuária. A gente tem, independente de ser público ou não, uma única empresa que presta serviço em 67 aeroportos, e isso corresponde a 98% do nosso tráfego. Ou seja, aí, também por parte da minha vida pregressa profissional, não há nenhuma concorrência nisso. Eu sempre trabalhei num órgão de defesa da concorrência, mas a gente percebe que é uma empresa prestando para todos os aeroportos no País. Ainda que se discuta que não há concorrência, que um aeroporto não concorre com outro, a gente tem percebido cada vez mais que aeroportos concorrem; Congonhas concorre com Guarulhos, Brasília pode vir a concorrer com Goiânia, Santos Dumont concorre com o Galeão, e isso a gente percebe no mundo inteiro, que, entre as diversas cidades do mundo, há concorrência em aeroportos.

Por princípio e por formação profissional e acadêmica, a Senadora Vanessa colocou a minha formação em concorrência, concorrência e regulação. Na verdade, como buscar na regulação ter um setor cada vez mais eficiente. O primeiro princípio é como inserir concorrência dentro desse setor, como você vai fazer com que quem está operando a infraestrutura seja cada vez mais eficiente.

Como exercer essa pressão? A primeira forma é tentar inserir alguma concorrência. A gente pode tentar inserir concorrência no modelo como está hoje,, fazer com que um concorra com o outro. Sei lá, gerar um bônus para o superintendente daquele aeroporto se ele for cada vez mais eficiente, mas a gente tem percebido uma certa dificuldade, uma morosidade nas mudanças dentro da Infraero. Normal. Uma empresa muito grande, que há muito tempo atua no setor, que está se modernizando ainda e que não conseguiu acompanhar a evolução do transporte.

Essa discussão tem sido feita no governo há muito tempo e a própria discussão sobre concessão de aeroporto, mais do que uma discussão sobre o que é privado ou público sendo prestado, uma discussão de como inserir concorrência, como eu insiro outros operadores aeroportuários dentro da infraestrutura no Brasil.

E aí eu entro na pergunta do Senador Ricardo Ferraço, que é qual o melhor modelo do mundo. De fato, a gente estudou diversos modelos – tanto na Anac quanto no Ministério da Fazenda – de concessão no mundo para tentar ver qual seria mais adequado para o Brasil. Na verdade, pressupõe uma decisão política.

Nós vamos ter no setor aeroportuário o que nós fizemos com o setor elétrico ou vamos ter o que fizemos com o setor de telecomunicações.

O setor de telecomunicações resolveu extinguir a empresa estatal, dividi-la em regiões no País e conceder toda aquela infraestrutura de uma vez. No setor elétrico, nós fomos fazendo concessões aos poucos, privatizando algumas empresas e concedendo determinados serviços, mas muita coisa ainda ficou com o Estado, que modernizou um pouco a sua participação nisso. A Eletrobras hoje tem participação em diversas empresas e não necessariamente atua em todas as empresas que ela tem participação. Ela também é uma empresa de participações hoje.

O modelo que a gente tem, a sinalização política que a gente tem para a decisão no setor aeroportuário é muito mais setor elétrico do que setor de Telecom. Não há uma decisão de acabar com a Infraero. A Infraero continua sendo importante para prestar o serviço em diversos aeroportos, mas há uma decisão de se conceder determinadas estruturas.

Então, a decisão é muito recente de que infraestrutura vai ser concedida. A ideia é que a gente tenha ações paralelas de investimento no País. Temos a percepção de que não dá uma empresa só fazer todos os investimentos que são necessários. A gente está percebendo que está tendo dificuldade para a Copa do Mundo, imagina para todos os outros aeroportos que não estão inseridos na Copa?

Então, o pressuposto do modelo de decisão do governo federal está sendo fazer frentes paralelas de investimento. A Infraero vai continuar atuando? Vai, mas vamos fazer também concessões que permitam que outras empresas prestem esse serviço também.

Dentro desse contexto, partindo do pressuposto que esse é o modelo mais parecido com o setor elétrico

do que com o setor de Telecom, temos modelos interessantes, como o modelo australiano para o Brasil, em que a gente teve concessões individuais de aeroportos, não foi em grupo. O México teve a decisão de fazer a concessão de todos os aeroportos ao mesmo tempo e fez exatamente como a gente fez com Telecom aqui, dividiu em quatro regiões e concedeu para empresas administrarem aquelas regiões. Na Austrália, você fez concessões individuais de aeroportos, você foi concedendo aeroportos individualmente muito preocupado com a concorrência. Então, por exemplo, o aeroporto de Melbourne não poderia ficar no mesmo dono do aeroporto de Sidney, que é uma preocupação que a gente pode ter com Guarulhos e Viracopos no Brasil.

Faz sentido Guarulhos e Viracopos serem administrados pela mesma empresa? Talvez não, porque pode ser que a gente busque ter mais concorrência naqueles aeroportos. Então, se eu tiver uma administradora em Viracopos e outra em Guarulhos, eles mesmo vão estar concorrendo para atrair usuários de um mercado que é a grande São Paulo, interior do Estado de São Paulo. Então, este tem parecido ser um desenho cada vez melhor para o Brasil: concessões individuais buscando a preocupação com a concorrência.

Isso é o desenho do modelo. Para o modelo funcionar por dentro, como fazer esse aeroporto ser cada vez mais eficiente, e aí a preocupação do Senador Walter Pinheiro...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Permita-me. A Infraero deve estar administrando e gerenciando próximo de setenta aeroportos no País. Nós temos um conjunto reduzido desses aeroportos que são superavitários e temos um conjunto de tantos outros que não são superavitários. Como equacionar essa questão? Porque, se nós formos nessa partitura, nós vamos conceder a galinha dos ovos de ouro e, eventualmente, vamos ficar com alguns aeroportos que vão necessitar, eventualmente – não estou afirmando – de um subsídio cruzado ou uma espécie de. Com calibrar essa realidade num País de dimensão continental como o Brasil?

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Senador, nós temos duas possibilidades também – essa pergunta é sempre feita no seguinte sentido: o filé vai sem osso ou a gente vai jogar filé com osso? Como é que vai ser se a decisão for essa mesma de conceder Guarulhos, Viracopos e Brasília, tem nesses aeroportos rentáveis, e a gente começa a perder rentabilidade de outros aeroportos.

Mas volto para a discussão de Telecom e energia elétrica. Se a minha discussão fosse fazer o modelo Telecom, fazer tudo ao mesmo tempo, talvez fosse mais fácil e rápido conceder isso em grupos, e aí, sim, tentar, mais ou menos, perceber o que é deficitário, o que é superavitário hoje, fazer um grupo daquilo e conceder aquilo ao mesmo tempo.

Como essa não é a decisão, é perigoso a gente conciliar concessões ao que a gente entende hoje como deficitário com o que a gente entende

A percepção que a Infraero tem do que é superavitário ou deficitário não necessariamente é a mesma percepção que a iniciativa privada tem. Então, qual é o risco? De aeroportos, por exemplo, como o de Goiânia, que parece ser deficitário, mas pode ser superavitário... Ele pode ser mais superavitário, muito mais superavitário do que é, e a gente perder nisso um retorno que o Estado teria. Por exemplo: Goiânia e Vitória sempre foram aeroportos que a gente citou. São aeroportos que têm problemas de investimento. Há anos a gente está tentando fazer investimento e não consegue. Na primeira lista da Infraero, eles não são aeroportos superavitários. Na primeira lista que a gente recebeu, de dez aeroportos, eles não seriam superavitários, mas são e têm capacidade de atrair tráfego, têm capacidade de gerar tráfego, de gerar uma rentabilidade muito maior.

Para quem entregar isso nesse primeiro instante? É melhor avaliar isso aos poucos.

Eu cito sempre o exemplo de concessões rodoviárias. No primeiro lote de concessões rodoviárias, em 95, o Governo concedeu o filé. Era a Dutra, era a Ponte Rio/Niterói, eram grandes rodovias.

Quando a gente foi fazer o segundo lote, em 2007, a percepção era de que não haveria tanta atratividade como houve no primeiro lote. Então, a percepção antes do leilão era de que... Vão ser aqueles mesmos vencedores sempre? Vão ser as mesmas empreiteiras? São elas que vão ganhar? Não vai haver concorrência naquilo? A gente sabe que não tem muita atratividade.

E, na verdade, a gente percebeu uma evolução da mentalidade do próprio setor privado. Eles perceberam que poderiam ganhar dinheiro com aquilo de uma forma diferente e aquilo ganhou uma atratividade maior.

De 95 para 2007, doze anos se passaram e a gente percebeu um amadurecimento do setor. Tanto foi que, no segundo lote, com sete concessões de rodovias realizadas, houve uma enorme concorrência, demonstrando que aquilo tinha uma rentabilidade e uma viabilidade muito maiores do que se esperava. Quando o primeiro lote de concessões foi aberto, havia vinte empresas participando com o deságio de 40%.

Então, qual é o perigo de a gente fazer um desenho que seja deficitário ou superavitário agora, junto, no pacote?

Perder essa percepção da iniciativa privada.

A gente sabe que vários aeroportos são superavitários. Talvez hoje, na Infraero, não sejam, mas na iniciativa privada eles vão ser.

De qualquer forma, se o modelo de concessão é individual, não se pode ceder a jóia sem guardar alguma coisa para pagar o que ficou para trás. Então qualquer desenho que tem sido pensado é no seguinte sentido...

Anteontem foi anunciado nos jornais que o modelo seria por maior outorga, ou seja, maior outorga ou menor tarifa. A gente trabalha com uma tarifa fixa e vai ganhar quem pagar mais para levar aquele aeroporto.

Para onde vai aquele dinheiro?

Aquele dinheiro vai para um fundo, justamente para subsidiar os aeroportos que continuam deficitários nas mãos do Estado. Esse fundo inicialmente seria o Fundo Nacional de Aviação Civil, criado junto à Secretaria de Aviação Civil.

A segunda forma de se pensar nesse modelo de como manter a possibilidade de operação da Infraero nos aeroportos deficitários é outra medida que está sendo estudada também e anunciada pelo Ministro Wagner, de Aviação Civil, sobre a participação da Infraero dentro das novas concessões. Então a Infraero participaria com até 49% das novas concessões, o que permitiria que ela auferisse ganhos daqueles aeroportos concedidos para fazer a manutenção dos aeroportos deficitários que permanecessem com ela.

Então, voltando à resposta sobre operação versus construção... Desculpe. Sobre a melhor forma de se operar o aeroporto, se aquilo é mais agradável para o passageiro, o que nós esperamos com esse modelo?

Havendo concorrência e novos operadores aeroportuários no Brasil, principalmente operadores estrangeiros, todos que já viajaram para fora percebem o quanto os aeroportos podem ser muito diferentes. Eles não precisam ser tão luxuosos como alguns eram no passado, mas precisam ser funcionais, agradáveis para o passageiro, ter um corredor amplo, lojas que sejam úteis para o passageiro. E imaginamos que, com esse modelo, inserindo novos operadores no Brasil, tenhamos essa mudança. Os aeroportos, inclusive os novos, que serão concedidos, vão ter essa mudança de uma forma prioritária, mas a Infraero também vai começar a perceber aquilo e o próprio sistema da concorrência vai tentar aprimorar a sua operação dentro do aeroporto.

O grande problema da Infraero hoje não é só a construção do aeroporto, mas como operar aquele aeroporto de uma forma mais eficiente. Ela está tentando ser mais eficiente, mas talvez precise de mais incentivo. E é isso que essa concorrência dos novos concessionários pode trazer. Obviamente, isso necessita também de uma atuação da Anac, para incentivar, fazer uma regulação cada vez mais buscando a eficiência da Infraero, tanto do ponto de vista operacional quanto do ponto de vista econômico.

E o Senador Blairo Maggi colocou o mesmo ponto, que era a troca de portões, entrega de bagagens, demora no taxeamento. A gente percebe isso como sendo também problemas na eficiência a operação.

Toda vez que a gente discute no Governo o que fazer com a Infraero, não adianta só fazer a Infraero não obedecer à 8.666, não é a contratação mais rápida da construção do aeroporto. Na verdade, é como fazer operar melhor o aeroporto. Se ela não está conseguindo operar melhor o aeroporto, não vai saber projetar o aeroporto para ele funcionar de uma forma melhor. Então, o aeroporto já tem que ser projetado pensando numa operação eficiente. Eu entendo que os três pontos são de eficiência do aeroporto, tanto a troca de portão... Você tem que saber, o avião é loja: quem chega primeiro sai primeiro. Você tem um controle de estoque. Em vários portos você tem sistemas que fazem esse tipo de controle de contêiner, você tem software que faz isso. Talvez isso seja uma falta de sistematização e de informatização desse sistema de logística dentro do próprio aeroporto.

A operação do aeroporto é a Infraero quem faz. É da responsabilidade dela fazer esse trabalho cada vez melhor. O que a agência tem que fazer? Fazer com que ela busque ser mais eficiente nisso.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Depende do serviço. A operação dos portões, eu não vou saber exatamente de cada parte, mas a demora no taxeamento, por exemplo, vai ser o comando do aeroporto, vai ser a torre que vai colocar cada avião taxeando. A entrega de bagagens, não. Tem determinadas empresas terceirizadas que...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Você pode, pode, com certeza. E a Secretaria de Aviação Civil, junto com a Infraero, também está fazendo um estudo para melhorar essa responsabilização pela entrega de bagagens, para identificar mesmo. Dentro desse processo inteiro, desde o avião chegar até chegar ao passageiro, você conseguir identificar quem é o responsável por aquilo e como melhorar essa responsabilização. É um trabalho que eles estão prometendo até para a Presidenta, para entregar durante esse mês, para aprimorar esse trabalho.

Sobre o modelo de concessão, tem alguma coisa que eu deixei?

Concessão de linhas, que também está envolvida com o processo de operação de infraestrutura aeroportuária, é derivada de um problema de operação.

O Senador Cyro Miranda perguntou o que eu acho desse processo de concessão de linhas, se há uma integração entre o Decea e a Infraero, porque parece que ambos podem autorizar uma determinada coisa que não necessariamente era a Anac estava fazendo.

Esse, de fato, foi um problema muito grave no setor. Quando a gente parou para tentar entender o que era o caos aéreo em 2007, havia uma total desconcatenação de informações entre Decea, Infraero e Anac, de uma forma simples.

A Anac, no Brasil, é um dos poucos locais do mundo em que há autorização voo a voo. É o famoso Hotran que a gente ouve falar em transporte aéreo. Toda vez que a empresa quer pedir um determinado voo, ela tem que pedir autorização para a Anac, que emite um Hotran para a empresa. É um processo burocrático que era pior: esse Hotran era sempre aprovado pela diretoria da agência. Até 2007, era aprovado pela diretoria da agência.

Então, no processo, faz o pedido, vai para o gerente, vai para o superintendente, sobre para a diretoria. Isso, às vezes, demorava meses, dois meses para se pedir um novo voo ou uma alteração de voo.

Logo depois dos acidentes da TAM, houve uma restrição forte de operação em Congonhas. Diminuiu-se bastante o movimento em Congonhas, salvo engano, de 45 para 30 no final, 34 e 30 para a aviação regular. Só que isso foi feito de uma hora para a outra. Você tinha que dar uma resposta rápida para a sociedade. A determinação do Governo Federal, por resolução do Conac, por orientação do próprio Presidente, na época, foi fazer essa redução.

Como essa redução foi feita de uma hora para a outra, não houve tempo de se processarem todos os novos pedidos de voo. O que acontecia? Esses voos autorizados eram o que alimentava os painéis da Infraero. Então, a empresa aérea teve que reduzir a operação de um dia para o outro, ela teve que parar de vender aqueles determinados voos e teve que pedir autorização para aquilo. Só que ela precisava voar no dia seguinte, daquele jeito, não podia esperar o tempo da autorização voltar para operar daquele jeito. Ela precisava reduzir os voos já. Como a Infraero pegava a informação que a Anac passava, dos voos autorizados, essa informação ficava totalmente desconcatenada. O passageiro às vezes até comprava o voo num horário que ele via na Internet, quando chegava ao aeroporto a informação era outra, e a Anac não tinha controle de absolutamente nada.

O que foi feito no final de 2007? Foi organizar isso tudo: vamos parar e zerar, vamos fazer tudo de novo. A capacidade de cada aeroporto é essa, eu preciso de pedidos de vôos dentro dessa capacidade e, assim, serão reautorizados todos esses voos. Além de reautorizar, deve-se simplificar, para que o processo seja rápido. Não faz sentido uma demora de três meses para que um pedido de vôo ande. Desse modo, um voo, que demorava em média um mês, passou para dias. A cada dois dias um voo é autorizado. Como é um voo mais complicado, em um aeroporto cuja infraestrutura é um pouco mais congestionada em certo horário, a demora é um pouco maior, justamente para que essas instituições conversem. Mas hoje já há um diálogo e uma informação mais precisa e concatenada entre Decea, Infraero e Anac.

Então, de fato, o que é aprovado de vôo no País, em aeroportos mais congestionados, principalmente, é o que a Infraero determina como capacidade de sua infraestrutura, porque o Decea determina a capacidade da pista. A infraestrutura do aeroporto é um conjunto das três coisas: terminal, onde o passageiro passa; pátio, onde a aeronave estaciona; e a pista, onde ela pousa. O conjunto dessas três coisas delimita a capacidade do aeroporto.

A Infraero e a Decea informam essa capacidade para a Anac, que autoriza os vôos na medida dessa capacidade, sem ultrapassá-la. Se há algum problema, é por que a capacidade está sendo mal informada.

Percebemos que em alguns aeroportos isso era um problema, e a Anac tem trabalhado junto à Infraero para refazer essa capacidade, aprimorar a determinação dessa capacidade, para que esse problema não ocorra.

Esta é uma grande preocupação para a Copa do Mundo: os aeroportos estarão mais cheios, mas haverá mais vôos do que a capacidade? Com esse trabalho, esperamos que não. De fato, os voos só serão autorizados de acordo com a capacidade do aeroporto.

Se ficou faltando alguma informação quanto à infraestrutura, falem-me.

Quanto ao direito dos passageiros – acho que foi o Senador Taques –, quando da criação das Agências Reguladoras, a intenção era fazer as empresas cumprirem seus papeis de fato. Qual o papel da Infraero na defesa do cidadão? E da Anac? Definição dos papeis para os usuários. O que pode ser feito, na atuação da Anac, para que o passageiro seja respeitado?

Senador, essa foi também uma grande preocupação quando chegamos, em 2007, e percebemos que as pessoas não sabiam que responsabilidades eram da empresa. Que responsabilidades eram da Anac? Quais eram as responsabilidades da Infraero? Quais eram as responsabilidade do Decea? Isso é um problema sério. Se não se sabe de quem é a responsabilidade, não se sabe de quem cobrar. Cobra-se de todo mundo,

e a empresa aérea acaba se escondendo atrás dos outros e não assume a responsabilidade dela.

Quanto a esse ponto, o senhor colocou uma preocupação consumerista que também sempre foi nossa preocupação. Devemos lembrar que a relação de transporte aéreo é, acima de tudo, uma relação de consumo. Quando compro um produto estragado nas Lojas Americanas, quem é o responsável? Eu vou no Procom direto? Não, vou às Lojas Americanas. Depois, se o problema não for resolvido, vou ao Procom.

Tentamos desenvolver a lógica de a empresa aérea assumir a sua responsabilidade. Isso foi feito por campanha, cartilha, palestra. Passageiro, você tem um problema? Busque a empresa aérea. A empresa aérea é responsável pela solução do seu problema. Não foi resolvido, aí, sim, pode-se procurar a Anac, Procom, Juizado Especial. Isso para percebermos por que a empresa aérea não está resolvendo o seu problema.

A ida da Anac ao aeroporto para resolver o problema do passageiro é uma atitude até mais fácil e paternalista. Na época do caos, isso acontecia. Os funcionários da Anac estavam tão preocupados com isso que iam ao aeroporto tentar resolver os problemas que empresas aéreas não resolviam. Mas, assim, se exime a empresa aérea de responsabilidade.

A atuação da Anac no aeroporto tem que ser a de fiscalizar se a empresa aérea está ou não resolvendo o problema do passageiro. Devo lembrar que dispúnhamos de várias frentes trabalhando ao mesmo tempo. Alguns trabalhos foram muito desenvolvidos, outros, menos. Nesse, conseguimos trabalhar muito na cultura.

Em Conversa com o senhor, expliquei que, logo no começo, buscamos o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, o Ministério Público Federal e a Câmara, que já trabalhava com isso, para trabalharmos junto tanto na identificação quanto na resolução desses problemas, para evitar a existência de muitas reclamações cruzadas, e para que pudéssemos sistematizar. A intenção era fazer com que atuássemos juntos sempre, para responsabilizar as empresas aéreas.

Dentro dessa lógica, uma das regras importantes que pensamos em criar seria obrigar – como existe em Telecom – as empresas a ter, de fato, escritórios ou funcionários especializados no local de atendimento, de prestação do serviço, para resolver o problema dos usuários. Essa regra foi e pode ainda ser pensada na Anac.

A informação que tenho – estou há um ano e meio afastado da Agência – é a de que essa regra tem sido trabalhada, uma regra que determine que as empresas aéreas tenham funcionários nos aeroportos em que estejam atuando, para que eles resolvam o problema do passageiro. Sendo resolvido ali, a Agência atuaria nesse trabalho.

Dentro dos direitos dos passageiros, há um limite no que a Agência consegue fazer e o que a lei precisa fazer. A grande discussão que temos tido no Congresso, com a reforma do CBA, é quanto à assistência ao passageiro e à indenização do passageiro, em caso de atraso ou cancelamento. A Agência não pode exigir indenização da empresa. A indenização é requerida judicialmente. Ela pode exigir que a assistência seja prestada.

No começo de 2010, foi aprovada uma nova regra de assistência aos passageiros, no sentido de trabalhar muito o direito à informação. As empresas têm que prestar informação cada vez melhor para o passageiro e prestar a assistência devida, que a legislação já determinava, ou seja, alimentação, facilidade de comunicação e hospedagem, nos casos de passageiros desassistidos. Se ela sabe de antemão que o vôo vai demorar 12 horas, ela não deve esperar as 4 horas previstas na legislação para que isso ocorra, ela pode antecipar essa assistência, evitar o desconforto do passageiro no aeroporto.

Como essa resolução foi aprovado em março de 2010, acompanhei pouco o seu desenrolar. Mas a percepção que temos é a de que as empresas têm se preocupado cada vez mais com a assistência e em prestar informação ao passageiro. Um conceito de direito do consumidor muito forte é a prestação de informação. O passageiro que tem mais informação sabe buscar melhor seus direitos, sabe reivindicar melhor seus direitos e sabe buscar melhor a concorrência. Sabendo qual empresa presta melhor serviço, vai buscá-la na próxima viagem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Dr. Marcelo, quando o senhor fala em conforto – deixe-me pegar uma carona -, é válido esse assento conforto que duas companhias estão praticando hoje? É válido o assento desconforto? Não conseguimos ter essa resposta na última audiência. Não sei se isso é válido. Inclusive, eu tenho um problema sério, às vezes não é vendida a cadeira na saída de emergência e o assento fica vago. Se acontecer alguma coisa, como se vai proceder? Obrigado.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Noto que esse assunto tem sido polêmico em todas as discussões no Congresso.

Na verdade, as empresas são livres, a princípio, para cobrar o preço que quiserem pelos assentos. Tanto é que, às vezes, se senta do lado de uma pessoa que pagou três vezes o preço pago por você, porque ela comprou em cima da hora, e você antecipou a compra.

A diferenciação por conforto, fazendo uma análise muito preliminar, em princípio, faz algum sentido. Cobras-se mais da pessoa por um espaço maior. Vamos esquecer um pouco o serviço público, mas é um pouco da lógico do cinema. No *Parkshopping*, há a sala *Vip Platinun*, que tem sete filas de cadeira. A cadeira deita, você estica a perna, e o ingresso custa R$ 47. É caro, mas paga-se pelo conforto.

Quanto à distância de cadeira, o papel da Agência é determina a distância mínima de segurança, uma distância que não impeça que as pessoas se desloquem em caso de emergência. A partir daí, a empresa aérea tem liberdade para estabelecer o tamanho que quiser. Às vezes isso causa um desconforto a pessoas um pouco maiores. A Agência fez um estudo em que analisou a altura média dos cidadãos, dos usuários do País. Às vezes, um usuário de um metro e noventa é prejudico, mas a altura média é um metro e setenta. *(Pausa.)*

Há uma regulamentação mínima de segurança. Isso existe. Vai diminuindo cada vez mais, mas continua sendo permitido pelos níveis de segurança.

Dentro da lógica do direito do consumidor e da informação ao consumidor, foi criado um selo de informação. Parece-me que ele já está sendo implementado, de fato, na Agência, que tinha um tempo de implementação, para o passageiro, na hora em que for compra a sua passagem, saber que tem um selo de qualidade, como tem de consumo de energia elétrica, para você saber qual é a distância daquele assentos que você está comprando. E aí, na hora de buscar sua passagem – a gente está sempre buscando passagem aérea na Internet –, saber: olha, vou pagar um pouco mais, mas esse aqui é um pouco mais confortável, esse aqui é um pouco mais apertado. Então, o consumidor ter essa informação.

A questão da saída é o que me preocupa um pouco – também não discuti isso na Agência, pela distância que estou de lá –, saber se tem algum impacto em segurança vender aquele assento na saída de emergência, ou se não colocar uma pessoa na saída de emergência porque ela não quis pagar por aquele assento, acho que é uma questão que precisa ser mais bem avaliada, e pelo que entendi, a Agência está trabalhando nisso, pelo que ouvi na audiência pública na terça-feira.

Formação de pilotos e a parte da aviação regional.

O SR. **VICENTINHO ALVES** (Bloco/PR – TO) – Dr. Marcelo...

Pela ordem, Presidente. Encontram-se sobre a mesa os nossos questionamentos para colaborar com o senhor. Se puder nos responder, muito obrigado.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Esses que o senhor leu para mim?

O SR. **VICENTINHO ALVES** (Bloco/PR – TO) – Exatamente.

SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Perfeito. O senhor perguntou que ações a Anac pretende fazer para atenuar as deficiências de prestação de serviços. Entendi que se trata de prestação de serviços para os usuários da Anac, não para os passageiros, na verdade.

Como tratar a falta de agências dos aeroportos na regiões; formação de pilotos, se há algum programa específico; grandes linhas têm contratado por outras cada vez mais novas, pode colocar em risco/ o que fazer; aumento do valor em 2.000% dos valores cobrados pelos exames; postos de serviços regionais, quando serão reabertos; táxi aéreo; aviação geral, o que a Agência vai fazer coma relação a isso; checadores, número reduzido; como resolver isso.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – E eu acrescentei, que não está aí, a questão dos servidores da Anac no Rio. Está-se concentrando tudo no Rio e a sugestão é que todas as atividades da Anac venham para Brasília.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – É sempre polêmico esse ponto, mas, vamos lá.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só pedir licença, Sr. Presidente, para tornar oficial um apelo que faço a V. Exª, já feito também pelo Senador Pinheiro. Nós temos hoje diversas votações de emendas à LDO e eu tenho certeza de que, pela presença do Dr. Marcelo aqui, esta reunião não tem hora para acabar porque o assunto é palpitante, ele conhece todo o sistema, responde até a perguntas que não são da área dele. Ele não é da Anac, mas ele conhece o sistema.

Assim, encareço a V. Exª, dentro do momento oportuno, V. Exª saberá fazer a hora, que abra a votação, Srª Presidenta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu quero também corroborar as palavras do Senador Vital do Rêgo. Sei que durante a participação dos Senadores, a questão da aviação regional foi levantada. No entanto, me parece que, até o momento, nas respostas do Dr. Marcelo, os aspectos sobre a aviação regional ainda não foram abordados. Portanto, se V. Exª pudesse, ao responder aos Senadores, também colocar os aspectos da aviação regional e dos aeroportos nas regiões mais isoladas, como é o caso da Amazônia, como é o caso do interior do Centro-Oeste,

seria muito importante para que, logo a seguir, nossa Presidente pudesse colocar em votação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria ao Senador Delcídio se ele queria fazer a pergunta agora, para que eu pudesse abrir a votação.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O Senador Lindbergh está insistindo para eu não fazer nenhuma pergunta.

Mas eu só gostaria, Presidente, primeiro, registrar aqui que o Dr. Marcelo dos Guaranys já foi sabatinado anteriormente aqui. Diretor da Anac, é um camarada competente. Eu conheço a família dele muito bem. Eu tive a honra de trabalhar com o pai dele na Eletrobrás. O pai dele é engenheiro também, muito competente.

Tanto é que aposentou e continua trabalhando no setor elétrico. Agora, o tempo é de engenheiro. Nós já demos oportunidade para todo o mundo. Agora, o mundo é dos engenheiros, não há dúvida nenhuma, meu caro engenheiro Eduardo Braga.

Então, eu só quero fazer este registro, porque o Senador Lindbergh está me patrulhando aqui. Ouvi o que o Dr. Marcelo falou sobre a questão dos aeroportos e, mais do que nunca, quero manifestar minha preocupação com a definição do modelo. Às vezes, a gente tenta fazer uma coisa tão perfeita, tão extraordinária, e perde o bonde da história. Aí eu vou lembrar uma entrevista do David Neeleman, que é o dono da Blue – Azul, aqui no Brasil –, dizendo o seguinte: "A solução para os aeroportos são os terminais infláveis dos Estados Unidos." Disse literalmente isto, sem pestanejar, sem filosofar, sem nada: "Olha, tem terminal inflável, bota isso aí e resolve." Acho que nós estamos caminhando para isso, lamentavelmente.

Quero dizer, com todo o respeito que eu tenho com relação à Infraero: a Infraero não tem condições de fazer frente à construção, à remodelação dos aeroportos. É impossível, com a estrutura e o orçamento que a Infraero tem, não há condição. O Senador Walter Pinheiro está dizendo aqui também sobre a expertise. Não há condição. Portanto, esse é um assunto urgente. Se vai ser concessão cruzada, se vai ser concessão individual, se vai ser parceria público-privada, acho que essa discussão está encerrada, ninguém aguenta mais essa conversa.

Alega-se que vamos fazer frente a esses desafios. Não vamos. Ou muda o modelo, e agilmente, ou nós não vamos ter condição de colocar nossa infraestrutura aeroportuária em condições, principalmente para aquilo que se pretende no Brasil. É mais um registro, porque eu ouvi as alternativas que o Dr. Marcelo dos Guaranys aqui apresentou, mas continua a preocupação.

O aeroporto da minha cidade, Campo Grande, é um desastre. O de Goiânia, da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Cyro, dispensam comentários. Agora, inclusive, eu vi um puxadinho lá. Estive em Goiânia, convidado pelo Senador Cyro Miranda, e vi que estão fazendo mais um puxadinho lá. Ridícula a obra! Então, eu acho que não dá. O aeroporto de Vitória, do Senador Ferraço, de Macapá e outros é brincadeira!

Portanto, eu acho, Dr. Marcelo de Guaranys, que nós precisamos acelerar a definição desse modelo. Se é o modelo que foi adotado lá atrás para telecomunicações, para energia, se é por região, precisamos resolver isso. Esse assunto já está em fadiga. Ninguém aguenta mais essa discussão, ficar batendo, batendo, batendo, e a coisa não caminha, não anda.

Essa era uma consideração que eu queria fazer. A outra é que eu fui o relator da Anac aqui no Senado. O projeto da Anac considerava o antigo DAC, quer dizer, os profissionais do DAC, a razão de 20% ao ano, em cinco anos, seriam substituídos, até para que, efetivamente, a ANAC se transformasse numa agência civil.

Como é que está esse quadro? Isso está caminhando ou não? Ainda há uma regra de transição em função da especialização dos militares? Sem dúvida nenhuma, os militares fizeram um trabalho excepcional, irretocável, apesar de eu achar que a medida de transformação em Agência Nacional de Aviação Civil foi correta, porque havia inclusive o risco de uma disputa comercial, e nós tirando homologação de aeronave aqui no País. O Brasil é um dos poucos países que homologa aeronave e isso foi fruto de todo um trabalho que a Aeronáutica fez, inegavelmente um trabalho exemplar.

Então, essa é a questão que eu gostaria de ouvir.

A outra questão é a seguinte: eu sou de um Estado que depende das grandes companhias e temos alternativas regionais. Como é que está essa regulamentação para a gente usar pólos, que são as capitais, e depois usar a aviação regional para chegar aos pequenos Municípios? A Embraer nasceu disso: era uma visão militar para interiorizar o Brasil. A Embraer chegou nisso exatamente pela política que os militares tinham de integração nacional. Aí, de uma hora para outra, começaram a entrar na justiça, o subsídio que mantinha a aviação nacional foi para o espaço, e nós estamos perdendo alternativas excepcionais, não atendendo necessidades de Municípios, que estão no interior, que não são capitais, mas que têm efetivamente um papel importante na economia dos Estados.

Então, era basicamente isso. Não vou me estender mais, porque o Senador Lindbergh está aqui me cutucando. *(Risos.)* Ao mesmo tempo, quero dizer que a Agência Nacional de Aviação Civil... Estou vendo o... *(Risos no recinto.)*

Mas, mais do que nunca, desejar muito sucesso. Espero que o Dr. Marcelo venha a ser aprovado por esta Comissão...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Braga.

Depois da fala do Senador Eduardo Braga, vou abrir a votação, mas quero pedir silencio àqueles que vão votar, para que ele possa responder ao Vicentinho, ao Senador Braga e ao Senador Delcídio.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu sugiro que o fiscal da palavra não seja mais o Senador Lindbergh, porque não deu certo. *(Risos.)*

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agradeço, Srª Presidente, e direi ao nosso querido Presidente da Comissão Mista de Orçamento – que já está em movimento para votação, parece-me – o seguinte: eu queria apenas referendar o que disse o nosso colega Senador Delcídio e dizer ao Dr. Marcelo que todas aquelas exposições que fiz ontem à V. Exª – permitam-me ser bastante breve aqui –, mas é absolutamente injusto, do ponto de vista social, um país com dimensão continental como o Brasil não ter uma política diferençada para a aviação regional e, mais do que isso, querer tratar aeródromos que são absolutamente desiguais de forma igual. É preciso criar condições para que nós possamos ter aeródromos adequados para a sua utilização, para não sermos nem tanto nem tão pouco.

Essas questões são fundamentais para um Brasil que tem uma economia dinâmica também na área do campo, na área da floresta, que se propõe a ser um país moderno nesse equilíbrio de desenvolvimento, que pretende erradicar a pobreza de uma forma mais ambiciosa. E é muito doloroso, para nós, vermos, por exemplo, o quanto estamos sendo mais competitivo na aviação internacional, o quanto estamos sendo mais questionados na aviação civil doméstica e o quanto estamos abandonando a aviação regional.

Dr. Marcelo, a aviação regional no Brasil praticamente se transformou em monopólio – o Senador Blairo Maggi sabe disso. No interior do Estado de Mato Grosso, praticamente uma única empresa, hoje, atende com aviação civil regular. No interior do Estado do Amazonas e na Amazônia por inteiro, apenas uma empresa atende com uma aviação regional regular.

Inclusive, um dos próximos itens da pauta que será deliberada é exatamente um requerimento de minha autoria para que possamos debater de forma específica a questão da aviação regional. Só que, sem a sensibilidade de um espírito público dos companheiros que compõem a Anac, será impossível avançar.

No fórum de Governadores, quando o Blairo, eu e outros éramos Governadores, isto foi uma pauta permanente na agenda prioritária durante seis anos, e, lamentavelmente, não avançou.

Portanto, eu gostaria de aqui concordar com todas as manifestações já colocadas, mas dizer da ênfase que a Anac deve fazer com relação à questão da aviação regional e do tratamento desigual entre aeródromos desiguais. Não pode tratar o aeródromo de Eirunepé ou de Carauari da mesma forma que se trata o aeródromo de Congonhas ou o aeródromo de Guarulhos.

Fica esse apelo, essa indagação a V. Exª, para que, tenho certeza, com o espírito da sua juventude e do seu conhecimento na aviação, possamos ter uma resposta para os brasileiros que esperam uma integração a partir de uma decisão de Governo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Deixa-me organizar a ordem das respostas. Se não se incomodarem, vou só responder o final do Senador Delcídio, que aí eu já entro na questão do Senador Vicentinho e aí passo para a aviação regional, respondendo também as questões da Senadora Vanessa.

O Senador Delcídio demonstrou preocupação com a definição do modelo de concessão. De fato, precisamos definir. Acho que não podemos perder tempo também na definição disso. São Gonçalo do Amarante, já está sendo concedido agora.

Na verdade, a discussão sobre o que é modelo é uma coisa um pouco etérea. É definir, fazer a concessão, tocando a concessão sem que isso impacte em qualquer outra solução que você vai dar para as concessões no futuro. Se a gente parar para pensar como vão ser todas as concessões no futuro do País, realmente isso vai demorar um tempo. Mas, tanto para São Gonçalo do Amarante quanto para os próximos aeroportos que já estão em discussão no Governo, isso já está sendo feito a toque de caixa. Então, a preocupação é conceder, dar solução para isso o mais rápido possível, sem impactar qualquer solução geral que exista.

Não sei se o senhor estava aqui, mas tinham me perguntado sobre a questão da viabilidade dos aeroportos superavitários com deficitários. Então, isso é um exemplo de questão que temos que enfrentar, e não perdermos o bonde numa eventual concessão.

Então, as concessões que estão sendo pensadas já são – São Gonçalo do Amarante já é assim – por maior outorga, e essa outorga já vai ser destinada, a intenção do Governo é destiná-la para os aeroportos deficitários. Com a concessão dos eventuais superavitários... Eu já estou preocupado com os deficitários.

Mas, o segundo ponto é a questão da participação da Infraero nos empreendimentos, é o modelo Eletrobrás, que a Infraero poderia participar até 49% nos empreendimentos a serem concedidos, que permitem ela auferir rendimento para poder fazer a manutenção dos aeroportos deficitários.

O senhor perguntou sobre a devolução dos militares. Por tudo que eu me lembre da atuação da agência, essa regra foi mantida e, de fato, eles foram devolvidos à razão de 20% por ano, durante cinco anos. O problema era como fazer essa migração, pensando sempre como isso é difícil dentro de uma agência reguladora. Você tem sempre funcionários antigos e funcionários novos chegando, e você tem que fazer a transmissão de conhecimentos. Todas as agências tiveram concurso de especialistas, carreiras novas, novos incentivos, com novos programas de carreira, para você capacitar aquele corpo. Mas, ao mesmo tempo, você não pode perder o conhecimento que você tinha dos funcionários antigos. Isso aconteceu no setor elétrico, com os funcionários do sistema Eletrobrás trabalhando na Aneel, com o sistema Telecom, com os funcionários trabalhando na Anatel. Como você fazer isso é uma arte. Como você conseguir fazer essa passagem de conhecimento foi o que nós enfrentamos na agência durante esses anos.

Conseguimos fazer isso em algumas áreas, e outras áreas a gente acaba tendo um pouco mais de dificuldade de fazer. E não só isso como a gente acaba não tendo obviamente o mesmo número de pessoas que nós pretenderíamos ter.

Então, tenho ciência de que a Anac está já, junto à Secretaria de Aviação Civil, pedindo para o Ministério do Planejamento a abertura de um novo concurso, justamente com a preocupação tanto de concessão de aeroporto quanto de como a gente conseguir suprir a preocupação, que inclusive o Senador Vicentinho tem, de como prestar o serviço no Brasil inteiro de forma adequada e não dar descontinuidade a esse serviço.

Eu havia sido informado também que a Anac, com essa preocupação tanto dos checadores quanto da prestação de serviços... O modelo que a gente estudou era de como você designar isso para outras pessoas fazerem, com capacidade de fazer essa certificação também, homologações. Você pode fazer isso com particulares que sejam certificados pela Agência para fazer isso, ou com a própria Aeronáutica. E a Aeronáutica, a gente tem buscado... Salvo engano, há um convênio entre a Anac e o Comando da Aeronáutica, para continuar fazendo essa prestação de checadores. A Aeronáutica tem uma mão de obra muito grande de pilotos, o que a Anac não tem talvez da mesma forma e está buscando ter.

Então, foi revogada a portaria. As regionais continuam funcionando. E, aí, sobre esse ponto, eu também percebo que, no último ano, isso tem sido bastante polêmico. Na verdade, a tentativa de se racionalizar um pouco a Agência, dado todo este problema: devolução de militares, concursos não feitos na razão necessária de que a agência precisa, necessidade crescente de prestação de serviço para a sociedade, tanto pelo crescimento da aviação regular quanto da aviação em geral. Nós precisamos de soluções mais eficientes e buscar otimizar a atuação da agência.

Entendo eu que o fechamento dos escritórios regionais foi um pouco dessa racionalização. Talvez o procedimento tenha sido não o melhor possível, por isso a Agência voltou atrás nessa decisão para repensar e fazer isso com mais calma.

Mas a ideia é a de que a Agência consiga centralizar os processos até para padronizá-los e ter maior controle desses processos, muito regionalizados, mas que continue, pelo menos, com o mesmo padrão de prestação de serviço que tinha para a sociedade. O que a gente não pode ter é a perda desse padrão e deixar que pessoas que tinham a atuação da agência sem a prestação de serviços. Entendo que isso motivou a Agência a rever essa decisão: manter os escritórios regionais. A partir de agora, a gente pode fazer esse trabalho de uma forma mais racional. Mas não significa que não seja necessário você otimizar o número de funcionários da agência.

O senhor colocou outros pontos... Também faz parte da agência os aeroportos de outras regiões. É a mesma questão o de como a gente consegue prestar o serviço na matriz, na central da Agência e em todas as regionais ao mesmo tempo – isso precisa ser otimizado.

O senhor colocou uma grande preocupação com a atividade da Anac em Brasília. Essa é uma questão antiga e polêmica, e o Senador Delcídio, como Relator, deve saber que isso foi discutido bastante aqui dentro da Agência também. Mas isso é uma questão de fato: o DAC era no Rio. A Anac foi instalada em Brasília, mas o DAC funcionava no Rio. Dentro da agência, conseguimos transferir diversas áreas para Brasília, mas ainda têm áreas que continuam no Rio. É difícil fazer essa migração geral. Se a gente já está tendo dificuldade de passar o conhecimento dos militares para os civis; dos antigos para os novos... Se você fizer essa migração geográfica, se os funcionários não quiserem vir, a gente também tem um problema. É um caminho que pode ser seguido, mas tem de ser seguido de forma sempre gradual. Algumas áreas foram transferidas para cá. Hoje, a Agência, salvo engano, era 20 a 80%, em 2007: Brasília 20% e 80% no Rio. Hoje em dia, pelo menos, é de 50% para 50% – de

Rio com Brasília. Significa que está havendo uma migração, mas têm algumas áreas que estão fortemente sediadas no Rio e isso demora um pouco mais para a gente conseguir trabalhar.

Sobre a questão do aumento do valor dos 2.000%, Senador... Eu tenho pouca informação sobre o que aconteceu de fato. Imagino que tenha sido um ato agora... E, como disse, eu estou... Tem de ser estudado, entendeu... Motivo pelo qual esse valor foi reajustado, mas, com certeza, se não houver razoabilidade...

O último ponto, não menos importante, também sempre em voga no Congresso, é a questão da aviação regional. Senadora Vanessa Grazziotin tinha colocado sobre uma política efetiva para a aviação regional – que fazer? Essa questão da aviação regional tem sempre duas vertentes: uma para as empresas – como fazer que aquilo serviço seja prestado nas regiões onde não há atratividade econômica; e outra é a dos aeroportos que é o problema da homologação e certificação dos aeroportos e de como fazer essa gradação de não cobrar de um aeroporto no interior do Amazonas a mesma coisa que cobramos de Congonhas. Entendo eu que a agência tentou fazer esse cálculo também. Isso é sempre uma análise... O que você exige de segurança nos aeroportos é sempre uma análise de risco. Você saber qual é o tráfego, qual é o número de movimentos naquele aeroporto e sua dimensão. A gente tem de fazer uma gradação e uma relação entre as duas coisas para saber qual é a exigência que vai ser feita.

A agência tem tentado trabalhar no sentido de dar uma racionalização na regulação para que essas determinadas localidades não sejam penalizadas com exigências desnecessárias e descabidas. Isso é um processo que sempre precisa ser aprimorado.

Sobre a questão da aviação regional, também sempre coloco, quando vou falar sobre o assunto, que, nós temos duas formas de fazer a universalização desse serviço: a universalização social, ou seja, mais camadas da população tendo acesso a esse serviço. Acho que isso tem tido sucesso, nós temos tido mais classes da população com acesso ao transporte aéreo. A outra questão é a universalização geográfica que é o único processo que demora e que também entendo nós temos tentado alcançar, dado o marco regulatório em que vivemos.

Hoje, a liberdade de as empresas aéreas prestarem as rotas que querem, as linhas que querem, e saírem das linhas no momento em que quiserem é a liberdade de oferta. Isso faz com a agência não tenha instrumentos para forçar as empresas a prestarem determinados serviços em determinadas regiões. Mas o que a agência tem tentado fazer é fomentar que as empresas sejam cada vez mais céleres em sua criação de pedido de linhas aéreas para que essas regiões não fiquem desassistidas ou, quando uma empresa parar de prestar aquele serviço, que ele possa ser prestado, rapidamente, por outra empresa também.

Políticas mais específicas para a aviação regional têm de ser trabalhada na administração direta, e a Secretaria de Aviação Civil também tem essa preocupação pelo que entendo. Ela tem uma secretaria específica para a política de aviação civil e ela já herda algumas iniciativas que o Ministério da Defesa estava fazendo no setor. Não sei se os senhores estão cientes dessa discussão. Mas uma das discussões era como fomentar essas linhas regionais de uma forma que não fosse só uma reserva de mercado pura e simples, mas um incentivo eficiente para a prestação daquele serviço e que não deixasse desassistidas regiões em que a administração pública entendesse que precisa de um transporte aéreo e que o próprio crescimento natural das empresas ainda não está chegando...

O Senador colocou que hoje há um monopólio nas linhas regionais. Nós percebemos que, de fato, tem uma empresa pioneira que está conseguindo fazer uma atuação nova. Se a gente pegar o que essa empresa faz hoje, com relação ao que era prestado como serviço regional há 10 anos, é inegável que há um crescimento de qualidade e segurança na prestação de serviço. Talvez não tenha, ainda, um ganho de preço. E a gente só consegue quanto mais empresas vão existindo nesse setor e quanto mais prestadores de serviços vão atuando em determinadas linhas. O que nós entendemos é que determinadas medidas podem fazer com que isso aconteça. Uma delas é a que está em discussão no Código Brasileiro de Aeronáutica hoje é a maior participação de capital estrangeiro. Essa empresa que está prestando serviço hoje tem uma participação grande de capital estrangeiro. A gente percebe que, qualquer empresa que for tentar entrar no mercado, ela vai buscar novos mercados, ela vai buscar mercados onde as empresas hoje não estão atuando – é a lógica de qualquer empresário, não é? Quando a gente viu a Azul entrando, ela buscou Campinas que era um mercado que ainda não estava sendo prestado. A Trip está crescendo em mercado que onde não tem atuação. O que nós percebemos é que esse mecanismo de cada vez mais abertura no setor vai permitir que essas empresas vão atuando nesses nichos de mercado onde não existem.

Políticas específicas para o setor podem ser importantes. A necessidade política de que isso seja realizado e isso tem de ser discutido com a Secretaria de Aviação Civil. A Anac vai colaborar com a Secretaria de Aviação Civil...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Se V.Sª me permite, eu queria apenas sugerir a V.Sª, pois não sei se V. Sª conhece o trabalho que foi desenvolvido no Ministério da Defesa a propósito do Fórum de Governadores. À época, eu e Blairo participávamos.

Há um trabalho bastante consistente que não deveria ser perdido na burocracia e que trata de questões importantes sobre a aviação civil regional que, como eu disse, daqui a pouco vamos deliberar sobre essa matéria. Não queremos alongar mais a exposição, queremos votar – aliás, já votei. Esperamos poder contar com V.Sª aqui como presidente, diretor, o que seja, da Anac, para que nós possamos detalhar... Agora, eu sugeriria pedir ao Ministério da Defesa esse trabalho que foi desenvolvido, na época, sobre o Comando Brigadeiro Gomide, se não me falta a memória.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – É recente esse trabalho?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Esse trabalho é de 2009. Um trabalho muito interessante porque trata não só do subsídio, do subsídio cruzado, trata da análise das concessões de linhas na área da aviação regional e daquela concorrência predatória, da qual lhe disse, no sentido de matar as linhas. E apenas para fazer justiça a esforço de capital nacional/regional. O que a empresa Trip vem fazendo hoje, com louvável reconhecimento de todos nós, foi tentado por empresas nacionais, com capital 100% nacional e que, lamentavelmente, acabaram sofrendo concorrência ruinosa. Foi o caso da Rico, no Amazonas, foi o caso de outras empresas no Mato Grosso que, mesmo operando com aeronaves tipo 737, mesmo operando com aeronaves tipo Brasília, não conseguiram sobreviver a uma concorrência ruinosa de desequilíbrio econômico nas linhas regionais brasileiras.

Penso que esse é um tema que precisa ser muito aprofundado pela Anac, para que possamos avançar sobre ele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Gostaria de complementar o Senador Eduardo Braga, porque eu acho que a Anac não tem o básico. Essa é minha opinião, mas não é uma opinião que eu formei no abstrato, mas a partir dos dados que a gente tem. Estou com uma relação aqui, Senador Eduardo Braga, Dr. Marcelo, que me foi remetido pela própria Anac em relação ao Estado do Amazonas especificamente. Ela lista aqui 24 Municípios só. Só 24 Municípios dos 62 do Amazonas. Os outros sequer são citados.

Nós acabamos de confirmar, com exceção de 5 Municípios, os outros têm pistas que funcionam. Agora, não estão lá na estatística, mas estão lá funcionando. Esses que estão na estatística, a grande maioria, 17 dos 24 listados estão sob a administração dos Municípios, que não têm condições, não dá para continuar com esse modelo. Onze desses 17 operam com restrições, e devem ter uns 3, 4 fechados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Só para complementar o que a Senadora está dizendo. Na realidade, na região noroeste, que faz parte da superintendência que trata Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima, o que a Infraero tem são exatamente 7 aeroportos, Senador Blairo.

Eles têm no Amazonas, Manaus, Tefé e Tabatinga três aeroportos; no Acre, Cruzeiro do Sul e Rio Branco, cinco; em Porto Velho, 6 e em Boa Vista, 7. Enquanto isso, nós temos uma região equivalente a seis vezes o território da Alemanha coberto por sete aeroportos homologados. Quanto ao resto, basta a Senadora dizer da nossa indignação com o abandono e com o desconhecimento do que existe efetivamente na Amazônia.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, mais o que é mais grave, Senador. Municípios de Urucará, isso aqui é um documento da Anac, sem informações. Lista o Município, mas aqui a observação é "sem informações"; Município de Pauni, "sem informações"; Município de Barcelos, o que é muito grave, "sem informações". Até onde nós sabemos o aeroporto de Barcelos está com a Aeronáutica, que, inclusive, está ampliando o aeroporto. Mas a Anac não tem informação – Agência Nacional da Aviação Civil. Sem informações.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O Profaa liberou, em 2009, 44 milhões para a Comara, Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, da Aeronáutica, para investimentos em vários aeroportos do Amazonas, entre eles Barcelos e outros. Barcelos hoje tem uma pista de 1.800 metros com operação absolutamente regular, mas não está homologado. O que me parece é que esse relatório que a nossa Senadora tem em mão é exatamente o que fundamenta a homologação ou não. É aquilo que eu disse de forma resumida: o tratamento igual entre desiguais, que acaba provocando esse relatório.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Só para a gente concluir, porque o debate é do Brasil, mas a maioria: sem instrumento de delegação – está aqui. Os Municípios administram sem instrumento de delegação. Acho que nós precisamos debater. Isso é aviação regional, porque é a infraestrutura das linhas aéreas que não está sendo vistas. Acho que só as grandes cidades estão sendo vistas. O Brasil é muito maior do que isso. E quando a gente cita os nossos exemplos é porque nós não temos estradas.

Tratar de aeroportos nos Municípios no interior de São Paulo, do Paraná, é muito diferente de tratar dos Municípios do interior da Amazônia, que não têm

estrada, não têm estrada. Para viajar de barco são sete dias, cinco dias. Dependendo do Município são trinta dias. Parece que as pessoas não acreditam, mas são trinta dias dependendo de pegar a calha do rio Purus, que é... Havia até um Senador aqui, Senador Blairo, que tinha um projeto para cortar o rio, porque você leva seis horas para chegar no mesmo lugar porque o rio dá voltas. Leva seis horas para chegar no mesmo lugar.

Era isso. Muito obrigada pela sua atenção. Espero que, brevemente, esse quadro esteja mudado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – Senadores, na verdade, ambos já tinham conversado comigo sobre a questão dos aeroportos na Amazônia. Eu não tenho informações específicas sobre eles. Mas, da mesma forma que eu pedi a V. Exª para me passar informações sobre preços predatórios, que, para mim, é um caso importante de estudo acadêmico para a análise de eventuais medidas que precisam ser adotadas, vou pedir à Assessoria da Anac também pegar as informações sobre aeroportos para eu tentar entender, mapear, os problemas que vocês estão tendo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O relatório do Gomide tem esses dados.

O SR. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS – O Ministro Jobim, na passagem de funções da secretaria, preparou um conjunto de todas as medidas que estavam sendo anotadas, discutidas, na Casa Civil, tinha tido acesso. Todas essas medidas já estão sendo passadas. Não só isso: vários funcionários que estavam no Ministério da Defesa estão sendo incorporados à Secretaria de Aviação Civil. Então essa discussão não se perde, não; já faz parte da agenda de trabalho de quem está indo para lá.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Encerrada a discussão, vamos passar à apuração, porque a votação já está encerrada.

Convoco, então, o Senador Cyro e a Senadora Vanessa para procederem ao escrutínio.

Senador Cyro, os requerimentos vão ser votados logo após o encerramento. Eu tenho e o Senador Eduardo também tem requerimento para ser votado.

Devolvo a Presidência à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Eduardo Braga, tem uma matéria de que V. Exª é relator para ser votada ainda.

Votaram 19 Senadores, e o nome do Sr. Marcelo Pacheco obteve 19 votos. Houve unanimidade. Parabéns.

Sr. Marcelo, está encerrada essa parte. V. Sª pode receber os cumprimentos dos Srs. Senadores.

(Intervenção fora do microfone.)

Agradecemos ao Presidente da Anac, aos senhores diretores que estiveram aqui e a todos os convidados.

ITEM 2

Requerimento Nº..., de 2011.

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome da Consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes, a Ilma. Sra. Elena Landau, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 27, de 2011.

Autoria: Senador Delcídio Amaral.

Ele não se encontra presente, mas é apenas um acréscimo a um requerimento já aprovado.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham.

Aprovado.

ITEM 3

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao requerimento 18/2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, para que se inclua o nome do Sr. Apostole Lazaro Chryssafidis, representante da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional, e Sr. José Barat, pesquisador do Ipea, entre os convidados para debater a aviação regional.

Autoria: Senador Eduardo Braga.

Em discussão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidente, tendo em vista que este requerimento foi apresentado acatando sugestão de V. Exª para que déssemos ênfase ao tema da aviação regional e dos aeródromos das regiões mais isoladas, concordei com a sugestão e acho que este requerimento deveria ser ampliado para que, além das duas pessoas sugeridas nós também trouxéssemos para debater a Anaac, para tratar especificamente de aviação regional, e a Saac, a nova Secretaria de Ação da Aviação Civil, também para tratar especificamente da aviação regional. Dessa forma, poderíamos, de uma vez por todas, na Comissão de Infraestrutura, ouvir, debater e tirar um projeto.

Eu estou construindo e vou convidar alguns companheiros Senadores para que compartilhemos esta idéia, um projeto de lei na nossa comissão com relação a aviação regional. Há pelo menos oito anos, eu, o Senador Blairo, a Senadora Vanessa, o Senador Ciro e outros viemos lutando, tentando sensibilizar o Poder

Executivo nessa direção. Lamentavelmente, nossas vozes têm sido pouco ouvidas e, quando ouvidas, pouca resolutividade têm obtido.

Então apelo a V. Exª para que este requerimento seja ampliado, colocando, além das duas pessoas sugeridas já, a Anaac ou um representante indicado por eles que seja especializado nesta questão da aviação regional, bem como a Secretaria de Aviação Civil, com alguém que possa responder especificamente sobre a aviação regional e aeródromos no interior das regiões isoladas.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu concordo inteiramente. Gostaria de combinar com V. Exª e a Senadora Vanessa um dia em que V. Exªs. estejam tranqüilos para estarem presentes à audiência pública.

Eu pediria autorização para fazer esta reunião em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional, porque há outros Senadores interessados no assunto. Poderíamos fazer isso juntos, de forma a dar força ao programa regional.

Eram essas as observações. Então quero combinar com Vs. Exªs a data para fazermos isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente. Lamentavelmente, a senhora também deve estar sofrendo desse mesmo mal como eu, o Senador Blairo, a Senadora Vanessa. Neste primeiro semestre, foram criadas inúmeras subcomissões, inúmeras comissões especiais, inúmeras comissões temporárias numa verdadeira avalanche em cima do trabalho dos senadores. Ontem, para a senhora ter uma idéia, havia, entre 14h e 14h30, seis eventos em comissões e subcomissões nesta Casa, fora as audiências públicas para as agências, sejam agências subordinadas a infraestrutura, sejam conselhos subordinados à CCJ, como é o caso do CNJ e do CNMP. Portanto, V. Exª há de atenuar um pouco possíveis ausências em função deste comprometimento e atropelamento absolutamente involuntário por parte das agendas.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu entendo os argumentos de V.Exª. Só estou querendo aproveitar bem o momento dos convidados.

Com a palavra, o Senador Blairo e depois o Senador Cyro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Para endossar aqui a sugestão do Senador Eduardo Braga. Parece que tivemos hoje, Senador, uma transmissão de pensamento, uma telepatia, porque eu estava ouvindo aqui hoje o pessoal da Anaac e pensei logo depois em procurar o Senador Eduardo e as pessoas mais ligadas à Amazônia, para de fato propormos alguma coisa pela comissão para tentarmos fazer um projeto sobre a aviação regional; até propor a criação de fundo de compensação, ou alguma coisa assim.

V. Exª tem razão. Passamos oito anos com o governador, discutindo, avançamos bastante, ganhamos a simpatia do Presidente Lula e de ministros à época, mas acabaram-se os mandatos, e a coisa caiu no esquecimento. Então V. Exª tem toda a razão, conte com o meu apoio para levarmos adiante esta idéia de propor uma lei a partir da comissão para que possamos fazer uma aviação regional mais interessante para quem mora na Região Amazônica.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente, eu pediria uma gentileza. Há um requerimento do Senador Aloysio Nunes, subscrito por mim. Como tenho uma viagem urgente, eu solicito que a senhora faça a leitura, por favor.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou só terminar de colocar em votação este.

Em votação o requerimento do Senador Braga, com as alterações feitas: convidando uma pessoa da Anaac e uma da aviação civil, e que a reunião seja conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Requerimento do Senador Cyro Miranda:

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do RISF, seja realizada audiência pública na Comissão de Infraestrutura para esclarecer sobre o modelo de concessões de rodovias federais e aumento no valor das tarifas dos pedágios nas rodovias concedidas, apesar do atraso no investimento das concessionárias, com as seguintes presenças: Paulo Resende, da Fundação Dom Cabral; Mário Mondolfo, Superintendente de Exploração de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transporte Terrestre; Geraldo Viana, Presidente da Associação Nacional de Transporte de Cargas e Logística; Luiz Pagot, Diretor-Geral do Dnit.

Autoria: Senador Aloysio Nunes, subscrito pelo Senador Cyro Miranda.

Em discussão o requerimento.(*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Último item da pauta:

Requeiro a realização de audiência pública pela Comissão de Serviços de Infraestrutura para ouvir os usuários do sistema de checagem de vôo da Anaac, pilotos e comandantes de aeronaves sobre as dificul-

dades enfrentadas diante do déficit de checadores em atividade.

Autoria, Senador Blairo Maggi.

Em discussão o requerimento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Para discutir.

Senadora Presidente, a idéia de trazermos usuários do sistema tem o sentido de dar-nos a noção na base sobre o que está acontecendo. Penso em trazer aqui pilotos, comandantes. Não sugeri nenhum nome neste requerimento justamente para dividir com os colegas Senadores, para que possamos trazer pessoas do Amazonas, de Mato Grosso, Rio de Janeiro, de lugares onde estão os problemas diariamente. Faço a defesa do meu requerimento nesse sentido e, posteriormente, vou procurar os Senadores das regiões para que possamos indicar pessoas que estejam realmente na operação, no comando dos pequenos aviões lá no interior e estão sofrendo com essas questões.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Eduardo Braga.

Antes, quero dizer o seguinte: nós vamos fazer todas as audiências públicas relativas ao setor aeroviário seguidamente para encerrarmos esse tema com uma visão bem clara da situação.

Com a palavra agora o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Cumprimentando V. Exª novamente pelo acerto da medida, eu queria complementar o que o Senador Blairo está dizendo.

Senadora, Lúcia Vânia, se nós estamos com problema na aviação regional, no táxi aéreo o que está acontecendo no interior das regiões isoladas é um absurdo; todos os dias, lamentavelmente, nós temos informação de vidas que estão se perdendo por falta de regulação, atenção e apoio a esse segmento, que não é um artefato de luxo no interior do Amazonas, no interior do Mato Grosso e, sim, um artefato absolutamente necessário par a integração econômica, social, política, etc.

Portanto, eu aditaria àquilo que disse o Senador Blairo Maggi que, além da questão das pequenas empresas regionais que porventura pudesse vir representando, trazer também táxi aéreo. A associação que representa essa área esteve conosco no meu gabinete e fez um relatório dramático do que está acontecendo nesse segmento. Portanto, se o Senador me permitir, vou sugerir incluir também as entidades e até mesmo pilotos que estejam vivendo essa situação dos táxis aéreos nas regiões isoladas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sem problema nenhum, Senador. Podemos aditar. A minha proposição inicial é a de a gente ouça os comandantes da operação, mas nada impede que na mesma reunião ouçamos os donos, quer dizer, aqueles que têm o controle...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – São pilotos também.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – São pilotos também, via de regra; quase sempre autônomos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) –.Justamente. Há uma associação, Senador Blairo com mais de duzentos táxis aéreos filiados. Eu tive oportunidade de conhecê-los e partir de alguns debates. Creia, Senador, eles estão para a aviação civil assim como o mototaxista está para o trânsito urbano.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Então fica V. Exª incumbido de me fornecer o nome dessa associação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Acatado, sem dúvida nenhuma.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) –Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Informo que, em função da aprovação das emendas à LDO de 2012, a Ata desta reunião deve ser entregue à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Assim, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11horas e 48 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI, CONJUNTA COM A 24ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE; DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA ÀS 14H30M, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinqüenta e seis minutos do dia quinze de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Delcídio do Amaral**,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI e Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores

Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Ana Amélia, Blairo Maggi, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Ivo Casso, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg Waldemir Moka e Walter Pinheiro e Wellington Dias. A Presidente declara abertos os trabalhos e convida os participantes a tomarem assento à mesa. A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 27 e 28 de 2011-CI, e ao Requerimento nº 28 de 2011-CAE de autoria do Senador Delcídio do Amaral, com o objetivo de debater a Renovação das Concessões, com a presença dos seguintes convidados: Elena Landau – Consultora do Escritório de advocacia Sérgio Bermudês, Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia – ABRACE, Mauro Guilherme Jardim Arce – Presidente da Companhia Energética de São Paulo – CESP e Otávio Carneiro de Rezende – Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia – ABIAPE. A seguir, a Presidente concede a palavra ao Senador Delcídio do Amaral para algumas considerações. Após as considerações do Senador Delcídio do Amaral, a Presidente concede a palavra aos participantes. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores **Blairo Maggi, Walter Pinheiro e Eduardo Braga**. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. Senadora **LÚCIA VÂNIA,** Presidente da CI, Senador **DELCÍDIO DO AMARAL,** Presidente da CAE.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e todas aqui presentes.

Declaro aberta a 20ª reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a 24ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Passemos, agora, à pauta, conforme previamente divulgada, mas, antes, convido para compor a mesa os convidados desta audiência: Srª Elena Landau, consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes; Sr. Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace); Sr. Mauro Guilherme Jardim Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo (Cesp); e Sr. Otávio Carneiro de Rezende, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape).

Senhoras e senhores, damos início a mais uma audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com objetivo de debater a renovação das concessões em cumprimento aos requerimentos nºs 27 e 28, de 2011, da Comissão de Infraestrutura, aprovados em 19 de maio e 09 de julho, respectivamente, e ao requerimento nº 28, de 2011 da CAE, aprovado em 07 de junho do corrente, todos de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

Contamos, hoje, com a presença dos seguintes convidados: Srª Elena Landau, Sr. Paulo Pedrosa, Sr. Mauro Guilherme Jardim Arce e Sr. Otávio Carneiro de Rezende, a quem, desde já, agradeço a presença nesta audiência. O assunto que será debatido hoje é da maior relevância para o País.

Aproxima-se o momento em que o Estado brasileiro deverá tomar grandes decisões a ele submetidas nos últimos anos sob o ponto de vista de suas repercussões econômicas e sociais. Até 2015, estarão vencidos mais de 28 mil megawatts entre as concessões para aproveitamento de potenciais hídricos na produção de energia elétrica, dos quais cerca de 10% somente em usinas térmicas. Até lá vencem ainda nove dos 30 contratos de transmissão. E de 36, dos 65 de distribuição de eletricidade. O impacto global desses contratos no conjunto do setor elétrico é imenso, relembrando que alguns deles já vencidos operam hoje a título precário com base em decisão governamental que necessita de fundamento legal mais seguro.

O encaminhamento dessas concessões, entretanto, depende de um complexo conjunto de critérios ainda não delineados, mas para cujo estabelecimento o País deve adorar uma estratégia clara de definida.

O Brasil possui em abundância a fonte de energia mais barata, confiável e segura de todas: a hidrelétrica. Ainda assim a nossa tarifa de energia elétrica é uma das mais caras do mundo. O preço da energia, em conjunto com o câmbio subvalorizado, a carga tributária abusiva e as altas taxas de juros cobradas no mercado bancário interno, vem impondo condições impossíveis de serem sustentadas pelo nosso setor produtivo. A competitividade brasileira está sendo afetada em escala nunca antes vista. Nessa direção, o vencimento das concessões para produção, transmissão e distribuição de eletricidade abre uma valiosa janela de oportunidade capaz de auxiliar na revisão de algumas das políticas públicas do Brasil no setor de energia.

Com essas preocupações em mente, iniciamos a discussão do tema na Comissão de Serviços de In-

fraestrutura em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Para dar prosseguimento a esta introdução, passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e autor do requerimento que solicitou esta audiência pública.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Queria cumprimentar a Presidenta Lúcia Vânia, cumprimentar os demais convidados em nome da nossa querida Elena Landau, cumprimentar os Senadores e Senadoras.

O objeto deste requerimento é... Acho que muitos Senadores e Senadoras têm sido procurados intensamente por agentes do setor de energia elétrica, preocupados com essa discussão sobre concessões, sobre a caducidade das concessões das hidrelétricas, especialmente. E é um problema que muitas empresas enfrentam, desde Cesp, Furnas, Chesf, e, como esta discussão é fundamental, não tenho dúvidas de que, nos próximos meses, o tema mais importante no setor de energia elétrica no Brasil talvez seja sobre como será a proposta para renovação das concessões.

A gente vê muitas notícias: notícias defendendo novos leilões, notícias prorrogando concessões, notícias com afirmações do tipo "as usinas estão amortizadas; portanto, basicamente é custo de operação e manutenção que vai pautar, pelo menos, a geração dessas hidrelétricas, e, portanto, o impacto vai ser intenso nas tarifas de energia, até porque o modelo praticado no Brasil é de modicidade tarifária, e isso viria de encontro à modicidade tarifária". Só que o setor elétrico é um setor complexo, que passou por muitas mudanças ao longo da sua história, e talvez algumas das afirmações que estão sendo feitas não sejam absolutamente corretas ou verdadeiras. E isso podemos ver por alguns estudos que já foram feitos, primeiro, negando para alguns projetos que, durante esse tempo de concessão, já foram amortizados; depois, preocupações com relação ao EBIT (Earnings Before Interest and Taxes) de empresas, dependendo da decisão que vier a ser tomada.

Assim, este é um tema, no meu ponto de vista, crucial para a área de infraestrutura brasileira, especialmente para o setor de energia. Então, nós tomamos a iniciativa, junto com a Comissão de Infraestrutura, com a Senadora Lúcia Vânia, e fizemos um requerimento na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e na Comissão de Infraestrutura para fazermos este debate.

Nesta primeira etapa, a ideia é trazer primeiro o mercado e as pessoas que estão estudando o cenário brasileiro no que se refere à caducidade das concessões. E, numa próxima etapa, traríamos o Governo, até para que ouvíssemos os dois lados. Inicialmente, o Governo não quis, não quer ainda discutir este tema, porque estudos estão sendo feitos, e não existe uma posição clara sobre este assunto. Mas precisamos estimular este debate aqui no Senado. Aliás, é nosso papel de Senadoras e de Senadores estimular, esclarecer esse pontos todos, para que o Senado e a Câmara tenham efetivamente todas as informações, de ambos os lados, no que se refere a esse tema tão importante da renovação das concessões e para que, consequentemente, venhamos a trabalhar no sentido não só de buscar a modicidade tarifária, mas também de criar mecanismos pelos quais as empresas tenham condição de prestar um bom serviço, as empresas tenham condição de garantir, cada vez mais, competitividade nas tarifas. Enfim, precisamos tirar qualquer tipo de ruído sobre o setor elétrico, até porque a não renovação das concessões está levando inclusive a que muitos investimentos estejam sendo, de certa maneria, procrastinados ou sobrestados, melhor dizendo, porque existe essa dúvida com relação às concessões. E, ao mesmo tempo também, a própria contratação de energia. Por exemplo, quem tem uma concessão que está terminando em 2015, o que faz com essa energia? É um tema fundamental, até porque a segurança energética vai ser um dos pilares do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Então, foram esses os motivos. Acho que já me estendi demais, Presidente, e o importante é ouvirmos quem está trabalhando nisso e que, sem dúvida nenhuma, vai nos ajudar a esclarecer muitas questões.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Comunico aos senhores que vamos fazer, além desta, mais duas audiências públicas, uma chamando o próprio Governo, que seria o Dr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério; José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras; Nelson Hubner, Diretor da Aneel; Luciano Coutinho, Presidente do BNDES e o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

A terceira reunião será com o Sr. Flávio Antônio Neiva, José Cláudio Cardoso, Nelson Fonseca Leite e Dr. Paulo Skaf.

Concedo a palavra à Srª Elena Landau, consultora do escritório de advocacia Sérgio Bermudes.

V. Sª dispõe de 15 minutos.

A SRª ELENA LANDAU – Bem, falar de um tema tão complexo em 15 minutos vai ser um desafio enorme, mas eu...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a tolerância de cinco minutos.

A SRª ELENA LANDAU – Agradeço de antemão e parabenizo a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Del-

cídio do Amaral pela iniciativa desta reunião tão importante. Agradeço a presença dos Senadores Walter Pinheiro, Cyro Miranda e Blairo Maggi, que estão aqui para dividir conosco essa preocupação.

Acho que o Senador Delcídio do Amaral colocou, em poucas palavras, a importância e a relevância, após as palavras da Senadora Lúcia Vânia, colocando também a importância do tema.

O tema é importante e urgente. Importante porque trata do futuro de grande parte do setor elétrico. Ele trata especificamente do parque gerador, que nos preocupa sobremaneira por causa da questão de segurança energética; ele trata de 25% do parque gerador de energia elétrica brasileira. Ou seja, 25% desse parque, 20 *gigawatts*, tem os seus contratos de concessão vencendo em 2015. É muito importante. E é urgente. Não é porque está em 2015 que ele deixa de ser urgente. Como o setor elétrico trabalha no longo prazo, trabalha com investimentos, trabalha com planejamento e projeção. E contratos de energia, na insegurança jurídica, você não tem ambiente para contratar e afeta a própria segurança de expansão, a segurança energética.

Esse tema vem em torno de um imbróglio legal muito grande. Primeiro, há uma discussão sobre o porquê de vencer em 2015, o porquê dessa concentração em 2015. Porque houve uma mudança na Constituição de contratos de concessão; passamos a ser um regime de contratual pela Constituição de 88, no seu art. 175, e as empresas ficaram numa fase de transição desde 95, quando veio a lei de concessões, a Lei nº 9074, e algumas dessas empresas não tiveram seu contrato assinado. Apenas em 2004, às vésperas dos leilões de energia existente, já dentro do novo modelo do setor – já governo Lula, modelo da atual Presidente Dilma –, foram necessários novos contratos, e esses contratos foram assinados em 2004. Só que com base na lei que dizia que o prazo contava desde 95.

Há uma discussão hoje, pequena, que está sendo levantada, se de fato vamos contar o prazo de 95, como dizem os art. 19 e 20 da Lei nº 9074, ou se é na assinatura do contrato, em 2004. Essa discussão já ocorreu por ocasião da privatização da Cesp, que acabou não acontecendo; as posições são contrárias à ideia de começar a contar em 2004, na sua maioria. Mas é uma discussão que pode vir a acontecer

A outra questão, muito importante do ponto de vista legal e que diz muito respeito a esta Casa, é a questão da legalidade da prorrogação. Há quem diga, inclusive, da sua constitucionalidade, já que o art. 175 fala em necessidade de licitação. Mas o próprio art. 175, em seu § 1º, fala da possibilidade de prorrogação. De qualquer maneira, não há sombra de dúvida de que, se houver uma decisão do governo efetivamente na direção da prorrogação, será necessária uma mudança legislativa. Como já foi feita a Lei nº 9.074, uma nova lei de transição para as concessões seria necessária, e ai a importância de estarmos todos discutindo essa lei.

A outra questão muito importante... Inclusive na Câmara já temos vários projetos de lei em discussão propondo mudanças legislativas. A gente só precisa ter uma certa atenção com os projetos, porque alguns são muito genéricos, mas é um começo de discussão; outros discriminam entre empresas estatais e privadas, dando um tratamento diferenciado, mas ainda assim é só um início de discussão. Dessa forma, a discussão já está... Por iniciativa inclusive... O primeiro projeto é do Deputado Eduardo Valverde, que, lamentavelmente, não está mais entre nós para discutir, uma vez que faleceu num terrível acidente ainda este ano.

A outra questão importante é chamar atenção para que essa discussão sobre prorrogação e licitação, na minha opinião – eu que estou trabalhando no assunto há mais de três anos –, já superou uma discussão técnica no sentido de a licitação ser melhor ou pior que a prorrogação. Acho que ela já entrou em uma esfera política de decisão pró-prorrogação. E a minha sensação é no sentido de que, se fôssemos optar pela licitação, pela manutenção da legislação atual, no fundo estaria implicando privatizar as empresas que estão com as suas concessões a vencer. Digo isso porque essas empresas, a maioria das empresas que estão com concessões a vencer, são empresas estatais, ou estaduais, ou federais. Dos 20 gigawatts a vencer, nove são da Chesf, por exemplo. Então, você teria que licitar ou a Chesf ou ativos como Xingó, por exemplo. Eu acho que licitar ativos isolados não atende ao interesse público, porque...

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)*

A SRª ELENA LANDAU – Dos dez... Quer dizer, acaba com a Chesf na realidade, sendo que licitar ativos de forma isolada não atende ao interesse público. Você vai licitar um ativo da qualidade de Xingó mas vai deixar a Chesf com as suas obrigações, com as suas dívidas, com os seus funcionários, com os seus compromissos sociais, com isso tudo. Então, licitar ativos não dá. Assim, só poderia ser uma licitação de empresa, ou seja, inevitavelmente, o caminho da privatização. Como a privatização não fazia, até a decisão sobre a Infraero, parte da agenda atual de política econômica, a gente tem sinalizado que o Governo deveria prorrogar.

E também uma decisão a favor da prorrogação é no sentido de que há uma concentração muito grande de empreendimentos a serem leiloados em pouquíssimo espaço de tempo. Isso não permite uma competi-

ção adequada; você não consegue obter um preço de competição, ou seja, o interesse público não estaria resguardado nessa ideia.

Além disso, há um outro argumento muito importante: não há investimentos no Brasil suficientes para, ao mesmo tempo, comprar os ativos que estão com as suas concessões vencendo e fazer novos investimentos. Então, a ideia é priorizar novos investimentos ao prorrogar as concessões existentes.

Por fim, se houver uma decisão do Governo de licitar e não prorrogar, há a necessidade de se pagar valores de reversão para as empresas. Esses valores de reversão deveriam ser pagos com a RGR. O volume atual de RGR existente não é suficiente para fazer frente aos ativos existentes. E, aqui, eu vou corroborar a opinião do Senador Delcídio de que há um mito de que os ativos estão todos depreciados. Isso não é verdade! Não vamos confundir data do contrato de concessão com data de entrada em operação das usinas, com investimentos que foram feitos depois da data de entrada em operação. Ou seja, há que se fazer uma análise caso a caso, de cada empresa, qual é a situação de cada empresa para se saber se aquele ativo está ou não depreciado. Acho que aqui está presente o Presidente da Cesp, Sr. Mauro Arce, com muito mais qualificação do que eu para falar desse assunto.

Por fim, o tema mais importante desse debate – e estou tentando fazer aqui um plano de fundo para a nossa discussão – é como fazer a prorrogação se, de fato, houver uma opção pela prorrogação. Realmente, as bases do novo modelo do setor elétrico, em vigor desde 2004, são a modicidade tarifária e a segurança do sistema. Uma coisa não pode vir dissociada da outra. A modicidade tarifária é um objetivo permanente. Devemos combater os aumentos das tarifas que estão altos, mas não é a única opção. Não é através da renovação nem é a mais eficiente. Temos encargos e tributos do sistema, as empresas que estão com contrato a vencer são apenas 20% do total dos ativos. Não adianta estrangular financeiramente as empresas ou reduzir o Ebit, na forma mais sofisticada aqui do nosso Senador, e as empresas perderem a capacidade de investimento. Não é isso o que nós queremos. Queremos algo que atinja os objetivos globais do setor.

Então é preciso ter o objetivo de como prorrogar mantendo a segurança energética. Temos de tentar manter as duas coisas.

Uma das questões mais preocupantes neste sentido é a ideia de que é possível fixar um preço/teto único para todas as empresas do setor. Primeiro, isso não é possível, pois cada ativo é um ativo, cada ativo tem a sua maturidade, cada ativo tem o seu investimento a sua entrada em operação. Então, não se pode usar um preço único para todo mundo.

Acho que precisamos tomar muito cuidado com a ideia de que os preços de geração de energia, no Brasil, estão caindo. Isso seria o mesmo que subverter uma lei básica de economia que dizer que custos marginais a longo prazo são decrescentes. Isso não existe. Nem jabuticaba funciona assim. Se você está obtendo, nos leilões, preços decrescentes é porque há uma explicação. E a explicação é a de que você tem preços no mercado livre que são superiores àqueles do mercado cativo. Ah, porque cada projeto desse é um projeto estruturante, cada projeto estruturante como Jirau, Santo Antônio, Teles Pires ou Belo Monte, recebem benefícios fiscais, atenção em grande escala, absolutamente individuais, não pode ser generalizado ao Programa de Expansão de Energia Elétrica no Brasil. Então tem que tomar muito cuidado com a ideia de que: olha, obtivemos uma tarifa tal, no último evento de leilão, que por acaso foi a Teles Pires, que está muito fora da curva , de uma curva inclusive de preços cadentes, para dizer que todo mundo pode atingir o mesmo tipo de preço.

Temos que tomar muito cuidado na hora de prorrogar, porque a decisão de prorrogar, ou licitar, é só o início da discussão. Ela dá margem ao início do bate-bola, da conversa, porque como fazer é fundamental. Chamo a atenção porque não se pode olhar, unicamente, para a questão da modicidade tarifária. Eu como consumidora estou preocupada com a modicidade tarifária. Os industriais também, todos nós cidadãos brasileiros estamos preocupados com pressão subinflação. Mas também estamos preocupados com a capacidade de expansão do sistema e das empresas estatais estaduais e federais.

Se não houver capacidade de investimento via remuneração tarifária, o preço da energia, porque não há tarifa sobre energia de geração, vai ter que o dinheiro sair de algum lugar. Ou vai sair do Tesouro Nacional, ou vai sair dos Tesouros Estaduais, ou a empresa vai perder a capacidade de expansão. Como economista, costumamos dizer que não há almoço grátis. Então, é preciso saber os custos de cada decisão.

A preocupação é: se de um lado você quiser poupar o usuário, colocando uma tarifa artificialmente baixa, você está penalizando o contribuinte ou o próprio usuário a longo prazo, porque a capacidade de investimento está comprometida.

Portanto, a questão da modicidade tarifária tem que ser olhada com muito cuidado e também de forma global. Os senhores têm conhecimento, de que foi distribuída uma matéria de jornal que chama a atenção para o fato de que, nas tarifas brasileiras, em cada

cem reais, cerca da metade fica em encargos e tributos do sistema. Apenas, 25% vem do preço de energia. Desses 25%, apenas 20 ou 30% são de energias renovadas. É mais eficiente a gente olhar para aquela parcela que responde por 50% do preço da tarifa, do que aquela que responde, no máximo, por 7 ou 8%. O que não significa que não se deve olhar para esses 7 ou 8% que não se deva exigir eficiência das empresas que terão essas tarifas renovadas. Aqui, é apenas um pano de fundo para a nossa discussão.

Espero que eu tenha me mantido dentro do meu tempo regulamentar. Tenho muito mais para conversarmos mas eu queria agradecer a oportunidade de trazer aqui um resumo do que o setor privado vem discutindo, de uma forma ou de outra, nos últimos 3 anos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Sr. Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Abrace.

O SR. PAULO PEDROSA – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Senador Delcídio, meus colegas de Mesa, Senador Blairo, Senador Cyro, Senador Walter Pinheiro, assessores do Senado, vou diretamente a uma apresentação para tentar tornar mais objetiva minha exposição aqui.

Rapidamente para os primeiros *slides*, por favor.

A Abrace, fica no registro o tamanho da associação, consome em torno de um quarto da energia do Brasil.

Próximo, por favor.

Nossa lista de associados são as bases das cadeias produtivas nacionais, uma parcela significativa do PIB.

Próximo, por gentileza.

Isso é para contextualizar o que estamos discutindo aqui. Quer dizer, existe um benefício acumulado ao longo dos anos, uma quantidade de recursos que, digamos, pegamos as pontas extremas do processo que pode chegar a algo como R$10 bilhões por ano mais impostos e, no fundo, há uma decisão que será colocada para o País, no Congresso Nacional, sobre o que fazer com esse recurso, se o destino dele será em favor da modicidade tarifária, do desenvolvimento do País, como defendem os consumidores que pagaram por esse direito, ou se será apropriado pela cadeia produtiva do setor elétrico, investidores, governos estaduais, investidores privados que participam desse processo. Portanto, é uma decisão extremamente delicada que será tomada pelo País e pelo Congresso.

Começo saudando a posição do Governo Federal. O Governo Federal tem tido, no conjunto dos seus ministérios, uma postura de reconhecimento do problema que o País tem hoje com o preço elevado da energia. Aparentemente, avançamos para a fase terapêutica, concluída a fase do diagnóstico. Por isso, a nossa saudação à equipe do Ministério, às declarações do Ministro Lobão, do Secretário Zimmermann, da equipe em favor da modicidade tarifária. Esse é o encaminhamento correto para reverter uma situação.

A tarifa industrial do Brasil é das mais caras do mundo. Subiu 100% nos últimos dez anos, subirá mais de 20% a 30% nos próximos dez, concentrados nos primeiros cinco. Uma situação, com certeza, que penaliza a indústria nacional, que faz o País perder competitividade na sua produção.

Um estudo da Abrace que já foi compartilhado com o Congresso, com o conjunto das associações das indústrias brasileiras, o Projeto de Energia Competitiva (PEC), de responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas, mostra que, se nós revertermos essa tendência do aumento do preço da energia e ela for reduzida na ordem de 5%, incorporaremos o equivalente ao PIB da Argentina de hoje ao Brasil em dez anos. Quer dizer, um desenvolvimento da ordem de 25% maior, com geração de empregos, com melhoria do IDH, com redução da inflação. Portanto, a correlação entre preço da energia e desenvolvimento é absoluta. Eu diria, Senador Delcídio, que a variável preço da energia tem a dimensão da variável câmbio ou variável taxa de juros. Isso é o que a redução do custo da energia pode trazer de benefícios ao País.

Próximo, por favor.

Trazendo a valor presente os resultados desse estudo, nós vemos que cada real a menos no custo da energia produz R$8,60 a mais de crescimento do PIB, portanto, é um investimento para o País e para o próprio Governo, já que o Governo é dono de 35%, 36% do crescimento do PIB, o aumento da energia, a redução do custo da energia é um investimento para o País e para o Governo.

Focando agora na questão do marco regulatório, infelizmente, o marco regulatório do setor elétrico é complexo, é impreciso, está muitas vezes voltado a questões pontuais. Nós sempre procuramos fazer o bem localizado, gerando o mau distribuído em um custo adicional absorvido pelo conjunto da sociedade brasileira. Essa é, infelizmente, a história e cabe agora talvez, nesta oportunidade, ao Senado ajustar alguns aspectos do marco regulatório. Ele falhou, portanto, ao não prever a modicidade. Ele prevê a modicidade, mas, na prática, não foi capaz de promovê-la e fez os consumidores assumirem custos de políticas públicas e custo do equilíbrio fiscal e pagar impostos sobre isso, o que explica parte do problema de perda de competitividade do País.

O tratamento das concessões em favor da modicidade, portanto, é a grande oportunidade de reversão dessa tendência. Na nossa visão, a perspectiva de retorno desse benefício à sociedade já estava determinada nos preços e nas tarifas de energia. Portanto, o benefício deve ser exercido.

Por gentileza, pode passar para o próximo *slide*.

Vou fazer uma varredura muito rápida do marco legal, para contextualizar o tema que as Comissões nos pediram que apresentássemos aqui, hoje.

Primeiro, lembro a Lei nº 8.631, que acabou com a remuneração garantida. Essa Lei custou ao País US$26 bilhões, em valores de 1993, para equacionar os passivos do setor elétrico no ano passado. Isso tem de ser levado em conta. Passivos anteriores a 1993 estão embutidos na negociação da Lei nº 8.631, e, ao menos, isso precisa ser considerado com muito cuidado, para que não se pague duas vezes pelo mesmo efeito.

Segundo, lembro a Lei de Concessões, que mudou a lógica do setor elétrico. A lógica do setor elétrico era tarifa pelo custo, mas passou a ser tarifa pelo preço. É uma transformação fundamental do funcionamento da energia. Essa transformação aconteceu no marco legal, mas não foi incorporada à cultura do setor elétrico em muitos pontos. Em seguida, a Lei de Concessões estabeleceu a possibilidade de prorrogação, mas uma possibilidade inalógica do novo marco legal.

A Lei nº 9.648 trouxe a livre comercialização para produtores independentes na lógica de tarifas pelo preço e permitiu que os concessionários de serviço público não privatizados vendessem livremente no mercado, com o decaimento dos contratos iniciais.

Por fim, a Lei nº 10.848 estabeleceu regras específicas em relação às novas concessões sem renovação.

Por gentileza, pode passar para o próximo *slide*.

Portanto, mudamos – chamo a atenção das Srªs Senadoras, dos Srs. Senadores e da assessoria – de ambiente. São dois ambientes completamente diferentes. O ambiente anterior do setor elétrico era ineficiente por si só. A lógica da tarifa pelo custo se mostrou ineficiente e precisava mudar, mas se sustentava como um todo. Dizia-se: "A geração de energia é feita pelo serviço público. O concessionário não vai decidir o preço com que vai vender a energia, a energia será tarifada, o sistema dirá a ele o preço com que ele vai vender". Assim, em troca do fato de que o concessionário aceitava o preço que o sistema lhe impunha, o sistema garantia uma remuneração e uma tarifa que considerava o O&M, a remuneração e a depreciação.

Nesse modelo, que se sustentava, a renovação era o caminho natural, porque a renovação era feita pelo custo: com o custo depreciado, seria uma energia barata para o consumidor. E a indenização, ao final da concessão, era apenas um elemento para garantir o pacto da tarifa: o sistema lhe diz por quanto você vai vender a sua energia, garante o seu equilíbrio; se ele não for obtido ao longo das tarifas na concessão, ao final, eu indenizo o que eu não depreciei, por minha vontade, ao estabelecer as tarifas.

Isso mudou para uma lógica completamente diferente: produção independente, livre negociação, por conta e risco do agente. Nessa lógica de livre negociação, a indenização não se aplica. Não é o mesmo processo, porque o agente definiu o preço com que ele ia vender.

Senador Delcídio, permita-me trazer um exemplo radical. Suponhamos que haja duas usinas, que uma delas tenha vendido muito bem a sua energia no mercado, por bons preços, com alta rentabilidade, e que a outra tenha vendido mal a energia, com um preço baixo. Nesse caso, a que vendeu mal a energia e não depreciou o seu ativo vai ter uma indenização maior? Então, a lógica não foi de tarifa pelo preço e não foi por conta e risco do agente. É uma lógica de ajuste ao final do processo, voltando ao modelo anterior.

Então, nesse novo modelo, a reversão é o caminho natural. O que aconteceu no processo é que, no meio do caminho, como não se avançou nas privatizações – não estou defendendo as privatizações; estou dizendo que um modelo tinha lógica, que o outro tem lógica e que estamos lidando com um híbrido, com uma quimera que se formou na mistura de duas lógicas regulatórias –, ficou a regulação de serviço público, vendendo energia livremente no mercado. Foi o que aconteceu. Com o decaimento dos contratos iniciais, essa venda foi livre, inclusive, para consumidores do mercado livre.

Portanto, no marco regulatório, a depreciação aplicável, no nosso entendimento, para essas usinas é eventual e residual. Devem-se considerar investimentos prudentes – não são todos os investimentos, não são todos os custos –, o equacionamento dos passivos que houve em 93 e o período da livre negociação em que o agente atuou, definindo o seu preço no mercado e, portanto, a depreciação não se aplica na mesma lógica. A depreciação regulatória tem que ser separada da depreciação fiscal, da depreciação contábil, ela representa aquele compromisso do equilíbrio do modelo de tarifas pelo custo. E a indenização reflete esse mesmo compromisso, não se aplica à situação atual no todo. Eventualmente, uma análise caso a caso pode considerar que naquele período em que essa energia foi tarifada, e havia um compromisso do sistema, pode-se fazer uma avaliação sobre uma eventual indenização. Mas ela é ocasional e caso a caso.

Portanto, essa lógica não pode ser proposta para um modelo de livre negociações e tarifa pelo preço, até mesmo porque seria a negação desse sistema atual.

Próximo, por gentileza.

Primeiro, não há nenhum compromisso dos consumidores com o equilíbrio das empresas. Nós estamos falando em concessões. As concessões são as concessões para uso de um potencial hidrológico que está localizado em um rio, em uma determinada cachoeira. Não tem nada a ver com a empresa. Se a empresa fez outros investimentos ruins, se a empresa – eu tomo cuidado, tem que ser analisado caso a caso – atual é o resíduo de um processo em que vários outros pedaços foram vendidos e naquele pedaço final ficou acumulada uma perda, aquela perda não pode ser repassada ao consumidor no momento da renovação das concessões. As concessões estão associadas ao empreendimento dentro dessa lógica do marco regulatório. E aí nos preocupa algumas visões que tenho chamado de efeito BNH no passado: pagou-se o apartamento duas vezes, 30 anos, e ao final se descobria que devia dois apartamentos. Temos que tomar cuidado com essa lógica do processo regulatório e dizer que o compromisso do consumidor também não é com a segurança da oferta. A segurança da oferta não é afetada por isso. Se as concessões forem por acaso retomadas, eu não estou defendendo essa hipótese, mas não há problema de segurança, as usinas não vão ser fechadas, elas não vão ser apagadas, elas não vão deixar de produzir energia. A segurança da oferta não será afetada, as usinas continuarão produzindo energia. E a idéia de dizer que as usinas, as concessões precisam ser remuneradas para um investimento futuro também não tem lógica. Eu deixo bem claro aqui: o setor elétrico não é pré-pago, o setor é pós-pago. O investidor, com o seu capital e com o capital de terceiros, faz a obra e, depois, aquela energia é colocada no mercado e ele remunera o seu investimento. A lógica não é o consumidor de hoje pagar mais caro para capitalizar a empresa e ela investir com o dinheiro do consumidor para depois ser remunerada. O setor elétrico é pós-pago. Portanto, a segurança da oferta não é algo que esteja em jogo neste momento, do ponto de vista dos consumidores, a energia não é pré-paga e não há um compromisso dos consumidores em relação ao equilíbrio de empresas específicas.

Por fim, concluindo, o foco da nossa discussão é concessão de geração. A distribuição também está na mesa, mas na distribuição o problema da geração não ocorre, porque o processo tarifária da Aneel já captura a depreciação dos ativos e já promove a eficiência nas revisões tarifárias. Então, na distribuição, o tumulto provocado pela não prorrogação é muito diferente e a indenização é naturalmente elevada, porque o investimento em geração você faz um grande investimento e deprecia ele na concessão. Na distribuição a cada dia você está colocando um poste novo, um gerador novo, então a depreciação ela de fato tornaria, no nosso entendimento, o processo bastante mais complexo, é uma discussão de importância secundária.

Portanto, na visão dos consumidores, o importante é o benefício da modicidade tarifária. Essa é uma oportunidade da modicidade tarifária. A própria questão da propriedade dos ativos, se eles vão continuar com "a" ou com "b", se vão ser licitados ou não, ela é secundária, porque pode haver a retomada das concessões sem se obedecer a modicidade tarifária, pode haver a prorrogação sem se obedecer a modicidade tarifária. O foco da visão dos consumidores não está na prorrogação ou não, na renovação ou não, está no ativo que no nosso entendimento deve beneficiar os consumidores e promover a competitividade no País, que é o preço baixo da energia. O Congresso tem essa oportunidade, ao analisar o tema, de garantir os melhores para a sociedade, e o melhor papel que o setor de energia pode cumprir com a sociedade é a oferta de energia barata e competitiva.

O próximo, por gentileza.

A nossa posição, portanto, é esta: modicidade tarifária, depreciação, se existir, deve ser analisada caso a caso, seguindo o marco legal e, no nosso entendimento, ela é específica para alguns projetos e não a ponto de prejudicar a modicidade tarifária.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Paulo Pedrosa.

E concedo a palavra ao Sr. Mauro Guilherme Jardim Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo (Cesp).

O SR. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE – Obrigado, Senadora. Eu queria dizer da satisfação de estar aqui nesta audiência pública, cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Delcídio do Amaral por esta iniciativa que nos dá a oportunidade de debater um assunto da maior importância para o Brasil, para o setor econômico brasileiro, na Casa do povo brasileiro, que é o Congresso Nacional.

Quero só lembrar que, além dos 25% do parque hidrelétrico, como o Pedrosa acabou de destacar, são 43 concessões de distribuição, dois terços das concessionárias têm suas concessões terminadas e 82% da rede básica de transmissão.

Em muitos casos, como o caso das empresas federais, essa rede básica de transmissão, apesar da desverticalização, está dentro das empresas, como na Chesf, de Furnas, da Eletrosul – que hoje voltou a se

preocupar e a fazer geração, mas que tinha uma empresa puramente de transmissão. Então, é um assunto de abrangência muito grande.

Já se falou aqui e a gente vai discutir que existe uma regra para o que deve ser feito quando terminar a concessão. Ocorre que essa regra existe desde que o setor foi criado, lá no final do século XIX e consolidado em 1934 com o Código de Águas. A previsão da reversão sempre existiu e, felizmente, nunca foi aplicada, a menos de pequenas centrais hidrelétricas, provavelmente o caso da Chesf, de Paulo Afonso, que tinha a central hidrelétrica de Delmiro Gouveia e que foi substituída e foi pago com recursos da reversão, que acabou de ser prorrogado. Eu diria até que esses recursos foram usados, ao longo de todos esses anos, para coisas muito importantes, para financiar o setor elétrico brasileiro, as estatais federais, para que pudesse haver esse desenvolvimento. E ultimamente, inclusive, para garantir a universalização do acesso à energia elétrica a todos os brasileiros. Esse recurso da RGR, ao longo desses anos todos, foi usado para isso.

Por isso, a gente verifica agora se realmente a tese de aplicação pura e simples da reversão teria que haver recursos adicionais para isso, porque o fundo existente foi usado e – eu diria mais uma vez – de forma adequada para financiar projetos novos e que permitiram ao Brasil chegar aonde está.

Então, esse é um aspecto importante a considerar. Pela discussão que a gente tem tido nos últimos tempos, a gente verifica que – a gente não ouviu oficialmente o poder concedente, o Governo Federal, por isso a importância dessa audiência pública que vai ocorrer aqui proximamente – tudo caminha para uma prorrogação. E aí a discussão é mais entre se a prorrogação com ônus ou sem ônus. Esse é um ponto importante e eu vou partir do pressuposto, com otimismo, de que isso vai acontecer.

Evidentemente quero deixar bem claro que, numa situação como esta, o papel do Congresso foi fundamental. Haverá necessidade de mudança da legislação e, evidentemente, isso tem que ocorrer aqui no Congresso Nacional.

Não vou discutir aqui os prós e contras de prorrogar ou reverter, porque acho que esse assunto já foi bastante debatido, mas queria colocar alguns aspectos que julgo importantes, principalmente no instante em que as pessoas pensam o seguinte: "Tudo já foi pago, e agora poderia ser até energia de graça ou energia só pelo custo da operação e manutenção".

O caso da Cesp, nesse pacote de 25% da capacidade de geração, como já foi dito aqui... Existem empresas estatais, como é o caso da Cesp, da Copel, que está aqui, da Cemig, e empresas federais. A mais atingida nesse processo é a Chesf. Então, esse é um ponto fundamental. E saber o papel que essas empresas desempenham no desenvolvimento do País. É o caso, por exemplo, da Chesf: são quase 90% da capacidade de geração de caixa da empresa. A Copel tem participado de novos empreendimentos, até para que haja uma motivação do ponto de vista do chamado mercado, que nem sempre resolve tudo, no sentido de garantir... Até o caso, por exemplo, de Teles Pires, provavelmente, se não fosse a participação da Cesp, não haveria uma proposta de R$56 megawatts/hora, que é a energia mais barata... Em contraste com a tarifa mais cara do mundo, é a energia gerada mais barata do mundo também.

Então, há esse papel, e de repente dizem: "Vamos acabar com isso". É preciso lembrar que a história de que "tudo já foi pago" é uma questão que deve ser bastante debatida. Eu só queria dizer que, no caso específico da Cesp, são três usinas que representam 67% da receita da empresa e que, no lado do que teria ainda que ser pago, são R$4,301 bilhões que estão colocados no balanço da empresa de 2010, a preço de 2010. Por exemplo, foi colocado aqui que, em 1993, tudo se acertou. E só relembrar que a Lei 8.631 foi feita num momento em que o setor estava realmente com inadimplência cruzada muito forte, e que saiu... Havia uma conta de Resultados a Compensar, para garantir que todos os consumidores do Brasil tivessem a mesma tarifa, e, com isso, tivemos um desequilíbrio na remuneração dessas empresas.

No caso específico da Cesp, da Ceal, da Celg e da CEEE, do Rio Grande do Sul, se não me engano, em 2006, o Congresso Nacional aprovou uma lei que, no caso da Cesp, garantiria, nessa conta de Resultados a Compensar, R$5,3 bilhões de déficit em função do que, no passado, era a remuneração garantida. Essa lei foi aprovada no Congresso, e, por razões até financeiras do Ministério da Fazenda, houve um parecer, e ela foi vetada. Mas a lei foi aprovada aqui no Congresso Nacional.

Então, existe uma série de... Essa coisa do equilíbrio, "tudo já foi pago, e, daqui para a frente, não se paga mais nada", é uma meia verdade. Não quero colocar isso de uma forma... Eu diria o seguinte: é uma questão a ser medida e comprovada, à medida que o assunto avançar.

No caso da Cesp, são 67% da receita da empresa que deixa de existir. A empresa tem dívidas, dívidas consolidadas, inclusive dívida do Plano Brady, com aval do Tesouro Nacional e contragarantia do Tesouro do Estado. A empresa tem acionistas, o Estado... E foi dito assim: "O Governo Federal ou o Estado resolvem o problema". Não é tão simples assim. No caso da

Cesp, somente 35% do capital da empresa é estatal. O restante já está no mercado nacional e internacional. Isso vale, com números diferentes, para todas as outras empresas, para a Cemig, para as empresas do grupo Eletrobras. Então, é um assunto que deve ser colocado de forma a avaliar.

Assim, partindo do pressuposto que o caminho que vamos trilhar vai ser de uma renovação, uma prorrogação, com ônus, esse ônus tem que ser verificado caso a caso, levando-se em conta os compromissos das empresas. Evidentemente, tem que remunerar e têm de ser permitidas a operação e a manutenção, os custos não gerenciáveis. Cada uma das empresas tem que pagar tributos e outras responsabilidades, como a depreciação regulatória. Há investimentos constantemente feitos, não para aumentar a capacidade de geração, mas para manter as usinas em boas condições, para evitar a depreciação. É o caso da Chesf, da Cesp e da Cemig, que são usinas antigas, mas, pelo cuidado que essas empresas têm, todas estão como novas, e são investimentos que são feitos.

No caso da Cesp, nós temos investido, nessa parte de modernização, de atualização desse parque gerador, em torno de R$200 milhões por ano. Então, isso tem que ser, de alguma forma, pago. Porque, como foi colocado aqui, as usinas vão continuar lá, mas têm que ser bem geridas e bem mantidas, sob pena de, dentro de pouco tempo, esse patrimônio todo, que foi ao longo de tantos anos, desaparecer pela ineficiência.

Quanto aos riscos legais, não adianta imaginarmos que uma concessionária que construiu uma usina e que recebeu uma ação na Justiça por razões ambientais, que essa usina simplesmente sai dela e o problema fica com o CGC da empresa. Essa é uma coisa que dá uma boa discussão do ponto de vista jurídico. Então, quanto aos passivos, sobre os quais já falei, passivos legais que existem em grande número e que precisam, evidentemente, numa análise, de uma prorrogação com ônus, repartindo esse benefício com todo mundo, sendo considerado caso a caso porque cada caso é um caso.

Eu diria que este debate é importantíssimo. Nós temos tido bastante abertura para discutir com os agentes do Governo federal. As manifestações que temos visto nos últimos dias, pelo menos na imprensa, sinalizam com a possibilidade da prorrogação. Por isso estou me focando muito mais aqui em como vamos fazer isso do que pensar que alguém vai chegar e dizer que, a partir do dia... E lembrar um outro ponto importante: como falamos em 2015, fala-se, então, de deixarmos esse assunto para depois.

Ocorre que, já no final de 2012, próximo ano, a Cespe e todas as outras empresas que fizeram contratos a partir de leilões realizados em dezembro de 2004 já terão esses contratos terminados. Então, eu tenho energia, há consumidores interessados, mas não posso comercializar, porque não sei o que vai acontecer no instante seguinte.

Eu queria dizer da importância – e vejo uma vontade muito forte do Governo federal – de o Poder concedente resolver isso com a brevidade necessária, porque o problema não vai ocorrer em 2015; ele já ocorre hoje. Há consumidores nossos que têm nos procurado, e nós temos colocado que temos que aguardar, porque não sabemos qual será a decisão sobre as concessões.

Então, era basicamente isso. Evidentemente, estamos à disposição para discutir este assunto. Acho de suma importância este evento de que estamos participando aqui. E queria, mais uma vez, cumprimentar os Presidentes das duas comissões.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigada, Dr. Guilherme Jardim Arce.

Comunico, com muito prazer, a presença do Dr. Lindolfo Zimmer, Presidente da Companhia Paranaense de Energia, e do Dr. Mário Menel, Presidente Executivo da Abiape.

Concedo a palavra ao Sr. Otávio Carneiro de Rezende, Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Investidores de Autoprodução de Energia – Abiape.

O SR. OTÁVIO CARNEIRO DE REZENDE – Eu queria agradecer à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Delcídio do Amaral a iniciativa, agradecer a presença dos Senadores Blairo Maggi, Cyro Miranda, Walter Pinheiro e da Senadora Ana Amélia, e a oportunidade também de apresentar o que é a Abiape, quais são as empresas que fazem parte da Abiape e o que nós pensamos em relação ao futuro da indústria no tocante ao assunto energia.

A Abiape é formada por grandes empresas, como a Alcoa, a Camargo Correa, a ArcelorMittal, a CSN, a Samarco, a MPX, a Thyssenkrupp, a Gerdau, a Vale e a Votorantin Energia. Eu pertenço ao grupo Votorantin. Essas empresas consomem 25% do gás industrial do Brasil – e nós estamos falando aqui em energia tanto elétrica quanto gás – e 6.000 megawatts médios de energia, o que representa 10% do consumo nacional. Temos, dentro da nossa associação, o setor de alumínio, cimento, papel e celulose, siderurgia, mineração, energia. O faturamento desse conjunto de empresas é de R$223 bilhões/ano. Em impostos e tributos, somam R$42 bilhões. Empregos diretos, mais de 250 mil. Investimentos socioambientais, da ordem de R$2,5

bilhões – quando há alguns investimentos em andamento, esse número fica um pouco maior.

Dentro da associação, juntando os nossos associados, nós temos mais ou menos o tamanho de Furnas. São 10 mil megawatts, e somos sócios de empresas... E, aqui, há muito tempo, a parceria público-privada já existe dentro da associação. Nós temos sociedade com a Cemig, com Furnas, com Chesf, com diversas empresas estatais, parcerias que foram um sucesso e continuam sendo. Atualmente, a Vale está participando de Belo Monte.

Temos nove PCHs, 18 termoelétricas, 35 hidroelétricas. Em construção, há Belo Monte; e, em projeto, em processo de licenciamento ambiental, temos aqui mais sete usinas em andamento.

Então, somos um grupo que já colocamos, fora do nosso negócio principal, R$20 bilhões. Então, somos um grupo que temos sempre a disposição de investir em energia para contribuir para o desenvolvimento e garantindo também, de certa forma, nosso gerenciamento dos nossos custos energéticos.

Em gás natural, estamos participando, os nossos associados, em 33 blocos em diferentes estágios de desenvolvimento. Já estão investidos R$600 milhões e temos R$3 bilhões em projeto.

Então, nós estamos falando de empresas que pensam no longo prazo, que têm o seu planejamento de longo prazo, têm as suas expansões industriais projetadas para o futuro, e que investem fora do seu negócio principal porque necessitam de um sinal claro do preço futuro. Há necessidade de gerenciar o custo do insumo energético, que faz uma diferença no preço final no mundo globalizado.

Então, essa previsibilidade, essa clareza das regras é que nos traz aqui na oportunidade de colocar esse assunto não é para 2015, mas para agora. Nós estamos sendo procurados por todos os associados a fim de saber se devemos investir mais em autoprodução ou se não devemos investir mais em autoprodução. Nossas concessões serão renovadas? Serão renovadas da mesma forma que estão? Não serão? Isso vai criando um imobilismo que prejudica não só o lado energético mas também a produção industrial.

Se vamos falar com os supridores, eles dizem: "Olha, temos expansão em andamento". Mas que energia nós podemos contar para a evolução do nosso parque industrial? Não temos energia disponível porque nós temos uma interrogação sobre a disponibilidade dessa energia futura.

Então, quando a gente começa a não ter preço da energia elétrica e preço do gás, para quem é energointensivo é muito difícil resistir. Essa clareza, esse gargalo, não pode ser postergado, porque isso vai paralisando o desenvolvimento. Nós temos indústrias do setor de alumínio que estão fechando as portas no Brasil. Essa discussão sobre se o Brasil deve ou não produzir alumínio... Alguém vai produzir e vai ser um alumínio muito mais sujo que o nosso. Não adianta a gente parar de produzir alumínio no Brasil com energia hidrelétrica para consumir alumínio feito na China com carvão. O mundo é um só. Então, temos de ser pragmáticos aqui e ver o que a gente quer para o nosso País e como é que a gente defende os nossos interesses.

Nós temos 50% em média, então nós somos os dois lados: produtores de energia e grandes consumidores. Cinqüenta por cento da produção é feita por energia própria.

Temos aqui a composição final do custo na indústria.

Estamos falando que 40% do custo final é geração; 25% transporte e fios; 35% fios e encargos setoriais.

Na parte tributária, alguns tributos não são exportáveis. É o caso do ICMS, do PIS, Cofins. Temos que lembrar que quem exporta emprego é a indústria. Temos um outro problema que nós já aprendemos, aqui, sobre as usinas. Numa usina se imobiliza muito imposto. O pior imposto que há é o imposto imobilizado. Você encarece o preço do produto final por 30 anos. Temos que rever também esse princípio de mobilização de impostos ao ativo fixo. A gente que quer trabalhar em moticidade temos que começar a desconstruir o que está nos colocando num preço diferente do mundo. Porque temos países vizinhos que constroem usinas hidroelétricas que não têm tanta competência como o Brasil a um preço menor. Então temos que entender como se baixa o preço do imobilizado para propiciar energia mais barata.

Hoje no Brasil estamos consumido energia ao equivalente a mais ou menos a uma hidroelétrica na Rússia e consumir em Portugal. Mais ou menos a distância. O Brasil precisa de uma integração, ninguém é contra. Temos também que desenvolver o Norte do Brasil. Ali tem uma grande oportunidade energética, mas não podemos abandonar nossa vantagem competitiva. Não há nenhum país no mundo com a quantidade e oportunidade hidroelétrica que nós temos.

Temos também que discutir ambientalmente esse assunto. Ele é relevante. Mas temos que lembrar que há dois princípios básicos que estão na Constituição, no mesmo nível: prover energia é obrigação da União e cuidar do meio-ambiente é obrigação da União. Na Constituição os dois estão no mesmo patamar. Que energia nós vamos produzir e cuidar do meio-ambiente temos que discutir no mesmo patamar. Temos que garantir a oferta da energia numa vantagem que nós te-

mos em relação ao mundo. Não podemos perder essa vantagem. Estamos falando em manter a expansão hidrelétrica do setor.

Sobre como nós investimos para garantir a competitividade, já falei. Fiz a maior diferença agora quando nós passamos pela crise, o fato de termos energia própria, onde os preços se dissolveram no mundo, principalmente no mundo de metais. Quem não tinha teve que descontinuar os seus negócios.

Esse aqui é o fundamento básico para se planejar que é conhecer as regras do jogo e termos a previsibilidade futura.

Quais são as considerações que nós temos até o momento em relação às concessões? É fundamental – e aí temos que fazer um pouco um exercício ao contrário. Que preço queremos chegar para garantir a competitividade e o que é possível ser feito. Não adianta a gente pensar no impossível, todo mundo quer ter energia barata. Mas é fundamental para a indústria ter a certeza que vai ter oferta de energia. Temos que colocar nessa conta o modelo energético. Não podemos destruir um modelo que foi construído com muito sacrifício ao longo de muitos anos.

A definição da forma da renovação da concessão interfere diretamente no preço. Vejam os senhores. Se essa tese de que é possível ter energia de R$8,00, como falam por aí, escutamos todos os preços possíveis. Se essa tese for verdadeira, todos os consumidores livres voltarão a ser cativos, para adquirir essa energia barata. Em isso acontecendo, os geradores que hoje ofertam energia no mercado livre vão quebrar. E não vão mexer no sistema, porque eles não vão suportar porque fizeram investimentos, não terão mais para quem vender a energia e nós teremos as conseqüências de, no passo seguinte, faltar novos investidores para garantir expansão. Se faltar investidor para garantir expansão, a energia será cara. O que garante energia barata é termos uma oferta grande de energia. Não tem outro princípio. Se tivéssemos uma oferta hoje 10% maior do que a demanda, os preços estariam mais baratos. É esse o pensamento que a gente tem na indústria. E já afeta diretamente a expansão da indústria.

Mauro, supridor antigo da CBA, temos um contrato vencendo em 2015, eu digo: "Mauro, estou sendo pressionado pelas fábricas, se vamos fazer expansão no Brasil ou no exterior. O que a gente pode ver de energia futura?". Como não tem resposta, o acionista deseja fazer o investimento... Nós vamos deixar de gerar emprego no Brasil? Nós vamos ficar com essa agenda sendo postergada? Esse assunto não dá para esperar 2015, a gente sabe a complexidade que é. Quando você fala em baixa renda, tem razão, quando fala que já foi pago, tem razão. Agora, nós temos que evoluir.

Outro ponto que a gente tem que ver é que o mercado livre não pode acabar. O mercado livre é um sucesso no mundo inteiro. Tem que ser preservado. Tem que haver a garantia de que esse mercado vai continuar.

Vamos em frente?

As empresas detentoras de concessão – e aí estamos falando dos altos produtores – precisam ser preservadas com capacidade para garantir oferta aos seus produtos. Quem produz energia, tem que ter caixa suficiente para reinvestir em energia. Isso tem que ser preservado.

Incentivar o aumento da oferta de energia hidrelétrica destinada aos altos produtores. O atual modelo, que coloca a menor tarifa, fala o seguinte: o resto vai para o mercado livre. Para ganhar uma concessão, o que a concessionária faz, o que a sociedade faz? Abaixa o preço da energia, vai para R$58,00, com a premissa de que venderá caro no livre. Começa que essa é uma posição antagônica. Mercado livre, por definição, só vai existir se for mais barato que o cativo. Então, se fico estocando energia cara para o mercado livre, ele, por definição, acaba. Ele acaba, porque não existe mercado livre mais caro do que o cativo. Quando coloca nesse modelo que essa energia vai ser cara, não interessa ao alto produtor, porque o alto produtor quer ter acesso aos bons projetos. Então, a gente defende que deve ter incentivo para a produção do alto produtor falando que vai ter acesso à energia competitiva, não à energia cara.

A maior oferta de energia é hidrelétrica, também para contribuir para a redução do preço, possibilitando o fim do encargo. Estamos indo. Passamos por leilão de energia térmica, de energia eólica. Existe uma certa insegurança em relação a esse tipo de oferta? Nós não temos a certeza de que, quando eles forem chamados a produzir energia, serão capazes de produzi-la. Estamos vivendo esse problema atualmente, com alguns agentes que ofertaram energia térmica e não estão performando.

Bom, o que a gente acha? Que essa discussão não deve ser em 2015. Nós deveríamos antecipar essa renovação das concessões, achando aí já um meio e capturando, de certa forma, esse benefício que, caso haja, porventura, hoje e de imediato, e não em 2015. É possível reduzir R$10,00? Que se reduza agora. Traz o assunto para agora, antecipa a renovação da concessão, passa o benefício e dá estabilidade ao sistema.

Caso haja ônus, esse ônus deve ser dividido. Deve ser guardado uma parte, talvez passando até para o próprio BNDES, que vem gerenciando muito bem o setor elétrico, criando um fundo para aumentar a oferta de energia ao preço competitivo. Então, colo-

ca uma parte do dinheiro. Vamos garantir expansão a preço mais competitivo, que o custo de capital final do empréstimo que você usa para montar um projeto, no Brasil, isso também é muito mais caro em relação ao que ocorre no mundo. Então, temos de baixar o custo de capital de terceiros dentro do projeto. Pega-se parte desse recurso e a destina a um fundo com preço baixo.

É importante o fato de que não podemos ficar deslocando energia, porque existe uma grande incerteza na indústria. A energia que, hoje, está no mercado livre vai continuar no mercado livre ou vai para o mercado cativo? Isso também tem de ser definido. Temos de dizer qual será a regra futura do jogo, para que se recupere a previsibilidade dos custos.

Esse assunto é similar na área de gás, em que, hoje, não há previsibilidade de custos. Uma alternativa que a indústria procura desenvolver é co-geração, usando gás. Hoje, falamos para quem está produzindo gás no Brasil que ainda não há indicação do preço futuro do gás. Essa indicação não é colocada claramente. Falam que a oferta está garantida, mas o preço não é colocado.

Então, eu queria agradecer aos senhores a oportunidade. Quero deixar clara a posição da indústria. Temos de focar essa pauta, porque isso começa a afetar diretamente os investimentos industriais.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Otávio Carneiro de Rezende.

Em seguida, passarei a palavra aos Srs. Senadores.

Eu pediria a compreensão dos Srs. Senadores, para que pudéssemos ouvi-los de uma só vez. Haverá a Ordem do Dia, e, com isso, não poderemos dar prosseguimento a esta audiência pública.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi. Em seguida, usarão da palavra o Senador Walter Pinheiro, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Waldemir Moka e Eduardo Braga.

Tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Srª Presidente.

Cumprimento nossos convidados nesta audiência pública. Primeiro, eu lhes dou os parabéns pela objetividade das explanações. Ninguém ocupou os quinze minutos. Mas todos foram muito precisos nas suas ponderações.

O que nos traz à reflexão neste momento é o quanto será difícil nossa tarefa daqui para frente de ajustar todos os interesses colocados nesta Mesa. Eu, por exemplo, sou investidor na área de energia elétrica também, em PCHs, e também sou consumidor. Então, estou de um lado e do outro. Agora, aqui, atuo como mediador de uma disputa que ocorrerá no Senado Federal.

É possível perceber claramente que, no tempo em que vencerem as concessões, o público, o cidadão normal vai querer que isso, realmente, seja recolocado no leilão e que os preços mais baixos sejam colocados à disposição dele. Essa é a lógica. Até por isso, existe o prazo de concessão. É claro que há os argumentos de que as empresas, principalmente as estatais, foram inchadas com outros custos, com outras coisas que não dizem respeito exatamente ao custo e à geração de energia, o que terá de ser discutido também, penso eu, mais internamente com o próprio Governo do que propriamente fora.

Também há uma preocupação grande – eu ainda não me havia atentado para isto – quanto à questão dos acionistas, aos quais foram vendidas ações de uma empresa com o argumento de que eles faturariam o resto da vida, o que não é verdade. Há uma concessão, que, no final, termina. Então, o investidor dessas ações deveria saber, desde o início, que sua ação vira pó em trinta anos ou em quarenta anos, conforme a concessão.

Um assunto que me chama a atenção também – aqui, estou levantando os pontos, para ajudar na formulação do pensamento no futuro – é que, a cada momento em que trouxermos uma energia velha para um leilão, vamos colocar em risco os novos investidores, os novos investimentos. Se, hoje, alguém vai fazer uma PCH ou uma hidrelétrica e vai precisar de um PPA em torno de 140 a 150, ao longo de quinze ou vinte anos, para recuperar o capital ali investido, e se entrar uma energia barata no meio, seja da Chesf ou de Itaipu, no dia em que ela vier para o mercado livre, podem preparar o caixão para todo mundo! Não vai sobrar ninguém! Ele vai ter o PPA até o dia do vencimento, mas, no dia seguinte ele quebrou, se a concessionária, a distribuidora não quebrar antes, porque a ela será ofertada uma energia muito mais barata enquanto ele tem que ficar bancando um PPA de R$140,00, R$150,00 o megawatt.

Então, a situação, minha cara Presidente, é bem complicada e nós vamos precisar aqui de vários e vários debates e embates para buscar uma solução para esse problema. Como eu disse no início, o consumidor quer energia mais barata, o investidor precisa dar garantia para fazer esse investimento. Porque há uma confusão, e as pessoas pensam assim: “não, no caso a Camargo, ganhou para fazer uma hidrelétrica...”. Não, ele ganhou o direito de explorar, de colocar o capital no risco e, lá no final, recuperar o dinheiro dele, e em 30 anos devolver isso para a sociedade. Com as empresas privadas, vocês podem ter certeza de que vai

acontecer isso. No final do contrato a Aneel vai lá, vai lacrar você, vai fazer uma nova licitação. Não há dúvida nenhuma.

Então, esse tratamento aqui colocado na mesa, que tem a necessidade em função de outras coisas que foram colocadas ao longo da história dessas empresas, acho eu que o Governo terá que pular para dentro desse assunto e discutir, porque do lado que você vai apertar alguma coisa não vai sair muito bem. Alguém vai ter que pagar o pato, e eu espero que não seja, mais uma vez, só o consumidor. A gente tem que buscar uma alternativa de baixar os preços da nossa energia. O que está acontecendo com indústria nacional, a desnacionalização é uma coisa brutal. Você compra hoje uma pá carregadeira, uma patrol vinda da China por 30% do preço que é cobrado no Brasil, com os impostos pagos dentro de qualquer indústria, de qualquer fazenda, de qualquer lugar do Brasil; a 30% do que o País é capaz de fazer hoje. E quando você vai verificar os preços, não está só na mão de obra não, está na energia, em alguns impostos, o aço e tudo o mais. Então, realmente, nós temos que pensar em trabalhar.

E quero aqui cumprimentar o Senador Delcídio pelo convite de vocês estarem aqui e, mais uma vez, cumprimentá-los pela explanação rápida, mas que suscita e levanta vários e vários aspectos da difícil missão que nós teremos pela frente. Portanto, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer, só estou colocando mais dúvidas e mais pontos de interrogação sobre o que teremos que discutir.

Todos os que falaram aqui, os quatro colocaram posições diferentes, mas na mesma direção; pontos de interrogação do que nós vamos fazer.

Muito obrigado.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, eu quero também dizer da importância deste debate e até lamentar o fato de a gente, por conta dessa coincidência de horários, ações e votações, todos nós estamos numa linha... Fiz questão de ficar aqui para ouvir as exposições, mas todos teremos que sair para o plenário, que já iniciou a Ordem do Dia.

Mas eu queria acentuar aqui algumas questões que acho importante a participação, principalmente das quatro exposições.

A primeira delas, para a qual eu queria chamar a atenção, é exatamente este risco, a respeito do qual até o Senador Blairo falou a respeito, sobre qual a segurança jurídica que nós temos nesse processo de renovações. Então, isso remete a um debate extremamente importante que, na minha opinião, esse chamado risco agora, ou essa coisa que nos assusta, que parece até longe, mas não é. Nós estamos falando de 2015, e eu até brincava aqui com o Senador Ciro, de que vai apagar a luz depois da Copa e não terei como acender para as Olimpíadas. Então, já que todo mundo fala em infraestrutura para atender esses dois eventos, eu continuo insistindo que os eventos são janelas de oportunidade. Nós precisamos de energia para muito mais eventos que acontecem todos os dias em cada canto deste País; ainda que minúsculos, eles são maiores, somados, do que qualquer Copa, do que quaisquer Jogos Olímpicos.

Portanto, esse debate nos traz também uma outra necessidade e nos apressa para que a gente caminhe numa direção de marco regulatório: base, segurança, estabilidade jurídica para enfrentar essa questão e, principalmente, eu diria, uma mesclagem. O setor teve uma peculiaridade, o seu processo de privatização levou em consideração a manutenção, grosso modo, de uma espinha dorsal ainda estatal. Há um processo de pulverização, de capilarização das ações a partir da iniciativa privada.

Se isso efetivamente for o sentimento do governo na continuidade desse modelo, não há motivo para não renovar. Porque aí se inviabiliza completamente tanto a estrutura estatal, quanto se arrebenta os atores, meu caro Blairo Maggi, com os quais você dialogou para um processo de investimento. Imagine o que é uma Chesf ter problema em quase 90% da sua relação com toda a matriz e os investidores que vieram para o chamado complemento desse sistema, dessa matriz energética. E aí? Que regra é essa? Eu chamei alguém para investir e disse: "Tudo bem, você tem uma atividade agropecuária, mas venha também para o fornecimento de energia." Aí chega em 2015 e eu digo: "Você veio porque quis. Eu agora não tenho mais condição de..." Exatamente. Daqui para frente é com você. Então, você gere energia, bote o boi velho para rodar e tente ver como você vai tocar a sua energia.

Esse jogo não é um jogo que pode ser analisado a partir de um único ator. Eu acho que é essa experiência sobre a qual nós temos que nos debruçar. E muito menos ele pode ser trabalhado sob a ótica exclusiva de preço final. Não dá para ser assim. Porque, senão, eu vou ser movido por uma lógica natural: nós todos vamos querer reduzir preço para consumidor, seja consumidor de pequeno, médio ou larga escala. É óbvio.

Outro dia, estávamos fazendo um debate aqui sobre essa questão de preço e alguém chamava a atenção, inclusive, da política de subsídio – se não me falha a memória – na Dinamarca, que é uma política, meu caro Dornelles, de tarifa para indústria, para exatamente incidir no preço final do produto. Se essa

lógica de preço for a lógica mais importante, teríamos que pensar quais são os produtos, então, que nós poderíamos considerar como produtos de uma cesta básica, como produtos essenciais e que mereceriam um tratamento equânime em relação à tarifa social, por exemplo. É esse o debate? Por isso eu estou dizendo que é um debate muito amiúde para a necessidade de resposta contundente e imediata. Volto a insistir: quatro anos, Senadora Lúcia Vânia, são curtos para uma decisão desse porte. Não é um tempo longo. Quatro anos de investimentos nesse setor é absolutamente nada. Ninguém fala em quatro anos. Quantas usinas estão sendo construídas agora e qual é a previsão? Qual foi o planejamento para Sobradinho? De que forma trabalhamos Itaparica? Estamos mais do que em cima! Eu diria até está todo mundo dentro do lago com água batendo no nariz. Portanto, isso urge.

E quero concluir. Esse debate sobre a questão de preço pode entrar, mas eu concordo que ele tem que ser feito a partir de uma lógica, ele tem que ser precedido de qual é a estrutura que nós vamos alimentar para resolver um problema que é fornecimento de energia. É isso. A tese é velha, não estou inventando a roda até porque não é minha praia isso, mas é a mesma história de oferta e procura. Não tem outra história. A Elena falou aí de almoço de graça. Meu pai é que diz assim: "Quando a oferta é demais, o cego desconfia que é parafuso". Vou explicar a vocês o que significa isso. Meu pai era chefe de trem, trabalhava no trem, e dizia que havia um bocado de cegos com cunhas de queijo, geralmente nas plataformas da estação; quando alguém jogava algo na cunha de queijo e que batia, o cego dizia: "Ôpa, pela zoada, é parafuso, não é moeda". Então, quando a oferta é demais, o cego percebe logo que não vem moeda. Essa lógica tem que estabelecer uma relação cada vez mais afinada entre Governo, operadores privados e, principalmente, minha cara Senadora Lúcia Vânia, nós aqui do Congresso.

E aí eu quero fechar: o marco regulatório; a definição dessa matriz; o processo de investimento para a oferta de mais energia para o País; a discussão sobre alternativas, sejam elas eólicas, solar, térmicas. Enfim, esse é um debate importantíssimo. Quando a gente fala nisso, quando entramos naquela lógica do plano de Fukushima, todos entraram num dilema. Tudo bem, sabemos dos riscos da energia nuclear. O problema nosso agora é exatamente como enfrentar quando esses riscos chegam. Então, vamos abrir mão de energia nuclear, por conta da preservação e pela incapacidade nossa de enfrentar problemas quando eles se apresentam? Ótimo, legal, correto, tem o meu apoio. Mas precisamos construir uma alternativa urgente para aumentar essa oferta de energia.

A velha e conhecida oferta por meio dos nossos rios continua sendo a mais limpa, a mais usada e a que a gente deve usar mais ainda. Mas precisamos ampliar esse leque. De que forma? Como vamos fazer? A fio d'água, como as últimas que vêm sendo feitas? É complicado. A fio d'água, para quem não sabe, é a velha história de se gerar energia e não ter o capacitor. Lago é capacitor! Lago acumula energia, ou seja, lago é o grande guardador de água! É isso. Portanto, a fio d'água, a energia vai embora. Gerou, tem que ligar do outro lado na tomada, porque já foi.

Assim, é preciso escolher de que forma vamos fazer isso, e como vamos, nesses curtos quatro anos, impor ao Governo uma priorização de investimento... PAC para infraestrutura para crescimento neste País não anda se a matriz energética não for ponto central de fornecimento!

Portanto, esse é o dilema. Por isso – e aí fechando –, sem a renovação da concessão, na minha opinião, os nossos problemas triplicam. Mas é fundamental que a gente abra isso, que se renovem as concessões, mas, ao mesmo tempo, é preciso abrir para a entrada de novos atores para aumentarmos a oferta de energia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Francisco Dornelles. (*Pausa*.)

Waldemir Moka não está.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidente, Srs. Senadores, senhores palestrantes, evidentemente, precisamos pedir escusas, porque o Senado vive realmente uma agenda de superposição. Para os senhores terem uma ideia...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Na velocidade da luz.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Na velocidade da luz. A bancada do PMDB estava toda reunida, não só com sua Liderança, mas também com o Presidente da Casa, definindo uma série de questões importantes para o andamento do nosso partido e, por via de consequência, do nosso comportamento em relação a matérias que serão pautadas no Senado e que estão palpitando, e, lamentavelmente, eu cheguei aqui nesta reunião, de que tinha, desde o início, todo o interesse em participar, já praticamente no final da exposição do Dr. Otávio.

No entanto, Srª Presidente, ficam claras e saltam aos olhos algumas questões fundamentais para serem colocadas.

Fato: em 2015, vencem os prazos dos contratos de várias concessões de geração, que representam 20% da capacidade instalada no País, cerca de 20 gigawatts. E ainda no segmento de transmissão, Se-

nador Walter Pinheiro, a partir do mesmo ano, vencem 82% dos contratos – repete-se o mesmo fenômeno na área, portanto, de transmissão. Com relação à distribuição, encerram-se cerca de 67% dos contratos das distribuidoras, equivalente a 40% da energia comercializada dentro do ambiente de contratação regulado.

Ora, o Brasil, neste momento, já discute um estrangulamento de geração de energia, de transmissão de energia, de distribuição de energia para fazer frente ao crescimento econômico que o País pretende estabelecer na sua política de desenvolvimento continuado nos próximos anos. Sem energia, é impossível o Brasil continuar crescendo. E, sem planejamento com antecipação, é impossível se manter o modelo limpo de energia que o Brasil tem, baseado em fontes renováveis de energia, que espelha hoje o modelo extremamente importante no equilíbrio ambiental e na política que o Brasil tem de enfrentamento do aquecimento global como uma contribuição de um país que se pretende líder nesse processo, seja pelo *biodiesel*, seja pelo etanol, seja por uma série de tecnologias desenvolvida, própria e inerente de nosso País.

Portanto, fica claro, Srª Presidente, que a nossa Comissão de Infraestrutura acerta quando se antecipa e coloca em pauta de discussão esta matéria, até para que nós possamos avançar, porque creio que esta insegurança jurídica não permitirá ao setor privado fazer investimentos de longo prazo. E, não fazendo investimento de longo prazo, obviamente que o plano de negócios do setor elétrico ficará completamente comprometido, apontando, portanto, para uma crise anunciada, para uma crise com data marcada.

Eu faria a seguinte pergunta, para não me alongar, tendo em vista que, daqui a pouco, entraremos no horário da Ordem do Dia: – Qual o panorama para os investimentos presentes e futuros para o setor diante desse quadro? As empresas estão sendo afetadas pela indefinição desse modelo, que impacto isso terá na disponibilidade de energia futura para o País? Independemente de custo, porque a questão do custo pode ser o *business plan* para a decisão do investimento. Mas, com insegurança jurídica, nenhum empresário, nenhum conjunto de empreendedores sequer se debruçará sobre rentabilidade e sobre valores de custo ou de pagamento de energia.

Portanto, aqui fica uma questão, Senador Dornelles, que me parece vital, porque a instabilidade, a insegurança jurídica, a indefinição de um pacto e um marco regulatório nesse setor podem fazer com que todo o esforço conjunto que nós estamos fazendo em torno da nação brasileira, de inovação tecnológica, de ciência, de tecnologia, de plano nacional de banda larga, de investimentos numa série de setores para dar competitividade ao Brasil, pode ficar estrangulado por este setor que me parece vital. E gostaria de poder ouvir essa posição.

E faço mais uma pergunta: – O Governo já sinalizou com algum modelo de renovação? Há alguma sinalização por parte do Governo para um modelo de renovação? Gostaria de saber se há ou se não há sinalização desse modelo, até porque esta Comissão pode contribuir.

Finalmente, uma questão específica, sobre o maior sistema isolado de energia elétrica do Brasil – o Estado do Amazonas é um dos maiores sistemas isolados do mundo, Senadora. O Amazonas, em especial o polo industrial de Manaus, vem sofrendo com o cenário presente e futuro de investimentos em função dessa indefinição, e eu gostaria também de ouvir por parte dos palestrantes uma resposta com relação a essa questão do sistema isolado, que, me parece, com a construção do linhão de Tucuruí até Manaus, poderá ser uma etapa vencida, mas que, lamentavelmente, coincidirá exatamente com esse momento do gargalo do fim das concessões.

Parabenizo a iniciativa de ambas as Comissões, tanto a de Infraestrutura quanto a de Assuntos Econômicos, por este debate oportuno e necessário para o País.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Eduardo Braga e passo a palavra aos nossos convidados na mesma ordem das exposições que foram feitas.

Assim, com a palavra a Srª Elena Landau.

A SRª ELENA LANDAU – Agradeço, Senadora Lúcia Vânia, o retorno da palavra. Quando se fala em primeiro lugar, você fica ansiosa para voltar. E agradeço aos Senadores as colocações. Vou tentar ser breve e fazer um resumo.

Acho que o resumo principal e a resposta ao Senador Blairo Maggi é que há uma divergência aparente aqui na mesa. E eu acho que as diferenças estão na mesma direção, no sentido de que é óbvio que todos nós estamos pautados pela busca da modicidade tarifária de forma permanente no modelo do setor elétrico. Agora, acho que essa divergência ficaria sanada se a gente entendesse o conceito de modicidade tarifária de uma forma mais clara. Ela não é o menor preço, como colocou o Senador Walter Pinheiro de maneira muito bem colocado; ela é a menor tarifa possível para remunerar os investimentos. É isso que nós estamos buscando.

O cobertor é curto; é uma decisão política do Governo. Todos nós queremos modicidade tarifária – eu como consumidora, a indústria como consumidora de insumos. E não é verdade que o consumidor não está preocupado com a expansão do sistema. Nisso eu

discordo do meu colega Paulo Pedrosa. O consumido tem que estar preocupado com a expansão do sistema. Hoje mesmo a ONS veio aos jornais para dizer que os encargos dos serviços do sistema vão aumentar em R$300 milhões por atraso na entrada em operação de térmicas. Então, se a expansão não é feita, a gente vai pagar de alguma forma.

Volto ao que disse: não há almoço grátis, o cobertor é curto. Nós temos de decidir só como vamos financiar. Se houver a decisão de que não é um preço capaz de remunerar os investimentos, tudo bem. O problema é que temos de estar conscientes de que esse preço vai sair de algum outro lugar, ou do Tesouro Nacional, ou da falta de investimentos novos, ou através de subsídios. Isso ninguém está defendendo aqui, ou seja, uma remuneração artificial para indústrias em sacrifício dos consumidores. Longe disso! Não tenho nem dúvida! Eu sou consumidora de energia; não sou nem da indústria.

Então, acho muito bem colocado – e o Senador Walter Pinheiro colocou muito claramente – que é uma discussão de política de governo como remunerar e como pagar.

E acho que é muito importante... Então, eu queria voltar um pouco à apresentação que foi feita, mas rapidamente, para não gastar o tempo dos senhores aqui presentes, para dizer que, como muito bem colocou o Paulo Pedrosa, nós temos um modelo que começou com a geração de serviço público e está em produtor independente de energia. No entanto, como a privatização das empresas estatais não se completou, nós estamos num modelo do meio do caminho. A grande maioria, para não dizer todas as empresas que têm contrato de concessão a vencer em 2015 ainda são concessionários de serviço público. Elas não podem ser consideradas, dentro do novo modelo, porque o contrato que ela assinou foi uma emenda, foi um contrato de transição, de vinte anos. Não responde nem aos trinta e cinco nem aos novos contratos que as empresas que foram privatizadas tiveram. E essa transição foi feita e não foi suficiente. Talvez seja a hora de fazermos uma nova transição e ninguém está aqui...

É óbvio que a licitação tem um valor de competição de definição de preços, mas nós temos vários regimes regulatórios hoje em dia em que não dá para ter competição. Então, a gente precisa, pelo menos, unificar os regimes regulatórios.

Isso é uma questão. A outra questão, eu volto a insistir, e o meu chapéu de economista, apesar de ser advogada também hoje em dia, não me deixa abandonar a ideia de quem paga a conta. A Lei nº 8.631, de iniciativa do então Ministro Eliseu Resende, não custou R$26 bilhões. O que custou R$26 bilhões foi o represamento de tarifas ao longo de mais de vinte anos, com tarifas artificiais ao Brasil. Tarifas artificiais que foram utilizadas para o combate à inflação.

Quando a lei Eliseu Resende foi feita em 1993, o setor estava sucateado, sem capacidade de expansão, e a Lei Eliseu Resende fez um encontro de cotas exatamente permitindo desafogar o setor para expandir de novo.

Se não se remunerar o investimento de forma correta, nova Lei Eliseu Resende será necessária daqui a vinte anos. É isso que estou colocando aqui com o meu chapéu de economista, nunca, jamais defendendo aumentos tarifários, Queria que ficasse claro para não haver dúvidas sobre essa discussão.

Outra coisa é que não se imagina que as usinas irão parar. Nenhuma usina vai parar. De forma alguma! Ela vai ter de ter uma forma de financiamento. Essa forma de financiamento está colocada aqui, e muito bem colocada, tanto pelo Senador Blairo Maggi, como pelo Senador Eduardo Braga, como pelo Senador Walter Pinheiro.

Essa é uma equação que o Congresso Nacional e o governo precisam sentar com os agentes e equacionar: como vamos financiar? É com subsídio, com Tesouro, é com tarifa? De que forma isso vai ser resolvido. Respondendo antecipadamente a sua pergunta, o governo não teve um modelo de renovação ainda divulgado. Sequer tomou uma posição oficial pró-renovação, ou pró-licitação. Indica que irá pela prorrogação pelos motivos bem colocados pelo Senador Walter Pinheiro, mas não há uma posição oficial. Houve um encontro dos agentes do setor em dezembro de 2009 com cada associação em separado com o então Ministro Márcio Zimmermann que fez a partir da entrega desse documento um estudo, um resumo dos prós e contras de cada modelo, pró-licitação ou pró-renovação, sem os detalhes. Esse estudo é o que a gente imagina que está sendo agora, nesse momento, distribuído e discutido com a imprensa e os agentes do setor. Eu queria enfatizar novamente que a falta de expansão ela custa caro sim. O consumidor tem que se preocupar com a falta de expansão, tanto o consumidor industrial quanto o residencial e o comercial. A tarifa é muito complicada de entender, mas na nossa tarifa de energia nós pagamos, todos os dias, por essa segurança do sistema. Pagou-se no passado o seguro apagão, paga-se encargos de serviço sistema, paga-se energia de reserva. A prioridade é a segurança do sistema. O que nós temos que fazer e aí esta Casa, melhor do que ninguém, é tentar resumir, refletir e elaborar um projeto que seja melhor para a sociedade brasileira. E o melhor para a sociedade brasileira são tarifas módicas, indústria competitiva, estabilização de

preços. Isso eu acho que é uma concordância absoluta entre nós, apesar de uma aparente divergência. Essa a minha colocação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a Srª Elena Landau e passo a palavra ao Sr. Paulo Pedrosa.

O SR. PAULO PEDROSA – Procurarei ser breve, tendo em vista que os Srs. Senadores deverão seguir para a sessão de votação.

Com isso vou pedir desculpas por talvez criar uma imagem um pouco mais forte do que eu usaria se tivesse 15 minutos para falar.

É claro que o processo virá ao Congresso e o Congresso poderá decidir sobre ele. Fazendo isso dará segurança e estabilidade no marco. Mas o fim das concessões é algo natural e previsto, não é uma surpresa. Desculpe-me o exemplo, é quando acaba um contrato de aluguel e você tem que deixar o imóvel, ou quando acaba o mandato de Senador e, se o Senador não é reeleito, ele volta a sua atividade prévia. É um fato da vida. O argumento de dizer que precisa continuar com o mandato, porque tem teses novas que precisa defender, ou porque assumiu compromissos e preciso honrá-los. É um fato da vida, é um fato do processo que está em jogo. É claro que pode haver renovação, isso pode ser decido, mas o entendimento é que depende do respeito a um conceito. O consumidor pagou nos preços e tarifas pela depreciação desses ativos. O consumidor tem o direito. Pode ser que ele seja negado ao consumidor. Outras oportunidades de dar competitividade a energia foram perdidas, como por exemplo a questão da RGR, recentemente. Outras mais virão no futuro. Esta é a grande oportunidade de se retomar a competitividade da energia no Brasil. E repito o que disse aqui: cada real a menos no custo da energia trará R$8,60 a mais no PIB. Em relação às perguntas do Senador, digo que não há propriamente uma discordância. O consumidor está preocupado com a expansão, porque ele acha que a expansão não deve acontecer com o dinheiro dele. Senão é fácil. Precisa fazer porto. Todo mundo que um dia vai usar o porto paga e o porto é construído. Precisa construir estrada, então vão criar um pré-pedágio. Antes de usar a estrada as pessoas pagam o pré-pedágio e a estrada é construída.

O setor elétrico, não é pré-pago, o setor é pós-pago. O investidor tem que fazer o investimento com o capital dele, capital de terceiro, e em seguida aquilo será remunerado, até porque o mercado é crescente e não tem sentido o consumidor atual pagar pela energia do futuro.

Em relação à segurança... E a relação, Senador Blairo, ao preço da energia, na verdade estamos falando de uma energia que já existe. A energia nova da expansão continuará tendo mercado. Essa energia vai entrar numa outra forma, mas existem consumidores que estão atendidos por ela hoje. Então, não necessariamente ela vai competir pela expansão. O processo pode ser feito de uma maneira que não afete os investimentos da expansão dentro da nova lógica.

Em relação a Manaus, Senador, nós fizemos investimentos para atender Manaus. O País está interligando Manaus numa linha que será paga pelo conjunto dos consumidores que já pagam hoje a geração de energia em Manaus, com as carências que tem, e eu conheço a região, trabalhei na região, mas pagam energia cara. É um problema que temos que debater. Quer dizer, se aqui a energia custa R$150,00, em Manaus custa R$600,00, mas 47% da energia é furtada. Então, na verdade, custa R$600,00, mas, para nós, custa R$800,00, porque nós temos que gerar para compensar o furto. Custa R$800,00, mas tem ICMS estadual, que nós consumidores do Brasil inteiro pagamos, então vai para R$1.200,00. E aqui, quando pagamos essa taxa da energia nas nossas tarifas no Brasil todo, pagamos ICMS, PIS/Cofins para os governos dos nossos Estados sobre aquele custo mais furto mais ICMS/PIS/Cofins. Portanto, custa R$2.000,00.

Claro que o objetivo fundamental é garantir energia para o desenvolvimento – e isso está acima de tudo –, mas nós podemos fazer o mesmo com muito mais eficiência e modicidade para o País. Estou seguro de que existem oportunidades em Manaus, mas também no Rio, em São Paulo, no Nordeste, para que o setor elétrico possa avançar para atender melhor o que ele pode oferecer ao País. E o que o setor elétrico pode oferecer ao País é energia barata para o desenvolvimento. Mas, em termos de atendimento, Manaus está sendo positivamente equacionada.

Desculpem-me a velocidade. Apesar de discordar em alguns pontos, não quis prejudicar a oportunidade de fala dos próximos colegas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Mauro Guilherme Jardim Arce.

O SR. MAURO GUILHERME JARDIM ARCE – O Senador Blairo Maggi colocou aqui que vamos ter uma mediação de interesses e a outra colocação é que o consumidor quer energia mais barata e, se for de graça, melhor ainda. O senhor colocou o problema da situação das acionistas, mas levantou um ponto que acho fundamental: a competição entre a energia velha e a energia nova. O dinheiro, aqui ou no mundo inteiro, é finito. Então, se eu tiver que tomar uma decisão entre ter uma usina com um monte de reservatório atrás, como é o caso, por exemplo, de Ilha Solteira, e

me aventurar numa usina a fio d'água, que o Senador Walter Pinheiro colocou, evidentemente essa competição é desigual. Haverá, sem dúvida nenhuma, uma competição. Se o dinheiro é finito eu prefiro aplicar naquilo que me der menor risco e, evidentemente, o que está pronto tem menor risco. Até porque, daqui para frente... Por exemplo, as licenças ambientais são em caráter precário, a cada instante elas podem ser mudadas. Então, é uma competição realmente desleal, como o Senador colocou.

Com relação ao que foi colocado pelo Senador Walter Pinheiro, evidente que estamos aqui com vários atores. Levantou-se um problema interessante do subsídio. A gente fala muito em preço de energia, mas tem país que resolve dar energia de graça para poder fazer o seu produto e competir no mercado internacional. As comparações têm que ser feitas com mais cuidado, até porque são condições completamente diferentes. É o caso, por exemplo, da Noruega, da Dinamarca, dos países escandinavos, que a vida inteira subsidiaram porque esse era o maior negócio do país.

O tempo é curto realmente, eu queria ressaltar que nós não temos até 2015, até porque estamos sendo afetados agora, clientes da Cesp, da Cemig, da Copel, da Chesf, de Furnas, estão, nos procurando, a energia existe. Mas como eu não tenho uma definição, eu não posso sair por aí vendendo energia, sabendo que o marco que existe hoje diz que a minha concessão termina em 2015.

O senhor salientou um ponto que está sendo muito debatido atualmente, que é o problema das usinas a fio d'água.

Os reservatórios não cresceram. A energia hidrelétrica, cada vez mais, vai precisar de complementação térmica. Se todas as usinas hidrelétricas fossem a fio d'água – usina a fio d'água é aquela usina que não tem reservatório –, o que aconteceria? Deveria haver uma reserva térmica igual à capacidade instalada hidráulica, porque é um para um.

Então, realmente, esse é um problema que está sendo abordado, que, agora, começou a ser discutido, mas que é extremamente importante. No caso específico dessas empresas que acabei de citar, todas elas têm grandes reservatórios. É o caso de Furnas, da Chesf, da Cemig. O reservatório de Três Marias está no Sudeste, mas atende ao Nordeste. Então, isso tem uma importância fundamental.

Concordo plenamente com o argumento de que, sem a renovação, os problemas vão, pelo menos, triplicar. Essa é a nossa posição.

Com relação à ponderação do Senador Eduardo Braga, que falou sobre a CCC do sistema isolado, eu queria dizer que eu, em particular, tive uma oportunidade muito boa na minha vida profissional no início dos anos 90, quando foi criada a CCC do sistema isolado. Apesar de eu não ser paulista – sou pernambucano –, conheço um pouco mais a vivência do País, mas eu não conhecia a região Norte. Vou contar um caso que ocorreu naquela ocasião. Toda a geração do Norte era baseada em *diesel*, e, como não se pagava, a Petrobras resolveu que não ia mais fornecer *diesel*: "Se não pagam, não forneço *diesel*". Lembro que o Presidente da Eletroacre – eu era secretário executivo de uma associação das empresas estatais de energia elétrica – ligou-me entre o Natal e o Ano Novo, dizendo-me o seguinte: "O combustível vem para o Acre agora ou só no ano que vem, porque o rio está baixando". Ou seja, havia um desconhecimento muito grande da realidade do Norte.

Evidentemente, essa CCC terminou durando mais do que a gente imaginava no início dos anos 90, mas acho que ela foi fundamental para o desenvolvimento, para tudo o que aconteceu na região Norte do início da década de 90 do século passado até agora. Penso que o problema está sendo equacionado, e as informações que temos são as de que, brevemente, pelo menos no caso de Manaus, que é o caso que hoje exige mais recursos, isso deverá ser resolvido com a linha de transmissão de Tucuruí.

Basicamente, era isso que eu queria dizer.

Fiquei muito impressionado e muito satisfeito com este tipo de debate, que tem de continuar. Estamos à disposição, para virmos aqui quantas vezes forem necessárias, mesmo que não seja numa audiência pública, para ajudar nesse processo que, penso, é fundamental para o futuro da economia brasileira.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Otávio Carneiro de Rezende.

O SR. OTÁVIO CARNEIRO DE REZENDE – Obrigado. Vou tentar ser bem objetivo, pelo adiantado da hora.

Agradeço aos senhores as perguntas e as ponderações, que foram muito pertinentes, mostrando a preocupação dos senhores e a urgência em torno do assunto.

Como foi feita uma pergunta sobre a previsão, quero dizer – é um assunto que fica um pouco fora da Abiape – que alguns projetos começam realmente a paralisar. Vamos pegar outro setor que não está representado dentro da Abiape, que é o setor que produz cloro e soda cáustica, por exemplo. Todos os Municípios compram cloro para o seu abastecimento. Vamos começar a importar cloro, que é energo-intensivo. A soda cáustica está na base da indústria. O PVC entra

na construção civil. Esses setores estão paralisando também, porque não há previsibilidade de preço de energia. Vamos diretamente ao consumidor. Há um negócio para o qual pouca gente se toca: hoje, frango é eletrointensivo. Há iluminação e ventilação no setor de frango durante 24 horas por dia, para se produzir um frango em 24 horas.

Então, a previsibilidade não é só da grande indústria. Sem uma regra clara para conhecimento do preço futuro de energia, os investimentos param naturalmente. A que preço vai ter seu produto final? Qual a competitividade que você vai ter?

Quanto à oferta de energia, outro tema abordado, não tenho dúvida de que oferta se acerta. Mas o erro e a falta de previsibilidade colocam sempre a energia mais cara. A energia que pode ser colocada mais rapidamente ao consumidor é uma térmica a óleo, R$600,00 mw/h. Depois, vem a térmica a gás, quando ela despacha, R$270,00 mw/h, a indústria não vai suportar esse custo, nós vamos perder a competitividade, tendo um potencial gigantesco a ser explorado no Brasil.

Então, o que nós queremos, tem que ser respondido antes de qual será o preço da oferta e como se dará a oferta. Como nós vamos pegar todas as nossas vantagens competitivas e fazer com que ela chegue a toda a população.

Acho que o debate foi excelente, os senhores demonstraram conhecer a fundo o tema. Agora, o que estou colocando aqui como uma posição da indústria é que esse assunto é para este ano; ele não pode aguardar cinco anos para chegarmos a uma conclusão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a todos os expositores e quero dizer da nossa satisfação em recebê-los.

Ficou clara para esta Comissão a complexidade do assunto, a atenção que devemos ter caso a caso; a urgência na definição do modelo de renovação; a modicidade tarifária *versus* segurança energética; o papel do Congresso na legislação e no debate dessa questão.

Portanto, agradecendo os senhores convidados, quero dizer que o debate continua na próxima audiência pública, desta feita tendo o Governo como debatedores, e, posteriormente, teremos outra audiência pública em que ouviremos outras pessoas, para que tenhamos formado o contraditório sobre o assunto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 50 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol e Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura das atas da 19ª e da 20ª Reunião, que são aprovadas. A Presidente comunica o recebimento do aviso nº 734/2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Benjamin Zymler, em que consoante com disposto na LDO 2011, o TCU deve enviar ao Congresso Nacional informações referentes a indícios de irregularidades graves identificados em procedimentos fiscalizatórios referentes a obras constantes do orçamento da União de 2011, nesse sentido, esclarece que a obra do (PAC) BR-230/PA – obras de implantação e pavimentação – subtrecho Medicilândia – Rurópolis, implica por conter os aludidos indícios, com potencialidade de ocasionar prejuízos materialmente relevantes ao erário. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. O Senador Cyro Miranda solicita a inversão de Pauta, que é acatada pleo Plenário. ITEM 3 – Requerimento nº 32, de 2011 – CI, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda, que "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do RISF, seja realizada audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença de representante do Ministério Público Federal e representante do IBAMA, ambos no Estado do Pará, e Fábio Feldman da Fábio Feldman Consultores, para prestarem esclarecimentos sobre a questão das licenças ambientais das obras da Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará." Usa da palavra para discutir o Senador Cyro Miranda. A matéria é aprovada. ITEM 4 – Requerimento nº 33, de 2011 – CI, de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral, Blairo Maggi, Walter Pinheiro e Lindbergh Farias, que "Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública com o objetivo de discutir a universalização do atendimento de energia elétrica para consumidores localizados longe das redes, com a presença dos seguintes convidados: NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – Diretor-Geral da ANEEL; ILDO WILSON GRÜDTNER – Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; NELSON FONSECA LEITE – Presidente da ABRADEE; com acréscimo de REPRESENTANTE da Eletrobrás". Discutem o Requerimento os Senadores Wellington Dias e Blairo Maggi.A matéria é aprovada. ITEM 5 – Requerimento nº 34, de 2011 – de autoria dos Senadores Delcídio do Amaral, Lúcia Vânia e Blairo Maggi, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 27, de 2011 – CI: FLÁVIO ANTÔNIO NEIVA – Presidente da ABRAGE; JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO – Presidente da ABRATE; NELSON FONSECA LEITE – Presidente da ABRADEE"; com acréscimo do convidado PAULO SKAFF – Presidente da FIESP. Usa da palavra para discutir o Requerimento o Senador Blairo Maggi. A matéria é aprovada. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2010, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que "Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências". A matéria é adiada por ausência do Relator. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2011, de autoria do Senador Gim Argello, que "Altera o art. 9º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para reduzir a base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas no caso de rendimentos da prestação de serviços de transporte, em veículo próprio, locado, ou adquirido com reserva de domínio". A matéria é adiada por ausência do Relator. ITEM 6 – Requerimento nº , de 2011 – de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Nos termos regimentais, solicito aditamento ao requerimento de n.18, com o objetivo de incluir a presença do Senhor Célio Alberto Barros de Lima, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, na Audiência Pública conjunta desta Comissão, com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR; e Meio Ambiente e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a situação dos aeroportos do Brasil". A matéria é adiada por ausência da Autora. ITEM 7 – Requerimento nº , de 2011 – de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços Infraestrutura – CI, o transporte ferroviário, a necessidade e viabilidade de um novo marco regulatório para o setor, com a participação das seguintes autoridades: Sr. Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Sr. Rodrigo Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Transportadores Ferroviários – ANTF. A matéria é adiada por ausência do Autor. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senadora **LÚCIA VÂNIA,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 19ª e 20ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunico o recebimento do Aviso nº 734, de 2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Benjamin Zymler, em que, consoante o disposto na LDO de 2011, o TCU deve enviar ao Congresso Nacional informações referentes a indícios de irregularidades graves identificadas em procedimentos fiscalizatórios referentes a obras constantes do Orçamento da União de 2011. Nesse sentido, esclarece que a obra do PAC BR-230, no Pará, que envolve obras de implantação e pavimentação do subtrecho Medicilândia-Rurópolis, implica, por conter os aludidos indícios, potencialidade de ocasionar prejuízos materialmente relevantes ao Erário.

O referido documento está à disposição na Secretaria da Comissão.

Passemos, agora, à pauta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente, eu pediria, se possível, a inversão de pauta, para que fosse feita a leitura do requerimento constante do Item 3, porque, logo em seguida, terei de me ausentar. Eu pediria essa gentileza à Srª Presidente. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Submeto à apreciação do Plenário a inversão de pauta.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 3
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do RISF, seja realizada audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença de representante do Ministério Público Federal e de representante do Ibama, ambos no Estado do Pará, e Fábio Feldman, da Fábio Feldman Consultores, para prestarem esclarecimentos sobre a questão das licenças ambientais das obras da Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O requerimento foi subscrito pelo Senador Cyro Miranda.

Em discussão o requerimento.

É esse o requerimento?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. A justificativa é a de que se trata de obra cercada de polêmica. Apenas em relação às questões ambientais, o Ministério Público do Estado do Pará já ingressou com onze ações públicas, o que revela a complexidade do problema que envolve aquela obra. Por isso, estamos requerendo a presença não só do Ministério Público, como também do representante da Fábio Feldmann Consultores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Eu o coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública com o objetivo de discutir a universalização do atendimento de energia elétrica para consumidores localizados longe das redes, com a presença dos seguintes convidados:

1. Nelson José Hübner Moreira – Diretor-Geral da Aneel

2. Ildo Wilson Grüdtner – Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia

3. Nelson Fonseca Leite – Presidente da Abradee

Autoria: Senador Delcídio do Amaral.

O requerimento foi subscrito pelo Senador Blairo Maggi.

Em discussão o requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, permita-me...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Hoje, há um atraso maior – creio que é esta a intenção do Senador Delcídio –, que envolve os Estados em que há também a distribuidora pública que terminou abrangendo seis distribuidoras da região Norte e da região Nordeste, entre as quais a antiga Cepisa, no Piauí; a Ceal, em Alagoas; e a da Amazônia, onde também existe o maior atraso no Programa Luz para Todos.

Confesso que nem sei quem está na Direção da Eletrobras e da Eletrobras Distribuidora. Mas eu queria acrescentar à lista dos convidados o representante da Eletrobras Distribuidora, para que também tratasse especificamente das regiões onde existe um maior atraso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou colocar o requerimento em votação, mas eu gostaria que V. Exª formalizasse a solicitação.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu só queria dar uma orientação. Cheguei aqui um pouco atrasado. O secretário me disse que se trata da complementação da audiência pública de ontem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esse, não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É outro tema?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O que se requer é uma "audiência pública com o objetivo de discutir a universalização do atendimento de energia elétrica para consumidores localizados longe das redes, com a presença dos seguintes convidados: 1. Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Aneel; 2. Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; 3. Nelson Fonseca Leite, Presidente da Abradee".

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Na verdade, há o Programa Luz para Todos, e acho que é disso que se trata. Há uma situação em que moradores ficam distantes das redes de energia. Acho que é mais isso. Nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, isso atende a moradores de regiões distantes. A proposta inicial era a de se resolver isso com energia solar, mas houve uma reação, porque, pela tecnologia atual, há uma série de limitações para o uso de energia solar.

Então, ficou de se encontrar alternativa. Acho que é basicamente esse o interesse.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Lembro que será acrescido à lista dos convidados o Diretor da Eletrobras. Esse foi um pedido do Senador Wellington Dias, que vai formalizar a solicitação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Aprovado.

ITEM 5
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CI

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 27, de 2011 – CI, de renovação de concessões.

- Flávio Antônio Neiva – Presidente da Abrage

- José Cláudio Cardoso – Presidente da Abrate

- Nelson Fonseca Leite – Presidente da Abradee

- Paulo Skaf – Presidente da Fiesp

***Autoria**: Senador Delcídio do Amaral.*

O requerimento foi subscrito por mim, Senadora Lúcia Vânia, e pelo Senador Blairo Maggi.

Quero informar aos Srs. Senadores que o acréscimo do nome do Dr. Paulo Skaf foi uma solicitação feita a mim, como Presidente da Comissão, pelos representantes da Fiesp.

Em discussão o requerimento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Srª Presidente, Srs. Senadores, no dia de ontem, fizemos uma audiência pública sobre esse assunto, e, aqui, estiveram quatro convidados. Considero que foi uma das melhores audiências que fizemos nesta Casa, pelo tempo – todo mundo cumpriu os seus horários – e pela clareza com que cada um se posicionou.

Eu gostaria de dizer aos colegas Senadores e Senadoras que é um tema que vai nortear, nos próximos anos, se o deixarmos para os próximos anos, uma discussão bastante grande, podendo-se chegar, ao final, a uma decisão que eu não diria atrapalhada, mas atabalhoada. Temos de fazer essas discussões agora.

Portanto, meu voto aqui vai ser favorável. Temos de estar presentes nessas audiências públicas, para debater a questão do vencimento das concessões públicas de geração de energia, que começam a vencer em 2015. Isso vai mudar substancialmente a questão de fornecimento de energia elétrica, preços de energia, regulação. Ontem, uma série de questões foi levantada aqui, ainda que superficialmente, e colocou na ordem do dia, na discussão, coisas que não estavam no nosso radar ainda. Então, é extremamente importante a presença.

Srª Presidente, a sua subscrição, com a indicação do nome do Dr. Paulo Skaf, é importante. Ele virá aqui – já sei o seu pensamento – com uma preocupação a respeito do consumidor industrial, principalmente o de São Paulo, já que ele é o Presidente da Federação de lá.

Vimos como – não se trata do Governo; vamos deixar de fora o Governo – as empresas concessionárias que são públicas começam a se movimentar, com a preocupação de que poderão ter grandes problemas no vencimento desses contratos de concessão.

Então, sou favorável à inclusão de todos.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Quero referendar as palavras do Senador Blairo Maggi: ontem, a reunião foi altamente produtiva. O prosseguimento da discussão desse tema é importante para a Comissão e para os Parlamentares que vão, por fim, ajudar no novo marco legal do setor elétrico. Portanto, nessa nova audiência pública, esperamos contar com um maior número ainda de Senadores, para que possamos, juntos, refletir sobre esse importante tema.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A apreciação dos Itens 1, 2, 6 e 7 da pauta será adiada, uma vez que seus autores não se encontram presentes aqui. Os Srs. Senadores autores desses requerimentos e desses projetos solicitaram que essas matérias fossem colocadas na pauta da próxima reunião, uma vez que, hoje, eles vão participar de uma discussão importante, reunindo quatro Comissões, no Interlegis, para definir a questão das concessões de rádio e de televisão.

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores pela presença e pela colaboração.

(Levanta-se a reunião às 09 horas e 48 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE, 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 – CMACOPOLIM E 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR; DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14h00.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia sete de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi e Benedito de Lira**,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI; Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA; Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM; e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Acir Gurgacz, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vital Do Rêgo, Waldemir Moka e Walter Pinheiro.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidente comunica que em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deliberou, por meio do Requerimento nº 13/2011-CDR, por participar, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção e da organização do projeto "II Fóruns Legislativos nas Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – O Poder Legislativo Fazendo Parte do Time da Copa de 2014". Até o presente momento, foram realizadas visitas nas cidades de Fortaleza, Recife, Curitiba e Belo Horizonte. A 5ª visita será em Manaus – AM, na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, com abertura pela manhã, almoço e visita técnica ao Estádio Vivaldo Lima ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011-CI, nº 16, de 2011-CAE, nº 26, de 2011-CMA e nºs 15 e 16, de 2011-CDR, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá e João Pedro, e Senadoras Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia e Ana Rita, com o objetivo de debater a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país. Comparecem para a audiência pública os seguintes convidados: Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República; Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. A Presidente concede a palavra aos Convidados. Após a apresentação destes, usam da palavra os Senadores **Rodrigo Rollemberg, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Valdir Raupp** e **Francisco Dornelles**. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, o Senador Ricardo Ferraço assume a Presidência da Comissão. Às dezesseis horas e quarenta e nove minutos, a Senadora Lúcia Vânia reassume a Presidência da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. Senadora **LÚCIA VÂNIA,** Presidente da CI, Senador **DELCÍDIO DO AMARAL,** Presidente da CAE, Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente da CMA, Senador **BLAIRO MAGGI,** Presidente da CMACOPOLIM, Senador **BENEDITO DE LIRA,** Presidente da CDR.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura; a 22ª da Comissão de Assuntos Econômicos; a 18ª da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; a 11ª da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016; e a 13ª da Comissão

de Desenvolvimento Regional e Turismo; da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores dessas Comissões e Subcomissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A audiência pública que ora se inicia é a uma iniciativa conjunta de quatro Comissões e de uma Subcomissão permanente do Senado Federal: da Comissão de Serviços de Infraestrutura; da Comissão de Assuntos Econômicos; da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

A realização da presente audiência é resultado da aprovação dos Requerimentos nºs 10, 12, 14, 17 e 18, de 2011, da Comissão de Infraestrutura; nº 16, de 2011, da CAE; nº 26, de 2011, da CMA; e nºs 15 e 16, de 2011, da CDR, de nossa autoria e dos Senadores Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Pedro, Vanessa Grazziotin e Ana Rita, com o propósito de debater a situação do tráfego aéreo no Brasil, as condições atuais de infraestrutura aeroportuária, os investimentos programados para o setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e, por fim, as implicações de todos esses aspectos para os eventos esportivos de relevância internacional que o Brasil sediará nos próximos anos: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Contamos com a presença dos seguintes convidados: Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil; Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Sr. Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Agradeço desde já a inestimável participação dos senhores nesta audiência pública.

Reunir as três principais autoridades brasileiras em aviação civil nesta audiência pública representa uma oportunidade ímpar para o Senado Federal de colher, em primeira mão, informações atualizadas, relevantes e oficiais sobre as providências que o Poder Público vem tomando e que pretende adotar para aprimorar a infraestrutura aeroportuária brasileira.

No dia 26 de abril deste ano, realizamos, na Comissão de Infraestrutura, uma audiência pública sobre o mesmo tema de que tratamos hoje. Naquela ocasião, porém, os convidados apresentaram quadro extremamente preocupante sobre o presente e o futuro da infraestrutura aeroportuária brasileira, sobretudo no que diz respeito às possibilidades de colapso do setor no curtíssimo prazo, antes mesmo dos eventos internacionais que sediaremos em 2014 e em 2016.

Assim, os depoimentos das três autoridades que recebemos hoje em muito enriquecerão o panorama que estamos formando no Senado Federal a respeito da situação da aviação civil no País. Temos a oportunidade de ponderar acerca dos prognósticos dos estudos já debatidos da reunião do dia 26 de abril com relação aos dados e às informações que nos serão apresentados pelos ilustres convidados de hoje.

Esperamos que esta audiência pública permita-nos uma visão mais cristalina da questão, na medida em que os senhores convidados de hoje terão a oportunidade de apresentar-nos propostas concretas para evitar o caos que ameaça a aviação civil brasileira.

Contamos com a presença do Presidente da CDR, Senador Benedito de Lira, a quem convidamos para fazer parte da Mesa.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero comunicar a V. Exª que fico muito à vontade aqui. Faça de conta que estou à Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sinta-se como se V. Exª estivesse na Mesa.

Comunicados e convites: em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deliberou, por meio do Requerimento nº 13, de 2011, por participar em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção da organização do II Fórum Legislativo nas Cidades-Sede da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. É o Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014.

Até o presente momento, foram realizadas as seguintes visitas: 18 de abril, em Fortaleza; 9 de maio, em Recife; 16 de maio, em Curitiba; 6 de junho, em Belo Horizonte. A quinta cidade a ser visitada será Manaus, Amazonas, no dia 13 de junho próximo, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, localizada na Avenida Mário Ypiranga Monteiro, Edifício Deputado José de Jesus Lins de Albuquerque nº 3.950.

A Secretaria da CDR está providenciando o envio de convites a todos os Srs. Senadores.

A estrutura da visita será: na abertura, pela manhã, teremos um espaço para manifestação das maiores autoridades presentes. Almoço para as autoridades no Palácio do Governo do Estado do Amazonas e visita técnica ao Estádio Vivaldo Lima e ao Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder tempo de quinze minutos para cada convidado.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Exmª Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi; Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e Vice-Presidente, Senador Lobão Filho; Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e Vice-Presidente, Senadora Kátia Abreu; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Presidente Senador Benedito de Lira, e Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim; meus colegas de Secretaria, Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero, e Dr. Carlos Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Anac; cumprimento todos também no Senado, demais Senadores, autoridades presentes, senhoras e senhores, eu gostaria de fazer uma apresentação rápida e de tecer alguns comentários sobre o setor, na medida em que já estou, digamos, há dois meses no cargo. O tempo passa muito rápido. Quando a gente observa, ele é muito mais célere do que a gente imagina. Mas é bom, porque a gente vai aprendendo sempre coisas novas.

Vou falar um pouquinho sobre a organização institucional, sobre a importância de haver uma instituição onde trabalha a governança do setor, de forma estruturada, com a participação de todos os agentes. Falar um pouquinho também das ações que já realizamos até agora, apesar do curto prazo, e sobre o que a gente imagina que possa ser uma agenda para o futuro do setor de aviação civil.

No primeiro quadro, temos ali a criação da SAC, que aconteceu em março deste ano. Reputo como uma criação bastante acertada, porque, quanto mais a gente se envolve na discussão das questões desse setor, a gente observa que uma das melhores coisas que se pode ter é uma melhor governança e gestão desse setor.

Temos uma série de participantes. Estamos aqui falando não só da Secretaria, mas da Infraero, da Anac. Há um colega nosso que, talvez, fosse interessante estar aqui hoje, mas não está, que é o Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), que é um ator importante no desenvolvimento desse setor. Além disso, temos as companhias aéreas, nós temos o Ministério da Justiça com a Polícia Federal, nós temos o Ministério da Fazenda com a Receita Federal e nós temos o Ministério da Saúde com a Anvisa.

Então, é um setor que, sob o ponto de vista de dentro da cerca, já tem uma série de interlocutores e responsáveis para que esse tipo de serviço seja prestado adequadamente ao usuário. E do lado de fora da cerca, também – quem não está diretamente ligado à administração, à gestão do aeroporto de alguma forma –, nós temos uma série de agentes.

Obviamente, o Congresso Nacional é fundamental no aperfeiçoamento da discussão da regulação prevista para o setor, que é um setor altamente sensível e que precisa ser, de alguma forma, atualizado em suas regulações.

Nós temos uma série de outros agentes, por exemplo, Estados e Municípios. O aeroporto, para funcionar bem, precisa de uma ação concertada com os Municípios. Por exemplo, um aeroporto como o Galeão ou outros aeroportos que existem no Brasil podem estar sendo muito bem operados, talvez com padrões internacionais no limite, em algum momento, mas se nós não tivermos uma parceria estabelecida com Municípios, por exemplo, para que não ocorra o problema do risco aviário, nós poderemos ter uma limitação da utilização desses aeroportos. Por isso, é importantíssimo que os Municípios se integrem junto ao aeroportos, para que a gente possa prestar um serviço melhor ao consumidor, e não só isso, como a questão da mobilidade para se chegar aos aeroportos, enfim.

Existe uma série de questões em que os Estados e os Municípios serão fundamentais. Portanto, não é uma atividade econômica em que alguém, sozinho, resolve os seus problemas. É necessário que exista um trabalho conjunto, um esforço conjunto, uma participação colaborativa de todos os agentes. Nesse sentido, eu acho que a criação da SAC foi uma decisão bastante correta, porque ela permite que alguém com foco possa se dedicar a esse trabalho.

Poderia passar o próximo *slide*, por favor.

Bom, temos três Secretarias: uma de Política Regulatória, uma Secretaria de Aeroportos, que trata da infraestrutura dos aeroportos, e uma Secretaria de Navegação Civil. Cada uma delas tem uma ligação direta com os outros agentes que nós conversamos aqui e serão fundamentais na articulação e no desenvolvimento de uma agenda comum.

Pode passar, por favor.

Bom, política regulatória, eu, realmente, acho que não é o caso de ler todas as atribuições. O nome, eu acho, é altamente ilustrativo da missão dessa secretaria.

Eu gostaria que, talvez fosse mais interessante, em vez de a gente passar secretaria por secretaria... Eu pediria para passar um pouquinho mais. Um pouquinho, por favor.

Eu acho que nós poderíamos passar, já que nós temos pouco tempo, para algumas questões que eu

reputo fundamentais para a gente entender qual é a agenda que nós temos hoje e a futura.

O que, nesse pouco tempo que tivemos, já começamos a tentar desenvolver? Uma melhoria na governança, em função de tudo o que eu já falei aqui antes.

Com vistas a maximizar a utilização dessa infraestrutura disponível... Porque, dessas conversas que tivemos, num primeiro momento, tanto em nível de governo, dever de casa, como com as companhias aéreas e com especialistas do setor, nós observamos que se nós utilizarmos de uma melhor forma a capacidade de infraestrutura que temos hoje, uma indicação que temos é de que a gente poderia aumentar a capacidade dos aeroportos, com os investimentos que temos hoje, na ordem de 30%. Todos nós sabemos que o melhor investimento que temos é utilizar adequadamente o que nós já investimos.

Então, nesse caso aí, começamos a estabelecer um trabalho conjunto e temos reuniões de governança não só com os entes de Governo, como do setor privado, no sentido de desenhar alguns círculos de governança que façam com que possamos operar de uma forma mais eficaz.

Criamos, num primeiro momento, nos aeroportos microlocalizados, em dois aeroportos, em Guarulhos e em Brasília, que começaram a operar neste fim de semana, um centro de governança, de gestão desses aeroportos. Nesses centros, estão todos esses parceiros que a gente vê ali: a Infraero, a Anac, o Decea, a Polícia Federal, a Receita Federal, companhias aéreas. Eles ficam todos juntos num *locus*, no aeroporto, em que tem todo um equipamento em que você pode ver todas as atividades do aeroporto *on-line.* Com isso, essa gestão conjunta que existe lá pode, imediatamente, tomar uma decisão sobre qualquer problema que aconteça no aeroporto.

Isso é uma coisa que está começando e nós esperamos um teste nesses dois pilotos por uns dois ou três meses, para aperfeiçoamento. O *feedback* que temos até agora, apesar de pouco tempo, é muito positivo, porque tem uma série de ações... Só quem visita essa sala ou quem participa de alguma forma disso é que verifica que grau de possibilidade se tem de otimizar a operação do aeroporto com uma gestão integrada.

Então, isso vai ser o embrião futuro de uma autoridade aeroportuária, e não é que ela vá dizer como é que os parceiros trabalham. Ela vai participar e ajudar numa discussão de coordenação, e o importante é que cada um tem a sua atribuição: a Polícia Federal tem a sua, a Receita Federal tem a sua, a Anac tem a sua, a Infraero tem a sua, as companhias aéreas têm a sua, mas, como toda atuação conjunta, precisa ter alguma governança e alguém responsável.

Então, no futuro, uma vez que nós tenhamos desenvolvido a contento esses primeiros testes, deveremos definir alguém que seja responsável pela coordenação do aeroporto, mas, no momento, o que acho relevante é o treinamento, é o exercício de uma atuação conjunta no aeroporto, porque acho que isso vai trazer muitas formas de interpretar problemas e de entender como a forma de trabalhar de uma ou outra instituição pode afetar as outras e a vida, obviamente, dos usuários dos aeroportos. Isso, certamente, vai levar a uma melhor ação e a um melhor resultado.

Essas são ações de curto prazo que foram tomadas e, obviamente, nós vamos ter círculos de governança maiores. Já combinamos com os parceiros. A ideia é que se tenha uma governança, vamos dizer, sob um ponto de vista mais estratégico, de um ano, no sentido de tomar decisões que possam trazer essas melhores práticas para os aeroportos. Nós estamos contatando consultorias internacionais, que deverão nos ajudar a implantar nos aeroportos as melhores práticas que são usadas no mundo.

Nós, neste ano, até o final do ano, deveremos ter, em todos os aeroportos, a operação de um *check-in* compartilhado de todas as companhias, o que vai trazer flexibilidade e aumento de capacidade de *check-in* nos aeroportos.

Vamos usar, também, os totens todos, porque, hoje, você tem totens que são de uma companhia e outros que são de outra. A ideia é que nós tenhamos um sistema comum, em que todos os totens possam atender a todas as companhias. Com isso, também melhoraríamos a nossa capacidade de atender aos usuários.

Há outras atividades de melhorias operacionais dos aeroportos que nós deveremos desenvolver junto e em parceria com consultorias internacionais que tragam para nós essas melhores práticas. Com isso, esperamos aumentar a capacidade dos ativos que nós temos, sem precisar investir nada, ou, pelo menos, de uma forma relevante. Nós precisamos tirar da infraestrutura que nós temos o que ela pode dar, e isso será feito através de gestão e de uma governança nos aeroportos.

Temos essa ação, como eu disse, de uma política de longo prazo, de um ano, e vamos definir um plano, também de longo prazo, sob o ponto de vista de ter, no País, uma visão de 30 anos, em que possamos definir para onde vamos; em que possamos definir com antecedência os investimentos que precisamos fazer, não só sob o ponto de vista dos grandes aeroportos, mas também da questão da aviação regional. É fundamental que a gente desenvolva não só sob o ponto de vista econômico, algumas regiões, mas também

de integração de um País continental como é o nosso. Então, essa é uma agenda que já está sendo desenvolvida em conjunto, também, tudo é em parceria, para que nós possamos não só ter uma avaliação melhor, como ter uma proposta de solução.

Uma agenda fundamental para isso, também, nós temos falado, é a questão da reestruturação da Infraero. A reestruturação da Infraero é fundamental, porque será um parceiro que, daqui para a frente, será fundamental na articulação e na parceria com o setor privado.

Foi anunciado pela Presidente, na última semana, que nós deveremos conceder aos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília este ano... É um estudo que ainda está em desenvolvimento, a modelagem está em desenvolvimento, o BNDES vai ajudar a Secretaria a fazer esse trabalho. Já estamos trabalhando juntos e, com esse trabalho, vamos precisar, para que essas coisas funcionem, já que está definido que a Infraero será um parceiro, terá uma participação na companhia de 49%, será um sócio relevante, nos capacitar para isso. Capacitar-se do ponto de vista de ter uma estrutura de engenharia adequada: capacidade em desenvolver projetos; capacidade em fazer a fiscalização do projeto; capacidade em fazer orçamento de projeto adequado, se estruturado do ponto de vista administrativo e jurídico, para que possa fazer licitações de forma bastante eficaz; capacitar-se para ter um diálogo bastante produtivo com as entidades de controle – isso é fundamental, e cada vez mais o será –; é preciso que essa entidade tenha uma reestruturação do ponto de vista financeiro e comercial, para que ela tenha uma visão de negócios e possa se tornar realmente um parceiro desejado e desejável para os investidores privados.

No mundo, hoje, esses setores todos crescem com parcerias. Isso é uma inexorabilidade, é uma forma de você otimizar recurso não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista de conhecimento.

A Infraero não tem dúvidas. Ela tem uma história grande, tem o conhecimento, mas precisa capacitar-se, precisa melhorar sua competência. E essa é uma agenda prioritária que devemos desenvolver a fim de que essa companhia, num prazo de uns três anos – é o que a gente imagina – possa ter uma estrutura adequada e capacitada para desenvolver esse papel de parceiro no setor privado no desenvolvimento da aviação no País.

Essas concessões, como eu disse, já foram aprovadas; outras estão em estudo no momento, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em Confins, como já foi lançado também pela Presidente, e esse trabalho vai ser desenvolvido, os três primeiros, até o final do ano – nosso prazo é apresentar a modelagem até o final do ano –, para que possamos fazer uma licitação desses três aeroportos.

Falamos aqui sobre a importância da aviação regional. A Secretaria vai administrar os fundos que são aplicados nesse tipo de projeto, o Profaa é um deles. Nós temos a capacidade hoje de aplicação de recursos nesse orçamento de R$102 milhões, aproximadamente, com 18 aeroportos em 12 Estados.

A gente tem observado, ao longo dos anos, que os recursos que têm sido disponibilizados não têm sido aplicados totalmente, quer seja por uma dificuldade de identificação de projetos ou até de apresentação de projetos em condições de serem apoiados. Uma ação que nós pretendemos fazer, no caso do Profaa, no atendimento aos aeroportos regionais, é que a Secretaria tenha uma atuação mais proativa, ou seja, em vez de ficar esperando os projetos chegarem que, de alguma forma, possamos identificar esses projetos e, em conjunto com Estados e Municípios, definir uma lista de projetos nos quais a gente deva investir, sem sombra de dúvida, para que a gente possa utilizar adequadamente os recursos e ter uma visão de desenvolvimento regional e integração econômica do território a partir dos recursos que existem. Então, uma ação proativa da Secretaria é o que nós nos propomos a fazer nesses próximos anos.

Obviamente, como já falei, a questão das obras que nós temos, não só do PAC, mas da Copa do Mundo também, como também em outros aeroportos, a nossa visão não é tão somente de preocupação com eventos de Copa do Mundo e Olimpíadas, que são importantíssimas e que têm de ser atendidos. A preocupação maior que devemos ter é com o dia a dia das pessoas. A nossa preocupação é atender os usuários todos os dias e não somente em datas específicas. Isso é um trabalho muito grande. Estamos desenvolvendo não só ações de gestão para isso – e elas serão sentidas nos próximos meses –, mas também do ponto de vista de investimentos, investimentos que temos de fazer a curtíssimo prazo – e vamos fazer isso, estamos tomando providências para que os investimentos de curtíssimo prazo aconteçam, acho que o Presidente da Infraero vai se referir a isso com mais detalhes – e também uma visão de mais longo prazo, são investimentos para que a gente possa ter sustentabilidade no setor e, assim, viver com tranquilidade o crescimento. O País tem crescido, e o setor tem crescido mais ainda. A elasticidade que havia nesse setor, que era da ordem de 2,4%, hoje já está em 3,5%. O crescimento tem sido cerca de 12% ao ano, nos últimos sete, oito anos, é um crescimento chinês, e nós precisamos estar em condições de atender a essa demanda.

Então, o desafio é grande. Estamos preparados para isso. Estamos aqui, com muito prazer, para apresentar essa nossa visão em curtíssimo espaço de tempo, mas acho que é importante que tenhamos tempo para as perguntas e para a discussão.

Agradeço o convite e a presença dos senhores.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Wagner Bittencourt.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

V. Sª dispõe de 15 minutos.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senadora.

Boa tarde a todos.

Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Senador Rodrigo Rollemberg, da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle; Senador Blairo Maggi, da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo e das Olimpíadas; Senador Benedito de Lira, da Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo; Senador Delcídio, da CAE, que teve a gentileza de vir aqui nos cumprimentar, mas, infelizmente, lá, ainda continua na Ordem do Dia; Senadores Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles; senhoras e senhores, eu não vou me ater somente à Infraero; acho que o Ministro Wagner já foi suficientemente claro sobre o que se pretende do ponto de vista da companhia e o que nós vamos fazer daqui para frente.

Vou fazer uma apresentação que, a rigor, não é pequena, ela é longa, mas eu vou resumi-la, e vou deixar todo esse material público aqui, de modo que a gente possa, daqui para frente, ser fiscalizado, não só pelas comissões do Congresso Nacional, mas por toda a sociedade, sobre o andamento de cada uma das obras dos 13 aeroportos que compõem a Copa do Mundo. Além disso, caso alguns dos Senadores que não pertençam aos Estados nos quais acontecerão jogos da Copa do Mundo desejarem se manifestar, nós estamos à inteira disposição para responder quaisquer perguntas específicas a respeito desses aeroportos.

Trouxe comigo o nosso Diretor de Operações, o Diretor Financeiro, o nosso Diretor Comercial e o Procurador Jurídico, caso eu não possa tirar alguma dúvida.

Vou começar por Guarulhos. A nossa apresentação será toda mais ou menos do mesmo feitio. Como disse no início, não vou me ater a cada um dos detalhes, já que eles são longos. Vou começar pelo gráfico de capacidade de demanda de cada um dos aeroportos.

Os gráficos de capacidade são feitos pela própria Infraero, seguindo conceitos internacionais da Iata e de outros órgãos do segmento de aviação, e a demanda segue aqueles níveis que vemos ali em cima: 2007/2010 foi o que efetivamente aconteceu em Guarulhos, cresceu 12,62. A nossa projeção para 2011/2014 é de 9,72, e para 2015/2019, de 6,11. Este mês atual é onde se encontra hoje a nossa situação no Aeroporto de Guarulhos. A nossa demanda vem crescendo – que é essa linha vermelha –, e a capacidade parada no mês atual. Cada um dos níveis, daqui para frente, são as ações que faremos no Aeroporto de Guarulhos, de modo a suprir toda a demanda existente, no nosso caso aqui, até setembro de 2015. Então, o item 2, por exemplo, será a construção de um terminal provisório, que termina agora em julho, e assim por diante.

Olhando o mapa de Guarulhos, podemos ver todas as intervenções que a Infraero fará ao longo do tempo.

Então, cada uma dessas indicações será efetivamente um ato ou uma ação por parte da Infraero. Vamos pegar como exemplo qualquer um deles aqui. O item 2, por exemplo, é um terminal de uma remota central, que terá uma capacidade de um milhão de passageiros e que será inaugurado no próximo dia 30 de julho. Se eu pego outro qualquer, o item 3, por exemplo, são dois terminais que nós faremos. Então, esperamos que até o final do ano nós tenhamos um terminal remoto, que é a primeira fase dele, onde vamos ter 5,5 milhões de passageiros e, em maio de 2012, mais 12,5 milhões de passageiros. E assim por diante, em todos os aeroportos nós vamos colocando cada uma das obras onde temos a certeza de que vamos suprir a demanda. Por exemplo, em Brasília, seguimos aquela mesma linha que mostramos para Guarulhos. A linha da demanda já está ultrapassando a linha da capacidade, de modo que o aeroporto realmente está aquém das suas necessidades, a demanda cresceu mais do que a nossa capacidade.

Aqui também há os crescimentos, o acontecido e o que vai acontecer, e as nossas ações. Nós terminamos um terminal provisório em setembro de 2010 e o Terminal 2 em novembro de 2010; terminaremos, no próximo mês de novembro, mais um terminal e a reforma do TPS atual e do TPS novo.

Olhando o mapa de Brasília, este é o aeroporto. Então, como eu estava dizendo, aqui também tem o Terminal Remoto 1, aquele que eu disse que já tinha terminado; o Terminal Remoto 2, que é esse que fica aqui em frente e que ficará pronto em novembro de 2011; o TPS atual, que nós já estamos reformando, e estamos prevendo a reforma até o final de 2012; e ali, em vermelho, o terminal de passageiros, o novo terminal de passageiros.

Toda a operação de Brasília nós esperamos terminar em... Em 10 de dezembro de 2013 nós teremos a primeira fase do terminal de Brasília pronta e em vias de funcionamento. Eu esqueci de dizer que o nosso investimento em Guarulhos é de R$1,3 bilhão; em Brasília, R$748 milhões.

Olhando para Campinas, o nosso terceiro aeroporto, também seguindo a mesma linha, nós vemos a linha da demanda e a linha da capacidade existente hoje, no mês atual. Nós inauguraremos lá um módulo de *check-in* agora, no mês que vem, quando aumentaremos a capacidade. E daí para frente reformaremos o terminal atual e, ao mesmo tempo iniciaremos a construção do terminal novo, ambos terminando em dezembro de 2013, o que elevará substancialmente a capacidade de Campinas para cerca de 24 milhões de passageiros, enquanto a demanda estará em torno de 13 milhões.

Então, esse é o mapa de Campinas, onde podemos ver aqui o terminal atual, apesar de não estar muito bem desenhado. Eu vou mostrá-lo maior aqui na frente. Este é o terminal remoto, que vai ficar nessa região de Campinas, e a obra de adequação do terminal novo. Os investimentos de Campinas previstos são de R$796 milhões.

O quarto seria o Galeão, que tem essa capacidade *versus* demanda. O Galeão está acima da demanda atual e da demanda prevista. Mesmo assim, nós vamos modernizar completamente o Terminal 1, que já está em obras, termina em dezembro de 2012, e o Terminal 2, que também será completamente construído, já que só existe a metade dele construída hoje. Terminará em janeiro de 2013, de modo que a capacidade será bem maior do que a demanda.

Este é o terminal. Ele terá recursos da ordem de R$657 milhões. Este terminal aqui é o atual e este aqui é o novo, que vocês conhecem, e esta é a parte de ampliação do Terminal 2, que também já está em obra. Quem vai ao Galeão não consegue perceber porque aqui nesta região existe um tapume que impede a visão dessa obra.

O próximo é o Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, que também está no limite. Já no início de 2002, nós teremos um problema entre a capacidade e a demanda de Confins. É por isso que nós vamos construir um módulo temporário, que ficará pronto em novembro de 2012, com o qual ampliaremos a capacidade do aeroporto para cerca de 16 milhões de passageiros. E depois a modernização e a ampliação do terminal de passageiros atual, que nos dará também mais cerca de 3 milhões de passageiros. Confins continuará sendo um problema. Nós teremos que trabalhar celeremente na construção do Terminal 2 de Confins. Mas, sem dúvida, será depois da Copa do Mundo, não será até a Copa do Mundo.

Este é o Aeroporto de Confins. Ele terá R$406 milhões de investimento. As propostas do edital serão abertas hoje, às 15h30. E nós esperamos já amanhã iniciar a fase de contratação e as obras. Para a fase do pátio de aeronaves, do táxi, de ampliação e da pista, os projetos estão em andamento. Nós temos uma questão de licença ambiental em Confins que está sendo bem resolvida e espero que nos próximos dias nós possamos dar entrada nesse processo também. Só para vocês terem uma ideia, a ampliação da pista nós esperamos também terminar em 30 de dezembro.

O próximo aeroporto é o de Curitiba, que também já em 2013, quando terminaremos a reforma e a ampliação do terminal de passageiros atual, estará chegando ao limite da sua capacidade. Mas não chegará, na medida em que essa ampliação permitirá que nós quase dobremos a capacidade atual do terminal de Curitiba. Investiremos R$102 milhões nessas ações, ampliando o terminal, que é o que vocês veem aqui, o pátio de aeronaves, o táxi e todas as questões dos aparelhos de pouso e decolagem por meio de instrumentos, porque o aeroporto de Curitiba nos traz problemas em vista das condições meteorológicas lá.

Salvador tem um aeroporto que está dentro da sua capacidade atual. Nós não temos grandes problemas lá, não vamos fazer grandes obras, a não ser a reforma do terminal de passageiros, onde as pessoas vão se sentir bem mais confortáveis do que hoje. Ele consumirá cerca de R$47 milhões de investimentos. Faremos também um investimento no pátio de aeronaves e na torre de controle, que é, vamos dizer, transparente para a população em geral, mas extremamente importante para o funcionamento do aeroporto, principalmente na Copa do Mundo, quando é muito grande o fluxo de aeronaves pequenas.

Só para terem uma ideia da reforma do TPS, nós desejamos concretizá-la em julho de 2013. O edital da obra será publicado em 2 de fevereiro de 2012.

Como eu disse no início, todos esses dados ficarão à disposição dos senhores, para que possam nos perguntar, no futuro, como está cada uma dessas obras.

O próximo é o de Fortaleza. Em Fortaleza, estamos também no limite da sua capacidade, o que, aliás, é uma questão, vocês sabem muito bem disso, já que a demanda cresceu substancialmente acima da capacidade dos aeroportos. Nós vamos fazer uma reforma em três fases do terminal atual, de modo que ele vai praticamente, não digo dobrar a sua capacidade, mais aumentar em cerca de 50%. E essa é toda a ampliação que nós vamos fazer.

Esta parte amarela é o terminal atual. Nós vamos reformar na fase 1. A fase vermelha é a ampliação desse terminal, e estas duas fases aqui são a terceira ampliação, como eu disse. Além disso, vamos mexer no pátio de aeronaves. Só para os senhores terem uma ideia, a fase mais importante, que é a ampliação do terminal, nós vamos concluí-la no dia 13 de outubro de 2013. O projeto terminou agora, em maio de 2011. Estamos trabalhando para publicar o edital até o próximo dia 15, talvez tenha um pequeno atraso de uma semana, mas a obra, que será iniciada em outubro, terminará em outubro de 2013 e consumirá cerca de R$350 milhões de investimento.

O próximo é Cuiabá. Cuiabá é um aeroporto que nos preocupa bastante, porque as condições não são boas; muito pelo contrário, são ruins. Além disso, a demanda também cresceu acima da capacidade e nós iremos inaugurar agora já em novembro um módulo de desembarque, que melhorará a capacidade do aeroporto e iremos reformar inteiramente o TPS. O aeroporto terá essa configuração, a sede da Infraero virá para cá, ela hoje é nesse ponto aqui, iremos ampliar toda essa parte, inclusive fazendo dois andares e criaremos aqui um terminal remoto, de modo que serão consumidos cerca de R$88 milhões. A fase mais importante do terminal de Cuiabá, a licença já foi concluída, o projeto básico termina em setembro e estamos prevendo publicar o edital em outubro e terminar a obra em 31 de julho.

O próximo aeroporto é Manaus. Manaus é um aeroporto extremamente antigo. Um aeroporto de 35 anos, que vai ser completamente adequado para suportar a demanda, apesar de ele estar com folga na sua capacidade em relação à demanda, mas tem problema de concentração de voo, o sentimento das pessoas, às vezes, é que ele está completamente sobrecarregado – e está mesmo! Esperamos que até dezembro de 2013 ele esteja completamente pronto. Vão ser investidos R$415 milhões, o edital já foi publicado, já está em fase de análise. Esse em amarelo é o terminal atual, nós iremos ampliá-lo para essas duas áreas, inclusive toda essa parte do viaduto que passa debaixo do terminal de Manaus, para quem conhece, e iremos terminá-lo em 20 de dezembro de 2013. A audiência já foi realizado, o edital já está publicado, é só sair o resultado do edital para se iniciar as obras.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Mais dois minutos, Senadora, por favor.

Porto Alegre, da mesma forma. Temos aqui cada uma das obras e como vai aumentando a capacidade em relação à demanda, seguindo a mesma linha. Esse é o aeroporto de Porto Alegre, que irá consumir cerca de R$570 milhões. Nós vamos ampliar tanto a pista quanto o pátio de aeronaves e o terminal remoto, que já foi feita a fase 1, estamos terminando a fase 2, e a reforma do TPS, que foi inaugurado ano passado.

Recife é o aeroporto que temos menos problemas hoje. É um aeroporto que está bem acima da sua capacidade. Nosso trabalho lá será a construção da torre de controle, que esperamos concluí-la em junho de 2013, mas que não afeta o funcionamento do aeroporto, a torre ficará aqui, aqui é todo o terminal de passageiros. Vamos consumir R$18 milhões.

E o Augusto Severo, em Natal, é o nosso último aeroporto, que é o aeroporto administrado pela Infraero, como V. Exªs sabem. Em Natal está previsto outro aeroporto, cujo leilão será no próximo dia 19 de julho. Mesmo assim, estamos reformando o Terminal Augusto Severo em Natal de forma a aumentar a sua capacidade e para que ele não tenha problema nenhum por ocasião da Copa do Mundo. Serão investidos R$16 milhões. Aqui dá para terem uma ideia do terminal de Natal e da pequena ampliação que estamos fazendo em vermelho.

É isso, Senadora. Desculpe o atraso. Estamos à inteira disposição para as perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Boa tarde, Senadora Lúcia Vânia, presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado; boa tarde, Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente da Comissão e Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo, das Olimpíadas; boa-tarde, Senador Benedito Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; boa-tarde, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Srªs Senadoras; Srs. Senadores; senhoras e senhores, é um prazer estar presente nesta Casa, que aprova o nosso mandato na Anac.

Primeiramente, gostaria de apresentar aqueles que estão presentes comigo nesta audiência pública, os outros três diretores da Agência, o Diretor Ricardo Bezerra, o Diretor Rubens Vieira e o Diretor Claudio Passos, bem como o Superintendente, Bruno Dalcolmo, da área de relações institucionais.

Em nossa apresentação, vamos tentar cobrir todos os pontos que foram colocados em nossos requerimentos. Eu vou me permitir ser bem claro e objetivo para depois podermos entrar nas perguntas e responder aos Exmºs Senadores e Senadoras.

Vou começar com uma visão geral da Anac, as fiscalizações, o desempenho nas auditorias internacionais, a parte de segurança operacional, que é a grande missão da agência, a parte de recolhimento financeiro, as multas, dados do setor, selo dimensional, uma grande discussão com relação à distância de cadeiras, que já existe, a parte de proteção ao passageiro, Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, que é o primeiro a ser concedido, já com data de leilão marcada para o dia 19 de julho, e, finalmente, vamos encerrar com o acordo de "céus abertos".

Dentro das pastas que foram distribuídas aos Senadores, nós temos a apresentação, se quiserem acompanhar.

O próximo, por favor.

A visão geral da agência. O que é a agência? Para deixar bem claro, é uma autarquia especial, criada pela Lei nº 11.182, de 2005, cujas maiores e principais atribuições... Temos a regulação técnica, em que gostamos das partes fundamentais, que são: segurança operacional, que, em inglês, é *safety*; e proteção contra atos e interferências ilícitas na aviação civil, que é a parte de *security*. A parte de regulação econômica é onde podemos trabalhar em coordenação com o Ministério da Fazenda e com o Cade também, para regular as empresas aéreas. E agora esperamos regular os aeroportos. A nossa representação internacional sempre muito bem coordenada com o MRE.

Próximo, por favor.

Só para vocês terem uma ideia, os resultados retirados do nosso relatório de gestão que foi entregue ao TCU têm os seguintes indicadores: inspeções e auditorias em empresas aéreas regulares e empresas de táxis aéreos, inspeções aeroportuárias. E aí vai, até os senhores terem uma noção de que chegamos a 19.047 exames práticos em aeronautas e 32.500 provas realizadas *on-line*. Ou seja, é um trabalho constante que a agência tem para manter o sistema de aviação civil funcionando.

Próximo, por favor.

A Ação 2912 é a ação que determina toda a parte de fiscalização e regulação da agência, de onde saem os recursos orçamentários para que nossos inspetores de aviação civil, que são nossos fiscais, possam trabalhar. E aí os senhores podem ver a evolução da realização tanto da meta da Ação, que hoje está em 12 mil fiscalizações, com a realização efetiva pelos nossos inspetores. No ano passado, atingindo 21.279 fiscalizações pelo nosso pessoal. Ou seja, efetivamente, já vamos levar para este ano, o trabalho do PPA, um aumento da nossa meta, porque ela está já batida no nosso dia a dia com relação ao nosso pessoal.

Próximo, por favor.

Com relação ao desempenho da agência, a melhor maneira de termos uma avaliação do desempenho é compará-la com as demais autoridades do mundo. Então, nós fomos auditados, na parte de *safety*, que é segurança operacional, em maio de 2009. O Oaci esteve aqui no Brasil, passou conosco uma semana, e recebemos a nota 87,3, o Brasil todo. Com isso, chegamos ao nono lugar no *ranking* mundial. E dos países mais desenvolvidos do grupo do G-20, chegamos ao quinto lugar. É expressiva essa melhoria da agência, não só da Anac, mas também do Departamento de Controle do Espaço Aéreo e do Cenipa, são órgãos do Comando da Aeronáutica, e todos eles trabalham juntos para isso.

Mas não só dessa forma que somos auditados. Os Estados Unidos, através do nosso acordo de serviços aéreos, têm o direito de nos auditar. E nós fomos auditados no mesmo ano, em novembro, quando conseguimos também 100% de aprovação, aí, no caso, foi só a da agência, e nos mantivemos na categoria um, coisa que é importante manter para os voos para aquele país.

No ano passado, dentro dessa visão de auditoria e de desempenho das agências, a Oaci esteve no Brasil para ver a parte de proteção contra atos e interferências ilícitas, como estamos tratando essa ação nos aeroportos brasileiros. E também nós fomos muito bem. Esse dado não é divulgado externamente, não podemos ter uma comparação, mas nos sagramos com 85 de aprovação. E, constantemente, o órgão de fiscalização dessa parte nos Estados Unidos, que é o DCA, vem ao Brasil para manter essa correlação e para podermos ter voos americanos para o Brasil.

Próximo, por favor.

A parte de segurança operacional é outra área que estamos desenvolvendo muito bem aqui no Brasil. E aí o primeiro gráfico, aí em cima, que eu gostaria de mostrar, que mostra a evolução. A linha em vermelho é a nossa média móvel, e a comparação com relação a outros. Nós tivemos um pico, lógico que equacionado pelos dois acidentes que aconteceram no Brasil, que foram terríveis. Mas, a partir daí, todos os órgãos do setor de aviação civil se coordenaram e passaram a ter uma estratégia muito forte para a redução desses acidentes. Hoje, já estamos passando de três anos sem nenhum acidente fatal na aviação civil regular brasileira. Isso é extremamente importante.

Nós estamos inaugurando junho, com aquele gráfico, se fosse montado para o dia de hoje, já com 0,66. A continuar nesse trabalho, temos certeza de que, no final do ano, vamos estar abaixo da meta da Anac, que é 6,61.

Da mesma forma, verificamos, em conjunto com o Comando da Aeronáutica, que voo irregular leva a acidentes. E a hora que o piloto preenche seu plano de voo é a melhor hora para negarmos esse voo. Estabelecemos uma parceria com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo e trabalhamos para, exatamente como os senhores podem ver, fazer essa redução. Então, mostra claramente que, hoje, um piloto que preenche um plano de voo, na sala de tráfego da Força Aérea ou da Infraero, para voar, ele é obrigado a ter em dia sua aeronave e sua operação.

Próximo, por favor.

Com isso, mostramos claramente como a Anac vem trabalhando em prol da segurança. Uma das informações importantes que eu gostaria de passar para todos é o recolhimento financeiro. Logicamente, mostra, com isso, que o recolhimento aumentou e muito. O trabalho interno, o processamento dos autos de infração, tem sido cada vez mais célere e bem organizado. No ano passado, atingimos a marca de R$17,4 milhões, recolhidos aos cofres da Anac. Este ano, também dado o nosso trabalho de coordenação, nossas fiscalizações já nos renderam, já de autos de infrações julgados em primeira e segunda instância, R$12,3 milhões, mostrando claramente que a Anac não só está fiscalizando, mas também aplicando as sanções corretas para os casos que encontramos.

Próximo, por favor.

Bom, mostramos o desempenho do ponto de vista de segurança. Agora vamos colocar um pouquinho do desempenho do ponto de vista econômico. A primeira coisa que gostaríamos de mostrar é a regularidade e pontualidade, ou seja, atrasos e cancelamentos de voo. Como estão esses indicadores no Brasil? Claramente, neste gráfico, colocamos que houve uma redução muito rápida a partir de 2007, um trabalho efetivo com as empresas. Tivemos toda uma reformulação dos horários de transporte, junto com o Decea e a Infraero, e estamos trabalhando para uma meta ainda mais agressiva este ano, de chegar a 10% de atraso e em torno de 5% de cancelamento no ano. Logicamente que há uma sazonalidade, há uma influência meteorológica. Só para os senhores ficarem sabendo, hoje estamos também com influências de cinzas vulcânicas vindo do Chile. Ou seja, a aviação é um meio de transporte complexo e a coisa mais importante é a segurança. Na hora que afeta a segurança, não podemos voar.

Próximo, por favor.

Também na parte econômica, a oferta. Como estamos ofertando os voos, principalmente internacionais. E aqui, esta tabela, comparando 2007 a 2010, mostra uma elevação grande de voos que foram ofertados nas nossas principais capitais e onde podemos notar, em parêntese, que é o ponto em que temos um pouso intermediário. Então, mostra a subida de Guarulhos, chegando a 606 e 804, com pousos intermediários; o Rio de Janeiro chegando já a 303; e assim por diante. Se somarmos todos os nossos aeroportos, há um crescimento de 17% nessa nossa estratégia, em que estamos abrindo, cada vez mais, as frequências não só no Brasil, como para o exterior.

Próximo, por gentileza.

Dentro dessa linha de evolução econômica, nós passamos a comparar uma evolução do mercado, em que tínhamos, antigamente, um duopólio claro. Chegávamos a quase 95% do mercado. Hoje isso não é mais realidade. A linha tracejada mostra claramente a tarifa. Quanto mais novas empresas são entrantes no processo – estamos chegando hoje a 20% – há uma redução clara de tarifa. Se compararmos de 2007 ao início agora de 2011, já há uma redução de tarifa de cerca de 50%. Isso é muito bom para o País. Isso é muito bom para a nossa sociedade. É mais gente voando e mais gente tendo oportunidade de executar esse transporte seguro que é a aviação.

Próximo, por favor.

Bom, mudando um pouquinho para discutir – entre aspas – "dimensão a bordo/conforto", a agência, dentro da lei, tem uma liberdade. Ela não pode regular do ponto de vista de tarifas. Ela tem uma necessidade de deixar o mercado cada vez mais competitivo. Porém, ela pode ter estratégias; no caso, uma estratégia clara de divulgação.

No ano passado, em 2010, nós aprovamos uma resolução que trata de selo dimensional e etiqueta, em que definimos faixas. É muito parecido com o Procel e a etiqueta do Inmetro que fala da parte de energia. São faixas de distância útil entre os assentos. Todas as empresas hoje já estão com seus relatórios aprovados e vão não só colocar no sistema de reservas, mas também vão estar afixados em suas aeronaves. E aí nós temos a medida, como vocês podem ver na etiqueta, do espaço útil entre um banco e outro, bem como a informação da largura lateral do assento, que é importante para o nosso passageiro poder escolher. A ideia da Anac com isso é que cada um possa decidir qual a empresa que quer, de acordo com a sua altura, com seu tamanho, que possa escolher um bom produto.

Próximo, por favor.

Continuando, então, com proteção ao passageiro, dentro do conjunto de documentos que a gente passou a todos, existe um folder que fala justamente – ele é explicativo – dos direitos dos nossos passageiros, por meio da Resolução nº 141, em que a gente fez claramente toda uma determinação, melhorando cada vez mais e divulgando quais os direitos dos passageiros a

partir de eventos de atrasos, cancelamentos e até, no último caso, preterição, ou seja, quando lhe é negado embarcar por algum motivo. Está aqui bem claro para todos os Senadores o que cada um tem que fazer.

A Anac, muitas vezes, com a ajuda da Infraero e até coordenando com as empresas, vem trabalhando para que o passageiro possa cobrar isso, porque ele tem um contrato, um contrato de transporte, aprovado, dentro da visão de uma concessão.

Próximo, por favor.

Tentando terminar a nossa apresentação, temos o Aeroporto São Gonçalo do Amarante, onde a gente está trabalhando fortemente para que a sua concessão seja um sucesso, que – é a nossa visão aqui – o valor mínimo lá, no dia 19, seja claramente suplantado, de R$51,7 milhões. E aí é onde a gente tem claramente incentivos para que essa operação possa acontecer antes do previsto, que é de 36 meses contratualmente.

Próximo, por favor.

Nos requerimentos, falava-se sobre céus abertos. A gente quer tecer alguns comentários com relação a essa área de céus abertos. Já existia legislação trabalhando sobre esse tema. É o art. 41, o 49 da nossa lei. A política também da Pnac, que foi aprovada pelo Presidente Lula, no Decreto nº 6.780, de 2009, também trouxe essa mesma linha de ação. E, por último, o Conac, na sua Resolução nº 007, também trouxe essa linha de ação, que é buscar sempre, nas negociações, nos nossos acordos em serviços aéreos, a questão dos céus abertos.

Próximo, por favor.

Bom, o que são céus abertos? De onde estamos buscando isso? Céus abertos é a ligação do Brasil com outros países. Não é a cabotagem; de maneira alguma um acordo nosso com outros países. Nós estamos falando de voar aqui dentro, abrir o nosso espaço aéreo para que possa ligar cidades brasileiras, mas também, cada vez mais, a gente possa ter frequência e habilitar as nossas cidades, a nossa população para ir para outros países.

Com isso, nós já trabalhamos não só com os dois principais, que foram o da União Européia, que está para ser assinado, e o dos Estados Unidos, que já foi assinado pela Presidenta e pelo Presidente Obama, no início deste ano, mas também já temos mais de vinte acordos de céus abertos, que iniciaram a sua confecção desde 2007.

Eu queria mostrar como houve evolução a partir do momento em que a gente introduziu essa política, ou seja, cada vez mais a gente teve acréscimo de passageiros sendo transportados. E isso é bom para o turismo brasileiro. Há sempre a criação de novos empregos quando estamos movimentando pessoas de um lado para o outro.

Próximo, por favor.

A gente está quase terminando. Seria mais um slide somente. Só para a gente poder comparar nos nossos mercados. Aqui, em vermelho, nós mantivemos uma empresa brasileira e, em azul, só na América do Sul que estamos com as duas empresas brasileiras. Os senhores podem notar que estamos sempre à frente, principalmente nas horas em que temos as rotas principais.

Então, na América do Sul, onde nós iniciamos essa abertura de céus abertos, no início de 2008, as duas empresas brasileiras têm uma competição muito forte e estão à frente das demais empresas. Nos Estados Unidos, quando a gente vai analisar, a TAM é a segunda, mas, em todas as rotas em que ela voou para os Estados Unidos das suas cidades, ela é a primeira em transporte de passageiros. A mesma coisa acontece com relação á Europa. Em todas as rotas que a TAM voa para a Europa, ela está em primeiro lugar. Bom, era isso que nós teríamos para apresentar.

Próximo, por favor.

Deixamos aqui com as ações e atribuições da Anac e estamos abertos, logicamente, para perguntas. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, em nome dos quais eu cumprimento todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. Agradeço pela presença e cumprimento pela explanação o Ministro-Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil da Presidência da República, Dr. Wagner Bittencourt de Oliveira, o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero, e o Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

Eu vou ser muito breve e fazer uma pequena observação e um questionamento. Há pouco, nós assistimos aqui, no Senado, à apresentação de um pesquisador do Ipea e do Presidente do Sindicato das Empresas Aéreas, manifestando grave preocupação com o andamento das obras dos nossos aeroportos. Eu confesso que fiquei extremamente preocupado ao

ouvir o relato e mais preocupado ainda quando fiz, recentemente, uma viagem ao exterior e vi as condições do nosso Aeroporto de Guarulhos.

Confesso que fico mais tranquilo ao ouvir a apresentação do Presidente da Infraero e torço muito para que a razão esteja com essas afirmações oficiais de que, apesar do nosso curto espaço de tempo e da nossa situação apertada, especialmente em alguns aeroportos, teremos condições de suprir as necessidades e de nos prepararmos adequadamente para receber, para atender a população brasileira em períodos normais, bem como atender, nesses períodos extraordinários, a população mundial que virá ao Brasil, especialmente para a realização da Copa e para a realização das Olimpíadas.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro ou ao Presidente da Infraero, o que se considerar mais apropriado para respondê-la.

Na apresentação do Ministro, vimos que há três aeroportos em relação aos quais já se decidiu fazer concessão para a iniciativa privada, e dois outros estão em estudo: o Aeroporto de Guarulhos, o Aeroporto de Viracopos e o Aeroporto de Brasília. O de Brasília já demonstra que há um gargalo. A demanda já e maior do que a oferta dos serviços, e a gente percebe isso toda vez que precisa do Aeroporto de Brasília.

Pergunto: qual é o cronograma dessa privatização, quando o Governo pretende lançar e quando pretende concluir o processo de concessão desses aeroportos? E fiquei com uma dúvida: os investimentos previstos para esses aeroportos serão feitos por quem? Serão feitos pela Infraero, e, após esses investimentos, eles serão concedidos à iniciativa privada ou esses investimentos já deverão ser feitos pela iniciativa privada?

São apenas esses os questionamentos, cumprimentando V. Exª, Presidente Lúcia Vânia, e o Presidente Blairo Maggi, que têm feito um trabalho muito sério, muito profundo pela Subcomissão, na Comissão de Meio Ambiente, encarregada de acompanhar as obras da Copa.

Torço muito para que a gente possa cumprir esses cronogramas, para que possamos receber muito bem a população mundial que vem para esses dois grandes eventos e atender, sempre com muita competência e dignidade, a população brasileira, que, cada vez mais, utiliza, felizmente, os nossos aeroportos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – (*Falha na gravação*.) ... Seriam feitas todas as perguntas e, depois, os expositores responderiam.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/ PCdoB – AM) – Senadora, acho que depende, porque já temos um número importante de Parlamentares. Se chegarem outros dez Parlamentares, acho que a senhora vai dirigindo. Vamos fazendo as perguntas até que os expositores tenham condições.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos fazer de três em três.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/ PCdoB – AM) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão da Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia; também o Ministro Wagner Bittencourt. Seja bem-vindo, mais uma vez, ao Senado. Também o Dr. Antônio Gustavo Matos, que é Presidente da Infraero, e também Dr. Carlos Eduardo Pellegrino, que é Presidente da Anac ou Diretor da Anac. E também cumprimentar meu Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que é nosso comandante na Comissão. Eu sou uma Subcomissão e devo continências ao Senador.

Na realidade, eu já ouvi essas explanações, na semana passada, quando a Presidente Dilma nos convidou e convidou todos os prefeitos e os governadores das doze cidades que foram escolhidas como sede da Copa do Mundo. Portanto, para mim, não há nenhuma novidade.

Na realidade, senhores, as pessoas de fora, que não estão no dia a dia e que nem têm o conhecimento que tenho ou a informação que tenho hoje, todas se preocupam, realmente, porque a Copa, a cada dia, fica mais próxima. E a gente, a cada dia, não está vendo, não está conseguindo observar as obras que todos sabemos que irão acontecer.

Então, à Subcomissão não resta alternativa agora senão, de fato, acompanhar. Já ouvi as explicações aqui, na Comissão; já ouvi junto a Presidente; estou ouvindo novamente aqui, hoje. Então, temos que aguardar. Eu, da minha parte, vou aguardar o acompanhamento e os dias. E, daqui a alguns dias ou daqui a um mês, ou dois meses, no máximo, teremos de conversar, novamente, por intermédio da nossa Subcomissão; informar-nos se tivemos avanços, nestes meses de maio ou de junho, em relação aos meses de agosto e setembro. Não resta outra coisa a fazer, Presidente Lúcia Vânia, a não ser isso.

De fato, não deveria nem torcer, mas estarmos todos imbuídos da mesma vontade, da mesma direção, de fazer essas coisas acontecerem para a Copa do Mundo de 2014. A responsabilidade do Brasil perante o mundo é bastante grande. Não podemos, de forma nenhuma, passar vergonha, passar vexame na Copa do Mundo.

Sendo assim, quero colocar mais uma vez, como já fiz em outras oportunidades, Presidente Rodrigo Rollemberg, a nossa Subcomissão à disposição para que possamos ser um agente facilitador até dentro do próprio Governo com outros órgãos, aqui dentro do Senado. Todos nós, os 81 Senadores desta Casa, por mais divergências políticas que tenhamos, torcem, trabalham e tenho certeza de que não deixarão de contribuir para que possamos chegar no processo, em 2014, em condições de fazer uma boa e bela Copa do Mundo.

Sei que os administradores que estão sentados nesta mesa não têm a responsabilidade do passado, mas se formos olhar os gráficos e tudo o que já vimos, vamos ver que o que estamos fazendo para a Copa do Mundo, na realidade, deveríamos estar fazendo sem a Copa do Mundo, pois esta é uma necessidade do País.

Além das 12 cidades-sedes, temos as outras capitais do País e outras cidades grandes que não estão nesta conta e que, talvez, tenham a mesma necessidade que as 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo. O trabalho que os senhores têm pela frente, e vai passar da Copa do Mundo... Todos temos que estar preocupados com a infraestrutura em nosso País se quisermos ser um país moderno e competitivo. E isso não passa só pela aviação, mas também pelas ferrovias, hidrovias e rodovias. Então, o trabalho que temos pela frente não é pequeno.

Quero mais uma vez, ao cumprimentá-los e agradecer pela presença, dizer que a Subcomissão que eu represento estará sempre de portas abertas, e se precisarem de mais alguém para ajudar, estarei à disposição.

Parabéns e muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Quero cumprimentar também os convidados que participam desta audiência pública tão aguardada, pois já a estamos aguardando há alguns meses.

Nesse período, tive a oportunidade de ter uma reunião, juntamente com toda a bancada da Amazônia, com o Dr. Antônio do Vale, Presidente da Infraero. Mas ainda não tivemos oportunidade de estar com o Presidente da Anac e nem tão pouco com o Ministro da Aviação Civil do Brasil. No entanto, o importante é que estamos aqui debatendo o assunto e agora com mais um componente posto à mesa, que é a mudança do modelo do início do processo da privatização dos aeroportos do Brasil, e um componente que não é tranquilo. E os senhores me desculpem, pois procurei prestar muita atenção em tudo o que foi dito: está tudo uma maravilha, não temos problemas nos aeroportos. O que não está feito, está planejado, Senador Blairo Maggi. E o que está planejado vai acontecer. Foi essa a impressão que tivemos. O que é completamente divergente, por exemplo – e aí se iniciou um grande debate –, com o estudo do Ipea, com a Nota Técnica nº 5, publicada pelo Ipea, que é um instituto de pesquisa ligado ao Governo Federal.

E faço, na presença dos senhores, outra manifestação de aplauso ao Ipea, porque acho que o bom aliado não é aquele que esconde os problemas, mas aquele que ajuda na resolução desses problemas.

Lembro que à época, quando o Ipea falava sobre a questão dos puxadinhos, muita gente do Governo dizia que não era bem assim. Muita gente no Governo dizia que não era preciso os puxadinhos, pois se concluiriam os aeroportos. Hoje, no entanto, por tudo o que temos lido, o que sabemos é que enquanto não sai o modelo definitivo da tal da privatização, as obras continuam, inclusive os MOPs, Senador Rodrigo Rollemberg. E o que são os MOPs? Módulos operacionais provisórios, os puxadinhos.

Então, primeiro, quero dizer que concordo plenamente com o Senador Blairo Maggi. Infelizmente, lamento – e peço desculpas desde já ao Dr. Antônio Gustavo, e já fizemos isso na presença dele – que este debate sobre os aeroportos só venham ocorrendo com mais força agora, porque estamos na iminência da realização da Copa de 2014 aqui. Mas a nossa luta pela ampliação, pela construção de um novo aeroporto – porque nós precisamos muito mais do que uma ampliação, precisamos de um novo aeroporto, pois o nosso tem 30 anos de idade – é de muito tempo. E há muito tempo a gente recebe informações da Infraero que não podemos acreditar. Mostrei lá, em junho de 2010, o então Ministro Nelson Jobim, encaminhou à Câmara dos Deputados, por conta da resposta a um requerimento lá apresentado, dizendo que o projeto básico do aeroporto de Manaus estava no final de elaboração e a conclusão estava prevista para o mês de agosto; e as obras começariam em fevereiro.

Hoje temos um novo calendário. A publicação do edital ocorreu em maio – de fato, o edital foi publicado no dia 25 de maio – e o término das obras está previsto para 2013. Mas faltou um pedacinho, Dr. Vale, mostrar que a conclusão do aeroporto de Manaus nem pela previsão da Infraero ocorrerá, em sua totalidade, em 2013. Ele estará pronto para o uso, mas as obras continuarão depois de 2013, depois da Copa do Mundo.

Quero dizer que faço essas críticas dentro daquela concepção inicial. O bom aliado não é o que esconde, é o que expõe e ajuda a resolver. Acho que a Infraero – e estamos dispostos a ajudar... Lamento que não foi possível aprovar a simplificação dos procedimen-

tos de licitação, numa medida provisória na Câmara, mas creio que, em breve, será aprovada uma manifestação prática do Parlamento brasileiro no sentido de que queremos ajudar, precisamos ajudar para que esse problema seja resolvido. Queremos uma Copa do Mundo, mas uma Copa do Mundo bem organizada, que o Brasil fique com uma boa impressão no mundo inteiro. E a porta de entrada são os portos e aeroportos. A primeira impressão, como diz o velho ditado, é a que fica na imagem das pessoas. Estou dizendo isso e torço muito para que tudo se adiante. Sei da possibilidade de adiantar algumas etapas caso haja mudança nos procedimentos legais da Administração Pública.

O segundo ponto é a questão da privatização. O primeiro anunciado foi um modelo de que haveria uma parceria público-privada. A iniciativa privada construiria a ampliação e faria parte da administração; áreas comerciais explorariam aquela parte ampliada. Agora, recentemente, não. Já vamos privatizar os três aeroportos, numa decisão que será discutida até o final do ano. E aqui quero sugerir, Senadora Lúcia Vânia: vamos realizar audiência pública para debater isso, Presidente Antônio Gustavo, Presidente da Anac e Ministro da Aviação. Vamos fazer audiência pública, porque para aprovar um processo produtivo básico tem audiência pública; para ampliar o aeroporto tem audiência pública; para meio ambiente tem audiência pública; vamos fazer audiência pública para isso também. Vamos colocar os prós e os contra na mesa. Se ganharem os a favor, ótimo, vamos privatizar. Agora, a experiência do mundo mostra que não é o melhor caminho. E por que começar pelos três aeroportos mais lucrativos do Brasil?

Até onde eu conheço – não conheço muito, mas também não sou um neófito, conheço um pouco – o sistema Infraero é um sistema todo, o que dá lucro cobre aquele que não dá lucro. Por exemplo, o Aeroporto de Manaus é o terceiro em movimentação de carga do Brasil; o primeiro é Guarulhos e o segundo, Viracopos. Agora, esses aeroportos que dão lucro ajudam aqueles que são deficitários, e não são poucos. Com a privatização desses três, da galinha dos ovos de ouro, quem vai manter os outros? Ou será que os aeroportos das capitais brasileiras vão ficar iguaiszinhos aos aeroportos do interior do meu querido Amazonas? Lá, a maior parte da administração dos aeroportos do interior está a cargo dos Municípios, que não têm dinheiro para tapar um buraco na rua, para contratar um médico, para ampliar uma equipe de médico da família, vai manter aeroporto? Não funciona, não funciona. Então, é aquela velha história: o Governo faz de conta que tem, o Município faz de conta que funciona e a gente vai descendo naqueles aeroportos que não entram nem nas estatísticas. E a gente vai descendo, porque não temos estradas, só rio, que demora trinta dias para chegar. Então, será que é isso que vai acontecer com o aeroporto de Natal, com o aeroporto de Teresina, os aeroportos que não são lucrativos? Ou vamos precisar recorrer à OGU, Senador Valdir Raupp, ao Orçamento-Geral da União, Senador Valdir Raupp, que vive contingenciado? Aí, mais uma despesa, mais uma despesa.

Vou formalizar um pedido no sentido de que precisamos ter audiência pública para debater com muita tranquilidade. Está aqui a matéria que divulga a tal da privatização. Tem muita gente interessada. Um tal grupo alemão, Fraport, que seria parceria com Andrade Gutierrez; FMG em parceria com Queiroz Galvão; a francesa Aéroport, de Paris; a A-Port, *joint venture* da Camargo Corrêa com a Suíça. Quer dizer, eles só querem esses. Não seria o caso, se tiver que entregar, de entregar em bloco e exigir uma qualidade para todos, e dar um período, e se não der a mesma qualidade para todos, devolve? Se não fossem aeroportos lucrativos não teria privatização.

E, por fim, aí é um questionamento mais dirigido ao Dr. Wagner, ao Exmº Ministro, sobre a aviação regional. Dei o exemplo aqui dos aeroportos do Amazonas, mas temos, salvo engano, a Infraero atuando em três aeroportos, temos o Comar, da Aeronáutica, atuando em mais alguns pouquíssimos, o governo do Estado em um e o resto, nos Municípios.

Precisamos também resolver esse problema. Eu gostaria de ver mais do que vi aqui em relação à aviação regional e aos aeroportos do Brasil. Tudo bem, a Infraero é uma empresa e tem os seus aeroportos. E o Ministério? Quais os planos para melhorar a aviação regional e garantir a segurança nos aeroportos brasileiros. Não é porque nós temos uma cidade com 30 mil habitantes que essa cidade não deva ter o direito a ter um aeroporto. Deve ter o direito a um aeroporto, um aeroporto que funcione com total segurança. Mas o modelo hoje não garante isso.

Peço desculpa, Senadora Lúcia Vânia, pela demora, mas são coisas que eu tinha que falar.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Wagner Bittencourt.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quantos inscritos nós temos?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Temos inscritos, o próximo, Senador Ferraço; o seguinte, Senador Francisco Dornelles; Senadora Ana Rita; Senador Flexa Ribeiro; Senador Valdir Raupp e Senador Cyro Miranda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – São dez então.

Ministro, com a permissão de V. Exª, eu só queria propor à Presidente que pudéssemos fazer dois blocos de cinco.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – *OK*. Vamos fazer.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A minha preocupação é que já temos, a esta altura, um conjunto de indagações e questionamentos feitos. Há o risco de nós comprometermos a qualidade das intervenções se passarmos para cinco. Tínhamos pactuado três. Vou insistir que a Mesa possa responder as três e depois possamos fazer outro bloco. E tenho questionamentos a fazer à Infraero. Eu gostaria de solicitar que mantivéssemos o que foi pactuado, que é manter blocos de três em três.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

Concordo com o Senador Ferraço. A preocupação dele é a de todos nós no sentido de ter qualidade na audiência. O que me preocupa é que estamos próximos da Ordem do Dia. Iniciada a Ordem do Dia, temos que suspender a audiência, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, eu prefiro suspender e marcar outra a fazer pela metade, ou não fazer ou fazer malfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Teremos votação nominal na Ordem do Dia e teremos que suspender.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Submeto ao Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu concordo com S. Exª. Só estou defendendo a tese de que, para fazer malfeito é preferível então que façamos outra, porque são 15h50. Não dá nem para responder as três intervenções que foram feitas. É preciso, então, que decidamos agora outro dia para fazer uma outra audiência pública, porque, senão, estaremos comprometendo a intervenção e a qualidade de um tema absolutamente relevante; reunimos três comissões permanentes...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador, eu retiro a minha proposta. Vamos ouvir o Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Wagner Bittencourt de Oliveira.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Obrigado. Vou tentar responder o mais objetivamente possível, já que o tempo é importante para todos.

O Senador Rodrigo Rollemberg se retirou, mas eu gostaria de deixar a resposta à pergunta que ele fez: "Qual o cronograma das concessões?" Nesses três primeiros aeroportos que o Governo decidiu conceder, que são Guarulhos, Viracopos e Brasília, o cronograma previsto de avaliação conjunta com o BNDES, que está nos suportando neste trabalho, é até o final do ano. Até dezembro, temos a modelagem feita e, a partir daí, podemos fazer o leilão e, obviamente, em mais alguns meses, estaremos concedidos, se tudo der certo.

Aproveito este comentário para responder à Senadora Vanessa. Na verdade, Senadora, uma parte do processo de avaliação de modelagem que vai acontecer até o final do ano já prevê audiências públicas, em que você apresenta o projeto, apresenta as alternativas, e isso é debatido com a sociedade. Então, isso já acontecerá necessariamente, o que não impede que a gente venha aqui também para debater. Não há problema algum. Mas o processo é transparente e deverá considerar essas etapas.

Outra pergunta do Senador Rollemberg era com relação a investimentos previstos. Se serão feitos. Serão feitos, porque esse conjunto de investimentos que a Infraero apresentou aqui tem coisas de curtíssimo prazo, coisas de médio prazo e alguma coisa de longo prazo. Se a gente olhar do ponto de vista – não quero entrar na discussão de passado –, a gente vê que várias coisas já estão se concretizando. Vários eventos, não só de construção de MOPs, estão sendo realizados agora no mês de julho, pelo menos em dois aeroportos, como licitações que já se realizaram, no sentido de se começar a fazer as obras.

Então, acredito que o que está acontecendo agora é uma realização, fruto de um trabalho que já vem vindo do passado. E, como a gente sabe, às vezes o setor público tem uma certa dificuldade de agilizar e viabilizar os seus projetos. Mas agora nós vemos que muitas dessas ações estão se concretizando e vemos que é um cronograma factível; e coisas de curtíssimo prazo, a tendência e o que a gente está se forçando é para fazer de forma a que seja atendida a urgência do momento. E esses investimentos continuarão a ser feitos.

Alguns deles – se a gente olhar o cronograma da concessão, cuja modelagem termina no fim do ano e será feita no princípio do ano; quer dizer, no princípio do ano, já se terá a concessão – são compatíveis. Por exemplo, se a gente olhar o terminal 3 de Guarulhos, o Exército está fazendo agora terraplanagem. A construção do terminal 3 vai-se dar mais para frente. Se a gente olhar o cronograma, a gente vê que é algo compatível, mas não vamos parar de fazer nada pelo risco de se ter um *stop and go.* Então, como precisa-

mos ter os ativos realizados, continuarão a ser feitos investimentos. Nada será paralisado.

Bom, agradeço as palavras do Senador Blairo Maggi. Não tem dúvida. Sou uma pessoa que trabalhei muito tempo em infraestrutura no BNDES, de logística, e sei quanto isso é importante; quanto nós temos de planejar a longo prazo; quanto nós temos de fazer intervenções para não ter dificuldades no futuro. Sei como a questão da intermodalidade é fundamental, não só na carga, mas em passageiros. Temos o trem de alta velocidade, que acho que não vamos discutir aqui, porque é um outro projeto grande. Mas acho, do meu ponto de vista, como uma pessoa que trabalhou em desenvolvimento a vida inteira – 36 anos de BNDES – que se a gente não tivesse feito as coisas que fez no passado não teríamos hoje uma série de atributos e projetos importantes para o País.

Então, acho que sempre tem uma dificuldade no momento. Eu me lembro de que a gente está discutindo essa questão do trem, que é muito caro, e um tempo atrás estava discutindo com algumas consultorias que estavam nos ajudando na modelagem do setor aéreo. E começamos a refletir sobre projetos grandes que teríamos feito. Eu me lembro.

Em 1981, era gerente do departamento de mineração e metalurgia do BNDES, e nós estávamos estudando o projeto Ferro-Carajás. Eu me lembro de que, naquela época, foi um estudo com várias agências de desenvolvimento, Banco Mundial, o banco japonês de desenvolvimento, e me lembro de que foi uma discussão muito grande. Levou um ano ou mais para a gente fazer a análise desse projeto. Existiam dúvidas sobre, primeiro, a crise na época que nós vivemos. Eu também já passei por várias crises, e a gente começa a contar história em vez de contar estória. É um problema, mas é verdade, a gente vê as coisas acontecerem. Então, nessa época, questionava-se se existiria mercado para esse projeto; se o custo não era muito elevado; se, por acaso, os dormentes não seriam comidos pelos cupins no meio da Floresta Amazônica, e uma série de questões desse tipo. Hoje, vejo que esse projeto foi feito...

Quanto ao tamanho, é o seguinte: na época, fizemos uma avaliação, há pouco tempo, quando começamos a discutir isso, e vimos que o custo do projeto era muito próximo do que se fala hoje do trem de alta velocidade. E nós o fizemos naquela época. O cupim não comeu a madeira, a Vale do Rio Doce continua produzindo o que produz lá – mais de 100 milhões, quase duzentos milhões de toneladas –, e o mercado não desabou por conta daquele projeto e ele não se tornou inviável.

Então, acho que infraestrutura é uma questão de muito longo prazo. Temos de olhar para o futuro, e às vezes pode ser que alguma coisa que olhemos no curto prazo possa parecer um pouquinho fora do padrão, mas aquilo vai ser importante. No caso, temos recebido muitos operadores internacionais de aeroportos, e eles falam da importância de se ter uma interligação de modais, assim como nós temos a necessidade de ter isso na infraestrutura e na logística de carga.

Agradeço e acho que vamos precisar muito, Senadora. Acho que ninguém faz nada sozinho, principalmente num setor como este, que precisa de muito investimento e de muito suor para acontecer.

À Senadora Vanessa, um pedacinho acho que já respondi, não tem dúvida: Manaus precisa mesmo, nós temos consciência disso; precisa de um aeroporto muito melhor do que tem hoje, pois é um aeroporto muito antigo. Essa intervenção que está sendo feita lá leva a se ter um aeroporto de qualidade na cidade de Manaus.

Obviamente, estou só há dois meses nesse assunto, mas espero e vejo a determinação do presidente Gustavo, que também está há pouco tempo. Vemos que todos os cronogramas, assim como a senhora,... algum evento que era importante, a licitação foi feita, e agora temos marcos acontecendo. Claro, como a senhora disse, é fundamental... (*inaudível*.)

Então, com isso, nós poderemos dar um passo a mais. Sabemos que a dificuldade do setor público de realizar cronogramas é muito grande. Acho importante essa modernização de regulação, uma vez que regras e leis são feitas por homens e para o momento. Já tivemos no Brasil uma lei que previa a escravidão. Hoje em dia, ela não existe, há muito tempo. Então, como não é nenhuma constante universal, nenhuma lei, nenhuma regra, nós temos de constantemente aperfeiçoá-las, e acho que neste caso é o momento de discutir isso, para que possamos ter uma forma mais eficaz de atender as necessidades do País. Então, nós vamos trabalhar para que Manaus tenha, sim, um aeroporto de que se orgulhe.

O projeto fica pronto para a Copa do Mundo? Se a senhora observar todos os investimentos feitos ali, muitos deles, como só temos uma previsão até 2014, 2015, uma parte deles, não só esses, fica pronta depois, mas certamente o que ficar pronto até 2014 será suficiente para atender a demanda da Copa. Isso foi tudo cotejado, ofertas e demanda. Como disse a Infraero, o Gustavo, isso é discutido na forma de capacidade de padrões internacionais, que a Iata determina, enfim. E isso foi feito exatamente dessa forma: o fato de estar previsto terminar 50% depois não quer dizer que não vá atender a demanda da Copa. Ele vai atender e, depois, vai continuar aumentando a capacidade até, porque a nossa demanda, em função do crescimento

do País e de as pessoas estarem usando mais aviões, graças a Deus, ela vai continuar crescendo e bastante.

Bom, a questão das concessões. No princípio, fizemos um estudo preliminar sobre a possibilidade de fazer concessões diárias comerciais em aeroportos, que foram exatamente os três: Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Nós verificamos o seguinte: que não era viável fazer a concessão comercial; quer dizer, teríamos um trabalho que poderia ser feito e não ser viável. Portanto, não ficaria em pé uma proposta dessas. E, como são aeroportos em lugares sensíveis, que nós precisamos tomar uma decisão a respeito do seu futuro, e até porque alguns deles são alternativas para os outros...

Por exemplo, na Copa do Mundo de 2014, por que Viracopos entra também? Porque, se a gente tiver algum problema em Guarulhos, num momento de crise, quem vai atender Guarulhos? Temos a alternativa de Viracopos, e será uma possibilidade; e temos Galeão, que sempre será uma alternativa para São Paulo. Precisamos ter alternativas de segurança, principalmente em momentos como esse. Então, essa questão das áreas comerciais não se demonstrou viável, e, aí, tivemos de tomar a decisão de conceder os três aeroportos. E como é que faríamos isso?

Agora, temos toda essa preocupação, sim, de como é que fortalecemos a Infraero, que acreditamos poder ser um *player*, assim como outras empresas estatais do País, como a Petrobras, como o Banco do Brasil, como a Eletrobras, que são empresas parceiras do setor privado em vários segmentos da indústria. Ser parceiro é uma coisa muito boa. Isso no mundo hoje é feito cada vez mais, porque você utiliza seus recursos de uma forma mais eficaz, não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista do conhecimento.

E o que a gente vê nessa possibilidade é: com esses até 49% que a Infraero terá no capital da companhia, essas companhias certamente vão crescer, vão ter lucro, vão distribuir dividendos, e isso será uma fonte de recursos que estará disponível para a Infraero aplicar eventualmente em outros aeroportos, em outras obrigações que ela tenha do ponto de vista de políticas públicas. Essa é uma forma.

Uma outra forma diz respeito ao modelo, que ainda não está definido – nós vamos discutir isso durante esse período todo aí, inclusive em audiências públicas. Pode ser uma outorga que você tenha que possa irrigar o fundo que foi criado para você desenvolver esse segmento. Talvez essa não possa ser uma alternativa que garanta, além da capacidade de recursos para a Infraero, um volume de recursos que possibilite os investimentos em aeroportos regionais, quer sejam eles em termos de desenvolvimento econômico, quer sejam eles em termos de integrar de uma forma econômica as cidades mais distantes e menos ligadas ao restante do País

A questão de entregar em bloco ou exigir regras. Acho que algumas de que falei aqui, como a questão da outorga e a questão do retorno para o próprio acionista investidor da Infraero, vão permitir que se tenham mecanismos que façam com que a gente desenvolva esses projetos. Entregar em bloco seria uma avaliação possível, mas muito mais complexa. Se fizer as PEs, acho até do ponto de vista de formas, de acompanhar esse processo... E, obviamente, a empresa que for concessionária desses aeroportos vai assumir uma série de compromissos a partir dessa concessão – como em todo contrato de concessão, existe uma série de compromissos – no sentido de atender adequadamente o usuário. Já que isso é uma concessão pública – você não está vendendo um ativo da União, você está disponibilizando esse serviço por um determinado tempo com determinadas condições que serão estabelecidas –, caso eles não sejam cumpridos, obviamente, no limite, há sempre a possibilidade de o Estado tomar o que é seu.

Aviação regional.

Desculpe, Senadora, mas acho que respondi um pedaço com essa questão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora, desculpe-me, mas eu esqueci de levantar uma questão sobre a aviação regional. Gostaria que o senhor dissesse... O senhor mostrou aqui que são 18 aeroportos de 12 Estados brasileiros que vão receber recursos do Profaa. Quantos municípios do Amazonas estão recebendo esses recursos? Gostaria que o senhor me respondesse essa pergunta.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Eu não tenho aqui. Posso informar a senhora depois?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nenhum assessor seu pode informar? São só 12 Estados e 18 aeroportos. Não há nenhum do Amazonas.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Sabe como é que funciona?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Havia dois, mas foram retirados, porque nós não sabíamos...

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Existe uma regra. O que está acontecendo nos últimos anos é muito simples – eu não estava, mas me informaram.

O que acontece? Na verdade, para você poder fazer esses aeroportos, você tem de assinar convênios com o Estado e com o Município. O que acontece

é que, para você poder colocar no Orçamento esses projetos, você precisa ter licença de instalação, o que é de responsabilidade do ente público que vai fazer, normalmente o Município ou o Estado, e você precisa ter um projeto básico, que possa aprovar.

Estamos conversando com Estados e Municípios no sentido de capacitá-los – falei também aqui um pouco sobre a proatividade que a Secretaria vai ter –, de ajudá-los a desenvolver esses projetos para que a gente possa, de uma forma proativa, organizada e estruturada, fazer com que eles aconteçam.

Hoje existe um Orçamento, mas acontecem só 15% ou 20% por falta de projetos em condição de serem aprovados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, desculpe, mas é que temos alguns Municípios... Por exemplo, o aeroporto de Parintins – a festa começa no final mês –, ele foi reaberto agora por causa da festa. Acaba a festa, o aeroporto vai ser fechado. O aeroporto de Itacoatiara, uma cidade de cem mil habitantes onde temos um importante terminal graneleiro, está interditado. E nós não estamos no Profaa.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – A senhora tem razão. Nós vamos tratar desse assunto de forma prioritária, já decidimos isso.

Agora, por exemplo: Parintins não voa durante o dia porque há um abatedouro na frente do aeroporto. É uma responsabilidade do Município retirá-lo para que o aeroporto possa ser operado. Foi por isso que eu disse aqui quanto ao tal do aeroporto: não adianta um Cristo resolver, ou a gente tem um conjunto de 12 apóstolos para resolver aquilo ou nós não vamos resolver. Temos todo um mapeamento disso, temos todo o interesse e toda a determinação de fazer. Vamos fazer e vamos procurar os Estados e os Municípios para que a gente possa fazer de uma forma concertada e organizada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale para fazer suas observações a respeito das perguntas.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Só complementando o que o Ministro Wagner bem disse na resposta ao Senador Rodrigo Rollemberg: todos os investimentos que foram apresentados e que constam do *site* da Infraero são, rigorosamente, investimentos que não levam em consideração nenhum dos programas de concessão. Todos os programas de concessão a que o Ministro se referiu são no sentido de agilizar esses prazos, já que eles foram determinados pela própria Infraero e são feitos com investimentos próprios.

Sobre algumas das perguntas da Senadora Vanessa Grazziotin, nós já havíamos conversado pessoalmente. Nós também temos as mesmas preocupações da senhora, nós também usamos os estudos que apareceram e que foram apresentados aqui, inclusive do Ipea, como alerta para nós, como sinalizadores de que devemos trabalhar o mais rápido possível, porque a situação é grave.

Nós não escondemos de ninguém que a situação, sem dúvida alguma, é grave. A demanda brasileira, graças a uma série de fatores, cresceu substancialmente nos últimos anos, e a infraestrutura não teve o crescimento necessário para acompanhar essa demanda. Isso aconteceu em todos os setores. Então, é lógico que temos de correr contra o tempo. Estudos como o que o Ipea fez são para nós um sinalizador, como outros que existem por aí.

A questão dos módulos operacionais. Sem dúvida alguma, são módulos que, dependendo do crescimento da demanda, vieram para ficar sim. Eles são módulos extremamente confortáveis, eles fazem parte do novo arcabouço dos aeroportos mundiais, não são coisa do Brasil, não foram inventados aqui e, sem dúvida alguma, onde for necessário, nós vamos usar os módulos operacionais sim. O de Vitória, espero, ficará pronto nos próximos 45 dias.

Quanto à questão de Manaus, a senhora tem razão. Quando nós falamos a primeira vez, um pedaço de cerca de 20% iria ficar para depois, que era toda a área circunscrita ao aeroporto – caso do acesso ao estacionamento. Isso foi revisto, e nós vamos entregar o aeroporto inteiro no prazo que consta do *site*.

A questão da Lei nº 8.666. Tudo o que puder ser flexibilizado, sem dúvida, só vai adiantar esses prazos que nós demos, porque todos os prazos cumprem rigorosamente os termos da Lei nº 8.666. Qualquer coisa que o Congresso Nacional decidir... Qualquer coisa que agilize esses prazos será na agilização...

Por fim, a pergunta que a senhora fez de quem vai manter os aeroportos deficitários. Sem dúvida, todo o estudo que está sendo feito sobre a concessão prevê, já no próprio estudo e na modelagem – o Ministro foi muito claro –, permitir que a Infraero continue com os recursos necessários e que ela possa investir não só nos aeroportos da rede, mas também assumir outros aeroportos, na linha do que a senhora mesma disse, da aviação geral.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira para fazer seus comentários.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Obrigado, Senadora.

Gostaria apenas de ratificar o que entendi da única parte para a qual a gente pode contribuir. O que o Ministro Wagner colocou... Está aqui o Diretor Ru-

bens, que esteve em duas audiências públicas sobre a concessão do aeroporto São Gonçalo do Amarante.

É um padrão da Anac. Então, Senadora Vanessa, tenha certeza de que a agência tem esse procedimento. Nós fazemos audiências públicas não só documentais, ou seja, no nosso *site*, como também presenciais e, no caso de São Gonçalo do Amarante, foram feitas duas vezes, uma até no local, ou seja, o Diretor Rubens foi a São Gonçalo e teve a chance de conversar com a população local justamente para ter certeza de que esse modelo que estamos trabalhando no Brasil é um modelo vencedor, e a gente imagina que a nossa população e o Brasil vão ganhar muito com isso. É essa a nossa visão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senadora Lúcia Vânia, quero cumprimentar todos os nossos convidados, o Dr. Carlos Eduardo, o Ministro Wagner Bittencourt, o Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale. É sempre muito complicado, enquanto o Congresso Brasileiro insistir com esta tese equivocada de que a semana tem dois ou três dias, nós vamos continuar aqui lutando contra o relógio e tendo de fazer, a todo o momento, escolhas de Sofia em relação a este e a aquele tema. Lamentavelmente, o Congresso funciona na terça, funciona na quarta, eventualmente funciona na quinta, e temos uma concentração muito grande de atividades nesses dias.

Enfim, as reflexões que quero fazer não dizem respeito aos senhores, mas evidentemente é com grande ceticismo que recebemos tudo o que foi falado aqui. Ao longo do tempo, os compromissos que a Infraero assumiu não vêm sendo honrados. Todos os compromissos e retificações de cronogramas são, a todo momento, ajustados. De alguma forma, nós, que estamos no dia a dia, com a sociedade e com os contribuintes, sofremos muito com isso. Quando qualquer um de nós recebe em seu Estado o Presidente da República, um Ministro e ali fazemos uma cerimônia e assumimos um compromisso público e formal, os senhores depois vão embora e nós ficamos. E as cobranças e as demandas se intensificam em razão desse compromisso que se torna fé pública.

Digo isso para começar a minha indagação com relação ao aeroporto de Vitória. Esse é um tema absolutamente indigesto para os capixabas. Indigesto porque o Ipea, recentemente, apresentou o nosso aeroporto como o pior do Brasil, estamos com uma demanda cinco vezes superior à estrutura existente, nós temos um aeroporto em que as obras de modernização e ampliação iniciaram-se em fevereiro de 2005, com promessa para estarem concluídas até o final de 2008. As obras estão há três anos paralisadas e não temos, até este momento, um organograma fixo e definitivo para o reinício e a conclusão das obras do aeroporto.

Evidentemente, Dr. Antônio, que a construção dos dois terminais móveis atendem, porque são uma boa improvisação, mas longe do compromisso que o Governo Federal tem com os capixabas, até porque nós não estamos solicitando à União qualquer tipo de privilégio. Nós somos um Estado que tem contribuído com o desenvolvimento nacional e que não tem recebido uma contrapartida adequada do Governo Federal. E o caso do aeroporto de Vitória é simbólico, porque as ambigüidades e a ausência de informação deixam atordoado quem tem obrigação, como eu, de representar os interesses do povo capixaba aqui no Congresso Nacional.

Então, a primeira indagação que faço é quem pode me responder, por gentileza, a respeito do novo cronograma para conclusão das obras do aeroporto de Vitória. Essa é uma agenda velha, carcomida que, lamentavelmente se mantém. Mas quero crer aqui... E estou de novo ratificando que os senhores não têm responsabilidade direta, mas essa é uma questão institucional entre dois entes federados, tanto que nós, quando vimos o Governo Federal pensar na possibilidade de incorporar à sua prática a contratação diferenciada, fizemos uma correspondência à Presidente Dilma para incluir o aeroporto de Vitória, mesmo entendendo que esse aeroporto não é prioridade, porque a prioridade são os aeroportos da Copa. Fiquei muito feliz em ver todos esses aeroportos e fiquei muito triste em não ver o aeroporto de Vitória. Era como se o aeroporto de Vitória não constasse da lista de prioridades de quem tem a responsabilidade, de quem tem a autoridade de oferecer uma resposta efetiva. E volto a repetir: refiro-me a um aeroporto que está, há três anos, com suas obras paralisadas.

Faria outros questionamentos em relação à privatização, à concessão, mas quero crer, pelo que disse o Dr. Wagner, que esse modelo não está concluído, não está pronto, e que, em algum momento, poderemos conversar sobre esse tema, porque é um tema muito caro aos brasileiros pelo tamanho do desafio que os senhores têm.

Evidentemente que eu vi com muito bons olhos a iniciativa do Governo Federal de criar o Ministério da Aviação Civil. E estou muito empolgado, muito animado, muito estimulado com as informações de reinvenção da Infraero. Sim, porque a Infraero precisa de ser reinventada. Quem ler a revista *Veja* desta semana e ver a Infraero colocada naquelas condições há de se perguntar como que um órgão público pode se co-

locar de pé com essa intensidade de denúncias não apenas em relação a sua eficiência mas em relação a sua reputação.

Acho que teremos oportunidade para dialogarmos, para debatermos os termos dessa concessão numa outra oportunidade. Essa campainha que ouço é aquela que nos convoca para irmos ao plenário, mas eu gostaria de encerrar a minha manifestação. É evidente que a minha manifestação vem acompanhada de um desabafo muito grande, por conta das incertezas, das ambiguidades, da falta de resposta afirmativa. Com relação ao programa nacional, teremos outras oportunidades, mas indago a V. Sªs qual é o cronograma definitivo e afirmativo para a conclusão das obras do aeroporto de Vitória.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com licença, V. Exª me permite um aparte?

O senhor tem certeza de que o senhor estava falando do aeroporto de Vitória. O senhor não leu aeroporto de Goiânia? O senhor tem certeza? Porque não é possível. É cópia fiel do que eu ia falar. Mas eu não tenho o que tirar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero cumprimentar o Ministro Wagner Bittencourt, o Presidente da Infraero e o presidente da Anac.

Ministro, serei muito objetivo: por que motivo o Galeão não entrou no desenho da concessão? O Governador brigou tanto, disputou tanto. Acho que aquilo que pode ser feito pelo setor privado, o setor público deveria economizar seus recursos e aplicar em aeroportos. Não compreendi porque o Galeão não pode ser explorado em forma de concessão.

Gostaria de dizer ao Presidente da Anac que, quando chegar ao Senado o acordo de céu aberto, quero examinar mais alguns detalhes que o senhor apresentou que me trouxeram tranqüilidade.

Quero dizer ao Presidente da Infraero o seguinte: o Senador Jayme Campos disse que um administrador nunca podia se preocupar em priorizar pequenos problemas, tinha que priorizar os grandes. Mas quando não resolve pequenos, não vai resolver grandes. Então, tem uns problemas pequenos da Infraero...Um nem é pequeno, é relacionado à denúncia do Sindicato Nacional de Aeronáutica. Segundo essa denúncia, a camada porosa da única pista em uso no aeroporto Santos Dumont está vencida desde 2007, aumentando o risco de acidentes. Fico neste ponto; se realmente isso prevalece.

Segundo, eu queria dizer aos senhores o seguinte: há setores da Infraero, em alguns Estados, em que sentimos uma bela administração. Quando se chega ao aeroporto do Rio Grande do Sul, de Salvador – estou dando só um exemplo... Agora, no Rio, é um caos. Os pequenos problemas do aeroporto do Rio... O serviço de ônibus é deficiente, o tempo em que se recebe bagagem é enorme, não há local de troca de moeda, as lanchonetes são insuficientes, os banheiros, sujos, os carregadores não podem entrar na área da esteira – às vezes, senhoras idosas não têm um carregador para segurar uma mala –, e há alguns funcionários que há nove meses não recebem seu salário.

Eu pediria a V. Exª, Sr. Presidente, para olhar para esses pequenos problemas da administração do Galeão, que é um caos, um caos. Temos noção de que não existe administração no Galeão. Desse modo, eu pediria ao senhor que prestasse atenção a esse ponto.

Quanto à parte do Santos Dumont, eu queria uma resposta da Infraero.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

Já terminou, Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Terminei.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A Senadora Ana Rita não está inscrita?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ela saiu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Ministro Wagner Oliveira; Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo; Presidente da Anac, Sr. Carlos Eduardo; Srs. Senadores, eu ouvi atentamente parte das exposições, pois estava em outro compromisso. Aqui, como disse o Senador Ferraço, temos cinco compromissos na mesma hora. Audiências... Agora mesmo estamos sendo chamados pela campainha para votarmos no plenário e temos votação na CCJ, para os indicados ao CNJ.

Eu queria fazer alguns questionamentos. Primeiro, Ministro, Presidente da Infraero e Presidente da Anac, quanto à questão das – vamos colocar entre aspas – "privatizações" dos terminais aeroportuários. Eu perguntaria: mudou a concepção do Governo em relação às privatizações ou foi muito tarde que se acordou para a necessidade de a iniciativa privada ser chamada para apoiar os investimentos nesse setor? Oito anos e meio se passaram, e a situação, a cada momento, se agravando. Tivemos aqui várias audiências sobre apagão aéreo, sobre a incapacidade da Anac de fiscalizar e da Infraero de executar, ao ponto de ter sido criado um novo Ministério, uma Secretaria com *status* de Ministério, ao qual V. Exª foi tão bem conduzido. V. Exª diz que ainda não está maturado o processo. Eu gostaria que

não perdêssemos mais tempo, porque acredito, pelo que tivemos de informações do Ipea, que dificilmente os cronogramas dos aeroportos para a Copa estarão executados dentro da necessidade para 2014.

Eu conversava com o Senador Dornelles, e concordo com S. Exª, que, onde a iniciativa privada puder estar... O Governo deve usar esses recursos, que são poucos, em áreas aonde ela não chega. Então, por exemplo, na Amazônia, não adianta fazer concessão de aeroportos, porque ninguém vai querer entrar na concessão; vai ter o Governo Federal de usar 100% de recursos da Infraero para colocar as unidades.

Eu já aproveitaria para perguntar, dentro do que perguntaram o Senador Ferraço e outro Senador, sobre o aeroporto de Santarém também. Há anos se aguarda que o aeroporto de Santarém seja executado, a licitação foi feita, a população de lá nos cobra essa resposta, e não nos chega uma informação correta.

Com relação à modelagem, não acredito que haja necessidade dos 49% da Infraero na concessão. Deve-se deixar a iniciativa privada aplicar os 100%, até para resguardar o interesse dos usuários, da sociedade, melhor dizendo, e aplicar esses recursos que seriam colocados nesses aeroportos em regiões onde a demanda seja por recursos públicos.

Eu não acredito em Estado máximo nem em Estado mínimo. Eu acredito no Estado necessário. Onde ele se fizer necessário, ele tem que estar presente para atender a todos os brasileiros.

Eu perguntaria também ao Presidente da Infraero com relação a essa questão emergencial das puxadinhas nos aeroportos. A gente desce aqui em Brasília, desce lá, um bando de puxadinha para atender emergencialmente. Quanto custa para a Nação brasileira essas puxadinhas e o que será feito com elas quando chegar a remodelagem ou a ampliação desses aeroportos? Quanto estamos perdendo de recursos por falta de planejamento, em médio e longo prazo? Ou seja, nós temos que reconhecer que o Brasil passou oito anos e meio sem planejar a questão da logística, da infraestrutura aeroportuária.

Também uma questão a V. Sª com relação a saber se Anac ou se Infraero ou se o próprio Ministério já tomou providências para que não passemos outro apagão aéreo em relação aos controladores de voo. Nós fizemos aqui diversas reuniões, passou a onda, e não sei como isso vai estar preparado para a Copa. Será que teremos outro apagão às vésperas da Copa ou a Anac, a Infraero ou o Ministério já treinaram pessoas que possam vir a ser contratadas para suportar o aumento de demanda que haverá efetivamente?

Mas eu queria fazer algumas questões. Pergunto ao Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo: V. Sª chegou a ler a matéria da *Veja* desta semana, "Apertem os Cintos, o Dinheiro Sumiu", tratando da Infraero, empresa que hoje V. Sª preside?

A matéria diz, Ministro, que o total dos contratos da Infraero analisados pela Polícia Federal chega a R$4,2 bilhões, e o valor correspondente ao superfaturamento é de R$891 milhões, ou seja, 21% desses contratos foram superfaturados, dinheiro desperdiçado da sociedade brasileira. Queria que V. Sªs pudessem me dizer se já tomaram conhecimento da matéria e quais as providências que foram tomadas.

Também com relação à Infraero, acho que há necessidade de que haja mais conhecimento das matérias que a imprensa escrita e televisada tem colocado. Há pouco tempo, veio uma matéria sobre os custos da alimentação e dos serviços nos aeroportos, mostrando que lojas da mesma franquia cobram um preço fora do aeroporto e um preço muito mais alto no aeroporto, onde o usuário é obrigado a adquirir porque, em função de atraso de voo, ele vai ter que se alimentar, e paga um sobrepreço por não ter opção de concorrência, vai ter de comprar ali mesmo.

Com relação, por último, Presidenta ou Presidente Lúcia Vânia, não sei como V. Exª gosta de ser chamada... Hoje temos essa dúvida, se Presidente ou Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tem que perguntar a V. Exª.

Eu perguntaria para a Anac: a cobrança do assento conforto pelas companhias aéreas ou pela companhia aérea é correto? É legal? Se for legal, é imoral. É preciso saber de que forma é, porque todas as vezes que entro no avião, tem o assento conforto, aí eu pergunto: "E o assento desconforto? Eu tenho que cobrar também R$20,00 quando nos colocam no assento onde a gente não tem onde colocar as pernas". O Ministro, à época, disse que não cabia dentro do afastamento, que ia mandar abrir as distâncias. Até hoje não aconteceu. Então, eu pergunto se é correto cobrar esse assento.

E mais: é um absurdo isso, Presidente Lúcia Vânia, porque, quando a porta é fechada, ou seja, os passageiros já estão todos a bordo, você não pode ir para esse assento conforto, mesmo eles estando vagos, porque você teria que ter pago e não pagou, aí não pode ir. Aí eu pergunto: qual é a necessidade de utilizar a saída de emergência? Não havendo ninguém na fila de emergência, como vai ser utilizada? Ninguém vai pagar R$20,00 para ainda trabalhar para a companhia aérea, na necessidade – Deus o livre! – de usar a saída de emergência. Na primeira fila, quando che-

gam as pessoas que são necessitadas de tratamento diferenciado, as pessoas que pagaram os R$20,00 têm de sair para dar assento, quando seriam devolvidos os R$20,00. Isso é um absurdo. Acho que a Anac tinha de tratar com relação a isso.

Quanto ao atraso, V. Sª mostrou aqui um gráfico... Eu, ontem, estava em Salvador e vinha para Brasília. Meu voo era às 5h20 da tarde. Não posso chegar atrasado um minuto que eu perco o voo. Cheguei e aí começou: o avião está atrasado e a previsão é de 30 minutos. Às 6 horas, tinha um voo para Brasília de outra companhia. Eu poderia ter mudado de voo, mas, por 30 minutos – 5 e 20 com mais 30 minutos passaria para 5 e 50 –, dá esperar. Próximo dos 30 minutos, mais 30. Aí, já não dava mais para pegar o voo das 6 horas. E assim foi. Tivemos 2 horas e 10 minutos de atraso, para sair de Salvador para vir para Brasília. Perdi uns cinco voos, com compromisso aqui, em Brasília.

Minha pergunta é: a informação que é repassada pela companhia aérea devia ser controlada pela Infraero ou pela Anac nos aeroportos...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para concluir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já concluo.

Não há por que enganar o usuário sem que... V. Sª apresentou aqui a quantidade em milhões de reais de multas da Anac. Não adianta nada, não adianta nada. Essas multas são pagas? É a pergunta que eu faço.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda, último orador inscrito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Srª Presidente.

Senhores convidados, Exmº Sr. Ministro, eu vou aqui só fazer uma síntese de praticamente tudo que se falou.

O que me preocupou foi que os senhores nos mostraram as providências que estão tomando com os aeroportos das cidades que vão sediar a Copa e onde têm o maior fluxo, mas os senhores não se preocuparam ainda com os outros aeroportos, pois os turistas que aqui vierem irão para outras cidades. Esse é o gancho que eu pego.

Eu acho que ou meu colega Ferraço leu aqui ou eu leio o dele, pois são os dois piores aeroportos do País. Vejam os senhores que não temos um lugar para revisteiro, não temos lugar para sentar, não temos lugar para estacionar – gente perde voo, porque não tem onde estacionar o carro –, onde a população é tratada como gado: senhoras grávidas sentadas no chão.

Agora, as tarifas, não; as tarifas são as mais baratas do Brasil. Segundo o ex-Ministro Walfrido dos Mares, nós tínhamos as maiores tarifas. Ele disse que tínhamos de baixá-las. No entanto, em março deste ano, elas foram alteradas – para cima.

Levamos dois anos para conseguir um puxadinho. O puxadinho de Goiânia foi licitado várias vezes. A obra está três anos e meio parada por superfaturamento. E a população paga.

Nós estamos com um problema com o *ambulift.* Eu presenciei uma senhora que não podia subir em cadeira de rodas e o *ambulift* tinha quebrado. Ela subiu com o pessoal da própria segurando, mas ela quase dá uma cambalhota para trás. Ela chegou lívida. Os senhores conhecem isso sobejamente. Agora, o que falta é providência.

É muito triste quando nós nos deparamos com uma revista como a *Veja*, que tem toda a credibilidade, que começa assim "Uma investigação da Polícia Federal comprova: nunca se superfaturou tanto na Infraero quanto no Governo Lula". Ela usa termos pesados, inclusive: "Análise minuciosa dos documentos, aliada à rigorosa vistoria de cada obra, produziu um relatório espantoso" e, como já foi dito aqui, "de R$4,2 bilhões, foram superfaturados R$891 milhões".

Uma última notícia, que eu não sabia: foi orçado em Santos Dumont um vidro plano, que estava orçado em R$3 milhões; depois de licitado, resolveu-se fazer o vidro curvo; e esse vidro curvo custou R$30 milhões. De R$3 milhões para R$30 milhões. Bom, e, assim, a gente está num processo doloroso, de difamação, em que nós, brasileiros, nos sentimos mal em ver tanto desperdício. Eles usam, inclusive, um outro artifício: legalizaram o superfaturamento. Isso que é o pior.

Hoje, temos dois institutos, o de pesquisas de custos, de índices da construção, o Sinapi, e o Sistema de Custo Rodoviário (Sicro). Esses estão bem acima dos valores. Então, o TCU fica amarrado porque não pode classificar como superfaturamento, mas encontra-se, por exemplo, tijolo 20% mais barato no mercado – isso para um cidadão comum –; tinta látex, 128% mais barata; forro para teto, 145%. Quer dizer, está nítido, é nítido o desvio.

Se nós não tomarmos providências, se nós não tivermos acuidade com o dinheiro público, vamos chegar ao que estamos assistindo, à falência de todos os aeroportos. Temos, hoje, uma rodoviária no nosso Estado, que dá de 10 a 0. No entanto, somos tratados como gado. E o resto já foi dito aqui.

Acho que ou a gente rasga tudo isso e começa de novo, Sr. Ministro, ou, então, sinceramente, vamos passar nessa Copa uma das maiores vergonhas que o País já teve, não só pelos aeroportos novos, não. Talvez, os novos ainda fiquem meia-boca, mas o pessoal vai

viajar, vai querer conhecer o Brasil e aí vai encontrar a nossa realidade.

O senhor me desculpe, é um desabafo de quem sofre todos os dias, inclusive nem podendo mais entrar naquelas poltronas, como falou meu colega aqui, Flexa Ribeiro, que, numa última viagem, o cidadão reclinou a poltrona e dormiu; o de trás queria levantar para ir ao toalete e não pôde, não passava e ficou meio incomodado de acordar a pessoa da frente. Então, isso tudo está acontecendo aqui e a gente vive – os senhores também viajam –, e as coisas continuam piorando, não melhorando.

Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Infelizmente, eu queria fazer algumas arguições, mas o painel já está aberto, estamos em votação nominal no plenário do Senado e não me resta outra coisa senão pedir que V. Exª encerre a reunião para que a gente possa ir votar lá.

Mas, colaborando com a fala dos nobres colegas aqui, quero dizer que existem algumas situações que, realmente, são vergonhosas. Aqui foi falado de Goiânia, Vitória, Cuiabá, Florianópolis. Eu citaria só Cuiabá, para não me alongar. Em Cuiabá, é uma vergonha. Lá tem o terminal 1 e o terminal 2. Você tem que descer a bagagem num terminal – falo em terminal, mas não é isso, porque as obras foram feitas separadamente e a parte nova já está caindo aos pedaços, tem parte do teto desabando. Você tem que descer na chuva ou no sol, pegar a bagagem em um terminal e sair por fora, pela rua, e embarcar em outro. Isso já faz mais de cinco anos.

O aeroporto de Florianópolis, coitada da nobre Senadora Ideli, que já não está mais aqui, cumpriu oito anos de mandato e ficou todo esse tempo aqui cobrando e não foi sequer licitado. Não sei se foi licitado, o Sr. Ministro poderia nos informar depois. Mas tenho parentes em Santa Catarina, viajo muito para lá nos finais de ano, e ali é uma vergonha nacional, um aeroporto que recebe turistas do mundo inteiro, que vão para as praias de Santa Catarina, e está naquela situação.

Se formos aqui falar, o nosso problema não é nem superlotação nos aeroportos, é uma questão de redimensionamento de fluxo e fazer estações dignas do povo brasileiro e também dos turistas que aqui chegam.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp, não vou suspender a reunião, mas deixo livre aos Senadores que quiserem ir votar.

Concedo a palavra ao Dr. Wagner Bittencourt, para que ele possa responder as perguntas, uma vez que temos aqui jornalistas, assessores de Senadores, que gostariam de ouvir as respostas.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Senador Ricardo Ferraço, vou tentar responder um pedaço e passar para o Dr. Gustavo, que conseguirá responder com uma propriedade melhor.

Do ponto de vista do aeroporto de Vitória, nós sabemos que ele tem vários problemas, obra paralisada, enfim grandes questionamentos, mas, como é bom a gente olhar para frente, porque eu acredito sempre que a gente tem que tentar resolver os problemas, neste ano agora foi resolvida a questão com a empresa de engenharia, foi feito um corte. A parte de trás, vamos dizer, do projeto será discutida na Justiça e vai ser feita uma nova licitação. Isso vai permitir que ande o projeto.

O Exército já retomou a questão dos seus trabalhos, do projeto de engenharia, que a gente imagina que vai ser cumprido no prazo. Nós tivemos reuniões com o General Peri, que é o Comandante do Exército, com o General responsável pelas obras, e o que a gente vem acompanhando é que o cronograma está em dia.

No caso do terminal MOP, apesar de algumas dificuldades jurídicas que aconteceram nesse período, as obras estão andando; na torre também, e eu acredito que agora nós vamos ter condição de concluir na data prevista os cronogramas.

Esperamos não ter mais nenhuma surpresa do ponto de vista jurídico de andamento, porque, de vez em quando, nós temos uns questionamentos sobre a questão ambiental, mas temos trabalhado para resolver e atender essa data. Então, pediria que, depois, o Gustavo complementasse a questão dos prazos corretamente.

Acho que era isso, Gustavo. Você quer complementar a data? Melhor, porque aí responde a pergunta do Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na prática, a minha pergunta diz respeito à indagação: qual é o cronograma oficial para a conclusão das obras do aeroporto de Vitória?

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Como o Ministro disse, Senador, o senhor é um homem que tem acompanhado esse processo, eu sou testemunha dele, ao longo do tempo, e o senhor sabe de todas as dificuldades do ponto de vista judicial, inclusive acompanhou a assinatura do contrato do módulo operacional que termina nos próximos dias. Eu acho que toda a Infraero tem vergonha do que aconteceu em Vitória e em Goiânia, sem dúvida nenhuma; uma

obra parada há quatro anos por decisão judicial sem que a gente consiga andar nessa obra, eu acho que faz mal a todo mundo. Não é questão deste governo ou daquele governo, é uma questão que as coisas estão sendo decididas na Justiça e nem sempre a gente pode ter, vamos dizer, a ação que deveríamos.

De qualquer maneira, o responsável pelo cronograma sou eu, está aqui, posso entregar para o senhor e posso mandar por escrito, assinado por mim, como o senhor preferir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu gostaria que o senhor formalizasse, então, e me enviasse por escrito, não a mim, mas à Comissão, e a Comissão faz chegar a mim, porque esse é um documento muito importante, para que, no tempo, nós possamos monitorar, mais uma vez, esse compromisso institucional que não o senhor assume comigo, mas a Infraero assume comigo, porque são questões impessoais.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Sem dúvida nenhuma, farei isso e, mais: farei publicar no *site* da Infraero esse cronograma para que a população de Vitória e do Espírito Santo possa acompanhar também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Sobre esse assunto, não tenho complementação, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, respondendo agora ao Senador Dornelles.

Senador Ferraço, pode assumir a Presidência aqui, um instante?

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Senador, a primeira questão que o senhor levantou foi por que o Galeão não entrou nesse processo agora. Ele não entrou agora, porque a gente já vinha estudando esses três outros aeroportos no sentido de tentar fazer uma concessão administrativa ou comercial de loja de aeroporto. Então, esse já estava num processo mais avançado. O que não quer dizer que nós não vamos avançar nessa questão tanto para Rio de Janeiro como para Confins.

A Presidenta mesmo, naquele dia, informou que, quanto a esses dois aeroportos, nós iríamos continuar estudando para avaliar. Então, está em avaliação, já conversei com o Governador Pezão, já conversamos com o Governador Anastasia também e estamos em andamento nessa avaliação. Então, essa é a primeira questão.

Existe uma outra questão aqui sobre o Aeroporto Santos Dumont, depois eu vou pedir que o pessoal comente sobre isso, porque talvez eles consigam dar uma resposta mais objetiva, então passaria essa ou para a Infraero ou para a Anac.

Eu acho que nos aeroportos do Rio de Janeiro a gente tem dificuldades, assim como em outros aeroportos. O que foi dito aqui é a absoluta verdade e nós estamos trabalhando para superar essas dificuldades. Uma das ações em que podemos melhorar muito o aeroporto, não somente fazendo investimentos que estão sendo feitos... A gente está remodelando o aeroporto 1, vai ser complementada a parte 2 do aeroporto novo, enfim, eles estão sendo reformados com novas escadas rolantes, reforma de banheiros, tudo para a melhoria do conforto dos passageiros vai ser feito, mas muitas dessas questões como atender melhor o passageiro, nós estamos tentando resolver com essa questão da melhoria de gestão dos aeroportos. É até interessante. Tem uma sala que foi inaugurada aqui em Brasília, na sexta-feira, outra em Guarulhos. Talvez fosse até interessante visitar, porque é um ambiente em que todo mundo que é responsável pelo aeroporto – e não é só um ou outro – tem oportunidade de ver as dificuldades que são...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu viajo muito. Chega-se ao aeroporto de Porto Alegre, verifica-se que o serviço está funcionando às mil maravilhas. Chega-se ao aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, de Salvador e no Rio, é um caos. A impressão que eu tenho é de que não é um problema de gestão nacional da Infraero; é um problema de administração da Infraero Rio. É um verdadeiro caos.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – A gente está tentando melhorar. Esse trabalho de gestão é fundamental. Não sei se o senhor teve oportunidade de sair pelo Santos Dumont essa semana. Foi inaugurada, semana passada, no fim da semana, foi expandida a área de Raios X do aeroporto. Eram cinco máquinas; estão sendo instaladas mais três máquinas. Duas já estão instaladas e mais uma instalada. Então vai aumentar em 60% a capacidade. Deu uma boa melhorada.

Nós vamos trabalhar para isso. Tem uma série de outras iniciativas desse tipo de que a gente poderia falar aqui. São iniciativas de gestão que melhorarão o atendimento ao usuário. O senhor tem plena razão e nós vamos trabalhar nisso.

Não sei se você quer comentar aquela questão da...

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Senador, uma das ações que a Anac fez em 2009, de implantação do sistema de gerenciamento da segurança operacional, foi justamente tratar do Aeroporto Santos Dumont, onde inicialmente a pista auxiliar foi recapeada no início do

ano. No meio do ano, a Infraero nos procurou e solicitou o recapeamento da pista principal.

Isso foi um sucesso para a aviação civil brasileira. Nós fizemos totalmente o recapeamento da pista, as aeronaves passaram a operar numa das menores pistas do mundo com segurança, com uma série de restrições impostas colaborativamente, a Anac e a Infraero. Isso tudo foi feito em 2009.

Então, infelizmente, quem passou a informação para o senhor não passou uma informação fidedigna. A Anac vem acompanhando mensalmente os aeroportos. Nós temos uma resolução que trata justamente da medição dessas pistas.

A Infraero e os outros provedores da Aesp, no caso de São Paulo, passam para a gente e a gente vem acompanhando. Quando há um problema, nós obrigamos as empresas a fazer a retirada de borracha e a manutenção na pista, conforme os critérios de segurança mais perfeitos que a gente imagina, que são os internacionais, feitos pela OAS, que o Brasil recebeu numa resolução da Anac.

Então, Senador, por favor, eu gostaria de ter a sua confiança de que nós estamos mantendo isso em excelentes padrões.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Presidente da Infraero, Dr. Antônio Gustavo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Obrigado, Senadora.

Senador, eu acho que...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Início de intervenção fora do microfone)* ...no Galeão, há uma fila de carregadores que não recebem há oito, nove meses. Isso dói o coração da gente.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Isso, o senhor pode ter certeza absoluta de que eu vou verificar. Eu não conhecia.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se V. Sª permitir, eu vou mandar o nome deles.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Perfeitamente. Aliás, eu gostaria muito que o senhor fizesse isso, porque nos interessa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quando eu chego lá, há uma fila reclamando que não recebe há oito, nove meses, indivíduos passando as maiores necessidades.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – São funcionários contratados pela Infraero?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela Infraero.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Sinceramente eu não sei, mas garanto para o senhor que irei olhar isso, porque efetivamente isso não pode acontecer de forma alguma. É contra as normas e não tem o menor sentido. Em todos os lugares onde terceirizados da Infraero deixam de receber por alguma razão, a Infraero tem honrado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eles recebem o seguro-transporte; mas o salário, não recebem.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Não, eu vou verificar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Recebem o vale-transporte, o vale-alimentação, e o salário não recebem

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Se o senhor tiver os nomes, nos ajuda e muito. Pode ter certeza.

Com relação ao atendimento, estamos trabalhando para que o atendimento seja uniforme no Brasil todo, que o atendimento que o senhor tem em Confins e em Porto Alegre, como o senhor citou, o senhor tenha no Galeão também. Pode ter certeza. Nós trocamos a administração lá há pouco tempo e estamos fazendo todo um trabalho de educação visando, efetivamente, ao cliente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O ponto básico, Presidente, é o seguinte: chega-se a Porto Alegre, chega-se ao aeroporto de Salvador... Hoje, nas esteiras, senhoras idosas, às vezes, tem dificuldade de segurar a mala e os carregadores do Rio não podem entrar. Em Porto Alegre entram, em Belo Horizonte entram, e os do Rio não entram. Então ficam ali pedindo ajuda a outras pessoas.

Não vejo razão. Esse é um problema administrativo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – É, sem dúvida, deve ser um problema administrativo. Eu vou verificar. Prometo ao senhor.

Se você puder responder ao Senador agora, fique à vontade, por favor.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não precisa responder agora. Estou dizendo para, no momento, oportuno o senhor verificar. Eu considero a administração do Aeroporto do Galeão, em termos de Brasil, a pior administração do País, mas espero que agora melhore. Faço votos...

Quero cumprimentar o Ministro, o Presidente da Anac, o Presidente da Infraero e dizer que aqui no Senado podem contar conosco. Consideramos da maior importância esse problema dos aeroportos, principalmente tendo em vista, eu como Senador do Rio, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, de modo que o que eu puder fazer para ajudar nesse esforço, podem contar comigo.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Wagner para suas considerações finais e logo em seguida ao Dr. Antonio e, por fim, ao Dr. Carlos Eduardo.

O SR. WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Eu queria agradecer, primeiro, a oportunidade de estar aqui no Congresso, particularmente no Senado, para discutir essa questão do aeroporto.

Como tentei esclarecer aqui, com o tempo de vivência mais aprofundado que tenho sobre o tema, é realmente um tema muito complexo. Não é fácil de resolver. Não é uma coisa simples de ser resolvida e, se for resolvida, e será resolvida, vai ser com esforço, como eu disse, não só de quem está dentro da cerca, que são todas aquelas entidades governamentais e privadas que trabalham dentro do aeroporto, mas também das entidades que estão fora da cerca, que são não só Estados e Municípios, como também o Congresso Nacional.

É fundamental que se tenha um tratamento uniforme, que a gente entenda os problemas e que cada um possa fazer o que estiver à sua disposição para viabilizar esse projeto. Hoje vimos questionamentos obviamente todos relevantes, importantes e corretos. Se não tivermos o apoio dos Estados, dos Municípios e do Congresso, nós vamos fazer, mas não o faremos com a eficácia e com a velocidade que nós desejamos. Então, vejo hoje, nesses dois meses de trabalho, uma capacidade de atuação muito grande, vejo uma dedicação muito grande da Infraero, da Anac, da SAC, do Decea, que não está aqui hoje, mas acho que seria que em nova oportunidade ele aqui pudesse estar também para mostrar uma integração de todos os agentes do Governo nessa linha, da Polícia Federal, da Receita Federal, das companhias aéreas. Então, precisamos dessa união para poder trabalhar e conseguir os objetivos que nós pretendemos.

Tenho certeza de que isso vai acontecer. Estou vendo, dentro dos aeroportos, nos centros de governança, de gestão dos aeroportos, que essa atuação conjunta já está dando frutos. Não tenho dúvida de que com a gestão melhor e com a atuação consertada de todos esses agentes, nós vamos atender a todas as necessidades do País não só na Copa e nas Olimpíadas, mas também todos os dias, porque essa é nossa obrigação, essa é a nossa dedicação de todos os dias.

Então agradeço. Estaremos sempre aqui quando convidados. É um prazer. Aguardamos sugestões. Nós recebemos críticas, sugestões não como algo ruim, mas como uma coisa muito boa para aprimorar nosso serviço, até porque todos nós somos usuários do aeroporto; todos nós algum dia já tivemos algum problema e todos nós devemos contribuir no sentido de sugerir soluções e ajudar na solução desse problema. Muito obrigado, Senadora, agradeço realmente muito a presença.

O SR. ANTÔNIO GUSTAVO MATOS DO VALE – Muito obrigado, Senadora Lucia Vânia. Na mesma linha do Ministro Wagner, quero dizer que a Infraero está à inteira disposição, como sempre esteve, para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados, para os demais órgãos de controle, assembleias legislativas, como a do Estado da senhora. Eu sou testemunha da sua luta pelo aeroporto de Goiânia.

Quero dizer que, na realidade, isso nada mais é que a demonstração de que o povo brasileiro começou, por diversas razões, a andar de avião, e o aeroporto adquiriu importância que não tinha há 10, 12 ou 15 anos. Então, está na ordem do dia, estamos plenamente conscientes da nossa responsabilidade de prover estrutura aeroportuária condizente com a necessidade da demanda brasileira hoje. O que posso dizer, no pouco tempo em que estou lá, é que tanto eu quanto toda a administração, os funcionários da Infraero, o País pode ter certeza, de que estaremos empenhados em, sem dúvida nenhuma, cumprir os compromissos que temos assumido ao longo do tempo não com o Congresso, não com o Governo, mas com o bem-estar do povo brasileiro. Posso dizer para a senhora que estamos absolutamente abertos a qualquer tipo de pedido, informação, explicação e a qualquer tipo de comprometimento que a Infraero possa ter com o Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada.

Com a palavra, o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO – Obrigada, Senadora, seguindo as mesmas palavras do Ministro Wagner, do Dr. Gustavo, a Anac é obrigada a seguir essa mesma linha não por obrigação funcional ou disposição legal, mas porque a gente vive a aviação. No dia a dia, quem é piloto, como eu, está lá para contribuir, para dar segurança, para trabalhar diuturnamente para que o nosso sistema de aviação civil seja cada vez melhor. Essa é nossa missão, a atribuição da agência. Tenha a certeza de que os dois mil funcionários da agência estão unidos nesse esforço, não só os diretores que foram aprovados por esta Casa – e temos mais um a ser sabatinado na quinta feira; estaremos aqui torcendo pelo Dr. Marcelo. Pode contar conosco com relação a isso.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Wagner Bittencourt, ao Dr. Antônio Gustavo, ao Dr. Carlos Eduardo. Quero dizer aos senhores da nossa satisfação em recebê-los aqui.

Podem contar com o apoio da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Nós entregamos aos senhores nosso voto de confiança e principalmente nosso desejo de que tenham muito sucesso à frente dessa nova gestão, dessa nova diretoria. Portanto, deixo aqui o meu abraço, o meu reconhecimento pelo apoio, pela acessibilidade que os senhores tiveram para com o nosso convite.

A todos o meu muito obrigada pela presença.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 17 horas e 01 minuto.)

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM OITO DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 9 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia oito de junho do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número nove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Lídice da Mata, Ana Amélia, Vital do Rêgo, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, João Pedro, José Pimentel, Acir Gurgacz e Ivo Cassol. Deixam de comparecer os Senadores Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval, Eduardo Amorim, Wilson Santiago, Ciro Nogueira, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a discussão e a votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO/2012 (PL nº 02/2011-CN) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida a Presidência concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Wellington Dias, para proferir o seu parecer sobre as emendas e as suas considerações. O Relator explana que foram apresentadas 13 Emendas ao PLN nº 02/11-CN de autoria dos Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Lídice da Mata, Paulo Paim, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo e Marisa Serrano, e sugere a aprovação de todas elas, uma vez que não há limites aplicáveis à propositura de emendas de texto. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Senadora Lídice da Mata. Colocadas em votação, a Comissão aprova as seguintes emendas: Emendas ao Texto: **Emenda 1) Artigo 20 Parágrafo 2 – Modificativa; Emenda 2) Artigo 4 – Modificativa; Emenda 3) Artigo 48 Inciso II – Aditiva; Emenda 4) Inciso I Item 63 – Aditiva; Emenda 5) Artigo 4 – Modificativa; Emenda 6) Inciso I Item 63 – Aditiva; Emenda 7) Inciso I Item 63 – Aditiva; Emenda 8) Artigo 21 Parágrafo 2 – Modificativa; Emenda 9) Artigo 36 Parágrafo 2 Inciso II Alínea b – Modificativa; Emenda 10) Inciso I Item 63 – Aditiva; Emenda 11) Inciso I Item 63 – Aditiva; Emenda 12) Artigo 19 Parágrafo 6 – Aditiva; e Emenda 13) Artigo 17 Parágrafo 1 Inciso I Alínea K – Modificativa.** Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata e a submete a aprovação. **A ata é aprovada**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **BENEDITO DE LIRA,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, dou por aberta a presente reunião, que tem por objetivo analisar o parecer da Comissão, do Senador Wellington Dias, no que diz respeito às emendas para a LDO, emendas da comissão.

Antes de entrarmos nos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Solicitada a dispensa da leitura da ata, submeto à votação.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada. A ata está aprovada.

Convite. Em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deliberou, por meio do Requerimento nº 13, de 2011, participar, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção da organização do Projeto "II Fórum Legislativo das Cidades-Sede da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – o Poder Legis-

lativo fazendo parte do time da Copa de 2014". Dia 18, Fortaleza; dia 9 de maio, foi no Recife; 3 de junho, em Belo Horizonte. A quinta cidade a ser visitada será Manaus, no dia 13 de junho próximo.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias para a leitura do seu parecer.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, quero ressaltar aqui a importância desse trabalho relacionado à Copa e também agradecer a participação de V. Exª e dos membros desta Comissão nas viagens que fizemos na Subcomissão de Desenvolvimento Regional, tanto para Maceió como agora para Campina Grande, na Paraíba, com uma forte participação das lideranças públicas e privadas nesses dois Estados.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu quero cumprimentar V. Exª pelo êxito das duas reuniões.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente, primeiro, agradeço a confiança de coordenar a área das emendas na nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Vou passar à leitura do relatório.

A teor do disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2, de 2011-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício de 2012. A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 (LDO 2012) orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A fim de oferecer o devido tratamento a esses temas, o projeto da LDO 2012 (PLDO 2012) é integrado pelo texto propriamente dito e por seis conjuntos de documentos anexos ao texto, documentos que visam: relacionar tanto os demonstrativos quanto as informações que devam integrar o projeto de lei orçamentária de 2012; fixar as metas fiscais para os exercícios de 2012, 2013 e 2014; relacionar as despesas isentas de eventual limitação de empenho e movimentação financeira; evidenciar os riscos fiscais para os exercícios vindouros; explicitar os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2012, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CDR tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. São passíveis de emenda, segundo o parecer preliminar, o texto do PLDO, os quadros orçamentários demonstrativos e as informações complementares que devam acompanhar o projeto de lei orçamentária de 2012, os demonstrativos de renúncia de receitas (inclusive previdenciárias), a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e a relação das despesas isentas de limitação de empenho e movimentação financeira. Não há limites aplicáveis à propositura de emendas de texto.

Encontra-se em análise, por esta Comissão, treze propostas de emendas. As propostas foram apresentadas pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Lídice da Mata, Paulo Paim, Vanessa Grazziotin, Vital do Rêgo e Marisa Serrano, nos termos do quadro de emendas, anexo a este parecer.

É o relatório.

II – Análise

As emendas propostas são analisadas com base na legislação em vigor, notadamente a Constituição, as normas aplicáveis às finanças públicas e aos orçamentos públicos e o Regimento Interno. No tocante ao Regimento Interno, ressalta-se a necessidade de as emendas porventura propostas pela CDR tratarem de matéria atinente às competências da Comissão, a saber:

a) desigualdades regionais e políticas de desenvolvimento regional, estadual e municipal;

b) planos regionais e desenvolvimento socioeconômico;

c) programas, projetos, investimentos e incentivos associados ao desenvolvimento regional;

d) integração regional;

e) turismo;

f) temas correlacionados àqueles de que tratam as alíneas precedentes.

Sob a perspectiva da legislação em vigor e das competências desta Comissão, cumpre assinalar que todas as propostas de emenda foram adequadamente elaboradas. Cabe sugerir, entretanto, estas duas correções na redação das emendas de números 1 e 9, de modo a aclarar-lhes o sentido:

emenda nº 1: *"§ 2º Entre os*

projetos ou os subtítulos de projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que estejam localizados, nesta ordem, nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste e, no âmbito de cada região, os que apresentarem maior percentual de execução física.";

ii. emenda nº 9: *"b) às ações de defesa civil em Municípios comprovadamente afetados, desde a notificação preliminar do desastre, enquanto os danos decorrentes subsistirem, não podendo ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ocorrência do de-*

sastre, bem como em Municípios comprovadamente localizados em áreas de risco, visando a ações preventivas que minimizem o risco;".

Naturalmente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização cuidará de sistematizar o trabalho de elaboração do PLDO 2012, inclusive promovendo a harmonia de seu texto mediante a incorporação não apenas das emendas desta CDR, mas, também, das emendas apresentadas por outras comissões e pelos próprios parlamentares.

III – Voto

Feitas essas considerações, somos favoráveis à apresentação, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, de todas as trezes emendas propostas. Pedimos, entretanto, que a Secretaria da Comissão promova os ajustes na redação das emendas de números 1 e 9, nos termos propostos neste parecer.

É o voto.

Plenário da Comissão, em 8 de junho de 2011.

Senador Benedito de Lira, Presidente.

Senador Wellington Dias, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ...antes que possa encerrar a Comissão, de informar que, em razão de um convite feito pela Universidade de Harvard, estarei ausente entre os dias 17 e 22 deste mês, quando estaremos tratando de um tema que tem muito a ver com esta Comissão, ou seja, um tema relacionado à política sobre drogas, na área de dependência química. Também recebi um convite para tratar de uma modelagem nessa área do desenvolvimento que experimentamos no Estado do Piauí, que é um modelo de central de cooperativas. Assim, posteriormente, poderei oferecer, com muito prazer, informações sobre essa experiência a esta Comissão.

Será uma exposição para um grupo de professores, estudantes e outros profissionais, que estão fazendo um trabalho nos países africanos e estão em busca de alternativas que possam permitir a entrada dos pequenos no mercado global. Ou seja, como dar oportunidade a uma micro ou pequena empresa, ou a um pequeno produtor rural, um pequeno artesão, ou mesmo um produtor urbano para que ele tenha acesso e possa incluir os seus produtos nessa área.

Então, por se tratar de um afeito a esta Comissão, queria aqui não só pedir permissão para realizar esse encontro, estamos encaminhando, como manda a lei, ao plenário, mas faço questão de fazê-lo também aqui, na Comissão, e juntamente com ela, é claro, na Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero cumprimentar o Senador Wellington Dias pela oportunidade que está dando à Comissão de sair daqui para, na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, fazer uma apresentação e logicamente uma palestra a respeito de um tema que parecer ser hoje unanimidade no mundo inteiro, as drogas. Amanhã, estaremos nos deslocando para Alagoas e para o Piauí, para observarmos as unidades terapêuticas que existem nos dois Estados. Porque isso é, sem dúvida alguma, um problema sério não apenas dos usuários de drogas, mas de todo o Brasil. Quero cumprimentar V. Exª pelo ensejo de representar este País, este Congresso nessa universidade dos Estados Unidos da América do Norte.

Gostaria de comunicar aos Srs. Senadores e chamar atenção da Secretaria da Comissão que, de acordo com o art. 87, combinado com o art. 44 do inciso I da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos e Orçamento Público e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A ata será aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Encerrada a Ordem do Dia...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Conforme dialogamos em Campina Grande, e foi V. Exª inclusive quem teve esta iniciativa, quero ver se a Secretaria da Comissão poderia tratar para que, na próxima terça-feira, possamos fazer aquele encontro da Bancada do Norte com a Bancada do Nordeste, convidando os governadores das duas regiões, para que possamos

tratar de temas comuns. Entre eles, a proposta relacionada a uma alternativa para o pré-sal. Já foi aprovado o requerimento na Comissão. Queria ver a possibilidade de, no dia 14, terça-feira, ou na quarta-feira, enfim, na data adequada, organizar as condições desse evento.

Tenho dialogado com os membros tanto da Bancada do Norte quanto da Bancada do Nordeste, e há muito interesse nessa discussão.

Acho que é muito importante fazermos, sob a presidência de V. Exª, a audiência aprovada na Comissão de Desenvolvimento do Nordeste já nesta Comissão. Certamente, a Senadora Vanessa, que está coordenando o trabalho na Região Amazônica, tem plena concordância de realizarmos esse ato.

Temos de ver a agenda das viagens da Copa para encontrarmos uma data que não esteja ocupada, na próxima semana, para realizarmos esse evento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Foi muito bem lembrado por V. Exª, pois é um assunto que temos discutido. Vamos conversar com os companheiros da Comissão para que possamos agendar essa reunião antes ou depois da sua viagem aos Estados Unidos. Mas faremos isso antes do recesso parlamentar.

Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, estava ouvindo atentamente o Senador Wellington Dias, que tem dado tanta contribuição ao nosso trabalho no Senado, e queria propor a V. Exª a constituição da Subcomissão da Copa, que terminou não se constituindo, para que nós pudéssemos participar de forma mais intensa daquele fórum parlamentar que reúne a Câmara e o Senado e outras instituições, as assembléias legislativas, participar de forma mais integrada.

Além disso, Sr. Presidente, eu quero encaminhar a V. Exª – aquii o faço oralmente, mas já estou encaminhando à Comissão – um requerimento no sentido de que pudéssemos trazer aqui a Secretária Nacional de Políticas para o Turismo para que apresentasse o Plano Nacional de Turismo à nossa Comissão, de forma detalhada, de forma a que pudéssemos debatê-lo; acrescentar metas, analisar as metas propostas, para que pudéssemos dar um salto na situação do turismo nacional.

Sei que esse tema faz parte da preocupação de V. Exª em pronunciamentos, em diversas ações aqui, no Senado, e ao longo do seu mandato, até pela importância do seu Estado como receptor de turistas no nosso Nordeste, com toda a potencialidade e beleza natural que tem para ser um dos grandes destinos turísticos do País.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço à nobre Senadora pela lembrança no que diz respeito ao convite à Secretária Nacional de Turismo.

O requerimento está aí?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Vou fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Na próxima reunião, V. Exª apresenta, porque, assim, nós já o aprovamos e marcamos a data. É fundamental, importantíssimo isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Meus parabéns por essa lembrança. Pelo que bem sei, V. Exª é que tem sido um dos expoentes desta Comissão no que diz respeito ao trabalho, às ações e à preocupação no tocante não só à Copa do Mundo, mas também a essa ação agregada.

Na próxima terça-feira, já comunicamos a formação da Comissão e aprovaremos o seu requerimento para chamar a Secretária.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo. E o novo horário fica esse, a partir de agora?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não. Este não. O novo horário é terça-feira, às 14 horas, porque estava havendo muito desencontros e...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É verdade. Fica melhor assim.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Aliás, muitas comissões na quarta-feira.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Fica para terça-feira, às 14 horas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está certo, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião e convoco para a próxima reunião, no horário regimental.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 40 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATORZE DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia quatorze de junho do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo

II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ataídes Oliveira, João Pedro, José Pimentel, Acir Gurgacz, Lúcia Vânia, Armando Monteiro e ainda, o Senador Lindbergh Farias, que não compõe esta Comissão. Justifica a ausência o Senador Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Ciro Nogueira, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, esclarecendo que a ata da reunião anterior já foi aprovada, tendo em vista que a referida reunião foi destinada a discussão e votação das emendas à LDO, nos termos do artigo 87, combinado com o artigo 44, inciso I da Resolução nº 1/2006-CN. Antes de dar continuidade, o Presidente faz a designação dos membros da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (art. 89, IV do Regimento Interno do Senado Federal). A Subcomissão fica composta por 5 (cinco) parlamentares titulares e 5 (cinco) suplentes, tendo sido designados, na qualidade de titulares, os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira; e, como suplentes, os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposição: **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2010** *"Altera o § 1º do art. 1º da Lei 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e dá outras providências.(Inclui faixa da fronteira da Região Sul nas áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus à crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados)."* **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com 01 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Após a leitura do relatório, e não tendo quem queira discutir a matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01-CDR. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2011** *"Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para estabelecer o dever de os municípios elaborarem mapeamentos de áreas de risco em seus territórios, fixar prazos e sanções por seu descumprimento e autorizar a União a criar o cadastro nacional das áreas de risco, com a finalidade de dimensionar, estabelecer diretrizes e prioridades para a ação integrada dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil."* **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, Ana Amélia e Ana Rita. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. **ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2009** "*Altera a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, e dá outras providências."* **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com 01 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Após a leitura do Relatório e encerrada a discussão, a Comissão delibera no sentido de adiar a votação da Matéria. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 572, DE 2009** *"Acrescenta o inciso XII ao artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que "Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos."* **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** A Presidência designa relatora "Ad Hoc" a senadora Lídice da Mata. Após a leitura do Relatório e encerrada a discussão, a Comissão delibera no sentido de adiar a votação da Matéria. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 18/2011-CDR** *"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, a ser realizada em duas reuniões, sendo a primeira com representantes do Governo e a segunda com representantes do trade turístico, com a finalidade de debater o Plano Nacional de Turismo, com a presença dos seguintes convidados para a primeira reunião: o Presidente da EMBRATUR, a Secretária Nacional de Políticas de Turismo e o Presidente da FORNATUR; e para a segunda reunião: o Sr. João Luiz dos Santos Moreira da Confederação Brasileira de Convention e Visitors Bureaux, o Sr. Enrico Fermi Torquato da Associação Brasileira da Industria de Hotéis – ABIH, o Sr. Carlos Alberto Amorim Ferreira da Associação*

Brasileira de Agencias de Viagem – ABAV, o Sr. Ricardo Amaral da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos – ABREMAR, o Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH e o Sr. Alexandre Sampaio de Abreu da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, usa da palavra o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **BENEDITO DE LIRA** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Lembro aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras que a Ata da 14ª reunião desta Comissão já foi aprovada. Tendo em vista que a referida reunião foi destinada à discussão e votação das Emendas ao texto da LDO, nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas de Comissão deverão ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação.

Dia 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deliberou, por meio do Requerimento nº 13, de 2011, por participar, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, na promoção e na organização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014.

Até o presente momento, foram realizadas visitas em cinco cidades: Fortaleza, Recife, Curitiba, Belo Horizonte e Manaus. A sexta cidade será Brasília.

A Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste está promovendo visitas técnicas aos Estados que compõem a região da Sudene. A terceira reunião será realizada no Estado do Piauí, no dia 4 de julho, sob o patrocínio do Exmº Sr. Senador Wellington Dias.

Como não é necessário deliberar, quero comunicar ao plenário desta reunião a designação da Comissão.

De acordo com o art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete ao Presidente da Comissão "designar, dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição".

Fixar a composição da subcomissão temporária para o acompanhamento da Copa, dos jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016. Designar os membros, art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

São cinco titulares e cinco suplentes.

Titulares: João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira.

Suplentes: José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena.

Portanto, está designada, excelente Senadora Lídice da Mata, a Comissão que V. Exª, todos os dias, cobrava desta Presidência.

Dando prosseguimento à nossa reunião, vamos ao item 1.

ITEM 1
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2010

Altera o § 1º do art. 1º da Lei 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e dá outras providências. (Inclui faixa da fronteira da Região Sul nas áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados).

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Benedito de Lira.

Este tema é muito importante não só para aquela região, mas para outras regiões do País. Foi muito feliz o Senador Sérgio Zambiasi, meu antecessor nesta Casa, meu amigo e meu colega, na justificativa deste projeto. Ele afirma que o enfrentamento das desigualdades regionais exige tratar esse problema como uma questão nacional e que as desigualdades regionais diminuem a coesão e a integração territorial do País, acarretando perdas para o conjunto da Nação.

Mesmo que se saiba que o Sul é o Sul maravilha, há um equívoco nessa visão, Sr. Presidente, e a faixa de fronteira da região sul do meu Estado tem indicadores sociais e econômicos que mostram uma clara e inequívoca desvantagem em relação ao restante do País. Isso, por si só, já justificaria, porque veja o que tem a Zona Franca de Manaus em relação ao impacto

que aquela obra, aquele projeto representaram para toda a região Norte do País. Assim é que, dessa forma, também a fronteira que está em situação de desigualdade, em dificuldade de desenvolvimento, careceria de um aporte dessa natureza, como prevê o projeto do Senador Sérgio Zambiasi.

Durante a discussão desta matéria, em uma reunião extraordinária da CDR, realizada em 5 de maio de 2010, foi apresentada pelo ilustre Senador Pedro Simon uma sugestão de emenda, que foi acolhida e incluída no parecer do Senador Valdir Raupp. Portanto, por se tratar de matéria anteriormente apresentada nesta Comissão, faço uso do parecer do nobre colega que nos antecedeu nesta tarefa.

O PLS nº 40, de 2010, está de acordo com os parâmetros constitucionais aplicáveis, seja com relação à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da Constituição Federal), ou quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria (arts. 24, I; 48, I; 153, IV da Constituição). A proposição também atende à exigência, prevista no § 6º do art. 150 da Constituição, de que a concessão de qualquer benefício tributário depende de lei federal específica. Além disso, atende o disposto no art. 151, inciso I, da Carta Magna, que atribui à União a prerrogativa de instituir diferenças de tratamento tributário com a finalidade de reduzir desigualdades regionais.

Porém, o art. 2º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, estabelece que o crédito presumido estabelecido no art. 1º somente será usufruído pelos contribuintes cujos projetos tivessem sido apresentados até 31 de outubro de 1999. Assim, para contornar esse obstáculo, proponho a modificação do *caput* do art. 2º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, estabelecendo novo prazo para apresentação de projetos.

VOTO

Em vista do exposto, o relatório é pela aprovação do PLS nº 40, de 2010, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDR

(Ao PLS nº 40, de 2010)

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 40, de 2010, a seguinte redação:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.826, de 23 de a*gosto de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:*

"Art. 1º .....

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos empreendimentos industriais nas mesorregiões da Metade Sul e do Noroeste do Rio Grande do Sul, na faixa de fronteira da Região Sul e na Região Centro-Oeste, exceto no Distrito Federal.

....." (NR)

"Art. 2º O crédito presumido referido no artigo anterior somente será usufruído pelos contribuintes cujos projetos hajam sido apresentados até 31 de dezembro de 2012.

....." (NR)

Esse é o meu voto neste parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, dou por encerrada a discussão e submeto-a à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada. É uma homenagem ao Senador Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero comunicar ao Plenário que este projeto ainda vai passar pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Passemos ao item 2:

ITEM 2

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2011

Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para estabelecer o dever de os Municípios elaborarem mapeamentos de áreas de risco em seus territórios, fixar prazos e sanções por seu descumprimento e autorizar a União a criar o cadastro nacional das áreas de risco, com a finalidade de dimensionar, estabelecer diretrizes e prioridades para a ação integrada dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatoria: Senador Wellington Dias.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, passo a ler o relatório.

I – RELATÓRIO

A proposição em análise altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – Sindec, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências", para estabelecer o dever de os Municípios elaborarem mapeamentos de áreas de risco em seus territórios, fixar prazos e sanções por

seu descumprimento e autorizar a União a criar o cadastro nacional das áreas de risco.

A obrigação de mapear as áreas de risco, atualmente limitada aos Estados e ao Distrito Federal, é estendida aos Municípios e deixa de depender da adesão do ente federativo ao Sistema Nacional de Defesa Civil – Sindec. O prazo para o cumprimento dessa obrigação é fixado em cento e oitenta dias após a publicação da lei proposta.

O ente que descumprir as obrigações fixadas não poderá receber transferências voluntárias da União, exceto em áreas em estado de calamidade pública ou de emergência. O descumprimento da lei também é tipificado como crime de responsabilidade do prefeito ou governador.

A União é autorizada a dar apoio técnico e financeiro aos entes subnacionais para a realização do mapeamento, bem como a criar cadastro nacional de áreas de risco com o propósito de dimensionar e estabelecer diretrizes e prioridades para a ação integrada dos órgãos do Sindec, conforme classificação por categorias de risco e impactos socioeconômicos associados.

O autor da proposição, Senador Lindbergh Farias, argumenta no sentido de que o mapeamento de áreas de risco deve ser uma responsabilidade não só dos Estados, mas também dos Municípios, ainda que, para tanto, venham a contar com o apoio dos Estados e da União. Ademais, considera a necessidade de adesão ao Sindec um procedimento burocrático, que pode ser eliminado.

O cadastro nacional de áreas de risco permitiria a obtenção de informações atualmente inexistentes, em que cada área seria classificada segundo o risco presente e o impacto socioeconômico potencial associado.

A finalidade maior da proposição seria, portanto, fortalecer a cultura da prevenção, qual seja a de estruturação de um sistema capaz de evitar a repetição de tragédias a cada período de chuvas.

O projeto foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

O Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) foi criado pela Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. Composto por todos os órgãos públicos e entidades da sociedade civil responsáveis pela defesa civil, tem por objetivo planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil em todo o território nacional, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

A Lei determina que "os Estados e o Distrito Federal deverão encaminhar à Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura do termo de adesão ao Sindec, mapeamento, atualizado anualmente, das áreas de risco de seu território e disponibilizar apoio para a elaboração de plano de trabalho aos Municípios que não disponham de capacidade técnica, conforme regulamento".

Consideramos que as alterações propostas contribuem para o aperfeiçoamento do Sindec. Ao impor aos Municípios a obrigação de mapear as áreas de risco, em paralelo à obrigação já cometida aos Estados e ao Distrito Federal, o projeto cria uma duplicidade de esforços que contribuirá para a efetiva realização desse objetivo.

Parece-nos produtivo apenar o eventual descumprimento da obrigação de mapear as áreas de risco, mediante a caracterização de tal conduta como crime de responsabilidade de prefeitos e governadores, circunstância que ensejará a perda dos respectivos mandatos. Tal medida, certamente, resultará na elaboração dos mapas almejados, impedindo-se qualquer tipo de procrastinação.

Por fim, concordamos ainda com a supressão da etapa de adesão dos entes federados ao Sindec, por se tratar de um sistema criado por lei federal. O novo modelo deixará de depender da adesão voluntária dos entes federados, o que configura um regime incompatível com a gravidade e a urgência da situação das áreas de risco em todo o País.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2011.

É o Relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o autor, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Quero, primeiro, agradecer ao Senador Wellington Dias pelo relatório.

Você sabe, Presidente Benedito Lira, eu fui prefeito de uma cidade que tem problemas recorrentes de enchente. Enfrentei, como prefeito, por vários anos, esse problema. Assumi o mandato como Senador no meio da tragédia da região serrana. Estou fazendo parte de uma Comissão justamente para discutir a necessidade da criação de um novo sistema nacional de prevenção e alerta a catástrofes e desastres naturais.

A Presidenta Dilma, Senador Wellington, quando veio entregar a mensagem ao Congresso Nacional pediu ajuda aos parlamentares para discutir o novo marco legal desse sistema nacional de defesa civil.

Infelizmente, a legislação aprovada, a de nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, é insuficiente, na avaliação do governo, na avaliação deste Parlamento.

Veja bem, Senador Wellington Dias, eu estou aqui querendo criar uma lógica para funcionamento de um cadastro nacional de áreas de risco. Não existe isso hoje no País. É inconcebível, mas não sabemos o tamanho do problema.

A legislação de 2010 falava da adesão de Municípios e Estados ao Sindec. Pergunto aos senhores: algum Município aderiu? Algum Estado aderiu? Não, nenhum Município e nenhum Estado. Não há nada até agora. A legislação de 2010 é frágil nisso, é frágil no fundo. Eu só quero aqui dizer, inclusive para tranqüilizar os Senadores, que tenho discutido com muita gente do governo. E estranhei a orientação do pessoal da Liderança do Ministério das Cidades, porque aqui parece que nada está acontecendo em termos de formulação disso. Quando decidimos fazer, ir atrás, formular, há orientação para parar, discutir por seis meses. É preciso ter mais cuidado com proposições aqui de Senadores. Estamos estudando, tendo responsabilidade, indo atrás, estamos viajando os Estados todos. O Senador Wellington Dias à frente, Casildo Maldaner é o nosso Relator. Então, é preciso ter cuidado, porque, às vezes, encontram-se determinadas posições de assessorias aqui que querem, às vezes, dirigir, ditar rumo às Comissões. Porque isso aqui está sendo feito, estudado de forma muito séria. Nós ainda, antes de acabar, vamos ter discussão na CCJ. Temos discutido com vários Ministérios, em especial o Ministério da Integração Nacional.

Este projeto contribui na lógica de termos um aperfeiçoamento desse Sistema Nacional de Defesa Civil. É preciso ter um cadastro. Esse é que poderá dar possibilidade de planejarmos políticas públicas.

Eu não quero me alongar, pois sei que há uma pauta extensa aqui, mas, como todos sabem, estivemos na cidade do Rio de Janeiro, e a cidade do Rio de Janeiro tem uma experiência muito interessante. A cidade do Rio de Janeiro hoje, e o prefeito Eduardo Paes fez a apresentação, está toda mapeada: quantas casas estão em área de risco no Rio de Janeiro. Hoje, no Rio, nós temos 18 mil mapeadas, de que se sabe o nome, o endereço e, a partir daí, está sendo feito um planejamento.

Então, a ideia em curso – tranqüilizo os Srs. Senadores e agradeço muito ao Senador Wellington Dias pelo relatório – é de que ainda vamos ter tempo para esta discussão. A discussão está sendo feita nessa comissão especial, que está tendo todo o cuidado de discutir com os vários Ministérios envolvidos – Ministério das Cidades, Ministério da Integração, Ministério da Justiça, que tem outros projetos, como a criação de uma força nacional de defesa civil. De forma que é muito importante a aprovação desse projeto para não parar, para andar, para ter outros debates nas Comissões e no plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Sr. Relator.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL. *Fora do microfone*.) – Depois, com a palavra a Senadora.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Só quero fazer um registro. Quero parabenizar o nosso Senador Lindbergh Farias por essa proposição extraordinária. Vemos, a cada ano, essas catástrofes se repetirem e ninguém se manifestando, ninguém tomando nenhuma providência. Vejo que, realmente, cabe a este Parlamento e a V. Exª, muito bem-sucedido com esse belo projeto. E percebo que é uma medida preventiva e que, diante desse mapeamento, nós podemos, então, evitar muitas catástrofes pela frente, até mesmo eliminar, possivelmente.

Então, mais uma vez, parabéns por essa iniciativa brilhante, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, quero também parabenizar o Senador Lindbergh. Creio que essa é uma proposição extremamente importante. Todos nós que vivemos em áreas nas grandes cidades brasileiras, principalmente, sabemos o que é isso. A cidade de Salvador tem, já há alguns anos, o seu plano diretor de encostas, porque nós sofremos por décadas e décadas. Creio que hoje menos, justamente porque já tivemos um plano diretor de encostas que permitiu que gerações de prefeitos e governo federal pudessem investir no sentido de preparar as encostas da cidade. Mas a cidade de Salvador tem uma falha geológica que põe em risco a cidade, a cada momento de grandes chuvas, como o Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras, onde, quando há chuva, há deslocamento de terra nos morros. O tipo de terra, por exemplo, que nós temos no subúrbio de Salvador permite uma movimentação muito grande da terra levando às catástrofes, a mortes, e essa é uma das razões para comentarmos como se diz lá no Nor-

deste, no interior do Estado: "quando chove, a gente comemora e, na cidade grande, na capital, quando chove, o Prefeito chora, porque está sempre em risco a vida da população".

Eu acho que é extremamente importante essa proposta, a criação de um conselho nacional diferente, de um novo conselho de defesa civil. Tive a experiência de criar em Salvador o conselho de defesa civil municipal, com uma atuação muito boa. Existem países e grandes cidades no mundo que têm conselhos voluntários, que convocam a população voluntariamente em momentos de gravidade como essa; são profissionais voltados para esses atendimentos – engenheiros, arquitetos, especializados na identificação de risco.

E nós, no Brasil, embora tenhamos sempre esse tipo de ameaça, quase que desprezamos isso e vamos transformando sempre as catástrofes em um resultado que às vezes alguns pensam da ira divina. Certamente, não se trata disso; nós temos que nos preparar para atuar e prevenir – principalmente prevenir – as catástrofes, prevenir com investimentos para que tenhamos menos mortes, tenhamos a possibilidade de fazer aquilo que certamente o Divino espera, que nós possamos dar, cada vez mais, com a nossa atuação, a proteção às nossas populações.

Então, quero parabenizar pela bela iniciativa, e o Senado vai poder avançar muito na discussão desse tema que é extremamente importante para os brasileiros de todas as grandes cidades do País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia, para continuar a discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, prestei muita atenção na observação crítica que fez o autor, esse jovem Senador, atuante, brilhante, atento às necessidades da comunidade. Quando o Rio Grande do Sul viveu também um problema provocado por excesso de chuvas, por granizos, por seca, apresentamos emenda às medidas provisórias para ajudar esses Municípios afetados por essas catástrofes climáticas.

Da mesma forma como prestei atenção ao que disse a Senadora Lídice da Mata, que é baiana de Salvador, ex-Prefeita daquela bela capital, e o Ministro das Cidades – Ministério citado pelo nosso Senador Lindbergh Farias –, que também é um baiano, e por conhecer esse trabalho bonito da Senadora Lídice da Mata quando Prefeita, penso que ele sabe muito bem. Então, eu não acredito que ele pessoalmente não esteja envolvido nessa questão.

Eu queria apenas apresentar solidariedade ao nosso Ministro Mário Negromonte, solidariedade partidária inclusive, e dizer que a área técnica do Ministério daria uma bela contribuição se ajudasse a contribuir, porque esse é um ganho de todo o País, não é só do autor, não é só do relator, não é só do Senado. É um ganho para o Ministério das Cidades, e é um ganho para o Brasil e para todas as cidades que hoje têm áreas de risco da ocupação urbana. E isso reflete um grande compromisso de um Parlamentar como o Senador Lindbergh, que foi prefeito de uma cidade importante do Rio de Janeiro, conhece as mazelas que vive um gestor público e a necessidade que se tem de se criar uma regra geral nacional para atender essas demandas.

Então, queria solidarizar-me com o projeto, apoiar integralmente o Relator Lindbergh, mas sobretudo destacar o interesse que eu tenho com convicção pessoal que o Ministro Mário Negromonte tenha com essa matéria, porque o próprio Ministério seria vanguarda para ajudar nesse processo de criação dessa política nacional para a prevenção dessas catástrofes.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Para discutir, tem a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria também de ratificar as palavras das colegas Senadoras e Senadores, parabenizando o autor do projeto de lei, o Senador Lindbergh, e também parabenizando o Relator, o Senador Wellington Dias, pela iniciativa.

É importante que os Municípios também tenham essa responsabilidade de mapear as áreas de risco, porque é nos Municípios que as situações mais graves acontecem. E eu quero aqui apenas citar um exemplo, Senador Lindbergh, Senador Wellington: eu tive a oportunidade de trabalhar no Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, onde há um programa bastante interessante, que atua nos morros da cidade. Por meio desse programa, a cidade tem hoje todas as áreas de morro com problemas de risco geológico totalmente mapeadas. E é importante dizer que, por intermédio desse mapeamento, nós tivemos a oportunidade de, no período de muitas chuvas, deslocar diversas famílias em situação de risco iminente para outras áreas provisoriamente, para evitarem-se graves acidentes. Isso foi extremamente positivo, porque, em uma das últimas chuvas ocorridas no ano passado, não tivemos nenhum problema na cidade, porque praticamente todas as famílias já tinham sido removidas desses locais altamente de risco geológico.

Então, é importante que os Municípios tenham esse cuidado, no sentido de prevenir e de cuidar da cidade e principalmente das pessoas que residem nessas áreas, porque o cadastro dessas áreas de risco significa conhecer essas famílias que lá estão.

E, conhecendo essas famílias que lá estão, é preciso pensar também políticas públicas de atendimento a essas famílias, que vão além da política habitacional. É uma responsabilidade dos três entes da Federação – Municípios, Estados e União – cuidar, com certeza, dessas famílias, mas cabe ao Município, que está mais próximo, que tem uma relação mais próxima com essas famílias, perceber a situação grave em que elas se encontram e evitar que sejam atingidas numa situação de catástrofe iminente, como é o caso que a gente percebeu em muitas cidades e quase que recentemente no Rio de Janeiro.

Então, quero aqui parabenizar o autor da matéria, o Senador Lindbergh, parabenizar o Relator, Senador Wellington, e dizer que estamos satisfeitos em poder contar com uma legislação que vem qualificar e melhorar a atual legislação existente no nosso País.

Muito obrigada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, apenas para dar um testemunho....

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o relator.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Hoje nós temos, na verdade, dificuldades, como prevê a lei, de deixar apenas a cargo dos Estados, porque muitas vezes isso gera um conflito de competência, e normalmente a Constituição ampara a competência dessas áreas aos Municípios. E eu acho que essa iniciativa, de pronto, dá solução. Ao dar um prazo, ao colocar regras inclusive de punição para não fazer, ela vai permitir esse mapa. Uma cidade como Maceió e outras cidades em torno de Maceió viveram um drama recentemente. Eu vivi isso em várias cidades do Piauí, não só riscos em momentos de enchente, mas de outras intempéries.

Acredito que a aprovação deste projeto vai obrigar o Brasil a ter uma forma nova de lidar com este tema. Veja, nós já nos acostumamos com essa ideia de situação de emergência ou de urgência, para lidar com o tema. Porém, não havia o fundo, que, graças a Deus, passou a haver; precisa melhorar, mas já existe. Nós não tínhamos, portanto, dinheiro para poder lidar de forma preventiva.

Com o mapa dos riscos, como foi citado aqui no exemplo do Rio de Janeiro, nós vamos poder atuar neles. Nesses dias, no meu Estado, por exemplo, por força de uma legislação existente e até com base nela, com o apoio do Ministério Público, o Governador Wilson Martins mandou fazer uma investigação de várias barragens, de várias áreas de risco em cidades. Em algumas delas, já se detectaram riscos para o inverno seguinte. Então, age-se ali preventivamente e evitam-se situações e, muitas vezes, perda de vida humana.

Então, para mim, foi um prazer relatar este projeto. Por isso, apesar de ter uma orientação em sentido contrário, manifesto-me favoravelmente, por entender que alguém tem que fazer a sua parte.

Acho que o Congresso está agindo de forma responsável, correta, com base na iniciativa do Senador Lindbergh e do trabalho desta Comissão, que todos estamos acompanhando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Antes de encerrar a discussão, eu queria cumprimentar o autor.

Nós vivemos, recentemente, um grande desastre ecológico no meu Estado, também em Pernambuco e, depois, no Rio de Janeiro. No meu Estado, foram 19 cidades praticamente arrasadas. Uma saiu do mapa; está sendo reconstruída numa outra área. Realmente, é da maior importância e é muito bom que se previna; e a prevenção, infelizmente, no nosso País, é coisa que, praticamente, ninguém enxerga.

Nós teremos que tocar este projeto; se houver algumas alterações feitas pelo Ministério das Cidades, o tempo vai se encarregando. A tramitação do projeto vai fazendo com que as coisas possam ser aperfeiçoadas se houver necessidade.

Cumprimento o autor e o eminente Relator, Senador Wellington.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, só para dizer que aqui não vai nenhuma crítica ao Ministro das Cidades nem a sua assessoria, que está aqui presente. Mas eu vejo isto em várias comissões: na dúvida, há uma tese de tentar parar. O que é um equívoco, porque nós temos aqui um Senado de Senadores com experiência política, ex-governadores, ex-prefeitos, gente com muita experiência. Então, na dúvida, há essa tese de parar. E repito: não é nada contra a assessora em especial. Esse problema não é só desta Comissão, eu tenho encarado essa discussão em vários outros pontos. Estou completamente aberto no projeto. Talvez esteja sendo rígido com a punição ao prefeito. Mas nós vamos discutir, vamos fazê-lo andar. O Congresso tem que dar a sua opinião.

Agradeço muito a todos os Senadores, à Senadora Lídice, à Senadora Ana Amélia. Agradeço a todos – a votação vai acontecer –, mais a esse posicionamento desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrada a discussão, submeto-o à votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 3

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2009

Altera a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, e dá outras providências.

Autoria: Senador Gilberto Goellner.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Tem a palavra a Senadora Ana Amélia, para relatar o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, este projeto se insere também um pouco na filosofia do que apresentou o projeto do Senador Lindbergh Farias, relatado pelo Senador Wellington, da posição do Estado de uma política especial. Aqui, no caso, não se trata de áreas de risco, de mapeamento, mas de definir, com clareza, Municípios urbanos e Municípios rurais. O Brasil tem uma divisão clara dessa situação, e a definição de cada uma dessas especificações de Municípios pode ajudar, sim, no desenvolvimento.

A proposição é composta de três artigos, no caso do projeto original do Senador Gilberto Goellner.

O primeiro estabelece critérios de classificação dos Municípios em função do tamanho da população, da densidade demográfica e da composição do Produto Interno Bruto Municipal.

O segundo artigo revoga o art. 12 do Decreto Lei nº 311, de 2 de março de 1938.

O terceiro artigo traz a cláusula de vigência.

A proposição foi distribuída à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo a essa última a decisão terminativa.

Na reunião de 6 de outubro de 2009, a CRA aprovou o relatório favorável de autoria do Senador Gerson Camata, que passou a constituir parecer da Comissão.

Na análise, o projeto trata de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme toda a legislação em vigor a respeito dessas matérias.

No tocante à técnica legislativa, também, não há dúvida em relação a isso. Nada foi detectado em relação a óbice quanto à constitucionalidade da proposição. Também não foram encontrados vícios de juridicidade.

No mérito, sou favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316. Como bem argumenta o autor, a classificação atual do espaço urbano e, por conseguinte, do espaço rural dos Municípios brasileiros carece de objetividade e de critérios.

A legislação que define esses critérios foi publicada em 1938 e, assim entendo, não é mais capaz de abranger as necessidades de compreensão e análise da ocupação territorial do nosso País, como foi profundamente alterada desde então.

A aplicação da norma legal tão defasada resulta da produção de um retrato irreal da urbanização do território brasileiro.

Portanto, considero meritório este Projeto de Lei do Senado e concordo com o autor sobre a necessidade de se eliminar a distorção do entendimento que temos do grau de urbanização do nosso País.

Durante a tramitação da matéria, houve manifestações de preocupação com relação às possíveis consequências da nova classificação do espaço urbano e rural no que tange ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU; Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR; Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e Crédito Rural de Instituições Oficiais de Fomento, como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Base.

Assim, realizamos uma análise dos eventuais impactos dessa medida, tendo em vista as preocupações manifestadas. E concluímos que as consequências financeiras da proposição, pelo menos, nos aspectos questionados, seriam absolutamente nulas.

No entanto, é preciso considerar que a reclassificação do território urbano como rural, para os Municípios de menor população, poderia vir a ensejar questionamentos quanto à aplicação de alguma outra norma legal.

Como a proposição do Senador Gilberto Goellner parece ter como finalidade básica a reclassificação da população para traçar um retrato mais realista do urbano e do rural no Brasil, sugiro uma alteração no PLS nº 316 de 2009.

Especificamente no §2º da nova redação proposta para o art. 39 da Lei nº 10.297, poderia ser suprimida a menção ao território do Município, ficando a alteração ali proposta restrita à classificação da população.

Também considero importante lembrar que a proposição não prejudica a continuidade da publicação das estatísticas oficiais já existentes. Apenas, propõe uma nova estatística com base nos parâmetros que define.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação, em decisão terminativa do PLS n º 316, com a seguinte emenda:

Emenda ao Projeto nº 316: Dê-se ao §2º do art. 39 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, nos termos do art. §1º do Projeto de Lei do Senado nº 316, a seguinte redação:

Art. 1º, art. 39, § 2º – A população do Município classificado como rural, ou relativamente, rural, inclusive na sede municipal e das sedes dos distritos desse Município será considerada como rural, para fins de estatísticas oficiais e políticas públicas, sem prejuízo do disposto no art.32, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Suspendo a votação por se tratar de projeto que tramita em caráter terminativo e que, portanto, demanda quórum especial.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, antes de V. Exª encerrar a votação, gostaria de fazer a mesma ponderação feita pelo Senador Lindbergh Farias, sobre a demora que às vezes... Eu recebi uma nota técnica da Secretaria de Relações Institucionais, de 2009, mas que não levou em conta as alterações feitas nesse relatório. Então, é desatualizada a nota. Portanto, seria mais conveniente uma atualização. E o próprio Ministério das Cidades lembra, no final, embora tenha algumas dúvidas a respeito, que a ideia da classificação dos Municípios é pertinente, uma vez que os Municípios brasileiros não possuem características nem necessidades homogêneas e poderia ser tema de norma específica fora do Estatuto das Cidades, com a finalidade de orientar as políticas públicas sem repercussão jurídica sobre os tributos municipais. Essa é a palavra do próprio Ministério das Cidades.

Apenas para reafirmar a importância da matéria.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

ITEM 4

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 572, DE 2009

Acrescenta o inciso XII ao artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que "Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos.

Autoria: Senador Romeu Tuma.

O Relator é o Senador Ciro Nogueira. Não estando presente S. Exª, designo a Senadora Lídice da Mata, como Relatora *ad hoc,* para fazer a leitura do relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de lei em análise acrescenta inciso ao art. 48 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incluir entre as diretrizes da política nacional de saneamento básico, sob responsabilidade da União, a exigência de que "o cidadão que perdeu sua casa residencial em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou qualquer evento natural urbano do gênero, terá prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União". A vigência da alteração deverá ocorrer 90 dias após a publicação da lei a que o projeto der origem.

Em sua justificação, o autor, Senador Romeu Tuma, afirma que, diante de tragédias motivadas por enchentes, alagamentos e transbordamentos de córregos, rios e outros cursos de água, os poderes públicos municipal, estadual e federal fogem a suas responsabilidades e se acusam mutuamente. A diretriz proposta permitiria à União priorizar o atendimento das vítimas em programas como o "Minha Casa, Minha Vida".

A proposição foi inicialmente distribuída com exclusividade à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas. Em virtude da aprovação pelo Plenário do Requerimento nº 180, de 2010, do Senador Roberto Cavalcanti, a matéria foi remetida à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu parecer favorável, nos termos de Emenda substitutiva.

A Emenda introduz alteração na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para determinar, no âmbito do programa, o atendimento prioritário dos "moradores de baixa renda residentes em áreas de risco, que sejam proprietários de um único imóvel, que tenha sido destruído em catástrofes naturais ou que deva ser removido para viabilizar projetos de regularização fundiária".

Após manifestação da CAE, o projeto retornou à CDR, para decisão terminativa.

Análise.

A matéria diz respeito à competência da União para "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico" (art. 23, IX, da Constituição Federal).

Não há restrição à iniciativa parlamentar sobre o tema.

A proposta é altamente meritória. As vítimas de tragédias como as enchentes perdem todo o patrimônio acumulado ao longo de suas vidas. É justo, portanto, que sejam as primeiras a serem atendidas em programas voltados para atender os mais necessitados.

Entretanto, a Medida Provisória nº 514 de 2011, que altera a Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências, introduziu no ordenamento legal dispositivo equivalente ao que propõe o projeto de lei em análise. A Medida Provisória, sob a forma de Projeto de Lei de Conversão nº10, de 2011, foi aprovada pelo Congresso Nacional, no dia 10 de maio de 2011, e aguarda sanção da Presidência da República.

Segundo o texto aprovado, a indicação dos beneficiários do plano de moradia Minha Casa, Minha Vida observará o requisito de prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.

No termos do art. 334, inciso II do Regimento Interno, o Presidente de ofício, mediante consulta de qualquer Senador declarará prejudicada a matéria pendente de deliberação do Senado, em virtude de seu prejugalmento pelo Plenário em outra deliberação.

O §4º desse mesmo artigo determina que a proposição prejudicada seja definitivamente arquivada.

Voto.

Ante o exposto, considero prejudicado o Projeto de Lei do Senador nº 572 de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer pela sua prejudicialidade. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e suspendo a votação em virtude de ser um projeto que exige quórum qualificado.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 18/2011-CDR

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, a ser realizada em duas reuniões, sendo a primeira com representantes do Governo e a segunda com representantes do trade turístico, com a finalidade de debater o Plano Nacional de Turismo, com a presença dos seguintes convidados para a primeira reunião: o Presidente da EMBRATUR, a Secretária Nacional de Políticas de Turismo e o Presidente da FORNATUR; e para a segunda reunião: o Sr. João Luiz dos Santos Moreira da Confederação Brasileira de Convention e Visitors Bureaux, o Sr. Enrico Fermi Torquato da Associação Brasileira da Industria de Hotéis – ABIH, o Sr. Carlos Alberto Amorim Ferreira da Associação Brasileira de Agencias de Viagem – ABAV, o Sr. Ricardo Amaral da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos – ABREMAR, o Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH e o Sr. Alexandre Sampaio de Abreu da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.

Autoria: Senadora LÍDICE DA MATA.

Em discussão.

Com a palavra a autora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, é justamente para que possamos fazer o debate, nesta Comissão, de forma explícita. V. Exª já trouxe aqui o Ministro para falar da atuação em geral do Ministério do Turismo, mas nós não tivemos a oportunidade de debater o Plano Nacional de Turismo que, aliás, tem o defeito, digamos assim, de não ser aprovado por esta Casa, diferentemente de outros planos nacionais de ação de outros ministérios.

Acho, portanto, que é imprescindível que esta Comissão possa ouvir os diversos atores dessa questão, que é justamente o *trade* turístico, e o próprio Governo, as entidades que atuam na área institucional.

É com esse fim que faço este requerimento, para que possamos acompanhar essa discussão e participar dela.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão.

Quero cumprimentar a Senadora pela oportunidade. V. Exª tocou em um assunto que é de fundamental importância. Todos os planos nacionais são discutidos no Congresso Nacional, menos o Plano Nacional de Turismo. É fundamental que vejamos essa possibilidade.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Submeto à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Encerrada a Ordem do Dia, gostaria de fazer uma comunicação às Srªs e Srs. Senadores.

Amanhã, às 10 horas, haverá uma reunião no gabinete do Presidente do Senado com os Senadores das regiões Norte e Nordeste, e os Governadores do Nordeste.

Gostaria ainda que a Secretaria de apoio a esta Comissão fizesse contato com os Senadores membros deste colegiado para comunicá-los dessa reunião amanhã, às 10 horas.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, convocando...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – RS) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É só para lembrar da possibilidade de nós virmos a instalar a Subcomissão da Copa, para a qual, pelo que vi aqui, V. Exª tomou a providência de colocar todos os Senadores que participam da Subcomissão da Copa da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle, e que já estão motivados por essa razão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – RS) – Sim; já se identificam com a proposta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Isso; já se identificam com o tema.

Então, eu queria ver se nós poderíamos tentar viabilizar a instalação dessa subcomissão ainda no dia de hoje, até porque tenho a preocupação de que, como amanhã temos essa reunião grande dos Senadores das regiões Norte e Nordeste, esta semana seja menor. Estou com a sensação de que esta será uma semana curta em função dos festejos...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – RS) – Esta ou a próxima?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A próxima eu temo que não exista. Mas esta, porque a segunda da próxima semana já é dia 20. Para os nordestinos, já estaremos em plena atividade junina. Eu estarei aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – RS) – Se formos nos guiar pela Paraíba, as atividades começaram no dia 13 próximo passado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A Paraíba, inclusive, já não parou mais. Deu início e não parou mais.

Mas eu creio que nós vamos ter uma semana menor, mais reduzida em função dos festejos nordestinos, até porque isso significa também dificuldade de transporte de lá para cá e de cá para lá. Está certo? Se puder...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – RS) – Estou de acordo com a proposta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Se puder a Secretaria da Comissão convocar para o final da tarde de hoje, por volta das 18 horas, acho que seria de bom alvitre.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – RS) – Ótimo. Está autorizada a fazê-lo.

A Presidência vai encerrar a presente reunião, convocando outra a realizar-se na próxima terça-feira, às 14 horas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 28 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E UM DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinqüenta e um minutos do dia vinte e um de junho do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel e Eunício Oliveira. Justificam a ausência os Senadores Ana Amélia, Benedito de Lira e Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Vicentinho Alves, João Durval, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Maria do Carmo Alves. É declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a Apreciação de Proposição: **ITEM 1 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2009** *"Altera a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, e dá outras providências."* **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com 01 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 572, DE 2009** *"Acrescenta o inciso XII ao artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que "Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos."*

Autoria: Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006** *"Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências."* **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **EDUARDO AMORIM,** Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Declaro aberta a 16ª reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Convites.

No dia 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deliberou, por meio de Requerimento nº 13, de 2011, participar, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção e da organização do projeto do II Fórum Legislativo das Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – o Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014.

Até o presente momento, foram realizadas visitas em cinco cidades: Fortaleza, 18 de abril; Recife, 9 de maio; Curitiba, 16 de maio; Belo Horizonte, 6 de junho; Manaus, 13 de junho. A sexta cidade a ser visitada será Brasília, no dia 5 de julho.

A Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste estará promovendo visitas técnicas aos Estados que compõem a região de abrangência da Sudene. O terceiro Estado a ser visitado será o Piauí, no dia 4 de julho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para a reunião de audiência pública na próxima terça-feira, 28 de junho, às 14 horas, com a realização do segundo painel Inclusão Digital como Fator de Desenvolvimento Regional, do ciclo de debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil.

Os convidados serão o Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado das Comunicações; Sr. Eduardo Kapp, gerente de pesquisa e desenvolvimento na Telebrás; Sr. Percival Henriques, presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital; e o Sr. Constantino Orsolin, prefeito do Município de Canelas.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 53 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE JUNHO DE 2011.

Às 14 horas do dia oito de junho de dois mil e onze, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ,** reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **CASILDO MALDANER , ANA AMÉLIA, FLEXA RIBEIRO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ROBERTO REQUIÃO, VALDIR RAUPP, ALOYSIO NUNES e DEMÓSTENES TORRES**. O Senhor Presidente da Comissão, Senador **ACIR GURGACZ**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PL nº 2, de 2011-CN – PLDO 2012**. Em seguida, o Presidente esclarece que as 12 emendas apresentadas perante a Comissão foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relator o Senador **CASILDO MALDANER**, as seguintes emendas: **Emenda nº 1-CRA/2011 (TEXTO) ;** Ações no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Ressalvadas de Contingenciamento- Anexo IV – Inciso I Item 63 – 1.6 ações diretamente relacionadas à segurança da sanidade agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Emenda nº 2-CRA/2011 (TEXTO);** Pesquisa Embrapa – Anexo IV – Inciso I Item 6**3 – "**Despesas com ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**"; Emenda nº 3-CRA/2011 (TEXTO):** Segurança da Sanidade na Agropecuária – Anexo IV – Inciso I Item 6**3 –** "Despesas com as ações de Segurança da Sanidade Agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA" ; **Emenda nº 4-CRA/2011 (TEXTO):** Seguro

Social – Anexo IV – Inciso I Item 6**3 –** "Despesas com a Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)"; **Emenda nº 5-CRA/2011 (TEXTO):** Art. 033, II – Meio Ambiente – Corpo da lei – Artigo 33 Inciso II – II – cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras; **Emenda nº 6-CRA/2011 (TEXTO):** Agricultura – Artigo 4º – Corpo da lei – Artigo 4 – Art. 4º As prioridades e as metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituam obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integrem o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, têm precedência na alocação dos recursos, mas não constituem limite à programação da despesa, e correspondem a programações de trabalho relativas a: I – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); II – superação da pobreza extrema; III – participação da União no fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, nos termos previstos na lei complementar nº 137, de 2010; IV – participação da União em fundos que visem garantir o risco de crédito de operações de financiamento de investimento realizadas com produtores rurais e suas cooperativas, nos termos previstos na lei nº 12.087, de 2009; V – garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, nos termos previstos na lei nº 8.427, de 1992; VI – subvenção econômica associada ao prêmio do seguro rural, nos termos previstos na lei nº 10.823, de 2003; VII – realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de projetos de transporte, nas modalidades rodoviária e hidroviária – EVTEA ; **Emenda nº 7-CRA/2011 (TEXTO**): Art. 033, X – Extrativismo – Corpo da lei – Artigo 33 Inciso X – X – voltadas diretamente às atividades de extrativismo, manejo de florestas de baixo impacto, pesca e agricultura de pequeno porte realizadas por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, desde constituídas exclusivamente por pessoas físicas sob a forma de associações e cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos; **Emenda nº 8-CRA/2011 (TEXTO**): EMBRAPA – Anexo IV – Inciso I Item 63 – Inclua-se um novo inciso II, Demais Despesas Ressalvadas,conforme art.9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000: 64. Despesas com ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; **Emenda nº 9-CRA/2011 (TEXTO**): Ações ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio – Anexo IV – Inciso I Item 63 – 1.4 Ações do Programa Nacional ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio; **Emenda nº 10-CRA/2011 (TEXTO**): do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Inclua-se um novo inciso II do Anexo IV ao Projeto de Lei de diretrizes Orçamentários – PLDO 2012, o seguinte item: 1.4 Ações do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário; **Emenda nº 11-CRA/2011 (TEXTO**): EMBRAPA – Anexo IV – Inciso I Item 63 – Inclua-se um novo inciso II, Demais Despesas Ressalvadas, conforme art. 9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000: 64. Despesas com ações vinculadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Cientifico e Tecnológico no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. **Emenda nº 12-CRA/2011 (TEXTO**): Sanidade Agropecuária – Anexo IV – Inciso I Item 6**3 –** Inclua-se um novo inciso II, Demais Despesas Ressalvadas,conforme art.9º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000: "Despesas com as ações de Segurança da Sanidade Agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 14 horas e 12 minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **ACIR GURGACZ,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa de leitura da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2, de 2011, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências – PLDO 2012 (Mensagem nº 27, de 2011-CN; nº 98/2011, na origem).

Esclareço à Comissão que foram apresentadas doze emendas à LDO 2012, conforme o quadro que se encontra sobre as bancadas.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Casildo Maldaner, para fazer a leitura de seu relatório.

Boa tarde, Senador! Muito obrigado pela sua compreensão e parceria, ajudando-nos a relatar matérias tão importantes como esta.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu é que agradeço a V. Exª, Senador Acir, que, como Presidente da Comissão, houve por bem delegar à minha pessoa a nobre missão de relatar, nesta grande Comissão do agronegócio e da agricultura do Brasil, a LDO para o exercício de 2012. Recebi essa incumbência, com muita alegria e com responsabilidade, sem dúvida alguma, para analisar essa proposta da LDO, inclusive com as respectivas emendas, que foram várias. Dentro do possível, fiz este relatório e espero que ele esteja a contento; pelo menos, essa foi a intenção.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício de 2012.

A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A fim de oferecer o devido tratamento a esses temas, o projeto da LDO é integrado pelo texto propriamente dito e por seis documentos anexos ao texto, que visam a relacionar tanto os demonstrativos quanto as informações que devam integrar o Projeto de Lei Orçamentária de 2012, a fixar as metas fiscais para os exercícios de 2012, de 2013 e de 2014, a relacionar as despesas isentas e as eventuais limitações de empenho e movimentação financeira, a evidenciar os riscos fiscais para os exercícios vindouros e a explicitar os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial.

De acordo com as normas da tramitação do PLDO 2012, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1 e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 81 e 86 dessa Resolução, a Comissão tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

São passíveis de emenda, segundo o parecer preliminar, o texto do PLDO, os quadros orçamentários demonstrativos e as informações complementares que devem acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2012, os demonstrativos de renúncia de receitas, inclusive previdenciárias, a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e a relação das despesas isentas e as limitações de empenho e movimentação financeira.

Não há limites aplicáveis à propositura de emendas.

Encontram-se em análise por esta Comissão doze propostas de emendas apresentadas pelos Senadores Acir Gurgacz, Blairo Maggi, Cyro Miranda e Waldemir Moka.

Passo à análise.

As emendas propostas são de competência regimental da Comissão e atendem às disposições constitucionais e legais aplicáveis.

No mérito, cada emenda será avaliada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Diante disso, passo ao voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, nobres colegas, somos pela apresentação por esta Comissão das doze emendas propostas ao PLDO 2012.

Plenário da Comissão, em 8 de junho de 2011.

Sr. Presidente desta Comissão, esse é o relatório deste modesto Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Agradeço-lhe, mais uma vez, o seu trabalho. É um importante serviço que prestamos à nossa tão preciosa agricultura brasileira.

O Relator concluiu que as emendas atendem às disposições constitucionais e legais aplicáveis e, no mérito, opinou pela apresentação das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Está aprovado.

Sem nenhum assunto mais a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia oito de junho de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador

Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Ivo Cassol e Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino e Gim Argello. Comparece à reunião o Deputado Federal Eduardo Azeredo. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública atendendo ao **Requerimento nº 8, de 2011-CCT**, de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer "Com amparo nos arts. 58, § 2°, II da Constituição Federal, e 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um Marco Civil da Internet, em elaboração pelo Governo Federal. A título de sugestão, a audiência deverá ter como convidados representantes das seguintes entidades: Ministério da Justiça; Agência Nacional de Cinema; Agência Nacional de Telecomunicações; Concessionária de Radiodifusão de Sons e Imagens; Associação de Provedores de Serviços de Internet; Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)", ao **Requerimento nº 9, de 2011-CCT**, de autoria do Senador Eduardo Braga, que "Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento n° 08/2011-CCT a fim de convidar um representante da Associação Nacional de Jomais – ANJ e um representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT para participar da audiência pública com o objetivo de debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um Marco Civil da Internet em elaboração pelo Govemo Federal", ao **Requerimento nº 10, de 2011-CCT**, de autoria do Senador Anibal Diniz, que "Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao requerimento nº 08/2011-CCT, no sentido de que seja também convidado o Professor Marco Bonito – Universidade UNISUL" e ao **Requerimento nº 20, de 2011-CCT**, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer "..., nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 08, de 2011, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, de Audiência Pública, para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta do Marco Civil da Internet, em elaboração pelo Governo Federal, para a inclusão, como convidados, do Presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores, o Senhor Magdiel Santos e do Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SindiTelebrasil, o Senhor Eduardo Levy." Comparecem à reunião os Senhores Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça – MJ; Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR; Magdiel Santos, Presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores; e Carol Elizabeth Conway, Integrante do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais – ANJ. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Eduardo Braga, Pedro Taques, Cyro Miranda e Deputado Federal Eduardo Azeredo. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **EDUARDO BRAGA,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de junho de 2011, para a realização da 1ª Audiência Pública com o objetivo de debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta de um Marco Civil da Internet, em elaboração pelo Governo Federal.

Atendemos aos Requerimentos nºs 8, 9, 10 e 20, de 2011, da CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Anibal Diniz e Walter Pinheiro.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Solicito ao Senador Walter Pinheiro que acompanhe os senhores convidados, para que eles tomem assento à mesa.

Nossos convidados do dia de hoje são: Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR; Magdiel Santos, Presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores; Carol Elizabeth Conway, integrante do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

V. Sªs dispõem de dez minutos para sua apresentação. Depois, passaremos à participação dos Srs. Senadores da República.

Vamos iniciar as participações com a apresentação do Sr. Marivaldo de Castro Pereira, que é Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

Marivaldo Pereira é formado em Direito e Mestre em Direito Processual Civil, pela Universidade de São Paulo (USP). Pereira foi Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República de 2007 a 2009 e, antes disso, de 2005 a 2007, foi Diretor do Departamento de Política Judiciária da Secretaria da Reforma do Judiciário.

Passo a palavra ao Sr. Marivaldo de Castro Pereira.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Agradeço ao Presidente, Senador Eduardo Braga. Em nome do Ministério da Justiça, eu gostaria de agradecer o convite e de agradecer a presença dos Senadores e dos amigos.

Eu gostaria de abordar um pouco como foi o processo de construção do projeto de lei que, hoje, está em fase final de discussão no âmbito do Executivo e que regulamenta a Internet. O projeto de lei é conhecido como Marco Civil da Internet.

Esse projeto nasce da necessidade de se estabelecerem alguns princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil. Havia alguns graves problemas enfrentados pela sociedade no uso da Internet que precisavam ser corrigidos, como a falta de uniformização e de harmonia na interpretação dos mecanismos da Internet, dos mecanismos necessários para o uso da rede; a falta de uniformização dos princípios que fundamentam a rede dos direitos dos cidadãos e dos deveres dos provedores de serviços, dos provedores de conexão. Então, havia aí uma necessidade de uniformizar, de modo a evitar uma série de decisões divergentes no âmbito administrativo, no âmbito judicial e até mesmo no âmbito do Legislativo, em razão dos diversos projetos de lei em tramitação relacionados ao tema.

Esse projeto foi construído com base nos princípios e garantias constitucionais e também com base nos dez princípios estabelecidos pelo Comitê Gestor da Internet (CGI): liberdade, privacidade e direitos humanos; governança democrática e colaborativa; universalidade; diversidade; inovação; neutralidade da rede; inimputabilidade da rede; funcionalidade, segurança e estabilidade; padronização e interoperabilidade; e ambiente legal e regulatório.

Como foi feito esse projeto? Por ser um projeto que trata da Internet, sua construção priorizou, como não poderia ser diferente, a ampla e intensa participação dos interessados principalmente por meio da rede. Recebemos uma série de propostas por meio da rede e propostas encaminhadas também pela via institucional. Então, ele nasce a partir de uma construção colaborativa direta com internautas, garantindo uma participação plural de diversos grupos da sociedade. A partir daí, conseguimos construir os princípios e as garantias. Tudo isso foi construído e submetido a esse debate.

O primeiro debate que abrimos ao público para viabilizar essa participação foi um debate sobre temas gerais. Submetemos a um debate os temas principais do projeto, o que teve início em 29 de outubro de 2009 e foi encerrado em 17 de dezembro de 2009. Houve 50 dias de debates sobre os temas principais que compõem o projeto.

Depois disso, elaboramos uma minuta, a partir desses comentários, e novamente reabrimos para discussão na Internet, submetemos à consulta pública via Internet. O início dessa consulta foi em 08 de abril de 2010, e o seu encerramento se deu em 30 de maio de 2010. Em agosto de 2010, houve o encerramento da tramitação dessa proposta no âmbito do Executivo e o encaminhamento dela para a sua fase final de tramitação.

Em razão da transição, da mudança de governo e da mudança dos Ministérios que participaram dessa discussão – é importante destacar o papel do Ministério do Planejamento, do Ministério da Ciência e Tecnologia e também do Ministério das Comunicações –, tivemos de retomar esse debate ao longo deste ano. Voltamos à mesa com os novos representantes daquelas Pastas e, a partir daí, ajustamos alguns pontos da proposta e iniciamos a sua tramitação, que, nas próximas semanas, deve encerrar-se. A proposta deve vir para o Congresso, para começar essa tramitação.

Quero dizer aqui, em termos de dados sobre a participação na construção desse projeto, que, ao longo de todas essas fases de discussão, houve mais de 123 mil visitas ao debate que foi disponibilizado na Internet e mais de 2,3 mil comentários. Todos esses comentários foram compilados e debatidos, e grande parte deles foi incorporada nessa minuta final. Além disso, houve repercussão positiva na mídia. As audiências já estão acontecendo tanto na Câmara como no Senado, o que ilustra a importância do tema e a necessidade de que façamos logo esse debate no Congresso, para que, a partir daí, possamos lidar com temas específicos relacionados à Internet.

O projeto está estruturado, basicamente, na discussão sobre os direitos dos usuários, deveres dos intermediários e atribuições do Estado em relação à Internet.

Sobre o direito dos usuários, há alguns destaques. Estamos prevendo, reconhecendo e reafirmando os direitos constitucionais. Reafirmamos a questão do sigilo dos dados pessoais, deixando muito claro que a violação do sigilo somente se pode dar por meio de ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer – esse é um ponto extremamente polêmico, que tem gerado grande divergência na jurisprudência –; a garantia de não suspensão da conexão à rede, salvo por débito decorrente de sua utilização; e o direito a informações sobre seus serviços, que é um direito básico, consagrado no Código de Defesa do Consumidor e em outras legislações, que todo usuário tem de ter.

Outro princípio básico que está expresso no projeto é a questão da neutralidade da rede, que impede que seja dado tratamento diferenciado aos pacotes de dados que tramitam na rede. Veda também o monitoramento, a fiscalização e o filtro de pacotes usados pelo provedor de conexão. Obviamente, tudo isso pode ser flexibilizado em razão de ordem judicial, caso haja alguma suspeita sobre aquele que está fazendo uso.

Em relação à guarda de registros, o projeto também enfrenta essa discussão e aí busca dar uma solução que consiga contemplar a liberdade, que é característica da Internet, e, ao mesmo tempo, o poder de investigação, a persecução penal, que é necessária para coibir aqueles crimes que, hoje, se propagam na rede. Então, ali, conseguimos chegar a um meio-termo, no qual o Judiciário pode determinar a guarda desses dados, a autoridade policial pode pedir a guarda por um prazo maior, mas o acesso é feito mediante autorização judicial.

Também enfrentamos a questão da responsabilidade pelo conteúdo gerado por terceiros, deixando claro que o provedor de conexão somente se responsabiliza em caso de descumprimento de decisão judicial. O usuário que trafega os dados é o responsável pelos danos causados ali.

Além disso, há a previsão do dever do Poder Público de capacitar os cidadãos para o uso da Internet. As diretrizes políticas seguem essa perspectiva da política de inclusão digital, que, hoje, é amplamente debatida no Governo Federal, que tem sido implementada em todo o País e que também tem sido objeto de amplo debate no Congresso. E há a previsão da defesa dos direitos na forma coletiva, que é uma inovação que já existia na Lei de Ação Civil Pública, mas que também foi muito fortalecida no Código de Defesa do Consumidor e que é reafirmada na minuta que foi construída a partir desse debate público.

É importante ressaltar que o Marco Civil procura não entrar em temas vinculados à Internet que demandam uma legislação específica. Por quê? Porque isso poderia atrasar todo o debate, atrasar toda a discussão e contaminar essa discussão, porque esses temas vinculados já têm sido debatidos, e essa não é uma discussão fácil que precisa ser específica; digamos que ela precisa ser focada nesses temas.

Então, não estamos tratando sobre certificação digital, comércio eletrônico, cybercrimes, regulação setorial de telecomunicações, direito autoral, gestão técnica de protocolos, governança da rede, proibição de *spam*, regulação das *lan houses*, expansão da banda larga. Ao mesmo tempo, trazemos ali conceitos que são imprescindíveis e que poderão contribuir substancialmente para o avanço da discussão sobre esses temas, como é o caso do conceito da Internet, de terminal, do administrador de sistema autônomo, de conexão à Internet, de registro de conexão, de serviços de Internet, de registro de acesso a serviço da Internet. Enfim, o projeto traz uma regulamentação geral que, acreditamos, dará um suporte para esses outros debates que já estão em andamento no Congresso ou que vão começar a ser feitos no Congresso, em razão do aprimoramento que esses temas apontados aqui demandam hoje, tendo em vista a dinâmica da rede, a dinâmica com que as relações passam na rede e também a dinâmica com que alguns delitos passam a ser cometidos na rede.

Então, em linhas gerais, é essa a situação do projeto, que está em fase final de discussão no Poder Executivo e que virá ao Congresso, para se dar continuidade ao debate, que é um debate extremamente democrático. A partir daí, ficará a cargo dos Deputados e de V. Exªs aprimorá-lo, e, assim, haverá uma lei que o Brasil demanda há muito tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecemos ao Sr. Marivaldo.

Passo a palavra ao Sr. Demi Getschko, que é engenheiro eletricista, formado pela Escola Politécnica da USP, com mestrado em 1980 e com doutorado em 1989 em Engenharia pela mesma instituição. Trabalhou no Centro de Computação Eletrônica (CCE) da USP e no Centro de Processamento de Dados da Fapesp, entre outras.

Passo a palavra, portanto, ao Professsor Demi Getschko.

O SR. DEMI GETSCHKO – Muito obrigado. É uma honra, um prazer e uma responsabilidade estar nesta Comissão neste dia do debate da audiência pública sobre o Marco Civil.

Sou um dos integrantes do Comitê Gestor da Internet (CGI) e estou aqui a pedido do Virgílio, que é o Coordenador do CGI, para representar as posições do CGI nesse anteprojeto.

A minha apresentação, que deve constar do material, vai pelo outro lado: vamos tentar defender o Marco Civil a partir dos conceitos da rede.

Então, a primeira posição que deixo clara é que vemos com muita alegria e com muito júbilo a discussão sobre a Internet, do ponto de vista do Marco Civil. A gente acha que isso vem ao encontro do que a Internet precisa e do que os usuários da Internet precisam. Portanto, vem ao encontro também das intenções do Comitê Gestor.

Vou passar alguns *slides* rapidamente.

Obviamente, sabemos que a Internet depende de colaboração para trabalhar. A Internet é uma rede que existe por que milhares de redes colaboram em cima de um mesmo protocolo. A rede ajudou a criação do *software* aberto, o *software* aberto ajudou a criação da rede, então existe uma sinergia. A rede separa-se do mundo tradicional das telecomunicações, porque ela tem um procedimento próprio de geração de padrões, que vem da discussão na comunidade. Especificamente, chama-se IETF o órgão que gera essa discussão. Então, ela tem uma porção de características que a distinguem tanto do mundo tradicional de telecomunicações como do mundo tradicional de comunicação e de informação à sociedade.

Vou mostrar só duas curvas rapidamente, para mostrar que a Internet no Brasil vai muito bem. Há um crescimento importante. Imaginamos que, se as curvas forem respeitadas, até 2015, talvez, 80% da população esteja ligada, no melhor caso; no pior caso, 52%. Evidentemente, são estatísticas. Como vocês sabem, estatísticas fazem parte da categoria das fantasias. Então, nunca sabemos para que lado realmente a coisa vai.

Outra situação importante que temos de ter sempre em mente é que o Brasil é muito atuante em redes sociais. As redes sociais hoje são uma realidade, praticamente todos os brasileiros participam de alguma delas, e uma das funções do Marco Civil é garantir que esse pessoal que se envolve nesse procedimento tenha alguma proteção, tenha privacidade e saiba também se comportar. Então, acho que o aspecto cultural e educacional é extremamente importante nesse caso aí.

Vou citar duas frases recentes de dois personagens importantes na história da Internet.

Tim Berners-Lee, no final do ano passado – saiu também na revista *Scientific American* brasileira –, fez um apelo à defesa da Internet, dizendo que a Internet é algo frágil, que tem de ser defendido, como defendemos liberdade e democracia, e que isso é que vai gerar depois contínua prosperidade e evolução. Então, ele defende padrões abertos, mas o importante é notar que ele defende a Internet nesse caso.

Na mesma época, o Vinton Cerf, que é um dos pais do *TCP/IP, também fez outra afirmação importante: "A gente concorda que a Internet espelha a sociedade humana. Na sociedade humana, há coisas boas e ruins. Então, se você olha para o espelho e não gosta do que está vendo, não adianta quebrar o espelho ou culpar o espelho, ele está refletindo a comunidade". Então, temos de ter isso em mente também.*

A rede teve várias fases, e isso também está ligado à característica dela: uma fase que ligava computadores, uma fase que ligava indivíduos, uma fase que ligava serviços e, agora, a fase de redes sociais. Os usuários da primeira fase era o pessoal da Academia, depois vieram provedores e terceiro setor. Na terceira fase é que as Telcos descobriram que existia a rede, e os governos também passaram a ter e-gov, governo eletrônico, e outras coisas. Na quarta fase, em que estamos agora, os administradores e a sociedade civil descobriam a rede. Por isso é que há um grande embate na área de legislação, porque esta é a hora em que a rede, de fato, é de conhecimento geral.

Então, na primeira fase, há a participação de precursores. Na segunda fase, há os que aderem à primeira onda. E, atualmente, estamos numa fase de impactos profundos.

Vou fazer alguns comentários sobre características que põem em risco as pessoas e a Internet.

A primeira coisa que temos de ter em mente é que a rede trabalha em cima de protocolos. Isso significa o seguinte: tudo que fazemos na rede é feito por que um protocolo deixa. Isso é bem diferente de uma rede broadcast, como já comentei outras vezes. Quando você liga a televisão e assiste à Globo, aquela emissora não sabe que você assiste a ela. Mas, quando você liga o seu micro e entra no site da Rede Globo, esta sabe que determinado IP entrou em seu site. Então, a primeira coisa que temos de lembrar é que, no

novo mundo, trabalhando em rede, estamos obedecendo a um protocolo. E, se estamos obedecendo a um protocolo, temos de respeitar o protocolo. As nossas informações e o nosso comportamento são geridos e monitorados por esse protocolo.

Quando o IPv6 estiver disseminado completamente, todos os nossos equipamentos terão números IP. Então, não só nós seremos monitorados ou poderíamos potencialmente ser monitorados, como todas as nossas máquinas também seriam monitoráveis. O que a nossa geladeira guarda lá dentro, quantas horas usei o micro-ondas, se fui ao médico ou não, tudo isso poderia, teoricamente, ser monitorado. Então, na grande vantagem que a tecnologia traz, vem embutido um risco, que é o risco do controle.

Quando falamos que a rede é uma rede anárquica, isso é verdade só do ponto de vista ficcional. Na prática, é uma rede organizada. Ninguém vai conseguir acessar a Internet se não houver número IP e se não souber trabalhar o protocolo adequado em cada caso.

O que quero dizer com isso é o seguinte: temos de trabalhar no sentido de impedir que a rede nos controle e de que usemos a rede como algo benéfico. Se um dia todos nós tivermos de usar GPS e formos localizáveis em cada instante onde estivermos – existe um projeto para isso nos automóveis –, em breve, não só saberão onde estamos, como o que lemos, o que acessamos, quais são as informações que nos interessam, qual é a nossa interação com médicos, com órgãos de governo, com papelarias e com lojas de livros e CDs. Em suma, existe um grande risco de que a privacidade seja minada por isso.

Então, quando discutimos algum aspecto em que queremos usar o poder tecnológico da Internet para rastrear as ações do indivíduo, devemos lembrar que isso envolve um risco muito importante à liberdade e à segurança individual e que, portanto, devemos nos restringir quando fazemos isso, para não passarmos do limite. É fundamental lembrar que a rede em si pode controlar tudo. E, quando defendemos que certas coisas não devem ser monitoradas, nós o fazemos em defesa do cidadão, não em defesa da rede.

Há uma discussão que sempre escutamos: crimes. Eu, pessoalmente, acho que ninguém é contra a que novos tipos criminais sejam incluídos, se eles vêm da rede. Se a rede criou um novo crime, ele deve ser tipificado e deve ser penalizado. Mas, em geral, a discussão sobre crimes na rede não é sobre crimes na rede, mas sobre formas de melhorar a investigação na rede. Ou seja, é aquele risco de que falei antes, de criarmos formas em que a rede monitore o dia a dia do indivíduo o tempo todo, porque, teoricamente, aí teríamos mais segurança. Na salinha ao lado, lembrei uma frase antiga: quem abre mão da liberdade para ter mais segurança acaba sem liberdade e sem segurança. Acho que essa é uma frase do Franklin Roosevelt.

Quando fazemos regras ou coisas desse tipo, devemos lembrar que a rede só funciona globalmente. Não existe a Internet de Sorocaba, a Internet de Minas Gerais. A rede funciona globalmente. Quer dizer, se há uma regra que funciona globalmente, ela tem chance de ir para frente. Se você quiser criar uma rede específica de um determinado setor do mundo, isso não vai funcionar. E há outra coisa: se a lei estiver amarrada à tecnologia, ela fica tão rapidamente obsoleta quanto a tecnologia.

Quando há problemas que a tecnologia criou, vamos tentar resolvê-los pela tecnologia. Essa também é uma saída importante. É evidente que algumas coisas têm de ser resolvidas por lei. Crimes, por exemplo, têm de ser tipificados por lei. O que a tecnologia cria a tecnologia deve tentar resolver.

Esse é o desenho do CGI atual, todo mundo já o conhece, não vale a pena perder tempo com isso.

O decálogo foi base para essa discussão inicial, é evidente que a discussão evoluiu depois disso. Estes são os dois itens do decálogo, eles estão expandidos no texto, não vou expandi-los agora. Está aí a expansão deles.

Só quero lembrar um caso: por exemplo, o Sétimo diz que a rede tem de ser protegida. O combate aos ilícitos tem de atingir os responsáveis, não é? Nós temos de atribuir a culpa aos culpados, não aos culpáveis no meio do caminho ou aos identificáveis no meio do caminho. É importante que os responsáveis finais, não o pessoal do meio do caminho, sejam responsáveis. O meio do caminho só funciona como transporte. A telefonia não é a culpada pela organização de um crime que usa a telefonia.

Esses são os princípios. Também vou passar rapidamente por isso.

Finalmente, vou citar uma frase do Chesterton, que eu estava lendo outro dia. Valorizamos muito a rede, tentamos defender a rede. Por que será que valorizamos a rede? Será porque ela tem valores inatos? Será que é por causa da liberdade, da inclusão, do valor das ferramentas, do poder e tal? Ele disse esta frase: "Não amamos Roma por ela ser grande, mas o fato de a amarmos é que a fez ser grande". Então, é uma inversão da coisa.

Aí há três frases sobre futurologia. Você, se quiser prever o futuro, tem de estudar o passado, como dizia Confúcio. Gustavo Loyola dizia que, no Brasil, o passado é incerto; portanto, não adianta estudar o passado, que você não vai conseguir prever o futuro. E Alan Kay, que ganhou o Prêmio Turing, dizia que o

jeito de predizer o futuro é inventá-lo, e é o que fazemos ao fazer a Internet. E, quanto à legislação, existe uma frase latina famosa: "Apressa-te devagar".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Diante da inspiração filosófica, quase poética, apresentada pelo nosso querido Professor, vamos ouvir agora Magdiel da Costa Santos, Presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores.

Magdiel da Costa Santos atua no mercado de provimento de acesso à Internet há treze anos, tem formação em Ciência da Computação, é consultor certificado do Mikrotik no Brasil e responde pelo modelo de digitalização de cidades digitais na Colômbia e no Equador, onde atua a convite dos governos locais.

Concedo a palavra ao Dr. Magdiel da Costa Santos.

O SR. MAGDIEL DA COSTA SANTOS – Bom dia a todos!

Antes de tudo, eu gostaria de lhes agradecer o convite. Estou bastante honrado de participar de uma Mesa tão qualificada como essa.

Vou dar um pequeno *briefing* sobre o que é a Rede Global Info, até porque todos os assuntos aqui discutidos vão impactar diretamente na vida dos associados.

Somos uma rede de provimento de acesso. Nós estamos presentes em 23 Estados brasileiros. Hoje, temos setecentos pontos, somos bastante pulverizados dentro do Brasil. Em sua maioria, são pequenos empreendedores, são provedores locais que fizeram com que essa discussão chegasse aqui. Então, somos setecentos. No Brasil, hoje, há algo em torno de quatro mil provedores de acesso. Representamos, então, uma boa parcela deles. Mais ou menos 40% são representados pela Rede Global Info.

Nós fornecemos a esses associados suporte para várias coisas do seu cotidiano. Oferecemos suporte jurídico, alguns serviços. Muitos desses pequenos empresários não têm a qualificação técnica necessária para tratar de forma direta uma tecnologia tão avançada como essa. Então, na Rede Global Info, há um programa com o qual fornecemos tudo que seja necessário, para que eles possam oferecer um serviço de qualidade. Obviamente, em todo o Brasil, isso não é possível. Temos grandes diferenças. Só para vocês terem uma ideia, em São Paulo, o preço de 1 mega para o provimento de acesso pode chegar a R$100,00, mas, no Acre, ele chega a R$12 mil. Então, é uma diferença grotesca.

Nossa Associação tem participado bastante em assuntos importantes, relevantes, como o PNBL e o gerenciamento da Porta 25 junto ao CGI, e tem apoiado o combate a crimes digitais. Também somos integrantes do Fórum Brasil Conectado.

Então, esse foi um *briefing*, só para vocês se situarem sobre o que é a Associação Rede Global Info.

Sobre o tema específico, tenho a dizer o seguinte: a Internet, obviamente, chegou aonde chegou justamente por que ela é livre. Essa é uma das grandes características. É organizada e livre. Em muitos casos, ela se autorregulamenta. Há algumas pequenas distorções com relação a pontos específicos. Um exemplo claro é o domínio .XXX (Triple X) ou, então, o domínio .CAT, da Catalunha. Alguns auxílios estão chegando com relação ao IPv6, mas, infelizmente, ele ainda não é uma realidade ao pequeno provedor. Não tenho uma previsão muito otimista com relação a isso, embora grandes esforços estejam sendo feitos. O resultado disso ainda é bastante lento. Vamos levar entre cinco anos e dez anos para chegarmos a essa realidade. Enquanto isso, temos de fazer outros trabalhos.

Também há uma preocupação muito grande de que tudo que for decidido ou definido vai afetar tanto um grande operador, ou, vamos dizer assim, um provedor global, como também um provedor de Catolé do Rocha, em que há 150 usuários. Então, não necessariamente vai ser fácil para esse provedor de Catolé do Rocha fazer alguma coisa que foi decidida. Então, este é um ponto para o qual chamo a atenção: as diferenças que existem entre os grandes provedores e os pequenos provedores.

Não somos contra, de forma alguma, a haver regulamentação ou orientações, como vocês queiram chamar, até porque é ruim falarmos sobre alguns exemplos. Por exemplo, não é possível que, há quase uma década, estejamos tentando gerenciar a Porta 25, para evitar *spam*. O Brasil, hoje, serve de mula para o *spam* que vem da Ásia, e não conseguimos fechar ou gerenciar essa Porta 25. Há reuniões e mais reuniões, e sempre há esse problema. Talvez, com alguma coisa no Marco Civil, isso pudesse ser um pouco abreviado.

Também temos bastantes preocupações com relação às redes abertas. Então, por exemplo, aqui mesmo, no Senado, uma rede Wi-Fi está aberta, e, a nosso ver, os provedores de acesso têm muita preocupação com relação a isso, porque qualquer pessoa pode sentar, abrir seu equipamento e, se tiver um conhecimento razoável, daqui mesmo, da sala do plenário, pode disparar fotos de pornografia infantil e coisa desse nível. Por mais que essa rede tenha segurança, por mais que esteja sendo vigiada, isso é uma coisa que pode acontecer, e, fatalmente, a pessoa vai embora, e não vamos saber quem foi. Isso é bastante comum.

Com relação aos *logs*, também não somos contra. Temos de tomar cuidado com o tempo de *log.* O

acesso à rede dos provedores de acesso hoje já tem *log*. Obviamente, esse *log* é bem sucinto: a hora em que o cidadão entrou, a hora em que o cidadão saiu e qual foi o endereço IP que ele pegou. Nós não monitoramos o que ele faz na rede. Mas, por uma solicitação judicial, hoje temos condições de atender, de dizer: "Na hora tal, no dia tal, estas pessoas estavam conectadas à rede". A investigação policial, então, vai dizer o que eles estavam fazendo ou não.

Defendemos também a neutralidade de rede. Sempre que houver neutralidade de rede, esse é um assunto benéfico a todos. Acredito que a grande maioria dos senhores já deve ter utilizado ou deve ter uma conta no Skype, para diminuir o valor de chamadas internacionais ou para fazer uma videoconferência. Sabidamente, em algumas redes, ao redor do Brasil, as portas que dão acesso a esse serviço são fechadas, porque não há neutralidade de rede.

Então, dando novamente o exemplo de Catolé do Rocha, se ele é atendido por uma operadora que fechou essas portas, os cidadãos de lá não vão poder ter acesso a esse benefício do Skype.

Nós queremos aqui apenas fazer um *brainstorm*, dizer que somos a favor, mas que isso tem de ser bastante estudado. Não podemos seguir na euforia. Vários assuntos já foram estudados, já foram ofertados.

Anotei um dado aqui: 123 mil acessos. Se pensarmos no número, 123 mil acessos é bastante. Mas, se pensarmos em Internet, 123 mil acessos é praticamente nada. Hoje, um vídeo no YouTube gera milhões de acesso. Então, esse dado aqui me preocupa bastante.

Entendo que a discussão tem de ser mais ampla. Isso tem de ser mais ofertado à sociedade. E, obviamente, mais pessoas que tenham conhecimento e que possam oferecer sugestões têm de ser chamadas para isso.

No mais, é isso.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Dr. Magdiel.

Passo a palavra, então, à Professora Carol Conway, que é bacharel em Direito pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), admitida na Ordem dos Advogados – portanto, é advogada –, mestranda em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo (USP), Diretora de Assuntos Regulatórios do Grupo Folha desde 2007 e membro dos Comitês Jurídico e de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Passo a palavra à Drª Carol.

A SRª CAROL ELIZABETH CONWAY – Bom dia a todos!

Sr. Presidente, integrantes da Mesa, Srs. Senadores, demais presentes, primeiramente, eu queria saudar a iniciativa do Ministério da Justiça em promover um debate tão amplo e tão aberto sobre a Internet, como este País realmente nunca antes tinha visto, de forma colaborativa, pela própria Internet, por meio do *site* Cultura Digital.

Antes de entrar no tema específico do Marco Civil, eu queria mostrar para os senhores as premissas, as bases usadas pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) para a contribuição dada tanto na primeira quanto na segunda fase do Marco Civil.

Primeiro, partimos do entendimento do que é a Internet. Entendemos a Internet como uma plataforma para o exercício das atividades mais comuns no mundo real. Ela nada mais é do que uma substituição à antiga praça pública no mundo real e, depois, obviamente, ao *shopping center* e a outros espaços reais que se trasladaram para o mundo virtual pela Internet. Mas ela é uma plataforma, ela não é o direito em si. Ela é o espelho, como disse o Demi.

Outra premissa utilizada e bem jurídica mesmo é a de que a Internet não é uma terra sem lei. Muito se fala que se precisa de uma lei para regulamentar a Internet, que a Internet é um faroeste, uma terra sem lei. Não! A Internet não é uma terra sem lei. Tudo que acontece na Internet, seja o comércio, seja a expressão, sejam serviços, enfim, tudo, tudo que a Internet propicia, como plataforma, está sujeito à aplicação das leis vigentes no nosso País, formuladas pelos senhores. Um bom exemplo é o pagamento de tributos. Alguém que comercia pela Internet é obrigado a pagar os tributos exigidos na determinada atividade.

O ponto de maior preocupação e de maior atenção sempre da ANJ é a liberdade de expressão. A liberdade de expressão, seja na Internet, seja no mundo real, seja onde for, é um direito supraestatal, de aplicação imediata, e independe de qualquer reafirmação. Inclusive, preocupa qualquer espécie de discussão no sentido de delinear liberdade de expressão, que, como entendemos, já vem delineada não só pelo nosso constituinte, mas também pelas leis não materializadas.

A iniciativa, com certeza, é muito bem intencionada. Tudo que promove o debate é bem intencionado, mas a gente queria propor aqui uma discussão sob três óticas fundamentais. É disso que se precisa, até levando muito em conta a fala do Dr. Marivaldo. Do que somos carentes, em termos de legislação, para que a Internet possa ter um bom funcionamento? Será que a gente precisa de uma lei, ou será que a gente precisa de esclarecimentos e de educação sobre o que é a Internet? Se precisamos de uma lei, qual a técnica jurídica adequada para a inserção dessa nova lei que

deve regulamentar os novos tipos da Internet? Será que isso deve ser feito por meio de alterações no Código Civil, no Código Penal ou no Código de Defesa do Consumidor ou por meio de uma nova lei? Digo que seria uma nova lei, porque, nesse caso, não seriam alterados os outros diplomas, mas, sim, seria criada uma nova lei para a Internet. Esse é um ponto de discussão. O que é mais efetivo? O que é necessário?

O segundo ponto é o seguinte: quais os riscos associados a isso? Discutir a liberdade de expressão, seccionar a discussão da liberdade de expressão por mídias ou por plataformas? Cada plataforma terá agora a sua liberdade de expressão delineada de uma forma diferente? Esse é um ponto para debate.

Outro ponto para debate é a questão dos riscos envolvidos com as discussões de telecomunicações. Essencialmente, a neutralidade das redes, hoje, já é prevista por leis e princípios de antidiscriminação e isonomia. É uma discussão que o Marco Civil está propondo retomar nesta Casa: é preciso regulamentar novamente a neutralidade de rede ou não? Por que digo isso em forma de pergunta? Porque, a partir do momento em que se escreve que há um debate público sobre a neutralidade de rede, estão sendo admitidas, obviamente, posições favoráveis e contrárias.

A nossa posição – vamos começar com o tema da técnica jurídica – é a de que faltam, na verdade, dados para saber o que o Marco Civil está trazendo de novo. Os dados que apuramos mostram que são pouquíssimas coisas, especialmente no tema dos *logs* de acesso, que são os registros da conexão, que precisam de uma disciplina para fins de persecução penal. Esse foi o único tema que identificamos. Seria essencialmente isso que precisa de uma regulamentação nova, porque não é ainda previsto no mundo real, ou seja, é um crime novo, ou é algo novo que a Internet traz. Há os protocolos, de que o Demi falou. No mais, a gente acredita que o comércio já está regulamentado nos códigos próprios, no Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil, etc. Os crimes cometidos no mundo real que também se aplicam à Internet já estão no Código Penal; os tributos a serem pagos já estão no Código Tributário.

Sobre eventuais ajustes, a gente entende que, sob a ótica da técnica legislativa, talvez coubesse ao Ministério da Justiça (MJ) assessorar esta Casa ou mesmo transformar a proposta do Marco Civil num relatório, para assessorar esta Casa a fazer propostas e projetos para inserir os novos tipos dentro das legislações competentes no mérito, não a regulamentar a plataforma em si, como parece que se pretende, ou, inclusive, regulamentar liberdade de expressão ou reafirmar princípios que já são de aplicação imediata via Marco Civil, muito embora entendamos que a iniciativa tem toda a boa intenção.

Sob a ótica não especificamente da técnica legislativa, mas da política pública, da finalidade, achamos que o Ministério da Justiça tinha de editar uma cartilha ou buscar uma alternativa para educar a população sobre o uso da Internet, como fez no caso do comércio eletrônico, com a cartilha de comércio eletrônico. Acho que a população está carente de explicação, do que é a Internet, de quais são seus direitos e deveres, já previstos em algumas legislações e que são plenamente aplicáveis à Internet. Cito aqui a liberdade de expressão; o Código de Defesa do Consumidor, no que lhe é aplicável; o Código Civil, no que lhe é aplicável, para nunca se responsabilizar a plataforma pelo que nela se faz.

Para encerrar o tema da técnica legislativa, vemos que há uma grande preocupação do Ministério da Justiça, que é nossa, que é geral, que é comum, com determinadas decisões judiciais que vêm imputar ao provedor a responsabilidade solidária pelo que o usuário comete. Como o Dr. Marivaldo falou, esse é um dos grandes motes da regulamentação. O que está faltando aí novamente é um entendimento do que é Internet e um amadurecimento do Judiciário. Talvez, os senhores possam ajudar a iniciativa privada nessa compreensão dos magistrados, porque responsabilizar a plataforma é inviabilizar a Internet. É com o exemplo que o Demi trouxe: não é por que o que se vê no espelho é feio que se quebra o espelho.

Passando rapidamente para a questão dos riscos, a gente vê realmente um risco de desarmonização ou de falta de isonomia entre as plataformas, especificamente no tema da liberdade de expressão. Não é por que a Constituição ou as leis emanadas desta Casa muitas vezes são anteriores ao surgimento da Internet que, nelas, não possa ser inserida a Internet, por meio de projetos de lei ou de propostas de projetos, ou não se possa aplicar a Internet, como bem lembrou o Ministro Ayres Britto num julgamento do STF no qual derrubou a Lei de Imprensa, inclusive mencionando a Internet.

Para terminar, eu gostaria de trazer à discussão a neutralidade de rede. Só para os senhores entenderem, a neutralidade de rede é basicamente o princípio que trata da não-discriminação dos conteúdos que o usuário quer acessar, ou seja, é o direito que o cidadão tem de acessar qualquer conteúdo. Isso já é previsto pelas normas de isonomia da LGT, pela Lei de Defesa da Concorrência, que não permite a discriminação, pela própria Constituição Federal e por muitos outros diplomas, como o Código de Defesa do Consumidor. Então, preocupa-nos retomar e reabrir

essa discussão via Marco Civil. De qualquer forma, acho que podemos debater.

Sr. Presidente, obrigada.

Agradeço aos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu é que agradeço à senhora, Drª Carol.

Passamos, agora, à participação dos Srs. Senadores. Primeiramente, falarão os autores do requerimento, os Senadores Walter Pinheiro, Anibal Diniz e Eduardo Braga. Depois, falarão os Senadores inscritos.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, como autor do requerimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer da importância desse debate provocado aqui por requerimento de autoria de diversos Senadores, inclusive de V. Exª, principalmente no momento em que a gente prepara nesta Casa, por exemplo, o caminho para a apreciação de uma matéria que esta Comissão, inclusive, já aprovou, que é a Lei de Acesso à Informação. Portanto, é uma importante matéria que se soma a esse debate rico e importante, que diz respeito ao conceito da liberdade de expressão.

Temos de entender que há uma mudança consubstancial, e esse é o cenário que nos leva a esse debate sobre o que é que se processou no mundo da Internet com suas diversas formas de operação e de penetração, que vai desde a atividade econômica... Eu queria até dizer à Drª Carol que enxergo, com muita timidez, o processo de atuação nas relações, principalmente entre países, referentes ao comércio eletrônico, por exemplo. Ainda estamos muito submetidos a uma regra para a qual não tivemos sequer a oportunidade de contribuir. A regra existe, mas eu diria que nos colocamos marginalmente em relação a essa regra.

Participei diversas vezes, Senador Eduardo Braga, pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, de discussões envolvendo a Rodada de Miami da OMC, acompanhando o Governo brasileiro, que sempre esteve presente, com a presença do Embaixador Paulo Mesquita, que, hoje, se não me falha a memória, está sediado na missão brasileira em Genebra e que é quem trata dessas relações. Então, nessa área, ficou muito evidente que precisamos abrir esse debate, principalmente nessa área, mais do que na outra. Essa é uma área que mereceria exatamente um controle e uma normatização, se assim quiséssemos chamar, porque, em nome de uma suposta liberdade na rede, chega-se a uma concentração de negócios em uma única nação, impondo regras para o conjunto dos países, que terminam sendo submetidos a uma lógica econômica. Digo isso, sem contar os outros disparates do ponto de vista das questões fiscais, tributárias, enfim, questões com as quais a gente ainda pena muito. Essa é uma lacuna enorme.

Há outra lacuna, e isso vem exatamente para o debate que, de forma muito correta, o Ministério da Justiça abre. Eu queria chamar a atenção para esses pontos, porque é importante que possamos ter uma ideia do que isso significa, como nos localizamos nesses aspectos, principalmente quando o Ministério resolve fazer esse debate, introduzindo um processo permanente de ausculta e, ao mesmo tempo, de envolvimento da sociedade.

Se pegarmos os pontos que o Ministério tem colocado, vamos encontrar legislações com diferenças nos Estados Unidos, no Canadá, no Chile. Então, é importante que, neste exato momento, tenhamos certa relação com o que se processa na rede. E entendo que aí é diferente, pois o aspecto perigoso é a introdução de certo nível de censura. Por outro lado, se as condições não estiverem tipificadas e se as questões não estiverem claramente apresentadas, vamos conviver com censuras, em nome de as coisas terem de ser abertas.

Deixe-me dar dois exemplos claros. Quando da aparição de imagens envolvendo uma grande artista no Brasil, alguém impetrou uma simples ação judicial; não foi nem notificação. Aliás, um dos pontos deste debate provocado pelo Ministério é este: notifique-se, retire-se. Portanto, essa questão ficou evidente. Como é que fazemos isso? De que forma o Judiciário vai agir nesse vazio de hoje? Apenas uma reclamação minha é suficiente para se retirar do ar um provedor? Em nome de atender a uma demanda, posso excluir o restante da população de usar isso? Essa é uma provocação que é fundamental.

Há esse limite. Está aqui ex-Senador e atual Deputado Eduardo Azeredo – quase o chamei de Braga –, que, inclusive, foi uma das pessoas que participaram do projeto, desde a época do Senado, e do próprio debate envolvendo a Conferência de Budapeste. É importante que a tenhamos como referência, não como orientadora, mas como referência, até por conta dessa necessidade de discutirmos quais as realidades nossas. Concordo plenamente com o fato de que não estamos discutindo um processo localizado no País, muito menos em Minas Gerais, com todo o respeito a Minas, como foi dito aqui, nem em qualquer outra cidade, que tanto pode ser Sorocaba, como pode ser Xique-Xique, na Bahia. Isso pouco importa. Na realidade, esse é um debate global. Com a nossa relação com o debate global, como temos uma atuação? E vou dar o segundo exemplo em relação a isso.

Quando o Senado discutiu a questão das imagens em relação à CPI da Pedofilia, pelo fato de não haver

uma legislação e caminhos para se chegar a uma atitude diferente, para se permitir o combate a um tipo de ação completamente criminosa, foi um parto conseguir acessar todo esse material. Na realidade, contou-se com a cooperação. Mas não podemos ter uma relação com esse tipo de questão como se tivéssemos de manter uma relação com provedores ou coisa do gênero, numa espécie de cooperação. É sim ou não. A liberdade é uma liberdade de expressão, mas também há outras questões que são fundamentais. E os direitos individuais? Como se garante essa questão? Como se preserva isto? Como, de certa maneira, o Estado vai garantir a defesa desses direitos individuais e a defesa da vida das pessoas?

Portanto, eu gostaria de fechar aqui, dizendo que é importante que tenhamos um cuidado um pouco maior em relação a esses aspectos, principalmente para não caminharmos para uma situação de conflito entre não efetivamente tipificar os crimes e, ao mesmo tempo, permitir que isoladamente um juiz ou qualquer outra instância tome decisões que contrariam essa liberdade de expressão, com a expectativa de que não há absolutamente nada.

Quero deixar mais três sugestões que me vieram do ponto de vista dessa dificuldade. Uma delas é o caso, que é importante – acho que foi levantado pela Carol –, da neutralidade de rede. Esse é um aspecto que temos discutido de outra forma: como você trabalha isso? Como deposita? Digo isso até para os expositores que estão aqui. Como é que vamos tratar agora, por exemplo, o debate envolvendo essas questões, quando começamos a discutir no mundo inteiro outro tipo de provedor, digamos assim, a história da Internet em nuvem, que vai abrir mais ainda a possibilidade de se trabalhar com elementos cada vez mais distantes de um processo de acompanhamento?

Por isso, quero insistir que a postura do Ministério da Justiça é corretíssima. Eu preciso identificar e criar esse ambiente. Admitindo que vamos ter de fazer a nossa parte, como é que eu me localizo a partir dessa Convenção de Budapeste? Como é que encontro os diversos caminhos já traçados internacionalmente?

Portanto, não estou aqui provocando para que saiamos das regras estabelecidas pelos Estados Unidos, mas acho que não dá para continuarmos tendo essa como sendo a nossa única e exclusiva referência para adotar posições no que diz respeito a essa regulação na Internet.

A outra questão que eu queria levantar é o aspecto de rede. Se há uma rede sem fio, por exemplo, que exige cadastro de CPF, *login*, senha, essa rede, na realidade, é aberta, onde passo a ter de compor uma atitude literalmente de identificação, obviamente com uma pré-identificação já adotada por mim? Como é uma rede aberta? É aberta, desde que eu tenha, num processo anterior, feito o meu nível de relação com ela. Então, esse é um cadastro disponível? É. Essa é uma forma de, cada vez mais, manter-se um processo de prisão, vamos chamar assim, em relação a essas coisas.

Por outro lado, não dá para carregar a mão na tinta, ou seja, achar que todo mundo que está na rede é pedófilo. Esse é um exagero. Alguns têm dito que precisamos colocar tramela, colocar trava na Internet, porque haverá uma rede de terroristas, uma sala de preparação para ação de terror, com toda a dose excessiva de tecnologia e de criptografia. Dizem que ou montamos uma estrutura capaz de fiscalizar isso ou não vamos pegar. Há uma dose de exagero muito grande.

Quero encerrar, meu caro Presidente. Concordo que o uso da tecnologia tem de servir para enfrentarmos esses problemas. Mas, se sempre adotarmos tecnologias para combater essas coisas, vamos terminar enfrentando uma situação muito pior, pois aí o sujeito não vai saber só o que tem na sua geladeira, vai saber o que está na sua barriga, o que você tirou da geladeira. Então, é uma completa forma de fiscalização das pessoas. Lembro-me de que abrimos esse debate, se não me falha a memória, em 1999, sobre aquela rede Echelon, que era uma monitoração ao extremo, um verdadeiro Big Brother. É óbvio que estamos convivendo com essa possibilidade. Cada um de nós que carrega um rádio desses carrega um bom GPS. É fácil de se localizar. Qualquer tipo de atitude que tomo, pelo meu celular, entrando na rede, é facílimo de se localizar. Essas coisas a tecnologia permite.

Então, é por isso que é preciso ter certa dose de cuidado. E, aí, quero dizer uma coisa aqui que acho importante: por mais que a gente ainda queira adotar a tecnologia para esse combate, acredito que a luz do direito ainda é a mais eficiente, porque há pelo menos o temor de não vazar, para um lado ou para o outro, na medida em que invade um direito individual. Em nome de uma história ampla, coletiva e aberta, a gente pode, inclusive, rasgar direitos individuais, que são sagrados e essenciais para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso Senador Walter Pinheiro, passo a palavra ao segundo autor do requerimento, Senador Aníbal Diniz, do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Eduardo Braga, em primeiro lugar, quero agradecer, penhoradamente, a cada um dos colaboradores deste debate que aceitaram o nosso convite e que estão aqui trazendo à luz as reflexões que estão acontecendo a respeito desse consórcio de temas, o

debate tanto sobre o conteúdo quanto sobre o marco regulatório.

No último fim de semana, estive no Acre, e houve um ato muito significativo no último Município do Brasil, ligando com o Peru, que é Assis Brasil: fizemos uma entrega de *laptops* para alunos do 3º Ano Segundo Grau. É uma política do Governo do Acre, iniciada pelo Governo Binho no ano passado e que tem continuidade agora com o Governador Tião Viana, fazer entrega de *laptops* para os alunos do 3º Ano do ensino médio, de tal maneira que eles possam ter acesso a muito mais conteúdos, preparar-se melhor para o vestibular e também abrir o caminho para esse universo do conhecimento presente no mundo virtual, com acesso a novas tecnologias.

E me chamou muito a atenção a exposição do Secretário de Educação, quando ele anunciou que, em cada *laptop*, havia 2,5 mil títulos de livros e pelo menos 500 vídeos educativos fornecidos pelo MEC. Aí, fiquei imaginando o quanto, neste momento em que estamos vivendo, a inclusão digital passa a ser um direito fundamental mesmo. Não há como pensar em preparar essa juventude para os novos desafios, os desafios atuais e futuros, se a gente não dotar essa juventude das condições tecnológicas, do arcabouço tecnológico necessário para se manter atualizado.

E aí me vem à mente um estudo do nosso convidado, que não pôde fazer-se presente porque está numa agenda de doutorado no Rio Grande do Sul, o Professor Marco Bonito, o qual desenvolveu uma pesquisa na linha da sociedade dos "informívoros". Nós estamos vivendo a era em que nos alimentamos de informação, muito mais do que no passado, muito embora o ser humano seja um ser "informívoro" por excelência. Antes de se alimentar, a gente se comunica. É algo muito interessante. Mas, com todas as possibilidades abertas no mundo atual, acho que fica ainda mais presente e patente que nós somos, necessária e invariavelmente, uma sociedade de "informívoros": nós nos alimentamos permanentemente de informação.

A Internet veio para, digamos, estabelecer uma radicalidade total da democracia, da transparência, de tudo o que se possa imaginar em termos de liberdade. E estamos diante de um turbilhão de possibilidades, em que toda a estrutura governamental legislativa é muito antiquada para tentar fazer frente à velocidade dessas novas tecnologias. E me parece que cada passo que é pensado no sentido de se estabelecer qualquer tipo de regulação está sempre atrás daquilo que está acontecendo no mundo das tecnologias e das possibilidades que esse povo que vive na Internet desenvolve a cada dia, a cada instante.

Não vejo muita possibilidade de sucesso da parte de quem queira regulamentar. No entanto, não consigo entender também que a gente tenha de ver isso como sendo algo assustador, porque conteúdo, seja na Internet, seja na televisão, é algo que tem de ser educativo mesmo. As pessoas têm de estar conscientes, desde criança, de que há espaços e ambientes que são aconselháveis e de que há espaços e ambientes que não são aconselháveis. E a gente não pode, a despeito de haver um conteúdo ameaçador na Internet, proibir uma criança de ter acesso à Internet. A gente vai ter de ter um diálogo muito aberto no sentido de mostrar o que é aconselhável e o que não é aconselhável.

Nesse sentido, acho que esse decálogo proposto pelo Comitê Gestor da Internet é algo que aponta um caminho muito interessante, no sentido de respeitar a liberdade, fortalecer a democracia, fortalecer a inovação e a criatividade. Ao mesmo tempo, a gente precisa reconhecer que, se há um criminoso na ponta, tem de ser encontrada uma forma – e há tecnologia para isso –, de identificar e de punir o criminoso, não o equipamento ou a estrutura tecnológica que é disponibilizada, porque o que pode ser utilizado, em termos tecnológicos, para o bem, para a construção, pode ser também utilizado por uma mente doentia para praticar uma maldade ou algo ilícito. Nesse sentido, temos de fortalecer, cada vez mais, a liberdade e incentivar, cada vez mais, a inovação.

Estou muito esperançoso de que, a exemplo desses jovens do Acre que estão recebendo *laptop* para ter muito mais acesso às novas tecnologias e ao conhecimento existente na Internet e disponibilizado para os jovens, a gente possa fazer algo também inovador para o Brasil e fazer com que muito mais jovens sejam incluídos digitalmente, não cometer o erro que cometemos no início, no Acre, que quero partilhar aqui. A gente abriu os Centros de Inclusão Digital com uma série de restrições: "Ah, não pode acessar o Orkut, não pode acessar as redes sociais e não pode acessar o YouTube, porque não há velocidade suficiente para todo mundo". Aí, os jovens faziam o quê? Os Centros de Inclusão Digital ficavam vazios, e os jovens preferiam pagar R$1,00 para ir para a *lan house*, onde tinham acesso a tudo. Então, o que era uma intenção de fazer inclusão digital de graça acabava sendo inócuo, e tivemos de estabelecer uma regra de liberdade total com responsabilidade, porque senão não haveria atratividade nenhuma para os jovens.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srs. Senadores e senhores palestrantes, serei muito breve, para passar a palavra aos demais Senadores.

Quero dizer ao nosso ex-colega Senador Eduardo Azeredo que é um prazer tê-lo aqui como colega do Congresso. Ainda há pouco, a assessoria dizia: "Mas, pelo Regimento, depende de se consultar o Plenário". Como já sei que o Plenário é extremamente favorável à participação dos membros do Congresso no debate, quero dizer que V. Exª é muito bem-vindo aqui. Esta é uma Casa de precedentes: ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Deputado Júlio César participou ativamente dos trabalhos. Portanto, V. Exª está duplamente referendado, não só pelos colegas Senadores, mas também pela precedência da Casa.

Eu gostaria de dizer aos senhores que participam desta audiência pública que todos nós sentimos que essa é uma plataforma, é uma tecnologia que veio para ficar e para, cada vez mais, estar presente no cotidiano, na governança, na educação, no entretenimento e na vida das pessoas. Essa é a plataforma que a Internet proporcionou a muitos.

Hoje, a infraestrutura e a logística do desenvolvimento econômico, social e até mesmo ambiental passam por uma infraestrutura de transmissão de voz, de dados e de imagem. Essa infraestrutura, essa plataforma é exatamente a Internet.

Não vejo, Senador Walter Pinheiro, como podemos ter tantas discussões com marcos regulatórios com relação às concessões de radiodifusão neste País, criando critérios de uso de grades de programação etc, se, na convergência tecnológica, a grande concessão que o mundo e o cidadão terão é a concessão do uso de uma plataforma multimídia, em que se transformou a Internet.

Portanto, não adianta eu ficar estabelecendo horário de censura para um determinado programa de televisão se a plataforma da Internet não tem horário de censura nenhuma, se minha filha de 8, 9, 10, 11, 12 anos, que, talvez, conheça e domine muito mais do que eu o acesso à informática, tem liberdade de acessar todas essas informações.

Além disso, essa plataforma de informação não é apenas de vídeo, não é apenas de programas, não é apenas de entretenimento, mas é também de interatividade, diferentemente do monólogo que existe nas concessões de radiodifusão, ao qual assistimos, que ouvimos, mas com o qual não temos como interagir, a não ser por meio de uma plataforma de Internet que nos propicie a interação. A interação da plataforma da Internet é absolutamente *on-line*. Isso permite, portanto, em bons usos ou em boas práticas dessa plataforma, que haja, por exemplo, por meio da tecnologia da IPTV, ensino a distância, com interatividade na Amazônia, para se ter uma ideia. Podemos haver Telemedicina, com diagnóstico a distância, na Amazônia. Isso nos permite fazer cirurgias a distância, sem a presença de especialistas na sala de cirurgia, porque o especialista estaria num centro, orientando a cirurgia, participando, com interatividade, de uma determinada especialidade da medicina em plena Amazônia. Mas isso, lamentavelmente, também permite que haja acessos a filmes que instigam todo tipo de ação naquilo que há de mais baixo, naquilo que há de mais estranho e repugnante na índole humana, que, muitas vezes, está disponível, com absoluta liberdade e com absoluto livre acesso, na Internet.

Portanto, garantir a liberdade de expressão na Internet é dever de todos nós, que somos adeptos e defensores da democracia, no sentido de que o livre acesso e a liberdade de expressão na Internet são importantes para a consolidação desse nosso Estado democrático de direito, porque será também na Internet que poderemos, no mundo moderno, promover as denúncias de crimes contra a humanidade com uma interatividade muito maior.

Acabaram de ocorrer alguns extremos climáticos com grande impacto na humanidade. Esses extremos climáticos aconteciam no passado, mas não sensibilizavam e não mobilizavam a comunidade mundial na velocidade que sensibiliza nos dias de hoje. Isso se dá graças à Internet. Quantos vídeos, quantas fotos, quantos testemunhos dramáticos do terremoto que aconteceu no Japão foram possíveis graças a esse novo instrumento e a essa nova plataforma! Quantos ensinamentos foram obtidos a partir daí!

Portanto, é fundamental a liberdade de expressão estar nesse Marco Civil. O estabelecimento desses direitos e garantias fundamentais para o usuário é, a meu ver, uma base muito importante nesse Marco Civil.

Fala-se da privacidade da comunicação na forma da lei. Acho que é preciso, sim, haver privacidade, mas essa privacidade não pode... Costumo dizer que o nosso direito individual termina quando começa o direito individual do próximo. Portanto, como construir isso em uma plataforma tão dinâmica e tão livre como a plataforma da Internet é, efetivamente, algo extremamente desafiador.

A preservação dos dados pessoais, esse é outro dado que, a cada dia, está desafiando técnicos. Um *hacker* é capaz de conseguir quebrar as proteções de um determinado banco de dados. E aí não se saberá somente aquilo que você comeu, não, Walter! Não se saberá somente o que está na sua barriga, não! Será divulgada também a conta bancária do meu amigo, a qual, simplesmente, pode ser clonada. E todos os seus fundos poderão ser levados de forma virtual.

Conheço o caso de uma pessoa que, ao receber pela Internet uma demanda de um pseudobanco, caiu

na esparrela de preencher o formulário e de devolvê-lo, pensando que era o seu banco que estava interagindo com ela. Na realidade, não era o seu banco, mas, lamentavelmente, um criminoso que estava tendo acesso, a partir daquele momento, à sua conta bancária.

Portanto, são crimes que estão sendo praticados por uma plataforma tecnológica. São crimes contra indivíduos, contra a comunidade, contra a sociedade que estão acontecendo, sem dúvida, todos os dias.

Quero também dizer da monitoração e guarda de registros pelos provedores. Ainda há pouco, o Senador Walter Pinheiro acabou de falar em uma nova fase da Internet, que são as nuvens. As nuvens terão capacidade, inclusive, de armazenar mais dados por mais tempo e, segundo alguns textos, de forma infinita. Portanto, a armazenagem dos dados, Senador Pedro Taques, passou a ser ilimitada nas nuvens de Internet.

Quanto à ausência de responsabilidade dos provedores sobre conteúdos de terceiros, cabe uma nota, pois existem entendimentos divergentes quanto a esse ponto. Se é criminoso aquele que produz, também é criminoso, a meu juízo, aquele que permite hospedar a produção de algo que constitui crime. E uso uma lógica de analogia, porque, se um concessionário de radiodifusão não produz, mas veicula determinadas ações, creio que ele se está deixando usar para divulgar algo que não é correto e que não é devido à sociedade.

Por fim, eu queria destacar o seguinte: a possibilidade de exigir, judicialmente, pelo ofendido, para fins de construção probatória e também para processo judicial, o fornecimento de informações pelos provedores referentes a crime de racismo, à homofobia, à calúnia, à difamação e à injuria é algo a que a sociedade precisa ter direito. Para que se possa garantir a liberdade de expressão, é preciso garantir a responsabilidade de quem a usa. Liberdade de expressão sem o direito de as pessoas poderem garantir que essa liberdade de expressão não se transformará num ataque viral, discriminado, inescrupuloso contra as pessoas, parece-me ser uma área de zona livre, onde tudo vale, onde tudo é possível, onde tudo pode acontecer.

Portanto, defendo a liberdade de expressão no Marco da nossa Internet, mas entendo que é preciso haver regras, que é preciso haver garantias de que a Internet estará a serviço da população, a serviço da sociedade, a serviço do País, a serviço da construção de um mundo melhor, de um mundo mais justo, mais interativo e mais interligado.

Dito isso, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Cyro Miranda, o próximo inscrito.

Comunico aos nossos palestrantes que, na nossa Comissão, existe a praxe de que os convidados falam, todos os Senadores se posicionam, e, ao cabo, os palestrantes respondem aos Srs. Senadores.

Passo a palavra, com muito prazer, ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Eduardo Braga, se o senhor me permitisse, eu gostaria de fazer uma inversão com o Senador Pedro Taques, pelo fato de ele ter de ir à Comissão de Justiça neste momento. Então, com muito prazer, faço essa troca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente, agradeço ao Senador Cyro a gentileza de fazer essa inversão, porque tenho de estar na CCJ, e a reunião lá já iniciou há 20 minutos.

Senhores convidados, quero parabenizá-los pelas falas.

Entendo que, quando o homem começou a desenhar na caverna, com a escrita espeleológica, a liberdade de expressão se iniciou, ao menos na escrita ou no desenho, e regras começaram a surgir. Quando a história começou a ser escrita, seis mil anos antes de Cristo, esse problema também ocorreu. Quando a imprensa foi inventada, tivemos o mesmo problema. Quando houve a propalação dos jornais pela Europa, isso também ocorreu.

Temos de chegar à conclusão de que liberdade rima com responsabilidade. Não existe na nossa Constituição direito que seja absoluto. Até o direito à vida é relativo, porque a Constituição permite a legítima defesa, e o Código Penal Militar estabelece o crime em época de guerra e a possibilidade de pena de morte. Está ali escrito. Alguns dizem que o direito absoluto que existe na nossa Constituição é o direito de não ser torturado. Eu concordo com isso, porque isso ofende a dignidade. Mas esse não é o tema da nossa pauta.

Eu gostaria de, objetivamente, saber dos ilustres convidados a respeito do Ponto nº 7: "Inimputabilidade da rede. O combate a ilícitos na rede deve atingir os responsáveis finais, não os meios de acesso e transporte". Já houve grandes problemas com isso em se tratando de outros ilícitos, envolvendo, por exemplo, lavagem de dinheiro, em que o sistema financeiro mundial era protegido. Protegiam os meios, protegiam o transporte. E aqui estou dizendo de instituições financeiras. Mas, universalmente, chegamos à conclusão de que o dinheiro tem cheiro. Desta feita, o responsável pelo sistema financeiro também é responsável indiretamente pelos atos dos seus clientes.

Eu gostaria de saber se o Ministério da Justiça, especificamente, tem pensado nisso, porque, em al-

gum momento – pelo menos esta é a minha posição –, temos de responsabilizar não só os responsáveis finais, mas também aqueles que estão transportando, estão servindo de meio para o acesso e o transporte dessas informações. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que, na questão de crimes praticados pela rede mundial de computadores, temos a mesma relação com a proteção ambiental. Não existe ambiente do Brasil, meio ambiente brasileiro; não existe meio ambiente do Estado de São Paulo. Um crime praticado via rede mundial de computadores pode ser praticado em qualquer lugar do mundo, e precisamos de um marco regulatório que leve em conta isso. Eu gostaria de saber se estamos atentos às diretivas internacionais a respeito desse tema.

Há um terceiro ponto: de que maneira poderemos, nesse marco regulatório, preservar a intimidade do cidadão? Até que momento, que instante, o Estado pode entrar, o Estado legislador, o Estado administrador?

Sabemos que, hoje, tecnologicamente, é possível – isso é possível; não estou a dizer que isso seja feito – que a empresa telefônica aperte um comando e que um aparelho celular vire um gravador, mesmo que ele esteja só ligado à rede. Tecnologicamente, isso é possível, e já existem estudos internacionais sobre isso. Localização via celular, isso é coisa de criança. Pelas Estações Rádio Base (ERBs) de celular, posso seguir um cidadão pelo Brasil inteiro e localizá-lo, dependendo do aparelho, num espaço de dois metros. Todos nós conhecemos essas técnicas.

Minha preocupação é: até que ponto o Estado legislador pode ir, na opinião dos senhores?

Peço desculpas. Vou ter de sair, mas, depois, pego a gravação e o que restou escrito sobre minhas perguntas.

Obrigado.

Obrigado, Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

Sr. Presidente, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, esse é o ônus que estamos pagando hoje pela velocidade dessas informações. Como disse a Drª Carol, começamos isso nos cafés, nos *shoppings*, e, agora, estamos interagindo de maneira diferente. Essa velocidade é tão grande, que não nos dá tempo de prever e de termos as nossas regras. Às vezes, temos até de esperar certo tempo, para ver o efeito.

Concordo com o Senador Walter Pinheiro quando diz que o parâmetro mais certo é a Justiça, porque deve haver alguma coisa que nos dê a diretriz pelo menos neste momento.

Pergunto ao Dr. Marivaldo Pereira: após vários meses de debate com a sociedade, o Ministério considera que o projeto já abrange todas as questões relevantes nesse tema? Quais foram os pontos mais polêmicos em que ainda há dificuldade de consenso? Entre as questões mais polêmicas do uso da Internet, quais se transformam mais frequentemente em contenciosos judiciais?

Pergunto ao Dr. Demi: de que forma as pesquisas realizadas pelo CGI Brasil relativas ao uso da Internet no Brasil têm contribuído para esse trabalho de regulamentação, liberado pelo Ministério da Justiça? Quais são as principais reclamações do usuário brasileiro em relação aos conteúdos tratados no anteprojeto?

Ao Dr. Magdiel, pergunto: o senhor concorda com a forma de responsabilização do provedor de serviços da Internet definidas no anteprojeto? O projeto não deveria tratar de forma mais extensa da neutralidade da rede? Acho que isso já foi questionado aqui.

Então, deixo essas questões, apenas para que possamos debater um pouquinho mais e obter mais algum esclarecimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srs. Senadores, passaremos, então...

Eu não o tinha visto. V. Exª tinha se ausentado.

Concedo a palavra ao nosso colega Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Presidente Eduardo Braga. Eu lhe agradeço também esta oportunidade de estar aqui, em mais uma discussão sobre a questão da Internet.

É muito bom ouvirmos as estatísticas, mostrando que um terço da população já tem esse acesso. Foi uma coisa muito rápida que aconteceu. Nos anos 70, ainda havia os grandes computadores. Então, em quarenta anos, evoluímos muito. O Congresso fez sua parte, quando o governo mandou para cá uma proposta de redução, praticamente extinção, do IPI sobre microcomputadores, e, hoje, os micros estão com preço de mercado inferior a R$1 mil.

Eu queria apresentar duas questões. Primeiro, não vejo dificuldade, Dr. Marivaldo, em haver o projeto que já foi aprovado no Senado e esse Marco. Assino embaixo do Marco Civil. Penso que tudo está muito bem colocado, com todas as definições. Quanto a isso, não há problema. O que acontece é que há um problema de tempo.

O PLS nº 89 começou a tramitar em 1999 – o Walter se lembra disso – na Câmara. Em 2003, ele conseguiu sair da Câmara e veio para cá. Em 2008,

depois de o Mercadante ser relator nesta Comissão e de eu ter sido relator em outras Comissões, conseguimos aprová-lo no Senado, e ele foi para a Câmara. Na Câmara, ele está já há quase três anos, na volta. O que o Regimento prevê? Que a Câmara, agora, só pode ou esquecer tudo que o Senado aprovou ou tirar partes do que o Senado aprovou. A Câmara não pode inovar mais. Esse é o Regimento.

Sou relator do Projeto na Câmara e, realmente, tirei mais alguns pontos, desbastei um pouco mais o Projeto, para tirar as polêmicas que estavam levantadas. Uma delas girava em torno da expressão "dispositivos de comunicação". O pessoal dizia: isso aí pode pegar o iPod e não sei o quê. Não era e nunca foi essa a intenção. Outra polêmica se referia à questão dos provedores, que segue um pouco a linha do que o Presidente Eduardo Braga disse. Tínhamos estabelecido no Senado que o provedor, se tivesse conhecimento de algum ato criminoso, deveria comunicar isso às entidades policiais. Isso gerou um carnaval de críticas. Diziam que isso era censura, que se estava passando uma responsabilidade para o provedor, quando, na verdade, seria uma questão só de cidadania. Se alguém chegar aqui e falar comigo que está havendo um assassinato ao lado, tenho a obrigação de ligar para a Polícia. Essa era a intenção. Mas, já que isso está levantando tanta polêmica, a ponto de chamarem de AI-5 digital – e digo que essa é uma ignorância histórica sobre o projeto –, estou retirando também essa parte. Essa parte do art. 22 é deixada de fora, ficando para o cidadão tomar a providência que quiser, se o provedor tomar conhecimento. Então, houve essas duas retiradas no projeto.

O que estou defendendo é que aprovemos os dois juntos. Pode-se aprovar lá esse projeto, que, depois de terminada sua tramitação, vai para a Presidente. O projeto trata basicamente de crimes digitais. O Dr. Marivaldo falou aqui que o projeto do Marco não abrange os crimes digitais, não define isso. A Drª Carol falou aqui que os crimes já estão no Código Penal, mas não são todos que lá estão. Já conseguimos tratar da questão da pedofilia, que já foi aprimorada aqui, que é uma legislação e que está incluída no Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, já se resolveu essa parte. Inclusive, hoje, é crime haver fotografias de pedofilia num *notebook*, o que não era crime antes; apenas transmitir as fotografias era crime. O vírus, por exemplo, não é um crime que está no Código Penal.

Quem diz que não está tudo claro são os juízes, são os desembargadores. Nesse projeto, o Desembargador Fernando Botelho, de Minas, prestou assessoria o tempo todo. São eles que dizem que, na verdade, é preciso isso. A Polícia tem dificuldades de fazer a devida tipificação.

Então, o projeto é simplesmente um projeto de tipificação de crimes, que muda o Código Penal. Ponto. Ele não é um projeto de controle de Internet, não tem e nunca teve esse objetivo. Mas tudo bem! Acho que valeu a pena pelo menos para levantar toda a polêmica que se instalou.

Eu queria só lembrar o que tem acontecido nessa área de crimes. O que tem acontecido? Nós estamos vendo aí a Sony sendo invadida, pegando os dados de quem joga o Playstation. O Google está sendo invadido. Há questões na área de defesa nacional. Há dois casos típicos: o da Estônia e o do Irã. No caso do Irã, não houve invasão, mas o inverso: o Irã segurou as informações. A Síria está fazendo a mesma coisa agora, não deixando que as coisas caminhem com liberdade, como deve ser.

No Brasil, nas eleições, é uma festa. Até as eleições passadas, nas outras, só se podia usar a Internet com um *site* específico: o domínio .can. Alteramos isso – fui relator no Senado – e, nas últimas eleições, pudemos usar a Internet à vontade. O que aconteceu? Foi ótimo, mas não foi brincadeira o que houve de ataques na maior virulência.

Existem fraudes como a praticada por uma pessoa que briga com a namorada, monta a fotografia da namorada no corpo de uma mulher nua e a põe na rede. Isso está comum; toda hora, acontece isso. Então, há calúnia, difamação. Aí se diz: isso já está no Código Penal? Parcialmente, porque a capacidade de dano da Internet é muito maior e muito mais rápida.

Então, a minha linha, portanto, é esta de assinar o marco regulatório. Mas o Marco começou em 2009 e não chegou aqui até hoje. Tive acesso à última versão, que já está sendo encaminhada à Casa Civil, que já está na fase final, mas temos de esperar.

O que vai acontecer com o Marco? Vai ser discutido na Câmara por, mais ou menos, um ano ou dois anos. Aí vem para o Senado e, aqui, vai ficar por mais um ano ou dois anos. Se houver alteração, ele voltará para a Câmara. E vamos ficar esse tempo todo sem nenhuma legislação sobre crimes digitais, que estão aumentando a cada momento? Qual é a movimentação internacional em relação a isso?

Recebi, há alguns dias, a Secretária para Crimes Digitais da Inglaterra. Na Inglaterra, há um órgão específico que só cuida disso. O Presidente Obama, tão logo tomou posse, criou o Cyber Czar. Uma assessoria diretamente ligada a ele cuida desse assunto, tal a importância que estão dando a isso.

Na semana passada, houve o quê? O IG8. O que foi o IG8? No IG8, foram discutidas as questões da Internet, os riscos para a defesa nacional que isso pode trazer.

Portanto, tenho certeza de que o Brasil está atrasado. O Brasil não assinou a Convenção de Budapeste. Um dos argumentos usados foi o de que o Brasil não tinha discutido, não tinha participado da discussão inicial da Convenção de Budapeste. Aí fui perguntar no próprio Itamaraty, e me disseram: "Não, há dezenas de tratados aqui que o Brasil assinou, mesmo não tendo participado desde o princípio". Essa não pode ser uma justificativa para não assinar um tratado internacional. O tratado internacional é fundamental, porque há as fronteiras, a computação nas nuvens. Tudo isso vai fazer com que tenhamos essa relação com os órgãos de polícia internacionais necessários.

Então, eu apresentaria duas questões ao Presidente da Associação dos Provedores, Magdiel: os pequenos provedores têm dificuldade de guarda dos IPs? Os provedores, principalmente os pequenos, terão muita dificuldade para guardar os IPs?

Os grandes provedores já os guardam por três anos. Esse prazo de três anos que está no projeto, Presidente Eduardo Braga, não foi invenção nossa. Nós o definimos num acordo, no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) feito em São Paulo, entre os provedores e o próprio Ministério Público. Estabeleceram três anos para o crime de pedofilia. Então, definimos esse prazo de três anos. Internacionalmente, como isso funciona? Há todo tipo: um ano e meio, um ano, dois anos; na Alemanha, o prazo é de um ano e meio. Então, poderia ser um ano? Poderia. O marco regulatório está colocando um ano, mas com prorrogação possível. Aí não se diz quanto tempo. Pode-se prorrogar por até cinco anos, se se quiser. O juiz pode falar para guardar por cinco anos. Então, em algum aspecto, é até mais forte e restritivo do que o PLS nº 89, que fala em três anos. A minha proposta é a de que aprovemos o PLS nº 89, para, depois, reduzir o prazo de três anos para um ano, se for o caso. Agora, não há jeito de mudar de três anos para um ano.

Então, essa é a questão dos provedores.

Vou fazer uma pergunta à Drª Carol.

O Demi já participou de vários debates anteriormente. Na semana que vem, haverá um debate na USP, em São Paulo. Estou sendo chamado para ir lá, para discutir sobre isso, na segunda-feira.

Há a questão dos comentários sem identificação e das cartas do leitor. Alguns *blogs* até pedem identificação; a maioria, não. Todo mundo põe comentário lá – Walter, você sabe disso –, com um pseudônimo qualquer, como, por exemplo, "Azul". E aí o sujeito fala o que quer e o que não quer: de ladrão para cima, de pedófilo. Tudo que puder falar o sujeito fala lá. Não há nenhuma responsabilidade. Mas, quando é carta do leitor, não é assim, não! Quando é carta do leitor, o jornal pede identificação e ainda faz um filtro, publica o que quer, até porque o espaço é restrito, não cabe tudo na carta do leitor. Então, acredito que não está correto fazer um comentário sem identificação.

Em relação à elaboração de uma nova lei, quero dizer que prefiro alterar as atuais. Não é preciso haver uma lei específica para a Internet. Alteramos o Código Penal, incluindo outros itens. São doze crimes, eram três. A pedofilia já está incluída. Agora, doze tipos de crime estão sendo incluídos na legislação, por meio do Código Penal.

Então, era basicamente isso que eu queria dizer, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade de poder expressar-me.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É sempre uma satisfação ouvir V. Exª.

Eu gostaria que as respostas fossem dadas de uma forma um pouquinho diferente. Eu queria pedir permissão para deixar o Dr. Marivaldo por último. Primeiro, falaria o Professor Demi, já que foi citado nominalmente pelo Senador Pedro Taques. Logo a seguir, ouviremos o companheiro Magdiel, a Drª Carol e o Dr. Marivaldo.

Então, concedo a palavra ao Professor Demi.

O SR. DEMI GETSCHKO – Vou fazer alguns comentários gerais. Talvez, eu não consiga responder a todas as questões.

Inicialmente, o Senador Walter Pinheiro comentou uma frase que eu coloquei aí, e ele está coberto de razão. Foi dito que a tecnologia deve resolver problemas que a tecnologia cria, mas isso, evidentemente, não se sobrepõe ao direto. O direito é a instância máxima. O que eu quis dizer com isso é que alguns problemas da Internet... Vou dar um exemplo claro que foi citado pelo Magdiel. Há uma praga que é o *spam,* correio eletrônico não desejado. Um dos jeitos de resolver o *spam* é através de medidas tecnológicas que o impeçam no nascedouro. Então, por exemplo, a tal da Porta 25 é uma ferramenta tecnológica, uma forma tecnológica para amenizar um problema que a tecnologia criou, que foi o *spam*. Então, é nesse sentido que vem essa observação. Não é que isso se sobrepõe à instância judicial, que, certamente, é onde devíamos buscar nosso direito final. Até aí estamos completamente de acordo.

Em relação ao que falou o Senador Pedro Taques, sobre inimputabilidade da rede, o nosso item 7 do decálogo, é evidente que, quando alguém é coautor de algo, ele não está absolutamente imune, imaginamos nós, ao procedimento criminal ou cível de praxe. O que a gente quer dizer claramente com isso – e aí de novo me louvo no exemplo do Senador Walter Pinheiro – é que, quando houve a repressão a um determinado vídeo que a Justiça considerou inadequado a partir de um pedido de um usuário final, eliminou-se do ar todo

um sistema de emissão de vídeos, que é o YouTube, que, certamente, não tem qualquer relação com a proponente da causa nem tem a menor noção do que acontecia, dado que a quantidade de vídeos que entra lá, por hora, é inimaginável. Não há como imaginar-se que o YouTube, citando nominalmente, tivesse algum conhecimento, alguma intervenção ou alguma ação no caso do vídeo em questão.

Oficiar-se a eliminação do vídeo, daquele conteúdo, é perfeitamente inteligível. É claro que ele voltaria em outros lugares. Mas, se se elimina o provedor de vídeos por causa disso, afeta-se uma quantidade enorme de inocentes inadequadamente. Esse é o tema do item 7. Não vamos derrubar telefonia por que alguém passou trote; não vamos destruir uma estrada por que vem contrabando por ela. É evidente que, se o caminhão que leva o contrabando foi contratado pelo contrabandista, são outros quinhentos, se ele sabe do que se trata. Mas, certamente, grandes provedores de conteúdo, como YouTube e Google, que têm índices de conteúdo, não têm a menor condição de ter algum tipo de relação com o conteúdo final. O tem 7 se refere a esse tipo de inimputabilidade. Há provedores importantes de hospedagem. Grandes provedores no Brasil hospedam conteúdos de milhares e milhares de indivíduos e de domínios e não têm condição de saber do que se trata lá. Se houver indícios de que há cumplicidade, essa, é claro, é outra história. Eu só queria esclarecer esse ponto do que significa inimputabilidade da rede.

A preservação da intimidade do indivíduo – todos nós devíamos tratar disso; vai haver um seminário importante sobre privacidade no segundo semestre; no passado, já foi feito um seminário sobre isso – é um tópico fundamental. Por quê? Porque A rede permite que, se ela for mal gerida e se, eventualmente, houver ferramentas que imponham essa gestão perniciosa, a privacidade seja destruída. Então, queremos tentar colocar bloqueios no sentido de que não se usem as ferramentas que a rede eventualmente tem, de nascimento, para controlar e devassar a vida do indivíduo.

Vou dar um exemplo: fabricantes de celular, às vezes, a pedido de governos, criam o que chamam de *backdoors*, ou seja, acessos privilegiados ao celular para um caso de emergência, quando eles querem, então, por algum motivo, acessar esse tipo de dado. Pode haver as melhores intenções no envolvimento do *backdoor. O* fato é que, se algo existe, ele vai acabar sendo usado. Certamente, alguém vai conseguir "hackear" aquilo lá, alguém vai conseguir descobrir aquela porta, e, apesar de todas as boas intenções que houve quando aquilo foi montado, esse dado vai ser usado com as piores intenções possíveis. Dou um exemplo prático: quando os pontos de fronteira americanos introduziram o raio X invasivo que mostrava o sujeito nu, para garantir que ele não estava levando nenhuma arma – esse, evidentemente, é um dado privado do indivíduo –, não demorou uma semana para haver na Internet fotografias do que aqueles sensores mostravam. Por quê? Porque é algo que pode ser feito. Algo que pode ser feito vai acabar sendo feito. Então, temos de nos garantir em relação a isso, e aí a legislação é a forma de proteger o indivíduo. Como falou o Senador, o fato de eu ter um celular, que é uma grande comodidade, não pode me expor de forma inadequada, fazendo com que saibam o que falei ou deixei de falar ou onde entrei ou deixei de entrar.

A Internet, certamente, é uma aliada dessa quebra da privacidade, se for mal usada. Então, minha apresentação foi no sentido de que ferramentas existem para se fazer a persecução criminal ao nível do pente fino, mas isso onerará o cidadão normal, que terá sua privacidade totalmente devassada. Então, devemos restringi-las a quando a Justiça assim o pede, não usá-las como *default*, como padrão.

Finalmente, faço um último comentário em relação ao que disse o Deputado Azeredo – temos discutido bastante em relação a isso. Sinceramente, acho que ninguém é contra a tipificação de novos crimes na lei. Isso deve ser claramente proposto, e, certamente, todos apoiarão.

Há alguns exemplos: essa história de a Sony ter sido invadida, a história do Google e da Serials, tudo isso, certamente, não teria sido diferente com ou sem legislação, pois essa é uma característica da rede. Quer dizer, quem invadiu a Sony invadiria a Sony com ou sem legislação. Certamente, não foi a falta de legislação que fez com que alguém invadisse a Sony; certamente, não foi a falta de legislação que fez com que o Egito tirasse a Internet do ar.

Esse é o mundo. Deve haver legislação para os novos crimes. Vírus, certamente, devem ser objeto de uma legislação. Mas não imaginamos que, com isso, o cenário será desanuviado e que nada mais acontecerá. Tudo continuará absolutamente igual, mas, talvez, tenhamos condições de punir um criminoso. Continuo insistindo que o criminoso final deve ser buscado, e é isso que a gente batalha, é nisso que a gente se baseia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, eu gostaria de dizer que não é por que está tipificado o homicídio como crime que alguém deixa de cometer assassinato. Mas alguém que comete assassinato, obviamente, é punido. Não é por que há uma estrada com contrabando que não vamos colocar a Polícia Ro-

doviária Federal e a Polícia Federal para monitorar e evitar o contrabando. Nesse aspecto, cremos que podemos fazer um trabalho garantindo as liberdades na Internet, mas, ao mesmo tempo, garantindo o direito individual de cada uma das senhoras usuárias e de cada um dos senhores usuários.

Concedo a palavra ao Dr. Magdiel.

O SR. MAGDIEL DA COSTA SANTOS – Estamos chegando a alguns consensos. Corroboro praticamente tudo o que o mestre Demi acabou de falar, e falou muito bem.

Então, entendo que chegamos ao ponto em que a Internet está hoje justamente por que não temos nenhum tipo de censura, nenhum tipo de controle. Então, é inimaginável, por exemplo, o Google, pela quantidade de vídeos e de *uploads* feitos a cada hora, checar qual é conteúdo de tudo isso. Se ele não faz isso, como pode ser imputado a ele qualquer tipo de responsabilidade? Nesse aspecto, vejo que isso é impraticável. O provedor de conteúdo não deve ser responsabilizado por aquilo que está lá. Uma vez que ele tenha sido alertado e judicialmente informado, aí, sim, ele tem de cumprir o que é determinado.

Com relação ao *log*, vejo que há dois tipos bastante distintos de *log*, e temos de entendê-los. Há o *log* de acesso a conteúdo, o que, a meu ver, é invasão de privacidade. Por esse *log*, pode-se ver o que esse cidadão está checando, o que ele está vendo na Internet, a que horas ele abriu a página x, a que horas ele viu o *site* y. A Associação é terminantemente contra isso. Não queremos isso de forma alguma. E há outro *log*, que é o *log* de entrada na rede. Então, a esse *log* de entrada na rede, sim, somos totalmente favoráveis. Eu preciso dizer que o cidadão entrou na hora tal, recebeu o IP tal e saiu na hora tal. Então, o provedor de acesso à Internet, hoje, não tem dificuldade de gerar esse *log.* Precisamos definir algumas regras: como a autoridade policial vai requerer isso, que tipo de formato se quer definir.

Mas entendemos que três anos é um pouco demais. Então, poderíamos chegar a um meio-termo. Vejo que um ano seria um tempo bastante adequado e favorável, e os provedores locais já fazem isso – este é o ponto –, até por orientação da nossa Associação. Para evitar problemas, já começamos a fazer isso há mais ou menos dois anos. Hoje, afirmo que 95% dos nossos provedores de acesso à Internet já têm *log* de, no mínimo, um ano guardado e disponível para qualquer autoridade policial. Quando falo aqui, sempre falo dos provedores pequenos, nunca falo dos grandes, até porque a estrutura deles é completamente diferente da nossa. Os pequenos provedores de acesso, hoje, têm total condição de atender um ano de *log* sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra à Drª Carol.

A SRª CAROL ELIZABETH CONWAY – Obrigada, Sr. Presidente.

São tantas as questões para o debate! É sempre muito rico e apaixonado esse debate sobre Internet.

Primeiramente – não sei se é por causa dos meus cabelos loiros –, se alguém entendeu que falei de liberdade sem responsabilidade, quero deixar claro que não é disso que estou falando. O que estou falando é que a liberdade de expressão já se encontra regulamentada para todas as situações em que o cidadão se expresse. É um princípio pré-constitucional, consolidado na Constituição, que, via legislação ordinária, admite apenas as suas restrições. Então, o que discuti aqui foi a técnica legislativa, mas dizendo que não é porque a Constituição americana ou a Constituição brasileira não sejam da época da Internet que não seja garantida ao internauta a liberdade de expressão, como bem afirmou nosso Ministro Carlos Ayres Britto, quando derrubou a Lei de Imprensa. Foi por aí, não é liberdade sem responsabilidade. Muito ao contrário, acho que este é um princípio da liberdade: você diz o que quer e se responsabiliza por isso.

Aí, já invertendo um pouco a ordem, entro na questão dos blogueiros que não moderam seus comentários. O Marco Civil trata disso especificamente, porque, sob a ótica dos jornais, inclusive, aí se caracteriza a falta de isonomia com os jornais, já que eles são obrigados a se responsabilizar sobre o que lá é colocado. Enfim, acho que essa discussão não cabe aqui.

Vou tentar responder, primeiramente, a questão levantada pelo Senador Walter Pinheiro, que trouxe um ponto muito interessante, muito rico, que é a questão da OMC, e o Deputado Azeredo falou de Budapeste. Este é um ponto que chama bastante a atenção e é muito adequado: a necessidade de os senhores tratarem as questões de Internet no âmbito supranacional. Por quê? Primeiro, porque o Brasil se torna defasado se aqui alguma coisa ficar defasada frente ao exterior, o que prejudica o nosso desenvolvimento. Vou dar um exemplo: jogos *on-line.* O Ministério da Justiça impôs a regra de que os jogos *on-line* têm de ter classificação indicativa. O que acontece hoje no Brasil com os jogos *on-line?* Os brasileiros mentem seus endereços, põem seus endereços em iPods, em iPads, como se residissem na Argentina ou nos Estados Unidos, para poderem jogar *on-line* sem a regra da censura, ou melhor, da classificação indicativa – censura é uma palavra terrível.

Então, realmente, precisamos olhar para os acordos supranacionais e ter em mente que qualquer legislação posta no sentido errado pode desfavorecer a indústria brasileira e a inovação tecnológica em nosso País e também, obviamente, enfraquecer a educação interna. Acho que nem é tanto o caso dos jogos, mas digo isso só para ilustrar esse ponto. Então, concordo que a questão da OMC é muito importante, assim como a Convenção de Budapeste.

Nesse mesmo sentido, a Apple vai ter incentivo fiscal para produzir iPads, os *devices*, mas quer cobrar dos produtores de conteúdo 30% do valor das assinaturas e dominar a ponta do produtor de conteúdo. Então, esse também é um ponto de muita atenção. Quer dizer, os *devices* vêm, mas temos de proteger o nosso conteúdo.

Passando especificamente para as questões, foi citada aqui a pedofilia, e isso corrobora um pouco com a minha tese de que foi alterado o ECA para tratar da pedofilia. Quando eu disse, Senador Azeredo – lembro os cabelos louros –, que todos os crimes encontram-se tipificados, não foi nesse sentido. O que penso é que o Ministério da Justiça poderia produzir um relatório do que ainda não está tipificado e daí propor a sua tipificação, evitando ficar tentando reafirmar princípios e reabrir a discussão. Como diria Joaquim Nabuco, aquele estadista famoso, quando é difícil relativizar algum direito, temos de seccioná-los. E, no caso, temos de seccionar para a plataforma Internet, com um Marco Civil que trate só de direitos da Internet, para relativizá-los. Então, foi esse mais ou menos o meu intuito.

O Senador Anibal Diniz tocou muito na questão dos *laptops*, como acesso à informação e à educação, com o que concordamos. E aí vem de novo o ponto dos *tablets* que ressaltei. A questão dos *logs* é efetivamente uma questão que merece disciplina, e já há uma disciplina. Os provedores, principalmente os de acesso, seguem a disciplina do CGI. Esse é um ponto importante. E há o vírus. Gostaria muito de ver um relatório do Ministério da Justiça neste sentido: o que é necessário alterar e em qual legislação?

Alguém citou que a nuvem é ilimitada. Professor Demi, o senhor me corrija, mas acho que a nuvem não é ilimitada, porque tudo passa por uma rede de telecomunicações. Hoje em dia, há um problema sério no nosso País de rede de telecomunicações, de desenvolvimento das telecomunicações. Nesse sentido, o Marco Civil vem tratar de política pública de telecomunicações.

Venho relembrar aos senhores que o decreto de políticas públicas de telecomunicações, que já previa o que o Marco Civil prevê, é do ano de 2003. Acho que o Brasil está precisando de *enforcement* da legislação; é preciso que a sociedade e esta Casa cobrem o cumprimento das políticas públicas que lá estão.

Há a questão da responsabilidade. Penso que responsabilizar plataforma é um ponto crucial e essencial para o não desenvolvimento da *web*. Quem não quer que a Internet se desenvolva responsabilize a plataforma. Isso é fundamental. Esse é um ponto de muita atenção.

O Judiciário, na verdade – eu não gostaria de usar a palavra "mal" –, precisa do nosso movimento para entender o que é a Internet. Nesta Casa, promovem-se esses debates, mas o Judiciário não procede assim. Portanto, gostaria de pedir que todos nós, em uma iniciativa conjunta – iniciativa privada, Executivo, Legislativo –, contatássemos o Judiciário e promovêssemos um fórum, porque as decisões são realmente nefastas. Querer responsabilizar um provedor, uma plataforma por não julgar o que seu usuário põe... E aí é muito diferente do assassinato, porque, se um provedor recebe uma denúncia de assassinato, ele a passa para o Ministério Público. O que o provedor não quer é julgar – nem tem como julgar – o que está sendo colocado lá. Então, no sentido da colaboração, os provedores sempre estarão disponíveis para encaminhar as denúncias, com certeza, mas sem julgar, porque eles não são providos de atividade jurisdicional.

Se deixei de responder alguma coisa, fico à disposição. Novamente saúdo esta Casa e o Ministério da Justiça pela promoção deste debate tão rico.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado.

Agora, passamos a palavra ao Sr. Marivaldo, do Ministério da Justiça.

Sr. Marivaldo, diga-nos como o Ministério da Justiça está pensando em compatibilizar essa consulta ou resultado com o nosso processo, com o que já tramitou aqui, com o que está no Senado, com o que está passando por processos de emendas e de discussões, e como vamos juntar essas partes.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Eu gostaria de dizer por que optamos por uma regulamentação específica para a Internet, por que optamos pelo Marco Civil.

Hoje, a Internet é uma ferramenta que possibilita inúmeras formas de uso, que se multiplicam a cada dia. A cada dia, surgem novas formas, surgem novos delitos por meio da Internet, surgem novas formas de uso. Um exemplo disso é a própria consulta pública que fizemos, que é um mecanismo que adotamos para ampliar ainda mais a participação no debate da construção normativa.

Já fizemos quatro consultas públicas nesse formato do Marco Civil: a primeira do Marco Civil, a portaria de classificação indicativa, o projeto de lei de proteção de dados pessoais e a última, a proposta de Código de Processo Civil, que foi aprovada nesta Casa e que, em pouco mais de trinta dias, contou com mais de dois mil comentários e com mais de onze mil participantes de todas as regiões deste País, algo que somente foi viabilizado em razão do uso da Internet. Quando temos a dimensão disso no comércio eletrônico, nas relações entre as pessoas, torna-se muito evidente que é necessário termos uma base comum, conceitos comuns, para tratar desse tema, em razão do número de conflitos que surgem à medida que seu uso vai se multiplicando.

No processo de consulta pública, temos adotado o procedimento de encaminhar todo o resultado dessa consulta assim que o projeto chegar a esta Casa, chegar ao Congresso. Encaminharemos todo o resultado do que foi debatido, daquilo que foi colhido durante todo o tempo em que o projeto ficou disponível na Internet. A ideia é oferecer esse conteúdo aos Deputados e aos Senadores, para que, a partir daí, possam buscar um aperfeiçoamento do projeto e a aprovação da medida, de forma a atender às demandas da sociedade hoje.

Em relação às novas tecnologias, a proposta – este também foi mais um resultado das contribuições políticas – foi construída em um formato que busca não engessar, que permite que ela se adapte às novas tecnologias que possam surgir. Obviamente, não conseguimos prever o futuro. Pode ser que, amanhã ou depois, surja algo tão diferente, que não haverá jeito, e teremos de alterar a lei que estiver em vigor. Mas o formato adotado permite que ela continue sendo aplicada mesmo com as novas tecnologias que vão surgir. Então, acreditamos que, por um bom tempo, não teremos problema em relação à legislação. Ela é flexível, ela permite essa adaptação.

Outro ponto é o relativo ao tráfico de informações. É um ponto que eu queria ressaltar: a importância do uso da Internet para o controle e para a transparência do Poder Público. E aí gostaria de saudar esta Comissão pela aprovação do projeto de lei de acesso à informação, em que há um capítulo que prevê especificamente as informações que têm de ser disponibilizadas aos cidadãos, para que estes acompanhem o dia a dia da administração e fiscalizem também o gasto do dinheiro público. Esse é mais um dos inúmeros usos previstos na Internet.

Falo ainda sobre os pontos polêmicos apontados pelo Senador Cyro Miranda. Alguns pontos deram ensejo a um debate, foram mais debatidos, mas não sei se eu poderia dizer que foram polêmicos. Refiro-me à neutralidade e à proteção dos dados pessoais, ao acesso aos dados pessoais. São dois pontos que foram bastante debatidos, mas acredito que, com a intensa discussão com a Polícia Federal e com os órgãos dos Ministérios, conseguimos chegar a um formato que contemplou tanto as garantias dos cidadãos, como as ferramentas necessárias à persecução penal. O acesso aos dados ou a retirada de conteúdo são os pontos que mais dão ensejo a litígios no âmbito do Judiciário e que dão origem a decisões muito divergentes, o que justifica muito a regulamentação, para que os juízes passem a falar a mesma língua quando se referirem à Internet.

Outros pontos foram levantados pelo Senador Pedro Taques, como a questão da inimputabilidade da rede e os crimes praticados pela Internet. Esse é um debate que temos aprofundado muito com a Polícia Federal. Temos debatido muito com eles formas para que o Marco Civil não comprometa a atuação da Polícia Federal. Até onde avançamos, eles estavam de acordo e entendiam que, até ali, não seria prejudicada a sua atuação.

Aproveito para abordar a questão do Senador Azeredo sobre os crimes. O Marco Civil não entra na questão dos cybercrimes. A opção é não entrar nessa questão, como inicialmente expus aqui, para não comprometer o debate de algo que extrapola a questão criminal, de algo que pode beneficiar a disseminação do uso da Internet e a própria política de inclusão digital. Então, por isso, optamos por tirar todos os temas polêmicos dali.

Em relação às tipificações, esse é um debate que retomamos na nova gestão e que estamos avaliando. Certamente, procuraremos aprofundar a questão e chegar a bom termo, tanto em relação ao que tipificar, à forma de tipificar, mas ressaltando que a nossa expectativa, a pauta prioritária para o Ministério é o encaminhamento do Marco Civil. Temos a esperança de que o fato de o debate prévio já ter sido tão aprofundado, ao longo de muito tempo, vai facilitar bastante o debate, tanto na Câmara quanto no Senado. E acreditamos que será aprovado rapidamente, sobretudo diante da demanda da sociedade em relação a esse tema.

Outro ponto foi abordado: limites da intimidade e da proteção. Acredito que o projeto conseguiu caminhar muito bem na linha de resguardar a intimidade do cidadão, sem, ao mesmo tempo, permitir que se cometam abusos em nome dessa intimidade. Acho que o projeto caminhou muito bem nesse sentido, sobretudo com base naquilo que foi encaminhado por meio da consulta pública. E, aí, ressalto que, na consulta pública, grande parte ou a maioria dos comentários foi no sentido da necessidade de haver uma regulamentação

específica para a Internet. Por isso, optamos por esse caminho, embora seja bastante respeitável a ideia de que isso não seria tão necessário assim.

Outros pontos foram abordados pela Drª Carol, como a questão da classificação indicativa. É óbvio que há situações – e surgem situações cotidianamente no âmbito da Internet – que ainda não têm uma solução prevista na legislação. Cabe ao Poder Público buscar resguardar a sociedade de eventuais danos em razão disso.

Em relação aos tipos também, é muito difícil porque há uma inovação muito rápida. Então, hoje, a gente consegue até – este é o debate que pretendemos fazer com o Senador – aprofundar alguns tipos principais, alguns delitos principais que hoje acontecem na rede e não estão tipificados. Mas acho muito difícil esgotar essa matéria.

É isso. Eu gostaria muito de lhes agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Nós é que agradecemos a você, Marivaldo, pela participação.

Um questionamento foi feito aqui pelo Senador Cyro Miranda ao Demi, que gostaria só de dar uma palavrinha.

O SR. DEMI GETSCHKO – Esqueci de responder a uma das perguntas e peço desculpas.

Na verdade, há estatísticas sobre a Internet. Já são cinco anos de estatística sobre os mais diversos cortes possíveis: tipo de inclusão digital, nível de escolaridade, acesso rural ou metropolitano. Nós completamos, agora, cinco anos. Além disso, incluímos mais algumas: uma sobre provedores e uma sobre educação, buscando ver como a educação está sendo afetada, para o bem ou para o mal, com a entrada da Internet nas escolas.

De fato, tentei fazer um trabalho longo nessa área – é a pergunta que o senhor fez – e me proponho a, depois, enviar todo o material que temos à disposição.

Desculpe-me por não ter respondido à sua pergunta na hora.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Não sei se algum Senador ou o próprio Deputado Eduardo Azeredo gostaria de dizer mais alguma coisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quero apenas dizer que, logo após o encerramento desta nossa audiência pública – faço um apelo aos Srs. Senadores –, precisamos deliberar sobre as emendas da Comissão para a LDO. Estamos em cima do prazo. Eu pediria, portanto, que permanecêssemos aqui após o término desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Dessa forma, quero agradecer aqui a todos os convidados pela contribuição e dizer, inclusive, da importância da participação de todos vocês.

Esperamos até que a Comissão possa, num processo de deliberação, contribuir para a gente não só entregar ao País uma legislação, mas, ao mesmo tempo, acompanhar esse processo. A evolução, por si só, obriga-nos a fazer isso mais vezes.

Portanto, mais uma vez, muito obrigado.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011. EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – PLDO/2012

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia oito de junho de dois mil e onze, na sala 13, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com as presenças dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Marcelo Crivella e Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Ribeiro, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino e Gim Argello. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei n.º 02, de 2011 – CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências". Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Walter Pinheiro, Relator ad hoc, das Emendas ao PLDO – 2012 nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e

aprova 19 (dezenove) emendas de texto ao PL nº 02/2011 – CN: **Emenda n.º 01**: Referência: Anexo IV, inciso I, item 63. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Despesas com as Ações Orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos". Autor: Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 02**: Referência: Anexo IV, inciso I, item 63. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Despesas com as ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem à alínea "c" do inciso II do art. 49 da Lei nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental". Autor: Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 03**: Referência: Anexo IV, inciso I, item 63. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Despesas relacionadas com a construção de Navios Patrulha Oceânicos". Autor: Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 04**: Referência: Anexo IV, inciso I, item 63. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito do Programa Nuclear da Marinha". Autor: Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 05**: Referência: Anexo IV, inciso I, item 63. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Despesas relacionadas com o Programa de Recursos do Mar e com a Missão Antártica". Autor: Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 06**: Referência: Corpo da Lei, artigo 4. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, aos investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia e à superação da extrema pobreza, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa". Autor: Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 07**: Referência: Corpo da Lei – artigo 68, inciso II. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "III- relativas a investimentos e inversões financeiras de projetos decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia". Autor: Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 08**: Referência: Corpo da Lei – artigo 67, parágrafo 1, inciso III. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "IV- relativas a investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia". Autor: Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 09**: Referência: Corpo da Lei – artigo 65, inciso XII. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "XIII- investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacionais com transferência de tecnologia, excetuados aqueles destinados ao início de novos projetos". Autor: Senador Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 10**: Referência: Anexo IV, inciso I, item 63. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Inclua-se na seção II do anexo IV ao PLDO 2012, o seguinte item: 1. ações à ciência e tecnologia". Autor: Senadores Cyro Miranda e Lídice da Mata. **Emenda n.º 11**: Referência: Anexo IV, inciso I, item 63. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Inclua-se na seção II do anexo IV ao PLDO 2012, o seguinte item: 1.2 ações vinculadas à função Ciência e Tecnologia, excetuadas as subfunções Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Comunicação Social, Defesa Civil e Atenção Básica, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia". Autor: Senadores Cyro Miranda, Lídice da Mata e Eduardo Braga. **Emenda n.º 12**: Referência: Corpo da Lei – artigo 20, parágrafo 2. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "§ 2o A contratação de serviços de consultoria, inclusive aquelas realizadas no âmbito dos acordos de cooperação técnica com organismos e entidades internacionais,somente serão contratadas para a execução de de atividades que, comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores e empregados da administração pública federal e deverão ser publicados, no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constarão, necessariamente, a identificação do responsável pela execução do contrato, a descrição completa do objeto do contrato, o quantitativo médio de consultores, o custo total e a especificação dos serviços e o prazo de conclusão". Autor: Senador Paulo Paim. **Emenda n.º 13**: Referência: Corpo da Lei – artigo 48, inciso II. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "III – do reajuste dos beneficios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art 7º, VI da CF, garantindo aumento real equivalente ao INPC acrescido do percentual referente ao PIB (Produto Interno Bruto) acumulado nos últimos 12 meses". Autor: Senador Paulo Paim. **Emenda n.º 14**: Referência: Corpo da Lei – artigo 19, parágrafo 6. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "§7º Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados terão a validade vinculada ao termo final do convênio ou contrato de repasse. Não

podendo ser objeto de cancelamento no prazo mínimo equivalente a 24 meses da data de sua inscrição, período em que deve ocorrer o início da execução do objeto contratado/conveniado, sob pena de cancelamento do empenho". Autor: Senador Paulo Paim. **Emenda n.º 15**: Referência: Anexo IV, inciso I, item 63. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Não serão objeto de limitação de empenho as despesas com ações vinculadas a expansão da rede de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT's no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia". Autor: Senador Eduardo Braga. **Emenda n.º 16**: Referência: Corpo da Lei – artigo 34, inciso V. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "V – apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada". apresentada pelo Senador Eduardo Braga. **Emenda n.º 17**: Referência: Corpo da Lei – artigo 36, parágrafo 1, inciso II, alínea "b". Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "5 (cinco por cento) a 10% (dez por cento), para as Universidades Estaduais, sendo dispensada a estas a obrigatoriedade da contrapartida exclusivamente financeira". Autor: Senador Eduardo Braga. **Emenda n.º 18**: Referência: Corpo da Lei – artigo 34, parágrafo 9. Tipo da Emenda: Modificativa. Texto Proposto: "§ 9o O órgão ou entidade federal que não utilize o SICONV para registro dos atos e procedimentos relativos às transferências de recursos de que trata o caput deste artigo deverá, até o final deste exercício, apresentar à Comissão Gestora do SICONV projeto de implementação de sistema que permita disponibilizar na internet todos os atos praticados pelas instituições recebedoras dos recursos no decorrer da execução da despesa, em especial a disponibilização de dados que identifiquem a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento decorrente do bem fornecido ou do serviço prestado, a cotação prévia de preços ou o procedimento licitatório realizado, quando for o caso". Autor: Senador Eduardo Braga. **Emenda n.º 19**: Referência: Anexo IV, inciso I, item 63. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "Não serão objeto de limitação de empenho as despesas com ações vinculadas ao desenvolvimento de novo modelo institucional de pesquisa no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT". Autor: Senador Eduardo Braga. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao PLDO – 2012, o Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. Senador **EDUARDO BRAGA,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 08 de junho de 2011, conforme pauta previamente distribuída.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática apresentadas ao Projeto de Lei nº 02, de 2011, do Congresso Nacional, do PLDO de 2012, Mensagem nº 27, de 2011, do Congresso Nacional (nº 98/2011 na origem), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

Passamos ao item.

EMENDAS AO PLDO/2012

Discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 02/2011-CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências".

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

A Comissão recebeu 22 emendas. Foi designado Relator das emendas o Senador Ricardo Ferraço, que, lamentavelmente, não está presente aqui, porque se encontra, neste momento, em outra Subcomissão, tratando da questão da reforma administrativa do Senado.

Peço ao Senador Walter Pinheiro para fazer a leitura do parecer, como Relator *ad hoc* de plenário, e suas considerações sobre as emendas.

No entanto, antes de passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, quero comunicar a todos os presentes que nossa audiência pública conjunta sobre o PL nº 116, que trata da questão da TV a cabo, do conteúdo, de uma série de questões importantes nessa área de radiodifusão e de meios de transmissão de radiodifusão e, inclusive, da telefonia móvel, será realizada no dia 16 de junho, em reunião conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Educação, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Ciência e Tecnologia. Portanto, serão cinco Comissões envolvidas. A lista de membros participantes dessa

audiência é grande. Portanto, conversando com nossos Presidentes, chegamos à conclusão de que seria ideal a utilização do auditório do Interlegis, que é um instituto ligado a nós, Senadores, que é próximo ao Senado, que detém uma infraestrutura de auditório e que nos propicia um conforto, para que possamos participar dessas audiências em melhores condições de trabalho do que as que temos nos auditórios, nos ambientes do Senado. Além disso, poderemos utilizar a ferramenta tecnológica de videoconferência com todas as Assembleias Legislativas do Brasil que estão interligadas e, assim, fazer com que esse debate seja ampliado, fazer com que essa audiência pública democratize o acesso a esse debate.

Dito isso, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para fazer a leitura do parecer e as considerações a respeito das emendas de comissão apresentadas a esta Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, a Comissão de Ciência e Tecnologia recebeu vinte e duas emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro, que parece que resolveu flechar a LDO toda, porque aqui há emenda que não acaba mais; pelo Senador Cyro Miranda, que lembra que apresentou somente duas emendas e que não está igual ao Flexa; pela Senadora Lídice da Mata; pelo Senador Paulo Paim e pelo próprio Presidente da Comissão, Senador Eduardo Braga.

São emendas aditivas, na sua maioria, e modificativas também. São emendas que contemplam diversas áreas. Vou fazer a leitura do relatório, para não haver necessidade da leitura de cada uma dessas emendas. Portanto, deve ir anexo ao relatório, cuja parte que me coube foi só a leitura. O relatório foi feito pelo Senador Ricardo Ferraço. Portanto, essas emendas devem constar do anexo do relatório apresentado por esta Comissão para o Relator-Geral da LDO.

Passo à leitura do relatório, Sr. Presidente.

I – RELATÓRIO

No prazo estabelecido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), foram oferecidas 22 propostas de emenda ao texto do Projeto de Lei nº 02, de 2011-CN, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012".

O Parecer Preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não prevê emendas ao Anexo de Metas e Prioridades. O referido parecer, no entanto, não estabelece limite para a quantidade de emendas de texto a serem apresentadas. Tais emendas devem ser acompanhadas da ata da reunião que as definir.

Apresentamos abaixo o resumo das propostas de emenda apresentadas pelos membros desta Comissão:

12 propostas que visam incluir os seguintes itens no "Anexo IV – Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho":

a) despesas com ações orçamentárias vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (proposta nº 1);

b) despesas com ações vinculadas às fontes de recursos a que se referem a alínea "c" do inciso II do art. 49 da lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e do art. 27 da Lei nº 2004, de 3 de outubro de 1953, com redação dada pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, referentes às parcelas dos recursos arrecadados à conta das Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas produtoras situadas na plataforma continental (proposta nº 2);

c) despesas relacionadas com a construção de Navios Patrulha Oceânicos (proposta nº 3);

d) despesas relacionadas com o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator nuclear, no âmbito do Programa Nuclear da Marinha (proposta nº 4);

e) despesas relacionadas com o Programa de Recursos do Mar e com a Missão Antártica (proposta nº 5);

f) ações da Ciência e Tecnologia (propostas nºs 10 e 12);

g) ações vinculadas à função Ciência e Tecnologia, excetuadas as subfunções Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Comunicação Social, Defesa Civil e Atenção Básica, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (propostas nºs 11, 13 e 22);

h) ações vinculadas à expansão da rede de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (proposta nº 17);

i) ações vinculadas ao desenvolvimento do novo modelo institucional de pesquisa no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (proposta nº 21);

01 proposta que visa alterar o art. 4º do Projeto para incluir dentre as prioridades da Administração Federal investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacional com transferência de tecnologia (proposta nº 6);

01 proposta que visa incluir o inciso III ao art. 68 com o propósito de proteger da limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas a investimentos e inversões financeiras de projetos decorrentes de Acordos de Cooperação Internacional com transferência de tecnologia (proposta nº 7);

01 proposta que visa incluir o inciso IV ao § 1º do art. 67 com o propósito de excluir da base de cálculo do contingenciamento o montante relativo a investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacional com transferência de tecnologia (proposta nº 8);

01 proposta que visa incluir o inciso XIII ao art. 65 com o propósito de incluir na possibilidade de execução provisória, caso a Lei Orçamentária não seja sancionada até 31 de dezembro de 2011, investimentos e inversões financeiras decorrentes de Acordos de Cooperação Internacional com transferência de tecnologia, excetuadas aqueles destinados ao início de novos projetos (proposta nº 9);

01 proposta que visa alterar o § 2º do art. 20 para dispor que a contratação de serviços de consultoria somente poderão ser feitas para a execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores e empregados da administração pública federal (proposta nº 14);

01 proposta que visa incluir o inciso III ao art. 48 para estabelecer que o Projeto e a Lei Orçamentária de 2012 incluirá os recursos necessários ao atendimento do reajuste dos benefícios da seguridade social para atender ao disposto no art. 7º, inciso VI, da CF, garantindo aumento real equivalente ao INPC acrescido do percentual referente ao PIB acumulado nos últimos 12 meses (proposta nº 15) – provavelmente, essa proposta deve ser de um sujeito chamado Paulo Paim;

01 proposta que visa alterar o § 6º do art. 19 para dispor que os restos a pagar não processados e não liquidados terão a validade vinculada ao termo final do convênio ou contrato de repasse (proposta nº 16);

01 proposta que visa alterar o inciso V do art. 34 para suprimir a exigência de inexistência de pendência de aprovação de no máximo duas prestações para transferência de recursos orçamentários a entidade privada sem fins lucrativos (proposta nº 18);

01 proposta que visa alterar o § 1º do art. 36, modificando os limites mínimos da contrapartida devida pelos entes federados que recebam transferências voluntárias da União e extinguindo a exigência de que essa contrapartida seja exclusivamente financeira, no caso de transferências de recursos para universidades públicas estaduais para ações referentes a ciência, tecnologia, pesquisa e inovação (proposta nº 19);

01 proposta que pretende alterar o § 9º do art. 34, para estabelecer que o órgão ou entidade federal que não utilize o Siconv para registro dos atos e procedimentos relativos às transferências de recursos deverá, até o final deste exercício, apresentar à Comissão Gestora do Siconv projeto de implementação de sistema que permita disponibilizar na internet todos os atos praticados pelas instituições recebedoras dos recursos no decorrer da execução da despesa (proposta nº 20).

II – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de 19 emendas de texto ao Projeto de Lei de diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para 2012, na forma proposta por seus membros, ficando a proposta 12 englobada pela proposta 10 e as propostas 13 e 22 englobadas pela proposta 11.

Sala da Comissão, 08 de junho de 2011.

Portanto, fizemos a junção dessas propostas, reduzindo de 22 emendas para 19 emendas, na medida em que as três emendas tratam de assuntos correlatos ou iguais, sendo, portanto, englobadas umas pela outras.

Dessa forma, somos pela aprovação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srªs e Srs. Senadores, algumas dessas emendas, inclusive, foram apresentadas por mim, e, em algumas delas, houve a participação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu gostaria de fazer aqui uma explicação com relação a uma dessas emendas: a que estabelece limites. É a proposta que visa a alterar o § 1º do art. 36, modificando limite mínimo de contrapartidas devidas para entes federados que recebam transferências voluntárias da União e extinguindo a exigência de que estas sejam contrapartidas exclusivamente financeiras.

É importante – aqui, chamo a atenção da Secretaria da Comissão – dizer que essa exigência proposta na nossa emenda serve exclusivamente para universidades públicas estaduais, quando de transferências espontâneas para Ciência e Tecnologia. Creio que é importante fazer esse adendo, porque essa é uma ação para universidades públicas estaduais. Peço à Comissão apenas que faça esse adendo, para que haja esse cuidado nessa emenda. Serve apenas para as universidades estaduais, tendo em vista que, para as universidades públicas federais, não há essa exigência. Portanto, assim, daríamos a oportunidade às universidades estaduais de todos os Estados brasileiros – Bahia, Amazonas, Tocantins, Acre – de terem acesso a recursos sem a contrapartida financeira, dando essa contrapartida, portanto, de outras maneiras, como infraestrutura de pessoal, recursos de logística, enfim, recursos que estejam disponíveis a essas universidades.

Dito isso, pergunto se alguém mais gostaria de discutir a matéria. *(Pausa.)*

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Antes de V. Exª encerrar, sugiro, Sr. Presidente, que modifiquemos isso, de certa forma, até com mais precisão. Não vejo problema nenhum em incluir aqui pelo menos a área de aplicabilidade da emenda proposta por V. Exª. Não há problema em que isso seja feito. Pelo menos no meu entendimento, não há óbice, a não ser que a consultoria enxergue alguma dificuldade. Não há necessidade do detalhamento, mas, na minha opinião, há a necessidade da fixação dessa condição que V. Exª pelo menos tensionou na hora da elaboração da emenda, no estrito senso da palavra "tensão", não da palavra "intenção", exatamente para atender às universidades estaduais. Portanto, é fundamental que essa separação seja feita e que possamos fixar, ao final da emenda, esse campo de aplicabilidade. Falamos, na realidade, do âmbito das entidades, mas acho que seria importante manter a fixação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sob pena de depois entenderem que essa contrapartida estaria também extensiva às prefeituras, aos governos estaduais, às outras autarquias, aos outros entes. Na realidade, ela estaria voltada para a questão das universidades públicas estaduais e municipais. É o caso, por exemplo, da Unicamp, que é uma universidade municipal de Campinas. Enquanto isso, a Universidade Estadual do Amazonas, a Universidade Estadual do Pará, a Universidade Estadual da Bahia e outras muitas também estão demandando isso.

Recebi na Comissão uma demanda da Associação Brasileira das Universidades Estaduais, fazendo uma solicitação específica sobre o tema. Quando demandado, o Ministério da Ciência e Tecnologia indicou que essa vedação era em função da LDO. Consultado, o MCT sugere que seja feita uma emenda que transfira a questão da contrapartida, retirando a exclusividade financeira.

Esse é o objetivo do legislador. O objetivo desta Comissão, claramente, é o de flexibilizar a contrapartida das universidades públicas estaduais e municipais, para haver acesso a convênios e transferências espontâneas do Governo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Estou pedindo à nossa assessoria que, nesse sentido, faça exatamente essa correção.

E, mais ainda, Sr. Presidente, só para encerrar, tanto para efeito de registro taquigráfico quanto para a correção da nossa leitura, quero dizer que, quando do voto, estamos tratando do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, não de Lei Orçamentária para 2012. Na realidade, o nosso voto é para que aprovemos as emendas que foram apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012.

É isso, Sr. Presidente. Dessa forma, somos pela aprovação do parecer, de acordo com o que já foi por nós aqui relatado na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo nobre Relator permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a Ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, lembrando que teremos audiência pública conjunta para debatermos o famoso, já tão conhecido de muitos, PL nº 116, no próximo dia 16 de junho.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 08 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011

Às nove horas e vinte minutos do dia quinze de junho de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Ivo Cassol e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino e Gim Argello. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que

é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Decreto Legislativo n.º 112, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária Belaquense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belágua, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 2: Projeto de Decreto Legislativo n.º 560, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Dom Joaquim para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Tefé, Estado do Amazonas." O relator designado, ad hoc, é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 3: Projeto de Decreto Legislativo n.º 120, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Temperada Esporte Clube para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulistana, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 545, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural de Caldas Novas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 546, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Gentil Coloca de Radiodifusão e Cultura de Gameleira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleira de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado 8 (oito) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 686, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Novo Destino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Novo Destino, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 687, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Shalon de Araguapaz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguapaz, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 688, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Cultura de Terezópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terezópolis de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 119, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pontal de Itabira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 693, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

(CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Guaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luís, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 94, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rio São Franciso Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itamontense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamonte, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 53, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Tambaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 697, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguel Alves, Estado do Piauí." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Alcântara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântara, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Nassau Editora de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 599, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão a Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre." O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 592, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Dom Corrêa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SBT Canal 3 de Nova Friburgo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. Se-

nador **EDUARDO BRAGA,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realizar hoje, 15 de junho de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Dispensada a leitura, a Ata será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Dando prosseguimento a esta reunião, passamos aos itens da pauta.

Vamos começar, portanto, pelos que estão presentes.

ITEM 4:
-Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 86, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulistana, Estado do Piauí.

Autoria: *Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).*

Relatoria*: Senador Pedro Taques.*

Relatório: *Favorável.*

Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadores, Srs. Senadores, chega a esta Comissão, para apreciação, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 86, que aprova o ato que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulistana, Estado do Piauí.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, Inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos os dispositivos da Lei Fundamental da República, Sr. Presidente.

A Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações à Senhora Presidente, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação.

O referido projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, Sr. Presidente. Na Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Conforme determina o Regimento Interno desta Casa da Federação, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe de pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição, orienta-se, nesta Casa Legislativa, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional. A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato de Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processo, que demonstram situação regular da entidade junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga.

Em atendimento a Ofício nº 17, de 2011, datado de 27 de abril, também deste ano, foram encaminhados, pelo Ministério das Comunicações, os demonstrativos financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitantes, já atendendo ao resultado do grupo de trabalho desta Comissão.

Desta feita, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 86, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulistana, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu pediria aos Srs. Senadores para

continuarem lendo os relatórios até que alcancemos o quórum necessário para a aprovação dos referidos pareceres.

Passo a palavra à Senadora Angela Portela, para relatar o item 10 da pauta.

ITEM 10:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 119, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PONTAL DE ITABIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Chega a esta Casa, a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 119, de 2011 (n° 2.798, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Pontal de Itabira Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoas físicas de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 119, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Pontal de Itabira Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a Senadora Angela Portela e continuando a aguardar os nossos Senadores para conferir o quorum necessário, passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para relatar os Itens de nºs 5, 6, 7, 8 e 9 da pauta, sendo:

ITEM 5:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 545, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL DE CALDAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Favorável.

ITEM 6:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 546, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GENTIL COLOCA DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE GAMELEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gameleira de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Favorável.

ITEM 7:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 686, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NOVO DESTINO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Novo Destino, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Favorável.

ITEM 8:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 687, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALON DE ARAGUAPAZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguapaz, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Favorável.

ITEM 9:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 688, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE TEREZÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terezópolis de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Favorável.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe-me, Sr. Presidente. V. Exª me permite uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só para que nós possamos ressaltar que nós aprovamos aqui uma determinação – não sei a natureza jurídica do ato, não me recordo agora – de que nós não vamos poder relatar matérias do próprio do Estado, mas esses já haviam sido distribuídos anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Já haviam sido distribuídos anteriormente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só para ressaltar, porque, muitas vezes, o cidadão que está nos assistindo pode pensar que já estamos descumprindo as regras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Só para ressaltar. Perfeitamente. Claro, muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe-me, Senador Cyro, era só para ressaltar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro, claro. Apenas para registrar, e é exatamente correta a observação do Senador Pedro Taques. Na realidade, esses processos estavam todos distribuídos anteriormente à resolução.

Portanto, com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Eduardo Braga. Srªs e Srs. Senadores, essa questão foi bem lembrada pelo Senador Pedro Taques. Logo no início do ano, eu recebi 36 relatorias. Eu acho que deve ter alguma coisa ainda. Eu acho que aqui Goiás, como não era contemplado há muito tempo, ficou represado. Então, agora... E eu gostaria até de me comprometer de não ler mais nenhum do meu Estado, com certeza.

Depois, como nós temos ainda um pouquinho de tempo para a chegada dos companheiros, eu queria até uma orientação do Sr. Presidente e do meu colega Pedro Taques, porque eu recebi uma informação – é um desses pareceres cuja relatoria é minha – de que essa rádio está sendo usada – e é uma renovação – para outros fins, inclusive fins políticos e, se não me engano, é do meu partido. Como eu devo proceder antes de relatar? Peço uma investigação?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pede uma investigação. E a Anatel tem a obrigação de tomar providências imediatamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Antes de relatar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Antes de relatar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – E pode pedir, inclusive, a retirada de pauta. Pode pedir, inclusive, para retirar de pauta para que haja a investigação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ele está comigo e eu não mandei para cá ainda o relatório para ter a orientação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, na qualidade de Relator, V. Exª pode solicitar, diretamente ao Ministério e à Anatel, que tomem as providências com relação às denúncias que V. Exª recebeu.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Senador Cyro, V. Exª me permite, mais uma vez, interrompê-lo? (*Pausa*.)

Essa questão relatada pelo Senador Cyro ocorre no Brasil todo, Sr. Presidente: a utilização de concessões de rádio e TV para proselitismo político-partidário. Então, o que o Senador Cyro está a relatar é muito importante, e esta Comissão – e eu me proponho a fazer um requerimento nesse sentido – deveria buscar mecanismos legislativos (e a Comissão pode apresentar proposta de lei, como todos sabemos) para que possamos coibir essa prática.

Concessões de TV e de rádio não são atividades econômicas nos termos do que preceitua o art. 170 da Constituição. São serviços públicos! Ou seja, traduzindo: é um bem do povo. Então, essa prática relatada pelo Senador Cyro causa prejuízo à democracia, porque democracia é igualdade de condições. Você utilizar uma concessão de TV e rádio para fazer proselitismo, notadamente em cidades pouco povoadas, isso distorce o regime democrático.

Só apoiando o Senador Cyro nisso, informo a V. Exª de que farei um requerimento nesse sentido.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. A contribuição de V. Exª é imprescindível, até pelo seu conhecimento jurídico, para que a gente possa ter instrumentos para coibir essa prática.

Eu vou ler um relatório, Sr. Presidente, e, depois, a ementa dos demais, porque se trata do mesmo teor e tem o mesmo voto.

Chega a esta Comissão para exame, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo/PDS nº 545/2010 (nº 2.608//2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural de Caldas Novas para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, c.c. art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro da Comunicação ao Presidente da República – documento que integra os autos – informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O requerido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, na Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boas técnicas legislativas.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 104, **c**, VII, cumpre à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição, em caráter exclusivo, incumbe pronunciar-se também sobre o aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O exame da documentação, que acompanha o PDS 545/2010, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 545/2010 não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quantos aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural de Caldas Novas para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório para a Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural de Caldas Novas.

Assim, da mesma maneira, Sr. Presidente, o voto para a Associação de Difusão Comunitária de Novo Destino, na cidade de Santa Rita do Novo Destino, Estado de Goiás.

Ainda também, no Item 8, esse é o voto também pela outorga autorização à Associação Comunitária Shalon de Araguapaz para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguapaz, Estado de Goiás.

Reportando-me agora ao Item 9, o voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Cultura de Terezópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terezópolis de Goiás, Estado de Goiás.

Acho que assim estão conclusos os itens nºs 5, 6, 7, 8 e 9. Todos eles, Sr. Presidente, pela aprovação.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Exª.

Agora vamos ao Item 14, cujo Relator é o Senador Ivo Cassol.

ITEM 14:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 94, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RIO SÃO FRANCISO RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Ivo Cassol.

Relatório: Favorável.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 94, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *Rio São Francisco Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como alguns Senadores estão ausentes do País, portanto, creio que, para esses relatórios, poderiam ser nomeados relatores *ad hoc,* a fim de que pudéssemos prosseguir.

Assim, pediria ao Senador Ivo Cassol para ser o relator *ad hoc* do Item 2 da pauta.

ITEM 2:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 560, DE 2010

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO DOM JOAQUIM para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatório: Favorável.

Informo que o Senador Vital do Rêgo encontra-se ausente do País em missão oficial.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos ao voto constante do relatório do Senador Vital do Rêgo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 560, de 2010, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *Fundação Dom Joaquim* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de

Tefé, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

O Senador Walter Pinheiro é Relator do Item 18 da pauta.

ITEM 18:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 3, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ALCÂNTARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântara, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que esse é o nosso retorno à aprovação de matérias dessa natureza, na medida em que me coube inclusive relatar a rádio comunitária do Maranhão no mesmo momento em que nós também – espero que dessa forma estendida até a Câmara dos Deputados, Sr. Presidente –estamos apresentando agora o nosso voto sempre relacionado a uma resolução também desta Comissão, não permitindo que deputados, no caso lá da Câmara, e Senadores possam fazer relatório de renovação ou de concessão em matérias que envolvam o seu Estado de origem.

Neste particular, o nosso voto é pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2011, que outorga à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Alcântara para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Alcântara, no Estado do Maranhão, dando sequência a esse trabalho importante, Sr. Presidente, de ampliação dos canais de comunicação.

Quero deixar aqui o nosso relatório para que todas as Srªs e os Srs. Senadores tenham acesso.

O nosso parecer é pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª e dando curso à nomeação de relatores *ad hoc* para os processos cujos relatores designados não se farão presentes nesta reunião, chamo o Item 3 da pauta. Para tanto, eu pediria ao Senador Walter Pinheiro que fizesse a leitura do relatório do Item 3 da pauta.

ITEM 3:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 120, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TEMPERADA ESPORTE CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Gim Argello.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Exª, hoje, me escalou para o Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas foi por mera coincidência, Senador. Eu não sabia nem que era do Maranhão esse item.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Temperada na Bahia, a gente geralmente trata linha de empinar raia, que lá a gente chama de "temperada".

Sr. Presidente, é um relatório feito pelo Senador Gim Argello, consubstanciado com as informações a esse projeto de decreto legislativo apresentadas não só por parte da nossa assessoria, como também das informações advindas do Ministério das Comunicações.

Nós somos pela aprovação da matéria, conforme já apresentado aqui na relatoria do Senador Gim Argello.

Portanto o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2011, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Temperada Esporte Clube para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Inês, Estado do Maranhão.

Somos pela aprovação, conforme relatório já apresentado a esta Comissão pelo nobre Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª, eu passaria a palavra ao Senador Cícero Lucena para relatar o Item 16 da pauta.

ITEM 16:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 53, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Tambaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Autoria*: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).*

Relatoria*: Senador Cícero Lucena.*

Mais uma vez esclareço que esses processos haviam sido distribuídos antes da votação já ocorrida nesta Comissão, portanto, absolutamente legitimo o relatório de S. Exª.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga.

Devo dizer que, como já foi distribuído anteriormente o relatório, consequentemente já lido pelos demais Senadores e Senadoras, vou direto ao voto.

Tendo em vista que a documentação que acompanha o PDS nº 53, de 2011, não evidenciou violação da Legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Televisão Tambaú Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª, Senador Cícero Lucena.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para relator o item 13 da pauta:

ITEM 13:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 97, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Valdir Raupp, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 97, de 2011, não evidenciou violação da Legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª, Senador Valdir Raupp.

Passo a palavra ao Senador Anibal Diniz, para relatar o item 20 da pauta.

ITEM 20:
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 599, DE 2011

Aprova o ato que outorgada concessão à Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Aníbal Diniz.

Devo fazer a observação de que esse processo foi distribuído antes da recomendação e da decisão desta Comissão, portanto, absolutamente legítima a relatoria do Senador Anibal Diniz.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 599, de 2011, não evidenciou violação da Legislação pertinente e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagem na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, também reafirmo as palavras do Senador Pedro Taques em uma das suas relatorias: está aqui tudo bonitinho em termos documentais, mas não temos nenhuma segurança além disso, a não ser fazer o relato conforme sugerido. Mas opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

E eu indagaria ao Plenário o seguinte: nós já estamos, portanto, com vários itens da pauta devidamente relatados em plenário. E, devido à ausência dos Srs. Senadores, não foram lidos os relatórios de outros itens aqui em plenário. Como alcançamos o quorum, eu pergunto aos Srs. Senadores se vamos votar aqueles que já estão prontos para o voto ou se damos curso à pauta. (*Pausa*.)

Votar? (*Pausa.*)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu poderia dar uma sugestão, Sr. Presidente? Como são todos de mesmo teor, se lêssemos um e as ementas dos que faltam...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Poderíamos cumprir toda a pauta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – (...) cumpriríamos a pauta e o senhor resolveria o problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – E votar em globo.

Se os Srs. Senadores concordam, eu pediria que permanecessem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a sugestão do Senador Cyro Miranda.

Eu pediria, então, ao próprio Senador Cyro Miranda que fizesse a gentileza de ser relator *ad hoc* do item 1 da pauta, bem como dos itens 11, 12, 15, 17, 19, 21 e 22. Assim, completaríamos a pauta e votaríamos em bloco.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, como todos os projetos estão em conformidade com a juridicidade e legalidade, eu passo ao voto do item 1.

ITEM 1
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 112, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA BELAQUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belágua, Estado do Maranhão.

Este é pela aprovação.

Agora, a pedido do Presidente, vamos para o item 11.

ITEM 11
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 111, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

O item 12 é da relatoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 12
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 693, DE 2010

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GUAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Também pela aprovação.

ITEM 15
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 98, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITAMONTENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamonte, Estado de Minas Gerais.

ITEM 17
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 697, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguel Alves, Estado do Piauí.

ITEM 19
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 48, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à NASSAU EDITORA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Os itens 21 e 22 são de relatoria do Senador Marcelo Crivella.

ITEM 21
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 592, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE DOM CORRÊA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

ITEM 22
- Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 66, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Todos eles, pois, Sr. Presidente, pela aprovação.

É o que tínhamos a relatar, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srs. e Srªs Senadores, vamos à votação nominal, em bloco, dos item 1 ao item 22 da pauta. Todos com parecer favorável e com seus pareceres já relatados e lidos nesta Comissão.

Vamos à votação nominal.

Como vota a Senadora Ângela Portela?

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela aprovação, conforme parecer dos Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Raupp? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Portanto, com oito votos favoráveis, mais meu voto também favorável, acompanhando os Srs. Relatores, são nove votos favoráveis, os itens 1 ao 22 da pauta estão aprovados.

Tendo sido concluída a pauta, gostaria de destacar que amanhã, dia 16 de junho, haverá uma reunião conjunta – em audiência pública – da Comissão de Ciência e Tecnologia, da CCJ, da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Educação e da Comissão de Meio Ambiente, Controle e Fiscalização para debater o PL nº 116, de 2010, que *dispõe sobre comunicação audiovisual de acesso condicionado e altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de dezembro de 2001, e as Leis nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, nº 5.070, de 07 de julho de 1966, nº 8.977, de 06 de janeiro de 1995, e nº 9.472, de 16 de julho de 1997 e dá outras providências*.

É importante informar aos Srs. Senadores de que essa audiência pública, tendo em vista o seu tamanho e, com certeza, a participação de vários Senadores e de vários palestrantes, ficou entendido e combinado, com os diversos Presidentes das diversas Comissões envolvidas, que essa audiência pública se dará no auditório do Interlegis, inclusive com a participação de vídeo conferência de todas as Assembleias Legislativas do Brasil.

Com a palavra, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quero, primeiro, dizer a V. Exª que estou de acordo com V. Exª neste encaminhamento, realçar a importância desta audiência.

Este é um tema que, de certa forma, pode até ser relativamente novo seu processo de tramitação no Senado, mas já está pautado no País – por mais de quatro anos esse debate se prolonga. Além disso, Sr. Presidente, é um tema que se encaixa perfeitamente no debate atual. A agência está discutindo esse processo, faz parte de todo um cenário de reestruturação da nossa rede e dos serviços multimídia, a própria discussão envolvendo o Plano Nacional de Banda Larga e principalmente esse segmento de TV por assinatura no aspecto da cultura, da distribuição e principalmente da produção cultural e, eu acentuo aqui, da produção cultural regional. Portanto é um tema de muita importância.

Acerta V. Exª quando propôs fazer isso no auditório do Interlegis, já fazendo um debate sobre a questão do cabo, da utilização dessa estrutura, na medida em que, no Interlegis, nós vamos ter a oportunidade de botar todo mundo sintonizado nesse debate, portanto, usando já uma das primeiras experiências.

Então eu queria dizer a V. Exª que será de suma importância esse debate do dia de amanhã para que nos preparemos para os próximos passos que dizem respeito à apreciação dessa matéria por parte das Comissões e do Plenário da Casa.

Eu queria, Senador Eduardo Braga, abordar dois assuntos antes de concluir o nosso trabalho. O primeiro é a nossa preocupação quanto a esse debate que, nos últimos dois dias, veio à tona acerca de um projeto que nós aprovamos aqui de acesso à informação, o Projeto de Lei nº 41. Senador Taques, eu até fiz uma brincadeira esta manhã via Twitter dizendo o seguinte: esses atos que alguns, principalmente o Presidente da Casa e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores têm afirmado serem atos secretos, deixaram de sê-lo já que estão falando neles. Se eles os conhecem a ponto de julgarem que esses atos são secretos, se eles tiveram acesso a

essas informações, então nós também gostaríamos de ter, então deixaram de ser tão secretos assim. Como um ato é secreto e alguém fala do que é secreto já se arvorando ao conteúdo da informação, alegando que, por ser um conteúdo exclusivo, então alguém teve acesso, isso poderia causar problemas? Então, na realidade, esse ato, essa informação não é mais secreta.

Mesmo assim quero insistir. Esta manhã li a declaração do Procurador-Geral referindo-se à questão do sigilo eterno, dizendo que é inconstitucional. Portanto, eu nem entraria na seara da inconstitucionalidade ou da legalidade, mas diria da oportunidade que a gente tem de completar essa esfera democrática com o acesso à informação, com a transparência e o envolvimento da sociedade tanto com a sua história passada, quanto com a próxima história que nós vamos escrever e a história que nós estamos escrevendo.

Portanto, acho fundamental que nós participemos disso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de expressar ao Senador Walter meu total apoio a esta sua manifestação. Em sendo mantida essa determinação de sigilo eterno, vai equiparar mais uma vez a República Federativa do Brasil às republiquetas de banana. Na República não existe sigilo eterno. Isso é absolutamente inconstitucional; repito: é inconstitucional.

Ontem, no final da tarde, estive em São Paulo junto com o Procurador-Geral da República na repatriação dos arquivos do projeto Brasil Nunca Mais, daquele período escuro da nossa história. Eu estava ao lado do Procurador-Geral da República quando ele disse que é inconstitucional, e eu concordo inteiramente com ele. Esta Casa não pode se omitir – e esta é a palavra – diante da importância de um projeto como este, como este que marca a nossa passagem de um estado subdesenvolvido, do ponto de vista do direito fundamental à verdade, para um estado que se quer ser chamado de estado democrático de direito.

Apoio inteiramente. Nós, aqui nesta Comissão, que debatemos este projeto, sob a relatoria do Senador Walter, temos a obrigação de trazer essa discussão.

Parabéns, Senador Walter, pela iniciativa de trazer esse assunto à baila.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Quero só chamar a atenção, acho que temos a obrigação política, neste debate, esta Comissão foi a primeira a, eu diria, referendar e apoiar integralmente essa iniciativa, acho que é importante.

Mas eu quero também, já finalizando, dizer a V. Exª, que, em parceria com V. Exª, estamos sugerindo um debate nesta Casa sobre a questão da inclusão, da ampliação do que seriam os serviços de telefonia no Brasil e, mais uma vez, um processo de transparência, me refiro à disponibilidade, à disponibilização, podemos dizer assim, da faixa de 450 mega-hertz no nosso espectro de freqüência, o que permitirá inclusive ao País atender as nossas área rurais.

Portanto, eu tenho defendido e contei com a parceria de V. Exª, inclusive nesse debate, estamos chamando a Anatel e o Ministério, acho que são os dois interessados, fiquei contente quando ouvi ontem uma declaração – e literalmente ouvi porque não li –, eu tive a oportunidade de ouvir uma das falas do Ministro Paulo Bernardo, inclusive destacando uma equipe do Ministério das Comunicações para visitar uma experiência de telefonia rural, usando exatamente essa faixa de freqüência, na Suécia, que eu até hoje, inclusive quero aproveitar isso aqui, estou sugerindo ao Ministro que ele convide alguns membros da Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu fiz uma reclamação a ele no dia em que ele foi para o Uruguai, ele disse: não é um problema de viagem, "Parlatur", não estou discutindo isso, não quero... Agora, acho que é importante que nós participemos de algumas dessas iniciativas porque parte delas, ou, às vezes, até na sua totalidade, nasce aqui, nasce aqui.

Então é importante. E eu fiz a crítica a ele, na questão da TV digital, quando ele foi para o Uruguai assinar, em Montevidéu, o convênio porque na época o então Senador Ministro Hélio Costa participou conosco de toda a empreitada na América Latina, para envolver os seus países na TV digital para a gente ganhar escala.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – E se V. Exª me permite, é até importante para que nós possamos conhecer as novas tecnologias que poderão ser utilizadas, por exemplo, na questão da radiodifusão rural, que é um dos desafios que temos ainda de cobertura neste País, principalmente Norte e Nordeste do Brasil.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Exatamente, acho que é importante isso.

Então como eu citava a questão do Ministro Hélio Costa, eu, por exemplo, o Deputado Júlio Semeghini, o Deputado Paulo Lustosa, o Deputado Jorge BIttar, se não me engano o Presidente da Comissão na época, o Deputado Eduardo Gomes, do Tocantins, nós fizemos uma espécie de cruzada na América Latina, com o Parlamento e com os governos, para que eles adotassem o mesmo padrão para ganharmos aí uma espécie de adesão na América Latina e ganharmos escala com isso.

Então foi esse debate iniciado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, fomos nós que puxamos isso, fizemos questão de nos relacionar com o Parlamento na América Latina. Eu participo há muitos anos, desde 97, de um debate envolvendo parlamentos do mundo inteiro, já sediamos aqui no Brasil o encontro de parlamentares, principalmente nessa área de novas tecnologias, de inclusão porque nós estamos fazendo leis sobre isso e não basta fazer a lei, é preciso interferir no processo.

O Parlamento brasileiro, meu caro Senador Taques, foi decisivo, Senador Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Ciro Nogueira estava lá conosco, V. Exª não, então na época fizemos o debate, em 1999, sobre a definição do uso de frequência para celular. Foi o Parlamento brasileiro que botou o dedo na ferida nesse debate e foi esse debate decisivo para a gente popularizar, ainda caro, na minha opinião, mas foi possível baratear, e nós chegamos à marca de mais de 200 milhões de celulares no Brasil. Foi esse debate proposto pelo Parlamento. Na época, o debate era em torno da frequência de 1.9. E naquele período somente os Estados Unidos – repito: somente os Estados Unidos – usavam essa faixa de frequência por questões militares. Os Estados Unidos tiveram que usar a faixa de frequência mais adiante, porque 1.8 eles usavam para suas operações militares.

Nós nos insurgimos contra essa decisão. Discutimos isso mundialmente junto à UIT, União Internacional, e aqui com a Anatel. E definimos que, naquele período, o ideal era que o Brasil pudesse adotar 1.8 como diversos países fizeram. O resultado está aí hoje: o padrão tecnológico, o avanço e já estamos discutindo a quarta geração.

Sr. Presidente, quero encerrar lembrando a V. Exª a importância desta audiência. O Governo, na minha opinião, não tem que repassar automaticamente a faixa de frequência de 450 para as operadoras. Esta é a minha opinião: acho que tem que fazer um leilão e permitir que outros operadores entrem. Se os operadores atuais puderem entrar, se a gente puder fazer parcerias com os operadores atuais, novos operadores e Estados, vamos promover, inclusive com base nessa novidade de SPE, de PPP. Vamos envolver Estados, operadoras e novas operadoras, porque nós não vamos conseguir fazer isso sozinhos. Quero lembrar que essa é uma fatia de serviço, todos dizem isso, que não tem lucro, não tem retorno. Não pode ser tratada desse jeito. Isso é obrigação para levar serviço e não só voz.

Então quero chamar a atenção de V. Exª, que vai ser meu parceiro nessa empreitada na audiência pública para discutirmos isso. Vamos discutir com o Ministério.

Volto a dizer que fiquei feliz quando vi o Ministro das Comunicações ontem verbalizar que não só vai mandar uma equipe como está repensando o que fazer em relação a essa faixa de frequência. Nós temos que adotar uma medida que seja muito menos ganhar dinheiro com o leilão e muito mais garantir que a gente tenha competitividade, que a gente tenha um serviço que consiga chegar ao "interiorzão" deste nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço o Senador Walter Pinheiro pelas considerações absolutamente pertinentes e ao Senador Pedro Taques, dizendo inclusive que esta Comissão se manifestou de forma muito clara com relação à questão do acesso à informação, aliando-me, portanto, à opinião já externada por esta Comissão em deliberação de Plenário, bem como às opiniões externadas hoje pelos Senadores Walter Pinheiro e Pedro Taques.

Eu queria apenas dizer aos Senadores o seguinte: amanhã teremos uma grande audiência pública. Para que nós pudéssemos organizá-la, tivemos que dividi-la em dois blocos, porque seria impossível, mesmo no auditório do Interlegis, montar uma audiência com a participação de tantos como está previsto. Apenas para que os senhores tenham uma ideia, se nós dermos dez minutos de participação a cada um dos palestrantes com tolerância máxima de cinco minutos adicionais, dando a cada Presidente a palavra por três minutos e restringindo ao máximo qualquer excesso de uso da palavra, pelo cronograma que nós fizemos aqui, nós vamos terminar a nossa audiência pública, se começarmos religiosamente às 9 horas, às 15 horas e 55 minutos com um *coffee break* que conseguimos junto à Mesa Diretora, que também deverá ter absoluto rigor e controle com relação ao horário.

Sei que os Srs. Senadores sempre têm contribuído e colaborado com a presença no horário aqui nesta Comissão. No entanto, amanhã teremos que fazer um esforço redobrado, primeiro, porque estaremos obviamente diante de um tema que hoje, se os Srs. Senadores já olharam a nossa mídia impressa, está palpitando nos grandes jornais do País com observações colocadas.

Para que V. Exªs possam ter ideia do tamanho desse tema e da controvérsia que ainda desperta no debate, a Abert encaminhou uma documentação a todos os presidentes dizendo que ela não conseguirá se fazer representar apenas por um representante e que a Abert, oficialmente, comunica que será representada por um representante da Rede Globo, um representante da Rede Record, um representante do SBT e um outro representante das demais emissoras. Portanto, a Abert se fará representar por quatro palestrantes para que possa estabelecer as opiniões diversas que existem dentro da própria Abert.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Literalmente a Abert.

O SR PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim; a Abert e aberta.

Como a intenção dessa grande audiência pública é para que os Srs. Senadores possam tomar conhecimento e formar uma opinião para que, daí, possamos encontrar um mecanismo para dar celeridade a essa matéria que está há uma década no Congresso Nacional, há uma década entre Câmara e Senado, achei que deveríamos compartilhar essa responsabilidade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Lembrando que fizemos quatro anos de debates sobre essa matéria. Quatro anos seguidos!

O SR PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quatro anos de debates seguidos, principalmente na Câmara porque essa matéria chegou ao Senado no final do ano passado, tendo início, efetivamente, no começo da nossa legislatura, do debate do mérito da discussão.

Por isso, acho que, nessa audiência pública de amanhã, não poderíamos restringir e permitir, por exemplo, que, onde há uma associação com opiniões diversas, eles não pudessem se manifestar no debate até porque nas diversas comissões também, a HBO, por exemplo, pediu – e foi autorizado – que eles se fizessem representar na audiência pública para manifestar a sua opinião.

Então, eram esses os informes aos Srs. Senadores, agradecendo desde já a pontualidade e a participação de todos na audiência pública do dia de amanhã.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 22 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, CONJUNTA COM A 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, COM A 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, COM A 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E COM A 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2011.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e onze, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães – INTERLEGIS, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Inácio Arruda, Roberto Requião, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Ana Amélia e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores Ângela Portela, Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim Argello, Marta Suplicy, Jorge Viana, Magno Malta, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Luiz Henrique, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, João Pedro, Vicentinho Alves, Wilson Santiago, Sérgio Souza, Paulo Davim e Kátia Abreu. Justifica a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete às Comissões a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, atendendo aos **Requerimentos n.º 15 de 2011-CCT**, de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga, **n.º 20 de 2011-CCJ**, de autoria do Senhor Senador Eunício Oliveira, **n.º 12 de 2011-CAE**, de autoria do Senhor Senador Delcídio do Amaral, **n.º 14 de 2011-CE**, de autoria do Senhor Senador Roberto Requião e **n.º 13 de 2011-CMA**, de autoria do Senhor Senador Rodrigo Rollemberg, que requerem "..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de

2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências", tendo como convidados o Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, o Presidente da Associação Brasileira de TV Por Assinatura – ABTA, o Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, o Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV e o Presidente da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA" e **Requerimentos n.º 24 de 2011-CCT,** de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga e **n.º 38 de 2011-CAE,** de autoria do Senhor Senador Delcídio do Amaral que requerem " ..., nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 15/2011-CCT a fim de convidar um representante da HBO para participar da audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com o objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências". Comparecem à reunião os Senhores Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; Luciana Ferri Sobrosa de Mello, Diretora Jurídica da Home Box Office – HBO; Marcos Alberto Sant´anna Bitelli, Representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA; Francisco Mistrorigo, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão – ABPI-TV; Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Evandro Guimarães, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Organizações GLOBO; Daniel Pimentel Slaviero, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – SBT; Marcio Novaes, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Record; José Francisco de Araujo Lima Neto, Vice-Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; Eduardo Levy Cardoso Moreira, Representante da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Eunício Oliveira, Delcídio do Amaral, Roberto Requião, Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro e Anibal Diniz. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **SENADOR EDUARDO BRAGA,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – **CCT, SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – **CAE, SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – **CCJ, SENADOR ROBERTO REQUIÃO,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – **CE, SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a realização de audiência pública conjunta com a 29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aqui representada pelo seu Presidente, Senador Eunício Oliveira, e por Senadores que compõem a nossa Comissão de Constituição e Justiça; com a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, aqui representada pelos seus Senadores e também pelo seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral; com a 28ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; com a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura que se realiza hoje, dia 16 de junho de 2011, com objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen, que dispõe

sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências, em cumprimento aos Requerimentos nº 15 e 24 de 2011, da CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga e outros Senadores, bem como ao Requerimento nº 20, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira e outros, aos Requerimentos nº 12 e 38, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria do Senador Delcídio do Amaral e outros Senadores, ao Requerimento nº 14, de 2011, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Roberto Requião e outros, e ao Requerimento nº 13, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, todos eles aprovados.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Srªs e Srs. Senadores, informo que esta audiência pública se dará no formato de videoconferência, por meio do Sistema Interlegis, do Senado, permitindo interatividade dos membros das Assembleias Legislativas de todo o Brasil com os Senadores das comissões, para a elaboração de questionamentos aos convidados, e vídeo *streaming*, transmissão pela Internet, bastando, para isso, acessar a página www.interlegis.gov.br, o que possibilitará o envio de perguntas dos Exmºs Srs. Deputados Estaduais e Distritais, por meio do *e-mail* plc1162010@senado.gov.br.

Aqui, cabe um esclarecimento: é óbvio que essas perguntas serão encaminhadas a todos os Srs. Senadores - Senador Rodrigo Rollemberg, por favor, para compor a mesa – e todas essas perguntas serão encaminhadas não só aos Srs. Senadores, mas também aos senhores palestrantes, para que, pelo meio próprio, a Internet, possam responder à participação de todos.

É uma experiência nova que estamos fazendo: a ampliação da audiência pública por um sistema novo, uma nova plataforma. Aliás, a intenção do debate desse projeto pelo Senado da República, pelas suas diversas comissões, é exatamente ampliar a formação do juízo de valor por parte dos Srs. Senadores sobre um projeto que visa não só regular a democratização dos investimentos e do mercado de TV a cabo, bem como a ampliação da rede de fibra ótica e de banda larga no Brasil.

Pelo que estava previsto, quero passar a palavra ao Senador Eunício Oliveira, para o posicionamento de abertura desta audiência pública, para que, em seguida, possamos passar a palavra aos demais Presidentes e irmos à participação dos palestrantes.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB - CE) – Obrigado, Senador, Presidente Eduardo Braga.

Bom dia a todos, bom dia aos Srs. Senadores, aos nossos palestrantes de hoje, aos que vieram aqui participar desta audiência pública.

Quero ser extremamente breve. A nossa posição é muito clara em relação a esta audiência pública. Quando aprovamos o requerimento para que acontecesse esta audiência pública, a intenção era – e é, continua sendo – ouvir os senhores. O nosso objetivo aqui, como Presidentes e como relatores da matéria, é ouvir todos aqueles que têm interesse na aprovação ou na rejeição ou nos questionamentos do PLC nº 116. O objetivo aqui, como já disse, é fundamental para que possamos fazer um juízo de valor, para que possamos aprovar um projeto que não seja um projeto que tenha outro objetivo que não o de criar um ambiente competitivo em benefício do consumidor dos serviços audiovisuais, de criar um ambiente propício ao ambiente privado nas atividades das duas camadas e de criar também e ouvir aqui novos atores, especialmente programadores brasileiros voltados para a TV por assinatura e para as novas mídias comprometidas com a veiculação de conteúdo audiovisual brasileiro.

Portanto, meu Presidente Eduardo Braga, o objetivo aqui, pelo menos no que se refere à Comissão de Constituição e Justiça e a essa relatoria, é falar praticamente nada e ouvir muito, para saber como vamos formar um juízo de valor em relação ao relatório final que será apresentado na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB - AM) – Agradecendo o nosso querido Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, que, além de Senador e ex-Deputado Federal, grande representante do Estado do Ceará, foi Ministro das Comunicações do nosso País.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, para fazer uso da palavra pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Eduardo Braga.

Quero cumprimentar também o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, o Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, os demais Senadores e Senadoras aqui presentes e todos que nos honram com a sua presença, de forma especial, os nossos convidados que ocupam cargos estratégicos para esse debate e que têm uma contribuição enorme a dar.

Quero cumprimentar V. Exª, Presidente Eduardo Braga, por essa inovação de podermos fazer uma audiência pública de uma comissão aqui, no Interlegis, com a participação de diversas Assembleias Legislativas, amplificando o debate sobre um tema da maior importância – eu diria o de maior importância - no que se refere à regulamentação do setor de comunicações no Brasil, que tramita no Senado Federal.

Portanto, quero desejar um ótimo debate. Faremos as nossas considerações de mérito após ouvir os nossos palestrantes.

Mas quero cumprimentar V. Exª pela inovação que devemos reproduzir muitas vezes nas audiências públicas, amplificando os debates produzidos pelo Senado Federal.

Muito obrigado.

Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao ilustre Senador Rodrigo Rollemberg, passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Em primeiro lugar, cumprimento o Presidente da CCT, Senador Eduardo Braga; o Presidente da CCJ, Senador Eunício; o Presidente da CNA, Senador Rodrigo Rollemberg; cumprimento os demais Senadores, Senadoras, convidados, dizendo que estamos muito contentes porque hoje estamos diante de um evento inusitado no Senado Federal. São três Comissões reunidas numa audiência pública, mostrando a importância da discussão do PLC nº 116, e, ao mesmo tempo, também, sendo acompanhada pelas assembleias legislativas. Acho que o Interlegis tem esse mérito, e o Senado pouco usa o Interlegis, principalmente para fazer essa comunicação direta com os Estados. E estou vendo no telão que a assembleia do meu Estado é uma das primeiras que está aí nos acompanhando, o Mato Grosso do Sul. Quero aproveitar para cumprimentar os Deputados e, especialmente o Presidente Jerson Domingos. Está na tela o Mato Grosso do Sul, sinal de que a turma está atenta, especialmente nesse assunto que é fundamental para o Brasil.

Ao mesmo tempo... Agora eles estão reclamando. O Eunício perdeu a oportunidade também. O Amazonas, idem, com o Eduardo.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir um aparte só para mandar um abraço aos meus conterrâneos do Ceará. que estão nos vendo ali.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Aproveito para cumprimentar também São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Amazonas, Piauí, Ceará e, especialmente, o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Não vou me estender porque hoje temos aqui uma série de palestrantes – o importante é ouvi-los; mais do que nunca, esse é o nosso objetivo –, mas quero dizer que essa bola já vem quicando na área do Congresso há algum tempo. Estamos discutindo esse PLC, da Câmara, mas existe, também, na Comissão de Assuntos Econômicos, estão aqui a Adriana e o Gonzaga e equipe, e isso já foi motivo de uma discussão intensa na Comissão de Assuntos Econômicos, inclusive com a elaboração de projetos pela Subcomissão de Marcos Regulatórios, que teve como Relator o Senador Garibaldi Alves, que hoje está no Ministério da Previdência. Portanto, é um tema palpitante, é um tema que, mais do que nunca, nos preocupa para qualificar o debate e buscar aquelas soluções que são boas para o Brasil, dando tranquilidade também para um setor fundamental, que é setor de televisão, de telefonia, de TV a cabo.

Portanto, quero agradecer muito por esta audiência. Vou ter de me retirar por alguns minutos, porque está tudo acontecendo, Comissão de Infraestrutura, Comissão de Agricultura, audiência em Ministérios, e eu convido o Senador Walter Pinheiro a ocupar o meu lugar, um homem experiente, uma pessoa que conhece profundamente o tema que está sendo discutido.

Convido, se V. Exª permite, Senador Eduardo Braga, meu Presidente, a presença aqui, substituindo-me de uma maneira muito mais competente e qualificada, do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço pela participação do nosso Senador Delcídio do Amaral, convidando, portanto, o Senador Roberto Requião para fazer uso da palavra.

Gostaria apenas de confirmar com as assembleias legislativas que nos assistem neste momento se estão interagindo conosco. Se estiverem, o sobrinho do nosso Senador Eunício Oliveira, o Deputado Estadual Daniel Oliveira, que está nos assistindo lá do Ceará, eu gostaria que ele pudesse, portanto, confirmar se está nos ouvindo aí no Ceará.

A SRª MIRIAN SOBREIRA – Bom dia a todos. Nós estamos com a Comissão de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, que é presidida pela Deputada

Mirian Sobreira, que vos fala, e dizer que estamos interagindo, estamos aqui com a equipe de comunicação para ouvir todas as palestras e participar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem. Como pretendíamos, está absolutamente confirmado que há a interatividade com todas as assembleias. Feita essa colocação, passo a palavra ao nosso Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, para fazer uso da palavra na abertura dos trabalhos, e convido o Senador Walter Pinheiro para representar aqui a Comissão de Assuntos Econômicos, por solicitação de seu Presidente, Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, este deve ser o debate derradeiro, porque, nos últimos dez anos, a Comissão de Educação realizou doze audiências sobre o mesmo tema, projeto da Deputada Jandira, do Senador Flexa Ribeiro, e há coisa de alguns dias fizemos também, no mesmo sentido, um debate com a presença das mesmas instituições. Mas as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura não haviam feito ainda o debate. Então, acedemos em participar, mais uma vez, dele.

A Comissão de Educação aqui fica representada também pelo Senador Walter Pinheiro, que foi o autor inicial da lei de regulamentação na Câmara Federal ainda e hoje é Senador da República. Um debate um pouco mais amplo, um público significativo, com as mesmas personalidades e as mesmas instituições. Mas vamos, então, a um debate que deve pôr um fim para que essa matéria vá ao plenário e possamos, de uma vez por todas, resolver esse problema que já há dez anos ocupa espaços na Câmara Federal e no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem. Vamos, então, à participação dos senhores palestrantes.

Convido o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), para fazer uso da palavra por dez minutos, a partir da nossa tribuna.

Portanto, com a palavra o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema.

O SR. MANOEL RANGEL – Bom dia. Gostaria de agradecer o convite feito pelos Senadores para participar desta audiência pública. Gostaria de cumprimentar os Senadores Roberto Requião, Walter Pinheiro, Eduardo Braga, Eunício Oliveira e Rodrigo Rollemberg e, em nome deles, cumprimentar os demais Senadores e demais presentes nesta audiência pública.

Gostaria, ainda, de parabenizar o Senado pela iniciativa de realizar uma audiência pública conjunta das cinco comissões e, ao mesmo tempo, fazer a interação com as assembleias legislativas dos Estados, permitindo, portanto, mais um episódio de ampla discussão sobre o novo marco regulatório da televisão por assinatura.

Como mencionava o Senador Roberto Requião, o tema vem em debate no Congresso Nacional e na sociedade brasileira já há dez anos, e a razão principal deste debate é o fato de que estamos diante de um serviço, que é o serviço de televisão por assinatura, com baixíssima penetração no território brasileiro. A penetração do serviço de televisão por assinatura no Brasil é um dos menores do mundo e, na América do Sul, só é superior à penetração do serviço de televisão por assinatura na Bolívia. Esses números têm crescido. Hoje, a penetração do serviço no Brasil, em termos de domicílios com televisão, já chega a cerca de 20%. Esse crescimento se dá, de 2007 para cá, devido a um conjunto de transformações ocorridas no mercado, que permitiram a oferta do triple play e onde começou a haver mais competição pela entrega do serviço. Mas, ainda assim, a gente vive uma realidade, que é de escassez da presença do serviço, de baixa penetração nos domicílios com televisão, de altos preços praticados no Brasil, os preços são mais altos do que na maior parte dos países similares à realidade brasileira e com baixíssima penetração do conteúdo brasileiro e das empresas programadoras brasileiras no serviço de televisão por assinatura.

Portanto, essas são as razões centrais, ao lado das transformações provocadas pela convergência digital, que faz com que, neste momento, nós estejamos reunidos aqui para debater um novo marco regulatório para o serviço de televisão por assinatura que seja capaz de oferecer algumas respostas a essas questões e a esse quadro que já mencionei.

Temos, no Senado Federal, dois projetos em tramitação, o PLS 280, desde 2007, e o PLS 182, desde 2009, que é esse a que o Senador Delcídio Amaral se referia, que foi fruto do debate sobre marcos regulatórios na CAE. Como já foi mencionado aqui, foi realizado um conjunto de audiências públicas sobre o tema do marco regulatório e, em particular, sobre cinco que versavam sobre o marco regulatório da televisão por assinatura, três em 2007 e duas em 2010, especificamente as de 2010 já sobre o PLC 116.

Ao longo desses cinco anos, o cenário que o Congresso Nacional visualizou lá atrás se confirmou. O mercado construiu seu caminho à margem do marco regulatório, pelas brechas que encontrou no marco legal vigente, e ampliou distorções dentro da exploração do serviço.

Na Câmara dos Deputados, quando essa matéria começou a tramitar, foram apresentados quatro projetos

sobre a atualização do marco regulatório da televisão por assinatura, que tramitaram apensados: o PL 29, do Deputado Paulo Bornhausen, que basicamente abria o mercado de televisão por assinatura para exploração das telefônicas e permitia a entrada do capital estrangeiro livremente – essa era a essência do projeto; o projeto do Deputado Nelson Marchezelli, anteriormente apresentado pelo Deputado Luiz Piauhylino , em 2004, estabelecendo parâmetros de proteção às empresas de comunicação brasileiras; o PL 332, de 2007, dos Deputados Paulo Teixeira, Walter Pinheiro e coautores, que fazia a abertura da cadeia de valor do serviço de televisão por assinatura e estabelecia parâmetros para sua regulação; e o PL 1.908, de 2007, do Deputado João Maia, que fixava procedimentos e critérios para promoção do conteúdo brasileiro da produção independente e da produção regional.

O PLC 116, que hoje está nesta Casa, é fruto da tramitação desses quatro projetos apensados e de uma tentativa de equilibrar as várias questões que os quatro projetos postulavam, procurando, portanto, um equilíbrio entre o conjunto dos agentes econômicos que atuam no setor e o interesse público: o interesse de ampliação dos serviços, o interesse de serviços entregues em melhores condições de competição, com preços mais baixos, com maior qualidade, com maior proteção das empresas brasileiras e maior presença do conteúdo brasileiro.

O primeiro grande nó que se apresentou foi como permitir a abertura das redes e a entrada de novos competidores, portanto, ampliando a oferta do serviço, ao mesmo tempo garantindo, nessa entrega do serviço, que nós não tivéssemos uma desnacionalização do conteúdo brasileiro e uma desnacionalização das empresas brasileiras de comunicação que atuam nesse segmento. Esse foi o grande nó que se apresentou. Ao lado dele, se apresentou o nó de como equilibrar a relação entre as empresas de telefonia, as empresas de telecomunicações e as empresas de comunicação. As empresas de comunicação foram sempre tratadas, historicamente, pelo País como um ativo estratégico, um ativo de extrema importância e que precisa ser preservado como capacidade do País ter capacidade de se projetar no mundo e ter espaço de soberania e de defesa dos seus interesses nacionais. Portanto, essa busca de um equilíbrio que administrasse essas tensões percorreu a tramitação do PLC 116 ao longo da sua trajetória.

Algumas questões foram sendo equacionadas. Em primeiro lugar se fixou, ainda no substitutivo da Comissão de Defesa Econômica da Câmara dos Deputados, o entendimento de que o serviço de televisão por assinatura deveria estar organizado, consagrado no marco regulatório em duas camadas: a camada de telecomunicações e a camada de audiovisuais, com regramentos distintos para cada uma dessas camadas, condicionantes distintos com atuação dos órgãos reguladores, a Ancine e a Anatel, sobre cada uma dessas duas camadas. Num segundo momento, se consolidou a idéia de que é preciso se estabelecerem restrições à atuação das telefônicas na radiodifusão, na produção e na produção de conteúdo audiovisual brasileiro. Procurou-se fixar elementos de proteção à manutenção das empresas brasileiras de comunicação no curso deste debate. Essa posição vai se prolongar até o final, sobrevive no PLC 116. E eu gostaria de compartilhar com vocês a convicção do Governo Federal de que esta questão é central no PLC 116, a defesa do conteúdo brasileiro, a defesa das empresas brasileiras de comunicação, a preservação do território da produção e da programação do conteúdo brasileiro como de restrita atuação das empresas brasileiras.

As camadas, portanto, do PLC, desde a Comissão de Defesa Econômica foram organizadas deste modo: as atividades focadas no conteúdo audiovisual, as atividades de produção e programação e empacotamento; basicamente, a lógica da organização e da agregação do conteúdo audiovisual nos seus diferentes níveis, obra audiovisual, canal de programação, pacote de canais e as atividades focadas em telecomunicações, as camadas de telecom, concentrando atividades de provimento e distribuição, condensadas em distribuição, traduzindo a comercialização de televisão paga e de outros serviços através de uma ou várias redes.

Ainda no substitutivo da comissão de defesa econômica, fixou-se restrição às telefônicas na contratação de talentos e eventos brasileiros como forma auxiliar da proteção de que o território da produção e programação de conteúdo brasileiro deve ser restrito, deve ser de única competência das empresas brasileiras de comunicação. Isso permanece no PLC 116 e permanece como território de convicção do Governo Federal de que essa é a melhor maneira de organizar o marco regulatório. Fixou-se a idéia de restringir a atuação de empresas de radiodifusão, como operadoras de telecomunicações; fixaram-se cotas definindo o mínimo de 50% de conteúdo nacional – isso no substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados remetendo ao Poder Executivo o disciplinamento da matéria por decreto em ação posterior.

Ainda na Câmara dos Deputados, na Comissão de Comunicação e Tecnologia, os principais pontos que foram sendo incorporados ao PLC 116, tal como ele está são: as cotas incidentes sobre atividades de programação, cerca de três horas semanais em determinados canais, os canais de espaço qualificado; construiu-se

um fundo de fomento para conteúdos audiovisuais brasileiros, um fundo portanto com a possibilidade de potencializar a atuação das empresas brasileiras de comunicação e dos produtores independentes na entrega de conteúdo brasileiros; evoluiu-se para fixar as cotas na atividade de empacotamento, portanto, fixando a necessidade de que hajam canais programados por empresas brasileiras com maioria de conteúdo brasileiro no interior dos canais programados pelas operadoras de pacotes; fixou-se a obrigatoriedade de mais um canal de jornalismo e se fixou a progressividade no cumprimento das cotas.

No novo lote que se estabeleceu a partir de 2008 na Comissão de Comunicação, passou a haver conflito em torno das cotas nos canais, empresas de radiodifusão, produtoras de conteúdo *versus* produtoras independentes, cuja solução foi estabelecer um equilíbrio permitindo que a cota fosse composta metade por conteúdo brasileiro, três horas e meia, metade obrigatoriamente sendo de produção independente, e o conflito em torno das cotas de programação das cotas dentro dos pacotes. Portanto, assegurando a discussão entre programadoras brasileiras estabelecidas e programadoras brasileiras que desejam entrar no *line up* das operadoras e que precisavam ter espaço assegurado para sua entrada. Esse foi outro conflito que se estabeleceu a partir desse momento.

Ainda nesse processo, o projeto vai à Comissão de Defesa do Consumidor, depois retorna à Comissão de Comunicação.

Durante essa tramitação, algumas questões que nós, da Agência Nacional do Cinema, como reguladores da camada de conteúdo audiovisual, considerávamos essenciais, acabaram se perdendo do processo de discussão. O primeiro elemento é a possibilidade de determinar poder de mercado significativo no âmbito da camada do audiovisual, que, como disse, é uma questão importante para organizar a competição. Outro: a oferta não discriminatória e em bases individuais de conteúdos audiovisuais e canais relevantes – questão importante para assegurar maior competição na camada audiovisual; impedimento de acordos de exclusividade também importante para assegurar maior competição na camada de audiovisual e viabilizar a entrada de novos programadores brasileiros na operação da televisão por assinatura. Essas questões acabaram se perdendo na tramitação do PLC 116.

O texto atual do projeto, texto que é o substitutivo aprovado na Comissão de Comunicação em dezembro de 2009, é fruto de acordo longamente costurado pelo Deputado Paulo Lustosa e uma comissão de Deputados pluripartidária. Esse substitutivo foi aprovado com apoio de todos os partidos na Comissão de Comunicação. E o texto foi terminativo nas comissões.

O texto herdou, da Comissão de Assuntos Econômicos, a regulação por camadas de atividades e a restrição a telefônicas na camada do conteúdo; herdou dos relatórios da Comissão de Comunicação as cotas nos canais, as cotas de canais brasileiros nos pacotes, o fundo de fomento, o canal de jornalismo adicional no pacote e a progressividade na aplicação das cotas e deixou de fora a Internet, operou a simplificação na operação das cotas, estabeleceu que 30% do fundo de fomento deve ser aplicado na produção de conteúdo do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, estabeleceu um máximo de publicidade idêntico ao praticado nos canais abertos, estabeleceu proteção da publicidade feita no Brasil, algo estratégico também na defesa do mercado audiovisual brasileiro para empresas brasileiras, estabeleceu regras de transição mais bem equacionadas e fez divisão mais clara das atribuições dos dois órgãos reguladores na regulação do serviço, a relação entre a Ancine a Anatel na regulação dos serviços de transmissão de televisão por assinatura.

Entendemos que é decisivo o PLC 116; ele é a melhor resposta construída até o momento à realidade de convergência digital e a realidade das transformações ocorridas nesse mercado. Até o momento, ele é a melhor resposta oferecida à necessidade de ampliar a competição na camada de telecomunicações e na camada de audiovisual; ele é até o momento a melhor resposta oferecida para ampliar oferta do serviço e criar condições para redução do preço, melhoria da qualidade e maior penetração do serviço de televisão por assinatura nos domicílios com televisão no Brasil. O PLC 116 é perfeito? O PLC 116 atende aos objetivos de todos aqueles que atuaram em torno dele? O PLC 116 responde a todas as questões postas? Não, não responde. Entretanto, ele é fruto do acordo construído no processo tortuoso da democracia, no processo do debate intenso realizado na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e na sociedade brasileira em busca da pactuação de um caminho.

Eu diria que estão todos insatisfeitos e todos satisfeitos em algum grau. Há equilíbrio entre o grau de satisfação e o grau de insatisfação, mas há uma convicção: sem a transformação do marco regulatório, não temos a segurança jurídica necessária para a reorganização desse mercado e para romper as barreiras de entrada que estão fixadas tanto para mais competidores na entrega do serviço quanto com mais competidores na entrega da programação audiovisual, principalmente no quadro que temos hoje de prestação de serviço, o conteúdo brasileiro e as empresas de comunicação brasileiras são as mais atingidas porque são as que

têm menos condição para sua presença na grade da televisão por assinatura ocupada majoritariamente, centralmente pela produção estrangeira. Em termos de filmes e obras seriadas é de 1% o percentual de produção brasileira presente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Manoel, apenas para avisá-lo que V. Exª já está há quinze minutos na tribuna.

O SR. MANOEL RANGEL – Vou concluir, Eduardo. Já concluo, Senador.

Portanto, meus amigos, o que eu gostaria apenas de fixar é que nesse processo do PLC nº 116 nós temos a promoção do aumento do acesso à diversidade cultural mundial e brasileira, nós temos a possibilidade de ampliar a condição de oferta de empregos qualificados e o fortalecimento do Brasil enquanto produtor audiovisual de relevância mundial.

E gostaria de concluir dizendo que a experiência de assegurar o mercado brasileiro para as empresas brasileiras e para a produção brasileira é algo que já é praticado ao redor do mundo, no conjunto dos países europeus, no Canadá, na Austrália, na Coréia. Portanto, fixando uma experiência que é a experiência que pode surtir melhores efeitos na promoção do conteúdo nacional, na defesa das empresas brasileiras e, portanto, na capacidade de o Brasil produzir a sua própria imagem.

Muito obrigado. Desculpe-me, Senador Eduardo Braga, por ter ultrapassado meu tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço ao Dr. Manoel Rangel, pela sua participação, informando aos Srs. Senadores que todas as apresentações estão disponibilizadas aos Srs. Senadores nas pastas que estão sendo entregues aos Senadores.

Chamo, para sua participação, o Dr. João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra, lembrando ao Dr. João Carlos Saad que teremos, portanto, uma participação por dez minutos, com uma tolerância de mais cinco minutos.

Com a palavra o Dr. João Carlos Saad.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Eu queria água, antes de começar o tempo.

Bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite, Senador Roberto Requião, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eduardo Braga, Senador e nosso ex-Ministro Eunício Oliveira. Obrigado pelo convite.

Em nome da Abra, eu queria fazer algumas considerações sobre o projeto.

Eu pediria que fosse passando nossa apresentação. Nossa apresentação está sendo distribuída, de tal forma que eu não vou ficar preso à apresentação. Eu queria começar pela democracia, porque eu acho que ela está baseada na pluralidade. Na medida em que não ocorra a pluralidade, a democracia não ocorre. Na medida em que exista só uma pessoa podendo falar ou só um canal podendo existir, não tem como ter essa pluralidade. Esse decreto não permite isso. A gente escutando aqui o Presidente da Ancine, a gente pensa que permite, mas não permite. Existe uma diferença entre o básico e os canais à *la carte* lá em cima, quando você tem que pagar mais cem reais, mais cento e poucos reais para você ter acesso a outro canal.

Para você ter o canal de jornalismo, no básico, com acesso hoje a praticamente onze milhões de pessoas, e o seu à *la carte* pode estar com cem mil, duzentos mil, um milhão. Não são bases de competição iguais.

Então, essa afirmação, na minha opinião, não é correta.

Nós mantivemos no projeto o porteiro. A empresa privada tem direito de não deixar os canais entrarem. E isso ocorre hoje no mercado e, do jeito que está o PL, continuará ocorrendo e será ainda amplificado, porque as teles também terão o direito de fazer isso. Elas terão o direito de dizer quem entra e quem não entra. Então, nós não resolvemos o problema da TV por assinatura que existe desde o seu nascimento. Isso não foi resolvido.

O terceiro problema, eu separei mais ou menos uns dez itens.

Nós temos nesse projeto uma coisa muito divertida. Ele tem teto para canal brasileiro. Ele não tem negociação com canal brasileiro. Ele tem teto. Não tenho nada contra os canais estrangeiros, mas ele teto para o brasileiro. A gente encontra isso no art. 17.

Não existem salvaguardas para concentração. Então, um mesmo grupo pode produzir tudo que quiser. Nós fizemos propostas de que limitem aos grupos de produção tetos para isso: que seja vinte por cento, vinte e poucos por cento, para que não fique na mão de uma empresa só.

Ele tem um negócio que é absolutamente insano e inconstitucional: ele proíbe os radiodifusores de fazer telecomunicações. Eu não posso fazer. Só se eu for estrangeiro. Se eu for estrangeiro, eu posso fazer telecomunicações, posso fazer banda larga, fazer telefonia e fazer TV a cabo. Se eu não for, eu não posso. Procurem lá no art. 37, está lá essa beleza.

Aliás, esse projeto – eu, de vez em quando, falo com o Senador Walter Pinheiro –, ele começou como um bebê bonito. A Bandeirantes apoiou esse projeto, fez vários debates, canais livres, dois deles, e ele acabou virando o Bebê de Rosemary. Nesse projeto, não existe nenhuma preocupação com banda larga. Do jeito que ele está, estaremos perpetuando um mo-

nopólio só nas mãos das teles fixas. Nós não teremos outro tipo de correção.

Dentro desse projeto, nos arts. 32, 1, 21, 12, 13, não existe o *must carry* para a televisão aberta. Ele só existe para a televisão analógica. Há lá uma brincadeirinha: está escrito "analógica", mas não está no digital. Nós sabemos que a televisão brasileira, num determinado momento, vai desaparecer como analógica, mas não será mais carregada. Ela terá que pagar às teles para que isso seja feito.

São as pegadinhas que têm aí.

Ele tem lá uma sessão gratuita da programação das televisões. Ele condena as televisões brasileiras a dar suas programações. Não poderão comercializar. Elas não poderão cobrar. Elas serão obrigadas a darem gratuitamente.

Nós já damos. As televisões abertas dão ao povo brasileiro, gratuitamente. Mas fica estranho você dar de graça, e o cara que recebe de graça vai lá e vende para o assinante.

Nós temos cotas horizontais de produção de tal forma que elas invadem todos os canais. Imagina você fazer uma obra, construir uma marca e, de repente, você é obrigado a exibir uma obra que você pode não querer aquela obra.

Então, acho que isso não é uma coisa boa, não é uma coisa democrática. Nós deveríamos, ao contrário estimular a produção independente, estimular com uma série de incentivos à nossa produção nacional e estimular canais independentes e que as programadoras, mesmo as internacionais, sejam também empurradas a fazer isso. Mas sejam estimuladas, não obrigadas. Porque, senão, é uma coisa não consentida – não é verdade?

Nesse projeto, não existe limitação de publicidade. A televisão paga passa a ser tratada, está tratada como televisão aberta. Então, hoje a gente está entupido de comercial na TV paga; hoje a gente está entupido de canais que vendem relógios – eu não sei que tantos mil relógios que eles vendem lá. E você é obrigado a ver por aquilo que você pagou, mas não recebeu. Ele não trata de nada disso.

Na Ancine, a gente coloca a Ancine, gerando um monte de obrigações de produção. Quando você começa a estudar aquilo, você percebe que, na prática, vai ser difícil de as empresas conseguirem cumprir. O que vai acontecer? Você vai gerar um passivo. Esse passivo dá direito à Ancine de suspender, cassar, sei lá o quê. Nós teremos o quê? Nós teremos de uma forma indireta sutil e inteligente – e, por isso, parabenizo o nosso Manoel – um controle. Porque, a hora que a empresa estiver devendo, com um passivo louco ali, ele tem que ir lá bater à porta da Ancine e ver como é que faz para acertar esse passivo que ele não vai conseguir cumprir.

Então, a gente volta, outra vez, àquelas tentativas todas que nós já tivemos – não é isso?

Este projeto despreza tudo que foi discutido na Confecom. A Abra participou da Confecom. Participou, atuou, discutiu, votou, votou com todas as camadas da sociedade. Basicamente, o que foi discutido ali, Srs. Senadores, não está sendo levado em conta.

Esse projeto não presta atenção em nada do que foi feito ali.

Para termos noção da confusão, ele abre para a publicidade o próprio canal de vocês, o canal do Senado, o canal da Câmara, o canal do Judiciário. Já pensou que divertido o juiz vendendo publicidade? Já pensaram na confusão que nós vamos gerar no mercado publicitário com isso?

Nós temos, hoje, um quadro que preocupa. Nós vemos que a nossa agência reguladora, a Anatel, não está preocupada com os brasileiros. Sente-se que, enquanto o Senado brasileiro está discutindo esse projeto, a Anatel está forçando a sua aprovação, sem ligar para esta soberana Casa, que pode decidir o seu destino, como a dizer: "Se vocês não fizerem, nós faremos". A Anatel, que deveria estar preocupada com a assinatura, com o pagamento da assinatura da telefonia fixa, que é um pagamento que nós fazemos, mas é um serviço que nós não recebemos, não está. Deveria estar preocupada com os bens reversíveis, que são mais de 6.600 imóveis nossos, da população brasileira, na época avaliados em R$80 bilhões. Trazendo isso para valor presente, esse montante pode, no mínimo, dobrar. Não existe nada. Ela disse que não sabe.

Então, nós entregamos as nossas empresas, vendemos as nossas empresas, mas entregamos junto o patrimônio que está sendo vendido. Esse patrimônio é da União. Eu espero que os Srs. Senadores prestem atenção nisso, procurem requerer, saber do que estou falando e busquem mais informações. A gente pode ajudar.

O nosso Ministro das Comunicações se autodeclarou Ministro das Teles. Nós nos preocupamos quando vemos o cenário da radiodifusão totalmente largado. As televisões têm um sistema digital que não pode ser usado na sua plenitude. As rádios brasileiras não têm sistema digital. As AMs brasileiras estão morrendo por falta de definição.

Srs Senadores, eu participei ativamente da batalha da TV digital. À época, contamos com a participação muito importante da Ministra Dilma, hoje Presidente Dilma.

Eu senti, claramente, no meio daquela batalha, que o problema não era de tecnologia entre os vários

sistemas que estavam sendo discutidos: o europeu, o americano e o japonês. Era um modelo de negócio; era o dinheiro. Nós estávamos brigando para manter um molde que fosse grátis, e a briga que havia ali era para que fosse cobrado, como é feito na Europa, como é feito em outros lugares. Foi uma guerra feia, não foi uma guerra fácil. E a Ministra Dilma soube ouvir todos naquela época e achar o caminho da travessia, e o Brasil acabou escolhendo um sistema que foi, na época, o mais robusto e o mais competente que tínhamos naquele momento.

Nessas discussões não tem havido consenso. O que foi colocado aqui é que há consenso e que isso é o melhor possível. Isso não é verdade! O que estamos votando aqui machucará profundamente os brasileiros. Nós não temos diversidade, nós não temos pluralidade. Os problemas principais não são enfrentados. Eu não tenho nada contra que as Teles entrem nesse mercado; ao contrário. Apoio a entrada delas, mas apoio de uma forma ordenada. Há, hoje, 5% dos Municípios com licença de TV a cabo. A Anatel ficou dez anos fechada, sem abrir isso, e nós pedindo que aquilo fosse aberto. Isso não aconteceu!

Então, o que nós temos? Um mercado que, na prática, já está funcionando. Todas as Teles são *triple play*, de uma forma direta ou indireta. Todas elas têm TV a cabo, todas elas têm DTH, todas elas têm banda larga, todas elas têm telefonia fixa e móvel. Então, não está havendo distorção nisso.

Não é preciso preocupar-se tanto com elas. É preciso preocupar-se com o povo brasileiro, com a banda larga barata e acessível a todos para que tenha pluralidade, e não condenar os brasileiros a fazerem determinadas tarefas. "Eu sou hoje operador de cabo, eu sou hoje operador de telecomunicação e, passando esse projeto, eu tenho que fechar a empresa".

Então, há coisas complicadas aí. Eu confio no nosso Senado. Eu confio no fato de que esta Casa saberá analisar e discutir a matéria. Há muito conhecimento aqui. Está aqui o nosso Eunício Oliveira, que foi Ministro das Comunicações e estudou o assunto, mergulhou nisso profundamente. Ele é um homem que conhece o tema e sabe o que está falando. O Senador Eduardo Braga é um homem limpo. Então, há gente que vai olhar, analisar e rediscutir isso.

Eu não tenho, como disse desde o começo aqui, nada contra a entrada das Teles, nada contra que as Teles também distribuam sinal de televisão e façam tudo isso, mas não é porque elas vão fazer que nós vamos excluir o resto. Não é porque elas vão fazer que nós vamos montar um monopólio que ficará para sempre. Ao contrário. Nós temos que gerar conteúdo brasileiro, nós temos que gerar banda larga, nós temos que conectar a população brasileira – não só os ricos. Nós temos que conectar todas as casas e, para isso, nós precisamos de competição. Não é o que nós temos aqui.

Então, muito obrigado. Obrigado pelo tempo de vocês. A nossa análise dos pontos mais importantes do projeto – o que consideramos um problema e o consideramos uma proposta – está clara, está por escrita e será distribuída a todos os senhores, hoje, ao longo do dia.

Muito obrigado a todos. Obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos ao Dr. João Carlos Saad, informando apenas que essa proposta já foi efetivamente distribuída aos Srs. Senadores.

Eu convido, para fazer uso da palavra, a Drª Luciana Ferri Sobrosa de Mello, Diretora Jurídica do *Home Box Office*, HBO.

A SRª LUCIANA FERRI SOBROSA DE MELLO – Bom dia a todos.

Eu gostaria de saudar os Exmos Senadores Presidentes de todas as Comissões aqui presentes e também todos os palestrantes. Saúdo todos os presentes e todas as Assembleias Legislativas pelo Brasil afora.

A HBO, primeiramente, sente-se muito honrada por ter sido convidada a estar aqui presente neste evento que é único e que reflete a democracia, o que achamos ser muito importante.

Nós estamos aqui para falar especificamente do Capítulo V do PLC nº 116 e mais especificamente ainda sobre os artigos que tratam da obrigatoriedade de inclusão de cotas de conteúdo nacional nos canais de televisão por assinatura.

A HBO continua acreditando que as cotas são desnecessárias. Na verdade, o mercado brasileiro tem crescido de uma maneira até forte, grande, e, fazendo pesquisas para poder falar aqui, eu mesma fiquei impressionada com o número de artigos que encontrei falando sobre o mercado brasileiro de conteúdo.

Eu não trouxe todos por conta do tempo, mas gostei do título de um deles. É um artigo do *Latin Business Chronicle*, cujo título é "Brasil, a Bollywood Latina". Interessante! E ontem mesmo saiu na *Folha de S.Paulo* uma reportagem dizendo: "Brasil lidera alta em consumo de entretenimento e de mídia".

Então, parafraseando o João Saad, acho que nós deveríamos ser estimulados e não obrigados. Porém,a gente entende também que a sociedade brasileira está entendendo, democraticamente, por esse caminho, pelo caminho das cotas. Então a gente gostaria de mudar um pouco esse ponto de vista e gostaria de contribuir para que esse processo possa se dar de uma maneira

melhor e não exatamente como está no PLC, a gente gostaria de poder respeitar mais os direitos dos nossos assinantes. E por isso eu vou explicar um pouquinho como é a HBO.

A HBO é assim, para poder adquirir os canais da HBO, os assinantes têm que pagar um valor a mais também, ela não está naquele pacote básico que já vem carregado logo de início. E o que a gente faz para o assinante poder pagar a mais e poder adquirir a HBO? A HBO tem um conteúdo que é formado 70% por filmes campões de bilheteria, esse é o nosso foco, e o outro um terço que está faltando é formado por produções originais da HBO. Essa é a chave do nosso negócio, isso é o que a gente sabe fazer. Os conteúdos da HBO são exclusivos, produzidos pela própria HBO, com investimentos nunca vistos antes.

Mais um pouco sobre a HBO. A HBO é um canal *premium*, presente em mais de 150 países, e leva esse conteúdo, ao qual acabamos de nos referir, aos quatro cantos do mundo, incluindo o Brasil. Atualmente a HBO conta com mais de um milhão de assinantes, só aqui no Brasil, assinantes que escolhem a HBO por esse conteúdo, por esse conteúdo variado e específico.

O assinante sabe que vai pagar mais, mas ele vai levar alguma coisa especial, ele vai levar um conteúdo exclusivo, um conteúdo sem cortes e sem intervalos comerciais. E a programadora, por sua vez, tem que se preocupar com esse conteúdo, ela precisa oferecer esse conteúdo, ir ao mercado buscá-lo e produzi-lo. E por que queremos produzir cada vez mais no Brasil? Nós queremos produzir mais no Brasil porque nós podemos oferecer esse conteúdo especial, esse conteúdo que o nosso assinante quer. Esse é o nosso interesse.

Nos últimos anos, utilizando os incentivos da Condecine e do art. 3a, produzimos mais de 60 horas de produções brasileiras, feitas para a televisão por assinatura, as quais foram exibidas não só no Brasil, mas também em toda a América Latina, Estados Unidos e outros países do mundo. Temos interesse em desenvolver a produção de conteúdo para televisão no Brasil. Com certeza. Hoje investimos, em média R$1 milhão em cada episódio das séries que produzimos. Isso é acreditar que o produto brasileiro tem importância comercial.

Quais são os benefícios? A HBO contribui com o mercado local trazendo mais recursos, trocando experiência com os produtores locais, abrindo portas no mercado internacional e utilizando recursos incentivados oferecidos pela Ancine. Para a HBO é interessante pois nos aproximamos dos talentos brasileiros, estamos produzindo também fora do eixo Rio/São Paulo, oferecemos um produto que o nosso assinante reconhece como especial e nos beneficiamos das leis de incentivo. Consideramos que essa é uma troca que hoje em dia é perfeita.

E agora um pouquinho do que a HBO já fez aqui. Essa é nossa primeira produção realizada aqui no Brasil, Mandrake, eu espero que vocês tenham visto, ela foi coproduzida com a Conspiração Filmes, já foi exibida no Brasil, na América Latina, nos Estados Unidos, foi indicada ao M Internacional, como melhor série dramática 2006/2008.

Filhos do Carnaval, foi a nossa segunda série produzida aqui no Brasil, foi coproduzida com a O2 Filmes, do Fernando Meirelles, e foi indicada como melhor mini série no M Internacional de 2006; Alice, foi a próxima, foi produzida com a Gulane Filmes, não está aí, mas ela foi indicada no Festival de Monte Carlo, atriz e mais dois atores.

Essa é a nossa produção que está em cartaz hoje, é a nossa aventura pela comédia, na minha opinião é a minha favorita, adoro e foi filmada em Porto Alegre, com a Casa de Cinema de Porto Alegre.

Agora a HBO está preparando mais duas produções que vão ao ar em breve, o FDF, este é o Juarez, é o FDP, o nome dele é Juarez, desculpem-me, e Pré Amar, está errado, está sendo coproduzida com a Pindorama filmes. (Risadas)

Ele é um juiz de futebol. *(Risadas)*

E agora, então, sem polêmicas pelo FDP, agora, vocês sabem onde encontrar um FDP, na HBO.

Enfim, a nossa proposta é que a legislação da maneira como está pode interferir de forma negativa nessas parcerias que vêm dando resultados, que são sucesso hoje. Portanto, para o programador, qualquer programador que seja, que invista forte na produção brasileira de programas de televisão, que contribui para o desenvolvimento dessa indústria e que se preocupa em criar um conteúdo especial para o seu assinante, ou seja, um conteúdo com exclusividade, ineditismo e exibido sem interrupções comerciais, esse programador deveria se beneficiar de algum tipo de isenção ou redução dessas cotas para conseguir manter a mesma boa relação com seus assinantes.

Não achamos que deveríamos ser medidos apenas por números de horas de conteúdo nacional, mas, sim, pela qualidade dele. Caso contrário, seremos obrigados a prioritariamente adquirir conteúdo que, muitas vezes, não terá todas as características que os assinantes brasileiros esperam do canal. Até por que, por todas essas características, a HBO já não conta com todo o universo de conteúdo brasileiro disponível para aquisição, já que muitos deles já foram exibidos em algum canal antes e para nós perde o interesse ou simplesmente não estão à disposição para compra.

E também, por último, nós temos um orçamento, o orçamento não estica e esse orçamento vai competir entre aquisição e produção.

Então essa é a nossa posição, gostaríamos de poder manter o nosso modelo de negócio, as parcerias de sucesso que vimos empreendendo aqui no Brasil e contamos com o apoio da legislação.

Nossa prioridade é o nosso assinante, o nosso consumidor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação da Drª Luciana, passamos a palavra ao Dr. Marcos Alberto Santana Biteli, representante da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura, ABPTA.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Dr. Saad, eu não quero fazer nenhuma polêmica aqui e nem fazer nenhuma interferência nas palestras, mas eu queria só dar uma informação ao público e ao Brasil, que está nos assistindo neste momento, que nessa questão dos bens reversíveis – eu fui ministro das comunicações e tenho também algumas informações importantes, e por esse motivo o Senador Pedro Taques, que é um Senador diligente, apresentou na Comissão de Constituição e Justiça um requerimento que coloquei em pauta, que nós aprovamos por unanimidade, para fazer uma audiência pública naquela Comissão conjuntamente com a Comissão do Meio Ambiente, que já aprovou um requerimento na mesma posição para fazermos uma audiência pública para discutirmos essa questão importante para o Brasil – compreendo assim – dos bens reversíveis que estão sob a tutela da Anatel.

Então, só me permita e me perdoe, Presidente Eduardo Braga, mas eu não podia, como ex-Ministro das Comunicações, como Senador da República, como alguém que tem a responsabilidade de ter passado por aquela Pasta e ter a obrigação de continuar acompanhando o que acontece lá... Então, sobre o requerimento feito pelo Senador Pedro Taques, houve um deferimento da Presidência da Comissão de constituição e Justiça, com a aprovação plena do Plenário. E, muito em breve, todos os senhores que têm interesse nessa questão poderão estar participando na Comissão de constituição e Justiça, com a participação também da Comissão do Meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Eunício as informações, passo a palavra, então, ao Dr. Marcos Alberto Sant'anna Bitelli.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI – Bom dia, Senador Eduardo Braga, Senador Delcídio do Amaral; Senador Eunício Oliveira, Rodrigo Rollemberg, Senador Walter Pinheiro, Senadores presentes, amigos, as pessoas que nos assistem pela Internet.

Hoje falo hoje aqui representando a Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura. São mais de 60 canais internacionais que os senhores estão acostumados a ver nas suas operadoras de televisão. A nossa associação tem participado das diversas audiências públicas desde o início do PL nº 29.

Nós tínhamos uma apresentação aqui, mas, pelo tempo, optamos por ir direto ao ponto, até porque, se realmente esta for a derradeira audiência pública em que se discute este projeto, é melhor, de uma vez por todas, colocarmos abertamente quais são os pontos de divergência neste projeto, que supostamente teria convergência, e, na verdade, tem um pouco de convergência e muito de divergência.

E aí, Senador Walter Pinheiro, lembro-me da época da Câmara dos Deputados: este projeto começou muito simples, muito óbvio, muito fácil e, de repente, transformou-se em uma coisa muito complexa; e a complexidade é que tem causado as perplexidades que aparecem nos seus diversos artigos e incisos.

As programadoras internacionais não estão contra a entrada no mercado das teles. Elas não estão contra a ampliação da base de assinantes no País. Muito pelo contrário, seria até uma insanidade, porque elas vivem de vender assinatura para os consumidores. A que elas se opõem? Elas se opõem ao bode. Quem é o bode? É o bode que apareceu neste projeto. Ele começou sendo alimentado, alimentado, o bode cresceu, o bode cresceu, e hoje o bode ficou maior que a sala. Então, na verdade, este projeto é tão simples que, em três artigos, qualquer Deputado e Senador conseguiria enfrentar os temas a que ele se propunha: as assimetrias regulatórias dos serviços de televisão por assinatura e a questão das entradas das telefonias fixas no setor de televisão por assinatura.

Quando o bode aparece? O bode aparece quando uma lei muda o seu art. 1º. Em vez de ela passar a querer regular serviços, ela passa a querer regular atividades. E aí há uma coisa que foi feita em 1988, que se chama Constituição, que ninguém está lendo. A Constituição de 1988 estabeleceu claramente os direitos fundamentais, princípios, quais as possibilidades regulatórias no País. E, infelizmente, essa lei foi mudada, o projeto foi mudado, no meio do caminho, para regular atividades de comunicação, que são diferentes

de serviços de comunicação. E aí, Senador Eunício, eu não sei como a CCJ vai enfrentar essa questão. Não há como não se extirpar diversas interferências regulatórias na área de comunicação no sentido de direito de comunicar; não no sentido dos serviços de comunicação.

Os serviços de comunicação são monopólios da União, estão lá no art. 21, o serviço de radiodifusão está no art. 222. A Constituição trata, perfeitamente, das competências do Legislativo e do poder regulatório para a interferência nessas atividades de serviço. Agora, nas atividades de comunicação, produção, programação não há possibilidade de interferência regulatória: a Constituição proíbe isso. O art. 220 proíbe isso. O que acontecesse nesse projeto? Nesse projeto, ele ressuscita aquela ideia antiga, que já aconteceu na SINAV, que quase aconteceu na MP 491, que, no ano passado (não sei se os senhores viram), a MP 491 tinha uma "carona" de dois artigos (art. 13 e o art. 14) em que a Ancine virava agência reguladora. Era uma medida provisória para fazer *O Cinema Perto de Você*. Se os senhores virem a justificativa da Medida Provisória, a justificativa vai até o art. 11 e, quando a Medida Provisória chega à Casa, ela chega com 13 artigos. Dois artigos, atropelando o PLC 16, dando poderes regulatórios à Ancine.

Graças a Deus, a MP caducou porque não foi votada no ano passada, época em que se discutia o Orçamento. E, de novo, aqui no PLC 116 aparece a transformação da Ancine em uma agência reguladora das atividades de programação e empacotamento de conteúdo. A Ancine já chegou até a fazer uma Instrução Normativa nº 91 em que regulava o PLC 116. Já está publicada a IN. A IN 91 foi redigida em dezembro, publicada em fevereiro e agora atrasou. Agora ela foi atrasada em março para entrar em vigor daqui a nove meses. Então, não é por acaso de que esta discussão que se dá aqui é porque o "bode" do conteúdo entrou na questão do serviço de telecomunicação. A Constituição brasileira é muito severa em preservar nossos direitos e liberdade de expressão. E a atividade de produção e programação são direitos de comunicação, não sofrerão qualquer restrição. Chega ao ponto – esse projeto – de estabelecer uma verdadeira outorga: a Ancine passa a ser poder concedente das atividades de programação, tanto é que ela pode deferir ou indeferir registro – e isso já consta na IN 91. a IN 91, que já está publicada no Diário Oficial, hoje, permite à Ancine cancelar o credenciamento de uma programadora. A Ancine cria uma gigantesca burocracia nesse projeto. Ela mal dá conta, hoje, com seus 700 funcionários, de cuidar da produção. E para que isso? A Anatel não tem tanta burocracia quanto essa; a Agência Nacional do Petróleo não tem... Nós estamos criando uma agência gigantesca para regular a atividade livre. Essas atividades – falo convicto – não são passíveis de regulação pelo Direito brasileiro.

Agora, como uma série de questões da área de telecomunicações e radiodifusão precisava ser resolvida, aí o "bode" foi sendo alimentado: "Olha, a gente resolve isso, mas a gente aumenta o bode." Aumenta-se o "bode" que não cabe mais na sala. Este é o ponto: como se pegar um canal de programação e se colocar 3h30min lá dentro? Televisão por assinatura (canal/televisão por assinatura) não é radiodifusão! O que a radiodifusão faz é muito melhor, porque a radiodifusão faz tudo. A radiodifusão pega, no dia dela, e coloca tudo lá dentro: jornalismo, esporte, informação, educação, produção independente... Canal de televisão é que nem revista na banca de jornal: uma é P*layboy*; outra é *Quatro Rodas*... Cada canal é uma coisa! A cota dentro do canal é uma destruição da propriedade intelectual dos canais, é um desincentivo à veiculação da diversidade de conteúdo estrangeiro no Brasil. Quer dizer: que pluralidade é essa? É uma pluralidade para expulsar o brasileiro de ter acesso à informação do mundo. Um nacionalismo que já não se aplica, uma vez que há uma diversidade de enorme de conteúdo brasileiro. E as questões de concentração de conteúdo brasileiro se resolvem no CADE, não na lei. Com esse ponto, as operadoras internacionais estão muito preocupadas, porque cria um modelo de negócio por lei. Modelo de negócio que vale hoje não vale daqui a um ano. E, aí, quem é que vai mudar a lei?

E as empresas vão quebrar? E não vai ter investimento no Brasil? Quem que estabelece o modelo de negócios? A Ancine vai definir qual o horário nobre de cada canal?

A lei diz que a Ancine definirá qual é o horário nobre de cada canal para eu colocar a cota? Então, no *Sexy Hot* qual é horário nobre daquele canal, se é que ele tem um horário nobre? Aí, tem que colocar conteúdo nacional. Então, vamos incentivar o brasileiro a fazer filme pornográfico. Quer dizer, há certas coisas que não têm pé, nem cabeça.

É o minuto dos quinze ou o minuto dos dez? O senhor me dá mais um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT´ANNA BITELLI – Era para me dar um pouco mais de tempo.

Bom, vamos voltar ao tema. Esse tema é realmente picante, esse projeto. Esse é o problema. (Pausa).

As programadoras nacionais têm como objetivo solicitar que o Senado faça uma atenta leitura desse projeto de lei e que extirpe desses projetos de lei a re-

gulação das atividades de audiovisual que não sejam serviço de comunicação, que retire dessa lei as restrições ao capital estrangeiro, que tem investido tanto na produção brasileira, que retire dessa lei as cotas dentro dos canais que destroem a escolha do consumidor, que destroem a especificidade do canal, que retire as cotas na grade do canal e que extinga a possibilidade da Ancine, que foi criada como uma agência reguladora do fomento do audiovisual, ou seja, uma agência para fomentar o audiovisual, se transforme em uma agência reguladora de direito das atividades de audiovisual porque essa regulação é inconstitucional.

Essa regulação fere o art. 174 porque, nessa lei, as atividades de programação são atividades puramente privadas onde o Estado deve ter a sua função meramente indicativa que retire a possibilidade de regulação porque a programação é, no art. 220, protegida como um direito de livre expressão da manifestação artística, intelectual, da criação, da opinião e que retire as cláusulas que permitem à Ancine até a cassação do registro, ou seja, da outorga de empresas de comunicação que não são serviços de telecomunicação.

A gente vê tanta coisa para ser consertada no Brasil e se faz uma lei de televisão por assinatura em que existe um consenso, não sei de quem com quem, porque a gente só não conversou com os canais de programação e com os consumidores. Com o resto, há o consenso. Mas é uma lei só para televisão por assinatura.

Nós até pedimos para que o pessoal da área de consumidor viesse à audiência pública. Ele veio na última audiência pública e, se não me engano, o pessoal do Idec e dos Procons e vieram falar sobre a questão de assinatura porque eles sequer conseguem entender. É uma brincadeira conseguir entender esse projeto porque esse projeto trabalha com o truque jurídico das referências cruzadas de legislação.

Para se conseguir entender o conceito de programadora brasileira independente você "pule duas casas, vire a direita, volte para trás, fica de castigo, ande três". Você não consegue, é uma...

Olhem, eu posso dizer porque escrevo livros de comentários de legislação em telecomunicações e comunicação. É a lei mais estapafúrdia em termos de redação jurídica. Não sei como passaria numa comissão de sistematização um texto desses. É um quebra-cabeça, é um imbróglio que só o Presidente da Ancine consegue explicar. No *power point* dele, eu consigo entender. Quando vou para lei, ninguém entende.

Eu conversei com o Deputado Bittar na época do PL nº 29 e ele me disse assim: "também não entendi. Vamos ver como é que a gente...". É difícil entender, é muito difícil entender a sistematização desse projeto.

Senador Walter Pinheiro, aquele projeto de V. Exª, o senhor tem um projeto na Câmara, que é um projeto limpo sobre esse assunto, é melhor redigido porque isso vai criar um cipoal... E, num litigioso, prepare-se, se passar na CCJ, não passa no STF.

Essa legislação tem vocação para diversos contenciosos, tanto no âmbito de ação direta de inconstitucionalidade, quanto no âmbito de ações judiciais contra a Ancine, quando ela for implementar a regulação.

Veja que até na questão da classificação indicativa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dr. Marcos Alberto, um minuto para concluir.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT´NANA BITELLI – ...até na classificação indicativa, a Ancine passa a ter poderes de controlar a classificação indicativa do conteúdo. Quer dizer, a Ancine vai virar uma anaconda.

A Agência Nacional de Comunicação e Direito Autoral que vai controlar desde criancinha até distribuição de conteúdo. E as cotas ferem a liberdade do exercício da atividade econômica.

Eu agradeço, desculpe-me estourar o tempo, mas como é a última chance, quero ir direto ao ponto porque, daqui para frente, se essa lei for aprovada do modo como está, só no Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação de V. Sª.

Convido o Dr. Francisco Mistrorigo Vice-Presidente da Associação Brasileira das Produtoras Independentes de Televisão, ABPI-TV para fazer uso da palavra, por dez minutos.

O SR. FRANCISCO MISTRORIGO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, demais Senadores, Senhoras e Senhores, agradeço a oportunidade de participar dessa audiência pública, representando o segmento da produção independente brasileira de audiovisual.

Durante os últimos três anos participamos ativamente, na Câmara dos Deputados, do processo que resultou na aprovação do PL nº 29. Foi um longo e exaustivo processo que envolveu longos debates e negociações que desembocaram num acordo possível.

Todas as partes cederam. Nós, produtores, os canais brasileiros de TV a cabo, as produtoras, emissoras de TV aberta, o Governo e as empresas de telefonia.

Sabemos que nunca existirá uma unanimidade ou convergência em uma legislação que envolve extensa negociação com diferentes segmentos e interesses, além, é claro, da complexidade do tema. Sempre haverá pontos a serem aperfeiçoados.

Nós gostaríamos de ter uma legislação mais favorável ao crescimento do nosso mercado. Nesse momento, temos que pegar eventos de outros países onde o mercado de audiovisual ocorre plenamente.

Nos Estados Unidos, por exemplo, existe uma agência, UFCC, Comitê Federal de Comunicações, que é responsável por normas rigorosas nas comunicações dos Estados Unidos que, durante muitos anos, permitiu que as TV´s exibissem somente 30% de programação própria, ou seja, aquela produzida pelo canal. Os outros 70% as TV´s iam buscar no mercado.

As produtoras independentes levaram seus projetos, elas escolhiam os melhores para a sua grade e isso entrava na programação. Isso ativou o mercado a tal ponto que, com o tempo, não foi mais necessário existirem essas cotas. O mercado se regulou sozinho porque a produtoras começaram a ter relações comerciais positivas com esses canais e a coisa começou a funcionar de uma forma mais espontânea.

Na França, por exemplo, existiam produções extraordinárias para a produção nacional independente se desenvolver, além da cota da própria Comunidade Econômica Europeia.

Nesse ponto, em particular, gostaria de ler um trecho de um estudo realizado pela Unesco, em fevereiro de 2011 sobre o ambiente regulatório para radiodifusão.

Uma pesquisa de melhores práticas para os autores-chaves brasileiros no seu capítulo Obrigações Positivas de Conteúdo, em relação às cotas de produção nacional.

"A obrigação de oferecer conteúdo produzido no próprio País é uma forma importante de reforçar o senso de identidade nacional e também de impulsionar o desenvolvimento de uma indústria de programas para radiodifusão. Isso é especialmente relevante no caso de países mais vulneráveis como o nosso, a influência cultural da programação estrangeira é importada a preços muito baixos."

A produção nacional também ajuda a reforçar o sentimento de unidade em países grandes e diversos, como o Canadá e os Estados Unidos, que têm uma diversidade cultural imensa. No Canadá existem cotas, na África do Sul existem cotas, na Malásia, na comunidade econômica européia, no Reino Unido, em vários países existem as cotas para começar a relação mais justa da produção com os canais.

A operadora Sky cumpre 50% de cota na França, na Alemanha e na Holanda, mas aqui no Brasil a Sky lidera uma posição, a nosso ver, equivocada, afirmando que o cumprimento das cotas poderá interferir na qualidade dos conteúdos dos seus pacotes de programação.

A HBO também cumpre cota em outros lugares do mundo, não só aqui. Todos os países da comunidade européia, além de Canadá, Austrália e Coréia do Sul, possuem um sistema de cotas fundado na percepção de que é necessário proteger a indústria audiovisual nacional, cujo produto é um bem econômico, que representa, explica, dá sentido e valor à sociedade.

Neste momento, reconhecemos ser fundamental o apoio aos avanços estabelecidos do texto do PLC 116, que trarão, para o setor de TV por assinatura, importantes possibilidades de desenvolvimento, oportunidade de negócios e geração de novos empregos.

A entrada de empresa de telefonia no segmento de TV por assinatura representará um aumento significativo na base de assinantes, maior competitividade e um conseqüente e necessário barateamento desse serviço, ou seja, mais brasileiros vão poder ter a TV por assinatura em suas casas.

Atualmente, no Brasil apenas 10% dos lares que têm um aparelho de TV possuem TV por assinatura; na Argentina esse número vai para 80%. O crescimento econômico brasileiro atual aumentou muito o poder aquisitivo da população. Junto com o sonho da casa própria, do automóvel, de eletrodomésticos, a TV por assinatura começa a ter um lugar de destaque no interesse da população.

Hoje existe cerca de dez milhões de assinantes no Brasil. Esse número vem crescendo, mas, certamente, o número de brasileiros com TV por assinatura será muito maior com a aprovação do PLC 116. É um dos mercados de maior potencial de crescimento no Planeta, o nosso mercado.

Os conteúdos nacionais obviamente são sempre muito bem vindos, a gente tem que ver um pouco de tudo, um pouco do mundo, um pouco de nós mesmos, temos que ter essa oportunidade. Acreditamos na importância e pertinência dos conteúdos brasileiros, que já demonstraram qualidade e aceitação junto ao público brasileiro e internacional. As nossas séries de animações infantis figuram entre as mais assistidas em canais a cabo no Brasil e no mundo. Nossos documentários e série de dramaturgia têm reconhecimento por sua qualidade nos canais estrangeiros, onde são exibidos. Nos últimos dez anos temos vivido um grande fortalecimento da nossa jovem indústria audiovisual independente.

É muito importante que cada segmento envolvido na análise dessa matéria possa se manifestar aqui, nesta Casa, que deverá selar o destino dessa nascente indústria do audiovisual.

É igualmente importante que todos façam com sinceridade de propósitos, de forma pública, republi-

cana e transparente, para que o esforço desses anos todos não tenha sido em vão.

O PLC 116 prevê dois anos para que o mercado se prepare para a sua aplicação, por esse motivo é importante que possa ser votado da forma proposta, preservando o seu texto tal como foi aprovado, após profundo e exaustivo debate travado por todas as partes interessadas. Que se busque solucionar as eventuais questões para a sua aplicação.

Entre os pontos mais polêmicos estão as famosas cotas, são apenas três horas e meia de programação por semana, isso é meia hora por dia. Além de tudo, essas simbólicas três horas e meia vão ser atingidas somente em quatro anos, ou seja, vão durar dó dez anos, depois de dez anos provavelmente a gente não vai precisar mais das cotas.

Fica claro o intuito de fomento catalisador para o mercado nacional, uma vez que haverá tempo suficiente para o mercado se preparar para a adoção dessas cotas. Enfim, tornar-se uma alternativa natural e viável para o mercado, sem depender dessas próprias cotas para garantir a sua veiculação.

Em resumo, essas cotas terão uma adaptação progressiva, mesmo pequenas do jeito que elas são.

Lembramos que o PLC prevê a possibilidade de utilização dos recursos do Fistel, para o projeto de conta independente. Esse dispositivo vai ajudar a garantir a aplicação de cotas sem, necessariamente, haver investimento dos canais, além disso, a produção independente já conta com mecanismos de patrocínio, como o art. 1º e 3º, "a", da Lei do Audiovisual, art. 39, que o canais a cabo utilizam e linhas de financiamento do BNDES, como Procult, fundo setorial de audiovisual e a Lei Rouane, entre tantos. Ou seja, não haverá transferência de custo para o consumidor, uma vez que esses fundos contribuirão muito para o financiamento da produção independente, estipulada pelas cotas. Ao contrário disso, a aprovação do PLC proporcionará maior expansão da tevê paga no País, consequentemente, a oferta de melhores preços para atingir a população de baixa renda para esse tipo de oferta.

A entidade que represento, a BPI TV, ajudei a fundá-la, há 11 anos, Associação Brasileira de Produtores Independentes de Tv. Ela conta hoje com 150 empresas produtoras de conteúdo audiovisual, espalhados em todo o Território Nacional. É uma associação de produtores de conteúdos dos mais variados formatos e gêneros, que vem, ao longo desses anos, conquistando espaço na tevê brasileira, nos canais estrangeiros e no competitivo mercado internacional.

Os brasileiros figuram entre aqueles que assistem mais tevê no mundo, é um dado importante. A tevê tem uma função complementar à educação em nosso País. A cultura é o entretenimento. É de se esperar que possamos oferecer aos brasileiros conteúdos aqui produzidos, que falem a nossa língua para os nossos diferentes públicos e audiências.

Gostaria aqui de dar meu depoimento pessoal, como produtor independente. Eu sou produtor de uma série de animação que talvez vocês conheçam, chama Peixonauta. É uma série de animação infantil, que estreou no canal Discovery Kids, no dia 20 de abril de 2009. Logo na primeira semana atingiu o primeiro lugar na audiência do canal. Ou seja, certamente ele ocupou o lugar de uma outra série estrangeira que estava nesse mesmo, horário nobre, das onze e meia da manhã e às sete e meia da noite. Uma série brasileira ocupando o lugar de uma série estrangeira, o que trouxe? Primeiro, trouxe benefícios comerciais imediatos para o Discovery Kids. São dez horas e meia de veiculação semanal, só o Peixonauta, ou seja, são três cotas quase. O Discovery Kids teve um aumento na sua audiência enorme. A sociedade brasileira ganhou um produto nacional que fala diretamente com as suas crianças, valorizando a nossa cultura, a nossa música e o nosso jeito de ser. O Peixonauta passou a ser exportado para 67 países, ele é veiculado para mais de 67 países. Esse resultado tem um significado tremendo, ou seja, os *royalties* dessa propriedade, ao invés de serem remetidos ao exterior, são convertidos ao Brasil. É uma propriedade intelectual, que é exportada ao mundo e só pode acontecer com a associação das tevês a cabo com a produção independente.

Esse é o consenso possível. Eu acho que neste momento a questão é que os interesses privados não possam prevalecer sobre os interesses públicos. Aqui temos uma oportunidade tremenda de colocar a produção independente nas tevês, a gente falar da gente para o nosso povo. Além disso, o preço da tevê a cabo vai cair muito, o que será de grande utilidade para a população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Agradeço a participação do Dr. Francisco Mistrovigo.

Consulto os Srs. Senadores se podemos entrar imediatamente no segundo bloco, assim poderemos dar curso à apresentação das diversas entidades; ao cabo, pela ordem de inscrição, os Srs. Senadores farão uso da palavra para as suas manifestações, indagações e aí concluiríamos o nosso debate. Assim, faríamos uma economia de tempo, para que pudéssemos alcançar o objetivo dessa audiência pública.

Convido, portanto, o Sr. Ara Apkar Minassian, Superintendente dos Serviços de Comunicação de Mas-

sa da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, para fazer uso da palavra por 10 minutos.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Exmº Sr. Senador, Presidentes de Comissões, Senador Eduardo Braga, Senador Eunício Oliveira, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Walter Pinheiro, representando aqui o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Srs. Senadores, senhoras e senhores, inicialmente, em nome da Agência, agradecer o convite que foi formulado e nós queremos relembrar que no dia 07 de dezembro de 2010, no ano passado, o Presidente da Agência, Embaixador Ronaldo Sardenberg, manifestou já na comissão, no sentido de que o PLC nº 116, tem o mérito de buscar a reorganização da cadeia produtiva do serviço de televisão por assinatura, e naquela ocasião foram mencionadas as vantagens de unificar o tratamento legal dado ao serviço prestado por diversas tecnologias, cabos, satélites e também rádio freqüências terrestres. Serviços esses que são regidos por regulamentos totalmente distintos.

Nós queremos ressaltar que, por exemplo, o serviço de TV a cabo tem uma legislação própria e debaixo dele toda uma infra-estrutura legal de crédito. Todas as normas são datadas de 1997. De lá pra cá numa mais houve qualquer tipo de atualização.

Enquanto, por outro lado, serviços, por exemplo, que usam segmento satelital de rádio frequência são regidos pela Lei Geral de Telecomunicações, possuem, debaixo deles, um conjunto de normas e regulamentos que são totalmente distintos do regulamento do serviço de TV a cabo.

Portanto, novamente, mesmo serviço, mesma natureza, porém tecnologias diferentes usando, cada um deles, obrigações diferentes e outros serviços sem nenhuma obrigação e quando a Anatel verifica que há uma migração para uma determinada tecnologia, procura realizar alguns acordos com os interessados no sentido de gerarmos algumas obrigações.

Nós estamos sempre olhando o interesse público, no entanto, temos de ter certa uniformidade.

A Agência procura respeitar toda legislação que o Congresso Nacional tenha elaborado.

Nenhum momento há extrapolação e depois vamos entrar um pouco mais em detalhes.

Ainda mais, tem outros serviços de uma forma restrita, que é o serviço de TV A, que é uma televisão por assinatura e que usa outro segmento de rádio freqüências, também regulado por um decreto e debaixo dele não tem nenhuma outra regulamentação.

Bom, hoje é o cenário que nós vivemos e teremos de enfrentá-lo, de tal forma que daremos certa uniformidade em todos os serviços, é o serviço de televisão por assinatura.

Ainda, naquela ocasião, foi destacado que a entrada de novos prestadores, no serviço de televisão por assinatura, também era uma possibilidade de se expandir de um segmento, cuja infra-estrutura também pode ser usada para outros serviços. Pode-se usar a infra-estrutura do cabo para serviços de banda larga e outros.

Então, isso mostra o seguinte, hoje, no cenário de convergência que vivemos uma infra-estrutura não se presa apenas a prestação de um determinado serviço. É claro que, novamente queremos deixar claro, estamos regulando serviços, agora a tecnologia, as facilidades, os meios, permitem você use essa tecnologia para oferecer serviços convergentes. É isso que o consumidor final, no fundo, quer.

Quer ter contato com um ou dois prestadores de serviços com quem ele possa se comunicar, resolver os seus problemas e atender também as suas necessidades.

Além disso, naquela ocasião, o Presidente da Agência demonstrou que a Anatel agindo no âmbito da sua competência, observado sempre a regulamentação vigente, também trabalhamos em cima da edição do novo planejamento do serviço de televisão por assinatura.

Então, esse planejamento, na realidade, respeita todo o arcabouço regulatório. O planejamento está previsto dentro da Lei de TV a cabo e também observando os outros serviços dentro da Lei Geral de Telecomunicações.

Portanto, em nenhum momento, há extrapolação de competência.

A competência do Legislativo é legislar e cabe a Agência cumprir a legislação, o que está dentro da legislação.

Além disso, do ponto de vista da Agência, tão logo o congresso aprove o PLC ou qualquer outro regulamento, a Anatel vai ter de atualizar toda a sua regulamentação. Então, não existe uma regulamentação, vamos chamar de pré-concebida ou pré-preparada. A regulamentação vai ter de ser adaptada em função do que essa Casa vai decidir.

Essa regulamentação, dentro inclusive do que está previsto no projeto de lei, existe um prazo para a Agência fazer isso, o projeto de lei. Existe um prazo que foi dado para a Agência fazer isso que é de 180 dias.

Então, de qualquer forma, independentemente dos regulamentos que a Agência está emitindo hoje ou não, ou está em consulta pública, todos esses instrumentos terão de ser adaptados. É outra realidade, outro ambiente, são outras restrições. Algumas obrigações não constam e vão constar. A forma como as

empresas vão poder participar também muda, por que tem a questão do capital envolvido.

Novamente, queremos aqui ressaltar que no caso de serviço de TV a cabo, a questão do controle nacional, 51% pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Isso aqui está, integralmente, respeitado.

Não há nenhum momento de extrapolação.

Alguém pode dizer que a Agência está permitindo a entrada do A do B e do C. Nós não sabemos o que é que é isso. Está na legislação e tem de cumprir.

Então, além disso, nós vamos conseguir por meio da aprovação do PLC.

1] Acabar com a distinção dos serviços por diversas tecnologias. Então nós vamos ter uma neutralidade tecnológica.

Hoje nós estamos enxergando esses três, amanhã ou depois podem aparecer outras tecnologias que vão poder ser usadas neste serviço.

Então, a regulamentação que está sendo baixada, a legislação, ela vai ter de ser tecnologicamente neutra.

Isso, aliás, já está previsto na Lei Geral de Telecomunicações. Você tem de regular serviço. Em cima dos serviços é que você vai ver o que vai fazer. Agora, não regular por tecnologia. Hoje nós estamos amarrados.

Aí se discute que um serviço tem uma coisa, tem outra obrigação.

Enfim, entendemos que o PLC da forma como está concebida, do ponto de vista, principalmente, no capítulo de distribuição, ele atende plenamente os interesses.

Não vemos nenhum impedimento legal para que se faça a unificação dos serviços por televisão de assinatura.

Aliás, esse é um dos objetivos da agência e nós, dentro dos nossos limites legais, temos procurado harmonizar os regulamentos. Jamais invadir, dentro da competência dessa Casa. Isso é muito importante.

Harmonizar não quer dizer que você, simplesmente, está tentando gerar um fato, para depois você dizer que a lei está aí. Não é isso.

A Agência, neste momento, só está harmonizando e mantendo todas as obrigações e restrições que existem, tanto na Lei da TV a cabo, como na Lei Geral de Telecomunicações. É muito importante.

As atuais prestadoras de serviço de televisão por assinatura poderão também solicitar à Agência a adaptação dos seus instrumentos, eis que a regulamentação prevê.

Estou já com 14 minutos. Senador, posso avançar mais três minutos e chegar aos treze? Muito obrigado.

Além disso, nós entendemos que a proposta do novo regulamento do serviço de TV a cabo, por exemplo, que hoje está em consulta pública - é a Consulta Pública nº 31 - ela, em nenhum momento, colide com todas as discussões e tampouco vai contra o que determina a Lei de Serviços de TV a cabo. Acho que isso é muito importante esta Casa mencionar, porque estamos ouvindo, nos últimos dias, que a Anatel está soltando uma série de consultas públicas que têm o objetivo de acelerar as discussões desta Casa. Mas, em nenhum momento, essa é a intenção. O que se discutiu aqui é que a Anatel, há dez anos, não efetua mais nenhuma outorga de serviço de TV a cabo. Por quê? Porque estamos exatamente cumprindo todas as determinações, inclusive junto aos órgãos de controle. Então, levamos praticamente de 2000 até 2005 para superar uma parte dos questionamentos que surgiram. Além disso, agora, quando a Agência soltou o planejamento, outro conjunto de discussões, e estamos gradativamente junto aos órgãos procurando elucidar e levarmos adiante esse processo.

Em nenhum momento, Srs. Senadores e Sr. Presidente de comissão, há uma intenção de a Agência atropelar, como se falou nesses últimos tempos. É o contrário. Todas as decisões que foram tomadas estão sendo observadas no seu *totum.*

Já falei da questão da adaptação.

Agora, vamos para os pontos e considerações finais. Hoje, qual é o cenário vigente? Nós temos 262 Municípios apenas, no Brasil, que dispõem de serviço de TV a cabo. Isso significa que 95% da população brasileira não têm acesso a esse serviço. Outro, quando a gente olha o mapa do Brasil, nós vamos verificar que algumas localidades onde o serviço de televisão por assinatura não está presente por meio da tecnologia a cabo, sequer a radiodifusão chegou lá.

Então, pior ainda. O que está acontecendo? Eu tenho um preceito constitucional que diz que todo brasileiro tem direito a ter acesso à informação. Hoje, não há condições, ou seja, em alguns municípios, você não tem acesso a essa informação e tampouco ao entretenimento. E sabemos que a televisão, hoje, é um meio de entretenimento fundamental para o cidadão brasileiro. Ele fica mais de 95% do tempo; ou seja, pelo menos, por algumas horas, ele está assistindo à TV. Então, isso é importante.

Agora, nós estamos pretendendo retomar todo esse processo de novas outorgas; porém, observando a legislação atualmente vigente. Se amanhã ou depois esta Casa mudar as regras, a Anatel vai se adaptar a essas novas regras. Hoje, nós temos mais de mil pedidos de outorgas pendentes aguardando uma decisão da Agência. Então, a Agência vai retomar. Agora, dentro da Lei nº 8.977, que está vigendo. Se, amanhã

ou depois, vier o PLC, nós vamos adequar ao PLC ou a qualquer outra regra que for baixada por esta Casa.

Por fim, para esses serviços, menos aqueles que utilizam radiofreqüência, não existe limitação. Então, se não há limitação por escassez de recursos, não há por que se falar que teremos de gerar algumas limitações hoje para a entrada do "a", do "b" ou do "c". Se alguém está interessado, esse alguém vai entrar, vai buscar o seu nicho de mercado, vai prestar o serviço ao cidadão, e o cidadão tem de ficar satisfeito. É isso que ele está buscando. Se amanhã ou depois, ele não estiver satisfeito com o prestador "a', ele vai para o prestador "b"; mas ele tem alternativas na mão dele.

Bom, concluindo, nós vemos o seguinte. Hoje, o PLC, na forma como está, e principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde a algumas perguntas, como, por exemplo, a questão da distribuição de uma atividade livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras

A lei está aí. Não é isso. A Agência, neste momento, só está harmonizando e está mantendo todas as obrigações e restrições que existem, tanto na Lei do Cabo, como também na Lei Geral de Telecomunicações. Isso é muito importante.

As atuais prestadoras de serviço de televisão por assinatura poderão também solicitar à Agência a adaptação dos seus instrumentos, eis que a regulamentação prevê.

Estou já com 14 minutos. Senador, posso avançar mais três minutos e chegar aos treze? Muito obrigado.

Além disso, nós entendemos que a proposta do novo regulamento do serviço de TV a cabo, por exemplo, que hoje está em consulta pública - é a Consulta Pública nº 31 - ela, em nenhum momento, colide com todas as discussões e tampouco vai contra o que determina a Lei de Serviços de TV a cabo. Acho que isso é muito importante esta Casa mencionar, porque estamos ouvindo, nos últimos dias, que a Anatel está soltando uma série de consultas públicas que têm o objetivo de acelerar as discussões desta Casa. Mas, em nenhum momento, essa é a intenção. O que se discutiu aqui é que a Anatel, há dez anos, não efetua mais nenhuma outorga de serviço de TV a cabo. Por quê? Porque estamos exatamente cumprindo todas as determinações, inclusive junto aos órgãos de controle. Então, levamos praticamente de 2000 até 2005 para superar uma parte dos questionamentos que surgiram. Além disso, agora, quando a Agência soltou o planejamento, outro conjunto de discussões, e estamos gradativamente junto aos órgãos procurando elucidar e levarmos adiante esse processo.

Em nenhum momento, Srs. Senadores e Sr. Presidente de comissão, há uma intenção de a Agência atropelar, como se falou nesses últimos tempos. É o contrário. Todas as decisões que foram tomadas estão sendo observadas no seu *totum.*

Já falei da questão da adaptação.

Agora, vamos para os pontos e considerações finais. Hoje, qual é o cenário vigente? Nós temos 262 Municípios apenas, no Brasil, que dispõem de serviço de TV a cabo. Isso significa que 95% da população brasileira não têm acesso a esse serviço. Outro, quando a gente olha o mapa do Brasil, nós vamos verificar que algumas localidades onde o serviço de televisão por assinatura não está presente por meio da tecnologia a cabo, sequer a radiodifusão chegou lá.

Então, pior ainda. O que está acontecendo? Eu tenho um preceito constitucional que diz que todo brasileiro tem direito a ter acesso à informação. Hoje, não há condições, ou seja, em alguns municípios, você não tem acesso a essa informação e tampouco ao entretenimento. E sabemos que a televisão, hoje, é um meio de entretenimento fundamental para o cidadão brasileiro. Ele fica mais de 95% do tempo; ou seja, pelo menos, por algumas horas, ele está assistindo à TV. Então, isso é importante.

Agora, nós estamos pretendendo retomar todo esse processo de novas outorgas; porém, observando a legislação atualmente vigente. Se amanhã ou depois esta Casa mudar as regras, a Anatel vai se adaptar a essas novas regras. Hoje, nós temos mais de mil pedidos de outorgas pendentes aguardando uma decisão da Agência. Então, a Agência vai retomar. Agora, dentro da Lei nº 8.977, que está vigendo. Se, amanhã ou depois, vier o PLC, nós vamos adequar ao PLC ou a qualquer outra regra que for baixada por esta Casa.

Por fim, para esses serviços, menos aqueles que utilizam radiofreqüência, não existe limitação. Então, se não há limitação por escassez de recursos, não há por que se falar que teremos de gerar algumas limitações hoje para a entrada do "a", do "b" ou do "c". Se alguém está interessado, esse alguém vai entrar, vai buscar o seu nicho de mercado, vai prestar o serviço ao cidadão, e o cidadão tem de ficar satisfeito. É isso que ele está buscando. Se amanhã ou depois, ele não estiver satisfeito com o prestador "a', ele vai para o prestador "b"; mas ele tem alternativas na mão dele.

Bom, concluindo, nós vemos o seguinte. Hoje, o PLC, na forma como está, e principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde a algumas perguntas, como, por exemplo, a questão da distribuição de uma atividade livre para empresas constituídas sob as leis brasileiras

Nós vemos o seguinte, que hoje o PLC, da forma como está, principalmente no capítulo de distribuição, ele atende e responde algumas perguntas, tais como,

por exemplo, que a questão da distribuição é uma atividade livre para empresas constituídas por brasileiros e brasileiras e com a administração no País, independentemente do seu capital. Isso consta desse projeto.

O serviço de acesso condicionado, da forma como o projeto trata, é um serviço de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em regime privado, onde a liberdade é a regra e cuja outorga se dá por meio de autorização, sem termo final, que não pode ser negada sem justificativas relevante. Portanto, vejam bem, a questão da liberdade está preservada aqui.

Outra coisa, o disciplinamento das obrigações, para distribuição de certos canais, que hoje, em alguns segmentos — por exemplo, no cabo existe; nos outros serviços não existe —, a lei está tentando neste momento uniformizar e também dar um tratamento uniforme.

Então, por essas razões nós entendemos que hoje esta Casa tem que avançar. Nós teremos que partir para o PLC ou, por favor, para qualquer outro projeto de lei, mas nós precisamos disso para começar a retomar o processo de uma forma mais harmonizada que venha a atender os interesses do País.

Em suma, o projeto, da forma como está, no capítulo de distribuição e em outros preceitos ali estabelecidos, do ponto de vista da agência, nós não vimos qualquer tipo de empecilho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Doutor Ara Apkar Minassian e aproveito para informar ao plenário que, neste momento, estamos ao vivo pela TV Senado e para registrar aos Srs. Senadores, a participação intensa que estamos recebendo da população brasileira por essa sessão interativa.

Já recebemos mais de quinhentas perguntas, através dos diversos mecanismos de acesso ao Senado da República. Gostaria de aproveitar para anunciar que, pelo Alô Senado, no 0800612211, estamos recebendo participação e perguntas que serão encaminhadas, não apenas aos Srs. Senadores, mas também aos palestrantes, bem como pelo www.senado.gov.br/alosenado.

Dito isso, eu chamo para a sua participação o Dr. Evandro Guimarães, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert, pelas organizações Globo.

Dr. Evandro, eu acho que o senhor tem que apertar um botãozinho.

Desculpe a comissão técnica.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Senador Eduardo Braga, Senador Rollemberg, Senador Eunício, Senador Walter Pinheiro, demais Senadores aqui presentes, Senador José Pimentel, Inácio Arruda, companheiros da comunicação social, eu vou começar fazendo um comentário que não estava previsto.

O representante da Anatel, meu querido amigo Ara, realmente, não conseguiu explicar por que há dez anos não se abre licitações de cabo. É inexplicável que, se apenas 250 cidades tenham o serviço e há uma lei em vigor, um regulamento em vigor, por que há dez anos não se abre licitação de cabo?

Por outro lado, quero dizer para discordar frontalmente, que sou aqui um representante da Abert e, melhor explicando, a Abert só se manifesta publicamente quando o conjunto dos seus associados têm posições de consenso.

Neste caso específico não há consenso na Abert.

As empresas, digamos assim, que participam da direção da Abert têm posições diversas em relação à necessidade de se discutir mais ou de providenciar modificações, salvaguardas, etc e tal, no atual texto do PLC nº 116.

Agradecemos muito ao Senador Eduardo Braga e aos Senadores, Presidentes das demais comissões, que permitiram que a Abert viesse aqui, através de três ou quatro dos seus representantes, mostrar os diversos ângulos dessa questão, como as organizações Globo enxergam a questão.

Mas eu acho que é fundamental registrar para os Senadores...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Interrompendo V. Sª, que ele desse o informe, inclusive, de qual foi a decisão tomada pelas comissões para não caracterizar que há um atendimento exclusivo a uma entidade, portanto uma posição assumida por nós, discutida por todos os Senadores nas comissões, na medida em que as entidades poderiam ter feito a indicação de quem falaria, tendo problemas internos.

Acho que é importante deixar isso claro, porque não foi um critério exclusivamente para a Abert, foi um critério aberto, portanto, para todos.

Era importante que o Presidente da comissão pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para complementar o Senador Walter Pinheiro, para dizer exatamente isso, que quando as entidades manifestaram esses pontos de divergência foi colocado a todas as entidades que poderiam adotar o mesmo posicionamento, desde que tivessem posicionamentos diversos e o documento enviado pela entidade ficaria absolutamente não-administrável pelas comissões, que se fizesse de uma maneira individualizada por pessoa jurídica.

Portanto, apenas para que não paire dúvida quanto ao critério estabelecido pelo conjunto das comissões.

Devolvo a palavra ao Dr. Evandro.

O SR. EVANDRO GUIMARÃES – Muito obrigado, Senador.

Eu o cumprimento pelo renovado espírito democrático de ouvir realmente o conjunto da sociedade sobre um projeto tão complexo e que há tanto tempo vem sendo discutido.

De qualquer sorte eu quero registrar, e faço isso em nome da Abert,. certamente os meus companheiros de associação vão reiterar isso, com relação a licenças de cabo, conforme consulta pública que a Anatel está no momento praticando, a Abert e a nossa organização é inteiramente contra.

Existe uma legislação em vigor. Existiu sempre oportunidade de que a Anatel abrisse licitações no formato que todos nós conhecemos e não vemos sentido que a Anatel faça, agora, às vésperas da atualização pelo Legislativo, pelo Congresso brasileiro, com posterior sanção do Executivo, que faça uma solução que carece tanto de dificuldade na sua defesa quanto demonstrou a difícil explicação que o amigo Ara tentou aqui apresentar.

Duzentos e sessenta e dois municípios não representam 95% da população, representa mais de 80% da população. Houve alguns enganos do companheiro Ara.

De qualquer sorte, o processo que está em andamento na Anatel, de um certo "atropelamento do processo legislativo" nós consideramos que não contribui em nada para a modernização, organização e harmonização do setor de desenvolvimento social sobre segurança jurídica, do setor de televisão paga no Brasil.

Falando agora pela Abert. Na Abert, há diversas posições de associados, sejam associados que tenham atuação de âmbito nacional ou multirregional, sejam associados que tenham atuação local, aquela pequena rádio, aquele jornal, que certamente está entre esses mil pedidos anteriores de abertura de edital de licitação de cabo, da qual falou o representante da Anatel.

Esses associados gostariam de ter condições de competir e sabem que, se não houver um compromisso prévio dessa agência, de absoluta facilidade e legitimidade, de uso e compartilhamento da infra-estrutura, a competição será impossível, teremos uma abertura, digamos assim, não tão aberta.

De qualquer sorte, isso será certamente tratado pelos meus outros companheiros da Abert, que virão a seguir.

De qualquer maneira, eu preciso também revelar alguma coisa que pensam os companheiros da Abert. O setor da comunicação se faz através do corpo e da alma. O corpo é a infraestrutura, é o conjunto de facilidades que permite, seja por cabo, seja por satélite, seja por sistemas *wireless*, seja por qualquer sistema, fazer com que conteúdos cheguem de forma gratuita ou de forma paga à população como um todo.

Nesse sentido, o rádio e a televisão aberta prestam um inestimável serviço ao Brasil. E esta é a Casa da Federação. Todos aqui sabemos que todos os Estados do Brasil têm um formidável sanduíche bem-sucedido, que é: recebem todos programação nacional, complementadas, acopladas, suplementadas pela programação local dos respectivos rádios e televisões locais e/ou regionais, locais e/ou estaduais.

Então, durante todo o processo em que a Abert, unida, trabalhou na Câmara quanto a esse projeto, o esforço foi de defender o modelo da radiodifusão brasileira, que é um modelo federativo. Esse é um modelo absolutamente casado com o papel do Senado, que é tratar os órgãos da Federação de maneira equânime, de maneira correta, democrática. Isso, a Abert tentou fazer. Digamos que não conseguimos alguma coisa perfeita no texto do projeto, mas, ao ver das Organizações Globo, conseguimos alguma coisa próxima do que é necessário para proteger a radiodifusão. Dependemos de haver o mesmo espírito de cooperação e de defesa da radiodifusão – radiodifusão, serviço de comunicação social universal no Brasil, atende 100% da população, e atende a 100% da população de forma gratuita. Então, isso que será reforçado e leva a fazer outro complemento.

Desde a abertura, desde a mudança da Constituição brasileira para permitir o ingresso de capital estrangeiro nas telecomunicações, sempre se falou que o Brasil estaria prestes a vender o corpo – ou seja, aquelas empresas de capital intensivo, que poderiam fazer investimentos em redes, satélites e demais esforços que demandavam capital e tecnologia – mas que o Brasil deveria sempre trabalhar para defender a alma. A alma, aí, estamos falando da produção nacional, do conteúdo nacional. Essa é a razão pela qual o art. 222 da Constituição reserva, de maneira expressa, aos meios de comunicação a propriedade de, no mínimo, 70% do capital total, ou seja, total e votante, e reserva aos brasileiros o papel de fazer o conteúdo destinado aos nossos concidadãos.

De resto, essa atitude é uma atitude nacionalista absolutamente politicamente correta. É assim em qualquer nação do mundo que merece esse nome. Estamos falando de uma fronteira imaterial, estamos falando de uma fronteira que não é a fronteira geográfica, que permite a um país-continente ter esse senso comum de ser brasileiro, visto que somos um País cercado por amigos que falam espanhol, e nós somos o único País da América que fala português.

Somado à preocupação com a identidade nacional, com a cultura nacional, com o papel dos brasileiros

na produção cultural nacional, eu queria lembrar que, de verdade, as Organizações Globo imaginam que tenha havido um certo problema por um vazio legislativo. Qual é o problema? A tecnologia, rapidamente, mostrou que a convergência vem aí, e nós estamos carecendo de alguma regulamentação que reforce essa atribuição aos brasileiros, atribuição essa prevista no campo da Constituição, no art. 222 da Constituição.

Então, por isso, nós, das Organizações Globo, somos favoráveis ao andamento desse projeto, mas precisamos fazer uma ressalva. Esse projeto tem um tênue equilíbrio, é um exercício de equilíbrio permanente, referindo isso ao papel dos distribuidores, empresas gigantescas, detentoras ou comandatárias da infraestrutura pública, que faturam de 10 a 12 vezes mais do que fatura todo o setor da radiodifusão, dos produtores de conteúdo, sejam eles empresas, sejam eles produtores independentes de menor porte, e, portanto, se houver qualquer mexida no texto que agora é proposto, esse equilíbrio que se faz em prol da Nação pode ser totalmente comprometido.

Então, as Organizações Globo, favoráveis ao projeto com seu texto atual, têm cobrado, têm pedido do Governo, amplamente majoritário no Senado – pedimos isso por escrito ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e estamos dispostos a visitar todos os demais Senadores para pedir isso – aprovam o andamento desse projeto, desde que haja um compromisso no âmbito do Legislativo de que não haverá vetos, particularmente nos artigos que definem claramente limitações e possibilidades na cadeia de valor, claramente definem o que deve ser o papel futuro dos distribuidores e dos produtores.

Esta é, basicamente, nossa posição: favoráveis e pedindo que a ampla maioria do Governo, do atual Governo, neste momento, perceba a questão de Estado que está sobre esse texto. A questão de Estado é: o texto, se for aprovado, precisa ser integralmente sancionado. Devem ser preservados, em particular, os arts. 5º e 6º, artigos esses que complementam a necessária visão de nacionalidade que paira sobre o conteúdo nacional expresso desde sempre na Constituição, particularmente no art. 222.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Evandro Guimarães, convidamos o Dr. Daniel Pimentel Slavieiro, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, também pela Abert, representando as organizações do SBT.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIEIRO – Exmºs Srs. Senadores já nominados; Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; Senador Eunício Oliveira; Senador Rodrigo Rollemberg; Senador Walter Pinheiro, representando as demais Comissões, e os já também citados demais Senadores presentes nesta audiência pública, nós queremos cumprimentar a iniciativa do Senado em fazer esta audiência conjunta porque demonstra a sensibilidade, primeiro com a tramitação ágil, eficiente, mas abrindo espaço para o contraditório para um projeto tão complexo e tão abrangente como esse, que é o PLC 116.

Na questão do espírito, do mérito do projeto, acho que os fatos falam por si sós. O Presidente da Ancine apresentou um *slide* onde mostra a penetração dos serviços de TV paga no Brasil em comparação com os demais países aqui, mesmo da região da América Latina e de outros países do mundo, então mostra que o PLC 116 tem o seu mérito, uma questão importante, que é a abertura do mercado. Isso favorecerá o Brasil, a competição, a diversidade e a pluralidade, e, certamente, o consumidor final terá o grande benefício.

Mas, nós compreendemos também que há certa angústia dos interlocutores nesse processo pelo trâmite e pelo tempo que esse projeto tem levado. Foi feita uma ampla discussão na Câmara e, agora, chega ao Senado. Porém, também, nós queremos, respeitosamente, Senador Eduardo Braga, dizer que a posição do SBT é que esse projeto precisa de ajustes no seu texto para que ele possa produzir os efeitos necessários.

Nosso companheiro e amigo Evandro Guimarães já explicou a questão da situação da Abert, e, como ela, suas diversas empresas dentro dela têm posições diversas, e nós temos a discordar que esse projeto deva seguir como está. E também a essência da radiodifusão, que foi descrita sob seu modelo federativo, a capacidade de transmitir conteúdo livre, aberto e gratuito e como ele faz isso nas diversas regiões do País.

Então, em respeito aos senhores e ao tempo que isso tem levado, nós gostaríamos de ser muito pontuais e pragmáticos em quais os temas e quais os artigos que devem ser aperfeiçoados.

Começamos pelo art. 5º, que trata de restrições dos radiodifusores a deter mais de 50% de empresas de telecomunicações. Isso, na nossa opinião – já foi dito aqui – consideramos inconstitucional e ilegal, até porque já existem fatos concretos.

Aqui o Senador Inácio Arruda e o Presidente Eunício Oliveira... Existem radiodifusores no Estado do Ceará que já fizeram investimentos; ao longo do tempo, entraram em licitações da Anatel, compraram essa autorização para operar sistemas de TV a cabo. E, agora, vem uma nova lei que diz que eles não podem ter mais. Isso já faz mais de décadas.

Como fica a situação desses radiodifusores que são empreendedores natos, que conhecem a região

onde atuam, que conhecem o mercado publicitário, conhecem a sua característica e adotaram, na forma da televisão por assinatura, uma maneira de expandir os seus negócios?

Agora, estão sob o risco de uma lei, que os obrigará a venderem 50% dos seus negócios.

Então, Presidente Eduardo Braga, achamos que esta é uma coisa absolutamente sensível no Estado do nosso Presidente, e ocorre em outros Estados da Federação: radiodifusores que fizeram investimentos no passado e agora estão sob o risco, sob a insegurança jurídica, do PLC nº 116.

Além disso, como disse, o radiodifusor é um empreendedor local, ele conhece as características e, por esse projeto, na maneira como está, estará tolhido de investir em serviços de telecomunicações.

Isso se desdobra para a nossa terceira preocupação desse item, do art. 5º: o que serão serviços de telecomunicações no futuro?

Isso é uma coisa de que poucos de nós sabemos; ou nenhum de nós saberemos o que, neste mundo convergente, será considerado serviços de telecomunicações. Será que, porventura, o canal de retorno, que é da essência da radiodifusão brasileira, da TV digital, não será no futuro, ou qualquer outro serviço, considerado um serviço de telecomunicações? E, aí, nas regras atuais, os radiodifusores estarão privados de deter mais de 50% dessas empresas operadoras de telecomunicações.

Eu diria, Srs. Senadores, que esse é um ponto extremamente vital, do nosso ponto de vista, do grupo SBT, que precisa ser ajustado, e o Senado, dentro desse papel que faz da democracia, de aperfeiçoamento, certamente – e essa audiência pública e essa tramitação conjunta que se está desenhando –, está sensível a essa questão.

O segundo ponto, muito pragmaticamente, é o art. 24, que fala dos limites de publicidade nos canais de TV paga. Aí, pergunto aqui ao Senador Pedro Taques se o modelo de radiodifusão que cobre o País inteiro, leva informação, cultura e entretenimento a 100% da população de maneira gratuita, é sustentado apenas pelo mercado publicitário... Se um outro serviço, que é da sua essência, é financiado pelos assinantes, deve ter o mesmo limite de comercialização, sendo que o mercado publicitário é o mesmo.

Então, entendemos que os limites de publicidade na TV paga e no serviço de acessos condicionados, como é o termo tratado no projeto, devem ser sensivelmente menores pelo motivo razoável e óbvio de que um é só sustentado pelo mercado publicitário, e o outro, a sua base de sustentação é da assinatura, é de uma outra maneira de ingresso de remuneração.

E, por último, entendemos que o art. 32, que fala da distribuição do *must carry*, do modelo de carregamento que está na essência do que o nosso colega Evandro Guimarães falou, do modelo federativo, das emissoras pequenas nos seus Estados, que levam conteúdo local, que agregam isso com a sua programação local, deva estar contemplado com uma redação mais aperfeiçoada, que traga uma segurança jurídica para esses radiodifusores e para esses empreendedores locais, principalmente quando estiver num ambiente totalmente digital; no analógico, ele está garantido, mas no digital, entendemos que o texto merece aperfeiçoamento para que dê essa segurança, Senador Delcídio Amaral. Lá no seu Estado, existem diversos radiodifusores que, no serviço de acesso condicionado, quando ele crescer, quando ele tiver mais amplitude, certamente eles quererão ter o seu sinal e o seu conteúdo local distribuídos nessa plataforma de maneira segura, podendo ter eventuais negociações, mas que elas também tenham a prerrogativa de que sejam carregadas gratuitamente no sistema de alta definição e no sistema de tecnologia digital.

Em síntese, Srs. Senadores, senhoras e senhores, ficamos honrados com a deferência com que as comissões fizeram e o entendimento da situação da conjuntura especial que vive a Abert nesse contexto, e também saberemos que, mesmo tendo três anos de discussão na Câmara, sendo exaurida a discussão lá, precisam de pontos aperfeiçoados, e o Senado Federal, na sua essência da democracia, está para fazer os ajustes finos, as demais deliberações para que esse projeto possa seguir com a tranquilidade e o acordo necessário.

Volto a dizer que nossa posição não é protelatória. Entendemos, no mérito do projeto, os seus benefícios e também sabemos que os Senadores, ao fazerem tramitações e audiências conjuntas nas cinco comissões interessadas também estão sensíveis a isso, mas não se furtarão a fazer os ajustes de que o projeto precisa para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a participação do Dr. Daniel e faço um esclarecimento ao Plenário e a todo o Brasil que nos acompanha neste momento: no Senado da República, temos um Regimento que precisamos cumprir. Buscamos, obviamente, de acordo com a soberania do Plenário e das nossas comissões, quando da vontade soberana do Plenário, adaptá-lo àquilo que entendemos ser acordos de procedimentos estabelecidos tradicionalmente numa Casa federativa, que representa a Federação brasileira e que busca

permanentemente na tradição do entendimento o seu comportamento.

No entanto, há algumas regras que são absolutamente intransponíveis. As reuniões de audiências públicas são precedidas por publicações que as transformam em ato formal; nessas publicações, obviamente, é necessário um certo tempo para impressão e distribuição da pauta.

Alguns requerimentos chegaram às comissões após o prazo necessário para o referido cumprimento do Regimento Interno do Senado. Por mais que os Srs. Senadores e essas comissões tenham buscado abrir de forma criteriosa e democrática, para que possamos ter as diversas opiniões manifestadas nesta audiência pública, sempre haverá alguém que gostaria de postular mais espaço, e nós precisaremos sempre cumprir o Regimento.

Portanto, com esses esclarecimentos, busco explicar por que, para determinados requerimentos que chegaram de ontem para hoje a esta Comissão, sem que haja questionamento de um Senador que possa provocar uma deliberação do Plenário, é absolutamente impossível a esta Mesa adotar uma medida monocrática e unilateral, mudando a pauta estabelecida de acordo com o Regimento.

Feitos os esclarecimentos, passo a palavra ao Dr. Marcio Novaes, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, desta feita pela Record.

O SR. MARCIO NOVAES – Bom dia a todos. Senador Eduardo Braga, Senador Delcídio Amaral, Senador Walter Pinheiro, Senador Eunício Oliveira – o Senador Rollemberg saiu há pouco –, senhoras e senhores, amigos que nos acompanham e nos ouvem pela Internet, primeiramente, o grupo Record quer deixar claro que é um grupo eminentemente de radiodifusão. Não temos nenhum canal fechado, não operamos nenhum serviço de TV por assinatura, pelo menos por enquanto. A convergência e a tecnologia talvez nos obriguem a isso.

Hoje, Amazonas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Acre, Ceará, Mato Grosso do Sul estão assistindo, estão podendo nos ver e nos ouvir pela Internet. Isso aqui que estamos fazendo é radiodifusão ou telecomunicação? Pois é, nós radiodifusores ajudamos a construir. Não temos falta de modéstia, não. Nós, brasileiros e radiodifusores, ajudamos, Senador Eduardo Braga, a construir neste País uma integração, como disse o Evandro, da Globo, aqui. E como muitos outros disseram e ainda vão dizer. Nós levamos livre, aberta e gratuitamente para o Brasil um sinal de qualidade.

Aliás, está aqui o Walter Ceneviva que me contou um dia desses que um sujeito entrou na sala dele e tinha uma televisão ligada. O sujeito falou assim: é tal ou tal operadora? Não vou fazer propaganda de graça aqui. Aí ele disse o seguinte: não, é TV aberta, porque nós, radiodifusores, estamos levando a TV digital, a TV com sinal HD, de alta definição. Mais uma vez, no Brasil, quem ganha dinheiro é o sujeito que fabrica essas câmaras que estão aí, que não é brasileiro. E depois o sujeito que fabrica o aparelho de televisão. E nós, nesse sanduíche aí, somos o recheio, a parte mais gostosa, talvez, do sanduíche, porque nós damos o conteúdo, nós levamos esse conteúdo. E TV por assinatura no Brasil cresceu por causa da qualidade do sinal. Muitas pessoas não tinham uma boa qualidade do sinal e passaram a optar pela TV por assinatura para ter uma boa qualidade. Hoje nós temos aí pacote básico. O que é pacote básico? São canais abertos. O sujeito empacota e me vende. E o que eu ganho? Nada.

Então, um dos pontos em que a Record coincide com o SBT na posição é exatamente este: essa vedação de que nós possamos fazer telecomunicação no futuro. Não pode existir. Volto ao início: o que nós estamos fazendo hoje, aqui?

Então nós precisamos pensar. A tecnologia não pára. Não é a Anatel que está atropelando. É a tecnologia que está atropelando. E é difícil acompanhar esse ritmo. Para nós, que somos empresários dessa área, também é muito difícil levar a TV digital livre, aberta e gratuita para todo o Brasil sem receber nada. É só investimento, é só dinheiro que a gente bota lá. Interatividade não tem. E quando tiver? Vai ser o quê? Telecomunicação? E eu não posso? Quem está ligando hoje é 0800, Senador. Hoje, quem participa aqui é 0800. Agora, quando fazemos uma promoção, um *reality show* como o nosso, "A Fazenda", e o sujeito manda um SMS, ele está mandando esse SMS por uma operadora de telefonia. Quem está ganhando dinheiro é a empresa de telefonia. Está certo que é um acordo comercial com o radiodifusor, mas esse trabalho, esse incentivo é deles.

O Johnny – que não está aqui no momento – usou uma expressão de porteiro, que é o porteiro quem deixa o sujeito entrar ou não. Então, sempre me vem aquela impressão do leão de chácara. O sujeito é porteiro de boate: você entra; você não entra.

Complemento um pouquinho o que o Johnny falou: o porteiro às vezes deixa entrar, mas ele olha bem para você e fala: você está muito bem vestido. Vou botar roupa bem feia em você, vou deixar você mais feio do que é e você entra. Resultado: você não ganha nada nessa boate. Você sai mal, pior do que entrou. E é mais ou menos isso que acontece hoje em outro

ponto que a Record quer abordar, que é a qualidade do sinal, a taxa de compressão.

Senador, eu levo qualquer um de vocês à minha casa para assistir à TV aberta e à TV fechada. É uma vergonha! O sinal da Record e de outras emissoras é lavado o colorido, tem sombra, enquanto o sinal aberto, livre, gratuito, o sujeito confunde com operadora. Então é preciso pensar e atuar nisso.

A Anatel está tomando providências. Já conversei com o Dr. Ara, visitei várias pessoas sobre isso. Eu acho que esse é um dos papeis da Anatel, mas não pode passar despercebido pelo Senado como nós estamos sendo tratados, sendo que muito nós fizemos e continuamos a fazer.

Além disso, outro ponto que também coincide com o SBT é a questão da publicidade. Nós temos no Brasil hoje 35 milhões de brasileiros que assistem, veem TV por algum meio de assinatura, seja ele por satélite ou por cabo. Mas de um milhão assistem o HD, que é o novo produto da TV por assinatura, produto esse do qual muito é nosso: livre, aberto e gratuito. O sujeito empacota a gente duas vezes: vende no analógico e no HD. E tem um porteiro aí também... Não tenho tempo para contar desse porteiro.

Questão da publicidade.

Como é que a gente vive com um limite e o sujeito que ganha, cobra por isso, tem livre, não tem nenhum limite para publicidade? Esse é um ponto que merece também total atenção. Mesmo o texto que hoje limita a 25% ou equipara ao radiodifusor, como está no PLC nº 116, nos parece muito injusto. Precisaríamos repensar esse percentual, porque hoje muitos canais desses internacionais, a gente às vezes esquece o que estava assistindo quando vem o *break*, de tão longa que é a publicidade. Você para e pergunta: mas o que é mesmo que eu estava vendo? É o famoso *break* do banho: dá para você sair, tomar banho, voltar e ainda não perder nenhum espaço da história. Isso precisa ter limite, precisa ter regra.

E nos deixa muito entusiasmados, com a sensação de que o projeto vai andar, porque a iniciativa de realizar uma audiência, Senador Eduardo Braga, junto com o Senador Eunício, com o Senador Walter Pinheiro, com o Senador Delcídio do Amaral e com o Senado Rodrigo Rollemberg demonstra claramente para nós a vontade de fazer com que a fila ande. E é necessário.

O PLC tem coisas boas, ele unifica o setor de TV por assinatura. Isso é um avanço, porque o DTH que está por aí não tem regra. Ele não tem regra nem para me carregar quanto mais para manter o sequenciamento de canal. Essa é outra história. Eu lhe conto cada coisa que já fizeram pelo menos conosco. Dos outros eu não posso falar, porque não convivo no dia a dia.

É preciso aproveitar esse momento, aproveitar esse projeto, aproveitar o Senado, sendo que o projeto já passou pela Câmara, para que isso se torne uma lei, torne-se uma regra, para que a gente não fique mais uma vez à margem das regras ou até mesmo no limbo, como é dito. O Evandro sempre usa essa expressão, de que nós, nas nossas renovações, nas nossas questões que estão no Ministério das Comunicações, às vezes a gente está renovando uma outorga... Como me disse o meu Presidente um dia desses. Falou: puxa, que bom! Só daqui a quinze anos! Falei: não, negativo, daqui a sete, porque a gente já estava devendo sete. Mas essa não é a questão que está sendo tratada aqui.

A Record agradece a oportunidade. Vou encerrar nos meus dez minutos, até porque muitos já disseram. Então nossos pontos basicamente são estes: a questão da taxa de compressão, a questão da possibilidade de o radiodifusor fazer telecomunicação e o limite justo para a publicidade nos canais fechados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a participação do Dr. Márcio Novaes e faço inclusive uma observação efetiva com relação ao DTH.

Enquanto V. Sª fazia a sua palestra, eu conversava com o Senador Walter Pinheiro e com o Senador Eunício exatamente sobre a questão do DTH. E nossas comissões estão nesse momento pensando e analisando essa questão do DTH, porque efetivamente é uma área que já é maioria no Brasil, é um serviço que já é maioria no Brasil. Nós estamos discutindo aqui TV por assinatura. Enquanto isso, DTH já tem maioria no mercado brasileiro, em liberdade e sem controle.

Portanto, apenas para fazer essa observação.

Passo a palavra ao Sr. José Francisco de Araújo Lima Neto, Presidente Executivo de Relações Institucionais da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA.

Com a palavra por dez minutos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA NETO – Prezado Presidente desta nossa sessão, desta audiência que provavelmente vai ficar marcada na história dos debates políticos no Senado, Senador Eduardo Braga, a quem peço permissão para cumprimentar também a plateia amazonense, porque, assim como o senhor, também sou conterrâneo.

Agradeço esta oportunidade de a ABTA vir se expressar e manifestar seu ponto de vista a respeito do projeto. Cumprimento os nossos Senadores da mesa e também peço autorização para fazer um especial destaque ao Senador Walter Pinheiro, com quem trabalhei intensamente durante três anos, na Câmara, participando de cada etapa desse projeto.

Sinto-me, hoje, com uma sensação *déjà vu* ou de um testemunho do movimento pendular da história. Curiosamente, há vinte anos, em 1991, foi apresentado um projeto do Deputado Tilden Santigo, o Projeto nº 2120, de 1991, que foi uma reação à denúncia feita por mais de cinquenta sindicatos de que havia uma movimentação do Executivo da época para baixar uma regulamentação que permitiria àqueles que estavam explorando, o que se chamava na época até de serviço de antena comunitária – daí o primeiro nome da ABTA ter sido Abracom- Associação Brasileira de Emissoras de Antenas Comunitárias, fundada em 1989 -, havia uma denúncia de que aqueles exploradores da TV a cabo daquela época estavam tentando uma regulamentação que lhes permitisse fazer telefonia e transmissão de dados. Há vinte anos, uma denúncia grave! Olha, o que esses caras estão querendo fazer é telefone e transmissão de dados. Quer dizer, era uma antecipação do *triple player*, do qual tive, em vários momentos, experiência.

Dez anos depois, foi regulamentado, através do serviço de comunicação multimídia, a prestação do serviço pelas empresas de televisão por assinatura, do acesso, do provimento da banda larga para acesso, especialmente, à rede mundial dos computadores.

Então, esse projeto transformou-se, sob a relatoria do Deputado Koyu Iha, sob a presidência, na Comissão, da Deputada Irma Passoni, no que é hoje a Lei do Cabo. A Lei nº 8977 nasceu dessa reação, para impedir que o cabo prestasse esse serviço.

Acredito que a sobrevivência dessa lei tem sido legítima, porque ela conseguiu reunir, em cinco anos de debate, outra semelhança com o PLC nº116. Conseguiu, em cinco anos de debate, reunir um apoio suficiente para dizer que ela era do interesse de uma maioria significativa. Unanimidade é impossível, mas de uma maioria significativa. Na Comissão houve problema e não deu para ser resolvido numa decisão terminativa, mas foi no plenário, quando manteve-se o Deputado Koyu Iha, que se conseguiu, com apoio da maioria, aprovar o projeto que chegou ao Senado em outubro de 1994.

Em janeiro de 1995, houve outro fato histórico curioso. No dia 05 de janeiro de 1995, o nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, pela primeira vez, sancionou uma lei. Essa lei foi a Lei do Cabo, que está aí até hoje. A única crítica que ela recebe é a de que está desatualizada em relação ao fenômeno da convergência digital, que seria necessário abolir, espancar, eliminar essa distinção dos serviços por tecnologia e adotar uma definição única, um serviço que pode se valer de qualquer meio físico, seja ela encapsulado ou não, porque isso é indiferente.

Fisicamente não há grande diferença, mas hoje o serviço é prestado só por meio físico encapsulado. O que significaria isso? Que o DTH, que TVA, do que muito provavelmente nunca ouviram falar – não confundam TVA com a sigla do serviço da Abril. A TVA é um serviço chamado de televisão com uma licença especial, que é transmitido em UHF, fechado, e que pode ser cobrado. Nunca se impôs como serviço, dada à limitação, se bem que há hoje algumas tecnologias que admitem o compartilhamento dessa banda de U para permitir diversos canais, mas também não é ainda uma realidade econômica.

Agora, estamos diante de uma projeto ambicioso que foi, como os senhores sabem, extremamente debatido dentro da Câmara Federal. Nós tivemos quatrocentos e setenta e três emendas; exame de quatro comissões; quatro substitutivos foram produzidos, do Deputado Jorge Bittar, Deputado Wellington Fagundes; de Defesa do Consumidor foi o atual Senador Vital do Rêgo Filho e depois ainda tivemos o do Paulo Henrique Lustosa. Quer dizer, foram quatro substitutivos, todos, nas suas respectivas comissões, aprovados por unanimidade.

No caso da ABTA, que durante todo o tempo foi inflexível na sua oposição quanto a um aspecto do tratamento que foi dado à prerrogativa do conteúdo nacional, a regalia do conteúdo nacional de ter um espaço privilegiado dentro da programação.

A ABTA sempre se colocou, durante de todo esse período, contra isso. Isso é publico, mas, como o próprio Presidente Alexandre Annenberg, a quem represento aqui com muito orgulho, que está ausente do País... Ele estaria aqui se a audiência se confirmasse na semana que vem, mas ele está em Chicago, representando a Associação num evento internacional de televisão por assinatura que ocorre todos os anos, o mais importante evento do mundo. Portanto, é natural que nosso Presidente esteja lá.

Ele sempre, em todas as oportunidades – e não foram poucas as audiências, contei mais de quarenta e cinco depoentes em audiências públicas na Câmara -, sempre a ABTA fazia parte disso, porque a ABTA provavelmente é a que representa a maioria absoluta dos setores atingidos pelo projeto.

Nós temos, dentro da ABTA, produtores, programadores, empacotadores, que caiu de moda. No início, quando faltava iniciativa dos operadores para arrumar pacotes atraentes – pacote para criança, pacote para amantes de esporte, para pessoas que gostam de cinema –, havia uma empresa que realiza esse serviço, uma empresa atuou dessa forma no Brasil. Hoje, quem faz o empacotamento é o próprio operador. Como no supermercado, onde quem organiza a gôndola é o pró-

prio dono do supermercado ou seu gerente, que sabe o que está preparando para venda e a que público se destina o pacote.

Então, os distribuidores também estão lá, os fornecedores de equipamento, os prestadores de serviço de construção de rede. A ABTA, não quero dizer que é a mais legítima, é a Associação brasileira que consegue reunir todos os *players* do setor. Como não se conseguiu a unanimidade, partiu-se para a decisão democrática, o que custou caro.

A decisão democrática de a maioria apoiar o projeto custou-nos, por exemplo, a perda de importantíssimos partícipes e associados. Como foi o caso, por exemplo, da HBO, da FOX, da Viacom, da Discovery, que saíram da associação. Permaneceram alguns estrangeiros. Estão lá, continuam, até acho que seja uma maneira de continuarem defendendo seus interesses, por exemplo, a Turner, a ESPN, mas a associação foi desfalcada.

Ela nasceu para ser uma associação do setor. Isto é uma coisa raríssima: clientes e fornecedores numa mesma associação e se entendendo há vinte e um anos. Isso é notável.

Um minuto de empolgação, porque agora é a ABTA que está falando com todo mundo. Agora queremos analisar – e é o objetivo principal desta nossa reunião – as conseqüências, os reflexos do PLS 116.

Muito bem, é um pouco complicada a leitura do que está ali explicado – foi distribuído antes –, mas quero explicar o que aconteceu com o PLS 116. O primeiro passo foi a criação de um serviço com uma denominação nova com o propósito de englobar todas os atuais serviços que são distinguidos pela tecnologia que utilizam Aliás, a Anatel está em um processo semelhante. Identifiquei na proposta de regulamentação, proposta contorcionista de regulamentação do Cabo, introduziram o art. 51, segundo o qual o Cabo pode ser prestado por qualquer tecnologia. Então, esse cabo agora saiu da cápsula e pode ser frequência radioelétrica, micro-ondas. Bem, mas esse é outro assunto, e acho que temos que, em relação ao PLS 116, nos apressar para os anteciparmos à consagração de uma regulamentação um pouco improvisada. Esse serviço. O serviço de acesso condicionado,é identificado como um serviço que pode ser prestado e complementado por qualquer tecnologia. Nada impede, por exemplo, que eu forneça, que eu obtenha uma autorização para um determinado bairro de uma cidade – porque não será mais necessário pedir licença para a agência municipal – se quero prestar serviço em um bairro, utilizando um satélite para levar até o *headend* local, o cabeçal, para distribuição. Então, isso vai facilitar muito toda a instalação da rede, que é de grande complexidade.

Os elos da cadeia de valor, que destacamos ali, como já mencionei, vou mostrá-los agora. Mostro como se organizou essa cadeia de valores para efeito de projeto, identificando as diversas fases da distribuição do audiovisual. A produção propriamente dita é aquela que, munido de uma câmera, com iluminação, com artistas, com som, produz-se um conteúdo audiovisual. Esse conteúdo audiovisual, depois de completado seu processo, é selecionado por um programador para compor um canal. Então, preciso de vários programas para compor um canal de televisão. O empacotamento seria a organização desses canais em um pacote, um pacote básico, um pacote dourado, um pacote platinum, seja o que for. Finalmente, a distribuição é quem leva isso à casa do assinante, ao domicílio do assinante.

Portanto, vamos voltar ao PL 116. Limites à verticalização na cadeia de valores: foi uma coisa dura, uma negociação difícil, como já foi várias vezes mencionado aqui. Precisava haver concessões de lado a lado e precisávamos preservar a qualquer custo esse capital, essa riqueza do nosso conteúdo. A única barreira que temos é o fato de que não falamos espanhol. Mas a única barreira nossa é lingüística, e mesmo assim penetra em cento e tantos mercados com produtos de televisão brasileira – legendados ou dublados. A essa verticalização, que me parece indesejável, de quem produz também distribuir, ou seja, fazer todo o ciclo, foram impostas algumas restrições, maiores para as em presas de telecomunicações, as distribuidoras, do que para os produtores e programadores. Estes últimos podem chegar a até 50%, já é uma *joint venture* robusta de uma distribuidora. Em compensação, as empresas de distribuição não podem ter mais de 30% sobre as programadoras e produtoras. Se o conteúdo passou a ser contemplado, abriu-se um cenário propício à participação da Ancine na regulamentação dessa legislação.

Está lá previsto que essas duas agências terão seis meses para produzir uma regulamentação aplicável ao mercado. Quer dizer, acho que esse será um período de muito trabalho, de muita discussão. Lembro-me de que a Lei do Cabo foi sancionada em 95 e sua regulamentação foi baixada em 97. Participei ativamente do primeiro decreto. Conseguimos derrubá-lo porque ele extrapolava os limites impostos pelo marco legal; quer dizer, o marco regulatório ficando maior que o marco legal. Conseguimos que ele fosse revogado, e, mais adiante, foi baixado outro decreto.

A programação, o assunto mais mencionado aqui, especialmente pelos representantes dos estúdios americanos – eu falo americanos porque os canais étnicos são considerados canais de entretenimento, são classificados como étnicos, se é indiano, se é chinês, se é

de Abu Dhabi... Então, como nós falamos entretenimento de qualidade e de interesse geral, estou falando do importado americano, que é um produto espetacular, só que ele é amortizado lá. Aqui, ele vem com preço de arrasar; eles vendem uma série pelo preço que um produtor brasileiro gasta para fazer um capítulo de uma série. Claro eles têm lá o maior mercado do mundo e conseguem amortizar e chegar a um custo ridículo para fazer a exibição no Brasil.

Quanto a isso, houve muita briga. Nós fomos sempre muito sensíveis aos nossos associados, que eram contra as quotas, acho que a maioria dentro da ABTA. Mas que foi-se reduzindo a expressão dessa maioria com as vantagens que o projeto trazia, barrando inclusive algum movimento mais agressivo do Executivo, querendo empurrar uma regulamentação improvisada, sem maiores discussões, pelo menos não sendo feitas nas Casas do Congresso Nacional. Então, esse foi um pomo da discórdia, superado por uma maioria, mas não por unanimidade.

Finalmente, estímulo a conteúdo. Sempre apoiamos, pois isso aí é que é o expediente. Deixa que o produto se imporá. Dê dinheiro, dê crédito, facilite a produção, mas ele se imporá como qualidade. Então ele vai ser procurado, não há dúvida. Mas sempre inspirados em fontes e direitos e sistemas comparativos internacionais, a opção foi por incluir no projeto, e passou a fazer parte. Hoje nós defendemos o projeto como um todo, o que vem fazendo o nosso Presidente em algumas ocasiões e que, desta vez, coube a mim fazê-lo.

Então agradeço mais uma vez essa oportunidade. Lamento por ter passado um pouquinho do tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao Dr. José Francisco de Araújo Lima Neto.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, representante da Associação Brasileira de Telecomunicações, Telebrasil.

Com a palavra o Dr. Levi.

O SR. EDUARDO LEVY CARDOSO MOREIRA – Não sei se bom dia, boa tarde, mas, em benefício do almoço de todos, não vou estourar meu tempo aqui.

Senador Eduardo Braga, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eunício, nosso ex-ministro, Senador Walter Pinheiro, Senador Delcídio, de Mato Grosso do Sul, esse sinal todos que os senhores estão recebendo de outros Estados é proporcionado pelos investimentos que nós temos feito durante todos esses anos, com certeza, inclusive o sinal de internet, que, para nós, é muito claro. Nós levamos um ponto de A a B; não olhamos para o conteúdo que está lá. Telecomunicações é um ponto a outro ponto carregando, de uma forma neutra, o sinal que nós recebemos e transmitimos com qualidade, como os senhores estão podendo ver. O PLC 116...

Está ali. A Telebrasil é uma associação sem fins lucrativos, trinta e sete anos de história. Participamos, com muita satisfação Confecom – Jonhny Saad estava aqui pressente – em que pudemos debater bastante esse assunto também ,

Quero apenas mostrar aos senhores que, nesses pouco mais de doze anos de privatização, investimos R$230 bilhões neste País. Temos hoje 277 milhões de clientes; nós temos mais clientes do que a população brasileira. Temos hoje mais celulares do que a população brasileira. É um ambiente extremamente competitivo, e nós continuamos ativando um celular por segundo neste País, uma banda larga a cada três segundos no Brasil. Nós temos apenas 5,1 milhões de assinantes de televisão a cabo, um número, proporcionalmente aos 277 milhões, extremamente pequeno.

O serviço de TV a cabo no Brasil é caro, é concentrado e com baixíssima penetração. No Brasil, todos os Municípios têm infraestrutura de banda larga fixa, todos os Municípios a têm e apenas...

Acredito que eu tenha cometido um engano, porque coloquei 242, ouvi aqui 262 por parte do Ara. Ouvi Evandro falar em duzentos e cinqüenta e poucos Acredito que, se eu colocar ali 262, os pontinhos vermelhos, que são proporcionais ao que tinha sido colocado antes, vão continuar da mesma forma. É muito pouco.

Em São Paulo – para ficarmos apenas comentando sobre o Estado mais rico da País – esse exemplo é também muito triste: são 78 Municípios contra 645 que possuem infraestrutura de banda larga. Aliás, em São Paulo há uma empresa concessionária telefônica, e houve um comentário a respeito no sentido de que, em muitas questões, a aprovação do PL pode fazer alguém fazer o absurdo de ter de se desfazer de alguma operação. Não entendemos que isso é absurdo; ao contrário, entendemos que isso é uma forma extremamente natural. A lei Geral de Telecomunicações... Quem milita nesse setor há algum tempo se lembra da questão da Telefônica com a CRT – a Telecom Itália – quando algumas empresas tiveram de se desfazer daquilo que haviam adquirido, empresas que naquele momento tinham extremo valor no mercado. Muitas vezes, pode ser diferente em outras situações, mas naquele momento eram empresas que valiam muito. Isso fez parte de nossa vida dentro da lei Geral de Telecomunicações, quer dizer, para nós isso é extremamente natural de se encarar. O Brasil tem o preço mais alto entre todos esses países – talvez nem todos possam ler, mas não importa, são bastantes países que estão ali. Além disso, tem a segunda pior penetração.

Para quem não está lendo, a mais baixa penetração ali seria por parte do México.

Entendemos a necessidade de oferecer serviços convergentes, e todos falaram aqui, através de uma nova rede de acesso. O país tem discutido muito a questão de banda larga, e não há como dissociar TV, telefonia, daquilo que se fala como convergência.

Esse novo ciclo de investimentos contribuirá muito para PNBL tenha a enorme capacidade de enfrentar o desafio que nós temos . Temos apresentado a alguns Senadores que estão aqui em outras oportunidades – participamos do painel Telebrasil no início de junho com a presença de diversos executivos e do Congresso Nacional em que os investimentos que nós – o país, a sociedade, – temos de fazer são de um valor enorme, que depois vou apresentar aos senhores.

Como eu tinha dito, dos duzentos e poucos bilhões que nós investimos durante todo esse período de privatização, aproximadamente R$50 milhões de reais por dia geram ativos e riquezas para o País.

Por outro lado, só em banda larga, nós vamos ter necessidade de investir 144 bilhões até 2020 para incluir o Brasil na moderna sociedade do conhecimento e atingir determinadas situações que alguns países atingiram em 2010 ou 2011. Nós vamos chegar em 2020 à situação que esses países estão atingindo. Cento e quarenta e quatro bilhões em banda larga, para chegar à residência dos clientes, à residência de toda a população, isso vai exigir nova rede de acesso, vai exigir a necessidade de se passar fibra ótica por todos os recantos do País. Isso só se viabiliza com essa nova possibilidade de oferecer o serviço dentro dessa infraestrutura. Não tem como fazer de forma diferente. Pelo mapa que mostramos anteriormente apenas menos de 300 Municípios brasileiros têm essa oportunidade de ter esse serviço hoje.

Os estudos acadêmicos e alguns outros que nós temos contratado – essa é uma planilha mostrada num estudo que fizemos para o Ministério das Comunicações para apresentar a necessidade de investimentos em banda larga – demonstram... E o mais importante ali é observar que os países que têm baixa penetração dos serviços comparados com países que têm alta penetração do serviço. A outorga do serviço é determinante; países que demoram a ter outorga dos seus serviços são países que ficam mais atrasados na penetração. Países que têm outorga anterior às nossas conseguem uma penetração maior desse serviço. A necessidade de o PLC 116 ser aprovado sem restrições, ser aprovado da forma que o setor de telecomunicações entende que é sem nenhuma restrição futura, vai proporcionar ou fazer com que possamos chegar mais rapidamente à situação desses países que estão na nossa frente nos dias de hoje.

Como eu disse, esse grande volume é mais do que necessário para ampliar a oferta de banda larga e só se viabiliza se o operador tiver o serviço possível, completo a ser oferecido.

O PLC 116, antigo PLC 129, nasceu como instrumento para incentivar essa oferta e aumentá-la e permitirá a banda larga em alta velocidade, indispensável ao Plano Nacional de Banda Larga.

Nós entendemos que o País, precisando de 144 bilhões para atingir todos os recantos com o serviço de qualidade de banda larga, se não houver alavancas para que esse investimento possa ser feito dificilmente vamos conseguir chegar lá. Uma das grandes alavancas é o PLC 116.

Discutiu-se,falou-se muito aqui também... A LGT hoje não nos traz uma série de limitações que o PLC 116 vai nos trazer. Entendemos isso perfeitamente, mas entendemos todos aqui falaram de democracia, falaram de uma série de coisas, mas entendemos que há necessidade de cada um ceder para se chegar ao melhor para o conjunto e conseguir atender a demanda da sociedade. É um grande acordo para atender todas essas demandas. Estamos de acordo que algumas restrições que a Lei Geral não nos faz hoje em benefício do restante que podemos ter e que a sociedade vai ter de benefício.

Por isso, não entendemos muitas vezes... e aqui ficou claro que as próprias associações, com algumas divergências dentro delas mesmas, mas, por serem associações, representam os mesmos setores envolvidos. Então, mesmo dentro daqueles setores, me parece muito mais uma questão comercial do que uma questão de princípios da associação. Por isso a apresentação de cada uma delas. E estou aqui sozinho, apenas com parte do tempo que cada um despendeu, mas represento a unanimidade de um setor de telecomunicações. Ele incentiva a concorrência, aumenta a oferta de serviços, diminui o preço, amplia o conteúdo nacional e gera empregos.

Gente, quem é que ganha com isso? A sociedade; os produtores, com cultura nacional; o País, com um mercado mais maduro, com mais investimentos; os trabalhadores, com mais emprego; o mercado de publicidade, com mais canais.

Quem perde? Eu tive a felicidade de ser o último, assisti à apresentação de todos, e acho que cada um de vocês aqui é suficiente, porque assisti, para saber quem perde com isso no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Dr. Eduardo Levy, damos como...

A SRª BERENICE MENDES – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

A SRª BERENICE MENDES – Por favor. Sou Berenice Mendes, da Executiva Nacional do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Não obstante termos encaminhado em tempo hábil requerimento para participação nesta audiência e não obstante ter havido tempo de nosso nome ter sido incluído, e nosso currículo também, na lista de convidados, fomos informados por sua assessoria, ao aqui chegarmos, que nossa fala estava desconsiderada no âmbito desta audiência. Como a sociedade civil... Represento aqui jornalistas, psicólogos, consumidores, artistas, radialistas, a Central Única dos Trabalhadores e mais de duzentas outras entidades que têm o que falar a respeito do PL 116, que venho acompanhando desde 2007, ainda quando PL 29. De modo que pedimos ou a garantia de nossa fala neste momento ou que seja convocada uma nova audiência para que a sociedade civil possa se posicionar frente ao Senado brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria apenas informar à senhora que esta nossa audiência pública tem o interesse obviamente de ouvir todos os setores. Lamentavelmente, temos vários requerimentos que deveriam ter sido adotados. E a demanda colocada por V. Sª – que aqui, com toda liberdade e com todo respeito, recebemos – vamos levar em consideração. A senhora ouviu, ainda há pouco, porque sei que a senhora está aqui desde o início, a colocação, por exemplo, do Senador Pedro Taques, de uma audiência pública que acontecerá na CCJ e na Comissão de Meio Ambiente sobre um tema que também é pertinente à questão em pauta. Esta audiência pública conjunta tende, obviamente, a ouvir as diversas tendências e as diversas manifestações. No entanto, posso dizer a V. Sª que esta não exclui a possibilidade de outras audiências para que possamos ouvir todos os segmentos. Eu apenas quero lamentar o ocorrido, pedir desculpas à senhora pelo que aconteceu e dizer que, em tempo hábil, procuraremos restabelecer a oportunidade para que a senhora possa falar às nossas comissões com absoluta democracia e liberdade de expressão a todas as correntes que queiram se manifestar sobre o tema. Agradeço inclusive a lembrança colocada aqui diante de todos os Senadores.

Muito obrigado por sua presença e pela forma gentil como colocou.

Gostaria de convidar o Senador Anibal para compor a Mesa pela Comissão de Meio Ambiente, porque o Senador Rollemberg tem, neste momento, um compromisso e terá que se ausentar.

Senador Anibal, por favor, componha a Mesa.

Gostaria de passar a palavra...

Consulto o Senador Eunício se gostaria de fazer uso da palavra como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Eu queria simplesmente dizer que esta audiência foi extremamente importante para que nós, que temos a responsabilidade de presidir uma comissão como a Comissão de Constituição e Justiça e de estar com a relatoria de um projeto tão importante como este. É preciso, para que a gente faça juízo de valor, que a gente escuta todas as partes interessadas. É natural que nesse processo existam divergências, existam questionamentos. E a gente aqui se assusta, no Congresso Nacional, porque a frase que eu ouvi aqui ficou marcada: nos últimos dez anos, por exemplo, a Anatel esqueceu que podia fazer essa regulamentação e essa abertura. E, de repente, quando se discute um projeto importante como este, quando toda a sociedade brasileira pode participar e pôde hoje participar, por meio da videoconferência, em que foi dada aqui a oportunidade para que vários segmentos, vários representantes de entidades pudessem se manifestar, no momento em que o Congresso Nacional está numa fase final em relação a este projeto, ao ponto de a gente fazer aqui uma reunião – e não é fácil; quem acompanha o Congresso Nacional sabe que não é fácil –, ao ponto de a gente fazer aqui uma reunião com comissões, no dia de hoje, quinta-feira, reunir arqui todos os Presidentes de comissão, como a CCJ a CCT, a Comissão do Meio Ambiente e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O que a gente quer mesmo é escutar todos vocês. O que a gente quer mesmo é saber o pensamento de cada um. O objetivo de quem faz legislação está afinado com o sentimento da população.

Obviamente, quando vejo a senhora levantar ali e dizer que não foi atendida no seu requerimento, eu quero deixar bem claro que, em muito breve, muito antes de este relatório ser fechado, na primeira Comissão em que ele está, que é a Comissão de Constituição e Justiça, nós vamos fazer a audiência pública solicitada pelo Senador Pedro Taques. A senhora pode encaminhar o requerimento, e, de ofício, já está deferida a participação da senhora, que representa também a sociedade civil. É esse o nosso objetivo. Nós somos representantes do povo dos Estados e, portanto, somos nós os responsáveis pelas leis.

Assusta-me muito, com o devido respeito ao Dr. Ara, uma pessoa extremamente técnica, competente, que conheço há muito tempo, mas não posso aceitar esta questão no Brasil de que, quando se faz uma lei no Congresso Nacional, faz-se sempre uma portaria – isso não é privilégio da Anatel – no intuito – entre aspas – "de regulamentar essa lei", faz-se uma portaria que se torna, muitas vezes, mais importante que a própria lei que nós fazemos no Congresso Nacional. Portanto, nós vivemos numa democracia e cabe exclusivamente ao Congresso legislar para todos os brasileiros. Eu sou daqueles que não escondo a minha indignação quando ela chega até a mim.

Portanto, eu quero deixar bem claro, meu querido Senador Eduardo Braga, que eu saio daqui com um juízo de valor feito em relação a tudo o que vi. Obviamente, vou processar tudo isso. Vou ouvir a nossa gravação depois. Vou pedir que ela seja transcrita para o papel para que a gente faça leituras, observações. Eu observei aqui, assinalei os pontos mais polêmicos deste PLC, mas é preciso que a gente faça sempre dessa forma. Se as leis fossem feitas sempre assim, com audiências públicas, com a participação das partes interessadas, elas seriam muito melhores e talvez tivessem muito melhor aplicabilidade.

Nós estamos agora – permitam-me, não é um tema inerente – discutindo a reforma política do Brasil. Estão na Comissão de Constituição e Justiça 11 PECs e dois PLS, que nós estamos fechando para aprovação ou não aprovação.

para aprovação ou para não aprovação. Coube-me, na Comissão, discutir um tema da maior importância que se chama fidelidade partidária. Deparei-me com uma instrução normativa do Tribunal Superior Eleitoral, a última corte eleitoral do Brasil. Eles abriram uma portaria, uma instrução normativa que diz que perderá o mandato aquele que tenha um cargo majoritário e que, mudando de partido, perde o mandato. Eu fiz um questionamento ao TSE: eu sou Senador da República, eleito pelo meu Estado, mas o meu suplente não pertence ao meu partido, o PMDB, o único partido da minha história, com mais de 30 anos de filiação. Quem me substitui? A instrução normativa diz que eu perco o mandato se eu mudar de partido. O meu suplente é do Partido dos Trabalhadores. Eu indaguei ao TSE. Estou-me referindo a portarias e a instruções normativas querendo se sobrepor às leis feitas pelo Congresso Nacional. Eu fiz um questionamento: "quem me substituiria?" Ah, quem o substitui é o seu suplente. Mas ele não é do PMDB. Se o mandato pertence ao partido ou aos partidos, como vai ser a minha substituição? Eu estou dizendo isso para dizer uma única coisa: eu tenho muito medo, eu tenho muito receio, eu fico, às vezes, até mesmo muito indignado quando vejo portarias, portarias, regulamentações, regulamentações sendo baixadas acima das leis que são aprovadas pelo Congresso Nacional. Eu saio daqui com a certeza de que para que a gente possa exercer um bom mandato, para que a gente possa efetivamente representar o povo brasileiro, é preciso que a gente escute o povo brasileiro. Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso Senador Eunício Oliveira, que foi acompanhado, nessa videoconferência, pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, bem como pelas Assembléias Legislativas do Estado do Amazonas, do Acre, de São Paulo, que, neste momento, nos acompanham.

Eu vou passar a palavra ao Senador Aníbal, pela Comissão de Meio Ambiente.

Apenas para complementar o que disse ainda há pouco o nosso Senador Eunício Oliveira, é preciso registrar que outras entidades também enviaram ofícios e requerimentos a estas Comissões, no interregno entre a publicação da pauta e a presente audiência. Lamentavelmente, pelo que estabelece o Regimento da Casa, nós não podemos fazer o atendimento de todas essas solicitações. No entanto, a colocação ainda há pouco do Presidente Eunício nos dará oportunidade, por esta audiência pública já estabelecida, de abrir o espaço para que esses setores possam ser ouvidos.

Eu passo a palavra ao Senador Anibal, por favor.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Boa-tarde a todos e a todas. Quero cumprimentá-lo, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Walter Pinheiro e Senador Eunício Oliveira e dizer que, nesta audiência pública, a nossa missão é muito mais que falar, é ouvir, é sentir o que cada um dos segmentos interessados nesta matéria tem a dizer para a gente tentar formar o nosso juízo de valor e tentar votar de acordo com aquilo que mais atende a necessidade do Brasil.

Não tenho dúvidas de que esta audiência pública, de todas as que participei até agora, foi a mais qualificada, com muitos argumentos potentes a favor e contrários. E a gente vai ter que fazer um estudo aprofundado de cada um desses argumentos para tentar votar com muita razão, sempre atendendo aquilo que é o objetivo maior do Brasil: promover inclusão social, promover inclusão digital, fazer com que esse plano nacional de banda larga realmente aconteça e chegue a todos os Municípios brasileiros para que haja muito mais brasileiros com acesso à informação e ao conhecimento universal disponibilizado na grande rede. E tudo que pudermos fazer no sentido de simplificar

o acesso à informação e aos conteúdos acredito que seja de bom grado.

Nenhum projeto é perfeito, e todas as falas aqui apontam para isso. Há falhas, elementos a serem considerados e corrigidos. Acredito que, com o conteúdo todo que foi possível absorver desta audiência, vamos estar muito mais em condição de fazer uma tomada de decisão mais segura.

Quero fazer um cumprimento especial às pessoas que acompanham lá da Assembleia Legislativa do Acre; à Procuradora Alessandra, do Ministério Público estadual, que está lá presente; à Ângela Mendes – daqui consigo visualizar –, que é filha do Chico Mendes e que está lá acompanhando também – quero fazer uma saudação –; e a todo o povo do Acre, que está acompanhando por meio da TV Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Anibal e passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga; Senador Eunício, da CCJ; Senador Aníbal, da CMA; Senador Walter Pinheiro, especialista da área, eu infelizmente não pude acompanhar todas as explanações.

Hoje é uma quinta-feira, mas existem várias comissões funcionando no Senado, agendas em Ministérios, enfim. Mas, conforme aquilo que acompanhei, acho que o Brasil hoje – e o Congresso – tem algumas pautas muito bem definidas. Elas são poucas e absolutamente essenciais para o País.

A primeira, a reforma tributária fatiada. Em função até de reuniões com os governadores ontem e de todo o trabalho que o Congresso vem fazendo e também os Ministérios, não tenho dúvida de que esse processo vai ser iniciado nos próximos meses. E ele é absolutamente essencial para o País, começando pelo ICMS, pelo PRS nº 72, depois se adentrando os investimentos, a folha, a renegociação da dívida, e assim vai.

Outro desafio nosso é a logística, que, mais que nunca, prejudica a competitividade, o avanço que especialmente os empresários e os produtores brasileiros conquistaram ao longo desses anos.

O terceiro ponto é a energia, item essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e que é um grande debate. Todos nós sabemos o que representa um racionamento de energia: algo gravíssimo para um país.

E o quarto ponto são as telecomunicações, mais especificamente o PLC nº 116. Aqui foi falado do trabalho executado em várias comissões, da discussão dos marcos regulatórios. Mas acho que essa questão, o PLC nº 116, é absolutamente fundamental. Foi pela importância que esse assunto representa que os presidentes das comissões se organizaram, e estamos fazendo uma audiência pública histórica, reunindo cinco comissões do Senado – como falei inicialmente aqui – e falando para todo o Brasil, para todas as Assembléias Legislativas.

E vemos os avanços da televisão, da radiodifusão, do HD, da telefonia. São impressionantes os números. Saltam aos olhos, Senador Eduardo Braga, os números das empresas de telefonia, daqueles que têm acesso à TV a cabo. Portanto, entendo como absolutamente prioritária a discussão, nas comissões do Senado, do PLC nº 116.

Nós desenvolvemos, como disse, na Comissão de Assuntos Econômicos, projetos muito parecidos, mas, na tramitação no Congresso, o PLC nº 116 foi mais ágil. Portanto, é ele que vai ser o foco principal desses debates.

Esse projeto vai passar pelas comissões, mas estou absolutamente convencido, Sr. Presidente, de que estamos diante de uma corrida contra o tempo. Estamos hoje, em função dos números, num quadro em que, em vez de o cachorro balançar o rabo, o rabo está querendo balançar o cachorro.

E, ao mesmo tempo, temos hoje uma corrida tecnológica. No meu ponto de vista, se não houver uma legislação... Sei que isso tem de ser aperfeiçoado, que existem pontos polêmicos nesse projeto. O Senado Federal, assim como está fazendo na discussão do novo Código Florestal, terá o equilíbrio necessário para, debatendo com a sociedade, com os principais agentes, efetivamente colocar à disposição uma legislação adequada para o País.

E vejo essa corrida tecnológica e a corrida legislativa com muita preocupação, porque – vamos ser bastante claros –, se esse projeto se estender por muito tempo, seremos atropelados pela tecnologia. Não tenho dúvida nenhuma disso. Portanto, é essencial que tenhamos uma legislação que corresponda a um marco para essa questão que estamos aqui discutindo, sem deixarmos de considerar um item absolutamente fundamental, que é o conteúdo nacional. E o conteúdo regional também, porque isso é, acima de tudo, cidadania, é um incentivo à nossa história, a tudo aquilo que conquistamos em todos esses anos de vida.

Portanto, na Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, nós daremos absoluta prioridade. Esse será um dos projetos prioritários, para que, na Comissão de Assuntos Econômicos, ele tenha uma tramitação célere, porque senão vamos perder a corrida para a tecnologia e para a capacidade que alguns atores têm

de efetivamente liderar esse processo; porque senão vamos perder uma grande oportunidade para o Brasil.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a todas essas pessoas que vieram a esta audiência pública, especialmente aos expositores, que, com muita clareza e com muita honestidade, colocaram aqui seus pontos de vista e que nos alertaram, para que procuremos aperfeiçoar o PLC nº 116.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, e registro a presença da nossa Senadora Ana Amelia.

Antes de passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, gostaria de dizer que a Comissão de Ciência e Tecnologia fará uma deferência ao nosso Senador Walter Pinheiro, que, desde os primórdios do debate sobre essa questão, vem trabalhando esse tema no Congresso Nacional e que fará, portanto, em nome dos Senadores, o uso da palavra, no encerramento da participação do Senado.

Mas gostaria, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, de manifestar uma posição pessoal, a decisão do empenho de todos os presidentes aqui presentes, para que pudéssemos formular esta audiência pública.

O objetivo desta audiência pública, para os Senadores, para estas comissões, era exatamente poder ouvir a opinião dos diversos setores, dos diversos segmentos, sobre esta questão do PLC nº 116, que todos nós reconhecemos que é polêmica, mas, ao mesmo tempo, absolutamente necessária.

O Brasil não pode, enquanto nação, continuar tendo suas legislações sendo construídas muitas vezes de forma improvisada, ou por portaria, ou por decisões de decretos, ou por decisões de outros poderes que não o Poder Legislativo. Porque é exatamente no Poder Legislativo que temos essa ampla capacidade do debate e do auscultamento da opinião da população brasileira, pelos seus mais diversos representantes, que foram eleitos pelo voto direto da democracia e que também exercem, através das suas comissões, através dos debates, o exercício do conhecimento do contraditório. É obvio que, no mundo moderno, quando debatemos as questões ainda há pouco levantadas pelo nosso Senador Delcídio do Amaral, das necessidades prementes de logística, de infraestrutura, para que o Brasil possa continuar crescendo e se desenvolvendo da forma que o Brasil vem implementando nos últimos oito, nove anos, é indispensável perceber que o Brasil está diante de grandes desafios. Desafios como, por exemplo, as nossas estradas; desafios como, por exemplo, a questão dos nossos aeroportos, dos nossos portos; desafios na geração de energia, nas linhas de transmissão, nas distribuições. Mas é indiscutível que um país que ocupa o destaque que o Brasil ocupa hoje na economia mundial precisa ser competitivo também através de uma plataforma tecnológica indispensável para o mundo moderno como a banda larga na Internet, como os acessos a economias nas nossas empresas, nos nossos setores competitivos e a inclusão de regiões que ainda estão excluídas desse processo. A retirada do isolamento de brasileiros que não podem continuar à fronteira do nosso desenvolvimento.

Aqui estão representantes no Senado Federal de várias regiões. Eu represento o Estado do Amazonas, nosso Senador Aníbal representa o Estado do Acre – portanto, a Amazônia aqui representada; o Mato Grosso do Sul aqui representado pelo nosso Senador Delcídio do Amaral; nosso Nordeste representado por dois dos seus ilustres líderes e representantes, Senador Walter Pinheiro e Senador Eunício Oliveira; o Sul do País representado pela nossa Senadora Ana Amélia aqui presente, representante do Estado do Rio Grande do Sul. Mas a verdade dos fatos é que aqueles que estão na Amazônia, isolados muitas vezes pela aviação regional que é proibitiva, nas distâncias quilométricas da Amazônia, sem ter o acesso à modernidade de uma telemedicina que possa levar o diagnóstico de doenças que ainda matam...

Costumo destacar que, analisando o último censo, Senador Eunício, a única região brasileira em que o sexo masculino é maioria na população é a região Norte, porque, lamentavelmente, câncer de mama e câncer de colo de útero diminuem a expectativa de vida das mulheres na Amazônia brasileira.

Esta é uma questão humanitária e social, que no Brasil não responderá apenas pelos interesses econômicos e financeiros, que muitas vezes visam a exclusivamente o lucro do setor privado. Compete, portanto, a nós legisladores e brasileiros que representam a federação no Senado da República equilibrar essa disputa e fazer com que essas plataformas tecnológicas, seja pela radiodifusão, seja pela fibra ótica, seja pela tecnologia do satélite, porque aqui ouvimos ainda há pouco uma referência irônica dizendo: "Agora TV a cabo vai ter tecnologia de todo tipo". Na realidade, nós sabemos que, por exemplo, na Amazônia brasileira, no Estado do Acre, no Estado do Amazonas, no Estado do Pará, para que possamos ter acesso a todas as tecnologias não será possível fazê-lo exclusivamente por fibra ótica. Satélites com banda larga dedicada naquela região serão absolutamente indispensáveis se nós quisermos vencer esses desafios, que não são apenas de infraestrutura, mas que têm aspectos so-

ciais e humanitários extremamente importantes, numa região que detém o maior patrimônio do povo brasileiro e um dos maiores patrimônios que o Brasil hoje dispõe na sua vantagem comparativa no enfrentamento de discussões estratégicas no contexto internacional.

Digo isso para agradecer, agradecer profundamente a todos os senhores e senhoras que aqui vieram e que aqui participaram deste debate, contribuíram com as suas posições, posições coerentes e, acima de tudo, de forma democrática, respeitosa e com o cumprimento rigoroso do horário e da participação de cada um. Isso possibilitou que pudéssemos ouvir uma gama enorme de opiniões, sem perder de vista as necessidades e os avanços que já alcançamos e que precisamos alcançar, e de reconhecer a importância e a relevância do Senado da República e do Parlamento brasileiro.

Dito isso, quero agradecer às assembleias legislativas que nos acompanharam, quero agradecer aqui aos nossos Estados do Brasil inteiro que manifestaram interesse de poder estar junto conosco utilizando dessas plataformas todas, e ainda há pouco ouvimos um dos palestrantes dizer que isso só foi possível graças aos nossos avanços. Esses avanços foram muitos, mas nós precisamos ir além desses avanços.

Agradeço, portanto, ao Ceará, ao Amazonas, a São Paulo, ao Acre, ao Piauí e aos outros Estados que nos acompanham.

E passo a palavra ao nosso Senador Walter Pinheiro, que fará uso da palavra para encerrar a participação por parte dos nossos Senadores nesta audiência pública que reputo ter sido uma audiência pública histórica e que marca, sem nenhuma dúvida, um divisor nas posições aqui ouvidas, e que todos os Senadores irão formar seu juízo de valor para que possamos então nos manifestar quanto ao mérito e ao conteúdo do PL 116.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, que a usará da tribuna.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, meu Presidente da Comissão Eduardo Braga; Senador Aníbal, aqui representando a Comissão de Meio Ambiente; Senador Eunício, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; eu, meu Presidente, fiz questão de falar como orador inscrito, apesar de ter sido delegado aqui pelo meu Presidente Roberto Requião, da Comissão de Educação, da qual também faço parte, mas fiz questão de dizer a ele que preferia falar como membro da CCT (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), até para manter a minha trajetória de vida, de luta e a relação, inclusive com esse debate.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer a V. Exª, assim como aos demais presidentes, aqui está o Presidente Eunício, com o qual inclusive iniciamos essas conversações para esse debate, para não só darmos sequência àquilo que o Presidente Eunício teve oportunidade de fazer enquanto Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados... Eu até brincava hoje de manhã cedo com um dos Deputados, que terminou sendo o último Relator, dizendo: "Quis Deus que a aprovação do projeto fosse exatamente no período em que o relator fosse um cearense e o Presidente da Comissão também um cearense".

Esse não é um debate que estamos fazendo aqui hoje, é uma continuidade. O Francisco, da EBTA falava aqui da quantidade. Eu estava, Francisco, buscando na memória, mas fizemos mais de cem reuniões discutindo esse PL 116. Mais de cem, se levarmos em consideração as reuniões que fizemos com grupos, separadamente, com o relator recebendo cada entidade, cada personalidade, cada figura que queria discutir esta matéria. Não me recordo da indisposição de Jorge Bittar e de Paulo Lustosa para esse feito. Os dois com os quais tive relação direta, por ser membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, sem contar Vital do Rêgo e outras figuras, como o próprio Bruno, que era Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor à época. Então, portanto, foram mais de cem reuniões.

E aqui o Senador Eunício usou uma expressão que é muito forte e muito propícia: Quisera a aprovação de lei tivesse um grau de interação que este projeto está tendo. Às vezes às pessoas cobram da gente: "aprova, aprova, aprova", "o Congresso não funcionou", "o Senado não funcionou", "não votou lei", porque as pessoas medem o funcionamento de Câmara e Senado como se fosse possível medir, como quem fabrica sandálias. Produção em série. Ao produzir sandálias, às vezes, umas soltam as tiras, e outras deixam mau cheiro.

Portanto, o debate sobre uma questão de lei deve estar associado a um outro processo. Aí, há essa interação. É que este é o momento inclusive para a gente fazer esse debate aprofundado.

O segundo ponto que quero levantar aqui da crítica: publicamente, meu cara Ara, e aqui na mesma linha do que colocou o Eunício, eu fiz a crítica à Anatel quanto à apreciação, não pelo fato de uma instituição estar tomando o poder da outra. Fiz a crítica inclusive ao Poder a que eu pertenço, pelo fato de não compreender que deveríamos acelerar um pouco mais a apreciação da matéria, para não permitir, inclusive, atropelos, não na competição de quem vai produzir a legislação sobre essa área – até porque compete a nós –, mas exatamente por conta do perfil que esse segmento representa.

Eu não acho que isso pode ser tratado com um simples ajuste de uma portaria ou uma decisão de uma agência. Esse é um dos pontos mais incidentes na nossa economia e na vida da sociedade. Nós estamos tratando aqui da reformulação de um segmento que incidirá decisivamente na vida de cada cidadão, na agenda do dia, nas oportunidades, na democratização ao acesso. Então, acho importante lembrar isso. Não estamos tratando só e somente só de uma parcela da economia, ou para atender radiodifusores ou operadores de telecomunicações.

Portanto, a compreensão que a agência deveria ter sobre esse tema é nessa linha. Aqui, o que está em jogo é exatamente aquilo que a agência tem de cumprir: defender os usuários e os consumidores brasileiros. Na minha opinião, o papel de uma agência reguladora é a defesa dos interesses desses da sociedade; por isso, ela foi constituída. Assim, esse debate tinha de ser amiúde, mas casado com a necessidade de responder ao tema.

Nesse debate, temos dois segmentos: um, com dez milhões de usuários; outro, só em celular – anotei aqui por segundo, como relatou a Telebrasil – íamos falar em duzentos e sete milhões de celulares.

Portanto, se não tivermos cuidado, se não tivermos exatamente essa acuidade em tratar esse assunto, é lógico que quem tem duzentos e sete milhões tem a unha maior, vai subir na parede muito mais rápido e vai esmagar... Então, não teremos competitividade se as regras claras não forem adotadas, se os papéis da Anatel e da Ancine não ficarem estritamente claros num projeto como este.

A tendência natural é que os órgãos reguladores não tenham a menor capacidade para o enfrentamento principalmente do tamanho desses operadores. É importante enxergarmos todos esses aspectos e trabalharmos os pontos cruciais dessa nova relação. Volto a frisar que isso é uma atividade econômica, mas uma atividade econômica que carrega, que empacota, que distribui algo que é um valor imaterial, importantíssimo na sociedade: é um negocinho chamado informação, conhecimento, cultura. São valores preciosos e garantidos constitucionalmente no nosso País.

Nós precisamos agora fazer o desdobramento das garantias constitucionais, para que, em lei, a gente possa promover as condições para que isso chegue a todos, e não só a 262 Municípios. Como isso pode ser utilizado para ampliar a capacidade de banda larga de que todo mundo fala? Como nós podemos casar as diversas infraestruturas e fazer cumprir inclusive o artigo da Lei Geral de Telecomunicações, o compartilhamento da infraestrutura, o tal do *unbundling*?

Do contrário, vamos ficar cobrando investimentos de radiodifusores, operadores de telecomunicações quando, na realidade, se tivéssemos essa obrigatoriedade, poderíamos exatamente compartilhar essa infraestrutura e chegar em mais de 262 Municípios.

Esse é um ponto crucial nesse debate. Não temos a pretensão de o PL nº 116 resolver todos os problemas do mundo. A convergência de mídia, a convergência tecnológica e a convergência inclusive das ideias nos colocam agora diante do PL nº 116. Portanto, o esforço do Senado agora é por tentar mediar, sim... Eu gostaria muito que o PL nº 332, de minha autoria, fosse aprovado na íntegra. Para quê? Para ter o prazer de dizer que aprovei um projeto de minha autoria em conjunto com Paulo Teixeira? Não.

Então, é importante que a gente tenha a capacidade de mediar.

Para encerrar, Sr. Presidente, queria tocar em alguns pontos que acho que vão merecer de nós, Senadores, um aprofundamento maior para que a gente possa produzir algo e, efetivamente, entregar à sociedade brasileira uma ferramenta.

Aliás, deixe-me fazer uma crítica aqui. Alguns aqui talvez a conheçam. O Evandro estava aqui e saiu, Chico, Slaviero, Marcio. Sempre fiz uma cobrança – aliás, estou há quatro anos fazendo essa cobrança, e o Johnny Saad sabe disso. Fruto dessa cobrança, logo em seguida, fomos fazer um debate no Canal Livre, no domingo à noite, sobre esse projeto. E minha cobrança é o seguinte: é interessante que estamos tratando de uma matéria que envolve, Marcio, TV por assinatura, radiodifusores, processo de comunicação, e eu nunca vi um programa específico em nenhuma emissora, em nenhum canal desses, em nenhuma rede que tratasse esse tema. Estou fazendo, de novo, a cobrança.

Estamos fazendo a transmissão aqui pelo Interlegis. Mas isso é a essência desse segmento! E esse segmento ainda não topou abrir para fazer o debate. Quantos programas especiais essas redes têm? Poderiam dedicar um programa especial, mesmo na TV por assinatura e mesmo na TV aberta. Quantos programas há para isso? Para chegar e dizer: "vamos fazer o debate nesses canais". O que isso representa para o povo brasileiro? Estou falando de um país em que a TV aberta está presente em quase todas as casas.

Eu estava brincando com o Eduardo Braga: "nós perdemos Minha Casa, Minha Vida". Eu disse: "Eduardo, nós perdemos a oportunidade de votar TV por assinatura. A Dilma está lançando Minha Casa, Minha Vida; se não tiver Minha Casa, Minha Vida, não dá para pendurar uma parabólica, não dá para pendurar uma antena".

No interior da Bahia – eu posso falar aqui sem medo de errar, e a mesma coisa deve estar acontecendo no Ceará, no Mato Grosso do Sul, no Acre, no Amazonas –, meu caro Eduardo, eu posso dizer aqui tranquilamente que mais de 60% da população assistem TV via parabólica.

Na Bahia, há um povoado chamado Tracupá, cuja principal atividade econômica é exploração do couro, fabricação de carteiras, cintos. E o nome do povoado deixou de ser Tracupá, que é um nome indígena, por conta dos índios que vivem naquela região, kiriris e outros. E aí? O Tracupá agora se chama "povoado da parabólica" Não tem uma casa sem parabólica.

Então, é importante fazer esse debate com vocês. Vocês podiam nos ajudar para que esse debate pudesse chegar à vida das pessoas, para o sujeito chegar lá no Crato, em Corumbá, em Cruzeiro do Sul ou em qualquer outra região ribeirinha, do Amazonas, aonde só se vai de barco, mas aonde o sinal chega.

Eu sou do tempo, Eduardo... Chico falou aqui de 1991 – eu era o presidente da federação dos trabalhadores quando entramos com esse projeto. Em 1991, eu era o presidente da Fitel. Eu sou do tempo da tropodifusão para atender o Amazonas, no sistema Telebrás. Eu venho de lá. Era assim que a gente atendia o Amazonas.

Esse tempo mudou: ou a gente aproveita isso, essa mudança de tempo... Quando começarmos a discutir o PL nº 29, que era assim chamado na Câmara, nós estávamos discutindo o 3G. Nós estamos aqui fechando o debate sobre o PL nº 116 no Senado, quando agora estamos discutindo LTE, outra tecnologia; quando estamos discutindo inclusive outras formas. E a TV digital? Quando ela bater na mobilidade, sem regras, sem condição para que isso opere, como é que isso vai ser processado? Volto a frisar: quem tem 207 milhões de celulares na rua pode tranquilamente enfiar o que quiser, fazer *download* do que quiser. E aí? Depois, adiante, nós vamos ficar só reclamando que o aspecto tecnológico tem nos atropelado?

Portanto, criar condições, traçar o caminho, é para permitir principalmente o atendimento de quem está lá na ponta, chegar em todos os cantos deste país, aproveitar essa capilaridade. Eu, por exemplo, tenho dito sempre que quero botar o povo de TV por assinatura para dentro para ver se a gente aumenta a possibilidade dessa última milha de que a gente tanto reclama. A Telebrás anunciou agora que nós vamos chegar a trezentas cidades com banda larga. Faltam 5,3 mil ainda! Não é fácil não, meu velho. É importante termos essa compreensão.

Os Senadores e Deputados não aprovaram uma lei sem ler. Não foi isso, acho muito difícil que isso tenha acontecido. Tiveram toda uma preocupação, foram trabalhando. Nós cometemos erros como legisladores, é por isso que estamos fazendo audiências públicas, queremos escutar para a gente entender isso.

Quais são os pontos de divergência que estamos enfrentando aqui?

Primeiro, as restrições, que foram levantadas aqui. E é importante a gente lembrar uma coisa: as restrições valem para radiodifusores como valem para operadores de telecomunicações, 30% para as teles, 50% para os radiodifusores. Esse debate foi travado exatamente para não permitir um processo em que você tivesse um domínio muito forte.

É fundamental que a gente tenha um processo local, por isso é que insistimos na produção cultural local, por isso é que insistimos na produção independente. E não é só para fortalecer a produção cultural local, mas principalmente para a gente permitir que emissoras locais, relacionando-se com sua produção cultural local, tenham capacidade de sobreviver ante as grandes em nível nacional. Não com o intuito de derrotá-las, mas com o intuito, inclusive, de ter oportunidade de entrar nesse debate. É por isto que essa combinação no PL nº 116 é importante: é para a gente incentivar a chegada de operadores locais também, para servirem como porta de captação.

Então, quando o Manoel Rangel fala do incentivo... Se não tiver onde veicular, não adianta incentivar a produção independente. Eu vou escoar isso onde? Na manivela local?

O Discovery Kids deu uma grande demonstração de que, no Brasil, há produção cultural de qualidade: está lá na grade do Discovery Kids programa produzido aqui, neste país. Então, não é esse debate de que nós estamos impondo uma cota e que a qualidade, por si só, chegaria. Se não tiver a cota, várias das qualidades produzidas neste país não terão oportunidade de ser apreciadas. Ela é uma janela de oportunidade, ela não é uma regra de imposição para você comprar qualquer produto. É esse o debate. Então, acho que é importante trabalhar com esses aspectos.

Outro aspecto, além da cota, que quero levantar é exatamente essa história do conteúdo e da produção independente. O Brasil, por força da inexistência de regras como essa, tem uma produção cultural muito concentrada, por conta exatamente da força de alguns. Não dá para culpar tal rede ou tal produtora. Na realidade, foi exatamente a ausência de incentivo e de uma política para essa produção que fizeram com que quem era mais forte e que tinha, inclusive, os meios para isso, pudesse ampliar e alargar sua capacidade de produção cultural.

Outro aspecto: a questão da regulação por camadas versus a questão da ausência de regra. O Presidente tocou muito bem aqui: TTH tem ausência total. Então, como é que a gente pode fazer isso? É o debate sobre serviços e atividades. O que é que se regula? Portanto, é possível que isso fique claro.

Eu poderia perguntar ao meu companheiro Manoel Rangel, da Ancine: e aí, será que a Ancine está preparada para essas tarefas? Tem de estar. O nosso papel, enquanto Senado inclusive, é fiscalizar e cobrar essa Ancine para que ela, dentro desse período, não burocratize nem congele as atividades, nem tampouco utilize essas suas atribuições para se contrapor ou até para extrapolar as suas tarefas. É importante que façamos isso tanto com a Ancine quanto com a Anatel. As críticas que tanto Eunício quanto eu fizemos aqui valem também para a Ancine. Esta é a nossa tarefa: ir para cima e dizer "Limite: você tem de ir até aqui". Então, é importante discutir esse aspecto.

A questão da publicidade, que é outra reclamação.

A publicidade vai até para a história do financiamento, por isso é que introduzimos aquela engenharia muito bem produzida pelo companheiro Jorge Bittar, tentando sacar um dinheirinho do Fistel e jogar para cá para permitir que você pudesse dispensar um recurso para o fomento. A publicidade adquirida a partir de cada rede vai ser dispensada? Ou seja, o financiamento privado vai ser utilizado para a produção independente? Eu particularmente não creio nisso.

Com todo respeito: nós não estamos tratando de caridade, nós estamos tratando de uma atividade econômica. Portanto, nós queremos dar aos senhores, da atividade econômica, as condições para que exerçam a atividade econômica, mas nós também precisamos dar a esse segmento a possibilidade de fomentar, de incentivar, de permitir que outros atores cheguem a esse cenário para aumentar a competitividade.

Há também o debate sobre essa questão da distribuição da publicidade. Aliás, há uma crítica que sempre faço... Já ouvi alguém falando aqui da qualidade da distribuição. Na hora, o Senador Inácio até tomou um susto: "Eu pensei que fossem três horas por dia, mas são três horas por semana, o negócio da cota...". Aí todo mundo fala: "Mas as redes colocam filmes de primeira linha...".

Eu poderia citar aqui o nome de pelo menos dez filmes, mas vou citar de dois que todo mundo conhece. São ótimos filmes, ótimos artistas, filmes excelentes, mas que estão permanentemente na grade, estão sempre sendo exibidos. Duro de Matar já ficou duro de ver, porque é repetido frequentemente, principalmente perto do Natal – acontece exatamente no final do ano, com a mulher de um grande ator num sequestro. O outro é O Diabo veste Prada. Esses filmes são permanentemente repetidos!

Não estou falando da qualidade desses dois filmes, estou falando da insistência na repetição deles. Não acredito que seja por ausência de produção, porque há um bocado de outros filmes, inclusive de fora. Não estamos tratando aqui de botar cadeado e de determinar que não entre absolutamente nada de lá para cá, nós não estamos fazendo isso. Não dá para transformar o Brasil numa ilha, nós não temos nem estrutura para isso, além de ser incorreto. O que nós estamos propondo somente é que dêem uma olhada e, nesse cenário, permitam também a entrada daquilo que é produzido no Brasil.

As regras de transição.

A história aqui é muito claramente colocada – vou encerrar, Sr. Presidente – e trata principalmente dessa questão do carregamento, meu caro Davim. Então, acho que esses debates, esses pontos...

Queria dizer muito sinceramente – eu disse ao Presidente ali – que, na minha opinião, são três pontos centrais, mas, se a gente distribuir aqui, nós vamos ter condição de fazer esse debate com os senhores e as senhoras, com a sociedade, internamente, para a gente tentar ajustar o projeto e ter a oportunidade de entregar ao povo brasileiro uma ferramenta que, de certa forma, nos coloque diante de um momento em que a nossa obrigação é chamada à responsabilidade.

Volto a insistir: se não fizermos isso, nós não teremos, de forma nenhuma, uma contribuição para dar neste cenário que vai se configurar daqui a pouco tempo. Portanto, essa é uma tarefa da qual a gente não pode abdicar. Não se trata de produzir mais uma lei, mas de pelo menos tentar criar os caminhos para tirar cerceamento de direito de escolha de prestadora de serviço e principalmente do consumidor, para a gente tratar essa questão das cotas muito mais numa linha de oportunizar e não de obrigar, para que a gente permita, inclusive, nessa questão das vedações estabelecidas para as teles e para os radiodifusores, que tenhamos condições de equacionar isso e que não se invada o outro a partir da sua estrutura, meu caro Evandro, que é esse cenário de competição no Brasil. Se for estabelecido sem essa regra, não vai ser um enfrentamento igual, mas desigual.

E eu queria deixar aqui três ponderações exatamente na linha das agências reguladoras, tanto a Ancine quanto a Anatel, para entender quais são os pontos desse projeto e como é que esses dois setores vão atuar pensando no consumidor brasileiro.

A Ancine, eu já tinha dito... Penso que seria importante que a agência, cada vez mais, demonstre que não será um obstáculo a esse processo. Ao contrário,

ela tem que ser o instrumento facilitador, principalmente para esse mercado se desenvolver, pois é o mercado que mais precisa, e possa chegar.

Aos operadores, gostaria de dizer que considerar a produção independente, a programação, a diversificação da programação, a oferta ao consumidor, a todos esses, gostaria que pudéssemos pensar na possibilidade de cada um ir cedendo. Gostaria muito e quero encerrar com isso. Que eu pegasse aqui e dissesse: é o 332. O 116 é exatamente o extrato desse conjunto de divergências que acumulamos. Não teria como produzir o 116 atendendo a um e discordando de outro. Estamos fazendo um esquartejamento literal de todas as propostas e de todas as posições. E fomos medianos em quais os pontos que poderiam ser produzidos, chegando a isso que está aí.

Quero insistir: em minha opinião, esses pontos básicos que levantei merecem, de nossa parte, enquanto Senadores, um pouco mais de acuidade para ver onde é possível revisar, onde é possível abrir um pouco mais a mão e até onde possível também contar com os segmentos, para que eles entendam que não temos mais condição de aguardar por muito tempo a produção de algo que possa organizar o segmento e não engessá-lo para esse futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Walter Pinheiro e ao encerrar esta audiência pública, gostaria de dizer que, neste dia, ouvimos praticamente todos os segmentos e ouvimos também diversas opiniões, chegando ao cabo desta audiência pública convencidos de que recebemos contribuições importantes para que possamos, em cada uma de nossas comissões e, finalmente, no plenário, ter um projeto de lei que possa cumprir com o principal objetivo de todo esforço do Senado da República: fazer com que o consumidor, o cidadão brasileiro possa ter uma melhor qualidade no serviço, um preço mais competitivo e um mercado que possa assegurar às futuras gerações um Brasil melhor, mais qualificado e mais bem preparado.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 13horas e 27 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2011.

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 4. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, João Dado, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; **- Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Francisco Dornelles, Gleisi Hoffmann, João Vicente Claudino, Magno Malta e Vital DO Rêgo; **- Deputados suplentes:** Agnolin, Benjamin Maranhão, Carlos Brandão, Daniel Almeida, Danilo Forte, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, José Airton, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Vaz de Lima e Weliton Prado; **- Senadores suplentes**: Anibal Diniz, Delcídio do Amaral, Inácio Arruda, Ivo Cassol e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, João Magalhães, Jorge Pinheiro e Vitor Penido **-Senadores**: Cyro Miranda, Itamar Franco, Jayme Campos, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. **ABERTURA:** Às quatorze horas cinquenta e nove minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. **AVISOS:** 1) o Presidente comunicou que a partir daquela data, estava disponível na *WebCâmara* a transmissão ao vivo dos vídeos das reuniões da Comissão; 2) no dia 5 de maio, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, estava marcada reunião conjunta de audiência pública da CMO com a Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Comissão de Assuntos Econômicos, e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, com a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, para discorrer sobre o tema: *"avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços" - referente ao 2º* semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no *§ 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*

– *Lei de Responsabilidade Fiscal;* 3) o Presidente informou que atendendo ao Requerimento nº 8/2011-CMO, aprovado em 19/4/2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), constituiu Grupo de Trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo orçamentário no âmbito da CMO e sugerir medidas de aperfeiçoamento. Em seguida, indicou os seguintes componentes: Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012; Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012; Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012; Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Relatora do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015; e o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), representante do Líder da Minoria no Congresso Nacional; 4) o Presidente esclareceu que foram concluídas as designações dos membros dos comitês permanentes da Comissão nos termos estabelecido no *art. 18 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* cuja composição seria divulgada naquela semana, na página da Comissão na internet, em *Notícias – comitês permanentes 2011;* 5) O Presidente anunciou a presença, em plenário da CMO, do Governador do Mato Grosso do Sul, Sr. André Puccinelli; 6) o Presidente informou que as reuniões com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão seriam realizadas ordinariamente às terças-feiras, às quatorze horas e trinta minutos. Aproveitando, informou que está marcada, para o dia 10 de maio, reunião para definição dos relatores setoriais do Projeto de Lei Orçamentária para 2012. O *quorum* regimental para deliberação foi atingido. Apreciação das Atas das seguintes reuniões: 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 19/4/2011; 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 26/4/2011; e 3ª Reunião Ordinária, convocada em 27/4/2011. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes**.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA:** PAUTA Nº 4. **1 –** Apreciação do **Requerimento nº 1/2011-CMO (Alterado)**, conforme decidido na 1ª Reunião Ordinária, em 6/4/2011**,** que "Requer a realização de Audiência Pública em dois momentos, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença, em primeiro momento, do Presidente da Autoridade Pública Olímpica, do Presidente da INFRAERO, do Diretor-Geral do DNIT e do Representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura – SINICON; e, em segundo momento, do Ministro Chefe de Estado da Controladoria-Geral da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Caixa Econômica Federal." Autor: Deputado Cláudio Cajado (DEM/BA). O autor apresentou o Requerimento. Discutiram o assunto os Deputados Ademir Camilo (PDT/MG), André Vargas (PT/PR) e Hugo Leal (PSC/RJ). Encerrado o debate, o Relatório foi submetido à votação que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2 –** Apreciação do **Requerimento nº 3/2011-CMO**, que "Requer que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e de Fiscalização -CMO, determine que o Tribunal de Contas da União TCU, fiscalize "in loco" as obras paradas ou consideradas inacabadas, bem como os respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis". Autor: Deputado Rubens Bueno (PPS/PR). O Requerimento foi **retirado** de tramitação, a pedido do autor. **3 –** Apreciação do **Requerimento nº 6/2011-CMO**, que "Requer a realização de audiência pública."(Para debater a atual situação das obras paralisadas e as inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União. Solicita ainda, a presença das personalidades a seguir: Sra. Mirian Aparecida Belchior, Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA). Autor: Deputado Rubens Bueno (PPS/PR). O autor apresentou o Requerimento. Iniciados os debates, a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) sugeriu que o objeto do requerimento fosse encaminhado ao Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI para, após a devida análise, fosse realizada a reunião de audiência pública. O Deputado André Vargas (PT/PR) concordou com a proposta. O Deputado José Priante (PMDB/PA) discutiu o assunto. Finalizando, o autor concordou em solicitar as informações ao Poder Executivo e realizar a audiência pública oportunamente. A discussão foi finalizada. Em votação, o Requerimento alterado, com a concordância do autor, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos

Deputados e do Senado Federal no sentido de que seja encaminhada à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitação para que envie à CMO relatório que contenha a relação de todas as obras paralisadas e inacabadas custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União, além de dados referentes às datas de início, tempo de paralisação, recursos já aplicados pela União e custos para conclusão de cada uma das obras elencadas. O autor solicitou, ainda, que a Presidência da CMO constitua, o mais rapidamente possível, o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. **4 –** Apreciação do **Requerimento n° 7/2011-CMO**, que "Requer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) que seja convidado o Secretário do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos sobre a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a pagar". Autor: Deputado José Priante (PMDB/PA). Ao apresentar o Requerimento, o autor indagou da Presidência o prazo para comparecimento do Secretário do Tesouro Nacional à CMO, tendo em vista o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. O Presidente informou que o comparecimento do Secretário está previsto para o mês de maio, conforme estabelece o mesmo diploma legal. A Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) sugeriu que aproveitasse a vinda do Secretário para prestar as informações solicitadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e prestasse também as informações solicitadas no Requerimento. A Senadora Lídice da Mata (PSB/BA) discutiu a matéria. O debate foi encerrado. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade, com a sugestão da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) de que se aproveitasse a vinda do Secretário do Tesouro Nacional, à CMO, em cumprimento ao disposto no *art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF)*, para que fossem prestados os esclarecimentos solicitados no requerimento. Requerimento para inclusão na pauta do Requerimento nº 9/2011CMO, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR). Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA: Apreciação do **Requerimento n° 9/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para tratar sobre a efetivação dos direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual – Quadriênio 2012/2015 e na Proposta do Orçamento Geral da União para 2012". Autora: Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR). A autora apresentou o Requerimento e sugeriu a data de 23 de maio para a realização da reunião. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e acatada a sugestão da autora que indicou o dia 23 de maio para realização da reunião conjunta de audiência pública. Requerimento para inclusão na pauta do Requerimento nº 10/2011-CMO de autoria do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA). Não houve debate. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA: Apreciação do **Requerimento n° 10/2011-CMO**, que "Solicita informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre as consequências da vigência do *Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011*, que "*mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 que especifica, altera o parágrafo único art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e dá outras providências*". O autor, Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), apresentou o Requerimento. Discutiram a matéria os Deputados José Priante (PMDB/PA), Gilmar Machado (PT/MG), Danilo Forte (PMDB/CE), Ademir Camilo (PDT/MG), Edmar Arruda (PSC/PR) e André Vargas (PT/PR). A Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) sugeriu que primeiramente viesse o Secretário do Tesouro Nacional e, após, a matéria seria apreciada. A discussão foi encerrada. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Requerimento nº 11/2011-CMO, de autoria do Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB). Não houve debate. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA: Apreciação do **Requerimento n° 11/2011-CMO**, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a operacionalização do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, com a presença, do Presidente da Caixa Econômica Federal". O autor, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), apresentou a matéria. O Deputado Ademir Camilo (PDT/MG) sugeriu que o Presidente da instituição fosse convocado ao invés de convidado. O Presidente respondeu que seria encaminhado convite. Foi encerrado o debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado José Airton (PT/CE) fez uso da palavra para comunicar a sua decisão de não apresentar o relatório à Medida Provisória 531/2011, que "*Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no*

valor de R$ 74.000.000,00, para os fins que especifica", uma vez que não concordava com o seu caráter restritivo. O Deputado André Vargas (PT/PR) discutiu o assunto e posicionou-se contrário à decisão do relator da Medida Provisória. **ENCERRAMENTO:** tendo sido finalizada a apreciação das matérias da pauta, o Presidente encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia onze de maio, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **VITAL DO RÊGO.** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A Senadora Lídice da Mata, que já salvou reunião, aqui veio salvar esta reunião. Palmas para ela! *(Palmas.)*

São 15 horas.

Evocando a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos, com número regimental, os nossos trabalhos.

Declaro iniciada a quarta reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 4, de 2011. Informo que os avulsos das matérias se encontram na mesa dos nossos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara e do Senado.

Comunico que a partir de hoje, 4 de maio, estará disponível na página *Web* da Câmara a transmissão ao vivo de vídeos das reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. E informo que no dia 5 de maio, amanhã, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, será realizada reunião conjunta de audiência pública da Comissão Mista de Orçamento com as Comissões de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, e com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal, com a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil — BACEN, que apresentará a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas, monetárias, creditícias e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço, referentes ao segundo semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que aniversaria hoje.

Vamos constituir, por deliberação desta Casa, através do Requerimento nº 08/2011, grupo de trabalho para avaliar diversos procedimentos do processo legislativo orçamentário no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, e sugerir mudanças para seu aperfeiçoamento. O grupo de trabalho, segundo o requerimento aprovado pelos Srs. Senadores e pelas Sras. Senadoras, pelos Srs. Deputados e pelas Sras. Deputadas, será constituído pelos nossos Relatores: Deputado Arlindo Chinaglia, Deputado Márcio Reinaldo Moreira. O Deputado Arlindo Chinaglia, como Relator Geral do Projeto de Lei Orçamentária; o Deputado Márcio Reinaldo Moreira como Relator da LDO; e a Senadora Gleisi Hoffmann, como Relatora do PPA.

Comunico à Casa que, por designação dos Srs. Líderes e com o apoio unânime de todas as Lideranças, nós vamos ter, a partir de hoje, o Senador Acir Gurgacz como responsável pela relatoria da receita da nossa proposta orçamentária. Ele, portanto, juntamente com os outros Relatores e um Líder da Minoria (que Líder da Minoria!), que será o Deputado Claudio Cajado.

A Comissão de cinco Parlamentares será composta pelo Deputado Claudio, pelo Deputado Arlindo, pelo Senador Acir, pelo Deputado Márcio Reinaldo Moreira e pela Senadora Gleisi. A partir de hoje, oficialmente, esse grupo de trabalho passa a existir.

Os comitês permanentes estão liberados, conclusos e serão divulgados ainda hoje.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das ata por terem sido as cópias distribuídas antecipadamente.

Algum registro? *(Pausa.)*

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "a", do nosso Regimento Interno, art. 8º, coloco as atas em votação das seguintes reuniões: primeira reunião extraordinária, realizada no dia 19 de abril; primeira reunião conjunta, realizada no dia 26 de abril; e terceira reunião ordinária, realizada no dia 27 de abril.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deixe-me terminar a leitura do expediente, Deputado Cajado.

Conforme decidido na quarta reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes que serão transcritos das notas taquigráficas.

EXPEDIENTE

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OFGAB 10/2011, de 19 de abril, do Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), Coordenador da Bancada da Bahia, informando que na reunião daquela Bancada, no dia 13 de abril de 2011, foi eleito como sub-coordenador, o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA).

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

1) Ofício Nº 178/2011-BSB, de 19 de abril, do Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS), justificando ausência no período de 15 a 20 de abril. **2)** OGCC 065/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), justificando ausência no dia 19 de abril.

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobreObras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):

1) Ofício n° 160–L–DEM/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado, Vice-Líder do Democratas, indicando o Deputado Heuler Cruvinel (DEM/GO). **2)** OF/B/053/11, de 27 de abril, da Deputada Ana Arraes, Líder do Bloco PSB, PTB e PCdoB, indicando o Deputado Valtenir Pereira (PSB/MT). **3)** OF. Nº 032/2011 – GLDPP, de 3 de maio, do Senador Francisco Dornelles, Líder do PP, indicando o Senador Ivo Cassol (PP/RO).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade deEmendas (CAE):

1) Ofício n° 159–L–DEM/11, de 19 de abril, do Deputado Claudio Cajado, Vice-Líder do Democratas, indicando o Deputado Vitor Penido (DEM/MG). **2)** OF/B/053/11, de 27 de abril, da Deputada Ana Arraes, Líder do Bloco PSB, PTB e PCdoB, indicando o Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE).

-**Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias comassento na Comissão:**

1) Ofício nº 164-L-/2011/DEM, de 27 de abril, do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do Democratas, indicando o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA).

- Expediente encaminhando indicação para Relatoria da Receita do Projeto de Lei Orçamentária Anualpara 2012:

1) Ofício nº 049/2011 – GLDBAG, de 28 de abril, do Senador Humberto Costa, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o Senador Acir Gurgacz (PDT/RO).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 066/2011/ASPAR-GM-MP, de 19 de abril, da Assessoria Parlamentar do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, confirmando a presença da Ministra, Sra. Miriam Aparecida Belchior, na reunião de audiência pública a ser realizada no dia 26 de abril, nesta Comissão.

2) Ofício nº 11.057/SE/SFC/CGU/PR, de 27 de abril de 2011, do Secretário-Executivo Substituto da Controladoria-Geral da União, encaminhando um exemplar da Prestação de Contas do Presidente da República, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, aoPresidente da CMO:

Avisos Seses de 20 de abril: 1) Aviso n° 503/2011 (Acórdão nº 1.039/2011): Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 027.921/2010-7, pelo Plenário do TCU na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 20/4/2011, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam. **2)** Aviso n° 514/2011 (Acórdão nº 1.026/2011): Fornecimento de trilhos para trechos das obras de Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, no Estado da Bahia, e de Construção da Ferrovia Norte-Sul, nos Estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

Avisos Seses de 27 de abril: 1) Aviso n° 521/2011 (Acórdão nº 1.065/2011): Obras de construção do Aeroporto Internacional de Natal, no Município de São Gonçalo do Amarante – RN. **2)** Aviso n° 527/2011 (Acórdão nº 1.076/2011): Obras de infraestrutura e urbanismo do Complexo Militar do Planalto, no Setor Militar Urbano em Brasília-DF. **3)** Aviso n° 531/2011 (Acórdão nº 1.084/2011): Obras de ampliação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, aoPresidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Avisos Seses de 27 de abril: 1) Aviso n° 546/2011 (Acórdão nº 1.054/2011): Obras de duplicação e recuperação da BR 101/RJ, no subtrecho compreendido entre Santa Cruz (km 385,8) e Itacuruçá (km 411,96), e do acesso ao Porto de Itaguaí, inicialmente designado Porto de Sepetiba (no Km 403,5 da Br 101/RJ).

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada por meio de correio eletrônico aos gabinetes dos senhores membros e das lideranças partidárias.

Registro, com muita honra, a presença do italiano e mais brasileiro do que todos nós, André Puccinelli, campeoníssimo no Mato Grosso do Sul. O nosso querido Governador está muito bem instalado ao lado de dignos Parlamentares, como Geraldo Resende.

Esta Casa é sua, Governador. Espero que ela possa trabalhar para trazer benefícios para o seu Estado. A responsabilidade é dos seus representantes, Governador.

O Deputado Cajado pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO -Sr. Presidente, de acordo com o art. 214, parágrafo único, item 3, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a inclusão de um requerimento de informações de minha autoria, e para o qual peço o apoiamento dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Os requerimentos extrapauta, na forma regimental, estarão incluídos na pauta para avaliação do Plenário.

Há ainda outro, o Requerimento nº 11, de nossa autoria.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sim, Sr. Presidente. De acordo com o art. 17, nós já temos o prazo esgotado para poder apresentar os relatores setoriais. Peço a V.Exa. que nos informe como vai elaborar a relação desses relatores, reunir os partidos políticos, para que estes possam apresentar as suas indicações, já que me parece que nós já estamos fora do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. tem razão. Consulto os Líderes partidários sobre se podemos marcar para a próxima quinta-feira, para não perdermos tempo na divulgação desses relatórios — amanhã de manhã temos reunião à tarde, às 16 horas. Ou será às 14 horas? Porque o Tombini estará aqui. A reunião é grande. Vamos ouvi-los — senão, só na próxima semana. Então, vamos ordenar os trabalhos.

O SR. O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Que tal terça-feira? Vamos marcar para terça-feira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Na terça-feira fica melhor.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - André, terça-feira? Terça-feira, Ademir?

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Priante, terça?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Terça-feira está bem.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO -Por mim poderia ser até hoje, depois desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Então, terça-feira reunião tem reunião de Líderes.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, estou pedindo a retirada de pauta do Item 2, do Requerimento nº 3, porque o Requerimento nº 6, que é o Item 3 da pauta, substitui o de número 2, tendo em vista que ele é mais abrangente. Nós tomamos essa decisão no sentido de trazer aqui as pessoas e as instituições representativas para um grande debate, ocasião em que vamos tratar das obras paradas, das obras inacabadas, enfim, dos projetos em andamento. Nós queremos discutir isso atentamente. Portanto, o requerimento que nós gostaríamos que permanecesse em pauta, para discussão e votação, é o de número 3, constante da pauta de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deferida a solicitação de V.Exa.

Reconfirmo que teremos reunião de Lideranças para tratar das relatorias setoriais — ordinariamente, como deve ser feita todas as semanas, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos. Como em todas as terças-feiras haveremos de fazer. Então, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos.

Tem a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero também requerer a inclusão na Ordem do Dia do Requerimento nº 9, que solicita a realização de audiência pública conjunta com a Comissão dos Direitos Humanos do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Será atendida a solicitação de V.Exa. na forma regimental.

Foi apresentado também o Requerimento nº 11, de 2011, que requer audiência pública com o Presidente da Caixa Econômica Federal.

Ordem do Dia.

Apreciação do Requerimento nº 1, de 2011, conforme decidido na primeira reunião ordinária, que requer a realização de audiência pública, em dois momentos, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, com a presença, em primeiro momento, do Presidente da Autoridade Pública Olímpica, do Presidente da INFRAERO, do Diretor-Geral do DNIT e do representante do

Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada e Infraestrutura; e, em segundo momento, do Ministro Chefe de Estado da Controladoria-Geral da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Presidente da Caixa Econômica Federal.

O autor é o Deputado Claudio Cajado, a quem passo a palavra para apresentação do requerimento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, o requerimento é autoexplicativo. Proponho ouvir aqui, primeiro, os representantes de órgãos e as autoridades que fiscalizam a execução dos recursos públicos; e, segundo, aqueles que os executam, especificamente alinhados com a realização da Copa do Mundo, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e Jogos Militares, a fim de alterarmos uma legislação que nasceu sob a égide da pós-corrupção da era Collor.

Para alterar a Lei nº 8.666 temos que convencer a sociedade acerca dessa necessidade. E temos de fazê-lo da forma mais adequada que o Parlamento detém: por meio de ampla discussão, com a realização de audiências públicas, para que possamos clarear o tema com os diversos entes envolvidos, sejam do setor de fiscalização, como a AGU, a Caixa Econômica e o Tribunal de Contas da União, sejam aqueles que têm a responsabilidade da execução.

Não quero dizer aqui que sou contrário. O gestor público sabe das amarras que impõe a Lei nº 8.666. Modificá-la não é um ato a ser feito especificamente para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, mas, em especial, para futuros contratos e processos licitatórios.

Portanto, a realização de audiência pública é justamente para debater essa questão.

Informo aos Parlamentares que estamos para deliberar sobre a MP nº 521, que trata dessa questão. Mas parece que não há consenso, e a matéria não deverá ser votada.

Nós, do Democratas, obstruiremos a votação, utilizaremos todos os meios, juntamente com outros partidos de oposição, para que essa medida provisória não seja votada, não apenas pela falta de discussão, mas, acima de tudo, por causa deste requerimento, que vem ao encontro das aspirações daqueles que desejam se aprofundar no assunto.

Peço a todos o apoiamento. Espero que este requerimento seja aprovado. Se for, que V.Exa. marque com brevidade essa audiência pública, de suma importância para nós, Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Deputado Ademir Camilo. Em seguida, ouviremos os Deputados André Vargas e Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, Senadoras e Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu peço encarecidamente às senhoras e aos senhores presentes no auditório e aos companheiros de trabalho que, em respeito ao colega que está falando, façamos silêncio, a fim de a reunião transcorrer na mais alta normalidade e eficácia.

V.Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, Senadores e Deputados, estão presentes aqui Líderes de alguns partidos. Ontem, na reunião de Líderes que aconteceu na sala do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, ficou decidido que hoje iríamos discutir e provavelmente votar a 521. Ontem à noite havia a boa vontade dos Líderes do Democratas que lá estavam, o Líder e o Vice-Líder, de colocar essa matéria hoje em discussão e votação.

Discutimos com o companheiro Cajado que, se a votássemos hoje, inclusive no Senado, essa audiência pública poderia ser realizada, mas também que, depois de votada a matéria, seria discutido, no plenário da Câmara ou no plenário do Senado, esse regime diferenciado para contratação.

O que ocorre, Deputado Cajado, é que, se formos nos aprofundar na matéria, veremos que é um pregão eletrônico ou um pregão presencial. E, se ainda ficar subsidiariamente à 8.666, praticamente teremos algumas facilidades. Mas o que tem acontecido no País? Hoje, para se fazer qualquer contratação pública, todos nós, a grande maioria do povo brasileiro já sabemos que fica muito mais caro para o ente público do que para o particular. Então, precisamos dar agilidade; precisamos resolver definitivamente o problema da Copa.

Vamos aprovar essa audiência pública com um grande acordo. Se conseguirmos votar tanto na Câmara como no Senado, perde a iniciativa da audiência, porque então já se votou.

Essa a minha contribuição.

Ontem à noite, o Democratas, presentes o Líder e o Vice-Líder, mostrou que não seria empecilho para a votação da 521 hoje no plenário da Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, o PT votará favoravelmente a esse requerimento do Deputado Cajado. Mas, de antemão, levanto uma questão com relação às sistemáticas convocações de Ministros ou de autoridades por esta Comissão.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe que os Ministros têm suas missões, e várias Comissões os convocam. Re-

centemente, recebemos aqui a Miriam Belchior numa memorável audiência, em que houve o mais profundo debate.

Então, vamos votar favoravelmente, junto com o Deputado Cajado, entendendo que, mesmo que haja votação, esse debate é importante porque esclarece as verdadeiras intenções do Governo no tocante a agilizar as licitações das obras mais importantes para esses dois grandes eventos, com fiscalização e com tudo o que o Governo entende seja correto e que a sociedade exige. Mas, antecipando o debate, gostaria de alertar os companheiros da base no sentido de que o PT vai orientá-los e lhes solicitar que votem contrariamente a esses requerimentos sistemáticos de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O Deputado Hugo Leal tem a palavra.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, já tive oportunidade de discutir esse requerimento numa outra reunião desta Comissão Mista de Orçamentos, e quero falar da sua importância.

Vou filiar-me a essa corrente do Deputado Claudio Cajado sobre a importância de debatermos o tema antes que ele vá para o plenário, uma vez que a perda de prazo da Medida Provisória nº 521 vai se dar bem

mais à frente. Particularmente, no meu modesto entendimento, não vejo necessidade premente de votarmos essa matéria hoje, obviamente falando enquanto Parlamentar do meu partido, e isoladamente, não do Governo. Por quê? Essa matéria inova em muitos aspectos não só na questão do pregão, como disse o Deputado Ademir Camilo, como também ela traz pontos extremamente positivos. Porque estamos estabelecendo uma relação, dizendo que esse sistema, sistema diferenciado de compras ou sistema diferenciado de processo licitatório, está sendo criado como uma ação para atender exclusivamente à Copa e às Olimpíadas — e não é isso. Assim, vamos acabar tendo uma legislação permanente; e, se vai haver uma legislação permanente, que tenhamos todo o cuidado.

Tive oportunidade de apreciar as modificações. Fui Relator da Medida Provisória nº 510, cuja matéria chegou a ser prevista nessa medida provisória, e a vejo com bastante cuidado.

Minha intenção, obviamente, é a de corroborar esse requerimento do Deputado Claudio Cajado e fazer um apelo para que essa audiência pública seja realizada antes da votação no plenário, até porque, se fôssemos seguir o rito da medida provisória, teria de haver uma Comissão Especial. Como nós não seguimos o rito da medida provisória por não ter Comissão Especial, nada mais importante do que discutir nesta CMO, que é uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, matéria que, depois, com certeza, terá sua votação facilitada no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço, Deputado Hugo Leal.

Não há mais oradores inscritos.

Coloco em votação na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Item 2 foi retirado pelo autor.

Item 3, Requerimento 6: requer a realização de audiência pública para debater a atual situação das obras paralisadas e inacabadas, custeadas no todo ou em parte com recursos da União; solicita ainda a presença das personalidades a seguir: Sra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento; Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas; Sr. Marcos Túlio, Presidente do Conselho Federal de Engenharia.

O autor é o Deputado Rubens Bueno, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO -Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, este requerimento é exatamente mais abrangente — por isso o pedido da retirada do requerimento anterior. Ele quer discutir algo que chama a atenção; e veja que isso chama a minha atenção desde 1991, quando aqui cheguei. Na época, o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou o andamento das obras inacabadas ou paralisadas em todo o País, era o Senador Carlos Wilson, do Estado de Pernambuco, de saudosa memória. Desde então estamos vendo isso se agravar. E agora, com a recente notícia do decreto que vem cancelar restos a pagar dos últimos três anos, preocupa-nos a questão da aplicação do dinheiro público, porque mais obras inacabadas significam mais desperdício.

Sei que a Ministra Miriam Belchior esteve na Comissão na última semana, mas também sei que não tratou desse assunto. E não é porque a Ministra aqui esteve uma vez que não pode mais estar. Creio que temos de ter a boa prática, por exemplo, a do Parlamento inglês. O Primeiro-Ministro vai todas as quartas-feiras — repito: todas as quartas-feiras — ao Parlamento inglês para prestar contas dos seus atos. Logo, isso é fundamental para esclarecermos, para fazermos pelo menos um diagnóstico da situação que envolve obras paralisadas ou inacabadas em todo o País.

Portanto, estou aqui fazendo este pedido de audiência pública, convidando ainda o Presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, e o Presidente do CONFEA, Dr. Marcos Túlio de Melo.

Submeto-o e peço apoio aos nobres pares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço, Deputado Rubens Bueno.

Em discussão.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero tentar fazer aqui uma mediação e uma consulta a V.Exa. e também ao Deputado Rubens Bueno.

Temos o Comitê de Obras Inacabadas na Comissão Mista de Orçamento, que, aliás, vem fazendo um belíssimo trabalho, e que, no ano passado, elaborou um relatório muito consistente.

Sr. Presidente, acho que antes de pedirmos uma audiência pública com esse objetivo nós poderíamos indicar os membros do Comitê, fazê-lo funcionar e ter como uma das consequências desse trabalho a realização da audiência, mas já preparando a pauta que queremos discutir, ou seja, examinando quais são as obras e como estão. Creio que teríamos de dar essa condição à Comissão que tem o grupo, que tem o comitê, para que pudéssemos preparar a audiência.

E ainda solicito ao Deputado Rubens Bueno que essa audiência seja consequência de um trabalho do comitê.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A Senadora Gleisi solicita ao Deputado Rubens Bueno, autor do requerimento, que esse motivo, objeto do requerimento de S.Exa., seja encaminhado ao COI — Comitê de Obras com Indícios de Irregularidades, para que faça uma avaliação. Depois, naturalmente, a reunião mais ampla vai acontecer.

Essa é a palavra da Senadora.

Consulto S.Exa. sobre se concorda ou se deixamos caminhar a votação.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu só gostaria de... A Senadora Gleisi tem até uma visão ampla da questão, e aqui as coisas já estão caminhando. Mas o que eu estou pedindo na verdade é saber quais as obras inacabadas e paralisadas no Brasil. Porque ninguém sabe. Esta Casa tem o dever, a obrigação de ir a fundo nisso, buscar das entidades, dos órgãos, enfim, de tudo que for possível, essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos continuar discutindo, até uma decisão final.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E eu compreendo que ela esteja... Perfeitamente. Só que aí fala-se de obras irregulares, e eu não estou tratando de obras irregulares; estou tratando de obras paralisadas e inacabadas, de saber qual é o volume delas, onde estão, do que precisam, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Vejam, então, que esse seria outro requerimento, para solicitar quais são as obras inacabadas, para dialogar efetivamente com o nosso Comitê.

Aliás, nós estamos no começo do nosso trabalho. Essa afirmação de que tem obras paralisadas... Vejam, sou do Paraná e ando pelo Estado, como o Deputado Rubens Bueno, como a Senadora Gleisi e muitos outros. São raríssimas as obras paralisadas. Não é um fenômeno.

Então, nós do PT gostaríamos que essa solicitação da Senadora fosse acolhida. Porque, em não o sendo, nós teremos uma posição contrária a esse requerimento. Até porque, por outro assunto, a Ministra Miriam Belchior permaneceu nesta Casa por quase 5 horas, debatendo todos os assuntos, inclusive outros quaisquer, ainda que não estivessem na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Continua em discussão.

Deputado Rubens Bueno, para dizer se aceita ou não.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, eu acho que é importante discutir, porque nós estamos aqui tratando de... O Deputado André sabe, por exemplo, que no Paraná nós também temos obras inacabadas.

A estrada Boiadeiro é um exemplo de 50 anos. Não se está aqui culpando o Governo do PT. Não é nada disso. Se se quiser levar para esse campo, então nós não vamos cumprir o nosso papel. Nós estamos falando de obras inacabadas e paralisadas no País ao longo do tempo. Não é coisa de um governo ou de dois governos.

Também a questão do anel viário de Curitiba, que até hoje não foi concluído, como a do ramal ferroviário. Quer dizer, são obras que vêm para o Orçamento, saem, começa-se, põe-se dinheiro, e o dinheiro desaparece, o desemprego acontece...

Nós vivemos uma crise permanente do ponto de vista de boa gestão. Então, cabe a nós fiscalizarmos isso.

A Ministra esteve aqui na semana passada, Presidente, e eu reconheço; só que não foi tocado esse assunto. E também não estou preocupado se tenha que vir a Ministra ou que venha o Secretário Executivo de Planejamento do Ministério, para poder começarmos a discutir isso com atenção.

O Comitê Permanente da Comissão Mista de Orçamento poderá, a partir daí, nos ajudar a fazer o desdobramento das informações necessárias para a boa gestão pública no País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Continua em discussão.

Tem a palavra o Deputado José Priante. Depois, a Senadora Gleisi Hoffmann, para logo iniciamos o processo de deliberação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que esse requerimento apresentado pelo Deputado Rubens Bueno traz uma preocupação pertinente e indiscutível.

Agora, digo que ele poderia ser desdobrado em duas situações. Em primeiro lugar, o TCU, órgão auxiliar do Poder Legislativo: não me passa pela mente que ele tenha uma relação das obras que foram paralisadas e das que não foram paralisadas, das que estão acabadas e das que não estão acabadas, até porque isso é uma ação, ou uma negativa de ação, do Poder Executivo.

Então, acho que isso poderia ser, Deputado, desdobrado em dois momentos. Em primeiro lugar, nós tomarmos conhecimento das obras que estão paralisadas no Brasil — está certo? Daí, isso poderia ser desdobrado num pedido de informações, para o Governos nos informar. E aqui a Senadora colocou com muito propriedade: temos um Comitê de Acompanhamento das Obras Inacabadas. Então, num segundo momento, o Deputado, a Comissão, ou quem entender dessa forma, pode provocar o Tribunal de Contas da União no que diz respeito à obra A, B ou C, enfim, ao número de obras que entender devam merecer uma visita *in loco* do TCU. Até mesmo porque essa é uma obrigação do TCU. Mas é claro que o TCU, com certeza, não tem essa relação, a das obras que foram paralisadas, até mesmo porque, entre o dia da aprovação deste requerimento e a semana que vem, uma obra pode ser paralisada por deliberação do Poder Executivo, por falta de recursos, por iniciativa de qualquer fiscalização, por ação do Ministério Público. Enfim, vários caminhos podem levar a que uma obra seja paralisada.

Então, Deputado, eu sugiro a V.Exa., a fim de não prejudicar o encaminhamento da sua preocupação, e, evidentemente, se isso for do seu entendimento, que desdobre esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Deve-se tentar uma composição aqui, porque é função desta Casa fazer a fiscalização.

O Deputado Rubens Bueno tem razão em querer as informações. Eu só estou querendo que partamos para um método que permita melhor resultado. O Deputado José Priante falou agora. Poderíamos indicar o Comitê sobre Obras com Indícios de Irregularidades, até porque uma obra paralisada ou inacabada tem indícios de irregularidades, e no sentido não só de desvio de recursos, mas, às vezes, de ato de gestão, de ato processual. Então, esse comitê poderia analisá-las. Nós indicaríamos o Comitê. Seria uma das consequências desse trabalho e do levantamento que o Comitê faria, até para que a Comissão tivesse as informações fizesse audiências com as informações de um parecer do nosso comitê, que tem assessoria, tem técnicos. Haveria muito mais qualidade num debate em uma audiência pública do que se recebêssemos as informações só no momento da audiência.

Então, faço um apelo para que realmente possamos acertar com o Comitê. Na sequência, faríamos uma audiência pública, mas já com elementos e informações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço à Senadora.

Com a palavra o Deputado autor, para decidir o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO -Perfeito, o encaminhamento. Eu acolho a sugestão tanto da Senadora quanto do Deputado Priante: transformar esse requerimento num requerimento de informações, de acordo com o pedido que nós estamos fazendo no requerimento, e também indicar os membros do comitê sobre obras inacabadas, da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - As informações seriam requeridas ao Poder Executivo ou ao TCU?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Ao Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ao Poder Executivo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento, com as alterações, na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Providências à Secretaria.

Requerimento nº 7, de 2011.

Solicita-se ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

— CMO que seja convidado o Secretário do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos sobre a

disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a Pagar.

Com a palavra o autor, o Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE -Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, já me solicitaram que eu

retire o requerimento, em função de um dispositivo que, salvo engano, é da Lei de Responsabilidade

Fiscal, o qual estabelece que, a cada quadrimestre, é preciso haver um relatório e uma explanação por parte do Governo

— no caso, seria por parte do Secretário do Tesouro — no que diz respeito ao cumprimento das metas fiscais do quadrimestre.

A minha preocupação — faço com a maior tranquilidade essa ponderação, e é claro que o Secretário do Tesouro deverá comparecer à Comissão para prestar esclarecimentos, eu não tenho dúvida disso — diz respeito aos prazos, em função exatamente do decreto que foi feito no dia 30 passado, prorrogando os restos a pagar de 2009 e estabelecendo critérios quanto aos restos a pagar de 2007 e 2008.

Ora, no que se refere a essas preocupações, este aqui presente a Ministra Miriam Belchior. Então, vejam só, apesar de todas as preocupações e de todos os posicionamentos — neste momento, eu retrato que houve um sentimento unânime dos Parlamentares quanto aos restos a pagar —, o decreto trouxe uma inovação: os restos a pagar de 2007 e 2008 cairiam se a obra não tivesse começado. É claro que, em se tratando de obra iniciada, de obra em execução, seria uma imprudência cancelar restos a pagar. Resultaria em mais uma coleção de obras inacabadas no País. Então, falou o óbvio e ululante o decreto de prorrogação dos restos a pagar de 2007 e 2008.

Confesso, como Parlamentar da base do Governo, que estou preocupado no que diz respeito aos restos a pagar de 2009. Posso retirar, sem nenhum problema, o requerimento, até mesmo porque o Secretário do Tesouro deverá comparecer a esta Comissão para esclarecer a questão do quadrimestre, por força de dispositivo de lei, mas é preciso que haja esclarecimento antes que acabe o prazo estabelecido no decreto com referência aos restos a pagar de 2009. Se não, a preocupação que eu trago esta Comissão estará prejudicada.

É preciso que os representantes mais próximos da Liderança do Governo revelem a data em que o Secretário do Tesouro vai comparecer. Dessa forma não terei problema algum em retirar o requerimento, em colaboração com o andamento da Comissão, em colaboração de um modo geral, e também como Deputado da base do Governo.

Trago essa preocupação porque, nas minhas contas, o meu Estado, por exemplo, o Estado do Pará, sucumbiu em relação a empenhos — cerca de 500 milhões — relativos a obras, devido ao cancelamento dos restos a pagar de 2007 e 2008.

São essas as preocupações que eu trago, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Acolho a preocupação de V.Exa., Deputado José Priante, e principalmente a prudência quanto à retirada do requerimento, em virtude de dispositivo legal — § 4º do art. 9º da LRF, a qual hoje completa 11 anos — que determina que, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais.

Já determinei à Secretaria não que oficie, mas que entre em contato com o Secretário, para cumprimento da lei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Que seja o mais breve possível, Sr. Presidente, para não chegarmos em cima da hora e termos que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Solicitação atendida.

Com a palavra a Senadora Gleisi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Atendendo a solicitação da Senadora, eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O.k.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Eu ia até fazer uma sugestão ao Deputado José Priante. Nem era a retirada, mas a adequação do conteúdo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Então, eu "desrretiro" o requerimento. *(Riso.)*

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, não. Queria dizer que V.Exa. tem essa preocupação e que esses questionamentos fizessem parte da audiência que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não deixaríamos de discutir a questão. E fica claro aqui que isso fará parte do debate quando o Secretário do Tesouro estiver aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Eu acato a sugestão da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O.k. Está inclusa a sugestão.

Com a palavra o Deputado Ademir.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, quero apenas informar que, hoje, ao meio-dia, aconteceu, ou deveria acontecer, uma reunião entre todos os Líderes da Câmara dos Deputados e o Ministro Luiz Sérgio para se encontrar uma possibilidade de fazer uma revisão do decreto. Isso foi discutido ontem à noite, e foi marcado que o Ministro estaria na sala da Presidência da Câmara ao meio-dia.

Essa é a ponderação que faço ao Deputado Priante, porque pode ser que haja alguma outra novidade nessa reunião que aconteceu, ou iria acontecer, ao meio-dia. De repente, nós temos um outro. Já está em andamento uma proposta de decreto legislativo, do Deputado Bala Rocha, do PDT do Amapá, cancelando

os atos anteriores e fazendo uma ponderação sobre prazos diferentes.

Há essa informação, portanto, de que se poderia retirar dessa apreciação de hoje o requerimento, para que seja apresentado posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Que continuem gestos de boa vontade relativamente a essa questão, Deputado Ademir.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, na verdade, quero estimular a manutenção do requerimento nos termos já propostos pela Senadora Gleisi. Em minha opinião, é uma questão muito preocupante.

Eu diria que, com a Marcha dos Prefeitos na semana que vem, esse assunto tem cheiro de pólvora. Ele atinge de forma avassaladora as Prefeituras e os Municípios brasileiros. Realmente não entendo que não tenha havido um senso prudencial por parte do Palácio do Planalto no que se refere a essa questão e uma sensibilidade expressa.

O decreto realmente, como foi dito aqui, trata do óbvio e mantém uma posição extremamente prejudicial aos Municípios brasileiros. Na maioria das vezes, os que mais precisam são justamente os menores Municípios, que vivem com pires na mão em Brasília, dependendo das emendas parlamentares.

As justificativas que existem são muito claras nesse processo. Há até um comitê voltado para, digamos assim, desburocratizar os procedimentos dentro da Caixa Econômica para o atendimento das emendas, o que confirma o que já sabemos: as dificuldades de que as emendas cheguem ao seu destino e sejam executadas, por conta do processo que existe hoje.

Esse requerimento ficaria como um alerta, como mais um sinal aceso, para que o Governo percebesse que essa é a posição de toda a base aliada do Governo na Câmara e no Senado. Não existe ninguém dentro do Congresso Nacional, Senador ou Senadora, Deputado ou Deputada, que concorde com esse decreto.

Nós estamos absolutamente solidários com o Governo naquilo que significa corte de recursos para manter o equilíbrio das finanças do País. Quanto a isso, não temos dúvida. Agora, é preciso discutir onde cortar. O corte não pode atingir a todos de forma igual, porque existe exatamente a ideia de que os desiguais devem ser tratados de forma desigual, para que possamos garantir a justiça. Portanto, quero me associar a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa. o posicionamento

O autor retira o requerimento, mas solicita a presença do Secretário do Tesouro, com o adendo da Senadora Gleisi, para tratar dos assuntos pertinentes às metas fiscais, mas também das questões oriundas do decreto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, permita-me, em função do debate, fazer uma nova sugestão, inspirado na Senadora paranaense.

Nós poderíamos transformar o requerimento para que, quando presente, o Secretário do Tesouro nos trouxesse os esclarecimentos. Este é o meu sentimento, o da Senadora e o de todos os Parlamentares: transformar esse requerimento numa solicitação dessa ordem.

Na verdade, o Secretário do Tesouro não estará aqui presente por causa desse tema, certo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não, não. É claro que não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Tendo em vista essa preocupação, é exatamente isso o que eu gostaria de ver atendido. A Senadora foi no âmago, no espírito do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu compreendo.

Com a "desistência de desistir" do Deputado Priante, vamos à votação.

Em votação na Câmara...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Só um esclarecimento: nós vamos votar o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O requerimento. Ele desistiu de desistir. O requerimento continua em pauta.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Estou entendendo que ele está requerendo que esse tema, objeto desse requerimento, seja incluído na pauta do Secretário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Quando da presença do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Para isso tem que haver um requerimento. A presença do Secretário decorre da lei. Agora, para inclusão desse assunto na presença do Secretário, tem que haver um requerimento.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN -Então, é só transformar, para que não seja mais um requerimento de convite ou convocação; poderá haver o entendimento de que são dois. Nós temos acordo de que será na reunião do Secretário quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É na reunião do Secretário.

Em votação na Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos à extrapauta.

Requerimento, para inclusão em pauta, da Senadora Gleisi Hoffmann.

V.Exa. já o tem em mãos.

Em votação.

Aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Agora vamos votar o requerimento.

Requerimento nº 9, da Senadora Gleisi Hoffmann, que solicita realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para tratar sobre a efetivação dos direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual, quadriênio 2012-2015, e na proposta do Orçamento Geral da União.

Com a palavra a Senadora, para que faça as suas considerações.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Obrigada, Sr. Presidente.

É um requerimento de audiência pública por meio do qual se pretende reunir a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes; a Secretária de Orçamento Federal, Dra. Célia Corrêa; a Secretária de Planejamento e Investimento, Dra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón; V.Exa., na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Orçamento; os Relatores do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do projeto de Lei Orçamentária Anual, Deputados Márcio Reinaldo Moreira e Arlindo Chinaglia; a coordenadora da bancada feminina da Câmara dos Deputados; e um representante do colegiado gestor do Centro Feminista de Estudos e Assessoria — CFEMEA e da Articulação de Mulheres brasileiras — AMB. É um requerimento conjunto com a Comissão de Direitos Humanos do Senado, e nessa Comissão há a Subcomissão de Defesa dos Direitos da Mulher. E o que queremos é fazer um debate e dar visibilidade aos programas, ações e projetos constantes do Orçamento da União que têm a ver com os direitos das mulheres e com os seus interesses.

Ultimamente temos consubstanciado vários programas na Secretaria de Políticas para as Mulheres, mas sabemos que há muito mais programas e projetos no nosso Orçamento que afetam a vida cotidiana das mulheres, em relação ao Ministério da Educação, ao Ministério da Saúde. Gostaríamos de dar visibilidade a esses programas e fazer um debate qualificado dessas políticas públicas. Por isso requeremos essa audiência.

Tenho uma sugestão de data, Sr. Presidente: dia 23 de maio, segunda-feira, para que possamos começar essa mobilização. Antes, porém, peço a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Parabenizo V.Exa.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Data: 23 de maio, para providências.

Parabenizo V.Exa.

Requerimento para inclusão de pauta, do Deputado Cajado. Já foi lido nesta reunião.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em apreciação o Requerimento nº 10, de 2011, do Deputado Claudio Cajado, em que solicita informações à Ministra do Planejamento sobre as consequências da vigência do Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, que mantém a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, que especifica, altera o parágrafo único do art. 68 do Decreto nº 93.872, de dezembro de 1986, e dá outras providências.

Com o palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito obrigado. Sr. Presidente, quero cumprimentar os Senadores, as Senadoras, os Deputados, as Deputadas.

Esse requerimento já foi apresentado na sessão plenária da Câmara dos Deputados ontem à noite. Porém, faço questão de reiterá-lo na Comissão de Orçamento, dada, na minha opinião, a necessidade premente de termos clareado essas questões referentes aos restos a pagar.

Sem sombra de dúvida, a questão de pano de fundo me parece ser a falta de recursos para atender aos restos a pagar que foram acumulados no Governo Lula e no Governo Fernando Henrique Cardoso.

A Presidente Dilma — não tenho dúvida — deve estar querendo limpar esse passado, essa herança, não sei se maldita ou bendita, pelo jeito uma herança "inconceituada", porque o remédio que está sendo aplicado é extremamente grave. Por quê? Eu digo que, na linha de V.Exa., punir um único lado é, no mínimo, injusto.

E por que único lado? Porque, quando se apresentam os recursos para um Município, seja de emenda de bancada, seja emenda individual, objeto desses restos a pagar em sua grande maioria, repassa-se o recurso do Ministério para a Caixa Econômica administrar e fiscalizar. E a Caixa demora 2, 3, 4 ou mais meses para dar um parecer sobre os projetos que são objeto das emendas. Por que não se pune a Caixa? Por que estão sendo punidos apenas Estados e Municípios

brasileiros que não conseguiram, no prazo assinalado pelo Governo da Presidente Dilma — 4 meses, no caso de 2008, prorrogado para 2 meses —, iniciar as obras? Isso é injusto! Se a Caixa tivesse um prazo de 30 dias para dar o parecer, e a parte que fez o convênio ou assinou o contrato atrasasse 3, 4, 5 meses, menos mal, tudo bem que se punisse. Agora, nem digo que a Caixa aja com má intenção ou má vontade, é que não há como administrar e fiscalizar e, no caso, atestar tantos contratos ao mesmo tempo País afora.

Esse Restos a Pagar, se permanecer, Deputado André Vargas, fulmina, mata o espírito republicano, prejudica o ente federado, porque Estados e Municípios ficarão sem recursos, muitos dos quais referentes a projetos em pleno andamento, já aprovados, com licitações em andamento. Então, simplesmente desconsiderar esse fatos é rasgar todo um trabalho que foi feito.

E a base do Governo, inclusive, arvorando-se no papel da Oposição, porque nesse caso não há Oposição nem Situação, mas sim interesses de Estados e Municípios, tem dito que, sem dúvida alguma, deixar que esse trabalho se perca é um prejuízo irrecuperável. E o decreto apenas prorrogou, estabeleceu que as obras já iniciadas terão mais 1 ano de prazo, e, em relação a 2009, apenas 2 meses.

Quero fazer um desafio, Sr. Presidente. Digam-me quantos — daí a razão do requerimento —, quantos contratos estão suspensos ou serão suspensos; qual o volume de recursos; qual o volume de recursos a não serem enviados aos conveniados. E digo mais: se a Caixa não tiver tempo hábil, nesses 2 meses, de atestar as obras que já se iniciaram, quem será punido? Estados e Municípios. Para a Caixa Econômica, nada. Nada! Nem em uma linha sequer o decreto abordou essa questão. Isso é injusto, Sr. Presidente.

Nesse requerimento se pedem essas informações até para que nós Parlamentares tenhamos uma justificativa para os nossos Prefeitos, para os nossos Governadores, porque o ano passado foi de eleição, e essas emendas referem-se a 2009, 2008 e 2007. Se a Caixa ficou, no ano passado, quase 2 meses em greve, muitos desses projetos de 2007 e 2008 não foram analisados, porque a Caixa estava em greve. Isso não se levou em consideração? No ano passado houve eleição, e praticamente não aconteceu nenhum trabalho, pelo que eu tenho de conhecimento por intermédio dos gestores públicos que me apoiaram lá na minha querida Bahia. Simplesmente não havia nenhum tipo de atuação no sentido da análise de projetos. E agora, com esse

decreto, não se dando o tempo necessário para que Estados e Municípios possam adequar-se, é algo injusto. Eu considero isso injusto.

Não vou ler o requerimento. São cinco itens. O requerimento é autoexplicativo. Eu espero que os meus pares, Congressistas, possam aprová-lo, para que tenhamos, no mínimo, essas informações, já que a consequência está estabelecida, e será danosa, se não for revisto.

Quero ainda dar uma informação a V.Exa., Sr. Presidente. O Ministro da Secretaria de Relações Institucionais esteve hoje numa audiência, convocada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, a qual contou com a presença de todos os Líderes desta Casa. Ouviu, principalmente dos Líderes da base e da Oposição, seus reclamos, mostrando a necessidade de se prorrogar esse decreto. Na verdade, o que ocorreu foi meramente manter-se tudo, com exceção das obras iniciadas, o que não resolve o problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos discutir. Peço rapidez, porque daqui a pouco vai começar a Ordem do Dia, na Câmara e no Senado.

Concedo a palavra ao Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Vou ser breve. Em primeiro lugar, quero dizer que existe uma preliminar nesse requerimento, Deputado Cajado. É um pedido de informação. Pedido de informação sequer necessitaria passar pela Comissão. Pedido de informação é prerrogativa de qualquer Parlamentar. Inclusive, esse dispositivo está inserido na Constituição Federal, que estabelece prazos para resposta. A falta de resposta resulta inclusive em crime de responsabilidade. Então, eu acho que não há por que esta Comissão ter qualquer dificuldade de aprovar o requerimento.

Gostaria de fazer uma breve consideração para alertar esta Comissão, particularmente o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no que diz respeito à questão dos restos a pagar. O problema surgiu para que despertássemos e tivéssemos condições de lhe dar um tratamento. Trata-se de obrigação.

Lembro-me de que, entre 2000 e 2003, salvo engano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecia um critério para os restos a pagar, inclusive um critério decrescente. A cada ano, cairia tantos por cento e tal. Quer dizer, havia um alerta para que os Municípios, os Estados e a própria União trabalhassem no que diz respeito aos restos a pagar. Agora, é extremamente injusta uma situação. Por exemplo, Municípios em que o projeto estava aprovado na Caixa Econômica, ou seja, analisado, contratado na Caixa Econômica, e não liberada a parcela, em função não da parte contratante — o Município ou o Estado —, mas em função da Caixa Econômica ou do próprio Governo Federal, tiveram esse projeto cancelado. É diferente daquele inadimplente que não apresentou projeto, daquele que estava com

cláusula suspensiva, daquele que não podia receber o recurso. Trata-se daquele que tinha o projeto aprovado na Caixa Econômica, daquele que tinha o projeto contratado pela Caixa Econômica. E foi solicitado em função do não repasse da primeira parcela. Há algo de errado, e nós precisamos consertar.

Então, se ainda há tempo, acho que é profundamente pertinente a preocupação do Deputado Cajado. Merece o nosso apoio, da minha bancada, do PMDB.

Desde já, encaminho favoravelmente à aprovação do requerimento, levantando essas preocupações, porque elas podem ser incluídas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, nós não vemos nenhum problema no requerimento, já que, como bem disse o Deputado Priante, é um requerimento de informação. Ninguém aqui é contra a busca de informações.

Eu só queria tranquilizar um pouco o Deputado Cajado, dizendo-lhe que o decreto tem a ver com o que disse a Ministra a todos nós. Não podemos mais continuar com o projeto de 2007 e 2008. As Prefeituras não entraram com documentação, não há projeto nenhum e tal. Portanto, não podemos continuar com esse processo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Não, ela não disse prazo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Ela só disse que ia resolver o problema de 2007 e 2008, e resolveu; disse que ia prorrogar 2009, e prorrogou. E prorrogou o início, para o ano que vem. São os quatro pontos que foram abordados aqui. Todos estão assegurados, garantidos.

Eu concordo, a Caixa Econômica Federal precisa agilizar esse processo — estamos trabalhando nesse sentido. Se ela disser que não tem condições, esperamos que o Banco do Brasil, o BASA e o BNB possam também entrar no processo.

Neste momento, queremos dizer que vamos votar favoravelmente ao requerimento. Não há nenhuma dificuldade nisso. Se há uma coisa que este Governo quer é transparência — ele trabalha com esse elemento central.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, podem ficar tranquilos. Se houver algum problema de movimentação na Caixa, eu tenho certeza de que a Ministra Miriam vai ter sensibilidade para examinar a situação. Se realmente for curto, prorrogação. Mas, primeiro, vamos todos fazer o dever de casa, tanto as Prefeituras quanto o Governo, para que o processo ande com tranquilidade e tenhamos nossas emendas liberadas. O essencial é termos como pagar. Isso é o mais importante no momento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sr. Presidente, pelo menos aqui nós estamos discutindo um bom problema. Nós temos programas, projetos, obras, e a Caixa Econômica está com muito trabalho e muita dificuldade. Já houve neste País um tempo em que não tínhamos programas, projetos ou repasse para os Municípios, e sequer a Caixa Econômica fazia parcerias locais. Acho que nós já avançamos bastante, e, de fato,

o tema merece nossa atenção. Gostaria, contudo, de fazer uma sugestão. Acabamos de aprovar que vão ser parte da pauta com o Secretário do Tesouro as informações sobre a

disponibilidade financeira para restos a pagar, o que me parece ser a essência do requerimento do Deputado Cajado, ou seja, saber quanto temos disponível.

Independentemente do requerimento — não acho ser o caso de encaminhar contrariamente —, entendo que seria bom, primeiro, termos essa informação do Tesouro e, se não satisfeito com isso o Deputado, então encaminharíamos o requerimento de informações. O Secretário do Tesouro está vindo a esta Casa neste mês, V.Exa. até pediu que se consultasse a agenda. E nada melhor do que nós, na conversa com o Secretário, podermos dirimir todas essas dúvidas. Parece-me que seria recorrente mais um pedido de informações, uma vez que na Comissão teremos o Secretário à disposição para responder sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com profunda preocupação que volto aqui a falar sobre os restos a pagar.

Logo que foi editado o primeiro decreto, o prazo de 30 de abril seria inexequível, porque as Prefeituras não têm governabilidade sobre prazos não determinados por elas próprias. Hoje, em nenhum Estado brasileiro consegue-se em menos de 1 ano uma licença ambiental para um projeto de estação de tratamento de esgoto ou de aterro sanitário. Nenhuma Secretaria Estadual de Meio Ambiente libera licença para estação de tratamento de esgoto ou aterro sanitário em prazo inferior a 1 ano.

Além disso, é sabido que a Caixa Econômica tem um grande acúmulo de projetos para acompanhar, o que não é culpa da Caixa Econômica, mas, dadas a

extensão e as peculiaridades do País, e a burocracia com a qual a Caixa trabalha, isso prejudica muito o andamento dos projetos, assim como a execução das obras.

Outra agravante é que o primeiro decreto de suspensão de restos a pagar citava que a área de saúde estava fora da vigência daquele decreto, ou seja, o decreto não se colocava diante dos convênios com a área de saúde. O segundo decreto não reza nada sobre a área de saúde e, em sua parte final, manda desconsiderar o decreto anterior. Isso faz com que, juridicamente, a área de saúde vá para dentro do segundo decreto, suspendendo-se também os convênios de restos a pagar da área de saúde, o que, também do ponto de vista jurídico, vai causar um problema muito grande, mesmo porque, constitucionalmente, não podem ser suspensos os convênios da área de saúde com relação à execução.

Como diz também o caboclo do sertão, a emenda ficou pior do que o soneto, porque realmente não se deu solução às pendências anteriores, sendo que se faz necessária uma tomada de posição relativamente a esse problema — a não ser que a Casa queira arcar com o ônus de ser responsabilizada pelo corte dos restos a pagar, prejudicando principalmente os pequenos Municípios.

Então, Sr. Presidente, entendo ser importante encontrarmos uma forma célere de resolver as pendências trazidas pelo segundo decreto, porque, da forma como está, o transtorno será inevitavelmente ainda maior do que no primeiro decreto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Deputado.

Com a palavra o Deputado Ademir.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, discordo, em parte, do Deputado Danilo Forte quando diz que a Caixa em alguns casos não tem essa responsabilidade. Tem, sim. Ela coloca muitos empecilhos. Foi muito bem lembrado pelo Deputado Cajado o caso da greve. Chega-se ao cúmulo de a Caixa autorizar a licitação de obras, função que não compete a ela. Mais ainda: recebe 2,5% para gerenciar todo

o contrato. Portanto, quando o Deputado Danilo Forte diz que a Caixa não tem culpa, eu discordo, porque ela tem, sim. Fez de tudo para concentrar nela a grande maioria dos projetos enviados pelo Governo Federal.

O ex-Deputado Wellington, lembro-me, no ano passado, quando a Comissão de Fiscalização Financeira marcou audiência com a Caixa, disse: *"Não vai acontecer. A Presidenta não estará presente para receber a Comissão"*. Chegamos lá, o que aconteceu? Ela não estava. Ele falou isso durante a discussão e a aprovação do requerimento. Vejam que absurdo! *"Ela não vai nos receber, não adianta aprovar este requerimento"*. Chegamos lá, e ela não estava presente.

Quero falar sobre uma situação referente ao Ministério da Integração. Havia um problema com o Ministério do Planejamento que foi resolvido depois de 1 ano e 8 meses pelos técnicos do Planejamento — na penúltima sexta-feira. Na sexta-feira seguinte, foi cancelado.

São falhas do próprio sistema, e nós precisamos estar atentos porque, como disse meu amigo Deputado Danilo, com quem quero comungar, esse ônus vai recair sobre todos nós, sobre o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, pela bancada do PDT, encaminho favoravelmente a esse pedido de informação e faço uma indagação a V.Exa. V.Exa. disse que a relação nominal dos comitês sairá ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Exato.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Eu gostaria, se possível, de indicar o companheiro Deputado João Dado, engenheiro civil, contabilista e auditor fiscal, para compor o Comitê sobre Obras Inacabadas. S.Exa. poderá nos ajudar muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Atesto a competência do insigne Deputado.

Com a palavra o Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, segundo informações do Ministro Luiz Sérgio, uma equipe de trabalho do Ministério da Integração, do Ministério do Planejamento e do Ministério da Fazenda e, por último, a Ministra Miriam Belchior disseram que este decreto estava pronto e que eles iriam submetê-lo à Presidenta Dilma.

Eu não acho que a vinda do Secretário do Tesouro a esta Casa neste mês — de antemão, quero dizer que apoio o requerimento — vai resolver esse problema. Mais uma vez, teremos uma audiência, ele nos vai passar informações, mas não vai resolver o problema. Não vai resolver! Se três Ministérios e a Presidenta decidiram dessa forma, eu não acredito que o Secretário do Tesouro vá resolver.

Da maneira como está, temos consciência de que estamos prejudicando e muito, porque a própria Caixa Econômica autorizou — se ela autorizou, é porque tinha autonomia para fazer isso, sim — a licitação de obras. Ela recebeu uma autorização do Governo. Enquanto não houver a rubrica do Orçamento, ela não autoriza. E o pior é que os Municípios que iniciaram as obras, fizeram uma medição simbólica e deram entrada na

Caixa estão sendo beneficiados, em detrimento daquele Prefeito que ficou com medo, licitou, contratou, mas não começou. Não dá para ser dessa forma.

Sou um defensor da Caixa Econômica, que tem feito um excelente trabalho, mas é desumano o que se está colocando sobre a Caixa Econômica sem lhe dar, em contrapartida, uma estrutura. Eles não têm como fazer, não é que não querem. Eles estão trabalhando com vários terceirizados, e, mesmo assim, a dinâmica do trabalho não acontece no ritmo necessário, porque o volume é muito grande.

Como disse a Senadora Gleisi, ótimo que tenhamos bastantes obras, ótimo que tenhamos bastantes financiamentos, ótimo que tenhamos um programa, mas não podemos deixar que sejam penalizados os Municípios, principalmente os menores, em detrimento da falta de estrutura da Caixa Econômica.

Os 60 dias estão estabelecidos no decreto, e, para mim, Deputado, a Ministra sinalizou com 120 dias, sim, com 4 meses de prorrogação. Nós até dissemos que podia ser até dezembro. Não sei se V.Exas. estão lembrados disso. Eu mesmo disse: *"Ministra, vamos até dezembro. Pelo menos fica o ano todo, até o final do ano"*. Mas sinalizou com 4 meses. E agora vem com 2?

Não é possível que nós, no Congresso, aceitemos o decreto da forma que está. Pensando melhor, ele já está aí, não tem mais jeito. É preciso então que se edite outro e que a base do Governo — nem estou dizendo Oposição ou Situação — fale com a Presidenta. É a única que poderá resolver isso. Se três Ministérios não resolveram, não será o Secretário do Tesouro que vai resolver.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Daqui a pouco levantaremos esta sessão, mas ainda há um requerimento para votarmos, referente à audiência pública com a Caixa Econômica sobre o decreto.

Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, naturalmente um requerimento dessa ordem é prerrogativa parlamentar. Se não o aprovarmos aqui, será aprovado no Plenário, e vai acontecer. Portanto, não faremos uma oposição em princípio relativamente ao requerimento.

É importante dizer que a questão dos restos a pagar precisa ser tratada, no sentido de ampliar um pouco o prazo, como requerem alguns Parlamentares, solicitar os efeitos, agilizar a Caixa, agilizar o trabalho dos prefeitos. Nós estamos com restos a pagar de 4 anos atrás. Vamos discutir agora a LDO e o Orçamento. Estamos falando de 2007. Há muitos restos a pagar que têm a ver com o problema de procedimentos nas Prefeituras, que não dão curso, não dão andamento às obras.

Não é possível demonizar nenhum segmento. Nós sabemos que tratamos aqui de lado a lado. É importante também que haja, do ponto de vista dos Governos Estaduais, a real intenção de fazer as obras, de aportar suas contrapartidas, licitar. Sabemos que muitos Prefeitos, mesmo de cidades pequenas, assim agiram e agora estão habilitados a receber, porque foram contemplados pelo decreto.

É importante dizer isso também, porque senão vamos ficar demonizando o Governo, a Caixa, esquecendo-nos de que há responsabilidade daqueles que vão aportar neste Parlamento na semana que vem.

Não vamos criar obstáculos para a votação, mas é importante que nesse debate não se diga que há um vilão nesse processo. Há responsáveis, agentes públicos, de lado a lado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra por 30 segundos para abordar dois pontos. Primeiro, fala-se em Município, Município e Município. Eu defendi Municípios e Estado. Tenho em mãos três convênios do Estado da Bahia, dois de 2007 e um de 2008. Estado da Bahia! É um dos Estados mais importantes da Federação, que perdeu para Pernambuco agora a preferência. Enfim, são três convênios do Estado da Bahia. Se o Estado da Bahia não consegue preparar um convênio, imagine a dificuldade que ele está enfrentando. Não é punir só Municípios, mas Estados.

Segundo, o requerimento trata não apenas da questão dos recursos, mas das obras inacabadas. Há medições apresentadas, mas não foram atestadas pela Caixa. A obra começou, mas não está atestada, não está no sistema.

Quero saber dessas informações para confrontar com o equívoco que está sendo esse decreto. Não é apenas o requerimento, é uma discussão pontual que temos de mudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento último. Inclusão de pauta. Requerimento nº 11, de nossa autoria.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Requerimento nº 11, de nossa autoria, é sobre a convocação do Presidente da Caixa Econômica Federal para discutir a operacionalização do Decreto nº 7.468, no sentido dos restos a pagar de 2009.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - É convocação ou convite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Convite. Vamos convidá-lo. Ele virá, não há nenhum problema.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Vamos convocá-lo, ele não virá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Acho que ele virá.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - A prerrogativa é do autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Então, vamos marcar uma semana para ele vir.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - A prerrogativa é do autor do requerimento, não é do Senador...

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Antes do Natal. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Ele virá logo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Concluída a pauta primeira, ainda há a explicação do Deputado José Airton, Relator designado por esta Comissão para a Medida Provisória nº 531, do Ministério da Educação — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON - Sr. Presidente, quero chamar a atenção do meu coordenador, Deputado Pepe Vargas, para o fato de que temos...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É irmão do Pepe, é André.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sou Vargas, mas não sou gaúcho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON - Quero justificar a esta Casa, à Comissão e a V.Exa., Presidente, que me designou para ser Relator desta medida provisória, por que não apresentei o parecer hoje, prazo final.

Sr. Presidente, peço um pouco de atenção, porque essa é uma questão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) -Solicito atenção ao Plenário. Há uma informação importante do Deputado José Airton.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON - Deixei de apresentar o parecer hoje, porque, na minha leitura, há um problema grave: a medida provisória foi estabelecida no sentido de criar crédito extraordinário de 74 milhões de reais a favor do Ministério da Educação para que esse recurso pudesse ser transferido para Estados e Municípios com vistas a reconstruir, reformar e adequar infraestrutura física, predial de escolas públicas bem como reequipá-las e a promover outras ações necessárias à continuidade do atendimento aos respectivos alunos, em função de prejuízos ocasionados por desastres naturais, tais como enchentes e deslizamento de encostas ocorridos em diversas localidades do País.

A medida provisória tem uma abrangência nacional. Portanto, causou-me espécie e surpresa o fato de o Ministério da Educação, com quem não tivemos até o momento nenhum diálogo para tentar pactuar, negociar emendas apresentadas e chegarmos a um bom termo, ter baixado um decreto desconsiderando os objetivos da medida provisória. Aliás, foi uma resolução do Ministério da Educação que não atendeu às demandas dos Estados e Municípios acometidos por estado de calamidade pública e que apresentaram demandas para serem contemplados com esse recurso. Inclusive o meu Estado, a minha cidade, Icapuí, onde foi decretado estado de calamidade pública, pois houve um processo de avanço do mar que destruiu escolas, casas e estradas, enquadra-se perfeitamente nos objetivos da medida provisória. No entanto, o Ministério da Educação baixou a Resolução nº 18, de 2 de maio, direcionando esse recurso especificamente para o Estado do Rio de Janeiro.

Então, eu não poderia apresentar um parecer desconhecendo a demanda dos outros Municípios, dos outros Estados, excluindo essas demandas que se enquadram nos objetivos da medida provisória, estabelecendo parecer direcionado a um único Estado. Se fosse assim, era para a medida provisória ter sido direcionada especificamente para o Estado do Rio de Janeiro e não ter abrangência nacional, como foi o objetivo, creio eu.

Por isso, não tenho como apresentar um parecer excluindo as demandas das outras cidades, dos outros Municípios e sem o Ministério da Educação nos dar uma explicação convincente para esta matéria.

Portanto, não vou apresentar o parecer.

Essa matéria vai ao plenário, e nós vamos ter a oportunidade de chamar o Ministério da Educação para repactuar essa questão, porque essa medida, dessa forma, é excludente, discrimina as demandas das cidades, nas quais foi decretada calamidade pú-

blica. Foram reconhecidos pelo Governo Federal, por meio do Ministério

da Integração Nacional, os decretos de calamidade. Portanto, não é correta e não é justa essa postura do Ministério da Educação.

Por isso não apresento o meu parecer neste momento. Se fosse para apresentá-lo, seria contra a medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a explicação a V.Exa.

Entendo que, quando a Comissão receber medidas provisórias, ela vai designar com rapidez para receber o parecer, para protagonizar o trabalho da Comissão Mista de Orçamentos.

Acolho a explicação de V.Exa.

Deputado André Vargas com a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Apenas para esclarecer, Sr. Presidente, que nós não temos hoje ainda o Líder do Governo.

Respeitamos a posição do Deputado José Airton, mas discordamos — talvez até concordamos com o conteúdo — do posicionamento de que nós não assimilaríamos posicionamento contrário à medida provisória do Governo, que é do PT, do PMDB e dos aliados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com toda certeza, podia indicar o Deputado Gilmar Machado, que o Governo continuaria bem competente.

Concluída a votação das matérias constantes na pauta.

Encerro os trabalhos, antes convocando reunião ordinária para 11 de maio, quarta-feira, às 14h30min, neste plenário.

Fiquem com Deus.

Boa tarde.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 2011, PELAS COMISSÕES: DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; DO SENADO FEDERAL, DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO; DO CONGRESSO NACIONAL, MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia cinco de maio do ano de dois mil e onze, reuniram-se as seguintes Comissões: do Congresso Nacional: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização(CMO/CN); do Senado Federal, de Assuntos Econômicos (CAE/SF) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA/SF); da Câmara dos Deputados, de Finanças e Tributação (CFT/CD); Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio(DEIC/CD); e Fiscalização Financeira e Controle (CFFC/CD), no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN), Dr. Alexandre Antonio Tombini, para discorrer sobre o tema: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referente ao segundo semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal* e, ainda, atender aos requerimentos de autoria dos Deputados Audifax, Cláudio Puty, Alfredo Kiffer, Rui Palmeira e Arlindo Jardim, todos demandando a sua presença para fazer alguns esclarecimentos acerca da política financeira e cambial conduzida por aquele Órgão. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: **- Deputados**: Aguinaldo Ribeiro, titular da CFT/CD; Alexandre Santos, titular da CFFC/CD; Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD; Andre Moura, titular da CDEIC/CD; Andre Vargas, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; André Zacharow, titular da CMO/CN; Arlindo Chinaglia, titular da CMO/CN; Audifax, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD; Carlos Brandão, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Claudio Cajado, titular da CMO/CN; Cláudio Puty, titular da CFT/CD; Danilo Forte, suplente da CMO/CN; Delegado Waldir, titular da CFFC/CD; Domingos Sávio, suplente da CMO/CN; Dr. Carlos Alberto, titular da CDEIC/CD; Edmar Arruda, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Eduardo Cunha, suplente da CFT/CD; Fábio Ramalho, titular da CMO/CN; Fernando Francischini, titular da CFFC/CD; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Jean Wyllys, titular da CFT/CD; João Carlos Bacelar, suplente da CMO/CN; João Dado, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD; José Airton, suplente da CMO/CN; José Guimarães, titular da CFT/CD; José Humberto, titular da CFT/CD; Luciana Santos, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Marçal Filho, titular da CMO/CN; Raimundo Gomes de Matos, titular da CMO/CN; Roberto Britto, titular da CMO/CN; Roberto Teixeira, suplente da CMO/CN; Rubens Bueno, titular da CMO/CN; Rui Costa, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD; Rui Palmeira, titular da CFT/CD; Sérgio Barradas Carneiro, titular da CFFC/CD; Sérgio Brito, titular da CFFC/CD; Sueli Vidigal, suplente da CMO/CN; Weliton Prado, suplente da CMO/CN e Zé Geraldo, suplente da CMO/CN. ; **– Senadores**: Delcídio Amaral, suplente da CMO/

CN, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Eduardo Braga, suplente da CMO/CN, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF; Eunício Oliveira, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF; Flexa Ribeiro, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Gleisi Hoffmann, titular da CMO/CN e titular da CAE/SF; Inácio Arruda, suplente da CMO/CN e suplente da CAE/SF; Jayme Campos, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Jorge Viana, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF; Lídice da Mata, suplente da CMO/CN e titular da CAE/SF; Lindbergh Farias, titular da CAE/SF; Rodrigo Rollemberg, titular da CMA/SF; Vanessa Grazziotin, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF; Vital do Rêgo, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF e titular da CMA/SF; Walter Pinheiro, titular da CMO/CN; Compareceram, ainda, os Deputados Oziel Oliveira, Guilherme Campos, Dr. Grilo e Izalci, parlamentares não integrantes das Comissões participantes. **ABERTURA**: A reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), que convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil; Deputado Claúdio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Carlos Brandão (PSDB/MA), Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Delcídio Amaral (PT/MS), Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e o Senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O Presidente informou que de acordo com o estabelecido no *art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal*, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado *no mesmo artigo do* referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. O Presidente anunciou a presença de autoridades do Banco Central do Brasil: Sr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Fiscalizção; Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração; Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica. Destacou, ainda, as presenças do Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), Relator-Geral da proposta orçamentária para 2012; e da Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Relatora do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012-2015. Em seguida, o Presidente divulgou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Alexandre Antonio Tombini saudou o Presidente, cumprimentou os parlamentares e autoridades presentes e fez apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, dividindo-a em quatro partes: 1. demonstrações financeiras; 2. avaliação das políticas conduzidas pelo Bacen; 3. desafios econômicos de curto prazo; e 4. perspectivas para a economia brasileira. Finalizou a exposição às onze horas e vinte e sete minutos. O Presidente teceu comentários enaltecedores à apresentação e anunciou o início do debate, concedendo a palavra aos membros da mesa. Antes, convidou o Senador Delcídio Amaral (PT/MS), Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para sucedê-lo na Presidência dos trabalhos. O Presidente em exercício, Senador Delcídio Amaral (PT/MS), deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra ao Deputado Claúdio Puty (PT/PA), que teceu alguns questionamentos relativos ao tema. Interpelaram, ainda, o expositor, os Deputados Carlos Brandão (PSDB/MA), Alfredo Kaefer (PSDB/PR), os Senadores Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) e Lindbergh Farias (PT/RJ). O palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. O Presidente em exercício anunciou a continuidade da discussão, outorgando a palavra ao segundo bloco de inscritos. Antes, convidou o Deputado Claúdio Puty (PT/PA), Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, para sucedê-lo na Presidência dos trabalhos. Participaram do segundo bloco de interpeladores a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) e os Deputados Rui Palmeira (PSDB/AL), Edmar Arruda (PSC/PR), Audifax (PSB/ES), Alexandre Santos (PMDB/RJ), Domingos Sávio (PSDB/MG), Osiel Oliveira (PDT/BA), Fábio Ramalho (PV/MG), Eduardo Cunha (PMDB/MG) e Rui Costa (PT/BA). Foi assegurada réplica aos Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Audifax (PSB/ES). O expositor respondeu os últimos questionamentos proferidos, concluiu a exposição agradecendo aos presentes e ao Presidente. O Presidente em exercício, Deputado Claúdio Puty (PT/PA), agradeceu a presença do Dr. Antonio Tombini, dos Diretores e Equipe Técnica do Banco Central, em nome das Comissões e ressaltou a confiança da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no trabalho do Ministro frente àquele Órgão. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu as presenças dos parlamentares remanescentes e demais autoridades, e declarou encerrada a reunião. Os trabalhos foram finalizados às treze horas e quarenta e sete minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secre-

tária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão Mista dePlanos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Havendo número regimental, declaro, sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciada a segunda reunião conjunta de audiência pública de 2011, com a participação das seguintes Comissões: da Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e do Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Bom dia a todos.

O tema a ser debatido na manhã de hoje será este: *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, com referência ao segundo semestre do exercício de 2010, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.*

Para honra desta Comissão, anuncio a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, convidado que já se encontra à mesa.

Anuncio também a presença de autoridades do Banco Central: o Diretor de Fiscalização, Sr. Anthero de Moraes; o Diretor de Administração, Sr. Altamir Lopes; o Diretor de Política Econômica, Sr. Carlos Vasconcelos Araújo.

Vou chamar os representantes das Comissões. Pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o Deputado Cláudio Puty; pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara do Deputados, o Deputado João Maia (caso não esteja presente, chamo o Deputado Felipe Bornier ou o Deputado Natan Donadon); pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente Sérgio Brito ou o Deputado Carlos Brandão, seu representante; pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, meu colega Senador Delcídio do Amaral, que já se encontra presente; pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, o seu Presidente, o rápido Senador Rodrigo Rollemberg, que foi votar no Senado e já se encontra aqui.

De acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, podendo ser aparteado desde que antecipadamente o permita.

Conforme estipulado também no art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Tem o interpelado igual tempo para responder. É facultada a réplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Registro a presença de dois Relatores desta Comissão: o Relator da Lei Orçamentária Anual, o Deputado Arlindo Chinaglia, e a Relatora do Plano Plurianual, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - Exmo. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Exmo. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo. Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Exmo. Deputado Federal Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Exmos. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, senhoras e senhores, estou hoje aqui, na condição de Presidente Banco Central do Brasil, para, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, sobre o impacto e o custo fiscal das operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao segundo semestre de 2010.

Pretendo ainda atender a requerimentos em que se demanda a minha presença em algumas Comissões que integram esta audiência conjunta.

Destaco o Requerimento nº 23, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Audifax, para discorrer sobre políticas de combate à inflação; o Requerimento nº 20, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Cláudio Puty, para discorrer sobre a liberalização financeira e a questão dos controles de capitais; o Requerimento nº 25, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Alfredo Kaefer, para discorrer sobre

política cambial; o Requerimento nº 15, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Rui Palmeira, para

discorrer sobre política econômica nacional diante da ameaça inflacionária; e o Requerimento nº 26, de 2011, de autoria do Exmo. Deputado Federal Arnaldo Jardim, para discorrer sobre medidas de combate à inflação.

(Segue-se exibição de imagens.)

O roteiro da minha apresentação hoje está dividido em 4 partes: item 1, as demonstrações financeiras do Banco Central propriamente ditas; item 2, avaliação das políticas conduzidas pelo Banco Central; item 3, desafios econômicos de curto prazo; e item 4, perspectivas para a economia brasileira.

Em relação às demonstrações financeiras que aqui apresento, no primeiro semestre de 2010, o resultado do Banco Central do Brasil foi positivo em 10,8 bilhões de reais. De acordo com a legislação aplicável,

o resultado do primeiro semestre de 2010 foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro do ano passado. Quanto ao resultado do segundo semestre de 2010, o Banco Central apresentou resultado líquido positivo de 4,9 bilhões de reais. Esse resultado foi transferido, de acordo com a legislação em vigor, para o Tesouro Nacional em março de 2011.

Aqui está o resultado. Algumas rubricas do exercício de 2010. Na última linha, o resultado do período: os 4,9 bilhões do segundo semestre. Para o ano como um todo, 15 bilhões e 730 milhões de reais de resultado positivo do Banco Central do Brasil, resultado esse transferido como acabei de mencionar.

Aqui estão abertas algumas rubricas, como resultado das operações de mercado aberto: depósitos compulsórios, que é uma rubrica de despesa; juros com o Governo Federal; remuneração da conta única do Tesouro no Banco Central do Brasil; resultado das operações com instituições em liquidação; marcação a mercado dos ativos em poder do Banco Central; operações de moeda estrangeira; outras receitas e despesas administrativas e outras despesas financeiras. Isso compõe as principais rubricas do balanço do Banco Central,

o resultado sumarizado desses 15 bilhões e 700 milhões para todo o ano de 2010.

Reservas internacionais. Custo de captação, 7,74%. Rentabilidade, 1,88% ao longo do exercício de 2010. Ou seja, um custo de carregamento líquido de 5,86%, em 2010, que, aplicado ao saldo médio das reservas internacionais brasileiras convertidas em reais, daria esse resultado de custo de carregamento de 26,6 bilhões de reais, custo das reservas no exercício de 2010.

Políticas do Banco Central — o material foi distribuído a V.Exas. e a assessores, para que acompanhem a apresentação. Vou dividir a questão das políticas conduzidas pelo Banco Central em política monetária, creditícia, cambial e os efeitos fiscais, conforme mencionei, da política monetária.

O Banco Central é o encarregado de operacionalizar a política monetária adotada pelo Brasil. O arcabouço institucional remete ao Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, que diz, em relação ao cumprimento das metas, em seu art. 4º, o seguinte:

"Art. 4º Considera-se que a meta [de inflação] *foi cumprida quando a variação acumulada da inflação — medida pelo índice de preços referido no artigo anterior* [Índice de Preços ao Consumidor]*, relativa ao período de janeiro a dezembro de cada ano calendário — situar-se na faixa do seu respectivo intervalo de tolerância."*

Esse é o art. 4º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999. A aferição do cumprimento ou não da meta de inflação se dá a cada fim de ano, em 31 de dezembro de cada ano.

O Conselho Monetário Nacional, por meio das Resoluções nºs 3.748 e 3.880, respectivamente, estabeleceu as metas de inflação a serem seguidas pelo Banco Central para 2011 e 2012 em 4,5%, com tolerância de mais ou menos dois pontos percentuais. Essa é inflação medida, naturalmente, como todos sabemos, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE em bases mensais.

O regime. Esse regime vem servindo bem ao País, tem ajudado a política econômica, a política macroeconômica, a coordenação das expectativas, a ancoragem das variáveis nominais na economia, que é um ponto importante para permitir o planejamento, as decisões de consumo e investimento de longo prazo. Vemos, quanto a esse regime, desde a sua criação, em 1999, como evoluiu a inflação — está representada nessa linha escura, azul —, o centro das metas e as bandas, a tolerância.

Vemos que, afora alguns períodos em que, de fato, a inflação escapa por razões diversas, esse regime permite que o Governo da época e, enfim, o Banco Central consigam trazer a inflação de volta para um processo de convergência. Vemos que, ao longo do tempo, esse regime tem contribuído para a estabilidade macroeconômica no País.

Estamos vendo a evolução recente. Nessa pequena tabela, na parte superior direita da transparência, do *slide*, observamos as expectativas de mercado coletadas por aquele sistema que o Banco Central utiliza toda

a semana. Vemos a inflação para 2011. O dado está atualizado levando-se em conta a última pesquisa Focus, de segunda-feira passada. A expectativa de in-

flação para 2011 está na casa dos 6,37%; para 2012, 5%; para 2013 e 2014, mais a longo prazo, está cravada, no centro da meta, em 4,5%. Vemos, no gráfico, a inflação corrente acumulada em 12 meses, tocando o índice de 6,37%.

Conseguimos manter a inflação estabilizada dentro das metas, girando ao redor do centro da meta de inflação com uma política monetária, com ciclos monetários ao longo do tempo, e podemos ver que, de fato, as taxas de juros de mercado têm baixado consistentemente desde 2001, ainda que oscilem em torno de uma trajetória. Essa oscilação indica os diversos ciclos monetários por que passa a economia, mas a trajetória das taxas de juros de mercado é claramente descendente.

Portanto, conseguimos manter a inflação estabilizada ao redor da meta, ao longo do tempo, afora alguns episódios, com uma taxa de juros de mercado declinante. A taxa de juros real também é declinante. Cresce nos ciclos monetários, como é o caso desse ciclo, mas com uma trajetória consistentemente declinante ao longo do tempo.

Política creditícia. Vou expandir rapidamente a questão do acesso ao sistema financeiro. Nós não temos metas de crédito. Temos o objetivo de ampliar, ao longo do tempo, a oferta e o acesso da população ao crédito e ao sistema financeiro, mais amplamente falando, mas não há metas formais nesse sentido. Tem havido progressos importantes no aprofundamento do mercado de crédito, assim como no sistema financeiro em geral.

Por meio de uma moderna regulação prudencial, a ideia é sempre que o Banco Central procure garantir expansão de crédito sem comprometimento da estabilidade financeira.

Acesso a serviços financeiros. A tabela 14 é interessante, pois mostra como evoluiu o número de contas, de clientes bancários, de agências, de postos de atendimento. No final dessa tabela, vemos que, hoje, 100% dos Municípios brasileiros, os 5.566, são atendidos com serviços bancários em alguma dessas modalidades.

Vemos alguns números impressionantes. Contas do sistema bancário. Em 2002, eram 55 milhões e 700; hoje, são 90 milhões e 600 contas.

Em termos de clientes, um conceito mais abrangente, eram 87 milhões e 600 mil clientes em 2002; hoje, são 161 milhões clientes do sistema financeiro, quase o dobro. Isso é muito importante, cria condições econômicas, amplia o acesso ao sistema financeiro, às condições econômicas.

É importante também do ponto de vista da própria política monetária. Quanto mais pessoas tiverem acesso ao sistema financeiro, tanto pelo lado do crédito quanto pelo lado dos instrumentos de investimento e poupança financeira, tanto mais eficaz tende a ser a nossa política monetária. Por exemplo, agora, no ciclo de aperto em que estamos, cria-se um incentivo para o poupador, que vai ser mais bem remunerado nas suas aplicações financeiras. Se quiser adiar o consumo, moderar o consumo presente para consumir mais adiante, este é o momento de fazê-lo, em que o rendimento das aplicações financeiras está em elevação, em função da política monetária.

É igualmente um aspecto importante. Eu acho que devemos olhar o sistema financeiro não só pelo lado do acesso ao crédito, mas também pelo lado das oportunidades de investimentos financeiros, em particular no momento em que a remuneração desses investimentos se eleva. São 31 milhões de pessoas com acesso ao crédito bancário, um crescimento bastante forte ao longo do período, com novos entrantes. São oportunidades, geram algumas questões a que o Banco Central tem que estar atento, como regulador, para que esse crescimento se dê em bases sólidas e trate de questões que não coloquem em risco a estabilidade financeira. Esse é o nosso papel. Temos atuado de forma ativa nessa matéria.

Aqui nós temos uma ideia da participação do crédito sobre o Produto Interno Bruto. O que nós vemos é que, desde, por exemplo, 2002, 2003, o crédito era um quarto da economia, 25% do PIB; hoje, está perto de 50% do PIB. Nós vemos a importância desse segmento da economia, desse canal de transmissão da política monetária. O mercado de crédito, de fato, cresceu bastante em relevância econômica e em importância para o País.

Isso tudo se dá com segurança. Esse gráfico expressa a reserva de capital dos bancos. Aquela linha vermelha representa o que é cobrado hoje. Isso está mudando lá fora, mas, atualmente, o requerimento de capital de Basiléia cobra que 8% dos ativos de um banco têm que estar em reserva de capital. O nosso requerimento sempre foi maior, na faixa de 11% — é o que representa a linha verde.

As barras azuis indicam a média do colchão de capital do sistema. Está acima do mínimo. Tem-se mantido acima, com certa folga. Isso demonstra que esse crescimento, essa expansão, esse acesso é possível, como vimos por meio dos números, e que é possível fazê-lo com segurança, como tem ocorrido no País.

Em relação à política cambial, vou focar dois aspectos: o regime de câmbio flutuante e a política de acumulação de reservas internacionais.

A taxa de câmbio está expressa em vermelho, na escala do lado direito. Nós vemos que o câmbio

tem flutuado, por razões de fundamentos na economia brasileira, que melhoram ao longo do tempo, mas também por outras questões relacionadas aos fluxos de capitais, enfim, à política de outros países, o que vou explorar mais adiante, quando abordar os desafios de curto prazo. Eu queria demonstrar aqui que o câmbio tem seguido o regime flutuante.

Em azul, nós vemos as intervenções do Banco Central, ou seja, as aquisições no processo de acumulação de reserva. Estamos formando esse colchão de liquidez, que, certamente, foi muito útil naquele período da crise. Vemos as barrinhas azuis abaixo da linha zero. Foi o momento em que o Banco Central virou a intervenção, o País começou a dar liquidez para o mercado, para as suas empresas, para os seus exportadores, para fazer a ponte quando secou o crédito internacional, quando não havia recursos disponíveis para a economia brasileira, para o setor exportador, para as empresas que captaram lá fora. Nós acabamos provendo essa liquidez, o que gerou essas intervenções de venda de moeda estrangeira naquele momento, mas logo em 2009 recompusemos a política de aquisição, política que está sendo mantida.

Volume das reservas. Hoje, são 328 bilhões de dólares que temos em reserva. Houve uma grande acumulação, desde 2004 mais especificamente. Serviu bem ao País.

Podemos comparar este nível de reserva, 328 bilhões, com o dos países que compõem o BRIC, com o de países comparáveis ao Brasil, nós veremos. A última barra, que é a barra do Brasil, mostra a proporção entre reservas internacionais e o tamanho da economia, o Produto Interno Bruto. O que vemos é que a Índia tem cerca de 20% do PIB como volume de reservas internacionais, como colchão de liquidez; a Rússia, cerca de 32% do PIB; a China, cerca de 47% do PIB. O índice do Brasil, a despeito de estar fazendo um colchão de liquidez importante, é de 14,4%, gira em torno de 15% do PIB. É um nível mais moderado, em relação ao desses países.

Os benefícios das reservas internacionais. Nós vimos o custo de carregamento nas primeiras transparências. Em relação aos benefícios, as reservas funcionam como um seguro, garantem a rolagem de empréstimos externos em períodos de maior estresse, impedem o contágio do sistema financeiro doméstico, como foi o caso, de fato, em 2008, 2009; geram menor impacto sobre a atividade econômica quanto a emprego e renda. No caso, nós fomos um dos últimos países a entrar na crise e um dos primeiros a sair dela, o que demonstra a importância da reserva naquele momento.

Isso permite que a política monetária e, mais amplamente, a política macroeconômica sejam anticíclicas ou contracíclicas. No momento em que há o choque externo, pelo fato de o setor público ter uma posição credora em divisas, em moeda estrangeira, o primeiro impacto, com a desvalorização, como foi o caso em 2008, é melhorar a situação fiscal ou a situação patrimonial do setor público. Isso sugere um espaço para fazer política anticíclica, reduzir juro, ampliar gastos, expandir o crédito interno, sem colocar em risco a estabilidade financeira, a estabilidade econômica, justamente porque há esse espaço.

Cortou-se aquele círculo vicioso de uma desvalorização cambial gerar dúvidas em relação à capacidade de pagamento da dívida, e mais desvalorização, na realidade tendo o Governo que, em momento de estresse, de maior dificuldade na economia internacional, subir juros, aumentar o fiscal. Política pró-cíclica, como acontecia no passado, isso foi superado, muito em função dessa posição líquida credora no setor público brasileiro, em moeda estrangeira.

Também ajuda a ampliar a confiança no câmbio flutuante, amplia a sustentabilidade das contas externas e, como eu mencionei, funciona como um estabilizador automático da dívida líquida do setor público, o que eu vou considerar mais adiante.

Dívida externa líquida. Esse gráfico mostra, a partir de 2007, posição credora, dívida externa líquida do setor público negativa. Isso quer dizer que nós somos credores líquidos de moeda estrangeira.

O comércio avança. A corrente de comércio já supera a casa dos 400 bilhões, quando somamos exportações e importações. As exportações têm evoluído mais que as importações no Brasil, nós continuamos com superávit na balança comercial. Essa história se dá no meio de um país com regime de câmbio flutuante, com a moeda de apreciando, com constituição de reservas, ao longo do tempo, nas proporções que vimos agora há pouco.

O crescimento das exportações é sempre uma preocupação. A despeito da força relativa da nossa moeda ou, de outra forma, da fraqueza global do dólar, o que já vem de algum tempo, no primeiro trimestre de 2011, em comparação com o primeiro trimestre de 2010 — está sendo considerada só a evolução da exportação em quantidade, não o efeito preço —, as exportações cresceram 3,6%. A história da quantidade exportada é dominada por semimanufaturados, mas também os manufaturados cresceram 4,5% nesse ambiente. Enfim, o comércio exterior está dinâmico no País.

Conta corrente. Nós temos uma conta corrente de 2,3% do PIB de déficit. Esse foi o valor que fechou o ano de 2010, é o valor acumulado em 12 meses, na posição de março de 2011. Isso demonstra que havia expectativas de que, em função da economia global,

em função da posição do País, teríamos um alargamento do déficit de conta corrente este ano.

Todas as revisões que estão sendo feitas nas projeções de conta corrente têm sido de melhora da conta corrente. Havia uma projeção inicial de que a conta corrente fosse para 3% do PIB. Nós estamos vendo que está em 2,3% ainda, e está caminhando mais para 2% do que para 3% do PIB o déficit de conta corrente, déficit esse que é altamente financiado, por exemplo, pelo investimento estrangeiro direto.

O investimento estrangeiro direto fechou o ano passado com déficit de conta corrente de 2,3% do Produto. Um investimento direto de 2% do produto se equilibrou, e, neste ano, acumulado até março de 2011, nós temos 2,8% do PIB de investimento estrangeiro, meio ponto do PIB acima do déficit de conta corrente. Então, o déficit de conta corrente é amplamente financiado inclusive pelo investimento estrangeiro, que é um fluxo de capital mais estável ao longo do tempo.

Efeitos fiscais da política monetária. Eu vou tratar de dois grandes temas, principalmente do primeiro, redução do custo de rolagem da dívida pública ao longo do tempo, e alongamento do perfil de vencimentos da dívida mobiliária do Tesouro Nacional.

Esse é o quadro da dívida líquida em proporção do PIB. Nós vemos consistentemente desde 2002, para não ir muito para trás, a redução da participação da dívida líquida sobre o Produto Interno Bruto. Está, em março de 2011 — o último dado que eu trouxe para os senhores e para as senhoras —, em torno de 40% do PIB.

Essa evolução da dívida líquida se dá ao longo do tempo, como mencionei. A política monetária vem sendo conduzida entregando a meta para a inflação dentro de um ambiente de redução consistente ao longo do tempo, os juros nominais, os juros reais, afora os ciclos monetários, mas oscilando numa tendência claramente declinante ao longo desse período. Vemos os juros nominais pagos pelo setor público também declinantes ao longo de todo o período considerado nessa transparência.

Fatores condicionantes da dívida líquida do setor público. O que afeta a dívida líquida do setor público? Considerei fatores selecionados. Obviamente há arrecadação do primário do outro lado, mas só para ver alguns fatores que nós sempre temos em mente e que têm a ver com as políticas do Banco Central. Aqui estou prestando contas a respeito delas. Basicamente os principais fatores condicionantes de aumento ou diminuição da dívida são a taxa SELIC, a variação cambial e a inflação. Sabemos que essa taxa é um fator, é a base da remuneração da dívida, e não necessariamente a taxa SELIC, mas responde a taxa SELIC, que está aí representada em vermelho. Então, responde por uma parte significativa do aumento da dívida líquida do setor público.

Quero mostrar também que a variação cambial tem afetado a nossa posição credora. Vemos que, em relação a 2008, a barra verde está abaixo da linha zero, o que indica que o câmbio reduziu a dívida líquida do setor público. Quando houve a desvalorização cambial em decorrência da crise, a situação patrimonial do setor público brasileiro melhorou. Isso dá condições de se adotar no País, naquele momento, uma política macroeconômica de expansão do crédito, de redução de juros, de aumento do gasto público, em função dessa característica hoje das finanças públicas brasileiras.

Nesse gráfico, há uma parte amarela, que diz respeito à inflação. A inflação também é um fator importante para aumentar a dívida líquida do setor público. Se a SELIC for baixa, insuficiente para fazer com que a inflação fique estabilizada, não escape do controle, nós certamente veremos aquela barra amarela subindo, trazendo como consequências, por exemplo, o aumento da dívida líquida do setor público.

Então, temos que controlar esses fatores. Obviamente, o objetivo do Banco Central é fazer com que a inflação convirja para a meta de inflação. Temos essas políticas, tanto a cambial quanto a monetária, que são

políticas do Banco Central. Isso é só para ilustrar os fatores condicionantes da base, que tem relação com o que fazemos lá no Banco Central.

A composição da dívida do setor público. Na segunda linha, índice de preços, uma fatia considerável, 30% na posição mais recente, de 11 de março de 2011. A prefixada, 35%. O índice de preços, 29,8%, 30%. A pós-fixada, 33%. E há os outros fatores menores em relação à dívida mobiliária.

Custo médio da dívida mobiliária interna, também ao longo desse período. Já é um período mais recente, de 2006 para cá. Mostra-se uma redução ao longo do tempo, uma tendência de redução.

Esse também é um enfoque por meio do qual podemos ver o custo fiscal das políticas, da política monetária, da política macroeconômica. Assim que o País evolui e reduz o risco macroeconômico, isso é refletido, por exemplo, no risco soberano, medido pelo *default* de crédito. Vemos uma redução pronunciada do Risco País ao longo do tempo. Isso permite que o setor público, por exemplo, capte a custos menores no mercado internacional, mas também permite que as empresas brasileiras financiem a um custo menor, já que o Custo Brasil, o prêmio de Risco Brasil vem diminuindo consistentemente ao longo do tempo, muito em função das nossas políticas macroeconômicas, incluída aí a política monetária.

Desafios econômicos de curto prazo. Em nossa opinião, na opinião do Banco Central, são dois. Eu recentemente falei sobre isto, e volto nesta prestação de contas a enfatizar: fazer a inflação convergir para o centro da meta, mesmo diante do forte aumento dos preços das *commodities* agrícolas, do petróleo, ambos no contexto internacional, e das pressões inflacionárias internas. Esse é um desafio. O Banco Central está endereçando esse desafio nesta administração, certamente vem endereçando isso desde janeiro.

O segundo desafio é lidar com esse intenso fluxo de capitais estrangeiros, que, em nossa opinião, são inflacionários, dependendo do volume. Isso não quer dizer que o Brasil não precise de capitais estrangeiros ao longo do tempo. Nós somos um país aberto ao capital. Nós vimos aí como o investimento estrangeiro direto evoluiu ao longo do tempo. Nós temos uma série de desafios em que esse capital será importante.

Agora, a depender da intensidade, esses fluxos trazem desafios. O primeiro deles é a inflação. Por quê? Porque eles servem de combustível para rápida expansão interna do crédito. Isso vira liquidez interna, expande o crédito numa velocidade maior do que deveria no momento em que se precisa de moderação e também impacta diretamente o preço dos ativos. Há mais dinheiro em reais, em função dessa liquidez ampla que entra no País, e isso vai refletir em preços de ativos, imóveis, terras etc., inclusive na taxa de câmbio, que é um ativo. A taxa de câmbio responde aos fundamentos econômicos, mas, em determinado momento — nós vimos isso no País —, ela também tem o impacto dessa liquidez global que está aí à procura de retorno e que, de certa forma, vem entrando no País nos últimos tempos.

Inflação corrente. Há um gráfico por meio do qual se pode mostrar rapidamente a V.Exas. como está o quadro da inflação corrente no mundo. Aqui, o acumulado em 12 meses, em março, considerando uma fonte única. Nós vemos primeiro os BRICs: Rússia, com 9,5% de inflação ao consumidor; China, com 5,4% de inflação acumulada, inflação corrente; Índia, com 8,8% de inflação, preço ao consumidor. África do Sul, 13,7%. Indonésia, 6,8% de inflação ao consumidor. Reino Unido, inflação de 4%, preço ao consumidor. Zona do euro, com uma inflação de 2,7%. |Os Estados Unidos, também com o mesmo nível de inflação, 2,7%.

É um conjunto de países que têm economia comparável à economia brasileira. Percebe-se uma elevação, no momento, da inflação corrente. Isso, no caso dos emergentes, tem relação com o preço das *commodities* agrícolas. Alimentos, por um lado, pesam mais quanto aos índices. Isso tem a ver também com aquecimento. Foram economias que saíram mais rápido da crise, que, em 2010, já estava com uma expansão forte.

Isso tem a ver também com o aquecimento da economia nos países emergentes e tem a ver, mais recentemente, com os preços da energia, do petróleo. O choque mais recente atinge não só os emergentes, mas também, em cheio, os países desenvolvidos, pois a energia pesa mais na cesta do consumidor dessas economias, digamos assim, mais maduras.

Em relação às expectativas de inflação para 2011, também com a mesma base, esperada pelosrespectivos mercados, para a Rússia, 9,1%; para a China, 4,6%; para Índia, 8%; para África do Sul, 4,7%; para Indonésia, 6,7%; para o Reino Unido, 4,1%; para a Zona do Euro, 2,4%; para os Estados Unidos, 2,7%.

Então, temos aí o quadro das expectativas de inflação para 2011. É um quadro de expectativa de inflação elevada, de maneira geral refletindo o que vem ocorrendo com a inflação corrente e o desafio que os países e os seus respectivos bancos centrais têm pela frente, para fazer com que essa inflação baixe num período com um horizonte um pouco mais largo.

Países com metas de inflação. Regimes análogos ao regime de política monetária que temos no Brasil. Então, vamos ver em vermelho primeiro os países que estão acima do nível de tolerância das suas metas. Temos a Zona do Euro, que está acima do nível de tolerância, a inflação, como nós vimos, está em 2,7%; o máximo que eles almejam é ligeiramente abaixo de 2%. Então a inflação está acima. O Reino Unido tem uma meta de inflação de 1%, com uma banda de mais ou menos 1%, e a inflação está em 4%, ou seja, está acima da banda.

Turquia, Israel, Tailândia, Austrália, Nova Zelândia, Chile, esses países estão com a inflação corrente acima da meta de inflação para 2011. Nós temos aqueles países que estão acima da meta e dentro da tolerância, em verde: Suécia, Hungria, República Tcheca, Polônia, África do Sul, Coreia do Sul, Filipinas, Canadá, México, Colômbia, Peru, Brasil. Então, são esses os países que têm inflação acima do centro da meta, acumulada em 2011 em relação à meta, mas estão ainda dentro da tolerância. Abaixo da meta há dois países: Noruega e Suíça.

E aqui temos países que não possuem metas explícitas de inflação, mas que estão com a inflação elevada. São países de relevância econômica. Temos a China, a Rússia, a Índia e os Estados Unidos também com uma inflação elevada, ainda que não tenham o regime, mas, se tivessem, certamente estariam por cima de suas metas de longo prazo.

Ouvindo o caso do Brasil, nós temos o preço das *commodities.* É uma parte importante para explicar a

elevação da inflação, não só no caso do Brasil, mas os emergentes, como mencionei agora há pouco. Nós temos, de julho de 2010 a abril de 2011, a evolução dos preços de *commodities* medidas pelo ICBr. Esse é o índice de *commodities* feito pelo Banco Central, que pega o preço internacional das *commodities* e traduz isso para nossa cesta de consumo do índice de preços ao consumidor.

Então, nós vemos uma aderência muito grande entre o que acontece aí e o que vai bater na inflação de IPCA ali na frente. Isso dá 78% de julho de 2010 a abril. O preço das *commodities* em reais e em dólares também apresenta uma evolução de 56% de julho de 2010 a abril de 2011. Nós vemos uma viradinha em ambos os casos, uma viradinha na ponta em relação ao preço das *commodities.*

A nossa história tem *commodity*, mas também tem uma economia que cresceu fortemente em 2010 e ainda continua em ritmo bastante dinâmico e bom, e isso se reflete, entre outras coisas, na inflação do serviço. A inflação do serviço tem a ver... No Brasil, está girando, no acumulado de 12 meses, acima da inflação medida pelo IPCA. Isso não é novo, não é de hoje e tem a ver com aspectos estruturais da economia brasileira, onde 30 milhões de pessoas ingressaram na classe média e demandam serviços. Isso tem um impacto importante sobre o preço dos serviços, mas também existe a questão conjuntural de uma economia aquecida, por isso que estamos no Banco Central tratando de conter as pressões inflacionárias e de fazer a inflação convergir para a meta em 2012. O centro da meta é de 4,5%.

A evolução do IPCA. Nós temos aqui, ao longo do tempo, limite superior e a meta central. Como mencionei, no nosso regime, a cada 31 de dezembro verificamos se a inflação está na meta, fora da meta, enfim, há toda uma governança estabelecida, uma institucionalidade do regime de metas da inflação. Essas são as metas para cada um desses períodos, entrando também no futuro, 2011, 2012.

Nós temos a evolução da inflação ao longo do tempo e vimos que ela cumpriu as metas nos meses de dezembro de cada ano. Daqui para a frente, estou considerando a expectativa de mercado atualizada, publicada segunda-feira pela Pesquisa Focus, que demonstra expectativa de inflação para 2011, como mencionei anteriormente, de 6,37%, ou seja, um pouco abaixo do limite superior da meta, mas acima do seu centro, convergindo para 5% em 2012, ligeiramente acima do centro, mas bem dentro do intervalo de tolerância para esses 2 anos.

Sobre medidas de combate à inflação, nós tivemos três reuniões e aumentamos a taxa de juros de 125 pontos. Há um esforço importante do Governo. O primeiro corte nos gastos é de 50 bilhões, e o primário é de 117. E os resultados, até o momento, têm sido bastante positivos em relação ao cumprimento da meta de superávit primário para o ano de 2011, inclusive com um resultado fiscal bem mais forte do que foi no ano passado, contribuindo seguramente com o esforço de combate à inflação.

Há uma série de medidas macroprudenciais que visam à estabilidade financeira e têm repercussões sobre a demanda, que foram colocadas. Uma série de medidas, no final do ano passado, aumentou o requerimento de capital para o financiamento ao consumo, dando mais segurança para as operações, mas gerando também impacto sobre o crédito concedido para o financiamento ao consumo.

Depósitos compulsórios. Também foram retirados, no final do ano, cerca de 80 bilhões, num total de 200 bilhões retirados no pós-crise. Portanto, essa liquidez que estava no sistema financeiro voltou para o Banco Central.

Há algumas outras medidas, que vou listar aqui rapidamente: a questão do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito, que sobe para 15% em junho de 2011 e 20% em 1º de dezembro de 2011. Essa é uma medida importante, uma medida prudencial, que visa conter riscos de superendividamento, uma vez que o financiamento no cartão de crédito é concedido a taxas bastante elevadas. Então, aumenta-se o pagamento mínimo da fatura nesse cronograma.

Efeitos das medidas macroprudenciais. Já houve efeitos importantes sobre as linhas de financiamento. Se examinarmos as concessões de crédito na margem e os dados mais recentes de março de 2011, comparados ao dado de pré-medida de novembro de 2010, veremos que há uma retração da concessão. Quando se analisa o estoque, observa-se que ele vai crescendo, principalmente porque a taxa de juros está crescendo. Mas, quando se analisam as concessões, vemos que há uma contenção das concessões, o que é importante neste momento, e as medidas têm mostrado sua força.

Em relação aos fluxos de capital, vou falar rapidamente. Esse é o fluxo acumulado em 12 meses, que está na faixa dos 170 bilhões (fluxo bruto). Temos aqui dois tipos de fluxo, renda fixa e ações, que têm mostrado moderação ao longo do tempo. Renda fixa foi objeto de IOF de 6% no ano passado. Essa linha vermelha mostra uma certa moderação no ingresso líquido.

Em relação aos fluxos que cresceram mais, nos últimos tempos, em preto está o investimento estrangeiro, que cresceu fortemente desde o final do ano e vem crescendo com bastante força no início de 2011. Temos também os títulos privados e empréstimos, ou

seja, as captações de empresas feitas diretamente no exterior e as captações de bancos também cresceram muito fortemente.

Os volumes de ingresso desses capitais montam em 54 bilhões em 2011, no período de janeiro a abril. Podemos ver a força desse ingresso no início do ano, se comparado a anos anteriores. Aí nós vemos algumas modalidades, como títulos privados e empréstimos, na faixa de 30 bilhões nesses 3 meses; no ano passado, eram 14 bilhões; em 2009, era negativo; em 2008, era pequeno.

Constatamos que alguns fluxos cresceram muito e muito rapidamente, gerando preocupações relativas a impactos inflacionários e também a possíveis riscos para a estabilidade financeira. No dia em que as políticas lá fora se reverterem e esses fluxos saírem do País, poderão potencialmente gerar riscos para a estabilidade financeira. É disso que estamos cuidando de tratar também no Banco Central, para mitigar, reduzir e minimizar esses riscos.

Esse é o saldo do balanço de pagamentos. Peguei 3 meses só para ilustrar o que eu estava dizendo. São 35 bilhões de dólares que entraram liquidamente no País nos 3 meses, comparados a 24 bilhões de dólares que ingressaram em todo o ano passado. Analisando esses 3 meses, vemos o mês de abril como produto do ambiente internacional, mas também das medidas tomadas, moderando bastante esse saldo líquido do balanço de pagamentos, quero crer também que em função das medidas que foram tomadas, sobretudo das medidas sobre captações diretas de empresas e captações de bancos lá fora.

Isso tem uma outra implicação para a política monetária, que é fazer com que as condições monetárias que prevalecem no País tenham mais efetividade de atuar sobre a demanda agregada e sobre os preços, porque, com um fluxo menor de captações diretas lá fora, reduz-se esse vazamento da política monetária, ou seja, nós apertamos as condições aqui, e bancos e empresas vão buscar dinheiro supostamente mais barato lá fora, na presunção de que não há risco cambial, quando, na verdade, há.

Com essas medidas e com a redução desses fluxos, nós temos também trazido mais efetividade e tração para a política monetária em curso no País.

Como uma das medidas para lidar com o excesso de capitais, temos as intervenções. Eu demonstrei a acumulação de reserva ao longo do tempo, mas temos também as medidas macroprudenciais, a adoção de compulsório sobre posição vendida de câmbio, o que foi importante, além do aumento do IOF nos ingressos de capital.

Aqui estão algumas medidas selecionadas sobre a renda fixa, sobre o recurso para composição de margem no mercado de derivativos, mas sobretudo este último sobre os empréstimos e títulos com maturidade inferior a 720 dias, ou seja, captações de curto prazo que vinham sendo feitas lá fora.

Só para fechar, temos a última transparência. Falamos da prestação de contas propriamente, das nossas políticas, dos desafios de curto prazo. A visão do Banco Central é que o País tem excelentes

perspectivas futuras, perspectivas de crescimento forte e sustentável nos próximos anos, ampliação da classe média, um processo que se intensificou e continua aumentando. Há ainda a questão do bônus demográfico, ou seja, mais pessoas no Brasil em idade ativa em ralação a inativos e indivíduos fora da idade mais produtiva. Isso gera uma maior capacidade de poupança e maior produtividade na economia até 2025, mais uma década e meia. Por isso, é importante aproveitar essa fase. Certamente, nós no Brasil aproveitaremos esse período de bônus demográfico.

Há diversas oportunidades de investimento, como exploração na camada do pré-sal, ampliação e modernização da infraestrutura, vastas reservas de *commodities* de minerais, potencial de ampliação da área cultivável, incremento da produção agrícola e eventos esportivos já definidos para 2014 e 2016. Essas são perspectivas que certamente tornam o País muito atrativo. Nós devemos aproveitar ao longo dos próximos anos essas excelentes perspectivas.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Estou à disposição dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Sr. Presidente do Banco Central, esta Presidência no mínimo pode dizer a V.Exa. que se sente tranquila após ouvir sua brilhante exposição, segura, coerente, prudente, pois vem de um técnico de sua grandeza, criado no Banco Central, com uma formação extraordinária. Esta Comissão certamente se sente muito lisonjeada em receber V.Exa.

Por isso, sem mais delongas, vamos iniciar com a palavra da Mesa. Peço inclusive que nós tenhamos rapidez nas intervenções, por força da multiplicidade de inscrições. O Presidente Tombini responderá a todas as indagações desta Comissão.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso querido Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Peço ao Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para me suceder nesta Presidência. Tenho audiências na Presidência da Comissão Mista de Orçamento e devo receber outras autoridades. Assim,

peço a V.Exa., Senador Delcídio do Amaral, que comande esta reunião. Tenho certeza de que ela estará sob comando muito melhor do que o meu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Com a palavra o Deputado Cláudio Puty. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Bom dia, Sr. Presidente; saudações, Senador Vital do Rêgo, Senador Delcídio do Amaral.

Saúdo o nosso Presidente do Banco Central, na pessoa de quem saúdo todos os Deputados, Senadores e Senadoras presentes, assim como os membros da Diretoria e técnicos do Banco Central, senhoras e senhores da imprensa.

Sua apresentação, Presidente Tombini, como disse o Senador Vital do Rêgo, nos deixa muito tranquilos em relação ao rumo que o Banco Central tem dado à condução da política monetária no Brasil. Deixa-nos mais tranquilos à medida que percebemos que há total afinação, total harmonia entre os distintos Ministérios do Governo Dilma.

Há poucos dias, estivemos aqui com a Ministra Miriam Belchior, que obviamente discorreu sobre a LDO e falou muito de política fiscal, mas, no que se refere a aspectos da política monetária, percebemos que há uma grande sintonia entre os diversos Ministérios do Governo. Como nós sabemos que na história dos governos brasileiros nem sempre foi assim, isso nos permite crer que o nosso risco de prêmio esteja sob controle, ou seja, há um grau de harmonia entre as metas fiscais e monetárias do Governo brasileiro.

Eu diria que nós vivemos tempos interessantes no Brasil e gostaria de fazer algumas perguntas associadas a isso.

Não obstante o crescimento do IPCA nos últimos meses, nós temos uma queda no IGP, se eu não me engano. Nós produzimos um gráfico sobre o IGP e o IGPM de fevereiro a abril. Em fevereiro, o IGPM era de 1%; em março, 0,62% e em abril, 0,45%. Obviamente, o IGPM não é o índice utilizado para as metas de inflação, mas gostaria de saber se, de uma maneira ou outra, essa queda refletiria algum previsor futuro no que se refere a comportamento de preço ao consumidor, à medida que o IGP é um indicador mais amplo do que o IPCA. Talvez isso já seja efeito das medidas de controle da inflação.

Em relação às medidas macroprudenciais, gostaria que V.Exa. avaliasse o seguinte. Apesar do aumento do requerimento de capital, apesar das outras medidas macroprudenciais tomadas, nós ainda temos um *boom* de crédito no Brasil, talvez associado à enorme inclusão social proporcionada pelo nosso Governo. Nos últimos 3 meses, mesmo com as restrições aqui elencadas, tivemos a variação percentual de 2,7%, e as operações de crédito para pessoa física nos recursos livres tiveram participação expressiva, com aumento de 3%. E, nos 12 meses, ocorreu variação nominal de 20% no crédito, mesmo em situação de restrição monetária. Temos, como eu disse, tempos interessantes. Gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso.

Em uma reunião alguns meses atrás, na Comissão de Finanças e Tributação, tivemos a honra de receber a Diretoria do Banco Central e tratamos do custo de carregamento das reservas. Foi mencionado, *en passant*, eu diria, que obviamente há um processo de esterilização das reservas e parte disso envolveria oferta de moeda, no que se refere à ampliação da base da monetária.

Gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre se há, no processo de esterilização das reservas, aumento da oferta monetária obviamente por parte do Banco Central, e se isso poderia ser também um dos elementos de vazamento de fomento ao crédito, além do influxo internacional de capitais.

São essas as questões que eu faço no sentido de provocar o debate aqui, reafirmando a total confiança nos rumos da política monetária do nosso Governo.

Aqui deixo as minhas saudações e meus parabéns pela tranquilidade, prudência e seriedade com que o Banco Central tem conduzido a política monetária do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Deputado Cláudio Puty.

Vou passar agora a palavra ao Deputado Carlos Brandão.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Bom dia.

Primeiro gostaria de cumprimentar o nosso Presidente Alexandre Tombini, que fez uma bela exposição. Cumprimento também o Presidente Delcídio, os Deputados e Senadores.

Quero fazer apenas uma colocação que nos preocupa muito, Presidente Alexandre: é sobre a questão do câmbio. Nós nunca tivemos, na história do Brasil, um câmbio tão baixo, e isso nos preocupa. Por um lado, isso é bom para o consumidor, que sai daqui para o exterior para fazer compras, para passear. No entanto, os exportadores, que vendem em dólar, estão tendo um imenso prejuízo, o que termina preocupando.

Estamos, de certa forma, ansiosos, aflitos, por saber até quando a moeda americana, uma moeda sólida, mesmo com os problemas orçamentários, imobiliários, toda essa questão que houve nos Estados Unidos, até quando isso vai durar ou se isso não é uma bomba-relógio. Qual é a sua preocupação quanto ao que isso pode comprometer a inflação aqui no Brasil?

Essa é a nossa preocupação. Para os consumidores, está muito bom lá fora, mas os exportadores estão

sofrendo um problema sério, tendo prejuízos, e isso pode afetar sensivelmente a nossa balança comercial. Gostaria que V.Exa. nos dissesse de que forma o Banco Central está se preocupando com essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Deputado Carlos Brandão.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG - Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral. Quero cumprimentar V.Exa., assim como cumprimento o Deputado Cláudio Puty e o Deputado Carlos Brandão.

De forma muito especial, cumprimento o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, e todos os Parlamentares aqui presentes, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados.

Quero compartilhar com os oradores que me antecederam a confiança em relação à condução da política monetária realizada pelo Banco Central nos últimos anos, o que trouxe estabilidade econômica ao Brasil.

Eu quero ser muito breve ao fazer duas indagações. Uma das características marcantes dos dois últimos Governos, especialmente o segundo Governo do Presidente Lula, foi ter conseguido aliar crescimento econômico com geração de milhões de postos de trabalho, redução da pobreza, redução das diferenças sociais e das diferenças regionais com o controle da inflação. E o que nós percebemos é o aumento da pressão inflacionária, especialmente em função do aumento do preço do petróleo e das *commodities*, o que tem levado o Banco Central a aumentar a taxa de juros. Isso pode vir a comprometer o crescimento econômico. A pergunta que faço é: como compatibilizar crescimento econômico, importante para o País, com combate à inflação?

Segunda questão: na sua apresentação, V.Exa. mostra que, no primeiro semestre de 2010, o resultado positivo do Banco Central, repassado ao Tesouro, foi de 10,8 bilhões de reais, e no segundo semestre foi de 4,9 bilhões de reais, ou seja, menos da metade do resultado do primeiro semestre. Que fatores econômicos levaram a uma diferença tão grande em relação aos resultados do primeiro para o segundo semestre de 2010?

São esses os questionamentos que faço, cumprimentando mais uma vez o Presidente Alexandre Tombini pela sua apresentação e pela sua gestão à frente do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Senador Rollemberg.

Eu só queria fazer um registro, meu caro Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Primeiro, parabenizo V.Exa. pela didática, competente exposição e pela maneira equilibrada e serena com que vem conduzindo o Banco Central, tendo, mais do que nunca, a percepção nítida de que nós temos de combater a inflação e fazer com que o País continue se desenvolvendo, crescendo e distribuindo renda. Essa composição não é simples, não é fácil, mas eu tenho absoluta convicção do papel que o Banco Central cumprirá exatamente no sentido não só de controlar a inflação, mas de manter o crescimento do País e a distribuição de renda.

Eu só quero fazer duas perguntas a V.Exa. Lendo o último relatório do COPOM, observamos que a questão da taxa de juros volta com destaque. A pergunta é: os juros voltaram novamente à ribalta, uma vez que nós temos visto que as medidas macroprudenciais estão fazendo efeito e são alternativas importantes para combate da inflação?

Segundo ponto: no ano passado, se eu não estou equivocado, nos meses de junho, julho e agosto a inflação foi próxima a zero. A partir do momento em que esses três meses saírem da anualização, o pico anualizado ficará dentro da banda, ou seja, entre os 4,5% e os 6,5% previstos pelo sistema de câmbio flutuante adotado pelo Banco Central para economia brasileira?

São essas as duas perguntas. Se todos estiverem de acordo, eu gostaria que o Presidente Tombini respondesse às perguntas da Mesa e, em seguida, abriríamos para o Plenário, para os inscritos, e faríamos em blocos de cinco.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Sr. Presidente, não daria para neste bloco falarem mais uns três? É claro que advogo em causa própria, pois estou inscrito, sou o segundo e tenho que presidir a Comissão da Pessoa com Deficiência lá no Senado. *(Risos.)*

Se puder aumentar para mais uns três, eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - O problema é que nós estamos com um enxame, com uma inflação de Comissões. E essa inflação está difícil de debelar.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Por isso é que temos de aplicar macroprudência...

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Nós temos que adotar medidas macroprudenciais no Senado para fazer frente a essa inflação de Comissões e Subcomissões.

Eu sei que essa audiência pública no Senado é muito importante, especialmente para o Senador Lindbergh. Por isso, peço a V.Exas. que se abra somente essa exceção. Vou conceder a palavra para o Deputado

Alfredo, que chegou aqui pontualmente às 10 horas, e depois para o Senador Lindbergh. Em seguida,

o Presidente Tombini responderá e, em seguida, faremos blocos de cinco Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS - Agradeço a V.Exa. e a todos os Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Se todos estiverem de acordo,... *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente Delcídio do Amaral, obrigado pela deferência.

Meus cumprimentos ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, às Sras. e aos Srs.

Deputados e Senadores. Eu considero que a economia tem três pilares onde tudo se sustenta: o pilar do câmbio, o pilar do juro e o pilar da tributação. V.Exa. está inserido em dois aspectos: juros e câmbio. Vou fazer, dentro disso, as minhas considerações e as minhas indagações.

A estabilidade, todos sabem, é uma conquista da sociedade. Não foi só implantada no Governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, mas também foi o fator de sustentação deste atual Governo. Se nós não tivéssemos tido a estabilização econômica do Plano Real e a tomada de providências em paralelo, certamente não teríamos passado à margem dessa crise da forma como passamos.

Então, a dúvida da volta da inflação é algo que nos deve atormentar e preocupar a todos. A estabilidade não é uma conquista de um Governo ou de outro. É, realmente, uma conquista da nossa sociedade.

Outra situação é a do câmbio. Vemos, nas demonstrações, a situação de inflação de outros países, mas temos que levar em conta que aqui tivemos o impacto de *commodities*, que têm preços internacionais listados, mas aqui nós tivemos inclusive uma redução da nossa taxa. Ou seja, em vez de contribuir com a inflação, a taxa de câmbio, com a redução do valor do dólar, praticamente equilibrou a situação desse impacto que as *commodities* poderiam ter em cima dos preços.

Muitas vezes ficamos em dúvida se o Banco Central quer, de fato, manter o dólar estabilizado ou num patamar competitivo ou se, por outro lado, isso não é interessante. É absolutamente certo. Se nós tivéssemos um dólar de R$1,90 ou de R$2,00, o que seria razoavelmente competitivo para os nossos exportadores, principalmente em alguns setores, e refrearia também a importação de tantos outros produtos, isso seria impactante e, certamente, essa inflação, que está fora da meta, estaria ainda mais descentralizada.

Então, indago aqui o seguinte: a ata do COPOM, como já foi dito, sinaliza efetivamente que a inflação de 6,3% pode ir para 7% dos preços livres. Alega-se sempre que as *commodities* internacionais são o impacto, mas, na verdade, o que se vê é que os preços livres, os preços dos serviços é que têm impactado a inflação, porque as *commodities* têm refreado pelo simples fato de que o dólar caiu de valor. Não é essa a função, não é essa a situação que vai fazer com que tenhamos a inflação fora da meta.

O Banco Central cumpre a sua obrigação, e às vezes fazemos a mesma indagação que fiz no ano passado para o Presidente do Banco Central e toda a equipe, quando debatíamos o assunto do Banco Panamericano. O Banco Central está tão perto da Caixa Econômica Federal, e um não sabia que o outro tinha problemas. Às vezes indagamos: o Banco Central é uma instituição de Estado, está tão próxima da Fazenda, mas parece que não existe sintonia entre o Banco Central e a área econômica. O Banco Central tem todo o empenho em relação a taxa de juros e depósito compulsório para tentar segurar a inflação, e me parece que a área econômica não faz essa sintonia.

Eu fiquei abismado, por exemplo, quando vi o Ministro Guido Mantega no Senado, outro dia, usando um discurso que nós ouvimos no Plano Cruzado, de pedir aos empresários que segurem os preços. Ora, quando chegamos à situação de pedir preço ou começar a falar em controle de preços, aí a coisa vai para a linha do absurdo.

Outra coisa me preocupou muito. A pesquisa Focus apresenta todo o enredo de sinalização da inflação. Eu queria saber se procede a informação de que o Banco Central estaria mudando a forma, a metodologia de avaliação disso. Isso é preocupante. Em outras épocas, mudamos a forma de medir a inflação, ou seja, quebramos o termômetro para impedir a medição da temperatura do paciente com febre ou da temperatura do paciente da economia, que é a inflação.

Pergunto também outra coisa: nós aprovamos aqui o Fundo Soberano, e a indagação é a respeito de como V.Exa. vê a área econômica, o Ministério da Fazenda fazendo uma espécie de competição com o Banco Central sobre aquisição de moeda, que é, classicamente, uma atribuição do Banco Central, e não da Fazenda, no momento em que constitui um Fundo Soberano para comprar dólares e tentar frear a queda da moeda.

A situação do custo das reservas...

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Deputado Alfredo Kaefer, eu peço a V.Exa. que objetive as perguntas, porque há muitos Parlamentares inscritos.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Vou acelerar.

Sr. Presidente, dediquei muito tempo a esta audiência, porque eu tinha uma solicitação pessoal, mas vou tentar abreviar.

Ao custo de carregarmos essa reserva internacional, até quando vamos suportar isso? Vinte e seis bilhões sinalizam 60 bilhões de custo. Estamos comprando dólar, deixando o dólar lá fora, aplicando-o a 1% ou 2% e pagando aqui a taxa SELIC.

O Fundo Monetário e as instituições internacionais têm inclusive recomendado a países emergentes o controle de fluxo de capitais, e essa é uma indagação e uma preocupação que temos. Há uma tese acadêmica da época do Governo do meu partido, o PSDB, que preconiza o dólar flutuante. Seria melhor situação se estivéssemos em situações normais, mas esta era uma tese que valia no momento em que precisávamos de fluxo de capitais de entrada. Por que hoje nós continuamos insistindo com o dólar flutuante sem nenhum controle ou com pouco controle, apenas com o IOF, que apenas serviu para aumentar a arrecadação e não contribuiu com a freada da redução da moeda?

A China, por exemplo, há muitos anos faz controle de fluxo de capitais. Eu pergunto: há falta de investimentos naquele país? Outros países têm feito controles sistematicamente, de uma forma ou de outra, e nós apenas insistimos em comprar os dólares, interná-los aqui dentro, emitir títulos públicos, pagar taxa SELIC de 12% ao ano e deixar o dinheiro aplicado no Tesouro americano a 1%.

Eu teria muitas indagações, mas, em respeito aos demais colegas que também querem fazer suas indagações, reservo-me a isso. Acho que, se o Presidente responder dentro dessa linha, já estaremos satisfeitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS -Sr. Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, confesso, Presidente Tombini, que, por muito tempo, até no Governo do Presidente Lula, quando nós tínhamos possibilidade de discutir sobre o Banco Central, nossa postura era muito crítica.

Eu venho aqui pela primeira vez, neste último período, defendendo não uma mudança, mas um aperfeiçoamento da política monetária do Banco Central, a utilização de outras ferramentas, como medidas macroprudenciais e intervenções no câmbio.

Ao contrário do que disse o Deputado Alfredo Kaefer, eu acho que, pela primeira vez, nós temos tido uma ação articulada de todo o Governo no combate à inflação.

Eu quero inclusive citar o discurso da Presidenta Dilma em que ela diz que o Governo está atento a todas as pressões inflacionárias, venham de onde vierem, fazendo permanente análise delas e discutindo as causas da inflação.

Semana passada, na sexta-feira, houve autorização do Governo Federal para que houvesse a redução da participação do álcool na gasolina até 18%. É um instrumento de fora, preocupado com a inflação.

Eu quero falar também ao Deputado Alfredo Kaefer sobre o esforço fiscal. Na semana passada, nós tivemos a divulgação dos números do superávit, e eu sei que existe uma inquietação por parte do mercado sobre a dureza dessa consolidação fiscal, se iria acontecer de fato esse aperto fiscal.

Pois bem, foram 40 bilhões em um trimestre. Ultrapassamos a meta do quadrimestre. Eu falava inclusive a alguns Deputados e Senadores que o problema foi a farra fiscal do Governo do Presidente Lula. Ora,

o que fez o Presidente Lula no final do seu Governo? Medidas de expansão do crédito e desoneração tributária. Eu não vi ninguém defendendo que a desoneração do IPI, por exemplo, deveria acabar antes de março de 2010. E nós vemos concretamente, pelos números, que chegamos, em 2009, a 42% do PIB, a relação dívida/PIB; em 2010 caímos para 40%; em 2011, a previsão é 37%.

O nosso déficit nominal, Srs. Senadores, Srs. Deputados, está em 2,6%, e a previsão para este ano é que chegue a 1,9%. Vale dizer que a Inglaterra está acima de 10%, e os Estados Unidos estão na faixa de 9% de déficit nominal. O que nos falta então? Um esforço fiscal coerente do Governo. Todos sabemos que o Governo aumentou a taxa SELIC.

Então, qual é a grande diferença? Este é o grande debate em que o Parlamento tem que entrar. O debate com alguns articulistas da imprensa e com o mercado se dá da seguinte forma: alguns acham que o Banco Central tinha que ter tomado uma postura mais forte, tinha que ter aumentado não 0,25%, mas 0,50% na última reunião do COPOM.

Eu quero parabenizar o Governo, neste momento, pelo esforço de combater a inflação, não só com a taxa SELIC, mas com vários outros instrumentos, com a preocupação também de não derrubar a economia, e isso ficou claro na fala da Presidenta Dilma no Conselhão, ao mencionar dois de seus compromissos: combate à inflação e não derrubar a economia.

Por isso eu faço as seguintes perguntas, Presidente Tombini: quando discutimos o IPCA e os números da inflação, observamos claramente que houve uma diminuição do peso do preço das *commodities* e um aumento de serviços. Refiro-me aqui ao final de 2010,

quando o IPCA estava em 5,9%, sendo que 2,3% correspondiam a alimentos e bebidas e 1,8%, serviços. Agora, aumentou para 2 pontos.

De fato, há uma pressão em cima de despesas pessoais, como serviços prestados por cabeleireiros e empregadas domésticas. Há uma pressão também nos serviços educacionais, serviços sazonais. Mas a minha pergunta a V.Exa. é a seguinte: o que houve em relação ao relatório trimestral da inflação e essa ata do COPOM? O relatório trimestral da inflação apontava um caminho. Ele falava centralmente das medidas macroprudenciais. Na última ata do COPOM, há uma mudança de linha. No seu item 30, o COPOM fala de um ajuste mais prolongado das taxas básicas de juros.

Eu queria perguntar a V.Exa. o que houve nesse período. Houve uma mudança significativa no cenário? O que há de diferente entre o relatório trimestral da inflação e a ata do COPOM?

E a última pergunta, em relação às medidas macroprudenciais, ao aumento no compulsório dos bancos em dezembro, enquanto em janeiro, fevereiro e março houve uma grande entrada de capitais no País, superior a todo o ano passado, superior em 40%: será que o Banco Central não levou um drible de algumas instituições financeiras que foram captar recursos a 0,25% fora do País e colocaram de volta uma grande liquidez no mercado? A partir do aumento do IOF, por parte do Governo Federal, vemos que essa entrada de recursos no País foi moderada.

São estas as duas perguntas que deixo para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra o Ministro Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - Seguindo a determinação de V.Exa., Sr. Presidente, serei breve nas respostas, para que possamos evoluir no debate.

Primeiro, gostaria de agradecer por todas as perguntas.

O Deputado Cláudio Puty, na sua intervenção, fez três perguntas. Em relação ao IGPM, a notícia é alvissareira. O IGPM mensal está recuando, está em linha com o que já foi feito lá atrás em termos de política, mas também existe uma sazonalidade marcada. Há a questão das *commodities*, um certo recuo na margem. Há a questão da própria taxa de câmbio, que foi mencionada. Recentemente, o dólar conseguiu se desvalorizar ainda mais em relação a várias moedas, inclusive ao real.

Há também a questão da entrada da safra doméstica, mas esse é um indicador antecedente que, num prazo de alguns meses, veremos refletido nos preços ao consumidor. Sem dúvida, é uma informação importante que está dentro das nossas avaliações.

Em relação às medidas macroprudenciais, a sua questão, diferentemente de outros Parlamentares, foca no fato de que já adotamos uma série de medidas, mas, na sua visão, ainda não estaria totalmente refletida nos números.

Procurei mostrar na minha apresentação que, quando saímos da questão da evolução do estoque de crédito e olhamos as concessões na margem, ajustando isso para efeito de sazonalidade e também efeitos da própria inflação, vemos uma redução, em termos reais, dessazonalizados, das principais linhas que foram afetadas pela política macroprudencial.

Deixo aqui a apresentação, que tem um *slide* específico que trata um pouco do impacto das medidas prudenciais. É fato que nos 12 meses acumulados, até o mês de março, o crescimento está ainda na faixa de 20%, mas obviamente que ao longo do ano esse crescimento, em nossa visão, fechará num nível menor. O Banco Central estima algo entre 10% e 15%, na realidade, em torno de 13%. Esse dado hoje está na casa dos 20%, mais as concessões nas margens. O efeito das macroprudenciais não está integralmente sentido. O efeito do próprio ciclo de aperto da política monetária refletirá nessa questão do crédito. E o crédito evoluirá mais em linha com o que o Banco Central tem pensado.

Em relação ao custo de carregamento das reservas, V.Exa. faz uma observação específica, uma questão sobre como se dá o processo de esterilização e se não estaria sobrando recurso e ampliando a oferta monetária, uma espécie de vazamento para a política monetária. De fato, o Brasil tem adotado essa política de cumulação de reservas e, ao mesmo tempo, uma política monetária independente em relação ao resto do mundo. Quer dizer que nós conseguimos manter as nossas condições monetárias para atingir a meta de inflação, ainda que tenhamos de conviver com entrada de recursos, adquirir esses recursos da moeda estrangeira, esterilizar o impacto monetário. Ou seja, quando o Banco Central adquire essas reservas do mercado, ele injeta reais, então, capta esses reais de volta e faz este processo que nós chamamos na economia de esterilização das intervenções.

Obviamente, a depender do volume, da intensidade e da rapidez que esse processo se dá, como foi agora no começo do ano, a esterilização nunca é perfeita, não se retiram todos os reais, sobra dinheiro em cima da mesa. E esse dinheiro vai alimentar a expansão do crédito, vai alimentar eventualmente alguma elevação de preço de ativos.

E é isso que estamos fazendo, buscando, com as macroprudenciais, cercar essa questão de modo a que os fluxos internacionais, que dão origem à aquisição, que depois dão origem à política de esterilização — e existe esse impacto que V.Exa. mencionou... Estamos procurando, com medidas anteriores, medidas macroprudenciais, o IOF na captação, por exemplo, reduzir, moderar esse fluxo de entrada.

Há as questões do Deputado Carlos Brandão sobre o câmbio tão baixo, sobre quanto vai durar essa questão norte-americana. Estou olhando para o Deputado Sérgio Brito, mas o Deputado Carlos Brandão, que estava também compondo a Mesa, fez esta pergunta sobre quanto tempo vai demorar para que a situação Internacional, em particular nos Estados Unidos, se reverta.

Essa é uma questão em aberto. Há sinais, obviamente, de recuperação da economia norte-americana, o que tende a levar a uma situação de maior normalidade das condições monetárias e financeiras. Isso reequilibraria a questão do dólar no mercado internacional.

Por outro lado, há também dados que indicam na direção de que esse processo demora. Há a própria evolução do mercado de trabalho norte-americano e a questão do mercado imobiliário. Não sou especialista em Estados Unidos, mas obviamente tenho que entender um pouco daquela economia: os mercados, por exemplo, têm uma expectativa de princípio de normalização das condições monetárias para o início de 2012.

Neste momento, não temos por que pensar muito diferente, ou seja, há um processo pela frente em que o dólar ainda reflete o impacto das políticas domésticas daquele país. Agradeço ao Senador Rollemberg as palavras de confiança na condução da política monetária nos últimos anos e nesta gestão.

Sobre a questão de como compatibilizar, ao longo do tempo, o combate à inflação e o crescimento econômico, creio que essas duas importantes variáveis macroeconômicas não são incompatíveis. Obviamente, temos ciclos monetários em que uma ênfase no controle deve ser maior, como neste momento, mas o nosso País investiu bastante nos últimos anos, tem progredido em diversas áreas, tem uma capacidade de produção maior do que no passado e tem um produto potencial que cresce a uma determinada velocidade, a oferta da economia.

Em tudo o que fazemos no Banco Central, procuramos controlar, nesse período, a demanda da economia, para que as pressões inflacionárias diminuam. Convergimos para a meta, mas, ao longo do tempo, é possível, sim. Não dá para crescer sustentavelmente com inflação descontrolada. Também de nada vale uma inflação controlada com uma economia que não cresce. Em determinados momentos, há queda e moderação. Neste momento, estamos moderando. Saímos de uma taxa de crescimento de 7,5%, em que a demanda crescia 10,5% em 2010. Certamente, não estamos mais nesse mundo, mas num mundo de crescimento. Sobre uma base maior é possível crescer, sim. As projeções do Banco Central indicam um crescimento significativo da economia este ano.

Vamos combater a inflação e continuar crescendo. Ao longo do tempo, obviamente, inflação sob controle é condição não suficiente, mas necessária para alargar os horizontes, as decisões de consumo de longo prazo das famílias e das pessoas, as decisões de investimento. É fundamental que haja esse controle, que ajuda inclusive a baratear o custo, porque os prêmios de risco da economia vão diminuindo, como vimos na apresentação. As duas coisas são totalmente compatíveis.

A segunda pergunta de V.Exa., mais específica, é em relação à prestação de contas e aos fatores que levaram o Banco Central a sair de 10,9 bilhões de reais no primeiro semestre de 2010 para 4,9 bilhões de dólares no segundo semestre.

Vou ser breve. Basicamente, quando se olha a abertura no *slide* nº 5, o que se vê essencialmente é a remuneração dos compulsórios. Como no ano passado e começo deste ano trouxemos cerca de 200 bilhões de reais de volta para os cofres do Banco Central, uma boa parte desse dinheiro que estava no sistema e que retorna ao Banco Central é remunerado. Isso não havia no primeiro semestre. Foi escalonado a partir de abril. Então, isso pegou mais em cheio no segundo semestre. Esse é o impacto da política de esterilização desses recursos via retorno dos compulsórios para o Banco Central.

Ainda sobre as perguntas, também gostaria de agradecer ao Presidente da Mesa, Senador Delcídio do Amaral, pela convicção na condução da política, no controle da inflação com crescimento e distribuição de renda.

Há uma questão mais ou menos na linha do que foi perguntado pelo Lindbergh Farias, mas vou responder cada pergunta individualmente.

A primeira pergunta é se a taxa de juros volta com destaque à ribalta, uma vez que a macroprudencial está funcionando, como eu mesmo demonstrei. Vai na linha do que foi dito aqui também pelo próprio Senador Lindbergh. Há um esforço articulado em várias frentes nesse combate à inflação.

Em nenhum momento, o Banco Central abdicou do seu instrumento. Pelo contrário, no relatório de inflação já tínhamos 100 pontos de aumento de SELIC. Não abriremos mão de macroprudenciais doravante,

até porque elas têm o objetivo precípuo de assegurar estabilidade financeira e econômica ao longo do tempo. Na medida em que vejamos riscos para instituições ou para segmentos da economia, vamos atuar com as macroprudenciais. Atuando com as macroprudenciais, elas têm impacto econômico.

Vimos aqui o canal de crédito subindo de 25% para 50% do PIB. Se atuarmos em cima do canal do crédito, certamente haverá um impacto sobre a demanda e, consequentemente... Dois terços de uma economia é consumo; 50% da economia é financiada. Logo, uma larga parte do consumo é financiado, que é o que move a economia. Portanto, as medidas macroprudenciais que já foram tomadas e as que eventualmente forem

tomadas com o objetivo de assegurar estabilidade econômica e financeira serão levadas em conta no processo de aperto das condições monetárias que está em curso para trazer a inflação definitiva e consistentemente para o centro da meta no horizonte 2012, como já comunicamos.

Então, não há mudança alguma. Simplesmente, na comunicação, estamos tratando de dar o destaque necessário para o instrumento convencional, sem esquecer que as macroprudenciais têm o seu papel. E há outras políticas. Não vou abordá-las aqui, mas já foi dito. Eu inclusive mencionei que a questão fiscal também vem cooperando, ajudando bastante nesse processo.

V.Exa. menciona, em sua segunda pergunta, na mais específica, junho, julho e agosto de 2010, aquele período em que a inflação ficou muito baixa, próxima de zero. O que gostaria de enfatizar, na apresentação não o fiz, é a questão da evolução da inflação neste ano. Este mês ainda é de inflação alta. Sexta-feira, sairá o resultado. Veremos: inflação alta. Este primeiro quadrimestre foi de inflação no preço ao consumidor girando mensalmente na faixa de 0.80, acima do que é compatível com o centro da meta, certamente. É reflexo de tudo o que falamos aqui, da demanda, mas também das *commodities*, da energia, enfim.

A inflação mensal começa a cair. Em maio vai cair bem. Vimos aqui o próprio Deputado Cláudio Puty mencionar a evolução do IGP. Com alguma defasagem, ele vai bater as *commodities*. Então, crescimento mais moderado. Tudo o que já foi feito em política monetária, apesar de haver uma defasagem de 6 a 9 meses — mas já foram feitas coisas lá atrás, em 2010 —, está começando a impactar a economia.

Veremos a inflação mensal rodando consistentemente com a meta. Qual é o equivalente mensal da meta de 4,5? Entre 0.35 e 0.40. Mais especificamente, 0.37 seria o 4,5 anualizado. Então, veremos a inflação já convergindo mensalmente para a meta. Inclusive, há, no mercado, expectativa de que a inflação de junho e julho fique muito baixa, até abaixo do que seria o centro da meta. Enfim, não estamos contando com isso no momento, mas essa é uma questão mais de detalhe da própria inflação. Não depende da política em si. Mas veremos uma inflação mensal girando a valores mais baixos. Talvez não tão baixo quanto giraram em junho, julho e agosto de 2010.

Portanto, no acumulado de 12 meses, quando sai um mês de inflação zero e entra um de 0.20, a inflação acumulada em 12 meses, por definição sobe 0.20, ainda que a inflação esteja hoje sob controle e caminhando para a convergência da meta; ou seja, teremos uma inflação mensal já nos padrões de centro de meta e uma inflação acumulada de 12 meses em função de tudo o que aconteceu neste primeiro trimestre e no último trimestre, adicionada do efeito estatístico, dos zeros que saem lá de 2010, uma inflação de 12 meses que cresce, ainda que esteja sob controle e que estejamos caminhando para o seu controle.

Esse seria basicamente o meu comentário em relação à pergunta mais específica de V.Exa. sobre a inflação no Brasil.

O Deputado Alfredo Kaefer tem uma série de questões em relação a se o Banco Central manterá o real competitivo. O nosso regime é de câmbio flutuante, como mencionado. Há uma segunda pergunta de V.Exa. em relação a isso. Temos flutuado em patamares. Estava em 1,76, em meados do ano passado. Fomos para 1,66 e ficamos assim por um bom tempo. Hoje estamos no nível de 1,60, 1,55. Quer dizer, tem flutuado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Ajudou na queda da inflação?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - O dólar ajuda um pouco menos. O que existe na nossa política monetária é um traço já consagrado em relação à política monetária no regime de meta de inflação. Quando temos experiência com campo flutuante — e lá se vão 11, 12 anos com isso —, a contribuição das variações cambiais para a inflação diminuem ao longo do tempo. O chamado repasse cambial vai diminuindo. Esse é um fato estilizado, aconteceu em várias economias. Por quê? Quando o câmbio é fixo e muda de repente, quase a integralidade é passada para os preços, porque se sabe que aquele novo patamar é permanente. Quando o câmbio é flutuante, aquele patamar pode não permanecer. Há uma certa resistência em fazer o ajuste no preço a qualquer flutuação no câmbio. Então, diminui a contribuição das variações de câmbio para a variação de inflação. A contribuição do câmbio para a inflação diminui ao longo do tempo. Não dá para contar com isso para fazer a inflação convergir. Então, não é essa a ferramenta do Banco Central. Certamente, não é, porque o câmbio é flutuante.

Obviamente, nós temos preocupações em relação a fluxos, porque o próprio câmbio pode refletir não só os nossos fundamentos, como os termos de troca, que estão muito bem, porque os preços das *commodities* ainda continuam bastante elevados e as perspectivas de crescimento da economia brasileira são amplas. Enfim, há uma série de fundamentos que fazem com que o nosso País seja atraente do ponto de vista dos recursos externos. Por outro lado, há também uma massa de recursos em função das políticas que foram adotadas nas economias maduras, em particular, na Europa e nos Estados Unidos. Então, houve aí um volume de recursos. Tem a ver com afrouxamento quantitativo, com compra de títulos soberanos, com juros muito baixos. E esse volume de recursos acaba afetando as diversas economias, as economias emergentes, no caso, a do Brasil; entre outras coisas, afetando o preço dos seus ativos. Sendo a taxa de câmbio também um ativo financeiro, afeta também a taxa de câmbio. Ou seja, pode ser que a taxa, em alguns períodos, esteja além do que ela seria justificada pelos fundamentos. Por isso, nós temos atuado também com as medidas para moderar os fluxos internacionais.

Nos últimos 5 dias, o real foi uma das moedas que mais se desvalorizaram em relação ao dólar, junto com o dólar australiano. Nos últimos 30 dias, o real vem apresentando uma desvalorização, enquanto as outras moedas comparáveis se valorizaram em relação ao dólar. O fato é que, independentemente do regime e das condições econômicas, na semana anterior à Semana Santa, o dólar australiano chegou, por exemplo, na máxima de 30 anos. Desde 1983, o dólar australiano não estava tão forte em relação ao dólar norte-americano. O dólar canadense, para citar economias um pouco diferentes da nossa, mas também exportadoras de *commodities*, estava no seu valor máximo em 3 anos.

Esse é, de fato, um problema internacional. Nós temos procurado neste momento moderar esse ingresso de recursos para evitar problemas de outra natureza, como V.Exa. mesmo mencionou, o potencial efeito inflacionário desses fluxos e o potencial efeito desestabilizador da economia, do setor financeiro, de uma entrada muito grande de fluxos. Quando há reversão desses fluxos, pode gerar riscos à estabilidade financeira. Então, nós estamos olhando para o câmbio pela dimensão dos fluxos.

Creio também que foi explorada a questão da articulação das políticas. Acho que a política fiscal contribui no trabalho de combate à inflação. Nós temos visto resultados primários realizados até março. Isso tem sido bastante forte. Quer dizer, há indicativos seguros de que o primário de 117 bilhões para este ano está bem, está numa boa trajetória para ser atingido. Vimos também, por exemplo, a despesa nominal crescendo abaixo do crescimento do PIB. Isso também dá uma ideia, um indicativo da qualidade do ajuste, que é importante para a política monetária.

A Focus é uma pesquisa importante. Não há qualquer mudança à vista. Há muita falação, certamente não vinda do Banco Central. É uma pesquisa reconhecida, que segue os padrões internacionais de qualidade. Eu, inclusive, fui um dos precursores que criaram, lá atrás, em 1999, esse grupo. Não há qualquer mudança na linha que V.Exa. aludiu na sua intervenção.

Em relação ao Fundo Soberano, creio que olhando estrategicamente o País desenvolvendo seus recursos naturais lá na frente e gerando superávit em conta corrente, o Fundo Soberano vai ser um veículo importante. Em algum momento, lá na frente, o Banco Central vai chegar ao julgamento de que o seu colchão de liquidez, suas reservas internacionais estão com um nível suficiente. Mas ainda continuam crescendo. Estou falando hipoteticamente, lá na frente. Continuam crescendo, porque a economia cresce. Então, em relação à economia, ainda que o volume cresça, se mantém constante, uma vez decidido que aquele colchão de liquidez é suficientemente amplo para a economia brasileira.

Mas não creio que a aquisição de reservas, a aquisição de moeda estrangeira cesse, principalmente tendo em vista as perspectivas da economia brasileira. Então, no desenvolvimento desses recursos naturais lá na frente, quando tivermos um expressivo superávit em conta corrente, teremos que encontrar um outro veículo. Esse veículo de aquisição dessas moedas estrangeiras será, na minha visão — enfim, estamos desenvolvendo isso —, o Fundo Soberano do Brasil.

Então, a diferença em relação à aquisição por parte do Banco Central é que o Fundo Soberano também tem a segurança como seu primeiro critério, mas a liquidez não é o segundo critério. A reserva internacional tem que ter a liquidez presente. Quando a liquidez está presente, tem de haver a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso as reservas. Consequentemente, as aplicações são mais de curto prazo, mais líquidas e menos rentáveis. Então, o custo de carregamento de recursos no Banco Central *vis-à-vis* um custo de carregamento no Fundo Soberano, lá na frente, pode ser mais vantajoso.

Em relação à competição, não há nada de competição. Inclusive, há um convênio já firmado entre Banco Central e Tesouro Nacional. No momento em que o Fundo Soberano quiser fazer uma leilão de aquisição — nós já temos todo o leilão definido —, o Banco Central o fará, porque tem a *expertise*, coloca-

rá a placa do Fundo Soberano. O mercado vai saber que quem está atuando é o Fundo Soberano. Não há confusão nenhuma; pelo contrário, há uma boa articulação nesse sentido. Estamos nos preparando para o futuro nesse caso.

Custo da reserva, até quando isso? O FMI sugere o controle, por que não mudar? Acho que a parte da mudança do FMI também tem a ver com o que o Brasil tem feito e defendido internacionalmente. Hoje a questão é global. Tem muito mais a ver com os fatores das economias centrais, que estão tentando se recuperar ainda da crise; ainda estão administrando as consequências das políticas de recuperação da crise, a crise soberana na Europa e outras questões de natureza fiscal. Estão com as suas políticas de liquidez bastante amplas. Enfim, existe um nível extraordinário de liquidez hoje no mundo. Isso tem-se refletido nos países emergentes.

É legítimo, é necessário. Nós temos que fazer, estamos fazendo, faremos mais, se for possível, para nos proteger em relação a esses fluxos. São fluxos temporários. Entram e, em algum momento, sairão quando as condições normalizarem-se lá fora.

Creio que estamos fazendo isso dentro de um regime de câmbio flutuante, lembrando, como eu mesmo mencionei, que, às vezes, a própria taxa do câmbio, que é um ativo financeiro, pode refletir coisas além dos fundamentos econômicos, e nós temos não só a legitimidade, mas temos instrumentos e estamos agindo nessa matéria.

Então, é isso. Acho que procurei atender às perguntas do Deputado Alfredo Kaefer.

Senador Lindbergh Farias, também agradeço os comentários relativos à questão do aperfeiçoamento do regime, à própria articulação do Governo nas diversas áreas nesse processo de combate à inflação. Certamente, concordo com as suas palavras.

Em relação ao IPCA, a questão dos serviços foi mencionada. Os serviços, de fato, estão pressionados. Em função disso, refletem-se questões estruturais, mas também questões conjunturais de demanda. Por isso, nós estamos também atuando com a política monetária, nesse ciclo monetário que estamos adotando hoje no País.

Uma pergunta relacionada — eu até mencionei na resposta ao Senador Delcídio do Amaral —, sobre o que mudou no Banco Central. Não mudou absolutamente nada. O Banco Central vem fazendo a sua política articulada. Tem recebido contribuições de outras áreas do Governo no combate à inflação. É apenas uma questão de ênfase, mas se forem lidos com detalhe todos os documentos do Banco Central, a postura tem sido consistente ao longo do tempo. O próprio relatório de inflação sinaliza que poderia haver uma mudança de estratégia, um ajuste na estratégia, talvez, por exemplo, prolongando o ciclo num nível menor, como foi, de certa forma, sinalizado mais recentemente.

Essa é uma necessidade. Isso é feito porque nós precisamos, de fato, ter garantias de que a inflação, em 2012, convergirá para o centro da meta.

Como mencionei recentemente, não se trata de uma corrida de 100 metros; é um esforço prolongado. Obviamente, a política monetária opera com defasagens. A política macroprudencial tem reforçado a política monetária, mas também tem as suas defasagens.

Então, tudo o que foi feito nesta administração, nos 3 meses, não tem condição de atingir a inflação corrente. Vai atingir ao longo do tempo. Nós estamos levando isso em consideração na nossa conta. O que nós estamos fazendo é ter segurança de que aquela elevação da inflação acumulada de 12 meses volta já no terceiro e no quarto trimestre deste ano e ruma, com segurança, na direção dos 4,5% em 2012.

Em relação a controle de capital, pergunta se o Banco Central levou um drible do mercado. Creio que não. Enfim, o País continua extremamente atraente aos investidores internacionais. Boa parte desses fluxos tem a ver com investimento direto, de médio e longo prazos. Há uma série de questões de eventos, de necessidade de investimento no País. Estão sendo atendidas.

Em relação às captações, sim, talvez tenha havido um pouquinho de antecipação, mas o fato é que nós estamos vendo já, na margem, uma moderação. Esses recursos são, de qualquer maneira, o que se capta lá fora e depois se paga.

São essas as minhas breves palavras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Delcídio do Amaral) - Muito obrigado, Presidente Tombini.

Vamos ouvir agora 5 Parlamentares. Os próximos são: Senadora Gleisi Hoffmann, Deputado Rui Palmeira, Deputado Edmar Arruda, Deputado Audifax e Deputado Alexandre Santos.

Vou começar pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Vou passar a Presidência ao Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, porque sou Relator de um dos projetos apreciados por uma Comissão que está funcionando neste momento no Senado.

Parabéns ao Presidente Alexandre Tombini e à sua equipe. Todos nós estamos empenhados, trabalhando duro e torcendo para que o Banco Central continue fazendo esse excelente trabalho pelo bem do País, pelo bem dos brasileiros e brasileiras. Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero fazer uma saudação ao nosso Presidente do Banco Central e a toda a sua equipe. Saúdo também a Comissão Mista de Orçamento e todas as Comissões que participam desta audiência conjunta.

Gostaria de parabenizar o Banco Central e o Governo pela condução da política econômica. Há muita coesão da equipe econômica. Nós temos sentido isso tanto na divulgação dos resultados econômicos como nas intervenções que fazem.

Quero dizer que temos muita segurança e muita tranquilidade com a condução dessa política, que tem um histórico e já demonstrou resultados importantes para a nossa economia.

Nós já tivemos a nossa dívida líquida em relação ao PIB em cerca de 60%, em 2002. Hoje, nossa dívida está em 40%. Já tivemos taxas de juros reais de 16%, quando o Presidente Lula assumiu. A taxa foi derrubada para 6% e a perspectiva é a de que com a Presidenta Dilma vá para 3,8%. O nosso crescimento médio saltou de 2,5% para 4,5%. E nunca é demais lembrar que, em dezembro de 2002, estávamos com um pico inflacionário, na realidade, quase um descontrole inflacionário, na casa de 12,5%, e chegou-se em maio a 17%. E todas as administrações feitas na política econômica trouxeram a inflação no último período na casa de 5%, em média.

Então, o nosso passado nos dá total confiança de que tanto o Banco Central como a área econômica do Governo estão com o controle da inflação. Aliás, é uma política econômica que tem como tripé o controle sistemático da inflação, o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, o que está dando sustentabilidade ao País.

Presidente, eu quero lhe dizer que, além dos dois desafios econômicos de curto prazo que V.Exa. apresenta, como fazer a inflação convergir para o centro da meta e lidar com intenso fluxo de capitais estrangeiros, que são inflacionários, acho que V.Exa. e o Banco Central também têm que administrar as expectativas de mercado, porque eu não tenho dúvida de que a expectativa inflacionária é muito prejudicial ao processo que estamos vivendo.

V.Exa. citou o art. 4º do Decreto nº 3.088, de 1999, dizendo que a meta cumprida é aquela que está dentro do exercício de janeiro a dezembro do ano. Porém, quando se divulga a inflação acumulada dos últimos 12 meses, nós observamos um quadro que não demonstra isso. Daí a importância do controle das expectativas de mercado, até porque o Banco Central trabalha com a expectativa através da pesquisa Focus, que é também um instrumento de avaliação.

O que vai acontecer? Chegaremos a julho ou agosto, como disse V.Exa., com uma inflação de pico, quase 7%, porque se considerará a leitura dos últimos 12 meses e retiramos destes últimos 12 meses o período de inflação baixa — junho, julho e agosto do ano passado —, quando houve inflação quase zero.

Isso, com certeza, cria uma expectativa de mercado de não controle do processo inflacionário, embora o IGP, que antecipa o futuro, já esteja mostrando que nós estamos numa linha de queda.

Portanto, quero perguntar a V.Exa. como nós podemos trabalhar nisso, quais são os mecanismos utilizados por V.Exa. e que o Banco Central possui para fazer com que não haja essa expectativa e para controlar esse processo, que, a meu ver, é hoje o mais danoso, porque, na realidade, as profecias pessimistas muitas vezes acabam incutindo na sociedade uma necessidade de autodefesa que não existe, que remonta ao passado. Isso é importante.

A segunda questão diz respeito à SELIC. Parece-me que o Banco Central está muito coordenado em relação a essas políticas. Apresentava, em determinado momento, 0,5 pontos percentuais, mas houve uma redução de 0,25, porque há outros instrumentos.

Quero aqui fazer um elogio a isso. Nós precisamos realmente desse equilíbrio. Mas, no mercado, principalmente antes das reuniões do COPOM, há sempre uma ofensiva quase especulativa para que a taxa SELIC aumente mais, e dizem que o Banco Central não está sendo firme nas questões relativas ao combate da inflação.

Então, para que fique claro, seria bom que V.Exa. nos dissesse qual é verdadeiramente o impacto da SELIC no controle inflacionário e quanto tempo isso demanda, para que tenhamos plena consciência de que ela não é o instrumento, como no passado, mas um dos instrumentos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao Deputado Rui Palmeira.

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA - Presidente Cláudio Puty, Deputado Sérgio, Presidente Tombini, Sras. e Srs. Congressistas, eu ouvi com atenção parte do debate. São muitos os temas importantes, como fluxo internacional, medidas macroprudenciais, política de esterilização, ciclo monetário, enfim. O Deputado Reguffe, que é economista, se esforçava para me explicar, porque eu confesso que tenho dificuldade de compreender, Presidente Tombini, essas questões extremamente técnicas que os senhores, economistas, entendem.

Então, vou ser extremamente direto e objetivo. Presidente Tombini, V.Exa. tem ido à feira? Não se constranja. Eu também não sou frequentador de feiras

ou de supermercados. Vou a esses lugares esporadicamente, Presidente.

No jornal *Correio Braziliense* de hoje, observamos a variação anual dos preços. A carne sofreu variação de 21%; o feijão, 6,35%; o pão, 5%; o café, 8%; a banana, 10%; e o óleo, 25%.

Presidente, o cidadão sai desconsolado do supermercado e depois se dirige ao posto de gasolina. No ano passado, o preço da gasolina no DF era de R$2,64. Hoje a média é de R$2,94 — 30 centavos a mais por litro, Presidente Cláudio!

São interessantes as opiniões e as informações do Governo.

O *site G1*, do dia 15 de abril, informa: "*Mantega diz que, nos Estados Unidos, o preço da gasolina não sobe em abril*". Ele deve ter-se referido ao preço da gasolina nos Estados Unidos, porque aqui o preço da gasolina disparou, como quase tudo, Presidente Tombini.

Ontem, acho que o Deputado Alfredo Kaefer já transmitiu, foi divulgado: *"Mantega pede ajuda para conter preços".* Isso mostra que o Governo parece perdido na questão do combate à inflação.

É extremamente lamentável que a estabilidade econômica, a maior conquista deste País nos últimos anos, comece a deixar toda a população inquieta, porque a inflação volta a ser manchete dos principais jornais e revistas, como acontecia nos anos 80, quando éramos garotos. A maior preocupação do brasileiro, de acordo com as pesquisas, era sempre a inflação, e hoje, infelizmente, essa preocupação está de volta.

Parece-nos que estas tão propaladas medidas macroprudenciais — o Deputado Reguffe vai-se esforçar para me explicar do que se trata — são, na verdade, microefetivas, sobretudo para o bolso do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Ministro Alexandre Tombini, quero parabenizá-lo pela exposição. Temos confiança de que o Banco Central está atento ao que precisamos para, como disse a Senadora Gleisi Hoffmann, com a qual eu concordo plenamente, conter essa expectativa inflacionária.

Eu, que sou empresário e vivo isso no dia a dia, tenho algumas preocupações com relação à questão das taxas de juros. Parece-me que há uma certa contradição quando a equipe econômica diz que a inflação está ocorrendo em nível mundial. Inclusive, houve uma comparação com Estados Unidos, Reino Unido, Rússia, China e a zona do euro. E que essa inflação tem como base o preço das *commodities*. Até aí, estamos de acordo. Mas eu não consigo visualizar o aumento da taxa de juros, a SELIC, já que essa inflação não é de demanda. Geralmente aumentamos os juros quando existe uma inflação de demanda ou uma falta de oferta de produtos. E parece-me que não é essa a questão.

No que se refere à questão do preço das *commodities*, realmente percebemos um aumento, não só no Brasil, mas em todo o mundo. Mas o que me preocupa, primeiro, é a questão dos próprios juros. Acho que foi prudente o Banco Central quebrar a expectativa do mercado, de 0,5 para 0,25. Isso foi importante. Quero parabenizar o Banco Central por isso.

No que se refere ao IOF em viagens internacionais, para mim, fica um pouco descasada a questão das *commodities.*

Ministro, o que me preocupa mesmo e que é o ponto central da minha pergunta é a tendência à indexação da economia. Eu votei favoravelmente, como membro do PSC, partido da base do Governo, à proposta do salário mínimo enviada pelo Governo, já indexando o salário mínimo nos próximos anos. E me parece que isso funciona como uma locomotiva no resto da sociedade.

Então, eu não pude me manifestar nesse dia, até porque isso era importante, inclusive para o trabalhador, mas me parece que essa proposta tem uma sensação falsa de ganho para o trabalhador, Senadora, e nos leva, no setor produtivo, a uma indexação.

Por exemplo, nós temos na construção civil contratos de até 12 meses sem reajuste. Temos um teto de 41 mil reais para o Programa Minha Casa, Minha Vida, que já faz um ano e meio que está sem reajuste, e quando indexamos o salário mínimo gera-se uma preocupação muito grande, porque todo mundo começa a querer indexar. Essa indexação — pelo menos vimos bastante na escola — é o que alimenta a inflação, e assim fica difícil combatê-la.

Então, nós precisamos realmente cortar toda e qualquer situação com relação à indexação da economia, principalmente por parte do Governo. Fica essa preocupação, para que V.Exa. possa nos dar um alento.

Vou pedir perdão a V.Exa. porque, apesar de eu ter utilizado a palavra, vou verificar a sua resposta depois, na gravação e na transcrição da palestra. Tenho um compromisso agora, meio-dia e meia, e infelizmente não posso permanecer para ouvi-lo, o que gostaria muito.

Parabéns pela sua apresentação. Estamos torcendo, Ministro, para que V.Exa. possa conduzir o Banco Central de forma com que consigamos realmente estar, em dezembro, no centro da meta da inflação, porque isso vai ser muito bom para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra Deputado Audifax e, depois, o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX -Sr. Presidente do Banco Central, inicialmente eu queria parabenizar V.Exa. e toda a sua equipe pela conduta. Queria também parabenizar V.Exa. pela exposição feita com muita propriedade.

Farei, basicamente, quatro perguntas, querendo reforçar o companheiro Deputado que me antecedeu quanto à questão da indexação, não só salarial, mas também nos aluguéis e nas próprias tarifas públicas.

A minha pergunta também se traduz na página 25 do relatório que V.Exa. apresentou. V.Exa. abordou a questão das exportações, do crescimento que aconteceu no primeiro trimestre deste ano em comparação com o ano passado. Eu queria que V.Exa. falasse sobre as importações nessa mesma comparação — não vi a apresentação, mas me parece que não há no quadro —, o comportamento dos produtos básicos, dos semifaturados e manufaturados no que diz respeito às importações.

Segunda pergunta. Esteve no Senado Federal, uma semana atrás, o Secretário do Tesouro Nacional, que destacou a necessidade de uma reforma tributária. Um dos pontos que S.Sa. abordou diz respeito à guerra fiscal, basicamente à questão do ICMS. S.Sa. manifestou toda a preocupação com a inflação no que diz respeito aos produtos importados, em função de alguns Estados estabelecerem tarifa zero para esses produtos, e aí haveria um impacto muito grande de inflação.

Eu queria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso. Se poderia me informar que impacto é esse, qual é o tamanho desse impacto em relação à reforma tributária, ao ICMS sobre produtos importados; e se não é o contrário, ou seja, com todo o cuidado da questão industrial, se esses produtos importados não ajudariam no combate à inflação, e não como foi afirmado, com todo o respeito, pelo Secretário do Tesouro Nacional.

Além dessa questão, repito, da indexação dos aluguéis, não só da indexação salarial, como foi dito, e também das tarifas públicas, pergunto se há alguma previsão de mais redução dos prazos de financiamento, como já aconteceu no início do ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Agora, estão inscritos o Deputado Alexandre Santos e mais seis Deputados.

Eu gostaria de sugerir ao Presidente e aos Srs. Deputados e Senadores presentes que todos os Parlamentares fizessem as perguntas e depois passássemos para as considerações finais do Presidente do Banco Central. *(Pausa.)*

Então, com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente Cláudio Puty, Sr. Presidente Sérgio Brito, Sr. Ministro Alexandre Tombini, sou daqueles que advogam que o Banco Central deveria ser independente, o que, com certeza, daria para todos nós muito mais garantias em algumas de suas ações.

Estou de acordo com o que disse o Senador Lindbergh Farias acerca dos momentos de entrada de capitais em nosso País. Acho que foi ida e volta, uma vez que, nas primeiras medidas que o senhor tomou, pararam de migrar créditos fáceis para o Brasil.

Mas o que me traz aqui, além do objetivo de parabenizá-lo por sua apresentação, são notícias que venho acompanhando atentamente e que foram capa de jornais nesta semana. Há pouco tempo, tivemos o processo do PanAmericano, o que deixou o conhecido apresentador rindo da gente. Cada vez mais, viu-se aumentar o grande buraco deixado para o Fundo Garantidor arcar. Isso ocorrem em razão das más gestões dos bancos privados e também é um processo de inflação, pois O FGC é uma imposição em todas as regras bancárias. Para se fazer o FGC, alguém está pagando — e é a ponta quem paga tudo isso —, e, assim, gera-se inflação.

Findo o caso do Banco PanAmericano, vemos agora o Banco Schahin, que, além de todos os processos com a PETROBRAS, tem equipamentos e empresas. Ontem, no jornal *Valor Econômico*, os próprios chineses já anunciaram que não entregariam os equipamentos, face a não complementação dos pagamentos a esse grupo.

Independentemente de todas as notificações que o Banco Central teve ou que o Fundo Garantidor teve, obtivemos a informação de que, para a compra, o BMG usou 800 milhões do Fundo Garantidor de Crédito e mais 270 milhões que tiveram de ser acoplados. Todos esses recursos são de aplicações pagas na ponta. Por isso, venho dizendo que sou defensor da independência do Banco Central.

O senhor tem ciência de uma reunião que houve ao mesmo tempo, em três salas separadas, dos Bancos BMG, Morada e Schahin? O senhor recebeu algum procedimento de alerta, jurídico ou administrativo, sobre essa transação e o perigo que ela representava? Isso tudo foi uma determinação, uma vez que o BMG também está com suas finanças não consolidadas?

É preocupante o processo por que passa agora o BMG para a Caixa Econômica adquirir todo esse acervo.

Gostaria que o senhor nos dissesse se tem conhecimento ou não disso, porque o Fundo Garantidor de Crédito é uma instituição de Direito Privado, sem fins lucrativos.

Na próxima semana, solicitaremos ao Ministério Público Federal uma fiscalização no Fundo, o que é de direito quando se tem ao menos conhecimento dos procedimentos que estão passando pelo mercado. São mais de 7 bilhões de rombo. E temos de tomar atitudes como a que estamos adotando aqui e como fizemos na CPI da Energia Elétrica, quando avisamos que o Banco Schahin iria quebrar. Mais uma vez, estamos vendo que a ponta é quem paga a conta, e esse é um dos grandes gargalos também para o combate à inflação no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado Alexandre Santos.

Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Ministro Tombini, colegas Deputados e Senadores, inicio fazendo uma referência à importância da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, estamos aqui reunidos num procedimento por ela previsto e com a feliz coincidência de estarmos comemorando esta semana os 10 anos de sua edição.

Lembro-me bem de, quando Prefeito, pude observar, sobretudo na Marcha dos Prefeitos à Brasília, manifestações de apreensão quanto a essa lei. Na quase totalidade, havia discordância. Fui, de certa forma, a voz dissonante e não apenas me manifestei favoravelmente, mas também aplaudi essa norma que considero um divisor de águas na gestão pública.

Imagino que V.Exa. concorde em que, sem dúvida, a Lei de Responsabilidade Fiscal contribui — e muito — para alguns números positivos e, inclusive, para a queda do percentual do PIB com relação à dívida pública e para uma série de outros fatores positivos que se observam na última década.

O certo é que uma decisão apenas não resolve todas as questões da economia.

Não compartilho de todo o "economês" aqui exposto, mas tenho as minhas convicções pela experiência e pela vivência de gestor público. No meu entendimento, é preciso trazer uma linguagem mais direta para uma reunião como esta. Não há dúvida de que houve avanços, que começaram no século passado com a implantação do Plano Real, mas muitos tentam, inclusive, encobrir o mérito disso.

Ainda hoje, houve uma nova tentativa de colocar em situação de demérito o Governo anterior, relembrando a inflação do período que antecedeu à posse do Presidente Lula. Uma tentativa absolutamente clara.

Ministro, o senhor é um homem muito mais da área econômica do que da área política e sabe que aquele foi o resultado da apreensão da sociedade com relação à assunção ao poder de um partido que votou contra o Plano Real, de um partido que votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e que, ao assumir o comando da economia brasileira, gerava toda uma expectativa negativa.

Nós, do PSDB, hoje na Oposição, não propugnamos expectativas negativas, e a inflação que aí se encontra não é fruto de especulação. Aqui foi observado de maneira clara. Tentar dizer que os três meses de inflação baixa, que hoje impactam a média anual, deixarão de fazê-lo daqui alguns dias, de certa forma é maquiagem, é um absurdo! A média vem sendo usada, inclusive, por princípios técnicos há vários anos. Então, não vamos começar a querer criar alguma maneira de camuflar, não. O que existe é inflação real.

Agora, vou ser objetivo e trazer algumas preocupações bem pontuais.

Primeiro, a questão do combustível. Ora, é preciso ter seriedade com o povo brasileiro! Aqui foi lembrado que não temos inflação de demanda, mas, de repente, no caso dos combustíveis, temos, sim, porque houve um crescimento do preço no mercado internacional. Nas duas últimas campanhas, foi anunciada a autossuficiência do Brasil em petróleo, foi anunciada para o Brasil inteiro a nossa condição de exportador de petróleo. E o próprio Ministro afirmou que não haveria aumento da gasolina, mas, de repente, no dia seguinte, o povo estava pagando um aumento muito pesado. Isso é preocupante.

Outra coisa: na análise dos desafios econômicos de curto prazo, o senhor destacou dois itens: fazer a inflação convergir para a meta, o que é óbvio; e lidar com o intenso fluxo de capitais externos.

Embora eu também comungue desse sentimento de que o Banco Central tem de ser independente, há uma série de ações de políticas econômicas e de políticas de governo que interferem diretamente nisso. Aliás, esses dois itens impactam a inflação.

Mas existe um terceiro, e fico surpreso em que o Banco Central não o aborde e talvez isso ocorra por não ser independente. Refiro-me à questão do controle dos gastos públicos. Não tem cabimento um organismo que tem a responsabilidade de discutir a inflação no Brasil e trabalhar para que possamos convergir para a meta sequer apresentar o controle dos gastos públicos como desafio de curto prazo. Afinal, segundo entendo, desafios de curto prazo são para a Nação.

A Nação brasileira não pode ignorar a questão dos gastos públicos. Podem até dizer: *"Ah, mas houve um corte lá de 50 bilhões".* Sim, mas, simultaneamente,

mandaram para cá uma medida provisória para liberar 20 bilhões que, depois, viram mais de 30 bilhões para um trem-bala, um tema que não foi discutido; mandaram uma medida provisória para fazer a revisão de um acordo de algo que já está comprado e negociado, que é a energia do Paraguai, cujo gasto é de mais de 6 bilhões de reais. Então, não há controle. Enviaram uma medida provisória criando a Autoridade Olímpica e, se a Oposição não brigasse, criavam mais de 480 cargos de livre nomeação.

Então, é preciso enfrentar o problema do gasto público e do déficit fiscal.

Com essas duas perguntas e os comentários que me permiti fazer pelo momento grave que vivemos, encerro com mais esta interrogação: por que não há uma abordagem mais objetiva de quem comanda a política econômica com relação a gasto público? Essas perguntas são de segmentos, mas, embora o Banco Central tenha a macroeconomia, de certa forma está entrando na vida dos cidadãos de modo geral.

Quero ainda me referir ao cooperativismo de crédito. Há uma coisa bonita nessa análise de que o Brasil hoje tem serviço bancário em todas as cidades brasileiras e que cresceu, em menos de uma década, de 10 milhões para mais de 30 milhões o número de pessoas que têm acesso a crédito. O cooperativismo de crédito teve papel importantíssimo nisso, e está sendo discriminado. Então, deixo com o senhor não só uma interrogação, mas também um pedido.

O cooperativismo de crédito continua sendo impedido de operar com instituições públicas, o que é absurdo. Se ele tem todo o acompanhamento do Banco Central, se o cooperativismo de crédito, tanto mútuo quanto rural, presta um serviço fantástico ao País, uma socialização maior do acesso às questões de capital, por que impedir que as Prefeituras operem com ele? Há cidades que só têm a cooperativa de crédito, e a Prefeitura tem de movimentar uma conta na cidade vizinha, porque não pode fazê-lo na cooperativa de crédito. É um absurdo! Portanto, é preciso que o senhor analise isso, e o Banco Central nos ajude.

Uma última indagação: como o senhor vê, nas excelentes perspectivas — e concordo com a maioria delas e com essa também, que é objeto da minha indagação —, o potencial de ampliação da área cultivável? Numa exceção mundial, o Brasil tem o potencial de ampliar sua área cultivável. Aliás, ano a ano, a safra brasileira tem crescido, e isso vem de vários Governos, da luta do produtor rural e do trabalhador brasileiro. Pois

bem. Temos a possibilidade de continuar ampliando, sim, a nossa agricultura, e sem fazer desmate desordenado. Temos a possibilidade de ampliar, mas precisamos ampliar tendo respeito ao produtor.

Há um grupo que continua insistindo, e ainda nessa madrugada ouvi manifestação no sentido de que estavam querendo voltar novamente com a ideia de moratória no Código Florestal. O que seria essa moratória? Uma pequena cláusula que diz que, durante 5 anos, não poderá haver, em lugar algum do País, qualquer tipo de supressão vegetal nova para plantio. Vejam que se trata de qualquer supressão vegetal, mas aqueles que querem simplesmente condenar falam apenas em desmatamento. Não é só desmatamento! Uma área, por exemplo, que já foi agricultada há 20, 30 anos e que novamente precisa ser preparada terá de ter licença para a supressão do que chamamos de vegetação remanescente, e aquilo está em risco.

Corremos o risco de, se aprovarmos isso, não termos crescimento da nossa área de agricultura e, pior, de termos dificuldade não só de continuar a crescer na exportação — e o senhor sabe o quanto ela ajuda na balança de pagamento — como de haver pressão inflacionária, porque aí vem alta do preço do alimento. Então, vamos impedir o produtor de plantar, sem lembrarmos que é esse alimento que, se faltar, vai aumentar a inflação e comprometer a balança.

Então, tenho dois pedidos e algumas perguntas. Primeiro, que o senhor olhe a questão do cooperativismo de crédito, porque não é justo ele ajudar tanto e ser punido, e que também acompanhe, junto com o Governo, pois uma das coisas que o senhor mesmo considera como perspectiva, que é óbvio, é o potencial do Brasil na agricultura. Há aqueles que não entendem nada disso e querem colocar uma cláusula absurda, para valer no território brasileiro inteiro, por intermédio da qual ficaríamos 5 anos sem permissão de plantio novo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Oziel Oliveira.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Sr. Presidente, Deputado Cláudio Puty; Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, inicio fazendo referência ao excelente trabalho que o Ministro vem prestando à Nação brasileira na Direção do Banco Central — e estendo esta menção aos Ministros que, desde a era Lula e agora com a Presidente Dilma, valorizam a relação que têm com esta Casa.

Ontem mesmo, na discussão da proposta do Código Florestal, tivemos a presença do Ministro Wagner Rossi, da Ministra Izabella Teixeira e do Ministro Luiz Sérgio. Isso é muito importante, porque podemos discutir nossos assuntos, como acabaram de ressaltar

os meus antecessores, tanto os Senadores como os Deputados.

Mas, Ministro, também sou do setor produtivo e venho falar da produção. Sou produtor rural na região oeste da Bahia, que representa 6% da produção nacional de grãos, e me preocupo com as altas dos juros que já vêm incomodando nossa produção de soja e algodão e com os aumentos que ocorrem no setor quanto à composição dos preços. Estamos vendo subir muito os preços do adubo, dos combustíveis, das peças e de uma série de componentes da produção agrícola. De fato, isso preocupa muito, e gostaria que V.Exa. expusesse sua posição quanto às estratégias da produção agrícola, uma vez que a produção nacional é uma questão também de segurança nacional. A produção agrícola não é somente uma questão de exportação, mas, de segurança nacional.

Há um embate toda vez que chega essa onda de inflação. E quem sempre segura e tem segurado nos últimos anos a balança comercial e a inflação é exatamente a produção agrícola.

Portanto, Sr. Ministro, faço essa indagação para que, de acordo com as novas fundamentações da área econômica e com toda a questão da alta dos juros, V.Exa. possa ter um cuidado especial para esse setor, que representa 22,4% do PIB nacional e 37% dos empregos gerados no Brasil.

Preocupa-nos — e não somente na Bahia, Estado aqui também representado pelos Deputados Sérgio Brito e Rui Costa — a perspectiva de crescimento da agricultura no Brasil e, nessa questão, o potencial de ampliação da área de cultivo, que o Deputado acabou de relacionar ao falar da proposta de reforma do CódigoFlorestal. É algo que muito nos preocupa e que também traz insegurança jurídica.

Faço essa solicitação aos Parlamentares, à equipe econômica e, enfim, a todo o Governo, porque essa questão da moratória traz enorme prejuízo ao Nordeste do País e é uma medida que não pode ser colocada como moeda de troca na reforma do Código Florestal. A Bahia, por exemplo, perderá enormemente sua condição de crescimento. Por intermédio do Governo Lula e, agora, da Presidente Dilma, os investimentos têm chegado à região, onde agora estão sendo implantadas áreas de fronteira agrícola; ao Cerrado e à Caatinga,

para onde estão sendo levados investimentos do projeto de transposição do Rio São Francisco e serão

necessários novos investimentos na produção agrícola. Não podemos ficar 5 anos sem plantar.

Parabéns, Ministro, pelo seu trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os nobres colegas e o Ministro Alexandre Tombini e sua equipe, que só têm aperfeiçoado o trabalho do Banco Central com competência e sabedoria.

A elevação da taxa de juros contém a demanda agregada, mas impacta as contas públicas com o pagamento de juros, que, em 2010, alcançou o patamar de 200 milhões. Esses recursos poderiam ter sido usados para a melhoria do sistema de saúde, preocupação da maioria dos brasileiros, da educação e também serem alocados para as obras de infraestrutura necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Qual a política correta que o País deve adotar para sair dessa armadilha?

Pergunto também, Presidente Alexandre Tombini: quando se aumentam os juros — e sei que os bancos ganham muito mais —, por que o ganho dos bancos não pode ser estipulado num patamar, e esse aumento dos juros não vai totalmente para o Banco Central? Não há algum mecanismo para que esse aumento de juros, devido à questão inflacionária e outras, não seja alocado somente para o Banco Central, a fim de que apenas o Banco Central obtivesse esse lucro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Deputado, agradeço a V.Exa. a objetividade.

Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha. E, depois, o último orador, Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, em primeiro lugar, quero trazer o cumprimento da Liderança do PMDB, que me pediu que aqui a representasse na condição de Vice-Líder. Cumprimento o Ministro pela exposição, que não pude acompanhar na íntegra devido à necessidade de estar também no plenário.

Ministro, ouvimos muitas coisas aqui, mas sabemos que a inflação funciona um pouco como expectativa inflacionária. Falar que preço A, B ou C está subindo não significa dizer que temos inflação. Alta de preço não quer dizer inflação. Inflação é alta continuada de preço. O que vemos, na prática, com o mercado muito aquecido de uma maneira geral, é que o poder aquisitivo aumentou. E, se a inflação estivesse corroendo, seria justamente o contrário. O poder aquisitivo estaria diminuindo, não estaríamos nessa febre que estamos vendo aí.

É claro que estamos vivendo também uma inflação de demanda. O aumento dos preços das *commodities* que vem do mercado internacional está agregado ao crescimento da inflação de demanda queestamos

tendo. É claro que não concordamos em que o instrumento de aumento continuado de taxa de juros seja suficiente para controlar a inflação. Estamos vivendo momento em que o aumento da taxa de juros pode significar aumento da despesa pública de pronto. E, necessariamente, não vai haver nenhum impacto na contenção da demanda, até porque, como estamos vendo, uma parte dessa inflação é importada.

Um dos grandes fatores de estímulo para o aumento dos preços das *commodities* é a falta de destino dos capitais especulativos. E eles mesmos são os grandes patrocinadores do próprio aumento de preços de *commodities* e de alimentos no mercado internacional. Eles têm de buscar o capital, tendo em vista o fim da bolha imobiliária e o fato de que não têm rentabilidade nem juro. Ou seja, vão buscar mecanismos de derivativos por meio das bolsas de Chicago e das bolsas de *commodities*. E, com isso, forçam também o aumento de preços, o que é inclusive uma forma de seus executivos conseguirem manter o seu rendimento de bônus, mecanismo que, de certa forma, foi subtraído com o fim da bolha imobiliária. Então, esse é um aspecto que tem influência.

A meu ver — em primeiro lugar, elogiando a sua atuação —, as intervenções pontuais são importantes. Todavia, preocupa-me muito o fato de que o capital especulativo tenha uma porta aberta demais no nosso País. Por meio do mecanismo do IOF, V.Exa. está controlando ou tentando sustar esse ingresso exagerado do capital especulativo, porém sabemos que o especulador estrangeiro faz a conta. Enquanto o IOF ainda é líder em rentabilidade, ele vai continuar trazendo para cá esse tipo de capital. O IOF vai servir apenas para diminuir um pouco a despesa pública com a remuneração da SELIC.

Não existe por parte — é a pergunta que formulo — do Banco Central algum estudo ou alguma tentativa de tentar impor prazo de permanência para o capital que não é aplicado em investimento? Esse talvez seja um fator que nos impossibilite impedir a apreciação exagerada da nossa moeda.

Em relação ao segundo ponto, pego o gancho de um colega e, no mesmo sentido, manifesto preocupação com a forma com que os recursos do Fundo Garantidor estão sendo utilizados.

Existe algum problema de risco que necessite de intervenção maior do Banco Central acerca da liquidez de bancos que possam ter ficado abalados em razão da quebra do PanAmericano e, em consequência, utilizaram os recursos do Fundo Garantidor para sobreviver? Existe algum planejamento do Banco Central? Será necessário adotar alguma medida ou o mercado já está prontamente regulado?

Ressalto que o Fundo Garantidor é dinheiro dos correntistas. Houve uma mudança no seu procedimento de um tempo para cá, e os recursos desse Fundo passaram a ser emprestados sem qualquer tipo de juros, apenas com a correção. Isso, de certa forma, é um subsídio indireto dos contribuintes, que por meio de suas contas bancárias, sustentam o Fundo Garantidor, sem remuneração.

Preocupam-nos não as especificidades de uma operação A, B ou C, mas, sim, o sistema, para que não haja qualquer tipo de abalo com relação ao processo dos bancos médios e pequenos depois da quebra do Banco PanAmericano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Por último, e não menos importante, como diriam os nossos vizinhos ao Norte, Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA - Sr. Presidente, Ministro Alexandre Tombini, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, quero me somar a todos os outros que parabenizaram a apresentação do Ministro pela precisão e didática. No entanto, apesar de ter sido muito didático, alguns dos presentes não conseguiram captar a mensagem do Ministro.

Fiz questão de registrar esta minha intervenção porque algum desavisado que chegasse à reunião não conseguiria entender a lógica do comportamento de alguns Parlamentares. Digo isso, porque algumas semanas atrás, quando estávamos discutindo a questão do salário mínimo, muitos defenderam arduamente valores maiores e acusaram a atual política de compressão e arrocho salarial para os mais pobres. Chegaram a apresentar emendas ao projeto dizendo que o País tinha todas as condições de sustentar valores maiores para o salário mínimo.

Essas mesmas correntes, porém, hoje afirmam que um dos fatores inflacionários é o valor definido para

o salário mínimo e a garantia de reposição dos seus percentuais para os mais pobres. Realmente, pelo menos quando a diferença de tempo fosse tão curta assim, de semanas, um pouco de coerência faria bem ao País. E acho que essa coerência faria bem à compreensão dos que não entendem de economia e querem a política tocada com um pouco mais de seriedade e conteúdo verdadeiro, de quem se preocupa com os destinos do Brasil e do povo mais pobre.

Então, fiz questão de fazer este registro. Em algum momento, isso tem de ser dito. Não é possível que, com diferença tão pequena de tempo, haja posições tão diferentes, e o que valha seja apenas o discurso fácil da Oposição. Há duas semanas, o discurso era

para aumentar o valor do salário mínimo. Agora, o salário mínimo é

o responsável pela inflação.

Mas, Sr. Presidente, parabenizo também o Ministro pela decisão de aumentar o mínimo para o pagamento do cartão de crédito — e o mínimo é uma rolagem de dívida com base em taxas de juros absolutamente altas e inaceitáveis. Isso fará com que a demanda possa ser um pouco mais real em relação à renda de cada cidadão, e não seja rolada uma dívida a preços absurdos, como os hoje cobrados no cartão de crédito.

Pergunto se medida similar está sendo adotada também em relação a prazos de financiamento. Hoje, temos alguns bens que são financiáveis quase que pelo mesmo prazo dos financiamentos de imóveis. De certa forma, isso também é uma antecipação de renda futura. Diversos bens são financiados a prazos muito longos e, evidentemente, com taxas de juros bastante elevadas.

Para quem quer manter patamares altos de preços, isso é uma garantia daquele patamar mínimo de consumo, uma vez que aquilo é rolado a perder de vista. Embora pareça ser uma facilidade, há aí um custo, seja

o custo dos juros altos, seja o custo inflacionário, na medida em que esses segmentos não reduzem preços porque conseguem manter uma demanda mínima graças a esses financiamentos extremamente longos.

Gostaria também de saber se o Banco Central tem estudos sobre preços relativos e estoque de inflação no Brasil. E, se os tiver, eu gostaria muito de ter acesso a eles.

Na análise de muitos, os preços são altos em alguns segmentos no País, e algo deveria ser feito para restabelecer preços relativos, e comparam nossos preços com os de outros países em vários segmentos produtivos. Se houver esses estudos, então, eu gostaria de ter acesso a eles.

Em relação à possível moratória prevista na proposta de reforma no Código Florestal — e o tema não faz parte da pauta desta reunião —, acho que o assunto está superado. Mais uma vez, ontem foi afirmado que existem apenas dois pontos a serem acordados, e essa moratória não está entre eles.

É evidente que, em relação à moratória, somo-me à opinião dos que aqui falaram. Temos de regular os critérios — e eles devem ser rígidos — da utilização e preservação do meio ambiente. Não podemos paralisar o País por qualquer tempo que seja. Exija-se mais rigor, e que a lei traga os rigores necessários.

A moratória significa paralisação de investimentos, quando precisamos, até para combater a inflação, alargar os investimentos, principalmente na área de produção agrícola. Isso não impede nenhum descuido com relação ao meio ambiente, até porque a exigência é a de que a lei a ser aprovada seja cumprida.

Parece-me, contudo, que isso está superado, uma vez que não consta entre os dois únicos pontos restantes a acordar. Apenas quis somar minha opinião.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a V.Exa. que me conceda 1 minuto para eu fazer um esclarecimento breve pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Um minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, há pouco, um colega fez uma referência sobre aqueles que propuseram um reajuste maior do salário mínimo — e nós, do PSDB, também defendemos, naquele momento, que era possível dar um reajuste melhor ao trabalhador brasileiro, até um salário de 600 reais.

Quero, então, esclarecer que quem se manifestou dizendo que estava preocupado com a indexação — e isso está gravado — disse: *"Sou da base do Governo e votei o projeto do reajuste do salário mínimo que indexa, inclusive, para os próximos reajustes..."* Portanto, não foi a Oposição que veio aqui dizer isso, e eu não ouvi nenhum colega do PSDB reclamar do reajuste dado, que é ínfimo.

Hoje, o jornal *O Globo* divulga: *"O Governo do PT, cujo berço é a luta sindical, vai defender que os trabalhadores sejam mais comedidos na hora de negociar reajustes salariais nos próximos meses"*. Portanto, é preciso deixar isso claro. Como Líder do PSDB nesta reunião, deixo claro que o partido, em momento algum, acha que o reajuste foi o responsável pela inflação, porque a inflação já estava alta antes do reajuste, que foi dado agora. E o reajuste foi aquém do que achamos que era justo dar ao trabalhador naquele momento. Agora, indexação para o futuro é outra história, inclusive vai ser por decreto — e naquele momento fomos contra ser isso feito por decreto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Deputado.

Vamos passar a palavra ao Ministro Alexandre Tombini para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX - Presidente, questão de ordem. Quero responder, primeiro, com todo o respeito aos Deputados presentes e aos Deputados que se ausentaram... Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Deputado, como todas as questões versaram sobre o mesmo tema, acho que esse é um problema que não teremos.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - Muito obrigado a todos pelos comentários elogiosos, pelas perguntas e questionamentos.

Começando pela ordem, a Senadora Gleisi Hoffmann mencionou a questão da evolução da inflação acumulada em 12 meses, como isso pode afetar as expectativas e o que pode ser feito para controlar esse processo daqui para frente.

Em outra intervenção, respondendo a uma pergunta do primeiro bloco, mencionei que, muito provavelmente — e estamos trabalhando para isso —, a inflação mensal já começará agora a convergir para níveis compatíveis com o centro da meta anual, 4,5%; no mensal, seria algo entre 0,35% e 0,40%. Muito em breve, portanto, estaremos trabalhando nesses patamares. Maio, junho e julho tradicionalmente são meses de inflação um pouco mais baixa. Nosso trabalho continua, porque tudo o que é feito pelo Banco Central, inclusive as macroprudenciais, tem defasagens.

Vou voltar rapidamente a esse tema mais à frente ao responder uma pergunta específica, mas, no caso da política monetária e dessas defasagens, principalmente em 6 e 9 meses, o impacto mais cheio da política monetária sobre a inflação se dá em 3 trimestres. Então, tudo o que estamos fazendo é para fazer a inflação convergir para a meta no horizonte de 2012. Ao longo desse processo, veremos inflações mensais já compatíveis com o centro da meta, ainda que o acumulado esteja crescendo. Como fazer para isso não contaminar expectativas? Acho que, sendo consistente a própria política do Banco Central no combate à inflação, não há por que esse processo de contaminação ocorrer.

Então, quanto mais os indivíduos, inclusive o mercado, acreditarem que essa política é consistente para gerar esses resultados, tanto menor será esse problema. Agora, vai ser um esforço contínuo de consistência e de comunicação também. Esse já é um primeiro passo, mas acho que exigirá um trabalho pela frente.

A segunda questão é vinculada à SELIC, seus impactos sobre a inflação. Como já mencionei, em 9 meses, tem-se o impacto mais integral da SELIC sobre a inflação. Esse é um processo documentado, temos 12 anos de sistema e temos avaliado isso ao longo do tempo. Ela pode variar; mas, na média, o impacto máximo da política monetária sobre a inflação, sobre o aumento de preço, ocorre em 3 trimestres, em 9 meses.

O Deputado Rui Palmeira mencionou alguns aspectos específicos da inflação importantes — o preço na feira, o preço no posto de gasolina — e levantou algumas questões sobre as medidas macroprudenciais, que, segundo a sua visão, têm microefeitos.

Tenho de discordar do nobre Deputado. Acho que as medidas têm surtido efeito, inclusive a política monetária hoje adotada pelo Banco Central surtirá efeito. Não tenho dúvida em relação a esse processo. E o cidadão comum vai sentir, sim, essa inflação mais baixa ao longo do ano e uma inflação convergindo para o centro da meta estabelecida pelo Governo, de 4,5% para o preço ao consumidor.

Em relação a um considerável grupo de produtos agrícolas, temos visto algum alívio na margem, no período mais recente. Isso ajuda, e vamos acompanhar os preços.

No que se refere à inflação, como alguém mencionou, não se trata de produtos específicos, mas, sim, do global, é um processo contínuo, persistente — acho que foi o Deputado Eduardo Cunha que mencionou isso. Em tudo o que está sendo feito, a política monetária atinge a economia como um todo, e é justamente para controlar e fazer com que esse processo de elevação de preço convirja para o objetivo do Governo, ou seja, 4,5% de inflação ao consumidor.

O Deputado Edmar Arruda também mencionou a questão das expectativas e perguntou se não haveria uma certa contradição entre aumento de juros e inflação. Disse o Deputado que a inflação não é de demanda. Essa não é a visão do Banco Central. A visão do Banco Central é a de que há múltiplos fatores por trás da elevação da inflação, vimos alguns que são comuns a todos os países, às principais economias, às economias comparáveis com o Brasil, às economias emergentes e à América Latina. Há alguns fatores que são comuns.

O que foi mencionado aqui pelo Deputado Rui Palmeira, quando se refere à feira e ao posto de gasolina, são dois fatores comuns que estão afetando a inflação em todo o mundo — nos países emergentes, mais os alimentos, porque pesam mais na cesta de consumo; e gasolina e energia, nos países desenvolvidos e economias maduras, embora tenham também impacto em países emergentes, em desenvolvimento.

Então, há essa questão dos fatores comuns, dos fatores vinculados talvez à demanda global, que aumentou muito o consumo de proteína e, consequentemente, manteve e elevou o preço das *commodities*, mas também há outros fatores que têm a ver com a política monetária extremamente expansiva no mundo, dando liquidez a esses mercados e mantendo os preços talvez acima do que estariam, caso não houvesse a política.

Agora, o Banco Central sempre reconheceu que um dos fatores tem a ver com a demanda, ou seja, a demanda cresceu, e cresceu bem no último ano, 10,5% à frente do crescimento do PIB, inclusive. Então, há o aspecto da demanda, isso é refletido, por exemplo, no preço do serviço, que roda um pouco acima da inflação.

E é por isso, inclusive, que o Banco Central tem adotado essa política de combate à inflação, ainda que ajudado por outras políticas e também pelas políticas macro de outras áreas do Governo. Essa política visa justamente combater esse processo. E acho que estamos no caminho seguro para fazê-lo nos próximos meses.

Em relação à indexação, a questão foi tratada também pelo Deputado Audifax, que abordou sua preocupação com a indexação mais generalizada da economia. Creio que temos um arcabouço institucional no Brasil que já vem de longa data em relação a aluguéis e a outros preços. Aqui não se confunde o combate à inflação neste momento com uma agenda estrutural de médio prazo, de tratar de reduzir o grau de institucionalização da indexação de preço, coisa que já foi feita no passado. Houve progresso. Talvez essa seja uma área importante, e o Parlamento tem um papel relevante no sentido de avançar na questão da desindexação. Ela não deve ser confundida com o que estamos fazendo agora, o combate à inflação. Temos de combater a inflação com o arcabouço institucional vigente, ainda que se façam progressos paralelos. E também temos a ideia de que, se houvesse um pouco menos de indexação, poderia ser mais fácil.

Há países que têm indexação forte, como, por exemplo, o Chile, e a sua política monetária tem atuado nesse ambiente.

Resumindo, esse é um assunto importante de uma agenda de médio prazo, mas temos de combater a inflação, levar a inflação para a meta com o ambiente institucional vigente.

Ainda na sua exposição, o Deputado Audifax mencionou a questão das importações, que, de fato, não fez parte da nossa apresentação. Em relação à importação, ao *quantum*, temos, no primeiro trimestre, bens de consumo duráveis aumentando 36% em relação ao mesmo período do ano passado, os não duráveis, 18%; as matérias-primas, 10,6%; os bens de capital, 27%, um aumento expressivo; e os combustíveis e lubrificantes caindo nesse primeiro trimestre. O total das importações em relação ao primeiro trimestre do ano passado foi um crescimento de 12,4%. As exportações aumentaram mais de 3%, sendo que o aumento das de manufaturados foram de 4,5%. Isso tem a ver com o fato de que a economia está crescendo bem no Brasil, a demanda está robusta. Inclusive é um dos elementos que está por trás desse crescimento das importações no primeiro trimestre.

Em relação ao ICMS de produtos importados, não acompanhei muito bem a discussão. Mas, resumindo o que V.Exa. perguntou, se as importações têm um papel a cumprir na estabilização, no controle da inflação, creio que sim. Acho que esse tem sido o caso do Brasil.

O Brasil, de fato, é uma economia que se abriu ao longo do tempo. Hoje, a corrente de comércio é de 400 bilhões. Mais de 15%, quase 20% da economia se abriu em termos do comércio exterior, o que é importante no combate à inflação.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX - Presidente...

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO AUDIFAX - O Secretário do Tesouro Nacional esteve aqui para falar da reforma tributária. E foi ao Senado, na semana passada, incentivando essa questão da reforma, falando que o Governo está mandando a reforma por partes e priorizando a questão da reforma tributária no que diz respeito à questão do ICMS, numa tese de que esse ICMS deveria, principalmente em relação aos produtos importados — proposta do Senador Romero Jucá —, cair para zero entre os Estados. E uma das alegações a favor disso é a de que seria bom no que diz respeito à inflação.

A minha pergunta é: a reforma tributária, principalmente no que se refere ao ICMS, contribui, tem peso significativo na inflação?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI - Isso teria que ser avaliado, Deputado. Se V.Exa. me permite, vou fazer uma digressão rápida. Se a reforma tributária é consistente no sentido de ser neutra em relação à arrecadação, pode contribuir. Se não for neutra, se reduzir a arrecadação, tudo mais permanecendo do jeito que está — uma redução de arrecadação levando a déficit numa unidade da Federação, por exemplo —, isso pode não ajudar na inflação. Então, as implicações têm que ser avaliadas no seu sentido global, e não simplesmente o impacto direto sobre um preço específico. Eu teria que ver a arquitetura dessa reforma para poder fazer uma análise mais precisa por parte do Banco Central.

Em relação à sua quarta pergunta, V.Exa. menciona a questão dos prazos de financiamento, pergunta se haveria alguma medida macroprudencial. Acho que isso também foi mencionado numa pergunta posterior. Temos trabalhado, sim, na questão dos prazos. Houve um conjunto de medidas prudenciais em dezembro, no qual estabelecemos um requerimento de capital, ou seja, a reserva que o banco tem que deixar de lado para fazer frente a riscos não esperados na sua carteira de crédito. Caso o financiamento se desse em prazos alongados — há uma regra, acho que está na apresentação —, cobra-se mais capital do banco. Ou seja, não há proibição, mas há necessidade de se deixar mais recursos apartados nessas operações de financiamento. Por exemplo, foi mencionado aqui um financiamento com prazo dilatado, acima da vida contábil da garantia, da vida útil da garantia, o que é uma operação mais arriscada, que merece um castigo

de capital maior por parte das instituições financeiras. Essas medidas já foram tomadas. No futuro, se preciso for, tomaremos medidas adicionais nessa matéria para conter o risco.

O Deputado Alexandre Santos fez uma série de observações em relação ao Banco Central, à sua independência e a alguns episódios na área financeira bancária. Algumas dessas operações mencionadas são aquisições de venda e mudança de controle, que são operações privadas na sua essência. Obviamente, assim que consumadas elas têm que ser submetidas ao Banco Central, que as avalia em duas dimensões. Primeiro, se o ato de concentração — porque em geral envolve algum ato de concentração — tem repercussões sobre a concorrência no sistema. Havendo, pode-se exigir contrapartidas, inclusive não aprovar a operação. O Banco Central avalia também sob uma outra dimensão, que é a dos seus aspectos societários: quem detém o controle, como fica a nova configuração, qual é o acordo de acionistas, quem será responsabilizado num evento de solução final, por exemplo, da nova instituição. Então, avaliamos essa operação sob essas duas dimensões, e temos um tempo regulamentar para avaliar e tomar uma decisão.

O fundo garantidor é uma entidade de natureza privada, como foi mencionado aqui, regulada e tem amparo, previsão, inclusive, na Lei de Responsabilidade Fiscal, festejada por todos nós. Essa lei prevê a constituição de fundos privados que detêm a exclusividade de entrar no processo de prevenção de insolvência. Só para relembrar à Comissão, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 28, veda o uso de recursos públicos para socorrer instituições financeiras, salvo mediante lei específica. Havendo lei específica, poderá haver o uso de recurso público para o socorro à instituição financeira. Esse tema foi, de certa forma, relacionado na sua intervenção. O fundo garantidor de crédito é um instrumento definido pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 28, §1º. Ou seja, é um fundo privado, constituído sob Direito Privado, que tem entre suas funções a prevenção da insolvência e também de outros riscos. O fundo funciona como um seguro, mas pode entrar nas etapas anteriores, se assim for decidido, para prevenir uma solução mais extrema em relação à instituição, porque ao fim e ao cabo o fundo garante o depósito. Ele garante os depósitos gerais até 70 mil reais, como V.Exa. bem sabe, e garante os depósitos a prazo, com garantia especial, até 20 milhões de reais por CNPJ, por CPF. Então, o fundo faz sua avaliação econômico-financeira também para saber se vale a pena ingressar no processo, na prevenção.

Nós, obviamente, como reguladores do Sistema Financeiro Nacional, consideramos que o fundo tem um papel importante dentro da rede de proteção do sistema financeiro, e vemos um papel relevante do fundo garantidor para ser exercido num momento anterior à solução final. Na solução final, ele só chega para cobrir esses depósitos garantidos pelo fundo. Então, vemos com tranquilidade esse processo de participação do fundo garantidor nos casos mencionados. Obviamente, são decisões privadas. Chegando qualquer denúncia ao Banco Central, será naturalmente avaliada em detalhe pelo seu departamento jurídico, pela Procuradoria-Geral, enfim, pelos departamentos diretamente envolvidos com esse tipo de assunto naquela autarquia.

O Deputado Domingos Sávio festejou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Agradeço os elogios à apresentação. S.Exa. também fez duas perguntas mais específicas. Para responder à primeira, certamente não tenho a *expertise*. A segunda é para discorrer a respeito da questão da expansão da área cultivada, como isso se relaciona com a discussão que está havendo aqui. Acho que o Deputado já ofereceu algumas informações adicionais sobre esse processo que está em curso no Parlamento. Eu queria dizer que, de fato, o Brasil é um dos poucos países que tem área arável adicional para o futuro, respeitando, naturalmente, o que for decidido neste Parlamento em relação às questões ambientais ressaltadas por V.Exa.

Em relação às cooperativas de crédito, somos entusiastas do segmento. Temos patrocinado uma mudança importante na regulação do segmento cooperativista de crédito. Temos uma interlocução muito forte com todos os ramos, com todas as grandes federações do cooperativismo. Nos últimos anos tenho a satisfação de ver o cooperativismo de crédito se expandindo, com o número de associados indo de 3 milhões para 5 milhões num curto período, com as cooperativas de livre admissão, que congregam vários ramos de cooperados. Enfim, isso tem sido um caso de sucesso, pela capilaridade, não tanto pela participação no sistema financeiro, que ainda é pequena. Pela capilaridade e pela reciclagem da poupança local. Vimos que tivemos a crise financeira de 2008 e não tivemos problema nesse segmento. Estou à disposição para entrar no detalhe da sua questão junto com o diretor da área para evoluir na participação dos entes públicos no cooperativismo.

O Deputado Oziel Oliveira menciona uma área que obviamente festejamos, agricultura. Não conheço os detalhes, a não ser a questão do crédito rural, que tem relação com o Banco Central, com o Conselho Monetário Nacional. A visão mais estratégica é, de fato, de que esse segmento continue dando a contribuição de âncora verde, dando grande contribuição às nossas

contas externas ao longo do tempo. Isso não deve ser diferente para a frente no que diz respeito às políticas de financiamento, que têm participação, uma definição por parte do Conselho Monetário do Banco Central.

O Deputado Fábio Ramalho menciona alguns aspectos da política monetária, elevação dos juros, bater na demanda agregada, basicamente isso. O instrumento de política monetária é utilizado para controlar e para afetar a demanda agregada. Isso afeta a inflação em 6 a 9 meses, como mencionei anteriormente.

Agora, como vimos também na apresentação, um outro fator macroeconômico que afeta a dívida pública, além dos juros, é a inflação. Então, juros insuficientes, baixos, que não controlam inflação, geram

inflação. E a inflação acaba elevando o custo de financiamento do setor público. Então, essas coisas não têm essa relação tão direta, é uma relação um pouco mais complexa.

Naturalmente, ele menciona que a economia com juros poderia gerar recursos para emprego também. O pagamento de juros tem a ver com o que já foi feito no passado em termos de acumulação de déficit que se tornou dívida — a dívida precisa ser servida, remunerada.

É o que eu tenho a comentar em relação às perguntas do Deputado Fábio Ramalho.

Em relação às questões do Deputado Eduardo Cunha, eu já mencionei alguns aspectos citados na sua apresentação. Em relação a sua primeira pergunta, a quarentena não está no radar do Banco Central. Agora, obviamente, nós temos, como eu procurei apresentar na minha exposição, inclusive em alguns *slides,* a preocupação de lidar com esses fluxos, porque eles refletem uma situação extraordinária, que não vai perdurar no mundo, que é uma política monetária de juro zero, com afrouxamento quantitativo, na Europa e nos Estados Unidos, com o Japão também injetando liquidez em função do próprio desastre do terremoto. É uma situação global que não é permanente, mas que pode deixar marcas permanentes em algumas economias que não se protegerem em relação a essa abundância de capital, porque parece tudo muito bom, dinheiro fácil e barato, mas em um momento a maré vira e, se não tivermos condição de moderar esse fluxo, poderemos ter problema na saída, na virada.

Creio que o Brasil está se preparando bem. Nós constituímos um colchão de reservas internacionais acima do que tínhamos antes da crise de 2008, mas, em relação ao tamanho da economia, é mais ou menos a mesma coisa, em torno de 14%, 15%. Temos um colchão de liquidez também em reais, depósito compulsório depositado no Banco Central já acima de 400 bilhões. Então, as nossas defesas foram restabelecidas.

Estamos bem para um momento mais adverso. Mas, obviamente, como vimos em 2008, essa absorção de liquidez desenfreada sem nenhum cuidado pode gerar impactos também na economia real, no setor privado não financeiro, que começa com a percepção de que não há risco cambial, de que a direção é uma só. Isso nós bem sabemos que pode virar e, ao virar, pode gerar uma saída de fluxo, afetar o preço relativo da moeda e comprometer a capacidade de pagamento dos que contraíram financiamento sem proteção em moeda estrangeira.

Em relação à questão do FGC, também eu faço referência às respostas que passei ao Deputado Alexandre Santos. Quero dizer que, quanto à questão dos bancos, do segmento que V.Exa. mencionou, o modelo de negócios de originar créditos e distribuir, seja no mercado de capitais ou para as outras instituições, está sendo reforçado com o aumento da capacidade de retenção das carteiras dentro das instituições onde se originam, sem perder de vista que securitização é um instrumento importante para o futuro.

Essa não é uma discussão brasileira, mas global. O modelo de originação e distribuição, onde se têm fontes de *funding* das instituições do sistema, que não são aquelas fontes pulverizadas, de milhares de depositantes, de maior estabilidade. Enfim, essa é uma discussão na Europa e nos Estados Unidos; e não é diferente no Brasil, mas, mais uma vez, o Brasil está na frente, olhando para as questões. O próprio sistema tem reagido de forma robusta aos episódios que ocorreram. O próprio segmento tem dado passos seguros na direção do seu fortalecimento.

Eu creio, com isso, que ficam, então, respondidas as perguntas do Deputado Rui Costa em relação à questão do aumento do prazo. Também agradeço as suas palavras em relação à didática da apresentação.

Vou procurar na próxima também levar em consideração os comentários feitos por outros colegas seus na apresentação. Mas, em relação às suas perguntas específicas, quero dizer que quanto à questão do prazo de financiamento, como eu mencionei, nós já estamos endereçando, em alguns casos, não com proibição, mas com requerimento de capital adicional. Pode-se fazer a operação, ela é mais arriscada, tenha consciência disso, mas ponha mais capital apartado para que, numa eventualidade, perdas não esperadas não criem um desequilíbrio patrimonial na instituição.

Em relação aos preços relativos, tenho ideia de que há especialistas, sim, que tratam da matéria, mormente quanto à frequência de ajuste de preços, preços relativos. Terei o prazer de passar, via Assessoria Parlamentar, o nome das pessoas para futuros contatos e debates.

Muito obrigado, Presidente. São esses os meus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) - Obrigado, Ministro Tombini.

Eu quero agradecer, em nome das três Comissões da Câmara dos Deputados e das duas do Senado Federal, que aqui promoveram esta audiência pública, pela presença do Ministro, assim como da Diretoria do Banco Central, dos Diretores presentes, Anthero Meirelles, Altamir Lopes e Carlos Hamilton.

Agradeço pela presença de todos vocês e de toda a equipe técnica do Banco.

Agradeço aos Parlamentares que resistiram até quase 2 horas da tarde sem almoçar e ao nosso Ministro, que demonstrou uma notável resistência física e intelectual.

Quero falar da confiança que nós, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, temos em relação ao trabalho que sua equipe tem desenvolvido, Ministro, no sentido de garantir padrões de crescimento econômico e o combate à inflação como a prioridade do Governo Dilma, mas sem fazer como em outros Governos, quando a dose do remédio matava o paciente, jogando o Brasil em crises recessivas.

Hoje o Brasil não é a jabuticaba do crescimento mundial, no sentido de estar sempre no fim da fila. Ao contrário, lideramos um bloco de países latino-americanos que têm um crescimento expressivo.

Acredito que a política do Banco Central, prudente, múltipla, diversificada nas ações e também comprometida com o crescimento econômico conseguirá debelar esse leve repique inflacionário e garantir o crescimento econômico mantido nos últimos 8 anos.

Agradeço a todos o comparecimento.

Está encerrada a reunião.

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, CONVOCADA PARA 17 DE MAIO DE 2011.

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 5. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Ademir Camilo, André Zacharow, Dilceu Sperafico, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Jorge Pinheiro, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo de Castro, Rui Costa e Vitor Penido; **- Senadores titulares:** Cyro Miranda, Gleisi Hoffmann, João Vicente Claudino e Vital do Rêgo; -**Deputados suplentes**: Carlos Brandão, Heuler Cruvinel, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke e Weliton Prado; **Senador Suplente**: Delcídio do Amaral. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **-Deputados**: André Vargas, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Giroto, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; **Senadores**: Acir Gurgacz, Francisco Dornelles, Itamar Franco, Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão, Deputado Júlio Cesar. **ABERTURA:** às quinze horas e quinze minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo, declarou iniciados os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião. Antes, comunicou que havia reunião extraordinária marcada para o dia 18 de abril, às quatorze horas e trinta minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e dezesseis minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Vital do Rêgo.** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Boa tarde, senhores. Há número regimental para a abertura dos nossos trabalhos. Declaro iniciada a 5ª reunião

ordinária da Comissão Mista de Orçamento, destinada à apreciação da Pauta nº 5/11. Informo que os avulsos das matérias se encontram sobre as mesas de trabalho. Não há *quorum* para deliberação nem na Câmara dos Deputados, nem no Senado Federal. Fizemos uma reunião com as Lideranças e estamos em trabalho de aprovação do relatório

preliminar. Já houve algum avanço. Temos uma reunião extraordinária já marcada para amanhã.

Portanto, informo às senhoras e aos senhores que amanhã, às 14h30min, haverá reunião extraordinária para a deliberação do relatório preliminar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus. Está encerrada a reunião.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, CONVOCADA PARA 18 DE MAIO DE 2011.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta nº 5. Foi registrada a assinatura na lista de presença dos membros: **- Deputados titulares**: João Dado, Jorge Pinheiro, Marçal Filho, Rubens Bueno e Wellington Roberto; **- Senadores titulares:** Cyro Miranda, Francisco Dornelles e João Vicente Claudino; **-Deputados suplentes**: Alex Canziani, Benjamin Maranhão, Hugo Leal e Vaz de Lima; **-Senador suplente**: Ataídes Oliveira e Ivo Cassol. Não será consignada a ausência dos membros que deixaram de assinar a lista de presença, tendo em vista o transcurso da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. **ABERTURA:** às quinze horas e um minuto, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente em exercício, Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), declarou iniciados os trabalhos. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da continuação da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária, para o dia 24 de maio, às quatorze horas e trinta minutos, a ser realizada no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e um minuto. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Vital Do Rêgo.** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Ataídes Oliveira) - Boa tarde a todos.

Declaro iniciada a 2ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 5, de 2011.

Em virtude do início da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, vou encerrar a presente reunião. Antes, convoco reunião ordinária para o dia 24 de maio, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

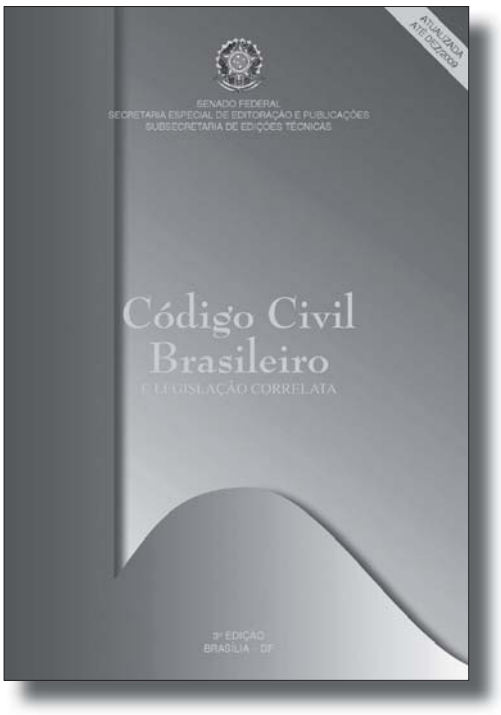
A reunião está encerrada.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil

Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6 e demais emendas constitucionais.

Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata



Texto da Lei nº 10.406/2002, sua respectiva Exposição de Motivos e farta legislação pertinente ao tema, comentários doutrinários e súmulas de jurisprudência.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 1.292 páginas
OS: 2011/13266